# PORTUGAL

# PORTUGAL

## DICCIONARIO HISTORICO, CHOROGRAPHICO, BIOGRAPHICO, BIBLIOGRAPHICO HERALDICO, NUMISMATICO E ARTISTICO

ABRANGENDO

A minuciosa descripção historica e chorographica
de todas as cidades, villas e outras povoações do continente do reino, ilhas e ultramar,
monumentos e edificios mais notaveis, tanto antigos como modernos;
biographias dos portuguezes illustres antigos e contemporaneos, celebres por qualquer titulo, notaveis
pelas suas acções ou pelos seus escriptos,
pelas suas invenções ou descobertas; bibliographia antiga e moderna; indicação
de todos os factos notaveis da historia portugueza, etc., etc.

OBRA ILLUSTRADA

COM CENTENARES DE PHOTOGRAVURAS

E REDIGIDA

SEGUNDO OS TRABALHOS DOS MAIS NOTAVEIS ESCRIPTORES

POR

ESTEVES PEREIRA e GUILHERME RODRIGUES

VOL. V — N-P

LISBOA

JOÃO ROMANO TORRES & C.A — EDITORES

CASA FUNDADA EM 1885

Premiada com as medalhas de ouro da Exposição do Rio de Janeiro de 1908
e da Cruz Vermelha de Hespanha

*Composição e impressão*: Rua Alexandre Herculano, 70 a 76

1911

# PORTUGAL

## N

**Nabaes.** Pov. e freg. de S. Cosme, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 144 fog. e 627 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 20 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Gouveia á Guarda. A casa de Mello apresentava o prior, que tinha 200$000 réis de rendimento. Dizem que o seu nome provém de haver ali grande abundancia de nabos. A terra produz muito centeio, algum trigo e milho, muita hortaliça e de mais mediania. Cria bastante gado, sobretudo cabras e ovelhas. Tem muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Achete, conc. e distr. de Santarem. || Santo André, de Escariz, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Feitos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Mamede, de Seara, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Nabainhos.** Povoações nas freguezias: Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || Santo Isidoro, de Mello, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

**Nabal Velho.** Pov. da freg. de Santa Marinha, de Valdozende, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

**Nàbam.** Antigo direito que pagavam os pescadores, nos portos alheios. Era um peixe por cada barco, qualquer que fôsse a sua lotação. El-rei D. Manuel isentou os pescadores do Porto d'este tributo, quando deu foral novo áquella cidade. Era muito antigo ali este tributo, com o nome de *nábulo*, provavelmente alatinisação de *nábam*, pois consta da doação que em 922 fez D. Ordonho II ao bispo resignatario de Coimbra, D. Gomado, e ao mosteiro de Crestuma, onde o bispo estava recolhido: *Dedit ipse Rex, et ipsi Comites, Nabulum, et Portalicum de Dorio, in die Sabbati, de Portu de Aljuvirio, et per tolos illos postus, usque in illa foce de Dorio, ubi cadit in mare.* Na carta em que D. Affonso V fez conde de Vianna de Camiuha ao capitão e governador de Alcacer, Africa, D. Duarte de Menezes, em 1450, diz: «E lho fazemos mercê do nosso direito de Nabão, e Malatosta, que os barcos de fóra pagam, quando vem pescar aos mares e rio da dita villa» (Vianna.)

**Nabancia.** Antiga cidade que existiu a E do rio Nabão, em frente da moderna cidade de Thomar. Segundo uns, o seu nome é derivado do rio Nabão, que então se chamava *Naban*, e queria dizer *cidade de Naban;* segundo outros, foi o rio que se chamou *Naban*, por passar em Nabancia. Attribue-se a fundação d'esta cidade aos túrdulos, 480 annos antes de Christo; porém varios escriptores sustentam ser esta cidade fundação romana do anno 110 da era christã, no tempo do imperador Trajano. Justifica esta opinião o nome da cidade, que mais parece romano do que túrdulo ou celta. Nada se sabe d'esta cidade até ao anno 631 ou 632 da era de Christo, em que estava occupada pelos gôdos, sendo então rei Sisinando, que occupava o throno gothico, pela deposição de Flavio Swintila, filho de Flavio Ricaredo I. E' d'esse anno que data a lenda de Santa *Eyria*, *Eria*, *Iria* ou *Irene*, porque de todas estas fórmas se vê escripto este nome nos autores antigos. (V. *Portugal*, vol. III, pag. 298.) Havia aqui dois conventos, ambos da ordem de S. Bento, fundados em 610 por S. Fructuoso, que depois foi arcebispo de Braga. Um era de frades, e estava situado no logar onde hoje é a egreja de N. S.ª dos Olivaes, que se diz ser a mesma do mosteiro, no tempo da cidade de Nabancia. O outro era de freiras, o qual se julga que estivesse no local onde se vê hoje o mosteiro de freiras da ordem de S. Francisco, junto ao rio Nabão. Parece que os habitantes de Nabancia resistiram aos moiros em 716, porque estes arrasaram, não ficando pedra sobre pedra, e assim esteve deserta e abandonada por 443 annos, até que, em fevereiro de 1159, D. Affonso Henriques fez d'ella doação ao mestre da ordem do Templo

D. Gualdim Paes, e aos seus cavalleiros, que a vieram povoar. Era o quartel, ou mosteiro dos templarios, distante 12 k. ao N de Nabancia, n'um castello chamado *Céra*, e depois *Céras*. Não agradava, porém, aos templarios o castello de Céra, não só porque estava muito arruinado apezar dos concertos que lhe tinham feito, como tambem por não ser do seu gosto o local. Buscaram então outro, e examinando as ruinas de Nabancia, se contentaram d'este logar, e no monte que ficava na margem opposta do rio, a O, principiaram a edificar o castello no 1.º de março de 1160, segundo consta d'uma inscripção em latim, que está na parede a que encostam as escadas que sobem para o adro da egreja do castello. A inscripção diz que esta obra teve principio na era de 1198, que corresponde ao anno de 1160 da era christã. V. *Thomar*.

**Nabantino** *(D. Victor Felicissimo Francisco)*. Monge da ordem de S. Bruno, o ultimo que professou no convento da Cartuxa, de Evora, antes da suppressão das ordens religiosas. Nasceu em Thomar nos primeiros annos do seculo XIX. Em 1834, por motivo da referida suppressão, retirou-se para Italia, e foi filiar-se no convento da Cartuxa, de Roma. Passou depois para a Cartuxa de Napoles, com o titulo de vigario. Em 1856 assistiu ao capitulo geral da sua ordem, celebrado em Grenoble, e foi encarregado de obter do rei de Napoles a restauração do convento de Santo Estevão na Calabria, que fôra a ultima morada do patriarcha S. Bruno, empenho que alcançou. Fal. annos depois obscuramente no seu convento napolitano, sem nunca ter voltado a Portugal. Escreveu: *Compendio do Desejoso, e por outro nome Espelho de Religiosos, composto por um monge da ordem do Doutor Maximo, traduzido do castelhano em portuguez*, Lisboa, 1833. Traduziu depois este livro na lingua italiana, que publicou em Napoles, em 1841; *Elogio senza l'A del glorioso Brunone, primo institutore del celebre ordine Cartosino*, Napoles, 1840; *Compendio da dignidade episcopal; composto por D. Diogo Simanca, bispo primeiramente de Ciudad-Rodrigo, e depois de Badajoz; traduzido do latim em portuguez com algumas notas, por D. Victor, etc., monge professo da real Cartuxa de Evora, e vigario da real Cartuxa de Napoles*, Napoles, 1843, etc..

**Nabão.** Rio da Extremadura, no distr. de Santarem. Nasce a E d'Alvaiazere na serra de Ancião, ou monte *Tapego*, cujo nome tinha ao principio, mudando-o em seguida para o *Rio Secco*, e pouco depois para o de *Rio Arneiro*. Tem uma boa ponte de pedra de um só arco, na *Granja dos Frades*, proximo do Thomar, a das *Ferrarias* ao S, feita por Ayres do Quental, cuja estatua se vê junto da ermida de S. Lourenço, e a linda *ponte da Cidade*, proximo da antiga Nabancia. São seus confluentes os rios Ceiça, Murta, Pias, Barqueiro, Louzan e Bezelga; entra no rio Zezere, pela margem direita, e vão ambos reunidos desaguar no Tejo, junto da villa de Constancia. Em varios pontos, as margens do rio Nabão são muito amenas e pittorescas.

**Nabeiros.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

**Nabo** *(P. Antonio)*. Theologo e canonista, capellão e secretario do cardeal infante D. Henrique. N. em Arraiollos, e fal. em Lisboa, em 1592. Escreveu: *Ceremonial e ordinario da Missa, e de como se hão de administrar os Sacramentos da Santa Madre Egreja;* etc., Lisboa, 1568. E' traducção do latim; saiu sem o nome do traductor.

**Nabo** *(Diogo de Brito)*. Capitão, que por ter perdido alguns proventos com a queda do governo castelhano em 1 de dezembro de 1640, entrou em 1641 na conspiração do marquez do Villa Real. Sendo denunciado foi posto a tormentos, e depois suppliciado no Rocio.

**Nabo.** Pov. e freg. de S. Geus, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Flôr, distr. e bisp. de Bragança; 75 fog. e 345 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 1 k. da séde do conc. e está situada entre duas ribeiras, na estrada de Villa Flôr á Torre de Moncorvo. O reitor de S. Bartholomeu de Villa Flôr apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua, e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

**Naboangongo.** Vasto territorio situado a O do conc. de Encoge e a S E do de Ambriz, na prov. d'Angola, Africa Occidental. E' atravessado pelos rios Lifune e Hongo, e formava uma das 6 divisões do territorio dos Dembos, com as quaes tantas Inetas tem sustentado as armas portuguezas. O dembo de Naboaugongo acommetteu o presidio de S. José de Encoge em 1759, logo depois da sua fundação, foi submettido e prestou vassalagem a Portugal em 1794.

**Nabril.** Antiga cidade da Lusitania, na actual provincia do Douro. Estava situada na falda NO da serra de Midões, e perto da villa assim chamada. Não se sabe se já tinha este nome no tempo da sua existencia. Tem-se ali encontrado cippos com inscripções romanas. Junto ao sitio onde consta ter sido o assento d'essa cidade, está o logar da Povoa de Midões, e proximo a elle existiu uma ponte romana. V. *Midões*.

**Nacca.** Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Quiongo, 11.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Naceiros.** Pov. da freg. de Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Nachinolá.** Pov. e regedoria do conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, na India. Tem escolas, e aguas mineraes.

**Nacomba.** V. *Aldeia de Nacomba*.

**Nadadouro.** Pov. na freg. de S. Pedro e conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

**Nadaes.** Pov. na freg. de S. Martinho, de Escapães, conc. da Feira, distr. do Aveiro.

**Nadaes de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. do Vizeu.

**Nadorá.** Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, regedoria de Revorá, no conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, na India.

**Nadrupe.** Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

**Nafarros.** Pov. na freg. de S Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

**Nagar-Avely.** Praganã ou div. do distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. E' composta d'uma villa e 62 aldeias. Está encravada nos dominios inglezes, o é a maior e a mais importante parte de Damão. Fórma um conc. que tem a sua séde em Paço d'Arcos, villa que foi constituida por

decreto de 11 de fevereiro de 1885 na antiga aldeia de Silvassá, tendo sido a mesma séde, até áquella data, na aldeia de Dadrá. As aldeias que compõem o conc., pertenciam ao rajá de Pernem; 65 passaram ao nosso dominio a 10 de julho de 1783, e as restantes em agosto de 1785, mediante os respectivos contratos. Ao principio eram administradas pelo Estado, e depois fôram postas em praça, resultando d'esta deploravel medida a fuga de muitos colonos, que não podiam supportar as violencias dos arrematantes, e occorrendo a devastação das riquissimas mattas da praganã, postas a saque pelos arrendatarios. Em 1860, depois de muitas queixas e representações, o governo do reino resolveu annullar os contratos d'arrendamento e reassumir a administração das terras do conc., mas sem grande proveito para o Estado ou mesmo para os naturaes. E assim as mattas de Nagar-Avely, ou desappareceram, como a de Naroly, devastadas pelos machados dos industriosos, ou continuaram a jazer n'um estado lamentavel. Por sua banda, a agricultura tambem tem sido muito descuidada A praganã está situada a SE das outras praganãs em que o districto se divide, e inteiramente separada do primitivo territorio portuguez de Damão, sendo a distancia entre a sua aldeia mais visinha e aquella praça de cêrca de 20 k. O conc. confina a L com os territorios do rajá de Dharampur, ao S com a parte superior do rio Salcantor, tributario da margem esquerda do Damougangá, até ao monte de Gumbirgurh, a O com o rio que nasce proximo de Gumbirgurh até Valgão, d'onde segue, pela divisoria d'aguas entre a bacia do Damongangá e a do Calém, até Poa Gandna, onde atravessa para a margem direita do Calém, acompanhando a até proximo do Moti Borli; ao N, a linha limitrophe da praganã corre sensivelmente a ENE, passando proximo das Aldeias de Caxigão, Fulandy, Marcal, Varda e Pala. Junto d'esta ultima segue por L o curso do Coileque, confrontando com os dominios de Dharampur. As florestas de Nagar-Avely produzem pau rosa, teca, moreta, sissó, calicauti e outras madeiras preciosas.

**Nagarxem.** Pov. do conc. de Canácona, Novas Conquistas, no districto e arceb. de Gôa, India.

**Nagas.** Rio ou esteiro da Guiné, Africa Occidental. Sae do rio de Farim ou de S. Domingos, separa a ilha de Cacheu do territorio dos balantas, e entra no Oceano por quatro bocas differentes, que são o rio de Jatta a O, o Empernal a E, o rio das Ancoras entre as ilhas de Jatta e de Bussis, e o esteiro do Pico entre a ilha de Bussis e de Bissau. Tambem é chamado *Balantes*. || Pov. de gentios situada a pequena distancia do rio das Nagas, na Guiné, Africa Occidental.

**Nagoà.** Pov. da freg. de Verná, no conc. de Salsete-Angediva, no distr. e arceb. de Gôa, India. || Freg. da Santissima Trindade, do conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa E' uma das mais antigas povoações christãs da India. A egreja foi edificada em 1560, e reedificada em 1679. Tem escolas. Constitue uma regedoria, abrangendo a pov. de Arporá || Pov. da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Sauto André de Brancavará, do conc. de Diu, na India.

**Nagomo.** Territorio da circumscripção de Sena, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem minas d'ouro.

**Nagorcém-Palolém.** Regedoria do concelho de Canácona, distr. de Gôa, na India.

**Nagorgão.** Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Pertence ao commando militar de Valpoy, na prov. de Satary.

**Nagosa.** Villa e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 97 fog. e 382 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A villa dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, proximo da margem esquerda do rio Tedo. O vigario do Castello apresentava o cura, que tinha 30$000 réis de congrua e o pé d'altar. A freguezia é fertil em milho, centeio, trigo, vinho, azeite, castanha, hortaliças, fructas de espinho e caroço, e legumes. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

**Nagosella.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Treixedo, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

**Nagosello.** Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 228 fog. e 648 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Douro. O abbade de S. João da Pesqueira apresentava o cura, que tinha o pé d'altar e 50$000 rs. de congrua. A pov pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

**Nagovem.** Pov. do conc. de Quepem, Novas Conquistas, no districto e arceb. de Gôa, India.

**Naguelim.** Pov. da Ilha de Gôa, no conc. das Ilhas, distr. e arceb. de Gôa, India.

**Naguem.** Pov. do conc. de Sanquelim, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica na estrada de Sanquelim a Quelgate. || Aldeia da regedoria de Molcorném, no concelho de Quepém, districto de Gôa, na India. || Aldeia da circumscripção militar de Valpoy, na prov. de Satary, distr. de Gôa, na India.

**Nahareca Ossuo.** Pov. e jurisdicção do reino de Luca, na ilha de Timor, Oceania.

**Naia.** Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Maximinos, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Carvalhas, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Pedro, de Cesar, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. e distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Gaifar, conc. de Poute do Lima, districto de Vianna do Castello. || Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, de Morreira, conc. e distr. do Braga. || Santa Maria, de Moure, conc. de Barcellos, do mesmo districto.

**Naibaga.** Pov. do conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica na margem esquerda do rio de Tiracol, proximo de Pernem.

**Naiká Padi.** Pov. da praganã de Maer, no conc. e distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. Fica ao sul do rio Sandalcalo e pertence á regedoria de N. S.ª dos Remedios.

**Naiquinim.** Povoação na circumscripção de

Batti, do commando e concelho de Sanguém, distr. de Gôa, na India.

**Nallará.** Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André, de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

**Namacaso.** Monte da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica ao N do Zambeze e faz parte da cordilheira que separa a bacia hydrographica do Chire da do Revugo, e serve de limite aos territorios luso-inglezes.

**Namarraes.** Povo selvagem e aguerrido da costa oriental d'Africa, pertencente á grande raça dos macúas. Depois de derrotados em varios combates pelo capitão Mousinho d'Albuquerque em 1896, fôram de novo reduzidos á obediencia á autoridade portugueza.

**Nambia.** Pov. da freg. de S. José, na 3.ª div. de Quinzenza, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Namego.** Ilha do archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Namitenze.** Confluente da margem esquerda do rio Zambeze, no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Namly.** Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no districto e arcb. de Gôa, India.

**Namma.** Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação do Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Namorada.** Pov. da freg. de S. Nicolau, de Mazarefes, concelho e districto de Vianna do Castello.

**Namorado** *(Antonio Fausto)*. Cirurgião-mór do exercito; cavalleiro das ordens d'Aviz, da Torre e Espada, de Nossa Senhora da Conceição; condecorado com as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar, cavalleiro da ordem de Izabel a Catholica. N. em Extremoz a 26 de agosto de 1821, fal. em 5 de janeiro de 1904. Era filho de Antonio Joaquim Namorado, cirurgião militar, um dos bravos que serviu na legião portugueza, commandada pelo marquez d'Alorna, e de sua mulher, D Marianna Carolina Amalia d'Oliveira. Concluiu o curso da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, aos 21 annos de edade, com a classificação de louvor e distincção, e publicou a sua these em 1842, a qual tinha por titulo o *Tratamento sobre os pés tortos*. Nomeado cirurgião ajudante de infantaria n.º 12 a 19 de agosto do anno de 1842, foi transferido a 28 de março de 1843 para infantaria n.º 7, e n'este regimento servia, quando se deu o golpe de esta do de 6 de outubro de 1846. Tendo-se o seu regimento collocado ao lado da Junta do Porto, teve que marchar para ahi sob o commando do conde das Antas, e durante 8 mezes passou pelas maiores vicissitudes, dando sempre provas de maior patriotismo. Em consequencia dos relevantes serviços que prestou, a Junta o elevou a cirurgião mór, mas esta promoção não foi mantida, e mais tarde, a 12 de outubro de 1847, o governo o collocou em caçadores n.º 2. Em 1848 desenvolveram se na guarnição de Lisboa ophtalmias granulosas, e então, fôram grandes os serviços, que Antonio Fausto Namorado, como clinico, prestou no hospital da Estrella, no Instituto Ophtalmico, á Cruz dos Quatro Caminhos, no hospital da Boa Hora, em Belem, e no presidio de S. Jorge. Em 1856, na occasião em que a cholera-morbus assaltou o regimento de artilharia n.º 2, aquartelado em Elvas, foi para ali transferido, sendo logo indicado pelo Conselho de Saude para tomar a direcção do hospital militar. Por decreto de 18 de janeiro de 1882 foi promovido a cirurgião de brigada para a 2.ª divisão militar, e em 3 de outubro de 1891 reformado no posto de general de brigada.

**Namorado** *(Francisco Antonio)*. Foi visconde de Santo Ambrosio. V. *este titulo*.

**Namorado** *(Joaquim Antonio d'Oliveira)*. Cirurgião-medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. N. a 25 de fevereiro de 1839, sendo filho do medico militar Antonio Joaquim Namorado e de sua mulher, D. Marianna Carolina Amalia d'Oliveira. Aos 15 annos de edade matriculou-se na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, e ali fez, sem interrupção, o seu curso de 1855 a 1860, defendendo a these inaugural em outubro d'esse anno, a qual tem o titulo de *Panaricio*, mas não se imprimiu. Foi nomeado medico substituto das cadeias civis de Lisboa, e da casa da correcção em 1877, e sub-delegado de saude substituto em 1878. Desde 1866, em successivas reeleições, algumas em lucta junto da urna com adversarios influentes, foi vereador da camara municipal de Lisboa, desempenhando funcções em quasi todos os pelouros. O dr. Joaquim Namorado foi o proprietario d'um dos primeiros postos medicos que se estabeleceram em Lisboa. Durante a epidemia da febre amarella, em 1857, sendo ainda estudante de medicina, prestou serviços n'um hospital provisorio, estabelecido na rua de Santo Ambrosio (casa que depois comprou de sociedade com seu irmão, o visconde de Santo Ambrosio), e por isso lhe fôram concedidos o habito da Torre e Espada e a medalha humanitaria da camara municipal. O dr. Joaquim Namorado tem collaborado em diversos jornaes, principalmente a respeito de questões municipaes e de hygiene. No *Courrier de Lisbonne* inscriu uma serie de artigos ácêrca da salubridade publica. Em 1864 fundou, com o já mencionado visconde de Santo Ambrosio, seu irmão, um jornal com o titulo de *Noticiario Portuguez*, seguindo pouco mais ou menos o programma do *Diario de Noticias*, mas passado tempo mudou para o nome de *Diario Popular*, sendo a sua propriedade transferida para outras pessoas. E' casado com D Luiza Maria Coutinho. Escreveu: *Algumas considerações sobre as casas de correcção e cadeias civis de Lisboa*, Lisboa, 1877.

**Namorado** *(José Joaquim)*. General de divisão reformado. N. em 1 de outubro de 1824, sendo filho do cirurgião militar Antonio Joaquim Namorado e de D. Marianna Carolina Amalia de Oliveira Namorado. Em 1836, com pouco mais de 12 annos de edade, matriculou se no primeiro anno da Academia de Marinha, e tendo sido creada a Escola Polytechnica, concluiu o curso de navegação, e observatorio astronomico, seguindo depois o curso de engenharia militar, alcançando o primeiro premio pecuniario em fortificação, e o segundo em architectura Em 1842 foi despachado alferes alumno paisano e concluindo o curso de engenharia em 28 de julho de 1845, despachado alferes effectivo para caçadores n.º 9. Reformou se depois, em abril de 1883, no posto de general de divisão. Tinha a commenda da

ordem d'Aviz, e da de Izabel a Catholica, de Hespanha. Serviu como engenheiro nos trabalhos da companhia dos canaes da Azambuja em 1846; engenheiro chefe da secção de Extremoz, na estrada de Lisboa a Elvas, desde 1849 a 1851; e director das obras publicas do districto de Beja desde 1851 a 1857. Fez parte da commissão de defeza de Lisboa ao sul do Tejo desde 1860 a 1868; sub-director do Real Collegio Militar desde janeiro de 1872 a abril de 1874, e desempenhou outras differentes commissões de engenharia militar, sendo por fim inspector da arma na 4.ª div. mil. em 1876, e depois na 1.ª div. des de 1876 até á data da sua reforma. Foi deputado na legislatura de 1875 até 1879. Collaborou em varios jornaes sobre differentes assumptos militares e politicos. Escreveu um poema allusivo á batalha das linhas d'Elvas, com o titulo de *A Elveida*, Lisboa, 1872.

**Namorados.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja. || N. S.ª da Annunciação e conc. de Mertola, do mesmo districto.

**Namuli.** Notavel grupo orographico da região montanhosa situada entre o delta do Zambeze e o Rovuma, Africa Oriental. São montes que fórmam no seu conjuncto um dos mais bellos territorios elevados de toda a Africa, conforme o affirmaram viajantes nacionaes e estrangeiros. O grupo d'estes picos eleva-se sobre um pedestal de cêra de 700 m. acima do nivel do mar, tendo por ponto culminante o pico Namuli, quasi inaccessivel, com 2:700 m. d'altitude e rodeado por outros picos como o Malesani, o Miruli e o Mresi, cujas altitudes variam entre 2:000 a 2:500 m. A vegetação que cobre estes montes é deveras luxuriante. O clima é salubre e temperado. Tem origem n'este agrupamento o rio Licungo e varios affluentes do Lurio.

**Nandei.** Pov. do sobado de Chaluvahula, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nandua.** Pov. do sobado de Mahama, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nandufe.** Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 157 fog. e 574 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada n'um valle proximo do rio Dinha. O abbade de Cannas de Sabugosa apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil em todas as producções agricolas do paiz; cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha muita caça miuda. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. N'esta pov. ha uma importante fabrica de lacticinios, pertencente ao sr. visconde de Nandufe, o sr. Antonio Coelho Rodrigues Vianna.

**Nancly.** Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica proximo da margem esquerda do rio Velus. Pertence á circumscripção militar de Valpoy, da provincia de Satary.

**Nanhande.** Pov. da div. e conc. do Humbe, no distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nano.** Vasto territorio que se estende ao SE do distr. de Benguella entre Caconda e as terras do Huambo, prov. d'Angola, Africa Occidental. E' muito cortado de rios, cujas aguas vão ao Cunene, e occupa uma grande zona no planalto da Africa austral. O major Serpa Pinto visitou-o quando da sua viagem através da Africa. Os costumes dos povos de Nano, assim como a lingua que falam, são eguaes aos dos habitantes do valle de Quillengues. Trabalham o ferro com que fabricam as suas armas, e dão-se á agricultura. São muito aguerridos e de quando em quando assaltam os povos visinhos para os roubarem. As raparigas, emquanto virgens, usam nos artelhos umas manilhas de verga de pau, e é um grande crime o uso indevido d'essas manilhas. Em todas as povoações do Nano ha uma especie de kiosques para conversação. São cubatas de tecto de colmo onde os indigenas se reunem, sentados, e contam uns aos outros os episodios das suas caçadas e das suas guerras, tendo primeiramente accendido ao centro da cubata a indispensavel fogueira. || Uma das divisões do concelho de Novo Redondo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nanodêm.** Pov. da circumscripção militar de Coddal, na provincia de Satary, distr. de Gôa, na India.

**Nanorem.** Rio do conc. de Sanquelim, no distr. e arceb. de Gôa, India. E' um affluente do rio Madei. Nasce nos contrafortes dos Ghattes, corre do N para o S, e entra no rio Madei pela margem direita. || Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa.

**Nanpucua.** Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nantes.** Pov. na freg. de Villar de Nantes, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

**Nanuz.** Pov. do conc. de Sanquelim, antiga prov. de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na margem direita do rio Madei. Tinha uma fortaleza construida por um rajá em tempos remotos, e d'ella fizeram o seu quartel-general as raues e os maratas, quando da sublevação de 1895-1896. A autoridade superior do distr. mandou-a arrasar quando as forças do reino commandadas por sua alteza senhor D. Affonso occuparam Satary, sendo ao mesmo tempo incendiadas as gazás gentilicas. Pertence á circumscripção militar de Valpoy.

**Não.** Cabo na costa de Marrocos, fronteiro do archipelago das Canarias. Nas cartas modernas tem o nome de *Nun*, *Noun* ou *Nant*. Na costa occidental da Africa, para onde primitivamente se dirigiram os olhares inquietos e prescutadores do infante D. Henrique, ficava o cabo Não. Tal era o terror que elle inspirava aos maritimos, tão supersticiosos n'essas afastadas epocas, que era vulgar entre elles o proverbio: «Quem passar o cabo Não ou voltará ou não.» Quando depois do regresso da fatal jornada de Ceuta, o infante estabeleceu a sua residencia em S. Vicente (o *Promontorium sacrum*, dos antigos), e mandou navios á cata de descobertas, os primeiros que partiram, dobraram o famoso cabo indo além d'elle 60 legoas até tocarem no Bojador. Parece que os primeiros marinheiros portuguezes que o transpuzeram fôram os cavalleiros da casa do

infante João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira. Uma tempestade, porém, de tal maneira os acossou que os arrojou para longe da costa, fazendo-os andar perdidos. Foi n'essa situação tão embaraçosa e difficil para os dois arrojados navegadores que, em seguida a alguns dias de navegação incerta, perfeitamente á ventura das vagas, descobriram a ilha de Porto Santo, ponto de partida para a descoberta da Madeira. Apezar de alguns historiadores, e entre elles Galvão, Faria e Sousa, Damião de Goes, etc., pretenderem que fomos nós os primeiros que dobraram o cabo Não, está demonstrado que, antes dos portuguezes, já outros aventureiros o tinham transposto. E a prova está em que as Canarias já tinham sido descobertas, não podendo os expedicionarios ter ido por outro caminho que não fôsse o d'aquelle cabo. Segundo a relação deixada por um escriptor citado pelo visconde de Santarem no seu curioso livro: *Recherches sur la priorité de la decouverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique au delá du cap Bojador*, pag 171, houve um frade hespanhol que visitou Marrocos, Azamor, Safi, Gazulla, e passando o cabo Não, metteu-se n'um bote percorrendo toda a costa dos moiros, chamada plagas arenosas, até ao cabo Bojador, limitando se depois a reconhecer as ilhas que ficavam para aquém do temeroso cabo. O cabo Não era, portanto, conhecido. Conhecido e temido, o que é natural, pois todos suppunham que o mundo terminava n'aquellas paragens, e que, tentar ir além, seria provocar a colera divina. Quando o infante se dispoz a iniciar as descobertas maritimas, conhecia de sobejo a existencia do cabo. E tanto o conhecia que o mandou dobrar, convencido de que a façanha não seria espantosa, visto outros marinheiros o terem já transposto. Os marinheiros tambem o conheciam, e a prova está em que o temiam, repetindo o aphorismo acima citado. O que póde, pois, affirmar-se é que, no tempo do infante, os nauticos portuguezes limitavam as suas viagens até ao cabo Não, que era o ponto extremo a que tinham chegado, e que os primeiros portuguezes que o dobraram, cumprindo as ordens de seu amo, fôram os referidos João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, que, tendo heroicamente combatido em Ceuta, valentemente se portaram em 1418, quando chegaram até perto do Bojador, façanha brilhante que remataram com a conquista da Madeira. O Bojador foi dobrado mais tarde, em 1434, por Gil Eannes. V. *Portugal*, vol. II, pag. 368.

**Naoblos.** Montes do conc. e distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Ficam proximos da costa, e pouco para o N da foz do rio Cuanza.

**Napier de S. Vicente** *(Carlos Napier, visconde e conde do Cabo de S. Vicente, e conde de)*. Almirante inglez e almirante honorario da marinha portugueza; gran-cruz da ordem da Torre e Espada; membro do parlamento de Inglaterra, vice-almirante e cavalleiro da ordem do Banho; cavalleiro das ordens de Maria Thereza d'Austria, de S. Jorge da Russia, e da Aguia Vermelha da Prussia. N. em 1785, falleceu em 1860. Entrando na vida maritima aos 13 annos de edade, assignalou-se nos cruzeiros organisados contra os navios francezes; em 1805 foi nomeado tenente do *Corajoso*, embarcação franceza para a captura da qual havia contribuido, e tres annos depois, regressando da campanha contra as Antilhas dinamarquezas sustentou com a corveta franceza *Diligente* um combate, em que ficou gravemente ferido. Em 1809 tomou de assalto o forte Eduardo na Martinica, e concorreu para a tomada da *Hautpoul*, nau de linha, sendo por este feito promovido ao posto immediato. Mandado em 1810 para a Peninsula veiu embarcar na costa de Portugal, e reunindo-se ao exercito de Wellington, assistiu á batalha do Bussaco, e esteve nas linhas de Torres Vedras. Desde 1811 até 1814 andou cruzando no Mediterraneo, aprisionou muitos navios mercantes, bombardeou a cidade de Sapri e apoderou-se da ilha de Pouza (1812). Posteriormente fez em 1814 uma campanha contra os Estados-Unidos, tomou parte no ataque de Alexandria e de Baltimore, e sendo depois da paz collocado na disponibilidade, foi em 1829 nomeado commandante da fragata *Galatea*, com a qual veiu cruzar nas costas de Portugal, sendo durante essa commissão que Napier fez os seus primeiros ensaios de navegação a vapor. Em seguida partiu para a India, e logo que regressou a Inglaterra, em 1831, foi mandado para os Açôres com o fim de proteger os subditos britannicos residentes no archipelago. Chegando a S. Miguel em principios de junho, quando já se havia feito de véla a expedição liberal destinada á conquista das ilhas de S. Jorge e do Pico, Napier, depois de conferenciar com o consul geral e com o vice almirante Prego, partiu para a ilha Terceira, onde se encontrou com o marquez de Palmella e José Antonio Guerreiro, membros da regencia, passando depois ao Faial que por esse tempo caiu nas mãos do conde de Villa-Flôr. Sympathisando com a causa dos defensores do throno de D. Maria II e voltando á Inglaterra, dedicou se ao estudo dos meios de fazer vingar as idéas d'esses nossos militares, e no jornal *United service* publicou em 1832 um artigo no qual se liam os seguintes periodos: «O unico methodo seguro de concluir a questão portugueza é entrar á queima roupa no Tejo e levar a capital d'assalto. As baterias que defendem o rio são, sem duvida, fortes, porém com vento de feição e uma forte corrente depressa ficariam inuteis. A artilharia portugueza ainda que altamente apreciada na guerra peninsular não tem tido n'estes ultimos tempos pratica sufficiente, nem todos os tiros acertam e d'esses mesmos poucos offendem o costado do navio, e repartindo as peças de artilharia em terra por todos os navios que fórmam a expedição não caberiam mais de seis tiros a cada um. Tambem se deve ter em consideração que em caso de revez qualquer numero de navios póde fundear no Tejo fóra do alcance das baterias de um e outro lado, e se com uma esquadra de 8:000 homens de tropa a bordo os habitantes de Lisboa se não levantarem em massa, não são a favor de D Maria, e n'esse caso aquella força desembarcando em qualquer parte de Portugal nunca poderia desthronar D. Miguel. Ainda com uma força maior não poderiam em primeiro logar sustentar uma guerra defensiva nas provincias do Minho e Douro, e por consequencia não é provavel que elles possam sustentar agora uma guerra offensiva com uma força menor.» Continuando sempre a interessar-se pela sorte

dos constitucionaes portuguezes, quando o duque de Palmella foi a Inglaterra nos fins de 1832 Napier apresentou ao nosso diplomata o seu plano de fretar uma duzia de vapores, embarear o exercito na Foz e entrar pelo Tejo dentro n'uma noite e decidir de vez a questão, fundando estas suas idéas em que a melhor parte do exercito de D. Miguel estava em volta das linhas do Porto, e portanto longe da capital, e que as continuadas sortidas feitas pelas tropas da rainha eram um inutil desperdicio de vidas sem de maneira alguma adiantarem o bom exito da causa em que andavam empenhados. O duque communicou para o Porto esse plano, mas o ministerio não o acceitando completamente, mandou a Londres um emissario, Rodrigo da Fonseca Magalhães, com uma carta para o nosso agente em Londres, o futuro conde da Carreira, encarregando-o de offerecer o commando da esquadra constitucional a Napier, e ao mesmo tempo uma carta para este escripta por Bernardo de Sá Nogueira (depois marquez de Sá da Bandeira) ministro da marinha. N'essa carta datada de 31 de janeiro de 1833, dizia Bernardo de Sá: «O projecto de entrar no Tejo parece-me impraticavel, pois ainda que os nossos barcos de vapor escapassem das numerosas baterias de terra, seria quasi impossivel poderem escapar á artilharia de mais de uma duzia de navios de guerra fundeados no rio. Parece-me que a parte da costa, onde nos seria mais util desembarear, é desde Peniche até Cascaes; depois segue-se a costa entre o Tejo e o Sado; depois d'isso temos Sines, costa do Alem tejo, talvez a mais facil para effeituar um desembarque, visto que tem poucos portos e não está bem guardada. Temos ainda as bellas praias do Algarve. Vós bem sabeis a maneira como trepámos sobre os rochedos de S. Jorge e S. Miguel, e é melhor ter ainda de trepar do que estar exposto ás baterias duraute o desembarque. Quanto ao vosso contrato para o serviço da rainha e á vossa viuda para esta, é preciso que haja n'isso o maior segredo. O sr. Magalhães portador d'esta carta vae encarregado de se entender com o sr. Lima e Mendizabal sobre este assumpto e particularmente comvosco.» A esta carta respondeu Napier declarando as condições com que acceitaria o commando da esquadra, e tratando em seguida das operações militares accrescentava: «Como presumo que a força actualmente reunida no Porto não é sufficiente para fazer um movimento para a frente, sem ser apoiada por um levantamento de povo, devem tomar-se immediatamente medidas para obrigar o inimigo a diminuir as suas forças em frente d'aquella cidade. Occorrem-me diversos planos; o primeiro e o melhor seria fretar dez vapores, embarcar todo o exercito, conduzil-o directamente ao Tejo e desembarear em Lisboa; isto exigiria fundos. O segundo é fazer entrar rapidamente a esquadra em Lisboa com 2:000 homens a bordo; isto, comtudo, só se poderia tentar com a certeza de que os habitantes eram favoraveis á causa; sendo bem succedidos tanto melhor, e no caso contrario ha um bom ancoradouro em Lisboa fóra do alcance da artilharia por todos os lados, e uma esquadra inimiga ali fundeada os obrigaria a levantar o bloqueio do Porto. Se nenhum d'estes planos se julgasse exequivel, embarear-se-iam na esquadra 1:000 ou 1:500 homens, e se effeituariam desembarques em differentes pontos da costa. Não tenho duvida de que facilmente seriamos senhores de Peniche, por exemplo, e isto faria chamar algumas tropas do bloqueio do Porto. Poderiamos fazer desembarques na bahia de Lagos, no Algarve, poriamos toda a costa em alarme, e estar senhor do mar é uma enorme vantagem que se deve aproveitar. Sendo o povo a favor, poderiam formar-se e armar-se corpos de tropa no Algarve, e isto seria de grandissimo proveito para a causa, servindo os 1:500 homens de nucleo a um exercito que marchando por todo o Algarve faria uma poderosa diversão.» Entretanto as circumstancias do Porto eram as mais criticas, e os amigos da causa da rainha em Londres estavam desanimadissimos, esperando a toda a hora receber a noticia da entrega da cidade. No meio d'estes apuros era impossivel arranjar dinheiro, mas informações da revolta das tripulações na esquadra liberal, então commandada por Sartorius, fizeram com que Abreu Lima se resolvesse a tentar um ultimo esforço, e indo ter com Napier decidiu o a tomar o commando das forças navaes de D. Pedro, e a preparar os meios de realisar um golpe de mão sobre o Algarve. O bravo official de marinha, levado do seu decidido amor á causa da Liberdade, desistiu dos seus antigos projectos sobre Lisboa, inclinou-se para a idéa de uma expedição ao Algarve, pondo como condição ser acompanhado por Palmella, que a esse tempo estava em Paris. Avisado o duque, regressou a Londres e este diplomata, Abreu Lima e Mendizabal, envidando todos os esforços trataram com incrivel ardor os preparativos indispensaveis, e no dia 28 de maio largavam de Falmouth para o Porto 5 vapores conduzindo a seu bordo o duque de Palmella e Mendizabal, 160 officiaes marinheiros e umas 322 praças dos batalhões inglez e belga, sendo Napier o chefe da expedição. Na noite do 1.º de junho surgiu Napier em frente do Porto, e desembarcando na Foz, encaminhou-se de madrugada para a cidade, onde foi recebido pelo imperador. Na manhã seguinte voltou Napier ao paço, e ahi na presença do marechal Solignac se tratou da necessidade de realisar promptamente uma operação decisiva, insistindo n'essa occasião ainda aquelle official no seu antigo plano de forçar a barra do Tejo ou de tentar um desembarque entre Peniche e Lisboa, para n'uma marcha rapida se apresentar a tropa ás portas da capital. Ficou a questão para se tratar n'um conselho militar, e reunido este debateram-se os quatro importantes pontos: 1.º Será conveniente embarear todas as tropas disponiveis e fazer com ellas um ataque decisivo sobre Lisboa? 2.º Será melhor embarear 2 ou 3:000 homens e fazer com elles um ataque sobre algum ponto distante da capital e do Porto? 3.º Deve ser Villa Nova atacada por um desembarque feito na retaguarda? 4.º Deve effeituar-se um ataque na retaguarda das linhas inimigas ao norte da cidade? Discutiram-se attentamente todas essas hypotheses, e afinal a maioria do conselho optou pelo parecer de Napier, que propunha que se abandonasse a Foz, se limitassem as linhas unicamente á defeza do Porto, e com a maxima força da gente de que se pudesse dispôr se fôsse com ella fazer um ataque subito sobre Lisboa. Napier recebeu antes a sua patente de vice-al-

mirante e o commando da esquadra, que se compunha de tres fragatas: *D. Pedro* (50 peças), *Rainha de Portugal* (de 46), e *D. Maria II* (de 42), corveta *Portuense* (de 20), e brigue *Conde de Villa Flor* (de 18), consistindo a guarnição em mil e tantas pessoas, entre officiaes e marinheiros. Napier, trocando então o verdadeiro nome de Carlos de Pouza para commemorar o seu velho feito de armas na Italia, ao qual acima nos referimos, e principalmente para illudir as leis inglezas que lhe vodavam sob pena de perda da patente, entrar ao serviço estrangeiro sem permissão do seu governo, foi tomar posse do commando e dispôr tudo para o embarque da expedição. Entretanto voltava de novo a indecisão sobre o plano que se devia seguir nas operações, Solignac fez por um instante acceitar a sua idéa da partida de uma divisão de 5:000 homens para Lisboa, e depois resolveu-se que D. Pedro e Solignac ficassem no Porto enviando-se para o Algarve uma expedição mais pequena. Como o marechal era contrario a esse projecto, demorou-se o embarque das forças, e o almirante, desconfiando do que se passava, fez signal telegraphico para terra, dizendo que não era certamente esse o modo de ganhar a causa da rainha. *Vem soldados ou não?* perguntou elle; *A' vista da resposta procederei.* As demoras continuavam, os dias 9 e 10 passaram-se sem mais decisão de embarque, e o almirante no dia 11 declarou para terra *que se não embarcava a tropa, immediatamente arrearia a sua bandeira e seguiria sem demora para Inglaterra.* N'este aperto convocou-se um novo conselho militar, e n'elle se decidiu finalmente que não se podendo mandar para fóra do Porto sem risco de perder esta cidade uma divisão de 5:000 homens, forçoso era recorrer ao emprego de uma pequena expedição de 2:500 homens, que se destinaria ao Algarve, e n'esse mesmo dia foi esta resolução communicada a Napier por uma carta de D. Pedro. A tropa destinada á expedição começou o embarque no dia 12, estava toda a bordo no dia 14, e no immediato fôram recebidos pelo almirante o duque da Terceira, nomeado commandante da expedição, e o duque de Palmella, nomeado governador civil provisorio, para reger os territorios que fôssem entrando na obediencia da rainha. Só no dia 20 já por noite pôde a expedição terminar os seus arranjos, e feito o signal de despedida começaram os vapores a levantar ferro durante a noite, e a esquadra reunida com os vapores fez se de véla pelas 7 horas da manhã do dia 21, seguindo o rumo do sul com vento de bonança e mar de feição. No dia immediato avistou Peniche, aproximou-se depois ao cabo da Roca, para chamar sobre aquelle ponto a attenção do governo de Lisboa e distrail o do verdadeiro ponto de desembarque, dobrou na noite de 23 o cabo de S. Vicente, e foi seguindo pela costa do Algarve, d'onde alguns fortes perto dos quaes passava, lhe fizeram alguns tiros. Pelas 3 horas da tarde de 24, estava a esquadra em frente da praia escolhida para o desembarque, entre o forte de Cacella e o Monte Gordo, a duas leguas proximamente de Tavira, e ahi sem o mais pequeno desastre ou contratempo, saltaram em terra as tropas do duque da Terceira, que como é sabido, 30 dias depois entravam na capital do reino. Effeituada essa operação seguiu a esquadra para Faro, d'ahi passou á bahia de Lagos, e no dia 5 de julho encontrou-se com a esquadra miguelista, ganhando ahi a importante batalha do Cabo de S Vicente (V. *S. Vicente*). Napier foi por esse brilhante feito elevado a almirante, e agraciado com o titulo de visconde do Cabo de S. Vicente, por decreto de 10 de julho 1833. Partindo na direcção de Lisboa, mas tendo de luctar com os ventos contrarios só no dia 24 de julho pôde chegar á foz de Tejo, onde com grande espanto seu foi informado do abandono da capital pelos miguelistas, e da sua occupação pelas tropas do duque da Terceira. Depois d'isto cooperou Napier para pôr Lisboa a coberto dos ataques dos miguelistas, concorreu até certo ponto com as suas forças navaes para as victorias ganhas pelos constitucionaes nas linhas da capital, e tendo indo a Setubal e a Lagos cuidou em dispôr esses pontos, de modo, que prestassem efficaz auxilio ás operações militares das tropas de D. Pedro. N'este meio tempo levantaram-se desintelligencias um tanto graves entre o almirante e o ministro da marinha; serenadas, porém, um pouco essas discordias, obteve Napier a faculdade de poder operar livremente nos portos de mar, e dirigindo-se a Setubal no dia 16 de março de 1834, e tomando a marinhagem e soldados das guarnições dos navios de guerra, endireitou a prôa ao norte até ir parar junto do cabo Mondego. Impossibilitado d'acommetter a Figueira pela difficuldade que a resaca lhe oppunha ao desembarque da mais pequena porção de gente em qualquer ponto da costa, continuou viagem para a foz do Minho, e ahi se apoderou de Caminha. Dias depois entrava o almirante em Vianna do Castello, e Ponte do Lima e a praça de Valença entregava se-lhe egualmente no dia 4 d'abril, ficando d'este modo na obediencia do regimen constitucional essa importante região de Portugal. Depois d'esta curta mas decisiva campanha, voltou o almirante a Lisboa e fazendo se novamente ao mar nos principios de maio, foi entrar na Figueira no mesmo dia em que o duque da Terceira vindo do norte chegava a Coimbro, apoderou-se de Ourem, e estava para se reunir ás forças do duque da Terceira quando este ganhando a batalha da Asseiceira deu o ultimo golpe na causa do absolutismo, e pôz termo á guerra civil que havia tantos annos durava em Portugal. Concluida a lucta aggravaram-se mais e mais as desintelligencias entre Napier e o governo portuguez, porque o almirante, conscio da sua proficiencia militar o dos serviços que havia prestado, não se conformava a miude com a sujeição ao ministro, o este não podia de modo algum ceder da autoridade e funcções que segundo as leis lhe eram commettidas, e afinal no dia 15 d'outubro arreou o seu pavilhão, e retirou-se para Inglaterra, sendo-lhe concedida a exoneração que pedira dos cargos de commandante em chefe e de major general da armada. A carta regia em que a rainha concede ao almirante a exoneração, declara como é justo os brilhantes serviços que elle prestou á causa liberal, a camara dos pares e a dos deputados votaram lhe publicos agradecimentos, e o illustre vencedor da esquadra miguelista, ao deixar o nosso paiz, recebeu ainda de D. Pedro IV o titulo de conde do Cabo de S. Vicente por decreto de 17 do abril de 1834, titulo que posteriormente lhe foi trocado no de conde Napier de S. Vicente por decreto de 7 de

dezembro de 1842. Recebeu tambem a grã-cruz da ordem de Torre e Espada. Escreveu: *Guerra da successão em Portugal*, que se acha traduzida na nossa lingua; a *Guerra da Syria*, *A marinha, o seu passado e o seu presente*, collecção de cartas no *Sun* e no *Times*, e uma auto-biographia intitulada *A minha vida*, que foi publicada em 1856.

**Napoleão dos Santos** *(Alfredo)*. Pianista-compositor, mais conhecido pelo nome de *Alfredo Napoleão*. N. no Porto a 31 de janeiro de 1852, sendo filho de Alexandre Napoleão, italiano, e de D. Joaquina Maria dos Santos. Alexandre Napoleão veiu para Portugal ainda muito novo, emigrado, e estabeleceu-se no Porto como professor de musica. Além de Alfredo Napoleão, teve mais dois filhos: Arthur Napoleão, notavel pianista, e Annibal Napoleão, musico compositor (V. *os artigos seguintes*.) Alfredo Napoleão tinha apenas um anno quando falleceu sua mãe, e como seu pae estava em Londres, ficou entregue aos cuidados de sua avó materna residente em Villa Nova de Gaia. Em 1858 seu pae mandou-o buscar, e ensinando-lhe os primeiros rudimentos, confiou-o aos cuidados do illustre professor Mr. Wood, que tinha sido discipulo do maestro Moschelles. Wood, que era casado com uma senhora portugueza, teve de ausentar-se para Lisboa, e fundou aqui um collegio. Alfredo Napoleão acompanhou o mestre, e com elle se conservou até 1868, anno em que foi para o Brazil no intuito de seguir a vida commercial, sob a protecção d'um brazileiro de muita influencia ao seu paiz. Até 1869 esteve empregado n'um estabelecimento de pianos, não deixando, comtudo, de proseguir nos seus estudos. N'aquelle anno apresentou-se ao publico fluminense n'um concerto realisado no theatro Lyrico, ao qual assistiu o imperador D. Pedro II. Tendo obtido grande exito emprehendeu uma digressão artistica pelo Rio Grande do Sul, Rio da Prata, etc., permanecendo durante seis annos em Buenos-Ayres e Montevideu exercendo o professorado. Em 1879 voltou ao Rio de Janeiro, e percorreu as provincias do norte do Brazil, demorando-se dois annos em Pernambuco, onde deu lições de piano. Em 1882 veiu a Portugal, e realisou differentes concertos em Lisboa e no Porto, merecendo do publico e da critica as mais calorosas referencias. Partindo para Londres e Paris, onde foi egualmente muito apreciado pelos mais eminentes criticos musicaes, voltou em 1889 ao Rio de Janeiro, e ali se demorou alguns annos, emprehendendo nova viagem artistica a Portugal em 1893, e regressando depois ao Rio de Janeiro no mesmo anno. Por essa occasião deu uma serie de concertos em todo o continente sul-americano. Em 1899 veiu fixar a sua residencia no Porto, sua terra natal, onde se conservou, exercendo a sua profissão de professor de piano, passando em 1906 a Lisboa onde deu alguns concertos. As suas grandes qualidades de artista não se affirmaram sómente como executante, os seus trabalhos de compositor, que são numerosos, attestam a grande competencia que lhe deu um logar especial entre os musicos do seu tempo. Mencionaremos os seguintes: *Phantasia sobre o Rigoleto; Variações sobre o Carnaval de Veneza; Polonaise*, para piano e orchestra; *1.º concerto em mi bemol; Tableaux* (suite); *Ballada; Sketches; Preludio e fuga; Caprice* (phantasia); *Souvenirs; Sonata em sol; Grande sonata em dó menor; Rondeau; Estudos classicos* (serie de); *Ouverture symphonique*, para grande orchestra; *Suites de piano e flauta; 2.º concerto em dó menor; Romanzas; 3.º Concerto em ré; Pêle-mêle* (suite) publicada n'uma importante casa allemã, e que comprehende as seguintes peças: *Bagatelle; Sur le Tage* (ballada); *Marche de noces; Enfant dô* (berceuse); e *Valse Caprice;* outra collecção comprehendendo os tres romances *Un loir de printemps*, *Le Rêve* e *Exhaussée*.

**Napoleão dos Santos** *(Annibal)*. Musico-compositor, irmão dos distinctos pianistas Alfredo e Arthur Napoleão. N. no Porto a 3 de janeiro de 1845, fal. em Lisboa em 1880. Recebeu de seu pae as primeiras lições, estudando depois na Irlanda com o professor Sproule; realisou differentes concertos no Porto e em Lisboa, onde se estabeleceu como professor, e indo em 1869 para o Brazil, fez-se ouvir no Rio de Janeiro, percorrendo todas as provincias do norte. Em Pernambuco casou com a filha do empresario Amat. Regressando ao Rio de Janeiro abriu um curso musical, mas como se não désse bem com o clima, voltou para Lisboa, onde falleceu. Deixou differentes trabalhos, entre os quaes citaremos: *Souvenirs de jeune âge; Je t'aime*, etc. As composições, que escreveu, fôram publicadas pela casa editora de musicas, que seu irmão Arthur Napoleão possue no Rio de Janeiro.

**Napoleão dos Santos** *(Arthur)*. Notavel pianista, mais conhecido pelo nome de *Arthur Napoleão*, irmão de Alfredo e de Annibal Napoleão (V. *os artigos antecedentes*). N. no Porto a 6 de março de 1843. Aprendeu musica com seu pae, e tantas aptidões revelou para o piano que aos 7 annos de edade dava o seu primeiro concerto no theatro de S. João, perante um publico que enthusiasticamente o applaudiu. Os poetas da epoca cantaram-n'o em odes apaixonadas, e os jornaes, em artigos cheios de sinceridade, prophetisaram á intelligente creança um futuro radioso e brilhante. Tocou depois nas salas da Philarmonica. O seu primeiro concerto fôra o seu baptismo artistico. Veiu para Lisboa, e foi apresentado no paço das Necessidades, tocando na presença da rainha D. Maria II, d'el-rei D. Fernando, e de toda a côrte, que o applaudiram com o maior enthusiasmo. El rei D. Fernando tambem recebeu particularmente o juvenil artista, tecendo-lhe os maiores elogios. No theatro de S. Carlos realisou então alguns concertos. Foi depois para Londres, acompanhado de seu pae, e na grande capital da Inglaterra estudou com o notavel professor sir John Ella, ao tempo director de Music-hall Union, e deu um concerto na presença da rainha Victoria, que afagou e beijou o joven artista, que em tão verdes annos vibrava de commoção ao interpretar as obras dos grandes mestres. O lord mayor fez-lhe um presente valioso. Partiu depois para Paris, e ali recebeu lições do grande Henri Hertz, pianista notavel e proprietario do importante estabelecimento musical conhecido em todo o mundo pelo seu nome. Realisou tambem em Paris um concerto no palacio das Tulherias, na presença do imperador Napoleão III e da côrte franceza. Percorreu depois as grandes capitaes estrangeiras. Esteve em S. Petersburgo, Varsovia, Berlim, Leipzig, Vienna d'Austria, Dinamarca, etc. Em Berlim foi o grande Meyerbeer quem o apresentou na côrte;

em Weimar o abbade Litz tambem o ouviu, tecendo lhe elogios. Foi uma viagem verdadeiramente triumphal. N'esses grandes centros da arte, o joven pianista recebeu sempre as maiores acclamações e applausos, consagrando lhe os jornaes da especialidade artigos elogiosos. Em 1855 passou ao Brazil; tinha então 12 annos. O publico acudiu em massa aos concertos em que tomava parte, e durante muito tempo Arthur Napoleão foi o alvo de todas as attenções. Terminada essa viagem artistica, emprehendeu uma digressão aos Estados Unidos, ás Antilhas, a toda a America, causando em toda a parte admiração a precocidade genial do joven pianista. Em Cuba, uma das pessoas que mais o admiraram foi o grande pianista e compositor Gottschalk. Arthur Napoleão nunca esqueceu as horas agradaveis de convivencia artistica que passou com Gottschalk. Regressando a Portugal, pouco se demorou, pois que em 1858 voltou ao Brazil. Tornando mais tarde a Lisboa, de novo partiu, em 1868, para o Rio de Janeiro, onde fixou a sua residencia como professor de musica e proprietario d'um grande estabelecimento de musicas, que sob a sua intelligente direcção, largamente prosperou, sendo o primeiro no seu genero que existe n'aquella cidade. Em 1871 casou com D. Livia de Avellar, senhora pertencente á primeira sociedade fluminense. Em 1889, sentindo saudades da patria, veiu a Portugal, e realisou alguns concertos em Lisboa e Porto, que obtiveram enorme successo. Enviuvando, Arthur Napoleão casou em segundas nupcias, em 1904, com uma distincta senhora brazileira, viuva do dr. Honorio Ribeiro, continuando sempre á frente do seu estabelecimento. De quando em quando realisa um concerto, sendo sempre muito applaudido. A lista das composições do illustre pianista é muito longa, revelando todas grande valor artistico. Da sua mocidade ha a destacar a musica que escreveu para o drama lyrico de Furtado Coelho e Joaquim Serra, *O Remorso vivo*, representado com grande exito no Rio de Janeiro e provincias. Citaremos as seguintes composições: phantasias sobre as operas *Traviata*, *Africana*, *Guilherme Tell*, *Luiza Miller*, *Trovador*, *Arco de Sant'Anna*; a valsa do *Fausto*, etc. Dos trabalhos originaes mencionaremos: *Souvenir de jeunesse*, *Les jongleurs*, uma serie de 12 peças, como titulo de *Soirées intimes*; outra serie denominada *Soirées do Rio*, da qual faz parte a *Gavotte imperiale*, trabalho admiravel de originalidade e delicadeza; *Ouverture* de concerto; uma serie de 12 estudos artisticos; differentes trabalhos de orchesta, contando-se entre elles a grande *Marcha Camões*, expressamente escripta para as festas do centenario do grande poeta, realisadas no Brazil em 1880; etc. N'esta familia Napoleão é notavel a tendencia especial para o jogo do xadrez, que é um dos jogos mais difficeis. Arthur, bem como seus irmãos Alfredo e Annibal, propuzeram uma serie de problemas que estão reunidos no livro que Arthur Napoleão publicou, e tem por titulo *Caissana braziteira*. Os principaes problemas, contidos n'este livro, pertencem a Arthur e a Alfredo Napoleão. Ainda sobre este jogo publicou outros trabalhos, que fôram muito elogiados pelos competentes no assumpto.

**Napoles.** E' appellido nobre, tomado da cidade e antigo reino de Napoles. Passou a Portugal na pessoa de D. Estevão de Napoles, filho do infante D. João de Napoles, no reinado de D. Affonso IV. Achou se na batalha do Salado, em 30 de outubro de 1340. Foi seu filho Leonardo Estevão de Napoles, que o mesmo soberano fez seu vassalo, e lhe deu o senhorio das villas de Ceia e Penella, da cidade de Coimbra, e de toda a Veiga de Santa Maria, pelo que muitos dos seus descendentes tomaram o appellido de Veiga. As suas armas são: Escudo esquartelado: no primeiro quartel, em campo sanguinho, uma aguia de ouro estendida; no segundo, em campo azul, tres flôres de liz de ouro, e assim os contrarios; timbre, a aguia do escudo.

**Napoles e Lemos** *(Thomaz Metello de Mello e Napoles, visconde de)*. Titulo concedido por decreto de 19 de junho de 1905. Este titular reside em Freixedo do Torrão.

**Napoles Manuel** *(José de Lemos de)*. Presidente do concelho de Moimenta da Beira, deputado em diversas legislaturas, governador civil do districto da Guarda, etc. N. em Sarzedo, povoação do referido concelho, a 23 de fevereiro do 1842, sendo filho de José de Napoles Ferreira de Castro e de D. Maria de Menezes Pitta de Lemos Escreveu: *Flôres silvestres, poesias*, Coimbra, 1868.

**Naquery.** Pov. da regedoria de Araully, no conc. de Quepem, Novas Conquistas, no distr. e archipelago de Gôa, India.

**Narbassos.** Antigos povos da Lusitania. Julga-se que habitassem nas immediações da actual villa de Freixo de Espada á Cinta, na provincia de Traz-os-Montes. Ptolomeu diz que eram visinhos dos *vacceos (Horum interiora tement Vaccaei)* e estes habitavam em *Terras de Miranda*. Ptolomeu trata dos narbassos na 2.ª *Táboa da Europa*, cap. 6.º, na descripção da chancellaria de Braga.

**Narciso** *(José Antonio)*. Pintor do seculo XVIII. N. em Lisboa em 1731, fal. em 1811. A sua especialidade era tectos e ornatos Estudou perspectiva sob a direcção de Simão Gomes dos Reis, natural de Pernambuco. Foi encarregado de pintar as galeotas reaes. Pintou um grande numero de tectos de egreja, sem que se tornasse notavel. Distinguiu-se mais como scenographo, e quando se construiu o theatro de S. Carlos, foi encarregado de pintar as vistas, debaixo da direcção do architecto decorador Ignacio d'Oliveira, o continuou n'esse trabalho depois de ter chegado de Italia o scenographo Azzolini.

**Nariz.** Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc., com. e distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 200 fog. e 748 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 12 k da séde do conc. Foi do antigo conc. d'Eixo, hoje extincto, passando depois para o de Oliveira do Bairro, e em 18 de dezembro de 1872 ao de Aveiro. A terra é fertil e produz bom vinho. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

**Naroá.** Um dos principaes braços do rio Mandovy, no distr. de Gôa, India Separa a ilha do Chorão da do Divar, e com um outro braço chamado rio de Gôa separa os concelhos de Sanquelim e de Ponda. || Pov. da ilha de Divar, regedoria de S. Mathias, no concelho das Ilhas, distr. e arceb. de Gôa, India. || Pov. do concelho de Sauquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. do Gôa. Está edificada proximo do rio Naroá.

**Naroly**. V. *Noroly*.

**Narvaes**. Familia hespanhola que passou a Portugal. Tem por armas: Em campo vermelho cinco flôres de liz de prata, postas em santôr; timbre, uma das flôres.

**Nasce d'Agua**. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Sezures, conc de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Mamede, de Matta Moirisca, concelho de Pombal, districto de Leiria.

**Nascedios**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Azinheira de Barros, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Caeem, do mesmo districto. || S. Thiago, do mesmo conc. e districto.

**Nascente** *(Monte do)*. Na freg. de S. Thiago, de Anha, conc. e districto de Vianna do Castello.

**Nascentes**. Pov. na freg. do Espirito Santo e conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, distr. de Lisboa.

**Nascimento** *(D. Aureliano do)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, no convento da Graça de Lisboa, e depois conego regrante no convento de S. Vicente de Fóra. Doutorou-se em theologia na Universidade de Coimbra, e foi prior da freguezia de Baleizão de Beja. Falleceu em 1834. Escreveu: *Defeza da verdade contra o procedimento injustissimo com que se tem tratado, tanto a doutrina como a pratica da communhão quotidiana fundada na palavra de Deus escripta e tradita pela deducção de todos os seculos da Egreja*, etc., Lisboa 1822. Houve quem lhe attribuisse as *Cartas*, que em 1822 sairam com o nome de *Ambrosio ás direitas*, em que se pretendiam refutar varias doutrinas do *Cidadão Lusitano*, do abbade de Medrões, Innocencio Antonio de Miranda.

**Nascimento** *(Francisco Manuel do)*. Presbytero secular, mais conhecido pelo nome de *Filinto Elysio*, que adoptou depois de ter usado o de *Filinto Niceno*, escriptor e poeta. N. em Lisboa a 23 de dezembro de 1734, na rua da Ferraria da freguezia de S. Julião, como elle declara n'alguns logares das suas obras, ou em 21 do referido mez e anno, como consta da certidão authentica, extrahida do assento do seu baptismo, á vista do livro competente, que existia na respectiva egreja parochial antes do terremoto de 1755. Falleceu em Paris a 25 de fevereiro de 1819, com pouco mais de 84 annos de edade. Dedicou se á vida ecclesiastica, e era thesoureiro collado na egreja das Chagas de Christo, pertencente á confraria dos mareantes, quando lhe aconteceu a desventura que para sempre o exilou da patria. Até então a sua existencia fôra obscura, sendo mesmo pouco conhecido como poeta, quando o destino o lançou n'uma existencia aventurosa, que lhe deu profundo desgosto, mas que lhe deu tambem a immortalidade. Apezar de ecclesiastico, era muito influido com as idéas philosophicas da França, no seculo XVIII, e falava na sociedade desassombradamente em questões de orthodoxia, quando em 22 de junho de 1788 foi denunciado á Inquisição por um clerigo do arcebispado de Braga, que residia então em Lisboa, chamado José Manuel de Leiva, declarando que lhe ouvira certas proposições heterodoxas, ou mal soantes. O tremendo tribunal ordenou immediatamente que o prendessem. No dia 4 de julho dirigiu se a casa d'elle pelas 5 horas da manhã um familiar da Inquisição, mas Francisco Manuel do Nascimento conseguiu fugir por uma escada interior, buscando refugio no palacio do conde da Cunha, passando depois para casa do negociante francez, seu amigo, Timotheo Lamman Verdier, onde esteve escondido 11 dias, partindo no dia 15 para o Havre n'um brigue francez, indo para bordo disfarçado, levando ás costas um grande cesto de laranjas. Depois d'uma viagem trabalhosa de 27 dias, chegou ao Havre seguindo logo para Paris, onde entrou em 15 d'agosto. Viveu ali alguns annos na maior miseria, sómente com os minguados recursos da sua penna. Em Lisboa havia publicado em 1768 a traducção do *Antigono em Thessalonica*, de Pedro Metastasio, com o pseudonymo de Marcelino da Fonseca Minc's Noot, que é o anagramma do seu nome Francisco Manuel do Nascimento. Com o mesmo pseudonymo publicou tambem em 1768 a traducção do *Entremez* intitulado: *O Cinto magico do sr. João Baptista Rousseau*. Em Paris fez muitas traducções, e ensinou a lingua portugueza, o que não lhe dava grandes lucros. Em 1792, Antonio Araujo de Azevedo, mais tarde conde da Barca, que era então nosso embaixador na Hollanda, o chamou para seu secretario particular. Viveu então 5 annos em Haya, dizendo sempre mal dos hollandezes, e declarando que nunca poderia aprender a sua negregada lingua. Em 1797, quando Araujo de Azevedo foi a Paris para tratar da paz de Portugal com a França, Francisco Manuel do Nascimento acompanhou-o, viveudo então, ora em Paris, ora em Versailes, ora em Choisy. Em 1783 publicou a traducção da *Pucelle*, de Voltaire, e em 1798 reuniu as suas composições n'uns poucos de volumes, com o titulo de *Versos de Filinto Elysio*. Por esse tempo tambem publicou a traducção da *Segunda guerra punica*, e em 1802 a do poema *Oberon*, de Vieland, a qual foi feita sobre uma edição franceza, e não sobre o original allemão. Em 1803 publicou uma *Ode*, que fez tal escandalo em Lisboa, onde se distribuiu, que o intendente da policia Pina Manique a mandou supprimir, condemnando a dois annos de degredo para Angola quem possuisse qualquer exemplar em seu poder. Em 1803 tambem publicou em portuguez e francez a *Verdadeira historia de Armindo e Florisa*, com o titulo: *Aventures d'Armindo et de Florise, histoire véritable, écrite en France 1588, por Rodrigue Marques, l'un de ses parents; avec le texte portugais*, Paris, 1803. A sua vida, que fôra sempre amargurada, não melhorara, e tanto mais que, segundo elle proprio conta, foi duas vezes roubado por creadas, uma que o fez penhorar pelo que lhe não devia, e outra porque lhe fugiu levando quanto pôde apanhar. Em 1814 publicou a traducção das *Fabulas*, de Lafontaine, e em 1816 a dos *Martyres*, de Chateaubriand. Em 1817, um livreiro do Porto, chamado Domingos Ribeiro França, foi a Paris, e tratou com Francisco Manuel do Nascimento a compra das suas obras completas, que effectivamente emprehendeu em Paris n'esse anno, concluindo-a em 1819, já depois da morte do autor. Esta edição compunha-se de 11 volumes, que sairam com o titulo: *Obras completas de Filinto Elysio, segunda edição emendada e accrescentada com muitas obras ineditas e*

*o retrato do autor*. Lê-se no *Diccionario Popular*, vol. VIII, pag. 379, ácêrca d'este escriptor e poeta: «Foi infeliz, é certo, e os seus infortunios deviam azedar-lhe o animo, mas não nos parece que o caracter do illustre poeta estivesse á altura do seu talento. Era sobretudo incontestavelmente ingrato. Citaremos differentes factos que o provam. O escriptor francez Sané traduziu varias poesias suas, e publicou as n'um volume com o titulo de *Poésie lyrique portugaise*, volume precedido de um estudo ácêrca da vida e escriptos do poeta portuguez. Esse estudo é extraordinariamente lisonjeiro para Filinto. Querem vêr como Filinto o apreccia? Começando pela noticia que lá dão do autor, digo que os elogios exorbitantes que dão ao poeta o enjoaram de modo que pediu a um amigo poderoso que atalhasse a impressão que então se fazia... Quanto á verdade historica da sua vida, entre algumas circumstancias sinceramente escriptas, vão entresachadas desmesuradas mentiras... Era assim que Filinto devia falar de um estrangeiro que não procurava senão ser lhe agradavel, que o fizera conhecido em França, e que se peccava era por excesso de louvor? Declarava-se Filinto enjoado com os elogios. Que singular modestia! que estranha humildade! Em 1804 Antonio de Araujo obtivera que a *Vida de D. Manuel*, traduzida por Filinto Elysio do original latino de Jeronymo Osorio, fôsse impressa em Lisboa por conta do governo, favor singular concedido a um proscripto. Longe de agradecer, Filinto não fez senão dizer mal dos erros de imprensa que maculavam o livro Quando o mesmo Antonio de Araujo lhe obteve licença para voltar á patria, Filinto declarou que não vinha senão no caso de lhe restituirem os bens que lhe haviam sido confiscados, querendo que se lhe concedesse como direito o que era apenas um favor. Effectivamente a prisão de Filinto, segundo o nosso modo de vêr hoje, era profundamente injusta, mas, segundo a legislação d'aquelle tempo, era o mais legal possivel. Finalmente quando Lamartine, que principiara a aprender portuguez com elle, lhe dedicou uma poesia esplendida que vem nas suas *Meditações*, Filinto ao falar d'essa poesia, não só mostra pouquissima perspicacia porque não adivinha n'esses versos, que Lamartine julgou dignos da inserção nas suas *Meditações* o que o eram effectivamente, a musa do cantor de Jocelyn, mas ainda se mostra mais uma vez ingrato falando com desdem d'esses versos enthusiasticos e declarando que lhes preferia muito uma ode de Alfreno!» Quando Lamartine o conheceu, Filinto Elysio, já era octogenario, e vivia com uma freira portugueza, que o tratava com muita dedicação e carinho. Assim o conta o grande poeta francez no commentario feito á *Meditação* citada, e que se intitula *La Gloire—A un poète exilé*. Francisco Manuel do Nascimento tinha uma constituição robustissima, que resistiu a todas as privações da sua vida angustiosa, chegando a avançada edade de mais de 80 annos, fallecendo afinal victima d'uma hydropesia do peito. O marquez de Marialva, então nosso ministro em Paris, que lhe valera durante a sua doença, lhe mandou celebrar exequias solemnes na egreja parochial de S. Filippe du Roule, fazendo tambem o enterro á sua custa. O seu espolio foi vendido por 12$000 réis. Em 1842, sendo ministro do reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, fôram por sua ordem trasladados os seus ossos para Lisboa, trazendo-os o conselheiro Filippe Ferreira de Araujo e Castro. Estiveram depositados n'uma das capellas do claustro interior da egreja da sé, até que pela portaria do ministerio do reino de 5 de março de 1845, fôram mandados pôr á disposição da camara municipal, que lhe construiu um tumulo no cemiterio do Alto de S. João para onde se trasladaram os ossos em 19 de junho de 1856, com toda a solemnidade. Este acto foi commemorado em quasi todos os jornaes politicos dos seguintes dias, tornando-se mais notavel o artigo escripto por Silva Tullio, que saiu na *Civilisação* de 20 do referido mez. Muitos escriptores nacionaes e estrangeiros teem escripto sobre Filinto Elyseo, dando noticias mais ou menos resumidas da sua vida; Garrett dizia, *que valeu só por si uma academia, e fez mais que ella;* Vallemain, no *Cours de Litterature*, pag. 676 da edição de 1840, chama-lhe *um dos melhores da Europa moderna*, etc. Diz um dos seus biographos: «Filinto Elysio, sem ser um dos primeiros poetas portuguezes, é comtudo um dos que honram a nossa litteratura, principalmente pelos serviços que prestou á boa linguagem portugueza, e pela belleza de muitas das suas odes e epistolas.» Francisco Manuel do Nascimento, publicou ainda: *Vida de Jesus Christo, conforme os quatro Evangelistas, posta em portuguez pelo Padre Francisco Manuel do Nascimento*, Lisboa, 1819; fez-se outra edição em Paris, 1847; *Odes ao Marquez de Marialva, e a José Maria da Costa e Silva*; sairam posthumas, em Paris, 1820, no jornal *O Contemporaneo*; *Ode aos portuguezes de animo condoido*, etc.; consta que saira impressa n'um papel solto, em 1808; não foi incluida nas *Obras*, mas acha-se reproduzida na *Revista Universal Lisbonense*, tomo III, pag. 31; *Ode a Alcippe em resposta*, etc; está impressa nas *Obras poeticas da Marqueza d'Alorna*, tomo I, pag. 185. No livro de versos, intitulado *Novas Rimas*, do poeta bracarense João Nascimento e Penha, vem a traducção da ode que Lamartine consagrou a Filinto Elysio, que acima citámos, com a indicação de *A um poeta exilado*, cujo primeiro nome apenas declara. Commentando esta ode (15.ª das *Prémières meditations poetiques*) diz Lamartine que o nosso poeta lhe ensinara, com os rudimentos da lingua portugueza, a admirar no original as bellezas de Camões. Filinto Elysio foi um dos poetas mais considerados do seu tempo, e a geração litteraria, que se lhe seguiu, dividiu-se em duas escolas: *Bocagiana* e *Filintista*.

**Nascimento** *(Gaspar do)*. Tenor e concertista. N. no Porto em 1856. Exercia a profissão de guarda livros quando, sentindo-se irresistivelmente attrahido para a vida do theatro, onde a sua bella voz o poderia tornar, senão um cantor notavel, pelo menos um cantor de apreço, começou a estudar com o tenor Salvini, que abandonara o palco para se dedicar ao ensino musical. Fez rapidos progressos, e a primeira vez que se apresentou em publico foi n'uma festividade da Ordem Terceira de S. Francisco, do Porto, na *Ave-Maria*, de Schubert, e causou tanto enthusiasmo que os seus amigos, não só o instigaram a seguir a carreira lyrica, como espontaneamente lho facilitaram todo o auxilio para completar os seus estudos. Tão lisonjeiramente animado,

Gaspar do Nascimento não hesitou em seguir a carreira de artista, e depois de estudar em Lisboa com o maestro Vellani, que lhe reconheceu tambem uma segura vocação, cuidou em aperfeiçoar a sua educação artistica. De Lisboa seguiu para Milão, onde completou os seus estudos, cantando por fim em theatros da Italia a *Favorita*, *Lucia*, *Regina de Golconda*, *Puritanos* e o *Fausto*. Como, porém, a vida do palco, se não coadunasse com o seu temperamento, fez-se concertista, iniciando esta nova carreira no Rio de Janeiro nos fins do anno de 1893. Depois fez-se ouvir em quasi todo o Brazil e em outros pontos da America do Sul: Manaus, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, etc. Esteve tambem em Montevideu, Buenos Ayres, etc. Em 1902 veiu a Portugal, onde chegou a 3 d'abril, deu concertos no Porto, Braga, Vianna do Castello, etc. Em Lisboa deu um concerto no salão do Conservatorio no dia 30 de novembro do referido anno, sendo sempre calorosamente applaudido. Voltou depois para o Brazil, onde se tem conservado.

**Nascimento** (*Fr. Joaquim do*). Religioso da ordem de S. Francisco, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural do Porto, sendo filho de Belchior Antonio Lopes. Doutorou-se em 29 de junho de 1823.

**Nascimento** (*Fr. José do*). Religioso da ordem de S. Jeronymo. N. em Lisboa, fal. no collegio de Coimbra a 16 de março de 1731. Era filho de Mathias Jorge e de Izabel d'Amorim. Professou no convento da Penha Longa, de Cintra, a 25 de dezembro de 1683, indo mais tarde para o convento de Belem, a 15 d'agosto de 1721. Foi doutor e lente da Universidade de Coimbra, tomando posse da cadeira de Durando a 24 de janeiro de 1726. Foi apreciado prégador. Deixou publicados 4 tomos de *Sermões*, e mais alguns avulsos.

**Nascimento** (*Fr. Manuel do*). Religioso franciscano da provincia da Conceição. N. em Villa Nova de Sub-Avô, na comarca de Vizeu. Professou em 20 de dezembro de 1717 no convento de S Francisco de Lamego, foi missionario no Brazil durante alguns annos, e voltando a Portugal foi commissario dos terceiros em Lamego e em Vizeu. D'elle ha impressos alguns sermões.

**Nascimento de Nobrega** (*Manuel do*). Nasceu na freguezia do Caniço, ilha da Madeira, a 31 de janeiro de 1840, sendo filho de Manuel Nobrega do Nascimento. Em verdes annos foi para os Estados Unidos da America, onde se dedicou á litteratura, servindo a empresa litteraria denominada *Tract society* de Fulton Street. D'ali passou á America do Sul, exercendo no Rio de Janeiro o magisterio em collegios publicos e particulares. Ensinava latim, francez, inglez e mathematica. Resolvendo-se sair do Brazil em 1872, veiu para Lisboa, onde conseguiu ser despachado para a cadeira de portuguez e francez do lyceu de Leiria. Escreveu: *Chave dos exercicios de applicação do methodo pratico da grammatica franceza*, Coimbra, 1876; *Methodo pratico da Grammatica franceza*. Collaborou em diversos jornaes do Brazil e de Portugal.

**Nasse**. Pov. na freg. de S. Gens, de Calvos, concelho de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga.

**Nateiro.** Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Magdalena do Mar, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Ilha de S. Miguel; pov. na freg. do Espirito Santo, de Maia, conc. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada.

**Natividade** (*Fr. Alberto da*). Religioso carmelita. N. em Evora, e professou no convento da sua ordem d'essa cidade. Foi mestre de Theologia na Universidade de Coimbra, e reitor do collegio do Carmo, tambem de Coimbra. Escreveu uma obra em latim com o titulo *De Justitia Dei*, que não chegou a imprimir-se.

**Natividade** (*Fr. André de*). Religioso franciscano da provincia d'Arrabida. N. em Setubal em 1605, e fal. no convento Alferrara, junto a essa villa, hoje cidade, em 30 de novembro de 1684. Professou no anno de 1624. Viveu em grande austeridade, maguando o corpo com disciplinas e cilicios; andava sempre descalço, e absteve se sempre de beber vinho. Passou 40 annos da sua vida na serra d'Arrabida em penitencia. Por ser muito instado consentiu em ser por seis mezes guardião do convento do Carmo de Lisboa. Escreveu: *Ceremonial, ou Ritual, para uso dos frades da sua provincia*, que se imprimiu em Lisboa, no anno de 1659.

**Natividade** (*Fr. Antonio da*). Religioso franciscano da prov. de Santo Antonio. N. em Arcos de Valle-de-Vez, e fal. a 6 de novembro de 1641. Professou no convento de Sauta Catharina da Carnota. Foi definidor e provincial, para que foi nomeado em 10 de fevereiro de 1636. Escreveu uma obra em latim, *Commentoriarum in Evangelia Festorum*, dedicada a D. Lourenço de Lima, visconde de Villa Nova da Cerveira, a qual, apezar de ter já todas as licenças precisas, não chegou a publicar se.

**Natividade** (*Fr. Antonio da*). Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. Lisboa, e fal. a 2 de novembro de 1665. Era filho de Duarte Ximenes e de Joanna da Veiga. Professou no convento da Graça, de Lisboa, em 16 de setembro de 1607. Foi lente de Philosophia e Theologia nos collegios da sua ordem, de Lisboa, Evora e Coimbra. Por muitos annos exerceu o cargo de capellão no convento da Penha de França, de Lisboa, de cuja imagem era muito devoto. Foi sepultado no pavimento da capella das Almas, pertencente á sua familia, no referido convento da Penha de França. Escreveu *Stromata Oeconomica totius sapientia flamine texta, sive de regimine domus*, etc., Olyssipone, 1653; Parisiis, 1656; *Sylva de suffragios, declarados, louvados, encommendados para commum proveito de vivos e defuntos*, Braga, 1635; foi traduzida esta obra em castelhano por fr. Diogo Noguera Agostinho, Madrid, 1666; *Montes de corôas de Santo Agostinho, n'elle e na sua eremitica familia recebidas*, Lisboa, 1663; contém a noticia abreviada dos religiosos da ordem, que se tornaram insignes em letras e virtudes; *Sermão nas exequias que os religiosos da ordem de Santo Agostinho fizeram na Sé de Lisboa pelo Ill.mo e Rev.mo sr. D. Rodrigo da Cunha, arcebispo da mesma cidade*, etc., Lisboa, 1643; *Tratado da devoção da Correia de Santo Agostinho*, etc., Lisboa, 1627. Deixou em manuscripto um *Tratado da fundação do convento da Penha de França*.

**Natividade** (*Fr. Antonio da*). Religioso da ordem de S. Bento. N. no Porto em 1637. Escreveu a seguinte obra, que não chegou a ser im-

pressa: *Luz da moral em que se declara a materia dos sacramentos.*

**Natividade** *(Fr. Francisco da).* Religioso menor da ordem de S. Francisco da prov. de Portugal, que viveu no seculo XVII. Foi lente de Theologia. Partiu para a India, e no convento de S. Thomé, de Gôa, dictou aos seus domesticos Philosophia. Deixou manuscriptos 2 tomos d'esta sciencia, e um *Itinerario da India Oriental, dividido em 4 partes.*

**Natividade** *(Fr. Francisco da).* Religioso da ordem de S. Paulo, 1.º eremita. N. na villa do Torrão em 1562, fal. no convento da Serra d'Ossa a 10 de julho de 1626. Professou no convento de Montes Claros. Foi prégador muito apreciado, reitor dos conventos de Elvas, Serra d'Ossa, e do collegio de Evora; definidor por 4 vezes, vigario geral por 3 vezes, e provincial. Escreveu: *Ordinario e Ceremonial da ordem segundo o uso romano nas missas e officios divinos*, etc., Lisboa, 1615, *Constituições da ordem de S. Paulo*, Lisboa, 1617.

**Natividade** *(Fr. Francisco da).* Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em Lisboa a 6 de outubro de 1635; fal. no convento de Lisboa a 6 de dezembro de 1691. Era filho de Matheus de Castro e de Maria Luiz. Aos 18 annos de edade professou no convento de Nossa Senhora de Jesus, de Lisboa, a 8 de setembro de 1653. Estudou Philosophia no convento do Mogadouro, e Theologia no collegio de S. Pedro, de Coimbra, cujas faculdades ensinou no mesmo collegio e no convento de Lisboa. Foi definidor e custodio da sua provincia. Deixou alguns manuscriptos, em que se conta o *Romance do Santo Christo*, que segundo diz Fr. Manuel do Cenaculo, nas *Memorias historicas*, pag. 113, foi varias vezes impresso.

**Natividade** *(Fr. Francisco da).* Religioso da ordem dos carmelitas descalços, chamado o *Latino*, pela perfeição com que sabia esta lingua. N. em Lisboa em 1648, onde tambem fal. a 16 de outubro de 1714. Era filho de Duarte Ferreira e de Izabel da Costa. Estudou letras humanas com o afamado mestre Antonio Fernandes de Barros Entrou na ordem carmelitana, no convento de Lisboa, a 2 de julho de 1661, onde professou a 22 de fevereiro de 1664. Applicou-se ás sciencias severas no collegio de Coimbra, e foi professor de philosophia no convento de Moura, e depois d'esta faculdade e de Theologia no convento de Lisboa, do qual foi prior, por nomeação de 8 de maio de 1688. Em 1686 partiu para Roma a assistir ao capitulo, que se realisava n'aquella cidade, em que se discutiam questões gravissimas sobre Theologia escolastica, dogmatica, moral, regular e mystica, jurisprudencia canonica e civil, medicina, philosophia, mathematica e musica. N'este concilio houve-se tão distinctamente que foi eleito provincial da provincia portugueza, cuja eleição o papa Innocencio X confirmou no 1.º de julho de 1886. Foi depois commissario, visitador geral e informador apostolico da mesma provincia. Em maio de 1703 tornou a ser eleito provincial, e no anno seguinte voltou a Roma ao capitulo que se realisou, e ali recitou varias orações latinas em honra do papa Clemente XI, de quem recebeu muitas provas de estima, sendo a principal o motu proprio passado a 5 de abril de 1705 para governar o quarto anno a provincia. Tambem exerceu o cargo de deputado da junta das missões. Fr. Francisco da Natividade foi um orador eloquente e bom poeta. Prégou na capella real por mais de 40 annos. Era um profundo theologo e philosopho. Escreveu: *Lenitivos da dôr propostos ao augusto e poderoso monarcha, el-rei D. Pedro II, na morte da serenissima rainha D. Maria Sophia Izabel*, etc., Lisboa, 1700. Publicou tambem varios sermões e orações funebres.

**Natividade** *(Fr. Francisco da).* Religioso da ordem de S. Bento, doutor em Theologia. Escreveu: *Reflexões moraes e politicas sobre as principaes obrigações do homem, para a instrucção da mocidade*, Lisboa, 1765; *Catecismo romano abreviado, ou novo compendio da doutrina christã, traduzido e accommodado para uso da mocidade portugueza*, Lisboa; fez-se uma nova edição já no seculo XIX, em 1833; *Sciencia dos costumes, ou Philosophia moral*, etc.

**Natividade** *(Fr. João da).* Religioso franciscano da prov. de Santo Antonio. N. na ilha de Moncorvo, e fal. no convento de Lisboa a 23 de outubro de 1652. Foi guardião do collegio de Coimbra, e definidor da sua provincia. Escreveu: *Sermão na quarta domingo do Advento, na occasião em que sua majestade el-rei D. João o IV se jurou por legitimo rei d'este reino*, Lisboa, 1641.

**Natividade** *(Fr. João da).* Religioso da ordem da Trindade. N. em Torres Vedras, e fal. em Lisboa a 26 de junho de 1709. Professou no convento de Lisboa, em 1675. Foi ministro nos conventos de Lagos e de Alvito. Era muito perito na arte musical, e compoz musica para duas comedias: *Los juegos olympicos* e *Tambien se ama en el abismo.* Tinha promptos para a impressão 3 volumes de *Sermões*, mas só se publicou uma *Oração funebre e panegyrica da rainha D. Maria Sophia.*

**Natividade** *(Fr. Jorge da).* Rellgioso franciscano da provincia de Santo Antonio. N. em Coimbra em 1632, fal. no collegio de Santo Antonio da Pedreira, da mesma cidade, a 18 de maio de 1709. Foi prégador muito apreciado no seu tempo, e por muitos annos exerceu o cargo de porteiro no referido collegio. Professou no convento de Lamego no 1.º de setembro de 1752. Escreveu umas *Centurias predicaveis dos evangelhos*, de que se imprimiu sómente o 1.º tomo, em 1698.

**Natividade** *(Fr. José da).* Monge benedictino; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, abbade do mosteiro da Bahia, e provincial eleito. N. no Rio de Janeiro a 19 de março de 1649, fal. no convento da Bahia a 9 de abril de 1714. Professou no convento de Santa Maria de Monserrate. Depois de receber na Universidade de Coimbra o grau de doutor, exerceu os cargos de abbade do mosteiro de S. Sebastião da Bahia e de presidente da provincia; foi eleito provincial, mas falleceu antes de ter tomado posse. Escreveu: *Sermão do gloriosissimo patriarcha e doutor Santo Agostinho, prégado na egreja de N. S.ª da Palma da Bahia*, Lisboa, 1685; *Oração funebre da trasladação dos ossos do ill.mo e rev.mo sr. D. José de Barros e Alarcão, primeiro bispo do Rio de Janeiro*, etc., Lisboa, 1703; *Sermão do patriarcha S. Francisco*, Lisboa, 171[illegible]. Deixou em manuscripto: *Consultas Canonicas Regulares e Moraes.*

**Natividade** *(Fr. José da).* Religioso da or-

dem de S. Domingos. N. em Lisboa a 29 d'abril de 1709, e parece que vivia ainda em 1759. Era filho de Manuel Ribeiro da Fonseca e de Eugenia da Natividade. Professou no convento de Azeitão em 30 de novembro de 1727. Foi prégador geral da sua ordem, commissario dos terceiros, etc. Continuou o *Agiologio dominicano*, começado por Fr. Manuel Guilherme e Fr. Manuel de Lima (V. *Portugal*, vol. III, pag. 871 e n'este vol. pag. 199), do qual publicou os tomos V, VI e VII. Escreveu mais: *Memoria historica da milagrosa imagem do Senhor dos Passos, sita no real convento de S. Domingos de Lisboa, e da creação e progressos da sua irmandade*, etc., Lisboa, 1747; *Fasto de Hymineu, ou historia panegyrica dos desposorios dos fidelissimo-reis de Portugal D. José I e D. Maria Anna Victoria de Bourbon*, etc., Lisboa, 1752.

**Natividade** *(Fr. Luiz da)*. Religioso franciscano da provincia de Portugal, leitor de escriptura no collegio de Coimbra e guardião em 1626, e no de Guimarães em 1636. N. em Pinhel, e fal. em Lisboa, em novembro de 1656. Era filho de paes nobres. Escreveu: *Divindade do Filho de Deus humanado, Jesus Christo, redemptor e salvador do mundo, mostrada nos encomios divinos com que a egreja catholica a festeja nos dias classicos de suas solemnidades. Com uma declaração sobre o pellote d'el-rei D. João I de boa memoria, intitulada: Retrato de Portugal castelhano, offerecido a el-rei D. João IV nosso senhor*, Lisboa, 1645. A segunda parte promettida no prologo, nunca se imprimiu, e julga-se que se perdeu. Fr. Luiz da Natividade declara na sua dedicatoria a D. João IV que fôra elle quem offerecera a sua magestade, *no principio da sua venturosa restituição ao reino*, um livro das plantas e desenhos das fortalezas de Portugal situadas na costa desde Galliza até Sevilha, e bem assim dois *Livros da fazenda real de Portugal e da India;* trabalhos do secretario Luiz de Figueiredo Falcão, já finado a esse tempo, e tio d'elle offerente; o que tudo el-rei recebeu com mostras de grande satisfação, etc. O 1.º e 3.º d'estes livros não se sabe que destino levaram; o 2.º foi publicado em 1859 pelo governo, que adquiriu o manuscripto. Deixou tambem muitas obras ineditas.

**Natividade** *(Fr. Manuel da)* Religioso do instituto dos mercenarios descalços. N. em Lisboa em 1549, e fal. em Fuentes a 29 de junho de 1629. Passando a Castella foi um dos primeiros que abraçaram o referido instituto dos mercenarios. Foi segundo provincial da provincia da Sicilia. Deixou varias obras theologicas incompletas, e um tratado de philosophia, que estava prompto para a impressão, mas que ficou inédito.

**Natividade** *(Fr. Miguel da)*. Monge da ordem de S. Bernardo. N. em Obidos. Professou no convento d'Alcobaça a 8 de setembro de 1658. Foi cantor-mór e mestre da capella no seu mosteiro d'Alcobaça, onde se guardavam com muita estimação as suas obras musicaes, contando-se como as mais importantes: *28 psalmos das Vesperas Cistercienses, compostas em diversos tons e em numero ternario maior*. Na bibliotheca de Evora consta que existem 7 villancicos d'este compositor.

**Natividade de Seixas** *(José da)*. Conego secular de S. João Evangelista. N. em Lisboa a 16 d'abril de 1661, fal. no convento dos Loios da mesma cidade em 29 de novembro de 1740. Era filho de Maximo d'Arruda e Seixas, e de Maria de Santo Antonio d'Oliveira. Professou no convento de Villar de Frades a 5 do setembro de 1679, com 18 annos de edade. Foi doutorado em Philosophia e Theologia na Universidade de Evora em 25 de novembro de 1696; examinador synodal do arcebispado de Lisboa e das tres ordens militares, e reitor do convento dos Loios, de Lisboa. Deixou uma collecção de 15 sermões, com o titulo de *Medalha Evangelica*, em 7 tomos, que se publicaram nos annos de 1706, 1708, 1712, 1715, 1718, 1722 e 1724. Escreveu tambem e publicou algumas obras theologicas em latim.

**Natule.** Pov. da capitania-mór do Mossuril, no distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Natura, Naturança** e **Natureza.** Direito de ser herdeiro de alguma egreja, mosteiro ou outro logar pio. Tambem a *ração, alimentos* ou dinheiro que por este direito pertencia ao natural. El-rei D. Diniz, em 1311, mandou que os ricos-homens, as ricas-donas, infanções, etc., *não fôssem desmesuradamente comer as Naturas e albergar-se no mosteiro de Vairão*. (Documento do mesmo mosteiro). D'um documento do mosteiro de S. Bento da Ave Maria, do Porto, de 1347, consta que *Martim Fernandes da Coynha renunciou á Natura, Comedoria, Casamento, Cavallaria e outro qualquer direito, que pudesse ter no mosteiro de Tarouquella*. Outros muitos documentos se referem ao direito da Natura.

**Natural.** Filho ou descendente dos padroeiros das egrejas ou mosteiros, que, como taes, se aproveitavam dos bens, que seus ascendentes haviam deixado aos mosteiros e egrejas. Por esta circumstancia tinham ali *comedoria certa*, ou ração determinada. N'um documento do mosteiro de Ferreira d'Aves, do 1.º de dezembro de 1315, lê se: «E o dito Lourenço Annes disse que el era Natural do dito Moesteiro, e que estava em posse de Comer; e que a ellas (ás freiras) nom queria fazer, nem fizera, força nenhua, mais porque lhe nom queriom dar de Comer; pero lho ante pedira, que el viera ao dito Moesteiro; e que tomara Vianda pera si, e pera sa gente, assi como El-Rey mandava. E que se lhe diziom que el nom era Natural, que el se faria Natural, por El-Rey, ou pelo Meirinho, quando lhe mister fosse: e que de todo estava em posse, e que assi o provaria. Porém as Donas protestavam que lhes fazia força, per que nom era Natural, nem Herdeiro, nem estava em Posse».

**Navaes.** Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Povoa de Varzim, distr. do Porto, arcb. de Braga, 327 fog. e 1:892 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 5 k. da séde do conc. As religiosas de Santa Clara, de Villa do Conde, apresentavem o vigario, que tinha 200$000 réis de rendimento. A terra é fertil, cria muito gado, e é abundante de peixe do mar, que lhe fica proximo. Pertence á 2.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

**Navagem.** Frete da embarcação, e o que se dá nas barcas de passagem. D'um arrendamento da camara de *Mem-Corvo*, feito em 1380, consta que o arrendatario devia ter a *Navagem do Porto do Pocinho* (Barca do Pocinho). Da mesma palavra se serviu el-rei D. Diniz, n'uma carta para a mesma camara, datada de 1289, falando n'aquel-

la barca. Em 1396, D. João I decidiu que *as Barcas, e Navegajens do Douro, desde o Porto Velho té defronte do Prêdo* (Peredo), *pertencerião ao concelho de Mem-Corvo; não obstante a Petição do Procurador da sua Real Fazenda.* (Documento da camara de Moncorvo).

**Navalha.** Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

**Navalhas.** Serra no distr. de Bragança. E' uma ramificação da serra de Angueira, nos limites da freg. de Avellanoso, concelho de Vimioso.

**Navalho.** Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 58 fog. e 225 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Esta freg. está annexa civilmente á de Abreiro. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada n'um valle. O commendador de Malta, de Poiares, apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

**Navalhos.** Serra da prov. do Douro, na freg. de S. Pedro do Paraizo, conc. de Castello de Paiva. E' bastante alta, e do seu cume se desfructa um vasto e pittoresco panorama, vendo se serras, bosques, penedias, valles, povoações, e a cidade do Porto, que lhe fica a 30 k. ao ONO. Ao pé d'esta serra passa a grande zona carbonifera de Paiva, e a estrada de Arouca para o Douro, que fica 5 k. a NO, assim como a estrada cruzando a antecedente, que vae de Cabeçaes para Sobrado de Paiva Esta serra é despida de arvores, e apenas produz carqueja e uma especie de urze, muito enfezada, a que chamam *queiroz.* Tem muitas pedreiras de quartzo (seixo) e algumas de schisto, muito friavel. Ha aqui muitos affloramentos de ferro.

**Navarra.** Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga, 84 fog. e 392 hab. A egreja parochial dista 7 k. da séde do conc. Foi vigararia, sendo o vigario apresentado pelo abbabe da freguezia de Santa Eulalia, de Crespos, e tinha de rendimento 40$000 réis. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

**Navarro.** Familia procedente dos reis de Navarra. As suas armas são. Em campo azul dois lobos de ouro passantes: orla vermelha com oito aspas de ouro.

**Navarro** (*Emygdio Julio*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, ministro de Estado honorario, deputado, jornalista, ministro plenipotenciario em França, etc. N. em Vizeu a 19 d'abril de 1844, fal. no Luso a 16 d'agosto de 1905. Era filho de Audré Navarro, natural de Alicante, Hespanha, e de D. Carlota Joaquina do Carmo Machado, natural de Guimarães. Revezes de fortuna obrigaram seus paes a sairem de Vizeu, tendo Emygdio Navarro apenas 9 mezes de edade. Esteve em Lamego e depois em Bragança, onde seu pae foi nomeado chefe da banda de caçadores n.º 3, de guarnição n'aquella cidade. Feitos os primeiros estudos matriculou-se no seminario de Bragança no intuito do seguir a vida ecclesiastica, por ser essa a vontade de seus paes. No seminario completou o 2.º anno do curso de Theologia, seguindo depois para Coimbra no proposito de se formar n'aquella faculdade. O moço estudante, não se sentindo com vocação para a carreira a que se dedicava só por condescendencia á vontade de seus paes, conseguiu convencel os a abandonal-a, e renovando os preparatorios, matriculou-se nas faculdades de Mathematica e de Philosophia, pensando formar-se em Medicina. Para não onerar os limitados vencimentos paternaes, empregava as poucas horas, que lhe ficavam livres do estudo, escrevendo as *sebentas*, que na mesma tarde vendia aos seus condiscipulos. Em 1862 deu-se um acontecimento, que alarmou a academia, obrigando-a a assumir uma violenta attitude de protesto. Por occasião do consorcio de el-rei D. Luiz I, em outubro d'esse anno, a academia pediu o chamado *perdão d'acto*, e o governo, sem francamente se declarara tal respeito, deu a entender que seria concedido. Chegada, porém, a occasião foi negado esse favor regio, o que indignou a academia. Era ministro do reino o duque de Loulé, e o movimento revolucionario ficou conhecido pelo nome de *Rolinada*, derivado de *Rolim*, um dos appellidos d'aquelle estadista e illustre fidalgo. Os estudantes viram n'aquella recusa uma deslealdade e falta de consideração, e debandaram em massa para o Porto, onde deram livre curso ao seu desgosto, convocando reuniões, em que os mais fogosos oradores se dirigiam ao governo em phrases audaciosas e revolucionarias. O governo, querendo manter a todo o custo o prestigio do poder, interveiu com energia, mas afinal tudo serenou com uma amnistia, que foi limitada, pois não abrangeu os actos. Emygdio Navarro perdeu, portanto, o anno, e não querendo voltar ás mesmas aulas, matriculou-se então na faculdade de Direito, e concluiu o curso em 1869, tendo sido um dos mais distinctos estudantes do seu tempo. A sua vocação para o jornalismo de ha muito se evidenciara, pois já em Bragança, cursando o semiuario, escrevia os seus artigosinhos. Em Coimbra publicou uma serie de artigos no *Conimbricense* sobre o drama em 5 actos, de Silva Gaio, intitulado *D. Fr. Caetano Brandão*, que se representou no theatro de D. Maria II com grande successo. N'esses artigos já se revelavam as qualidades de polemista muito apreciaveis, que mais tarde tanto o distinguiram. Depois, juntamente com Simões Dias, Lopes Praça, e outros estudantes da Universidade mais em evidencia, fundou *A Academia*, semanario que, no tumulto e indisciplina da vida coimbrã, foi de grande destaque pelo brilho da collaboração e franqueza das opiniões. Realisada a fusão do partido historico com o progressista, o joven academico recebeu convite para collaborar no *Jornal de Coimbra*, que se creara como orgão d'essa politica, e tantas provas deu de competencia como articulista que o nomearam redactor principal d'aquelle jornal, cujos artigos doutrinarios e de propaganda, eram successivas vezes transcriptos pelos jornaes mais importantes da capital. Em 1869, depois da sua formatura, foi para Bragança, e pretendeu o logar de recebedor, mas influencias locaes obstaram a essa collocação. Estabeleceu se então como advogado, tendo, porém, a consciencia do seu muito valor e das suas energias, que o podiam elevar a aspirações mais elevadas que a de um simples advogado, resolveu vir advogar para Lisboa, contribuindo tambem muito para essa re-

solução uma scena de pugilato que tivera com o administrador do concelho. Em Lisboa já era bem conhecido como jornalista distincto pelos artigos no *Jornal de Coimbra*, e filiando-se no partido progressista-historico, entrou logo para a redacção do *Paiz*, que era o orgão principal d'aquelle grupo politico. Fundou depois com Antonio Eunes o *Progresso*, e desligando-se mais tarde d'essa empresa, fundou o *Correio da Noite*, que não tardou a enfileirar-se entre os principaes jornaes politicos do paiz. N'essa epoca de grandes agitações politicas foi que Emygdio Navarro evidenciou notaveis qualidades de homem de acção. Fontes Pereira de Mello, chefe do partido regenerador, eternisava se no poder, e accusava-se el-rei D. Luiz de lhe dispensar demasia dos favores, chegando se até a dizer que o verdadeiro soberano era Fontes Pereira de Mello, o grande valido do monarcha. O paiz começou a agitar-se, e quando afinal surgiu a reacção violenta que lançou o partido progressista no caminho da mais franca rebellião contra o paço, Emygdio Navarro foi um dos mais energicos jornalistas que atacaram a politica palaciana. Foi esse o tempo dos artigos incendiarios contra o rei e a politica de Fontes Pereira de Mello, em que se destacaram tambem Marianno de Carvalho e Saraiva de Carvalho. Fôram d'essa epoca agitadissima os celebres artigos, em que Marianno de Carvalho chamou ao rei *capa de ladrões*, e Saraiva de Carvalho dizia, que, a continuar-se com tão dissipadora existencia politica, o *povo poria escriptos no paço*. Os artigos de Emygdio Navarro, n'essa epoca de luctas encarniçadas, são da maior violencia; o povo lia os soffregamente, e a corôa teve de ceder. Para sustentar uma lucta tão porfiada e trabalhosa eram precisas, na verdade, qualidades excepcionaes, porque o grande jornalista, além do *Correio da Noite*, escrevia tambem no *Progresso*, de Lisboa, e no *Primeiro de Janeiro*, do Porto, não deixando, comtudo, de exercer a advocacia. E' d'esse tempo, 1881, o livro *Quatro dias na serra da Estrella*, prefaciado pelo dr. Sousa Martins, que o acompanhou, juntamente com o dr. Carlos Tavares, n'aquella pittoresca digressão. Em 1885 desligou-se do *Correio da Noite*, e foi fundar um novo jornal, *As Novidades*. Defendendo sempre o partido progressista com dedicação, quando falleceu Anselmo Braamcamp, adheriu á eleição do sr. conselheiro José Luciano de Castro, que lhe succedeu na chefatura do partido. Emygdio Navarro, em 27 de setembro de 1877, acompanhou ao Porto el-rei D. Luiz, a rainha senhora D. Maria Pia, o principe D. Carlos e o infante D. Affonso, por occasião da inauguração do caminho de ferro de Mirandella. Foi deputado em varias legislaturas, sendo a primeira vez eleito em janeiro de 1879, por Aviz, sendo a camara dissolvida em 28 d'agosto do mesmo anno; novamente por Aviz, em janeiro de 1880, sendo a camara dissolvida em 4 de junho de 1881; em janeiro de 1882, teve a eleição pelo circulo de Arouca, dando-se a dissolução da camara em 24 de maio de 1884; o mesmo circulo o elegeu outra vez em 15 de dezembro do referido anno, dissolvendo-se a camara em janeiro de 1887; por Coimbra tambem foi eleito na legislatura de 2 d'abril d'esse anno, até 10 de janeiro de 1889; e outra vez por Coimbra de 2 de janeiro de 1890, sendo a camara dissolvida 18 dias depois, juntamente a com parte electiva da camara dos pares; por Coimbra, em 19 de abril de 1890, até 15 de outubro, em que se dissolveu a camara. Em 1886 foi convidado para ministro das obras publicas no ministerio presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, conservando se no poder desde 20 de fevereiro de 1886 até 23 de fevereiro de 1889. Na gerencia da sua pasta procedeu a grandes reformas. Desenvolveu a viação, ampliou o ensino commercial, industrial e agricola, regulou, alargando-os, os serviços florestaes, creando, protegendo, edificando, consolidando tudo quanto podia contribuir para o desenvolvimento do paiz. Foi elle quem firmou o decreto que mandou pôr a concurso as obras do porto de Lisboa, havia muitos annos projectadas, mas sempre esquecidas. Entre as propostas, então apresentadas, foi considerada a mais vantajosa a de Hersent, empreiteiro experimentado na execução de obras identicas, tendo sido a ultima a do porto de Antuerpia. Sendo adjudicada a Hersent a construcção do porto de

Emygdio Julio Navarro

Lisboa, logo principiaram os preparativos para o seu começo, vindo a realizar-se a inauguração das obras a 31 de outubro de 1887, com toda a solemnidade, a que assistiram as pessoas reaes, ministerio, engenheiros, presidente e membros da camara municipal, presidente e alguns socios da Associação Commercial, da Associação Industrial Portugueza, da Associação dos Lojistas, dos Empregados do Commercio, etc. A violencia dos seus artigos grangeou-lhe muitos inimigos, que nunca temeu, e ante os quaes nunca recuou. Teve varios duellos, sendo o mais grave aquelle em que se defrontou com Manuel Vaz Preto, em que ficou ferido e contundido. Foi uma campanha rude, que elle não esquecen, e de que a seu tempo tirou vingadora desforra. Saiu do ministerio em 1889, sendo substituido pelo sr. conselheiro Eduardo José Coelho, mas no anno seguinte demittiu-se o gabinete perante o conflicto provocado pelo *ultimatum* dirigido a Portugal pela Inglaterra, em 11 de janeiro de 1890. Emygdio Navarro, no seu jornal, tratou com a

maior elevação este complicado e melindroso assumpto, expondo, com desassombro, o seu parecer em face das exigencias da Inglaterra e da attitude assumida pelo paiz. Emygdio Navarro, quando deixou o ministerio, foi nomeado secretario do Tribunal de Contas, logar de que se exonerou em 1891, pela sua nomeação de ministro de Portugal em Paris, para onde partiu em 1892. Novamente os seus inimigos investiram contra os seus actos, renovando a antiga campanha de calumnias; os serviços, porém, que prestou n'essa embaixada, fôram tão uteis e de tanto alcance que o conselheiro José Dias Ferreira, ao tempo presidente do conselho de ministros, a elles se referiu nos termos mais elogiosos. Tres annos depois regressou de Paris, e foi investido no cargo de vogal no Tribunal de Contas, que exercia ainda quando falleceu. Foi tambem vogal do conselho administrativo da Companhia Real dos Caminhos de Ferro. Na sua volta de Paris, os seus correligionarios o receberam tão hostilmente que parecia tratar-se d'um inimigo que se devia a todo o custo anniquilar. Era outra vez a explosão dos velhos odios adormecidos. Navarro abandonou então o partido a que consagrara toda a sua actividade e valimento, mantendo-se n'uma opposição independente. O jornalista tomou de novo o seu logar, e mais uma vez os que procuravam por todas as fórmas anniquilal-o, gemeram sob a violencia da sua penna. Na questão dos tabacos, que occasionou os mais extraordinarios episodios politicos, a sua attitude foi tal que resurgiu o Navarro das ardentes arrancadas contra o fontismo. Afinal teve de ceder, porque a doença implacavel o desarmou. Sentindo-se cada vez peor, retirou-se para o Luso com sua familia, onde morreu subitamente. Emygdio Navarro prestou serviços relevantes em Coimbra, que lhe mereceram louvores e elogios da imprensa local. Luso tambem lhe deve muitos melhoramentos. Aquella pequena, pobre, e quasi desconhecida aldeia, foi por elle transformada na importante e aprazivel estancia de banhos, que hoje existe. A' sua poderosa e incansavel iniciativa são devidos os novos arruamentos d'aquella povoação. A elle se deve a construcção da estação telegrapho-postal e das duas casas de escola para os dois sexos; as numerosas e commodas estradas que puzeram Luso em communicação com todas as povoações circumvisinhas e com as estradas reaes; e muito especialmente a estrada que liga Luso ao Bussaco, atravessando a matta do marquez da Graciosa. Deve-se-lhe a compra d'essa matta pelo Estado, para alargar a área do Bussaco, e a construcção da avenida, superior á fonte de S. João, que d'ali conduz tambem á grande matta. Aos seus esforços se deve a construcção do Grande Hotel do Bussaco e dos seus annexos. Foi egualmente Emygdio Navarro que promoveu, e conseguiu que se construisse, o estabelecimento de banhos annexo ao antigo, e que n'este se introduzissem melhoramentos importantissimos.

**Navarro** *(Martim d'Azpilcueta)*. Conego regular, doutor e lente de Theologia na Universidade de Coimbra. N. em Varazoin, perto de Pamplona, no reino de Navarra, a 13 de dezembro de 1492, fal. em Roma a 21 de junho de 1586, com 94 annos de edade. Era filho de Martim de Azpilcueta e de Joanna Xavier. Desde creança o destinaram seus paes ao estudo das letras, por lhe terem reconhecido grande vocação. Tomou o habito de conego regrante da congregação de Santa Maria de Roncesvalles, nos confins de Navarra. Aprendeu artes e philosophia em Alcalá de Henares, e em Tolosa canones e leis, em que recebeu o grau de doutor, entrando logo n'aquella universidade. Esteve em Salamanca 14 annos, sendo lente de prima. Tendo adquirido grande fama, veiu para Portugal, a pedido de D. João III e a instancias do imperador Carlos V, para dar principio á primeira cadeira de Canones, na transferencia da Universidade de Lisboa para Coimbra, onde foi sempre muito respeitado e considerado pela sua grande erudição e elevado talento. Quando D. João III visitou a Universidade com a rainha D. Catharina, sua mulher, e toda a côrte, pelos annos de 1550, o distinguiu com muitas honras entre os outros lentes, e por ser muito affeiçoada ás sciencias a infanta D. Maria, irmã de D. João III, filha d'el-rei D. Manuel e unica da rainha D. Leonor, terceira mulher d'este monarcha, recitou Martim de Azpilcueta Navarro, em seu louvor, um elogio em latim, e lhe dedicou o livro de *Jubileu* que então andava compondo. O dr. Azpilcueta foi enviado pela Universidade a dar os parabens á princeza D. Joanna, quando veiu a este reino para casar com o infante D. João, filho de D. João III, e prestar-lhe obediencia em nome da mesma Universidade, e desde então ficou-lhe tão affeiçoado que, tendo acabado no fim do anno de 1552 o seu *Manual de confessores e penitentes*, logo lh'o dedicou para quando houvesse de se imprimir de novo, e assim o effeituou. Quasi 20 annos regeu a cadeira de prima na Universidade de Coimbra, em que se jubilou. Tendo quasi 80 annos de edade emprehendeu passar a Roma, para defender Bartholomeu Carrança, frade dominicano, arcebispo de Toledo, seu intimo amigo, a quem a inquisição de Hespanha havia processado como suspeitoso na fé, e se via preso ha seis annos no castello de Santo Angelo, d'aquella cidade. O pontifice Pio V o recebeu com muita benignidade, e o nomeou seu penitenciario, merecendo eguaes deferencias dos seus successores Gregorio XIII e Xisto V. Já em edade muito avançada, e cansado dos muitos e excessivos trabalhos, falleceu, sendo o seu corpo sepultado na egreja de Santo Antonio dos Portuguezes no campo Marcio, com a maior pompa, acompanhado de grande concurso de povo, que tanta devoção lhe dedicava pela fama de santidade que adquirira, que lhe cortavam pequenos pedaços dos seus vestidos para os guardarem como reliquias. Sobre a sepultura foi collocado o seu retrato em busto, com um epitaphio em latim. Escreveu muitos tratados sobre materias canonicas e moraes. As suas obras fôram publicadas em 6 volumes de fol., em Lião, 1597, e em Veneza, 1602, tendo ambas as edições o seu retrato.

**Navarro**. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja.

**Navarros**. Pov. na freg. de S. Faustino, de Viariz, conc. de Baião, distr. do Porto.

**Nave**. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bispado da Guarda; 227 fog. e 820 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista

12 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, na estrada que vae do Sabugal a Alfaiates. A mitra apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. N'esta freg. houve um convento de freiras da ordem Terceira de S. Francisco, as quaes, com as guerras de 1476 a 1479, contra os castelhanos, fugiram para a villa d'Almeida, onde fundaram o convento da sua ordem. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco.

**Nave de Baixo**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição de Zebreira, conc. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco.

**Nave do Barão**. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, districto de Faro.

**Nave dos Cordeiros**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Nave Fria**. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça de Mosteiros, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

**Nave de Haver**. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. d'Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 373 fog. e 1:377 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 30 k. da séde do conc. e e está situada n'um alto, na fronteira de Hespanha, a 4 k. da margem direita da ribeira de Tourões. O reitor de Villa Maior apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. na freg. de S. Martinho e conc. da Covilhã, districto de Castello Branco.

**Nave de João Martins**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Nave Longa**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

**Nave das Mealhas**. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Nave Redonda**. Pov e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Baixa, que está ha muitos annos annexa á de N. S.ª do Reclamador, de Castello Rodrigo, conc. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. da Guarda. O reitor de Castello Rodrigo apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. || Povoações nas freguezias: N S.ª d'Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja. || S. Sebastião, de Escarigo, concelho do Fundão, distr. de Castello Branco.

**Nave das Sobreiras**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Navelhos**. Pov. na freg de Santa Maria, de Meinedo, concelho de Louzada, districto do Porto.

**Navelim**. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. || Pov. e freg. de N S.ª do Rosario, do conc. de Salsete, no distr. e arceb. de Gôa. E' regada pelas aguas do rio do Sal. || Pov. da ilha de Divar, no conc. das Ilhas, do mesmo districto e arcebispado.

**Naves**. Pov. e freg. de S Thiago Maior, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. d'Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 76 fog. e 268 hab. Tem esc. do sexo fem., e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 18 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada, que vae d'Almeida a Alfaiates. O vigario de Castello Bom apresentava o cura, que tinha 7$070 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, districto de Castello Branco. || Santo Antonio, de Marmelleiro, conc. da Certã, do mesmo districto.

**Naviò**. Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 69 fog. e 229 hab. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita do rio Neiva. A mitra e o mosteiro benedictino de Carvoeiro apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 150$000 réis de rendimento e o pé d'altar. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Nazal**. V. *Armadura*.

**Nazareth** (*Antonio José Duarte*). Director geral das alfandegas, consul geral no Rio de Janeiro, administrador da Casa Real, etc. N. em Coimbra a 18 de junho de 1817, fal. em Lisboa a 23 de setembro de 1892. Era filho de Antonio José Duarte e de D. Anna de Jesus Nazareth. Filho de familia muito liberal, tambem o foi por indole e por tradição dos seus maiores. No tempo da guerra civil de 1840 a 1851, epoca de continuas revoltas, luctou contra o governo do conde de Thomar, foi membro da junta do Algarve, sendo preso, passando bastantes trabalhos até que se deu o movimento da Regeneração, com que terminou a guerra civil. Entrou então no serviço publico, servindo nas alfandegas, desde 1853 até 1875, sendo promovido a contador, passando a escrivão de descarga, a porteiro, a verificador, a escrivão de mesa grande, a inspector, dirigindo com esta graduação as alfandegas do consumo, a do Porto e a de Lisboa, e por fim director geral. Em todos estes cargos prestou sempre os maiores serviços. Por decreto de 16 de junho de 1862 foi nomeado nosso consul no Rio de Janeiro, interrompendo os seus serviços nas alfandegas, emquanto se conservou no Brazil. No exercicio d'essa missão prestou os mais relevantes serviços á colonia portugueza, e os exploradores dos nossos emigrantes encontraram n'elle um inimigo, que lhes não consentiu os abusos d'essa nova escravatura. Em 1875 foi nomeado administrador da Casa Real, elevado cargo em que se houve intelligentemente e com toda a probidade, ganhando a mais cordeal affeição d'el-rei D. Luiz, d'el-rei D. Carlos, e das rainhas senhoras D. Maria Pia e D. Amelia. Durante a doença, que o victimou, muitas vezes recebeu a visita das pessoas reaes, que muito lastimavam o doloroso estado do fiel servidor de sua casa. Quando falleceu, havia já annos que estava aposentado no seu logar de administrador geral das alfandegas. Era casado com D. Maria Luiza Nazareth. Possuia as seguintes honras: official-mór da Casa Real, gran-cruz e commendador das or-

dens de Christo, de Nossa Senhora da Conceição; e das ordens estrangeiras de Izabel a Catholica e de Carlos III, de Hespanha; da Corôa de Italia; commendador da de Gustavo Waza da Suecia, da Rosa do Brazil, de Alberto Animosus da Saxonia e de Hohenzollern de Sigmarigen, official da Legião de Honra de França, e de Leopoldo da Belgica.

**Nazareth** *(Bernardo de Brito Antunes, 1.º visconde da)*. Commendador da ordem de N. S.ª da Conceição, moço fidalgo cavalleiro, por alvará de 29 de setembro de 1886, negociante e proprietario no Pará, etc. N. na villa de Frades, a 20 de agosto de 1833, fal. em Lisboa a 27 de novembro de 1905. Era filho de Antonio José Antunes e de D. Joaquina de Sousa. Depois de ter cursado os primeiros estudos na escola da sua freguezia, partiu para o Pará a 16 de fevereiro de 1846, a bordo do hiate *Gran-Pará*, e ali se conservou 39 annos, dedicando-se ao commercio. Devido á sua tenacidade no trabalho, em pouco tempo entrou como socio da Casa Antunes & Correia, que veiu a dissolver-se em 1874. Em 1876 constituiu sociedade com outros negociantes, sob a firma social de B. A. Antunes & C.ª, sociedade que liquidou quando veiu para Portugal. Fez diversas viagens pelo estrangeiro, até que em 15 de maio de 1883, forçado pelo seu mau estado de saude, fixou a sua residencia em Lisboa, onde se conservou até fallecer. Tanto no Pará como em Lisboa foi um dos mais benemeritos protectores da Associação de Beneficencia Portugueza, pelo que o governo portuguez lhe concedeu por decreto de 29 de março de 1883, o titulo de visconde da Nazareth, nome d'uma grande propriedade que possuia no Pará. Este titular era muito esmoler e gozava de geraes sympathias.

**Nazareth** *(Francisco José Duarte)*. Doutor em Canones e lente cathedratico da Universidade de Coimbra, deputado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto de Coimbra, etc. N. em Coimbra a 15 de março de 1805, onde tambem fal., depois de prolongada doença, em 14 de julho de 1862. Era filho de Antonio José Duarte e de D. Anna de Jesus Nazareth. Em 1826 fez a sua formatura, habilitando-se para seguir a vida de magistrado, e serviu ainda em 1834, depois da restauração dos cargos de juiz de fóra, em Coimbra e em Aveiro, e na primeira d'estas comarcas o de corregedor e provedor. Depois trocou a carreira da magistratura pelo magisterio. Doutorou-se em Canones em 20 de julho de 1835, sendo logo nomeado oppositor ás cadeiras da mesma faculdade, e depois promovido a lente cathedratico das de Direito. Foi deputado nas legislaturas de 1840, 1852, 1853 e 1857. Collaborou no *Constitucional*, de Lisboa, de 1840 a 1842, e depois no *Observador*, de Coimbra, na *Revista Juridica*, da mesma cidade, etc. Escreveu: *Elementos do processo criminal para uso dos seus discipulos*, Lisboa, 1846; *segunda edição, reformada e muito augmentada*, 1849; 3.ª de 1853, *Elementos do processo civil para uso dos seus discipulos*, Coimbra, 1.ª parte, n'um volume em 1850; outra edição em 1851; a segunda parte saiu em 1.ª edição, em 1857.

**Nazareth** *(Fr. João da)*. Conego secular de S. João Evangelista. N. na villa da Pederneira, e fal. a 27 de fevereiro de 1478. Era filho de João Fernandes e de Cecilia Rodrigues. Antes de se dedicar ao claustro, consta que fôra muito elegante e dado a aventuras amorosas, mas depois renunciou a todos os prazeres mundanos, e professou no convento dos Loios, de Lisboa. Vivia em grande austeridade, tendo longos jejuns, privando-de de todas as commodidades. Em 1644 foi eleito reitor do convento de Villar, cuja egreja reedificou, cargo que exerceu durante 14 annos. Era muito dedicado á arte musical, e compoz: *Officio e hymnos de S Gregorio Magno, S. Jeronymo, Santo Antonio, S. Clemente, martyres, S. Nicolau, bispo, e outros santos; Officio de Nossa Senhora, chamada da Vigilia.*

**Nazareth** *(Fr. João da)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. Era natural de Castello de Vide, e viveu no seculo XVI, sendo filho de Simão Vaz Leitão e de Maria Fernandes de Siqueira. Entrou muito novo na ordem de Santo Agostinho, professando solemnemente a 20 de julho de 1646. Foi presentado em Theologia, definidor da provincia e presidente do capitulo. D'elle se imprimiram tres sermões.

**Nazareth** *(Fr. João da)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em Obidos, sendo baptisado a 24 de maio de 1705; fal. a 31 de julho de 1739. Era filho de Miguel da Silva e de Marianna do Desterro. Aos 10 annos de edade entrou na referida ordem monastica, professando solemnemente a 9 de julho de 1722. Pela sua grande sciencia em musica e integridade de costumes foi nomeado no capitulo, celebrado a 27 de julho de 1737, capellão das religiosas do convento da Madre de Deus, de Aveiro, com o encargo de ensinar o canto de orgão. Tinha muita vocação para a poesia, e escreveu uma *Glosa* ao soneto *Esta, senhor, que vemos sepultada*, dedicada a D. João V, na morte de sua irmã, a infanta D. Francisca. Saiu impressa com outra obra a este funebre assumpto, intitulada: *Accentos saudosos das Musas Portuguezas*, Lisboa, 1736. A sua morte foi muito sentida.

**Nazareth** *(Fr. João da)*. Religioso franciscano da provincia da Conceição. Escreveu: *Sermão na solemne acção de graças que a communidade do real hospicio da Bemposta consagrou a Nossa Senhora pelo nascimento da serenissima sr.ª D. Maria Thereza, princeza da Beira*, Lisboa, 1793; *Sermão na solemne acção de graças*, etc., *pelo nascimento do serenissimo senhor D. Antonio, principe da Beira*, Lisboa, 1795.

**Nazareth** *(D. Fr. Joaquim de Nossa Senhora da)*. Religioso da ordem de S. Francisco da provincia d'Arrabida, bispo do Maranhão, de Coimbra, etc. N. no sitio da Nazareth, junto á villa da Pederneira, a 12 de maio de 1776, fal. no Maranhão a 31 de agosto de 1851. Depois da sua profissão, deliberou passar ao ultramar, e obteve a prelazia ordinaria de Moçambique com o bispado *in partibus* do Leontopoli. Em 1820 foi eleito bispo do Maranhão, tomando posse d'esta diocese no dia 11 de maio do mesmo anno. Tendo o Brazil proclamado a sua independencia, e não adherindo a essa causa o bispo do Maranhão, obteve do governo portuguez, que lhe trocasse a mitra brazileira pela de Coimbra, de que tomou posse em 1824, e logo n'esse anno, com a data de 5 de outubro, publicou uma pastoral communicando aos seus diocesanos as indulgencias que para elles lhe transmittira o papa Leão

XII. Em 1826 estabeleceu-se em Portugal o regimen da Carta Constitucional, e o bispo de Coimbra foi, na sua qualidade de prelado, eleito par do reino, em cuja camara tomou assento, e publicou outras duas pastoraes e'esse anno, relativas ao jubileu do anno santo, com as datas de 27 de abril e 12 de maio. Sobrevindo os acontecimentos politicos de 1828, dando o infante D. Miguel o golpe de Estado, o bispo D. Joaquim de Nossa Senhora da Nazareth mostrou-se logo fanatico pela causa do absolutismo. Em Coimbra fazia reinar verdadeiramente o terror, auxiliado por alguns padres tambem fanaticos, que excitavam o povo contra os liberaes. Em 19 de janeiro de 1829 publicou uma pastoral em que reproduzia a bulla de Leão XII contra as sociedades secretas; em 8 de dezembro de 1831 publicou outra pastoral, excitando os padres da sua diocese a que fizessem no pulpito e no confessionario a mais activa propaganda contra as doutrinas perniciosas dos pedreiros-livres. Finalmente, a 16 de março de 1834, quando já se podia julgar perdida a causa de D. Miguel, publicou outra pastoral exhortando os fieis á paciencia e á resignação nos soffrimentos e trabalhos pela causa absolutista. Menos de dois mezes depois, no dia 8 de maio de 1834, entravam em Coimbra as tropas liberaes, e o bispo D. Joaquim de Nossa Senhora da Nazareth tinha de fugir, mas em vez de se retirar para o estrangeiro, homiziou-se em Lisboa, onde se conservou alguns annos, e onde por uma pastoral datada de 8 de setembro de 1836, protestou contra a intrusão dos vigarios capitulares por falta de jurisdicção legitima, e dos parochos e mais ministros do culto nomeados por elles. Poucos annos depois recebeu cartas do Maranhão, em que alguns dos seus antigos diocesanos lhe pediam que fôsse viver para o meio d'elles. O prelado satisfez o pedido, e partiu para o Maranhão, sendo ali muito bem recebido, e onde veiu a fallecer. Havia tambem publicado as seguintes pastoraes: com a data de 25 de julho de 1829, aconselhando a santificação dos domingos e dias santos; com a de 16 de janeiro de 1830, transferindo o jejum da vigilia de S. Mathias, que n'esse anno coincidia com o dia de carnaval; a que tinha a data de 6 de fevereiro do mesmo anno, sobre a exactidão no pagamento dos dizimos; e a datada de 29 de junho de 1833 annunciando o jubileu concedido pelo papa Gregorio XVI. Escreveu tambem: *O novo testamento de nosso senhor Jesus Christo, conforme a vulgata latina, traduzido em portuguez e annotado segundo o sentido dos Santos Padres e expositores catholicos, pelo qual se esclarece a verdadeira doutrina do texto sagrado, e se refutam os erros dos novadores antigos e modernos*, tomo I, Maranhão, 1845; tomo II, 1846; tomo III, 1847. A versão, impressa em duas columnas, é acompanhada do texto latino ao lado.

**Nazareth** *(José Antonio Caetano da Piedade)*. Conhece-se este nome, pelos seguintes escriptos: *Kalendario civil e ecclesiastico para o anno de 1861, primeiro depois do bissexto, acompanhado da lista dos empregados civis, militares e ecclesiasticos de Goa*, etc., Nova Gôa, 1860; saiu com as iniciaes J. A. C. P. N.; *Synopse dos boletins do governo geral do estado da India do anno de 1867*, etc., Nova Gôa, 1868; saiu com as iniciaes J. N. Em 1869 publicou outra synopse relativa ao anno de 1868, e em 1870 a correspondente ao anno de 1869.

**Nazareth** *(José Julio dos Santos)*. Jornalista e escriptor. N. em Lisboa em 1848, fal. a 22 de março de 1879. Era filho de Antonio Porphyrio Nazareth. Estudou no lyceu nacional, mas por circumstancias particulares não chegou a completar o curso. Dedicando-se ás letras, fez a sua estreia no *Conservador*, publicando umas traducções em folhetins. Entrou depois para o *Diario de Noticias*, no começo da publicação d'este importante jornal, onde se conservou 4 annos; mas alternava a sua collaboração, escrevendo revistas semanaes para o *Jornal de Lisboa*, *Gazeta de Portugal*, *Novidades* e *Diario Popular*, onde permaneceu como redactor effectivo até ser despachado para o logar de procurador dos negocios sinicos em Macau. Esteve ali algum tempo, alcançando, porém, licença para vir á metropole nos fins do anno de 1878, falleceu a bordo do transporte *Africa*, na viagem de Macau para Lisboa, dois dias depois de ter estado na Batavia, onde o abuso dos banhos e da neve, aggravando a excitação nervosa que se lhe notava, lhe alterou profundamente a saude, fazendo-lhe perder a razão. Escreveu um romance intitulado *Eva*, que publicou em 1870, a que o autor chamava uma especie de auto-biographia, em que seguira Musset na *Confissão*, e Dumas filho no *Processo de Clémenceau*. A imprensa elogiu muito este livro. Escreveu mais: *Problemas e soluções*; *algumas palavras aos leitores do «Homem mulher»*, Lisboa, 1873..

**Nazareth**. Pov. da freg. de Santa Maria das Areias e conc. da Pederneira, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa, prov. da Extremadura. Está situada perto da foz do rio Alcôa, na costa do Oceano Atlantico, a 600 m. da séde da freg. Está estabelecida n'esta pov. a séde do referido conc. da Pederneira. Nazareth é uma pov. quasi essencialmente piscatoria, e divide se em duas partes: O *Sitio* e a *Praia*. A primeira fica n'um promontorio denominado *Morro da Nazareth*, e ali se vê a egreja dedicada a *N. S.ª da Nazareth*, onde se realisa todos os annos, de 8 a 18 de setembro, uma grande romaria, e onde ha casas para alojar os numerosos romeiros que sempre concorrem. Tambem ali existe um theatro, a praça de touros, escola para o sexo feminino, o palacio real, etc. Para este promontorio se sóbe por um ascensor mechanico, que apenas gasta dois minutos na subida. Na segunda, é a *Praia*, uma das mais notaveis do paiz pela extraordinaria formosura com que a natureza a dotou, pelo pittoresco do promontorio que a abriga do vento norte, e pelo surprehendente panorama que d'ali se desfructa. D'um lado vê-se a immensidade do Oceano, onde alvejam as vélas brancas dos pescadores; do outro a antiga villa da Pederneira, e mais ao longe, surgindo do meio da floresta verdejante dos pinheiros, o monte de S. Bartholomeu, de rochas vulcanicas, com a sua capella da invocação d'este santo, e de S. Braz. Este monte serve de balisa aos navegantes e pescadores. Vê-se tambem a cordilheira que vae até Peniche, na qual está cavado o pequeno porto de S. Martinho, e que fórma a enseada da Nazareth. N'esta parte da pov. estão os estabelecimentos principaes: O *Gremio da Nazareth* e o *Tennis-Club*, que são frequentados pela alta roda da co-

lonia balnear; casas dos banhistas; praça muito abundante de fructa e de peixe, agencias bancarias e litteraria, pinhal, delegação alfandegaria, associações, banhos salgados quentes e d'agua dôce quente e fria; capitania do porto, fabrica de guano, hoteis, instituto de soccorros a naufragos, restaurantes, escolas, pharmacias, parcerias de pesca, est. telegr.-post. com serviço de encommendas, fabricas de conservas de peixe e de refrigerantes, etc. O hospital foi construido no Sitio da Nazareth, a expensas do thesouro da Real Casa da Nazareth, sob a planta do engenheiro Jayme Augusto da Silva. As obras importaram em perto de 3:800$000 réis. O edificio tem 40 m. de comprido por 10 de largo, além de duas casas nas faces superiores dos topos, com 8 janellas de frente e uma porta ao centro. Compõe-se de 4 enfermarias, quartos particulares, casas de banho, cozinha, lavandaria, arrecadação e habitação do enfermeiro. No extremo do Morro nascente, outro ao poente, nos quaes só se póde andar a pé. A lei de 12 de junho de 1901 creou o imposto de mais um por cento sobre o producto do pescado, sendo esta receita destinada aos seguintes importantes melhoramentos: um paredão-caes em frente da pov., ao longo da praia, e que tem por fim preserval-a da furia do mar, contribuindo efficazmente para o aceio e belleza da praia; um varadouro-abrigo para as embarcações, de muita vantagem para os pescadores, evitando que as ruas e praças publicas sejam obstruidas pelos barcos em occasiões de mar agitado; uma avenida ao longo do promontorio, obra verdadeiramente colossal, tanto pela originalidade e pittoresco do passeio, como por ser construida sobre rochas onde o mar quebra violentamente; estrada para o Forte e praia do norte, logares aprazíveis muito frequentados pelos banhistas, que vão ali ordinariamente organisar *pic-nics*. Em 1808 Nazareth soffreu muito

Vista geral da Nazareth

da Nazareth, na antiga fortaleza do S. Miguel, foi inaugurado em 2 de janeiro de 1901 o pharolim d'este porto. A fortaleza está transformada n'uma confortavel habitação, onde reside o pharoleiro e a sua familia. Nazareth tem dois ramaes de bella estrada, que entroncam com a estrada real de Lisboa ao Porto, em Alcobaça e em Alfeizerão. A pesearia é importantissima, sendo variados os systemas de pesca. Uns pescadores dedicam-se a ella por meio de anzol no alto mar; outros por meio de redes de arrasto, e, ainda outros com galeões, armações redondas e valencianas. E' extraordinaria a receita bruta proveniente da venda de peixe n'esta praia, e para se fazer uma idéa aproximada da sua importancia, basta dizer que o imposto do pescado rende annualmente 9 a 10 contos de réis. Nazareth communica com a Pederneira por um ramal da estrada real e pela calçada da Peralva, e com o *Sitio da Nazareth*, por 2 k. de boa estrada, ou por 2 caminhos muito ingremes de 150 m, um ao com os francezes, que a puzeram a saque, apenas ali chegaram em 15 de julho. Sobre este assumpto, que occasionou ser a imagem levada occultamente com destino a Mafra, conservando-se, porém algum tempo, em Bellas e Queluz, V. o vol. II do *Portugal*, pag. 270, *Bellas, (Pendão de)*. No dia 3 de junho de 1873 caiu sobre Nazareth uma chuva torrencial, que se prolongou por 4 longas horas, desde as 11 da manhã até ás 3 da tarde, acompanhada de horrorosa trovoada, arrastando a massa d'agua enorme quantidade de areia que destruiu muitas casas, enterrando algumas até aos telhados, pelos quaes apenas se puderam salvar os moradores, aterrorisando estes e causando enormes prejuizos. Em setembro de 1874 um horroroso incendio ia destruindo completamente o Sitio, a não serem executadas promptas providencias, e ainda assim destruiu completamente a praça de touros, sendo depois construida a praça actual, em 1875, no local da primitiva, quasi toda de madeira. Em maio

d'esse anno se observou um espantoso e terrivel cyclone; o mar encapellou-se repentinamente por fórma tão extraordinaria que parecia querer engulir em seu seio a população inteira, observando se não menos pavor na terra por uma mudança tão brusca e temerosa do tempo. Em novembro de 1899 tambem cairam sobre Nazareth umas horrorosas trovoadas que causaram bastantes estragos. Ha em Nazareth uma capella publica, construida no local d'uma casa, que em tempo pertenceu a uma familia de nome *Poitiers*, e adquirida pela camara em 1841. Foi concluida em 1861, sendo dedicada a Santo Antonio. D'esta compra existem documentos no archivo municipal, mas é administrada pela junta de parochia. Muito proximo fica a capellinha de N. S.ª dos Afflictos, propriedade particular. Os passeios mais apreciados na Nazareth são os seguintes: *Foz do Alcôa*, pequeno rio cujas margens são poeticas e muito aprazíveis; *Forte de S. Miguel*, principiado a construir por ordem de el-rei D. Sebastião, e concluido no reinado de Filippe III, sendo seu primeiro governador Manuel Gomes Pereira; *Forno d'Orca*, praia do norte; é uma furna cavada na rocha, onde o mar entra furiosamente, desfazendo-se em alvissima espuma contra as paredes interiores; *Monte de S. Bartholomeu*, antigo monte Siano. Ha ainda outros passeios muito pittorescos. Em Nazareth tem-se publicado os seguintes jornaes: *Correio do Nazareth*, 1 de janeiro de 1899; *Nazareth (A)*, 14 de janeiro, 1904, em publicação; *Povo da*

Nazareth—O mercado

Nazareth—Palacio Real

*Nazareth (O)*, 6 de julho de 1899; *Sitio de Nazareth (O)*, maio, 1908, em publicação. Além d'estes jornaes tambem ali foi publicado o numero unico seguinte: *Pro Merito*, 1 de janeiro de 1907. || Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira, na freg. de S. Martinho, conc. e distr. do Funchal. || S. Miguel, de Ribeira de Frades, concelho e distr. de Coimbra.

**Nazareth** *(Lenda de Nossa Senhora da)*. No tempo das perseguições que em Roma se faziam contra o Christianismo, a Peninsula hispanica, como estava muito distante d'aquella cidade, deu abrigo a muitos christãos, que para aqui fugiram no IV seculo. Segundo a lenda, foi por este tempo que o monge grego, Cyriaco, fugiu para Bethlem de Judá, levando comsigo uma imagem de Nossa Senhora, que deu a S. Jeronymo, a qual a mandou a Santo Agostinho, bispo de Hypponia, que estava em Africa, mandando-a depois este prelado para o mosteiro hispanico de Cauliniana, a 12 k. de Merida; foi aqui que deram á imagem o titulo de *Nazareth*, por ter vindo da terra natal da Virgem Maria. A maneira como a imagem veiu ter ás praias da Lusitania, é narrada pela lenda, da seguinte fórma: Egica, sobrinho do santo rei Wamba e genro de Ervigio, seu antecessor, subiu ao throno dos godos em 687. Vitulo, conde Galliza, ambicionando o throno, revoltou-se, mas foi anniquilado. O rei nomeou seu filho Witiza soberano das terras revoltadas, ficando elle com o resto da Hespanha e com a Galliza Narboneza. Por sua morte succedida em 701, ficou Witiza senhor de todo o imperio gothico, e foi o Nero das Hespanhas. Permittiu a polygamia, negou a obediencia espiritual ao papa, arrazou as fortalezas do reino, e praticou toda a casta de vicios e de iniquidades. Em 707, D. Rodrigo e seu irmão Acosta, filhos do principe Theodofredo, expulsaram Witiza do throno, e o primeiro foi gostosamente acclamado rei pelo povo, mas bem depressa egualou o seu antecessor nos vicios mais escandalosos. A nação, desmoralisada, desunida e debilitada por dois successivos reinados de ignominias, foi invadida em 713 por Tarik, ou Tarif, Aben-Zarca, que commandava um exercito de 12:000 homens, sendo grande parte de cavallaria. D. Rodrigo mandou á pressa armar os povos, dando o commando dos christãos a seu sobrinho, o principe D. Affonso; mas este foi morto logo no principio da batalha, e os godos ficaram completamente destroçados. D. Rodrigo corre a Toledo para accudir ás suas tropas, mas quando chegou, já os moiros, com os dois traidores, conde Julião e seu irmão Oppas, bispo de Hispalis, e os seus, haviam passado o Estreito, carregados de ricos despojos. O rei mandou reparar as fortalezas e levantar tropas, mas Tarik e Julião não deram tempo a estes preparativos, e tornaram a invadir a Hespanha, com um exercito numerosissimo. D. Rodrigo foi ao seu encontro nos campos de Guadalete com um exercito ainda mais numeroso, mas composto de gente mal armada, sem disciplina nem pratica da guerra. Esta cruenta batalha durou oito dias, em que o rei e os seus obraram prodigios de valor e heroicidade, mas a victoria foi dos moiros, e a monarchia gôda deixou de existir. D. Rodrigo, vendo-se perdido, fugiu para Merida, vestido de pastor, a pé, porque o cavallo morrera-lhe, e foi esconder-se no mosteiro de Cauliniana, dando-se a conhecer sómente ao abbade, fr. Romano. Não se julgando, porém, ainda seguro, fugiu com o abbade Romano em direcção a O, e os fugitivos só pararam na costa do Oceano Atlantico, onde hoje é a villa da Pederneira. Romano tinha comsigo uma caixa com reliquias que Santo Agostinho mandára de Africa para o mosteiro, e D. Rodrigo trazia a imagem de Nossa Senhora da Nazareth. Durou esta jornada 26 dias, porque caminharam por brejos, bosques e penedias, para se livrarem de encontros e de povoações, e chegaram ali em 2 de novembro de 713. Viram um monte alto e escabroso, e subiram a elle. Chegando ao cimo acharam uma sepultura com uma cruz, o que tiveram por bom agouro. Esta cruz e crucifixo, segundo dizem, ainda se conservam na sacristia da egreja de S. Bartholomeu, que depois foi edificada no cume do monte, que da egreja tomou o nome, e é onde vieram ter os peregrinos. Chamava-se então *Monte Siano*. Aquelle local prestava-se muito á penitencia e á contemplação das cousas celestes, e pela sua aridez não convidava a visitas de estranhos, por isso resolveram viver n'esse deserto. Junto da cruz collocaram a imagem e a caixa das reliquias. A cama dos dois anachoretas era a terra pedregosa do monte, tendo por cobertura unicamente as estrellas. Sustentavam-se de raizes, hervas e fructos silvestres, que vinham procurar ao sopé do monte, e de 4 pães de cevada que um pastor lhes trazia todas as semanas; a sua unica bebida era agua d'uma pequena fonte, que encontraram ali. Alguns dias depois, D. Rodrigo desejou viver só, em vista do que o abbade fr. Romano foi habitar outro monte que ficava fronteiro, e quasi nas mesmas condições. Para esse monte levou a santa imagem e as reliquias, deixando só o crucifixo que tinha achado junto da sepultura. Na sua nova habitação, encontrou o abbade fr. Romano uma lapa entre rochedos, e ali, n'um altar improvisado, collocou os objectos sagrados, mettendo dentro da caixa um pergaminho com a historia da imagem, e da sua peregrinação desde a Grecia até ali. Os dois anachoretas haviam combinado uns certes signaes com que se correspondiam d'um para o outro monte. Poucos dias depois da separação, em 23 de março de 716, vendo D. Rodrigo que o seu companheiro não correspondia aos signaes que lhe fazia, foi ao monte Siano, e achando morto o abbade, o enterrou junto da lapa onde estava a imagem. A completa solidão d'este deserto horrorisou o infeliz monarcha, que fugiu d'aquelle local, indo morrer na distancia de 10 legoas de Vizeu, n'uma povoação, chamada *Fétal*, em cuja egreja, da invocação de S. Miguel, foi sepultado, gravando-se lhe sobre a sepultura a seguinte inscripção:

HIC REQUIESCAT RODERICUS,
ULTIMUS REX GOTHORUM

Consta que os seus ossos fôram trasladados alguns seculos mais tarde para Castella. A imagem da Senhora da Nazareth conservava-se ignorada e só no seu asylo de rochedos. Em 1179, reinando el-rei D. Affonso Henriques, que tinha desbastado os infieis, circumservendo-os ao seu reino do *Al-Gharb*, subiram uns pastores ao alto do monte Siano, e descobriram a imagem escon-

dida na sua lapinha; não tardou a divulgar-se esta noticia por todos aquelles contornos, e muitas pessoas correram a venerar a milagrosa imagem. Um dos mais estremados e dos mais destemidos cavalleiros do monarcha, que era seu irmão natural, D. Fuas Roupuinho, alcaide-mór de Porto de Moz, instigado pela curiosidade, subiu tambem ao alto do monte Siano, e viu então, entre dois grandes rochedos, uma casinha ou cella, toscamente feita de pedra secca, e que denotava remota antiguidade. Descendo pela quebrada que se fazia entre os dois penedos, entrou na humilde lapa, onde viu sobre um pequeno altar a santa imagem da Virgem, que depois foi muitas vezes visitar. Em 1182, a 14 de setembro, andava D. Fuas Roupinho no seu exercicio favorito da caça; a manhã estava de nevoeiro cerrado, e o alcaide galopava vertiginosamente em seguimento d'um grande veado que se encaminhava para o mar. Sem vêr o perigo imminente, D. Fuas achou-se na ultima ponta d'um rochedo, de mais de 200 braças d'altura, perpendicular sobre o Oceano. Em tão espantoso perigo, e apenas a dois palmos da extremidade da rocha, e quasi dependurado sobre o abysmo, o cavalleiro invocou a protecção da Senhora da Nazareth, e o cavallo parou de repente, ficando tão firme como se fôsse uma peça da mesma rocha. Fôra a Virgem quem salvára d'uma morte horrorosa o cavalleiro christão. D. Fuas Roupuinho dirigiu-se á capellinha do monte a dar graças por tão grande milagre, e fez a promessa de erigir um templo em honra da veneranda imagem. Demorou-se ali alguns dias, mandando vir de Leiria e de Porto de Moz os pedreiros sufficientes para construirem a capella, á qual deu logo principio. Quando se demolia a antiga, acharam mettida entre as pedras do altar uma caixa de madeira delgada, forrada de seda, de um palmo de comprido, e dentro d'ella, reliquias de S. Bartholomeu, de S. Braz e d'outros santos, e um pergaminho em que dava relação de como e em que tempo tinham vindo para ali as reliquias e a imagem, conforme acima mencionámos. Construiu-se brevemente, sobre as rochas da gruta, uma capella de abobada, segundo a architectura d'aquella epoca, e sobre o mesmo logar em que a imagem estivera, e para ser vista de todos os lados, a deixaram aberta com 4 arcos, que com o andar dos tempos se fecharam, para evitar os damnos que as chuvas e tempestades faziam dentro da capella, a que se deu o nome de *Capella da Memoria*. Sobre os 4 arcos referidos vêem-se 4 estatuas de pedra; no 1.º a da Senhora; no 2.º as de S. Bartholomeu e S. Braz; no 3.º a de D. Rodrigo, com a imagem da Senhora nos braços; e no 4.º a de um frade, com um cofre nas mãos, figurando o abbade fr. Romano. A gruta foi entulhada, quando se fez o pavimento da capella. Fr. Bernardo de Brito e outros devotos a mandaram desentulhar em 1600, fabricando lá em baixo outra capellinha, figurando a lapa onde a imagem se conservara perto de 5 seculos. Desce-se para esta capellinha subterranea por uma escada, que está á direita de quem entra na egreja. No arco da direita, ao descer a referida escada, vê-se gravada n'uma pedra uma inscripção composta em latim por fr. Bernardo de Brito, segundo consta da *Monarchia Lusitana*. Foi mandada abrir em marmore pelo dr. Ruy Lourenço, então provedor da comarca de Leiria, e superintendente ou visitador d'esta capella. Em frente da inscripção está outra em portuguez, que é traducção da latina, mas um pouco augmentada. Collocada a imagem da Senhora da Nazareth na sua nova capella, teve logo grande concor-

Templo de Nossa Senhora da Nazareth

rencia de devotos, sendo dos primeiros D. Affonso Henriques, a quem D. Fuas contára o acontecido, seu filho D. Sancho e as principaes pessoas da côrte. Com autorisação do monarcha doou D. Fuas Roupinho á Senhora certa extensão de terrenos, que é o sitio e limites em que está a capella construida e que então não passavam de mattos bravos. Em 1377, el-rei D. Fernando I, levado pela fama dos milagres attribuidos á santa imagem, resolveu ir tambem visitál-a em devota romaria, mandando n'essa occasião construir uma egreja mais vasta e espaçosa, que se inaugurou em 5 d'agosto do mencionado anno. Mais tarde D. João I, em 1383, mandou edificar alpendres, em torno da egreja, para abrigo dos romeiros. D. João II e a rainha D. Leonor, sua mulher, visitando tambem a egreja, mandaram fazer varias obras que julgaram precisas, procedendo-se por sua ordem ao levantamento das torres e assentamento dos sinos respectivos. El-rei D. Manuel doou-lhe uns pinhaes, não incluidos na doação de D. Fuas Roupinho, na visita que fez á Nazareth, indo tambem ali, antes da primeira viagem á India, D. Vasco da Gama, e annos mais tarde o apostolo das Indias S. Francisco Xavier e el-rei D. Sebastião. De 1680 a 1691 procedeu-se á edificação d'um novo templo, que hoje existe, bella egreja em cruz latina, onde se admira a sua belleza architectonica, o fino rendilhado de numerosas flôres, o delicado das pinturas nos quadros que a embellezam, o seu tecto scintillante de puro ouro, semeado com prodiga profusão, sendo ainda assim obra do anno de 1837 o elegante zimborio que a corôa, e o orgão que foi adquirido em 1835. A romaria, que annualmente se celebra, é talvez das mais concorridas do paiz. A chegada dos differentes cirios é um espectaculo altamente interessante e pittoresco. Os rendimentos da Real Casa da Nazareth são destinados ao culto e á festa que annualmente se celebra. O conselheiro Peito de Carvalho, sendo governador civil de Leiria, promoveu que d'aquellas rendas se destinasse uma parte para a construcção d'um hospital.

**Nazes.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Almacave, concelho de Lamego, districto de Vizeu.

**Nazido.** Pov. na freg. do Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**N'Balla.** Pov. do sobado de N'Dalla Ceia, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Bangulla.** Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Caculo-Cabango, 9.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Banva.** Pov. da freg. de S. José de Cabiri, na 2.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Bila.** Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Bondo.** Pov. do sobado de Cabaça, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Dalla Tango, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Bongul.** Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Queta, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Bring.** Ponte situada na estrada do grande rio de Casamansa, na Guiné, Africa Occidental. Começa n'ella uma planicie coberta de arvoredo, que se estende até ao antigo presidio portuguez de Zeguichor, e entre ella e a ponta de Jolas ao N tem o rio de Casamansa 1:700 m. de largura. || Grupo d'aldeias felupes na Guiné, Africa Occidental, proximo da ponta N'Bring. Tem arrozaes.

**N'Buanza Galla.** Pov. da freg. de S. José de Cabiri, no sobado de Bembo, 6.ª div. do concelho de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Buba.** Pov. do sobado de Muala, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Bumba.** Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Quiluange, Quiamuhende, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Bury.** Pov. da freg de S. Joaquim, no sobado de Cariata, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Cama.** Pov. do sobado de N'Gia, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, da mesma prov. || Pov. do sobado de Bom, no caminho do Zombo, do mesmo concelho e provincia.

**N'Camba.** Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Canda.** Pov. do sobado de Quilongo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Cando.** Pov. do sobado da Cataracta do Quisulo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Casi.** Pov. do sobado de Quilongo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Cempula.** Pov. do sobado de Sangui, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Chantete.** Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Chiamputo.** Pov. do sobado de Namealla, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, Africa Occidental.

**N'Côco.** Pov. do sobado de Songula, na div. de Mandimba, conc. de S. Salvador e districto do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental || Pov. do sobado de Toto, no mesmo conc., distr. e provincia. || Pov. do sobado de Fucce, no caminho do Zombo, do mesmo conc., distr. e provincia.

**N'Conde à Bacu.** Pov. do sobado de Evua, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Condo.** Pov. do sobado de N'Gia, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Diadia, no caminho do Zombo, do mesmo conc., distr. e provincia.

**N'Cula.** Pov. do sobado de Lué, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Bundo, no mesmo conc., distr. e provincia.

**N'Cumba.** Pov. do sobado de Namealla, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Cama, do mesmo conc., distr. e provincia.

**N'Cumbi** Pov. do sobado de Bundo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Cundo**. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de N'Golla Bumba, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Cunga.** Pov. do sobado de Nameala, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Cuso**. Pov. do sobado de Tomboco, do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dalla Bambi.** Pov. do sobado de Cabanga, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dalla Cabaça.** Pov. do sobado de N'Dondo á Quirima, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dalla Cabalio**. Pov. do sobado do mesmo nome, no 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dalla Coxibo.** Pov. do sobado de Quitalla, na 9.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dalla Gingo** Pov. do sobado de N'Golla Muongo, na 11.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dalla N'Bolio**. Pov. do sobado de Hui N'Dalla, na 4.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dalla Samba**. Pov. da 4.ª div. do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dalla Tando.** Pov. da 4.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Tem est. telegraphica, aberta ao serviço publico a 8 de dezembro de 1896. Posto meteorologico, estabelecido em junho de 1899.

**N'Dallaxeile**. Pov. da 6.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dambi.** Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Salla Cabanga, 2.ª div. do conc. de Go-Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov do sobado de N'Dalla Ceia, no concelho d'Ambaca, do mesmo distr. e provincia.

**N'Danda**. Pov. da região de Pangala, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dando.** Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Caculo-Cahango, 9.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Danje.** Pov. do sobado de N'Golla Muhongo, na 11.ª div. do conc. d'Ambaca, districto de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Danji**. Pov. da freg de N. S.ª da Victoria, no sobado de Senze, 15.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado do mesmo nome, no concelho d'Ambaca, do mesmo distr. e provincia.

**N'Delle.** Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Bango a Quitamba, 8.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dembelo.** Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dembo.** Pov. do sobado de N'Gando, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Denda.** Pov. do sobado de N'Golla Canguella, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Denga.** Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Caculo-Cahango, 9.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dengue.** Pov. da freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Galla Quissueia, no conc. d'Ambaca, do mesmo distr. e provincia.

**N'Dengue de Tetegl.** Pov. da 1.ª div. do concelho de Cambambe, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dinde**. Pequeno rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre parallelo ao Chire, e é um affluente do rio Ziué-Ziué.

**N'Dinga.** Pov. do sobado de Quimpalo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Donde**. Pov. do sobado de N'Dalla Quissaquina, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dua-lumbi.** Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Queta, 6.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dumba Buca**. Pov. situada no caminho do Fumba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dumbi Lumbi.** Pov. do sobado de Quimpacassa, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Dumbo.** Pov. da freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Duri.** Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado do Caculo-Cahango, 9.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Né Ambila.** Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, div. de Noqui, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nebrijo.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a Velha, distr. de Aveiro.

**Necessidades.** Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Arcos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Barqueiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. Tem est. post. || Pov. na freg. de Santa Maria, de Amonde, conc. e distr. de Vianna do Castello. Tem est. postal.

**Necropole.** Este termo designa mais especialmente, em archeologia, os cemiterios antigos importantes, sobretudo os que apresentam um caracter monumental. São umas vezes cemiterios de inhumação e incineração, a céo descoberto ou subterraneos, outras vezes tumulos, dolmens, fos-

sas ou cavernas cavadas na rocha, estéllas, cippos, hypogeus de pinturas ou fachadas monumentaes, poços, pyramides, mausoléos, etc. Em Portugal, até maio de 1874, não se tinham encontrado necropoles pertencentes a grandes povoações, muito embora se houvessem feito em varias localidades descobertas parciaes de sepulturas romanas em que se encontraram egualmente objectos caracteristicos da sua origem e praticas do seu rito. N'aquella data, andando-se a proceder n'uma propriedade de Alcacer do Sal ao nivelamento d'um terreno occupado por um olival, fôram descobertos, á profundidade de 25 c., freios de ferro e laminas de espadas, espadas com punhos de bronze cinzeladas, fibulas de bronze, vasos lacrimatorios, lampadas mortuarias de barro, moedas, etc. Mas o que causou maior surpreza foi o encontrar-se entre todos esses objectos um retrato em argila, coberto de estuque colorido, muito perfeito, e de 4 urnas de tamanho variavel e estylo etrusco, que continham cinzas. Os romanos serviam-se de diversas materias para a fabricação das suas urnas, pois que tanto empregavam o crystal como o marmore, o barro e mesmo o metal, conforme a categoria e a fortuna do extincto; mas em parte alguma se haviam encontrado nas suas necropoles urnas eguaes áquellas, que eram do tempo de Claudio. O achado d'uma mascara e a execução d'esse trabalho eram tambem casos raros. Verdade é que os romanos mandavam tirar mascaras de cêra, dos finados, para estarem patentes no peristylo das suas habitações na occasião dos enterramentos e serem depois conservadas pela familia dos finados; mas, não obstante esse costume, são rarissimas as que se tem descoberto na Italia, razão por que o achado feito em Alcacer do Sal era da mais alta importancia archeologica Os trabalhadores quebraram duas das urnas, porém a maior e a mais bem conservada (que foi reproduzida no boletim n.º 6 da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, acompanhada d'um artigo de Joaquim Possidonio Narciso da Silva) tem 0m,25 d'altura e 0m,51 de circumferencia, e indicava claramente a sua applicação. Na sua face principal tinha representada uma mulher segurando um brazeiro, havendo dois mancebos, um de cada lado, munidos de grandes espetos, em acção de assarem carne, alludindo á ultima refeição. Por detraz d'elles, um velho, com a mão esquerda sobre o coração, indicava, com a direita, uma arvore collocada em frente d'elle, e á qual um homem no vigor da vida arrancava uma folha, representação evidente da dôr immensa que causa a perda d'um membro da familia, symbolisado na folha arrancada da arvore. Na outra face da urna, muito prejudicada pela humidade do terreno, viam-se tres figuras: dois guerreiros nús, um d'elles coberto com um capuz de duas palas caidas sobre os hombros, o outro com a cabeça descoberta e com uma cauda de cavallo na extremidade da espinha dorsal, e entre elles uma mulher sustentando na mão esquerda um escudo oval, parecendo querer proteger com elle o guerreiro do capuz, e com o braço direito levantado, procurando evitar que o outro combatente ferisse com a lança o seu adversario. Nota se a differença existente entre os dois athletas para indicar que são de raça diversa, sendo as scenas d'esta natureza representadas nas urnas etruscas de incineração para significar que a vida é uma lucta constante, e que só a morte lhe põe termo, como mostra a interrupção do combate pela attitude da figura que faz cessar a contenda porque se finda um ser. Os romanos recorriam aos artistas gregos para lhes fabricarem as urnas; mas as suas pinturas representavam scenas menos sangrentas, ao passo que as dos etruscos eram sempre compostas de combates. A epoca em que o fundo das pinturas não era a propria côr da argila mas sim o preto, corresponde ao maior desenvolvimento da arte grega. Todavia, será mais difficil explicar como é que no tempo do imperador Claudio usavam esta qualidade de urnas nas cerimonias funebres, e isto na antiga Lusitania. E' uma singularidade, que só os archeologos poderão resolver.

**Nedillo**. Pov. na freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nédongo**. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, div. de Mussuco, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Negra**. Pequena ponta situada na costa O da ilha do Faial, Açôres. || Pequena ponta na costa SE da ilha do Pico, Açôres. || Serra da ilha do Sal, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Não é muito alta. Corre a E da ilha, affectando a fórma oblonga. || Pouta da costa de Novo Redondo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fórma o extremo da margem direita do rio Lougo. || Ponta da bahia de Mossamedes, no distr. do mesmo nome, prov. d'Angola, Africa Occidental. E' alta, pedregosa e escura, e está edificada n'ella a fortaleza de S. Feruando, começada a construir em 1840. No areal, para o lado de E, começa-se a avistar a villa de Mossamedes.

**Negraes**. Pov. na freg. de S. Pedro, d'Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. Tem correio com serviço de posta rural.

**Negrão**. Familia oriunda de Genova, onde era uma das 28 familias senatorias da republica. As suas armas são: Em campo de ouro tres bastões negros firmes.

**Negrão** (*Felix Manuel Placido da Silva*). Presbytero e conego da sé patriarchal de Lisboa, examinador synodal do patriarchado, socio correspondente, e depois effectivo da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Albufeira, e fal. em Lisboa a 23 de dezembro de 1883. Collaborou em muitos jornaes litterarios do seu tempo, mas quasi sempre anonymamente. Assim collaborou na *Bibliotheca Familiar*, *Panorama*, *Revista Universal*, etc. Era grande latinista, e Alexandre Herculano lhe confiou o encargo de escrever a versão latina do prologo da obra *Portugalliae Monumenta*. São suas as versões latinas dos prologos que precedem os codices e as chronicas latinas, que vem no 1.º tomo d'essa obra. Castilho solicitou a sua collaboração para as annotações da sua traducção dos *Fastos* de Ovidio, e o assumpto que lhe deu para sua nota foi o seguinte *Festas do culto romano*. Essa nota, que vem assignada pelo conego Negrão, abrange 32 paginas. Consta, que deixou ineditas varias obras sobre pontos de direito e disciplina ecclesiastica, primado de S. Pedro, memorias da egreja africana contra o celibato, etc., bem como a traducção

paraphrastica do livro de Carlos Villers, *Philosophie de Kant, ou principes fundamentaux de la Philosophie transcendentale.*

**Negrão** *(Fr. Francisco).* Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural da India Oriental. Recebeu o habito de religioso menor no convento de S. Thomé, sujeito á provincia de Portugal. Dedicou-se aos trabalhos das missões em Columbo; foi guardião e commissario em Ceylão. Os negocios da sua provincia o obrigaram a passar á Curia Romana, e depois de concluidos, voltou ao Oriente. Escreveu: *Primeira Parte das chronicas dos frades menores da Custodia de S. Thomé da India Oriental.* Esta obra, segundo consta, existia no seculo XVIII no convento de S. Francisco, de Lisboa.

**Negrão** *(Henrique da Silva).* Organista da basilica de Santa Maria, de Lisboa, que falleceu em 1781. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 19 de fevereiro de 1761. Deixou um trabalho critico sobre a *Nova instrucção musical* de Francisco Solano.

**Negrão** *(Nuno Caetano da Costa).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, fal. em Lisboa a 3 de abril de 1904, com 84 annos de edade. Foi antigo amanuense do Tribunal de Contas. Desejoso de seguir um curso superior, foi matricular-se na Universidade, e depois de concluir o curso de Direito, veiu estabelecer banca de advogado em Lisboa. Sempre muito dedicado a estudos litterarios, lia e escrevia muito, compunha versos, collaborou em diversos jornaes portuguezes, hespanhoes e francezes. Por mais d'uma vez lhe foi offerecida a candidatura de deputado, mas nunca a acceitou Foi tambem consul da republica Argentina. Era casado com D. Sebastiana Ribeiro Negrão.

**Negreda.** Pov. na freg. de S. Genesio, de Cellas, concelho de Vinhaes, districto de Bragança.

**Negreiro.** Pov. na freg. de Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, districto de Braga.

**Negreiros.** Familia, cujas armas são: Escudo esquartelado: O primeiro quartel composto de seis palas de ouro e azul; o segundo xadrezado de ouro e azul de seis peças em faxa, e outras seis em pala, e assim os contrarios; timbre, um leão azul nascente com tres palas de ouro.

**Negreiros** *(André Vidal de).* Um dos heroes da restauração de Pernambuco; pertencia a uma nobre e rica familia colonial. N. em Parahyba nos primeiros annos do seculo XVII, fal. a 3 de fevereiro de 1681. Em 1636 distinguiu-se na guerra de guerrilhas feita pelos seus patricios contra os hollandezes, depois d'estes haverem conquistado a capitania de Pernambuco. N'essa guerra servia André Vidal de Negreiros como ajudante do capitão Sebastião do Souto. Quando os hollandezes cercaram a cidade da Bahia, André Vidal de Negreiros alistou-se entre os seus defensores, e distinguiu-se muito n'essa facção feliz; o papel desempenhado por elle em varias outras expedições egualmente felizes accrescentou-lhe muito a gloriosa reputação. Em 1644 o governador da Bahia, Telles da Silva, sabendo que em Pernambuco havia séria agitação contra os conquistadores hollandezes, deliberou aproveital-a, e enviou André Vidal de Negreiros para aggregar e organisar esses elementos. Aproveitando um armisticio que se negociára entre os portuguezes e os hollandezes no Brazil, André Vidal de Negreiros, a pretexto de ir visitar a sua familia a Parahyba, falou com João Fernandes Vieira, e com elle preparou a insurreição, retirando-se depois. A 13 de junho de 1645 rompeu a revolta, capitaneada por João Fernandes Vieira e pelo capitão Cardoso, que ganharam a victoria das Tabocas. Esta victoria foi verdadeiramente milagrosa, o deserto a insurreição não poderia progredir, porque João Fernandes Vieira estava apenas á frente de gente collecticia, se não recebesse reforços de tropas regulares. Ora esses reforços não podiam vir ostensivamente, porque Portugal, que precisava na Europa da alliança hollandeza, estipulára tréguas nas possessões ultramarinas, de fórma que, quando rebentou a insurreição pernambucana, a primeira cousa que fizeram os hollandezes, foi pedir explicações ao governador da Bahia Este respondeu que era completamente estranho a similhante movimento, tanto assim que, se lh'o permittissem, elle mesmo o suffocaria, mandando contra os insurgentes dois terços portuguezes, commandados por André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno. Acceitaram os hollandezes a proposta, e pouco depois da batalha de Tabocas, desembarcaram em Tamandaré os dois terços ou regimentos, como hoje diriamos. Logo André Vidal de Negreiros marchou na direcção, onde se dizia que Vieira estava, proclamando alto e bom som que era sua intenção constrangel o a entrar na ordem, mas a comedia que se havia de representar entre elles, estava já de ha muito combinada Representou-se com perfeição. André Vidal, avançando para Vieira com aspecto carregado, disse-lhe que o governador da Bahia estranhava muito a sua sublevação contra um povo amigo dos portuguezes, e como elle se declarava subdito portuguez e repelia a soberania hollandeza, Antonio Telles, para provar ao mundo que não era cumplice d'essa revolta, mandava-o prender. João Fernandes Vieira ouviu com submissão, e respondeu que o governador da Bahia fôra illudido, e que se elle se revoltára, fôra porque já não podia supportar a tyrannia e os vexames, as exacções dos governadores hollandezes; André Vidal tornou então que communicaria a Antonio Telles estes factos, que davam um novo aspecto á insurreição, e esperaria as suas ordens; mas logo um dos soldados do seu terço, actor tambem ensaiado, entrou em scena e bradou que estavam decididos a combater ao lado dos seus compatriotas. Immediatamente André Vidal se declarou coacto, e se collocou debaixo das ordens de João Fernandes Vieira. Os hollandezes indignados fôram-se aos navios que tinham trazido as tropas de André Vidal, e que estavam ainda em Tamandáré, e queimaram-n'os. Então Negreiros aproveitou esse pretexto para se declarar abertamente, e tomar a direcção militar da insurreição, ganhou a batalha da Casa-forte, e, como por toda a parte rebentavam as insurreições, não tardou a poder sitiar os hollandezes no Recife. Entretanto D. João IV deliberava auxiliar abertamente a insurreição pernambucana, e enviava o general Francisco Barreto de Menezes para tomar o commando dos insurgentes. Logo Vieira e Vidal de Negreiros lho entregaram sem hesitação o

commando. As duas victorias dos Gararapes, para as quaes muito contribuiu André Vidal de Negreiros, provaram ao mesmo tempo a habilidade estrategica do novo general. Em 1654 dá-se finalmente o ultimo assalto ao Recife, e é ainda André Vidal de Negreiros quem decide a victoria, tomando de improviso o forte de que dependia a conquista da praça. Foi elle o encarregado de negociar a capitulação com o general hollandez, e o encarregado tambem de levar a D. João IV a noticia da restauração completa de Pernambuco. Recebeu-o admiravelmente o rei, dando-lhe logo as alcaidarias-móres de Marialva e Morim e a commenda de Christo, e nomeando o governador do Maranhão. Tudo lhe devia D. João IV, porque n'um momento de desalento, tendo mandado ordem a André Vidal de Negreiros para pôr termo a insurreição, Negreiros resistiu abertamente, e declarou que desobedeceria ao proprio rei. Tambem, tendo o governador da Bahia Telles da Silva ordenado a André Vidal de Negreiros, em certo periodo da guerra, que devastasse as fazendas de que os hollandezes se poderiam aproveitar, desobedeceu, mas em compensação devastou as suas. Foi pois tomar posse da capitania do Maranhão, e em 1657 foi nomeado governador de Pernambuco. Transferido em 1661 para Angola para substituir João Fernandes Vieira, fez um excellente governo, trabalhou activamente nas fortificações de Loanda e enviou contra o rei do Congo, que entrára nos nossos dominios com um formidavel exercito, um famoso capitão portuguez Luiz Lopes Sequeira, que inflingiu ao rei preto uma formidavel derrota nos campos de Ambuila. Desejando em 1666 voltar á patria, foi de novo nomeado governador de Pernambuco, mas logo pediu a exoneração em junho do anno seguinte, e fatigado da vida publica, cheio de honras e de gloria, falleceu quasi ao mesmo tempo que fallecia o seu companheiro de armas João Fernandes Vieira.

**Negreiros** *(Antonio Thomaz)*. Administrador da caixa filial do Banco de Portugal no Porto. Nasceu n'esta cidade a 12 de abril 1786, e em 1859 exercia o referido cargo. Escreveu: *Tratado das operações de banco, ou directorio de banqueiros, extrahido dos melhores autores, e dedicado ao ill.mo e ex.mo sr. Conde dos Arcos*, etc., Bahia, 1817.

**Negreiros** *(João Thomaz de)*. Advogado em Lisboa no seculo XVIII. Escreveu: *Allegações juridicas que a favor do dr. João Machado de Brito, medico da camara de D. João V, na causa que sobre a verdade da sua filiação lhe move Henrique Luiz Pereira Freire*, Lisboa, 1746; são duas allegações relativas ao mesmo assumpto; *Memorial juridico, politico e economico, que ao ill.mo e ex.mo sr. D. José Antonio Francisco Lobo da Silveira, conde de Oriola, presidente do senado da camara, offerecem os juizes do officio de cortador, em abono do requerimento que fazem para se lhes admittir bandeira como officiaes mechanicos*, Lisboa, 1751.

**Negreiros** *(José da Costa)*. Pintor, que viveu no seculo XVIII. N. em 1714, falleceu em 1759. Foi discipulo de André Gonçalves. Pintou um quadro da *Conceição* para o Thesouro, outro do mesmo assumpto para o Senado, outro para a Fundição, uma *Santa Anna* para o oratorio d'este estabelecimento, um *S. Roque* para a capella da Ribeira das Naus, uma *Santa Thereza* para o convento das carmelitas de Carnide, uma *Nossa Senhora da Piedade* para uma das capellas da Sé, outra para a ermida do Resgate, e um Christo para a casa do despacho da egreja do Menino Deus. Pintou tectos, etc. Era grande caçador.

**Negreiros** *(José Manuel de Carvalho)*. Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, tenente coronel do corpo de engenheiros, architecto dos paços reaes e do senado da camara de Lisboa. N. n'esta cidade em 1751, onde tambem fal. a 8 de janeiro de 1815. Era filho do architecto e engenheiro Eugenio dos Santos, um dos reedificadores de Lisboa, depois do terremoto de 1755. Entrou na vida militar, depois viajou alguns annos nos paizes estrangeiros, para se aperfeiçoar na sua arte. Em 1804 obteve a nomeação de architecto dos paços reaes e do convento da Batalha. Escreveu: *O engenheiro civil portuguez, respondendo aos quesitos que lhe propõem relativos á sua profissão*, etc., Lisboa, 1804. Publicava-se periodicamente aos mezes, mas parece, que só sairam os cadernos de abril e maio.

**Negreiros** *(Manuel da Costa)*. Architecto do seculo XVIII, e major de engenheiros. Entrou na confraria de S. Lucas em 1745, e fal. em 1750. Era irmão do pintor José da Costa Negreiros.

**Negreiros**. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 132 fog. e 520 hab. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio E'ste. A mitra apresentava o abbade, que tinham 360$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

**Negreiros de Cima**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Negreiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Negrellos** *(Manuel Maria da Costa Alpoim, 1.º visconde de)*. Moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha; cavalleiro da de Ni Nickan, de Tunis; bacharel formado pela Universidade de Coimbra, proprietario no districto de Braga. N. em 29 de julho de 1844, sendo filho do visconde de Montariol, Francisco Manuel da Costa, e de sua mulher, D. Maria do Carmo Lima de Noronha Teixeira Alpoim. O titulo foi concedido por decreto de 25 de junho de 1874. Casou a 22 de janeiro de 1880 com D. Maria Thereza Vieira de Lemos, já viuva de Manuel Cardoso Côrte Real.

**Negrellos**. Pov. e freg. de S. Thomé, da provincia do Douro, conc. e com., de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 229 fog. e 1:238 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., est. do caminho de ferro, de Porto a Guimarães, entre as de Lordello e de Caniços; fabrica de fiação e tecidos do Rio Vizella. A egreja parochial dista 7 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o cura, que tinha 40$000 réis de congrua e o pé d'altar. Foi villa e couto. Foi do antigo julgado de Refojos de Riba d'Ave; depois formou concelho proprio com as freguezias de S. Martinho, S. Salvador do Campo, S. Miguel do Couto, Monte Córdova, S. Mamede de Negrellos, Rebordões, Refojos de Riba d'Ave, Roriz e Villarinho. Este conc. supprimiu se em 24 de outubro de 1855, passando todas estas freguezias para o conc. de Santo Thirso. Ha aqui estradas para o Porto, Gui-

marães e Paços de Ferreira. Passa pela freg. o ribeiro do Fôjo, que réga, móe e faz mover um lagar de azeite, e o qual nasce n'um monte d'esta freg., junto a Monte Córdova, e vae desaguar na margem esquerda do rio Vizella. No monte do Crasto ao S d'esta freg., ha vestigios de fortificações muito antigas. No corpo da egreja matriz, do lado da Epistola, está a capella do Santissimo Sacramento, que é toda de abobada de pedra, bem lavrada, tendo exteriormente um portico, ou alpendre, sustentado por 7 columnas, com seus capiteis lavrados. Na frente tem um escudo d'armas, com tres torres, sendo a do meio mais elevada, e tendo de cada lado uma serpe enrolada n'uma arvore. A terra é fertil em todos os generos agricolas, e eria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. e bisp. do Porto; 194 fog. e 695 hab. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada proximo da freg. de S. Thomé, de Negrellos. A mitra apresentava o abbade, que tinha 600$000 réis de rendimento. A egreja matriz fica no alto d'uma collina, avistando-se d'aqui toda a freg. Na parte da pov. denominada *Negrellos*, ha 3 principaes nascentes d'agua, duas das quaes vem do monte das *Regadas*, e todas juntas fórmam um ribeiro, que réga e móe. Na parte chamada *Barreiro*, passa um ribeiro, que nasce na freg. de *Codêços*. Réga e móe. Juntam-se ambos em S. Martinho do Campo, e vão desaguar na margem direita do rio Vizella, com o nome de ribeiro de *Fundêlho*. A terra é fertil em cereaes, e eria muito gado, sobretudo bovino, que exporta. Em 1820 construiu-se um chafariz, que fica perto da residencia do parocho, mandado fazer pelo abbade Domingos José Cibrão. Lança agua por 3 bicas, n'um bom tanque, tendo na frente outra bica que lança agua n'um tanque pequeno. E' muito bem construido, e tem n'um nicho envidraçado a imagem de S. Domingos. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Canellas, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Travanca de Lagos, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

**Negrilhos.** Appellido nobre, vindo de Hespanha para Portugal, mas não se sabe por quem. Tem por armas: Em campo azul, banda de purpura, filetada de ouro, carregada de seis cruzetas do mesmo metal entre quatro flôres de liz, tambem de ouro, duas de cada lado.

**Negrinha.** E' uma insignia do mordomo-mór da Casa Real, com a qual assiste a todos os actos publicos da côrte. No reinado de D. Affonso V, em 1442, vieram os primeiros negros trazidos da Guiné a Portugal, por Antão Gonçalves, creado do infante D. Henrique; e em 1448 tambem vieram a Portugal, da costa do sul de Cabo Verde, os primeiros dentes de elephante. Desde então, D. Affonso V ordenou a Alvaro de Sousa, senhor de Miranda e seu mordomo-mór, que usasse de uma bengala de marfim, tendo por castão uma cabeça negra, em todos os actos publicos da côrte, como para indicar o seu novo dominio n'aquellas partes do mundo.

**Negrito.** Ponta situada na costa NO da ilha Terceira, Açôres.

**Negro.** A familia d'este appellido usa as armas dos Negreiros *(V. este nome)*, excepto o timbre, que é um braço de negro com um bastão de ouro na mão.

**Negro** *(Beato Antonio)*. Era um preto nascido na Guiné portugueza, que foi aprisionado a bordo de uma galé por um navio siciliano. O seu senhor mandou-o baptisar e instruir na fé christã, e o pretinho foi-se desenvolvendo, e dando provas de intelligencia, de devoção, e de boa indole, tanto que lhe foi consentido tomar o habito franciscano. Tratava os doentes com muito zelo, e foi depois viver vida eremitica. A estranheza da sua côr, e a reconhecida bondade da sua alma impressionaram a ardente imaginação dos sicilianos, que o tiveram por santo, e lhe attribuiram milagres. Antonio Negro falleceu em Noto em 1549. A devoção pelas suas reliquias começou a ser extraordinaria, tanto que em 1599 foi necessario trasladarem-n'o, com medo que o seu cadaver fôsse roubado pelos fanaticos. A curia romana parece que o não beatificou, mas confirmou tacitamente a beatificação popular consentindo que lhe puzessem nas imagens a corôa da bemaventurança.

**Negro.** Cabo da costa do distr. de Mossamedes, na prov. d'Angola, Africa Occidental. Tira o nome da sua côr. Avulta muito, é de camadas estratificadas que tem muitos fosseis incrustados, e levanta-se a 60 ou 70 m. d'altura, visivel da banda do S. a eêrea de 22 k. de distancia. N'este cabo collocou em 1485, Diogo Cam, o descobridor de grande parte da costa africana, o terceiro padrão de D. João II. E' uma columna cylindrica de marmore com 3 m. d'altura, remataada por um pequeno parallelipipedo, onde se percebem ainda signaes da inscripção aberta nas suas faces.

**Negrões.** Pov. da freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e comarca de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 125 fog. e 598 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada que vae de Chaves a Braga, a 1 k. da margem direita do rio Rabagão. O reitor de S. Vicente da Chã, apresentava o vigario, que tinha 120$000 réis de rendimento. Foi commenda dos Templarios, e depois das freiras de Santa Clara, franciscanas, de Villa do Conde. A commenda rendia 1:400$000 réis. Negrões pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 19 com a séde em Chaves.

**Negrosa.** Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Negrote.** Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Paião, concelho da Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

**Neguemba.** Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, div. de Noqui, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nehemias** *(Abraham)*. Medico portuguez que viveu no seculo XVI, e deixou differentes obras em latim sobre medicina.

**Neiva.** E' appellido nobre em Portugal. Tem por armas: Escudo esquartelado: no 1.º e 4.º quartel, de purpura, 5 chaves azues, perfiladas de ouro, em aspa; no 2.º, esquartelado, tendo no 1.º e 4.º quartel as armas do antigo reino de Aragão; no 2.º e 3.º, as do reino de Navarra. No 3.º quartel, as armas modernas dos Farias, que

são: Em campo de purpura um castello de prata, com portas e frestas de negro, entre 5 flôres de liz, de prata, 3 em chefe e uma de cada lado. Elmo de prata, aberto, e por timbre, duas das chaves azues do escudo, em aspa, atadas com uma fita de purpura.

**Neiva** *(Fr. João de)*. V. *Ascensão (Fr. João de). Portugal*, vol. I, pag. 787 e 788.

**Neiva.** Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Minho, conc., com. e distr. do Vianna do Castello, arceb. de Braga; 149 fog. e 662 hab. Tem caixa post. A pov. dista 9 k da séde do conc., e está situada n'uma espaçosa planicie nas margens do rio que lhe dá o nome, proximo da estrada que vae de Vianna do Castello a Barcellos. O abbade do convento benedictino de S. Romão, d'esta freg., apresentava o vigario triennal, que era um monge do mesmo convento, o qual tinha 30$000 réis e o pé d'altar. Diz-se que esta pov. foi fundada pelos gregos, quando edificaram o castello de Neiva, que foi uma fortaleza inexpugnavel na antiguidade, e de que se vêem ainda ruinas n'um penhasco sobranceiro ao mar. A este castello davam os gregos o nome de *Nevis*. A terra é fertil em todos as generos do paiz, e abundante de peixe do mar e do rio; nos seus montes ha muita caça, do chão e do ar. N'esta freg. está o convento de S. Romão, acima mencionado, o qual foi fundado em 540 por S. Romão, reinando o rei suevo Theodomiro. O decorrer de 560 annos tinha damnificado muito este convento, que em 1100 estava muito arruinado. Então o conde D. Paio Soares o reedificou e lhe fez grandes doações. Este conde era senhor de Neiva e de outras muitas terras da provincia do Minho. D. Affonso Henriques, em 1133, deu-lhe o regengo e grandes esmolas. O convento, desde o seu principio, era asylo commodo e gratuito de todos os viandantes, fazia avultadas esmolas aos indigentes das visinhanças, e educava na religião catholica as creanças dos arredores. Em 1470 passou a commendatarios, no pontificado de Paulo II; mas em 1561, sendo pontifice Pio IV, voltou aos monges benedictinos, com a obrigação de darem a *terça* a D. Alvaro de Castro, filho do celebre vice-rei da India D. João de Castro. Sendo arcebispo de Braga o cardeal infante D. Henrique, cessou para o convento o pagamento da *terça*, que pouco tempo se chegou a pagar. O D. abbade de S. Romão apresentava as egrejas de S. Paio d'Antas, Villa Fria e Souto de Rebordões. Neiva já era julgado no tempo d'el-rei D. Diniz, pois das *Inquirições* a que mandou proceder, em 1290, consta que na freg. do S. Miguel de Cepães, do *julgado de Neiva*, havia a herdade de Rio de Moinhos, que foi do abbade de Pacheco, parochia que já existia antes do conde D. Henrique vir para Portugal, e d'onde se presume que os Pachecos tomaram o appellido. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr do recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Rio da prov. do Minho, que dizem ser o *Nebis* dos romanos. N. no termo da villa da Barca, e tendo atravessado parte da prov do Minho, vae desaguar no Oceano, na freg. de Castello de Neiva, 12 k. ao N de Fão e Espozende, e proximo do mosteiro benedictino de S. Romão de Neiva. No livro II da *Antiquitatibus Lusitaniae*, André de Rezende, fundado no que escrevoram Pomponio Mello e Ptolomeu, diz que este rio deu o nome á cidade de *Nébis*, e a uma ponte, que o *Itinerario* de Antonino Pio situa sobre a via militar romana, que de Braga ia para Astorga, pelo litoral. Não ha o minimo vestigio d'esta ponte, e parece que Rezende se enganou com a indicação *Ad pontem Neviae*, que é na Galliza, a uns 2 k. ao N de Lugo. Junto á ponte de *Anhel*, que atravessa o Neiva, se levanta o alto monte de *Lousado*. No seu cume houve uma povoação, que se diz ter sido uma cidade romana, a qual era fortificada por dois muros. No archivo da sé de Braga, dizem que existe um documento contando a divisão que se fez da prov. de Entre-Douro e Minho em 12 condados, no reinado de D. Fernando Magno (1036 a 1067) e fala d'esta cidade, mas não a nomeia; diz: «Ad radices montis Pandi, et Lupatis ad frigidam fontem juxta Civitatem magnam, quae ibi destructa jacet a Mauris.»

**Neiva e de Faria** *(D. Gonçalo Tello de Menezes, conde de)*. Alcaide-mór de Coimbra e 1.º senhor de Cantanhede. Era filho de D. Martim Affonso Tello de Menezes, e de D. Aldonça de Vasconcellos; irmão da rainha D. Leonor Telles. O titulo de conde de Neiva e de Faria foi creado por el-rei D. Fernando I a 31 de julho de 1375. El-rei D. João I, mais tarde, lhe tirou o condado e lhe confiscou todos os seus bens, incorporando as suas rendas no condado de Barcellos, que depois passou a ser da casa de Bragança. D. Gonçalo Tello de Menezes casou com D. Maria d'Albuquerque, filha illegitima de D. João Affonso d'Albuquerque.

**Nellas.** Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc., com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu, Relação do Porto. Tem uma só freg., N. S.ª da Conceição. Está situada a 5 k. da margem direita do rio Mondego, na estrada que vae de Mangualde a S. João d'Areias, e a 20 da capital do distr. O vigario de Santa Maria, de Senhorim, apresentava o cura, que tinha 6$800 réis de congrua e o pé d'altar. O conc. de Nellas foi constituido com as freguezias do antigo conc. de Senhorim, que em 1853 se extinguiu. O seu foral é o mesmo que el-rei D. Manuel deu a Senhorim, em Lisboa, a 30 de março de 1514. Ha n'esta freg. a aldeia de Toladal, situada n'um monte, a 2:200 m. do rio Mondego. No centro d'esta aldeia está a capella de N. S.ª da Tosse, fundada pelo povo d'este logar no meio d'um grande terreiro. E' tradição que a primitiva ermida estava junto da margem direita do Mondego, e foi mudada para aqui por causa das enchentes do rio, que a damnificavam. Como a antiga imagem da padroeira estava em mau estado, o visitador a mandou substituir por outra nova, sendo a primitiva recolhida na sacristia, n'um cofre de madeira, em 1708. Nellas pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Tem est. do caminho de ferro, na linha da Beira Alta, entre as de Cannas de Senhorim e Mangualde; escolas para ambos os sexos, e est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R.

A. B. A.; advogados, agencias commerciaes, de navegação e de seguros, das companhias: *Mercurio*, *Equitativa dos Estados Unidos do Brazil*, *Sociedade de seguros mutuos;* hospedarias, medicos, pharmacias, notario; sociedades de recreio: *Gremio-club*, philarmonica *Boa-União*; mercado no segundo domingo de cada mez. Na freg. de Nellas está o estabelecimento thermal das *Caldas da Felgueira*, (V. *Portugal*, vol. III, pag. 339). O conc. compõe-se de 6 freguezias, com 3:113 fog. e 13:453 hab., sendo 6:023 do sexo masc. e 7:430 do fem., n'uma superficie de 13:226 hect. As freguezias são: S. Salvador, de Cannas de Senhorim, 3:215 hab.: 1:417 do sexo masc. e 1:798 do fem.; S. João Evangelista, de Carvalhal Redondo, 1:730 hab.: 760 do sexo masc. e 970 do do fem.; N. S.ª da Conceição, de Nellas, 2:580 hab.: 1:193 do sexo masc. e 1:387 do fem.; S. Pedro, de Santar, 2:478 hab.: 1:125 do sexo masc. e 1:353 do fem.; N. S.ª da Assumpção, de Senhorim, 2:399 hab.: 1:069 do sexo masc. e 1:330 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Villar Sêcco, 1:051 hab.: 459 do sexo masc. e 592 do fem. O conc. produz trigo, azeite, vinho, milho, fructa e legumes, sendo o principal commercio vinho para exportação e consumo, e milho. E' barão de Nellas, o sr. José Bernardo dos Anjos e Brito, cujo titulo lhe foi concedido por decreto de 22 de agosto de 1870. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu. || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Nellia.** Pov. da freg. de S. João Baptista, de Sá, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Nelmenso.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Caldas de Vizella, concelho de Guimarães, distr. de Braga.

**Nemagina.** Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nametanos.** Antigos povos da Lusitania, na chancellaria de Braga, dos quaes era capital a cidade de Volobriga. Ignora-se a situação d'esta cidade e seu districto; apenas se sabe que era ao NO de Braga.

**Né Pingula.** Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, delegação de Noqui, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nerancal.** Pov. do concelho de Pondá, Novas Conquistas, no districto e arceb. de Gôa, India.

**Nerul.** Pov. e freg. de N. S.ª dos Remedios, do conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, na India. A egreja foi edificada em 1569. Tem escolas.

**Nery** *(Antonio Joaquim)*. Jornalista e escriptor. N. em Lisboa em 1798, onde tambem fal. em 27 de junho de 1866. Publicou de 1822 a 1823 um jornal politico intitulado *O Campeão Lisbonense*, de que foi redactor. D'esto jornal offereceu uma collecção ás côrtes de 24 de dezembro de 1822, como se vê no *Diario do Governo* n.º 304, do referido mez. N'esse anno escreveu e publicou alguns pequenos opusculos, ou pamphletos politicos, que sairam anonymos, taes como: *A Visão*, *O Anão demonstrador*, etc. Em 1833 e 1834 serviu como capitão no 4.º batalhão nacional movel de Lisboa, e depois, em 1841, estabeleceu uma typographia, em que imprimiu até 1850 traducções suas de romances, na maior parte de Paulo de Koch, como: *A Casa Branca*, *O Coitadinho*, *O Homem dos tres calções*, *O meu visinho Raymundo*, *Este Senhor!*, *A Donzella de Bellevile*, *A Irmã Anna*, *O Barbeiro de Paris*, *Georgetta*, *Bigode*, *A Mulher*, *o marido e o amante*; *O Homem da Natureza*, *A Leiteira de Montfermeil*, *Magdalena*, *O Senhor Dupont*, *André o saboyano*, *A Familia Gógó*, *Sem gravata*, *João*, *Um joven encantador*, *Irmão Thiago*, *O Amante da Lua*, etc. Traduziu de Frederico Soulié *As Memorias do Diabo*, 8, tomos, 1832 a 1843; *O Salteador saxonio*, de Hypolite Vangevis, 2 tomos; 2.ª edição, 1837; *Verdadeiros mysterios de Paris*, *O espião d'alta categoria*, *O Cabazinho de flôres*, traduzido do inglez, Lisboa, 1847. Escreveu tambem os seguintes romances originaes: *Robineau e Fifina*, *para servir de sequencia á Casa Branca de Paulo de Koch*, 4 tomos, 1845; *Os oculos da Velha*, *ou a lente maravilhosa, romance critico e original por... autor novato*, 4 tomos, Lisboa, 1844; *O Gaiato do Terreiro do Paço, ou o Gil Braz portuguez, pelo autor dos Oculos da Velha*, 4 tomos, Lisboa, 1845; *O Diabo a quatro*, 4 tomos, Lisboa, 1846 a 1848. A sua ultima publicação foi o *Amarello*, *periodico semanal*, *sem politica*; sairam 12 numeros, de setembro de 1862 a abril de 1864. D'este jornal sairam alguns numeros impressos em papel côr de rosa, e dizendo-se *sem politica* quasi que não tratava d'outra cousa. Antonio Joaquim Nery fal. quasi na miseria.

**Nery** *(Filippe)*. Parece ter sido o primeiro professor de escripta, ou calligraphia, que introduziu em Lisboa o caracter de letra ingleza. Teve aula por 30 annos, pouco mais ou menos, começando, segundo consta, a dar lições da sua arte em 1760, ou pouco depois. Já era fallecido em 1793. Foi tido como insigne na sua profissão.

**Nery** *(Filippe)*. Pianista, que vivia no principio do seculo XIX. Era natural de Lisboa. Foi capitão do exercito do ultramar, servindo, em 1821, em Moçambique. Era considerado um pianista notavel.

**Nery Pires** *(Filippe)*. Advogado e interprete das linguas maratha e portugueza no Supremo Tribunal de Justiça de Bombaim. Era natural de Gôa, e ahi traductor dos referidos idiomas. Em Margão deu lições de lingua ingleza. Escreveu: *Grammatica maratha*, *explicada em lingua portugueza*, *compilada das mais abalisadas que até o presente se tem dado á luz*, Bombaim, 1854. Foi dedicada pelo autor ao governador de Bombaim, lord Elphinstone.

**Nery da Silva** *(Agostinho)*. Official da secretaria dos negocios estrangeiros, e consul geral de Portugal na Dinamarca. Fal. em 1798. Escreveu: *Nova Grammatica da lingua ingleza*, *ou Arte de falar e escrever com propriedade e correcção o idioma inglez*, Lisboa, 1779. Esta obra foi adoptada durante muitos annos no ensino das aulas respectivas, e d'ella se fizeram varias reimpressões.

**Nery Xavier** *(Filippe)*. Nasceu em Gôa em 1804, ignora-se a data do fallecimento. Foi admittido ao serviço do estado de Gôa como official supranumerario da secretaria do governo, em 30 de janeiro de 1824, e promovido successivamente a official do numero em 21 de janeiro de 1838;

chefe da 1.ª secção a 27 de agosto de 1840, e official-maior graduado por de 2 d'abril de 1852. Foi tambem nomeado director da Imprensa Nacional de Gôa, pela portaria de 1 de maio de 1851; socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Por decreto de 12 de maio de 1854 foi condecorado com o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição; tambem teve o habito da ordem de Christo pelos serviços prestados na qualidade de membro da commissão encarregada no estado da India de colligir productos para a exposição universal de Paris, em 1867. Filippe Nery Xavier era um incansavel investigador das antiguidades e cousas da sua patria, e publicou muitos trabalhos, que encerram noticias muito especiaes e interessantes sobre particularidades topographicas, estatisticas e economicas d'aquellas possessões. Bibliographia: *Folhinhas ecclesiasticas, historicas e estatisticas para a metropole de Gôa, para os annos de 1840, 1841, 1842, e seguintes até 1845*, Pangim e Nova Gôa, *O Gabinete Litterario das Fontainhas, publicação mensal*, Nova Gôa, tomo I, 1846; tomo II, 1847; tomo III, 1848; n'este jornal, publicado sob a sua direcção e redigido por elle quasi na totalidade, se comprehendem muitas descripções circumstanciadas, mappas estatisticos, e outras noticias interessantes áccêrca d'aquelles estados; *Esboço d'um Diccionario historico administrativo, contendo os principios geraes da administração civil, ecclesiastica e militar, especialmente applicado ao Estado da India Portugueza*, constituindo o 4.º vol. do *Gabinete Litterario das Fontainhas*, Nova Gôa, 1850; *Uma viagem de duas mil legoas, por Claudio Lagrange Monteiro de Barbuda*, etc., *extrahida da «Revista Universal Lisbonense» enriquecida com varias peças, e offerecida aos patricios e amigos do autor*, Nova Gôa, 1848; *Collecção de bandos e outras differentes providencias, que servem de leis regulamentares para o governo economico e judicial das provincias denominadas Novas Conquistas; precedida da noção da sua conquista, e da divisão de cada uma d'ellas*, Pangim, 1840; 2.º vol, Nova Gôa, 1850, com um appendice de 90 paginas; 3.º vol., que contém o *Repertorio Geral, ou Indice alphabetico*, Nova Gôa, 1851; *Carta Constitucional da Monarchia Portugueza, decretada pelo rei de Portugal e Algarves, D. Pedro; acompanhada d'alguns decretos regulamentares e dois indices*, etc., Gôa, 1851; *Bosquejo historico das communidades das aldeias dos concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez, dividido em quatro partes*, Gôa, 1852; *Collecção dos fac similes das assignaturas e rubricas dos Vice reis e governadores geraes do Estado da India, coordenada por determinação do ill.mo e ex.mo sr. visconde de Ourem, governador geral do mesmo Estado*, Gôa, 1853; *Collecção dos fac-similes das assignaturas e rubricas dos arcebispos primazes do Oriente, e dos vigarios capitulares do arcebispado; coordenada*, etc., Gôa, 1853; *Codigo dos usos e costumes dos habitantes das Novas Conquistas em portuguez e marata*, Nova Gôa, 1854; *Codigo dos usos e costumes dos habitantes não christãos de Damão*, Nova Gôa, 1854; *Codigo dos usos e costumes dos habitantes não christãos de Diu*, Nova Gôa, 1854; *Repertorio ou indice alphabetico do Codigo dos usos e costumes dos habitantes das Novas Conquistas*, Nova Gôa, 1855; *Instrucção do ex.mo vice-rei Marquez de Alorna ao seu successor o ex.mo vice-rei Marquez de Tavora; segunda edição, rectificada e enriquecida com novas peças do mesmo autor, e 380 notas historicas*, Nova Gôa, 1856, *Defensa dos direitos das Gão-Carias, Gão-Cares, e dos seus privilegios, contra a proposta da sua dissolução e divisão das suas terras*, Nova Gôa, 1856; *Regulamento das Confrarias do estado da India, mandado publicar por portaria de 16 de agosto de 1845, do governador geral do mesmo estado*, Nova Gôa, 1845; contém interessantes e minuciosas noticias historicas áccêrca da origem d'estas instituições, doações que lhes fôram feitas, bens de raiz, alfaias, moveis e creditos que possuem, etc.; *Libello e replica, com o titulo de Desenvolvimento da natureza dos bens dos dessaiados das Novas Conquistas, e do direito que a elles tem a Fazenda publica*, etc., Nova Gôa, 1845; *Synopse por ordem alphabetica e chronologica dos objectos mais salientes que comportam os boletins do Governo geral do estado da India, publicados nos annos de 1837 a 1845*, Nova Gôa, 1846; *Segunda parte comprehendendo os annos de 1846 a 1850*, Nova Gôa, 1851; *Terceira parte, que comprehende o anno de 1851*, Nova Gôa, 1852; *Quarta parte, que comprehende o anno de 1852*, Nova Gôa, 1853; estes trabalhos fôram offerecidos pelo autor successivamente aos diversos secretarios geraes do governo, que funccionavam como taes á data da publicação de cada uma das partes; *Collecção das leis peculiares das Communidades agricolas das aldeias dos concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez*, etc., Nova Gôa, 1852; esta obra serve e tem a designação de tomo V do *Gabinete Litterario das Fontainhas*; *Additamento ao Regulamento da Imprensa Nacional* (de 3 de setembro de 1849); não declara a data nem o logar da impressão, mas a portaria do governador geral, que o mandou adoptar, é de 2 d'agosto 1861; *Relatorio e catalogo da Exposição industrial da India portugueza no anno de 1860*, Nova Gôa, 1861; esta exposição foi aberta no palacio archiepiscopal da cidade velha, sob os auspicios do governador geral visconde de Torres Novas, a 12 de janeiro de 1860, e encerrada a 8 de fevereiro do mesmo anno; *Resumo historico da maravilhosa vida, conversões e milagres de S. Francisco Xavier, apostolo, defensor e patrono da India*, Nova Gôa, 1859; é illustrado com 7 gravuras abertas em madeira; d'esta obra ha uma segunda edição, *augmentada consideravelmente e acompanhada da historia da exposição do seu venerando corpo em 1859, novos documentos, estampas, notas historicas e indices*, Nova Gôa, 1861; *Nobiliarchia goana, ou catalogo das pessoas que depois da restauração de Portugal em 1640 até o anno de 1860 tem sido agraciadas pelos soberanos com diversos graus do fôro da nobreza e fidalguia*, Nova Gôa, 1862; *Apontamentos dos trabalhos da commissão das mattas do Estado da India*, Nova Gôa, 1863; seguido do *Resumo das ephemerides da commissão encarregada de examinar as mattas, em suas excursões desde 12 de março até 20 de maio de 1863*; *Resenha circumstanciada das passagens dos rios nos tres concelhos das Ilhas, Salsete e Bardez, e nas provincias das Novas Conquistas, especificando as suas situações, transportes, e ordenada em vista dos documentos officiaes, com referencia ao anno de 1843 e posteriores alterações*; foi publicada no *Boletim do Governo do estado da India*, n.º 93 do anno de 1864, de pag. 899 a 907; *Relatorio da commissão*

*nomeada para reunir objectos para a exposição internacional do Porto, datado de 23 d'agosto de 1865*, Nova Gôa; *Relatorio acompanhado da relação dos objectos enviados á commissão central de Lisboa, directora dos trabalhos preparatorios para a exposição universal de 1867 em Paris, pela commissão do estado da India Portugueza*, Nova Gôa, 1866; *Descripção do coqueiro, arequeira, arroz e moedas de Gôa*, Nova Gôa, 1864.

**Né Sambo.** Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, na div. de Noqui, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Nesperal.** Pov. e freg. de S. Simão, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 106 fog. e 456 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita da ribeira Grande, na estrada da Certã a Sernache. E' do grão priorado do Crato, hoje annexo ao patriarchado: e os grãos-priores apresentavam o reitor, que tinha 120 alqueires de trigo, 20 almudes de vinho mosto e 2$000 réis em dinheiro. A terra é muito fertil em cereaes; pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

**Nespereira.** Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 141 fog. e 568 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 4 k. séde do conc. e está situada a 6 k. da margem esquerda do rio Ave. O thesoureiro-mór da collegiada de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 219 fog. e 924 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. O prior de Gouveia apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. O seu clima é saudavel. A terra é fertil em cereaes, legumes, fructas e hortaliças. Tem muito gado miudo. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. A freguezia é de fundação antiga. A tradição local diz que lhe déra o nome uma senhora que teve ali um casal, couto ou dominio, que progressivamente se foi desenvolvendo. Como residencia d'essa senhora aponta-se um edificio, a que chamam *Casa do Rio*, e que por certo foi uma torre, como o provam as suas velhas cantarias, uma janella gothica, uma setteira e o portão de entrada do pateo, em arco coroado d'ameias, da mesma fórma que o mostra ter sido todo o edificio. A tradição tinha todos os visos de verdadeira, pois que o nome da supposta donataria da povoação era *Ignez Pereira*, que pelo decorrer do tempo se corromperia em *Nespereira*. Mas nas inquirições de D. Affonso III, liv. V, fl. 25, consta que Nespereira foi de Diogo Martins, que a povoou e deixou a quarta parte d'ella á ordem militar do Hospital, a qual fez d'ella 9 casaes. Nespereira, já no começo da monarchia, era conhecida por este nome. Antes da actual povoação existiram, sem duvida, no mesmo logar e suas immediações, varias povoações romanas, conforme o tem demonstrado a descoberta de diversos utensilios, muitos tijolos e restos de construcções d'aquelle tempo. A egreja matriz é muito antiga, mas não tem valor architectonico. Ha uma outra egreja mais pequena, que tem servido de matriz, a qual foi construida no fim do seculo XVII ou principios do XVIII, á custa do povo, sob a invocação do Santissimo Sacramento e de Santo Antonio. || Pov. e freg. de S. João Evangelista, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 112 fog. e 449 hab. Tem correio com serviço de posta rural; fabrica de manteiga. Dista 4 k. da séde do conc. O papa, o bispo do Porto, os monges benedictinos do Bustello, de Penahel, e os conegos regrantes de Santo Agostinho da Serra do Pilar, apresentavam alternativamente o abbade, a saber: em janeiro, o papa; em fevereiro, o bispo; e em março, os frades bentos e os de Santo Agostinho. A abbadia rendia 400$000 réis annuaes. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sinfães, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 597 fog. e 2:621 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com Sobrado e Sinfães; feira a 4 e 18 de cada mez, e feira franca a 6 de agosto. Até ao fim do seculo XVIII houve duas freguezias distinctas, do mesmo nome e contiguas, que depois se uniram formando uma só: Eram: *Santa Marinha*, sendo apresentado o abbade pelo real padroado, o qual tinha 650$000 réis de rendimento por anno; e *Santo Ericio*, ou *Eurico*, sendo o reitor apresentado alternativamente pelo papa e pelo bispo de Lamego, o qual tinha 180$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e foi villa, capital d'um concelho, que foi supprimido, passando a formar parte do conc. de *São Fins*, comarca de Rezende. Este conc. tambem se extinguiu, em 24 de outubro de 1855, passando as freguezias que o compunham, para o conc. e nova com. de Sinfães. El-rei D. Manuel deu foral á villa de Nespereira, em Lisboa, a 15 d'abril de 1514. Até 1834 teve duas companhias de ordenanças. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Cabeçudos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Romão, de Carvalhosa, concelho de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Mundão, conc. e distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro, de Povolide, conc. e distr. de Vizeu. || N. S.ª da Purificação, de Villa Maior, conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo districto. Tem correio com serviço de posta rural.

**Nespereira de Baixo e de Cima.** Duas povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Palmaz, conc. de Oliveira de Azemeis, districto de Aveiro. || S. João Baptista, de Rocas do Vouga, concelho de Sever do Vouga, do mesmo districto.

**Nesprido.** Pov. na freg. de S. Pedro de Povolide, conc. e distr. de Vizeu.

**Nesquim.** Pequena ponta situada na costa S da ilha do Pico, Açôres.

**Nessalo.** Pov. do conc. de Santo Antonio do

Zaire, div. do Mussuco, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nesse d'Uquilla.** Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, div. de Noqui, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nestevo.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, districto de Vianna do Castello.

**Neta** *(Casal da)*. Na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, concelho de Abrantes, distr. de Santarem.

**Neta Gomes.** Pov. da freg. de S. Nicolau Tolentino, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Neto.** V. *Netto.*

**Netorlem.** Pov. no concelho de Pernem, Novas Conquistas, no districto e arceb. de Gôa, India.

**Netos.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Ferreira-a-Nova, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

**Netrauly.** Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no districto o arceb. de Gôa, India.

**Netto.** A familia d'este appellido é muito antiga em Portugal; já se encontra no tempo de D. Affonso Henriques. As suas armas são: Escudo partido em pala, sendo a primeira vermelha e a segunda de azul; sobre ambas um leão de ouro armado de prata: orla de ouro com 4 folhas de figueira acantonadas de verde e 4 lizes de azul em cruz; timbre, o leão do escudo com uma folha de figueira sobre a testa.

**Netto**(*Antonio Maria de Almeida*).Irmão do sr. cardeal D. José Sebastião Netto. Foi muitos annos director de algumas alfandegas de portos seccos. Publicou: *Album de Homenagens a Camões*, muito apreciada compilação de todas as publicações em prosa e verso, publicadas por occasião de se erigir a estatua ao immortal épico. Compoz e publicou dois livros que lhe mereceram louvores e gratificações superiores, o *Roteiro fiscal* e *Deveres dos empregados das alfandegas*, cujas edições logo se esgotaram. Traduziu do francez *A Religião em face da sciencia*, 3 grossos volumes. Depois de aposentado, publicou o *Escholiaste Portuguez*, trabalho muito louvado por quasi toda a imprensa, e que foi approvado pelo Conselho de Instrucção Publica. Habilitou-se legalmente para o magisterio do ensino livre, tendo leccionado latim, portuguez, francez e outras disciplinas nos principaes collegios da capital. Com o pseudo *um estudante da lingua latina*, tem traduzido e publicado em cadernetas todos os autores latinos usados nos lyceus do reino: Cornelio, Cesar, Phedro, Ovidio, Tito Livio, Vergilio, Tacito, Salustio, Cicero, Horacio. Tambem deu á estampa uma grammatica da lingua latina. Consta que se tem dedicado ultimamente á composição de um diccionario das difficuldades da lingua franceza, que vae muito adeantado.

**Netto** *(Estevão Gonçalves)*. V. *Gonçalves Netto (Estevão).*

**Netto** *(Fr. Fortunato dos Santos)*. Religioso da ordem de S. Francisco da provincia da Piedade, que viveu no seculo XIX. Depois de extinctas as ordens religiosas, foi lente de Philosophia, vigario capitular da sé do Funchal e conego da sé patriarchal de Lisboa. Escreveu: *Horas lusitanas, paraizo de divinas flôres contendo differentes officios e outras devoções*, Lisboa, 1825.

**Netto** *(Gabriel dos Santos)*. Conego secular de S. João Evangelista, prégador regio, conego da Santa Egreja Patriarchal de Lisboa, professor de Philosophia, etc. Fal. doido em 1833, ou pouco depois. Deixou impressos: *Sermão de acção de graças pelo triumpho das armas portuguezas, prégado na egreja de N. S.ª da Victoria, do Porto*, Lisboa, 1815; *Sermão prégado por occasião das preces, que se fizeram pela feliz restauração do reino; prégado na egreja de Santo Eloy, do Porto*, Lisboa, 1811; *Sermão de S. Sebastião*, Lisboa, 1815.

**Netto** *(João Lopes)*. Physico do hospital de Todos os Santos, nomeado em 12 de janeiro de 1581 o falleceido em 1583.

**Netto** *(José Diogo Mascarenhas)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Alcantarilha, no Algarve, em 1752, e fal. em Lisboa em 1826. Era filho do capitão-mór de Silves Manuel Mascarenhas Netto. Depois de concluir os estudos na Universidade, dedicou-se á magistratura, e foi nomeado juiz de fóra de Leiria, e depois corregedor de Guimarães. Durante o tempo que exerceu este ultimo logar escreveu uma memoria que offereceu ao governo sobre a estatistica da sua comarca com interessantes observações sobre as producções, commercio e industria da provincia de Entre-Douro e Minho, mas não consta que esse trabalho fôsse publicado, o apenas sobre esse assumpto existe impressa no tomo III das *Memorias de Litteratura da Academia Real das Sciencias*, de pag. 93 a 110, uma *Memoria sobre as antiguidades das Caldas de Vizella, na comarca de Guimarães*, que provavelmente era uma das partes d'essa obra mais desenvolvida e mais vasta. Em 1778 foi encarregado de dirigir a construcção da estrada de Lisboa ao Porto, e n'essa commissão se houve com notavel distincção, merecendo justos louvores, não só pela economia e regularidade da administração dos trabalhos, como tambem pela perfeição com que as obras fôram executadas, para o que muito concorreu o estudo profundo que fez d'essa materia, a respeito da qual escreveu uma outra memoria que publicou em 1790 no Porto com o titulo de *Methodo para construir as estradas em Portugal*. Elevado posteriormente a desembargador da Casa da Supplicação, foi superintendente geral das calçadas e correios, e sendo encarregado da refórma e direcção do serviço dos correios fez todos os regulamentos necessarios para esse ramo de serviço publico, estabeleceu o transporte das malas do correio em diligencia na estrada, cuja construcção dirigira, e a elle se deve a numeração dos predios nas ruas de Lisboa e a collocação de letreiros com a designação dos nomes das ruas na nossa capital. Foi tambem intendente do papel sellado e conselheiro vereador do senado de Lisboa, concorrendo como tal para que se aforassem e repar-

tissem muitos terrenos baldios e incultos, que havia nos sitios de Loures e Caneças, com o que prestou um bom serviço ao povo e augmentou as rendas do senado. Sendo incluido em 1810 na chamada *setembrisada*, obteve permissão de ir para Inglaterra, e d'ahi passou a França onde se demorou até 1821, regressando então á patria. Foi durante o tempo que viveu no estrangeiro, que, associando a si o doutor Francisco Solano Constancio e Candido José Xavier, emprehendeu a publicação dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, nos quaes escreveu muitos artigos. Alguns d'estes fôram depois impressos em separado com o titulo de *Cathecismo da agricultura*. Uma filha sua casou com o general Luiz Mousinho de Albuquerque. Foi socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, socio correspondente da Sociedade do Museu de Paris, etc.

**Netto** *(D. José Sebastião)*. Bispo de Angola e Congo, cardeal patriarcha de Lisboa, etc. N em Lagos a 20 de janeiro de 1841, sendo filho de Raymundo José Netto e de D. Catharina Lucia d'Almeida Netto. Mostrando desde a infancia grande dedicação para a vida ecclesiastica, seus paes o matricularam, em 1855, no seminario de S. José, do Faro, onde estudou com distincção os preparatorios, merecendo premio no primeiro exame do curso triennal de Theologia, e a classificação de *accessit* nos segundo e terceiro. Recebeu a prima tonsura e as ordens menores em 25 de maio de 1861; ordens de sub-diacono em 20 de dezembro de 1862; de diacono em 30 de maio de 1863, e de presbytero em 1 d'abril de 1865, por D. Ignacio do Nascimento de Moraes Cardoso, então bispo do Algarve, e mais tarde cardeal-patriarcha de Lisboa. Em 17 d'agosto de 1865 foi nomeado coadjutor do prior da freguezia, de Boliqueime, logar que exerceu até 1873 com tanto zelo e probidade que n'esse anno ficou sendo parocho encommendado da mesma freguezia até 15 d'agosto de 1875, dia em que entrou para o convento do Varatojo. O grande desejo que o digno presbytero possuia pela vida monastica foi que motivou a sua insistencia com o prelado para que o substituisse n'aquelle cargo, o que afinal conseguiu, passando para o referido convento do Varatojo, da ordem de S. Francisco. Esteve depois em missão na freguezia de Santo Isidoro, proximo de Mafra, e ali recebeu a noticia, com bastante admiração e surpreza, que fôra eleito bispo de Angola e Congo, tendo então de sair do seu retiro em 27 de setembro de 1879, depois da sua eleição ter sido confirmada pela Santa Sé. A sagração do novo bispo realisou-se com toda a solemnidade, na egreja de S. Julião em 18 de abril de 1880, pelo nuncio, monsenhor Masella, e em 5 de agosto do mesmo anno partiu para a sua diocese. Chegando a Loanda, publicou a sua pastoral de saudação em 15 do mez de setembro seguinte. Como prelado de Loanda, prestou relevantes serviços á Egreja e aos seus diocesanos. Tendo fallecido o cardeal-patriarcha de Lisboa em 23 de fevereiro de 1883, foi resolvido em 6 d'abril d'esse anno entre o governo e a Santa Sé que viesse occupar aquelle elevado cargo o bispo d'Angola, facto que muito o surprehendeu, mas que se resignou a acceitar. A sua apresentação pelo governo foi feita por carta regia de 12 de julho, e o consistorio de 9 d'agosto do mesmo anno confirmou a eleição. A 18 de setembro chegou a Lisboa, indo hospedar-se no Collegio Filial das Missões Ultramarinas, em Chellas; ali recebeu o pallio, tomando posse do patriarchado por procuração em 29 do referido mez, e fez a sua entrada solemne na cathedral em 7 d'outubro, com toda a magnificencia propria d'aquella solemnidade. O novo patriarcha pronunciou uma conceituosa allocução na presença dos principaes membros do ministerio, alto clero e grande numero de pessoas. No dia 4 de novembro publicou a sua primeira pastoral. Em 16 de janeiro de 1884 tomou posse da sua cadeira na camara dos pares, que lhe competia pela eminente dignidade a que fôra elevado; no consistorio de 24 de março recebeu a sua nomeação de cardeal, e em 30 o soliden vermelho, no paço de S. Vicente. Em 17 d'abril recebeu o barrete cardinalicio no paço d'Ajuda das mãos d'el-rei D. Luiz.

D. José Sebastião Netto

Foi quem celebrou na egreja de S. Domingos a 2 de maio de 1886 a cerimonia do casamento do principe real D. Carlos com a princeza senhora D. Amelia, mais tarde reis de Portugal, sendo n'essa occasião condecorado com a gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Sendo indispensavel a sua presença em Roma, para ali partiu a 26 de maio, afim de receber das mãos do papa Leão XIII o chapéo cardinalicio, indo em sua companhia o seu secretario desembargador, sr. Elviro dos Santos, o monsenhor Serrano, chanceller do patriarchado. Chegando a Roma em 5 de junho, foi logo recebido pelo papa com a maior amabilidade e deferencia, celebrando-se no dia 10 o consistorio, em que recebeu o chapéo cardinalicio. Em Roma foi muito obsequiado e considerado; recebeu convite para no dia 13 sagrar na egreja de Santo Isidoro o bispo Romano de Castellaneta, o que se effeituou com a

majestade propria do seu elevado cargo. Tomou posse tambem na egreja dos Santos Apostolos em Roma como seu padroeiro, na fórma usada pela Santa Sé para com todos os cardeaes, e terminando assim a sua estada em Roma, partiu para Paris no dia 16, onde celebrou de pontifical em 19 na egreja do seminario da Congregação do Espirito Santo. Em 25, estando na Basilica de Londres, celebrou tambem de pontifical, e presidiu á peregrinação que n'aquelle dia se effeituou. N'essa noite seguiu para Madrid, visitou a familia real, e regressou a Lisboa em 28, fazendo a sua entrada solemne na sé cathedral em 30 pelas 11 horas da manhã, tendo sido paramentado na egreja de Santo Antonio da Sé, d'onde seguiu debaixo do pallio com todo o cerimonial devido, acompanhado por grande numero de altos funccionarios, clero, ordens terceiras e mais representantes de corporações religiosas, fazendo a guarda de honra uma força militar. Quando em 1895 se commemorou o 7.º centenario de Santo Antonio, foi o reverendo prelado o presidente da grande commissão que se constituiu, e foi tambem quem presidiu ao congresso catholico que se celebrou na egreja de S. Vicente de Fóra, que teve principio em 25 de junho do referido anno. Em 1907 o sr. cardeal D. José Sebastião Netto renunciou o seu elevado cargo, sendo essa renuncia acceite, como prova o decreto de 7 de novembro d'esse anno. Ainda em vida de Leão XIII já havia manifestado desejo de declinar o seu cargo; depois tornou a mostrar o mesmo desejo ao actual pontifice Pio X. Mais tarde, porém, mudou de resolução, resignando-se a continuar no seu alto posto de chefe da Egreja Lusitana. Comtudo, o desejo fôra tomado como resolução definitiva, e embora o pedido não tivesse seguido pelas instancias officiaes de accôrdo com o padroeiro, em Roma concederam a renuncia, e n'essa conformidade o communicaram ao governo portuguez, o qual a communicou ao reverendo prelado, convidando-o a apresental-a officialmente. D. José, porém, persistiu em não apresentar a sua renuncia, mas o processo havia seguido os tramites officiaes, e não se podia derogar. Foi n'essa conformidade que se passou o decreto, a que acima alludimos, que veiu publicado no *Diario do Governo* de 9 de novembro de 1907, no qual se lê o seguinte: «Havendo o Eminentissimo Cardeal Patriarcha de Lisboa, meu como irmão muito amado, D. José Sebastião Netto, supplicado de Sua Santidade que lhe aceitasse a absoluta renuncia do dito patriarchado, em que fôra apresentado por carta regia de 12 de julho 1883, tendo essa renuncia sido acceite definitivamente e de accordo com o meu governo, hei por bem prestar o meu assentimento áquella resolução pontificia, accitando tambem a pedida renuncia para todos os effeitos, etc.»

**Netto** *(Ricardo José de Sousa)*. Official da secretaria da camara dos deputados. N. em 1822, e fal. a 19 de março de 1870. Traduziu muitas comedias que se representaram no theatro do Gymnasio, obtendo algumas grande successo. Lembram-nos as seguintes, que estão publicadas na antiga collecção *Theatro para rir*: *Ambos sem calças*, *Anna Barraca*, *A' porta da rua*, *Capellão do regimento*, *Desejos de minha mulher*, *Emilia travêssa*, *Ha tantos assim*, *Um Baile*, *Mais vale quem Deus ajuda que quem muito madruga*, *Octogenario*, *Sim ou não?* *Uma mulher que perde as ligas*, *O beijinho das creadas*, *As pequenas miserias*, etc.

**Netto Leite e Vasconcellos** *(José Maximo)*. Juiz da Relação de Gôa, do conselho de Sua Majestade, commendador da ordem de Christo, etc. N. no Porto em 1807, e fal. em Lisboa a 2 de janeiro de 1866. Foi juiz da Relação de Gôa em 1836, e ahi presidiu á Relação, constituindo tambem os diversos tribunaes de justiça no Estado da India, mandados estabelecer pelo decreto de 7 de dezembro do mesmo anno; juiz de segunda instancia, exercendo depois o logar de procurador regio junto da Relação de Lisboa em 1842, e afinal serviu n'esta Relação. Escreveu: *Peculio do procurador regio, ou resumpta e promptuario alphabetico de todas as leis, decretos, etc; seguido d'uma taboada chronologica das mesmas leis*, Lisboa; *Memoria sobre a publicidade das hypothecas, e de outros contratos por meio de registos*, etc., Lisboa, 1842; *Codigo administrativo de 1842 annotado*, Lisboa, 1849; *A Syndicancia da Relação do Porto*, etc., Lisboa, 1855; *Contestação de.. aos fundamentos da interpellação feita ao ex.mo ministro da justiça pelos srs. deputados Alvares Fortuna e Rebello Cabral, na sessão da respectiva camara de 4 de dezembro publicada no «Diario do Governo» n.º 288*, Lisboa, 1844. A interpellação versava sobre se era legal a transferencia do juiz da Relação de Gôa para a de Lisboa, sem ter desempenhado essas funcções na India pelo tempo que a lei determina. José Maximo Netto Leite e Vasconcellos publicou algumas *Memorias* na collecção dos *Annaes Maritimos e Coloniaes*, principalmente no tomo I. Por morte do desembargador Antonio Delgado da Silva, succedida em 1850, foi encarregado de redigir a *Collecção Official da Legislação Portugueza*, de que publicava regularmente um volume por anno.

**Netto e Guerra** *(Pantaleão de Araujo)*. Bacharel formado em Jurisprudencia Civil pela Universidade de Coimbra. N. no Porto, sendo baptisado em 5 de fevereiro de 1710; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Rodrigues Guerra e de Josepha de Araujo Netto. Depois de ter estudado grammatica e philosophia, matriculou se na Universidade, tomando o grau de doutor em 16 de abril de 1735. Voltando para o Porto dedicou-se á advocacia. Escreveu uma obra em latim: *Commentaria ad Ordinationes Portugalliae Regni Libri Quarti in quibus omnia dilucidantur, resolvuntur et explanantur*, etc., Conimbricae, 1740.

**Netto de Paiva** *(Vicente Ferrer)*. Doutor em Canones, lente cathedratico jubilado e reitor da Universidade de Coimbra; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, deputado, par do reino, ministro de Estado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Conservatorio Real da mesma cidade, e do Instituto de Coimbra, etc. N. em Freixo, comarca de Coimbra, em 27 de junho de 1798, fal. em 11 de janeiro de 1886. Era filho de Manuel Francisco Netto. Matriculando se na Universidade, doutorou-se a 29 de julho de 1821. Dedicou se ao magisterio, mas, por ter seguido o partido liberal, não pôde exercel-o, emquanto durou o governo de D. Miguel, vindo só a ser provido na cadeira de lente cathedratico depois de ter triumphado a

causa constitucional, em 12 de julho de 1834. Foi eleito deputado nas legislaturas de 1838-1840, 1840-1842, 1851-1852, 1857-1858, 1858-1859, 1860-1861, 1861-1864, sendo vice-presidente da camara de 1861 a 1862. Como deputado, sustentou sempre os principios democraticos, sendo um dos membros mais activos do partido progressista. Tendo saido do poder o conde de Thomar, e tendo entrado no governo um dos ramos em que então se dividiu o partido regenerador, Vicente Ferrer conservou-se no ramo que tomou o nome de progressista historico, de que se tornou chefe o marquez de Loulé. Em 1857, este estadista, n'uma recomposição feita no ministerio que constituira no anno antorior, o chamou para lhe confiar a pasta da justiça e dos negocios ecclesiasticos. Na questão da Concordata e do padroado do Oriente, Vicente Ferrer sustentou nobre e energicamente os direitos da corôa, e mostrou-se adversario intransigente das invasões de Roma. Fôram esses principios os que elle defendeu toda a sua vida. Subindo de novo ao poder o partido historico, Vicente Ferrer não entrou no ministerio, mas foi eleito par do reino, por carta regia de 29 de setembro de 1862, tomando posse na respectiva camara a 9 de janeiro de 1863. Na camara alta sustentou vivamente a politica do governo com relação ás irmãs de caridade, tendo sido, ainda na camara dos deputados, o relator da minoria da commissão favoravel ao governo, emquanto o relator da maioria, o conde de Casal Ribeiro, lhe era adverso. Tendo-se jubilado como lente da Universidade, continuou na lucta parlamentar até aos ultimos annos da sua vida. Vicente Ferrer foi reitor da Universidade, sendo nomeado por decreto de 23 de julho de 1863, tomando posse a 10 do mez de agosto seguinte; d'este elevado cargo foi exonerado por decreto de 4 de agosto de 1864. No seu tempo recebeu a Universidade a visita d'el rei D. Luiz I e da rainha senhora D. Maria Pia, em dezembro de 1863. Foi o dr Vicente Ferrer quem, indo a Madrid e visitando ali os principaes estabelecimentos de instrucção publica, conseguiu estabelecer relações litterarias e scientificas e de permuta de livros com a Universidade central d'aquella capital, de que era reitor o marquez de Moraute, que officialmente, em nome do governo hespanhol, honrou a Universidade de Coimbra e o seu illustrado professor pela valiosa remessa de livros em seguida offertados á central de Madrid, e a que esta logo correspondeu com bizarria. O dr. Vicente Ferrer achando se cansado e em edade já muito avançada, retirou se para a sua casa de Freixo, onde fal. com perto de 90 annos. Bibliographia: *Elementos de Direito das gentes*, Coimbra, 1839; *Curso de Direito natural, segundo o estado actual da sciencia, principalmente em Allemanha*, 1843; 2 tomos; *Elementos de Direito natural, ou de Philosophia de Direito*, Coimbra, 1844; todas estas obras fôram por vezes reimpressas, com addições e melhoramentos; *Principios geraes de Philosophia de Direito, ou commentario á secção 1.ª da parte 1.ª dos Elementos de Direito natural, ou de Philosophia de Direito*, Coimbra, 1850; *O Cadastro, ou resposta á pergunta: «Se o Cadastro póde ser organisado de modo, que sirva para prova da posse, e titulo da propriedade?»*, Coimbra, 1849; esta resposta foi apresentada ao conselho da faculdade de Direito para satisfazer a uma portaria do ministerio do reino, expedida ao reitor da Universidade com a data de 2 de junho de 1849; *Defeza da representação dos lentes da Universidade de Coimbra sobre o projecto de lei ácêrca da liberdade de imprensa, mandada reimprimir pelos signatarios da mesma representação*, Coimbra 1850; é a série dos artigos que o dr. Vicente Ferrer se viu obrigado a escrever para o *Observador*, de Coimbra, em resposta ao que o *Estandarte*, orgão do conselheiro José Bernardo da Silva Cabral, dissera contra a representação alludida; *Relatorio e projecto de lei sobre as congregações religiosas*, Lisboa, 1862; apresentado á camara dos deputados em sessão de 28 d'abril de 1862, como voto em separado na qualidade de membro da commissão encarregada de examinar o projecto do governo; *Reflexões sobre os sete primeiros titulos do livro da «Parte 1.ª do projecto do Codigo Civil portuguez do sr. Antonio Luiz de Seabra»*, Coimbra, 1859; *Elogio historico de Alexandre Herculano*, lido no Instituto de Coimbra a 23 de maio de 1878, e publicado pelo mesmo Instituto, Coimbra, 1878. O dr. Vicente Ferrer foi agraciado em 1870 com o titulo de visconde de Freixo, mas não o acceitou. Publicou varios artigos no *Archivo Universal*, e em outros jornaes politicos e litterarios.

**Neuparth** *(Augusto)*. Musico da Real Camara, secretario e professor do Conservatorio Real de Lisboa, professor na Real Academia dos Amadores de Musica, presidente da Associação Musica 24 de Junho e do Montepio Philarmonico, condecorado com o habito da ordem de S. Thiago, com o grau de cavalleiro da de Christo e de Carlos III de Hespanha, etc. N. em Lisboa a 3 de maio de 1830, onde tambem fal. a 20 de junho de 1887. Era filho de Eduardo Neuparth, professor de musica *(V. adeante)*, e de sua segunda mulher D. Margarida Boehmler. Recebendo na infancia esmerada educação, instruiu se ao mesmo tempo na musica e no clarinete com seu pae, aprendendo tambem a tocar fagotte com um musico chamado Filippe Titel. Aos 17 annos de edade estreou-se como concertista d'este difficil instrumento, que se tornou da sua predilecção, a solo n'um dos saraus da Academia Melpomenense. Serviu-lhe esta primeira apresentação para ser admittido na Associação Musica 24 de Junho, e pouco depois, em 1848, entrou para a orchestra do theatro de S. Carlos como primeiro fagotte, sendo pelo mesmo tempo nomeado musico da Real Camara. Estudando sempre com grande ardor e ajudado por muito natural disposição, tornou-se em pouco tempo admiravel executante, e repetidas vezes tocava nos saraus das academias e em concertos publicos, obtendo sempre enthusiasticos applausos. Entretanto recebia lições de harmonia do abalisado professor do Conservatorio Francisco Norberto dos Santos Pinto. Desejando aperfeiçoar-se na sua arte, consultando professores estrangeiros, emprehendeu em 1852 uma viagem, e a 9 de junho d'esse anno embarcou com destino a Londres, onde se demorou alguns dias, seguindo depois para Hamburgo e Leipzig. D'esta cidade passou a Zeulenroda, e ali foi apresentado a um afamado tocador de fagotte, mas que era de merecimento inferior ao de Neuparth. Voltando a Leipzig procurou Weissenborn, no-

tavel musico, que era o primeiro fagotte da celebre orchestra de concertos de Gewendhauss. Weissenborn, apenas ouviu Augusto Neuparth, mostrou-se maravilhado, e declarou-lhe que se felicitava por ter tido occasião de apreciar tão talentoso artista, que estimava ter por amigo, mas que não tinha nada a ensinar-lhe. Apezar d'este lisongeiro e franco acolhimento, Augusto Neuparth ainda se dirigiu a Dresde a procurar o mais considerado tocador de fagotte, ali existente, chamado Goeruig, mas este, depois de o ouvir, não se atreveu a tocar. Reconhecendo que nada podia accrescentar aos seus profundos conhecimentos musicaes, voltou a Leipzig resolvido a dedicar-se a outro estudo, que seria complemento da sua educação artistica, o contraponto. Estudou então com Mauricio Hauptmann, professor do conservatorio d'aquella cidade, e um

Augusto Neuparth

dos mais conceituados compositores. D'esse estudo deixou memoria nos exercicios que escreveu, os quaes estão reunidos n'um livro bastante volumoso, com o titulo: *Lições de Harmonia, Contraponto e Fuga de Augusto Neuparth, dirigidas pelo professor de Contraponto dobrado e Fuga no Conservatorio, o ill.mo sr. M. Hauptmann. Leipzig: 1.a lição a 19 de outubro de 1852 ás 4 horas da tarde; a 45.a lição e ultima em 26 de abril de 1853.* Um tão pequeno numero de lições dadas em pouco mais de seis mezes, não seria decerto o bastante para um principiante, mas Augusto Neuparth era já artista superior, e tinha estudado harmonia com o professor Santos Pinto, por conseguinte o seu trabalho com Hauptmann consistiu simplesmente em se exercitar na pratica do contraponto. Neuparth não ficou, com este rapido estudo, um compositor emerito, tanto mais que para isso não se sentia com vocação natural; no emtanto produziu algumas composições, principalmente phantasias para os instrumentos que tocava. Uma d'ellas foi publicada pelo editor Brandus, de Paris, e tem por titulo: *Fantaisie sur le Robert le Diable de G. Meyerbeer pour Basson avec accompanhement de Piano par Augusto Neuparth, Musicien de la chambre de S. M. Très-Fidèle et premier Basson au Théatre de Saint Charles à Lisbonne.* Entre outras existe inedita uma phantasia original com acompanhamento de orchestra, que elle executou mais d'uma vez na Academia Melpomenense. Escreveu tambem uma abertura dedicada a D. Duarte de Noronha, da familia dos condes d'Atalaia. Quando terminou as lições com o professor Hauptmann, resolveu regressar a Lisboa, e no seu regresso esteve em Bruxellas e em Paris, estudando n'esta ultima cidade a organisação das sociedades orpheonicas e o ensino da musica, nas escolas primarias; desejava implantar entre nós a vulgarisação do canto em côro, impressionado como ficou de ouvir os coros populares na Allemanha, mas não realisou o seu intento porque outros assumptos o desviaram d'uma empresa, em que seria necessario consumir grande energia e força de vontade. Em Paris tambem teve occasião de apreciar o saxophone, então recente invenção de Adolpho Sax, e com tanto enthusiasmo se entregou ao seu estudo, que depressa se tornou um distincto tocador d'esse intrumento. Pouco tempo depois de estar em Lisboa apresentou-se na Academia Melpomeuense a tocar uma difficil phantasia para saxophone composta por elle, despertando a mais viva curiosidade e enthusiasmo. Foi Augusto Neuparth quem primeiro fez ouvir entre nós um saxophone. Quando Guilherme Cossoul, em 1860, se lembrou de organisar a Sociedade de Concertos Populares, Neuparth associou-se dedicamente a essa idéa, e foi o seu mais activo propugnador. Em 29 de dezembro de 1862 foi nomeado professor da aula de rudimentos do Conservatorio; mas pouco tempo regeu essa aula, porque tendo-se creado novamente a aula de instrumentos de palheta, extincta em 1842 por morte de Canongia, recebeu Neuparth o encargo de dirigir a nova aula, por portaria de 11 de julho de 1865. Esta nomeação foi interina, tornando se effectiva em 1870, depois d'um concurso brilhante. No *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, d'onde temos extrahido estes apontamentos biographicos, e transcripto alguns trechos, lê-se ácêrca d'este concurso o seguinte (vol. II, pag. 125): «N'este memoravel concurso, realisado a 20 de maio de 1869, apresentou o extraordinario musico, seguidamente e quasi sem intervallos, um concerto de clarinete, outro de oboé, um trecho de corne-inglez, a phantasia original de sua composição para fagotte e outra egualmente composta por elle para saxophone. Tudo musica da maior difficuldade, executada com vigoroso e bellissimo som em todos os instrumentos, estylo magistral e perfeição inexcedivel. Foi um facto unico, deixando vivamente impressionada toda a gente que a elle assistiu. Nunca outro artista, antes ou depois, deu tão admiraveis provas de um estudo egualmente serio e profundo em todos aquelles instrumentos, mostrando-se tão habil concertista no clarinete como no fagotte, cantando com tão justa e apro-

priada expressão no oboé como no saxophone. Não ha uma sombra de exaggeração n'estas palavras; exprimem ellas simplesmente a memoria d'uma impressão recebida e inolvidada » Sendo nomeado secretario do Conservatorio, proposto pelo então director, Luiz Augusto Palmeirim, prestou muitos serviços, reorganisando a secretaria, que só desde essa epoca se encontraram ali livros devidamente escripturados e documentos archivados em boa ordem. Tambem trabalhou muito em melhorar a organisação d'aquelle estabelecimento e a situação dos professores. Eleito delegado ao Conselho Superior de Instrucção Publica, apresentou em 1886 um relatorio que serviu de base á reforma autorisada por carta de lei de 25 de agosto de 1887 e tornada effectiva pelo regulamento de 6 de dezembro de 1888. Quando em 1878 se deu a scisão entre os membros da Associação Musica 24 de Junho, Neuparth conservou-se unido a essa associação, e foi um dos seus mais estrenuos defensores. Nomeado presidente da commissão dos grandes concertos que se organisaram por essa epoca, foi elle quem mandou vir para os dirigir, em 1887, o notavel mestre e professor no conservatorio de Berlim, Ernesto Rudorff. Augusto Neuparth foi o mais ardente promotor d'esses concertos. Aggravando-se-lhe uma doença, de que soffria, succumbiu afinal, causando a sua morte a mais profunda sensação. Era casado com D. Virginia Julia Basto Neuparth. O funeral foi imponentissimo; todas as corporações, de que fazia parte, se fizeram representar, assim como o Conservatorio, a empresa do theatro de S. Carlos, etc. O prestito seguiu a pé desde a egreja da Encarnação até ao cemiterio dos Prazeres. A' beira da sepultura Luiz Augusto Palmeirim, director do Conservatorio, pronunciou um breve e sentido discurso. Augusto Neuparth era frequentemente chamado ao paço por el-rei D. Luiz, para tomar parte em concertos de caracter intimo. Era tambem socio da irmandade de Santa Cecilia, socio honorario dos Albergues nocturnos, e da Commissão de beneficencia dos pobres de Caparica; proprietario e redactor da revista musical *O Amphion*; professor da aula de palheta na Real Academia dos Amadores de Musica, proprietario do armazem de musica e instrumentos, que ainda existe na rua Nova do Almada, fundado por seu pae em 1824. No anno de 1901, organisou-se uma commissão composta dos srs. D. Fernando de Sousa Coutinho, actualmente marquez de Borba, D. Duarte Manuel de Noronha, visconde de Athouguia, Henrique Sauvinet, Augusto Gerschey, José da Costa Carneiro, e o corpo docente do Conservatorio representado pelos srs. Eduardo Schwalbach, Augusto Machado, F. de Freitas Gazul, Victor Wagner, José Innocencio Pereira, successor de Neuparth na regencia da cadeira de instrumentos de palheta, Guilherme Ribeiro e Cunha e Silva, que tomou a iniciativa de collocar uma lapide commemorativa na casa da rua das Salgadeiras n.º 36, onde falleceu Augusto Neuparth. A cerimonia, para que foi convidada a camara municipal, outras autoridades, corpo docente do Conservatorio, a imprensa, a Real Academia dos Amadores de Musica, professores de musica, alumnos, etc., realisou-se no dia 3 de maio, anniversario no nascimento de Neuparth, pelas 4 horas da tarde. A lapide estava coberta com a bandeira nacional, e foi o vereador da camara sr. Martinho Guimarães que a descerrou, depois do sr. marquez de Borba, D. Fernando de Sousa Coutinho, ter lido o auto, que foi assignado por todos os presentes. A inscripção que se lê na lapide, é a seguinte:

N'ESTA CASA FALLECEU
EM 20 DE JUNHO DE 1887
AUGUSTO NEUPARTH
MUSICO DISTINCTO
PROFESSOR DO CONSERVATORIO
REAL DE LISBOA

**Neuparth** *(Augusto Eduardo)*. Capitão de fragata da armada, engenheiro hydrographo. N. em Lisboa a 11 de outubro de 1859, sendo filho do professor do Conservatorio Augusto Neuparth (V. o *artigo antecedente*), e de sua mulher D. Virginia Julia Basto Neuparth. Assentou praça na companhia dos guardas-marinhas em 1879, terminando o curso em 1881. Cursou as escolas Polytechnica, do Exercito e Naval, obtendo carta de engenheiro hydrographo. Esteve nas estações navaes de Cabo Verde, Guiné, Angola e Moçambique, e embarcou como immediato ou official de guarnição, nos seguintes navios: canhoneiras *Rio Lima*, *Guiné*, *Tejo* e *Tavira;* corvetas: *Bartholomeu Dias*, *Duque da Terceira* e *Rainha de Portugal;* couraçado *Vasco da Gama;* transportes *India* e *Africa*, e fragata *D. Fernando*. Tomou parte no ataque e bombardeamento de Cadica, na Guiné; e no de Catalha, no Zaire. Serviu de secretario ao sr. conselheiro Guilherme de Brito Capello na expedição ao interior de Boma no Zaire, cuja missão era fazer um tratado de paz e commercio com os regulos da região. Fez parte da expedição ás ilhas de Djeta, na Guiné, para libertar dois subditos francezes prisioneiros do regulo Adju Pumol, e obrigar o mesmo regulo a prestar vassalagem a Portugal; incorporou-se tambem na expedição do rio Nuno, para libertar um subdito portuguez preso pelo regulo Yurá, na tabanca de Lottabali. Foi official ás ordens do contra almirante da esquadra allemã, que esteve no rio Tejo em 1900. Os trabalhos geodesicos, topographicos e hydrographicos que tem executado, ou em que tem collaborado com outros officiaes, são os seguintes: *No reino*, determinação das coordenadas geographicas do pharol do Cabo da Roca; trabalhos hydrographicos em Paço d'Arcos para servirem de base ao projecto de uma doca; sondagem da barra de Lisboa, desde Belem a Cascaes; estabelecimento do pharol de Sagres por occasião do centenario Henriquino; projecto de balizagem de Aldeia Gallega; projecto de balisagem e reconhecimento hydrographico do Tejo desde dos Olivaes até ao canal da Azambuja. *No ultramar:* Reconhecimento hydrographico da costa sul da Guiné portugueza e dos rios Grande, Rabi, Cubae e Cumbidjá; reconhecimento hydrographico da enseada de Cabinda; triangulação completa e parte do levantamento e sondagem da bahia de Loanda; estudo completo da bahia do Lobito; triangulação da costa sul do Maputo; traçado de um parallelo para a delimitação da fronteira sul de Lourenço Marques; delimitação completa do sul do Maputo. Reconhecimento do rio Maputo desde a sua confluencia com o Pongulo até Ma-

xaéne; triangulação do porto de Lourenço Marques, parte do seu levantamento topographico, toda a sondagem; traçado do caminho de ferro de Cabinda ao Chiloango. Tem servido nas seguintes commissões e estabelecimentos do Estado: Real Observatorio Astronomico de Lisboa, Observatorio Meteorologico do Infante D. Luiz; Direcção dos Trabalhos Geodesicos do Reino; adjunto, e depois chefe, da secção de pharoes no ministerio da Marinha; adjunto no Deposito de Contas; encarregado dos serviços hydrographicos do porto de Lourenço Marques; chefe da secção de estudos e director interino das obras do porto de Lourenço Marques; Commissão da delimitação das fronteiras de Lourenço Marques. Foi commissionado ao estrangeiro para requisição de material para as obras do mesmo porto. Commissão de cartographia e 3.ª Direcção dos serviços fluviaes e maritimos do Ministerio das Obras Publicas, etc. E' condecorado com o officialato das ordens de Aviz e de S. Thiago; cruz de 2.ª classe da Corôa da Prussia, e com as medalhas de prata de bons serviços e comportamento exemplar. Tem registadas varias portarias de louvor por serviços prestados no reino e no ultramar. Por decreto de 12 de agosto de 1909 teve a medalha de ouro de serviços distinctos no ultramar.

**Neuparth** *(Eduardo*, em allemão, *Erdemann)*. Foi pae do notavel concertista e professor do Conservatorio Augusto Neuparth. (V. *este nome)*. N. a 6 de janeiro de 1784, na pequena cidade de Poelwitz, pertencente ao principado de Reuss-Greiz, no Voigtland; fal. em Lisboa a 23 de junho de 1871. Era filho de Miguel Neuparth e de Maria Dorothéa. Aos 15 annos alistou se como aprendiz na banda de musica do districto, e fez o aprendizado regulamentar de 5 annos. Depois obteve o logar de primeiro clarinete na capella do principe de Lowenstein, a cujo serviço se encontrava em 1806, quando o exercito de Napoleão, invadindo a Prussia, devastou as propriedades d'aquelle principe, deixando-o arruinado, pelo que teve de despedir os seus musicos. Neuparth andou por algum tempo aos baldões d'uma sorte pouco propicia, até que entrou para a capella de outro principe, o de Amorbach, mas pouco tempo ali conservou. Reunido em sociedade com mais tres collegas, encetaram os quatro musicos uma longa peregrinação que se estendeu a 150 legoas, durante a qual iam obtendo com o exercicio da arte os meios de subsistencia. A sociedade veiu a prosperar, constituindo por fim uma banda de 7 instrumentistas, 2 dos quaes tocavam clarinete, 2 fagotte, 2 trompa e 1 flauta e oboé. Por fim, estando em Friburgo, dissolveu se a sociedade, ficando n'esta cidade os 4 primitivos consocios, e foi n'essa occasião que offereceram a Neuparth o logar de mestre da banda do regimento ali de guarnição, logar a que competia soldo mensal de 45 florins. Neuparth, por espirito de camaradagem e abnegação, acceitou com a clausula de serem tambem admittidos os seus companheiros, repartindo se por todos 4 aquelle soldo, que só a elle era offerecido. Pela divisão coube-lhe, como mestre, 15 florins, recebendo 10 cada companheiro. Comtudo foi muito proveitoso para todos este logar, porque adquirindo a banda um grande brilho, graças á aptidão do mestre, era convidada para todas as festas, que rendiam bons lucros. Estava-se então em 1808, quando Napoleão tinha posto a Europa toda em armas. O regimento onde servia Neuparth, foi mandado para Strasburgo, e ali encontrou ordem de marchar immediatamente para Hespanha. Achando-se, porém, Neuparth muito doente, pediu para entrar na hospital, onde esteve seis mezes, chegando a esperar-se um desenlace fatal, e os enfermeiros convencidos que elle morreria, tiraram-lhe tudo quanto possuia. Neuparth, quando se restabeleceu, encontrou se apenas com o fardamento militar e uma sobrecasaca de paisano. Completamente sem recursos, e não podendo ir reunir-se ao regimento por falta de meios para o caminho, viu-se na mais critica situação, mas teve a fortuna de apparecer em Strasburgo um commissario do exercito francez, que tinha a incumbencia de angariar musicos para o regimento 119.º de linha, cujo quartel era em Dax, perto de Bayonna. Neuparth contratou-se promptamente, e com mais 7 companheiros, atravessou em 3 mezes toda a França até chegar a Dax; d'ahi partiu com um reforço de soldados para o regimento que fazia parte do exercito em operações na guerra da Peninsula. Tendo morrido o mestre da musica, foi Neuparth contratado para o substituir. O regimento 119.º aquartelou se em Gijon, nas Asturias, onde Neuparth esteve perto de 3 annos. Entretanto as tropas portuguezas e inglezas iam levando deante de si o exercito de Napoleão, e a guarnição de Gijon teve de abandonar o seu posto para ir reforçar o exercito commandado por Marmont. Neuparth assistiu á batalha de Salamanca ou dos Arapiles, em que o exercito portuguez tomou parte gloriosa, e perdendo ali todas as economias que pudera juntar, acompanhou a retirada dos francezes vencidos. Chegados estes perto de Burgos, e verificando-se que dos 28 musicos que compunham a banda do regimento n.º 119, só restavam 4, fôram esses 4 mandados para Dax afim de constituirem o nucleo d'uma nova banda que Neuparth devia organisar; cumprida a sua missão voltou com os novos subordinados ao regimento a tempo de tomar parte no ultimo grande desastre que as armas francezas soffreram na Peninsula, a batalha de Vitteria. Neuparth chegou 15 dias antes da batalha, e n'ella perdeu pela terceira vez tudo quanto possuia. Continuou acompanhando o exercito francez na sua constante retirada e repetidas derrotas, até que achando-se em Tolosa depois da paz, e vendo-se em má situação, resolveu abandonar os vencidos e acolher-se aos vencedores. Soube que a pequena distancia estava o regimento portuguez n.º 4 de infantaria, onde se precisava d'um mestre de musica para organisar a respectiva banda, e para ali se dirigiu, contratando-se promptamente, em 9 de maio de 1814. Passados 5 dias Neuparth partiu com o seu regimento para Portugal, entrando em Lisboa a 12 de agosto. Pouco depois entrou para a orchestra da Rua dos Condes, da qual passou para a de S. Carlos. Sendo nomeado mestre da musica que devia fazer parte da comitiva que foi a Leorne buscar a archiduqueza D. Leopoldina d'Austria, noiva do principe D. Pedro, e acompanhal-a ao Rio de Janeiro, saiu de Lisboa a bordo da nau *D. João VI* a 2 de julho de 1817, e chegou ao Brazil a 2 de novembro. Tendo agradado muito

a banda que dirigia, foi convidado a deixar-se ficar com os seus musicos, constituindo a *Musica das Reaes Cavallariças*, como então se denominava a corporação dos antigos menestreis da côrte. Neuparth acceitou a proposta, sendo-lhe passada a seguinte portaria, na qual se vê pela primeira vez o nome de *Erdemann* trocado pelo de *Eduardo*, que depois continuou usando: «El Rey Nosso Senhor Faz Mercê a Eduardo Neuparth de o tomar por Musico das suas Reaes Cavallariças com a qual occupação vencerá o ordenado de duzentos e sete mil trezentos noventa e seis réis por anno, com que o Escrivão das ditas Cavallariças o lançará em Folha, com vencimento desde vinte e seis de novembro do corrente anno, e gozará dos privilegios e izenções que tem e de que gozão os Musicos das referidas Cavallariças, e isto emquanto o mesmo Senhor assim o houver por bem e não mandar o contrario. Rio de Janeiro em dez de dezembro de mil oitocentos e dezasete. Conde de Paraty.» No Rio de Janeiro auferiu Neuparth bons interesses, porque tocava nos theatros e nas egrejas, ensaiava diversas bandas militares, e para ellas compunha musica. N'esse anno de 1817 associou-se com Valentim Ziegler, musico da Real Camara, no negocio da venda de instrumentos e musicas, estabelecendo um armazem no Rocio d'aquella cidade, Em 1819 Neuparth casou com uma filha do seu consocio. Regressando a Lisboa em 1821 com D. João VI, continuou com Valentim Ziegler o seu negocio, estabelecendo-se em 1824 na Rua Nova do Carmo. Tendo enviuvado pouco tempo depois, passou a segundas nupcias com D. Margarida Boehmler. Desfez então a sociedade que tinha com Ziegler, e estabeleceu-se em 1828 n'uma sobreloja da Rua Nova do Almada, e em junho de 1854 mudou o estabelecimento para o armazem que ainda existe na mesma rua, dirigido hoje por seu neto o sr. Julio Neuparth. Tendo-se-lhe aggravado a doença, que sempre soffreu, deixou de exercer a arte em 1859, entregou a direcção do estabelecimento a seu filho Augusto Neuparth, e passou tranquillamente o resto da vida. Eduardo Neuparth foi um dos fundadores do Montepio Philarmonico, em 1834.

**Neuparth** *(Julio Candido)*. Professor de harmonia no Conservatorio Real de Lisboa, vogal do Conselho d'Arte Musical. N. a 29 de março de 1863, sendo filho do falleecido professor do Conservatorio Augusto Neuparth, e de sua mulher, D. Emilia Julia Basto Neuparth. Matriculou-se no Conservatorio, e concluiu o curso de violino em 1882, saindo mais tarde, em 1884, depois de ter terminado com distincção os estudos theoricos, desde os rudimentos da musica até á parte complementar d'esses estudos com o contraponto, fuga e composição. De 1879 a 1887 o sr. Julio Neuparth fez parte, como primeiro violino, da orchestra do theatro de S. Carlos. Durante esse periodo tocou sob a direcção de Dalman, Kuon e de Marino Mancinelli. Foi pouco antes de renunciar o seu logar de executante, que se tocou em S. Carlos a sua *Abertura em dó maior*, trabalho que mereceu os maiores elogios do professor Mancinelli. Além d'esta *Abertura*, mais tarde dirigida por Steck e Victor Hussla, compoz Julio Neuparth para orchestra as seguintes peças: *Scherzo*; *Minuetto capricioso; Rêverie; l'Orientale*, *suite* de 3 numeros; e Paraphrase sobre uma canção portugueza. O sr. Julio Neuparth escreveu tambem para instrumentos de corda, um *quartetto* de estylo imitativo, em 4 andamentos; para violino e piano, *Sérénade exquise;* e *Alla mazurka*; para canto, varias melodias, todas com letra portugueza. Tem instrumentado a musica de diversas operetas. Foi o sr. Julio Neuparth um dos professores que fundaram o *Instituto musical*, que, apezar de todos os esforços empregados, não chegou a ter longa existencia A elle se devem tambem as traducções de varias obras didacticas, como tratados de harmonia de Bazin e Durand, e o tratado de orchestração de Gevaert, no que prestou bom serviço aos nossos artistas. De 1890 a 1898 tomou a seu cargo a redacção principal do *Amphion*. Em 1893 foi convidado para redigir a secção musical do *Diario de Noticias*, e ali se tem conservado. Fez parte do jury da secção musical da Exposição Industrial de 1888, e sendo nomeado professor provisorio da aula de harmonia no Conservatorio, em 1895, passou em 1898 a professor effectivo.

**Neurá.** Braço de rio que communica com os rios de Zuary e Mandovy a O da ilha de Gôa, no distr. do mesmo nome, India. || Pov. da ilha da Gôa no conc. das Ilhas, distr. e arceb. de Gôa, India. Tem egreja.

**Neve.** Agua congelada naturalmente. O emprego da neve natural para fazer bebidas geladas é mais antigo do que se póde suppôr. Parece que os arabes usaram bebidas resfriadas pela neve. O emprego do gelo artificial é muito mais moderno. As bebidas geladas e os dôces tambem denominados *gelados* datam na Europa do meado do seculo XVII, julgando-se de origem italiana. O *sorvete* não foi primitivamente um gelado, mas unicamente um xarope de fructas muito pastoso que se desfazia em agua, e se bebia como as limonadas de calda. O nome de *sorvete* é de origem turca, segundo uns autores, e provem de beber aos sorvos, ou pequenos goles, segundo outros. As bebidas geladas, dando á bocca uma sensação de frescura, muito agradavel durante os ardores do verão, tiveram desde que appareceram grande voga. O officio de neveiro em Portugal data dos fins do seculo XVII, pelo menos. Em principios do seculo XVIII havia em Lisboa lojas onde se fornecia neve ás lojas de bebidas e a particulares, entre elles ás reaes ucharias. Cerca de 1735 houve varias contendas entre o fornecedor da Casa Real e o das lojas, porque disputavam a neve a fim de satisfazer ás suas obrigações. A fim de terminar esta contenda, e estando prestes a terminar a arrematação feita pelo neveiro da cidade no triennio de 1732 a 1735, pedia o neveiro das reaes ucharias, Marcos Alvares da Costa, para que lhe fôsse concedido ser tambem o neveiro fornecedor da cidade. O senado da camara de Lisboa Occidental consultou favoravelmente a el-rei, mas o soberano determinou que se abrisse concurso. Ainda outras peripecias sobre o consumo da neve se déram, confórme se vê das Consultas e resoluções régias, transcriptas no vol. XII dos *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, a pag. 485 e 497. Parece que a neve fornecida era tirada de reservatorios, ou poços, feitos em logares frigidos, taes como nos altos de serras e outros sitios onde ella naturalmente se accu-

mulasse. O transporte fazia-se vindo os pedaços de neve envolvidos em palha e sendo guardados em casas subterraneas. Algumas lojas de bebidas tinham, nos ultimos tempos, poços seus, d'onde se abasteciam. Assim succedia ao botequim sito debaixo da arcada do Terreiro do Paço, cujo proprietario tinha na chamada serra da Neve, no concelho de Alemquer, uns poços seus. Ainda hoje aquelle antigo estabelecimento se denomina o Martinho *da neve*.

**Neve.** Casal na freg. do Espirito Santo, de Landal, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Vasta serrania situada ao N do distr. de Mossamedes, na prov. d'Angola, Africa Occidental. Tem cerca de 120 k. de comprimento. Communica a E com a serra de Munda, a O com a de Chella, em direcção proximamente perpendicular a ambas, e fecha com ellas pelo lado do N a vasta zona de terreno onde se estendem as terras da Huilla e Humpata. Em alguns pontos das suas abas o clima assemelha-se ao de Portugal. Dos contrafortes, principalmente do S, nascem numerosos rios que vão regar as terras da Huilla e Humpata.

**Neves** (*Fr. Antonio das*). Religioso da ordem de S. Francisco da provincia dos Algarves. N. em Lisboa e fal. no convento de Xabregas em 1661. Foi guardião dos conventos da sua ordem em Serpa e no Torrão. Escreveu: *Arte do liberal jogo do Xadrez, compilada de varios autores que sobre ella escreveram, que pude alcançar*, Lisboa, 1647. Deixou manuscripto: *Santo Antonio de Lisboa, decimas portuguezas*, etc., e outra obra em latim.

**Neves** (*Antonio Pinto da Fonseca*). Major do estado maior de artilharia, governador do castello de S. Jorge, escriptor, etc. N. no Porto em 1784, fal. em Lisboa em 1836. Tendo seguido a carreira militar era segundo tenente de artilharia, quando em maio de 1817 foi preso como cumplice na conspiração chamada de Gomes Freire, e por sentença de 18 de outubro condemnado em 10 annos de degredo para Moçambique, e a confiscação de metade dos seus bens. Partindo para o degredo, tanto elle como o seu companheiro na desgraça, o architecto Francisco Antonio de Sousa, conseguiram que o commandante da embarcação que os conduzia, arribasse ao Rio de Janeiro, e alli lhes foi commutada a pena de degredo na de servirem na divisão expedicionaria em Montevideu. Entretanto, as côrtes reunidas em Lisboa no anno de 1821, decretaram logo uma amnistia para os crimes politicos, e Fonseca Neves pôde voltar a Portugal. Em 1828, pelas suas idéas liberaes, soffreu do governo absoluto muitos trabalhos e perseguições, sendo afinal preso e encerrado no castello de S. Jorge, d'onde saiu unicamente no dia 24 de julho de 1833. Tendo chegado ao posto de major de artilharia, foi nomeado governador do referido castello, logo depois da revolução de setembro de 1836, cujos principios abraçara, e no exercicio d'esse cargo falleceu em resultado das doenças que adquirira nas prisões, e dos maus tratos que soffrera. Escreveu: *Obras poeticas*, Lisboa, 1821; n'este vol. está incluida uma *Memoria historica e justificativa sobre a sentença que o condemnara em 1817; Resposta ao artigo «Lisboa» inserto na Gazeta Universal n.º 101*, Lisboa, 1822; *Dialogo entre dois corcundas, Ribeiro no seu Casal e Gomes no seu Ribeiro*, Lisboa, 1821; *Resposta ao Manifesto que o peccador convertido José Agostinho de Macedo fez á Nação Portugueza*, Lisboa 1822; *Surra no P. José Agostinho de Macedo, e no seu apologista C S. D. F.*, Lisboa, 1822; *O Santilão Xoé*, Lisboa, 1835; *Juizo sobre as sentenças pro e contra a revolução tentada em 1817, e seus resultados*, Lisboa, 1822.

**Neves** (*Antonio Rodrigues*). Capitão movel do presidio de Ambriz. Escreveu: *Memoria da expedição de Cassange commandada pelo major graduado Francisco de Salles em 1850*, Lisboa, 1851.

**Neves** (*Augusto José das*). Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa. N. em Thomar em 1862, sendo filho do negociante e proprietario n'aquella cidade, José Augusto das Neves, e de sua mulher D Emilia Candida Neves. Em 1875, contando apenas 13 annos de edade, veiu começar os estudos, como alumno interno, no *Collegio Luso Brazileiro*, de Lisboa, fazendo exame de instrucção primaria em 12 de maio d'esse anno. Oito dias depois falleceu seu pae, mas continuou estudando no mesmo collegio, onde concluiu os preparatorios, matriculando-se depois na Escola Polytechnica, fez o respectivo curso, passando então á Escola Medico Cirurgica, em 1881, terminando o curto em 1886. Contava então 24 annos de edade. A these que defendeu foi um trabalho scientifico altamente classificado, com o titulo de *Contribuição para o estudo da hemophilia*. Terminado o curso abriu consultorio em Lisboa no bairro Estephania, onde muito se evidenciou. Em 1882 foi convidado para fazer parte da commissão de beneficencia da freguezia da Pena, ao que annuiu, prestando bons serviços á commissão, da qual foi secretario até á extincção d'essas corporações. Durante este tempo procurou sempre soccorrer os indigentes, facultando-lhes uma consulta diaria gratuita. Em julho de 1889 foi nomeado medico naval auxiliar para prestar serviços no hospital de marinha, cargo que exerceu durante tres annos. Em 1893, visitando repetidas vezes a villa de Cintra, fez parte da sociedade que emprehendeu a empresa de a dotar com um edificio para mercado, cuja falta se tornava muito sensivel, sociedade que elle auxiliou consideravelmente, vendo coroados os seus esforços, com a inauguração, em 1 de junho de 1894, do actual mercado, com cuja gerencia continuou. Em 1895, desejoso de alargar os seus conhecimentos scientificos, emprehendeu uma viagem, na companhia do seu intimo amigo e infatigavel viajante, João Jacinto Fernandes. Essa viagem durou alguns mezes, em que percorreu a Hespanha, França, Allemanha, Belgica e Hollanda, visitando os hospitaes, investigando as descobertas clinicas do dia, consultando abalisados mestres, especialmente em Bruxellas, Bordéos e Paris. O sr. dr. Augusto José das Neves continua exercendo clinica particular e no seu consultorio.

**Neves** (*Cesar Augusto Pereira das*). Professor de musica. N. em Lisboa em 1813, sendo filho do apreciado gravador Joaquim Manuel das Neves (*V. este nome*). Estudou harmonia e contraponto com o professor Giovanni Franchini, e quando seguia o curso de instrumentação, deu-se ao trabalho de estudar praticamente todos os instrumentos para conhecer a technica de cada

um. Em 1868 tomou a direcção artistica e habilitou o pessoal da primeira officina typographica de musica montada no Porto por iniciativa de seu mestre Giovanni Franchini, sendo a fundição do typo feita sob a sua direcção, assim como a galvano-plastia, etc. No proposito de colligir as musicas dos cantos populares do paiz, emprehendeu uma digressão pelas provincias em busca das melodias apenas conservadas na tradição, conseguindo reunir grande numero d'ellas, que se acham publicadas no *Cancioneiro de musicas populares portuguezas*, curiosa obra publicada por elle e pelo conhecido jornalista Gualdim de Campos, prefaciado pelo sr. dr. Theophilo Braga. Cesar das Neves é professor e director das aulas de musica sustentadas pela mesa administrativa da ordem do Carmo do Porto. Escreveu um *Compendio de solfejo e canto coral*, adoptado nas Escolas Normaes, e tem publicado muitas composições coraes, symphonias, hymnos, etc. Publicou tambem um *Florilegio* de musica religiosa, no proposito de esclarecer a interpretação do canto gregoriano e polyphonico dos differentes estylos sacros approvados pela Egreja para os actos e cerimonias liturgicas. Escreveu tambem uma opera nacional, que em 1905 se conservava inédita.

**Neves** *(Fr. Damião das)*. Religioso professo da ordem de Christo N. em Thomar; ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Professou no convento de Thomar em 1 de janeiro de 1565. Foi doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, examinador das tres ordens militares, e D. Prior geral da ordem, eleito em 1607. Foi o primeiro mestre de Philosophia que a dictou aos seus domesticos. Escreveu: *Compendio da regra e definições dos cavalleiros da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, com alguns breves pontificios e privilegios reaes*, etc., Lisboa, 1607.

**Neves** *(Diniz)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. em março de 1869, fal. em Villa Meã, a 30 de dezembro de 1903. Tendo concluido com distincção o curso de medicina, foi exercer a clinica em Amarante, e depois em Odemira e no Fundão. Attrahido pelo jornalismo de combate, estabeleceu-se por fim no Porto, onde trabalhou como jornalista republicano nos jornaes *Rebate*, *Debate* e *O Norte*, até que uma dolorosa enfermidade o afastou das lides da imprensa. O dr. Diniz Neves era tambem poeta, e deixou incompleto um romance de costumes alemtejanos.

**Neves** *(Eduardo Gonçalves)*. Professor de desenho na *Escola Industrial Rainha D. Leonor*, das Caldas da Rainha, pintor, etc. N. em Coimbra em 1869, pouco mais ou menos, sendo filho de Antonio José Gonçalves Neves, pintor em Coimbra, que falleceu em 24 de dezembro de 1902. Dedicou se á pintura, como seu pae, mas algumas contrariedades o obrigaram a deixar o exercicio d'esta arte, para se entregar ao commercio, carreira para que não tinha vocação, e por isso a abandonou e assentou praça em lanceiros n.º 1, frequentando então o curso de instrucção secundaria. A carreira militar, comtudo, ainda não satisfazia os seus desejos, porque a arte sempre o attrahia. Até que, não podendo resistir, o genio do artista se evidenciou. Convidado a desenhar no gabinete de histologia e anatomia pathologica da faculdade de Medicina na Universidade de Coimbra, cargo que exerceu por alguns annos, Gonçalves Neves manifestou a sua grande aptidão e o grande merito artistico. Apresentou aguarellas magnificas; as complicadas peças do corpo humano fôram representadas com o maior rigor de fórma e verdade de colorido. A maneira como se houve desenhando nos projectos de reconstrucção dos hospitaes e memorias da Universidade, são evidentes provas da sua elevada competencia, assim como os attestados, que lhe passou o dr. A. A. da Costa Simões, então administrador d'aquelle estabelecimento scientifico. Quando se puzeram a concurso as cadeiras de desenho industrial, o sr. Gonçalves Neves concorreu juntamente com outros professores e obteve plena approvação. Foi depois nomeado professor nas Caldas da Rainha, na Escola Rainha D. Leonor, onde se tem conservado.

**Neves** *(Emilia das)*. V. *Neves e Sousa* (*Emilia das*).

**Neves** *(Fr. João das)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural de Lisboa, sendo filho de Antonio Rodrigues e de Marianna Nunes. Ainda muito novo entrou na ordem de S. Francisco da provincia da Arrabida, e professou no convento de Loures a 5 de agosto de 1704, onde foi lente de Theologia Moral e de Escriptura Sagrada. Esteve em varios conventos como guardião, e exerceu tambem o cargo de definidor da provincia. Traduziu do castelhano em portuguez: *Breve exposição dos preceitos, que na regra dos frades menores obrigam a peccado mortal, segundo a mente dos summos pontifices e de S. Boaventura*, Lisboa, 1739.

**Neves** *(João Capistrano de Sousa)*. Vice-almirante reformado. N. em Lisboa em 1821, onde tambem fal. em 18 de abril de 1907. Era filho de José Joaquim de Sousa Neves, e de sua mulher D. Maria Rita de Sousa Neves. Assentou praça aos 16 annos de edade, como aspirante de marinha, em 13 de outubro de 1837; foi promovido a guarda-marinha graduado em 10 de maio de 1838, a effectivo em 11 de dezembro de 1840, a 2.º tenente em 19 de setembro de 1844, a 1.º tenente em 14 d'outubro de 1857, a capitão-tenente em 23 dezembro de 1863, a capitão de fragata em 10 de abril de 1872, a capitão de mar e guerra em 11 de outubro de 1877, a contra-almirante em 8 de outubro de 1885, reformando-se na patente de vice-almirante em 23 de agosto de 1888. Serviu como immediato e official de guarnição nos seguintes navios: fragatas *Duque de Bragança*, *Diana*, *Rainha*, *D. Maria II*; corvetas *Amelia* e *Esperança*; brigue-corveta *Vouga*; charrua *Principe Real*; corvetas *8 de julho*, *D. João*, *Urania* e *Sagres*; vapores *Infante D. Luiz*, *Duque de Saldanha* e *Mindello*. Commandou as corvetas *Nympha*, *Constituição*, *Conde de Tojal* e *Cabo Verde*; a fragata *D. Maria II*; vapor *Argus*, corveta *D. João I*, a esquadrilha fiscal do Algarve e a estação naval de Angola. Desempenhou as seguintes commissões: capitão do porto de Ponta Delgada, chefe dos departamentos maritimos do Norte e Sul, superintendente do arsenal de marinha, etc. Sendo commandante da fragata *D. Maria II*, entrou em combate contra tres vapores da junta revolucionaria do Porto no dia 23 de maio de 1847, na barra d'aquella cidade. Foi louvado pe-

los serviços prestados na estação naval da costa Occidental d'Africa em 1854; pelo bom serviço e pela fórma como se houve no vapor *Infante D. Luiz*, acompanhando o vapor *Mindello*, em que conduzia el rei D. Pedro V e seu irmão D. Luiz aos paizes do Norte e no seu regresso a Lisboa. O vice-almirante João Capistrano de Sousa Neves era cavalleiro das ordens de Aviz, de Nossa Senhora da Conceição e de Christo, official e commendador d'Aviz e da Corôa de Italia; possuia as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar.

**Neves** *(Joaquim Antonio das)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Tavira a 22 d'abril de 1821, fal. em 22 d'agosto de 1885. Era filho de Joaquim Antonio das Neves e de D. Maria Bella de Mendonça. Terminando o estudo dos preparatorios, matriculou-se na Universidade, concluindo a sua formatura a 17 de junho de 1851, aos 23 annos de edade. Por decreto de 26 de fevereiro de 1856 foi despachado administrador do concelho de Odemira. Em 26 d'agosto d'aquelle anno casou n'essa villa com D. Maria Augusta de Mattos Andrade. Por decreto de 4 de abril de 1858 foi despachado secretario geral do governo civil de Beja, servindo por differentes vezes interinamente de governador civil. Em 1861, o governo, presentindo os effeitos da triste revolução do Minho, que então se deu, e precisando ter n'aquella provincia homens prudentes e sensatos, que não precipitassem pela leviandade qualquer desfecho funesto, o nomeou secretario geral do governo civil de Villa Real, e quando a revolução rebentou, serviu de governad r civil do mesmo districto, em que deu provas de ser bem merecida a completa e plena confiança que n'elle haviam depositado. Passada a crise, o governo quiz, em agradecimento dos serviços prestados em tão criticas e difficeis circumstancias, e como prova do alto reconhecimento, politico instou, para que elle acceitasse o logar de governador civil effectivo de Villa Real, mas Joaquim Antonio das Neves que via bem quanto inconstantes e falsas são as situações officiaes exclusivamente politicas, preferiu seguir a magistratura, e o governo, não querendo deixar de o recompensar, offereceu-lhe a commenda da ordem de Christo, que elle acceitou, por decreto de 12 de julho de 1862. N'esta mesma data foi despachado delegado da comarca de Odemira, onde se conservou até 1866, tendo a infelicidade, pouco tempo depois de estar n'esta villa, de perder sua mulher, mas em 23 de setembro de 1866 contrahiu segundas nupcias com D. Rosa Angelica Biker Judice. Por decreto de 27 d'este mez e anno foi transferido para Loulé, e seguidamente para Anadia, Figueira da Foz e Leiria, e por ultimo Lisboa. Foi na capital que Joaquim Antonio das Neves teve ensejo de fazer valer os seus grandes dotes forenses e oratorios, que lho accentuaram ainda mais os seus bons creditos o reputação de advogado e de orador eloquente. Um foi o crime do cozinheiro do brigue *Tarujo*, que, com uma faca de cozinha, matara o capitão e o piloto, entrando o navio em Lisboa com a tripulação refugiada nas vergas, cheia de terror, para se livrar d'aquelle furioso assassino. A sua accusação n'este celebre julgamento é uma das mais brilhantes paginas do foro portuguez. O outro crime, não menos celebre, foi o assassinio de Pio dos Santos n'uma taberna do Alto do Pina, perpetrado pelos filhos do viscondo de Villa Nova de Souto d'El-Rei, ajudados por um cabo d'artilharia n.º 3. N'este processo influenciaram as mais poderosas e valiosas protecções da nobreza de Portugal. A defeza habilmente sustentada manteve-se brilhantemente, porém Joaquim Antonio das Neves, indignado e cheio de amor da justiça e da independencia juridica, trovejou a sua colera e o desejo de se respeitar a lei, n'um discurso de tal fórma justo, impareial e grandioso, que os nobres criminosos soffreram a pena de degredo. O governo avaliou então os seus elevados merecimentos, e mandou o louvar pela fórma distincta como se houvera n'estas duas causas. Pouco tempo depois foi nomeado juiz da comarca de Aldeia Gallega, e promovido á 2.ª classe para Cintra em 23 de novembro de 1876. Em 15 de outubro de 1879 foi eleito deputado por Odemira, e por sua influencia se conseguiu que o governo fornecesse fundos sufficientes, cujo total ascendeu a 22:000$000 réis, para se levar a effeito a construcção do caes de Peguilho, melhoramento, que era desde ha muito desejado. Os odemirenses ficaram tão reconhecidos que nas legislaturas seguintes não quizeram outro representante nas côrtes. Em 1881 foi despachado juiz do 2.º districto criminal do Porto, sendo transferido para a 1.ª vara de Lisboa, em 1882, cargo que exerceu até fallecer.

**Neves** *(Joaquim Germano de Sousa)*. Typographo e editor. N. em Lisboa a 13 de maio de 1820, onde tambem falleceu a 22 de novembro de 1881. Era filho d'um modesto barbeiro. Entrou como aprendiz na typographia de Antonio José da Rocha, na rua da Vinha, em janeiro de 1835, onde se conservou até 1839, anno em que entrou para a Imprensa Nacional, já como typographo, e ali trabalhou até fim de julho de 1841, grangeando sempre a estima de todos, pelo seu caracter franco, serviçal e obsequioso. Deixou a Imprensa Nacional por ser convidado a dirigir a typographia do *Estandarte*, do que era proprietario o ministro de estado honorario José Bernardo da Silva Cabral, depois conde de Cabral, e esto por tal fórma se captivou da actividade, amor pelo trabalho, e honradissimo caracter de Sousa Neves, que, depois de o incitar frequentes vezes a estabelecer se, elle proprio lhe facilitou meios para isso, passando-lhe por um contrato favoravel a sua propria typographia, Sousa Neves estabeleceu-se em 1844, pouco mais ou menos, primeiramente na travessa de Santa Catharina, depois na rua do Caldeira, e por fim na rua d'Atalaia, onde se conservou até fallecer. Diz um dos seus biographos: «Na typographia de Sousa Neves conservaram-se sempre as antigas tradições da industria honrada. Esmerava se em fazer o serviço com uma pontualidade exemplar, em preferir sempre os antigos freguezes, embora isso lhe custasse ás vezes serios sacrificios. Muitas vezes tambem foi o seu coração generoso, foi a sua boa fé que lhe impoz sacrificios penosissimos. Sousa Neves foi muitas vezes arrastado em catastrophes a que devia conservar-se estranho, o a sua boa fé illudida fazia com que em poucos dias perdesse o fructo de longos annos de trabalho e de economia severa. E nunca se emendou d'este generoso

defeito Affectava rudeza, defendia se com apparente energia, mas umas lagrimas choradas a proposito desfaziam toda a sua resolução, e lá ia elle cair de novo no laço que lhe armavam.» Sousa Neves era um devotado amigo da associação; bem o provou, entregando-se com toda a energia ao desenvolvimento das associações que tinham por fim proteger e desenvolver o trabalho e fazer bem. A maçonaria na sua evolução moderna, que a transformou sobretudo n'uma associação fraternal, captivou-o. Além da Maçonaria e da Associação Typographica, foi socio da Sociedade dos Artistas Lisbonense, do Montepio Pelicano, do Centro Promotor dos melhoramentos das classes laboriosas, e de outras associações, onde exerceu diversos cargos e em que prestou bons serviços. Foi tambem socio das empresas: Companhia Edificadora e Caixa dos Emprestimos Lisbonense, e em todas as associações em que entrava, era um dos mais ardentes campeões das assembléas geraes. Sem ser erudito, era um homem illustrado e tinha principalmente o dom de palavra, falando com enthusiasmo, com fluencia, argumentando bem, não se deixando levar facilmente de vencida pelos mais energicos campeões. Por occasião do fallecimento de Sousa Neves, o dr. Cunha Belem, n'uma pequena biographia que escreveu, no *Boletim Official do Grande Oriente Lusitano*, dizia, louvando a sua generosidade, lealdade e nobreza de caracter: «N'uma crise de trabalho, Sousa Neves, que não quiz nunca despedir ou deixar sem pão os officiaes, e bastantes eram elles, que o acompanhavam desde a fundação do seu estabelecimento, acceitou o encargo de imprimir um jornal de energica opposição ao governo d'esse tempo; e n'esse acto ia envolta a virtude da confraternidade para os seus companheiros de trabalho, ia tambem a de auxiliar um escriptor que, n'essa occasião se achava em circumstancias difficeis, e que tirava lucros da publicação do jornal, Sousa Neves, que não calculava muito para fazer o bem, esqueceu-se de fazer cumprir não sabemos que formalidade de habilitação do jornal, e como este incommodasse fortemente o governo, foi contra elle intentada a acção judicial, na esperança de se poder punir o autor dos artigos incriminados e que muita gente suspeitava quem fôsse. Ora Sousa Neves, se tinha alguma sympathia mais accentuada por qualquer dos partidos militantes, e d'isso lhe deu provas depois, era exactamente por aquelle que ia perseguir o jornal, que o ia arrastar aos tribunaes, não para o punir, mas para o forçar a declarar o nome do autor dos artigos. Fizeram-se-lhe propostas, tentaram persuadil-o de toda a maneira; mas o seu animo foi inflexivel, e o segredo morreria com elle, se o proprio interessado, passado o perigo, não fôsse o primeiro a prestar homenagem á lealdade d'aquelle caracter heroico. Sousa Neves, com grande sacrificio dos seus interesses, deixando o seu estabelecimento abandonado, os seus negocios sem piloto, a sua estremecida familia sem conforto, soffreu, sereno e resignado a pena de dois mezes de prisão, de que uma só palavra o podia livrar; e todo o seu sobresalto ao ouvir a sentença e o seu unico pedido ao ir para a cadeia, era por seu pae nonagenario, era a sua querida esposa, a quem aquella cruel noticia deveria commover profundamente. Tambem, aquelles dois mezes em que esteve encarcerado, fôram dois mezes de apotheose. Nunca os amigos o abandonaram, nunca o bom velhinho deixou de ir jantar com elle, affrontando a distancia, enorme para a sua edade, e os rigores da estação, nunca a sua dedicada esposa deixou de o acompanhar por tanto tempo quando permittiam os regulamentos da cadeia.» O jornal, a que se allude, era a *Lanterna*, que se publicava anonymo, de 1868 a 1873. Sousa Neves foi um dos fundadores do *Diario Illustrado*, em junho de 1872, que no seu principio se imprimiu na sua typographia, adquirindo depois typographia propria. Mais tarde, Pedro Correia da Silva, jornalista e editor, tambem um dos socios fundadores do *Diario Illustrado*, tornou-se o seu unico proprietario. Em 1880 Sousa Neves comprou a propriedade do *Diccionario Popular*, que era dirigido por Pinheiro Chagas, a qual pertencia tambem ao referido Pedro Correia, continuando a publicação com o mesmo director. Estava o *Diccionario* a terminar o 7.º volume, quando Sousa Neves comprou a propriedade, mas não chegou a vêr o fim da publicação, porque falleceu, quando estava a concluir o 9.º volume. Na typographia de Sousa Neves imprimiram-se os seguintes jornaes: *A Patria*, 1851 1852; *Rei e Ordem*, 1857; *Diario Commercial*, 1863; *A Liberdade*, 1864; *A Gazeta do Povo*, que principiou a 14 de outubro de 1869; *Diario Illustrado*, 1 de junho de 1872; *A Discussão*, em 1873 ou 1874 Entre os periodicos semanaes politicos, litterarios e scientificos, figuram os seguintes: *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, *Revista dos espectaculos*, *Correio-medico*, *A Lanterna*, *Crença religiosa*, *Boletim geral de instrucção publica*, *O Democrito*, *A Vespa*, *O Pennacho*, *Revista dos tabelliães*, *Revista agronomica*, *O Defensor do trabalho*, *O Sol*, *A Era nova*, *A Expressão da verdade*, *A Plateia*, *O Japonez*, *O Recreio*, *O operario*, *O Menestrel*, *O Ferrão*, *A Semana Theatral*, *O Jornal do Exercito*, *Annaes da marinha e ultramar*, *O Boletim Official do Grande Oriente Lusitano Unido*, *O Zoophilo*, *O Cri-cri*, *Boletim do clero e do professorado*, *O Correio ultramarino*, *Archivo Ophtalmotherapico*, *Boletim hebdomadario de estatistica demographica medica*, de pelouro de hygiene municipal, etc. Entre as numerosas obras que editou, contam-se as seguintes: *Diccionario de Moraes*, 7.ª edição; *Diccionario encyclopedico*, *Diccionario portuguez-hespanhol*, de Canto Valdez; *Diccionario latino*, de Manuel Bernardes Branco; *A Historia Universal*, de Cesar Cantu, em 1870, reformada, accrescentada e ampliada por Antonio Eunes; *A Historia Universal*, de Cantu, edição de Francisco Arthur da Silva, 1875; *Portugal e os estrangeiros*, de Manuel Bernardes Branco, em 1878; *Livraria popular*, *A Biblia sagrada*, *O Novo testamento*, *Ensaios praticos de litteratura portugueza*, de José Silvestre Ribeiro; *Os paes de familia*, do mesmo autor; *Taboada util e interessante*, de Luiz Gonçalves Coutinho, 32.ª edição. Obras de Paulo de Kock; *O Ramalhete do Christão*; *A mulher do carrasco* e *O Incendiario da patriarchal*, de Leite Bastos; *Memorias do actor Isidoro*; *Almanach do povo*, que Sousa Neves tomou, melhorando-o, ao fallecido editor Desiderio Marques Leão; este livrinho em 1884, estava no 25.º anno de publicação, e ainda continúa.

**Neves** (*Joaquim Manuel das*). Gravador. Era natural de Vagos, e fal. no Brazil em 1852, sendo filho do medico-cirurgião Manuel José das Neves. Foi para Coimbra, por mandado de seu pae para seguir o curso de Medicina, mas fechando-se a Universidade por causa dos acontecimentos politicos que então agitavam o paiz, foi para a fabrica da Vista Alegre, onde aprendeu desenho, e relacionando-se com um francez, que fôra contratado para gravar em vidro ao torno, arte a que então se chamava *florista*, com elle aprendeu esse processo. Tendo fallecido seus paes victimados pela cholera-morbus, alistou-se na guarda nacional. Terminadas as luctas civis estabeleceu no Porto uma aula de desenho, dedicando-se então á gravura em vidro, em metaes e em pedras preciosas, executando trabalhos muito perfeitos n'esta especialidade. Foi o primeiro que em Portugal gravou em pedras finas, e abriu brazões e monogrammas em annels e sinetes. Estes trabalhos eram executados em França por não haver entre nós quem os executasse. Dos seus trabalhos em cobre merece menção a gravura representando a serra do Pilar e a antiga ponte pensil (1849), de que ha ainda alguns exemplares perfeitos. A chapa foi depois retocada por quem pouco sabia do assumpto, perdendo bastante do seu valor artistico. Dos seus trabalhos em vidro é digno de menção um copo no qual se vê gravado um episodio do desembarque de D. Pedro IV no Mindello. Este apreciavel objecto d'arte pertence hoje ao sr. Antonio Moreira Cabral, residente no Porto.

**Neves** (*José Accursio das*). Cavalleiro das ordens de Christo de Nossa Senhora da Conceição; bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra; escriptor, etc. N. no logar de Cavalleiros, perto da antiga villa de Fajão, no distr. de Coimbra, a 11 de dezembro de 1766, fal. no logar de Sarzedo, do concelho d'Arganil, em 6 de maio de 1834. Era filho de Antonio das Neves Secco e de D. Josepha Gomes da Conceição. Tendo concluido com aproveitamento e distincção o curso de direito na Universidade de Coimbra fez a sua leitura no Desembargo do Paço em 1795, e foi despachado juiz de fóra da cidade de Angra, na ilha Terceira, onde depois de acabado o tempo d'essa commissão passou a exercer o cargo de corregedor Nos Açôres permaneceu até fins de 1807, em que regressou ao continente, e sobrevindo a invasão franceza, foi viver algum tempo no logar de Sarzedo do concelho de Arganil, onde possuia os bens que havia herdado de seus paes. Escreveu então, emquanto esteve em Lisboa, varios opusculos politicos, que publicou, ácêrca da entrada dos francezes, commandados pelo general Junot. Em 1810 recebeu a nomeação de deputado da Real Junta do Commercio, agricultura, fabricas e navegações, deputado da junta de liquidação dos fundos da extincta companhia do Pará e Maranhão, deputado da direcção da Real Fabrica das Sedas e obras das Aguas Livres; foi secretario do mesmo tribunal da Junta do Commercio, continuando no logar de deputado, por decreto de 15 de junho do mesmo anno, sendo ao mesmo tempo promovido a desembargador da Relação do Porto. Sendo contrario ás idéas proclamadas pela revolução de 1820, foi demittido em 14 de maio de 1821 dos logares de deputado da Real Fabrica das Sedas e obras das Aguas Livres, assim como de secretario da Junta do Commercio, ficando sómente com o cargo de deputado da mesma Junta. Em 1822 foi eleito deputado ás côrtes ordinarias, onde se tornou notavel pelo calor com que advogou a causa da rainha D. Carlota Joaquina, sustentando não ser-lhe applicavel a lei que mandava sair do reino todos os funccionarios publicos e mais pessoas que recusassem prestar juramento á constituição, e n'essa epoca publicou um volume com o titulo de *Cartas de um portuguez a seus concidadãos*. Mudando a fórmado governo em 1823, foi reintegrado, em junho d'esse anno, em todos os seus empregos, mas em consequencia dos acontecimentos de 30 d'abril de 1824, a revolta da *Abrilada*, esteve preso no Limoeiro durante 3 mezes e depois de solto foi mandado sair da capital. Em 1828 foi eleito procurador á assembléa denominada dos Tres Estados, na qual se mostrou, como sempre, um zeloso partidario de D. Miguel, sendo elle quem fez o discurso de resposta ao da proposição por parte da corôa, e no exercicio dos seus antigos cargos permaneceu em Lisboa até á primavera de 1833. Retirando-se então da capital, que fôra assaltada pela terrivel epidemia da cholera-morbus, passou algum tempo nas Caldas da Rainha, redigiu o *Boletim do exercito de D. Miguel*, e recolhendo se á sua casa de Sarzedo, falleceu miseravelmente aos seis dias do mez de maio de 1834, d'um palheiro, em que muitas vezes se refugiava, com receio da perseguição, que na provincia na Beira foi violentissima desde 1834 até 1839, contra os que se haviam mostrado affectos ao partido absoluto. O jornal a *Nação* n.º 399, de janeiro de 1849 publicou a biographia do dr. José Accursio das Neves, escripta pelo dr. Rodrigues de Gusmão. Bibliographia: *Ao ill.mo e ex.mo sr. Luiz de Vasconcellos*, etc., *em signal de gratidão*, Lisboa, 1794; *Manifesto da Razão contra as usurpações francezas*, Lisboa, 1808, tendo outra edição, em 1809, no Rio de Janeiro; *A salvação da patria, proclamação aos portuguezes*, Lisboa, 1809; tambem se reimprimiu no Rio de Janeiro; *A voz do patriotismo na restauração de Portugal e Hespanha*, Lisboa, 1808; *Reflexões sobre a invasão dos francezes em Portugal*, 1.ª e 2.ª parte, Lisboa, 1809; n'este mesmo anno se reimprimiram no Rio de Janeiro; *Observações sobre os recentes acontecimentos das provincias de Entre Douro e Minho, e Traz-os-Montes*, Lisboa, 1809; tambem se reimprimiram n'este anno no Rio de Janeiro; *Discurso sobre os principaes successos da campanha do Douro*, Lisboa, 1809; *O despertador dos soberanos e dos povos, offerecido á humanidade*, Lisboa, 1808; reimpresso no Rio de Janeiro, em 1809; *Post-scriptum ao «Despertador dos soberanos e dos povos»*, Lisboa, 1809; tambem reimpressa n'este anno no Rio de Janeiro; *A generosidade de Jorge III e a ambição de Bonaparte*, Lisboa, 1809; tambem reimpresso no Rio de Janeiro; *Paraphrase do capitulo XIV do livro de Isaias*, Lisboa, 1809; *Tres peças patrioticas: 1.ª Proclamação aos habitantes da peninsula hespanhola; 2.ª O grande Gustavo; 3.ª O Marquez de la Romana, ou a retirada dos dez mil hespanhoes*, Lisboa, 1809; reimprimiram se no Rio de Janeiro; *Elogio funebre do marquez de la Romana D. Pedro Caro de Sureda, recitado na Academia Real das Sciencias de Liboa*, 1811; *Historia ge-*

*ral da invasão dos francezes em Portugal, e da restauração d'este reino*, Lisboa, tomos I e II, 1810; tomos III, IV e V, 1811; *Variedades sobre objectos relativos ás artes, commercio e manufacturas*, Lisboa, 1814 e 1817, 2 tomos; *Manifesto em que se expõe e analysa os procedimentos contra elle praticados pelos ex-regentes do reino, e seus fundamentos*, Lisboa, 1821; teve outra edição em 1822; *Memoria sobre os meios de melhorar a industria portuguezo, considerada nos seus differentes ramos*, Lisboa, 1820; *Cartas de um portuguez a seus concidadãos*, Lisboa, 1822; dividem-se em varias partes: 1.ª *Materia e motivos da presente obra;* 2.ª *Sobre um papel de Manuel Antonio Vellez Caldeira, publicado no Diario do Governo n.º 132;* 3.ª *O despotismo e a anarchia*, etc., contém ao todo 37 cartas; as primeiras 8 impressas em 1822, e as seguintes, já depois da queda da constituição em 1823; *Entretimentos cosmologicos, geographicos e historicos*, tomo I, Lisboa, 1826; não consta que se publicasse mais algum; *Noções historicas, economicas e administrativas sobre a producção e manufactura das sedas em Portugal, e particularmente sobre a Real Fabrica do suburbio do Rato, e suas annexas*, Lisboa, 1827; *Considerações politicas e economicas sobre os descobrimentos, e possessões dos portuguezes na Africa e na Asia*, Lisboa, 1830; *Petição documentada e dirigida a el-rei nosso senhor*, Lisboa, 1823; *Requerimento apresentado ao Soberano Congresso a 27 de março de 1822*, Lisboa, 1822; *Resposta á nota de Manuel Vellez Caldeira, publicada no Diario do Governo n.º 104*, Lisboa, 1822; *Extracto das perguntas feitas ao desembargador José Accursio das Neves em 26 e 28 de maio de 1824, e das suas respostas, passadas a escripto pelo interrogado*, etc., Lisboa, 1828. Alguns lhe attribuem a coordenação e redacção do seguinte: *Assento dos Tres Estados do Reino juntos em côrtes na cidade de Lisboa, feito em 11 de julho de 1828 (pelo qual o sr. D. Miguel foi declarado rei)*; impresso sem designação do anno nem do logar.

**Neves** *(José Joaquim de Sousa)*. Vice-almirante reformado. N. em Lisboa a 14 de dezembro de 1818, fal. em Portimão, no fim de janeiro de 1904. Era filho José Joaquim de Sousa Neves, official de infantaria reformado. Completou o curso de Mathematica na Real Academia de Marinha em 1835, dando sempre as maiores provas de intelligencia e de applicação, obtendo premio no primeiro anno. Em 29 de setembro do mesmo anno assentou praça em aspirante a guarda marinha, embarcando para effeito de tirocinio, na corveta de véla *Elisa*, que teve ordem de ir cruzar para os mares da Madeira. A corveta foi assaltada por uma violenta tempestade, que a obrigou a correr até Biscaia, vendo-se em serio risco a sua tripulação. Sousa Neves passou depois para a fragata *Duque de Saldanha*, onde continuou o tirocinio nos portos de Inglaterra, embarcando em seguida no brigue *Audaz*, que foi para a Madeira, e no qual se conservou até 3 de maio de 1837, em que foi nomeado guarda marinha, seguindo então para Angola, onde prestou relevantes serviços, em premio dos quaes lhe foi conferido o commando da escuna *Flora*, bem como a direcção dos trabalhos para querenar o *Audaz*. Em 1840 regressou a Lisboa, depois d'uma tormentosa viagem, em que adoeceu toda a tripulação da escuna, ficando elle completamente só a desempenhar os serviços do navio. Chegando á capital foi, em companhia dos guardas-marinhas, completar os estudos theoricos da arma, e depois de concluir o curso, embarcou a bordo das escunas *Liberal* e *Esperança*, que fôram cruzar nas costas de Portugal, Açôres, Canarias e Cabo Verde. Em 11 de dezembro de 1840 foi promovido por distincção, a segundo tenente graduado e official do estado maior da companhia de guardas-marinhas, distincções conferidas aos guardas marinhas que mais provas déssem da sua aptidão para a vida maritima. Em janeiro de 1842 foi promovido a tenente effectivo, embarcando na escuna *Amelia*, que foi cruzar nos Açôres, seguindo depois para Angola. A 14 de dezembro do mesmo anno perdeu-se o navio n'umas rochas ao sul de Mossamedes, dando n'essa occasião Sousa Neves provas brilhantes do maior sangue frio e coragem, mantendo a bordo a ordem, sempre alterada em taes conjecturas, e dirigindo acertadamente a salvação da tripulação e dos passageiros que a escuna trazia para Lisboa. Continuou ao serviço a bordo da corveta *Nimpha*, do commando do tenente Craveiro Lopes, sendo encarregado de ir ao Lobito sujeitar e castigar os povos d'aquella região pelos attentados que haviam commettido contra as autoridades de Benguella. Sousa Neves desembarcou com a tripulação, sujeitando os rebeldes pela força das armas. Da corveta *Nimpha* passou depois para a *Oito de Julho*, em Mossamedes, sendo encarregado da construcção da fortaleza, commissão de que se desempenhou com applauso dos seus superiores. Embarcou depois na corveta *Urania*, sendo ali um poderoso auxiliar do commandante nas muitas commissões que o navio desempenhou, especialmente na perseguição aos negreiros que infestavam os rios Cuanza e Dande. Commandou ali o navio deposito *Principe Real*, regressando a Lisboa em 1845, no brigue *Boaventura*, para embarcar pouco depois, novamente, no cahique *Serra do Pilar*, destinado a cruzar no mar do Algarve até ao Estreito, fazendo parte da divisão naval do commando de Soares Franco, em bloqueio da barra do Porto, acompanhando sempre aquelle valente official e revelando incxcedivel coragem. Em 1847 destacou para a costa do Algarve, fazendo parte da flotilha do cruzeiro. O tempo obrigou a *Serra do Pilar* a arribar a Gibraltar com bastantes avarias. Em 16 de abril suffocou a revolta da guarnição do cahique, promovida pelos agentes da Junta do Porto. Em 1848, a pedido seu, foi exonerado do commando do cahique, seguindo depois para o Brazil no brigue *Douro*. Em julho de 1851 tomou o commando do cuter *Ligeiro*, guarda costa no Algarve, sendo n'esse mesmo anno promovido a primeiro tenente. Em 1854 tomou o commando do vapor *Argus*, que tinha a mesma commissão, alongando os cruzeiros até Vigo, Porto, Cadiz, Tanger, etc. Com o mesmo vapor fez parte da divisão do commando do infante D. Luiz, mais tarde el-rei D. Luiz I, que, por occasião da guerra de Hespanha com Marrocos, foi a Tanger em setembro de 1859. Em outubro de 1863 foi exonerado do commando do vapor e da esquadrilha, passando a commandar a corveta *Infante D João*, a bordo da qual passou a Inglaterra, indo encarregado de lhe

fazer montar a machina e a artilharia, assistindo tambem em Birkenseads á construção do *Zarco*, informando d'ahi o governo dos resultados das experiencias da nova artilharia d'aço. Foi depois dos estudos feitos por Sousa Neves, que a artilharia d'esse systema passou a ser usada no paiz. Em 1864 passou a mesma corveta a fazer parte da divisão naval de instrucção na costa de Portugal, desempenhando, successivamente, os logares de chefe do departamento maritimo do sul e do norte até 27 de novembro de 1873, em que foi nomeado superintendente do Arsenal da Marinha, cargo que exerceu com distincção, tendo se ali feito importante trabalhos durante a sua direcção, entre as quaes fôram as reparações nas corvetas *Bartholomeu Dias*, *Sá da Bandeira*, *Sagres* e *Duque da Terceira*, e a construcção das canhoneiras *Douro* e *Cuanza*. Sousa Neves foi promovido a capitão tenente em 7 de novembro de 1860, a capião de fragata em 3 de fevereiro de 1869, a capitão de mar e guerra em 10 de outubro de 1873, e a contra almirante em 20 de outubro de 1879, reformando-se em vice-almirante a 27 de fevereiro de 1890. Era cavalleiro da ordem de Christo e commendador da de S. Bento d'Aviz; commendador das ordens estrangeiras: Izabel a Catholica de Hespanha, e da Corôa de Italia; fôra tambem agraciado com as medalhas de prata de bons serviços e de bom comportamento. Foi louvado na ordem do exercito em 21 de janeiro de 1874, pelo modo como dirigiu os trabalhos para o acabamento com rapidez da corveta *Sagres*, e por portaria de 7 de outubro de 1885, pelo zelo e elevado criterio com que exerceu as funcções de commandante da Escola Naval e da companhia dos guardas marinhas, além de outras distincções. Apezar da reforma lhe ser dada na edade marcada pela lei, Sousa Neves recebeu-a desgostoso. Era de idéas liberaes, e apenas se viu reformado, desfez-se do seu fardamento e de tudo quanto lhe recordasse os triumphos ganhos na sua longa carreira, retirando se pouco tempo depois para as suas propriedades, perto de Portimão, onde veiu a fallecer na edade de 85 annos.

**Neves** *(José Maria dos Santos)*. Empregado na repartição de fazenda do concelho de Anadia, logar que occupava em 1885. N. em Tamengos, freguezia do referido concelho, a 12 de março de 1852. Era filho de José dos Santos Neves. Escreveu: *Almanach bairradense*, para 1875, 1.º anno, Coimbra, 1875; *Interpretação fiel de alguns artigos das instrucções regulamentares de 11 de dezembro de 1873, sobre a fiscalisação do imposto do real d'agua*, Coimbra, 1877.

**Neves** *(José Ribeiro)*. Escriptor, de que apenas se sabe que foi natural de Coimbra, sendo baptisado em 23 de agosto de 1705. Escreveu: *A heroica vida, virtudes e milagres do grande S. Francisco de Borja, antes duque de Gandia, e depois terceiro geral da Companhia de Jesus; escripta em castelhano por D. Alvaro Cienfuegos, traduzida e resumida em portuguez*, Coimbra, 1757

**Neves** *(Fr. Manuel de S. Joaquim)*. Vigario geral, ou prelado dos dominicanos em Gôa, e depois arcebispo eleito de Cochim e Cranganor; commendador da ordem de Christo, por diploma de abril de 1845, etc. Escreveu: *Resposta ou exame da pastoral de D. fr. Manuel de S. Galdino;* parece que este escripto foi impresso anonymo no Rio de Janeiro, quando por ali passou o fr. José Leite, vindo de Gôa para o reino em 1823.

**Neves** *(Thomé Joaquim Gonzaga)*. Poeta brazileiro. N. no Rio de Janeiro a 20 de abril de 1738, fal. em Lisboa a 21 de dezembro de 1819. Era filho de Feliciano Gomes Neves, negociante na referida cidade, e de sua mulher D. Lourença Filippa Gonzaga. Estudou no Rio de Janeiro instrucção primaria e secundaria, vindo depois para Portugal, com o intuito de cursar jurisprudencia na Universidade de Coimbra. Depois d'um curso distincto, tomou o grau de bacharel na faculdade de Leis, sendo logo depois despachado para o Brazil, como auditor do segundo regimento de infantaria da Bahia. Por decreto de 14 de outubro de 1783 foi transferido para o reino para o regimento de cavallaria do Caes, com a graduação de capitão, regimento que depois se chamou *N.º* 7, desempenhando muitos annos as fucções do cargo de auditor e outras commissões de serviço com muito zelo, intelligencia e probidade, segundo o testemunho publico dos seus contemporaneos. Adquiriu egualmente grande reputação como advogado nos auditorios da côrte, logar que tambem accumulava Por decreto de 4 de março de 1805, em attenção ao tempo de serviço, á sua graduação e mais circumstancias que n'elle concorriam, foi despachado desembargador honorario da Relação do Porto, continuando no entretanto exercendo o logar de auditor, que serviu até fallecer. Foi tambem cavalleiro professo da ordem de S. Bento de Aviz. Em 1789 publicou uma traducção do italiano do *Pastor fiel; tragi-comedia pastoril do cavalleiro Guarini*, traducção que, no juizo de criticos entendidos, reproduz do modo possivel as bellezas do original, e é feita em linguagem correcta, com estylo elegante e versificação fluente e harmoniosa. Aconteceu com esta obra um facto curioso. Posto que para a sua publicação se tirassem as licenças necessarias da Mesa da commissão geral sobre o exame e censura, a que n'aquelle tempo estava commettido tal encargo, a referida Mesa, por virtude de consideração propria, ou a instancias de quem quer que fôsse, depois da obra já impressa, entendeu que devia retirar a licença, e n'este sentido mandou supprimir e apprehender todos os exemplares que existiam postos á venda, ficando o autor em recompensa das suas fadigas, e como premio do seu trabalho no desembolso da quantia que despendera na impressão. Sendo supprimida em 1794 a Mesa Censoria, passaram os exemplares d'este livro com a sua livraria para a Bibliotheca Publica, quando esta se creou. A obra tornou-se rarissima por este motivo, e manteve-se com tal rigor a prohibição que ainda em 1830 ou 1831, conta Innocencio Francisco da Silva, no vol. VII do *Diccionario bibliographico*, pag. 362, fez inutil diligencia para que na sala de bellas-letras da Bibliotheca lhe facultasse a leitura d'um exemplar, que existia ali encadernado, *por ser livro prohibido*. Só depois de 1838 é que os herdeiros, ou representantes do poeta, conseguiram que lhes fôsse entregue a edição supprimida, cuja venda contrataram com a casa editora Rolland. Gonzaga Neves era grande amador do theatro italiano, sendo muito perito tanto n'esta lingua, como nas franceza e ingleza, e tomou a si espontanea e obsequiosamente a

traducção em verso dos libretos das operas que se representavam no theatro de S. Carlos, ao que satisfez por mais de 20 annos consecutivos, sendo producções da sua penna a maior parte do que n'este genero se imprimiu desde a inauguração do theatro, até pouco antes do seu fallecimento. As traducções sairam anonymas, mas distinguem se facilmente das outras que tambem se imprimiram, pela correcção dos versos. Contam-se como sendo suas, as dos seguintes libretos: *La Lodoiska*, drama representado em 17 de dezembro de 1796; *Il Furbo contra al Furbo*, comedia; em 1800; *La Zaira*, *tragedia*, em 180 ; *La Morte di Cleopatra*, *drama*; *La Merope*, *drama*, em 180 4; *La Pulcella di Rab*, *drama*, em 1804; *Ginevra di Scozia*, *drama heroico*, em 1805; *Il conte di Saldagua*, *drama serio*, 1807. Além da traducção do *Pastor Fiel*, obra da sua mocidade, e unica que se imprimiu, parece que deixou ineditas muitas poesias nos generos lyrico e bucolico, sendo, comtudo, este ultimo o da sua predilecção. Thomé Joaquim Gonzaga das Neves casou com D. Francisca Xavier Salema de Lacerda e Vasconcellos, filha do capitão-tenente da armada e inspector do Arsenal da Marinha Antonio José Rebello de Barros e Vasconcellos; tendo enviuvado, passou a segundas nupcias com D. Balbina Fortunata Jansen, filha do coronel mestre de campo Agostinho Jansen Moller Pamplona. De nenhum d'estes consorcios houve descendencia. Falleceu com 81 annos de edade.

**Neves**. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e bisp. de Beja; 285 fog. e 1:339 hab. N'esta freguezia ha a mina de antimonio de Montinho das Calleiras. A pov. dista 5 k da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 330 alqueires de pão terçado, e o pé d'altar. A terra é muito fertil, e pertence á 4.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Povoações nas freguezias: S. Felix, de Candomil, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Ilha da Madeira; S. Gonçalo, conc. e distr. do Funchal. Tem caixa postal. || Santa Maria Maior, de Mujães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Rendufe, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Villa de Punhe, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Graça de Padrões, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || N. S.ª do Rosario, de Rosario, do mesmo conc. e distr. || Villa da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Está situada no extremo N da ilha, junto á ponte do Figo, e contigua ao fundeadouro de Agua Ambó. Tem uma só freg. cujo orago é N. S.ª das Neves, motivo por que a villa tomou o nome de *Neves*. O porto é pouco frequentado por distar 20 k. da cidade da S. Thomé. Esta villa é a mais antiga da ilha. Foi no porto de Agua Ambó que em 1486 desembarcaram os colonos de João de Paiva e edificaram a povoação e o templo, que depois foi restaurado, e é d'aquelle anno que datam os primeiros trabalhos de colonisação da ilha. || *Praia das Neves* é o nome que se dá á costa que se prolonga entre os cabos de Ruy Pires das Neves e Frio, no distr. de Mossamedes, nos limites S das possessões portuguezas da costa O da Africa. E' formada de medas altas d'areia branca, e d'ellas tirou o nome.

**Neves Cabral** *(José Augusto Cesar das)*. Tenente coronel do Estado maior. N. em Midões, a 3 de maio de 1827, fal. em 9 de março 18 3. Assentou praça de aspirante a guarda-marinha em 17 de outubro de 1843, e serviu como substituto de commissão na 4.ª e 5.ª cadeiras da Escola Naval durante 3 annos, e no posto de guarda-marinha. Passou ao exercito em 1854, em 15 de novembro com o posto de alferes, e em seguida foi nomeado em commissão para reger a 1.ª e 2.ª cadeiras da Escola do Exercito, durante os annos lectivos de 1854-1855 a 1856-1857. Em 3 de julho de 1856 foi promovido a tenente, em 3 de janeiro de 1865 a capitão, em 10 d'outubro de 1883 a major, e em 3 de outubro de 1884 a tenente coronel. Sendo incumbido de diversas e importantes commissões dependentes do serviço do ministerio das obras publicas, foi ali engenheiro inspector de minas, e por fim chefe da repartição de minas, promovido em 1882, na vaga que ficára pelo fallecimento do engenheiro João Baptista Schiappa de Azevedo. Dedicou se de alma ao serviço da exploração mineira, reconheceu, demarcou e promoveu a lavra de grande numero de minas, escrevendo sobre algumas notaveis relatorios. Quando falleceu superintendia no serviço da fiscalisarão da lavra das pedreiras de Lisboa, e pela reforma das obras publicas, fôra nomeado engenheiro inspector de minas de primeira classe. Neves Cabral tinha a carta de conselho, era commendador das ordens de S. Bento de Aviz e de Nossa Senhora da Conceição, socio da Academia Real das Sciencias e da Sociedade de Geographia, onde presidiu ás commissões da secção de minas, quando se discutiu ali a questão das minas de Leiria. Escreveu: *Relatorio ácêrca das minas do districto de Aveiro*, Lisboa, 1858; tinha saido primeiro no *Boletim das obras publicas e minas*; *Relatorios annuaes sobre as minas do segundo districto do reino*, *relativos aos annos de 1859 e 1860*; sairam no mesmo *Boletim* e no *Diario de Lisboa* de 1 de maio de 1861 e 2 de março de 1862; *Relatorio sobre a exposição universal de Londres de 1862*; *estudos geologicos*, *mineraes uteis e suas applicações*, *metallurgia e lavra de minas*, Lisboa, 1864; *Exposition universelle de 1867*, etc. No citado *Boletim* publicou mais relatorios, e outros adjuntos a relatorios de diversas companhias exploradoras de minas, que sollicitaram a sua inspecção e o seu autorisado parecer n'esta especialidade.

**Neves Cardeira** *(Estevão das)*. Jurisconsulto do seculo XVII. N. em Ferreira do Alemtejo em 1640, fal. em Padua em 1720. Estudou na Universidade de Padua, e tanto se distinguiu que ficou ali regendo varias cadeiras de jurisprudencia. Recebeu o titulo de conde palatino. Deixou impressa uma unica obra, escripta em latim, intitulada *Clava pontificia*.

**Neves Carneiro** *(Antonio das)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, onde fez acto de formatura em 30 de julho de 1799. N. em Goes a 4 de fevereiro de 1774. Fal. no Fundão a 26 de março de 1848. Tendo terminado o seu curso universitario estabeleceu-se em Idanha-a Nova, onde teve o partido medico da camara municipal. Era então o tempo em que os successos e as victorias da revolução franceza tinham arrebatado as idéas de todas a cabeças adolescentes, que liam; era o tempo, em que

a cruzada philosophica dos encyclopedistas estava nos dias mais palpitantes da sua voga e do seu triumpho; por isso não estranharemos a tendencia e inclinação que o dr. Carneiro tomou, desde então, para muitas das idéas de moral e liberdade, prégados por aquella escola e revolução famosas. Estas idéas reflectiram-se poderosamente no futuro do dr. Carneiro: apostolo fervente das idéas liberaes, incapaz de encobrir o seu modo de pensar, incapaz de se poupar ao prazer de atirar com uma ironia aos abusos do tempo, e aos homens que d'elles viviam, o dr. Carneiro foi sempre a primeira victima em todos os movimentos politicos do paiz. No decurso da sua longa vida, viu-se alcunhado com toda a especie de titulos de perseguição, *jacobino*, *inconfidente*, *francez*, *malhado*, *pedreiro livre*, etc. Em Idanha-a Nova se conservou até 1808: ali as suas idéas livres e discursos politicos lhe attrahiram a primeira perseguição, em que foi envolvido, quando se verificou a restauração contra os francezes. Culparam-no por *jacobino*, que era a palavra sacramental das perseguições d'aquelle tempo. Largou o partido, ou lh'o fizeram largar, e no fim veiu estabelecer-se no Fundão. Aqui ficou algum tempo até que foi para a Covilhã, onde permaneceu cinco annos, voltando no fim outra vez para o Fundão. O seguinte facto dará uma idéa do vigor da intelligencia d'este medico: Foi accommettido na sua mocidade por uma perigosa doença para a qual os seus collegas exhauriram em vão todos os recursos da arte. Chegado ao ultimo extremo, alguem o interrogou sobre o que faria elle a um doente que estivesse no seu estado? Indicou o dr. Carneiro um banho geral em elevada temperatura, com o que se deu bem; e por tal modo continuou a indicar os remedios, que conduziu a doença a uma terminação tão feliz quanto inesperada. Possuia o dr. Carneiro uma singular penetração na difficultosa arte do diagnostico; a sua pratica foi sempre a mais feliz. Aos dotes da intelligencia, que constituem a perfeita pratica, juntava o dr. Carneiro algumas qualidades, o que podemos chamar exteriores, e que decerto poucos homens terão a fortuna de possuir em grau tão eminente. Uma locução amena, facil e fluente, a difficultosa arte de dizer com interesse, de captivar a attenção sobre qualquer ponto em que falasse, uma memoria fertil e recheada de longas e agradaveis leituras e de immensas reminiscencias, eram dotes que juntos com uma perfeita habilidade em manejar a ironia, tornavam a conversação d'este homem a mais interessante e attractiva que podia ouvir-se. Na pratica de interrogar os doentes, de os entreter, de os consolar, e de os distrahir, o dr. Carneiro era um modelo, que não póde ser excedido. Foi no citado intervallo até 1824, que o dr. Carneiro se conservou no Fundão exercendo a medicina; foi então que travou estreita amisade com um homem destinado a representar mais tarde um grande papel na scena politica, e a ter um fim deploravel, Luiz Mousinho d'Albuquerque. Estava destinado o dr. Carneiro a ser uma das primeiras victimas, apenas despontasse a mais pequena recrudescencia de perseguições politicas. Em 1824 foi perseguido, quando occorreram os acontecimentos da Abrilada. *Pedreiro-livre* era então o titulo de perseguição. Fugia para Hespanha, quando o apanharam no caminho e preso na cadeia de Castello Branco se conservou pelo espaço de dois annos, no fim dos quaes foi solto pelo perdão do rei, e voltou para o Fundão. No Fundão viveu até 1828: culparam-no então por *malhado*; era o nome dos perseguidos. Fugiu para Hespanha; esteve por algum tempo na Zarza, mas requisitaram-no e foi entregue pelas autoridades hespanholas ás de Portugal. Assim foi o dr. Carneiro preso para Castello Branco, d'aqui o conduziram para a torre de S. Julião proximo de Lisboa. N'este transito entrou em desoito enxovias, o que póde dar uma idéa dos padecimentos por que passou. Na torre de S. Julião esteve sepultado n'um carcere collocado abaixo do nivel do chão. Da torre foi removido para o Porto, d'onde depois de habitar nos peores carceres do reino, conseguiu alfim o livramento; mas deportaram-no para Taboaços, onde esteve um anno, e no fim do qual, verificada a restauração liberal, voltou para o Fundão. Em 1836 foi eleito para o Congresso Constituinte; ahi apresentou como deputado uma singularidade notavel. Aquelle homem que tinha um locução incomparavel, que possuia uma lingua tão certeira e uma replica tão aguda e sempre prompta, guardou durante os longos mezes da legislatura um silencio completo. Confessava, ingenuamente, que uma unica vez que quiz falar na camara, logo ás primeiras palavras, que articulou, lhe cahira em cima uma perturbação tal que lhe fez perder a vontade de tornar a encetar segunda tentativa. Esta contradicção explica-se bem pela falta de habito de falar em publico: e a velhice não é a edade propria nem para adquirir novos habitos nem para se perderem os já adquiridos. Regressou para o Fundão em 1837. Até á sua morte ali viveu entregue á pratica da medicina e aos cuidados da lavoura, para a qual guardou sempre uma inclinação nunca desmentida. O seu espirito moderado e inimigo da desordem attrahiu-lhe ainda não pequenos desgostos, e até riscos de vida. Em março de 1848 caiu gravemente doente. No dia 26 d'aquelle mez chamou a esposa, abraçou-a, e disse-lhe: *em poucas horas estarei acima de tudo*. Passadas duas horas tinha expirado aquelle insigne medico e grande philosopho. Foi uma pena, foi uma irreparavel perda para o paiz que este medico dotado pela natureza tão maravilhosas qualidades não acertasse com uma posição, em que pudesse entregar-se de todo ao estudo e ao culto da sciencia, que foi sempre o seu idolo. Para nada lhe faltar é tambem certo que o dr. Carneiro esteve preso na Inquisição, mas por pouco tempo. Durante a sua longa peregrinação pelos carceres teve, contava elle, alguns momentos de agradavel surpreza. Um dia notou grande benevolencia da parte de um seu carcereiro e soube que este fôra por elle tratado n'uma doença de que o salvára. Occasiões houve em que o dr. Carneiro, recebeu de mãos desconhecidas dinheiro e beneficios inesperados, illudindo-se a vigilancia de seus guardas. Em 1849 publicou o viscoude de Pereira e Cunha o *Elogio historico do medico Antonio das Neves Carneiro*, folheto hoje muito raro. D'esse trabalho extrahimos alguns periodos d'este artigo. Egualmente nos soccorremos da biographia inserta nos *Apontamentos para a historia do concelho do Fundão*, publicados em 1892 por José Germano

da Cunha, reproduzindo os ultimos periodos. Ha um facto curioso: nos seus ultimos annos passava as noites na casa d'um rico proprietario do Fundão, onde ia tambem o prior João Baptista de Castro, que depois, em 1843, foi bispo eleito de Angola. Era este muito cartista e o dr. Carneiro setembrista, o que dava logar a grandes questões entre os dois até que, não obstante serem amigos, ficaram de mal. O dr. Carneiro perdera aos treze annos a mão esquerda com um tiro de espingarda, que por acaso se disparára andando á caça; e mais tarde por duas vezes fracturou a perna esquerda; e assim, maneta, coxo, edoso e achacado, via-se na impossibilidade de voltar só para sua casa a altas horas da noite depois das referidas reuniões. Então o prior travava lhe do braço e, sem trocarem uma palavra, conduzia-o a casa. Já antes indo um dia o dr. Carneiro confessar-se, como se não pudesse ajoelhar por doença, o prior Castro quiz confessal-o na sacristia; todavia, momentos depois começaram em tal altercação por causa da politica, que deram um verdadeiro escandalo ás pessoas que se achavam na egreja. Ainda ás amarguras que tanto soffreu esse homem tão digno de melhor sorte, accresceram dois factos que enlutaram a sua accidentada existencia. Um de seus filhos, por nome Luiz Maria das Neves Carneiro, que fazia parte d'um regimento estacionado em Lisboa, depois de ter sido injustamente reprehendido por um official seu superior, e não podendo conformar os seus brios com a injustiça que se lhe fizera, suicidou-se, precipitando-se do arco grande das Aguas Livres. Outro de seus filhos por nome Antonio Maria das Neves Carneiro, de quem se tratará seguidamente, foi enforcado.

**Neves Carneiro** *(Antonio Maria das)* Filho do medico Antonio das Neves Carneiro, foi um dos estudantes compromettidos no attentado contra os lentes de Coimbra, assassinados, em 1828, no sitio do Cartaxinho, proximo do Condeixa. José Germano da Cunha, nos seus *Apontamentos para a historia do concelho do Fundão*, affirma que este infeliz nasceu n'aquella villa em 1805 ou 1806. Fal., enforcado, em Lisboa a 9 de julho de 1830 No livro citado demonstra o autor a innocencia d'este individuo, com razões extrahidas da *Historia da guerra civil*, de Luz Soriano, e dos *Apontamentos para a historia contemporanea* de Martins de Carvalho. Os romances de Camillo *Retrato de Ricardina* e *Viuva do enforcado* referem se a Neves Carneiro.

**Neves e Castro** (*Francisco Augusto das*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz da Relação de Lisboa, etc. N. na Pampilhosa em 1837, fal. em Figueiró dos Vinhos a 13 de setembro de 1905. Matriculando-se na faculdade de Direito formou-se em 1858. Seguiu a carreira da magistratura, foi advogado no Fundão, servindo por alguns mezes de delegado interino do procurador regio. Tambem foi presidente da camara municipal da mesma villa. Em 1860 teve a nomeação de sub-delegado na comarca da Pampilhosa; em 1870 a de delegado na de Figueiró dos Vinhos, por decreto de 9 de junho, logar de que tomou posse em 4 de julho seguinte. Foi transferido para Setubal por decreto de 4 de setembro de 1873, tomando posse em 1 de outubro seguinte. Por decreto de 29 de agosto de 1874 teve transferencia para o Funchal, de que tomou posse a 4 de outubro do mesmo anno. Novamente transferido para a comarca de Torres Novas por decreto de 22 de julho de 1876, e para a 5.ª vara de Lisboa, por decreto de 17 de fevereiro de 1877, de que tomou posse em 21 de maio. Foi nomeado juiz de Direito de 3.ª classe para a comarca de Santa Cruz, na ilha da Madeira, por decreto de 25 de junho de 1878, sendo transferido, a seu pedido, para a comarca de S. João da Pesqueira, por decreto de 23 de maio do 1879, e tambem a seu pedido, teve transferencia para Benavente, por decreto de 17 de fevereiro de 1881. Promovido a juiz de Direito de 2.ª classe, foi nomeado para Valença, por decreto de 21 de julho de 1884, e transferido para Cintra por decreto de 19 de novembro de 1885. Promovido a juiz de 1.ª classe, teve nomeação para Elvas, por decreto de 2 de junho de 1887, sendo transferido para Anadia por decreto de 2 de agosto de 1888, d'onde a requerimento seu, passou á comarca de Coimbra por decreto de 22 de fevereiro de 1894. Promovido a juiz de 2.ª instancia, foi nomeado, por decreto de 7 de abril de 1899, para a Relação dos Açôres, tomando posse em 27 de maio seguinte. Por portaria do ministerio das obras publicas foi nomeado arbitro por parte do governo para a constituição do tribunal arbitral, a que se refere a condição 13.ª do contrato de 19 de julho de 1898, celebrado entre o governo e a Companhia das Aguas de Lisboa. Nomeado presidente da Relação dos Açôres em 4 de julho de 1899, foi transferido para a Relação do Porto por decreto de 18 de maio de 1901. Dando-se a vaga na Relação de Lisboa em 1904, foi transferido para esta, a seu pedido, por decreto de 18 de fevereiro do mesmo anno. O dr. Francisco Augusto das Neves e Castro fazia parte do conselho superior da magistratura judicial do ultramar e tinha a carta de conselho. Havia casado com D. Henriqueta de Sousa Cid. Deixou varios livros, entre elles os seguintes: *Opusculo de varias questões de jurisprudencia theorica e pratica*, Coimbra, 1860; foi muito elogiado na *Gazeta dos tribunaes; Theoria das provas e nova applicação aos actos civis; Manual do processo civil ordinario; Manual do processo civil especial; Manual das execuções* Publicou tambem um folheto sobre o casamento civil, na occasião em que este assumpto era muito discutido.

**Neves Costa** (*José Maria das*). Coronel do corpo de engenheiros. N. em Carnide a 14 de agosto de 1774, fal. a 19 de novembro de 1841. Era filho de paes honestos mas não abastados. Mostrando desde muito creança clara intelligencia e subido talento, foi pelos seus parentes destinado ás habilitações superiores, para as quaes cursou humanidades nas aulas dos padres congregados que então existiam no real collegio das Necessidades. Dedicando se á vida militar escolheu o serviço de engenharia, e com esse proposito estudou nas academias de marinha e da fortificação, artilharia e desenho, e havendo sido premiado em todos os actos foi promovido a 2.º tenente de engenheiros contando 23 annos de edade. Como n'esse mesmo anno, em 1790, nos apercebessemos na provincia do Alemtejo contra os hespanhoes e francezes, ahi se acantonou o corpo do exercito commandado pelo duque de Latões, e o moço official foi desde logo emprega-

do, ora na secretaria d'este general, ora na brigada de engenheiros, e por ahi se occupou em varias commissões importantes até 1801, em que, já como capitão da primeira plana, passou ás ordens do marquez de Marialva. Foi então que Neves Costa escreveu as suas *Observações sobre o plano de ataque e defeza do reino de Portugal em relação á sua geographia e topographia*, nas quaes analysou e contrariou o parecer que Dumouriez apresentára no seu livro *Etat present du Portugal*, e que sustentára na memoria que escreveu a pedido do nosso portuguez. Era a opinião de Dumouriez, nos dois trabalhos que indicámos, que o inimigo da nossa patria viudo de Hespanha devia desprezar por inutil a linha de operações pelo Alemtejo, e foi esta a opinião que Neves Costa buscou mostrar que era errada. Os acontecimentos de 1801 vieram dar razão ao nosso engenheiro, e por isso conduzil-o a escrever a segunda parte das *Observações*, trabalho em que estudou mais circumstanciadamente o systema defensivo do Alemtejo, e em que manifestou a sua grande habilidade scientifica e uma apurada critica adquirida á custa de repetidos estudos do terreno. Em 1802 foi nomeado para o estado maior da inspecção das praças e fortes da fronteira e costas maritimas, de que era chefe o marquez de La Rosiére, e n'esta commissão e na primeira divisão de engenheiros ás ordens do conde de Chambors, coube a Neves Costa o reconhecimento da fronteira do Alemtejo. Foi por esse tempo que se creou o archivo militar, e pondo-se todo o esmero na escolha dos officiaes que o deviam constituir, foi em 1806 nomeado Neves Costa pelo erudito marquez de Marialva director d'esse estabelecimento, para n'elle tomar parte activa. Foi por essa epoca que o illustre engenheiro, sobresaltado pelos successos que se desenrolavam na Europa devidos ao genio e vistas ambiciosas de Napoleão, escreveu o *Discurso em que se trata o elogio da nação portugueza, provas da superioridade do seu espirito e caracter militar, relativamente a outros povos da Peninsula; commemoração das epocas em que o amor da independencia tem realçado o lustre de suas proezas, e refutação dos argumentos allegados contra a possibilidade de defensa do reino; escripto e dedicado á nação e exercito portuguez, por um official do Real Corpo de Engenheiros*. D'este opusculo imprimiram-se alguns exemplares em 1811, e foi muito louvado pelo academico Ribeiro dos Santos, e nas columnas do *Investigador portuguez em Londres*. No entretanto realisavam-se as previsões de Neves Costa, e os soldados de Junot atravessavam a nossa fronteira, assenhoreavam-se sem disparar um tiro de Lisboa, e durante quasi um anno dictaram a lei ao paiz. Em junho de 1808 o povo portuguez despertou do lethargo em que o deixara a subita partida do soberano, e correndo ás armas e auxiliado pelas forças britannicas conseguiu expulsar os invasores. Correu então pressuroso Neves Costa a habilitar a regencia com os elementos topographicos e memorias descriptivas que se haviam extraviado, mas que elle conhecia perfeitamente, e não contente com isso, em 26 de novembro de 1808 dirigiu ao governo uma representação em que lembrava a importancia do terreno ao norte de Lisboa para a defeza da capital, e lembrando a necessidade do levantamento da carta militar d'esse terreno, offerecendo-se para executar esse serviço por um modo rapido e expedito. Depois de alguma hesitação da parte do governo, foi o major Neves Costa encarregado do trabalho a que alludimos, dando-se-lhe para o coadjuvar alguns officiaes, mas ou porque a regencia duvidasse da utilidade d'esse serviço, ou por quaesquer outras razões que hoje se ignoram, fôram estes officiaes distrahidos para outras commissões pouco tempo depois de principiarem a tarefa de que haviam sido encarregados. Recomeçaram os trabalhos em janeiro de 1809, e graças ao inexcedivel zelo e perseverante assiduidade que n'elles empregou o major Neves Costa, conseguiu este official dar por concluida a commissão em fins de fevereiro, e apresentar em 4 de março ao ministro da guerra a carta topographica que se desejava, e tres mezes depois uma memoria descriptiva da posição que julgava vantajosa para a defeza de Lisboa. Em consequencia da epoca em que fôram executados estes trabalhos, travou-se ha talvez 30 annos, uma lucta entre varios escriptores. para se saber se a gloria da idéa das linhas de Torres Vedras se deve attribuir a lord Wellington, se ao nosso major de engenheiros; parece-nos comtudo que os autores que discutiram essa questão não comprehenderam bem a verdadeira importancia militar das linhas de Torres Vedras. Não foi decerto lord Wellington quem descobriu a vantagem de occupar para a melhor defeza de Lisboa os pontos em que se levantaram as linhas. Muitos engenheiros antes d'elle, não só Neves Costa, mas outros portuguezes, francezes e inglezes, tinham reconhecido o terreno e indicado os pontos que depois fôram occupados pelo general inglez, mas o que innegavelmente pertence a este, e só a este, é a concepção estrategica de retirar com as suas tropas para aquelle campo entrincheirado, que offerecendo lhe todos os recursos pela proximidade da capital, lhe facilitava ao mesmo tempo embarque seguro e independente de Lisboa. Neves Costa teve a gloria de estudar com acerto o terreno em volta de Lisboa e de indicar os pontos que mais uteis seriam para a defeza da capital, mas a verdade é que o ponto de vista, sob o qual Neves Costa viu e considerou essa zona de terreno, foi muito diverso d'aquelle que lord Wellington viu e aproveitou habilmente depois no decurso das operações militares. Durante a guerra foi Neves Costa incumbido de muitas e variadas commissões topographicas, que é impossivel aqui especialisar, em 1810 esteve encarregado de varios trabalhos nas linhas de Torres Vedras ás ordens do engenheiro inglez Fletcher, no anno seguinte foi mandado pôr a praça de Almeida ao abrigo de um golpe de mão, e depois de terminada a lucta levantou a carta da peninsula de Setubal. Havendo notado a contradicção que se dava entre o valor attribuido em diversas occasiões pelo dr. Ciera á legua geographica portugueza, e o que este lhe assignalára para a triangulação do paiz, offereceu a este respeito ao commandante do corpo de engenheiros uma memoria, que o dr. Filippe Folque depois classificou de muito apreciavel e engenhosa, apezar dos limitados e diminutos meios que Neves Costa tinha á sua disposição. Continuando a ser empregado em varias commissões de serviço publico, chegou entretanto o

anno de 1820 e com elle a proclamação de idéas liberaes no paiz. Abraçou-as Neves Costa com ardor, e sendo eleito deputado por Setubal em 1822, foi no anno seguinte, a 28 de maio, por occasião da *Villafrancada*, nomeado ministro da guerra, cargo que não chegou a exercer, porque como é sabido, D. João VI adheriu em breve á revolução anti-constitucional iniciada pelo infante D. Miguel. Encarregado com outros homens distinctos de reformar o ensino publico e de outros assumptos importantes, passou até 1826 em que por occasião da guerra civil foi chamado para governar o forte da Graça, onde prestou valiosos serviços cooperando para o acabamento das revoltas occorridas na praça de Elvas nos dias 29 e 30 de abril de 1827. Foi n'esse forte e durante o tempo que lhe deixavam livres os pesados encargos de governador, que Neves Costa escreveu a sua *Memoria sobre a organisação e disciplina do exercito portuguez em relação ao systema constitucional*, trabalho que foi muito apreciado pelo general de então ministro da guerra, e depois duque de Saldanha. A' amizade do conde de Barbacena deveu o não soffrer grandes incommodos durante o tempo do governo de D. Miguel, e apresentando-se ao duque da Terceira logo que este entrou em Lisboa, foi encarregado de varios serviços e commissões, e em 1835 foi nomeado membro da commissão externa a camara dos pares incumbido de propôr um plano de reforma do systema de pesos e medidas Reformado contra sua vontade, ainda depois o visconde Sá da Bandeira o mandou servir no archivo militar e encarregou da carta itineraria do reino. No desempenho d'esta obrigação apresentou Neves Costa em 1841, uma memoria que intitulou *Considerações militares, tendentes a investigar as Localidades parciaes cuja topographia se precisa conhecer*, etc., trabalho este que elle já concluiu no leito onde a doença o prostrára. Além das obras que ficam apontadas, escreveu Neves Costa um *Ensaio sobre a theoria do relevo dos terrenos* que foi publicado no 1.º volume da *Revista militar*, e traduziu e annotou o *Tratado de Lallemant sobre as operações secundarias da guerra*, de que só a primeira parte impressa.

**Neves Ferreira** *(João Antonio Brissac das)*. Capitão de mar e guerra, ministro de Estado honorario, governador da provincia de Moçambique, de Benguella e do districto do Congo, governador civil do Porto, etc. N. em Belem a 28 de fevereiro de 1846, fal. no Funchal a 5 de julho de 1902. Assentou praça como aspirante de marinha em 1 de agosto de 1863, sendo promovido a guarda-marinha em 4 de julho de 1866, a 2.º tenente em 29 de setembro de 1869, a 1.º tenente em 6 de maio de 1878, a capitão-tenente em 28 de abril de 1887, a capitão de fragata em 10 d'agosto de 1889, e a capitão de mar e guerra em 20 de fevereiro de 1890. O primeiro navio que commandou foi o vapor *Sena*, depois foi immediato na canhoneira *Tete*, em viagem para o Zambeze, sob o commando do sr. conselheiro Ferreira do Amaral. Por portaria de 17 de março de 1876 foi nomeado vogal da commissão encarregada de formular os regulamentos para a execução da lei de 21 de fevereiro d'esse anno; em 18 de outubro ainda de 1876 foi nomeado para estudos do caminho de ferro de Loanda a Ambaca. *A Revue Diplomatique*, de 23 de junho de 1893, publica um interessante artigo ácêrca d'este illustre official do marinha, em que falando n'esses estudos, diz que Neves Ferreira não era sómente um marinheiro distincto, era tambem um engenheiro muito habil. Sendo encarregado dos estudos d'uma linha do caminho de ferro de Donde a Ambaca, nota-se n'esses estudos uma ponte metalica tendo o alcance de 180 m., cujas formulas teem sido adoptadas por muitos engenheiros francezes e inglezes, que renderam homenagem á sciencia do seu collega improvisado. Por portaria de 23 de março de 1880 foi nomeado governador de Benguella, e n'esse governo deu provas de firme energia, suffocando uma revolta dos deportados n'aquella região, que andavam por uns 400, que contavam com intelligencias valiosas entre os soldados indigenas do presidio. A *Illustrazione Militare Italiana*, de outubro de 1893, que publicou o retrato e biographia de Neves Ferreira, diz o seguinte sobre este assumpto: «O governador, tendo uma noite conhecimento de que os presidiarios preparavam para a madrugada seguinte uma sortida, planeando o exterminio das autoridades e dos habitantes mais grados da cidade, dirigiu se no mesmo instante, e completamente só, á caserna, e pela energia do seu comportamento, fez abortar, logo á nascença uma conjuração que se pronunciava temivel.», Pedindo a exoneração d'aquelle cargo, regressou a Lisboa. No seu governo fizera Neves Ferreira a sua aprendizagem administrativa, deixando aos seus administrados a grata recordação d'um governo sensato e justo. Chegando a Lisboa foi nomeado 2.º commandante da escola de marinheiros, em 14 de novembro de 1882, e em 17 do referido mez vogal da commissão encarregada de redigir um projecto de regulamento para a mesma escola. Em 9 de maio de 1883 era commandante da canhoneira *Tejo*. Foi a bordo d'esta canhoneira, que em 1884, tomou parte no bombardeamento de Catalla. Pouco depois teve a exoneração d'este commando. Pela portaria de 20 de maio de 1885 foi nomeado vogal da commissão por parte de Portugal, para verificar quaes as occasiões e circumstancias em que a Insua grande do rio Minho communica com a terra firme, e proceder a um estudo exame das condições das outras ilhas d'aquelle rio. Em 15 de outubro do mesmo anno foi nomeado para fazer parte da commissão encarregada da compra, em Inglaterra, de material para o novo districto do Congo, para que teve a nomeação de governador, por decreto de 23 de dezembro de 1885. N'este governo procedeu a importantes reformas, terminou com muitos abusos, e desenvolveu consideravelmente o commercio d'aquelle districto. A'cêrca da permanencia do illustre official no Congo, diz o sr. Lopes de Mendonça, na *Revista Illustrada* de 5 de novembro de 1890: «O engenhoso expediente que eu passo a notar, recorda a conhecida anecdota d'um grande navegador com os indios da America, aproveitando-se d'um eclipse de sol para alcançar a salvação e o prestigio. Foi na epoca em que Neves Ferreira governara o Congo. Embarcara no vapor *Massabi* para ir fazer uma *fundação* com certos indigenas das margens do grande rio. Para os leitores menos versados em assumptos africanos, cumpre explicar que *fundação* significa para os pretos pouco mais ou menos o que no direito euro-

peu é traduzido pelas palavras *tratado* ou *convenio*, e representa geralmente um acto de vassalagem. O vapor chegou de noite. Como o governador tivesse pressa, convocou immediatamente o regulo e os seus macotas para proceder á *fundação*. Mas a legislação consuetudinaria dos africanos determina que tão solemnes actos apenas se pratiquem de sol a sol. Neves Ferreira não se perturba. Emquanto um guarda-marinha volta a bordo a transmittir uma ordem que elle lhe deu em voz baixa, o governador continúa a insistir com o soba para apressar a solução do seu negocio. Passados alguns momentos em renhida teima com o preto, o governador exclama: «Pois se a questão é de sol, faça-se, com a brecha!» E accendeu um phosphoro. Era um signal convencionado, porque apenas surgiu na praia essa luz bruxeleante, respondeu-lhe da banda do rio um

João Antonio Brissac das Neves Ferreira

clarão resplandecente e fortissimo, que inundou os indigenas deslumbrados e lhes fez soltar exclamações phrenetica de espanto. «Ahi teem o sol, bradou o governador, vamos agora a isto.» E realisou-se a *fundação*, mercê da luz electrica que fazia a sua primeira apparição no Zaire, fecunda em vassalagens para a corôa portugueza.» Pouco tempo depois era Neves Ferreira nomeado governador geral da provincia de Moçambique, e aproximava se para elle uma das epocas mais notaveis da sua vida. A memoravel tormenta que nos trouxe o *ultimatum* inglez de 11 de janeiro de 1890, avançava como uma ameaça formidavel sobre a consciencia do paiz. O pretexto da contenda fôram suppostas irregularidades na administração de Serpa Pinto, affirmando o gabinete Salisbury, por informações do seu consul em Moçambique, que o major Serpa Pinto dissera ter dado ordem para que fôsse fortificado o Qabongo e outros portos. O *ultimatum* exigia a destituição de Serpa Pinto e explicações da nossa parte sobre os interessses inglezes na região dos makololos. O governo portuguez teve de ceder perante as brutaes ameaças, protestando contra a violencia, e chamando a attenção dos signatarios do tratado de Berlim para a violação que lhe era feita, tratado que nos dava a garantia da arbitragem. O governador geral de Moçambique viu se isolado, no meio do perigo, sem elemento algum de defeza e sem meio de combate; só tinha a sua coragem, a sua energia, o seu amor pela patria, lucta, porém, empregando todas as finuras da diplomacia, toda a energia do direito violado, e toda a coragem do homem disposto a sacrificar a propria vida. A esquadra ingleza chega, ameaçadora, os seus couraçados estão cheios de soldados e os seus canhões cheios de metralha Mas Neves Ferreira, com o seu espirito diplomatico, suggere conferencias, e durante este tempo toma as medidas mais severas a respeito dos inglezes, dá as ordens mais energicas, e ás ameaças do chefe da esquadra ingleza, Johnston (que era o consul inglez em Moçambique) fez constar, que se os inglezes se atrevessem a atacar e a invadir Lourenço Marques e Moçambique, que lá seriam recebidos, devida e cortezmente pelos torpedos que se occultavam nas aguas dos respectivos portos.«Ide levar essas ameaças a Lisboa, porque em Moçambique ninguem tem direito de falar mais alto do que eu. Nunca se pôde averiguar bem a veracidade d'esta versão. O sr. Lopes de Mendonça, no seu artigo já citado na *Revista Illustrada*, diz: «Em seguida ao *ultimatum* de 11 de janeiro, houve um homem que desenvolveu acima de todos, poderosas faculdades de estadista, energia de caracter a toda a prova, finuras de diplomata e coragem de patriota. Foi o governador geral de Moçambique Esses serviços não fôram apreciados, porventura, no seu justo valor; e creio que por occasião do seu regresso, o sr. Neves Ferreira teve razão de sobra para responder, com a ironia incisiva que caracterisa por vezes a sua palavra, ao funccionario que lhe perguntava para onde queria elle ir:«Para onde não faça damno.» Os inglezes encontraram deante si uma força, e souberam respeital-a. Mesmo quando a tensão de relações era mais accentuada, quando os funccionarios e officiaes de Sua Graciosa Magestade viam fechadas deante de si as portas do palacio de Moçambique, exactamente como as do gabinete de lord Salisbury deante do sr. Barjona, o consul Johnston confessava, em uma carta, o seu profundo respeito pelas qualidades de gentilhomem que distinguem o sr. Neves Ferreira.» O illustre official de marinha, não concordando com algumas ordens dimanadas do governo da metropole, pediu a sua exoneração, recolhendo á Europa. Chegando a Lisboa foi nomeado governador civil do Porto, sendo então presidente do conselho de ministros o conselheiro José Dias Ferreira. No Porto encontrou os animos agitados; tinha-se dado a revolta de 31 de janeiro de 1891, e ali repetiu as resolutas energias que empregara em Moçambique. Neves Ferreira conservou-se no Porto grangeando a maior consideração e estima, até que em 1893, foi chamado aos conselhos da corôa no gabinete presidido pelo

conselheiro Hintze Ribeiro, para se encarregar da pasta da marinha e ultramar. Foi elle quem em 1895 mandou responder a conselho de guerra o commandante sr. Augusto de Castilho, por haver recolhido a bordo da corveta *Rainha de Portugal* os insurrectos do Rio de Janeiro por occasião da revolta do almirante Custodio José de Mello Como aquelle official fôsse absolvido, Neves Ferreira deixou o ministerio Pouco tempo depois foi nomeado governador geral da provincia de Angola, logar de que não pôde tomar posse, porque nos estados da India davam-se graves revoltas na milicia indigena, reclamando energicas providencias do governo da metropole. Sua alteza o senhor D. Affonso, que fôra á frente da expedição organisada para castigar aos rebeldes o caminho do dever, déra, perante as promessas dos cabecilhas, uma amnistia geral aos revoltosos contrictos, e regressando á patria, cedeu o alto cargo de superintendente dos negocios indianos ao conselheiro Neves Ferreira, nome que naturalmente se impunha para completar a obra do sr. infante. Depois de regressar da India, deixou completamente a politica, dedicando-se então ao estudo dos problemas coloniaes, fazendo parte de muitas companhias de fomento e exploração no ultramar. Era gran-cruz da ordem de S. Bento de Aviz, commendador d'esta ordem, e da Torre e Espada, de S. Thiago; da ordem de Merito Naval de Hespanha e da Legião d'Honra de França. Foi tambem ajudante d'ordens d'el-rei D. Carlos I. Em 1896 publicou-se no Porto o seguinte folheto: *Ao Ex.mo Sr. João A. de Brissac das Neves Ferreira, servindo a patria, Homenagem ao valor e ao patriotismo, prestada pelos seus amigos do Porto.*

**Neves Ferreira.** Uma das circumscripções em que estão divididos os territorios administrados pela Companhia de Moçambique na Africa Oriental. Tem a sua séde em Nova Fontesvilla, e comprehende a delegacia de Cheringona. A circumscripção é atravessada pela linha ferrea. Produz algum milho e mapira, e abunda em caça. Em Cheringona ha grande mattas que produzem borracha.

**Neves e Mello** (*Antonio José das*). Doutor e lente de Philosophia na Universidade de Coimbra, director do Jardim Botanico, etc. N. em Coimbra a 6 de abril de 1770, fal a 29 de janeiro de 1835. Era filho de José Antonio das Neves. Matriculou-se em Philosophia na Universidade, tomou o grau de doutor em 1790, e sendo depois nomeado lente de botanica e agricultura no mesmo estabelecimento scientifico, distinguiu-se muito entre os seus collegas. Balbi, no seu *Essai statistique sur le royaume du Portugal*, presta sincera homenagem aos conhecimentos d'este professor, considerando-o digno successor do grande Avellar Brotero. Escreveu em latim uma *Memoria sobre as Quinas*, e *Ensaio da Braziliense, remettida pelo Principe Nosso Senhor para o uso dos Hospitaes do Reino de Portugal*, a qual se publicou em 1812 no Rio de Janeiro. Varnhagen menciona outro trabalho d'este professor de botanica, comprehendendo um catalogo de madeiras do Brazil e suas conquistas, o qual contém 1:225 especies de madeira por ordem alphabetica com declaração dos seus usos e habitações. No museu do Jardim Botanico da Universidade, segundo dizem, acha-se uma preciosa collecção d'essas madeiras. Foi o dr. Neves e Mello muito intimo de Brotero, a quem acompanhou nas frequentes herborisações com que este sabio exercitava os seus alumnos no estudo da Botanica, e tanto confiava Brotero nos conhecimentos do seu collega e amigo, que de boamente o associou á collaboração das suas obras. Do valioso auxilio que este lhe prestou na composição da *Flora lusitanica*, é honroso testemunho o seguinte trecho do prefacio da obra escripto por Brotero: «Não terminarei este prefacio sem render infinitas graças ao preclarissimo Antonio José das Neves, intelligentissimo demonstrador que foi de Botanica, e um dos mais diligentes alumnos das minhas herborisações, porque não só me communicou por sua dedicação e amizade as interessantes observações que havia accuradamente colligido, mas ainda me prestou auxilio na coordenação dos meus escriptos.» Depois que Brotero veiu para Lisboa dirigir o jardim botanico d'Ajuda, ficou-o substituindo o dr. Neves e Mello na cadeira de botanica e agricultura, e na direcção do jardim botanico da Universidade. A grande decadencia a que chegou este estabelecimento, foi-lhe attribuida, por ser elle o director muitos annos, e foi o que deu causa a que Brotero dirigisse em 1816 ao reitor da Universidade uma representação sobre o estado do ensino da botanica e agricultura; mas esse documento é uma diatribe tão violenta, que parece inspirada por alguma desavença ou despeito, cuja origem ficou desconhecida. A decadencia do Jardim Botanico justifica-se até certo ponto pelas circumstancias anormaes do paiz, sendo porém certo no meio de tudo isso, que durante a direcção do dr. Neves e Mello o horto botanico da Universidade foi augmentado com muitos exemplares de flora indigena.

**Neves Pereira** (*P. Antonio das*). Presbytero secular. N. no Porto, fal. em edade muito avançada na Casa do Espirito Santo, de Lisboa, a 24 de março, segundo uns, ou 2 de abril, segundo outros, de 1818. Tomou ordens, e depois de ser já presbytero e de estar regendo, na cidade de Penafiel a cadeira de Rhetorica e Poetica, ligou-se por estreita amizade com o padre Theodoro d'Almeida, e d'ahi lhe veiu o desejo de entrar para a congregação do Oratorio, professando a 5 de fevereiro de 17 3. Foi com o padre Theodoro d'Almeida em missão a Bellas e a Sacavem, e com outros ás Caldas da Rainha e a Vialonga. Era um homem incansavel, estudioso, e sobretudo um grande philologo. Os muitos sermões que prégou, antes e depois de ser congregado, ficaram manuscriptos. Foi socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e inseriu no vol. IV das suas *Memorias de Litteratura*, de pag. 339 a 446, e vol. V, de pag. 152 a 252, uma memoria intitulada: *Exame critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se serviram os nossos bons escriptores dos seculos XV e XVI, e deixaram esquecer os que se seguiram até ao presente.* Parece que deixou manuscriptos subsidios importantissimos para a continuação do *Diccionario* da Academia; esses manuscriptos, e outro de um *Diccionario das palavras que do seculo XVI para cá se tem aportuguezado*, desappareceram em 1836, no incendio do Thesouro Publico, onde estavam reunidos muitos papeis da congregação do Oratorio. Escreveu mais: *Mechanica das palavras*

*em ordem á harmonia do discurso eloquente, tanto em prosa como em verso*, Lisboa, 1787; *Discurso preliminar sobre o poema do «Feliz Independente»*; anda no tomo I do mesmo poema, e occupa de pag. I a LIV., na edição de 1786; *Notas e illustrações ao poema «Lisboa destruida»*; vem juntas ao dito poema, em 1803, de pag. 119 até 227; *Ensaio sobre a Philologia portugueza por meio do exame e comparação da locução e estylo dos nossos mais insignes poetas que floresceram no seculo XVI;* foi premiado pela Academia Real das Sciencias na sessão publica de 12 de maio de 1792, e inserto no tomo V das *Memorias de Litteratura*, de pag. 1 a 157. Escreveu tambem uma *Grammatica philosophica.*

**Neves Portugal** *(Alexandre Antonio das).* Bacharel formado nas faculdades de Leis e Philosophia pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 7 de abril de 1763; fal. a 5 de fevereiro de 1822. Era filho do dr. José Antonio das Neves e de sua mulher D. Maria da Piedade. Foi socio e guarda mór dos estabelecimentos litterarios da Academia Real das Sciencias de Lisboa, por decreto de 5 de novembro de 1791; director da junta da Direcção Litteraria da Imprensa Regia, e da Real Bibliotheca do paço d'Ajuda, provedor da Casa da Moeda, etc. Foi condecorado com o habito de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição, que acceitou para o renunciar no filho de um seu antigo amigo. Escreveu: *Dissertação chimica sobre a Flôr d'Anil, na qual se mostra um novo methodo de a fazer com muito pouca despeza*, Lisboa, 1788; *Compendio de reflexões de Sanches, Pringle, Morro, Van-Swieten e outros, ácêrca das causas, prevenções, e remedios das doenças dos exercitos*, Lisboa, 1797; *Memoria sobre a utilidade dos conhecimentos da chimica emquanto applicada á arte de construir edificios;* vem nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*, tomo III, *Apontamentos sobre as queimadas, emquanto prejudiciaes á agricultura*; nas referidas *Memorias*, e no mesmo tomo. Consta ser d'elle a seguinte obra: *Advertencias dos meios que os particulares pódem usar para preservar-se da peste, conforme o que tem ensinado a experiencia, principalmente na peste de Marselha em 1721, e de Moscow em 1771; compiladas por um socio da Academia Real das Sciencias;* teve 2.ª edição, *a que se juntou um opusculo de Thomaz Alvares e Garcia de Salzedo sobre a peste de Lisboa de 1569*, Lisboa, 1801; a data da 1.ª edição, foi em 1790 e tantos. Traduziu em verso, e offereceu á mesma academia, a *Esther*, de Racine, que não chegou a imprimir-se. Consta que tambem compilara, e deixara prompta para se imprimir uma *Collecção escolhida das melhores peças e passagens eloquentes do P. Antonio Vieira.*

**Neves e Sousa** *(Emilia das).* Notavel actriz dramatica. N. em Bemfica a 5 d'agosto de 1820, fal. em Lisboa a 19 de dezembro de 1883. Era filha de Manuel de Sousa e de Benta de Sousa, gente muito pobre. Desde os primeiros annos, Emilia das Neves revelou uma formosura deslumbrante, fórmas esculpturaes, não vulgar expressão e intelligencia, e um timbre de voz suavissimo. Na edade de 14 annos desejou ser dançarina do theatro de S. Carlos, mas aconselhada por pessoas amigas desistiu do seu intento. Até 15 de agosto de 1838, data em que nasceu para o theatro portuguez, por ser o seu debute, parece que Emilia das Neves soffreu muitas privações, passando uma vida tormentosa n'um meio pernicioso em que muitas vezes succumbem as pobres innocentes, quando não encontram quem as desvie d'esse abysmo, afastando as dos perigos que as ameaçam. Em 1838, anno acima citado, vivia Emilia das Neves, não se sabe em que condições, na casa d'uma familia relacionada com o afamado actor Ventura, da Rua dos Coudes, então reconhecido como theatro nacional. Ventura varias vezes offerecia bilhetes de camarote á referida familia para assistir aos espectaculos, e uma noite Emilia das Neves tambem a acompanhou. A futura actriz voltou enthusiasmada. O theatro, que acabara de vêr pela primeira vez, fôra para ella uma revelação maravilhosa. Com a cabeça em fogo, julgando ter attingido aos cume mais sublimes a que se póde elevar o espirito humano, repetia quasi inconscientemente o que ouvira; a familia com quem vivia, ficou surprehendida vendo-a clamar com tanto fogo e perfeição, o que de memoria lhe ficara do papel da protogonista, e não pôde deixar de contar ao actor Ventura o que se passára. Ventura veiu vel-a e ouvil-a, e a sua surpreza não foi menor. Presentiudo ter encontrado uma vocação extraordinaria para a scena, transmittiu as suas impressões a Emilio Doux, o grande ensaiador e mestre da arte, que n'esse tempo dirigia o theatro da Rua dos Coudes. Este não lhe deu grande credito, comtudo, desejou vel-a. Emilia das Neves acolheu com enthusiasmo a idéa de entrar para o theatro. Emilio Doux, apenas a viu, ficou fascinado. Não podia ainda apreciar-lhe bem o talento, mas, verdadeiro conhecedor de theatro, percebeu que a nova actriz para fazer effeito na scena bastaria a sua voz admiravel e a sua formosura esculptural, e logo a escripturou, dando-lhe o pequeno ordenado mensal de 8$000 reis. Ensaiava se a comedia em 2 actos *O Depositario*, para a sua estreia, quando Almeida Garett a ouviu admirado, percebendo desde logo que tinha ali uma excellente interprete para o papel da princeza Beatriz do seu drama *Um Auto de Gil Vicente*, que então se ensaiava O papel fôra confiado a uma actriz chamada Trindade, de muito inferior merecimento, e Garrett exigiu que fôsse entregue a Emilia das Neves para o seu debute. O drama representou-se pela primeira vez em 15 de agosto de 1838, que foi um triumpho para a juvenil actriz, para o autor e para o theatro. Emilio Doux ficou tão enthusiasmado que logo lhe elevou o ordenado a 24$000 reis. Emilia das Neves revelara extraordinarias aptidões para o drama, e não tardou a manifestal-as tambem na comedia, representando com enorme successo *O meu amigo Grandet*, comedia em 3 actos de Ancelot. Em seguida representou *O Depositario*, que já começara a ensaiar com Emilio Doux; depois o drama em 2 actos *Um Erro*, o drama em 5 actos *A Camara ardente*, accentuando-se cada vez mais as suas poderosas e brilhantes qualidades artisticas. O exito obtido no drama em 5 actos *Luiza de Lignerolles* foi pasmoso. Emilia das Neves estava consagrada actriz, e o seu logar ficou definitivamente marcado na galeria dos grandes artistas portuguezes. Era considerada a primeira ingenua do nosso theatro. O conde do Farrobo, cultor das artes e

grande enthusiasta pelos artistas, chegou de Paris, onde vira e admirara a celebre actriz Dejazet, a creadora dos *travestis*. Tomando a empresa do theatro na Rua dos Condes, teve a idéa de iniciar a joven actriz portugueza n'aquelle genero, em que ella affirmou novas victorias na comedia em 3 actos *Primeiras proezas de Richelieu*, traduzida por Emilio Doux da peça franceza *Les premiéres armes de Richelieu*, a qual se representou pela primeira vez a 20 de fevereiro de 1842. A peça causou um enthusiasmo delirante. Até 1843 continuou Emilia das Neves na Rua dos Condes, creando numerosos papeis importantes, recebendo sempre os mais ferverosos applausos. Figurava em quasi todas as peças do reportorio romantico, em que Mendes Leal escreveu os seus primeiros dramas, em que muitos outros homens de talento fizeram tentativas mais ou menos felizes, representando ao mesmo tempo os principaes papeis nos grandes melodramas francezes e nas comedias d'esse tempo. O publico, póde dizer se, não acceitava outra actriz, os autores e os traductores sempre a reclamavam. Emilia das Neves, que conhecia bem o seu valor artistico, e era muito intelligente, soube aproveitar esse favor do publico, exigindo o ordenado correspondente. Em 1843 as exigencias subiram a tal ponto que a sociedade empresaria da Rua dos Condes não quiz escriptural-a, mas reconhecendo a sua grande falta, viu-se obrigada a escriptural-a no anno seguinte. A *linda Emilia*, como então lhe chamavam, voltou em 1844 para o theatro com o ordenado annual de 1:000$000 réis, quantia verdadeiramente fabulosa para aquella epoca. Edificando se o theatro de D. Maria II, em 1846, acompanhou a companhia da Rua dos Condes, que para ali foi representar. Emilia das Neves creou o papel de Magdalena de Vilhena no *Fr. Luiz de Sousa*, o de Alda no *Alfageme de Santarem*, e de D. Filippa de Vilhena, na peça assim denominada, todas de Garrett, e muitos outros nas peças de Costa Cascaes, de Mendes Leal, etc. Pouco tempo depois Emilia das Neves deixou aquelle theatro pela primeira vez, e foi representar no Porto, onde tambem recebeu grandes applausos, por se haver tornado incompativel com os seus collegas de Lisboa, e por começar a longa e nunca mais interrompida serie das difficuldades das suas escripturas. Emilia das Neves era uma luctadora inquebrantavel. Forte com as sympathias que uma parte da imprensa lhe dispensava, e com o prestigio que alcançara no publico, podia ser vencida, mas nunca o era sem protesto energico. Voltou a Lisboa, e entrou na companhia do theatro de D. Fernando, onde a esperavam novos louros e novas dissidencias. Representou ali com grande exito o drama em 5 actos *Adriana Lecouvreur*. O seu genio altivo e impetuoso e as suas enormes exigencias originavam sempre conflictos com as empresas e com os seus collegas, e era a intrigas e malquerenças d'estes que ella attribuia a causa d'esses conflictos. Voltou novamente ao Porto, onde se julgou tambem victima das intrigas dos seus collegas, até que finalmente, dissolvida a sociedade artistica do theatro de D. Maria II, e tomando o governo conta do theatro nomeando um commissario régio para o dirigir, Emilia das Neves tornou a ser escripturada, por se reconhecer a urgente necessidade de se apresentar n'aquelle palco. A grande actriz entrou ali triumphante em 18 de outubro de 1853, tendo a seguinte escriptura: 30 moedas, ou 144$000 réis mensaes, e mais 40$000 reis para vestuario, tambem por mez, além de dois beneficios annuaes garantidos em 400$000 reis cada um. Por esse tempo modificava-se o gosto theatral, e ás producções melodramaticas succediam os dramas de these, como então se dizia, figurando entre elles *A Dama das Camelias*, em 5 actos, de Alexandre Dumas, em que Emilia das Neves interpretou admiravelmente o typo de Margarida Gautier, interpretando da mesma fórma os papeis dos *Homens de marmore*, de Mendes Leal, dos primeiros dramas de Ernesto Biester, etc. Em 1856, no começo da gerencia do commissario regio D. Pedro do Rio, Emilia das Neves saiu novamente do theatro, onde a pretexto de

Emilia das Neves e Sousa

economias se negaram a reconduzil-a em taes condições de escriptura. Voltou então para o Porto, vindo sómente a Lisboa, em 1857, para representar n'um beneficio a favor dos orphãos da febre amarella. Estava no theatro Baquet, nos principios do anno de 1860, quando chegou áquella cidade a companhia italiana da Ristori. A grande tragica viu-a representar no drama de Victor Hugo *Angelo tirano de Padua*, e applaudiu a phreneticamente. Emilia das Neves retribuiu essa saudação artistica indo assistir á representação da tragedia *Macbeth*, e quando no final da scena do banquete Ristori foi chamada á scena com o actor Mayeroni, appareceu no palco Emilia da Neves, e apresentou á grande tragica uma rica corôa de louro. Ristori ficou muito commovida, e as duas grandes artistas abraçaram-se ternamente. Emilia das Neves pagava assim os applausos que recebera. O publico applaudiu

delirantemente as duas irmãs na arte. Emilia das Neves obteve nova escriptura no theatro de D. Maria II em fevereiro de 1860, sendo commissario regio D. Antonio da Costa, mas quando este foi substituido, em 1862, por Francisco Palha, partiu outra vez para o Porto. Francisco Palha não era homem que se deixasse dominar pelos caprichos dos artistas, e Emilia das Neves encontrou uma obstinada resistencia ás suas exigencias que todos os dias augmentavam. Quando se tratou de assignar uma nova escriptura, Palha recusou-se a firmal a nas condições em que Emilia das Neves desejava, e foi esse o motivo da sua saida do theatro, não tornando lá a entrar emquanto Francisco Palha exerceu o cargo de commissario regio. Então andou representando em diversos theatros de Lisboa e do Porto, e em 1863 organisou uma companhia, e foi dar algumas recitas na Galliza. Esteve em Vigo e na Corunha, mas a companhia desorganisou-se, e Emilia das Neves regressou ao Porto. Foi n'essa cidade, que uma noite soffreu uma tremenda pateada, promovida pelos amigos dos actores, que se haviam malquistado com ella. Intrepida e altiva com o seu porte de rainha, acolhida por uma chuva de moedas de cobre, voltou-se desdenhosamente para a platéa, e disse a seguinte phrase, que ficou memoravel: «Se é para os pobres acho pouco.» A pateada transformou-se logo n'uma ruidosa ovação. Em 29 de maio de 1864 partiu para o Brazil. Entre os fervorosos e enthusiasticos applausos, tambem lá a foi ferir o seu fatal destino, e tão acrimoniosas censuras lhe dirigiram, que ella, como de outras vezes, teve de luctar na imprensa, defender a sua causa, protestar como sempre, n'um combate sem tregoas, que foi a sina da sua existencia artistica. Na tarde de 3 de janeiro de 1866 entrava a grande actriz a barra de Lisboa, de regresso da sua digressão ao Brazil. Era a vespera da ultima festa artistica da actriz Manuela Rey, que pouco tempo depois falleceu. O theatro de D. Maria II estava então entregue outra vez a D. Antonio da Costa, um dos seus mais fervorosos admiradores que a acolheu com enthusiasmo. Francisco Palha deixara de ser commissario regio, e fôra fundar o theatro da Trindade, e emquanto este se construia, refugiara-se na Rua dos Condes com os artistas que levara comsigo, inaugurando ali provisoriamente os seus espectaculos. Entrando no theatro de D. Maria II fez a sua estreia na *Beatris*, peça de Legouvé, traducção de Ricardo Cordeiro. N'essa epoca o seu talento começou a ser muito discutido. Na verdade, Emilia das Neves conservava o modo de declamar um pouco antiquado, e não se moldava muito ás novas exigencias da arte theatral. Quiz representar Sardou e os escriptores modernos, e a sua interpretação nem sempre era correcta, mas ainda assim o seu talento tudo dominava; e se alguns criticos novos a combatiam, com grande indignação dos antigos admiradores, esses mesmos não negavam o que de genial havia no temperamento artistico da grande actriz. O theatro passou do governo para a empresa de Francisco Palha, que o conservou juntamente com a Trindade: depois passou á empresa Santos & C.ª, e Emilia das Neves continuou a manter-se no theatro. As suas novas creações mais notaveis fôram sem duvida o papel de Maria Rosa, na *Doida de Montmayour*, o papel de Thusnelda no *Gladiador de Ravenna*, peça allemã com que a havia presenteado o notavel artista Salvini por occasião de a vêr representar a *Faustina*, e que ella pedira a Latino Coelho para lh'a traduzir; e o papel de Dolores na *Patria*, de Sardou. Este ultimo papel, sobretudo, foi uma creação notavel, e valeu lhe o elogio dos criticos mais rebeldes. Em 1880 abandonou definitivamente o theatro. Parece que o ultimo papel que desempenhou, foi o da *Duqueza de Caminha*, e o de *travesti* foi no *Meia Azul*. As saudades do tempo das suas passadas glorias ainda a obrigaram a representar no Porto em 1882, n'um beneficio, as *Proezas de Richelieu*. Emilia das Neves foi, sem duvida a mais extraordinaria actriz portugueza. Fadou-a a natureza com todos os dotes para conquistar a celebridade: a sua figura nobre e elegante, rosto formoso e expressivo, voz melodiosa, terna e varonil quando a situação o requeria, o seu olhar dominador e insinuante, o seu gesto imperioso, tudo concorria para a tornar um modelo das actrizes. Na tragedia, no drama e na comedia, era sempre sublime, arrebatando as platéas. Em 1875, a 29 de janeiro, foi representar no theatro do Principe Real, n'um beneficio do actor Brandão, juntamente com a celebre actriz italiana Paladini, representando esta um acto da *Linda de Chamounix*, e Emilia das Neves outro acto da *Adriana Lecouvreur*. As duas grandes artistas abraçaram se muito commovidas em scena. O actor italiano Ernesto Rossi, assistindo uma noite á representação do drama *A Doida de Montmayour*, foi ao camarim de Emilia das Neves cumprimental-a enthusiasmado, offerecendo-lhe uma corôa. Emilia das Neves era socia honoraria de muitas instituições artisticas e de caridade. O conselho dramatico portuguez, composto dos homens eminentes nas letras, classificou-a como actriz de merito relevante, e a academia dramatica de Coimbra lhe concedeu o diploma de socia. N'um grupo de actrizes celebres, publicado em Paris por Disderi, figurava Emilia das Neves ao lado da Rachel, Rose Cheri, Ristori e outras notabilidades. Emilia das Neves era economica mas não mesquinha, e em sua casa um modelo de arranjo e de ordem; só era prodiga no vestuario para a scena, onde se apresentava sempre deslumbrante, e nas esmolas que dava sem ostentação. Fóra do palco era muito modesta no vestuario, a sua palavra uma escriptura, por isso tinha credito como o mais rico e honestissimo negociante. Soccorria muitos dos seus collegas, pagava-lhes obrigações dos montepios, via-se muitas vezes junto do leito de infelizes enfermos, não se poupando a vigilias nem a sacrificios. Do seu enorme reportorio, mencionaremos as seguintes peças, além das já citadas: *Os dois renegados*, *O homem da mascara negra*, *Auzenda*, *Pobre das ruinas*, *Madre silva*, *Egas Moniz*, *Martim de Freitas*, *Côrte na aldeia*, *O marquez de Pombal*, *O Camões do Rocio*, *Pobre Carlos*, *O Castello de Faria*, *O valido*, *A lei dos morgados*, *Lopo de Figueiredo*, *Diogo Tinoco*, *O Padre Malagrida*, *A Rainha e a aventureira*, *Fazer fortuna*, *A actriz*, *As duas corôas*, *Brazia Parda*, *Innocencia e calumnia*, *Os dois campeões*, *O captivo de Fez*, *D. Maria Telles*, *O astrologo*, *Arte e coração*, *Alvaro Gonçalves o Mogriço*, *Como se sobe ao poder*, *Um drama no mar*, *A mocidade de*

*D. João V, Abençoadas lagrimas, D. Fr. Caetano Brandão, A condessa do Freixial, Diana de Chivri, Estella, Mulher, marido e amante, A calumnia, O copo d'agua, Convidado de pedra, Sensibilidade no crime, Graça de Deus, Duas educandas, A cigana de Paris, Magdalena, Dote de Suzana, Capitão Paulo, Adelaide, O tributo das cem donzellas, A dama de S. Tropez, O retrato vivo, Duas mães, Simão ladrão, Gentil Bernard, A condessa de Sennecey, O livro negro, A viuva de 15 annos, Cruz de S. Luiz, Mulher que engana seu marido, Dalila, Gazeta dos Tribunaes, Joanna a doida, O templo de Salomão, Coração e arte, Judith, Medéa, A mulher que deita as cartas, Córa ou a escravatura, Maria Stuart, Angelo tirano de Padua, A vida d'uma actriz, O Anjo da meia noite, Tentações diabolicas, Lady Tartufo, Amores de Leão, As redeas do governo, Casa nova, A tentação, Bertha a flamenga, O drama da Rua da Paz, Cisterna d'Albi, Pena de talião, Marion Delorme, Lucrecia Borgia, O homem do mundo*, etc.

**Nevões**. Pov. na freg. de S. Salvador, de Taboado, concelho de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Nevilholo**. Pov. da div. e conc. do Humbe, no distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nevogilde** (*D. Carlota Rita Borges de Moraes e Castro, 3.ª baroneza de*). N. a 10 de novembro de 1810, e fal. no Porto a 1 de março de 1880. Era filha de Antonio Manuel Borges da Silva, desembargador da Relação, e de sua mulher, D. Felisberta Henriqueta Borges de Moraes Alvim e Castro, irmã de seu tio, o 2.º barão de Nevogilde, Henrique José Mendes de Moraes e Castro, que fal. solteiro, sendo sua sobrinha a herdeira do titulo, o qual foi renovado na 3.ª vida, por decreto de 10 de novembro de 1852. Esta senhora casou duas vezes: a primeira a 12 de fevereiro de 1835, com Luiz d'Almeida de Moraes e Castro, major addido a veteranos da Foz do Douro, cavalleiro das ordens de N. S.ª da Conceição, de Aviz e da Torre e Espada, que falleceu a 10 de julho de 1841; a segundo vez, casou a 19 de outubro de 1856, com João José de Faria Machado, alferes do exercito em commissão na provincia de Moçambique, que fal. a 7 de julho de 1857.

**Nevogilde** (*Henrique José Mendes de Moraes e Castro, 2.º barão de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Foi o 2.º barão de Nevogilde, succedendo no titulo a seu irmão, o 1.º barão Manuel Mendes de Moraes e Castro. Era filho de Luiz d'Almeida de Moraes, negociante da cidade do Porto, e de sua mulher D. Brites Maria Felizarda de Castro.

**Nevogilde** (*Manuel Mendes de Moraes e Castro, 1.º barão de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real; fidalgo de cota d'armas pelo brazão d'armas que obteve por alvará de 28 de março de 1800; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Herdou uma boa fortuna de seus paes e avós, negociantes da praça do Porto. Teve o titulo de barão de Nevogilde por decreto de 10 de outubro de 1836. Foi este titular que mandou edificar o palacio denominado das *Carrancas*, no Porto, que pertence hoje á Casa Real por compra que d'elle fez el-rei D. Pedro V. Foi n'este palacio que se hospedou em 1832 D. Pedro IV, depois do desembarque nas praias do Mindello. O barão de Nevogilde morreu solteiro, passando o titulo a seu irmão Henrique José Mendes de Moraes e Castro. O brazão acima citado, é partido em pala; na primeira as armas dos Moraes; escudo dividido em pala, tendo na primeira, de purpura, uma torre de prata, lavrada de negro, com telhado de ouro, e grimpado d'uma bandeira de prata, contra-chefe d'ondas de azul e prata; na segunda, de prata, uma amoreira verde com raizes, contra-chefe estreito de terra. Na segunda pala do brazão, as armas dos Castros; em campo de prata seis arruelas de azul em duas palas.

**Nevogilde**. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 76 fog. e 310 hab. Tem caixa post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 280$000 réis de rendimento. A terra é fertil, cria muito gado, tem colmeias e abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro; pertencia ao conc. de Bouças, mas faz hoje parte do bairro Occidental do Porto, pelo decreto de 21 de novembro de 189 . Está situada proximo da costa do Oceano Atlantico, entre S. João da Foz e Mattosinhos. A mitra apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento annual. A terra é muito fertil e os seus arredores muito pittorescos e saudaveis. || Pov. e freg. de S. Verissimo, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. A pov. dista 8 k. da séde do conc. O bispo e o mosteiro benedictino de Pombeiro apresentava o abbade, que tinha réis 400$000 de rendimento. A terra é muito fertil em todos os generos do paiz, e cria muito gado bovino, que exporta. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

**Ne Zambe**. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, div. de Noqui, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Né Zona**. Pov. da conc. de Santo Antonio do Zaire, div. de Noqui, distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Gamba**. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Mussengue a Cabanga Canzeuza, 5.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Quiluange Quiamuhende, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, do mesmo distr. e prov. || Pov. da freg. de S. José, na 2.ª div. do Tombo, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, da mesma provincia.

**N'Ganda**. Pov. do sobado de Lunguesi, no conc. de S. Salvador, e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. —

**N'Gando**. Pov. da 6.º div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Cabaça, na 2.ª div. do mesmo conc., distr. e prov. || Pov. do sobado de Lumbo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quivando, no mesmo conc., distr. e prov || Pov. do sobado de N'Dalla Ceia, no conc. d'Ambaca, do mesmo distr. e provincia.

**N'Ganga**. Pov. da freg. de S. José de Cabiri,

na 3.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. na freg. de S. José, na 2.ª div. do Tombo, concelho de Calumbo, do mesmo districto e provincia.

**N'Ganga Lulz**. Pov. da freg. de N S.ª da Conceição, na 4.ª div. (Mucha-Cassôa) do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Ganga-Sole**. Pov. da 7.ª div. do conc. de Malango, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Ganga Znze**. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Caculo Cazongo, 12.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Ganji**. Pov. do sobado de Bundo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Ganxi**. Pov. da freg. de S. José de Cabiri, 3.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Gia**. Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Gimba**. Pov. do sobado do mesmo nome, no conc. de Alto Dande, distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Ginge**. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na regedoria do Povo Grande, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da 1.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola.

**F'Ginge-Acabari (Quissol)**. Pov. da 18.ª div. do conc. de Malauge, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Gingi**. Pov. do sobado de Quitalla, na 9.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Gio**. Pov. da 2.ª div. do conc. de Malange, distr. da Lunda, prov. d'Angola.

**N'Goio**. Pov. do conc. e sobado de Cabinda, na regedoria do Sócca, distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Golla Bango**. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Bango a Quitamba, 8.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Golla Fuga**. Pov. do sobado de Muinza, na 9.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Golla Luage**. Pov. do sobado de Calanga, na 9.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental,

**N'Golla Luiz**. Pov. do sobado de N'Gonga Quilembo, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, districto de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Golla N'Gonga**. Pov. do sobado de N'Golla Quissueia, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Golla N'Ganzo**. Pov. da 3.ª div. do conc. d'Ambaca, no distr. de Loanda, prov. d'Augola, Africa Occidental.

**N'Golle**. Pov. da 7.ª div. (Pedras) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Gollo**. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, no sobado de Hebo-a-Quembi, 5.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Golombe**. Lago do conc. de Golungo Alto, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Está situado junto do ponto de confluencia do rio Lucalla com o rio Cuanza.

**N'Golome**. Pov. do sobado de N'Golome e Hui, na freg. de S. José, 6.ª div. de Caximba, conc. de Calumbo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Golome N'Dombo, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Golova de Baixo**. Pov. do sobado de Hui N'Dalla, na 4.ª div. do conc. de Ambaca, districto de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Golova de Cima**. Pov. do sobado de Muinzaco, 4.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Gomba**. Monte da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre a S E do lago Nyassa.

**N'Gombe**. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, no sobado de Quissalla, 9.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occideutal. || Pov. da 1.ª div. do conc. de Cambambe, do mesmo distr. e provincia.

**N'Gondo**. Pov. do sobado de Cabaça, conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Gonga**. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Quilombo, 4.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, do mesmo distr. e provincia.

**N'Gonga Candumbo**. Pov. do sobado de Quilanda, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Gonga-hua**. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Caculo-Cahango, 9.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Gonga Mazundo**. Pov. do sobado de Cabanga, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occideutal.

**N'Gonga Milonga**. Pov. do sobado de Cabari, na 7.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Gango Quilombo** Pov. do sobado do mesmo nome, na 8.ª div. do conc d'Ambaca, distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Gonge**. Pov. da 3.ª div. do conc. d'Ambaca, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Gosela**. Pov. do sobado da Catarata do Quisulo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Goséla**. Pov. do sobado de Nameala, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Gracia**. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Cabauga Cacalunga, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Guari**. Pov. do sobado de N'Golla Quissucia, no conc. de Ambaca, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

**N'Gulné**. Pov. do sobado de N S.ª da Conceição, no sobado de Caculo-Cahango, 9.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Guehe**. Pov. do sobado de Cabaça, no concelho de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Guelelle de Baixo**. Pov. do sobado de Cazemba, na 11.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

**N'Guelelle do Meio**. Pov. do sobado de Cazemba, 11.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

**N'Guelle**. Pov. da 4.ª div. do conc. de Cazengo, no distr de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Guemba**. Pov. do sobado de Quilongo, concelho de S. Salvador e distr. do Congo, provincia de Angola, Africa Occidental || Pov. do sobado de Luando, no conc. de S. Salvador e distr do Congo, da mesma prov. || Pov. do sobado de Cansi, no caminho do Zombo, do mesmo conc., distr. e provincia.

**N'Guenbe**. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de N'Golla Bumba, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Guengi**. Pov. da 1.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Gneugue**. Pov. da freg. de S. José, na 7.ª div. de N'Guimbi, conc. de Calumbo, districto de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

**N'Guilla**. Pov. da 3.ª div. do conc. de Cambambe, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Guimbi**. Pov. da freg. de S. José de Cabiri, no sobado de N'Guimbi, 6.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. José, na 7.ª div. de N'Guimbi, conc. de Calumbo, do mesmo distr. e provincia.

**N'Guinda**. Pov. da freg. de S. Joaquim, do sobado de Mussengue a Cabanga Canzenza, 5.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Dalla Tango, no conc. d'Ambaca, do mesmo distr. e provincia.

**N'Guinza**. Pov. da freg. de S José de Cabiri, no sobado de Bombo, 6.ª div. de conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Gumbe**. Pov. do sobado do Rio Luegi, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Gunda**. Pov. do sobado de Unze, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Gundo**. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de N'Gondo Acabuto, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Gungu**. Pov. do sobado de N'Dalla Ceia, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Gunza**. Pov. do sabado de N'Golla Quissueia, no conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

**N'Guva**. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Caculo Cazongo, 12.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Guxi á-Fulla**. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Caculo Cazongo, 12.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nhabizigo** Pequeno rio do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Atravessa em toda a sua largura o antigo prazo do mesmo nome, e lança se no Rebuge, tributario do rio Zambeze.

**Nhachipole**. Pequeno rio das terras de Sofala, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce na Machanga e vae desaguar no Oceano, a meia distancia entre a ilha de Chiloane e o cabo de Santa Maria.

**Nhagar**. Pov. da freg. e conc. de Santa Catharina, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Nhaicamba**. Pequeno rio do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Corre a cêrca de 100 k. da villa de Tete e nas suas margens ha minas de carvão de pedra.

**Nhaliputi**. Lagôa do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada no territorio macuama, no itinerario seguido em 1855 de Inhambane para o Zoutpansberg, no Transvaal, pelo padre Montanha e pelo alferes Teixeira.

**Nhamombe**. Rio ou braço de mar que corre ao N. da ilha de Chiloane, nas terras de Sofala, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Separa a ilha do continente e serve de fundeadouro, dando entrada facil a navios de grande tonelagem.

**Nhampossa**. Uma das circumscripções em que está dividido o distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Nhanala**. Uma das circumscripções em que está dividido o distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Nhangada**. Serra da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica ao N de Manica e divide os valles de Save e do Pungue do valle de Mazôe. Nasce n'ella o rio Pungue.

**Nhangelli**. Languas do distr. de Inhambane, no commando mil. de Cumbana, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Tem minas de petroleo em exploração.

**N'Hangue**. Pov. do sobado de Vunda no Quingilla, div. do Amaral, conc. do Duque de Bragança, distr. da Lunda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Luamba Quangonga, div. do Amaral, do mesmo conc., distr. e provincia.

**Nhambe a Quembe**. Pov. do sobado do mesmo nome, na 1.ª div. (Sengue) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'hauvo**. Pov. da 6.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nhoça**. Ilha do archipelago de Bijagós, na costa da Guiné, Africa Occidental. Está situada ao S das ilhas Una e da Oração, e é mais conhecida por *Ave Grande*, nome que lhe foi dado pelos portuguezes, quando a descobriram

**Nhôça**. Pov. da 1.ª div. (Sengue) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**Nhôgô**. Um dos ilhéos do grupo dos 12 chamados *Porcos*, no archipelago de Bijagós, Guiné, Africa Occidental. Está situado ao N da ilha

Roxa ou de [Cauhabac, e tambem é chamado *Rionbanc.*

**N'hango**. Pov. do sobado de Mutano, na div. e couc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nhongojoca.** Pov. da 3.ª div. (Mahaballa) do conc. de Pungo Andongo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nhundo.** Pov. do sobado de Cacongo, delegação de Chiavala, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nhungo** Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação de Chiavala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Niamatarura.** Confluente do rio Zambeze, no distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce a O das terras maraves, corre de N para o S, e entra no rio Zambeze acima das cachoeiras de Murumbua.

**Niangorima.** Pequeno rio do distr. da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce nas terras dos maganjas, corre de O para E, e lança as suas aguas no Chire, a meia distancia entre as cataractas d'este e o Zambeze.

**Niassa**. V. *Nyassa.*

**Nicephas.** Pequena enseada que termina pelo lado do S na ponta Molle, extremo da margem direita do rio Cuanza, na costa do districto de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. Está muito exposta, mas póde se fundear n'ella perto da costa, em fundo de lodo.

**Nicolas** *(Gaspar).* Mathematico, que viveu no meado do seculo XVI, e que parece ter nascido em Guimarães. Escreveu a seguinte obra: *Tractado da pratica Darismetica ordenada por Gaspar Nicolas e empremida com priuilegio del Rei nosso senhor*; assim está o frontispicio, adornado com o brazão das armas de que usa a casa dos duques do Cadaval, illuminado de encarnado nas quartelas e sem corôa, e tendo em roda uma cercadura de figura quadrada. No fim tem a declaração de que foi acabada de imprimir a 6 de dezembro de 1530. Parece ser esta a 1.ª edição d'este livro, de que dizem que existia um exemplar na bibliotheca de D. João V. Ha quem diga que a 1.ª edição tem a data de 1541, e consta que existe um exemplar na bibliotheca d'Evora. Tambem consta que se fizeram outras edições, em 1551, 1594, 1607, 1613, 1679, 1716. Julga se ser esta a ultima edição, em que foi supprimida a dedicatoria, que trazia as anteriores, ao conde de Tentugal.

**Nicolau** *(Fr. Francisco).* Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural de Santarem, sendo filho de Luiz Ignacio. Doutorou-se em 18 de junho de 1818.

**Nienlo** Pov. do sobado de M'Pango, no conc de S Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Niengua**. Pov. do sobado de N'Cai, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nikujaque**. Nome dado a um esteiro situado no territorio felupe, na costa da Guiné, Africa Occidental. Fica ao S do cabo Roxo, e as suas margens são muito povoadas de felupes.

**Nina.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Ninães** Povoações nas freguezias: Santo André, de Barcellinhos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

**Nine**. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arcob. de Braga; 208 fog. e 837 hab. Tem est. post. permutando malas com a R. A. M. Tem est. do caminho de ferro do Minho entre a de S. Bento e o apeadeiro de Gavião, e é entroncamento do ramal de Braga. A pov dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 1 k da estrada que vae de Barcellos a V. N. de Famalicão, e proximo da margem direita do rio Este. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

**Ninho.** Familia oriunda de França, d'onde passou a Hespanha, e depois a Portugal, no tempo do dominio castelhano. As suas armas são: Em campo de ouro seto flôres de liz de azul, postas em tres palas, a do meio com tres e as dos lados com duas cada uma.

**Ninho** Pov. na freg. de Santa Maria, de Freiriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Ninho do Açôr.** Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Baixa, conc., com. e districto de Castello Branco, bisp. da Guarda. Está annexa á freg. de S. Vicente da Beira, tendo pertencido ao extincto conc. d'este nome. || Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre.

**Ninho da Agula.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

**Ninho de Grou.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

**Ninho de Guincho.** Ponta situada na conta N da ilha de Porto Santo, no archipelago da Madeira, entre a enseada dos Barbeiros e a da Terra Chã. || Pico da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Está situado ao N da ilha, junto da costa da enseada da Terra Chã.

**Ninho de Guinetro.** Ponta situada na costa NO da ilha de S. Vicente, no archipelapo e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Ninho do Pombo.** Pov. na freg. de Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Nique** *(Casal do).* Na freg. de S. Martinho, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Nirancal.** Regedoria do conc. de Pondá, distr. de Gôa, na India. Comprehende tambem a pov. de Conxém.

**Nisca.** Pov. na freg. de Santa Christina, do Serzedello, conc. de Guimarães, districto de Braga.

**Nitemalla.** Lagôa do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica no itinerario percorrido em 1855 de Inhambane para Zoutpansberg, no Transvaal, pelo padre Montanha e pelo alferes Teixeira.

**Nitenou** Lagôa do distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada entre as lagôas Nhaliputi e Nitemalla, no itinerario percorrido em 1855 de Inhambane para a Zoutpansberg, no Transvaal, pelo padre Montanha e pelo alferes Teixeira.

**Nitorlim**. Pov. do conc. e commando militar de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Tem minas de ferro.

**Nixebra**. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alviobeira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. ‖ S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

**Niza** *(D. Domingos Francisco Xavier Telles da Gama Castro Noronha Athaide Silveira e Sousa, 9.º conde de Unhão, 13.º conde da Vidigueira e 9.º marquez de)*. Alcaide-mór de Niza, 13.º almirante do mar da India, 13.º senhor da Vidigueira, 17.º senhor de Unhão, administrador do morgado de Santo Eutropio, par do reino, addido honorario á legação de Paris, commendador da ordem de Christo, etc. N. em Lisboa a 17 de janeiro de 1817; fal em Cauterets, nos Pyrenéos, a 11 de agosto de 1873. Era filho do 8.º marquez de Niza, D. Thomaz Xavier Telles da Gama, e da marqueza sua mulher, D. Thomazia Francisca de Mello Breyuer. Foi par do reino de direito desde 1826 e adquiriu grande celebridade em Lisboa pelo seu talento, pelo seu espirito e pelas suas aventuras. Foi o fundador da *Sociedade do delirio*, sociedade orgiaca, em cujo centro se phantasiavam as mais endiabradas loucuras. Jogava excellentemente todas as armas, atirava admiravelmente á pistola, era bom cavalleiro, dotado da maior intrepidez, sendo ao mesmo tempo d'um genio aventuroso e phantastico. Perdera um olho, não se sabe se em duello, se n'um desastre de sala d'armas; parece, porém, ser mais verdadeira esta versão, mas esse defeito dava-lhe ao rosto um caracter accentuado e original. O seu aspecto era cavalheiresco e verdadeiramente fidalgo. Na sua vida elegante rebentava cavallos n'uma espera de touros, dirigia doidamente uma ceia orgiaca da *Sociedade do delirio*, resistindo solidamente a umas poucas de garrafas de vinhos generosos, na companhia de seus amigos e de mulheres faceis. Na alta sociedade apresentava se como verdadeiro e rigoroso fidalgo. Na camara dos pares tomou a iniciativa do projecto de lei que abolia os morgados; vivia na intimidade do general Prim e dos emigrados hespanhoes, estando resolvido a arrojar se com elles ás mais audaciosas aventuras. Prim, emigrando de Hespanha, esteve refugiado no seu palacio. Foi o marquez de Niza o encarregado pela camara dos pares de dirigir a construcção da majestosa sala das sessões. Em 1870 desempenhou tambem grande papel nas negociações entaboladas para se conseguir que elrei D. Fernando acceitasse a corôa de Hespanha. As despezas extraordinarias, a que se entregara, haviam reduzido de fórma consideravel a immensa fortuna que herdara de seu paes, e para reconstituir essa fortuna, lançou-se no fim da vida em empresas industriaes pouco felizes. Procurou alcançar do parlamento a concessão de todas as ostreiras que existem nas costas de Portugal, e era esse o grande negocio em que estava empenhado, quando a doença começou a atormental-o mais asperamente. Por conselho dos medicos foi fazer uso das aguas de Cauterets, nos Pyrenéos, e ali falleceu aos 56 annos de edade. O marquez de Niza era um dos homens mais estimados e mais temidos do seu tempo, e sem duvida, uma das mais nobres e originaes physionomias da nossa antiga aristocracia. A 3 de março de 1835 casou com D. Maria Constança Saldanha da Gama, filha dos 7.ºs condes da Ponte, Manuel Saldanha da Gama Mello e Torres Guedes de Brito e D. Joaquina de Castello Branco. O brazão d'armas é o dos Gamas: Dez escaques de ouro e vermelho, tres peças em faxa, e 5 em pal , e as peças vermelhas acotiadas com duas faxas de prata, e no meio um escudo das armas reaes, e por timbre um naire da cintura para cima vestido ao modo da India, com um escudo das mesmas armas na mão. Em 1909 publicou o sr. Eduardo de Noronha, no Porto, o seu livro *O ultimo Marquez de Niza*, em que se refere largamente a este titular.

**Niza** *(D. Domingos Xavier de Lima, 7.º marquez de)*. N. em 30 de dezembro de 1765, fal. em Kœnigsberg a 30 de junho de 1802. Era filho do 1.º marquez de Ponte do Lima, D. Thomaz Xavier de Lima Nogueira Vasconcellos Telles da Silva, e de sua mulher D. Eugenia Maria Josepha de Bragança. Foi feito marquez de Niza por ter casado com a filha herdeira do 6.º marquez d'este titulo, D. Rodrigo Xavier Telles de Castro da Gama Athaide Noronha Silveira e Sousa. Recebeu tambem todos os titulos de seu sogro, sendo o 11.º conde da Vidigueira. Seguindo a carreira de official de marinha esteve cruzando no estreito de Gibraltar no anno de 1790, como commandante da fragata *Princeza do Brazil*, da esquadra do almirante Ramires; em 1792, commandando a fragata *S. Raphael*, da esquadra do almirante Sanches de Brito, foi a Napoles, e no anno seguinte tomou parte como voluntario na guerra do Roussillon e da Catalunha. Em 1794, commandando a nau *Rainha*, fez parte das forças navaes do almirante Valle, que andaram cruzando nas costas de Inglaterra, e que combinadas com as de lord Howe, deram comboio a mais de mil navios, e em 1798 foi nomeado chefe da divisão naval que foi reunir-se á esquadra de Nelson. Compunha-se essa divisão das naus *Princeza Real* de 3 baterias, e de 110 peças, na qual levava a bandeira o chefe marquez de Niza, tendo por major general o chefe de divisão Rodrigo Pinto Guedes, que depois foi barão do Rio da Prata no Brazil, *Rainha de Portugal* de 74 peças, *Affonso d'Albuquerque* de 72, e *S. Sebastião* de 64, das corvetas *Andorinha* de 26 peças, e *Benjamim* de 22, e dos brigues *Falcão* e *Gaivota*, ambos de 22 peças cada um. A 5 de maio saiu do rio Tejo essa força naval, afim de se unir á esquadra ingleza que se preparava em Toulon, e cujo destino se não conhecia. Ventos contrarios demoraram a esquadra portugueza, que teve de ir arribar nos Açôres, e que seguiu depois o rumo do Mediterraneo procurando a ingleza, do mesmo modo que esta procurava então a franceza. Foi por isso que no mez de maio andou no Mediterraneo o marquez de Niza á procura de Nelson, e Nelson á procura de Brueys, sem conseguirem encontrar-se. Quando o marquez chegou a Napoles, já Nelson ali não estava; quando chegou á Alexandria já Nelson partira depois da batalha de Aboukir, mas os francezes souberam que tinham estado ali navios portuguezes, suppuzeram que tinham tomado parte na acção, e foi isso o que inspirou ao general Bonaparte a ameaça que escreveu n'uma das suas ordens do exercito, e que mais tarde se não esqueceu de pôr em pratica: «Tem-

po virá em que a nação portugueza pagará com lagrimas de sangue o ultraje que está fazendo á republica franceza.» Não sendo necessaria em Alexandria a esquadra portugueza, recebeu a missão de ir bloquear a ilha de Malta, sendo auxiliada n'esse bloqueio por uma nau, uma fragata e um brulote da esquadra britanica. Andou o marquez de Niza n'esse bloqueio com tanta vigilancia que só um navio pequeno conseguiu entrar no porto de La Valette. Veiu a render-se o proprio Nelson á esquadra portugueza, que partiu para Napoles afim de se refazer de mantimentos e effeituar os concertos de que necessitava, e apezar da grande reputação dos officiaes da marinha ingleza, e sobretudo da que tinha o almirante Nelson, poucos dias depois da retirada da nossa esquadra um comboio de navios escoltados pela nau *Guilherme Tell* entrou em Malta a despeito das forças do bloqueio, ficando prisioneira a nau comboiante. Pouco tempo depois de estar o marquez de Niza em Napoles, foi ali juntar-se-lhe a esquadra de lord Nelson na occasião em que os francezes commandados por Championnet chegavam ás portas da capital das Duas Sicilias. O rei Fernando entendeu que o melhor era abandonar a cidade e fugir para a Sicilia, e para pôr em pratica essa sua idéa teve o auxilio do almirante inglez. Antes, porém, da partida Nelson aconselhou ao soberano de Napoles que queimasse a maior parte da sua esquadra para não cair no poder dos francezes, e sendo este parecer acceite foi o marquez de Niza encarregado de o executar. Depois da partida do rei Fernando e da entrada das tropas francezas em Napoles, a esquadra portugueza foi preencher diversas commissões, indo a nau *Affonso d'Albuquerque* para Tripoli, a *S. Sebastião* cruzar nas costas de Genova, a *Rainha* levar a Trieste as princezas emigradas Victoria e Adelaide, filhas de Luiz XV, e quando se preparou a contra revolução dos navios que ficaram no Mediterraneo juntos ás forças navaes de Nelson, desembarcaram por ordem d'este almirante 400 homens commandados por Moreira Freire para se incorporarem no exercito do cardeal Ruffo. Terminada a campanha, que restabeleceu Fernando no throno de Napoles, a esquadra portugueza voltou a Lisboa, onde entrou em março de 1800. Posteriormente exerceu o marquez de Niza os cargos de major general da armada e de inspector da brigada real de marinha. Tendo sido nomeado embaixador em S. Petersburgo, falleceu quando regressava a Portugal.

**Niza** *(D. Francisco Luiz Balthazar Antonio da Gama, 6.º conde da Vidigueira e 2.º marquez de).* Almirante da India, commendador da ordem de Christo, etc. N. em 1 de março de 1636; fal. a 10 de agosto de 1707. Era filho do 1.º marquez de Niza, D. Luiz Vasco da Gama, e de sua mulher D. Ignez de Noronha. Serviu na guerra com Castella, e occupou varios postos, sendo mestre de campo de infantaria no Alemtejo, e por fim general da cavallaria da provincia da Beira. Terminada a guerra foi governador e capitão-general do Algarve, deputado da Junta dos Tres Estados, e em 1701 governador das armas de Peniche, conselheiro de Estado e de guerra dos reis D. Pedro II e D. João V. Casou a 12 de fevereiro de 1654 com D. Helena da Silveira, filha de D. Fernão Mascarenhas, 1.º conde da Torre, que fal. a 21 de setembro de 1655. Casou segunda vez em 21 de novembro de 1657 com D. Brites de Vilhena, que fal. a 8 de março de 1709, filha de D. Vasco Mascarenhas, 1.º conde d'Obidos, e da condessa D. Joanna de Vilhena.

**Niza** *(Manuel de).* Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Niza, e fal. em Extremoz no anno de 1654. Foi guardião de varios conventos da sua ordem, e escreveu uma *Chronica da provincia da Piedade*, que ficou inedita.

**Niza** *(Nuno da Silva Telles, 4.º marquez de).* Nasceu em 1709, e fal. a 17 de novembro de 1739. Era filho do 3.º marquez de Alegrete, Manuel Telles da Silva, e de sua mulher D. Eugenia de Loreua. Estava destinado para a vida ecclesiastica, e foi thesoureiro-mór de Lamego, mas depois renunciou a essa carreira para casar com a filha unica do 3.º marquez de Niza, D. Maria José Francisca Xavier Balthazar da Gama, casamento que se realisou em 12 de junho de 1729. Essa senhora foi herdeira de toda a grande casa de seu pae, e a 4.ª marqueza de Niza, sendo Nuno da Silva Telles, pelo seu casamento, agraciado com o mesmo titulo.

**Niza** *(D Rodrigo Xavier Telles Castro da Gama Athaide Noronha Silveira e Sousa, 6.º marquez de).* Tenente coronel do regimento de cavallaria do Principe. Era filho do 5.º conde de Unhão, D. João Xavier Telles da Costa. Fal. a 6 de agosto de 1784. Casou a 28 de agosto de 1741, com a viuva do 4.º marquez de Niza, D. Maria José Francisca Xavier Balthazar da Gama, que falleceu a 15 de dezembro de 1752. D. Rodrigo herdou os titulos de seu pae e de seu seu meio irmão D. Vasco José da Gama, que foi o 5.º marquez de Niza e que falleceu sem descendencia, vindo D. Rodrigo a ser o 6.º marquez d'esse titulo.

**Niza** *(D. Thomaz Xavier Telles de Castro da Gama Athaide Noronha Silveira e Sousa, 12.º conde da Vidigueira, e 8.º marquez de).* Commendador da ordem de Christo, e tenente de cavallaria. N. a 4 de novembro de 1796, fal. em Roma a 13 de agosto de 1820 Era filho do 7.º marquez de Niza, D. Domingos Xavier de Lima. Serviu no exercito, chegando ao posto de tenente de cavallaria. Casou em 4 de outubro de 1815 com D. Thomazia Francisca de Mello Breyner, filha de D. Pedro de Mello Breyner, e de sua mulher, D. Anna Rufina Soares de Mello.

**Niza** *(D. Vasco José Jeronymo Balthazar da Gama, 9.º conde da Vidigueira, 5.º marquez de).* Almirante do mar da India e senhor de toda a casa dos marquezes de Niza, que herdou de sua mãe, a 4.ª marqueza, D. Maria José Francisco Xavier Balthazar da Gama. N. a 30 de setembro de 1733, fal. a 4 de maio de 1759. Foi feito marquez de Niza em 1751, e 9.º conde da Vidigueira. Casou com D. Maria Manuel, filha do 1.º marquez de Tancos, D. João Manuel de Noronha. Fallecendo sem successão, passou o titulo a seu padrasto, D. Rodrigo Xavier Telles Castro da Gama Athaide Noronha Silveira e Sousa, que foi o 6.º marquez de Niza.

**Niza** *(D. Vasco Luiz da Gama, 5.º conde da Vidigueira e 1.º marquez de).* Almirante do mar da India, commendador da ordem de Christo, embaixador á côrte de França e de Roma, aos papas Urbano VIII e Innocencio X, deputado da Junta dos Tres Estados, etc. N. a 14 de de-

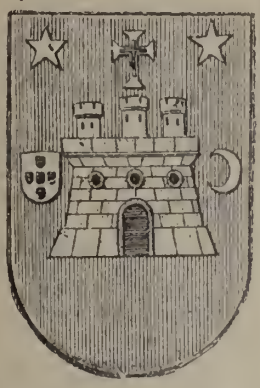
zembro de 1612, fal. a 28 de outubro de 1676. Era filho do 4.º conde da Vidigueira e vice-rei da India, D. Francisco da Gama. Aos 20 annos de edade, pelo fallecimento de seu pae succedido em julho de 1632, herdou a sua casa opulentissima e o titulo de conde da Vidigueira. A 29 de dezembro d'esse anno de 1652 casou com D. Ignez de Noronha, filha de Simão Gonçalves da Camara, 3.º conde da Calheta, capitão donatario da ilha da Madeira, e de sua mulher, a condessa D. Maria de Menezes e Vasconcellos, sua primeira mulher, filha de Ruy Mendes de Vasconcellos, 1.º conde de Castello Melhor. Aparentado com a maior parte da nobreza de Portugal, o joven fidalgo, protegido pelo berço e pela fortuna, pouco se intrometteu na politica, não deixando, porém, nunca de patentear o seu amor patrio, quanto permittiam as angustiosas circumstancias do malfadado tempo que durou o dominio castelhano em Portugal, como o provou n'uma occasião bem critica, quando o duque de Bragança D. João, mais tarde rei D. João IV, veiu a Almada, na qualidade de governador das armas do reino, pois não hesitou em ir logo render-lhe homenagem, o que muitos fidalgos evitaram receando as coleras de Hespanha. Depois da restauração de 1640, o conde da Vidigueira entrou com firmeza na politica, pondo ao serviço da patria o seu zelo e intelligencia. D. João IV, logo em seguida á sua acclamação, utilisou o seu valioso prestimo nas principaes juntas que então se formaram, e pouco mais d'um anno depois o nomeou para um dos cargos mais precisos e mais meliudrosos, a embaixada ordinaria de França, que vagara pela retirada do monteiro-mór Francisco de Mello e de D. Antonio Coelho de Carvalho. A 9 de abril de 1642, contando apenas 30 annos de edade, partiu o conde da Vidigueira, para Paris, onde chegou a 4 de maio, levando por secretario Antonio Moniz de Carvalho, e a 7 de fevereiro de 1646, depois de ter tratado os negocios de que fôra incumbido, regressou ao reino. A 18 de outubro de 1646 foi agraciado com o titulo de marquez de Niza, e por carta de 24 do referido mez e anno, ficou o titulo de conde da Vidigueira de juro e herdade, para sempre, segundo a fórma da lei mental, com a prerogativa de quem herdasse a casa se chamasse conde da Vidigueira, sem para isso ser preciso tirar carta, provisão ou licença dos reis seus successores, para o que na fórma da dita carta os vedores da Fazenda lhe mandariam passar o padrão do seu assentamento. Foi nomeado outra vez embaixador á côrte de França a 19 de dezembro de 1646, partindo para o seu destino a 7 de fevereiro de 1647, entrando em Paris já com o titulo de marquez de Niza e como embaixador extraordinario, e n'esta missão se conservou até 30 d'abril de 1649, em que regressou a Portugal. Foi depois deputado da Junta dos Tres Estados, do conselho de Estado e de Guerra de D. João IV, e depois de D. Affonso VI e de D. Pedro II, sendo principe regente, e um dos ministros do despacho das Juntas Nocturnas na regencia da rainha D. Luiza de Gusmão, embaixador extraordinario aos papas Urbano VIII e Innocencio X, embaixadas que não chegou a effeituar pela abstenção de relações diplomaticas, em que então a Curia Romana se conservou a respeito de Portugal, cedendo á pressão sobre ella exercida pelo governo de Madrid; foi um dos plenipotenciarios da paz com Hespanha em 1668, védor da Fazenda e estribeiro-mór da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia. A permanencia em França, devida ás suas duas embaixadas, contribuiu muito para desenvolver-lhe a cultura já adeantada do espirito e a predilecção pela litteratura e bellas artes, ao que tambem se juntava o desejo de imitar a ostentação dos nobres de França, quer nas suas funcções officiaes, quer particularmente. Egualmente ambicionava enriquecer de preciosidades de todos os generos a sua casa em Portugal, tornando-a a primeira, ou uma das primeiras, para corresponder á fidalguia dos seus pergaminhos. Com as ambições de se distinguir em França e em Portugal, o nosso diplomata servia a nação que representava, e aproveitava o ensejo para opulentar e adornar o seu palacio em Lisboa, a egreja do convento de Nossa Senhora das Reliquias da sua villa da Vidigueira, a que tinha grande affeição. Uma das suas maiores predilecções fôram os livros, e com fervorosa diligencia procurou adquiril-os. Parece que antes da sua primeira embaixada a Paris, já tratava de organisar a sua livraria, que se tornou importantissima. Em 1642, estando em Paris, pedia a Jeronymo Nunes da Costa, que tratava de negocios de Portugal em Amsterdam, um *Atlas mundi*, o *Livro das cidades* em hespanhol, ou italiano, ou latim, e uma lista de livros das que tinham ali os livreiros. A'cêrca dos numerosos e importantes livros que adquiriu, vem uma minuciosa descripção na obra *O Primeiro marquez de Niza*, do sr. José Ramos-Coelho, publicado em 1903. O marquez tinha grandes desejos de obter uma licença do papa para colleccionar na sua bibliotheca os livros prohibidos; esta licença custou-lhe muito a alcançar, mas apezar de já a ter em seu poder, receava-se da Inquisição, pois o santo tribunal fizera sair um edital para que todos apresentassem um rol dos livros que possuiam. O marquez tambem tinha razão nos seus receios, pois que o seu modo de pensar e os seus actos nem sempre eram favoraveis ao procedimento e ás normas inquisitoriaes. A 19 de julho de 1651 renovava elle o seu pedido á Curia Romana para lhe reformar a licença, que fôra concedida só por dois annos, e quando elles findassem, a Inquisição cairia sobre os seus livros, e antes queria queimal-os, do que vêl-os em poder do terrivel tribunal. A estas severidades do Santo Officio, que desgostavam profundamente o marquez, juntava-se a inveja de alguns poderosos, que o intrigavam com el-rei, dizendo-lhe que a livraria do ex-embaixador custara 12 mil cruzados, novo motivo para se lhe augmentar ás vezes o desejo de se desfazer d'ella. Quando regressou a Lisboa em 1649, vindo de cumprir a sua segunda embaixada, já o marquez soffrera um desgosto, devido ás intrigas dos invejosos. D. João IV recebera-o com muito desagrado, e ordenara-lhe que se recolhesse a sua casa, d'onde daria as razões porque deixára a França antes de ter d'elle a competente permissão, o que occasionou ser admittido no paço por el-rei só nos principios de novembro, corridos os tramites da sua defeza perante o Conselho de Estado. Para maior desgraça, vinha doente, e de tal fórma, que foi preciso abrir, pouco depois, duas fontes, por causa do enfraquecimento da vista. Comtudo,

D. João IV não deixara de considerar o marquez e de utilisar o seu prestimo; embora longe do paço D. João consultava-o, e incumbia-lhe varios negocios, correspondendo-se com elle. Attendida a defeza do marquez e sendo recebido no paço, as relações com D João IV ácêrca da bibliographia, se amiudaram. Além dos livros que o embaixador para si adquiriu nas duas vezes que esteve em França, occupou-se tambem n'esse tempo em fazer compôr, traduzir, estampar e divulgar algumas obras que nos interessavam e sobretudo ao facto que n'aquella conjunctura se ventilava, da restauração de Portugal. Uma das obras que mais favoreceu foi a *Historia de Portogallo*, que corre sob o nome de João Baptista Birago.

**Niza** *(D. Vasco Luiz da Gama*, 7.º *conde da Vidigueira*, *3.º marquez de)*. Almirante do mar da India, senhor das villas da Vidigueira, de Frades e Trovões, commendador de S. Vicente de Vimioso, S. Thiago de Beja, e da alcaidaria-mór e capitania de Niza, padroeiro da matriz da Vidigueira e do mosteiro de Nossa Senhora do Carmo e capuchos da referida villa e da de Frades, dos capuchos arrabidos de Palhaes, etc.. N. a 19 d'agosto de 1662, fal. a 4 de outubro de 1735. Era filho do 2.º marquez de Niza, D. Francisco Luiz da Gama, e de sua 2.ª mulher, D. Brites de Vilhena. Serviu na guerra com Castella, sendo mestre de campo do terço da praça de Moura, e tenente-general da cavallaria. Foi mordomo-mór da princeza do Brazil. Casou a 17 d'agosto de 1709 com D. Barbara Izabel de Lara, dama das rainhas D. Maria Sophia e D. Maria Anna d'Austria, filha de D. Luiz Alves de Castro, 2.º marquez de Cascaes, e da marqueza D. Maria Joanna Coutinho. D'este matrimonio houve uma unica filha, D. Maria José Francisca Xavier Balthazar da Gama, que foi herdeira da importantissima casa de seu pae, 4.ª marqueza de Niza, e senhora do almirantado da India e de todas as commendas que possuia o marquez seu pae. Esteve desposada com seu tio D. Fernando de Noronha, conde de Mousanto, mas não se realisou o casamento, por elle fallecer em 13 de dezembro de 1722. Casou em 12 de julho de 1729 com Nuno da Silva Telles, filho dos terceiros marquezes de Alegrete, que pelo seu casamento foi o 4.º marquez de Niza, o qual falleceu em 17 de novembro de 1739. Esta senhora, ficando viuva, casou segunda vez a 28 d'agosto de 1741, com D. Rodrigo Xavier Telles de Castro da Gama Athaide Noronha Silveira e Sousa, filho do 5.º conde de Unhão, que foi o 6.º marquez de Niza. A marqueza veiu a fallecer a 15 de dezembro de 1752.

**Niza.** Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., relação de Lisboa, distr. e bisp. de Portalegre. Está situada em terreno plano entre as ribeiras de Niza e de Figueiró, a 11 k. da margem direita do Tejo, e 30 da capital do districto. Tem duas freguezias: Espirito Santo e N. S.ª da Graça. Pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a sédo em Abrantes. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario das duas freguezias, tendo o da primeira 180 alqueires de trigo, 120 de centeio, 52 almudes de vinho mosto e 12$000 reis em dinheiro; e o da segunda, 120 alqueires de trigo, 120 de centeio, 52 almudes de vinho môsto e 12$000 réis em dinheiro. A actual villa de Niza não é a primitiva povoação d'este nome, mas desconhece se a sua origem, e presume-se que tivesse outro nome, de que não ha noticia alguma; parece povoação anterior ao principio do seculo VIII, pois já existia em 716, porque n'esse anno foi completamente destruida pelos arabes. Tambem se póde acreditar que já existisse no tempo dos romanos, porque em 1780 se encontrou uma lapide com a seguinte inscripção, que traduzida quer dizer: *Maximo, talabricense* (d'Aveiro) *fallecido no anno decimo segundo, aqui está sepultado. A terra lhe seja leve.* E' possivel, porém, que os romanos a reedificassem e lhe impuzessem o nome de *Niza*, que seria o de algum chefe moiro, e que com as continuas guerras do tempo dos nossos primeiros monarchas, já contra os moiros, já contra os castelhanos e leonezes, se tornasse a destruir. Esta pov. ficava a 3 k. ao NE da actual, em terreno alpestre e accidentado, na encosta escarpada e dura de um pequeno monte, que se ergue sobranceiro ás asperas collinas que o circumdam. A povoação era cercada de muralhas, vendo-se n'um alto um sombrio castello com a sua corôa de ameias de granito. Segundo a tradição, foi esta villa arrazada por el rei D. Diniz, em castigo de ter tomado partido por seu irmão, o infante D. Affonso Sanches, quando em 1287 este lhe quiz disputar a corôa. Esta tradição não parece verosimil; ha outra mais acceitavel, que diz ter sido o referido infante quem a destruiu. Na velha Niza existia em 1287 uma egreja ou ermida de S. Thiago, de que já nem ha vestigios, e o infante D. Affonso Sanches foi bater á porta da egreja, quando aqui passou em direcção ao rio Tejo, pretendendo tirar da villa homens e mantimentos para sustentar a guerra civil contra seu irmão. Diz a historia que o governador lhe oppoz obstinada resistencia, e como as muralhas de circumvalação não podiam offerecer seria defeza, se recolheu ao castello com o povo da villa; mas no fim de oito dias de assedio, foi o castello tomado de assalto, morrendo ou ficando prisioneiros os seus defensores. A' villa, depois de saqueada, mandou o infante lançar fogo, que a destruiu. El-rei D. Diniz, em premio do valor e lealdade dos habitantes, mandou fundar uma nova villa em 1290 e conhecendo que a antiga estava mal situada, escolheu o sitio onde ella existe hoje, muito mais ameno e fertil que o primitivo. Da velha Niza dizem que existem ainda algumas ruinas, e duas egrejas, a de *N. S.ª da Graça*, ou de *Niza a-Velha*, templo antiquissimo, que foi matriz, fundado pelos templarios no principio do seculo XII, passando depois a ser um beneficio da ordem de Christo. Um pouco mais abaixo está a egreja de *N. S.ª dos Prazeres*, ou *da Esperança*, tambem muito antiga, cuja fundação tambem se attribue aos templarios, que eram senhores de Niza-a-Velha, e o fôram da actual villa. Junto ao *castello de Ferron*, que era dos templarios, havia uma extensa veiga chamada *Valle do Azambujal*. Tambem proximo a esta veiga se via a *Torre de João Vaqueiro*, uma das mais altas da Peninsula, edificada pelos romanos no segundo seculo da era christã, e perto d'esta torre um pequeno convento, onde viviam 4 monges da ordem de Santo Agostinho. D. Diniz achou este local muito bom para a fundação da nova villa, e tratou logo de principiar as obras. Era então mestre dos templarios D. Fr. Lourenço

Martins, que com os seus cavalleiros havia prestado grandes serviços ao rei no cêrco de Portalegre. D. Diniz o encarregou da direcção das construcções, e tanta diligencia e solicitude empregou, que em pouco tempo a nova povoação excedia em tudo á antiga. Os materiaes do antigo castello, da cidadella e das muralhas, e de alguns edificios da velha povoação, fôram empregados na construcção da nova. A camara tambem concorreu, recebendo para esse fim dinheiro do monarcha. Em 1296, seis annos depois, estavam concluidas, ficando a egreja do castello dos templarios servindo de matriz. A nova villa foi edificada nas condições de praça de guerra, cercada de muralhas guarnecidas de torres e cubellos, e com 6 portas, e no centro um castello torreado. Tudo está hoje desmantelado. Não tardou em que o recinto da praça não pudesse conter a população da villa, que progredia extraordinariamente, e exorbitando do cinto de suas muralhas, saindo pela *Porta da villa*, se foi estendendo progressivamente, a ponto de occupar hoje uma área quatro vezes maior de que a primitiva povoação estabelecida intramuros. Não consta que a villa tivesse foral, quando el-rei D. Manuel lh'o concedeu, em Lisboa, a 15 de novembro de 1512. A alcaidaria de Niza andou na casa dos condes de Santa Cruz, hoje extincta. Foi commenda dos templarios até 1311, e sendo então supprimida esta ordem, passou em 1319 a ser commenda da ordem de Christo. O brazão d'armas da villa é o seguinte: Em campo de purpura, um castello de ouro, com tres torres no centro do escudo. Sobre a do meio uma cruz da ordem de Christo, de prata. A' direita do castello o escudo das quinas portuguezas, e á esquerda a Lua em quarto crescente, de prata. Nos dois angulos superiores do escudo uma estrella, de prata, em cada um. Os arredores da villa são povoados de hortas, olivaes e pomares, regados pelas ribeiras de Niza e de Figueiró, cujas margens são muito ferteis e pittorescas. O seu territorio é abundante de cereaes, azeite, fructas, linho e algum vinho. Nos montes ha muita caça e grandes colmeias; cria muito gado, e as duas ribeiras fornecem bastante peixe. Niza tinha voto em côrtes, tendo assento no banco 7.º. Foi elevada a marquezado por D. João IV em 18 de outubro de 1646, sendo o 1.º marquez de Niza D. Vasco Luiz da Gama, 5.º conde da Vidigueira. Dentro e fóra da villa ha varias ermidas. A villa tem Misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. L.; feira a 10 de janeiro, que dura dois dias; no segundo domingo de junho e a 10 de outubro, que dura



Brazão d'armas da villa de Niza

egualmente dois dias; mercado nos segundos domingos de cada mez, e no dia de Passos, no terceiro domingo da quaresma; advogados, notarios, agencias banearias do *Banco Economia Portugueza*, e do *Banco de Portugal*; da *Companhia de Seguros Confiança Portuense*, da *Companhia Geral de Seguros e Fomento Agricola*, *Portugal Previdente*, e *Companhia Reformadora;* Companhia de seguros de vida, *Equitativa dos Estados Unidos do Brazil;* hoteis, fabrica de louça de barro e de moagens; medicos, pharmacias; sociedades *Reunião de amigos* e *Philarmonica Nizense;* cafés, theatro construido em 1858, etc. O conc. comprehende 9 freguezias, com 2:664 fog. e 12:976 hab., sendo 6:187 do sexo masc. e 6:789 do fem.; n'uma superficie de 51:355 hect. As freguezias são: N. S.ª da Graça, de Alpalhão, 2:191 hab.: 1:041 do sexo masc. e 1:150 do fem.; S. Thiago Maior, de Amieira e Villa Flôr, 1:502 hab.: 727 do sexo masc. e 775 do fem.; N. S.ª da Graça, de Arez, 580 hab.: 259 do sexo masc. e 321 do fem.; S. Mathias, de Cacheiro, 1:024 hab.: 507 do sexo masc. e 517 do fem.; N. S.ª da Graça, de Montalvão, 1:797 hab : 902 do sexo masc. e 895 do fem.; Espirito Santo, de Niza, 2:756 hab.: 1:281 do sexo masc. e 1:475 do fem.; N. S.ª da Graça, de Niza, 1:222 hab.: 561 do sexo masc. e 661 do fem.; S. Simão, de Pé da Serra, 979 hab.: 500 do sexo masc. e 479 do fem.; N. S.ª da Encarnação, de Tolosa, 925 hab.: 409 do sexo masc. e 516 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes, cortiça, azeite, queijos, lã e gado suino.

**Niza** *(Ribeira de)*. Esta ribeira serpenteia ao fundo do monte onde foi Niza-a Velha, e vae acabar no rio Tejo, defronte de Fratel.

**Nizancal.** Pov. do concelho de Pondá, Novas Conquistas, no districto e arceb. de Gôa, India.

**Nizão.** Pov. na freg. de S Thiago, de Souzellas, conc. e distr. de Coimbra.

**N'Lengue.** Pov. do sobado de Quilongo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Lombe Etadi.** Pov. do sobado de Luó, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Loni.** Pov. do sobado de Quilongo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nó.** Serra da prov. do Minho, na freg. da Correlhã. Os romanos chamavam-lhe *Annor, Maior* e *Nahor* E' tradição que n'este monte foi edificada a primitiva villa de Ponte do Lima, que existiu aqui alguns seculos. Chamava-se então *Forum Limicorum*, ou *Civitas Limicorum*, *cidade dos Limios*, ou *Limicos*. E' certo que no cume d'este monte se vêem vestigios d'uma grande povoação, e no sitio, a que se dá ainda o nome de *Castello*, se vêem restos d'uma fortaleza antiquissima. Os lusitanos chamavam a esta serra *Nor*, que facilmente se degenerou em *Nó*. Na vertente O d'esta serra está a egreja de N. S.ª da Boa Morte. || Ribeiro na prov. do Minho, que nasce na serra de Nó, e perto d'ella, na veiga da Correlhã, e morre na margem esquerda do rio Lima.

**Nobainho.** Pov. na freguezia de S. Miguel, de Gualtar, conc. e distr. de Braga.

**Nobel.** As armas d'este appellido são: Em campo vermelho um leão de ouro rompente. As-

sim se encontram n'uma carta de brazão d'este appellido passada em Lisboa a 14 de fevereiro de 1831.

**Nobelide** Pov. na freg. de S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, districto de Vizeu.

**Nobiliarchia**. Livro que contém os appellidos, origens e tradições das familias nobres de uma provincia, nação, etc., e trata dos seus brazões, de seus feitos, e serviços. || Titulo de algumas obras relativas á nobreza. *Nobiliarchia portugueza*, por Antonio de Villas Boas Sampaio, Lisboa, 1676, outra edição, 1708, e outra, em 1727, augmentada com as armas das familias e cidades principaes do reino; houve ainda outra edição em 1754; *Nobiliarchia goana*, por Filippe Nery Xavier, Nova Gôa, 1862.

**Nobiliario**. Registo das familias nobres de uma provincia, nação, etc. V. *Armorial*. || *Nobiliario de D. Pedro, conde de Barcellos*; livro importantissimo, que foi coordenado por João Baptista Lavanha, e publicado em Roma em 1640 (V. *Lavanha*, no IV vol., pag. 86). O livro tem o titulo em italiano, mas está escripto em portuguez. V. *Barcellos (D. Pedro, conde de)* no vol. II, pag. 119.

**Nobiliarista**. Autor de nobiliarios, pessoa que se occupa de estudos nobiliarios. Genealogista de familias de linhagem nobre. V. *Genealogista*.

**Noboa**. V. *Nova*.

**Nobre**. Appellido nobre, de familia portugueza, cujos ascendentes viviam em Tavira, no Algarve. O primeiro que se encontra com este appellido é Manuel Martins Nobre, de Tavira. Deu-se-lhe por se portar com grande arrojo, na tomada d'uma praça, em Africa. D. Pedro II, sendo ainda regente do reino, deu a Manuel Nobre Canellas, de Tavira, neto de Manuel Martins Nobre, o seguinte brazão, em 1671: Em campo de purpura, uma torre de prata, lavrada de negro, sobre um contra-chefe de ondas de azul e prata, e junto á torre uma cabeça de moiro toucada de prata e azul. Elmo de aço, aberto, e por timbre um braço armado de prata, com a cabeça d'um moiro pendurada pelos cabellos.

**Nobre**. V. *Nobreza*.

**Nobre** *(Antonio)*. Poeta. N. no Porto a 16 de agosto de 1867, onde tambem fal. a 18 de março de 1900. Cursou o 1.º anno da Universidade de Coimbra, indo depois para Paris, onde frequentou a Escola Livre de Sciencias Politicas, frequentando tambem a faculdade de Direito, onde fez os seus actos de bacharel e de licenceado. Regressando em 1895 a Portugal, concorreu a um logar de consul. No mez d'agosto d'esse mesmo anno começaram a manifestar-se os primeiros symptomas da terrivel tuberculose, a que mais tarde tinha de succumbir. Immediatamente partiu para Davos Platz, na Suissa, d'onde voltou em 1896. Partindo depois para New-York, em 1897, pouco tempo ali se demorou, e como a doença progredisse, foi em 1898 para a ilha da Madeira, procurar n'aquelle clima benigno o allivio que não pudera encontrar em parte alguma. A permanencia n'aquella ilha não o melhorou, antes pareceu aggravar ainda mais o terrivel mal. Foi então para o campo, d'onde recolheu sem melhoras, e em 1899 partiu por mar para fazer uma nova estação em Davos Platz. Tudo foi baldado. O mal havia lançado raizes tão profundas que toda a esperança de salvação se dissipou. Irremediavelmente perdido ainda foi para o Estoril, voltou depois á Foz; em 1900, foi para a aldeia, passando uns dias na quinta do Seixo, mas sentindo-se cada vez mais angustiado, recolheu a casa no dia 17 de março de tarde, e na manhã seguinte expirava. Da geração do seu tempo foi o poeta que mais se aproximou da alma popular, tão ingenua e melancholica. O *Só*, livro de poesias em que se estreou na litteratura, provocou um movimento de geral sympathia e enthusiasmo, e exerceu uma poderosa influencia na arte do seu tempo. Esse livro de luminosa belleza, cheio de sinceridade e de emoção, foi lido avidamente. Entre outras, a *Torre de Anta*, *Pobre tysica*, são composições d'uma rara belleza, nas quaes perpassa já a melancholia e a amargura com que o moço poeta presentia o seu proximo fim. No periodo grave da doença compoz as *Despedidas*, publicadas por seu irmão. Os sonetos são quasi todos datados da Madeira, e escriptos nos longos e torturados dias do seu desterro n'essa ilha, onde esperou encontrar a saude, que nunca conseguiu. Quando Antonio Nobre estava na quinta do Seixo pretendeu reunir os seus primeiros versos, para o que mandara tirar, na Bibliotheca do Porto, copias das composições espalhadas pelos jornaes onde as publicara. Mas não o pôde fazer, porque a doença lh'o não permittiu. Os *Primeiros versos*, segundo consta, vão ser publicados com um largo prefacio de Justino de Montalvão, que viveu na intimidade do infeliz poeta. A 1.ª edição do *Só* é de Paris.

**Nobre** *(Augusto Pereira)* Apreciado naturalista, irmão do poeta Antonio Nobre. N. no Porto a 15 de junho de 1865. Tendo concluido os cursos da Academia Polytechnica do Porto, onde muito se distinguiu, frequentou a Faculdade de Sciencias e o Museu da Historia natural de Paris (Ecole des Hautes-etudes). Nomeado naturalista adjunto ao museu de zoologia da Academia Polytechnica do Porto, em setembro de 1893, foi mais tarde, em 1901, provido definitivamente. Por portaria de 8 de fevereiro de 1894 foi nomeado director da Estação Aquicola do Ave, cargo em que foi definitivamente provido por decreto de 2 de maio de 1904. E' vogal do Conselho Superior de Agricultura e socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa desde novembro de 1893. Tem publicado diversas memorias zoologicas nas seguintes revistas scientificas: *Instituto; Jornal de sciencias physicas, mathematicas e naturaes; Journal de conchyliogie*, de Paris, *Annuario da Academia Polytechnica do Porto; Annales de la Societé Royale malacológique, de Belgique; Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, etc. Desde 1894 que dirige os *Annaes de sciencias naturaes*, onde se encontram muitos trabalhos seus de grande valor scientifico.

**Nobre** *(Bartholomeu)*. Religioso da ordem da S. Domingos. Era natural de Evora, e escreveu em latim uns *Commentarios ao Evangelho de S. Matheus*, que fôram impressos em Italia, e uns *Commentarios ao Genesis*, que ficaram manuscriptos.

**Nobre** *(Bruno Alves)*. Opulento proprietario, que se tornou muito conhecido pelo seu caracter bondoso e caritativo. Fal. no Porto, em edade

bastante avançada, a 11 de julho de 1891. Tendo estado no Brazil, onde, na carreira commercial adquiriu consideravel fortuna, repartiu, por sua morte, tão sensatamente os bens que possuia, que o seu nome figura entre os mais illustres benemeritos do nosso paiz. Merecendo-lhe especial interesse a instrucção da mocidade, deixou á Escola Medico-Cirurgica do Porto a quantia de 80:000$000 réis para, dos respectivos juros, dar 12 pensões mensaes de 12$000 rs. cada uma, a 12 estudantes pobres, escolhidos de entre os que melhores classificações tivessem nos exames primarios. Esses estudantes, que podiam seguir os cursos que escolhessem e preferissem, receberiam tambem os abonos precisos para matriculas e compendios. Dispoz o benemerito testador que os contemplados com este legado accrescentassem ao seu o appellido de *Nobre*, e recommendou que fôssem preferidos os alumnos dos estabelecimentos de caridade, existentes no Porto, quando as suas classificações fôssem identicas ás de outros quaesquer candidatos. Deixou tambem a importancia de 4:000$000 réis para ser repartida por 100 professores de instrucção primaria, do concelho do Porto, e contemplou a Santa Casa da Misericordia da mesma cidade com o legado de 20:000$000 réis, deixando-lhe tambem differentes propriedades avaliadas em 20:000$000 réis.

**Nobre** *(Francisco Ribeiro)*. Bacharel formado em Mathematica e em Philosophia pela Universidade de Coimbra, professor do Lyceu Nacional de Beja, professor do Lyceu Central do Porto, reitor da 2.ª zona escolar do mesmo lyceu, escriptor, etc. N. em Vallerim, concelho de Ceia, districto da Guarda, em 26 de maio de 1858. Assentou praça como voluntario em 24 de março de 1876, e pertenceu ao effectivo do exercito até 23 de março de 1888. Matriculou-se no Lyceu Central de Coimbra em 1879, onde fez todo o curso de preparatorios, que terminou em 1883; em seguida cursou a Universidade, formando-se nas faculdades de Mathematica e de Philosophia natural. Por decreto de 22 de novembro de 1888 foi nomeado, precedendo concurso, professor effectivo das disciplinas do 2.º grupo (Mathematica, Physica, Chimica e Sciencias Naturaes) para o Lyceu Nacional de Beja, sendo promovido por decreto de 18 de outubro de 1899 a professor proprietario para o Lyceu Central do Porto, onde é hoje reitor na 2.ª zona escolar. E' socio correspondente do Instituto de Coimbra. Tem collaborado em publicações scientificas, entre as quaes se conta a *Encyclopedia Portugueza illustrada*, publicada no Porto. Fez parte da direcção da *Revista dos Lyceus*, que sustentou durante os annos de 1891 a 1895. As suas obras didacticas, já publicadas, são as seguintes: *Lições de physica do curso geral dos lyceus*, 6.ª edição, 1905; *Lições de physica do curso complementar dos lyceus*, 1.ª parte, 1901; *Lições de physica do curso complementar dos lyceus*, 2.ª parte, 1903; *Tratado de chimica elementar*, 3.ª edição, 1904; *Tratado de physica elementar*, 3.ª edição, 1905. Todos estes livros teem sido muito apreciados pelo professorado de Portugal e do Brazil. As *Lições de physica do curso geral* e o *Tratado de physica* teem merecido unanime preferencia em concursos de livros de ensino.

**Nobre** *(José Fernandes Viegas Gama)*. Major reformado, tendo servido na arma de artilharia, cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz. N. em Venda de Maria, no distr. de Coimbra, em fevereiro de 1816, fal. em Lisboa a 29 de maio de 1880. Escreveu: O *Conde de Bomfim, noticias dos seus principaes feitos, por G. N.*, Lisboa, 1860.

**Nobre** *(Monte do)*. Na freg. de S. Thiago, de Entradas, conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

**Nobre de Carvalho** *(Francisco José Ferreira)*. Bacharel em Philosophia e doutor em Medicina pela Universidade de Sevilha. N. em Lisboa em 1801, fal. em Beja em 7 de março de 1877. Era filho do negociante Thomaz de Aquino Nobre de Carvalho, e de sua mulher D. Marianna Thereza Nobre de Carvalho. Tendo concluido os estudos de humanidades passou a Sevilha com seu tio, o dr. Feliciano Nobre de Carvalho, conego da sé d'aquella cidade. Seguindo os estudos da Universidade obteve em 1826 o grau de bacharel em Philosophia e o de doutor em Medicina. Começou logo a exercer em Sevilha a profissão medica, desempenhando simultaneamente durante algum tempo as funcções de vice-consul de Portugal, com applauso dos superiores, e proveito dos compatriotas que tiveram de recorrer á sua protecção. Em Sevilha casou com D. Hermenegilda Maria Marques Sanches, filha d'uma familia respeitavel de Hespanha, que tinha a sua casa em Castanho del Robledo, para onde foi fixar a sua residencia. Em Castanho del Robledo exerceu a clinica até 1834, tendo durante este tempo valido muito, tanto com os seus poucos haveres como com a sua influencia, junto das autoridades superiores da provincia, aos emigrados de Serpa e de Moura. Chamado a Portugal em 1835 pelo seu amor á patria e á liberdade, veiu sujeitar-se, em cumprimento da lei, aos exames de medicina theorica e pratica, em que ficou approvado *nemine discrepante*, sendo-lhe passada a competente carta que lhe conferia todos os privilegios, liberdades e franquias de que gozassem os doutores em medicina da Universidade de Coimbra. Provido no partido medico de Alvito, ali tambem exerceu as funcções de subdelegado do contador de fazenda até 1841, em que foi nomeado administrador do concelho de Alvito, cargo em que se conservou até 1853, pedindo então a sua exoneração, que lhe foi concedida nos termos mais lisonjeiros. Em 1851 foi encarregado d'uma commissão importante no concelho do Cercal, em que se houve por tal fórma que mereceu o louvor da autoridade superior pelo discernimento e prudencia com que a desempenhou. Depois acceitou o primeiro partido medico da comarca de Beja. Em 1856 e 1857 prestou-se com a maior dedicação a fazer visitas medicas ás povoações de Beringel e Ervidel, invadidas pela cholera-morbus, e pelas suas acertadas providencias e systema de curar, conseguiu-se atalhar o progresso do terrivel flagello. Foi por vezes procurador geral do districto, e tanto trabalhou a favor do concelho que as camaras deliberaram consignar nas actas das suas sessões votos de agradecimento pelo zelo e dedicada actividade com que promovera os interesses do mesmo concelho.

**Nobre de Carvalho** (*Manuel Thomaz Ferreira*). Agronomo, deputado, administrador do con-

celho de Beja, etc. N. em Castanho del Robledo, Hespanha, a 8 de maio de 1831, fal. em Beja em setembro de 1903. Era filho de Francisco José Ferreira Nobre de Carvalho, e de sua mulher, D. Hermenegilda Maria Marques Sanches. Concluiu o curso de agronomia no Instituto de Lisboa em 1858, com toda a distincção, obtendo *accessits* e as melhores classificações, depois de ter sido egualmente considerado na Escola Polytechnica, nas cadeiras que frequentou ali como habilitação para o estudo da agronomia. Em 1859, tendo sido encarregado da direcção d'uma *quinta modelo* em Beja, escreveu um relatorio, que Latino Coelho apreciou muito lisonjeiramente, o qual saiu publicado na folha official como um documento valioso. Em 1860 foi nomeado bibliothecario districtal em Beja, e exerceu este cargo, cedendo generosamente a remuneração que lhe foi arbitrada. Teve depois a nomeação de agronomo do districto de Beja, cargo que exerceu desde 1866 até 1868. Em 1861 foi eleito pela primeira vez vereador da camara municipal de Beja, e serviu como camarista até 1867, tendo sido eleito presidente da mesma camara no ultimo biennio. Em 1870 exerceu o cargo de administrador do concelho de Beja; em 1873 foi eleito procurador á junta geral pelo concelho d'Alvito, e em 1878 foi nomeado provedor da Misericordia, logar em que prestou os mais relevantes serviços ao hospital. Tendo sido deputado n'algumas legislaturas, como independente, na epoca em que os deputados ainda recebiam subsidio, na ultima legislatura para que foi eleito cedeu ao hospital esse subsidio. Nobre de Carvalho tinha a carta de conselheiro.

**Nobrega.** E' appellido nobre, sendo oriundo da Galliza. Em Portugal foi tomado do castello de Nóbrega, que existiu na freguezia de Aboim da Nóbrega. O primeiro que se encontra com este appellido é Domingos Gaspar da Nóbrega, que em 1537, no Desembargo do Paço, justificou ser da familia d'este appellido, para se lhe passar o brazão d'armas, que é o seguinte: Em campo de ouro quatro palas de purpura; elmo d'aço, aberto; timbre, meio leão de ouro, traspassado de purpura, com uma das palas do escudo nas mãos. Para o mesmo fim, e da mesma fórma, justificou Manuel de Nóbrega, da Aziahaga, em 1605. Foi-lhe dado o seguinte brazão d'armas: Em campo de ouro, quatro palas de púrpura, e sobre ellas um açôr negro, armado e bicado de ouro; elmo de aço, aberto; timbre, o açôr do escudo sobre um ninho de raizes verdes, e paus, realçados de prata. Outros do mesmo appellido usam: Em campo de purpura, banda azul, carregada de tres flôres de liz, de ouro, e dois carneiros do mesmo metal, em cada lado. Ainda outros trazem: Em campo de ouro, quatro bandas de purpura. Ha tambem outros que teem as armas d'este appellido unidas ás de outras familias, com as quaes se ligaram por casamentos.

**Nóbrega** *(Anastasio da)*. Um dos cirurgiões mais habeis do seu tempo. Era natural de Lisboa. Escreveu: *Methodo facilimo e experimental para curar a maligna enfermidade do cancro, assim que pertence á applicação dos remedios, como á execução operatoria*, etc., traducção do francez, Lisboa, 1741.

**Nóbrega** *(Antonio Isidoro da)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, secretario perpetuo da Sociedade Medico-Lusitana, instituida no Porto, familiar do Santo officio. N. em Lisboa a 2 do janeiro de 1708, e vivia ainda em 1759. Era filho de José Soares da Nóbrega, e de sua mulher Margarida Antonia Michaela. Recebeu o grau de bacharel a 13 de maio de 1733. Escreveu: *Discurso catholico no qual um christão velho, zeloso de nossa santa fé, fala com os judeus, convencendo-os dos erros em que vivem*, Lisboa, 1738; *Elogio funebre na sentida morte do Fidelissimo rei o Senhor D. João V*, Lisboa, 1750; *Oração funebre na morte do dr. Alexandre de Sousa Torres Souto-maior, medico da camara d'El-Rei, nosso senhor*, Lisboa, 1751. Deixou ineditas varias composições, cujos titulos veem na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. I, pag. 303, e vol. IV, pag. 41.

**Nóbrega** *(Francisco Miguel da)*. Governador de Cabo Verde, nomeado em 1726, terminando o seu governo em 1728. No anno de 1727 revoltou-se contra elle o ouvidor Botelho, que foi morto n'um dos conflictos a que essa revolta deu logar.

**Nóbrega** *(Januario Justiniano da)*. Poeta madeirense, sobrinho do poeta Francisco Alvares da Nóbrega *(V. Portugal*, vol. I, pag. 368*)*. Era escrivão da administração em 1826, e suicidou-se em 1866. Publicou-se posthuma, apenas, uma poesia sua á viuva de D. Pedro IV, mas, segundo consta, escrevera grande numero de composições poeticas de bastante merecimento.

**Nóbrega** *(Manuel da)*. Poeta que viveu no seculo XVII. N. em Lisboa, e era bacharel formado em Direito civil pela Universidade de Coimbra. Publicou um *Epicedio* á morte do principe D. Theodosio, Lisboa, 1653; um *Soneto* e uma *Egloga* á morte do D. Maria de Athaide, que andam nas *Memorias funebres* dedicadas a esta senhora, Lisboa, 1650.

**Nóbrega** *(P. Manuel da)*. Celebre missionario jesuita, que, juntamente com o P. José de Anchieta, prestou á civilisação do Brazil os mais relevantes e extraordinarios serviços. N. a 18 de outubro de 1517, e fal. no Rio de Janeiro a 18 de outubro de 1570. Era filho d'um desembargador da Relação, Belchior da Nóbrega, o sobrinho do chanceller-mór do reino. Cursou humanidades na Universidade de Salamanca e tomou depois o grau de bacharel em Canones, na de Coimbra, a 14 de junho de 1541. Já tinha então ordens de presbytero, e oppoz se a uma collegiatura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1542. Repellido pela injustiça e pelo patronato, desgostou-se por tal fórma do mundo, que deliberou entrar na Companhia de Jesus, então recentemente fundada por Santo Ignacio de Loyola. Tinha 25 annos de edade, e sem hesitar vestiu a roupeta da ordem no collegio de Coimbra, a 21 de novembro de 1544, e dedicou-se affectuosamente áquella instituição. A sua intelligencia o o seu zelo não tardaram a tornal o distincto e a chamar sobre elle a attenção dos superiores, tanto que, tratando-se de enviar ao Brazil, que principiava a colonisar-se, uns poucos de missionarios jesuitas, foi o P. Manuel da Nóbrega escolhido, com o cargo de superior de todos elles. Só o P. Manuel da Nóbrega era do collegio de Coimbra, os outros, em numero de 5, eram do collegio de Lisboa. Conta-se que não tendo che-

gado a Lisboa a tempo de poder embarcar na esquadra em que ia o primeiro governador do Brazil, Thomé de Sousa, D. João III ordenou que ficasse um dos navios em que devia ir o provedor da Fazenda Antonio de Barros para esperar o illustre jesuita, Este embarcou então, encontrou se no caminho com Thomé de Sousa, e passou para a sua nau, desembarcando todos na Bahia a 28 de março de 1549. Apenas chegou, o P. Manuel da Nóbrega começou logo os seus trabalhos fundando a egreja, parochiando elle proprio, e sobretudo tratando da conversão dos indigenas, tarefa a que se entregou com muito zelo, coragem e bom exito. Elle e os seus companheiros arrancaram muitas vezes, arriscando a propria vida, das mãos dos selvagens anthropophagos os prisioneiros que elles iam sacrificar á sua voracidade, e alcançaram por fim um inacreditavel prestigio, multiplicando se as conversões a ponto que o P. Manuel de Nóbrega pôde fundar um seminario onde educava os indios convertidos. A sua fama já se espalhara de tribu em tribu de fórma tal, que, indo a Pernambuco em 1551, muitos selvagens o procuraram espontaneamente para serem baptisados por elle. Pouco tempo se demorou em Pernambuco, porque os negocios da nascente Egreja brazileira, que tinha a sua séde na Bahia, o chamaram a esta nova cidade, cuja população ia augmentando d'um modo deploravel, porque os colonos que para ali iam de Portugal eram da peor raça, e o P. Manuel da Nóbrega tinha mais trabalho com elles do que com os proprios indios, tanto mais que encontrava n'esses colonos a mais decidida opposição á sua missão de caridade e amor. Os emigrados portuguezes queriam servir-se dos indios como escravos, e como encontravam nos jesuitas infatigaveis defensores dos pobres selvagens, conjuravam-se contra elle; por isso solicitou o P. Manuel da Nóbrega de D. João III a creação d'um bispado no Brazil, para ter na autoridade d'um prelado uma salvaguarda contra a má vontade dos colonos. Effectivamente foi eleito bispo do Brazil D. Pedro Fernandes Sardinha, que a 1 de janeiro de 1552 permittiu ao P. Manuel da Nóbrega que acompanhasse o governador Thomé de Sousa n'uma excursão que elle fez á capitania de S. Vicente, hoje provincia de S. Paulo. N'essa viagem naufragou o P. Manuel da Nóbrega, em 1553, sendo salvo pelos indios; internando-se então pelas mattas, foi fundar uma egreja na aldeia de Maniçoba, onde juntou um grupo de indios carijós e onde fundou uma confraria do Menino Jesus, de que eram irmãos a um tempo orphãos portuguezes e pequenos indios. Era tal a influencia do P. Nóbrega, que tendo os portuguezes assaltado a aldeia dos carijós, levando prisioneiros muitos d'elles, bastou que o P. Pedro Correia os fôsse reclamar em nome do P. Nóbrega, para que logo os prisioneiros fôssem restituidos. Em 1553 chegou de Portugal o novo governador do Brazil, Duarte da Costa, trazendo comsigo novos missionarios, em que se contava o P. José Anchieta, e para o P. Manuel da Nóbrega o titulo e os poderes de provincial da nova provincia jesuitica do Brazil, porque até ali não governava os jesuitas na America senão como vice provincial de Portugal. Aproveitando estes novos elementos fundou um novo collegio em Piratininga, collegio que foi o nucleo da actual cidade de S. Paulo, e que entregou á direcção do seu ajudante, o P. Luiz da Gran. Para esse collegio foi o P. Anchieta, e o P. Manuel da Nóbrega voltou á Bahia em janeiro de 1557, acompanhado por 4 jesuitas bastante conhecedores do idioma dos indios. Fundou então nos arredores da cidade quatro residencias para se continuar com actividade a catechese, a do Rio Velho, a de S. Paulo, a do Espirito Santo e a de S. João. Apezar dos relevantes serviços prestados á christianisação do Brazil e á influencia da Companhia de Jesus, o P. Nóbrega foi demittido em 1559 do logar de provincial do Brazil, sendo substituido pelo P. Luiz da Gran. Fôra esse um dos primeiros actos do novo geral, o P. Lainez. Não se sabe, o que motivou esta resolução. Manuel da Nóbrega entregou o governo, sem a mais leve hesitação, continuou, porém, a exercer a maior influencia, tanto no animo do seu successor como no do governador Mem de Sá, que lhe consagrava a maior veneração. N'esse tempo estavam os huguenotes francezes de Villegagnon estabelecidos na bahia do Rio de Janeiro, e pareciam dispostos a fundar na America do Sul uma colonia a que já Coligny dava o nome de *França antarctica*. Mem de Sá desejava expulsal-os, mas tinha receio de não dispôr de forças sufficientes, e o mesmo temia o conselho do governo que elle reuniu, mas Nóbrega, que Mem de Sá ouviu depois, foi de opinião contraria. E não só aconselhou a Mem de Sá que emprehendesse a expedição, mas deliberou auxilial o. Acompanhou o governador ao Rio de Janeiro, e deixando-o na expedição recolheu-se a S. Vicente, onde desenvolveu uma actividade immensa para auxiliar Mem de Sá, fazendo que o ajudassem os indios, de que os jesuitas dispunham, preparando mantimentos para as tropas expedicionarias, e tratando de organisar soccorros para os feridos. Expulsas as tropas de Villegagnon da ilha que occupavam no centro da Bahia, foi Mem de Sá a Santos refazer-se das fadigas da lucta aproveitando a hospitalidade que o P. Nóbrega lhe preparara. Depois partiu para a Bahia com Luiz da Gran, deixando na capitania de S. Vicente o P. Manuel da Nóbrega, a dirigir aquellas christandades. A lucta com os francezes não estava ainda acabada. Expulsos da sua ilha, tinham-se refugiado nos bosques, e unidos aos tamoyos, implacaveis inimigos dos portuguezes, continuavam a inquietar os colonos da capitania de S. Vicente. Manuel da Nóbrega e o seu intrepido companheiro José Anchieta resolveram a todo o custo pacificar os indios, e em abril de 1563 fôram sósinhos ao seio da tribu mais feroz e mais inimiga dos portuguezes levar palavras de paz. Ninguem podia imaginar que elles conseguissem sair a salvo d'essa temeraria tentativa; mas a audacia louca d'essa resolução, o aspecto venerando dos dois padres, a fama que elles já tinham, o inexplicavel prestigio dos jesuitas tal impressão produziram no animo dos selvagens, que não só respeitaram os dois missionarios, mas concluiram a paz desejada. José de Anchieta ficou entre elles, e Manuel da Nóbrega voltou a S. Vicente a levar triumphante a noticia. Apenas constou em Lisboa este facto, a rainha D. Catharina, então regente do reino, mandou que se povoasse o Rio de Janeiro, e foi um sobrinho

de Mem de Sá, Estacio de Sá, o encarregado de fundar a nova colónia. A paz, comtudo, não podia ser duradora. Os tamoyos estavam de novo em plena revolta quando Estacio de Sá chegou. Seguiram-se porfiadas luctas em que o proprio Estacio de Sá perdeu a vida, e n'essas luctas deveram sempre os portuguezes ao P. Manuel da Nóbrega a mais efficaz cooperação. Mem de Sá, governador geral do Brazil, veiu substituir o sobrinho em 1566, tomar a direcção da lucta, e continuar a edificação da cidade. Foi elle que presidiu tambem, juntamente com o P. Ignacio de Azevedo, primeiro visitador geral dos jesuitas no Brazil, á construcção d'um collegio dos jesuitas no Rio de Janeiro, collegio de que o P. Manuel da Nóbrega foi logo nomeado superior, estendendo-se a sua jurisdicção ás casas dos jesuitas de Santos, S. Vicente, Piratininga, Espirito Santo. O P. Manuel de Nóbrega já envelhecido, não pela edade, mas pelos muitos trabalhos e numerosos desgostos, succumbiu pouco tempo depois. E' elle um dos grandes vultos que o Brazil ainda hoje reverenceia, juntamente com José de Anchieta, concorreram ambos de modo notavel para a civilisação brazileira. Além d'isso, o nome do P. Manuel da Nóbrega está ligado á fundação de quatro grandes cidades do Brazil: Bahia, Pernambuco, S. Paulo e Rio de Janeiro. O P. Manuel da Nóbrega escreveu diversas *Cartas* da Bahia e de Pernambuco, em diversas datas, dirigidas para Lisboa a alguns padres da Companhia de Jesus e ao seu provincial, as quaes fôram traduzidas em italiano e publicadas em Veneza, em 1559, 1561 e 1570. Deixou outras que se não imprimiram, e cujos autographos se conservavam na Casa Professa de S. Roque.

**Nóbrega.** Villa extincta da provincia do Minho, na freg. de *Aboim da Nóbrega*. Foi capital d'um grande couto do seu nome. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 24 de outubro de 1513. A pov. de Nóbrega está situada em sitio aprazivel e fertil na margem direita do rio Lima. Foi commenda da ordem de Malta, dos marquezes de Tavora, passando em 1759 para a corôa.

**Nóbrega Soares** *(João da)*. Professor de instrucção primaria no Funchal, escriptor e jornalista. N. n'essa cidade a 11 de junho de 1831, onde tambem fal. a 22 de setembro de 1890. Seguiu o curso do Lyceu do Funchal de 1848 a 1851, interrompendo, porém, esses estudos para se entregar á vida maritima. Depois de andar durante tres annos a viajar pelos portos d'Africa, regressou á ilha da Madeira, e entrou novamente no lyceu, onde esteve mais um anno, partindo depois, em 1854, para America, voltando outra vez ao Funchal em 1855, para se dedicar ao magisterio. Em 1861, foi o fundador e proprietario da *Revista semanal, periodico litterario e de conhecimentos uteis*, do qual se publicou só um volume, que se concluiu em 1862. N'este jornal sairam muitos dos seus trabalhos litterarios. Collaborou nos jornaes funchalenses *Flôr do Oceano*, *Patria*, *Imprensa*, *O Funchalense*, e *Boletim official*, cuja direcção teve a seu cargo. João da Nóbrega Soares foi professor de instrucção primaria no Funchal, sendo nomeado depois chefe do districto da guarda fiscal na Madeira. Nos ultimos annos da sua vida dirigiu o *Diario de Noticias*, do Funchal. Escreveu: *Introducção á geographia para uso das escolas primarias*, Funchal, 1859; *Primeiras noções de moral para uso das escolas primarias, approvado pelo conselho geral de instrucção publica*, Funchal, 1861; 2.ª edição, em 1862; *Choreographia da Madeira*, Funchal, 1862; *Breves noções da historia de Portugal; Lagrimas e flôres, drama original*, 3 actos, publicado em differentes numeros da *Revista semanal*, 1861; *A morte do Rossinante, tragedia heroi-comica em 1 acto, verso hendecassylabo*, imitação da *Morte de Catimbau*, de Francisco Palha, saiu no *Funchalense*, em 1861, com o pseudonymo de *Mirza Abdul-Kader; Qual dos dois? comedia em 1 acto, imitada do inglez;* saiu no *Boletim official*, 1862; 2.ª edição, 1863, *Um quarto com duas camas, comedia em 1 acto*, imitada do hespanhol, Funchal, 1862; *A virtude premiada, drama original em 2 actos*, Funchal, 1863; *Um viagem ao Rabaçal, romance humoristico e de costumes campestres*, publicado na *Revista semanal; Scenas da vida excentrica, romance humoristico;* na mesma *Revista; Bem por mal, romance*, idem; *Um casamento á força, romance humoristico*, idem; *Nem tudo são rosas na vida, romance imitado livremente de Luiz Enault*, idem; *Scenas da vida intima, romance*, idem; *Flôres e diamantes, romance imitado de Affonso Karr*, saiu na *Patria*, 1862; *M. J. Glenga, esboço biographico*, Funchal, 1862; *Um rapaz feliz, romance humoristico*, começou a publicação na *Imprensa*, mas não concluiu; *Um passeio á America tropical, relação de viagens em cartas;* fôram insertas tambem na *Imprensa* 6 d'estas cartas, que depois o autor reuniu com outros escriptos n'um volume com o titulo de *Contos e viagens*, onde estão incluidos os seguintes: *Descobrimento do Brazil, O naufragio da «Flôr do Oceano», Os portuguezes em Tanger, Primeira victoria naval dos portuguezes, etc.; Na floresta, conto phantastico, imitado de Affonso Karr;* publicado na *Imprensa*, 1862; *Os piratas, conto historico*; estes dois contos sairam depois em volume com o titulo de *Lendas e tradições*. Consta que no *Correio da Manhã*, de Lisboa, publicou uma interessante *Memoria sobre as Furnas de S. Miguel*, onde fôra em commissão de serviço. Deixou ineditos alguns artigos, contos, poesias, comedias, e trabalhos pedagogicos. Com as comedias *Perdeu-se a patente, Padrinho, Brites de Almeida* e *Morte de Rossinante* formou um volume, que publicou em 1863, com o titulo de *Scenas e comedias*.

**Nobres.** Pov. na freg. de S. Cosme e Damião, de Podame, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Nobreza.** Fidalguia herdada ou doada pelo soberano. *(V. Fidalgo)*. Alta nobreza, a fidalguia de velha data. Pequena nobreza, a fidalguia de moderna data. A primeira nobreza do reino compunha-se nos antigos tempos, segundo declara a carta de lei de 25 de maio de 1776, dos escudeiros, e dos cavalleiros armados pelos reis, ou pelos capitães nas guerras de Africa, e da Asia; dos que conseguiam o honroso titulo de vassalos, infanções, ricos-homens e outros da mesma gerarchia. Os principaes preceitos nobiliarchicos da antiga legislação da *Ordenações* e *Leis Extravagantes*, etc., eram os seguintes: Nobre é pessoa que tem distincção politica proveniente de emprego que confere nobreza, ou de alguma das honras do reino (Lei de 29 de novembro de

1775, Alvará de 16 da março de 1757; Lei de 3 de janeiro de 1611; Regimento nov. dos dezembargos do Paço § 118; Ordenações livro 5, titulo 92). Os empregos, que conferem nobreza, são: 1.º, Os que por si só teem essa faculdade dada expressamente pela lei (Lei de 29 de novembro de 1775, § 3); 2.º, Aos que por lei ou estylo anda inherente mercê de algumas das honras do reino (Lei de 3 de janeiro de 1611). Honras do reino são vantagens na estimação creadas em o reino (Decreto de 10 de junho de 1649). As honras do reino comprehendem: 1.º, O titulo de principe (Lei de 27 de outubro de 1645, Alvará de 9 de janeiro de 1817. Carta Regia de 17 de dezembro de 1734); 2.º, O titulo de infante (Lei de 16 de setembro de 1597); 3.º, A grandeza (Lei de 29 de janeiro de 1734); 4.º, Os titulos (Ordenações, livro 2, titulo 45, § 53., Lei de 16 de setembro de 1597, e de 23 de janeiro de 1739); 5.º, O titulo de Conselho (Ordenações, livro 1, titulo § 13); 6.º, O senhorio de terra (Regimento de El-Rei, 11 de abril de 1661); 7.º, A alcaidaria-mór de castello (Regimento citado); 8.º, Os foros de filhamento (Regimento de 3 de junho de 1572); 9.º, A fidalguia concedida por especial mercê regia (Ordenações, livro 5, titulo 92, § 6); 10.º, A fidalguia (idem); 11.º, A fidalguia de linhagem (Ordenações, livro 4, titulo 104, § 5); 12.º A cavallaria confirmada (Ordenações, livro 2, titulo 60); 13.º, A cavallaria de linhagem (Ordenações, livro 5, titulo 38); 14.º, O titulo de escudeiro dado por carta ou alvará regio (Ordenações, livro 2, titulo 45, § 39); 15.º, Escudeiro de linhagem (Ordenações, livro 1, titulo 66, § 42); 16.º, O titulo de Dom (Ordenações, liv. 5, titulo 92, § 7); 17.º, O brazão d'armas (Ordenações, livro 5, titulo 92); 18.º, O habito de ordem militar (Provisão regia de 25 de abril de 1641); 19.º, Os tratamentos (Leis de 16 de setembro de 1597, e de 29 de janeiro de 1739); 20.º, O titulo de parente da Casa Real (Regimento de 11 de abril de 1661); 21.º, O titulo de desembargador d'El-Rei (Ordenações, livro 2, titulo 45, § 4); 22.º, Os gráos de lettras (Lei de 16 de setembro de 1597). As honras do reino entram no numero dos bens denominados antigamente da Corôa e hoje bens nacionaes (Ordenações, livro 2, titulo 26, § 33). O fim de sua instituição é o nobilitar (Ordenações, livro 5, titulo 92). Os empregos, que só por si conferem nobreza, nobilitam: Ou sómente á pessoa que tem algum d'elles, como o de negociante de grosso trato (Lei de 23 de novembro de 1775, § 3), e não só a dita pessoa, senão tambem os seus filhos legitimos, ou legitimados, como o de sargento-mór de tropa de 1.ª linha (Alv. de 16 de março de 1757 e Regimento nov. dos desembargos do Paço, § 118). As honras do reino nobilitam: A pessoa, que tem alguma d'ellas (Ordenações, livro 5, titulo 92). Os filhos legitimos, ou legitimados, d'esta pessoa (Regimento nov. dos desembargos do Paço, § 118). Os netos legitimos ou legitimados, da dita pessoa (Avará de 24 de janeiro de 1771 e Regimento dos desembargos do Paço, § 118). Os empregos que conferem nobreza, e as honras do reino, nobilitam as mulheres legitimas dos individuos agraciados, emquanto com ellas fôrem casados, ou estiverem viuvas honestas. A nobreza considerava-se em dois estados (Leis de 29 de novembro de 1755 e de 23 de novembro de 1616). 1.º, Quando o nobre administra bens da Corôa, e se habilite para elles, ou tem o fôro de moço fidalgo, e d'ahi para cima. 2.º, Quando não tem nenhuma d'estas circumstancias. (Ordenações, livro 5, titulo 120). A qualidade de nobreza adquire-se: Pela acquisição de qualquer dos ditos empregos ou honras, Pelo nascimento legitimo, ou legitimado. Pela celebração de matrimonio legitimo. A qualidade de nobre perde-se: Pela falta do emprego ou honra do reino, do que procedia a nobreza, que se tinha (Alvará de 24 de novembro de 1764, Ordenações, livro 5, titulo 92); Pela imposição de pena de infamia (Ordenações, livro 5, titulo 6, § 13); Pela perda da qualidade de nobre soffrida pela pessoa, de quem se houve por nascimento ou matrimonio (Ordenações, livro 5, titulo 6, § 13); Pela mudança de estado de viuva para o de casada, havendo-se adquirido pela celebração de matrimonio legitimo com homem nobre (Ordenações, livro 5, titulo 120); e pelo exercicio publico de officio mechanico (D. de 10 de junho de 1694). || Bibliographia. V. *Nobiliarchia* e *Genealogia; Origem da nobreza politica*, *Blasoens de armas, appellidos, cargos e titulos nobres*, por Alvaro Ferreira de Vera, Lisboa, 1791; *Privilegios da nobreza e fidalguia de Portugal*, por Luiz da Silva Pereira e Oliveira, Lisboa, 1806; *Resenha das familias titulares e grandes de Portugal*, por Albano da Silveira Pinto, continuado pelo visconde de Sanches de Baena; *Memorias historicas genealogicas dos duques portuguezes do seculo XIX*, por João Carlos Fêo Cardoso de Castello Branco e Torres e visconde de Sanches Baena; *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza desde a sua origem até o presente, com as familias illustres que procedem dos reis, e dos serenissimos duques de Bragança*, por D. Antonio Caetano de Sousa; *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, etc., pelo mesmo; *Memorias historicas e genealogicas dos grandes de Portugal*, pelo mesmo autor.

**Nobrezes.** Pov. na freg. de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra

**Nobrijo.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, districto de Aveiro.

**Nocalunga.** Pov. do sobado de Luanza, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Nodar.** Pov. na freg. de S. Martinho das Moitas, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Nodeirinho.** Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

**Nodel.** Pov na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

**Noêda.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto.

**Noemute.** Um dos dois reinos do Oeste do distr. autonomo de Timor, na Oceania. Pertence ao commando militar de Okussi.

**Nogal.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Nogra.** Pov. na freg. de S. Bento, de Anceriz, conc. de Argauil, distr. de Coimbra.

**Nogueira.** A familia d'este appellido procede de D. Mendo Nogueira, cavalleiro templario que viveu no tempo do conde D. Henrique. O seu solar era na Torre de Nogueira, proximo do rio Minho. A torre tem grande quinta, foros annexos

e dependencias. D. Affonso II, em 1211, 1.º anno do seu reinado, deu esta propriedade a Mendo Paes, seu aio, do qual foi descendente o dr. Pedro Nogueira, desembargador do Paço e do conselho de D. João III. Foi este o progenitor dos Nogueiras do Minho, cujo ramo principal véiu depois a ser o da casa dos viscondes de Villa Nova da Cerveira. As suas armas são: Em campo de ouro uma banda xadrezada de prata e verde, de oito ordens, com uma vergueta de purpura, que tapa a ordem do meio. Elmo de prata, aberto; timbre, uma cabeça e pescoço de serpe, de ouro, com um ramo de nogueira, verde, com nozes de ouro, na bocca. Outros do mesmo appellido usam: Em campo de ouro, duas bandas de escaques de prata e azul. O mesmo elmo e timbre. Outros: Em campo de ouro, banda xadrezada de purpura e verde, de cinco ordens, com uma verguêta de purpura, que tapa a ordem do meio. O mesmo timbre e elmo.

**Nogueira** *(D. Affonso)*. Cavalleiro de familia nobre, que viveu no tempo de D. João I, D. Duarte, e D. Affonso V. Foi bispo de Coimbra, depois arcebispo de Lisboa, do conselho do Estado, e por duas vezes embaixador a Castella. Mas o seu maior credito consistia em ter sido um dos primeiros fundadores da congregação de S. João Evangelista em Portugal. Fal. a 16 de setembro de 1467.

**Nogueira** *(P. Bernardo)*. Jesuita. N. em Fremona na Ethiopia, sendo filho d'um portuguez descendente dos intrepidos soldados que acompanharam D. Christovão da Gama áquelle paiz. Foi educado no seminario da Companhia de Jesus, onde teve por mestre das linguas portugueza e latina o P. Manuel d'Almeida, o erudito auctor da *Historia da Ethiopia* a quem acompanhou como interprete, quando elle foi por embaixador ao sultão Segued em 1624, e depois coadjuvou muito o patriarcha Affonso Mendes nas missões que este prelado executou na Ethiopia. Em 1650 vestiu a roupeta da ordem, e sendo mandado para o reino de Gojão para propagar a religião christã, foi morto por ordem do vice-rei em 1653. Na mesma *Historia da Ethiopia*, publicada depois por Balthazar Telles, chronista da Companhia de Jesus, encontram-se duas *Cartas* escriptas por este padre jesuita, assim como um *Calendario de alguns que morreram pela fé em Ethiopia*, por elle composto.

**Nogueira** *(Diogo Henrique Xavier)*. Tenente-coronel reformado, tendo servido na arma de artilharia. N. em Abrantes a 13 de março de 1805, fal. em Lisboa a 8 d'outubro de 1884. Foi alumno da Academia de Marinha, negando-se-lhe em 1828 a licença para frequentar a Academia de Fortificação e Desenho, e tendo se-lhe dado baixa do serviço por não convir ao governo miguelista. Teve por isso de se homisiar, soffrendo toda a sorte de privações até agosto de 1833, em que se apresentou em Lisboa. Durante esse tempo fez parte d'uma guerrilha que se organisou em Thomar na noite de 23 de junho de 1833. No mez de abril de 1827 havia sido ferido com uma baionetada em Elvas por occasião dos motins provocados pelos miguelistas. Escreveu: *Lista geral dos officiaes do exercito, que tem ou pódem vir a ter direito a accesso com a designação de suas antiguidades e situações*, Lisboa, 1850.

**Nogueira** *(Emilio Henrique Xavier)*. General de divisão reformado. N. em 25 de maio de 1844. Foi o alumno n.º 6 do Real Collegio Militar, completando o curso em 1861. Alistou-se no exercito a 24 de agosto d'esse anno, contando 17 annos de edade; sendo promovido a alferes, depois de concluir o curso de infantaria, em 8 de julho de 1862, a tenente em 16 de fevereiro de 1869, a capitão em 30 d'agosto de 1875, a major em 31 de outubro de 1881, a tenente coronel em 5 de dezembro de 1888, a coronel em 30 de setembro de 1893, a general de brigada em 1900, reformando-se em general de divisão em 27 de setembro de 1901. Sendo tenente de caçadores n.º 8 foi nomeado official do estado maior do Collegio Militar em 4 de outubro de 1872, e depois secretario do mesmo collegio em 5 de dezembro do mesmo anno. A 21 de julho de 1875 encarregado do ensino das cadeiras de arithmetica do 2.º e 3.º anno n'aquelle estabelecimento, passando em 21 de setembro de 1876 a encarregar-se da cadeira de arithmetica do 1.º anno emquanto não houvesse professor, regencia para que se offereceu, não acceitando remuneração alguma. Em 7 de janeiro de 1878 foi unicamente encarregado da regencia da cadeira de arithmetica pratica do 3.º anno do curso. Em 13 de dezembro de 1880 teve autorisação de reger a cadeira de physica e chimica, no impedimento do respectivo professor, que durou até maio de 1884. Em 22 d'agosto de 1883 passou a exercer as funcções de sub-director interino do collegio. No exercicio d'este cargo regeu por muito tempo as cadeiras de arithmetica pratica, 3.º anno, physica, chimica e historia natural, abandonando a propriedade d'esta ultima cadeira pela sua nomeação de director interino do referido collegio militar, em 24 de maio de 1891. Durante a sua carreira tem sido varias vezes louvado: em ordem collegial de 27 de dezembro de 1883, pela maneira distincta como se houve na direcção do collegio durante a ausencia do respectivo director; em ordem, tambem collegial, de 2 de abril de 1884, pelo modo porque desempenhou uns trabalhos que lhe fôram incumbidos relativos ao pessoal superior do estabelecimento e á escripturação de diversas repartições. Como professor, secretario, sub-director e membro do conselho permanente de aperfeiçoamento do Collegio Militar, prestou serviços importantissimos, pelo que foi agraciado em 6 de maio de 1886 com a commenda da ordem de S. Bento de Aviz.

**Nogueira** *(Francisco Daniel)*. Medico, que viveu no seculo XVIII. Era natural de Lisboa, e publicou em 1762 uma traducção dos aphorismos de Hippocrates, com o titulo de *Hippocrates Lusitano*.

**Nogueira** *(Francisco Tavares)*. Administrador da loja de venda da Impressão Regia. Escreveu: *Catalogo dos livros que se vendem na loja da Impressão Regia, na praça do Commercio*, Lisboa, 1777. E' dividido em 5 classes pela ordem seguinte: 1.ª Theologia; 2.ª Jurisprudencia; 3.ª, Philosophia; 4.ª Historia; 5.ª, Philologia. Cada uma d'estas classes subdivide-se com respeito ás linguas.

**Nogueira** *(Januario José Raymundo Penaforte)*. Assistente-Deputado no Commissariado do Exercito, e escriptor. N. em 1784; ignora-se a data da sua morte. Escreveu: *França em sangue, e sem respeito ao soberano, na origem e continua-*

*ção da revolução franceza, poema epico, historico, tragico, polemico, theologico, politico, que pretende dar á luz um amigo da permanencia dos thronos.* Este poema ficou inedito. Publicou mais: *O Anti-Jacobino*, n.º 1, Lisboa, 1828; não se conhece a continuação; *Discurso sobre a superstição*, traduzido do francez; *Principios elementares da administração das finanças*, Lisboa, 1830; saiu sem o nome do autor.

**Nogueira** *(João Maria)*. Official graduado na direcção do commercio e industria da secretaria do ministerio das Obras Publicas, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, jornalista, escriptor, etc. N. em Beja em 1816, fal. a 16 de dezembro de 1856. Era filho de Joaquim Antonio Nogueira, que foi secretario geral d'esse e d'outros districtos. *(V. adeante)*. Em 1828, quando seu pae emigrou, ficou João Maria Nogueira na companhia de sua mãe, que o foi educando confórme pôde n'esses attribulados tempos. Em 1833, quando a divisão do duque da Terceira foi desembarcar no Algarve, João Maria Nogueira, apezar de contar apenas 17 annos de edade, não hesitou em pegar n'uma espingarda para cooperar no movimento revolucionario que rebentou em Beja, apenas se teve noticia do desembarque do duque. O visconde de Mollelos commetteu o erro de ir suffocar essa insurreição que debellou facilmente, em vez de perseguir o duque da Terceira. Mas pouco depois entrava o duque em Lisboa, e Beja proclamava de novo a liberdade. O batalhão de voluntarios, em que João Maria Nogueira assentou praça, foi então servir no sul, e o moço liberal fez as campanhas do Algarve, campanhas principalmente dirigidas contra as guerrilhas miguelistas. Terminada a lueta, João Maria Nogueira, que era digno de recompensa, já pelos seus serviços, já pelos de seu pae, foi empregado no governo civil de Beja; envolto, porém, na perseguição que moveram a seu pae, quando este em 1839 foi demittido de secretario geral, foi tambem demittido João Maria Nogueira do seu pequeno emprego no governo civil. Dispondo de poucos meios, veiu para Lisboa, e começou a trabalhar nos jornaes e a fazer traducções para viver. Reconhecendo-lhe talento, a *Revolução de Setembro* abriu-lhe as suas portas, mas todos esses trabalhos obscuros de jornalista e de traductor não lhe davam meios sufficientes para viver, e Firmo Marecos, então director da Imprensa Nacional, lhe deu ali um pequeno emprego, sem querer saber se as suas opiuiões eram ou não as do partido dominante. João Maria Nogueira, assim como seu pae, pertencia ao partido progressista avançado. A revolução franceza de 1818 inspirou-lhe mesmo idéas republicanas e até socialistas. Em 1851 creou-se o novo ministerio das Obras Publicas, e na organisação d'esse ministerio foi nomeado official graduado da Direcção geral do Commercio e Industria, e n'esse logar pôde então entregar-se mais tranquillamente a trabalhos mais serios. O trabalho d'esse novo ministerio e d'esse novo serviço que se tratava de fundar no paiz, absorvia, comtudo, inteiramente a sua actividade, e o emprego de todas as suas forças, que a doença tornou limitadas. Nas eleições de 1856 os seus amigos politicos pensaram em o eleger deputado, e apresentaram a sua candidatura pelo circulo de Beja. Era ali tão estimado que até Marianno Feio, depois visconde da Boa Vista, seu adversario politico, se prestou a auxiliar a eleição. Na verdade foi eleito, mas não pôde tomar assento na camara, porque succumbiu a um ataque de rheumatismo nervoso n'esse mesmo anno, contando apenas 40 annos de edade. Sairam a seu respeito artigos necrologicos na *Revolução de Setembro* de 18 de dezembro, e no *Portuguez*, no dia 19. Os deputados seus collegas abriram entre si uma subscripção e com o producto d'ella lhe mandaram erigir no cemiterio dos Prazeres um tumulo, para onde os seus ossos fôram trasladados em dezembro de 1858, assistindo á trasladação os homens mais importantes da politica d'esse tempo. No tumulo gravou-se um epitaphio singelo e eloquente, em que se celebravam as virtudes do finado, os seus merecimentos e o muito que lhe deviam os seus concidadãos. Na *Revolução de Setembro*, de 24 de dezembro de 1858, vem um curioso artigo ácêrca do monumento e da trasladação, trazendo transcripto o epitaphio. Escreveu: *A Escravidão moderna, por F. Lamennais, traduzida em portuguez*, Lisboa, 1844; *Archivo Constitucional e Christão, ou Collecção de artigos politicos e religiosos de distinctos escriptores, vertidos em portuguez*, Lisboa, 1846; saiu o 1.º numero sem o seu nome, e parece que não se publicou mais nenhum; *A Bibliotheca do socialista, ou excerptos ácêrca do pauperismo e da organisação social*, Lisboa, 1849; sairam sómente os tres primeiros numeros, e sem o seu nome; *Conversações d'Aldeia, por Timon, traduzidas do francez*, Lisboa, 1850; 2.ª edição, no mesmo anno; a *Revista Popular*, falando a respeito d'este livro no tomo II, pag. 314, classifica-o de *excellente traducção de um livro excellente*; *O Guiador do povo, ou conversações politicas de um cura com os habitantes da sua aldeia; primeira conversação*, Lisboa, 1845; *Um livrinho para o povo, tres dialogos politicos, por Timon*, Lisboa, 1848; *Que é o Communismo? Não é partilha; por Guerin de Vitry*, Lisboa, 1848; *Necessidade e objecto do ensino primario; O Mestre de Escola (Dialogo de Timon)*, 2.ª *edição*, Lisboa, 1850; estes 4 ultimos opusculos sairam sem o nome do autor; *Compendio estatistico, ou resumo dos Elementos de Estatistica de A. Moreau de Joannes, contendo os principios geraes d'esta sciencia*, etc., Lisboa, 1851; *Apontamentos estadisticos; Lisboa no seculo XVI*; sairam disseminados por diversos numeros do *Panorama*, 1855. Deixou tambem varios artigos publicados na *Revolução de Setembro* e outros jornaes. Escreveu tambem: *Eu e os cabralistas de Beja, ou uma das vinganças de 1844 com as feições de 1828*, Lisboa, sem anno de impressão, mas no fim tem a data de 9 de junho de 1844 e a assignatura do autor.

**Nogueira** *(Joaquim Antonio)*. Secretario geral de varios districtos durante os annos de 1836 a 1839. N. em Beja em 1790, fal. em Lisboa a 6 de outubro de 1851. Militou nas fileiras liberaes, o que lhe valeu ser perseguido pelo partido miguelista, vendo-se obrigado a emigrar em 1828, deixando a familia, voltando a Lisboa só depois de restabelecido o partido constitucional. Seguindo as idéas mais avançadas, quando triumpharam os setembristas foi nomeado secretario geral successivamente dos districtos de Beja, Faro e Portalegre. Como era muito exaltado, foi tambem vivamente aggredido pelos seus

adversarios, e em 1871 teve de publicar um folheto em sua defeza, com o seguinte titulo: *Justificação de Joaquim Antonio Nogueira contra as invectivas e perseguições de seus inimigos politicos*, Lisboa, 1871. Traduziu do francez *O Contagio sagrado, ou historia natural da superstição*, Lisboa, 1839, 2 tomos. Esta versão foi publicada sem o nome do traductor. O ministerio publico querelou esta obra, por abuso de liberdade de imprensa em materia religiosa, foi julgada affirmativamente pelo tribunal do jury competente, e como tal mandada supprimir e arrestar. Escapou, porém a maior parte dos exemplares, que continuaram a vender-se mais ou menos descobertamente, havendo só da parte dos editores o cuidado de fazerem substituir os antigos rostos por outros, com a indicação de *Madrid*, em vez de *Lisboa*. Escreveu mais: *Commentarios do conde de Tracy ao Espirito das leis de Montesquieu; seguidos da Memoria sobre quaes os meios de fundar a moral de um povo; traduzido em portuguez*, Lisboa, 1871; *Motivos da discordia geral do mundo; Lições politico moraes, e conselhos praticos para resistir á tyrannia dos dynastas*, Lisboa, 1872; saiu com as iniciaes J. A. N.; *Catão portuguez, ou Catecismo constitucional*, Lisboa, 1875; com as mesmas iniciaes. E' attribuido a Joaquim Antonio Nogueira o seguinte opusculo: *Sinchronismo do reinado de Maria Segunda, por um perseguido*, Lisboa, 1878.

**Nogueira** *(José Barbosa)*. Estudante legista da Universidade de Coimbra, em 1787. Escreveu: *Obras poeticas que ao ill.mo sr. Manuel José Coutinho Pereira de Sousa e Menezes, em signal de respeito e gratidão offerece*, Coimbra, 1790.

**Nogueira** *(José Felix Henriques)*. Jornalista e escriptor. N. em Dois Portos a 15 de janeiro de 1825, fal. em Lisboa em 23 de janeiro de 1858. Era filho de Felix Henriques Nogueira e de D. Maria do Espirito Santo Henriques Nogueira. Possuidor de meios de fortuna que bastavam para lhe assegurar uma existencia independente, entregou-se com fervor ao estudo, e todo se dedicou á defeza das idéas, que no seu espirito accendera a revolução franceza de 1878, e que nunca renegou. A França sempre exerceu uma grande influencia no espirito portuguez, como em geral no espirito europeu. Em 1878 fôram todos em Portugal mais ou menos republicanos, e até um pouco socialistas. Depois esses republicanos e esses socialistas fôram tranquillamente deputados historicos e deputados regeneradores. José Felix Henriques Nogueira ficou sempre fiel a esses principios. Aspirou á fundação da republica em Portugal e em Hespanha, e desejou ardente e sinceramente a organisação da republica federal iberica. Trabalhou pela causa da associação, e aconselhou vivamente a fundação d'um centro eleitoral operario. Nas eleições de 1851 apresentou a sua candidatura de deputado pelo circulo d'Alemquer, e tinha a sua eleição bem figurada. N'essa occasião lançou-se ardentemente na lucta, publicando no *Echo dos operarios*, de 11 de outubro de 1851 uma *Carta ao centro eleitoral operario*, e a 22 d'esse mez e anno escreveu e publicou em folheto separado uma *Carta programma aos membros do collegio eleitoral de Alemquer*, e a 5 de novembro seguinte na *Revolução de Setembro* um artigo intitulado *Interesses agricolas*, em que expunha as suas idéas sobre o futuro e o desevolvimento da agricultura portugueza, que elle sobretudo se propunha defender na camara. Vencido, comtudo, em segunda votação, protestou energicamente n'um artigo intitulado *Ao paiz, exposição sobre a eleição de Alemquer*, que saiu na *Revolução de Setembro* de 27 de novembro do referido anno de 1851. Ficando fóra do parlamento, Henriques Nogueira consagrou-se ao acabamento e á publicação d'um dos seus livros mais notaveis, *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, obra em 2 volumes, que foi muito bem recebida no publico, e a seu respeito escreveu Antonio Feliciano de Castilho um artigo extremamente laudatorio intitulado *Boa Nova*, que veiu publicado no *Almanach democratico para 1852*. Foi fundador d'este almanach Henriques Nogueira, o qual saiu quatro annos seguidos, de 1852 a 1855. Teve collaboradores, mas era elle o seu principal redactor. Ali escreveu artigos áeêrea de Ledru-Rollin, Mazzini, Kossuth, Raspail, Roberto Blum, Ricardo Cobden, Victor Hugo, Guilherme Pope, David d'Angers e Daniel Manin. Estudou ali tambem as questões do futuro da Peninsula, da Iberia, da Associação local, da organisação municipal e da administração central. Um dos seus maiores pensamentos era o da federação iberica. O illustre democrata sonhava a fragmentação da Hespanha em pequenas republicas, e a entrada depois de Portugal n'essa federação devaneada por elle. Diz um dos seus biographos: «O enthusiasta sonhador não via que preparava assim o caminho para a Iberia sempre odiada, e justamente odiada pelos portuguezes, que n'estes povos latinos de tradições centralistas a republica federal é apenas a transicção para o cesarismo. Acceitar, mesmo nessas condições, a ligação com a Hespanha é trahir a causa da patria. A separação de seculos, as barreiras invenciveis que se tem levantado entre os dois paizes peninsulares, fariam sempre com que Portugal ficasse isolado no meio d'essa confederação de republicas de interesses e de sympathias muito differentes das nossas. Na federação democratica, da mesma fórma que na monarchia, seriamos sempre nós as victimas. Pois no tempo dos Filippes não era tambem a nossa união com a Hespanha até certo ponto federal? Não conservavamos a nossa autonomia administrativa, os nossos foros e privilegios? Não eramos, não fômos sempre governados, como se estipulára nas côrtes de Thomar, ou por principes da casa real ou por vice-reis portuguezes? E comtudo, esses sessenta annos fôram, e fôram justamente, considerados na historia sessenta annos de captiveiro.» Em 1851, comtudo, a Iberia, debaixo d'esta nova fórma, chegou a ter partidarios dedicados. Foi o tempo em que se fundou a *Revista Peninsular*, onde Henriques Nogueira collaborou, em que Latino Coelho escreveu o prologo do livro de D. Sinibaldo de Mas. O sentimento publico, porém, revoltou-se contra estas tendencias, e esses sonhos democraticos-ibericos desfizeram-se completamente. Em 1852 Henriques Nogueira tornou a apresentar a sua candidatura para deputado, d'esta vez pelo circulo de Torres Vedras. A 22 de novembro d'esse anno publicou um folheto, ou allocução programma, intitulada *Aos eleitores do circulo de Torres Vedras*. Novamente ficou vencido, e então muito desanimado, resolveu

ir viajar, e em 1853 percorreu a Hespanha, França, Belgica, Allemanha e a Inglaterra. Começou a publicar as *Recordações* da sua viagem no 1.º vol. do *Archivo Pittoresco* (1858), chegando ao capitulo X, ficando a maior parte inedita, porque a morte do autor veiu interromper a publicação. Voltando da sua viagem, fundou em 1854 o jornal *Progresso*, em que largamente escreveu como redactor principal. O jornal era politico, mas Henriques Nogueira dedicou mais a sua attenção ás questões economicas do paiz, e substituiu o *Almanach democratico*, que então publicava, por outro com o titulo de *Almanach do cultivador*, que principiou em 1856, saindo o 2.º e ultimo em 1858. N'esses almanachs publicou Henriques Nogueira apreciaveis artigos, entre os quaes se contam as *Synopses historico-agricola e bibliographico-agricola de Portugal*, *Interesses agricolas* e os *Bancos Municipaes*, *Uma visita a Tiptree-Hall* e *Dois dias em Grignon*. Trabalhador incansavel e sempre dedicado á defeza das idéas que sustentava, Henriques Nogueira andava reunindo elementos vastissimos para uma obra que ia emprehender, intitulada *Iberia historica*, que devia ser a historia dos vestigios e memorias que nos restam em factos e escriptos ácêrca da idéa da união de Portugal com a Hespanha, debaixo do principio politico ou economico. Ao mesmo tempo escrevia o *Catecismo democratico*, que deixou manuscripto. Lidava n'esta azafama sinceramente, no meio das sympathias e da estima de todos, mesmo dos adversarios intransigentes das suas idéas, quando fal. repentinamente, na edade de 33 annos, causando a sua morte a mais dolorosa surpreza, não só aos seus amigos, mas a toda a Lisboa. A imprensa da capital mostrou o mais vivo sentimento por tão inesperada morte, e um anno depois prestou-se á sua memoria uma imponente homenagem. Sua mãe e seu tio mandaram construir no cemiterio dos Prazeres, defronte do jazigo de Silvestre Pinheiro Ferreira, um tumulo para onde fôssem trasladados os restos mortaes do illustre jornalista, realisando-se a trasladação no dia 21 de janeiro de 1859. Muitos amigos do finado encarregaram o esculptor Manuel Maria Bordallo Pinheiro de fazer um busto do finado, que foi posto no tumulo, onde se gravou a seguinte dedicatoria:

*A José Felix Henriquez Nogueira, que tanto amou a patria e em mais de oito annos de estudos politicos não visou nas suas viagens e multiplicados escriptos senão a fazel-a prosperar; por benigno consentimento de sua mãe, tomando parte n'este testemunho de saudade, lhe consagram o busto que adorna este tumulo, alguns dos seus amigos, collaboradores e correligionarios. Apostolo fervoroso da liberdade, egualdade e fraternidade, foi estrenuo defensor da doutrina democratica e da idéa da federação politica das Hespanhas. O futuro julgará suas opiniões e as de muitos que lhe sobrevivem.*

Por occasião da sua morte, publicaram sentidos artigos os seguintes jornaes: *Opinião*, de janeiro de 1858; *Revolução de Setembro*, no dia 26; *Correio da Europa*, no dia 31, etc. Da trasladação tambem publicaram artigos, nos respectivos dias, *A Opinião*, *Revolução de Setembro*, *Futuro*, *Jornal do Commercio* e *Portuguez*. Tambem publicaram artigos biographicos: *A Revista Peninsular*, vol. II, pag. 381 a 384; *Illustração Luso-Brazileira*, vol. II, pag. 30 e 31. Henriques Nogueira deixou trabalhos litterarios e politicos no *Panorama*, *Ecco dos Operarios*, *Jornal da Associação Industrial Portuense*, *Revista Peninsular*, *Scalabitano*, etc. Além dos livros já citados, escreveu: *O Municipio no seculo XIX*, Lisboa, 1856; a maior parte d'esta obra tinha saido no jornal *Progresso*, de 1855, e d'ella falara elogiosamente a *Iberia*, jornal politico de Madrid, a 24 de março de 1856; *Ericeira*, no vol. III da 2.ª serie do *Panorama*, pag. 335, com uma gravura; *Revista historico-politica de Portugal*, *por J. A. dos Santos e Silva*, critica litteraria na *Revolução de Setembro*, 12 d'agosto 1852; *Necessidade da instrucção primaria, e vantagens do methodo Castilho, dito de leitura repentina;* no *Jornal da Associação Industrial Portuense*, de 15 de dezembro de 1852; *Methodo Castilho, para o ensino rapido e aprazivel do ler impresso, manuscripto e numeração, e do escrever*, critica litteraria na *Revolução de Setembro*, de 6 de julho de 1853; *Os novos franciscanos*, esboceto politico, publicado no *Scalabitano;* de 23 de abril de 1857; *Instrucção primaria*, fragmento no mesmo jornal de 21 de junho do mesmo anno. Muitos annos depois, em 1880, prestou-se uma levantada homenagem á memoria de Henriques Nogueira; uma associação democratica e de instrucção, fundada n'esse anno, tomava o nome de *Club Henriques Nogueira*. O celebre jornal de caricaturas o *Antonio Maria*, esquecendo-se por um momento da sua indole galhofeira, recordou com respeito a memoria do illustre escriptor, e como se o nome de Bordallo Pinheiro tivesse de andar associado sempre a estas homenagens, assim como foi o seu pae, Manuel Maria Bordallo Pinheiro, que cinzelou o busto que se collocou sobre o tumulo, foi o filho Raphael Bordallo Pinheiro quem desenhou n'uma das paginas do *Antonio Maria* esse mesmo busto, fazendo-lhe quasi uma apotheose. Lê-se no *Diccionario Popular*, dirigido por Pinheiro Chagas, vol. VIII, pag. 439: «Bem sabemos que foi principalmente o espirito partidario que presidiu a esta homenagem, mas se o partido republicano vê apenas em Henriques Nogueira um dos precursores do movimento republicano federal do nosso paiz, a patria, esquecendo o que podiam ter de offensivo para o sentimento nacional algumas das suas idéas, vê n'esse homem o apostolo dedicado da instrucção popular, do principio da associação, o campeão dos interesses agricolas do paiz e do desenvolvimento da vida municipal.»

**Nogueira** (*José Maria Antonio*). Primeiro escripturario da contadoria do hospital de S. José e chefe da repartição da receita. N. em Lisboa a 13 de agosto de 1822, fal. em Cintra a 28 de setembro de 1884. Era filho d'um antigo recebedor de contribuições do bairro d'Alfama. Apezar da instrucção deficiente que recebeu, em virtude das circumstancias precarias de sua familia, pôde supprir com aturada e paciente applicação o que lhe faltou de estudos regulares, auxiliado de feliz memoria. Assim desde poucos annos, e no exercicio da profissão de solicitador, a que se dedicára, soube adquirir vastos conhecimentos historicos, litterarios e juridicos, e não vul-

gar erudição, que depois accrescentou quando foi nomeado para a contadoria do hospital de S. José. Tendo-se relacionado com os homens de letras mais distinctos do seu tempo, que muitas vezes o consultavam, e eram por elle obsequiados com o fructo de longas e enfadonhas averiguações, poderia ter obtido para si mais vantajosa posição, mas não usou nunca em proveito proprio o seu valor incontestavel, e os serviços que prestava com tão boa vontade e abnegação. Trabalhou muito para o desenvolvimento das associações operarias, patrocinadas pelo Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Collaborou nos seguintes jornaes: *Revolução de Setembro*, *Portuguez*, *Jornal do Commercio*, *Jornal do Centro Promotor*, *Federação*, *Commercio de Portugal*, etc. O bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins, estimava-o muito, e empregou bastantes diligencias para lhe dar collocação mais conforme com a sua superior intelligencia, mas elle sempre se recusou. O bispo nomeou-o, juntamente com Silva e Cunha, para proceder a uma syndicancia ao Deposito Publico de Lisboa, e ambos se houveram tão satisfatoriamente d'essa commissão, que o relatorio da syndicancia, em que aconselhavam a creação da Caixa Geral de Depositos, foi publicado no *Diario do Governo*, precedido d'uma portaria de louvor para os dois commissionados. Como funccionario, José Nogueira tinha apenas a comprovar a sua intelligente applicação ao serviço publico, alguns elogios exarados nas actas das sessões da administração do hospital, e como homem de letras o simples diploma de socio do Instituto Historico de Coimbra. Escreveu: *A estabilidade dos encargos pios não é incompativel com a abolição dos morgados*, Lisboa, 1853; *Relatorio e mais documentos relativos ás obras que tiveram logar na egreja dos Anjos, apresentados á junta grande da irmandade do Santissimo da mesma freguezia em 30 de dezembro de 1855*, Lisboa, 1855; *Um voto na questão do juramento politico e sobre o modo por que ella foi tratada na camara dos senhores deputados*, Lisboa, 1857; *Algumas noticias ácêrca dos hospitaes existentes em Lisboa e suas proximidades, antes da fundação do hospital de Todos os Santos, 15 de maio de 1492*, sairam no *Jornal do Commercio*, em junho ou agosto de 1855; *Archeologia do theatro portuguez, 1588 a 1762*, serie de folhetins no mesmo jornal, no mez d'abril de 1866; *Algumas horas em Evora*, no mesmo jornal durante o mez de dezembro de 1866; *Noticia dos manuscriptos da livraria do ex.mo conde de S. Lourenço*, Ajuda, 1871; é um catalogo methodico d'uma importante collecção de cartas e documentos de grande interesse, tanto para a historia das nossas conquistas da India, como para o conhecimento exacto dos feitos e acções de D. João de Castro, etc; esta obra foi encommendada por D. Christovão Manuel de Vilhena em 1865; n'este trabalho teve José Nogueira o auxilio (quanto á decifração da letra antiga) do erudito paleographo e cartorario do hospital de S. José, o P. Manuel Maria Rodrigues Leitão. No *Jornal do Commercio* ainda publicou: *Memorias de Salvador Correia de Sá*, *A sepultura de Paschoal José de Mello Freire dos Reis*, *O ataque á serra do Pilar*. No *Commercio de Portugal*, entre outros escriptos de menos valor, publicou: *Um albergue nocturno no seculo XVI*; *Francisco Vieira da Silva* (estudo biographico); *Sampaio* (Antonio Rodrigues), idem; *A Praça da Figueira*; *O tumulo da infanta D. Catharina*; *Os ossos de Affonso de Albuquerque*. Dizem que José Nogueira deixou manuscripta uma obra de grande alcance e valia, onde se encontram preciosos esclarecimentos para a historia da medicina em Portugal. E' essa obra a *Archeologia medica*, e n'ella se propuzera a tratar da historia de todos os hospitaes, mesmo dos anteriores ao de Todos os Santos, regulamentos, pessoal medico, therapeutica, primeiras escolas de medicina, etc. Na parte que deixou escripta, e que chega até meados do seculo XVIII, encontram-se muitos e valiosos documentos ineditos, desentranhados do archivo do hospital de S. José. Além de todos estes trabalhos, deixou tambem nas suas pastas, promiscuamente, larga copia de apontamentos curiosos e uteis, relativos a diversos assumptos.

**Nogueira** *(José Ramos)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz da Relação de Lisboa, etc. N. em Goes em 1837, fal. em 19 de fevereiro de 1903. Era filho de José Nogueira Ramos, e de sua mulher, D. Joaquina de Jesus Nogueira Ramos. Cursou a Universidade de Coimbra, onde se formou em 1858, sendo n'esse mesmo anno nomeado delegado para a comarca de Valença; esteve como juiz em Táboa, Fundão, Tondella, Fayal, e durante 4 annos exerceu o cargo de juiz da 4.ª vara civel da comarca de Lisboa. Em 21 de abril de 1899 foi nomeado para a Relação dos Açôres, a que presidiu, e d'onde teve transferencia para a de Lisboa em 1900. Em 1892 exerceu o cargo de governador civil de Villa Real. Na terra da sua naturalidade, Goes, bastantes vezes tentaram apresentar o dr. Ramos Nogueira como deputado d'aquelle circulo; elle, porém, sempre se recusou. O dr. Ramos Nogueira era casado com a sr.ª D. Mathilde de Paula Nogueira.

**Nogueira** *(José Pedro Antonio)*. Jornalista, secretario do governo civil e da Bulla da Cruzada, do conselho de Sua Majestade, deputado, etc. Fal. em julho de 1882. Começou a sua carreira publica em 1838 como empregado do thesouro publico, onde mereceu sempre a maior consideração dos seus superiores. Quando pela primeira vez se tentou estabelecer a contribuição de repartição, foi um dos commissionarios escolhidos para aquelle espinhoso serviço. Sendo-lhe designada a comarca de Torres Vedras, por tal fórma ali adquiriu a sympathia publica, que em successivas legislaturas lhe foi conferido o diploma de deputado por aquella localidade. O movimento popular de 1846 não deixou vingar o novo systema tributario, voltando por esse motivo ao seu anterior logar no Thesouro Publico. Tendo entrado na politica, filiando-se no partido cartista, ou conservador, que nunca abandonou, tomou parte muito activa no movimento politico de 6 de outubro de 1846, como já se havia associado aos movimentos de 1838 e 1842, a favor da restauração da Carta Constitucional. D'aqui lhe proveiu grande intimidade com Antonio Bernardo da Costa Cabral, então conde de Thomar, e com outros homens notaveis do partido cartista. Na imprensa que defendia as mesmas idéas, collaborou activamente, tendo por companheiros Rebello da Silva, Mendes Leal, Pereira dos Reis, e outros escriptores d'aquella epoca. Foi escolhi-

do para diversas e importantes commissões, como a de syndicancia á alfandega municipal, e a do secretario do governo civil de Lisboa, havendo-se em ambos, e principalmente n'este ultimo cargo, exercido durante os disturbios a que chamaram *Penichadas*, com o maior accerto e a maior prudencia, grangeando a geral approvação. O bispo de Vizeu, D. Antonio Alves Martins, pediu-lhe com instancia que se conservasse n'aquella commissão, porém o conselheiro Nogueira por lealdade politica ao duque d'Avila, não accedeu, e foi exercer as funcções de secretario do Conselho de Saude. Na refórma, ou extincção d'este conselho, quiz o prelado viziense ouvir o parecer do conselheiro Nogueira, que foi inteiramente contrario á opinião do reformador. Esta circumstancia e a recusa de continuar na secretaria do governo civil, o privou das boas graças d'aquelle ministro, que, no entretanto, elogiava a seriedade do seu caracter. Por effeito da alludida extincção ficou como addido á nova Junta de Saude Publica. Tambem foi secretario da Bulla da Cruzada, vogal supplente do Tribunal de Contas, logar que desempenhou emquanto a sua saude lh'o permittiu. Possuia a carta de conselho, o habito e a commenda da ordem de Christo, habito da do Nossa Senhora da Conceição e da Torre e Espada; medalha de serviços prestados por occasião da febre amarella, em 1857. Tambem fôra agraciado com a grancruz e a commenda da ordem de Izabel a Catholica, e a de Carlos III, ambas de Hespanha, e com o officialato da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia.

**Nogueira** *(Luiz)*. Advogado no Porto, que viveu no seculo XVIII. N. n'esta cidade, sendo filho de Antonio Nogueira e de Clemencia de Jesus. Depois de ter apprendido os rudimentos grammaticaes e estudado logica no collegio de S. Lourenço dos Jesuitas, no Porto, passou á Universidade de Coimbra, e ali estudou jurisprudencia pontificia. Voltando para o Porto exerceu a advocacia. Escreveu: *De Portoriis tractabus*. Consta d'um commentario ao foral da Portagem da cidade do Porto, concedido pela rainha D. Thereza em 1158, e confirmado seculos mais tarde por el-rei D. Manuel. N'esta obra envolve muitas e graves questões de direitos e tributos reaes.

**Nogueira** *(P. Luiz)*. Jesuita. N. em Formoselha, no bispado de Coimbra, a 6 de dezembro de 1620, fal. em Lisboa na Casa Professa de S. Roque, a 30 de junho de 1696. Era filho de Manuel Fernandes e de Anna Francisca. Na edade de 16 annos entrou para a Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 25 de março de 1637, onde estudou as sciencias severas; dictou Philosophia no collegio de Braga e Theologia moral no do Porto. Foi companheiro do P. Jacinto de Magistris, quando no anno de 1663 partiu a ser visitador da provincia do Brazil, e no seu regresso exerceu o cargo de reitor do seminario de S. Patricio, de Lisboa. A maior parte da sua vida, passou-a na Casa Professa de S. Roque. Deixou duas obras em latim.

**Nogueira** *(Luiz Antonio)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, secretario geral do governo civil de Angra do Heroismo, do districto do Porto, deputado, etc. N. em Angra do Heroismo em 1831, fal. em Lisboa a 28 de junho de 1884. Era filho de Abilio Pouciano Nogueira e de D. Maria da Luz Nogueira. Matriculando-se na Universidade, fez um curso distincto em Direito, e apenas tomou o grau de bacharel, foi nomeado secretario geral do governo civil do districto de Angra do Heroismo, sendo depois transferido para egual cargo no governo civil do Porto. Mais tarde entrou no ministerio do reino como director geral da administração civil e politica, servindo sempre com lealdade os ministros de diversas politicas, que uns aos outros se rendiam no ministerio. Foi fiscal, ou commissario do governo, junto da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, e exerceu diversas commissões de serviço publico. Em 1875 foi um dos redactores do jornal juridico *O Direito*, tendo por collegas na redacção os srs. José Luciano de Castro e Antonio Alves da Fonseca. Possuia varias condecorações nacionaes e estrangeiras e a carta de conselho. Foi deputado n'algumas legislaturas. Luiz Antonio Nogueira foi um dos mais desvelados promotores da fundação de uma grauja, ou quinta do correcção, para cumprimento de sentença e morigeração dos réos menores, que se realisou em Villa Fernando, no Alemtejo. O *Commercio de Portugal*, de 29 de junho de 1884, dia seguinte ao da sua morte, publicou um sentido necrologio com alguns dados biographicos.

**Nogueira** *(P. Manuel Caetano dos Santos)*. Prior da freguezia de Santo Estevão, de Santarem, no começo do seculo XIX. Escreveu: *Memoria historica em que se fazem recommendaveis os beneficios do Santissimo Milagre, e as acções de graças que se renderam na sua propria egreja pela restauração d'este reino*, Lisboa, 1809.

**Nogueira** *(Manuel Sieuve de Menezes Zagallo)*. Medico civil e militar; tenente-coronel reformado. N. em Angra do Heroismo em 13 de julho de 1843, sendo filho do dr. Rodrigo Zagallo Nogueira, descendente das illustres familias d'estes appellidos. São muitos os seus serviços prestados como medico civil e militar, tanto na metropole, como em Africa. Entrou no corpo dos medicos militares com a graduação de tenente em 26 de janeiro de 1887, e foi promovido a capitão em 21 de novembro de 1895, reformando-se em tenente-coronel, por ter attingido o limite da edade, em 17 de julho de 1907. Em 1905 estava em Leiria, como capitão-medico de infantaria n.º 7, e durante a sua permanencia prestou bons serviços a esta cidade, que elle considera como sua patria adoptiva, e procurou engrandecer, reformando por completo, á sua custa, o hospital militar, que é um dos bons edificios de Leiria, tornando-o confortavel e hygienico, e imprimindo-lhe a indispensavel boa ordem e boa disciplina; restaurou tambem a capella do edificio, que estava no maior abandono e profanada, e que no começo do anno de 1905 foi aberta ao culto divino. O sr. tenente coronel Zagallo Nogueira, por este facto, foi por duas vezes louvado em ordens regimentaes, e o governo lhe conferiu, por proposta do ministro da guerra, a mercê de official da ordem de S. Thiago, cujo diploma foi publicado no *Diario do Governo* de 7 de abril de 1905, em que se lê: «Por distinctos merecimentos scientificos e pelos importantes e valiosos serviços prestados em beneficio do hospital militar de Leiria.» Além d'esta distincção, é official

e cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz, e official da Torre e Espada; possue as medalhas de prata de comportamento exemplar, para commemorar a expedição a Moçambique em 1894 e 1895, e a de serviços no ultramar.

**Nogueira** *(Ricardo Raymundo)*. Cavalleiro professo da ordem de S. Thiago da Espada, doutor e lente da faculdade de Leis na Universidade de Coimbra; conego doutoral na sé de Evora, deputado da inquisição de Coimbra, reitor do Collegio dos Nobres, censor regio do Desembargo do Paço, membro da regencia do reino na ausencia d'el-rei D. João VI, conselheiro de Estado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. no Porto em 31 de agosto de 1746, fal. em Lisboa a 7 de maio de 1827. Era filho do dr. Luiz Nogueira e de D. Floriana Theotonia Barreto. Foi-se formar em leis na Universidade de Coimbra, e por tal fórma se distinguiu no seu curso que, desejando o marquez de Pombal que o celebre general, conde de Lippe, assistisse na Universidade á defeza brilhante de uma these, o corpo docente designou Ricardo Raymundo Nogueira, que n'essa occasião se doutorava, como quem mais brilhantemente podia satisfazer o desejo do marquez de Pombal. Effectivamente Ricardo Raymundo Nogueira teve a honra de defender these diante do grande ministro portuguez e do illustre general allemão. Foi então advogar para o Porto, até que no dia 30 de setembro de 1772 vestiu a beca e professou na ordem de S. Thiago, sendo chamado á Universidade reformada para fazer parte do corpo docente na faculdade de leis. Logo em outubro d'esse anno foi eleito deputado da junta de administração e arrecadação da fazenda da mesma Universidade. Homem muito erudito, conhecendo bem o grego, o latim, o francez, o allemão e o inglez, amigo intimo de Antonio Ribeiro dos Santos, seu collega na Universidade, cujo exemplo não concorria pouco para o incitar a cultivar as letras, traduziu do allemão as *Pastoraes*, de Gessner, que publicou em 1778, no Porto, sem o seu nome, e do grego a *Poetica*, de Aristoteles, que publicou em Lisboa no anno de 1779, precedida de uma introducção, que se attribue a Antonio Ribeiro dos Santos. A 9 de junho de 1789 foi eleito deputado na inquisição de Coimbra; a 29 de janeiro de 1790 foi designado para reger como lente a 1.ª cadeira de Instituto na faculdade de Leis, e a 4 de abril de 1795 designado para leccionar direito patrio. A sua gerencia n'esse primeiro anno lectivo de 1795 a 1796, ficou celebre, e as suas prelecções fôram publicadas posthumas no vol. VII do *Instituto*, jornal de Coimbra. As suas qualidades mais eminentes eram as de professor; tinha o dom da palavra, explicava com grande lucidez e verdadeira eloquencia. Foi depois conego doutoral da sé de Evora; reitor do Collegio dos Nobres, nomeado em 2 de junho de 1802, e logo em seguida censor regio. Exercia todos estes logares quando sobreveiu a invasão franceza. Qual foi a sua attitude perante os invasores não se póde saber claramente, porque a esse respeito ha as mais contradictorias opiniões. O general Foy, na sua *Historia da guerra da Peninsula*, affirma positivamente que fôram Ricardo Raymundo Nogueira, Simão de Cordes Brandão de Athaide e Francisco Duarte Coelho, os que redigiram o projecto de constituição que os portuguezes queriam pedir a Napoleão, pedindo-lhe ao mesmo tempo um rei; o autor d'uma *Historia de D. João VI*, cuja traducção se imprimiu em Lisboa em 1838, declara que é inexacta a affirmação do general Foy. Seria? E' certo que, se Ricardo Raymundo Nogueira tomou essa attitude, não se percebe bem como foi nomeado depois membro da regencia em 1810, mas é possivel tambem que elle mostrasse com Junot a mesma subserviencia que mostrou depois com Beresford. O que não soffre duvida, comtudo, é que, ainda que não fôsse elle um dos redactores da mensagem que se dirigiu a Napoleão, Foy decerto se não lembraria do seu nome, se elle não fôsse um dos *afrancezados*. Em 7 de agosto de 1810 foi Ricardo Raymundo Nogueira nomeado membro da nova regencia, encarregada de governar o reino durante a ausencia da familia real, e n'essa regencia tinha como collegas o patriarcha de Lisboa, o marquez de Olhão, o principal Sousa e o ministro inglez Carlos Stuart. Parece que um dos motivos que mais contribuiram para que o dr. Nogueira fôsse nomeado membro do conselho de governo, foi o profundo conhecimento que elle tinha da lingua ingleza. Effectivamente era principalmente com elle que se entendiam e tratavam os inglezes, e o que faz com que José Agostinho de Macedo no *Elogio historico*, que escreveu em honra da sua memoria, diga que os generaes inglezes até o consultavam sobre os seus planos. Ricardo Raymundo Nogueira compartilhou todas as responsabilidades d'essa desgraçada regencia, desde a primeira até á ultima, desde a da *setembrisada* até á da repressão sanguinolenta da conspiração de Gomes Freire de Andrade. Só se demittiu ou antes se eclipsou com os outros seus collegas, no dia 15 de setembro de 1820 quando rebentou em Lisboa a revolução que foi eco da revolução portuense. Durante os tres annos do regimen liberal estabelecido pela revolução de 1820, esteve o dr. Nogueira esquecido, ou escondido, mas apenas veiu a reacção de 1823, choveram logo sobre elle as honras e as recompensas. No dia 19 de junho de 1823 foi nomeado para fazer parte de uma commissão encarregada de elaborar o projecto de uma constituição, que D. João VI então queria outhorgar aos seus subditos. No dia 4 de julho d'esse mesmo anno foi nomeado conselheiro de Estado. Ricardo Raymundo Nogueira estava já velho e fatigado. Os ultimos quatro annos da sua vida passou-os completamente retirado das agitações politicas. Morreu com 81 annos de edade. Segundo o que affirma José Agostinho de Macedo, encontrou se no seu espolio um livro intitulado *Conta corrente com os pobres*, e por elle se viu que todos os rendimentos que auferia como conego doutoral da sé de Evora, passavam integralmente para as mãos da pobreza. Ricardo Raymundo Nogueira foi eleito socio da Academia Real das Sciencias, o seu elogio historico foi escripto, conforme dissémos, por José Agostinho de Macedo, que era seu particular amigo, e passa por ser uma obra prima no seu genero. Além das obras já citadas, escreveu: *A serra de Cintra*, Lisboa, 1814; é uma descripção poetica, que saiu sem o seu nome; *Varias poesias*, que se publicaram anonymas na *Collecção de Poesias ineditas dos melhores autores portuguezes*, que saiu em 1803, por diligencia de José Balbino Barbo-

sa de Aranjo, depois visconde de Telheiras; *Prelecções de Direito patrio, que fez no anno lectivo de 1795 a 1796*; fôram publicadas posthumas, com um prefacio do editor, no *Instituto*, de Coimbra, vol. VI, pag. 233 e seguintes, e reproduzidas na *Revista do instituto dos advogados*, do Brazil, nos tomos de 1868 e seguintes.

**Nogueira** (*Rodrigo Zagallo*). Cavalleiro e commendador da ordem de Christo e da de Nossa Senhora da Conceição, doutor em Medicina e cirurgia pela Universidade de Lovaina, cirurgião approvado pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, medico do hospital de Santo Espirito na cidade de Angra do Heroismo, socio correspondente da Sociedade de Sciencias Medicas de Lisboa, etc. N. em Thomar a 9 de dezembro de 1819, e fal. em Angra do Heroismo em agosto de 1905. Era filho de Manuel Joaquim Nogueira, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição e juiz de fóra dos Açôres. Em setembro de 1840 foi approvado na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, e em outubro do mesmo anno recebeu o diploma de doutor pela Universidade de Lovaina. Partiu depois para a ilha Terceira, ali exerceu a clinica até á data do seu fallecimento. Exerceu muitos cargos de eleição popular, como o de vogal da antiga junta geral e do antigo conselho de districto, foi juiz e governador civil substituto, medico municipal, do hospital da Misericordia de Angra do Heroismo. Escreveu: *Breve noticia sobre a topographia medica da cidade de Angra do Heroismo*, Angra, 1814; tem 2 mappas estatisticos; *Proposições para serem defendidas na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa*, Lisboa, 1839; comprehende a *Dissertação sobre as hernias abdominaes em geral e em particular da hernia inguinal*. Na *Bibliographia açoriana*, de Ernesto do Canto, vem o nome d'este illustre clinico citado, simplesmente, *Rodrigo Zagallo Nogueira* (Terceirense), tomo I, pag. 371; no tomo II, publicado posthumo, a pag. 241, encontram-se as seguintes publicações: *Allocução ao infante D. Luiz, quando visitou o asylo de infancia, pelo vice-mordomo da mesa administrativa em 1 de novembro de 1858*; saiu no *Angrense*, n.º 1027; *Breves e resumidas reflexões ácêrca d'um escripto publicado n'esta cidade com o titulo: «Illustrações sobre bexigas e sarampo»*, Angra.

**Nogueira** (*D. Vicente*). Moço fidalgo, senador da Casa da Supplicação e conego da sé de Lisboa. N. n'esta cidade em 1585, fal. em Roma em 1654. Era filho do dr. Francisco Nogueira, cavalleiro da ordem de S. Thiago, desembargador da Casa da Supplicação, juiz da corôa e do conselho de Estado. D. Vicente Nogueira foi feito moço fidalgo aos 12 annos de edade. Pelo seu grande talento contrahiu grande amizade com o condestavel de Castella D. Bernardino de Mendóça e com o duque de Feria. Estudou Philosophia, graduou-se em Canones, sendo depois senador na Casa da Supplicação, de cujo logar tomou posse a 13 de março de 1613, e conego da cathedral de Lisboa. Era muito conhecedor das linguas grega, latina, caldaica, syriaca, arabica, italiana, franceza e castelhana; muito erudito na historia sagrada e profana, assim como na poesia, mathematica, musica e algebra. Sendo obrigado a sair de Lisboa em 1631, a fortuna tornou-se-lhe propicia, tanto pelos logares que desempenhou, como pelas sympathias que grangeou entre as pessoas da primeira gerarchia. Foi senhor de Rios Frios, referendario de ambas as assignaturas em Roma, conselheiro de sua magestade catholica e cesarea, e camarista da Chave dourada do archiduque de Austria Leopoldo. Fal. no palacio do cardeal Francisco Barberini, vice-cancellario da Egreja Romana. Escreveu uma *Carta* de Lisboa, a 28 de setembro de 1615, dirigida a Jacobo Augusto Thuano, presidente do senado de Paris; esta *Carta* foi traduzida em francez, e juntamente com a resposta de Thuano em latim a Vicente Nogueira, em 1616. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Relações tiradas de varios papeis para a historia d'el-rei D. Sebastião*, etc. Esta obra nunca se imprimiu, e o manuscripto conservava-se na livraria do convento de Christo, de Thomar. No livro do sr. José Ramos-Coelho, *O Primeiro marquez de Niza*, dá-se noticia da correspondencia que D. Vicente Nogueira entreteve com aquelle illustre fidalgo, relativamente á compra de importantes livros no estrangeiro. V. n'este volume, pag. 70 a 72, e no livro acima indicado.

**Nogueira.** Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, districto e bisp. do Porto; 104 fog. e 336 hab. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada de Louzada a Paços de Ferreira. A mitra apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis de congrua e o pé d'altar. A povoação pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Pelagio, da prov. de Traz os-Montes, conc., com. e distr. de Bragança; 93 fog. e 420 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada junto da serra do mesmo nome. O cabido da sé de Bragança apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. E' n'esta freg. que está o santuario de N. S.ª do Cabeço. Está n'um sitio despovoado, no alto d'um cabeço, d'onde lhe vem o nome. E' templo muito antigo, mas não se sabe quando, nem por quem foi edificado. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. da Maia, distr. e bisp. do Porto; 287 fog. e 1:244 hab. Tem esc. do sexo masc. e uma fabrica de moagens. A egreja parochial dista 2 k. da séde do conc. O mestre escola da collegiada de Cedofeita apresentava o cura, que tinha réis 40$000 de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil; cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 110 fog. e 404 hab. A egreja parochial dista 3 k. da séde do conc. Tem caixa post. A mitra apresentava o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna de Castello. Está n'esta freg. a *Torre de Quintella*. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 59 fog. e 196 habitantes. Tem caixa post. A pov. dista 7 k. da séde

do conc. e está situada a 4 k. da margem esquerda do rio Minho. O abbade da freg. de Santa Marinha, de Alheira, apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis de congrua e o pé d'altar. Nogueira foi villa, consta ter sido fundada por D. Affonso VI, o Grande, rei de Castella e Leão, sogro do conde D. Henrique, em 1080, dando-a á egreja de S. Thiago, de Galliza. Foi couto da Casa de Bragança, que recebia o *quinto* dos fructos. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao districto de recrut. e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Nogueira foi annexada ao conc. de Valença por decreto de 12 de junho de 1895, que extinguiu o de V. N. da Cerveira, mas voltou a este, depois de restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 209 fog. e 768 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e estação post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Douro. A camara ecclesiastica de Braga apresentava o vigario, que tinha 400$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil; cria muito gado de toda a qualidade, e tem muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nóbrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Alcofra, conc. de Vouzella, districto de Vizeu. || S. Geus e conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto, || Santa Tecla, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Bobadella, conc. de Boticas, distr. de Villa Real. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: S. Lourenço, de Camacha, conc. de Santa Cruz, e S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Cossourado, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Pedro, de Cotta, conc. e distr. de Vizeu. || S. Cypriano, conc. de Rezende, do mesmo distr. || N. S.ª da Annunciação, de Espariz, conc. de Táboa, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Sebastião, de Fornellos, conc. de Santa Martha de Penaguião, do mesmo distr. || Santo André, de Gondomar, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, districto do Porto. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, do mesmo distr. || O Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Moledo, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, districto de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga. || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Outeiro, concelho de Cabeceiras de Basto, districto de Braga. || S Miguel, de Passô, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Pedro, de Paraizo, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Maria e conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Rans, conc. de Penafiel, districto do Porto. || N. S.ª das Dôres, de Rebordello, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Sá, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. de Porto. || Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Mamede de Sádão, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Santo Aleixo, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago, de Faia, concelho de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

**Nogueira de Andrade** *(Paulo)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, familiar do Santo Officio e secretario do Registro das Mercês. N. em Lisboa a 16 de abril de 1679; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Amaro Nogueira de Andrade, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo e secretario do Registro das Mercês, e de D. Josepha de Brito. Tendo estudado a lingua latina, humanidades e philosophia, applicou-se muito á poesia. Pertenceu á Academia dos Applicados, onde mereceu sempre os applausos dos seus collegas. Celebrando esta academia o certame eucharistico em 1724, na casa que estava junto á portaria do convento da Graça, com um grande numero de versos, latinos e portuguezes, dedicados ao assumpto do mesmo certame, alcançou os premios destinados a remunerar as melhores poesias. Foi tambem admittido na Academia dos Occultos, instituida na casa do conde de Villar Mayor, seu secretario, e ali compoz muitas poesias sobre diversos assumptos, que se propuzeram. D'elle parece ter-se publicado unicamente: *Doze oitavas portuguezas á morte do Serenissimo Rei D. João V;* sairam a pag. 46 da *Collecção de Poesias*, que a este assumpto fizeram os academicos da Academia dos Occultos, Lisboa, 1750; dois *Sonetos* e uma *Silva Pastoril*, á morte do marquez de Valença D. Francisco Paulo de Portugal; sairam a pag. 94, 95 e 145 da *Collecção de Poesias*, que a Academia dos Occultos dedicou a este assumpto. Deixou manuscripto: *Arte Poetica Lusitana*, e *Conferencias academicas*, em 2 tomos.

**Nogueira e Arcos.** Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 156 fog. e 687 hab. Esta freguezia era chamada até maio de 1891 *Nogueira e Arcos*, oragos S. João Baptista e S. Paio. A 7 d'aquelle mez, um decreto desannexou d'ella a freg. dos Arcos para os effeitos administrativos, e depois tambem para os effeitos judiciaes e civis, por decreto de 28 de dezembro de 1898. No entretanto tem-se continuado a chamar *Nogueira e Arcos*. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na margem do rio Este, abaixo da ponte de Santa Martha. Os herdeiros de Vasco Xavier Brandão Velho Barreto Sotto Maior, da cidade de Vianna do Castello, apresentavam o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, pois já existia em 904, segundo uns

antigos documentos. Foi villa da condessa D. Toda Duina, mulher do conde Hermenegildo, paes da condessa D. Ilduára, que casou com o conde D. Nuno Avites. Nas partilhas feitas no anno 1027, coube esta villa á condessa filha, que comprou aqui muitas fazendas a diversos fidalgos e senhores, até ao anno de 1046. Por morte de D. Ilduára, herdou sua filha, a condessa D. Gontredo, metade d'esta villa, e a outra metade ficou ao conde D Nuno Mendo, seu sobrinho. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

**Nogueira de Baixo.** Pov. na freguezia de S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu.

**Nogueira de Barros** *(José Antonio)*. Cirurgião pela Escola de Lisboa, doutor em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Rostock; vice-consul de Portugal em Angra dos Reis, cavalleiro da ordem de Christo, guarda-roupa honorario d'el-rei D. Pedro V, socio correspondente do Atheneu Pernambucano, do Instituto Pharmaceutico do Rio de Janeiro, do Gremio Litterario Portuguez da mesma cidade, e de outras associações litterarias do Brazil, etc. N. em Oeiras a 3 de janeiro de 1811; ignora se a data do fallecimento. Era filho de José Nogueira de Abreu e de D. Gertrudes Joaquina de Barros. Ficando orphão de pae ainda na infancia, devcu aos cuidados maternos a sua educação, estudando particularmente o curso de humanidades, e nas aulas respectivas, desenho e architectura, depois a cirurgia, chimica e pharmacia. Envolvido nas perseguições do partido absolutista em 1828, viu-se obrigado a homiziar-se para sua segurança, e procurou abrigo nas terras do sul do rio Tejo, e viveu successivamente refugiado em Capariea, Azeitão e Setubal, até que em 1831 conseguiu emigrar para o Brazil, dirigindo-se a Pernambuco. Saindo d'ali para Buenos Ayres a bordo d'um navio, que por causa forçada foi obrigado a arribar a Angra dos Reis, permaneceu n'esta cidade exercendo a cirurgia, e passado algum tempo as funcções de vice-consul de Portugal, para que foi nomeado, e confirmado pelo governo de D. Maria II. Em 1840 transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde fundou uma casa de saude, primeiro estabelecimento d'este genero que appareceu na capital do imperio, e onde no anno de 1850, por occasião da primeira invasão epidemica da febre amarella, fôram recolhidas e tratadas 200 praças da guarnição da nau portugueza *Vasco da Gama*. Recolheu ainda mais um avultado numero de doentes portuguezes, em virtude do contrato que, para esse effeito, fizera com a Sociedade Portugueza de Beneficencia. No anno seguinte deixou o Rio de Janeiro e veiu para Portugal, indo estabelecer se em Valença, para ali crear um collegio de instrucção secundaria, cuja direcção conciliava com o exercicio da clinica. Por alvará de 4 de maio de 1857 foi nomeado guarda-roupa honorario d'el-rei D. Pedro V. Quando em 1872 a colonia portugueza no Rio de Janeiro, e a imprensa fluminense, em que ella podia ter voz, se declarou contraria á permanencia ali do consul geral Antonio d'Almeida Campos, fôram lembrados para o substituir o conselheiro Duarte Nazareth e o dr. Nogueira de Barros. A este proposito lhe fizeram os maiores elogios. Nas horas de que podia dispôr dos seus trabalhos, entregava-se á litteratura amena, compondo varios dramas, romances, etc., de que apontaremos os seguintes: *A má mulher; episodio de 1828 a 1830* romance, Rio de Janeiro, 1847; saiu depois tambem no Rio de Janeiro, com o titulo: *A má mulher; romance original offerecido á sociedade portugueza «Dezeseis de setembro» do Rio de Janeiro; Anna Giovet; episodio de 1661*, Rio de Janeiro, 1847; *Mathilde, ou o erro reparado*, Rio de Janeiro, 1849; *O Sebastianista* (1817 a 1820), Lisboa, 1856; *Rachel Baezo; episodio de 1610*, Lisboa, 1857; *O Monge de Olinda*; fôram publicados em Pernambuco os primeiros capitulos no *Jornal do Recife*, em 1859, mas parece que se não concluiu; *Cartas de Manuel Tagarella do Rio de Janeiro a seu primo Angelo de Santo Aleixo de Pernambuco;* sairam em 1859 no *Liberal de Pernambuco; O Pirata negro*, drama em 3 actos; imprimiu-se no Rio de Janeiro em 1861, foi offerecido ao estadista Antonio Rodrigues Sampaio; a acção passa-se em Lisboa na epoca da febre amarella em 1857. Escreveu tambem as comedias: *Uma entrevista á meia noite, Os encantos que o fado tem, O caixeiro physionomista.*

**Nogueira de Castello** *(Joaquim Bernardo de Mello)*. Tenente-coronel de engenharia. N, em Santarem em 1797. Foi governador das praças de Peniche e do forte de Caparica. Escreveu: *Circuito da ilha Terceira, dividido em oito districtos militares, força de cada um e os logares accessiveis*, etc., *traçado e orientado em 1831*. E' uma planta d'aquella ilha ao tempo em que ali esteve o autor por occasião de memoraveis successos de 1829. Foi lithographada em Lisboa em 1843; acompanha-a uma serie de documentos relativos aos serviços militares do autor, e cartas de agradecimento das pessôas a quem mandára esta planta. D'esta obra parece que se tiraram muitos poucos exemplares, mas em tres edições, sendo a segunda accrescentada, não só em numero de paginas, mas com outra estampa colorida, isto é, a planta da freguezia de S. Paulo dos Biscoitos, da Terceira, incluindo os reductos de Porto e Rua Longa, etc. A 2.ª edição tem a data de 1846, Lisboa, e traz o retrato do autor em lithographia, e a da 3.ª é de 1853. Escreveu mais: *A grande acção do dia 11 de agosto de 1829 na villa da Praia da Victoria da ilha Terceira*, artigo publicado no n.º 128 do jornal o *Aguia*.

**Nogueira de Cima.** Pov. na freg de S. Thiago, de Cepões, conc. e distr. de Vizeu.

**Nogueira Coelho** *(Filippe José)*. Cavalleiro professo na ordem de Christo; bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Villa Real, e viveu no seculo XVIII. Exerceu no Brazil cargos de magistratura, começando pelos de ouvidor, provedor, e intendente do ouro na capitania de Matto Grosso. Escreveu: *Principios de Direito divino, publico, universal e das gentes, adoptados pelas ordenações e leis novissimas*, etc., Lisboa, 1773; *E novamente accrescentado com as remissões das leis extravagantes até o anno de 1776*, Lisboa, 1777; *Memorias chronologicas da capitania de Matto Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendencia do ouro*; publicadas pela primeira vez na *Revista Trimensal do Instituto do Brazil*, tomo XIII, de pag. 137 a 199.

**Nogueira do Cravo** Villa e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. do Douro, conc. e com. de

Oliveira do Hospital, distr. e bisp. de Coimbra; 500 fog. e 1:997 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, Misericordia, pharmaceutico, feira de S. Thiago, em 1 de maio. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Oliveira do Hospital a V. N. de Sub-Avô, a 4 k. da margem direita do rio Alva. A mitra apresentava o prior, que tinha 500$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e foi séde de concelho com justiças proprias. D. Affonso Henriques deu-lhe foral com todos os privilegios do de Avô, em maio de 1177; el-rei D. Manuel deu lhe foral novo, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. A terra é muito fertil, eria bastante gado, e tem caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res n.º 23, com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. do Douro, conc. e com de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp do Porto; 117 fog. e 711 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., fabrica de manteiga, feira de gado a 27 de cada mez. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada em terreno elevado e levemente accidentado. Os marquezes de Marialva apresentavam o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento, fóra os benesses. Passa-lhe a SO o ribeiro de Nogueira, atravessado por uma boa ponte de pedra, de um só arco, feita pela camara municipal de Oliveira de Azemeis em 1844. A terra é muito fertil, e eria muito gado bovino, que exporta em grande quantidade para Inglaterra. Fabrica se aqui muita manteiga de vacca, que se exporta muito para o Porto. Apparece muita caça, e é abundante de madeiras, principalmente de pinheiros. A egreja matriz é uma das melhores da comarca. Foi construida no principio do seculo XVIII, de boa cantaria, com um adro magnifico, e está situada n'um sitio vistoso e agradavel. No sitio do *Moinho do Pintor*, d'esta freguezia, ha uma boa mina de cobre. A povoação pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

**Nogueira Molarinho** *(José Arnaldo)*. Gravador, abridor de cunhos para medalhas. N. em Guimarães em 1828, e fal. no Porto em 15 de fevereiro de 1907. Recebeu apenas uma instrucção muito elementar, trabalhando na officina de ourivesaria de seu pae. Em 1858 foi para o Porto, e dedicando-se especialmente á gravura, para que sempre manifestou excepcionaes aptidões, produziu bellos trabalhos, que lhe deram grande notoriedade no paiz. Em 1875 saiu de Portugal, indo a Paris visitar a exposição, commissionado pelo governo. Dos seus trabalhos citaremos as medalhas do centenario do marquez de Pombal, mandadas cunhar pela Universidade de Coimbra; do monumento erigido a D Pedro IV, em Lisboa; da Real Associação dos Architectos e Archeologos Civis; do monumento levantado a D Pedro IV, na cidade do Porto; do Palacio de Crystal; do centenario do infante D. Henrique; da inauguração da ponte Maria Pia; o medalhão com o retrato do conego Alves Mendes, etc Da sua officina, que elle conservou sempre n'uma modesta simplicidade primitiva, sairam outros trabalhos apreciaveis, como sinetes, miniaturas, brazões e emblemas trabalhados com arte delicada.

**Nogueira da Montanha.** Pov. e freg. de S Miguel, da prov. de Traz os Montes, concelho e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 235 fog. e 907 hab. Tem esc do sexo masc. e est. post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Chaves a Murça. A mitra apresentava o reitor, que tinha 120$000 réis de rendimento. A terra é fertil; eria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece caça com abundancia. E' nos limites d'esta freg., na Ribeira de Terva, que existe o *Poço das Freitas*, que fica entre Ardões, Nogueira e Sapellos, que eram minas de ouro, no tempo dos romanos, que d'elle extrahiram grandes riquezas. *(V. Portugal*, vol. III, pag 608*)*. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

**Nogueira da Regedora.** Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 421 fog. e 1:558 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. A egreja parochial está situada proximo da ribeira que vae desaguar n'uma lagôa junto ao mar. O reitor do mosteiro de conegos seculares de S. João Evangelista, loios, da Feira, apresentava o cura, que tinha 70$000 de rendimento, fóra os benesses. A terra é muito fertil e saudavel; eria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

**Nogueira e Ribeira.** Duas pequenas povoações reunidas, na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, districto de Braga.

**Nogueira da Rocha** *(Julio Laureano Patricio)*. Escriptor e jornalista. N. em Lisboa a 17 de março de 1855, sendo filho de Custodio José da Rocha, typographo da Academia Real das Sciencias, e de D. Maria José Nogueira da Rocha. Socio da Associação dos Jornalistas, membro correspondente do Retiro Litterario do Rio de Janeiro, e um dos revisores do *Diario de Noticias*. Collaborou no *Jornal Illustrado*, *Epoca*, *Revolução*, *Republica Portugueza*, *Zoophilo*, *Partido do Povo*, *Universo Illustrado*, *Novidades*, *Ecco Michaelense*, de Ponta Delgada; *Lanterna*, do Porto. etc. Escreveu: *A Rosa branca de Lisboa*, romance, Lisboa, 1874; *A vingança de Raul*, romance, 2 tomos, Lisboa, 1876; *O favorito de D. Affonso VI*, *drama historico em 3 actos*, Lisboa, 1879; *Operarios e agiotas*, *drama de costumes em 3 actos*, Lisboa, 1882; *Riqueza do trabalho*, idem, em 3 actos, Lisboa, 1882; *O Rei pequeno*, *revista em 3 actos*, Lisboa, 1883; *A' roda da politica*, *revista em 4 actos*, Lisboa, 1881; *Tribulações d'uma solteirona*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1878; *Hei de ser deputado*, idem, 1 acto, Lisboa, 1880; *Mestre fóra*, idem, 1 acto, Lisboa, 1880; *Uma victima da tragedia*, idem, 1 acto, Lisboa, 1881; *Sem amor e sem cochicho*, idem, 1 acto, Lisboa, 1881; *Os sobrinhos da Condessa*, idem, 3 actos; *Uma santinha de carne e osso*, idem, 1 acto, Lisboa, 1882; *Dá Deus nozes...*, idem, 1 acto, Lisboa, 1876; *Anda uma cousa no ar*, idem, 1 acto, Lisboa, 1884; *Os incendiarios de Alcoy*, *romance original*, *baseado em factos da ultima guerra de Hespanha*, Lisboa, sem data; *O capricho da viscondessa*, comedia em 1 acto, em verso, Lisboa, 1885; *Um inimigo de mulheres*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1885; *Lisboa no palco*, 3 actos; *Carapuça*, *Os pontos nos ii*, revistas, sendo esta ultima de

collaboração com Baptista Machado Com o fallecido jornalista João de Mendonça, adaptou á scena portugueza uma zarzuella hespanhola, com o titulo *Uma tourada no Ribatejo*, e outras; e varias peças antigas, como *As Guerras do Alecrim e Mangerona*, de Antonio José, o *Judeu*; *O dr. Manuel Mendes Enxundia*, etc.

**Nogueira Sampaio** *(José Augusto)*. Doutor em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Lovaina, antigo interno no Hospital Civil e Hospicio da Maternidade da mesma cidade; medico do partido da camara municipal de Angra do Heroismo, e professor de Chimica no lyceu da mesma cidade, etc. N. em Angra do Heroismo a 11 de dezembro de 1827, onde tambem fal. a 25 de julho de 1900. Era filho do cirurgião de brigada Manuel Gomes Sampaio, e de sua mulher D. Guilhermina Candida Nogueira Sampaio. Começou os seus estudos preparatorios em Angra sob a direcção do deão Narciso Antonio da Fonseca e do P. Jeronymo Emilio de Andrade. Aos 15 annos incompletos matriculou-se na Universidade de Coimbra, no intuito de seguir o curso de Medicina, obtendo nos dois primeiros annos da faculdade de Mathematica e de Philosophia o 2.º *accessit* em ambas as aulas d'aquelles annos. Em seguida matriculou-se no 3.º anno de Philosophia, ultimo dos preparatorios para a faculdade de Medicina, fazendo acto em outubro de 1846, em consequencia de terem sido interrompidas as aulas da Universidade, por causa do movimento politico da revolução do Minho. Receando a continuação das convulsões revolucionarias, que já em 1844 haviam determinado o encerramento da Universidade, resolveu ir seguir a sua carreira de Medicina no estrangeiro, e escolheu a Universidade Catholica de Lovaina, a mais antiga da Belgica, onde se contavam professores de alto valor scientifico, como Van Beneden, Th. Schsoann, Hubert, Van Kempen, e outros, de quem elle foi discipulo. Em outubro de 1847 matriculou-se no 1.º anno da faculdade medica d'esta Universidade, e no fim de anno e meio fez o seu primeiro exame, o de *candidatura*, no qual obteve a classificação de *maior distincção*, passando depois para o curso de *doutorado*, que concluiu em outubro de 1850, sendo graduado com o titulo de *maior distincção*, defendendo depois theses publicas, em cujo acto foi approvado por acclamação *(Stante pede)*, de que se lhe mandou passar um diploma especial, além da sua carta de formatura, e que foi referendado pelo nosso embaixador em Bruxellas. Poucos mezes depois do seu primeiro exame de *candidato*, foi nomeado interno na maternidade de Lovaina, e depois de seis mezes d'este internato foi a outro concurso para o logar de interno no Hospital Civil de Lovaina, exercendo durante um anno as funcções de interno de clinica medica, e outro anno as de interno no serviço de clinica cirurgica. Além do diploma justificativo d'estes empregos que exerceu n'uma Universidade extrangeira, possuia attestados os mais honrosos passados pelos directores do referido hospital. Chegando a Lisboa em novembro de 1850 requereu exame de habilitação para exercicio da clinica em Portugal, e devendo este exame durar oito dias, foi approvado plenamente no fim de quatro dias. Pela escola Medica de Lisboa, onde se realisou o exame, se lhe passou um diploma, onde se declara, que o dr. José Augusto Nogueira Sampaio fôra approvado, e estava habilitado a exercer a sua profissão em todo o paiz. Nos fins de dezembro d'esse anno chegou á ilha Terceira, onde resolveu fixar a sua residencia junto de sua familia, e de seu pae, já então em edade muito avançada. Casou em 8 de fevereiro de 1851 com D. Emilia Augusta da Silva Sampaio. Em 1852 entrou no serviço de cirurgião effectivo do Hospital de Santo Espirito de Angra do Heroismo, logar que até então fôra sempre exercido por seu pae. Prestou os mais relevantes serviços durante muitos annos, e quando pediu a sua exoneração em 1888, a mesa administrativa concedeu-lh'a pezarosamente, agradecendo todos esses importantes serviços, confessando que a sua falta difficilmente seria substituida. No anno de 1857, tendo fallecido o dr. Bettencourt Pitta, foi o dr. Sampaio nomeado medico do partido municipal, tendo exercido este logar gratuitamente durante os ultimos tres annos anteriores. N'esse mesmo anno, estando vago o logar de delegado do Conselho de Saude Publica do Reino, que tambem era exercido pelo dr. Pitta, a elle concorreu o dr. Sampaio, que foi nomeado, e cujas funcções exerceu com louvor até 1869 em que, pela nova organisação do serviço de Saude, passou a ter o titulo de Delegado de Saude, cujas funcções tambem exerceu até 1877, em que passou a gerir a Estação de Saude de Angra por fallecimento do guarda-mór de Saude, Antonio José de Amorim. Em 1896 pediu a exoneração d'este logar, para o ceder a seu filho, o sr. dr. Alfredo da Silva Sampaio, logar em que ainda se conserva. Em 1856 serviu como cirurgião-mór da guarnição de Angra, e pelos seus bons serviços foi nomeado cirurgião ajudante dos corpos do exercito, pela ordem do dia n.º 8 de 31 de agosto d'esse anno. Em 1874, grassando na guarnição do castello de S. João Baptista, de Angra, uma grave epidemia de febres typhoides estabeleceu-se uma enfermaria militar no hospicio civil d'aquella cidade, que foi confiada á direcção do dr. Sampaio. Como prova dos seus bons serviços fôram-lhe conferidas as honras de *cirurgião ajudante honorario* dos corpos do exercito, pela ordem do dia n.º 36, de 1884. Em 1852 foi eleito camarista, cargo que exerceu de 1852 a 1854. Por varias vezes foi nomeado procurador á Junta Geral do Districto, e depois vogal do conselho do districto, cargo que conservou até á extincção d'este tribunal. O dr. Nogueira Sampaio foi membro da Sociedade Agricola de Angra, desde a sua fundação até á sua substituição pelo Conselho de Agricultura, de que sempre fez parte. Foi elle que, juntamente com o conde da Praia da Victoria e João Marcellino, levaram a effeito a primeira e unica Exposição Agricola-Industrial, que se realisou n'aquella cidade. Em 1860 foi nomeado director do Posto Meteorologico de Angra, que desde então tem funccionado, e cujos trabalhos fôram desde logo apreciados pelo Observatorio de Utrecht e pelos observatorios americanos. Estas funcções fôram exercidas gratuitamente. Em 1857, tendo sido creada a cadeira de physica e chimica no Lyceu Nacional de Angra, e aberto o respectivo concurso, foi o dr. Sampaio a Lisboa tomar parte n'esse mesmo concurso, sendo logo nomeado professor proprietario, logar que conservou até ao fim do anno lectivo de 1896 a 1897, requereu-

do então a sua aposentação por se achar ao abrigo da lei para similhante concessão. Sendo professor, foi nomeado reitor do mesmo lyceu, logar que exerceu até á nova reforma da instrucção secundaria, e que tornou incompativeis as funcções de professor com as de reitor. Teve o encargo de varias commissões scientificas, em que se contam, entre outras, a de ser encarregado em 1854 pela Camara Municipal de Angra para estudar o *Coccus*, que então devastava os laranjaes da ilha, sendo o seu relatorio publicado no *Panorama*, vol. IX. Em 1856 analysou as aguas mineraes da Sarreta, e enviou o resultado dos seus trabalhos á Sociedade Pharmaceutica Lusitana, que lhe conferiu o diploma de socio correspondente. Na confecção da flóra dos Açôres prestou poderoso auxilio ao botanico americano o dr. Trillitz, que se lhe confesson profundamente reconhecido. Publicou em 1856, em Angra: *Dissertação sobre o aborto medico provocado.*

**Nogueira e São Claudio.** Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, a que está annexa a antiga freg. de S. Claudio; conc., com e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 111 fog. e 508 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

**Nogueira Sassetti** *(Ricardo Raymundo de).* Doutor em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Lovaina. N. em Cintra, a 17 de junho de 1819, sendo filho de Victor Carlos Sassetti e de D. Anna Sassetti. Recebeu em 1842 o grau de doutor em Medicina e cirurgia na Universidade de Lovaina, onde seguiu o respectivo curso. Voltando a Portugal, partiu depois para o Rio de Janeiro, onde se dedicou ao exercicio da sua profissão, tendo antes defendido these perante a respectiva faculdade do Medicina em 1846, a qual se publicou, com o titulo: *Algumas proposições sobre a Medicina em geral; these apresentada á faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e sustentada em 12 de dezembro de 1846, conforme mandam as leis em vigor*, Rio de Janeiro, 1846. O dr. Nogueira Sassetti casou em 1848. Tempo depois, uma apoplexia o impossibilitou de prosegui na carreira, que promettia um futuro brilhante e auspicioso, e por esso facto teve de sair do Brazil, e procurar novamente nos ares patrios lenitivo aos seus padecimentos. Viveu alternadamente em Lisboa e em Cintra por alguns annos, padecendo bastante da paralysia, até que em 1891 foi para França para a companhia de sua unica filha que casara com um inglez, e ali falleceu a 17 de março de 1897.

**Nogueira da Silva** *(Francisco Augusto).* Gravador em madeira e jornalista. N. em Lisboa a 26 do setembro de 1830, onde tambem fal. a 13 de março de 1868. Era contemporaneo de Manuel Maria Bordallo Pinheiro e de José Maria Baptista Coelho, os dois artistas que primeiro cultivaram a gravura em madeira em Portugal, e a elle cabe o merito de a reformar e desenvolver, seguindo de mais perto os progressos a que ella tinha chegado no estrangeiro. Muito cedo começou a revelar a sua vocação para o desenho, entrando aos 12 annos para a officina de abridores do Arsenal do Exercito, onde os rapidos progressos, que fez, lhe mereceram as sympathias de seus mestres, que o animavam a emprehender mais activos estudos, para o que se matriculou na Real Academia das Bellas Artes, porém, pouco tempo ali se conservou, porque seus paes não o deixaram continuar n'aquelles estudos, para o fazerem assentar praça d'aspirante de marinha, carreira que desejavam elle seguisse. Para obedecer á vontade de seus paes, Nogueira da Silva sujeitou-se, calando as suas aspirações d'artista, mas applicava-se mais ao estudo do desenho, que era todos os seus sonhos, do que ao curso que fôra obrigado a seguir. Arrostando contra a vontade paterna, abandonou a marinha em 1853 ou 1854, o que muito o prejudicou, por se vêr ainda na adolescencia, abandonado da protecção paternal, sem recursos, luctando com as serias difficuldades d'uma posição indefinida. Comtudo, não desanimou. Entregando se ao estudo da sua predilecção, procurava colher d'elle um futuro mais vantajoso. Sentia se melhor com os seus lapis e com os seus pinceis de aguarella e de miniaturas. Já trabalhara com os buris, quando estudara na officina dos abridores do Arsenal do Exercito, e lembrava-se com saudade dos gessos que copiara na Real Academia das Bellas Artes, no pouco tempo que a frequentara. Nogueira da Silva procurava onde empregar a sua actividade artistica sem encontrar remuneração para ella. Um concurso em que entrára para a cadeira de desenho na Escola Polytechnica, concurso a que corresponden brilhantemente, ficou a decisão indefinidamente addiada, por motivos que nunca se chegaram a apurar. Os trabalhos de desenho não tinham cotação no mercado; as miniaturas eram monopolio do artista Santa Barbara, e Nogueira da Silva raras fazia. Depois assaltou-o uma terrivel doença de olhos, em que esgotou todos os recursos da medicina escolastica e caseira. Tentou então tratar se pela medicina de Raspail. Comprou um manual, leu com grande difficuldade algumas paginas, e encontrando remedio para a sua doença, ficou aquelle livro sendo para elle um thesouro. Restituira lhe a vista, cuja falta lhe era tão sensivel e prejudicial. Fez-se raspalhista por convicção; adquiriu a grande obra de *Saude e Doença* de Raspail, leu-a attentamente, e começou a tratar por aquelle systema A sua casa concorria uma constanto romaria de enfermos, porque as curas succediam se, e pelas proximidades de Entre-Muros, onde então habitava, já todos o conheciam pelo *Medico de Entre-Muros.* Elle proprio preparava alguns remedios, e assim viveu algum tempo desafogadamente com o dinheiro que os doentes lhe pagavam. Porém nas pharmacias do sitio já se falava do *curandeiro*, já trovejavam ameaças de Boa Hora, porque só os medicos é que podiam curar, e Nogueira da Silva, receando algum dissabor, mudou de casa e de sitio, e principiou a fabricar em pequena escala, alguns ingredientes chimicos, mas a producção era tão diminuta, que pouco lhe podia render. Fez agua de Colonia, em que empregou todo o esmero de manipulação e todas as essencias d'uma rigorosa formula. Era boa mas muito cara. Metteu-a em frascos de vidro de fórma caprichosa, pôz-lhe uns rotulos de côres brilhantes, e encapou as rolhas com pellica fina. A agua de Colonia, porém, não teve venda, a offerta pelos frascos era muito inferior, o que o desanimou, e resolveu se aban-

douar aquella industria. Por aquelle tempo já existia o Centro dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, e o principio da associação era acolhido com todo o enthusiasmo. Nogueira da Silva tambem se enthusiasmou, porque estava nas suas idéas e na sua indole. Propoz dar ali gratuitamente um curso nocturno de desenho linear e de geometria; a sua proposta foi acceita e o curso tornou-se frequentado. Fradesso da Silveira que tambem frequentara o Centro Promotor, travou relações com Nogueira da Silva, e propôz-lhe fazer as gravuras para um jornal illustrado que elle ia publicar, estabelecendo typographia propria, dando-lhe um ordenado mensal. Nogueira da Silva acceitou muito contente, e começou a sua tentativa de gravar em madeira, a que nunca se havia applicado. O jornal chamava-se *Revista Popular*, que poucos dias depois começou a publicar-se com illustrações de Nogueira da Silva. Apezar de não ter nunca gravado em madeira, as suas gravuras offereciam novidade, despertando a attenção dos entendidos pela originalidade que revelavam, e o pulso d'artista que já então se manifestava. A *Revista Popular* teve pouca duração, mas Nogueira da Silva tinha entrado no campo da arte, e tornara-se conhecido como desenhador e gravador em madeira. Fundou com o editor Gonçalves Lopes, bem conhecido pelo Lopes do *Futuro*, o *Jornal para rir*, jornal de caricaturas, e ali manifestou Nogueira da Silva a sua veia comica, tanto com o lapis como com a penna. Juntou á fama de gravador a fama de caricaturista, e o *Jornal para rir* teria longa vida, se não tivessem sobrevindo desintelligencias na sociedade, que o fizeram acabar no fim de pouco mais do um anno. Publicou então as *Celebridades contemporaneas*, á imitação das que se publicavam em Paris com caricaturas de Gavarni. Era uma collecção de pequenos folhetos, tendo cada um d'elles uma caricatura com a sua biographia humoristica. Em outubro de 1858 deu-se a questão com a França ácêrca da barca franceza *Charles et George*, navio negreiro que fôra aprisionado pelos portuguezes, e que o governo francez exigiu que lhe fôsse entregue, facto que excitou os animos, e Nogueira da Silva saiu a publico com o *D. Quichote do seculo XIX*, uma caricatura vigorosa, que teve um exito extraordinario. A principal personagem que figurava era o imperador Napoleão III, sendo elle o alcunhado de *D. Quichote do seculo XIX*. N'esse anno de 1858 uma nova empresa editora, Castro Irmão & Companhia, inaugurou o *Archivo Pittoresco*, jornal destinado a dar á gravura todo o desenvolvimento e todos os progressos que se podiam ambicionar. O *Archivo Pittoresco* póde ser denominado a primeira escola da gravura em madeira em Portugal, pelos progressos que alcançou, pelos artistas que creou, sendo o mestre d'essa escola Nogueira da Silva, a quem os editores a confiaram. A indole do jornal casava-se com a indole do artista. Feito á similhança do *Magasin Pittoresque*, Nogueira da Silva seguia os modelos d'este semanario francez. Tinha para isso um trabalho enorme, desenhava todos os generos, com mais ou menos exito, primando no desenho de architectura, conhecendo profundamente a perspectiva, no que era d'um escrupuloso rigorismo. Os seus ultimos desenhos vêem-se nas ultimas paginas do *Archivo Pittoresco*. O laborioso artista entrava no periodo da sua decadencia prematura, alquebrado pela doença, que o prostrou aos 38 annos incompletos. A sua individualidade artistica ficou bem fixada nas suas obras, e muito especialmente no *Archivo Pittoresco*, que elle pôz a par de identicas publicações que por esses tempos se faziam no estrangeiro. Os seus trabalhos determinam uma epoca da arte de gravura em madeira, em Portugal. Com o pincel em vez de buril conseguiu fazer desenhos, que mais pareciam provas de bem acabada gravura do que simples desenho feito a pincel sobre chapa de madeira. Nogueira da Silva foi tambem um decidido apostolo do principio social, um dos seus maiores defensores, quer com a palavra, quer com a penna, collaborando n'um semanario que se publicou desde 1856 a 1866, intitulado *A Federação*, que foi deveras muito apreciavel pela hombridade e sensatez com que cumpriu o seu programma de promover o aperfeiçoamento artistico e moral da classe industrial, a que era especialmente dedicado. Foi n'es se semanario que Nogueira da Silva escreveu os seus melhores artigos. Creou uma associação, com o titulo de *Futuro social*, titulo que durou pouco, porque um caso singular o veiu atrophiar á nascença. Em 1860 falava-se muito na questão iberica, e Nogueira da Silva ao installar a sua associação queria dar-lhe todo o brilho de que o seu espirito era capaz, e para principiar annunciou a discussão da these seguinte: «Se a união iberica conviria a Portugal» Foi uma bomba que estourou sobre Lisboa, e para maior escandalo, o annuncio saiu no proprio *Diario do Governo*. As camaras estavam abertas, e um membro da opposição, D. Antonio Alves Martins, mais tarde bispo de Vizeu, levantou-se indignado, com o *Diario do Governo* na mão, a interpellar o governo por ter deixado publicar na folha official annuncios d'aquella natureza, e permittia que se discutisse publicamente uma questão tão melindrosa, attentatoria da autonomia da patria. O resultado d'este facto foi o governo mandar fechar as portas da associação *Futuro social*, e os fundadores, que acompanhavam Nogueira da Silva, accordarem em mudar o titulo para o de *Civilisação Popular*.

**Nogueira Soares** *(Duarte Gustavo)*. Director dos negocios consulares e commerciaes no ministerio dos estrangeiros, onde tambem foi secretario geral; diplomata muito distincto, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Marco de Canavezes em 1831, fal. em Lisboa em 15 de fevereiro de 1901. Frequentou com muita distincção a Universidade, onde se formou em Direito, e concluiu o curso de administração publica, alcançando premios em algumas cadeiras. O primeiro logar que exerceu, foi o de amanuense no ministerio das obras publicas, para que foi nomeado em 1852, sendo requisitado em 1860 para fazer serviço no ministerio dos estrangeiros. Em 1861 era segundo official, e foi encarregado de relatar o processo instaurado pela colonia portugueza do Brazil contra o barão de Moreira, consul geral do Rio de Janeiro, e que teve por consequencia a demissão d'aquelle funccionario. Em 1863 foi nomeado membro da commissão encarregada de formular o regulamento para a execução da convenção com o Brazil. Em 1864, por encargo que recebeu do

então ministro, duque de Loulé, fez parte d'uma commissão encarregada de elaborar um regulamento do serviço consular portuguez no Brazil. Foi director dos consulados e dos negocios commerciaes no ministerio dos estrangeiros. Durante perto de 18 annos, e n'essa posição teve de occupar-se frequentes vezes dos negocios mais importantes de Portugal no Brazil. Foi secretario plenipotenciario encarregado de negociar o tratado de commercio com a França em 1866; encarregado de colligir todos os documentos que pudessem ser uteis para a celebração de tratados de commercio em 1866; n'esse anno foi transferido do ministerio das obras publicas para o dos estrangeiros, e em 1869 foi promovido a 1.º official e chefe de repartição dos negocios consulares e commerciaes; em dezembro do mesmo anno teve a promoção de director da direcção dos consulados. Foi depois nomeado, em 1872 enviado,

Duarte Gustavo Nogueira Soares

em missão especial, para assistir, por parte de Portugal, á conferencia reunida em Paris, para annullação da convenção Balestrini, indo depois a Londres, na mesma qualidade de enviado em missão especial, para promover n'aquella côrte a modificação da escala alcoolica. Em 1875 foi nomeado membro da commissão encarregada de apresentar um projecto de regulamento, que definisse e determinasse os limites da jurisdicção dos agentes consulares em paizes não christãos. Nomeado tambem para se dirigir a Londres, e d'ali a Bombaim e Calcutá, na mesma qualidade de enviado em missão especial, para negociar o tratado de commercio entre Portugal e a India ingleza, para onde partiu em 20 de janeiro de 1877; annos mais tarde, em 1881, foi promovido a secretario geral do ministerio dos estrangeiros, sendo depois transferido, por decreto de 12 de abril de 1883, para a direcção dos negocios politicos e diplomaticos do referido ministerio

Em 21 de abril de 1886 foi nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario no Rio de Janeiro, para onde embarcou em 23 de junho do mesmo anno. A sua ultima missão diplomatica foi a de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario ao Conselho Federal da Suissa. Essa missão foi importantissima, e d'ella se desempenhou brilhantemente o distincto diplomata. Trabalhou immenso na defeza dos direitos de Portugal junto do tribunal de Berne encarregado de dar a sentença arbitral na questão promovida pelos descendentes de Mac Murdo, concessionario da linha ferrea de Lourenço Marques, e por tal fórma se houve, que essa sentença se resumiu n'uma simples indemnisação pela rescisão do contrato, ficando Portugal com a linha do caminho de ferro. Nogueira Soares foi tambem um jornalista vigoroso e um escriptor fecundo. Collaborou na *Revolução de Setembro*, *Commercio do Porto*, e outros jornaes onde sustentou questões importantissimas. No *Commercio do Porto* inseriu em 1867 uma serie de artigos: *Politica commercial do governo*, que fôram muito apreciados e transcriptos na *Gazeta de Portugal*, jornal do jornalista e escriptor Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos. De accôrdo com Fradesso da Silveira e Betamio d'Almeida, publicou em 1862 um volume de 189 paginas, com o titulo: *A liberdade do commercio e a protecção das industrias*. Em 1881 publicou um livro importantissimo, *Considerações sobre o presente e o futuro politico de Portugal*. Nogueira Soares possuia a carta de conselheiro, e era gran-cruz da ordem de Christo, com que foi agraciado pela sua missão a Berne; e gran-cruz das ordens estrangeiras: Izabel a Catholica, e Carlos III, de Hespanha; Francisco José, da Austria; de S. Gregorio Magno, de Roma; grande official da Legião de Honra, de França, e cavalleiro da de Leopoldo, da Belgica. Na sessão da camara dos deputados de 21 de fevereiro de 1901, 6 dias depois do fallecimento do conselheiro Nogueira Soares, o sr. conselheiro Veiga Beirão pronunciou um discurso enaltecendo as boas qualidades do finado e os serviços importantissimos que prestou ao paiz, durante 40 annos de vida publica.

**Nogueira e Vasconcellos** *(Ayres Augusto Braga de Sá)*. Bibliothecario honorario da bibliotheca do palacio real de Mafra, escriptor contemporaneo. Nasceu em Lisboa a 13 de outubro de 1873. O sr. Ayres de Sá, pelo seu appellido, procede de João Rodrigues de Sá, *o das galés*, camareiro-mór d'el-rei D. João I, e do qual descendem por uma parte os condes de Penaguião, depois marquezes de Abrantes, e por outra linha se encontram no seculo XV e XVI Francisco de Sá, no seculo XVIII Estevão de Sá, de quem provem parallelamente os Sás Mendoças e os Ayres de Sá. Estevão de Sá, capitão-mór da villa das Pias, cavalleiro da ordem de Christo e senhor do morgado do Desterro, casou com D. Maria Ignacia Cabral da Cunha Godolphim Garcez Palha d'Almeida, decima quarta neta d'el rei D. Affonso III, de Portugal, pela linha de sua setima avó D. Violante Velho Cabral, irmã de Frei Gonçalo Velho (V. a obra do proprio sr. Ayres de Sá, *Frei Gonçalo Velho*, vol. II, pag 257, nota 1, vol. I, pag CLXXXVII, nota 1) e fôram paes de Antonio de Sá Godolphim e Mendoça, capitão-

mór da villa das Pias e continuador dos Sás Mendoças, e de D. Francisca Xavier de Sá Mendoça Cabral da Cunha Godolphim, que casou com Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo e Silva, alcaide-mór do Cadaval, capitão-mór de Santarem, coronel de milicias da mesma cidade, então villa, corregedor do Ribatejo, desembargador da Relação do Porto, juiz do tombo da Casa do Infantado, moço fidalgo com exercicio no paço, cavalleiro professo da ordem de Christo (em attenção aos serviços prestados por seu tio Dom Bartholomeu Manuel, bispo de Marianna), commendador da mesma Ordem, senhor dos prazos do Regueugo, Terrugem e Requeixada, descendente, na varonia, de Affonso Annes Nogueira, alcaide-mór de Lisboa, no seculo XV; paes do marquez de Sá Bandeira e de Ayres de Sá Nogueira, casado com D. Maria do Patrocinio Vieira d'Abreu e Vasconcellos, senhora da Torre do Fato, da Cruciciera e do morgado do Disvario (V. *Frei Gonçalo Velho*, vol. I, pag. 334, nota 1), primeiros avós do sr. Ayres de Sá, que, naturalmente, inclinado aos estudos genealogicos e de outros ramos da Historia, muito cedo se dedicou a elles com particular interesse. Em 1897 concluiu o curso Superior de Lettras; em maio de 1899, publicou o primeiro volume do *Frei Gonçalo Velho*, e, em novembro de 1900, publicou o segundo e ultimo volume do mesmo trabalho, que resultou de estudos que iniciara, nos archivos e bibliothecas, aos quinze ou dezeseis annos, ácêrca da Historia e da Geographia; n'esse mez, d'esse anno, foi nomeado, pelo fallecido monarcha D. Carlos I bibliothecario-director da Bibliotheca Real do Paço de Mafra, sem vencimento algum. Desde 1907 que não está em Mafra, continuando a exercer o referido cargo honorario. Em abril de 1903, publicou um volume unico, intitulado: *Toiradas em Portugal*, que tem sido, n'alguns pontos, transcripto, sem citação d'autor. O assumpto da importante obra *Frei Gonçalo Velho* define-se na these que vem no principio do primeiro volume: «IV centenario do descobrimento do caminho maritimo da Europa á India. IV centenario do descobrimento da America do Sul. Este trabalho celebra o IV centenario do descobrimento do caminho maritimo da Europa á India, porque Frei Gonçalo Velho abriu esse caminho, indo muito além do Bojador, á Terra Alta, em 1416. Celebra o IV centenario do descobrimento da America do Sul, porque Frei Gonçalo Velho abriu o caminho das Indias Occidentaes, descobrindo os Açôres em 1431-1432.»

**Nogueiral.** Pov. na freg. de S. Paio, de Melgaço, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

**Nogueirão.** Pov. na freg. de S. Martinho, de Alpedrinha, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

**Nogueiras** *(Jacinto Augusto Sant'Anna e Vasconcellos, 2.º visconde das).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, e de Carlos III, de Hespanha, deputado em varias legislaturas, diplomata, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. no Funchal, e fal. em Washington, Estados Unidos da America, a 24 de janeiro de 1888. Era filho do primeiro visconde das Nogueiras, Jacinto Sant'Anna de Vasconcellos, e de sua mulher, D. Mathilde Izabel de Sant'Anna e Vasconcellos Moniz Bettencourt. Cursou a Universidade de Coimbra, mas em 1851 interrompeu os estudos para se incorporar nos que combatiam o governo do conde de Thomar, tendo publicado no anno antecedente um pamphleto contra aquelle governo. Foi um dos fundadores do jornal *O Portuguez*, e militou activamente na politica durante um periodo não inferior a 20 annos, em que foi eleito deputado em varias legislaturas, e tanto na imprensa como no parlamento affirmou distinctamente a sua individualidade. Exerceu por vezes os cargos de secretario geral dos districtos de Aveiro e Funchal. Começou a sua carreira diplomatica em 1872, sendo nomeado consul de primeira classe na republica do Peru, onde se conservou até março de 1875, em que regressou a Lisboa, no gozo de licença. Transferido para a Bahia, não chegou a tomar posse, porque pouco depois, em dezembro do 1876, era nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario para os Estados Unidos da America, para onde partiu em março de 1877. Em novembro de 1886 recebeu ordem de ir ao Mexico apresentar ao chefe d'aquella republica as credenciaes, que tambem o acreditavam ali como representante de Portugal. Cumprida essa missão, regressou a Washington, onde continuou nas suas funcções, até que falleceu. Sant'Anna e Vasconcellos fez parte d'essa mocidade ardente, audaciosa, intelligente e irrequieta, á frente da qual figurou o ultimo marquez de Niza, que em Lisboa teve uma epoca de grande prestigio, mocidade que sabia affrontar a morte e amar a liberdade; revolucionava a platéa do theatro de S. Carlos, contra ou a favor de qualquer artista, mocidade que deixou fama das suas aventuras. D'esse grupo de rapazes era Sant'Anna e Vasconcellos um dos mais espirituosos e dos mais valentes. Passados os enthusiasmos da sua agitadissima mocidade, tornou-se um diplomata distincto, granjeando as maiores sympathias e considerações. O titulo de visconde das Nogueiras foi-lhe renovado no de seu pae, por decreto de 22 de julho de 1875. Casou em 1858 com D. Maria da Graça Pereira Coutinho de Villar Perdizes. Escreveu: *Os talismans, novella traduzida do francez*, Rio de Janeiro, 1848; *O grito do Paiz*, Lisboa, 1850; é um pamphleto politico, escripto em estylo virulento, dirigido principalmente contra o conde de Thomar, então ministro da corôa; *Patria e Amor, poesias*, Lisboa, 1852; as poesias são precedidas d'um *Juizo critico*, por Latino Coelho; alguns jornaes commemoraram honrosamente esta publicação, tecendo grandes elogios ao autor; *Relatorio ácêrca dos impostos e outros rendimentos publicos anteriores ao anno de 1832, apresentado a s. ex.ª o sr. ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda*, Lisboa, 1863; começou tambem a publicar se no *Diario de Lisboa*, de 28 de novembro de 1864, sendo transcripto em alguns jornaes; *Cartas ao conde d'Avila sobre materias eleitoraes da ilha da Madeira*, etc.; *Relatorio sobre o imposto de consumo, apresentado ao ill.mo e ex.mo sr. ministro e secretario de estado dos negocios da fazenda, em 28 de fevereiro de 1870*, Lisboa, 1870. Collaborou no jornal litterario *A Semana*, e em alguns outros.

**Nogueiras** *(Jacinto de Santa Anna e Vasconcellos, 1.º visconde das).* Fidalgo da Casa Real.

N. na Madeira em 10 de abril de 1801, e fal. a 12 de março de 1870. Foi agraciado com o titulo de visconde das Nogueiras, por decreto de 16 de janeiro de 1867. Casou em 5 de novembro de 1823 com D. Mathilde Izabel de Sant'Anna e Vasconcellos Moniz de Bettencourt, filha de José Joaquim de Vasconcellos, capitão de milicias, cavalleiro da ordem de Christo, e inspector da alfandega da ilha da Madeira.

**Nogueiras**. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Santo Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Parada de Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Sernande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Nogueiredo**. Povoações nas freguezias: Santo Isidoro, de Cavernães, conc. e distr. de Vizeu. || Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga.

**Nogueirinha**. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Felgueiras, conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança. || S. Miguel, de Meruje, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de V. N. á Coelheira, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. || S. Pedro e conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança. || N. S.ª da Assumpção, de Carviçaes, conc. da Torre de Moncorvo, do mesmo districto.

**Nogueiro**. Pov. da freguezia de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

**Nogueirò**. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arcb. de Braga; 114 fog. e 440 hab. A egreja parochial dista 3 k. da séde do conc. O cabido da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis de congrua e o pé d'altar. Os romanos quando puzeram cêrco á cidade de Braga, construiram aqui uma fortaleza. N'um alto monte d'esta freg. está a capella de N. S.ª da Consolação, muito antiga, cuja data da fundação se ignora. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. nas freguezias: Santa Marinha, de Ferral, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Purificação, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Urró, conc. de Arouca, districto de Aveiro.

**Nogueiros**. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

**Noguim**. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

**Nojões**. Aldeia da prov. do Douro, na freg. de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. Tem feira nos dias 11 e 26 de cada mez. Nojões foi villa e cabeça do concelho de seu nome, que se supprimiu em 1834. A terra é muito fertil. A pov. é muito antiga, e nas proximidades, no sitio do Fôjo, junto ao ribeiro de Real, ha vestigios d'um pequeno templo romano. Pouco ao NE de Nojões, além do ribeiro do mesmo nome, está o logar da Povoação, onde se vêem, além d'uma fonte antiquissima, que parece construcção romana, varios alicerces de edificios. N'este logar ha varios monolithos, aos quaes o povo chama *penedos da povoação*, e que são incontestavelmente *antas* celticas. Algumas são de monstruosa grandeza. Não estão todas collocadas na mesma posição, nem tem todas a mesma fórma geometrica. Umas são esphericas, outras ovaes, e estão collocadas horisontal ou perpendicularmente. A maior de todas, que está n'uma quebrada do monte e ao cimo de terras cultivadas, é oblonga, e está em posição perpendicular, fortemente calçada por quatro grandes penedos.

**Nola** *(Antonio da)*. Conhecido tambem pelo nome de Antoniotto Usodimare, navegador genovez, que nasceu em 1419 e fal., aproximadamente em 1466. Era descendente d'uma familia patricia, e sendo obrigado por questões politicas a sair da patria, veiu a Portugal apresentar se ao infante D. Henrique, que o encarregou de explorar as costas africanas. No Senegal encontrou-se Antonio da Nola com o seu quasi compatriota Cadamosto, e depois ambos reunidos proseguiram a viagem para além de Cabo Verde. Estiveram nas ilhas Madeleine, chegaram a um rio a que deram o nome de Barbacim, e que se chama hoje Salum, encontraram o rio Joombas ou Gusomboss, e achando em seguida o Gambia subiram por elle, e ahi travaram com os negros um combate em que muito se distinguiu um filho de Antonio da Nola. Esta viagem, feita em 1456, não adeantou o descobrimento da costa, mas teve em resultado uma minuciosa exploração dos paizes já visitados por Diniz Dias, Nuno Tristão e Alvaro Fernandes, e a demarcação dos tres rios acima citados. Posteriormente voltou Antonio da Nola á Africa n'uma caravéla, e em 1460 o foi encontrar no porto de Zaza, o piloto Diogo Gomes, a quem o infante D. Henrique déra autoridade sobre todas as caravélas que encontrasse para os lados da terra da Guiné, as quaes deveriam ficar debaixo do commando d'esse piloto. Deixando o porto de Zaza navegaram Diogo Gomes e Antonio da Nola para Portugal, e no fim de dois dias e uma noite encontraram algumas ilhas, e n'uma d'ellas, a que puzeram o nome de *S. Thiago*, desembarcou primeiro Diogo Gomes por assim o desejar e por ter sido o primeiro a abordal-a, em vista da sua caravéla ser mais veleira. Os dois navegadores seguiram viagem, encontraram uma das ilhas Canarias, chamada *Palma*, e fôram á Madeira, d'onde Diogo Gomes partiu para Portugal, ao passo que Antonio da Nola ainda ahi se demorou. Ventos contrarios, porém, arrojaram Diogo Gomes para os Açôres, e Antonio da Nola, embora partisse mais tarde, chegou primeiro a Portugal, e valendo-se d'essa circumstancia pediu a el rei a capitania da ilha de S. Thiago, e Cabo Verde; o rei concedeu-lh'a, e ali se conservou até fallecer.

**Nombra**. Pov. do sobado de Cabinda, na delegação de Chiavalla, conc. de Cabinda, distr.

do Congo, provincia de Angola, Africa Occidental.

**Nome.** Termo, ou termos, com que se designa e distingue qualquer pessoa. (V. *Appellido*, no vol. I, pag. 622). Pelos precedentes historicos, bem como pelo uso constante, e pelo espirito da legislação os nomes a impôr aos recem-nascidos pódem tirar-se sómente da historia antiga e dos calendarias de algum culto, e por evidentes razões de conveniencia individual e social, de moralidade publica, os proprios paes não teem liberdade illimitada de impôr aos filhos nomes extravagantes, ridiculos, ou com significado contrario á ordem publica, aos bons costumes ou á ordem social e politica. || Bibliographia: *Diccionario dos nomes de baptismo, comprehendendo mais de mil nomes de ambos os sexos*, por Francisco da Silva Mengo, Porto, 1889.

**Nomeada.** Moeda de prata mandada cunhar por D. João I e por seu filho el-rei D. Duarte. Era do tamanho dos antigos meios tostões em prata. Tinha no anverso a cruz de S. Jorge, com a legenda *Dominus adjutor fortis*. Não se sabe qual era o seu justo valor.

**Nondei.** Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc. do Humbe, distr da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nonelhe** ou **Nonelha.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

**Nonide.** Pov. na freg. de Santos Cosme e Damião, de Azere, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Noninha.** Pov. na freg. de Santa Cruz, de Alvarenga, concelho de Arouca, districto de Aveiro.

**Nonôa.** Pov. da 7.ª div. (Pedras) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**Nonpalanca.** Pov. do sobado de Mahama, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Noqui.** Pov. e séde da div. do mesmo nome, no conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Tem estação alfandegaria. || Uma das divisões do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, provincia de Angola, Africa Occidental.

**Nora.** Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção, de Caeella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, conc. de Tavira, do mesmo distr. || S. Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Pov. da freg. de S. Nicolau Tolentino, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Nora d'Apra.** Pov. da freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Nora Nova** e **Nora Velha.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, concelho de Castro Marim, distr. de Faro.

**Nora dos Velhos.** Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Nordéste.** Villa da ilha de S. Miguel, Açôres, séde de conc., com. de Povoação, distr. de Ponta Delgada, bisp de Angra do Heroismo. E' uma só freg., tendo por orago S. Jorge. Está situada na lomba antigamente chamada de *Salvador Affonso*, á beira-mar, a 50 k. ao NE da cidade de Ponta Delgada, e a 5 ao ES do Faial da Terra. O seu porto é uma pequena enseada desabrigada e naturalmente defendida. Nordéste é uma das villas mais antigas do archipelago dos Açôres. Não passava d'um simples logar pertencente ao conc. de Villa Franca do Campo, mas el-rei D. Manuel o elevou á categoria de villa, por carta de 18 de julho de 1514, abrangendo o conc. a área de territorio desde a Ribeira da Mulher até á Terrachão d'Agua Retorta, inclusivé. Os fóros e as regalias de villa não os concedeu aquelle monarcha a pedido, mas de motu-proprio, por mera liberalidade, pelo desejo de *a ella prover de maneira que se faça como sempre o serviço de Deus e o nosso*, segundo o texto da referida carta. Nordéste tem soffrido muito com os phenomenos sismicos, como acontece á maior parte das terras dos Açôres. Em 1522 um tremor de terra derribou a egreja matriz de S. Jorge e causou outros estragos, e em 1563 o fogo, irrompendo das entranhas da terra, destruiu as sementeiras e matou uma grande quantidade de gado. Por essa occasião cairam pedras *do grandôr de potes*, no dizer de pessoa autorisada, e escureceu de tal modo que só se podia caminhar ás apalpadelas. «No cabo da ilha, diz Gaspar Fructuoso, na villa de Nordéste e ao redor d'ella, caiu mais terra, cinza e pedra pomes que nas outras partes, e cairam muitas casas, e mais caíam se não andassem continuamente sobre ellas e em cima das egrejas a botal-a fóra com pás e enxadas, ficando depois as ruas cheias e entupidas de pedra pomes e cinzas, em partes eguaes com os telhados; e para entrarem nas casas e acharem as portas faziam covas e minas, e se não faziam a dita diligencia todas as casas caíam com o peso e toda a villa assolavam.» Em 1848 todo o solo da ilha de S. Miguel foi sacudido por convulsões subterraneas, sendo o conc. de Nordéste um dos que menos soffreram. Ruiram n'elle alguns edificios, mas não houve mortes. Nordéste pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. permutando malas com Ponta Delgada, e com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de recibos, letras, obrigações o vales; feiras de gado bovino e suino em todos os domingos de setembro e outubro; est. semaphorica, pharol; boas e abundantes aguas; pescarias, viaducto e cereaes. O conc. compõe-se de 4 freguezias, com 2:289 fogos e 9:424 hab, sendo 4:405 do sexo masc. e 5:018 do fem. As freguezias são as seguintes: N. S.ª d'Annunciação, de Achada, 1:689 hab: 818 do sexo masc. e 871 do fem.; N. S.ª do Rosario, de Achadinha, 1:806 hab.: 838 do sexo masc. e 968 do fem.; S. Jorge, de Nordéste, 3:605 hab.: 1:697 do sexo masc. e 1:908 do fem.; S. Pedro, de Nordéstinho, 2:324 hab: 1:053 do sexo masc. e 1:271 do fem. O principal commercio de todo o conc. é trigo, milho, batatas e cobertores de lã. O conc. é cortado por varias ribeiras, que seccam no verão quasi todas, avultando entre ellas a chamada *Despe-te que suas*, d'aspecto pittoresco, e a do *Guilherme* ou *dos Moinhos*. Nas suas orlas, que communicam por uma grande ponte de pedra, acamparam os constitucionaes que desembarcaram no *pesqueiro da Achadinha*. O clima em

todo o conc. é temperado e saudavel. || Cabo situado nas costa E da ilha de S. Miguel, archipelago dos Açôres. || Cabo situado no extremo NE da ilha da Boa Vista, no archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pequena ponta situada no extremo NE da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Tem ao N tres pequenos ilhéos.

**Nordestinho**. Pov. e freg. de S. Pedro, da ilha de S. Miguel, Açôres, conc. de Nordéste, com. de Povoação, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 481 fog, e 2:324 hab. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada sobre uma rocha. São suas dependencias as povoações de Algravia, Feteira, Lomba, Lazeira e Assumada. A pov. tem escola do sexo fem., e est. post. permutando malas com a villa de Nordéste. E' fertil em cereaes, e cria bastante gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26 com a séde em Ponta Delgada.

**Norenha**. Pov. na freg. de S. Romão, de Carnaxide, concelho de Oeiras, districto de Lisboa.

**Norinha**. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro.

**Nòrmãos, Nòrmanos, Nórmões,** ou **Nórmandos**. Povos do interior d'Allemanha setentrional, que feitos piratas, no seculo VI, invadiram as costas maritimas de diversas provincias da Europa No reinado de D. Ordonho I e no dos seus successores entraram no littoral portuguez, mas sempre com pouca fortuna, pois fôram repellidos, ás vezes com grandes perdas, sendo obrigados a largar as riquezas, fructo das suas rapinas. Porém, no tempo de D. Ramiro III, o chefe ou rei normando Gunderêdo invadiu as costas da actual provincia do Minho e as da Galliza com uma esquadra de 100 navios, fazendo-se senhor de todo este territorio no anno 967 da era christã, e ali permaneceu tres annos, até que em 970, sendo derrotado pelo conde D. Gonçalo Sanches, n'uma batalha sanguinolenta, fugiram muito poucos, nos poucos navios que puderam escapar, pois que os portuguezes lhe queimaram quasi todos, e Gunderêdo morreu na batalha. Desde então, os normandos vinham em menos força, roubando por surpreza as povoações da beira-mar, até que em 1016 tornaram em grande força a invadir o littoral da provincia do Minho, chegando até ao castello de Vermoim, sendo derrotados pelo conde D. Alvito Nunes. Parece que alguns por cá fôram ficando, e fundaram ou reedificaram algumas povoações, quasi todas perto do mar ou de rios, pois é certo ainda algumas povoações portuguezas conservarem os nomes, que eram os proprios de chefes normandos, como *Gondarem*, corrupção de Gunderêdo, freg. á esquerda do rio Minho; outro *Gondarem*, na freg. da Raiva, sobre a margem esquerda do rio Douro; e ainda muitas outras povoações. Os normandos tambem invadiram a Neustria (França), em 841, e ali fundaram um reino, conhecido pelo nome de *Normandia*.

**Noroéste**. Pequeno cabo da costa NO do ilhéo Branco, no archipelago da prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ponta situada no extremo NO da ilha da Boa Vista, no archipelago e provincia de Cabo Verde.

**Noroly**. Pov. da praganã de Nagar-Avely, na com. e distr. de Damão, arcob. de Gôa, India. E' uma das maiores povoações da praganã.

**Noronha**. Appellido nobre, vindo de Hespanha, tirado da villa de Noronha, nas Asturias. Trouxe-o para Portugal D. Affonso Henriques de Noronha e Gijon, que foi feito conde de Noronha e Gijon, o qual era filho bastardo de D. Henrique II, de Castella, e de D. Izabel, filha natural de D. Fernando I, de Portugal. O seu solar era na villa de Obidos. O seu filho primogenito foi D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa. O brazão dos Noronhas é o seguinte: Escudo esquartelado; no 1.º e 4.º quartel as armas de Portugal com o filete negro da bastardia em contrabanda; o 2.º e o 3.º em campo de purpura um castello de ouro, manteleto de prata carregado de dois leões, de purpura batalhantes, orla de 16 escaques, 8 de ouro, lizos, e 8 de veiros, de azul e prata; elmo de aço aberto; timbre, meio leão das armas. A segunda familia d'este appellido procede do 3.º filho do referido D. Affonso Henriques de Noronha, e de D. Izabel. Foi D. Fernando de Noronha, que D. Affonso V fez conde de Villa Real, e que casou com D. Brites de Menezes, filha de D. Pedro de Menezes, 2.º conde de Vianna, e da casa d'este ficaram herdeiros aquelles, sob a condição de seus descendentes usarem do appellido e armas dos Menezes, pelo que se lhes alterou o escudo, ficando: Escudo terceado em pala, e dividido em faxa, formando assim 6 partes: na 1.ª de ouro, um estoque de ferro azul em pala, entre 4 rodelas, azues; na 2.ª, 4.ª e 6.ª de ouro, 4 palas de purpura; na 3.ª e 5.ª, de ouro, 2 lobos, de purpura, em pala, e sobreposto o escudete das armas dos Menezes, modernos. A terceira familia d'este appellido procede do 4.º filho dos mesmos D. Affonso Henriques e D. Izabel; foi D. Sancho de Noronha, conde de Odemira, que usou as armas dos Lencastres. Foi tambem d'esta familia D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, cujos descendentes usam as armas dos Noronhas e Menezes. Hoje vêem-se as armas dos Noronhas compostas ainda de outras fórmas diversas, em razão da ligação com outras familias.

**Noronha** (*D. Affonso de*). Sobrinho do grande Affonso d'Albuquerque. Era filho de D. Fernando de Noronha e de D. Constança de Castro, irmã de Affonso d'Albuquerque. Partiu para a India com seu tio na esquadra que este commandava, e que ia junta com a de Tristão da Cunha. Ambas as esquadras tomaram aos arabes a ilha de Socotorá, e ficou por governador da fortaleza, que se construiu ali, D. Affonso de Noronha. A fortaleza era insustentavel, o clima doentio, a terra esteril, de fórma que se tornava preciso a cada instante estar mandando abastecimentos a Socotorá. D. Affonso de Noronha não cessava de instar com o vice-rei D. Francisco d'Almeida para que este mandasse desmantelar a fortaleza. Quando soube que seu tio fôra nomeado governador da India, sentiu D. Affonso dobrados desejos de sair de tão desgraçada terra, e aproveitou o primeiro navio que passou por Socotorá para pedir com toda a instancia ao capitão que o levasse. O commandante do navio, percebendo que seria assim agradavel a tão proximo parente do governador, accedeu ao pedido, e D. Affonso de Noronha partiu para a India. Tomou no caminho uma nau de Meca, mandou 20 portu-

guezes para dentro d'ella, e levou-a de conserva comsigo, mas ao passarem pela costa de Cambaia apanharam um temporal tão rijo que ambas as naus se perderam. D. Affonso, pretendendo salvar-se a nado, morreu afogado. Dos seus companheiros, os que sobreviveram ficaram prisioneiros do rei de Cambaia. Passava-se isto no anno de 1509. Por este tempo Affonso d'Albuquerque, que tomára Gôa e querendo que seu sobrinho D. Affonso fôsse commandante da nova praça portugueza, mandou o buscar a Socotorá. Foi então que teve conhecimento da sua tragica morte.

**Noronha** *(D. Affonso de)*. Filho primogenito do 3.º conde de Odemira, D. Sancho de Noronha. Esteve com o 4.º duque de Bragança, D. Jayme, na empresa de Azamor, tomou parte na expedição contra Marrocos, em 1515, commandada por Nuno Fernandes de Athaide e D. Pedro de Sousa, e fal. a 19 de maio de 1516 no desastroso combate com os moiros, em que foi morto tambem um dos heroes mais notaveis das nossas guerras africanas, Nuno Fernandes de Athaide.

**Noronha** *(D. Affonso de)*. Quarto filho do 2.º marquez de Villa Real, D. Fernando de Meneezes, e de D. Maria Freire. Teve na ordem de Christo as commendas de Olalhas, S. Miguel da Guerra e S. João da Castanheira, e foi aposentador-mór d'el-rei D. João III, que teve sempre por elle muita estima. Em 1538 foi nomeado governador de Ceuta, onde permaneceu doze annos sem ter tido occasião de se distinguir muito, porque não era de opinião que se provocassem os moiros, e até preferia que o nosso dominio ali se restringisse. Ordenando-lhe, por exemplo, D. João III que fôsse assaltar Tetuão, respondeu que só para devastar os arredores d'essa cidade precisava pelo menos de 4:000 soldados. A 18 de fevereiro de 1550 foi nomeado por el-rei D. João III vice-rei da India. Era o primeiro vice-rei depois de D. João de Castro, e quinto vice-rei na ordem dos que tinham recebido essas honras, e 17.º governador. Era chamado a succeder a Jorge Cabral. Levava dilatadas instrucções para reformar os abusos da India, mas não era homem que estivesse á altura das circumstancias, pois teve bastantes difficuldades com que luctar. A 6 de novembro de 1550 tomou posse do governo, e logo teve de soccorrer Ormuz ameaçada pelos turcos, mas Ormuz resistiu victoriosamente sem ser necessario mesmo que lá chegasse a poderosa armada capitaneada pelo vice-rei; Malaca soffreu tambem um terrivel cêrco, mas o commandante da fortaleza D. Pedro da Silva fez uma resistencia heroica, e obrigou o inimigo a levantar o cêrco. A Ceilão foi o proprio vice-rei soccorrer um rajá nosso alliado, o de Lota, contra outro nosso inimigo, de Ceitava, mas procedeu n'este auxilio de um modo vergonhoso, porque roubou um e outro. Voltando a Malabar, derrotou o rajá de Chembé e o samori de Calicut. Apezar de todas estas victorias, sentia-se que o poder de Portugal no Oriente ia a desabar. Levantavam-se por todos os lados difficuldades. No extremo Oriente contra Malaca já se congregavam os sultões visinhos, do lado de Ormuz levantava-se o poder immenso da Turquia, senhora do Egypto, dominadora na Arabia, e ao mesmo tempo constituia-se o imperio do Mogol. D. Affonso de Noronha, se, como general, era homem proprio para affrontar estes perigos, não o era como administrador nem como politico. Em vez de operar as reformas que na metropole lhe recommendavam, não fez senão dar exemplo de extorsões e de rapinas. Por isso tambem a India achava-se n'um tal estado, que o proprio D. João III entendeu que precisava d'um homem de verdadeira seriedade e energia, que pudesse reformar os costumes e restabelecer o prestigio da lei. Instou com D. Pedro de Mascarenhas, o nosso celebre embaixador em Roma, para que acceitasse o cargo, e D. Pedro, com muita repugnancia partiu para a India, onde recebeu o governo das mãos de D. Affonso de Noronha a 16 de setembro de 1554, e onde morreu alguns mezes depois. No tempo de D. Affonso de Noronha morreu S. Francisco Xavier, e nas esquadras do vice-rei militou Luiz de Camões. D. Affonso de Noronha regressou á Europa em janeiro de 1555, foi nomeado mordomo da infanta D. Maria, e fal. já de edade bastante avançada, sendo sepultado no convento de S. Domingos, de Santarem.

**Noronha** *(D. Affonso, ou D. Christovão de)*. Fidalgo, que foi pagem da lança do duque de Bragança D. Theodosio II. *A Historia Genealogica* chama lhe D. Affonso, e as *Decadas* de Bocairo e todos os documentos da India lhe dão o nome de Christovão. Em 1608 passou á India com o vice-rei D. João Forjaz Pereira, 5.º conde da Feira, que morreu na viagem, e elle lhe succedeu no governo da armada. Commandou um navio durante o governo de D. Jeronymo de Azevedo. Em 1618 voltou novamente á India com o posto de capitão-mór n'uma armada de 5 galeões e duas urcas, que saiu de Lisboa a 16 de abril d'esse anno.

**Noronha** *(D. Affonso de)*. Filho de D. Miguel de Noronha e de D. Joanna de Vilhena, neta de D. Affonso de Noronha, vice-rei da India. Serviu alguns postos nas armadas, e depois passou á Africa, onde se conservou dez annos como governador de Ceuta e de Tanger. Sendo nomeado vice-rei da India, saiu de Lisboa a 29 de abril de 1621 com quatro naus; ia render Fernão de Albuquerque, mas a 29 de outubro do mesmo anno arribou de novo ao rio Tejo, e não tornou a embarcar. Annos depois foi para Madrid, e ali exerceu o cargo de conselheiro de Estado de Filippe IV. Fal. em Madrid, tendo sido casado com D. Archangela Maria de Portugal.

**Noronha** *(D. Alvaro de)*. Fidalgo que viveu no seculo XVI. Partiu para a India na esquadra de D. Francisco d'Almeida, quando este foi como vice-rei, indo nomeado governador da fortaleza que se havia de construir em Cochim. D. Francisco d'Almeida consagrava-lhe muita affeição, e tinha n'elle a maior confiança. Na tomada de Mombaça, em que D. Alvaro de Noronha muito se distinguiu, pediu-lhe o vice-rei que nunca perdesse de vista no combate seu filho D. Lourenço d'Almeida Esteve tambem em Quiloa e em outras facções, e quando n'esse anno *(1505)*, em que D. Francisco d'Almeida chegou á India, se conseguiu a construcção da fortaleza de Cochim, foi D. Alvaro de Noronha encarregado effectivamente do governo d'essa fortaleza, continuando sempre a merecer a completa confiança do vice-rei. Em 1508, tendo terminado o seu tempo, pediu licença a D. Francisco d'Almeida para se retirar ao reino, e D. Francisco, concedendo-

lh'a com muita pena, como diz na carta que escreveu a el-rei D. Manuel, adeantou-lhe dinheiro para elle poder trazer alguma carga para o reino, e recommendava-o ao rei como homem, que apezar de ser de grande fidalguia e de muito merecimento, era pobre, e tanto era a estima que d'elle fazia D. Francisco d'Almeida, que n'essa mesma carta o recommendava a el-rei para o logar de governador da India. El-rei D. Manuel, em vez de o nomear para esse elevado cargo, nomeou-o apenas capitão de Azamor. Descontente por vêr que a Affonso d'Albuquerque succedia no governo da India Lopo Soares de Albergaria, e a este Diogo Lopes de Sequeira, sem que nunca o monarcha se lembrasse da recommendação de D. Francisco d'Almeida, ficou indignado e passou a Castella, indo residir para Sevilha, d'onde pouco depois voltou a Portugal, e morreu obscuramente.

**Noronha** (*D. Alvaro de*). Sobrinho de Affonso d'Albuquerque; irmão de D. Antonio, que morreu heroicamente em Gôa; de D. Affonso e do vice-rei D. Garcia, que todos honraram pelo seu valor a sua nobre estirpe. Serviu na India com seus irmãos, e em 1550 foi nomeado governador de Ormuz. O sultão dos turcos Solimão o *Magnifico*, senhor já do Egypto e da Mesopotamia, entendeu que não devia consentir que os portuguezes tivessem possessões tão proximas dos seus dominios, e mandou contra Ormuz uma formidavel esquadra commandada por Epir-bey. D. Alvaro de Noronha tinha felizmente n'essa occasião uma guarnição mais forte do que habitualmente, porque fundeara no porto uma nau portugueza, e a sua guarnição foi reforçar os defensores da fortaleza, cujo numero subiu assim a 900 homens. Epir-bey amiudou os assaltos. D. Alvaro resistiu intrepidamente, e ao mesmo tempo prudentemente, porque, vendo que era a artilharia que principalmente fazia mal a Epir-bey, não quiz nunca fazer sortidas, como aliás os portuguezes desejavam. Epir-bey, vendo que nada conseguia, levantou o cêrco. Já a esse tempo o vice-rei da India, prevenido por D. Alvaro, preparava consideraveis reforços, mas quando chegaram commandados por D. Antão de Noronha, que depois foi vice-rei, já não eram precisos. Acabou então D. Alvaro o seu tempo de governo, que eram tres annos, porque se estava em 1553. D. Antão de Noronha rendeu-o effectivamente, e D. Alvaro regressou á India, d'onde partiu para a Europa, em 1554, falleceudo na viagem.

**Noronha** (*D. Alvaro de Abranches*). Bispo de Leiria. N. a 7 de junho de 1661, fal. a 6 de abril de 1746. Era filho de D. Miguel Luiz de Menezes, 1.º conde de Valladares, e de D. Magdalena de Lencastre e Abranches. Seguindo a carreira ecclesiastica foi admittido como porcionista no collegio de S. Paulo, de Coimbra, em 26 de outubro de 1677, onde se applicou ao estudo do Direito Pontificio. Depois de obter um canonicato na sé de Lisboa e ser deputado da inquisição da mesma cidade, de que tomou posse a 18 de julho de 1686, foi sumilher da cortina de D. Pedro II, que o elegeu bispo de Leiria, em cuja cathedral entrou a 3 de outubro de 1694. Durante quatro annos foi regedor das justiças, de que tomou posse a 17 de abril de 1711. D. João V o elegeu arcebispo de Lisboa, dignidade que elle modestamente recusou. Em 1719 publicou em Lisboa uma obra escripta em latim, com o titulo: *Consensus Constitutioni Unigeritus praestitus*, etc. Falleceu em Lisboa com 85 annos de edade, no palacio dos condes de Valladares, e foi sepultado no cruzeiro da Casa Professa de S. Roque.

**Noronha** (*D. Alvaro Pires de Castro*). Bispo de Portalegre. N. a 26 d'abril de 1669, fal. a 29 de março de 1737. Era filho do 2.º marquez de Cascaes, D. Luiz Alvares de Castro Noronha Sousa e Athaide, e de sua mulher, D. Joanna Coutinho. Foi porcionista do collegio de S. Pedro em Coimbra, arcediago da sé de Lisboa, deputado da inquisição da mesma cidade, do conselho d'el-rei D. João V. Este monarcha o elegeu bispo de Portalegre, sendo a eleição confirmada pelo papa Clemente XI, dignidade de que tomou posse a 5 de agosto de 1711.

**Noronha** (*D. André de*). Bispo de Placencia e de Portalegre, que fal. a 3 d'agosto de 1589. Era filho bastardo de D. João de Noronha, e neto do 2.º marquez de Villa Real, D. Fernando de Menezes. Seguindo a carreira das letras estudou em Coimbra, e doutorou-se na faculdade de Canones. El-rei D. Sebastião o elegeu bispo de Portalegre, cuja eleição confirmou o pontifice Paulo IV, tomando posse a 17 de julho de 1560. Celebrou Synodo diocesano, e depois de ter governado este bispado 22 annos, foi transferido para o bispado de Placencia, por nomeação de Filippe I de Portugal, em 1581, onde fal. 8 annos depois. O seu corpo foi trasladado para Portugal, e sepultado n'uma campa rasa na capella-mór da egreja de Santo Antonio extramuros de Portalegre. N'esta cidade havia fundado o convento de S. Francisco.

**Noronha** (*D. Anna Bernardina Pinto Pereira de Sousa*). Senhora natural de Coimbra, que escreveu: *Canção funebre ás sentidissimas mortes do ser.mo sr. D. Gabriel Antonio, infante de Hespanha, e da ser.ma sr.a D. Marianna Victoria, sua esposa e infanta de Portugal*, Lisboa, 1788.

**Noronha** (*D. Antão de*). Capitão de Ormuz, vice-rei da India, etc. Era filho natural de D. João de Noronha, neto de D. Fernando de Menezes, 2.º marquez de Villa Real, e sobrinho de D. Affonso de Noronha, vice-rei da India. Partiu para o Oriente com seu tio, que em 1552 lhe deu o commando da esquadra do Estreito; com essa esquadra tomou Katif, e intentou tomar Bassorá mas, encontrando a cidade bem defendida, não se abalançou a dar o assalto, e retirou-se para Gôa. No anno immediato enviou-o de novo seu tio com uma esquadra em defeza de Ormuz, encarregando-o ao mesmo tempo do governo d'essa praça. D. Antão de Noronha ia aprisionando Epir-bey, o almirante turco, que conseguiu escapar-se, e em maio d'esse anno (1553) recolheu se a Ormuz, entregando o commando da esquadra a D. Diogo de Noronha. Antes, porém, de partir para Ormuz tomara parte D. Antão de Noronha na expedição de Chembé, onde muito se distinguiu, mas quebrou uma perna, ficando coxo para o resto da vida. Serviu em Ormuz até 1556, mas em 1558 D. Constantino de Bragança, apenas tomou posse do governo da India, o nomeou de novo para a capitania de Ormuz, que exerceu outros tres annos, soccorrendo em 1559 Bakrein atacada pelos turcos. Em 1561 voltou a Portugal com D. Constantino de Bragança. A 24 de

fevereiro de 1564 foi nomeado vice-rei da India, e para lá partiu no dia 19 de março. A 3 de setembro d'esse anno entrou em Gôa e tomou posse do governo. A bravura, que mostrára como capitão de Ormuz, não era bastante recommendação para cargo tão importante, como o de governador geral das possessões portuguezas no Oriente. Ouvindo missa em Gôa, e palestrando com os padres jesuitas, deixava correr as cousas á revelia, e os differentes capitães das fortalezas procediam á sua vontade, sem que de Gôa lhes fôssem instrucções, ou lhes cohibissem os excessos. Os nossos chronistas contam que tendo elle assignado, a instancias d'um parente, uma ordem que reconhecia injusta, exclamou: *Mão que tal firma bem merece ser cortada.* Affirma-se que no principio do seu governo não se mostrara affecto aos padres jesuitas, e até se recusara a dar-lhes egrejas e a aforar-lhes terras, mas depois, por conselho do seu provincial, mandou destruir 280 pagodes, perseguiu os judeus e os gentios. Durante o seu governo defendeu-se heroicamente Cananor, e em Malaca D. Leoniz Pereira sustentou brilhantemente um cêrco. Fundou-se a fortaleza de Mangalor, sendo a expedição briosamente dirigida pelo proprio vice-rei. A 10 de setembro de 1568 entregou o governo ao seu successor D. Luiz de Athaide, e a 2 de fevereiro de 1569 partiu para o reino, morrendo na viagem antes de dobrar o cabo da Boa Esperança. Encontrou-se effectivamente no seu testamento a clausula ordenando que se lhe cortasse o antebraço direito, mas para ser depositado no tumulo de D. Nuno Alvares Pereira, lançando-se o cadaver ao mar.

**Noronha** *(D. Antonio de).* Sobrinho de Affonso d'Albuquerque e um dos seus mais valentes subalternos. Era filho de D. Fernando de Noronha e de D. Constança de Castro; irmão de D. Garcia de Noronha, que depois foi vice-rei, e de D. Affonso de Noronha, capitão de Socotorá. Foi para o Oriente na companhia do tio, e tanto na tomada de Brava como na de Socotorá, deu provas de grande intrepidez. Durante a campanha de Ormuz foi sempre o braço direito de seu tio. Com elle fôra para a India, mas, levado pela sua indole bellicosa, quando o vice-rei D. Francisco de Almeida partiu a procurar a esquadra egypciaca, D. Antonio de Noronha acompanhou-o, commandando um pequeno navio. Distinguiu-se muito na desgraçada expedição de Calicut, e elle e Diogo Fernandes de Beja eram os dois heroes do grupo de Affonso d'Albuquerque. Deante de Gôa, quando todos os capitães queriam retirar-se, fôram ambos que salvaram a situação; comtudo, D. Antonio de Noronha deixou-se illudir por uma supposta ordem verbal de seu tio, e queimou a estancia que estava encarregado de defender, e retirou. Bastou uma breve explicação para que Affonso d'Albuquerque visse a que devia attribuir essa deserção involuntaria. Quando se tornou indispensavel a reconquista de Gôa n'esse mesmo anno de 1510, D. Antonio entrou em lucta, e foi morto.

**Noronha** *(D. Antonio de).* Moço fidalgo que adquiriu grande celebridade pelo vivo affecto que lhe votou o grande poeta Luiz de Camões. N. em 1536 e fal. em 1553. Era filho de D. Francisco de Noronha, 2.º conde de Linhares, e sobrinho de D. Pedro de Menezes, capitão de Ceuta e irmão de seu pae. Foi com o tio militar em Ceuta, mandado por seu pae para o desviar de certos amores que trazia em Lisboa com D. Margarida da Silva. Moço muito esforçado foi victima da traição que os moiros armaram a seu tio D. Pedro de Menezes, junto ao monte chamado da *Condessa* a uma legua de Ceuta, onde com o seu imprudente capitão morreram pelejando valorosamente 300 portuguezes. D. Antonio de Noronha foi parceiro do principe D. João, filho de D. João III, e pae d'el-rei D. Sebastião, no celebre torneio de Xabregas, onde o principe em 1552 tomou as primeiras armas. Faria e Sousa, no livro intitulado *Memorias das proezas da segunda Tavola Redonda*, diz que, sem nome de autor, se imprimiu em Coimbra no anno de 1567, e onde desde o capitulo XLVII se descrevem estas festas, se faz menção á margem do livro da morte d'este fidalgo por esta fórma: *Morreu em Ceuta a lançadas, mui moço e gentil cavalleiro.* Os ossos de D. Antonio de Noronha fôram trasladados de Ceuta para Portugal por sua irmã D. Joanna de Noronha, e sepultaram se na capella-mór do mosteiro de Xabregas, collocando-se no tumulo a seguinte inscripção:

*Sepultura de D. Antonio de Noronha, filho do segundo conde de Linhares D. Francisco e da condessa D. Violante, que os moiros mataram em Ceuta em 18 de abril de 1553 annos, sendo elle de dezesete. D. Joanna de Noronha, sua irmã, que nunca casou, e fez esta capella á sua custa, quando a acabou que foi em 1622, trasladou os ossos da sé de Ceuta, a esta sepultura, e não a deu aos mais irmãos seus, porque dois d'elles morreram em Africa com el-rei D. Sebastião, e os outros dois nas partes da India.*

**Noronha** *(D. Antonio de).* Vice-rei da India. Era filho de D. Martinho de Noronha e de D. Guiomar de Albuquerque, sobrinha de Affonso d'Albuquerque. Serviu na India, e distinguiu-se pela primeira vez no tempo de D. Constantino de Bragança, que na ilha de Ceilão lhe deu o commando d'um corpo de 400 homens, com o encargo d'uma operação importante. No tempo de D. Antão de Noronha foi soccorrer Cananor, e dirigiu intrepidamente a defeza. Voltando a Portugal foi nomeado membro do conselho de Estado e escolhido a 22 de janeiro de 1571 para vice-rei da India; partiu no dia 17 de março, e tomou posse do governo a 6 de setembro. Acabava D. Luiz de Athaide de salvar a India, dirigindo a defeza d'umas poucas de praças sitiadas ao mesmo tempo por todos os regulos nossos visinhos. Quando D. Antonio de Noronha tomou posse do governo, já estavam levantados todos os cêrcos menos o de Chale, defendido por D. Jorge de Castro, um velho de 80 annos. D. Antonio quiz soccorrer a praça, porém mostrou pouca iniciativa, D. Jorge, já velho e dominado por sua mulher, tambem não deu provas de energia sufficiente, e Chale rendeu-se. Este desastre, succedendo ás brilhantes victorias de D. Luiz de Athaide, causou má impressão aos portuguezes. O infeliz D. Jorge de Castro foi condemnado e decapitado por cobardia, mas parte da culpa fôra do vice rei. Damão, Braeclor e Malaca ainda fôram sitiadas pelos inimigos, mas em toda a parte se levantaram rapidamente os cêrcos. A lição

infligida por D. Luiz de Athaide tinha sido proveitosa. O peor era a indisciplina que lavrava cada vez mais nas fileiras portuguezas. Antonio Moniz Barreto, nomeado governador de Malaca, não quiz partir sem que D. Antonio de Noronha lhe désse navios, soldados e dinheiro. Como D. Antonio não tinha possibilidade de o satisfazer, Antonio Moniz Barreto exceden-se com elle, e afinal não partiu para Malaca, e ficou em Gôa passeando e intrigando para Lisboa. D. Antonio de Noronha mostrava uma fraqueza incrivel, permittindo esta insubordinação, e não o mandando preso para Lisboa. O que deveras é increditavel é que o governo da metropole demittisse em 1573 o vice-rei encarregando do governo da India o proprio Antonio Moniz Barreto, premiando assim a indisciplina. (V. *Barreto, Antonio Moniz).* D. Antonio de Noronha teve um profundo desgosto com este facto, veiu para Lisboa tão apaixonado que pouco tempo depois falleceu.

**Noronha** *(D. Antonio de).* Era filho do vice-rei da India D. Garcia de Noronha. Distinguiu-se no segundo cêrco de Dia e em outros combates na India; casou depois com uma filha do governador Garcia de Sá, irmã da infeliz D. Leonor de Sá, mulher de Manuel de Sousa de Sepulveda, que falleceu no celebre *naufragio de Sepulveda.* Retirou-se depois para Portugal, onde falleceu.

**Noronha** *(D. Antonio de).* Fidalgo do seculo XVII. Era da casa dos condes de Linhares, sendo filho de D. Carlos do Noronha. Serviu nas nossas armadas, e assistiu á restauração da Bahia. Embarcando por capitão d'um galeão na armada de que era general D. Manuel de Menezes, morreu no naufragio d'essa armada nas costas da França em 1627.

**Noronha** *(D. Antonio Caetano do Carmo de).* Vogal da Junta do Credito Publico, coronel de cavallaria, ajudante de campo do fallecido rei D. Carlos I, e do actual monarcha senhor D. Manuel II. N. a 7 de agosto de 1852, e fal. em Lisboa a 5 de maio de 1909. Era filho do 2.º conde de Paraty, D. João Ignacio Francisco de Paula de Noronha, e da condessa, sua mulher, D. Francisca da Cruz Lacé Pedrosa. Assentou praça em 20 de outubro de 1870, sendo promovido a alferes em 12 janeiro de 1875, a tenente em 4 de agosto de 1880, a capitão em 30 de março de 1887, a major em 11 de junho de 1897, a tenente-coronel em 13 de março de 1902. Foi pela primeira vez vogal substituto, em effectivo serviço, na Junta do Credito Publico, eleito pela camara dos pares em 1891, tomando posse a 18 de junho e exercendo o seu logar até 1893, data da reorganisação da actual Junta. Em 1 de julho de 1895 tomou novamente posse, em substituição de Polycarpo José Lopes dos Anjos. Foi vogal-secretario desde 1899 até 1905, e sómente vogal até 1909, tendo em 1903 entrado em exercicio na substituição do vogal effectivo sr. conselheiro Rodrigo Affonso Pequito. D. Antonio de Noronha era official e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro da de Christo e de Nossa Senhora da Conceição; possuia a medalha de prata de comportamento exemplar e varias condecorações estrangeiras. Era casado com a sr.ª D. Maria Domingas de Figueiredo Cabral da Camara, da casa Belmonte.

**Noronha** *(Antonio José de).* Celebre aventureiro do seculo XVIII. Era filho de D. Francisco de Noronha, pertencente por bastardia á casa dos condes dos Arcos, e de D. Cecilia Anna de Menezes. N. em Gôa em julho de 1720, onde tambem fal. em fevereiro de 1777. Professou, sendo ainda muito novo na ordem dos franciscanos, tomando o nome de fr. Antonio da Encarnação, e foi nomeado commissario provincial, visitador das missões da costa de Coromandel, Malabar, Pegu, e Ava. Em Meliapor abandonou o habito e por isso foi expulso da ordem. Ligou-se então muito com o celebre Dupleix, governador geral das colonias francezas na India, e foi um seu prestante auxiliar na lucta formidavel que ello trazia travada com os inglezes. Em 1748 obteve do principe do Mogol Idail Moimidikan a cedencia das aldeias de S. Thomé de Meliapor; esta cedencia foi-lhe feita debaixo dos auspicios de Dupleix e confirmada pelo nababo de Arcata Chaudar Saib. D. Antonio José de Noronha offereceu essas aldeias ao rei de Portugal, que era então D. João V. O vice-rei da India, marquez de Alorna, fêl-o governador d'essas mesmas aldeias e juntamente da cidade de Meliapor, onde fluctuava ainda a bandeira portugueza. Os inglezes não viram com bons olhos essa ampliação das nossas possessões, e dirigiram contra Meliapor uma expedição de 1:200 homens, que na noite de 14 de outubro de 1749 atacaram de subito a cidadella de Meliapor, onde estava D. Antonio José do Noronha com 20 homens e 4 peças de artilharia. Defendeu-se heroicamente o intrepido aventureiro com os seus poucos soldados, sustentando pelo espaço de oito horas uma lucta desegual, em que por fim foi vencido, ficando prisioneiro elle com os poucos soldados que sobreviveram. Levado para Londres, foi solto pouco depois, e passou para Paris, onde Luiz XV o recebeu com muitas honras pelos serviços que fizera a Dupleix na India, nomeou-o até o rei de França bispo de Halicarnasso *in partibus infidelium.* Partiu D. Antonio José de Noronha para Pondichery, e continuou a servir os francezes com zelo, intelligencia e actividade, e o grão-mogol deu-lhe o titulo de nababo Delavargenga Xamaxer Bahadur. Saudades da patria moveram-n'o comtudo a regressar a Gôa, e effectivamente para ali partiu em 1762, chegando a tempo de aconselhar e dirigir a conquista de Pondá. Em recompensa deu-lhe o conde da Ega, vice-rei da India, em janeiro de 1765, o posto de brigadeiro chefe da nova legião dos voluntarios reaes de Pondá e de general intendente, das provincias de Pondá, Zambaulim, Canácona, etc. Como sempre tem acontecido, encontrou comtudo D. Antonio José de Noronha entre os seus patricios o desfavor que nunca encontrára nos estranhos, e em 1770 o governador D. João José de Mello demittiu o por accusações de abuso de autoridade, e remetteu-o preso para a metropole. Entrou em Lisboa para ser encerrado no Limoeiro, que já então servia de prisão, o portuguez que em França fôra recebido honrosamente em Versailles por Luiz XV que o cuchera de graças e mercês! Felizmente governava então o marquez de Pombal, que, lendo um memorial dirigido a el-rei D. José pelo preso e a narração feita por elle dos acontecimentos de Meliapor, narração que ainda se conserva manuscripta na bibliothe-

ea de Evora, o mandou immediatamente soltar. D. Antonio José de Noronha voltou a Gôa triumphante em 1773, e ali foi residir para o palacio de Daugim, onde viveu lautamente, até que falleceu, victima d'uma apoplexia com 57 annos de edade. Conserva-se no museu de Evora um retrato que se diz ser d'este homem originalissimo, que foi fidalgo, frade, bispo, nababo e general. Na bibliotheca de Evora existem, com o titulo de *Papeis de D. Antonio José de Noronha, bispo de Halicarnasso*, documentos importantissimos.

**Noronha** *(Antonio Sanches de)*. Poeta do seculo XVIII, mais conhecido pelo *poeta de Odivellas*. Ignoram-se as datas do nascimento e falleecimento. Era natural de Lisboa, sendo filho de Antonio de Noronha Freire, escrivão dos maltezes, e de sua mulher D. Maria de Noronha. Instruido na lingua latina e humanidades, estudou em 1696 philosophia com o abalisado mestre P. Sebastião Ribeiro, da congregação do Oratorio. Dedicou-se muito á poesia, compondo muitos versos, que fôram apreciadamente ouvidos na Academia dos Anonymos, de que era um dos socios mais considerados. Não publicou por extrema modestia, as suas numerosas poesias, das quaes poderia formar um grosso volume. Publicou algumas nos *Progressos academicos dos anonymos de Lisboa*, 1.ª parte, Lisboa, 1718; Tres *Sonetos*, a pag. 119, 173 e 219; cinco *Romances*, pag. 42, 123, 249, 281 e 348; *Silva*, pag. 169. Nas *Ultimas acções do duque de Cadaval*, publicou: *Romance endecasyllabo á morte do duque de Cadaval D. Nuno Alvares Pereira de Mello*, a pag. 312. No *Obsequio funebre que ao padre D. Raphael de Bluteau dedicou a Academia dos Applicados*, Lisboa, 1730, publicou a pag. 115; *Oitavas á morte do Padre D. Raphael de Bluteau*. Escreveu mais: *Poema Eucharistico, romance heroico*, etc., Lisboa, 1745: *Dois sonetos á morte do Serenissimo Monarcha D. João V*; sairam nos *Suspiros saudosos e metricos ao mesmo assumpto*, Lisboa, 1750; *Soneto ao mesmo assumpto funebre*; saiu no *Culto funebre*, collecção de poesias, a pag. 31, Lisboa, 1750; *Soneto ao ser acclamado rei o senhor D. José a 7 de setembro, vespera da Natividade da Senhora*; saiu nos *Jubilos de Portugal*, collecção de poesias, a pag. 13, Lisboa, 1750; *Egloga á sentidissima morte da Fidelissima Rainha de Portugal, D. Maria Anna d'Austria*, Lisboa, 1755.

**Noronha** *(Antonio de Sousa)*. Militar e escriptor do seculo XVII. N. em Freixo de Numão, na provincia da Beira, sendo filho de André de Sousa Diniz, e de sua terceira mulher D. Maria de Amaral e Aguilar. Era muito versado em genealogia. Serviu com o posto de capitão de infantaria na Bahia, e depois na Catalunha. Escreveu: *Discurso genealogico dela delatada, esclarecida y antiquissima familia de Sousas*, que se imprimiu em 1642.

**Noronha** *(D. Bernardo de)*. Fidalgo do seculo XVI e principios do seculo XVII. Era da casa de Monsanto, e filho de D. Thomaz de Noronha. Passou á India com o vice-rei Mathias d'Albuquerque em 1591, e ali se demorou mais de 20 annos, já como capitão de Ormuz, já como capitão-mór da armada do norte. Era membro do conselho do Estado da India, e quando o vice-rei D. Jeronymo de Azevedo quiz mandar a Melia por um fidalgo, que restabelecesse ali o nosso dominio, votaram todos que se escolhesse para esse fim D. Bernardo de Noronha. Elle, porém, que já se sentia velho e cançado, não quiz acceitar o encargo, acceitando apenas o commando da armada de Malabar. Voltando depois a Gôa em 1615, fal. n'esse mesmo anno, sendo a sua morte muito sentida.

**Noronha** *(D. Carlos de)*. Deputado e depois presidente da Mesa da Consciencia e Ordens. N. em Lisboa, onde tambem fal. em 1645. Era filho do alcaide-mór de Vizeu D. Antonio de Menezes, que morreu em Alcacer-Kibir, e de D. Joanna de Castro. Desde muito creança logo manifestou grande vocação para as letras. Estudou na Universidade de Coimbra Direito canonico e ecsareo. Foi deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, passando depois a presidente do mesmo tribunal, onde defendeu acerrimamente com a palavra e com a penna a jurisdicção e isenção das ordens militares. Foi cavalleiro da ordem de Aviz e commendador de Marvão. Por ordem de Filippe III, quando se celebrou o capitulo geral da ordem de S. Bento de Aviz na egreja de Santa Maria da Graça em Setubal a 2 de outubro de 1619, reduziu D. Carlos de Noronha a melhor methodo, e publicou, como se vê do prologo: *Constituições da ordem militar de S. Bento de Aviz*, Lisboa, 1631. D. Carlos de Noronha foi um dos que prepararam e dispuzeram a revolução de 1640 e um dos que no dia 1.º de dezembro subiram aos aposentos da duqueza de Mantua no paço da Ribeira. Os conjurados invadiram a sala e sem se afastarem das leis da cortezia, obrigaram a princeza a recolher-se, e ella conservando a serenidade, apezar de já saber da morte do secretario d'estado, falou com altivez aos fidalgos ordenando lhes que se aquietassem, dizendo lhes que percebia que os excessos de Vasconcellos tivessem irritado a nobreza, mas que a morte d'elle devia ter abraudado a sua colera, que ella se obrigava a obter de Filippe IV o perdão para essa explosão illegal de uma vingança. Ouviram-n'a os fidalgos com respeito, mas quando o arcebispo de Braga, que se viéra juntar á duqueza, julgou que podia tambem com impunidade fazer a sua monitoria, mandaram-n'o calar asperamente, lembrando-lhe D. Miguel d'Almeida que lhe custára muito a livral-o de sorte egual á do secretario, mas que não abusasse da clemencia dos conjurados. D. Sebastião de Mattos retirou-se pallido de susto, mas a duqueza, tomando como respeito pela sua autoridade a cortezia dos conjurados, continuou a invocar o nome de Filippe IV. Responderam-lhe que o rei de Portugal era o duque de Bragança. Encolerisada a duqueza correu á janella, querendo falar ao povo, mas D. Carlos de Noronha, que era impaciente e assomado, pôz termo a essa scena, que ameaçava prolongar-se, dizendo-lhe que os não obrigasse a perderem-lhe o respeito. A mim, como? perguntou a duqueza. Obrigando vossa alteza, se não quizer entrar por esta porta, a sair por aquella janella. O effeito d'esta resposta descortez, mas indispensavel, foi mais prompto ainda do que se devia imaginar, e a duqueza caindo em si e deveras atemorisada, retirou-se para o oratorio e d'ahi por deante obedeceu em tudo aos conjurados. D. Carlos de Noronha casou duas vezes: a primeira com D. Maria de Vilhena, filha de Nuno da Cunha e de D. Leonor de Sousa Refoios, de quem não teve descendencia.

A segunda mulher foi D. Antonia de Menezes, filha de D. Miguel de Menezes, 1.º duque de Cadaval, da qual teve D. Miguel Luiz de Menezes, 1.º conde de Valladares, titulo que D. Pedro II concedeu em 1702, por concerto da acção que tinha á grande casa de Villa Real. Escreveu: *Allegação de direito em favor da jurisdicção e isenção das ordens militares e cavalleiros d'ellas*, Lisboa, 1641. Deixou em manuscripto: *Allegação de Direito em que mostrava qual era o que lhe assistia para herdar o marquezado de Villa Real.*

**Noronha** *(Cesar de)*. Um trabalhador infatigavel que lidou constantemente na imprensa, e que prestou ao jornalismo em Portugal verdadeiros serviços, sem comtudo, ser escriptor nem jornalista. Fal. no fim de setembro de 1888, tendo pouco mais ou menos 60 annos de edade. Desde muito novo teve a mania litteraria e jornalistica, e na sua mocidade emprehendeu a publicação d'um jornal de critica theatral, escripto em francez e intitulado *Le Lutin*. O jornal teve grande voga e celebrisou o nome do fundador. Em 1863 fez nova tentativa jornalistica, e publicou um jornal semanal, *O Monitor portuguez*, que não chegou a viver um anno. Depois, com um dos collaboradores do *Monitor*, teve a idéa de fundar um jornal que se vendesse pelas ruas a 10 réis, que era então uma novidade. Na quarta pagina do *Monitor portuguez* appareceu em grandes letras o annuncio do *Correio de hoje—Diario de Noticias*. Affluiram numerosas assignaturas, mas a Cesar de Noronha faltavam os fundos necessarios, e a idéa perdia-se, sendo mais tarde aproveitada pelos fundadores do *Diario de Noticias*. Apezar de não ter sido feliz nas suas tentativas, Cesar de Noronha não desistiu de as emprehender. Tempos depois publicou um jornal semanal, o *Garrett*, que tambem viveu pouco Sempre perseverante ainda fundou o *Diario de avisos*, jornal essencialmente de annuncios, mas com uma certa feição litteraria. D'esta vez não foi mais feliz; a idéa mallogrou-se. Cesar de Noronha resolveu seguir outro caminho, e tratou de estabelecer em Portugal a venda de jornaes francezes. Deu-lhe essa idéa bellos resultados, e as suas *Messageries de la presse française* estavam sendo para elle rendosas, e promettiam tomar um grande desenvolvimento, quando a morte o fulminou. Cesar de Noronha conviveu com muitos homens notaveis, conhecia muito os bastidores da nossa vida theatral, litteraria e politica, e na sua conversação viva e espirituosa, ás vezes muito original, revelava bastante intelligencia. Era homem delicado, observador e contava verdadeiros amigos na imprensa.

**Noronha** *(D. Constança de)*. Foi segunda mulher do 1.º duque de Bragança, D. Affonso I, com quem casou em 1420. Era filha de D. Affonso, conde de Gijon e Noronha, filho d'el-rei D. Henrique de Castella, e de D. Izabel, prima co-irmã de seu marido, filha de el-rei D. Fernando, de Portugal. Esta princeza era de grande formosura, muito affavel e caritativa, e muito virtuosa. A sua união durou largos annos, e ficando viuva e sem filhos, tomou o habito da ordem Terceira de S. Francisco, vivendo em notavel recolhimento e penitencias. A sua casa era um publico hospital para os pobres e para todas as pessoas necessitadas, com quem despendia grossas quantias. A sua virtuosa vida lhe adquiriu a fama de santa. D. Constança de Noronha fez doação de todos os seus bens, ainda em vida, a seu sobrinho D. Pedro de Menezes, 3.º conde de Villa Real, e depois marquez do mesmo titulo, que adoptou por filho e herdeiro, cuja doação foi feita em Lisboa a 14 de setembro de 1476. Fal D. Constança de Noronha com 76 annos de edade, em Guimarães, a 26 de janeiro de 1480, e foi sepultada na capella-mór da egreja do convento de S. Francisco, da mesma cidade, junto aos degraus do altar-mór.

**Noronha** *(D. Constantino de Sá)*. Capitão general da costa de Comorim, governador da ilha de Ceilão, etc. N. em Lisboa em 1586, fal na India a 20 de agosto de 1630. Era filho do frouteiro da praça de Ceuta Martim Lourenço de Sá e Menezes. Por morte de seu pae, tratou da sua educação seu avô Francisco de Sá e Menezes. Estudou no collegio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, a lingua latina e humanidades. Aos 18 annos de edade casou com D. Luiza da Silva, filha de Duarte de Mello da Silva, 6.º senhor de Povolide e de Castro Verde, e de D Margarida de Mendonça. Sentindo mais vocação para as armas que para as letras, logo no anno seguinte ao casamento, contando apenas 19 annos de edade, foi embarcar n'uma das armadas, mas adoecendo gravemente, esteve quasi tres annos afastado dos exercicios militares, até que, restabelecendo-se, proseguiu na carreira das armas indo viver para a praça de Mazagão, que n'essa epoca tinha por governador Henrique Correia da Silva, portando-se com toda a bravura e intrepidez em varios recontros e combates. Em março de 1614 embarcou para a India com outros fidalgos, na esquadra de que era chefe Paulo Rangel de Castello Branco, e não podendo chegar a Gôa, aportou á ilha de Mombaça e d'ahi a Magadoxo, situada na costa da Ethiopia, d'onde, depois de ter despendido em soccorro dos soldados tudo quanto levava, entrou afinal em Gôa em 1615. Era vice-rei da India D. Jeronymo de Azevedo. Tomou parte, com bom exito, em varias expedições navaes, e foi nomeado capitão general da costa de Comorim; reduziu á obediencia de Portugal o rei de Porcá, que se rebellara havia 14 annos, entregando-lhe este principe, em signal da sua reconciliação dois paraus, que estavam fundeados nos seus portos. Succedendo no governo da India a D. Jeronymo de Azevedo, o conde de Redondo, D. Francisco Coutinho, este o nomeou governador e capitão geral da ilha de Ceilão para que, com a sua prudencia e valor, a defendesse de todos os potentados da Asia, que ambiciosamente pretendiam conquistar. No exercicio d'este cargo se houve com distincção notavel destruindo o adversario Madune com a morte de 8:000 chingalás, e levantando as fortalezas de Sufragan no reino das Sete Corlas e a da Gale para conservação da ilha do seu governo. Derrotou egualmente por duas vezes o tyrano Chingali, que se havia colligado com o naique de Tangaor, e tirou o cêrco da fortaleza de Mamar. Sendo restituido no anno de 1623 pelo novo vice-rei D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, ao governo de Ceilão, do qual fôra privado por Fernando d'Albuquerque, reprimiu o poder do rajá de Kandy, fundou uma fortaleza no reino de Triquilimale, augmentou a da Gale, erigiu outra na ilha de Cardiva, e reparou a de

Columbo. Havendo por diversas vezes triumphado o referido rajá, este barbaro, receando que o seu reino fôsse despojo das armas portuguezas, lhe pediu pazes ardilosamente, emquanto maquinava uma conspiração contra D. Constantino, a qual teve o fatal effeito, quando este grande heroe resolveu entrar armado em Columbo para exterminar o seu inimigo tão perfido como orgulhoso. Travou se o conflicto defronte da cidade de Rutilé, e apezar dos inimigos serem em numero muito superior aos nossos, certamente seriam destroçados, senão fôssem soccorridos pelos chingalás, que perfidamente se rebellaram contra os portuguezes, cujas bandeiras até então seguiam. Vendo o nosso general que a derrota era infallivel, resolveu acabar a vida gloriosamente entre os seus soldados, e depois de ter morto muitos dos seus inimigos, caiu atravessado com duas balas pelo peito, e com uma séta na testa, fallecendo com 44 annos de edade. A morte de D. Constantino de Noronha foi universalmente lamentada. Escreveu: *Descripção das ruas, plantas, portos do mar, fórma da fortificação da ilha de Ceilão enviada a Portugal no anno de 1624, com as fortalezas excellentemente delineadas.* Ficou inedita.

**Noronha** *(D. Diogo de).* Alcaide-mór de Obidos. Era filho do 1.º marquez de Villa Real. Serviu na Africa com seu irmão o marquez D. Fernando, que o armou cavalleiro no anno de 1450, e com o qual esteve na tomada de Targa e de Camisi. Posteriormente foi governador de Ceuta, e voltando ao reino acompanhou D. Manuel a Hespanha, em 1498.

**Noronha** *(D. Diogo de).* Governador da fortaleza de Diu. Era filho de D. Alvaro de Noronha, que fôra governador de Cochim e de Azamor. Serviu primeiro na Africa, e passou depois á India com o vice-rei D. Affonso de Noronha em 1550. No anno de 1552 foi como capitão d'um dos navios da esquadra commandada pelo sobrinho do vice-rei D. Antão de Noronha, esquadra que partira para o estreito de Bab-el-Mandeb. D. Antão de Noronha em maio de 1553 recolheu-se a Ormuz, e tomou o commando da fortaleza deixando a esquadra entregue a D. Diogo. Este, sabendo que um almirante turco Murad bey saira do Egypto, correu ao seu encontro, mas uma calmaria pôdre immobilisou-lhe os navios, e só um galeão, o de Gonçalo Pereira Marramaque, teve de sustentar todo o peso da esquadra egypcia. A lucta foi heroica, a que D. Diogo assistiu furioso e forçadamente immovel. Apenas se levantou um pouco de vento, D. Diogo desfraldou o panno, e Murad-bey fugiu. (V. *Pereira Marramaque, Gonçalo).* Tomou depois o governo da fortaleza de Diu em substituição de D. Diogo d'Almeida. N'esse governo mostrou D. Diogo de Noronha uma inquebrantavel energia. Os moiros quizeram reagir contra o dominio portuguez, e D. Diogo de Noronha mostrou-lhes que pertencia á raça heroica de D. Antonio da Silveira e de D. João de Mascarenhas. D. Diogo de Noronha fal. com 44 annos de edade.

**Noronha** *(Fr. Diogo de).* Religioso da ordem do Carmo. N. em Lisboa e fal. em 1531. Professou no convento do Carmo da referida cidade. Foi sub prior no convento de S. Romão em 1602 e 1608; mestre de noviços desde 1610 até 1612, examinador synodal e prégador muito afamado em Portugal e Hespanha. Passando a França prégou um sermão por occasião do casamento do rei Luiz XIII, e regressando depois a Lisboa, ao seu convento do Carmo, ali se conservou até fallecer. Escreveu: *Sermon de las bodas de Luiz XIII, rei christianissimo de Francia y Navarra, com D. Anna de Austria, Infanta Catholica de Espanha,* Tolosa, 1616.

**Noronha** *(Duarte de Mello de).* Escriptor, filho de Luiz de Abreu de Mello, senhor do morgado da Serra, copeiro mór e vedor dos duques de Bragança D. Theodosio e D. João, alcaide-mór de Melgaço. Escreveu: *Batalha de Montes Claros,* Lisboa, 1665.

**Noronha** *(Eduardo de).* V. *Noronha (José Eduardo Alves de).*

**Noronha** *(D. Fernando de).* Fidalgo do seculo XVI. Era filho do conde de Faro D. Affonso, e com elle passou a Castella. Foi creado nos paços dos reis D. Fernando e D. Izabel, esteve na guerra de Granada, e regressando á patria com D. Jayme de Bragança, foi mordomo-mór da rainha D. Catharina, mulher de D. João III. Fal. a 9 de janeiro de 1552.

**Noronha** *(D. Fernando de).* Tambem conhecido por D. Fernando de Menezes. Era filho do vice-rei da India D. Affonso de Noronha, e acompanhou seu pae á India em 1550, depois de ter servido com elle em Africa; em 1554 recebeu o commando da chamada esquadra do Estreito, com que inflingiu uma severa derrota ao almirante turco Ali-Schebuly. Voltando a Portugal com seu pae, foi mandado governar Ceuta, por apresentação de seu primo, o marquez de Villa Real.

**Noronha** *(D. Fernando Alvares de).* Era filho de D. Alvaro de Noronha, que foi governador de Azamor. Serviu nas guerras d'Africa, onde ficou ferido varias vezes, e onde acompanhou D. Sebastião, na sua primeira viagem Posteriormente foi conselheiro de Estado e general das galés.

**Noronha** *(Fernão de).* Commerciante do seculo XVI, que demandando as costas do Brazil á procura d'esse famoso pau brazil, que deu nome a toda essa região, descobriu no dia de S. João, em 1503, a ilha a que deu o nome de *ilha de S. João.* El-rei D. Manuel fêl-o donatario d'essa ilha, que ficou sendo conhecida pelo nome de *ilha de Fernão de Noronha,* nome que ainda conserva, e que substituiu o primitivo. A carta de D. Manuel tem a data de 16 de janeiro de 1504, e foi confirmada por D. João III em 3 de março de 1522. Fernão de Noronha era cavalleiro da Casa Real e a doação da capitania da ilha foi em duas vidas.

**Noronha** *(Francisca Josepha de).* Religiosa da ordem de S. Domingos. N. em Lisboa, onde tambem fal. em edade muito avançada em 1719, no convento da Rosa, em que tinha professado. Era filha de Francisco de Noronha, capitão de maltezes, e de D. Anna Maria de Figueiredo. Traduziu do italiano a obra de seu irmão, Fr. João José de Santa Thereza, intitulada: *Finezas de Jesus sacramentado,* etc., que se publicou em Coimbra, em 1705, e depois em Lisboa, 1722.

**Noronha** *(D. Francisco de).* Irmão do 3.º conde dos Arcos de Valle-de-Vez, D. Thomaz de Noronha, sendo filho de D. Marcos de Noronha e de D. Maria Henriques. Foi um dos fidalgos que tomaram parte na conjuração para a independencia de Portugal, de 1640. D. João IV o no-

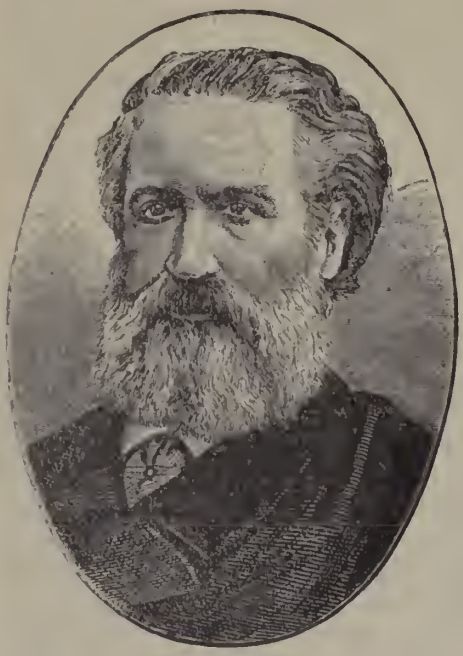
meou depois coronel de um dos terços das ordenanças de Lisboa.

**Noronha** *(D. Francisco de Almeida Beja).* Fidalgo, cujas circumstancias pessoaes são completamente ignoradas Sabe se que estudou na Universidade de Coimbra, e foi discipulo de Vandelli Em 1788 fez a analyse das aguas mineraes da povoação de Falla, na freguezia de S Martinho do Bispo, proximo de Coimbra, cujo resultado publicou em Coimbra no anno de 1790, com o titulo: *Analyse das aguas hepatisadas marciaes do logar de Falla, junto a Coimbra.*

**Noronha** *(D. Francisco de Mello).* Funccionario da Direcção Geral da Instrucção Secundaria Superior e Especial; escriptor contemporaneo. N. em Lisboa, na freguezia do Coração de Jesus, sendo baptisado em 22 de junho de 1863. E' filho legitimo de D. José Francisco de Noronha. Aos dois annos de edade passou a viver na companhia de sua tia paterna D. Thereza Maria da Luz da Piedade Sacramento de Noronha, casada com o magistrado judicial João de Mello Carneiro Zagallo. Por gratidão e reconhecimento a este magistrado, adoptou o appellido de *Mello* de que usa, sem que, todavia, lhe pertença. Por estes seus tios foi educado e mandado instruir, fazendo o exame primario em 20 de junho de 1876. Frequentou depois preparatorios, mas não cursou estudos superiores por preferir muito antes, sem embargo do possivel prejuizo burocratico, dever ao seu proprio trabalho individual a acquisição de mais alguns conhecimentos. Houve um momento, quando esteve no seminario de Coimbra, em que lhe perpassou pela mente a idéa de ser padre. O tempo desvaneceu-a, e o quadro vasto e admiravel da Natureza offereceu lhe, e continúa offerecendo-lhe, a unica sentimentalidade religiosa verdadeira, o templo aberto, o altar adoravel. Em 1886 foi nomeado, interinamente, professor da escola primaria da freguezia de Santa Eulalia de Bésteiros, concelho de Tondella, pela camara municipal respectiva, exercendo este cargo durante alguns mezes. No anno immediato, por decreto de 22 de dezembro, foi nomeado amanuense da policia civil de Lisboa, cargo que não desempenhou por ter sido collocado em commissão como adjunto ao encarregado da policia do porto da mesma cidade, logo no proprio dia da posse, em 24 de dezembro. Permaneceu n'esta situação, até que, a seu pedido, passou a servir, em commissão tambem, na antiga Direcção Geral d'Instrucção Primaria, por despacho de 5 de janeiro de 1900. Posteriormente, em 1902, ao tempo addido em virtude da extincção dos commissariados da policia, requereu e obteve licenciamento em que se conservou e conservaria, pois a morte da sua unica filha, occorrida em julho do anno passado, 1903, lançara o n'um estado de lethargia e de magua profundas, se não fôsse convidado por seus amigos a acceitar uma nova commissão na actual Direcção Geral da Instrucção Secundaria, Superior e Especial, por despacho de janeiro de 1909. Como escriptor o sr. D. Francisco de Noronha tem collaborado em grande numero de jornaes e hebdomadarios do paiz. D'entre elles citaremos: *Independencia e Ordem; Echos da Avenida*; *Correio Agricola*, (que dirigiu emquanto durou); *Encyclopedia das Familias*; *Tempo; Occidente; Diario Illustrado; O Encanto*; *Gil Braz; Perfume; Correio Nacional*, e *Revista Commercial*, todos de Lisboa; *A Plebe*, de Portalegre; *O Trabalho*, de Setubal; *Progresso Catholico*, do Porto; *Correio de Taboa; Voz da Beira* e *Beirão*, de Mangualde; *Puritano* e *O Liberal*, de Almada; *Correio de Estarreja*; *Voz de Estarreja;* e *Correio de Sines*. Em folheto tem publicado os seguintes escriptos: *Jesus Christo*, 1888; *Miscellanea*, 1889; *Bellezas do Christianismo*, 1890; *Estudos Historicos e Moraes*, 1894; *Escravatura Branca, Engajadores e Engajados*, 1895; *Folhas Dispersas*, 1896; *Caso Curioso*, 1899; *Os arabes na peninsula iberica*, 1900; *O Limoeiro*, 1901; *A Policia*, 1901; *Excesso de Podridão*, 1902; *Crença e Ideal Politico*, 1903; *A Separação da Egreja e do Estado*, 1906; *Arsenal de Marinha no concelho de Almada*, 1906; *A Gréve*, 1908; *Camões (Sem sair do meu gabinete de estudo)*, 1909; *Patria Portugueza—Educação civica—Educação social*, 1909; *Patrões e remadores da alfandega* (sem data). Tambem tem publicados outros estudos seguidos, de que mencionaremos os denominados: *Brazil—A proposito da abertura dos seus portos*, folhetim do antigo *Correio de Taboa*; *Prolongamento do caminho de ferro do Barreiro a Cacilhas*; *Operarios de fabricas de cortiça*, e o *Perfil dos nossos reis*, incluindo D. Carlos, no antigo *Liberal*, de Almada; *Questões sociaes*, no *Occidente;* etc.

**Noronha** *(Francisco de Sá).* Violinista e compositor musical. N. em Vianna do Castello a 24 de fevereiro de 1820, fal. no Rio de Janeiro a 23 de janeiro de 1881. Era filho de José Antonio, musico do regimento aquartelado naquella cidade, e de Maria Luiza dos Anjos. Ainda recem-nascido foi levado para Guimarães, onde se creou, circumstancia que fez persuadir erradamente, que elle nascera n'esta cidade em 1822 ou 1823, como alguns dos seus biographos tem publicado. No *Diccionario bibliographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, d'onde extrahimos estes apontamentos, faz se notar a verdadeira data do nascimento acima citada, declarando que a filiação e verdadeira natural'idade fôram transcriptas do proprio registo de baptismo, por diligencia do sr. dr. Esteves Lisboa, que publicou uma noticia sobre o distincto violinista, saida no jornal *Aurora de Lima*, em 1885. Corria a fama que os seus verdadeiros paes era um padre e uma dama de tratamento cujo appellido mais tarde adoptou. Comtudo, José Antonio e Maria Lima dos Anjos, paes verdadeiros ou presumidos, destinavam-n'o á vida ecclesiastica, mas logo nos primeiros estudos mostrou grande inclinação para a musica. Ensinava o um mestre hespanhol chamado Bruno, que lhe tomou grande affeição e o tratava por seu *Chiquito*. Tinha 9 annos quando manifestou as suas primeiras aspirações de compositor, apresentando ao mestre um *Miserere*, que o deixou espantado por tão precoce manifestação. No entretanto, o *Chiquito do Bruno*, como então lhe chamavam, era festejado e recebido na casa d'uma das principaes familias de Guimarães, causando a maior admiração pelo desembaraço com que já tocava no seu pequeno violino. Aos 15 annos ficou orphão, e vendo se sem recursos foi para o Porto procurar collocação n'algum theatro, e não a obtendo, resolveu ir tentar fortuna no Brazil, para onde partiu em 1838. Ali viveu, alguns annos, demorando-se no Rio de Janeiro e percorrendo uma parte da America do Sul no

exercicio da arte. Esteve tambem em New-York e Philadelphia, onde realisou alguns concertos, sendo sempre muito applaudido. Em 1850 regressou á Europa, já artista consummado, sem ter tido auxilio, além da sua extraordinaria vocação, e com a fama de violinista eximio e de compositor inspirado. Foi depois a Londres, e regressando a Lisboa em principios do anno de 1854, foi para o antigo theatro da Rua dos Coudes como director musical. Apresentou ali uma comedia em 2 actos com musica, intitulada *Arthur ou 16 annos depois*, que se representou pela primeira vez em 1 de fevereiro do referido anno de 1854. No mez de março seguinte apresentou o drama em 5 actos, *A Graça de Deus*, ornada com 30 peças de musica; em 1855 representou-se no Gymnasio a comedia em 1 acto, *Epitaphio e Epitalamio*, traduzido por Mendes Leal, para que Sá Noronha escreveu a musica. Esta comedia foi depois publicada na collecção *Theatro moderno*, com o titulo de *Receita para curar saudades*. Como violinista fez-se applaudir bastante nos concertos que deu no Gymnasio em 13 e 17 de novembro de 1854, 13 de janeiro de 1855 e em 13 de fevereiro seguinte. Tomou parte na antiga Academia Melpomenense, de professores de musica, em 25 de janeiro e 10 de fevereiro do mesmo anno, e a Academia elegeu-o seu socio honorario. Foi depois para o Porto, apresentando-se a primeira vez no theatro de S. João n'um concerto que realisou a 21 de abril, e que se repetiu em 5 de maio, obtendo enthusiasticas ovações. Nos fins de maio foi dar concertos em Guimarães, onde recebeu delirantes applausos. Os habitantes offereceram-lhe uma brilhante festa, tributando-lhe as maiores homenagens. O visconde de Pindella dedicou-lhe uma poesia, que saiu no jornal do Porto, *O Nacional*. Em agosto voltou a Guimarães, renovaudo-se as festas, sendo lhe offerecida uma corôa de prata; o referido fidalgo dedicou-lhe outra poesia, que elle proprio recitou no theatro. O Porto porfiava com Guimarães nas demonstrações de enthusiasmo pelo violinista; no entretanto, deu se uma nota discordante que veiu indignar deveras os amigos e admiradores de Sá Noronha. No jornal *O Porto e a Carta* appareceu um folhetim assignado por *Sombra do que fui*, pseudonymo de Arnaldo da Gama, em que muito se depreciava o merito do illustre artista. Este folhetim de critica severa deu em resultado uma serie de artigos de polemica artistica, publicados em differentes jornaes, polemica em que tambem Sá de Noronha tomou parte. Estes artigos fôram depois reunidos n'um volume de 190 paginas, com o titulo de *Questão Noronha ou Collecção de todos os artigos publicados em diversos jornaes, ácêrca da questão que se suscitou respeito ao merito d'este distincto violinista. Compilada por Antonio Moutinho de Sousa*, Porto, 1856. N'este volume tambem se encontra uma carta de Camillo Castello Branco dirigida a Sá Noronha. Pouco tempo depois partiu de novo para o Brazil, regressando a Lisboa nos fins de 1859, esperançado em que faria cantar uma opera em 4 actos, que já compuzera, *Beatriz de Portugal*, inspirada no drama, *Um Auto de Gil Vicente*, de Garrett, cuja partitura dedicou a el-rei D. Luiz. Não alcançou realisar o seu desejo; foi, porém, muito festejado em diversos concertos a que se apresentou nos theatros de D. Maria II e Gymnasio, e na Academia dos Professores de Musica. Fez depois uma digressão artistica pelas provincias do norte, e voltou a Lisboa sempre na esperança que a sua opera se cantasse. Tinha muitos amigos que o auxiliavam, chegando a ser annunciado que a opera *Beatriz* se cantaria, mas ficou sem effeito, e Sá Noronha partiu para o Porto, depois de realisar um concerto em S. Carlos a 15 de fevereiro de 1861. No Porto associou se com o cantor Antonio Maria Celestino para explorarem o theatro Baquet com uma companhia de opera comica portugueza, sociedade que durou apenas alguns mezes. Esteve em Lisboa em 1862, e escreveu para o Gymnasio a musica das seguintes peças: *Santa Iria*, drama sacro em 3 actos, que se representou pela primeira vez a 22 de março; e *Um filho familias*, comedia em 3 actos, que



Francisco de Sá Noronha

se representou no mez de maio. Tornando ao Porto, conseguiu finalmente que a opera *Beatriz de Portugal* se cantasse no theatro de S. João, sendo a primeira recita em 7 de março de 186 . O libreto da opera fôra escripto em portuguez por Carlos Monthoro, do Rio de Janeiro, e traduzido em italiano por Luigi Bianchi. Na primeira vez que a opera se cantou, obteve Sá Noronha uma das mais ruidosas ovações que lhe fizeram no Porto; offereceram-lhe brindes valiosos, recitaram se poesias, cantou se um hymno, etc. Noronha conservou se no Porto até 1867, sendo sempre applaudido com enthusiasmo nos varios concertos que deu ou em que tomou parte; d'estes concertos os mais notaveis fôram os realisados no Palacio de Crystal, em que tambem se fizeram ouvir o celebre organista francez Charles Widor, Arthur Napoleão, Cesar Casel-

la, Nicolau Ribas, Hypolito Ribas e Miguel Angelo. Por essa occasião escreveu o *Hymno do Palacio de Crystal*, que era tocado todos os dias pela banda de musica do edificio. Sá Noronha trabalhava na sua segunda opera, tambem em 4 actos, *O Arco de Sant'Anna*, libreto extrahido do romance do mesmo titulo de Garrett, a qual dedicou aos portuenses. Na epoca de 1855 a 1866, sendo empresario Georgio Pacini, conseguiu depois de muitas diligencias que a opera fôsse acceita, começando a ensaiar-se e a annunciar se a sua primeira representação, mas esta tentativa não foi a effeito. Só no anno seguinte. 1867, é que logrou triumphar de todos os embaraços, e a sua segunda opera cantou se pela primeira vez no theatro de S. João em 5 de janeiro. O exito foi colossal. Sá Noronha veiu depois a Lisboa, e no fim de grandes luctas e contrariedades obteve que o *Arco de Sant'Anna* se cantasse em S. Carlos a 20 de março de 1868. Concorreu muito para o enorme exito, que alcançou, a indignação causada pelo facto de se terem recusado a cantar na opera o tenor Mongiui e o baritono Boccolini, allegando ser opera que lhes não ficava no reportorio. Os jornaes e o publico censuraram asperamente aquelles artistas, o que motivou uma polemica, em que elles intervieram, procurando attenuar o mau effeito produzido pela sua recusa. Em 25 de fevereiro de 1869 cantou-se na Rua dos Coudes a sua opera comica *O Fagulha*, que pouco agradou pelo seu mau desempenho. Depois fez nova digressão ao Brazil, regressando a Portugal em 1873, e em 1875 estava no Porto dirigindo no theatro Baquet uma companhia de opera-comica portugueza. Cantaram se então ali as suas producções: *Os Bohemios*, opereta em 1 acto; *Se eu fosse rei*, opera comica em 3 actos, feita sobre o mesmo libreto da opera *Si j'etais roi*, de A. Adam; e *O Annel de Prata*, opereta e 1 acto. Em 25 de março de 1876 cantou-se no theatro de S. João a sua terceira e ultima opera, intitulada *Tagir*, libreto extrahido do romance brazileiro de Pinheiro Chagas, *A Virgem de Guaraciaba*. O proprio Noronha delineou esse libreto que Luiz Botelho e Ernesto Pinto d'Almeida escreveram em portuguez, sendo depois traduzido em italiano. Esta opera não agradou tanto como as duas primeiras. Desgostoso por este exito, vendo empallidecer um pouco a sua gloriosa e brilhante estrella, partiu pela terceira vez para o Brazil. No Rio de Janeiro alcançou ainda grande successo a sua opera comica *A Princeza dos Cajueiros*, e a opereta n'um acto *Os Noivos*. Fôram estas as suas ultimas producções conhecidas. Estando hospedado no hotel France, do Rio de Janeiro, falleceu com 61 annos de edade incompletos. N'esta cidade havia casado com D. Joanna Paula Mauro de Noronha, senhora nascida em Buenos Ayres, que, partindo para o Rio de Janeiro, aprendera rapidamente o portuguez, em cuja lingua escreveu o romance *Mysterios del Plata*, e uma obra denominada *As consolações*, imitada da *Religião natural*, de Jules Simon. Esta senhora separou-se de seu marido, e foi para o Rio da Prata, onde falleceu. Cinco annos depois do fallecimento de Sá Noronha, abriu-se uma subscripção nas redacções de alguns jornaes, e erigiu-se no cemiterio de S. Francisco Xavier um singelo mas artistico monumento para onde se trasladaram os restos mortaes do distincto artista em 4 de dezembro de 1886, acto a que assistiram o ministro de Portugal e muitas pessoas notaveis, tanto brazileiras como portuguezas. As suas producções são numerosas; a viuva offereceu ao Conservatorio Real de Lisboa todas as partituras que possuia, assim como algumas pequenas composições, mas essa offerta constitue uma pequena parte apenas. Além das operas italianas e outras producções já citadas, mencionaremos as seguintes: *O Califa da rua do Sabão*, opera comica brazileira; *Os Guardas do rei de Sião*, opera comica; *Os Mosqueteiros da rainha*, idem; *As Virgens*, opereta; *A Filha do cego*, vaudeville; *O Baiano na côrte*, idem; *A Esmeralda*, opera comica; *A Familia Morcley*, idem; *S. Gonçalo*, drama sacro; *O Trajano*, opera seria; *Raros mas ainda os ha*, comedia vaudeville em 1 acto de Braz Martins, representada no Porto em 9 de outubro de 1858, e tambem no Gymnasio de Lisboa. Musica sacra: sabe-se d'uma missa a 4 vozes e piano; missa expressamente escripta para a festa do Coração de Maria, a 4 vozes e piano: ambas estas missas tambem fôram escriptas para orchestra. Composições diversas contam-se: *Morceaux de Concert, caprice pour le violon avec acompagnement de piano*, op. 15, London; *Elegia á morte de D. Pedro V, para violino e piano*, Porto, publicada em 1861; *A Despedida*, hymno composto e offerecido aos portuenses, Porto; *Polaca para canto e orchestra*, executada no theatro Baquet em 3 de janeiro de 1864; *Improviso para violino e orchestra*, executado no Gymnasio em 10 de maio de 1862; *Variações para violino sobre a opera «O Dominó preto»; Capricho de concerto para violino e piano*; *Carnaval de Lisboa, valsas burlescas, para violino e piano; Phantasia sobre a «Traviata», para violino e piano*, dedicada a Camillo Castello Branco; *Los tristes del Perú, phantasia peruviana para violino e piano; Variações sobre um thema de Thalberg para violino e piano; Phantasia sobre o «Trovador», para violino e piano; Phantasia sobre o «Rigoletto», para violino e piano; Bonina*, mazurka para piano, publicada no jornal *A Lyra portugueza*, de que Noronha foi director; *Eu te amo*, modinha impressa no Rio de Janeiro, editada por Narciso e Arthur Napoleão; *Associação e progresso, cantata com córos e solos*, executada no theatro de S. João em 25 de abril de 1868, a beneficio da Sociedade de soccorros aos typographos.

**Noronha** (*D. Garcia de*). Foi o 10.º governador e o 3.º vice-rei da India; um dos sobrinhos de Affonso d'Albuquerque. Quando seu tio era governador da India, foi D. Garcia de Noronha nomeado capitão mór do mar, e partiu para tomar posse d'esse logar importante commandando a armada, que em 1511 partiu para a India. Homem de genio colerico e orgulhoso teve dissensões com toda a gente, e o proprio Affonso d'Albuquerque dizia que, se elle não fôsse o governador, nunca D. Garcia de Noronha teria acceitado o logar de capitão-mór do mar, pela sua indole adversa a toda a obediencia. Esteve com Affonso de Albuquerque na tomada de Gôa, tratou da construcção da fortaleza em Calicut, acompanhou seu tio a Adem, e depois a Ormuz na segunda expedição. De Ormuz mandou-o Affonso de Albuquerque de novo para a India afim de tratar da carregação das naus do reino, dando-

lhe ao mesmo tempo plenos poderes de justiça e de fazenda. Estava D. Garcia de Noronha cuidando d'estes assumptos, quando chegou o novo governador da India Lopo Soares de Albergaria, e quando se recebeu em Cochim a noticia da morte de Affonso de Albuquerque. Logo D. Garcia partiu para Portugal, justificando assim o que d'elle disséra seu tio. Em Portugal fez-se D. Garcia de Noronha grande cortezão, sendo muito acceito a D. João III, e tendo bastante influencia pelo seu parentesco com o escrivão da puridade, D. Antonio Noronha, conde de Linhares. Foi nomeado para commandar uma expedição que foi á Africa soccorrer Safi, empresa pouco lucrativa. D. Garcia de Noronha era pobre e soffrego de dinheiro. Tinha uma familia numerosa, D. João III entendeu que o devia mandar como governador para a India para enriquecer. Na côrte deviam saber que D. Garcia não era homem de escrupulos. Na tomada de Gôa todos tinham sabido que D. Garcia deixára escapar muitos moiros dos principaes a troco de avultadas quantias. Em Ormuz cochera se á farta; Gaspar Correia, secretario de Affonso d'Albuquerque e autor das *Lendas da India*, conta que o governador, quando em Ormuz D. Garcia de Noronha lhe pediu para ir para a India tratar da carga das naus do reino, logo percebeu que o que o movia era o desejo de empregar o dinheiro que apanhára em Ormuz; mas deixou-o ir, e deu-lhe até plenos poderes, porque Affonso d'Albuquerque tinha um certo fraco pelos seus parentes. Todos sabiam tambem que D. Garcia de Noronha era altamente improprio para o cargo de governador da India pelo seu genio irritavel. Durante o governo de seu tio tivera discordias com toda a gente. As qualidades reaes que possuia, a bravura e a energia disciplinadora, deviam estar attenuadas um tanto com a edade. Apezar d'isso não hesitaram, e D. Garcia de Noronha foi nomeado governador da India com o titulo de vice-rei, como se quizessem encobrir com o esplendor do titulo a insignificancia do nomeado. Essa era a terceira vez que se conferia esse elevado titulo. Já tivera nove governadores a India, só dois tinham usado o titulo de vice-rei, D. Francisco d'Almeida e D. Vasco da Gama. Não fôra vice-rei Affonso d'Albuquerque, e era vice-rei seu sobrinho D. Garcia de Noronha. Nomeado em 1537 para substituir Nuno da Cunha, partiu immediatamente, e tomou posse do governo a 14 de setembro de 1538. Diu estava cercada, e defendia-a heroicamente Antonio da Silveira. D. Garcia de Noronha preparou logo uma esquadra importante para a soccorrer, mas estreara-se mal no governo, porque logo teve uma desavença com o seu predecessor Nuno da Cunha, por causa d'uns dinheiros que este lhe não quiz emprestar. O cêrco de Diu levantou-se, graças ao heroismo dos seus defensores, e D. Garcia de Noronha chegou quando tudo estava concluido. No caminho tratara principalmente dos seus interesses particulares, e chegára a Diu quando não era já preciso. Pois só lá foi fazer mal, porque depois d'uma victoria tão assignalada, fez pazes com o rei de Cambaia, concedendo-lhe tudo o que elle pedia, a troco de avultadas quantias, conseguindo assim o inimigo com o ouro o que não pudera conseguir com as armas. Voltou a Gôa, e entregou-se ás mais sórdidas especulações, vendendo os cargos e empregos publicos quasi em almoeda. Felizmente para a India portugueza adoeceu pouco tempo depois. Mesmo da cama discutia com os subalternos sobre a escolha do seu successor. Veiu a fal. a 3 d'abril de 15 0, depois d'um governo de anno e meio. Foi sepultado na egreja da Sé, de Gôa.

**Noronha** *(D. Garcia de)*. Capitão de Ormuz e de Malaca. Era filho de D. Antonio de Noronha e neto do vice rei D. Garcia de Noronha pelo lado paterno, e do governador da India Garcia de Sá pelo lado materno. N. em Gôa em 1550, veiu creança para Lisboa, sendo depois nomeado capitão de Ormuz e de Malaca, onde falleceu.

**Noronha** *(D. Gil Eannes de)*. Fidalgo do seculo XVI, pertencente á casa de Monsanto. Acompanhou D. Sebastião a Africa, e passando a servir no Oriente foi capitão de Baçaim, commandou um navio nas esquadras que sairam de Gôa para o Malabar em 1615 e em 1617, e tendo estado em varios reencontros foi morto uma noite no meio d'um combate.

**Noronha** *(D. Henrique de)*. Era filho do 1.º marquez de Angeja, D. Pedro Antonio de Noronha de Albuquerque. N. a 20 de setembro de 1683, fal. a 10 d'agosto de 1722. Foi porcionista do collegio de S. Pedro, de Coimbra, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, e depois largando a vida ecclesiastica e varios beneficios que n'ella tinha, casou com a filha do monteiro mór do reino.

**Noronha** *(Fr. Henrique de)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. em Lisboa a 31 de março de 1610, fal. no convento do Carmo da mesma cidade a 17 de fevereiro de 1660. Era filho de D. Marcos de Noronha e de D. Maria Henriques. Entrou na ordem dos carmelitas no seu convento de Lisboa, aos 13 annos de edade, a 20 de julho de 1623, e professou solemnemente a 17 de maio de 1626. Foi admittido a collegial no collegio de Coimbra a 14 de novembro de 1629. Depois de ter sido prior do convento de Camarate, socio e secretario do provincial Fr. Antonio da Guerra, prior do convento de Lisboa e presentado, foi eleito provincial no capitulo realisado a 12 de novembro de 1658, falleceudo pouco mais d'um anno depois. Escreveu: *Exemplar politico ideado nas acções de seu oitavo avô, o senhor D. Pedro I d'este reino*. Publicou-se em 1723, muitos annos depois da sua morte, por diligencia de Diogo Bernardes de Sá, e por elle dedicado ao conde de Villar Mayor Fernão Telles da Silva.

**Noronha** *(Henrique Henriques de)*. Academico supranumerario da Academia Real de Historia Portugueza. Era natural da ilha da Madeira, e fal. em 1730, sendo filho de Pedro de Bettencourt Henriques e de D. Marianna de Menezes. Frequentou alguns annos a Universidade de Coimbra. Succedeu a seu tio Ignacio de Bettencourt da Camara, nos morgados que possuia, e casou a 6 de julho de 1692 com sua prima D Francisca Maria de Vasconcellos. D. Antonio Caetano de Sousa, autor da *Historia Genealogica*, chamava-lhe *excellente investigador das antiguidades*. Era muito dado a estudos genealogicos, e sobre esse assumpto deixou varias obras, que não chegaram a ser impressas, e cujos manuscriptos se conservavam no poder do referido D. Antonio Caetano de Sousa. D'essas obras citam se as se-

guintes: *Familias da ilha da Madeira; Familia de Henriques illustrada; Familia dos Freires de Andrade; Memorias seculares e ecclesiasticas para a composição da historia da diocese do Funchal na ilha da Madeira, distribuidas na fórma do systema da Academia Real de Historia Portugueza.*

**Noronha** *(Hugo de).* Pintor. N. em Ovar a 11 de novembro de 1866, sendo filho do escriptor e engenheiro Tito de Noronha. Tendo completado os preparatorios no Lyceu do Porto, matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1883, transitando depois para a Academia Polytechnica do Porto, quando este estabelecimento foi equiparado á Universidade para o effeito de estudos preparatorios da Escola do Exercito. Era sargento aspirante do caçadores n.º 9. Frequentou a Academia Polytechnica durante quatro annos, sendo alumno laureado. Apaixonado pelas bellas artes abandonou a carreira das armas, e dedicou-se á pintura, estylo illuminura, para o que analysou detalhadamente os bellos exemplares d'esse genero archivados nas nossas bibliothecas e museus, e bem assim nos estabelecimentos congeneres de Madrid, Paris, Londres e Roma. Expôz pela primeira vez trabalhos seus na Exposição Industrial de 1887, no Palacio de Crystal do Porto, offerecendo um dos seus trabalhos ao então principe real D. Carlos. Em annos subsequentes occorreu a outras exposições nacionaes e estrangeiras, merecendo os seus trabalhos menção, e tendo obtido alguns premios honorificos. São innumeros os seus trabalhos de illuminura, que constituem, no dizer dos entendidos, modelos no genero. Tem exposto differentes diplomas, mensagens, etc., revelando-se sempre um artista *di anima*, como d'elle dizia o distincto pintor Cellini, professor que foi d'uma das nossas escolas industriaes. Entre os trabalhos consagrados de Hugo de Noronha, avultam: *José vendido por seus irmãos* (illuminura); *Diploma de D. Lucia Bruce* (illuminura); *A leitura do eremita* (imitação de phototypia, a nankim); *Judith apresentando a cabeça de Holofernes ao povo hebreu* (desenho á penna), etc. A obra mais importante d'este artista é o *Livro de Honra* da Santa Casa da Misericordia do Porto, que tem merecido continuos e geraes encomios. Hugo de Noronha é collaborador artistico da *Portugalia*. Entrou para o jornalismo em 1889, fazendo parte da redacção do *Commercio Portuguez*, mais tarde *Onze de Janeiro*. Collabora hoje em jornaes litterarios, dedicando a sua actividade á illuminura e á micrographia. E' tambem um apreciado calligrapho, sendo os seus trabalhos reputados os melhores do genero.

**Noronha** *(D. Isidoro Caetano do Rosario).* Monsenhor, arcediago do Gôa, doutor em Theologia pela Universidade Gregoriana de Roma, etc. N. em Ucassim da provincia de Bardez, comarca de Gôa, a 4 de abril de 1817, fal. em Gôa, a 12 de junho de 1877. Era filho de Ceronlo Deodato de Noronha e de D. Eutregena Paes de Noronha. Dedicando se á carreira ecclesiastica foi concluir os seus estudos na Universidade Gregoriana em Roma, cuja faculdade de Theologia é uma das primeiras do mundo, e seguiu o curso com bastante distincção, porque obteve premios em varias cadeiras, e doutorou-se em 1844, depois de ter defendido com bastante brilho a sua these. Este facto veiu lisonjeiramente mencionado no *Diario de Roma*, de 22 de fevereiro do referido anno. Tantas provas de distincção e tantas honrarias designaram-n'o á escolha do governo, que o nomeou prelado de Moçambique em 1846. A escolha era honrosa, e parece que o joven prelado, que tinha então apenas 29 annos, se devia contentar com ella. Mas não se contentou e aspirava, ao que parece, a collocação mais alta, e não partiu para a sua diocese, e apezar de todas as instancias do governo, ou por querer ser nomeado para outra, ou porque entendesse que a prelazia de Moçambique devia ter as honras e as prerogativas de um bispado. Cançou-se afinal o governo d'esta resistencia, deu-lhe ordens terminantes para partir, e, como elle resistisse, demittiu-o, quer dizer revogou em 1853 o decreto que o nomeára. O papa Gregorio XVI o nomeou seu camareiro secreto; e a Academia de Santa Cecilia lhe conferiu o titulo de socio. Começou então uma polemica interminavel, porque monsenhor D. Isidoro batia a todas as portas, appellava para todos os recursos, escrevia, sollicitava, e como era bemquisto e bem recebido em muitas casas fidalgas, não cessou um instante de procurar protectores. Em 1859 publicava uma *Memoria juridico-canonica dirigida aos excellentissimos conselheiros do supremo tribunal de justiça*; em 1861 a *Defeza das immunidades da Santa Egreja de Moçambique (Prelasia nullius diocesis) e dos direitos episcopaes e mais preeminencias de seus prelados, ou a minha questão exposta em toda a sua luz. Desaygravo de duas affrontas feitas ao sacerdocio catholico; refutação das objecções postas contra a inamobilidade dos prelados de Moçambique* Diz se que este opusculo foi escripto ou revisto pelo visconde de Paiva Manso, Levy Maria Jordão. N'esta lucta infructifera gastou D. Isidoro a sua intelligencia e o seu tempo, e perdeu todos os resultados da sua brilhantissima estreia na vida, tornando se afinal pesado aos seus amigos pela importunidade das suas queixas. D. Isidoro não fôra só demittido, fôra tambem processado por desobediencia ás ordens do governo. D'este processo, comtudo, livrou-se, porque foi absolvido em audiencia de jury. Depois de longos annos de lucta e de resistencia, D. Isidoro resignou-se em 1871 a acceitar a sua apresentação na dignidade de arcediago de Gôa. Todos imaginavam que elle ia partir, porque demais a mais elle escreveu e inscriu no *Diario Nacional* de 10 de novembro de 1871, uma longa carta de despedida, em que mais uma vez contava a sua historia e a sua longa questão. Pois ainda assim não partiu, e ainda em 1873 estava em Lisboa, onde n'esse anno publicou um folheto intitulado o *Padroado ultramarino agonisante*. Em 1870 publicára no *Jornal do Commercio*, muitos artigos, e depois em opusculo: *Um brado pelas colonias, ou as colonias salvas pela missão e Portugal salvo pelas colonias*. Advogava n'esse folheto o restabelecimento dos conventos nas possessões portuguezas d'além-mar como unico meio de segurança colonial. N'esse mesmo anno publicára tambem uma *Representação submettida ao governo de sua majestade, suggerindo os meios de organisar a missão ultramarina, e por esta resolver no patrio interesse a questão colonial*. Em 1873 estava ainda em Lisboa, publicando folhetos, collaborando em jornaes para se occupar de assumptos

de missões, ou para falar aiuda na prelazia de Moçambique, como por muito tempo collaborára na *Revolução de Setembro*, na *Gazeta do Povo* e na *Nação*, etc. Effectivamente só em 1875 partiu para Gôa, onde permaneceu até fallecer.

**Noronha** (*D. Jeronymo de*). A quem alguns chamam D. Jeronymo de Menezes, era filho de D. Henrique de Menezes e neto do 1.º marquez de Villa Real. Passou á Iudia com seu cunhado D. João de Castro no anno de 1545 despachado capitão de Baçaim. Tomou grande parte na guerra de Cambaia, e voltando ao reino não teve mais emprego, apezar de não lhe faltarem merecimentos, segundo affirma D. Antonio Caetano de Sousa na sua *Historia Genealogica*. Gaspar Correia, porém, nas *Lendas da India*, tomo IV, pag. 532, affirma que elle em Baçaim tantos roubos fez, tanto aos indigenas como aos portuguezes, que, passando D. João de Castro para Diu, fôram ao mar ter com elle varios habitantes de Baçaim a queixar-se do seu governador. D. João de Castro disse-lhes que depois os attenderia, quando voltasse da sua empresa, mas Gaspar Correia o quo dá a enteuder é que D. João de Castro, apezar do seu catonismo, lembrou-se de que D. Jeronymo era seu parente, e não procedeu contra elle. Razão teve pois o governo portuguez para não dar novo emprego a esse capitão pirata, que se constituia o flagello das terras que governava.

**Noronha** (*D. Jeronymo de*). Era filho do 4.º conde de Linhares, D. Miguel de Noronha. Ficando com seu pae em Castella, foi capitão governador das guardas do archiduque Leopoldo Guilherme d'Austria e governador de Flandres. Filippe IV deu-lhe o titulo de conde de Castel-Mendo. Voltando a Portugal depois de feita a paz com a Hespanha, fal. em Lisboa a 3 de dezembro de 1668.

**Noronha** (*D. João de*). Fidalgo, filho do 2.º conde de Villa Real. Era appellidado o *Decetes*. Foi governador e capitão de Ceuta durante a ausencia de seu irmão; esteve em Alcacer-Ceguer com seu tio, o 3.º conde de Viauua D. Duarte de Menezes, e assignalou-se nas guerras d'Africa em varias occasiões. Acompanhou D. Affonso V a Hespanha, esteve na batalha de Tóro, onde ficou prisioneiro. Recuperando a liberdade e voltando ao reino, foi encarregado por D. João II do governo da casa de D. Joanna, a *Excellente Senhora*. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento d'este fidalgo.

**Noronha** (*D. João de*). Prior-mór de Santa Cruz de Coimbra, que falleceu a 2 de julho de 1506. Era filho do 1.º marquez de Villa Real. D. João II e D. Manuel o quizeram fazer arcebispo de Braga e de Lisboa, mas elle recusou-se a ambos os monarchas, não querendo deixar o seu priorado. Falleceu antes de ser sagrado bispo de Ceuta e primaz d'Africa, dignidade para que fôra eleito, e que o papa Julio II confirmára com o titulo de cardeal.

**Noronha** (*D. João de*). Commendador da ordem de Christo. Nasceu em Lisboa, sendo filho de D. Pedro de Noronha, 7.º senhor de Villa Verde, que falleceu na batalha d'Alcacer-Kibir, em agosto de 1578, e de sua segunda mulher, D. Catharina de Atnaide. Militou em Africa com valor e bravura, e fal. em edade muito avançada. Casou tres vezes, não tendo successão em nenhum dos matrimonios. Deixou alguns manuscriptos, em que se contam: *Tratado sobre a discrição dos espiristas*; *Tratado da Oração*, etc.

**Noronha** (*João de Saldanha de Albuquerque de Mattos Coutinho*). Alcaide-mór de Soure, commendador das commendas de Nossa Senhora da Conceição da Savacheira, S. Thomé de Amarcas, e S. Martinho de Lagares na ordem de Christo, conselheiro de guerra, tenente-general de artilharia, presidente do senado de Lisboa, etc. N. em Lisboa e fal. em Santarem em edade muito avançada a 10 de setembro de 1732. Era filho de Ayres de Saldanha de Albuquerque, que morreu na batalha de Moutijo em 26 de maio de 1644, e de D. Izabel da Silva. Na primeira edade applicou-se ao estudo das sciencias na Universidade de Coimbra, mas depois resolveu seguir, como seu pae, a carreira das armas, e sendo capitão de cavallos na provincia do Alemtejo, distinguiu-se em varios combates, ficando prisioneiro n'um que se deu em 1667. Posteriormente foi deputado da Junta dos Tres Estados, governador e capitão general da ilha Tereeira e da praça de Mazagão, tenente-general d'artilharia, presidente do senado de Lisboa e védor da raiuha D. Maria Anna d'Austria, mulher de D. João V. Casou com D. Catharina de Norouha, dama da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, filha de D. Pedro Coutinho, commendador de Almourol, e de D. Marianna de Noronha. Foi sepultado na capella do Menino Jesus dos Milagres, no convento de S. Domingos, de Santarem. João Coutinho de Noronha era muito versado na historia, e sabia com perfeição a lingua franceza, da qual, por indicação de D. Pedro II, traduziu a seguinte obra: *Recopilação de remedios escolhidos de Madame Fouquet, faceis, domesticos, experimentados, e approvados para toda a sorte de males internos e externos: quinta impressão augmentada de quantidade de segredos*, etc, 1.ª e 2.ª partes, Lisboa, 1712, parte 3.ª, Lisboa, 1714. Parece que as anteriores edições se publicaram em francez. Ha uma 6.ª edição de todas as tres partes, feita em Lisboa, 1749.

**Noronha** (*D. Jorge de*). Fidalgo que militou na India, e falleceu n'um combate contra os turcos. Era sobrinho de Affonso d'Albuquerque, e irmão de D. Alvaro, D. Antonio, D. Affonso e D. Garcia de Noronha. V. *estes nomes*.

**Noronha** (*José Eduardo Alves de*). Capitão de infantaria, jornalista e escriptor. N. em Lisboa a 26 de outubro de 1859. Assentou praça em 4 de novembro de 1874, sendo promovido a alferes em 1 de outubro de 1890, a tenente em 6 de agosto de 1896, e a capitão em 7 de janeiro de 1904. Serviu em Africa desde 1879 até 1894, onde desempenhou os cargos de secretario do governo de Lourenço Marques, conductor de obras publicas, engenheiro da camara e chefe da repartição de agrimensura. Tomou parte nas campanhas da Matibane, Zambezia, Chirinda e defeza de Lourenço Marques contra as investidas do regulo Zixaxa. Collaborou nos jornaes *A Actualidade*, do Porto; *Africa Oriental*, *Quelimanense*, *O futuro de Lourenço Marques* e o *Districto de Lourenço Marques*, que fundou, na Africa Oriental. Foi correspondente em Moçambique do *Economista*, de Lisboa Collaborou no *Correio da Noite*, *Tarde* e *Tribuna*. Occupou o cargo de secretario das *Novidades*, ao lado de Emygdio Na-

varro, mais de seis annos, e é actualmente redactor do *Diario de Noticias* e director do «magazine» *Serões*. Traduziu os seguintes livros: *Ao tanger dos sinos*, 1 vol.; *Quo vadis?*, 4 vol.; *O diluvio*, 4 vol.; *Sem Dogma*, 2 vol.; *Caricias de uma noiva*, 1 vol.; *Ben-Hur*, 2 vol.; *A tzarina-sultão*, 1 vol.; *Heliogábalo*, 1 vol.; *Christo e Mahomet*, 1 vol.; *A conquista de Bizancio*, 1 vol.; *Lyrio selvagem*, folhetim; *Memorias do presidente Kruger*, 1 vol.; *Alice Lisle*, folhetim; *O indio*, folhetim; *Kama Sutra*, 1 vol.; *O palacio das mil luzes*, 1 vol.; *O amigo das mulheres*, 1 vol.; *A feira das vaidades*, 3 vol.; *Exilados da Siberia*, 1 vol.; *Sigamo-lo*, 1 vol.; *Hania*, 1 vol.; *Os bastidores do nihilismo*, 1 vol. Para o theatro traduziu: *O avô*, drama em 5 actos, de Perez Galdós; *Coração de*

José Eduardo Alves de Noronha

*mulheres*, comedia em 4 actos, de Arthur Pinero; *O Juiz*, comedia em 4 actos, *Casa em ordem*, comedia em 4 actos de Arthur Pinero; *O Ladrão*, peça em 3 actos, de Henry Bernstein; *Samsão*, peça em 4 actos do mesmo autor. Escreveu até agora, 1909, os seguintes romances e obras originaes: *O exterminio de um povo*, 1 vol.; *A ambição de um rei*, 3 vol.; *A historia das touradas*, 1 vol.; *O districto de Lourenço Marques e a Africa do Sul*, 1 vol.; *A Hespanha antiga e moderna*, 1 vol.; *A Hespanha contemporanea*, 1 vol.; *O Transvaal e o Estado Livre de Orange*, 1 vol.; *A Inglaterra e as suas colonias*, 1 vol.; *A guerra anglo-boer*, 2 vol.; *A guerra russo japoneza*, 1 vol.; *Na Russia*, 1 vol., *No Brazil*, 1 vol.; *Ruy Freire de Andrade*, 1 vol.; *Heroes e martyres*, 1 vol.; *Heroe de Chaimite*, 1 vol.; *O Marquez de Niza*, 1 vol.; *O ultimo marquez de Niza*, 1 vol.; *A' redea solta*, 1 vol.; *De automovel*, 1 vol.; *O Guia de Matto Grosso*, 1 vol.; *O agonisar de uma dynastia*, 1 vol.; *Da Madeira ao Alto Zambeze*, 1 vol.; *Do Minho ao Algarve*, 1 vol.; *Evolução no theatro*, 1 vol. Além d'estes trabalhos é autor da carta topographica do districto de Lourenço Marques, na escala de 1:250.000, a mais completa e maior que ainda hoje existe d'aquella nossa colonia. O sr. capitão Eduardo de Noronha é agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Sant'Iago, e de S. Bento de Aviz, e possue as medalhas de prata de bons serviços, de comportamento exemplar, e de serviço, no ultramar.

**Noronha** *(D. Fr. José Maria Sant'Anna)*. Eremita da ordem de S. Paulo da congregação da Serra d'Ossa; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, prégador régio, deputado da Mesa do melhoramento das ordens regulares, e da Junta da Bulla da Cruzada, bispo de Angra, de Bragança e Miranda, etc,. N. em Lisboa a 5 de fevereiro de 1761, e fal. em Bragança a 24 de dezembro de 1829. Professou no instituto da congregação de S. Paulo em 1779, e doutorou-se na Universidade em 1792. Foi tambem examinador synodal do patriarchado e do priorado do Crato, qualificador do Santo Officio, censor régio. Em 1804 rejeitou a mitra de Malaca, que lhe fôra offerecida. Sendo eleito bispo de Angra em 1823, foi transferido em 1824 para a diocese de Miranda, Bragança, de que tomou posse a 24 de setembro do referido anno de 1824. Regeu exemplarmente a sua diocese pouco mais de cinco annos, em circumstancias difficeis, provenientes das vicissitudes politicas que se déram no reino durante aquelle periodo. D. Fr. José Maria Sant'Anna de Noronha era considerado como homem virtuoso, e por muitos annos foi prégador, sendo os seus sermões sempre ouvidos com o maior respeito e attenção. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa existe o seu retrato em corpo inteiro. Escreveu: *Oração recitada na solemne acção de graças, que pelo nascimento do ser.mo principe da Beira o sr. D. Antonio, fez celebrar o primeiro regimento da Armada na egreja de N. S.a da Pena*, Lisboa, 1795; *Sermão da Natividade de Nossa Senhora*, Lisboa, 1810; *Discurso moral e patriotico, em que por motivos de religião se mostra que os portuguezes devem ser fieis á Casa de Bragança, como soberana legitima de Portugal*, Lisboa, 1811; *Oração funebre prégada nas exequias da rainha fidelissima D. Maria I, na real capella da Bemposta*, Lisboa, 1816; *Sermão analytico, prégado nas exequias do Santo Padre Pio VII, celebradas na egreja patriarchal de Lisboa no dia 26 de setembro de 1823*; Lisboa, 1823; *Sermão historico em acção de graças pelo restabelecimento de Sua Majestade ao augusto throno de seus maiores; prégado na santa egreja de Lisboa, em 13 de julho de 1823*, Lisboa, 1823; *Pastoral a todos os diocesanos do bispado de Bragança, na occasião de ser confirmado bispo, e tomar posse d'aquella diocese*, Lisboa, 1824; *Pastoral aos seus diocesanos, exhortando-os a concorrerem com esmolas para a conservação dos logares santos em Jerusalem; datada de 15 de abril de 1825*, Porto, 1825; *Pastoral exhortatoria aos seus diocesanos, por occasião de alguns desacatos commettidos em varias egrejas do reino, datada de 3 de setembro de 1825*, Porto, 1825; *Pastoral mandando publicar o jubileu do an-*

*no santo*, Porto, 1826; *Pastoral annunciando aos seus diocesanos a morte do imperador e rei o senhor D. João VI, e recommendando a obediencia ao governo por elle nomeado, datada de 18 de março de 1826*, Porto 1826; *Pastoral contra a doutrina de alguns que affirmavam ser licito em juizo o juramento falso, quando dado com intenção de fazer bem, datada de 29 de março de 1826*, Porto, 1826; *Pastoral aos seus diocesanos, por occasião da guerra civil, exhortando-os á obediencia ao sr. D. Pedro IV e á Carta por elle outorgada, datada de Bragança a 20 de agosto de 1826*, Porto, 1826.

**Noronha** *(José Monteiro de)*. Ecclesiastico brazileiro. N. na cidade de Belem, no Pará, em novembro de 1723, e fal. no Pará a 15 de abril de 1794. Era filho de Domingos Monteiro de Noronha, que lhe mandou dar uma esmerada educação no collegio de Santo Alexandre, da Companhia de Jesus. José Monteiro de Noronha, porém, não quiz seguir a carreira ecclesiastica, e depois de concluir os estudos de humanidades, casou, dedicando-se á advocacia; foi vereador do senado de Belem, e serviu interinamente de juiz de fóra. Tendo enviuvado em 1754, ficou muito desgostoso, e resolveu dedicar-se ao sacerdocio, tomando ordens de presbytero. Sendo nomeado vigario da comarca do Rio Negro pelo bispo D. Miguel de Bulhões, percorreu-a em todos os sentidos, e prestou grandes serviços á religião e á civilisação, occupando se zelosamente da conversão dos indios. O bispo D Fr. João Evangelista de Noronha o nomeou vigario geral do Pará. Então n'uma vida mais descançada, entregou-se ao mister de prégador, em que adquiriu fama de notavel orador sagrado. Os seus muitos sermões perderam-se infelizmente, menos um que prégou na abertura do hospital de caridade fundado por D. Fr. Caetano Brandão, no Pará. Por varias vezes tambem o padre José Monteiro de Noronha foi vigario capitular do bispado do Pará. Das suas viagens ao sertão deixou relatorios, um dos quaes só se publicou em 1862: *Relatorio das viagens da cidade do Pará até ás colonias do sertão da provincia*. Deixou outro manuscripto, que tem por titulo: *Roteiro das viagens da cidade do Pará até ás ultimas colonias dos dominios portuguezes em os rios Amazonas e Negro*; não tem o nome do autor, mas sabe-se que é d'elle

**Noronha** (*D. Leonor de*). Era natural de Evora, sendo filha do 2.º marquez de Villa Real, D. Fernando de Menezes, e de D. Leonor da Silva Recebeu uma educação esmeradissima; teve por mestre de grammatica o celebre André de Rezende. Era muito versada em differentes linguas, distinguindo-se pelas suas virtudes e devoção, e fal. no estado de solteira com 75 annos de edade a 17 de fevereiro de 1563. Traduziu do latim para portuguez a *Chronica geral de Marco Antonio Cacio Sabelico des ho começo do mundo atée nosso tempo*, etc., *Dirigida aa muyto alta e muyto poderosa senhora Dona Catherina Raynha de Portugal*. Esta obra é rara e estimada; a primeira parte foi impressa em 1550 e a segunda em 1553. Os nossos bibliographos attribuem a D. Leonor de Noronha a obra seguinte, que é tambem traducção d'uma *decada* das *Eneidas* do referido Marco Antonio Sabelico, da qual foi publicada a primeira parte em 1552, e a segunda em 1554, tendo aquella o seguinte titulo: *Este livro he do começo da historia de nossa redençam que se fez pera consolaçam dos que não sabê latim*. Esta obra foi depois impressa, pelo menos, em 1570, e além do que fica descripto parece que D. Leonor de Noronha, segundo affirma Jorge Cardoso, no *Agiologio Lusitano*, tomo I, pag. 459, tambem escreveu um *Tratadinho* contendo tres meditações da Paixão e uma breve declaração do Padre Nosso, mas este opusculo parece que não chegou a ser impresso.

**Noronha** *(D Lourenço de)*. Fidalgo que serviu na India no tempo do vice-rei conde de Sandomil. Era filho do 4.º conde dos Arcos de Valle-de-Vez, D. Marcos de Noronha, e de sua mulher, D. Maria Josepha de Tavora. A 14 de abril de 1736 foi nomeado mestre de campo do terço da cidade de Gôa. Casou com D. Joanna de Mello, e em 1740 foi nomeado governador de Moçambique, colonia que governou durante tres annos. Por morte do vice-rei marquez de Louriçal, foi nomeado, juntamente com D. Luiz Caetano de Almeida e D. Francisco de Vasconcellos, bispo de Cochim, para governarem interinamente a India até á chegada do novo vice-rei. Apenas teve noticia da nomeação embarcou para Gôa, e governou o estado juntamente com os companheiros até que entregou o governo ao marquez d'Alorna no dia 24 de setembro de 1744

**Noronha** *(Luiz Camello de)*. Capitão dos estudantes na cidade da Bahia e vereador do senado. N. em 1659 na Villa Nova Real do arcebispado da Bahia. Era filho de Francisco Fernandes Camello e de D. Francisca de Noronha. Estudou Philosophia e Theologia, dedicando-se depois á poesia. Deixou os seguintes manuscriptos: *Pompas funeraes que a cidade da Bahia dedicou ás Saudosas memorias da Senhora D Marianna de Lencastre mãe do ill.mo e ex.mo conde de Sabugosa Vasco Fernandes Cesar de Menezes, vice rei do estado do Brazil*, obra poetica; *Oitenta e seis loas aos annos das Majestades Portuguezas, desposorios dos principes do Brazil e Asturias, e outros assumptos heroicos e liricos; diversas poesias a varios assumptos*, que deviam formar um grande volume.

**Noronha** *(D. Manuel de)*. Mestre em Artes pela Universidade de Evora, prior da ordem de S. Thiago, bispo de Vizeu, reitor reformador da Universidade de Coimbra, etc. N. em Villa Verde em 1594, fal. em Lisboa em 11 de maio de 1671. Era filho de D. Francisco Luiz de Albuquerque e Noronha, senhor de Villa Verde, alcaide-mór de Aljezur na ordem de S. Thiago, e de D. Catharina de Sousa. Aos 15 annos entrou na Companhia de Jesus a 6 de agosto de 1609, que depois abandonou passando ao estado de presbytero secular. Estudando na Universidade de Evora, obteve o grau de mestre em artes. Foi prior das egrejas da Castanheira e de Villa Verde, de Santa Maria de Torres Vedras, D. prior do real convento de Palmella, bispo eleito de S. Thomé e de Vizeu, sendo depois nomeado em 7 de dezembro de 1660 cumulativamente reitor e reformador da Universidade de Coimbra, de que tomou posse a 10 de janeiro de 1661. No exercicio do cargo de reformador culpou logo no principio um lente que tinha muitas sympathias, pelo que teve largos desgostos, porque levantou conflictos com a parte docente, resultando-lhe um governo agitado, inquieto e de pouca duração, pois que o deixou a 5 de maio de 1662. Mais tar-

de foi eleito bispo de Coimbra, de que tomou posse pelo procurador D. Luiz de Sousa, chantre da cathedral da mesma dioecse a 21 de abril de 1671, mas não chegou a exercer aquella dignidade por ser surprehendido pela morte. Foi sepultado no convento de Santo Antonio de Villa Verde, de religiosos recolectos da provincia dos Algarves. Sendo D. Prior de Palmella recitou duas orações nas côrtes celebradas em Lisboa a 27 de janeiro e a 9 de junho de 1668, em que foi jurado successôr da corôa de Portugal o principe D. Pedro, mais tarde el-rei D. Pedro II. Escreveu: *Sermão nas exequias do serenissimo principe D. Theodosio primeiro de Portugal, na villa de Torres Vedras, e egreja de Santa Maria do Castello aos 10 de julho de 1653*, Lisboa, 1653; *Oração feita no primeiro dia das côrtes que se celebraram na cidade de Lisboa em presença do muito alto, e serenissimo principe D. Pedro, quando foi jurado por principe e successor d'este reino, aos 27 de janeiro de 1668*, Lisboa, 1668, e outra edição em 1669; *Oração no Acto do juramento do Principe D. Pedro nosso senhor como regente, e governador dos reinos de Portugal nas côrtes que se celebraram em Lisboa em 9 de junho de 1668*, Lisboa, 1668, e outra edição em 1669.

**Noronha** *(D. Margarida de)*. **ou de S. Paulo**, Pintora muito apreciada. N. em Evora em 1554, fal. em 1636. Era filha do 2.º conde de Linhares, D. Francisco de Noronha, e de D. Violante de Andrade, dama da imperatriz D. Izabel. Era muito estudiosa, muito versada nas linguas latina, franceza, ingleza e italiana. Excedia de tal fórma no estudo da pintura, que causava o espanto de muitos artistas. Duarte Nunes do Leão, na *Descripção de Portugal*, pag. 152, falando d'esta dama pintora, diz: «Esta senhora pinta tão bem a oleo, illumina com tanta perfeição, que espanta os grandes mestres da arte.» D. Margarida de Noronha não era menos habil em architectura. Foi ella quem fez o plano da egreja do convento da Annunciada, de Lisboa, fundado por seu avô Fernão Alvares d'Andrade, thesoureiro de D. João III. Fez-se religiosa no mesmo convento, tomando o nome de soror Margarida de S. Paulo, e chegou a ser abbadessa. (V. *Annunciada, Portugal*, 1.º vol., pag. 591 e 592). Muitos escriptores teem falado d'esta senhora, tecendo-lhe grandes elogios. Escreveu: *Regra e constituições, que professam as freiras da ordem do patriarcha S. Domingos*, etc., Lisboa, 1611; *Vida da prioreza soror Maria da Visitação*, etc. Não se imprimiu. Consta que esta prioreza illudiu por alguns annos a côrte e o publico de Lisboa á sombra de fingidas revelações e pretendidos milagres, até ser emfim processada pela Inquisição como embusteira e hypocrita.

**Noronha** (*D. Miguel de*). Era filho do vice-rei da India D. Affonso de Noronha. Foi do conselho de Estado de el rei D. Sebastião e um dos 4 coroneis nomeados para levantar gente para a expedição d'Africa, cabendo-lhe o commando do terço de Santarem que formou na batalha d'Alcacer-Kibir na retaguarda do exercito. Ficou captivo n'essa batalha, mas recuperando depois a liberdade foi aposentador-mór de Filippe II de Castella e nomeado capitão e governador de Ceuta.

**Noronha** *(D. Nuno de)*. Mestre em Artes, doutor em Theologia e reitor da Universidade de Coimbra, bispo de Vizeu e da Guarda, etc., sendo filho do conde de Odemira D. Sancho de Noronha, e de sua mulher, D. Margarida da Silva. Fal. em Castello Branco a 27 de novembro de 1608. Era apenas mestre em Artes e bacharel na faculdade de Theologia, quando o cardeal-rei D. Henrique o nomeou reitor da Universidade, a 16 de outubro de 1578, cargo de que tomou posse a 14 do mez de novembro seguinte. Os primeiros tempos do seu governo fôram amargurados por mais d'uma calamidade. Poucas pessoas residiam em Coimbra, quer dos lentes, quer dos estudantes, por fugirem da peste que assolava a cidade. A morte do cardeal-rei, succedida em 31 de janeiro 1580 veiu aggravar as difficuldades para D. Nuno de Noronha. No mez de fevereiro immediato á morte de D. Henrique, apresentou-se no claustro da Universidade o dr. João Nogueira com uma provisão dos governadores do reino, na qual permittiam a todos os lentes, que não fôssem desembargadores, dar o seu parecer, dentro de oito dias, sobre a successão do reino. Os lentes reuniram se a dar parecer. Novamente vieram enviados dos governadores e das côrtes pedindo á faculdade de Leis que désse officialmente a sua opinião sobre a competencia que podiam ter para a eleição do successor do reino as mesmas côrtes e os governadores. D. Nuno de Noronha empenhava-se para que a faculdade désse a sua opinião, mas os lentes recusaram-se com energia, declarando que já tinham dado individualmente o seu parecer, que se lhe pedia agora, e um d'elles declarou até que se dava por suspeito, porque era procurador da duqueza de Bragança D. Catharina. No entretanto, D. Antonio, prior do Crato, escreveu uma carta, datada de Santarem a 20 de junho do mesmo de 1580, participando que fôra acclamado rei em Santarem e n'outras terras do reino. A Universidade resolveu em claustro, que se fizesse uma procissão em acção de graças, desde a sua capella até ao convento de Santa Cruz, e no mesmo claustro fôram eleitos para irem prestar obediencia ao novo rei, reconhecendo-o como tal, e fazendo-lhe a entrega da protectoria, o reitor D. Nuno de Noronha, acompanhado de Fernão Moniz Mascarenhas e de fr. Luiz Sottomaior. Como, porém, os negocios se complicassem, D. Nuno de Noronha achou mais prudente não desempenhar a missão de que fôra incumbido, e assim o veiu participar em claustro, a 13 de dezembro, declarando ser escusada, por ser já de todos sabido que o rei de Castella estava reconhecido como rei de Portugal. Em vista d'esta declaração e da notoridade do facto, deliberou se immediatamente que o proprio reitor, encarregado havia pouco de cumprimentar o prior do Crato, fôsse agora com os lentes da sua escolha dar obediencia a Filippe I, mas, ou porque o rei soubesse da commissão de que fôra incumbido junto de D. Antonio, ou por outro qualquer motivo, o facto é que, o preito de obediencia ao rei castelhano em nome da Universidade, foi prestado por D. Jorge de Athaide, bispo capellão-mór, e D. Affonso de Castello Branco, em Elvas a 20 de dezembro de 1580. Tornou-se a fazer outra procissão solemne de acção de graças, quando se recebeu a carta d'el-rei, datada de Elvas a 25 de fevereiro de 1581, na qual significava o contentamento que recebera com a obediencia da Universidade, e

com o ser declarado seu protector. Mas o rei castelhano não era homem que deixasse sem castigo os sentimentos que a Universidade manifestara ao prior do Crato, de sorte que aquellas palavras doces de agradecimento da sua carta de fevereiro, dissimulavam o rancôr que no seu intimo nutria. Pedro de Alpoem, collegial de S. Pedro e lente do Codigo, foi degolado; fr. Luiz de Sottomaior foi privado da cadeira grande de Escriptura; fr. Agostinho da Trindade, da de Escotto. Fr. Luiz foi depois restituido, porém fr. Agostinho da Trindade ausentou-se para França, e foi ser lente de Theologia na Uuiversidade de Tolosa. João Rodrigues de Vasconcellos, que trouxera a carta do prior do Crato, foi preso, e morreu na prisão. Houve mais lentes que soffreram. Filippe I, pela provisão de 9 de março de 1583, nomeou Manuel de Quadros visitador e reformador da Universidade, de que tomou posse e prestou juramento a 21 do referido mez e anno. Vinha o visitador encarregado de construir novo edificio para a Universidade, mas os seus esforços não fôram a effeito pela falta de dinheiro. Foi por essa occasião que a Universidade pediu a Filippe I que lhe cedesse definitivamente os paços reaes, onde as escolas estavam installadas desde o tempo de D. João III, ao que o rei se recusou, em carta de 30 de dezembro de 1583, respondendo que, embora desejasse fazer muitas mercês á Universidade, *não era conveniente a seu serviço dar-lhes os seus paços*, que aliás, em seudo desoccupados pela Universidade, tencionava mandar concertar, para poder em algum tempo ir a elles, como desejava. Filippe I nunca realisou o desejo que disse ter de ir aos paços de Coimbra, e no anno de 1597 resolveu vender á Universidade esses mesmos paços por 30:000 cruzados. N'este sentido foi expedido um alvará em 17 de maio de 1597, e se fez a carta de venda, em nome d'el-rei, a 16 de setembro do mesmo anno, com duas clausulas: 1.ª, que em nenhum tempo se poderia allegar lesão, ainda a enormissima, contra esta venda, porque, no caso de valerem mais os paços, da maioria e excesso fazia o rei pura e irrevogavel doação á Universidade; 2.ª, que os paços ficariam conservando, em poder da Uuiversidade, as prerogativas, preeminencias e immunidades de Paços Reaes. Manuel de Quadros, no seu cargo de visitador e reformador da Universidade, trazia tambem a incumbencia de fazer novos estatutos, e n'este sentido fôram nomeados como adjuntos os lentes de prima e de vespera de todas as faculdades, e trabalharam até 23 de janeiro de 1584. N'esta occasião Manuel de Quadros declarou que fôra chamado a Lisboa, mas que voltaria breve para se proseguirem os trabalhos. Voltou em novembro do mesmo anno, mas logo lhe chegou a carta d'el-rei, participando-lhe que as cousas da Universidade tinham de ser tratadas em Lisboa perante o cardeal archiduque, com assistencia do arcebispo, do dr. Paulo Affonso, e d'elle reformador, e do reitor D. Nuno de Noronha, e que a Universidade podia mandar quem lhe parecesse, para fazer as lembranças que fôssem precisas, D. Nuno de Noronha havia-se doutorado solemnemente a 25 de julho de 1584, e vindo para Lisboa não tornou mais á Universidade, que ficou sendo governada pelo vice-reitor. D. Nuno de Noronha despediu-se do seu cargo em 15 de novembro de 1584, conservando, comtudo, o titulo de reitor até 1586, anno em que foi eleito bispo de Vizeu, sendo transferido para a Guarda em 1594. N'essa diocese fundou o semiuario, e edificou em Castello Branco, que então pertencia á diocese, um palacio para residencia dos bispos que quizessem ir áquella cidade, e que foi effectivamente a residencia predilecta de D. Nuno de Noronha, que veiu ali a fallecer, quando acabava de ser eleito arcebispo de Evora, dignidade de que não chegou a tomar posso.

**Noronha** *(D. Paio de)*. Fidalgo do seculo XVI, filho de D. Rodrigo de Noronha, alcaide de Obidos e descendente de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa. Foi para a India com o vice-rei D. Garcia de Noronha, e o governador immediato D. Estevão da Gama o nomeou capitão de um dos navios da esquadra com que foi ao Mar Vermelho. Foi depois occupar a fortaleza de Adem, protegendo o scheick d'essa cidade contra os turcos. Succedeu isto no tempo de D. João de Castro, que teve com esse facto grande satisfação, mas D. Paio, que é das figuras menos sympathicas das nossas guerras indianas, entendendo que não valia a pena estar n'uma fortaleza pouco rendosa, quando podia andar pirateando no estreito, abandonou o desgraçado scheick, e partiu para a India. D. João de Castro mostrou-se com isso muito descontente, mas não procedeu contra elle, como não procedeu contra D. Jeronymo de Noronha, por serem um e outro seus parentes. Era uma das fraquezas do grande homem. Comtudo D. Paio de Noronha partiu para Portugal, mas voltou com D. Constantino de Bragança, provido na capitania de Cananor. Por um pouco que não fez o mesmo que fizera em Adem. Tratou mal o rajá de Cananor, e provocou uma guerra que o collocou em muito serios embaraços, e de que se não veria livre facilmente, se lhe não acudisse um dos heroes da India, Luiz de Mello da Silva. Tambem foi este o ultimo governo de D. Paio de Noronha, que só resgatava os seus erros com uma bravura heroica, mas vulgar n'aquelles tempos de luctas quotidianas.

**Noronha** *(D. Pedro de)*. Arcebispo de Lisboa, que fal. em 20 de agosto de 1452. Era filho de D. Affonso, conde de Gijon e Noronha, e de sua mulher D. Izabel, filha d'el-rei D. Fernando de Portugal, neto d'el-rei de Castella, Henrique II.

**Noronha** *(D. Pedro de)*. Alcaide mór d'Obidos, commendador-mór de D. João II, e embaixador d'este monarcha ao papa Innocencio VIII, em 1485. Era filho do arcebispo de Lisboa D. Pedro de Noronha, e de Branca Dias Perestrello.

**Noronha** *(Pedro Homem da Costa Noronha Ponce de Leão, 1.º barão e 1.º visconde de)*. Senhor do morgado de Villa Nova, na Villa da Praia; do conselho de Sua Majestade, commendador da ordem de Christo, coronel das milicias d'Angra do Heroismo, membro do governo provisorio em nome de D. Maria II na ilha Terceira em 1828; deputado nas côrtes de 1834 até 1840, etc. N. em Augra do Heroismo a 13 de março de 1806, e fal. em 30 d'agosto de 1870. Era filho de Manuel Homem da Costa e Noronha Ponce de Leão, fidalgo da Casa Real, coronel do regimento de milicias de Angra do Heroismo, etc., e de sua mulher, D. Ursula Candida do Canto e Castro. Succedeu na casa de seu pae em 1824, e casou em 3 de outubro de 1826 com D. Maria

Theotonia Augusta de Ornellas, sua prima, filha de André Eloy Homem da Costa Noronha Ponce de Leão, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de sua mulher, D. Rita Pulcheria de Ornellas Paim da Camara, senhora do morgado de Santa Luzia na ilha Terceira O morgado de Villa Nova foi instituido em 4 de fevereiro de 1527. O titulo de barão foi concedido por decreto de 8 de dezembro de 1832, e o de visconde por decreto de 26 de dezembro de 1866. O brazão consta d'um escudo com as armas do appellido *Homem*. Em campo azul seis crescentes de ouro em duas palas, e por timbre um leão armado de ouro com uma alabarda nas garras, cabo de ouro e o ferro de sua côr.

**Noronha** *(Pedro Severim de)*. Secretario das mercês de D. Affonso VI. Era filho de Gaspar Severim de Faria, secretario de D. João IV. Foi assassinado n'uma noite do anno de 1664, quasi ao pé do paço real, quando se recolhia para casa na sua liteira, pelos homens da alta e baixa patrulha, facinoras que acompanhavam sempre D. Affonso VI, e que praticavam todos os crimes que lhes occorriam, seguros da impunidade, graças á protecção real.

**Noronha** *(D. Rodrigo de)*. Bispo de Lamego, sobrinho de D. Affonso V, capellão-mór e regedor da Casa da Supplicação. No anno de 1476 foi eleito protector da Universidade de Lisboa, em cuja carta de D. Affonso V datada de 23 de agosto d'esse anno, se lê: *Tenho por bem e me praz e lhe dou daquy em diante que elle tenha carrego de governador e protector por mym do estudo e Universidade de Lixboa com poder de dar officios e cadeiras e fazer todallas outras cousas geraaes e especiaaes acerca della assy como eu mesmo o faria se por mym regesse e governasse.* D. Affonso V recommendava tambem a seu sobrinho que fizesse observar os estatutos.

**Noronha** *(D. Sancho)* **ou de Faro**. V. *Faro (D. Sancho de)*, no *Portugal*, vol. III, pag. 305.

**Noronha** *(D. Sebastião de Mattos de)*. Clerigo secular, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, bispo d'Elvas, arcebispo de Braga, etc. N. em Madrid a 21 de dezembro de 1586, e fal. em 1641 ou 1642. Era filho de Ruy de Mattos de Noronha, e tendo estudado na Universidade Direito canonico, recebeu o grau de doutor n'essa faculdade; foi inquisidor em Coimbra, deputado do conselho geral do Santo Officio, e em 14 de julho de 1625 eleito bispo d'Elvas, em cuja cathedral havia sido conego, sendo sagrado no convento benedictino de S Martinho, de Madrid, pelo cardeal Julio Zacheti, que n'aquelle tempo era o nuncio apostolico em Hespanha. Fez publica entrada em Elvas a 7 de novembro de 1626. Foi elle quem celebrou o casamento do duque de Bragança, depois D. João IV, com D. Luiza Francisca de Gusmão, e não tendo este principe dado grandes mostras de attenção e reconhecimento pela magnifica hospedagem que o prelado lhe preparára no seu palacio, suppuzeram alguns que d'ahi nasceu o odio que D. Sebastião de Mattos de Noronha votou constantemente depois ao chefe da Casa de Bragança. Elevado em 1635 á dignidade de arcebispo de Braga, foi um dedicado servidor de Filippe III, e por isso nos ultimos annos do dominio hespanhol em Portugal, quando a duqueza de Mantua exercia o cargo de vice rainha e Miguel de Vasconcellos o de secretario de Estado, tinha o arcebispo de Braga a presidencia do Desembargo do Paço. Era tão clara a affeição d'este prelado ao governo hespanhol, e taes provas dera dos seus sentimentos anti-patrioticos, que na reunião dos conspiradores nos ultimos dias de novembro de 1640 se discutia a sua morte ao mesmo tempo que a do secretario de Estado, mas a respeito d'elle prevaleceram idéas de clemencia, e quando no dia 1 de dezembro os fidalgos subiam aos aposentos da duqueza de Mantua no paço da Ribeira, o arcebispo appareceu ao lado d'essa princeza, e teve o arrojo de querer dirigir aos conspiradores algumas palavras de censura; mandaram-n'o calar asperamente, dizendo-lhe D. Miguel d'Almada que lhe custara muito livral-o de sorte egual á de Miguel de Vasconcellos, e lembrando-lhe que não abuzasse, porque lhe poderia ser fatal. D. Sebastião de Mattos de Noronha retirou-se muito pallido de susto, e comquanto pareça extraordinario, era nomeado pouco depois membro do governo provisorio do reino. Esta nomeação feita com o proposito de assegurar a vida do prelado e ao mesmo tempo dar um signal de respeito pelo clero e de preparar os meios de reconciliação com a côrte de Roma, não conseguiu apagar no animo do arcebispo o seu odio contra a causa da patria, e esse mais se exarcebou ainda quando depois da subida de D. João IV ao throno, viu que não era chamado para os primeiros cargos do Estado, e que o soberano se mostrava principalmente affecto ao arcebispo de Lisbou. Começou então logo a intrigar a favor de Filippe IV; escreveu para Madrid ao conde-duque de Olivares explicando o seu proceder, e como não teve resposta, entendeu que decaira do antigo valimento, e pensou que, para o recuperar, devia tentar alguma grande empresa, que não poderia ser menos do que uma contra revolução que derrubasse do throno o duque de Bragança. Tratando de arranjar cumplices falou ao marquez de Villa Real, que encontrou bem disposto, e resolvidos os dois a procurarem mais partidarios, dirigiu-se o marquez a seu filho, D. Miguel de Noronha, duque de Caminha, e o arcebispo a seu sobrinho Ruy de Mattos de Noronha, conde d'Armamar, e ao inquisidor geral D. Francisco, aos quaes depois se associaram D. Agostinho Manuel de Vasconcellos, os dois capitães Diogo de Brito Nabo e Belchior Correia da França, e um mercador rico chamado Pedro Baeça. Falaram por fim tambem a Luiz Pereira de Barros, contador da fazenda, mas este, desconfiado das probabilidades do bom exito da conspiração, tratou de colher todas as informações, e foi denunciar ao rei o que sabia. Não tardou em que as declarações de Luiz Pereira fôssem confirmadas pelas de outros individuos, e até pelas do conde de Vimioso que os conspiradores pretenderam chamar para o seu lado, e que ouvindo o que lhe diziam o arcebispo, o marquez de Villa Real e o inquisidor, foi tudo contar a D. João IV. O soberano tratou logo de prender os conspiradores, e com tanto segredo e dissimulação procedeu que todos sem a mais leve suspeita fôram presos no domingo 28 de julho de 1641. O arcebispo de Braga, sendo conduzido para a fortaleza de S. Julião da Barra, mostrando-se durante o processo completamente outro do que fôra sempre antes, e tendo appellado em vão para o foro ecclesiastico, invocou

depois a piedade do rei declarando os motivos que o haviam levado a conspirar e as pessoas que tinha associado ao seu projecto. No dia 29 d'agosto fôram executados n'um cadafalso erigido na praça do Rocio, o duque de Caminha, o marquez de Villa Real, o conde d'Armamar, D. Agostinho Manuel, Diogo de Brito, Correia da França, Pedro Baeça e Manuel Valente. O bispo arrependido e humilhado morreu mezes depois na Torre de S. Julião. Escreveu: *Constituições synodaes do bispado de Elvas*, Lisboa, 1635; *Catalogo dos varões illustres de Portugal* Ficou inedita esta obra.

**Noronha** *(D. Thomaz de)*. Poeta que floresceu no seculo XVII. N. em Alemquer, sendo filho de D. Pedro de Noronha, moço fidalgo de el rei D. Sebastião, por alvará de 1574, e depois accrescentado a fidalgo escudeiro, e de D. Maria Jordôa. Casou com sua prima D. Helena de Salazar, filha herdeira de Pedro Salazar de Penha, mestre de campo e governador da Torre de S. Julião, e de D. Benedicta Jordôa. Tendo enviuvado passou a segundas nupcias em 27 d'abril de 1627 com D. Catharina da Veiga, filha de Henrique Esteves da Veiga. Falleceu em Alemquer em edade muito avançada, em 1651. Jacinto Cordeiro, no *Elogio dos poetas lusitanos*, publicado em 1631, o colloca entre os mais celebres poetas do seu tempo. Das suas obras poeticas se poderiam formar muitos volumes, mas sómente se publicaram alguns *Romances* e *Decimas jocosas*, no tomo V da *Fenix Renascida* Lisboa, 1728.

**Noronha** *(D. Thomaz de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, professor e escriptor, etc. Fez o Curso Superior de Letras, de que foi alumno distincto. Em 1901 partiu para a India a occupar o seu logar de professor de allemão no lyceu de Nova Gôa. O sr. D. Thomaz de Noronha tem collaborado em varios jornaes, e nas *Novidades* de 25 de julho de 1906 publicou: *Dois perfis (*D. Maria Amalia Vaz de Carvalho e Theophilo Braga*)*. Em Coimbra é o seu nome muito conhecido, tendo ganho ali as geraes sympathias desde o seu tempo de estudante laureado. Foi elle o autor da peça de despedida do seu anno, *A Barca dos RR.*, e n'essa epoca publicou o *Umbrano (*Lisboa, 1899) elegia em tercetos quinhentistas, e mais tarde outro livro de versos: *Tempos perdidos*. Quando esteve na India publicou (em 1905) um livro, com o titulo de *Contos da India*, que mereceu lisonjeiros artigos de toda a imprensa. O livro encerra quatro contos: *O meu guia*, *O bacharel Chrisostomo*, *Milagres de S. Francisco* e *Rucuminó*. Em 1906 publicou a sua *Carta aos portuguezes da India*, sobre a *Assistencia Escolar*. O sr. D. Thomaz de Noronha, tendo, durante alguns annos estudado as condições economicas, sociaes e intellectuaes da India portugueza, julgou opportuno lançar as bases d'uma prestimosa associação, a *Assistencia Escolar*, destinada a aproveitar as faculdades do indigena na acquisição d'uma instrucção solida e prestadia. Dirigiu-se n'esse intuito, aos portuguezes da India, na carta publica, acima citada, a qual foi traduzida em inglez, em marata e em concanim, fazendo-se successivamente quatro edições. Em Gôa e Bombaim foi a generosa iniciativa do sr. D. Thomaz de Noronha secundada desde logo pelas personagens mais evidentes e prestigiosas d'aquella nossa provincia ultramarina, representantes do jornalismo, das finanças, do commercio e do professorado. Os fundadores da *Assistencia Escolar* fôram os srs. visconde de Wrem, em Bombaim; e em Gôa, o general Augusto Carlos de Sousa e Brito, Antonio Maria da Cunha, Francisco Wolfango da Silva, João Filippe Ferreira, Luiz Guilherme Dias, thesoureiro; Luiz de Menezes Bragança, Manuel Pedro de Sousa Franklin, Siuramá Santicá Sinay Cundoicar, Visnem Senay Dempó e o rei de Sundem. Em 1906 o sr. D. Thomaz de Noronha teve a honra de ser recebido pelo fallecido rei D. Carlos I e por sua majestade a rainha senhora D. Amelia, que lhe falaram dos seus livros que de ha muito conheciam, elogiando-os e promettendo auxiliar a Assistencia Escolar, por ser uma uma obra muito sympathica, destinada a prestar grandes serviços. O sr. D. Thomaz de Noronha é professor n'um dos lyceus de Lisboa.

**Noronha** *(Tito Augusto Duarte de)*. Chefe de secção de obras publicas no districto do Porto, escriptor, etc. N. em Bemfica a 14 de agosto de 1834, fal. no Porto em 1 de junho de 1896. Era mais conhecido por *Tito de Noronha*, nome com que firmava os seus trabalhos litterarios. Dedicou-se á classe typographica, que exerceu por algum tempo, seguindo no entretanto o curso superior de engenharia civil Pertencia ao quadro legal de conductores de obras publicas, e foi por muitos annos chefe de secção de obras publicas no districto do Porto, tendo a seu cargo a construcção da nova alfandega d'aquella cidade. Nas horas que o serviço official lhe deixava livres, dedicava-se a trabalhos litterarios e a investigações historicas e archeologicas. Era socio do Instituto de Coimbra, e pertenceu a outras corporações. Escreveu: *Ensaios sobre a historia da imprensa*, Lisboa, 1857, trabalho incompleto, que foi reproduzido no *Almanach illustrado encyclopedico*; primeiro escrevera, no mesmo genero, outro resumo para o semanario *Recreio Popular*, que saia em 1855; *Curiosidades bibliographicas*: 1.º *O Cancioneiro de Rezende*, Porto, 1841; 2.º *Ordenações do reino*, Porto, 1871; este 2.º capitulo deu logar a uma séria controversia, e o autor entendeu que devia ampliar esse trabalho, e dois annos depois publicou: *A imprensa portugueza no seculo XVI, seus representantes e suas producções; Ordenações do reino*; Porto, 1873; *Autos de Antonio Prestes*, 2.ª edição extrahida da de 1587, Porto, 1871; *Grammatica de Fernão de Oliveira*, 2.ª edição conforme a de 1556, publicada por diligencias e trabalho do visconde de Azevedo e Tito de Noronha, Porto, 1871; *Cartas do padre Antonio Vieira*, revistas, etc., Porto, 1871; *Ditos da freira (D. Joanna da Gama)*, conforme a edição quinhentista, revistos, etc., Porto, 1872; *Numismatica portugueza*, Porto, 1872; *Espelho de casados, do dr. João Barros*, 2.ª edição conforme a de 1540, publicada por Tito de Noronha e Antonio Cabral, Porto, 1874; *Memorias d'um charuto*, Porto, 1868; *Passeios e digressões*, Porto, 1870; collecção de narrativas humoristicas; *Noites de inverno*, Porto, 1871; collecção de 17 novellas ou contos. Tito de Noronha collaborou em diversos jornaes litterarios e politicos, tanto no Porto como em Lisboa; foi o principal redactor da *Verdade*. Na *Concordia* escreveu uma serie de artigos contra a *Communa*, a respeito das gréves,

etc. Collaborou tambem no *Campeão das provincias*, de Aveiro, assignando os seus artigos com as iniciaes *B. de A.*

**Noronha de Gouveia** *(Leopoldo Cesar de)*. General de brigada, director da 2.ª direcção da secretaria da Guerra, etc. N. em Abrantes a 25 de abril de 1843, sendo filho do conselheiro Luiz Ignacio de Gouveia, marechal de campo e fidalgo da Casa Real, e de D. Maria Augusta de Noronha. Cursou com distincção o Real Collegio Militar, e depois a Escola do Exercito. Assentou praça na arma de cavallaria em 25 de agosto de 1861, sendo promovido a alferes em 5 de julho de 1864, a tenente em 29 de março de 1870, a capitão em 18 de agosto de 1875, a major em 7 d'abril de 1886, a tenente-coronel em 23 d'abril de 1890, a coronel em 30 de setembro de 1893, e a general de brigada em 15 de junho de 1906. Serviu no regimento de artilharia n.º 1, sendo alferes, de 1865 a 1869; no Collegio Militar como official do Estado maior em 1872 e 1873; como sub-director do mesmo estabelecimento desde 1891 a 1896; ajudante de campo da 4.ª divisão, de 1873 a 1878; defensor officioso junto do conselho de guerra da 4.ª divisão, de 1878 a 1891; promotor interino do mesmo conselho, commandante de lanceiros n.º 1 de Victor Manuel, desde de março de 1897 a julho de 1899, e depois commandante de lanceiros n.º 2 até 30 de setembro de 1902, commandante da 3.ª brigada de cavallaria até 29 de agosto de 1905, e da 1.ª brigada em 1906. Foi tambem vogal do jury para os exames a que devem ser submettidos os capitães de cavallaria, candidatos ao posto de major, nos annos de 1895, 1896, 1898 e 1899; fez parte da commissão encarregada de elaborar um projecto de lei sobre promoções, e bem assim um regulamento para honras e continencias militares, em missões de aperfeiçoamento da arma de cavallaria, e presidente da commissão de remonta geral do exercito em 1900, 1901 e 1902. Tem recebido os seguintes louvores: Em 18 de maio de 1878, pelo zelo e intelligencia com que dirigiu a repartição criminal junto do quartel general da 4.ª divisão militar, e outras commissões de serviço de que tinha sido encarregado. Em 7 de janeiro de 1880, e ainda em 17 de novembro de 1881, pelo mesmo modo registado no louvor anterior, com que exerceu interinamente por duas vezes o logar de promotor de justiça junto do conselho de guerra da mesma divisão. Em 6 de fevereiro de 1891, louvado em ordem de divisão pela maneira distincta como desempenhou, pelo largo espaço de 12 annos as funcções de defensor officioso do conselho de guerra, devido ao seu muito zelo, actividade e intelligencia. Tambem foi louvado pela fórma como desempenhou o cargo que lhe fôra confiado como membro da commissão para proceder á elaboração d'um projecto de lei sobre promoções; pelo muito zelo e proficiencia com que desempenhou o cargo de presidente da commissão da remonta geral do exercito. O sr. general Noronha de Gouveia dirigiu por muitos annos o Asylo da Infancia Desvalida de Evora, promovendo lhe o augmento na sua receita e o melhor bem estar das creanças recolhidas n'aquelle instituto de beneficencia, pelo que lhe fôram consignados diversos louvores, que estão registados nas actas da direcção, e mais especialmente em 13 de julho de 1891, em que foi substituido no logar de director, por ter mudado a sua residencia para Lisboa, consignando-se-lhe um voto de louvor pelos serviços relevantes prestados, sendo-lhe enviada a acta e um voto de agradecimento de todas as asyladas, acompanhado d'um officio com as assignaturas originaes de todas as senhoras e cavalheiros da primeira sociedade eborense, que faziam parte da direcção do asylo. O sr. general Noronha de Gouveia é cavalleiro da ordem de Christo, mercê recebida sob proposta do general commandante da 4.ª divisão militar, pela maxima solicitude, intelligencia e lealdade com que desempenhou o serviço na secção criminal, e pelo merecimento attestado nas varias commissões de serviço; é cavalleiro, commendador e grande official por serviços distinctos da ordem da S. Bento de Aviz; commendador da ordem da Corôa, de Italia; cavalleiro da de Carlos III, de Hespanha, e da de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia. Possue as medalhas de ouro de bons serviços militares e de comportamento exemplar, e a de prata tambem de bons serviços.

**Noronha e Menezes** *(Frederico de Azevedo Faro)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. Natural de Soenga, comarca de Lamego, sendo filho de Joaquim de Carvalho Cabral de Azevedo e Menezes. Doutorou-se a 21 de dezembro de 1821. Ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento.

**Norris** *(Carlos)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado e escriptor. N. em S. Bartholomeu da Charneca a 15 de março de 1827, fal. em Lisboa, victima da febre amarella a 2 de novembro de 1857. Era filho de Jeremias Norris, subdito britannico, que veiu estabelecer-se em Portugal, e de sua mulher, D. Maria Catharina da Silva Ribeiro de Faria. Estudou na Universidade de Coimbra, e formou-se em Direito em 1850, e viudo logo para Lisboa, abriu banca de advogado, e exerceu a advocacia até que falleceu, contando apenas 30 annos de edade. Escreveu: *Interpretação da Eneida de Vergilio, principe dos poetas latinos; dedicada a seu irmão Jeremias Norris*, Lisboa, 1855; consta que deixou manuscripta a continuação d'este trabalho, que a morte o não deixou publicar, em que se comprehende o que diz respeito ás *Georgicas* e *Bucolicas*. Tambem deixou inédito um drama original em 5 actos, intitulado: *D. Leonor de Castro ou o reconhecimento*, e uma comedia em 1 acto, *Tramoia academica*, que se representou pela primeira vez no Gymnasio a 22 de junho de 18 0. Tambem existe, ainda que incompleta, a *Collecção chronologica dos Accordãos civeis e crimes do Supremo Tribunal de Justiça, extrahidos do respectivo registo, desde a creação do mesmo tribunal.*

**Norte.** Ilha de Santa Maria; pov. da freg. de Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || Casaes na freg. de S. João Baptista, de Alfeizerão, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Pequena ponta situada na costa N do ilhéo Grande, no archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pequena ponta situada na costa N do ilhéo Rombo, idem, idem. || Pequena ponta situada na costa NO da ilha de S. Jorge, Açôres. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da ilha de S. Vicente, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental. ||

Pequena ponta situada no extremo N da ilha do Corvo, Açôres. || Cabo situado na costa N da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Cabo situado no extremo N da ilha do Sal, idem, idem. || Porto situado na costa NE da ilha da Boa Vista, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica-lhe proximo a pov. do Norte; é perigoso, e não póde ser demandado sem um pratico, porque a sua entrada está inçada de recifes; comtudo, no tempo das aguas, alguns navios vão ali tomar o excellente sal crystalisado d'uma salina natural visinha. Na ponta N do porto ha uns rochedos chamados *Hortwell* por ter nelles naufragado em 1787 a nau ingleza d'este nome. || Freg. de S. João Baptista do conc. da ilha da Boa Vista, com. de Barlavento, no archipelago, prov. e bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada junto do porto do mesmo nome, na costa NE da ilha; foi erigida em 1764 pelo bispo D. Pedro Jacinto Valente.

**Norte Grande.** Ilha de S. Jorge; pov. e freg. de N. S.ª das Neves, conc. e com. da Villa das Vélas, distr. e bisp. de Angra; 508 fog. e 1:798 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. caixa post permutando malas com Angra do Heroismo, e fabricas de lacticinios, nos logares da Ribeira da Areia e de Santo Antonio. Está situada quasi ao centro da ilha de S. Jorge na costa N, e é uma povoação muito importante. Pertence ao commando militar dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Ponta situada na costa N da ilha de S. Jorge, archipelago dos Açôres.

**Norte Pequeno.** Ilha de S. Jorge; pov. e freg. de S. Lazaro, conc. da Calheta, com. da referida ilha, distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 117 fog. e 392 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post.. Está situada a 2 k. a SE da freg. de Norte Grande. E' abundante em cereaes e pescarias; cria muito gado. A pov. pertence ao commando militar dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Ponta situada na costa N da ilha de S. Jorge, archipelago dos Açôres. || Pov. na freg. da Santissima Trindade, de Capello, conc. e distr. de Horta, Açôres.

**Northway do Valle** *(Libanio).* Major reformado. N. em 30 de dezembro de 1832, e fal. em Paço d'Arcos em junho de 1907. Era filho de Libanio Constantino Alves do Valle, presidente do Conselho de Saude Militar, que fal. em 1850. Assentou praça em 2 de agosto de 18 8 no regimento de infantaria n.º 10, e declarado aspirante a official por ter o curso do Real Collegio Militar, e graduado 1.º sargento; serviu no commando em chefe do exercito de 1848 a 1849, em seguida frequentou a Escola Polytechica desde 1849 a 1852, sendo promovido a alferes em outubro de 1851, e por carta de lei contada a antiguidade de 29 de abril de 1851 serviu como alferes em caçadores n.º 5; esteve destacado na ilha da Madeira com as alas esquerda de caçadores n.ª 2 e infantaria n.º 4, desde 1854 a 1856. Passou a servir no ministerio das obras publicas em 1857 como ajudante do inspector geral de Pesos e Medidas, fez as comparações dos pesos e medidas dos padrões antigos com as do systema metrico nos districtos de Vianna do Castello e Horta; construiu a linha telegraphica de Amarante a Villa Real, a Bragança e Chaves; como engenheiro ajudante serviu na construcção do caminho de ferro do Norte e Leste, com o director e engenheiro D. Eusebio Page, e com o engenheiro de pontes e calçadas de Paris, Oppermann, empreiteiro das estações do dito caminho de ferro; esteve em seguida como chorographo na commissão geodesica, sendo director o general dr. Filippe Folque; tendo n'esse serviço sido atacado d'um paludismo nos campos de Coimbra, regressou á repartição dos pesos e medidas, que então era uma dependencia da direcção geral dos trabalhos geodesicos; pela extincção d'essa repartição passou a servir na direcção das obras publicas de Lisboa, sob as ordens do engenheiro Luiz Victor Lecocq e engenheiro Bento Fortunato de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça, como chefe de secção; no tempo do engenheiro Lecocq foi fiscal do governo na exploração do caminho de ferro Larmanjat, tendo antes servido na companhia constructora; como chefe da 1.ª secção de via e obras no caminho de ferro do Sul e Sueste, sendo director o engenheiro Nuno de Brito Taborda; de 1876 a 1877 esteve na ilha de S. Thomé. Em 1878 regressou ao serviço do ministerio da guerra e foi collocado em infantaria n.º 4, reformando-se em 3 de março de 1880; passou então a servir na camara municipal de Lisboa sob as ordens do engenheiro conselheiro Ressano Garcia nos estudos do saneamento da cidade; concluidos esses estudos em 1884 foi para a ilha da Madeira, e ahi frequentou a Escola Medica do Funchal, de 1889 a 1894; regressou a Lisboa em 1896, e embarcando como medico do vapor *D. Amelia*, fez viagens ao Pará e Manaus; foi a Moçambique e a Lourenço Marques com uma das expedições. Foi inspector de instrucção primaria nas inspecções extraordinarias de 1868 e 1876. Era condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz.

**Nosarás.** Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

**Nossa Senhora** *(Fr. Antonio de).* Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. em Coimbra, e fal. em Lisboa a 26 de março de 1712. Recebeu o habito no convento de Gôa, onde foi commissario do Santo Officio, e deputado por nomeação do inquisidor geral D. Fr. José de Lencastre, logar que não exerceu, por ter de voltar para o reino. Foi prior do convento de Damão, e presentado a titulo de prégador, em que se tornou afamado. A' sua custa augmentou a livraria do convento de Lisboa, onde falleceu. Imprimiu em Coimbra, 1701, um sermão de Nossa Senhora do Rosario, que prégou no convento de S. Domingos, de Damão, em 1695.

**Nossa Senhora** *(Fr. Bento de).* Conhece-se este nome por ter escripto as seguintes obras: *Elementos da Arte Oratoria, ou Principios da Rhetorica Portugueza, em que se expõe com toda a clareza as regras mais principaes d'ella exemplificadas com as melhores passagens, assim dos poetas latinos e portuguezes, como dos mais celebres oradores da França e de Portugal*, Lisboa, 1792; *O Christão verdadeiramente devoto, e exacto na observancia das maximas santas do Evangelho, e nas regras da verdadeira piedade*, Lisboa, 1807.

**Nossa Senhora** *(Fr. Bernardo de).* Religioso da ordem de S. Bento. N. em Mortagoa a 2 de novembro de 1715; ignora-se a data do falleci-

mento. Tinha no seculo o nome de Bernardo Gomes e Santos, sendo filho de Nicolau Rodrigues Gomes, e de Maria Rodrigues Lobo. Aprendeu a arte pharmaceutica, e foi partidista da Universidade de Coimbra. Deixando o seculo, entrou no instituto benedictino no convento de Refoios de Basto a 6 de outubro de 1748, e ahi exerceu o officio de pharmaceutico. Escreveu: *Meditações devotas sobre as prodigiosas acções, e excellentes virtudes do sagrado precursor de Christo S. João Baptista*, Coimbra; *Novena de Sant'Anna*, etc., Coimbra, 1746.

**Nossa Senhora** *(D. Francisco de)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho. N. em Villa do Conde, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Professou no mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra, a 2 de outubro de 1737. Foi procurador geral e socio da Academia Liturgica. Escreveu: *Dissertação sobre o uso do azymo e fermentado nas egrejas grega e latina, e tambem na Lusitania:* saiu no tomo I da *Collecção da Academia Liturgica; Dissertação sobre qual foi o primeiro bispo de Braga;* no tomo III da referida *Collecção*.

**Nossa Senhora** *(Fr. Francisco de)*. Religioso da ordem dos Agostinhos descalços. N. em Azambuja, fal. em Lisboa, no convento do Monte Olivete a 2 de julho de 1696. Era filho de Thomaz Lourenço e de Catharina Marques. Professou na referida ordem no principio da sua fundação reformada em Portugal em 1669, ratificando a profissão em 1 de dezembro de 1680 no convento do Monte Olivete. Foi bom poeta latino, e muito observante dos preceitos do seu instituto. Endoidecou, mas apezar d'essa desgraça, não deixou nunca de continuar no côro, e muitas vezes, tendo accessos mais fortes de loucura, obedecia promptamente ás ordens do prelado. Publicou varias obras poeticas em latim, e deixou outras em manuscripto, sendo d'estas a mais notavel: *In Laudem Virginis Mariae, poema heroicum.*

**Nossa Senhora** *(Fr. João de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, que se tornou muito popular em Lisboa, sendo mais conhecido pelo *poeta de Xabregas* e pelo *fradinho de Xabregas*. N. na aldeia de Freixial de Baixo, freguezia de Santa Maria Magdalena de Aldeia Gavinha, concelho de Alemquer, em 12 de junho de 1701; fal. em Xabregas a 9 de abril de 1758. Era filho de Antonio Luiz Arêlho, appellido que tomara da aldeia onde nascera, e de sua mulher Maria de Carvalho, lavradores pouco abastados, proprietarios da quinta da Lagem, onde residiam, perto de Aldeia Gavinha. Os tempos da infancia fôram passados na referida quinta. Depois entrou no convento do Matto, onde aprendeu as primeiras letras com fr. José, e latim com fr. Marcos de Santo Antonio. Mostrava, porém, pouca intelligencia, até bastante repugnancia para o estudo, devido talvez á austeridade dos professores monasticos. Tendo sido provido na egreja de Aldeia Gavinha o prior Antonio da Costa, padre muito considerado e que fôra professor dos filhos do marquez de Alegrete, passou fr. João a ser seu discipulo, frequentando durante tres annos a sua livraria, que era excellente e cheia de livros rarissimos, o que muito lhe aproveitou, fazendo-lhe criar affeição ás letras, tornando-se um estudante diligente e dedicado, distinguindo-se muito na lingua latina e na arte poetica. Taes fôram os dotes intellectuaes que o professor notou no joven discipulo, que pensou em o introduzir na Companhia de Jesus. Houve, porém, outras influencias que venceram; seu tio, fr. Manuel de Nossa Senhora, fez com que o sobrinho entrasse no convento de Villa Verde, da ordem de S. Francisco, a 28 de abril de 1717, satisfazendo assim os desejos dos paes, que muito ambicionavam vêl-o frade franciscano. Professou a 2 de maio de 1718 Pouco tempo depois de professar foi mandado para o convento de Peniche, d'ahi para o de Faro, onde teve por mestre de philosophia fr. José dos Serafins, passando mais tarde para o de Santa Maria de Jesus, de Xabregas, onde estudou theologia e recebeu as ordens de missa. Seu pae havia já fallecido, e a primeira missa celebrou-a por sua alma, na egreja da freguezia onde nascera. Em 1732, tendo grandes desejos de visitar Roma e não podendo alcançar licença dos superiores, resolveu ir secretamente, e partiu a 19 de fevereiro d'esse anno, dando entrada em Roma no dia 31 de julho, sendo bem recebido pelo pontifice Clemente XII, que lhe offereceu varios relicarios, que fr. João de Nossa Senhora trouxe para Lisboa. Saiu de Roma a 4 de outubro ainda de 1732, visitando durante a viagem os santuarios que mais notaveis lhe pareceram, chegando ao reino em dezembro seguinte. Entrando em Lisboa, sabendo-se do bom acolhimento que tivera em Roma e das mensagens e graças de que era portador, tornou se muito considerado e muito procurado, adquirindo a protecção dos padres mais eminentes d'aquella epoca. Começou a prégar não só em Lisboa, como nas mais principaes terras das provincias, creando a fama de prégador insigne. Foi nomeado qualificador do Santo Officio, e como fôsse profundamente instruido nas noticias da sua provincia, a dos Algarves, cuja cabeça era o já citado convento de Xabregas, o provincial, fr. Antonio dos Archaujos, o nomeou a 12 de dezembro de 1757, chronista da mesma provincia, com todas as honras e isenções devidas a tão distincto ministerio, afim de escrever a historia da ordem, que já contava 205 annos de existencia, e cujos fastos estavam ainda por descrever. Começou fr. João de Nossa Senhora por juntar materiaes para se desobrigar do cargo de que o tinham incumbido, mas, ou porque os sermões lhe tirassem o tempo, ou porque se não julgasse bem habilitado, o facto é que nunca publicou a chronica, pedindo a exoneração do cargo de chronista, que lhe foi dada em 1746. Foi amigo do prior da freguezia de S. Nicolau, João Antunes Monteiro, esmoler de D. João V, que muito o ajudou na obra, que mais tarde emprehendeu do culto da Virgem, sob a invocação de *Nossa Senhora Mãe dos Homens*. Com sacrificios enormes alcançou do povo e de D. João V as esmolas precisas para edificar a capella dedicada á Virgem, junto ao convento de Xabregas, capella que no decorrer dos annos se tornou um santuario de grande devoção. Mandou fazer uma formosa imagem de Nossa Senhora, e emquanto se construia a capella andou em missões por diversas terras excitando os povos ao culto da Virgem Mãe dos Homens, trazendo uma imagem pequenina. A imagem e a capella fôram feitas pelo esculptor José d'Almeida, que passava por ser o melhor do seu tempo, a quem chamavam o *Romano*. A

imagem com o throno em que estava collocada, importou em 600$000 réis, além da madeira, que era cedro, e a pintura do throno. Durante 16 annos todos os seus esforços fôram dedicados ao culto de Nossa Senhora, que n'elle chegou a ser fanatismo. Fr. João de Nossa Senhora era um beato sincero, de espirito acanhado, uma boa alma, que *viveu para morrer*, como elle dizia. N'elle se consubstancia o espirito devoto da epoca. Todos os dias percorria as ruas de Lisboa, trazendo na mão direita uma especie de relicario com a imagem da Virgem entre flôres, e pendente do pescoço uma veronica com outra imagem. Chamava-lhe a *Senhora Pequenina*. Todos conheciam o frade popular, a quem uns tratavam pelo *fradinho de Xabregas*, outros pelo *poeta de Xabregas*, porque mesmo nas ruas versejava, e muitas vezes respoudia em quadras e decimas ás perguntas que lhe faziam. A cada canto prégava um sermão. O seu genio, apezar de contemplativo, era jovial, e soffria com paciencia os dicterios, e ás vezes insultos e gargalhadas dos que o acompanhavam. Quando havia grandes reuniões de povo, ou pelo entrudo, saia com a sua *Senhora Pequenina* a prégar, vociferando contra os desvarios do tempo, inculcando sempre o culto da Senhora Mãe dos Homens; onde via uma rixa, logo lá apparecia, procurando distrahir os desordeiros com as suas predicas. Teve dias de prégar doze sermões nas egrejas e nas ruas, porque era muito procurado, pela fama que adquirira de excellente prégador: chamavam lhe o *prégador Marianno*, por ser o culto da Virgem o principal assumpto dos seus sermões. Fr. João tambem era agitador. Tinha grandes pensamentos para commover o povo, e attrahil-o por artes engenhosas ás suas predicas. Maudou fazer uma imagem de Santa Barbara, e no dia em que foi collocada no seu altar, prégou elle; mas primeiro fez annunciar o sermão por editaes publicos, d'este modo: «Trovão de Santa Barbara sobre toda a cidade de Lisboa, na egreja de Xabregas.» Isto causou grande agitação. Conta-se ainda outro caso mais serio. Tinha de prégar o sermão annual da mesma sauta, e assim o fez annunciar por cartazes impressos, em que se lia: «Esmola que se dá no dia de Santa Barbara no real convento de Sauta Maria de Jesus de Xabregas, da ordem de S. Francisco.» E concluia assim: «Venham cedo, que das dez horas até ao meio dia, pouco mais ou menos, se hão de repartir as esmolas.» Isto causou uma revolução em Lisboa, porque o povo entendeu que eram esmolas em dinheiro, e logo começaram os empenhos para as alcançarem. O povo andava alvorotado, não se falava n'outra cousa, e a noticia chegou ao paço real, mas desfigurada. D. João V, ou os seus ministros, atterraram-se, chegando a persuadir-se de que o povo, vendo-se logrado, faria alguma desfeita aos frades, a qual quizeram prevenir, e para isso pôz a tropa em armas, indo collocar-se nas immediações de Xabregas. Finalmente, Fr. João prégou do pulpito, deu satisfação sobre o engano, e os ouvintes o applaudiram. Desde este facto, o guardião do convento e o prelado superior da provincia lhe nomearam um director espiritual para lhe moderar os enthusiasmos mysticos. O director lhe prohibiu andar com a imagem pelas ruas, consentindo sómente que a trouxesse pintada no relicario. Se Fr. João de Nossa Senhora para muitos era um visionario e um beato ridiculo, para outros era considerado um santo, e acreditavam que tinha o poder de fazer milagres. Era o director espiritual de muitas pessoas de elevada categoria, e estava relacionado com as familias mais illustres. Ia ao paço com a sua *Senhora Pequenina*, acompanhado d'um donato, e assim comparecia em todas as funcções publicas e procissões Era aquella imagem a sua companheira inseparavel, primeiro em vulto, e depois pintada no relicario. Fr. João de Nossa Senhora, comtudo, era muito versado no estudo da Sagrada Escriptura; cultivava muito a poesia, metrificando-a na lingua vulgar e na latina com toda a facilidade. Fal. com 57 annos incompletos, e foi sepultado no claustro do convento de Xabregas. Logo que se espalhou a noticia da sua morte, correu á egreja grande multidão de povo, chamando-lhe justo e santo, procurando muitos cortar pedaços da mortalha, como reliquias, e de tal fórma que foi preciso amortalhal-o de novo Deixou impressos muitos dos seus sermões e algumas obras em latim e portuguez, cujos titulos veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 710, e vol. IV, pag. 187.

**Nossa Senhora** *(Fr. José de)*. Religioso da ordem de S. Francisco. N. em Lisboa a 11 d'abril de 1682; ignora-se quando fal. Era filho de Gonçalo Villela, cavalleiro da ordem de Christo, e de D. Joanna Paula de Alvellos. Seguiu a vida militar, que depois abandonou para se entregar ao claustro, professando na ordem franciscana, no convento do Porto a 14 de abril de 1717. Depois de cursar os estudos ecclesiasticos applicou-se á lição da Sagrada Escriptura e dos Santos Padres para se habilitar ao exercicio do pulpito, ganhando o titulo de prégador geral da sua religião. Publicou alguns dos seus sermões, que veem mencionados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, tomo II, pag. 883.

**Nossa Senhora.** Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Entradas, conc de Castro Verde, distr. de Beja. || S. Bento do Matto, conc. e distr. de Evora

**Nossa Senhora da Annunciação** *(D. João de)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho. N. em Leiria em outubro de 171[illegible]; ignora-se a data da sua morte. Chamava se no seculo João de Sousa de Castello Branco, e era filho de Pedro de Sousa de Casteilo Branco. Professou no convento de Santa Cruz, de Coimbra, a 10 de abril de 1738. Escreveu: *Avisos e reflexões sobre o que deve obrar um religioso para satisfazer ao seu estado, muito efficazes para animar a quem o tem abraçado, e desempenhar a sua vocação*, Lisboa, 1751, 2 tomos; é traducção do francez, e foi reimpressa tambem em Lisboa, em 4 tomos, 1778; *Compendio de Historia Sagrada, com as provas da religião*, tambem versão do francez, Lisboa, 1769.

**Nossa Senhora da Boa Morte** *(D. Ignacio de)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho. N. em Evora a 12 de novembro de 1717; fal. na segunda metade do seculo XVIII. Chamava-se no seculo Martinho da Fonseca, sendo filho de Manuel da Fonseca e Silva e de Domingas da Conceição. Estudou letras humanas no Real Collegio do Espirito Santo, de Evora, onde tambem

se applicou á musica, em que se tornou muito apreciado. Deixando o seculo recolheu-se no claustro da reformada congregação de Santa Cruz, de Coimbra, onde recebeu o habito a 30 de novembro de 1736. Cultivou muito o estudo da historia ecclesiastica, e principalmente das antiguidades da ordem. Deixou numerosas obras, impressas e manuscriptas, cujos titulos se pódem vêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. IV, pag. 167.

**Nossa Senhora do Carmo** *(D. Antonio de)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. N. na Bahia, e fal. a 2 de janeiro de 1749 no convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa. Chamava-se no seculo Antonio da Cunha Brochado, sendo filho do desembargador Belchior da Cunha Brochado, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, conselheiro da Fazenda, e de D. Maria Francisca de Paula e Almeida. Instruido nas letras humanas, aprendeu Philosophia no collegio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, passando depois á Universidade de Coimbra, applicando-se ao estudo de Jurisprudencia Cesarea, em que recebeu o grau de licenceado. Veiu para Lisboa, e foi nomeado juiz da India e Mina. Sendo nomeado ministro plenipotenciario á côrte de Madrid seu tio José da Cunha Brochado, (V. *este nome)*, em 1725 acompanhou-o, e quando regressou a Lisboa, foi nomeado conselheiro da Fazenda real. Recebeu depois as ordens de presbytero, recolhendo-se mais tarde ao claustro do real convento de Santa Cruz de Coimbra, e ali professou a 16 de julho de 1735. Traduziu do hespanhol, de Manuel José Altamirano, em portuguez, e imprimiu sem o seu nome: *Retiro espiritual para um dia de cada mez, e para disposição de uma santa vida para uma boa morte*, Coimbra, 1738. Deixou ainda uma *Novena* para a festa de Santo Agostinho, Lisboa, 1740; *Novena* de S. Francisco, e em manuscripto: *Meditações sobre o oitavario do Natal*. Quando falleceu, era prior do convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa.

**Nossa Senhora do Castello**. Serra do distr. da Guarda. Está situada a O do Sabugal, na direcção de NNO a SSE. Tem 8 k. de comprimento, 2:500 m. de largura e 1:000 m. de altura.

**Nossa Senhora da Conceição** *(Ordem religiosa da)*. Ordem fundada em 1484 por D. Beatriz da Silva, dama nobre, e approvada pelo papa Innocencio VIII em 1489, que lhe impoz a regra de Cister. Em 1501, Alexandre VI submetteu esta ordem á direcção dos franciscanos, tendo ella acceitado a regra de Santa Clara.

**Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Reino.** Nas côrtes celebradas em Lisboa no anno de 1646 declarou el rei D. João IV que tomava a Virgem Nossa Senhora da Conceição por padroeira do Reino de Portugal, promettendo-lhe em seu nome, e dos seus successores, o tributo annual de 50 cruzados de ouro. Ordenou o mesmo soberano que os estudantes na Universidade de Coimbra, antes de tomarem algum grau, jurassem defender a Immaculada Conceição da Mãe de Deus. Não foi D. João IV o primeiro monarcha portuguez que collocou o reino sob a protecção da Virgem, apenas tornou permanente uma devoção, a que os nossos reis se acolheram algumas vezes em momentos criticos para a patria. D. João I punha nas portas da capital a inscripção louvando a Virgem, e erigia o convento da Batalha a Nossa Senhora, como o seu esforçado companheiro D. Nuno Alvares Pereira levantava a Santa Maria o convento do Carmo. Foi por provisão de 25 de março do referido anno de 1646 que se mandou tomar por padroeira do reino Nossa Senhora da Conceição. Commemorando este facto cunharam-se umas medalhas de ouro de 22 quilates, com o peso de 12 oitavas, e outras similhantes mas de prata, com o pezo de uma onça, as quaes fôram depois admittidas por lei como moedas correntes, as de ouro por 12$000 réis e as de prata por 600 réis. Segundo diz Lopes Fernandes, na sua *Memoria das medalhas*, etc., consta do registo da Casa da Moeda de Lisboa, liv. I, pag. 256, v. que Antonio Routier foi mandado vir de França, trazendo um engenho para lavrar as ditas medalhas, as quaes se tornaram excessivamente raras, e as que aquelle autor numismata viu cunhadas fôram as reproduzidas na mesma Casa da Moeda no tempo de D. Pedro II. Acham-se tambem estampadas na *Historia Genealogica*, tomo IV, taboa EE. A descripção é a seguinte:—JOANNES IIII, D. G. PORTUGALIAE ET ALGARBIAE REX —Cruz da ordem de Christo, e no centro as armas portuguezas. Reverso:—TUTELARIS RE-

MEDALHA DE N. SR.ª DA CONCEIÇÃO

GNI—Imagem de Nossa Senhora da Conceição sobre o globo e a meia lua, com a data de 1648, e nos lados o sol, o espelho, o horto, a casa de ouro, a fonte sellada e arca do santuario.—O dogma da Immaculada Conceição foi definido pelo papa Pio IX em 8 de dezembro de 1854, pela bulla *Ineffabilis*. A instituição da ordem militar de Nossa Senhora da Conceição por D. João IV *(V. o artigo seguinte)* synthetisa o culto que em Portugal sempre teve essa crença antes de ser dogma. Em 8 de dezembro de 1904 lançou se em Lisboa solemnemente a primeira pedra para um monumento commemorativo do cincoentanario da definição do dogma. Ao acto, a que assistiram as pessoas reaes, patriarcha e autoridades, estiveram tambem representadas muitas irmandades de Nossa Senhora da Conceição, de Lisboa e do paiz, sendo a mais antiga a da actual freguezia dos Anjos, que foi instituida em 1589.

**Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa** *(Ordem militar de)*. Por alvará datado do Rio de Janeiro aos 10 de setembro de 1819 ordenou D. João VI, que sendo muito frequentes os conhecidos beneficios que a nação portugueza recebeu sempre do patrocinio da Santissima Virgem da Conceição em todas as epocas arriscadas da monarchia, de tal maneira que el-rei D. João IV, por decreto de 24 e carta

regia de 25 de março de 1646, se lhe constituiu feudatario, e a fez Padroeira do Reino, continuando com a mesma devoção el-rei D. Pedro II, que em 1694 confirmou a confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição, erecta na egreja de Villa Viçosa, e el-rei D. João V, que por carta regia de 12 de novembro de 1717 mandou celebrar a mesma festividade com toda a pompa; e D. Pedro III engrandeceu a real capella da Conceição no palacio da Bemposta, que tinha sido erecta pela rainha D. Catharina, da Gran-Bretanha, quando se recolheu a Portugal; e a rainha D. Maria I que em 1751 se alistou na confraria dos Escravos da Conceição, havendo-se egualmente alistado na mesma el-rei D. João VI, então principe, no anno de 1769, resolvendo se ultimamente no dia da sua coroação, por decreto datado do Rio de Janeira de 6 de fevereiro de 1818, a crear a nova ordem militar da Conceição, cujos estatutos e desenhos das medalhas de condecoração se encontram juntas no citado alvará de 10 de setembro de 1819. A capital da nova ordem era Villa Viçosa, e o deão da capella real d'esta villa era commendador nato da ordem, e os conegos, prior e beneficiados d'esta collegiada, e os da Mesa da corporação dos Escravos seus cavalleiros natos. A insignia d'esta ordem é uma estrella grande de nove pontas, esmaltadas de branco e arraiadas de ouro, tendo nove estrellas pequenas do mesmo esmalte, collocadas sobre os raios entre cada uma das suas pontas, e decorada com a corôa real sobre a ponta superior. Tem no centro, em campo de ouro fosco, a saudação angelica em cifra de ouro polido, e em circumferencia, sobre faxa esmaltada em azul claro, a legenda **Padroeira do Reino.** Esta insignia é maior ou menor como se observa dos padrões incluidos n'este artigo, notando que as maiores estão um tanto reduzidas, sendo o diametro da maior de 7 cent., o da media de 5 cent. e o da menor de 3 cent. Os gran-cruzes e commendadores usam da maior, podendo usar da media nos dias que não fôrem de gala. Os cavalleiros usam da menor. Para os serventes a insignia era egual em tamanho á dos cavalleiros, mas toda de prata e sem ouro algum ou joia. A insignia ou venera da ordem é pendente de fita de chamalote azul claro, orlada de branco. Os gran-cruzes usam d'ella em fita larga, traçada do hombro direito para o lado esquerdo. Os commendadores trazem-n'a em fita proporcionada, pendente do pescoço. Os cavalleiros e serventes a usam na casa da casaca ou vestido de que fizerem uso, do lado esquerdo. Os gran-cruzes e commendadores usarão simultaneamente da insignia media em chapa de ouro ou sobreposta na casaca, ou vestido, do lado esquerdo. A *Ordem militar de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa* é composta de grão-mestre, gran-cruzes effectivas e honorarias, commendadores, cavalleiros e serventes, sendo o grão-mestre o rei ou a rainha reinante. Todas as pessoas reaes de um e outro sexo serão sempre gran-cruzes effectivas da mesma ordem. Ha tambem doze gran-cruzes honorarios, quarenta commendadores, cem cavalleiros e sessenta serventes, além dos commendadores e cavalleiros natos, reputados extraordinarios. Todos os galardoados com esta ordem devem defender o mysterio da Immaculada Conceição da Virgem Maria. Sendo prohibida pelos sagrados canones e constituições apostolicas a profissão solemne e perpetua em duas differentes ordens religiosas, ficou esta ordem na sua instituição independente de profissão religiosa. O manto branco da ordem é egual ao das outras ordens militares, cin-

HABITO DE CAVALLEIRO

PLACA DE COMMENDADOR

gido com cordões azul claro e com a insignia bordada sobre o hombro esquerdo. Os que tenham

GRAN-CRUZ

manto de outra ordem militar porão sobre elle a venera da Conceição.

**Nossa Senhora do Couto**. Pov. da freg. de S. Bartholomeu, de Casal dos Loivos, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

**Nossa Senhora da Encarnação**. Pov. na freg. da Sé, conc. e distr. de Leiria.

**Nossa Senhora da Esperança**. Pov. do conc. de Santa Cruz, com. da Graciosa, distr. e bisp. de Angra do Heroismo, no archipelago dos Açôres.

**Nossa Senhora das Febres.** Denominação por que tambem é conhecida a povoação de Febres, no conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. V. *Febres*.

**Nossa Senhora da Gloria** *(D. Manuel de)*. Conego regular da ordem de Santo Agostinho, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Era natural de Tabuaço, comarca de Lamego, sendo filho de Antonio Vaz das Neves Souto. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Doutorou se a 22 de outubro de 1820 Escreveu: *Discursos ou conferencias sobre a religião por M. D Frayssinous e bispo de Thermopolis, traducção em portuguez*, Coimbra, 1823.

**Nossa Senhora da Graça.** Pov. na freg. de Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga.

**Nossa Senhora da Graça dos Padrões.** Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Almodovar, distr. e bisp. de Beja; 133 fog. e 471 hab. Tem esc. para o sexo fem., e est. post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Almodovar a Mertola. O tribunal da Mesa da Consciencia apresentava o capellão, que tinha 180 alqueires de trigo, 90 de cevada, e 20$000 réis em dinheiro. Foi commenda da ordem de S. Thiago. Corre por esta freg. o rio Alvacarêjo, que vae morrer no Guadiana. Teve foral dado pelo mestre da ordem de S. Thiago, mas sem data. A pov. é muito antiga, muito fertil em cereaes. Cria gado de toda a qualidade. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

**Nossa Senhora da Luz** *(Joaquim Antonio Vellez Barreiros, 1.º barão e 1.º visconde de)*. General de divisão, par do reino, ministro de Estado honorario, commendador das ordens de Nossa Senhora da Conceição e da Torre e Espada; gran cruz da de Santo Estanislau da Russia, da de Carlos III de Hespanha; commendador da ordem militar de S. Fernando, de Hespanha; grande official da Legião de Honra, de França; condecorado com a medalha n.º 9 das campanhas da Liberdade, e com a medalha hespanhola de Mendigorria. N. em S. Julião da Barra a 25 de novembro de 1802, fal. em Lisboa em 1 de outubro de 1865. Tendo estudado no Real Collegio Militar e concluido o respectivo curso, assentou praça e foi logo despachado alferes em dezembro de 1820. Em janeiro de 1823 partiu para a Bahia, e regressando a Portugal em setembro d'esse anno, foi em julho de 1827 promovido a tenente. Abraçando a causa liberal foi reunir-se aos defensores da ilha Terceira, e tomando ahi parte na acção de 11 de agosto de 1829 e depois nas tomadas das ilhas do Pico, S. Jorge, Faial e S. Miguel, e sendo nomeado tenente de engenharia em 1830, acompanhou o exercito libertador que veiu desembarcar nas praias do Mindello. Durante o cêrco do Porto distinguiu se em varias occasiões, e continuando a servir nas forças do commando de Saldanha, mereceu que este illustre general dissésse d'elle em attestado «Ha longo tempo que conheço o merecimento d'este digno official, e com maior particularidade desde fevereiro de 1832 até ao fim da lucta com a usurpação. Em toda esta epoca assistiu (com uma só excepção) a todas as acções e batalhas que tive a fortuna de commandar, e em todas ellas foi sempre o seu comportamento tão distincto que nem uma só vez deixei de o recommendar muito particularmente a S. M. I. o duque de Bragança.» Tendo ascendido durante a guerra civil ao posto de tenente coronel, foi em novembro de 1834 mandado para Hespanha como commissionado do nosso governo junto do general em chefe do exercito de Izabel II, e ahi permaneceu até fins de 1837 assignalando-se em diversos combates contra os carlistas, sendo ferido em Arlabau e grangeando, pelo modo como se comportou, a estima e os louvores de muitos generaes da nação visinha. Em 1840 foi a Londres encarregado pelo governo de uma commissão n'esse paiz, e voltando á patria em dezembro de 1843, tomou posse da inspecção geral das obras publicas do reino, para que fôra nomeado no principio d'esse anno. Com a revolução de 1846 tornou Vellez Barreiros á carreira militar, e sendo em outubro nomeado quartel-mestre general de el-rei D. Fernando, foi, por decreto de 23 de janeiro de

1847, agraciado com o titulo de barão, em junho promovido a brigadeiro, e em agosto encarregado da pasta dos negocios estrangeiros, a qual conservou até 18 de dezembro. Depois da regeneração foi ministro interino do reino, estrangeiros e marinha, e deixando esses logares quando se reconstituiu o gabinete pela chegada do marechal Saldanha a Lisboa, passou a exercer as funcções de chefe do estado maior do commando em chefe do exercito juntamente com as de director geral das obras publicas, e depois que foi extincto aquelle commando foi nomeado para o do corpo do estado maior. Em 1860 foi com os coroneis Maldonado e Magalhães a França para assistir ás manobras de Chalons e estudar as instituições militares d'aquella nação, apresentando, depois do seu regresso a Portugal, um relatorio que não foi impresso, mas em que o illustre general manifestou claramente os seus vastos conhecimentos militares e apresentou muitas idéas, de cuja adopção resultou grande proveito e vantagem ao nosso exercito e á defeza do paiz. Em 1853 foi eleito par do reino, e por decreto de 16 de junho de 1854 elevado ao titulo de viscon de de Nossa Senhora da Luz. Casou em 30 de agosto de 1837 com D. Rosa Montufar Infante, filha dos marquezes de Selva Alegre, de Hespanha O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Avilezes ou dos Vellezes: Em campo verde uma torre de prata, com as portas e as frestas do mesmo metal; ao pé da porta uma cabeça de moiro toucada de prata e cortada em sangue, junto d'ella uma maça de azul com o cabo de ouro; na segunda a dos Bairros ou Barreiros : Em campo de ouro tres troncos d'arvores de preto, com nós, em banda.

**Nossa Senhora das Mercês** *(Candido Pacheco de Mello Menezes Forjaz de Lacerda, 1.º barão e 1.º visconde de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, administrador do morgado de Nossa Senhora das Mercês, na ilha Terceira, governador civil do districto de Angra do Heroismo, na mesma ilha. Nasceu a 22 de junho de 1837; já fallecido ha bastantes annos. Era filho de João Pereira Forjaz Sarmento de Lacerda, fidalgo da Casa Real, e de D. Maria José Pacheco de Mello e Menezes. Casou em 1862 com D. Maria de Sampaio Dart, filha de George Philipps Dart, subdito britannico, commendador da ordem de Christo, e de sua mulher D. Francisca de Better Sampaio. O titulo de barão foi concedido por decreto de 22 de junho de 1871, e o de visconde, por decreto de 21 de agosto de 1879.

**Nossa Senhora dos Milagres.** Logar poetico em Pedrogão Grande, pertencendo a este conc., distr. de Leiria. N'este logar ha a ermida dos Milagres, d'onde se desfructa um lindo panorama.

**Nossa Senhora da Nazareth** *(D. Fr. Joaquim de).* V. *Nazareth (D. Fr. Joaquim de Nossa Senhora da).*

**Nossa Senhora da Oliveira** *(Manuel Ignacio da Silveira, 1.º barão de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 4 de dezembro de 1835. N. em Ponta Delgada a 16 de janeiro de 1801, onde tambem fal. a 2 de março de 1881. Era filho de Jacinto Ignacio da Silveira, cavalleiro professo na ordem de Christo, negociante em Ponta Delgada, e de D. Jaciuta Rosa de Medeiros de Miranda de Araujo. Casou em Londres a 20 de julho de 1837 com D. Maria Izabel Gago da Camara, filha de Gil Gago da Camara, e de D. Branca Guilhermina de Medeiros do Canto. O titulo de barão foi concedido por decreto de 2 de agosto de 1870. O brazão d'armas é o seguinte: Escudo partido em pala: na primeira as armas das Mirandas: em campo de ouro uma aspa vermelha entre quatro flôres de liz verdes; na segunda as armas dos Silveiras: em campo de prata tres faxas vermelhas.

**Nossa Senhora da Pedrosa** *(Fr. Joaquim José de).* Monge benedictino, que vivia no principio do seculo XIX, e escreveu: *Oração gratulatoria pelo nascimento do senhor infante D. Miguel*, recitada na sé do Porto em 7 de novembro de 1802, Lisboa, 1802.

**Nossa Senhora do Pilar.** Freg. da ilha Terceira, conc., com., distr. e disp. de Angra do Heroismo, archipelago dos Açôres. Tem 228 fog. e 1:208 hab. Dista 10 k. da séde do conc. e pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

**Nossa Senhora da Porta Siqueira** *(D. João de).* Conego regrante da ordem de Santo Agostinho. Fal. em 16 de janeiro de 1797. Nos seus ultimos annos de vida empregou-se no ensino, e em publicar algumas obras, na maior parte traducções; foi exclaustrado por um breve apostolico. Escreveu: *Breve instrucção do amor de Deus traduzido do francez*, Porto, 1787; *Escola dos bons costumes, ou reflexões moraes e historicas*, etc., *por Mr. Blanchard, traduzida em portuguez*, Porto, 1789; 4 tomos; *Incendios de amor, ou elevações e transportes da alma, na presença de Jesus Christo e de suas imagens*, etc., Porto, 1791; *Voz de Jesus Christo pela bocca dos parochos e dos paes de familia, intimada aos seus freguezes e filhos nos domingos e festas do anno*, Porto, 1791; 2 tomos; outra edição em Lisboa, 1815; *Voz evangelica de um parocho aos seus freguezes, ou nova collecção de praticas para todos os domingos do anno*, 3.ª edição, Lisboa, 1817, 2 tomos; *Escola de politica, ou tratado pratico da civilidade portugueza, etc.*, 2.ª edição. Porto, 1791. Tem sido depois varias vezes reimpressa, sendo a 4.ª edição, Porto, 1803. e outra em Lisboa, 1821.

**Nossa Senhora dos Prazeres.** Pov. na freg. de S. Francisco e conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

**Nossa Senhora dos Remedios.** Povoações nas freguezias: Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Graça, de Montalvão, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

**Nossa Senhora da Saude** *(José Maria da Camara Coutinho Carreira de Castro, 1.º barão de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real, senhor do morgado de Nossa Senhora da Saude, na ilha de S. Miguel. N. a 4 de junho de 1818, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco Manuel da Camara Coutinho Correia de Castro e de D. Maria Ursula do Rego da Camara Botelho. Casou em 23 de fevereiro de 1836 com D. Maria Henriqueta Pereira Machado Hasse, filha de Francisco Pereira Hasse e de sua mulher, D. Luiza Francisca da Silveira. Foi agraciado com o titulo de barão por decreto de 12 de setembro de 1866. O brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos

Carreiras: Em campo de prata uma banda azul carregada de um leão de ouro entre dois pinheiros verdes com pinhas de ouro: no segundo quartel as armas dos Castros: Em campo vermelho seis arruelas brancas em duas palas; no terceiro as armas dos Camaras: Em campo verde uma torre de prata com ameias e coruchéo, que se remata em uma cruz de ouro, e dois lobos da sua propria côr, em pé, rompendo contra a torre; no quarto as armas dos Coutinhos: Em campo de ouro cinco estrellas sanguinhas, de cinco raios cada uma, postas em santor.

**Nossa Senhora do Verde.** Pov. da freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeiraa--Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. Faro.

**Nossa Senhora da Victoria da Batalha** (*Sebastião Francisco Severo Drago Valente de Brito Correia de Lacerda Green Cabreira, barão de*). Do conselho da rainha D. Maria II, brigadeiro do exercito, governador das praças de Abrantes e da Torre de S. Julião da Barra, deputado, etc. N. em Faro a 4 de outubro de 1809, fal. em Paris a 12 de novembro de 1868. Era filho do general Sebastião Drago Valente de Brito Cabreira, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de sua mulher, D. Maria Amelia Alves Pinheiro Correia de Lacerda Green. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 574). Assentou praça no regimento de artilharia n.º 4, a 23 de agosto de 1820, reconhecido como cadete, foi ainda n'esta posição nomeado ajudante de campo de seu pae, que então commandava o exercito do sul organisado pela Junta. Promovido em 18 de setembro d'esse anno a 2.º tenente para o corpo em que já servia, foi n'essa situação que entrou nos ataques de Santa Barbara e de Amarante, em 1823, contra as forças do general marquez de Chaves. Transferido no mez de setembro de 1824 em alferes effectivo para infantaria n.º 11 e passado no principio do anno de 1827 para o regimento n.º 18, continuou a defender a causa da Liberdade, e sendo já tenente em 1828, depois de ter combatido em Coruche, Ponte do Prado, Barca Tebosa, Penafiel e Braga, emigrou com a divisão para a Galliza, d'onde embarcou para Inglaterra e d'ali para a ilha Terceira, onde já se encontravam seu pae e o seu tio, o general Deocleciano Leão Cabreira, depois barão de Faro. (V. *Portugal*, vol. III, pag 301 e 302). Ahi tomou parte no combate do Pico do Celleiro em outubro de 1828, no ataque da Villa da Praia em 11 de agosto do anno seguinte, e quando se intentou e realisou a conquista das outras ilhas do archipelago dos Açôres, o tenente Cabreira foi na expedição, e entrou nas acções de S. Jorge, Calheta, Faial e Ladeira Velha. Acompanhando o exercito de D. Pedro, como tenente de caçadores n.º 5, veiu desembarcar nas praias do Mindello em 8 de julho de 1832, e na defeza das linhas do Porto continuou a servir sempre com a maior dedicação e valentia. Logo no reconhecimento de Vallongo e nos combates de Ponte Ferreira e de Souto Redoudo, se comportou de modo que mereceu ser recommendado nas participações officiaes. Promovido a capitão em 6 de agosto seguinte, achava se commandando a 5.ª companhia do batalhão de caçadores n.º 5, quando no dia 16 de setembro foi escolhido por D. Pedro para atacar de frente o reducto do Cotovêlo. Recebida a ordem avançou ao ataque da posição, e apezar de gravemente ferido, conservou-se á frente dos seus soldados até que a 6.ª companhia lhe veiu em auxilio. Levado ao hospital do sangue, logo que lhe fizeram os primeiros curativos voltou para o reducto e ali se conservou até á noite em que, sendo obrigado a retirar para o Porto, assumiu o commando da sua companhia no dia 14 do outubro, assistindo á sortida de Quebrantões e de Villa Nova de Gaia, sendo novamente ferido. Em recompensa de tão decidido valor e de tão grande desapêgo pela vida, foi-lhe então dado o habito da Torre e Espada, e se já anteriormente era conhecido e respeitado o capitão Cabreira, n'esse dia mais se confirmou entre os seus companheiros de armas a opinião lisonjeira que d'elle faziam. Na continuação do cêrco do Porto, nos combates que se deram nas immediações de Lisboa, em Torres Novas, Leiria, Pernes e Almoster, mostrou sempre o distincto official as brilhantes qualidades de que desde o principio da lucta déra evidentes provas e durante toda a campanha contra o absolutismo, o futuro barão da Batalha defendeu sempre com o maior ardor e a maior bravura a causa que servia. Fez parte da divisão auxiliar,

Barão de Nossa Senhora da Victoria da Batalha

que foi enviada á Hespanha, entrando em todas as acções e combates, sendo n'um d'elles gravemente ferido. Terminada a guerra civil alguns dos officiaes do exercito constitucional julgaram brandas e benevolas as condições impostas aos vencidos em Evora Monte, e não sabendo conter-se manifestaram claramente o seu desgosto, que hoje nos parece excessivamente barbaro, mas que tinha em parte desculpa na exaltação d'aquelles tempos e nos trabalhos e fadigas soffridos em tantos annos de exilio e de combates. Sendo o capitão Cabreira um dos descontentes foi separado do seu batalhão e mandado para Valença, onde esteve exercendo as funcções de major da praça, até que passados alguns mezes foi de novo chamado a Lisboa e collocado em caçadores n.º 2. Em julho de 1837 foi nomeado chefe do estado da 2.ª divisão militar, mas pouco ou nenhum serviço fez n'essa commissão, e com o conde de Bomfim entrou na acção do Chão da Feira, merecendo ser recommendado ao governo por esse general em attenção ao modo por que se com-

portou no referido combate. Promovido a major em maio de 1838 para caçadores n.º 2, commandou por vezes este corpo até que em agosto de 1840, a pedido seu, foi collocado na 3.ª secção. Exerceu depois as commissões de segundo commandante da escola normal e de curador do Supremo Conselho de Justiça Militar, e voltando mais tarde ao serviço dos corpos achava-se commandando o batalhão de caçadores n.º 8, aquartelado no castello de S. Jorge, quando teve logar o golpe de Estado de 6 outubro, 1846. Pelos serviços prestados n'essa noite o propôz o duque de Saldanha para ser promovido ao posto imme diato, mas o major Cabreira não quiz acceitar essa graça, e só quando em 1848 viu que alguns dos seus camaradas não tinham tido eguaes escrupulos, pediu a antiguidade que lhe competia. Do batalhão de caçadores n.º 8 passou a commandar infantaria n.º 15, quando as operações militares se toruaram mais graves no norte, e depois foi transferido para o batalhão de caçadores n.º 5 com o qual expedicionou para os Açôres em agosto de 1847. Promovido a coronel em fevereiro de 1850 para o mesmo batalhão, n'elle se conservava ainda em abril do anno seguinte, quando o marechal Saldanha saiu de Lisboa na noite de 7 d'esse mez para se pôr á frente da revolta que devia apparecer contra o ministerio do conde de Thomar. Caçadores n.º 1, commandado por Joaquim Bento, depois barão do Zezere, levantou o grito da revolta em Setubal na madrugada do dia 9 e caçadores n.º 5, aquartelado em Leiria, saiu no dia 10 d'essa cidade para para a Batalha marchando para Coimbra, onde entrou na noite do dia 12, e onde se reuniu com o marechal. D'ahi continuou a marchar para a Mealhada, Mortagua e Castro Daire, retrocedendo depois para Vizeu e Tondella ao mesmo tempo que o batalhão n.º 1 marchando para o norte e passando duas vezes o Zezere, para escapar ás tropas que o perseguiam, procurava reunir-se com o corpo do commando de Cabreira. Entretanto o marechal, vendo que outros corpos que se deviam sublevar não appareciam em campo, emigrou para Hespanha e a situação de caçadores n.º 1 e 5 era bastante critica, quando rebentou no Porto a revolta que em breve se tornou geral. Foi então o coronel Cabreira promovido a brigadeiro, agraciado com o titulo de barão de Nossa Senhora da Victoria da Batalha por decreto de 2 de junho de 1851, e nomeado commandante da 2.ª divisão militar. Encarregado no anno seguinte do governo de S. Julião da Barra fez grandes melhoramentos n'essa praça e a elle se deve o monumento, que hoje se vê no alto do Algueirão recordando a morte de Gomes Freire de Andrade. Transferido depois para o governo da praça de Abrantes, tambem fez obras importantes n'aquella praça de guerra, e sendo exonerado em julho de 1862 recebeu da camara municipal e dos habitantes d'aquella villa provas inequivocas do sentimento que tinham com a sua demissão. Tendo sido incumbido de inspeccionar o corpo de veteranos de marinha, o deposito disciplinar e o 1.º batalhão de veteranos, e tendo sido nomeado commandante interino do asylo de Runa, devia commandar em 1866 no campo de Tancos uma das brigadas de infantaria, mas o seu estado de saude, já então bastante precario, fez com que o ministro o dispensasse d'essa commissão. Em julho de 1867 foi nomeado presidente da commissão militar que foi visitar o campo de Chalons, e tendo-se-lhe aggravado os seus padecimentos, quando os outros officiaes recolheram a Portugal, o barão da Batalha ficou em Paris, e n'essa cidade continuou a residir até que falleceu. O barão da Batalha foi deputado na legislatura de 1848, eleito pelo circulo de Ponta Delgada, e nas camaras votou contra a lei chamada «das rolhas», contra as indemnisações do Contrato do Tabaco, etc. Em 1851 tornou a ser eleito deputado pelo mesmo circulo. Casou em 10 de janeiro de 1842 com D. Guilhermina Henriqueta Peixoto d'Almeida, filha de Antonio Peixoto d'Almeida, bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, e de sua mulher, D. Josepha Emilia Peixoto Pessoa. Em 1862 foi nomeado vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar. Era commendador das ordens da Torre e Espada e de S. Bento de Aviz; cavalleiro da de Christo; era tambem commendador da ordem hespanhola de Izabel a Catholica, e cavalleiro da de S. Feruando de 1.ª classe. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Farias: Em campo vermelho um castello de prata com portas e frestas de preto, entre cinco flôres de liz de prata, tres em chefe e duas em faxa; no segundo as dos Alvellos: Em campo vermelho cinco estrellas de ouro de sete pontas em aspa; no terceiro as dos Dragos: Em campo vermelho dois dragos de prata passantes, com as cabeças viradas em fugida; o quarto as dos Cabreiras: Em campo de prata duas cabras de negro com arruelas de ouro.

**Nosso Senhor Jesus Christo** *(Ordem militar de).* Correndo o anno de 1311 foi extincta a ordem dos cavalleiros do Templo, por sentença que, a instancias de Filippe, o *Formoso*, rei de França, deu em privado consistorio o papa Clemente V. A ordem militar dos Templarios florescera por espaço de dois seculos com excellente fama de valor, e piedade, empregando-se já na defeza dos logares santos de Jerusalem, já no agasalho dos peregrinos que da Europa iam visitar os mesmos logares. Os motivos de uma tal resolução pontificia déram grande variedade de opiniões nos differentes autores, pelo que, com certeza, se não pódem indicar precisamente. Sendo geral a extincção da ordem do Templo, não o fôram as culpas dos cavalleiros, porque os de Portugal, como os de Castella e do Aragão, justificaram com evidentes provas a pureza dos seus procedimentos, e fôram julgados livres dos delictos, que se attribuiram aos de França, onde se dizia que eram communs a toda a ordem, cujas rendas se incorporaram na corôa do mesmo reino, o que é tido como claro indicio de que Filippe, o *Formoso*, excitara ao pontifice com falsas informações e indignas violencias, á extinguir aquella ordem. Em Portugal, como em Hespanha, procedeu-se com um nobre desinteresse e uma generosa christandade. D. Diniz, que então reinava, podendo accrescentar o patrimonio real com as propriedades dos Templarios, quiz antes fundar com ellas outra ordem. Constitue este facto, além d'isso, uma habil resolução do soberano, que diplomaticamente soube conservar as riquezas d'uma ordem extincta, para as passar a outra. Alguns autores affirmam que a curia

romana queria, com futeis pretextos, apoderar-se das enormes rendas dos templarios em Portugal (como o fizera n'outros reinos) mas D. Diniz, politica e patrioticamente, lh'as subtrahiu, creando em 14 de agosto de 1318 a ordem de Christo e dando-lhe esses rendimentos. Com a sua autoridade o summo pontifice João XXII expediu então a sua bulla de 14 de março de 1319, confirmando aquella instituição. Além dos bens que ficaram dos templarios, doou tambem o rei á nova mili-

CRUZ DE CAVALLEIRO

cia a villa e fortaleza de Castro Marim no reino do Algarve, dispondo que n'ella se estabelecesse o convento da ordem, d'onde, assim por mar como por terra, podia fazer guerra aos moiros de Marrocos e Granada, que inquietavam os nossos mares, e persistiam na teima de invadir e conquistar de novo toda a Hespanha. O primeiro mestre que teve a ordem foi D. Gil Martins, que o era então da cavallaria de Aviz, e vinha nomeado pelo papa, querendo que entrasse logo na de Christo mestre que houvesse militado debaixo da regra de S. Bento e reformação de Cistér, para instrucção dos novos professores, sujeitando-a outrosim á visitação dos abbades de Alcobaça, de que só foi isenta por outra bulla de Paulo III, expedida em 1542, no reinado de D. João III. Fez o mestre D. Gil as primeiras *Constituições* da ordem em 1321; cinco annos depois fez outras o segundo mestre D. João Lourenço, e assim fôram continuando seus successores, additando e innovando as cousas conforme o tempo requeria, todas as quaes confirmava o abbade de Alcobaça, como visitador e reformador d'esta religião, até que em 1443, sendo governador da ordem o infante D. Henrique, o primeiro e principal ampliador d'ella, se procedeu á sua reformação por breve que impetrou do papa Eugenio IV. Aos estatutos que então se fizeram para observancia da ordem, e modo de vida dos cavalleiros, accrescentou depois el-rei D. Manuel outras definições, por onde a mesma lhe ficou devendo a legislação e direcção religiosa com que se governava. Corria o anno de 1356 quando o mestre D. Estevão Gonçalves Leitão, quarto em ordem dos d'esta cavallaria, fez a mudança do convento de Castro Marim para Thomar, vendo que aquella villa era de pouca povoação, e que a ordem não tinha cabedal para a povoar e fortalecer como convinha. As razões mais congruentes e verosimeis que a isso o moveram fôram sem duvida o ter sido Thomar convento e cabeça da ordem do Templo, estar esta villa situada no coração do reino, d'onde podiam os mestres acudir a tudo o que tocava á ordem; assim como pela disposição do sitio e capacidade do edificio, em que se podia accommodar tudo quanto convinha a uma religião de tanta estimação e valia. D'este tempo em diante ficou sendo Thomar cabeça da ordem militar de Christo. Contando do primeiro mestre D. Gil Martins até D. Lopo Dias de Sousa, sobrinho da rainha D. Leonor, teve a ordem sete, que fôram em rigor mestres e cavalleiros estreitamente professos d'esta religião. A este ultimo succedeu o infante D. Henrique, duque de Vizeu, que foi o primeiro que administrou a ordem com o titulo de governador e administrador d'ella, não querendo fazer profissão com o voto de pobreza por não perder o ducado e mais senhorios que lograva. Com o mesmo titulo de governador lhe succedeu seu sobrinho o infante D. Fernando, irmão de el-rei D. Affonso V, e a elle seus tres filhos D. João, D. Diogo e D.

PLACA DE COMMENDADOR

Manuel, o qual conservou o governo da ordem em todo o tempo do seu reinado. Por sua morte a administrou el-rei D. João III por bulla do papa Adriano VI, até que por outra de Julio III, expedida em 4 de janeiro de 1551, lhe foi conferida, e a todos os seus successores na corôa, ainda que femeas, a administração perpetua dos mestrados das ordens militares do reino. O habito dos cavalleiros da ordem militar de Nosso Senhor Jesus Christo é uma cruz vermelha, quasi

quadrada, fendida no meio com outra branca, e dado que a alguns autores pareça que esta insignia fôsse a mesma que a do Templo, notoriamente é differente, porque a dos Templarios era toda vermelha, e a de Christo consta d'aquellas duas côres; nem é crivel que o papa lhe permitto a perpetua jurisdicção espiritual d'ellas. Nos mais descobrimentos e conquistas, que se principiaram debaixo do estandarte da ordem, e com os cabedaes do infante D. Henrique, reconheceu o reino o que devia a esta cavallaria; e assim com muita razão todas as armadas que saíam para as nossas possessões ultramarinas levavam os estandartes das armas reaes assentes sobre a cruz da ordem de Christo, reconhecendo que a ella era devida aquella herança, por onde a capitania da India não só em seus proprios mares, mas nos de Portugal, tinha preferencia ás capitanias reaes, não obstante que o cargo de general da armada real de Portugal era preeminente ao de capitão-mór da India. Os reis, como tinham esta milicia por sua, a honraram e enriqueceram mais que a nenhuma das outras, dando-lhe 21 villas e logares e 454 commendas, em que entravam 45 que se proviam pela Casa de Bragança. Quanto ás dignidades da ordem, a primeira e principal, depois do *mestre*, era o *prior-mór*, que tinha jurisdicção no espiritual e temporal do convento, exercitando o poder espiritual não só com os clerigos residentes na casa mas com os cavalleiros que viviam separados d'ella. Ao Dom

CRUZ DE COMMENDADOR

tisse a insignia da cavallaria que o seu antecessor extinguira, ordenando que de todo se perdesse a memoria d'ella. Não só teve a ordem de Christo um consideravel patrimonio dentro do reino, senão que se estendia a sua jurisdicção a todas as conquistas de Portugal, de que foi devedora ao immortal infante D. Henrique, o qual depois que se recolheu da conquista de Ceuta, em que teve grande parte, concebeu logo em seu animo pensamentos de descobrir e ganhar novas terras, sendo as ilhas de Porto Santo e Madeira as primicias de tão laboriosos cuidados. Por fallecimento de D. João I, seu filho e successor D. Duarte, respeitando os dispendios grandes que o infante seu irmão havia feito no descobrimento, povoação e culto d'estas ilhas, lh'as doou por tempo de sua vida, concedendo á ordem de Chris-

MEDALHA DE GRAN-CRUZ

prior do convento de Thomar pertencia chamar por cartas a capitulo geral para nova eleição de mestre, a quem tomava o juramento de fidelidade e obediencia ao papa. A segunda era o *commendador-mór*, que presidia na ausencia do prior, e por fallecimento do mestre, no interim da va-

cante, lhe pertencia governar a ordem. Seguia-se o *claveiro*, cujo officio era ter as chaves do convento quando os cavalleiros viviam em communidade, e ao qual competia distribuir o mantimento e tomar conta dos gastos que se faziam. A quarta dignidade era o *sacristão-mór*, a quem pertencia em capitulo ter os sellos da ordem. A quinta e ultima dignidade era o *alferes*, que levava a bandeira nas procissões e em todos os actos de guerra em que ia o mestre. D. Maria I, reformando as tres ordens militares por sua carta de lei de 19 de junho de 1789, estabeleceu entre outras disposições as seguintes: Depois do gran-mestre e do commendador-mór as dignidades serão gradualmente os gran cruzes, os commendadores e os cavalleiros. Nenhum será gran-cruz sem ser commendador promovido a gran-cruz. Pela mesma lei fôram as insiguias de gran-cruz e commendador de cada uma das tres ordens militares augmentadas com um coração, em memoria do monumento ao Santissimo Coração de Jesus que a mesma soberana pretendia estabelecer. Os cavalleiros teriam a sua venera como mandavam os antigos estatutos da ordem. Os actuaes distinctivos da ordem são na fórma indicada nas gravuras respectivas, sendo a cruz vermelha aberta em branco, e a fita encarnada. || Bibliographia: *Compendio da regra e definições dos cavalleiros da ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, com alguns breves pontificios e privilegios reaes*, etc., por fr. Damião das Neves, Lisboa, 1607; *Noticia historica das ordens militares e civis portuguezas*, etc., por Alcixo Tavano e José Augusto da Silva, Lisboa, 1881; *A Ordem de Christo*, por J. Vieira da S. Guimarães, Lisboa, 1901.

**Nostim.** Pov. da freg. de Santa Comba, de Moura Morta, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

**Nota.** Commentario, reflexão accessoria, escripta no fim de um livro, na margem ou na parte inferior das suas paginas e relativo a alguma passagem do texto. || Registo das escripturas dos tabelliães. || Especie de bilhete ao portador emittido per um banco e que é aceito como moeda nas transacções commerciaes. || Documento diplomatico, communicação official e por escripto trocada entre entidades diversas.

**Notario.** V. *Escrivão* e *Tabellião*.

**Noticia.** Trecho escripto sobre facto ou pessoa notavel. Biographia; nota historica; descripção; monographia; relação periodica.

**Noto.** Pequena praia ou bahia situada no extremo da costa S do distr. de Benguella, prov. d'Angola, Africa Occidental E' a maior d'uma série de praias que ha n'aquelles sitios e para o S. do rio S. Francisco ou Coporora. Tem feitorias. Antigo ponto de embarque de escravos.

**Noudel.** Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

**Noura.** Pov. e freg. de N. S.ª da Annuncia-ção, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Murça, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 142 fog. e 647 hab. Tem caixa post. e esc. do sexo masc. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Tinhella. O cabido da collegiada de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, apresentava o cura, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé d'altar. Foi villa, e é pov. muito antiga. D. Sancho II deu-lhe foral a 8 de maio de 1224; D. Affonso III deu-lhe outro foral, confirmando o antigo, em Santarem, a 10 de janeiro de 1268. N'esta freg. ha tres castellos muito antigos, chamados: *de Noura*, *de Sobrêdo* e *de Cidadonha* A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

**Nova.** Pov. na freg de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Nova** *(João da)*. Fidalgo da Galliza que veiu servir para Portugal, onde el-rei D. Manuel o fez alcaide de Lisboa. Pouco depois do descobrimento da India, e depois de ter partido para o Oriente a esquadra de Pedro Alvares Cabral, el-rei D. Manuel entendeu que devia contratar com alguns mercadores o armarem e carregarem tambem navios para a India, proposta que logo varios negociantes estrangeiros residentes em Lisboa acceitaram com alegria, sendo o primeiro que fez esse contrato um florentino chamado Bartholomeu Manhione. Armou elle um navio, o rei armou tres, e a esquadra composta d'estas quatro embarcações, foi confiada ao commando de João da Nova, saindo de Lisboa a 5 do março de 1501. Era a terceira esquadra que partia para a India, considerando-se como primeira a da descoberta. No caminho seguiu rumo muito ao occidente como fizera Alvares Cabral, e assim descobriu a ilha da Ascensão. João da Nova primeiro deu-lhe o nome de ilha da Conecição, e foi Affonso d'Albuquerque quem depois o mudou para o de ilha da Ascensão. Chegando á India fundou uma nova feitoria em Cananor, alegrou muito os portuguezes que Alvaro Cabral deixára na India e que não esperavam tão cedo navios da Europa, porque não suppunham que partisse de Lisboa uma nova esquadra antes de ter regressado a de Alvares Cabral, e derrotou a esquadra de Calicut que se quizera oppôr á sua passagem, e que João da Nova levou adeante de si varejando a com a sua artilharia, afundando-lhe um ou dois navios a cada descarga, e maravilhando e atterrando esses pobres orientaes, que não suppunham que uma pequena esquadra do quatro navios pudesse praticar similhantes façanhas. Voltando a Portugal com uma boa carregação de pimenta e de outras especiarias, João da Nova descobriu um caminho nos mares da Africa Occidental, uma nova ilha, a de Santa Helena, que depois se tornou tão afamada, por estar ali captivo o grande Napoleão. Em 1505 partiu de novo para a India com o vice-rei D. Francisco de Almeida. Apenas chegou a Cochim, porém, teve serias desavenças com D. Francisco, porque este lho não quiz reconhecer a nomeação que levava para capitão-mór da primeira esquadra que tivesse de se fazer ao mar. Pediu então licença para voltar ao reino, e chegou a Lisboa ainda a tempo de tornar á India como capitão de um dos navios da esquadra de Affonso d'Albuquerque, esquadra que foi de conserva com a de Tristão da Cunha até Socotorá. O navio commandado por João da Nova era um dos melhores d'esse tempo, e chamava-se *Flôr de la mar*. Em Socotorá separaram-se as duas esquadras, seguindo Tristão da Cunha para a India, e Affonso d'Albuquerque para o Mar Vermelho, afim de cruzar no estreito de Bal-el-Mandeb e assaltar as naus de Méca. Era essa uma nova empre-

sa lucrativa que sorria muito aos seus capitães, mas Affonso d'Albuquerque tinha outra empresa em mente, mil vezes mais gloriosa, a da conquista de Ormuz. Tristão da Cunha, ao separar-se, devia deixar lhe mantimentos sufficientos, mas não deixou, e Affonso d'Albuquerque aproveitou esse facto de menos lealdade do capitão-mór, para começar a pôr em execução os seus projectos. Declarou que precisava de ir procurar mantimentos á Arabia, e, como os não podia obter senão á viva fôrça, assaltou victoriosamente com esse pretexto Calayate, Curiate e Mascate. Os capitães não estranharam isso muito, e acompanharam-n'o sem murmurar, mas quando viram que elle proseguia n'essa empresa de assaltar as cidades da Arabia (porque o seu plano era o de chegar a Ormuz precedido d'uma reputação terrivel) começaram a recalcitrar, e João da Nova, o mais orgulhoso e o mais insubordinado de todos, pediu-lhe licença para partir para a India. Affonso d'Albuquerque declarou-lhe que não podia prescindir do seu navio. João da Nova mostrou-se descontente, soltando palavras descomedidas, e Affonso d'Albuquerque prendeu-o, dando-lhe por menagem a sua nau. Em seguida foi tomar Orcafate, e n'esse ataque resgatou João da Nova com a sua bravura a sua insubordinação. Appareceu emfim deante de Ormuz, e ali estabeleceu o nosso dominio. (V. *Albuquerque, Affonso de, Portugal*, vol. I, pag. 130 e seguintes). Os capitães mostravam-se descontentes, e esperavam anciosos que Affonso d'Albuquerque se resolvesse a ir em busca das naus de Méca, que em tal não pensava, tratando placidamente de construir a sua fortaleza. O descontentamento foi augmentando até que se transformou quasi em revolta aberta. Os capitães mostravam-se insolentes e eram os primeiros a incitar as tripulações a sublevar-se. João da Nova era um dos chefes d'este movimento revolucionario. Um dia Affonso d'Albuquerque ordenou-lhe que fôsse a uma expedição á terra firme, e João da Nova respondeu que não ia. Intimado para dizer a razão d'aquella recusa, replicou que a tripulação não queria ir, e elle não havia de ir sósinho. Então Affonso d'Albuquerque, n'um impeto de colera, foi á nau de João da Nova, onde a tripulação estava effectivamente revoltada, e pegando na espada d'um grumete obrigou os tripulantes a embarcarem nos escaleres, e como João da Nova hesitava, puxou-lhe pelas barbas e tambem o obrigou a embarcar. João da Nova chorava de raiva e de vergonha ao lembrar-se de similhante insulto, mas n'aquelle momento não fez senão obedecer, e como elle obedeceram os marinheiros, tal era o prestigio da energia de Affonso de Albuquerque, tal foi a influencia quasi sobrehumana que Affonso d'Albuquerque soube exercer n'aquelle momento verdadeiramente terrivel, em que jogava a sua vida e a sua autoridade. Os capitães não pensaram mais em se revoltarem, mas pensaram em desertar; comtudo, João da Nova ficára por tal maneira subjugado pela energia do seu commandante, que não foi o primeiro que desertou, apezar de ser o mais queixoso. Desertaram os seus tres collegas mesmo de Ormuz, e ficaram sós elle e Affonso d'Albuquerque. Vendo o grande capitão a impossibilidade de continuar com dois navios em Ormuz, foi então cruzar para o cabo Guardafui. D'ali lhe fugiu João da Nova, que foi levar as suas queixas ao vice-rei D. Francisco d'Almeida. A intriga foi formidavel; conseguiu semear no espirito d'aquelles dois importantes vultos a discordia e a desconfiança. D. Francisco d'Almeida chegou a prender Affonso d'Albuquerque, apezar d'elle estar nomeado governador da India. Foi preciso que D. Fernando Coutinho, indo do reino, fizesse reconhecer a autoridade de Affonso d'Albuquerque para D. Francisco d'Almeida ceder. João da Nova já então não tomava parte na lucta que se travara entre o vice rei e o governador; adoecera gravemente, vindo a fal. em Cochim em 1509. Affonso de Albuquerque, apezar dos muitos aggravos que d'elle tinha, acompanhou o seu enterro com signaes de grande sentimento.

**Nova Cintra** (*José Joaquim Leite Guimarães, barão de*). Negociante no Brazil, capitalista, abastado proprietario, etc. N. na freguezia de S. João Baptista, de Pencello, proximo de Guimarães, a 18 de julho de 1808, fal. no Porto a 3 de julho de 1870. Era filho de Antonio José Leite de Faria, proprietario, e de sua mulher D. Custodia Maria Machado; irmão do barão da Gloria, Antonio José Leite Guimarães. Aos 11 annos foi para o Porto, onde esteve empregado n'uma casa de lãs, e seis annos depois, em 1825, embarcou para o Brazil, e empregou-se como caixeiro, n'uma casa de commercio de fazendas braneas no Rio de Janeiro. Em 1831 entrou como socio na casa commercial de Luiz Joaquim Moreira & Companhia, no Rio Grande do Sul, e tendo ahi tomado parte activa na lucta contra o partido republicano, logo que se restabeleceu d'um ferimento que recebera em combate, voltou ao Rio de Janeiro, onde se estabeleceu de sociedade com seu irmão, o barão da Gloria, sociedade que durou até 1837. No anno seguinte ligou-se com Luiz Antonio da Silva Guimarães, e sob a firma Leite & Guimarães fundou uma nova casa commercial de fazendas por atacado, que em breve prosperou a ponto de ser uma das mais importantes da praça do Rio de Janeiro, e que em 1846 ficou toda a cargo do socio, porque o futuro barão de Nova Cintra precisou, por motivos particulares, de ir novamente ao Rio Grande do Sul. Em 1851 regressou á Europa, visitou a exposição universal de Londres em 1852, passou depois a Italia, percorreu a Allemanha, Suissa, Hollanda, Inglaterra, Belgica e França, fixando a sua residencia em Paris até que em 1855 regressou a Portugal. Depois de viver perto de seis annos em Lisboa passou ao Porto, tomou conta da administração da Companhia do Gaz, que estava sériamente compromettida e cujos creditos elle em breve restabeleceu, foi vice-presidente e presidente da Associação commercial de beneficencia do Porto, cujos haveres augmentou extraordinariamente, e sendo encarregado de administrar o Asylo da Mendicidade da mesma cidade, e depois de nomeado pelo governo provedor d'este estabelecimento, conseguiu á força de diligencias e de trabalhos melhoral-o e eleval-o ao grau de prosperidade que até então nunca tivera attingido. Na fundação de muitos bancos do Porto bem como na arrojada idéa da exposição universal que se realisou em 1865, teve boa parte o barão de Nova Cintra, que bem contra a sua vontade acceitára esse titulo, com que fôra agra-

ciado por decreto de 8 de março de 1862. Durante o tempo que exerceu o logar de provedor do Asylo da Mendicidade, começou a organisar um asylo para creanças desvalidas, mas depois, dando mais vastidão á sua philantropica idéa, levantou desde os alicerces no caminho do Porto para Campanhã um edificio em que estabeleceu, não só esse asylo da infancia, mas tambem um outro denominado das Artes e officios, em que os rapazes tirados da Casa da Correcção são empregados na aprendizagem de differentes officios e em trabalhos agricolas conforme as suas vocações e aptidões. Annexo a esse edificio, que ficou com o nome de *Estabelecimento humanitario de Barão de Nova Cintra*, fica a fabrica de fiação de seda, que o mesmo titular fundou, e cujos productos teem merecido os mais elevados premios nas exposições em que teem sido apresentados. Em 1866 quiz o governo dar-lhe o titulo de visconde e chegou a ser lavrado e publicado o decreto, com a data de 11 de dezembro de 1866, mas o honrado e modesto philantropo resignou essa nova mercê, continuando sómente a usar do titulo de barão, que já acceitára contrariado, conforme dissémos. Casou duas vezes; a primeira em 1840 com D. Marianna de Casal Ramos, senhora brazileira que falleceu em 1845, filha de Raphael José do Casal e de sua mulher D. Maria Ramos; a segunda vez, em 5 de janeiro de 1846, com D. Albina Augusta d'Araujo, natural de Vianna do Castello, filha de Francisco Domingos de Araujo, e de sua mulher D. Izabel Joaquina de Moura. De nenhum dos matrimonios houve descendencia.

**Nova Colonia.** Pov. na freg. de S. Vicente e conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

**Nova Gôa** *(D. Luiz Caetano de Castro e Almeida Pimentel de Sequeira e Abreu, 1.º conde de).* Nasceu em Nova Gôa (India) em 25 d'outubro de 1841, filho primogenito de D. José Maria de Castro e Almeida de Sequeira e Abreu, moço fidalgo, commendador da ordem de Christo, governador da praça e cidade de Damão, coronel do exercito da India. Foi sua mãe D. Veridiana Constança Leite de Sousa, filha do general Fernando Luiz Leite de Sousa e Noronha e de sua mulher D. Marianna Elisa de Lemos e Saldanha. O titulo de conde foi-lhe conferido por Carta Regia de 7 de junho de 1864 em attenção aos serviços e nobreza de seus maiores, que representa. Casou em 30 de junho do dito anno em S. José de Ribamar com D. Virginia Folque, que nasceu em Lisboa a 12 de julho de 1839, filha do general, par do reino, conselheiro d'Estado, gran-cruz de S. Thiago, commendador de varias ordens nacionaes e estrangeiras, professor da Escola Polytechnica e director dos serviços geodesicos, Filippe Folque, nascido na cidade de Portalegre em 28 de novembro de 1800, e de sua mulher D. Maria Luzia Picaluga. O sr. conde, antes da mercê do titulo, já era moço fidalgo com exercicio no Paço, cavalleiro de Malta e bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. A varonia Castro, que o sr. conde representa, foi levada á India por D. Filippe de Castro em 1550, e lá se continuou até ao regresso ao reino do actual representante em 1855. Este D. Filippe de Castro tem por quinto avô a D. Alvaro de Castro, alcaide-mór de Torrão e Sabugal, neto de D. Fernando de Castro, conde de Trastamara, Lemos e Sarria, que serviu a el-rei D. Fernando I de de Portugal, 1369 a 1371, durante a primeira guerra com D. Henrique II, de Castella. O conde de Trastamara pertencia a uma das mais illustres e antigas casas da Hespanha, tão illustre que mereceu ser considerada um dos cinco solares de Castella. Todos os Castros que estiveram na India, seguiram a vida militar em que prestaram relevantes serviços ao Estado. Casaram com senhoras da principal nobreza, e são seus parentes, como taes conhecidos, os marquezes de Castello Melhor, de Penalva, de Lavradio, os condes de Assumar, Galveias, Rezende, Arcos, etc.. O sr. conde de Nova Gôa succedeu a seu pae nos vinculos seguintes: 1.º Dos *Pimenteis* que instituiram em 1375 D. João Rodrigues Pimentel, mestre da ordem de Christo, e sua mulher Estevainha Gonçalves Pereira, irmã do condestavel do reino D. Nuno Alvares Pereira; entre os successivos senhores d'este morgado con-

Conde de Nova Gôa

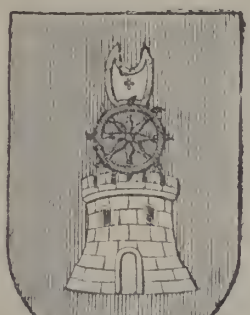
tam-se D. Rodrigo da Costa, que foi vice-rei da India, D. Vasco Luiz Coutinho, que foi governador e capitão general do mesmo Estado e D. Luiz Caetano de Almeida, governador geral da India, conselheiro d'Estado, offereceu uma *manchua* com artilharia, munições e gente paga á sua custa para a guarda dos rios de Salcete, filho de D. Lopo José d'Almeida, general da armada de alto bordo do estreito de Ormuz e Mar Roxo, védor da fazenda, rondou por largo espaço o rio da ilha de Chorão em navio pago á sua custa a fim de evitar a invasão que se receava, emprestou por varias vezes dinheiro seu para a Fazenda Real a pedido do vice-rei conde da Ega; 2.º Do *mestre João das Leis*, irmão do mestre Pedro fundador de um dos vinculos representado hoje na casa Castello Melhor; este vinculo do mestre João das Leis vem de 1421; 3.º De *Moura ou Defeza de S. Braz e Vidigueira*, instituido n'essas villas por Nuno Fernandes de

Sequeira no anno de 1428, filho do mestre de Aviz D. Fernão Rodrigues de Sequeira, que succedeu a el-rei D. João I n'aquelle mestrado, e foi regente do reino durante a ausencia de el-rei na jornada de Ceuta, 4.º Da *Bizelga*, instituido em 1591 por Antonio de Abreu de Sousa, capitão-mór das naus da India, em quem falam as Decadas de João de Barros, e o qual era dos Abreus, senhores de Regalados, e dos Sousas que descendem de Martim Affonso Chicorro, filho d'El-Rei D. Affonso III (são os mesmos Sousas da Casa Palmella); fôram senhores d'este morgado, entre'outros, D. Lopo José d'Almeida, intendente geral da marinha de Gôa, commandante de diversas expedições maritimas contra varios pontos ameaçados pelo inimigo Bounsuló, chegando a custear de seu bolso as despezas de um navio encarregado de rondar as costas da ilha de Chorão, D. Francisco Xavier de Castro, governador e capitão general da cidade de Macau, presidente do senado de Gôa, D. Antonio de Castro, capitão-mór da ilha de Salcete, capitão de Gôa e capitão governador da fortaleza de Damão, armou e equipou á sua custa uma companhia de europeus de que foi capitão, acompanhou voluntariamente varias expedições contra o inimigo, offerecendo uma peça columboiua para armamento da praça de Mahim Quelma e mais duas peças de bronze, uma *pedreira* de ferro, barris de polvora, etc. para a expedição contra o rei de Colle; 5.º De *D. Izabel de Goes*, filha de Henrique de Menezes, instituido em 1548; 6.º De *Monserrate em Cintra*, instituido em 1718 por Caetano de Mello e Castro, irmão do primeiro conde de Galveias, Diniz de Mello e Castro; d'este Caetano de Mello e Castro, que foi commendador de Christo e vice-rei da India, reza a historia que governára aquelle estado com prudencia e reputação das armas portuguezas. Além d'estes vinculos de que é senhor como representante de seus instituidores, o sr. conde de Nova Gôa possue tambem por herança de seus maiores varias capellas instituidas por Balthasar da Silva e D. Violante de Castro em 1542, por Catharina Dias Ravasco em 1584, por Constança Annes Palhavã em 1365. São filhos dos srs. condes de Nova Gôa: 1.º D. Filippe de Castro, nasceu em 2 de fevereiro de 1867 e morreu em 2 de junho de 1868; 2.º D. Luiz Filippe de Castro, (V. *este nome*, vol. II, pag. 934) que nasceu em 7 de julho de 1868, é agronomo formado pelo Instituto de Agronomia, de Lisboa, deputado da nação desde 1895, commendador de S. Thiago, official da Legião d'Honra, lente cathedratico no Instituto de Agronomia desde 1901, ministro das obras publicas em 26 de dezembro de 1908, no gabinete presidido pelo sr. Campos Henriques, etc., casado com D. Rachel dos Anjos Jardim, filha mais velha dos srs. condes de Valenças, da qual tem os seguintes filhos: D. Maria Francisca d'Assis de Castro, nascida em 26 de julho de 1901; D. Vasco Luiz de Castro, nascido em 8 de novembro de 1902; D. Manuela de Castro, nascida em 2 de setembro de 1904; D. Rodrigo Pedro, nascido em Cintra, a 30 de agosto de 1906. 3.º D. Virginia de Castro, nasceu em 21 de novembro de 1874 e casou com João Coelho da Motta Prego de Meira e Vasconcellos, agronomo formado pelo Instituto de Agronomia, de Lisboa, membro da Academia Real das Sciencias e do Instituto, de Coimbra, antigo director da Escola de Agricultura Moraes Soares, de Santarem, etc., e são seus filhos: Luiz Manuel da Motta Prego, nascido em 8 de agosto de 1897, José Lopo da Motta Prego em 6 de agosto de 1898, e Luiza Constança da Motta Prego em 17 de abril de 1904. O brazão dos Castros, cuja varonia o sr. conde de Nova Gôa representa, é d'ouro treze arruelas d'azul. Timbre: leão nascente d'ouro armado e lampassado de vermelho. Assim se encontram estas armas no *Livro do Armeiro-Mór* a fl. 51, no *Livro da Torre do Tombo* a fl. 10, no *Thesouro de Nobreza*, de Fr. Manuel de Santo Antonio, a pag. 76 da copia da Bibliotheca Publica, etc..

**Nova Gôa**, ou **Pangim**. Cidade, capital do Estado da India. Na ilha de Gôa, do lado norte á distancia de 5 milhas da foz do rio Mandovy e na sua margem esquerda, estende-se ao longo d'ella sobre uma faxa de terra o bairro principal da capital da India portugueza, que se denominava antigamente *Pangim*, e ainda hoje é conhecida por este nome. Do lado E, correndo de N para S, fica o pittoresco bairro das *Fontainhas*. Pangim era um bairro da aldeia de Taleigão, primitivamente habitação das familias dos pilotos da barra de Gôa e de pescadores, tendo apenas de notavel a fortaleza do Idalcão, que foi mandada transformar em palacio pelo vice-rei conde da Ega, que n'ella começou a residir em 1 de dezembro de 1759, como recorda a seguinte inscripção que se lê sobre a porta do lado do Mandovy:

REGE FIDILISSIMO JOSEFO
PRIMO PRO REGE COMITE AB EGA
SENATUS EX INFORMI
FORMAVIT—1760

Era na fortaleza do Idalcão que os vice-reis se alojavam na sua chegada á India, desembarcando em Pangim, depois do que mandavam avisar o vice-rei que vinham substituir. A primitiva capital do Estado da India foi a velha cidade de Gôa, na ilha de Tissuary, a que commummente chamam Gôa, do nome da cidade, antiga capital da provincia. (V. *Gôa Velha*). No meado do seculo XVII viu se a cidade de Gôa a braços com uma terrivel epidemia, e recrudescendo esta nos principios do seculo XVIII o proprio vice-rei tentou transferir a capital para Mormugão, onde começaram os trabalhos de construcção de nova cidade. Os proprietarios que tinham casas na capital mudaram as suas residencias para as ilhas mais proximas, cuidando, todavia, dos seus predios que tinham na capital, mas apenas se deu começo á edificação da nova cidade, abandonaram-nos completamente. Dispenderam-se mais



Brazão d'armas da cidade de Nova Gôa

de 150 contos com as construcções em Mormugão, onde, além do palacio do governo e do hospital, não se fizeram obras que habilitassem o governo a mudar para lá a capital. Entretanto as casas e os edificios abandonados da velha cidade fôram cahindo successivamente, até o bello e rico hospital, o melhor do mundo, foi abandonado, sendo transferido para Panchim e em 1841 para Pangim. A despovoação da cidade principiou pela insalubridade do local, procedente de causas desconhecidas. Progrediu pela sahida ou mudança de residencia dos governadores. O conde da Ega mudou-se para Panchim, e D. José Pedro da Camara para o Passo e forte de Pangim. Antes da monção de 1774, o brigadeiro Henriques Carlos Henriques veiu a Portugal, em consequencia de ordens da côrte, e queixou-se do governador D. João José de Mello, e parece que increpou os governadores de terem sahido da cidade e de concorrerem com o seu exemplo para

Cidade de Nova Gôa ou Pangim

Palacio do Governo

a despovoação. E já, a esse tempo, as principaes familias tinham sahido tambem, edificando em differentes aldeias excellentes casas e abandonando as que tinham na cidade. Ordenou-se ao governador a residencia na cidade; que curasse da sua reedificação e convidasse as familias dispersas a que voltassem á cidade antes que suas casas se arruinassem de todo; e o brigadeiro foi especialmente encarregado de inspeccionar a reedificação. O governador ficou em Pangim, e ordenou ás camaras agrarias, que edificassem casas na cidade para as darem do arrendamento. Gastaram-se 800 mil pardáos. Estes edificios em 1798 já estavam em principio de ruina, e em 1803 estavam completamente arruinados, e os interessados das provincias perderam os 800 mil pardáos. Pangim tinha de notavel apenas a fortaleza do Idalcão. Em 1591 tinha mais a egreja sob o titulo de ermida e invocação de N. S.ª da Conceição e o collegio de S. Thomaz, fundado em 1584. Durante o governo do conde de Linhares (1629 a 1635) foi construida a grande ponte que liga Pangim a Ribandar. Esta ponte tem 44 arcos e mede aproximadamente tres mil metros de comprimento. Pangim não passou de solitaria habitação dos governadores, de alguns fidalgos e tropa, sendo o resto composto de pescadores e alfaiates. Só em 1811 é que começou a mudar de face este logarejo, cheio de palhotas e palmares, com a transferencia para o seu seio da alfandega principal. Este facto chamou os habitantes estranhos, que então mudaram de habitos e costumes. A' alfandega seguiu-se a contadoria, comprando-se o edificio para esse fim por 19:300 xerafins. Foi o bastante para Pangim ser elevada á categoria de villa. Os seus principaes melhoramentos se devem ao vice-rei D. Manuel de Portugal e Castro, que governou des de 1827 a 1835, o qual mandou alargar as ruas, aterrar os pantanos, construir o edificio da alfandega, o grande quartel militar e o campo para passeio publico, denominado D. Manuel, por portaria de 4 de abril de 1840, em honra d'aquelle vice-roi. Os seus successores Ferreira Pestana, conde de Torres Novas, visconde de Ourem, conde de S. Januario e Caetano d'Albuquerque, seguindo lhe o exemplo, fizeram tambem grandes melhoramentos, tornando Pangim uma formosa cidade. Pangim foi elevada a cidade e a capital da India portugueza, com o nome de *Nova Gôa*, pelo conde das Antas, por alvará de 22 de março de 1843. Conforme este alvará, a cidade de Nova Gôa comprehende em seus limites todo o littoral da margem esquerda do rio Mandovy, desde a foz do mesmo rio até á ponte de Daugim, dividido em tres bairros quo são: 1.º bairro de Pangim, desde a ponte de Santa Ignez até á cruz da ponte que vae de Pangim a Ribandar, tendo do lado da terra por limites os portaes das Fontainhas; 2.º bairro de Ribandar, desde a cruz da mesma ponte até á egreja de S. Pedro, limitado do lado da terra pelos portaes de Chimbel; 3.º bairro de Gôa, desde a referida egreja de S. Pedro até á da Madre de Deus de Daugim, tendo por limites do lado da terra os muros e porta restante da antiga cidade. D'esta adoptou Nova Gôa o brazão d'armas, que é em escudo de sangue um castello branco, sobre as ameias uma roda de navalhas e na parte superior de tudo uma mitra. Os edificios mais notaveis de Nova Gôa são o palacio do governo, edificio do correio e obras publicas, repartição de fazenda e thesouraria geral, relação, alfandega, e o grande quartel militar, no qual se acha alojado o batalhão de infantaria. No mesmo edificio se acha installado tambem o Lyceu Nacional, a escola normal para ambos os sexos, a imprensa nacional, bibliotheca publica e o deposito do material de guerra. Ha ainda o hospital militar, a escola medica, os paços do concelho e o novo quartel da companhia de policia. O quartel da bateria de artilharia é propriedade particu-

Palacio da Municipalidade

lar, tendo sido pouco a pouco adaptado ao fim a que é destinado. Sobre a porta principal do grande quartel militar, denominado quartel de artilharia por ter estado n'elle aquartelado o extincto batalhão d'artilharia, acha-se a seguinte legenda:

NÃO VOS HÃO DE FALTAR GENTE FAMOSA,
HONRA, VALOR E FAMA GLORIOSA

NO BOM E FELIZ GOVERNO DO ILL.mo E EX.mo SR.
D. MANUEL DE PORTUGAL E CASTRO,
VICE-REI DA INDIA
ANNO DE 1832
ARTILHERIA DE GÔA

Defronte d'este quartel, ao centro do largo Affonso d'Albuquerque, está o monumento levantado ao conquistador da India. A estatua d'este heroe, que do Arco dos Vice Reis, tinha sido transferida para o frontispicio do recolhimento da Serra, com o abatimento d'este edificio, foi recolhida e mandou-se construir o monumento para a collocar, por pedidos de Lagrange Monteiro de Barbuda, secretario geral do governo. A solemnidade e o acto da abertura do alicerce do monumento teve logar em 17 de fevereiro de 1843, a que assistiu o conde das Antas, então governador geral, e a inauguração da estatua realisou-se a 29 de outubro de 1847, estando presente o governador geral Ferreira Pestana. Além dos edificios mencionados, existe á distancia de 7 kilometros da capital o pittoresco palacio do Cabo, destinado para fruição dos governadores geraes, por decreto de 19 de junho de 1866. Este palacio era o antigo convento dos Capuchos, conhecido pelo nome de Nossa Senhora do Cabo, onde os antigos vice-reis e arcebispos de Gôa iam passar alguns dias nas estações calmosas. Foi n'este convento que esteve preso o vice-rei conde do Rio Pardo, deposto pela primeira junta provisional, por se negar a proclamar a constituição decretada por D. Pedro IV, em vista de não estar a isso autorisado pelo governo da metropole e não ter conhecimento official da mesma proclamação. A 1 kilometro da capital está situado, no planalto da Conceição, o excellente paço archiepiscopal, sem duvida o melhor edificio de Nova Gôa, inaugurado em dezembro de 1894. A sua construcção foi autorisada por portaria de 17 de janeiro de 1889, pela quantia de 90 mil rupias. Proximo d'este edificio e á distancia de cem passos está o observatorio meteorologico de Nova Gôa, estabelecido por portarias provinciaes de 17 de agosto de 1857 e 30 de junho de 1859. Os paços do concelho fôram mandados construir em 1858, pela quantia de 38:764 xerafins, 4 tangas e 43 réis. A sua construcção foi iniciada em 1859 e concluida em 1869, data em que o respectivo edificio da velha cidade já estava em ruinas. A quinta parte do edificio pertence á camara agraria das Ilhas, á qual a camara municipal pediu o seu auxilio para os poder concluir, pois que não tinha capital para a sua conclusão. Nova Gôa é séde do arcebispado, cujo prelado tem o titulo de patriarcha das Indias Orientaes; da relação, que abrange as comarcas do Estado da India e da prov. de Macau e Timor; da comarca das Ilhas e do concelho. E' residencia do governador geral e do patriarcha. Ha em Nova Gôa uma escola medico cirurgica, um hospital, vasto quartel, alfandega, lyceu, paço archiepiscopal, repartição de obras publicas, palacio do governo, escolas portuguezas, musulmanas e hindús, bibliotheca e imprensa do governo, observatorio e pharolim; e est. postal permutando vales do correio com a

Monumento a Affonso de Albuquerque e quartel de artilharia

metropole. || Bibliographia: *A India Portugueza* por A. Lopes Mendes, Lisboa, 1886; vol. I, pag. 96 e seguintes.

convidou os portuguezes residentes em S. Paulo para subscreverem para a Assistencia Nacional aos Tuberculosos, o sr. visconde foi um dos que

Egreja Matriz de Nova Gôa

**Nova Granada** *(José Alves Barreto, visconde de).* Negociante e capitalista no Brazil. N. em Castanheira de Pera em 5 de março de 1859, sendo filho de Manuel Alves Barreto e de D. Agueda Henriques dos Santos. Aos 16 annos foi para o Brazil para seguir a carreira commercial. Empregado n'uma importante casa na provincia de Campos, teve de retirar-se pela falta de saude, para a provincia de S. Paulo, fazendo parte, aos 22 annos de edade, da firma social J. Aguiar & Companhia, successores. Durante cinco annos desenvolveu grande actividade no commercio. Veiu depois a Portugal visitar a familia e tratar da sua saude, pois sentia-se bastante doente pelo seu excessivo trabalho. Regressando a S. Paulo, dissolveu-se aquella firma, constituindo-se a de Aguiar & Barreto. Tendo adquirido avultada fortuna, casou com uma senhora brazileira, D. Anna Miquelina, e desde então abandonou a vida do commercio, dedicando toda a sua valiosa actividade á cultura do café, um dos ramos agricolas mais productivos na provincia de S. Paulo. No meio dos confortos que lhe proporciona a sua importante fortuna, não se esquece dos infelizes. O seu nome está ligado a muitas instituições de caridade. A Beneficencia Portugueza de S. Paulo, de cuja direcção é presidente, e onde tem gasto quantias avultadas, deve-lhe numerosos serviços, tendo-o condecorado com o titulo de *benemerito*. Amante da sua patria, a sua bolsa está sempre aberta para tudo que possa engrandecer o nome portuguez. Quando o cruzador *Adamastor* visitou o Brazil, ha annos, fizeram se grandiosas festas, e foi o sr. visconde de Nova Granada um dos que mais concorreu para o brilhantismo d'essas festas, que dirigiu na cidade de S. Paulo. Quando o ministro portuguez no Brazil, o sr. conselheiro Camello Lampreia, subscreveu com a maior quantia. Em 1895, sabendo da necessidade d'um hospital na terra da sua naturalidade, tomou a iniciativa de mandar construir um estabelecimento hospitalar em Castanheira de Pera, no qual despendeu para cima de 12:000$000 réis. O fallecido rei D. Carlos I agraciou-o com o titulo de visconde de Nova Granada, nome d'uma importante propriedade que o agraciado possue. O hospital obedece ás exigencias das modernas edificações d'este genero; tem duas salas destinadas, uma á secretaria e outra ao laboratorio; casa de banho, copa, cozinha, dois quartos para o enfermeiro e enfermeira; duas amplas salas para enfermarias geraes, dois quartos para hospedes, uma saleta para sacristia, e ao fundo uma formosa capella. O sr. visconde de Nova Granada reside em Castanheira de Pera, onde tem prestado bons serviços, principalmente á Santa Casa da Misericordia.

**Nova Lusitania.** Séde da Companhia colonial do Buzi, concessionaria da circumscripção do mesmo nome situada nos territorios pertencentes á Companhia de Moçambique, na Africa Oriental. Tem fabricas de tijolo, d'alcool, e fornos de cal.

**Nova Feniche.** Nome por que tambem é conhecido o ilhéo Rei, do conc. de S. José de Bissau, na provincia da Guiné, Africa Occidental.

**Novaes.** Familia que procede de Pedro Novaes, o *Velho*, rico-homem e alcaide do castello de Cerveira no tempo d'el-rei D. Sancho II, sendo o seu solar na freguezia de S. Salvador de Novaes, no julgado de Vermoim. Ha tambem quem affiance que já ha noticia d'este appellido no tempo do conde D. Henrique. As suas armas são: Em campo azul cinco novellos de prata postos em santor; timbre, uma aspa azul entre dois novellos como os do escudo.

**Novaes** *(Antonio Gonçalves de)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, examinador synodal no bispado d'Elvas, provido em 8 de maio de 1630 pelo bispo d'esta diocese D Sebastião de Mattos e Noronha, d'onde subiu a conego penitenciario da mesma cathedral, cargo de que tomou posse a 28 de julho de 1632. Foi muito versado na lição da historia sagrada e profana. Escreveu: *Relação do Bispado de Elvas com um memorial dos senhores bispos que o governam*; saiu juntamente com as *Constituições Synodaes do Bispado de Elvas*, Lisboa, 1635.

**Novaes** (*Faustino Xavier de*). Poeta satyrico e jornalista portuense. N. no Porto a 17 de fevereiro de 1820, fal. no Rio de Janeiro a 16 de agosto de 1869. Era filho de Antonio Novaes, ourives e commerciante de joias, e de sua mulher D. Custodia Emilia Xavier de Novaes. Destinando-se á carreira em que seu pae adquirira alguns meios de fortuna, apenas cursou os estudos primarios, mas o seu vivo engenho suppria todas as deficiencias da educação regular, com a lição dos livros e a convivencia com os homens de letras com que muito aproveitou. O moço ourives cedo se tornou conhecido no Porto como poeta satyrico e chistoso conversador. As suas poesias, antes de serem publicadas em volume, já tinham no Porto uma vasta popularidade. O commercio de ourives rendia-lhe pouco, e Faustino Xavier de Novaes, naturalmente, afastava-se bastante d'essa occupação arrastado pelas suas inveneiveis tendencias litterarias. Então procurou ganhar dinheiro com a penna; foi folhetinista do *Porto e Carta*, com o pseudonymo de *Padre Caetano*; do *Periodico dos Pobres*, com o de *Saturno*; do *Ecco Popular*, com o de *Lingua damnada*; foi correspondente do *Viriato*, de Vizeu, com o pseudonymo de *Pantaleão Pantana*; da *Nação*, de Lisboa, em 1852 e 1853, com o de *José Valverde*, e do *Peneireiro*, com o de *Coruja*. Escreveu tambem na *Aurora do Lima*, de Vianna do Castello, *Portuense* e *Clamor publico*. Os seus folhetins, apezar de bem escriptos, nunca tiveram a popularidade dos seus versos. Faustino Xavier de Novaes, juntamente com Antonio Pinheiro Caldas, fundou em 1852 um jornal de poesias intitulado *O Bardo*, que durou até 1855. Collaborou tambem na *Miscellanea poetica*, e na *Grinalda*, jornaes publicados no Porto. Em 1855 imprimiu-se o seu volume de versos com o titulo de *Poesias*, cuja edição rapidamente se esgotou, e que foi excellentemente acolhido pela critica. Fez-se 2.ª edição *mais correcta e augmentada*, em 1856. Andrade Ferreira consagrou-lhe um largo estudo no *Panorama*, e na *Revista Peninsular*, tomo II, pag. 311, dizia o seguinte: «Faustino Xavier de Novaes é um poeta satyrico e jocoso, unico no genero entre nós. As poesias que publicou, ha pouco, já tem uma segunda edição quasi consumida. E' o poeta mais querido do povo que se ri e enthusiasma deante das suas zombarias metricas. Aquella musa, porém, está ainda na sua singeleza primitiva, pura e desenfreada como no primeiro dia da creação. Aquelles versos deu-os a natureza; a arte é quem ali tem menos ingerencia, e comtudo são suaves, harmonicos e perfeitos. F. Novaes é um dos homens de mais genio do Porto. Sem instrucção litteraria, sem estudo ninguem faz mais, e creio mesmo que, apezar de grandes e vaidosas pretenções de erudição, ha mui pouco lá quem faça tanto! Tem escripto algumas comedias e farças, mas nota se-lhe a mesma falta que apontei já nos seus versos. Creio, porém, que com o amor que consagra ao estudo, com os desejos que tem de chegar a ser um bom escriptor, e sobretudo com o talento com que o dotou a natureza, F. Novaes ha de dar um nome á sua patria.» Em 1858 publicou uma nova edição de poesias, com o titulo de *Novas poesias de Faustino Xavier de Novaes, acompanhadas d'um juizo critico de Camillo Castello Branco*. A tiragem foi de 5:000 exemplares que se esgotaram, na maior parte, no Brazil. Faustino Xavier de Novaes, vendo que, apezar da grande consideração de que gozava e da grande popularidade que alcançara, não grangeava em Portugal meios sufficientes para viver, resolveu ir procurar fortuna no Brazil, e para ali partiu em maio do referido anno de 1858, a bordo do paquete *Tamar*, em companhia de sua mulher. Chegando ao Rio de Janeiro pôde suppôr que a prosperidade lhe ia emfim sorrir, mas não tardou a desengauar-se. Fôra recebido com enthusiasmo por portuguezes e brazileiros; não lhe faltavam amigos, mas faltavam-lhe recursos. Casimiro de Abreu, o mallogrado poeta das *Primaveras*, saudou a chegada de Novaes n'uma calorosa poesia que, começava assim:

«Bem-vindo sejas, poéta,
a estas praias brazileiras!
Na pátria das bananeiras,
as glórias não são demais...
Bem-vindo, ó filho do Douro,
A terra das harmonias,
que tem Magalhães e Dias,
bem póde saudar Novaes!
. . . . . .
Entre todos os paquêtes,
que o velho mundo nos manda,
eu sustento sem demanda
*Tamar* foi o mais feliz,
Os outros trazem cebôlas,
vinho em pipas, trapalhadas;
este trouxe gargalhadas,
sem ser fazendas em barris »

Das carreiras que encetou não tirou o minimo resultado; quiz ser livreiro, e foi infeliz, tentou outras carreiras, em todas se mallograram os seus esforços. Foi a penna ainda o seu unico recurso, e bastaria ella decerto para lhe dar subsistencia, se não viesse embaraçal-o constantemente a obrigação que tomára de enviar uma pensão ao seu velho pae no Porto. Esteve como folhetinista no *Jornal do Commercio*, onde publicou em 1858 e 1859 umas graciosas *Palestras*, assignadas com as iniciaes C. C. Conseguiu que se representassem duas comedias suas no theatro de S. Pedro d'Alcantara: *Scenas da Foz*, em 2 actos, representada a primeira vez em 19 de setembro de 1858, e que n'esse mesmo anno se imprimiu; e a outra, em 1 acto, intitulada *Um Bernardo em dois volumes*, que, parece, não ter sido impressa. Tambem collaborou no *Album do Gremio Litterario Portuguez*, publicado em 1858. Tentou uma nova empresa jornalistica, a fundação d'um jornal litterario chamado o *Futuro*, que saia duas vezes por mez, saindo o 1.º numero em 15 de setembro de 1862 e o ultimo, o n.º 20, em 1 de ju-

lho de 1863. N'esto jornal pôde reunir um grande numero de collaboradores distinctos de Portugal e do Brazil. O jornal suspendeu, como se declarou no *Correio Mercantil*, por estar alcançado n'uns poucos contos de réis, sendo o motivo d'esse al cance a falta de pagamento das assignaturas. Voltou depois Faustino Xavier de Novaes aos seus trabalhos de folhetinista, escrevendo no *Correio Mercantil* uns folhetins desde 1 de dezembro de 1863 até 12 de junho de 1864, com a assignatura de *Bernardo*, que publicou depois em volume com o titulo de *Cartas de um roceiro*, Rio de Janeiro de 1867. São 31 cartas humoristicas. Em 1865 publicou um livro com o titulo de *Manta de Retalhos*, Porto, em que colleccionou alguns dos seus escriptos já impressos em jornaes litterarios. Quando Emilia das Neves, a nossa grande actriz, esteve no Rio de Janeiro, tambem lhe dedicou uma poesia lyrica, de variada metreficação, sem designação do seu nome, a qual foi publicada, e tem por titulo: *A' sua primeira actriz os portuguezes no Rio de Janeiro*. Entretanto uma enorme tristeza invadiu Faustino Xavier de Novaes, extremado e exhausto da sua vida infeliz. Vivia em casa d'uma senhora edosa que muito se lhe affeiçoara, e a quem elle votava um piedoso affecto. N'uma carta que escreveu a Camillo Castello Branco em 29 de outubro de 1866, e de que este fallecido romancista publicou uns trechos no *Cancioneiro alegre*, Novaes deixava transparecer todas as tristezas da sua alma e todas as angustias da sua vida de desterrado. Respondendo a Camillo, que lhe perguntava porque não voltava a Portugal, dizia-lhe: «Agora dize-me: acharia eu ahi trabalho que me désse o necessario para continuar a protecção que hoje dou a meu pae? Decerto não. Seria acerto ir mendigar um emprego? Não é tudo. Os meus infortunios deram causa a rasgos de abnegação da parte de pessoas de quem me não poderia separar para sempre. A minha mais profunda affeição é uma senhora que no dia 19 d'este mez completou 80 annos. Achei n'ella mãe extremosa, e n'este momento correm-me as lagrimas, porque a tenho perto de mim, quasi moribunda. Vou soffrer mais uma dôr profundissima. Sei que respeitas estes sentimentos. Entrei em casa d'esta santa quasi louco. Soffreu-me e curou-me com resignação santissima. Salvou me com desvelos maternaes. Vivo em sua casa ha quatro annos, e dizem-me os filhos que ella me estima talvez mais do que a elles, embora se julguem, como são, adorados por ella.» A angustia e a tristeza haviam invadido a existencia do poeta. Obtivera emfim um emprego de secretario da Associação Internacional de Emigração, e fôra encarregado da estatistica commercial da praça do commercio do Rio de Janeiro. Só assim e á fôrça de trabalho material pôde conseguir reunir os meios necessarios para mandar sem sacrificio para o Porto uma pensão annual de 50$000 réis fortes a seu pae. Pouco tempo, pôde gozar as doçuras d'esta situação relativamente tranquilla. Começou depois a cair n'um estado de enfraquecimento mental, que se foi aggravando e tomando perfeitamente o caracter de um manso idiotismo, lastimosa situação a que a morte pôz termo. As suas exequias fôram solemnes, a colonia portugueza prestou ao seu infeliz compatriota a homenagem mais estrondosa de consideração e saudade. Alguns jornaes, como a *Semana illustrada*, dedicaram-lhe numeros inteiros, algumas sociedades portuguezas do Rio de Janeiro consagraram-lhe sessões funebres especiaes. Um grupo de amigos publicou em 1870 no Rio de Janeiro um volume de *Poesias posthumas de Francisco Xavier de Novaes;* n'este volume está incluida a comedia em 1 acto, em verso burlesco, intitulada *Caetano Pinto*, que não foi representada. Em 1907, publicou-se em Lisboa o seguinte livro: *Ignez d'Horta, comedia semi-tragica em 5 actos, por Faustino Xavier de Novaes, obra inedita em verso, prefaciada e seguida de um estudo biographico-litterario, onde tambem figuram peças, não publicadas, e noticias não sabidas*, pelo visconde de Sanches de Frias.

**Novaes** *(Fernando de)*. Escriptor, natural do Porto, sendo filho de Affonso Annes de Novaes, senhor de Villa Cova, vassalo d'el-rei D. Affonso V. Era muito versado no estudo da historia, principalmente na d'este reino, motivo por que D. João II o encarregou de escrever as chronicas dos monarchas seus antecessores, cuja empresa cumpriu, escrevendo a seguinte obra, que não chegou a imprimir-se, e tem por titulo: *Chronica dos Reis de Portugal até o reinado de D. Affonso V.*

**Novaes** *(Joaquim Fortunato de)* Desenhador que foi estudar a Roma com o esculptor João José de Aguiar em 1785. Um e outro iam com pensões do intendente da policia.

**Novaes** *(José d'Abreu do Couto Amorim)*. Conselheiro de Estado; bacharel formado nas faculdades de Direito e de Theologia na Universidade de Coimbra, deputado, ministro de Estado honorario, governador civil dos districtos de Aveiro, Braga e Porto, etc. N. em Barcellos a 28 de janeiro de 1855. Fez os seus estudos no lyceu de Braga, e matriculou-se depois nas referidas faculdades na Universidade, concluindo a sua formatura em 1878 depois d'um curso distincto em que alcançou sempre as primeiras classificações. Dedicou-se á advocacia em Barcellos em que muito se evidenciou; n'esse mesmo anno foi eleito presidente da camara, e até 1890 presidiu em successivas gerencias á administração municipal do concelho de Barcellos, em que prestou muitos e bons serviços. A villa de Barcellos deve-lhe melhoramentos importantes, como o Asylo do Menino Deus, o Montepio dos Artistas e o Recolhimento de Tamanca, obras da sua fundação. Em 1881 o circulo de Barcellos o elegeu deputado, e em legislaturas successivas continuou a elegel-o. Filiado no partido regenerador tornou-se um parlamentar distincto, como orador fluente e impetuoso. Exerceu a magistratura, sendo governador civil de Aveiro em 1890, de Braga em 1893 e no Porto em 1894, conservando-se no governo d'este districto até cair o ministerio regenerador em 1900, provando em todos estes districtos a maior capacidade administrativa. Quando se deu a scisão do partido regenerador e se formou o novo partido regenerador-liberal, acompanhou o sr. conselheiro João Franco, de quem tem sido um dedicado partidario. Subindo ao poder este partido em 19 de maio de 1906, tomou parte no ministerio formado pelo chefe, o sr. conselheiro João Franco, encarregando-se da pasta da justiça, cargo que deixou em 2 de maio de 1907, em que, por uma recomposição ministerial, foi substituido pelo sr. conselheiro

Teixeira de Abreu. No districto de Braga, emquanto foi governador civil, procedeu a melhoramentos, sendo sua iniciativa a fundação da officina de tecelagem. No Porto concorreu valiosamente para o asylo do Terço, o Bom Pastor, as officinas de S. José, das Irmãzinhas dos Pobres, o Dispensario da Rainha senhora D. Amelia, etc. O seu retrato vê-se nas respectivas galerias dos benemeritos bemfeitores. O sr. conselheiro José de Novaes possue diplomas de differentes aggremiações scientificas e litterarias; é grancruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição, concedida por serviços distinctos, e da ordem de S. Gregorio, de Roma.

**Novaes** *(Manuel Pereira de)*. Religioso da ordem de S. Bento, natural do Porto, que viveu no seculo XVIII. Professou no convento de Compostella. Era muito perito na historia e letras sagradas. Escreveu em hespanhol uma obra sobre a historia da cidade do Porto, 2 grandes volumes que se não imprimiram.

**Novaes** *(Valentim d'Almeida)*. Coronel de infantaria. Era natural da aldeia de Nespereira Alta, da provincia da Beira Alta, e fal. a 16 de abril de 1874. Assentou praça de cadete em 1810, foi feito alferes em 11 de fevereiro de 1811, sendo promovido a tenente em 28 de novembro de 1817, a capitão em 1 de dezembro de 1820, a major em 22 de outubro de 1832, a tenente-coronel a 3 de outubro de 1833, e a coronel em 1 de janeiro de 1834. Seguia o partido miguelista, e quando foi a convenção de Evora Monte commandava o regimento de infantaria n.º 19, de Caseaes.

**Novaes**. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Alcofrá, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Viauna do Castello. || S. Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Durrães, do mesmo conc. e distr. || Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria Magdalena, de Jolda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Maneellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Christina, de Mentrestido, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Sezures, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Touvedo, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

**Novaes e Agua d'Alte**. Dois logares reunidos, na freg. de N. S.ª d'Annunciação, de Torre Deita, conc. e distr. de Vizeu.

**Novaes Côrte Real** *(Frederico Augusto)*. Official de engenharia, que se suicidou em maio de 1855, com 35 annos de edade, segundo diziam, devendo portanto ter nascido em 1819 ou 1820. Cursou com distincção os estudos proprios da carreira a que se destinara, nas escolas Polytechnica e do Exercito. Assentou praça em julho de 1842, foi promovido a alferes no mez seguinte, a tenente em agosto de 1844 e a capitão graduado em 1851. Applicando-se em todos os momentos que lhe ficavam livres dos seus trabalhos escolares á leitura das mais notaveis obras de historia e de litteratura, conseguiu ainda muito novo reunir abundantes conhecimentos e formar um estylo animado e vivo com que depois, quando se resolveu a escrever para a imprensa, amenisava naturalmente e com facilidade as questões mais aridas da arte militar. Tendo collaborado no *Cosmorama litterario*, foi depois director da *Revista estrangeira*, e por fim redactor da *Revista Militar*, em todo o anno de 1854 até 1855 á data do seu suicidio. Na *Revista Militar* deixou importantes artigos sobre assumptos variados, merecendo especial attenção os que diziam respeito á guerra do Oriente. O modo por que o capitão Novaes Côrte Real apreciou a politica do czar da Russia deu logar a que o marechal reformado Verissimo Alvares d'Almeida publicasse na *Revolução de Setembro* algumas correspondencias, acres e vehementes, que impressionaram por tal fórma o redactor da *Revista Militar*, que o resolveram a suicidar-se. Na referida *Revista*, n.º 5, de 1855, a pag. 246, vem um artigo commemorativo da sua morte.

**Novaes Pacheco**. V. *Pacheco*.

**Novaes Vieira** *(João Augusto)*. Jornalista no seculo XIX. N. no Porto em 1825 aproximadamente. A decadencia de meios a que ficou reduzida a sua familia pelas mudanças politicas de 1833, obstou, segundo se dizia, a que seguisse os estudos universitarios para que seu pae o destinava. Resolveu-se, portanto, a aprender a arte typographica. Impellido pela vocação que tinha para as letras, achou meio de frequentar algumas aulas no Lyceu Nacional do Porto, e o fez com aproveitamento, sacrificando ao estudo o tempo, de que precisava para adquirir pelo trabalho a propria subsistencia. Em 1849 começou a tomar parte nas lides politicas da imprensa, e foi collaborador e redactor de varios jornaes, e publicou alguns opusculos politicos sem o seu nome. Escreveu mais: *A marqueza de Camba, romance historico do tempo de D. Pedro, o Cruel*, Porto, 1852; *Memorias d'além da campa, de Chatheaubriand, traduzidas em portuguez*, 2 tomos; *Codigo de amor, de Moliére*, traduzido e novamente coordenado e augmentado, Porto, 1856; saiu anonymo; *A cartas de namoro*, comedia em 2 actos, Porto, 1858; *Noites de amor e ciumes*, Porto, 1858 e 1859; *O Diabo a quatro*, de que foi proprietario e redactor, Porto, 1858 e 1859; *O buscapé, opusculo inedito, que em defeza da primeira parte do D. Quixote escreveu Miguel Cervantes Saavedra, publicado com muitas notas historicas criticas e bibliographicas por D. Adolpho de Castro, vertido por J. A. N. Vieira e publicado por J. R. de F. G.* (Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães), Porto 1848; *O judas de sotaina, ou as victimas de um padre: apontamentos para um romance*, Porto, 1850. Novaes Vieira tambem escreveu no *Jornal do Porto*, no *Doze de Agosto*, etc. Na imprensa a sua linguagem era por vezes violenta, o que lhe causou serios desgostos.

**Novães**. Pov. e freg. de S. Simão, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 57 fog. e 227 hab. Tem caixa post. e esc. do sexo masc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 8, com a séde em Braga. As religiosas do convento de Santa Clara, da Villa do Conde, apresentavam o vigario, que tinha 50$000 réis de rendimento. Esta freg. estava annexada á do Salva-

dor, de Ruivães, e agora está á de S. Thiago, da Carreira.

**Novainho.** Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Este, conc. e distr. de Braga. || Santo André, de Jou, conc. de Murça, distr. de Villa Real.

**Noval.** Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Avelleda, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Soutello, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, districto do Porto.

**Novas.** Pov. na freg. de S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

**Novas Conquistas.** Uma das duas grandes divisões em que antigamente estava considerada a provincia, hoje districto, de Gôa, India. Era constituida pelas provincias de Pernem e Tiracol, de Bicholim ou Batagrana, Satary, Pondá, Embarbacem, Canaconá, Chandrovaddy, Bally e Astragar, Comácoca e jurisdicção do Cabo de Rama, e por decreto de 14 de dezembro de 1880 ficou dividida em concelhos, que são: Pernem, Sanquelim, Pondá, Sanguem, Quepem e Canaconá. Em cada um d'estes concelhos ha um administrador e camara municipal, ou uma commissão municipal, presidida pelo administrador do concelho, n'aquelles em que não ha pessoas aptas para o exercicio das funcções camararias. Os concelhos das Novas Conquistas fórmam districtos militares commandados pelo administrador sempre que elle fôr official do exercito, ou pelo official que o governador geral da India indicar. As Novas Conquistas, assim chamadas para se distinguirem das Velhas Conquistas representam uma pagina gloriosa da nossa historia e são, como outros dominios que nos restam ainda na Asia, uma das nossas mais venerandas reliquias do seculo XVI. O estado deploravel a que a administração dos Filippes reduziu Portugal durante 60 annos do seu governo, fez tambem sentir n'aquellas longinquas paragens, onde fôram abandonadas muitas das fortalezas em que correu o sangue de tantos heroes, e assim, como que levada por um vento de desgraça, a ruina da metropole estendeu-se até ao seu riquissimo patrimonio colonial. Depois, em 1662, foi cedida Bombaim a Inglaterra, fazendo parte do dote de D. Catharina, filha de D. João IV, que casou com o rei Carlos II, ficando o imperio portuguez no Oriente reduzido a Gôa, Damão e Diu. Em 1746 renasceu e desejo de alargar os nossos dominios n'aquella parte do mundo, e d'ahi vem o nome de Novas Conquistas dado aos territorios que fôram adquiridos ou readquiridos para Portugal. Em 1763 fôram conquistados, pela expulsão das tropas indigenas que as occupavam, e depois cedidas pelo rei de Sundem, seu legitimo senhor, em recompensa do soccorro que as nossas forças lhe haviam prestado, as provincias de Pondá, as cinco Zambaulim ou Panchemol (Embarbacem, Astragar, Bally, Chandrovaddy e Cacorá), a de Canaconá e a jurisdicção do Cabo de Rama. As provincias de Bicholim, Sanquelim e Satary fôram conquistadas em 1781, e parte de Pernem em 1783, ao rajá Bounsoló, que em 1788 as cedeu a Portugal com a parte restante de Pernem, mediante a promessa solemne de que seriam conservados os seus usos e costumes e as garantias de que gozavam antes da conquista e cessão. De facto, permittiu-se-lhes a liberdade de cultos, e se nas Velhas Conquistas fôram destruidos em 1540 todos os pagodes, não aconteceu o mesmo nas Novas Conquistas, onde ainda hoje se vêem alguns d'esses curiosos templos pagãos em que os brahamanes vivem uma vida miseravel se o pagode é pobre, ou vivem n'uma ociosidade voluptuosa se é rico.

**Novaz.** Pov. na freguezia de Santa Maria, de Bouro, concelho de Amares, districto de Braga.

**Nove réis.** Moeda de cobre da India, cunhada no vice-reinado do conde do Rio Pardo (1817-1821). Tem no anverso as armas ornamentadas do reino unido de Portugal e Brazil. No reverso no campo, em duas linhas NOVE REIS.

**Nove Ribeiras.** Ilha Terceira; pov. e freg. de Santa Barbara, conc., com, distr. e bisp. de Angra do Heroismo. E' mais conhecida por *Santa Barbara*. V. *este nome*.

**Novelhe.** Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Novelhes.** Pov. na freg. de S. Martinho, de Rio de Moinhos, concelho de Penafiel, distr. do Porto.

**Novelho.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

**Nòvelhos.** Povoações nas freguezias: S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Valpedre, do mesmo conc. e districto.

**Novella.** Pov. do commando de Chibuto, no distr. mil. de Gaza, prov. de Moçambique, Africa Occidental.

**Novellães.** Pov. na freguezia de Lagarinhos, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

**Novellas.** Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 109 fog. e 523 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Sousa. O abbade do mosteiro de Bustêllo, de Penafiel, da ordem de S. Bento, apresentava o cura, que tinha 16$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

**Novellide.** Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Sever de Vouga, districto de Aveiro.

**Novello.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Gemeos, concelho de Guimarães, districto de Braga.

**Novenario.** Livro que contem novenas, ou praticas devotas que se cumprem no espaço de nove dias.

**Noviça.** Mulher que se prepara em convento para professar em uma ordem religiosa.

**Noviço.** Homem que tomou o habito e se prepara para professar em religião.

**Novide.** Pov. na freg. de S. Martinho, de Paços de Gaiollo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Novios.** Pov. na freg. de Santo Estevão, de

Villa Chã do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto.

**Novo**. Pov. de S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

**Novo Redondo.** Conc. do distr. de Loanda, na prov. de Angola, Africa Occidental. Está situado ao S do mesmo distr., e é limitado ao N pelo rio Longa, que o separa das terras de Quissama, a E pelo territorio dos ambuellas, ao S pelo rio Quicombo, que o separa do distr. de Benguella, e a O pelo Oceano Atlantico. Occupa uma extensa área á beira-mar, e é cortado por alguns rios que vão ao Oceano, taes como o Longa, o Cuvo, o Gunza ou Goenga, e o Quicombo. Solo fertil e povoado de negros de má indole, clima doentio. Grande zona. rica em minerio de cobre, entre os rios Cuvo e Gunza. Pequeno commercio com o sertão. Tem escolas. Em 1898, o conc. de Novo Redondo estava dividido, segundo o respectivo *Annuario estatistico* da provincia, nas freguezias e divisões de Nossa Senhora da Conceição, Benguella Velha, Chingo, Sumbe, Amboim, Tunda, Selles e Nano, com um total de 36:551 hab., dos quaes apenas 195 eram europeus. Esta cifra, considerada diminuta para a superficie do conc., tendia ainda a diminuir pela constante saida de serviçaes para S. Thomé. || Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, séde de concelho do mesmo nome, no distr. de Loanda, prov. e bisp. de Angola, Africa Occidental; 1:586 fog. e 7:869 hab., segundo o *Annuario estatistico* da provincia de 1898. Está edificada n'um monte e n'uma planicie visinha, junto do extenso palmar da margem do rio Novo Redondo, e na sua maior parte é composta de cubatas de negros pouco affeiçoados aos europeus. Antigo presidio artilhado, fundado em 1769 e reformado convenientemente em 1785. Porto, delegação alfandegaria, escola régia feminina, direcção do correio, serviço telegraphico, guarnição militar, fabrica de telha e tijolo, livraria, pharmacia, serralharia mechanica, theatro, sociedade de recreio, typographias, etc. Fazendas agricolas diversas.

**Nôvoa** ou **Nóboa.** Appellido nobre em Portugal, vindo de Hespanha, tomado do conc. de Nóboa na Galliza. Passou a Portugal na pessoa de João de Nóvoa ou Nóboa, da casa dos condes de Macêda, no reinado de D. João II. Em 1751 era em Melgaço o solar de Caetano Soares de Nóvoa. As armas d'esta familia são: Em campo de ouro um leão de púrpura; e mantelête no 1.º campo, do mesmo, uma aguia de ouro; no 2.º, de prata, leão de púrpura. Elmo d'aço, aberto. Timbre, a aguia das armas.

**Novolido.** Pov. na freg. de S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, districto de Vizeu.

**Novos** (*Casal dos*). Na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

**N'Quanza.** Pov. do sobado de Tomboco, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Quielelo**. Pov. da região de Pangala, no conc. de S. Salvador e districto do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Sadi.** Pov. situada no Caminho do Tumba, conc. de S. Salvador e districto do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Salune.** Pov. do sobado de Luando, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Sambo.** Pov. da região de Pangala, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Banza Puto, no conc. de S. Salvador, do mesmo distr. e prov. || Pov. do sobado de Cuimba, no caminho do Zumbo, do mesmo concelho, distr. e provincia.

**N'Sambu** Pov. do sobado de Nameala, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Sanda** Pov. do sobado de Quimpalo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental,

**N'Sando.** Pov. situada no Caminho de Tumba, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia de Angola, Africa Occidental.

**N'Sangui I.** Pov. do sobado de N'Gando, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**N'Sangui II.** Pov. do sobado de N'Gando, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Sumba** Pov. do sobado de Quilongo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Taloni.** Pov. do sobado do Rio Luegi, no conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Occidental.

**N'Tando.** Pov. do sobado de N'Chantite, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Tasi.** Pov. do sobado de Qué, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Tchécumbi.** Pov. do sobado de Tanda, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia de Angola, Africa Occidental.

**N'Tende.** Pov. do sobado do Rio Ambriz, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov de Angola, Africa Occidental.

**N'Toni.** Pov. do sobado de Quando N'Tando, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. de Quimpacassa, no conc. de S. Salvador do Congo, na mesma prov. || Pov. da região de Pangala, no mesmo conc. e prov. || Pov. do sobado de Qué, no mesmo conc. e prov. || Pov. do sobado de Lucuagua, no caminho do Zombo, do mesmo concelho e provincia.

**N'Tumba.** Pov. do sobado de N'Gia, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Tumbi.** Pov. do sobado de Quinzau, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Tumbo.** Pov. do sobado de N'Gia, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Tumpa.** Pov. do sobado de Qué, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nuaca Lunga.** Pov. do sobado de Unze, no caminho do Zombo, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, provincia de Angola, Africa Occidental.

**Nuanetsi.** Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce nos montes Matopo, na grande divisoria das aguas entre o Indico e Atlantico, e é o primeiro affluente que o Limpopo recebe ao entrar em territorio portuguez.

**Nugal.** V. *Nogal.*

**Numães.** Pov. na freg. do Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Numão.** Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de V. N. de Fozcôa, distr. da Guarda, bisp. de Lamego, 180 fog. e 772 hab.. Tem caixa post. e esc. do sexo fem.. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, a 6 k. do rio Douro e proximo da margem esquerda da ribeira Teja. E' pov. antiquissima. Tem um castello com 15 torres, de cantaria, tudo arruinado, e uma torre com seu relogio. Dentro do castello ha uma notavel cisterna de cantaria, com muito boa agua. Foi pov. romana, gothica e arabe. Com as guerras que os irmãos D. Thedon *(Teudo* ou *Thedo)* Ramires e D. Rauzendo Ramires, filhos de D. Hermigio Albazar Ramires e de D. Dordia Ozores, fizeram por estes sitios, desde 1030, aos moiros, estes abandonaram as suas povoações da margem esquerda do Douro, pelo que, 100 annos depois, em 1130, D. Affonso Henriques e sua mãe D. Thereza, acharam esta villa deserta, e a deram a D. Fernão Mendes de Bragança e a seus filhos, que em 7 de julho d'esse anno a povoaram, dando lhe foral com o nome de cidade. Consta que no tempo dos romanos foi praça de guerra, e um dos seus principaes presidios, o que provam as muitas medalhas romanas, de ouro, prata e cobre, que no seu castello e visinhanças se tem encontrado. Parece, porém, ser esta pov. mais antiga que o dominio dos romanos na Lusitania, porque já no tempo d'elles se chamava *Naumam*, palavra da antiga lingua hispanica, que significa *cidade* ou *povoação* fortissima, edificada sobre rochedos escarpados. Não era só a este castello que se dava o nome de *Naumam.* No testamento de D. Flamula (D. Chama em portuguez) feito em 960, dava-se o mesmo nome a varias fortalezas edificadas sobre rochedos, o que se vê ser este nome generico. N'aquelle testamento se designam com o titulo de *Naumans* os castellos de *Longobria (*Longroiva), *Pena de Dono* (Penedono*), Semorzelle* (Sernancelhe*)* e outros; e Numão, parece, que era assim chamado por excellencia. No referido foral de D. Fernão Mendes de Bragança expressamente se diz *Civitate Nomam, cognomento Monforte*, o que prova que *Monforte* era synonymo de *Naumam.* Este foral foi confirmado em Quintella em outubro de 1217, e depois em Trancoso, em 27 de outubro de 1285, por el rei D. Diniz, que reedificou e ampliou muito as antigas fortificações, ou segundo alguns escriptores, mandou construir tudo de novo, aproveitando os materiaes das obras moiriscas. O mesmo monarcha na confirmação do antigo foral deu-lhe a categoria de villa, conservando-lhe o nome de *Monforte.* Até ao fim do seculo XIII foi-lhe dado indistinctamente este nome ou o de *Numão.* Depois começou a decair a pov., a prosperar o logar de Freixo, e principiou a chamar-se a este logar *Freixo de Numão* (V. *Portugal*, vol. III, pag. 614), tomando por armas uma mão estendida ao alto, debaixo de uma corôa imperial, entre um *N* e um *E*, que quer dizer *Nemão*, segundo affirma Pinho Leal, no vol. VI do *Portugal antigo e moderno*, pag. 179. Sustentam alguns escriptores, e o povo d'estes sitios, que *Numão* é corrupção de *Numancia*, e que está edificada a villa sobre as ruinas d'esta cidade. No referido vol. VI já citado diz Pinho Leal: «Quatro são as opiniões que ha, com respeito á situação de Numancia.—1.ª diz que esta cidade era onde hoje se vê o castello de Numão — a 2.ª diz que era a cidade hoje chamada Zamóra —a 3.ª diz que era a actual cidade de Sória—a 4.ª sustenta que era no sitio onde agora está a pequena aldeia chamada *Puente de Garay*, pouco acima de Sória. Notemos, porém, que nas Hespanhas houve tres cidades com o nome de Numancia. A 1.ª foi a antiquissima e famosa, pela resistencia que fez aos romanos, preferindo os seus habitantes morrerem (como os de Sagunto) a capitularem, e pelo que, conseguindo o grande Scipião conquistal-a, a arrazou pelos fundamentos. Orosio, no *Livro 15.º, cap. 7.º, dos Arevacos*, situa esta cidade na raia da Celtiberia no paiz dos arevacos, ou muito proximo d'elles, e da mesma raça. Rotugenes Numantino, dizia a estes povos—*Numantinis consaguineis ipsorum opem ferre nom recusarent*— (que não recusassem dar soccorro aos numantinos seus parentes). Estava perto da cidade de *Termes* ou *Thermes*, segundo diz Appiano, e confinava com o paiz dos *lusões.* Tambem estava proximo dos vacceos, como diz Orosio. Junto a Numancia passava o rio Douro, e a cidade estava edificada sobre um outeiro; o seu territorio era cortado por dois rios, e os numantinos navegavam pelo Douro; e estava cercada de montanhas. Isto consta dos escriptores citados. A 2.ª Numancia, tambem era uma cidade muito antiga, e já existia no tempo de Strabão, de Ptolomeu, e do imperador Antonino Pio; pois todos elles a mencionam, mas era mais moderna do que a 1.ª— pois sendo esta arrazada por Scipião, não podia ser a segunda, visto que este famoso capitão, viveu muitos annos antes d'aquelles tres escriptores. Plinio, que tambem fala de Numancia, certamente allude a esta 2.ª, pois lhe dá as seguintes confrontações: Estava a 25 leguas de Zaragoça, entre Voluce e Augustobriga, no caminho de Astorga para Zaragoça, pela Cantabria. Assim mesmo a marcam Strabão e o Itinerario de Antonino. A 3.ª Numancia é a actual cidade de Zamora, o que se prova pela divisão dos bispados de Hespanha, feita pelo rei Wamba. D'estas tres confrontações, facilmente se collige que as da primeira quadram perfeitamente em tudo com as da actual villa de Numão; porém o padre D. Jeronymo Contador de Argôte, nas suas *Memorias de Braga*, é de opinião que seja a terceira; e esta opinião seguem outros escriptores, que se fundam na circumstancia de não passar por estes sitios, nem mesmo por territorio algum das duas Beiras, o rio Tejo. Se fôsse só esta a objecção, estava destruida pelos fundamentos ; porque ninguem disse, senão por ignorancia, ou por erro de copia, que o *Tejo* confluia aqui com o Douro. O rio que passa perto de Numão, juntando-se a pouca distancia com o Douro é o *Teja* (ou *Tera)* que nasce nas visinhanças de Cedavim, e entra na esquerda do Douro, pouco acima de Numão.» Depois d'algumas considerações, continúa Pinho Leal. «Não quero dizer, com tudo quanto fica ponderado, que era aqui incontestavelmente o assento da heroica Numancia; mas é certo que muitas circumstancias concorrem para o suppôrmos, com bons fundamentos. Nem se diga que, pelo seu pouco ambito, não podia

em tempo algum ter sido isto considerado como cidade. Todos sabem, que antigamente, e ainda no tempo do nosso conde D. Henrique, se dava o nome de *cidade*, a uma circumscripção ou comarca qualquer; e muitas vezes a um simples castello. Se Numão é a antiga Numancia, tambem esta não era mais para o N ou para o S— mais ao E ou ao O; mas no mesmo logar da actual—porque é aqui que se teem descoberto as antiguidades romanas, acima citadas, e a quantidade prodigiosa de sepulturas que se tem encontrado n'este monte, induzem a crer que os romanos aqui permanceceram por longo tempo, e então, é obvio que elles reedificaram a cidade, ao menos em parte. Finalmente, fôsse ou deixasse de ser aqui a nobilissima Numancia, é incontestavel que este monte foi occupado por uma importante e antiquissima cidade romana, á qual se não conhece outro nome: mesmo porque o nome de *Naumam* quadrava perfeitamente á actual *Numão*, assim como lhe quadra o de Monforte, porque tambem era nomeada, e que vinha a ser a mesma cousa.» No termo d'esta villa está situada a importante quinta do *Vesuvio*, onde ha annos foi dado um banquete aos congressistas da imprensa estrangeira. E' hoje propriedade do sr. conselheiro Wenceslau de Lima. Numão foi do antigo conc. de Freixo de Numão, que se extinguiu em 1855; pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

**Numaria.** Sciencia que tem por objecto o estudo das moedas e das medalhas. V. *Numismatica.*

**Numba.** Ilha do archipelago de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental Tem algumas collinas de cêrca de 120 m. d'altitude.

**Numismatica.** Sciencia que tem por objecto o estudo morphologico e interpretativo das moedas; morphologico porque as moedas hão de apreciar-se quanto ao seu metal, ao seu aspecto, ás suas figuras, signaes e lettreiros; interpretativo, porque tem de se dar razão de tudo o que o estudo morphologico revelou nas moedas. O termo *numismatica* vem do latim *numisma*, palavra tirada d'outra grega, que significa *lei, valor legal.* Até o seculo XVIII não se encontra nos autores portuguezes termo especial que designe a *sciencia das moedas.* Do segundo quartel d'esse seculo em deante encontra-se, além do referido, *Iconologia nummaria*, *Nummaria*, *Numismalogia*, *Numismatographia* e *Numismatologia.* João Pedro Ribeiro pretendeu, nas *Reflexões historicas*, Coimbra, 1835, I, n.º 405, e nas *Dissertações chronologicas e criticas*, tomo IV, parte I, pag. 2, estabelecer differença entre *Numaria* e *Numismatica*, entendendo se pela primeira o estudo das moedas, e pela segunda o estudo das medalhas, mas os autores modernos não distinguem nem consideram independente o estudo d'umas do das outras. Prevaleceu portanto *Numismotica*, por lhe corresponderem termos analogos noutros paizes. A numismatica occupa-se das *moedas*, das *medalhas* e de *diversos objectos monetiformes*, taes como contos para contar, senhas, tentos, e até *condecorações*, ou *veneras, veronicas* religiosas, etc. A numismatica divide-se: em *geral* e *especial.* A numismatica *geral* trata da nomenclatura, da importancia da sciencia, das phases historicas por que esta tem passado, da bibliographia, da origem da moeda, do fabrico d'esta e da natureza das substancias empregadas, da fórma das moedas, do direito da emissão, da apreciação do merito artistico, das degenerações que as moedas pódem soffrer, da classificação das moedas, do modo de distinguir as falsas das verdadeiras, do modo de organisar e catalogar collecções, de conservar as moedas, etc. A numismatica *especial* trata de determidadas moedas, de um Estado, de um principe, de uma corporação, de uma epoca. Para realizar o seu intento, a numismatica tem de soccorrer de variados conhecimentos colhidos na geographia, na historia universal, na historia monetaria, na paleographia, na philologia, na epigraphia, na heraldica, na ethnographia, na mythologia, na hierologia, na technologia monetaria, etc. Reciprocamente a numismatica presta auxilio valioso a muitas sciencias. A numismatica póde considerar-se uma sciencia autonoma e não simplesmente um ramo da archeologia, porque tambem estuda as medalhas dos tempos modernos, embora as moedas de maior valor historico sejam as dos tempos passados. A numismatica, tanto nas medalhas como das moedas, tem termos technicos essenciaes que abonam a unidade da sciencia. Entre elles, *anverso* e *reverso*, como que se pódem traduzir em *pagina da frente* da moeda ou medalha e *pagina do verso. Circuito granulado, serrilha*, etc. *Exergo*, *bordo*, *inscripção*, *legenda*, etc. teem todos accepções especiaes, que vão indicadas nos respectivos artigos (V. *esses nomes*). || Bibliographia: *Objecto da Numismatica*, por José Leite de Vasconcellos, no *Archeologo Português*, vol. I, pag. 305, Lisboa, 1895. || Sobre as moedas principalmente, V. *Moeda*, e sobre as medalhas. V. *Medalha.* || A'cêrca do ensino da numismatica. V. *Aula de numismatica*, no vol. I, pag. 861. || *Carta sobre numismatica*, por D. Thomaz Caetano do Bem, no tomo II das suas *Memorias historicas.* || *Descripção geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, por A. C. Teixeira de Aragão, Lisboa, 1874. De pag. 123 a 133 no tomo I traz uma desenvolvida enumeração de obras e autores numismatas, que constituem uma bibliographia completa até áquelle anno. || *Catalogo das moedas da India e Africa Portuguezas que possue o Museu Municipal do Porto*, por Manuel Joaquim Pereira, Porto, 1901. || *Numismatica Indo-Portugueza*, por Manuel Joaquim de Campos, no *Boletim da Sociedade de Geographia, de Lisboa*, 1901. || *Numismatica da India Portugueza, estudos* de José Maria do Carmo Nazareth, Nova Gôa, 1896. || *Numismatica portugueza*, por Tito de Noronha, Porto, 1872.

**Nuncio.** Prelado encarregado de representar o papa junto d'um governo. Primitivamente, todos os representantes enviados pelos papas ás differentes partes da christandade, chamavam-se *legados.* Desde o seculo XVI este titulo é reservado aos cardeaes que o papa encarrega de missões extraordinarias e solemnes, e *nuncios* designam habitualmente os prelados que o representam, d'uma maneira ordinaria e seguida, junto dos principes e dos governos catholicos. São sempre revestidos de caracter episcopal. O papa acredita os dando-lhes uma bulla que contem o enunciado dos seus poderes. Os differentes protocolos das nações catholicas egualam-nos aos embaixadores, e reconhecem-lhes a precedencia

sobre todos os membros do corpo diplomatico. Quando o papa possuia os Estados da Egreja, representavam-n'o a um tempo como soberano temporal e como chefe da Egreja. Desde 1870, a sua missão é toda espiritual: consiste principalmente em dirigir as negociações que dizem respeito á nomeação dos bispos e as informações canónicas sobre os candidatos propostos pelos governos. Servem egualmente de intermediarios officiosos entre estes ultimos e a Santa Sé, nos conflictos que pódem suscitar-se entre as autoridades espiritual e temporal. Quando um nuncio é exonerado das suas funcções pelo papa, não apresenta ao governo junto do qual está acreditado as suas cartas de exoneração, mas o cardeal secretario de Estado annuncia a sua partida, por despacho particular, ao ministro dos negocios estrangeiros. As prerogativas dos nuncios fôram definidas, no espiritual, pelo breve de Pio VI ao arcebispo de Colonia, em 20 de janeiro de 1787, e, no civil, pelos regulamentos dos tratados de Vienna, de 1815.

**Nundem.** Affluente do rio de Parodá, que fórma com o de Sanguem o rio de Rachol, no conc. de Quepem, India. || Pov. do couc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

**Numelhe.** Pov. na freg. de S. Pedro. de Athei, conc. de Mondim de Basto, districto de Villa Real.

**Nunes.** Familia, cujas armas são: Escudo dividido em palas; na primeira, de prata uma pala azul; na segunda, de vermelho, um leão de ouro entre quatro merletas de ouro; timbre, o leão do escudo.

**Nunes** *(Alvaro).* Medico que viveu no seculo XVI. Era natural de Santarem, sendo filho de Luiz Nunes. Tinha fama de ser um grande professor de Medicina. O archiduque Alberto d'Austria, quando entrou em Lisboa como governador do reino em nome de Filippe II, de Castella, elegeu-o medico da sua camara, e com elle foi para Flandres, com o titulo de physico-mór, na occasião em que foi nomeado governador d'aquelle estados. Alvaro Nunes era muito versado nas linguas latina e grega, em philosophia, cirurgia, mathematica e historia. Fal. em Anvers. Deixou publicada uma obra em latim, sobre a cura das feridas.

**Nunes** *(Ambrosio).* Medico, que nasceu em Lisboa em 1529, onde tambem fal. a 11 de abril de 1611. Era filho de Leonardo Nunes, physico-mór, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, e de D. Leonor Coronel Foi cavalleiro da ordem de Christo, sendo muito estimado por D. João III, que o mandou estudar medicina na Universidade de Coimbra, sustentando-o com largo estipendio, até que tomou o grau de doutor n'essa faculdade. Passando depois a Hespanha, esteve em Salamanca, onde foi logo provido n'uma cadeira de medicina, na qual se conservou 20 annos. Começando a adoecer, deixou a regencia da cadeira, mas a repetidas instancias dos moradores de Madrid e de Sevilha, occupou-se a exercer a clinica com muita felicidade e reputação. Regressando depois a Portugal, el-rei o nomeou medico da sua camara e cirurgião-mór. Escreveu em castelhano a seguinte obra: *Tratado repartido en cinco partes principales, que declaram el mal que significa este nombre «peste» con todas sus cousas y senales, prognosticos y indicativos del mal, con la preservancia y cura, que en general y particular se deve hazer*, Coimbra, 1648. Escreveu na lingua latina: *Commentarios aos aforismos de Hypocrates.*

**Nunes** *(Antonio).* Escriptor, commendatario do hospital de Santo Espirito em Italia, e administrador da commenda chamada Alexandrina, que vagou por morte de seu irmão João Nunes, religioso da mesma ordem. Voltando a Portugal, fal. em 1671. Era natural de Beja. Escreveu em italiano: *Diario da misericordia de Deus* e *Consolo da alma christã*, obras que se publicaram em Milão em 1666.

**Nunes** *(Antonio Alberto).* Estatuario, professor da segunda cadeira de desenho e modelação de ornato, na Academia Real de Bellas Artes. N. em Alcantara em 1838, sendo filho de João Paulo Nunes e de D. Escolastica Maria Freire. Estudou desenho na Academia Real de Bellas Artes, dedicando-se a entalhador em madeira, que cultivou com muita distincção, executando apreciaveis trabalhos para o paço d'Ajuda e para o fallecido rei D. Fernando. A sua bella disposição para a arte o levou a estudar a grande esculptura, e para esse fim entrou como discipulo no atelier do esculptor Calmels, em Lisboa, apresentando o seu primeiro estudo, *Amor da patria*, na exposição de 1868 da Sociedade Promotora de Bellas Artes em Portugal, onde obteve o premio de medalha de prata. Este estudo foi uma revelação, e a nobre duqueza de Palmella, ha pouco fallecida, foi sabedora do valor do novo artista, interessou-se muito por elle, e subsidiou-o para que pudesse proseguir nos seus estudos, tanto em Portugal como no estrangeiro. O sr. Antonio Alberto Nunes partiu então para Paris em 1870, d'onde regressou em 1873. A epoca em que permaneceu em Paris não foi das mais favoraveis; dava-se a guerra franco-prussiana, seguida de luctas civis em Paris, que muito prejudicaram a grande cidade, creando as maiores difficuldades para os seus habitantes, paralysando o commercio em geral e todos os ramos de trabalho, epoca em que Paris sentia escassearem-se-lhe os recursos. Comtudo, o artista portuguez conseguiu estudar no atelier do grande estatuario Eugenio Guillaume, sendo auxiliado pelo mestre d'uma fórma verdadeiramente paternal. Em 1870 e 1872 obteve novas medalhas de prata nas exposições da Sociedade Promotora de Bellas Artes em Portugal, e em 1871 foi premiado com a medalha de terceira classe na exposição nacional de Bellas Artes de Madrid. No concurso publico para o monumento ao duque da Terceira foi classificado em segundo logar, pelo que teve o premio de 400$000 réis. No monumento aos Restauradores é sua a estatua do *Genio da Independencia*, notavel obra d'arte. A Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, em conferencia de 19 de abril de 1874, o nomeou academico de merito, e no anno seguinte, 1875, lhe confiou interinamente a regencia da cadeira de desenho do segundo e terceiro annos do curso geral de desenho, que desempenhou até 1881, sendo n'esse mesmo anno por decreto de 22 de março, nomeado professor da quarta cadeira auxiliar de esculptura decorativa.

**Nunes** (*Antonio Joaquim*). Compositor, organista e pianista, que viveu no fim do seculo XVIII

e principio do XIX. Esteve algum tempo em Lisboa e pertenceu á irmandade de Santa Cecilia, indo em 1800 para o Porto, onde se estabeleceu. Foi autor de um hymno constitucional que se cantou no theatro de S. João em 1826, e de uma *Cantata patriotica*, que n'esse anno se executou tambem no Porto, no mesmo anno, nos festejos celebrados pelos moradores da rua de Santo Antonio, quando áquella cidade chegou a noticia do juramento da Carta Constitucional. A letra do hymno cantado no theatro de S. João era de J. N. Gandra. Compoz diversas modinhas, que corriam manuscriptas.

**Nunes** *(D. Augusto Eduardo)*. Arcebispo de Evora. N. em Portalegre a 31 de março de 1849, sendo filho de José Maria Nunes e de D. Helena Rosa Nunes. Ficando orphão aos 8 annos de edade, foi entregue aos cuidados de seu tio paterno, o P. João Raphael Nunes, que o educou,

D. Augusto Eduardo Nunes

auxiliado por uma caridosa senhora, D. Marianna Candida Pereira da Silva. Estudou instrucção primaria no collegio de Campolide, e o primeiro anno dos lyceus no collegio da Conceição, dirigido por Feliciano de Paula Ferreira da Costa. Em setembro de 1862 foi admittido no seminario patriarchal de Santarem, onde cursou os restantes preparatorios e as aulas theologicas do curso superior em 5 annos, que completou em 1871. Nos exames de preparatorios obteve 5 approvações com distincção e 3 com louvor. No curso theologico obteve em todos os annos a qualificação litteraria de muito bom. Prégou o primeiro sermão, exercicio escolar, em 1869. Recebeu ordens de sub-diacono em 23 de setembro de 1871, de diacono em 23 de dezembro do mesmo anno, e as de presbytero a 25 de maio de 1872. No dia seguinte cantou a sua primeira missa no seminario dos Inglezinhos, de Lisboa, tendo por presbyteros assistentes seu tio o P. João Raphael Nunes, já mencionado, e o conego Carlos Joaquim Martinho Calderon. Orou o P. Duarte do Rosario, que fôra condiscipulo do celebrante. No seminario de Santarem exerceu os cargos de archivista, secretario, thesoureiro e ainda outros, sendo tambem professor de liturgia; exonerou-se depois de todos os cargos para se matricular na Universidade de Coimbra, onde fez exame de Physica, Chimica e Introducção á Historia Natural, que lhe faltava para a sua matricula na faculdade de Theologia que realisou em 1873, sendo approvado com distincção. Completou o respectivo curso em 1879, obtendo premio em todos os annos, obteve tambem approvação plena nos exames de grego, hebreu e allemão. Em dezembro de 1876 recebeu o diploma de socio effectivo do Instituto de Coimbra, e em outubro de 1879 foi-lhe confiada pelo bispo-conde a direcção espiritual do seminario de Coimbra. A 22 de janeiro de 1880 fez acto de licenceado, e nos dias 18 e 19 de novembro do mesmo anno defendeu theses perante o curso docente da faculdade de Theologia, que o admittiu ao grau de doutor, que lhe foi conferido a 19 do mez de dezembro seguinte. No seminario regeu diversas cadeiras de sciencias ecclesiasticas, desde 15 de dezembro de 1880 até ser elevado ao episcopado. Foi despachado lente substituto de Theologia em 2 de junho de 1881, e promovido a cathedratico a 20 de setembro do mesmo anno. Exerceu o cargo de provedor da Misericordia de Coimbra de 1883 a 1884, e desempenhou outras commissões de serviço publico, como a de presidente do jury de exames de instrucção secundaria no lyceu da mesma cidade. Ao mesmo tempo exercia com assiduidade o seu ministerio sagrado, já no pulpito, já no confessionario, e ia preparando os materiaes para uma obra theologica, que mais tarde publicou, e discursava nas academias philosophicas instituidas pelo bispo-conde de Coimbra em honra de Santo Thomaz de Aquino, e escrevia artigos para jornaes scientificos, litterarios e religiosos, como o *Instituto*, *Revista de Theologia*, as *Instituições christãs*, etc. Por carta régia de 21 de outubro de 1884 foi pelo real padroeiro apresentado arcebispo-coadjutor de Evora com futura successão; no consistorio secreto de 31 de novembro seguinte foi pelo papa Leão XIII preconisado arcebispo titular de Perga, e deputado para a indicada coadjutoria. Em 4 de janeiro de 1885 recebeu a sagração episcopal das mãos do nuncio cardeal Vanutelli, na egreja das Salesias, em Belem, sendo os prelados assistentes: o arcebispo bispo do Algarve e o bispo de Bethsaida. Deu entrada em Evora a 17 do mesmo mez, sendo recebido festiva e respeitosamente pelas, autoridades, funccionarios, pessoas de distincção e grande concurso de povo. No dia seguinte assumiu o governo do arcebispado, por estar ausente o arcebispo D. José Antonio Pereira Bilhano, e impossibilitado pelas suas enfermidades e avançada edade. No acto de tomar posse do seu cargo pronunciou na sé cathedral uma breve allocução, e desde então tem prégado numerosos sermões, tanto na sé em quasi todas as quaresmas e em algumas solemnidades da Semana Santa, como em outros templos, e na capella do Paço Archiepiscopal na festividade annual da consa-

gração do mez de Maria. Tem sido incansavel nos deveres do seu cargo; promoveu no seminario diocesano melhoramentos litterarios, moraes e materiaes, compativeis com a escassez dos seus recursos; estabeleceu o internato das aulas de preparatorios, etc. Além de celebrar de pontifical nos dias mais solemnes e de conferir ordens sacras com muita frequencia, tem sempre officiado em todas as solemnidades da Semana Santa. Para commemorar o jubileu sacerdotal do papa Leão XIII, abriu na archidiocese uma subscripção publica com o fim de crear no seminario um premio denominado *Leão XIII*. O quadro capitular, que apenas contava 1 dignidade e 3 conegos, nenhum dos quaes exercia o magisterio, em 1891 já contava 3 dignidades e 7 conegos, sendo 3 d'estes professores de sciencias ecclesiasticas no seminario. O edificio do Paço Archiepiscopal foi reformado e melhorado, a instancias suas. Em abril de 1889 assistiu ás sessões do Congresso Agricola reunido em Evora, e proferiu um discurso na primeira sessão, evidenciando a protecção que a Egreja Catholica tem sempre dispensado á agricultura e aos legitimos interesses temporaes dos povos. Em 22 de maio do mesmo anno pronunciou uma allocução na solemne distribuição de premios ás meninas das diversas escolas de Evora, festa que se realisou no Palacio de D. Manuel sob a presidencia dos duques de Bragança, então o fallecido rei D. Carlos I e a rainha senhora D. Amelia. D'accordo com o cabido promoveu exequias solemnes na sé por alma d'el-rei D. Luiz I, em 13 de novembro de 1889, e recitou a oração funebre, que se imprimiu, e foi muito apreciada. Em 18 de setembro de 1890, pelo fallecimento do arcebispo D. José Antonio Pereira Bilhano, succedeu na cadeira archiepiscopal de Evora. Em 10 de janeiro de 1891, a convite d'um grupo de senhoras da nossa primeira sociedade, pronunciou um notavel discurso na egreja da Encarnação, de Lisboa, ástropas expedicionarias a Moçambique, a que assistiram as pessoas reaes. Egualmente, em dezembro de 1909, veiu a Lisboa pronunciar a oração funebre nas exequias por alma da duqueza de Palmella, na egreja de S. Domingos. As suas principaes publicações, além d'este discurso, e o acima citado no Congresso Agricola, são: *Ecclesiae Catholicae Munus Sociale*, dissertação para o doutoramento; *Socialismo e Catholicismo*, ensaio critico sobre as soluções da questão social; *Theologiae Fundamentalis Compendium*. Os seus sermões são numerosos, e se todos se imprimissem formariam alguns volumes.

**Nunes** *(Braz)*. Artista gravador do seculo XVII. E' esta a assignatura que figura por baixo das estampas dos frontispicios da *Ethiopia Oriental*, de fr. João dos Santos, e do *Itinerario da India por terra*, de fr. Gaspar de S. Bernardino.

**Nunes** *(Claudio José)*. Escriptor, poeta e deputado. N. em 1831, e fal. em Bemfica a 5 de outubro de 1875. Era filho de lavradores, e teve uma educação bastante modesta, possuia, porém, incontestavel talento e grandes qualidades de estudo, que lhe fez recuperar em pouco tempo os annos perdidos, não tardando a ser considerado um homem de alto valor. Entrando na politica filiado no partido progressista historico, foi eleito deputado em 1862, onde muito se evidenciou notavelmente, pronunciando na questão que se ventilava ácêrca das irmãs de caridade franczas um discurso eloquentissimo, que fazia esperar que elle fôsse uma das glorias do parlamento. Cêdo, porém, começou a estragar-se-lhe a saude, e uma affecção cardiaca tornou-lhe impossivel proseguir nos debates parlamentares. Publicára apenas até então um folheto de considerações politicas, intitulado *Verdades amargas*, e ninguem suppunha que elle fôsse poeta, quando em 1873 publicou um volume de poesias, que fôram muito apreciadas, com o titulo de *Scenas contemporaneas*. Começava a tornar-se conhecido, como escriptor e como poeta, quando falleceu repentinamente, na edade de 44 annos.

**Nunes** *(Domingos)*. Pintor do seculo XVIII, que acompanhou o pintor e architecto Ignacio de Oliveira Bernardes a Roma em 1720.

**Nunes** *(P. Domingos)*. Jesuita. N. em Idanha em 1644, fal. a 30 de abril de 1713. Era filho de Marçal Nunes Leitão e de Maria Nunes Zarafana. Entrou na Companhia de Jesus, aos 13 annos de edade, no collegio de Coimbra, a 28 de julho de 1657, e foi mestre de humanidades, rhetorica, philosophia e theologia em Coimbra, e lente de prima em Evora, onde recebeu o grau de doutor a 20 de junho de 1688. Foi reitor dos collegios de Lisboa, duas vezes, e de Coimbra, preposito da casa professa de S. Roque, de Lisboa, provincial e qualificador do Santo Officio. Escreveu em latim uma *Regra de viver honestamente*, que se imprimiu em 1696.

**Nunes** *(Fr. Francisco)*. Pintor, natural de Evora, onde vivia pelos annos de 1600.

**Nunes** *(Henrique)*. Judeu que se tornou tristemente celebre, por ter atraiçoado os seus irmãos e ser um dos seus mais implacaveis perseguidores. Era natural de Borba. Foi criado do inquisidor hespanhol Lucero, e de criado passou a espião de D. João III, que lhe dera o sobrenome de *Firme-Fé*. Este homem convertera-se ao christianismo, mas fingiu que o fizera forçado, e assim entrava no seio das familias convertidas, essas verdadeiramente á força, espreitava o seu viver intimo, tomava conhecimento das praticas judaicas que elles continuavam a seguir no segredo do seu viver domestico, e denunciava tudo ao fanatico soberano. Henrique Nunes percorria o paiz, esquadrinhando tudo, quando em Olivença ou em Evora os judeus perceberam finalmente que o seu antigo irmão de crenças não era mais do que um espia. Teve Henrique Nunes o presentimento de que estava descoberto, e tratou de se pôr a salvo em Hespanha; mas os judeus traidos não se resolviam facilmente a largar de mão a sua vingança, e dois dos mais exacerbados o seguiram, passando a fronteira, e fôram apanhal-o a Valverde, no termo de Badajoz, onde o cozeram a punhaladas. Este assassinio, se não era uma quasi legitima represalia, era uma imprudencia terrivel para os judeus na situação em que se encontravam. Aproveitou-se o facto para se exacerbar mais a colera do povo contra o christãos novos; os assassinos, que eram Diogo Vaz de Olivença e André Dias de Vianna, soffreram a pena ultima com inauditos requintes de atrocidade. O espia, o traidor, o renegado Henrique Nunes, esse pouco faltou para que o não canonisassem como a bemaventurado martyr.

**Nunes** (*João*). Mestre d'obras em Tanger, nomeado em 1574, por morto de Jorge Gomes. João Nunes fal. em 1607.

**Nunes** (*José Alberto*). Pintor muito apreciado. N. no Porto em 1829, e cursou a Academia de Bellas Artes d'esta cidade, concluindo os estudos em 1851. Esteve depois em Guimarães, onde pintou grande numero de retratos e paineis, muitos dos quaes ainda existem. De Guimarães foi para Braga, continuando sempre no seu activo trabalho. Por fim fixou a residencia no Porto, e n'esta cidade morreu em 25 de fevereiro de 1890. Foi um artista muito estimado. Era especialmente retratista, e durante muitos annos foi o pintor preferido das irmandades e dos estabelecimentos de beneficencia. Contam-se por centenares os retratos que pintou, muito apreciados sobretudo pela similhança.

**Nunes** (*José Jacinto*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, antigo deputado, advogado, jornalista, proprietario em Grandola, etc. N. em Pedrogão Grande a 25 de outubro de 1839. Destinado ao principio á carreira ecclesiastica o internado no seminario de Coimbra, abandonou esse projecto, e matriculou-se na Universidade na faculdade de Direito em 1860, concluindo a formatura em 1865. Dedicou-se em seguida á advocacia em Pedrogão Grande e depois em Lisboa, sendo sub-delegado do procurador régio n'um dos districtos criminaes d'esta cidade. Em 1866 foi nomeado administrador do concelho de Grandola, e em 1867 do de Torres Vedras, voltando depois novamente para o de Grandola. Em 1869 esteve, ainda como administrador de concelho, em Abrantes, mas tendo casado em Grandola, n'esse anno, foi fixar a sua residencia n'essa villa, onde desde 1870, tem occupado quasi sem interrupção o logar de presidente da camara municipal. Em 1870 apresentou a sua candidatura, como deputado republicano, pelo circulo de Setubal, e mais tarde por accumulação de votos, mas só em 1893 é que entrou no parlamento como um dos representantes da cidade de Lisboa. Entrou em todos os movimentos do partido republicano, collaborou em quasi todos os seus jornaes, sendo effectivo no *Seculo* e na *Democracia* de que foi um dos fundadores, fez parte de todos os congressos do partido, chegando a ser preso por duas vezes, por factos que se relacionam com as suas crenças politicas. Escreveu: *Descentralisação de Lisboa*, Lisboa, 1870; *Reivindicações democraticas*, Lisboa, 1886; *Projecto de codigo administrativo*, Lisboa, 1894.

**Nunes** (*José Mathias*). Coronel d'artilharia, do conselho de Sua Magestade, ministro de Estado honorario, ajudante do campo honorario, antigo director da Fundição de Canhões do Arsenal do Exercito, etc. N. em Portel a 1 de julho de 1848, sendo filho de Mathias José Nunes e de D. Maria Candida da Cunha. Dos 7 aos 17 annos de edade residiu em Moura, onde recebeu a primeira instrucção. Em 1865 veiu para Lisboa, estudando aqui os preparatorios até 1867. Assentou praça em artilharia em 13 de outubro de 1868, e seguiu o curso da Escola Polytechnica, passando 1870 para a Escola do Exercito, terminando o curso da sua arma em 1872. Foi promovido a alferes em 15 de janeiro de 1873, a tenente em 6 de fevereiro de 1875, a capitão em 10 de outubro de 1878, a major em 13 de agosto de 1890, a tenente-coronel em 27 de fevereiro de 1896, e a coronel em 18 de junho de 1901. Tem desempenhado diversas commissões de serviço da arma a que pertence; fez parte da commissão encarregada de redigir o regulamento de tiro para armas portateis, e por convite do governo incumbido de assistir em 1880 ás manobras do outono do exercito francez, e depois de ir á Allemanha estudar os processos de regular o tiro nas baterias de costas, apresentou no ministerio da guerra os competentes relatorios. Serviu de ajudante de campo do ministro da guerra José Joaquim de Castro. Em 1901, sendo director da Fundição de Canhões do Arsenal do Exercito, tratando-se de se fundir a estatua do medico e professor Sousa Martius, que se inaugurou junto da Escola Medica, no Campo dos Martyres da Patria, em março d'esse anno, o sr. coronel Mathias Nunes concorreu muito para o bello resultado d'aquelle trabalho. Estando filiado no partido progressista, foi ministro da guerra, no gabinete organisado pelo chefe d'esse partido, o sr. conselheiro José Luciano de Castro, em 27 de dezembro de 1905. O sr. coronel Mathias Nunes é commendador e grande official por serviços distinctos da ordem de S. Bento de Aviz; official da de S. Thiago e da Torre e Espada; possue as medalhas de ouro de bons serviços, e de prata de bons serviços e de comportamento exemplar. E' gran-cruz da ordem de Merito Militar de Hespanha, official da de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, cavalleiro da Legião de Honra do França e da real ordem do Salvador da Grecia. Foi tambem um dos fundadores da Associação Protectora da Primeira Infancia, instituto de beneficencia que tem prestado bons serviços. Collaborou nos jornaes: *Galeria militar contemporanea*, *Exer-*

José Mathias Nunes

*cito portuguez* e *Revista militar*, assignando os artigos umas vezes com o seu nome, e outras com diversas iniciaes. Escreveu: *A guerra peninsular* (*Peninsula War*), traduzida do professor inglez Robinson, Lisboa, 1884.

**Nunes** *(P. Leonardo)*. Jesuita. N. na villa de S. Vicente, do bispado da Guarda, sendo filho de Simão Alvares e de Izabel Fernandes. Entrou na Companhia de Jesus no collegio de Coimbra a 6 de fevereiro de 1548, e saiu de Lisboa no dia 1 de fevereiro de 1549 na frota em que ia por governador do Brazil Thomé de Sousa, acompanhando o celebre P. Manuel da Nóbrega, juntamente com os leigos Manuel Pires, Diogo Jacome e Vicente Rodrigues. O P. Leonardo Nunes foi para a capitania de S. Vicente, distante ao Sul da Bahia, como missionario. Conseguindo bom resultado das suas predicas, os referidos missionarios, convertendo muitas pessoas á fé christã, o P. Manuel da Nóbrega quiz mostrar a S. Ignacio de Loyola os grandes progressos obtidos a favor da religião, mandou a Roma o P. Leonardo Nunes, para que elle o informasse de tudo quanto succedera. Embarcando n'um navio, naufragou com outros muitos companheiros a 30 de junho de 1534. Deixou duas cartas escriptas de S. Vicente em 1551, dirigidas aos padres da provincia de Portugal, uma das quaes se imprimiu em Veneza em 1559, juntamente com outras, traduzida na lingua italiana. A outra carta ficou inedita.

**Nunes** *(P. Manuel)*. Medico, que viveu nos fins do seculo XVI. Era natural de Lisboa. Foi professor da Universidade de Salamanca, e deixou publicada em latim uma obra sobre o *Tacto*.

**Nunes** *(Manuel)*. Da Companhia de Jesus, lente de Prima e Theologia em Portugal; sendo enviado ao Maranhão em 1659, missionou nos Catingas e Topinambázes, e, por ser muito destro nas linguas d'estes selvagens converteu grande numero d'elles ao Christianismo. Ignoram-se as datas do seu nascimento e fallecimento.

**Nunes** *(Marcos)*. Mestre da charamela da cidade de Lisboa na primeira metade do seculo XVII. A camara municipal sustentava uma corporação de charameleiros. Marcos Nunes, em 1628, obrigou-se a apresentar em todas as procissões e actos publicos da cidade, uma banda de cinco charameleiros, pela quantia de 40$000 réis annuaes e moradia, conforme um documento, com a data de 10 de janeiro do referido anno, o qual vem transcripto nos *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa*, por Eduardo Freire de Oliveira, tomo IX, pag. 216 e 217. Os chamados *pretinhos de S. Jorge*, que acompanham ainda hoje a procissão do Corpo de Deus em Lisboa, tocando destemperadamente clarins, pifanos e tambores, não passam de ser um arremedo, bastante burlesco, das antigas charamelas Uma determinação tomada pelo senado, em 25 de agosto de 1717, prohibia que nas charamelas das procissões fôssem homens pretos, porém o uso persistiu. Charamela era um instrumento de sopro, a modo de trombeta direita, de certas madeiras fortes, com buracos, especie de flauta pastoril.

**Nunes** *(Pedro)*. Cosmógrapho-mór do reino, mathematico e astronomo, reconhecido, na phrase dos seus biographos, como o *maior geometra que as Hespanhas teem produzido, e incontestavelmente um dos maiores que no seculo XVI floresceram na Europa*. N. em Alcacer do Sal, mas ha grandes duvidas ácêrca dos annos do nascimento e fallecimento, assim como se ignora tambem os nomes de seus paes e a familia a que pertenciam. Nicolau Antonio, na *Bibliotheca hispanica*, tomo III, pag. 476, dá como cousa averiguada e corrente ter elle nascido em 1492 e fallecido com 85 annos de edade em 1577. Fundados n'esta autoridade, é que, segundo se julga, varios escriptores estrangeiros que trataram de Pedro Nunes, seguiram a mesma opinião, contando-se entre elles: Bailly, na *Historia da Astronomia Moderna*, liv. IX, § 24; Lalande, no *Tratado da Astronomia*, liv. II, pag. 467; Bayle, no *Diccionario*; Weidler, na *Historia da Astronomia*, pag. 361; *O Diccionario historico, critico e bibliographico*, Paris, 1822, tomo XX, pag. 362, etc. Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico*, vol. VI, pag. 438, diz que nas memorias dos escriptores nacionaes dignos de credito, nem em documentos concernentes a Pedro Nunes que se conservam no Archivo Nacional, se tem encontrado noticia alguma que autorise e confirme a veracidade d'aquellas datas. O que se verifica é que vivia ainda em Lisboa em 1574. Pedro Nunes, estando a Universidade então em Lisboa, cursou humanidades, philosophia e medicina, recebendo n'esta faculdade o grau de doutor. Passou depois a Salamanca, para se dedicar seriamente ao estudo das mathematicas, onde n'aquella epoca se cultivava com mais ardor. El-rei D. João III lhe mandou ordem de voltar ao reino, para exercer aqui o magisterio, e nomeou-o cosmógrapho do reino por carta régia de 16 de novembro de 1529, encarregando-o de reger um curso de artes na Universidade de Lisboa, curso que effectivamente regeu nos annos de 1530, 1531 e 1532, sendo nomeado em 1531 cosmógrapho-mór do reino. Depois da Universidade ter sido transferida para Coimbra em 1537, instituiu-se a nova cadeira de mathematica, em 1544, em que elle foi provido por carta régia de 16 de outubro do mesmo anno, cadeira que regeu durante 18 annos, até ser n'ella jubilado por carta régia de 4 de fevereiro de 1562. Teve a honra de ter por discipulos o infante D. Luiz e seu irmão D. Henrique, depois cardeal-rei, D. Sebastião e D. João de Castro, depois vice-rei da India. Serviu na casa do infante D. Luiz desde 1538 na qualidade de moço da sua camara, chegando a escudeiro em 1545, e a cavalleiro com as competentes moradias em 1555. Em 22 de dezembro de 1547 fez-se-lhe um accrescentamento nos seus vencimentos. Sendo jubilado continuou a viver em Coimbra com sua mulher, D. Izabel Tavares, de quem teve alguns filhos. Em 1557 passou-se um alvará, concedendo um bom emprego a quem casasse com alguma das filhas de Pedro Nunes. Em 1566 já elle possuia bens de fortuna que lhe permittiram comprar uns padrões de juro, a que se chamariam hoje *inscripções*, por 515$477 réis, que n'esses antigos tempos representavam uma quantia enorme. Em 11 de setembro de 1572 el rei D. Sebastião o mandou vir para Lisboa por desejar tel-o a seu lado, augmentando-lhe por isso o ordenado, visto ter de fazer despezas extraordinarias de transporte e de residencia. Em 1574 ainda vivia n'esta cidade, como consta d'um alvará que se passou n'esse anno, ácêrca da ques-

tão de sobrevivencia de sua tença. Pedro Nunes é uma das grandes glorias scientificas de Portugal. Os seus livros attestam os seus vastos conhecimentos e o seu poderoso talento mathematico. Seria talvez o mais notavel astronomo e mathematico do seu seculo, se não tivesse existido o grande Copernico. Os seus livros sobre a arte de navegar provam bem que a navegação portugueza não era feita ao acaso e sem caracter scientifico, como se tem propalado falsamente. As perguntas de Martim Affonso de Sousa e as observações feitas por elle, os *Roteiros* de D. João de Castro, as obras de Duarte Pacheco, tudo attesta o caracter scientifico da navegação portugueza, e Pedro Nunes bem expressamente o declara, quando na dedicatoria que fez ao infante D. Luiz do *Tratado de defensão da carta de marear*, escreve o seguinte: «Ora manifesto é que estes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes não se fizeram indo a acertar, mas partiam os nossos mareantes mui ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geometria que são as cousas de que os cosmographos hão de andar apercebidos, segundo diz Ptolomeu no primeiro livro da sua *Geographia* Levavam cartas mui particularmente rumadas, e não já as de que os antigos usavam, que não tinham mais figurados que doze ventos, e navegavam sem agulha.» Pedro Nunes foi um dos que mais contribuiram para que essas navegações tivessem um caracter scientifico. A multiplicidade das edições das suas obras feitas quasi sempre no estrangeiro, pelo menos as reedições, prova a anciedade com que o publico europeu desejava conhecer os segredos das navegações portuguezas. Da escola de Pedro Nunes sairam tambem alguns cosmographos e mathematicos notaveis, como Fr. Nicolau Coelho do Amaral, que veiu a ser substituto da cadeira de Pedro Nunes em Coimbra, Manuel de Figueiredo, que foi depois cosmographo-mór, e D. João de Castro, o celebre vice-rei da India e não menos celebre homem de sciencia Bibliographia: *Tratado de Sphera com a Theoria do Sol e da Lua. E' o primeiro livro da Geographia de Claudio Ptolomeu Alexandrino. Tirados novamente do latim em linguagem pelo doutor Pedro Nunes cosmógrapho d'elrei D. João o terceiro d'este nome, nosso senhor. E accrescentados de muitas annotações e figuras por que mais facilmente se pódem entender. Item dois tratados que o mesmo doutor fez sobre a carta de marear. Em os quaes se declaram todas as principaes duvidas da navegação. Com as taboas do movimento do Sol e sua declinação. E o Regimento da altura assim ao meio dia: como nos outros tempos. Com privilegio real.* Esta obra é rarissima. *De Crepusculis liber unus. Item Allacen Arabis vetustissimi, de causis crepusculorum liber unus; a Gerardo Cremonense jam olim Latinitate donatus, et per eundem Petrum Nonium denuo recognitus*, Lisboa, 1542; Coimbra, 1571; tambem saiu em Basiléa, em 1568 e 1592. *De Arte atque ratione navegandi libri duo*, Coimbra, 1546; Basiléa, 1596; tambem saiu em Paris, adornado com 12 retratos de alguns poetas e philosophos illustres, e depois em Coimbra, 1573. *De erratis Orontii Finaei, Regii Mathematicarum Lutetiae Professoris*, etc., Coimbra, 1546; idem, 1571. *Annotatio in extrema verba capitis de Climatibus Joannis de Sacrobosco*, Veneza, 1562; idem, 1563; Colonia, 1566; Paris, 1572; Anvers, 1582. *Libro de Algebra en Arithmetica y Geometria*, Anvers, 1567; divide-se em tres partes, tende no principio uma carta dedicatoria do autor ao cardeal D. Henrique, escripta em portuguez, e datada de Lisboa, 1 de dezembro de 1564. Conta Innocencio da Silva que Pedro Nunes, em algumas das suas obras impressas, fala das seguintes, de que não encontrou o minimo vestigio: *Tratado da geometria dos triangulos sphereaes; Tratado sobre o astrolabio*; *Tratado do planispherio geometrico; Tratado da proporção ao livro V de Euclides*; *Tratado da maneira de delinear o globo para o uso da Arte de navegar; Roteiro do Brazil; Os livros de Architectura de Vitruvio, traduzidos e illustrados em linguagem.* No monumento a Luiz de Camões, situado, em Lisboa, na praça que tem o nome do illustre poeta, vê-se a estatua de Pedro Nunes, que juntamente com as de outros vultos historicos, serve de ornamento ao pedestal, os quaes são: Fernão Lopes, Gomes Eannes de Azurara, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Vasco Mousinho de Quevedo Castel-Branco, Jeronymo Côrte Real, e Francisco de Sá de Miranda.

**Nunes** (*Pedro*). Canteiro, mestre das obras reaes em Santarem, nomeação que teve em 1504 depois da morte de Affonso Pires; n'esse anno tambem foi nomeado para substituir Martim Annes na direcção das obras reaes de Lisboa, sempre que este não pudesse trabalhar, por já estar velho e ser doente. Pedro Nunes ainda vivia em 1518, porque d'esse anno ha um documento que lhe manda dar a pensão d'um moio de trigo.

**Nunes** (*Sebastião*). Lente de Medicina na Universidade de Coimbra, onde havia estudado com toda a dedicação e distincção. Escreveu: *Tractatus de Peste*, Coimbra, 1601.

**Nunes** (*Simão Caetano*). Pintor d'architectura e de ornato, muito afamado scenographo do seculo XVIII. N. em 1719, fal. em 1783. Trabalhou muito em decorações de casas particulares, principalmente na de Devisme em Bemfica, e de La Rocha em Cintra. Depois tomou a direcção do theatro da Rua dos Condes, teve tambem a do theatro da Graça, e quando as duas companhias da Rua dos Condes e do Bairro Alto se fundiram n'uma só, que trabalhou no Bairro Alto, foi elle que continuou a ser o scenographo, de preferencia a Silveira e a Stopani, que pintavam para este ultimo theatro antes da juncção. Simão Caetano Nunes não se limitara a ser scenographo, era tambem machinista, sendo elle que fez o machinismo para a peça *O Magico de Salerno*. Entretanto, passando do profano ao sagrado, tambem trabalhou para as egrejas, e em 1781 executou os ornamentos do tecto da sacristia da egreja da Encarnação. Em 1782 fundou o theatro do Salitre para o equilibrista Tersi. Dirigiu então ao mesmo tempo o trabalho scenographico do theatro da Rua dos Condes e do Salitre. Concorreu á cadeira de geometria e de perspectiva da academia de S. José, e ficou-a regendo. Teve por discipulos, entre outros, Joaquim dos Santos Araujo, Manuel da Costa, Gaspar José Raposo, Simão Caetano da Cunha e André Monteiro. Simão Caetano Nunes, apezar de se não sentir doente, deu credito em 1783 a um charlatão que se encarregou de lhe purificar o sangue, e lhe deu 17 ou 18 purgantes a fio de que lhe resultou uma

grande inflammação intestinal a que succumbiu n'esse mesmo anno. Antes de fallecer havia confiado a direcção do trabalho scenographico da Rua dos Condes ao seu discipulo Gaspar José Raposo, e a do Salitre a Manuel da Costa, tambem seu discipulo.

**Nunes** *(Thomazia)*. Senhora de grande erudição, natural da Guarda, fal. em 1644. Era muito versada em Philosophia, Arithmetica, Musica e Architectura, sobresaindo principalmente na pintura. Deixou em manuscripto dois livros: *Idéas singularissimas* e *Nova arte de bem falar*.

**Nunes.** Pov. e freg. de S. Cypriano, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 64 fog. e 288 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada n'uma baixa, proximo da margem esquerda do rio Tuella, na estrada de Vinhaes a Macedo de Cavalleiros. O reitor de Ouzelhão apresentava o cura, que tinha 12$500 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

**Nunes de Avila** *(Francisco)*. Bacharel formado em Canones. Era natural de Lisboa, e foi um dos poetas mais considerados no seu tempo, tanto em portuguez como em latim. Escreveu: *Panegyrico á invenção do corpo do martyr S. Vicente em as celebres festas que lhe fez a cidade de Lisboa em sua tresladação*, Lisboa, sem data de impressão. No certame do conde de Linhares, é seu o *Soneto* 14, que saiu impresso em Lisboa, e um *Epigramma* latino.

**Nunes Borges** *(José Simões)*. Artista dramatico muito apreciado, mais conhecido por *actor Simões*. N. em Beijós, bispado de Vizeu, a 10 de março de 1826, fal. em Lisboa a 20 de fevereiro de 1904. Foi musico do batalhão de caçadores n.º 2. Entrou aos 18 annos de edade para uma sociedade de amadores dramaticos, representando pela primeira vez, em 12 de junho de 1845, no theatro das Escolas Geraes, no drama *Joanna de Flandres* e na farça *O enredador*. N'esta estreia mostrou decidida vocação para a scena, e tomou logo parte n'outra recita no drama *O Captivo de Fez*, desempenhando o papel de P. Francisco Cabral. N'esta peça o papel da *condessa de Tentugal* foi feito pelo actor Isidoro, que fez assim a sua estreia como amador (V. *Ferreira, Isidoro Sabino)*. Devido ás luctas politicas de 1846, teve Simões de seguir para o Porto, como militar, e por lá andou ao serviço da Junta organisada n'aquella cidade, ás ordens do conde das Antas, interrompendo assim o seu divertimento predilecto, a arte dramatica. Sendo aprisionado com toda a divisão em 30 de maio de 1847, deu entrada na Torre de S. Julião da Barra a 4 de junho, sendo em seguida deportado para Peniche. Regressou a Lisboa em agosto, ficando em caçadores n.º 2, que se formou em Caseaes com o resto dos recrutas do deposito da Graça. Mais tarde seguiu com o batalhão para a Guarda, onde se demorou oito mezes. Voltando para Lisboa em 1849, tratou de reorganisar a sociedade dramatica, a que pertencera, aproveitando os mesmos elementos, dando uma recita no theatro do Cascão, com o drama *Julio o assassino*. Assistiram ao espectaculo os actores Epiphanio e Victorino, e tanto lhes agradou o trabalho de Simões que o aconselharam a que seguisse a carreira dramatica. Dando baixa do serviço militar a 17 de abril de 1850, entrou como discipulo para o theatro de D. Maria II, onde representou pela primeira vez, a 9 de julho, no drama *Herdeiros do Czar*. Saiu logo d'este theatro, indo fazer parte da sociedade que se organisou para o theatro de D. Fernando, e que se inaugurou a 27 de julho do mesmo anno, com a opera comica em 3 actos, *A Barcarola*, traducção de Mendes Leal, e a comedia em 1 acto, de Duarte de Sá, *Trabalhos em vão*. Continuou fazendo pequenos papeis, até que Emilio Doux, o grande mestre da arte, que era o ensaiador, reconhecendo-lhe aptidões para a scena, influiu para que lhe déssem algum papel importante. Confiaram-lhe então a parte do morgado de Agualva na comedia em 1 acto *Uma hora no Cacem*, tambem de Duarte de Sá, em que recebeu muitos applausos. A comedia conservou-se longo tempo em scena, sendo em todas as recitas o actor Simões chamado repetidas vezes. Com a companhia do theatro de D. Fernando foi n'uma digressão pelo Alemtejo até Badajoz. De volta a Lisboa foi logo contratado para o theatro de D. Maria II, pelo então commissario regio Sebastião Ribeiro de Sá, onde esteve desde outubro de 1853 até 30 de novembro de 1854, agradando sempre em diversos papeis, e principalmente na substituição que fez do actor Victorino no *Camões do Rocio*. Passou para a Rua dos Condes, debutando a 18 de dezembro de 1854 nas comedias *Trabalhos em vão* e *Um par de mortos ou a vida d'um par*. A 12 de janeiro desempenhou um importante papel na magica *A romã encantada*, e logo em seguida o de protogonista no drama biblico de grande espectaculo *Samsão ou a destruição dos philisteus*. Estas duas peças conservaram-se em scena largo tempo, sempre com enchentes, dando grande popularidade ao actor Simões, que se tornara o idolo do publico. Entrou depois nas seguintes peças: *A torre suspensa*, *Josephina a costureira*, *Feio de corpo e bonito d'alma*, *29 ou honra e gloria*, escripta por José Romano de proposito para Simões, que se encarregou do papel do protogonista; *O feiticeiro de Karnack*, *Tribulação e Ventura*, *O Anjo Maria*, *Cerco de Badajoz*, *Os tres inimigos d'alma*, *Má cara e bom coração*, *ou um soldado da guerra peninsular*, *As creadas*, *O trovador*, as scenas comicas *Zé Cosme o varredor*, *Manel d'Abalada*, *Um como tantos*, etc. Veiu depois escripturar-se no Gymnasio, estreando-se a 28 de agosto de 1858 na comedia em 1 acto, *D'estes ha poucos*, traducção de Mendes Leal, Antonio. Foi uma das epocas mais brilhantes da sua carreira artistica. Representou n'aquelle theatro numerosas peças, distinguindo-se em muitos papeis, como na *Probidade*, *Trabalho e honra*, *Os filhos dos trabalhos*, *A aristocracia e o dinheiro*, *Mestre Jeronymo*, *O Cabo Simão*, *A pastora dos Alpes*, *Tio Braz*, *Trevas e luz*, *As Georgianas*, *Prodigos e economicos*, *A menina dos meus olhos*, *A carteira de Mauricio Lopes*, etc. Quando em 1860 o notavel actor brazileiro João Caetano veiu a Lisboa, viu representar Simões, e logo o contratou, partindo ambos para o Rio de Janeiro a 14 de janeiro de 1861, chegando áquella cidade no dia 3 de fevereiro, debutando no theatro de S. Pedro a 26 do referido mez de fevereiro na *Probidade* e na poesia co-

mica *O tio Matheus*. O apreciado artista graugeou as maiores sympathias, recebendo sempre fartos e calorosos applausos. Voltou ao Brazil mais oito vezes e demorando-se bastante tempo. Ultimamente sentia-se cansado, e poucas vezes apparecia no palco. El-rei D. Luiz I concederalhe o habito da ordem de S. Thiago, e a Sociedade de Geographia o elegera seu socio. Simões era pae da distincta actriz Lucinda Simões.

**Nunes Cardoso** *(João Eloy)*. Bacharel formado em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Coimbra. N. em Aldeia Gallega, entre os annos de 1792 e 1794, fal. em Montemór-o-Novo, em 8 de março de 1858. Destinado á carreira das letras estudou humanidades nas aulas de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, e concluido o respectivo curso entrou na ordem dos conegos regrantes de Santo Agostinho, no convento de Santa Cruz, de Coimbra, mas como n'essa epoca o governo difficultava as profissões religiosas, tratando de organisar o exercito em vez de povoar os conventos, Nunes Cardoso abandonou o claustro, e foi frequentar na Universidade os estudos de Mathematica e Philosophia, preparatorios para o curso de Medicina, em que veiu a matricular-se no primeiro anno em 1812, sendo sempre um estudante distincto, recebendo premios em todos os annos que elles se distribuiram Concluindo o curso em 1820, recebeu o grau de bacharel. Começou então a exercer a clinica no Barreiro, passando depois a Aldeia Gallega, indo finalmente estabelecer-se em 1825 em Montemór-o-Novo, onde se conservou até fallecer. Nunes Cardoso teve fama de insigne medico e de philologo muito erudito, extremando-se no conhecimento da lingua, que tinha estudado com a maior dedicação. Traduzia os autores gregos com facilidade, assim como os francezes, e sustentava na lingua latina dialogos muito extensos e animados. Escreveu sobre economia politica, agricultura, geographia, geodesia, cosmographia e politica, e traduziu alguns dramas francezes que se representaram em Coimbra no tempo em que era estudante. Todos os seus escriptos ficaram inedi tos, porque se oppoz sempre energicamente a que se divulgassem pela imprensa.

**Nunes Cardoso** *(Simão)*. Era natural da ilha da Madeira, onde residia no seculo XVI; foi testemunha ocular d'uma das devastações feitas pelos corsarios francezes n'aquella ilha, e sobre esse assumpto escreveu o seguinte livro, que não chegou a imprimir-se: *Relação do saco que os francezes fizeram na ilha da Madeira em 1566*.

**Nunes de Carvalho** *(Antonio)*. Doutor em Leis, e lente cathedratico jubilado da Universidade de Coimbra; do conselho de Sua Majestade, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição, etc.. N. em Vizeu a 16 de junho de 1786, fal. em Coimbra em 5 de junho de 1867. Era filho de José Nunes de Carvalho e de D. Maria Angelica da Costa. Seus paes o destinavam á vida ecclesiastica. Applicou-se muito ao estudo, e tanto aproveitou que aos 18 annos de edade, em 1804, foi nomeado professor substituto da cadeira de latim em Vizeu, e em 1806, tendo 20 annos, o arcebispo de Evora D. Fr. Manuel do Cenaculo, que muito apreciava o seu elevado merecimento, quiz que elle fôsse reger n'aquella cidade a cadeira de humanidades; estava exercendo este cargo em 1809 quando veiu a invasão franceza, e se deu a lastimosa tomada de Evora, em que tantos horrores se praticaram. N'esta occasião prestou relevantes serviços a esta cidade antes de acompanhar o arcebispo a Beja, e quando este regressou á sua diocese, voltou Nunes de Carvalho outra vez á regencia da sua cadeira. Em 1813 foi nomeado substituto interino da cadeira de logica no real Collegio das Artes, em Coimbra; em 1817 foi provido definitivamente na substituição, e em 1822 na propriedade da cadeira. Sem deixar nunca a sua regencia, havia-se matriculado na Universidade em 1815, em jurisprudencia, contando 29 annos de edade; formou-se em leis em 1820, em canones em 1821, recebendo a 28 de abril de 1822 o grau de doutor. Apezar das suas idéas liberaes e de ter sido por esse motivo incluido na lista de proscripção, que a junta expurgatoria em 1823 formulara para expulsar os lentes e professores conhecidos pelo seu liberalismo, pôde até 1828 conservar a sua cadeira. Deveu isso á politica de tolerancia que D. João VI inaugurou depois da Abrilada, mas bem sabia a vontade que os absolutistas puros lhe tinham; por isso, quando em 1828 triumphou a causa de D. Miguel, Antonio Nunes de Carvalho, que se mostrára muito affecto ao movimento com que o Porto respondeu ao golpe de Estado de Lisboa, acompanhou a pé as tropas do general Saraiva, que, infelizes no combate da Cruz de Morouços, retiraram sobre o Porto, e depois emigraram para a Galliza. Durante a emigração entregou-se a alguns trabalhos litterarios, e ao exame de manuscriptos portuguezes nas bibliothecas e archivos de Londres e de Paris. Foi então que publicou em 1833 em Paris o manuscripto inedito: *Roteiro em que se contém a viagem que fizeram os portuguezes no anno de 1541 de Gôa até Suez*; acompanhando-o com um erudito prefacio e seguido de muitas notas. Forneceu tambem esclarecimentos para a publicação de outro roteiro, de que foi director o erudito Diogo Kopke, etc. Preparou egualmente para a imprensa uma *Vida de D. João de Castro*, mas não chegou a publical-a. O que publicou depois, n'um jornal de Coimbra, fôram algumas cartas do mesmo vice-rei. A sua conhecida erudição fez com que as pessoas encarregadas de dirigir a educação da juvenil rainha D. Maria II se lembrassem de aproveitar os seus serviços, e Antonio Nunes de Carvalho foi escolhido para seu professor de litteratura portugueza em Paris. Quando triumphou a causa constitucional foi nomeado lente da faculdade de Direito, logar para o qual o habilitára o seu doutoramento, deputado da junta directora dos estudos, e recebeu do governo a commissão de reunir no edificio da bibliotheca publica, no convento de S. Francisco, os livros dos conventos. Em 1835 foi nomeado bibliothecario do Paço. Veiu a revolução de 1836, e D. Fr. Francisco de S. Luiz, bispo de Coimbra e guarda-mór da Torre do Tombo, não quiz jurar a Constituição. O governo nomeou para o substituir Antonio Nunes de Carvalho. Este, porém, não quiz acceitar o logar de guarda-mór interino, porque sabia que o bispo-conde, de quem era particular amigo, não quizera jurar a constituição de 1822, mas não teria duvida em jurar a constituição que fôsse votada pelas côrtes. Exerceu esse logar portanto até 30

de setembro de 1838, e introduziu grandes melhoramentos no archivo durante esse curto periodo. Passou então para Coimbra, afim de cumprir os seus deveres de lente. A Universidade já lhe devêra em 1836 o obter a concessão dos edificios e das cêrcas dos conventos de S. Bento e de S. José, deveu-lhe depois a maxima assiduidade no cumprimento dos seus deveres do magisterio, até que se jubilou em 1851. O dr. Antonio Nunes de Carvalho, com uma generosidade que faz honra á sua memoria, não cuidou sómente de adquirir no estrangeiro instrucção para si, nem converter em monopolio o serviço que intentava prestar ás letras e ás sciencias. Mal tinha pisado o solo de Inglaterra e estabelecido relações com as personagens portuguezas, que então presidiam aos negocios da emigração, logo lhes propôz o projecto de habilitar, para cursarem estudos em Paris, aquelles alumnos da Universidade de Coimbra, emigrados, que mais no caso estivessem de aproveitar um tão valioso beneficio, devendo cada um dos escolhidos proseguir os estudos a que em Coimbra se dedicara. Esta lembrança foi inculcada com o mais vivo empenho, e calorosamente sustentada pelo dr. Antonio Nunes de Carvalho, mas não chegou a ser acolhida. O dr. José Maria d'Abreu publicou a seu respeito uma extensa noticia, com o titulo de *Breves apontamentos*, no *Conimbricense* n.º 2081 e 2082, a qual foi transcripta na *Gazeta de Portugal* de 27 de junho de 1867. O conselheiro José Silvestre Ribeiro tambem escreveu um artigo no *Jornal do Commercio*, de 9 de julho do mesmo anno.

**Nunes de Carvalho** *(José)*. Secretario do conde, depois duque de Palmella, quando era ministro de Portugal em Londres, em 1820, vivendo muito na sua intimidade. Veiu depois para Portugal, recebeu a nomeação de official de secretaria, tornando-se um apaixonado partidario do infante D. Miguel. Consta que foi elle quem imprimiu em Londres, no anno de 1820, as *Odes* de Antonio Diniz da Cruz e Silva, e uma nova edição da *Carta de guia de casados*, tambem em Londres, e no mesmo anno. Nunes de Carvalho era irmão de Antonio Nunes de Carvalho *(V. o artigo antecedente)*, e devia ser homem de grande merecimento para gozar da confiança e intimidade do duque de Palmella. Parece que foi José Nunes de Carvalho o editor da *Arte de furtar*, attribuida ao P. Antonio Vieira, que se imprimiu tambem em Londres.

**Nunes de Cerqueira** *(P. Antonio)*. Presbytero, poeta e musico muito apreciado. N. no Rio de Janeiro em 2 de janeiro de 1701, e fal. na segunda metade do seculo XVIII. Estudou com proveito Philosophia e Theologia, mas foi sobretudo poeta afamado, musico e contrapontista distincto, deixando composições musicaes de merecimento. Tomou ordens de presbytero no Rio de Janeiro, foi reitor do seminario de S. José e mestre de capella, e socio da Academia dos Selectos. Na collecção d'esta academia, publicada em 1754, encontram-se bastantes versos seus.

**Nunes da Costa** *(Fr. Francisco)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, passando depois, mediante a competente autorisação, para freire da ordem de S. Thiago da Espada, sendo mais tarde prior da egreja parochial de Palmella. N. em Aveiro a 29 d'abril de 1750; ignora-se a data da sua morte, mas sabe-se que vivia ainda em 1798. Parece que adquiriu profundo conhecimento das linguas orientaes, e que era bom poeta, tanto em portuguez como em latim. Na *Academia celebrada pelos religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco do convento de N. S.ª de Jesus de Lisboa no dia solemne da inauguração da estatua equestre a el-rei D. José I*, publicada em 1775, vem d'este poeta uma *Ode a el-rei nosso senhor*, tres *Epigrammas* latinos, e uma *Oração parenetica*, com a qual se encerrou a Academia.

**Nunes da Costa** *(Pedro)*. Nasceu em Thomar, sendo filho de Manuel Nunes da Costa e de D. Brites Nogueira. Estudou Jurisprudencia na Universidade de Salamanca, onde foi admittido pela sua litteratura no collegio de S. Bartholomeu. Voltando ao reino foi eleito inquisidor de Lisboa em 7 de outubro de 1565. Como lhe quizessem preferir D. Miguel de Castro, deixou o serviço do Santo Officio, entrando na Casa da Supplicação a 25 de setembro de 1577, foi desembargador dos Aggravos a 24 de fevereiro de 1592, juiz dos feitos da Corôa a 29 de novembro de 1594, e por fim desembargador do Paço. Seguindo o partido de D. Antonio, prior do Crato, a quem era affeiçoado, soffreu bastante. Escreveu algumas obras que não chegaram a imprimir-se.

**Nunes da Cunha** *(João)*. Vigario da parochial egreja de N. S.ª da Victoria da Bahia, onde foi prégador. N. na Bahia, e fal. com 80 annos de edade, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi tambem prior das egrejas do Perú, de Santo Amaro de Pitanga, e da Madre de Deus do arcebispado da Bahia. Publicou em Lisboa, 1703, *Sermão do grande patriarcha e doutor da Egreja Santo Agostinho*, etc.

**Nunes Infante** *(Simão)*. N. em Santarem a 18 de dezembro de 1677, fal. em Montearget a 27 de setembro de 1747. Era filho de Tristão Nunes Infante, e de sua mulher D. Maria Antunes Lobo de Siqueira. Estudou a lingua latina com grande applicação. Casou com D. Magdalena Maria de Goes. Foi um dos mais dextros cavalleiros e robustos combatentes nas festas de corridas de touros. Em 1698 teve a patente de capitão de cavallos, e á sua custa passou com a sua companhia ao Alemtejo a militar na guerra da successão de Hespanha. Nas academias foi sempre ouvido como poeta muito apreciado. Deixou manuscripto o seguinte livro: *Poesias varias a diversos assumptos*.

**Nunes Junior** *(Antonio José)*. Director da Academia e do Museu de Bellas Artes de Lisboa. N. n'esta cidade em 22 de outubro de 1840, onde tambem fal. a 9 de março de 1905. Concluindo os estudos do lyceu passou a cursar a Academia de Bellas Artes, onde foi alumno distincto e laureado, sendo em 1872 nomeado pensionista do Estado para ir estudar no estrangeiro. Em 1873 partiu para Paris, e ali se demorou seis annos, seguindo o curso do gravador Henriquel Dupont, de quem foi dilecto discipulo, e com quem, depois de regressar a Portugal, se correspondeu, mantendo com o seu illustre mestre relações cordealissimas. Em 21 de março de 1888 foi collocado como professor de gravura e professor auxiliar do primeiro anno de desenho da Academia de Bellas Artes, cargos que exer-

ceu com a maior proficiencia, merecendo a nomeação de director da Academia, onde deixou o seu nome ligado a muitos trabalhos que honram a sua memoria como artista e como administrador d'aquelle estabelecimento de ensino artistico, que elle se esforçou por aperfeiçoar. Nunes Junior foi um apreciado gravador a talhe doce, tendo n'este genero muitos trabalhos premiados nas diversas exposições do Rio de Janeiro, Madrid, Barcelona, etc. No extincto convento de Refoios do Lima existe um quadro da *Ceia*, que reproduziu em gravura, e que é um dos seus mais notaveis trabalhos. Na obra do professor sr. Francisco da Fonseca Benevides, intitulada *O Real Theatro de S. Carlos*, deixou Nunes Junior, uma valiosa collaboração artistica na execução dos retratos das cantoras: Catalani, Boccabadati, Scholtz, Alboni, Rey Balla, Fricci, Baraldi e De Reske. Antonio José Nunes Junior foi tambem vice-presidente do Gremio Artistico e secretario da Sociedade Promotora de Bellas Artes.

**Nunes do Leão** (*Duarte*). Licenceado em Direito Civil, e desembargador da Casa da Supplicação, escriptor, etc. Era natural de Evora, sendo filho do dr. João Nunes, professor de Medicina. Estudou na Universidade de Coimbra Direito Civil, de que tomou o grau de licenciado, que o habilitou para o cargo de desembargador da Casa da Supplicação. Applicou primeiro as suas altas faculdades exclusivamente a estudos juridicos, e tendo sido encarregado pelo conde de Redondo, regedor das justiças, de fazer o Repertorio dos cinco livros de Ordenações com addições das leis extravagantes, publicou esse *Repertorio* em 1560. Em 1569 publicou as *Leis Extravagantes colligidas e relatadas*, publicação feita por ordem do governo. Por ordem do governo tambem, sendo já maior el-rei D. Sebastião, emendou o livro dos artigos das sizas, quer dizer, fez um trabalho fiscal e financeiro emendando as verbas do tributo das sizas, que andavam erradas com prejuizo do thesouro, trabalho até certo ponto equivalente ao que hoje poderia fazer um inspector que reformasse as matrizes. Organisou tambem methodicamente uma multidão de papeis contendo contratos e estipulações de toda a especie que existiam na chancellaria, e que estavam n'uma complicação pasmosa formando o *Livro Grande*, que era um verdadeiro chaos. Finalmente reformou as posturas da camara de Lisboa, e fez regimentos novos para varios officios mechanicos, cuja collecção tem a data de 1572. Estes serviços allega-os elle n'um memorial que dirigiu ao conde de Portalegre, um dos governares do reino no tempo dos Filippes, e mostra que effectivamente era um trabalhador incansavel. Ao mesmo tempo occupava-se Duarte Nunes do Leão de estudos diversos, publicando em 1576 uma *Orthographia da lingua portugueza*, um dos primeiros livros que se occuparam largamente de um certo numero de questões grammaticaes do idioma portuguez. Quando em 1578 o cardeal D. Henrique subiu ao throno, encarregou-o de redigir umas instrucções para o serviço dos tabelliães, e elle escreveu então dois livros, a *Theoria* e a *Pratica dos notarios*, que ficaram ambos ineditos. Dando conta d'esta obra manuscripta, Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, chama-lhe *Doutrina dos notarios*, considerando-a como uma obra só, mas Ayres de Campos inseriu no volume XI do *Instituto* de Coimbra um precioso inedito de Duarte Nunes do Leão, *Memorial e relação dos serviços para o valido de el-rei Filippe* «copiado, diz Ayres de Campos, do original da propria letra do autor, tirado do gabinete do ex.mo sr. marquez de Gouveia, que foi do ex.mo conde de Portalegre.» Ora este Memorial que encerra valiosas notas biographicas de Duarte Nunes, declara que a obra que escreveu por ordem do cardeal-rei D. Henrique se chamava como dissémos *Theoria dos notarios* e *Pratica dos notarios* e não *Doutrina dos notarios*, como quer Barbosa; tambem a propria declaração do autor de que escrevera isso por ordem do cardeal-rei destroe a affirmativa de Barbosa de que Duarte Nunes estava escrevendo este livro quando publicou em 1576 a *Orthographia portugueza*, visto haver começado D. Henrique a reinar em 1578. Chegamos agora a um periodo triste da vida de Duarte Nunes — o periodo das negociações para a successão do throno portuguez, quando Christovão de Moura estava em Lisboa comprando consciencias. Dirigiu-se o astuciosos embaixador tambem a Duarte Nunes do Leão, e encontrou, perfeitamente disposto para o acolher o erudito desembargador. O proprio Duarte Nunes do Leão se gaba de ter acceitado as propostas, de se ter entendido com os jurisconsultos hespanhoes Luiz de Molina e Rodrigues Vasques de Arge, e de ter tido tanta confiança nas promessas de D. Christovão de Moura que nem exigia *cedula* como muitos outros fizeram. Tudo isso elle allegava para pedir melhor remuneração dos seus serviços do que a tivera até ahi. Não se limitaram a isso os serviços allegados e que D. Duarte Nunes do Leão effectivamente prestou á causa do estrangeiro. Um dos partidarios de D. Antonio, prior do Crato, fr. José Teixeira, escreveu um livro áccêrca da origem dos reis de Portugal, em que pretendia provar que era electiva e não hereditaria a successão do throno portuguez. Duarte Nunes do Leão escreveu em latim e publicou em 1585 um livro intitulado *Censurae in libellum de regum Portugalliae origine qui fratris Josephi Teixeirae nomine circumferuntur. Ita de vera regum Portugalliae origine liber.* Este livro, que foi tambem reproduzido no segundo volume da *Hespanha Illustrada*, dizia Duarte Nunes no citado Memorial que por tal fórma indignára D. Antonio que, segundo lhe tinham dito uns portuguezes que tinham conversado com o prior do Crato em Paris e em Londres, não havia pessoa a quem D. Antonio tivesse mais odio do que era a D. Duarte Nunes do Leão, e este allegava esse odio como mais um motivo para ser remunerado pelos Filippes. Em 1599, ardendo a peste em Lisboa, retirou-se Duarte Nunes do Leão para Alverca, e ali continuou todo entregue aos seus estudos e trabalhos historicos. Parece que Filippe o encarregára, segundo se diz no *Memorial* por mais de uma vez citado, de revêr e pôr em ordem o manuscripto da ultima *Decada* de João do Barros, que este deixára informe, trabalho que não concluiu, se por acaso o encetou, e que foi depois incumbido a João Baptista Lavanha. Entretanto tratava elle de escrever as chronicas dos nossos primeiros reis, chronicas em que não fez mais do que reproduzir quasi servilmente

as paginas dos chronistas anteriores, apenas illuminadas por criterio mais racional, que ainda assim está tão distante do nosso criterio moderno, que esse merecimento, que lhe grangeou outr'ora muitos louvores, desapparece agora bastante á luz da nossa critica. Essas chronicas abrangem as vidas dos soberanos de Portugal desde o conde D. Henrique até D. Affonso V inclusivé. A primeira parte foi publicada em 1600 ainda em vida do autor, e vae até ao fim de reinado de D. Fernando; a segunda parte, publicada posthuma em 1643, comprehende os tres reinados seguintes. Escreveu tambem uma arvore genealogica dos reis de Portugal, com o fim de provar que D. Affonso III nunca tivera filhos da condessa de Bolonha, e que portanto eram perfeitamente infundadas as pretenções dos reis de França ao throno de Portugal com o pretexto de descenderem do Bolonhez. D'esta obra fez elle depois um extracto, por indicação de Filippe II de Hespanha para instrucção do principe seu filho, que foi depois Filippe III. Esse extracto, escripto em hespanhol com o titulo de *Genealogia verdadera de los reyes de Portugal, con sus elogios y sumario de sus vidas*, publicado em 1590 e reimpresso em 1608. Em 1606 publicou ainda a *Origem da lingua portugueza*, e fal. em 1608 com 80 annos pouco mais ou menos. Em 1610, seu sobrinho Gil Nunes do Leão publicou posthuma uma das suas obras mais celebres, a *Descripção do reino de Portugal*, mas ainda ficaram ineditas pelo menos, segundo as indicações de Barbosa Machado, uma *Vida de D. Sebastião*, um *Vocabulario portuguez*, e um *Tratado de varões illustres*. Além d'estas obras devemos mencionar o *Memorial*, que já citámos, e que foi publicado por Ayres de Campos no vol. XI do *Instituto* de Coimbra, e a proposito d'isso, devemos dizer que Ayres de Campos, quando considera apenas como provavel que a obra a que Duarte Nunes do Leão diz que respondera no seu livro sobre a origem dos reis de Portugal fôsse a de fr. José Teixeira, não teve decerto presente a *Bibliotheca Lusitana*, porque Barbosa Machado ali cita textualmente o titulo da obra de Duarte Nunes do Leão, titulo que já transcrevemos, o onde expressamente se diz que a obra a que Duarte Nunes do Leão responde é a obra de fr. José Teixeira. Além do seu valor juridico, Duarte Nunes tem um grande merito philologico, porque foi um dos primeiros que d'esses estudos se occuparam e com a proficiencia que revelam tanto a sua *Origem da lingua portugueza* como a *Orthographia da lingua portugueza*. O seu merito como historiador é que está sendo muito contestado. Já no seculo XVII Antonio Brandão lhe corrigiu bastantes erros; hoje depois da publicação das chronicas ineditas de Ruy de Pina e de Fernão Lopes, tendo-se conhecido as fontes em que Duarte Nunes do Leão bebeu largamente e sem escrupulo, desceu bastante no conceito da critica.

**Nunes de Mello** *(José Jacinto)*. Clerigo secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, conego da sé de Evora, etc. N. em Lisboa em 1740, pouco mais ou menos, fal. em 1 de julho de 1814. Era filho natural de Domingos Nunes, de Villa de Frades, e de Ignez Maria, sendo depois legitimado por provisão régia. Formou-se na faculdade Canones, como fica dito, e começou, ao que parece, a aprender pintura com o professor Joaquim Manuel da Rocha. Foi este que editou as suas primeiras composições, umas odes á acclamação e governo de D. Maria I. Era muito dado ao estudo da historia natural. Juntou um notavel museu zoologico, principalmente composto de conchas. Deixou este museu ao seu amigo Francisco de Paula Vellez de Campos, que fôra conego secular de S. João Evangelista, depois pertenceu á sé de Evora, exerceu as funcções de bibliothecario da bibliotheca publica da mesma cidade, antes de Rivara, e por ultimo foi governador do bispado de Beja. Constava que por sua morte Vellez de Campos legára esse museu ao marquez de Thomar, em signal de gratidão por ter concorrido para o despacho de governador do bispado; mas o referido titular logo o offerecera ao principe real, depois rei D. Pedro V. Escreveu: *Sermão na entrada da ill.ma sr.a D. Maria Sebastiana de Mariz Sarmento para religiosa do convento do Salvador, de Evora*, Lisboa, 1778; *Ode á felicissima acclamação da Rainha nossa senhora*, sem logar nem anno de impressão, com as iniciaes J. J. N. de M.; *Ode augural da felicissima acclamação da Rainha nossa senhora*, sem logar nem anno de impressão, com as iniciaes R. D. J. J. N. de M.; *Ode ao pio e feliz governo da augusta e fidelissima Rainha nossa senhora*, idem, com as iniciaes J. J. N. de M. Parece que estas tres odes fôram impressas em Lisboa. Escreveu mais: *Oração funebre do ill.mo e ex.mo sr. D. Miguel Lucio de Portugal e Castro, embaixador de S. M. F. á côrte de Madrid*, etc., *pronunciada nas exequias que se celebraram na egreja de Santa Catharina, de Evora*, Lisboa, 1781; *Desejos compassivos de contemplar as afflicções que padeceu Maria Santissima na sagrada paixão e morte de Jesus Christo*, Lisboa, 1800; *Collecção de varias poesias moraes*, Lisboa, 1823, publicada depois da morte do autor; *Pensamentos devotos, dirigidos em fórma de officio á honra e gloria do Santissimo Coração de Jesus*, Lisboa, 1823, idem; *Repulsa critica e apologetica de um livro intitulado «Critica da critica, e defensa da defensa» que contra dois transtaganos escreveu um anonymo com o nome de J. Joaquim Velho do Canto, presbytero lisbonense, a favor do poema intitulado «Triumpho da Religião» que compoz Francisco de Pina e Mello; offerecida agora ao publico critico por J. J. N. de F. S. C. de M. ou José Jeune de la Ave*, Lisboa, 1764.

**Nunes d'Oliveira** *(Domingos)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, corregedor de Castello Branco. Era natural de Pedrogão, bispado da Guarda, e fal. na aldeia de Santa Margarida em 1807. Escreveu: *Discurso juridico economico-politico, em que se mostra a origem dos pastos, que n'este reino chamam communs, sua differença dos publicos, e os direitos por que deveriam regular-se, sem offender os da propriedade e dominio dos particulares, a beneficio da agricultura*, Lisboa, 1788; *Methodo novissimo para aprender a grammatica latina fundamentalmente e com brevidade*, Lisboa, 1786.

**Nunes Pereira** *(P. Domingos)*. Presbytero e musico, que viveu no seculo XVII. Era natural de Lisboa, sendo filho de Diogo Ribeiro e de Brigida da Costa. Foi professor de musica, principalmente da musica religiosa, e mestre na Santa Casa da Misericordia de Lisboa, d'onde passou

para a sé cathedral, exercendo as mesmas funcções, onde se conservou muitos annos. Algum tempo antes da sua morte, retirou-se para Camarate, e ali falleceu a 29 de março de 1729, sendo sepultado na capella-mór da ermida de S. Pedro, d'aquella freguezia. Entre as obras musicaes que deixou, contam-se como as principaes: *Responsorio da Semana Santa*, a 8 vozes; *Responsorio do officio dos defunctos*, a 8 vozes; *Lições de defunctos*, a 4; *Confitebor*, a 8; *Laudate pueri Dominum*, a 8; *Laudate Dominum omnes gentes*, a 4; *Villancicos e Motetes*, a 4, 6 e 8 vozes.

**Nunes Pousão** *(Francisco Augusto)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, cavalleiro da ordem de Carlos III, de Hespanha, administrador do concelho de Villa Viçosa, por decreto de 10 de abril de 1861, e delegado do procurador regio na camara de Elvas, por decreto de 15 de abril de 1863. N. em Villa Viçosa a 23 de outubro de 1830, sendo filho de Antonio José Pousão e de D. Maria dos Martyres Lobo da Rosa. Escreveu: *D. Leonor de Mendonça (a duqueza santa): memoria do dia 2 de novembro de 1512*, poesia inserta no *Campeão das provincias*, de Aveiro, de 9 de fevereiro de 1867; *Ecce Homo (quadro de Raphael de Urbino)*; poesia no mesmo jornal, de 23 do referido mez de fevereiro, juntamente com outros: *Velut umbra!*, *Um retrato*, *O anjo que chora*. No mesmo jornal ainda publicou muitas poesias; *Ave, puer!* na *Encyclopedia popular*, n.º 12; *A poetisa*, no *Iris*, jornal de Coimbra, de 5 de abril de 1852; outras poesias na *Voz do Alemtejo*, de 6 de março de 1864. Em prosa tem varios escriptos, de que se aponta como o mais notavel o *Noticiario de Villa Viçosa*, 2 tomos de folio, contendo a descripção historica e minuciosa de todos os templos e edificios notaveis da villa, como são o castello, o palacio ducal, casa da camara, hospital, etc., com a narrativa dos acontecimentos notaveis que n'ella se tem passado. A *Noticia do palacio ducal*, que o livro comprehende, publicou-se em folhetins no *Diario de Noticias*, n.º 621, 622 e 623, de 1867.

**Nunes Ramires** *(Jeronimo)*. Medico que viveu no seculo XVII. N. em Lisboa, e foi a Coimbra formar-se na faculdade de Medicina na Universidade, e saiu tão perito n'esta sciencia que foi considerado um dos clinicos mais notaveis do seu tempo. Escreveu e imprimiu em 1608 um tratado *De razione curandi per sanguinis missionem*, em que expõe um methodo especial que lhe granjeara grande reputação. Era tambem muito versado nas antiguidades, linguas latina e grega, e escreveu em latim um *Tratado dos pesos e medidas dos gregos e latinos*, que vem junto com a obra acima citada.

**Nunes Ribeiro** *(Joaquim)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado em Santarem, onde exerceu alguns cargos publicos, como o de conselheiro do districto, etc.. Escreveu: *As ruinas de Santarem, ou uma galeria de finados, obra consagrada ao imperio da moral, e á tranquilidade da patria*, Lisboa, 1852; é ornada com estampas allegoricas, lithographadas.

**Nunes da Silva** *(P. André)*. Presbytero secular; bacharel formado em Direito Canonico pela Universidade de Coimbra, socio da Academia dos Singulares, etc.. N. em Lisboa a 30 de novembro de 1630, fal. a 3 de maio de 1705. Era filho de Francisco Nunes da Silva e de Mariauna da Cruz. Ainda muito novo foi com seus paes para o Rio de Janeiro, e por este motivo suppuzeram muitos que nascera n'aquella cidade. Aprendeu humanidades no collegio da Companhia do Jesus, e dedicando-se á vida ecclesiastica, ordenou-se em 1643 na egreja de Monserrate da referida cidade do Rio de Janeiro. Ficou orphão de pae aos 16 annos de edade, mas sua mãe continuou a dirigir-lhe os estudos com muito zelo e cuidado. Quando terminou o estudo da philosophia, a mãe desejou vêl-o formado em Canones, e por esse motivo veiu André Nunes a Portugal, embarcando n'uma nau de que era commandante Victorio Zagallo, e partiu na armada que do Brazil vinha n'esse anno de 1650 para Portugal, composta de 22 naus mercantes, escoltada apenas por 3 navios de guerra. Não se receavam, comtudo, de maus encontros, porque Portugal só estava em guerra com a Hespanha, e esse paiz não tinha armadas no mar que pudessem affrontar as nossas. Não foi, portanto, pequena a surpreza de todos, quando, ao chegarem proximo das costas de Portugal depois de feliz viagem, encontraram uma esquadra do 30 naus inglezas a bloquearem a barra de Lisboa. A explicação d'este facto era a seguinte: A Inglaterra tinha então a fórma republicana, e era governada pelo protector Oliveiro Cromwell. Carlos Stuart, depois rei Carlos II, andava desterrado, e os principes seus parentes, conhecidos pelo nome de principes palatinos Roberto e Mauricio, tendo combatido valorosamente em terra, conseguiram escapar-se do territorio inglez n'uma pequena esquadra, que arvorou em quanto pôde a bandeira real. Essa esquadra entrou em Lisboa, onde os principes palatinos fôram bem acolhidos. Vinha-lhe, porém, no encalço a esquadra republicana ingleza, commandada pelo almirante Blake, e não se atrevendo a violar abertamente as regalias do porto de Lisboa atacando a esquadra dos principes, veiu para fóra da barra esperar a esquadra portugueza do Brazil, deliberando responder com uma aggressão brutal ao acolhimento dos principes palatinos, que aliás não haviam sido recebidos, senão como se recebe um navio qualquer que não é inimigo, quando procura um porto. A razão não era essa, porque a Inglaterra não rompeu nunca as hostilidades com Portugal, a razão era que o almirante Blake, verdadeiro pirata, aproveitava o primeiro pretexto que lhe servia para tomar uma preza boa. Atacou pois a armada do Brazil, defendendo-se valentemente os navios de guerra portuguezes, um dos quaes foi incendiado pelos proprios tripulantes para não cair no poder do inimigo, e caindo no poder dos inglezes 7 navios mercantes, um dos quaes era o navio em que vinha André Nunes da Silva. Tratado como prisioneiro, foi na esquadra ingleza até Cadiz, onde os inglezes, tendo ao menos a caridade do os não entregar aos hespanhoes, fretaram um bote, e mandaram os prisioneiros para Castro Marim, no Algarve. André Nunes desembarcou, seguindo d'ahi para Beja, onde seu pae fôra muito conhecido, e ali o receberam com todo o agrado. De Beja veiu para Lisboa, e ahi, em casa de Miguel Pinto da Fonseca, se restabeleceu das fadigas e sobresaltos da viagem, até que em outu-

bro de 1651 foi matricular-se na Universidade de Coimbra. Concluida a formatura em Jurisprudencia Canonica em 1654, e tendo durante o curso travado relações de intima amizade com o poeta André Rodrigues de Mattos, tomou as ordens que lhe faltavam, e celebrou a primeira missa em 1656. Recebendo então cartas de sua mãe, pedindo-lhe que a fôsse buscar ao Brazil, André Nunes assim fez, e regressando a Lisboa, foi viver na companhia de sua mãe e d'uma sua irmã, que a acompanhara. Entrou depois para a irmandade dos clerigos da freguezia de S. José, e estudou theologia, sendo examinado, e recebendo licença para prégar, que pouco aproveitou, porque, segundo elle proprio dizia, n'uma terra em que prégava o P. Antonio Vieira, não podia elle atrever-se a tanto. Em 1663, tendo casado sua irmã com um fidalgo de Alcobaça chamado Jorge Botado, foi André Nunes da Silva áquella villa acompanhar sua mãe, que queria ir visitar a filha, e ahi pediu e obteve carta de filiação do convento. Retirando depois para Lisboa, entrou como socio na Academia dos Singulares e na Academia dos Generosos; em 1684 resolveu deixar o mundo e ir viver como hospede n'uma casa religiosa, e recolheu-se no convento dos theatinos, e ali passou o resto da vida. Durante a sua permanencia no convento, que passou de 20 annos, ajudou muito os frades na reconstrucção da sua egreja, para cujas obras deu avultadas esmolas, dirigindo-as ao mesmo tempo na parte financeira, e procurando modo de as desenvolver, obtendo, por exemplo, do governo licença para fazer uma loteria, como a das *sortes reaes*, que se havia estabelecido pouco tempo antes para auxilio do hospital dos enjeitados. O P. André Nunes da Silva foi poeta elegante e apreciado. Por sua morte deixou os theatinos herdeiros da sua fortuna. Escreveu: *Poesias varias sacras e profanas*, Lisboa, 1671; *Hecatombe sacra, ou sacrificio de cem victimas em cem sonetos, em que se contam as principaes acções da vida de S. Caetano*, Lisboa, 1686; *Voto metrico e anniversario á Conceição da Virgem Nossa Senhora*, Lisboa, 1695; 2.ª edição, 1746. D'este poeta ha varias poesias publicadas nos dois volumes da *Academia dos Singulares*, e nos *Applausos da Victoria do Ameixial*. Consta que deixou muitas poesias manuscriptas, que se guardavam na livraria do convento de S. Caetano.

**Nunes da Silva** *(João)*. Administrador da Companhia da Mala Real Portugueza, valente homem de mar, etc. N. na ilha de Santo Antão em 1847, fal. em S. Thomé a 2 de março de 1903. Aos 11 annos embarcou, contra a vontade da familia, no brigue *Senhor do Bomfim*, da praça do Porto, e logo a sua vocação começou a manifestar-se na facilidade com que escalava as agruras da aprendizagem, tornando-se em pouco tempo bem conhecedor dos segredos do seu officio, em que mais tarde devia ser consagrado como uma das maiores competencias. Em 1865 empregava-se na navegação de cabotagem, e estava no Rio Grande do Sul a bordo da escuna brazileira *Zuavo*, quando rebentou a guerra entre o Paraguay e o Brazil. Apenas teve conhecimento do rompimento das hostilidades entre os dois paizes, collocou-se logo ao lado dos nossos irmãos do Brazil, passando a servir nos vapores transportes brazileiros, sendo-lhe dado o commando do vaper argentino *General Mitre*. Commandou tambem diversos navios de véla e os paquetes *Cidade da Praia* e *Malange*, merecendo honroso registro algumas viagens d'este ultimo paquete. Conseguindo reorganisar a Companhia da Mala Real Portugueza depois d'uma grande lucta, foi seu administrador, logar que exerceu com todo o zelo e competencia, soffrendo, comtudo, bastantes dissabores. A companhia teve de liquidar, e João da Silva, cujos esforços se inutilisavam perante a evidencia das circumstancias, retirou-se pouco depois para S. Thomé, onde administrou a Sociedade de S. João dos Angolares, até que falleceu, contando apenas 56 annos de edade. Nunes da Silva foi agracido pelo governo portuguez em 1890 com o habito de Christo, e em 1892 com a commenda da mesma ordem pelo modo como se portou na viagem que conduziu a Moçambique a primeira parte d'uma expedição militar. Como recompensa tambem dos seus bons serviços e desejos pelo desenvolvimento da nossa marinha mercante, foi eleito em 7 de novembro de 1896 vogal da commissão permanente de defeza da marinha mercante portugueza, pela assembléa dos armadores e consignatarios de navios na Associação Commercial do Porto. A sua biographia e retrato estão publicados no *Boletim da Liga Naval* Lisboa, junho de 1903.

**Nunes da Silva** *(P. Manuel)*. Presbytero professo da ordem militar de Christo, mestre cathedratico de musica no seminario archiepiscopal de Santa Catharina e em outras egrejas de Lisboa, etc. N. n'esta cidade, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi mestre no collegio archiepiscopal de Santa Catharina, escola annexa á cathedral e sustentada pelas rendas do arcebispado; e mestre do coro na egreja da Magdalena, mais tarde mestre da collegiada dos freires da ordem de Christo, em Lisboa. O P. Manuel Nunes da Silva dedicou-se ao ensino da musica, e tendo numerosos discipulos, fez o *Resumo da Arte de Canto de Orgão*, o qual corria manuscripto. Antes de ser padre leccionou a cadeira de cantochão no seminario do arcebispado, e para uso dos seminaristas escreveu a *Summa Arte de Cantochão*. Juntando a estes dois compendios outros sobre contraponto e composição, e completando-os com um *Tratado das explanações* sobre as materias contidas nos resumos, assim concluiu a obra que imprimiu em 1685. O P. Manuel Nunes da Silva foi discipulo do bibliothecario de D. João IV, Alvares Frovo. A obra acima citada tem o seguinte titulo: *Arte minima, que com semibreve prelação trata em tempo breve, os modos da Maxima e Longa sciencia da Musica*, etc. Esta obra teve 3 edições: a 1.ª em 1685, a 2.ª em 1701, e a 3.ª em 1726. A 1.ª edição saiu com uma gravura no ante-rosto; todas as edições teem outra gravura representando a chamada *mão de solfa*, com a particularidade de ser a palma da mão preenchida com um canon enigmatico a 4 vozes.

**Nunes da Silva** *(Manuel)*. Poeta, natural de Montemór-o-Velho, muito perito na metreficação da poesia vulgar, assim heroica como lyrica. Escreveu: *Guerra dos Elementos Ar, Fogo e Agua feita á terra em Coimbra, e seus campos em dezembro de 1739*, Coimbra, 1740. Contra esta obra saiu no mesmo anno de 1740 uma critica feita por Belchior Franco da Gama.

**Nunes da Silveira** (*José*). Negociante de grosso trato da praça de Lisboa; armador de navios para o commercio da Asia nos seculos XVIII e XIX; membro da Junta Preparatoria das Côrtes, em 1820. Nasceu no meado do seculo XVIII na freg. matriz de Santa Maria Magdalena da ilha do Pico, nos Açôres, e falleceu em Lisboa na freg. de Nossa Senhora dos Martyres a 16 de junho de 1833. Fôram seus paes José Nunes e Rita Clara, ambos naturaes da mesma ilha. Pelo seu appellido Silveira parece ser descendente de um dos colonisadores açorianes, Willem Van der Haghe, individuo de origem nobre flamenga, que depois traduziu o seu appellido no de Silveira. A noticia mais antiga que se conhece a respeito de José Nunes da Silveira é a sua entrada em Lisboa, em 1785, como capitão do navio *Santa Cruz*, vindo de Macau, confórme consta dos registos

José Nunes da Silveira

da Casa da India. Conhecem-se os nomes de varios navios que Nunes da Silveira trouxe sobre os mares em viagens de longo curso. Eram as galeras *Condessa das Galveias*, *Carolina I*, *Carolina II*, *Nova Alliança*, *Correio d'Asia*, e *Santa Cruz*; os brigues *Golphinho*, *Temerario*, *Constancia*, *Resolução*, *Viajante*, *Corsario* e *Delphim*; as escunas *Ligeira*, *Thetis*, *Andorinha*, *Voadora*, *Diana* e *Corsa*, além de outros navios mais pequenos. Fôram numerosas as viagens que todos estes navios fizeram n'um largo periodo de perto de cincoenta annos. Entre essas viagens predominaram as de longo curso, tanto mais difficeis quanto as guerras e a pirataria as tornavam perigosas. Por intermedio dos navios d'esto armador se estabelecia melhor o contacto da metropole com as colonias mais remotas. Fôram, sem duvida, importantes os serviços prestados ao commercio nacional por Nunes da Silveira tanto com a sua frota, como pelos seus cabedaes com que contribuiu para o tratado de paz e amizade com Argel, em 1813. Patriota ardente fez parte do batalhão de Voluntarios Reaes do Commercio, organisado depois da primeira invasão dos francezes, em 1808. Quando em 15 de setembro de 1820 se deram em Lisboa os acontecimentos, que tornaram memoravel esse dia, foi José Nunes da Silveira escolhido para representar o commercio no governo da nação, figurando o seu nome na Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e depois na Junta Preparatoria das Côrtes. Succederam-se muitos annos de politica agitadissima, e, quando estava prestes a triumphar o regimen liberal, falleceu José Nunes da Silveira. No seu testamento declarou deixar quatro filhos: Lino, José, Francisco e Capitolina. Esta senhora veiu a casar com Francisco Isidoro Vianna, e do seu casamento houve a D. Capitolina da Silveira Vianna Pinto da Fonseca, Francisco da Silveira Vianna, D. Eugenia da Silveira Vianna Machado e José Nunes da Silveira Vianna, que publicou em 1901 o seguinte livro, de que nos soccorremos: *Notas biographicas de José Nunes da Silveira, governador do reino em 1820*, etc., *por seu neto José da Silveira Vianna*.

**Nunes Tinoco** (*João*). Architecto que viveu nos fins do seculo XVI. Foi o autor do plano das novas construcções que se fizeram, em 1582, no mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa.

**Nunes Tinoco** (*Luiz*). Contador do Tribunal dos Contos do Reino e Casa, apreciado calligrapho, cujos caracteres formados com a penna pareciam pintados a pincel. Soube com perfeição a lingua castelhana, da qual traduziu para a portugueza as seguintes obras: *Reformação christã pelo Padre Francisco de Castro da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1677; *Secretos de Filosofia, Astrologia, e Medicina, e das quatro mathematicas sciencias colhidos de muitos, e diversos autores, e divididos em cinco quinquagenas de perguntas pelo Licenciado Affonso Lopes Corella Medico*. Estas perguntas são em verso, e assim fôram traduzidas. Diz Barbosa Machado, no III vol. da *Bibliotheca Lusitana*, pag. 125, que viu esta traducção elegantemente escripta pela penna do traductor com um largo index trabalhado por elle com grande curiosidade.

**Nunes Varella** (*João*). Theologo muito apreciado. N. em Ourique, sendo baptisado em 23 de julho de 1701; fal. na segunda metade do seculo XVIII. Era filho de Gregorio Nunes e de Margarida Martins. Applicou-se ao estudo da Theologia Moral, foi notario apostolico e confessor das freiras do convento de Nossa Senhora dos Remedios, de Lisboa. Escreveu: *Collecção espiritual de varias obras da Madre Santa Thereza de Jesus, fundadora da esclarecida familia dos Reverendissimos Padres Carmelitas descalços*, Lisboa, 1736; *Meditações da vida e paixão de Christo*, etc., traducção do hespanhol, Lisboa, 1737; *Opusculo curial muito util e conveniente para parochos e confessores*, etc.; *Discurso theologico Moral contra o erro de alguns confessores, que na administração do sacramento da Penitencia perguntavam pelos cumplices a alguns penitentes, ameaçando com a negação da absolvição a quem não queria fazel-o*, Lisboa, 1746; saiu sem o seu nome; *Arte Espiritual muito util para penitentes*

*e confessores, pessoas espirituaes e directores*, Lisboa, 1753. Deixou manuscriptos alguns tratados moraes.

**Nunes da Veiga** (*Antonio*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, juiz de fóra nas villas de Alpedrinha e Castello Novo, ouvidor da comarca de Valença, escriptor militar. N. em Monsanto em 1654, fal. na villa de S. Vicente da Beira a 15 de janeiro de 1715. Era filho de Antonio Nunes da Veiga, e de Maria Bella, e muito perito em jurisprudencia, assim como na historia sagrada e profana, e na arte militar. Escreveu: *Perfeito capitão, maximas militares tiradas da disciplina e pratica militar dos maiores heroes que conheceu o tempo, e particularmente d'aquelles que com seu valor e boa politica se fizeram senhores do mundo, e creadores de boa fama*, Lisboa, 1709.

**Nunes Vidal** (*P. João*). Presbytero e bacharel formado em Canones, que escreveu uns *Fragmentos da sagrada e humana historia, obra util para prégadores*, etc., que não se imprimiu. Era muito perito na Escriptura Sagrada.

**Nuno**. Pov. na freg. de S. Jorge de Abbadim, conc. de Cabeceiras de Basto, districto de Braga.

**Nuzêdo**. Pov. e freg. do Salvador, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Chaves, distr. de Villa Real, e que está annexa desde o fim do seculo XVIII á de Santa Leocadia, do mesmo conc. e distr. O parocho era vigario, confirmado, da apresentação do reitor da freg. de Santa Leocadia, e tinha de rendimento 55$000 réis. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Cerveira, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || O Salvador e conc. de Villa Pouca de Aguiar, do mesmo districto.

**Nuzêdo de Baixo**. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Villa das Fontes, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

**Nuzêdo de Cima**. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. O reitor da freg. de Santo André, de Tuizello, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A' freg. de Nuzêdo dava-se antigamente o nome de *Nazêdo Trupassante*, e hoje está annexa á referida freguezia de Tuizello.

**Nuzêdo de Sub-Castello**. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança, e que está annexa desde o fim do seculo XVIII, á freg. de S. Lourenço de Rebordello do mesmo conc., e o abbade d'esta freg. apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar.

**Nuzellos**. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Adeganha, conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança. || Santa Catharina, de Arcas, conc. de Macedo de Cavalleiros, do mesmo distr. || S. Nicolau, de Lebução, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real.

**Nuzilhães**. Pov. na freg. de S. Faustino, de Viariz, conc. de Baião, distr. do Porto.

**N'Vocala**. Pov. do sobado de Vinda, do conc. de S. Salvador e distr. de Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Vulla Canè**. Pov. do sobado de N'Golome N'Golla N'Dambi, na 8.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Vunda**. Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de N'Golla Bumba, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Nyassa**. O nome d'esta região da Africa Oriental provem do grande lago situado entre a Rhodesia septentrional a O e ao S e a Africa Oriental allemã e a nossa prov. de Moçambique a E. O seu nome é uma corrupção de *nyanza* (lago). Tem 30.000 km.² de superficie e escôa-se ao S pelo rio Chire, affluente esquerdo do Zambeze. Este lago está situado a NNO da villa de Tete e a cêrca de 500 km. ao O do antigo districto de Cabo Delgado. Foi em tempo objecto de successivas explorações, tendo Livingstone a pretenção de querer ser dos exploradores modernos o que em primeiro logar deu noticias mais exactas ácêrca d'elle. Os padres portuguezes João dos Santos e Manuel Godinho, Sebastião Xavier Botelho, o major Gamitto, o dr. Lacerda e capitão Candido da Costa Cardoso, fizeram, muito antes d'aquelle explorador inglez, descripções e explorações do Chire e do Nyassa, chamando a este ultimo *Nhanja Muenro*, *Maravi* e *Nhanja Grande*. Em 1889 Antonio Maria Cardoso e Serpa Pinto fizeram expedições ao Nyassa, sobre as quaes muito se apaixonou a opinião publica, por já se recear a expoliação do commercio das regiões visinhas, em favor d'outro paiz, o que tudo se consummou pelo tratado com a Inglaterra, celebrado depois de 1890.

**Nyassa** (*Companhia do*). Esta companhia, privilegiada pelo governo, foi constituida definitivamente em 1893, entrou em 1897 na posse dos territorios da sua concessão, na Africa Oriental depois de ter vencido diversas contrariedades. Fundou na bahia de Pemba a cidade de Porto Amelia, e occupou varios pontos ao longo da sua fronteira occidental. Os territorios sob a administração d'esta companhia abrangem aproximadamente os do antigo districto de Cabo Delgado, sendo limitados ao N pela esphera allemã, a O pelo lago Nyassa e com os territorios da companhia ingleza British Central Africa, ao S com o rio Luzi em toda a sua extensão, e a L com o Oceano. A séde da administração é em Porto Amelia, capital provisoria dos territorios, que estão divididos nos seguintes concelhos: *Tungue*, *Mocimboa*, *Ibo*, *Quissanga*, *Pemba*, *Medo*, *M'tarica*, *Amaramba* e *Lago*. N'estes territorios ha algumas povoações importantes, entre as quaes, do N para S, se pódem citar: Kuambota, Chitese, Chicota, Lumbo, Manjica, Massanje, Tschigomanja, Lozena, Kalomiae, Mirombua, Chiluelo e Lakemese. Os povos que as habitam são maganjas ou ajauas. O solo, muito fertil, tem as melhores condições para a producção dos artigos: sementes oleaginosas, amendoim, gergelim, côco, copra, castanha de cajú, carrapateiro, borracha, cêra, gommas, urzella, calumba, mexoeira, café, tabaco, marfim, cavallo marinho, tartaruga, aljofres, cauril e gado vaccum e suino. Os rendimentos da companhia provem das receitas aduaneiras e d'outros impostos, bem como do serviço dos correios, para o qual tem formulas especiaes, etc. O movimento commercial faz se pela alfandega do Ibo e suas dependencias. A população dos territorios da Companhia do Nyassa, em 31 de dezembro de 1908 constava de 376:494 individuos, dos quaes 104 eram europeus, 1 ame-

ricano, 237 brancos naturaes, 313 asiaticos; os restantes eram negros. Tinham as seguintes profissões: commerciantes 170, empregados do commercio 170, 7 agentes de emigração, 3 medicos, 2 advogados, 524 militares, 3 magistrados, 3 padres, 100 empregados da companhia, 7 alfaiates, 11 barbeiros, 90 marinheiros, 36 agricultores, 19 ferreiros, 32 carpinteiros, 3 ourives, 4 enfermeiros e 539 cipays. O restante da população é indigena e dedica-se á pesca, cultura e industrias cafreaes.

**N'Zamba.** Pov. da freg. de S. Joaquim, no sobado de Cabanga Cacalunga, 3.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, no sobado de Cacula-Cahango, 9.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, da mesma provincia.

**N'Zanza.** Pov. do conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de N'Cai, no caminho do Zombo, do mesmo conc., distr. e provincia.

**N'Zà-Vulla.** Pov. da 2.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**N'Zebelle.** Pov. da 6.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**N'Zundo.** Pov. da região de Pangalla, conc. de S. Salvador e distr do Congo, prov. d'Angola.

**N'Zunguele.** Pov. do sobado de N'Sanga, conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola.

# O

**Obaba.** Bahia da costa do distr. de Mossamedes na prov. de Angola, Africa Occidental. O seu extremo S termina na ponta de Santa Gertrudes, e para o N prolonga-se em praia d'areia, avultando para o interior os montes chamados Mesas Grandes. Tem feitorias de pesca, e ancoradouro desabrigado.

**Obac.** Rio da costa da Guiné, Africa Occidental. Vae desaguar acima da ponta Vaugaram, e é um dos numerosos esteiros que levam ao rio Casamansa. || Cabo da costa da Guiné, Africa Occidental. Fórma a margem esquerda do rio do mesmo nome, e é extremo da riba direita do rio Gambia.

**Obediencia.** Certo fôro, equivalente ao moderno termo de *ovença* ou avença. N'um documento d'Alpendurada, de 1189, diz-se que Elvira Mendes, prioreza do mosteiro benedictino da Espiunca, doou uma herdade a João Guilherme, seu abbade e confessor, e a Martinho Pires, seu sobrinho e afilhado, cuja herdade, por morte d'ambos, ficaria livre *ab Obediencia de Conducteria. Conducteria* são todas as eguarias e mantimentos que se comem com pão. Já era usado este termo no seculo XII, como se vê, pelo documento citado. Tambem se dava o nome de *Obediencia* á procuração, sacristia, enfermaria, etc., e na ordem dos monges benedictinos chamava-se *Obediencia* aos mosteiros pequenos, hospicios, pequenos priorados, ou granjas, dependentes de qualquer mosteiro.

**Obedieneia.** O que tinha a seu cargo a *ovença*, officina, etc. Tambem se chamava assim o conego regrante, que estava fóra do mosteiro com licença do prelado.

**Obidos** (*D. Eugenia Maria de Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, 6.ª condessa de Sabugal, 7.ª condessa de Palma, e 6.ª condessa de*). Senhora das casas de Palma e Sabugal, com honras de parente; senhora do officio de meirinho-mór do reino. N. a 19 de novembro de 1813, e fal. a 17 d'agosto de 1847. Era filha do 5.º conde de Obidos, 5.º conde de Sabugal e 5.º de Palma, D. Manuel d'Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, e de sua mulher, D. Maria Anna Xavier Telles da Gama. O 6.º conde da Palma foi D. Francisco de Assis Mascarenhas, filho do 4.º conde de Obidos, e irmão do 5.º conde de Sabugal e de Obidos. (V. *Palma (D. Francisco de Assis Mascarenhas, 6.º conde de*). A condessa D. Eugenia casou a 31 de agosto de 1839 com D. Pedro de Sousa Coutinho, capitão de fragata, que teve pelo seu casamento os titulos e officio do sua mulher. Era filho dos marquezes de Santa Iria; nasceu em 6 do outubro de 1808, e fal. a 30 de julho de 1859. D'este consorcio, entre outros filhos, houve D. Manuel e D. Luiz, que fôram os 7.º e 8.º condes de Obidos.

**Obidos** (*D. Fernando*, ou *Fernão Martins Mascarenhas, 4.º conde de Sabugal, 3.º conde de Palma e 2.º conde de*). Alcaido-mór de Obidos e de Selir. N. a 4 de novembro de 1643, fal. a 4 de janeiro de 1719. Era filho primogenito do 1.º conde de Obidos, D. Vasco de Mascarenhas, e de sua segunda mulher e sobrinha, D. Joanna de Vilhena, ou de Mascarenhas. Casou em 8 de dezembro de 1669 com D. Brites Mascarenhas da Costa e Castello Branco, filha e herdeira do 2.º conde de Palma D. João Mascarenhas, herdando o titulo de condessa de Sabugal, de sua avó, a 3.ª condessa D. Brites de Menezes. Com este casamento ficaram reunidos ao titulo de conde de Obidos, os titulo acima citados, sendo D. Fernando Martins Mascarenhas, 2.º conde de Obidos, 3.º conde de Palma, e 4.º conde de Sabugal. Pelo seu casamento tambem foi senhor e alcaide-mór de Sabugal e d'Alfaiates; alcaide-mór de Castello de Vide; senhor da villa e castello de Lindoso, e das villas de Riba Tamega, Sinfães, Sinde e Arcos; e dos padroados das suas egrejas; commendador de S. Miguel de Villa Marim, Nossa Senhora da Idanha-a-Velha, S. Salvador de Barbacena, Nossa Senhora da Conceição da Lourinhã, S. Lourenço de Taveiro, e S. Miguel de Cosato, todas na ordem de Christo, e da de Horta-Lagoa, na ordem de S. Thiago. El-rei D. Pedro II o fez meirinho-mór do reino, assim como aos seus descendentes, que por isso se ficaram denominando *condes meirinhos-móres*. Foi depois conselheiro de Estado e da Guerra de D. João V, e aio dos irmãos d'este monarcha, os infantes D. Antonio e D. Manuel. Do seu matrimonio houve 5 filhos: D. Francisco d'Assis Mascarenhas, 4.º conde de Palma, que falleceu solteiro; D. Manuel d'Assis Mascarenhas, 3.º conde de Obidos; D. Anna d'Assis Mascarenhas foi dama da rainha D. Maria Anna d'Austria, e casou com

seu primo Luiz Cesar de Menezes, filho dos condes de Sabugosa; D. Thereza d'Assis Mascarenhas, que casou com o 3.º conde de Oriola e 10.º barão d'Alvito; D. Clara d'Assis Mascarenhas, que casou com o 10.º conde de Athouguia. O seu brazão d'armas consta do seguinte: Escudo es quartelado; no primeiro quartel as armas reaes; no segundo as dos Mascarenhas, em campo vermelho, tres faxas d'ouro, e assim os contrarios.

**Obidos** *(Josepha de)*. Assim conhecida a distincta pintora que viveu no seculo XVII, e se chamava Josepha Ayala Figueira. N. em Sevilha em 1634, para onde seu pae, Balthazar Gomes Figueira, pintor, mas de pouca fama, que era natural d'Obidos, fôra residir, e ali casara com D. Catharina de Ayala e Cabrera. Quando em 1640 se proclamou a independencia de Portugal e D. João IV foi acclamado, Balthazar Figueira veiu com sua familia viver para Obidos n'uma quinta chamada da *Capelleira*. Josepha contava então apenas 6 annos de edade, ali se educou, começando desde creança a manifestar uma vocação notavel para a pintura e para a gravura em metal, laminas de cobre e prata, no genero chamado de *pontinho*. Em 1653, aos 19 annos, fez a gravura da edição dos *Estatutos* de Coimbra. Depois trabalhou muito como pintora para os conventos e egrejas como retratista da familia real. Pintou os retratos da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, mulher de D. Pedro II, e de sua filha, a princeza D. Izabel, que foi noiva de Victor Amadeu, duque de Saboia, a quem esse retrato foi enviado. Na capella do noviciado do convento de Varatojo havia uma excellente *Nossa Senhora das Dôres*, e no coro um *Menino Jesus*, quadros que lhe são attribuidos. Havia quadros seus em Alcobaça, Batalha, em Valle Bemfeito no mosteiro de S. Jeronymo, em Evora, onde existe um *Cordeiro engrinaldado de flôres*, que passa por ser um dos seus melhores trabalhos. A Academia de Bellas Artes tambem possue um quadro de Josepha d'Obidos. Ha quadros seus em varias egrejas de Obidos, principalmente na de S. Pedro, onde ella foi sepultada, nas de Peniche, Torres Vedras, etc. Especialisou-se principalmente na pintura de fructas e flôres. As gravuras em metal que fazia, segundo constava, e que diziam ser excellentes, estavam em casa de José Gomes de Avellar, parente ainda de Josepha d'Obidos. A illustre artista viveu quasi sempre na quinta da *Capelleira*, mas havia alcançado tanta reputação que muitas das pessoas que iam tomar banhos ás Caldas da Rainha, se afastavam do seu caminho, para irem a Obidos cumprimental-a. Josepha d'Obidos falleceu a 22 de julho de 1684.

**Obidos** *(D. José de Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, 4.º conde de)*. Alcaide-mór de Obidos e de Selir; senhor das casas de Sabugal e Palma; meirinho-mór do reino, do conselho do principe regente, depois D. João VI, deputado da Junta dos Tres Estados, etc. N. a 6 de maio de 1745, fal. nas Caldas da Rainha a 27 de agosto de 1806. Era filho do 3.º conde de Obidos, D. Manuel de Assis Mascarenhas, e de sua segunda mulher, D. Helena Josepha de Menezes. Succedeu á casa de seu pae, e casou em outubro de 1777 com D. Helena Josepha Xavier de Lima, filha dos 1.ºs marquezes de Ponte de Lima, D. Thomaz Xavier de Lima Nogueira Vasconcellos Telles da Silva e D. Eugenia Maria Josepha de Bragança.

**Obidos** *(D. Luiz Antonio de Assis Mascarenhas, 8.º conde de Sabugal, 9.º conde de Palma e 8.º conde de)*. Official de marinha, official-mór honorario da Casa Real. N. a 13 de junho de 1844, fal. a 4 de julho de 1880. Era filho de D. Eugenia Maria d'Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, 6.ª condessa de Sabugal, 7.ª condessa de Palma e 6.ª condessa de Obidos, e de seu marido, D. Pedro de Sousa Coutinho. Casou em 1872 com D. Anna de Mello Breyner, dama de sua magestade a rainha senhora D. Amelia, filha dos 1.ºs condes de Mello, Luiz Francisco Soares de Mello da Silva Breyner Sousa Tavares e Moura e D. Frederica Xavier Botelho. Succedeu na casa, senhorios, commendas e titulos, a seu irmão primogenito, D. Manuel Pedro de Alcantara de Assis Mascarenhas de Sousa Coutinho Castello Branco da Costa e Lencastre, por ter fallecido sem deixar descendencia.

**Obidos** *(D. Manuel de Assis Mascarenhas, 3.º conde de)*. Meirinho-mór do reino, e em memoria de seus avós por descenderem de D. Diniz de Lencastre, filho do 3.º duque de Bragança D. Fernando, teve o tratamento de parente da Casa Real, por mercê de D. João V. N. a 20 de julho de 1699. Era filho dos 2.ºs condes d'Obidos, D. Fernando Martins Mascarenhas e D. Brites Mascarenhas da Costa e Castello Branco. Succedeu em toda a casa, senhorios e commendas de seu pae. Em 1749 foi coronel de cavallaria, e brigadeiro de cavallaria da côrte em 12 de janeiro de 1754. El-rei D. José o nomeou seu gentil-homem em 1752. Por se julgar que fôra cumplice na conjuração do duque de Aveiro e dos Tavoras, foi preso em 1760, e encerrado no forte da Junqueira, onde falleceu. Casou duas vezes; a primeira em 1 de setembro de 1721, com D. Helena de Lorena, filha dos 3.ºs marquezes de Alegrete, Manuel Telles da Silva e D. Eugenia de Lorena; fallecendo esta senhora a 5 de janeiro de 1738, passou a segundas nupcias, a 12 de agosto de 1744 com D. Helena Josepha de Menezes.

**Obidos** *(D. Manuel d'Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, 5.º conde de Sabugal, 5.º conde de Palma e 5.º conde de)*. Alcaide-mór de Obidos e de Selir, senhor de Palma, meirinho-mór, par do reino em 1826, gran-cruz da ordem de Christo, cavalleiro da Legião de Honra de França, capitão de cavallos no exercito portuguez, e tenente-coronel no francez, etc. N. a 18 de julho de 1778, fal. a 5 de fevereiro de 1839. Era filho do 4.º conde d'Obidos, D. José d'Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, e de sua mulher, D. Helena Maria Josepha Xavier de Lima. Era mais conhecido por *conde de Sabugal*. Recebeu uma educação esmerada, e conhecia perfeitamente as linguas latina, franceza e italiana. Como tinha grande tendencia para a poesia, traduziu em verso varias composições poeticas d'esses idiomas, e compoz tambem versos originaes em francez, italiano e portuguez, mas não imprimiu nunca os seus trabalhos litterarios. Em 1804 e 1805 frequentava muito a casa da illustre poetisa marqueza d'Alorna, onde se reuniam todas as illustrações portuguezas, e ahi o joven conde era admiravelmen-

te recebido, não só pelo seu talento e conhecimentos litterarios, como pelos seus chistes e epigrammas, porque o conde era um dos mais engraçados conversadores de Portugal. Esses epigrammas, porém, não agradavam tanto ao governo como aos frequentadores da casa da marqueza, e o conde d'Obidos, que era official do exercito, recebeu ordem de ir inspeccionar as fortalezas do Algarve, e de prolongar a inspecção até lhe dizerem de Lisboa que já não tinha que inspeccionar. Era um desterro disfarçado, e não havia de ser o ultimo. Em 1807 entrou em Portugal o general francez Junot, e organisou a celebre legião lusitana, que mandou para o exercito de Napoleão. O conde de Sabugal era então tenente-coronel, fez parte d'esse corpo de tropas, e portou-se brilhantemente na campanha d'Austria em 1809. Em Wagram era ajudante d'ordens do marechal Oudinot, e distinguiu-se por tal fórma que o proprio imperador o condecorou com a Legião de Honra, no campo da batalha. Quando, porém, lhe deram ordens para vir servir na Hespanha e provavelmente em Portugal, não querendo voltar as armas contra a sua patria, abandonou o exercito francez, e veiu apresentar-se em Portugal, onde foi mal recebido. Muitos que tinham sido cortezãos de Junot, entenderam que deviam condemnar o official que sustentara no campo de batalha da Allemanha a honra do nome portuguez. O conde foi desterrado para a ilha de S. Miguel. Voltando á patria, acolheu sem inimizade a revolução de 1820, mas o seu genio epigrammatico ainda d'esta vez o prejudicou. Os patriotas de 1820 eram tão susceptiveis como os ministros do absolutismo, e não toleraram a zombaria, intimando o conde a que saisse do reino. O regimen monarchico liberal de 1826 foi o que mereceu mais as sympathias do conde de Sabugal. Eleito par do reino, seguiu as sessões da camara, e em 1828 preferiu exilar-se pela quarta vez, partindo para Inglaterra, a reconhecer o governo de D. Miguel. Foi então nomeado pelo governo de D. Maria II, rainha no exilio, ministro de Portugal na côrte do Brazil. Tambem ahi ercou o conde de Sabugal bastantes inimigos. Voltando á Europa, cançado dos dissabores que soffrera na sua missão no Brazil, não pôde tomar parte na lucta que terminou pela victoria da causa constitucional, porque os annos e as enfermidades já lhe não permittiam um serviço activo. Depois de 1834 conservou-se alheio á politica; apenas em 1836 protestou contra a revolução de setembro, juntamente com mais 26 dos seus collegas da camara alta. No ameno convivio com os homens de letras, que prezava e que o prezavam, admirando ainda os chistes scintillantes da sua conversação, passou os ultimos annos da sua vida. Mendes Leal pronunciou no Conservatorio o seu *Elogio*. O conde de Obidos e de Sabugal havia herdado a casa de seu pae a 27 de agosto de 1800, e tivera a renovação do tratamento de parente da Casa Real, por decreto de 26 de outubro de 1828. Casou a 6 d'abril de 1811 com D. Maria Anna Xavier Telles da Gama, filha do 7.º marquez de Niza.

**Obidos** *(D. Manuel Pedro d'Alcantara d'Assis Mascarenhas de Sousa Coutinho Castello Branco da Costa e Lencastre, 7.º conde de Sabugal, 8.º conde de Palma e 7.º conde de).* N. a 19 de outubro de 1841. Era filho da 6.ª condessa de Sabugal e de Obidos, e 8.ª condessa de Palma, D. Eugenia Maria de Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, e de seu marido D. Pedro de Sousa Coutinho. Succedeu na casa de sua mãe, nos titulos e commendas, no officio de meirinho-mór, etc. e fal. aos 18 annos incompletos, a 29 de julho de 1859, sem deixar successão, ficando herdeiro da referida casa seu irmão D. Luiz Antonio de Assis Mascarenhas.

**Obidos** *(D. Pedro de Assis de Mascarenhas, 9.º conde de).* Senhor da casa de Sabugal, de Obidos, de Palma e de Selir; representante directo, e por varonia, dos titulos de marquez de Santa Iria, de conde d'Alva, de Sabugal, de Obidos, de Palma e de Asinhoso; meirinho-mór e par do reino, tendo o tratamento e as honras de parente da Casa Real, etc. N. a 10 de junho de 1874, e fal. em 12 de dezembro de 1905. Era filho do 7.º conde de Sabugal, e 8.º conde de Obidos e de Palma, e de sua mulher, a condessa D. Anna de Mello Breyner. Era 2.º tenente da armada; assentára praça em 21 de outubro de 1892, saindo guarda-marinha em novembro de 1895, e 2.º tenente em 1898. Foi agraciado em janeiro de 1898 com o titulo de conde d'Obidos de juro e herdade.

**Obidos** *(D. Vasco de Mascarenhas, 1.º conde de).* Alcaide-mór d'Obidos. N. no primeiro quartel do seculo XVII, e fal. a 4 de julho de 1678. Era filho de D. Fernão Martins de Mascarenhas, como affirma D. Antonio Caetano de Sousa, de D. Antonio de Mascarenhas, como assevera Camillo Castello Branco. Passou a Hespanha, onde casou com D. Jeronyma de La Cueva y Mendoza, sobrinha do cardeal Affonso de La Cueva, serviu em Flandres, e depois passou para o Brazil, governado então pelo conde de Miranda Diogo Luiz de Oliveira. Ali serviu com distincção e, voltando ao reino, foi feito conde de Obidos, por carta régia de Filippe IV, de Hespanha, de 22 de dezembro de 1636. Teixeira de Aragão affirma que o titulo de conde de Obidos e as honras de conde parente lhe fôram dadas em 19 de maio de 1646 por el-rei D. João IV, mas parece-nos que ahi ha manifesto engano, e que o documento a que Teixeira de Aragão se refere e que existe na Torre do Tombo na chancellaria de D. João IV, só se poderá referir ás honras de conde parente. Effectivamente são conformes todos os autores em affirmar que elle já era conde de Obidos no tempo do dominio hespanhol. O conde de Obidos já era tambem mestre de campo quando serviu no Brazil. Em 1639 tornando ao Brazil com D. Fernando de Mascarenhas, conde da Torre, ia com o posto de general de artilharia. O conde da Torre foi desembarcar na Bahia e depois seguiu logo para Pernambuco, para tentar expulsar os hollandezes. Deixou entretanto o conde de Obidos a governar o Brazil durante a sua ausencia. O conde da Torre foi infeliz na expedição, demittido por isso do governo do Brazil e preso tambem, e foi mandado substituir já no anno de 1640, mas ainda durante o governo hespanhol, pelo marquez de Montalvão, a quem o conde de Obidos entregou o governo, regressando logo a Portugal. Chegando á Europa, encontrou proclamada a independencia do seu paiz, reconheceu a nova ordem de cousas, e foi logo nomeado governador do Algarve, indo estabelecer a sua residencia em Castro Marim para poder vigiar e contrariar os movimentos dos hes-

panhoes. A 8 de agosto de 1642 foi transferido para o Alemtejo, tendo por mestre de campo general Joanne Mendes de Vasconcellos. Suspeita Camillo Castello Brauco que fôsse elle em grande parte autor de uma intriga que se tramou no exercito do Alemtejo, e que muito contribuiu para a execução do ministro Francisco de Lucena. Incital-o-hia a isso o odio inveterado das familias Mascarenhas e Menezes, por se achar envolvido no negocio de Francisco de Lucena um Menezes, D. José, governador da Torre de S. Julião. O fardo do governo do Alemtejo, que trazia comsigo o commando do nosso principal exercito de operações contra a Hespanha, era pesado de mais para os hombros do conde de Obidos, e o peor ainda foi que, em 1643, lembrou-se D. João IV de ir ao exercito, e, apezar de não tomar parte na campanha, porque ficou em Evora, tendo ao seu lado como mestre de campo general junto da real pessoa Mathias de Albuquerque, sempre o conde de Obidos se via na obrigação de emprehender alguma facção de estroudo para ser agradavel ao soberano. Entrou pois na Extremadura hespanhola com um exercito de 14:000 homens, tomou Valverde e cercou Badajoz. Vendo, porém, que não podia expugnar esta praça, porque não tinha para isso os meios sufficientes, levantou o cêrco e regressou a Portugal. Este procedimento desagradou ao rei, que mandou prender o conde de Obidos e Joanne Mendes de Vasconcellos, e deu o commando do exercito do Alemtejo a Mathias de Albuquerque. Só esteve tres mezes preso o conde de Obidos, mas andou tres annos a solicitar um commando, até que em 1646 o mandaram de novo para o Algarve, verdadeira sinecura, dando-lhe ao mesmo tempo para o consolar da pouca importancia do governo as honras de conde parente. Em 1652 foi tirado do Algarve para se lhe dar o logar de vice-rei da India que foi o 27.º na ordem dos vice-reis. Partiu para Gôa a 16 de março com uma esquadra de quatro navios, e chegou a 3 de setembro, entregando-lhe logo o mando supremo os tres governadores interinos da India, D. fr. Francisco dos Martyres, Francisco de Mello e Castro e Antonio de Sousa Coutinho, ou antes lh'o entregaram só os dois primeiros, porque Antonio de Sousa Coutinho fôra n'uma expedição á Africa Oriental. O governo do conde de Obidos foi infeliz; excitou o descontentamento do povo com as suas severidades, e como n'essa occasião estava governando o Paço de Daugim um agitador chamado D. Braz de Castro, aproveitou com os seus amigos o descontentamento popular, que augmentára ainda com a noticia da perda da fortaleza de Mangalor, e excitaram uma revolta, em virtude da qual o conde de Obidos, que estava no collegio dos Reis Magos, foi preso no forte de Nossa Senhora do Cabo com sentinella á vista. D. Braz de Castro declarou depois em officio a el-rei que elle tambem só á fôrça acceitára o cargo para que o povo o nomeára. O conde de Obidos é que mostrou extraordinaria fraqueza: Manuel de Mascarenhas Homem offereceu-lhe a sua espada e 400 soldados de que dispunha, mas o conde não acceitou aquelle auxilio, deixou-se prender, e seguiu para o reino onde foi mal recebido. Comtudo, D. Braz de Castro teve castigo, porque o novo vice-rei conde de Sarzedas o mandou preso para o reino. O conde d'Obidos no tempo de D. João IV não tornou a ser empregado. Havia enviuvado, e contrahira novas nupcias, em 1642, com sua sobrinha D. Joanna de Vilhena, ou de Mascarenhas. Fôra conselheiro de guerra no tempo de D. João IV, e quando D. Affonso VI tomou definitivamente conta do governo do paiz em 1662, nomeou-o conselheiro de Estado. Em 1663 foi nomeado vice-rei do Brazil, logar que desempenhou até 1667. Regressando depois ao reino teve a nomeação de estribeiro-mór da rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, cargo honorifico, que exerceu até fallecer. Foi o 1.º conde d'Obidos que, no meado do seculo XVII, edificou em Lisboa o seu palacio, sobre o uma penedia calcarea, a que ainda hoje se chama *Rocha do Conde d'Obidos*. Em 1874 foi este palacio arrematado em praça publica por um particular, por 12:000$000 réis; el-rei D. Luiz I obteve do comprador que lh'o cedesse pelo mesmo preço, e o offereceu a D. Maria Thereza Mascarenhas, irmã do conde D. Luiz Antonio d'Assis Mascarenhas, e dama do Paço.

**Obidos.** Villa da prov. da Extremadura, séde de conc., com. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria, patriarc. e Relação de Lisboa. Está situada em sitio muito fertil e aprazivel no declive d'um monte, onde, segundo consta, em epocas remotas chegou um braço de mar, na estrada das Caldas da Rainha a Torres Vedras, perto do rio Arnoia, que entra na Lagôa d'Obidos e vae desaguar no Oceano Atlantico. Além d'este rio, a villa é atravessada por tres ribeiros, que todos entram na Lagôa, vindo o 1.º das Caldas da Rainha, chamado *Rio do Cabo*, o 2.º *Rio do Meio* e o 3.º *Rio de Real*. Sobre o Arnoia e cada um d'estes ribeiros, ha uma ponte de cantaria para serviço da gente da villa. Houve quatro freguezias em Obidos: *S. Thiago*, *Santa Maria*, *S. João Baptista do Mocharro*, e *S. Pedro*, mas actualmente existem sómente as de *Santa Maria* e de *S. Pedro*. O abbade do mosteiro de Valle Bem Feito, de monges da ordem de S. Jeronymo, era abbade da freg. de S. Thiago, e n'ella apresentava um cura, que tinha 100$000 réis de renda por anno. A freg. de Santa Maria pertencia ao priorado do Sacro Collegio dos principaes da Santa Egreja Patriarchal, sendo porém, parochiada por um cura apresentado pelos beneficiados da collegiada da mesma egreja, tendo egualmente o rendimento annual de 100$000 réis; o prior da freg. de S. Pedro era apresentado pelas rainhas, o qual tinha o rendimento de 1:000$000 réis. A mitra apresentava o prior da freg. de S. João do Mocharro, que recebia 500$000 réis de renda. Segundo a tradição, a villa d'Obidos foi fundada pelos turdulos e celtas, 308 annos antes da viuda de Christo. Pretende-se que o actual nome são as tres palavras latinas: *Ob, id, os*, por

Brazão d'armas da villa d'Obidos

causa da *bocca*, ou braço de mar que antigamente chegava a esta villa, do qual, dizem, haver ainda vestigios, e a Lagôa d'Obidos. Ha ainda outras etymologias, que são geralmente rejeitadas, sendo uma d'ellas, que o nome provém de *Abides*, seu fundador, 1364 annos antes de Christo. A villa é toda cercada de muralhas torreadas, elevando-se n'alguns sitios a mais de 13 m. d'altura. As muralhas teem 4 portas: *da Villa*, ao S e é a principal; do *Valle* a E; da *Cêrca* e a do *Telhal*, ambas a O. Tem mais dois postigos denominados: *Postigo de Baixo* e *Postigo de Cima*. D. Affonso Henriques, depois de se ter assenhoreado de Santarem, de Lisboa, e de muitas outras terras acastelladas da Extremadura, cercou e tomou de assalto aos moiros o castello e villa d'Obidos em 11 de janeiro de 1148. Por uma porta escusa, que se ficou chamando *Porta da traição*, entrou o Lidador com um troço de guerreiros. Sendo uma posição forte pela natureza e pela arte, cuidou logo de assegurar a conquista, fazendo reparar a fortaleza, que ampliou, e povoar de novo a villa, que os moiros haviam abandonado deixando-a muito arruinada. Na guerra civil que se deu no meado do seculo XIII entre D. Sancho II e seu irmão, o infante D. Affonso, conde de Bolonha, mais tarde rei D. Affonso III, Obidos, assim como Coimbra e Celorico, deram um nobre e corajoso exemplo de lealdade. Posta em apertado cêrco pelo conde de Bolonha D. Affonso, em 1246, Obidos resistiu valorosamente a todos os rigores do cêrco, e á violencia de diversos acommettimentos, até que o infante, perdida a esperança de reduzir pela força os leaes que não pudera seduzir com promessas, levantou o cêrco e retirou-se. E tal foi a nobreza do proceder d'aquella povoação sacrificando-se assim em desempenho da fidelidade que devia ao seu rei, o malfadado D. Sancho II, que o proprio conde de Bolonha, apenas se viu senhor pacifico de todo o reino, apressou-se a recompensal-a concedendo-lhe muitos privilegios, e entre outras mercês, a do titulo de *sempre leal*, que a villa accrescentou ao de *notavel* que já tinha. El-rei D. Diniz alargou muito a villa, mandando-lhe construir um soberbo castello sobre um grande rochedo. Tem varios torreões que o guarnecem, e a sua torre de menagem, d'onde se desfructa um vasto e magnifico panorama. D'ali se avistam muitas collinas povoadas de pomares, diversas aldeias, e viçejantes campos em grande extensão, e a *Varzea da Rainha*, que antigamente se denominava a *Veiga d'Obidos*. A rainha D. Catharina, mulher de D. João III, contratou em 1550 com a camara e habitantes d'Obidos, em fazer á sua custa o aqueducto da Osseira, que era um baldio do municipio, e que desde então se principiou a chamar *Varzea da Rainha*. Tem 3 k. de comprimento. N'este sitio está a capella de N. S.ª do Carmo, onde antigamente esteve a egreja parochial de S. João Baptista. O aqueducto é ainda hoje muito notavel; está sobre grande numero de arcos de pedra, e dá agua para todos os chafarizes da villa. El-rei D. Diniz, em 1282, por occasião do seu casamento com a princeza Izabel de Aragão (a rainha santa Izabel), deu-lhe o senhorio d'Obidos e d'outras muitas povoações e castellos, e desde então ficou a villa sendo da *Casa das rainhas* até 1834. Durante as guerras de Portugal e Hespanha no seculo XIV, el-rei D. Fernando, em 1379, mandou fazer as muralhas da villa ou reformou as que já existiam. A rainha D. Leonor, mulher de D. João II e irmã de D. Manuel I, residiu algum tempo em Obidos n'umas casas junto do castello. Foi então que instituiu *5 mercearias* na egreja matriz de Santa Maria. O 1.º foral que teve a villa d'Obidos, foi dado pela Casa das Rainhas, e D. Manuel lhe deu foral novo em Lisboa, a 20 de agosto de 1513. Em 1636, Filippe IV de Hespanha, então rei de Portugal, fez conde d'Obidos a D. Vasco Mascarenhas, alcaide-mór da villa, titulo que depois D. Affonso VI confirmou, com a declaração de juro e herdade para os seus descendentes. Quando no principio de agosto de 1808, veiu ajudar-nos contra as forças de Napoleão uma divisão auxiliar ingleza, com-

Vista geral de Obidos

mandada pelos generaes Dalrymple e Wellesley. presenceou Obidos em 15 d'agosto o primeiro combate que se deu entre os francezes commandados por Delaborde, e os portuguezes junto a essas forças auxiliares. Consta que o primeiro brazão d'armas d'Obidos era uma rêde de arrastar, no meio do escudo, dado pela rainha D. Leonor. Esta nobre senhora, depois que seu filho unico, o principe D. Affonso, fallceeu do desastre da queda d'um cavallo, em 1491, tomou por emblema, ou em memoria da sua lastimosa saudade, a rêde em que uns pescadores do rio Tejo trouxeram para Santarem o cadaver desde a margem do rio. Este emblema se gravou ou esculpiu em muitos dos senhorios da inconsolavel rainha. Na torre do Tombo estão as armas da villa do modo seguinte: Em campo verde, uma torre de prata sobre rochedos da sua côr, tremulando uma bandeira branca sobre a torre. *Celleiro da Rainha* se chamava ao local onde aproavam as caravélas do pescado, no tempo em que a villa pertencia á Casa das Rainhas. Os arrabaldes d'Obidos são muito aprazíveis; ali se encontram 5 quintas vinicolas modelos: a do *Sanguinhal*, a da *Granja*, a dos *Loridos*, a do *Paul das Amoreiras* e a das *Gaieiras* (V. *Portugal*, vol. III, pag. 710). Fóra da villa, a 500 m. de distancia, junto á estrada que conduz ás Caldas da Rainha, vê-se o *Real Santuario do Senhor da Pedra*, fundado por D. João V e pelos habitantes da villa. Está construido o templo em terreno plano no sitio chamado *Areeiros*, e tambem *Casal da Pedra*, cercado de viçosa vegetação e de collinas cobertas de frondoso arvoredo, ou semeadas de penedos alcantilados. O templo é de fórma hexagonal, coroado por uma cupola da mesma fórma, revestida de telha vidrada e ladeada de tres torreões, o que não se chegou a concluir, ficando apenas da altura da cimalha geral do edificio. Sobre o vertice da cupola vê-se um grande globo sustentando uma elevada cruz de ferro, que remata o fastigio do templo, que mede uns 35 m. d'altura. Da parte opposta á fachada principal, olhando á direita, vêem-se os outeiros de Santo Antão, n'um dos quaes está a sua capella, edificada entre alterosas e esbranquiçadas penedias. A' esquerda se vêem tres grandes montes, que se cortam convergentes, no formoso sitio do *Pégo*. Em frente se vêem esses vetustos castellos da villa, erguidos no tope d'uma alta e escarpada penedia, ostentando ainda na sua caducidade a poesia das construcções arabes. Proximo aos castellos, e da mesma altura, está um cubêllo, edificado sobre penedos enormes, que parecem prestes a cair. Mais além, a *torre vedra*, cujos torreões fórmam tres angulos ligados por uma alta muralha ameiada, sobre as quaes se elevam as torres das egrejas de Santa Maria, de S. Pedro, e do relogio publico. A ordem architectonica da egreja do Senhor da Pedra não prima pela sua regularidade, formando no seu genero um exemplar unico. Comtudo, se se tivesse concluido, seria um dos templos mais notaveis, não só de Portugal, mas da Europa. Sobre a cornija da cimalha exterior corre uma varanda que devia circumdar todo o edificio, se este se tivesse acabado, e d'onde se goza uma linda vista. A egreja tem bellos quadros e 6 cadeiras com guadameeins verdadeiros. As obras começaram em 1740, sendo feito o risco pelo capitão Rodrigo Franco, architecto da mitra patriarchal, abrindo-se a egreja ao culto em 1747. A construcção da egreja, das casas para aposentos dos romeiros, uma vasta cavallariça, um chafariz, tudo foi feito á custa de esmolas dos devotos e de generosos donativos de D. João V feitos ao Senhor da Pedra. A morte d'este monarcha foi a causa das obras ficarem paralysadas, obras que nunca mais se continuaram, tendo importado até áquella data em 80:000$000 réis. N'esta egreja celebra-se todos

Castello de Obidos

os annos, a 3 de maio, uma pomposa solemnidade e arraial, a que concorre o povo de todas as freguezias proximas. A *Ponte do Arrabalde* foi construida em 1872, e atravessa o rio Arnoia. Obidos tinha voto em côrtes, com assento no 6.º banco. A irmandade da Misericordia administrava uma grande capella, com seu côro, dedicada a S. Vicente, proximo da porta principal da villa. O prior e os conegos da freg. de S. João Baptista, do Mocharro, a pediram aos irmãos que lh'a concederam com certos encargos, e para ella se mudou a antiga parochia de S. João, no anno de 1640, abandonando a primitiva egreja, que se conservou ainda de pé mais de 20 annos. Esta parochia foi a primeira que existiu na villa, sendo por alguns seculos a unica, feita no tempo dos godos. Durante o dominio moirisco sempre n'ella se celebraram os officios divinos, mediante certo tributo pago aos moiros, e aqui vinham os christãos das visinhanças cumprir os preceitos da sua religião, Chamava-se ao local onde estava a egreja *Ponta do Mocharro*. Quando D. Diniz deu a villa á rainha santa Izabel, sua mulher, esta deu a egreja de S. João ao cabido da sé de Lisboa, ficando este prior, e pondo ali um vigario. A egreja matriz de Santa Maria é um formoso templo de tres naves. Teve sempre por priores homens muito classificados, e alguns com caracter de bispos. Consta que esta egreja foi fundada por D. Affonso Henriques, que a deu a S. Theotonio, 1.º prior de Santa Cruz, de Coimbra, confirmando D. Affonso III esta doação. Santa Cruz, de Coimbra, continuou na posse da egreja até que D. João III, entendendo ser melhor que os clerigos fôssem tambem priores, como eram os beneficiados, restituiu o padroado a sua mulher, a rainha D. Catharina. Foi seu 1.º prior, feito por esta soberana, Rodrigo Sanches, varão insigne em letras e virtudes, que tinha sido capellão do imperador Carlos V, que o dera a sua irmã D. Catharina, quando esta veiu para Portugal. Obidos pertence á 1.º div. mil., 1.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. Tem Misericordia e hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com o R. A.-Lisboa-Figueira; est. do caminho de ferro, na linha de Lisboa á Figueira da Foz, entre as de S. Mamede e Caldas da Rainha; feira a 3 de maio e a 20 de outubro; fabricas de adubos chimicos, cortumes, de gêsso e de telha de Marselha; agencia das companhias de seguros *Probidade* e *Tagus*; hoteis, medicos, notario, pharmacias. Fôram registadas 8 minas de petroleo na Varzea da Rainha, que promettem larga exploração. Em Obidos publicou-se a *Folha dos Lavradores*, a 16 de abril de 1891. Existe na villa um cruzeiro, que é apreciavel pelo seu valor artistico, e que no parecer d'alguns escriptores é um monumento commemorativo da tomada da villa por D. Affonso Henriques. D'esta opinião é Giner de los Rios no seu *Portugal, impressiones para servir de guia al viajero*, impresso em Madrid, sem data. Lê-se ali o seguinte: «El monumento de Alfonso Henriquez, primer rey de Portugal, que ganó á los moros la villa en 1148, consiste en una especie de templete sencillo, en cuyo interior, en el centro, se levanta una columna de estilo manuelino, terminada por una Virgen de la Piedad, que sostiene el cuerpo de Jesus en los brazos.» O monumento está collocado á saida da villa a nus 300 m. ao sul. O cruzeiro tem de um lado a Senhora da Piedade com seu filho nos braços, e no outro Christo crucificado; está assente sobre uma peanha de tres degraus, tendo na base uma inscripção em caracteres gothicos, já carcomidos, que em tempos, dizem, o beneficiado Malhão,

Castello de Obidos—Porta da Cerca

grande orador sagrado, interpretou da seguinte fórma: «Em memoria da tomada de Obidos por assalto pela porta da Traição por D. Affonso

Obidos—Real Santuario do Senhor da Pedra

Henriques, rei christão em 10 de janeiro de 1148.» E' duvidoso que esta inscripção seja authentica ou a sua interpretação fidedigna. Bem se vê, que não é coeva de D. Affonso Henriques, porque,

Obidos—Ponte do Arrabalde

n'esse caso, a linguagem deveria ser latina. Além d'isso, o estylo do cruzeiro sendo manuelino, como affirma Giner de los Rios, é claro que a obra não póde ser anterior aos principios do seculo XVI. As duas entradas da especie de capella que protege o cruzeiro, não estão vedadas, e por isso aquelle monumento já tem soffrido mutilações. No concelho d'Obidos ha varias nascentes de aguas sulfureas quentes e salinas, que são pouco concorridas, por lhe ficarem proximo as thermas das Caldas da Rainha. As principaes fontes são a dos *Arrabidos* e a de *Obidos*, que brotam entre o antigo convento dos frades arrabidos de

Gaieiras e a egreja da villa d'Obidos, formando a pequena distancia uma especie de lago. A dos *Arrabidos* fica a 1 k. do convento, e a de *Obidos*, a 200 m. da primeira e junto á margem norte do pequeno rio Real, dista cêrca de 2 k. da egreja d'Obidos. São ambas abundantes, e em grande parte correm subterraneamente para o proximo ribeiro. As aguas d'estas nascentes são limpidas, transparentes, levemente salobras, com gosto e cheiro sulfhydrico, deixando no seu trajecto um deposito alvacento e amarellado de enxofre precipitado. A agua dos *Arrabidos* apresenta as mesmas propriedades e a mesma composição do manancial precedente. As aguas mineraes d'este concelho fôram analysadas na exposição universal de Paris de 1867, e mais tarde pelo dr. Agostinho Lourenço. Estas aguas parece terem benefica acção sobre o rheumatismo. Tambem ha aguas sulfurosas na quinta de Valle de Flôres e no Olho d'Agua; salinas, na Roliça, e em Mocharro de Obidos; aguas ferreas na Amoreira e no Carvalhal O conc. comprehende 9 freguezias, com 3:398 fog. e 17:742 hab., sendo 9:531 do sexo masc. e 8:211 do fem., n'uma superficie de 26:144 hect. A villa d'Obidos dista 12 k da séde do districto. As freguezias são: Santa Maria Magdalena, de A dos Negros, 1351 hab.: 705 do sexo masc. e 646 do fem.; N. S.ª de Aboboris, de Amoreira, 2:099 hab.: 1121 do sexo masc. e 978 do fem.; O Salvador, de Bombarral, 2:651 hab.: 1:451 do sexo masc. e 1:200 do fem.; Senhor Jesus, de Carvalhal, 3:007 hab.: 1:657 do sexo masc. e 1:350 de fem.; Santa Maria, d'Obidos, 1:954 hab.: 1:046 do sexo masc. e 908 do fem.; S. Pedro, d'Obidos, 2:080 hab.: 1:104 do sexo masc. e 976 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Roliça, 3:397 hab.: 1:794 do sexo masc. e 1:603 do fem.; S. Sebastião, de Sobral da Lagôa, 678 hab.: 370 do sexo masc. e 308 do fem.; N. S.ª da Piedade, de Vau, 525 hab.: 283 do sexo masc. e 242 do fem.. O principal commercio de todo o concelho é vinhos, cereaes, aguardentes, fructas e hortaliças. || **Obidos** *(Valle de)*. Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

**Obidos** *(Lagôa de)*. E' a maior e mais importante e productiva lagôa que existe em Portugal. Está situada no districto de Leiria, proximo da villa do mesmo nome, d'onde dista 6 k. a O. Tem perto de 4 k. de comprimento por 2 de largura, e está quasi cercada de montes. Communica com o mar por um canal de 2 k. de comprimento, Desembocam n'esta lagôa varios rios pouco consideraveis, e na parte oriental o rio do Cabo, que fórma o braço chamado da Barroza, e o rio Arnoia, a que tambem dão o nome de rio *da Vargem*. A Lagôa d'Obidos é consideravelmente piscosa, pois fornece de peixe muito saboroso e de caça varias terras das proximidades, principalmente quando communica com o mar. Em setembro arribam aqui muitos bandos de *adens galleirões* e d'outras aves, cuja carne é bastante apreciada. De setembro até janeiro fazem-se muitas caçadas em bateiras, matando-se ás vezes, n'uma só caçada, 300 a 400 d'estas aves. A lagôa foi antigamente muito frequentada pelas pessoas reaes. D. João IV, D. João V e D. José I, D. Pedro V, e outros membros da familia real fizeram n'esta lagôa brilhantes caçadas e pescarias. Costuma dizer-se que *esta lagôa dá pão, carne e peixe*, porque n'ella se caçam aves, se pesca muito e saboroso peixe, e todos os annos se tiram das suas aguas milhares de carradas do limos, que são optimos para o adubo das terras.

**Oblata**. Tudo o que se offerece a Deus no altar, ou seja para as despezas do culto ou como remuneração de alguns serviços do parocho, principalmente funerarios. Tambem assim se denominavam as freiras d'uma antiga ordem religiosa.

**Oblatos, devotos e familiares**. Certas dadivas que antigamente se faziam ás egrejas e aos conventos. Consistiam não só em dinheiro e generos, mas em bens de raiz, e muitas vezes até nas proprias pessoas e familias dos doadores. Antes do 4.º concilio lateranense, em 1215, não havia regularidade na recepção dos oblatos. Uns se votavam á Egreja com suas mulheres e filhos para serem admittidos á profissão monachal, promettendo estabilidade, conversão e obediencia; outros ficavam no seculo, com a liberdade, porém, de professarem o monachato que quizessem; mas todos eram considerados familiares do mosteiro, a cujo abbade obedeciam, e d'elle recebiam vestuario e sustento. Havia outros doadores, mesmo sem profissão monachal de especie alguma, que se vestiam de fórma differente dos monges. Outros faziam-se *escravos*, com suas mulheres e filhos, dos mosteiros ou egrejas a que tinham dado os seus bens, tendo por verdadeira nobreza o titulo de *escravos de Jesus Christo*. Estes, ou punham sobre a cabeça uma moeda de 4 dinheiros, e a lançavam logo no altar, e com isto se confessavam *escravos do Senhor*, ficando a chamar-se *servos de quatro dinheiros;* ou prendiam ao pescoço a corda do sino, e d'este modo protestavam ser servos de *gléba*, e sem liberdade alguma. Outros, finalmente, pagavam ao mosteiro certo censo annual, que voluntariamente haviam imposto nas suas fazendas, das quaes muitos ficavam meros usufructuarios. Os mosteiros que tiveram maior numero d'estes familiares, servos e escravos, fôram os de Alpendurada, Lorvão, Maceira-Dão, Tarouca, Salzêdas e Arouca.

**Obobriga**. Cidade antiquissima da Lusitania, que, segundo o *Agiologio Lusitano*, tomo II, pag. 547, estava assente n'um logar junto a *Rio Caldo*, no sitio em que esta povoação parte com Manim. Diz a tradição que foi aqui martyrisada Santa Eufemia, virgem, que alguns pretendem ter sido natural d'esta freguezia, que é no conc. de Terras do Bouro, na prov. do Minho.

**Obra** Povoações nas freguezias: S. Salvador, do Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Maria, de Bouro, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. do Ceia, distr. da Guarda.

**Obraes**. Pov. na freg. de S. Matheus, de Alváres, conc de Goes, distr. de Coimbra.

**Obras**. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Sitimos, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

**Obras Publicas** *(Ministerio das)*. Foi estabelecido por decreto de 30 de agosto de 1852. Até ao movimento politico da Regeneração, em 1851, o serviço das obras publicas esteve a cargo do Ministerio do Reino, mas tratando-se, depois d'aquella revolução, de dar maior desenvol-

vimento á viação publica, de aproveitar as riquezas mineiras do solo e de fazer prosperar o commercio e a industria, creou-se o Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, no qual se concentraram todos os serviços, que até então eram tratados, conforme dissémos, nas differentes repartições do Ministerio do Reino. Em 1852 passou tambem para o novo ministerio o serviço dos correios e postas, que estava a cargo do ministerio dos estrangeiros. Posteriormente teem sido decretadas varias medidas legislativas tendentes a melhorar e aperfeiçoar a organisação primitiva. O primeiro ministro das Obras Publicas foi Antonio Maria Fontes Pereira de Mello, que exerceu o cargo interinamente até novembro de 1855, anno em que Rodrigo da Fonseca Magalhães tomou conta da pasta, tambem interinamente até 3 de janeiro de 1856, data em que tornou a entregal-a a Fontes Pereira de Mello.

**Obrinha**. Logar na freguezia de Santa Maria, de Bouro, concelho de Amares, districto de Braga.

**Observatorio astronomico**. Edificio especial onde se fazem observações astronomicas e meteorologicas. A creação de observatorios affectos ao estudo seguido dos phenomenos celestres parece remontar á mais alta antiguidade; a torre de Belo, em Babylonia, e o tumulo de Osymaudias, no Egypto, parecem ter tido esta applicação. Eratosthenes estabeleceu o observatorio de Alexandria, que existiu até ao seculo v. Os arabes e os chinezes tambem construiram edificios d'este genero. O primeiro observatorio creado por um principe foi construido em Cassel, em 1561, pelo landgrave de Hesse, Guilherme IV, e abandonado em 1593. Tycho-Brahe fez construir, em 1576, o de Uraniburgo, na ilha de Hoven, entre Elsenor e Copenhague. Depois d'esta data crearam-se observatorios em todas as principaes cidades da Europa. O primeiro observatorio astronomico que existiu em Portugal foi em 1798 o Observatorio Real de Marinha. Na Tapada da Ajuda existe o *Real Observatorio Astronomico de Lisboa*, cujo fim principal é contribuir para o adeantamento da astronomia sideral, especialmente no que diz respeito á determinação das parallaxes das estrellas, ao estudo das estrellas multiplas e variaveis, ao das nebulosas, ou a outros quaesquer problemas relativos á constituição geral do universo e que dependam de rigorosas observações astronomicas sideraes Entre os objectivos secundarios figura a transmissão telegraphica da hora official ás estações semaphoricas e outros pontos do paiz. O ultimo regulamento do Observatorio foi approvado por decreto de 20 de junho de 1903. Na Escola Polytechnica de Lisboa ha o Observatorio Astronomico, e o *Meteorologico do Infante D. Luiz*, cuja descripção feita por Dias Pegado se póde lêr no *Almanach illustrado e encyclopedico* de 1856. No Arsenal de Marinha funcciona um observatorio astronomico, que serve de posto chronometrico. Na Universidade de Coimbra ha tambem um observatorio astronomico, com tradições muito notaveis. Na serra do Pilar está estabelecido o *Observatorio Meteorologico da Princeza D. Amelia*.

**Ocarina**. Instrumento musico de sopro, feito de barro ou de metal e que tem sons similhantes ao da flauta. E' de fórma ovoide, munido de um bico por onde se sopra, e com orificios por onde saem os sons. O *Nouveau Larousse Illustré* diz que a ocarina foi inventada cêrca de 1880 na Italia, por um fabricante de Budrio chamado Giuseppe Donati. O instrumento lembra pela sua fórma um passaro, tendo o corpo furado por duas séries de buracos, quatro para a mão direita e quatro para a mão esquerda. Os tons variam em razão do diametro dos buracos; as ocarinas são de differentes tamanhos e por consequencia de diversos tons. Os sons da ocarina são muito suaves pelo que este instrumento teve grande voga na epoca da sua apparição. Em Portugal a ocarina é conhecida desde 1876, anno em que, a 2 de julho, se estrearam no theatro da Triudade, de Lisboa, sete artistas portuguezes tocando em ocarinas de barro. Pouco depois appareceram, por imitação, os mani-flautistas, que tocavam servindo-se das mãos como d'uma ocarina. Entre estes musicos originaes portuguezes distinguiram-se Alves da Silva e Arthur Dalhuuty, que se estreou nos *Recreios* em 4 de setembro de 1878.

**Occidente** *(O)*. Revista illustrada fundada em 1877, propriedade do conhecido gravador Caetano Alberto da Silva *(V. no vol. 1, pag. 127)*, cujo primeiro numero saiu em 1 de janeiro de 1878, contando portanto mais de trinta annos de publicação. Para se avaliar da importancia e do merecimento d'este periodico convém conhecer um pouco a historia das publicações similares entre nós. Veem de 1837 as tentativas de publicações periodicas illustradas, pelo *Ramalhete*, primeira de que temos conhecimento. Depois veiu o *Panorama*, de boa memoria, o qual teve tres editores em epocas differentes, sendo a ultima por 1866 a 1868, chegando a sua collecção a 18 vol. *A Revista Popular*, de Fradesso da Silveira, não teve longa vida. Comtudo o publico recebeu bem essas publicações e muito especialmente o *Panorama* que ainda hoje é, com justiça, citado, principalmente por seus bellos artigos, dos patriarchas das letras, como Alexandre Herculano, Rebello da Silva, etc. Citaremos ainda: *Jornal de Bellas-Artes*, *1848*, *1857*; *Illustração*, *1845*, *1852*; *Illustração Luso Brazileira*, *1856*; *Archivo Familiar*, *1857*. Mas se estas publicações primavam por seus escriptos, deixavam muito a desejar por suas estampas, a maioria d'ellas *clichés* estrangeiros ou gravuras rudimentares e peor impressas. Por 1856 appareceu o *Archivo Pittoresco*, editado por Castro, Irmão & C.ª, benemerita empresa que se esforçou para levantar a arte de gravura em madeira e que conseguiu, atravéz de mil difficuldades, publicar onze volumes d'aquelle semanario que terminou em 1868. Em 1871 apparece no Porto o *Archivo Popular* que não adeanta nada em suas illustrações. Em 1872, publicava-se em Lisboa *Artes e Letras* e ahi vêem-se algumas gravuras originaes, e *clichés* estrangeiros. O *Universo Illustrado*, publicado em 1877, tambem estampa algumas gravuras portuguezas, mas em diminuto numero que não chamam a attenção publica. E' n'este anno que apparece os *Dois Mundos*, illustração publicada em Paris, em lingua portugueza com gravuras estrangeiras. Esta publicação seria uma gloria para Portugal se fôsse producto da arte portugueza, mas feita em Paris, não tinha a mes-

ma significação nem interesse para o paiz a que se destinava. Quando isto acontecia já em Portugal havia elementos para se produzir uma revista illustrada que affirmasse os progressos da arte portugueza e por isso tivesse expressão nacional. Para a impressão, parte importante de uma folha illustrada, havia Adolpho Lallemant, que tinha a grande escola da typographia franceza. A maior difficuldade para fazer uma revista illustrada com sufficientes gravuras que correspondesse aos acontecimentos e á reproducção de obras d'arte, era a quantidade de gravadores aptos para produzir essas gravuras. Não os havendo no paiz seria mister contratal-os fóra, mas n'esse caso importava tanto como mandar vir as gravuras do estrangeiro, e a revista assim feita continuava a ser as pennas de pavão a enfeitar a illustração portugueza. Era preciso crear artistas gravadores, pois desenhadores não faltavam. Foi o que fizeram Caetano Alberto e Manuel de Macedo; o primeiro como gravador e o segundo como desenhador illustrativo. A publicação dos *Dois Mundos* determinou o momento para se pôr em pratica o que já vinha de algum tempo planeado e no 1.º de janeiro de 1878 apparece o *Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro*, tendo por fundadores Guilherme d'Azevedo, Manuel de Macedo, Brito Rebello e Caetano Alberto, que fornece tambem o capital. A administração foi confiada a Francisco Antonio das Mercês, pessoa da inteira confiança de Caetano Alberto, e que honradamente se desempenhou d'esse cargo por mais de doze annos, e que só o deixou por impossibilidade de o accumular com as suas funcções officiaes. Os artistas gravadores fundadores que faziam parte do *atelier* de gravura, ensinados e dirigidos por Caetano Alberto, eram Rosalino Candido Feijó, Manuel Diogo Netto, Domingos Casellas Branco, Jorge dos Reis, José Augusto d'Oliveira, José Antonio Kjolner e A. Francisco Villaça, alguns d'estes já falleciados. Poucas publicações terão sido acolhidas pelo publico com o enthusiasmo e interesse que o *Occidente* despertou. Para o *Bureau de la presse* da Exposição Universal de Paris do 1878, foi enviado o *Occidente* e n'aquelle certamen lhe foi conferida uma menção honrosa. Grande numero de publicações illustradas periodicas appareceram n'estes ultimos 40 annos, feitas no paiz e no estrangeiro em lingua portugueza, sem comtudo lograrem existencia duradora. Citaremos as que nos occorrem no momento: *Museu Illustrado*, *Semana Illustrada*, *Atheneu Artistico Litterario*, *Chronica Illustrada*, *Portugal Pittoresco*, *Renascença*, *Jornal do Domingo*, *A Arte*, *A Arte Portugueza*, *Illustração Universal*, *Illustração Portugueza*, *A Illustração*, feita em Paris, *Illustração de Portugal e Brazil*, feita em Barcelona, *Revista Illustrada*, *Revista Moderna*, *Correio da Europa*, *Brazil Portugal* e *Mala da Europa*, ainda em publicação as duas ultimas, mas quantas mais que seria fastidioso enumerar e que todas passaram á historia. Recordar as difficuldades que foi mister vencer para levar por deante esta empresa será difficil. Quanta vida se gastou em trabalho, talvez superior a fôrças humanas! Caetano Alberto, sobre quem pesava a responsabilidade do commettimento, tinha que trabalhar por si e dirigir o trabalho de seus discipulos, emendando, retocando e acabando a maior parte das gravuras. O capital estava mais nos braços do que na carteira, e comtudo era preciso satisfazer pontualmente todos os compromissos. O *Occidente* viveria, mas o seu proprietario trabalhava dezoito e mais horas por dia, durante bastantes annos. Era o grande capital do trabalho. O resultado d'este esforço foi uma grave doença, que, em 1884, accommetteu Caetano Alberto e o

OCCIDENTE
REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO ESTRANGEIRO
1 DE JANEIRO 1878

Reducção da primeira pagina do numero 1 do «Occidente»

prostrou por mais de 2 annos. Manuel de Macedo tambem soffreu as consequencias de um trabalho aturado, pois era elle quem mais desenhava e em todos os generos para o *Occidente*. Ao fim de 5 annos sobreveiu-lhe uma doença d'olhos que o ia deixando cego. Como premio de tanto trabalho, devemos ainda mencionar as recompensas conferidas ao *Occidente*, nas exposições onde tem sido apresentado. Além da Exposição Universal de Paris de 1878, a que já nos referimos, foi dada ao *Occidente* medalha de cobre na Exposição Industrial Portugueza de 1888; egual recompensa teve na Exposição Internacional de Anvers de 1894; Grande Diploma d'Honra na Exposição de Imprensa de 1898, onde era esta a maior distincção; na Exposição Universal de Paris de 1900, medalha de cobre; e *grand-prix*

nas exposições universal de S. Louis, dm 1904, e de Lovaina, em 1907. Pelo *Occidente* teem passado os mais brilhantes escriptores portuguezes o nos seus 31 volumes encerram-se notaveis trabalhos de muitos dos nossos melhores artistas. A collecção do *Occidente* constitue um opulento repositorio historico, artistico e litterario, do qual o presente diccionario muito tem aproveitado.

**Oceanographia**. Sciencia que estuda o mar, distinguindo-se da hydrographia, porque esta estuda a visinhança das costas, no interesse pratico da navegação, e a oceanographia estuda mais especialmente a topographia do fundo do mar, as condições physicas das grandes profundidades, a existencia, a composição e a origem da fauna submarina. São notaveis os estudos oceanographicos realisados nos mares de Portugal e dos Açôres por el-rei D. Carlos I, principe de Monaco, Affonso Chaves, Alberto Girard, etc. Por decreto de 16 de dezembro de 1909 foi creado o Museu Nacional de Marinha, com uma secção de oceanographia destinada especialmente ao estudo da fauna maritima nacional e ás condições de exercicio da pesca nas aguas do paiz e das colonias.

**Oceania.** Quinta parte do mundo, que comprehende todas as terras banhadas pelo Oceano Pacifico, entre a Asia e a America, com excepção de algumas ilhas consideradas pela sua situação como asiaticas o outras como americanas. A Oceania é conhecida desde o principio do seculo XVI, quando os portuguezes descobriram as ilhas de Sonda e a Nova Guiné. Fernão de Magalhães (1519-1521) fez a primeira travessia do grande Oceano. Torres (1606) percorreu o estreito que tem o seu nome entre a Nova Guiné e a Australia. Os dominios portuguezes n'esta parte do mundo compunham-se out'rora das ilhas de Timor, Flôres (que tambem era chamada Solar Novo, Ende ou Oende), Solor Velho ou Pequeno, Allor Grande, Allor Pequeno, Ende ou Oende Menor, e Adenara, além de outras de menor importancia, e acham-se hoje reduzidos a pouco mais de metade da ilha de Timor e á pequena ilha de Pulo Cambing. Todas essas ilhas eram fertilissimas e ricas em productos de toda a especie, em metaes, madeiras aromaticas e de construcção, especiarias, etc. e tinham uma superficie de mais de 263:000 kilom. quadrados. Portugal exercia n'ellas o direito de suzerania e protectorado, ao qual voluntariamente se haviam sujeitado os regulos e os povos pela influencia dos missionarios a quem se devem os estabelecimentos que ali houve, datando de 1512 o primeiro d'elles, e tendo sido no mesmo anno que os franciscanos edificaram em Solor Velho a primeira egreja e a primeira fortaleza D'ali começaram o seu commercio com as outras ilhas, cathechizando ao mesmo tempo os povos. Passaram a Larantuca e Solor Novo, e, cathechizando o rei, edificaram ali outra egreja e construiram uma fortaleza ou tranqueira, que mais tarde artilharam. Solidamente estabelecidos deram-se então á propaganda por todas as ilhas do grupo Solor e passaram a Timor, onde em 1660 foi fundada a praça de Lifau para capital das possessões. Durante o dominio hespanhol a Hollanda foi expoliando Portugal do melhor das suas colonias na Oceania, umas vezes pela fôrça das armas, outras concitando em seu favor os naturaes, de modo que em 1769 teve Portugal de transferir para Dilly (V. *este nome*) a capital d'esses dominios, porque Lifau já estava encravada em terras hollandezas. Data de 1701 a primeira nomeação de um governador para Timor. Em 1859 fez Portugal com a Hollanda um tratado de demarcação e troca de ilhas no archipelago de Solor e Timor, pelo qual cedeu a parte que lhe restava das ilhas das Flôres, Adenara e Solor, o desistiu das suas pretensões sobre as ilhas de Lomblen, Pantar e Ombay, ficando os vastos dominios portuguezes reduzidos ao que hoje possue. Timor fórma um governo autonomo, depois de ter sido um governo ora independente ora dependente do da India ou de Macau. V. *Macau* e *Timor*. || Bibliographia: *As possessões portuguezas na Oceania*, por Affonso de Castro, Lisboa, 1867. V. *Timor*.

**Ocem, Ossem,** e **Cem**. Appellido nobre em Portugal, cujas armas são: Em campo de ouro, leão de púrpura; orla azul, carregada de oito vieiras de prata, elmo d'aço aberto; timbre, o leão das armas, com uma das vieiras sobre a cabeça.

**Ocem** *(Martim)*. Doutor em Leis, do conselho de D. João I e seu chanceller-mór, e egualmente do conselho do infante D. Duarte, seu filho, e governador da sua casa. Seu pae era o dr. Gil d'Ocem, chanceller-mór do reino, que foi embaixador a Castella com Affonso Gomes da Silva em 1371, para confirmação das pazes feitas entre o rei Henrique II e D. Fernando I, de Portugal, e que seguindo primeiro o partido da rainha D. Leonor Telles, a quem acompanhou de Lisboa para Alemquer, passou depois ao serviço de D. João, Mestre d'Aviz, ajudando-o com o seu valor e conselho, e acompanhando-o na batalha d'Aljubarrota. Sua mãe era D. Brites Annes Nogueira. Teve por irmão Pedro Gil d'Ocem, a quem o referido Mestre d'Aviz, em agradecimento aos trabalhos no cêrco de Lisboa, doou os direitos das quintas das suas *chantas* de Santarem. *Chanta*, termo antigo, era o terreno em que fôram plantadas de pouco tempo, arvores de qualquer qualidade, ou vinhas. Estas *chantas*, de que se fala, eram certos olivaes novos, plantados n'uns terrenos dos arrabaldes de Santarem. Martim d'Ocem era muito estimado por D. João I, como pessoa de muito saber e experiencia, e o encarregava dos negocios mais importantes do reino. No anno de 1400 o enviou como embaixador a Henrique, de Castella, a fim de assentar treguas, ou pazes, com elle, dando-lhe por companheiros a D João Esteves d'Azambuja, arcebispo de Lisboa, e a João Vasques da Cunha. Chegando todos a Segóvia no 1.º de junho d'aquelle anno, onde estava o rei castelhano, por motivo das condições propostas pelo cardeal de Avinhão, que respondia pelo dito rei, Martim d'Ocem veiu a Lisboa, e assistindo a alguns conselhos em que na sua presença se tomaram as resoluções, que pareceram convenientes, tornou a Segóvia, e se estabeleceram treguas de 10 annos. Pouco tempo depois, em 1404, tendo fallecido Ricardo II, de Inglaterra, D. João I novamente o enviou como embaixador a Londres, com João Gomes da Silva, seu alferes-mór, a ratificar a confederação e alliança com Henrique IV, seu successor, a qual concluiu com brevidade e satisfação de am-

bas as corôas em 16 de fevereiro. No anno seguinte, 1405, pela segunda vez foi a Inglaterra, como embaixador, juntamente com Vaz de Almada, para tratar o casamento de D. Brites, filha bastarda de D. João I, com D. Thomaz, conde de Arundel, o qual tratado se celebrou a 7 de fevereiro, e se recolheram ambos a Portugal com os procuradores do conde. Depois de feito este casamento, em abril, na presença do mesmo rei seu pae, e com a solemnidade correspondente á grandeza do acto, Martim d'Ocem tornou a Inglaterra, e fez as vezes de procurador de D. João I para se lavrar o instrumento d'este casamento, e de haver recebido as bençãos do arcebispo de Cantuária, primaz d'aquelle reino; o qual se lavrou na presença do rei de Inglaterra, em 26 de novembro do mesmo anno. Em 1411 foi nomeado embaixador a Castella, com o mencionado João Gomes da Silva, alferes-mór, e Fernão Gonçalves Beliagua, deão da sé de Coimbra, para tratar pazes com a rainha D. Catharina, que governava na menoridade d'el-rei D João II, seu filho, as quaes se estabeleceram e ratificaram em 31 de outubro do mesmo anno de 1411, para depois serem approvadas pelo rei. Em 1418 quiz el-rei D. João, de Portugal, confirmar estas pazes, e foi mandado segunda vez Martim d'Ocem com os mesmos João Gomes da Silva e Fernão Gonçalvaes Beliagua, mas recebendo a resposta que o rei ainda não tinha completado 14 annos, voltaram ao reino sem effeito. Em 1419, em que o monarcha castelhano já chegara á referida edade de 14 annos, foi outra vez nomeado e com os mesmos companheiros, para o mesmo fim, e com o mesmo successo se recolheram a Portugal, só com as esperanças do que depois aconteceu, as guerras que os nossos chronistas nos contam. Martim d'Ocem assistiu como testemunha ao casamento d'el-rei D. Duarte, sendo ainda infante, com D. Leonor de Aragão, em Coimbra, a 4 de novembro de 1428; e tambem na confirmação que seu pae, D. João I, fez do mesmo contrato, em Extremoz, a 2 de dezembro do mesmo anno. Foi egualmente testemunha, em primeiro logar, no instrumento que se passou dos desposorios da infanta D. Izabel, filha do citado monarcha, com Filippe, duque de Borgonha, por seus procuradores, em Lisboa, 1429. E para prova do bem que serviu em todas estas cousas, o rei D. João I, em seu testamento o mostra e confirma, por estas palavras: «E semelhante achámos e soubémos do dr. Martim Docem, do conselho nosso e do infante meu filho e seu chanceller-mór, que, em desembargar as nossas non certas e fazer outras cousas per nosso serviço, assi ante que fosse em casa do dito infante, como depois que em ella andou, que todo fez muyto bem e como devia, com resguardo de nosso serviço» Martim d'Ocem achava-se matriculado entre os moradores da Casa Real de D. João I, com a moradia de 15$600 réis. Fal. em Santarem pelos annos de 1435, e foi sepultado na egreja do convento de S. Domingos, na capella de S Pedro, no cruzeiro, n'um tumulo levantado, onde se esculpiu a sua estatua de corpo inteiro, e deitada, tendo o escudo das suas armas. Esta egreja foi profanada depois de 1834, ficando em ruinas, assim como o edificio do convento.

**Ochoa** (*Venancio Bernardo de*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, desembargador e deputado ás côrtes constituintes em 1837. Parece que depois partiu para o Brazil, onde fal. obscuramente. Escreveu: *Projecto para melhoramento dos estudos em Portugal, offerecido a seus concidadãos*, Lisboa, 1834.

**Ocôlo**. Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc. do Humbe, distr. de Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Ocreza.** Ribeira do distr. de Castello Branco. N. na serra de Guarduuha, a O de Castello Novo, corre ao S, passa a E de Castello Branco, e de Villa Velha de Rodam, tendo varias pontes, e vae desaguar no rio Tejo, defronte de Amieira, com 70 k. de curso.

**Oculis**. Antiquissima freg. da prov. do Minho. Já existia no seculo VII, em 1675, quando o rei Wamba fez a divisão dos bispados da Lusitania. O nome provinha d'uns *olhos de agua* thermal que nasce aqui. Consta isto d'uma sentença que deu D. Affonso V, de Leão, quando esteve n'esta freg., e que existe no archivo da collegiada de Guimarães. Na sua data diz: *Hic in Ecclesia Sancti Michaelis in Oculis Calidarum* (Aqui, na egreja de S. Miguel, nos Olhos das Caldas). E' a actual freg. de S. Miguel das Caldas de Vizella no conc. de Guimarães.

**Oddar.** Pov. do conc. de Quepem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica proximo do rio de Sanguem, e tambem é chamado Oddor.

**Odearce.** Ribeira do distr. de Beja. N. a cêrca de 3 k. ao O de Cuba, corre a SE, passa sob a ponte do caminho de ferro que segue aquella direcção, e vae desaguar no rio Guadiana, depois de 40 k. de curso.

**Odeceixe.** Pov. e freg. de N. S.ª da Piedade, da provincia do Algarve, conc. de Aljezur, com. de Lagos, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 208 fog. e 849 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada entre montes, na margem esquerda da ribeira de Seixe. A parochia é muito antiga. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha 120 alqueires de trigo e 60 de cevada. O seu antigo nome era Seixe. Quando os arabes se apossaram do Algarve no anno de 716 chamaram ao rio, hoje ribeira, *Wad Seixe*, *Rio de Seixe*, passando depois este nome á povoação, o qual ainda conserva, pouco corrompido. O rio era navegavel em tempos muito remotos. No dia 1.º de novembro de 1755, por occasião do grande terremoto, o rio saiu mais de 6 k. do seu leito alagando todas as varzeas, e deixando n'ellas muito peixe de varias qualidades. Rebentaram então numerosas fontes. A pov. que tinha 100 casas, ficou arrazada. A egreja matriz era da ordem de S. Thiago. A pov. é fertil, mas bastante doentia por causa das aguas estagnadas. O rio de Seixe serve de divisão entre as provincias do Algarve e do Alemtejo. Havia aqui uma albergaria muito antiga, que tinha 70$000 réis de renda. Tem egreja da Misericordia, e contigua a ella uma casa para abrigo de peregrinos. Odeceixe pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17 com a séde em Lagos Sendo extincto o conc. de Aljezur, passou esta pov. para o de Lagos por decreto de 14 de agosto de 1895, e d'este para o de Odemira pela lei de 21 de maio de 1896, mas voltou para o de Aljezur,

quando este conc. foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

**Odeleite.** Pov. e freg. de N. S.ª da Visitação, da prov. do Algarve, couc. de Castro Marim, com. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 675 fog. e 2:510 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post., e feira nos dias 2 de fevereiro e 29 de junho. A pov. dista 14 k. da séde do couc. e está situada na margem esquerda da ribeira de Odeleite a 4 k. da margem direita do rio Guadiana, na estrada de Vaqueiros ao Azinhal. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha 120 alqueires de trigo. A egreja matriz é de tres naves e muito majestosa. A capella-mór e os altares lateraes são devidos ao antigo prior José Martins Faleiro, que legou todos os seus bens á freg., para se fazer aquella obra. A terra é muito fertil. Odeleite é uma das melhores e maiores freguezias ruraes do Algarve. Quando foi supprimido o conc. de Castro Marim, por decreto de 14 de agosto de 1895, passou Odeleite para o de Alcoutim, e pela lei de 21 de maio de 1896 para o de Villa Real de Santo Antonio; sendo restaurado o de Castro Marim por decreto de 13 de janeiro de 1898, voltou para esse concelho, onde se conserva. Odeleite pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. || Rio da prov. do Algarve. N. nos valles de Maria Dias, proximo ao *Sêrro das Zébras*, freg. de Selir, engrossando com outros ribeiros vae morrer no rio Guadiana, 3 k. a E da aldeia do seu nome. Tem 54 k. de curso. As suas margens são cultivadas e ferteis.

**Odelouca.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro. || Rio da prov. do Algarve. N. na serra da freg. de S. Barnabé, conc. de Almodovar, no sitio chamado *Cumiada dos Cançados*. Depois de receber as aguas de varios ribeiros, vae desaguar no Oceano Atlantico, em V. N. de Portimão. Segundo uma especie de itinerario, escripto por um dos cruzados, talvez inglez, que ajudaram a tomar Silves aos moiros, em 1189, itinerario que foi impresso em Italia em 1840 pela Academia Real das Sciencias de Turim, os moiros de Silves vinham buscar agua ao rio *Widrade* (hoje *Aráde*). Diz que outro rio corre para aquelle, chamado *Nydelonca*, e que sobre esse *caminho da agua* tinham os moiros quatro torres para lhes defenderem a marcha, ás quaes chamavam a *Couraça*. Segundo diz Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, vol. 6.º pag. 200, o nome d'este rio, sem corrupção, é *Wad-al-Loôq*, que significa *agua doce*. Alguns escriptores, porém, são de opinião que o verdadeiro nome arabe era *Wad-el-Occa*, agua pesada.

**Odemira** (*D. Affonso de Noronha, 5.º conde de*). Senhor de Odemira, Mortagoa, Penacova, alcaide-mór de Extremoz. Era filho do 4.º conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, e de sua mulher, a condessa D. Margarida de Vilhena. Acompanhou D. Sebastião á infausta expedição, d'Africa e morreu na batalha d'Alcacer Kibir, em 4 d'agosto de 1578. Casou tres vezes: a primeira com D. Joanna de Vilhena, filha de Manuel Telles de Menezes, senhor de Unhão, Cepães, Gestaçô, Meinedo, etc., commendador d'Ourique na ordem de S. Thiago, e de D. Margarida de Vilhena, filha de D. Fernando de Castro, capitão de Evora e alcaide-mór de Setubal. Casou a segunda vez com D. Joanna de Gusmão, filha de D. Pedro de Menezes, governador de Ceuta, e de D. Constança de Gusmão, dama e depois camareira mór da infanta D. Maria, filha de Francisco de Gusmão, mordomo-mór, da mesma infanta. De nenhum d'estes matrimonios houve descendencia. O terceiro casamento foi com D. Violante de Castro, que sobreviveu muitos annos a seu marido, e fal. a 18 de junho de 1616. Em attenção á sua 3.ª mulher, el-rei D. Sebastião confirmou em D. Affonso de Noronha o titulo de 5.º conde de Odemira. D'este consorcio houve um filho, D. Sancho de Noronha, que foi o 6.º conde do mencionado titulo.

**Odemira** (*D. Francisco de Faro e Noronha, 7.º conde de*). Senhor das villas de Penacova, Mortagoa, alcaide-mór d'Alvôr, senhor do Paul de Muja, em que succedeu por nomeação de seu parente Nuno Alvares Pereira de Noronha, do qual foi herdeiro; commendador das commendas de S. Thiago de Sardoal, Santo André de Moraes, Santa Maria de Quintella, S. Salvador de Joanne, Santa Maria de Marmeleiro, Santo Isidoro de Eixo, na ordem de Christo, do conselho de Estado dos reis D. João IV e de D. Affonso VI, de quem foi aio e védor da fazenda; presidente do conselho ultramarino, ministro da Junta do Governo na regencia da rainha D. Luiza de Gusmão, etc. Era filho dos 1.ºs condes de Faro D. Estevão de Faro e D. Guiomar de Castro. Succedeu na casa por morte de sua sobrinha, a condessa D. Juliana de Faro. Seguiu a carreira das armas e serviu nas armadas portuguezas e castellanas. Em 1625 assistiu á restauração da Bahia. Adheriu plenamente á revolução do dia primeiro de dezembro de 1640, e em 1646, não tendo o 6.º conde de Odemira, seu parente, deixado descendentes directos, foi elle agraciado, por D. João IV, com esse titulo, dando-lhe toda aquella grande casa que tinha vagado para a corôa, de juro e herdade, conforme a lei mental. O parentesco que tinha com a Casa Real reinante, como descendente por varonia da Casa de Bragança, fez com que o monarcha o honrasse com o tratamento de sobrinho, e porque era maior o assentamento, que gozavam os grandes quando tinham esta prerogativa, tirou D. Francisco de Faro carta de assentamento de conde parente, que lhe foi passada a 9 de julho de 1646. Nomeado conselheiro de Estado e presidente do conselho, foi o ministro influente, predilecto de D. João IV, e verdadeiramente o chefe do partido a que chamaram, na regencia de D. Luiza de Gusmão, o *partido velho*. Effectivamente, quando o monarcha falleceu, o conde de Odemira e o seu partido acharam-se em frente d'um outro partido novo, capitaneado principalmente pelo conde de Cantanhede, depois marquez de Marialva. D. Luiza de Gusmão, ao principio, conservou as tradições da politica de seu marido, e o conde de Odemira tomou posse do logar importantissimo e muito espinhoso de aio do joven rei D. Affonso VI, e do infante D. Pedro. Mas o partido novo, achando-se na frente d'uma menoridade, levantou a cabeça e preparou-se para a lucta. A rainha, esperando afastal-a, formou uma junta de governo, a que se poderia chamar junta de conciliação, em que entravam os dois chefes de partido, condes de Odemira e de Cantanhede, Pedro

Fernandes Monteiro e o marquez de Niza. Mas o partido novo triumphou, e o conde de Odemira, já velho, fraco e doente, não pôde luctar, e limitou-se ao exercicio do seu cargo de aio do joven rei, que desempenhou desastrosamente. Sabe-se, muito bem, quanto deploravel foi a educação de Affonso VI, a sua falta absoluta de instrucção, as más companhias a que o deixaram entregar-se, e as suas inacreditaveis correrias. O conde não conseguiu nunca ter a minima influencia no espirito do seu pupillo. Fal. em 15 de março de 1661. No seu proprio palacio erigiu um hospicio para religiosos capuchos da provincia da Piedade, que perpetuou em seus herdeiros. Antes de herdar a casa de seu irmão, havia casado com D. Marianna da Silveira, que fal. a 11 de outubro de 1648, e foi sepultada na egreja do convento da Trindade, de Lisboa. Era filha herdeira de Francisco Soares, um fidalgo a quem chamavam o *Cotovia*, por viver n'uma quinta n'aquelle sitio, cabeça do opulento morgado. D'este consorcio nasceu de D. Maria Faro, que foi a 8.ª condessa de Odemira, e succedeu na casa e morgados dos seus avós maternos, e foi herdeira de seu pae. Esta senhora casou duas vezes: a primeira com D. João Forjaz Pereira Pimentel, 7.º conde da Feira, de quem não teve successão; a segunda vez com D. Nuno Alvares Pereira de Mello, 1.º duque do Cadaval.

**Odemira** *(D. Maria de Noronha, 2.ª condessa de).* Filha do 1.º conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, e de sua mulher D. Mecia de Sousa. Casou com o conde de Faro, D. Affonso, e d'este consorcio houve, entre outros filhos, D. Sancho de Noronha, que foi o 3.º conde de Odemira. D. Affonso V fez mercês á condessa D. Maria de Noronha de 1:700 corôas de tença, por carta feita em Extremoz a 5 de janeiro de 1476.

**Odemira** *(D. Sancho de Noronha, 1.º conde de).* Adeantado do reino do Algarve, do conselho d'el-rei D. Affonso V, governador e capitão general em Ceuta. Era filho de D. Affonso, conde de Gijon e Noronha, filho de Henrique II de Castella; sua mãe era D. Izabel, filha bastarda d'el-rei D. Fernando, de Portugal. Foi feito conde de Odemira, mercê de D. Affonso V, por carta régia, passada em Evora a 9 de outubro de 1446. Como fôra este fidalgo um dos que mais haviam contribuido para a perda do infante D. Pedro, duque de Coimbra, foi tambem elle um dos que tiveram parte nos despojos. D. Affonso V deu-lhe a villa de Portalegre e seu castello, que pertencera a seu tio, o referido D. Pedro, por mercê feita em Lisboa a 21 de novembro de 1448, mas os portalegrenses, dando um nobre exemplo de lealdade e de energia, recusaram positivamente passar para o seu novo senhor, e firmando-se n'um dos privilegios do seu foral, conseguiram repellir o jugo. O conde de Odemira foi então nomeado governador e capitão general de Ceuta. Em 1452 estava n'aquella praça, quando o infante D. Fernando saiu de Evora, e passando ao Algarve embarcou para Africa. O conde de Odemira foi tambem senhor de Vimieiro, Aveiro, Mortagoa e de outras terras, alcaide-mór de Elvas, de Extremoz, e commendador-mór da ordem de S. Thiago. Casou com D. Mecia de Sousa, senhora de Mortagoa, filha herdeira de Gonçalo Eannes de Sousa. Esta senhora era descendente da antiquissima casa que lhe deu o appellido, que acabando-se a varonia, veiu a conseguir a varonia real portugueza, deduzindo-se d'el-rei D. Affonso III, de quem era bisneto Martim Affonso de Sousa, 3.º conde do seu nome e segundo senhor de Mortagoa, pae de Gonçalo Eannes de Sousa, que foi o pae da condessa D. Mecia.

**Odemira** *(D. Sancho de Noronha, 3.º conde de).* Era filho da 2.ª condessa de Odemira D. Maria de Noronha, filha e herdeira do 1.º conde do mesmo titulo, D. Sancho de Noronha, e de seu marido, o conde de Faro, D. Affonso. Acompanhou seu pae para Castella, ao qual, em memoria de seu avô, lhe foi dado o mesmo nome e appellido, como successor de sua casa. Quando em 1496 el rei D. Manuel restituiu ao reino o duque de Bragança D. Jayme, seu primo, voltou a Portugal, e n'esse anno D. Manuel lhe deu o titulo de conde de Odemira, dando-lhe com a grandeza a prerogativa de parente, com o tratamento de sobrinho, como se vê, entre outros documentos originaes, na carta de confirmação da villa de Vimieiro, feita pelo mesmo soberano, em Evora, a 16 de junho de 1509. O conde de Odemira foi alcaide-mór de Extremoz, senhor dos Eixos, Oies, Paus e Villarinho, e de todos os mais estados, porque nos de Sancho, seu avô, havia succedido sua mãe, a condessa D. Maria de Noronha Fal. em 1521. Casou duas vezes: a primeira com D. Francisca da Silva, filha de Diogo Gil Moniz, védor da fazenda do infante D. Fernando, e de D. Leonor da Silva. Casou segunda vez com D. Angela Fabra, que depois foi camareira mór da imperatriz D. Izabel, e aia das infantas, filha de Gaspar Fabra, senhor da parte de Barigadú, que consta de muitas terras do reino da Sardenha, alcaide-mór de Almança, embaixador do rei catholico em Portugal, e de D. Izabel de Centelhas.

**Odemira** *(D. Sancho de Noronha 4.º conde de).* Senhor de Odemira, de Mortagoa, Penacova, das terras de Riba de Vouga, e dos julgados de Eixos, Oies, Paus, e Villarinho, alcaide-mór de Extremoz e de Alvôr. Era filho de D. Affonso de Noronha, que foi herdeiro da casa de Odemira, sendo o primeiro filho do 3.º conde d'este titulo, D. Sancho de Noronha, e de sua primeira mulher D. Francisca da Silva. Falleceu ainda em vida de seu pae, n'um combate com os moiros em Africa, a 19 de maio de 1516. Casou com D. Maria de Athaide, filha herdeira de Nuno Fernandes da Silva, senhor de Penacova, alcaide-mór de Alvôr, governador e capitão da praça de Safim. Por morte de sua segunda avó, D. Maria de Noronha, que sobreviveu a seu filho, o 3.º conde e avô de D. Sancho, succedeu o 4.º conde de Odemira nos estados que seus avós possuiam, e que tinham sido do conde de Faro, e nos de sua mãe, D. Maria de Athaide, o que lhe constituiu uma importantissima casa, que conservou com grande autoridade e estimação dos reis, a quem serviu, pela sua representação. D. João III lh'a confirmou em 1556. Foi mordomo-mór da rainha D. Catharina, mulher d'este monarcha, e fal. em 1573. Casou com D. Margarida de Vilhena, filha de D. João da Silva, 2.º conde de Portalegre, e de D. Maria de Menezes, filha de D. Alvaro, e neta de D. Fernando I, duque de Bragança. D'este matrimonio houve D. Affonso de Noronha, que foi o 5.º conde Odemira.

**Odemira** *(D. Sancho de Noronha, 6.º conde de).* Mordomo-mór da rainha D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV. N. em abril de 1579, sendo filho posthumo do 5.º conde de Odemira, D. Affonso de Noronha, que falleceu na batalha d'Alcacer-Kibir em agosto de 1578. D. Sancho de Noronha nasceu 8 mezes depois da morte de seu pae. O cardeal rei D. Henrique lhe deu o tratamento de sobrinho, prerogativa que logrou da mesma fórma que os seus antecessores. O referido monarcha lhe confirmou a sua casa por carta régia de 27 de janeiro de 1580, e assim recebeu o titulo de 6.º conde de Odemira, e o senhorio de Odemira, Mortagoa, Penacova, de Eixo, Requeixo, Oies, Paus, Villarinho, Ribeira de Pame, e foi alcaide-mór de Extremoz e de Alvôr. Filippe II, de Hespanha, no tempo que dominou Portugal, lhe fez mercê de não pagar chancellaria, conforme o privilegio que tinha pelas suas doações, de que lhe mandou passar alvará no primeiro de setembro de 1582, e no anno seguinte, a 10 de agosto, lhe passou um padrão de certa quantia, que fôra do conde de Faro, em satisfação da judiaria de Odemira que largara. Filippe III lhe fez mercê do condado de Odemira de juro e herdade, conforme a disposição da lei mental, de que teve carta passada em Lisboa a 18 de outubro de 1609. No anno de 1640, em que foi acclamado el rei D. João IV, logo este monarcha o nomeou, a 25 de dezembro, mordomo-mór da rainha D. Luiza de Gusmão, cargo de que depois tirou carta, que lhe foi passada em nome da rainha, a 6 de dezembro de 1641. Fal. poucos dias depois, a 12 d'este mez. O 6.º conde de Odemira casou em 1598 com D. Juliana de Lara, filha de D. Manuel de Menezes, 1.º duque e 5.º marquez de Villa Real, e da marqueza D. Maria da Silva, dama da rainha D. Catharina. D'este matrimonio, nasceu uma unica filha, D. Magdalena de Menezes e Noronha, que morreu ainda creança.

**Odemira.** Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Beja Tem duas freguezias: Salvador e Santa Maria, sendo o padroado real que apresentava em ambas, o prior tendo ō da freg. do Salvador o rendimento de 200$000 réis, e o de Santa Maria 250$000 réis. Estes parochos receberam até 1711 dois terços dos dizimos, que então passaram todos para a sé patriarchal, sendo aos dois parochos assignada a congrua referida. A villa está situada n'uma planicie sobre a margem direita do rio Mira, entre a serra de Cabeças Gôrdas e o serro dos Pinheiros, proximo da linha divisoria entre o Alemtejo e o Algarve, a 10 k. do Oceano Atlantico, e 83 k. distante da séde do distr.. E' povoação muito antiga; e alguns escriptores pretendem que seja a *Medobriga* dos gallos-celtas, e outros a *Medrobica* dos romanos; o que não ha a menor duvida é sobre a sua grande antiguidade, datando a sua fundação do tempo dos romanos, ou dos arabes *Odemira* é corrupção do arabe *Wad-Emir*, agua, ou rio do Emir. Os portuguezes, nos nomes de muitos rios, trocaram o *Wad* ou *Wed* em *Ode*; e n'outros logares a palavra *Emir*, por *Mir*, e assim se corrompeu o nome que os arabes déram a este rio, *Wad-Emir*, em *Odemir*, e por fim em *Odemira*. D. Affonso Henriques tomou a villa aos moiros em 1166. Consta que os portuguezes, entrando pela barra do rio Odemira, ou *Mira*, em V. N. de Milfontes, se dividiram por pequenos barcos, e á sombra dos canaviaes, vieram mansamente pelo rio acima, atacando de improviso o seu forte castello, e achando se os moiros desprevenidos, lh'o tomaram com pequena resistencia. Vê-se, portanto, que n'essa epoca já era uma villa importante com seu castello. D. Affonso III deu-lhe foral, em Lisboa, a 28 de março de 1250, com os mesmos privilegios do de Beja, sendo tambem concedido aos visinhos d'Odemira, mediante o pagamento de certa quantia, por finta entre si, o uso livre das aguas e pastagens do concelho; el-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, a 5 de setembro de 1510, em que tambem concedeu aos habitantes da villa o privilegio de ficarem isentos do pagamento dos montados, dando-lhes liberdade para cortarem a madeira de que precisassem, na área de 6 k. em redor da villa, na conformidade das posturas que a camara fizesse. No anno de 1256 foi o castello de Odemira doado ao bispo do Porto, sendo confirmada esta doação por uma bulla de Alexandre IV, que concedeu indulgencias aos que viessem povoar estes logares e defendel-os dos moiros. D. Diniz, por sua carta dada em Bemfica, a par de Lisboa, aos 24 de setembro da era de 1357, fez doação do castello e villa de Odemira, com seus termos, ao almirante Mannel Peçanha. No dia seguinte lhe passou carta de fôro, obrigando o alcaide e alvasis e tabelliães do concelho de Odemira e de seus termos a reconhecer a autoridade do almirante. Por outra carta datada de Santarem aos 22 de fevereiro da era de 1359, confirmou, a pedido do almirante, os fóros da villa. Salvo a orthographia, esse documento é o seguinte: «D. Diniz, pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, a quantos esta carta virem faço saber como eu houvesse dado o meu castello e a villa de Odemira a Micer Manuel, meu Almirante, e a seus successores, com seus termos e pertenças e com o seu senhorio dos homens que moram nesse logar ou morarem d'aqui em deante, por razão do officio do Almirantado, em que me elles hão de servir, agora o dito Almirante me disse que a elle prazia que os bons fóros e costumes e usos que o concelho de Odemira houvera no tempo d'el rei D. Affonso, meu pae, e no meu, que lhe fôssem guardados, e pediu me por mercê que lh'os confirmasse. E eu, sem prejuizo nem damno do meu almirante e dos seus successores, e sem embargo da doação e jurisdicção que lhe dei em esse logar, querendo fazer graça ao dito concelho de Odemira, outhorgo e confirmo a elle seu fóros, usos e costumes bons, que houveram no tempo d'el-rei D. Affonso, meu pae, e no meu. Em testemunho d'isto mandei lhes dar esta minha carta, sellada do meu sello de chumbo. (Chancellaria de D. Diniz, liv. 3.º, fol. 134 verso). A doação da villa de Odemira a Micer Lançarote Peçanha foi confirmada por D. Fernando I por sua carta dada em Lisboa aos dez dias de julho da era de 1409 (1371). Em Odemira houve o conveuto de Santo Antonio, dos religiosos franciscanos (xabreganos), fundado pelo 1.º conde de Odemira D. Gonçalo de Noronha, em 1560. O jazigo d'estes fidalgos era n'este mosteiro. Este edificio, menos a egreja e a sacristia, foi vendido em hasta publica, perante a Junta do Credito Publico, em 30 de outubro de 1841, e comprado por Antonio d'Almeida

por 480$500 réis. Em 1875 era seu proprietario João Maria Lopes Falcão. A egreja de Sauta Maria foi profanada e demolida em 1835, passando a parochia para a egreja do citado convento de Santo Antonio, onde se conserva. A egreja matriz do Salvador é um templo espaçoso, com quatro altares. A Misericordia foi erecta em 1569 na ermida do Espirito Santo, serve de hospital, e d'aqui passou em 1576 para a sua nova egreja. Por provisão de 4 de março de 1611 obteve a irmandade da Misericordia os privilegios da de Lisboa. A' saida da villa, na direcção da estrada que vae para S. Theotonio e outros pontos, havia ha mais de 30 annos, uma barca, em fórma de estrado, offerecendo passagem livre e gratuita, a todos os passageiros, cargas e gados, de dentro e de fóra do concelho, a todas as horas do dia e da noite, mas os passageiros tinham obrigação de resar um *Padre Nosso* e uma *Ave Maria*, por alma da bemfeitora que legou rendas para custear a albergaria d'esta barca. Na frente do arco d'alvenaria, onde estava o cabrestante, ou sarilho, que enrolava a maroma da barca, via-se uma lapide com esta inscripção:

HUM PADRE NOSSO E HUMA AVE MARIA,
PELA ALMA DE QUEM DEIXOU ESTA BARCA.
MANDOU FAZER ESTE PADRÃO, O DOUTOR JOÃO
DA ROCHA PINTO, PROVEDOR DA COMARCA
DE BEJA, EM 1672.

Estes rendimentos eram administrados pela camara municipal da villa, na conformidade do regulamento da dita albergaria. Na beira da mesma estrada está a capella de N. S.ª da Piedade. E' grande, e tem um bom retabulo de excellente talha, onde está a imagem da padroeira. E' administrada pelo prior da freg. de Santa Maria. Dizem que este santuario é antiquissimo. Dos edificios que existem em Odemira, merecem especial menção a casa da camara municipal, que tem capacidade para accommodar todas as repartições publicas. O edificio foi restaurado e ampliado em 1865. A escola de instrucção primaria tambem é elegante; foi construida pela camara em 1870 com subsidio do legado do conde de Ferreira. Tem uma galeria de retratos de varões insignes nas letras, nas armas e nas virtudes, e uma bibliotheca popular. Em 1863 fundou um theatro a Sociedade Recreativa Odemirense, o qual se inaugurou com o drama de Mendes Leal *Os dois renegados*. Odemira deve a Antonio Vicente da Silva a posse d'um montepio, fundado em 2 d'abril de 1871, cujos estatutos fôram approvados por decreto de 26 de fevereiro de 1872. O territorio de todo o conc, é abundante em trigo, milho, centeio, cevada, tremoços, legumes, fructas, montados de sôbro, que dão bella cortiça, ditos de azinho, cêpa d'urze, mel, cêra, etc., exportando muitos d'estes generos, sendo o principal ramo de commercio a exportação da cortiça, casca de sôbro, arroz em casca, carvão vegetal, etc. Na Torre do Tombo não existe brazão d'armas d'esta villa, mas os seus habitantes sustentam que as armas de Odemira são, desde tempos remotos, sem alteração, um castello com tres torres da sua côr, sobre ondas verdes. No territorio de todo o conc. ha abundancia de minas de diversos metaes, e muitas d'ellas com evidentes vestigios de exploração desde tempos muito remotos. Em 1875 estavam em lavra as minas de ferro da freg. de S. Luiz, a 12 k. da villa, conseguindo-se em pouco tempo exportar algumas carregações de minerio. Em julho de 1874 fôram concedidas a James Lloyd mais 7 minas de ferro manganez. Em julho de 1875 fôram tambem

Vista geral de Odemira

concedidas a Thomaz Haffenden as duas minas de ferro e manganez do *Córrego das Pedras*, e da herdade das *Sesmarias*. Em agosto seguinte, a Alfredo Anduze mais duas minas de ferro e manganez, no *sêrro da Azambujeira* e no *sêrro do Buford*. Em outubro do mesmo anno ainda o referido Alfredo Anduze teve a concessão provisoria da mina de ferro e manganez do *Córrego das Batatas*. N'esse mencionado mez e anno alcançou James Lloyd a concessão provisoria das minas de ferro e manganez do *Sêrro das Ballas* e da *Courella dos Santos*, a 1.ª no conc. de Odemira e a 2.ª no de S. Thiago do Cacem. Ainda em outubro de 1875 foi Thomaz Haffenden considerado descobridor legal da mina de manganez, da herdade de *Aguas de Peixe*, do conc. de Odemira. A villa pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. Tem feira de gados, sal, generos, etc. nos dias 13, 14 e 15 de setembro, e de gado suino a 21 e 22 de dezembro; advogados, notarios, medicos, pharmacias, agencias bancarias e de seguros, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.; est. do caminho de ferro na linha de sul e sueste, entre a de Saboia Monchique e o apeadeiro de Cabanas; associação *Syndicato Agricola de Odemira;* bibliotheca municipal, fabrica de cortiça e de moagens, hoteis, *Sociedade Recreativa Odemirense*, *Theatro Recreativo Odemirense*, etc. O conc. comprehende 11 freguezias com 4:341 fog. e 20:130 hab., sendo 10:647 do sexo masc. e 9.483 do fem., n'uma superficie de 163:331 hect. As freguezias são: N. S.ª d'Assumpção, de Collos, 1:395 hab.: 719 do sexo masc. e 676 do fem.; O Salvador, d'Odemira, 1:686 hab.: 886 do sexo masc. e 800 do fem.; Santa Maria, de Odemira, 1:909 hab.: 967 do sexo masc. e 942 do fem; N. S.ª das Reliquias, de Reliquias, 1:744 hab.: 917 do sexo masc. e 827 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Saboia, 2:000 hab.: 1:129 do sexo masc. e 871 do fem.; Santa Clara, de Santa Clara-a-Velha, 1:718 hab.: 926 do sexo masc. e 792 do fem.; S. Luiz, 1:783 hab.: 921 do sexo masc. e 862 do fem.; S. Martinho, de S. Martinho das Amoreiras, 2:571 hab.: 1:396 do sexo masc. e 1:175 do fem.; S. Theotonio, 3:761 hab.: 2:007 do sexo masc. e 1:754 do fem.; Santa Catharina, de Valle de S. Thiago, 739 hab.: 356 do sexo masc. e 383 do fem.; N. S.ª da Graça, de V. N. de Milfontes, 824 hab.: 423 do sexo masc. e 401 do feminino. A freg. de S. Martinho das Amoreiras pertencia ao conc. de Ourique, mas foi annexada ao de Odemira para effeitos administrativos e judiciaes, por carta de lei de 17 de agosto de 1899. A freguezia de N. S.ª da Conceição, do Cercal, pertencia a este concelho, mas passou a formar e de S. Thiago do Cacem, em setembro de 1875. Em Odemira tem-se publicado os seguintes jornaes: *Odemirense (O)*, 24 de outubro de 1897; *Pharol de Odemira*, 1 de novembro de 1874; *Voz de Odemira (A)*, 22 de outubro de 1893.

**Odiáxere.** Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Algarve, conc. e com. de Lagos, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 312 fog. e 1:504 hab. Tem est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'uma espaçosa campina, proximo da ribeira do mesmo nome. O ordinario apresentava o cura, que tinha 230 alqueires de trigo. A terra é muito fertil. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Ribeira do distr. de Faro. N. na serra de Espinhaço de Cão, corre a SE, e depois a E, na freg. de Odiáxere, e entra na bahia de Alvôr com 20 k. de curso.

**Odivellas** (*Eduardo Alberto Pimentel Maldonado Correia da Silva Araujo, visconde de*). Opulento proprietario, negociante da praça de Lisboa. N. em 21 de dezembro de 1852, sendo filho do 2.º barão de Barcellinhos, Manuel Correia da Silva Araujo, e de sua mulher, D. Rita Soares d'Oliveira. Casou com D. Palmyra Pimentel Maldonado d'Araujo. O titulo de visconde d'Odivellas foi concedido, em 1898.

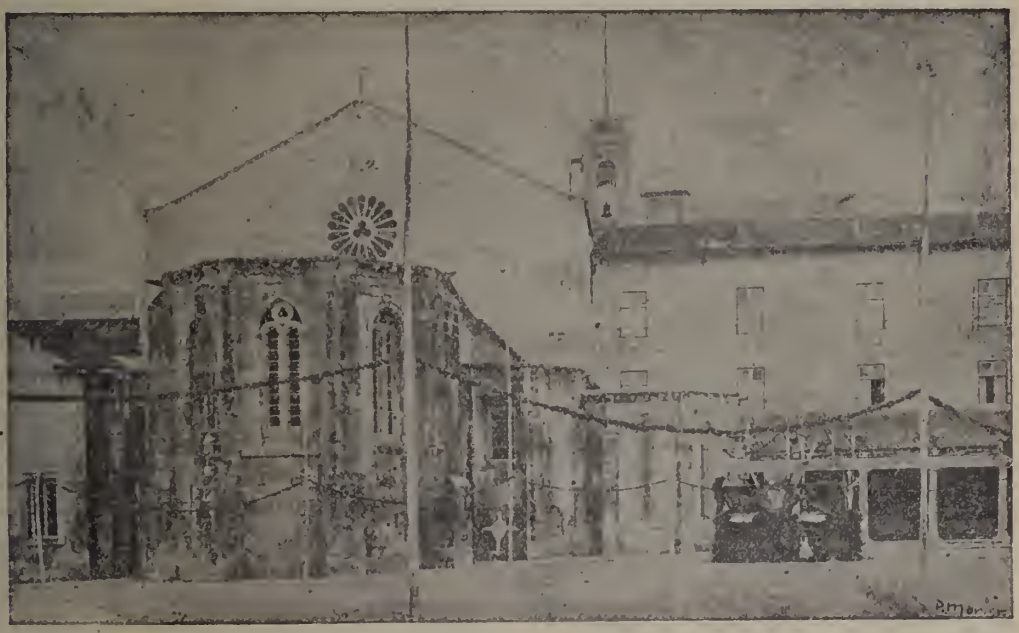
**Odivellas.** Pov. e freg. do Santissimo Nome de Jesus, da prov. da Extremadura, conc. de Loures, com., distr. e patriarc. de Lisboa; 446 fog. e 1:918 hab. E' uma pov. muito pittoresca situada n'um valle ameno e aprazivel, a 1 k. da estrada real de Lisboa a Torres Vedras. Tem est. post., hotel, medico, pharmacia, escolas d'ambos os sexos, banda de bombeiros voluntarios, e mercado a 27 de dezembro. O povo apresentava o cura, que tinha differentes generos, 7$000 réis em dinheiro e o pé d'altar. A freguezia é antiquissima, mas desconhece-se a data da sua creação, assim como a da fundação da egreja e o nome de fundador. Apenas se sabe que, estando em mau estado a egreja, e sendo muito pequena por ter a freguezia augmentado consideravelmente, foi demolida, construindo-se no mesmo local a actual egreja por D. Pedro II pelos annos de 1700; comtudo, na sacristia vê-se no deposito do lavatorio a data de 1573, peça que, segundo parece, já existia na primitiva egreja. Em Odivellas houve um hospicio de frades da ordem de S. Bernardo, cujo edificio foi vendido em 1834, e é hoje propriedade particular. A egreja matriz é um templo vasto, rico e majestoso; tem 7 altares todos de talha dourada, e a capella-mór revestida de marmore de differentes côres, tanto nas paredes como no tecto, que é de abobada de pedra. O tecto do corpo da egreja é de bonito estuque, em relevo. Vêem-se aqui tres valiosos paineis. A egreja possue ricas alfaias de prata, contando nas principaes 7 lampadas muito antigas, 9 cruzes grandes, um cofre rico, com emblemas do Antigo Testamento em alto relevo; lanternas, ciriaes, varas do pallio e dos mesarios, grande custodia, e outros muitos objectos, tudo de fina prata. Na torre ha um bom carrilhão de sinos. N'esta egreja deu-se um desacato em maio de 1671, praticado por um trabalhador, chamado Antonio Ferreira, o qual roubou uns vasos sagrados que vieram depois a encontrar se na calçada de Carriche, no sitio conhecido hoje pelo *Senhor Roubado*, e onde está um padrão para memoria. (V. *Senhor Roubado*). Em Odivellas existem bellas e importantes quintas. O seu territorio é fertil em toda a qualidade de generos agricolas do paiz, sendo os principaes laranja e cebola, que se exportam em grande quantidade. Está n'esta freg. o grandioso convento, da invocação de S. Diuiz e S. Bernardo, de freiras da ordem de Cistér. Foi fundado por el-rei D. Diniz, e segundo a lenda, em cumprimento d'um

voto. Este monarcha considerava como o seu divertimento predilecto os exercicios venatorios, não os monotonos e fatigantes da caça rasteira ou do ar, mas o de altaneria cheio de peripecias e de combates, que tão intimamente se casavam com o espirito guerreiro da epoca e com os costumes e habitos dos principes e dos fidalgos. A lenda, que se conta, diz que estando el-rei D. Diniz em Beja, no anno de 1294, resolveu um dia ir montear para uma serra, algumas leguas distante da cidade. Numerosa comitiva de fidalgos e de creadagem acompanhavam o monarcha, porém este em breve se viu só, porque, deitando a correr atraz d'uma corça, afastava-se com tal velocidade, que a todos os seus perdera de vista. No meio, porém, da carreira, já embrenhado n'uma densa floresta, foi assaltado por um grande urso, que o accommetteu com tanta violencia

Vista de Odivellas

e tão de improviso, que o lançou por terra, de costas, sem lhe dar tempo a defender-se. O rei, comtudo, não perdeu o animo. Com um supremo esforço de coragem arrancou da cinta um punhal ou faca de matto, e cravou-a no peito do possante inimigo, com tanta fortuna que lhe atravessou o coração, matando-o instantaneamente. A real comitiva chegou quando o soberano acabava de sair victorioso de tão tremenda lucta. No momento solemne do perigo, el-rei fez voto de fundar um mosteiro para religiosas de S. Bernardo, se saisse a salvamento de tão perigoso transe. N'esse mesmo anno de 1294 tratou D. Diniz de dar cumprimento ao seu voto, procurando obter as necessarias licenças ecclesiasticas, e mandando apromptar materiaes para a obra. Ultimadas as primeiras disposições, partiu o monarcha para a quinta que possuia em Odivellas, acompanhado da rainha santa Izabel, sua mulher, das principaes pessoas da côrte e do bispo de Lisboa, D. João Martins de Soalhães. Achando-se n'aquella quinta já os caboucos abertos, n'elles lançou D. Diniz a pedra fundamental no novo templo e mosteiro a 27 de fevereiro de 1295, com a maior solemnidade. Os trabalhos de construcção correram diligentemente, e ficaram concluidos no fim de dez annos. D. Diniz fez doação do mosteiro ás religiosas de S. Bernardo no anno de 1305; no entretanto, já no dia 1 de março de 1296 ali começaram a residir algumas religiosas com a sua primeira abbadessa D. Elvira Fernandes, segundo affirmava uma memoria antiga do referido convento. O risco é do architecto Affonso Martins, que tambem dirigiu os trabalhos da construcção. A egreja foi consagrada a Nossa Senhora, S. Diniz e S. Bernardo, mas a S. Diniz é que o povo adjudicou o titulo de padroeiro. Este convento passava por ser o mais grandioso que a ordem de S. Bernardo teve n'este reino, pela majestade do edificio, opulencia de rendas, numero de religiosas, e abundancia de privilegios com que D. Diniz o enriqueceu. Este monarcha fez-lhe amplas doações, e as que confirmou em 7 de fevereiro de 1295 constam do 2.º livro dos dourados do cartorio d'Alcobaça, etc. O referido soberano em 23 de março seguinte lhe fez mercê de o dotar com os padroados de S. Estevão, de Alemquer, com o consentimento da rainha D. Beatriz, sua mãe, a quem elle pertencia, e de S. Julião, de Santarem. Em 1318 lhe annexou mais o de S. João Baptista, do Lumiar, e o de S. Gião, de Friellas. Tambem lhe concedeu por seu alvará, não obstante a lei em contrario, que o convento pudesse herdar os bens das religio-

sas. Outrosim ordenou por sua alma 7 capellães com o competente rendimento, e que no dia de S. Diniz se désse bôdo ao povo que concorresse ali. Por fim fêl-o couto de jurisdicção civil com muitas isenções e privilegios que se conservam no Archivo Real, particularmente no 3.º livro da Extremadura a pag. 145. Os annaes do mosteiro contam que nas discordias que se deram entre D. Affonso V e seu tio e sogro, D. Pedro, duque de Coimbra, de que resultou ter morrido D. Pedro na desastrada batalha de Alfarrobeira em maio de 1449, os filhos e a propria mulher do desditoso infante fôram perseguidos, vendo-se obrigados a procurar na fuga a salvação. Sua filha, D. Filippa, apenas com 12 annos de edade, foi acolher-se no mosteiro de Odivellas, e ali permaneceu, vivendo segundo a regra monastica mas sem professar, até que falleceu em 1497.



Convento de Odivellas (Parte antiga

Tambem passou algum tempo n'este convento a princeza Santa Joanna, entregue aos cuidados de sua tia, D. Filippa de Lencastre, irmã da rainha D. Izabel, mulher de D. Affonso V. Achando se a egreja e o mosteiro muito deteriorados pela acção do tempo, no meado do seculo XVII, procedeu-se por ordem de D. João IV a uma reconstrucção quasi geral, que fez perder ao corpo da egreja a sua harmonia architectonica. O risco e direcção das obras foi de Fr. João Turreano, architecto e monge de S. Bento. No seculo seguinte, segunda reconstrucção foi ordenada por D. João V, mais para embellezar e engrandecer, do que por necessidade de reparação. A architectura gothica foi tambem sacrificada no corpo da egreja e no coro das freiras. O edificio do mosteiro foi accrescentado com dormitorios novos de tanta capacidade que a communidade elevou-se a um numero consideravel. A terceira e ultima reconstrucção foi em resultado da ruina causada pelo terremoto do primeiro de novembro de 1755 A capella-mór ficou illesa interiormente, mas na parte exterior soffreu muito. No corpo da egreja abateu uma grande parede da abobada de laçaria de pedra das suas tres naves. Como a ruina da capella-mór apenas prejudicava a conformidade e belleza da architectura exterior, ficou sem reconstrucção. Porém a abobada das naves desappareceu, ou derrocada pelo cataclismo, ou occulta na reedificação sob as camadas do estuque. No mosteiro tambem o terremoto causou grandes destroços, que se repararam. A fachada do templo constitue a parte exterior da capella-mór, que tem a fórma de um meio octangulo, com tres grandes janellas, de arcos de ponto subido, nas suas tres faces principaes. E' toda construida de cantaría. Julga-se que se erguia aos lados d'ella, um pouco mais recolhidas, duas altas torres que o terremoto derrocou. Um corpo do edificio, tambem construido de cantaria, com uma janella ogival, similhante ás tres janellas acima citadas, e proximo da porta da egreja, parece que era a parte inferior d'uma das duas torres. Esse alludido corpo mostra na parte superior ruinas que não deixam duvida sobre a sua primitiva elevação. Da outra torre não restam vestigios, pois que no seu logar se vê uma construcção moderna. A porta da egreja é de estylo gothico, mas simples, e abre-se ao lado da capella-mór, da parte do Evangelho. Serve-lhe como de vestibulo uma extensa alpendrada, sustentada por columnas de marmore, e encostada ao edificio do mosteiro, a qual foi construida em 1573; as suas paredes fôram forradas de bellos azulejos em 1671. Debaixo d'esta alpendrada avultava, meio embebida na parede, uma enorme pedra. Lia-se por baixo a seguinte inscripção, gravada n'uma lapide: «Este pelouro man-

dou aqui offerecer a S. Bernardo Dom Alvaro de Noronha, por sua devoção, que he dos quom que lhe os turcos combateram a fortaleza Durumuz, sendo ele capitam dela na era de 1557.» Esta data era a da collocação da bala na dita parede, porque o cêrco e combate da cidade de Ormuz a que se refere a inscripção, succederam no anno de 1552. Em 18 de fevereiro de 1893 veiu este celebre pelouro para o Museu de Artilharia, onde se admira. O templo é de tres naves e de grandes proporções. No corpo da egreja ha quatro altares, com retabulos de pintura a oleo. O pavimento é de lageas quadradas de marmore branco, preto e côr de rosa, dispostas em xadrez. O coro das freiras faz continuação á egreja, da qual é separado por uma grade de madeira. E' tão espaçoso que lhe guarnecem as paredes vinte altares. A capella-mór não perdeu interiormente as suas feições primitivas, a principal das quaes é a extrema simplicidade na sua architectura, que se casava em intimos laços com a extrema singelcza dos habitos e costumes nacionaes. A abobada é de cantaria artesoada As paredes são nuas de ornatos. Levanta-so um throno sobre o altar mór, com ornamentação de talha dourada. Aos lados estavam dois uichos com imagens de santos esculpidas em madeira, e por cima dois quadros de pintura religiosa, attribuidos a Grão-Vasco, bem como outros dois, que adornam a capella-mór. Estes quadros fôram ha muitos annos substituidos por outros de pouco valor, sendo os antigos vendidos por uma das abbadessas. Está sepultado n'esta capella o infante D. João, filho de D. Affonso IV, fal. sem ainda ter um anno. Aos lados da capella-mór estão duas capellas ou sacristias que escaparam á acção destruidora dos cataclismos e dos reformadores N'uma d'estas está o mausoléo do fundador. O primeiro logar do monumento foi no meio do corpo da egreja, sendo transferido mais tarde para a nave lateral, junto da parede, da parte da Epistola, e porque as freiras se queixavam de que lhes não deixava vêr o altar-mór, tambem d'ali o arrancaram desterrando-o para um logar improprio, por ser acanhado e com pouca luz. N'estas mudauças padeceu o tumulo lamentaveis estragos. O tumulo é de marmore, ou lioz, e tem de comprimento 2m,62 e de altura 1m,42. A estatua d'el-rei D. Diniz, com as vestes reaes ao uso da epoca, tem a cabeça sobre uma almofada, e os cabellos compridos e soltos, a barba crescida, e os pés encostados a um lebreu, que já lhe falta a cabeça A estatua tem bastantes estragos no rosto, no collo e nas mãos. Junto á cabeça vêem-se os restos despedaçados d'uma figura de bispo, que orava posto de joelhos. Era a estatua de S. Diniz. Com os reparos que se fizeram no tumulo em 1861 desappareceram os restos da figura de S. Diniz, e os concertos que se fizeram na estatua do rei, deram-lhe outro aspecto que muito a prejudicou. As figuras que resaltam, em meio relevo, do fundo dos nichos, duas em cada um, representam monges da ordem de S. Bernardo, com livros nas mãos, menos os que ficam da parte dos pés e da caboça. Aquelles empunham um archote e um cofre, e estes não são monges; representam um rei de joelhos deante d'um prelado que está lendo n'um livro. Parece referir-se a el-rei D. Diniz e ao santo do seu nome. São de differente especie os animaes em que descança o mausoléo. Todos estão mais ou menos mutilados, incluindo o urso, lançado sobre um homem deitado de costas. Todavia reconhecem-se perfeitamente as duas figuras, e que o homem crava uma faca de matto no peito da féra, junto ás guellas. O tumulo está debaixo d'um docel de velludo suspenso da abobada. O mosteiro d'Odivellas foi n'outro tempo muito celebrado pela opulencia do seu thesouro em vasos sagrados, e outras peças de ouro e prata do ornato das imagens o dos altares, e do serviço do culto; em paramentos, armações e diversidade de alfaias. Desde D. Diniz até D. João V poucos soberanos deixaram de enriquecer a egreja com valiosas offertas. Infelizmente o terremoto de 1755 sepultou sob as ruinas da egreja e do mosteiro uma grande parte d'essas preciosidades, dando ao mesmo tempo occasião a que muitas, que escaparam á acção destruidora do cataclismo, fôssem desencaminhadas e para sempre perdidas. Mas não se limitaram a estes prejuizos as perdas d'aquelle thesouro, porque ainda ha talvez pouco mais de 30 annos possuia bastante copia de peças de prata e de paramentos ricos, que serviam nas principaes festividades, porém quando o Estado entrou na posse do mosteiro, pelo fallecimento da ultima religiosa, achou toda aquella riqueza reduzida quasi a verdadeira pobreza. No claustro vê-se na parede fronteira ao altar de S. João Baptista um sepulchro, onde jaz D. Maria Affonso, filha bastarda d'el-rei D. Diniz, que foi religiosa d'este mosteiro e n'elle falleceu em 1320, ainda em vida de seu pae. O refeitorio, cozinha e mais officinas, são proporcionadas á vastidão do mosteiro, e ao avultado numero de religiosas, que compunham a communidade na primeira metade do seculo XVIII. Porém, tudo é obra das differentes reconstrucções, que já citámos. A cêrca foi outr'ora real, e conserva d'aquelle tempo como memoria de seus antigos senhores, a denominação de *Valle de Flôres*, com que é ainda designado o seu jardim. A cêrca é extensa, e contém bons terrenos. Corta-a e rega-a um ribeiro; tem um grande lago e varios tanques. No edificio installou-se em 1899 o Instituto Infante D. Affonso. *(V. este nome*, no vol. III, a paginas 986*)*. No tempo de el-rei D. João V este convento creou muito má fama, por causa dos escandalos das freiras com os fidalgos seus amantes e com o proprio rei, a quem chamavam o *freiratico*, que era assiduo frequentador do convento, entretendo amores com algumas freiras, de quem teve filhos, com especialidade da celebre madre Paula, de quem tambem houve um filho, D. José, um dos tres infantes conhecidos pelos *Meninos de Palhavã*. Os outeiros que se realisavam no convento, em que os poetas improvisavam versos glosando os motes que as freiras lhes mandavam das janellas, eram sempre muito concorridos, chegando muitas vezes ao escandalo. A'cêrca do convento d'Odivellas póde lêr-se a *Caveira da Martyr*, por Camillo Castello Branco; *O Mosteiro de Odivellas, casos de reis e memorias de freiras*, por J. C. Borges de Figueiredo; *As minhas queridas freirinhas d'Odivellas*, por Manuel Bernardes Branco; *Chronicas de Odivellas*, por Pinheiro Chagas, *Occidente*, vol. IX, de 1886; *O mosteiro d'Odivellas*, por Vilhena Barbosa, no *Archivo Pittoresco*, vol. VI; *As Amantes de D. João V*, por Alberto Pimentel; *Summario de varia historia*,

do dr. Ribeiro Guimarães; *A Madre Paula*, de Rocha Martins, etc. Proximo do convento, sobre um outeiro, ergue-se um arco de pedra, de architectura gothica, chamado geralmente *Monumento de D. Diniz*, e o vulgo dá-lhe o nome de *Memoria*. Segundo a tradição, descançou ali o corpo de el-rei D. Diniz, quando o conduziram de Santarem, onde falleceu em janeiro de 1325, para o convento que fundára. Se a tradição é verdadeira, é provavel que a construcção da *Memoria* seja obra de D. Affonso IV, seu filho. Entretanto, o chronista Fr. Francisco Brandão, descrevendo o enterro de D. Diniz, accrescenta o seguinte: «Alguns querem dizer que onde agora está um arco de pedraria, parou a liteira, e se fizeram as costumadas cerimonias; mas aquelle arco, que responde a outro que está á saida de Lisboa, para aquella parte (no *Campo da Forca*) se puzeram por descançar n'aquelles logares o féretro de D. João I, quando de Lisboa veiu trasladado ao seu jazigo real, do convento da Batalha.» O outro monumento designado por Fr. Francisco Brandão, já não existe; estava no *Campo da Forca*, hoje *Campo de Santa Clara*. O arco de Odivellas, pela cruz florcada que lhe orna a cupola, distinctivo da ordem de Aviz, da qual D. João I foi grão-mestre, parece dar razão a Fr. Francisco Brandão. O monumento consiste n'um arco ogival, de cantaria, tendo no fecho o brazão das armas de Portugal, com 13 castellos em orla. O centro do arco até metade da sua altura, é occupado por tres pequenos arcos, sustentados por oito columnetas, tendo sobre ellas uma mesa. A architectura d'estes arcos é meio gothica, meio arabe, e denuncia uma epoca anterior a D. João I, em cujo reinado a architectura gothica chegou á maior perfeição e pureza n'este reino. Mostra ter sido concertado em diversas epocas, e talvez lhe accrescentassem, na occasião d'estes reparos, alguma peça de novo, como a cruz floreada que o corôa. Não tem inscripção alguma antiga, apenas se vê gravada, junto da base, na frente que olha para Lisboa, a seguinte inscripção:

1721.—R. T. V.

Será talvez a data do ultimo concerto que se lhe fez. A povoação de Odivellas pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Sobre o rio vulgarmente ali conhecido pelo *Rio Secco*, que corre entre o logar de Pombaes e Odivellas, construiu-se uma ponte, por iniciativa de Marcellino Dias da Encarnação, que em 1888 era proprietario da quinta do *Espirito Santo*, a qual se inaugurou em 9 de setembro d'esse. A ponte é de ferro e madeira e com fundamentos de alvenaria assentes sobre as margens do rio, no sitio em que termina a rua do Espirito Santo, de que tomou o nome. Abrange a extensão de 10 m., e foi construida com toda a solidez, sendo o plano de Victor Encarnação, que n'essa epoca era estudante de engenharia. Esta ponte é de grande utilidade para os habitantes da localidade. Por portaria de 2 de setembro de 1902 foi creada em Odivellas uma estação postal de 4.ª classe. A Irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia do Santissimo Nome de Jesus de Odivellas tem a administração das capellas instituidas por Ambrosio Moreira, Maria do Espirito Santo, José Pereira de Sousa e D. Francisco de Sousa. A'cerca da fonte de Odivellas diz a *Memoria sobre chafarizes*, etc., de Velloso d'Andrade, impressa em 1851: «A uni-

Memoria de D. Diniz em Odivellas

ca agua publica, que existe n'este logar, é a de uma fonte que fica abaixo do lagar d'azeite das Freiras, e quasi encostada a uma quinta que foi do sr. José Pereira de Sousa Caldas. Forma um plano baixo para o qual se desce por oito degraus, e tem em comprido 21 palmos, e largo 17 e meio. Em frente da escada está a Fonte, cujo peitoril é rente com o plano de fóra; e tem o dito peitoril 6 palmos de comprido, e d'este á peça de volta 5 de alto; faz um fundo de 7 e meio, e agua de 3 e meio que sae por cima do peitoril, já muito arruinado.» ‖ Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Ferreira, distr. e bisp. de Beja; 145 fog. e 605 habitantes. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda da ribeira do mesmo nome. O real padroado apresentava o cura, que tinha 180 alqueires de trigo e 90 de cevada. A terra é fertil, sobretudo em cereaes. Cria muito gado de toda a qualidade, principalmente suino, que exporta. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. ‖ Ribeira do distr. de Evora. N. a 2:500 m. ao SO de Portel, corre a O, passa ao S de Oriola, a SE de Albergaria dos Fusos, a NO de Villa Ruiva, a SE de Alvito, e entra no rio Sado com 70 k. de curso.

**Odreiro.** Individuo que faz, ou vende, odres, especie de vasilha feita de couro ou da pelle dos lanigeros, e que serve para conter azeite, vinho, mel, etc., em transporte. Este officio tinha regimento especial na collecção do senado de Lisboa reformada por Duarte Nunes do Leão, em 1572.

**Odres.** Pov. na freguezia de S. Julião, conc. e distr. de Portalegre.

**Odrinhas.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

**Odzi.** Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental, tributario do rio Save. Marca o limite occidental do antigo reino de Manica, e entra no seu receptor um pouco a O do monte Chitacanha.

**Oeiras** *(Sebastião José de Carvalho e Mello, 1.º conde de).* Foi o 1.º marquez de Pombal. V. *este titulo.*

**Oeiras.** Villa da prov. da Extremadura, séde de conc., com., distr. e patriarc. de Lisboa. Tem uma só freg, N. S.ª da Purificação. Está situada em terreno plano, nas proximidades da margem direita do rio Tejo, a 15 k. de Lisboa. O prior e os beneficiados da freg. de S. Lourenço, de Lisboa, apresentavam o cura, que tinha 30 alqueires de trigo, uma pipa de vinho e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, mas não se sabe quando foi fundada, nem o nome do fundador, desconhecendo-se tambem a data em que se formou a parochia. Sabe-se apenas que a sua egreja matriz era bastante antiga, que o terremoto do primeiro de novembro de 1755 a destruiu, sendo logo reedificada, e é a que ainda existe. Esta egreja foi restaurada interiormente ha perto de 30 annos. A pintura do tecto é em apainelados sobre fundo azul estrellado, trabalho do pintor Cotrim E' d'uma só nave, muito espaçosa e clara, notando-se-lhe grande profusão de marmores, principalmente na capella-mór. No côro vê-se um bom orgão. Encerra o templo diversos quadros, em geral sem valor, á excepção d'alguns que são attribuidos a Pedro Alexandrino de Carvalho. Na sacristia ha um arcaz, movel antigo de carvalho, destinado á guarda de parameutos, no qual se descobre uma valiosa indicação ácerca da antiguidade da egreja. N'uma chapa de metal amarello collocada na aresta superior da frente do arcaz, lê-se:

*Estes cachois mandou fazer D.os Dias F.rs sendo juiz n'esta Santa Irmandade do Santissimo Sacramento de Oeiras. No anno de 1694..*

Oeiras era apenas uma aldeia, grande e muito bem situada. Em 6 de junho de 1759 D. José I, elevando o seu primeiro ministro, Sebastião José de Carvalho e Mello, a conde de Oeiras do juro e herdade, e seus irmãos a secretarios de Estado, deu a esta povoação a categoria de villa, por um alvará passado logo no dia seguinte, 7 de junho. Desde então começou para a nova villa uma epoca de esplendor e desenvolvimento, mas por morte do seu primeiro conde, mais tarde marquez de Pombal, ficou estacionaria. O referido monarcha deu foral a Oeiras, no paço d'Ajuda, a 25 de setembro de 1760. Esta villa é das poucas terras portuguezas que teem *foral novissimo*, isto é, dado pelos successores d'el-rei D. Manuel. Percorrendo a margem direita do rio Tejo, desde Oeiras até S Julião da Barra, encontram-se dois fortes: o de *S. João das Maias* e o de *Santo Amaro*, construidos, como quasi todos das margens do Tejo, por D. João IV e seus dois filhos, D. Affonso VI e D. Pedro II. A praia de Oeiras é bastante concorrida na estação balnear por familias de Lisboa e d'outras localidades. A'beira mar formou-se ha poucos annos uma nova estancia balnear muito aprazivel, chamada *Santo Amaro.* Tem-se edificado ali ultimamente elegantes chalets, e tem estação na linha do caminho de ferro de Cascaes, que fica entre as de Paço d'Arcos e de Oeiras. Ha na villa quintas magnificas, sendo as melhores as duas que pertencem aos srs. marquezes de Pombal, as quaes estão situadas, saindo da villa a um e outro lado da estrada que conduz a Carcavellos, que se tornam dignas de menção pelo copado e frondoso arvoredo que n'ellas se ergue majestosamente; são conhecidas pela designação de *Quinta de cima* e *Quinta de baixo.* A mais notavel é a que se prolonga do norte ao sul, o que encerra o grandioso palacio. Os fundadores d'esta quinta e do palacio fôram os dois irmãos do grande estadista Francisco Xavier de Mendonça, secretario de Estado, o Paulo de Carvalho de Mendonça. D. Prior de Guimarães e presidente do senado. Diz Vilhena Barbosa, no *Archivo Pittoresco*, vol. VI, pag. 385. «A amizade que uniu os tres irmãos, que sempre viveram juntos, fez com que os dois mais novos, Francisco e Paulo, applicassem o rendimento dos seus bens patrimoniaes, e os vencimentos que recebiam do Estado pelos diversos cargos que exerciam, e que tudo perfazia a avultada somma de 22:360$000 réis annuaes, a bemfeitorisar e augmentar as propriedades que pertenciam ao mais velho, Sebastião José de Carvalho, por herança de seus paes, por dote de sua primeira mulher, D. Thereza de Noronha, sobrinha dos condes dos Arcos, e por successão nos vinculos instituidos por seu tio, Paulo de Carva-

lho, e Athaide, arcipreste de Santa Egreja Patriarchal, fallecido no anno de 1737. Os dois referidos irmãos vincularam e uniram ao morgado de Oeiras todos os bens que ahi compraram, e as importantes bemfeitorias que n'elles fizeram. D. Thereza de Noronha morreu sem successão, porém empregou os vinte contos em dinheiro que trouxe de dote na compra de beus de raiz, que vinculou e uniu ao morgado de seu marido. Uma parte d'esses bens eram situados em Oeiras. Foi d'este modo, e no decurso de vinte annos, que se formaram e se ennobreceram com esplendidas construcções os morgados de Oeiras, que o primeiro marquez de Pombal ainda accrescentou depois da morte de seus irmãos, e á custa dos proprios rendimentos dos mesmos vinculos » O palacio tem quatro frentes, e é d'um aspecto grandioso. A principal deita para um grande pateo, e é flanqueada por dois pavilhões; duas frentes ficam sobre dois formosos jardins, e a ultima fica para a estrada. Fez a planta e dirigiu os trabalhos o architecto Carlos Mardel, natural da Hungria, que veiu para Lisboa em 1733, e aqui permaneceu até fallecer em 1763, tendo sido encarregado d'algumas construcções tambem importantes. O palacio tem magnificos ornatos exteriores nas frontarias que deitam para os jardins. Possue excellentes salas, nas quaes se notam moveis de diversas epocas e estylos, bastante apreciaveis, valiosas obras d'arte e alguns objectos historicos. «Estas preciosidades, diz Vilhena Barbosa no artigo já citado, são as seguintes: um *painel de S. Francisco*, pintado por Ticiano; varios *quadros originaes de Vanloo;* os *paineis da capella* feitos por Audré Gonçalves, um dos nossos melhores pintores, que floresceu no ultimo quartel do seculo XVII e no primeiro do seculo XVIII; um *painel de Santo Antonio*, copiado do original que está em Roma, e é retrato do thaumaturgo; *um quadro com os retratos do primeiro marquez de Pombal e de seus dois irmãos, Francisco e Paulo de mãos dadas, e cercados da letra: Concordia fratruum*, que julgamos producção de D. Joanna Ignacia Monteiro de Carvalho, natural de Lisboa, onde foi estimada artista, e conhecida de vulgo pelo nome de *Joanna do Salitre*, por ser o sitio da sua residencia; *O primeiro modêlo em cêra da estatua equestre d'el-rei D. José*, saido das mãos de Joaquim Machado de Castro, autor da mesma estatua; um *lindo presépio de marfim e madreperola; duas estatuas de marmore, representando Alpheo e Arethusa*, desenhadas por Joaquim Machado de Castro, e esculpidas por João José Elveni e Francisco Leal Garcia, discipulos do celebre estatuario romano Alexandre Giusti; *dois baixos relevos em prata*, allegoricos ao reinado de D. José I; *um retrato em miniatura do papa Clemente XIV* (Ganganelli), offerecido por elle ao primeiro marquez de Pombal; *um annel de camapheu*, que está vinculado, representando o mesmo pontifice; a escrevaninha de que se serviu el-rei D. José quando habitou n'este palacio nos verões de 1775 e 1776; e finalmente diversos moveis do uso d'aquelle grande homem de estado.» A livraria do palacio encerra alguns manuscriptos raros. A capella é elegante, muito bem illuminada; foi restaurada em 1893. Em tres altares tem reliquias de varios santos e santas. Nos jardins é opulenta a vegetação, e tem a adornal-os bellas estatuas de marmore, sendo algumas de boa esculptura. O que se encontra de mais notavel na quinta é a cascata, chamada *dos poetas*, a adega e a horta ajardinada. A cascata é originalissima e de grande effeito; tem um lindo docel de verdura, com que a cobrem diversas arvores gigantescas. E' construida de diversas qualidades de pedras, brilhando, entre a cantaria e a pedra tostada e carcomida, os spathos calcareos, de faces lustruosas e espelhentas, e de côr branca ou avermelhada. A cascata compõe-se de tres corpos, tendo cada um a sua gruta, lago e terrado, havendo escadarias de um e d'outro lado que conduzem aos differentes terrados, do maior dos quaes, o do centro, se desfructa um lindo panorama de mar e bosques. Nos terrados dos corpos lateraes admiram-se quatro bustos colossaes de marmore de Carrara, representando *Homero*, *Virgilio*, *Camões* e *Tasso*, magnificos trabalhos de Machado de Castro. Na gruta do centro vê-se uma bella figura do *Tejo*, tambem de marmore de Carrara, que foi ali collocada em 1882, por occasião das festas do centenario do marquez de Pombal. A adega é um grande edificio de dois andares, sendo no primeiro a adega e no segundo o celleiro. Adornam a fachada principal do palacio doze bustos de imperadores romanos, em marmore de Carrara, collocados sobre pedestaes. A adega é dividida em tres naves por duas ordens de arcadas, compostas de quinze arcos cada uma. Contiguo á adega, no lado posterior, está a casa dos lagares, os quaes são sete e construidos em altura sufficiente para d'elles vir directamente o vinho para os toneis por encanamentos de cantaria, que giram em volta das paredes da adega. Ao centro da horta existe um tanque de marmore, com um grupo de figuras de marmore de Carrara, feito em Roma. O terreno onde está a adega e mais officinas, com os respectivos pateos, jardim e horta, fôra uma quinta pertencente aos viscondes de Barbacena, e que o marquez de Pombal comprara com dinheiro do dote da sua primeira mulher. Conforme dissémos, a villa de Oeiras tornou-se muito importante e considerada depois que Sebastião José de Carvalho e Mello recebeu o titulo de conde em 1759. El-rei D. José, no verão dos annos de 1775 e 1776 habitou com toda a côrte n'aquelle majestoso palacio, para poder fazer uso todos os dias dos banhos do Estoril, que ficavam proximos. O marquez de Pombal, titulo que já havia recebido em setembro do 1769, aproveitou a permanencia do monarcha no seu palacio, na epoca mencionada, para lhe offerecer um espectaculo, fazendo-lhe vêr os resultados praticos das sabias reformas emprehendidas no seu reinado, e mostrar aos portuguezes e aos estrangeiros os progressos que Portugal fizera e os recursos que a sua industria promettia, respondendo assim com factos demonstrativos da prosperidade publica ás accusações e calumnias dos inimigos. Determinou então que se fizesse em Oeiras uma grande feira, onde concorressem productos de todos os generos da industria fabril portugueza, e para este fim fôram enviadas circulares ás autoridades de todas as provincias do reino, ordenando que intimassem os donos das fabricas a virem armar barracas em Oeiras, e n'ellas expuzessem á venda os diversos productos da sua industria. Ninguem faltou á intimação, e a feira teve um exito completo, que foi uma verdadeira exposição de

tudo quanto se fabricava então em Portugal, e assim teve a villa d'Oeiras a honra de vêr dentro dos seus muros a primeira exposição industrial que se realisou em Portugal, e provavelmente a primeira que se effeituou na Europa. Foi então uma epoca gloriosa para a pittoresca villa, vendo concorrer ao seu recinto toda a côrte, o corpo diplomatico, consules, funccionarios publicos, que o ministro convidara, e Lisboa em peso, que a curiosidade attrahia áquella villa, admirando o espantoso desenvolvimento da industria portugueza na immensa variedade de producções, e do aperfeiçoamento notavel de muitas d'ellas. Aquella memoravel feira e exposição foi um grande triumpho para o distincto homem de Estado, para el-rei D. José, e para a villa de Oeiras. A outra quinta que os marquezes de Pombal possuem n'esta localidade, como dissémos no começo d'este artigo, é de menos importancia.

Palacio do Marquez de Pombal em Oeiras

E' cortada por extensas ruas de bosque, e um rio que vae desaguar no Tejo, proximo da villa. Ao atravessar a quinta, corre encavado, e por um e outro lado, acompanham largas ruas, assombradas por frondoso arvoredo, e adornado de grandes vasos de marmore, que a espaços corôam a muralha do encanamento, o qual é guarnecido de alegretes o assentos. Diversas pontes de pedra dão passagem de uma para a outra margem do rio. Na quinta ha duas cascatas dignas de menção: a *da Taveira* e a da *Mina d'Ouro*. A primeira está construida no gosto commum d'este genero de edificações, e é adornada com dois satyros, de marmore, tendo na frente um jardim com dois tanques; a segunda é muito mais pittoresca, posto que não tenha ornatos artisticos. A sua fabrica tem mais novidade, e é majestoso o effeito das aguas despenhando-se. A cascata eleva-se a grande altura, encostada a uma collina, por onde sóbe em degraus semicirculares, que vão diminuindo no comprimento, até rematarem n'um terrado onde está o reservatorio. De um e d'outro lado da escada, a acompanham altas e copadas arvores. Oeiras pertence á 1.ª div. mil., 1.ª brigada, circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com Lisboa; agencia das companhias de seguros *Bonança* e *Tagus*; associações *Soccorros mutuos 25 de março* e *Socorros mutuos de Oeiras;* fabrica de lanificios, medicos, notario, pharmacia, *Philarmonica Academia Instrucção Musical de Oeiras*, *Theatro Taborda*; hoteis, etc. Além da egreja matriz, ha em Oeiras varias capellas, sendo as principaes a de *N. S.ª da Conceição e Santo Amaro*, templo historico, antiquissimo, tem bella obra de talha nos altares, e esplendidos estuques em alto relevo e bons azulejos. Era muito mais pequena na sua origem e sómente dedicada a Santo Amaro; mais tarde foi augmentada, e tambem dedicada á Senhora da Conceição. Na casa que lhe fica annexa está estabelecido o *Albergue de Santo Amaro* para pobres desvalidos de ambos os sexos. A capella de Santo Amaro foi muito visitada por el-rei D. Manuel I no tempo da descoberta da India. Quando começou a devoção da Senhora da Atalaia, por occasião d'uma grande peste, foi a freguezia de Oeiras uma das primeiras que festejou a imagem no seu santuario da Atalaia, perto da Aldeia Gallega, em 1506. O brazão de Oeiras, que é recente, foi desenhado por Carlos de Mattos Pinto Fernandes, sendo vereador, e approvado pela camara em 1897. A camara tem estandarte com

o mesmo brazão bordado. O brazão tem o campo branco com duas palas azues cruzadas, e sobre ellas quatro espheras armilares em ouro. Sobre o cruzamento das palas, as armas reaes portuguezas do tempo de D. João I, na parte inferior entre as duas palas, o brazão dos Carvalhos, usado pelas familias do conde de Oeiras e marquez de Pombal, o qual é: Em campo azul uma estrella de ouro, de oito pontas, entre uma quaderna de crescentes de prata. Em Oeiras publicou se *A Gazeta d'Oeiras,* 30 d'abril de 1893. O conc. comprehende 4 freguezias, com 1:743 fog. e 9:160 hab.; sendo 4:758 do sexo masc. e 4.402 de fem., n'uma superficie de 5:366 hect. As freguezias são: S. Pedro, de Barcarena, 1:240 hab.: 628 do sexo masc. e 612 do fem.; S. Romão de Carnaxide, 3:657 hab.: 1:746 do sexo masc. e 1:911 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Oeiras, e N. S.ª da Conceição, de S. Julião da Barra, ambas reunidas: 4:263 hab.: 2:384 do sexo masc. e 1:879 do fem. Os logares principaes do concelho são: Algés, Cruz Quebrada, Dáfundo, Damaia, Laveiras e Cartuxa, Linda-a-Pastora, Linda-a-Velha, Paço d'Arcos, Porcalhota, que passou a denominar-se *Amadora,* por decreto de 28 de outubro de 1907; Portella e Outurella; e Porto Salvo. O principal commercio de todo o conc. é cereaes, fructas, leite, doces, carnes frescas, salgadas e fumadas, vinho, lanificios, roupas brancas, cabedaes, cantarias, alvenarias e cal. Este conc. foi extincto por decreto de 26 de setembro de 1895, e annexado ao de Cascaes, com excepção da freg. de Barcarena que passou para o de Cintra. Foi depois restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898, com todas as freguezias, menos a de Carcavellos que lhe pertencia, e que continuou pertencendo a Cascaes. Pelo mesmo decreto foi annexada a Carnaxide a parte da freguezia de Bemfica exterior á estrada da circumvalação fiscal de Lisboa, que pelo decreto de 26 de setembro de 1895 havia passado para a de Bellas no conc. de Cintra. O conc. de Oeiras é considerado industrialmente muito importante, não só por estar n'elle estabelecida a fabrica de polvora de Barcarena pertencente ao Estado, como tambem por outros estabelecimentos industriaes. || Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, no sobado de Quissala, 9.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Ribeira do distr. de Faro. V. *Alvacarejo.* || Rio do distr. de Lisboa. V. *Mouro.*

**Oeste.** Baixos situados a O do archipelago de Bijagoz, na Guiné, Africa Occidental. Consistem n'um parcel onde arrebenta sempre o mar e que está coberto de 3 a 5 m. d'agua. Deve evital-os quem demandar a entrada do rio de Geba pelo canal S. || Cabo situado na costa O da ilha de Santo Antão, no archilpeago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Sub-grupo assim denominado das ilhas que fórmam os grupos de Barlavento e Sotavento do archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Do primeiro grupo constituem sub-grupo as ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia e S. Nicolau, e do segundo as ilhas Brava e do Fogo. || Pequeno cabo situado a uma legua da costa O da ilha do Corvo, no archipelago dos Açôres.

**Oeynhausen** *(Carlos Augusto, conde de).* General que esteve ao serviço de Portugal nos fins do seculo XVIII. N. a 5 de dezembro de 1738. Era filho de Frederico, conde do mesmo titulo, e de Melusina, condessa de Kielmansy, e pertencia a um ramo de uma das mais antigas familias da Westphalia, e tanto pelo lado de seu pae como de sua mãe era aparentado com algumas casas soberanas da Allemanha. Em 1753 foi feito gentil homem da côrte de Jorge II, rei de Iglaterra, e entrando no serviço das tropas allemãs d'este soberano, partiu em 1758 para Inglaterra e serviu de ajudante general do commandante d'aquellas tropas, o general Sporch. Passando depois ao serviço do landgrave de Hesse Cassel, fez todas as campanhas da guerra dos Sete Annos no exercito dos alliados, commandados pelo principe Brunswick, achando-se na maior parte das batalhas e acções que então se deram. Promovido a tenente coronel em 1762 foi posteriormente ajudante general do principe d'Anhalt-Bernburgo, general em chefe das tropas d'Hesse, elevado a coronel em 1775 e empregado pelo landgrave em varias missões diplomaticas ás côrtes de Vienna, Haya e Berlim. Obrigado por motivos particulares a deixar o serviço d'esse paiz, voltou a Inglaterra e d'ahi veiu para Portugal em setembro de 1776. Frequentando muito a casa dos paes da celebre marqueza d'Alorna, foi por esta escolhido entre os muitos pretendentes que a desejavam para esposa, e para afastar as duvidas que a differença de religião levantava, o conde abraçou a religião catholica romana. A cerimonia do baptismo foi feita com grande pompa assistindo toda a côrte, e por essa mesma occasião foi o conde armado cavalleiro da ordem militar de Christo, sendo a rainha D. Maria I quem lhe deu o abraço ou accolada, D. Pedro III quem lhe poz o cinturão e tocou com a espada nua, ajudando os principes D. José e D. João os paes na investidura. Em seguida foi o conde despachado coronel do 1.º regimento de infantaria do Porto, para onde partiu logo depois do casamento, que se realisou no dia 15 de fevereiro de 1779. No anno seguinte foi nomeado enviado na côrte de Vienna, e ahi permaneceu perto de quatro annos, no fim dos quaes voltou a Portugal e continuou a servir no exercito. Em 1789 foi feito marechal de campo, no anno seguinte commandou as tropas reunidas no campo d'instrucção da Porcalhota, subiu a tenente-general de infantaria em 1792, exerceu o logar de inspector geral de infantaria, e estava nomeado governador do reino do Algarve quando falleceu, a 3 de março de 1793. (V. *Alorna, marqueza de,* no *Portugal,* vol. I, pag. 224 e seguintes). Um de seus filhos João Carlos Ulrico, que foi tambem conde de Oeynhausen, nasceu a 31 de outubro de 1791. Foi despachado capitão de cavallaria das Minas Geraes em 1809, passou em 1815 para o exercito de Portugal e morreu a 14 de agosto de 1822, sendo tenente-coronel do regimento de cavallaria n.º 4.

**Oferçom** ou **offreçom.** Termo antigo; peita, *luvas,* serviços, presentes, regalos, jantares, comedorias, etc., que para remissão de algum vexame, se offerecia ao alcaide, ou senhor da terra, ou aos seus ministros e officiaes. E' por isso que em alguns foraes se chama *alcaidaria.* No foral dado a Thomar pelos cavalleiros do Templo, em 1162, traduzido no principio do seculo XIV, diz-se: «O Juiz e Alcaide seiam a vos postos, sen ofreçom... En nhas asenhas non dedes mais ca de XIII partes, huma, sen ofreçou... en La-

garidiga.» *Lagaridiga*, ou *lagaradiga*, era o tributo que se pagava pelo vinho colhido.

**Officios mechanicos.** V. *Regimento dos officios.*

**Offrendar.** Termo antigo que vem do latim offero. N'um documento de Lamego, de 1316, lê-se: «Mando que offrendem hum anno de XVIII dinheiros cada dia, e candêas da minha casa.»

**Olan.** V. *Oyan.*

**Oiro.** V. *Ouro.*

**Oiros** (*Casaes dos*). Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pontével, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

**Óis do Bairro.** Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 74 fog. e 264 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Certime. Foi conc. com camara, juiz ordinario, juiz dos orphãos, escrivães e mais empregados. E' pov. muito antiga, mas parece que só teve o foral que lhe deu el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. A terra é muito fertil, e tem muito bom vinho da Bairrada. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Existe aqui o palacio da familia Calheiros, onde ha uma linda capella com magnificas pinturas de Pereira Junior.

**Óis da Ribeira.** Pov. e freg. de Santo Adrião, da prov. do Douro, conc. e com. d'Agueda, distr. e bisp. de Aveiro; 113 fog. e 432 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na estrada real que vae d'Agueda a Aveiro, a 10 k. da estrada de Oliveira do Bairro, na margem esquerda do rio Agueda. A Casa de Bragança era donataria da freguezia, e apresentava o prior, que tinha 270$000 réis de rendimento. Tem foral dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 2 de junho de 1516. Ois da Ribeira é pov. muito antiga, porque existe uma escriptura de doação, feita por Flamula ao mosteiro de Pedroso, em 1079, na qual se diz que metade d'Eixo e Ois eram de D. Thereza Fernandes, mulher do conde de D. Mem Viegas de Sousa. A outra metade, da villa e egreja d'Ois, era da corôa. Depois ficou sendo metade do rei, e a outra metade dos filhos do conde D. Mendo de Sousa, ou *Souzão*, e do mosteiro de Santo Thirso. D. Fernando I deu ao conde D. João Affonso de Sousa *toda a parte e direito e quinham que avia na aldea doões da rribeyra, e na aldea do rrequeixo de rriba do vouga, com todos seus termos e jurdiçoões, como os do dito comde avia em eixo.* A carta de doação foi dada em a 22 de setembro de 1407, era de Cesar, 11 de setembro de 1369 da de Christo. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 24, com a séde em Aveiro.

**Oitava.** Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, districto de Coimbra.

**Oitavos** Logar do conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. Posto semaphorico.

**Oitubro.** Era muito frequente até ao seculo XIII, e ainda usado até ao XVI, pôr-se ás creanças no baptismo o nome dos mezes do anno. Vêem se em muitos documentos *Janeiro* e *Januario*, que é o mesmo; *Fevereiro* e *Fevreiro*; *Março, Marçal* e *Marçallo; Abril, Maio, Junho* e *Junio; Julho* e *Julio*; *Agosto, Augusto* e *Agostinho*, e *Oitubro.* Não consta que se tomassem para esse effeito os nomes dos mezes de setembro, novembro e dezembro. Em 1301 comprou o bispo de Vizeu D. Egas muitas propriedades no termo de Pinhel, as quaes constam do tombo velho d'aquella cathedral, e n'elle, a fl. 6, se vê, entre outras testemunhas, um *Oitubro Beetis*, isto é, Oitubro, filho de *Beito* (Bento).

**Okussi.** Um dos reinos em que se divide a parte portugueza da ilha de Timor, na Malasia, (archipelago de Sonda, Oceania). Está situado na costa N, á beira-mar, na região do Survião, e portanto encravado no territorio hollandez. E' o unico que se encontra em taes circumstancias, pois que todos os outros ficam na região dos Bellos. A sua população orça por uns 14:000 habitantes, entre os quaes 1:600 são christãos. A lingua falada pelos naturaes é o vaqueno. A capital é a provincia maritima do mesmo nome, que dista cêrca de 130 k. de Dilly. Commando militar, templos christãos e escolas. Porto de Lifáo, onde, até mais do meado do seculo XVIII, foi a capital da Oceania portugueza. Foi em 1701 o durante a administração do primeiro governador do Timor, Antonio Coelho Guerreiro, que o regulo de Okussi se alliou aos portuguezes nas luctas que então se travaram na ilha, recebendo em recompensa a patente de tenente-general. Em 1769 foi o *leoray* d'este reino que obrigou os portuguezes a abandonarem Lifáo, que servia do capital, e a transferil-a para Dilly. Em 1859, pelo tratado effeituado com a Hollanda para regular a posse, cessão e limites de differentes territorios n'aquellas regiões, o reino de Okussi continuou a pertencer-nos, embora esteja encravado no territorio pertencente á Hollanda.

**Olaia.** Pov. e freg. de N. S.ª do O', da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 510 fog. e 2:131 hab. Tem caixa post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. O prior de S. Thiago, de Torres Novas, apresentava o cura, que tinha 50$000 rs. de congrua, 1 alqueire de trigo de cada fogo, e o pé d'altar. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Fornello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

**Olalhas.** Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 621 fog. e 2:243 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medico e est. post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada a 4 k. da margem direita do rio Zezere. E' da prelazia de Thomar, hoje annexa ao patriarchado. O rei, pela Mesa da Consciencia e Ordens, apresentava o vigario, que tinha differentes generos e 20$000 réis em dinheiro. Houve aqui lavra de sete minas d'ouro, com algum resultado, mas depois ficaram abandonadas. Foi villa, e teve foral, dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 14 de novembro de 1514. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

**Olano** (*Fr. Antonio*). Religioso menor. N. perto de Torres Vedras. Escreveu uma obra com o titulo de *Martyrio de Frei André de Spoleto*, que

foi traduzida em italiano por João Maria Branenlupo de Montepulcio, e publicada em 1574 com o *Thesouro das virtudes*, de Fr. Affonso da Ilha.

**Olaria.** Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

**Olaulim.** Pov. do conc. de Bardez, no distr. e arcebisp. de Gôa, India. Está situada a NO da ilha do Chorão.

**Oldem.** Pov. do concelho de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na margem esquerda do rio de Candiapar.

**Oldrões.** Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 142 fog. e 547 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e fabricas de manteiga. A pov. dista 4 k. da séde do conc. A mitra e o real padroado apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 70$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. Thiago, de Valpedre, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Olêdo.** Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 390 fog. e 1:372 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post, permutando malas com Idanha-a-Nova. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada a 4 k. do rio Alpreade. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

**Oleicultura.** V. *Olivicultura.*

**Oleirinhos.** Povoações nas freguezias: S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo André, de Meixedo, conc. e distr. de Bragança.

**Oleiro.** Fabricante de louça de barro. Este officio tinha regimento especial na collecção do senado de Lisboa reformada em 1572.

**Oleiro.** Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; N. S.ª de Guadalupe, de Porto da Cruz, conc. de Machico, distr. do Funchal. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

**Oleiros** (*Francisco de Albuquerque Pinto Castro e Napoles, 1.º barão e 1.º visconde de*). Coronel de milicias reformado, condecorado com a cruz n.º 3 da campanha da Guerra Peninsular. N. a 27 de setembro de 1778, fal. a 23 de maio de 1868. Era filho de Francisco Rebello d'Albuquerque Pinto Maldonado, senhor dos morgados de Alcains e Oleiros, capitão-mór da mesma villa, que falleceu, a 6 de janeiro de 1818, sendo casado com D. Brites Maria da Cunha Pereira Castro e Napoles. O visconde de Oleiros succedeu na casa de seu pae, e casou a 27 de novembro de 1809, com D. Maria de Guadaluppe Pereira Forjaz de Mesquita Coutinho Barreto da Fonseca, filha unica de Diogo da Fonseca Barreto de Mesquita Coutinho, senhor da casa da Deveza em Castello Branco. O titulo de barão de Oleiros foi concedido por decreto de 16 de janeiro de 1837, e o de visconde por decreto de 22 de fevereiro de 1854.

**Oleiros** (*Francisco Rebello de Albuquerque Mesquita e Castro, 2.º visconde de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, commendador da ordem de N. Senhora da Conceição, governador civil de varios districtos, etc. N. a 27 de novembro de 1815, e falleceu ha bastantes annos. Era filho do 1.º visconde de Oleiros. (V. o *artigo antecedente*). Casou a 14 de julho de 1836 com D. Antonia Maria de Paiva e Albuquerque, filha de Francisco José de Paiva, commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Ignacia Vicencia de Paiva. Foi-lhe renovado o titulo de visconde concedido a seu pae, por decreto de 4 de agosto de 1854.

**Oleiros.** Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc., julgado municipal, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre. Tem uma só freguezia, N. S.ª da Conceição. Está situada n'um alto, correndo-lhe ao pé o rio do seu nome, onde tem apparecido areias de ouro. Dista da capital do distr. 36 k. Oleiros era uma das 12 villas do grão-priorado do Crato, da ordem de Malta. O grão-prior apresentava o vigario, que tinha diversos genoros e 12$000 réis em dinheiro. Affirma-se que o nome d'esta villa não vem de *oleiros*, fabricantes de louça de barro, mas de *olleiros*, palavra castelhana e portugueza antiga, que se pronunciava *olheiros*. Deu causa a este nome a circumstancia de haver alguns *olhos*, ou *olheiros*, nascentes, de agua no sitio em que a villa está fundada. Diz se tambem que existiu um tanque no sitio onde depois se ergueu o pelourinho. O monto onde está a villa é de pouca elevação, e corre de E a O. A maior parte da pov. estende-se pela encosta do monte, para o norte. A villa é cercada, do N a S por 4 collinas, sobre as quaes se vêem as capellas do *Espirito Santo*, *S. Sebastião*, *Santa Margarida* e *N. S.ª das Candeias*. A primitiva capella de Santa Margarida estava no sitio, que se ficou chamando *Horta da Santa*. Estando arruinada construiu-se outra capella em logar mais apropriado. Em 1809 tinha vindo de Castello Branco uma grande porção de polvora, que se recolheu n'esta capella. Passando por aqui os francezes n'esse anno, lançaram-lhe fogo por meio d'um rastilho; o edificio ficou completamente arruinado com a explosão, indo a imagem da padroeira pelos ares, mas passados tempos appareceu incolume no sitio das Lameiras. Este facto foi attribuido a milagre da Santa, e o povo, que sempre lhe consagrou a maior devoção, tratou de lhe erigir nova capella, que é a que existe. Mandou povoar a villa o prior D. Mem Gonçalves, commendador da ordem do Hospital, e lhe deu foral, por beneplacito do 2.º grão-mestre D. Affonso, pelos annos de 1350. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, confirmando o antigo, em Lisboa, a 20 de outubro de 1513. O melhor edificio da villa é a egreja matriz, obra d'el-rei D. Manuel. Está edificada no topo do monte, dominando toda a villa. Em 1639 ainda estava por concluir e já bastante arruinada, mas depois reedificou-se e concluiu-se. O templo é majestoso e de tres naves. Diz-se que as columnas que sustentam os arcos das naves são da antiga egreja que os templarios fundaram no logar do *Mosteiro*, 5 k. a O da villa. Estas columnas são da ordem corinthia, e assentam sobre plinthos quadrangulares. A capella-mór foi feita pela commenda de Malta, e o

corpo da egreja por offertas voluntarias dos parochianos. A capella-mór tem 11 m. de comprimento e 6,m6 de largura, com a altura correspondente. Vê-se ali uma bella tribuna, throno e sacrario, tudo de boa talha dourada. O forro é apainelado, dividido em 24 quadros, representando as principaes scenas da vida de Christo, todos primorosamente pintados, mas já bastante damnificados pelo tempo. As paredes são revestidas de azulejos até ás cimalhas, e n'elles se admiram differentes figuras biblicas, d'um desenho muito correcto. Sobre o altar-mór, e ao fundo do throno, está a imagem da padroeira, N. S.ª da Conceição. O corpo da egreja tem 22 m. de comprimento, desde a porta principal até ao arco cruzeiro, 12 m. de largura e outros 12 de altura, ao centro. Tem duas sacristias: uma da confraria do Santissimo Sacramento, e outra para o serviço dos ecclesiasticos. O forro d'esta é pintado a oleo, apresentando ao centro, sobre campo preto, uma cruz branca, com 8 pontas, symbolisando as 8 bemaventuranças, que é a divisa dos cavalleiros de Malta. O forro da nave central do templo é dividido em 27 quadros, pintados a oleo, representando varias scenas do Antigo Testamento. As naves lateraes teem pinturas de ornato. Tem 4 altares lateraes. A porta principal do templo fica a O, e as duas lateraes são uma ao N e outra ao S. A' entrada da primeira d'estas portas vêem-se duas sepulturas, muito antigas, ambas com brazões d'armas gravados nas tampas, mas com a continuação da passagem sobre ellas, estão tão gastas que mal se conhecem. Uma é de marmore, e está partida em tres pedaços; tem um epitaphio, que pouco se póde lêr, mas que indica ter sido ali sepultada Izabel da Costa, mulher de Salvador Leitão. A outra sepultura é de granito, e se teve inscripção, já se não conhece. Em frente da egreja matriz e com a porta principal voltada para o N, está a egreja da Misericordia, que tambem é um templo muito antigo. Foi reparado em 1714, como consta d'uma inscripção que está no arco da capella-mór, na pedra que serve de fecho. Ignora se a epoca da sua fundação, mas, dizem que existe no cartorio da Santa Casa uma escriptura de emprasamento, feita em 1506. Ao N d'esta egreja e contigua a ella, está a capella do Senhor dos Passos, imagem muito perfeita e de grande veneração. Dentro da villa ha mais tres capellas pertencentes a particulares: *N. S.ª de Guadalupe*, *S. José* e *N. S.ª Mãe dos Homens*, todas tres construidas no meado do seculo XVIII. Ao S da egreja matriz estão as casas que fôram residencia dos commendadores de Malta, casas que se consideraram bens nacionaes, sendo vendidas depois de 1834. Na villa ha tres praças ou terreiros: *Largo do Adro*, *Largo da Deveza* e *Largo da Praça*. E' neste ultimo, de fórma triangular, e como formando a base do triangulo, que está o edificio da camara municipal, que é muito antigo; no centro da praça ergue-se o pelourinho, no topo do qual se vêem as armas da villa. Estas armas não consta que existam na Torre do Tombo, compõem-se de 4 chatarizes da sua côr, em campo verde, o que parece confirmar a tradição dos *olheiros*. Na villa ha tres fontes: a *das Freiras*, a *do Chafariz* e a *Fonte Nova*; duas escolas de instrucção primaria, uma de cada sexo, ambas em edificios pagos pela camara municipal; havia ainda uma aula de grammatica latina, que foi supprimida depois de 1834. A 6 k. ao S da villa, e mesmo no alto da serra do *Fernão Porco*, vê-se uma grande cavidade, chamada *Cova da Moira*, por se dizer feita no tempo do dominio dos arabes. Tem mais de 20 m. de comprimento e outros tantos de largura, e uma profundidade de 6 m. Dentro da mesma cova, na rampa do E, existia ainda em 1845 uma pequena porta, praticada na rocha, dando entrada para um subterraneo. Hoje, segundo parece, está completamente obstruida debaixo da terra que as aguas da chuva para ali tem acarretado. Oleiros pertence á 2.ª div. mil., 4.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. Tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr. post. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N. Thomar; agencias bancarias e de seguros, hospedaria, medico, pharmacia, notario, *Sociedade Philarmonica Oleirense*, feira a 25 de março e 1 de novembro, que duram tres dias; mercado no 4.º domingo de cada mez, etc. No conc. de Oleiros existem algumas minas metalicas. Em maio de 1874 foi registada na camara municipal de Oleiros uma mina de galena. O conc. comprehende 12 freguezias, com 2:319 fog. e 11:054 hab., sendo 5:232 do sexo masc. e 5:822 do fem., n'uma superficie de 58:254 hect. As freguezias são: S. Thiago Maior, de Alvaro, 1:519 hab.: 702 do sexo masc. e 817 do fem.; S. Francisco de Assis, de Amieira, 562 hab.: 269 do sexo masc. e 293 do fem.; S. João Baptista, de Cambas, 760 hab.: 344 do sexo masc. e 416 do fem.; S. João Baptista, de Estreito, 1:373 hab.: 677 do sexo masc. e 696 do fem.; N. S.ª das Dôres, de Isna, 443 hab.: 227 do sexo masc. e 216 do fem.; N. S.ª do Carmo, de Madeirã, 796 hab.: 554 do sexo masc. e 442 do fem.; N. S.ª da Victoria, de Mosteiro, 525 hab.: 230 do sexo masc. e 295 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Oleiros, 2:790 hab.: 1:358 do sexo masc. e 1:432 do fem.; S. Bartholomeu, de Orvalho, 883 hab.: 423 do sexo masc. e 460 do fem.; S. Simão, de Sarnadas, 496 hab.: 241 do sexo masc. e 255 do fem.; S. João Baptista, de Sobral, 517 hab.: 216 do sexo masc. e 301 do fem.; S. Sebastião, de Villar Barrôco, 390 hab.: 191 do sexo masc. e 199 do fem. O O principal commercio do conc. é milho, castanha e azeite. || Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 228 fog. e 1:028 hab. Tem fabricas de papel. A egreja parochial dista 9 k. da séde do conc. O reitor da freg. de Arcozêllo apresentava o cura, que tinha 80$000 réis de rendimento, e o pé d'altar. A terra é muito fertil; cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, a com séde em Aveiro. Antigamente houve n'esta pov. muitos oleiros, que deram o nome á freg.; dizem que o barro ainda é abundante, porém muito ordinario, servindo só para fazer telha e tijolo. No logar de Candal d'esta freg. fundou-se em 1811 uma grande fabrica de papel, cujos productos fôram premiados em varias exposições portuguezas, e nas internacionaes de Londres, em 1862, e Paris em 1867. Foi destruida por um incendio em 1854 e

reedificada em 1859. Em 1855 tambem se fundou uma fabrica de fiação de algodão, cujos productos fôram premiados nas exposições de Lisboa e Porto, e na de Londres, em 1862. || Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 104 fog. e 378 hab. Tem est. post. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Ave. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. N'esta freg. ha vestigios de fortificações romanas ou arabes. A terra é fertil; cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 124 fog. e 599 hab. Tem est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. A egreja matriz está situada a 1:500 m. da estrada real do Braga a Ponte do Lima, e a 3 k. da margem direita do rio Cávado. O abbade de Cabanellas apresentava o vigario, que tinha 100$ 00 réis de rendimento. A terra é muito fertil; cria muito gado, e tem bastante caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santo Adrião, da provincia do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 97 fog. e 476 hab. A egreja parochial dista 2 k. da séde do conc. A pov. está situada na margem esquerda do rio Lima. A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil em todos os generos da agricultura, cria muito gado de toda a qualidade, exportando o bovino para Inglaterra em grande quantidade. A pov. pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Miguel, de Urró, conc. de Penafiel, distr. do Porto, onde ha um apeadeiro, entre o de Irivo e a est. de Paredes. || Povoações nas freguezias: S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Roufe, conc. de Guimarães, districto de Braga. || Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Serzêdo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo André, de Villa Nume, conc. de Cabecciras de Basto, do mesmo distr. || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

**Oleiros de Baixo.** Povoações nas freguezias: S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, do mesmo districto.

**Oleiros de Cima.** Povoações nas freguezias: O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, districto do Porto. || S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, do mesmo districto.

**Oleiros da Vereia.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Gondezende, conc. e distr. de Bragança.

**Olela.** Pov. na freg. de Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabecciras de Basto, districto de Braga.

**Olellas.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, districto de Lisboa.

**Olga.** Pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Almendra, conc. de V. N. de Fozcôa, distr. de Villa Real.

**Olhainho.** Pov. na freg. de S. Salvador, de Portella Suzã, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Olhalvo.** Pov. e freg. de N. S.ª da Encarnação, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alemquer, distr., patriarc. e Relação de Lisboa; 335 fog. e 1:606 hab. A pov dista d'Alemquer 6 k. para o norte, communica com a Merceana e com a Labrugeira por estradas de macadam. Está situada junto da margem esquerda da ribeira de Alemquer. O povo apresentava o cura, que tinha 100 alqueires de trigo, 60 almudes de vinho e 4 cantaros de azeite. Foi curato, annexo á egreja da Magdalena, de Aldeia Gavinha. Olhalvo é uma das aldeias mais asseadas e pittorescas do concelho, vivendo os seus habitantes do producto das suas vinhas, que antes da crise vinicola davam de sobejo para os conservar em regalada abastança. Esta fregnezia compõe-se dos logares de Olhalvo, Pocariça e Pena Firme, e de algumas quintas e casaes, das quaes as mais notaveis são as quintas da *Lagem*, *Margem de Arada*, da *Ramalheira* e da *Boa Vista*. Até 1612 era tudo isto da freg. de Aldeia Gavinha. Então, creando-se esta freg., ficou sendo curato dependente da antiga matriz até 1834. Serviu de egreja parochial até 1840, a capella de N. S.ª da Encarnação e S. Sebastião, de Olhalvo, ficando a mesma Senhora a ser padroeira da nova freg., mas n'esse anno de 1840 mudou a séde da parochia com a mesma invocação, para a espaçosa egreja do mosteiro da ordem dos carmelitas descalços, a requerimento dos parochianos, que puderam conseguir do governo que a egreja não fôsse vendida, assim como aconteceu ao mosteiro, cêrca e officinas, sendo-lhe essa egreja concedida pela portaria de 20 de abril de 1836. O convento dos carmelitas fôra fundado em 1648 por D. Manuel da Cunha, arcebispo de Lisboa e capellão-mór de D. João IV. O terremoto de 1755 deixou a egreja quasi arrasada, pelo que teve de ser reconstruida pelos fundamentos, terminando as obras em 1782, quasi todas feitas com esmolas dos devotos, porque o convento era pobre. Em 1834 desappareceram muitas alfaias e paramentos da egreja. A rica bibliotheca do fundador, já então estava muito reduzida, porque elle e sua irmã, D. Marianna de Mendonça, tinham dado licença aos frades para venderem os livros que lhes não fôssem precisos. Em 1834 tambem desappareceu o resto dos livros, que eram ainda muitos e bons, assim como os paramentos. O edificio e officinas do mosteiro fôram vendidos ao visconde de Ponte Arcada. A egreja evitou-se, que fôsse vendida, conforme dissémos. E' um sumptuoso templo em fórma de cruz, com cinco altares todos de abobada de pedra. Todos os altares são de talha dourada e de grande belleza. Um dos da direita é dedicado ao Santissimo Sacramento. Na egreja existem boas imagens ainda do tempo dos frades, bem como alguns quadros a oleo de valor, em riquissimas molduras, dadiva do fundador, que era grande amador das bellas artes. Segundo os entendedores, destaca-se um grande e valioso retabulo representando S.

Pedro na gruta, chorando de arrependimento por ter negado tres vezes a Jesus Christo; tambem é de muito valor o retabulo, de grandes dimensões, representando a Sacra Familia. O retrato a oleo do fundador, em corpo inteiro, foi em tempo tirado do local onde estava, e remettido para a Bibliotheca Nacional, de Lisboa, e deve ali existir, se acaso não foi queimado, como aconteceu a muitos quadros que se enviaram para aquelle estabelecimento. Na capella-mór existem, além da sepultura do fundador, as dos grandes portuguezes Simão da Cunha, general do mar da India, fallecido em 1529; Tristão da Cunha, senhor de Gestaçô e Penajoia, fallecido em 1439; Ruy da Cunha, copeiro-mór de D. João III, fallecido em 1559; Simão da Cunha, copeiro-mór de el-rei D. Sebastião, fallecido em 1624. D'estes illustres mortos apenas restam alguns ossos, porque os caixões desappareceram carcomidos pelo tempo. Na referida capella-mór se vêem embutidas na parede quatro lapides, de pedra fina, cada uma com a sua inscripção commemorativa. A egreja tem um soberbo côro, e debaixo do arco se vêem duas lapides, que vieram da capella-mór, tendo cada uma longa inscripção ácêrca das sepulturas do arcebispo D. Manuel da Cunha e de sua irmã D. Marianna de Mendonça, que tinham sido sepultados na capella-mór. A sacristia é um salão vasto e majestoso, todo de abobada, tendo d'um lado um immenso guarda roupa, e as paredes ornadas de quadros a oleo. Possue boas alfaias e bellos paramentos, tudo arrecadado com muita ordem, graças á solicitude do fallecido João da Cunha Costa e Silva, cavalleiro rico, que residia n'este logar. Hoje existe n'esta egreja tudo quanto é preciso para que as funcções do culto se façam com o devido esplendor. No centro da aldeia ainda existe a capella de N. S.ª da Encarnação, séde da primitiva freguezia, e um pouco mais abaixo para o lado do norte, uma outra consagrada a N. S.ª da Conceição, pertencente ao abolido recolhimento para donzellas, que em 1663 ali fundara Izabel das Chagas. Ambas as capellas estão abertas ao culto, e regularmente conservadas pela junta de parochia. O cemiterio, que até 1906 existiu perto da egreja parochial, foi mudado n'aquelle anno para fóra da aldeia a instancias do fallecido Francisco dos Santos Reis, que offereceu o terreno e alcançou varios donativos, não só do governo como de alguns habitantes do logar para a sua installação. Existem ainda na freg. de Olhalvo varias familias distinctas, sendo uma das principaes a familia Goes, representante do celebre chronista d'el-rei D. Manuel, Damião de Goes. O ultimo morgado de Goes foi Francisco de Goes Souto Maior de Moraes du Bocage, que nasceu em julho de 1852, e falleceu em Olhalvo em 29 de junho de 1898. Foi um agricultor muito distincto exercendo por vezes varios cargos no concelho, que lhe foi berço. Era filho de Francisco de Goes Souto Maior du Bocago, e de D. Rita de Cassia Moraes Correia de Sá e Castro, e casou com sua prima, D. Maria Izabel da Cunha, de quem teve a Damião de Goes da Cunha du Bocage, actual representante do referido chronista. Olhalvo possue, além da cêrca do antigo convento, que pertence hoje ao commendador Antonio da Cunha Abreu Peixoto, as propriedades seguintes: *Quinta de S. José da Lagem*, dos Ferreiras d'Abreu e hoje dividida pelos seus herdeiros; *Quinta da Boa Vista* do commendador Abreu Peixoto; *Quinta da Ramalheira*, dividida em parcellas pertencentes a varios donos, e finalmente a *Quinta da Margem da Arada*, que é uma das mais antigas, senão a mais antiga do concelho. Esta propriedade data do tempo dos romanos, tendo-se encontrado por varias vezes vestigios d'aquelle povo em lapides n'ella descobertas. A ultima lapide que se encontrou na quinta, a que nos referimos, tem a inscripção;

D. M.
ANTONIAE
MAXIMAE
ANN. XXXII
CAESIAE AMOENA
MATER FILIAE
PIETISSIMAE
H. S. E.

Cuja traducção, segundo Pinho Leal, no vol. VI do *Portugal antigo e moderno*, pag. 228, é a seguinte: «Aos deuses manes. Aqui está sepultada Antonia Maxima, fallecida na edade de trinta e dois annos. Amena, sua mãe, lhe dedicou esta piedosissima memoria.» Em 1814 pertencia a Lopo Fernandes Pacheco, senhor de Ferreira de Aves, fidalgo da antiga linhagem dos Pachecos, e que está sepultado na sé de Lisboa, que a houve por compra que fez a sua cunhada Maria Lourença, viuva de Martim Gomes de Taveira, descendente dos Taveiras, a cuja familia pertenceu a mãe de Santo Antonio. Em 1750 achamol-a aforada e em poder de Diogo Marchão Themudo, desembargador do Paço; em 1825 pertencia a Jorge Arraes de Mendonça; pertencendo actualmente á sr.ª viscondessa d'Alemquer, viuva de D. Thomaz de Napoles, 1.º visconde do mesmo titulo. Olhalvo pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com Alemquer, medico e pharmacia.

**Olhão** *(Francisco de Mello da Cunha Mendonça e Menezes, 1.º conde de Castro Marim e 1.º marquez de).* Monteiro-mór do reino, gentil-homem da camara da rainha D. Maria I, gran-cruz das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, presidente do senado da camara de Lisboa, governador e capitão general do Algarve, governador da Torre de Belem, tenente-general, e um dos governadores do reino em 1808. N. a 26 de abril de 1761, fal. a 7 de abril de 1821. Succedeu na casa dos Cunhas em 1778 a seu pae, e no officio e casa dos monteiros móros em 16 de fevereiro de 1789 a seu primo Francisco de Mello. Por decreto de 14 de novembro de 1802 foi agraciado com o titulo de conde de Castro Marim. Achava-se em 1807 encarregado do governo das armas do Algarve, sendo então já tenente-general, quando as tropas francezas commandadas por Junot, entraram em Portugal. Retirando-se para sua casa logo que se estabeleceu entre nós o governo intruso, foi um dos primeiros a acudir em defeza da patria, quando em junho de 1808 rebentou no Algarve o grito do revolta, e assumiu desde logo a presidencia da junta que se constituiu em Faro. Quando as forças populares se congregaram para expulsar

do nosso territorio os soldados de Napoleão, o conde de Castro Marim, marchaudo á frente das tropas que então se organisaram no Algarve, passou ao Alemtejo, chegou a Beja no dia 19 de agosto, e seguindo depois para Lisboa, estava em Evora quando se assignou a convenção de Cintra, em 30 do referido mez d'agosto, contra a qual protestou da mesma fórma que fez o general das tropas do uorte Bernardim Freire de Andrade. Expulsou os soldados de Junot, logo que se tratou de formar a regencia, e foi nomeado para um dos logares de governador do reino, e pouco depois chegava a noticia que o conde de Castro Marim fôra agraciado com o titulo de marquez de Olhão, por decreto de 21 de dezembro de 1808, pelo principe regente, que vivia no Rio de Janeiro. De 1808 a 1820 exerceu o marquez d'Olhão os cargos de governador do reino e de conselheiro de guerra; depois da revolução de 1820 afastou-se dos negocios publicos, mas pouco tempo sobreviveu, porque falleceu no anno seguinte. Havia casado em 29 de novembro de 1783 com D. Joaquina Telles da Silva, filha dos 2.os marquezes de Penalva.

**Olhão** *(Pedro de Mello da Cunha Mendonça e Menezes, 2.º conde de Castro Marim e 2.º marquez de).* Monteiro-mór, par do reino em 1826; commendador da ordem de Christo, deputado da Junta dos Tres Estados, presidente do senado da camara de Lisboa, capitão de infantaria. N. a 14 de outubro de 1784, fal. a 2 de fevereiro de 1844. Era filho do 1.º marquez do mesmo titulo, Francisco de Mello da Cunha Mendonça e Menezes, e de sua mulher, D. Joaquina Telles da Silva. Succedeu na casa e nos titulos de seu pae em 1824, e casou a 26 de agosto de 1804 com D. Marianna de Menezes, filha dos 1.os marquezes de Vallada, D. Francisco de Menezes da Silveira e Castro, e D. Anna Thereza de Almeida. D'este consorcio houve, entre outros filhos, Francisco da Cunha Mendonça e Menezes, que nasceu a 25 de julho de 1805 e fal. em 1834, sendo alferes de cavallaria, e agraciado com o titulo de 3.º conde de Castro Marim em 19 d'agosto de 1823. E' hoje condessa de Castro Marim a sr.ª D. Rita da Silva Correia de Carvalho da Cunha Mendonça e Menezes, que reside na quinta de D. Carlos, em Alemquer; e marquez de Olhão o sr. D. José da Cunha Mendonça e Menezes.

**Olhão.** Villa da prov. do Algarve, séde de concelho e de com., distr. de Faro, bisp. do Algarve, Relação de Lisboa. Tem uma só freg., N. S.ª do Rosario. Está situada á beira-mar, na estrada de Faro a Tavira, a 9 k. da séde do distr., ficando-lhe para o lado de terra uma vasta planicie, o para o lado do Oceano um extenso areal. A mitra apresentava o prior, que tinha de rendimento annual 300$000 réis. Esta pov. começou pelo meado do seculo XVII por um aggregado de cabanas de palha, em que se abrigavam os pescadores durante o tempo das pescarias, até que se foi formando habitação permanente, e se fôram edificando algumas casas, constituindo-se pouco a pouco uma bonita aldeia da freg. de S. Sebastião, de Quelfes. A industria da pesca foi tão prospera que já em 1790 se não viam as cabanas de palha, tendo sido substituidas por casas de boa apparencia, contando já a pov. 1:133 fog. Concorrera muito para esta prosperidade o terem-se os pescadores aventurado, desde 1779 a 1782, a ir a Gibraltar levar refrescos aos sitiadores e sitiados, com que grangearam bons lucros. O sitio de Cadiz ainda veiu augmentar mais a riqueza de Olhão, que em 1802 já contava 1:202 fog. Pelos annos de 1700, o bispo do Algarve D. Simão da Gama, attendendo ao desenvolvimento que tinha attingido a pov., a fez parochia independente, separando-a da de Quelfes, e por essa occasião lhe construiu a egreja matriz, que é um templo elegante e muito espaçoso. Pertenceu ao conc. de Faro até 1808, anno em que por alvará de 15 de novembro do mesmo anno, dado no Rio de Janeiro, foi elevada á categoria de villa, com juiz de fóra, creando-se então o seu conc. com as freguezias de Olhão, Moncarapacho, Pexão e Quelfes, demarcando-se-lhe um pequeno termo, e dando-se-lhe o nome de *V. N. de Olhão.* Os filhos d'esta terra teem sido sempre considerados como os mais habeis e corajosos marinheiros e pescadores portuguezes; como marinheiros ha um facto assignalado nas paginas da historia do paiz: fôram elles os primeiros que levantaram o grito de independencia contra o jugo do general francez Junot, em 1808, pelo que o principe regente D. João decretou que a villa se intitulasse *Olhão da Restauração*, e permittiu que os habitantes d'ella usassem d'uma medalha, na qual se via gravada a letra O com a legenda *Viva a restauração e o Principe Regente, nosso senhor.* Não satisfeitos ainda estes leaes patriotas de arriscarem as vidas, familias e fazendas, tiveram ainda o arrojo inaudito de embarcarem n'um pequeno cahique, de que era mestre Manuel Martins Garracho e piloto Manuel d'Oliveira Nobre, ambos pescadores, que só com mais tres marinheiros fôram n'esse mesmo anno de 1808 ao Rio de Janeiro levar ao principe D. João a noticia da expulsão dos francezes de Portugal. O regente, para recompensar tão arrojada viagem e tão nobre intento, fez guarda-mór de saude Manuel Martins Garracho, e capitão de Olhão Manuel d'Oliveira Nobre, condecorando ambos com o habito da ordem de Christo, dando-lhes a patente e soldo de primeiros tenentes da armada de marinha, uma tença annual de 200$000 réis a cada um; premiou tambem os marinheiros com dinheiro e uma medalha commemorativa. Deu-lhes tambem um hiate para regressarem ao Algarve, e mandou conservar o famoso cahique, *ad perpetuam rei memoriam*, no arsenal de marinha do Rio de Janeiro. Em 1833 os habitantes de Olhão defenderam-se valorosamente das guerrilhas do partido miguelista. Perderam muita gente n'estes ataques, assim como com a *Cholera Morbus*, que então grassava em quasi todo o reino, de sorte que em 1835 os seus fogos estavam reduzidos só a 1:081. Hoje a villa está muito florescente. A sua população é de pescadores, quasi na sua totalidade. Deve a prosperidade da sua industria, não tanto á abundancia de bom peixe da costa, mas á sua coragem e destreza, pois se afastam em busca de pescaria a 70 e ás vezes a 90 k. ao SO da terra. Exporta grande quantidade de peixe de differentes qualidades para todo o paiz, tanto em fresco, como depois de sêcco, mas a sua maior exportação é de sardinha, que pesca em quantidade prodigiosa. Olhão é considerada como uma das villas mais pittorescas do paiz. A sua vegetação é fertilissima; as aguas correm por entre

os seus bosques de perfumada alfarrobeira. O commercio de Olhão é o mais importante de toda a provincia do Algarve. Ha na villa fabricas de peixe em conserva, de sabão e de louça, sendo estas ultimas as unicas que ha na provincia. Existe ainda, apezar dos onerosos direitos creados pelos governos para com os cereaes importados de Marrocos, uma infinidade de cahiques, os tradicionaes cahiques de Olhão, que percorrem todos os portos portuguezes e muitos hespanhoes. Em toda a Africa occidental se encontram tambem muitos d'esses barcos, conduzindo peixe sêcco e outros generos de Mossamedes para o norte da mesma costa. Em Mossamedes, Porto Alexandre e Bahia dos Tigres, ha verdadeiras colonias, só compostas de olhanenses. Todos os annos partem de Olhão cahiques para Loanda e Mossamedes, causando o assombro de muita gente a perigosa travessia feita por tão pequenas embarcações. O Compromisso Maritimo de Olhão é um dos monte-pios mais importantes, não só da provincia do Algarve, mas de todo o Portugal Esta associação sustenta um numeroso pessoal e uma boa pharmacia. Olhão tem o louvavel orgulho de ter sido patria do patrão Joaquim Lopes, o arrojado e intrepido marinheiro, que na sua barca salva-vidas salvou tantos naufragos d'uma morte horrorosa (V. *Lopes, Joaquim).* Olhão pertence á 4.ª div. mil., 8.ª brig., grande circumscripção mil. do S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S.-Faro; est. do caminho de ferro, na linha de sul e sueste, entre a de Faro e o apeadeiro de Marim; advogados, agencias dos bancos *Alliança*, do Porto, do *Banco de Portugal*, *Commercial de Lisboa*, *Crédit Franco-Portugais*, *Economia Portugueza*, *Lisboa & Açôres*, *Nacional e Ultramarino;* e de companhias de seguros e de vapores; associações: *Liga Nacional Portugueza*; de soccorros mutuos: *Compromisso Maritimo da Villa de Olhão, Operarios da Construcção Naval*; associação de beneficencia: *Protectora dos artistas de Olhão*; associação de classe: *Operarios das fabricas de conservas*

Egreja matriz de Olhão

*de peixe; Commissão de soccorros a naufragos*, fabricas de conserva de peixe; hoteis, medicos, pharmacias, fabrica de serração de madeiras; sociedades de recreio: *Gremio Olhanense* e *Recreativa Olhanense;* typographias, vice-consulado de Hespanha; feiras, de grande commercio, a 30 de abril e 29 de setembro; mercado no ultimo domingo de cada mez; serviço de diligencias para Moncarapacho e Faro. Tem-se publicado em Olhão os jornaes: *Cruzeiro do Sul (O)*, janeiro de 1903; *Futuro (O)*, 15 de março de 189'; em publicação, janeiro de 1908; veiu do *Porvir; Olhanense (O)*, 5 de março de 1892; *Porvir (O)*, 28 de setembro de 1888; foi substituido pelo *Futuro*. O territorio de Olhão é muito fertil, e produz muitos vinhos, hortaliças, figueiras, alfarrobeiras, oliveiras, amendoeiras, nespereiras e laraujeiras. N'esta villa ha 6 empresas de armação de sardinha. O conc. comprehende 5 freg.ª, com 4:122 fog. e 23:976 hab., sendo 11:543 do sexo masc. e 12:433 do fem., n'uma superficie de 9:581 hect. As freguezias são: N. S.ª do Carmo, de Fuzeta, 2:117 hab.: 977 do sexo masc. e 1:140 do fem.; N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, 7.492 hab.: 3:726 do sexo masc. e 3:766 do fem; N. S.ª do Rosario, de Olhão, 9:993 hab: 4:726 do sexo masc. e 5:267 do fem.; S. Bartholomeu, de Pechão, 1:566 hab.: 757 do sexo masc. e 799 do fem.; S. Sebastião, de Quelfes, 2:818 hab.: 1:357 do sexo masc. e 1:461 do fem. O principal commercio do conc. é pescarias, figos, alfarrobas, vinho, pelle de lixa, azeite, amendoa e fructas. || Quinta na freg. de Santo Antonio, de Oliveirinha, conc. e distr. de Aveiro.

**Olheirão**. Pov. na freg. de S. Pelagio e conc de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

**Olheiro**. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro. || S. Thiago, de Creixomil, conc. de Barcellos. distr. de Braga. || O Salvador, de Folgosa, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Gandra, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Arnoso-Mosteiro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Vicente, de Paio Mendes, concelho de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

**Olheiros**. Povoações nas freguezias: Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santo André, de Rendufe, concelho de Amares, districto de Braga. || S. Pedro e concelho de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Logarejo, que fica a 100 m. da praia da Fuzeta e a distancia egual do sitio de Ataboeira, no ramal da estrada municipal. N'este logarejo proximo a um riacho, brota uma nascente de agua thermal, inodora, de aspecto leitoso. Borbulha do chão no meio d'uma poça, onde muitos doentes com ulceras e molestias de pelle, vão fazer uso da agua em lavagens, obtendo bons resultados. Nada mais se sabe ácêrca d'estas aguas, que parece não terem ainda sido exploradas.

**Olho**. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Pedro e conc. de Cantanhede, do mesmo distr. || Ribeiro, na prov. do Douro, na freg. de Cadima. Nas suas margens ha arrozaes. Este ribeiro e os de *Lagôa Sêcca*, *Rodêllos*, *Moita* e *Aljuriça*, da mesma freg., juntam-se na ribeira de *Fervença*.

**Olho d'Agua**. Povoações nas freguezias: S. Julião, conc. e distr. de Portalegre. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Olho de Boi**. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Sepins, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Vicente e conc. d'Abrantes, distr. de Santarem. || S. Thiago e conc. d'Almada, distr. de Lisboa.

**Olho Marinho**. Povoações nas freguezias: N. S.ª de Aboboris, de Amoreira, conc. d'Obidos, distr. de Leiria. || Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Olho da Mira**. Entre os logares de Mira e de Minde medeia um dilatado campo, que tem 4 k. de comprimento e 2 de largura. E' quasi todo rôto, em algáres, pela maior parte, cercado de penedias, defeza providencial para gados e gente. Procéde este grande numero de algáres de estar a campina muito baixa, entre as serras, e como a agua da chuva não tem por onde se escoar, sumindo se por canaes subterraneos, ferve para cima, por aquelles boqueirões, até encher todo o campo, em maior ou menor altura, segundo a abundancia d'agua que tem chovido, d'onde resulta transformar-se o campo em lagôa. Ha occasiões em que esta agua levanta ondas como as do mar, ou procedido do vento, ou da força com que a agua rebenta pelos boqueirões. Em dois sitios rebentam as aguas em maior porção, um chamado *Pena do Poyo*, que é um alto e concavo penhasco, á maneira de alpendre, á raiz da terra. Nascem murmurando brandamente, mas em tamanha quantidade, que fazem logo mover moinhos de pão e lagares de azeite. O outro sitio, onde as aguas nascem ainda em maior quantidade, chama-se *Olho da Mira*, em cujo logar se sente nascer a agua em jactos alternados, e como que aos soluços, impellida de dentro d'uma grande cavidade subterranea, formada pela natureza, e saindo por um buraco redondo de 1,$^{m}$50 de diametro, á maneira d'um oculo, e por isso se chama *Olho da Mira*. Corre em grande abundancia, fazendo mover tambem moinhos e lagares, além da agua que verte pelos açudes, que é bastante. Corre impetuoso ao nascer, e com tanta força expelle a agua, como a torna a engulir. Juntamente com a agua sae grande numero de grossas e saborosas enguias e cirozes, que são objecto d'uma divertida pesca, quasi toda feita em *caneiros*. Na primavera sécca este campo, que seus proprietarios cultivam, e é fracissimo. As cavernas por onde saem as aguas apresentam as fórmas mais bizaras. Vêem-se abobadas, tectos, pavimentos e paredes, tudo obra da natureza, mas tão primorosamente fabricados, como se fôssem obra de peritos canteiros. Tem mais de 800 m. de extensão por baixo do solo. O pavimento é obliquo, descendo desde a embocadura até ao seu termo. Em frente fica-lhe o outeiro chamado das *Sete Villas*. Toda esta caverna é de rocha viva, sem que se veja a menor porção de terra. A sua agua, que conserva em todas as estações egual temperatura, é de optima qualidade. Tem-se notado que por mais continuadas que sejam as chuvas, nunca a agua passa d'uma certa medida. Apezar d'estes autros não conservarem em toda a sua extensão a mesma altura e

largura, porque ora abatem, ora se elevam seus tectos, e ora alargam ora estreitam suas galerias, dão em toda a parte uma passagem ampla aos exploradores. Lançando-se dentro uma pedra, faz um grande estrondo, que se ouve por muito tempo. O murmurio das aguas, quando se debatem umas contra outras, ou quebrando-se contra as rochas, fórma um som agradavel.

**Olho de Mouro.** Pov. na freguezia de S. João Evangelista, de Villa Cova de Carros, conc. de Paredes, distr. do Porto.

**Olho de Vidro** (*Quinta do*). Na freg. de S. Thiago e concelho de Almada, districto de Lisboa.

**Olhos.** Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

**Olhos d'Agua.** Povoações nas freguezias: O Salvador de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre. || S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

**Olhos da Loureira.** Nascente d'agua, na provincia do Douro. Rebenta junto da villa de Ançã. V. *Olho de Mourellos.*

**Olhos Negros.** Pov. na freg. de N.ª da Conceição e conc. de Mouchique, districto de Faro.

**Olina** Antiga cidade da Lusitania, cujo sitio hoje se ignora E' talvez uma das que estanceavam na famosa serra de *Arga*, o *Medulio* dos romanos. Ptolomeu a colloca em 8,°30' de longitude, e de 45,°30' de latitude. Pertencia á chancellaria de Lugo, e era portanto ao N de Braga, além do Lima, entre este rio e o Minho. Foi destruida pelos suevos ou pelos arabes.

**Oliva.** Appellido nobre, vindo de Hespanha, tomado da villa de Oliva, do reino de Navarra, d'onde passou a Portugal na pessoa de Lourenço de Oliva, a quem el-rei D. Sebastião deu armas proprias, para elle e seus descendentes, em 1565, durante a regencia do cardeal D. Henrique, seu tio. As armas são: Em campo verde, leão de ouro, lampassado de púrpura, armado de negro e atravessado pelo peito por uma lança de prata, com aspa de púrpura, que lhe sae pelas costas, e lançando sangue pela ferida. O leão está sobre um contrachefe estreito, de ondas de azul e prata. Elmo de aço aberto; timbre, meio homem, de frente, vestido de púrpura, com metade da haste da lança na mão. Joaquim José de Oliva justificou ser descendente d'esta familia, e se lhe passou carta de brazão d'estas mesmas armas, em 10 de dezembro de 1781. Outros do mesmo appellido usam: Em campo de púrpura um esquadro de carpinteiro, de prata, semeado com aspas de púrpura. O elmo e timbre dos antecedentes.

**Oliva e Sousa** (*Feliciano de*). Presbytero secular; doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. N. no Tojal de Satam em 1579, onde tambem fal. em 1656. Era filho de Feliciano de Oliva e de Catharina de Sousa; neto de D. Pedro de Oliva, fidalgo de Navarra, que veiu para Portugal, e casou em Vizeu com D. Paula de Sousa. Tomando ordens de presbytero secular, foi doutorar-se em Canones na Universidade de Coimbra. Nomeado visitador e vigario geral do bispado d'Elvas, passou, por convite do arcebispo de Braga D. Fr. Aleixo de Menezes, a ser auditor e vigario geral d'aquelle arcebispado. Fallecendo o arcebispo D. Aleixo de Menezes, Feliciano de Oliva e Sousa não quiz continuar em Braga, e foi exercer egual cargo na diocese de Vizeu, que governou depois *séde vacante*, pela morte do bispo D. Fr. Bernardino de Sousa. Passou depois a ser vigario capitular do bispado de Lamego. Sendo-lhe offerecida a mitra para os estados da India e da China, o prelado não a acceitou, pedindo licença para fundar na terra onde nascera um convento de freiras da ordem de S. Domingos, mandando para isso demolir a propria casa onde tinha nascido. Lançou a primeira pedra no edificio em 1663, e havido o breve pontificio do papa Urbano VIII, deram entrada solemne no convento em 1640 duas religiosas do convento de Corpus Christi, do Porto, e com ellas para o noviciado tres irmãs e seis sobrinhas do fundador. Feliciano d'Oliva e Sousa doou ao convento todos os seus bens e alfaias, dando-lhe a invocação de Nossa Senhora da Oliva, á imitação d'outra egual fundação, que os seus ascendentes haviam feito em Navarra pelos annos de 1140 a 1147. Recolhendo-se ao seu convento, ali veiu a fallecer. Feliciano d'Oliva e Sousa foi muito versado nos conhecimentos do direito canonico, e incansavel zelador das cousas da Egreja. Deixou uma obra de valor, intitulada *Tractatus de Foro Ecclesiae*, 2 tomos que se imprimiram em Coimbra nos annos de 1649 e 1650, obra que se completou com a terceira parte, publicada em Colloniae Allobrogum, 1678. Deixou tambem grande copia de manuscriptos tendentes ao bom regimen das dioceses em que exerceu autoridade. Apezar de Feliciano d'Oliva parecer tão ortodoxo, a Congressão Romana fez incluir o *Tractatus de Foro Ecclesiae* no *Index* expurgatorio por decreto de 14 de abril de 1682, e como tal se vê mencionado no *Index librorum prohibitorum SS. D. N. Pii Sexti Pont. Max jussu editus*, Romae, 1787, a pag. 190, bem como em todos os outros publicados, quer anterior, quer posteriormente.

**Oliva e Sousa Sequeira** (*Antonio de*). Commendador da ordem de S. Bento de Aviz, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, marechal de campo reformado, etc. N. em Carreiras, do concelho de Satam, em 1791, fal. na sua casa de Capreira a 20 de janeiro de 1865. Alistando-se como voluntario no regimento de infantaria n.º 11 em novembro de 1807, deu baixa em janeiro seguinte, mas logo que rebentou a revolução contra os francezes, foi unir-se ao corpo em que servira, e entrou nos combates de Vimeiro e Roliça. Despachado alferes em maio de 1810, continuou a tomar parte activa na Guerra Peninsular, até que ficou no assalto a Badajoz, sendo ferido da companhia de granadeiros. Obrigado a serio tratamento recolheu a Portugal, e como não pôde restabelecer-se completamente, em 1815 foi colloeado n'uma das companhias de veteranos. N'essa epoca frequentou o curso de Mathematica na Universidade, e voltando ao serviço activo em 1823, foi promovido a capitão. Desligado do exercito, quando em 1823 caiu o governo constitucional, voltou de novo á fileira em 1826, e tomou parte na campanha contra o marquez de Chaves. Em 1828, tendo-se acclamado rei o infante D. Miguel, homiziou-se para se livrar de perseguições, viveu escondido até 1834, e apresentando-se então aos liberaes organisou o batalhão fixo de La-

mego, servindo ás ordens do general Azevedo, depois conde de Samodães. Promovido a major serviu em varias commissões e corpos, e sendo tenente-coronel commandante de infantaria n.º 11, aquartelada em Beja, foi exonerado do commando e respondeu a conselho de guerra por se terem encontrado irregularidades na administração d'esse corpo. Condemnado a pagar a quantia, por que o julgaram responsavel, foi posteriormente chefe do estado maior da 7.ª divisão militar, e n'essa commissão se encontrava, quando se deu o movimento da Regeneração em 1851. Nomeado então commandante do regimento de infantaria n.º 14, pediu e obteve a reforma em marechal de campo sem vencimento, por decreto de 14 de outubro do referido anno de 1851, e apezar de ter depois representado ao governo e ás côrtes para lhe ser annullada aquella reforma, não o conseguiu. Escreveu: *Projecto para o estabelecimento politico do reino unido de Portugal, Brazil e Algarves*, Coimbra, 1821; n'este anno fez-se 2.ª edição; saiu em confutação d'este opusculo uma *Analyse*, por José Joaquim de Almeida Moura Coutinho; *Reflexões sobre a educação e principios dos officiaes militares, que de novo fôrem admittidos ao exercito*, Coimbra, 1821; *Cartas transtaganas, ou traços da historia desde 1846*; sairam anonymas, sendo escriptas em Beja em 1847, publicadas depois no *Estandarte* em 1848, e mais tarde, mais correctas e ampliadas, n'um opusculo impresso em Lisboa, 1860; *Narração dos acontecimentos que tiveram logar em Beja, na occasião em que Suas Majestades e Altezas visitaram esta cidade a 11 de outubro de 1843; escripta e mandada imprimir pelo presidente da Commissão Central, o tenente-coronel Antonio de Oliva*, etc., Lisboa, 1844; *Rectificações historicas*, Lisboa, 1860. A maior parte do contexto d'este curioso livro, abundante em noticias militares e biographicas, apparecera de principio em artigos successivos, publicados no *Rei e Ordem*, em 1859, e destinados principalmente a convencer de inexacto, ou antes de falso, o facto allegado pelo antigo corneteiro de caçadores n.º 7, José Francisco de Castro, affirmando de facto proprio haver sido elle que na tomada da praça de Badajoz, em 1812, fizera fugir a guarnição franceza, com um signal de engano. O *Jornal do Commercio*, que tomara a si a sustentação da veracidade do facto, publicou em 6 de agosto de 1859 uma carta assignada pelo dito Castro, em que calorosamente defendia a sua causa contra as impugnações do general Oliva. No *Estandarte* de 1848 a 1851 ha varios artigos do mesmo general, e entre elles alguns versando sobre o modo de collocar e organisar o exercito em paz, a fim de o ter prompto para a guerra imprevista; e outros sobre economias que cumpriria fazer na administração da fazenda militar. Tambem escreveu artigos na *Imprensa, Imprensa e Lei*, etc.

**Olivã** *(Christovam Cardoso Cabral Coutinho de Albuquerque Barata, visconde de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz em Beja, deputado da Nação.

**Olivaes** *(Antonio Theophilo de Araujo, 1.º visconde dos)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, par do reino. N. a 5 de março de 1804, fal. a 4 de agosto de 1879. Era filho de Francisco José de Araujo, thesoureiro da Bulla da Cruzada na diocese de Braga, e de sua mulher, D. Marianna Rosa do Carmo Lopes. Casou com D. Maria d'Araujo Veiga (V. *o artigo seguinte)*. O titulo de visconde dos Olivaes foi concedido em duas vidas, por decreto de 22 de março de 1864. Tendo o 1.º visconde fallecido sem descendencia, succedeu lhe no titulo Julio Pinto Leite, por ter casado com sua sobrinha, D. Clotilde Veiga de Araujo, que foi a 2.ª viscondessa dos Olivaes, em verificação da segunda vida, filha de seu irmão João Francisco d'Araujo, e irmã da 1.ª viscondessa D. Maria Rosa de Araujo Veiga.

**Olivaes** *(Julio Pinto Leite, 2.º visconde e 1.º conde dos)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo. N. a 29 de julho de 1836, sendo filho de José Pinto Leite, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, negociante de grosso trato na praça commercial da Bahia, irmão do visconde da Gandarinha e conde de Penha Longa, Sebastião Pinto Leite, casado com D. Carlota Barbara Leite. O sr. conde dos Olivaes casou com D. Clotilde da Veiga de Araujo, herdeira de seu tio, o 1.º visconde dos Olivaes, a quem succedeu no titulo, que lhe foi renovado por decreto de 25 de setembro de 1879. Este titulo foi elevado ao de conde, por decreto de 16 de setembro de 1886. E' hoje 3.º visconde dos Olivaes seu filho, o sr. João Pinto Leite. O brazão é o mesmo do visconde de Gandarinha e conde de Penha Longa, o qual foi concedido a José Pinto Leite, pae do sr. conde dos Olivaes, por alvará de 22 de junho de 1855: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Pintos, em campo de prata cinco crescentes de lua vermelhos, com as pontas para cima, em santôr; na segunda pala, as armas dos Leites, em campo vêrde tres flôres de liz de ouro postas em santôr.

**Olivaes** *(D. Maria Rosa da Veiga Araujo, viscondessa dos)*. Senhora muito caritativa e esmoler. N. em Macau em 1823, fal. a 25 de junho de 1892. Era filha de Joaquim José Ferreira da Veiga e de sua mulher D. Rosa Joaquina Paiva, opulentos capitalistas e proprietarios. Casou com o 1.º visconde dos Olivaes, Antonio Theophilo de Araujo, que falleceu em 4 de agosto de 1879. Por muitos annos dirigiu a viscondessa dos Olivaes o asylo da Lapa, pertencente á Sociedade das Casas de Asylo; desejando, porém, fundar um asylo propriamente seu, mantido só pela sua bolsa, e sob o regimen dos asylos da referida sociedade, realisou esse desejo em 1866, fundando um Asylo para creanças pobres, no sitio dos Olivaes o qual existe ainda, sitio escolhido pela benemerita titular, porque até então não havia ali uma unica casa de educação nem de beneficencia. Foi este um monumento que levantou em vida em beneficio das muitas creanças que recebem ali educação, e a que a fundadora consagrava todos os seus cuidados. O asylo foi inaugurado em 24 de maio de 1896, e todos os annos se celebrava este anniversario a illustre senhora, que repetidas horas passava na companhia das creanças, sentindo-se feliz revendo-se na sua obra tão caritativa e benemerita O asylo occupa um vasto edificio, que foi comprado por 2:500$000 réis, elevando-se esta cifra a 5:177$032 réis, depois de feitas as obras necessarias para o adaptar ao effeito e de mobi-

lado convenientemente. Tem uma ampla aula, onde as creanças se sentam em amphitheatro, de modo que são facilmente vigiadas pela professora. N'uma outra sala ao lado está a aula da escripta. O refeitorio está situado n'uma grande sala, com mesas e cadeiras baixinhas proprias para as creanças, e um lavatorio; d'aqui passa-se para a quinta, toda cultivada, onde ha um recinto para o recreio das creanças. Este asylo ministra ordinariamente instrucção primaria a 50 creanças, tendo além d'estas mais 10 extraordinarias, que só recebem o ensino. As creanças do sexo feminino pódem frequentar o asylo até aos 14 annos, e as do masculino até aos 8. A administração é feita com toda a economia sem prejuizo do tratamento das educandas. Apezar do asylo fornecer vestuario ás creanças para sairem em formatura, e bibes para estarem em casa, a sua instituidora repartia amiudadas vezes vestuario ás educandas, premiando aiuda aquellas que mais se distinguiam pela sua applicação e comportamento. A viscondessa dos Olivaes legou por sua morte ao asylo 14:000$000 réis para a sua manutenção, deixando determinado no seu testamento que o mesmo asylo fôsse entregue á Sociedade das Casas de Asylo para o administrar. E' hoje directora a sr.ª condessa dos Olivaes. Além d'este legado deixou mais 400$000 réis para serem applicados ao asylo. A população dos Olivaes, reconhecida á memoria da nobre senhora, e muito penalisada pela sua morte, associou-se espontaneamente á idéa iniciada por alguns cavalheiros da localidade para que se celebrassem solemnes exequias, as quaes se realisaram na egreja parochial no dia 25 de julho de 1892, a que assistiram todas as educandas com a regente, e grande concurso de povo. Para perpetuar a memoria da benefica titular, foi dado ao antigo *Rocio dos Olivaes* o nome de *Praça da Viscondesa dos Olivaes*.

**Olivaes.** Pov. e freg. de Santa Maria dos Olivaes, da prov. da Extremadura, conc., distr., com., patriarc. e 1.º bairro de Lisboa. Está situada junto da ribeira do seu nome, a 1 k. da margem direita do rio Tejo, em terreno levemente accidentado e muito pittoresco; tem 1:166 fog. e 7:164 hab.. O seu territorio é alteruado de frondosos arvoredos, bonitas casas de campo, com suas quintas, e alguns logares que tornam a pov. sobremaneira agradavel, fertil, e aprazivel. Olivaes foi séde d'um concelho, que se creou por decreto de 11 de setembro de 1852, com 21 freguezias, todas do patriarchado de Lisboa; Amelxoeira, Appellação, Beato Antonio, Bucellas, Camarate, Campo Grande, Charneca, Fanhões, Friellas, Loures, Lousa, Lumiar, Olivaes, Povoa de Santo Adrião, Sacavem, S. Jorge de Arroios, na parte que ficava extramuros de Lisboa, Talha, Tojal, Tojalinho, Unhos e Via Louga. Teve tambem no seu principio a freg. de Santo Estevão, das Galés, que passou depois para o conc. de Mafra. Por uma organisação do municipio de Lisboa, o conc. dos Olivaes perdeu algumas das suas freguezias, e em 1886 foi supprimido e substituido pelo de Loures, que então se creou. A egreja parochial de Santa Maria dos Olivaes é muito antiga, não se sabendo quando foi fundada nem quem foi o fundador, sabe-se, porém, que já existia em 1420. Está situada n'um bello sitio, circumdada d'algumas casas e frondoso arvoredo. Segundo a tradição, a imagem da padroeira appareceu n'um olival, dentro da cavidade do tronco d'uma oliveira, e d'aqui veiu o nome á Senhora e depois á freguezia. Na sacristia da egreja aiuda se conservava em 1700 o tronco da referida oliveira, e o vigario de então o mandou arrancar. Os paços do conc. dos Olivaes não estavam n'esta freguezia, porém sim no Campo Grande, onde se conservaram por muito tempo, passando depois para um predio em Arroios, no largo do Leão ao pé das antigas portas da cidade de Lisboa. N'esse predio estavam tambem a administração do conc., a repartição de fazenda, a recebedoria, a aferição dos pesos e medidas, e no terceiro andar existia um hospicio do municipio, que tinha a seu cargo 21 creanças. Diz o *Santuario Marianno*, vol. I, pag. 429, que a congregação dos conegos de S. João Evangelista (os frades loios) de Portugal, teve principio pelos annos de 1420, no tempo de D. João I, e que a primeira casa, que tiveram, foi esta egreja, que lhes foi offerecida pelo prior, que então era d'esta freguezia. Os conegos residiram aqui algum tempo, mas o prior, por um motivo qualquer que se desconhece, arrependeu-se da doação que voluntariamente lhes havia feito, annullou-a, e expulsou-os. Em 1483, o cardeal D. Jorge da Costa uniu esta egreja á capella de N. S.ª d'Assumpção do convento de Santo Eloy, ao qual, desde então até 1834, ficaram pertencendo os dizimos da freg., e o seu reitor apresentava o vigario dos Olivaes. N'esta pov. ha est. do caminho de ferro, na linha de Lisboa a Setil, servida por tramways, entre as estações de Cabo Ruivo e de Sacavem; e na linha de léste, entre as de Sacavem e Braço de Prata. Proximo dos Olivaes houve o convento de S. Cornelio, de religiosos arrabidos, situado n'uma planicie cercada de arvoredos. Foi fundado em 1674 pelo sargento-mór João Borges de Moraes, n'uma ermida que já ali existia, dedicada a *N. S.ª da Estrella*. Nos seus principios fôra apenas um hospicio, ou casa de convalescença dos religiosos d'esta ordem, mas em 1718 ampliou se o edificio, sendo então constituido em mosteiro regular. Um decreto de 25 de julho de 1860 conferiu ao conc. dos Olivaes o seguinte brazão d'armas: Escudo dividido em pala, tendo na primeira as armas de Portugal; na segunda, dividida em dois quarteis, tendo no superior, em campo azul, a rainha Santa Izabel, estando á sua direita o rei D. Diuiz, seu marido, e á esquerda seu filho, o infante D. Affonso, mais tarde el-rei D. Affonso IV; todas as tres figuras de prata com corôas e espadas de ouro; no quartel inferior, em campo de ouro, duas oliveiras, da sua côr, tudo encimado com a corôa real. Estas armas symbolisam as pazes que fez Santa Izabel entre seu marido e seu filho, no campo d'Alvalade no anno de 1323 (V. *Campo Pequeno*). O conc. dos Olivaes, como industrial, era dos mais importantes. Em 1875 tinha 43 fabricas, sendo 1 de alvaiade, 1 de aguardente, 1 de bolachas (a vapor), 2 de cortiça, 1 de descasque de arroz (a vapor), 7 de tinturarias e estamparia, 2 de lanificios, 4 de louças de barro, 1 de louça fina, 1 de massas, 2 de moagem de farinha (a vapor), 1 de papel para escripta (a vapor), 2 de papel pardo e papelão, 6 de sabão, 7 de sebo, 2 de tabacos, 2 de tecidos de algodão. Estas fabricas eram quasi todas no Beato Antonio e nos Olivaes. Tem

minas de carvão, cobre, ferro e enxofre. A freg. tem escolas para ambos os sexos, e aqui existe a pov. de Marvilla, onde está a quinta da Mitra, residencia dos antigos patriarchas de Lisboa; e o antigo convento de N. S.ª da Conceição, onde está estabelecido o Asylo de D. Luiz I. Nos Olivaes ha uma escola de meninas, instituida pela viscondessa dos Olivaes, D. Maria Rosa da Veiga Araujo, e de que é hoje directora a sr.ª condessa do mesmo titulo, D. Clotilde da Veiga Araujo. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião distr. de Villa Real. || N. S.ª da Conceição, de Sinde, conc de Taboa, distr. de Coimbra. || Casal na freg de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || Casal na freg. de S. Thiago, de Eiras, do mesmo conc. e districto.

**Olivaes e de Penha Longa** *(José Pinto Leite, conde dos).* Academico honorario da Academia Real das Bellas Artes de Lisboa, eleito em fevereiro de 1909. Distincto *sportsman*, e socio do Centro Nacional de Esgrima. E' filho do sr. conde dos Olivaes, Julio Pinto Leite, e de sua mulher, a sr.ª condessa D. Clotilde da Veiga Araujo. Foi ha poucos annos agraciado com o titulo que usa. O sr. conde cultiva o *sport* com o maximo interesse, a ponto de na corrida *Paris-Madrid*, em que tomou parte, continuando-a de Madrid a Caceres, de Caceres a Castello Branco, Alferrarede e Lisboa, ter marcado uma das datas mais brilhantes nos annaes do automobilismo. Possue o que ha de mais rico e elegante em automoveis, e a sua collecção de medalhas e gravuras, consta ser uma das mais completas e ricas que se conhecem. Na Sociedade do Tiro aos Pombos é um dos mais dedicados auxiliares, tendo já offerecido para serem disputadas como premio magnificas taças de prata para as festas sempre brilhantes d'aquella sociedade. A do anno de 1904 foi ganha pelo fallecido rei D. Carlos. O Centro Nacional de Esgrima realisou a sua sessão inaugural a 6 de fevereiro de 1905, no salão nobre do theatro de S. Carlos, onde está installado, com uma festa brilhantissima, que foi dirigida pelo sr. conde de Paço do Lumiar. A esta festa assistiu el-rei D. Carlos, sua magestade a rainha senhora D. Amelia, suas altezas, corpo diplomatico e muitas damas e cavalheiros da nossa sociedade mais distincta. A festa constou de assaltos de florete, espada e sabre, intervallados com trechos d'operas cantados pelas sr.ªs Palermy Lery Adriana e D. Cisneiros Eleonora, e pelo sr. Signarmi Francesco. Para esta sessão inaugural offereceu o sr. conde dos Olivaes e de Penha Longa um magnifico premio artistico: um *cup* ou taça de prata apreciavelmente cinzelada.

**Olivães.** Pov. na freg. de S. Christovão, de Nogueira da Regedoura, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

**Olival.** Da familia d'este appellido ha noticia já no tempo de D. Pedro I, e que vivia perto de Sabugal. As suas armas são: Em campo de prata duas oliveiras verdes com azeitonas de ouro, postas em faxa; timbre, uma das oliveiras.

**Olival** *(Eugenio de Campos de Castro de Azevedo Soares, 1.º visconde do).* fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 18 de março de 1908, e visconde do Olival, em sua vida, por decreto de 30 de dezembro do mesmo anno. E' socio honorario da Liga das Artes Graphicas de Braga, para que foi nomeado em sessão de 25 d'abril de 1909, e tambem da Real Associação Humanitaria dos Bombeiros Voluntarios da mesma cidade. Herdou a casa e quinta do Olival, bem como a de Torneiros, nos suburbios da dita cidade, onde nasceu a 29 de setembro de 1863, e é filho dos 1.ºs condes e 1.ºs viscondes de Carcavellos, já fallecidos. V. *Carcavellos, Francisco de Campos de Azevedo Soares*, pag. 740 do vol. II do *Portugal*.

**Olival.** Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Extremadura, conc. e com. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 1:091 fog. e 5:159 hab.. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com V. N. de Ourem. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 8 k. da est. do caminho de ferro de Caxarias. Tem feira em 2 de fevereiro. Esta freg. era filial da collegiada de Ourem. Tem cura e coadjutor, que até 1834 eram apresentados pelo cabido da mesma collegiada, que lhes pagava, e fabricava a egreja. No sitio do Pocifal d'esta freg. instituiu em 1571 Martim Annes, clerigo e beneficiado da egreja de Santa Maria, de Ourem, uma capella com missa quotidiana, sendo o capellão obrigado a resar n'ella as horas canonicas; nomeando administrador para fazer cumprir estas e mais obrigações. Com a capella instituiu uma albergaria para recolher pobres. A egreja parochial está fóra da pov., no sitio chamado *Adro de Santa Maria*. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de V. N. de Gaia, distr. e bisp. do Porto; 373 fog. e 1:577 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 13 k. da séde do conc. O cabido da sé do Porto apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento annual. A egreja é antiquissima. Dizem ter havido aqui um mosteiro de freiras benedictinas, que no fim do seculo XV se uniu ao de S. Bento da Ave Maria, do Porto. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e muito abundante em madeiras, principalmente de pinheiro. Cria muito gado que transporta para Inglaterra. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6. com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Ariz, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Leocadia e conc. de Baião, do mesmo distr. || S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Castellões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Silvestre, de Chãos, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || N. S.ª da Expectação, de Fermedo conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Sanfins, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Silvestre e conc. de Louzã, dist. de Coimbra. || S. Thiago, de Roufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; S. Roque, conc. e distr. do Funchal. || N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª da Expectação, de Sou

zella, conc. de Louzada, do mesmo distr. || S. Martinho, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Casal na freg. de Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. de Chamusca, distr. de Santarem. || Herdade na freg. de Santo Antonio, de Alcorrego, conc. do Aviz, distr. de Portalegre. || Herdade na freg. de Santa Victoria, conc. e distr. de Beja.

**Olival Basto.** Pov. na freg. de S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

**Olival da Cheira.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e concelho de Penacova, distr. de Coimbra.

**Olival dos Frades.** Pov. na freg. de N. S.ª da Eucarnação, de Appellação, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

**Olivande.** Pov. na freg. de Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Olivão.** Pov. na freg. de S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Oliveira.** A primeira pessoa que usou este appellido foi Pedro de Oliveira, cujo filho, D. Martim Pires de Oliveira, arcebispo de Braga, fez o morgado de Oliveira, logar da provincia do Minho, em seu irmão Mem Pires de Oliveira, em 1306. Tem por armas, em campo vermelho uma oliveira verde com azeitonas de ouro e raizes de prata; timbre a mesma oliveira. A Domingos Soares de Oliveira, sobrinho do bispo D. André de Amaral, foi dado por brazão: Em campo azul uma aspa de prata, entre quatro flôres de liz de ouro; timbre, a aspa das armas com uma das flôres de liz sobre ella

**Oliveira** *(Adolpho Ernesto Marinho de).* Capitão do estado maior de artilharia. N. em 1859, e assentou praça em 1875, tendo 16 annos de edade. Foi promovido a alferes em 29 de dezembro de 1877, a tenente em 24 de março de 1886 e a capitão em 9 de junho de 1894. Serviu por muitos annos no regimento de artilharia n.º 1 e 2.ª companhia da administração militar, como subalterno, e no extincto commando geral de cavallaria até á reforma do exercito de 7 de setembro de 1899. Fal. em Caparica, apenas com 43 annos de edade, em julho de 1902. Era condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de Aviz, e com a medalha de prata da classe de comportamento exemplar.

**Oliveira** *(Alberto de).* Poeta portuense contemporaneo. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Seguiu a carreira diplomatica, tendo sido consul e ministro em Tanger. Estando encarregado de negocios de Portugal em Berna, teve a commenda da ordem de S. Thiago, por decreto de 14 de outubro de 1903. Tem publicado diversas poesias, e escreveu dois livros: *Biblia do sonho* e *Palavras loucas.* Collaborou no *Suave milagre*, com o sr. conde d'Arnoso, peça que se representou no theatro de D. Maria II.

**Oliveira** *(Alberto Carlos de).* Escriptor e jornalista, natural de Vagos, onde falleceu em 1903. Collaborou no *Campeão das Provincias*, de Aveiro, *Liberdade*, de Vizeu, *Jornal da Certã*, *Jornal da Anadia*, *Jornal de Vagos*, etc.. Deixou as seguintes obras: *Impressões aos 16 annos; Anhellos e devaneios*, em verso; as novellas: *Suicidio singular*, *Manuscripto de Beatriz* e *Romaria do lar;* os opusculos: *Pela Hespanha, A' memoria de Vieira de Castro. A escola realista e a Moral*, etc. Publicou differentes trabalhos sobre economia politica e direito fiscal. Algumas das suas poesias fôram traduzidas em francez pelo escriptor Germain Chassagne.

**Oliveira** *(Alberto Ferreira da Silva).* General de divisão reformado, ajudante de campo honorario de sua majestade el-rei senhor D Manuel, etc. N. no Porto a 20 de outubro de 1844. Assentou praça no regimento de caçadores n.º 5, em 1 de julho de 1861, sendo promovido a alferes alumno em 16 de novembro de 1864, e a alferes em 3 de janeiro de 1866, por se haver habilitado com o curso de estado maior; a tenente em 21 de janeiro de 1868, a capitão em 21 de abril do mesmo anno, a major da 1.ª brigada de infantaria de instrucção e manobras em 1 de dezembro, e a major para o corpo do estado maior em 11 de junho de 1884; a tenente-coronel em 16 de fevereiro de 1887, a coronel em 30 de junho de 1893, a general de brigada em 22 de novembro de 1900, reformando-se em 20 de setembro de 1906. Exercia o cargo de commandante geral do estado-maior quando em 1903 foi nomeado governador militar da cidade de Coimbra, e em seguida desempenhou o logar de director geral do Ministerio da Guerra. Em 1 de maio de 1868 foi escolhido para fazer parte da brigada de reconhecimentos militares entre os rios Tejo e Douro, passando em 17 d'agosto do mesmo anno a exercer interinamente as funcções de ajudante de campo do commandante do corpo de estado maior; nomeado ajudante de campo do governador da praça de Elvas em 21 de outubro de 1874; adjunto á brigada de reconhecimentos militares entre o Tejo e a foz do Guadiana em 18 de setembro de 1876. A 26 de novembro de 1884 foi nomeado chefe da secretaria do commando do corpo de estado maior; membro da commissão encarregada de propôr a organisação militar dos quadros da força da guarda fiscal em 12 de dezembro de 1885; vogal da commissão consultiva da defeza do reino em 6 de julho de 1886; chefe da 3.ª repartição da direcção geral da secretaria da guerra em 20 de novembro de 1890; chefe do estado maior interino da 3.ª div. mil. em 12 de novembro de 1892; chefe da repartição do gabinete do ministerio da guerra em 25 de fevereiro de 1893; chefe do Estado maior do commando geral do mesmo corpo em 16 de abril de 1896; secretario geral da commissão superior de guerra em 24 de fevereiro de 1895; e seguidamente chefe do estado maior da direcção geral do mesmo corpo; vogal do conselho superior de obras publicas e minas; e chefe da repartição do gabinete do ministerio da guerra em 5 de julho de 1900. Fez parte da commissão superior de guerra em 17 de março de 1888, da commissão encarregada de elaborar o regulamento provisorio para o serviço do exercito em campanha, e do conselho superior de promoções em 24 de dezembro de 1901. Foi eleito deputado na legislatura do 1893. O sr. general Alberto d'Oliveira é grande official, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento d'Aviz, sendo-lhe o grau de cavalleiro conferido por decreto de 18 d'agosto de 1881; possue a cruz de segunda classe da ordem de Merito Militar de Hespanha, e a gran-cruz d'es-

ta mesma ordem; as medalhas de prata de bons serviços e de comportamento exemplar. O sr. general Alberto d'Oliveira tem collaborado em varios jornaes e publicações litterarias, e foi um dos principaes collaboradores do *Diccionario Popular*, dirigido pelo fallecido escriptor Pinheiro Chagas.

**Oliveira** *(P. Alfredo Cesar de)*. Conego na sé do Funchal. N. na villa de Santa Cruz a 22 de maio de 1840. Frequentou o lyceu do Funchal e o curso de Theologia no seminario diocesano, obtendo nos exames as primeiras classificações. Sendo diacono fez a sua estreia como orador sagrado, prégando por occasião de se solemnisar o casamento d'el rei D. Luiz com a rainha senhora D. Maria Pia, em 1862, e foi para isso especialmente autorisado pela commissão governativa do bispado a requerimento do presidente da camara municipal de Santa Cruz. Aquelle discurso foi publicado no Funchal. Em novembro do mesmo anno de 1862 requereu e obteve a carta de prégador. Recebeu as ordens de presbytero em 30 d'agosto de 1863, e em 1864 foi-lhe passada a carta de vice-vigario da sé do Funchal. N'esse anno tambem lhe foi dada provisão de professor substituto do curso de Theologia, estabelecido no seminario d'aquella diocese. Em 1867 foi apresentado em um canonicato da referida cathedral com a obrigação do ensino no seminario, sendo n'esse mesmo anno nomeado examinador pro synodal. Em 1869 teve a nomeação de vigario geral interino. Quando deixou aquella commissão, o prelado tributou-lhe n'um honroso documento, louvores *pelo zelo, intelligencia, aptidão e justiça com que desempenhou o mesmo cargo*, no qual diz o mesmo prelado, *que elle prestou importante serviço á religião e á egreja*. Em seguida foi nomeado presidente da junta governativa do bispado, e sendo exonerado em 1870, por ter sido dado o cargo ao prelado coadjutor e futuro successor, aquelle fez publico, que a junta exonerada correspondera em tudo á espectativa de s. ex.ª, louvando-lhe a prudencia, zelo e intelligencia. Foi nomeado prefeito dos estudos e bibliothecario do seminario diocesano pelo cabido *sede vacante*, e pelo prelado em cuja provisão se diz ser feita a nomeação *em virtude do seu merito litterario, zelo pelo serviço e probidade que o caracterisa*. Em 1874 tornou a ser nomeado vigario geral, sendo tambem encarregado do governo do bispado no impedimento do vigario capitular. Para combater a propaganda protestante, o conego Alfredo d'Oliveira, sem recorrer ao braço secular, acercou-se do clero illustrado da diocese, e estabeleceu conferencias religiosas, nas quaes se revesavam differentes oradores sagrados, e reptou o chefe da missão evangelica para ter com elle uma discussão publica, facto de que então a imprensa falou com muito interesse. O ministro protestante recusou-se, e em seguida saiu do Funchal. O conego Alfredo d'Oliveira, sendo ainda estudante, dedicou-se á litteratura. Foi redactor do *Archivo Litterario*, onde publicou varios artigos, e fundou outros jornaes, sendo o mais importante *A Lampada*, sobre assumptos ecclesiasticos. Escreveu tambem: *Uma noite n'um hotel*, romance, na *Revista semanal*, jornal litterario da Madeira; varias poesias anonymas ou assignadas com pseudonymos, em alguns jornaes madeirenses; varios artigos religiosos publicados na referida *Revista semanal*, *Aurora do Domingo*, em que se contam: *A Revelação*, *Algumas palavras ácêrca de Moysés*, etc. Em 1880 era collaborador da *Crença religiosa*, jornal que se publicava em Lisboa. Exerceu differentes cargos e commissões civis, como presidente da commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia do Funchal, inspector geral do districto desde 1862 até que os clerigos de ordens sacras deixaram de ser elegiveis, e conselheiro do districto. Foi deputado nas legislaturas de 1878 e 1879. Na camara tambem se tornou um orador fluente. Como orador sagrado creou fama em Lisboa, sendo muito elogiado um sermão da *Soledade*, que prégou na egreja da Magdalena; o do *Senhor dos Afflictos*, na capella de *Nossa Senhora da Saude*, e o de *Nossa Senhora da Encarnação*, na sua egreja parochial.

**Oliveira** *(Anacleto Rodrigues de)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. n'esta cidade a 29 de março de 1855. Matriculou-se no curso de Medicina, mas interrompeu os estudos por ser muito influido com a arte dramatica, representando em theatros particulares, fazendo-se empresario do antigo theatro das Variedades, escrevendo e traduzindo varias peças theatraes, sendo algumas representadas com bastante exito. Depois resolveu seguir o curso de Medicina, que concluiu, exercendo a clinica no seu consultorio e particular. Foi em 1876 que tomou a empresa do theatro de Variedades, onde fez representar a magica em 4 actos, de Joaquim Augusto de Oliveira e musica de Angelo Frondoni, *A Lenda do rei de Granada*; a peça phantastica, musica de Caballero, *O Anno 3000*, por elle imitada do hespanhol, assim como o drama militar, *Os cossacos*, imitação do francez, e muitas outras peças. Representou como amador dramatico em diversos theatros, como o do Aljube, Taborda, Trinas, Club de Lisboa, Variedades, e em D. Maria II, no drama *D. Leonor Telles*, escripto por Marcellino de Mesquita para a recita dos estudantes do quinto anno de Medicina. Lembra-nos de ter entrado nas seguintes peças: *Os campinos*, *Opio e champagne*, *Ella ou a morte*, *Amor e dinheiro*, *Maestro Bovi*, *A's avessas*, *Filhos de Adão*, *Por um triz*, *Dinah*, *Dois timidos*, etc. Como escriptor dramatico, tem as seguintes producções, além das imitações já citadas: *Beldemonio*, opera burlesca em 3 actos, imitada do francez, que se representou nos theatros do Gymnasio e Principe Real; *A's avessas*, comedia em 1 acto, original, em verso, representada no Club de Lisboa; *A Côrte do rei Pimpão*, opera burlesca em 3 actos, imitada do francez e representada na Trindade; *A Pata do diabo*, magica representada no theatro da Avenida; *As Nymphas do rio d'Algés*, cantata lyrico-burlesca representada no Club d'Algés; *O camarada*, comedia representada em varios theatros da provincia. Tem ainda mais as seguintes peças, que, parece, foram sido ainda representadas: *A herança do alcaide*, opera burlesca em 3 actos; *O annel de Zoroastro*, magica; *A adela de S. Roque*, opera burlesca; *Entre o azul e o vermelho*, idem; *O segredo terrivel*, comedia em 3 actos, etc.

**Oliveira** *(Antonio de)*. Pintor em azulejos, de Evora, que viveu no seculo XVIII. N'esta cidade viam-se trabalhos seus no convento dos Loios.

**Oliveira** *(Antonio de)*. Escriptor, natural da villa de Chamusca, que traduziu do hespanhol para portuguez a *Relação do tumulto popular que succedeu em 18 de dezembro do anno passado de 1735 na cidade do grão Cairo capital do antigo reino do Egypto*, etc..

**Oliveira** *(P. Antonio de)*. Mestre da capella da egreja de S. Julião, em Lisboa, no meado do seculo XVII. Era natural d'esta cidade e fal. em Roma. Foi religioso da ordem de S. Francisco. O catalogo da livraria de D. João IV menciona tres composições de Antonio d'Oliveira, que são 2 villancicos do Natal a 5 vozes, e uma lição de defuntos a 8 vozes. N'um codice manuscripto existente na Bibliotheca Publica de Evora, contendo composições de diversos autores portuguezes que viveram no referido seculo XVII, ha umas *Alleluias* d'este mestre de capella, escriptas em curioso estylo floreado.

**Oliveira** *(P. Antonio de)*. Presbytero secular do habito de S. Pedro e missionario apostolico por faculdade pontificia, visitador geral do Sertão de Baixo e da cidade de Sergipe d'El-Rei, com poder de chrismar por indulto do papa Benedicto XIV. N. em Lisboa, e era filho de Antonio de Oliveira e de Marianna dos Reis. Passou com seus paes á Bahia, e no collegio dos jesuitas estudou Philosophia e Theologia, sendo mestre em Artes e examinador d'esta faculdade. Era muito perito na poesia latina e vulgar, e em varias academias sempre a sua voz era ouvida com a maior attenção. Tinha tambem fama de bom prégador. Deixou publicados varios sermões, um *Epigramma latino*, e um *Soneto portuguez; Romance historico á chegada do arcebispo da Bahia D. José Botelho de Mattos*, etc., Lisboa 1742.

**Oliveira** *(Antonio Correia de)*. Escriptor e poeta contemporaneo, N em S. Pedro do Sul a 31 de julho de 1879, sendo filho do dr. José Correia de Oliveira e de D. Joaquina Augusta de Figueiredo Almeida Correia. Decorreu serenamente a sua mocidade na casa paterna, á beira do rio Vouga, na paz tão suggestiva da vida rural. Com a morte de seu pae, retirou-se com sua familia para uma quinta distante de S Pedro do Sul; contava então Correia d'Oliveira apenas 13 annos de edade. Um tio, já edoso, parocho d'uma egreja da serra, pensou em cuidar da situação do sobrinho, matriculando-o no seminario de Vizeu, onde effectivamente permaneceu alguns annos. Renunciando, porém, ao projecto formado pelo velho parocho, por não se sentir com vocação para a vida ecclesiastica, abandonou o seminario, indo novamente para a sua casa da aldeia, onde passou o tempo a lêr, estudando, ouvindo as cantigas dos trabalhadores, e embebendo-se no ar e na luz da paizagem encantadora que illuminara tão docemente os primeiros annos da sua existencia. D'essa epoca de concentração espiritual e de dolorosa incerteza, são as suas primeiras composições poeticas: *Ladainha*, *Eiradas*, *Auto do fim do dia* e *Allivio de tristes*. Em 1900, resolvido a luctar pela existencia, saiu de S. Pedro do Sul, fixando-se então em Lisboa, onde o seu nome era já conhecido e consagrado na litteratura, pois a imprensa por varias vezes se havia occupado com elogiosas phrases das suas composições tão cheias de mimo e de brilho. Correia d'Oliveira publicou depois novos livros, que a critica recebeu com o mais franco applauso. A obra d'este poeta é a seguinte: *Eiradas* (1899); *Auto do fim do dia* (1900); *Ladainha* e *Allivio de tristes* (1901); *Cantigas* (1902); *Raiz* (1903); *Auto de junho* e *Ara* (1904); *Parabolas* (1905). *O pinheiro exilado* (1908). Consta ter em preparação outro livro intitulado: *Tentações de São Frei Gil*.

**Oliveira** *(Antonio Gomes de)*. Poeta do seculo XVII. Era natural de Torres Vedras, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento, sendo filho do dr. Nicolau Lopes, professor de Medicina, e de Brites Gomes. Estudou a faculdade de Direito Civil na Universidade de Coimbra, foi secretario do general Mathias d'Albuquerque, e assistiu ás batalhas de Montijo, em 1644, e das Linhas d'Elvas, em 1659. Era muito dedicado á poesia portugueza, castelhana, latina e italiana. Alcançou os primeiros premios nos certames academicos, e a estima das principaes pessoas da côrte. D. João IV consagrava-lhe muito affecto. Escreveu: *Idylios maritimos y rimas varias, primeira parte*, Lisboa, 1617; todas as poesias contidas n'este volume são na lingua castelhana, havendo unicamente na portugueza uma *Canção* a fol. 10, e uma *Ode* a fol. 141; *Sonetos heroicos concernentes á Majestade e estado politico e militar do sempre Augusto Rei D. João IV Nosso Senhor; e principio do poema heroico «D. João I de Boa Memoria»*, etc., Lisboa, 1641; *Panegyrico ao sempre Augusto Rey D. João 4.º, Lusitano, Indico, Brazileiro e Africano, acclamado e jurado Rey na cidade de Lisboa em o 1.º e em 15 de dezembro de 1640, etc.*, Lisboa, 1641; *Oitavario heroico votado á Majestade victoriosa d'El-Rei nosso senhor D. João IV;* sem logar nem anno de impressão; são 8 sonetos; *No dia solemnissimo da entrada d'el-Rei Nosso Senhor em Lisboa, recolhendo-se das fronteiras do Alemtejo;* sem anno nem logar de impressão; *Pela festividade annual que em o 1.º de dezembro de 1641 instituiu a cidade de Lisboa em memoria da acclamação do sempre augusto Rey D. João o IV*, Lisboa sem data; *Commento ás Lusiadas de Camões;* sem anno nem logar da impressão; *Ao serenissimo infante de Portugal o sr. D. Affonso, no dia solemnissimo do seu baptismo;* tambem sem data da impressão; outros opusculos, e alguns manuscriptos.

**Oliveira** *(Antonio Joaquim de)*. Revisor aposentado da Imprensa Nacional. N. em Lisboa a 20 de janeiro de 1827. Entrou para a referida imprensa, como typographo, a 10 de junho de 1853, sendo conjuntamente, desde 1860, um dos revisores do *Diario de Lisboa*, cargo em que foi aposentado pela sua avançada edade. Foi sempre muito dedicado ás associações das classes trabalhadoras e de beneficencia, e desde que em 1849 começaram a germinar em Portugal as idéas da necessidade e conveniencia da associação das classes de trabalho, como condição indispensavel para o seu melhoramento, alistou-se entre os propugnadores d'essas idéas concorrendo efficazmente para a sua realisação. Quando se fundou em 1841 o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, alistou-se logo como um dos associados, e ali exerceu durante bastantes annos o cargo de secretario, sendo presidente Antonio Rodrigues Sampaio e thesoureiro José Maria do Casal Ribeiro, mais tarde conde de Casal Ribeiro, notaveis estadistas já hoje fallecidos. Joaquim d'Oliveira foi

tambem socio de muitas outras associações industriaes e de beneficencia. Quando falleceu Antonio Rodrigues Sampaio, em Cintra, a 2 de setembro de 1882, toda a imprensa periodica lhe consagrou artigos saudosos, lastimando a falta de tão prestante e considerado homem de estado, e Antonio Joaquim d'Oliveira escreveu tambem um notavel artigo intitulado *Antonio Rodrigues Sampaio perante as associações populares*, o qual foi publicado no *Diario de Noticias* em tres numeros successivos. N'este artigo punha em relevo os grandes serviços prestados por Sampaio ás associações, recordava as discussões realisadas no Centro Promotor sobre inoffensivas quanto uteis questões dos cereaes, da instrucção popular, da organisação das associações de classe; lembrando tambem os relevantes serviços de Antonio Rodrigues Sampaio no luctuoso anno de 1857, em que a Febre Amarella tanto flagelou a capital, desenvolvendo, na qualidade de presidente do Centro Promotor e de membro da commissão official de soccorros, que então se elegeu, uma energia pasmosa revcladora de grande força de vontade, e da mais decidida disposição para cumprir os deveres da humanidade. A' citada commissão tambem pertenceu Antonio Joaquim d'Oliveira. No *Ecco dos operarios*, jornal redigido por Lopes de Mendonça e Sousa Brandão, estreou-se Antonio Joaquim d'Oliveira como escriptor e jornalista em 12 de outubro de 1850, publicando um artigo ácêrca da questão que por esse tempo se debatia sobre os estatutos por que se havia de reger a Associação Typographica, que então se creara; e no mesmo jornal escreveu successivamente mais alguns outros, de conformidade com as doutrinas a que se tinha dedicado. Collaborou depois no *Jornal do Centro Promotor*, fundado em principios de 1853, e na *Tribuna do Operario*, em 1854. Convencido, e mais alguns seus collegas, da utilidade da federação das associações já existentes e das que de novo se creassem, resolveu propagar e diffundir as suas opiniões n'este sentido, fundando para isso um novo jornal, a que puzeram o titulo de *Federação*. D'esta folha foi um dos redactores principaes e permanentes desde 29 de outubro de 1856, dia em que se publicou o primeiro numero, até á sua terminação em 13 de janeiro de 1866, em que completou o 10.º volume. Antonio Joaquim de Oliveira foi condecorado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, por decreto de 14 de agosto de 1862, em remuneração de serviços humanitarios como membro da Sociedade dos Artistas Lisbonenses, por occasião da invasão da epidemia da Febre Amarella em 1857.

**Oliveira** *(Antonio Mesquita de)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, escriptor, etc. N. em Lisboa, e fal. em Castello Branco, ignorando-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho do desembargador Antão de Mesquita de Oliveira, e de sua mulher D. Antonia Beserra Cabral. Escreveu: *Defensão da lingua portugueza*; *Capitão politico na vida do principe Luiz Barbalho*; *Historia d'Africa*, e outras obras que ficaram ineditas.

**Oliveira** *(Antonio do Nascimento)*. Organista, pianista e compositor estabelecido em Setubal, ha annos fallecido. Era pae do violoncellista Frederico do Nascimento, professor no Instituto Nacional de Musica do Rio de Janeiro. Na Bibliotheca Nacional existem de Antonio do Nascimento Oliveira as seguintes composições, muitas d'ellas autographas, que pertenceram a um convento de Setubal: Missa a 3 vozes e orgão; responsorios que se cantam em quinta e sexta feira santa, a 3 vozes e orgão; *Miserere*, a 3 vozes e orgão, partitura autographa com a data de 1873; *Psalmos para a hora de noa, em quinta feira da Ascensão*, a 3 vozes e orgão; *Te Deum*, a 4 vozes e orgão; *Tantum ergo*, a 3 vozes e orgão; partitura autographa com a data de 1873; duas ladainhas a 3 vozes e orgão; antiphona *Magne Pater Sancte Dominice*, solo de soprano com acompanhamento de orgão; motete *Dixerunt viri*, para soprano a solo com acompanhamenta de orgão, partitura autographa com a data de 1879; motete *Si quis manducaverit* para dois sopranos e orgão; *Devoção para o mez de maio*, a 3 vozes e orgão.

**Oliveira** *(Antonio Pinto Leão de)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em Cezimbra a 1 de janeiro de 1846, fal. em Lisboa a 29 de junho de 1898. Era filho de Julião José de Oliveira, humilde negociante d'aquella localidade, e de D. Maria Rosa Pinto Leão. Veiu para Lisboa ainda muito novo, e estudou o curso de Medicina á custa de bastantes sacrificios e provações, leccionando disciplinas preparatorias. Apenas se formou, tendo já adquirido fama de bom medico, grangeou grande clinica, estabelecendo se com consultorio na rua dos Fanqueiros. Assim conseguiu angariar alguns bens de fortuna. Era um dos mais devotados membros do partido republicano, a cuja direcção pertenceu algumas vezes, desempenhando por fim o cargo de thesoureiro da commissão administrativa do mesmo partido. Fez parte da vereação municipal de 1893, saindo da camara com a minoria republicana. O dr. Leão de Oliveira foi um dos fundadores do jornal *O Seculo*, propriedade que deixou em 1894. Era casado com D. Maria das Dôres Rêgo Leão de Oliveira, senhora de avultada fortuna

**Oliveira** *(Augusto Carlos Chaves de)*. Cirurgião Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. em Moncorvo a 28 de janeiro de 1835. Escreveu: *Da electricidade applicada á therapeutica, especialmente das molestias cirurgicas* these inaugural, Porto, 1861; *Gazeta homeopathica, orgão do Consultorio Homeopathico Portuense; publicação mensal*, Porto, 1863. Redigiu ao principio este jornal juntamente com o dr. Raymundo Francisco da Gama.

**Oliveira** *(Augusto Freire de)*. General de brigada reformado, que foi do corpo de administração militar. N. em 11 de junho de 1837, fal. a 26 de outubro de 1904. Assentou praça em 16 de abril de 1858, sendo promovido a alferes em 7 d'outubro de 1859, a tenente em 1 de julho de 1868, a capitão em 13 de julho de 1875, a major em 23 d'abril de 1884, e tenente-coronel em 19 de janeiro de 1887, a coronel em 14 de maio de 1891, reformando-se no posto de general de brigada a 28 de dezembro de 1899. Foi chefe da 1.ª repartição do ministerio da guerra. O general Freire d'Oliveira era commendador e cavalleiro da ordem de Aviz, e cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição; possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

**Oliveira** (*Bento José de*). Professor do ensino mutuo da cidade de Coimbra. Escreveu: *Nova Grammatica portugueza compilada dos nossos melhores autores*, Coimbra, 1862; 2.ª *edição melhorada*, Coimbra, 1864.

**Oliveira** (*Braz de*). Pintor de tectos, d'ornatos e de perspectiva, que viveu no seculo XVIII. Foi discipulo de Antonio Lobo, que fôra o melhor discipulo de Vicente Baccarelli, pintor italiano de perspectiva e d'architectura, que veiu a Lisboa no fim do seculo XVII, e aqui se conservou algum tempo, regressando depois á sua patria.

**Oliveira** (*Carlos de*). Actor contemporaneo. N. em 14 de setembro de 1871. Estreou se no theatro da Rua dos Condes em 1895, na empresa Lucinda Simões, na peça de Victorien Sardou, *Madame de Sans Gêne*, desempenhando depois varios papeis nas peças: *Demi-Monde*, *Francillon*, *Cabotinos*, *Amantes legitimos* e *Morgadinha de Valflôr*. Em 1896 foi escripturado para o theatro de D. Maria II, debutando na comedia *Os Intimos*. Desde 1905 faz parte da companhia do theatro D. Amelia.

**Oliveira** (*Carlos José de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, apreciado jurisconsulto, deputado, governador civil de Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 20 de maio de 1835, onde tambem fal. em 8 de fevereiro de 1905. Aos 14 annos de edade em 1849, concluiu

Carlos José de Oliveira

os estudos preparatorios do Lyceu Nacional de Lisboa, e matriculou se nas aulas de Direito Canonico e Historia ecclesiastica, regidas em S Vicente de Fóra, concluindo o curso em 1852, tendo apenas 17 annos de edade. No anno de 1853 seguiu para a Universidade de Coimbra, e em dois ou tres mezes repetiu todos os exames preparatorios, como a lei então exigia, e matriculou-se no primeiro anno da faculdade de Direito. Foi um estudante distincto, sendo premiado em quasi todos os annos do curso, e tomou o grau de bacharel em 25 de maio de 1858. Veiu depois para Lisboa exercer a advocacia, tornando-se um advogado muito considerado e muito trabalhador; dedicava-se especialmente ás causas commerciaes e ás civeis, e só por excepção se encarregava d'alguma causa crime. Existem impressos do dr. Carlos d'Oliveira, além d'uma analyse da lei de 30 de julho de 1870 sobre a abolição dos vinculos, que constituiu o discurso de abertura d'uma sessão da *Associação dos Advogados*, varios trabalhos juridicos, relativos a processos pendentes, e duas dissertações para os concursos da cadeira de Economia politica da Escola Polytechnica, uma denominada *Considerações sobre a liberdade dos bancos*, e outra *Justificação dos monopolios naturaes*. Entrando na politica, filiou-se no partido progressista, foi deputado em algumas legislaturas e presidente da camara. Tambem foi governador civil de Lisboa.

**Oliveira** (*Fr. Chrispim de*). Religioso dominicano na ordem dos prégadores. Era natural de Azeitão, mas ignora se a data do nascimento. Recebeu o habito no convento da terra da sua naturalidade a 6 de novembro de 1695. Foi qualificador do Santo Officio, prégador do infante D. Francisco, irmão de D. João V, e prior do convento da sua ordem em Evora. Deixou publicado um sermão de S. Luiz Gonzaga.

**Oliveira** (*Christovão Rodrigues de*). Guarda-roupa, ou familiar de arcebispo de Lisboa D. Fernando de Menezes. Era natural d'esta cidade, mas não se sabe mais noticias a seu respeito. Escreveu uma obra, que se intitula: *Summario em que brevemente se conteem algumas cousas* (*assim ecclesiasticas como seculares*), *que ha na cidade de Lisboa, com privilegio real;* no verso do titulo diz: *Sendo arcebispo da cidade e arcebispado de Lisboa D. Fernando primeiro d'este nome, capellão-mór d'el-rei D. João nosso senhor o terceiro*, etc. publicado em 1551. Saiu novamente, *addicionado por Manuel da Conceição, mercador de livros*, Lisboa, 1775. Os addicionamentos feitos consistem: 1.º Em um *Supplemento*, que comprehende o estado presente de Lisboa, por Manuel da Conceição, mas segundo alguns escriptores é obra de D. José Barbosa; pag. 135 a 150; 2.º Uma *Carta* do P. D. Thomaz Caetano do Bem ácêrca d'uns monumentos romanos descobertos no sitio das Pedras Negras; pag. 153 a 176; 3.º Uma *Carta* aos socios do *Jornal Estrangeiro* de Paris em que se dá noticia breve dos litteratos e artistas mais famosos existentes em Lisboa; em nome de Miguel Tiberio Pedegache, mas que outros attribuem ao mesmo D. Thomaz Caetano do Bem; pag. 177 a 199.

**Oliveira** (*Congregação da*). V. *Portugal*, vol. II, pag 1119.

**Oliveira** (*P. Custodio José de*). Presbytero secular, professor regio da lingua grega, em Lisboa, etc. Não se conhece a data do nascimento, nem o local onde nasceu, mas sabe-se que fal. em 1812, ou pouco depois, de edade já muito avançada. A sua nomeação de professor de grego foi por carta régia de 10 de novembro de 1771; regeu depois a mesma cadeira no Collegio Real dos Nobres. Foi tambem um dos directores litterarios da Impressão Régia, cargo que exercia ainda no anno de 1807. Por fim recebia uma pensão annual de 200$000 réis, concedida como re-

muneração do trabalho que lhe fôra confiado da composição d'um *Diccionario da Lingua Grega*, o qual não chegou a concluir, ignorando-se até que ponto o levou. Quando era professor régio representou ao governo que a *Collecção de Patuza*, feita para a Academia Real de Napoles, não podia facilmente ser mandada vir de fóra, em quantidade que bastasse para o uso das aulas d'este reino, além de não ter nem a selecção recommendada pelo governo, nem a abundancia de logares escolhidos de autores classicos, que se devem tratar nas mesmas aulas. N'estes termos, e comquanto determinassem as instrucções para os professores de grego que usassem da *Collecção de Patuza*, ordenou o alvará de 17 de julho de 1772 que se puzesse em ordem e imprimisse uma collecção de logares, e passagens escolhidas dos autores gregos na conformidade de uma tabella, que devia acompanhar o alvará, e ser assignada pelo bispo de Beja, presidente da Mesa Censoria. O pensamento do soberano foi annuir ao pedido do mencionado professor, que consistia em que se fizesse uma impressão de alguns logares dos autores classicos, taes como *Luciano*, *Xenophonte*, *Herodoto*, *Isocrates*, *Thucydides*, *Theocrito*, *Anacreonte*, *Aristophanes*, *Sophocles*, *Pindaro*, e outros; com algumas breves notas criticas e grammaticaes, ácêrca da pureza da phrase, e conhecimento da lingua. A *Selecta* dos logares escolhidos dos classicos gregos, em prosa, na conformidade da tabella apresentada pelo professor Custodio José d'Oliveira, foi começada em 1773 e concluida em 1776; mas a dos poetas só foi impressa em 1830, na imprensa da Universidade. A selecta dos prosadores gregos tem o titulo seguinte: *Selecta optimorum Graecae Linguae Scriptorum, ad usum Scholarum. Opera et Studio Custodii Josephi Oliverii*, Lisboa, 1773-1776; foi reimpressa em 1806. Bibliographia: *Dionysio Longino, tratado do Sublime, traduzido da lingua grega na portugueza*, Lisboa, 1771; *Luciano, sobre o modo de escrever a Historia; traduzido na lingua portugueza*, Lisboa, 1771; ambos estes tratados tiveram *segunda edição corregida e addicionada em suas notas*, Lisboa, 1804; *Ode á inauguração da Estatua Equestre*, sem logar nem anno de impressão, mas é de 1775; meia folha de papel; *Versos em grego e portuguez*, sobre o mesmo assumpto; idem; *Diagnosis typographica dos caracteres gregos, hebraicos e arabicos, addicionada com algumas notas sobre a divisão orthographica da lingua latina, e outras da Europa; a que se juntam alguns preceitos da arte typographica para melhor correcção e uso dos compositores e aprendizes da Impressão Régia*, Lisboa, 1804; *Jerarchia celestial*, etc., Lisboa, 1812.

**Oliveira** *(Cypriano José de Mendonça)*. Funccionario publico, que prestou valiosos serviços no Ultramar. N. na praça d'Aguada, na India, a 27 de abril de 1870, fal. em Cascaes, a 20 de janeiro de 1907. Era filho do dr. Antonio Nunes de Oliveira e de Mathilde E. de B. Mendonça de Oliveira. Fez os seus primeiros estudos na India Portugueza, indo depois completal-os a Bombaim. Ainda muito novo empregou-se na Direcção das Obras Publicas da India como desenhador auxiliar, mas sendo este logar supprimido, passou ao quadro aduaneiro, fazendo serviço no Commissario Geral do Sal Abkary e Alfandegas da India. Em 1890 foi para Moçambique encarregado da ambulancia que acompanhou a expedição Maratha áquella provincia, onde serviu na Curadoria Geral dos Serviçaes e Colonos, e na Escola de Artes e Officios como professor de portuguez e desenho, deixando estes cargos por ter sido nomeado escrivão verificador (sub-director interino) da Alfandega de Inhambane e escrivão da capitania do porto da mesma villa, passando depois ao logar de escrivão de fazenda do districto, cargo que teve de deixar por motivo de saude, retirando para Moçambique com licença da junta. Achava se addido á secretaria do Governo Geral da Provincia, quando foi requisitado por Mousinho d'Albuquerque, governador de Lourenço Marques, para seu secretario particular. Este governador tambem o encarregou da cobrança do imposto de palhotas no Maputo, e quando regressou ficou fazendo parte do pessoal da secretaria do governo do districto, tendo sido um grande auxiliar de Mousinho d'Albuquerque, quando para ali foi a expedição de Moçambique commandada pelo coronel Azevedo Coutinho, por causa do conflicto anglo-portuguez. Desempenhou em commissão os logares de chefe de secretaria e da administração do Hospital Militar e Civil de Lourenço Marques, onde prestou bons serviços, confirmados documentalmente pelo dr. Antonio Maria Duarte Ferreira, director d'aquelle estabelecimento. Em 1892, sentindo-se bastante doente, veiu para a metropole tratar-se. Tendo sido confirmado no logar de secretario do governo de Lourenço Marques por decreto de 22 de setembro de 1893, foi depois transferido para a alfandega de Moçambique, e em março de 1895 passado para o ministerio das obras publicas, fazendo parte da Inspecção Geral dos Vinhos e Azeites. Falleceu na edade de 37 annos, ainda incompletos.

**Oliveira** *(Eduardo Freire de)*. Director do Archivo Municipal de Lisboa. (V. *este nome*, a pag. 675 do vol. I). Socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa; do Instituto de Coimbra; da Real Associação dos Archeologos e Architectos Civis Portuguezes; do Gabinete Portuguez de Leitura de Pernambuco; do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, etc. Nasceu n'esta cidade, sendo filho de Candido José Maria de Oliveira, que nas campanhas liberaes se distinguiu valentemente e ganhou o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição, sendo depois empregado na Alfandega de Lisboa, onde muitas vezes exerceu o cargo de director da Alfandega de Consumo, e de D. Emilia Carlota Freire de Oliveira. Antigo empregado da camara municipal de Lisboa, tem o sr. Freire de Oliveira sido sempre um funccionario zeloso. Quando se deu, em 19 de novembro de 1863, o grande incendio dos paços do concelho de Lisboa, espalhou-se que o fogo fôra propositado; mas a vercação, que era composta de homens honestos e que prezavam a sua reputação, empregou logo os seus esforços para vencer a calumnia. Deu ordem para se proceder á organisação da conta da gerencia, aproveitando-se os documentos salvos e adquirindo outros legalmente authenticados, provando assim, com o dinheiro encontrado no cofre, que tudo estava regular. Foi encarregado d'esta diligencia o sr. Eduardo Freire de Oliveira, então

arpirante da repartição de contabilidade, e com tanta competencia e aptidão se houve, apresentando seu relatorio e a conta documentados, com que se provou a boa gerencia e a lisura na administração da fazenda municipal, que a camara, reconhecida a este bom serviço, o deixou expresso na acta da sessão em que lhe conferiu um voto de louvor, sendo esta, a primeira distincção de tal genero que se concedeu a um funccionario municipal no concelho de Lisboa. Na direcção do Archivo Municipal tem egualmente prestado notaveis serviços, que bem se evidenciam na excellente organisação que lhe tem dado. Desde 1901 que lhe pertence tambem a direcção das bibliothecas municipaes, consideradas como dependentes do mesmo archivo, e ahi tem feito sentir a sua acção intelligente melhorando os serviços e conseguindo o augmento das acquisições de livros, de fórma a collocar á altura da sua missão tão uteis instituições, como o devem ser as bibliothecas municipaes. O sr. Freire de Oliveira é autor da valiosissima collecção intitulada *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, de que já se encontram publicados quinze grossos volumes, que são um importante repositorio de documentos de alto valor historico. Muitos d'esses documentos são acompanhados de notas elucidativas e eruditas. Esta notavel publicação foi emprehendida em homenagem ao marquez de Pombal, por occasião de se celebrar o seu primeiro centenario em 8 de maio de 1882. A leitura e compilação dos centenares de documentos insertos nos quinze volumes publicados, e notas que os esclarecem representam um trabalho enorme, quasi superior ás fôrças de um só homem. Os *Elementos* são uma obra immensa, e dos numerosos documentos que contêem, tiram-se amplos conhecimentos historicos. N'este diccionario teem sido aproveitados, e citados, repetidas vezes. Tão grande obra tem valido ao seu autor e á Camara Municipal de Lisboa calorosos elogios. Os volumes dos *Elementos* teem sido publicados pela seguinte ordem: Vol. I em 1885; Vol. II em 1887; Vol. III em 1888; Vol. IV em 1889; Vol. V em 1891; Vol. VI em 1893; Vol. VII em 1894; Vol. VIII em 1896; Vol. IX em 1898; Vol. X em 1899; Vol. XI em 1901; Vol. XII em 1903; Vol. XIII em 1904; Vol. XIV em 1906; Vol. XV em 1910.

**Oliveira** *(Emygdio de)*. Jornalista e escriptor contemporaneo. N. no Porto em novembro de 1853, sendo filho de Emygdio de Oliveira, capitão de marinha mercante. Feitos os estudos preparatorios acompanhou seu pae em differentes viagens pelo Brazil, Inglaterra, Allemanha, etc., naufragando no mar do Norte depois d'uma viagem terrivel e tormentosa. Este acontecimento, em vez de amedrontar o joven viajante, encheu-o ainda de maior coragem, e teria decerto seguido a carreira do mar, se seu pae lhe não contrariasse esses desejos. Matriculou-se então no Lyceu, onde seguiu o curso com destino ás escolas superiores. Fallecendo, porém, seu pae, interrompeu os estudos, conseguindo ser collocado como segundo guarda-livros n'um banco de Braga, em que era primeiro guarda-livros o conselheiro Alfredo Barbosa dos Santos, actual agente financial do governo portuguez no Rio de Janeiro. Lançado n'esta carreira dedicou-se com attenção aos estudos economicos e financeiros, em que é muito versado, como o provam os apreciados artigos que inseriu na *Actualidade*, jornal portuense de que foi assiduo collaborador, e os artigos que publicou tambem no *Jornal de Finanças*, de que em 1905 era redactor principal. Saindo de Braga foi para o Porto, onde fundou o *Jornal de viagens*, de que se fez uma tiragem enorme, e obteve grande exito, não só pela sua novidade, pois que se não tentara ainda entre nós uma publicação similhante, mas pela variedade e interesse dos artigos, quasi sempre illustrados. Foi por essa occasião que o illustre jornalista lançou a idéa da creação da Sociedade de Geographia Commercial, indicando para seu presidente o escriptor Oliveira Martins, que poucos conheciam, e que, acceitando o honroso convite, dirigiu a nova aggremiação, cuja existencia foi curta, apezar de fundada em condições que pareciam assegurar-lhe uma larga e prospera existencia. No periodo activo da prestante sociedade, Emygdio de Oliveira, que fôra eleito primeiro secretario geral, realisou uma interessante conferencia nas salas da Associação Commercial, sobre a marinha mercante. Pouco depois fundava, com Feliciano Ferreira e outros a *Folha Nova*, que obteve grande exito pela sua independencia e brilho litterario. Sob o pseudonymo de *Spada* publicou Emygdio de Oliveira notaveis artigos doutrinarios e de polemica, transcriptos por quasi toda a imprensa liberal do paiz. Foi n'esse jornal que se trataram as questões que n'aquella epoca agitada mais preoccupavam o espirito publico, ficando memoraveis os artigos relativos ao centenario do marquez de Pombal, á secularisação da capella da Aguardente, e a outros assumptos que mais especialmente preoccupavam a opinião publica. Depois da *Folha Nova* fundou o *Norte*, com os drs. Ricardo Jorge, Wenceslau de Lima e outros. Redigiu tambem o *Diario do Commercio*, e collaborou no *Seculo*, no periodo combatente d'este jornal. Os artigos que n'elle publicou sobre a questão africana, acham-se colleccionados no volume denominado *A caça ao javardo*, edição da Bibliotheca Moderna. Em 1905 redigiu o *Jornal de Noticias* e o *Jornal de Finanças*, collaborando tambem no numero litterario que o *Seculo* publicava ás segundas feiras. Emygdio d'Oliveira foi procurador á Junta Geral do districto do Porto, representando o concelho de Villa Nova de Gaia. Em 1899 exerceu o cargo de commissario districtal do Real de Agua, passando depois a exercer o de commissario dos alcooes, e por ultimo o de commissario junto das fabricas de phosphoros. Com Basilio Telles, José Sampaio, José Victorino Ribeiro, J. Maria Durão e outros, fundou o *Club de Propaganda Democratica do Norte*, de que foi presidente. Além do livro já citado, publicou tambem a *Carteira d'um latino*, contos escolhidos entre os que inseriu nos numeros de domingo do *Jornal de Noticias*. No seu tempo de estudante já mostrava grande propensão para as letras, e com alguns dos seus condiscipulos fundou o semanario *O Club*.

**Oliveira** *(Eusebio de)*. Architecto. N. em Benavente em 1751, fal. em Lisboa em 1814. Foi o autor da decoração da tribuna real do theatro de S. Carlos. Teve grande pratica de pintar scenarios e tectos.

**Oliveira** *(Fernando de)*. Cavalleiro tauroma-

chico, artista muito considerado. N. em Benavente a 12 de março de 1859, fal. em Lisboa a 12 de maio de 1904. Era filho do lavrador Firmino Antonio de Oliveira, e de sua mulher D. Custodia do Sacramento de Oliveira. Tendo recebido uma educação muito cuidada, veiu para Lisboa entregar-se á vida commercial, como caixeiro despachante. Mais tarde, por morte de seu pae, dedicou-se á vida agricola nas lezirias de Villa Franca de Xira, mas a sorte foi-lhe adversa, perdendo n'essa exploração os capitaes que empregára. Como amador enthusiasta toureou pela primeira vez, a cavallo, em 1879, em Villa Franca de Xira, e logo no anno seguinte na Barquinha, montando em cavallos pertencentes a Carlos Relvas. Foi tão grande o successo obtido que o seu nome tornou-se bem falado como distincto amador tauromachico. Desde então fôram successivos os triumphos alcançados. Em 1881 apresentou-se pela primeira vez na antiga praça do campo de Sant'Anna, n'um beneficio do cavalleiro Antonio Monteiro. Foi depois ao Brazil, onde teve uma brilhante recepção e muitos lucros, que não soube conservar, regressando a Lisboa quasi com o que tinha quando partira. No dia seguinte ao da sua chegada toureou em Cintra, onde tambem obteve grande successo. Continuou então, já como artista, nas lides tauromachicas, recebendo sempre fartos applausos. Em 1892, ainda mal convalescente d'uma grave doença, que o collocara entre a vida e a morte, foi em companhia de Alfredo Tinoco, D. Luiz do Rego e Manuel Casimiro, trabalhar em Madrid, na corrida hispano-portugueza, em 27 de outubro. Foi mais por ter compromettido a sua palavra, e não queria que os maldizentes pudessem pensar que fugia á lucta na primeira e grandiosa arena peninsular. Apezar do estado febril, em que estava ainda, anniquilado pela doença, o seu trabalho n'essa corrida obteve o applauso unanime de toda a imprensa hespanhola, e a apreciação do grande mestre e critico D. José Sanchez de Neira, publicada no jornal *Lidia*, de 31 do citado mez. Tornou a Hespanha mais vezes, sendo a ultima em junho de 1900, n'uma corrida de beneficencia em Madrid, em que obteve uma ovação delirante. Voltou ainda ao Brazil algumas vezes, sendo a ultima em 1902. Toureou em todas as praças de touros do paiz, sendo em algumas na corrida de inauguração. Falleceu d'um desastre na praça do Campo Pequeno, tendo sido colhido por um touro, que o derrubou do cavallo em que montava, cuspindo-o da sella a grande distancia, deixando-o de bruços e sem sentidos. Apezar dos soccorros promptos, o infeliz artista não pôde resistir. A consternação foi geral, porque Fernando de Oliveira era sinceramente estimado.

**Oliveira** *(P. Fernão de)*. Presbytero secular, professor de Rhetorica em Coimbra. N. em Pedrogão, na provincia da Beira Baixa, e vivia ainda, em edade muito avançada, no anno de 1581. Era filho de Heitor d'Oliveira, fidalgo da casa de D. João III, e juiz dos orphãos da mesma villa de Pedrogão, e de sua mulher, D. Branca de Castro. Escreveu: *Grammatica da lingua portugueza*; tem no fim a data de Lisboa, 27 de janeiro de 1536; *Arte de guerra do mar, dirigida ao mui magnifico senhor D. Nuno da Cunha, capitão das galés do muito poderoso rei D. João III*, Coimbra, 1555. Na Bibliotheca de Paris existe um codice manuscripto, sob o n.º 10022, que contém autographos os escriptos de Fernão de Oliveira, a saber: *Historia de Portugal*, que não passa d'uns fragmentos relativos ao governo do conde D. Henrique e aos reinados de D. Affonso Henriques e D. Sancho I. O general Pamplona, depois conde de Subserra, estando em Paris, fez tirar copia dos ditos fragmentos, que inseriu no jornal, que então redigia, com o titulo de *Contemporaneo Politico e Litterario*, de 1820, no tomo II, pag. 212 e 321, e no tomo III, pag. 1 e seguintes. Ha tambem no dito codice outro escripto, que é a traducção dos livros 1.º e 2.º e dos primeiros oito capitulos de *Re rustica*, de Columella. Foi copiado por Francisco José Maria de Brito, e saiu nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, tomo IV, parte II, continuando nos tomos seguintes.

**Oliveira** *(Filippe de)*. Professor das escolas centraes de Lisboa, secretario da Associação do Mealheiro das viuvas e orphãos dos operarios, etc. N. em Ilhavo em 1861. Ficou orphão de pae, sendo ainda muito creança, e foi internado na Casa Pia de Lisboa, mostrando desde logo grande vocação para as letras. Fez os exames de portuguez, francez, inglez, geographia, historia e mathematica, matriculando-se em seguida na Escola Normal de Marvilla, onde fez um curso brilhante, que terminou em 1880. Foi em seguida nomeado professor na Casa Pia, em que fôra educado, e dois annos depois passou á Escola Central N.º 6, de Lisboa, onde se tem conservado. O sr. Filippe d'Oliveira é muito illustrado; dedica-se com ardor á instrucção, a que tem prestado bons serviços, gozando dos melhores creditos e da maior consideração como professor. Nos exames primarios é sempre chamado para fazer parte do jury. A favor da instrucção popular tem publicado já varios livros escolares. No concurso de 1903 apresentou *O meu primeiro livro de leitura*, que foi approvado pela respectivo commissão technica, sendo adoptado nas escolas no seguinte anno lectivo. Do merito d'este livro é prova evidente o voto favoravel da erudita commissão, que rejeitou livros d'autores bem conhecidos, preferindo só dois, sendo um d'elles o do sr. Filippe de Oliveira. No concurso aberto para os livros a adoptar no triennio de 1906 a 1909, apresentou o illustre professor o *Primeiro* e o *segundo livro de leitura*, sendo ambos mandados adoptar. O *Meu primeiro livro* pouco differe do que já fôra anteriormente adoptado. A'cêrca do *Meu segundo livro de leitura*, escreveu o bem conhecido escriptor e professor sr. Candido de Figueiredo, na chronica litteraria do *Diario de Noticias*, de 1906, e que o *Noticias d'Alcobaça*, de 18 de novembro d'esse anno transcreveu, a seguinte apreciação: «Os bons professores primarios, são geralmente, os melhores autores de livros escolares para o ensino primario. São, mas não fôram, pois que, não ha muitos annos ainda, os livros escolares pareciam propriedade exclusiva de quem nunca preleccionou nas respectivas escolas. Esse processo continua a reflectir-se por ora na elaboração de programmas, organizados muita vez por quem não lidou com a população escolar, a que elles se destinam. Mas hoje o professorado primario já está brilhantemente representado na bibliographia escolar, do que é teste-

munho, a par do outros, o sr. Filippe de Oliveira, um dos mais sympathicos e esclarecidos professores da capital. Afóra outras publicações, firma elle agora o *Meu segundo livro de leitura*, para a 2.ª e 3.ª classe de ensino primario. Livro organizado com excellente criterio, com muita paciencia, e com grande comprehensão das aptidões o predilecções infantis. São geralmente curtos os capitulos ou artigos da obra, o que representa incontestavel vantagem, em cotejo com estiradas narrativas, cuja summula difficilmente se fixa na memoria das creanças. E depois a variedade dos assumptos, a simplicidade d'elles e o seu intuito educativo, são predicados que inquestionavelmente abonam o bom serviço que esta publicação representa » O sr. Filippe d'Oliveira é tambem autor da *Geometria Synthetica*, que já conta 5 edições.

**Oliveira** *(P. Filippe de)*. Presbytero secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, e afamado prégador do seu tempo N. em Lisboa em 1708, e fal. no 1.º de novembro de 1755, ficando sepultado debaixo das ruinas da egreja de S. Julião, por occasião do grande terremoto. Era filho de Manuel Francisco e de Anna Maria. Estudou em Lisboa letras humanas e lingua latina, passando depois á Universidade de Coimbra a estudar a faculdade de Canones, em que recebeu o grau de bacharel a 21 de maio de 1732. Ordenado de presbytero applicou se á lição da Sagrada Escriptura e dos Santos Padres. Escreveu: *Sermão de preces que se fizeram na cidade de Lisboa por occasião das continuas inundações que se experimentaram no anno de 1736*, Lisboa, 1736; *Sermão do grande pae dos pobres, instituidor da hospitalidade, o glorioso patriarcha S. João de Deus, prégado no seu convento*, Lisboa, 1739; *Sermão panegyrico e gratulatorio pelas felices melhoras de Sua Majestade, prégado em 7 de julho de 1742 na real egreja de S. Julião*, Lisboa, 1742; *Panegyrico historico e funeral nas sumptuosas exequias celebradas pela irmandade de N. S.ª do Loreto em 3 de outubro de 1742, pelo ex.mo sr. D. Manuel José de Castro, conde de Monsanto e marquez de Cascaes, etc.*, Lisboa, 1743; *Elogios sacros da vida do glorioso thaumaturgo de Paula, plenipotenciario de Deus, chanceller da caridade, sagrado patriarcha da esclarecida ordem dos Minimos, S. Francisco de Paula*, Lisboa, 1743; saiu sem o nome do autor; *Sermão do grande thaumaturgo da Calabria; sagrado erario da caridade, esclarecido instituidor da vida quaresmal, o glorioso patriarcha S. Francisco de Paula*, Lisboa, 1746; *Sermão do esclarecido conego de Praga, benefico advogado da fama, proto-martyr do sigillo sacramental, S. João Nepomuceno*, Lisboa, 1746; *Sermão de preces pela saude do magnifico rei D. João V nosso senhor*, etc., Lisboa, 1747; *Sermão no dia dia 3 de maio de 1747, ultimo do triduo que se celebrou á milagrosa imagem do Sr. Jesus da Pedra, trasladada para a sua nova egreja junto á villa de Obidos*, Lisboa, 174.; *Oração funebre, panegyrica e historica nas exequias do fidelissimo senhor rei D. João V, celebradas pela irmandade de S. Bartholomeu na real freguezia de S. Julião*, Lisboa, 1750.

**Oliveira** *(Filippe Rodrigues de)*. Ajudante da infantaria com exercicio de engenheiro, e capitão da Extremadura. N. em 1 de maio de 1700, ignora-se a data do fallecimento. Applicou-se muito ao estudo das Mathematicas na Academia Militar da côrte, e tornou-se tão distincto que por vezes substituiu o lente proprietario Manuel de Azevedo Fortes, sargento-mór de batalha e engenheiro-mór do reino. Deixou as seguintes obras manuscriptas: *Elementos de Euclides*, etc.; *Tratado da Pyrothenia*, etc.; *Elementos de Mathemathica*, etc.; *Tratado de Trigonometria*, etc.

**Oliveira** *(Francisco de)*. Mestre de Arithmetica e de Escripta. N. em Braga em 1669, e ainda vivia, contando já 70 annos, em 1739, data em que publicou: *Arithmetica verdadeira, ou arte facilissima de contar para todos os curiosos, que com fundamento, clareza e distincção quizerem fazer qualquer genero de conta*, etc., Porto, 1739. Era filho de Domingos Barroso e de Maria de Oliveira.

**Oliveira** *(Francisco de)*. Governador de Cabo Verde, de 1728 a 1733. No seu tempo, em 1730, descobriu-se a urzella no archipelago, que é uma das suas riquezas agricolas

**Oliveira** *(Fr. Francisco de)*. Religioso franciscano da ordem dos prégadores. N. em Beja a 19 de julho de 1707, mas não se sabe quando falleceu. Chamava se no seculo Francisco José de Oliveira, e era filho de Pedro Dias de Oliveira, familiar do Santo Officio, de Evora, e juiz dos direitos reaes da Casa do Infantado na cidade de Beja, e de D. Maria Bayoa Toscana Franco. Estudou grammatica no collegio da Companhia de Jesus, da referida cidade de Beja, e Philosophia na Universidade de Evora. Sendo acommettido d'uma grave enfermidade, fez o voto, se escapasse, de largar o seculo e dedicar-se ao claustro vestindo o habito na ordem dos prégadores, e assim cumpriu, recebendo o habito das mãos de seu irmão fr. Eugenio d'Oliveira, prior do convento de S. Domingos, de Evora, a 18 de abril de 1752, professando solemnemente no de Elvas, a 27 de abril de 1756 Estudadas as sciencias severas nos conventos de Evora e da Batalha, applicou-se á lição de Historia, em que muito se distinguiu. Deixou varias obras manuscriptas, em que se contam as seguintes: *Memoria para a historia da provincia do Alemtejo*, etc.; *Supplemento ao sexto tomo do Santuario Marianno*, etc.; *Memorias historicas do grande logar da Cuba, onde se relata tudo quanto tem succedido nos cinco seculos que o seu castello foi restaurado do poder dos moiros no anno de 1244 até ao presente de 1744*, etc.; *Vida de S. Sisnando, diacono e martyr, natural e padroeiro da cidade de Beja; Annotações á Historia de Beja, escripta no anno de 1660 por Marçal de Avellar da Costa; Fundação da notavel villa da Vidigueira, e noticia individual de todos os donatarios a quem tem sido sujeita.*

**Oliveira** *(Francisco Alberto de)*. Cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em 30 de julho de 1821, fal. em 9 de julho de 1893. Era filho de Ignacio Alberto d'Oliveira. Aos tres annos de edade ficou orphão de pae, e aos cinco annos, um seu cunhado, Francisco José Rebello, se encarregou de o educar, empregando todos os meios ao seu alcance, com desvello e cuidados d'um pae carinhoso. Já em creança mostrava tendencia para a medicina, e aos 16 annos, em 1837, matriculou-se na Escola Medica, terminando os estudos em 1842, depois d'um curso brilhante, em que obteve distincções e premios todos os annos. A 15 de dezembro de 1842, foi nomeado pelo conselho escolar conservador do ga-

binete de Medicina operatoria e ajudaute do lente de operações. Assim começou a sua carreira, alcançando dia a dia os maiores creditos na profissão a que se dedicara. Em 1846 foi nomeado cirurgião-mór do primeiro batalhão do commercio, o que o obrigou a afastar-se de ir a um concurso para lente da Escola Medica de Lisboa. Durante as luctas partidarias de então prestou bons serviços, sendo nomeado chefe d'uma ambulancia para soccorrer os feridos na batalha de Torres Vedras, em dezembro de 1846, e mais tarde na do Alto do Viso, em maio de 1847. No dia 13 de abril de 1850 foi nomeado cirurgião extraordinario do hospital de S. José, em 5 de maio de 1874 director do Banco do mesmo hospital, e em 30 de dezembro d'esse anno director clinico de enfermaria. Em junho de 1855 teve a nomeação de medico interno da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, e em 1856 a de director clinico d'uma enfermaria do hospital militar da Estrella. Em 1857 distinguiu-se muito na terrivel epidemia da Febre Amarella, que se desenvolveu em Lisboa, pela sua abnegação, permanecendo no seu posto de honra á cabeceira dos enfermos. Pelos relevantes serviços, que então prestou, foi-lhe concedida a medalha da febre amarella, instituida pela camara municipal para recompensar todas as pessoas que n'aquelle doloroso anno tantos e desinteressados serviços prestaram. El-rei D. Pedro V concedeu-lhe tambem n'essa occasião o diploma de medico honorario da real camara, sendo egualmente agraciado com o habito da ordem da Torre e Espada. Em julho de 1849 instituiu a Sociedade Emulação Medico-Cirurgica, da qual fôram socios alguns dos mais distinctos cirurgiões e medicos d'aquella epoca, e empreheudeu a publicação do jornal, orgão d'essa sociedade, que teve o titulo: *Jornal de Medicina e sciencias accessorias* onde fôram publicados alguns artigos seus de reconhecido interesse. Francisco Alberto d'Oliveira exerceu ainda o cargo de ajudante do provedor do Asylo de Mendicidade. Era socio de muitas associações scientificas nacionaes e estrangeiras. Depois das luctas civis de 1846 recebeu a mercê da commenda da ordem de Christo, e em 1869 a de Nossa Senhora da Conceição pelos serviços pestados á Santa Casa da Misericordia. Tinha numerosa clinica particular, sendo muito caritativo e desvellado para com os doentes pobres. Escreveu valiosos artigos e observações clinicas nos jornaes medicos de Lisboa, e a *Estatistica do Hospital de S. José*, em 1863.

**Oliveira** *(Francisco Esteves de)*. Medico municipal de Manteigas. N. na povoação de Teixoso, proximo da Covilhã, a 18 de dezembro de 1851. Estudou no Lyceu da Guarda instrucção secundaria, recebendo sempre louvor nas disciplinas que aprendeu. Habilitado com os mais preparatorios precisos, matriculou-se no 1.º anno de Medicina na Universidade de Coimbra, e depois d'um curso distincto formou se em 31 de julho de 1880. Em agosto d'esse mesmo anno tomou conta do partido da Certã, indo para o de Manteigas em julho de 1882. Grassava então ali a epidemia Cholera-Morbus, que muitas victimas causou, e o novo medico desenvolveu a maior actividade e abnegação junto dos enfermos, e teve a infelicidade de ser tambem attingido pelo terrivel mal no principio de dezembro de 1882, conseguindo salvar-se depois de grande lucta com a morte. Mal convalescente, já em fevereiro de 1883 regressou a occupar o seu posto, ao lado dos pobres doentes. Felizmente a epidemia acabou, e Francisco Esteves de Oliveira continuou no exercicio da clinica, gozando sempre da maior estima e consideração.

**Oliveira** *(Francisco Manuel de)*. Professor regio de Philosophia, nomeado pela resolução regia de 10 de novembro de 1771. N. na Ilha da Madeira, e parece que morreu em Lisboa, mas em 1809 ainda vivia, sendo já professor jubilado. Escreveu: *Escolha das poesias orientaes, que o insigne cavalheiro inglez Guilherme Jones traduziu d'aquelles idiomas em verso rimado inglez, e ornadas agora em portuguez, seguidas de varias outras rimas*, Lisboa, 179[illegible]; até pag. 61 contem 3 peças que se dizem trasladadas das linguas orientaes; depois, sob nova numeração, são composições originaes do traductor Oliveira, a saber: 9 odes, 2 idyllios, uma epistola, uma elegia, um prologo e um drama heroico, *Pisistrato*, em 3 actos escriptos em versos hendecasyllabos; *Collecção poetica, tomo II*, Lisboa, 1791; é como continuação do volume antecedente, e contém, além de varias poesias originaes, as traducções de 8 odes de Horacio; *Ecloga pastoril, consagrada á memoria do serenissimo sr. D. José, principe do Brazil*, Lisboa, 1788; *Orações, que pela feliz inauguração do Seminario da cidade do Funchal, compoz, e recitou na presença do ex.mo e rev.mo sr. D. José da Costa Torres, bispo da mesma cidade*, etc., Lisboa, 1787; *Apostrophe á Humanidade, extrahida do poema inglez de Mr. Pratt, intitulado: «Sympathia»*, Lisboa, 179[illegible]; *Ensaio poetico sobre a harmonia do mundo, e suas partes, ou tratado metrico de geographia universal, para servir de instrucção á mocidade portugueza*, Lisboa, 1805; saiu com as iniciaes F. M. O. M. M.; *Principios elementares da lingua ingleza, methodicamente tratados, para facilitar aos principiantes o verdadeiro conhecimento d'esta lingua: divididos em tres partes: 1.ª regras da grammatica, 2.ª exercicios de conversação, 3.ª phrases e idiotismos*, Lisboa, 1809; *Avisos interessantes á humanidade, ou collecção de alguns artigos concernentes á restauração da vida dos afogados, e outros casos de morte apparente, ou animação suspensa; extrahidos de escriptos publicados em Inglaterra por ordem da Sociedade Humana, traduzidos*, etc., Lisboa, 1788.

**Oliveira** *(Francisco de Paula de)*. Jurisconsulto. N. em Lisboa em 1768, fal. em Ponta Delgada a 2 de agosto de 1865, com 97 annos de edade. Em 1836, sendo juiz de segunda instancia, foi nomeado ministro da justiça, quando se formou em Belem o celebre ministerio contra-revolucionario, presidido pelo marquez de Valença. Como esse movimento chamado a *Belemzada* gorou (V. *Portugal*, vol. II, pag. 263), Francisco de Paula de Oliveira, nomeado ministro da justiça a 3 de novembro de 1836, foi exonerado a 5 do mesmo mez e anno. Foi então para a Relação dos Açôres, e ali passou o resto da sua longa vida.

**Oliveira** *(Francisco Xavier de)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, fidalgo cavalleiro da Casa Real, etc.. N. em Lisboa a 21 de maio de 1702 fal. em Hackney a 18 de outubro de 1783. Era filho de José de Oliveira e Sousa, contador dos Contos do reino, e de D. Izabel da Silva Ne-

ves. No estrangeiro tornou-se mais conhecido pelo nome de *Cavalheiro de Oliveira* Em 1716, tendo apenas 14 annos de edade, foi nomeado official do Tribunal dos Contos, logar que exercêu durante 17 annos, tendo tido, durante esse tempo, occasião de se relacionar com as pessoas mais importantes da côrte, de viver na grande roda, e de colleccionar assim no seu espirito um grande numero de informações e de anecdotas áecêrca dos homens, das cousas e dos costumes de Portugal, que depois lhe serviram de muito quando publicou as suas interessantes e variadas memorias, que tanta luz derramam na historia intima da côrte portugueza. Casou e enviuvou, sendo ainda muito novo, e apezar de ser já considerado em Portugal como pouco orthodoxo, conseguiu escapar sempre á Inquisição, graças aos poderosos amigos que o protegiam. Comtudo taxavam-n'o de atheu, ou pelo menos de protestante, e lançavam-lhe em rosto uas pendencias a que frequentemente expunha a sua vida um pouco solta que se passava em grande parte nos camarins das actrizes e entre as rixas dos fidalgos em que muitas vezes tomou parte. Um fidalgo, que elle desafiou n'uma d'essas pendencias, respondeu lhe com a seguinte carta, que D. Fr. João de S. José incluiu nas suas *Memorias*, publicadas por Camillo Castello Branco, pag. 107 da edição de 1868: «Logo que vossa mercê me mandar um papel assignado por dois ou quatro theologos, decidindo que possa aceeitar desafio sem culpa nem excommunhão, e que morrendo vossa mercê no duello, o poderei mandar enterrar na egreja ou no adro, e não atraz da Estrella, no cemiterio inglez, ou no monturo das obras do conde de Tarouca, farei o que vossa mercê me pede, para promptamente o servir.» *O monturo das obras do conde de Tarouca* era o local que depois se chamou *Patriarchal queimada*, e hoje *Praça do Principe Real.* Não consta que Francisco Xavier d'Oliveira reagisse contra esta carta, o que prova que effectivamente não desejava que as suas idéas religiosas fôssem discutidas, de modo que pudessem ser ouvidas pelos familiares do Santo Officio. Em 1733 falleceu seu pae, que era então secretario do conde de Tarouca, nosso ministro em Vienna d'Austria, e Francisco Xavier d'Oliveira foi chamado para o substituir. A 19 d'abril de 1734 saiu de Portugal, a bordo de um navio que o conduziu á Allemanha, e nunca mais voltou a Portugal. Seis annos esteve Francisco Xavier de Oliveira desempenhando com muita proficiencia o logar de secretario da embaixada portugueza, e grangeando a estima dos estrangeiros com quem tratava e da côrte junto da qual servia, pelo seu bom humor, pela sua amabilidade, pelo seu fino espirito mas, sem que nunca bem se pudessem averiguar as verdadeiras causas, consequencia talvez da sua linguagem demasiado solta no respeitante á liberdade do pensamento, em 1740 viu-se obrigado a deixar o logar que tão bem servia e onde parecia estar muito satisfeito, sendo de todos bemquisto, para se refugiar na Hollanda, então valhacouto de todos os proscriptos ou perseguidos pelas suas idéas religiosas, onde se encontrava sem posição definida, chegando a passar privações, quem pela sua clara intelligencia e solida illustração com tanta felicidade iniciara a carreira diplomatica. Na verdade ao chegar a Amsterdam achava-se completamente desprovido de recursos. Não consta que fôsse rico, as suas economias é facil que se esgotassem em breve, e com a perda do ordenado da embaixada, a sua situação tornou-se decerto bastante angustiosa, e viu-se obrigado a recorrer á penna para angariar meios de subsistencia. Começou então a publicar as suas obras, que são as seguintes: *Memorias das viagens de Francisco Xavier de Oliveira*, etc.. *Tomo I*, Amsterdam, 1741; os tomos II a VII, que elle diz conservava manuscriptos, não chegaram a imprimir se; *Cartas familiares historicas, politicas e criticas; discursos serios e jocosos, Tomo I*, Amsterdam, 1741; *tomos II e III*, 1742, estas cartas reimprimiram-se em Lisboa em 1855, pela empresa *Bibliotheca Portugueza.* Consta que o autor tinha completos mais 6 volumes de cartas, que não chegou a imprimir. Ainda em 1741, anno em que a fecundidade do escriptor prova as urgencias que o apertavam, imprimiu a *Carta ao sr. Isaac de Sousa Brito, com os privilegios concedidos em Napoles e Sicilia á nação hebréa, traduzidos do original italiano em Napoles, no anno de 1740; Mille et une observations (ou reflexions) sur divers sujets de morale, de politique, d'histoire et de critique*, 2 tomos; diz o autor que ficaram ainda tres manuscriptos; *Mémoires de Portugal avec la Bibliotheque Lusitane*, 2 tomos; ficando tambem manuscriptos os III e IV; os dois tomos primeiros tiveram outra edição com alguma differença no titulo, em 1743; *Reponse à la lettre de mr. C. D. M. M.*, 1741. Estas obras déram alguns recursos a Francisco Xavier de Oliveira, e com auxilio de alguns patricios, e principalmente de alguns judeus portuguezes, que viviam em Amsterdam, lá foi vivendo, até que em 1744 transferiu a sua residencia para Inglaterra. Dois annos depois abjurava publicamente o catholicismo, e abraçava a religião protestante. Em 1744 publicára ainda na Haya a sua *Viagem á ilha do amor, escripta a Philandro*, que foi reimpressa em Lisboa em 1790. Francisco Xavier de Oliveira começava, porém, a fatigar-se, e a penna não bastaria para o sustentar, se os seus novos correligionarios, contentes com o neophyto, não occorressem liberalmente a todas as suas necessidades. Para se mostrar grato e ardente zelador da sua nova fé, quando houve em 1755 o terremoto de Lisboa, escreveu um livro em francez, que se imprimiu em 1756, intitulado *Reflexions sur le desordre de Lisbonne, et sur les autres phénoménes qui ont accompagné ou suivi ce désastre.* Este livro foi posto por elle mesmo em portuguez com o titulo de *Discursos patheticos a respeito das calamidades presentes succedidas em Portugal, dirigidos aos seus compatriotas, e em particular a S. M. F.* N'estes discursos procurou elle persuadir os seus compatriotas a abraçar as doutrinas protestantes, como mais consentaneas com o culto que se deve á majestade divina. Bem se póde imaginar o escandalo que similhantes discursos produziram em Portugal. O livro foi logo processado pelo tribunal da Imquisição, prohibido, e o seu autor condemnado a ser queimado em estatua, visto que a sua estada em Londres impedia os inquisidores de terem o gosto de o queimar em carne, como fizeram ao padre Gabriel Malagrida, que padeceu a horrivel morte pela fogueira, no mesmo auto da fé de 20 de setembro de 1761, em que saiu a publico a imagem do cavalheiro de

Oliveira para ser devorado tambem pelas chammas. Xavier de Oliveira indignou-se e escreveu em francez, e depois em portuguez, o livro intitulado: *O cavalheiro de Oliveira, queimado em estatua por hereje. Como e porque? Anecdotas e reflexões sobre este assumpto, dadas ao publico por elle proprio.* Antes, porém, d'esta catastrophe que o não magoou, e d'esta queima que nem conseguiu chamuscal-o, publicou Xavier de Oliveira em Londres o seu interessantissimo *Amusement périodique*, tão recheado de noticias e de anecdotas ácêrca da côrte de D. João V. Esse *Amusement périodique* saia mensalmente, e publicou-se durante todo o anno de 1757. Diz o cavalheiro de Oliveira que em Portugal tinha apenas dois assignantes, sendo um d'elles Jacome Ratton. As obras do cavalheiro de Oliveira não podiam estar effectivamente muito em cheiro de santidade n'este catholico paiz. O titulo completo da obra é o seguinte: *Œuvres mêlées, ou discours historiques, politiques, moraux, littéraires et critiques, publiés dans les mois de janvier (jusqu'au décembre) de 1757, sous le titre d'Amusement périodique.* Esta obra, muito aproveitada e muito citada por Camillo Castello Branco, fórma tres volumes. Apezar de ser considerado como hereje e de ter sido queimado em estatua, não era o cavalheiro Oliveira tão mal visto pelo governo portuguez como poderia imaginar-se, pois não tendo já existencia official, foi encarregado pelo marquez de Pombal de escrever uma obra contra os abusos da curia romana, auxiliando-o na rude campanha que o grande estadista emprehendera, e que foi uma das maiores preoccupações de toda a sua vida. Em desempenho d'essa commissão escreveu o cavalheiro de Oliveira e publicou em 1767, uma obra intitulada: *Reflexões de Felix Vieyra Corvina dos Arcos, christão velho ulyssiponense sobre a «Tentativa Theologica» composta pelo reverendo e douto P. Antonio Pereira, da congregação do oratorio de Lisboa.* O nome de Felix Vieyra Corvina de Arcos é o anagramma perfeito do de Francisco Xavier de Oliveyra, e a obra é incontestavelmente sua. Não correspondeu ella, porém, completamente ao que esperava quem a encommendára, porque o supposto Vieyra Corvina não se limitava a desenvolver o pensamento da *Tentativa*, ia ainda muito mais longe, atacando até com virulencia a autoridade do papa, varios dogmas catholicos, e aconselhando os portuguezes a abjurarem o catholicismo. Que havia de fazer o marquez de Pombal? Mandar queimar outra vez em estatua o teimoso propagandista? Seria absurdo, e a Inquisição decerto não se prestaria a declarar vivo e são, para o queimar de novo, o homem que ella já expungira officialmente do numero dos vivos, proclamando assim implicitamente o dogma da resurreição em estatua. Limitaram-se por conseguinte a prohibir o livro, e a não encommendar mais obras a tão rebelde instrumento. Lá foi entretanto arrastando em Inglaterra o pobre cavalheiro de Oliveira uma vida pouco afortunada, perseguido de mais a mais nos ultimos annos de uma velhice adiantada pelas doenças, principalmente por uma dysenteria chronica, que o enfraqueceu extremamente, e afinal o levou ao tumulo com 81 annos de edade. Os seus manuscriptos, que eram numerosissimos, fôram parar ás mãos de Duarte Lessa, o amigo de Garrett, mas não se sabe que destino levaram depois da morte d'esse seu possuidor. Innocencio viu um volume da *Oliveyriana*, miscellanea que se compunha de 27 tomos. O que Innocencio viu era o tomo XVI, mas não encerrava obras do cavalheiro de Oliveira, era pelo contrario uma collecção de poemas e de prosas alheias. Se todos os volumes eram assim, não ha que lamentar muito a sua perda.

**Oliveira** (*Francisco Xavier de*). Professor regio de Rhetorica e Poetica em Lisboa pela resolução régia de 10 de novembro de 1771, com exercicio no Collegio Real dos Nobres, e depois no antigo estabelecimento de estudos do bairro d'Alfama. Por muito tempo exerceu o cargo de censor régio pela Mesa do Desembargo do Paço. Impossibilitado afinal, por sua avançada edade e molestias chronicas acompanhadas de cegueira, viveu os ultimos annos na miseria; em 1823 habitava uma pobre casa da rua da Cruz de Santa Apolonia, e parece que foi morrer ao hospital de S. José em 1823 ou 1824, sendo sepultado no antigo cemiterio de Sant'Anna. Escreveu: *Elogios do Condestable D. Nuno Alvares Pereira, e Affonso de Albuquerque*, Lisboa, 1798; fôram pelo autor apresentados á Academia Real das Sciencias; *Panegyrico do ill.mo e ex.mo sr. Sebastião José de Carvalho e Mello, primeiro marquez de Pombal, ministro e secretario de estado de S. M. F. o senhor D. José I*, escripto em 1772, Lisboa, 1815, sem o nome do autor. Foi muito mais tarde reimpresso no tom XII da *Revista litteraria*, do Porto.

**Oliveira** (*Henrique Velloso de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. no Porto a 17 de dezembro de 1804, fal. em Paris em agosto ou setembro de 1867. Era filho do desembargador da Relação do Porto, e depois desembargador do Paço, Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, que era natural da provincia de S. Paulo, no Brazil, e falleceu no Rio de Janeiro. Tinha 5 annos de edade quando passou, em 1809, com sua familia para o Maranhão, seguindo depois para o Rio de Janeiro, onde fez os seus primeiros estudos; voltou mais tarde a Portugal, matriculou-se na Universidade de Coimbra, formando-se na faculdade de Direito, tendo feito um curso distincto. Regressou então ao Rio de Janeiro em 1824, quando o Brazil já proclamara a sua independencia. Ali seguiu a carreira da magistratura, exercendo diversos cargos judiciaes na Bahia e Pernambuco. Tornou-se um homem muito distincto; viajou pela Europa commissionado pelo governo; voltou ao Rio de Janeiro onde se aposentara, e em outra viagem, que elle emprehendeu, esteve em Lisboa, demorando-se algum tempo, vindo depois a fallecer em Paris, conforme dissémos. Escreveu muitas obras sobre diversos assumptos, e traduziu outras, que se publicaram no Rio de Janeiro.

**Oliveira** (*Jacinto Augusto de Freitas*). Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, contador geral da contadoria do Tribunal de Contas, deputado, conselheiro, governador civil de Leiria, escriptor, jornalista, etc. N. em Lisboa a 17 de julho de 1835, fal. a 28 de setembro de 1886. Era filho de Jacinto de Freitas Oliveira e de D. Marianna do Espirito Santo Machado Oliveira. Assentou praça na companhia de guardas-marinhas em 14 de outubro de 1846, tendo apenas 11 annos de edade, e matriculou-se

na Escola Polytechnica aos 13, em virtude de um decreto especial que lhe dispensou a edade legal. Ahi fez os exames dos 1.º 2.º annos de Mathematica, introducção á Historia Natural, Physica, Chimica e Desenho. Aos 15 annos matriculou-se no 1.º anno da Escola Naval; nas ferias escolares do 1.º para o 2.º anno, embarcou como aspirante de 1.ª classe no vapor *Infante D. Luiz*, do commando do capitão-tenente Whitte, fazendo uma viagem ás ilhas dos Açôres, que durou dois mezes, e vindo a concluir o curso de marinha em maio de 1852, não tendo completado 17 annos de edade, foi nomeado guarda-marinha. Em junho do mesmo anno tornou a embarcar no brigue *Serra do Pilar*, do commando do capitão-tenente Pretorius Ferreira, com destino á estação naval de Angola, sendo, ao chegar a Loanda, nomeado immediato da charrua *Principe Real*,

Jacinto Augusto de Freitas Oliveira

deposito da estação naval da provincia, apezar da sua tenra edade. Em 1853 regressou a Lisboa no intuito de se matricular na faculdade de Mathematica e Philosophia na Universidade de Coimbra, o que effeituou, formando-se em Mathematica em 1858, havendo obtido approvação plena nos primeiros annos da faculdade de Philosophia. Concluidos os seus estudos com verdadeira distincção, foi nomeado chefe da 1.ª brigada da companhia dos guardas-marinhas, com a graduação de 2.º tenente. Aos 23 annos, quando tantos encontram difficuldades que lhes contrariam as aspirações, Freitas Oliveira não encontrou um unico obstaculo na carreira que escolhera, sendo apreciado pelos camaradas, bem conceituado pelos seus superiores, dando fundadas esperanças de vir honrar a marinha portugueza. Como, porém, lhe não quizessem contar como tempo de serviço activo os annos que cursára a Universidade, Freitas Oliveira pediu irreflectidamente a sua demissão, contando comsigo para começar uma nova carreira. Tempo depois concorria aos logares de primeiros officiaes creados na direcção geral da instrucção publica, e a que eram tambem concorrentes D. Antonio da Costa, Francisco Palha, e os conselheiros Xavier Pinto e Antonio Maria de Amorim. Apezar de ter sido classificado no primeiro grupo dos concorrentes, não foi despachado, como esperava, e foi tão grande a irritação que isso lhe causou, que veiu á imprensa defender a sua causa com grande exaltação, chegando a ir pessoalmente expôr os seus aggravos a D. Pedro V, que o recebeu com a bondade e gravidade que eram os distinctivos do caracter d'aquelle monarcha, mas sem lograr obter a reparação que julgava ser-lhe devida. Este primeiro desapontamento na vida publica produziu, em quem até ali fôra tão mimoso da fortuna, um profundo abalo, que não logrou attenuar-lhe a nomeação de amanuense de primeira classe na repartição de contabilidade do Thesouro, mesquinha reparação do malogrado concurso de 1858. Em 1862 Freitas d'Oliveira voltou de novo a concurso para segundo official da direcção geral de instrucção publica, e tendo sido despachado pediu desde logo a transferencia para o ministerio das obras publicas, d'onde saiu 8 annos depois, em junho de 1870, por ter sido nomeado contador geral da segunda contadoria do Tribunal de Contas, a que anda annexo o titulo de conselheiro, unica distincção honorifica que recebeu durante a sua carreira official. Devia ser pelo anno de 1861 que entrou na politica, tornando se discipulo e enthusiastico admirador do grande tribuno José Estevão Coelho de Magalhães, que tambem o distinguiu muito com a sua amizade. Estava filiado no partido historico. Em 1861 fundou o jornal *A Liberdade*, em que collaborou José Estevão, e em 1875 o *Figaro*, que teve curtissima duração. Irresistivelmente attrahido pela politica que o fascinára, e como que o subjugára, collaborou assiduamente nos jornaes: *Portuguez*, *Partido Constituinte*, *Revolução de Setembro*, *Districto d'Aveiro*, *Diario Illustrado*, de julho de 1878 a fevereiro de 1879, *Lanterna*, serie de 1880, e por fim no *Espectro da Granja*, em 1881. A indole opposta dos diversos jornaes em que collaborára, em epocas relativamente proximas umas das outras, deu fundamento á accusação de versatilidade politica, por vezes formulada contra Freitas Oliveira. A verdade é que elle não curava de indagar opportunidades, nem de receber inspirações dos chefes dos partidos, e por isso se encontrava isolado quasi sempre, por uns alcunhado de utopista, por outros accusado de incoherente, e como tal sem peso na balança em que se afferem as convicções arreigadas. O exaggerado calor que tomava nas pugnas do partido contribuiu não pouco, senão de todo, para exaltar o espirito de Freitas Oliveira desviando-o da placidez precisa para luctar contra as cabalas dos adversarios contra o curso natural dos acontecimentos, tirando lhe a autoridade de juiz, a que o seu talento lhe dava o direito de aspirar. Anteriormente ao haver-se alistado na politica militante, Freitas Oliveira, sendo ainda estudante, redigira a allocução dirigida ao marechal duque de Saldanha em 1851 pelos estudantes da Escola

Naval, como fôra tambem o redactor d'uma outra allocucão dos estudantes das escolas Polytechnica e do Exercito, dirigida a D. Maria II, quando esta soberana regressou a Lisboa d'uma viagem que fizera ás provincias do norte. Foi ainda elle o redactor da representação que a *Associação Patriotica*, em nome dos habitantes da cidade, enviou ás côrtes por uma commissão presidida pelo barão da Batalha, e ahi apresentada por José Estevão. Em 1862 perdeu este seu grande amigo, o que lhe causou a mais profunda sensação. No anno immediato publicou um grosso volume de 407 paginas, intitulado: *José Estevão; esboço historico.* E' uma biographia enthusiastica do grande tribuno. Este livro encerrava algumas apreciações a respeito dos acontecimentos de Setubal em 1846 e 1847, que João Carlos d'Almeida Carvalho, achando menos justas, escreveu n'esse mesmo anno de 1863 o seguinte folheto: *Duas palavras ao autor do esboço historico de José Estevão, ou refutação da parte respectiva aos acontecimentos de Setubal em 1846-1847, e a outros que com aquelles tiveram relação*, etc. Tres annos depois, quando se levantou a questão litteraria suscitada pelo estudo de Castilho ácêrca do *Poema da mocidade*, de Pinheiro Chagas, questão que se intitulou *Bom senso e bom gosto*, Freitas Oliveira veiu tambem a terreno, mas só por se ter suscitado incidentalmente n'esse debate uma questão relativa ao seu adorado tribuno. O folheto de Freitas Oliveira publicou-se em 1866, e tem por titulo: *A questão litteraria, a proposito do jazigo de José Estevão.* Freitas Oliveira não abandonava a politica, e como jornalista sobretudo e orador de clubs, reforçava calorosamente a opposição que se levantou ao ministerio de 1865-1868, o qual saiu da fusão entre regeneradores e uma fracção do partido progressista. Essa opposição era representada principalmente na camara pelo dr. Dias Ferreira, joven e intrepido orador, que se via na camara quasi desacompanhado, mas que revelou desde logo as brilhantes qualidades de parlamentar, que depois tanto o distinguiram. Ao dr. Dias Ferreira se ligou Freitas Oliveira, e quando subiu ao poder, depois do movimento da *Janeirinha*, o ministerio Avila, em que Dias Ferreira se encarregou da pasta da fazenda, foi eleito deputado por Arganil, revelando na camara dotes de verdadeiro orador, que manteve na seguinte legislatura em que foi reeleito por Loanda no triennio seguinte. Em 1869 teve a nomeação de governador civil de Leiria, mas tendo sido por esse tempo eleito deputado por Angola, deixou o governo civil para tomar assento na camara. Estava no parlamento quando o duque de Saldanha deu o golpe de estado de 19 de maio de 1870, e foi um dos deputados que protestaram contra elle. Como depois d'isto, porém, o dr. Dias Ferreira entrou no ministerio, Freitas Oliveira foi nomeado em junho d'esse anno contador do Tribunal de Contas, conforme dissémos. Durante 8 annos esteve afastado da politica, mas distinguiu-se como jornalista humoristico, escrevendo uma serie de folhetins em 1880, na *Lanterna*, sendo os mais notaveis os seguintes: *O gaiato do Chiado, Os americanos de bandeirinha e os partidos politicos militantes, A questão de fazenda, A partida de voltarete, O fogo de vistas, Um conselho de ministros.* Estes folhetins fôram reproduzidos no *Jornal de Lisboa*, no *Jornal do Commercio*, *Jornal da Noite*, e em outros jornaes politicos. Em 1878 foi eleito de novo deputado por Angola, acompanhando então o partido regenerador, e publicou em 1879 um folheto vehemente contra a politica progressista: *O estado da questão: aos membros da maioria da camara dos deputados na sessão de 1879.* Defendera em 1878 energicamente algumas eleições regeneradoras contestadas, e em 1882, voltando de novo á camara como deputado pelo circulo de Quelimane, foi escolhido para relator da resposta ao discurso da corôa. Nos fins do anno de 1883 principiou a notar-se em Freitas Oliveira uma exaltação que excedia o diapasão já normalmente elevado de expressão dos seus sentimentos, e no principio de 1884, sendo deputado da maioria, notaram todos com espanto que Freitas Oliveira apresentava sem mais nem menos uma accusação criminal contra o ministro da marinha, porque este nomeára governador de S. Thomé e Principe o official de marinha Custodio Borja. Eram tão destituidas de fundamento as suas affirmações, que nem sequer a opposição o acompanhou no voto, e a sensação geral foi a surpreza. Logo em seguida escreveu um artigo violento para um jornal, e infelizmente não tardou a apparecer a explicação de todos estes factos extranhos. Um ataque violento de loucura vinha revelar ao paiz que aquelle cerebro exaltado mas intelligente e vivissimo, tivera a sinistra explosão da doidice. Recolhido a Rilhafolles, onde tinha accessos furiosos seguidos por um absoluto idiotismo, ali passou Freitas Oliveira os ultimos mezes da sua vida. Ainda voltou a casa quando entrou n'um periodo apathico e inoffensivo, em que revelava uma proxima terminação, e ahi falleceu nos braços de sua familia mas sem a conhecer. Freitas Oliveira era casado com D. Maria José de Magalhães Freitas Oliveira, filha do advogado dr. Antonio Augusto Coelho de Magalhães, e sobrinha do grande tribuno José Estevão Coelho de Magalhães.

**Oliveira** *(João de)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Braga em 1709, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Domingos de Oliveira e de Luiza de Oliveira. Tendo estudado em Braga a lingua latina e Philosophia, passou á Uuiversidade, e concluida a formatura, exerceu por algum tempo a advocacia na sua terra natal. Foi depois para o Brazil, como secretario do bispo do Rio de Janeiro, D. Fr. João da Cruz. Escreveu: *Relação das festas com que o collegio de S. Paulo da Companhia de Jesus da cidade de Braga celebrou em um solemne triduo a canonisação dos Santos Luiz Gonzaga e Estanislau Kostka, em julho de 1727*, Lisboa, 1728.

**Oliveira** *(João Antonio de Carvalho)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Paredes da Beira, bisp. de Lamego a 17 de abril de 1806, onde tambem falleceu a 22 de setembro de 1872. Foi delegado em Mangualde, e depois da revolução de 1839 embarcou para o Maranhão, onde exerceu a advocacia por muitos annos, adquirindo fama de bom advogado. Voltou á patria com alguns bens de fortuna, mas gravemente atacado d'uma lesão cardiaca que o victimou aos 66 annos de edade. Fizera parte do batalhão academico, emigrando pela

Galliza para Inglaterra, o d'ali para a ilha Terceira, d'onde veiu com a expedição que nas praias do Mindello desembarcou em 8 de julho de 1832. Quando falleceu, publicou o *Correio de Lisboa*, de 4 de outubro de 1872, um artigo necrologico, em que são louvadas as suas qualidades e sciencia. No Maranhão era muito respeitado e tido como homem de merito superior. Escreveu: *As Mulheres celebres*, Maranhão, 1849; saira primeiro n'uma serie de artigos, na *Revista universal maranhense*, e depois reproduzida n'uma folha litteraria da Bahia; *A defeza dos portuguezes, dedicada aos seus compatriotas residentes no Brazil*, Maranhão, 1861. Este opusculo teve benigno acolhimento no Brazil, e foi escripto com desassombro, quando o autor viu que uma parte da imprensa maranhense atacava injustamente os portuguezes residentes n'aquella provincia. Tambem publicou varios artigos historicos e litterarios no *Correio de annuncios*, do Maranhão, na *Sentinella da monarchia*, do Rio de Janeiro, na *Revista Universal Lisbonense*, etc.

**Oliveira** *(João Ferreira da Silva)*. Cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição, cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, demonstrador das cadeiras da mesma escola; socio honorario da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, da Sociedade Litteraria Portuense, etc. N. em Perosinho, freguezia do concelho de Villa Nova de Gaia, a 13 de dezembro de 1815, fal.° no Porto a 14 d'agosto de 1855. Era filho de João Ferreira da Silva, de condição humilde, e de sua mulher, Maria Custodia. Foi de tenra edade estudar para a cidade do Porto, distinguindo-se logo pela sua precoce intelligencia. Destinado por seus paes a seguir a vida da egreja, frequentou depois as aulas ecclesiasticas de Braga, recebendo as primeiras ordens sacras em 1831. O exercito liberal entrou no Porto em 1832 e Silva Oliveira, que recolhera á sua aldeia, para a companhia de sua mãe e de seus dois irmãos, emquanto que seu pae se conservára no Porto, enthusiasmando-se com as idéas de Liberdade, assentou praça n'um dos batalhões nacionaes de Villa Nova de Gaia, onde chegou a ter o posto de tenente, até que terminou a guerra civil pela convenção de Evora-Monte. Abandonando então a vida ecclesiastica a que se destinara, resolveu dedicar-se á de medico, e foi matricular-se em outubro de 1835, na Escola Medico-Cirurgica do Porto, seguindo o curso com muita distincção, sendo premiado em alguns dos annos, o qual terminou em 21 de julho de 1840. Concluidos os estudos foi exercer a clinica para a sua terra natal, mas os conhecimentos que adquirira na Escola não satisfaziam o seu espirito irrequieto e avido de instrucção. Entregou-se então a estudos sérios e demorados, manuscando de dia e de noite os bons autores, e o primeiro fructo da sua applicação a estes estudos foi a traducção das *Lições de physiologia* de Lordat, que se publicou em 1841 no Porto. Esta traducção é inculcada pelo dr. Rodrigues de Gusmão como *paradigma aos que houverem de dedicar-se a tarefas eguaes*. A instancias d'alguns amigos foi residir para o Porto, onde continuou a exercer clinica, e a estudar cuidadosamente a sciencia a que se entregára, publicando em 1842 a traducção, ou antes a refundição do *Diccionario therapeutico* de Ladislau Szerlecki. Este diccionario era n'esse tempo muito apreciado, mas os homens entendidos no assumpto, e entre elles Cunha Rivara, n'um artigo publicado na *Gazeta Litteraria do Porto*, affirmaram que João de Silva Oliveira o melhorara sensivelmente, de fórma que, apezar do merito do original, lhe levava grandes vantagens a traducção portugueza. N'esse mesmo anno de 1842, emprehendeu no Porto a publicação da *Gazeta Medica*, de que foi fundador juntamente com os professores da Escola Medica Januario Peres Furtado Galvão e Luiz Antonio Pereira da Silva. Mais tarde ficou sendo o unico proprietario e unico redactor do jornal, que por muitos annos se manteve, não desmerecendo nunca dos bons créditos que alcançara desde a sua fundação, sendo sempre muito bem recebido por medicos e pharmaceuticos, tanto nacionaes como estrangeiros. A *Gazeta Medica do Porto* durou até 1852, formando 6 volumes completos, e mais 1 incompleto. A redacção da *Gazeta Medica* e a sua clinica deviam absorvel-o quasi exclusivamente, mas, n'esses tempos de grande agitação politica, era completamente impossivel que pudesse alguem eximir-se a militar n'esse campo apaixonado. João Silva Oliveira aproveitou o seu talento de jornalista nas polemicas partidarias, pôz a sua penna e a sua actividade ao serviço dos seus principios rasgadamente liberaes, e teve a felicidade de adquirir tanto prestigio no terreno da politica, como já adquirira no terreno da sciencia. Quando em 1846 se tratava de eleições, que o golpe de Estado de 6 de outubro veiu impedir, a candidatura de João Ferreira da Silva Oliveira foi apresentada pelo partido liberal do Porto, e da de outros vultos dos mais proeminentes então. As eleições não chegaram a realisar-se, os eleitores tiveram de largar a lista para pegar na espingarda, e Silva Oliveira nunca mais apresentou a sua candidatura, mas o facto de ser adoptado o seu nome no Porto na occasião em que o partido liberal dava a sua batalha mais importante, em que precisava de empregar todas as suas fôrças e de apresentar ao paiz uma phalange de homens dignos de o representarem e de restabelecerem o prestigio das instituições parlamentares, é uma prova evidente de quanto era popular no Porto esse nome, e ao mesmo tempo de quanto era apreciado entre os seus correligionarios politicos. Mas a sciencia não tardou a absorvel-o completamente. Em 1848 a Cholera-Morbus ameaçava Lisboa, ameaçava o paiz, e a Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa approvou e publicou umas *Instrucções ou preceitos que se deviam adoptar contra a cholera-morbus*. João Silva Oliveira não applaudiu sem reserva essa publicação. Fez alguns reparos na *Gazeta Medica do Porto*. Foi mais adeante, porém, e para que lhe não disséssem que se a critica é facil e a arte é difficil, refez elle a obra que censurava, e escreveu e publicou immediatamente umas *Instrucções populares sobre a cholera-morbus, ou conselhos ao povo sobre o que deve fazer para se defender d'esta epidemia*. Duas edições consecutivas d'este livro demonstraram a um tempo o merecimento da obra e a vantagem que o autor levára sobre os seus collegas de Lisboa, que aliás a confessaram, porque não responderam ás observações da *Gazeta Medica do Porto*. Era a primei-

ra vez que surgia deante d'elle uma questão de epidemia, e o ardor com que se lançou no debate era como que um presagio de vehemencia com que havia de entrar na lucta contra o flagello verdadeiro, de que tinha de ser victima. Em 1851 houve no Porto alguns casos de Febre Amarella, e João da Silva Oliveira desenvolveu logo uma actividade surprehendente, tanto que o governo recompensou os serviços prestados, concedendo-lhe o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Vagou em 1852 o logar de demonstrador das cadeiras cirurgicas da escola do Porto e João da Silva Oliveira, que sempre tivera o vivissimo desejo de entrar no corpo docente da Escola, como elle mesmo o declarou no 1.º tomo da *Gazeta*, foi immediatamente ao concurso, escreveu e sustentou em 16 de fevereiro uma these sobre a *Febre traumatica*, assumpto esteril que lhe caira no ponto, mas que elle soube tratar excellentemente, e foi approvado com optima classificação. Em dezembro d'esse mesmo anno foi promovido a lente substituto, e em 1853 nomeado secretario da Escola. Essas occupações obrigaram-n'o provavelmente a pôr termo á publicação da *Gazeta medica*, mas não o impediram de continuar com a clinica, que o seu generoso coração ainda alargou, porque se prestou em 1852 em diante a ser medico gratuito da *Sociedade de soccorros dos typographos portuenses*. Em 1855 appareceia no Porto a Cholera-Morbus. A cidade foi dividida medicamente em secções, e João da Silva Oliveira escolhido para medico visitador da secção de Paranhos. Em 12 de agosto de 1855 foi chamado para vêr um colerico, immediatamente correu onde o chamava o dever, tratou o docente, mas foi ferido pelo contagio, e de um modo tão cruel que logo expirou d'ahi a dois dias, tendo apenas 40 annos de edade. Era n'esse tempo collaborador politico do *Braz Tisana*. A noticia da sua morte encheu de consternação a cidade. Os jornaes portuenses appareceram tarjados de preto, os periodicos de Lisboa noticiaram a morte nos termos mais sentidos; á beira do seu tumulo pronunciaram discursos o seu collega da Escola medica, Camara Sinval, que tendo entrado nas ordens, foi um dos primeiros prégadores portuguezes do seculo passado, e João Nogueira Gandra representante da classe dos typographos, que tão relevantes serviços devia a Oliveira. A sua morte era effectivamente uma perda para a sciencia e para o paiz, mas era ao menos um nobre e generoso exemplo de coragem e abnegação profissional. João Ferreira da Silva Oliveira, um dos marechaes da sciencia, caía como um simples soldado n'um recontro de avançadas, porque a sua morte foi um dos primeiros casos fataes da Cholera-Morbus no Porto. Annos depois, na *Gazeta Medica de Lisboa*, consagrava o dr. Rodrigues de Gusmão ao illustre medico portuense um artigo largamente elogioso. Exprimiu a opinião de toda a corporação medica, que tinha por elle todo o respeito e acatamento. João Ferreira da Silva Oliveira foi encarregado de varias commissões philantropicas e scientificas, das quaes se desempenhou sempre com louvores. Foi tambem redactor politico do *Nacional*, do *Cosmopolita* e da *Concordia*. De collaboração com Pedro Gonçalves Fevereiro traduziu o *Judeu errante*, de Eugenio Sue, 10 tomos, que se publicaram no Porto, de 1844 a 1846. Foi encarregado em 1846 de concluir a traducção de *Martim o Enjeitado, ou memorias d'um escudeiro*, tambem de Eugenio Sue, que fôra começada pelo dr. Pereira Reis; Porto, 6 tomos, de 1846 a 1850. Traduziu egualmente o romance de Alexandre Dumas a *Filha do Regente*, publicado no Porto 1850. Estas traducções sairam sem o seu nome. Foi seu filho unico o sr. general de divisão reformado Alberto Ferreira da Silva Oliveira. V. *este nome*.

**Oliveira** (*João Fortunato de*). Poeta e escriptor. N. na ilha da Madeira a 26 de março de 1828. Depois d'alguns estudos no lyceu do Funchal, cujo curso não completou por circumstancias particulares, viveu em Inglaterra alguns annos, empregando-se n'uma casa commercial na qualidade de guarda-livros. Regressando á Madeira alcançou o logar de professor das linguas ingleza e franceza no referido lyceu do Funchal. Foi em Inglaterra que compoz as suas melhores poesias. Publicou um volume de poesias, intitulado *Flôres agrestes*.

**Oliveira** (*João Marques da Silva*). Artista contemporaneo, director e professor da Academia Portuense de Bellas Artes. N. no Porto a 23 de agosto de 1853. Antonio José da Costa, o artista tão modesto como habil, foi quem incitou Marques de Oliveira ua arte que devia illustrar tão notavelmente. Foi ainda por iniciativa do mesmo artista que se matriculou, em 1864, na Academia de Bellas Artes, seguindo os cursos de desenho, architectura, e mais tarde o de pintura. Em 1873 foi para Paris como pensionista do Estado. No primeiro concurso de 1874 foi admittido na Escola Nacional de Bellas Artes, onde seguiu as lições de Adolpho Ivon, e principalmente de Alexandre Cabanel. Em 1876 foi recebido no *Salon* com um retrato de senhora, e a Escola Nacional o distinguiu com diversas recompensas. N'aquelle anno realisou as suas viagens á Belgica, Hollanda e Londres, na companhia do illustre paizagista Silva Porto. Em 1877 foi a Italia, passando e melhor do tempo em Roma, em Santo Antonio dos Portuguezes, em convivio com Silva Porto e outro artista portuguez, tambem notavel, Arthur Loureiro. N'essa epoca executou a copia d'um fragmento do fresco de Raphael, representando a *Disputa do Santo Sacramento* e o seu primeiro estudo de composição, *O Filho prodigo*. Passou de Roma a Florença, que visitou frequentes vezes, e de Florença a Veneza, onde permaneceu por bastante tempo, estudando os grandes mestres, fixando aspectos da natureza, surprehendendo os recantos da velha cidade. O sr. Marques d'Oliveira voltou a Paris em 1878, e executou a sua ultima téla, que era obrigado como pensionista a enviar para Portugal. Era uma téla de posição: *Cephalo e Procris*, que existe, como os quadros já citados, no Atheneu D. Pedro IV. No *Salon* do mesmo anno foi novamente admittido, com um retrato de homem. Regressando a Portugal em abril de 1879, aproveitou o ensejo que se lhe offereceu visitando Madrid e Sevilha. Em 1882, depois de ter occupado interinamente na Academia Portuense de Bellas Artes a cadeira de desenho historico, foi provido definitivamente na mesma cadeira, precedendo concurso. Em 1895, vagando a cadeira de pintura historica pela jubilação do professor João Antonio Correia, foi transferido para aquella cadeira. Hoje é director da referida Academia. O

seu intimo culto pela Natureza levou-o de preferencia para a paizagem. São-lhe muito agradaveis as suas excursões ao norte do paiz, em que estuda os aspectos de campo, de montanha e de mar. Dos seus muitos quadros, mencionaremos os seguintes: *Scena interior familiar*, existente no Museu Municipal do Porto; *Estudo para quadro*, desenho a carvão; *Agueda-Souto do Rio*, idem; *Agueda-Caminho de Baixo*, idem; *Estudo para quadro*, idem; *Estudo para um quadro domestico; Entre o almoço e o jantar*, pertencente ao Museu Municipal do Porto; *A lição*; *Rapariga da Povoa de Varzim*; *Ponte d'Este; O armeiro para pesca*; *Margens do rio Vizella*; *Costumes dos arredores do Porto; Barco de pesca; Valbom*, etc.

**Oliveira** *(João Theodoro de)*. Vice-almirante reformado. N. a 8 de setembro de 1835, fal. a 16 de julho de 1908. Assentou praça em 7 de outubro de 1846, sendo promovido a aspirante de 2.ª classe em 28 de fevereiro de 1852; á 1.ª classe em 3 de junho do mesmo anno, a guarda-marinha em 8 de agosto de 1853; a 2.º tenente em 4 de junho de 1856; a 1.º tenente em 3 de outubro de 1865; a capitão-tenente em 10 de outubro de 1873; a capitão de fragata em 28 de setembro de 1879; a capitão de mar e guerra em 28 de abril de 1887; a contra-almirante em 1894, sendo reformado na patente de vice-almirante em 30 de outubro de 1895. Exerceu os commandos da estação naval de Moçambique, do deposito da estação naval de Angola, da corveta *Mindello* e das canhoneiras *Maria Anna* e *Douro*. Exerceu tambem as seguintes commissões: capitão dos portos de Setubal e de Faro, chefe do Departamento Maritimo do Sul, director da Cordoaria Nacional, vogal da commissão encarregada de proceder aos estudos convenientes para que a bandeira nacional se produza nas melhores condições de perfeição e barateza; presidente do jury de exames de guardas marinhas; chefe do estado-maior do commando geral da armada, vogal das commissões encarregadas de propôr as modificações necessarias no mappa dos emolumentos das capitanias dos portos do reino e ilhas adjacentes; de propôr um plano geral de regulamento da Cordoaria Nacional; de propôr as alterações da ordenança geral da armada; de estudar a escala de embarque dos officiaes das differentes classes da armada e indicar as vagas que julgar mais equitativas; membro do jury do concurso para a nomeação de aspirantes de 1.ª classe da administração naval; secretario do conselho do almirantado; presidente da commissão central de pescarias, e quando falleceu exercia o cargo de vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar. O vice-almirante João Theodoro d'Oliveira era cavalleiro, official, commendador, grande official e gran-cruz da ordem de S. Bento de Aviz, e possuia as medalhas de prata e de ouro de comportamento exemplar.

**Oliveira** *(Joaquim de)*. Tenor muito notavel. N. em Lisboa em 1750, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco de Oliveira e de Francisca Ignacia. Entrou para o Seminario Patriarchal em 3 de maio de 1756 na edade de 6 para 7 annos. Foi para Napoles a 4 de junho de 1760 aperfeiçoar-se na musica por ordem d'el-rei D. José I. A 19 de abril de 1768 entrou para a irmandade de Santa Cecilia. Pedro Cavroé, na *Mnemosine Lusitana*, n.º XII, de 1817, affirma que foi muito apreciado emquanto esteve estudando na Italia. Casou em 1771 com Izabel Iphigenia de Aguiar, cantora da companhia de opera do theatro do Bairro Alto, e irmã da celebre cantora Luiza Todi, tambem da mesma companhia. Joaquim de Oliveira cantou nas pomposas festas com que o conde Fernando Nunes, embaixador de Hespanha em Portugal, celebrou os desposorios do principe D. João com D. Carlota Joaquina, e da infanta D. Marianna Victoria com o infante D. Gabriel, realisados em 1785. No dia 13 de abril cantou-se o drama allegorico *Le Nozze d'Ercole ed Ebe*, musica de Jeronymo Francisco de Lima, desempenhando Joaquim de Oliveira a parte d'Ercole. Em 15 e 16 de junho, por conclusão das mesmas festas, executou-se uma cantata no palacio do referido embaixador, intitulada *Il Retorno di Astrea*, em que tambem tomou parte Joaquim de Oliveira. Ha noticia d'elle ter cantado na oratoria de Jomelli, *La Passione di Gesu Cristo*, executada na Assembléa das Nações em 28 de março de 1786. Foi cantor da Patriarchal, equiparado aos italianos com o ordenado de 50$000 réis mensaes.

**Oliveira** *(Joaquim de)*. Architecto que viveu no seculo XVIII, no tempo da rainha D. Maria I. Trabalhava em 1789 no edificio da Junta de Fazenda. Foi um dos reedificadores da cidade de Lisboa.

**Oliveira** *(Joaquim Augusto de)*. Guarda livros da Companhia Bonança e escriptor dramatico, que se tornou mais conhecido pelo *Oliveira das magicas*, por ter escripto e imitado muitas peças d'este genero. N. em Lisboa a 22 de junho de 1827, onde tambem fal. a 30 de março de 1901. Era filho de Joaquim José d'Oliveira Soares, medico de marinha. Estudou durante tres annos como aspirante para seguir a carreira de seu pae, não se sentindo, porém, com vocação, mudou de idéa, e dedicou-se ao commercio. Foi muitos annos guarda-livros da Companhia de seguros Bonança, que attendendo aos seus serviços lhe deu a reforma. Nas horas de descanço dedicava-se ao estudo da litteratura dramatica. E' enorme o numero de peças originaes e as que traduziu e imitou, tendo sido todas, ou quasi todas, bem recebidas do publico, grangeando assim grande popularidade. Foi um dos fundadores da Associação do antigo theatro das Variedades, hoje demolido, em 1857, a qual iniciou os seus espectaculos em 1 de fevereiro do anno de 1858, com a magica *Loteria do diabo*. As suas peças, na maior parte, fôram representadas no Brazil. Do seu numeroso reportorio, mencionaremos as seguintes: *A Somnambula sem o ser*, comedia em 1 acto, traducção, que se representou em 23 d'abril de 1853, no Gymnasio, que foi a sua estreia no theatro; *Olho vivo! companhia de seguros contra a peneira nos olhos*, em 1 acto, representada no mesmo theatro em 13 de fevereiro de 1854; *O Bloqueio de Sebastopol*, em 1 acto, na Rua dos Condes, Lisboa, 1854; *As creadas, quadro de costumes*, 1 acto, na Rua dos Condes, Lisboa, 1864; *Util e agradavel*, 1 acto, no Gymnasio em 26 de janeiro de 1856; *Isidoro o vaqueiro*, quadro de costumes, 1 acto, na Rua dos Condes, Lisboa, 1864; *A Loteria do diabo*, de collaboração com Francisco Palha, magica, 3 actos e 19 quadros, Lisboa, 1858; *Revista de 1858*, 1 prologo, 2 actos e 10 quadros, nas Variedades em 1 de fevereiro

de 1859, Lisboa, 1859; *A Corôa de louro*, 2 actos, Lisboa, 1858; *A Corôa de Carlos Magno*, magica em 1 prologo, 4 actos e 21 quadros, Lisboa, 1860; *O opio e o champagne*, em 1 acto, Lisboa, 1861; *Matheus o gageiro*, 1 acto, Lisboa, 1864; *A Ave do Paraizo*, magica em 1 prologo, 3 actos e 20 quadros, Lisboa, 1864; *O paraizo perdido, ou a creação e o diluvio*, peça biblica em 1 prologo, 3 actos, 1 epilogo e 21 quadros, Lisboa, 1861; *A Costureira*, 1 acto, Lisboa, 1864; *Erros da mocidade*, em 3 actos, Lisboa, 1864; *O lago de Kilarney*, drama em 1 prologo, 3 actos e 4 quadros, de collaboração com Manuel de Macedo, Lisboa, 1858. As seguintes peças, parece que se não imprimiram: *A favorita do rei*, *O naufragio da fragata Meduza*, *A Ramalheteira*, *O imperio das saias*, *Os operarios*, *A dama dos cravos brancos*, *O exemplar dos maridos*, *A creada ama*, *Os pretendentes de minha mulher*, *Fraquezas humanas*, *Quem o alheio veste na praça o despe*, *Má cara e bom coração*, *A ilha de Tulipatan*, *A Gata borralheira*, *A princeza dos ares*, *A Lenda do rei de Granada*, *Gloria e amor*, *A Filha do ar*, *O Cabo da caçarola*. *As cartas do conde-duque*, *Por causa dos festejos reaes*, *A Lampada maravilhosa*, *Lisboa em 1856*, *revista*, *Os amores do diabo*, *Revista de 1865*, *O Merediano*, *A moura encantada*, *A Filha bem guardada*, *As duas conquistas*, etc.

**Oliveira** *(Joaquim Esteves Rodrigues de)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, lente da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, membro da Sociedade das Sciencias Médicas da mesma cidade, etc. N. em Lisboa nos primeiros annos do seculo XIX, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Escreveu: *Conselhos aos habitantes do campo do termo de Cintra, dados pelo medico d'este districto*; sem designação do logar nem anno de impressão, mas parece ser de 1833. Escreveu varios artigos que se publicaram no *Jornal das Sciencias Medicas*, tomos III e IV, etc.

**Oliveira** *(Joaquim Pedro Gomes de)*. Desembargador, ministro de Estado, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Azeitão no meado do seculo XVIII, onde tambem fal. em 1832. Seguindo a carreira juridica chegou a ser desembargador. As suas idéas liberaes fizeram com que se mostrasse sympathico á revolução de 24 de agosto de 1820, que rebentou no Porto, e fôsse escolhido para membro da junta governativa que se organisou a 15 de setembro seguinte, a qual funccionou até se constituirem as côrtes em 26 de janeiro de 1821. O governo do reino foi então confiado a uma regencia que o nomeou secretario para o reino em 19 de fevereiro do mesmo anno, regencia que foi dissolvida no dia 4 de julho ainda de 1821, quando D. João VI regressou do Brazil. Joaquim Pedro Gomes de Oliveira foi um dos conselheiros de Estado nomeados por indicação das côrtes, segundo os principios da constituição de 1822. Affirma-se tambem que foi elle quem redigiu a proclamação de D. João VI, quando derrubou o regimen das côrtes por occasião do movimento da *Villafrancada*, e a ser d'elle, ou de Palmella, essa redacção se attribuem as promessas de constituição que D. João VI então fez e que, nunca afinal cumpriu, ou antes que nunca o deixaram cumprir. Escreveu: *Extracto das posturas da villa de Azeitão*, que se publicaram no tomo III das *Memorias economicas da Academia Real das Sciencias*.

**Oliveira** *(Joaquim da Rocha d'Abreu e Oliveira, 1.º barão de)*. Foi addido á legação de Portugal na côrte de Londres, sendo-lhe concedido o titulo por decreto de 26 de dezembro de 1884.

**Oliveira** *(D. Fr. José de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, bispo de Angola, etc. N. em Guimarães, a 4 de fevereiro de 1638, fal. no convento da Graça, de Lisboa, a 22 de março de 1719. Era filho de Antonio Alvares e de Izabel Antunes. Aos 16 annos de edade entrou na referida ordem de Santo Agostinho, no mesmo convento da Graça a 5 de janeiro de 1654. Durante os estudos escolasticos mostrou sempre um talento superior. Doutorou-se a 28 de junho de 1671, e foi na Universidade conductario com privilegios de lente a 19 de outubro de 1684, e um dos mais doutos qualificadores do Santo Officio. Foi tambem muito apreciado orador sagrado. D. Pedro II o elegeu bispo de Angola; chegou a ser sagrado, mas não pôde tomar posse do bispado por se aggravarem os achaques que soffria, e continuou a viver no seu convento, onde pouco tempo depois falleceu. Deixou 5 tomos de differentes sermões, publicados em Coimbra nos annos de 1688, 1700, 1710, 1715 e 1716. Em separado publicou tambem alguns em Coimbra, em 1673, 1676, 1690, 1691, 1705 e 1707.

**Oliveira** *(Fr. José de)*. Religioso da ordem da Trindade. Era natural de Lisboa, sendo filho do chanceller-mór do reino e desembargador do Paço Manuel Lopes d'Oliveira. Sua mãe chamava-se D. Helena Ramires Esquivel. Professou no convento da sua ordem, de Lisboa, a 2 de fevereiro de 1694, e foi ali mestre de Theologia, em que se jubilou, por duas vezes secretario, definidor, regente dos estudos do convento de Lisboa. Deixou impressos alguns sermões, e sem o seu nome um opusculo relativo á polemica que se travou sobre a eleição do provincial, em 1735. Saiu com o nome supposto de Victorino Clemente.

**Oliveira** *(José Alvares de)*. Escriptor, cujo nome só se conhece pela seguinte obra: *Historia do districto do Rio das Mortes, sua descripção, descobrimento de suas minas, casos n'elle acontecidos entre Paulistas e Imboabas, e erecção de suas villas; offerecida ao dr. Thomaz Roby de Barros, ouvidor e corregedor da comarca do Rio das Mortes, juiz dos feitos da Corôa*, etc.

**Oliveira** *(José Alves de)*. Esculptor que foi estudar a Roma, levando pensão do intendente da policia, quando foi tambem o esculptor João José d'Aguiar. V. *Portugal*, vol. I, pag. 93.

**Oliveira** *(José Antonio de)*. Escriptor, cujo nome se conhece pelas seguintes obras: *O defensor da ordem e da verdade, jornal politico*, Nova Gôa, 1852; *O defensor do real padroado, jornal politico e ecclesiastico*, Nova Gôa, 1853; *Relatorio da commissão nomeada para reunir objectos para a exposição internacional do Porto, acompanhado da relação dos objectos enviados de Gôa á mesma exposição do Porto*, Nova Gôa, 1865; *Relatorio acompanhado da relação dos objectos enviados á commissão central de Lisboa, directora dos trabalhos preparatorios para a exposição universal de 1867 em Paris, pela commissão do estado da India Portugueza*, Nova Gôa, 1866.

**Oliveira** *(José d'Assis Dias de)*. Poeta portuense. N. no Porto a 7 de agosto de 1843, fal. no Pará a 2 de julho de 1872. Era filho d'um negociante. Collaborou na *Grinalda* e na *Mocidade*, jornaes do Porto. N'esta cidade publicou em 1866 o seu primeiro volume de versos, intitulado *Lyra intima*, a que a semana litteraria do *Diario do Rio de Janeiro*, de 10 de julho de 1866, consagrou uma apreciação muito lisonjeira. Por circumstancias particulares partiu para o Brazil e estabeleceu-se no Pará. O conhecido escriptor Alberto Pimentel, no seu livro *Atravez do passado*, dá algumas noticias biographicas d'este poeta, que falleceu sem ter completado ainda 29 annos. No Rio de Janeiro publicou em 1867 um outro volume de versos com o titulo de *Aerolitos*; é uma collecção de poesias, que mereceu um elogio do escriptor Machado de Assis, o qual foi publicado em folhetim no mesmo *Diario do Rio de Janeiro*, no dia 22 de fevereiro do mesmo anno de 1867.

**Oliveira** *(José Duarte de)*. Notavel viticultor e apreciado escriptor agricola. N. no Porto a 4 de outubro de 1848. Seu pae, que usava de egual nome, era abastado negociante da praça do Porto, e desempenhou differentes cargos de eleição popular; sua mãe chamava-se D. Maria da Luz da Silva Campos e Oliveira. Foi muito novo para Londres, onde recebeu uma educação esmerada, e regressando ao Porto, ficou empregado no escriptorio de seu pae. Mais tarde, porém, entrou desassombradamente no commercio, e ali occupou um logar importante pela somma especial de conhecimentos que adquirira, primeiro no collegio onde aprendera, depois no escriptorio, em que fizera a sua aprendizagem commercial. Apaixonado pelos estudos horticolo-agricolas, que iniciara em Inglaterra, quando o paiz foi alarmado pelas noticias pavorosas que vinham do Douro, narrando um mal desconhecido que de repente surgira, destruindo os vastos vinhedos, fonte principal da riqueza d'aquella região, Duarte de Oliveira immediatamente se salientou pela precisão e pelo criterio com que explicava as origens do mal terrivel que ameaçava reduzir á miseria a bella e alegre provincia do Douro. Os homens de mais cotada opinião estudaram o caso pavoroso que vinha tão bruscamente affectar a riqueza do paiz, formulando alvitres que, afinal, nada explicavam ou pouco elucidavam a opinião cada vez mais inquieta. Tendo attentamente estudado o assumpto e seguido de perto as discussões que se travaram, Duarte de Oliveira, com desassombro e firmeza, declarou que o mal terrivel, cuja extincção não seria facil calcular, tinha a sua origem n'um parasita, o *Phylloxera*, que invadira a vinha ameaçando destruil-a. O parecer do joven estudioso foi recebido com ironias e duvidosos commentarios. No emtanto o mal devastador augmentava, e era na verdade o *Phylloxera vastatrix* o destruidor implacavel das vinhas da rica e feliz região do Douro. Então toda a ironia desapparceu perante a immensa desgraça que ameaçava o paiz, ferindo-o precisamente na parte mais valiosa da sua riqueza. Data d'essa epoca, 1872, o livro *Novo flagello das vinhas—Phylloxera vastatrix*, que tão profundamente interessou todos quantos attentamente seguiam este assumpto que vinha affectar os interesses nacionaes com tanta gravidade. Quando o governo nomeou a commissão encarregada de percorrer o Douro para estudar a nova molestia, Duarte de Oliveira foi escolhido para a organisar, pois que ninguem como elle possuia elementos para se desempenhar com proficiencia de tão espinhosa missão. Os serviços que prestou, n'essa occasião, fôram do maior valor. Pouco tempo depois foi tambem nomeado membro da commissão anti-phylloxerica do norte de Portugal, fundador e director do *Viveiro de soccorros* (videiras americanas) da circumscripção do norte de Portugal, e membro da commissão de cultura do tabaco do Douro. N'este ramo, em que é muito notavel, os seus trabalhos são numerosos e de grandissimo valor. Em todos os ramos da sciencia agricola se tem evidenciado. Citaremos entre outras as suas obras as seguintes: *Almanach do horticultor, guia indispensavel a todo o agricultor e horticultor*, para 1871, 1872, 1879, 1882, 1883, 1886, formando 6 vol.; *Breve noticia sobre o «Eucalyptus globulus» e a utilidade da sua cultura em Portugal*, Porto, 1870; *O campo e o jardim*, de collaboração com A. Batalha Reis, Porto, 1873; *Noticia sobre as araucarias cultivadas em Portugal*, Porto, 1873; *Algumas considerações sobre a nova molestia das vinhas*, Porto, 1874; *Prado permanente*, Porto, 1875; *O jardim na sala, quasi indispensavel a todo o cultivador de plantas de sala*, Porto, 1876; com 60 gravuras; *Catalogo official da exposição internacional do Palacio de Crystal*, Porto, 1877; *Diccionario das peras portuguezas*, Porto, 1880; *A vida das flôres*, 2 volumes, 1882-1884, publicada em Lisboa pelo editor David Corazzi; *Jornal de Horticultura pratica*, 18 vol.; com muitas gravuras, sendo algumas estampas de maior formato e coloridas. Esta obra foi premiada com a medalha de prata nas seguintes exposições: Horticola de Lisboa, 1870; Gand de 1872; Lyon de 1875; Bruxellas de 1876; Porto de 1877; Barcelona de 1877 e Amsterdam de 1883. Tem collaborado na *Gazeta das Aldeias*, *Commercio do Porto*, etc.; e nos jornaes estrangeiros *Folha vinicola*, da Girouda, e *Ampelographie Universelle*, etc. Além das commissões já citadas, foi membro do jury da Exposição Universal de Bruxellas, em 1880, e vice-presidente geral do jury de horticultura da mesma esposição; secretario das exposições horticolas do Palacio de Crystal em 1877; promotor do congresso pomologico realisado no Porto em 1879; secretario da Liga Agraria do Norte, presidente da Sociedade de Horticultura do Porto, etc. E' socio correspondente de muitas sociedades agricolas e horticolas do estrangeiro. Como viticultor tem egualmente trabalhos notaveis, sendo verdadeiramente modelares as suas propriedades de Murça e do Alto Douro. Duarte de Oliveira escreveu tambem para o theatro as comedias: *Sogra.. nem de barro á porta*; *Os noivos* e *A noite do noivado*, que fôram representadas com muito agrado.

**Oliveira** *(José do Espirito Santo)*. Organista e compositor de musica religiosa, que viveu nos fins do seculo XVIII e principios do XIX. Entrou para o Seminario Patriarchal a 6 de janeiro de 1763, tendo 7 para 8 annos. Era filho de Francisco d'Oliveira e de Francisca Ignacia; irmão do tenor Joaquim de Oliveira *(V. este nome)*. Em 4 de novembro de 1774 foi escolhido para ajudante dos mestres do mesmo seminario. Entrou

para a irmandade de Santa Cecilia em 16 de junho de 1779, sendo já então organista da Patriarchal. Falleceu em 1819. No archivo da Sé ha muitas composições de José do Espirito Santo Oliveira, tendo a mais antiga a data de 1773. São 7 motetes, 7 psalmos, responsorios da Assumpção, Coração de Jesus e Santo Antonio, uma *Regina Cœli*, *Benedictus* e *Adoração da Cruz*, tudo a 4 vozes e orgão, além d'uma missa com orchestra.

**Oliveira** *(José Joaquim Monteiro de Carvalho)*. Foi o autor d'um *Elogio á Rainha Fidelissima nossa senhora D. Maria I, offerecido no dia dos seus annos*, Lisboa, 1785.

**Oliveira** *(José Monteiro de)*. Alumno da Academia militar de Fortificação. Era natural de Peniche, e fal. em Lisboa a 7 de novembro de 1756. Escreveu: *Perfeito contador, Arithmetico portuguez. Obra utilissima para se saberem ajustar todo o genero de contas nas suas especies*, etc., Lisboa, 1754.

**Oliveira** *(José Nicolau de)*. Notavel tocador de trombone, e tambem bom cantor. N. em Lisboa em 1809, onde tambem fal. a 2 de março de 1857. Foi alumno do Seminario Patriarchal, onde teve por mestre, no instrumento em que se tornou especialista, o allemão Francisco Kuckembuck. Tocou frequentes vezes a solo nos concertos da Academia Melpomenense, e algumas vezes no theatro de S. Carlos, onde occupava o logar de primeiro trombone. Em março de 1837, na primeira vez que se apresentou n'este theatro, tocando uma aria da opera *Fausta*, de Donizetti, foi applaudido com enthusiasmo. Possuia tambem uma potente voz de tenor, e por muitas vezes cantou nos concertos da Academia Melpomenense, que foi uma bella escola pratica, que tiveram os nossos musicos por alguns annos.

**Oliveira** *(José Pedro da Silva Campos)*. Escriptor. N. em Moçambique a 17 de abril de 1847. Foi estudante na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra. Collaborou nos jornaes *Ultramar* e *Illustração goana*, tanto em prosa como em verso. Escreveu: *Almanach popular para o anno de 1865, ornado de gravuras*, 1.º anno; Margão, 1864; idem, para 1866, 2.º anno, em 1865; idem, para 1867, 3.º anno, em 1866.

**Oliveira** *(D. Fr. José de S. Narciso de)*. Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia dos Algarves, que em Lisboa, em 1805, publicou: *O perfeito prelado, dissertação*.

**Oliveira** *(Josepha de)*. Actriz contemporanea N. em Vizeu em 1852, fal. no Porto a 17 de abril de 1909. Estreou-se no theatro da Trindade em 7 de maio de 1873 na opereta em 1 acto, *Equilibrios de amor*. Como era muito conhecida em Lisboa pelas suas aventuras e leviandades, o publico recebeu a mal, e pateou-a, não apreciando a novel actriz, pelo seu valor artistico, que logo se manifestou, porém sim olhando-a desdenhosamente pela vida dissoluta que tanto a tornara conhecida. Em vista de tal recepção tão desanimadora, Josepha d'Oliveira partiu para o Porto, que a acolheu carinhosamente, e debutou no theatro da Trindade, que ha annos ardeu, apresentando-se na peça *O Schah em Pancas*, obtendo calorosos applausos. Em todas as peças, em que entrou, foi sempre applaudida, porque Josepha d'Oliveira, em toda a frescura da mocidade, era realmente uma artista intelligente. Passou depois para o theatro Baquet, e ali continuou a serie de triumphos, com especialidade na opera comica *A Filha da Senhora Angot*, no papel de Lauge, em que obteve um exito enorme. Por causa de pequeninas intrigas de bastidores, ou de despeitos amorosos, uma certa noite em que se representava o *Amar sem conhecer*, foi estrondosamente pateada, não chegando a concluir o espectaculo. O theatro ficou em estado lastimoso, com as cadeiras da platéa partidas, as portas dos camarotes arrancadas, etc. Foi uma tempestade que passou, que em nada depreciava a artista, porque apenas se tratava da mulher e das suas leviandades. Chegando a Lisboa a fama dos seus triumphos artisticos, o empresario Francisco Palha não descançou emquanto não a trouxe novamente para a Trindade, e Josepha d'Oliveira acceitando, o contrato que lhe propuzeram, debutou pela segunda vez n'aquelle theatro, a 25 d'abril de 1878, na opera comica *Viagem á Lua*. O publico d'esta vez recebeu-a com o maior enthusiasmo. Conservou-se n'aquelle theatro até 1892, entrando em todas as peças de maior agrado, como na *Filha da Senhora Angot*, *O Segredo d'uma dama*, *Duquezinha*, *Milho da padeira*, *Boccacio*, *Filha do Inferno*, *Graziella*, *Madame Favart*, *Piperlin*, *Ave azul*, *Noite e dia*, *Gilette de Narbonne*, *Moleiro d'Alcalá*, *Ditoso fado*, *Surcouf*, *Pato de tres bicos*, *Menina do telephone*, *Ponte do diabo*, etc. Sentindo já a voz cançada e difficuldade no canto, resolveu-se a representar a comedia, e escripturou-se no Gymnasio, onde tambem muito se evidenciou, especialmente em papeis de *cocotte*, como no *Primeiro marido da França* e *Casa Tamponin*. Em 1895 foi ao Brazil n'uma companhia organisada pelo empresario Sousa Bastos. Voltou á opereta, mas a voz continuava a faltar-lhe; ainda assim alcançou muitos applausos. Regressando a Lisboa, tornou a escripturar se no Gymnasio, até que a empresa do theatro de D. Amelia a convidou para tomar parte na companhia, onde se conservou, e foi n'uma *tournée* que essa companhia fez ao Porto, em 1909, que a apreciada actriz falleceu.

**Oliveira** *(D. Julio Francisco de)*. Bispo de Vizeu N. em Lisboa a 12 de abril de 1693, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Francisco de Oliveira e de Lourença Vieira. Aos 14 annos entrou na Congregação do Oratorio de Lisboa, a 16 de julho de 1707, e em 1736 foi eleito socio da Academia Real de Historia, que o encarregou de escrever as *Memorias historicas d'el-rei D. João III*. D. João V, em 11 de fevereiro de 1739, o elegeu bispo do Funchal, sendo sagrado na Basilica Patriarchal de Lisboa a 25 de março de 1741 pelo cardeal patriarcha D. Thomaz d'Almeida. Antes, porém, de partir para esta diocese, foi transferido para a de Vizeu. Deixou publicada uma *Allegação juridica* a proposito d'uma questão que a congregação do Oratorio tinha com o prior da freguezia de S. Nicolau, de Lisboa, e a seguinte *Oração recitada no Paço a 30 de abril de 1736 com que congratulou aos Academicos da Academia Real pela eleição que fizeram da sua pessoa para seu collega*. Saiu na *Collecção dos documentos da Academia Real do anno de 1736*, Lisboa, 1736. Deixou tambem alguns manuscriptos.

**Oliveira** *(Leão de)*. V. *Oliveira (Antonio Pinto Leão de)*.

**Oliveira** *(Luiz Cyriaco de)*. General de divisão reformado. N. a 16 de março de 1841, assentou praça em 15 d'agosto de 1859, sendo promovido a alferes em 18 de julho de 1861, a tenente em 12 d'agosto de 1868, a capitão em 7 d'abril de 1875, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente-coronel em 25 de julho de 1888, a coronel em 30 de junho de 189 . Reformou-se em general de divisão em 7 de março de 1901. Servin em infantaria n.º 9 e em caçadores n.º 4. E' commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e possue a medalha de prata de comportamento exemplar. Escreveu: *Guia do official sobre administração e escripturação dos conselhos administrativos dos corpos do exercito*, Porto, 1888; tem 30 mappas, ou tabellas modelos, desdobraveis.

**Oliveira** *(Luiz da Silva Pereira de)*. Cavalleiro da ordem de Christo; bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, corregedor da comarca de Miranda do Douro, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Fontellas, e fal. entre os annos de 1807 e 1812. Escreveu: *Privilegios da nobreza e fidalguia de Portugal, offerecidos ao ex.mo sr. marquez de Abrantes, D. Pedro de Lencastre*, etc., Lisboa, 1806.

**Oliveira** *(P. Manuel de)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1656, onde tambem fal., na Casa Professa de S. Roque, em 1729. Chamava-se no seculo Manuel João, e era filho de Pedro João e de Maria Soares. Entrou no noviciado da Companhia de Jesus a 7 de outubro de 1671, aos 15 annos de edade, distinguindo-se desde logo dos seus companheiros na poesia latina e em Theologia, tornando-se um apreciado poeta e grande theologo. Foi mestre no collegio de Coimbra, até á cadeira de Prima, e depois em Theologia moral no collegio de S. Patricio; qualificador do Santo Officio, examinador das tres ordens militares, synodal do arcebispado de Lisboa, e mestre da infanta D. Maria Barbara, filha d'el-rei D. João V. D'elle existem impressos 3 *Sermões* e 2 *Elogios* latinos em honra do P. Antonio Vieira, os quaes andam incluidos no livro intitulado *Vozes saudosas da eloquencia*.

**Oliveira** *(Manuel Francisco de)*. Professor de lingua latina no antigo estabelecimento regio do bairro de Belem, e por fim reitor do Lyceu Nacional de Lisboa, etc. N. em Belem em abril de 1773, fal. em Lisboa em 1812. Era filho de Manuel Francisco de Oliveira, ajudante do jardineiro da Casa Real. Dos 13 para 14 annos foi admittido como moço da capella de Santa Egreja Patriarchal. Tendo depois casado, não pôde continuar ao serviço da egreja, segundo as determinações d'aquella casa religiosa, e por isso, sendo despedido, se applicou com grande fervor ao estudo da lingua latina, e obteve a cadeira d'esta discipliua, por 6 annos, no Seminario Patriarchal. Transferido para a cadeira regia na Boa Hora, em Belem, passou a occupar a de Almada, e d'ali voltou a Lisboa, onde por muitos annos ensinou latim, sendo afinal nomeado reitor do Lyceu, que n'essa epoca estava em S. João Nepomuceno, onde actualmente se vê o Asylo de Santa Catharina. Concorrendo n'uns exames com o professor regio de grammatica latina no mosteiro de Belem, Fr. Diogo de Mello e Menezes, autor d'uma *Grammatica latina*, teve com este, mesmo na occasião dos exames, larga controversia, que depois ainda continuou, publicando-se varios livros para sustentarem e refutarem as doutrinas d'aquella *Grammatica*. Em 1803 publicou tambem um opusculo intitulado *Rimas*.

**Oliveira** *(Manuel José Pinto de)*. Era natural da villa de Barcellos, e escreveu: *Tratado dos preteritos e supinos da lingua latina*, Coimbra, 1822.

**Oliveira** *(Manuel Paulino de)*. Doutor em Philosophia e lente cathedratico da mesma faculdade, na Universidade de Coimbra. N. em Bragança a 14 de novembro de 1837 sendo filho de Manuel Paulino de Oliveira, e de sua mulher D. Maria Angelina Pinto de Oliveira. Doutorou-se em 27 de julho de 1862. Foi despachado lente substituto extraordinario da mesma faculdade em 20 de dezembro do mesmo anno. Em 1893 era lente cathedratico e lente em Vespera, tendo a seu cargo a direcção do gabinete de zoologia da Universidade, em que prestou bons serviços. Tinha a carta de conselho, a commenda da ordem de Christo; era socio do Instituto de Coimbra, cavalleiro da Legião de Honra de França, socio da Sociedade Entomologica de França e da Belgica, da Sociedade de Historia Natural de Hespanha, etc. Escreveu: *Theses ex naturali philosophia, quas... in Conimbricensi Gymmasio propugnadas*; Conimbricae, 1862; *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, 1862; versa sobre este ponto: *Haveria um ou mais centros de creação vegetal? Etudes sur les insectes d'Angola qui se trouvent au museum national de Lisbonne;* fôram publicados no *Jornal de sciencias mathematicas, physicas e naturaes*, n.os 25, de 1879, 32, de 1882, e 38, de 1884; extractados dos referidos numeros fôram estes *Etudes* publicados tambem em 3 folhetos, cada um com paginação independente, mas sem rostos especiaes; *Catalogue des coleoptères du Portugal;* no *Instituto*, vol. 35.º e em outros; *Nouveau oxyrhynque du Portugal*: no *Instituto*, vol. 36.º pag. 79; *Mélanges entomologiques sur les insectes du Portugal*, Coimbra, 1876; *Relatorio da commissão nomeada para assistir ao congresso phylloxerico da Suissa e visitar os vinhedos de França, a fim de estudar os meios de combater a nova molestia das vinhas*, Coimbra, 1878. A commissão, a que se refere este livro, era composta de José Luiz de Barros e Cunha e o dr. Manuel Paulino de Oliveira, mas foi este ultimo o relator. Publicou tambem um folheto com instrucções praticas para as commissões de vigilancia do phylloxera e para os viticultores, e ainda um relatorio da commissão geral de estudo e tratamento das vinhas do Douro.

**Oliveira** *(Manuel dos Santos)*. Actor contemporaneo. N. em 9 de março de 1852. Começou a sua carreira artistica representando em theatros particulares. Estreou-se como actor no Chalet da Rua dos Condes, a 26 de julho de 1884, na magica de Jacobetty *A Sombra do rei*, fazendo o papel de jardineiro, obtendo grande successo. Desempenhou ainda varios papeis com muito agrado, principalmente no Zé Povinho da revista o *Microbio*, tambem de Jacobetty. Oliveira e o falleeido Joaquim Silva fôram os dois artistas comicos, que por assim dizer, sustentaram aquella antiga casa de espectaculos. Em 1888 fez parte

da companhia que inaugurou o theatro Avenida, e como a empresa fallisse, foi para o Porto escripturar-se no theatro Chalet, debutando na peça phantastica *O Espelho da Verdade*. Fez depois os primeiros papeis do reportorio, sendo sempre applaudido, até que voltou para Lisboa. Contratado no theatro da Trindade, estreou-se no *Brazileiro Pancracio*, fazendo ahi uma epoca feliz. Regressou ao Porto, indo para o theatro de D. Affonso, passando depois a ser director gerente da empresa que abriu o theatro Carlos Alberto. Mais tarde deixou de ser socio e gerente, mas ficou escripturado na mesma empresa, onde se conservava ainda em 1905.

**Oliveira** *(Marcellino Maximo de Azevedo e Mello, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, cavalleiro de Nossa Senhora da Conceição e da Torre e Espada; bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, par do reino, desembargador da Relação do Porto, governador civil, commissario em chefe do exercito em 1832, conselheiro do Tribunal de Contas, ministro de Estado, etc. N. em Penafiel a 10 de janeiro de 1794, fal. no Porto a 19 de julho de 1853. Era filho do jurisconsulto Bernardo José de Azevedo e Mello, e de sua mulher, D. Joanna Margarida Pereira de Baeça Velloso de Barbosa. Destinando-se á carreira que seu pae seguira, matriculou-se na faculdade de Leis na Universidade de Coimbra, e concluindo a formatura em 1817, foi despachado em 1822 juiz de fóra dos orphãos da villa de Santa Martha de Penaguião. Estando no exercicio d'esse logar quando se levantou o grito de rebellião contra o governo constitucional em Traz-os-Montes, o general Luiz do Rego (depois visconde de Geraz de Lima) encarregado da pacificação d'essa provincia, chamou Azevedo e Mello para servir a vara da correição de Villa Real, e ahi se conservou até se restabelecer o socego. Por parecer do extincto Desembargo do Paço, de 23 de maio de 1823, foi mandado servir o logar de juiz do crime da cidade do Porto, e quando se restabeleceu o systema absoluto, recolheu-se a sua casa, onde permaneceu até que em 1826 foi eleito deputado ás côrtes. Sendo as camaras dissolvidas por D. Miguel, o futuro visconde de Oliveira quiz emigrar para Hespanha com a divisão liberal, mas adoecendo no caminho não pôde levar a cabo o seu desejo e viveu homisiado até á chegada do exercito libertador á cidade do Porto, em 1832. Apresentando-se então a D. Pedro, foi mandado exercer as funcções de director da repartição de viveres e transportes, e em 21 de setembro de 1832 nomeado commissario em chefe do exercito, merecendo grandes e extraordinarios louvores dos generaes Saldanha e Sá da Bandeira, pelo modo como desempenhou essas importantes e difficeis commissões. Sendo nomeado em abril de 1833 juiz do tribunal de segunda instancia do circulo do Porto, foi em 29 de setembro seguinte elevado a conselheiro do Thesouro Publico, e serviu n'este logar até á extincção do tribunal, pela dictadura de setembro de 1836. Deixando então a vida publica, esteve alguns annos em Villa Nova de Gaia, e sendo em 1839 nomeado administrador geral do districto de Vizeu, foi no anno seguinte eleito senador pelo districto de Braga, e em 1841 transferido para administrador do districto do Porto. Trabalhando muito para a restauração da Carta Constitucional em 1842, foi um dos membros da junta, e prestando então valiosos serviços, recebeu, em premio da dedicação com que serviu a causa cartista, o titulo de visconde, por decreto de 11 de março, e os arminhos de par do reino. Sendo em março de 1842 reintegrado no logar de membro do tribunal do Thesouro Publico, passou em 1844 a presidente do conselho fiscal de contas, e foi tambem membro da commissão encarregada de propôr as alterações e modificações necessarias nas condições do contrato do tabaco, vogal da commissão extraordinaria que tinha por fim tratar da organisação do fazenda publica, e um dos commissarios regios junto do Banco de Lisboa. Em outubro de 1846 foi chamado aos conselhos da corôa, sendo incumbido da pasta do reino, que conservou até abril de 1847, e depois, sentindo-se fraco e doente, recolheu-se á sua quinta de Oliveira, no Porto. Ainda algumas vezes appareceu na camara, mas em 1851 aggravaram-se-lhe os padecimentos e pouco depois falleceu. O visconde de Oliveira casou a 3 de junho de 1840 com D. Marianna Henriqueta Correia de Mello, filha de João Correia Moreira e de D. Marianna Izabel da Cunha Lima.

**Oliveira** *(D. Martim Pires de)*. Arcebispo de Braga, que fal. a 25 de março de 1313. Era filho de Pedro Pires de Oliveira e de Elvira Annes Pestana Seguiu as letras e alcançou uma conesia na sé de Evora. Tinha fama de erudito e de ser um perfeito ecclesiastico. El-rei D. Diniz servia-se do seu conselho, e o nomeou mestre de seu filho, o infante D. Affonso, depois rei D. Affonso IV, e o mandou por seu embaixador a Roma na grave controversia com os prelados do reino. Quando o mesmo rei foi a Castella, o deixou por adjunto do governo á rainha Santa Izabel, sua mulher, e com a declaração de que, no caso d'ella fallecer, governasse D. Martim só, e despoticamente. Em 1293 os capitulares de Braga o elegeram seu arcebispo. Os seus diocesanos muito o estimavam e respeitavam pelo seu virtuoso caracter, e por ser muito esmoler e caritativo, dando aos pobres grande parte dos seus bens. D. Martim Pires de Oliveira visitou toda a sua dilatada diocese com muito zelo. Em 1301 congregou synodo, no qual estabeleceu novas e prudentissimas constituições. Governou o arcebispado de Braga durante 20 annos. Das suas casas e grossas fazendas que tinha herdado no Alemtejo, instituiu em 1306 o importante morgado da *Oliveira*, na provincia do Minho, em favor de seu irmão Mem Pires de Oliveira.

**Oliveira** *(Matheus Vicente de)*. Architecto supranumerario dos palacios reaes de Lisboa, em 1778.

**Oliveira** *(Fr. Nicolau de)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa em 1566, onde tambem fal. a 22 de janeiro de 1634 Era filho de Jorge Fernandes e de Maria de Oliveira. Professou no convento de Lisboa a 28 de agosto de 1582. Foi definidor na sua ordem, e em 1607 mandado a Africa a resgatar os captivos que existiam em Fez, Tetuão e Salé. Escreveu: *Livro das Grandezas de Lisboa, dirijido a D. Pedro de Alcaçova, alcaide mór das tres villas, e commendador das Idanhas*, Lisboa, 1620; reimprimiu-se em 1804.

**Oliveira** (*Fr. Nicolau Pedro de*). Religioso da ordem dos carmelitas calçados, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. Não podendo supportar o rigor claustral, obteve um breve do papa Clemente XIV para se secularisar, e viveu como presbytero bastantes annos. Em 1794, achando-se muito doente, desejou voltar para junto dos seus antigos irmãos, e sendo admittido entrou no convento do Carmo, de Lisboa a 15 de julho d'esse anno, e falleceu logo no dia 17. Escreveu: *Compendio da vida do ex.mo e rev.mo sr. D. Eusebio Luciano Carvalho Gomes da Silva, bispo de Nankim*, Lisboa, 1792. Parece que escreveu tambem uma *Semana Marianna*, que não chegou a ser impressa.

**Oliveira** (*Paulino de*). O seu nome completo é Francisco Paulino de Oliveira. Proprictario da Livraria Editora, de Setubal. N. n'esta cidade, sendo filho de João Victor d'Oliveira, negociante, e de D. Maria José Gomes de Oliveira. Estudou em Lisboa, na Escola Academica e no Instituto Industrial, mas não completou os respectivos cursos. Voltando para Setubal, por lhe faltarem recursos para continuar os estudos, entregou-se ao ensino de escripturação mercantil e dageographia, e empregou-se como guarda-livros n'uma casa commercial. Em 10 de março de 1898 casou com D. Anna de Castro Osorio, apreciada escriptora, autora do livro *Infelizes*, e redactora d'uma bibliotheca infantil sob o titulo de *Para as creanças*, com a collaboração de seu marido. O sr. Paulino de Oliveira é proprietario da Livraria Editora. Tem collaborado em diversos jornaes, quasi todos de Setubal, como a *Gazeta Setubalense*, a *Revista de Setubal*, o *Elmano* e o *Districto*. Em 1886 fundou a *Estreia*; em 1886-1887 a *Semana Setubalense*; em 1889-1890 a *Opinião*; em 1894-1895 o *Ecco de Setubal*, o *Mez*, chronica da vida setubalense, etc. Escreveu: *Canticos sadinos* (primeiros versos), Lisboa, 1888, com desenhos de Julião Machado e zincographias da antiga casa Justino Guedes; saiu com o pseudonymo de *Anuplio de Oliveira*; como se vê *Anuplio* é o anagramma de Paulino; *Em ferros d'El-Rei; considerações ácêrca da minha prisão*, Lisboa, 1893; refere se a uma prisão politica que soffreu o autor, pela qual esteve na cadeia 30 dias; este folheto é dedicado á cidade de Setubal; *Dôr*; *In amaritudine*, Lisboa, 1894; contém 51 sonetos.

**Oliveira** (*Pedro Freire de*). Professor régio de Grammatica Latina em Fronteira. Nasceu n'esta villa a 11 de abril de 1758, onde tambem fal. a 3 de julho de 1814. Cursou na sua terra natal, além dos estudos primarios, os da lingua latina, adquirindo tal proficiencia que em 1774, tendo apenas 16 annos de edade, fez exame em Evora para professor régio da cadeira de latim da supradita villa, e sendo approvado entrou pouco depois em exercicio no primeiro de julho do mesmo anno, passando então para seus discipulos muitos que tinham sido condiscipulos, e mais velhos em edade. Incansavel no desempenho dos deveres do magisterio, e occupado sempre com os livros ou com a penna, ganhou creditos de mestre superior, a ponto de que ás suas lições concorriam com aproveitamento estudantes de povoações muito arredadas da provincia do Alemtejo. Dedicou-se tambem ao estudo da jurisprudencia, e por muitos annos exerceu em Fronteira a advocacia, mediante a necessaria licença e autorisação conferida pela Mesa do Desembargo do Paço. Fal. repentinamente d'um ataque apopletico aos 56 annos de edade. Consta que deixou varias obras manuscriptas, como a antiga *Sexta Selecta Latina*, com o titulo de *Latini Sermonis exemplaria a scriptoribus probatissimis collecta... cum annotationibus philologicis, historicis, geographicis, criticis, lusitano sermone locupletata a Petro*, etc; Uma *Grammatica Latina*, a qual, bem como a *Selecta*, já estavam ambas licenceadas para a impressão; traducções do romance de Lesage, *O diabo coxo*, e do *Elogio da Loucura*, por Erasmo; *Explicação vulgar das cerimonias e ritos da Semana Santa*, traduzida do italiano; um opusculo dividido em duas partes: 1.ª *Que cousa é o papa?* 2.ª *Que cousa é o bispo?*, o qual parece ter sido traduzido da obra do canonista allemão Eybel, impressa em Vienna d'Austria em 1782, e reimpressa em 1783; traducção das *Satyras de Juvenal; Declaração analytica e apologetica sobre as indulgencias que os frades franciscanos se arrogam pelo acto de se lhes beijar a manga do habito*; materia que se viu obrigado a desenvolver para acalmar a perseguição que em 1794 lhe moveram os padres, aggravados d'elle unicamente pelo facto de haver motejado em certa occasião aquella crença popular, qualificando-a de abusiva e supersticiosa. De todas as suas obras a unica que se publicou, segundo parece, foi a seguinte: *Collecção das instrucções, que dá aos seus discipulos no exercicio da latinidade Pedro Freire de Oliveira, professor*, etc., *tiradas dos bons autores que sobre estas materias escreveram, e accommodadas á capacidade dos que aprendem*, Lisboa, 1790. Passados 30 annos, e sendo já decorridos 5 depois da morte do autor, o livreiro Jorge Rey, que adquirira a propriedade da obra, fez uma nova edição em 1819.

**Oliveira** (*Pedro José de*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, chefe da repartição central do governo civil de Lisboa, e proprietario da Quinta do Vimeiro, situada na freguezia da mesma denominação, concelho de Alcobaça. Nasceu em Leiria em 1804, sendo filho de um canteiro ou mestre de obras da mesma cidade. Pedro José de Oliveira mandou construir á sua custa, na séde da mencionada freguezia do Vimeiro, uma casa escolar em que dispendeu cêrca de 3.000$000 réis; e em 1882 fez á camara municipal do respectivo concelho o donativo de 5:000$000 em moeda de ouro, para que ella creasse n'aquella freguezia, provendo-as por concurso, duas cadeiras de ensino primario, uma para cada sexo. Por sua morte, occorrida em 29 de abril de 1885, legou ainda á mesma freguezia 3:000$000 réis em inscripções da Junta do Credito Publico, para com o seu rendimento accrescentar a congrua do parocho, ficando este obrigado a substituir o professor nas suas faltas e impedimentos.

**Oliveira** (*Salvador Machado de*). Autor d'um drama allegorico em verso, intitulado: *O prazer de Olisséa*, Lisboa, 1788. Representou-se no theatro da Rua dos Condes, assim como alguns outros dramas.

**Oliveira** (*Selemok*, ou *Schelomão de*). Judeu natural de Lisboa, e filho de David. Foi doutor em varias escolas, e rabbino ou mestre na syna-

goga de Amsterdam, onde fal. em 1708. D'elle trata Antonio Ribeiro dos Santos nas suas *Memorias da Litteratura sagrada dos judeus portuguezes*, insertas nas *Memorias Litterarias da Academia*, tomo II, pag. 230, 361 e seguintes. Escreveu muitas obras em diversas linguas, e tambem algumas em portuguez, todas publicadas em Amsterdam.

**Oliveira** (*Simão de*). Autor d'uma *Arte de navegar*, impressa em Lisboa em 1606.

**Oliveira** (*P. Timoteo de*). Jesuita, confessor da rainha D. Marianna Victoria. N. em Lisboa, sendo filho de Antonio Francisco de Oliveira e de Lourença Vieira; irmão do bispo de Vizeu, D. Julio Francisco de Oliveira. Entrou na Companhia de Jesus no noviciado de Lisboa, a 24 de fevereiro de 1721, e foi lente da primeira classe de humanidades no collegio de Coimbra, de Philosophia no de Santo Antão, de Lisboa, e prefeito dos estudos do mesmo collegio. Foi tambem confessor da princeza da Beira, e das infantas suas irmãs. Teve logar distincto entre os prégadores do seu tempo, e deixou publicados alguns dos seus sermões. O P. Timotheo d'Oliveira foi um dos jesuitas expulsos do Paço á meia noite, quando o marquez de Pombal começou a proceder contra elles, considerando-os cumplices do attentado contra a vida de el-rei D. José. Foi primeiro conduzido ao noviciado da Cotovia, hoje Escola Polytechnica, e preso depois nos carceres da Junqueira. Só foi posto em liberdade em 1777, depois de 18 annos de encerramento, quando subiu ao throno a rainha D. Maria I. Trabalhou activamente para que o novo governo lhes concedesse a elle e aos seus collegas o viverem em communidade, mas não foi tão longe a fraqueza do governo de D. Maria I, e o P. Timotheo de Oliveira, que esperava obter assim subrepticiamente a restauração da Companhia de Jesus, apenas conseguiu que lhe tolerassem a sua presença em Lisboa.

**Oliveira** (*Valerio Martins de*). Mestre pedreiro em Lisboa, e varias vezes juiz do seu officio na antiga Casa dos Vinte e Quatro. Tambem foi procurador dos mesteres. N. em Santarem, sendo baptisado a 25 de novembro de 1695. Era filho de Manuel Martins e de Luiza d'Oliveira. Vivia ainda em 1757. Escreveu: *Advertencias aos modernos que aprendem o officio de pedreiro*, Lisboa, 1739; 2.ª edição, 1748; 3.ª 1757, com uma estampa de S. José aberta a buril; 4.ª em 1825.

**Oliveira** (*Vicente Carlos de*). Cavalleiro professo na ordem de Christo; escriptor que floresceu em Lisboa no ultimo quartel do seculo XVIII, e que se tornou muito conhecido pelas muitas obras que escreveu e publicou, das quaes sabemos das seguintes: *Historia das revoluções acontecidas no governo da Republica Romana, pelo abbade Verlot, traduzida do francez*, Lisboa, 1785, 1.º e 2.º tomos; *Poema Lisboa restaurada pelo grande e incomparavel rei D. José I, de saudosa memoria*, Lisboa, 1784; *Noites de Young, a que se ajuntam muitas notas importantes, e varios opusculos do mesmo Young; traduzidas em portuguez*, Lisboa, 1785, 2 tomos; ornados com duas gravuras; consta que teve algumas reimpressões, sendo a ultima em 1804: *Nova tragedia intitulada a «Vingança» do dr. Young*, traduzida em verso, Lisboa, 1788; n'este volume está incluida outra tragedia, *Busiris*, do mesmo autor, e traduzida pelo mesmo traductor, *Sacrificio campestre na morte do ser.mo sr. D. José, principe do Brazil*, Lisboa, 1788; *Portugal vem agradecer aos portuguezes as demonstrações de sentimento na morte do sr. D. José, principe do Brazil, canção funebre*, Lisboa, 1788; *Nova ferida no coração de Portugal, pela morte da ser.ma senhora D. Marianna Victoria, infanta de Portugal, elegia*, Lisboa, 1788; *Adão remido por Jesus Christo, poema evangelico*, Lisboa, 1791.

**Oliveira**. Antiga villa da Lusitania, na actual provincia do Minho, concelho de Fafe. Estava fundada junto ao rio Sêlho. Não ha hoje vestigios de similhante povoação, ou mudou de nome e não se sabe qual das povoações hoje existentes n'este concelho o tivesse.

**Oliveira**. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho. conc. e com de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 146 fog. e 633 hab. Tem est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Braga a Vianna do Castello, a 3 k. do rio Cávado. O D. abbade do mosteiro benedictino, de Tibães, apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis de congrua, e o pé d'altar. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 97 fog. e 394 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. do rio Este. A mitra apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis de congrua, e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes e vinho; pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Povoa de Lanhoso, distr. e arceb. de Braga; 138 fog. e 511 hab.; tem est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na aba da Serra da Oliveira. A mitra apresentava o abbade, que tinha 280$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Na egreja matriz ha uma capella de brouze, muito bem esculpida, dedicada á Santa Cruz. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 188 fog. e 903 hab. Dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem do rio Ave. Foi villa e do antigo julgado de Vermuim. O prior do convento de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, apresentava o vigario, que tinha 140$000 réis de congrua e o pé d'altar. Estiveram annexas a esta freg. as de S. Thiago, de Figueiredo, o de S. Martinho, dos Leitões. Teve um convento de conegos regrantes de Santo Agostinho, construido junto ao rio Ave, do qual foi fundador Arias de Brito, avô de D. Sueiro de Brito, em 1053, pondo-lhe clérigos, sendo D. Antão o seu primeiro prior. O fundador deu-lhe todas as herdades que possuia na villa de Oliveira, em Carrazêdo e em Subilhães. O mencionado D. Sueiro reedificou e ampliou a egreja e o edificio do mosteiro, augmentando-lhe as rendas, em 1200. Este convento foi unido ao de Santa Cruz, de Coimbra, em 1599, e para lá passaram todos os rendimentos; porém depois, alguns dos rendimentos e o padroado da egreja, passaram para o mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa. A terra é fertil, e cria muito

gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. A pov. tambem é conhecida pelo nome de *Mosteiro d'Oliveira*, ou de *Oliveira do Mosteiro*. || Pov. e freg. do S. Paio, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto; 94 fog. e 316 hab. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada entre serras, e proximo d'uma ribeira. Foi do antigo concelho de Santa Cruz de Riba Tamega. As religiosas do convento de Sant'Anna, de Vianna do Castello, apresentavam o vigario, que tinha 60$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arcb. de Braga; 119 fog. e 366 hab. A pov. dista 6 k. da séde do concelho e está situada proximo da margem do rio Lima. A mitra e o geral do convento de Santa Cruz, de Coimbra, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 140$000 réis de rendimento. Foi antigamente da apresentação do convento de V. N. de Muhia, com reserva do ordinario. Tevo annexas as freguezias dos Cabaços e Fôjo-Lobal, que originariamente formavam uma só parochia. E' n'esta freg. o *Paço d'Oliveira*, com capella junto. Diz-se que foi fundado pelos senhores da Torre da Camposa, do Valle, e n'elle esteve escondido D. Antonio, prior do Crato em 1580, antes de fugir para França. Os Oliveiras d'este paço eram fidalgos de muita nobreza e importancia, pois descendiam dos reis de Castella e Leão. A terra é muito fertil, e tem muito e bom vinho. N'um monte proximo ha uma lapa, ou gruta, chamada *Paços do Rei*. Dizem que este nome lhe provém, por n'ella se recolher Bermudo II, rei de Navarra, quando deu a batalha a Almançor, rei ou califa de Cordova, em 998. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Trazos-Montes, conc. e com. de Mesão Frio, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 203 fog. e 728 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Mesão Frio. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Douro. A mitra apresentava o abbade, que tinha 600$000 réis de rendimento annual. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Argivae, conc. de Povoa do Varzim, distr. do Porto. || Santa Maria, de Arrifana, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Capellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Darque, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Santa Lucrecia de Algeriz, conc. e distr. de Braga. || S. Julião e conc. de Mangualde, distr. do Vizeu. || S. Martinho, de Pindo, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || Ilha da Madeira; Bom Jesus, de Ponta Delgada, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || S. Christovão, de Rio Mau, conc. de V. do Conde, distr. do Porto. || Santo Isidoro, de Romariz, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, do mesmo distr. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santo Adrião, de Sul, conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo distr. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Paio e conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal distr. de Lisboa. || Serra do distr. de Braga; está situada a NO de Vieira, entre os rios Cávado e Ave, na direcção ENE a OSO. Tem 681 m. d'altura.

**Oliveira dos Arcos** *(D. Fernando Antonio d'Almeida e Silva Sanches de Baêna Jacques Farinha de Sousa e Vasconcellos, 1.º conde de)*. Trinchante mór da Casa Real, alcaide-mór de Seixo Amarello, commendador de Santo André da Esgueira na ordem de S. Thiago, senhor dos morgados de Oliveira dos Arcos, Linhares, Valle de Morellos, Soccorro, de Lisboa, e outros; capitão de granadeiros do regimento de Lippe, infantaria n.º 1, etc. N. a 20 d'agosto de 1769, fal. em Abrantes a 3 de março de 1834. Era filho de D. João d'Almeida e Silva Sanches de Baêna Jacques Farinha de Vasconcellos e Sousa, e de sua mulher D. Ignez Antonia da Camara. Por carta regia de 26 de outubro de 1823 foi nomeado trinchante-mór da Casa Real. Casou em 27 de outubro de 1805 com sua prima D. Francisca de Paula de Saldanha Daun, filha dos 1.ºs condes de Rio Maior, João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira e D. Maria Amalia de Carvalho Daun. Era irmã de João Carlos de Saldanha d'Oliveira Daun, depois marquez e duque de Saldanha, marechal do exercito. O conde de Oliveira dos Arcos foi mais tarde coronel do milicias, em que serviu alguns annos, e por fim o ultimo presidente do Conselho da Fazenda. Recebeu o titulo de conde, por decreto de 26 de outubro de 1829, no tempo do governo miguelista. O seu brazão d'armas era: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Almeidas, em campo vermelho com bordadura de ouro seis bezantes de ouro entre uma cruz doble; no segundo as armas dos Sanches, em campo de prata uma torre negra, com escada de sua côr; no terceiro as dos Baênas, escudo partido em duas palas, na primeira em campo de prata doze lisonjas vermelhas, na segunda, em campo azul, um leão de ouro rompente, orla de ouro carregada de oito arruelas de vermelho; no quarto, as dos Farinhas, em campo azul nove bezantes de prata em santor, e nos quatro angulos quatro cruzes de ouro floridas e vazias.

**Oliveira de Arda**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Raiva, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. Tem caixa do correio. Está situada no degrau da serra de S. Domingos, assim chamada por lhe ficar no seu cume, a antiga capella d'esta invocação. A aldeia de Oliveira de Arda está a meia altura d'esta serra. A terra é pobre, empregando-se os homens na profissão de almocreves, ou jornaleiros, e as mulheres em apanhar carqueja que vae para o Porto, pelas Fontainhas. Esta aldeia torna-se notavel pela capella de N. S.ª das Amoras, tanto que em sitios distantes é mais conhecida a pov. pelo nome de *Senhora das Amoras*. Ao sitio onde se vê a capella, junto á aldeia a NE, chamava-se *Por-*

*tella*, e era um sobreiral. Conta a lenda que, pelos annos de 1450, appareceu um dos sobreiros carregado de amoras, e entre os seus ramos uma bonita imagem de Nossa Senhora, que foi achada por um lavrador da aldeia. Para não parecer estranho falar-se em amoras, devemos lembrar que os sobreiros, ou sovereiros, quando são muito velhos, não dão bolotas, mas em seu logar um fructo muito similhante ás amoras brancas, de amoreira, e de um gosto acido e pouco agradavel, pela sua aspereza. No livro da confraria existente na capella, que é do principio do seculo XVI, menciona-se o apparecimento, mas não diz o nome do lavrador. A' noticia d'este achado correram todos os habitantes da aldeia ao sitio da Portella, vêr a imagem da Virgem, indo tambem alguns padres que existiam ali. A imagem veiu para a egreja matriz, que fica uns 1:500 m. a NE, porém na manhã seguinte tornou a imagem a apparecer no referido sobreiro. Os habitantes, então, resolveram-se a cortar a arvore, para da sua madeira fazerem um altar á Senhora, na egreja, mas o homem, que deu a primeira machadada para cortar a arvore, feriu-se com o machado n'uma das pernas, ficando bem doente, o que fez acreditar que a imagem desejava conservar-se n'aquelle local. Construiram-lhe então uma ermidinha provisoria a poucos passos do sobreiro, deixando ali a imagem, emquanto durava a obra. Concluida a capella, celebraram uma pomposa festa, conduzindo a imagem da Senhora em procissão para a sua nova casa, mas na manhã seguinte tornou a imagem a apparecer no sobreiro. Os habitantes decidiram então que a pequena ermida ficasse sendo a capella-mór, e que se fizesse para o lado O o corpo da ermida pois abrangia o sobreiro, que ficou collocado no sitio de um dos altares lateraes, e foi serrado para servir de peanha á imagem, a que deram o nome de N. S.ª das Amoras, em memoria das que tinha o sobreiro, e fôram tantos os milagres que desde logo lhe attribuiram, que os romeiros principiaram a concorrer á nova capella, não só das proximidades, como de algumas leguas de distancia. A imagem é de pedra de Ançã, tendo apenas 0,m41 de alto, sendo muito bonita e de boa esculptura. A capella denota mais antiguidade que a que lhe dá a tradição. Tem sido varias vezes concertada, e fizeram-lhe uma pequena torre de sinos, não se lhe alterando, comtudo, a sua primitiva architectura. O adro foi cercado d'um muro de 1 m. d'altura, para nivelamento do terreno. Teve alfaias riquissimas, principalmente uns paramentos da India, que de Gôa lhe mandou um navegante, natural d'esta aldeia, em cumprimento d'um voto que fizera, por se livrar da morte n'um naufragio nos mares do Oriente.

**Oliveira de Azemeis.** Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. de Aveiro. bisp. e Relação do Porto. Tem uma só freg., cujo orago é S. Miguel. A villa está situada na chapada d'uma serra, na margem direita do rio Sul, affluente da ria de Aveiro. A mitra e a abbadessa do convento de S. Bento da Ave Maria, do Porto, apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 200$000 réis de congrua e o pé d'altar. E' tradição que o nome lhe provém do seguinte, segundo Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, vol. VI, pag. 265: «Havia em tempos antigos por estes sitios, apenas uma taberna solitaria. Os *donatos* dos mosteiros (aos quaes se dava tambem o nome de *azemeis)* quando andavam ao peditorio, costumavam descançar debaixo d'uma *oliveira*, que estava em frente da taberna, e que, por isso se veiu a denominar *Oliveira dos azemeis*. Na minha opinião, continúa Pinho Leal, isto não passa d'uma d'aquellas etymologias inventadas por quem não quer estudar a nossa antiga lingua portugueza. Entendo que o nome d'esta villa provém do arabe *algemé*, que significa arraial, ajuntamento, congregação, etc., palavra ainda usada no seculo XVI (*Mandou, Nuno Fernandes, a Lopo Barriga, que fosse ao azemel de Abida, onde os capitães dos Cabildas e Aduares, tinham as suas tendas*, etc. Damião de Goes, *Chronica d'el rei D. Manuel*, parte 3.ª, cap. 32. pag. 327). Oliveira de Azemeis foi abbadia até 1520, sendo n'este anno reduzida a reitoria e commenda de Christo, por uma bulla do papa Leão X. Os habitantes da villa já em 1703 solicitavam de el-rei D. Pedro II o foral, que não conseguiram, por causa da opposição da villa da Feira, a cuja jurisdicção pertencia. Não teve nunca foral proprio, e regia-se pelo da Feira. D. João VI, sendo ainda principe regente, é que elevou a pov. á categoria de villa e de cabeça de conc., no anno de 1800. Em 15 de maio de 1779 fez D. Maria I mercê da commenda de S. Miguel, de Oliveira de Azemeis, a José Seabra da Silva, dizendo a carta regia: «Tendo em consideração ao bom serviço que José Seabra me fez, nos muitos logares de letras que exercitou, e, ultimamente, no emprego de secretario de Estado, adjunto ao marquez de Pombal, e por outros motivos, dignos da minha real attenção, etc.» A egreja matriz eleva-se quasi ao centro da villa, no sitio mais elevado, que tem o nome *Padrão*. Data a egreja de 1719, anno em que por estar em muito mau estado a antiga, se começou a construir a nova, que existe ainda, terminando as obras em 1726. A fachada do edificio é de architectura pouco notavel, sem caracter algum de grandeza e elegancia. Sobre a porta ha uma esculptura regular, representando S. Miguel em acção de cravar com a lança o demonio que se vê prostrado e calcado aos seus pés. A fachada é ladeada por duas torres, tendo sinos só uma d'ellas. A egreja é de regular grandeza; tem uma só nave, sendo alumiada por 18 janellas. A capella-mór tem a sua tribuna de talha dourada, vendo-se aos lados varias imagens. No corpo da egreja ha alguns altares lateraes. O templo é cercado por um adro espaçoso, e pela parte posterior, a pequena distancia, vê-se o cemiterio, de construcção moderna, muito regular e arborisado. Foi feito em 1863 á custa das obras publicas e do povo. Da rua sobe-se para o adro por uma escadaria de tres patins, na qual se lê uma inscripção, d'onde consta ter sido ali mandada collocar pelo bacharel Pedro Soares dos Reis em 1702. No anno de 1864 procedeu se a grandes reparos tanto na egreja como na casa da residencia parochial, por serem muito precisos, sendo as obras feitas por ordem do governo, a instancias do par do reino José da Costa Sousa Pinto Basto, natural d'esta villa. A egreja teve um legado de 400$000 réis, deixado em testamento por Antonio Ferreira da Silva Junior, fallecido na Bahia a 22 de novembro de 1875, e que tambem era filho de Oliveira de Azemeis. No

mesmo testamento deixou os legados de 100$000 réis aos pobres da freguezia e 500$000 réis á Misericordia do Porto, A casa da camara é um edificio majestoso. Começou a construir-se em dezembro de 1844 no logar onde havia um predio pertencente ao monteiro-mór Manuel Antonio Mendes, que a camara municipal de Oliveira de Azemeis comprou. As obras suspenderam-se em 1846 por causa dos acontecimentos politicos que então se deram, e só depois é que proseguiram em arrematação, ficando concluidas em janeiro de 1850, mez em que a camara e a administração começaram a funccionar, indo em janeiro de 1851 juntar-se-lhe no mesmo edificio o tribunal rei D. Pedro V, entre um cortinado de seda carmezim encimado por uma sanefa dourada. A' direita sobre um supedaneo, está collocada a cadeira do ministerio publico e a bancada das advogados; á esquerda a cadeira do contador do juizo e a bancada dos jurados. Este recinto é separado do resto da sala por uma balaustrada. Na sala das sessões eleva-se no fundo um estrado onde estão as cadeiras, ricamente estofadas, da vereação, e separadas do recinto do publico por uma balaustrada. Em fevereiro de 1864 mandou a camara plantar no largo em frente do edificio australias, que constituem um bonito arvoredo. O theatro d'esta villa é de modesta apparencia.

Oliveira de Azemeis—Camara Municipal

de justiça. O edificio tem quatro faces, mas a desegualdade da area em que está situado, faz com que em duas faces tenha tres andares e nas outras duas só dois, o que, comtudo, lhe não tira o aspecto majestoso No cimo do edificio vêem-se as armas do reino, olhando para o sul da villa. A casa é ampla; além de conter em separado os tribunaes judiciaes e administrativo, a sala das sessões camararias e repartição de fazenda, tem varios compartimentos para residencia dos empregados subalternos. Nos aposentos inferiores do edificio ficam as prisões, em boas condições hygienicas, a casa do carcereiro e a sala livre. No tribunal de justiça está ao fundo a tribuna do juiz sobre um estrado de tres degraus, e tendo por cima, na parede, o retrato a oleo d'el-

Em 1851 um grupo de amadores dramaticos resolveu levar a effeito a construcção d'um theatro, abrindo uma subscripção que chegou a oitocentos e tantos mil réis. Com este recurso e os mais que fôram obtendo, conseguiram os amadores levantar as paredes, telhado e caixa, tendo de parar com as obras por falta de recursos. Entretanto, mesmo assim por concluir, deu-se ali uma recita de amadores em 7 de junho de 1855, seguindo se depois outras, com o producto das quaes se fizeram mais algumas obras no theatro. Em 1861 a camara municipal tomou 20 acções na importancia de cento e tantos mil réis, com o que se continuaram as obras. O theatro tem platéa, galeria, e duas ordens de camarotes. O padrão, ou cruz processional da Misericordia de

Oliveira de Azemeis, é obra do illustre esculptor Teixeira Lopes, que o modelou, feito sobre um esboço de seu irmão, o architecto José Teixeira Lopes. O padrão foi fundido nas officinas de sr. Adelino de Sá Lemos, cunhado do esculptor. O provedor da Misericordia, Caetano da Costa Scabra, foi quem mandou fazer este padrão em 1904, outras impropria para consumo. Por iniciativa dos srs. conde de S. Thiago de Lobão e conselheiro Rodrigues de Sousa resolveu-se então aproveitar a agua do manancial de Nasce Agua, que abastecia uma fonte publica em Lações de Cima, d'onde escoava para um lavadouro publico. Préviamente analysada chimicamente por

Oliveira de Azemeis—Egreja matriz

que ficará consagrado como uma obra d'arte. No dia 1 de dezembro de 1907 realisou-se em Oliveira de Azemeis a inauguração do abastecimento de agua potavel, melhoramento devido aos considerados capitalistas, residentes no Porto, os srs. conde de S. Thiago de Lobão e conselheiro Boaventura Rodrigues de Sousa. A agua de tres fontes publicas, existentes na villa, fôra considerada, segundo a analyse chimica feita pelo conselheiro Ferreira da Silva, suspeita, e a de duas Ferreira da Silva e bacteriologicamente pelo dr. Alberto de Aguiar, lente da Escola Medica do Porto, foi aquella agua reconhecida como muito pura. O projecto do abastecimento de Oliveira de Azemeis deve-se ao distincto technico sr. Manuel Botelho Pimentel Sarmento, e do encanamento encarregou-se a C.ª Alliança na Fundiçãode Massarellos. O reservatorio fica no largo de Lações de Cima, nas faldas do outeiro de La Salette. E' construido de alvenaria assente em argamassa

hydraulica, revestido interiormente de cimento e coberto de abobadilha de *beton*, supportada por columnas de ferro, sobre a qual ha uma camada de terra vegetal com meio metro de espessura. O reservatorio tem a capacidade de 120 metros cubicos, e comprehende dois depositos de 60 metros cada um Para exgottar as aguas em excesso, possue cada deposito um *trop-plein* com saida para a villa e uma valvula de exgottamento no fundo, para limpeza. Junto ao reservatorio fica o primeiro marco fontenario. A canalisação, que é toda de ferro, com a extensão total de 1:300 metros, fórma, á saida do reservatorio, um syphão de 400 metros de comprimento. Para o abastecimento da villa são destinados seis marcos fontenarios. Cada um d'aquelles marcos é fechado automaticamente por meio de *piston* e n'elles existe um bebedouro para animaes e uma bocca para serviço de incendios. No ponto da villa onde se acham edificados os predios mais importantes foi collocada uma bocca de incendio especial. Suspensos nos marcos ficam uma caneca de cobre estanhado e um balde de folha de ferro zincado. O hospital da Misericordia, por generosa concessão de dois benemeritos de Oliveira de Azemeis, é dotado com 2 metros cubicos d'agua por dia. A villa pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. C. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Tem escolas para ambos os sexos, asylo de infancia desvalida, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.; advogados, agencias dos bancos de *Portugal*, do *Minho*, *Economia portugueza*, *Lisboa & Açôres*, *Crédit-Franco-Portugais*, *Nacional Ultramarino*, *Commercial de Lisboa*, *Commercial do Porto*, *Alliança;* agencias das companhias de seguros *Confiança*, *Bonança*, *Douro*, *Garantia*, *Indemnisadora*, *Mercurio*, *Mutual Reserve Life*, *Internacional*, *Probidade*, *Previdencia*, *Portugal*, *Portuense* e *Tagus;* hoteis, medicos, pharmacias, notarios, sociedades de recreio: *Associação recreativa Oliveirense* e *Club recreativo;* feira aos domingos e no dia 11 de cada mez, fabricas de chapéos, de cortumes, de lanificios, de moagens de vidros, tecidos de linho, de papel, etc. Teem-se publicado aqui os seguintes jornaes: *Alfinete (O)*, 27 de janeiro de 1889; *Alvorada (A)*, 15 de outubro de 1893; *Carissimo (O)*, 7 de setembro a 15 de outubro de 1882; *Correio (O)*, 1891; *Correio d'Oliveira*, 12 de maio de 1887; *Farpas (As)*, 7 de julho de 1889; *Jornal do Povo (O)*, 12 de novembro de 1880, em publicação, janeiro de 1908; *Oliveirense (O)*, 7 de setembro de 1881; em 1889

Frente do Padrão da Misericordia

Face posterior do Padrão da Misericordia

ainda se publicava, vindo da *Verdade; Opinião (A)*, 7 de janeiro de 1892; em publicação, janeiro de 1908; *Pingalim (O)*, 17 a 24 de julho de 1887; *Rabecão (O)*, 2 de junho de 1889; *Sentinella (A)*, 4 de agosto de 1904; *Verdade (A)*, 8 de 1879 a 21 de abril de 1880; foi continuado pelo *Oliveirense*. Além d'estes jornaes publicou-se tambem o numero unico seguinte: *Philantropia*, março de 1885. O conc. comprehende 20 freguezias, com 6:165 fog. e 29:242 hab., sendo, 13:324 do sexo masc. e 15:918 do fem., n'uma superficie de 19:444 hect. As freguezias são as seguintes: S. Salvador, de Carregosa, 1:560 hab.: 712 do sexo masc. e 848 do fem; S. Pedro, de Cesar, 807 hab.: 341 do sexo masc. e 466 do fem.; S. Martinho, de Cucujães, 3:837 hab.: 1:760 do sexo masculino e 2:077 do fem.; S. Martinho de Fajões, 1:062 hab.: 496 do sexo masc. e 566 do fem.; S. João, de Lourciro, 2:689 hab.: 1:228 do sexo masc. e 1:461 do fem.; Santa Eulalia, de Macieira de Sarnes, 417 hab.: 189 do sexo masc. e 228 do fem.; Santo André, de Macinhata de Seixa, 567 hab.: 237 do sexo masc. e 330 do fem.; S. Mamede, de Madail, 415 hab.: 188 do sexo masc. e 277 do fem.; S. Christovão, de Nogueira do Cravo, 711 hab.: 349 do sexo masc. e 362 do fem.: S. Miguel, de Oliveira de Azemeis,, 2:806 hab.: 1:240 do sexo masc. e 1:566 do fem.; S. Pedro, de Ossella, 1:165 hab.: 686 do sexo masc. e 779 do fem.; Santa Marinha, de Palmaz, 1:106 hab.: 496 do sexo masc. e 610 do fem.; Santa Maria, de Pindello, 827 hab.: 372 do sexo masc. e 455 do fem.; S. Paio, de Pinheiro da Bemposta, 1:700 hab.: 767 do sexo masc e 933 do fem.; S. João, de S. João da Madeira, 3:110 hab.: 1:447 do sexo masc. e 1:663 do fem.; S. Martinho, de S. Martinho de Gandra, 1:383 habit.: 656 do sexo masc. e 727 do fem.; S. Thiago, de S. Thiago de Riba Ul, 1:171 hab.: 505 do sexo masc. e 666 do fem.; S. Martinho, de Travanca, 732 hab.: 337 do sexo masc. e 395 do fem.; Santa Maria, de Ul, 1:801 hab.: 816 do sexo masc. e 985 do fem; S. Pedro, de Villa Chã, 1:076 hab.: 502 do sexo masc. e 574 do fem. O principal commercio do conc. é chapéos de feltro, papel, vidro, tecidos de linho, lanificios e manteiga.

**Oliveira do Bairro.** Villa da prov. do Douro, séde de conc., com. d'Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra, Relação do Porto. Tem uma só freg., S. Miguel. Está situada na estrada, que vae de Aveiro entronear-se com a do Porto para Coimbra, na margem esquerda do rio Sertoma, affluente do Agueda, 19 k. da capital do distr. A Casa de Bragança apresentava o prior, que tinha 500$000 réis de rendimento annual. Esta villa foi dos marquezes d'Arroches, condes de Miranda, senhores e depois duques de Lafões, que eram tambem donatarios das villas de Miranda do Côrvo, Jarmello, Folgosinho, Sôsa, Podentes e Vouga. Tinha foral, dado por el rei D. Manuel, em Lisboa, a 6 d'abril de 1514. Em 1874 concluiram-se as obras do edificio da camara municipal, onde estão estabelecidas todas as repartições publicas do conc. O edificio é vasto e elegante. A terra é muito fertil, sendo muito apreciado o seu vinho, que é denominado *da Bairrada*. Pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. C e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Tem est. do Caminho de Ferro, na linha do Norte, entre as de Mogofores e de Quintans; escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.; agencias bancarias e de vapores; fabrica de ceramica, medicos, notario, pharmacia, *Sociedade Philarmonica União*; feira no segundo domingo de cada mez, e mercado todos os domingos. O conc. comprehende 5 freguezias, com 2:306 fog. e 9:467 hab., sendo 4:103 do sexo masculino e 5:361 do feminino, n'uma superficie de 11:370 hect. As freguezias são. S. Simão, de Mamarrosa, 2:087 hab.: 882 do sexo masc. e 1:205 do fem; S. Miguel, de Oliveira do Bairro, 2:022 hab.: 896 do sexo masc. e 1:126 do fem.; S. Simão, de Oyan, 2:944 hab.: 1:265 do sexo masc. e 1:679 do fem.; S. Pedro, de Palhaça, 1:152 hab.: 501 do sexo masc. e 651 do fem; S. Bartholomeu, de Troviscal, 1:259 hab.: 559 do sexo masc. e 700 do fem. O principal commercio do concelho é cal, cereaes, ovos, arroz, vinho e madeiras. Este conc. foi supprimido pelo decreto de 21 de novembro de 1895, sendo as suas freguezias annexadas aos de Anadia, Agueda e Aveiro; mas foi restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898, recebendo em troca da freguezia de Fermentellos, que então lhe pertencia, e que permaneceu no conc. de Agueda, a de Palhaça, que era do de Aveiro. Esta freg. já em tempo havia pertencido ao conc. de Oliveira do Bairro, assim como a de Nariz, que pertence actualmente ao de Aveiro; então tinha o conc. 7 freguezias.

**Oliveira de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Miguel, de Bodiosa, conc. e distr. de Vizeu.

**Oliveira de Barreiros.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João de Lourosa, concelho e distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

**Oliveira Bernardes** *(Ignacio de)*. Pintor e architecto. N. em Lisboa a 1 de fevereiro de 1695, fal. a 18 de janeiro de 1781. Era filho de Antonio de Oliveira Bernardes, pintor de azulejos, em Evora, onde deixou muitos trabalhos no convento dos loios, e de Francisca Xavier; era neto de Manuel Rodrigues, tambem pintor de merecimento. Ignacio de Oliveira Bernardes foi um dos estudantes que D. João V mandou estudar a Roma, quando pensou em fundar n'aquella cidade uma academia portugueza de pintura. Em 1776 ainda se viam em Roma os vestigios do edificio que o monarcha havia comprado, tendo sobre a entrada as armas portuguezas. Os italianos chamavam-lhe a *Academia de Portugal*. Ignacio d'Oliveira foi discipulo em Roma de Benedetto Lutti, e por morte d'este professor, succedida em 1724, passou para a escola de Paulo Mathei, director do referido collegio ou academia. Fez grandes progressos em pintura e architectura; tinha um colorido extremamente vago e agradavel, ainda que um pouco fraco, e um desenho elegante. Era forte em architectura, anatomia, symetria, e nas outras partes fundamentaes da arte. Regressando a Lisboa, trabalhou como architecto, decorador e pintor. Como architecto fez em parte as plantas do palacio real de Queluz, o de Gerardo Devisme em Bemfica, e da egreja de S. Francisco de Paula. Como decorador dirigiu interinamente a decoração do te-

cto de Queluz e dos outros paços reaes, durante a ausencia de Bibiena, e antes d'este logar ter sido confiado a Jacques Azzoliui. Como pintor, fez para os oratorios de Mafra dois quadros representando *S. José* e *Nossa Senhora do Livramento;* para as escolas um *Santo Antonio*; na sacristia um *S. Francisco recebendo as chagas;* e para a entrada principal um *Santo Antonio deante de Nossa Senhora*, quadro de grandes dimensões. A egreja de S. Francisco de Paula encerra nas suas capellas os quadros da *Trindade* e de *S. José*, e no tecto um *S. Miguel*, que passa por ser um dos seus melhores trabalhos. Na egreja de Santa Izabel vê-se d'este pintor um quadro de *Nossa Senhora d'Arrabida*; no refeitorio do mosteiro de S. Bento existia o *Castello d'Emauz*; no das Necessidades *o Calvario* e a *Trindade*. Foi tambem o autor dos quadros do altar-mór do convento de Carnide, o de *S. Francisco recebendo as chagas*, e o *Menino Jesus*. Pintou para a egreja de S. Vicente o quadro da *Piedade*, outro quadro para o convento do Rato, e para um dos tectos da residencia do provedor dos Armazens um *Neptuno*, dois quadros para o convento da Cartuxa, etc. Ignacio d'Oliveira Bernardes entrou na confraria de Saint-Luc, em 16 de janeiro de 1718, e em 1780 foi nomeado director da classe de modelo vivo na academia estabelecida de novo no convento de S. Francisco. Ignacio de Oliveira Bernardes teve por irmãos, José d'Oliveira Bernardes, que se dedicou ao claustro, tomando o nome de Fr. José de Santa Maria, e Polycarpo d'Oliveira Bernardes, tambem pintores e discipulos de seu pae, entrando ambos na confraria de Saint-Luc, o primeiro em 21 d'outubro de 1731, sendo ainda secular, e o segundo a 19 de outubro de 1728. Polycarpo fez o quadro de *Santo Antonio* da egreja da Lapa; morreu em 1778, e Fr. José fez quadros de devoção, e fal. em 1781. Seu pae, Antonio d'Oliveira, entrou na referida confraria a 7 d'outubro de 1728. Ignacio d'Oliveira Bernardes teve um filho, João Pedro d'Oliveira Bernardes, que nasceu em Lisboa em 1752, tambem pintor, e que fez os seguintes quadros: *A Paixão*, no convento dos Cardaes, e *A Coroação da Virgem*, para uma capella do convento do Sacramento.

**Oliveira Bernardes** *(P. Valerio de)*. Presbytero secular, natural de Lisboa. Viveu na primeira parte do seculo XVIII. Desconhecem-se as datas do seu nascimento e fallecimento. Escreveu: *Dissertação sacro-historico-apologetica sobre a vida e prodigiosa conversão de Santa Maria Magdalena*, Lisboa, 1745.

**Oliveira de Cà.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Sardoura, conc. de Paiva, distr. de Aveiro.

**Oliveira Cabral** *(Bernardo José de)*. Bacharel formado n'uma das antigas faculdades de Direito pela Universidade de Coimbra. Foi revisor da Imprensa Nacional durante algum tempo, e depois director d'um collegio de educação denominado de *S. Gregorio*, por elle estabelecido á Boa Morte. Escreveu: *Descripção da celebre illuminação feita no largo do Poço Novo, por uma Sociedade de patriotas, a que se ajunta um preludio sobre as circumstancias que lhe deram motivo*, Lisboa, 1808. Esta sociedade de patriotas constituia a officina ou loja maçonica *Restauração*, de que era venerável o pharmaceutico Caetano José de Carvalho, estabelecido no largo do Poço Novo. Escreveu mais; *Pharmacopéa das pharmacias nacionaes e estrangeiras, excepto a geral d'estes reinos*, Lisboa, 1833-1834, 2 tomos.

**Oliveira Cardoso** (*Antonio Joaquim de*). Cavalleiro da ordem de S. Thiago da Espada; bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, conego da collegiada de Guimarães, etc. N. n'esta cidade a 12 de janeiro de 1809; ignora-se a data do fallecimento. Escreveu muitas poesias, sendo algumas publicadas anonymas. Sabemos das seguintes: *Ode á sepultura de sua mãe*, saiu em folhetim no *Periodico dos Pobres do Porto* de 13 de maio de 1851, tendo por assignatura ***; *Ode á memoria de seu mestre o em.mo cardeal arcebispo primaz D. Pedro Paulo de Figueiredo da Cunha e Mello;* saiu primeiro no *Moderado* de Braga, sendo d'ali transcripto em outras folhas, saindo tambem no *Periodico dos pobres do Porto*, de 11 de fevereiro de 1856; *Tentativa de suicidio*, Guimarães, sem designação de anno; é um monologo que foi recitado no theatro de D. Affonso Henriques, em Guimarães, por occasião de tambem se representar ali o drama do mesmo autor, *A virgem do Campo*. Compoz os seguintes dramas, que se representaram, mas não se imprimiram: *Maria Paes*, *A pena de morte* e *Egas Moniz*.

**Oliveira Cardoso** *(Bento Antonio de)*. Cavalleiro da ordem de S. Thiago da Espada; bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, advogado em Guimarães, socio correspondente da Associação dos advogados, de Lisboa, etc. N. em Guimarães a 25 de janeiro de 1806; irmão mais velho do antecedente; não se conhece a data do fallecimento. Escreveu: *Varias allegações juridicas em causas importantes*, que se publicaram na *Gazeta dos tribunaes*, n.os 1674, 1675, 1686, 1791, 1802, 1807, 1833, 1981, 1982, etc. Das muitas outras, que não fôram impressas, mencionaremos as seguintes: *Reflexões juridicas sobre uma questão de filiação paterna;* na *Gazeta dos tribunaes*, n.os 2571, 2572 e 2573, de 17, 19 e 22 de janeiro de 1859, onde veem precedidas d'uma advertencia preliminar do redactor da mesma *Gazeta*, o dr. Antonio Gil; *Allegação juridica; questão de aguas subterraneas, ou embargo de nova obra de mina, com os fundamentos de ir cortar as veias de outra mina mais antiga, e sobre os vedores d'água, ou a arte e sciencia da vedoria; e se póde assim denominar-se, e da sua antiguidade no mundo, e escriptores antigos e modernos, estrangeiros e reinicolas que da materia trataram, e lhe deram os preceitos tirados da experiencia, ou bebidos na tradição;* na *Gazeta dos tribunaes*, n.os 2924, 2925, 2926 e 2927, de 20, 21 e 27 de abril de 1861; *Reflexões juridicas; doação inter vivos com encargos e superveniencia de filhos, e sobre o methodo relativo ou vantagens da prova visual, que se faz por expertos, e da testemunhal*; na mesma *Gazeta*, n.os 2929, 2930 e 2931, de 1, 4 e 6 de maio de 1861. Escreveu alguns artigos sobre *Medicina legal*, que se publicaram no *Portugal*, do Porto, e transcriptos na *Gazeta dos tribunaes*, n.os 2:170, 2174, 2175, 2218 e 2219.

**Oliveira Chamiço** *(Francisco de)*. Capitalista, proprietario, director de diversos bancos e companhias, etc.. N. no Porto entre os annos de 1820 e 1824; fal. em Lisboa a 20 de março de

1888. Era filho de Fortunato d'Oliveira Chamiço, abastado negociante da praça do Porto, e de D. Candida Martins Pacheco; neto de Braz de Oliveira Chamiço, capitão de mar e guerra, de origem allemã. Aos 9 annos de edade foi para Inglaterra e ali recebeu a educação, destinando-se desde logo á carreira commercial. Regressou ao Porto, tendo 17 annos de edade, e associou-se com seu pae, tanto no Porto como em Loudres, onde a firma Chamiço & Companhia era altamente respeitada. Dotado d'uma intelligencia clara e d'uma grande actividade, ainda não contava 20 annos quando assumiu a gerencia da casa. Foi secretario da Associação Commercial Portuense, a cuja direcção esteve ligado por espaço de 23 annos, durante os quaes foi encarregado pela mesma Associação e pelo Estado de numerosas commissões em proveito do serviço publico. Oliveira Chamiço concorreu com todas as suas fôrças para muitos dos melhoramentos do paiz. Foi um dos fundadores da Companhia Utilidade Publica, e um dos que mais se empenharam pela viação moderna de Portugal, conseguindo dotar as provincias do Minho e Douro com as primeiras estradas. Em 1854 foi pela primeira vez deputado, eleito pela cidade do Porto, occupando successivamente a camara electiva até 1864, epoca em que renunciou á candidatura, por divergencias com o ministerio, de que era presidente o duque de Loulé. Fôram immensos e importantissimos os serviços que prestou ás provincias do norte durante o tempo em que foi deputado. Foi elle quem propoz e fez votar a estrada marginal do Douro, a continuação das estradas ao norte do mesmo rio, as de Caminha, de Vianna do Castello, e ramal de Coura. Oliveira Chamiço fundou o Palacio de Crystal do Porto, juntamente com o visconde de Villar Allen; fundou o Banco Nacional Ultramarino, que muito bons serviços prestou ás nossas colonias. Pelos seus importantes trabalhos, pela sua actividade em questões administrativas, chegou a ser indigitado pela opinião publica para ministro da Fazenda, e se não occupou esse logar, foi, por assim dizer, por não lh'o consentir a sua modestia. Recusou o titulo de visconde que lhe foi offerecido por el-rei D. Pedro V, e ainda outras honrarias com que pretendiam distinguil-o. Francisco d'Oliveira Chamiço era membro da Sociedade de Geographia, apparecendo sempre o seu nome em todas as iniciativas que partiam d'essa sociedade, e um dos administradores da Companhia Real dos Caminhos de Ferro. Foi quem mais concorreu para auxiliar o governo a fazer a Exposição de Antuerpia, e dão-lhe ainda maior gloria a dedicação com que poz á disposição do governo todos os recursos do Banco, e o modo como contribuiu para que tudo caminhasse da melhor fórma possivel. Foi Oliveira Chamiço quem, auxiliado por Antonio de Castilho, redigiu o Catalogo da Exposição, e quem representou com despeza e sacrificio o paiz em Antuerpia, sendo elle tambem quem elaborou o relatorio apresentado á Sociedade de Geographia, e que é um documento de muito valor para a historia d'essa exposição. Por esses serviços recebeu Francisco Chamiço a gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição. A sua morte foi muito sentida, porque na realidade era um homem prestantissimo, e dos que melhor comprehenderam a importancia da idéa colonial e que mais completamente se lhe dedicaram.

**Oliveira do Conde.** Villa e freg. de S. Pedro Apostolo, da prov. da Beira Alta, conc. de Carregal do Sal, com. de Santa Comba Dão, distr. e bisp. de Vizeu; 1:065 fog. e 3:735 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico, pharmacia, etc. A pov. dista 3 k. da séde do concelho e está situada a 1:500 m. da margem direita do rio Mondego. O conde de V. N. de Portimão apresentava o vigario, que tinha 200$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga; el-rei D. Diniz deu-lhe foral em 1286, e D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de dezembro de 1516. Foi por decreto de 21 de novembro de 1865 agraciado com o titulo de barão de Oliveira do Conde, Miguel Borges de Castro Tavares de Azevedo; sendo depois elevado a visconde, por decreto de 29 de maio de 1878. A villa d'Oliveira do Conde pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

**Oliveira de Cunhedo.** Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Douro, conc. e com. de Penacova, distr. e bisp. de Coimbra; 273 fog. e 1:008 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Mondego. O prior de Penacova apresentava annualmente o cura, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé d'altar. E' terra fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra.

**Oliveira do Douro.** Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com., distr., bisp. e Relação do Porto; 973 fog. e 5:167 hab. Tem caixa post., escolas d'ambos os sexos, medico, pharmacia, Associação de soccorros mutuos, fabricas de alcatrão, de moagens, e destillação de aguardente. O arcediago de Oliveira, da sé do Porto, apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de congrua e o pé d'altar. O nome mais antigo que se conhece a esta freg. é *Ulveira*, e é assim que vem designada no foral que el-rei D. Manuel deu a V. N. de Gaia, em 20 de janeiro de 1518. De *Ulveira* se degenerou em Oliveira A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Douro, em logar muito pittoresco e aprazivel, na vertente septentrional d'uma cordilheira que corre parallela com o rio, desde que elle entra em Portugal, e vae terminar em S. Paio, junto á foz do Douro. E' n'esta freguezia o celebrado *Areinho*, planicie cultivada, junto á margem do rio. Houve aqui um convento de conegos regrantes de Santo Eloy, loios, fundado em 1679, o que deu logar a que á pov. se chamasse tambem *Oliveira dos Conegos*. A egreja era vasta e sumptuosa, e o edificio do mosteiro amplo e muito bem situado. A cêrca, d'uma grande extensão, chegando pelo N ao Douro, pelo NE e E ao Esteiro de Avintes, e pelo SO até junto da egreja matriz da freg., era uma das mais formosas, ricas e pittorescas do paiz. Com a extincção das ordens religiosas em 1834, o convento entrou na lista dos bens nacionaes, e ficou pertencendo ao visconde d'Oliveira, Marcellino Maximo de Azevedo e Mello. A egreja matriz é um templo vasto, de formosa architectura, e luxuosamente decorado no interior. Está

edificada n'um alto, d'onde se desfructam bonitos pontos de vista em todas as direcções, vendo-se tambem a ONO parte da cidade do Porto. Em frente, e ao N da freg., na margem opposta do Douro, fica a importanto quinta do Freixo. N'esta freg. ha tambem as duas quintas da *Pedra Salgada* e da *Lavandaria* fica perto da antiga cêrca do mosteiro; é notavel pela sua belleza e pelas suas plantas exoticas, sobretudo arvores e arbustos, e por um grande lago. Pertenceu a Joaquim da Cunha Lima Oliveira Leal, que n'ella estabeleceu uma granja-modelo, com subsidio do governo, onde se ensaiavam e ensinavam os nossos systemas d'agricultura. Foi depois de Joaquim Correia Moreira, e em 1888 era propriedade do conde da Silva Monteiro. N'esta quinta existe uma estufa, que é um modelo no genero. E' trabalho da fabrica de Fundição do Ouro, na cidade do Porto, a qual foi começada em 1878 e sendo concluida em 1881. A organisação dos moldes em madeira, chumbo e zinco levou 883 dias a um entalhador e a fabricação das suas differentes peças de ferro batido e fundido gastou 2:372 dias a um serralheiro. O peso total do ferro empregado na sua construcção é de 38:285 k. E' construida no estylo gothico-ogival e tem de frente 24 m. por 12 de fundo, e na sua maior altura 12 m. O territorio d'Oliveira do Douro é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e abundante de bom peixe do rio Douro e do mar. Cria muito gado bovino para exportação e sustenta grande commercio com o Porto, por terra e pelo rio. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. Em Oliveira do Douro teem-se publicado os seguintes jornaes: *Athleta (O)*, 21 de agosto de 1897 a 23 de julho de 1899, em continuação da *Voz dos Brancos*, com o n.º 21; *Voz dos Brancos*, 14 de novembro de 1898, sendo continuado pelo *Athleta*, que lhe seguiu a numeração. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Sinfães, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 717 fog. e 2:763 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com Sinfães. A mitra apresentava o abbade, que tinha 50$000 rs. de congrua e o pé d'altar. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada em terreno bastante accidentado, a 1 k da margem esquerda do rio Douro. E' uma das maiores freguezias ruraes do bispado de Lamego. Em Oliveira do Douro está o grande logar de *Boáças*, que foi villa e cabeça de couto, ao qual D. Affonso III deu foral, em Santarem, a 15 de março de 1253. Esta freg. é muito mais antiga que a monarchia, e já existia em 922, no reinado de D. Ordonho II, primeiro rei de Leão, sendo então senhor d'esta freg. o conde Rodrigo Lucidio, que a doou, com outras propriedades e rendas, ao mosteiro de Castromire. Proximo ao logar de Boáças, na estrada que vae para Oliveira, está uma anta celtica, a que chamam *Pedra que bóle* (penedo oscillante). Proximo d'esta anta ha tambem uma gruta ou caverna, chamada *Lapa da Chan*, que póde abrigar duas pessoas. Oliveira do Douro pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

**Oliveira Duarte** *(Duarte Sergio de)*. Vice-governador do Banco de Portugal, proprietario, capitalista, etc. N. em Lisboa a 28 de abril de 1817, onde tambem fal. em maio de 1899, victima d'um desastre que se deu na estação do caminho de ferro, em Algés. Era filho de Antonio Francisco d'Oliveira Duarte, um dos fundadores do Banco de Portugal, e de sua mulher, D. Marianna Izabel Piuto. Oliveira Duarte foi por muitos annos director do Banco de Portugal, onde, em epocas de grandes crises financeiras, prestou valiosos serviços ao Estado. Casou com D. Maria Felicianna Fernandes Duarte, filha de Ignacio José Fernandes, opulento negociante, e de sua mulher, D. Maria Iguacia Fernandes. D'este matrimonio houve um unico filho, Ricardo Fernandes d'Oliveira Duarte, que foi o visconde d'Oliveira Duarte. V. o *artigo seguinte*.

**Oliveira Duarte** *(Ricardo Fernandes de Oliveira Duarte, visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, cavalleiro da de S. Thiago, socio de varias academias de musica estrangeiras; membro das sociedades italianas de Philantropia e de Instrucção Publica de Napoles, abastado proprietario e capitalista, etc. N. em Lisboa a 22 de novembro de 1843, onde tambem fal. em 19 de setembro de 1899. Era filho de Duarte Sergio d'Oliveira Duarte. (V. o *artigo antecedente*). Dedicado por irresistivel vocação para a musica, tornou-se notavel pianista, merecendo, não só entre os cultores da arte musical no paiz, como no estrangeiro, o maiores louvores e applausos. Foi discipulo d'um dos nossos melhores pianistas e compositores, João Guilherme Daddi, e aos 14 annos era applaudido nas frequentes reuniões e concertos de academias que existiam n'aquella epoca. Recebeu tambem lições do afamado pianista e compositor allemão Ernesto Meumann, que se estabeleceu em Lisboa. Uma das suas memoraveis estreias foi no trio em dó menor, de Beethowen, que executou na *Assembléa Portugueza*, aos 16 annos de edado, com Eugenio Sauvinet e Angelo Carrero, na presença d'um auditorio dos mais escolhidos, tendo á frente o conde do Farrobo. Foi uma ovação enthusiastica, que assumiu as proporções d'um triumpho a uma celebridade. Para se instruir viajou pelo estrangeiro, e residiu algum tempo em Paris, onde recebeu lições de Marmontel, apprendendo a dedilhar o orgão e o harmonium com o organista francez Léfebure-Wély, tornando-se tão habil n'estes instrumentos como no piano. N'essa mesma cidade teve occasião de apreciar o já então velho mestre de piano, Ignacio Moschcles e o organista belga Jacques Lemmens, recebendo d'ambos proveitosas lições. Foi o maestro Rossini quem o apresentou a esses professores, e na propria casa do autor do *Barbeiro de Sevilha* se fez applaudir o amador portuguez, comparecendo em algumas d'aquellas celebres *soirées* rossinianas, onde concorriam os maiores astros do mundo musical em transito por Paris, ou ali residentes. Ali tocou em presença dos grandes maestros Rossini, Verdi e Ambroise Thomaz, que por tres vezes lhe fizeram repetir sonatas de Chopin e Beethowen. Tambem no salão Erard foi applaudido, e os teclados do grande orgão da egreja de S. Sulpicio fôram por elle dedilhados. Seu mestre Léfebure-Wély era o organista titular d'aquella egreja, e o mestre não teve duvida em se fazer substituir por tão distincto discipulo. Regressando a Lisboa, Oliveira Duarte teve muitas occasiões de mostrar o seu grande talento, em nume-

rosas festas de beneficencia; foi n'uma d'essas festas, a que assistiam as pessoas reaes, que el-rei D. Luiz enthusiasmado de o ouvir, lhe offereceu espontaneamente a commenda da ordem de S. Thiago, conferida n'um decreto em termos muito elogiosos. Aquelle monarcha e seu pae, el-rei D. Fernando, ambos de elevado merecimento artistico, o convidavam bastantes vezes para as suas sessões intimas de musica. Uma das suas mais notaveis apresentações em publico, e tambem uma das ultimas, foi aquella em que fez ouvir em Lisboa pela primeira vez o concerto em sol menor de Mendelssohn, com orchestra, produzindo effeito extraordinario tanto a novidade da obra, como o primor da execução. O concerto foi no antigo *Casino Lisbonense* em 21 de maio de 1869, dirigindo a orchestra Guilherme Cossoul. Oliveira Duarte realisava todos os annos em sua casa uma serie de sessões de musica de camara, em que tomavam parte alguns dos nossos artistas, e onde se ouviam muitas obras primas, estudadas com o maior cuidado e respeito. Um dos mais assiduos frequentadores d'aquellas sessões era o fallecido estadista Barros Gomes, que, enthusiasta por Oliveira Duarte, lhe preparou, sendo ministro, a surpreza do titulo de visconde, com que Oliveira Duarte foi agraciado por decreto de 19 de abril de 1888, com as honras de fidalgo cavalleiro da Casa Real. Nos ultimos annos da sua vida dedicou-se a escrever alguns pequenos trechos de musica ligeira, que fôram executados pela banda da Guarda Municipal, e alguns pela orchestra da Real Academia de Amadores de Musica. Tambem compoz algumas peças para piano e para harmonium. Desde 1895, que a falta de saude o obrigara a interromper as suas sessões de musica de camara, mas o terrivel golpe que recebeu pela morte de seu pae, em abril de 1899, victima d'um horroroso desastre, lhe abreviou a existencia, e pouco tempo lhe sobreviveu. O visconde d'Oliveira Duarte foi um incansavel propagandista do renascimento da musica classica em Portugal. Tendo nos principaes centros de França, Italia e Allemanha estudado os progressos da arte musical, esforçou-se sempre para que em Portugal fôssem seguidos os bons exemplos e respeitadas as boas tradições. Muitas publicações se fizeram commemorando a sua competencia artistica a *Gazeta Musical de Lisboa*, *O Diccionario bibliographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, vol. I, pag. 585; *Traços bibliographicos de Ricardo Fernandes de Oliveira Duarte, pelo dr. José Ribeiro Guimarães*, publicado em 1883, etc. O illustre titular casara duas vezes: a primeira com D. Sophia Palmira da Silva, que falleceu em 30 de novembro de 1873, e a segunda, em 24 de abril de 1875, com sua prima D. Maria Augusta da Silveira, filha de Antonio Joaquim da Silveira, e de sua mulher D. Anna Thereza Fernandes da Silveira.

**Oliveira de Fazemão.** Pov. e freg. de S. João da Boa Vista, da prov. do Douro, concelho e com. de Táboa, distr. e bisp. de Coimbra; 225 fog. e 834 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. E' do arcyprestado de Mouronho. A terra é fertil e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

**Oliveira de Frades.** Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc. e de com., distr. e bispado de Vizeu, Relação do Porto. Tem uma só freg., cujo orago é S. Pelagio, vigararia que d'antes era da apresentação da Universidade, tendo réis 100$000 de congrua e o pé d'altar, sendo por sua vez o vigario de Oliveira de Frades quem apresentava os curas de S. João da Serra e de Sejães (este tinha então só 8$500 réis de congrua e o pé d'altar). Comprehende a freg., além da villa, os logares de Travanca, Travassós e Videira, a quinta de Torneiros, hoje do dr. José Bento da Rocha e Mello, conservador em Lisboa, e habitações isoladas nos sitios da Feira, Rumêlha ou Remôlha, Boa Vista e Lagos de Travanca. Está situada a pouco mais de 1 k. do rio Vouga, ao sul da margem esquerda, na estrada real de Vizeu a Aveiro, a 36 k. de Vizeu. E' saudavel e de largo horisonte; a paizagem assimilha-se ás do Minho, com os seus relvedos e as suas videiras enforcadas em arvores. Segundo Cardoso, a noticia mais antiga d'esta villa data do tempo de D. Affonso III, não obstante accusar maior antiguidade. Ha quem derive o seu nome de *Ulveira* (de *ulva*, morraçal), presumindo-se que fez parte das terras doadas ao antigo convento de S. Christovão, que lhe fica fronteiro na outra margem do Vouga, e que foi fundado em 1123 pelo abbade João Cirita, com o auxilio da rainha D. Therez e de seu filho D. Affonso Henriques. No seculo XVIII, segundo affirma Oliveira Mascarenhas (*Portug. e Posses.*) appareceram, em escavações feitas n'umas terras de lavoura d'ali, algumas moedas procedentes dos romanos, bem como alguns eippos, que destruiram. Pertenceu ao antigo concelho de Lafões e á comarca de Vizeu, depois á de Vouzella. Em 1855, por decreto de 24 d'outubro, passou a ser séde de concelho com as freguezias que hoje tem (Arca, Arcozello das Maias, Destriz, Oliveira de Frades, Pinheiro, Reigoso, Ribeiradio, S. João da Serra, S. Vicente de Lafões, Sejães, Souto de Lafões e Varziellas) e mais as de Alcofra, Cambra, Campia e Carvalhal de Vermilhas, tendo estas quatro sido desannexadas e passado ao concelho de Vouzella por decreto de 2 de novembro de 1871, assignado por Fontes Pereira de Mello. A população da freg. era em 1706 (*Corographia* do P. Carvallo da Costa) de 150 fog., e em 1865 (*Diccionario corographico* d'Almeida) de 177 fogos; a estatistica parochial de 1862 attribue-lhe 179 fog. e 825 hab.; a estatistica civil ou censo de 1864 dá lhe 813 hab.; o censo de 1 de janeiro de 1878, 221 fog. e 908 hab.; e o de 1890, 229 fogos e 849 hab. e o de 1900, de 905 hab. O concelho teve já superficie de 21:590 hectares, 14:016 habitantes e 17:967 predios inscriptos na matriz; hoje tem menos a quarta parte. Foi ali creado um julgado municipal por decreto de 10 de março de 1857 sendo ministro o sr. conselheiro Veiga Beirão, e extincto por decreto de 7 de setembro de 1895 (pelos ministros os srs. conselheiros João Franco e Antonio de Azevedo). Por decreto de 31 de maio de 1900 foi creada a comarca de Oliveira de Frades, e, sendo extincta por decreto de 19 de julho do mesmo anno, assignado pelo ministro da justiça o sr. conselheiro Campos Henriques, foi restaurada por decreto de 9 de novembro de 1904, pelo sr. conselheiro Alpoim, sendo tambem por decreto de 17 do referido mez creada uma conservatoria privativa

na mesma comarca. Ha em Oliveira de Frades um mercado ou feira mensal importante em todas as especies de transacções e principalmente

Oliveira de Fradec—Vista geral

em gados, na segunda feira immediata ao 4.º domingo de cada mez, e annual, denominada *feira franca de maio* no 4.º domingo de maio e dia immediato. Ha no conc. mais duas feiras mensaes

Oliveira de Frades—Capella de S. Sebastião

uma em Ribeiradio a 8 de cada mez, e a outra a 12 em Arcozello das Maias. Fica muito proximo da villa uma das estações do caminho de ferro do Valle do Vouga, em construcção. O territorio do conc. é fertil em todos os generos agricolas do paiz. Oliveira de Frades pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil., C., e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a K. A. B. A.-Vizeu, e

R. A. N; advogados, agencias bancarias, de publicações e de seguros; hospedarias, medicos, pharmacias, notario, sociedades de recreio: *Club Lafanense*, *Philarmonica Oliveirense*, etc. Ha minas descobertas e não exploradas, de prata, chumbo e de outros metaes. Publica-se o jornal *O Lafões*, começado em 5 de maio de 1892, sendo o numero programma datado de 28 de abril do mesmo anno. O conc. comprehende actualmente, conforme se disse, 12 freguezias, com 1:953 fog e, pelo censo de 1900, de 8:921 hab, sendo 3:908 do sexo masc. e 5:013 do fem. As freguezias são: Espirito Santo, de Arca, 524 hab: 221 do sexo masc. e 303 do fem.; S. Pedro, de Arcozello das Maias, 1:357 hab: 616 do sexo masc. e 741 do feminino; Santa Maria, de Destriz, 458 hab.: 200 do sexo masc. e 258 do fem.: S Pelagio, de Oliveira de Frades, 908 hab.: 411 do sexo masc. e 497 do fem; Santa Maria, de Pinheiro, 1:291 hab.: 570 do sexo masc. e 721 do fem.; S. Lourenço, de Reigoso, 372 hab.: 164 do sexo masc. e 208 do fem.; S. Miguel, de Ribeiradio, 1:372 hab.: 601 do sexo masc. e 771 do fem.; S. João Baptista, de S. João da Serra, 649 hab.: 267 do fexo masc. e 382 do fem.; S. Vicente, de S. Vicente de Lafões, 738 hab.: 318 do sexo masculino e 420 do fem.; S. Martinho, de Sergães, 351 hab.: 136 do sexo masc. e 215 do fem.; S. João Baptista, de Souto de Lafões, 507 hab.: 227 do sexo masc. e 280 do fem.; S. Pedro, de Varziellas, 394 hab.: 177 do sexo masc. e 217 de fem. O principal commercio do conc. é vinho e gado.

Oliveira de Frades—Ponte Luiz Bandeira

**Oliveira Frazão Castello Branco** *(João de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado, etc. N. em Salgueiro, do districto de Castello Branco, a 18 de maio de 1834, sendo filho de João de Oliveira Frazão. Recebeu o grau de bacharel em 1857, e exerceu a advocacia na sua terra natal. Escreveu: *Libello na causa movida por João de Oliveira Frazão Castello Branco e sua mulher D. Maria Delfina Saraiva Leitão Ferreira e Castro, contra os ex.mos duques de Palmella, conselheiro José Dias Ferreira, e outros*, Coimbra, 1875; *Allegação juridica na causa de João de Oliveira Frazão Castello Branco e sua mulher D. Maria Delfina Saraiva Leitão Ferreira e Castro, contra os ex.mos duque de Palmella*, etc., Coimbra, 1875.

**Oliveira Guimarães** *(Adolpho Alves de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado, conselheiro, deputado, administrador geral da Caixa Geral dos Depositos, etc. Fazendo a sua formatura em 1882, abriu banca de advogado em Coimbra. Em 1884 foi nomeado vogal do conselho de districto, exercendo algumas vezes, por esse facto, o cargo de governador civil. Foi delegado do procurador régio de Penella, em 1866, depois na Covilhã, e desde 1869 em Leiria. Entrando na politica, filiou-se no partido regenerador, sendo pela primeira vez deputado em 1895, eleito por Coimbra. Em 1897 foi novamente eleito, pela opposição regeneradora, pelo circulo uninominal da Louzã. O circulo de Penella tambem o elegeu nas duas eleições de 1899 e 1900. Quando se deu a scisão no partido regenerador, em 1901, e se formou o partido regenerador-liberal, acompanhou o sr. conselheiro João Franco, a quem tem sido sempre muito dedicado. Hoje exerce o cargo de administrador geral da Caixa Geral dos Depositos.

**Oliveira Guimarães** *(João Francisco de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Escreveu: *Collecção de poesias lyricas e heroicas*, Lisboa, 1851.

**Oliveira Guimarães** *(Manuel José de)*. Bacharel formado em Theologia e em Direito pe-

la Universidade de Coimbra N. na freguezia de S. Miguel da Carreira, no concelho de Barcellos, em 1838, fal. em Braga a 31 de dezembro de 1896. Era filho d'uns lavradores abastados da referida freguezia da Carreira. Sendo destiuado á carreira das letras, escolheu a vida sacerdotal, para que sentia vocação, mostrando logo desde os primeiros anuos iutelligencia clara e amor ao estudo. Pouco tempo depois de receber na diocese do Porto a ordem de presbytero, foi provido na abbadia da Pouza, do concelho de Barcellos, por decreto de 18 de setembro de 1861, collando-se ali em 5 de novembro do mesmo anno. Oliveira Guimarães desejou sempre ser deputado, e tres annos depois de ser abbade da Pouza, em 1864, apresentou a sua candidatura pelo circulo de Barcellos, mas não conseguiu ser eleito. Algum tempo depois decidiu ir cursar em Coimbra as faculdades de Direito e de Theologia. Matriculou-se na Universidade, fez um curso distincto, e tendo concluido a sua formatura nas referidas faculdades, foi nomeado desembargador da Relação Metropolitana de Braga. Por decreto de 5 de janeiro de 1871 foi apresentado na egreja de Varziella, despacho que, a seu pedido, foi declarado sem effeito, por decreto de 20 de abril do mesmo anno. Existia ainda o bispado do Pinhel; por provisão do metropolita, o arcebispo de Braga D. José Joaquim de Azevedo Moura, de 30 de junho de 1871, approvada por portaria do ministerio da justiça de 2 de julho seguinte, foi eleito vigario geral e governador d'aquelle bispado. Em 18 de julho dirigiu uma pastoral ao clero e aos seus diocesanos annunciando-lhes a sua investidura n'aquelle honroso cargo, pedindo ao mesmo tempo *a coadjuvação franca, leal e conscienciosa de todos os diocesanos para realisar a boa vontade que Deus lhe deu de servir a causa da Santa Egreja e do Estado.* Depois d'aquella nomeação foi apresentado na egreja de S. Pedro de Maximinos, uma das freguezias mais importantes de Braga, tendo o despacho a data de 14 de julho de 1871, e tomando posse a 6 de novembro do mesmo anno. O seu governo no bispado de Pinhel durou até 22 de setembro de 1874. Filiou se no partido constituinte por ser amigo do dr. José Dias Ferreira, e quando se deu a scisão n'este partido, formando-se o grupo politico de Vaz Preto, seguiu este estadista. Oliveira Guimarães foi um dos fundadores do jornal *O Constituinte*, que se publicou em Braga, e que em 1890 tomou o titulo de *Nacional*, sendo elle um dos seus mais assiduos redactores. Em 1884 apresentou-se candidato ás côrtes pela minoria do circulo plurinominal de Braga, mas não conseguiu ainda d'esta vez ser eleito. Em 1889 tentou novamente a candidatura pela minoria d'aquelle circulo, e mais uma vez a sorte politica o não favoreceu. O abbade de Maximinos tomou parte por vezes nas assembléas politicas, desempenhando sempre com a maior competencia diversos cargos em corporações piedosas e de beneficencia. No congresso catholico de Braga, de 1891, apresentou uma interessante memoria sobre o *Interesse reciproco da Egreja e do Estado em conservar perfeita harmonia entre si coadjuvando-se mutuamente.* Em 1892, sendo o dr. Dias Ferreira presidente do conselho de ministros, é que Oliveira Guimarães pôde alcançar ser eleito deputado pelo circulo de Braga. Em 189- filiou-se no partido regenerador, que o reelegeu pelo mesmo circulo na legislatura de 1894 e 1895 Tornou-se muito notavel o discurso que pronunciou na sessão da camara electiva de 20 de junho de 1893 a favor do restabelecimento das ordens religiosas. N'aquelle sentido havia apresentado uma representação firmada por 37:000 peticionarios. Oliveira Guimarães não era um orador parlamentar; a sua voz e o seu modo de falar resentiam-se um pouco do habito do pulpito, comtudo era um orador fluente e consciencioso.

**Oliveira do Hospital.** E' appellido nobre em Portugal. Procede de Domingos Soares de Oliveira do Hospital, pae de Martim Rodrigues do Amaral, e avô de Fr. André do Amaral, que foi do conselho d'el-rei D. Manuel e seu chancellermór, ao qual se passou carta de brazão d'armas, em 25 de abril de 1515, e são: Em campo azul, aspa de prata, firmada entre quatro flôres de liz, de ouro; elmo d'aço, aberto; timbre, a aspa das armas, com uma das flôres de liz no centro.

**Oliveira do Hospital.** Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. e bispado de Coimbra, Relação do Porto Tem uma só freg., A Exaltação da Santa Cruz. Está situada perto de 700 m. acima do nivel do mar, entre os rios Alva e Mondego, a 10 k. de margem esquerda do primeiro, e a 5 da margem direita do segundo, no cume d'um pequeno monte, dominando toda a ampla bacia que á sua roda se estende, e cujos bordos giganteseos são formados pelas serras do Bussaco, Caramulo, Moutemuro e Estrella. A villa, segundo a ultima divisão politica e administrativa, fica no extremo nascente do distr. de Coimbra e prov. do Douro, confinando pelo norte com a prov. da Beira Alta, formada pelo districto de Vizeu, pelo nascente com o districto da Guarda na prov. da Beira Baixa; pelo sul com o conc. de Arganil, e pelo poento com o de Taboa, ambos no distr. de Coimbra. Apezar de que a divisão geographica do continente menciona esta villa na prov. do Douro, nunca os habitantes se habituaram a reconhecer os seus sitios como pertencentes ao Douro. Pelo contrario, uma tal divisão lhes causa repugnancia, porque lhes rouba a honrosa denominação de beirões, de que sempre se ufanaram, e que se dava a todas as povoações situadas dentro da grande bacia circumscripta pelas serras da Estrella, Caramulo, Calcorinho e Bussaco, como fazendo parte do coração do principado da Beira, segundo os antigos lhe chamavam. A pov. é muito antiga, podendo affirmar-se que foi fundada antes de 1122, pois d'esta data existem documentos em que se faz menção do seu nome, entre elles a doação feita por D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, á ordem do Hospital. A villa foi uma das mais rendosas commendas da ordem de Malta, tendo por isso grandes privilegios, e segundo o notavel antiquario Fr. Anastacio de Figueiredo, a origem do seu nome está em que primeiro essa ordem se chamou dos *Hospitalarios de S. João de Jerusalem*, e como havia mais terras com o nome de *Oliveira*, se chamou a esta, para se differençar das outras, *Oliveira do Hospital.* O commendador da ordem de Malta apresentava o vigario, que tinha 70$000 de congrua e o pé d'altar. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 27 de fevereiro de 1514, e consta que el-rei D. Diniz já havia dado foral a Bobadella, que foi

cidade romana, e D. Pedro I a Lagos da Beira, tendo D. Manuel dado foraes novos, não só ás duas freguezias citadas, como tambem ás de Lagares e Nogueira do Cravo. As quatro povoações, a que nos referimos, fôram cabeças de concelho. Oliveira do Hospital, Bobadella e Lagares eram no meado do seculo XVIII da provedoria da Guarda e da comarca de Vizeu; depois passaram para a correição de Arganil, e por fim para a comarca de Midões. Sendo esta comarca supprimida, ficaram na com. de Taboa, para onde fôra transferida a séde da comarca de Midões, até ser formada a comarca de Oliveira do Hospital. O monumento mais antigo, que existe n'esta villa, é uma capella conhecida pelo nome de *Capella dos Ferreiros*, cuja fundação data do anno de 1279 Foi mandada edificar pelo valente guerreiro Domingos Joannes para n'ella ser enterrado com sua mulher Domingas Sabachaes, em dois tumulos de granito e com figuras de alto relevo, que o mesmo guerreiro mandou construir. O retabulo da capella e os dois tumulos pódem considerar-se como notaveis monumentos da esculptura do seculo XIII ao seculo XIV, primicias do estylo gothico em Portugal. O cavalleiro Domingos Joannes era filho de Oliveira do Hospital, e póde resumir-se a sua vida nos feitos que da sua pessoa nos conta Coelho Gasco, feitos que, na maior parte, teem um extranho sabor a lenda, porém uma lenda de que muitos escriptores nos dão como verdadeiras certas coincidencias historicas e pela averiguação indiscutivel de certos factos n'ella referidos. Na *Conquista e antiguidade da cidade de Coimbra*, diz Coelho Gasco: «Bom será que contemos aqui brevemente a vida do mui esforçado portuguez Domingos Johannes, varão esclarecido nas armas, natural da comarca de Coimbra, nascido em Oliveira do Hospital de S. João (Malta), o qual, sendo um pobre ferreiro, veiu ter com elle de Sampaio um lavrador a concertar o ferro do seu arado, e cuidando que lhe trazia ferro para o calçar lhe deu uns pedaços de finissimo ouro. Então lhe perguntou o nosso ferreiro se tinha mais d'aquelle ferro, que compraria, ao que disse o ignorante lavrador que inda tinha boa quantidade d'elle escondido em uma deveza: entre mattos onde andava lavrando achara muito; mas sendo sabido da justiça de como achara um thesouro Domingos Johannes, querendo lançar mão d'elle, fugiu para o Reino de França, onde se mostrou tão claro nas armas, e tão famoso soldado, que, por suas grandes cavallarias e proezas, foi grande Condestavel n'aquelle Reino, em cujo Real officio venceu muitas batalhas campaes, alcançando insignes victorias; comtudo, vindo á sua patria, acabou n'ella cavalleiro de uma lança fazendo n'ella uma capella que ainda hoje se chama dos Ferreiros» etc. Está n'esta noticia explicada tambem a origem do nome por que é conhecida a capella mencionada, na qual existe um interessante exemplar de cavalleiro medieval em pedra, unico talvez perfeito no paiz, pois nada lhe falta da typica armadura, incluindo, o que é raro, a viseira e a lança. Este curioso exemplar já esteve em deposito no Museu do Instituto de Coimbra, onde foi muito admirado, tirando se d'elle um molde em gesso. A egreja matriz de Santa Cruz é elegante e bem situada; tem um espaçoso adro gradeado, onde se vêem algumas bellas arvores, ali existem algumas capellas, que lhe fôram incorporadas. Entre outras se conta a dos *Ferreiros*, de que vimos de falar. Ha em Oliveira do Hospital algumas capellas particulares; a de *Sant'Anna*, que é o maior templo depois da egreja matriz, e que possue imagens de merecimento, sendo a sua festa annual das mais pomposas; a capella da Casa de Cima, cuja invocação é *S. José*, e a capella de *S. Lourenço Justiniano*, que se concluiu em 1880, e onde o sr. dr. Antonio de Vasconcellos, lente de Theologia na Universidade, celebrou a sua primeira missa depois de a benzer solemnemente, em 1885. Oliveira do Hospital é uma terra que, pela sua situação e posição, offerece ma-

Oliveira do Hospital—Santuario da Senhora das Preces

guificas condições de progresso. Entre os melhoramentos que possue, podemos especificar um bello e vastissimo terreiro, denominado *Terreiro da feira*, onde costuma fazer-se um concorrido mercado mensal; o edificio dos paços do concelho, construido nas ruinas da antiga casa da ordem de Malta, onde estão todas as repartições publicas; um novo matadouro e um viveiro de videiras americanas, por conta do governo, com deposito de sulphureto de carbone, e viveiro annexo de enxertia, etc. O Terreiro da feira deve-se aos esforços de Joaquim do Amaral, de Lagos; os paços do concelho á iniciativa do presidente da camara em 1880, o dr. Francisco Cruz, de Lagares, e o matadouro ao dr. Manuel Freire Lobo, que presidia á camara em 1892. N'esta villa existem duas associações de largo interesse local, um gremio de recreio, montado á altura de fornecer aos seus socios todas as distracções, e uma instituição de soccorros mutuos, com o nome de *Montepio Alliança*. Este montepio, cuja fundação se deve aos esforços d'um grupo de intelligentes artistas d'esta terra, tem a sua séde n'uma casa, que por 20 annos lhe foi cedida gratuitamente pela camara municipal. A esta instituição foi offerecida pelo sr. conselheiro José Lobo uma valiosa bibliotheca, sendo conferidas ao offerente, por gratidão, em sessão de assembléa geral, as honras de socio honorario. O terreno d'este concelho é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, que exporta em grande quantidade. O concelho é atravessado por differentes ribeiros e regatos, que regam, fazem mover varios moinhos de pão, e trazem peixe miudo. O rio Alva, que tambem atravessa o concelho, tem as margens muito pittorescas. Junto d'este rio, na freg. de Penalva, existem as Caldas de S. Paulo e Pontão da Rapada, muito recommendadas pela qualidade das suas aguas para o tratamento de molestias arthriticas e de pelle. Na conjuncção do rio Alva com a ribeira d'Alvões, proximo de Avô, está construida uma ponte, que é a unica no genero, chamada *Ponte das tres entradas*, nome que lhe vem de tres entradas que de pontos differentes se cruzam no meio d'ella, abrindo-a em tres braços. V. *Avô*. Oliveira do Hospital pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. B. A. Na camara municipal está estabelecida a estação telegraphica, que principiou a funccionar a 2 de agosto de 1875. Na villa ha advogados, agentes dos bancos *Alliança*, *Crédit Franco-Portugais*; *Commercial do Porto*, e *do Minho*; e das companhias de seguros *Internacional e Popular*, *Previdencia*; hospedarias, medicos, pharmacias, notarios, fabrica de polvora, fabricantes de queijos, Misericordia, bons edificios de construcção moderna, feira na segunda feira immediata á do Ervedal; de S. Braz, a 3 de fevereiro; tem diligencias para Carregal do Sal, Coimbra, Lagos da Beira, Santa Comba Dão e Vendas de Gallizes. O concelho comprehende 20 freguezias com 5:516 fogos e 26:699 hab., sendo 12:262 do sexo masc. e 14:437 do fem., n'uma superficie de 20:696 hect. As freguezias são: S. Bartholomeu, de Aldeia das Dez, 1:627 hab.: 772 do sexo masc. e 855 do feminino; Santo André, de Alvôco das Varzeas, 813 hab.: 394 do sexo masc. e 419 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Avô, 1:202 hab.: 551 do sexo masc. e 651 do fem.; N. S.ª da Graça, de Bobadella, 750 hab.: 335 do sexo masc. e 415 do fem.; Santo André, de Ervedal, 3:514 hab.: 1:570 do sexo masc. e 1:944 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Lagares, 1:468 hab.: 668 do sexo masc. e 800 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Lagiosa, 651 habitantes: 268 do sexo masc. e 383 do fem.; S. João Baptista, de Lagos da Beira, 812 hab.: 327 do sexo masc. e 515 do fem.; S. Pedro, de Lourosa, 1:137 hab.: 479 do sexo masc. e 658 do fem.; S. Miguel, de Meruge, 912 hab.: 408 do sexo masc. e

Oliveira do Hospital—Egreja matriz e Camara Municipal

501 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Nogueira do Cravo, 1:997 hab.: 914 do sexo masc. e 1:083 do fem.; Exaltação da Santa Cruz, de Oliveira do Hospital, 1:607 hab.: 730 do sexo masc. e 877 do fem.; S. Thomé, de Penalva d'Alva, 1:558 hab.: 755 do sexo masc. e 803 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Santa Ovaia, 497 hab.: 224 do sexo masc. e 273 do fem.; S. Julião, de S. Gião, 1:571 hab.: 780 do sexo masc. e 791 do fem.; esta freg. pertencia ao conc. de Ceia, dist. da Guarda, mas foi transferida para o de Oliveira do Hospital por decreto de 13 de janeiro de 1888; S. Pelagio, de S. Paio de Gramaços, 656 hab.: 330 do sexo masc. e 326 do fem.; S. Sebastião, de S. Sebastião da Feira, 286 hab.: 138 do sexo masc. e 148 do fem.; S. Pedro *ad vincula*, de Seixo do Ervedal, 2:883 hab.: 1:358 do sexo masc. e 1:525 do fem.; S. Pedro, de Travanca de Lagos, 2:072 hab.: 945 do sexo masc. e 1:127 do fem.; S. Miguel, de Villa Pouca da Beira, 656 hab.: 316 do sexo masc. e 340 do fem. O principal commercio de todo o conc. é vinhos, gados, azeite, milho e queijos. Os vinhos, azeites e cereaes, principaes productos d'este concelho, são muito procurados e vantajosamente qualificados, tanto nas praças do paiz como nas do estrangeiro. E para attestar a excellencia d'estes productos lá estão as exposições a que concorreram: de Londres em 1862, de Paris em 1867 e 1889, de Coimbra em 1869 e 1884, de Philadelphia em 1878, e de Lisboa em 1888, onde fôram classificados de primeira qualidade, obtendo medalhas de ouro, prata e cobre, e muitas menções honrosas, com que fôram premiados os seus expositores, tornando-se principalmente notaveis os finos azeites d'esta região, o que tudo consta das actas e catalogos d'essas exposições.

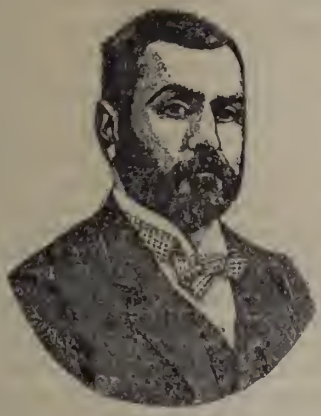
**Oliveira Leitão Gouveia** *(P. José Fernandes de)*. Presbytero secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra e professor no Collegio das Artes da mesma Universidade. N. em Mortagoa na segunda metade do seculo XVIII, fal. na quinta do Couço, proximo de Mortagoa, a 18 de março de 1841. O P. José Fernandes era muito erudito e muito enthusiasta pelo latim, especialmente pelas obras de Horacio; tinha, porém, um caracter exclusivamente excentrico. Latino Coelho, na *Biographia de Castilho*, de quem o P. José Fernandes era muito amigo, conta muitas das suas excentricidades no seu tempo de estudante em Coimbra, e o seu viver deveras muito original e curioso. O sr. visconde Julio de Castilho, nas *Memorias de Castilho*, publicadas em 1881, conta a seguinte anecdota: «ardeu-lhe o ultimo olival que possuia, e não alterou com isso a sua tranquillidade; nem em similhante cousa falou. D'ahi a tempos desata uma bella noite a chorar em casa dos Castilhos, que frequentava muito, e perguntando-se-lhe o que motivava aquelle afflictivo pranto, declarou que era a perda do olival, unico que possuia. Observaram-lhe, que tinha passado já bastante tempo depois d'aquella desgraça, e o padre respondeu, que não tivera tempo então de se affligir por andar a fazer uns sonetos, e agora é que sentira o que perdera.» Tambem se conta outra excentricidade a seu respeito. Formou-se em Canones, e quiz doutorar-se. Foi á terra vender umas herdades, e voltou com o dinheiro necessario para tomar capello, mas roubaram-lh'o, e ficou assim impossibilitado de satisfazer o seu desejo. Resignou-se facilmente. Annos depois o homem que o roubara, veiu por ordem do confessor, a quem narrara o caso, pedir lhe perdão. O P. José Fernandes perdoou-lhe com a mais risonha serenidade, como não tivera na sua presença a pessoa que lhe tolhera a sua auspiciosa carreira. No entretanto era muito respeitado e considerado. Quando falleceu, José Freire de Serpa Pimentel, depois visconde de Gouveia, que fôra seu discipulo, publicou um artigo consagrado á sua memoria, na *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica*, de Coimbra, 1841, a pag. 326, em que se lêem estas elogiosas palavras: «Bom amigo, cidadão benemerito, homem de honra e de paz, coração sem refolhos, alma lisa e generosa, poeta extremado, litterato eximio, condigno mestre, não deixou sobre a terra um invejoso, ou um inimigo, que lhe fôsse rir na sepultura; muitos sim, que voassem a derramar-lhe na urna cineraria o holocausto de uma lagrima.» No tomo VIII do *Instituto*, de 15 de abril de 1859, vem um artigo, com o titulo de *Gratidão e Saudade*, escripto pelo dr. Adrião Pereira Forjaz. Bibliographia: *Rimas offerecidas aos seus amigos*, Lisboa, 1805; *Rimas que ao sr. José Maria Wandenkolk offerece, etc., segunda parte*, Lisboa, 1807; *Ode ao sr. doutor José Maria Osorio Cabral, partindo para a ilha do Fayal*, Coimbra, 1819; *Ode ao anniversario do dia 15 de setembro de 1820*, Lisboa, 1821; *Ode a el rei constitucional o senhor D. João VI*, Coimbra, 1822; *Epicedio na infausta morte do sr. D. João VI*, Coimbra, 1826; *Ode á saudosa memoria do ex.mo sr. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, bispo de Coimbra*, etc., Coimbra, 1822; *Poesias, que em beneficio dos pobres da sua aldeia offerece aos seus amigos*, etc., Coimbra, 1836 e 1838. De todos estes trabalhos poeticos citados, e mais algumas poesias já impressas ou ineditas, fez-se uma collecção com o titulo de *Poesias do Padre José Fernandes*, etc., Coimbra, 1838, sendo editor Adrião Forjaz; *Segunda edição*, Coimbra, 1863. Escreveu mais: *Ode ao soberano congresso nacional*, Coimbra, 1822; *Ode que ao brio do exercito portuguez, para se recitar no memoravel dia 15 de setembro de 1821, na reunião da Sociedade Constitucional na casa do Risco do Arsenal de Marinha, dedica*, etc., Lisboa, 1821; *Odes que ao prazer publico dos generosos estudantes da universidade de Coimbra na faustosa noite de 26 de fevereiro de 1822, Dedica José Fernandes de Oliveira Leitão de Gouveia*, Coimbra, 1822; *Monumento ao duque de Bragança, offerecido a sua magestade fidelissima a senhora D. Maria II*, Lisboa, 1835; *Metamorphose, que em beneficio dos pobres da sua aldeia, offerece a seus amigos*, etc., Coimbra, 1836.

**Oliveira Machado** *(José Antonio de)*. Magistrado que se tornou celebre no tempo do marquez de Pombal pela sua crueldade. N. em Evora sendo, baptisado em 7 de abril de 1696; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Diogo Machado e de Marianna da Silveira. Cursou a faculdade de Leis na Universidade de Coimbra, e teve sentença de habilitação para os logares de letras em 20 de setembro de 1730. Seguindo a carreira judicial, veiu a ser uma das creaturas do marquez de Pombal. Nomeado corregedor do crime de Belem foi em 1756 escolhido para escrivão do juiz da Inconfidencia, e logo em se-

guida elevado a desembargador da Casa da Supplicação. Oliveira Machado foi um dos encarregados da prisão do duque de Aveiro na quinta de Azeitão, e um dos juizes que lavraram a sentença contra os Tavoras, sendo ainda elle o escolhido pelo marquez de Pombal para director das prisões do forte da Junqueira, que fôram cheias das personagens mais importantes de quantos haviam excitado a colera do ministro d'el rei D. José. O livro *As prisões da Junqueira*, do marquez d'Alorna, dá largas noticias da fórma cruel como Oliveira Machado tratava os encarcerados. Da *Historia politica e militar de Portugal*, de Latino Coelho, transcrevemos a seguinte pagina: «Fazia o officio de carcereiro o desembargador José Joaquim de Oliveira Machado, um dos juizes implacaveis, que subservientes ao poder haviam sentenciado a penas atrocissimas os desventurados regicidas. Todos os factos, todas as memorias, todos os testemunhos d'aquella edade o descrevem como um d'estes caracteres repugnantes, que parece comprazerem-se no assassinio judicial ou no dilatado supplicio dos seus concidadãos. A indole ingenitamente má e refalsada; o gesto affectado; hypocrita a compostura; as letras escassas e ruins; a ambição illimitada; cega a obediencia aos que imperam e premeiam; ao mesmo tempo a deshonra da toga e a affronta da humanidade; um d'estes homens que ao revez do apophtegma juridico, estão sempre dispostos a interpretar extensivamente o que é odioso e oppressivo e a taxar o bem com avareza immoderada. O marquez ordenava a estreiteza da prisão; o togado carcereiro a seu talante a apertava ou remettia conforme as variações do seu capricho. Arbitrava o ministro uma congrua, ainda que modesta sustentação aos encarcerados. O malévolo desembargador, que no forte da Junqueira dominava como senhor absoluto, repartia o pão e os soccorros segundo ia quadrando ao seu humôr e á sua vontade. A historia impareial, em presença de documentos, não póde forrar-se a inferir que, se os reclusos padeceram as privações e as amarguras inseparaveis do captiveiro, a fereza do poder não provou a paciencia das victimas com as ultimas affrontas e sevicias como vimos succeder em tempos mais recentes e de mais caliginosa tyrannia. No forte da Junqueira (acostando-se ás palavras do marquez de Alorna, insuspeito narrador dos proprios e alheios infortunios) nunca os presos carecêram do que era necessario á nutrição. Os fidalgos, descidos havia pouco da grandeza e opulencia á humildade e penuria, desdenhavam as iguarias por grosseiras e extranhavam o novo theor de vida tão outro do que fôra em seus palacios, no meio de suas magnificencias e de tantos famulos agaloados e reverentes ao gesto do senhor; nenhum d'elles se lastimava de que os deixassem perecer á mingua e desamparo. A dura immunidade e intolerancia do magistrado carcereiro tinha eclipses frequentes e largas intermissões. Os presos não viviam incommunicaveis no segredo. Durante largos annos puderam visitar se mutuamente nos seus quartos e passear no corredor.» Desenvolvendo estes pensamentos, accrescenta Latino Coelho em nota ao trecho que se acaba de lêr: «No que pertence a sustento, dizem que el-rei manda dar quatro tostões por dia a cada fidalgo e tres aos que não teem esta graduação. Assim o persuade o uso das torres onde isso é publico. Assim o prova um rol da mão do desembargador (Oliveira Machado) que por inadvertencia veiu dentro em um livro que este ministro emprestou a um dos presos. Todas as vezes que lhe é necessario algum dinheiro (para o sustento dos presos) não tem mais do que escrever a certo thesoureiro, e para logo lhe vem sem a minima dilação.» Oliveira Machado foi agraciado, pelos seus serviços, com o habito da ordem de Christo, e em 1763 teve a nomeação de conselheiro da Fazenda, mas apenas falleceu el-rei D. José e caiu o omnipotente ministro, retirou-se ao convento dos Remedios, em Lisboa, e ali morreu obscuramente. Na Bibliotheca Nacional ha um retrato em meio corpo d'este magistrado.

**Oliveira Martins** *(Joaquim Pedro de)*. Escriptor, jornalista, deputado, ministro de Estado, socio da Academia Real das Sciencias, vice-presidente da Junta do Credito Publico, etc. N. em Lisboa a 30 de abril de 1845, onde tambem fal. a 24 de agosto de 1894. Era filho de Francisco Candido Gonçalves Martins, official da Junta do Credito Publico, e de sua mulher, D. Maria Henriqueta Moraes de Oliveira; neto paterno do desembargador Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, que foi por duas vezes ministro d'el-rei D. João VI, e membro do governo supremo do reino em 1820 até á constituição das côrtes, em 26 de janeiro de 1821. Cursou as aulas do Lyceu Nacional de Lisboa, chegando a fazer alguns exames. Seus paes desejavam que seguisse a carreira militar estudando engenharia, mas por infelicidade ficou orphão aos 12 annos de edade, porque seu pae falleceu em 1857, victima da febre amarella, que n'esse anno assaltou a capital, deixando viuva e seis filhos em más circumstancias. Faltando-lhe recursos, teve de interromper os estudos, dedicando se á vida commercial para angariar meios de subsistencia, exercendo desde então no commercio ou na industria diversos empregos. Atravez d'uma vida difficil, mas guiado pelo amor de sua mãe, foi completando a sua educação litteraria, até que em 1870 se empregou nas minas de Santa Eufemia, de Cordova, e partindo n'esse anno para Hespanha, ali se conservou até 1874, anno em que veiu para o Porto, onde fixou residencia, conseguindo o logar de director da exploração do caminho de ferro do Porto á Povoa de Varzim e Villa Nova de Famalicão. Em 1878 apresentou-se no concurso aberto pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, com a memoria relativa á *Circulação fiduciaria*, que lhe valeu o premio da medalha de ouro da mesma academia, e o titulo de socio correspondente. Em 1880 foi eleito presidente da Sociedade de Geographia Commercial do Porto, de que se demittiu dois annos depois, em 1882, sendo-lhe então conferido o titulo de presidente honorario. N'esse mesmo anno a Real Academia de Hespanha lhe conferiu o diploma de socio correspondente. Oliveira Martins tambem era socio do Instituto de Coimbra, e de diversas sociedades scientificas nacionaes e estrangeiras. Em 1881 fez parte da commissão districtal do Porto, no inquerito industrial, e redigiu o relatorio da mesma commissão. Este relatorio foi impresso em separado no Porto, e depois incorporado na edição official de Lisboa. Em 1881 foi

nomeado membro da direcção do Museu Industrial e Commercial do Porto, e vogal da commissão encarregada de propôr ao governo algumas providencias tendentes a melhorar a situação das classes operarias, com respeito ao trabalho, aos salarios, ás crises industriaes, e a outros assumptos de interesse publico. As suas idéas avançadas o afastaram algum tempo dos partidos monarchicos, mas depois, mudando de orientação, passou ás fileiras da monarchia, fundando em 1885 o jornal *A Provincia*. Em 1883 foi deputado pela primeira vez, eleito por Vianna do Castello, e em 1887 o elegeu o circulo do Porto, sendo reeleito ainda em outras legislaturas. No anno de 1887 apresentou ao parlamento o seu projecto de lei sobre fomento rural. Dirigiu a *Regie* antes do actual monopolio do tabaco. Em 1888, a Associação dos Typographos do Porto offereceu lhe uma estatueta symbolisando o trabalho, em tributo de reconhecimento pela protecção dispensada á classe. Fez parte da commissão executiva da Exposição Industrial Portugueza com uma secção agricola, que n'esse anno de



Joaquim Pedro de Oliveira Martins

1888 se realisou em Lisboa na Avenida da Liberdade. No estrangeiro, Oliveira Martins egualmente illustrou o seu nome e o de Portugal. Assim, o representou em 1890 na conferencia internacional de Berlim e na da Propriedade Industrial de Madrid, onde em 1891 foi convidado para a conferencia realisada no Atheneu para a celebração do centenario de Christovão Colombo. Recebeu depois a gran-cruz do Merito Nacional. Em 1892, no ministerio que se organisou sob a presidencia do dr. Dias Ferreira, foi convidado para a pasta da fazenda, que geriu desde 17 de janeiro até 27 de maio. Em 1893 foi eleito membro da Junta do Credito Publico, exercendo n'essa alta corporação, sob a qual seu pae e seu irmão tinham servido como empregados publicos, o logar de vice-presidente. Collaborou nos principaes jornaes litterarios e scientificos de Portugal, como: *O Archivo Pittoresco*, *Occidente*, *Dois Mundos*, publicado em Paris; *Revista Occidental*, *Revista Scientifica*, *Revista de Portugal*, *Revista de Educação e Ensino*; além dos jornaes politicos: *A Provincia*, *O Tempo*, *Jornal do Commercio*, *O Reporter*, *Protesto*, e em outros jornaes socialistas; no *Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, e outros jornaes do Brazil, para onde escrevia correspondencias. Em 1873 entrou n'uma notavel polemica ácêrca do livro do sr. conselheiro Julio de Vilhena, *As raças historicas da peninsula iberica*, sendo o seu primeiro artigo de analyse inserto no *Jornal do Commercio* de julho do mesmo anno. O sr. Julio de Vilhena respondeu a esta apreciação com quatro artigos, sob o titulo: *Do logar da edade media na historia da civilisação*, *Resposta ao sr. Oliveira Martins*, no *Jornal do Commercio*, de 6, 7, 8 e 9 de agosto. O sr. Julio de Vilhena ainda respondeu ás novas explicações do seu contendor no jornal de 10 de setembro. Em 1879, de accôrdo com os editores Viuva Bertraud & C.ª, successores Carvalho & C.ª, fundou uma *Bibliotheca das sciencias sociaes*, de que sairam alguns tomos. A morte de Oliveira Martins foi muito sentida. Na camara dos deputados fez o sr. conselheiro Francisco da Veiga Beirão o seu elogio historico, na sessão de 24 de outubro de 1894. No anno de 1903, uma commissão de amigos dedicados de Oliveira Martins mandou erigir no cemiterio dos Prazeres um jazigo-monumento á sua memoria, para onde fôram trasladados no dia 21 de novembro d'esse anno os seus restos mortaes, que se conservavam depositados no jazigo de sua familia. Conjuntamente fôram recolhidos no novo jazigo os restos mortaes de sua mãe, D. Maria Henriqueta Moraes de Oliveira, sendo os officios funebres celebrados na capella do cemiterio. O tumulo é trabalho do apreciado esculptor Teixeira Lopes, assim como a estatua da Historia, que se vê ali collocada. Bibliographia: *Do principio federativo e sua applicação á peninsula hispanica;* série de artigos no *Jornal do Commercio*, de 19, 21, 22, 24 e 25 de setembro de 1869; *Os Lusiadas*; *ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação á sociedade portugueza e ao movimento da renascença*, Porto, 1872; *Portugal e socialismo*; *exame constitucional da sociedade portugueza e sua reorganisação pelo socialismo*, Lisboa, 1873; *Theoria do socialismo; evolução politica e economica das sociedades na Europa*, Lisboa, 1873; *Theophilo Braga e o cancioneiro; A reorganisação do Banco de Portugal*, Porto, 1877; *As eleições*, Porto, 1878; *O hellenismo e a civilisação christã*, Porto, 1878; *A circulação fiduciaria*, etc., Lisboa, 1883; *Historia da civilisação iberica*, Porto, 1880; *Historia de Portugal*, 2 tomos, Porto, 1882; *O Brazil e as colonias portuguezas*, Porto, 1881; *Portugal contemporaneo*, 2 tomos, Porto, 1881; a respeito d'esta obra escreveu José Joaquim Rodrigues de Freitas uma exteusa carta ao autor, impressa em separado, com o titulo de *Portugal contemporaneo do sr. Oliveira Martins*, Porto, 1881; *Elementos de anthropologia; historia natural do homem*, Porto, 1881; *As raças humanas e a civilisação primitiva*, Porto, 1881; *A linguistica*; *Systema dos mythos religiosos*, Porto, 1882; *Quadro das instituições primitivas*, Porto, 1883; *O regimen das riquezas, elementos de chrematistica*, Porto, 1883; *Tabôas de chronologia e geographia historica*; *Portugal nos mares; Navegação e descobrimentos dos portuguezes*; *Historia da republica romana; Phebus Moniz; O artigo «Banco»* no *Diccionario Universal; Politica e economia nacional; Elogio historico de Anselmo Braamcamp; O*

*emprestimo portuguez de 1832; Carteira d'um jornalista; Portugal em Africa; Inglaterra; Inglaterra de hoje; A população e a emigração; Theorias das instituições politicas; Geographia politica e estatistica das nações; Os filhos de D. João I; D. Nuno Alvares Pereira.* Quando falleceu andava escrevendo um livro de critica historica do tempo de D. João II, que foi depois concluido por Carlos Lobo d'Avila. V. *Lobo d'Avila (Carlos).*

**Oliveira Martins** *(José Simões de).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, professor em Lisboa e em Vizeu, advogado, etc. Era natural de Vizeu, e falleceu em Lisboa a 27 de janeiro de 1908. Tendo concluido com distincção a sua formatura em 28 de junho de 1881, foi professor em Lisboa e em Vizeu, onde contava as maiores dedicações. Entrou na magistratura em 1889 como agente privativo do ministerio publico, do tribunal administrativo de Vizeu. Em 1893 foi encarregado provisoriamente das funcções de agente do ministerio publico nos processos de execuções fiscaes do concelho de Braga, d'onde passou no mesmo anno e em identicas condições para o primeiro bairro do Porto, e no anno seguinte para Lisboa. Em 1895 era nomeado delegado do procurador régio para a comarca de Redondo. Em 1904 foi promovido a juiz de direito para a comarca de Benavente, sendo pouco depois nomeado auditor do conselho de guerra e marinha, e auditor do ministerio da marinha, logares que exercia quando falleceu. Em politica estava filiado no partido progressista, e foi deputado por Vizeu e por Vianna do Castello. Foi tambem commissario régio junto da Companhia dos Caminhos de ferro da Zambezia.

**Oliveira Mattos** *(Francisco Xavier de).* Doutor em Leis e lente da Universidade de Coimbra. N. em Serpa em 1762, fal. repentinamente em Coimbra a 22 de janeiro de 1808. Tinha apenas 15 annos de edade quando se matriculou na Universidade, doutorando-se aos 20, no anno de 1782. Em 1788 foi convidado para entrar para o collegio das ordens militares, sendo pouco depois promovido a lente da sua faculdade. Nomeado para a Relação do Porto, foi em seguida escolhido para membro da junta dos estudos menores, e n'essa qualidade prestou relevantissimos serviços. Dirigiu em 1797 a publicação das *Ordenações do senhor rei D. Manuel,* feita por ordem do principal Castro, em Coimbra, sendo sua a prefacção historica e philologica, que precede a mesma edição. Não consta que fizesse outra publicação. O bispo de Vizeu D. Francisco Alexandre Lobo escreveu o seu *Elogio historico,* que saiu no tomo I das *Obras* d'este prelado, a pag. 456.

**Oliveira Mendes** *(Luiz Antonio de).* Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, advogado da Casa da Supplicação, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. na Bahia em 1750, onde tambem fal. depois do anno de 1814. Veiu para Lisboa, matriculou-se na referida Universidade, formou-se em Leis no anno de 1777, tendo tambem frequentado como voluntario as aulas de Philosophia e Medicina. Foi por muitos annos advogado na Casa da Supplicação, regressando depois ao Brazil. Escreveu: *Memoria analytico demonstrativa da machina de dilatação e de contracção, para soccorro nos incendios,* Lisboa, 1792, com uma estampa; *Tentativas ou ensaios, em que tem entrado o autor da machina de dilatação, e de contracção, e da Memoria analytica demonstrativa d'ella,* Lisboa, 1792. Sobre este assumpto veja-se uma *Memoria* do visconde de Villarinho de S. Romão, inserta nos *Annaes da Sociedade Promotora da Industria Nacional,* 1.º anno, pag. 221; veja se tambem o relatorio de 1871 sobre os serviços de incendios, escripto por Carlos José Barreiros, então inspector geral, a pag. 57. *Discurso academico ao programma: «Determinar em todos os seus symptomas as doenças agudas e chronicas, que mais frequentemente acommettem os pretos recem-chegados da Africa, examinando as causas da sua mortandade depois da sua chegada ao Brazil»,* etc.; inserto nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias,* tomo IV; *Discurso sobre a verdade ultrajada e triumphante.* Innocencio da Silva, no V vol. do *Diccionario bibliographico,* diz constar-lhe que saira impresso este discurso, acompanhado d'uma estampa, mas não pudéra obter vêl-o. D'uma nota autographa que conservava em seu poder, constava que o escriptor compuzera até ao anno de 1810 (data da referida nota) varias outras obras, que estavam ainda ineditas, não sabendo se acaso se imprimiram depois d'essa data, mas julga provavel que todas, ou a maior parte, se extraviariam por sua morte, se antes d'isso se não desencaminharam. Em seguida menciona os titulos das principaes: *Imperio da razão: dirigido a formar o homem util a si e á patria; o que em si comprehende os principios d'uma boa e perfeita educação,* etc. *Tomo I,* em cujo fim se achava o prospecto e indicação de capitulos que havia de concluir o tomo II; *Annotações sobre o augmento da agricultura de Portugal;* o autographo fôra offerecido e entregue pelo autor a Luiz Pinto de Sousa Coutinho, visconde de Balsemão, quando ministro de Estado; *O verdadeiro e perfeito heroismo do homem;* com uma estampa desenhada pelo mesmo autor; *A philaucia, ou demonstração dos erros e defeitos que são provenientes do amor proprio;* tambem com uma estampa, invenção do autor; *Memoria sobre a creação dos carneiros em Portugal, para que d'elles se possa extrahir lã tão fina, e de fio tão comprido como a de Hespanha e Berberia;* foi premiada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa; *Memoria sobre o modo e o systema que se deve observar para se aperfeiçoarem as differentes especies de pinheiros em Portugal, de maneira que a sua madeira seja propria e applicavel para todos os usos, etc., ao que se junta a extracção do alcatrão,* etc.; *Discurso preliminar historico á descripção economica da comarca da cidade da Bahia, em que se entra no parallelo do commercio e da navegação antiga e moderna,* etc; *Descripção economica da comarca da cidade da Bahia, a qual se termina com a taboa calculada das diversas especies dos seus habitantes; parte primeira das seis, em que ella se divide; Descripção da capitania de Moçambique, suas povoações e producções; A tragi-comedia de Berenice, drama epico; Diccionario da lingua africana, com restricção ao reino Dahomé, por ser o mais conhecido, e com quem mais se commerceia, além do de Angola;* existia completa a letra *A,* e estavam em continuação as seguintes: *Elogio historico do senhor rei D. Diniz; Oração latina, recitada em sessão, quando foi nomeado socio corres*

*pondente da Academia; Oração latina, recitada em sessão da Academia, pelo fallecimento do seu presidente e fundador o duque de Lafões*; com a traducção em portuguez; *Dodoneo sacro, em canto epico, e em rythma solta, feito ao magnifico e sumptuoso templo de Mafra*, etc.; na Bibliotheca do convento existia uma copia d'esta obra; *Memoria sobre os costumes dos povos africanos;* recitada na Academia; *Poema sobre o heroismo de Celico; cantos primeiro e segundo, com um discurso preliminar e introductivo*; *Memoria sobre o systema que se deve observar para a perfeita extracção da tinta do pau brazil*, etc.; recitada na Academia; *Memoria nautico-maritima sobre o modo com que se devem construir e carregar os navios, para que sejam mais veleiros;* tambem foi lida na Academia; *Systema que se deve observar nos dominios ultramarinos, para se conhecer nos sertões e nos mattos, que os paus de sufficiente grandeza e grossura, antes de serem cortados, se acham maduros e perfeitos para serem empregados na mastreação dos navios*, etc; *Memoria sobre a melhoria dos carros;* com uma estampa; *Arbitrios sobre a extincção do papel-moeda*, em 1799; *Discurso preliminar e introductivo ás Novellas pindaricas; Novellas pindaricas, ou drama epico, obra muito interessante, e que bem póde passar por umas abreviadas Institutas das Bellas-letras*; *Novena de Nossa Senhora do Valle, com a historia da sua milagrosa imagem, tanto em Aragão, como em Portugal*, etc; *Preliminares d'uns novos Estatutos para a fundação e estabelecimento da Sociedade Vespucina de homens de letras, que se deseja estabelecer na cidade da Bahia; Prelecções historicas, mythologicas, introductivas á Poesia, segundo a ordem alphabetica;* 2 volumes, comprehendendo as letras *A* a *E*.

**Oliveira Miranda** *(José Cabral Gordilho de)*. General de divisão reformado. N. em Lisboa a 29 de outubro de 1833, onde tambem fal. a 31 de julho de 1907. Era filho do general Luiz Antonio de Oliveira Miranda. Assentou praça a 6 de agosto de 1850, sendo promovido a alferes em 29 de abril de 1851, a tenente em 28 de julho de 1858, a capitão em 3 de janeiro de 1865, a major em 10 de outubro de 1883, a tenente coronel em 31 de outubro de 1884, a coronel em 14 de maio de 1890, a general de brigada em 13 de maio de 1896, reformando-se em general de divisão em 31 de outubro de 1900. Foi durante muitos annos chefe do estado maior da primeira divisão militar, tendo sido no quartel general d'aquella divisão como adjuncto chefe e sub-chefe quando seu pae a commandava. Tambem serviu no mesmo quartel-general com os generaes visconde de Sagres e Campos. Commandou o corpo do estado maior general da quarta divisão, em Evora, e foi director da Escola do Exercito. Era grande official, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e condecorado com a medalha do ouro de bons serviços, e com a de prata de comportamento exemplar. Havia casado com a sr.ª D. Adelaide Rosa de Oliveira Miranda.

**Oliveira Moncada** *(Francisco Xavier Cabral de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, governador geral de Angola, deputado, etc. N. em Villa Nova de Constancia, e fal. em Lisboa a 4 de janeiro de 1908. Entrou na carreira da magistratura sendo nomeado delegado do procurador regio na comarca de Torres Novas em 1886, e foi transferido em 1889 para a 5.ª vara de Lisboa. Mais tarde serviu como delegado do 2.º districto criminal. Em 13 de janeiro de 1895 foi nomeado ajudante do procurador geral da Corôa, commissão em que permaneceu até ser promovido a juiz de 3.ª classe para Coruche. Por decreto de 19 de julho de 1900 foi nomeado governador geral da provincia de Angola, logar que desempenhou distinctamente até 1903, em que voltou ás suas funcções na procuradoria geral da Corôa. Em 1905 foi promovido a juiz de 2.ª classe para a comarca de Idanha-a-Nova, e em novembro de 1907 agraciado com o terço do ordenado, por haver completado 20 annos de exercicio na magistratura. Era commissario régio junto da Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguella. Filiara-se no partido regenerador, e foi deputado nas legislaturas de 1896-1897, 1897-1899, 1904 e 1905.

**Oliveira Monteiro** *(Antonio de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, lente de pathologia interna da Escola Medico-Cirurgica do Porto, conselheiro, deputado, par do reino, governador civil do Porto, etc. Fal. no Estoril, em julho de 1903. Depois da sua formatura foi despachado demonstrador da secção medica da Escola Medico-Cirurgica do Porto, por decreto de 18 de janeiro de 1870, tomando posse em 11 de março seguinte. Promovido a lente proprietario, por despacho de 11 de setembro de 1872, tomou posse a 15 do referido mez e anno, e sendo agraciado com o augmento do terço do vencimento por despacho de 11 de março de 1890, por ter 20 annos de bom e effectivo serviço. Seguindo a politica progressista, que serviu sempre com a maior lealdade, foi eleito vereador da camara municipal do Porto no triennio de 1887 a 1889, e eleito pelos collegas para o cargo de vice-presidente e vereador do pelouro dos incendios, sendo depois eleito presidente, pela morte do dr. Ayres de Gouveia. Foi reeleito para o triennio de 1890 1892, findo o qual deixou de pertencer ao municipio em conformidade da lei. Mas para o triennio de 1896 a 1898 saiu novamente vereador na celebre eleição por circulos, ficando a seu cargo o pelouro dos incendios. Deixou de fazer parte da vereação, por ter sido nomeado governador civil em 11 de fevereiro de 1897. No pelouro dos incendios prestou relevantes serviços. Por ter sido o continuador da reforma da corporação, iniciada em 1879 pelo conselheiro Correia de Barros, o então inspector dos incendios, Guilherme Gomes Fernandes, mandou collocar no seu gabinete o retrato do conselheiro Oliveira Monteiro. No seu relatorio referente a 1892, Gomes Fernandes dispensa palavras muito lisonjeiras aos serviços d'este vereador. Tomou posse do governo civil do Porto a 15 de fevereiro de 1897, e a 3 de agosto do mesmo anno fez entrega do cargo ao sr. conselheiro Augusto de Castilho, que tinha sido nomeado interinamente por despacho de 28 de julho. O conselheiro Oliveira Monteiro foi deputado pelo Porto em algumas legislaturas, e eleito par do reino, tomando posse na respectiva camara a 17 de março de 1898.

**Oliveira Monteiro** *(Antonio Maria de)*. Gravador. N. em 1785 e fal. em 1845. Foi discipulo do professor Bartolozzi, que imitou muito na sua gravura da *Mater purissima*. Ha trabalhos seus

na *Flora Lusitana* e no *Tratado de architectura.*

**Oliveira Mourão** *(Leopoldo José de).* Inspector da Academia de Bellas Artes do Porto. Nasceu em Ilhavo em 1860. Fôram seus paes o dr. Antonio José de Oliveira Mourão, advogado commercialista distincto no Porto, onde falleceu em 1882, e D. Maria Antonia Mourão, tambem já fallecida. Em Ilhavo fez os seus primeiros estudos, indo para o Porto aos dez annos de edade. Ahi fez os seus estudos secundarios, seguindo depois para Coimbra, onde se formou em Direito. Ainda quintanista casou com uma senhora filha unica d'um rico commerciante e industrial do Porto, fixando residencia n'esta cidade. Com o estudo e as viagens pelo estrangeiro se illustrou bastante. Attrahido pela politica filiou-se no partido progressista, sendo logo nomeado administrador do concelho de Gaia e pouco depois governador civil substituto do Porto. Em 1892 representou em côrtes o circulo de Gaia, fazendo a sua estreia em 4 de julho de 1893. Occupando em 1897 o honroso cargo de presidente da Associação Commercial do Porto, onde a sua acção se tornou benefica para a solução de difficeis assumptos commerciaes, foi proposto pelo partido progressista deputado pelo Porto. Em outubro de 1904 foi novamente o sr. dr. Leopoldo Mourão investido no cargo de governador civil do Porto. Desvelado protector das créches de Santa Marinha de Gaia, o seu nome e o de sua esposa estão inscriptos entre os dos seus maiores protectores. Em janeiro de 1905 foi nomeado inspector da Academia de Bellas Artes do Porto. Na sessão solemne de distribuição de premios aos alumnos da mesma academia, em 1 de novembro de 1907, o sr. dr. Leopoldo Mourão, alludindo ao seu cargo, disse: «Cargo que occupo, menos pela minha competencia e saber do que pelo culto que tenho por cousas d'arte, e pelo enthusiasmo que sinto pelo progresso das bellas-artes no meu paiz.» Effectivamente o sr. dr. Leopoldo Mourão é de ha muito considerado um dos mais intelligentes amadores de bellas-artes e já em 1891, em seguida ao concurso para o monumento do infante D. Henrique, foi solicitada a sua opinião pelo jornal *Primeiro de Janeiro*, que assim se lhe referia: «Procurámos um dos nossos mais intelligentes amadores de bellas-artes, o sr. dr. Leopoldo Mourão. Muito lucido, com uma paixão intensa pelas coisas artisticas, muito illustrado nos livros e nas viagens, o dr. Leopoldo Mourão precisava de figurar aqui com o seu parecer. Não nol-o negou elle; pelo contrario, recebendo-nos no seu delicioso gabinete tão interessante de estatuetas, de quadros, de moveis preciosos e de *bibelots*, quiz conversar em franca palestra comnosco sobre o concurso.» *O Jornal de Ilhavo*, de 11 de fevereiro de 1906, publicou uma biographia, com retrato, do sr. dr. Leopoldo Mourão, com cuja collaboração se honra, tendo publicado em folhetins uma sua traducção do romance francez *O Grande Industrial.*

**Oliveira do Paço** *(Antonio Martins de Oliveira, 1.º visconde de)* Moço fidalgo com exercicio. Era natural do logar de Paço, freguezia do Sobrado, concelho de Vallongo. Foi agraciado com o titulo de visconde por decreto de 15 de maio de 1879, e com o fôro de fidalgo em 20 de setembro do mesmo anno. O seu brazão d'armas constava: Escudo partido em pala; a primeira cortada em faxa, em campo de ouro tres flôres de liz de purpura postas em roquete; na segunda, em campo negro duas faxas de ouro; na segunda pala, em campo de prata, uma oliveira de sua côr, com fructos e raizes de ouro. Este brazão foi concedido por alvará de mercê nova de 14 de setembro de 1879.

**Oliveira Pimentel** *(Julio Maximo de).* Foi visconde de Villa Maior. V. *este titulo.*

**Oliveira Pinheiro** *(Manuel Felix de).* Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. Exerceu por longos annos em Lisboa a advocacia, com grande credito. Foi socio e presidente da Associação dos Advogados, etc. N. em Lisboa a 23 de março de 1774, e fal. a 24 de janeiro de 1845. Compoz numerosas allegações juridicas em muitos e variados processos, mas não consta que fôssem publicadas senão as seguintes: *Exposição que Luiz Antonio Esteves Freire e suas irmãs offerecem ao publico dos termos capitaes do pleito que lhes moveu Cypriano Antonio, pedindo lhes restituição da herança de seu tio o ex.mo Cypriano Ribeiro Freire, com o fundamento de ser do mesmo filho natural*, Lisboa, 1828; sem o seu nome; *Discurso juridico, pronunciado na sessão solemne da Sociedade dos Advogados*, Lisboa, 1840; versa sobre a independencia do poder judicial. Na *Gazeta dos Tribunaes*, de 10 de fevereiro de 1845, vem publicado o seu *Elogio historico* escripto pelo dr. José Maria da Costa Silveira da Motta, recitado na Associação dos Advogados.

**Oliveira Pinto** *(José Julio de).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Barqueiros, da provincia de Traz-os-Montes, em 1830; e fal. em 1868. Era filho d'um pintor de pouco valor. Matriculou-se na Universidade, sendo sempre premiado durante o curso. Foi conselheiro, deputado e official-maior da secretaria do ministerio da justiça. Era homem de grande intelligencia, mas d'um genio muito independente, não querendo nunca acceitar as opiniões, decidindo as questões sómente como elle as entendia. Como deputado era bom orador, mas os seus discursos resentiam-se muito d'esse defeito, e as suas palavras tornavam-se por vezes asperas e offensivas, chegando á grosseria. N'uma sessão das côrtes dirigiu algumas palavras amargas e grosseiras a um respeitavel deputado já bastante edoso, Manuel de Sá Nogueira, irmão do marquez de Sá da Bandeira, e obstinando-se em não querer retirar as expressões inconvenientes que proferira, antes aggravando-as com outras grosserias, um sobrinho do offendido, Miguel de Sá Nogueira, official do exercito, o desafiou, e n'esse duello falleceu.

**Oliveira Pinto** *(Manuel de).* Bacharel formado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, etc. N. em Cascaes, fal. em Lisboa em 1754. Era filho de Jeronymo Ferreira de Oliveira e de Colecta de Campos Tolosa. Foi juiz de fóra da villa do Crato, provido a 6 de novembro de 1729, d onde passou a juiz de fóra da cidade de Olinda, capital do estado de Pernambuco, ouvidor em Alemquer e auditor da gente militar da provincia do Alemtejo. Publicou em seu nome no anno de 1730 uma obra escripta em latim, por seu irmão o P. Antonio da Annunciação.

**Oliveira Pires** (*Julio Augusto de*). General de brigada. N. em Lisboa a 6 de novembro de 1836, onde tambem fal. em 27 de abril de 1897. Era filho de José Antonio Pires e de D. Marianna Carlota de Oliveira Pires. Tinha os cursos do Real Collegio Militar e da arma de infantaria. Assentou praça no regimento de infantaria n.º 16 em 11 de agosto de 1853, sendo promovido a alferes em 4 de outubro de 1865, a tenente em 12 de setembro de 1866, a capitão em 8 de outubro de 1873, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente-coronel em 17 de agosto de 1887, a coronel em 5 de fevereiro de 1890, e a general de brigada em 4 de janeiro de 1897. Por decreto de 20 de abril de 1868 foi nomeado a ijunto á primeira direcção da secretaria de estado dos negocios da guerra. Em 15 de novembro do mesmo anno foi nomeado para auxiliar o secretario da commissão de que era presidente o general de divisão José Maria Baldy, encarregada de elaborar um projecto de programmas de exames para os postos de major e de general de brigada. Em 15 de outubro de 1873 foi nomeado professor da cadeira de geographia, chronologia e historia, do Real Collegio Militar; por decreto de 31 de outubro de 1884, foi major do estado-maior de infantaria; tomou parte da commissão de codificação da legislação militar, e da de aperfeiçoamento da arma de infantaria. Durante muitos annos commandou o regimento de infantaria n.º 16, onde prestou assignalados serviços. Em 1893, estando no poder um ministerio presidido pelo conselheiro José Dias Ferreira, foi eleito deputado, sendo escolhido para relator do projecto de resposta ao discurso da corôa. Em 1895 fez parte da commissão das festas do centenario antonino. Por mais d'uma vez, pelo seu elevado merecimento, esteve indigitado para ministro da guerra. Era socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, de que foi vice-presidente, cargo que exercia quando falleceu. O Instituto Polytechnico brazileiro o elegeu seu socio correspondente. Collaborou em varios jornaes, entre elles, a *Revista militar* e o *Diario Illustrado*, onde publicou a biographia do general D. Carlos Mascarenhas; no *Correio da Europa* escreveu artigos necrologicos do arcebispo de Gôa D. Ayres de Ornellas, e do visconde do Rio Branco. Era grande official, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz; cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar. Tambem possuia as seguintes distincções das ordens estrangeiras: commendador de Izabel a Catholica e de Carlos III, de Hespanha; da Rosa do Brazil, de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, de Leopoldo da Belgica, cavalleiro da 3.ª classe da de S. Estanislau da Russia. Foi casado com D. Maria Joanna Silveira da Motta Oliveira Pires, filha do advogado dr. José Maria da Costa Silveira da Motta, irmã do fallecido conselheiro dr. Ignacio Francisco da Silveira da Motta, e do tabellião, sr. José Xavier da Silveira da Motta.

**Oliveira Pombinho** (*Bernardino Justiniano*). Official bibliographo na Bibliotheca Publica de Lisboa, logar para que foi nomeado em 1 06. Fal., segundo parece, entre os annos de 1823 e 1825. Escreveu: *Poesias de B. J. O P. dedicadas a Elpino Duriense*, Lisboa, 1812; *Poesias*, Lisboa, 1817; *Poesias*, Lisboa, 1820.

**Oliveira Portugal** (*Francisco José de*). Decano dos typographos do Porto. N. em 1823, e fal. em janeiro de 1902. Nos tempos agitados de 1846 alistou-se como voluntario no 2.º batalhão dos Artistas Portuenses, que tinha por major José Joaquim Gonçalves Bastos. Recebeu o posto de alferes, e quando terminou a guerra civil volveram todos, officiaes e soldados, ao trabalho a que tinham dedicado a sua actividade, e desde então Oliveira Portugal nunca mais deixou a typographia. Foi um dos fundadores da Associação dos Typographos Portuenses.

**Oliveira Ramos** (*João de*). Jornalista. N. em Ovar a 30 de maio de 1835, fal. no Porto em 1 de abril de 1909. Estudou no Porto, onde fez o curso de pharmacia. Dedicando-se ao jornalismo, começou a escrever em 1867, aproximadamente, no *Jornal do Porto*, onde permaneceu longo tem-

João de Oliveira Ramos

po, assumindo depois a direcção do *Progresso Commercial*, mais tarde da *Lucta*, sendo seus os artigos programmas d'estes jornaes que tanta acceitação tiveram, especialmente a *Lucta*, de que tambem era redactor Urbano Loureiro. Em 1875 entrou para a redacção do *Primeiro de Janeiro*, e ali se conservava ainda á data do seu fallecimento. Quer no artigo de polemica, quer na chronica litteraria e artistica, João Oliveira Ramos evidenciou sempre as suas grandes qualidades de escriptor vernaculo e elegante. Espirito d'uma grande cultura e coração d'uma grande bondade, os seus collegas do jornalismo chamavam-lhe o *Pae Ramos*. O distincto publicista foi um dos fundadores e o primeiro vice-presidente da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, tendo depois occupado a presidencia d'esta collectividade, a que prestou largos e relevantes serviços. Reconhecida a tantas dedi-

cações e desvelos, a Associação inaugurou na sala das sessões o seu retrato a oleo, trabalho de grande valor artistico e de perfeita similhança, do apreciado pintor Julio Costa. A inauguração realisou-se em sessão solemne em 28 de novembro de 1897, seguindo-se um banquete de homenagem ao venerando jornalista. João d'Oliveira Ramos era socio do Instituto de Coimbra, socio honorario da Associação da Imprensa e da Associação dos Jornalistas de Lisboa. Foi um dos fundadores da Sociedade de Geographia Commercial Portuense, instituida em 1880, para celebrar o tricentenario de Camões; presidente da commissão da imprensa portuense organisada em 1888 para angariar donativos para as victimas do incendio do theatro Baquet, prestando n'esta desoladora conjunctura muitos e bons serviços. Representou a Associação dos Jornalistas do Porto nos congressos da imprensa realisados em Lisboa e em Liége, 1898 e 1905, e tomou parte activa em todos os actos realisados pela imprensa portuense em defeza dos seus interesses e regalias. Oliveira Ramos era o decano dos jornalistas portuenses. Seu filho sr. Manuel Maria de Oliveira Ramos é major do Estado Maior, lente do Curso Superior de Letras e professor do Real Collegio Militar.

**Oliveira Reguenga.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Sarnoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

**Oliveira Rollão** *(Jorge Gaspar de).* Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Alpedrinha a 23 de abril de 1783, onde tambem fal, a 3 de novembro de 1833. Era filho de Antonio Gaspar d'Oliveira e de Izabel Joaquina de Oliveira Rollão. Frequentou com distincção a faculdade de Medicina, sendo premiado nos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º annos do respectivo curso, recebendo o grau de bacharel em 10 de junho de 1808, formando-se no anno seguinte. Exerceu largos annos a clinica na sua terra natal e suas proximidades. Escreveu: *Breve descripção topographica da villa de Alpedrinha e seu districto, na comarca de Castello Branco*, Lisboa, 1814, no *Jornal de Coimbra*, vol. VI, pag. 13; *Contas medicas, relativas a diversos mezes do anno de 1817*, Lisboa, 1818, no mesmo jornal, vol. XII, pag. 205.

**Oliveira Serpa** *(P. José de).* Presbytero secular e prégador afamado na cidade da Bahia, onde nasceu a 13 de janeiro de 1696. Fal. na segunda metade do seculo XVIII. Era filho de Francisco Alvares Carneiro e de D. Archangela Guedes de Brito. Estudou humanidades no collegio da Companhia de Jesus da sua patria, e philosophia, pelo que recebeu o grau de mestre em Artes. Frequentou tambem os estudos de Theologia e da Sagrada Escriptura, tomando depois ordens de presbytero. Escreveu: *Sermão da Soledade de Nossa Senhora, prégado na matriz de S. Pedro da Bahia em 27 de março de 1739*, Lisboa, 1740; *Sermão de Nossa Senhora da Porta do Céo, prégado na egreja de S. Pedro dos Clerigos da Bahia em 1743.* Lisboa, 1744; *Sermão da Conceição da Virgem Maria, prégado na egreja da Lapa*, etc., *em 1744*, Lisboa, 1746.

**Oliveira e Silva** *(Candido Antonio de).* Professor régio de Grammatica latina, na villa de Punhete, hoje Villa Nova de Constancia, terra da sua naturalidade. Escreveu: *Aviso aos estudantes de Grammatica latina, sobre o modo mais facil de estudar e analysar os periodos latinos, por mais extensos e embaraçados que sejam*, Lisboa, 1800; *Noticia analytica das aguas ferreas da villa de Punhete; seu modo de obrar, molestias em que são proprias, e direcções para o seu uso*, Lisboa, 1799.

**Oliveira Soares** *(Alexandre Augusto de).* Doutor em Medicina pela Escola de Paris, medico do hospital de S. José, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. n'esta cidade em 17 de novembro de 1811, onde tambem fal. em 9 de abril de 1841. Tendo estudado em Paris obteve em 1834 o diploma de doutor, tendo defendido em 7 d'agosto d'esse anno a sua these, que imprimiu em francez, com o titulo: *De l'Endermie et de son application au traitement des fièvres intermittentes*, etc. Voltando depois para Lisboa, foi nomeado medico extraordinario do hospital de S. José em 10 de novembro do referido anno de 1834, passando a medico de tarde e inspector da botica em 1838, e a director de enfermaria em 1839. Foi lente substituto da Escola Medico Cirurgica de Lisboa. Escreveu muitos artigos scientificos no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, no anno de 1835 e seguintes, entre os quaes se contam: *Algumas reflexões sobre a necessidade de uma reforma medica.* Publicou tambem os seguintes livros: *Considerações physiologico-praticas sobre a Medicina cutanea*, Lisboa, 1835; mandadas publicar pela Academia Real das Sciencias, a quem o seu autor as offerecera, recebendo n'essa occasião o titulo de socio; *Memorias para a historia da medicina portugueza desde o principio da monarchia até á fundação da Universidade*, Lisboa, 1835; *Historia da medicina lusitana*, manuscripto offerecido á Academia Real das Sciencias. Fal. contando apenas 30 annos de edade.

**Oliveira Soares** *(Antonio Maria de).* Cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, fallecido em Lisboa a 28 de junho de 1885. Era filho d'um distincto medico da armada. Desde a infancia o fascinou a vida do mar, e se attendesse aos seus proprios desejos teria feito o curso de official de marinha. Seu pae, porém, desejava que elle tambem se dedicasse á medicina, e o joven estudante, não querendo ir contra a vontade paterna, foi matricular-se na Escola Medica, e aos 19 annos de edade concluiu o curso, mas, para de algum modo lisonjear o seu amor pela vida maritima, alistou-se no quadro medico da armada. Depois de duas viagens a Africa, Oliveira Soares reconheceu que não podia continuar na vida aventurosa das viagens, na lucta das ondas embravecidas, e deixou a marinha, começando a exercer clinica em Lisboa, tornando-se logo tão afamado que o homem de estado Fontes Pereira de Mello o chamou para seu medico. Oliveira Soares foi nomeado em 1850 cirurgião extraordinario do hospital de S. José; em 5 de maio de 1865 para director do Banco, em 1 de junho de 1866 para director de enfermaria, passando em 1884 a fazer serviço no hospital de Rilhafolles. Foi sub-delegado de saude, membro da junta de saude publica, etc. Fal. victima de diabetes. Escreveu muitos artigos valiosos em varios jornaes de medicina, e publicou em 1862 a *Estatistica medica do hospital de S. José.*

**Oliveira Soares** *(José Antonio de).* Um dos

maiores e mais considerados lavradores do Alemtejo. E' natural de Evora, e representante d'um dos mais importantes centros agricolas do paiz n'aquella provincia, por muito tempo chamada a *Charneca de Portugal*. Hoje, porém, felizmente, intelligencias superiores e grandes capacidades se teem occupado da agricultura nacional, e aos seus esforços se devem os progressos, de que dão testemunho importantes instituições completamente modernas, como são os syndicatos agricolas, as adegas sociaes, as associações de agricultura, os mercados centraes de productos agricolas e outras. A todas estas instituições, existentes na provincia do Alemtejo, o sr. conselheiro Oliveira Soares tem prestado o valioso concurso da sua superior instrucção, da sua energica e intelligente iniciativa e boa vontade, e da sua fortuna agricola, que é das primeiras do districto de Evora. O sr. conselheiro Oliveira Soares é presidente da direcção do benemerito Real Syndicato Agricola de Evora, outr'ora Federação agricola do districto de Evora, a que egualmente presidiu. Tem prestado grandes serviços ao Syndicato, e portanto aos interesses agricolas de Evora. E' tambem antigo presidente da Delegação do Mercado Central de productos agricolas em Evora, e em 1903 era presidente da administração do armazem geral d'aquella cidade; é egualmente membro do conselho do Mercado Central, na qualidade de delegado da Real Associação Central de Agricultura Portugueza, vice presidente da assembléa geral da Adega regional do Alemtejo e presidente do conselho fiscal do Banco Eborense. Em maio de 1899 el-rei D. Carlos, tendo ido a Evora assistir a uma imponente festa agricola em sua honra, ali realisada, reconheceu serem tão valiosos os serviços prestados pelo *Syndicato Agricola* e pelo seu presidente, que ao Syndicato deu as honras da sua presidencia honoraria e o titulo de Real, e ao presidente, o sr. conselheiro Oliveira Soares, a commenda e a gran-cruz do Merito Agricola. Além dos seus meritorios serviços na cooperação collectiva em bem da agricultura nacional, o abastado proprietario tem enriquecido a industria agricola com os bons creditos dos artigos produzidos nas suas herdades de *Pera Manca*, entre os quaes se assignalam os vinhos brancos fabricados com a celebre casta *gallego dourado*, que alcançam sempre os primeiros premios nas exposições onde appareceem, possuindo já as medalhas de ouro e prata nos certamens industriaes agricolas de Paris, Bordéos, Arcachon, Rochefort, Marselha, Cannes, etc. Na Exposição Pecuaria Agricola, que ha poucos annos se realisou em Evora, sendo presidida por el-rei D. Carlos, e louvada em portaria datada, d'aquella cidade, ficou bem patenteada a actividade e dedicação do sr. conselheiro Oliveira Soares pela causa agricola d'essa região. Reconhecendo el rei os seus altos serviços, concedeu lhe a carta de conselheiro. Essas mercês não ensoberbeeem o agraciado que, desempenhando n'outro tempo o logar de governador civil do seu districto e de membro da commissão districtal, e sendo hoje membro do conselho de agricultura districtal, põe acima dos interesses politicos o interesse superior do paiz, e em particular o do districto de Evora. Está filiado no partido regenerador-liberal.

**Oliveira e Sousa** (*Antonio das Neves*). Reitor da Universidade de Coimbra. N. em Coja, do concelho de Arganil, e formou se em 1869, obtendo sempre durante o curso as primeiras classificações. Em 1870 foi nomeado administrador do concelho de Oliveira do Hospital, onde teve de superintender em casos difficeis de resolver. Em seguida foi despachado delegado do ministerio publico para a comarca de Taboa, depois transferido para a de Montemór-o-Velho, mais tarde para Coimbra. Em 1882 foi nomeado juiz para a comarca de Ancião, em 1885 para a das Caldas da Rainha, e em 1887 para a de Almada, onde tratou e julgou o caso dos 50 incendiarios de Cezimbra, a bordo do *Africa*, serviço de que foi especialmente encarregado pelo ministerio da justiça. Em 1890, sendo governador civil do districto de Coimbra, conseguiu, com o seu bom criterio e bondade natural, serenar os animos, que estavam exaltados, por parte da população academica, quando se deu o caso do *ultimatum* de janeiro d'esse anno. Voltou novamente ao cargo de juiz para as Caldas da Rainha, e pouco depois, teve transferencia para Lisboa, vindo para o juizo de instrucção criminal executar pela primeira vez a lei da imprensa. Tornando a ser novamente governador civil de Coimbra, ali se conservou até 1896, voltando então a Lisboa como juiz da segunda vara civel, logar que desempenhou durante tres annos, sendo então despachado desembargador da Relação de Ponta Delgada, e em agosto de 1903 auditor do Tribunal Superior do Contencioso Fiscal. Em 1907 foi collocado na Relação de Lisboa como juiz desembargador, sendo em novembro d'esse anno nomeado reitor da Universidade de Coimbra, quando deixou aquelle cargo o sr. conselheiro D. João d'Alarcão. O sr. conselheiro Neves e Sousa é casado com a sr.ª D. Adelaide Sant'Iago.

**Oliveira e Sousa** (*José de*). Contador dos contos do Reino e Casa. N. em Lisboa em 1680, e fal. em Vienna d'Austria a 6 de janeiro de 1731. Era filho de Manuel Luiz de Sousa e de Barbara do Oliveira. Foi escrivão do thesoureiro da embaixada do marquez de Alegrete a Vienna d'Austria em 1708, e tão pomposa foi essa embaixada que realmente precisavam as suas finanças de uma organisação desenvolvida; depois serviu de secretario ao conde de Tarouca, plenipotenciario no congresso de Utrecht, em que se assignou, em 1715, o tratado de paz conhecido por aquelle nome. Por sua morte deixou uma numerosa livraria, principalmente de obras historicas. Publicou apenas um epitalamio, escripto em hespanhol, dedicado ao casamento de D. João V, que se imprimiu em 1708.

**Oliveira e Sousa** (*D. José Luiz de Saldanha*). Moço fidalgo com exercicio, bacharel formado em Mathematica e Philosophia pela Universidade de Coimbra, antigo director da Casa da Moeda, deputado, addido honorario á legação portugueza em Madrid, etc. N. em Lisboa a 31 de maio de 1839, sendo filho de João de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa, 3.º conde de Rio Maior (V. *este titulo*), e da condessa, sua mulher, D. Izabel de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos; irmão do 4.º conde e 1.º marquez de Rio Maior, Antonio José Luiz de Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Sousa. Cursou o lyceu de Coimbra apenas um anno, fazendo então exame de todas as disciplinas que constituiam o curso

d'aquelle estabelecimento, obtendo approvação *nemine discrepante*. Em 1861, contando 22 annos de edade, concluiu os seus estudos na Universidade de Coimbra, formando-se nas faculdades já citadas, alcançando durante o curso as primeiras distincções. Veiu para Lisboa matricular-se na Escola do Exercito, e em 1862 partiu para França, onde se conservou até 1864, dedicando-se aos estudos e trabalhos de chimica, mineralogia, physica e mineralogia descriptiva, com os mestres mais afamados d'estas sciencias n'aquella epoca. Por elle fôram examinadas, em casa do celebre mineralogista Laeman, parte das collecções de mineraes, que, n'esse periodo, vieram para os museus e escolas de Lisboa, Porto, Coimbra, e outras do paiz. Em 1864 concorreu á 7.ª cadeira do Instituto Industrial de Lisboa, em opposição a Antonio Augusto de Aguiar, que foi o preferido. Em 1865 teve a nomeação de ensaiador fiscal da Casa da Moeda e Papel Sellado, sendo em seguida encarregado da direcção d'aquelle estabelecimento do Estado, emquanto o director effectivo occupava a cadeira ministerial para que fôra nomeado, periodo em que prestou importantes serviços, que lhe valeram ser nomeado director effectivo em 25 de maio de 1870, cargo de que se exonerou a seu pedido, em 1880. Em 1865 foi nomeado addido honorario á legação portugueza na côrte de Madrid, não chegando a ausentar-se do reino por ter sido requisitado para o serviço da Alfandega de Lisboa, na qualidade de perito. Em 1880, sendo eleito deputado, cedeu os seus honorarios em favor de diversas casas de beneficencia, o que repetiu em 1882, na legislatura em que tornou a ser eleito. O sr. D. José Luiz de Saldanha e Sousa é socio da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, desde o anno de 1867; da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes, para cujo desenvolvimento muito contribuiu; da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, desde 1871; da Sociedade de Geographia; da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, do Instituto de Coimbra, da Real Associação Central de Agricultura Portugueza, em que tem exercido cargos elevados, tornando se notavel a fórma como dirigiu os trabalhos do Congresso Agricola reunido em Lisboa no anno de 1888; membro do Congresso Municipal de Beneficencia Publica, socio da Associação Protectora das Escolas Asylos para rapazes pobres, membro da confraria de caridade da freguezia de S. José, da commissão administrativa do Asylo de D. Maria Pia, do asylo para educação de costureiras e creadas, da caixa de soccorros dos operarios da Casa da Moeda; da Associação Central Primeiro de Dezembro, do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, do Monte-pio official, da Associação dos Empregados do Estado e da Sociedade da Cruz Vermelha. Casou em 16 de outubro de 1873 com D. Barbara Maria Tavares Proença, filha de Francisco Tavares de Almeida Proença, par do reino, doutor em Direito, etc., que fal. em 25 de agosto de 1872, e de sua mulher, D. Maria da Piedade Feverreiro. Bibliographia: *Noções de philosophia chimica*, Lisboa, 1866; *Breves reflexões sobre a moeda*, Lisboa, 1866; *Algumas palavras sobre tres hypotheses scientificas em philosophia, chamada positiva*, Lisboa, 1867; *Algumas considerações sobre a crise agricola*, Lisboa, 1866, *Memoria sobre os minerios de cobre, seu valor commercial e ensaios industriaes dos mesmos minerios;* saiu no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, 1871, tomo II; *Noções de geometria descriptiva*; no *Instituto*, de Coimbra, vol. XVI, pag. 153 e seguintes; *Um protesto contra a duvida*, Lisboa, 1868; *Portugal perante as convenções monetarias*; na *Gazeta de Portugal*, de 10 de agosto de 1867; *Memoria sobre os ensaios chimicos por meio dos licores graduados, offerecida á Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, etc., Lisboa, 1870; *Estatistica das moedas de ouro, prata, cobre e bronze que se cunharam na casa da moeda de Lisboa desde o primeiro de janeiro de 1782 até 31 de dezembro de 1871, segundo consta dos respectivos livros que existem na mesma repartição*, Lisboa, 1873; *Catalogo dos punções, matrizes e cunhos de moeda, existentes na casa da moeda, organisado pelo gravador Casimiro José de Lima por ordem da direcção*, etc., Lisboa, 1873; com uma gravura; *Apontamentos para a historia da gravura em Portugal*, Lisboa, 1873; *Repertorio chronologico de parte da legislação portugueza sobre a moeda*, Lisboa, 1873; *Apontamentos para a historia da moeda em Portugal*, Lisboa, 1879; publicação feita na presença dos documentos pertencentes ao cartorio da Casa da Moeda, comprehendendo uma série de mappas demonstrativos, de 1517 a 1525, organisados por Pedro José Marcos Fernandes, perito em paleographia, acompanhado de notas e extractos; *Breves considerações sobre a guarda do domingo*, Lisboa, 1882; *A questão operaria*, Lisboa, 1897; etc. Foi collaborador effectivo do jornal *Autonomia Portugueza*; tem publicado muitos relatorios de diversas sociedades, e muitos artigos em jornaes politicos, scientificos e litterarios. O sr. D. José Luiz de Saldanha Oliveira e Sousa concorreu muito para o progresso da Casa da Moeda, que a collocou a par com as casas similares do estrangeiro. Tem sido um devotado propugnador do progresso da agricultura nacional, que considera uma das fontes mais opulentas da riqueza publica.

**Oliveira e Sousa** *(Simão de)*. Doutor em Medicina. N. em Lisboa em 10 de agosto de 1673, fal. no meado do seculo XVIII. Era filho de Manuel de Oliveira e Sousa, cavalleiro da ordem de S. Thiago, e de D. Maria do O'. Escreveu: *Finezas de Jesus Christo e affectos da alma amante*, Lisboa, 1738; *Peregrinação de Angelica, desde que saiu dos jardins do proprio conhecimento, d'onde nasceu, até que recebeu o habito das virtudes no convento da Santa Pobreza, onde professou*, etc., Lisboa, 1738.

**Oliveira Tavares** (*Hilario de*). Escriptor, natural de Lisboa, e que viveu no seculo XVIII. Era filho de Alexandre de Oliveira, e foi creado do infante D. Manuel, irmão de João V. Dos seus escriptos apenas se conhece publicada uma *Novena de S. Braz*, em 1731.

**Oliveira Tavares Junior** *(José de)*. Nasceu em Cardigos, da provincia da Beira Baixa, a 22 de março de 1857, sendo filho de Joaquim de Oliveira Tavares e de D. Luciana Maria Tavares. Não podendo seguir estudos regulares superiores, por circumstancias particulares, dedicou, comtudo, as horas de ocio aos classicos e poetas de melhor nota, adquirindo assim pela leitura uma instrucção variada. Foi presidente da junta de parochia da freguezia de Nossa Se-

nhora da Assumpção, de Cardigos, vereador da camara municipal de Mação, em 1883, e escrivão da mesa da Misericordia. A sua terra natal deve-lhe, no desempenho d'esses cargos, muitos serviços e alguns melhoramentos da sua iniciativa, dedicação e energia, taes como: a fundação d'uma importante bibliotheca popular; a creação do mercado, a construcção de estradas e pontes concelhias, etc. Foi redactor do jornal *Abrantino*, e collaborador do *Correio do Alemtejo*, onde publicou um romance original, com o pseudonymo de *Olivier*, o qual tem por titulo *Historia d'um retrato*. Era membro titular de primeira classe da Academia Montréal de Toulouse, e d'ella recebeu o diploma de menção honrosa no concurso litterario annual, por uma poesia *Tormenta*. Foi membro de outras sociedades litterarias. Escreveu: *Pétalas, poesias*, Lisboa, 1884, com o retrato do autor. Conservava ineditos um romance, uma comedia, que se representou n'um theatro particular, e outro volume de poesias.

**Oliveira Travassos** *(João Manuel Diniz)*. Archeologo. N. em Paião, bispado de Coimbra, em 10 de dezembro de 1835, fal. em 1879 ou 1880. Escreveu: *Breve noticia do real templo e mosteiro de S. Vicente de Fóra e das pessoas reaes que n'elle jazem; O sitio de Monserrate em Cintra;* publicado no *Archivo Pittoresco*, tomo VII, n.º 31; *Monumento no sitio de Arroios*, idem, vol. VIII, n.º 4.

**Oliveira Valle** *(Joaquim José Maria de)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. N. na Granja, no districto de Evora, a 22 de novembro de 1835, fal. em Lisboa a 25 de julho de 1893. Era filho de José Ignacio de Oliveira Valle, e de sua mulher, D. Maria Carlota de Castro de Oliveira Valle; sobrinho de Fr. Francisco Ignacio de Oliveira Marreca, cavalleiro professo da ordem de Aviz, a quem deveu a sua educação litteraria e os cuidados d'um segundo pae. Matriculou-se na Universidade de Coimbra no anno lectivo de 1860-1861, e seguiu com distincção o curso de direito, tendo o segundo *accessit* no primeiro anno; o segundo premio no segundo anno; o terceiro *accessit* no terceiro; a classificação de distincto no quarto anno pela sua applicação e talento; e premiado com o segundo *accessit* no quinto anno; sendo no sexto anno, e na congregação final, approvado por unanimidade em procedimento e costumes, obtendo informações distinctas em merecimento litterario. Effeituou a sua formatura em 1865, e doutorou-se em 2 de junho de 1867, sendo seu padrinho o fallecido estadista conde de Casal Ribeiro. Em 1866 publicou a sua *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, dedicada ao referido titular, de quem traz uma carta de agradecimento muito lisonjeira para o autor. O ponto dado pela faculdade, para esta dissertação, fôra: *Sendo muito diversos e desiguaes, de familia a familia, os onus, absolutamente necessarios, a que estão sujeitos os seus rendimentos, e por isso mui desegual tambem, de uns a outros contribuintes, o peso das contribuições; como deverá reformar-se a legislação financial de modo que haja verdadeira egualdade no imposto?* O autor desenvolveu a sua dissertação nas tres seguintes partes: 1.ª *O estado*, 2.ª *O imposto*, 3.ª *Finanças*. O dr. Oliveira Valle, antes de começar o curso de Direito, entrára como estudante ordinario na faculdade de Theologia no anno lectivo de 1859-1860. Depois estudou, e fez exame de allemão em 1866, e de grego em 1867. Exerceu a advocacia em Lisboa por muitos annos, em que muito se evidenciou. Foi deputado na legislatura de 1880-1881, pelo circulo de Moura, e durante os trabalhos parlamentares fez parte de diversas commissões importantes, como da legislação civil, de fazenda, etc. Fez tambem parte da commissão de jurisconsultos nomeada pelo governo para a revisão do codigo do processo criminal. Era socio effectivo do Instituto de Coimbra, da Associação dos Advogados, da Sociedade de Geographia de Lisboa, da Sociedade de Soccorros dos Operarios Fabricantes do Porto, da Associação dos Artistas, de Coimbra, e de outras corporações; era commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Para a *Exposição de Trabalhos Juridicos*, que em 1893 se abriu no Rio de Janeiro, havia o dr. Oliveira Valle enviado tres grossos volumes encadernados, contendo o 1.º cinco protestos; o 2.º as seguintes publicações: *Um crime serodio no Juizo de Extremoz; Um romance no tribunal de Extremoz. Consignação em deposito; Questões de Direito Civil; Embargos ao accordão de Parne n.º 179; Aggravo ao n.º 266, 1.ª resposta da condessa da Junqueira; Questões de simulação de contrato; Recurso de revista 10:731; Aggravo n.º 20:846; Um escandalo; Os filhos contra o pae; A verdade sobre o testamento de D. Candida Guilhermina Duarte, Memorial de José Antonio Rodrigues; Allegação a favor de Afredo de Sousa Calheiros, Supremo Tribunal de Justiça 520:496*. O 3.º volume constava de *theses-Dissertação inaugural*. Tambem enviara mais os seguintes folhetos: *Seguro maritimo; Eu e a Huelva; Questões forenses; O jogo do empurra; Um crime inventado; Pilatos no credo; Teratologia de um processo; Aqui d'El-Rei; Memorial de Francisco Limpo de Lacerda Ravasco; O Leão e o mosquito; Aggravo n.º 22:935; Supplica ao rei para a extincção de pena; Reclamação aos juizes do tribunal administrativo de Lisboa; Carta do conselheiro Carlos José de Oliveira*. Escreveu muitas allegações, recursos, embargos, e outras peças juridicas, que publicou em Lisboa. Sendo ainda estudante escreveu: *Carta de um academico da Universidade de Coimbra aos seus collegas*; sem data e sem o nome do autor, mas é de Coimbra, 1864; *Estudo sobre o drama de E. Bouzique «As dragonadas de Luiz XIV»*, Coimbra, 1864; é dedicado a Thomaz Ribeiro. Collaborou em diversos jornaes politicos, litterarios e scientificos.

**Oliveira Vidal** *(José Antonio de)*. Distincto pharmaceutico e chimico. Nasceu no ultimo quartel do seculo XVIII na villa e couto da Ermida. Fal. em Ilhavo em 1845, aos 60 annos de edade. Foi educado por seu tio materno, Frei Antonio do Presépe, sabendo bem francez, latim e inglez. Dedicando-se á pharmacia, era muito profundo em botanica e chimica, sendo-lhe passada carta de pharmaceutico em 6 de maio de 1807. Em 7 de novembro do mesmo anno abriu pharmacia em Ilhavo, n'uma casa da rua Direita, a qual por sua morte, pertenceu a um genro, seu antigo discipulo, e ali, embora reedificada, está hoje tambem estabelecida uma pharmacia d'um bisneto de Oliveira Vidal. N'aquella pharmacia trabalharam varios praticantes sob a habil direcção

de Oliveira Vidal. O laboratorio chimico pharmaceutico era importante, não faltando os alambiques de tamanhos varios, matrazes, retortas, cadinhos e almofarizes, tudo variado e até objectos de valor, como almofariz de marfim. Acompanhando todos os progressos, não se poupava a sacrificios pessoaes e pecuniarios. Em 1816 Carverton descobriu a quinina. Pouco tempo depois preparava-se o sulfato d'este alcaloide, segundo os processos de Henry, Pelletier e Cassola Oliveira Vidal preparou o precioso e então carissimo producto. Oliveira Vidal cultivava a caça e musica, como verdadeiro amador.

**Oliveira Vidal** *(José Candido Gomes de)*. N. em Ilhavo, aos 11 de março de 1829. Estudou preparatorios, inclusivamente inglez, com o dr. José Antonio Pereira Bilhano, depois arcebispo d'Evora, indo successivamente fazer os exames a Coimbra, onde obteve plena approvação. Fez o curso theologico no seminario d'Aveiro. Como o terminasse muito novo, foi frequentar o 1.º anno de chimica e physica na Universidade de Coimbra, onde obteve um premio pecuniario, não continuando por falta de meios. Disse a primeira missa em 6 d'outubro de 1851, obtendo para isso um breve de dispensa de 18 mezes de edade. Em junho de 1852 foi reger a egreja de Oliveira do Bairro, durante a ausencia do respectivo parocho, que estava em exercicio como lente de theologia na Universidade de Coimbra. Em 30 de junho do anno seguinte despediu-se d'aquella egreja por falta de saude, voltando para Ilhavo. Em 24 de junho de 1854 foi despachado professor de instrucção primaria para a cadeira do Valle d'Ilhavo, então creada de novo, e em 12 de julho de 1856 fez concurso e foi provido na cadeira de Ilhavo, por despacho de 27 de agosto do mesmo anno. A sua intelligencia dava-lhe jus a mais alguma cousa, mas o amor que sempre consagrou á familia, o seu viver modesto e o seu desprendimento pelas posições elevadas e lucrativas, conservou-o por alguns annos no acanhado meio da sua querida terra. Quando em junho de 1871 o arcebispo d'Evora, D. José Antonio Pereira Bilhano, foi assumir o governo da sua archidiocese, escolheu para seu secretario o seu antigo discipulo e nomeou o desembargador da relação ecclesiastica. Contristava o venerando arcebispo vêr tanta intelligencia e tamanha copia de saber esterilisar-se na modesta villa, que a ambos tinha servido de berço. Resolveu por tanto arrancal-o d'ali, e foi então que deu plenas provas da sua brilhante intelligencia e infatigavel actividade. Um escriptor, falando de Oliveira Vidal, disse: «ao lado do busto do santo arcebispo diz bem o medalhão do padre José Candido, collaborador consciencioso da remodelação administrativa por que passou no seu tempo a sé Eborense.» Em 1877 foi nomeado parocho da freguezia da Gloria, da cidade d'Aveiro, de que tomou posse em 28 de setembro do mesmo anno. Os seus serviços parochiaes andam na memoria de todos; ao mais inexcedivel zelo pelos assumptos da egreja alliava a mais evangelica caridade, especialmente pelos pobres seus parochianos. Em junho de 1879 foi escolhido pelo governador do bispado d'Aveiro para professor d'uma das cadeiras do curso de sciencias ecclesiasticas, que regeu até á extincção d'este curso, em 1884, com notavel proficiencia o com admiração e sympathia dos seus discipulos, que reconheciam n'elle um dos professores mais eruditos. Em 24 de agosto de 1880 foi nomeado vigario geral substituto d'esta mesma diocese, cujo governo exerceu por vezes. Com a extincção do bispado de Aveiro em 1882 foi nomeado arcypreste e director do curso ecclesiastico, que continuou a subsistir até 1884, por determinação do bispo de Coimbra, que no anno seguinte lhe concedeu as honras de conego da sua sé. Em 1885 foi nomeado director do collegio de *Santa Joanna*, da mesma cidade, e em 24 de fevereiro de 1866 nomeado reitor do lyceu nacional de Aveiro, logar que desempenhou até á morte, com geral applauso e sympathia do corpo docente e dos alumnos. A terra que lhe serviu de berço serviu-lhe tambem de sepultura, como desejava. Em 1890 sentira-se bastante doente e o mal ia fazendo os seus progressos. Com sacrificio cumpria os seus deveres officiaes. Nos principios de março de 1892, por conselho dos medicos foi para Ilhavo, esperançado em melhoras, que obteve, mas passageiras. Pelas 3 horas da tarde do dia 22 de março do mesmo anno de 1892 apagou-se a luz d'este claro espirito. Aveiro quasi em peso correu a Ilhavo a prestar homenagem á memoria do fallecido que sempre bondoso sacerdote que nunca recusou a sua cooperação a qualquer emprehendimento ou commemoração publica, fôsse qual fôsse a causa que a motivasse. Apezar de militar sempre no partido progressista, era respeitado e até querido pelo partido contrario, dizendo um jornal, orgão do partido regeuerador:.. *era emfim um modeto de bondade e de abnegação.* No dia 27 do mez seguinte, na egreja que elle parochiára tão dignamente, celebraram-se solemnes exequias, com a assistencia do reverendo bispo de Coimbra e 45 sacerdotes. Tudo o que Aveiro tinha de mais illustre na burocracia, nas lettras, nas sciencias e nas artes, além de muitas irmandades o muito povo. Tudo de rigoroso luto. O elogio funebre foi feito pelo reverendo José Maria Castellão, orador de grande eloquencia, tambem já fallecido, que biographando o saudoso extincto disse: «O conego José Candido era extremamente modesto; queria viver ignorado, mas succedia-lhe como á pobre violeta que, escondida no seu canteiro de verdura, rescende aromas denunciando involuntariamente a sua existencia»

**Oliveira Villas Boas** *(José Joaquim)*. Conego da Basilica de Santa Maria, desembargador da Relação ecclesiastica do patriarchado, etc. Era natural de Lisboa, e fal. a 23 de setembro de 1 38. Consta ser parente muito proximo de D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, arcebispo de Evora. Escreveu: *Relação das exequias celebradas na real basilica do Santissimo Coração de Jesus, no fallecimento da augusta e fidelissima senhora D. Maria I, rainha de Portugal, em os dias 22 e 23 de setembro, de 1816*, Lisboa, 1816.

**Oliveiras**. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Santo Adrião, de Duas Egrejas, concelho de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Guidões, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || Santa Maria Maior, de Almacave, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista e conc. de Ponto da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço dos

Francos, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a Nova, distr. de Castello Branco. || Santa Maria do Castello e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

**Oliveiras de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freguezia de Ajuda, 4.º bairro de Lisboa.

**Oliveirinha.** Villa e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Taboa, districto e bisp. de Coimbra; 121 fog. e 474 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está situada n'um valle junto do rio de Cavallos, a 12 k. da séde do conc. A mitra apresentava o prior, que tinha 150$000 réis de rendimento annual. A pov. é muito antiga; foi cabeça de concelho. Tem carta foral, dada por el-rei D. Manuel em 15 de maio de 1514; é escripta em pergaminho regularmente conservado, que se encontrou no archivo da camara de Taboa em 1885. Abre com as armas nacionaes a côres, e tem illuminuras em todas as iniciaes de cada periodo. Na segunda pagina lê-se em nota de typo differente: «Este foral foi revogado por meio de sentença que o infante D. Henrique e o seu mosteiro de Santa Cruz offereceu contra elle no Juizo da corôa da Casa da Supplicação, que se extrahiu do processo em 18 de novembro de 1542 como no fim do foral se individua.» No fim do foral lê-se realmente parte d'um manuscripto do desembargador e conservador da Universidade de Coimbra, Fernando Rodrigues Pereira de Sousa Barradas, de 8 de junho de 1810, em que o juizo da Conservatoria da Universidade de Coimbra mandou averbar e juntar ao foral a sentença do Juizo da Corôa da Casa da Supplicação, pela qual se revogou o mesmo foral, mandando pagar os foros e pensões na fórma do tombo de Santa Cruz. A queixa foi dirigida a D. João III, que por alvará de 1538 autorisou os embargos, que tiveram como consequencia a sentença referida. Oliveirinha é terra bastante fertil, e pertence á 5.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. Ha aqui uma estação na linha do caminho de ferro da Beira Alta, entre as de Canas de Senhorim e Carregal do Sal. Esta pov. foi elevada a villa por decreto de 16 de janeiro de 1906, ficando com a denominação de *Villa Nova de Oliveirinha.* || Pov. e freguezia de Santo Antonio, da prov. do Douro, conc., com. e distr. de Aveiro, bisp de Coimbra, 552 fog. e 2:114 hab. Está situada a 1 k. da estrada real de Aveiro a Coimbra, e a 7 da séde do conc. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural; feira no dia 21 de cada mez. Esta pov. pertencia á freg. de Eixo, sendo, por decreto de 2 maio de 1849, creada a freguezia, ficando independente. (V. *Eixo*, no *Portugal*, vol. III, pag. 121). A terra é muito fertil em todos os generos do paiz, e abundante de peixe, tanto do rio Vouga como do mar. N'esta freg. está a casa do morgado da Oliveirinha, que foi vinculada até 30 de junho de 1860. O seu ultimo administrador foi Francisco Joaquim de Castro Côrte-Real, pae do sr. conselheiro José Luciano de Castro, chefe do partido progressista. Oliveirinha pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Povoações nas freguezias S. João Baptista, de Covas do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. N. S.ª da Graça, de Envendos, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Paio, de Oliveira, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Oliveira do Conde, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

**Oliveirinhas.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Olivença** (*D. Rodrigo Affonso de Mello, conde de*). Senhor de Ferreira de Aves, da quinta de Aguas de Peixes, etc. Foi guarda-mór de el-rei D. Affonso V; acompanhou este monarcha na jornada que fez a Africa, ficando por governador da cidade de Tanger, o primeiro que teve este cargo. Acompanhou tambem D. João II a Arzilla, etc. Fundou em Evora o convento de S. João Evangelista dos frades loios, onde está sepultado. Foi agraciado com o titulo de conde de Olivença por carta régia de D. Affonso V, passada em 1475, e fal. a 29 de novembro de 1487. Casou com D. Izabel de Menezes, filha de Ayres Gomes da Silva, senhor de Vagos, e de sua mulher D. Brites de Menezes. D'este consorcio nasceram duas filhas: D. Margarida de Vilhena, primeira mulher de D. Pedro de Castro; e D. Filippa de Mello, mulher de D. Alvaro de Portugal, senhor do condado de Tentugal e 4.º filho do 2.º duque de Bragança. Foi seu filho D. Rodrigo de Mello, herdeiro por sua mãe do condado de Olivença, e do senhorio de Ferreira de Aves, etc. Foi o 1.º marquez de Ferreira, conde de Tentugal, e 3.º avô de D. Nuno Alvares Pereira de Mello, que foi o 1.º duque de Cadaval, em 1648. Ficou portanto o titulo de conde de Olivença incorporado na casa dos duques de Cadaval.

**Olivença.** Cidade e praça de guerra da provincia de Badajoz, Hespanha, mas que pertenceu a Portugal. Está situada n'uma planicie regada pelo rio do seu nome, na margem esquerda do rio Guadiana, a 20 k. da praça d'Elvas. Dizem ter sido fundada pelos elvios, logo depois da fundação de Elvas, no anno de 995, antes da vinda de Christo. Era uma villa e praça de guerra de pouca importancia da Extremadura hespanhola. Pelo tratado de paz, de Alcanices, celebrado em 12 de setembro de 1297, Fernando IV, de Castella, se ajustou casar com a infanta D. Constança, filha d'el-rei D. Diniz e da rainha Santa Izabel, sua mulher, e o filho d'estes, depois D. Affonso IV, com D. Beatriz, irmã do rei castelhano. N'esse tratado se decidiu que as villas e praças, e seus termos, de Olivença, Onguella e Campo Maior, ficassem d'ali em deante, e para sempre, pertencendo a Portugal, e Aracêna e Aroche a Hespanha. D. Diniz tomou em tanta consideração a villa de Olivença que logo tratou de reedificar o seu velho castello moirisco, e desobstruiu e ampliou o seu fosso; povoou a villa com portuguezes e deu-lhe foral, em Lisboa, a 4 de janeiro de 1298, com todas as honras, privilegios, regalias e isenções do foral de Evora. Mais tarde, el rei D. Manuel deu-lhe novo foral, confirmando em tudo o antigo, em Santarem, no primeiro dia de junho de 1510. Conforme dissémos, Olivença era no fim do seculo XIII uma povoação de pouca importancia. Eram raros os edificios existentes dentro da fortaleza, assim como os que se levantavam fóra dos muros, onde se estendia um vasto olival, e foi n'esse olival que D. Diniz mandou que se alongas-

se a nova povoação, que se foi desenvolvendo progressivamente, tornando-se em pouco tempo uma das melhores da região. D. Diniz mandou fazer novas muralhas para circumdar a praça, em 1300, nas quaes se viam quatro portas; estas muralhas e o castello estavam muito arruinados no tempo d'el-rei D. Manuel, que mandou reedificar tudo em 1510. N'estas novas muralhas ficaram tres portas: *do Calvario*, *de S. Francisco* e *Porta Nova*, havendo tambem um postigo. Pelo mesmo tempo o referido monarcha mandou construir sobre o rio uma boa ponte, edificada sobre rochedos, com uma alta torre ao centro. Tinha Misericordia, voto em côrtes, um convento de religiosos da ordem de S. Francisco, fundado em 1446 á custa do povo, junto ao baluarte de S. Francisco, e um convento de freiras da mesma ordem, fundado pelo mesmo tempo, tambem á custa do povo. Em Olivença havia duas freguezias, que pertenciam ao bispado de Elvas: Santa Maria do Castello, cujo reitor era apresentado pela mitra e tinha 1:0$000 réis de rendimento, e Santa Maria Magdalena, sendo o reitor apresentado alternativamente pelo papa e pelo bispo de Elvas, com 21$000 réis de rendimento. O padroado da egreja matriz, Santa Maria d'Olivença, foi dado pelo rei D. Diniz ao mestrado da ordem de Aviz. O brazão, julga-se que foi concedido por D. João II em 1485, quando mandou construir no centro do castello uma solida e altissima torre. Este brazão consta do seguinte: Em campo branco um castello da sua côr, e sobre elle uma torre, tudo sobre uma planicie, tendo de cada lado uma oliveira verde, alludindo ao nome da villa. Sobre a porta do castello, chamado *da Graça*, está embutido na parede um escudo de pedra, tendo esculpida a figura d'uma mulher, coroada, empunhando um sceptro, tendo á direita as armas de Portugal e as de Aragão, e á esquerda uma oliveira. Representa a rainha Santa Izabel, infanta de Aragão, e mulher do fundador, ou reedificador do castello. Talvez que fôssem estas as primeiras armas da villa, dadas por D. Diniz quando lhe concedeu o foral. Por baixo das armas lê se esta inscripção:

A PRIMEIRA PEDRA DESTE CASTELLO
FOI POSTA EM DIA DE S. MIGUEL,
E A POZ AQUI PEDRO LOURENÇO DO
REGO, EM TEMPO DEL REI D. D'NIZ.
ERA 1344, QUE HE ANNO DE 1306.

A cinta de muralhas, mandada fazer por D. Manuel, não chegou a concluir-se por fallecer este monarcha. Em 20 de julho de 1641, um exercito castelhano, de 8:000 infantes e 2:000 cavallos, atacou esta praça, mas foi furiosamente repellido pela guarnição. Em 17 de setembro do mesmo anno, outro exercito castelhano, de egual numero de infantes e de cavallos, foi da mesma fórma valentemente repellido. Dez dias depois, 27 de setembro, tornaram ao ataque, ficando as armas portuguezas novamente victoriosas. Em 1643, os castelhanos principiaram a fazer correrias pelas nossas fronteiras do SE, atacando Olivença e Villa Viçosa, mas as guarnições d'estas praças defenderam se energicamente, e saindo a acommetter o exercito inimigo o desbarataram. A mesma sorte soffreram na Beira, Minho e Traz-os-Montes. D. João IV, em desforra, mandou as divisões portuguezas invadir a Extremadura hespanhola, as Castellas e Galliza, atacando Val-Verde, e poudo cêrco a Badajoz, porém tiveram de desistir da empresa. Em 12 de abril de 1657, sendo regente do reino a rainha D. Luiza de Gusmão, viuva de D. João IV, o general castelhano D. Francisco de Tutavila, duque de S. Germano, veiu pôr cêrco a Olivença com um exercito de mais de 6:000 infantes e 2:500 cavallos. Era então governador da praça Manuel de Saldanha. A guarnição era composta, na sua maior parte, de soldados habitantes da villa, que se defendiam valorosamente, mas sem disciplina nem sciencia militar. Vendo, porém, Saldanha e os seus officiaes que os soccorros não chegavam com a promptidão que desejavam, entregaram a praça aos castelhanos no dia 30 de maio do mesmo anno, sob honrosa capitulação. Manuel de Saldanha saiu da praça com 2.300 infantes e uma companhia de cavallaria. Os castelhanos entraram na praça no dia seguinte, puzeram-lhe guarnição, tendo por governador D. Jeronymo de Quinhones. N'esta conjuntura brilhou o patriotismo dos habitantes da villa, patenteando bem o horror ao jugo castelhano, porque sendo rogados pelo duque de S. Germano para que não abandonassem as suas casas e fazendas, nenhum annuiu. S Germano publicou uma ordem para que aos que ficassem, se lhes dessem as propriedades dos que saissem mas não houve um só que acceitasse a offerta, preferindo a pobreza entre portuguezes, do que a riqueza entre castelhanos. O governo portuguez premiou a fidelidade, constancia e bravura dos populares, com todos os recursos precisos, emquanto estiveram fóra de suas casas. Saldanha e os seus officiaes tiveram castigo; Saldanha, depois de alguns annos de prisão, foi degredado por toda a vida para a India, e os seus officiaes fôram uns presos, e outros desterrados. Em janeiro de 1659, o conde de Cautanhede, depois marquez de Marialva, expulsou os castelhanos de Olivença, e restituiu a Portugal esta praça de guerra Em 1801 a França colligou-se com a Hespanha, para fazerem guerra á Inglaterra. O principe regente, depois D. João VI, recusou-se a entrar na liga, para que fôra convidado, o que motivou aquellas duas potencias declararem guerra a Portugal. Os hespanhoes e francezes, sob o commando de Godoy, invadiram o Alemtejo, e apoderaram-se de Olivença. Em 6 de junho do mesmo anno de 1801 assignaram-se os tratados de paz, chamados de *Badajoz*, por um dos quaes Portugal deixou á Hespanha, em refens, a praça de Olivença. Em 1805 Bonaparte prende á traição a familia real hespanhola. A Hespanha revolta-se contra os francezes, e o general castelhano Taranco, que tinha occupado a cidade do Porto com a sua divisão em 13 de dezembro de 1807, revolta se contra Bonaparte, em 6 de junho de 1808, e marcha para Hespanha com as suas tropas. A Hespanha entra na liga anglo-lusa; os francezes lhe tomaram varias praças, e entre ellas Olivença, que foi occupada pelos soldados de Massena. Em 5 de abril de 1811 o marechal general Beresford, com as tropas portuguezas, recuperou Olivença, que ficou de facto e de direito pertencendo a Portugal. A regencia do reino, levada por um impulso de mal entendida lealdade, tornou a entregar, em re-

fens, aos castelhanos a praça de Olivença, e estes a teem conservado no seu dominio, desde então, recusando se sempre a restituil-a.

**Oliver** *(Francisco Annibal)*. Capitão-tenente da armada. N. em 1865, e estudou na Escola Naval, em cujo curso foi classificado com o n.º 2; foi promovido a guarda-marinha em 1886, seguindo em 1887 para a estação de Angola, fazendo parte da esquadrilha de fiscalisação e operações do districto do Congo, commandando uma bateria de desembarque na occupação do Ambrisette, pelo que foi elogiado em diversos relatorios que o governador do Congo, então Neves Ferreira, dirigiu ao ministerio da marinha e ultramar. Sendo 2.º tenente foi duas vezes ao Brazil, sendo a ultima em 1893 na corveta *Affonso d'Albuquerque*, por occasião da revolta de Custodio de Mello contra o governo do marechal Floriano Peixoto. Esta commissão foi bem amarga, cheia de difficuldades que a todos os instantes surgiam, aggravadas pelo estado lastimoso em que se encontravam as corvetas *Mindello* e *Affonso d'Albuquerque*, e pela viagem d'estes dois navios ao Rio de Janeiro com 535 refugiados brazileiros, sob o açoite dos terriveis temporaes que frequentemente infestam as costas do Rio Grande do Sul e do Rio da Prata. Armado o vapor *Pedro III* em transporte de guerra, foi o sr. Francisco Annibal Oliver, já então 1.º tenente, escolhido para seu commandante, de que teve a exoneração quando os refugiados fugiram das duas corvetas e do transporte, do que resultou o rompimento das relações diplomaticas entre os governos de Portugal e do Brazil. Regressando ao reino como immediato da corveta *Affonso d'Albuquerque*, recebeu ordem de responder em conselho de guerra, juntamente com o commandante, o sr. conselheiro Augusto de Castilho. A audiencia realisou-se em janeiro de 1895, sendo os dois illustres accusados absolvidos por unanimidade de votos, absolvição que causou o maior enthusiasmo *(V. Portugal*, vol. II, pag. 912 e 913*)*. Nomeado adjunto do departamento do sul, em Faro, o sr. tenente Oliver desempenhou tambem os cargos de capitão do porto de Olhão, commandante da esquadrilha fiscal da costa do Algarve e commandante da canhoneira *Faro*. Exonerado d'esses cargos foi louvado em portaria de março de 1896, pelo *criterio, zelo e comprovada proficiencia* com que desempenhara as funcções de chefe d'aquelle departamento. Era director do serviço dos pharoes, quando foi requisitado pelo ministro da marinha, o fallecido conselheiro Ferreira d'Almeida, para o acompanhar, como adjunto, nas funcções de delegado do governo a bordo do transporte *Ambaca*, para conduzir á India uma expedição militar, e no regresso trazer ao reino a expedição commandada pelo sr. infante D. Affonso. Satisfeita esta commissão, voltou ao exercicio do seu cargo nos pharoes. Por uma portaria de outubro de 1896 foi louvado, por ter feito parte da commissão que elaborou as *Regras para evitar abalroamentos no mar*, ainda em vigor no anno de 1903. Sendo depois commandante do transporte *Salvador Correia*, na estação de Angola, ahi se conservou até setembro de 1898. De regresso ao reino voltou ao serviço dos pharoes, que é hoje a 5.ª repartição da direcção geral de marinha. Em 1900 seguiu para a divisão naval do Indico, onde pouco depois foi investido no commando interino da corveta *Affonso d'Albuquerque*, e no cargo de chefe do estado maior da mesma divisão até á chegada do cruzador *S. Raphael*, em 1901. Em julho de 1902 regressou ao reino como immediato da corveta *Rio Lima*, depois d'uma tormentosa viagem, em que mais uma vez se evidenciaram os seus meritos de distincto profissional. Novamente foi nomeado para a secção da 5.ª repartição da direcção geral de marinha.

**Olivicultura.** A cultura da oliveira, a industria do fabrico, tratamento e conservação do azeite. Corre entre os autores especialistas que a oliveira veiu da Grecia, sendo oriunda da Asia-menor. E' indubitavel que a *olea europæa sativa* é já velha na nossa arboricultura, occupando logar tão importante na industria agraria como a vinha e os cereaes. Privativa das regiões meridionaes a oliveira vegeta aqui com grande fructo, sendo notavel que a visinhança do mar muito contribue para o seu desenvolvimento. A olivicultura em Portugal é antiquissima. Romanos e arabes a exerceram com egual pericia. *Azeite* é nome arabe. Uns autores dizem que a oliveira foi transplantada do Atlas para a Attica e affirmam outros que veiu no littoral da Syria. Effectivamente, no anno 170 da fundação de Roma, foi trazida para Carthago pelos phenicios. No Atlas ella vegeta espontaneamente. Da Gallia, póde dizer-se que a oliveira foi ali introduzida pelos phocios depois que os romanos fizeram conhecer a sua cultura, que tanta riqueza deu á Italia. A oliveira é a arvore mais preciosa de toda a Europa do sul. Originaria, como se vê, da Asia, propagou-se pela Grecia, Africa, peninsula hispanica e Italia, trazida pelos povos que emigraram para estas regiões Estando ligada e sendo centro de um enorme cyclo de mythos e tradições, póde-se comprehender como a oliveira mereceu sempre uma veneração especial. Os antigos consideravam-na como um symbolo de sabedoria, de paz, de abundancia, de gloria e de triumpho. O respeito religioso que os gregos lhe tributaram é extraordinario; havia inspectores encarregados de proteger estas arvores. Cada proprietario não podia arrancar mais de duas, nem empregar a madeira em cousas ordinarias. Chegava se á confiscação dos bens, e exilio, d'aquelle que fizesse o contrario. A colheita do fructo só era permittida ás mulheres. A religião christã veuera a oliveira como symbolo de paz. No nosso paiz mereceu a olivicultura bem cedo bastantes cuidados. Acham-se reflexos de tal apreço em muitos documentos. Algumas camaras do reino além do respectivo regulamento dos lagares de azeite, dos regimentos do officio de *lagareiro (V. este nome)*, e suas posturas, comminavam penas importantes sobre os que mettessem gado a pastar nos olivedos. Essas penas eram pecuniarias e de prisão, e tanto as pagavam os pegureiros dos bois encontrados a pastar nos olivaes da terra com os proprios donos. A camara de Coimbra fez no seculo XIV a postura seguinte: «Que era en a uereaçom dese concelho q de cada cabeça de boys que achasem andar no olinaaes e vinhas da dita cidade que pagassem por cada hun boy vynte soldos pera este concelho.» Em 1560, houve uma sentença do sobrejuiz do rei, confirmando a de Affonso Martins Alvernaz, juiz de Coimbra, para que o prior

e mosteiro de Santa Cruz da referida cidade pagassem ao rendeiro da almotaçaria de Coimbra, na conformidade da postura que acima transcrevemos, a coima de seis libras dos seis bois do dito mosteiro que em fevereiro de 1359 fôram achados pelo jurado (guarda) nos olivaes de Trogalhia, termo da cidade, e bem assim mais cento e quatorze libras e cinco soldos e meio das custas singelas, etc. A extracção do azeite é praticada desde as mais remotas eras. Os processos usados eram simplicissimos e teem se conservado nas suas fórmas primitivas entre as populações musulmanas Aos processos usados em Portugal dão os entendidos origem romana. Os diversos processos de variavel perfeição influem extraordinariamente sobre a qualidade do azeite. O azeite virgem, sendo o primeiro que se extrae da azeitona, ainda a frio, é geralmente consumido e muito apreciado nos paizes productores. Ordinariamente um litro de azeite virgem custa cem vezes mais do que o de uso ordinario. Para obter o azeite é necessario esmagar a azeitona, para que toda a polpa largue o oleo que contém Esta operação faz se por meio de lagares, ou moinhos mais ou menos differentes, mas cujas peças fundamentaes são uma bacia e um tanque sobre o fundo do qual roda um cylindro ou mó. Um documento que evidencia quanto era estimada a industria do azeite é aquelle em que no anno de 1441 o infante D. Pedro no *consselho (côrtes)* de 24 de maio d'esse anno, em Torres Vedras, mandou passar o seguinte capitulo aos procuradores de Coimbra: «Que do serviço do rei e seus tios fôssem isentas as bestas dos lagareiros emquanto os lagares lavrassem.» Segundo o testemunho de autores do seculo XVIII. um lagar de azeite era complicada machina e officina com os seguintes instrumentos: fuso, vara, peso, chave, malhaes, tortual, concha, agulha, dormentes ou virgens, buxa, veio e porta, e ainda fornalha, caldeira, tarefas, roda, ceiras, frades, entrosa, varanda, mó, balurdo, alguergues, pouso, bancaes, etc. Bluteau, no seu *Vocabulario*, explica que *bancaes* são uns ferros que estão dentro do peso de pedra, em cima, onde assenta o *balurdo*; *malhaes* são dois paus grossos que se põem em cima das taboas que assentam sobre as azeitonas; *alguergues* são as lageas redondas em que se descansam as ceiras quando teem dentro a azeitona que se está exprimendo; o *fuso* é um pau, torneado em espiral, que entra pela porca que está na cabeça da vara e que aperta a prensa; *agulha* é um pau da grossura de um braço que se mette por duas pedras e pelo fundo da vara com a que tem na mão; *roda* é a roda maior de todas as do lagar; a agua a faz girar com o eixo a que está presa, e este faz andar a varanda, entrosa e carretes; *entrosa* é a roda dentada que faz mover a chamada *varanda*; *chave* é um ferro de cerca de quarenta centimetros de comprido e que na ponta é curvo, servindo para metter no buraco do fuso e no do balurdo; *balurdo* é o ferro que se mette no peso ou pedra, e tem um buraco no meio, onde mette a chave para levantar o peso. Antigamente havia medidor e aferidor das medidas do azeite, tendo regimento proprio, como o que se conserva no archivo municipal de Coimbra. Ao azeite era fixado, como para vinho, o preço por todo o anno, conforme a novidade que houvesse, mas a exportação era tão larga que durante o anno encarecia muito. E' thema de varias consultas de algumas camaras esta venda para fóra e são notaveis as do senado lisbonense. A' cubiça dos Filippes, deveram na epoca do seu dominio os fabricantes de azeite as mais odiosas exacções. Ordenou o governo hespanhol que se tomasse para a fazenda real todo o bagaço dos engenhos de fazer azeite com o fim de o mandar novamente exprimer. E' o que se vê do regimento de 15 de outubro de 1630, accrescentado em 28 de julho do anno seguinte. Intitulava-se essa operação *Beneficio do bagaço da azeitona.* Decretou-se tambem uma modificação nos lagares, e estabeleceu se que, depois dos processos ordinarios, até ali seguidos, se fizesse outra moedura do bagaço, e que o azeite extrahido pertenceria á corôa. Fôram nomeados administradores e recebedores em todas as comarcas, e andavam visitando os lagares mestres hespanhoes praticos em tal officio. E' interessante o *modo de executar o beneficio novo no bagaço da azeitona*, que diz assim: «Depois de feitas cinco moeduras de azeitona, e beneficiadas, na fórma ordinaria que se beneficia para seus donos, se ha de ir pondo á parte todo o bagaço, procedido das ditas moeduras, para de todo junto se fazer uma moedura; advertindo, em primeiro logar, que assim como se fôr tirando o bagaço que se fôr moendo, procedido da azeitona, um quarto de hora depois que estiver frio, quanto baste para se soffrer nas mãos, se ha-de ir desfazendo, de modo que fique aquella pasta e bolo, que sae dos ceirões, mui desfeito, para poder melhor ser lavado e não fique em torrões. E logo se deitará todo o procedido d'estas cinco moeduras em um poço, conforme a planta que vae feita á parte, e se encherá da agua quente que corre das caldeiras, e com um ferro de cinco palmos, grossura de um dedo, esquinado em baixo, se revolverá o dito bagaço, mettendo dentro do dito poço um dos ditos lagareiros, de tal maneira, que faça revolver o dito bagaço, com que venha acima toda a grassa e casca da azeitona, a qual, como fôr saindo, a irá colhendo com uma joeira, a mais apertada que puder ser; e o que fôr colhendo na dita joeira o irá deitando á parte, em um repartimento, junto ao mesmo poço, conforme a planta. E depois de haver revolvido com o ferro o dito bagaço, quando parecer que está mais solto, com uma pá o revolverá, enchendo-a do dito bagaço, e com a mão dentro de agua o irá lavando e desfazendo em maneira que fique o caroço mui bem lavado; e assim como fôr fazendo esta diligencia e fôr subindo acima a grassa do azeite com a casca da azeitona a irá recolhendo com a joeira, deitando-a na parte que fica dito. Feita esta lavagem sangrará o poço da agua, deixando-a baixar por um cano, que para esse effeito ha de ter, pondo-lhe o pé atravessado diante, para que escorra sómente a agua e fique dentro do poço o caroço, o qual, depois de bem escorrido dentro do poço, se tirará e deitará ao sol a enxugar, para que possa servir como d'antes para o lume. A agua russa que sáe do lagar se ha de recolher em um tanque pequeno, que chamam balseta, á qual todas as manhãs e tardes se ha de ir colhendo a grassa que sobe acima com a frescura do ar, e se ha de recolher com um penciro pequeno, do tamanho d'um queijo; e o sedaço ha de ser da sorte com que em Portugal peneiram o pão ralo;

e colhida esta grassa e toda a que houver no tanque, se ha de ir recolhendo em uma quarta ou vasilha, que seja capaz para isso; porque esta grassa se ha de purificar, servindo para o effeito, que abaixo se dirá. E tratando do beneficio do bagaço que se tirou do poço, se advirta que não se ha de beneficiar, depois da lavado, no mesmo dia; porque, estando tão humido, se desfazia todo na moenda. E assim, ao segundo dia, se levará aonde se móe a azeitona, e será remoida aquella casca, sem que se lhe ajunte o caroço. E depois de remoida a dita casca meia hora, ou o parecer que basta, se metterá nas ceiras, como se costuma fazer á azeitona, deitando-lhe em cada ceira um prato ou dois da grassa que se recolheu da balsa; e revolvida dentro da ceira com um pau do tamanho de um covado, se lhe deitará uma caldeira d'agua quente, tornando a revolvel a toda, e se metterá debaixo da viga, como se fez com a azeitona; e depois de espremida na fórma ordinaria, se lhe tornará a dar outra calda d'agua quente, revolvida muito bem, e se tornará a metter debaixo da viga, onde ficará parte da noite até á madrugada, como se costuma fazer na azeitona. E este bagaço, que fica aqui, se torna a misturar com o caroço, que estava apartado a enxugar, revolvendo um com outro, com que fica servindo para o lume como d'antes.» A' primeira vista parece por estas disposições, e ainda por outras relativas ao assumpto, que effectivamente o governo hespanhol creára um pingue rendimento para a corôa, sem gravame do povo, tirado de um novo processo do fabrico de azeite, porém o seguinte capitulo, de uma carta enviada pela camara de Lisboa aos governadores do reino, em 6 de novembro de 1651, mostra bem a verdade: «It. Sobre a repisa do bagaço se tem enviado papeis a Sua Majestade, em que se mostra a pouca utilidade que d'isto póde resultar á sua real fazenda, e a muita vexação que se faz a seus vassallos, obrigando-os a dar o seu bagaço contra sua vontade, deixando de se aproveitar d'elle no lume que com elle se faz e no mantimento de seus gados, e sobre isso obrigando-os a fazer tanques á sua custa, que importam mais do que é o proveito que podem interessar, havendo de pedir o ganho aos rendeiros, com o que andam tão desanimados que antes querem perder os proprios lagares e ganhos d'elles.» No seculo XVIII a fabricação do azeite soffria as contrariedades do monopolio. Em Thomar eram obrigados os productores de azeitona a fazel-a moer nos lagares da ordem de Christo e no do alcaide-mór. Jacome Ratton, em 1810, escrevia: «E' necessario remover certos entraves que tanto embaraçam a cultura e perfeição d'este genero: como o privilegio exclusivo concedido nos seculos da ignorancia, contra o sagrado direito da propriedade, e interesses do Estado, as pessoas poderosas e corporações influentes, que só estas possam ter lagares de azeite. Eu, mesmo, em Thomar, fui testemunha ocular de tulhas e tulhas de azeitona, colhida nos mezes de dezembro e novembro, que á espera de vez só poderia ser moida no mez de maio!» A exportação do azeite fez-se desde antigas eras, como se verifica de alguns documentos. Assim, em 1399, a cidade de Coimbra permittiu aos seus moradores o venderem os seus azeites a mercadores nacionaes ou estrangeiros, e que estes livremente os pudessem exportar pela foz do Mondego (antigo *Livro de Provisões* da Camara de Coimbra, fl. 20). N'uma consulta da camara de Lisboa a D. João IV, em 26 de outubro de 1647, já se pede para impedir o encarecimento do azeite, devido á exportação. Apontava-se n'essa consulta que, sendo a novidade pouca, ainda assim o azeite era distrahido para fóra do reino, o que fazia com que na *pedra de Ver-o-pezo* se vendesse por nove tostões cada cantaro de azeite, «*e os pobres, que o compram por miudo, o pagam a razão de trez cruzados, e conforme a isto é sem duvida que pelo tempo em diante irá levantando com excesso.*» Pedia, pois, a camara ordene el-rei: «*que nenhuma pessoa possa mandar d'esta cidade para fóra d'ella e do reino nenhum azeite, sem licença d'este senado, como foi sempre costume.*» Em 1663, decidiu a camara de Lisboa que se impuzesse «*em todo o azeite, que entrar n'esta cidade e seu termo, meio tostão em cada cantaro por entrada, e um tostão por saida de todo o que se navegar pela barra fóra.*» As exportações do azeite no seculo XVI faziam-se especialmente para a Castella-a-Velha, Leão, Flandres, Allemanha, India, Brazil e ilhas. Os olivaes mais extensos eram os de Santarem, Thomar, Torres Novas, Abrantes e Coimbra, ao norte, e os de Serpa, Moura, Extremoz, Beja, Evora e Alvito, ao sul. O azeite de Coimbra era o mais apreciado. Embora a maioria dos agricultores usem ainda dos processos dos romanos no fabrico do azeite, o seu producto disputa primasias com o melhor azeite italiano, saindo com mais gloria e honrarias do grande certamen internacional que, em 1889, se effeituou em Paris. Ali, Portugal alcançou pelos azeites que expoz: 1 premio de honra, 23 medalhas de ouro, 53 medalhas de prata, 105 medalhas de bronze e 121 menções honrosas, ao todo 303 distincções. A Italia, celebrada por seus azeites, pelos seus processos aperfeiçoados de fabrico, não obteve no mesmo certamen nenhum premio de honra, e não alcançou mais de 6 medalhas de ouro, 5 de prata, 2 de bronze,—um total de 13 recompensas ou distincções. A Hespanha, grande productora de azeite, teve um premio de honra, 10 medalhas de ouro, 11 de prata, 8 de cobre e 4 menções honrosas, ao todo 34 distincções. Bibliographia: *Technologia rural*, de Ferreira Lapa; *Memoria sobre a cultura das oliveiras*, por João Antonio Dalla Bella; *Memoria sobre o modo de aperfeiçoar a manufactura do azeite em Portugal*, pelo mesmo autor; etc.

**Olivosa** *(Quinta da)*. Na freg. de Santa Maria Maior e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

**Olla** *(Quinta da)*. Na freg. de S. Silvestre, de Inguias, conc. de Belmonte, distr. de Castello Branco.

**Ollas**. Povoações nas freguezias: N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª do Rosario, de Valle de Figueira, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de de Vizeu. || S. Bartholomeu, de Veiros, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. João da Boa Vista, de Oliveira de Fazemão, conc. de Táboa, distr. de Coimbra. || Ribeira do distr. de Coimbra. Nasce a 3 k. ao S de Táboa, corre a NE, e vae entrar no rio Mondego, proximo de Azere, com 6 k. de curso.

**Ollo**. Pov. na freg. de Santo Isidoro, de San-

che, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Rio do distr. do Porto. Nasce em Lamas d'Ollo, corre a SO, e entra no rio Tamega, na freg. de Gatão, com 35 k. de curso.

**Olmos.** Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 202 fog. e 460 hab. Tem esc. do sexo fem., e caixa postal. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Azibo. Está annexada civilmente á freg. de Chacim. O abbade de Chacim apresentava o cura, que tinha rs. 6$000 de congrua e o pé d'altar. Pertence a pov. á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. Em Olmos existe uma nascente de aguas sulfurosas, denominadas de *Escarledo*, ficando a 13 k. de distancia.

**Oló.** Pov da freg. de S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

**Olumbôa.** Bahia do distr. e prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está situada na zona que formava o extincto distr. de Cabo Delgado.

**Olympio** *(Santo)*. Arcebispo de Toledo. Era natural de Lisboa, que então era ainda a antiga Ulyssipo. Assistiu aos concilios Gangrense, Sardilense, Cordubense, Toletano e Ariminense; escreveu obras theologicas que mereceram o applauso de Santo Agostinho, e fal. no dia 12 de junho do anno 360.

**Om.** Cabo situado na margem direita do rio S. Domingos, Guiné, Africa Occidental, na foz do mesmo rio e em territorio do gentio felupe de Bolor. Tambem é chamado *Caton*, ou *Oon*. || Pequeno rio confluente da margem direita do rio S. Domingos, ou de Farim, na Guiné, Africa Occidental. Nasce em territorio de gentio felupe.

**Omezio.** Termo antigo, que significava homicidio, morte violenta de homem ou mulher, sem autoridade de justiça Em todos os nossos foraes antigos era o *omezio* uma das penas que nunca se omittia. No Aro, termo de Lamego, era costume que, achando se alguma pessoa morta, sem saber quem fôra o aggressor, o logar mais visinho era obrigado a pagar de coima, ao mordomo, 30 maravedis, ou provar quem o matára ou de que morrera. D. Affonso IV aboliu este costume, nas suas primeiras côrtes, o que consta do *Tombo do Aro*, de 1346, fl. 3, verso. No foral de Bragança, de 1187, se diz: (traducção do seculo XIV) Se o morador da vossa Villa matar a outro, que nom for de vossa Villa, nom peyte por el nê miyalla: e se matar o de fóra ao da vossa Villa, peyte por el cee (300) ssoldos... A Rouso, a Omezio, e a Furto, vaya El Rey, isto é, são do rei estas tres coimas.

**Omnibus.** Carruagem publica que comporta muitos passageiros. Os primeiros omnibus começaram a circular em Paris em 18 de março de 1672. Em Lisboa tambem existiu no seculo passado uma companhia de carruagens omnibus, que tinha o escriptorio no largo do Pelourinho, hoje praça do Municipio. Eram carruagens pesadas que faziam uma ou duas carreiras por dia para Belem, Bemfica, Campo Grande e Lumiar. A Companhia acabou, e os omnibus fôram substituidos pelos carros americanos, a que succederam os actuaes carros electricos.

**Omizião.** Termo antigo de adversario, inimigo, etc. El-rei D. Diniz mandou que: «Se algum, afim de matar, deshonrar ou fazer mal, entrasse na casa d'alguem, ou o accommettesse no caminho, e o aggressor fôsse morto, chagado ou deshonrado, ou qualquer dos que com elle fôrem, não seja aquelle que se defender, nem aquelles que com elle estiverem *Omizião* (julgado assassino) *d'aquelles que o commetteram, nem dos que com elle fôrem, nem da sua linhagem d'elles. E todo o homem que contra este veer, pera acooimar, ou fazer vindita, que moira por ello.*» (Codigo Affonsino, livro 4.º, tit. 73). Ao sitio onde se commettia o assassinio, se ficava chamando muitas vezes *logar do Omizio*.

**Onda.** Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no districto e arceb de Gôa, na India.

**Onde.** Pov. do sobado do mesmo nome, no concelho de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Ondonga.** Vasto territorio ao S do rio Cunene e a SE do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. Tem minas de sal, e é muito proprio para a cultura de cereaes.

**O'Neill.** Esta familia é d'uma antiga dynastia irlandeza; filiação regia desde Ollegario em 432, 1.º rei christão da Irlanda, até ao seculo XIII. Principes soberanos desde o seculo XIII até 1616: Condes de Tyrone e Barões de Dungannon por decreto de Henrique VIII, rei de Inglaterra, em 1542. No seculo XVII, em consequencia da perseguição dos catholicos na Irlanda, esta casa dividiu-se em 4 ramos principaes: 1.º O dos Condes de Tyrone que emigrou para a Martinica; 2.º O dos Principes de Tyrone e Clanebay, que veiu para França estabelecendo-se depois em Portugal; 3.º O de Fews que se estabeleceu em Hespanha; 4.º O dos O'Neill, Lords de Shanes-Castle, que ficou na Irlanda, hoje extincta na linha varonil. O seu brazão d'armas, que é usado por todos os ramos catholicos d'esta casa na Irlanda, em Portugal, na Martinica, em Hespanha e França, consta do seguinte: Escudo de prata com dois leões de vermelho affrontando-se e supportando uma mão direita da mesma côr espalmada e posta em pala; os dois leões acompanhados em chefe de tres estrellas de cinco raios, tambem de vermelho, e em contra (na ponta do escudo) um rio ao natural e no meio d'elle nadando um salmão tambem ao natural, posto em face. Mote: *Coelo, Solo, Salo, Potentes*. O ramo portuguez d'esta familia vem, segundo dissémos, dos antigos principes soberanos de Tyrone e Clanebay até ao seculo XVII. No começo do seculo XVIII, Felix O'Neill, chefe do nome e da casa, desapossado de todos os seus bens pela confiscação que soffreram os catholicos na Irlanda, emigrou para França, e ali morreu na batalha Malplaquet, na Belgica, em 1709 como official da brigada irlandeza. Casara com D. Catharina, da nobre familia de Keating, e enviuvando passara a segundas nupcias com D. Joanna O'Dempsey, filha do visconde de Clanmalier. Do segundo matrimonio não houve successão, mas do primeiro nasceu um filho, Constantino O'Neill, que casou com Cecilia O'Hanlon. A familia O'Neill estava estabelecida em Portugal, onde adquiriu propriedades nas comarcas de Lisboa e Setubal. Do casamento de Constantino O'Neill e de D. Cecilia O'Hanlon O'Neill, nasceu João O'Neill, que foi proprietario im-

portante no concelho d'Almada, e casou com D. Valentina Ferreira em 1758; e mais dois filhos, Felix e Carlos, e sete filhas. João O'Neill foi o bisavô de Henrique O'Neill, visconde de Santa Monica. (V. *este titulo*). Alguns membros d'esta familia teem occupado elevadas posições na côrte, na magistratura e nas fiuanças.

**O'Neill** *(Henrique)*. Foi visconde de Santa Monica. V. *este titulo*.

**O'Neill** *(Luiz)*. Primeiro secretario de legação em disponibilidade, na repartição do gabinete do ministerio dos estrangeiros. E' descendente da nobre e distincta familia d'este appellido, ha longos annos residente em Portugal. Dedicando-se á carreira diplomatica, foi nomeado addido á embaixada de Roma, por decreto de 4 de dezembro de 1887. Não partiu logo para o seu destino, porque lhe foi permittido, por portaria do mesmo mez, ficar serviudo temporariamente no ministerio dos negocios estrangeiros. Dois annos depois, em 17 de julho de 1889, foi para Vienna d'Austria como encarregado dos despachos, d'onde regressou ao serviço no referido ministerio, como segundo official na direcção politica; em outubro aiuda de 1889 foi encarregado d'uma commissão importante, que bem demonstrava a confiança que n'elle depositava o governo. Debatia se em Bruxellas a complicada questão internacional relativa ao Estado Independente do Congo, e o sr. Luiz O'Neill foi n'essa occasião transferido, ainda como addido, para a legação na côrte da Belgica, sendo ao mesmo tempo encarregado, na qualidade de segundo secretario, da correspondencia relativa áquelle melindroso assumpto. Permaneceu em Bruxellas desde 25 de outubro até 16 de dezembro, regressando então a Lisboa, no gozo de licença d'um mez. Em 9 de maio de 1891 partiu de novo para aquella legação, até que em 7 de outubro do mesmo anuo foi nomeado secretario de segunda classe da embaixada de Roma. Mas logo, seguidamente, foi mandado para Vienna d'Austria, como encarregado de negocios interiuo, onde se conservou até 29 de junho de 1892, voltaudo então de novo para Lisboa. Em 1895 foi para o Rio de Janeiro, como secretario do nosso ministro n'aquella republica.

**Onias.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Marvilla, conc. e distr. de Santarem.

**Onna.** Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no districto e arcebispado de Gôa, India.

**Onôr.** Rio do distr. de Bragança. Nasce na raia da Galliza, corre para o SO, e vae desaguar no rio Sabor, a 6 k. de Bragança. Tambem é chamado *Contense*.

**Onsêlá.** Pov. do concelho de Sanguem, Novas Conquistas, no districto e arcebispado de Gôa, India.

**Onze às Doze.** Ilha Terceira; logar na freg. de S. Jorge, de Doze Ribeiras, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

**Onzenas de Baixo.** Pov. na freg. de Sant'Anna, de Aldeia do Matto, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

**Onzenas de Cima** (*Monte das*). Na freg. de Santo Antonio, de Couço, conc. de Coruche, districto de Santarem.

**Onzuella.** Rio affluente do Cuango, na prov de Angola, Africa Occidental. Nasce no valle de Cassange, e entra no Cuango pela margem esquerda.

**Oom** *(Frederico)*. Capitão de engenharia; 2.º astronomo de 1.ª classe, sub-director do Real Observatorio Astronomico; socio correspondente da Academia Real das Sciencias, de Lisboa; vogal representante do mesmo Observatorio no Conselho Superior de Instrucção Publica, por decreto de 30 de novembro de 1907. N. em 9 de abril de 1864; assentou praça em 25 de setembro de 1880, sendo promovido a alferes em 4 de janeiro de 1888, a tenente em 23 de janeiro de 1890, e a capitão em 9 de novembro de 1900. E' condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de Aviz. Tem publicado: *Observações meridianas do planeta Marte durante a opposição de 1892*, em francez, Lisboa, 1895; *O eclipse do sol em 1900*, Lisboa, 1900. O primeiro d'estes trabalhos é de collaboração com o sr. Campos Rodrigues.

**Oom** (*Frederico Augusto*). Contra almirante, director do Observatorio Astronomico da Tapada de Ajuda. N. em 1830, e suicidou-se com um tiro de revolver, em 25 de julho de 1890. Era filho de Thomaz Oom e de D. Maria Christina Pereira de Carvalho; irmão do escriptor Thomaz Oom (V. o *artigo seguinte*). Assentou praça como aspirante a guarda-marinha a 9 de dezembro de 1842, tendo 12 annos de edade. Foi promovido a guarda-marinha em 23 de outubro de 1849; a segundo-tenente, graduado, em 14 de novembro de 1851, e a effectivo em 6 de setembro de 1852; a primeiro tenente em 9 d'abril de 1861, a capitão-tenente em 15 de novembro de 1871, a capitão de fragata em 18 de outubro de 1877, a capitão de mar e guerra em 5 de junho de 1884, e a contra-almirante em 28 de fevereiro de 1890. Era engenheiro hydrographo, primeiro astronomo de primeira classe, e director do Real Observatorio Astronomico de Lisboa. Tinha o curso completo de marinha e o curso geral da Escola Polytechnica, tendo sido premiado na segunda, setima e decima cadeiras. Quando se organisou o Observatorio Astronomico, a commissão, encarregada da sua construcção e organisação, ponderou ao governo a conveniencia de habilitar um individuo, que, possuindo o curso regular de estudos na Escola Polytechica, adquirisse os estudos de astronomia sideral e os usos praticos dos grandes instrumentos, mediante os quaes se fazem taes observações. Para este fim propoz a commissão que o então segundo tenente da armada Frederico Oom fôsse mandado para o observatorio astronomico de Pulkowa, na Russia, a instruir-se no manejo pratico dos instrumentos ali usados. O governo, em portaria de 30 de junho de 1858, approvou a proposta, e mandou que o referido tenente se apresentasse á commissão, para receber todas as instrucções que ella tivesse por conveniente dar-lhe, para o bom desempenho do indicado serviço. Era socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, vice-presidente da Sociedade de Geographia, commendador da ordem de S. Bento de Aviz, e da de Santo Estanislau da Russia, segundo grau. Não teve commando de navios. Deixou alguns trabalhos nos *Tratados da Academia das Sciencias de S. Petersburgo*, em 1861. Publicou em Lisboa, 1878, as *Considerações ácêrca da organisação do Real Observatorio Astronomico de Lisboa*; *Observações do grande cometa*, 1881, sendo estas

publicadas no *Jornal de Sciencias Mathematicas*, etc. Em edição posthuma, Lisboa, 1895, publicaram-se as *Instrucções sobre o emprego de um «Universal» como instrumento de passagens.*

**Oom** *(Thomaz)*. Escriptor. N. em Lisboa em 1822, fal. em 1857, victima da febre amarella. Era filho de Thomaz Oom e de D. Maria Christina Pereira de Carvalho. Dedicou-se á vida commercial, e aos 15 annos fundou o *Mosaico*, semanario contemporaneo do *Ramalhete*, e que durou tres annos, de 1837 até 1840. Collaborou depois no *Beijaflôr*. O *Mosaico* foi um jornal importantissimo para a nossa historia litteraria, porque se estrearam ali os escriptores Rebello da Silva, Mendes Leal, Andrade Corvo, Lopes de Mendonça, etc. Enthusiasta pelo theatro, foi socio e secretario da companhia Gil Vicente, que representou varias vezes nos theatros de D. Maria II e do Salitre, sendo traducções suas muitas das peças que se representaram. Em 1852 fundou a *Revista dos espectaculos*, que durou até 1855, onde publicou as suas *Ephemerides musicaes*, collecção muito interessante de apontamentos biographicos de dieffrentes artistas portuguezes antigos e modernos, e de dados importantes para a historia do theatro italiano em Portugal. Consta que Thomaz Oom possuia apontamentos para muitos artigos biographicos, que não chegou a escrever, por ser surpreheudido pela morte, contando apenas 35 annos de edade.

**Opêa**. Pov. na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, concelho e districto de Leiria.

**Óque d'ElRei**. Nome por que tambem é conhecido o cabo ou ponta de Anna de Chaves, situado na costa NE da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Este cabo entra muito pelo mar; é redondo e sobe um declive suave até 20 m.; fórma o extremo N da bahia de Anna de Chaves ou porto da cidade, assim como a ponta de S. Sebastião fórma o extremo S, ficando a bahia aberta a NE, e as duas pontas na direcção de NO a SE. A ponta O'que d'ElRei divide o porto da cidade da bahia Praia Lagarto. Tem tambem o nome de *S. José*, por n'outro tempo ter havido ali um forte d'este nome.

**Oração**. Ilha do archipelago de Bijagoz, na Guiné, Africa Occidental. Fica no rumo NE para SO, a 5 k. da ilha Formosa e proximo das do Uno e Nhoço. E' pequena, mas muito aprazivel. Tem bons portos, que abundam em peixe de excellente qualidade. Os indigenas cultivam varios generos agricolas e criam principalmente gallinhas e cabritos. O capitão Santos Vidigal, auxiliado pelos negros, fez em 1700 guerra ao gentio d'esta ilha, ao qual queimou as cubatas e fez muitos prisioneiros.

**Oraculo**. Chamava-se assim a um oratorio, capella, pequena egreja, ou outro qualquer logar de oração Em 1203 vendeu o mosteiro de Santa Marinha, da Costa, de Guimarães, o *oraculo* de S. João. D'estas vendas de oraculos ha muitos exemplos na nossa historia, desde o seculo IX até ao XIII.

**Orada** *(Antonio Pedro Mendonça Côrte Real, visconde da)* Importante proprietario em Albufeira. N. n'esta villa em 1839, e fal. em Lisboa a 8 d'abril de 1907. Era descendente d'uma das familias mais illustres do Algarve; e casado com D. Maria Jesuina de Mendonça Côrte Real Foi agraciado com o titulo de visconde da Orada em 1887.

**Orada**. Pov. e freg. de N. S.ª da Orada, da prov. do Alemtejo, conc. de Borba, com. de V. Viçosa, distr. e arceb. de Evora; 218 fog. e 955 hab. A egreja parochial fica distante 9 k. da séde do conc. A pov. está situada na margem direita da ribeira de Alcaraviça, na estrada que vae de Extremoz a Elvas. A mitra apresentava o cura, que tinha 207 alqueires de trigo e 56 de cevada. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. d'Albufeira, distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, conc. e distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Porta e conc. do Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

**Orade**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Orango**. Ilha situada ao S do archipelago de Bijagoz, na Guiné, Africa Occidental. E' a maior do archipelago, e fórma o limite O do ramo E em que se divide o canal do rio Grande de Guinalá. E' pouco conhecida e raras vezes procurada, por causa dos numerosos baixios e recifes que a cercam. No entretanto, sabe-se que é muito povoada e que abunda em generos alimenticios. Era n'esta ilha que os portuguezes se abasteciam, quando tinham estabelecimentos no rio Grande. As costas são pouco elevadas e da mesma natureza que as das ilhas visinhas, muito arenosas, com rochas negras e vermelhas, cobertas de lavas, que indicam uma origem vulcanica. Vista de certa distancia, ao S, parece que são duas ilhas inteiramente separadas, por se estender 10 k. para o O, e voltar abruptamente para o N. no cabo Camaleon, formando esta volta uma bahia. A ilha de Orango tem nas cartas inglezas o nome de *Warrang* ou *Warang*, e nas francezas de *Harang*. Foi cedida a Portugal em 1864, e faz parte do conc. do Bissau. || Bahia situada na costa S da ilha do mesmo nome, no archipelago de Bijagoz, Guiné, Africa Occidental. Tem 8 k. de largura, 10 a 11 de fundo, e é dividida em duas por uma ilhota, para o S da qual ha bancos de areia. A sua entrada é difficil por ser muito esparcelado todo o lado S da ilha.

**Oratorio** *(Congregação do)*. V. *Portugal*, vol. II, pag. 1119.

**Orbacem**. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Caminha, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 126 fog. 496 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades do rio Ancora. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 300$000 rs. de rendimento. A terra é fertil, a pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

**Orbideiro**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villar de Murteda, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Orca**. Pov. e freg. de S. Francisco de Assis, da prov. da Beira Baixa, conc e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. Está situada a 3 k. da margem direita da ribei-

ra do Ceife, na estrada de Alpedrinha a Idanha-a-Nova. Dista 15 k. da séde do conc. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Ha feira no dia 8 de setembro, e mercado no 1.º domingo de cada mez. Os condes de Povolide apresentavam o cura. que tinha 8$000 rs. de congrua e o pé d'altar. E' n'esta freg. o santuario de N. S.ª da Oliveira, assim denominada, por ter apparecido a imagem no tronco cavernoso d'uma arvore. Fica esta capella fóra da povoação de Orca, a 1 k. de distancia, em logar solitario, entre uns olivaes. O templo é muito antigo mas não se sabe ao certo a data do apparecimento da imagem, nem da fundação da capella. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

**Orçario.** Pov. da freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvadas, conc. do Porto de Moz, distr. de Leiria.

**Ordasqueira.** Pov. da freg. de N. S.ª da Oliveira, de Matacães, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. Tem caixa postal.

**Ordem.** Pov. e freg. de Santa Eulalia, da provincia do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 123 fog. e 435 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada junto dos dois affluentes do rio Sousa. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Chavão, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Christina, de Longos, conc de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Maceda, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || S. Nicolau, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Rabaçal, conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria, de Terroso. conc. de Povoa do Varzim, do mesmo distr. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Casal na freg. do Santissimo Sacramento, de Cabeçudo, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Casal na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, do mesmo distr. || Herdade na freg. de S. Domingos, do Maranhão, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || Monte na freg. de N. S.ª dos Martyres, de Martyres, conc. do Crato, do mesmo distr. || Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação de Chivala, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Ordenação.** Acção de ordenar ou de conferir ordens ecclesiasticas. Os canones permittem apenas fazer ordenação em certos dias, que são os domingos e as festas duplas para as ordens menores, os sabbados das quatro temporas, as vesperas da Paschoa e de Pentecostes para as ordens sacras, salvo o episcopado que não é *ordenação*, mas sim sagração. Só o bispo póde conferir ordens de diacono e de presbytero; mas é elle geralmente que confere tambem as ordens menores, mas para este ultimo caso poderia delegar um sacerdote.

**Ordenações.** Dava-se este nome ás nossas antigas leis compiladas em codigos. A primeira compilação conhecida com este nome é das *Ordenações Affonsinas* (V. *Portugal*, vol. I, pag. 58). No tempo de el-rei D. Manuel imprimiu-se uma nova collecção das leis do reino, contendo as ordenações affonsinas com modificações introduzidas pelo tempo. Estas ordenações foram mandadas imprimir pelo referido monarcha, e ficaram conhecidas por *Ordenações Manuelinas* (V. o *artigo seguinte*). Houve tambem as *Ordenações Filippinas*, que fôram compiladas por ordem de Filippe I, de Portugal, e II de Hespanha, e publicadas no reinado de seu filho, Filippe II, em 1603 (V. *Portugal*, vol. III, pag. 495). As edições das ordenações feitas nos seculos XVII e XVIII pelo mosteiro de S. Vicente de Fóra, em Lisboa, que para isso tinha privilegio, chamam-se vulgarmente *Ordenações Vicentinas*. || Bibliographia: *Synopsis Chronologica*, por José Anastasio de Figueiredo; *Prelecções de direito patrio*, por Francisco Coelho de Sousa Sampaio.

**Ordenações da India.** E' uma compilação mandada fazer por el-rei D. Manuel. Foi publicada em Lisboa, em casa do Luiz Rodrigues, 1539. E' edição tão rara que de alguns bibliophilos foi desconhecida, chegando em 1807 a fazer-se uma edição, como se estivessem ineditas. Da edição de 1539 ha uma copia manuscripta na Bibliotheca Publica de Evora. As *Ordenações da India* teem a data de 8 de setembro de 1520.

**Ordenações Manuelinas.** Fôram estas ordenações impressas em Lisboa, em 1514, por João Pedro Boulhomini, de Cremona. Ha noticia de exemplares d'esta rarissima e formosa edição impressos em pergaminho fino e em papel. José Anastasio de Figueiredo, na sua *Synopsis Chronologica*, descreve um exemplar que existia no Archivo Nacional. Constava de cinco livros todos impressos em Lisboa no referido anno de 1514, porém com datas differentes, a saber: O livro I em 30 de outubro, o II em 15 de dezembro; o III em 11 de março; o IV em 24 do mesmo mez, e o V em 28 de junho. Esta edição foi revista, corrigida e examinada pelo doutor Ruy Boto, chanceller-mór do reino, e do conselho d'el-rei D. Manuel. Esta edição é tida por alguns autores como sendo uma *segunda impressão*, pois que assim expressamente se declara no principio do livro I. A primeira edição teria sido feita em 1512, ou 1513, por João de Kempis. João Pedro Ribeiro, Tito de Noronha, e outros, puzeram comtudo em duvida a existencia de tal edição. A' edição de 1514 seguiu-se outra, em 1521, constituindo uma nova e differente compilação. Existe um exemplar magnifico na Bibliotheca Nacional de Lisboa, foi estampada por Jacob Combreger, allemão. O I e IV livros sairam em Evora, o II, III e V em Lisboa, tendo este ultimo a data de 11 de março de 1521. Depois d'esta edição mencionam os bibliographos outra feita em Lisboa por Germão Galharde, francez, terminada a 27 de julho de 1526. Apóz esta ha outra, a que communmente se assigna a data de 1533, feita em Sevilha por João Cromberger, talvez filho de Jacob, mas que parece ser de 1539, havendo confusão com a data do alvará de licença para a edição, que tem a data de 17 de junho de 1533. Segue-se outra edição, que se suppõe ser de todas a mais conhecida, pois a seu respeito não ha a menor duvida. No fim tem a seguinte subscripção: *Aqui acaba o quinto livro das Ordenações. Foi impresso em a cidade de Lixboa por Manoel*

*Joam, e se acabou aos 3 dias de março de 1565. Deo gratias. Quarta impressão.* Esta indicação de *quarta impressão* é que permittiu suppôr-se por muito tempo a existencia da edição de 1526, antes de que houvesse d'ella noticia mais segura, tendo a sua existencia sido geralmente negada. A imprensa da Universidade fez em 1797 uma nova edição das Ordenações Manuelinas, dirigida pelo lente substituto de Leis Francisco Xavier de Oliveira Mattos, coadjuvado, segundo affirmam, por João Pedro Ribeiro. Da formosa edição de 1514 ha dois exemplares na Bibliotheca Nacional de Lisboa, completos, com todas as gravuras, e em magnifico estado de conservação. São dois monumentos bibliographicos pela sua belleza. Todos os livros são precedidos de uma estampa, excepto o III que tem duas. A gravura do livro I, que reproduzimos em formato reduzido, representa o rei, de corôa na cabeça, sentado no throno, vestido de armadura, com o manto real, e empunhando o sceptro, no extremo do qual parece prender-se uma fita com a legenda: *Deo in celo, tibi autem in mundo.* O doutor Ruy Boto, de joelhos e com o gorro no chão, apresenta ao monarcha um livro sobre o qual este põe a mão, acceitando a apresentação das Ordenações corrigidas e emendadas por aquelle doutor. Ao lado direito do rei vêem-se os doutores, alguns com livros nas mãos, ou em acto de falar. A' esquerda estão os alabardeiros. No alto da estampa, á direita, o brazão real, á esquerda a esphera armillar. O livro I, como todos os demais, tem na folha do rosto uma gravura na primeira metade da folha, representando, da parte direita o brazão real, com o seu elmo, e sobreposta a corôa, e por timbre o dragão alado; e da parte esquerda a esphera armillar, tendo na ecliptica as letras C. A. D. A. T. G., e no pé em que assenta a esphera, envolta uma faxa com a legenda *Spera in Deo, et fac bonitatem.* A estampa tem uma cercadura de folhagens As gravuras dos outros livros são egualmente interessantes e adequadas ao teor das ordenações nellas contidas, o que explica as estampas. A do livro II representa o rei sentado no throno, com o sceptro na mão, do qual prende a fita com a legenda. A' esquerda está um frade de joelhos, que apresenta ao monarcha um livro, no qual elle pega; d'esse lado figura-se o mar com os navios, e um homem a pescar. A' direita vê-se um grupo de religiosos de differentes ordens. A parte inferior da estampa figura o campo: um homem vae lavrando com o seu arado, outro está cavando, outro de pau levantado persegue as lebres, sobre as quaes correm dois cães. No alto, dos lados, o brazão real e a esphera. Este livro II trata das leis e ordenações tocantes ás egrejas e mosteiros, privilegios d'elles, etc; por isso na gravura figuram os religiosos; trata tambem das herdades, reguengos, etc. O livro III é precedido de duas

Estampa do Livro I das «Ordenações Manuelinas», edição de 1514. (redução a 1/1

estampas. A primeira representa o rei sentado no throno, com o sceptro na mão esquerda, e nos dois dedos indicador e pollegar da mão direita sustenta a esphera e uma faxa com a legenda referida. Esta estampa tem cercadura de folhagens e aves, uma figura de homem e o pelicano ferindo o peito para alimentar os filhos, divisa de el-rei D. João II. A outra estampa, tambem reproduzida neste artigo que fica logo na folha seguinte, representa o rei no throno, tendo na mão direita um rôlo de papel, e na esquerda o sceptro, com a faxa e a legenda mencionadas. A' direita juizes e letrados, á esquerda o regedor das justiças e desembargadores. Na parte inferior da estampa dois escrivães, um alabardeiro de cada lado, e duas figuras que mostram ser um procurador ou advogado e o seu cliente, levando aquelle um papel na mão que parece querer entregar ao escrivão. Trata este livro da ordem do juizo e todos os actos judiciaes do civel. A estampa do livro IV é o rei no throno, empunhando o sceptro com a mão esquerda e a mesma legenda. A' direita differentes personagens. A' esquerda figuras de burguezes, e entre ellas vê se a cabeça de um cavallo. Na parte inferior um popular, de cabeça descoberta para falar ao rei, aponta para um fardo onde se lê *pano*. Do outro lado vê-se um homem de joelhos a escrever, com o tinteiro pendurado de uma fita no braço esquerdo, e duas figuras, uma com um sacco de dinheiro entregando algumas moedas á outra, que se lhe vêem na mão. Este livro trata dos contratos, testamentos, etc.. A estampa do livro V representa do mesmo modo o rei sentado no throno. A' direita estão os juizes, falando um d'elles ao monarcha. A' esquerda estão burguezes, lendo um, com ar compungido, um papel. Em baixo estão tres criminosos de joelhos implorando a clemencia real, entre elles ha um judeu; todos teem grilhões ao pescoço e nos pés; e do outro lado vê-se um alabardeiro. Este livro trata dos crimes, da fórma do juizo criminal e das penas. As gravuras que reproduzimos neste artigo dão melhor idéa do que são as formosas estampas da preciosa edição das *Ordenações Manuelinas*.

Estampa do Livro III das «Ordenações Manuelinas», edição de 1514 (reducção a 1/4)

**Ordenança.** Praça de pret que está ás ordens d'uma autoridade militar ou d'uma repartição.

**Ordenanças.** Corpos irregulares que já existiam na Peninsula no tempo dos godos. Até ao seculo v todos os lusitanos se podiam chamar ordenanças. O conde D. Henrique creou estes corpos, que existiram até 1834. Não combatiam senão em guerra de guerrilhas; e se algumas vezes prestaram bons serviços á patria, sobretudo durante a Guerra Peninsular, a maior parte d'ellas faziam mais perda do que proveito. Eram mal armados, com todas as armas que podiam haver á mão, insubordinadissimos, etc., e nas batalhas pouco mais faziam do que despojar os mortos, e dar maus exemplos ás tropas de 1.ª linha.

A estes corpos dava-se vulgarmente o nome de *companhias da Bicha;* tambem lhes chamavam *Tabaréus*, alludindo á sua indisciplina e á bal burdia incorrigivel, que faziam em toda a parte onde chegavam. As ordenanças eram, em geral, compostas de homens que, pela sua edade avançada ou por outra qualquer circumstancia, estavam isentos da 1.ª e 2.ª linha, e formavam a 3.ª, segundo a organisação decretada por D. João IV, tendo só por obrigação o servir nas defezas das praças. Como a sua arma principal era o *chuço*, chamavam-lhe muitas vezes os *chuços*, e por zombaria a *chuchadeira*. Os *terços*, e depois os *regimentos* de milicias, formavam a 2.ª linha. Na Guerra Peninsular creou-se uma outra 2.ª linha com os corpos de *voluntarios*, sob diversas denominações. Desde 1828 até 1834 houve 52 batalhões de *voluntarios realistas*. Os corpos de milicias fôram creados pelo marechal-general Beresford, em 1808, mas só em 1814 é que lhes deu uma fórma mais perfeita e militar. Todos os officiaes de milicias e voluntarios saiam da classe de paisanos, menos os majores que eram capitães do exercito, em commissão, e os ajudantes, que eram subalternos de 1.ª linha, que tambem serviam em commissão. (V. *Milicias*, *Portugal*, vol. IV, pag. 1109). Em 1834 crearam-se os *guardas-nacionaes*, que era uma especie de milicianos. (V *Portugal*, vol. III, pag. 850.) As ordenanças eram antigamente um corpo de gente de guerra dado pelas camaras e concelhos para a defeza da terra. A elle se referiam as *Ordenações*, nos titulos do coudel-mór e do anadel-mór. Pelo regimento de 10 de dezembro de 1570 foi preceituada novamente a costumada eleição, a votos, das ordenanças, bem como a sua repartição em esquadras. A gente das ordenanças estava sempre alistada, exercitada, apercebida e armada, tendo exercicios ao domingo e alardos periodicos obrigatorios. Durante a guerra da Restauração as ordenanças não deviam ser obrigadas a ir ás fronteiras senão em caso de tão notorio perigo que se não pudesse rebater com os soldados pagos e auxiliares. Pela carta regia de 21 de abril de 1646 se declarou que os Governadores das Armas haviam de ser os arbitros dos casos em que se devia convocar e chamar a gente da ordenança, a qual era obrigada a obedecer. Em 1654 passaram os capitães-móres a ser trienaes. Durante a Guerra Peninsular foi declarado que os donatarios não podiam usar do privilegio do nomear officiaes para as ordenanças. As eleições d'esses corpos continuaram porém nos termos do regimento de 1570. Bluteau, no seu *Vocabulario*, esclarece bem o que eram as ordenanças: «Mudando-se com o tempo a ordem da milicia antiga d'este reino, e ficando somente os officios maiores quasi só com os titulos honorarios, pretendeu el rei D. Manuel melhorar e assentar por lista a gente, que havia em todos os lugares do reino; e el-rei D. Sebastião trabalhou mais n'esta materia, fazendo um largo regimento, que mandou guardar com grande observancia, para adestrar o povo na disciplina militar, e o ter prestes para quando fosse necessario servir-se d'elle. Ordenou que os alcaides-móres e senhores dos lugares fossem capitães-móres d'elles, e que onde os não houvesse fossem eleitos em camara pelas pessoas do governo; e do mesmo modo os sargentos-móres, os quaes depois com os votos da governança elegessem os capitães e officiaes das companhias; que o capitão-mór repartisse a gente do seu lugar e termo em companhias de duzentos e cincoenta, e que cada domingo sahissem ao campo a se exercitar, conforme as armas que cada um trouxesse, havendo premios para os mais destros, e penas aos que faltassem: e que os homens de cavallo fizessem cada mez resenha debaixo dos capitães de cada lugar, e que cada anno se fizessem dous alardos geraes, um pelas oitavas da Paschoa, e outro por dia de S. Miguel; e que se ajuntasse toda a gente do termo na cabeça da capitania, onde pelo capitão-mór e sargento-mór fossem ordenados, e se exercitasse assim a gente de cavallo, como de pé. E para bom governo da milicia tinha o capitão-mór seu regimento, que mandava executar pelos ministros das companhias, em cada uma das quaes havia seu meirinho, escrivão e recebedor. Esta ordem se guardou em tempo d'el-rei D. Sebastião, até todo o d'el-rei D. Filippe o Prudente, e depois se renovou algumas vezes.» Com o regulamento confirmado pelo alvará de 21 de fevereiro de 1816 teve nova organisação o corpo das ordenanças, mandando-se proceder a outra divisão de districtos em todo o reino, criando-se, além dos antigos officiaes, um coronel em cada districto, e alterando-se em parte as eleições dos capitães-móres, capitães e alferes. V. *Exercito*.

**Ordens.** Povoações nas freguezias: S. Julião, de Freixo, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Vicente e Santa Maria, de Irivo e Coreixas, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Ordens do dia.** Com este titulo começou a publicar as suas ordens em 15 de março de 1809 o marechal Beresford na qualidade de commandante em chefe do exercito portuguez. No anno de 1814 não se publicaram ordens do dia desde 18 de junho até 12 de agosto, sendo a interrupção devida á marcha do exercito no fim da guerra peninsular de França para Portugal; em 1815 apenas sairam até 10 de agosto, sendo depois substituidas até fim de agosto do anno seguinte por *Circulares* durante a ausencia de Beresford no Brazil. Continuaram depois a ser publicadas pelo commandante em chefe do exercito até que em consequencia da revolução de 1820 passaram a sêl-o primeiro pela secretaria da guerra até á queda do regimen liberal. Em 1823 e até abril de 1824 fôram impressas em nome do infante D Miguel commandante em chefe, e depois da exoneração d'esse principe voltaram a ser publicadas pela secretaria da guerra. Durante o periodo das Campanhas da Liberdade houve as ordens do dia de D. Miguel que fôram impressas em Lisboa e depois no Porto, Coimbra e Santarem, e as das forças constitucionaes publicadas pela Junta do Porto em 1828, pelos governos da ilha Terceira, pelo conde de Villa Flôr e pelos commandantes em chefe do exercito libertador primeiro nos Açôres e depois no Porto e em Lisboa. Em 1834, em seguida á morte de D. Pedro IV, fôram as ordens do dia publicadas pela secretaria de estado dos negocios da guerra, e assim continuaram até ser o principe D. Augusto nomeado commandante em chefe do exercito. Este principe publicou uma ordem do dia, mas falle-

cendo logo depois e tomando conta da direcção suprema do exercito o duque da Terceira, foi trocada a denominação de Ordens do dia na de Ordens do exercito.

**Ordens ecclesiasticas.** São assim chamados os differentes graus da hierarchia ecclesiastica. Ha sete ordens: quatro *menores*, que são as de porteiro, de leitor, de exorcista, e de acolyto; e tres ordens *maiores*, ou *sacras*, que são as de *sub-diacono*, *diacono*, e *sacerdote*. O sacerdocio tem dois graus: o *sacerdocio* e o *episcopado*. As ordens menores eram primeiro conferidas áquelles que desempenhavam na Egreja funcções inferiores da liturgia: O *porteiro* tinha a guarda do templo, o *leitor* lia as lições, o *exorcista* exercia o seu ministerio sobre os possessos, e o *acolyto* servia no altar os ministros sagrados. Hoje, estas ordens não impõem áquelles que as receberam nenhuma obrigação definitivamente. As outras tres ordens são chamadas *maiores* por causa da dignidade das funcções e dos deveres que lhes estão inherentes, e *sacras* porque dão o poder de tocar as cousas santas. Impõem, áquelles que as tomam, a obrigação do celibato e a leitura do breviario. O *sub-diacono* serve á missa e manipúla os vasos sagrados; o *diacono* tem o direito de tocar o calix depois da consagração, de dar a communhão, de conferir o baptismo solemne, e mesmo de prégar em certos casos; o *sacerdote* offerece o santo sacrificio e administra os sacramentos do baptismo, da penitencia, da eucharistia, da extremaunção, do matrimonio, e mesmo da confirmação, com uma delegação especial; o *bispo*, revestido da plenitude do sacerdocio, confere de direito todos os sacramentos, inclusivamente da ordem: é juiz em materia de fé e depositario ordinario da jurisdicção. As ordens menores pódem ser dadas quer em intervallos separados, quer no mesmo dia. Os canones estabeleceram, na collação das differentes ordens maiores, *intersticios* ou intervallos que devem ser observados, salvo dispensa. Da mesma maneira que deve haver um anno entre a recepção das ordens menores e a de sub-diacono, é tambem preciso um anno entre estas e as de diacono, e um intervallo egual para o sacerdocio. E' necessario ter chegado a uma determinada edade para receber ordens maiores: 21 annos para sub-diacono, 23 para diacono e 24 para sacerdocio.

**Ordens do exercito.** Em 1835, logo que o duque da Terceira assumiu o commando em chefe do exercito, passaram as Ordens do dia a denominar-se Ordens do exercito, e com este titulo teem saido desde então até hoje, contendo todas as medidas de caracter legislativo que interessam aos militares, e as determinações geraes do commando em chefe, do ministerio da guerra, de promoções, recompensas, licenças de officiaes, etc.. Durante a guerra civil de 18 6 e 1847 a Junta do Porto publicou varias *Ordens geraes*, cuja collecção é pouco vulgar, e em 1851 o marechal duque de Saldanha publicou 6 ordens do exercito, no Porto.

**Ordens militares.** As instituições de cavallaria fôram creadas pelo enthusiasmo religioso, e muitas vezes pela virtude, no meio da ignorancia e da anarchia da Edade Media, sendo n'aquelles desgraçados tempos a salvaguarda dos opprimidos e o terror dos oppressores. Sustentadas pelo espirito de união que d'ellas formava o principal elemento, e pelas homericas façanhas de seus membros, as ordens de cavallaria prestaram serviços importantissimos aos estados em que fôram instituidas, sobretudo em Portugal e Hespanha, onde cooperaram efficaz e poderosamente para a expulsão dos moiros. As ordens militares de cavallaria são as seguintes, pela antiguidade das suas instituições: *Ordem de Malta*, creada por Godofredo de Bullhões, em Jerusalem, no anno de 1099, e introduzida em Portugal no reinado de D. Affonso Henriques, durante a regencia da rainha D. Thereza, sua mãe, entre os annos de 1112 e 1128, sendo a sua principal dignidade n'este reino, o grão priorado do Crato. (V. *Portugal*, vol. IV, *Malta*, pag. 782 e 783). A *ordem S. Bento d'Aviz* foi tambem creada pelo mesmo monarcha (V. *Portugal*, vol. I, pag. 902 e seguintes). A *ordem de S. Thiago* foi creada por Fernando II, de Castella e Leão. em 1175, e introduzida em Portugal por D. Affonso I, em 1177. (V. *São Thiago.*) A *ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, instituiu-a el-rei D. Diniz. (V. *Portugal*, n'este vol., pag. 127 e seguintes.). D. João III, em 1551, uniu á corôa os grão-mestrados d'estas ordens, o que augmentou consideravelmente as suas rendas. A *ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa*, creada por D. João VI em 1818 (V. *Portugal*, n'este vol., pag. 122 e seguintes). A *ordem da Torre e Espada* é creação d'el-rei D. Affonso V, em 1459, restaurada por D. João VI, em 1808. (V. *Torre e Espada*). Houve ainda outras antigas ordens militares, como a de *Ala*, da *Frécha*, da *Madre-Silva*, *Ala dos Namorados*, e dos *Templarios*. V. *estes nomes*. ‖ *Bibliographia:* Manuscriptos da Bibliotheca Nacional—Fundo Antigo N.os 355 e 589. Obras de D Carlos de Noronha, Aleixo Tavano, etc.

**Ordens monasticas.** V. *Ordens religiosas*.

**Ordens religiosas.** Estas ordens começaram por associações de christãos de um e outro sexo que, voluntaria, solemne e exclusivamente, se votaram á penitencia e aos exercicios ascéticos. Deveram a sua origem, principalmente, á cruel perseguição, que no meado do seculo III, e no tempo de Decio, rebentou contra os christãos. Querendo entregar se á vida contemplativa, sem aspirarem á gloria do martyrio, houve muitos que fugiram para o deserto, vivendo a principio dispersos nos bosques e montanhas. Depois do seculo IV trataram de se reunir em communidades, e assim começaram as ordens religiosas. Do Oriente veiu o monachado, logo no meado de seculo IV, para o Occidente, espalhando se pelos differentes povos e entre esses Portugal, e já desde o principio da monarchia portugueza, as ordens religiosas fôram augmentando os seus bens e conquistando o poderio e influencia, a par da Egreja. A ordem que se havia tornado mais poderosa era a benedictina, que fundou o seu convento em 529 no monte Cassino (Italia). No reinado de Carlos Magno foi imposta a todo o imperio pelo concilio de Aix-la-Chapelle, em 788. A ordem benedictina, reformada no seculo X pela obra de Cluny, em 910, foi o tronco poderoso d'onde haviam de sair, em diversas epocas, importantes ramos: os camaldulos, em 1012; a ordem de Cister em 1098; os cartuxos em 1084, etc.. O poderio e a riqueza da ordem benedictina, nos fins do seculo XII e principios do seculo XIII, o relaxamento que em alguns logares foi a sua

consequencia, deram origem, no seculo XIII, a um novo desdobramento da vida religiosa, com a fundação das *ordens mendicantes*, mais aproxima das da multidão pela regra que se impunham de só viverem de esmolas, e mais aptas por consequencia para a predica popular. O papado que via n'estas ordens alliados muito uteis, favoreceu lhes o desenvolvimento. Fôram os franciscanos, ordem instituida em 1208; os dominicanos em 1215; os carmelitas, cuja origem parece remontar ao meado do seculo XII, e os agostinhos em 1256. Ao numero das ordens mendicantes devem juntar-se os servitas, em 1232; os eclestiuos, fins do seculo XIII; os menores observautinos, 1363; os minimos, 1502; etc., cujo caracter dominante era a humildade. Na reforma do seculo XVI, instituiu-se uma nova serie d'ordens destinadas mais particularmente á defeza da fé catholica contra o protestantismo e á sua expansão fóra da Europa: ordens mais envolvidas ainda do que as precedentes na vida do seculo, consagradas á prédica, ao ensino e ás missões longinquas. Em todo o reino de Portugal abundaram conventos de muitas d'estas ordens religiosas, as quaes fôram abolidas, pelo decreto de 28 de maio de 1834, que ordenava a extincção dos conventos, mosteiros, collegios, hospicios, e quaesquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, fôsse qual fôsse a sua denominação, instituto ou regra. Os bens pertencentes ás ordens religiosas fôram considerados bens nacionaes, e incorporados no Estado.

**Ordinaria**. Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de Gomiuhães, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Ordins**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Lagares, conc. de Penafiel, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

**Ordonho**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

**Ordonho** *(D.)* Cardeal portuguez, de quem restam poucas noticias. Sabe se, que foi creado cardeal pelo papa Nicolau III em 1278, e falleceu em Roma em 1285, sendo sepultado em Salamanca.

**Ordonho**. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Gouvinhas, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Villa Garcia, conc. e distr. da Guarda.

**Orelhão**. V. *Lamas de Orelhão*. || Rio do distr. de Bragança. Nasce a NO de Lamas de Orelhão, corre para o S e entra no rio Tua, defronte da freg. de Pombal, com 25 k. de curso. || Serra do distr. de Bragança, situada ao NO de Lamas de Orelhão. Corre em direcção NS, tem 8 k. de comprimento, 6 de largura, 1:001 m. de altura.

**Orelhas cortadas**. Castigo que antigamente se impunha a certos delinquentes. No tempo dos godos, e ainda durante os primeiros tempos dos reis portuguezes, existiu o castigo de *orelhas cortadas*. Em varios foraes encontra se esta pena applicada a alguns delictos. O latrocinio, segundo as suas circumstancias ou o foral da terra, era punido com a morte, com a marca de ferro em braza na testa, ou com açoites, ou com o desterro; e a pena de orelhas cortadas tambem se applicava muitas vezes, quando esse castigo era imposto no foral a tal delicto. No foral de Santa Cruz da Villariça, junto a Moncorvo, lê-se: «De furto descuberto det a suo dono toto suo haver dupplato, et uovenas partiant cum Palatio: et prendant illos alcaldes las orelias. Et si allia vice furtaverit, matent illum.» N'um assento das côrtes de Lisboa, convocadas por el-rei D. Manuel, em 1499, se determinou que: «toda e qualquer pessoa que fôsse tomada, *cortando ou desatando bolsa, ora na bolsa se achas se dinheiro, ora não, se fôsse peão, fosse açoitado e desorelhado.*» A mesma pena impunham as *Ordenações do Reino*, L.º V, tit. 60. Tambem em alguns foraes se inflingia o castigo de *orelhas fendidas*, ou *rasgadas*. Os que roubavam os templos ou cousas sagradas, eram tambem *desorelhados*, e algumas vezes *castrados*. Dizem alguns escriptores, que o *desorelhamento* era para que do criminoso não ficasse geração, porque o desorelhado se tornava impotente, por lhe ser cortada certa veia, que passa junto á orelha, depois de cuja operação ficava o homem inhabil para a procreação. A opinião mais geral, porém, e a mais plausivel, é ser este castigo vil e vergonhoso, ficando ladrão conhecido em toda a parte por esta marca indelevel e infamante. Os romanos já usavam este castigo por ser o mais vil e desprezivel. Juvenal, na *Satyra VIII*, diz que os romanos, para se vingarem das injurias que lhes tinha feito o imperador Galba, se fôram ás estatuas d'elle, e lhes cortaram as orelhas e o nariz, praticando o mesmo com outras estatuas dedicadas áquelles de quem se queriam vingar.

**Orelhudo**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra.

**Orengas** Pov. na freg. de N. S.ª do Bom Despacho, de Recarei, concelho de Paredes, distr. do Porto.

**Orentella**. Pov. na freg. de Santo André, de Cardinhã, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

**Orez**. Pov. na freg. do Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga.

**Orgal**. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Castello Melhor, conc. de V. N. de Fozcôa, distr. da Guarda.

**Orgão**. Pov. no conc. de Pondá, Novas Conquistas, no distr. e archipelago de Gôa, India. Está situada a NE da ilha de Gôa.

**Orgãos**. Serra da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada na costa O da ilha, pertence ao systema que atravessa esta de N a S e é a segunda da mesma ilha em elevação. || Ribeira da ilha de S. Thiago, no archipelago, provincia e bisp. de Cabo Verde, Africa Occidental. Corre na freg. do mesmo nome e as suas margens estão muito cultivadas.

**Orge** Pov. na freg. de S. Pedro, de Maximinos, conc. e distr. e Braga.

**Orgem**. Pov. na freg. de S. Verissimo, de Nevogilde, concelho de Louzada, districto do Porto.

**Orgens**. Pov. e freg. de Sant'Anna, da provincia da Beira Alta, conc., com., distr. e bisp. de Vizeu; 265 fog. e 1:341 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Está annexada civilmente á freg oc-

cidental de Vizeu. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

**Orgueira.** Povoações nas freguezias: N.S.ª da Annunciação, de Palhaes, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Conceição e concelho de Villa de Rei, do mesmo distr. || Santo Antonio, de Villarinho de Cottas, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

**Orgueiras.** Pov. na freg. de S. Christovão, concelho de Ribeira de Pena, districto de Villa Real.

**Orieiro.** Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Campo, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Cova, conc. de Vieira, do mesmo districto.

**Origo.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Paus, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Orijai.** Pov. na freg. de S. Paio, de Seramil, conc. de Amares, distr. de Braga.

**Orijo.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, districto de Leiria.

**Oriola** *(D. Fernando José Lobo da Silveira Quaresma, 5.º conde de).* Foi o 2.º marquez de Alvito. V. *este titulo.*

**Oriola** *(D. Joaquim José Antonio Lobo da Silveira, 7.º conde de).* N. a 12 de maio de 1772, fal. na Prussia a 28 de abril de 1846. Era filho do 5.º conde de Oriola e 2.º marquez d'Alvito e de sua primeira mulher, D. Anna Xavier de Assis Mascarenhas *(V. Alvito).* Seu irmão mais velho, 6.º conde de Oriola, herdou o titulo de marquez de Alvito, e D. Joaquim José Lobo foi agraciado com o titulo de conde, por D. João VI, no Rio de Janeiro, por carta de 5 de agosto de 1820. Foi gentil-homem da camara do referido monarcha, provedor da Casa da India, commendador da ordem de Christo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto á côrte de Stockolmo, ao congresso de Vienna d'Austria, em 1815, e em Berlim; embaixador extraordinario em Paris para assistir á coroação de Carlos X, rei de França. Foi eleito par do reino por carta régia de 30 de abril de 1826, de que não tomou posse. Casou em Berlim com M.me Sophia Murray, filha de Carlos Murray O conde de Oriola naturalisou-se prussiano, e foi membro do estado da nobreza na assembléa da provincia de Lusacia, onde comprou as terras nobres de Walden com varios privilegios senhoriaes. Por esta circumstancia perdeu, assim como os seus descendentes, a qualidade de subditos portuguezes. Posteriormente havia sido concedida ao conde de Oriola mais uma vida no titulo, para se verificar no seu filho primogenito; porém, como se tinham naturalisado prussianos, foi negada essa verificação, quando o filho primogenito, Fernando José Lobo, a solicitou no reinado da rainha D. Maria II. Comtudo, tanto elle, como os outros filhos do conde de Oriola, segundo os usos e costumes allemães, gozavam o titulo honorario de condes e condessas de Oriola. Em 1808 publicou este fidalgo em Stocholmo uma obra com o titulo de *Skizze von Brasilien*, da qual se encontra no *Investigador portuguez*, n.º XIX, de janeiro de 1813, a pag. 366, uma noticia e alguns extractos, pelo que se vê, que esta obra é dividida em tres partes: 1.ª A descripção e historia dos limites, descoberta, clima e habitantes do Brazil; 2.ª Divisão do Brazil, limites de suas diversas capitanias ou governos, regimen politico do paiz, administração da justiça, religião e estado ecclesiastico; 3.ª Productos do paiz em geral, productos dos reinos mineral, vegetal e animal, etc.

**Oriola** *(D. José Antonio Francisco Lobo da Silveira Quaresma, 10.º barão d'Alvito, e 3.º conde de).* Foi o 1.º marquez de Alvito. Era filho do 2.º conde, D. Vasco Lobo, e de sua mulher, D. Ignez Margarida de Lencastre *(V. Alvito)*, onde, por engano, saiu 4.º conde, em vez de 3.º conde de Oriola.

**Oriola** *(D. José Antonio Placido Lobo da Silveira Quaresma, 6.º conde de).* Foi o 3.º marquez d'Alvito. Era filho do 5.º conde de Oriola e 2.º marquez d'Alvito, D. Fernando José Lobo, e de sua primeira mulher, D. Anna Xavier de Assis Mascarenhas. V. *Alvito.*

**Oriola** *(D. Luiz Lobo da Silveira, 7.º barão de Alvito e 1.º conde de).* Era filho de D. João Lobo da Silveira, 6.º barão de Alvito, e de sua mulher, D. Magdalena de Lencastre. Seu pae foi provedor das capellas de D. Affonso IV, e commendador da Repreza na ordem de S. Thiago, e fal. em 1654. D. Luiz Lobo da Silveira serviu na guerra da Restauração contra Castella, e foi capitão general de Tanger. Teve a mercê do titulo de conde de Oriola, concedido por D. João IV, pelo decreto de 16 de setembro de 1653, tendo o assentamento em 6 de outubro do mesmo anno. Casou com D. Eufrazia Luiza de Tavora, filha de D. Francisco da Gama, 4.º conde da Vidigueira, e da condessa sua segunda mulher, D. Leonor Coutinho. O brazão é o mesmo que o dos marquezes d'Alvito: Em campo de prata, cinco lobos pardos em aspa, armados de vermelho, tendo o escudo uma bordadura de azul com oito aspas de ouro. Como os barões d'Alvito fôram os primeiros que usaram o titulo de barão em Portugal, os seus descendentes ficaram-se chamando *condes-barões.*

**Oriola** *(D. Vasco Lobo da Silveira, 9.º barão de Alvito, e 2.º conde de).* Era filho do 1.º conde d'este titulo, D. Luiz Lobo da Silveira, e de sua mulher D. Eufrazia Luiza de Tavora. Tendo fallecido seu irmão mais velho, D. João Lobo da Silveira, 8.º barão de Alvito, succedeu-lhe n'este titulo, e no de conde de Oriola, por morte de seu pae. Foi deputado da Junta dos Tres Estados, vêdor da Casa das Rainhas D. Maria Francisca de Saboia e D. Maria Sophia de Neubourg. Fal. a 22 de fevereiro de 1705. Casou duas vezes: a primeira com sua sobrinha e herdeira da casa d'Alvito, D. Bernarda Caetana Lobo da Silveira, filha de seu irmão D. João Lobo da Silveira, a qual fal. a 16 de março de 1687. Casou a segunda vez com D. Ignez Margarida de Lencastre, dama da rainha D. Maria Sophia de Neubourg, filha de Christovão d'Almada, senhor de Ilhavo, e de sua segunda mulher, D. Filippa Maria de Mello.

**Oriola** *(D. Vasco Lobo da Silveira, 11.º barão de Alvito e 4.º conde de).* Era filho do 3.º conde d'este titulo, D. José Antonio Francisco Lobo da Silveira Quaresma, e de sua mulher, D. Thereza de Assis Mascarenhas. N. a 30 de novembro de 1726, e fal., contando apenas 21 annos de edade, a 25 de dezembro de 1747, succedendo-lhe na casa e titulos seu irmão, D. Fernando José Lobo da Silveira Quaresma, que foi o 5.º conde

de Oriola e o 2.º marquez de Alvito. V. *este titulo.*

**Oriola.** Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Portel, distr. e arceb. de Evora; 124 fog. e 462 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A villa dista 14 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem direita d'uma ribeira do mesmo nome, na estrada de Vianna a Portel. O ministro do convento da Trindade, de Santarem, apresentava o reitor, que tinha 100$000 réis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga; consta que já existia no tempo dos romanos, que lhe chamavam *Aureóla*, pela muita abundancia de ouro que produziam as suas minas. Servia de limite, entre as cidades de Evora e Beja. A pov. nada conserva de antiguidades romanas; e se é d'esse tempo, foi destruida pelos vandalos ou polos moiros, pois que no seculo XIII não passava d'uma quinta dos senhores d'Alvito, chamada *herdade da Repreza.* Foi villa, e teve foral dado por el-rei D. Diniz, em Beja, a 2 de março de 1282; e el rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de novembro de 1516. Junto da egreja matriz estão as residencias do parocho e do sacristão, e proximo d'estas casas, um antigo edificio, denominado *Paço da Audiencia*, que era a casa da camara, quando esta villa era cabeça de concelho. Aqui faziam as audiencias os juizes ordinarios, e os vereadores as suas sessões. Perto de Oriola ha um logar chamado do *Outeiro*, onde existe uma grande capella dedicada a S. Thiago. E' terra muito fertil, sobretudo em cereaes. Tem vastos e bons montados, onde se criam muitos porcos e outras qualidades de gado e muita caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

**Oriz.** Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 85 fog. e 334 hab. A egreja matriz dista 7 k. da séde do conc. A pov. está situada nas proximidades da margem direita do rio Homem. Pertenceu ao conc. e com. de Pico de Regalados. O abbade de Santa Marinha d'Oriz apresentava o vigario, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé d'altar. Era uma aldeia da freg. de Santa Marinha de Oriz, da qual foi desmembrada, e feita freg. independente no seculo XVII. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da mesma prov., concelho, com e distr.; 109 fog. e 411 hab. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Homem. Tambem pertenceu á com. e conc. de Pico de Regalados. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 3.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. na freg. do Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Orjães.** Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 207 fog. e 1:150 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 11 k. da séde do conc., e está situada junto d'uma serra do mesmo nome, na estrada da Covilhã a Valhelhas. Os herdeiros de João Tristão, de Moimenta da Serra, e os de Manuel Bordallo, do logar de Gonçalo, apresentavam o prior, que tinha 200$000 réis de rendimento. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Cubalhão, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª do Amparo, de Mira, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Paredes Secas, conc. de Amares, districto de Braga. || Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª da Natividade, de S. Vicente, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Quintas na freg. de S. Pedro, de Orjães, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

**Orjal.** Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Fojo Lobal, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Fornellos, do mesmo conc. e distr. || S. Julião, de Silva, conc. de Valença, do mesmo distr. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena e concelho do Santo Tirso, do mesmo distr. || S. Thiago, de Valpedre, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Faustino, de Vizella, conc. de Guimarães, districto de Braga.

**Orjeiras.** Pov. na freg de S. Domingos, de Valle de Mendiz, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

**Orlaquiri.** Pov. do distr. autonomo de Timor, Oceania. Quartzo aurifero.

**Orlim.** Freg. de S. Miguel, do conc. de Salsete, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo da margem direita do rio do Sal.

**Ormeche.** Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de Pondras, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

**Ormuz.** Cidade e porto da Persia no extremo nordeste da ilha do seu nome. E' constituida de casas baixas, tudo fechado dentro de uma muralha nova flanqueada de torres. O porto é formado por uma enseada que parte da costa oriental, se recurva á medida que se aproxima da cidade, e que termina no forte chamado ainda hoje dos portuguezes. E' defendido por uma torre pequena e offerece um bom ancoradouro para navios de grande lotação, a 50 m. da costa. A antiga Ormuz foi uma das cidades mais florescentes da Asia, os arabes acreditavam que tinha sido fundada por Athar ou Anthar, heroe lendario e muito celebrado nos contos d'esse paiz; alguns escriptores suppõem que era a Ogyris dos antigos e pela sua excellente situação chegou a ser o emporio do commercio entre a Persia e as Indias. No principio do seculo XVI, Affonso d'Albuquerque traçou o plano de se assenhorear de Ormuz, e pondo logo em pratica o seu arrojado projecto, apezar da inferioridade das forças de que dispunha, se apresentou em frente da soberba cidade, e com a sua habitual audacia intimou o soberano a que se reconhecesse como vassalo de Portugal. Khodja Atar, que governava o reino, por ser ainda adolescente o soberano reinante Seif-ed-Din, quiz contemporisar, mas Affonso l'Albuquerque, destruindo completamente com os seus navios a grande esquadra do inimigo, forçou o humilhado rei a acceitar a vassalagem obrigando-o a pagar um tributo de 15:000 xera-

fins, fóra 5:000 para as despezas da esquadra, e a consentir que se construisse em Ormuz uma fortaleza nova, que logo se começou a erigir. Khodja-Atar, informado das discordias que lavravam entre os subordinados de Albuquerque, quiz fugir ao que se havia estipulado e quebrar a vassalagem, mas Affonso de Albuquerque bloqueou a cidade, e faria pagar cara a rebeldia do soberano oriental, se abandonado pelos capitães não tivesse de levantar o cêrco e dirigir se a Socotorá, jurando que em breve castigaria a má fé e perfidia de Khodja-Atar. Effectivamente, em fevereiro de 1514 partia novamente Affonso d'Albuquerque á testa de uma esquadra para Ormuz, e valendo-se das discordias intestinas que reinavam ali, e não recuando deante da idéa de assassinar o primeiro ministro Bas-Ahmed o de praticar outras barbaridades que, até certo ponto, maculam o vulto gigante do celebre conquistador da India, deixou ao soberano de Ormuz apenas uma sombra de autoridade e o vão titulo da realeza, e fixou ahi o dominio de Portugal. Com a perda da nossa independencia começou a desmoronar-se tambem o resto do imperio que tinhamos fundado no Oriente, e Ormuz, uma das joias mais preciosas do nosso diadema colonial, foi uma das primeiras a desprender-se d'ello. As estultas combinações do conde duque d'Olivares tinham feito do xá da Persia um terrivel inimigo do governo hespanhol, e por isso o gabinete de Madrid, receando justificadamente que aquelle principe fôsse atacar Ormuz, mandou levantar uma fortaleza na ilha de Keschmisch ou Queixome, que cobria perfeitamente a cidade conquistada por Albuquerque. A fortaleza levantou se, mas o xá cada vez mais irritado ligou-se com os inglezes e dispoz se para a guerra. Ruy Freire de Andrade sustentava gloriosamente em torno de Ormuz as tradições legadas por Albuquerque, mas Abbas, alliado não só com os inglezes como tambem com os arabes, tomou Dola e Julfar que abasteciam Ormuz de agua e de mantimentos, e apezar dos prodigios de valor que praticava Ruy Freire de Andrade, este nosso capitão teve de se recolher á fortaleza que edificára, quando o Kan de Schawaz enviou um dos seus generaes Abul-Kan com 25:000 soldados cercar a ilha. Era em junho de 1622 e governava Ormuz D. Francisco de Sousa. Ruy Freire, apezar da falta de soccorros e de desintelligencias que havia entre os seus, defendeu o forte vigorosamente por nove mezes, mas ao fim d'esse periodo era impossivel continuar a resistencia, e teve de capitular. Entretanto a D. Francisco de Sousa havia succedido no governo Simão de Mello, homem vaidoso e invejoso, que não soube cumprir com os seus deveres, e a 22 de fevereiro os inglezes e os persas tomaram e saquearam a cidade sem encontrar resistencia. Os habitantes fôram então mandados para Gouroum, e no forte ficou unicamente uma pequena guarnição. No meado do seculo XVII o iman de Mascate assenhoreou se d'esse forte, mandou-o reparar e guarnecer por 200 homens, e desde então Ormuz tem melhorado e progredido um pouco. O iman paga á Persia por essa occupação um certo tributo.

**Ornellas.** Era o antigo nome das actuaes freguezias de Dornellas. Pelo habito de se dizer *freguezia d'Ornellas*, se ficou chamando *Dornellas*. E' tambem um appellido nobre em Portugal, tomado da freguezia de S. Salvador de Dornellas, do conc. de Amares, distr. de Braga. O conde D. Pedro faz menção de Pedro Fernandes d'Ornellas, pae de João d'Ornellas, e outros. As armas d'esta familia são: Em campo azul, banda de ouro, carregada de tres flôres de liz, de purpura, entre duas sereias da sua côr, com caudas de prata, com um espelho, de caixilho de ouro, na mão direita; e na esquerda um pente, do mesmo metal. Elmo aberto; timbre, uma das sereias do escudo. Alvaro d'Ornellas Sáavedra, filho de outro do mesmo nome, teve carta de brazão d'armas, dado por el-rei D. Manuel em 1513, o qual consta: Em campo azul, uma banda de purpura, perfilada de ouro, carregada de tres flôres do liz do mesmo metal, entre duas sereias da sua côr. O mesmo elmo e timbre. Esta familia passou mais tarde ás ilhas da Madeira e Terceira, onde fundou boas casas com grande reputação.

**Ornellas** *(Agostinho)*. V. *Rolim de Moura (Agostinho Ornellas Vasconcellos Esmeraldo)*.

**Ornellas** *(Fernando da Costa Cardoso Pacheco)* Bacharel formado n'uma das antigas faculdades de Direito da Universidade de Coimbra. Foi governador civil no districto de Vizeu. Parece que imprimiu e offereceu em 1821 ás côrtes constituintes uma *Memoria ácêrca da Agricultura*.

**Ornellas** *(João Augusto de)*. Escriptor e jornalista. N. no Funchal em 26 de junho de 1834, fal. em em julho de 1886. Depois de ter frequentado algumas aulas no lyceu da sua terra natal, dedicou-se ao jornalismo, começando em 1855 a escrever nos jornaes da Madeira. Foi empregado na administração do jornal *A Ordem*, onde tambem collaborou. Em 1858 fundou o *Direito*, sendo ao mesmo tempo correspondente d'alguns jornaes de Lisboa e Porto, como o *Jornal do Commercio*, *Commercio do Porto*, etc. Entrou na vida politica, e foi por mais d'uma vez procurador á Junta geral do districto. Foi um dos fundadores da Associação de Beneficencia do Funchal e do Gremio Litterario dos Artistas Funchalenses; era condecorado com o habito da ordem de N. S.ª da Conceição, socio correspondente da Associação dos Architectos, da Sociedade de Geographia de Lisboa, e do Instituto de Coimbra Escreveu: *A arrependida*, romance, Funchal, 1871, antecedido d'uma carta de José Cardoso Vieira de Castro e d'uma breve indroducção por Julio Cesar Machado; *A corôa de ouro ou a honra e a justiça, o que foi e o que é José Cardoso Vieira de Castro*, Funchal, 1871; este opusculo trata da catastrophe que sepultou aquelle escriptor e parlamentar, e foi dedicado ao sr. conselheiro Jayme Constantino de Freitas Moniz; *Maria, paginas intimas; com uma introducção por Teixeira de Vasconcellos*, Lisboa, 1873; *A mão de sangue; romance com um juizo critico de Camillo Castello Branco*, Lisboa, 1874; *A justiça de Deus, romance de costumes madeirenses, com um prologo de Pinheiro Chagas*, Funchal, 1876; *A victima de um lazarista, romance de propaganda liberal*, Porto, 1879; *A fabrica de S. João*, Funchal, 1879; este opusculo não foi posto á venda, por que tratando d'aquelle importante estabelecimento industrial, foi destinado para brindes aos amigos do autor. Deixou ineditos os seguintes romances: *O filho segundo*; *Virginia*, de costumes;

*Os mysterios do cemiterio; Um baile a beneficio; Os annos d'um principe*, historico; *O enjeitado*, drama; uma collecção de contos com o titulo de *Horas de recreio.*

**Ornellas** *(Theotonio de).* Foi o 1.º visconde de Bruges e 1.º conde de Villa da Praia da Victoria. V. *este titulo.*

**Ornellas da Camara** *(Francisco de).* Capitão-mór da villa da Praia, o qual viveu no seculo XVII e se tornou notavel pelos serviços que prestou depois da acclamação de D. João IV, e que muito concorreram para que a ilha Terceira se libertasse do dominio do Castella. Um dos primeiros cuidados do duque de Bragança, logo depois da revolução do 1.º de dezembro do 1640, foi o de conseguir que as terras ultramarinas pertencentes á corôa de Portugal, reconhecessem o novo soberano, e uma das terras que mais preoccupava os animos dos influentes na governança era a ilha Terceira por ser a fortaleza de Angra uma das melhores da Europa n'esse tempo, e ser o governador d'ella D. Alvaro de Viveiros, que tinha fama de valento soldado, e que além d'isso tinha á sua disposição fôrças bastantes para impedir qualquer sublevação patriotica dos habitantes. Estava n'essa occasião em Lisboa Francisco de Ornellas da Camara, aparentado com as pessoas de maior qualidade da ilha o homem de reconhecido valor, pelo que parecia talhado de molde para desvanecer os obstaculos que se levantassem á revolução na ilha Terceira. Chamou-o el-rei, recommendou-lhe a restauração da ilha em termos encarecidos, e sendo acceita a commissão, partiu Ornellas a 19 de dezembro, e a 7 de fevereiro de 1641 ancorava no porto da villa da Praia. Diligente e cauteloso saltou em terra de noite, e sem companhia encaminhou-se para a cidade de Angra. Ali buscou seu cunhado capitão mór João de Bettencourt, abriu-se com elle, entregou-lhe uma carta do soberano, e narrando-lhe depois o occorrido em Lisboa, sem resistencia o fez seu parcial. Não encontrou, porém, as mesmas facilidades nos outros individuos, e assustado quiz já tarde dissimular o segredo, mas não o conseguiu inteiramente, porque a noticia da chegada advertira do perigo o governador hespanhol. D. Alvaro, desconfiado, chamou Francisco de Ornellas para este lhe explicar o motivo da sua vinda, e avisado pelos pretextos com que se escusou, preveniu-se contra a conspiração, e fazendo propalar que os francezes o hollandezes intentavam accommettel-o, principiou a abastecer-se de munições e de viveres, ao passo que disfarçadamente procurava colher os autores da novidade. Francisco de Ornellas escapou-se, não sem risco, e refugiando-se na villa da Praia sublevou-a, e tratou de attrahir os moradores de Angra. Favorecia-o a opinião, mas a vigilancia de Viveiros não deixava realisar o feito. Determinou o mestre de campo hespanhol prender os cavalleiros principaes da cidade, mas só alcançou colher fr. João da Purificação, prior do convento de Santo Agostinho, e Estevão da Silveira que da parte de Francisco de Ornellas o fôram persuadir a que entregasse a fortaleza offerecendo-lhe vantajosa capitulação e grandes mercês, para o que Ornellas estava munido dos necessarios poderes. A's propostas respondeu D. Alvaro com a prisão dos emissarios, mas antes que esse facto se divulgasse, mandou buscar por uma escolta Antonio do Canto e Castro com a idéa de o prender tambem, valendo-se como pretexto de uma desordem que elle travára na noite anterior com uma ronda. Quando a escolta descobriu Antonio do Canto e Castro, estava elle junto do corpo da guarda de uma companhia portugueza, e recusando obedecer desembainhou a espada. Acudiram por elle os soldados portuguezes, dispararam os hespanhoes os arcabuzes, cairam dois feridos, e aggregando-se o povo levantaram se gritos de Viva D. João IV, e a multidão investiu com os castelhanos. O capitão-mór João de Bettencourt chegou com muitos habitantes armados, que obrigaram os soldados de Viveiros a despejar a porta chamada do Mar, e logo depois o porto da Boa Nova por baixo das ameias da fortaleza. D. Alvaro mandou disparar algumas peças, mas recrescendo a ira do povo, intentou negociar com o capitão-mór. Respondeu este que a guerra, depois de rota, devia continuar, e chegando á meia noite Francisco Ornellas, a quem o estrondo da artilharia dera rebate na villa da Praia, continuou a lucta, até que por fim na manhã seguinte os nossos metteram os inimigos de todo dentro da fortaleza, e depois de curto descanso tomaram o forte de S. Sebastião. Continuaram as baterias a trovejar, mas os moradores não temendo já as balas, realisaram a acclamação de D. João IV na sé de Angra no domingo de Paschoa, e fôram estreitando o cêrco, de modo que se a praça não fôsse tão forte, a guarnição d'ella tão grande e valorosa e tão poucos os meios de ataque, por certo em breve seria obrigada a render-se. Graças a essas circumstancias pôde Viveiros resistir bastante tempo, e só a 16 de março de 1641 é que os hespanhoes, já faltos de viveres e dizimados pela doença, resolveram capitular no proprio dia em que fazia 60 annos que o marquez de Santa Cruz conquistára a ilha e firmara na Terceira o dominio hespanhol. Francisco de Ornellas, concluindo o cêrco, partiu para Lisboa, onde D. João IV lhe premiou os serviços com uma commenda de mil cruzados, ao mesmo tempo que dava outra do menos valor a João de Bettencourt, e que repartia habitos e tenças pelos mais que o haviam ajudado na empresa, que apezar das difficuldades levara gloriosamente a cabo, desempenhando-se assim da commissão que el-rei lhe commettera.

**Ornellas Gorjão** *(Duarte de).* Juiz aposentado. Era natural de Alemquer, e fal. em 17 de fevereiro de 1902. Formou-se em Direito na Universidade do Coimbra, aos 21 annos de edade. Foi administrador dos concelhos de Torres Novas, de Lourinhã, e d'outras terras. Fez a sua carreira da magistratura no ultramar, como delegado da corôa e fazenda, e como juiz de primeira instancia. Por sua doença, havia muitos annos que estava aposentado, quando falleceu. Era casado com D. Carolina Eugenia Pereira Branco e Ornellas.

**Ornellas e Vasconcellos** *(Ayres de).* Capitão do Estado Maior, do conselho de Sua Majestade, par do reino, ajudante de campo honorario d'el-rei senhor D. Manuel II, ministro de Estado honorario, secretario da 1.ª secção de estudos do conselho general do exercito, etc. N. no Funchal a 5 de março de 1866. Estudou preparatorios no collegio de Campolide, e fez o curso de estado maior nas escolas Polytechnica e do Exercito.

Assentou praça em cavallaria em 27 de novembro de 1881, e tendo completado o curso, foi despachado alferes para cavallaria n.º 4, em 9 de janeiro de 1889, sendo promovido a tenente em 24 de janeiro de 1891, e a capitão em 4 de fevereiro de 1887. Ao terminar o curso nas referidas escolas começou a escrever nas revistas technicas artigos e estudos de largo folego, d'entre os quaes mencionaremos: *Os processos de guerra e de commando de Napoleão I*, publicados na *Revista do exercito e da armada*, que elle fundára em 1893 com um grupo de camaradas e de que foi um dos mais assiduos collaboradores até á sua partida para Africa em 1895, revelando muita erudição em conhecimentos militares. Sendo promovido a tenente do estado maior, mostrou em trabalhos de applicação, como memorias, reconhecimentos, manobras, etc., ser um official de grande futuro na corporação em que tinha entrado. A convite do seu particular amigo e camarada, o capitão de estado-maior Eduardo Costa, partiu em 1895 para Africa, a tomar parte na campanha contra o Gungunhana, o mais poderoso de todos os chefes negros da Africa do Sul, depois da queda dos Zulus em 1879 e 1880. Os seus serviços n'essa campanha fôram officialmente classificados de *relevantes*. Como adjunto do estado-maior tomou parte importantissima nos trabalhos de preparação das columnas de Marraquene e de Inhambane, serviu de remontista e de diplomata, comprando cavallos e muares no Natal e Orange, e fazendo parte da *missão politica* que, sob a direcção do conselheiro José de Almeida, procurou conseguir do potentado de Gaza uma submissão real e pacifica. A sua attitude nos combates de Marraquene e Coollela, grangeou-lhe grande reputação, deixando bem patentes n'esses rudes e celebres combates a sua coragem fria, que de nada se receia e não exclue qualquer especie de impeto, o descernimento tactico, a dedicação e o sentimento de dever. Esses combates tornaram bem conhecido o seu nome em todo o exercito. A estima e consideração que soube inspirar a Mousinho d'Albuquerque, fizeram com que este official o escolhesse para seu chefe de estado-maior, quando, em principios de 1896, foi chamado para desempenhar o cargo de governador geral de Moçambique. Em 1897, tendo sido já promovido a capitão, o seu trabalho, como chefe de estado maior nas duas campanhas contra os namarraes e na segunda campanha de Gaza, fez honra ao seu nome. A'cêrca d'estas campanhas vem um artigo muito elogioso, publicado na *Revue Illustrée du Portugal*, pag. 43. Profundo conhecedor das guerras d'Africa, desenvolveu util cuidado e descernimento seguro em todos os trabalhos preparatorios de organisação e durante as operações d'estas campanhas, continuando a mostrar em combate a mesma coragem e o mesmo marcial impulso que tanto o haviam distinguido em 1895. No combate de Mujinja recebeu um ligeiro ferimento. Seguindo Mousinho de Albuquerque, quando este se retirou de Moçambique em setembro de 1898, veiu continuar os seus trabalhos do estado-maior, tomando parte activa em estudos e reconhecimentos importantes, e collaborando novamente na *Revista do exercito e da armada*. A remodelação do *Jornal das Colonias*, de que o sr. conselheiro Ayres de Ornellas assumiu a direcção politica em abril de 1901, veiu mostrar mais uma feição seu talento. Por essa epoca tomou posse da sua cadeira na camara dos pares, por direito hereditario. Como jornalista, estuda com ardor e criterio todas as questões coloniaes, levantando a sua voz sempre que se trata de pugnar pelo nosso desenvolvimento colonial. D'este periodo data tambem uma das mais bellas missões que tem desempenhado. O official que tão bem representára o governo portuguez no congresso militar que se reuniu em Madrid por occasião do centenario de Colombo e que, mais tarde, fez parte como delegado technico da celebre conferencia da Haya, foi tambem escolhido para, juntamente com o almirante Hermenegildo Capello, capitão de fragata E. de Vasconcellos e o consul de 1.ª classe Castanheira d'Almeida, formarem a *missão* technica que foi discutir com os inglezes a questão dos limites de Baroce, submettida á arbitragem do rei de Italia. A parte que coube ao sr. conselheiro Ayres d'Ornellas em todo este notavel trabalho, e a sua collaboração primacial na memoria historica justificativa dos nossos direitos, tão bem reconhecidos pelo régio e imparcial arbitro, são do conhecimento geral, e fôram galardoados pelo governo com a commenda da ordem de S. Thiago. Em principios do anno de 1905, sendo governador geral de Moçambique o sr. João de Azevedo Coutinho, o sr. conselheiro Ayres d'Ornellas foi desempenhar o cargo de governador do districto de Lourenço Marques, onde, por circumstancias fortuitas, apenas se demorou 8 mezes, mas n'este curto espaço de tempo tambem mostrou a maior competencia administrativa. Regressando a Lisboa, retomou a direcção do *Jornal das Colonias*. Como escriptor, não se deve esquecer a sua laboriosa collaboração, capitulos *Marraquene e Coollela*, na *Campanha das tropas portuguezas em Lourenço Marques e Inhambane*, publicada na *Revista do exercito e da armada*, e depois em edição separada; e uma memoria apresentada ao congresso colonial em 1901: *As raças e linguas indigenas de Moçambique*, sendo para citar tambem as conferencias que realisou na Sociedade de Geographia sobre estas colonias, assim como os elogios de Mousinho d'Albuquerque e de João Coutinho. Em maio de 1906 foi chamado aos conselhos da corôa, no ministerio presidido pelo sr. conselheiro João Franco, sendo-lhe confiada a pasta da marinha e ultramar, e n'esta qualidade acompanhou em 1907 o principe real D. Luiz Filippe na sua viagem ás colonias portuguezas, tanto da Africa Occidental como da Oriental, visitando tambem com elle de passagem algumas das colonias inglezas de Africa do Sul. Essa viagem, que tinha simultaneamente por fim instruir praticamente o herdeiro presumptivo da corôa quanto á vastidão e importancia dos nossos dominios ultramarinos, e pôr o sr. conselheiro Ayres d'Ornellas em condições de observar as mais imperiosas necessidades d'esses dominios para as satisfazer, não teve os beneficos resultados que se esperava, por causa do attentado de 1 de fevereiro de 1908, que fez cair o ministerio, não deixando pôr em pratica o plano de fomento colonial que estava elaborado. O sr. conselheiro Ayres d'Ornellas é official da ordem da Torre e Espada e da de S. Bento de Aviz, por serviços distinctos, cavalleiro da mes-

ma ordem, e possue as medalhas: de prata de valor militar; para commemorar a expedição Moçambique, 1894-1895; para commemorar a expedição contra os namarraes em 1896; para commemorar as operações de Gaza, em 1897. Possue tambem a cruz de 1.ª classe do Merito Militar de Hespanha.

**Ornellas e Vasconcellos** *(D. Ayres de)*. Arcebispo de Gôa Primaz do Oriente. N. no Funchal em 18 de setembro de 1837, fal. em 28 de novembro de 1880. Era filho de Ayres d'Ornellas de Vasconcellos Esmeraldo, descendente d'uma familia illustre da ilha da Madeira. Feitos com distincção os estudos preparatorios no Funchal, matriculou-se na Universidade de Coimbra, em 1854, seguindo o curso de Theologia com a maior distincção, obtendo premios em todos os annos, vindo a doutorar se a 29 de julho de 1860. Havia-lhe sido já conferida a ordem de subdiacono, recebendo depois as de diacono e de presbytero. Em 1861 foi provido n'um dos canonicatos vagos da sé do Funchal, com a obrigação de reger uma cadeira no respectivo seminario. Em 1867 foi promovido a chantre, e em 1868 a deão da mesma sé. Por occasião do concilio em 1869 dirigiu-se a Roma, onde recebeu do papa Pio IX muitas provas de consideração pelo seu caracter probo e intelligencia cultivada. Em 1870 foi apresentado coadjutor e futuro successor do bispo do Funchal, sendo sagrado, pouco depois bispo de Gerasa *in partibus*. Em 1872 succedeu no bispado do Funchal, de que tomou posse solemnemente no mez de outubro. Vagára no emtanto a egreja da capital das Indias Portuguezas e Primaz do Oriente, e o governo lembrou-se de o eleger para aquelle elevado e difficil cargo. Recebido o pallio em 1874, saiu de Lisboa em setembro de 1875, o novo arcebispo de Gôa, atravessando de novo a Europa, indo a Roma, onde recebeu novamente as maiores deferencias de Pio IX, chegando finalmente á sua diocese, de que tomou posse em janeiro de 1876. O arcebispo desembarcou em Bombaim, ainda em 1875, e as descripções, que então se fizeram d'esse desembarque, são as mais honrosas para o venerando prelado. D. Ayres de Ornellas visitou a sua vastissima diocese o mais que pôde, estudou-a proficientemente, distribuindo os rendimentos da mitra, ainda assim consideraveis, por todos aquelles presbyterios pobres e humildes. Reorganisou e melhorou os estudos, ordenou centenares de presbyteros, congraçou rivalidades de diversas jurisdicções ecclesiasticas, que de longa data andavam em desharmonia. Finalmente, tanta foi a prudencia, tino, mansidão e cordura manifestadas pelo digno prelado, tanto foi o respeito tributado ás suas virtudes e affabilidade, que o arcebispo D. Ayres de Ornellas, não contando ainda 40 annos de edade, tinha em breve restituido a paz, tranquillidade e concordia á egreja indiana, o que outros prelados de edade mais avançada não haviam conseguido. E não só nas cousas da egreja deixou o arcebispo de Gôa padrões importantes do muito que valia a sua elevada intelligencia e erudição. Pelo subito fallecimento de dois governadores geraes da India, por duas vezes teve de collocar-se á testa do governo, missão difficil ainda quando, pela circumstancia da interinidade, a mão que dirige o leme do estado, não tem a fôrça completa, que só póde provir da posse effectiva. N'essas duas conjunturas mostrou o arcebispo D. Ayres d'Ornellas tão grande tacto governativo, tanta prudencia e ao mesmo tempo tão grande energia, que essas duas epocas do seu governo interino são citadas como modelos da melhor e mais sensata administração. Das suas visitas á diocese e aos trabalhos excessivos a que se entregou, se lhe occasionaram padecimentos que o obrigaram a resignar o seu elevado cargo, para vir procurar allivios no clima da Europa. Depois d'algumas viagens e de tratamentos a que os medicos o sujeitaram, quando parecia ter melhorado, veiu prostral-o nova doença a que succumbiu em poucos mezes. Deixou alguns trabalhos ineditos, que fôram publicados por seu irmão Agostinho d'Ornellas, par do reino.

**Oro**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

**Oronhe**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Espinhel, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

**Orreiro**. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

**Orros**. Pov. na freg. de S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

**Orta** *(Bento Sanches de)*. Astronomo e geographo. N. em Coimbra em fevereiro de 1739, fal. no Brazil, na cidade de S. Paulo, no principio do anno de 1795. Era filho d'um ourives, chamado José Rodrigues Sanches, que o destinava a seguir a sua profissão, porém Bento Sanches de Orta aproveitava todos os momentos que podia escapar-se da officina de seu pae, em se applicar ás letras, e matriculou-se na Universidade de Coimbra, depois d'ella ser reformada, seguindo os cursos de Mathematica e Philosophia, e ao terminar os estudos pediu para ser admittido no corpo de engenheiros. A Junta dos Tres Estados o consultou em capitão, mas sobreviudo a morte d'el-rei D. José e a mudança do ministerio, ficou esta pretenção sem resultado, até que sendo necessario, em vista da paz celebrada entre a Hespanha e Portugal, regular definitivamente os limites das possessões das duas corôas na America do Sul, fôram alguns astronomos e geographos encarregados d'essa commissão, sendo um d'elles Bento Sanches d'Orta. Embarcou para o Brazil em 1781, mas em consequencia das difficuldades diplomaticas que sobrevieram, esteve Sanches d'Orta no Rio de Janeiro sete annos sem receber as ultimas ordens relativas ao trabalho que lhe fôra commettido. Durante esse tempo, em vez de estar ocioso, determinou a latitude e longitude da cidade mostrando o enorme erro com que ella estava marcada no Roteiro maritimo, e occupou-se com o mais assiduo cuidado em fazer uma exacta serie de observações meteorologicas, o que tudo communicou á Academia Real das Sciencias de Lisboa, que mandou publicar esses trabalhos na sua collecção de *Memorias*. Deixando o Rio de Janeiro foi para a cidade de S. Paulo, e ali emprehendeu trabalhos identicos aos que fizera no Rio de Janeiro, os quaes tambem se imprimiram nas *Memorias* da Academia Real das Sciencias. Os obstaculos que

o haviam demorado no Rio de Janeiro, tambem o retiveram em S. Paulo, sem ter começado a delimitação das fronteiras, e n'essa cidade falleceu. Foi socio da Academia Real das Sciencias; e Garção Stockler escreveu o seu *Elogio*, o qual vem publicado no 1.º vol. das obras d'este escriptor e mathematico, de pag. 283 a 296. Escreveu: *Observações astronomicas feitas junto ao castello do Rio de Janeiro, para determinar a latitude e longitude da dita cidade;* vem no tomo 1.º da *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, 1797; *Observações meteorologicas feitas na cidade do Rio de Janeiro;* no referido tomo; *Descripção de um monstro de especie humana, existente na cidade de S. Paulo;* no tomo III das referidas *Memorias; Observações meteorologicas feitas na cidade de S. Paulo;* no mesmo tomo; *Observações astronomicas e meteorologicas feitas na cidade do Rio de Janeiro em 1784;* idem; *Observações, etc., feitas em 1785;* idem; *Observações, etc., feitas em 1786 e 1787;* idem; *Taboas e diario meteorologico pertencentes ao anno de 1787*; idem; *Observações dos eclipses dos satellites de Jupiter, feitas em S. Paulo,* idem; *Diario physico-meteorologico de Outubro de 1788 na cidade de S. Paulo, e o mesmo dos mezes de Novembro e Dezembro,* idem.

**Orta** (*Diogo Manuel de*). Jurisconsulto, que viveu no seculo XVII e principios do XVIII. Era natural de Lisboa, onde estudou os preparatorios, estudando depois na Universidade de Coimbra Philosophia e Direito civil. Deixou publicado: *Allegação de Direito por D. Carlos de Noronha, e D. Anna de Menezes sua mulher, sobre a successão da Casa e Estado de Villa Real, e morgados, que vagaram por fallecimento do duque de Caminha, marquez de Villa Real, D. Miguel de Menezes, pae da dita Anna de Menezes*, Lisboa, 1639; *Allegação de Direito a favor dos religiosos do convento de Nossa Senhora do Carmo de Lisboa, e a causa... que lhe moveram os irmãos da veneravel ordem Terceira, sobre a sagrada e milagrosa Imagem de Nosso Senhor Jesus Christo*, Lisboa, 1697.

**Orta** (*Fr. Francisco de*). Religioso da ordem de S. Domingos, que falleceu em Evora no seculo XVI. Professou em 22 de abril de 1543. Foi professor de Theologia moral no collegio de N. S.ª da Escada, de Lisboa. Escreveu a seguinte obra, que não chegou a imprimir-se: *Commentaria in Summam D. Thomae Aquinatis.*

**Orta** (*Garcia da*). Doutor em Medicina pelas Universidades de Alcalá e Salamanca, lente de Philosophia na de Lisboa, etc. N. em Elvas nos ultimos annos do seculo XV, fal. em Gôa, de edade muito avançada; ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento mas calcula-se que morresse nas proximidades de 1570. Aprendeu os primeiros rudimentos da lingua patria na terra onde nasceu, e cursou medicina em Hespanha, doutorando-se nas mencionadas universidades. Regressando a Portugal foi residir em Castello de Vide; fez exame perante o physico-mór do rei, e sendo n'elle achado *apto e sufficiente e idoneo e sufficiente assim na theoria como na pratica* se lhe concedeu licença para que *possa curar de physica todos os meus reinos e senhorios*, por carta dirigida ao physico-mór Diogo Lopes, e datada de Almeirim a 10 d'abril de 1525. Foi depois nomeado lente de Philosophia na Universidade, e então em Lisboa, logar que desempenhou do modo mais notavel, até 1534, anno em que se despediu, por ter de partir para os estados da India, com a graduação de physico d'el rei. Embarcou então na armada de que era capitão-mór Martim Affonso do Sousa. Na India grangeou profunda estima e o maior respeito dos vice-reis, e mesmo dos principes gentios, e muito particularmente de Niza-moluco, que lhe offerecia 12:000 pardaos por cada vez que elle ia á sua presença, e 40:000 se quizesse assistir-lhe quatro vezes por anno. Taes eram os seus creditos como medico, e os estudos a que se entregou de historia natural e botanica, investigando com incansavel diligencia as qualidades e virtudes das plantas creadas n'aquellas paragens. A elle se deve, portanto, o conhecimento de muitas plantas medicinaes de subido valor. Garcia da Orta assistiu com Martim Affonso de Sousa, em 1535, na fundação da fortaleza de Diu, e fez parte da celebre expedição que Nuno da Cunha mandou em soccorro do rei de Cambaya contra o Grão Mogol. Esteve mais tarde na tomada de Repelim, e aproveitou depois a sua invernagem para Cochim para fazer importantes explorações botanicas. Partindo para Lisboa, Martim Affonso de Sousa deixou em Gôa o seu grande amigo Garcia da Orta. No tempo de D. João de Castro o illustre medico e botanico aforou a ilha de Bombaim, onde, por conseguinte, foi proprietario da ilha, em que se ergue hoje a grande cidade ingleza d'aquello nome. Garcia da Orta não foi sempre physico-mór. Exerceu esse cargo durante o governo de Martim Affonso de Sousa, e talvez depois no tempo de D. Pedro de Mascarenhas, mas esteve muito tempo na India sem ter cargo official. Escreveu um livro importante, que se imprimiu em Gôa, em 1563, com o titulo seguinte: *Coloquios dos simples, e drogas he cousas mediçinais da India, e assi dalguas frutas achadas nella onde se tratam alguas cousas tocantes a mediçina, pratica, e outras cousas boas, pera saber cõpostos pello Doutor garçia dorta; fisico del Rey nosso senhor, vistos pello muyto Reuerendo senhor; ho liçençiado Alexos diaz: falcam desembargador da casa da sapricaçã inquisidor nestas partes. Com priuilegio do conde viso Rey; Impresso em Gôa, por Ioannes de endem as x dias de Abril de 1563 annos.* Esta obra foi publicada primitivamente em latim, e dedicada ao capitão-mór Martim Affonso de Sousa, sendo depois publicada em portuguez para satisfazer aos desejos do alguns amigos, que se empenhavam em que ella pudesse ser proveitosa e lida por todo o genero de pessoas. A obra foi tão bem acceita em seu apparecimento, que não tardou a ser traduzida nas principaes linguas da Europa. Além da versão em castelhano, feita livremente por Christovão da Costa, com o titulo de *Tratado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales*, publicada em Burgos, 1578, são conhecidas as seguintes: A do C. Clusio, em latim, com o titulo: *Aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indos nascentium Historia*, etc., Antuerpia, 1567; idem, 1574, 1582, 1584 e 1593; outras edições, Lisboa, 1568; e novamente com illustrações de João Boncio, medico de Leyden, Batavia, 1642. A traducção de Annibal Briganti, em italiano, com o titulo: *Dell'historia dei simplici aromati, e altre cose che vengano pontate dell'Indie*

*Orientali, pertenent al uso de la medicina*, etc., Veuetia, 1582; idem, 1605. A de Arthur Colin, em francez, impressa em Paris, 1609 e 1615; outra edição feita em Lyon, em 1619; n'esta traducção o autor é chamado *Garciam du Jardin*. A'cêrca de Gareia da Orta publicou o fallecido conde do Ficalho, em 1886, o importaute livro: *Garcia da Orta e o seu tempo*; veja-se tambem o *Catalogo* posto á frente do *Diccionario da Lingua Portugueza da Academia*; a nota curiosa e interessante, assignada por Ferdinand Denis no *Bulletin du Bibiophile de Techener*, março de 1851, pag. 103 a 108; uma noticia bio-bibliograpbica na *Gazeta de Pharmacia*, de P. I. da Silva, a qual foi transcripta no *Archivo de Pharmacia da India Portugueza*, de A. G. Roberto, 4.º auno, a pag. 140 e seguintes. Um distincto bibliophilo, ácêrca da obra de Garcia da Orta, diz o seguinte: «*São os Colloquios* um livro estimavel por diversos respeitos, e dos que mais honra fazem á nação portugueza, pelo o haver produzido. Monumento da intelligencia, e fadigas do seu benemerito autor n'elle appareceram a *primeira* e *mais exacta* descripção da cholera-morbus epidemica, e varias outras egualmente notaveis, e importantes, de plantas orientaes, até então desconhecidas E' sem duvida um grande desar para nós que se não fizesse até agora uma nova edição d'esta obra, verdadeiro specimen de nossas passadas glorias.» D'um dos seus biograpbos transcrevemos: «Os exemplares dos *Colloquios* eram extremamente raros, e em Portugal apenas se sabia da existencia de cinco; por isso a Sociedade das Sciencias Medicas, e depois Isidoro Emilio Baptista, Ferdinand Denis em Paris, e Rodrigo Felner, todos pensaram e fizeram alguns trabalhos para apresentarem ao publico uma nova edição do livro do nosso grande naturalista, mas todos desistiram antes de a levar a eabo a empresa, o só em 1872 é que afinal saiu dos prélos da Imprensa Nacional de Lisboa a nova edição dos *Colloquios* feita pelo escriptor e diplomata brazileiro, Varnhagem, barão de Porto Seguro. Graças aos seus esforços e diligencias é que se deve poder vêr-se facilmente o livro em que se encontram colligidas importantissimas indicações scientificas sobre a flora indiana, podendo mostrar-se aos estrangeiros, que se fôram os nautas portuguezes que descobriram muitas e muitas terras do globo, tambem foi um portuguez quem primeiro descreveu as plantas e os productos vegetaes d'essas regiões orientaes, alargando os dominios da sciencia, da mesma fórma que os nossos navegadores iam fazendo recuar os limites do mundo até então conhecido. Não é, porém, unicamente para o botanico que os *Colloquios* são interessantes. N'esse livro se encontra pela primeira vez descripta a *cholera asiatica*, gloria que até ha poucos annos se attribuia ao medico hollandez Boncio, que no seculo XVII estudára o mesmo assumpto; felizmente, porém, o dr. Bernardino Antonio Gomes, sendo representante do governo portuguez no congresso sanitario de Constantinopla reivindicou para a nossa patria os direitos que lhe pertenciam, e tornou bem evidente que em remotas eras fômos um dos povos que mais serviços prestaram á civilisação.» Foi na obra de Garcia da Orta, Gôa, 1563, que appareceram publicados os primeiros versos de Camões.

**Ortaes**. Pov. na freg. de S. Salvador, de Minhotães, conc. de Barcellos, districto de Braga.

**Ortesedo**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Ortiga**. Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S.ª do Prauto, do Panascoso, conc. de Mação, distr. de Santarem. Tem est. postal.

**Ortigal**. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Villa Cova de Sub-Avô, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

**Ortigão**. V. *Ramalho Ortigão*.

**Ortigão Peres** (*João*). Capitão do estado maior de infantaria. N. a 13 de março de 1872; assentou praça em 30 de outubro de 1888, sendo promovido a alferes em 23 de abril de 1891, a tenente em 24 de dezembro de 1896, a capitão em 25 de agosto de 1903. Estando ao serviço do estado maior da sua arma, partiu em 1902 para Africa, onde affirmou o seu valor militar e a sua grande competencia technica, premiados com honrosas condecorações. Entrou na campanha do Bailundo, onde prestou relevantes serviços, como consta do relatorio do conselheiro Cabral Moncada, então governador geral da provincia de Angola. Quando saiu de Angola, o governador geral interino Eduardo Costa o mandou louvar em portaria, no *Boletim do Ultramar*, *pela muita actividade, clara intelligencia e inexcedivel lealdade com que desempenhou as funcções de chefe de estado maior*, conforme diz a referida portaria. O sr. capitão Ortigão Peres voltou a Africa em julho de 1904. E' cavalleiro da ordem da Torre e Espada e da de S. Bento de Aviz; possue as medalhas de prata de comportamento exemplar, e para commemorar a campanha de Bailundo em 1902; é tambem cavalleiro da ordem de Danebrog da Dinamarca.

**Ortigosa**. Povoações nas freguezias: Santa Leocadia, de Travanca, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. Tem caixa postal. || S. Gens, de Palla, conc. de Mortagoa, do mesmo distr. || O Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria. Tem est. postal.

**Ortigueira**. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Friande, conc de Felgueiras, distr. do Porto || Santa Justa, de Girabolhos, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga. || Santa Martha, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Orto** Pov. na freg. de S. Salvador, de Minhotães, conc. de Barcellos, distr. do Braga.

**Ortos**. Pov. na freg. de Santa Cruz do Douro, concelho de Baião, distr. do Porto.

**Ortosello**. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Cahide de Rei, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || O Salvador, de Rossas, concelho de Vieira, do mesmo districto.

**Orvalho**. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Beira Baixa, conc. de Oleiros, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 178 fog. e 883 hab. Tem esc. do sexo masculino e est. post. A pov. dista 15 k. da séde do

conc. e está situada n'uma pequena elevação nas proximidades da margem esquerda do rio Zezere. O vigario da freg. de Janeiro de Baixo apresentava o cura, que tinha 9$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

**Orvatão.** Ponta situada na costa E da ilha da Boa Vista, no archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica-lho proximo um rochedo de coral onde o mar rebenta sempre com força, e onde a corrente é forte.

**Orvida.** Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, districto de Aveiro.

**Orvieira.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Ribeira de Frades, concelho e districto de Coimbra

**Orzilhão.** Pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, e conc. de Monsão, districto de Vianna do Castello.

**O Santo.** Pov. na freg. de Santa Justa, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

**Os Lusiadas.** Titulo do celebre poema de Luiz de Camões (V. *este nome*, no vol. II, pag 667) consagrado á gloria portugueza. O nome de *Lusiadas* (filhos de Luso ou portuguezes) apparece pela primeira vez n'um poemeto latino de André Falcão de Rezende, amigo de Camões, sobre a fundação de Roma. O immortal poema *Os Lusiadas* tem por assumpto o descobrimento do caminho maritimo para a India por Vasco da Gama. Toma no canto I o seu heroe no momento em que já se approxima de Moçambique, imagina-o protegido por Venus que vê nos portuguezes os mais directos descendentes dos seus bem-amados romanos, e hostilisados por Baccho, o antigo conquistador da India, que não quer vêr a sua gloria offuscada pela dos novos conquistadores. Depois de escapar aos perigos de Quiloa e do Mombaça, Vasco da Gama chegou a Melinde, onde é acolhido hospitaleiramente, e onde conta ao rei, como Eneas a Dido, a historia de Portugal e da sua viagem. N'essa narrativa incluem-se os admiraveis episodios de Ignez de Castro, da apparição do Ganges e do Indo a D. Manuel, das imprecações do velho de Belem, e sobretudo o do gigante Adamastor. Seguem emfim para a India os navegadores, e no caminho n'uma vigilia de quarto de madrugada conta-se o formoso episodio dos doze de Inglaterra. Fundeados em Calicut, são os navios visitados pelo *catual*, e Paulo da Gama, mostrando-lhe bandeiras onde estão representados muitos heroes, conta-lhe as biographias de alguns celebrados portuguezes. Finalmente, regressando a frota a Portugal surge-lhes a ilha dos Amôres, onde são acolhidos hospitaleiramente por Thetis, que narra aos navegadores a futura historia de Portugal até ao tempo de Camões. Assim se justifica o titulo do poema *Os Lusiadas*, encerrando-se nos seus dez cantos todo o cyclo da historia portugueza. Este poema excitou um grande enthusiasmo tanto em Portugal como no estrangeiro. Era o primeiro poema regular que apparecia na epoca da Renascença, e as suas imitações de Homero e de Virgilio bastavam para lhe grangear o favor dos eruditos, assim como o sopro patriotico que o anima, as descripções magnificas das scenas do mar e das scenas de combates bastavam para lhe alcançar immensa popularidade.

LISTA CHRONOLOGICA DAS EDIÇÕES EM PORTUGUEZ DE «OS LUSIADAS»

1572, duas edições, em Lisboa, impressas por Antonio Gonçalves.—1584 (edição chamada *dos Piscos*) e em 1591, em Lisboa, ambas por Manuel do Lyra.—1597, em Lisboa, por Manuel de Lyra e Estevão Lopes.—1609, duas edições, em Lisboa, por Pedro Crasbeeck e Domingos Fernandes.—1612, em Lisboa, por Vicente Alvares e Domingos Fernandes.—1613, em Lisboa, por Pedro Crasbeeck e Domingos Fernandes, annotada por Manuel Correia.—1626, em Lisboa, por Pedro Crasbeeck.—1631, em Lisboa, por Pedro Crasbeeck.—1633, em Lisboa, por Lourenço Crasbeeck.—1639, em Madrid, por Juan Sanchez e Pedro Coelho, annotada po Manuel de Faria e Sousa.—1644 e 1651, em Lisboa, por Paulo Craesbeeck, argumentos de João Franco Barreto.—1663, 1669 e 1670, em Lisboa, por Antonio Craesbeeck de Mello, argumentos de J. F. Barreto.—1702, em Lisboa, por Manuel Lopes Ferreira, argumentos de João Franco Barreto.+1720, em Lisboa, por José Lopes Ferreira, annotada por Manuel Correia e argumentos de João Franco Barreto.—1721, em Lisboa, na officina Ferreyrinha, argumentos de João Franco Barreto.—1731, o 1.º vol. em Napoles, na officida Parriniana, argumentos de João Franco Barreto.—1732, o 2.º vol. da mesma edição, em Roma, na officina Antonio Rossi, annotada por Ignacio Garcez Ferreira.—1749, em Lisboa, por Manuel Coelho Amado, argumentos de João Franco Barreto.+1759, em Paris, por Francisco Ambrosio Didot e Pedro Gendron, argumentos de João Franco Barreto.+1772, em Lisboa, por Miguel Rodrigues.+1779 e 1780, em Lisboa, na officina Luisiana, de Luiz Francisco Xavier Coelho, annotadas por Thomaz José de Aquino.+1782 e 1783, em Lisboa, por Simão Thadeu Ferreira, annotadas por Thomaz José de Aquino — 1800, em Coimbra, na imprensa da Universidade, editada por Joaquim Ignacio de Freitas, argumentos de João Franco Barreto.—1810, em Lisboa, na Typographia Lacerdina —1808, em Berlim, por J. E. Hetzig e Winterfeld.+1815, duas edições, em Paris, por P. Didot Senior.—1817 (edição do Morgado de Matheus) em Paris, na officina de Firmin Didot.—1818, em Avinhão, por Francisco Seguin, com os argumentos de João Franco Barreto.—1819, em Paris, na officina de Firmin Didot, annotada pelo Morgado de Matheus.—1820, em Paris, por Theophilo Barrois e S. Smith, com os argumentos de João Franco Barreto.—1821, no Rio de Janeiro, por P. C. Dalbin & C.ª—1823, em Paris, por J. P. Aillaud e Didot.—1827, duas edições, em Lisboa, uma na Imprensa Regia, outra na Typographia Rollandiana.+1834, em Hamburgo, na officina de Langhoff, com annotações de J. V. Barreto Feio e J. G. Monteiro.—1836, em Lisboa, na Typographia Rollandiana.—1836, em Lisboa por Borel, Borel, & C.ª—1836, em Paris, por J. P. Aillaud.—1841, no Rio de Janeiro, na Typographia de Laemmert, com annotações de Barreto Feio, J. G. Monteiro e argumentos de João Franco Barreto.—1842 e 1843, em Lisboa, na Typographia Rollandiana, sendo a segunda annotada por Francisco Freire de Carvalho.—1843, em Lisboa, por Santos & C.ª+184?, em Paris, por Fain e

Thunot, annotada por Barreto Feio e J. G. Monteiro.—1846, em Paris, pela Livraria Européa, de Baudry, com annotações de José da Fonseca. —1846, em Lisboa, na Typographia Rollandiana —1847, em Paris, por Firmin Didot, annotada por Caetano Lopes de Moura —1849, no Rio de Janeiro, por A. de Freitas Guimarães.—1850, em Lisboa, na Typographia Rollandiana.+1852, em Lisboa, pela Bibliotheca Portugueza, annotações de Barreto Feio, J. G. Moutcirо e José da Fonseca.—1854, em Lisboa, na Typographia Rollandiana.—1855, no Rio de Janeiro, por Domingos José Gomes Brandão.—1855, no Rio de Janeiro, por Agra & Irmão.—1856, no Rio de Janeiro, por Laemmert, annotações de Francisco Freire de Carvalho.—1857, em Lisboa, na Typographia Rollandiana.—1857, no Rio de Janeiro,

Frontispicio da edição de «Os Lusiadas» em 1572 (reducção a dois terços)

por Antonio Ferreira da Silva.—1857, em Paris, na Typographia de Vanduil.—1859, em Paris, por Didot, annotações de Caetano Lopes de Moura.—1860, em Lisboa, na Typographia Rollandiana.—1860, 1864 e 1868, em Lisboa, por Luiz Correia da Cunha.+1860 a 1869, em Lisboa, na Imprensa Nacional, pelo visconde de Juromenha —1861, no Rio de Janeiro, por Domingos José Gomes Brandão.—1863 e 1865, em Lisboa, na Typographia Rollandiana.—1865, em Paris, pela Veuve J. P. Aillaud, annotações de Franco Barreto, Thomaz d'Aquino e Paulino de Sousa.—1866, no Rio de Janeiro, por Laemmert.—1867, em Lisboa, por Francisco Xavier de Sousa —1868, no Rio de Janeiro, por Laemmert.—1869 e 1870, no Porto, na Imprensa Portugueza.—1871 e 1875, em Lisboa, por Sousa & Filho e Rolland e Semiond.—1871, no Porto, por Cruz Coutinho. —1873, em Paris, na Veuve J. P. Aillaud, annotada por Paulino de Sousa.—1873, em Leipzig, por F. Brockhaus.+1873 a 1874, no Porto, na Imprensa Portugueza-Editora, annotada pelo sr. dr. Theophilo Braga.—1874, em Strasburgo, por Trubner, annotada por Reinhardstoettner.—1874, 1875 e 1877, em Lisboa por Antonio Maria Pereira, annotadas por Innocencio Francisco da Silva.—1875, no Porto, na Imprensa Portugueza, annotada pelo sr. dr. Theophilo Braga.—1878, em Lisboa, na Imprensa Nacional.—1878-1880, em Lisboa e Paris, por Duarte Joaquim dos Santos e Aristides Abranches, annotada por Pinheiro Chagas.—1879, em Bruxellas, por Abilio Cesar Borges.—1880, em Leipzig, por Emilio Biel, do Porto.—1880, em Lisboa, na officina de Castro Irmão, pelo Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, prefaciada e annotada, etc., pelo sr. Ramalho Ortigão, Adolpho Coelho, e Reinaldo Carlos Montoro +1880, no Porto, na Imprensa Portugueza, pelo Gabinete Portuguez de Leitura de Pernambuco.—1880, em Lisboa, pela empresa do *Diario de Noticias*, revista pelo sr. Adolpho Coelho.+1880, no Porto, na Imprensa Internacional, annotada pelo sr. dr. Theophilo Braga.—1880, em Lisboa, na Imprensa Nacional.+1880, no Rio de Janeiro, na officina Lombaerts, pela Commissão Brazileira.—1880, em Lisboa, na Typographia *Horas Romanticas*.—1881, em Lisboa, por Pereira e Amorim, prefaciada pelo sr. dr. Theophilo Braga.—1881, no Porto, por A. R. da Cruz Coutinho —1881, em Coimbra, na Imprensa Academica, pela Commissão Academica.—1882, em Lisboa, pela Nova Livraria Internacional, annotada pelo sr. dr. Theophilo Braga.—1882, em Lisboa, por Antonio Maria Pereira, annotada por Innocencio Francisco da Silva.—1883, em Lisboa, edição litho-manuscripta, na Typographia Elzeviriana.—1883, em Paris, por Guillard Aillaud, & C.ª, annotada por Paulino de Sousa.—1889, em Lisboa, na Imprensa Nacional, revista por Francisco Gomes de Amorim.—1890, em Paris —1892, em Lisboa, na Imprensa Nacional.—1898, em Lisboa, edição litho-manuscripta, dirigida pelo sr. Fernandes Costa.—1900, em Lisboa, dirigida pelo sr. Sousa Viterbo.—As edições precedidas do signal + comprehendem, além d'*Os Lusiadas*, outras obras de Camões. De todas as edições acima mencionadas, distinguiremos algumas pela sua importancia. A primeira edição, data, como se vê, do anno de 1572, em que houve duas, attribuindo-se as alterações da segunda ao proprio poeta, o que é duvidoso. O que é certo é terem sido ambas publicadas em sua vida. Tem por titulo: *Os Lusiadas de Luis de Camões. Com privilegio real Impressos em Lisboa, com licença da santa inquisição, e do Ordinario; em casa de Antonio Gonçalves, impressor, 1572.* O alvará de privilegio é o seguinte: «Eu el-rei faço saber aos que este alvará virem que eu hei por bem e me praz dar licença a Luiz de Camões para que possa fazer imprimir, nesta cidade de Lisboa, uma obra em oitava rima chamada Os Lusiadas, que contém dez cautos perfeitos, na qual por ordem poetica em versos se declaram os principaes feitos dos portuguezes nas partes da India depois que se descobriu a navegação para ellas

por mandado de el-rei D. Manuel, meu visavô, que santa gloria haja, e isto com privilegio para que em tempo de dez annos, que se começarão do dia que se a dita obra acabar de imprimir em deante, se não possa imprimir nem vender em meus reinos e senhorios nem trazer a elles de fóra, nem levar ás ditas partes da India para se vender sem licença do dito Luiz de Camões ou da pessoa que para isso seu poder tiver, sob pena de quem o contrario fizer pagar cincoenta cruzados e perder os volumes que imprimir, ou vender, a metade para o dito Luiz de Camões, e a outra metade para quem os accusar. E antes de se a dita obra vender lhe será posto o preço na meza do despacho dos meus Desembargadores do paço, o qual se declará e porá impresso na primeira folha da dita obra para ser a todos notorio, e antes de se imprimir será vista e examinada na meza do conselho geral do santo officio da Inquisição, para com sua licença se haver de imprimir, e se o dito Luiz de Camões tiver accrescentados mais alguns cantos, tambem se imprimirão havendo para isso licença do santo officio, como acima é dito. E este meu alvará se imprimirá outrosim no principio da dita obra, o qual hei por bem que valha e tenha força e vigor, como se fosse carta feita em meu nome, por mim assignada, e passada por minha Chancellaria, sem embargo da ordenação do segundo livro, titulo XX, que diz que as cousas cujo effeito houver de durar mais que um anno passem por cartas, e passando por alvarás não valham. Gaspar de Seixas o fiz em Lisboa a 24 dias do mez de setembro de MDLXXI » *(1571)*. O parecer que se segue a este alvará, assignado por fr. Bartholomeu Ferreira, não tem data e reza o seguinte: «Vi por mandado da santa e geral Inquisição estes dez cantos dos Lusiadas de Luiz de Camões, dos valorosos feitos em armas que os portuguezes fizeram em Asia, e Europa, e não achei nelles cousa alguma escandalosa, nem contraria á fé e bons costumes, sómente me pareceu que era necessario advertir os leitores que o autor para encarecer a difficuldade da navegação e entrada dos portuguezes na India, usa de uma ficção dos deuses dos gentios. E ainda que Santo Agostinho nas suas Retractações se retracte de ter chamado nos livros que compoz de Ordine ás musas deusas. Todavia como isto é poesia, e fingimento, e o autor como poeta não pretenda mais que ornar o estylo poetico, não tivemos por inconveniente ir esta fabula dos deuses na obra, conhecendo-a por tal, e ficando sempre salva a verdade de nossa santa fé, que todos os deuses dos gentios são demonios. E por isso me pareceu o livro digno de se imprimir, e o autor mostra nelle muito engenho, e muita erudição nas sciencias humanas. Em fé do qual assignei aqui. Frei Bartholomeu Ferreira.» As duas edições de 1572 são rarissimas e distinguem-se, entre outras minudencias, pelo frontispicio da segunda, que reproduzimos, ter o pelicano voltado para a direita, e o da primeira tel-o voltado para a esquerda. Além da edição *princeps*, merecem logar distincto duas outras feitas no seculo XIX, que se devem considerar dois monumentos bibliographicos, litterarios e artisticos erigidos em honra do grande poeta. Uma é a feita a expensas do morgado de Matheus, e por este illustre cavalheiro e fidalgo distribuida entre os seus amigos e offerecida a personagens, e a corporações litterarias e religiosas. A outra é a mandada imprimir por industria do sr. Biel, do Porto, em commemoração do tricentenario do poeta, em 1880. A edição do morgado de Matheus tem o titulo *Os Lusiadas, poema epico de Luis de Camões. Nova edição correcta, e dada á luz, por Dom José Maria de Souza Botelho Morgado de Matteus, Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Paris, na officina typographica de Fermin Didot, impressor do Rei e do Instituto, MDCCCXVII. A impressão luxuosa e extraordinariamente nitida é um padrão da perfeição typographica usada na casa Didot. Esta edição tem dois retratos de Camões, o primeiro em busto, em frente do rosto, e o segundo, em corpo inteiro, figurando o poeta na gruta de Macau, e mais dez estampas, uma em frente de cada canto, sendo a composição allusiva a passos dos mesmos cantos. Estas estampas são verdadeiras obras d'arte, trabalho dos mais distinctos gravadores em cobre, e desenho de artistas tambem consummados. A tiragem d'esta edição monumental foi de 210 exemplares, e importou em mais de 9:000$000 réis. A edição de Biel, do Porto, tem por titulo *Os Lusiadas de Luiz de Camões. Edição critica-commemorativa do terceiro centenario da morte do grande poeta. Publicada no Porto por Emilio Biel.* Typographia de Giesecke & Devrient, estabelecimento graphico, Leipzig, MDCCCLXXX. As estampas são vinte e duas, onze reproduzidas das da edição do Morgado de Matheus e dez de composição nova, desenhadas e gravadas em Leipzig.

**Osorio.** Familia hespanhola muito antiga que procede do conde D. Osorio de Campos no reinado de D. Affonso VI, de Leão. Veiu de Hespanha, por D. Gutierre Osorio, pae de D. Osorio Cabreira, que veiu povoar Portugal em tempo do conde D. Henrique. Passou segunda vez este appellido a Portugal no reinado de D. João I, em 1386, na pessoa de Martim Osorio, da casa dos marquezes de Astorga Fez seu solar na Villa de Trancoso. Tem por armas: Em campo de ouro dois lobos de púrpura, passantes, em pala, elmo de aço aberto; e por timbre, um dos lobos das armas. Outros do mesmo appellido usam: Em campo de púrpura, banda de prata, entre dois lobos do mesmo. Outros usam: Em campo de ouro dois ursos de púrpura. Outros usam. Em campo de púrpura duas vaccas de ouro, passantes, em pala. Elmo e timbre, como as primeiras.

**Osorio** *(Fr. Agostinho).* Religioso da ordem dos eremitas do Santo Agostinho. N. em Pinhel no anno de 1584, fal. a 15 de novembro de 1646. Foi lente de Theologia na Universidade de Lerida, na Catalunha, em 1610; provincial das provincias de Aragão e da Catalunha. Pelas sublevações d'estas provincias contra os hespanhoes, que as dominavam, passou a França, e ali tornou-se um prégador tão apreciado que o rei Luiz XIII o chamou para seu prégador em 1642. Deixou impresso um *Tratado da Conceição de Nossa Senhora*, escripto em latim, e dois sermões em hespanhol.

**Osorio** *(D. Anna de Castro).* Escriptora. N. em Mangualde a 18 de junho de 1872, sendo filha do dr. João Baptista de Castro, juiz de direito da comarca de Extremoz, e de sua mulher, D. Mariauua Osorio de Castro Cabral de Albuquerque Moraes. Senhora de elevada intelligen-

cia, evidenciou-se como escriptora, collaborando na *Mala da Europa*, escrevendo depois nas principaes revistas e jornaes litterarios que se publicam no paiz. O seu primeiro livro, *Infelizes*, livro de contos, tem duas edições, que rapidamente se esgotaram. Publicou em seguida: *Homenagem a Garrett no seu primeiro centenario; Garrett no Pantheon*, opusculo; *Ambições*, romance; *Além da Patria*, bibliotheca de propaganda educativa; *Sociedade futura*, revista illustrada de propaganda educativa e social; *Bem préga frei Thomaz*, proverbio n'um acto para tres senhoras; *Para as creanças*, publicação mensal, illustrada, de lindos contos e comedias infantis; *A's mulheres portuguezas*, livro de critica; *Homenagem a Bocage*, numero unico, etc. Escreveu tambem uma obra denominada *A minha patria*, livro de premios escolares, approvado pelo governo. Alguns dos livros citados teem a collaboração do sr. Paulino d'Oliveira, jornalista e poeta, marido da distincta escriptora. Alguns dos contos estão traduzidos em francez, italiano e sueco.

**Osorio** *(Fr. Antonio)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Lamego no anno de 1778, onde tambem fal. a 4 de outubro de 1865. Attribuem se-lhe as seguintes obras: *Novo Atlas universal portuguez*, impresso em 1814; um *Discurso sobre a geographia*, impresso em 1817; a traducção da obra hespanhola *Sentinella contra francmaçons, discurso sobre a sua origem, instituto, segredo, juramento*, etc., em 1817; e a traducção do *Discurso ao cidadão sobre a philosophia dos illuminados*, obra franceza impressa em 1817; e finalmente, a traducção do romance francez, em 3 tomos, *O novo compadre Matheus, ou as extravagancias do espirito humano*, impressa em 1822. A respeito d'esta obra diz Innocencio da Silva, no vol. I do *Diccionario Bibliographico*, a pag. 216: «Posto que o traductor lançasse por vezes um véo, mais ou menos transparente sobre certas pinturas do original, e até omittisse alguns capitulos inteiros, como por exemplo aquelles em que o hespanhol Diogo relata a sua viagem no outro mundo, etc.; ainda assim o romance ficou sobradamente abastecido de materia para escandalisar as almas devotas; e é para lamentar que o nosso bom religioso não empregasse melhor o seu tempo, em harmonia com o estado que professava, dando-nos cousa de proveito, em vez de vulgarisar entre nós uma obra tão licenciosa.» No vol. VIII, a pag. 265, lê-se tambem esta observação de Innocencio: «Ainda ignoro se foi Fr. Antonio Osorio autor d'estas publicações, ou se mero publicador, o que julgo mais provavel; sendo ellas talvez de Lourenço Justiniano Osorio, que pelo appellido indica haver entre ambos parentesco proximo ou remoto. O que não tem duvida é que a este Lourenço Justiniano pertence decerto a uma diatribe (de bem pouco merito litterario) impressa em 1819 por Fr. Antonio Osorio, da mesma sorte que os antecedentes, e que tem por titulo: *Ode aos pedreiros livres*.»

**Osorio** *(Antonio Cyro Pinto)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Chaves, no principio do seculo XIX, fal. no Porto em 1844. Tomou o grau de bacharel em 1826 ou 1827. Exercia a advocacia no Porto. Escreveu: *Ode ao ill.mo sr. Manuel Fernandes Thomaz, membro da Junta Provisoria do Governo Supremo do Reino*; a pag. 1 n.º 93 do *Cidadão Litterato, periodico de politica e Litteratura*, Coimbra, 1821; *Ode e Canção recitadas na sala grande da Universidade de Coimbra no dia 26 de fevereiro de 1823*; saiu na *Collecção de Poesias* recitadas na mesma occasião, Coimbra, 1823; *Ode ao ill.mo e ex.mo sr. Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, segundo conde de Amarante*, Porto, 1823; *Duas Odes Anacreonticas*, insertas na *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica de Coimbra*, tomo I, pag. 14 e 170. Diz-se que tinha traduzido as Cartas de Cicero em versos hendecasyllabos, e que o manuscripto estava prompto para a impressão, e deixou muitas poesias ineditas.

**Osorio** *(Antonio da Fonseca)*. Soldado, natural de Lisboa, que viveu muito tempo na India, e escreveu um livro com o titulo de *Peregrino oriental de varias cousas e successos da India*. Esta obra, que foi dedicada ao duque de Bragança D. Theodosio, pae de D. João IV, não chegou a imprimir-se.

**Osorio** *(Augusto Maria)*. Contra-almirante reformado. Aos 18 annos completou o curso de marinha, tendo obtido sempre distincções e as melhores classificações, nas cadeiras de Astronomia e navegação, da Escola Naval. Em 1869 era aspirante de marinha. Fez a sua primeira estação na divisão naval de Angola, visitando os portos da costa, S. Thomé e Principe, colonia franceza do Gabão, e ilha de Santa Helena, onde se demorou alguns mezes a bordo da corveta *Sá da Bandeira*. Durante a guerra dos Dembos destacou por dois mezes para a fortaleza do Penedo, a 4 k. de Loanda, sendo depois louvado pelos seus bons serviços, prestados em conjuntura tão difficil, pelo almirante Baptista de Andrade, então governador d'aquella possessão. O sr. Augusto Maria Osorio foi um dos primeiros officiaes que entre nós iniciou o serviço de torpedos, occupando os cargos de subalterno e commandante da Companhia de Torpedeiros. Sobre esse ramo de serviço publicou muitos artigos, e um livro sob a denominação: *A Guerra Submarina*. Commandou os torpedeiros n.º 1 e 2, a canhoneira *Douro*, a barca *Cabinda* e a corveta *Bartholomeu Dias*. Quando se deu uma revolta em S. Thomé, sendo então governador o coronel de engenharia Firmino José da Costa que, com mais 30 europeus se viu cercado na villa Trindade, por cêrca de 1:000 pretos, o sr. Augusto Maria Osorio, então primeiro tenente, desembarcou de noite com uma fôrça do seu commando, seguindo para aquella povoação. As marchas e os planos, tomados na defeza da villa Trindade, fôram medidas tão decisivas para a suffocação d'aquella revolta, que nos Boletins officiaes da Provincia se publicaram louvores ao primeiro tenente e á fôrça de marinheiros do seu commando, pelo acerto das providencias adoptadas. O sr. Augusto Maria Osorio foi tambem louvado pelos serviços que prestou durante a epidemia da Cholera-Morbus em Hespanha, dirigindo a installação da luz electrica na torre de Belem, para melhor garantia do quadro da quarentena; e louvado tambem pelo zelo e dedicação com que desempenhou o cargo de sub chefe do Estado-Maior da majoria general da armada. Em 1906 exercia o cargo de chefe, reformando-se depois na patente de contra-almirante. O sr. Augusto Maria Osorio

exerceu, entre outros cargos, os seguintes: 2.º commandante do corpo de alumnos da armada, presidente da commissão de compras, chefe do Estado-Maior da divisão naval de Angola, merecendo as melhores referencias pelas qualidades excepcionaes que demonstrou, sobretudo no exercicio da primeira d'aquellas funcções. Além dos artigos e obra já mencionada, tem escripto artigos dispersos em differentes jornaes, descrevendo as suas viagens, as terras que visitou, dos quaes citaremos os seguintes: *A viagem da corveta D. João, Ilhas de S. Thomé e Principe, Gabão, a ilha de Santa Helena, A ilha de Malta, Gibraltar*, etc. Alguns d'estes artigos encontram-se nos Boletins da Sociedade de Geographia, de Lisboa.

**Osorio** *(Balthazar Machado da Cunha)*. Medico-cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em 5 de agosto de 1855. Em 1890 foi nomeado naturalista adjunto da secção zoologica do Museu Nacional de Lisboa, e por decreto de 12 de fevereiro de 1891 lente substituto da 8.ª cadeira (zoologia) da Escola Polytechnica Desde 12 de setembro de 1902 que exerce interinamente as funcções de director da secção zoologica (Museu Bocage) da referida escola E' socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa, do Instituto de Coimbra e da Sociedade Zoologica de França; vogal naturalista da Commissão Central de Pescarias, medico do Real Hospital de S. José, e director de enfermaria no Hospital do Rego. Bibliographia: *Nota ácêrca da collecção de crustaceos provenientes de Moçambique, Timor, Macau, India Portugueza e ilha de S. Miguel (Açôres) que existem no Museu de Lisboa*, Lisboa, 1888; *Liste des crustacés des possessions portugaises d'Afrique Occidentale dans les collections du Muséum d'Histoire Naturelle de Lisbonne*, Lisboa, 1888; *Catalogo dos crustaceos de Portugal existentes no Museu Nacional de Lisboa*, Lisboa, 1889; *Appendice ao catalogo dos crustaceos de Portugal existentes no Museu Nacional de Lisboa*, Lisboa, 1892; *Separatas do «Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes»: Methodos usados na estação zoologica de Napoles para a conservação dos animaes marinhos por Salvador Lo Bianco, traduzidos dos «Anales de la Sociedad espanhola de historia natural»* (saiu com as iniciaes B. O.), Lisboa, typographia da Academia Real das Sciencias, 1893; *Peixes da ilha d'Anno Bom*, Lisboa, 189 ; *Segundo appendice ao Catalogo dos peixes de Portugal de Felix Capello*, Lisboa, typographia da Academia Real das Sciencias, 1895; *Da distribuição geographica dos peixes e crustaceos colhidos nas possessões portuguezas d'Africa Occidental e existentes no Museu Nacional de Lisboa*, Lisboa, typographia da Academia Real das Sciencias, 1898; *Estudos ichthyologicos da fauna dos dominios portuguezes na Africa; Contribuição para o conhecimento da Fauna Bathypelogica visinha das costas de Portugal*, Lisboa, 1909, etc. Reviu e colligiu a obra: *Maravilhas da Natureza (O Homem e os animaes)*, Lisboa, 1904. De collaboração com o sr. conselheiro Mattoso dos Santos, publicou: *Lições elementares de zoologia, 1.ª, 2.ª e 3.ª classe do curso dos lyceus*, Lisboa, 1897.

**Osorio** *(Bento Cardoso)*. Jurisconsulto muito considerado que viveu no seculo XVI. N. em S. João da Foz, no Porto, e fal. em 1665. Era filho de Paschoal Rodrigues Osorio. Estudou na Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de bacharel em Direito Civil e Canonico. Voltando ao Porto com a fama de grande lettrado, foi promotor e procurador da mitra d'aquella diocese; depois vigario geral de Villa Real, procurador da mitra primacial de Braga, desembargador da sua Relação, syndicante dos seus coutos e juiz do tribunal da Legacia. Por causa de graves dependencias da mitra bracarense viu-se obrigado a vir a Lisboa, e reconhecendo el-rei D. João IV a sua elevada competencia o nomeou em 22 de outubro de 1647 procurador geral da Casa de Bragança, logar que exerceu durante 16 annos, até ao fim do anno de 1663. A rainha regente D. Luiza de Gusmão o nomeou em 15 de setembro de 1657 procurador de sua filha, a infanta D. Catharina. Bento Cardoso Osorio deixou muitas obras de Direito, mas só se imprimiu uma, posthuma, em 1726, escripta em latim, e cujo titulo é: *Praxe do padroado real e secular*, etc.

**Osorio** *(Bernardino Soares)*. Credenciario da capella real. Era natural de Lisboa. Escreveu: *O Escravo da Virgem Santissima senhora nossa, ou pratica de como se devem offerecer por escravos da mesma Senhora, para alcançarem por sua intercessão uma boa e santa morte*, etc.; *traduzido do italiano em portuguez*, Lisboa, 1655 e 1676; Evora, 1659.

**Osorio** *(Fr. Christovão)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa em 1574, fal. na quinta do Seixal, pertencente á mesma ordem, em 31 de setembro de 1630 Era filho de Affonso Gomes e de Maria Osorio. Professou no convento de Lisboa em 27 de maio de 1590, onde se applicou ao estudo da historia, principalmente da sua ordem, e á cultura da poesia. Escreveu: *Pancarpia, Prosas historicas e titulares, e versos differentes, de varões collocados e illustres da ordem da Santissima Trindade e Redempção de captivos, com algumas excellencias d'ella uteis*, Lisboa, 1628.

**Osorio** *(Diogo Pardo)*. Official do nosso exercito no tempo da guerra da Restauração de 1640. Escreveu uma obra, que se não publicou, e cujo manuscripto se guardava na livraria do marquez de Valença, a qual tinha por titulo: *Extracto ichnographico, dedicado ao ill.mo sr. D. Miguel de Portugal, conde de Vimioso, senhor de Pernambuco, do conselho de guerra*. Esta obra constava de plantas de diversas fortificações.

**Osorio** *(Fernando)*. Missionario, coadjutor temporal da Companhia de Jesus, que viveu no seculo XVI. Empregou-se com grande fervor em propagar a religião de Christo nas ilhas Molucas, e fal. na cidade de Tolo em 1566. No archivo da Casa Professa de S. Roque existiam algumas cartas em que Fernando Osorio dava conta dos seus trabalhos no Oriente.

**Osorio** *(P. Francisco)*. Presbytero secular, theologo, mestre de letras humanas, e prior da egreja de S. Vicente de Villa Franca de Xira. Era natural de Lisboa. Escreveu: *Compendio de espiritual doutrina, colhido pela maior parte de varias sentenças dos santos padres. Autor o ill.mo e rev.mo sr. D. Fr. Bartholomeu dos Martyres, arcebispo de Braga. Traduzida do latim em portuguez*; Lisboa, 1653.

**Osorio** *(Gregorio Xavier Vivas)*. Presbytero secular, cujo nome se conhece por ter publicado

o seguinte: *Sermão sobre o Céo, para a segunda dominga da quaresma, e para o dia da Transfiguração*, Lisboa, 1775.

**Osorio** *(Jeronymo)*. Fidalgo da Casa Real; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. na cidade de Cantão, na costa do Malabar, em 1545; fal. a 16 de fevereiro de 1611. Era filho de Bernardo da Fonseca Osorio, provedor geral dos estados da India, e de D. Luiza Lopes Pestana; sobrinho paterno do bispo do Algarve D. Jeronymo Osorio. *(V. o artigo seguinte)*. Sendo mandado para Portugal quando contava 11 annos de edade, foi educado sob a direcção do illustre prelado seu tio. Aprendeu a lingua latina no Collegio das Artes na Universidade de Coimbra, applicando-se tambem ao estudo da lingua grega. Quando cursava o quarto anno de Philosophia foi provido por seu tio, já então bispo do Algarve, no arcediago de Lagos; voltou á Universidade, cursando Theologia. Estudou tambem a lingua hebraica. Doutorou-se na referida faculdade a 26 de junho de 1580, voltando depois ao Algarve, onde assistiu á morte de seu tio, succedida em 20 de agosto seguinte. Em 3 de fevereiro de 1582 foi promovido a conego magistral na sé de Evora. Todo o tempo que o seu cabido lhe deixava livre applicava-o na composição das suas obras Para imprimir as de seu tio, passou a Roma em 1588, com o breve de Xisto V, onde a sua casa era o hospicio dos portuguezes, que se valiam da sua protecção para o feliz exito das suas pretenções. Regressando a Portugal, renunciou o canonicato a 6 de fevereiro de 1599, no dr. Sebastião da Costa, e foi para Galliza visitar a sepultura de S. Thiago; voltando ao reino recolheu-se ao convento do Varatojo, passando depois a Lisboa, onde falleceu. Deixou a sua importante livraria aos frades franciscanos do convento de Xabregas. O dr. Jeronymo Osorio escreveu em latim a vida de seu tio D. Jeronymo Osorio, a qual anda no principio das obras d'este prelado, e n'essa collecção se encontram tambem outras producções suas, taes como as de Cantares, etc. Tinha composto mais algumas obras, segundo consta, que ficaram ineditas, e se consideram hoje perdidas.

**Osorio** *(D. Jeronymo)*. Bispo do Algarve, lente da Universidade de Coimbra, etc. N. em Lisboa em 1506, fal. em Tavira a 20 de agosto de 1580. Era filho primogenito de João Osorio da Fonseca e de sua mulher, Francisca Gil de Gouveia. Seu pae era um apreciado jurisconsulto, e sendo nomeado ouvidor geral da India, partiu para aquelles estados, deixando em Lisboa a mulher na companhia de seus filhos. Conhecendo Francisca Gil de Gouveia a viveza de engenho, que já se notava em Jeronymo Osorio, que apenas contava 10 annos de edade, o mandou instruir na lingua latina, em que fez tão rapidos progressos, que d'elle vaticinou o mestre a excellencia do seu talento para empreheuder estudos mais serios. Aos 13 annos passou á Universidade de Salamanca, onde se aperfeiçoou no latim e aprendeu o grego, em cuja lingua traduziu em elegantes versos as *Lamentações de Jeremias*. Passados dois annos veiu á patria para se encontrar com seu pae, que tinha regressado da India. O apreciado jurisconsulto que desejava encontrar no filho um digno successor na magistratura, o mandou continuar em Salamanca os estudos de Direito Civil, o que muito contrariou o joven estudante, que ambicionava, principalmente, ser cavalleiro da ordem militar de Malta. Em Salamanca applicava sómente duas horas por dia ao estudo da Jurisprudencia, aproveitando o resto do tempo na lição dos historiadores latinos e gregos. Resolveu tomar ordens no convento de Santo Estevão da reformada ordem dos prégadores. Voltando a Lisboa, tendo já fallecido seu pae, partiu em 1525, aos 19 annos de edade, para Paris a estudar Philosophia. Em Paris relacionou-se intimamente com o padre jesuita Fabre, um dos primeiros companheiros de Santo Ignacio de Loyola, ou com o proprio santo, e consta que foi um dos mais influentes, para que D. João III admittisse em Portugal a Companhia de Jesus. De Paris voltou a Portugal, mas pouco tempo se demorou porque, devorado por uma insaciavel sêde de saber, saiu de novo do reino, e foi estudar Theologia em Bolonha, e taes creditos adquiriu n'essa sciencia que D. João III, quando formou a Universidade de Coimbra, o chamou para reger a cadeira de prima e Escriptura, em que se conservou algum tempo explicando a Escriptura e a Epistola de S. Paulo aos romanos. O infante D. Luiz, irmão de D. João III, homem intelligente e como tal apreciador do verdadeiro talento, o fez seu secretario, e o encarregou da educação de seu filho bastardo D. Antonio, mais tarde o prior do Crato, que mereceu sempre a seu pae os maiores desvellos, dando-lhe para mestres homens como D. Jeronymo Osorio e D. Fr. Bartholomeu dos Martyres. O infante deu-lhe ao mesmo tempo as egrejas de S. Salvador de Travanca e de Santa Maria do Castello de Tavares, ambas no bispado de Vizeu. Por este tempo escreveu Jeronymo Osorio as suas obras theologicas em latim: *De gloria et nobilitate civile et christiana; De justicia; De vera sapientia*, obras que lhe alcançaram desde logo a maior reputação, como latinista e como theologo. Tambem escreveu exposições e paraphrazes dos textos biblicos, uma epistola á rainha Izabel de Inglaterra, e uma refutação de Walter Hadden. Estas duas ultimas o tornaram conhecido em Inglaterra, e o grande Bacon occupou se d'elle, censurando-lhe, porém, as redundancias do estylo, o que não admira, em primeiro logar porque Jeronymo Osorio era completo imitador de Cicero, e a redundancia é na verdade um defeito ciceroniano, e em segundo logar, porque os escriptos de Jeronymo Osorio, contrarios á doutrina protestante, não podiam agradar a um anglicano. Por esse tempo tambem escreveu, ou pelo menos começou a escrever a obra historica *Rebus Emmanuelis*, a mais celebre das suas obras, admiravel chronica d'el-rei D. Manuel, escripta em latim, que lhe mereceu os elogios insuspeitos do grande historiador e grande latinista francez de Thou, que tambem escreveu a sua *Historia*. A chronica de D. Manuel foi traduzida em portuguez por Filinto Elysio, e veiu a publicar-se em Lisboa, em 1804. *(V. Nascimento, Francisco Manuel do,)* no *Portugal*, n'este vol. pag. 16. Tambem escreveu em latim uma oração em louvor de Santa Catharina, um poemeto ao nascimento de Christo, e varias epistolas. Foi só em 1555, quando o infante D. Luiz morreu, que Jeronymo Osorio deixou de ser seu secretario. Então saiu de Lisboa, e foi parochiar uma das egrejas

de que o infante o fizera abbade. Ali se demorou uus cinco annos, até que o cardeal D. Henrique, sendo arcebispo de Evora, o elegeu arcediago do bago da sua cathedral, dignidade de que tomou posse a 30 de março de 1560, e no anno de 1564, quando recebeu de sua cunhada, a raiuha viuva D. Catharina, a regencia do reino, na menoridade d'el-rei D. Sebastião, elegeu D. Jeronymo Osorio bispo de Silves. Era justa recompensa d'uma vida de trabalho, e a consagração official d'uma gloria iucontestavel. D. Jeronymo Osorio era já n'esse tempo altamente considerado em Portugal e no estraugeiro como latiuista, como orador e como theologo, merecendo o cognome de *Cicero portuguez*. No seu governo procedeu a grandes melhoramentos. Mandou abrir escolas de latim em Lagos e em Villa Nova de Portimão; e de Theologia Moral em Faro, Tavira e Loulé. Exhortava aquelles que pelo seu talento se distinguiam, a frequentar as Universidades, soccorrendo generosamente os que a pobreza difficultava este exercicio, remunerando com logares honorificos e rendosos os que tinham feito maiores progressos nos estudos. Protegia muito os hospitaes e casas de Misericordia. O cardeal D. Henrique tiuha muita confiança em D. Jeronymo Osorio, que muito considerava e respeitava, e foi provavelmente a seu pedido que o illustre prelado escreveu para o joven monarcha o seu tratado *De regis institutione et disciplina*. Foi tambem o bispo de Silves quem escreveu á rainha D. Catharina a aconselhal-a a que não saisse do reino, quando ella o queria fazer por desaveuças com seu cunhado. Nas côrtes celebradas em Lisboa a 20 de janeiro de 1568, em que tomou as redeas do governo el-rei D. Sebastião, assistiu com os prelados das outras dioceses, e reconheceudo o cardeal D. Henrique a sua grande prudencia e a sua vida virtuosa, instou com elle para vir residir em Lisboa e fôsse um dos directores do novo soberano na regencia do reino para o aconselhar e guiar, porém com o pretexto da obrigação pastoral da sua diocese o bispo se retirou ao Algarve, e ali viveu entregue aos seus estudos e trabalhos, levantando uma ou outra vez a sua voz autorisada, porque poucas pessoas gozavam de tão indisputada influencia como o bispo de Silves D. Jeronymo Osorio. A sua voz era sempre ouvida com respeito e o seu conselho sempre pedido. Quando lhe chegou a noticia da precipitada resolução que o arrebatado rei tomara de ir a Africa, escreveu-lhe uma carta, em que lhe expuuha com zelosa fidelidade a conveniencia para a estabilidade da monarchia, que elle casasse antes de executar os designios que meditava. D. Sebastião partiu effectivamente em 1574, eutão D. Jeronymo Osorio lhe escreveu outra carta cheia de documentos politicos e desenganos catholicos, persuadindo-o a que voltasse para o reino. Esta carta foi escripta em Lisboa, e talvez a pedido dos homens sensatos da côrte, que só tinham esperança na voz autorisada do venerando prelado para conseguir que el-rei abandonasse essas perigosas e aveuturosas expedições. O resultado, porém, foi exactamente o contrario do que se esperava. E' certo que o rei veiu a Portugal, mas por motivos diversos da carta do bispo, e essa mesma carta lhe serviu depois de argumento para a sua segunda e mais fatal expedição. Effectivamente, D. Jeronymo Osorio dizia-lhe, não querendo atacar de frente a sua resolução, que fazia mal em gastar forças n'essas pequenas expedições, forças que podia empregar melhor n'outra expedição mais seria, que essa expedição só a deveria emprehender quando as dissensões entre os moiros melhor permittissem a intervenção dos christãos. Ora essa circumstancia deu-se em 1578, e D. Sebastião, quando lhe aconselhavam que desistisse de similhante empresa, respondia com os proprios argumentos com que o bispo de Silves o dissuadira da primeira vez. Essa carta, comtudo, irritou profundamente o monarcha, quando a recebeu, o que deu causa a varias calumnias maquinadas pelo odio dos inimigos do bispo, o qual, ou porque receasse as consequencias da colera real, ou porque precisasse de ir a Roma por causa da transferencia que desejava da séde do bispado de Silves para Faro; ou emfim porque estivesse sequioso de tornar a vêr paizes estrangeiros, deliberou sair de Portugal e ir a Roma com o pretexto da visita *ad limina Apostolorum* De Sevilha é que pediu por uma carta o beneplacito real para esta joruada Em 1576 passou em Parma, sendo benevolamente recebido pela duqueza D. Maria, neta d'el-rei D. Manuel. Chegou a Roma, onde teve o mais amavel acolhimento do papa Gregorio XIII; visitou as sepulturas do Apostolado, e recebeu do papa muitos privilegios para a sua egreja, conseguindo em 3 de março de 1577 a transferencia que tanto desejava, da séde da diocese do Algarve, de Silves para Faro. Em Roma foi geralmente festejado com graude louvor, como um dos homens que mais puramente cultivavam a lingua latina, e como mestre de todos os ciceronianos de Italia. Obrigado por cartas de D. Sebastião e do cardeal D. Henrique, regressou a Portugal, e ao chegar a Lisboa, preparava-se el-rei com todo o apparato militar para a infeliz expedição de Africa, e valendo da autoridade da sua pessoa e efficaz eloquencia ainda tentou desviar o joven monarcha de tão temeraria expedição, mas já não pôde evital-a. A noticia da terrivel batalha d'Alcacer Kibir, a 4 de agosto de 1578, causou-lhe a mais profunda inpressão, e desanimou-o completamente; ao vêr o cardeal rei no throno, o paiz dividido, Filippe II de Hespanha ameaçador, as ambições de egoistas pretendentes a dilaccerarem-se entre si, julgou tudo perdido, e quando as côrtes se reuniram em Almeirim para escolherem um successor da corôa, ergueu a sua voz debil, mas ainda eloquente e mestra na arte dos primores litterarios, para aconselhar a escolha de Filippe II e a submissão do reino a Castella. Não fôram motivos vergonhosos que lhe dictaram esta carta, que tanto pesa sobre a sua momoria, foi a fraqueza dos seus 74 annos, foi o espectaculo miserando do reiuo, foi o desalento que tudo lhe inspirava. Mas essa resolução foi fatal á causa da patria. Estavam todos costumados a escutar como um oraculo a voz do bispo do Algarve, e a sua carta serviu assim de pretexto aos fracos para o invocarem a cada momento, aos traidores para desculparem a sua perfidia, aos negociadores para cobrirem a sua diplomacia. O bispo D. Jeronymo Osorio não pôde resistir por muito tempo. Rebentando em Tavira uns tumultos por causa da questão da sucessão do reino, pretendeu o illustre prelado apazi-

gual os, e partiu para aquella cidade n'uma liteira, mas parecendo-lhe que a menor demora augmentaria o furor dos revoltosos, montou n'uma mula para chegar com mais brevidade, mas no caminho aggravou-se-lhe uma chaga que tinha na perna direita, que teve de recolher-se ao convento de S. Francisco, onde esteve vinte dias doente com uma febre incessante, no fim dos quaes falleceu, sendo enterrado na capella-mór do mesmo convento. O bispo D. Jeronymo Osorio foi verdadeiramente um varão ornado de letras e de singulares virtudes, que lhe mereceram a estima do papa Gregorio XIII, dos monarchas D. João III, D. Sebastião e D. Henrique, de Estevão Batory, rei da Polonia, que pelo seu chanceller João Zamoischio o mandou visitar a Roma, confessando com honrosas expressões a utilidade que alcançara com a lição das suas obras; dos cardeaes Estanislau Osio e Guilherme Sirleto. Falava a lingua latina com toda a correcção, sendo muito versado no grego e no hebraico. As suas obras, que corriam dispersas em diversos tomos, e impressas em varias localidades, as colligiu com o maior cuidado seu sobrinho Jeronymo Osorio, conego da sé de Evora, quando assistiu em Roma, e sairam em 4 tomos, Roma, 1592. Na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 514 a 516, vem uma relação minuciosa d'essas obras, escriptas todas em latim. A obra *De Rebus Emmanuelis* foi traduzida em inglez, com o titulo: *History of the Portuguese, during the Reign of Emmanuel*, Londres, 1752.

**Osorio** *(João de Gouveia)*. V. *Osorio da Costa (João de Gouveia)*.

**Osorio** *(José Fructuoso Ayres de Gouveia)*. Bacharel formado em Philosophia e Medicina pela Universidade de Coimbra, doutor em Medicina pela Universidade de Edimburgo, medico do hospital da Misericordia do Porto, professor na Escola Medico Cirurgica da mesma cidade, socio da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, do Instituto de Coimbra, fundador e presidente da Sociedade de Instrucção do Porto, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, cavalleiro da de Legião de Honra, de França, etc. N. no Porto a 11 de maio de 1827, fal. a 23 de agosto de 1887, sendo filho de Fructuoso José da Silva Ayres, negociante, e de sua mulher, D. Maria Maximina de Gouveia Braga. Era irmão mais velho de D. Antonio Ayres de Gouveia, bispo de Bethsaida, arcebispo de Calcedonia, ministro de estado honorario, etc. Mostrando logo desde os primeiros annos uma grande vocação para as letras e para e estudo, seu pae esforçou se a auxilial-o e aos 14 annos de edade já estava matriculado na Universidade em Mathematica. Fez a sua formatura em Philosophia em 1847, e em Medicina e Cirurgia em 1849, obtendo sempre premios nos respectivos cursos. Desejando aperfeiçoar-se nos seus estudos, foi a Paris, onde frequentou as summidades medicas, tomando o grau de doutor na Universidade de Edimburgo, onde apresentou a sua dissertação inaugural sobre o prolapso do utero, que teve a honra de ser classificada pelo celebre professor Simpson como a segunda das dissertações dignas de menção, entre todas quantas se apresentaram ácêrca de doenças de mulheres. Resolvendo-se depois a publical-a, o autor accrescentou e alterou a sua obra, afim de a tornar mais completa. Imprimiu se no Porto em 1854. Dedicando-se ao magisterio foi nomeado professor da cadeira de hygiene e de medicina legal na Escola Medico-Cirurgica do Porto, em 1858. Entrando na vida politica, filiou-se no partido progressista, e foi membro da junta geral do districto do Porto. N'uma das vezes que o seu partido esteve no poder, foi eleito par temporario, e tomou assento na respectiva camara, posto que não tomasse parte activa nas discussões. Como presidente da Sociedade de Instrucção do Porto, prestou muitos bons serviços á sciencia e ao ensino. Foi director da Associação Commercial da mesma cidade. Sendo membro da Sociedade Agricola do Porto, escreveu e publicou os relatorios relativos ás exposições de 1857 e de 1860. Como professor da Escola Medica publicou duas das suas orações, uma inaugural em 1860, outra de encerramento de curso em 1878. Publicou em 1866 a serie de providencias que tomára ácêrca de expostos, e como medico do hospicio publicou um relatorio, e umas propostas por elle apresentadas á junta em 1870. Antes de completar os 20 annos de edade, em 1847, no tempo da Junta do Porto, auxiliou a fundação do *Ecco Popular*, jornal progressista de grande nomeada, em que collaborou ao lado dos irmãos Manuel e José Passos. Desde então nunca deixou de advogar os interesses da sua terra, com a penna ou com a palavra, em opusculos ou em jornaes. As questões dos expostos e creanças abandonadas, a do Asylo da Mendicidade, onde foi provedor, e outras mereceram-lhe as maiores dedicações. A idéa inicial de dois taboleiros na ponte *D. Luiz*, no Porto, partiu d'elle, e insinuou-a em artigo anonymo. Tambem foi por sua iniciativa que se estabeleceu na Granja a estação do Caminho de ferro, que muito auxiliou aquella praia. Quando falleceu, andava publicando pela imprensa as lições do seu curso de hygiene e o projecto do *Codigo Sanitario Portuguez*, de que deixou impressos os primeiros 4 titulos com 132 artigos e o plano completo com 21 titulos, missão de que fôra encarregado pelo governo em portaria de 2 de janeiro de 1882, portaria muito honrosa, terminando por estas palavras: «O que se communica ao referido lente para sua intelligencia, e para que assim o cumpra, *como é de esperar da sua competencia e provado zêlo no serviço do estado.*» Apezar de ser progressista, esta commissão foi encarregada pelo governo regenerador, o que provava ainda mais o seu grande valor e singular competencia. Possuia em Vouzella a quinta de *Lamas*, que lhe legára seu padrinho José Fernandes, que fôra socio de seu pae. N'aquella villa adquiriu algumas propriedades, e era muito considerado e respeitado, pelos melhoramentos que alcançou para engrandecer Vouzella, onde vivia. A elle se deve a estrada districtal de Vizeu a Oliveira do Bairro por Vouzella, e longos annos se empenhou na construcção d'uma linha ferrea entre o Porto e Vizeu pelo valle do Vouga, tocando em Vouzella. Fez com que a Associação Commercial do Porto apresentasse ao governo, pedindo a mencionada linha. Casou em 16 de julho de 1856 com D. Virginia de Brito e Cunha, filha de João Eduardo de Brito e Cunha, de Mattosinhos, e de D. Carlota de Roure. Bibliographia: *Do prolapso do utero*, Porto, 1854;

*Conselhos ao povo contra a cholera-morbus, approvados pelos facultativos do Hospital Real da Misericordia, e mandados publicar pela Mesa da Santa Casa, para serem distribuidos gratuitamente*, etc., Porto, 1855, fôram reproduzidos no jornal *O Moderado*, de Braga, 1855, n.os 179 e 180; *Manual dos proprietarios das abelhas, por Lombard; e o conservador das abelhas por..., traduzidos da lingua franceza annotados por J. F. A. de G. O*, Porto, 1851; *Sociedade agricola do Porto; documentos, relatorio e notas relativas á exposição de agricultura, realisada nos dias 12, 13 e 14 de julho de 1857*, Porto, 1857, com uma estampa, representando a vista geral da exposição; *Gazeta medica do Porto: periodico de medicina, cirurgia, pharmacia e sciencias accessorias, redigido por... com a collaboração de muitos lentes da escola medico cirurgica e de outros distinctos medicos, cirurgiões e pharmaceuticos*, Anno I, 1860; do anno II saiu apenas o n.º 1 correspondente a janeiro de 1861; *Notas para a historia da medicina portugueza; oração inaugural recitada na sessão solemne da abertura do anno lectivo de 1860-1861 na escola medico cirurgica do Porto*, Porto, 1860; *Sociedade agricola do Porto; relatorio da exposição de agricultura de 1860 no Porto*, Porto, 1861; *Junta geral do districto do Porto; novas providencias e documentos ácêrca dos expostos, mandados publicar por esta junta, na sessão annual de 1866, e colligidos por..*, Porto, 1866; *A junta geral do districto do Porto e as creanças soccorridas no hospicio do Porto*, Porto, 1870; *Hospicio de creanças do Porto; relatorio pelo medico do mesmo hospicio ..*, Porto, 1872; tem junto: *Projecto de consulta especial ácêrca dos expostos, offerecido á junta geral do districto do Porto*; com varios mappas; *Noticia biographica do conselheiro Francisco de Assis Sousa Vaz, decano e director da escola medico-cirurgica do Porto e Notas historicas ácêrca do ensino da cirurgia do Porto*, Porto, 1873; *Pratica academica do ultimo dia do curso de medicina pratica em 7 de junho de 1878, na escola medico-cirurgica do Porto*, Porto, sem data. Escreveu varias poesias em jornaes litterarios, e artigos sobre sciencia, politica, e folhetins, em diversas publicações.

**Osorio** (*Justiniano Cesar*). Guerrilha nobre, que ficou conhecido com o nome do *Justiniano de Cordova*. Era natural da aldeia de Cordova, da provincia da Beira Alta. Frequentando os estudos em Lamego, já por occasião das convulsões politicas anteriores a 1832, se tornou conhecido nas grandes arruaças escolasticas, collocando-se por vezes, *armado de refle*, á frente dos seus numerosos companheiros. Tomou parte activa na revolução popular da Junta do Porto, de 1847 a 1848. Armou os seus visinhos, e collocando se á frente d'elles, como commandante, foi um guerrilheiro celebre. A Junta do Porto o reconheceu e nomeou tenente-coronel e commandante do batalhão de voluntarios de Rezende (assim se denominava a sua guerrilha), e distinguiu-se com vantagem em muitos recontros com as tropas da rainha, até que a intervenção da Hespanha e da Inglaterra determinou a convenção de Gramido, e ali acabou a patriotica revolução denominada da *Maria da Fonte*. Com a sua pequena guerrilha, nunca superior a 200 praças, umas vezes unido ás fôrças que commandava o barão de Castro Daire, e outras só, prestou relevantes serviços á causa da Junta, batendo-se com tropas do governo, por vezes muito superiores, no Minho, Traz-os-Montes e Beira Alta, não ficando nunca prisioneiro, nem soffrendo baixas importantes, e tendo o arrojo de se conservar em S. Martinho, Páus e Cordova, a 8 k de Lamego, emquanto ali esteve a divisão do barão do Casal, de 5:000 homens, entre cavallaria, infantaria e caçadores, chegando o seu atrevimento a ponto de abeirar-se de toda a divisão, em maio de 1847, quando o conde das Antas foi á Régoa, onde estava o general Póvoas com uma divisão; e o barão do Casal, depois conde, temendo alguma surpreza, retirou, por prudencia, sobre Castro Daire. Durante a marcha e contra-marcha do barão, Justiniano Osorio fez fogo sobre toda a divisão, em varios pontos, e lhe aprisionou alguns soldados e cavallos, e duas cargas de tabaco, sem perder um unico dos seus. Desejando o barão vêr-se livre de tão incommodo visinho, mandou um dia parte da divisão dar-lhe caça, e o apanharam de surpreza em Mesquitella; mas, sem perder o animo, deu immediatamente aos seus voluntarios ordem de debandar, marcando-lhes como ponto de reunião a capella de Nossa Senhora da Guia, perto de 3 k. de distancia, e, apeando-se, lá partiram todos em desfilada, como corças, por barrancos e atalhos, com tanta felicidade, que em breve estavam todos de novo reunidos no ponto marcado, sem faltar a possante mula do Justiniano, que habituada ás lides guerreiras, muito espontanea e livremente os seguiu, e formando logo, fizeram vivo fogo sobre a tropa da rainha D. Maria II, até Villa Verde. Mandando outro dia o barão tambem parte da sua divisão sobre Cordova, o Justiniano a incommodou com vivo tiroteio, desde a barca do Bernardo, na extremidade E da freguezia de Barrô, até á Feira Nova, na freguezia lemitrophe de S. Martinho de Moiros, obrigando-os a bater em retirada para Lamego; e perseguindo-os até ao Espigão do Mesquitella, lhes aprisionou 5 soldados. No dia 1 de junho de 1847, sabendo o barão do Casal que Justiniano estava no Porto, mandou a Cordova uma força para levar pão; mas apenas foi presentida, o povo repicou os sinos, e caindo sobre a força a obrigou a retirar, aprisionando-lhe 8 soldados. Em desforra, estando ainda Justiniano no Porto com a sua gente, o barão do Casal fez marchar no dia 22 do referido mez, outra força maior sobre Cordova, e não só saquearam a povoação, mas incendiaram 13 casas das principaes de Cordova, Paredinhas e Fornêllo, principiando pela de Justiniano. Em 28 ainda do mez de junho, foi a Villa Real com o barão de Castro Daire, e ali se bateu valentemente contra as forças do barão de Vinhaes, aprisionando lhe 80 a 90 homens, e perdendo apenas 1 sargento, 1 cabo e 4 soldados. Tomou parte na acção que as tropas da Junta perderam em Valpaços, por se bandearem com as forças do governo dois corpos de linha inteiros, o 13 e o 15 de infantaria; e em Mirandella sustentou nutrido fogo, unido a outras forças da Junta, defendendo a ponte contra as tropas do barão de Vinhaes. Os soldados que formavam o batalhão ou guerrilha do celebre Justiniano Cordova, eram voluntarios escolhidos e valentes, assim como os officiaes. Terminada a lucta pela convenção de Gramido, foi Justiniano Osorio

repetidas vezes administrador do concelho e presidente da camara municipal de Rezende, havendo-se sempre com desinteresse e dignidade, até que falleceu no Porto a 25 de julho de 1861. Havia casado com D. Leopoldina Adelaide e Mello, da nobre familia Mellos de Adálvares.

**Osorio** (*P. Lourenço Justiniano*). Presbytero, bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra, e abbade da freguezia de S. Pedro do Valle, no arcebispado de Braga. Falleceu, segundo parece, pouco depois de 1815. Ha d'elle duas obras impressas: *A Entrevista do abbade Sieys com o ex-bispo Talleyrand*, e uma *Ode aos pedreiros livres, que ao muito alto e muito poderoso senhor D. João VI. . Dada á luz por fr. Bernardo Gil*, etc., Lisboa, 1819. Foi uma publicação posthuma. A obra, porém, mais importante do P. Lourenço Justiniano Osorio, parece que devia ser um poema intitulado *Jacobinada*, ácêrca do qual se lê no vol. XIII do *Diccionario Bibliographico*, a pag. 316 e seguintes: «A proposito d'esta obra existem dois documentos, autographos, que por conterem algumas informações interessantes da vida do padre Lourenço Osorio, entendo que devem ficar aqui registados na integra. O primeiro é o requerimento do procurador d'este em Lisboa, pedindo uma certidão ao desembargo do paço ácêrca do poema e a respectiva certidão. São do theor seguinte: — Senhor; Diz o reverendo Lourenço Justiniano Osorio, abbade do Valle, no termo de Arcos de Valle-de-Vez, comarca de Vianna do Lima, e autor da *Entrevista do abbade Sieys com o ex-bispo Talleyrand*, que elle supplicante pretende certidão do despacho definitivo que este soberano tribunal pronunciou no folheto e obra intitulada *Jacobinada*, e do tempo que ella se demorou nos censores nomeados, achando-se já licenceada pelo santo officio e ordinario. P. a vossa alteza real seja servido mandar se passe a dita certidão e com as circumstancias referidas. Como procurador, *Isidoro Antonio*. Passe do que constar não havendo inconveniente. Lisboa, 13 de janeiro de 1814. (Com a rubrica do desembargador de serviço).—N'esta secretaria da mesa do desembargo do paço da repartição da côrte, Extremadura e ilhas, revisão e censura dos livros, se acha o manuscripto intitulado *Jacobinada*, poema em sete cantos, que pretendeu imprimir o autor da *Entrevista do ex-abbade Sieys com o ex-bispo Talleyrand*, cuja obra, depois do competente exame, teve a final o despacho do theor seguinte: *Fique supprimida*. Lisboa, 12 de maio de 1813. (Com quatro rubricas dos ministros desembargadores do paço, etc.) E para constar o referido se passou a presente certidão. Lisboa, 25 de janeiro de 1814. Esta gratis. (Assignado) *Pedro Norberto de Sousa Padilha e Seixas*.— O segundo documento interessantissimo, de valor historico, é uma carta do proprio punho do reverendo Lourenço Osorio, em que dá conta a um amigo do Rio de Janeiro, cujo nome ignoro, porém de certo vantajosamente collocado na côrte portugueza, dos seus trabalhos litterarios e da sua má situação como sacerdote. Leia-se: — Ill.mo e ex.mo sr. Tenho a honra de escrever a v. ex.a remettendo-lhe a primeira parte de uma obra, que compuz, e a que dei o nome de *Jacobinada*. Quando em 1809 os francezes entraram n'este reino soffri eu grandes trabalhos, porque me achava na cidade do Porto no dia em que ella foi tomada. Uma perigosa fugida me salvou, e em mais de tres mezes não pude recolher-me a esta residencia. Não sendo militar, eu julguei, que devia tambem empunhar contra Bonaparte as armas que pudesse, procurando de algum modo rediculisal-o e abatel-o na opinião dos seus admiradores. Compuz então a *Entrevista do ex-abbade de Sieys com o ex-bispo Talleyrand*, que fiz imprimir com o nome do defunto arcebispo de Gôa, para tirar toda a suspeita de que fôsse obra de algum vivo; porque os tempos eram perigosos e as cousas estavam em grande confusão, e até mesmo incerta, e finalmente porque a declaração do meu nome nada influia no intento da obra. D'esta remetto eu tambem a v. ex.a o unico folheto que possuo. V. ex.a verá, que toda ella se dirige a fazer passar Bonaparte por um louco. Não satisfeito com estes golpes por me parecerem pequenos, meditei outros mais profundos na referida *Jacobinada*, que não deverá ser considerada senão como um desafogo da minha colera contra o corso. Vilipendial o, e fazel-o desprezivel, eis ao que eu me propunha. Passada a tempestade do general Massena, eu remetti a obra para Lisboa afim de ser impressa. Obteve ella as licenças do santo officio e do ordinario, e se o meu procurador não fôsse tão descuidado, teria tambem obtido as do desembargo do paço. Desgraçadamente não aconteceu assim, porque o dito tribunal a supprimiu, como v. ex.a vê da certidão junta. Devia isto acontecer assim, porque como eu no corpo da obra censuro algumas côrtes da Europa por causa da sua amizade com Bonaparte, e quando ella foi remettida ao desembargo do paço já esta amizade não existia, e as nações se haviam colligado contra elle, seria um erro politico imprimir em Portugal uma obra, que offendia principes que já tinham tomado o partido da boa causa. A demora que houve em diligenciar a tempo os competentes despachos do dito tribunal, assim como se haviam diligenciado os outros, foi o motivo d'esta acertada suppressão. Esmorecei então, nem continuei a obra, nem emendei a que tinha feito, por me parecer que ella ficaria privada de algumas pinceladas, que me parecem bellezas, e que em algum tempo fôram certamente verdades. Lembrando-me, porém, que sendo impressa em Londres, ou mesmo n'essa cidade com o titulo de Londres, se tiraria algum proveito fazendo a girar entre os povos d'esse novo mundo para lhe fazer conceber maior horror a Bonaparte, por isso tomo a liberdade de a enviar a v. ex.a Eu sou abbade em uma miseravel aldeia, onde não ha nem quem escreva bem, nem quem escreva certo. E' um defeito muito geral n'estes logares, e v. ex.a verá que duas mãos fizeram a copia, ambas com a mesma infelicidade. Eu emendei o que pude, e por isso ella não vae com aquella perfeição e belleza com que devia ser apresentada a v. ex.a Eu disse a v. ex.a que sou um abbade, porém eu desejava não o ser. Desejava poder alcançar licença de sua alteza real para renunciar o meu beneficio, pois já não posso viver cercado de penedos e de montes como ha dez annos tenho vivido. Sua alteza real me conhece muito bem, porque eu tive a honra de ser seu prégador por espaço de muitos annos, e se v. ex.a se dignasse intercceder por mim, eu certamente obteria o que desejo. Queira v.

ex.ª fazer-me esta mercê, o apresentar a sua alteza o requerimento junto, cujo resultado eu desejaria que v. ex.ª me fizesse saber pelo seu guarda-roupa, porque eu não sei se terei n'essa cidade pessoa que m'o participe. Deus guarde a v. ex.ª por muitos annos. Minho, correio dos Arcos de Valle-de-Vez, em 20 de outubro de 1815. Sou ex.mo sr.—De v. ex.ª o mais attento e o mais humilde creado *Lourenço Justiniano Osorio.*»

**Osorio** (*Luiz*). V. *Pereira de Castro (Luiz Osorio da Cunha)*.

**Osorio** (*Paulo*). Escriptor contemporaneo. N. no Porto a 27 de maio de 1882. Revelando grande aptidão para as letras, aos 14 annos de edade collaborou em differentes jornaes litterarios, chegando a fundar e a dirigir a *Alvorada*, periodico que se publicou desde outubro de 1896 a setembro de 1897, e no qual collaboraram alguns dos nossos escriptores mais distinctos. Fez parte das redacções dos jornaes *Provincia* e *Folha da Noite*, e redigiu o *Norte* durante a doença do dr. Diniz Neves. Tem publicado as seguintes obras: *Aguilhoadas*, opusculo de critica á arte, á politica e aos costumes, 12 numeros, 1903 a 1904; *Historia d'um morto*, novella, 1903; foi traduzida em francez, com o titulo de *Histoire d'un mort*, 1904, por Philias Lebegue; *Na casa de Garrett*, opusculo de critica dramatica; *Camillo Castello Branco*, estudo pathologico do grande romancista, 1905; *A ultima noite*, romance, 1905; *Notas á margem*, chronicas, 1905; *Camillo Castello Branco e o sr. dr. Bombarda*, artigos de polemica, opusculo, 1905; *O amor e a morte no drama e no romance*, (conferencia), Porto, 1904.

**Osorio** (*Simão de Oliveira da Costa Almeida*). Fidalgo da Casa Real, irmão do bispo eleito da Guarda em 1773. Residiu por esse tempo, segundo consta, na mesma cidade, dando-se exclusivamente aos trabalhos agricolas. Escreveu: *Tratado pratico da cultura das amoreiras e da creação dos bichos da seda, com uma necessaria instrucção de tudo o que é congruente ao feliz successo d'este trafico*, Lisboa, 1773; fez se 2.ª edição em 1824.

**Osorio Cabral** (*Fernando Palha*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, presidente da camara municipal de Lisboa, etc. Fal. a 10 março de 1896. Formou-se no anno de 1873, e desde então sómente se entregou aos seus livros, sendo notaveis as suas investigações ácêrca dos reinados de D. Affonso VI e D. Pedro II, e do papel que n'elles representou o marquez de Castello Melhor. Em 1884, quando se tratou da reforma do municipio de Lisboa, o partido regenerador, a que elle pertencia, o elegeu vereador, sendo depois eleito presidente. Tambem foi par do reino electivo. Filiou-se depois no partido progressista, que o elegeu deputado por Lisboa e por accumulação de votos. Dos discursos que pronunciou, tornou-se notavel um, na camara dos pares, sobre o caracter utilitario da nossa epoca, e outro na dos deputados, impugnando a reforma da instrucção secundaria apresentada pelo sr. conselheiro João Arroyo. Da preciosa bibliotheca Fernando Palha se publicou em 1896 um minucioso *Catalago*, em francez.

**Osorio Cabral** (*José Maria*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, advogado fiscal da Casa de Bragança, etc. N. em Coimbra a 27 de agosto 1791, fal. em Lisboa a 23 de outubro de 1857, victima da febre amarella. Era filho de Miguel Osorio Cabral Borges da Gama e Castro, senhor da quinta das Lagrimas, e de sua mulher, D. Josepha Luiza de Figueiredo Freire Brandão. Destinado desde a infancia á carreira das letras, ouviu as primeiras lições d'um ecclesiastico muito instruido, que de França, sua patria, viera a Portugal arrojado pelas ondas da revolução. Tão cedo se habilitou com os estudos preparatorios, que teve de esperar um anno para chegar á edade de poder matricular-se na Universidade de Coimbra. Viu pouco depois interrompido o seu curso pelas consequencias da primeira invasão franceza, e na guerra da independencia serviu a patria com as armas, alistando-se no batalhão academico. Na terceira invasão em 1810, acompanhou sua familia, que emigrára para Lisboa, tendo n'essa occasião a infelicidade de perder sua mãe, que foi victima d'uma doença epidemica, que então se desenvolveu. Terminada a Guerra Peninsular voltou para Coimbra a continuar o curso interrompido, e fez a sua formatura na façuldade de Leis em 1814, depois do que defendeu theses com o maior applauso, doutorando-se em 2 de julho de 1815. Em quasi todos os annos do curso havia sido premiado, reunindo a essas distincções academicas, as que alcançou pelas suas producções litterarias e poeticas, que então publicou. Por tres annos serviu como oppositor, pretendendo habilitar-se para o magisterio, porém uma inclinação amorosa, de que resultou o seu casamento em 1818 com D. Maria Adelaide da Costa e Mattos, o fez desistir d'aquelle intento, dedicando-se então á magistratura. Despachado juiz de fóra para a ilha do Faial, para ali seguiu viagem com sua familia, prestando serviço nos Açôres desde 1819 até 1824. Chamado com os seus collegas á ilha Terceira para formarem a Junta Criminal, ahi passou por graves amarguras, tendo de ser testemunha de scenas de revolução e de anarchia, tão oppostas ao seu caracter pacifico e respeitador da ordem estabelecida. Na primeira proclamação em Angra do governo constitucional em abril de 1821 achou-se, bem a seu pezar, nomeado secretario da Junta Provisoria que de prompto se constituiu; tendo, porém, acceitado o cargo, tratou de bem desempenhal-o, acudindo n'aquelles dias com a sua prudencia e conselho para obviar quanto possivel certos lances difficeis, e arredar o conflicto, que em breve se realisou. Regressando depois ao Faial, teve de luctar, por muitos dias e mais a sua familia, com um temporal desfeito que se levantou, vendo-se obrigado a alijar ao mar tudo o que possuia, e a embarcação á mercê das ondas, correndo desmantelada e sem rumo, pela falta do leme; extenuados todos de fome, sêde e fadiga, e n'uma situação desesperada, até que por fim fôram salvos por um navio inglez, que os recebeu a seu bordo, largando-os em S. Miguel. D'ali se transportou o dr. Osorio Cabral ao Faial. De 1824 a 1830 serviu de corregedor da comarca de Aviz. N'este periodo de tantas vicissitudes e alternativas politicas soube conciliar a justiça com a moderação, cumprir os deveres do cargo, e conduzir-se com tal imparcialidade e inteireza que mereceu o respeito e a estima dos povos. A comarca compu-

nha-se de 17 villas, e em todas ellas não houve um só individuo por elle pronunciado em 1828, nas diversas devassas que teve de abrir por toda a parte, em cumprimento das ordens recebidas. Findo aquelle cargo, ficou por alguns annos desempregado, e só em 1834, já no fim do governo de D. Miguel, tornou a ser chamado ao serviço, que n'essa conjuntura poucos queriam acceitar, e do qual fôra afastado, porque á funesta exaltação de muitos que n'aquella epoca dominavam, não convinha um caracter moderado e conciliador. Conheceu o dr. Osorio Cabral quanto seria ephemero o novo exercicio da magistratura, porém, como um sacrificio de honra não se recusou acceitar o compromettimento a que era chamado, embora d'elle resultasse a morte politica. Entrou então no exercicio do logar de provedor da comarca de Santarem, com predicamento de desembargador do Porto, e como tal serviu nos poucos mezes que se seguiram até ao fim da campanha civil. Sendo depois instado, até por amigos poderosos, para se reconciliar com o governo constitucional, a tudo resistiu, porque julgava para elle uma posição desairosa a transigencia das suas idéas politicas. Voltando á vida particular, entregou-se mais desveladamente ao estudo das sciencias e letras, até que em 1839 deliberou estabelecer banca de advogado em Lisboa, e exerceu a advocacia até que falleceu. Passados tempos foi nomeado advogado fiscal da Casa e Estado de Bragança; serviu tambem como membro da commissão encarregada de liquidar os direitos da mesma Casa sobre o Thesouro Publico. Por muitos annos foi conselheiro do districto de Lisboa; vogal da commissão administrativa da Misericordia de Lisboa e Hospital de S. José, e por fim provedor dos recolhimentos da capital e membro do conselho geral de beneficencia. Possuia uma magnifica e copiosa livraria de mais de 5:000 volumes, que reunira á custa de muita perseverança e avultado dispendio, completa em obras juridicas, e abundante em obras de litteratura classica, em que se contavam muitos livros raros e preciosos. Escreveu muitos e importantes trabalhos forenses sobre todas as questões de direito, com profundo conhecimento do romano, canonico e das nações modernas. Na collecção da *Gazeta dos Tribunaes* existem muitos d'esses artigos. Consta que deixou muitos apontamentos e estudos bibliographicos, e observações philologicas sobre a lingua portugueza, suggeridos pela leitura dos classicos, á qual nos ultimos annos consagrou sempre todo o tempo de que podia dispôr; mais alguns fragmentos ineditos de varias composições e traducções poeticas, por elle emprehendidas nos annos da mocidade, emquanto outros cuidados mais serios o não obrigaram a pôr de parte essas recreativas occupações. Deixou tambem manuscripta a versão completa, que fez e concluiu em Lisboa em 1811, da tragedia *Alexandre*, de Racine. Impresso em seu nome, parece que só ha o seguinte: *O Inverno, ou Daphne, quarta ecloga de Pope, traduzida em versos portuguezes;* saiu no *Jornal de Coimbra*, vol VII, parte 2.ª pag. 211; *Varias poesias;* no mesmo jornal, vol. V, parte 2.ª, pag. 381.

**Osorio Cabral** *(Miguel).* Moço fidalgo com exercicio no paço, fidalgo cavalleiro da Casa Real; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, juiz da Relação de Lisboa e do Supremo Tribunal de Justiça, etc. N. em Travassô a 1 de dezembro de 1818, fal. em 21 de dezembro de 1890. Era filho de José Maria Osorio Cabral e de D. Maria Adelaide da Costa e Mattos (V. o *artigo antecedente*). Matriculou-se na Universidade de Coimbra em outubro de 1836, recebendo o grau de bacharel em 1841. Passando depois a Lisboa, exerceu a advocacia, até que foi despachado auditor da 3.ª divisão militar no Porto, em 30 de novembro de 1844. Estando no Porto no exercicio d'estas funcções quando se deu a revolução que ficou conhecida pela *Maria da Fonte*, em 1846, acompanhou o movimento do partido popular, merecendo a confiança de alguns dos mais distinctos membros da Junta do Porto, como o marquez de Loulé, os irmãos Passos, conde das Antas, e outros. Terminada a lucta civil pela convenção assignada em Gramido a 30 de junho d'esse anno, a sua familia conseguiu que elle não fôsse demittido, mas transferido para a 6.ª divisão, para Castello Branco. Depois do movimento da Regeneração, em 1851, foi restituido a 3.ª divisão, no Porto, passando mais tarde, em 1854, para a 1.ª divisão em Lisboa. Tendo feito, como auditor, o logar de juiz da 3.ª classe, conforme a lei de 4 de janeiro de 1859, foi promovido á 2.ª classe e collocado na comarca de Cintra, na qual tomou posse em dezembro de 1862. Promovido á 1.ª classe para a 6.ª vara de Lisboa, tomou posse a 21 de março de 1866. Sendo transferido para a 3.ª vara, de que tomou posse a 22 de dezembro de 1871, e para o 1.º districto criminal da mesma comarca de Lisboa, com posse em 29 de maio de 1872, e para a 3.ª vara, com posse em 29 de agosto de 1876. Em sessão plena do tribunal da Relação de Lisboa, de 13 de julho de 1877, cuja votação ácêrca dos juizes de 1.ª instancia foi publicada, obteve de 15 votantes, 12 M. M.B B. Promovido em seguida á 2.ª instancia para a Relação dos Açôres em 14 de novembro do referido anno de 1877, tomou posse a 9 de janeiro de 1878. Em 21 d'esse mez e anno foi nomeado ajudante do procurador geral da corôa e fazenda, e finalmente, tomou posse a 22 de maio de 1878 na Relação de Lisboa, sendo n'esse tribunal presidente até 1889, em que entrou no Supremo Tribunal de Justiça, tomando posse a 30 d'abril d'esse anno. O dr. Miguel Osorio Cabral foi deputado pela primeira vez em 1857, eleito pelo Fundão, sendo reeleito nas legislaturas de 1858, 1859 e 1865, exercendo em muitas sessões as funcções de 1.º secretario da camara. Em 1886 foi eleito par do reino pelo districto da Guarda. Casou no Porto com D. Maria Carolina d'Almeida Monteiro. Militou no partido historico, e depois no progressista, em que prestou relevantes serviços. Escreveu sobre assumptos juridicos em diversos jornaes de jurisprudencia, e são notaveis muitos dos pareceres que deu, quando foi ajudante do procurador geral da corôa. Sendo estudante do 5.º anno de Direito, escreveu e publicou: *A voz do desengano no Bussaco, Ode*, Coimbra, 1841; saira primeiro no n.º 12 da *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica.* Escreveu mais: *Tributo de saudade e gratidão á memoria da ex.ma sr.ª D. Maria do O' de Figueiredo Osorio de Castro*, Lisboa, 1848; *Discurso sobre a concordata de 23 de junho de 1886 com a San-*

*ta Sé ácêrca do real padroado portuguez no Oriente*, proferido na camara dos pares na discussão da resposta ao discurso da corôa, em sessão de 26 de maio de 1887, etc., Lisboa, 1887; tem appenso o *Segundo discurso* sobre a mesma questão, em sessão de 10 de junho de 1887, substituindo a proposta que primeiro apresentára, por outra que afinal foi approvada pela camara; *Gloria a Portugal na heroica restauração da sua independencia*, poesia; uma pagina avulsa com a assignatura de *M. Osorio;* foi reproduzida na nota 20.ª da seguinte obra, a pag. 134; *Os portuguezes de 1640, drama historico*, Lisboa, 1886, n'um prologo e 4 actos; foi representado no theatro de D. Maria II.

**Osorio de Campos e Silva** *(Antonio)*. Escriptor. N. em Lisboa a 21 de abril de 1823. Escreveu: *Elogio historico do Ex.mo e Rev.mo sr. D. Guilherme I, Cardeal Patriarcha de Lisboa*, Coimbra, 1847; *Idéa da existencia e instituto dos Jesuitas, pelo P. Ravignan, vertida para portuguez*, Lisboa, 1845; *O Amigo da Religião; revista ecclesiastica, religiosa, politica, scientifica, litteraria e noticiosa*, Lisboa; publicava-se ás quartas feiras e sabbados; foi fundador e redactor principal d'este jornal, que principiou a 24 de maio de 1862 e acabou a sua publicação a 28 de março de 1866; *Conferencias do P. Lacordaire, traduzidas em portuguez*, Lisboa, 1849-1850; 8 tomos; *A verdade, a razão e os factos; contra o opusculo «O Papa e o Congresso» por D. Manuel Ortiz Urruela, traduzido em portuguez*, Lisboa, 1860; *Almanach do clero do patriarchado*, etc., *para 1861; Almanach do Clero do patriarchado, prelasias annexas e bispados de Portalegre e Castello Branco, para o anno de 1862*, Lisboa, 1862. Redigiu o *Jornal da Sociedade Catholica*, a *Revista de Lisboa*, e outras publicações periodicas, e em 1851-1852 collaborou no jornal *A Imprensa*. Nos theatros de Lisboa tambem se representaram as seguintes traducções e imitações dramaticas: *Uns sobem, outros descem*, 1 acto; *Um por outro* e *Chovem bofetadas*, em 2 actos; *O proscripto de Granada*, 4 actos, etc. Em 1843 escreveu a peça original em 3 actos, *A morte de Sertorio*; *O conde de Oeiras*, 2 actos; *D. João de Castro*, 4 actos.

**Osorio de Castro** *(Jeronymo)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, etc. N. no logar da Ratoeira, comarca da Guarda a 21 de fevereiro de 1657, fal. em 4 de fevereiro de 1714. Era filho de Antonio Osorio da Gama e de Antonia Coutinho. Foi administrador do morgado de Santo Estevão, no referido logar da Ratoeira; nomeado em 1682 para ir na armada que devia trazer a seu bordo de Turim a Lisboa o duque de Saboya, destinado noivo da princeza D. Izabel, filha de D. Pedro II, casamento que se não realisou. Assistiu como procurador da cidade da Guarda ás côrtes celebradas em Lisboa no dia primeiro de dezembro de 1697, em que foi jurado successor da corôa o principe D. João, mais tarde el-rei D. João V. Esteve em Roma encarregado de varios negocios diplomaticos. Serviu como militar, durante oito annos, na praça de Penamacor. Casou em 17 de fevereiro de 1683 com D. Ignacia Xavier Castello Branco. Escreveu: *Comedia famosa: la Estrella del Sol de Padua en el cielo de Francisco. Fr. Antonio de las Llagas. Dedicala a la augusta magestad del serenissimo rey D. Juan el V*, etc., Lisboa, 1710; contém a conversão, vida e morte de fr. Antonio das Chagas; *Loa que hyzo el autor para se representar en la universidad de Coimbra al serenissimo rey D. Pedro II, de gloriosa memoria, quando possó a la villa de Almeyda, y por malograr-se la representacion la dedicó a su Augustissimo hijo el serenissimo rey D. Juan el V*; *El valor vence impossibles y segundo Viriato*, Lisboa, 1710, etc.

**Osorio de Castro** *(Jeronymo Bernardo)*. Fidalgo da Casa Real, poeta, etc.. N. na quinta e solar da Ratoeira, proximo de Coimbra, a 2 de fevereiro de 1726, fal. a 9 de fevereiro de 1811. Tinha 84 annos de edade quando foi a invasão dos francezes commandados pelo general Massena, e fugiu, como tantos outros, com sua familia, á furia dos invasores, vindo para Lisboa, onde falleceu. Escreveu: *Parnaso real, epithalamio panegyrico e geographico, dividido em tres partes e offerecido á serenissima senhora D. Maria, princeza dos Brazis, duqueza de Bragança, e ao serenissimo senhor D. Pedro, infante de Portugal*, Lisboa, 1764.

**Osorio da Costa** *(João de Gouveia)*. General do nosso exercito. N. em Penamacôr em 1773, onde tambem fal. a 21 de julho de 1853. Era filho de Antonio Carlos de Gouveia Osorio, capitão-mór da villa de Penamacôr, e de sua mulher D. Antonia Josepha Michaela de Seixas Pignatelli da Gama. A 1 de outubro de 1795 assentou praça no regimento de Penamacor, que foi depois o 11 de infantaria, sendo reconhecido cadete em 1797, e promovido a alferes em 1805. Quando se deu a invasão franceza, andava estudando na Academia de Marinha, em Lisboa; desligou-se do seu regimento a que se apresentou logo que, por occasião da revolução portugueza, os chefes do movimento trataram de reorganisar quanto possivel os antigos regimentos; no 11 serviu com distincção, entrando nas batalhas do Bussaco e d'Albuera, na tomada de Badajoz, na batalha de Salamanca, onde foi ferido, na de Vitoria, na dos Pyrenéos, na de Tolosa, em que praticou acções de tal valentia, que foi graduado em major por distincção. Terminada a Guerra Peninsular teve a promoção de major effectivo, e depois a de tenente-coronel, posto em que se conservava quando rebentou a revolução de 1820, com a qual as suas ideias não sympathisavam, mas a que tambem se não mostrou hostil. Estava então o Brazil tratando de proclamar a sua independencia, encontrando sómente resistencia na Bahia, commandada pelo general Madeira de Mello. Tratou so em Portugal de mandar soccorros, e formou-se uma legião, que tomou o nome de *Legião Constitucional*, cujo commando foi offerecido a Saldanha, o futuro duque d'este titulo, que não o acceitou, apezar de muito instado sendo nomeado Gouveia Osorio para o substituir. Este valente official partiu para a Bahia, auxiliou efficazmente Madeira de Mello na sua defeza, e quando ella se tornou impossivel vieram ambos para a Europa, sem terem capitulado, e depois de terem conservado até ao ultimo momento os inimigos afastados da praça. Gouveia Osorio, regressando do Brazil, já encontrou estabelecido o regimen absoluto, e foi commandar o regimento de infantaria n.º 11, que estava aquartelado em Almeida, e ali se conservava, quando se proclamou a Carta Constitucional, proclamando se logo depois a revolta contra ella,

promovida pelo marquez de Chaves, a quem Gouveia Osorio seguiu. Assim entrou na batalha de Coruche, onde as tropas absolutistas fôram batidas pelas tropas constitucionaes, e com o seu regimento teve de retirar para Hespanha. Sendo novamente restabelecido o governo de D. Miguel, regressou Gouveia Osorio ao reino. Já no posto de brigadeiro effectivo, commandou uma das divisões distribuidas pelo litoral para obstarem ao desembarque das tropas de D. Pedro IV. Essa divisão era a da Figueira da Foz, e D. Pedro desembarcou muito mais ao norte. Durante o cêrco do Porto commandou a 4.ª divisão do exercito sitiador, e foi elle que travou com os constitucionaes o combate do monte das Antas, que foi umas poucas de vezes tomado e retomado, em que afinal ficaram vencedores os constitucionaes. Levantado o cêrco do Porto, Gouveia Osorio partiu a tomar o commando d'uma divisão do exercito que cercava Lisboa. Foi elle o encarregado de tomar o commando do assalto que se seguiu ao combate de 5 de setembro, infeliz para os miguelistas, que se travara principalmente em Campolide. Tambem foi infeliz n'outro assalto que dirigiu pelos lados do Alto de S. João. O exercito miguelista levantou o cêrco de Lisboa, e retirou-se para Santarem. Não tardou que Gouveia Osorio fôsse de novo encarregado d'um commando importante. Nos ultimos dias de abril de 1834 o duque da Terceira, que fôra ao norte do paiz, levara adeante de si as tropas miguelistas, que se encontravam ainda por lá, mas que não tinham cohesão nem unidade. Gouveia Osorio recebeu ordem de as agrupar debaixo do seu commando. Não pôde fazer mais do que retirar de Coimbra com essas forças, que já commandadas pelo coronel Antonio Joaquim Guedes, fôram batidas pelos constitucionaes na Ericeira. Assignada a convenção de Evora Monte em maio de 1834, Gouveia Osorio retirou-se para a sua terra natal, onde teve de se homiziar e onde passou tormentos, porque as paixões politicas estavam vivamente inflammadas, e o sentimento de vingança contra as atrocidades dos miguelistas desnorteava os liberaes. Gouveia Osorio, por todos os motivos, tinha direito a não ser comprehendido n'essas represalias, porque nunca fôra cumplice d'essas atrocidades, nem partilhara as responsabilidades de muitos dos seus camaradas, era até respeitado e estimado pelos constitucionaes, que tinham encontrado n'elle protecção, mas isso não impediu que o perseguissem. Só em 1838, sendo ministro da guerra Sá da Bandeira, que fôra seu amigo e camarada, é que pôde começar a viver com mais tranquillidade. No tempo da Guerra Peninsular mereceu muitos louvores nas ordens do exercito pela sua bravura, etc.; era condecorado com a cruz de ouro n.º 6, correspondente ás campanhas em que entrara na referida campanha; cavalleiro das ordens de Christo, de Aviz e da Torre e Espada. Havia casado com D. Claudia Carolina Pinto Metello Falcão, filha de Francisco Antonio da Fonseca Pinto de Vasconcellos, e de sua mulher D. Anna Mathilde Cabral de Metello. D'este matrimonio houve um filho, Antonio de Gouveia Osorio de Metello de Vasconcellos, que foi o 1.º visconde de Proença-a-Velha. O fallecido estadista e escriptor Pinheiro Chagas escreveu a biographia do general Gouveia Osorio, a qual foi publicada em 1889.

**Osorio Machado** V. *Machado (Francisco José da Horta).*

**Osorio de Vasconcellos** *(Alberto).* Tenente do estado maior de engenharia, deputado, escriptor, jornalista, etc.. N. em Lisboa, no largo do Leão em Arroios, a 29 de janeiro de 1842, fal. em Mangualde a 27 de junho de 1881. Era filho de Alberto Osorio de Vasconcellos Hasse da Cunha, e de sua mulher D. Carlota Osorio; descendente pelo lado paterno dos antigos Vasconcellos, representados pelos marquezes de Castello Melhor, e pelo lado materno dos Osorios da Costa Cabral d'Albuquerque representados na provincia da Beira por muitas familias illustres. Foi de tenra edade para a provincia da Beira Baixa com a maior parte da sua familia, que se estabeleceu na freguezia de Muxagata, do concelho de Foruos d'Algôdres. Contando apenas 10 annos, Alberto Osorio de Vasconcellos matriculou-se no seminario de Vizeu, onde esteve um anno sómente, indo depois outro anno para Coimbra com seus tios, que ao tempo frequentavam a Universidade. Passou alguns annos em Lamego, na casa de seu tio Jeronymo Osorio, então official de infantaria n.º 9, e d'ali veiu para Lisboa, para o collegio de Nossa Senhora da Conceição, á Esperança, de que era director Joaquim Lopes Carreira de Mello, onde fez com distincção os preparatorios. Em 1859 matriculou-se na Escola Polytechnica, seguindo um curso distincto, em que obteve dois premios pecuniarios e um louvor, o qual terminou em 1863. Assentou praça em infantaria n.º 1, e depois seguiu o curso de engenharia militar na escola do Exercito, onde se matriculou a 8 de outubro de 1863, tendo 21 annos de edade, concluindo o curso em 3 de dezembro de 1866, sendo classificado com o n.º 1. Foi promovido a tenente do estado maior de engenheiros em 22 de junho de 1875. A vida litteraria seduzia-o desde os bancos da escola, foi poeta, e no jornalismo evidenciou-se com a maior distincção. Na *Gazeta de Portugal*, de Teixeira de Vasconcellos, publicou em folhetins: *Fragmentos d'uma viagem á Beira*, assignados com o pseudonymo *Sylvius*. Nas primeiras lides jornalisticas teve por companheiros Pinheiro Chagas, Marianno de Carvalho, Brito Aranha e outros. No referido jornal encarregou-se Osorio de Vasconcellos de escrever umas revistas scientificas. Collaborou depois no *Jornal do Commercio*, *Revolução de Setembro*, *Revista Contemporanea*, *Revista do Seculo*, que elle fundou, *Archivo pittoresco*, onde sairam as *Cartas a uma senhora*, que fôram muito apreciadas, e no *Panorama*, em que publicou um romance no genero de Octavio Feiullet, a *Galathea moderna*, *Diario Illustrado*, etc.. Sendo amigo particular do marquez de Sá da Bandeira, que o fizera seu ajudante de campo, foi deputado pela primeira vez em 1870, eleito por Trancoso, sendo reeleito pelo mesmo circulo em legislaturas successivas até 1879. Na camara conquistou um logar importante, abordando com desassombro todas as questões politicas. Dos seus discursos, que se tornaram notaveis, destaca se o que pronunciou por occasião da morte do rei de Italia Victor Manuel, que traduzido em italiano, foi muito applaudido n'aquelle paiz. O ter deixado de ser eleito deputado em 1879, magoou o bastante, não tanto por ter perdido na camara um logar a que tinha direito, mas pela

guerra sem treguas que lhe fizeram para o excluir do parlamento alguns seus amigos mais antigos. Osorio de Vasconcellos desempenhou na sua arma algumas commissões de serviço, entre as quaes a de ajudante d'ordens do marquez de Sá da Bandeira, que lhe era muito affeiçoado. A vida politica arrancara-o aos estudos litterarios, assim como o jornalismo o arrancara aos estudos scientificos. No *Jornal de sciencias mathematicas physicas e naturaes*, Lisboa, 1867, publicou: *Nota sobre um problema de hydraulica*. Deixou apenas tres livros: *Batalhas dos portuguezes*, *Estudos sobre a defeza do paiz* (1869) e *Carta d'um ermitão do Chiado*, folheto com que veiu á imprensa, em 1866, quando se levantou a questão litteraria provocada pelo *Poema da mocidade*, de Pinheiro Chagas. Apezar de se ter afastado depois do movimento litterario e scientifico, estava, comtudo, a par de todos os progressos e de todas as evoluções do espirito humano. Fundara a *Democracia* em 1872, e ahi combatendo livremente, como soldado das idéas avançadas, escrevia artigos, que eram muito apreciados. Viajara, estivera na Suissa, e ahi tratára intimamente com o ministro da republica franceza Pierre Laufrey. Osorio de Vasconcellos fazia parte da commissão de defeza do reino, e emquanto se occupava para cumprir o seu dever, de alguns estudos scientificos, não deixava de cuidar tambem dos seus trabalhos litterarios. Principiava a occupar-se d'uma *Historia da Revolução de 1820*, quando começou a perseguil-o a lesão cardiaca que o victimou. Esteve em Lisboa gravemente doente, foi passar algum tempo em Portel em casa d'um seu amigo, o dr. Filippe França, mas voltando a Lisboa, não tardou a que se aggravasse a doença. Era muito affeiçoado á provincia da Beira, e teve desejos de ir ali morrer. Partiu effectivamente, e expirou em Mangualde junto de seus tios, João Baptista de Castro e D. Marianna Osorio, não contando ainda 40 annos de edade. Osorio de Vasconcellos fôra tambem encarregado de escrever a Historia da Engenharia em Portugal, por João Chrysostomo d'Abreu e Sousa, sendo ministro da guerra. Prestou muitos serviços á provincia da Beira, quando era deputado. A elle se deve a directriz da linha do caminho de ferro da Beira Alta pela margem direita do rio Mondego, atravessando os concelhos de Mangualde, Fornos d'Algodres, etc. Elevou tambem Mangualde a comarca de 2.ª classe; creou a de Fornos d'Algodres, fez com que o governo désse á villa de Trancoso um bom edificio para tribunal e paços do concelho, etc..

**Ospitaçom.** Nome que se dava á obrigação de dar pousada ou aposentadoria aos fidalgos, ministros ou pessoas publicas, que andavam ao serviço do rei.

**Osquel.** Pov. da ilha de Timor, Oceania, na jurisdicção de Veimasse.

**Ossa.** Serra da provincia do Alemtejo, a 30 k. de Evora, composta de altos montes e ferteis valles. E' uma das mais importantes do paiz. Tem 40 k. de comprimento e 15 na sua maior largura, e 649 metros acima do nivel do mar. Principia proximo da villa de Terena e termina junto de Evora Monte, correndo de E a S. Está situada quasi ao centro da provincia do Alemtejo, no arcebispado de Evora, sendo o ponto mais alto a montanha de S. Gens, d'onde, em dias claros, se desfructa quasi todo o Alemtejo e grande parte da Extremadura hespanhola. Tembem se avistam na distancia de mais de 100 k. ao O, os castellos de Palmella e de Cezimbra, e a serra d'Arrabida. A serra d'Ossa foi a Thebaida dos religiosos da ordem de S. Paulo. E' tradição que no monte de S. Gens existiu um sumptuoso templo dedicado a Venus, no tempo dos romanos, mas de que já não ha vestigios. Os antigos escriptores dizem que Viriato, o antigo, se fortificara no *monte de Venus*, que era este, e que d'ali desceu a desbaratar o pretor Caio Plaucio, nos campos de Evora, sendo este o unico romano que escapou com vida d'essa batalha sanguinolenta, que se realisou 150 annos antes da vinda de Christo. Lucio Sylo Sabino soldado romano, sendo mortalmente ferido n'essa batalha, mandou pouco antes de expirar, que se escrevesse no seu tumulo a narração do combate, e que os seus ossos fôssem levados para Italia, se acaso ficassem livres do poder dos lusitanos. Este tumulo foi achado no seculo XVIII, no logar de S. Bento de Pomares, proximo de Evora Monte. No ponto mais elevado da serra ha uma torre, chamada *de Vigia*, que dizem ter servido de atalaia aos dois Viriatos e a Sertorio. Junto d'esta torre vê-se a capella de S. Gens, bispo de Lisboa. A' serra d'Ossa se juntam as de *Pêro Crêspo*, a O; *Cabeça d'Aguia*, ao S; *Malhada Alta*, a E; *Castello Velho*, ao N; *Monte Virgem*, *S. Cornelio*, *Côrtes* e *Cartuxeira*, sendo esta ultima a mais aspera de todas, pois se compõe de penhascos agglomerados uns sobre os outros, sem vegetação, etc. Os principaes valles são: *Valle do Infante*, *Valle de Abrahão*, *Valle do Conego*, e *Valle do Pereira;* além de muitos campos, povoados de quintas e arvoredos, regados por abundancia de fontes. Todas estas circumstancias tornam a serra d'Ossa muito pittoresca e agradavel. Os valles e os campos são muito ferteis em cereaes, vinho, azeite, fructas, flôres e plantas medicinaes; ali se cria muito gado de todas as qualidades, e ha bastante caça, mel e cêra. Na serra d'Ossa estão as villas de Evora-Monte, Terena e Alandroal, e a aldeia de Pomares. Segundo Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, vol. VI, pag. 297, o nome vem de *hessenos*, *hesseos* e *hossios*, que na rigorosa accepção da palavra, é o mesmo que *santos*, e não de *ossos*, ou *ursos*, como dizem alguns escriptores. No mais bello sitio da serra está o mosteiro de S. Paulo, que é antiquissimo, ignorando-se por quem fôsse edificado, sabendo-se, porém, que já existia no anno de 393. Antes dos eremitas habitarem a montanha, dava-se-lhe o nome de *Serra de Venus;* só depois, pelos annos de 40 a 45 da era christã, quando os primeiros christãos vieram ali acolher se fugindo ás perseguições dos romanos, é que se principiou a chamar *Serra dos hessenos*, ou dos *hossios*, ou *Ossios*. A existencia dos christãos na serra d'Ossa teve principio da seguinte fórma, conforme a tradição: No anno 35 da era christã, S. Manços, ou Mancio, um dos 7 discipulos de Jesus, fugindo á perseguição que na Judéa se fazia aos christãos, viera na companhia de alguns proselytos lusitanos, que voltavam de Jerusalem para a Peninsula, indo todos habitar esta serra. Dizem que S. Manços aportou a *Ossonoba* (Faro), e que tendo lhe alguns dos companheiros e alguns hebreus, residentes n'esta

terra, affirmado que Evora era a principal cidade da Lusitania, e que estava ali a sinagoga maior, para lá se dirigiu a prégar e a baptisar. Tendo já feito muitas conversões no anno de 36, e ordenado clerigos, coadjutores e confessores foi para Coimbra, continuando nas suas prégações. Em 91 recebeu a noticia da grande perseguição que os christãos estavam soffrendo em Evora, e correu immediatamente a confortal os, mandando os para a serra d'Ossa, para onde já se haviam retirado alguns, que queriam viver no retiro. N'este mesmo anno 91, no tempo do imperador Domiciano foi S. Manços martyrisado. Os christãos que escaparam ao furor dos romanos, continuaram a viver na serra, em grutas e cavernas, como eremitas. Fôram aqui martyrisados pelos moiros em 11 de março de 715 os santos: Faustino, arcebispo de Braga; Asceneio, bispo de Evora; Theodofredo, bispo de Vizeu; Fionio, bispo de Lamego, ainda outros prelados, e muitos christão, o que faz acreditar que, na invasão dos moiros, viuham procurar abrigo nas brenhas d'esta serra, christãos de todas as provincias da Lusitania, mas que nem assim conseguiram escapar ao furor dos moiros. Em 1182, D. Fernão Annes, capitão de Evora, fez-se eremita; foi para a serra d'Ossa e persuadiu aos seus anachoretas que se congregassem, e vivessem mais perto uns dos outros, no que alguns concordaram, escolhendo o sitio chamado *Valladeira*, onde formularam um oratorio e pequenas cellas, tendo um sacerdote para celebrar as missas. Os que ficaram espalhados pela serra, viviam aos quatro e quatro, e os da Valladeira aos oito. No reinado de D. João I, tendo crescido o numero dos eremitas, foi preciso ampliar a casa, e para isso escolheram os religiosos um sitio mais alto, onde construiram um convento, cujas obras ainda continuavam em 1431, no reinado de D. Duarte, sendo um dos principaes fundadores o eremita Gonçalo Vasques, que lhe fez doação de tudo quanto possuia, que era muito. O papa Gregorio XII, que governou a Egreja desde 1406 até 1409, approvou esta congregação, dando lhe a regra de S. Paulo, 1.º eremita. Denominavam se estes religiosos: *Congregação dos monges pobres, de Jesus-Christo, da serra d'Ossa*, e depois, *da ordem de S. Paulo, primeiro eremita*. Vendo-se constituidos em verdadeira commuuidade, trataram de erigir mais amplo e sumptuoso mosteiro. Na melhor parte d'esta serra, por mais fresca, aprazivel e vistosa, se fundou então o novo mosteiro de S. Paulo, quasi a meia ladeira, na falda da serra de S. Cornelio, com a frente para o lado de Evora, O, tendo uma espaçosa cêrca, formosos e vastos jardins, boas e extensas hortas e ferteis campos. A egreja era vasta, tendo a um lado a casa do noviciado, e ao outro o edificio do mosteiro. Viam se muitas fontes pelos dormitorios, claustros e officinas; repartidas todas por canos, vindo a agua d'uma grande nascente que está na encosta da serra. Estas aguas, depois de servirem de utilidade e recreio no edificio, saiam para os jardins, lançando se, na maior parte, por um leão de pedra, n'um lago espaçoso. Tinha casas e adegas subterraneas. Este edificio, que passava por ser um dos melhores da provincia pelo seu merito artistico e pela posição em que estava situado, vê se hoje completamente abandonado e em ruinas. D. Manuel de S. Caetano Damasio, que foi reitor geral da ordem de S. Paulo, escreveu a respeito do convento: *Thebaida portugueza; compendio historico da Congregação dos monges pobres de Jesus Christo da Serra d'Ossa, chamada depois de S. Paulo primeiro eremita em Portugal*, Lisboa, 1793, 2 tomos. Esta obra, parece que ficou incompleta, assim como outra, que em 1715 havia começado a publicar Fr. Henrique de Santo Antonio, com o titulo: *Chronica dos Eremitas da Serra d'Ossa no reino de Portugal, e dos que floresceram em todos os mais ermos da christandade*, etc. || Serra da provincia do Douro, nas freguezias de Santo Antonio, de Lomba, concelho de Gondomar, Valle e Cauedo, no da Feira. Fica sobre a margem esquerda do rio Douro, 24 k. a ENE do Porto. E' uma ramificação da serra de Cabeço de Sobreiro, que se projecta para o NO. || Pov. na freg. de Santo André, de Escariz, conc. de Arouca, districto de Aveiro.

**Ossada.** Pov. na freg. de S. Thiago de Priscos, conc. e distr. de Braga

**Osseira.** Povoações nas freguezias: N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || S. Pedro e conc. de Obidos, do mesmo districto.

**Ossella.** Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp do Porto; 719 fog. e 1:465 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e uma fabrica de lacticinios. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Caima. O D. abbade do mosteiro benedictino de Paço de Sousa, apresentava o vigario, que era um monge do referido mosteiro, de nomeação triennal. Tinha 150$000 réis de congrua e o pé d'altar. Ossella é uma das freguezias mais antigas de Portugal, pois já o era no tempo dos godos. Ha mesmo quem assevere que foi uma cidade, com o nome de *Ossa*, dado pelos gregos, seus fundadôres, pela tal ou qual similhança que tinha com o monte *Ossa*. Sendo assim havia sido fundada esta cidade em 1701 annos antes da vinda de Christo. O que se considera mais possivel é que o nome lhe venha por ter sido a povoação habitada por alguns anachoretas christãos, nos primeiros annos da Egreja, e vindos da serra d'Ossa, no Alemtejo, que lhe deram este nome, que no antigo portuguez significa *Pequena Ossa*. Alguns escriptores, porém, pretendem que o nome lhe provenha de que, fazendo-se aqui fortes os lusitanos contra os romanos, pelos annos 150 da era christã, houve então aqui uma grande batalha, ficando o terreno juncado de cadaveres, que os agentes atmosphericos decompozeram, ficando só os *ossos*. O que passa por certo, comtudo, é ter havido aqui, no anno de 996 de Christo, no reinado de D. Bermudo II, o *Gotoso*, uma grande batalha entre christãos, commandados pelo conde D Forjaz Vermuiz, ou *Froilaz*, progenitor dos condes da Feira, e os moiros commandados pelo feroz Almançor, rei de Cordova. Uns e outros se bateram com tanto fervor, que o campo ficou juncado de cadaveres, e a povoação reduzida a cinzas pelos mesmos moiros. Esta batalha foi dada na vertente meridional da serra, e perto das margens do rio Caima. Diz-se que o conde D. Forjaz Vermuiz deu o seu nome ao monte onde acamparam os christãos. E' certo que ao E d'Ossella, e a pouca distancia, ha uma aldeia e

um monte chamados *Vermuim*. Isto parece provar a tradição da batalha, e confirmar a hypothese de que ella, effectivamente, se deu n'aquelle logar. Faria e Sousa, no *Epitome de las Historias portuguezes*, pag 209, diz que Ossella já tinha esse nome no seculo XIV. Já o tinha, pelo menos, no principio do seculo X, porque, estando no Porto o primeiro rei de Leão, D. Ordonho II, com a sua côrte, foi visitar D. Gomado, bispo resignatario de Coimbra e monge benedictino em Castromire, e tanto o monarcha como os seus fidalgos fizeram então grandes doações a este mosteiro, entre as quaes se vêem incluidos os padroados da egreja de S. Pelagio de Ossella. N'um outeiro d'esta freguezia houve um castello, onde se fortificou Santo Hermenegildo em 585, na guerra que se deu contra os arianos. Não ha vestigio algum d'este castello. S. Gregorio Turonense, na sua obra *De Gloria Confessorum*, liv. 1.º, cap. 21 e 69, e Luitprando, fragmento n.º 3, dizem que em Ossella havia uma fonte, tanque ou piscina, de *agua baptismal*, que estava sêcca todo o anno, e sómente no triduo da Paixão se enchia de agua pura até ao bocal. Então o bispo de Coimbra (a cuja diocese pertenceu antigamente esta freguezia e todo o territorio ao N até á margem do rio Douro), santificava esta agua em sabbado santo, com a chrisma sagrada, e era levada para varias freguezias e distribuidas aos doentes, como remedio para todas as enfermidades. Hoje ninguem sabe do sitio onde existiu essa fonte. A terra é fertil em todos os generos do paiz, cria muito gado bovino para exportação, e nos seus montes ha muita caça miuda. No seu territorio ha minas de ferro e de cobre, que se não teem explorado. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

**Ossol**. Pov. do territorio felupe, á beira-mar, proximo da povoação de Bolor, na Guiné, Africa Occidental. Está edificada n'um terreno alagadiço, plantado de vastos arrozaes, que são um artigo importante de commercio para a troca pelo sal, ferro, polvora, tabaco, fazendas, armas, aguardente, etc., que os felupes importam.

**Ossonoba**. Antiga cidade da Lusitania no paiz dos *cúneos*, hoje Algarve. O nome d'esta cidade escrevia-se de differentes formas, segundo a patria dos escriptores que d'ella trataram. Chamaram-lhe *Ossonoba*, *Ussonoba*, *Oksonoba Exonaba*, *Oxonoba*, *Ossanabo*, *Ossonobona*, *Onoba-Lusturia*, ou *Listuria*, *Onoba*, *Estuaria*, *Usanobaal*, *Hasanboaal*, *Exuba*, *Exubana*, etc. Os antigos dão esta cidade na costa da Turdetania. No tempo dos godos era ainda muito florescente; ficava junto ao *Cabo Cuneo*. Gaspar Barreiros, Perpenhão, Padilha, Pedro Fayon e outros, pretendem que Ossonoba era a actual povoação de Estombar, junto a Silves; outros dizem que é Estoy, e estes são: Ambrosio de Morales, Bingham, M. Maximo, Flores, André de Rezende, Aguirre, Vasco, etc. Os inglezes, incendiando a cidade de Faro em 1596 (V. *Faro*), destruiram preciosos livros e documentos para a historia do Algarve, que existiam na bibliotheca do bispo D. Jeronymo Osorio. Diz se, porém, que os inglezes, antes do fogo, roubaram estes livros e os levaram para a Universidade de Oxford, onde, parece, existirem ainda. A sua terminação em *oba* mostra que era no litoral, e segundo Plinio, Pomponio Mella e outros escriptores romanos, pertencia ao *Cabo Cúneo*, hoje *Cabo de Santa Maria*, em frente de Faro, e não no *Promontorio Sacro*, actual *Cabo de S. Vicente*. A este pertencia *Lacobriga*, Lagos, ou Lagôa, e *Portus Annibalis*, Villa Nova de Portimão. André de Rezende, nas *Antiguidades da Lusitania*, copiando o sabio medico Rasis, ou Rhases, que falleceu pelos annos de 950, diz que Ossonoba era fertil e abundante, plana e cheia de muitas hortas, regadas por copiosas aguas, tendo montes que produziam muitos pastos para os gados, e visinha ao mar, com seus esteiros, por onde navegavam barcos e navios. Era uma cidade egual em grandeza ás melhores do mundo, tendo conservado, com pequena differença, o nome que tinha na lingua punica, e á qual os arabes chamavam *Exubanca*. Tudo isto concorre em Estoy, e não em Estombar. Em Estoy ha restos de nobres e antiquissimos edificios; um templo, construido de grandes tijolos e revestido de mosaico; banhos (thermas); aqueductos, canos, sepulturas, columnas, e uma torre antiquissima. Saindo da *porta falsa* do castello de Faro, em um baluarte que está a pouca distancia, chamado *Mesa dos moiros*, descobriu-se em 1784 uma lapide, de 2,m60 de comprido, e 1 m. de largo, com uma inscripção latina, pela qual se vê que a republica ossonobense dedicou os seus votos ao imperador Valeriano (Publio Licinio Valeriano-pae) tres vezes consul, quando se lhe dedicou esta memoria, pelos annos 255 da era christã. O bispado de Ossonoba era suffraganeo do de Merida. O primeiro bispo, de que ha noticia, foi *Vicente*, que vivia no fim do seculo III e principio do seculo IV. Suppõe-se que antes d'elle, houve outros bispos, cujos nomes se desconhecem. Assistiu ao concilio iliberitano, pelos annos de 324 Aggripio era bispo em 688, sendo o 9.º dos que se conhecem. De 714 até 1250 não houve bispos no Algarve, e desde que este reino foi resgatado do poder dos moiros, elevou-se Silves a cidade episcopal, porque de Ossonoba apenas restavam ruinas. Parece que foi Aggripio o ultimo bispo, e que em 714 ainda se conservava no bispado quando os moiros invadiram a Lusitania. Attribue-se a fundação de Ossonoba aos phenicios, 904 annos antes de Christo. Floresceu por espaço de 16 annos, sendo uma das principaes da Lusitania, conforme dissémos, e um centro commercial importantissimo. Consta que prégou aqui o Evangelho Santo Esiquio, discipulo do apostolo S. Thiago maior, e dois seculos depois, com a propagação do Christianismo, é que a cidade foi elevada á categoria de séde d'um bispado, que existiu até á invasão dos moiros, em 714, como acima se disse.

**Ossos** (*Casal dos*). Na freg. de N. S.ª d'Ajuda, 4.º bairro de Lisboa.

**Ostras**. Rio da costa da Guiné, Africa Occidental. Vae desaguar no Oceano Atlantico, a quasi 4 k. ao S do rio de Sant'Anna, e a 9 ao N do Casamansa. A sua foz tapa-se na quadra sêcca, e então as aguas correm para o rio de S. João, affluente do Casamansa, por um braço chamado rio Dycgué, que banha a E a ilha do mesmo nome, habitada por povos jabundos, assim como o rio das Ostras a banha pelo N. Foi descoberto em 1446 por Antonio de Nola e Luiz de Cadamosto.

**Osuala**. Pov. da ilha de Timor, Oceania, na jurisdicção de Veimasse.

**Otta**. Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alemquer, distr. e patriarchado de Lisboa; 89 fog. e 438 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. com serviço de encommendas, e uma fabrica de distillação de vinho. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. A pov. dista 7 k. da séde do conc., e está situada na margem esquerda do rio Otta, a pouca distancia de Alemquer, sendo atravessada pela estrada real que vae de Lisboa a Leiria. O povo apresentava o cura, que tinha 100 alqueires de trigo, 1 pipa de vinho e 3 cantaros de azeite. A pov. é muito antiga, mas a freg. é a menos populosa de todo o conc. Compõe-se da antiga freg. de Otta, e parte da do Paúl d'Otta, que foi supprimida no principio do seculo passado por ser muito pequena, pois no anno de 1800 já não tinha mais que 5 fogos. El rei D. Sancho I doou esta freg. ao convento d'Alcobaça em 1193, e o papa Celestino III confirmou esta doação em 1195. Otta, segundo consta, era muito rica, mas com a invasão dos francezes decaiu muito. As hordas invasoras fizeram um acampamento nas proximidades da povoação, e com o seu conhecido vandalismo, não só a saquearam, como lhe lançaram fogo e aos arvoredos. A antiga feira, que annualmente havia no domingo do Espirito Santo, desde essa epoca nunca mais se fez. Com o andar dos annos, foi a aldeia recuperando a sua antiga importancia e as condições de prosperidade. A egreja parochial está situada no centro da povoação; é um templo muito pequeno e de construcção tosca, porém muito accado. Parece ser de construcção moderna, provavelmente reedificação da antiga. Tem dois altares lateraes, sendo o da direita consagrado ao Santissimo Sacramento, e o da esquerda a N. S.ª das Dôres. A' entrada da capella-mór ha uma campa, que consta ser a sepultura de certo clerigo que deixou á egreja um legado. Não se póde lêr o epitaphio por estar coberto com tijolos, vendo-se sómente a data de 1567. Fóra da porta está outra campa com uma inscripção, em que se lê: *S.ª* (sepultura) *de José Francisco do Rego—1691.* O cartorio não vae além do anno de 1813, por ter sido o antigo destruido pelos francezes. A *lagôa do Bunhal* e as terras adjacentes são da corôa e pertenciam ao almoxarifado de Azambuja; fôram depois seus emphyteutas os condes de Mesquitella. Todas estas terras tiveram por muitos annos o privilegio de couto, e ninguem podia n'ellas caçar sem licença do almoxarife. D'este privilegio resultava que os ladrões e malfeitores se refugiavam affoitamente n'estas mattas, sem receio de serem perseguidos pela justiça. A abertura da antiga estrada real no reinado da rainha D. Maria I, e que passava por estes sitios, augmentou esse mal, e ainda no principio do seculo XIX ninguem se atrevia a passar pelo sitio da grande capella de N. S.ª da Ameixoeira, sem levar uma boa companhia ou uma forte escolta. Nas côrtes de 1498, alguns povos pediram a el-rei D. Manuel, para que descoutasse varias mattas do reino, ao que monarcha annuiu, mas deixou o Paúl d'Otta continuando a ser coutado. Em 1594, Filippe II tambem descoutou muitas das mattas que ficaram coutadas em 1498, mas não descoutou ainda o Paúl, que só deixou de ser couto em 1820. No paul de Otta havia no seculo XVI courellas pertencentes ao morgado de Luiz de Brito, á capella de Martim João, e á Corôa, aforadas estas a Francisco Velho, abaixo mencionado. Dizem haver nos arredores d'esta povoação importantes vestigios pre-historicos, sendo por esse motivo um dos pontos escolhidos para as excursões scientificas em 1880, feitas pelos membros do congresso anthropologico. Além do celebre Paúl, que é hoje propriedade da casa de Castello Melhor, pertencem a esta freg. a quinta da *Vassalla*, que em 1217 ou 1219 era de Nuno Gonçalves, e em 1707 pertencia a Francisco Garcez de Brito, sargento mór dos auxiliares. Passou depois a ser propriedade do opulento lavrador Raphael José da Cunha, que depois da sua morte, os seus herdeiros venderam em 27 de janeiro de 1870 ao visconde d'Abrigada, José Maria Camillo de Mendonça, e pertence hoje ao genro e sobrinho d'aquelle titular, o sr. conselheiro Manuel Gorjão Henriques. A quinta da *Torre*, que foi da casa dos viscondes de Lindoso e é hoje dos herdeiros do conde de S. Marinho; a quinta da *Bordalia*, que em 1510 era de Francisco Velho, escrivão do armazem de Guiné e India; e finalmente a quinta de *Otta*, grande e bella propriedade, com boa casa de residencia, que em 1707 pertencia a Pedro Figueiredo, antepassado, se julga, dos condes de Belmonte, cujo appellido é tambem Figueiredo. E' hoje o seu proprietario o sr. D. José Figueiredo Cabral da Camara, 4.º conde de Belmonte e 13.º senhor do morgado d'Otta. || Rio do distr. de Lisboa. N. na serra de Montejunto, corre a SE, passa em Otta, V. N. da Rainha, sob a ponte do caminho de ferro do norte, e entra no rio Tejo com 30 k. de curso.

**Ottolini** (*Francisco de Paula Aguiar*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra; juiz da Relação de Lisboa, conselheiro de Estado extraordinario, deputado, par do reino, etc. N. em Lisboa a 24 de janeiro de 1796, fal. em Campolide a 17 de maio de 1855. Era filho de Bartholomeu Mathias Ottolini, e de sua mulher D. Francisca Rita da Silva Aguiar. Seguindo a carreira judicial, chegou a ser desembargador da Relação de Lisboa. Foi deputado nas legislaturas de 1834-1835, 1835, 1840, 1841, 1851 a 1851, 1855 a 1856, etc. Em 25 de setembro de 1839 entrou no ministerio, como ministro da marinha, de que pediu a demissão a 26 de novembro do mesmo anno. Nunca mais entrou nos conselhos da corôa.

**Ottolini** (*Manuel Sarmento Ottolini, 1.º visconde e 1.º conde de*). Fidalgo cavalleiro e moço fidalgo da Casa Real; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, governador do Banco Nacional Ultramarino, membro substituto do Conselho d'Administração da Companhia Geral de Credito Predial Portuguez; socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, etc. N. em Lisboa a 9 de janeiro de 1840, fal. em maio de 1898. Era filho do juiz da Relação de Lisboa, procurador geral da corôa e conselheiro de Estado, José de Cupertino d'Aguiar Ottolini, e de sua mulher, D. Augusta Cesaria Ferreira Sarmento. Fez um curso muito distincto na Universidade. Por decreto de 14 de março de 1869 foi agraciado com o titulo de visconde de Ottolini, sendo mais tarde elevado a conde. Casou

em Lisboa a 3 de março de 1862 com D. Maria Elisa da Veiga Ottolini, filha de Joaquim José Ferreira da Veiga, e de sua segunda mulher, D. Joanna Ultman. Entre os serviços prestados pelo illustre titular, destaca-se a reorganisação do Banco Nacional Ultramarino, de que foi nomeado governador n'uma epoca em que, por uma serie de factos que se deram, esse estabelecimento bancario estava quasi perdido. Foi elle que, com o seu tacto e com a sua força de vontade, auxiliado pelas pessoas que compunham a gerencia, conseguiu vencer todas as difficuldades e rehabilital-o. Foi tambem presidente da Associação Commercial de Lisboa, e presidente da commissão administrativa da camara municipal de Lisboa, onde prestou relevantes serviços. O conde d'Ottolini era gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e cavalleiro da de Leopoldo da Belgica.

**Ouca.** Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Roufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Sôza, conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

**Ouçada.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Oucias.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Carralcova, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello.

**Oucidres.** Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 110 fog. e 486 hab. Tem est. post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Vinhaes a Chaves. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 250$000 réis de rendimento. Foi commenda da ordem de Christo. No monte das Arcas, d'esta freg. ha vestigios de edificios romanos. Havia outra freguezia do mesmo nome, tendo por orago Santa Maria, a qual, por ser muito pequena, foi unida a esta no principio do seculo XIX. Era apresentada pelo reitor de Santo André, de Oucidres. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

**Ouguella** (*Carlos Ramiro Coutinho, 3.º barão de Barcellinhos e 1.º visconde de*). Moço fidalgo com exercicio no paço, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, ouvidor do Conselho d'Estado, advogado inscripto no Supremo Tribunal de Justiça, ajudante e substituto honorario do Procurador Geral da Fazenda Nacional, proprietario, etc. N. em Lisboa a 30 de julho de 1830, onde tambem fal. a 5 de janeiro de 1897. Era filho de Ricardo Sylles Coutinho, negociante da praça de Lisboa, e de sua mulher, D. Rosa Maxima da Silva Coutinho. Revelando desde a infancia dotes de elevada intelligencia, foi destinado por seus paes a seguir a carreira das letras, cursando em Coimbra os estudos juridicos, em cujo curso foi sempre distincto estudante, recebendo alguns premios. Depois da sua formatura foi nomeado delegado do procurador régio na comarca de Mafra; em 18[illegible]6, pediu e obteve a sua exoneração, preferindo entregar-se completamente á advocacia, para a qual o chamava a sua vocação. Salientou-se distinctamente no fôro como defensor do réo André Turnes, accusado de ter assassinado seu patrão, o conselheiro Ildefonso Bayard. Ainda em outras causas importantes se evidenciou, manifestando as suas grandes faculdades de orador e de jurisconsulto. A politica, porém, attrahia-o com as suas seductoras fascinações, e não tardou a que fôsse eleito deputado em algumas legislaturas, e n'esta qualidade fez parte da commissão de reforma da legislação commercial. Espirito de grande cultura, professava idéas rasgadamente democraticas, e tanto nas associações como na imprensa, tornou-se um valente campeão d'essas idéas, escrevendo ao lado de Santos Silva, Sousa Brandão, Vieira da Silva e Lopes de Mendonça. A introducção que escreveu em 1852 ao livro de Santos Silva *Revista Historico-Politica de Portugal desde o ministerio do marquez de Pombal até 1842*, é uma affirmação enthusiastica das suas idéas socialistas, que mais tarde ainda confirmou no seu livro *O Proletariado europeu*, obra mais cuidada, resultado dos annos, entrando no periodo da philosophia da politica. Em 26 de novembro de 1860 casou com D. Rita Soares d'Olivei-

Visconde de Ouguella

ra, viuva do 1.º e do 2.º barão de Barcellinhos, sendo Carlos Ramiro Coutinho o seu terceiro marido, e por esse facto foi agraciado com o referido titulo por decreto de 8 de fevereiro de 1864. Figurou na politica com o brilho do seu talento, e na tribuna parlamentar a sua figura sympathica e distincta attrahia as assembléas. Deixou o seu logar de substituto do procurador geral da fazenda, para se entregar aos negocios de sua casa, accrescidos com os bens que lhe vieram pelo seu casamento. Por decreto de 31 de maio de 1868 recebeu o titulo de visconde de Ouguella. Em 1872, os acontecimentos politicos em que se envolveu, levaram-n'o á prisão, sendo accusado de conspirar contra as instituições. Não se produzindo, porém, provas bastantes para ser condemnado, foi posto em liberdade e absolvido. O desgosto que lhe causou este facto o obrigou a retirar á vida particular, abandonando a politica. Desde creança fôra muito dedicado ás lides litterarias e jornalisticas. Aos 17 annos, sendo ainda estudante de preparatorios, já escrevia na

*Illustração*, jornal litterario de Teixeira de Vasconcellos, que principiou a publicar-se em 1846, confessando já n'esses escriptos, com todo o fogo da mocidade, as suas idéas democraticas. Tambem lhe mereceu especial dedicação o principio associativo, trabalhando para a fundação de associações, de que o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas foi prova. Collaborou no *Patriota*, *Revolução de Setembro*, *Seculo* e *Civilisação*. Além do que fica mencionado escreveu: *Defeza do réo André Turnes perante o juizo do primeiro districto criminal*, Lisboa, 1856; *Os salões*, obra de grande merito litterario e de fina critica; *Questões sociaes*; *Gil Vicente*, estudo importante do poeta e da sua epoca. No espirito do visconde Ouguella notaram-se estas contradições: amando a democracia popular, fez-se nobre, e sendo grão-mestre da maçonaria viveu e morreu como um crente, no seio da egreja catholica apostolica romana. Possuia as seguintes distincções estrangeiras: gran-cruz da ordem de Nichan Ittikar, de Tunes; commendador da de Carlos III, e cavalleiro da de Izabel a Catholica, ordens hespanholas.

**Ouguella.** Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc. de Campo Maior, comarca de Elvas, distr. de Portalegre, arceb. de Evora; 720 fog. e 3:013 hab., comprehendendo os da freg. de S. João Baptista, de Campo Maior, á qual está annexada civilmente. Tem correio com serviço de posta rural, e Misericordia. A villa fica extramuros da cidade de Campo Maior, na distancia de 12 k. Está situada no alto d'um escarpado monte, na margem direita da ribeira de Abrilongo, proximo da fronteira de Hespanha. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o prior, que tenha 130$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e segundo alguns escriptores, foi cidade romana, com o nome de *Budua*, e no tempo dos gôdos, com o de *Niguella*. Passou para o dominio de Portugal, em 1297, no reinado d'el-rei D. Diniz, juntamente com Olivença e Campo Maior, em virtude do tratado de paz celebrado em 12 de setembro d'esse anno, em Alcanices (V. *Olivença* e *Campo Maior*). Já então era praça de guerra, cercada de muralhas e defendida por um castello, mas como estavam muito arruinadas, assim como o castello, D. Diniz mandou reedificar tudo em 1299, ou 1300. Este monarcha lhe deu foral com todos os privilegios dos de Evora, em Lisboa, 5 de janeiro de 1298. El rei D. Manuel deu-lhe foral novo, tambem em em Lisboa, no 1.º de junho de 1512. Tem ainda uma sentença de foral dada por D. João III, em Lisboa, a 10 de novembro de 1 35. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas, principalmente em vinho e azeite. Cria muito gado, sobretudo suino, e é abundante de caça. Junto ao rio Sévera, ou *Xévora*, que passa proximo da villa, está a egreja do Salvador, que foi mosteiro dos templarios. N'esta egreja existe a imagem de N. S.ª da Enxára, a que são attribuidos muitos milagres. Tambem passa nas proximidades da villa o rio Abrilongo. Junto da egreja matriz brota uma nascente d'agua minero-medicinal, bastante notavel por ser a unica que em Portugal contém azotatos. As aguas são frias, gazozas, limpidas, crystalinas, inodoras e de sabor aspero custoso de supportar. Deixam sobrenadar uma certa porção d'uma substancia oleosa quando são recebidas em vasilha de vidro, ficando esta embaciada como se tivesse contido gordura ou leite. Não cósem legumes nem carne, e matam os peixes, insectos ou vermes que n'ellas se deitem. Em 1867 fôram estas aguas analysadas pelo dr. Agostinho Vicente Lourenço. Usam-se na origem ou a distancia, sendo muito notavel a exportação que em garrafas se faz para Hespanha. São applicadas nas debilidades do estomago, vomitos pertinazes d'ellas procedidos, hydropesias, e para a expulsão de vermes intestinaes, incluindo a tenia ou solitaria. O dr. Francisco Tavares, medico de D. Maria I, nas suas *Instrucções e cautelas praticas*, etc., publicadas em 1810, trata circumstanciadamente ácêrca d'estas aguas, a a pag. 160. Tambem tratam d'estas aguas: *Nota sobre a virtude tenifuga da agua mineral de Ouguella*, na *Gazeta Medica do Porto*, tomo II, pag. 240; *Noticia de algumas aguas mineraes na provincia do Alemtejo*, por Francisco d'Assumpção, na referida *Gazeta Medica*, tomo III, pag. 239; *Exame da agua mineral de Ouguella*, no referido jornal, tomo IV, pag. 12. N'um edificio arruinado da villa foi encontrada uma pedra de fórma cylindrica (o pedestal de uma cruz) com a seguinte inscripção:

NA ERA DE 1475, DURANTE A CÉLEBRE
BATALHA ENTRE PORTUGAL E CASTELLA,
SE ENCONTRARAM N'ESTE LOGAR, JOÃO
DA SILVA, CAMARE RO-MÓR DO PRINCIPE
D. JOÃO, O SEGUNDO, E JOÃO FERNANDES
GALINDO, O TERCEIRO MESTRE D'ALCANTARA,
SENDO AMBOS CAPITÃES. E DO ENCONTRO
MORRERAM AMBOS; O MESTRE,
LOGO, E JOÃO DA SILVA, AOS XXVIII
DIAS: E DIOGO DA SILVA, BISNETO DE
JOÃO DA SILVA, PASSANDO POR AQUI,
EMBAIXADOR AO CONCILIO TRIDENTINO,
MANDOU FAZER ESTA CRUZ
ERA DE 1551 ANNOS

João da Silva era alcaide mór de Ouguella, e João Fernandes Galindo alcaide-mór da villa d'Albuquerque, Hespanha. N'este sitio tiveram ambos estes cavalleiros um desafio singular, no qual ambos morreram, fóra das muralhas d'esta villa, o que a inscripção relata. Este facto passou-se, quando se deu a batalha de Toro, provocada por D. Affonso V, que á força d'armas quiz sustentar os direitos de sua segunda mulher, a infauta D. Joanna, a *excellente senhora*, á corôa de Castella. Ouguella foi tomada por D. João d'Austria no decurso da guerra de 1662, e 100 annos depois, em 1762, adquiriu um nome glorioso pela valentia inexcedivel com que Braz de Carvalho, capitão de cavallaria, se defendeu ali d'um ataque dos hespanhoes. A villa pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

**Oula.** Pequena ilha do archipelago de Bijagoz, na costa da Guiné, Africa Occidental. Está cercada de recifes.

**Oura.** Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 193 fog. e 712 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 13 k. da séde do conc., e está situada em terreno levemente accidentado, nas margens da ribeira do seu nome, que vae desaguar na mar-

gem esquerda do rio Tamega. O reitor de Moreiras apresentava o vigario, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé d'altar. Esta freg. produz bom vinho verde. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

**Ouraça.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

**Ourado.** Povoações nas freguezias: O Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvado, de Nogueiró, conc. e distr. de Braga || O Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Comba, de Regil de, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Ouraes.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Raiva, conc. de Castello de Paiva, districto de Aveiro.

**Oural.** Pov. da freg. do Salvador, de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, distr. do Porto.

**Ourassa.** Pov. na freg. de S. Sebastião, de Regueira de Pontes, conc. e distr. de Leiria.

**Ouréga.** Denominação por que tambem é conhecida a freg. de Tourega, da prov. do Alemtejo. V. *Touréga*.

**Ourem** *(Condes de)*. A antiga villa de Ourem foi constituida em condado por el rei D. Fernando I, sendo o 1.º conde D. João Affonso Tello de Menezes, 5.º conde de Barcellos, por carta passada em Santarem, a 5 de janeiro de 1370. O 2.º conde d'este titulo foi o conde João Fernandes d'Andeiro, valido da rainha D. Leonor Telles, mulher de D. Fernando I, por carta do anno de 1381. Andeiro era um fidalgo da Galliza, que se tornou celebre pelos seus escandalosos amores com a referida rainha. *(V. Portugal*, I vol., pag. 486 em *Andeiro*, e no vol. IV, pag. 171 e seguintes em *D. Leonor Telles)*. O 3.º conde foi D. Nuno Alvares Pereira, a quem D. João I deu o senhorio de Ourem e o titulo de conde, pelos serviços prestados na batalha d'Aljubarrota. (V. *Alvares Pereira, D. Nuno;* no *Portugal*, vol. I. pag. 370 e seguintes). O 4.º conde foi D. Affonso, filho bastardo de D. João I e de Ignez Pires Esteves, o qual casou com D. Beatriz Pereira Alvim, filha do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Foi o 9.º conde de Barcellos e o 1.º duque de Bragança *(V. estes titulos)*. O 5.º conde foi D. Affonso, filho do 4.º conde de Ourem e 1.º duque de Bragança, neto do grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira. D. Affonso V, em 11 de outubro de 1451 lhe deu o titulo de marquez de Valença. Sendo este o 1.º titulo de marquez que se deu em Portugal *(V. Valença)*. Falleceudo sem successão passou o titulo para seu irmão D. Fernando. que foi o 6.º conde de Ourem e o 2.º duque de Bragança *(V. este titulo)*. Desde então o titulo de conde de Ourem ficou incorporado na Casa de Bragança.

**Ourem** Villa e freguezia de N. S.ª da Visitação, da prov. da Extremadura, conc. e com de V. N. de Ourem, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 984 fog. e 4:517 hab. Está situada no alto d'um monte de difficil accesso, no centro d'um extenso e profundo valle, sem outra alguma elevação proxima, o que faz esta pov. sobremaneira saudavel. Fica a 1 k. da margem esquerda da ribeira de Ceiça, e a 2 da séde do conc. D'aqui se avistam, não só os vastos territorios da prov. da Extremadura, como da Beira e do Alemtejo. Vêem-se terras de tres bispados: Coimbra, Guarda e Portalegre, do patriarchado e da prelazia de Thomar, o rio Tejo, as serras da Estrella e de Marvão, etc. A Casa de Bragança apresentava o prior, que tinha 675$000 réis de rendimento, além das benesses, fazendo tudo uns 800$000 réis. Ourem pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras, obrigações e vales. Não é conhecida a historia d'esta villa anteriormente á monarchia portugueza, apenas consta ter sido uma povoação importante no tempo dos gôdos, com o nome de *Abdegas*, tendo caido no poder dos arabes em 715. Não se encontram mais noticias até ao anno de 1007, em que foi tomada aos moiros por Fernando Magno. e que estes a tornaram a possuir até ao anno de 1136, em que D. Affonso Henriques a conquistou, conservando-se então sempre em poder de Portugal. Pretende-se que foi este monarcha quem fundou o castello, torres e muralhas, mas segundo a opinião de alguns escriptores, parece mais provavel que os moiros, attendendo á importancia estrategica d'este ponto, já o tivessem fortificado, e que D. Affonso Henriques sómente o reedificasse, ampliando os muros da primitiva circumvallação. A villa é toda cercada de muralhas; tinh duas portas principaes e ao norte um postigo, com o nome de *postigo da Sé*, por estar proximo da fachada d'um templo assim denominado. D'este postigo ha já muitos annos que nem existem vestigios. As portas eram: a *da Villa*, a E, com dois arcos, proximo um do outro; a outra a de *Santarem*, a SO. Abaixo d'esta porta havia outra, encostada a um revelim. Viam-se tambem torres, communicando todas por galerias subterraneas, tendo a ultima d'estas torres, que ficava no ponto mais baixo das fortificações do lado E, uma escadaria de numerosos degraus, que em caso de perigo, dava saida para o sitio de Valle Bom, que fica ao sopé do monte, para o lado S. D'este mesmo lado, entre as duas ultimas torres, existia a chamada *porta da traição*. Durante a guerra civil de 1832 a 1834, os miguelistas, occupando a villa, pretenderam melhorar as fortificações, como adeante se dirá, mas hoje está tudo em ruinas. A pouca distancia da povoação erguia-se o majestoso castello, ficando-lhe ao S uma explanada que serviu de praça d'armas, no alto cume do monte, cercado de muralhas, com uma porta a E defendida por um revelim. Na frente ficava-lhe uma torre, e para o lado direito uma vasta planicie, cercando o monte, que tambem foi cercado de muralhas. Edificou-se depois aqui uma egreja

Brazão d'armas da villa de Ourem

dedicada a S. Thiago, que foi matriz d'uma freguezia, mas hoje apenas existe o nome de *largo de S. Thiago,* no local onde ella esteve. Ourem foi a primeira terra portugueza que os nossos reis deram a seus filhos, pois que D. Affonso Henriques a doou em 1158 a sua filha D. Thereza, que em 1184 casou com o conde de Flandres Filippe d'Alsacia. Foi esta senhora, em 1180, que deu o primeiro foral á villa, que depois D. Affonso II confirmou, em Coimbra, em novembro de 1217. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 6 de maio de 1515. Ourem teve uma sentença sobre este foral, em 12 de fevereiro de 1530 D. Pedro II concedeu lhe foral novissimo em Lisboa, a 6 de julho de 1695. E' esta uma das poucas terras do continente que possuem d'estes foraes. D. Affonso Henriques e sua filha D. Thereza esmeraram-se em tornar Ourem uma praça inconquistavel. Era tão temida esta fortaleza, que o Miramolim de Marrocos, ajudado por Albujaque e outros emires, vindo com um temeroso exercito sobre Portugal, em 1185, caiu sobre Torres Novas, que saqueou e destruiu arrazando-lhe o castello, e não se atrevendo a atacar Ourem, foi pôr cêrco a Santarem, onde estava D. Sancho, mais tarde rei D. Sancho I, mas ali encontrou a sua total ruina, porque D. Affonso Henriques marchou logo de Coimbra em defeza de seu filho, e tão furiosa batalha se travou contra os moiros, a 10 de julho d'esse anno, que o Miramolim morreu no combate, e o exercito ficou anniquilado, deixando em poder dos vencedores os despojos riquissimos, fructo dos saques que tinham feito. Dizem que foi a primeira donataria da villa a infanta D. Thereza, que trocou o antigo nome de *Abdegas* em *Ourem,* em memoria e honra d'uma heroina do seu tempo, de quem se tornara amiga, uma gentil moira, chamada *Fatima*, que o esforçado Gonçalo Hermingues, o *Traga moiros,* n'uma correria que fez por terras de infieis no anno de 1170, captivara nas visinhanças d'Almada, onde ella vivia. Ambos se apaixonaram; a joven moira converteu se ao Christianismo tomando o nome de *Oriana.* Casaram e vieram viver para esta villa, onde nascera Gonçalo Hermingues, que ficou chamando-se *Oriana*, e que por corrupção se tornou em *Ourem.* Esta tradição é duvidosa para muitos escriptores. (V. *Hermingues*, *Portugal*, vol. III, pag. 915). Foi segunda donataria de Ourem a rainha D. Mecia Lopes de Haro, mulher de D. Sancho II; continuou a sêl-o, mesmo depois da deposição de seu marido, a 6 de setembro de 1245, e ainda depois da sua morte, succedida a 4 de junho de 1248. O conde de Bolonha, depois D. Affonso III, ou confirmou a doação de seu irmão, ou deixou sua cunhada gozar em paz este senhorio. O povo, porém, desesperado pelo mau governo de D. Sancho II, e contra a rainha, a quem tornavam a principal culpada, amotinou se a tal ponto, que os revolucionarios commandados por D. Raymundo Viegas Porto-Carrero, avançaram até Coimbra, onde estava a côrte, e ali reunidos ao povo da cidade, arrebataram D. Mecia, trazendo a para Ourem, encerrando-a no castello d'esta praça. Em 1256 ainda a rainha ali se conservava, passando depois á Galliza (V. *D. Mecia Lopes de Haro*, *Portugal,* vol. IV, pag. 950). O senhorio de Ourem conservou se no dominio da corôa até 1282, em que el rei D. Diniz, casando com a rainha Santa Izabel, lhe deu muitas villas, sendo Ourem uma d'ellas. O infante D. Affonso, irmão de D. Diniz disputou-lhe a corôa, allegando que este era filho adulterino, por ter nascido ainda em vida da condessa de Bolonha D. Mathilde. Santa Izabel congraçou os dois irmãos, e D. Affonso entregou ao rei todos os castellos e senhorios da fronteira do Alemtejo, recebendo em troca os senhorios de Ourem e Cintra. Fallecendo D. Affonso em 1315, sua filha D. Izabel pretendeu succeder no senhorio d'esta villa, como legitima herdeira de seu pae. O rei oppôz-se, houve litigio, as partes commetteram a decisão a juizes arbitros, que fôram os bispos de Lisboa, Coimbra e Evora, os quaes deram a sentença contra D. Izabel, e Ourem voltou para a corôa. Por fallecimento de D Affonso IV, em 28 de maio de 1357, seu filho D. Pedro I fez doação do senhorio de Ourem a sua mãe, a rainha viuva D. Brites, que a possuiu emquanto viveu. Em 1384 era alcaide-mór de Ourem o conde de Barcellos D. Affonso Tello de Menezes, irmão de D. Leonor Telles, que seguiu o partido de D. João I, de Castella. D. Lopo Dias de Sousa, mestre da ordem de Aviz, que seguia o partido de D. João mestre de Aviz, veiu com os seus cavalleiros a Ourem na intenção de persuadir o alcaide a abandonar o partido de Castella, porém D. Affonso lhe fechou as portas. Então D. Lopo, indignado, lhe escalou as muralhas e entrou na villa. O alcaide fugiu, e foi unir se aos castelhanos, e D. Lopo reduziu a guarnição ao partido do Mestre. N'uma vasta planicie, chamada *Alvejáres*, a 2 k. a O da villa, acampou em 11 de agosto de 1385 el-rei D. João I e o condestavel D. Nuno Alvares Pereira com o seu exercito, vindo de Thomar, para darem a batalha d'Aljubarrota, que se realisou no dia 14, e logo em 18 o condestavel voltou a Ourem, a dar graças a N. S.ª da Purificação, de Ceiça, que é quasi no fim da ribeira de Ourem, 6 k. a E d'esta villa. A jornada do condestavel foi para cumprir o voto que fizera áquella imagem de vir em romaria dar lhe graças pela victoria, se a alcançasse. N'esta jornada passou pelos valles de Calca-Terra, caminho fragoso, por entre elevados montes, a 6 k. de Ourem, e ouviu uns tristes gemidos, que saiam d'umas brenhas. Dirigiu-se ao sitio, e achou um castelhano, que escapara perigosamente ferido da batalha d'Aljubarrota, nos braços de sua mulher. Mandou desmontar um dos seus creados e collocar o ferido com as maiores precauções e caridade, e o levou até á pequena aldeia de Pédélla, que depois se chamou *Aldeia da Cruz*, na ribeira, logo abaixo do monte de Ourem, mandando o ahi curar. O castelhano recuperou a saude, e D. Nuno lhe mandou fazer casas para habitar com sua mulher, junto do mesmo logar. Ao local onde estas casas existiram, se dá hoje o nome de Casella, e seus filhos tomaram o nome de *Castelhanos*. Tambem consta, por tradição, que n'esta jornada, chegando o condestavel a um sitio, hoje chamado *Regato*, entre Ourem e a Aldeia da Cruz, e proximo ao rio que corre pelo meio da ribeira, teve a noticia de estar mortalmente ferido seu irmão Pedro Alvares Pereira, que tinha tomado o partido de D João I, de Castella. Confirmada depois esta noticia mandou fazer suffragios por alma do irmão, e determinou que no sitio do Regato, onde tivera a primeira noticia, se collocasse para memoria

uma cruz. Esta cruz por varias vezes caiu e foi reconstruida, porém só d'ella existe o pedestal, e d'ella provém o nome de *Aldeia da Cruz*, que é hoje *Villa Nova de Ourem*, onde está a séde do conc. assim denominado. Era costume arvorar-se aqui a cruz da collegiada de Ourem, pôr-se o cabido em habitos canonicaes, e cantar um responso por alma de Pedro Alvares Pereira, com assistencia da camara e povo, que iam cumprir o voto á Senhora da Ceiça. Voltando o condestavel da romaria, tomou posse, no mesmo dia, do senhorio de Ourem, de que D. João I lhe fizera mercê. No dia seguinte foi para o sitio, hoje chamado *S. Jorge*, em cujo logar estivera a bandeira real no dia da batalha, e ali mandou edificar uma capella com a invocação de *N. S.ª da Victoria, e de S. Jorge*, por ser este santo tomado como padroeiro de Portugal desde a batalha d'Aljubarrota. Depois de construido o convento de N. S.ª da Victoria da Batalha, só se dá a esta capella o nome de *S. Jorge*. Na villa de Ourem existia na encosta do monte, o convento de Santo Antonio, da provincia da Soledade, cuja fundação principiou em 1600, pelos irmãos da confraria de Santo Antonio, de Ourem, concorrendo tambem com avultadas esmolas D. Thedosio, 7.º duque de Bragança, que ficou sendo seu padroeiro, passando este padroado para a Corôa desde o 1.º de dezembro de 1640. D. João V mandou, em 1749, reconstruir o côro e o frontispicio da egreja, na qual está a seguinte inscripção em latim, cuja traducção é a seguinte: *Causar-te-ha admiração vêr uma obra tão rica, onde se professa pobreza perpetua; porém não é para admirar, sabendo que a excelsa majestade de D. João V mandou fazer esta rica e primorosa obra.* No convento, que está hoje em ruinas, se fundou o hospital da Misericordia, que se vê agora installado n'um bello edificio, legado para esse fim por uma illustre familia de appellido Almeida, á entrada da villa de Ourem, com o titulo de *Hospital de Santo Agostinho*. Logo abaixo d'este convento, na estrada que desce para a ponte da Corredoura, esteve até 1800 a *Fonte dos Namorados*, fóra do portão da quinta d'este nome, que depois foi do capitão-mór Antonio Castellino, tendo sobre a bica esta inscripção:

ESTA OBRA MANDOU FAZER, VIDAL HOMEM
Á CUSTA DO POVO, NO ANNO DE 1571.

D'esta fonte já nem vestigios existem. Na extensa planicie dos Alvejáres existia a antiga capella de S. Sebastião, entre a corrente dos dois rios, um que vem da *Silveira*, trazendo as aguas da fonte do Azambujal, que fica ao S; outro, dos valles de *Calca-Terra*, que fica a O, os quaes se juntam passada a capella. Esta capella foi incendiada pelos francezes em 1810. Os portuguezes dos primeiros tempos da monarchia acharam tão agradavel o sitio e o termo de Ourem que em 1220 já a villa contava quatro parochias, pertencentes ao convento *scalabitano* (de Santarem), eram: *Santa Maria, S. Pedro, S. Thiago* e *S João Baptista*. Em 1445, o conde d'Ourem D. Affonso, depois 1.º marquez de Valença, neto de D. João I e filho primogenito do 1.º duque de Bragança D. Affonso, impetrou e obteve do papa Eugenio IV uma bulla para unir todos os beneficios das quatro parochias, tendo antes, cada uma, 1 prior e 6 beneficiados, e o priorado de Freixiandas, que ficou vigararia, sendo depois curato D. Affonso edificou logo a egreja de N. S.ª das Misericordias, sumptuoso templo e séde da real collegiada do seu titulo, e hoje unica matriz da villa com o titulo de *N. S.ª da Visitação*. Tem o côro na capella-mór, e n'elle se celebravam todos os dias os officios divinos pelo prior, chantre, thesoureiro-mór, 10 conegos, 2 capellães do cabido, e mais 5 instituidos pelo conego que foi d'esta collegiada, Antonio Henriques, pelos annos de 1652. Tinha 6 meninos de côro. Quando se construiu a egreja subia se para a porta principal por 7 degraus, mas por causa dos entulhos causados pelo terremoto de 1755, só 5 ficaram descobertos. Do corpo da egreja para a capella-mór ha 5 degraus. Do pavimento do côro, por duas portas que tinha aos lados das escadas por onde para elle se subia, desciam-se 15 degraus para uma sumptuosa capella, que debaixo do mesmo côro e capella mór, destinou o fundador para seu jazigo; sustentando a abobada d'esta capella 6 grandes columnas, entre as quaes se levanta uma urna magnifica de optimo marmore branco, primorosamente lavrada, onde se guardam as cinzas do mencionado conde d'Ourem D. Affonso, cuja effigie está deitada sobre ella, em vulto majestoso. Em volta da urna, n'uma faxa que fica por baixo da cimalha, se lê, em formosos caracteres gothicos, esta inscripção: «Aqui jaz o illustre principe D. Affonso, marquez de Valença, conde de Ourem, primogenito de D. Affonso, duque de Bragança e conde de Barcellos; e neto de el rei D. João, de gloriosa memoria, e do virtuoso e de grandes virtudes, D. Nuno Alvares Pereira, condestavel de Portugal, que falleceu em vida de seu pae, antes de lhe dar a dita herança, de que era herdeiro, o qual foi fundador d'esta egreja, em que jaz; cuja fama e feitos, hoje e este dia florescem. Finou-se a 19 dias do mez de agosto, do anno de N. Sr. Jesus Christo de 1644.» Todos os mezes ia o cabido a esta capella cantar uma missa por alma do fundador. O templo soffreu graves prejuizos com o terremoto de 1755. Abateu completamente, ficando as imagens debaixo do entulho das suas ruinas, as quaes fôram depois desenterradas por devotos. Tambem caiu a urna de prata, que encerrava n'um sacrario, sobre o altar da capella-mór, a cabeça de Santa Thereza, que todos as annos era exposta á veneração do povo, em 5 de setembro, no altar das almas, debaixo do qual, n'uma arca de pedra, jazia o corpo da mesma santa, que viera para aqui da egreja de S. Thiago. Esta santa era natural de Ourem, tendo nascido no logar do Azambujal. Foi Antonio Pereira, homem do sitio dos Valles, proximo da villa, quem desenterrou a imagem da Santa, ajudado por outras pessoas. A santa foi achada sem a minima lesão, e levada para a capella de Santo Amaro, ao pé da villa, que escapou ao terremoto. Passados poucos annos o bacharel José Gomes, natural de Ourem, mandou fazer uma nova imagem, que foi collocada na capella das Almas da collegiada, depois de reconstruida. Fez-se novo sacrario, no altar de S. José, para se depositar a cabeça da santa e o precioso relicario, que o fundador dera á collegiada, enriquecido de varias reliquias de grande veneração, que ainda hoje existe. El-rei D. José I, como administrador da Casa de Bragança,

ordenou a reedificação da egreja, principiando as obras em janeiro de 1758, e terminando em novembro de 1770, em cujo anno se trasladou para ali o Santissimo Sacramento e o cabido, com assistencia da camara, nobreza e povo. Espavorido o povo de Ourem com o terremoto de 1755 fugiu da villa, indo procurar abrigo pelas povoações visinhas. Os conegos fôram para a Aldeia da Cruz, e fizeram côro na capella d'este logar, onde celebraram os officios divinos durante 6 mezes. Depois se levantou um côro de madeira na capella-mór da Misericordia, e se mudaram para ella até ao complemento da reedificação da sua collegiada. O Santissimo Sacramento esteve na capella de S. José, que serviu provisoriamente de egreja parochial, menos para os baptismos, que eram feitos na Misericordia. A primitiva collegiada, antes do terremoto, tinha uma só porta principal, com uma primorosa fachada, sendo as paredes interiores revestidas de bons azulejos. Para o S havia uma porta travessa, que era a principal da freg. de Santa Maria, quando na villa existiam as 4 parochias. Escapou das ruinas a capella do fundador, que estava debaixo do altar-mór, o côro, a imagem da padroeira, o sacrario, o citado relicario, a cabeça de Santa Thereza, pois caindo o tecto, só ficou de pé o que estava sobre estes objectos. Em 17 de novembro de 1810 foi Ourem invadida pelas tropas francezas do general Masseua, que saquearam a villa e praticaram as maiores atrocidades. Todos os habitantes fugiram, andando escondidos pelos montes, emquanto os invasores ali se conservaram. Os francezes fôram ao mausoléo de D Affonso e despedaçaram grande parte dos ornatos, espalhando as cinzas venerandas que ali jaziam. Afinal, o bravo exercito angloluso expulsou de Portugal Masseua e o seu exercito, que entrou em desordem na Hespanha a 15 de abril de 1810. Os habitantes regressaram então ás suas casas, que encontraram saqueadas e algumas destruidas. O conego Joaquim Honorio Henriques de Oliveira, apenas se recolheu, fez á sua custa concertar a urna funeraria, como foi possivel, e ajudado pelos conegos Manuel Honorio d'Oliveira e Carlos Joaquim de Sousa, recolheram as cinzas que lhes foi possivel encontrar do fundador da collegiada, que fôram guardadas n'um pequeno cofre, ficando este dentro da urna, gravando se-lhe uma longa inscripção latina, explicando este facto A urna profanada fôra mandada construir por D. Fernando II, duque de Bragança, sobrinho do fundador do templo, mas fallecendo antes de estar prompta, D João II a mandou concluir, sendo para ali trasladado em 8 de junho de 1487 o cadaver, d'uma capella da egreja de Santa Maria, de Thomar, onde tinha sido sepultado. Os francezes no seu vandalismo, em 1810, haviam deixado da egreja da collegiada apenas as paredes e o tecto, despojando-a de todas as alfaias, que a enriqueciam, mas pouco a pouco, o templo tornou ao seu antigo esplendor. Em 24 de abril de 1834 foi esta villa occupada por 700 homens do exercito realista, quando já Leiria estava em poder dos liberaes, e principiaram a reedificar parte das antigas fortificações e a construir algumas trincheiras. No largo chamado vulgarmente *Postigo da Sé*, onde, n'uma grande extensão já não havia muralha, formou-se um parapeito de terra, com seu fosso, assestando ali uma peça de calibre 6, e outra na praça. Em varios sitios, onde a muralha não era tão alta, fizeram-se tambem alguns fossos, escavando se os alicerces por tal modo, que no inverno seguinte cairam por terra alguns lanços da antiga muralha. Fecharam-se as portas do E e SO com grossas portas de madeira. Do lado de fóra da porta SO, *porta de Santarem*, havia aos lados uns assentos de pedra, que tambem fôram arrancados. Ainda esta imperfeita fórma das fortificações estava bastante atrazada, quando a 13 de maio d'esse anno de 1834 appareceu na frente da villa uma columna liberal. Os realistas correm ás trincheiras e dispararam alguns tiros inuteis. Por fim tiveram de capitular, e no dia 17 já tremulava a bandeira constitucional na mais alta torre do castello. Terminada a guerra foi suspenso o prior da collegiada e quasi todos os conegos, ficando a egreja fechada, abrindo se apenas nos dias santificados. Em janeiro de 1835, por ordem superior, foi removido o antigo hospital, que existia no centro villa para o edificio do convento de Santo Antonio. A collegiada de Ourem foi extincta em 1834. Esta historica villa tão importante caiu em grande decadencia. No dia 5 de dezembro de 1841 foi a Aldeia da Cruz elevada á categoria de villa, com a denominação de *V. N. de Ourem*, e a séde de concelho, mudando-se para ella os tribunaes, justiças, autoridades e empregados publicos da velha Ourem. Em 1834 era o senhorio e condado de Ourem da Casa de Bragança Extinctos os direitos senhoriaes, pelo decreto de 13 agosto de 1842, e deixando de existir os padroados, pelo artigo 75.º da Carta Constitucional, ficou sendo o condado de Ourem um titulo meramente honorario Na torre de SO do castello foi esculpido um brazão d'armas, que representa uma aguia com as azas abertas, tendo uma corôa no collo e sustentando nas garras as quinas portuguezas. Estas armas, que são as mais antigas, diz-se terem sido dadas por D. Thereza, primeira donataria da villa. As segundas armas, esculpidas sobre a porta de Santarem, ao N, representam cinco escudos das quinas em cruz, como nas armas reaes, no canto superior da direita um crescente, no da esquerda uma estrella, e por baixo das quinas tres torres sendo a do meio mais pequena Consta que estas armas fôram dadas pela rainha D. Mecia Lopes de Haro, e que são as proprias da villa. Mas ha ainda um outro brazão d'armas, que representa: em campo branco uma aguia negra entre dois escudos das quinas, e sobre estes, d'um lado uma estrella e do outro um crescente. Parece que são estas as armas officiaes da villa, pois na Torre do Tombo não se sabe da existencia de outras. Um outro brazão, como este, foi esculpido em 1620 no pelourinho da praça velha da villa. São estas as armas do actual concelho. A villa de Ourem tinha voto em côrtes com assento no banco 14.º Os seus terços tambem acompanharam na funesta batalha d'Alcacer-Kibir, em agosto de 1578, o duque de Barcellos, filho do duque de Bragança. O seu chefe caiu em poder dos moiros, e os ourienses morreram, na maior parte, na batalha, ficando captivos os restantes. ‖ Ribeira que se fórma pela agglomeração das aguas de differentes riachos, banha os ferteis campos que rodeiam a villa de Ourem por baixo da Ponte dos Cone-

gos, depois os campos de Chão de Maçãs, onde tem outra ponte, e entra finalmente no rio Nabão, affluente do Zezere, indo, com este rio desaguar no Tejo.

**Ourentã**. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Douro, conc. e com. de Cantanhede, distr. e bispado de Coimbra; 240 fog e 852 hab. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, e fabrica de telha. A pov. dista 4 k. da séde do conc. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas. Muito bom vinho. Cria gado de toda a qualidade. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

**Ourentella**. Pov. na freg. de Santo André, de Cardinhã, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

**Ouressa**. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr de Coimbra.

**Ouriçaes**. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada, distr. do Porto.

**Ouriçosa**. Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

**Ouril**. Pov. na freg. de S. Paio, de Segunde, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Ourilhe**. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Celorico de Basto, distr. e arcebispado de Braga; 86 fog. e 353 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e fica situada a 8 k. da margem direita do rio Tamega. Está annexada para todos os effeitos ecclesiasticos á freg. de Mollares. O abbade de Santa Senhorinha, de Cabeceiras de Basto, apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis de congrua e o pé d'altar A terra é fertil, tem grande abundancia de gado de toda a qualidade, peixe do rio Tamega, e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19 com a séde em Chaves.

**Ourique**. Villa da prov. de Alemtejo, séde de conc e de com., distr. e bispado de Beja, Relação de Lisboa. Tem uma só freg., S. Salvador. Está situada na extremidade sul da referida provincia, sobre um monte de pouca elevação, junto da margem direita do rio Sado, d'onde se domina a planicie chamada *Campo de Ourique*, na aba da serra do Caldeirão, ou do Mú, e a 51 k. da séde do districto. Pertence á 4.ª div. mil, 8.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. Tem Misericordia, hospital, escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras, obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. S; estação na linha do caminho de ferro do Sul e Sueste, entre as de Casével e Panoias; agencias bancarias, de annuncios, publicações e jornaes; agente da *Companhia Geral de Seguros e Fomento Agricola*, *Douro*, *Fidelidade*, *Previdencia*, *Internacional Portuense*, *Portugal*, *Tagus e Equitativa dos Estados Unidos da America;* associações: *Caixa escolar protectora dos alumnos* e *Centro Republicano;* hospedarias, medico, pharmacias, notario, diversos estabelecimentos, feira a 28 e 29 de setembro, conhecida pela *Feira de Ourique;* a de S. Braz a 3 de fevereiro, e a dos *Passos*, no 2.º domingo da quaresma. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha diversos generos e 20$000 réis em dinheiro. A pov. é muito antiga, mas ignora-se quando, e por quem foi fundada. Já existia, comtudo, no tempo do dominio dos moiros, e diz-se que fôram elles que edificaram o seu castello. Depois da batalha chamavam-lhe *Orik*, palavra arabe que significa infortunio, adversidade, desgraça; até esse dia ignora-se o nome que lhe davam. Na *Evora Gloriosa*, do P. Francisco da Fonseca, diz-se que o nome de *Ourique* provém das minas de ouro, que existiam n'estes sitios. No *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, vol. VI, pag. 341, fala-se d'uma veiga denominada *Campo de Ouro*. O senhorio e commenda de Ourique pertenceu á ordem militar de S. Thiago, cujos cavalleiros ajudaram muito aos reis de Portugal a fazer grandes conquistas no Alemtejo e no Algarve. A commenda de Ourique andava na casa dos condes de Unhão. El-rei D. Diniz lhe deu foral, em Beja, a 8 de janeiro de 1290; outros dizem que foi o mestre da ordem de S. Thiago, e que o rei só o confirmou. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, e 20 de setembro de 1510, confirmando e ampliando os privilegios do antigo. Junto da villa se estende o vasto campo onde se deu a batalha contra os moiros, em 1139, *(V. o artigo seguinte)*. Ourique tinha voto em côrtes com assento no 15.º banco. As suas armas são: Em campo de sangue um guerreiro vestido de ferro, tendo levantado o braço direito, empunhando a espada, montado n'um cavallo, sobre terra firme. Na parte superior do escudo vê-se uma torre em cada angulo, tendo sobre uma o crescente e sobre a outra uma estrella, tudo de prata. No termo de Ourique ha as capellas de *S. Sebastião*, *S. Luiz*, *N. S.ª do Castello*, *S. Braz*, *S. Lourenço* e *N. S.ª da Colla*. Perto da villa está a ermida de S. Romão, abbade, onde está sepultado, sendo de grande veneração para o povo. André de Rezende, nas suas *Antiguidades de Portugal*, liv. 4.º, pag. 280, falando da antiga cidade, ou villa, de Colla, quando em companhia d'el-rei D. Sebastião foi vêr o campo de Ourique em 1573, diz: «Colla esteve em o meio da provincia de Ourique, não muito longe de *Mesegena (*Messejana*)* fundada entre montes» Diz ignorar se esta tal cidade ou villa tomára o nome, que hoje tem, dos montes entre os quaes se havia fundado. Era uma pov. ampla, o que se vê pelo ambito dos seus muros, de que ha bastantes vestigios; assim como das torres que defendiam esses muros, tudo obra de grosseira construcção. Já existia no tempo dos romanos, o que se prova pelos cippos e memorias que teem sido aqui encontrados. Era difficil e perigosa a entrada para esta pov., e por isso de facil defeza. Suppõe Rezende que foi pov. importante no tempo dos godos, e que os arabes a destruiram em 715 ou 716. Hoje existe apenas a egreja de N. S.ª da Colla, que fica a 12 k. de Ourique, a cujo conc. pertence. Esta egreja representa a mais remota antiguidade, e suppõe-se ter sido freguezia antes da invasão dos moiros. Existe aqui uma torre muito arruinada, onde Rezende encontrou uma formosa lapide de marmore branco, embutida na parede, com uma inscripção latina, cuja traducção é a seguinte: «Caio Minicio, filho de Caio Lemonia Jubato, tribuno da decima legião dobrada, ao qual na guerra contra

Viriato, quasi morto, com muitas feridas; o imperador Caio Unimano deixou pelo julgar morto. Eburio, soldado lusitano, compadecido d'elle, o levantou e fez curar; porém viveu poucos dias, e morreu triste, porque o não trataram ao modo que se costuma com os romanos.» Esta lapide foi para o museu Cenaculo, de Evora. A' porta da egreja via-se um grande cippo, entre algumas columnas, lançadas no chão, e que tinham sido ornato do mesmo cippo. Antigamente faziam se duas festas annuaes a N. S.ª da Colla, a 1.ª n'uma das oitavas da Paschoa, a 2.ª no dia da Natividade, a 8 de setembro, sendo ambas muito concorridas. Hoje ainda se faz uma romaria a 8 e 9 de setembro. Pelos arrabaldes da villa passam as ribeiras de Côbres e Tergis, que depois de unidas vão morrer no Guadiana, com 60 k. de curso. São atravessadas por uma ponte de cantaria. Ainda no termo de Ourique nasce o rio de S. Romão, que entra no Sado, em Porto-de-Rei. E' o mais caudaloso dos tres. O territorio do concelho é fertil em cereaes, fructas, azeite, vinho e outros generos agricolas. Cria se bastante gado, sobretudo suino, e os seus montes teem muita caça. O concelho é abundante de minas de metaes e metaloides. Na quinta do Valle do Alcaide, situada nos arredores da villa, ha uma nascente muito abundante de aguas mineraes, boas para o tratamento de molestias cutaneas D. João IV mandou erigir na villa de Ourique um padrão, que ainda hoje existe, na praça de D. Diniz, á porta do antigo tribunal judicial, do qual consta que o rei e as côrtes geraes ficaram tributarios á real capella de Villa Viçosa de cincoenta cruzados em ouro annuaes, jurando defender que a Mãe de Deus fôra preservada do peccado original. Padrão egual foi erigido em todas as cabeças de comarca do pais. Por este facto se vê, que já então Ourique era cabeça de comarca, que conservou até 1865, em que a séde se transferiu para Almodovar, transferencia justificada, porque a comarca abrangia todos os territorios dos concelhos de Mertola, Castro Verde e Ourique, sendo por isso a villa de Almodovar o ponto mais central. Feita nova divisão comarcã, como se vê do mappa approvado por decreto de 15 de dezembro de 1874, passou Ourique a ser novamente cabeça de comarca, fazendo parte d'ella os concelhos de Almodovar e Castro Verde, e a freg. de Messejana no conc. de Aljustrel. As mesmas razões que tinham presidido para fazerem Almodovar séde de comarca, quando esta era composta dos concelhos de Mertola, Castro Verde e Ourique, fizeram com que, retirado o conc. de Mertola para formar uma comarca, passasse a séde para Ourique, por ser o ponto mais central de todos os concelhos que a acompanham. Interesses politicos fizeram com que o partido progressista transferisse para Almodovar, por decreto de 24 de dezembro de 1898, a séde de comarca, mas ultimamente voltou para Ourique, onde se conserva. Durante muitos annos, e quando muito podia progredir, manteve-se Ourique sem melhoramentos de qualidade alguma, devido á falta de iniciativa dos seus habitantes; mas desde 1877, e muito principalmente nos ultimos annos, tem-se feito n'esta villa obras de alto valor, sendo as principaes: o edificio para o tribunal judicial e outras repartições publicas, em que a camara despendeu 15:192$000 réis, total de dois emprestimos contrahidos com a Companhia Geral de Credito Predial Portuguez; o edificio do hospital da Misericordia com boas accommodações para doentes e pessoal de enfermaria, além de excellente mobiliario; o theatro *Sousa Telles*, construido por iniciativa do juiz de direito o dr. Manuel Borges de Sousa Telles. Em Ourique começou a publicar-se em 4 de agosto de 1898 *O Campo de Ourique*, ainda em publicação em janeiro de 1908. O conc. compõe-se de 6 freguezias, com 2:181 fog. e 9:254 hab., sendo 4:863 do sexo masc. e 4:391 do fem., n'uma superficie de 81:505 hect.. As freguezias são: N. S.ª da Conceição, de Conceição, 675 hab.: 365 do sexo masc. e 310 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Garvão, 734 hab.: 391 do sexo masc. e 343 do fem.; S. Salvador, de Ourique, 3:771 hab.: 1:960 do sexo masc. e 1:865 do fem.; S. Pedro, de Panoias, 1:087 hab.: 607 do sexo masc. e 480 do fem; Sant'Anna, de Sant'Anna da Serra, 2:237 hab.: 1:198 do sexo masc. e 1:039 do fem.; Santa Luzia, 750 hab.: 396 do sexo masc. e 354 do fem.. A freg. de S. Martinho das Amoreiras, que pertencia a este conc., foi annexada ao de Odemira para effeitos administrativos e judiciaes, por lei de 17 de agosto de 1899. O principal commercio do conc. é cortiça, gado suino, caprino, bovino, cereaes, cêra, telha, tijolo e cal. Os logares mais importantes são: Aldeia de Palheiros, Aldeia dos Grandaços e a Aldeia das Alcorias.

Brazão d'armas da villa de Ourique

**Ourique** *(Batalha de)*. Os *alfaquis* moiros, por ordem de Ismario, ou Ismar, poderoso rei de Hespanha, que sob as ordens do Miramolim de Marrocos dominava varios outros reis da Peninsula, mandou *apregoar gazúa*, isto é, incitar os povos á guerra, tanto na Africa como na Hespanha e Portugal. Ao poderoso Irmario se juntaram os reis moiros de Silves, Merida, Sevilha e Badajoz; Al-Athar, senhor e alcaide de Lisboa, Ben-Aduf, senhor de Algecira, e mais 20 emires, com um poderosissimo exercito, que alguns historiadores dizem coustar de 600:000 homens, e outros elevam a 900:000. Ha tambem historiadores que dizem constar o exercito moirisco de 120:000 homens. O que não admitte duvida é ser enorme o exercito moirisco, e que os chefes, confiando no numero e na valentia dos combatentes, tinham a victoria como certa. D. Affonso Henriques, que já havia obtido gloriosas victorias em 6 batalhas contra os moiros, organisou o seu exercito, cujo commando elle proprio assumiu na vanguarda, o qual se compunha de 300 ginetes e 3:000 infantes escolhidos. A retaguarda, com egual numero de ginetes e de infantes, a confiou a D. Lourenço Viegas e a D. Gonçalo de Sousa. A ala direita commandava-a Martim Moniz, e a esquerda Mem Moniz, tendo cada uma 200 ginetes e 2:000 infantes. Foi no sitio chamado *Cabêço de Rei*, que

Ismario com os seus 15 regulos e todo o exercito agareno, estava acampado, quando D. Affonso Henriques chegou com o seu exercito. No dia 25 de julho de 1139, antes de começar a batalha, dizem alguns chronistas que os chefes e exercito acclamaram por seu rei a D. Affonso Henriques, pois na sua pessoa se reuniam todas as grandes qualidades para ser o chefe supremo, a quem todos deviam cegamente obedecer. O enthusiasmo no arraial era enorme, e sob o commando d'um tal chefe, tão bravo e destemido em todos os recontros que tinha affrontado, a victoria não podia deixar de lhe pertencer. Os moiros investiram os portuguezes, e o alferes mór Pero Paes avançou agitando a bandeira D. Affonso Henriques, calando a viseira, arremetteu só, ao moiro que vinha na frente, que era o rei de Silves, homem de estatura agigantada e de grandes forças, porém D. Affonso o varou de lado a lado com a lança, o que animou muito os portuguezes e aterrou os moiros. A' vista d'este exemplo de bravura, o exercito portuguez arremetteu impetuosamente o inimigo, que o poz em debandada Chegando, porém, o rei de Badajoz com o seu exercito aguerrido, envolveu D. Affonso e os seus, pretendendo repellil-os, mas acudiram lhe logo os tres chefes portuguezes com a sua gente, fazendo nos moiros horrorosa carnificina. No maior furor da peleja, e depois de ter praticado prodigios de bravura, foi morto Mem Moniz, chefe da ala esquerda. Então Lourenço Viegas, vendo morto seu irmão, atirou-se ao inimigo, mais como leão furioso, do que como soldado valente, e vingou heroicamente a morte do joven guerreiro. As mesmas façanhas praticou D Gonçalo de Sousa, vendo morrer D. Diogo Gonçalves, seu primo; finalmente, cada portuguez era um heroe, distinguindo se entre todos D Affonso Henriques. Era, porém, tão espantoso o numero dos moiros, que a batalha esteve indecisa grande parte do dia, sendo tantos os mortos e feridos, que o campo se tornou um lago de sangue, e os cavallos mal se podiam mover. Ismario e seu sobrinho Homar Atagor, á frente d'um escolhido esquadrão de cavallaria, fazia nos nossos cruel destroço, e D. Affonso Henriques, juntando a gente que pôde, tão energicamente os investiu que matou o sobrinho de Ismario, e este e os reis de Merida e Sevilha deveram a vida á velocidade dos seus cavallos. Os moiros, vendo fugir os chefes, trataram tambem de os imitar, mas os nossos os fôram perseguindo fazendo horrivel matança, não cessando a perseguição senão com a noite. Os portuguezes estiveram tres dias no campo da batalha, segundo o costume d'aquelles tempos, descançando das fadigas, tratando de curar os feridos e de enterrar os mortos do seu exercito. Os despojos fôram immensos e riquissimos, não querendo D. Affonso para si mais do que 19 bandeiras, e innumeravel cópia de pendões e galhardetes, que mandou pendurar pelas egrejas. Quando, passados os tres dias, o exercito se dispunha a abandonar o campo, caiu uma chuva torrencial, que lavando a planicie do sangue que a ensopava, tingiu as aguas dos rios Côbres e Tergis, chegando ao Guadiana, onde vão desaguar estes dois rios já reunidos. Tão assombroso feito não podia deixar de impressionar a alma portugueza tão propensa ao mysticismo. Formou se a lenda de que Christo apparecera, na vespera da batalha, a Affonso Henriques, estando este em oração, garantindo-lhe a victoria. Chronistas piedosos recolheram esta lenda, que gerações successivas acreditaram. Outros historiadores apresentam outra versão; dizem que nas vesperas da batalha, Christo apparecera a um eremita, chamado Virgilio Pires d'Almeida, annunciando-lhe a victoria, e que fôra o santo varão quem transmittira esta noticia a Affonso Henriques. Sobre a batalha de Ourique muito se tem escripto. Historiadores e chronistas, tanto antigos como modernos, são de parecer que a batalha constitue uma lenda baseada unicamente na tradição fanatica dos portuguezes, accrescentada com o milagre da apparição de Christo. E para documentarem o seu asserto citam opiniões e addnzem argumentos que reputam irrespondiveis. Por seu lado, os que pensam de differente modo, apresentam tambem os seus argumentos e citações. O que se póde affirmar, porém, é que effectivamente a batalha de Ourique se deu, pouca ou nenhuma importancia teve para a fundação da monarchia, como pretendem alguns historiadores. E tanto é certo, que d'essa batalha não resultou a consolidação da monarchia, que as fronteiras ficaram taes quaes existiam, não se conquistando um palmo de terra a mais do que a que se havia já conquistado Com relação ao titulo de rei, parece provado que Affonso Henriques só o tomou em 1140, porque é de abril d'esse anno o primeiro documento em que usa tal titulo. Em 1139 ainda figura como infante. Alexandre Herculano, negando na sua *Historia de Portugal* o milagre de Ourique, levantou contra si as iras do clero, que fortemente o atacou, tanto em folhetos como em jornaes religiosos, e até nos proprios pulpitos, a que Alexandre Herculano respondeu com toda a energia em 4 folhetos que publicou, com o titulo: *Eu e o clero*, carta ao patriarcha de Lisboa; *Considerações pacificas ao redactor da «Nação»*; duas cartas a Magessi Tavares, intituladas: *Solemnia Verba*. A'cêrca do milagre de Ourique escreveu Antonio Serpa Pimentel um drama em 5 actos, *O Astrologo*, que se representou no theatro de D. Maria II.

**Ourives.** Fabricante, ou vendedor, de artefactos de ouro ou prata. No antigo regimen dos officios distinguiam-se os *ourives de ouro* dos *de prata*, ou *prateiros*, tendo cada um seu regimento e arruamento especial. Em Lisboa determinou el-rei D. Manuel, por alvará de 19 de abril de 1514, que os ourives da prata tivessem arruamento exclusivo na rua da Ourivesaria, desde a Cerearia até á porta da egreja da Magdalena. Os ourives do ouro tinham arruamento na rua Nova d'El Rei, juntamente com os joalheiros e lapidarios; mais tarde, não cabendo já ali, fôram tambem estabelecendo-se pela rua dos Douradores. A confraria dos prateiros era antiquissima, datando do seculo XIII Os ourives não estavam embandeirados, isto é, sujeitos a bandeira com outros officios; constituiam corporações distinctas, dando cada uma um delegado á Casa dos Vinte e Quatro. Ambas tinham por patrono a Santo Eloi, sendo assim denominado o hospital que os ourives da prata levantaram no largo dos Loios. Dos ourives do ouro, como dos da prata, encontram-se no archivo municipal de Lisboa os respectivos regimentos reformados em 1572, e o primeiro está publicado na integra no vol. XIV, pag.

200, dos *Elementos para a historia do municipio.* Do segundo, por se encontrar ainda inedito, daremos adeante alguns extractos. Não desejando ser reputados officiaes mechanicos, os ourives do ouro e os da prata organisaram em 1707 um compromisso especial para se eximirem á jurisdicção do senado municipal, ao qual então competia contrastar as peças de ouro e prata. Nos referidos *Elementos* se pódem lêr numerosas indicações sobre estes officios, e principalmente no vol. V, pag. 567, vol. IX, pag. 288, e vol. XIV a pag. 200. Em 1551 havia em Lisboa 430 ourives; em 1620 eram 132, sendo 70 do ouro e 62 da prata; e em 1807 eram 294, sendo 159 do ouro e 105 da prata. Segundo o regimento do officio dos *ourivezes da prata*, reformado em 1572 por Duarte Nunes do Lião, eram os juizes e escrivão d'este officio, como os do ouro, eleitos de dois em dois annos, em dia de S. João, ao passo que estes cargos noutros officios eram eleitos annualmente em dia de S. Thomé. Os officiaes que saissem eleitos só podiam tornar a sel-o passados tres annos depois de findo o seu biennio. Destas eleições, etc., tratam os primeiros tres capitulos do regimento. Dos capitulos restantes transcrevemos, por mais curiosos, os seguintes: «Cap. IV. Nenhuma pessoa, assim natural como estrangeira, que do dito officio de ourives quizer uzar e pôr tenda, o poderá fazer sem primeiro ser examinado pelos ditos examinadores, que para isso fôrem eleitos. O qual exame se fará em casa de um dos ditos examinadores, qual elles entre si ordenarem, a que elles serão presentes, para que vejam se o tal official faz obra conveniente por que mereça ser approvado.—Cap. V. E a pessoa que fizer um gomil como o que adeante está debuxado, maior ou menor, bem feito e acabado, poderá ser examinado de toda a obra de martello e de chã, convém a saber: bacios de cozinha e de cortar, e poderá usar em sua tenda de toda a dita obra.—Cap. VI. E a pessoa que fizer outro gomil lavrado, como o que adeante está debuxado, bem feito e bem acabado, será examinado de toda a obra de martello e cinzel e bastiães, tirando imagens, e da dita obra poderá uzar em sua tenda.—Cap. VII. E a pessoa que fizer uma maçã de calix, como a que adeante vae debuxada, será examinada de toda a obra de maçanaria, convém a saber: cruzes, calizes, portapazes, bagos, turibulos, e assim todas as outras mais peças de maçanaria, e de todas ellas poderá pôr tenda.—Cap. VIII. E o que fizer uma imagem lavrada de cinzel de relevo, e uma chapa de prata de sua phantasia, ou contrafeita por outra, bem lavrada ou bem acabada, poderá uzar de todas as imagens e de toda a obra de cinzel.»—«Cap. XI. E ao que fôr examinado na maneira sobredita, e fôr havido por habil e pertencente para pôr tenda, lhe passarão sua carta de examinação, assignada pelos examinadores e feita pelo escrivão de seu cargo. A qual levarão á camara para lá ser vista, e confirmada, e se registar no livro em que taes cartas se registam.—Cap. XII. Da qual examinação o official, que se assim examinar, pagará trezentos réis, e sendo estrangeiro seiscentos réis, dos quaes serão as duas partes para as despezas do dito officio, e a terça parte para os examinadores.—Cap. XIII. E qualquer ourives que, d'aqui em deante, tenda puzer, sem primeiro ser examinado da maneira sobredita, será prezo, e da cadeia, onde jazerá quinze dias, pagará dois mil réis, a metade para as obras da cidade, e a outra para quem o accusar; a mesma pena haverá qualquer official, não sendo examinado, que tomar obra do dito officio para fazer fóra da tenda do «official examinado.» Os capitulos seguintes até XXX preceituavam, entre outras disposições regulamentares, que qualquer estrangeiro, que se quizesse examinar no officio de ourives da prata, tinha que trabalhar primeiro um anno com officiaes examinados, e só depois podia ser examinado, se tivesse dado provas de bom porte. O ourives, que não fizesse bom exame, só poderia ser admittido a novo acto d'ahi a seis mezes. Os juizes não podiam examinar por si sós, e o escrivão tinha voto de desempate. Não podiam examinar parentes ou creados, e n'este caso, quando elle se désse, seria nomeado para o exame pelo senado da camara um juiz dos do biennio anterior. Os dois juizes examinadores eleitos para o biennio serviriam: um d'elles no primeiro anno de marcar a prata, e no segundo anno de afilar os pezos, e outro de marcar a prata, de maneira que cada um fizesse cada uma d'essas cousas separadamente no seu anno. Todas as peças feitas seriam marcadas pelo juiz antes de expostas á venda. Qualquer peça comprada pelo ourives, não sendo corrigida, não se venderia sem a marca do juiz. Este, verificando que a peça não estava bem feita, nem tinha o pezo da lei, a mandaria corrigir, se fôsse possivel, ou a quebraria no caso contrario. Se, por quaesquer motivos particulares, de malquerença ou animosidade contra o official, o juiz quebrasse sem razão a peça, teria que lhe pagar uma indemnisação. Aos juizes d'este officio não era permittido marcar barras, nem arruellas de prata, que só podiam ser marcadas pelo ensaiador da moeda. Se o juiz deixasse passar alguma peça que não devesse marcar, isto por qualquer interesse, pagaria de multa dez cruzados, metade para o officio e metade para quem o accusasse. Se o official ourives, a quem fôsse rejeitada uma peça pelo juiz, injuriasse este, de dito ou de feito, seria preso e da cadeia pagaria dez cruzados, além do que o senado da camara lhe daria qualquer outra pena, conforme o caso a requeresse. Os ourives não comprariam peças de prata nem de ouro a individuos suspeitos, devendo antes averiguar dos motivos da venda. A' primeira vez seria o ourives multado em dez cruzados e á segunda em cincoenta. Os juizes fariam correição pelas tendas de trinta em trinta dias, pelo menos, sob pena de dez cruzados de multa. Os ultimos capitulos (XXXI a XXXV) do regimento tratam do auxilio que as autoridades, e outros officiaes, deviam prestar aos juizes no exercicio das suas funcções. Este regimento foi alterado pela régia Resolução de 7 de janeiro de 1808 sobre consulta do senado da camara, e vigorou até ao anno de 1834, em que foi extincta a Casa dos Vinte e Quatro *(V. este nome).* Lisboa, Coimbra e Guimarães tiveram sempre muitos e habeis ourives. O Porto é desde alguns tempos o centro artistico mais activo e importante da ourivesaria portugueza. Dos ourives de Coimbra sabe-se que em 1538 fundaram na egreja de S. Thiago uma confraria com capella propria, da invocação de Santo Eloi, seu patrono, na qual ainda existe a inscripção seguinte: *Esta capela he dos ourives*

*desta cidade tanto dos de ouro como os de prata.* Nas seis sepulturas da capella, e em tres proximas, se enterravam exclusivamente os ourives, suas mulheres e filhos solteiros. Segundo o compromisso da confraria devia haver todos os annos, em dia de Santo Eloi, no 1.º de dezembro, missa cantada e sermão, estando a egreja armada; e em todas as primeiras segundas feiras de cada mez haveria missa rezada. Decorridos annos alterou-se o dia da festa, que passou a ser na primeira oitava do Natal. No dia seguinte ao da festa annual deveriam reunir-se os ourives na sua capella, e ahi elegeriam os officiaes que haviam de servir no anno seguinte. Cada official de ourives era obrigado a dar annualmente dois arrateis de cêra. D'essa cêra mandariam o juiz, escrivão e mordomo fazer as tochas, que no dia do Corpo de Deus eram levadas na procissão, e a que sobejasse se gastaria na capella. Todo o ourives que se examinasse, e puzesse tenda, tinha de dar dois arrateis de cêra para a capella de Santo Eloi. Quando houvesse inimizade entre alguns confrades, o juiz e officiaes deviam trabalhar para que quando se juntassem na capella se tornassem amigos. Pelas disposições dos seus regimentos tambem em Coimbra eram distinctos os officios de ourives do ouro e da prata, não podendo um fazer o trabalho do outro. Os conflictos, que esta divisão do trabalho e do material originou em varias cidades do reino, tambem se déram em Coimbra, como se prova pelo requerimento seguinte, que, em 1669, apresentaram os ourives do ouro ao senado da sua cidade, contra os ourives da prata: «Dizem os ourives do ouro d'esta cidade de Coimbra que em todas as cidades, villas e logares d'este reino, são distinctos os officios de ourives do ouro, dos da prata, e nem aquelles pódem obrar prata, nem vendel a, nem estes ouro; e pelo contrario se faz n'esta cidade, de poucos annos a esta parte, porque o sobredito se observava, e agora alguns ourives da prata estão lavrando ouro e vendendo-o, como se este fôsse o seu officio, e o mesmo fazem os do ouro, vendendo e lavrando prata. E porque a este senado pertence prover neste negocio, e que cada um official obre no officio para que sómente foi examinado, e para que teve licença d'este senado, para pôr tenda: P. a Vossas Mercês mandem que todos os ourives sejam notificados, com pena de 50 cruzados, que os da prata não vendam ouro, nem o obrem, nem os do ouro prata, para venderem, com pena tambem de se lhes tomar por perdido o que se achar a cada um obrado, ou vendido, fóra do que para cada um foi examinado. E. R. M.» Com cinco assignaturas. Pelo regimento da procissão do Corpo de Deus feito em 1517 eram os ourives de Coimbra obrigados a pagar duas das tochas que tinham de ir na procissão. No archivo municipal da mesma cidade guardam-se muitas cartas de examinação de officiaes de ourives do ouro e da prata nos seculos XVI ao XIX, e entre ellas uma carta de privilegios do ourives da Universidade no seculo XVII. Do seculo anterior conhece-se no mesmo cargo o ourives Simão Ferreira, que em 1569 fez a elegante lampada de prata da capella da Universidade, peça muito graciosa e original. No livro do sr. dr. Sousa Viterbo, *Artes e artistas em Portugal*, cap. VI, citam-se numerosos ourives conimbricenses, o que mostra ter sido aquella cidade importante centro artistico, sobretudo no seculo XVI, em que a Renascença deixou ali tão assignalada a sua passagem. Em Guimarães estiveram, naturalmente, os officios de ourives do ouro e da prata distinctos até que no seculo XVIII se reuniram, como se prova pelo Compromisso da sua confraria, intitulado: *Estatutos dos ourives de ouro e prata da villa de Guimarães que fizeram para o bom regimen do seu officio no anno de 1781 e motivos que tiveram os ourives de ouro e prata para estabecerem este compromisso.* Entre outras são muito interessantes as disposições seguintes, transcrevendo nós por extenso as que tiverem maior importancia: «Grandes males se teem originado nos ourives de ouro e prata que foram para esta villa abrir loja publica para exercitarem o seu officio, sem preceder exame, e mais circumstancias d'este compromisso, pelo que conformando-nos com o bom costume, determinamos que todo o ourives de ouro ou prata que vier de fóra d'esta villa e sua comarca, que não tiver nella aprendido, não poderá abrir tenda sem que mostre ao juiz e contraste do officio o seu exame que tenha feito legitimamente e sendo havido por bom, poderá pôr tenda, dando primeiro fiança na forma do capitulo IV, posto que seja casado, e dará para a fabrica da capella de Santo Eloi 5$600 réis, posto que examinado seja em outra qualquer parte do reino, ou de fóra d'elle; e fará termo de observar o conteudo n'este compromisso, e não se achando este exame bom, será novamente examinado pelo juiz e contraste d'esta villa, e, repugnando ser examinado, incorrerá nas penas impostas no capitulo II contra os que abrem tenda sem serem examinados.» Nenhum ourives poderia estabelecer-se nos arrabaldes da villa, sob pena de 20$000 réis de multa, afim de que as correições se fizessem sempre que fôsse preciso. Todo o ourives que tivesse aprendido em Guimarães, ainda que ali não fosse examinado, devia contribuir para a confraria. Outro capitulo trata da prompta obediencia que os ourives deviam ter ao seu juiz, correspondente em qualquer negocio que se mover pertencente á arte, para o que sejam chamados. «Para conhecimento dos ourives de ouro, ou de prata, que fizerem as obras, e se não atrevam a fazel-as, sem ser de prata de lei, ou do ouro pertencente, para não serem castigados, determinamos que os juizes do officio antes de darem licença ao examinado, mandarão que faça a sua marca, e lh'a mandarão registar no livro de registo, que para isso é destinado, cuja marca será registada em cobre, e estará em poder de um dos juizes pertencentes, e dando licença para exercitar o dito officio sem estar registada a dita marca serão condemnados os mesmos juizes em dois mil réis, cujos serão applicados para Santo Eloi.» Quando houvesse litigio, obras, despezas a fazer com o culto do santo patrono, ou a bem do officio, fintar-se-hiam os irmãos ourives, e se houvesse sobras seriam pagas certas despezas feitas com as viuvas do ourives. «Lembrando-nos das peças sagradas, que concertamos para as egrejas, como são custodias, calices, vasos e cruzes, a que devemos ter toda a veneração, e tratamento de reverencia por serem dedicados ao culto divino, e por esta causa adquirimos alguma nobreza, por esta se adquirir ou pela razão da pessoa, ou da causa: Determinamos uniformemente que d'aqui em

deante nenhum ourives de ouro ou prata possa tomar moço para ensinar o officio, ou ainda official, que seja de infecta nação, assim como moiro, judeu, mulato, apostata da nossa santa fé, ou penitente do Santo Officio, ou filho de homem vil, ou de outras similhantes qualidades; nem tambem ensinarão a estrangeiro algum, salvo se fôr catholico romano. para o que antes de o tomar para sua casa, ou moço ou official, se informará com toda a efficacia se tem algum dos ditos defeitos; e fazendo o contrario será condemnado pela primeira vez em tres arrobas de cêra para a capella do nosso santo Eloi, e será obrigado a logo lançar fóra o moço ou obreiro; e repugnando será obrigado a pagar a mesma condemnação em dobro para a mesma capella; e assim se lhe irão dobrando as condemnações até o expulsar fóra.» «E outrosim declaramos que não sendo aprendizes ou obreiros dos comprehendidos neste capitulo supra, poderá qualquer ourives ter dois aprendizes, por não se perder e multiplicar a estimação da arte, e outrosim os não ensinarão em menos de oito annos, e obrando o contrario será obrigado o ourives mestre a pagar 10$000 réis de condemnação, e expulsará os mais aprendizes, ficando-se com dois, que debaixo da mesma pena os não ensinará menos do dito tempo, ainda que o ourives mestre tenha alguma conveniencia e ficará isento da dita condemnação, tendo passado tres annos.» «Tambem prohibimos aos aprendizes depois de acabarem o dito tempo dos oito annos, que possam abrir tenda sem primeiro terem tido dois annos de officiaes; e o juiz e contraste os não possam admittir a exame antes do referido tempo.» «E o ourives será obrigado a registar o assignado em casa do escrivão do officio, em livro que para isso terá destinado; cujo assignado tambem assignará o mesmo escrivão, para constar em como em sua casa foi registado; e tambem será obrigado a mostrar o dito assignado quando fôr requerido pelo juiz do officio. E o ourives mestre de ouro, ou prata, será obrigado a que o aprendiz logo dentro de trinta dias taça o seu assignado, e dentro do dito tempo o mostrará registado e assignado pelo escrivão, tudo debaixo da dita condemnação dos dois mil réis, que serão applicados para a fabrica da capella do nosso santo Eloi.» Nenhum ourives poderia tomar aprendiz saido de outro mestre sem averiguar da razão da saida, e se fôra por vontade do mestre, sob pena de 20$000 réis «D'aqui em deante todas as vezes que os ourives acabarem alguma peça, ou de prata ou de ouro, a levem a casa do ensaiador para a marcar, e outrosim os juizes do officio farão todas as correições que lhes parecer conveniente quando muito quizerem, e de obrigação quatro vezes no anno, e achando em casa de qualquer ourives de ouro ou prata algumas peças acabadas sem serem mareadas pelo ensaiador, posto que sejam de prata ou ouro de lei, ainda que não estejam na tenda, mas sim fechadas occultamente, serão condemnados por cada peça sem marca, tendo de pezo quatro onças para cima, em 400 réis, e passando de tres marcos, serão condemnados em dois mil réis; e pela segunda vez em dobro, e pela terceira em tresdobro; e assim se irá multiplicando a condemnação por cada vez, e conforme a qualidade da peça, e seu pezo, todas as vezes que, como fica dito, fôr achada sem a marca do ensaiador que para isso ha.» «E o juiz e o contraste, não fazendo a sua obrigação das quatro referidas correições, incorrerão na pena de quatro mil réis applicados para a fabrica do mesmo santo por cada vez que assim o não cumprirem; e esta pena se lhe impõe para os ditos não terem defeza que allegarem, quer por respeito da pessoa, ou temor de descortezia a deixarão de fazer, pois por esta causa lhe damos esta providencia, e havendo algum ourives que não lhe queira obedecer no acto da correição mandarão o juiz e contraste para fazer auto de desobediencia pelo seu escrivão, com testemunhas nomeadas, e o remetterão ao dr. juiz de fóra, ou ao ministro que lhe parecer melhor, para a execução das penas, para que este o castigue na pena de 20$ 00 réis.» Muitas d'estas disposições, a que estavam sujeitos os ourives vimaranenses, correspondem, como se póde vêr, aos regimentos acima apontados de Lisboa e Coimbra, e baseavam se tambem nas leis posteriores á collecção de 1572, que eram o alv. de 25 de fevereiro de 1669, regimentos de 9 de setembro de 1686, 13 de julho de 1689 e 10 de março de 1693. A disposição de que não podia ser ourives nenhum mulato, ou negro, nem indio, posto que fosse forro, provém do alv. de 20 de outubro de 1621. Posteriormente, em 12 de dezembro de 1791, foi confirmado o regimento dos ensaiadores e por decreto de 14 de julho de 1801 fôram designadas as peças que os ourives podiam vender.

**Ourivesaria.** Arte de valorisar artisticamente certos metaes reputados preciosos, segundo os paizes e as epocas. Differe da *joalharia*, porque esta fabrica especialmente objectos destinados a serem usados como adornos pessoaes, d'ouro ou prata, com ou sem engaste de pedras preciosas. Todavia a ourivesaria abrange modernamente tanto o fabrico das joias como o das baixellas e peças grandes de ornamento. As duas artes de joalheiro e de ourives acham se confundidas já no seculo XVI, em que o regimento do officio de ourives se refere a obras de joalheiro, e noutros documentos d'essa epoca se diz joalheiro o ourives que entende de pedraria. No entender dos autores, que teem estudado o assumpto, é a ourivesaria uma das artes ornamentaes que melhor e mais constantemente se tem desenvolvido em Portugal, sentindo-se bastante que esteja esquecida das suas tradições e sobretudo dos seus modelos. As antigas arrecadas muito largas e os corações empoiados de filigrana tinham uma feição archaica, mas apresentavam um typo definido, um caracter artistico, que não teem as producções modernas. Muitas circumstancias actuaram em todos os tempos para que a ourivesaria tivesse sempre um grande desenvolvimento. O elemento civil e o elemento ecclesiastico cooperavam egualmente para esse florescimento artistico. Os nobres gostavam de ostentar as suas baixellas, e entre as classes remediadas era um systema de accumular economias. A riqueza dos lavradores contava-se não só pelos campos que possuiam, mas pelos grilhões de ouro que as filhas traziam ao pescoço, em dias de festa. A egreja era uma das melhores freguezas da ourivesaria. Em varias doações e testamentos da edade media apparece a cada instante a menção de objectos do culto, algumas vezes de prata ou ouro. O conde Sesuando le-

gou em 1087 duas terças partes dos seus vasos de prata á egreja de Mirleus, que elle fundara, para que se fizessem frontal, cruzes e calices. No mesmo anno Mouius Fromariguiz legou a S. Salvador do Paço de Sousa um *mensorium* de prata pura de 80 soldos e um elmo lavrado. Ainda no mesmo anno Didaci Fredariz legou á egreja episcopal de Coimbra um vaso de prata de 24 soldos. S. Geraldo, arcebispo de Braga, foi muito solicito com a sua egreja, mandando fazer calices e thuribulos de prata e muitos ornamentos. Depois da fundação da monarchia os reis fôram geralmente prodigos para com a egreja e bastava só D. Sancho I para dar que fazer aos ourives. Além de muitas dadivas, legou a cem egrejas da invocação de Santa Maria outros tantos marcos de prata, para cada uma fazer o seu calix; o mesmo a cincoenta egrejas da invocação de S. Jorge. Alguns objectos d'essa epoca ainda se conservam, como adeante indicaremos No seculo XVI as porcelanas da India e da China principiaram a substituir em parte as baixellas dos grandes, mas a ourivesaria não diminuiu, como se vê dos presentes que D Manuel, e os seus successores, enviavam ao papa e a outros soberanos, tanto da Europa como do Oriente. Ao rei de Cananor entregou Vasco da Gama uma bella espada de ouro, cujos esmaltes o enlevaram. A exposição retrospectiva d'arte ornamental, realisada em Lisboa em 188 , mostrou que era a ourivesaria que levava a palma ás restantes manifestações artisticas, e que os seus productos, n'uma série quasi ininterrompida, assignalavam, como marcos miliarios, as phases evolucionistas da sua historia atravez dos seculos. Desde os singelos calices bizantinos de D. Mafalda até á custodia da Estrella – um primor de joalharia—não havia epoca ou escola artistica que não estivesse mais ou menos representada. Infelizmente toda essa obra é anonyma, porque os artistas raramente vincularam os seus nomes aos productos da sua officina. Se não fôra o testamento de D. Manuel não se saberia que fôra Gil Vicente o lavrante da admiravel custodia de Belem. Pelos documentos é que quasi sempre se teem identificado os nomes dos artistas com as suas obras. As inscripções, que nellas se apresentam, são as mais das vezes equivocas, pois a phrase *me fecit* refere-se á pessoa que mandou fazer a obra e não ao artista que a executou. Assim succede, por exemplo, com um vaso sagrado, calix ou pyxide, que era do convento de Refoios de Lima, existente no thesouro da sé de Coimbra. São variadissimos os productos que a ourivesaria antiga deixou em Portugal, numa evolução curiosa da forma e do ornato. Na ourivesaria religiosa: calices, relicarios, custodias, cruzes, baculos, mitras, etc. Na ourivesaria profana as peças são innumeraveis, em ouro e prata, e com pedras preciosas; são escudelas de faldra e de orelhas, salseiros, oveiros, vinagreiras, almofias, tumadeiras, almaraxas, escalfadores,

Taça offerecida ao Brazil por el-rei D. Manuel II, executada nas officinas da joalharia Leitão

confeiteiras, perfumadores, esquentadores, brazeiros, pomacaudis, alcaforciros, tachos de perfumar luvas, copas, taças, gomis, bacia d'agua ás mãos; muitos d'estes objectos de prata dourada e lavrada com bastiões, maças, chaparias de gualdrapa, andilhas, estribos, taboas de cavalgar guarnições de cavallo, com rosas, sostinentes e copos; cofrinhos, arrecadas, anneis, firmaes, pontas de ouro, broxas de livro, cadeias, guarnições de coifa, trancadeiras, crochets, cintas, tiras de cabeça, tiratestas, dormideiras de ouro para volantes, e as coutas variadissimas de filigrana moirisca. Os lavrantes de prata fabricavam salvas, castiçaes, faqueiros e outros objectos de prata rebatida e cinzelada Pelo antigo regimen do commercio a ourivesaria tinha os seus negociantes especiaes, os ourives-feirantes, que corriam o paiz, desde Traz-os-Montes até ao Algarve. De tantas preciosidades que a ourivesaria produziu ainda os museus e os thesouros particulares pódem dar testemunho valioso. No Gabinete da Ajuda conservam-se peças de excepcional merecimento, como é a custodia de Belem, feita com o ouro de Quiloa, a cruz de D. Sancho, um calix ricamente lavrado do seculo XVI, a cruz do Santo Lenho, pertencente á Casa de Bragança, etc. No Museu Nacional de Bellas Artes a collecção que ahi se patenteia é do maior alcance, pois representa numa série quasi successiva as diversas epocas e os diversos estylos: os referidos calices bizantinos de D. Mafalda, a cruz gotica de Alcobaça; o delicadissimo relicario de ouro, lindamente esmaltado, em forma de templosinho, mandado fazer pela rainha D. Leonor, e que era do convento da Madre de Deus; o embrincado porta paz do extincto convento do Espinheiro; a cruz de Belem, em estylo do Renascimento, tendo em alguns dos baixos relevos da base episodios da fabula. No thesouro da capella de S. João Baptista, em S. Roque, admira-se o trabalho dos estrangeiros Gagliardi, e outros, nas sumptuosas alfaias religiosas mandadas fazer para aquella capella por D. João V. Na Casa Real existe a baixella preciosa fabricada pelo ourives francez Germain, em Paris, no tempo d'el-rei D. José. No museu episcopal de Coimbra, admiram-se numerosas peças que pertenciam aos extinctos bispados de Aveiro e Leiria. Ali estão a formosa custodia de prata da sé conimbricense, em estylo gotico, de base hexagonal, sustentada por seis leões, mandada fazer pelo bispo D. Jorge d'Almeida, e um calix de prata dourada muito notavel. Na capella da Universidade a lampada de prata e as lanternas processionaes são de requintada elegancia. Em Guimarães existe a formosissima custodia da Collegiada, em prata dourada verdadeira rival da custodia dos Jeronymos com os seus graciosissimos tintinabulos, e muito mais antiga pois foi acabada, como nella se lê, na era de 1354. Desta egreja são tambem o magnifico tryptico hespanhol em estylo gotico, e a cruz processional no mesmo estylo. Na sé de Evora admiram se, entre outras alfaias preciosas, um bello calix de ouro e um formoso baculo de prata dourada ornado de pedras finas. Na Bibliotheca Publica da mesma cidade existe um valiosissimo tryptico de ouro esmaltado. A custodia da sé de Lisboa, toda de ouro, com pedras preciosas é de subido valor! A sé do Porto possuia no seculo XIV muitas alfaias de prata, das quaes D. João I tirou, para converter em moeda, varias peças com o pezo total de 416 marcos e 5 onças, e que decerto tinham merecimento artistico. Mas a obra principal de ourivesaria ali existente é o celebre altar todo forrado de prata feito no seculo XVII, obra grandiosa e de immenso valor, que se ergue desde o supedaneo até ao tecto. A Misericordia da mesma cidade possue, entre outras alfaias, um bello calix que era do convento de Arouca. A sé de Braga orgulha-se tambem de possuir no seu opulento thesouro um lindo calix com tintinabulos. Muitas das notaveis peças da antiga ourivesaria se encontram descriptas e acompanhadas de estampa em diversos logares d'este diccionario, pelo que as não reproduzimos aqui novamente. Pódem vêr-se, por exemplo: Custodia dos Jeronymos e cruz de D. Sancho I, V. no vol. I, pag. 108 e 109; Baculo da sé de Evora, no vol II, a pag. 14; Calix de prata dourada da sé de Coimbra, no vol. II, a pag. 628; Tryptico de Guimarães, no vol. III, a pag. 889, Mitra de prata do seculo XVII, no vol. IV, a pag. 1154). Da moderna ourivesaria diremos que ella se exerce especialmente no Porto e em Lisboa. Na primeira d'estas cidades é uma industria muito importante, com numerosas officinas, excellentemente montadas, fabricando magnificos artefactos no genero, que vão surtir todas as outras terras do paiz. São afamados os lavrantes de S. Cosme, de Gondomar e Fanzeres, perto d'aquella cidade, pelas subtis filigranas, eminentemente caracteristicas. Em Lisboa algumas obras notaveis de ourivesaria se teem ultimamente feito, mostrando um arrojo tanto da factura como da encommenda Para amostra reproduziremos a taça que el-rei D Carlos I tencionava offerecer ao Brazil por occasião da sua viagem, e que el-rei D. Manuel fez seguir com o mesmo destino a bordo do cruzador *D. Amelia* em julho de 1908. E' uma peça que, embora se inspire nos estylos da antiga architectura portugueza, documenta bem a nossa moderna ourivesaria. ‖ *Bibliographia: Ourivesaria*, cap. VI do livro *Artes e Artistas em Portugal*, por Sousa Viterbo, Lisboa, 1881. *Anneis, estudo*, por A. C. Teixeira de Aragão, Lisboa, 1887. *Album da exposição de Aveiro, ourivesaria e joialheria, religiosa e profana*, por Joaquim de Vasconcellos, Aveiro, 1883. *Historia da ourivesaria e joialheria portugueza* na *Revista da Sociedade de Instrucção do Porto, 1882*, e no *Boletim da Real Associação dos architectos e archeologos portuguezes* (1881-1884). *Toreutica*, na *Revista de Guimarães*, 1901.

**Ouro** V. *Mineração*.

**Ouro.** Povoações nas freguezias: S. Carlos Borromeu, de Fataunças, conc. do Vouzella, distr. de Vizeu. ‖ S. Martinho de Lordello do Ouro, bairro Occidental do Porto ‖ S. João Baptista e conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. ‖ O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. ‖ Rio do distr. de Villa Real. N. a 4 k. ao S da freg. de Salto, corre em pequena curvatura na direcção S, e entra no rio Basto, proximo da juncção d'este com o rio Tamega, depois de 15 k. de curso. ‖ Rio da ilha de S. Thomé, na prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Tem a sua origem na lagôa Amelia, segue ao NE por um curso de 15 k., recebe varios affluentes na margem esquerda, e vae sair proximo da

praia Fernão Dias, ficando a sua foz a cêrca de 12 k. da cidade de S. Thomé. Este rio é um dos mais pittorescos da ilha; corre por entre coqueiros, rega e corta varias e importantes roças das freguezias de Guadalupe, Magdalena e Trindade, e tem fama as suas furnas, que merecem ser visitadas, bem como as suas encostas. A agua é excellente, e d'ella se abastecem os navios na praia Fernão Dias.

**Orondo**. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 25 k. da séde do conc., e está situada nas proximidades da margem direita do rio Zezere, 1 a 500 m. da margem esquerda do rio Paul. O real padroado apresentava o prior, que tinha 1.0$000 réis de rendimento. A terra é pouco fertil em cereaes, mas cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha abundancia de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

**Ourosinho**. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov da Beira Alta, conc. de Penedono, com. de Mêda, distr de Vizeu, bisp. de Lamego; 161 fog. e 529 hab. Tem esc. do sexo fem., e estação post. A pov. dista 7 k da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem esquerda da ribeira Teja. O administrador da capella de S. Nicolau, do claustro da sé de Lamego, apresentava o cura, que tinha 40$000 rés e o pé d'altar. O seu primitivo nome parece que foi *Ourondosinho*, e que depois, por abreviatura, se chamou *Ourosinho*. A terra é pouco fertil em cereaes, mas produz bom vinho, fructas, legumes e hortaliças; cria gado e e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut, e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Ourosinho foi annexada ao conc. de Mêda, por decreto de 7 de setembro de 1895, que aboliu o de Penedono, mas voltou a este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Serra do distr. de Vizeu. Está situada ao S de Penedono, em direcção NNO a SSE, e tem 15 k. de comprimento, 5 de largura, e 1:004 m d'altura.

**Ouroso**. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis, districto de Aveiro.

**Ousarem** Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Sobrosa, concelho de Paredes, districto do Porto.

**Ousilhão**. Pov. e freg. de Santo André, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Vinhaes, com., distr. e bisp. de Bragança; 100 fog. e 528 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 4 k. da margem esquerda do rio Tuella. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

**Oussandi**. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, div. de Noqui, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental

**Ousseira**. V. *Osseira*.

**Outão** Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Graça, de Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, do mesmo distr. || O Salvador, de Trandeiras, conc. e districto de Braga.

**Outão** *(Sanatorio do)* E' na antiga torre de S. Thiago do Outão, situada á beira mar na entrada da barra de Setubal, que se estabeleceu este sanatorio da Assistencia Nacionalaos Tuberculosos, onde são tratadas creanças menores de 2 annos, attingidas pela terrivel doença da tuberculose. A Torre do Outão, depois de ter sido por tantos annos votada ao esquecimento, chamou as attenções publicas, tendo primeiro chamado a attenção do fallecido rei D. Carlos I. Este monarcha, sendo ainda principe herdeiro, fez varias viagens a Setubal, a bordo do hiate *D. Amelia*, e teve occasião de vêr a velha fortaleza e o seu aspecto militar, recordando os tempos em que os castellos em Portugal eram boas defezas contra os assaltos dos moiros e as ambições dos castelhanos. D. Carlos pensou em aproveitar a torre para estabelecer ali a sua residencia na estação balnear. No começo do anno de 1890 o governo mandou proceder a grandes obras, reconstruindo e restaurando algumas das casas que já não existiam, construindo outras, ligeiras, de madeira, a complementar os aposentos que faltavam para accommodar a familia real e a regia comitiva. As obras tôram dirigidas pelo engenheiro Xavier da Silva, e em pouco tempo ficaram concluidas. A regia residencia foi decorada com todo o primor e sumptuosidade. Construiu-se uma pequena estrada marginal de macadam, para mais facil communicação com a cidade. Esta estrada constitue um dos mais agradaveis passeios pela variedade de panoramas que nos apresenta. A residencia real foi mais tarde aproveitada para ali se installar um dos sanatorios da Assistencia Nacional aos Tuberculosos. O edificio foi completamente transformado, e convenientemente adequado para o fim a que se propunha. Inaugurou-se a 6 de junho de 1900, com a maior solemnidade, assistindo toda a familia real, muitas pessoas da côrte, o director do sanatorio, o administrador do concelho e o presidente da camara municipal de Setubal, o conductor das obras publicas e director das obras da Torre do Outão, officialidade dos vapores *D. Amelia*, *Berrio* e *Lidador*, que transportaram os convidados, etc. A' porta da Torre fazia a guarda de honra uma força de infantaria n.º 17, com a respectiva banda. As creanças, então, eram 36, tendo vindo 4 dos asylos municipaes, 2 do Albergue das Creanças Abandonadas, e as restantes de varias procedencias, confiadas aos cuidados de 12 religiosas, dirigidas pela superiora, D. Thereza Saldanha *(Rio Maior)*. O arcebispo de Mitylene procedeu á cerimonia da benção do edificio, espargindo agua benta por todas as suas dependencias. Durante a cerimonia religiosa, a rainha senhora D. Amelia percorreu com os seus convidados as diversas salas, mostrando os melhoramentos que tinham sido introduzidos no sanatorio. Nos espaçosos compartimentos cheios de luz e de ar, com varias portas de communicação, impunham-se pelo asseio e singeleza com que estavam revestidos os pequenos leitos cobertos com as suas colchas brancas, tendo aos pés um cabide de ferro para arrumação do fato das creanças. As enfermarias e os lavatorios, com as suas amplas bacias e outros

apetrechos, ficam no andar superior, notando-se o mesmo aspecto de asseio e commodidade. Em todos os pontos ha saidas para pequenos terraços ou largas janellas, d'onde se descobrem bellos horizontes, e em baixo a praia onde as creanças vão brincar. Posteriormente teem-se formado novas camaratas n'umas dependencias, dando logar á admissão de mais de 100 doentes. No pavimento inferior vêem-se os quartos das irmãs religiosas, muito simples, a despensa, a cozinha, com as paredes revestidas de azulejos, um largo fogão e os respectivos utensilios, dispostos na melhor ordem. Na esplanada estava armada uma mesa torneando as paredes, em que se serviu um lauto banquete, que terminou ás 5 horas da tarde, durante o qual tocou a banda de infantaria n.º 17. Terminado o banquete a familia real e os convidados regressaram a Lisboa. A Torre de S. Thiago do Outão está situada a 7 k de Setubal; assenta n'um contraforte da serra d'Arrabida, em rochedo intromettido no mar, de fórma que as ondas batem constantemente as suas muralhas pelo lado sul e um pouco pelo nascente e pelo poente. Nas extensas baterias, abrigadas por grandes toldos, e n'um amplo *hangar*, estão os doentes ao ar livre durante o dia, tendo sido reservada uma ampla esplanada ao nascente, para n'ella se construir um lazareto, isolado, onde as creanças permanecerão durante a primeira semana de internato, afim de se verificar que não trazem outra doença infecciosa além da tuberculose. O Sanatorio do Outão é o primeiro estabelecimento que d'este genero se abriu em Portugal. A capella, da invocação de S. Thiago, tem magnifica obra de talha, e as paredes revestidas de azulejos, representando passos da vida d'aquelle santo. Foi fundada a fortaleza por D. João I, o Mestre de Aviz, em 1390, mas reconstruida e augmentada depois pelos monarchas D. Manuel e D. Sebastião. Em 1643, no tempo de D. João IV, foi construida a bateria mais avançada, terminando algumas outras no reinado de D. Affonso VI, em 1657, sendo regente a rainha, sua mãe, D. Luiza de Gusmão. Quando se abriram os alicerces para o accrescentamento, fôram encontrados pedaços d'uma estatua de Neptuno e algumas moedas romanas dos imperadores Julio e Tiberio, ficando assim confirmada a tradição de que n'aquelle local existira um templo pagão, dedicado ao deus dos mares. A Torre de S. Thiago do Outão tem sido celebre na historia do paiz, principalmente na guerra da independencia em 1640. No anno de 1580 distinguiu-se ali Mendo da Motta, defendendo se dos ataques da esquadra castelhana, sendo a sua guarnição das ultimas a renderem-se ao governo castelhano. Depois da Restauração, rendeu-se a 17 de dezembro de 1640 ás forças que a cercavam, commandadas por João Gomes da Silva. Outão serviu de prisão a varios prisioneiros politicos, e entre elles ao valente e honrado cabo de guerra Mathias d'Albuquerque, por suspeita de traição á patria. Do castello de Lisboa, para onde foi transferido, saiu illibado, depois de rigoroso exame por elle requerido aos seus actos. Foi á sua saida recebido em triumpho e no meio das mais ruidosas demonstrações de rigosijo publico. Deu causa á suspeita ter um irmão em Castella, amigo intimo do marquez de Villa Real, um dos conspiradores, que fôram supplicados em Lisboa a 28 de agosto de 16 1. El-rei deu plena satisfação ao nobre general, e em prova de inteira confiança o reintegrou no commando da provincia do Alemtejo, onde com brilhante exito continuou a distinguir-se, principalmente na batalha de Montijo. O pharol que antigamente estava collocado n'uma velha torre, fortificação attribuida aos moiros, foi transferido para Outão, por não ser bem visivel ao longe, quando os frequentes nevoeiros envolviam aquella parte da serra

Sanatorio do Outão

d'Arrabida. O pharol é de segunda classe e de systema moderno, e a sua serventia é hoje feita por uma escada exterior. Está collocado na parte mais alta da torre.

freg. de S. Lourenço, de Prado, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Ilha Terceira; pov. na freg de S. Bartholomeu, de Regatos, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

Torre do Outão, lado poente

**Outeirada.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Outeiraes.** Povoações nas freguezias: O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello || N. S.ª da Expectação, de Barconço, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro.

**Outeiral.** Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaúfe, conc. e distr de Braga. || S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, districto de Aveiro. || S. João Evangelista, de Athães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Atheães, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Maria, de Dossãos, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. Salvador, de Lama, concelho de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Maria, de Lamaçães, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Paradella, concelho de Barcellos, do mesmo distr. || S. Thiago, de Romarigães, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Ruivos, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Valladares, conc. de Mousão, distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Villa Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Outeirão.** Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Nordeste Grande, conc. de Vêlas, distr. de Angra do Heroismo. || Pov. na

**Outeirinho.** Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiúl, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Vicente, de Alfena, conc. de Vallongo, do mesmo distr || S. Pedro, de Bairro, conc. de Villa N. de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Miguel, de Barrio, conc. de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. André, de Barroças e Tayas, conc. de Mousão. distr. de Vianna do Castello. || S. Cosme, de Besteiros, concelho de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Burgães, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || O Salvador, de Cambezes, conc. de Mousão, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Campo, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga. || S. Martinho, de Cavallões, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Chelleiros, conc. de Mafra, distr. de Lisboa || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Pedro, de Ericeira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa || S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Figueiredo, conc. e distr. de Braga. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro de Frauce, conc. e distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Germunde, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Paio, de Gueeral, conc. de Barcellos, distr. de

Braga. || Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, districto de Aveiro. || S. Christovão, de Louredo, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria, de Maurelles, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, districto de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Moreira de Castello, conc. de Celorico de Basto, districto de Braga. || S. Paio, de Moreira de Conegos, concelho de Guimarães, do mesmo distr. || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Vicente, de Paus, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thomé, de Prozello, conc. de Amares, distr. de Braga || Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Rediuha, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Refoios de Basto, concelho de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Regueira de Pontes, conc. e distr. de Leiria. || Santa Marinha, de Remelhe, concelho de Barcellos, distr. de Braga. || S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Martinho, de Silvares, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Vicente, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. Pedro, de Varzea de Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Outeirinho da Carpalhosa.** Pov. na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

**Outeirinho do Pinheiro.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto.

**Outeirinho dos Pouzos.** Pov. na freg. de N. S.ª do Desterro, de Pouzos, conc. e distr. de Leiria.

**Outeirinhos.** Povoações nas freguezias: Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Pedro de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Loivos do Monte, concelho de Baião, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || Santo Adrião, de Santão, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Travassos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Cypriano, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Outeiro** (*Jeronymo Trigueiros d'Aragão Martel da Costa, 1.º visconde do*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, administrador dos morgados da Idanha-a-Nova e Outeiro. N. a 17 de julho de 1825, e já hoje fallecido. Era filho de Joaquim Trigueiros Rebello Martel, administrador dos referidos morgados e coronel do regimento de milicias de Idanha-a-Nova, e de D. Maria Angelica d'Aragão Costa Sá e Ornellas. Casou a 22 de abril de 1850 com D. Maria Izabel Osorio Macedo Sousa Preto Forjaz Pereira de Gusmão, filha unica de Diogo Dias Preto Osorio Macedo Mendonça, senhor dos morgados de Pero-Vizeu e Chãos, e de sua mulher D. Maria Justina de Macedo. O titulo foi concedido por decreto de 8 de maio de 1866. O seu brazão d'armas, concedido em 8 de agosto de 1756 a um dos seus antepassados, Joaquim Rebello Triguciros Martel, consta do seguiute: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Rebellos: Em campo azul tres faxas de ouro, e sobre cada uma d'estas uma flôr de liz, que fórmam em banda; no segundo, as de Martel: Em campo de prata uma banda vermelha com um chefe dentado de prata e vermelho carregado de quatro mulêtas de ouro de oito pontas; no terceiro, as dos Trigueiros: escudo esquartelado, o primeiro de verde e cinco espigas de ouro em aspa; o segundo de vermelho e uma faxa de prata, e assim os contrarios; no quarto, as dos Costas: Em campo vermelho seis costas de prata, postas em tres faxas.

**Outeiro.** Nos conventos de freiras, quando se realisava a eleição da abbadessa, celebravam se grandes festas, chamadas do *abbadessado*, que duravam alguns dias. Durante estas festas havia todas as noites *outeiro*, isto é, os mais afamados poetas *repentistas* iam para ali recitar as suas poesias, glosando os *motes*, que lhes davam as freiras ou seculares. Os poetas juntavam-se no pateo interno do convento: as cellas appareciam illuminadas, a madre abbadessa presidia solemnemente áquelle sarau poetico; eram servidos doces, vinhos finos e licores. Os outeiros mais ruidosos fôram os do convento de Odivellas, onde se reuniam os fidalgos e os poetas apaixonados. Nos outros mosteiros estas festas celebravam-se com todo o apparato. Os ultimos outeiros realisaram-se ha muitos annos, sendo os mais notaveis os que se celebraram nos conventos de Corpus-Christi, de Villa Nova de Gaia, e da Ave-Maria, do Porto. No ultimo outeiro que se effeituou n'este mosteiro, glosaram os poetas Guilherme Braga, Guerra Junqueiro, Manuel Vieira de Andrade e outros.

**Outeiro.** Pov. e freg. de Santa Maria Maior, da prov. do Minho, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 191 fog. e 669 hab. Tem esc. do sexo fem. e est post. A povoação dista 3 k. da séde do conc. Os collegios de S. Bento e de S. Jeronymo de Coimbra, apresentavam alternativamente o vigario, perpetuo, que tinha 100$000 réis de rendimento annual. A terra é fertil, tem caça, e cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e rcs. n.º 10, com a séde em Braga. || Villa e freg. de N. S.ª da Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 197 fog. e 934 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post., permutando malas com Bragança. A villa dista 1 k. da séde do conc. e está situada na chã d'um outeiro, perto da margem direita do rio Sabor. O cabido da sé de Bragança apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Tem annexa a antiga freg. de S. Miguel, de Paradinha do Outeiro, sendo o cura da apresentação d'um beneficiado da referida sé, tendo de congrua 8$000 réis e o pé d'altar. Era um antigo conc. que se supprimiu por decreto de 31 de dezembro de 1853. El-rei D. Manuel deu-lhe foral em Lisboa, a 11 de novembro de 1514. N'este foral dá-se-lhe o nome de *Outeiro de Miranda*. Na

planicie ao sopé da villa está a freg. de Quintanilha, junto d'uma ribeira, que pouco abaixo se mette no rio de *Maçans*, que, nascendo em Hespanha, divide por algumas leguas a raia entre este reino e o nosso paiz. Proximo da ribeira está a capella de *N. S.ª da Ribeira*. E' um templo vasto, antigamente muito concorrido por peregrinos e romeiros, em quasi todo o anno. Diz a a lenda que a imagem appareceu a uma pastorinha muda de nascimento, e que desde então ficou falando claramente, para annunciar este apparecimento aos povos d'estes sitios, os quaes, em vista d'este milagre, trataram logo de construir uma ermidinha. A fama dos milagres attribuidos á imagem, attrahiu logo muitos devotos, que com as suas offertas concorreram para que a ermida pouco a pouco se fôsse adornando. Suppõe-se que o apparecimento da imagem fôsse no reinado de D. Affonso III, entre os annos de 12[illegible]0 a 1270, porque em julho de 1282, quando D. Diniz casou com a rainha Santa Izabel, já havia annos, que esta capella existia. A devota rainha, vindo para Portugal, entrou por estas terras, e chegando ali viu muita gente, que lhe despertou a attenção, e soube que havia bastantes annos apparecera n'aquelle sitio uma imagem de Nossa Senhora, e que era muito milagrosa. Santa Izabel apeou-se, entrou na capella, e affeiçoou-se tanto áquella imagem que logo decidiu mandar construir lhe uma egreja mais ampla, e com capacidade para o grande numero de romeiros que n'esses tempos a'i concorriam. Chegando a Lisboa contou ao rei, seu marido, a sua intenção. D. Diniz, que tencionava tambem edificar um castello no monte sobranceiro, pela sua forte posição e por ficar na extremidade dos seus dominios, annuiu aos desejos da rainha, e mandou logo construir a fortaleza e ampliar a capella, que é a que existe ainda. Foi assim que teve principio a villa do Outeiro. Santa Izabel designou alguns rendimentos para a fabrica d'esta egreja; fôram uns foros que em varios logares da villa de Outeiro se pagavam á corôa, e depois se ficaram pagando ao cabido da sé de Miranda, que administrava a capella. Estes rendimentos haviam sido primitivamente dos monges benedictinos de Castro de Avellans. Em 1220, com autorisação de Affonso II, haviam os monges trocado esta abbadia pelas terras de *Outeiro*, onde depois se edificou a villa d'este nome, no reinado de D. Diniz. Os rendimentos ficaram pertencendo a uma commenda da ordem de Christo. O templo de N. S.ª da Ribeira é um dos melhores do bispado de Bragança, e das maiores egrejas ruraes do reino que não são matrizes de freguezia. A padroeira tambem se denomina *N. S.ª dos Prazeres*. No dia da festa realisava-se aqui uma grande feira annual, que era muito concorrida por portuguezes e hespanhoes. O clima d'esta villa é muito frio, mas saudavel, e o territorio muito fertil. Outeiro caiu em grande decadencia depois da suppressão do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. Em Outeiro ha feira no dia 14 de cada mez. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 164 fog. e 1:022 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada a 5 k. da margem direita do rio Lima. As freiras benedictinas de Vianna do Castello apresentavam o vigario, que tinha 120$000 réis de rendimento. Tinha sido primitivamente abbadia. A terra é fertil e cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 93 fog. e 497 hab. Fica distante 13 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem direita do rio Cavado. A terra é pouco fertil em cereaes, mas cria muito gado, sobretudo bovino, e nos montes tem muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Aboim, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Pedro, de Adães, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Adaúfe, conc. e distr. de Braga. || Santa Christina, de Agrella, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Paio, de Agua Longa conc. de Paredes, de Coura, distr. de Vianna do Castello; tem correio com serviço de posta rural. || Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Alcofra, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Aldeia de Joannes, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco. || S. Vicente, de Alfena, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Alvito, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Conceição, de Alvorge, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. de Caldas da Rainha, do mesmo distr. || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Anhões, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Anjos, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Antime, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Paio de Arcos, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Christina, de Arões, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Romão, de Arões, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Arreigada, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Maria, de Arrifana, conc. da Feira, distr. de Aveiro; tem caixa postal. || O Salvador, de Arvore, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Santa Eulalia, de Avelleda, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Maria, de Avelleda, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Julião,

de Badim, conc. de Monsão, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Baiões, conc de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Barca, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Barqueiros conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Barreiros, conc. da Maia, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santo André, de Barroças e Tayas, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Beiral, do Lima, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Miguel, de Beire, conc de Paredes, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Beiriz, conc. de Povoa do Varzim, do mesmo distr. || S. Pedro Fins, de Belinho, conc. de Espozende, distr. de Braga. || N. S.ª da Visitação, de Belver, conc. de Gavião, distr. de Portalegre; tem caixa post || N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. || N. S.ª da Boa Fé, de Boa Fé, conc. e distr de Evora || S. Gens, de Boelhe, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Matheus, de Botão, conc. e distr. de Coimbra. || Santa Martha, de Bouro, conc de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel distr. do Porto. || S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || S. Christovam, de Cabanas, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção, de Cabração, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr de Braga. || S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, do mesmo distr || S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr || O Salvador, de Cambezes, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto || S. Martinho, de Campo, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga || S. João Baptista, de Canellas, conc. de V. N. de Gaia, distr do Porto. || S. Mamede, de Caniçada, conc de Vieira, distr. de Braga. || S. Pedro, de Caparei ros, conc. e distr. de Vianna do Castello || Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra || S. Martinho, de Carneiro, conc de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr de Braga || S. Thiago, de Carreira conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Martinho, de Carvalhas, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Miguel, de Carvalho, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Maria, de Carvoeiro, conc. e distr de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Castellões, conc de Guimarães, distr de Braga. || O Salvador, de Castellões, conc de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Pedro e conc. de Castro Daire, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello || S. Thiago de Cepões, conc. e distr. de Vizeu. || O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || S. Pedro, de Cette, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Cezar, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Consolação, do Castello e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Chãs de Tavares, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Christello Covo, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Cidadelhe, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real || S. Martinho, de Cimbres, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || Santo André, de Codeçoso, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria || N. S.ª da Conceição, de Conceição, conc. e distr. de Faro. || Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto || Santa Christina, de Couto, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || Santa Columbia, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello || S. Martinho, de Covellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, do mesmo distr. || S. Thiago, de Creixomil conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Croca, conc. de Penafiel, distr. do Porto || S. Thiago, de Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Cunha, concelho de Paredes de Coura, districto de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Deo Christe, concelho e districto de Vianna do Castello. || S. Domingos, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Donim, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Duas Egrejas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo André, de Escariz, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Escariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Escariz, do mesmo conc. e distr || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. || S. Mamede, de Este, do mesmo conc. e distr || S. Pedro, de Este, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria, de Estella, conc. de Povoa do Varzim, distr. do Porto. || S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, distr. de Braga || Ilha das Flôres; N. S.ª dos Remedios, de Fajãsinha, conc. de Lagens das Flôres, distr. de Horta. || O Salvador, de Fanzeres, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Santa Maria, de Faria, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Luz, de Farminhão, conc. e distr de Vizeu. || S. Domingos, de Favaios, conc. de Alijó, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Ferreiros, conc. do Amares, distr. de Braga. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr do Porto || S. Thiago, de Figueiró, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel de Fontoura, conc. de Valença, do mesmo distr. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Martinho, de Fornellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Fornos, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto. || S. Pelagio de Fornos, conc. de Castello

de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || O Salvador, de Freamunde, conc de Paços de Ferreira, distr. do Porto || Santa Maria, de Freiriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante, distr do Porto. || Santa Maria, de Frende, conc. de Baião, do mesmo distr || Santo André, de Friaudes. conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Mamede de Friéstas, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Gagos, conc de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Gallegos, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || O Salvador, de Gallegos, conc de Penafiel, distr. do Porto. || S. Martinho, de Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santos Cosme e Damião. de Garfe. conc de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santos Cosme e Damião, de Germunde, conc. da Maia distr. do Porto. || Santo Estevão, de Geraz de Minho conc de Povoa de Lanhoso, distr de Braga. || Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santo André. de Gião, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || Santa Eulalia, de Godinhaços, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr de Coimbra. || Santa Maria, de Goios, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Mamede, de Gomide, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Miguel, de Gonça, conc de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Guidões, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Mamede, de Guizande, conc. da Feira, distr. d'Aveiro. || Santa Maria, de Gulpilhares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Egreja Nova, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr de Braga. || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João de Rei, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João de Ver, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S Thiago, de Labruje, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr || S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr de Braga. || Santa Maria, de Lalim, conc de Lamego, distr. de Vizeu || Santa Maria, de Landim, conc de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S Thomé, de Lanhas, conc. de Villa Verde, do mesmo distr || Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello || Santa Eulalia, de Lara, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S. Miguel, de Laundos, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto; tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Conceição de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Leça, do Bailio. conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Miguel, de Licéa conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga || S João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr de Vianna do Castello. || O Salvador, de Lordello, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Christovão, de Louredo, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, do mesmo distr || O Salvador, de Louredo, conc de Povoa de Lanhoso, districto de Braga. || S João Baptista, de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Ilha Graciosa; N. S.ª da Luz, de Luz-Sul, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo || S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, distr do Porto. || S. Verissimo, de Luzio, conc. de Monsão, districto de Vianna do Castello. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Pedro. de Maceda, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, do mesmo distr. || Santa Leocadia, de Macieira da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc de Barcellos. distr. de Braga. || Ilha do Pico; Santa Maria Magdalena e conc. de Magdalena, distr. de Horta. || Santa Christina, de Malta, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Pedro, de Manique do Intendente, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || S. Miguel de Marinhas, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. Miguel, de Mertinxel, concelho de Abrantes, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Maurelles, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo districto. || S. Miguel, de Messegães, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Midões, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. João Evangelista, de Mindello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Bartholomeu, de Monte Redondo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, districto de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, do mesmo distr. || Santa Maria, de Moreira do Castello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, distr. do Porto || O Salvador, de Navaes, conc. de Povoa de Varzim, do mesmo distr || S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Christina, de Nogueira, conc. de Louzada, distr. do Porto || S. Thiago, de Nogueira, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr de Vianna do Castello || Santa Eulalia, de Oliveira, conc. de Barcellos, distr de Braga. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real || S. Paio, de Oliveira, conc. de Amarante, distr do Porto. || S. Pedro, de Oliveira, conc. e distr. de Braga || S. Thiago, de Oliveira, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr || Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, distr. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Outiz, conc. de

V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Maria, de Ovelha do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Ovil, conc. de Baião, do mesmo distr. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Julião, de Paços, conc e distr. de Braga. || Santa Maria, de Paços, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia e conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. || Santa Christina, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Padreiro, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª das Neves, de Padroso, do mesmo conc e distr. || N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || Santo André, de Palme, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga. || S. Jorge, de Paradança, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real || O Salvador, de Pedralva, conc. e distr. de Braga. || Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Ilha de Santa Maria; S. Pedro, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Martinho e conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Penascaes, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Annunciação, de Pepim, conc. de Castro Daire, do mesmo distr. || S. Paio, de Perelhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Perozello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Christovão, de Pico, de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, de Porreiras, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Portella, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Portella, conc de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador, de Portella Suzã, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Paio, de Pousada, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Priscos, conc. e distr. de Braga. || S. Thomé, de Prozello, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Ramalde, 2.º bairro do Porto. || S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. João, de Reboreda, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello || Santa Maria, de Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Christovão, de Refojos de Riba de Ave, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Regueira de Pontes, conc. e distr. de Leiria. || S. Pedro, de Reimonda, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || O Salvador, de Rezende, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago de Riba d'Ul, conc. de Oliveira d'Azemeis, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima. distr. de Vianna do Castello. || S. Matheus, de Ribeira, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu || S. Mamede, de Riheirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Ilha do Pico; Santa Barbara, de Ribeiras, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S Miguel, de Rio de Gallinhas, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto. || S Thiago, de Rio Meão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, do mesmo distr. || S. Miguel de Rio Torto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Romão de Arégos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S Miguel, de Roriz, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || O Salvador, de Ruivães, conc. de V. N de Famalicão, do mesmo distr. || O Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Sanguedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Segunde, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Serôa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco || S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Miguel de Serzedo, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Silveiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto. || Santa Maria, de Sobradello da Gôma, conc. da Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Pedro, de Sobreira, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga. || Santo Adrião, de Soutello, conc. de Vieira, distr. de Braga. || O Salvador, de Souto, conc. de Terras do Bouro, do mesmo distr || N. S.ª da Espectação, de Souzella, conc. de Louzada, distr do Porto || Santo Adrião, de Sul, conc de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Maria Maior e conc. de Táboa, distr de Coimbra || S. Julião de Taboaças, conc de Vieira, distr. de Braga. || S. Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Tellões, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || O Salvador, de Tonda, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

|| Santa Clara, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Lourenço, de Touvedo, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Travauca, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Leocadia, de Travancas, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Travassos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thomé, de Travassós, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Trute, conc. de Mousão, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Vade, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || N. S.ª da Espectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Martinho, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Vallongo, concelho de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Saturuino, de Vallongo, conc. de Aviz, distr. de Portalegre. || S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Veiros, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Verissimo, conc. de Amarante, districto do Porto. || S. Faustino, de Viariz, conc. de Baião, do mesmo distr. || S. Vicente de Pereira Jusã, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santo Audré, de Victorino dos Piães, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Vide, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Villa Cahiz, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Villa Chã, conc. de Espozende, distr. de Braga. || S. Mamede, de Villa Chã, conc. de Villa do Coude, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Villa Chã do Marão, concelho de Amarante, do mesmo distr. || Santa Maria, de Villa Cova, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Evangelista, de Villa Cova de Carros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Villa Cova-a Coelheira, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. || Santa Comba, de Villa Fonche, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Villa Mou, conc. e distr. de Vianna do Castello || N. S.ª da Piedade e conc. de Ourem, distr. de Santarem. || Santa Maria, de V. N. de Sande, concelho de Guimarães, distr. de Braga. || Ilha Terceira; Santa Cruz e conc. da Villa da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo. || S. Mamede, de Villa Verde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Cecilia, de Villaça, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Villar, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Villar, conc. de Terras de Bouro, districto de Braga. || Santo Estevão, de Villar das Almas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Villar do Paraizo, concelho de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Faustino, de Vizella, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Maria de Monsaraz, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora. || Ilha do Corvo; N. S.ª dos Milagres e conc. do Corvo, distr. de Horta. || S. Pedro, de Povolide, concelho e distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem. || S. Romão, de Cabeça, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || N. S.ª d'Annunciação, de Espariz, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || S. João da Boa Vista, de Oliveira de Fazemão, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Conceição, de Paio de Pelle, conc de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, do mesmo distr. || Santo Antonio, de Salir dos Mattos, conc. das Caldas da Rainha, districto de Leiria. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Pov. que dá o nome a uma est. do caminho de ferro da linha de Oeste, entre as de Ramalhal e Bombarral. || Pov. que dá o nome a uma est. do caminho de ferro da linha Sul e Sueste, entre o apeadeiro de Reprezas e a est. de Figueirinha,

**Outeiro d'Além**. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto || N. S.ª do Bom Despacho, de Recarei, do mesmo conc. e districto.

**Outeiro de Alferrarede** Pov. na freg. e conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

**Outeiro do Alho.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

**Outeiro das Almas**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

**Outeiro d'Alportel**. Pov. na freg. de S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro.

**Outeiro Alto**. Povoações nas freguezias: S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Thomé, de Estorãos, do mesmo conc. e distr. || S. Faustino. de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thirso, do mesmo districto.

**Outeiro dos Altos.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, districto de Vizeu.

**Outeiro da Amendoeira**. Pov. na freg. de S. Romão, de Villa Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Outeiro d'Amores**. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Esperança, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

**Outeiro de Anços.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, concelho de Pombal, distr. de Leiria.

**Outeiro de Anreade**. Pov. na freg. de S Miguel, de Anreade, conc. de Rezeude, districto de Vizeu.

**Outeiro de Arranhó**. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

**Outeiro de Avellal.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Decermillo, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

**Outeiro Bairo** Povoação na freg. de S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga.

**Outeiro do Bairro.** Pov. na freg. de S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Outeiro de Baixo.** Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Alheira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Borbella, concelho e distr. de Villa Real. || Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Natividade, de Dardavaz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, do mesmo distr. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || O Salvador de Lemenhe, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || Santa Lucrecia, de Louro, concelho de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção, de Rochoso, conc. e distr. da Guarda. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Villa do Souto, conc. e distr. de Vizeu. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto.

**Outeiro da Bandeira.** Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, concelho de Estarreja, distr. de Aveiro.

**Outeiro das Barracas.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Marrazes, conc. e distr. de Leiria.

**Outeiro da Barranca.** Ilha do Pico; pov. na freg. de Santa Luzia, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta.

**Outeiro da Barreira.** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

**Outeiro das Barreiras.** Pov. na freg. de S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, districto do Porto.

**Outeiro da Bella.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto.

**Outeiro de Bera.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Almedaguez, conc. e distr. de Coimbra.

**Outeiro Bom.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Outeiro de Botão.** Pov. na freg. de S. Matheus, de Botão, conc. e distr. de Coimbra.

**Outeiro das Brancas.** Pov. da freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria.

**Outeiro de Cabanes.** Pov. na freg. de S. Braz, Romeira, conc. e distr. de Santarem.

**Outeiro do Cabo.** Pov na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

**Outeiro da Caia.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre.

**Outeiro das Caldellas.** Pov. na freg. de S. Christovão, de Carangueijeira, conc. e distr. de Leiria.

**Outeiro de Campello.** Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

**Outeiro de Cancellas** Pov. na freg. de S. Cosme, de Besteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto.

**Outeiro do Carvalhal.** Povoações nas freguezias: Santo Eustaquio, de Alpiarça, conc. de Almeirim, distr. de Santarem. || S. Christovão, de Rio Mau, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

**Outeiro do Carvalho.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr de Villa Real.

**Outeiro do Casal.** Pov. na freg. de Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, districto de Braga.

**Outeiro de Cassurrães.** Pov. na freg. de S. Thiago de Cassurrães, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

**Outeiro da Castanheira.** Pov. na freg. de S. Julião, de Mourouho, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

**Outeiro de Ceiça.** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ceiça, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

**Outeiro de Cella.** Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Louredo, conc. de Vieira, distr. de Braga.

**Outeiro de Cellas.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto.

**Outeiro da Cerca.** Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, districto de Lisboa.

**Outeiro da Cerva.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Monte Real, conc. e distr de Leiria.

**Outeiro da Cheira.** Pov. na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Outeiro de Cima.** Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || N. S.ª da Natividade, de Dardavaz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santo André, de Ferreira de Aves, conc. de Sattam, do mesmo distr. || O Salvador, de Lemenhe, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, distr de Braga. || O Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || N S.ª d'Assumpção, de Rochoso, conc. e distr. da Guarda. || S. Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Mamede. de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Villar de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, do mesmo districto.

**Outeiro Cimeiro.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Visitação, de Belver, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. || S. Sebastião, de Meiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

**Outeiro Coelho.** Pov. na freg de S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

**Outeiro das Colhéres.** Pov. na freg. de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

**Outeiro das Colmeias.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

**Outeiro da Commenda.** Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

**Outeiro da Condessa.** Pov. da freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e districto de Coimbra

**Outeiro de Cordeira.** Pov. na freg de Santa Catharina, de Quintos, conc. e districto de Beja.

**Outeiro de Cortes**. Pov. na freg. de S. Salvador, de Mazedo, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Outeiro da Cortiçada.** Pov. e freg. de Nossa Senhora da Ribeira, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Rio Maior, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa, 158 fog. e 667 hab. Tem esc. do sexo masc. e est post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada na margem direita da Ribeira das Alcobertas. A terra é fertil, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa.

**Outeiro da Corujeira**. Pov. na freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e districto de Coimbra.

**Outeiro do Coval.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, districto de Aveiro.

**Outeiro do Crasto.** Povoações nas freguezias: Santo André de Poiares, distr. de Poiares, conc. de Coimbra. || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

**Outeiro da Cruz**. Pov. na freg. de S. Thiago de Litem, conc. do Pombal, distr. de Leiria. || Ilha de S. Jorge; N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

**Outeiro das Cruzes.** Pov. na freg. de S. Martinho do Bispo, concelho e districto de Coimbra.

**Outeiro das Doidas.** Pov. na freg. de S. Lourenço, de Arranhó, conc. de Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa.

**Outeiro da Egreja.** Pov. na freg. de S. Paio, de Villar de Figos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Outeiro d'Eiriz.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Parada de Esther, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

**Outeiro do Enxertado.** Pov. na freg. de S. Salvador e concelho de Rezende, districto de Vizeu.

**Outeiro de Frmezinde.** Pov. na freg. de S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

**Outeiro do Espada.** Pov. na freg. de N. S.ª da Boa Fé, de Boa Fé, conc. e districto de Evora.

**Outeiro do Espinho.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Espinho, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

**Outeiro de Fagilde.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Fornos de Maceira Dão, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

**Outeiro do Falcão** (*Herdade do*). Na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Vidigão, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

**Outeiro Ferro.** Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Trute, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Outeiro da Figueira**. Pov. na freguezia de S. Christovão, de Rio Mau, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

**Outeiro do Fogo**. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

**Outeiro da Fonte.** Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Carvide, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Ilha Terceira; S. Pedro, de Ribeirinha, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || S. Martinho, de Seidões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Outeiro da Fonte de Fataunços.** Pov. na freg. de S. Carlos Borromeu, de Fataunços, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

**Outeiro de Fóra.** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pernes, conc. e distr. de Santarem.

**Outeiro da Forca.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Assumpção, sé, conc. e distr. de Portalegre. || S. Cypriano e conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

**Outeiro do Forno.** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

**Outeiro da Frazoeira.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

**Outeiro do Freixo.** Pov. na freg do Salvador, de Serrazes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Outeiro Fundeiro**. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

**Outeiro da Gallega.** Pov. na freg. de S. Bartholomeu, do Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Outeiro de Gallegas.** Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Outeiro de Gallegos**. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

**Outeiro dos Gameiros**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

**Outeiro da Gandra** Pov na freg. de S. Thiago, de Marrazes, conc. e distr. de Leiria.

**Outeiro de Gatos.** Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Mêda, distr. da Guarda, bisp de Lamego; 193 fog. e 705 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. O abbade da freg. da Casteição apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, cria muito gado, e tem muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

**Outeiro Grande.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Assentiz, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Outeiro do Grillo.** Ilha do Pico; pov. na freg. de S. Sebastião, de Calheta de Nesquim, conc. de Lagens do Pico, distr. da Horta.

**Outeiro da Guerreira**. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

**Outeiro Juzão.** Aldeia da freg. de N. S.ª da Expectação, de Samaiões, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. Foi freg. independente, mas está unida á de Samaiões, desde o meado do seculo XVII. A pov. é muito antiga, e parece ter sido habitada no tempo dos romanos. Viveu aqui uma familia patricia, denominada dos Claudios Flavios. No seculo XVII appareceu n'esta pov. um eippo com uma inscripção romana, cuja traducção é a seguinte: «Aqui jaz Daphno, liberto (escravo fôrro) dos herdeiros de Claudio Flavio. A terra lhe seja leve. Sinetheo, seu companhei-

ro, fez esta sepultura para elle e para si.» Numa quinta aqui existente e n'algumas propriedades visinhas, tem-se encontrado por varias vezes lageados, cantaria, alicerces de pedra lavrada, grandes tijolos, ladrilhos de diversos feitios, e restos de sumptuosos edificios. Na aldeia da Granjinha, aqui perto, tambem por vezes se tem descoberto ruinas de edificios romanos e capiteis de columnas de jaspe, troços de estatuas e outros objectos. Nas aldeias de Santo Estevão e das Eiras, que são juntas de Outeiro Juzão, existem tambem ruinas de edificios romanos.

**Outeiro das Lages.** Pov. na freg. de S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

**Outeiro de Lamas e Souto.** Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cantelães, conc. de Vieira, distr. de Braga.

**Outeiro da Lameiria.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria.

**Outeiro Levado.** Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

**Outeiro da Linha.** Pov. na freg de Santo Estevão, de Vinhós, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Outeiro de Linhaça.** Pov. na freg. do Salvador, de Serrazes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu

**Outeiro de Lobos.** Pov. na freg. de S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

**Outeiro Longo.** Povoações nas freguezias: S. Matheus, de Friumes, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Clemente, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª da Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o Velho, distr. de Coimbra.

**Outeiro de Louredo.** Pov. na freguezia de S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Outeiro da Louza.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Pombeiro de Riba Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

**Outeiro de Maceira Dão.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Fornos de Maceira Dão, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

**Outeiro Maior.** Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de V. do Conde, distr. do Porto; arceb. de Braga; 60 fog. e 291 hab. As freiras benedictinas, de Vianna do Castello, apresentavam o vigario, que tinha 120$000 réis de rendimento annual. Pertence á 3.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Serra do distr. de Vianna do Castello. Está situada a E dos Arcos de Valle-de-Vez, e é uma ramificação da serra de Peneda, na direcção de ENE a OSO. Tem 10 k. de comprimento, 5 de largura e 481 m. d'altura.

**Outeiro do Marco.** Pov. na freg. de Santo Aleixo, de Beco, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

**Outeiro da Marinha.** Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, do mesmo districto.

**Outeiro da Martingança.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Outeiro Martinho.** Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Outeiro da Matta.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Outeiro das Mattas.** Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

**Outeiro Mau.** Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Revelhe, concelho de Fafe, districto de Braga.

**Outeiro Meão.** Povoações nas freguezias. Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

**Outeiro de Medas.** Pov. na freg. de Santo Isidoro, de Sanche, conc de Amarante, distr. do Porto.

**Outeiro de Melhas.** Pov. na freg. do Salvador, de Novellas, conc. de Penafiel, districto do Porto.

**Outeiro da Mô.** Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

**Outeiro de Mogo.** Pov. na freg. de S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

**Outeiro do Moinho.** Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Aboim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Assumpção, de Ul, conc. de Oliveira d'Azemeis, do mesmo districto.

**Outeiro dos Moinhos.** Povoações nas freguezias: O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Outeiro da Moira.** Pov. na freg. de N. S.ª Conceição, de Verride, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

**Outeiro de Moiro.** Pov. na freg. de S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

**Outeiro de Moiros.** Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Chave, conc. de Arouca, districto de Aveiro.

**Outeiro da Monica.** Pov. na freg. de Santo Eustaquio, de Alpiarça, conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

**Outeiro Montinho.** Pov. na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

**Outeiro de Mourel.** Pov. na freg. de S. Thiago, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Outeiro de Negreiros** *(Casal do)*. Na freg. de S. Pedro, de Travanca de Lagos, concelho de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

**Outeiro da Neta.** Pov. na freg. de S. Mamede, de Canellas, concelho de Penafiel, distr. do Porto.

**Outeiro Oco.** Pov. na freg. de Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga

**Outeiro d'Oleiros.** Pov. na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Outeiro de Olo.** Pov. na freg. de Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Outeiro das Ouriolias.** Pov. e freguezia de S. Bartholomeu, da prov. do Alemtejo. V. *S. Bartholomeu do Outeiro.*

**Outeiro de Oriz.** Pov. na freg. dos Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

**Outeiro de Pacheco.** Pov. na freguezia de S. Thiago e conc. de Almada, distr. de Lisboa.

**Outeiro Paço.** Pov. na freg. de Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, districto do Porto.

**Outeiro do Paço.** Pov. na freg. de S. Julião, de Serrafão, conc. de Fafe, districto de Braga.

**Outeiro de Pai Moiro.** Pov. na freg. de S. Mathens, de Junceira, concelho de Thomar, distr. de Santarem.

**Outeiro do Pampilhal.** Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache de Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

**Outeiro de Paredes.** Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

**Outeiro de Paus.** Pov. na freg. de Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

**Outeiro da Paiã.** Pov. na freg. de S. Lourenço, de Carnide, 3.º bairro de Lisboa.

**Outeiro de Peneda.** Pov. na freg. de S. Martinho dos Moinhos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Outeiro Pequeno.** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Assentiz, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

**Outeiro de Pera.** Pov. na freg. do Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

**Outeiro de Pernes.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Pernes, conc. e distr. de Santarem. || S. Vicente do Paul, do mesmo conc e districto.

**Outeiro de Pindo.** Pov. na freg. de S. Martinho, de Pindo, do conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

**Outeiro do Pinheiro.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Vil de Souto, conc. e distr. de Vizeu Tem correio com serviço de posta rural.

**Outeiro da Pitaranha.** Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Marvão, districto de Portalegre.

**Outeiro de Polima.** Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

**Outeiro das Pombas.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora.

**Outeiro da Ponte.** Pov. e freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

**Outeiro da Pernancha.** Pov. na freg. de Santo Eustaquio, de Alpiarça, conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

**Outeiro do Porto.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

**Outeiro das Quintas.** Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, de Milagres, conc. e distr. de Leiria.

**Outeiro da Rainha.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Outeiro da Ramalhosa.** Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

**Outeiro do Rato.** Pov. na freg. de Santo Eustaquio, de Alpiarça, conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

**Outeiro de Recarei.** Pov. na freg. de N. S.ª do Bom Despacho, de Recarei, conc. de Paredes, distr. do Porto.

**Outeiro de Rei.** Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

**Outeiro de Ribafeita.** Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Ribafeita, conc. e distr. de Vizeu.

**Outeiro da Ribeira.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Boa Fé, de Boa Fé, conc. e distr. de Evora. || S. Mamede, de Sandiães, concelho de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello.

**Outeiro da Ribeirada.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Outeiro do Rio.** Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

**Outeiro da Roupa.** Pov na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Sobral d'Abelheira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

**Outeiro de Sà.** Pov. na freg. de S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

**Outeiro de Samarim.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

**Outeiro de Santa Clara** *(Herdade do).* Na freg. de S. Pedro, de Gafanhocira, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

**Outeiro de Santo Antonio.** Pov. na freg. de Santo Antonio, de Vendas Novas, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

**Outeiro de S. Lourenço** Pov. na freg. de S. Geraldo, conc. de Montemór o-Novo, districto de Evora.

**Outeiro de S. Saturnino.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de Leiria.

**Outeiro de S. Sebastião.** Pov. na freg. da Graça, de Povoa do Concelho, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

**Outeiro Secco.** Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 135 fog. e 514 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem dircita do rio Tamega. A camara ecclesiastica da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 70$000. Entre esta pov. e a de Villa Meã, n'um sitio chamado Lagares, teem apparecido vestigios de edificios romanos; perto d'aqui existiam profundas e largas escavações, que, segundo a constante tradição, fôram minas de ouro e prata, lavradas pelos romanos. A grande abundancia d'estes dois metaes attrahiram para estes sitios grande concorrencia de povo romano, e por isso, ainda por estes arredores, n'uma vasta area, se encontravam ha perto de 40 annos vestigios de edificações antiquissimas. Junto ao referido logar de Lagares, na propriedade d'um lavrador, se encontrou em 1721 grande quantidade de moedas romanas de

diversos imperadores. Anteriormente, já o mesmo lavrador havia achado no mencionado local vinte e tantos marcos de medalhas, tambem romanas, que venden a um ourives. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. na freg. de Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

**Outeiro da Serviçaria.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

**Outeiro do Soeiro.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

**Outeiro da Telha.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizen.

**Outeiro do Fine.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto, para onde passou por decreto de 13 de janeiro de 1898, que a desannexou da freg. de Valbom, conc. de Gondomar, a que pertencia.

**Outeiro do Fojo.** Pov na freg do Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

**Outeiro da Ucha.** Pov. na freg. de S. Christovão, de Cabanas, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizen.

**Outeiro da Urra.** Pov. na freguezia de S. Thiago, de Urra, concelho e distr. de Portalegre.

**Outeiro do Valle.** Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de S. Sebastião, de Ginetes, conc. e distr. de Ponta Delgada.

**Outeiro da Varziella.** Pov. na freg. de Santo Estevão, de Penso, concelho e distr. de Braga.

**Outeiro de Vegide.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

**Outeiro de Velhas.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Pinheiro, concelho de Penafiel, distr. do Porto.

**Outeiro Velho.** Pov. na freg. de S. Cypriano, de Refontoura, concelho de Felgueiras, distr. do Porto.

**Outeiro dos Velhos.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Outeiro de Vide.** Pov. na freg. de Santa Martha, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Outeiro do Vidigal.** Pov. na freguezia de N. S.ª do Rosario, de Parceiros, conc. e districto de Leiria.

**Outeiro dos Viegas.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja.

**Outeiro da Villa.** Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || S. Paio, de Seramil, concelho de Amares, distr. de Braga. || S. Christovão, de Refoios de Riba de Ave, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

**Outeiro da Vinha.** Povoações nas freguezias. N. S.ª do Rosario, de Alvoco da Serra, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria. | Santo Estevão, de Vinhós, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Outeiro de Vinho.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Outeiro da Zibreira.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

**Outeiro.** Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Mousul, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de Villa Cova, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Outeiros.** Povoações nas freguezias: Nossa Senhora da Graça, de Aguas Bellas, concelho de Ferreira do Zezere, districto de Santarem. || S. Miguel, de Bairrio, concelho de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cardiellos, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Ordem, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || O Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santos Cosme e Damião, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Varzea, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

**Outido.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Outil.** Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. do Douro, conc. e com. de Cantanhede, distr. e bispado de Coimbra; 203 fog. e 817 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do concelho e está situada n'um pequeno monte. Os viscondes d'Asseca apresentavam o prior, que tinha 200$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e foi couto com justiças, antoridades e os respectivos empregados. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Evora, a 20 de dezembro de 1519. Em Outil ha boas pedreiras de cantaria, de que se extrae pedra em grande quantidade para obras d'arte. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Vianna do Castello.

**Outinho.** Pov. na freg. de S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Outiz.** E' appellido nobre, proveniente da freguezia d'este nome, onde esta familia tinha o seu solar. *(V. o artigo seguinte).* As suas armas são: Em campo de ouro, seis rodellas de púrpura, em duas palas, elmo d'aço aberto; e por timbre uma cabeça de serpe, de ouro, com uma das rodellas das armas na testa.

**Outiz.** Pov. e freg de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 52 fog. e 351 hab. A pov. dista 4 k. da séde do conc. Tem est. do caminho de ferro, na linha do Porto á Povoa e Famalicão, entre as de Gondifellos e Famalicão. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. O abbade de S. Pedro, de Esmeriz, apresentava o vigario, que tinha 8$000 de congrua e o pé d'altar. N'esta freguezia está a torre onde viveu Nuno Pires de Outiz e seu filho Gomes Nunes de Outiz. Este solar passou depois a Pantaleão de Sá e Mello.

**Outoreça.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Ovil, conc. de Baião, distr. do Porto.

**Outoreila.** Pov. na freg. de S. Romão, de

Carnaxide, concelho de Oeiras, districto de Lisboa. Fica entre Carnaxide e a Portella.

**Outozêllo.** Pov. na freguezia de S. Mamede, de Cepães, concelho de Fafe, districto de Braga.

**Outrella.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Perozello, concelho de Penafiel, districto do Porto.

**Outrello.** Povoações nas freguezias : Santa Eulalia, de Vinha de Punhe, conc. e districto de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, do mesmo districto.

**Outro lado da Ponte.** Logar na freg. de Santa Maria, de Forjães, conc. de Espozende, distr. de Braga.

**Outro Monte.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

**Outundada.** Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Ouveais** Pov. na freguezia de S. Martinho do Bispo, concelho e districto de Coimbra.

**Ouveença** ou **Ouvença.** Termo antigo designando um officina destinada para os usos particulares d'uma casa. Em 1372 queixaram-se os prelados de Entre Douro e Minho ao rei D. Fernando I, porque os fidalgos, não querendo pousar nos paços e hospedarias, como costumavam, iam comer aos mosteiros, as suas *comeduras Vam pousar nas Clastas e Cameras dos Prelados, e nas Ouveenças dos Conventos, com seus cavallos e com as mulheres do segre* (meretrizes) *e com outras companhas.*(Documento de Alpendurada, de 1372). V. *Ovençal.*

**Ouvidor.** Juiz nomeado especialmente para funccionar junto de algum ministerio ou tribunal.

**Ouvidor** *(Quinta do).* Na freg. de S. João Baptista, de Palma, conc. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

**Ouvim.** Pov. na freg. de S. Paio, de Besteiros, conc. de Amares, distr. de Braga.

**Ouvinho.** Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, districto de Braga.

**Ouvinho de Cima.** Pov na freg. de Santa Leocadia, de Besteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Ouzão.** Pov. na freg. de S. Salvador, de Gandra, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello.

**Ouzarem.** Pov. na freg. de Santa Olaia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

**Ouzenda.** Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

**Ouzende.** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Ventosa, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

**Ovados.** Pov. e freg. de S. Pelagio, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Rezende, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 275 fog. e 1:055 habitantes. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na encosta da serra de Montemuro. A mitra apresentava o reitor, que tinha 600$000 réis de rendimento. E' terra muito fertil; tem bom vinho e bastante caça; cria bom gado. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9 com a séde em Lamego.

**Ovadas de Cima.** Pov. na freg. de S. Pelagio, de Ovadas, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Ovar** *(Antonio da Costa e Silva, 1.º barão e 1.º visconde de).* Par do reino, ministro de Estado honorario, tenente general, commandante geral d'artilharia, commendador das ordens de N. S.ª da Conceição e d'Aviz; official da da Torre e Espada, condecorado com as medalhas britanicas de Nivelle e Orthez, etc. N. em Ovar a 25 de dezembro de 1782, fal. em Lisboa a 8 de julho de 1856. Era filho de José da Costa e Silva e de D. Leandra Pereira Ramos, proprietarios n'aquella villa. Seus paes o destinavam á advocacia, e o mandaram matricular se na Universidade de Coimbra no mez de outubro de 1798, para seguir o curso de Leis. Contava então 16 annos, ainda incompletos. Conhecendo, porém, dentro em pouco, que não tinha vocação para a advocacia, deixou a Universidade, e resolvendo seguir a carreira das armas foi assentar praça a 10 de setembro de 1801 no regimento de artilharia da côrte, que mais tarde passou a chamar-se 1.º regimento de artilharia. Dedicando-se então aos estudos n'essa epoca marcados para os officiaes d'aquella arma, a elles se applicou com tanto ardor e com tanto proveito, que não hesitou em profissionar conjuntamente a grammatica portugueza no Collegio Militar, que estava no seu começo, destinado aos filhos dos officiaes do regimento, por diligencias do coronel Antonio Teixeira Rebello, que muito se lhe affeiçoou. Em 1805 foi despachado 2.º tenente por opposição, sendo promovido a 1.º tenente em julho de 1807. Mezes depois as tropas francezas commandadas pelo general Junot, invadiam Portugal, e o nosso exercito era dissolvido. Costa e Silva passou então alguns mezes em sua casa, mas rebentando logo no anno seguinte a revolução contra o dominio estrangeiro, foi elle um dos primeiros a correr em defeza da patria. Em dezembro de 1808 marchou para Abrantes, d'onde passou a Thomar a reunir-se ao exercito denominado *d'Entre Tejo e Mondego*, e competiu lhe commandar a primeira artilharia que d'este exercito marchou para a frente, a juntar-se em Figueiró dos Vinhos ao batalhão de granadeiros da Extremadura, com o qual devia operar contra os francezes. Tendo este batalhão, por intrigas e manejos do inimigo, tomado armas contra os seus officiaes, foi o joven tenente d'artilharia quem conseguiu fazer voltar os soldados ao seu dever e suffocar a insubordinação. Passando depois a administrar em Thomar o deposito geral das munições de guerra do exercito, exercu essa commissão até ao verão de 1809, anno em que foi mandado para a segunda bateria de reserva, que fazia parte do exercito commandado por Beresford. Com este general entrou em Hespanha no mez de agosto do referido anno de 1809, e até ao fim da guerra peninsular esteve sempre em algumas das suas divisões e operações. Na batalha do Bussaco, em 1810, commandou aquella bateria, e com ella se encontrou nas de Vitoria, Nivelle e Nive, em 1813. Nas de Orthez e Tolosa esteve em 1814, commandando uma bateria de montanha. Assistiu aos combates de Hallet e Aire, ao bloqueio de Almeida em 1811 e aos sitios de Ciudad Rodrigo, onde foi ferido, e ao de S. Sebastião de Biscaia. Na ordem do dia teve

um elogio pela fórma como se portára; em novembro de 1813 foi promovido a capitão graduado pelos serviços prestados nas campanhas anteriores. Um anno depois, quando o seu regimento regressou de França com o exercito portuguez em agosto de 1814, foi-lhe dada a effectividade do posto de capitão, indo servir no regimento de artilharia aquartelado em Faro. Em 1815, quando Napoleão se evadiu da ilha d'Elba e entrou em França, as nações européas prepararam-se para a guerra, e em Portugal se organisou um exercito juntamente com outro inglez, que deveria dirigir-se á Belgica, sendo Costa e Silva encarregado do commando d'uma das baterias de artilharia, mas a derrota de Waterloo fez com que o exercito expedicionario se dissolvesse, e o joven capitão, em maio de 1815, voltou com o seu regimento para o quartel de Faro, e ali permaneceu até que, depois da revolução de 1820, foi escolhido para vir a Lisboa, em nome de toda a força militar do Algarve, cumprimentar a Junta Suprema do Governo do Reino. A sua antiguidade deu-lhe accesso em 22 de junho de 1821 á graduação de major, ficando effectivo n'esse posto em 26 de fevereiro de 1826, indo servir no 4.º regimento de artilharia, aquartelado no Porto. O marquez de Chaves havia-se revoltado, e o governador da provincia, o general Stubbs, mais tarde visconde de Villa Nova de Gaia, nomeou o major Costa Silva commandante da força de artilharia, que marchou contra os revoltosos. N'essa campanha entrou no combate da ponte de Amarante, no que se realisou com a divisão do marquez de Angeja entre Mesão Frio e a Regoa, e no da ponte do Prado, junto a Braga em 1827. Quando em 16 de maio de 1828 rebentou no Porto a revolução contra o infante D. Miguel, annuiu com o seu regimento, e fez parte do conselho militar que se organisou, sendo encarregado do commando superior de artilharia de campanha entrou nas acções de Morouços e da ponte do Vouga. Esta heroica revolução não progrediu, porque o governo provisorio, os generaes e alguns commandantes de corpos abandonaram no dia 2 de julho o exercito na sua retaguarda, achando se elle ainda na margem esquerda do rio Douro, ficando o exercito em pessima situação, faltando-lhe um chefe que o commandasse. Era para recear que os soldados, sabendo da fuga dos principaes chefes, debandassem, abandonando os officiaes á vingança do inimigo, ou commettessem algum acto mais iniquo, para se justificarem com os partidarios absolutistas. N'esta critica circumstancia, o major commandante d'artilharia Costa e Silva, prevendo aquelle triste desfecho, procurou o coronel de infantaria n.º 18, Henrique da Silva, depois visconde d'Alcobaça e que n'essa occasião era o official mais graduado que existia ali, e expondo-lhe a desgraçada posição em que estavam expostos, o aconselhou a ordenar immediatamente que o exercito passasse para a margem direita n'aquella mesma noite, 2 para 3 de julho, e antes de amanhecer estivesse no Porto, e mandando-o cortar a ponte, seguisse para Galliza, unico meio de salvar tanta gente compromettida. O conselho foi adoptado, o brigadeiro Quevedo Pizarro tomou o commando de toda a força, seguindo se depois a retirada para Galliza, tendo no caminho de sustentar um combate com algumas guerrilhas junto a Braga. Da Galliza passou Costa e Silva á Inglaterra com os outros emigrados, mas pouco se demorou, porque em janeiro de 1829 embarcou em Plymouth com a expedição destinada para a ilha Terceira, commandada pelo general Saldanha. A opposição que a esquadra fez ao desembarque obrigou a expedição a ir aportar a Brest. Em junho d'esse anno renovou-se a tentativa. D'esta vez foi seu commandante o conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, que no dia 22, correndo grave risco de serem aprisionados pela esquadra de D. Miguel, conseguiu chegar ás praias d'aquella ilha. Entre esses bravos contava-se Costa e Silva, que foi logo escolhido para commandar o batalhão d'artilharia, que se formou ali, que instruiu e disciplinou. Assistiu á batalha da Villa da Praia em 11 de agosto do mesmo anno de 1829, commandando uma columna, e na primavera de 1832 passou á ilha de S. Miguel com o batalhão do seu commando, para fazer parte do exercito libertador que embarcou em 1 de julho, vindo desembarcar nas praias do Mindello em 8 do mesmo mez. Assistiu a toda a defeza das linhas do Porto; entrou no combate de Vallongo no dia 22 de julho de 1833, na batalha de Ponte Ferreira no dia 23, em que ficou ferido, ganhando pela sua bravura o grau de official da ordem da Torre e Espada; em 6 de agosto seguinte foi promovido a tenente-coronel, e em 21 de novembro do mesmo anno a coronel graduado. Tomou parte na sortida do Monte Crasto, na tomada de Covello, na sortida de Vallongo de 18 de agosto, e no combate de Areosa, em que foi contuso, e tendo succedido ao coronel Pacheco, chefe de estado maior da divisão de operações do norte, que falleceu na peleja, ficou-o substituindo, e n'essa qualidade assistiu, em 1834, ao combate de Santo Thirso e á batalha de Lixa, onde tornou a ser contuso, e finalmente no combate de Grijó. Durante esta serie de combates foi promovido a coronel effectivo a 25 de julho de 1833, e feito commendador da ordem de S. Bento de Aviz, em 30 de outubro do mesmo anno, pelos serviços prestados na defeza do Porto, contendo o diploma as mais honrosas phrases. Em 5 de setembro de 1837 foi promovido a brigadeiro graduado. Parte do periodo de 1834 a 1838 serviu no commando do seu regimento, e parte como inspector geral do Arsenal do Exercito, para que foi nomeado em novembro de 1835. Chegaram os acontecimentos de março de 1838, e o governo que precisava de militares destemidos e de provada lealdade, escolheu Costa e Silva para commandante d'uma brigada de infantaria, sob as ordens do conde de Bomfim, a qual teve de operar no dia 14 d'esse mez contra alguns corpos da Guarda Nacional, que estavam insurreccionados, e esteve no conflicto, que se deu, não só junto ao convento de Jesus, como depois no Rocio, hoje Praça de D. Pedro. Em junho do referido anno de 1838 recebeu convite do então ministro da marinha, visconde de Sá da Bandeira, para governador geral da provincia de Angola, cargo que não acceitou, e no anno seguinte, 1839, foi instado para fazer parte do ministerio, que tambem recusou. Em abril de 1840 deixou o logar de inspector do Arsenal do Exercito, por ser nomeado commandante geral d'artilharia. Da fórma como se houve n'esse cargo, prova a mercê que

lhe foi concedida da commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Em agosto de de 1840 foi nomeado commandante d'uma parte da guarnição de Lisboa, para concorrer a debellar qualquer revolução que se intentasse na capital. Sem derramamento de sangue conseguiu Costa e Silva anniquillar a revolta que em 11 d'aquelle mez se apresentou em campo, surprehendendo e dispersando os amotinados, quando pretendiam arrombar o Arsenal do Exercito para se armarem. No seguinte mez de setembro coube-lhe marchar com uma brigada em perseguição do regimento de infantaria n.º 6, que se havia revoltado em Castello Branco, com o seu coronel Miguel Augusto. O bom exito d'essa tentativa deveu-se em grande parte á rapidez da marcha feita pelo brigadeiro graduado Costa e Silva da capital até Castello Branco, e successivamente sobre a Guarda. O decreto de 31 de julho de 1841, com que foi honrado com o titulo de barão de Ovar, é um dos mais honrosos diplomas, em que se diz que Costa e Silva serviu pelo espaço de 39 annos com muita honra, prestimo e acrisolada lealdade. Nos annos de 1842 e 1844 foi encarregado de inspeccionar os regimentos de artilharia e todo o material d'esta arma, existente nos differentes pontos fortificados do paiz; commissão que se não tinha ainda conferido ao commandante geral de artilharia, ou a qualquer outro official; e em 3 de agosto de 1845 foi promovido a brigadeiro effectivo. Vieram os successos de 6 de outubro de 1846 em Lisboa, e tendo-se de organisar um exercito para operar contra o movimento do Porto de 9 do citado mez, foi o barão d'Ovar nomeado para commandar a 1.ª divisão do exercito, cujo chefe era o marechal Saldanha Immediatamente partiu para Abrantes, onde esteve alguns dias, regressando então a Lisboa, por se haverem adoptado aqui novas disposições relativamente á organisação e commando do exercito de operações. Dispensaram-no então d'aquelle commando para o nomearem commandante da 1.ª divisão militar, de que tomou posse a 3 de novembro do mesmo anno. Seis dias depois, instado pelo visconde de Oliveira a tomar parte no ministerio, gerindo interinamente a pasta da guerra, novamente declinou esse elevado cargo, porém, posteriormente, a 20 de janeiro de 1847, sendo chamado pela rainha D. Maria II, e por ella instado, não pôde negar-se, e no dia seguinte appareceu a sua nomeação de ministro da guerra interino, cargo de que foi exonerado em 28 de abril, por ter caido o ministerio. A rainha concedeu lhe então as honras de ministro, apezar de o ter sido só interinamente. No 1.º de maio regressou ao antigo exercicio de commandante geral d'artilharia, e em 6 de junho foi promovido a marechal de campo. Por decreto de 25 de julho de 1849 recebeu o titulo de visconde do Ovar, em duas vidas, em phrases muito elogiosas; e pela carta regia de 15 de dezembro do mesmo anno foi eleito par do reino. Em 27 de setembro de 1852 teve a promoção de tenente general graduado, ficando na effectividade d'este posto em 7 d'agosto de 1855. O visconde de Ovar casou em 13 de agosto de 1814, com D. Thereza da Conceição Oliveira, filha de Francisco José de Oliveira e de D. Maria Joaquina de Oliveira, proprietarios na villa de Farinha Podre, no districto de Coimbra.

**Ovar.** *(Antonio Maria Pereira da Costa, 2.º visconde de).* Par do reino por successão a seu pae, 1.º visconde do mesmo titulo (V. o *artigo antecedente*); general de brigada reformado, commendador da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro d'esta ordem e da de Nossa Senhora da Conceição; condecorado com as medalhas n.º 1 das Campanhas da Liberdade, de bons serviços e de comportamento exemplar N. em 14 de agosto de 1818. Era habilitado com o curso de estado maior do artilharia, alcançando n'esta arma o posto de coronel, e reformando-se em general de brigada, aos 56 annos de edade, a 27 de outubro de 1874. Casou a 5 de setembro de 1855 com D. Maria Rita d'Oliveira Pinto da França, filha dos 1.ºs condes de Fonte Nova, Bento da França Pinto de Oliveira e D. Maria José Tovar da Costa. O titulo foi renovado em verificação da segunda vida, pelo decreto de 19 de agosto de 1855. Foi um dedicado membro do partido progressista.

**Ovar.** Villa da prov. do Douro, séde de concelho e de comarca, distr. de Aveiro, bisp. e Relação do Porto. Tem uma só freguezia. Orago S. Christovão. Está situada num valle, ao N da ria d'Aveiro, a 25 k. da cap. do districto. Assenta numa baixa, razão por que d'ella se não vêem outras povoações, e está rodeada de vastos pinheiraes que fôram plantados para se evitar a invasão das areias. O pequeno rio de Nossa Senhora da Graça, que a atravessa e divide em duas partes desiguaes, fertiliza os seus campos e faz mover varios moinhos de cereaes. A este rio se junta aqui o ribeiro da Senhora da Luz. Tem clima saudavel e solo fertilissimo em todos os generos agricolas do paiz. A maior parte da população vive da pesca, havendo tambem bastantes lavradores e alguns industriaes. Tem a villa um aspecto alegre e pittoresco e occupa uma area extensa com as suas sessenta e tantas ruas de casas, quasi todas de um só andar. A mais notavel é a chamada Rua da Praça, onde se encontram importantes edificações. A proveniencia do nome de Ovar não se sabe ao certo. Apontam-se varias etymologias, mas todas ellas mais ou menos duvidosas. Assim, uma versão diz que o nome da pov. teve origem no facto de ali irem pôr os ovos diversas aves aquaticas. Pinho Leal, no *Portugal Antigo e Moderno*, opina a este respeito porque, tendo ido ali estabelecer-se alguns marinheiros francezes do Var, da costa da Provença, elles, em memoria da sua terra, dariam ao logar o nome d'ella. Dizendo se a povoação *do Var*, facilmente se corromperia em *d'Ovar*. Aos naturaes d'aqui se chama *vareiros*, ou *varinos*, o que denunciaria uma derivação de *Var*. Accresce que em alguns documentos se lê indifferentemente Var e Ovar. Outra versão diz que o primeiro logar povoado da villa foi Cabanões, povoação situada em terreno um pouco mais elevado do que o restante. Tem a gente do povo do norte do paiz o habito de trocar em muitas palavras o *l* pelo *r*, e assim os pescadores de Cabanões, quando iam ao *valle*, em que posteriormente foi edificada a villa, diriam: — *Vou ao var, venho do var*—e muito simplesmente, por esta razão, de *valle* se teria feito *var* e por fim *Ovar*. Pretende-se que os habitantes de Ovar, chamados *vareiros* ou *varinos*, descendem d'uma colonia de pelasgios que invadiram pacificamente a Lusitania pelo anno de 1372, antes

de Christo, e fundaram varias povoações, mas nada prova que elles se tivessem estabelecido em Cabanões, e Ovar, que é de fundação mais recente. Comtudo reconhecem-se grandes traços de affinidade entre os pescadores provençaes, descendentes da raça pelasgiana, e os caracteres typicos do varino. Data do anno de 922 a noticia mais antiga que se conhece d'esta povoação. Nesse anno D. Ordonho II de Leão, os condes D. Lucidio Vimarães e D. Rodrigo Lucidio e outros fidalgos da côrte d'aquelle rei, doaram ao mosteiro de Castromire (Crestuma) muitas rendas, propriedades e egrejas, e, entre estas, as de S. Donato e S. João *no porto de Ovar*. Esta villa, ficando na extremidade meridional da Terra da Feira, era ainda no seculo XVIII uma freg. do conc. e com. da Feira. Como quasi toda a circumscripção denominada *Terras de Santa Maria* era do senhorio dos condes da Feira. No reinado de D. Maria I, pela extincção do ramo primogenito dos Pereiras Forjaz, condes da Feira, a maior parte das propriedades, rendas e fóros que formavam este apanagio, passou para a Casa do Infantado. O territorio de Ovar fez portanto successivamente parte do condado do Porto desde o seculo IX; depois de Coimbra, de Barcellos, da Feira, e por fim da Casa do Infantado. Pertenceu correspondentemente á diocese portuense, depois á de Coimbra, voltando á primitiva no tempo de D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, sendo bispo D. Hugo e summo pontifice Paschoal II. A egreja foi, a principio, do padroado secular, cujo direito pertencia á côrte de Leão; seguidamente do mosteiro de Santa Marinha de Crestuma, da mitra e cabido, da real corôa, outra vez da mesa episcopal e capitular, e do cabido sómente, depois do meado do seculo XV até á promulgação dos decretos de 30 de julho de 1832 e de 5 de agosto de 1833 que extinguiu todos os padroados ecclesiasticos. No

Brazão e egreja matriz de Ovar

forense esteve Ovar sob a jurisdicção do alvazir e alcaide mór do castello da Feira, do corregedor de Coimbra, do provedor da comarca de Esgueira, do ouvidor do condado, e juiz ordinario. Mais ao deante do provedor de Aveiro, do corregedor da Feira, dos juizes de fóra e de direito de Oliveira d'Azemeis, sendo então julgado ordinario até se instituir em comarca. No militar estava sob o mando do castello da Feira e do fronteiro d'ella; do general commandante da provincia da Beira; do governador das Armas do partido do Porto; e do capitão-mór da villa e concelho. No administrativo obedecia ao prefeito da provincia do Douro, que se estendia até Condeixa, no extremo do sul; ao sub prefeito da Feira, a que tambem obedeciam Arouca e Paiva; ao governador geral e governador civil do districto; e ao provedor do concelho, substituido depois por administrador. O cabido da sé do Porto apresentava o vigario, collado, que mais tarde foi abbade, tendo 600$000 réis de rendimento annual, afóra os benesses, que eram muito rendosos, ascendendo tudo a 800$000 réis. Este padroado da egreja de S. Christovão de Cabanões, e depois de Ovar, veiu ao poder da sé portuense, sendo bispo D. Vicente, por escambo feito entre o mesmo bispo, com seu cabido, e o rei D. Affonso III, em agosto de 1320. Por este escambo, o rei deixou ao bispo e cabido a egreja de Ovar, recebendo em troca o padroado da egreja de Santa Maria do Lamegal. Em virtude d'esta troca cessaram as pendencias que até então havia entre o rei e a egreja do Porto. Depois o rei D. Diniz confirmou este contrato por carta regia de 20 de junho de 1330 (9 de junho de 1292 da era de Christo). Em 1446 o bispo D. João de Azevedo expoz ao cabido que, sendo as egrejas de S. Christovão, de Ovar, e Santa Maria, de Campanhã, ambas de apresentação da mitra e cabido, acontecia que quando alguma vagava, e o prelado se não conformava com o cabido, na nomeação do parocho, se davam divergencias desagradaveis. Concordaram em nomear uma commissão, que se compoz dos conegos, Mem Rodrigues, Affonso Vicente, e Esteves Annes, para indicar o melhor modo de se evitarem duvidas para o futuro. Vieram por fim a uma concordata, feita em 12 de setembro de 1466, confirmada pelo metropolitano de Braga, pela qual as egrejas de Campanhã e S. Vicente de Guimadella ficaram *in solidum* para o bispo e seus successores, e a de Ovar para a mesa capitular, porém o reitor seria confirmado pelo ordinario. O pontifice Paulo II confirmou esta concordata pela bulla *Pastoralis officii*, de junho de 1468. Ovar teve foral dado por D. Manuel em 10 de fevereiro de 1514, abrangendo Ações, Cabanões, Granja, Guilhovai, Sande, Sandoado, Val de Cabras e Ulvar. Por varios motivos julgaram alguns autores que Ovar nunca tivera foral. Para esta presumpção contribuiu o foral da Feira que menciona a freguezia da Arada, pertencente ao concelho de Ovar, e que a de Pereira Juzã não está incluida porque era villa e tinha foral proprio, que lhe fôra dado por D. Manuel em Lisboa, em junho de 1514. Faltando aquelle foral no archivo da camara, determinou o ouvidor da comarca, em audiencia geral de correição do anno de 1740, que o houvesse no dito archivo, razão por que os officiaes da mesma camara pediram a el-rei D. João V lhe mandasse

tirar o traslado da Torre do Tombo, o que lhes foi concedido por provisão de 15 de agosto de 1741. Vê-se do foral que certos logares que ora fazem parte da parochia não existiam ainda, pois não teem titulo, e que em Ovar propriamente dito havia apenas alguns casaes e muitas vinhas, de que não restam vestigios. O cabido do Porto tinha em Cabanões uma adega para recolher os dizimos d'aquelas vinhas, o que prova a grandeza da cultura. Em tempos anteriores havia em Ovar marinhas de sal, pois o mosteiro de Grijó recebia de fóros dos seus casaes de Cabanões e da marinha de Ovar 60 alqueires de sal, e uma certa quantia em dinheiro, mas, pelo foral de 1514, ficaram os fóros reduzidos unicamente aos 60 alqueires de sal. Um documento que mostra bem o desenvolvimento da parte baixa da villa, é o seguinte: «D. Filippe, etc., etc., faço saber aos que esta minha carta virem que os pescadores e arraes da villa de Ovar me enviaram dizer por sua petição que o açougue que havia na dita villa não bastava mais que para os officiaes da camara, escudeiros e gente nobre d'ella. E por esse respeito elles supplicantes por virem tarde aos sabbados e domingos pela manhã não achavam carne para tomar, de maneira que passavam necessidade d'ella. E queriam dar a isso remedio por serem mais de duzentos pescadores e terem açougue apartado porque com isso seria a terra melhor provida de carne. E me pediam lhes fizesse mercê de haver por bem que pudessem ter o dito açougue. E receberiam mercê. E visto por mim seu requerimento e causas que allegam e informações que se ouve pelo provedor da camara da villa da Esgueira; e o que por elle constou e seu parecer, hei por bem e me praz que elles possam ter na ribeira da dita villa do Var, d'aqui em deante, açougue e caruiceiro obrigado, que lhes corte e dê nelle carne pelos preços por que se cortar no açougue geral da dita villa, como pedem, sem embargo da ordenação que defenda o contrario; os quaes pescadores elegerão entre si uma pessoa de boa vida e costumes, que lhes reparta a dita carne, á qual será dado juramento dos Santos Evangelhos na camara da dita villa pelos officiaes d'ella, que bem e verdadeiramente o faça. E sobejando alguma carne, depois dos ditos pescadores serem providos da que houverem mister, se repartirá pelo povo a quem a comprar. E mando, aos ditos officiaes da camara e mais justiças, officiaes e pessoas a que o conhecimento d'isto pertencer, que cumpram e guardem esta carta como nella se contem.» Feita em Lisboa a 30 de outubro de 1615. Este açougue foi estabelecido na então Ribeira, sitio da Ruella, e assim tomou incremento a povoação n'esta parte. A mudança da egreja, de S. João de Cabanões para o local onde actualmente existe, devia ter-se effectuado por uma epoca approximada, pouco antes, talvez nos fins do seculo XVI. E' a egreja matriz da villa um grandioso templo digno de notar-se. Tem a frontaria um aspecto de severa grandeza, e as suas duas torres são encimadas por uns pequenos zimborios de pedra que dão a impressão de um bacinete medieval. Defronte da egreja ha um adro arborisado, limitado por um muro alto, tendo accesso por uma ampla escada. Tem o templo tres naves e sete altares. O altar-mór tem uma boa tribuna, bem lançada, onde estão assentes entre columnas, á parte da Epistola, a imagem do santo patrono, e á parte do Evangelho a de N. S.ª do Carmo. A' face e aos lados do cruzeiro estão os altares da Senhora do Rosario, á direita, e da Senhora do Pilar, á esquerda, onde se collocou a imagem do Sagrado Coração de Maria. Ambos os altares são de fabrico antigo e de curiosa e excellente talha. Os altares collateraes são: um, de S. Bartholomeu, e o outro do Senhor da Agonia, bella imagem vinda de Roma. No fecho do arco vê-se o escudo dos Mattos Soares. Ao lado do altar está a seguinte inscripção: «Esta capella é de Salvador de Mattos Soares, e de seus herdeiros, mandou-a fazer seu filho o Prior de Carregosa, anno D. 1670» Fronteiras uma á outra estão as duas lindas capellas do Sacramento e do Passo. Esta é privilegiada por breve de Gregorio XVI passado a 8 de abril

Camara Municipal de Ovar

de 1842. Junto do Passo fica a sacristia chamada do Senhor, a qual tambem é dos Passos e da Senhora do Rosario, tão ampla como a egreja. Possue o coro da egreja um orgão que lhe foi doado em 1862 pelo sr. Antonio Ferreira Meneres, filho de Ovar, negociante na praça do Porto. Tambem seu pae, que tinha egual nome, abrilhantou bastante o culto neste templo. Na sacristia está o seu retrato. O altar do Santissimo Sacramento foi privilegiado por indulto apostolico de Clemente XIII em 24 de julho de 1750, a instancias do vigario João Bernardino Leite de Sousa. Espalhadas pela villa estão varias capellas com os passos da Paixão de Jesus Christo. O 1.º é como se disse na egreja matriz, do lado do Evangelho, o 2.º junto á escola conde de Ferreira, ao principio da rua da Fonte; o 3.º na mesma rua; o 4.º na rua da Praça; o 5.º na praça da villa; o 6.º no bairro de S. Thomé, onde houve uma antiga capella que foi da Casa do Infantado; e o 7.º é o Calvario, na capella de S. Pedro, que se encontra em sitio elevado. As figuras d'esta ultima estação são de boa esculptura e quasi de tamanho natural. As capellas, particulares e publicas, estão todas sujeitas á jurisdicção parochial. D'estas ultimas enumeram-se por mais importantes as seguintes: *Nossa Senhora da Graça*, capella grande e bonita, revestida de formosos azulejos, e o tecto forrado de paineis pintados a oleo. Tem tres altares. Está ao meio da ponte, entre os dois rios. *Santo Antonio*, na praça, construida em 1693. Tem tres altares, e é grande. *Santa Catharina*, muito antiga, na Ribeira. *Almas*, muito espaçosa, no largo dos Campos, começada em 1800, acabou-se em 1817. *S Pedro*, da irmandade do Senhor dos Passos, é majestosa pela sua architectura. Tem tres altares, estando no principal o Calvario. *S. Sebastião*, que fica a O da linha do caminho de ferro, a cem metros da estação. Venera-se aqui tambem S. Gonçalo. *S. João Baptista*, em Cabanões. Consta que foi a primitiva matriz da povoação. Está situada num bonito largo, orlado de casas, e com alguns antigos carvalhos. Neste largo, ou alameda, se faz uma feira mensal. *S. Miguel Archanjo*, tambem situada num largo ou de mensalmente se faz a feira de gado bovino e cavallar. Foi edificada em 1711. *S. Donato*, no logar do mesmo nome. Consta ter sido a egreja de um mosteiro de monges benedictinos, que no seculo XI se incorporou no de Castromire. Parece que foi tambem egreja parochial de uma antiga e pequena freguezia. *S. Domingos*, na aldeia do Sobral. *Nossa Senhora da Piedade* (antigamente *Bom Jesus da Piedade*). Está edificada no vasto areal do Afuradouro, vulgo *Furadouro*, bella praia de banhos. (V. *este nome*), que fica a 4 kilometros a OSO da villa. Tem apenas 3 metros de comprimento por outros tantos de largura. Está quasi enterrada na areia. *S Lourenço*, ermida á entrada da rua Nova das Figueiras, foi edificada em 1746, tendo se acabado em 1755. Tem a villa um alto edificio antigo, de singelas linhas architectonicas, o hospital; e um bello edificio moderno, o dos paços do concelho O hospital tem na fachada da frente e no andar nobre sete amplas janellas, sendo a do centro, de varanda de ferro, encimada por um escudo de pedra ornamental, que tem os castellos, as quinas do escudo nacional e é sobrepujado por uma grande corôa real. Foi mandado construir por provisão de 5 de outubro de 1801, attendendo a representações do parocho—João de Sequeira de Monterroso e Mello—, e no anno de 1814 fôram admittidos os primeiros doentes. Foi definitivamente inaugurado por provisão de 3 de dezembro de 1821. A primeira provisão mandou construir o hospital pelo accrescimo das sizas, mas sendo insufficientes estes meios, foi por outra provisão, de 30 de junho de 1802, imposto um real no vinho que se vendesse aquartilhado. A planta do edificio foi traçada em Braga em 1799. Possue Ovar duas pontes dignas de menção, a dos Pellames e a do Casal. Esta ultima, embora construida como a outra no seculo XIX, tem um certo cunho de poetica vetustez e impõe-se ao apreço das pessoas illustradas por uma passagem do lindo romance de Julio Diniz *As pupillas do sr. reitor*. O talento do admiravel escriptor, que soube crear os mais bellos romances da vida provinciana em Portugal, deu áquellas pedras ennegrecidas da velha ponte uma encantadora e inolvidavel celebridade. Foi em Ovar, numa casa do Largo dos Campos, que Julio Diniz começou a escrever as *Pupillas* em junho de 1863. Na ponte do Casal ha uma extensa inscripção, que diz ter sido a obra acabada em 1825, em 21 de abril, a requerimento da camara de Ovar. São numerosas as pontes existentes na villa. Além das referidas ha as seguintes: *Da Graça*, a mais central e de mais transito, construida em 1710 e renovada em 1866. Da *Ponte Nova*, que do logar d'este nome conduz para o de S. João, feita em 1760. Do *José do Pinho*, mandada fazer por provisão de 13 de junho de 1786. De *Reada*, ou do *Forno da Cal*, construida na mesma epoca. Da *Ilha*, que está proxima da ermida de Santa Catharina, e foi construida á custa dos proprietarios das terras da Ilha, e da boca do rio, os quaes a fecharam, deixando apenas franca a passagem de pé. A camara a abriu inteiramente ao publico, a pretexto de ter sido levantada em terreno commum. Da *Granja*, que foi principiada em 1827. Está lançada sobre o ribeiro das Luzes, que passa no logar da Granja com o nome de Rio Maior. Do *Carregal*, sobre um regato sem importancia. A da *Barrinha*, de madeira, feita em 1806, e que teve curta duração. Em 1853 projectou-se nova ponte. Houve em Ovar, uma albergaria, chamada *casa de peregrinos*, fundada em 1700 pela familia Pereira de Campos junto ao curral do concelho. Em 1868 demoliu se uma antiga casa acastellada pertencente ao Infantado Com os seus materiaes e no mesmo logar se construiu no anno seguinte a casa da escola primaria com o legado do conde de Ferreira. Tem a villa dois chafarizes que merecem menção: O do Largo Serpa Pinto, que tem grandeza e um certo ar monumental, e o do hospital, denominado Fonte do Hospital, a pequena distancia de pinhaes. E' esta ultima de bella apparencia. Por baixo das armas reaes tem gravada a inscripção: *Ut aqua ista belle fluat, Ioannes Maria d'Abreu Castello Branco, hujus oppidi Protor una cum Senatu curabit*. Ha a fonte ferruginosa dos Pellames, e ainda outras, sendo a mais antiga a da Ruella, situada na margem esquerda do ribeiro das Luzes. Ovar pertence á 5.ª div. militar, 9.ª brigada, grande circumscripção militar do Centro, e ao distr. do recrut. e reser-

va n.º 24, com a séde em Aveiro. Tem escolas para ambos os sexos, officiaes e particulares; estação telegrapho postal de 1.ª classe, com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras, obrigações e vales; agencias bancarias, funerarias, de seguros e de vapores; hospital, hoteis, etc.; associação de bombeiros voluntarios; varios teares, tinturaria, telha, conservas, licores, de distillação, moagem, e loiça; pharmacias; companhas de pesca; constructores de embarcações; guarda fiscal; livraria, photographia e typographias; commercio de azeite, cal, arcia e tijolo, cereaes, farinhas, fazendas, instrumentos de musica, loiça, madeira, moveis, ovos, peixe, sal e vinho; serralharias, tanoarias, vaccaria; ourivesarias; theatro da associação dos bombeiros voluntarios; estação do caminho de ferro, na linha de Norte, no sitio de S. Sebastião. Proximo da estação está o cemiterio da villa. De Ovar ha diversas carreiras de diligencias para Couto, Oliveira de Azemeis, Cambra e Arouca. Feiras mensaes de gado vaccum e

Antigo trajo da mulher de Ovar

suino a 12, de gado vaccum e cavallar a 24 e a 29, e a 13 em Vallega. E' importante em Ovar a industria e commercio da engorda do gado bovino, e são numerosas as suas fabricas de loiça de barro vermelho. Faz commercio de rendas e esteiras e chamam a attenção do forasteiro as montras das lojas dos ourives, com as grandes arrecadas e os enormes corações de filigrana de ouro, adorno dilecto das ovarinas São notaveis e fôram já muito apreciados os bordados a branco de Ovar. As rendas de bilros quasi rivalisavam pelo desenho e pelo primor da execução com as de Peniche, tão celebradas O antigo trajo da mulher de Ovar é muito interessante. Na nossa gravura falta a capa, que, sobre as roupinhas, completava o vestuario. A saia é que já não era do typo antigo, por isso damos só o busto. E' de notar o grande chapéo de enormes abas, muitas vezes presas á copa por cordões com borlas. Ovar, que no seculo XVIII era freguezia do concelho e comarca da Feira, foi depois elevada a concelho, composto unicamente da sua freguezia, que não era pequena. Mais tarde o concelho, que constituia tambem comarca, era composto de 4 freguezias: Arada, Ovar, S. Vicente de Pereira e Vallega. O brazão d'armas de Ovar é uma villa fortificada, e no alto do escudo a imagem de Nossa Senhora, a meio corpo, com o Menino Jesus nos braços, entre nuvens. O concelho compõe-se actualmente de 7 freguezias, com 24:978 hab: 10:984 do sexo masc. e 13:994 do fem.; Arada (S. Martinho), com 1:794 hab.: 852 do sexo masc. e 942 do fem.; Cortegaça (Santa Marinha), com 1:731 hab.: 787 do sexo masc. e 944 do fem.; Esmoriz (Santa Maria), com 3:017 hab.: 1:377 do sexo masc. e 1:640 do fem.; Maceda (S. Pedro), com 1:919 hab.: 874 do sexo masc. e 1:045 do feminino; Ovar (S. Christovão), com 10:582 hab.: 4:478 do sexo masc. e 6:194 do fem.; S. Vicente de Pereira (S. Vicente), com 1:297 hab.: 563 do sexo masc. e 734 do fem; e Vallega (Santa Maria), com 4:638 hab.: 2:053 do sexo masc. e 2:585 do feminino. Tem sido aqui publicados os seguintes jornaes: *Discusão (A)*, 2 de julho de 1895 (em publicação); *Folha de Ovar (A)*, 18 de fevereiro de 1892; *Maluco da Provincia (O)*, 25 de julho de 1886; *Ovarense (O)*, 22 de julho de 1883 (em publicação); *Povo de Ovar*, 25 de junho de 1886. || Bibliographia: *Memorias e datas para a historia da villa de Ovar* por João Frederico Teixeira de Pinho (obra posthuma), Oliveira de Azemeis, 1881; *Os serões*, revista, Lisboa, fevereiro e agosto de 1906.

**Oveiras**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Oveiro**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Ovoa, concelho de Santa Comba Dão, districto de Vizeu.

**Ovelão**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, districto de Aveiro.

**Ovelha**. Rio do distr. de Villa Real. N. na freg. de Campanhó, corre na direcção de SE, passa nas freguezias de Ovelha do Marão e Jazente, e entra no rio Tamega, um pouco acima de Marco de Canavezes, com 30 k. de curso. || Serra do distr. de Villa Real. E' uma ramificação da serra do Marão, em direcção NE a SO. Tem 7 k. de comprimento, 5 de largura e 358 m. d'altura.

**Ovelha do Marão**. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, distr. e bisp. do Porto, que é hoje conhecida pelo nome de *Aboadella* (V. *este nome*). Tem 211 fog. e 788 hab.; escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Foi villa e couto, sendo uma das 10 *behetrias* d'este reino (V. *Portugal*, vol. II, pag. 234). Está situada ao fundo da vertente occidental da serra do Marão. O D. abbade do mosteiro benedictino de Pombeiro apresentava o reitor, que tinha 250$000 réis de rendimento. D. Sancho I deu foral a *Hermêlo* e *Ovelhinha* (Ovelha do Marão) em Guimarães, no mez de abril de 1196, o qual D. Affonso II confirmou, em Santarem, em março de 1212. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 3 de junho de 1514. No foral de D. Sancho I se determina que deve pagar cada casal *seis ferros* por anno, para a corôa. Não se sabe hoje, com certeza, o que eram estes ferros; dizem uns que era uma barra de ferro, e outros que era uma ferradura. A verdade é ser esta renda paga só-

mente nas terras onde havia minas de ferro em lavra, e em varias partes do Marão se exploravam minas d'este metal, de que ha ainda vestigios, segundo se diz, e varios documentos. Em 9 de maio de 1809 houve aqui um combate entre as tropas portuguezas e francezas. Tres corpos de cavallaria portugueza derrotaram completamente os francezes, os quaes se retiraram para Hespanha, onde entraram logo a 17 d'esse mez.

**Ovelheiras.** Pov. na freg. de S. Silvestre, de Chãos, conc. de Ferreira do Zezere, districto de Santarem.

**Ovelhinha.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, districto do Porto.

**Ovençal.** Segundo uns autores, era o individuo que tinha a seu cargo os mantimentos, despensas e cozinha n'uma grande casa ou corporação. Corresponde, pouco mais ou menos, ao actual cargo de despenseiro, provisor, ou vedor, de tudo que pertence á ucharia. Segundo outros autores, «ovençaes eram uns homens que tinham cargo de arrecadar as rendas de el-rei, ora suas, ora de arrendamentos.» Assim o encontrou definido Viterbo no antigo foral de Santarem. Achamse referencias a *ovençal* ou *avençal* (talvez cobrador de rendas por *avença)* em documentos do seculo XIV de Coimbra e das côrtes de Santarem.

**Ovial.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Paços, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Ovil.** Pov. e freg. de S. João Baptista, da provincia do Douro, conc. e com. de Baião, distr. e bisp. do Porto; 560 fog. e 1:508 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. A egreja parochial dista 13 k. da séde do conc. O cabido da sé do Porto e o senhor de Baião apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 150$000 réis de rendimento. A terra é fertil; tem bom vinho, cria gado e bastante caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao districto de recrut. e reserva n.º 13, com a séde em Villa Real.

**Ovinho.** Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, districto de Braga.

**Ovoa.** Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Santa Comba Dão, distr. e bisp. de Vizeu; 255 fog. e 1:101 habitantes. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 2 k. da séde do concelho e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Dão. O real padroado apresentava o prior, que tinha 300$000 réis de rendimento. D. João I por sua carta de Santarem em 4 de setembro de 1385 doou em tença a terra de Ovoa a Gonçalo Fernandes de Figueiredo, com todas as rendas e direitos, da mesma fórma que a tinha João Homem. Por carta de Evora em 4 de agosto de 1388 doou a Fernão Gonçalves, dito de Leiria, a mesma terra «que de nós tinha Gonçalo Fernandes, seu irmão que se ora morreu», na mesma fórma e nas mesmas condições que a precedente. A terra é fertil. Pertence á 2.ª div mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

**Owen** (*Hugo).* Official inglez, que serviu no exercito portuguez na guerra da Peninsula. N. em 27 de maio de 1781, fal. em 17 de dezembro de 1860. Tinha 19 annos quando começou a sua carreira militar como capitão dos voluntarios de Shropshire. Sendo muito protegido pelo marechal Bumbermere, entrou em 1806 como official no 16 de Dragões Ligeiros, e com este regimento e com o 14 da mesma arma, veiu unir-se em 1809 ao exercito de Portugal commandado por lord Wellington. Tomou parte distincta nos combates de cavallaria de Albergaria, de Grijó, do Porto, e na batalha de Talavera, commandou os esquadros de escaramuça do 14 e do 23 de Dragões Ligeiros. Em 1810 foi nomeado capitão de cavallaria, e mandado servir no exercito portuguez commandado por Beresford. Este general o nomeou ajudante de campo de sir Henry Fane, que commandava a retaguarda da divisão do general Hill na sua retirada para as linhas de Torres Vedras. N'estas linhas esteve como major de brigada da divisão de cavallaria portugueza, commandanda por sir Loftus Otway, passou depois a ser major de brigada de outra divisão de cavallaria, commandada pelo general Benjamim d'Urban. Distinguiu-se em 1813 na batalha de Vitoria, e foi promovido a major, e n'esse posto se conservou até ao fim da campanha. Sendo tenente-coronel, foi encarregado em 1815 de organisar solidamente o 6 de cavallaria, e tão efficaz foi o seu commando que este regimento se tornou depois o famoso regimento dos *Dragões de Chaves.* Em 1820 acompanhou lord Beresford ao Rio de Janeiro e, sendo enviado a Portugal com o posto de coronel e a nomeação para commandante do 4 de cavallaria, ao chegar a Lisboa encontrou a revolução triumphante, e soube que estava desligado, como os outros officiaes, do serviço portuguez. Recolheu-se então á vida particular. Em 1832, D. Pedro IV, quando se lançou na aventura do Mindello, pediu-lhe que o acompanhasse com o posto de official general, exercendo algum commando ou servindo directamente ás suas ordens como ajudante de campo. Hugo Owen acceitou, mas entendeu que devia solicitar primeiro consentimento do seu governo, e o seu governo lh'o recusou. Voltou então á sua vida particular, mas continuou a ter por Portugal o mais vivo affecto, conservando aqui relações e interessando-se bastante pelas nossas cousas para escrever e publicar em 1836, em Londres, na lingua portugueza e ingleza a seguinte obra: *A guerra civil em Portugal, o sitio do Porto, e a morte de Dom Pedro, por um estrangeiro.* Esta obra, segundo consta, foi tambem traduzida em francez e allemão. Hugo Owen era commendador da ordem de Aviz, cavalleiro da Torre e Espada, e condecorado com todas as medalhas da Guerra Peninsular. Casou no Porto a 20 de dezembro de 1820 com D. Maria Ritta da Rocha Pinto Velho da Silva, filha de Thomaz da Rocha Pinto, negociante da praça do Porto, já viuva de Manuel Velho da Silva. D'este matrimonio, entre outros filhos, houve Hugo Owen, que foi o 1.º barão da Torre de Pero Palba. V. *este titulo.*

**Oxel.** Freg. e regedoria da Senhora do Mar, do conc. e com. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo do rio de Chaporá. ‖ Povoação da circumscripção de Calém, no commando militar e conc. de Sanguém, distr. de Gôa, na India.

**Oxelbaga.** Pov. do conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

**Oyan**. Pov. e freg. de S. Simão, da prov. do Douro, conc. de Oliveira do Bairro, com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 927 fog. e 3:557 hab. Tem duas escolas para o sexo masc. e uma para o feminino, e correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada que vae de Aveiro a Oliveira do Bairro. O vigario de Espinhel apresentava o cura, que tinha 200$000 rs, Em tempos muito remotos, cuja data se não póde precisar, pertenceu esta freguezia a S. Pedro. de Paradella, logar importante da freg. de Espinhel, do conc. de Agueda. Parece, portanto, que o referido logar de Paradella foi em tempo muito antigo séde de freguezia, antes de pertencer á de Espinhel. Ha um antigo documento, em que se lê o seguinte: «que supposto algum tempo davam ao parocho os casaes alqueire e meio de milho, e os viuvos e viuvas, ou solteiros ou solteiras tres quartas, foi porque estava esta freguezia sujeita a Sam Pedro de Paradella, que ainda hoje lá se conserva o adro, e seria então o numero de 80 fogos, e era aqui uma capella, etc.» D'este documento póde deduzir-se que Paradella foi freguezia, não querendo imaginar-se, que Oyan só ali estivesse sujeita para o caso de no referido adro se sepultarem os defuntos. Pelo andar do tempo, conforme o citado documento, Oyan separou-se de Paradella, constituindo-se freguezia independente. O que o documento affirma é que as pessoas fallecidas em Oyan eram enterradas no adro da egreja de Paradella, dizendo que era ali o seu adro, e uma tradição constante tem conservado este facto na memoria dos dois povos. Mais tarde, ignorando-se em que tempo, a freg. de Oyan passou a ser sujeita á de Espinhel, talvez na mesma occasião em que o logar de Paradella, deixando de ser parochia independente, tambem a ella se sujeitou, mas o curato de Oyan augmentou tanto que em 1798 era já muito maior que a egreja matriz de Espinhel, e o parocho d'esta freg., Francisco Tavares da Silva, requereu ao vigario geral de Aveiro licença para mudar a sua residencia para Oyan. O vigario negou-lh'a, baseando-se na falta do consentimento do padroeiro da matriz e resposta do povo d'esta e da filial. Francisco Tavares da Silva appellou para Braga, e a sentença foi revogada com o fundamento de que o padroeiro não ficava prejudicado nem os moradores d'ambas as freguezias, «sendo superfluo ouvil-os, visto que nunca podiam decidir da utilidade, que resulta á Egreja de similhantes transitos.» A sentença tem a data de 5 de março de 1798, e é assignada por Peixoto, Silva e dr. Couto Ribeiro. O vigario Tavares da Silva passou n'esse mesmo anno para a freg. de Oyan, onde esteve até 1834 exercendo as funcções de parocho n'esta ultima freg. por espaço de 36 annos. Hoje Oyan possue uma egreja nova. Na antiga estava a capella-mór encostada á actual residencia parochial, havendo uma porta que a punha em communicação com aquella, passando-se por baixo do throno. Essa egreja foi demolida, sendo parte dos seus materiaes vendidos á Junta de Parochia de Fermentellos, que os empregou na construcção do seu novo templo. A outra parte tinha sido empregada na capella-mór da egreja nova d'Oyan, que se demoliu por se considerar pequena, e não lhe caber um retabulo da egreja de Sant'Anna, de Coimbra, que fôra concedido a Oyan. D'essa egreja vieram mais dois retabulos para dois altares lateraes, as pinturas do côro, as cadeiras e a pia d'agua benta. Por cima da porta travessa do antigo templo, gravada na verga da mesma porta, lia-se a seguinte inscripção:

FEITA EM 21 DE MAYO DE 1756 ÃS.

Esta inscripção, bem se vê, que não podia referir-se á edificação da primitiva egreja, que por documentos mais antigos provam bem que ella já existia, no mesmo local, antes da mencionada data. A inscripção devia dizer respeito a qualquer reedificação, assim como outra, que se via por cima d'ella, relativa ao anno de 1805, mandada esculpir na parede por Bernardo dos Santos. Na antiga egreja só havia de notavel a cadeira parochial. A freg. possue uma custodia, que póde tambem servir de calix, obra de valor, que já figurou n'uma exposição de arte sacra em Aveiro. A actual egreja parochial foi começada a construir em 1892 pelo parocho, que n'esse mesmo anno falleceu, José de Mello, sendo inaugurada no dia 27 de outubro de 1901, assistindo o bispo-conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, prégando na festividade o bem conhecido orador sagrado o P. Francisco Patricio, da cidade do Porto. A freg. tem hoje 21 logares; são os seguintes: Oyan, Regatinho, Agras, Carris, Lavadouro, Rego, Penães, Gesta, Barreirinhas, Silverio, Ervedal, Furadouro, Silveira, Malhapão, Pedreira, Carro Quebrado, Aguas Boas, Pousios, Cruzes, Ramalheiro e Juntas. A pov. é atravessada pelo caminho de ferro, e tem um apeadeiro que dista da egreja parochial cêrca de 1 k. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, sobre tudo em optimo vinho, que exporta, assim como feijão, arroz e cortiça; importa trigo e milho, que tambem produz, mas não chega para o consumo da população. Cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Esta freg. foi annexada ao conc. de Agueda pelo decreto de 21 de novembro de 1895, que supprimiu o de Oliveira do Bairro, mas voltou para este conc. que foi restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

**Oys do Bairro** e **Oys da Ribeira**. V. *Ois*.

**Ozenda.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Ozendo** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Quadrazaes, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

**Ozezar.** Antigo nome do rio Zezere. V *este nome*.

**Ozorim.** Pov. e regedoria do conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na margem direita do rio de Chaporá. A regedoria comprehende tambem a pov. de Tuém.

# P

**Paca**. Pov. do sobado de Quipaca, no conc. do Egito, distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Paçam**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Paçanha** (*Lourenço Pires Secco*). Beneficiado da egreja de S. Romão, de Nogueira, no arcob. de Braga. Era natural de Thomar. Foi muito douto em Theologia moral, e escreveu sobre assumptos d'esta especialidade uns tratados em latim, que publicou em 1610.

**Paceiro** Intendente, ou inspector das obras e fabrica de paços reaes.

**Paceiro-mór**. Intendente, védor, curador, inspector das obras publicas que se faziam nos paços reaes. Este emprego andou na casa dos condes de Soure. Em cada palacio havia um paceiro. O primeiro paceiro mór de que ha noticia, foi Lourenço Escola, no reinado d'El-rei D. Diniz. Era tambem *uchão-mór* (dispenseiro) e alcaide-mór de Lisboa. No reinado de D. João I, já Affonso Gôçalves tinha o titulo de *veador-mór das obras*. Este officio continuou nos reinados seguintes, juntando se lhe outras funcções, que depois lhe fôram retiradas. Filippe II de Hespanha foi o primeiro que lhes deu *regimento* a 12 de novembro de 1585, mudando-se, a partir d'essa data, a designação de *veador* para a de *provedor das obras*. Este cargo foi sempre exercido por grandes fidalgos e até por membros da familia real, pois que o infante D. Henrique, filho de D. João I, foi frontcirо e veador-mór das obras dos castellos, villas e logares da comarca da Beira, no reinado de D. Affonso V. D. João III fez seu veador-mór das obras a Pedro de Carvalho, seu grande valido, para elle e seus descendentes conservarem este emprego. No reinado de D. Sebastião lhe succedeu seu filho, João de Carvalho, que morreu na batalha d'Alcacer-Kibir, em 4 de agosto de 1578. Por morte de João de Carvalho, se seguiu no emprego seu segundo irmão, Gonçalo Pires de Carvalho. O filho primogenito d'este não chegou a exercer o emprego, por fallecer na vida de seu pae, pelo que passou o logar ao neto d'este, filho d'aquelle, Gonçalo Pires de Carvalho, que morreu solteiro. Succedeu-lhe seu irmão Henrique de Carvalho, que morreu desgraçadamente em Lisboa, em 1678, succedendo-lhe no emprego seu filho, Gonçalo José Pires de Carvalho, que não teve filhos, pelo que passou o officio a D. João da Costa, 3.º conde de Soure, por ter casado com D. Luiza Francisca de Tavora, dama da rainha D. Maria Sophia Izabel de Neubourg, segunda mulher de D. Pedro II, irmã do fallecido Gonçalo José Pires de Carvalho, e herdeira da sua casa. Seu filho, D. Henrique da Costa Carvalho, 4.º conde de Soure, continuou na posse do emprego de seu pae, mas como á morte d'este ainda era menor serviu interinamente Diogo de Mendonça Côrte Real, secretario de estado e mercês de D. João V.

**Pacellada**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Landim, conc de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Pacence** (*Angelo*). Escriptor que, segundo o testemunho de Fr. Bernardo de Brito, compoz as *Vidas de muitos santos portuguezes*, guardando-se o original d'essa obra na opulenta livraria do convento de Alcobaça. Diz o autor da *Monarchia Lusitana* que Angelo Pacence era natural de Beja e viveu no tempo da destruição do imperio godo na Hespanha.

**Pachão** (*Bartholomeu*). Mestre de humanidades em Peniche, terra onde nasceu. Era profundamente instruido na Mitbologia e historia romana. Compoz e publicou a seguinte obra: *Fabula dos Planetas moralisada com varia doutrina politica, ethica, e economica*, Lisboa, 1613.

**Pacheca**. Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. d'Alcochete, distr. de Lisboa. || Santo Estevão e conc. de Alemquer, do mesmo distr. || S. Simão, de Villa Fresca de Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

**Pacheco**. Familia das mais antigas de Portugal. Este appellido é uma modificação phonetica em portuguez de um nome saboyano. O primeiro que se chamou Pacheco foi Fernão Rodrigues, terceiro neto de Fernão Jeremias, o *pacieco*, cavalleiro de Saboya que veiu para a peninsula com o conde D. Henrique. Ao referido Fernão Rodrigues Pacheco se attribue, sem maior fundamento, a defeza do castello de Celorico ao conde de Bolonha por el-rei D. Sancho II. Tem por armas em campo de ouro duas caldeiras de preto, postas em pala, com tres faxas cada uma de veiros de ouro e vermelho, e tambem as azas, e em cada uma caldeira quatro cabeças de serpe de ouro nas reigadas das azas, duas voltadas para fóra e duas para dentro, com as linguas vermelhas; timbre, dois pescoços de serpe de ouro com duas cabeças batalhantes. A Gaspar Pacheco, que militou heroicamente em Africa, deu D. João III o seguinte brazão: Escudo de campo de prata com um azambujeiro de sua côr firmado n'um pé azul, tendo pendurada no tronco uma adaga de ouro guarnecida de vermelho; elmo de prata cerrado guarnecido de ouro, paquife de prata verde, ouro e azul, e por timbre um ramo do mesmo azambujeiro. A Duarte Pacheco Pereira, o *Achilles lusitano*, deu el-rei de Cochim, pelos seus feitos heroicos na India Oriental, por armas: Cinco corôas de ouro em campo vermelho, com orla de oito castellos verdes, sobre dois navios rasos cada castello, em campo branco ondado de azul, e de fóra do escudo sete bandeiras de ponta, tres vermelhas, duas brancas e duas azues: em memoria de cinco reis que desbaratou, oito castellos com que o combateram no mar, e sete bandeiras das mesmas côres, que tomou a el-rei de Calicut em sete combates que lhe deu em pessoa; timbre, um dos castellos com uma bandeira vermelha de ponta. Do continente passaram aos Açôres alguns individuos d'este nobre appellido. Para a ilha de S. Miguel foi, em tempo do 3.º capitão Ruy Gon-

çalves da Camara, Pedro Vaz Pacheco, homem muito rico e de grande autoridade. Viveu em Villa Franca do Campo e ali falleceu, deixando distincta descendencia e representantes.

**Pacheco** *(Affonso Peres)*. Mestre em artes pela Universidade de Evora, cidade d'onde era natural. Estudou depois na Universidade de Coimbra direito canonico e civil. Algum tempo exerceu a advocacia n'essa cidade, e ordenando se de presbytero partiu para Roma, onde se conservou, entrando por fim na congregação do oratorio de S. Filippe Nery, da cidade de Fano, do ducado de Urbino, e ali falleceu em 1660. Deixou a seguinte obra latina, que se imprimiu em 1657: *Apologia utrusque juris per alphabeticum ordinem.*

**Pacheco** *(Albino Augusto)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra; inspector sanitario do lyceu Maria Pia, medico da Assistencia Nacional aos Tuberculosos, etc. Fez um curso brilhante na Universidade, obtendo em todos os cinco annos a mais alta classificação. Doutorou se em junho de 1901. São de valor os seus trabalhos litterarios e scientificos, em que se destacam os seguintes: um estudo realisado nos laboratorios da Universidade sobre a celebre theoria das *neuronias*, trabalho original ao tempo entre nós, pois foi o sr. dr. Albino Pacheco o primeiro que no paiz se occupou d'esta doutrina, publicando a sua obra scientifica na *Coimbra Medica* em 189 . N'essa mesma revista ainda publicou outros trabalhos, entre os quaes uma monographia sobre molestias da espinhal medulla, tão completa que o fallecido professor Augusto Rocha acertou como a mais perfeita producção scientifica n'esse genero, superior ás publicadas na imprensa medica estrangeira. Tambem é um documento de elevado valor o relatorio que apresentou ao congresso da tuberculose, de abril de 1901, sob o titulo de *Prophylaxia Social da Tuberculose*, e a sua these a *Degenerescencia*. A Assistencia Nacional aos Tuberculosos encarregou o em 1901 d'um importante serviço de inspecção domiciliaria aos tuberculosos em tratamento no Dispensario de Lisboa, a qual tem por fim tornar proficuas as medidas prophylaticas aconselhadas n'aquelle benemerito estabelecimento. O sr. dr. Albino Pacheco exerce clinica em Lisboa.

**Pacheco** *(Antonio Ayres)*. Conego da sé cathedral de Lisboa, um dos mais considerados oradores sagrados contemporaneos. N. na aldeia de Villarôco, da Beira Alta, e descende da nobre familia dos Pacheecos. Estudou Theologia no seminario do Funchal, onde o chamou o bispo d'aquella diocese, D. Manuel Agostinho Barreto. Ainda estudante, antes de ordenado presbytero, se distinguiu como orador sagrado n'um sermão que prégou na sé do Funchal, sobre o *Matrimonio e casamento civil*. Em 1888 foi eleito conego da referida sé, e no anno seguinte, 1889, ali fez o elogio funebre d'el-rei D. Luiz I, nas exequias que a camara municipal mandou celebrar. O discurso foi mandado imprimir, em edição estimada, pela mesma camara. A fama de orador sagrado acompanhava o rev. conego Ayres Pacheco, de fórma que, vindo para Lisboa, principiou a ser convidado para prégar nas grandes solemnidades religiosas, como as de Nossa Senhora dos Martyres, da Publicação da Bulla da Cruzada, e muitas outras, fazendo tambem o elogio funebre, nas exequias do antigo chefe do partido regenerador Serpa Pimentel, o de Barros Gomes, tambem nas suas exequias. Prégou no Porto e em mais terras do norte; em Barcellos recitou a oração funebre nas exequias do papa Leão XIII ali celebradas. Em 1902 foi provido por concurso conego da sé de Lisboa. Nas exequias d'el-rei D. Carlos e do principe real D. Luiz Filippe, realisadas na egreja dos Jeronymos, em Belem, no dia 25 de abril de 1908, foi tambem o rev. conego Ayres Pacheco quem se encarregou de pronunciar o elogio funebre dos fallecidos monarcha e principe real. O seu discurso impressionou muito o auditorio, tanto pela sua eloquencia, como pela fórma como descreveu os factos que se deram no fim tragico d'aquelle reinado. O governo agraciou em maio seguinte o distincto orador com a commenda da ordem de S. Thiago, pelos seus muitos meritos scientificos e litterarios.

**Pacheco** *(Antonio de Azevedo Coutinho)* Afamado jurisconsulto. Escreveu varias obras sobre jurisprudencia, que não chegaram a imprimir-se. Accommettido de monomania religiosa, suicidou-se, precipitando-se d'uma janella, já de avançada edade, a 14 de março de 1808. Havia nascido na freg. de Villarôco, do distr. de Vizeu. Era casado com D. Maria Thereza, da nobre casa e quinta de Veiros.

**Pacheco** *(Antonio Caetano)*. Advogado, tabellião, deputado, escriptor, etc. N. em Margão a 12 de novembro de 1800, onde fal. a 2 de maio de 1850. Estudou Theologia e depois Direito, e obtendo carta de advogado exerceu esta profissão em Margão até ser provido no logar de tabellião de notas na comarca de Salsete. Em 1835 foi nomeado membro da junta da justiça da segunda instancia, em 1836 presidente da camara municipal de Salsete, sendo depois reconduzido n'esse cargo. Em 1839 foi eleito deputado pela provincia de Gôa, mas chegando a Lisboa em março de 1840 quando a camara já estava dissolvida só tomou assento nas novas côrtes em 25 de maio do mesmo anno Sendo reeleito em 1842, apresentou muitas propostas, e entre ellas o projecto da reforma judiciaria, a da separação do ministerio da marinha do do ultramar, e oppôz se energicamente á venda dos bens nacionaes existentes em Gôa. Em novembro de 1849 regressou a Margão, fallecendo pouco depois, victima d'um ataque apopletico. Escreveu: *Plano geral de Instrucção Publica nos Estados Portuguezes da India, precedido de uma exposição em que se apresenta o quadro historico dos Institutos do ensino que ahi existem, comparando-os com os que a elles se tem mandado substituir*, etc., Lisboa, 1848. Quando falleceu andava reunindo elementos para uma obra que tencionava escrever, intitulado: *Esboço da historia do Industão*. Veem alguns apontamentos para a sua biographia, escriptos por J. C. Barreto Miranda, na *Illustração Goana*, 1.º anno, 1865, n.º 12, e nos *Quadros historicos de Gôa*, caderneta 3.ª, pag. 144 a 148.

**Pacheco** *(D. Caetano Gouveia)*. Clerigo regular da ordem de S. Caetano, qualificador do Santo Officio e examinador das tres ordens militares, academico da Academia Real de Historia, etc. N. em Rindades, termo da villa de Paredes, a 20 de novembro de 1696, fal. em Lisboa a 4

de março de 1768. Era filho do capitão-mór de Paredes, Manuel de Gouveia Pacheco, e de sua mulher, D. Maria de Sousa Rebello. Estudou algum tempo em Coimbra, mas passando a Lisboa, entrou na ordem de S. Caetano a 3 de abril de 1714, professando em egual dia do anno seguinte, 1715. Continuando a estudar deu provas de tanto talento e saber que foi nomeado qualificador do Santo Officio e examinador das tres ordens militares, sendo em 1735 eleito para substituir na Academia Real de Historia o fallecido beneficiado Francisco Leitão, sendo ao mesmo tempo encarregado de escrever as Memorias para a historia ecclesiastica do bispado de Coimbra. Esteve em 1731 no capitulo geral da ordem de S. Caetano celebrado em Roma, e voltando a Portugal foi nomeado preposito da casa de S. Caetano, cargo que renunciou algum tempo depois, por ser incompativel com a sua tranquilidade e amor ao estudo. Era notavel prégador no seu tempo. Para a sua biographia vejam se as *Memorias Historicas e chronologicas dos Clerigos Regulares* por D. Thomaz Caetano do Bem, tomo II, pag. 235. Escreveu: *Panegyrico funebre nas exequias d'el-rei D. Manuel na Santa Casa da Misericordia*, Lisboa, 1730; *Sermão da canonisação de S. João Francisco Regis, da Companhia de Jesus, prégado no Real Collegio d'Evora*, Lisboa, 1738; Idem, idem, *prégado no ultimo dia do oitavario na egreja da Casa Professa*, Lisboa, 1739; *Pratica com que congratulou a Academia Real de estar eleito seu collega*, Lisboa, 1735; *Elogio funebre de José Contador de Argote, recitado no paço a 31 de março de 1735*, Lisboa, 1735; *Breve relação da Santa Casa do Loreto, com um catalogo de todas as joias, pedras preciosas, peças de ouro e prata do seu riquissimo thesouro*, etc., Lisboa, 1736; com uma estampa; *Instrucção que um antigo official deu a seu filho, quando o mandou assentar praça no presente anno de 1735*, saiu com o nome de Caetano de Sousa Pacheco; *Oração em acção de graças pela felicissima exaltação ao throno pontificio do Santissimo Padre Benedicto XIV*, etc., Lisboa, 1740; *Mysterios da nossa santa fé catholica, escriptas na lingua castelhana pelo doutor Jeronymo Peres, e traduzidos na portugueza*, Lisboa, 1732; saiu com o nome do irmão Alberto Gomes; *Sermão que prégou no dia de Santa Luzia o Eminentissimo Cardeal Cassini na sala do palacio apostolico, deante de Clemente XI, traduzido do italiano*, Lisboa, 1739; saiu com o nome de Luiz de Sousa Rebello; *Relação da fabrica na egreja de Nossa Senhora do Loreto, para nella se depositar o Santissimo Sacramento nas endoenças d'este presente anno de 1735*, Coimbra, 1735; saiu anonyma; *Vida e acções do famoso e felicissimo Sevary, da India Oriental, Escripta por Cosme da Guarda, natural de Murmugão, dedicada ao Ex^mo sr. Duque Estribeiro mór*, Lisboa, 1730; esta obra apezar de trazer no frontispicio o nome supposto de Cosme da Guarda, ha todas as probabilidades que seja de D. Caetano de Gouveia, pois a dedicatoria dirigida ao duque de Cadaval, estribeiro-mór, vem assignada com as proprias iniciaes D. C. de G.

**Pacheco** *(Diogo)*. Jurisconsulto do seculo XVI. Era filho do dr. Alvaro Pires, corregedor da côrte e chanceller da Casa do Civel, e de D. Izabel Pacheco. Foi ministro em varios tribunaes, secretario do bispo do Porto D. Diogo de Sousa, quando este prelado foi em 1505 por embaixador a Roma cumprimentar o novo papa Julio II, e com o mesmo caracter acompanhou Tristão da Cunha na celebre embaixada a Leão X, enviada por el-rei D. Manuel em 1514. Assistiu em 1521 aos pactos matrimoniaes celebrados entre a infanta D. Beatriz e Carlos III, duque de Saboya. Tendo fallecido em 13 de dezembro d'esse anno el-rei D. Manuel, foi acclamado no dia 19 seguinte o novo monarcha D. João III, e n'essa cerimonia pronunciou um brilhante discurso, que, em grande parte, foi transcripto por Francisco de Andrada, na *Chronica* d'este soberano. Os seus discursos, proferidos nas embaixadas citadas, fôram tambem impressos, mas são muito raros. Diogo Pacheco casou com D. Guiomar Cardoso, filha de Pedro Affonso de Carvalho, e de Brites Cardoso.

**Pacheco** *(Diogo Novaes)*. Nome supposto de José Xavier de Valladares e Sousa. V. *este nome*.

**Pacheco** *(Duarte)*. V. *Pacheco Pereira*.

**Pacheco** *(Fr. Duarte)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho. N. em Lisboa, e fal. no convento de S. Filippe o Real, de Madrid, no anno de 1638. Era filho de Bernardim Ribeiro Pacheco, commendador da ordem de Christo, capitão-mór das naus da India, e d'uma armada que foi á costa da Mina, e provedor das fortalezas do reino; e de sua mulher D. Maria de Vilhena. Professou a 13 de março de 1599. Foi mestre de Theologia, prior dos conventos de Leiria, em 1614; de Montemór o-Velho, em 1618; e de Torres Vedras, em 16 0, depois reitor do collegio de Coimbra, em 1626. Escreveu: *Vida, virtudes e milagres de Santa Clara de Monte Falco*, Lisboa, 1628; é traducção da que escreveu em hespanhol Fr. Miguel Solon, valenciano; *Epitome da vida apostolica e milagres de S. Thomaz de Villa Nova..., com um epitome dos religiosos que nas provincias de Portugal e Castella tiveram nome*, Lisboa, 1629.

**Pacheco** *(Fernando)*. Doutor em Direito por uma das Universidades de Italia. Era filho de Duarte Pacheco. Muito douto em Direito Cesareo, e muito versado no estudo da Genealogia, sendo considerado um dos mais celebres genealogicos que floresceram no reinado de D. João III. D. Antonio de Lima disse a respeito de Fernando Pacheco: «Foi homem que por memoria mais soube das lingoas do reino e fóra d'elle. Não foi casado, nem teve filhos e morreu pobre.» Deixou manuscripto: *Nobiliario das familias de Portugal*.

**Pacheco** *(Fernão Rodrigues)*. Este nome é o de um alcaide, que se diz ter sido de Celorico da Beira, no tempo das guerras de D. Sancho II e D. Affonso III, e a quem se attribue um acto perfeitamente lendario. Diz-se que fôra elle e Martim de Freitas os dois alcaides que D. Affonso III, por cousa nenhuma pôde demover a que lhe entregassem os castellos antes da morte de D. Sancho II. Como Affonso III cercara Celorico havia bastante tempo e a praça estava quasi a render se por falta de mantimentos, uma aguia passou por cima da villa e deixou cair do bico uma truta. Fernão Rodrigues Pacheco mandou a logo cozinhar excellentemente, e enviou-a a D. Affonso como prova de abundancia de munições que ainda havia na praça. Ao passo que os documentos contemporaneos comprovam a leal-

dade de Martim de Freitas, nenhum attesta a dedicação de Fernão Rodrigues Pacheco. O caso da truta é uma lenda vulgar nas historias de cêrcos da edade média.

**Pacheco** (*Francisco Pinto*). Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, capitão-mór de Tanger, commissario do tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens. N. em Tanger e viveu no seculo XVII, sendo filho de Antonio Pinto Pacheco e de D. Brazia Antunes. Foi casado tres vezes: a 1.ª com D. Izabel Ferreira; a 2.ª com D. Maria de Vasconcellos e Sousa; e a 3.ª com D. Izabel Zarco Rebello, filha de Thomaz Rodrigues e de D. Margarida Thomazia Rebello de Moura. Escreveu: *Tratado da cavallaria da gineta, com a doutrina dos melhores autores, dedicado ao serenissimo principe de Portugal D. Pedro nosso senhor*, Lisboa, 1670; no fim, de pag. 182 em deante, vem: *Arte e destreza de tourear*. A obra é acompanhada d'um retrato do autor, de gravura aberta a buril.

**Pacheco** (*Gaspar*). Bacharel formado em Canones, arcediago da sé do Porto, cidade onde nasceu; fal. em 9 de julho de 1691, com perto de 50 annos de edade. Era filho de Simão Pacheco e de D. Maria de S. Paulo. Frequentou a Universidade de Coimbra, onde se formou em Canones, como fica dito. Voltando ao Porto, foi commissario do Santo Officio e capellão fidalgo da Casa Real, sendo nomeado arcediago da sé do Porto em 31 de dezembro de 1658. Era muito applicado á historia ecclesiastica, e continuou o *Catalogo dos bispos do Porto*, que escrevera D. Rodrigo da Cunha, começando em D. Fr. João Valladares, e acabando em D. João de Sousa, mas este trabalho não se imprimiu.

**Pacheco** (*Fr. Jacinto*). Religioso da ordem de S. Bento. N. no Porto, e morreu a 26 de junho de 1679. Professou no convento de Lisboa a 25 de abril de 1620. Foi abbade dos conventos de Cucujães, Porto, Paço de Sousa, S. Romão, e do collegio de Coimbra. Gozou creditos de excellente prégador, e dispunha-se a publicar um volume dos seus sermões quando falleceu.

**Pacheco** (*Fr. João*). Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho. N. em Aldeia Gallega em 1671; ignora-se a data do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1747. Era filho de Mathias Pacheco Pimentel, cavalleiro professo da ordem de Christo e capitão-mór das villas do Ribatejo, e de D. Francisca Pereira de Vasconcellos. Professou no convento da Graça de Lisboa a 2 de fevereiro de 1694, aos 17 annos de edade. Foi superior do convento de Nossa Senhora da Penha de França, mestre de noviços do convento da Graça, de Lisboa, e prior dos conventos: de Lamego, em 1706; Villa Viçosa, em 1709; e de Lisboa, em 1740. Escreveu: *Divertimento erudito para os curiosos de noticias historicas, escolasticas e naturaes, sagradas e profanas, descobertas em todas as edades e estados do mundo até o presente*, Lisboa, tomo I, 1734, II, III e IV, 1738 Além d'estes 4 grossos volumes ha ainda na Bibliotheca Nacional de Lisboa, outro manuscripto, de egual grandeza que o autor não chegou a imprimir. A obra devia comprehender ao todo 8 tomos, de que já existia acabado o 6.º e começado o 7.º Ao 8.º devia seguir-se a Historia Universal de todas as séries das monarchias, etc.

**Pacheco** (*João Fernandes*). Fidalgo, filho de Diogo Lopes Pacheco, e um dos mais valentes cavalleiros de D. João I, com quem esteve em Aljubarrota e em Trancoso. Foi guarda-mór do referido monarcha. Quando D. João I se queixou no cêrco de Coria de não ter ali os cavalleiros da Tavola Redonda, Mem Rodrigues de Vasconcellos respondeu-lhe citando os mais bravos cavalleiros do exercito, e dizia: «Lancelot é bem substituido por João Fernandes Pacheco.» Ciumes do condestavel D. Nuno Alvares Pereira fizeram com que João Fernandes Pacheco, Martim Vasques da Cunha e outros fidalgos dos mais leaes e mais ficis servidores de D. João I passassem a Castella. João Fernandes Pacheco lá foi dar origem á nobre familia dos marquezes de Vilhena e duques de Escalona.

**Pacheco** (*João Mendes*). Medico que viveu nos fins do seculo XVI, que esteve para se achar envolvido no processo do pasteleiro de Madrigal, que se queria fazer passar por el-rei D. Sebastião. Foi condiscipulo em Coimbra de Fr. Miguel dos Santos, o frade autor de todo o trama. Tivera logo depois de Alcacer-Kibir uma aventura mysteriosa. Fôra chamado em segredo pela viuva de Christovão de Tavora, o amigo de D. Sebastião, e encarregado por ella de ir tratar mysteriosamente um ferido. Foi, curou-o, mas nunca lhe pôde vêr a cara, e como todos lhe falavam com respeito, João Mendes Pacheco suspeitou por um momento que seria D. Sebastião esse ferido mysterioso. Depois nunca mais pensou n'isso. Uma vez lembrou-se do seu condiscipulo fr. Miguel dos Santos, que estava em Hespanha, e escreveu-lhe mandando-lhe perguntar se lhe podia arranjar modo de ganhar a sua vida. Fr. Miguel dos Santos, que conhecia a historia, chamou o logo a Madrigal, pediu-lhe que contasse a aventura que lhe succedera a D. Anna d'Austria, cuja cabeça já fraca elle andava enlouquecendo, dizendo-lhe que Gabriel Espinosa, o pasteleiro de Madrigal, era D. Sebastião, e quiz vêr tambem se fazia do medico seu cumplice. Perguntou lhe se não achava que Gabriel Espinosa se parecia muito com D. Sebastião. O medico respondeu-lhe logo que se não parecia nada, e que se Gabriel Espinosa queria inculcar isso, era um perfeito impostor. Em presença d'esta resposta, decidida e franca, Fr. Miguel dos Santos não insistiu, e João Mendes Pacheco só appareceu como testemunha n'aquelle processo.

**Pacheco** (*João Pires da Matta*). Cavalleiro e commendador da ordem de S. Bento de Aviz; cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição e da Torre e Espada; bacharel formado em Medicina na Universidade de Salamanca; cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, cirurgião de divisão, socio correspondente, secretario e presidente da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, da Academia de Cadiz, e das Economicas Salamantina, e de Leão, etc. N. em Mafra a 8 de fevereiro de 1812, fal. em Cabeço de Vide, proximo da fronteira, a 5 de janeiro de 1868. Era filho de Manuel de Jesus Pacheco e de D. Maria Rosa Cartwright. Sendo admittido no quadro dos cirurgiões do exercito em 1835 e collocado em infantaria n.º 1, partiu logo para Hespanha fazendo parte da Divisão Auxiliar, e aproveitando a demora que o regimento teve em Salamanca, adquiriu o titulo de bacharel em Medi-

cina na Universidade d'aquella cidade. Depois do seu regresso á patria, foi em 1859 promovido a cirurgião-mór, tendo antes frequentado o 5.º anno da Escola Medico-Cirurgica que lhe faltava no curso, e passado pelos exames militares que n'aquella epoca se exigiam. Em 1842 requereu ser collocado na 3.ª secção, e ahi permaneceu até 1847, anno em que voltou ao serviço. Promovido a cirurgião de brigada em 1851, exerceu varias commissões; em março de 1862 foi elevado a cirurgião de divisão. Em 1866 foi nomeado chefe do serviço sanitario do campo de instrucção e manobras em Tancos por occasião da reunião de tropas ali effeituada n'esse anno. N'esse serviço adquiriu a doença das vias urinarias de que veiu a fallecer. Collaborou muito no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, na *Gazeta Medica do Porto*, e na *Revista Militar*. Escreveu: *These, ou dissertação, que sobre o parto prematuro artificial apresenta para ser defendida na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa*, Lisboa, 1839; *Relatorio sobre as febres intermittentes da Barca d'Alva;* saiu na *Gazeta Medica* do Porto, de 30 de junho de 1852; *Memoria topographica de Vendas Novas, em que se consideram as circumstancias hygienicas d'esta povoação sob o ponto de vista da conveniencia de estabelecer se n'ella um polygono para as experiencias da arma de artilharia;* saiu na *Revista Militar*, de dezembro de 1857; *Breves considerações sobre as febres intermittentes perniciosas, e inefficacia da quina em alguns casos;* sairam no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*; *Discurso lido na sessão solemne anniversaria da sociedade das sciencias medicas de Lisboa, no dia 18 de fevereiro de 1864*, Lisboa, 1864; saiu tambem no *Jornal* da mesma sociedade; *Relatorio do serviço sanitario do 3.º corpo*; é datado de 30 de dezembro de 1866, e foi publicado em appenso ao *Relatorio sobre o campo de instrucção e manobra*, pelo coronel do corpo do estado maior Antonio de Mello Breyner, de pag. 102 a 130.

**Pacheco** (*João de Sousa*). Michaelense illustre que casou com D. Marianna do Canto, filha de Antonio Faria Maia e de D. Luiza do Canto. Recebeu com muita galhardia o P. Antonio Vieira, quando o grande orador sagrado esteve na ilha de S. Miguel em 1654, o qual a seu pedido prégou o celebre sermão de Santa Thereza n'uma festa promovida pelo seu hospede.

**Pacheco** (*José Caetano Preto*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado n'aquella comarca e mais tarde no Porto. N. em Escarigo, districto da Guarda, a 30 de maio de 1839, sendo filho de Caetano Antonio Fernandes Preto. Matriculou-se na Universidade em outubro de 1863, e fez acto de formatura em 1868. Escreveu: *Estudos economicos. O pauperismo e a associação*, vol. I, Coimbra, 1868. Começou a publicar em Coimbra, no anno de 1868, a *Revista de direito administrativo*, de que foi fundador e o principal redactor.

**Pacheco** (*José Guilherme*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. no Rio de Janeiro a 10 de fevereiro de 1823, fal. no Porto a 7 de dezembro de 1889. Era filho de Manuel Albino Pacheco e de D. Anna Maria Cordeiro Pacheco. Veiu para Portugal com seis mezes de edade, e destinando-se á vida commercial voltou em 1835 ao Brazil, iudo empregar-se na importante casa commercial d'um seu tio, mas aquella carreira não o attrahia, e obtendo o consentimento dos seus paes, voltou a Portugal, e foi matricular-se na Universidade de Coimbra na faculdade de Direito, cujo curso terminou em 1852. Passou então a residir em Paredes onde se conservou durante 30 annos, que foi verdadeiramente a sua terrra adoptiva, á qual se dedicou com um zelo e um amor verdadeiramente extraordinarios, e onde grangeou tão notavel influencia que os seus amigos o denominavam alegre e cordealmente, e os seus inimigos zombeteiramente, o *rei de Paredes*. Em 1858 foi eleito presidente da camara municipal d'aquella villa, e em 1859 deputado por aquelle circulo, deixando de o ser, quando o deputado era Martens Ferrão, que o proprio José Guilherme Pacheco indicava aos eleitores, e que foi por largos annos o candidato inamovivel de Paredes, porque era o candidato inamovivel de José Guilherme Pacheco. Quando em 1868 o ministerio da fusão se demittiu, havendo no paiz uma certa agitação contra as medidas financeiras que elle proclamára, difficilmente encontraram os ministros que saiam, circulos por onde fôssem eleitos, porém Martens Ferrão, que fôra ministro do reino e por conseguinte dos que mais hostilidades haviam suscitado, não esteve nem um só instante em perigo de não ser reeleito, e veiu como de costume, deputado pelo circulo de Paredes. Quando Martens Ferrão foi eleito par do reino em 1871, é que José Guilherme Pacheco tornou a ser deputado pelo circulo de Paredes. Foi presidente da commissão do recenseamento da referida villa. Deixou de ser presidente da camara municipal, quando foi nomeado procurador á junta geral do districto do Porto, logar que desempenhou por mais de 20 annos. Foi tambem governador civil de Angra do Heroismo. Zeloso funccionario, n'estes dois ultimos cargos publicou relatorios importantes, prestou altos serviços aos districtos, como os prestára tambem ao concelho de Paredes. A' sua iniciativa deveu o districto do Porto a sua Escola Normal, e Angra do Heroismo um bom serviço de expostos. Em 1866 era presidente geral do districto do Porto, quando a junta foi arbitrariamente dissolvida pelo governo progressista. José Guilherme Pacheco resistiu energicamente, sendo necessario o emprego da força para debellar o seu vehemente e liberal protesto. A sua saude, porém, declinava rapidamente, os seus haveres quasi que os consumira todos na politica, e até renunciara ao emprego que obtivera por concurso de contador da Relação do Porto, de que teve a nomeação em 1878. O que tinha era muito trabalho gratuito, como o de inspector dos albergues nocturnos e das escolas normaes de cuja commissão era presidente. Abandonou tambem para o fim da vida a advocacia, que alguns lucros lhe dava. José Guilherme Pacheco tinha a carta de conselho desde 1858, e era commendador da ordem de Christo. Escreveu: *Reforma do regulamento de expostos*, Augra do Heroismo, 1859; *Relatorio apresentado á junta geral*, Augra do Heroismo, 1859. Em diversos jornaes politicos publicou artigos e correspondencias sobre assumptos de interesse publico relativos ao concelho de Paredes. Creou e fundou o *Diario das sessões da junta geral do districto do Porto* em 1878. Elaborou muitos relatorios, etc.

**Pacheco** *(José Joaquim)*. Valente official do exercito no tempo das campanhas da Liberdade. N. em Obidos no anno de 1792. Era filho de Manuel Caetano d'Avellar Pacheco. Seguindo a carreira militar, assentou praça a 25 de outubro de 1807, foi reconhecido cadete em março de 1809 e despachado alferes para o regimento de infantaria n.º 4 em setembro do mesmo anno. N'esse corpo serviu durante a guerra da Peninsula, sendo promovido a tenente em setembro de 1812 e n'elle respondeu em outubro de 1813 a conselho de guerra. Não pudémos averiguar o que deu causa a esse processo, julgamos porém que foi qualquer questão ou disputa havida entre varios officiaes do regimento e segundo nos parece todos da mesma companhia. Eram os réos: o capitão José Ignacio da Silva Freire, os tenentes André Avelino da Costa, José Joaquim Pacheco e Antonio Joaquim Henriques Lobinho, e o alferes Manuel Ignacio Pereira, os quaes fôram condemnados a degredo para sempre para o Brazil, excepto o tenente Costa a quem o conselho applicou a pena de um mez de rigorosa prisão. O marechal Beresford confirmou esta sentença, mas o principe regente alterou-a determinando que o capitão e o tenente Lobinho passassem a aggregados por um anno e perdoando a todos os outros réos em attenção á sua pouca edade. D'ahi a pouco o tenente Pacheco offereceu-se para fazer parte da divisão de voluntarios do principe que embarcou para a America e, primeiro como capitão, desde 1815, e depois como major, posto a que subiu em março de 1821, esteve na campanha da margem oriental do Rio da Prata até que regressou a Portugal em fins de 1823. Collocado então no regimento 23, entrou nas primeiras campanhas da liberdade em 1826 e 1827, distinguindo-se em varias occasiões e especialmente na ponte de Mizarella onde livrou d'uma completa derrota a fôrça constitucional. Sendo major de infantaria 7 nos principios de 1828, emigrou para o estrangeiro e indo depois juntar-se aos defensores da causa de D. Maria II nos Açôres, commandou ahi o deposito de cadetes, prestou bons e importantes serviços, e em outubro de 1831 foi collocado á testa do batalhão de infantaria 10 com o qual mais tarde veiu desembarcar no Mindello. Poucos depois da sua chegada ao Porto teve o major Pacheco occasião de mostrar a sua grande intrepidez e coragem na batalha de Ponte Ferreira, e d'ahi por deante sem exaggero se póde affiançar que em todos os ataques e sortidas elle se portou de um modo superior a todo o elogio. Em Souto Redondo, em 16 e 29 de setembro, em 4 de março e em 25 de julho praticou este bravo official prodigios de valor, sendo duas vezes levemente ferido e ganhando pela sua heroicidade e decidida intrepidez os postos de tenente-coronel e coronel, o grau de official da Torre e Espada, e as commendas de Aviz e da Conceição. Ficando, como chefe do estado-maior junto do general Stubbs, quando Saldanha veiu para Lisboa, distinguiu-se ainda na batalha de 18 d'agosto e caiu ferido mortalmente n'um combate travado na Areosa no dia 1 de dezembro, fallecendo no dia seguinte pelas 9 horas da noite. O valente coronel que tantas vezes expuzera a vida nos grandes combates que se deram na cidade invicta, foi encontrar a morte n'uma insignificante escaramuça quando vinha proximo o dia em que os exercitos absolutistas se viram forçados a depôr as armas, e em que se estabeleceu definitivamente na nossa terra o systema liberal, que o coronel Pacheco defendera e sustentara com tanto brio e tanto valor.

**Pacheco** *(Lopo de Paiva Palma)*. Formado na Universidade de Coimbra, não se sabe em que faculdade. Escreveu: *Breve discurso sobre as artes liberaes*, Lisboa, 1812.

**Pacheco** *(Lourenço de Anvers)*. Contador da contadoria geral da guerra e do reino. Era natural de Lisboa, e viveu no seculo XVIII, sendo filho de Antonio da Costa Real e de D. Rosa Josepha de Anvers. Foi muito erudito em letras humanas e nas artes poetica e oratoria. Pertenceu ás academias dos Applicados, Latina, Portugueza e dos Escolhidos. Compoz varias poesias que estão publicadas nas collecções d'estas academias.

**Pacheco** *(Lourenço Justiniano)*. Poeta do seculo XVIII. N. no logar de Barrosas, termo de Guimarães, a 8 de janeiro de 1712. Era filho de Antonio Pacheco Monteiro e de Ignez da Silva. Escreveu: *Panegyrico ao fidelissimo D. José I, nosso senhor*, Lisboa, 1759; *Romance heroico á intempestiva morte da serenissima senhora infanta Dona Francisca*, Lisboa, 1736; saiu na *Collecção dos sentimentos metricos a este assumpto*; *Romance a Christo Crucificado no ultimo extremo da vida*, Lisboa, 1737.

**Pacheco** *(Luiz de Castro)*. Doutor e lente da faculdade de Direito Pontificio, na Universidade de Coimbra, que viveu no seculo XVI. Era filho de Gomes Pacheco. Estudou Jurisprudencia pontificia na referida Universidade; foi conego na sé de Coimbra, lente de Clementinas, que novamente se creou e de que tomou posse a 34 de janeiro de 1558, d'onde se transferiu á de Decreto em 31 de outubro de 1560, á de Vespera em 7 de dezembro de 1565, jubilando-se em 1578. Foi elle quem pronunciou a oração congratulatoria na sala da Universidade, por occasião da visita d'el-rei D. Sebastião áquelle estabelecimento scientifico em 1578, e quem recitou a oração funebre nas exequias que a Universidade mandou celebrar áquelle monarcha depois da batalha de Alcacer-Kibir.

**Pacheco** *(Marçal de Azevedo)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, etc. N. em Loulé em 1848, onde tambem falleceu em abril de 1896. Era filho de José Antonio Pacheco. Feitos os estudos preparatorios em Lisboa, matriculou se na Universidade de Coimbra no 1.º anno de Direito, cujo curso concluiu em 1872, tendo recebido premio no 3.º anno, e outras distincções. Concluida a formatura foi exercer a advocacia em Loulé, onde foi presidente da camara municipal, e vindo mais tarde para Lisboa entrou na politica filiando se no partido regenerador, pertencendo ao chamado *grupo Barjona*, acompanhando este estadista na sua dissidencia, quando succedeu a morte de Fontes Pereira de Mello, em 22 de janeiro de 1887. Foi pela primeira vez deputado pelo circulo da Pesqueira em 1878, depois, á excepção das legislaturas de 1879 e 1881, teve sempre assento na camara dos deputados, sendo eleito pelo Algarve, por onde tambem foi eleito par do reino. Em 1894, o conselheiro Dias Ferreira o propoz á corôa como par vitalicio,

n'uma das quatro vagas que havia a preencher. O dr. Marçal Pacheco entrou em muitas discussões nas duas camaras, sendo sempre ouvido com toda a attenção. Foi advogado e director de varias companhias, exercia as funcções de sub-director no ministerio da justiça, e na direcção geral de estatistica. Casou em junho de 1886 com D. Hersilia Cordeiro de Sequeira, filha de José Antonio Pereira de Araujo Sequeira, tenente-coronel de artilharia, e de sua mulher D. Maria José Cordeiro.

**Pacheco** *(Miguel)*. Freire da ordem de Christo, procurador da mesma ordem em Lisboa e em Madrid, provedor e administrador perpetuo do hospital de Santo Antonio dos portuguezes na mesma cidade, etc. N. em Coimbra, e falleceu no referido hospital, em Madrid no anno de 1668. Professou no convento de Thomar em março de 1606. Escreveu em hespanhol as duas obras seguintes: *Epitome de la vida, acciones y milagros de Santo Antonio, natural de Lisboa*, Madrid, 16 6; Lisboa, 1658; *Vida de la serenissima infanta D. Maria, hija delrey Don Manuel y fundadora de la insigne capilla mayor del convento de N. Senhora de la Luz, y de su hospital y outras muchas casas dedicadas al culto divino*; Lisboa, 1675. Depois da sua morte publicou-se: *Sermão do glorioso padre Santo Antonio, prégado na egreja do hospital de Santo Antonio dos portuguezes em Madrid*, 1694. Foi a unica obra de Fr. Miguel Pacheco que se publicou em portuguez.

**Pacheco** *(Miguel Augusto)*. Primeiro official da direcção geral das contribuições directas, e antigo delegado do thesouro em Faro. N. em 1832, e fal. em 27 de março de 1885. Serviu em varias commissões de serviço publico, e entre ellas a de chefe de repartição, sempre com intelligencia e exemplar solicitude, merecendo elogios dos superiores. Escreveu: *Compilação alphabetica do regulamento da contribuição industrial de 26 de agosto de 1872*, etc., Lisboa. 1873.

**Pacheco** *(P. Pantaleão Rodrigues)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, clerigo secular, bispo de Elvas, etc. N. em Evora, e fal. em Lisboa a 30 de dezembro de 1667. Estudou direito pontificio na referida Universidade, em que se doutorou. Foi conego doutoral na sé de Coimbra, e passou depois para a de Lisboa em 12 de junho de 1637; deputado e inquisidor na mesma cidade, deputado do conselho geral do Santo Officio a 28 de janeiro de 1641, e desembargador do Paço. Acompanhou a Roma, por ordem de D. João IV, o bispo de Lamego D. Miguel de Portugal, mandado como embaixador para solicitar da curia romana o restabelecimento da independencia do reino, e a confirmação dos prelados eleitos pelo rei. Foi eleito bispo de Elvas em 1655, e um dos juizes na causa da annullação do casamento de D. Affonso VI com a rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboya, sendo preso injustamente pela inconfidencia. Escreveu: *Manifesto do reino de Portugal, apresentado á Santidade de Urbano VIII, sobre o direito com que D. João IV possue seus reinos e senhorios de Portugal*, etc.; saiu em italiano, sendo mais tarde traduzida em portuguez, ao que parece, por diversas pessoas, e publicada em Lisboa. 1643. Julga-se ser d'elle, ou de D. Nicolau Monteiro, a seguinte obra, que saiu anonyma: *Discursos que se presentaram na curia romana, por que se mostra que o ill.mo e rev.mo sr. D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego, havia de ser recebido n'aquella côrte como embaixador do senhor Rei de Portugal D. João IV*, traduzidos do italiano em portuguez, Lisboa, 1642.

**Pacheco** *(D. Fr. Pedro)*. Religioso da ordem de S. Domingos, bispo de Cochim, etc. N. em Lisboa e fal. em Gôa em 1713. Passando ao Oriente foi vigario d'uma das egrejas pertencentes á sua ordem nos territorios dos rios de Sena, e voltando ao reino viveu no convento de S. Paulo d'Almada. Embarcando novamente para a India com o cargo de vigario geral da sua congregação, e arribando o navio a Lisboa, foi nomeado bispo de Cochim, nomeação que foi confirmada por Innocencio XII, a 24 de janeiro de 1691. Partindo então outra vez para o Oriente governou o arcebispado de Gôa por morte do prelado D. Fr. Agostinho da Annunciação. Das suas acções como governador do arcebispado de Gôa deu-se a noticia n'um artigo intitulado *Sé vaga de 1713 a 1716*, que saiu no *Boletim do governo do estado da India*, de 19 a 22 de março de 1861. Publicaram-se varias cartas suas no *Chronista de Tissuary*. Publicou tembem em 1685, em Lisboa: *Discurso sobre a sentença «Tudo e nada diz quem diz amigo.»*

**Pacheco** *(P. Simão Cardoso)*. Muito perito na lição de Historia sagrada e profana. Era natural de Trancoso, sendo filho de Simão Gonçalves Pacheco e de Brites Cardoso de Castro. Escreveu: *Vida e milagres da veneravel madre Francisca da Conceição, religiosa exemplarissima no mosteiro de Santa Clara da villa de Trancoso.*

**Pacheco** *(P. Victorino)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1697, ignora-se a data do falleecimento. Era filho de Antonio de Almeida Pacheco e de Maria Pacheco. Entrou no noviciado da Companhia de Jesus, aos 15 annos de edade, a 8 de abril de 1712. Estudou letras humanas no collegio de Santo Antão de Lisboa, e depois as sciencias severas. Dedicando-se ao pulpito, tornou-se um dos melhores prégadores do seu tempo. Publicou em Lisboa a terceira edição do *Martyrologio Romano, dado á luz por mandado do papa Gregorio XIII, e novamente accrescentado por autoridade do papa Clemente X; traduzido do latim em portuguez por alguns padres da Companhia de Jesus, impresso a primeira vez em Coimbra no anno de 1591, segunda vez em Lisboa com alguns aditamentos no de 1681, e agora emendado e accrescentado copiosamente*, em 1748.

**Pacheco de Brito** *(Mendo)*. Professor de Mathematica, e medico, que viveu no seculo XVII. Escreveu: *Discurso em os dois phenomenos aereos do anno de 1618*, Lisboa, 1619.

**Pacheco Leitão** *(João de Sousa)*. Cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, marechal de campo reformado, lente do 5.º anno de Mathematica na Academia Militar do Rio de Janeiro, creada pela carta de lei de 4 de dezembro de 1810, um dos nomeados em 1822 para a regencia do Brazil, etc. N. em Lisboa em 1770, onde tambem fal. a 11 de agosto de 1855. Era filho illegitimo d'um fidalgo da casa dos duques de Latões, sendo por elle legitimado já em edade madura, de que teve depois carta de confirmação regia dada a 15 de junho de 1819. Foi herdeiro de seu pae na administração do morgado do Burro Mocho e na capella de S. Bento, que conservou duran-

te toda a sua vida, e teve a quinta da estrada do Lumiar para a Luz, etc. Seguindo a carreira militar, acompanhou a familia real para o Brazil em 1807, e em 1810 foi nomeado professor de Tactica e Fortificação na Academia Militar, já citada. Foi promovido a coronel de engenheiros graduado, em 13 de maio de 1819. Regressando a Portugal em 1821, ou pouco depois, foi collocado na classe dos officiaes addidos do referido corpo de engenheiros, e como tal se conservou até ser em 1851 reformado no posto de marechal de Campo. Escreveu: *Tratado elementar da Arte militar e de Fortificação, composto para uso dos discipulos da Escola Polytechnica e das Escolas militares de França por Mr. Gui de Vermon: traduzido por ordem superior para uso da Real Academia Militar do Rio de Janeiro, com algumas alterações e notas criticas*, etc., Rio de Janeiro, 1813; *Reflexões militares sobre as campanhas dos francezes em Portugal*, Rio de Janeiro, 1812; Balbi faz menção d'este opusculo no tomo II do *Essai Statistique*, pag. XIV; *A Genieida: poema philosophico e allegorico, sobre a lucta da Liberdade contra a Tyrannia, principalmente sobre a notavel revolução do espirito humano no seculo XIX*, Lisboa, 1835, 2 tomos; saiu com o nome poetico de *Leucacio Ulyssiponense*, e as iniciaes do proprio nome J. S. P. L. Este poema, que consta de 20 cantos em versos hendecasyllabos soltos, é muito pouco conhecido, porque teve pouca venda, e a maior parte da edição ficou existindo, por morte do autor, em poder da sua viuva. No seu testamento deixou especificado, que o não sepultassem em tumulo, mas simplesmente n'um chão que se comprasse, pondo-se sobre a campa estas palavras: *Aqui jaz o autor da Genieida*. Escreveu mais: *A restauração da Liberdade*, poema, seguido de *Cinco Epistolas a Aonio*, sobre o mesmo assumpto, isto é, sobre o proseguimento da guerra civil desde 1828, terminando com a entrada em Lisboa da divisão constitucional em julho de 1833, Lisboa, 1834; saiu tambem com o nome de *Leucacio Ulyssiponense;* devia constar de 12 cantos, mas sairam só seis; *O Brasil e a constituição de Portugal, ou ensaio para a resolução do problema da reunião dos portugueses de ambos os hemispherios, por J. S. P. L.* 1.ª parte, Rio de Janeiro, 1822; parece que se não publicou a 2.ª parte; *Exposição das despezas, e estado do pharol da ilha Raza, desde o seu principio até o fim de maio do presente anno, e observações sobre a perda do catraio dos transportes, acontecida no dia 27 do mesmo mez*, Rio de Janeiro, 1822; tem a data d'esta cidade, 26 de junho de 1822. N'essa epoca, Pacheco Leitão assignava se *coronel-engenheiro commissionado dos pharoes*. Deixou manuscripto um poema intitulado *A Natureza*, de cujo canto X transcreve um trecho nas notas da *Genieida*, pag. 330, do tomo I.

**Pacheco e Menezes** *(Luiz da Cunha)*. Fidalgo. N. a 16 de maio de 1743, e fal. a 30 de setembro de 1819. Era filho do marechal de campo José Felix da Cunha e Menezes. Foi nomeado governador da capitania dos Goyazes no Brazil, em substituição de José do Almeida de Vasconcellos de Sobral e Carvalho, recebeu em Villa Nova com manifestações muito affectuosas, uma deputação dos Indios Caiapós, que d'ahi por deante se tornaram mais trataveis, e se mostraram fieis alliados dos portuguezes. Cuidou muito de obras publicas, promoveu o alinhamento das ruas da cidade, a demarcação do seu districto, concertou tres pontes, e fez a alameda de arvores, que serviu de passeio publico. Foi transferido a 10 de junho de 1783 para a capitania de Minas Geraes, onde succedeu a D. Rodrigo José de Menezes. No seu tempo se plancou a celebre conspiração do Tira-Dentes, que só se puniu no tempo do conde de Barbacena, seu successor. Retirou-se para Portugal, onde fal. com 75 annos de edade.

**Pacheco Pereira** *(Duarte)*. Celebre heroe cognominado por Camões e pelos nossos classicos o *Achilles Lusitano;* cavalleiro da casa de D. João II, governador do castello de S. Jorge da Mina, etc.. N. em Santarem, sendo filho de João Pacheco e de D. Izabel Pereira. Era homem de grande erudição, e tendo-se dedicado ás armas, partiu para o Oriente a 6 de abril de 1503 na esquadra capitaneada por Affonso d'Albuquerque, indo como commandante da nau *Espirito Santo*. Chegando a Cochim, Duarte Pacheco logo se distinguiu n'umas correrias contra o samori de Calicut, vencendo-o em sete victorias successivas. O rajá de Cochim consagrou tanta admiração ao bravo guerreiro, que quando Affonso d'Albuquerque regressou ao reino, pediu lhe que o deixasse ali ficar, para o proteger dos ataques do samori seu inimigo. Assim o fez Affonso d'Albuquerque, e Duarte Pacheco ficou á frente d'uns 150 homens como capitão de mar. N'essa qualidade deixava-lhe Affonso d'Albuquerque uma nau, duas caravélas e a chalupa de outra nau tripulada por 100 homens, deixando-lhe ainda mais 50 homens n'uma tranqueira que levantára em Cochim. A' frente d'essa insignificante esquadrilha fez Duarte Pacheco algumas pequenas expedições maritimas em que fez presas importantes; mas o samori, sabendo da pequenissima força portugueza que ficára em Cochim, deliberou expulsar da India esses importunos estrangeiros, e infligir uma severa lição ao rajá de Cochim, pelo bom acolhimento que lhes déra. Colligou, porém, todos os rajás visinhos, e reuniudo um exercito de 50:000 homens, uma esquadra de 150 navios, marchou sobre Cochim. O rajá nosso amigo julgou-se perdido completamente, e com o animo verdadeiramente generoso aconselhou Duarte Pacheco a que não sacrificasse os seus poucos soldados n'essa tormenta, e fôsse invernar á costa da Arabia, deixando-o a elle affrontar sósinho a tempestade, e curvar-se ao dominio do indignado samori. Duarte Pacheco era extremamente colerico, e indignado com esta resposta, esteve quasi para arremetter contra o proprio rajá, dizendo-lhe que não havia de o abandonar, e que prenderia o samori de Calicut, mas isto com tanta furia, que o pobre rajá se calou, julgando que Duarte Pacheco perdera o juizo. Nos meados de março de 1504 appareceu o samori de Calicut com o seu grande exercito, pretendendo passar o rio no vau de Cambalam. Esse vau, porém, fortificara-o Duarte Pacheco admiravelmente, e distribuira com a maxima habilidade os 70 portuguezes de que podia dispôr, combinando as caravélas e as chalupas, com as restingas e os bancos de areia, aproveitando o melhor que podia a artilharia de que dispunha, e que era relativamente numerosa; tinha tambem 1:000 soldados de Cochim, mas esses estavam profundamente ater-

rados e fugiram aos primeiros tiros. Só ficaram os que estavam a bordo das caravélas misturados com os portuguezes. O samori investiu o vau com a maior confiança; tinha comsigo uns bombardeiros italianos, mas a artilharia era insignificante. Em compensação, Duarte Pacheco tinha 18 peças de differentes calibres, estava bem munido de panellas de polvora e de alcanzias e de quantos artificios lhe podia ministrar a arte pyrotechnica do seu tempo. Bem manobrada, a nossa artilharia repelliu constantemente o inimigo, e este, depois de perdas enormes, viu com o maior espanto que não pudera forçar um passo defendido apenas por setenta e tantos homens. Um dos estratagemas, de que se servira Duarte Pa-

Duarte Pacheco Pereira

checo, fôra o de atar umas ás outras as caravélas o as chalupas, de modo que formava assim na agua uma verdadeira phalange composta e unida que tomava todo o passo. Era invencivel, e nada poderiam contra elle os 50:000 homens do samori, nem 500:000 que fôssem. O samori, porém, suppoz que a victoria era devida simplesmente ao valor pessoal de Duarte Pacheco, e resolveu, portanto, desvial-o da lucta, operando uma diversão e ameaçando a nau que estava defronte de Cochim. Duarte Pacheco, effectivamente, correu em seu auxilio, mas nem por isso os defensores do vau de Cambalam deixaram de repellir o inimigo, e quando Duarte Pacheco voltou, e voltou com uma rapidez maravilhosa, a derrota do samori foi completa. Desesperado, o samori tentou abrir passagem por outro vau mais distante, onde quando vasava a maré não podiam chegar os nossos navios, ao mesmo tempo que empregava os seus navios contra os nossos no primeiro vau. Duarte Pacheco dividiu tambem facilmente as suas forças, porque ao passo que mandava os escaleres para o vau onde não podiam chegar as caravélas, conservava se com estas a meia legoa de distancia, repellindo, a esquadra inimiga. Quando a maré encheu e permittiu aos navios portuguezes subir o rio, Duarte Pacheco, fazendo um supremo esforço, repelliu a tiro de peça os navios inimigos, subiu rapidamente o rio, e appareceu, quando menos o esperavam, no vau onde os nossos soldados combatiam. Estas subitas apparições de Duarte Pacheco é que sobretudo aterravam o inimigo. Comtudo, Duarte Pacheco percebeu que n'esse segundo vau é que estava o grande perigo, e como os soldados do rajá de Cochim quasi lhe não serviam para mais nada, apezar de já terem adquirido grande força moral com as inesperadas victorias dos portuguezes, mandou guarnecer o vau de estacaria, e julgou poder confiar n'elles bastante para lhes entregar a defeza d'essa mesma estacada, mas enganou-se, e esse engano foi causa do maior perigo que elle correu em todos estes combates homericos. Effectivamente as tropas do samori puzeram em fuga os soldados de Cochim e o peor ainda foi que, por causa da fumarada da batalha, estiveram muito tempo os nossos sem ter conhecimento da fuga dos seus alliados. Assim conseguiram os de Calicut travar com os nossos uma lucta corpo a corpo, e era esse o grande perigo, porque 50 homens não pódem deixar de ser esmagados por 50:000. O que nos valeu n'essa occasião foi a maré, quando principiaram a apparecer na foz do rio as ondas espumosas que annunciavam que o vau ia deixar de ter pé, os nossos redobraram os esforços, e os inimigos fôram mais uma vez repellidos. Desesperado com as suas infructiferas tentativas, vendo de mais a mais o seu exercito dizimado por uma epidemia que o assaltára, o samori resolveu dar um ataque decisivo e vigoroso, empregando para isso todos os recursos da sua estrategia. Primeiro mandou fazer uns brulotes que deviam ir cair sobre os navios portuguezes; depois uns oito castellos blindados que dominavam a nossa esquadra. Estes estratagemas eram perfeitamente primitivos, ou pela invenção, ou pelo modo como eram empregados. Os brulotes, não tendo quem os dirigisse, fôram esbarrar n'uma jangada chapeada de ferro que Duarte Pacheco dispuzera deante da esquadra, onde arderam inoffensivamente, dando até descanço aos nossos combatentes. Os castellos ainda produziram ao principio algum terror, porque se mostravam invulneraveis ás nossas peças, mas um *camello*, peça de grande calibre, que Duarte Pacheco assestou contra os castellos d'onde caia sobre os nossos navios um chuveiro de settas e balas, ao setimo ou ao oitavo tiro demoliu-os, e toda a estrategia do samori ficou assim completamente frustrada. Este mallogro das suas esperanças desanimou completamente o samori de Calicut, que tentou ainda umas duas investidas, mas que retirou depois tão profundamente abatido, que, deixando o throno, se acolheu n'um d'esses mosteiros brahmanicos, em que se passa a vida em penitencia. E' difficil de exprimir o jubilo e o enthusiasmo do rajá de Cochim. Duarte Pacheco pouco tempo se demorou a receber as congratulações do seu alliado. Sabendo que o feitor de Quiloa, Antonio de Sá, que estava n'essa cidade com 20 homens, se via em grande perigo quando se soubera da expedição

com que o samori ameaçava os portuguezes, correu em seu auxilio, mas já o encontrou em segurança. Precedera-o a noticia das suas espantosas victorias. Entretanto chegava a Cochim uma esquadra commandada por Lopo Soares de Albergaria, a quem o rajá de Cochim contou as maravilhas que em sua defeza Duarte Pacheco praticára. Lopo Soares de Albergaria tratou o heroe com as honras que lhe eram devidas, e offereceu-lhe logar a bordo dos seus navios. Duarte Pacheco acceitou, e partiu para Portugal, apezar das supplicas do rajá de Cochim, que se julgava perdido com a partida do seu heroico defensor, e que para o deter lhe offerecia riquezas e algumas terras do seu dominio, que Duarte Pacheco agradeceu, mas não acceitou. O rajá, não sabendo como havia de manifestar-lhe o seu reconhecimento, pediu a um portuguez perito em heraldica que imaginasse um brazão commemorativo das façanhas do heroe, e concedeu-lh'o n'um diploma ingenuamente redigido mas extremamente honroso. (V. *n'este vol. pag.* 326). Na esquadra de Lopo Soares de Albergaria, que era composta de 14 naus, partiu Duarte Pacheco, chegando a Lisboa a 22 de julho de 1505. A sua gloriosa fama havia-o precedido. El rei D. Manuel foi-buscal-o a bordo, e ordenando solemne procissão, o levou á sé e d'esta egreja para a de S. Domingos, conservando-o sempre a seu lado debaixo do pallio. Em S. Domingos houve sermão allusivo aos seus triumphos, prégado pelo bispo de Ceuta, D. Diogo Ortiz de Vilhegas. Não satisfeito ainda o monarcha com uma tão publica e honrosa ostentação, fez patente os elevados merecimentos do heroe a todas as côrtes da Europa, e ao papa, a quem entregou a carta D. João Sutil, bispo de Safim. Na Asia tambem Duarte Pacheco se tornou notavel, reprimindo o atrevimento do corsario Mondragon que infestava as nossas costas, ao qual n'um combate renhido e violento, na altura do Cabo de Finisterra, a 18 de janeiro de 1509, não sómente o aprisionou com tres naus, mas lhe mettcu a pique ainda outra. Em remuneração dos grandes serviços prestados para immortal fama do nome portuguez, el-rei D. Manuel o nomeou governador do castello de S. Jorge da Mina. N'esse castello foi victima das maiores intrigas, sendo falsamente accusado de escandalosa ambição, descuidando a arrecadação da fazenda real, tratando unicamente com cuidado da sua propria, buscando augmentar uma preciosa fortuna, com que regressaria opulento á patria. O monarcha, acreditando n'essas intrigas, mandou ordem para o prenderem, e que viesse para o reino. Duarte Pacheco entrou em Lisboa de ferros aos pés, ficando encarcerado alguns annos até que se justificasse a sua innocencia. Finalmente foi solto, mas posto de parte, ficando reduzido a grande pobreza e sua familia, viudo a fallecer obscuramente. Duarte Pacheco era casado com D. Antonia de Albuquerque, filha de Jorge Garcez, secretario d'el-rei D. Manuel, e de D. Izabel de Albuquerque. Deixou manuscripta a seguinte obra: *Principio do Esmeraldo «de situ orbis», feito e composto por Duarte Pacheco cavalleiro da casa del-rei D. João II, de Portugal, que Deus tem, dirigido ao muito alto e poderoso principe, e serenissimo senhor, o senhor Rey D. Manuel Nosso Senhor, e primeiro d'este nome, que reinou em Portugal*; constava de 4 livros; tendo o 1.º 33 capitulos, o 2.º 11, o 3.º 9, e o 4.º 16; acompanhados de 16 mappas illuminados e algumas estampas pequenas. O manuscripto original da obra de Duarte Pacheco Pereira, que elle deixou inedita, existia no meado do seculo XVIII na livraria do marquez d'Abrantes, segundo informa Barbosa Machado na sua *Bibliotheca Lusitana*, cujo primeiro volume saiu á luz em 1741. Presentemente ignora-se o que é feito d'elle e considera-se perdido. Apographos do que haja conhecimento, existem dois, um na Bibliotheca Publica d'Evora (codice CXV-1-3), outro na Bibliotheca Publica de Lisboa, comprado em 1867 (codice B, 17, 7). O autor da *Bibliotheca Lusitana* tambem dá noticia de que do Catalogo dos livros de D. Rodrigo da Cunha (1577-1643) se via que este prelado possuia uma copia do manuscripto original. E' inteiramente desconhecida. No catalogo dos manuscriptos da Bibliotheca Publica Eborense, falando do codice CXV-1-4, Cunha Rivara diz: «é outra copia mais moderna e tirada da antecedente (o codice CXV-1 3).—Foi enviada ao Governo Civil em 4 de setembro de 1844, por ter sido requisitada para o Ministerio do Reino em Portaria de 27 d'agosto do 1844.» Não tornou a entrar. Conformemente o proprio Duarte Pacheco declara (no Prologo, no capitulo oitavo do livro III, no capitulo sexto do livro IV), o plano da sua obra «de cosmographia e marinharia» era descrever a costa africana, começando no estreito de Gibraltar, na direcção do sul, até o cabo de Guardafui, e d'ahi a costa meridional da Asia, abrangendo «toda a India». A obra havia de repartir-se em cinco livros, cabendo aos tres primeiros a parte da costa africana que vae até ao rio do Infante (o *Great Fish River* dos mappas inglezes, na Colonia do Cabo), isto é, até o limite dos descobrimentos anteriores ao reinado de D. Manuel; ao quarto a costa africana do rio do Infante ao cabo de Guardafui; ao quinto a costa da Arabia meridional, da Persia e da India. Mas o autor não levou ao termo o seu emprehendimento e levantou mão justamente quando ia entrar na parte de maior novidade do seu trabalho, quer dizer, quando começava a descrever a costa africana além do rio do Infante. Com effeito, segundo o testemunho de Barbosa Machado, o manuscripto original constava de quatro livros, tendo o quarto apenas seis capitulos, exactamente o que se contém nas copias das Bibliothecas de Evora e de Lisboa. Que a morte o não colheu improvisamente no meio do seu lavor, vê-se das seguintes noticias chronologicas. Porquanto se refere no Prologo aos descobrimentos de Vasco da Gama, Duarte Pacheco não deu principio á composição antes dos ultimos mezes de 1499, e o sr. Gama Barros na sua *Historia da Administração Publica em Portugal*, (II, pag. 294) suppõe mais provavel que elle puzesse mãos á obra só depois que chegou a Lisboa de volta da India em junho ou julho de 1505; em todo o caso redigiu o capitulo 14 do livro I antes de findar o anno de 1505, e o capitulo 19 do mesmo livro depois 1506; traçou as primeiras linhas do capitulo 6 do livro IV, em que a obra ficou suspensa, ainda em vida de D. Manuel (que falleceu em 1521). Esteve por governador de S. Jorge da Mina de 1520 a 1522; era ainda vivo em 5 de fevereiro de 1526, mas já

não existia em 22 de junho de 1534. No entender do sr. Augusto Epiphanio da Silva Dias, no seu estudo adeante referido, a razão de Duarte Pacheco deixar o trabalho em meio foi não possuir ainda as informações que havia mister. A obra foi emprehendida, consoante a fórmula ritual, debaixo da alta protecção do monarcha (D. Manuel); mas as explorações, que o proprio Duarte Pacheco declara no Prologo, serem necessarias para a descripção da costa africana, do rio do Infante em deante, não se fizeram tão depressa—e nem por isso deixavam de affluir ao reino o ouro e os escravos da Africa e as drogas e especiarias da Asia—, e demais Duarte Pacheco encontrou no publico, em logar do devido favor, baixas invejas, pelo menos em mais de um passo elle se queixa dos detractores que nada fazem e só sabem morder. Do titulo posto por Duarte Pacheco á sua obra «Esmeraldo *de situ orbis*» a segunda parte, *de situ orbis*, é como todos sabem, o titulo do tratado geographico de Pomponio Mela; a primeira parte, «Esmeraldo», é obscura. Na qualidade de mera conjectura propõe o sr. Epiphanio Dias uma explicação. Um tratado de geographia e de historia natural, de um escriptor arabe da primeira metade do seculo XIV, obra muito derramada n'aquelle tempo, intitulava-se «Pedra preciosa das maravilhas e Perola das cousas memoraveis». Não será pois desapropositado suppôr que Duarte Pacheco désse á sua obra geographica o nome de uma pedra preciosa, a esmeralda, empregando o vocabulo não com a terminação que tem em portuguez e castelhano, senão com a que tem na lingua italiana, na qual se diz *smeraldo*, conformemente ao latim *smaragdus*. Das duas copias que existem do *Esmeraldo*, a que pertence á Bibliotheca d'Evora, é, segundo o parecer autorisado do sr. Gabriel Pereira e do sr. Pedro de Azevedo, do reinado de D. João V, ou seja da primeira metade do seculo XVIII; a da Bibliotheca de Lisboa é feita em papel da Fabrica da Louzã, que foi fundada, ao que se lê no *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal, em 1748, e, attenta a letra, é da segunda metade do seculo XVIII. O manuscripto original era enriquecido de mappas e desenhos, do que nos assegura o autor da *Bibliotheca Lusitana*; infelizmente ambas as copias apenas trazem designado o logar que elles haviam de occupar. Para a celebração do quarto centenario do descobrimento da America, a Inspecção Geral dos Archivos e Bibliothecas Publicas deu á estampa pela primeira vez, em 1892, o *Esmeraldo* em edição feita pelos cuidados de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, conservador do Archivo da Torre do Tombo. Abre o volume por uma noticia preliminar seguida da transcripção de varios documentos ineditos, alguns acompanhados do respectivo *fac-simile*, e fecha por umas notas a quatro logares do texto do *Esmeraldo* seguidas de um «ludice remissivo dos nomes historicos e geographicos e das cousas mais notaveis» contidas no volume. Em 1903 publicou o sr. Augusto Epiphanio da Silva Dias a sua edição critica do *Esmeraldo*, precedendo-a d'uma introducção de que copiámos alguns periodos, e fazendo uma rigorosa critica, assaz erudita, da edição de 1892.

**Pacheco e Sousa** *(D. Joaquim José)*. Clerigo secular, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, secretario do cardeal patriarcha de Lisboa D. Carlos da Cunha, bispo da Guarda, etc. N. em Alemquer a 21 de setembro de 1769, fal. em Italia no convento dos franciscanos de Longiano, a 23 de novembro de 1857. Depois de se ter doutorado em Canones na referida Universidade, e cursado a faculdade de Direito, veiu para Lisboa onde exerceu importantes cargos ecclesiasticos, foi eleito bispo da Guarda e confirmado em 2 de julho de 1832. Pouco tempo desempenhou as funcções episcopaes, porque seguindo o partido do infante D. Miguel, emigrou de Portugal em 1834, quando se restabeleceu o governo constitucional. Passando depois á Italia, esteve primeiramente em Roma, mais tarde em Loreto, e por fim em Longiano, onde fixou a sua residencia no anno de 1844. Entregue a obras de piedade e de beneficencia, levando vida austera e de penitencia, apezar da sua muito avançada edade, estava sempre prompto a auxiliar nas funcções pontificaes os bispos seus visinhos, e particularmente o bispo de Cesena, monsenhor Castracane, que ficara impossibilitado, em consequencia de ter sido assaltado por uma apoplexia. Escreveu: *Concilio Tridentino vindicado, ou demonstração critico-canonica da genuina intelligencia do mesmo Sagrado Concilio no cap. VIII sess. XIV*, Lisboa, 1808. Consta ter sido D. Joaquim José Pacheco e Sousa quem, na qualidade secretario do patriarcha D. Carlos da Cunha, compunha e redigia as *Pastoraes* que este prelado mandou publicar durante o tempo do seu governo, as quaes são numerosas, e muitas se imprimiram. V. *Portugal*, vol. II, pag. 1255, em *Cunha (D. Carlos da)*.

**Pacheco Varella** *(P. Sebastião)*. Presbytero secular, cavalleiro professo da ordem de Christo. N. em Aveiro em 1671, onde tambem fal. a 8 de março de 1706. Era filho de Manuel Varella, capitão de cavallos e mestre de campo, e de D. Barbara Pereira. Adquiriu rapidamente vastissimos conhecimentos, sendo muito perito nas linguas latina, hespanhola, franceza e italiana, muito habil em musica, varias artes liberaes, e com sufficiente conhecimento das sciencias escolasticas, que aprendeu sem mestre. Tendo escapado ao perigo de vida em que o poz um raio que estivera a ponto de o fulminar, retirou se completamente do convivio humano, entregando-se ás mais austeras penitencias, que lhe abreviaram a vida, fallecendo aos 35 annos. Havia sido prégador muito considerado, e deixou publicado: *Sermão da seraphica madre Santa Thereza, na manhã da sua festa, prégado em Aveiro no anno de 1700*, Coimbra, 1701; *Sermão da seraphica madre Santa Thereza, na tarde da sua festa, prégado em Aveiro, no dito anno*, Coimbra, 1701; *Sermão da bemaventurada Santa Joanna, princeza de Portugal e senhora de Aveiro, prégado no mosteiro da mesma villa, em que viveu e morreu, na ultima tarde do seu triduo*, Lisboa, 1702; *Numero vocal, exemplar catholico e politico, proposto no maior entre os santos, o glorioso João Baptista: para imitação do maior entre os principes, o serenissimo D. João V, nosso senhor*, Lisboa, 1702. Deixou manuscripto uma especie de romance intitulado: *Passatempo de moços e licita recreação*.

**Pachorlo**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Rio Covo, couc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Pacinho**. Povoações na freguezias: N. S.ª da Conceição, de Ourentã, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Bento do Matto, de Azaruja, conc. e distr. de Evora.

**Pacini Alvear** *(Regina)*. Cantora, que muito se evidenciou, tanto em Portugal como no estrangeiro. N. em Lisboa a 6 de janeiro de 1871. E' filha de Pedro Jorge Pacini, que em 1865 esteve no theatro de S. João do Porto, vindo depois para Lisboa como baixo-bufo e director de scena do theatro de S. Carlos, sendo mais tarde empresario, juntamente com Freitas Brito, sob a firma *Freitas Brito & C.ª e Pacini*. Regina Pacini é irmã do sr. commendador José Pacini, que foi durante alguns annos empresario do mesmo theatro. A illustre cantora fez a sua estreia em S. Carlos a 5 de janeiro de 1887 com a *Somnambula*, opera em que Emma Nevada havia obtido grandes ovações semanas antes. O publico ficou assombrado com a noticia da temeridade da joven Regina Pacini, que apenas contava 17 annos, que os completava ainda no dia seguinte ao do seu debute. A notavel cantora ficou logo consagrada artista superior, pela fórma como se houve, e pela sua voz bem timbrada e admiravelmente educada. Em tão curta edade, a todos causou a impressão de que a gentil debutante egualava já as primeiras artistas do seu genero. A' *Somnambula* seguiu-se a *Lucia de Lamermoor*, *O Chrispim e a Comadre*, *Barbeiro de Sevilha*, *Traviata*, *Elixir d'amor*, *Hamlet*, *Mignon*, *Puritanos*, e outras operas do reportorio a que se dá o nome de genero ligeiro, recebendo sempre phrenecticos applausos. Cantou tambem no theatro de S. João, do Porto, passando depois ao de Madrid e a todos os principaes de Hespanha, Inglaterra, Italia e Russia, grangeando fama de grande cantora. Tendo contratos para cantar em quasi todos os principaes theatros d'opera do mundo, nos quaes contou as ovações pelo numero de vezes que entrou em scena, voltou repetidas vezes a fazer se ouvir na sua terra natal, nas epocas de 1888-1889, 1892-1893, 1894-1895, 1900-1901, 1902-1903, 1903-1904 e 1904-1905, isto é, fez se apreciar em S. Carlos em oito epocas, despedindo-se do publico em 11 de março de 1904, já com o projecto de se retirar, para effectuar o seu enlace matrimonial. Foi delirante o enthusiasmo que causou no publico essa brilhante e memoravel recita. Nas epocas decorridas desde 1887-1888 até 1904-1905 cantou Regina Pacini em Lisboa, mais as seguintes operas, além das já citadas: *Pescadores de Perolas*, *Rigoletto*, *D. João*, de Mozart, *Bohemia*, *D. Paschoal*, *Manon*, de Massenet, etc. Em varias noites de sua festa artistica muito se fez applaudir tambem Pacini, em diversos trechos que cantou com inexcedivel primor, taes como as *Variações*, de Proch; a celebre valsa de Arditti; *Myosotis*, de Felicien David; aria da opera *Flauta magica*, de Mozart; as *Carceleras*, de Chapi, e tantas outras romanzas e arias em que se fez acompanhar ao piano. Retirando-se do theatro a apreciada artista trocou a agitação da sua gloriosa carreira pela quietação da familia. Regina Pacini casou em 29 de abril de 1907 na egreja da Encarnação com o sr. Marcello Alvear, cavalheiro argentino, muito conhecido em Lisboa. Regina Pacini fôra dias antes com sua mãe ao paço das Necessidades participar o seu casamento a sua magestade a Rainha, que tem por ella grande affeição. A soberana esteve por muito tempo conversando com Regina, falando-lhe das noites gloriosas da sua vida artistica. A' despedida, Sua Magestade tirou do peito um riquissimo e artistico broche de brilhantes, esmeraldas e rubis, em fórma de uma grande folha de trevo, e offereceu-o a Regina Pacini, para a sua *corbeille*, dizendo lhe que usava essa joia havia muitos annos para lhe dar felicidade; dava-lh'a para que pudesse tambem ser um penhor da felicidade que desejava a Regina. A illustre cantora portugueza, hoje cidadã argentina pelo seu casamento, fixou com seu marido residencia em Paris.

**Paco**. Julga-se que significava carneiro de boa raça, dos que se criavam no campo de Beja (a *Paca* dos antigos). N'um documento de 1260 se diz, que—quando os bispos de Evora (depois arcebispos) fôrem visitar as egrejas de Portel, entre as mais cousas, se lhes dê, *pela procuração* que deviam receber *unum pacum mediocrem*.

**Paço**. Dava-se antigamente este nome ao cartorio do tabellião publico, porque escrevia nos paços do concelho. Em Lisboa, Porto, Braga, Evora e Coimbra, havia uma casa publica destinada para os tabelliães de notas, que se distinguiam dos escrivães-tabelliães judiciaes, pelo nome de *tabelliães do paço*, e á casa onde estes trabalhavam se chamava *paço dos tabelliães*.

**Paço**. Casa nobre e sumptuosa para habitação de reis ou de principes, bispos e outras dignidades. (V. *Palacio*). A' casa da camara de alguns concelhos se dava tambem o nome de paços do concelho.

**Paço**. Pov. e freg. de N. S.ª do Prauto, da prov. da Extremadura, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 315 fogos e 1:190 hab. A pov. dista 9 k da séde do conc. e está situada n'um alto. O reitor da freg. de Santa Maria de Adaúfe apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é pouco fertil. Tem muito gado, bom vinho, e caça grossa e miuda. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16 com a séde em Lisboa. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aborim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Adães, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Airão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Jorge, de Airó, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro. || Santa Marinha, de Alheira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, districto do Porto. || Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Arco do Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Ardegão, concelho de Fafe, do mesmo distr. || N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, districto de Santarem. || O Salvador, de Arvore, conc. de Villa do Conde, districto do Porto. || S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Leonardo, de Atinonguia de Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. || S. Martinho, de Avessadas, conc. de Marco de Canavezes,

distr. do Porto. || S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo distr. || S. Pedro, de Avioso, conc. de Maia, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Aião, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Miguel, de Azevedo, conc. de Caminha, distr. de V. do Castello. || S. Julião, de Badim, conc de Monsão, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Baiões, conc. de S. Pedro do Sul, distr. Vizeu. || S. Martinho, de Barca, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Lourenço, de S. Bartholomeu dos Gallegos, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Bastuço, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Boivão, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || S. Matheus, de Botão, conc. e distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Britello, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, distr. do Porto || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Salvador, de Campo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. Pedro, de Canidello, conc. de Villa do Conde, distr do Porto || S. João Baptista, de Castellões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Mamede, de Cepães, conc. Fafe, distr. de Braga. || S Thiago, de Cernadello, conc. de Louzada, distr. do Porto. || O Salvador, de Cervães, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Salvador, de Christello, conc de Barcellos, distr. de Braga. || S. Mamede, de Coronado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thomé, de Carrelhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Cosme, de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Evangelista, de Covas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Miguel, de Creixomil, conc de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga || Santa Maria, de Cunha, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Eira Vedra, conc. de Vieira, distr. de Braga || S. Vicente de Ermello, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Santo André, de Esgueira, conc. e distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Esmoriz, conc de Ovar. do mesmo distr.. || S. Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Fanzeres, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr de Braga. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja. || Santa Maria, de Ferreira de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu || O Salvador, de Figueiredo, conc. e distr. de Braga. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Figueiró, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Folgosa, conc. da Maia, do mesmo distr. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, districto de Vianna do Castello. || S Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Frende, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Gandra, conc. de Espozende, do mesmo distr. || S. Martinho, de Gandra, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Gemezes, conc. de Espozende, do mesmo distr. || S. Thiago, de Goães, conc. de Amares, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Godinhaços, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Gondar, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Gondomar conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Gondariz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, districto de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Santo André, de Canidello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, districto de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Miguel, de Jesufrei, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Lago, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Thomé, de Lanhas, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Lavra, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Miguel, de Lavradas, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santo Eulalia, de Loureira, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S Thiago, de Lourosa, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Maceda, concelho de Ovar, do mesmo districto. || Santa Leocadia, de Macieira da Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; Santa Maria Magdalena, de Magdalena do Mar, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Christina, de Meadella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Paio de Melgaço e concelho de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Moimenta, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria. || Santa Maria, de Mujães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Oleiros, concelho de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Olivcira, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Paio, de Olivcira, concelho de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Outeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, conc. de

Ponte da Barca, do mesmo distr. || S. Sebastião, de Passos, conc. de Cabecciras de Basto, distr. de Braga. || Santo André, de Palme, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga || S. Mamede, de Parada do Monte, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Pedraça, conc. de Cabecciras de Basto, distr. de Braga. || O Salvador, de Pedragaes, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Luz e conc de Ponta do Sol, distr. do Funchal || Santa Marinha, de Portella, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Christina, de Pousa, concelho de Barcellos, do mesmo distr. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Santa Marinha, de Ramires, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Rande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Ribeiros, do mesmo conc. e distr. || S. Lourenço, de Rio do Cabrão, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Martinho, de Rio de Moinhos, concelho de Penafiel, distr do Porto. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, do mesmo distr. || O Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Ruivães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Lago, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Seara, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Sendim, concelho de Taboaço, distr. de Vizeu. || S. Paio, de Sequeiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santo André, de Sobrado, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Souto, conc. de Terras do Bouro, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Souto de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Teixeiró, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria, de Torre, conc. de Amares, distr de Braga. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto || Santa Leocadia, de Travanca, conc. de Sinfães, districto de Vizeu. || S. Thiago, de Travanca, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Tremez, conc. e distr. de Santarem. || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Unhão, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || O Salvador, de Vairão, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Martinho, de Valbom, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Valladares, concelho de V. N. de Gaia, districto do Porto. || S. Martinho, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Varzea, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Vascões, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Ilha da Madeira; S. Vicente e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal. || S. Mamede, de Vermil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Villa Chã do Marão, conc de Amarante, distr. do Porto || S. Miguel, de Morreiras, conc. e distr. de Braga. || S. Romão, de Villa Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || N. S.ª da Graça, de Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || S Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Villar, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || O Salvador, de Villar do Monte, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Miguel, de Villar de Murtedo, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Casal na freg. de Thiago, de Figueiró do Campo, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Herdade na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || Monte na freg. de S. Jorge, de Airó, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Quinta na freg. de S. Vicente, de Giella, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Paço de Além.** Povoações nas freguezias: S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Paço d'Aquém.** Pov. na freg de S. Romão, de Carvalhosa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Paço d'Arcos** *(Carlos Eugenio Correia da Silva, 1.º visconde e 1.º conde de).* Vice-almirante reformado; major general da armada, antigo governador do ultramar, governador civil de Lisboa, ministro plenipotenciario no Rio de Janeiro, deputado, par do reino, etc. N. em Paço d'Arcos a 17 de dezembro de de 1834, fal. em Lisboa a 5 de novembro de 1905. Era filho de João José d'Assumpção e Silva, pagador geral do ministerio da guerra, cavalleiro das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, casado com D. Jesuina Amalia Correia d'Almeida. Aprendeu as primeiras letras em Paço d'Arcos, e impellido desde creança por uma grande vocação, para a vida do mar, assentou praça aos 11 annos de edade, a 30 de outubro de 1845. Aos 15 annos foi mandado admittir na Escola Polytechnica, com dispensa da edade legal, em attenção aos excellentes exames de preparatorios que fizera, vindo a matricular-se a 1 de outubro de 1849. O seu curso foi dos mais brilhantes. Em 1852, tendo concluido os estudos, embarcou pela primeira vez a bordo da corveta *Porto*, sob o commando de José Bernardo da Silva, e fez o cruzeiro dos Açôres. A 6 de outubro de 1853 foi promovido a guarda marinha, e n'esse anno, já n'este posto, fez a sua primeira viagem, a bordo da corveta *D. João I*, commandada por Carlos Craveiro Lopes, seguindo logo a fazer a estação naval na China. A sua aptidão tornou-se tão notavel que o governador de Macau o encarregou, apezar da sua pouca edade e pequena patente, do commando da escuna *Venus*, onde prestou relevantes serviços, e deu provas de arrojada valentia no arriscado serviço de vigia da barra do porto interior de

Macau. Quando a corveta *D. João I* teve ordem de partir para o norte do celeste imperio em perigosa commissão diplomatico-guerreira, Carlos Eugenio deixou o commando da *Venus* e retomou o seu logar na guarnição da *D. João I*, indo assistir e tomar parte nos combates de 1854 no rio Ningpo, e nas expedições contra a frota do celebre pirata Apack, que infestava o mar da China, e a quem fôram tomadas numerosas embarcações. A maneira como se portou n'essas luctas valeu-lhe ser louvado na ordem da armada n.º 299, de 1856, e d'elle fez referencias na camara dos deputados o ministro da marinha, então o visconde d'Athouguia. Promovido a 2.º tenente a 29 de julho d'esse anno de 1856, embarcou como encarregado da navegação nas longas viagens á véla da barca *Martinho de Mello* para as estações de Macau e Timor. Até 1862 exerceu

Conde de Paço d'Arcos

outras commissões importantes e viagens trabalhosas, embarcando successivamente no vapor *Infante D. Luiz*, e nas corvetas *Sagres* e *Bartholomeu Dias*, percorrendo n'essas viagens o mar da China e o Oceano Pacifico. Regressando a Lisboa, foi lhe confiado em 1862 o commando da escuna *Napier*, pequeno navio acabado de construir no arsenal de marinha, ao qual foi dada a commissão de ir expulsar das aguas dos Açôres o corsario americano *Alabama*. O valente commandante tornou-se o terror d'aquelle celebre corsario, e esta commissão obteve o melhor exito. A escuna *Napier* seguiu para a divisão de Angola, por Cabo Verde e S. Thomé, e fastidiosas calmarias do Golfo da Guiné, tornando-se o terror dos negreiros, e reprimindo com raro vigor e grande zelo o trafico da escravatura desde a Guiné até Mossamedes, e aprisionando muitos navios. Promovido a 1.º tenente a 7 de março de 1866, foi commandar o brigue *Pedro Nunes*, que tinha de armar e seguir para a estação de Angola. O mais notavel serviço d'esse commando foi, sem duvida, o aprezamento do navio negreiro hespanhol *Virgen del Refugio*, surprehendido no trafico dos escravos, e que o *Pedro Nunes* abordou na bahia do Lobito. Reclamou o governo hespanhol d'essa preza, e a questão foi levada ao parlamento, onde o ministro da marinha, visconde d'Athouguia, declarou que respondia ao governo hespanhol agraciando com a Torre e Espada o 1.º tenente Carlos Eugenio. Ficou meio lendario na marinha esse commando brilhante do *Pedro Nunes;* os louvores recaiam no seu commandante, vindos de todas as origens. Um almirante inglez, em Cabo Verde, o almirante francez barão d'Auriac, em Angola, propunham aos seus governos, que fizessem louvar pelas vias diplomaticas o habil disciplinador e intrepido 1.º tenente que commandava o brigue portuguez. Além da Torre e Espada e de numerosos louvores nas ordens da armada, Carlos Eugenio, simples 1.º tenente, ganhou n'esse commando o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e as commendas das ordens de Christo e de Aviz. Foi promovido a capitão-tenente a 6 de novembro de 1873, e n'esse anno teve a nomeação de commandante da canhoneira *Zarco*, serviço em que se houve superiormente, commandando as divisões do Moçambique e da India. Regressou a Lisboa annos depois, n'uma viagem tormentosa, que lhe mereceu louvores Em 1874 apresentava a sua candidatura a deputado por Angola, mas perdeu a eleição. Em 1876 foi eleito por Timor, e tomou assento na camara, onde prestou relevantes serviços na commissão de marinha. Em 20 de outubro do mesmo anno foi nomeado governador de Macau e Timor, e recebeu a carta de conselheiro. Havia sido agraciado com o titulo de visconde de Paço d'Arcos, por decreto de 21 de janeiro d'esse anno. A 26 de setembro, ainda antes da sua nomeação de governador de Macau, casou com D. Emilia Angelica de Castro Monteiro, filha de Henrique José Gomes Monteiro, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Izabel Maria de Castro, filha dos 1.ºs viscondes e 1.ºs condes de Castro. Exerceu aquelle governo até 1879, com toda a distincção, provando que era tanto official de mar, como administrador discreto e solicito. Em 17 de agosto de 1880 foi promovido a capitão de fragata, e em maio de 1881, teve a nomeação de governador de Moçambique, n'uma epoca em que uma sedição militar, em Lourenço Marques, e a sublevação do gentio de Ibo, requeriam energia e tacto no governo da provincia; restabelecida a ordem, foi um anno depois transferido, a seu pedido, para o governo da India, que, com a tradição dos vice-reis, é ainda considerado o apogeu da carreira ultramarina portugueza. O seu longo governo de quatro annos, terminado por motivo de doença, foi todo acompanhado tambem de importantes negociações diplomaticas com o governo inglez, o qual tinha em Bombaim como governador, James Fergusson, em seguida ministro dos estrangeiros de Inglaterra, negociações que o governador de Gôa levou sempre com vantagem para Portugal. Em 1866 foi par do reino electivo, voltando ainda á camara em

1890. Em 9 de dezembro de 1887 teve a promoção de capitão de mar e guerra. Em dois annos que exerceu o logar de inspector do arsenal de marinha imprimiu a esse estabelecimento grande organisação nos serviços, terminando-se sob a sua gerencia a construcção da canhoneira *Zambeze*, construindo-se completamente a canhoneira *Diu*, e lançando-se ao mar o casco da canhoneira *D. Luiz*. Em 1890, subindo ao poder o governo presidido pelo fallecido estadista Antonio Serpa, no periodo agudo de ordem publica que se seguiu ao *ultimatum* de 11 de janeiro d'esse anno, imposto pela Inglaterra, foi chamado para governador civil de Lisboa, sendo n'essa occasião elevado ao titulo de conde de Paço d'Arcos. Em seguida, em maio de 1891, foi nomeado nosso ministro junto da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo uma recepção muito brilhante por parte da colonia portugueza do Rio de Janeiro, onde chegou a 2 de junho. N'essa epoca em que se começou e se desenvolveu a revolta da marinha brazileira, fôram tão considerados os seus serviços pela colonia portugueza no Rio de Janeiro, que posteriormente, por duas vezes, ella fez conhecer o desejo, de que o conde de Paço d'Arcos tornasse a occupar aquelle logar. Voltando ao serviço da marinha, foi promovido ao posto de contra-almirante em 14 de fevereiro de 1895, e a vice-almirante pouco depois, patente em que veiu a reformar-se em 17 de dezembro de 1904, por ter attingido o limite da edade. Em 1888 foi nomeado ajudante de campo honorario do rei D. Luiz I. Exerceu tambem os seguintes cargos: Vogal do tribunal superior de guerra e marinha, vogal do conselho do almirantado, director geral de marinha e major general da armada, logar que exerceu até fallecer, conservando no commando supremo da sua arma a sympathia da classe inteira de marinha. Depois de passar á reserva ficou encarregado de codificar uma parte da legislação da armada. Por decreto de 12 de dezembro de 1900 foi nomeado presidente da commissão superior de guerra, e pelo de 21 de dezembro de 1897 fez parte do conselho superior da marinha. O conde de Paço d'Arcos era commendador, grande official e gran-cruz da ordem de Aviz, commendador da de Christo, cavalleiro da Torre e Espada, e de Nossa Senhora da Conceição; tambem era cavalleiro das ordens hespanholas de Carlos III e de Izabel a Catholica; gran-cruz do Merito Naval de Hespanha, e da Corôa de Leão; grande official do Busto de Bolivar de Venezuela; vogal effectivo da commissão permanente de Geographia; socio da Associação de Agricultura Machaoelence, e da Sociedade de Geographia de Lisboa; possuia as medalhas militares de ouro do valor militar, comportamento exemplar e serviços distinctos. O conde de Paço d'Arcos foi tambem um escriptor muito apreciado. Publicou em 1866: *Uma viagem ao estabelecimento portuguez de S. João Baptista de Ajudá da costa de Mina em 1865*. Esta viagem foi feita quando era commandante da escuna *Napier*, em commissão do serviço publico. No *Panorama*, de 1866, publicou *Descripção de Benguella*, n.º 35 até ao n.º 41; inseriu varios artigos, e *Impressões de viagem* no *Boletim do Governo de Macau*, no anno de 1865; uma serie de artigos sobre melhoramentos na Armada Nacional, no *Rei e Ordem* de 1857, rubricados com as iniciaes C. E. Quando em 1872, seu irmão, o jornalista Pedro Correia da Silva, fundou o *Diario Illustrado*, logo o convidou para a redacção. Ali escreveu differentes artigos e folhetins, dos quaes os primeiros são: *A passagem da linha* e *O ultimo combate do Alabama*. Quando Pedro Correia emprehendeu a publicação d'uma serie de biographias, com o titulo de *Contemporaneos*, escreveu n'essa collecção as do visconde de Soares Franco e do patrão Joaquim Lopes.

Paço d'Arcos—Avenida Marquez de Pombal

**Paço d'Arcos.** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação e conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. E' uma das melhores estações balneares dos arrabaldes de Lisboa, e sempre muito concorrida. Tem uma excellente praia junto á *Caldeira*. No principio do seculo XVIII compunha-se esta po-

voação apenas de 75 fog., já porém, existia aqui um palacio com dois torreões, tendo ao centro d'elles uma larga varanda sustentada por tres grandes arcos, e parece ter sido este a origem da denominação de *Paços d'Arcos* dada á povoação. Este palacio tem soffrido varias reedificações, e a quinta que lhe fica annexa, que se estende até á linha ferrea, tem sido modernamente muito aformoseada. E' propriedade dos srs. condes das Alcaçovas. No prolongamento da praia encontrava-se a grande doca, ou *caldeira*, mandada construir pelo marquez de Pombal. Era formada por grossas muralhas de cantaria, de enorme solidez e com capacidade para receber e dar abrigo seguro a navios de grande lotação. Era uma das obras mais importantes em prehendidas pelo marquez de Pombal, que d'este modo satisfez uma das mais urgentes necessidades d'aquelle porto de mar. O tempo e o abandono em que está desde o reinado de D. Maria I, foi deteriorando a tal ponto aquella obra, que existe hoje a descoberto sómente a parte superior da muralha, que as areias ainda não conseguiram occultar. Poz-se tambem de parte a construcção d'um marcographo, que se tinha começado ha annos, e em que se gastára bastante dinheiro, mas realisou-se n'aquelle local, um melhoramento importante, a construcção d'um cano de esgoto em substituição da valla, que estava em pessimas condições. Ha aqui um fortim, denominado de *S. Pedro*, construido durante a guerra da Restauração. Está situado em frente da doca, e é onde se installou a escola de torpedos, em 1885, estabelecimento importantissimo. A sua direcção foi, por muitos annos, confiada ao official de artilharia Carlos Luiz dos Santos. As installações da escola constam essencialmente do aquartelamento para o pessoal menor, *hangars* de deposito e officinas. N'estas fabricam-se explosivos, e tem se concluido a factura e carregamento de um grande numero de torpedos de fundo. O material naval de torpedeiros, que fundeia na pequena bahia, é considerado dependencia da escola. Proximo da praia e dentro do recinto murado que faz parte da escola de torpedos, existe um singelo monumento funebre, de pedra branca, hoje pouco visivel por estar, em parte, encoberto pela muralha. E' conhecido pela singular denominação de *Tumulo do inglez* que fez crear varias lendas, mais ou menos phantasticas. A verdade, porém, é esta: o tumulo encerra o cadaver do joven commandante d'um navio de guerra inglez, que foi vencido e morto pelos francezes n'um combate naval dado nas proximidades da nossa barra em 22 de abril de 1808. O epitaphio que se vê no tumulo, está escripto em inglez, cuja traducção é a seguinte: «Este monumento é consagrado á memoria do cavalleiro Courray Shiphy, da edade de 25 annos. Foi capitão do navio de S. M. B., a *Nympha*. Foi morto no ataque de uma embarcação de guerra inimiga, perto do Tejo, no dia 22 de abril de 1808. Acasos que a sabedoria humana não póde prevêr, nem qualquer esforço evitar, mallograram o ataque, e terminaram a curta, mas distincta, carreira do seu commandante. Emquanto porém existir o seu nome nos annaes da fama, e na lembrança da sua patria, é de esperar que os homens bons e valentes, de qualquer nação, acatem as suas cinzas, e contemplem respeitosos a ultima morada d'um heroe.» Em frente da povoação fórma o Tejo uma bella enseada, onde a Real Associação Naval costuma fazer as suas regatas, festas pomposas a que concorre muita gente de Lisboa. Durante a epoca balnear costuma haver algumas touradas. Deixando a estrada que conduz de Paço d'Arcos a Oeiras, afastando-se um pouco da beira-mar, e seguindo a mesma direcção, encontra-se o sitio pittoresco das *Fontainhas*, e depois a foz do rio Oeiras, que fica entre o forte de S. Pedro e o forte das Maias. Antigamente, as *Fontainhas* eram uns olhos d'agua que rebentavam no meio da praia, formando uma pequena lagôa, que servia de lavadouro ás mulheres do sitio. Calcula-se que a nascente pudesse produzir diariamente perto de 300 m. cubicos

Uma vista de Paço d'Arcos

agua. A ermida do *Bom Jesus dos navegantes*, de muita devoção para os povos d'estes sitios, está situada no largo do Conde das Alcaçovas. E' um templo modesto e elegante. Foi fundado pelo patrão Joaquim Lopes e alguns habitantes de Paço d'Arcos, concluindo-se as obras em 1873, sendo benzida a egreja a 8 de setembro d'esse anno, seguindo-se uma pomposa festividade, arraial, procissão, illuminações e fogo d'artificio. No arraial tocou a banda de infantaria n.º 1. Além da festa annual, que se realisa dedicada ao orago, ha tambem a de S. Sebastião, costumando serem ambas muito concorridas. Dias depois da abertura da egreja ao culto dos fieis, em 13, realisou-se um grande melhoramento n'esta pov., que foi a illuminação publica, que n'esse dia começou a funccionar. Em Paço d'Arcos ha o posto de soccorros a naufragos. No edificio onde está installado, existe um grande barco salva-vidas, que tripulado por 12 homens, corre sempre a soccorrer o navio em perigo, libertando com grave risco de vida dos corajosos tripulantes, os naufragos que appellam para a sua dedicação. O primeiro patrão d'este barco salva-vidas foi Joaquim Lopes. O barco é lançado ao mar por sobre uns carris collocados no caes para esse fim. Em Paço d'Arcos ha algumas quintas e casas notaveis, como a propriedade que pertenceu ao visconde de Bessone, que é a mais notavel pela sua belleza. Foi aquelle titular quem a mandou construir no anno de 1860, pelo plano e direcção de Cinatti. Depois da morte do visconde de Bessone, foi esta propriedade vendida ao conde da Penha Longa, e pertence hoje, parece, que aos seus herdeiros. A quinta dos srs. condes das Alcaçovas, já citada, e a da *Mitra*. O club inaugurou-se em 9 de setembro de 1875 com um pomposo baile, sob a presidencia do fallecido marquez de Fronteira, e mais direcção. Paço d'Arcos tem est. post. e telegr. com serviço de encommendas, permutando malas com Oeiras; est. do caminho de ferro, na linha de Cascaes, entre as de Caxias e de Santo Amaro; agencias das companhias: *Fidelidade*, *Companhia Portugueza de Seguros*, *Internacional*, *Probidade* e *Reformadora; Associação de Soccorros mutuos*; fornos de cal, casas de pasto, casino, escolas d'ambos os sexos, hospedarias, medico, pharmacia, *Philarmonica de Instrucção Musical*, theatro: *Club de Paço d'Arcos*, avenidas do *Marquez de Pombal* e *Patrão Joaquim Lopes*, varios estabelecimentos, etc. Em Paço d'Arcos tem se publicado os seguintes jornaes: *Echo (O)*, 15 de julho de 1879; *Revista das Praias (A)*, 11 de julho de 1895; *Numero Unico: Paço d'Arcos (O)*, 1 de maio de 1898. || Villa do distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. E' a séde do conc. de Nagar-Avely e foi constituida por decreto de 11 de fevereiro de 1885 na antiga aldeia de Silvassá. Antigamente a séde do concelho era na aldeia de Dadrá.

**Paço de Baixo**. Povoações nas freguezias: Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || N. S.ª da Graça e conc de Móra, distr. de Evora.

**Paço de Belmonte** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

**Paço de Cardoso** Pov. na freg. de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Paço dos Carpinteiros**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Achete, concelho e districto de Santarem.

**Paço de Cima**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça e conc. de Móra, distr. de Evora. || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Paço de Couceiro** *(João Couceiro da Costa, 1.º barão de)*. General de brigada reformado; commendador da ordem de Aviz, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição e da Torre e Espada; condecorado com as medalhas n.º 4 da campanha da Liberdade, a de ouro de serviços militares, a de prata de bons serviços e exemplar comportamento. N. a 9 de março de 1807, sendo filho de João Couceiro da Costa, tenente-coronel reformado, e de sua mulher, D. Joanna Rosa de Mendonça Arraes e Almada. Casou duas vezes: a primeira, em 1829, com D. Maria de Menezes de Mello e Castro, filha de José de Sousa Menezes, e de sua mulher, D. Maria Rita de Mello e Castro e Figueiredo; a segunda vez, com D. Helena Emilia Baima, filha de Francisco Anselmo Martins Baima, e de sua mulher, D. Josepha Delfina Barroso Durão. Foi agraciado com o titulo de barão de Paço de Couceiro por decreto de 28 de julho de 1870. O seu brazão d'armas é: Escudo, tendo em campo vermelho tres couceiras de prata em tres palas, e dois leões de ouro entre ellas, e por timbre um leão nascente.

**Paço da Figueira** *(Manuel dos Santos Junior, 1.º barão do)*. Commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha; cavalleiro da de Carlos III, etc. Fal. em Coimbra a 19 de fevereiro do 1883. Era filho de João Alfredo Antunes de Macedo Santos, bacharel em Direito. Foi agraciado com o titulo de barão do Paço da Figueira por decreto de 20 de janeiro e carta de 17 de fevereiro de 1883.

**Paço de Fonseca**. Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, districto do Porto.

**Paço da Golpilheira**. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria

**Paço Grande**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gemeos, conc de Guimarães, distr. de Braga

**Paço de Ilhas** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cheleiros, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

**Paço Inchado** *(Horta do)*. Na freg. de Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

**Paço Juz**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Paço do Lumiar** *(Antonio Leopoldo da Costa Bueno e Nietto Cevallos de Villa Lobos Hidalgo e Moscoso, 2.º visconde e 1.º conde do)*. Moço Fidalgo com exercicio na Casa Real e importante proprietario. N. em 4 de agosto de 1848, sendo filho do 1.º visconde d'este titulo (V. o *artigo seguinte)*. Casou em 1868 com D. Sophia Adelaide de Carvalho Leitão, filha de José Manuel Leitão, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, conselheiro, e de D. Emilia Adelaide de Carvalho. Herdou de seu pae o titulo de visconde, por decreto de 4 de outubro de 1881.

**Paço do Lumiar** (*José Maria da Costa Bueno e Nietto Cevallos de Villa Lobos Hidalgo e Moscoso, 1.º visconde do*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e da de Izabel a Catholica, de Hespanha. N. em Portalegre a 1 de março de 1816, fal. em Lisboa a 4 de dezembro de 1880. Era filho de João Baptista da Costa, fidalgo da Casa Real e capitão-mór de Portalegre, e de sua mulher, D. Gregoria Antonia Bueno Nietto Cevallos de Villa Lobos Hidalgo e Moscoso. Foi agraciado com o titulo de Paço do Lumiar, onde tinha o seu solar, por decreto de 30 de d'abril de 1862. Casou com D. Maria Florentina d'Almeida Lima.

**Paço do Lumiar**. V. *Lumiar*, no *Portugal*, vol. IV, pag. 579.

**Paço do Matto.** Pov. na freg. do Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, districto de Aveiro.

**Paço Meão**. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

**Paço do Monte** Pov. na freg. de S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Paço de Morelena**. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

**Paço de Mourel**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Paço dos Negros** Pov. na freg. de N. S.ª da Boa Fé, de Boa Fé, conc. e distr. de Evora.

**Paço de Nespereira** (*Gaspar Lobo de Sousa Machado e Couros, 1.º visconde do*). Fidalgo da Casa Real, senhor da casa de Santão, etc. Casou em 10 de novembro de 1865 com sua prima, D. Maria Amalia do Carmo Cardoso de Menezes, unica herdeira do morgado do Paço de Nespereira, filha do 1.º visconde de Pindella, João Machado Pinheiro Correia de Mello, e de sua primeira mulher, D. Maria do Carmo Cardoso de Menezes Barreto do Amaral. D'este matrimonio houve João Lobo Machado Cardoso do Amaral e Menezes, que é hoje o sr. visconde do Paço de Nespereira, residente em Braga. O titulo foi concedido em duas vidas, por decreto de 23 de setembro de 1886. Esta familia tem por ascendente Pedro Cardoso do Amaral e Menezes, que na India foi o primeiro que soltou, em 1640, o grito da independencia. Usa tambem do titulo de visconde do Paço da Nespereira o sr. Gaspar Lobo Machado Cardoso do Amaral e Menezes, importante lavrador e vinicultor em Guimarães, onde reside, de cujo districto foi governador civil, tendo sido agraciado por decreto de 20 de março de 1906 com a gran-cruz e commenda da ordem de N. S. da Conceição de Villa Viçosa.

**Paço Novo.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. do Braga.

**Paço Pequeno.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Gemeos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Paço dos Prelados.** Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção, conc. e distr. de Vizeu.

**Paço de Queirã.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Queirã, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

**Paço Redondo**. Pov. na freg. de S. Matheus, de Junceira, conc. de Thomar, districto de Santarem.

**Paço de Rei.** Pov. na freg. de S. Christovão, de Mafamude, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

**Paço Safrins.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ferreira, distr. de Beja.

**Paço de Sousa.** Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Douro, conc e com. de Penafiel, distr., bisp. e Relação do Porto; 436 fog. e 1:628 hab. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada em terreno levemente accidentado, sobre a margem esquerda do rio Sousa, que vem morrer na margem direita do rio Douro, no sitio da foz do Sousa, onde se diz que foi a primitiva cidade de Penafiel. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. permutando malas com a R. A. D.. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. O D. abbade benedictino do convento de Paço de Sousa apresentava o vigario triennal, que era um monge do referido convento, o qual tinha 50$000 réis de rendimento. Paço de Sousa é uma vasta, bonita e rica freguezia, muito fertil em todos os generos agricolas do paiz; cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus campos ha abundancia de caça miuda. E' Paço de Sousa uma das freguezias mais antigas de Portugal, pois foi fundada ainda no tempo dos godos. Ha aqui o antiquissimo mosteiro dos monges benedictinos, que é um monumento archeologico de grande importancia, não só pelas mais remotas tradições historicas que a elle se ligam, como pelos bellos vestigios que ainda conserva da sua architectura gothica, como a porta principal da egreja, que tem conseguido escapar ás restaurações por que o templo tem passado. Foi fundado em 960 da era christã por D. Troycozendo, *Trotozendo*, ou *Trotozindo* Guedes, neto de D. Arnaldo de Bayão, tronco dos Azevedos, e de muitas outras familias nobres de Portugal. Junto ao convento edificou o mencionado D. Troycozendo um palacio, que deu o nome á pov., que se ficou chamando *Paço de Sousa*. Foi aqui que, em 1050, nasceu seu neto Egas Moniz, aio de D. Affonso Henriques, sendo filho de Muninho Hermigues. A egreja foi sagrada pelo arcebispo de Braga D. Pedro, antecessor de S. Geraldo, em 29 de setembro de 1088, o que indica terem durado 48 annos as obras da construcção. Egas Moniz, no anno de 1130, doou o seu paço aos monges benedictinos, com outras propriedades, e lhes ampliou o edificio do mosteiro, o qual está situado n'um valle por onde corre o rio Sousa. O conde D. Pedro, no seu *Nobiliario*, diz que D. Troycozendo, fundador do mosteiro, mandou construir para seu jazigo e dos seus descendentes, uma egreja, denominada *Corporal de Paço de Sousa*, que ficava contigua ao mosteiro. N'esta capella foi sepultado Egas Moniz e alguns dos seus filhos. Ha tambem quem diga, que o tumulo esteve primitivamente no adro da egreja, sendo depois mudado para a referida capella. Este venerando monumento é grosseiramente cinzelado. Estando, porém, a ameaçar ruina a capella fôram em 1605 os ossos d'aquelle notavel vulto historico removidos para a capella-mór da egreja do mosteiro, assim como os outros que lá estavam. O abbade que era em 1741, querendo dar mais elevação á capella-mór, entendeu que ficava mais commodo e mais eco-

nomico rebaixal-a, e assim se fez. Com esta obra já o tumulo de Egas Moniz soffreu mutilações; mas em 1784, quando se tornou a mudar o monumento para o corpo da egreja, as suas diversas peças fôram collocadas despropositadamente fóra do seu logar, o que se comprehende pela inscripção, que, sendo em duas linhas e em pedras differentes, ficou a superior com a parte de baixo para cima. Na 1.ª linha, a que está ás avessas, lê-se:

HIC: REQVIESCIT: FYS: DEI: EGAS: MONIZ: VIR: INCLITVS:

E na 2.ª, que está ás direitas, diz:

ERA: MILESIMA: CENTESIMA: 2XXXII:

(Note-se que o 2 vale 50. D então valia, como hoje, 500, e tendo sobre elle um risco horisontal, valia 5:000). Quer dizer: *Aqui descança o servo (ou filho) de Deus, Egas Moniz, varão inclito. Era 1182.* Este anno equivale ao de 1144 da era de Christo. Pretendeu-se representar n'este momento o facto mais grave da vida de Egas Moniz. O primeiro baixo relevo consta de tres pedras, collocadas horisontalmente umas sobre as outras, formando todas tres um só lado. Na pedra superior veêm-se tres cavalleiros, montados em cavallos sem adornos; vão de cabeça descoberta e de braços manietados, levando o da frente, provavelmente Egas Moniz, uma corda em volta do pescoço; indo atraz d'elle, e entre dois cavalleiros da retaguarda, um peão ou creado. As figuras, que estão nos dois lados, parecem ser mulheres do povo, vendo passar a triste cavalgada. Na segunda pedra vae o resto da *caravana*, composta de quatro creanças montadas n'um cavallo, seguidas d'uma mulher, tambem montada, tendo á sua direita, a pé, uma mulher, e atraz de si um homem e uma mulher: segue-se uma especie de camilha com quatro creanças, e atraz d'ellas tres mulheres. A 2.ª parte do monumento é composta de quatro pedras (a 2.ª de cima é que foi collocada de pernas para o ar). Na 1.ª vêem-se dois homens deitando um corpo na sepultura; um bispo, de baculo na mão direita e um livro na esquerda, em acção de encommendar o defunto, e duas mulheres lamentando se (talvez carpideiras). Do outro lado, mas no mesmo plano, está um homem morto, deitado, e quatro carpideiras. Uma figura, representando a alma do defunto, dentro d'um circulo, que seguram dois anjos, figura ter saido da bôcca do morto, e no acto de subir ao céo. Os ornatos do tumulo são, como elle, singelos e toscos. Os monges benedictinos do convento de Paço de Sousa tinham obrigação de dar aos bispos do Porto um jantar (parada), todas as vezes que elles ali fôssem O bispo D. Hugo renunciou a este direito em 1116. No tomo III, pag. 672 da *Collecção de Cortes*, que existe manuscripta na Academia Real das Sciencias de Lisboa, encontra-se a copia, em latim, d'esta renuncia. O mosteiro teve muitas doações em que se contam as seguintes: em 1145, D. Dordia, filha de Egas Moniz e de D. Thereza Affonso, deu á egreja *una cappa crezisca, et una stola de ipso pano et una acitara* (uma capa d'asperges, uma estola do mesmo pano e uma alcatifa). Em 1112 tinha D. Unisco Eriz feito doação de todos os seus bens patrimoniaes, accrescentando: *Do omnia mea rem movilem lectorum; Cozodras, et plumazos, tapedes et almozalas, simul et alifafes, manteles, et savanas linulas, et lenzos, palium, et grezisco, pelles, et pelliceas, mantus superiores*, etc. Em 1386, achando-se D. João I no seu arraial, sobre Chaves, recompensou os bons serviços do seu vassallo João Rodrigues Pereira, dando-lhe Baltar, Paço de Sousa e Penafiel, de *juro e herdade, com a jurisdicção civel e crime, e mero e mixto, reservando sómente a correição e alçada* (Documento da camara do Porto). N'outro documento de 1529, pertencente ao mosteiro, vê-se que lhe eram pagos, entre outros tributos, o *serviço* (offerta) *do Pasquoêllo* pela Paschoa, o *do Penticoste* pelo Espirito Santo, e *treze homeens sabudos* (certos) *para qualquer serviço que os nós quizermos* (o trabalho de um dia). *E os serviços do Pasquoêllo, que he fogaça* (pão) *de alqueyre e meyo*

Mosteiro de Paço de Sousa

*de trigo, e um cabrito e oito bilhós. E os serviços de Penticoste, que he fogaça de alqueyre e meyo de trigo.* A freg. de Paço de Sousa formava o couto do seu nome, com justiças proprias, e com foral, sem data, tudo por D. Affonso Henriques. Por alvará de 28 de junho de 1777 foi o couto annexado a Penafiel. Os habitantes e os monges benedictinos oppuzeram-se a esta annexação, mas uma provisão regia do principe regente, mais tarde D. João VI, de 23 de agosto de 1794, extinguiu o couto. A egreja do mosteiro e matriz da parochia, é um curioso specimen da architectura gothica. O portal, hoje mascarado por um alpendre cercado de columnas, é veneravel e de estylo bysantino puro. Na frente da egreja fica o bello cruzeiro formado por tres degraus circulares que sustentam um grande pilar, sobre o qual assenta uma cruz bysantina. O mosteiro teve por muitos annos abbades commendatarios, que só cuidavam de gozar os rendimentos, não lhes importando os reparos de que o mosteiro precisasse, dando apenas aos monges o rigorosamente indispensavel para o seu sustento e vestuario, e para as despezas do culto divino. Tendo morrido o ultimo commendatario, descendente em linha recta dos antigos, os monges pediram ao cardeal-rei em 1580, que fôssem extinctos os commendatarios. Sendo satisfeito o seu pedido, principiou então a séde dos abbades triennaes, que tomaram em consideração os reparos da egreja e do convento, e este foi melhorado e ampliado. Francisco José Ferraz, natural de Paço de Sousa e fallecido no Rio de Janeiro, deixou o remanescente da sua avultada herança á sua terra, para com elle se fundar uma casa pia. O governo autorisou a fundação no principio de outubro de 1875. D'este legado era destinado 1:000$000 réis para a construcção do edificio, e o restante devia ser convertido em inscripções para com o rendimento d'ellas se proceder á conservação do edificio, pagamento aos professores e professoras, e sustentação dos alumnos dos dois sexos. O convento de Paço de Sousa foi considerado em 1834 bem nacional, e como tal vendido, sendo hoje propriedade particular. Tendo-se encontrado o cofre que encerra os restos mortaes de Egas Moniz, lavrou-se um termo em triplicado, ficando um exemplar no cartorio do mosteiro, enviando-se outro para Penafiel, sendo o terceiro enviado para o Porto. O chamado *cofre* é um pequeno bahú, sem nada de notavel, cheio de rabiscos e letreiros gravados a ponta de prégo, e mostra se na sacristia do mosteiro, onde está guardado n'uma gaveta. Diz se que junto ao paço construido por D. Troycozendo havia uma bella torre que Egas Moniz deu egualmente aos monges benedictinos, affirmando Fr. Leão de S. Thomaz, na sua *Benedictina Lusitana*, que essa torre ainda existia no seu tempo, e servia de hospedaria.

**Paço da Torre**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto.

**Paço Travesso**. Pov. na freg de Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

**Paço Vedro**. Pov. na freg. do Salvador, de Louredo, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

**Paço Vedro de Magalhães**. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 98 fog e 357 hab. Tem correio, e fica distante 5 k. da séde do conc. O conde-almirante, conde de Rezende, apresentava o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento. Esta freguezia denominava-se *Magalhães*, mas por causa do solar dos Magalhães, que tomaram o appellido do freguezia, passou esta a chamar se *Paço Vedro de Magalhães*. A egreja foi matriz da villa de Ponte da Barca. E' um templo muito antigo, e tem reliquias do seu patrono, S. Martinho. Pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

**Paço Velho**. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Paio de Farinha Pôdre, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Messegães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª do Soccorro, de Paçô, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo districto.

**Paço do Villar**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Paçô**. Pov. e freg. de N. S.ª do Soccorro, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 157 fog e 603 hab. Tem feira de gado bovino a 25 de março e 15 d'agosto. A pov. está situada na margem direita do rio Lima, e a 2 k. da séde do conc. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. O reitor da commenda de Azere apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento E' uma das mais antigas parochias não só de Portugal, como da Lusitania, pois já existia, talvez no meado do seculo VI. Segundo a tradição, a imagem foi encontrada n'um alto cercado de muitos penedos, por entre os quaes havia frondosas arvores silvestres. Ignora-se, porém, a data, mas suppõe-se que os christãos a esconderiam ali em 405, quando se deu a invasão dos arianos, barbaros do norte, e que fôsse achada no fim do seculo V, construindo se-lhe logo um templo, que foi egreja matriz. O rei suevo Theodomiro, que sendo ariano se converteu á fé catholica, em 561, achou já á egreja constituida em séde parochial, em 568, e a deu ao bispo de Tuy. A rainha D. Thereza e seu filho D. Affonso Henriques confirmaram esta doação em 3 de setembro de 1125. Mais tarde foi a freg. annexada á egreja dos Santos Cosme e Damião, de Azere. A imagem tomou depois a invocação de *N. S.ª do Soccorro*, e é de muita devoção dos habitantes d'esta terra. E' de pedra, de boa esculptura, e está no altar-mór. A egreja foi restaurada no anno de 1764. N'esta freg ha um logar chamado *Altares*, nome que tomou de uns que se levantaram ali, para dizer missas ás tropas de D. Affonso Henriques, quando se deu a batalha chamada da *Veiga da Matança*, ou dos *Arcos de Valle-de-Vez*. (V. *Portugal*, vol. I, pag. 680). A terra é muito fertil em todos os generos do seu clima, e cria muito gado de toda a qualidade. O cruzeiro do Ataúde foi erguido para commemorar uma escaramuça, que se deu n'es-

tas immediações entre varios fidalgos, que morreram em grande numero. || Villa e freg. de S. Julião, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 128 fog e 509 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades do rio Tuella. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. A mitra apresentava o reitor, que tinha 150$000 rs. de rendimento. E' pov. muito antiga. El-rei D. Diniz deu-lhe foral com todos os privilegios do de Vinhaes, em Lisboa, a 9 de setembro de 1310; el-rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 4 de maio de 1512. Os condes de Athouguia eram senhores d'esta villa. A terra é pouco abundante de cereaes e de fructas, mas produz muitos legumes, pastos e linho. Cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha muita caça. || Villa e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 191 fog. e 745 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. postal. A villa dista 6 k. da séde do conc. e está situada em terreno plano. O papa, o bispo e os conegos regrantes de Santo Agostinho do mosteiro de Vil la Bôa, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 90 fog. e 327 hab. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Homem. O reitor da freg. de Santa Maria, de Adaúfe, apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é pouco fertil, mas cria muito gado, e tem caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Carreço, conc. e distr. de V. do Castello. || S. João Baptista, de Cedrim, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Cepellos, conc. de Macieira de Cambra, do mesmo distr. || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Esther, conc. de Castro Daire, do mesmo distr. || S Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João de Ver, conc. da Feira, distr. de Aveiro || S. Julião, de Freixo, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro, de Lordosa, conc. e distr. de Vizeu. || S. Vicente, de Oleiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Ourilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Refoios de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || O Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santa Marinha e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Viauna do Castello. || S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Clemente, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, districto do Porto. || N. S.ª do Amparo, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Varzea, conc. de Goes, distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção, de Villa de Ala, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança.

**Paçô do Outeiro**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Rio Frio, conc. e distr. de Bragança.

**Paçô do Quinteiro**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Paçô de Sortes**. Pov. da freg. de S. Nicolau, de Moz de Rebordãos, concelho e distr. de Bragança.

**Paçô Vieira** *(Alfredo Vieira Coelho Pinto Peixoto de Villas Boas, 2.º barão e 1.º conde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, herdeiro da nobre casa de Cabanas, na freguezia de Dume, conc. de Braga, bacharel formado em

Conde de Paçô Vieira

Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, ministro de estado honorario, juiz, ajudante do Procurador Geral da Corôa e Fazenda; vogal do Conselho de Administração dos Caminhos de Ferro do Estado. N. em Braga a 6 de setembro de 1860, sendo filho do 1.º barão do mesmo titulo, José Joaquim Vieira, e da baroneza sua mulher, D. Margarida Pinto do Valle Peixoto de Sousa de Villas Boas. Depois da sua formatura, seguiu a carreira da magistratura, foi sub-delegado na comarca do Porto, em 1884, delegado do procurador regio em Meda, Portalegre e na 3.ª vara civel do Porto; em 1890 foi promovido a juiz por distincção, exercendo então os cargos de juiz do tribunal administrativo de Vianna do Castello, juiz do tribunal administrativo do Porto, juiz das execuções fiscaes na mesma cidade e juiz de direito da comarca de Setubal. Entrando na politica, filiando-se no partido regenerador, foi eleito deputado pela Regoa, em 1890, affir-

mando-se desde logo como um orador distincto. Em 1896 exerceu o cargo de governador civil de Ponta Delgada, onde grangeou as maiores sympathias e prestou bons serviços. Na legislatura de 1899 foi eleito pelo circulo de Ribeira Grande, nas de 1903 e 1904 por Ponta Delgada, sempre sem opposição. Em 1905 foi eleito pelo circulo de Braga, em 1906 e em 1908 pelo Porto. Em março de 1903, n'uma crise ministerial, entrou no gabinete presidido por Hintze Ribeiro, gerindo a pasta das obras publicas, assignalando a sua administração pelo impulso que deu á viação accelerada. Por sua iniciativa principiou se a construcção do caminho de ferro da Regoa a Villa Real e Chaves, da linha de Pocinho a Miranda; da de Evora a Ponte de Sôr; da estação central do Porto; do caminho de ferro de Bragança, etc. Simultaneamente promovia a construcção de linhas ferreas por empresas particulares, trabalhando em remover os obstaculos que se oppunham á execução das linhas de Guimarães-Fafe, Miranda-Bragança, Valle do Vouga, Valença-Monsão, etc. Quando se retirou do ministerio pela queda do gabinete Hintze Ribeiro, deixava em construcção 224 k. de linhas ferreas do Estado e 250 k. concedidos a empresas particulares. Pouco depois de ter abandonado o poder, publicou o livro *Caminhos de ferro portuguezes*, trabalho largamente documentado sobre os nossos caminhos de ferro. O sr. conde de Paçô Vieira foi um dos oradores, na occasião do funeral do estadista Hintze Ribeiro, em agosto de 1907. Foi-lhe renovado o titulo de barão, como verificação da segunda vida concedida no de seu pae, por decreto de 25 de junho de 1886, sendo mais tarde agraciado com o titulo de conde. Ainda estudante collaborou em differentes jornaes litterarios; publicou em 3 volumes os seus dicursos parlamentares, redigiu a *Revista do fôro portuguez*, e é autor de differentes trabalhos judiciaes, entre os quaes avulta uma monographia sobre a *Manutenção e restituição da posse*. Cultivou tambem a poesia nos seus tempos de Coimbra, publicando os seus versos, em 1884, na *Revista Litteraria*. Por occasião da commemoração do centenario do marquez de Pombal, em 1882, realisou uma conferencia no theatro academico, fazendo o elogio d'aquelle grande estadista. Algum tempo depois, quando Camillo Castello Branco atacou o marquez de Pombal mostrando-o ao povo pelo lado do seu caracter duro e cruel, foi o moço poeta encarregado de responder ao grande romancista, em nome da Academia, missão de que se desempenhou brilhantemente, defendendo a memoria do austero ministro d'el rei D. José I. Foi socio do Real Velo-Club do Porto, a que prestou relevantes serviços, sendo presidente da direcção, conseguindo que aquella associação se tornasse uma das primeiras no seu genero em Portugal. O sr. conde de Paçô Vieira representou o ministerio publico junto do Tribunal Arbitral que resolveu a questão entre o governo portuguez e o empreiteiro das obras do Porto de Lisboa, H. Hersent. Foi elle o encarregado especialmente na Procuradoria Geral da Corôa de estudar o processo e o fundamento juridico das reclamações do empreiteiro, acompanhando-as até final do julgamento.

**Paçô Vieira** *(José Joaquim Vieira Junior, 1.º barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, do conselho de Sua Magestade, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, governador civil de Braga, juiz de direito, e presidente da Relação do Porto, e mais tarde promovido a juiz do Supremo Tribunal de Justiça, aposentado em 19 de julho de 1901, antigo deputado, etc. Nasceu Guimarães a 16 de agosto de 1825, falleceu no seu solar, de Paçô, na freg. de S. Romão de Mesão Frio, conc. de Guimarães, em 2 de março de 1906. Era filho de José Joaquim Vieira, proprietario, cavalleiro de Christo e provedor do concelho de Guimarães, e de sua mulher, D. Maria Emilia Vieira Coelho. Formou-se em Direito em 1851. Da larga folha de serviços na carreira da magistratura judicial, consta que foi nomeado delegado do procurador regio na comarca das Caldas da Rainha em 9 de dezembro de 1852, sendo transferido para Mertola em 28 de junho de 1854; para Valença em 29 de novembro do referido anno; para Fafe em 9 de janeiro de 1856; para Felgueiras em 12 de maio de 1857; e para Braga em 30 de outubro de 1858. Nomeado juiz de Direito para a comarca de Miranda do Douro em 26 de novembro de 1862, em 13 do seguinte mez de dezembro foi nomeado secretario geral do governo civil de Braga, de que tomou posse no dia 28, ficando em virtude d'este cargo no quadro da magistratura judicial, sem vencimento, por decreto de 12 de fevereiro de 1863. Foi nomeado auditor do exercito por decreto de 3 de agosto de 1864, e governador civil de Braga, por decreto de 15 de fevereiro de 1865, e novamente auditor do exercito por decreto de 16 de novembro do mesmo anno. Promovido a juiz de 2.ª classe, e nomeado para a comarca da Certã, por decreto de 21 de novembro de 1867, tomou posse d'este cargo a 13 de janeiro de 1868. Foi declarado no quadro, sem exercicio, por ter sido nomeado governador civil de Braga, por decreto de 28 de maio de 1868. Teve a nomeação de juiz para a comarca de Monsão, por decreto de 10 de junho de 1869, sendo transferido para a comarca de Felgueiras por decreto de 16 dezembro de 1870. Promovido a juiz de 1.ª classe, foi nomeado para a comarca de Silves por decreto de 9 de julho de 1874, e transferido para a comarca de Vizeu por decreto de 10 de dezembro do mesmo anno. Em 1880 teve transferencia para Aveiro, e depois para a comarca de Fafe por decreto de 7 de janeiro de 1881. Promovido a juiz da 2.ª instancia e nomeado para a Relação dos Açôres por decreto de 28 de junho de 1883, foi transferido para a Relação do Porto por decreto de 29 de maio de 1884. Foi nomeado depois vice-presidente do mesmo tribunal por decreto de 19 de abril de 1894, sendo nomeado presidente por decreto de 27 de fevereiro de 1896, d'onde passou a juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, por decreto de 21 de fevereiro de 1901. Foi collocado, como requereu, e por impedimento physico temporario, no quadro da magistratura judicial, sem exercicio, mas com vencimento, por decreto de 19 de julho do referido anno de 1901. Foi deputado em varias legislaturas, sendo eleito pela primeira vez em janeiro de 1864. Casou em Braga a 15 de fevereiro de 1860, com D. Margarida Pinto do Valle Peixoto de Sousa de Villas Boas, filha de Manuel Pinto

Peixoto Villas Boas, commendador da ordem de Christo, ultimo capitão mór de Louzada, senhor das casas da Ribeira, do Porto, Baceiras e Bairro, e de sua mulher D. Anna Pinto Peixoto de Sousa Freire de Moraes, da casa da Costilha, neta paterna de Manuel Henriques de Carvalhaes e Valle Peixoto de Villas Boas, e materna de D. Theodora Freire de Andrade, irmã do 1.º arcebispo de Mariana e bispo do Maranhão. A condessa de Paçô Vieira, que nascera no solar de seus paes, na Ribeira, em Louzada, a 2 de julho de 1824, falleceu em Guimarães poucos dias apóz seu marido, em 9 de março de 1906. Foi mãe dos srs. conde de Paçô Vieira e visconde de Guilhomil. O titulo de barão foi concedido em duas vidas por decreto de 11 de julho de 1868. Em alvará datado de 20 de janeiro de 1854, foi-lhe concedido o seguinte brazão: Escudo partido em pala: Na primeira as armas dos Vieiras: em campo vermelho seis vieiras de ouro, em duas palas realçadas de preto: na segunda, as armas concedidas a Nicolau Coelho, companheiro de Vasco da Gama: em campo vermelho um pé de terra verde junto ao mar, onde assentam duas columnas de prata, tendo sobre cada uma um escudete das quinas de Portugal, ficando entre ellas um leão de ouro.

**Paçô Vieira.** Pov. na freg. de S. Romão, de Mesão Frio, conc. de Guimarães, distr. de Braga. Tem est telegr.-post. com serviço de encommendas.

**Paçoinhos.** Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção, de V. N. de Tázem, conc. de Gouvcia, distr. de Braga.

**Paços.** Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Melgaço, districto de Viauna do Castello, arceb. de Braga; 164 fog. e 667 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e uma fabrica de sabão. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. A mitra apresentava o reitor, que tinha 180$000 réis de rendimento. E' pouco fertil em cereaes, mas cria muito gado, e nos seus montes ha grande abundancia de caça. || Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Minho, conc., distr. e arceb. de Braga; 103 fog. e 443 hab. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada abaixo do monte, chamado n'outro tempo Bastucio, ou Bastuço, na encosta. A mitra apresentava o abbade, que tinha 240$000 réis de rendimento. E' uma das mais antigas freguezias da prov. do Minho. Foi villa. Aqui possuiu Affonso Nantes Pires diversas fazendas, das quaes deixou uma á sé de Braga em 1073. D. Adozinda, mulher de Mendo Sijiniz, oppõz-se a esta doação, e teve demanda com S. Geraldo, então arcebispo de Braga; por fim, compuzeram-se em 1106. A terra é muito fertil em generos agricolas, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da provincia do Minho, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 96 fog. e 358 hab Tem escolas d'ambos os sexos e caixa post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada n'uma serra. O abbade da freg. de S. Clemente, de Basto, apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil, cria muito gado, e nos montes apparece muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 158 fogos e 607 hab. A pov. dista 5 k. da séde de conc. e está situada na estrada de Guimarães a Aboim e Ornellas. A mitra apresentava o abbade, que tinha 130$000 réis de rendimento. A terra é fertil e cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Mirandella, distr. e bisp. de Bragança; 115 fog. e 465 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da estrada real de Mirandella a Villa Real. O vigario da villa de Lamas de Orelhão apresentava o vigario, que tinha 10$000 rs. de congrua e o pé d'altar. E' pouco fertil em cereaes, mas abundante de linho, fructas e legumes. Cria muito gado, e tem muita caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os Montes, conc. de Sabrosa, com. e districto de Villa Real, bisp. de Lamego; 338 fog. e 1:507 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e caixa postal. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada no cruzamento das estradas de Sabrosa a Villa Real e Peso da Regoa. O prior do Salvador, do mosteiro dos conegos regrantes de Paderne, apresentava o vigario, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em generos agricolas, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aldoar, 2.º bairro do Porto. || S. Salvador e conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Pedro, de Barreiros, do mesmo conc. e distr. || S. Cosme, de Besteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Victor, conc. e distr. de Braga. || Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || O Salvador, de Cambezes, concelho de Monsão, districto de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Canellas, conc. de Penafiel, do mesmo districto. || Santo André, de Canidello, conc. de Villa Nova de Gaia, do mesmo districto. || Santa Maria, de Carquere, concelho de Rezende, districto de Vizeu. || S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo distr. || Santo Isidoro, de Cavernães, conc. e distr de Vizeu. || Santa Eulalia, de Cerdal, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Chorense, concelho de Terras de Bouro, distr. de Braga || Santo André, de Christellos, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, de Codeceda, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Couceiro, do mesmo conc. e distr. || S. Cypriano, concelho e distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Dossãos, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Salvador, de Dornellas, concelho de Amares, do mesmo distr. || S. Pedro, de Esmeriz, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Martinho, de Espinho, conc. e distr de Braga. || S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Martinho, de Fajões, conc. de Oliveira de Aze

meis, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, distr. de Braga; tem caixa postal. || Santo Estevão, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || Santa Maria, de Goios, couc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Miguel, de Gonça, conc de Guimarães, do mesmo distr. || Santo André, de Guilhadezes, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Lara, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Luzim, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Julião e conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || Santa Marinha de Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. João Evangelista, de Mindello, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || O Salvador, de Modivas, do mesmo conc. e distr. || Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Monte Cordova, couc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thiago, de Oliveira, couc. de Povoa do Lanhoso, distr. de Braga. || S. Miguel e conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Oliveira do Douro, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Espirito Santo, de Otta, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Paçô, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Pinho, conc. de S. Pedro do Sul, do mesmo distr. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Revinhade, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago de Riba d'Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Romão, conc. de Armamar, do mesmo distr. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || O Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Sampriz, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Sande, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso, da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Sendim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Mamede, de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto || N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Soppo, conc. de V. N. da Cerveira, districto de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || O Salvador, de Souto, concelho de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Maria Maior, de Tarouquella, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, conc. de Armamar, do mesmo distr. || S. Pedro Fins, de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto || O Salvador, de Villa Cova da Lixa, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Julião, de Villar Secco de Lomba, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || Casaes na freguezia de N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Quinta na freg. de Santa Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. d'Evora.

**Paços de Baixo.** Povoação na freg. de S. Miguel, de Paços da Serra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

**Paços de Brandão.** Pov. e freg. de S. Cypriano, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. e Relação do Porto; 267 fog. e 1:190 hab. Tem caixa postal, pharmacia, fabricas de cortiça e de rolhas, de papel e de cotins, deposito de telha. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na margem d'uma ribeira. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. Esta parochia é muito antiga, pois já existia no seculo XI, chamando-se então *Palacio Blandon*, nome que lhe deu um cavalleiro de appellido Brandão, companheiro do conde D. Henrique. O seu territorio é bastante accidentado, mas os seus montes são de pouca elevação. Tem muitos arvoredos silvestres, sobretudo, pinheiros. E' abundantissima de todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. O mar, que lhe fica a 9 k. ao Oceano, fornece-lhe muito e bom peixe. A egreja parochial foi reconstruida no principio do seculo XVIII, está situada ao centro da freg. E' um templo bastante espaçoso d'uma só nave. A capella-mór é muito boa, feita no fim do mesmo seculo, á custa do abbade, que então era da freg. e que foi ali sepultado. A egreja tem uma torre elegante, de cantaria, com seu relogio. Além do altar-mór, tem mais cinco altares lateraes, com bellas pinturas a oleo. Ao lado da egreja vê-se o cemiterio com alguns mausoléos de valor, e na frente um espaçoso largo, onde todos os domingos se faz um importante mercado. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

**Paços de Lima.** Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Paços da Serra, conc. de Gouveia, distr. da Guarda. || Santo Antonio, de Raposa, conc. de Almeirim, distr. de Santarem. || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Paços e Costa.** Duas povoações reunidas, na freg. de S. Claudio, de Geme, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Paços de Ferreira.** Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr., bisp. e Relação do Porto. Tem uma só freg., cujo orago é Santa Eulalia. A villa está situada n'um logar elevadissimo, a 1 k. da margem direita do rio Ferreira, e a 25 da capital do distr. O abbade de Vandoma apresentava o cura, que tinha 40$000 réis de congrua e o pé d'altar. Paços de Ferreira era couto dependente da villa de Ferreira, porém, como progredisse mais do que esta villa, ficou o couto annexado ao conc., que tomou o nome de *Paços de Ferreira*. El-rei D. Manuel deu foral, em Lisboa, a 15 de setembro de 1514, á antiga villa de Ferreira (V. *Portugal*, vol. III, pag. 116). A villa não tem edificio algum digno de menção especial. A egreja matriz é antiga e de boa fabrica. Paços de Ferreira pertence á 3.ª div. mil., 6.ª brigada, grande circumscripção militar N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto; tem est. post. e telegraphica, com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; escolas para ambos os sexos, advogados, medicos, pharmacia, agentes do *Banco Al-*

*liança*, *Banco do Minho*, *Banco de Portugal*, da companhia de seguros: *Internacional;* associação de soccorros mutuos *Freamundense*, hospedarias, notarios, sociedades de recreio: *Club Mocidade Pacence*, *Club Recreativo*, *Philarmonica Pacence*. Possue excellentes aguas; é muito abundante em cereaes, vinho e madeiras; cria gado e tem caça. O conc. comprehende 16 freguezias com 2:655 fogos e 11:753 hab., sendo 5:219 do sexo masc. e 6:564 do fem., n'uma superficie de 19:220 hect. As freguezias são: S. Pedro, de Arreigada, 374 hab.: 166 do sexo masc. e 208 do fem.; S. Thiago, de Carvalhosa, 935 hab.: 415 do sexo masc. e 520 do fem.; S. João Baptista, de Codeços, 198 hab: 87 do sexo masc. e 111 do fem.; S. João Evangelista, de Eiriz, 478 hab.: 211 do sexo masculino. e 267 do feminino; S. Pedro, de Ferreira, 903 habitantes: 418 do sexo masculino e 485 do feminino; S. Thiago, de Figueiredo, 581 habitantes: 247 do sexo masc. e 334 do fem.; S. Martinho, de Frazão, 1:168 hab.: 488 do sexo masc. e 680 do fem.; S. Salvador, de Freamunde, 1:597 hab: 736 do sexo masc. e 861 do fem; Santa Maria, de Lamoso, 359 hab.: 172 do sexo masculino e 187 do fem.; S. Salvador, de Meixomil, 946 hab.: 400 do sexo masc. e 546 do fem.; S Thiago, de Modellos, 325 hab.: 140 do sexo masculino e 185 do fem.; Santa Eulalia, de Paços de Ferreira, 994 hab.: 430 do sexo masc. e 564 do fem.; S. Salvador, de Penamaior, 1:108 hab: 499 do sexo masc. e 609 do fem.; S. Pedro, de Raimonda, 717 hab.: 325 do sexo masc. e 392 do feminino; S. Pedro, de Sanfins de Ferreira, 544 hab.: 256 do sexo masc. e 288 do fem.; S Mamede, de Serôa, 553 hab: 229 do sexo masc e 324 do fem O principal commercio do conc. é vinho, cereaes e madeiras. Tem feiras annuaes: em Freamunde a 13 de junho e a 13 de dezembro Feiras quinzenaes: nos dias 5 e 21 de cada mez em Penamaior, denominada do *Có*, ou nos dias immediatos, sendo aquelles dias santificados; nos dias 13 e 27 de cada mez. *Jornaes:* Teem sido aqui publicados os seguintes: *Jornal de Paços de Ferreira*, 1 de janeiro de 1895; *Progresso (O)*, 1 de agosto de 1891; *Progresso dos Paços de Ferreira*, 25 de maio de 1902.

**Paços de Gaiollo.** Povoação e freguezia de S. Clemente, da provincia do Douro, concelho e comarca de Marco de Canavezes, districto e bisp. do Porto; 308 fog. e 1:236 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Douro, em terreno muito accidentado, mas fertil em cereaes, fructas e legumes. O seu vinho, denominado do *Baixo Douro*, é de muito boa qualidade. Diz-se que o nome d'esta freg. lhe provém d'uma casa e torre que teve aqui, e onde viveu, um principe moiro, de appellido Gaiôlo, o qual, segundo alguns, era pae ou irmão da formosa *Gaia*, que deu o nome a V. N. de Gaia, defronte da cidade do Porto. *Gaiôlo*, parece ser palavra arabe, diminuitivo de *Gaio*, que significa *pequeno*, vindo portanto a dizer *Pequenino*. Paços de Gaiollo era uma das dez behetrias d'este reino. Pertence á 6.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

**Paços do Monte**. Pov. na freg. de S. Faustino, de Fridão, concelho de Amarante, distr. do Porto.

**Paços Novos e Paços Velhos**. Ilha do Pico; duas povoações na freg. de N. S.ª da Piedade, de Piedade, conc. de Lagens do Pico, distr. da Horta.

**Paços do Pinheiro**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

**Paços de Probem.** Familia oriunda da Galliza, e que passou a Portugal. Tem por armas: Em campo de ouro um braço da sua côr com uma espada de azul, mettendo-a pela bocca d'uma serpente verde; timbre, uma estrella de ouro entre duas azas de aguia da sua côr.

**Paços de Sanfins.** Pov. na freg. de S. Thiago de Piães, concelho de Sinfães, districto de Vizeu.

**Paços da Serra.** Pov e freg de S. Miguel, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Gouveia, distr. e bisp. da Guarda; 291 fog e 1:119 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, e uma fabrica de lanificios. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na aba da serra da Estrella, nas margens d'uns regatos que fórmam a ribeira de Ceia. O clima é aspero, mas saudavel. Tem gado e caça; é fertil em generos agricolas. Pertence á 2.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

**Paços de Vilharigues.** Pov. e freguezia de Santa Marinha, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Vouzella, distr. e bisp. de Vizeu; 179 fog. e 732 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um valle banhado pelo rio Alfusqueiro. O vigario da freg. de Santa Maria, de Vouzella, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga. Em 1290, nas *Inquirições* d'el-rei D. Diniz, já se menciona como antiga, a *herdade de Paços de Villarigas*. Diz-se ali, que: o *Casal do Covêllo*, *na Ventosa*, a maior *parte da herdade de Paços de Villarigas*, *em Vouzella*, *e a aldeia de Pindêllo*, *de Alafões* (só um casal) *eram foramontaõs da ordem do Hospital* (V. *Foramontaõs*, *Portugal*, vol. III, pag. 545). N'esta pov. vêem-se as ruinas d'um castello muito antigo, que se tornou notavel por ter n'elle nascido e fallecido um dos mais bravos batalhadores de D. Affonso V, Duarte d'Almeida, o *Decepado*, alferes-mór do rei de Portugal, na batalha de Tóro (V. *Portugal*, vol. I, pag. 245). Paços de Vilharigues é terra fertil; cria muito gado, e tem muita caça. Ha ali tambem bastante peixe do rio Vouga. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

**Padão.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Paddy.** Pov. da regedoria de Barcém, no concelho de Quepem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo da margem esquerda da ribeira de Rivoná.

**Pade.** Pov. na freg. de Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro,

**Pade de Baixo e de Cima** Duas povoações na freg. de Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto.

**Padeiro**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Villa Fria, concelho e distr. de Vianna do Castello.

**Padella**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Serra do distr. de Vianna do Castello. Está situada entre os rios Lima e Neiva; corre na direcção ENE a OSO. Tem cêrca de 3 k. de comprimento, 1 de largura e 631 m. de altura.

**Padelli** Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na margem direita do rio Madei. Pertence á circumscripção militar de Onda, da provincia de Satary.

**Paderne**. Pov. e freg. de N. S.ª da Esperança, da prov. do Algarve, conc. e com de Albufeira, distr. de Faro, bisp. do Algarve: 777 fog. e 3:440 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., fabricas de aguardente e de esparto, lagares de azeite, pharmacia, feira a 15 de julho. Pertence á 4.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. A pov. está situada na margem esquerda da ribeira Quarteira. A Mesa da Consciencia apresentava o prior, que tinha diversos generos e 15$000 réis em dinheiro. A pov. é muito antiga, e foi grande villa, defendida por um forte castello, construido pelos moiros, aos quaes o tomou D. Paio Peres Correia, em 1248. D. Diniz doou este castello ao mestre da ordem de Aviz D. Loureuço Aunes, com o padroado da egreja, por carta regia, do 1.º de janeiro de 1305. O castello fica a 2 k. de distancia da pov. e a 12 a E da villa d'Albufeira, no monte chamado tambem *Paderne*, que, segundo se julga, deu o nome á pov. O monte é muito alto, e ao pé corre a Ribeira da Quarteira, do lado da qual faz o cabeço um medonho despenhadeiro, tão perpendicular, que ninguem póde subir por este lado á fortificação. O monte é quasi uma peninsula, por estar cercado pela Quarteira, na margem da qual, os duques de Loulé possuem uma quinta, que em tempos antigos foi das mais ricas e formosas do Algarve, pelos seus grandes pomares de espinho, hortas, campos e jardins. Chamava-se mesmo a *quinta da Quarteira*. No tope d'este monte, ou penhasco, é que os moiros edificaram o castello. Durante o dominio musulmano, e ainda nos principios da monarchia, era esta fortaleza uma das mais terriveis do Algarve, não só pela sua alcantilada posição, como porque as suas paredes eram formadas de *formigão*, tão forte e tenaz, que excedia em dureza as muralhas de pedra. Exteriormente era cercada de torres, da mesma materia. A porta principal fica a E, e é defeudida por duas torres. No centro do castello fica a egreja de N. S.ª d'Assumpção, vulgarmente chamada do *Castello*. E' pequena, e o tecto da capella-mór é de abobada. Além do altar-mór, tem mais dois lateraes. Foi a primitiva matriz de Paderne, mas depois parece que em 1500 construiu-se outra egreja mais vasta, dentro da pov., que é a actual. Era da ordem de Aviz, e um dos freires tinha a obrigação de attender aos concertos e paramentos da egreja do castello. Antigamente fazia-se uma grande romaria, pela festa da Assumpção, a que concorria muita gente de Loulé, d'Albufeira e d'outras terras. A 25 do março, na festa da Annunciação, tambem se realisava outra romaria. Os povos d'estes sitios consagravam grande devoção por aquella imagem. A egreja matriz, em que se falou, é um bom templo de tres naves, com altar-mór e oito altares lateraes. || Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e comarca de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 476 fog. e 1:903 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., hoteis, feira a 18 e 25 de cada mez; pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada sobre a margem esquerda do rio Minho. O geral do convento de Santa Cruz, de Coimbra, apresentava o vigario triennal que era um conego regrante da ordem de Santo Agostinho, o qual tinha 170$000 réis de rendimento. Houve aqui um mosteiro de conegos regrantes de Santo Agostinho, fundado pela condessa D. Paterna, viuva de D. Hermenegildo, conde de Tuy, n'uma sua grandiosa quinta, que possuia n'estes sitios, com outras propriedades e aldeias. Fundou o convento para n'elle se recolher com suas quatro filhas, e outras nobres senhoras de Tuy, que as quizeram acompanhar. Em 6 d'agosto de 1130, estando as obras concluidas, foi sagrada a egreja do mosteiro pelo bispo de Tuy D. Paio, que tambem n'esse dia o dedicou ao Salvador, e lançou á condessa, suas filhas e mais companheiras, o habito das conegas de Santo Agostinho. Mandou para confessores e capellães sete clerigos, que em 1138, se fizeram regulares da mesma ordem, vivendo em communidade. A condessa lhes mandou fazer claustros, dormitorios, cellas e mais officinas, do lado do sul da egreja, que os dividia das freiras, que ficavam ao norte. A fundadora foi a 1.ª prioreza das freiras, e D. Ramiro Paes o 1.º prior dos religiosos. A pov. tomou o nome de *Paterna*, que depois se corrompeu em *Paderne*, porque ao convento se dava o nome de *mosteiro de Paterna*. Não se sabe quando deixaram de existir aqui freiras, mas sabe-se que em 1248 só havia frades, tendo por prior D. João Pires, grande partidario de D. Affonso III, pelo que este monarcha fez grandes doações ao convento, concedendo-lhe muitos privilegios. O mesmo prior, sendo a egreja muito pequena e antiga, a mandou demolir em 1264, construindo-se outra, que foi sagrada em 6 de agosto d'este anno, pelo bispo de Tuy D. Emigdio. O couto de Paderne ficava entre o termo das villas de Melgaço e Valladares, no Alto Minho. Havendo duvidas dos conegos sobre a jurisdicção civel no seu couto, el rei D. Manuel lhe confirmou a tal jurisdicção em 11 do agosto de 1517. O prior do mosteiro era capitão-mór do couto, e nomeava as suas justiças, escrivães e officiaes. Em 1594 foi este convento unido ao de Santa Cruz, de Coimbra, deixando os priores de ser perpetuos, como até então, para serem triennaes. Em 1640, e durante toda a guerra da Restauração, o prior de Paderne, D. Simão da Paixão, prestou grandes serviços á patria, como capitão-mór do seu couto. Os frades cruzios venderam depois o mosteiro, a cêrca e o senhorio do couto, aos Caldas, de Badim. A egreja do mosteiro foi sempre a matriz da freg., e do padroado de Santa Cruz, de Coimbra. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Campo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

**Padexas**. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

**Padilha**. Appellido tomado do logar de Padilha junto á cidade de Burgos na Castella Velha, Hespanha. Trouxe o para Portugal Pedro Nor-

berto d'Aucourt e Padilha, que foi em Portugal secretario do Desembargo do Paço, na repartição do Minho. Os Padilhas fôram donatarios da villa de Fermêdo, da provincia do Douro. As suas armas são: Em campo azul tres pás de prata em tres palas, entre tres minguantes, no chefe, e tres crescentes de prata no contra-chefe, todos seis na direcção das pás, um por cima e outro por baixo, e mais tres crescentes, em pala, tambem de prata; timbre, uma aguia negra voante.

**Padilha** *(Francisco)*. Um dos heroes da lucta do Brazil contra os hollandezes. Não se sabe nem o anno nem a terra do seu nascimento. Sabe-se apenas que em 1624 estava na Bahia, e era capitão de uma companhia quando a capital do Brazil caiu no poder dos hollandezes. No sertão da Bahia começaram os portuguezes a organisar a resistencia, dirigidos pelo bispo D. Marcos Teixeira, e um dos que mais auxiliaram o intrepido prelado foi o capitão Francisco Padilha. Foi elle que armou a emboscada em que caiu o coronel hollandez Johann Van Dork, governador da cidade com as tropas que dirigia n'uma sortida, e que matou com a sua propria mão o talentoso e intrepido official hollandez. Depois da restauração da Bahia, conseguida com auxilio das esquadras portugueza e hespanhola que vieram da Europa, o capitão Francisco Padilha continuou a fazer parte da guarnição da cidade. Quando em 1627 o almirante hollandez Pieter Heyn perseguiu umas barcas portuguezas fundeadas no porto, foi Francisco Padilha encarregado de as proteger á frente de 150 homens. Padilha tel-as subir o rio, metteu-se a bordo de uma d'ellas e esperou intrepidamente o inimigo. Passava-se isto a 12 de junho de 1627. O almirante hollandez metteu a sua gente a bordo de escaleres, e perseguiu as nossas barcas. Padilha resistiu heroicamente. Deu-se a abordagem, os nossos combateram como uns leões, mas a superioridade do numero e do armamento dos hollandezes venceu a bravura portugueza, Padilha e os seus 150 bravos succumbiram, sendo todos barbaramente passados ao fio da espada.

**Padilha** *(Henrique Manuel de Miranda)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, que viveu no seculo XVIII. N. em Lisboa em 10 de outubro de 1700, ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Fructuoso de Padilha Salazar, fidalgo da Casa Real, e de D. Angela d'Ancourt. Seguiu desde muito novo a carreira das armas, assentando praça aos 12 annos de edade, chegando aos postos de capitão-tenente e capitão de mar e guerra. Escreveu a seguinte obra, que ficou inedita: *Relação do principio da guerra da colonia do Sacramento até á chegada da nau «Esperança», em que nos successos da dita nau se expressam os que houve na colonia até chegar o armisticio.*

**Padilha** *(Fr. Pedro)*. Cavalleiro da ordem de S. Thiago, e depois religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. em Linhares, e fal. em 1595. Passou a maior parte da vida em Madrid, para onde foi ainda muito novo, e professou no convento de carmelitas descalços, a 6 de agosto de 1585. Falava correctamente as linguas latina, italiana, flamenga e franceza. Sendo amigo de Cervantes e rival, muitas vezes feliz, de Garcilaso, Padilha adquiriu a reputação de um dos melhores poetas bucolicos de Hespanha, mas depois renunciou a todas as glorias mundanas, para se encerrar no claustro. As suas poesias são todas escriptas na lingua castelhana. Entre as suas obras citaremos: *Thesouro de varias poesias*, Madrid, 1575; *Eglogas pastoris e de alguns Santos*, Sevilha, 1581; *Jardim espiritual*, Madrid, 1585; *Grandezas e excellencias da Virgem*, Madrid, 1587; *Monarchia de Christo*, Valladolid, 1590. Deixou uma versão do poema *Successo do segundo cêrco de Diu*, de Jeronymo Côrte Real, e um volume intitulado *Ramalhete de flôres*, que foi prohibido pelo inquisidor geral Fernão Martins Mascarenhas.

**Padilha** *(Pedro Norberto de Ancourt)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, secretario da Mesa do Desembargo do Paço, etc. N. em Lisboa a 6 de junho de 1701, ignora-se a data do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1759. Era filho de Fructuoso de Padilha Salazar, fidalgo da Casa Real, provedor dos Contos e do Assentamento, e de D. Angela de Ancourt. Desejoso de se instruir frequentou as côrtes de Paris e de Madrid por algum tempo. Falava com facilidade as linguas franceza e castelhana. Voltando a Lisboa, casou com D. Dorothéa Violante da Silva, filha e herdeira de Luiz Paulino da Silva e Azevedo, cavalleiro da ordem de Christo e secretario da Mesa do Desembargo do paço, e de D. Maria Michaela Joaquina de Seixas. Escreveu: *Memorias historicas, geographicas e politicas, observadas de Paris a Lisboa, e offerecidas ao serenissimo sr. infante D. Antonio*, Lisboa, 1746; *Memorias da serenissima senhora D. Izabel Luiza Josepha, que foi jurada princeza d'estes reinos de Portugal*, Lisboa, 1748; com uma estampa allegorica, gravada por Debrie; *Effeitos raros e formidaveis dos quatro elementos, que escreve e dedica ao senhor infante D. Manuel*, etc., Lisboa, 1756; obra escripta para confortar os animos atterrados com os effeitos do terremoto do dia 1.º de novembro antecedente; *Raridades da natureza e da arte, divididas pelos quatro elementos; escriptas e dedicadas á majestade d'el-rei nosso senhor D. José I*, Lisboa, 1759; *Carta em que se mostra falsa a prophecia do terremoto do 1.º de novembro de 1755*, Lisboa, 1756; sem o nome do autor, tendo no fim a assignatura *Epicureo Alexandrino*. Deixou em manuscripto: *Familias de Padilhas e Aucourt, das quaes descende, historiadas com provas e documentos originaes*; *Memorias historicas do senhor D. Antonio prior do Crato, filho do serenissimo infante D. Luiz.*

**Padim.** Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, districto de Braga. || Santo Estevão, de Oldrões, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Padim da Graça.** Pov. e freguezia de Santo Adrião, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 176 fog. e 792 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Cávado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. A mitra apresentava o abbade, que tinha 1:550 alqueires de pão, e 5 pipas de vinho. A terra é muito fertil, cria muito gado, e é abundante de caça.

**Padinho.** Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de

Villa Cova, concelho de Fafe, districto de Braga.

**Padões.** Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

**Padornêllo.** Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 171 fog. e 694 hab. Tem esc. do sexo masculino e feira no logar de Tojaes, d'esta freg, alternadamente, aos sabbados. Romaria á Senhora das Angustias. A pov. dista 2 k. da séde do conc e está situada na estrada de Paredes de Coura a Monsão, a 1:500 m. da margem direita do rio Coura. Os viscondes de Villa Nova da Cerveira apresentavam o abbade, que recebia 130$000 réis de rendimento. Tinha mais uma abbadia simples, de apresentação da Casa de Bragança, que rendia 85$000 réis annuaes. Esta segunda abbadia havia sido dos marquezes de Villa Real, que a perderam em 1641, sendo o ultimo marquez suppliciado como traidor á patria. A terra é fertil e muito abundante de caça grossa e miuda, e tem algum peixe do rio Coura, que fica perto Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de S. Paio, de Figueiredo, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Padornêllos.** Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, e arceb. de Braga; 79 fog. e 405 hab. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da serra de Larouco. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. O reitor de Montalegre apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e cabeça da honra do seu nome, com juiz ordinario, para as causas civeis. D. Affonso III deu-lhe foral, em Coimbra, a 5 de outubro de 1265. O territorio é pouco fertil, produzindo apenas centeio, trigo, batatas e alguma hortaliça. Cria muito gado vaccum. E' abundante de caça miuda e grossa. Ao N da freg. existiu o antigo castello de Portello, no sitio chamado hoje *Couto de Sendim*, e entre Padornellos e Sendim ha vestigios d'uma pov. que existiu ali com o nome de *Santa Cruz*. O castello de Portêllo é um morro entre as serras de Larouco e Araudella, ficando 1 k. ao N da aldeia de Sendim, e 6 a NE da villa de Montalegre Eram encarregados da guarda d'este castello os povos de Villar de Perdizes, Solveira, Santo André, Gralhas, Meinêdo, Padornêllos, Sendim e Padroso. Eram tambem obrigados á guarda e defeza de outros castellos, que todos fôram arrazados pelos castelhanos e leonezes, nos seculos XII e XIII.

**Padraido.** Pov na freg. de S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, districto de Vianna do Castello

**Padral.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

**Padrão.** Marco milliar que os romanos collocavam nas suas vias militares, para indicar o espaço de uma *milha* (2 k aproximadamente) e é d'aqui que lhe vem o nome. Ainda existem em Portugal, principalmente nas provincias do Minho e Traz-os Montes, mais ou menos bem conservados, muitos d'estes padrões, e foi a sua existencia, em varios logares, que deu a estes o nome de *Padrão* ou *Padrões*. || Monumento ordinariamente de pedra (*pedrão*, pedra grande), que os nossos descobridores levantavam nos logares que descobriam, como signal de dominio e posse da nação portugueza. No Museu Colonial e Ethnographico, a cargo da Sociedade de Geographia, de Lisboa, existem alguns restos d'estes padrões. São os seguintes: 1.º *Padrão de Santo Agostinho*, erigido no cabo primeiramente chamado na cartographia portugueza, *de Santo Agostinho*, e depois, *de Santa Maria*, em 13° 27' 15" de latitude Sul e 21° 38' de longitude E de Lisboa, segundo Alexandre Magno de Castilho (*Descripção e roteiro da Costa Occidental de Africa*, 1866), ao sul de Benguella. Foi o segundo padrão collocado por Diogo Cão, e ultimo da sua primeira viagem da descoberta (1482). Tem no cubo em que termina, a seguinte inscripção:

*Era da creação do mundo de 6681, anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1482, o mui alto, mui excellente e poderoso principe el-rei Dom João segundo de Portugal, mandou descobrir esta terra e pôr estes padrões por Diogo Cão escudeiro de sua Casa.*

Descripto e explicado, com estampas, na memoria publicada pela Sociedade de Geographia: *Descobertas e descobridores, Diogo Cão*, por Luciano Cordeiro, etc., Lisboa, Impr. Nac., 1892. (Enviado para o Museu pelo Governador Geral de Angola Guilherme Capello, quando em 1892 o fez substituir, para lhe salvar os restos, por outro padrão commemorativo). 2.º *Padrão do Cabo Negro*, erigido no cabo assim chamado ainda hoje, em 15° 40' 30" de latitude Sul e 21° 2' de longitude E de Lisboa, segundo Castilho, ao sul de Mossamedes Foi o terceiro collocado por Diogo Cão, e o primeiro da sua segunda viagem de descoberta (1485). O brazão e a inscripção que deviam occupar as faces do parallelopipedo em que termina, estão inteiramente obliterados. Descripto e explicado na memoria de Luciano Cordeiro. (Enviado pela mesma occasião e razão do n.º 1°). 3.º *Padrão de São Jorge*, erigido na ponta da margem sul do Zaire (Congo) que se ficou chamando *do Padrão*, desastradamente chrismada na moderna cartographia ingleza em *Shark's Point*. Foi o primeiro padrão de pedra collocado por Diogo Cão na sua primeira viagem de descoberta (1482). Segundo a tradição local foi derrubado pelas balas de um vapor estrangeiro que o tomou para alvo dos exercicios ou diversão da sua artilharia. Alguns fragmentos fôram recolhidos por gente d'esse navio, mas perderam se por se afundar o escaler que os conduzia para bordo. Outros fragmentos fôram levados para o interior da Ponta, pelos indigenas, que os enfeitaram e guardaram ciosamente n'uma cova, como *feitiço de branco*. Em 1859 o governo portuguez mandou, por um navio de guerra, collocar outro padrão commemorativo na Ponta, que em 1864 desappareceu, destruido segundo a tradição official por uma grande cheia ou maré Quando em 1892 o governador de Angola mandou erigir novo padrão commemorativo do primitivo, fôram procurados e obtidos os fragmentos d'este que os indigenas conservavam, e são esses fragmentos, em numero de dois, que existem no Museu. (Enviados, os fragmentos citados, por ordem do Go-

vernador Geral Guilherme Capello e do seu successor). 4.º *Padrão de São Thiago*, erigido na Ponta do Pedestal, *Angra dos Ilhéos* (na antiga cartographia portugueza) em 26°,38' latitude S e 24° 11' de longitude E de Lisboa, segundo Castilho (*obra cit.*) Convém notar que esta *Angra dos Ilhéos* é identificada hoje com a *Angra Pequena*, mas que este ultimo nome era dado tambem a outra um pouco ao norte, a *Spencer Bay* das cartas inglezas. São muito frequentes as denominações de *Angra* na costa que se estende entre o *Cabo da Serra* e o Rio de Orange: *A Costa dos Hotentotes*. A partir da bahia de Walwich, temos: *Angra do ilhéo, Angra da Conceição, Angra pequena, Angra dos ilhéos (ou pequena), Angras juntas*. Foi seguramente por esta costa abaixo que começou a descoberta de Bartholomeu Dias, tendo terminado a de Diogo Cão no Cabo da Serra, Cabo da Cruz ou *Cross point*, onde elle erigiu o seu quarto ou ultimo padrão, modernamente recolhido pelos allemães, como se demonstra na memoria citada do Luciano Cordeiro e na do mesmo: *O ultimo padrão de Diogo Cão* (Bol. da Sociedade do Geographia, 1896). Com este ultimo padrão de Diogo Cão, era até ha pouco, se é que deixou já, de ser confundido o primeiro de Bartholomeu Dias ou de *São Thiago*, que deve ser um que foi recolhido pelos inglezes em fragmentos, na *Ponta do Pedestal* em Angra Pequena, e se conservam no museu do Cabo da Boa Esperança. Segundo Owen (cit. por Castilho (*obra cit.*), este ultimo foi despedaçado no começo do seculo passado. Saisset procurou reerguel-o, mas não pôde, porque, diz Castilho, eram «muitos os bocados». Encontrou-se em dois pedaços vestigios de inscripção que fôram considerados illegiveis. Um pedaço, ou, mais exactamente, dois fragmentos que parecem continuos e pertenciam evidentemente ao fuste, é o que existe no Museu, tendo vindo, para elle, da Escola Naval, em 1892, acompanhado apenas pela tradição de que eram a parte do padrão de *São Thiago* que o consul portuguez no Cabo da Boa Esperança, Duprat, obtivera ali que lhe fôssem cedidos, e enviára em 1854 ao governo ou ao rei de Portugal, pessoalmente, sendo então mandada recolher no projectado Museu da Escola alludida. Conserva-se no mesmo apparelho de madeira em que estava n'aquella Escola. Parece claramente pertencer ao fuste da columna ou padrão que não devia ser muito grosso, e seguir o desenho dos de Diogo Cão. Nenhuma cruz ou fragmento de cruz existe, e nos dois padrões melhor conservados dos cabos do *Santo Agostinho* e *Negro* vê-se sómente o vestigio da collocação ou encravação da cruz que os devia encimar e que muito provavelmente seria de ferro, n'elles, e nos que se lhe seguiram. (Esta reliquia foi, por ordem do Ministerio da Marinha e Ultramar, enviada para o Museu em 1892, a requisição da Sociedade). || Modelo official e authentico das medidas e pezos legalmente autorisados. Os foraes mais antigos de diversas terras mencionam variadissimos pezos e medidas, que não tinham padrão uniforme. No fim do reinado de D. Affonso IV alguma cousa se tratou com respeito ás medidas do reino, corrigindo seu filho as medidas de pão. Viterbo cita o alvará de 1361, em que as manda aferir pelo *alqueire* de Santarem, que serviria assim de padrão. N'este anno reuniram-se côrtes em Evora, e no artigo 80.º tratou-se dos pezos. Nas côrtes de Lisboa, feitas por D. Fernando em 1371, pediu-se no capitulo 73.º que os clerigos e fidalgos não usassem de medidas diversas das dos concelhos, o que assim foi outorgado. D. Affonso V, quando tentou a reforma dos pezos, incluiu a das medidas, e contra esta disposição representaram tambem os procuradores dos povos nas côrtes de Lisboa de 1455, o que fez alterar o primitivo pensamento, creando-se então padrões de medidas no reino, designando se as terras que lhe ficavam sujeitas, e que todas essas medidas fôssem *rasas*. Os pezos mandados adoptar por D. Manuel são os que fôram substituidos pelo actual systema de pezos e medidas; serviam uns padrões de bronze, que ainda algumas camaras do reino conservam. Aragão, na sua obra sobre as moedas, descreve o seguinte padrão: E' fechado, contendo dentro as fracções; na tampa prende-se a duas espheras uma argola lavrada; aos lados do fecho, que termina em cabeça de um animal, as armas de Portugal, com a corôa aberta e nove castellos, e em volta da caixa a legenda:

ME MANDO×FAZERE×DOM×EMANVEL×
REI DE×PORTVGAL×ANO×ϽC×1499

No reinado de D. João II, nas côrtes de Evora de 1490 (capitulo 30.º), tornaram os povos a requerer contra a disposição anterior, conseguindo, não só differente agrupamento de padrões, mas que as medidas tornassem a ser de *cogulo*. No reinado de D. Manuel, augmentando-se o commercio com as nações estrangeiras, sendo por conseguinte mais intimos os contratos entre os povos, maior o consumo dos generos, principalmente para as armadas, e tornando-se Lisboa o centro d'essas transacções, começaram a sentir-se os embaraços que traziam as variantes das medidas dos diversos districtos, e o mesmo monarcha, nas suas Ordenações, (Liv. I, tit. 15, §§ 24 a 30) providenciou para que todas as medidas se uniformisassem com as de Lisboa, ficando de *cogulo*. Esta ordenação, que ia prejudicar contratos antigos feitos por medidas maiores, e não tendo Fernão de Pina, incumbido da reforma dos foraes, feito as tabellas das proporções das medidas velhas, com a devida exactidão, foi do certo causa de se não tornarem uniformes em todo o reino as medidas de capacidade. D. Sebastião, por carta regia passada em Almeirim a 26 de janeiro de 1575, tratou de acabar com os abusos, decretando padrões para as medidas de capacidade, tanto dos seccos como dos liquidos, tornando-se eguaes em todo o reino e medidas com *rasouras*. Ordenou a todos os concelhos se provessem dos ditos padrões, que deviam ser de bronze e fabricados em Lisboa. A Academia Real das Sciencias conserva um d'estes padrões; tem na face anterior as armas do reino com a legenda por baixo:

SEBASTIANVS I . R . P . REGNOR—SVOR .
MENSVRAS . AEQVAVIT . ANO . D .
LXXV

No bordo superior, um pequeno navio, como carimbo; de cada lado tem uma aza; e, na face

posterior, um navio á véla com dois corvos (armas da cidade de Lisboa), tendo por baixo:

ALQVEIRE

Esta medida é quadrada, e bem assim as suas divisões de meio *alqueire*, quarta, etc. No Museu dos Architectos e Archeologos, ao Carmo, existe tambem uma boa collecção d'estas medidas, tanto para solidos como para liquidos. No Museu Colonial existe outra collecção, e no Archivo Municipal de Lisboa existem padrões dos seculos XVI, XVIII e XIX. Na mesma carta regia se ordenou aos corregedores e ouvidores fizessem nos seus districtos a computação e estiva das medidas novas em relação ás antigas, escrevendo-o nos livros das camaras, para se effectuarem os pagamentos em generos com exactidão, fazendo-se mesmo novas escripturas ou declarações nas antigas. Os padrões fôram geralmente acceitos, mas os abusos continuaram; estes padrões ainda se encontram em alguns concelhos do reino sem uniformidade, devido á impericia dos fundidores e aferidores, e mesmo ás fraudes. As reducções que os magistrados deviam fazer das medidas antigas para as modernas, operação difficil, não consta que algum a cumprisse, o que muito contribuiu para fazer abortar a lei de D. Sebastião. || Modelo por que se regulam certos artistas, como os bordadores que trabalham em tapeçarias, e outros. Aos padrões para as rendas de bilros chamam-se *piques*. || Carta de tença, ou de juro. V. *Padrão de juro real*.

**Padrão.** Appellido nobre, tomado da villa de N. S.ª da Graça dos Padrões, do concelho de Almodovar, provincia do Alemtejo, ou da villa de Padrão, na Galliza. A primeira pessoa que se encontra em Portugal com este appellido é Diogo Padrão. As suas armas são: Em campo verde dois penhascos da sua côr, e sobre cada um d'elles uma columna, ou padrão, de prata, com uma cruz azul, sobre cada padrão. Elmo d'aço aberto, e por timbre, as duas columnas, atadas em aspa, com uma fita verde.

**Padrão** *(Antonio Joaquim)*. Pintor e gravador do seculo XVIII, que falleceu ainda muito novo em 1760. Foi mestre de João Silverio Carpineti e de José Caetano Cyriaco. Entre outros trabalhos seus nota-se a gravura do quadro de L. Vanloo e J. Vernet, que representa o marquez de Pombal pensando na reconstrucção de Lisboa. No Museu Municipal do Porto existem alguns trabalhos seus.

**Padrão**. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Agrella, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Almaceda, conc. e distr. de Castello Branco. || S. Miguel, de Alvarães, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Anta, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga. || S. Miguel, de Argivae, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Santa Maria, de Azurara, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || Santa Maria, de Bagunte, do mesmo conc. e distr. || Santo Estevão, de Barrozas, conc. de Louzada, do mesmo distr. || S Martinho, de Bougado, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, do mesmo districto. || S. Miguel, de Cabreiros, conc. e distr. de Braga. || S. João Baptista, de Canellas, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro, de Canidello, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. || S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr de Braga. || S. Thiago, de Carreira, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Miguel, de Chorente, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || Cidade, conc. e distr. de Coimbra; tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Paredes, districto do Porto. || S. Thiago, de Eiras, conc. e distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-Nova, distr. de Castello Branco. || S. Martinho, de Fornello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santos Cosme e Damião, de Gemunde, conc. da Maia, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Simão, de Junqueira, conc. de Villa do Conde, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Martinho, de Lagares, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Martinho, de Lordello do Ouro, bairro occidental do Porto. || S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Miranda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Modivas, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || O Salvador, de Moreira, conc. da Maia, do mesmo distr. Tem correio. || Santa Maria, de Panoias, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || O Salvador, de Penamaior, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || N. S.ª do Desterro, de Pouzos, conc. e distr. de Leiria. || S Miguel, de Santagões, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Sistello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Sobrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Soutello, concelho de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Villa Fria, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Quinta na freg. de N. S.ª das Neves, de Neves, conc. e distr de Beja || Ponta da costa do Congo, Africa Occidental, situada quasi no tremo S da foz do rio Zaire. E' baixa, pouco saliente e em fórma de degrau, sem vegetação alguma na extremidade. Foi n'ella que Diogo Cão levantou, em 1482, para perpetuar a memoria do descobrimento e attestar a posse que tomava, um alto padrão de pedra que deu o nome ao cabo, tendo d'um lado as quinas portuguezas e do outro uma inscripção em latim e portuguez em que se dizia o nome do rei que mandára descobrir aquella terra, em que tempo, e que capitão collocára o marco. (V. o artigo relativo a estes padrões, a pag. 354) O padrão, que era encimado por uma cruz, foi destruido pelo tempo e em 1859 substituido por outro com uma cruz de Christo na parte superior e as armas portuguezas n'uma das faces, com a divisa em torno: *In hoc signo vinces*. Ao primitivo padrão deveu o rio Zaire ou Congo o nome de *rio do Padrão*, que tambem lhe foi dado. Nas cartas e livros modernos, a ponta do Padrão tem o nome de *Turtle's Point*, conviudo notar que ha uma certa confusão na no-

menclatura das pontas da foz do rio Congo, que figuram hoje nas cartas com os nomes de *Turk's Point*, *Turtle's Point* e *Point Padron*, ás quaes correspondem em portuguez as pontas de *Santo Antonio*, do *Padrão* e da *Mouta Secca*. || Pequeno rio da costa do distr de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. Desagua pouco para o S do Cabo de Santa Maria e defronte do ilhéo do Pina, fechando-se a sua boca no verão. Suppõe-se que lhe deu o nome o segundo padrão que Diogo Cão levantou em 1482 no cabo de Santa Maria. Tambem é chamado *Rio de S. João*. || Serra na prov. da Beira Alta, na freg. de Cavernães, a 6 k. ao N de Vizeu.

**Padrão de juro real.** Primitivo titulo de divida publica consolidada. Existiram d'estes padrões desde 1500 até 1852, em que fôram convertidos em inscripções: A descripção minuciosa d'estes titulos póde vêr-se no livro *Collecção de leis da divida publica portugueza*, publicado em 1883 pela Junta do Credito Publico e coordenado por José da Costa Gomes. N'essa obra se faz a historia d'esses titulos, conforme o indice seguinte, só por si bastante elucidativo e que synthetisa o texto de cincoenta paginas: A venda de padrões de juros principiou em 1500 e foi durante quasi tres seculos o principal recurso extraordinario para remediar as necessidades do thesouro.—Vendem-se juros por todos os preços, consolidam-se differentes dividas, havendo sempre uma divida fluctuante enorme. —Crescem successivamente as difficuldades do thesouro, o *deficit* é permanente, e recorre-se a todos os expedientes financeiros para haver dinheiro.—Suspende-se o pagamento dos juros assentados na Casa da India, e reduzem-se os juros de preços mais subidos.—Multiplicam-se os emprestimos forçados, e as *operações mixtas* de consolidação de dividas correntes e capitalisação de juros atrazados com a condição forçada de compra de novos juros.—Vendem-se juros com privilegios e isenções para, por meio de vantagens excepcionaes, attrahirem compradores —Exploração dos christãos novos pela venda de perdões e indultos por grandes sommas.—Imposto de moagem.—Primeira emissão de papel moeda.—Atrazo em todos os pagamentos —Importantes sommas retiradas do deposito publico para os cofres do erario regio —Dividas antigas por consolidar. —Differentes preços a que se venderam juros desde D. Manuel até 1796.—Os padrões eram no principio cartas geraes em termos ordinarios.— Mais tarde começaram a tomar a natureza de instrumentos de um contrato.—As clausulas geraes eram identicas em todos os padrões; mas havia um modelo especial para cada operação de venda.—As clausulas especiaes começaram com os privilegios e isenções.—Formula geral dos padrões.—Os padrões não tinham assentamento nas condições do registo de propriedade.—O juro tinha assentamento em rendas certas para segurança do pagamento.—O assentamento do juro constituia hypotheca nas rendas reaes.—Por esse assentamento se processavam as folhas de pagamento e passavam padrões.—Mudança do assentamento de umas rendas para outras, e vantagens d'esse facto.—Essa mudança foi prohibida. —Não era permittido assentar juros n'algumas rendas senão por mercê especial.—Os encargos que oneravam os juros como penhora, hypotheca, dote, etc., eram registados por meio de verbas no respectivo assentamento.—Os livros do assentamento eram secretos.—No assentamento notavam-se todas as indicações que podiam servir para verificação da identidade pessoal do jurista —Os padrões de juro não se transmittiam para endosso ou pertence.—Para a venda de juros era essencial escriptura publica por serem considerados bens de raiz.—Os padrões de juro tinham alguma similhança com os titulos nominativos da divida inscripta nas formalidades da transmissão.—A lei não permittia a venda de juros reaes sem licença regia, mas não era observada rigorosamente.—O comprador de juros era obrigado a tirar novo padrão.—Na successão legitima ou testamentaria de juros transmittiam-se os respectivos padrões por meio de uma apostilla, se era só um herdeiro. No caso de partilha passava-se um padrão da quota hereditaria a cada herdeiro, exigindo-se em ambos os casos sentença de justificação.—No primeiro periodo da existencia da divida de juros reaes não havia privilegios, nem isenções para os padrões de juro.— Os que depois se estabeleceram eram restrictos a certas e determinadas operações, e só aproveitavam os juros que por ellas se fundavam.—Os privilegios consistiam principalmente na isenção de penhora, e de decima; na anterioridade e preferencia no pagamento; na faculdade de mudança de assentamentos do juro, e no regresso do juro para *cumprimento* do pagamento na falta de rendas em que o juro estava assentado.—A isenção de penhora era limitada ao caso de dividas civeis contrahidas depois da constituição do juro. —Formalidades com que se fazia a penhora nos juros não isentos, e no capital dos padrões.—Formalidades para se tornar effectiva a confiscação dos juros e respectivos padrões.—A antiguidade dos juros contava-se do dia em que era fundada, e estabelecia direitos para a graduação do pagamento.—O vencimento era egual para todos os juros, com raras excepções.—Antes da creação do thesouro geral os juros pagavam-se na administração das rendas, onde estavam assentados. Depois eram todos pagos no thesouro geral.—O pagamento fazia-se por meio de folhas processadas nas repartições competentes, e não era notado no padrão.—Os juros mais antigos eram pagos em primeiro logar, salvo o caso de haver juros com o privilegio de preferencia, assentados na mesma renda.—Os juros eram ordinariamente pagos aos quarteis do anno.—A mesma fórma do pagamento se observava com as tenças —Os juristas tinham acção executiva contra os almoxarifes e thesoureiros que lhes não pagassem a tempo, mas a lei que lhes concedeu esse direito não se executava.—Não era mais effectiva a multa de 30 cruzados em que segundo uma clausula dos padrões incorriam os almoxarifes que retardavam o pagamento dos juros.—Os juros prescreviam se não eram cobrados durante cinco annos.—Era maior o prazo para a prescripção das tenças.—Atrazo no pagamento dos juros, e suas principaes causas.—Vantagem da antiguidade do assentamento do juro durante as crises financeiras.—Mudança de assentamento e capitalisação de juros com a condição de novos empregos de capital em juros reaes.—Suspensão do pagamento dos juros, e concordata com os credores por meio de capitalisação dos juros em divida.—Lo-

gar que competia aos juros na graduação do pagamento das despezas publicas, feita em differentes epocas.—Recebimento dos juros e regras a que estava subordinado.—Ineficacia das providencias que por vezes se tomaram para regularisar o pagamento dos juros.—Melhoramento das condições do credito publico depois da guerra da Restauração, e seus effeitos no preço dos juros.—Depreciação dos juros nos fins do seculo XVIII, e miseravel situação dos seus possuidores durante os primeiros trinta annos do XIX. Preferencia no pagamento ás instituições de caridade com isenção de cabimento.—Processo e fins com que se realisou a primeira redueção do juro.—Esta operação foi aconselhada pelas côrtes em 1562 e decretada no anno seguinte.—Teve por fim reduzir os juros de 8 a 6 1/4 por cento.—A operação era facultativa para os juristas que podiam optar entre a reducção e o distrate.—Segunda operação da mesma natureza e com o mesmo fim em 1582.—Conversão de toda a divida publica consolidada em juros de 5 por cento.—Privilegios exorbitantes concedidos para essa operação com offensa de direitos adquiridos.—Descredito total dos juros reaes produzido por aquella operação, e embaraços que por esse facto vieram para o thesouro publico.—Difficuldade na extincção dos juros de 6 1/4 por meio de reducções.—Reducção parcial dos juros de 5 a 4 1/4 e 4 por cento, habilmente dirigida em 1696 e 1698.—Desaproveitamento das circumstancias que favoreciam uma larga conversão de divida publica em juros do typo de 3 1/2 por cento.—A limitada reducção de juros de 5 a 3 1/2 por cento, que se fez desde 1789 até 1791, foi a ultima e a mais regular operação d'essa natureza, que se realisou no paiz.—Necessidade de substituir a divida de juros reaes em conformidade das novas instituições fiscaes e administrativas.—Proposta feita aos possuidores de padrões de juro real para a conversão d'esses titulos na inscripção de 4 por cento.—Dureza das condições propostas para essa operação.—Prazo fixado para a conversão.—Deploravel situação dos juristas, que não annuiram á conversão.—Tentativas inuteis para melhorar a sorte dos antigos credores do Estado.—Prorogação do prazo para a conversão por duas vezes, sem melhoria de condições para os juristas.—Promessa nunca cumprida de liquidação de pagamento dos juros em divida.—Fórma de calcular o capital dos padrões que não tinham rendimento declarado, e dos que não fôram comprehendidos nas classes mencionadas no decreto da conversão, para o effeito e reducção imposta.—Importancia do capital sobre que versou aquella operação.—Movimento annual desde o seu principio, e estado presente da conversão dos padrões.—Importancia do capital das inscripções emittidas para a conversão dos padrões, e que hoje os representam.

**Padrão de Legoa.** Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Custoias, conc. de Bouças, distr. do Porto. || Santa Maria, de Leça de Bailio, do mesmo conc. e distr. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças, do mesmo distr. Pertencia á freg. do Salvador, de Ramalde, bairro Occidental do Porto, d'onde foi desannexada por decreto de 21 de novembro de 1895.

**Padrão Novo.** Pov. na freg. de S. Martinho, de Aldoar, do bairro Occidental do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

**Padrão do Paço.** Pov. na freg. da Salvador, de Tebosa, conc. e distr. de Braga.

**Padrastos.** Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

**Padre Antonio.** Casaes na freg. de S. João Baptista, de Alfeizerão, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

**Padredo.** Pov. na freg. do Santa Maria, de Canedo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

**Padreiro.** Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 78 fog. e 283 hab. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada n'um plaualto, e é muito fertil em todos os productos agricolas; tem gado de toda a qualidade e caça. O abbade do Salvador, de Padreiro, apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 95 fog. e 405 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 7 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 50$000 réis de rendimento. A egreja parochial é ampla e elegante, e foi reconstruida em 1753. N'esta freg. existiu uma torre solarenga chamada dos *Pintos*, que foi dos Malheiros, de Rodas. Demoliu-se ha perto de 40 annos. Ha ainda outras casas nobres, e entre ellas as de Tavarez e Casal do Paço. A terra é muito fertil, tem muito gado e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Junto d'esta freg. e contiguo á de Tavora, a uns 5 k. da villa da Barca, nas duas margens do rio Lima, brotam d'um terreno granitico varias nascentes d'agua minero medicinal, com um caudal superior a 3:800 litros em cada 24 horas. Os numerosos pontos naturaes da emergencia fôram ha já bastantes annos reunidos n'um só pelos trabalhos feitos pela empresa que então se realisou para a sua exploração. As aguas são conhecidas pelos nomes de *Padreira*, *Reboreda*, por ficar junto a um monte assim chamado, ou *Bravãs*. São limpidas, mas expostas ao ar tomam côr azulada, algumas vezes leitosa. Tem sabor e cheiro sulfhydrico, bastantes gazes livres, e deixam por onde correm um abundante sedimento esbranquiçado, muito adherente ás paredes com que está em contacto. Fôram analysadas em janeiro de 1885 no laboratorio municipal do Porto pelo chimico Ferreira da Silva, e posteriormente por um outro chimico, cujo nome ignoramos. São estas aguas applicadas no tratamento das doenças da pelle, no rheumatismo sub agudo e chronico, e internamente nos catarrhos gastricos e especialmente nos intestinaes, e ainda nas vias respiratorias, na pharyngite granulosa e no arthritismo. || Pov. na freg. de S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

**Padrella.** Serra do distr. de Bragança, situada na freg. de Padrella, conc. de Valpaços, na margem direita do rio Tinhella, e corre em direcção NE a SO. Tem 10 k. de comprimento, 5 de largura e 1:151 m. de altura.

**Padrella e Tázem.** Duas povoações e freguezias, de S. Pedro e N. S.ª d'Assumpção, que estão reunidas formando uma só, na provincia de Traz-os Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 147 fog. e 569 hab. Está situada nas proximidades da serra do mesmo nome, a 2 k. da estrada de Mirandella a Boticas. Tem esc. do sexo masc. e dista 10 k. da séde do conc. O reitor de S. Nicolau, de Carrazedo de Monte Negro apresentava o vigario da freg. de Padrella, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar, e o commendador da ordem de Malta de S. João da Corveira, apresentava o vigario da freg. de Tázem, o qual recebia 60$000 réis e o pé d'altar. A pov. é fertil, tem muito gado, e muita caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

**Padrenda.** Pov. na freg de Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

**Padres.** Herdades na freg. de S. Sebastião, de Giesteira, concelho e districto de Evora.

**Padrim.** Monte da ilha do Principe, Africa Occidental. E' o extremo d'uma cordilheira que vem do centro da ilha e fica a NO, limitada pelo N a bahia da Praia Grande ou das Agulhas.

**Padroado.** O direito de servir de protector, adquirido por quem funda, erige, ou dota uma egreja. Direito de conferir beneficios ecclesiasticos. V. *Padroeiro.*

**Padroado do Oriente.** O padroado do Oriente procede, como o do continente, da generosidade da Santa Sé para com os reis de Portugal, aos quaes foi concedido o privilegio exclusivo de proteger os interesses catholicos nos paizes por elles descobertos, ou que houvessem de descobrir, desde a costa occidental da Africa, até aos confins da Asia. E mais tarde comprehendeu o vasto imperio do Brazil, descoberto por Pedro Alvares Cabral, em 1500. O primeiro papa que concedeu aos reis de Portugal a regalia do padroado foi Leão X, em 1514, pela bulla *Dum fidei constantiam.* Antes d'elle, Martinho V, Eugenio IV, Nicolau V e Alexandre VI, se haviam pronunciado a favor do dominio temporal sómente, reconhecendo á corôa portugueza o direito exclusivo de possuir e governar as regiões que tivesse descoberto e houvesse de descobrir, desde o cabo Não para o oriente do mesmo mode que o reconheceram á Hespanha com respeito ás Americas, ou do cabo Não para o occidente. D'ahi resultou, que pretendendo Eduardo IV de Inlaterra fundar estabelecimentos commerciaes na Guiné, desistiu d'esse intento, apenas Portugal lhe notificou que o papa outhorgára á corôa portugueza a posse exclusiva d'aquellas regiões. Estes pleitos internacionaes resolviam so assim n'aquelle tempo, porque as uações da Europa, quasi todas catholicas, viam na pessoa do papa o representante de Christo na terra, e por isso o consideravam o arbitro mais autorisado e competente para decidir com acerto e inteireza todas as questões, não só de dogma e moral, mas de justiça natural e positiva. Portugal deve, portanto, aos pontifices de Roma a posse das regiões que descobriu; sem as bullas dos papas, respeitadas pelos reis da Europa, como foi pelo de Inglaterra, nunca os nossos monarchas poderiam ter reunido ao titulo de rei de Portugal e dos Algarves, os pomposos titulos de senhor de Guiné, de aquém e de além mar em Africa, da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India. Embora Portugal sacrificasse o ouro e o sangue de seus filhos, se as outras nações não ouvissem a voz do papa e seguissem a voz e o impulso do proprio interesse, taes conquistas não podiam ser conservadas, nem garantidas n'um tempo em que a conquista garantia direitos e dominação politica. Como o fim principal da Egreja n'estas concessões é sempre o esplendor da religião e a propagação da fé, accresceu mais tarde o privilegio do padroado, outhorgado ao rei de Portugal, por ser o fundador e protector nato das christandades que se formaram á voz dos missionarios, nas extensas regiões conquistadas ou por conquistar, descobertas ou por descobrir, na linha divisoria fixada por Alexandre VI e por Leão X. Convém advertir que a doação do padroado aos reis de Portugal foi na qualidade de grão-mestre da ordem de Christo, e afim de que o rei de Portugal protegesse com o maior cuidado a Egreja no Oriente, e em todos os paizes sujeitos a Portugal. O rei de Portugal tinha o dever de dotar e conservar os templos, provêr á sustentação do clero necessario para manter e dilatar a fé, administrando todos os meios mais efficazes afim de que o Evangelho fôsse prégado em toda a parte, onde se estendesse o seu dominio ou influencia. N'uma palavra, a base essencial e unica do direito do padroado, da parte do papa, é um simples privilegio; da parte do rei de Portugal consiste n'uma protecção energica e forte á Egreja, até onde se estende a concessão do padroado No meado do seculo XIX, houve uma Concordata para o exercicio do real padroado portuguez no Oriente. Essa concordata foi assignada depois de largas negociações pelo cardeal di Pietro, nuncio apostolico em Lisboa, e Rodrigo da Fonseca Magalhães plenipotenciario nomeado para esse fim pelo governo portuguez. Por essa Concordata estipulava-se que o padroado portuguez se exercia no arcebispado de Gôa, no arcebispado *ad honorem* de Cranganor, no bispado de Cochim, no de Meliapor, no de Malaca e no de Macau, devendo ser estas dioceses delimitadas por delegados especiaes, nomeados pelo governo portuguez. A concordata com os seus dois annexos *A* e *B*, foi assignada pelos respectivos plenipotenciarios no dia 21 de fevereiro de 1857, e depois de approvada em côrtes, decretada como lei do reino por D. Pedro V. Com respeito a varias explicações que se tinham tornado necessarias trocaram-se a 10 de setembro de 1859 entre o duque da Terceira, ministro dos negocios estrangeiros, e o arcebispo da Sida, nuncio apostolico, umas notas reversaes, as quaes fôram discutidas na camara, approvadas por uma lei interpretativa, que o referido monarcha firmou a 9 de abril de 1859. Finalmente a ratificação da Concordata de 21 de fevereiro de 1857 e das notas reversaes de 10 de setembro de 1859, foi assignada por D. Pedro V a 6 de fevereiro de 1860. Nova Concordata se deu annos mais tarde. As negociações começaram em virtude d'uma carta do cardeal Jacobini, secretario de estado, em abril de 1884, sendo tratadas pelo marquez de Thomar e concluidas por Martens Ferrão, vindo afinal a assignar-se em Roma a 23 de junho de 1886, approvada por decreto de 22

de julho seguinte, e ratificada a 29 d'esse mez. Segundo essa convenção emquanto á egreja metropolitana de Gôa, o arcebispo foi elevado á dignidade de patriarcha *ad honorem* das Indias orientaes e continuou exercendo os direitos de metropolitano nas dioceses suffraganeas com o privilegio de presidir aos concilios provinciaes de todas as Indias. A provincia metropolitana de Gôa ficou comprehendendo, além da séde metropolitana, as dioceses de Damão, a titular de Cranganor, de Cochim e de S. Thomé de Meliapor, e n'ella exerce a corôa portugueza os direitos do padroado. Em relação ás quatro dioceses de Bombaim, Mangalor, Quiloa que fôram erectas com a instituição da gerarchia nas Indias os metropolitanos com os seus suffraganeos, na vagatura de qualquer d'estas sés e os suffraganeos da respectiva provincia, quando a vagatura se der na sé de archiepiscopal, formarão uma lista de tres nomes que será communicada ao arcebispo de Gôa, e este a enviará ao rei de Portugal, que dentro do prazo de seis mezes apresentará á Santa Sé um candidato escolhido entre os tres. As christandades de Malaca e Singapura ficaram sujeitas ao bispado de Macau.

**Padroeira.** Mulher que tem o direito de padroado. V. *Padroeiro.* || Protectora, defensora. A padroeira do reino é Nossa Senhora da Conceição. V. *no presente vol.* a pag. 122 e seguintes.

**Padroeiro.** Que tem o direito de padroado. || Defensor, protector, patrono. || *Patrono*, aquelle que dava carta d'alforria e fazia liberto algum ou alguns escravos. (Codigo Affonsino, liv. IV, tit. 70). || *Padroeiros das egrejas e mosteiros.* Eram os seus fundadores, ou lhes faziam algumas obras ou doações, e todos os seus herdeiros. Isto dava em resultado terem alguns mosteiros centos de *padroeiros*, com direito de aposentadoria e comedorias. Muitos conventos se extinguiram, porque os seus rendimentos não chegavam para tão grande dispendio. As familias dos Soares, Rodrigues, Sanches e Formarigues, descendentes dos fundadores do convento de Grijó, e que todos eram, segundo o costume, considerados padroeiros do mosteiro, chegaram a ser tão numerosos que o convento contava no reinado de D. Pedro I 208 padroeiros, além das familias d'estes, que tinham o mesmo direito. Tão grandes pedidos fizeram os frades a D. Pedro I que este monarcha os livrou dos taes padroeiros, pelos annos de 1360. Os outros tambem se fôram descartando, pouco a pouco, d'estes pesados encargos. Segundo as Ordenações Affonsinas, para haver padroado era necessario a expressa menção d'elle, e prescrevia-se que o padroado dado por el rei não podia ser albeado nem partido. Padroado era uma concessão de direito canonico, que autorisava os padroeiros de egrejas, collegiaes ou simplesmente parochiaes, a apresentarem n'ellas seus parochos e beneficiados, bem como quasquer dignidades, havendo-as. Taes padroados adquiriam-se em geral, por tres principios: 1.º por fundação da egreja; 2.º por dotação de rendas para sua fabrica e sustentação de seus ministros; 3.º por posse antiga de apresentarem seus parochos e mais empregados. Tambem se obtinham por herança, como se vê do *livro II* das Ordenações Affonsinas que, no seu *titulo 35 n.º 5*, determina que os padroados das egrejas que são da corôa do reino, dados a alguns fidalgos e outras pessoas por seus merecimentos, para elles, e todos os seus herdeiros e successores, não pudessem ser partidos nem albeados, e viessem sómente ao filho maior varão legitimo. E assim d'ahi em deante por linha directa descendente, assim como dito era nas mais cousas da corôa do reino. Pelo *titulo 9, n.º 13*, as Ordenações Filippinas mandavam aos juizes dos feitos de el-rei e da corôa que tomassem conhecimento das causas tocantes á apresentação das egrejas do Padroado, que se houvessem de tratar no juizo secular, posto que fôssem do districto da relação do Porto. Havia então padroados ecclesiasticos e seculares. Os primeiros pertenciam aos bispos, cabidos de sé ou a alguma dignidade das mesmas, a mosteiros religiosos e universidades. Os padroados seculares pertenciam á Corôa, principes, senhores donatarios, commendadores e outras personagens, que adquiriam esta regalia no Estado. Os direitos do padroeiro eram muitos, mas o principal era a nomeação, pela qual o padroeiro, havendo beneficio seu vago, offerecia ao prelado da egreja do beneficio o novo eleito para ser instituido, collado, e mandar-lhe dar sua posse canonica com a carta do estylo. A apresentação do padroeiro secular devia ser feita dentro de quatro mezes, desde o dia em que se sabia da vacatura do beneficio. O padroeiro ecclesiastico tinha seis mezes para apresentar o novo eleito. Se, dentro d'este praso não o apresentasse, então o bispo diocesano—*pro jure suo*—daria o beneficio por aquella vez. Eram muito differentes as regalias dos padroeiros ecclesiasticos das dos seculares; estes, quando o novo apresentado se não achava capaz de entrar no beneficio, ou pela sua ignorancia e maus costumes, ou por outra alguma causa civil, ou canonica, podia o padroeiro secular offerecer um outro e mais alguns successivamente até que o bispo achasse que era idoneo. Se o padroado ecclesiastico não offerecesse, ao bispo collador, um ecclesiastico idoneo, o prelado collaria quem bem lhe parecesse capaz; no entanto o rejeitado tinha direito de appellação. Era nulla toda a collação, sem apresentação do verdadeiro padroeiro, dada dentro do tempo marcado. Só pela sua nomeação e consentimento, era instituição valida pelo direito canonico, a posse que o padroeiro tinha nos seus beneficios, e julgava-se intruso e violento todo aquelle que era collado em beneficio—*invito patrono.* O padroeiro pobre, e mesmo o que não precisava, podia reservar para si alguns alimentos das rendas das suas egrejas, segundo os seus productos. E ainda mesmo conceder a seus parentes ou extranhos uma pensão annual, que fôsse admittida e approvada pelo bispo. Os padroeiros eram obrigados a vigiar sobre os beus das suas egrejas; e, quando succedesse vêrem suas administrações, podiam amigavelmente advertir os beneficiados, ou denuncial os ao bispo, seu juiz, e se este ainda o não attendesse, ao metropolitano e recorrer d'este para o rei. Aos padroeiros deviam prestar-se certos direitos honorificos. Estes direitos eram signaes de honra e reverencia com que as suas egrejas os respeitavam e muito veneravam. Em epocas mais antigas, não estavam prescriptas estas honras, mas a desciplina ecclesiastica dos fins do seculo XVIII aponta-as a cada passo no di-

reito canonico. Eram ellas a *Honor processionis —Precum— Thuris— Sedis— Aquae Benedicta— Panis benedicti—Sepulturae*, que em vulgar se pódem denominar assim: Honra de procissão, de preces, de incenso, de cadeira, de agua bonta, de pão bento, e de sepultura. A *honra de procissão* consistia em que, quando o padroeiro vinha á sua egreja, os beneficiados com o parocho o recebiam á porta e o conduziam em procissão ao altar do Sacramento, e depois á sua cadeira ou tribuna. Nas procissões publicas e solemnes, sempre se dava o primeiro logar tanto aos reis e principes como aos padroeiros, e o mesmo em todas as funcções do santuario. A *honra de preces* era recitar o nome do padroeiro nas preces publicas. A honra do incenso era, nas funcções publicas, incensar o padroeiro—*speciatim*—muito distinctamente e separado do mais. A da *agua benta* era no *asperges me hissopo et mundabor* lançar-lhe agua benta com profunda inclinação, antes e depois. A *honra do pão bento* consistia em o padroeiro recebel-o e ser-lhe offerecido primeiro do que a ninguem. A *honra da cadeira* era que o padroeiro a tivesse sempre perpetua e fixa na sua egreja e dentro da capella-mór. E, por ultimo, a *honra da sepultura*, que devia ser sempre dentro da mesma capella-mór, por esta lhe pertencer privativamente só a elle e seus parentes. Os padroados fôram extinctos em 5 de agosto de 1833 pelo seguinte decreto: «Tendo attenção ao que me representou a Commissão de Reforma Geral Ecclesiastica, creada por decreto de 1 do corrente mez; Hei por bem, em nome da rainha, decretar o seguinte: *Artigo primeiro*: Ficam extinctos, como se nunca tivessem existido, todos os padroados ecclesiasticos de qualquer natureza que sejam. *Artigo segundo*. Só o governo póde nomear e apresentar os arcebispos, bispados, dignidades, priorados-móres, canonicatos, parochias, beneficios e quaesquer empregos ecclesiasticos. *Artigo terceiro*: Ficam revogadas todas as leis em contrario e retirado o Benaplacito Regio a todas as disposições que se oppuzerem ao presente decreto.» Em 1848, ainda havia duvidas ácêrca d'esta extincção, e em 2 de maio d'esse anno baixou uma portaria indeferindo a sobrevivencia dos direitos dos donatarios de bens de capellas. || *Bibliographia*: *Praxe do padroado real e secular*, por Bento Cardoso Osorio, obra em latim, publicada posthuma em 1726.

**Padrões**. V. *Nossa Senhora da Graça dos Padrões e Santa Barbara dos Padrões*.

**Padrões**. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Paz, de Portella do Fojo, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || Santo Estevão, de Regadas, conc. de Fafe, districto de Braga.

**Padronello**. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Amarante, districto e bisp. do Porto; 194 fog. e 746 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post., companhia e fabrica de lanificios. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. A pov. está situada na estrada real de Amarante a Mesão Frio, a 3 k. de distancia da séde do conc. O prior do convento de S. Gonçalo d'Amarante, da ordem dominicana, apresentava o cura, que tinha 30$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é rica e muito fertil, devendo a sua prosperidade, em grande parte, á fabrica de lanificios que foi ali fundada em 1860. Existe n'esta pov. uma torre, a qual segundo consta, foi residencia de D. Loba Mendes, filha de Mem de Gondar, e mulher de Diogo Bravo, de Riba-Minho. Padronello era uma pobre aldeia, cujos habitantes apenas viviam da agricultura, e de criarem algum gado. Viviam quasi ignorados, quando veiu o principio da associação, em começos do anno de 1859, estender-lhes a mão, dando-lhe alento e uma nova vida, e conseguindo que esta pov. fôsse conhecida em todo o paiz como uma das principaes terras industriosas de Portugal. Uma empreza, composta de 4 socios, sob a firma commercial de Garcia Ribeiro & C.ª fundou junto á pov. a fabrica de lanificios, já citada. Esta sociedade dissolveu-se por escriptura publica de 25 d'agosto de 1868. Em 1875 pertencia a fabrica ao seu antigo socio Manuel Pereira da Silva, da cidade do Porto, e a Antonio José da Costa, de Amarante, por contrato celebrado em 9 de fevereiro de 1869, com o fundo de 60:000$000 réis. O edificio da fabrica foi construido expressamente para esse fim, tendo além da parte principal, varios corpos accessorios. Está situada na falda d'um monte, junto á ribeira de Rio Mendo, cujas margens são em parte cultivadas. E' atravessada por uma ponte de madeira, que dá passagem á estrada que torneia em *lacêtes* uma collina alcantilada. Os montes, que por todos os lados dominam a aldeia, são mais ou menos povoados de arvoredo silvestre, sobretudo, pinheiros, castanheiros e carvalhos.

**Padrós**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Chamoim, concelho de Terras de Bouro, distr. de Braga.

**Padrosinho**. Pov. na freg. do Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, districto de Braga.

**Padrosinhos**. Pov. na freg. de Rezende, concelho de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

**Padroso**. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves da prov. do Minho, conc. e com. do Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 136 fogos e 526 hab.. Tem esc. do sexo masc. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada de Valença a Arcos de Valle-de-Vez. Os viscondes de V. N. da Cerveira apresentavam o abbade, que tinha 330$000 réis. No alto chamado da *Cabecinha*, existiu um *dolmen* de grandes proporções, que foi destruido ha mais de 50 annos. Tambem junto ao Extremo apparecem vestigios de antigas fortificações, muitas d'ellas aproveitadas ainda em 1662. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 62 fog. e 302 hab. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada proximo das nascentes do rio Cavado, na serra de Larouco. A mitra apresentava o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento annual. Foi honra, com camara, juiz e escrivão do civel. No crime e orphãos estava sujeita a Montalegre, cujo corregedor nomeava os vereadores. A pov. pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Cha-

ves. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Lemenhe, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

**Padua** *(Antonio).* Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, lente cathedratico, director do gabinete de radioscopia e radiographia, governador civil de Coimbra, etc. N. na Labruja, no concelho de Ponte do Lima, em 1869. Foi um dos alumnos mais distinctos do seu curso. Doutorou se em 29 de janeiro de 1899. Desde creança, que se interessava pela politica, pois, segundo consta, tinha 11 annos de edade quando escreveu o seu primeiro artigo contra o fallecido estadista Fontes Pereira de Mello, n'um jornal de Ponte do Lima. Filiou se depois no partido progressista, e quando falleceu o chefe d'este partido em Coimbra, o dr. Pedro Monteiro Castello Branco, foi escolhido para o substituir. Foi nomeado substituto do governador civil, e depois teve a effectividade d'este logar, parece que em 1906. Por muito tempo dirigiu o *Tribuno Popular*, folha progressista que se publica em Coimbra, da qual é ainda um dos redactores. Publicou: *A estructura da cellula; Davos-Am-Platz,* livro que a imprensa muito apreciou. No congresso sobre a tuberculose, realisado em Coimbra no anno de 1904, apresentou uma extensa communicação, que o congresso votou unanimemente que fôsse publicada e profusamente distribuida. No congresso de Medicina, celebrado em Lisboa, em abril de 1906, foi vice-presidente da secção de Pathologia geral, bacteriologia e anatomia pathologica.

**Padua** *(Fr. Antonio de)* Religioso da ordem de S. Francisco. Era natural de Beja, e chamava-se no seculo Pedro Gonçalves Sanches, sendo filho de Diogo Gonçalves Sanches, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher, Joanna Sanches da Gama. Depois de estudar humanidades foi a Roma para obter um beneficio, professou, tomando o nome de Fr. Antonio de Padua, em commemoração do nosso santo popular, que em Italia é mais conhecido por *Santo Antonio de Padua*, apezar de ter sido portuguez, e ter nascido em Lisboa, mas porque passou grande parte da sua vida n'aquella cidade. Foi professor de theologia na Universidade de Padua, e voltando a Portugal, el-rei D. João III o mandou como theologo assistir ao concilio tridentino. Posteriormente foi commissario geral da sua ordem e partindo outra vez para Roma ali falleceu. Deixou manuscripta uma obra em latim, intitulada: *Explicação ás actas do concilio tridentino.*

**Padua** *(Fr. João de).* Religioso franciscano, do convento de S. Francisco de Lisboa. Era natural do Cartaxo, foi mestre de cautochão, vigario do côro no referido convento, e fal. em Lisboa a 29 de julho de 1631. Deixou escripta em latim uma obra da sua especialidade.

**Padua** *(João Antonio)* Esculptor italiano, que viveu em Portugal no seculo XVIII. Trabalhou nas egrejas de Lisboa, Evora e Mafra E' trabalho seu a capella-mór da egreja de S. Domingos, os pulpitos de egreja de Santo Antão, de Lisboa, e as virgens da capella-mór da Sé de Evora. A sua obra mais conhecida é a estatua de S. João Nepomuceno, que em 1743 foi collocada na ponte d'Alcantara, onde se conservou até ao meado do seculo XIX, quando deixaram de existir as portas d'Alcantara.

**Padua Junior** *(José Maria de).* Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em Olhão a 13 de junho de 1841, onde tambem fal. a 18 de março de 1881. Era filho do dr. José Maria de Padua, tambem medico, e de D. Maria Thereza de Padua. Terminou o curso em 19 de junho de 1877, e n'esse anno publicou em Lisboa a sua these, que tem por titulo: *Breve estudo sobre a adenia.* Exerceu clinica em Olhão. Desde creança que revelou extraordinaria vocação para a musica, e durante os estudos de Medicina nunca deixou de cultivar a arte, estudando piano, em que se tornou muito apreciado. Fundou em Olhão uma sociedade musical com banda e orchestra, que elle proprio dirigia, e cuja musica compunha ou arranjava. Escreveu uma missa a tres vozes e orchestra, que foi executada em Olhão com grande pompa por todos os amadores residentes n'esta villa e em Faro, incluindo muitas senhoras, todos por elle ensaiados. Compoz tambem e fez imprimir alguns trechos de musica para piano, além das numerosas peças que escreveu para banda militar, principalmente marchas funebres, genero da sua predilecção.

**Pae Agua.** Pov. na freg. de S. Sebastião, de Almaceda, conc. e distr. de Castello Branco.

**Pae d'Ariz.** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, districto de Santarem.

**Pae Cabeça.** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

**Pae Calvo.** Casal na freg. de N. S.ª d'Ajuda, 4.º bairro de Lisboa. || Quintas na freg. do Espirito Santo, de Villa Secca, conc. de Armamar, distr. de Vizeu.

**Pae das Donas.** Pov. na freg. de Santa Cecilia, de Bemfeita, conc. de Arganil, districto de Coimbra.

**Pae Joannes.** Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

**Pae Lobo** *(Quinta do)* Na freg. de S. Domingos, de Parada, conc. de Almeida, districto da Guarda.

**Pae Luio.** Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pae Mau.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Paio Mendes, conc. de Ferreira do Zezere, districto de Santarem.

**Pae Moure.** Pov. na freg. de Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Pae Penella.** Pov. e freg. de S. Silvestre, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Meda, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 99 fog. e 368 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. pos. A povoação dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Meda a Trancoso, a 3 k. da margem direita da ribeira de Teja. Pertenceu ao antigo conc. de Marialva, em 24 de outubro de 1855 passou para o de V. N. de Fozcôa, e em 18 de dezembro de 1872 para o de Meda. O reitor de Valle de Ladrões apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

**Pae Pedro de Baixo, de Cima, e do Meio.** Tres povoações na freg. de Santa Maria, de Ulme, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

**Pae Sobrado.** Pov. na freg. de Santa Maria

do Castello e conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

**Pae dos velhacos**. Magistrado de Lisboa, que tinha por obrigação vigiar os rapazes vadios que vinham aqui ter, e aos quaes devia arranjar amo ou qualquer officio. Em 1535 creou se tambem na cidade do Porto um *pae dos velhacos*, com as mesmas attribuições.

**Pae Viegas**. Povoações nas freguezias. N. S.ª d'Annunciação, de Codeceiro, conc. e distr. da Guarda. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

**Paéres**. Pov. na freg. do Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

**Paes**. E' um nome patronimico, que significa filho ou descendente de Paio. E' appellido nobre e antigo em Portugal, porque já D. Pedro Paes foi um dos 5 fidalgos que acclamaram D. Affonso Henriques na batalha de Campo de Ourique, em 25 de julho de 1139, foi depois alferes-mór do mesmo rei, e morreu gloriosamente na batalha de Badajoz. A D. Paio Rodrigues Paes, seu filho, deu D. Affonso Henriques as armas seguintes: Em campo do prata, 5 pinheiros verdes, em aspa, com raizes. Elmo d'aço aberto, e timbre meio dragão de prata, lampassado do púrpura. A João Paes deu D. Affonso V, em 20 de abril de 1476, o seguinte brazão: Em campo azul 9 laranjas, veiradas e contraveiradas de púrpura, em 3 palas. Elmo d'aço aberto; e timbre, um pavão da sua propria côr. A Gonçalo Paes, natural de Coimbra e mordomo-mór e thesoureiro do cardeal-rei D. Henrique, deu a rainha D. Catharina, viuva de D. João III, regente na menoridade de seu neto, el rei D. Sebastião, o brazão d'armas seguinte, em 22 de agosto de 1561: As mesmas de D. João Paes, só com a differença de terem por timbre meio dragão de prata com uma laranja de púrpura no peito. Outros do mesmo appellido trazem por armas: Em campo de prata, 9 laranjas, veiradas e contraveiradas de azul e púrpura, em 3 palas Elmo d'aço aberto; e por timbre, meio leão de prata, lampassado de púrpura, com uma das laranjas das armas no peito.

**Paes** (*Alvaro*). Chanceller-mór d'el-rei D. Pedro I, e depois d'el-rei D. Fernando, adquiriu este rico cidadão de Lisboa grande respeitabilidade, e gozava sobretudo de grande prestigio entre o povo, tanto que o mestre de Aviz, depois da morte d'el-rei D. Fernando, teve o bom senso de nada fazer sem o consultar. Alvaro Paes era effectivamente homem de resolução e de bom conselho, e não hesitou em dizer a D. João que o reino queria vêr-se livre do conde de Andeiro e que era mister executar a vontade do povo. Accrescentou que, se o mestre se resolvesse a dar o golpe decisivo, o povo de Lisboa se insurgiria em massa para o auxiliar, e prometteu-lhe solemnemente que o insurgiria elle proprio. Effectivamente, apenas teve conhecimento de que o mestre apunhalara o conde de Andeiro, Alvaro Paes, apezar de morar, como parece provavel, no sitio que era então a extremidade occidental da cidade, junto da muralha de D. Fernando, proximo da torre que já então tinha o nome de torre de Alvaro Paes, que se levantava no sitio onde hoje se ergue, ao cimo da calçada do Duque, o edificio da Comp.ª das Carruagens, e de que ainda ha annos se conservavam vestigios, apezar de morar ahi e de ser já velho e tropego, veiu até aos paços da Moeda (hoje cadeia do Limoeiro) á frente do povo insurgido. Proclamado defensor do reino, o mestre de Aviz não podia esquecer o homem que lhe déra tão prestante auxilio, e como elle já estava bastante velho para poder desempenhar as altas funcções de chanceller, nomeou para esse cargo o seu enteado, o famigerado João das Regras. Effectivamente a mãe do grande jurisconsulto, Sentil Esteves, casara em segundas nupcias com o chanceller Alvaro Paes. Foi ainda um serviço que este honrado cidadão prestou ao mestre de Aviz e á causa nacional, o dar-lhes para seu substituto o grande João das Regras.

**Paes** (*D. Fr. Alvaro*). Religioso da ordem de S. Francisco, e que floresceu na primeira metade do seculo XIV. Eram natural de Santarem, e fal. em Sevilha no anno de 1353. Estudou jurisprudencia civil e canonica na Universidade de Bolonha, recebeu o grau de doutor, e em 1304 vestiu o habito da ordem dos menores da cidade de Assis. Regressando a Portugal, viveu algum tempo no convento de S. Francisco, de Lisboa, mas deixando novamente a patria dirigiu-se a Paris, onde estudou Theologia com o celebre dr. João Duns Scoto, que era então professor n'aquella Universidade. Esteve depois em Avinhão, onde residia o papa João XXII. Este pontifice o nomeou seu penitenciario em 1328, bispo de Choron na Achaya, em 1332, e bispo de Silves, no Algarve, em 1335, e tencionava elegel-o cardeal, o que não chegou a realisar, mas deu ensejo a que muitos escriptores suppuzessem, que D. Fr. Alvaro Paes tinha effectivamente sido revestido da purpura cardinalicia. Defendeu com energia o papa João XXII contra o antipapa Pedro Corbario, e sustentou por muito tempo as immunidades da sua egreja de Silves, mas por fim, para escapar á morte, que os seus inimigos lhe prepararam, chegando a ponto de o atacarem na occasião em que celebrava missa, retirou se para Sevilha, onde veiu a fallecer. Deixou varias obras em latim, sendo a mais notavel a que se intitula *De Planctu ecclesiae*, que teve varias edições, e na qual o autor descreve com vivas côres e censura com severidade a grande desordem e immoralidade a que tinham chegado os religiosos de ambos os sexos.

**Paes** (*P. Antonio José*). Prosbytero secular, prior da freguezia de S. Julião, de Lisboa, e desembargador da Relação Patriarchal. N. na Covilhã a 21 de novembro de 1810, fal. em Lisboa a 4 de dezembro de 1857, victima da febre amarella. Deixou publicado: *Sermão de Santo Agostinho, prégado na Real Egreja de S. Vicente de Fóra, de Lisboa*, Lisboa, 1843.

**Paes** (*Antonio Marques de Fragoso*). Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Era natural da Covilhã, sendo filho de Francisco Rodrigues Zacharias. Doutorou-se em 24 de julho de 1825

**Paes** (*Fr. Balthazar*). Religioso da ordem da Santissima Trindade. N. em Lisboa, sendo baptisado na egreja do Loreto a 6 de janeiro de 1571, fal. no seu convento de Lisboa a 13 de março de 1638. Era filho de Gaspar Paes e de Auta Rodrigues da Cunha. Aos 15 annos de edade assentou praça de soldado, e embarcando na poderosa armada que Filippe II mandou a In-

glaterra em 1588, conhecida na historia pela *Armada Invencivel*, a qual naufragou, tomou um tal medo á vida militar que resolveu seguir a vida claustral, e aos 19 annos entrou na ordem da Trindade, professando no convento de Lisboa a 20 de maio de 1590. Estudou Theologia na Universidade de Coimbra, em que se doutorou. Filippe III lhe offereceu o logar de lente de Escriptura, que não acceitou; foi, porém, seu prégador, em que se tornou muito apreciado. Exerceu os cargos de reitor do collegio de Coimbra, ministro no convento de Santarem, provincial, sendo eleito em 1620, examinador do padroado real, protonotario apostolico, juiz apostolico do tribunal da Legacia, e recusou-se a acceitar a mitra de Ceuta, que lhe foi offerecida por Filippe III. Deixou publicados muitos *Sermões* e *Commentarios* em latim, á *Epistola de S. Thiago*, ao *Cantico de Moysés*, ao *Cantico de Ezequias*, e ao de *Izaias*.

**Paes** *(Bento)*. Vigario provincial da ordem de S. João de Deus, que nos meados do seculo XVII escreveu uma *Relação da vida de Antão Martins, converso da ordem de S. João de Deus, escripta em 15 de março de 1645*.

**Paes** *(Fernando)*. Doutor e lente da Universidade de Coimbra, e desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação. Viveu no seculo XVI. N. em Lisboa, e fal. entre os annos de 1574 e 1578. Foi lente da Universidade em 1556, e reitor da egreja de Santa Maria de Montemór-o Novo. Deixou impressas algumas obras em latim.

**Paes** *(P. Gaspar)*. Jesuita. N. na Covilhã em 1593. Partiu para o Oriente, e professou em Gôa, a 23 de novembro de 1607. Destinando-se ás missões, saiu de Gôa em 1623, e depois de percorrer diversos pontos, esteve na Ethiopia, onde foi morto a 25 de abril de 1635. D'elle existem algumas cartas, que fôram traduzidas em francez e em italiano, nas quaes dava conta dos seus trabalhos de missionario.

**Paes** *(D. Gualdim)*. Mestre da ordem do Templo em Portugal, cavalleiro que se tornou notavel pela sua bravura e intrepidez nas guerras das cruzadas. N. em 1118, anno em que se fundou em Jerusalem a ordem dos Templarios, de que depois viria a ser um dos seus mais proeminentes vultos. Teve por berço a villa de Amares, então *Marecos* ou *Marrecos*, que foi o seu primitivo nome, e fica situada nas proximidades de Braga. Fal. em Thomar a 13 de outubro de 1195. Era filho de paes illustres, Paio Ramires e D. Goutrade; companheiro de D. Affonso Henriques, com quem fôra criado, e de quem era grande amigo. O novo guerreiro, animado pelo irresistivel impulso da sua vocação militar, tomou parte nas luctas cruentas e continuas que D. Affonso Henriques travava contra os moiros, tornando se notavel pelos seus valorosos feitos d'armas. Assistiu á batalha de Campo d'Ourique, em 25 de julho de 1139, o n'esse dia D. Affonso Henriques o armou cavalleiro, honra que n'aquella epoca, era a suprema aspiração e a mais valiosa dadiva que se podia fazer a um guerreiro. Investido n'esta elevada dignidade, Gualdim Paes sentiu lavrar com vehemente intensidade em seu peito a ardente flamma do amor da patria, e enlevado pelo desejo do triumpho completo da cruz contra os infieis, tomou a cruz vermelha dos cruzados, e partiu para a Palestina, precisamente na epoca em que a ordem dos Templarios começava a florescer e a fortificar-se entre nós. O valente templario, não só enaltecia o nome portuguez n'aquellas arredadas plagas do Oriente, no curto espaço de cinco annos em que esteve ali, como de batalha em batalha, do conquista em conquista, fez campear triumphante o estandarte christão, já tomando Ascalona, já dando altas provas de valor nos famosos cêrcos da Antiochia. Cada peleja que se feria contra os infieis ao lado do grande mestre, nos vastos dominios dos soldões do Egypto e da Syria, era para os nossos entrepidos cavalleiros um rasgo do mais pasmoso heroismo, em prol do balsão do Templo. Voltando a Portugal, foi logo feito commendador ou mestre da casa que os templarios possuiam em Braga. D. Affonso I o fez commendador de Cintra em 1152, dando-lhe ali casas e fazendas. Em 1157 foi elevado a mestre absoluto da ordem do Templo em Portugal. A maior parte dos nossos escriptores nomeiam D. Gualdim Paes o primeiro mestre da

D. Gualdim Paes

ordem do Templo, porém o erudito investigador de antiguidades Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo afasta-se d'essa opinião, porque, fundado em documentos existentes no cartorio de Thomar, nos assegura que os antecessores de D. Gualdim, 6.º mestre, com os titulos de *magister*, *preceptor* ou *procurador*, fôram: 1.º D. Guilherme Ricardo, antes de 1128; 2.º D. Raymundo Bernardo, em 1128; 3.º D. Pedro Froilaz, em 1140; 4.º D. Hugo do Martonio, em 1143; 5.º D. Pedro Arnaldo, em 1157. Logo no começo do seu mestrado teve de sustentar a celebre questão do *ecclesiastico de Santarem*, levantada por D. Gilberto, arcebispo de Lisboa. D. Affonso Henriques doára á ordem dos Templarios uns amplos terrenos em torno de Santarem, por voto que fizera quando tomou esta cidade. D. Gilberto, porém, contestava o direito do monarcha em fazer esta doação, pelo facto dos Templarios o terem auxiliado n'aquella conquista. Allegava que o rei não podia doar aquelles rendimentos por serem pertenças do bispado de Lisboa, que pouco depois era tomada, e creado de novo o bispado.

Esta questão durava havia já 18 annos, quando os Templarios cederam, ficando Santarem só com direito á egreja de S. Thiago, e dando-lhes o rei o vastissimo territorio de Ceras, onde Gualdim Paes fundou casa propria para albergar a sua milicia. Lançando então as suas vistas em procura d'um centro principal de defeza e de operações estrategicas, lembrou-se de reconstruir o velho *Castrum* de Ceras, ou de *Nullius* de Ceras, mas desistiu d'esse intento por não vêr n'elle uma forte posição defensiva. No entanto aquella idéa não o abandonou, e em 1 de março de 1160 lançou os primeiros fundamentos do castello de Thomar no mais alcantilado do monte, á parte occidental do convento sobre a margem direita do rio, ao passo que para estabelecer a séde principal da sua ordem em Portugal, que até então parece ter sido em Braga, passou a reedificar, segundo o modelo oriental, a egreja dos monges benedictinos, sob a invocação de Santa Maria dos Olivaes, ou do Olival, uma das mais venerandas reliquias architectonicas dos primordiaes tempos da monarchia portugueza. Ao mesmo tempo começou a fundar uma povoação a que deu o nome de *Rio de Thomar*, e ao rio o de uma cidade celebre que seculos antes florescera na outra margem do rio, no tempo do dominio dos romanos, e ainda dos visigodos. Era a cidade de *Nabancia*, e o rio, que hoje tem o nome de *Nabão*. Dois annos depois, tendo tomado grande incremento a população da nova cidade de Thomar, que assim a denominou Gualdim Paes, este lhe deu foral em 1162, concedendo muitos privilegios, isenções e regalias, poderes de que estava revestido pelas concessões que D. Affonso Henriques lhe fizera, além das que obteve do governo da rainha D. Thereza, sendo depois este foral ampliado em 1174. Gualdim Paes, comtudo, não se contentou com a fundação de Thomar; ergueu das ruinas em que jaziam os castellos de Monsanto, Almouroi, Zezere e Idanha, e deu foral a Pombal, Redinha, e a outras terras. D. Affonso Henriques, que pertencia tambem á ordem dos Templarios, tinha uma tão alta consideração pelo seu irmão d'armas, que o encarregou em setembro de 1169, estando em Alafões, de conquistar a extensissima provincia do Alemtejo, doando á ordem a terça parte das terras conquistadas além Tejo. Esta honra que o primeiro rei portuguez conferiu ao denodado cavalleiro e aos seus companheiros, soube-a Gualdim Paes merecer, expulsando dos seus dominios os temiveis e encarniçados infieis. N'aquellas eras nefastas, prodigas em temerosas guerras em que o sangue corria a jorros engrossando os rios, e o incendio destruia povoações inteiras, tempo de exterminio barbaro e de terror, as terras portuguezas eram a cada passo assaltadas em toda a parte por invasões inimigas. A derrota que as forças musulmanas haviam soffrido na tomada de Santarem e na de Silves, onde se distinguiu a esquadra de cruzados, que interveiu em nosso auxilio, exacerbou o inimigo tão profundamente, que Yacub, imperador de Marrocos, congregando novas forças, invadiu as fronteiras do reino com um numeroso exercito, que se compunha de 40:000 cavalleiros e 50:000 homens de pé. Em todos os castellos os alcaides estavam a postos para a lucta, que deveria ser tremenda, recolhendo os habitantes dos campos, que iam ali buscar refugio. O Emir Yacub, vendo-se obrigado a abandonar a praça de Silves pela invencivel resistencia dos nossos, retomou as terras que possuiamos ao sul do Tejo, com excepção de Evora, e foi assentar arraiaes fóra do castello inexpugnavel dos valentes Templarios. O cêrco durou seis dias, sem que o feroz imperador pudesse obter a mais pequena vantagem offensiva. Gualdim Paes não era homem que desanimasse, nem que o atemorisasse a grande columna de forças combatentes, de que os infieis dispunham. A toda a parte corria levando a palavra animadora e incitante, de clava em punho, desbastando os troços de musulmanos que via mais proximos, com um sangue frio e uma coragem admiraveis. Mas um caso inesperado sobreveiu, quasi providencial se poderia chamar, que salvou os denodados campeões d'aquella lucta titanica. Um microbio, o *hematozoario*, que mais tarde foi estudado por Lanerau, que lhe deu o nome, começou a devastar desapiedadamente o campo inimigo, obrigando o imperador a levantar inopinadamente o cêrco e a fugir para Sevilha. Ainda hoje a uma das portas do castello de Thomar se dá o nome de *Porta de sangue*, em rememoração da sanguinolenta lucta sustentada pelos Templarios contra os musulmanos. Este memoravel triumpho, alcançado em 11 de julho de 1190, immortalisou Gualdim Paes, e deu á historia do castello e da ordem do Templo uma pagina gloriosa. Como a cidade de Thomar tivesse ficado arrasada, Gualdim Paes começou a reedifical-a, a que pouco sobreviveu, deixando-a, comtudo, com tão poderoso incremento, que seculo e meio depois contava 8:000 habitantes. Gualdim Paes falleceu no invencivel castello que fundou, sendo sepultado na egreja de Santa Maria dos Olivaes, que elle tambem fundara. Ha annos, devido a investigações minuciosas e incansaveis de Vieira Guimarães e Manuel Henriques Pinto, director da Escola Industrial de Thomar, descobriu-se o epitaphio do tumulo de Gualdim Paes, ainda perfeitamente nitido, que veiu provar indubitavelmente onde dormem as cinzas do mestre dos Templarios. O epitaphio é em latim, cuja traducção é a seguinte: *Falleceu o irmão Gualdim, mestre dos cavalleiros do Templo em Portugal aos 13 de outubro de 1195. Este, com muitos cavalleiros, povoou o castello de Thomar. Descance em paz, Amen.* Esta inscripção vê-se bem que foi feita na epoca da construcção do tumulo que encerrou durante quatro seculos os despojos de tão illustre varão, pela cruz da ordem que se via ainda nitidamente ao alto, pela era de Cesar e talvez tambem pelo latim em que está escripto. Em 1895 pensou-se em celebrar o 7.º centenario da morte do valoroso mestre da ordem dos Templarios. Convocou-se uma grande reunião para se levar a effeito tão patriotica idéa, e nomeou-se uma commissão para tratar dos trabalhos d'uma festa nacional, e de toda a parte se começou a receber adhesões enthusiasticas. Foi no dia 13 de outubro do referido anno de 1895 que se realisaram os festejos em Thomar, resolvendo-se erigir n'essa cidade um monumento commemorativo com a estatua d'esse grandioso vulto, que tanto engrandeceu a sua patria.

**Paes** *(P. Leonardo)*. Presbytero secular, licenceado em Canones pela Universidade de Coimbra, e vigario da egreja de S. Thomé, de Gôa. N. na aldeia de Gandaulin, nos suburbios

d'esta eidade, a 17 de fevereiro de 1662, e fal. a 11 de março de 1715, sendo filho de Bartholomeu Paes e de Paula da Cunha. Segundo elle declarou deseendia dos reis de Sirgapor. Foi tambem protonotario apostolico. Esereveu: *Promptuario das definições indicas, deduzido de varios chronistas da India, graves autores, e das historias gentilicas*, Lisboa, 1713.

**Paes** *(Manuel)*. Artilheiro e ajudante da fortaleza de S. Julião da Barra. Era natural de Lisboa, mas deseonhecem-se as datas do nascimento e falleeimento. Esereveu: *Compendio da arte de Artilharia, que deve saber todo o artilheiro para obrar com acerto n'este exercicio; tirado de autores que escreveram e professaram a mesma arte*, Lisboa, 1703. Tem uma estampa gravada das armas do reino e um mappa dos differentes calibres de peças.

**Paes** *(P. Miguel)*. Jesuita. N. em Lamego em 1591. Embareando para o Oriente, entrou aos 15 annos na Companhia de Jesus, na cidade de Gôa, em 1606. Empregando-se nas missões da Ethiopia, ahi morreu em 1627. Escreveu uma *Carta da missão da Ethiopia ao P. Geral, escripta em Gôa a 18 de fevereiro de 1620*, publicada, eom outras do mesmo genero, em Napoles, 1621.

**Paes** *(Miguel Carlos Correia)*. Tenente-coronel do estado-maior de engenheiros, ao serviço do ministerio das obras publieas. N. em 1825, fal. a 17 de março de 1888. Destinando-se á carreira das armas seguiu os cursos superiores para a engenharia. Assentou praça em 6 de novembro de 1842, aos 17 annos de edade, sendo promovido a alferes a 29 de abril de 1851, a tenente em 15 de janeiro de 1857, a capitão em 19 de agosto de 1868, a major em 8 de julho de 1880, e a tenente-coronel em 6 de junho de 1883. Exerceu as funcções de chefe do movimento nas linhas ferreas do Sul e Sueste, e desempenhou outras eommissões de serviço publico. Era condeeorado. eom o grau de cavalleiro da ordem de Aviz. Miguel Paes era um homem do futuro, tinha o arrojo das grandes empresas. As suas vistas iam longe, iam além do limite dos espiritos vulgares, de que resultava ehamarem-lhe utopista, elassificação com que elle se não incommodava, e a que allude na *Advertencia* da sua obra *Melhoramentos de Lisboa e seu porto*, quando diz, alludindo aos melhoramentos de Lisboa: «Apezar de muitas pessoas os terem considerado eomo *utopistas* e classificado o seu autor de *louco e visionario*, deelaro desassombradamente que, se de alguma cousa tenho a arrepender-me, é de os não ter apresentado com a grandiosa eoneepção com que primitivamente os delineei.» Esta obra em que elle reuniu tudo quanto havia publicado na imprensa diaria, prineipalmente no *Diario de Noticias*, representa o muito estudo e trabalho, grande parte dos quaes tem sido aproveitados nos melhoramentos feitos na capital. Quantos projeetos gigantescos não fôram coneebidos pelo notavel engenheiro, e se encontram estudados na sua obra. Mencionaremos alguns dos seus projeetos: Tunnel entre o largo do Pelourinho e o largo do Corpo Santo, estudado por uma eommissão nomeada pelo ministro das obras publieas em 1871, e sobre os qual fez varias considerações ampliando o projecto; viaducto metallico entre o largo do Caldas e o Chiado na extensão de 330 metros, atravessando por sobre as edificações da cidade baixa; a avenida do palacio legislativo, entre a rua de S. Roque e o largo de S. Bento, na extensão de 800 metros com um viaducto metallico por sobre a rua de S. Bento a entestar com o palacio das Côrtes; tunnel entre a rua de S. Viecnte á Guia e a rua de Santo Antão, grande viaducto metallico entre o monte da Graça e o monte da Estrella; linha de tunneis entre o largo do Intendente e a rua de S. Bento; mereados de Lisboa, etc. Entre os melhoramentos de Lisboa não esqueceu a Miguel Paes as obras do porto, esse grande problema que tanto custou a resolver, e em que se pensou ha mais d'um seculo. O segundo volume da sua obra é especialmente dedieado a este assumpto, apresentando todos os projectos que se haviam elaborado, incluindo um seu. Quando Miguel Paes se oceupava d'estas questões que lhe deviam consumir muito tempo e estudo, tinha a seu cargo a direcção techniea dos caminhos de ferro do Sul e Sueste, encargo que para elle mereeia todas as attenções. A sua actividade e iutelligeneia na direcção d'aquella linha, ficaram bem provadas nas obras que deixou, devidas á sua inieiativa e zelo, muito especialmente na organisação das officinas, onde conseguiu que se fizessem trabalhos em perfeita competeneia com os estrangeiros, em qualidade e custo, como o provou n'um opusculo, que parece ter sido a ultima obra que publicou. Reservava como uma gloria sua a construcção da estação do Barreiro, porque aquella obra foi por muito tempo julgada impossivel de fazer, pela falta de fundamentos solidos para os alicerces, opinião de que partilhavam até alguns engenheiros estrangeiros. Miguel Paes, porém, eom a energia e o talento que tanto o distinguia, conseguiu veneer as difficuldades materiaes que se aprosentavam, e lá levantou um edificio elegante e solido, que é deveras um monumonto honroso para o seu autor. Era tambem do distincto engenheiro a idéa de ligar as duas margens do rio Tejo por uma grande poute em frente de Lisboa. Quando falleceu, todos os jornaes de Lisboa dedicaram saudosos artigos á sua memoria. Miguel Paes era um fanatieo pelos progressos da eapital do reino, sendo esse o seu sonho de todos os dias. Morreu sem ter visto eoncluidas as obras do porto de Lisboa e a Avenida da Liberdade, os melhoramentos que tinha projeetado, sem ter visto inieiar-se a colossal eoustrucção da ponte sobre o Tejo, do todos os seus sonhos o mais querido. Bibliographia: *Melhoramentos de Lisboa e seu porto*, Lisboa, 1883-1884; 1.º vol. acompanhado d'uma earta desdobravel da cidade de Lisboa, reduzida da que foi levantada na eseala de 1 por 1000 em 1856 e 1857, sob a direcção de Filippe Folque, etc.; vol. II, com 1 estampa dos caminhos de ferro do Sul e Suesto no Barreiro, e uma planta desdobravel do rio Tejo o suas margens, entre os portos da Cruz da Pedra e a ribeira de Algés. Na adverteneia no vol. I, diz o seu autor: «Esta obra eontém: a parte do estudo geral, publieada desde 22 de fevereiro de 1880 até 31 de dezembro de 1881, nos 125 folhetins do *Diario de Noticias*, eom os titulos: *Local para o edificio do correio* e *Melhoramentos de Lisboa e seu porto*; muitos artigos subsequentes e o complemonto do mesmo estudo que não chegou a publiear-se, tudo ampliado e annotado até o limite em que a respectiva im-

pressão o permittiu.» No vol. II adverte o autor: «A impressão d'este volume começou em 1883, antes, pois, da commissão nomeada em março d'esse anno, apresentar o seu parecer, o que só teve logar em 6 de março de 1884, quando as primeiras folhas já estavam impressas; portanto, n'essa epoca era o *Plano geral das obras para o melhoramento do porto de Lisboa*, elaborado pela commissão de 1871 o mais completo, e que se podia tomar como base dos ditos melhoramentos; actualmente, porém, já se não póde dizer o mesmo, porque o parecer da commissão de 1883 é, inquestionavelmente, superior, e é elle que presentemente póde ser considerado como typo.» A carta de Lisboa, adjunta a este volume, contém a parte hydrographica da bacia do Tejo entre o Beato e a Torre de Belem, elaborada pela commissão de 1883, projecto grandioso que devia transformar o porto de Lisboa,n'um dos primeiros portos do mundo. Publicou mais: *Melhoramentos de Lisboa*; *Engrandecimento da Avenida da Liberdade*, 1.º e 2.º opusculos, 1886, e o 3.º em 1887.

**Paes** (*Rosa*). Artista dramatica. N. em 12 de junho de 1880. Começou ainda muito creança a representar em sociedades de amadores dramaticos, estreando-se como actriz em 13 de abril de 1895, no theatro da Trindade, na peça phantastica *A Fada do amor*. Mostrando logo grandes aptidões para a scena, conservou-se algum tempo n'aquelle theatro, entrando em muitas comedias, operetas, e revistas do anno, conseguindo sempre os applausos do publico salientando-se nas operetas *Noite e dia*, *Solar dos Barrigas*, *Principe Rubim*, *Sinos de Corneville*, *Boccacio*, *Hotel da barafunda*, e na revista de Sousa Bastos, *Tim tim por tim tim*. Ha alguns annos que se retirou do theatro.

**Paes** (*Sidónio Bernardino Cardoso da Silva*). Doutor em Mathematica pela Universidade de Coimbra, lente e secretario da mesma faculdade. E' natural de Caminha, sendo filho de Sidónio Alberto Marrocos Paes. Doutorou-se em 24 de julho de 1898. Publicou n'este anno, em Coimbra: *Series de numeros*.

**Paes Abranches** (*Joaquim*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, administrador de varios concelhos, governador civil dos districtos: Guarda, Vizeu e Braga, do conselho de Sua Majestade, director e secretario da camara dos deputados, etc. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1858 na faculdade de Direito, e em 1861 no curso de direito administrativo, o qual concluiu em 1863. Entrou na vida publica dois annos depois, sendo nomeado administrador do concelho de Mangualde, e a seguir do de Tondella, em que se conservou até 1870, sendo n'este anno encarregado de assumir o secretariado geral do districto de Vizeu. D'este logar foi exonerado a seu pedido em 1871. Mais tarde exerceu successivamente o cargo de governador civil nos districtos da Guarda, Vizeu e Braga. Filiado no partido progressista, tem sido deputado em diversas legislaturas, sendo eleito pelos circulos de Santa Comba Dão, Vizeu, Tondella e Moimenta da Beira. Durante as sessões legislativas de 1897, 1899 e 1900 foi secretario da camara, exercendo o logar de chefe de repartição na direcção geral das contribuições directas de 1888 a 1898, anno em que foi nomeado chefe da repartição do gabinete do ministro da fazenda. Fez parte do conselho de administração dos caminhos de ferro do Estado, desde a sua installação, cargo de que foi incumbido como empregado superior do ministerio da fazenda. Tem sido encarregado por varias vezes, pelos ministros do reino e da fazenda, de melindrosas e difficeis missões. E' um progressista zeloso e leal, acceitando unicamente, das mercês que lhe tem sido offerecidas, a carta de conselheiro em 1888, por serviços relevantes prestados, quando era governador civil de Vizeu. No anno de 1900 foi nomeado director e secretario geral da camara dos deputados, cargo em que se tem conservado.

**Paes do Amaral** (*Alexandre Ferreira Cabral*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, reitor da mesma Universidade, do conselho de Sua Majestade, ministro de Estado honorario, deputado, par do reino, etc. E' filho de Antonio Ferreira Cabral Paes do Amaral, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de D. Maria Candida Pereira de Vasconcellos de Sousa e Menezes. E' irmão do sr. conselheiro Antonio Cabral Paes do Amaral, a quem se refere o artigo seguinte, descendendo dos illustres fidalgos mencionados no mesmo artigo. O sr. conselheiro Alexandre Cabral tem sido deputado em varias legislaturas, eleito pelos circulos de Marco de Canavezes e Braga. Por decreto de 20 de janeiro de 1909 foi agraciado com a commenda e grã-cruz da ordem de Christo.

**Paes do Amaral** (*Antonio Ferreira Cabral*). Bacharel formado em Direito pela Universidade

Antonio Ferreira Cabral Paes do Amaral

de Coimbra, sub-director da Penitenciaria de Lisboa, deputado, ministro de estado, etc. N. em 15 de janeiro de 1863 na casa de Agrellos, freguezia de Santa Cruz do Douro, concelho de Baião. E' filho de Antonio Ferreira Cabral Paes do Amaral, fidalgo cavalleiro da Casa Real, por successão; 11.º senhor do solar da Torre de Campêllo, 10.º administrador do vinculo de Va-

labrigoso, 9.º do de Nossa Senhora da Ajuda de Campêllo, 8.º do das Quebradas, 3.º do dos Freitas, Campêllo em Baião e 4.º do da Caldeirôa em Guimarães, senhor das casas de Penaventosa e Agrellos e de sua mulher, D. Maria Candida Pereira de Vasconcellos de Sousa e Menezes. Por seu pae, procede o sr. dr. Antonio Cabral dos alcaides-móres e senhores de Belmonte e dos senhores da Torre de Aboim e Couto de Bandara, e por sua mãe dos senhores da Feira e da Ponte da Barca. Matriculando-se na Universidade, formou se em Direito no anno de 1886, e em janeiro de 1889 foi exercer as funcções de delegado do procurador regio na comarca de Moncorvo, e em agosto d'esse anno foi nomeado sub-director da Penitenciaria Central de Lisboa, tendo obtido no concurso a primeira classificação. Filiando-se no partido progressista, foi eleito pela primeira vez deputado em 1897, pelo circulo de Angra do Heroismo, tendo sido reeleito nas seguintes legislaturas. Em 1905 fez parte do ministerio presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro, encarregando-se da pasta das obras publicas; o decreto da sua nomeação tem a data de 27 de dezembro do referido anno de 1905, exercendo depois as funcções de chefe do gabinete da presidencia. Em janeiro de 1909, no ministerio presidido pelo sr. conselheiro Campos Henriques, foi novamente ministro, gerindo a pasta da marinha.

**Paes do Amaral** *(Miguel)*. Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, cavalleiro da ordem de Christo, e senhor da casa de Mangualde, mestre de campo dos auxiliares da comarca de Vizeu. Fal. a 29 d'agosto de 1747. Era filho de Simão Paes do Amaral, fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, capitão-mór de Azurara da Beira, e de D. Leonor Maria de Castello Branco Albuquerque. Prestou muitos serviços na provincia do Alemtejo e na guerra da successão de Hespanha, nos reinos de Castella e principado da Catalunha, bem como em differentes pontos de Portugal, e especialmente nas praças d'Almeida, Penamacôr, Salvaterra e Segura. Casou com D. Maria Archangela de Castello Branco, filha e herdeira de Diogo Marques Ferrão de Castello Branco, e de sua mulher D. Juliana Cardoso Amaral.

**Paes do Amaral** *(Miguel)* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, senhor de Abrunhosa e Villa Mendo, de que era donatario seu avô paterno, Miguel Paes do Amaral, em verificação de vida n'este senhorio; senhor da casa de Mangualde, commendador da ordem de Christo, condecorado com a medalha hespanhola pela batalha de Vitoria, em 21 de julho de 1813, e com a cruz das campanhas da Guerra Peninsular; tenente-coronel reformado de cavallaria, etc. N. a 6 de fevereiro de 1777, fal. a 22 de novembro de 1850. Era filho de Simão Paes do Amaral d'Almeida Quifel Barbarino, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, senhor de varios morgados, da casa de Mangualde, de Abrunhosa e de Villa Mendo, casado com D. Izabel Luiza d'Almeida e Vasconcellos Quifel Barbarino. Casou em 13 de maio de 1810 com D. Maria Joanna de Saldanha Oliveira e Daun, filha dos 1.ºs condes de Rio Maior, João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa Juzarte Figueira e D. Maria Amalia de Carvalho e Daun.

**Paes Leme** *(Pedro Taques de Almeida)*. Sargento-mór no Brazil, e escriptor, que viveu no seculo XVIII. Escreveu: *Historia da capitania de S. Vicente, desde a sua fundação por Martim Affonso de Sousa, escripta em 1772*. Manuel Araujo de Portalegre, barão de Santo Angelo, descobriu n'um convento do Rio de Janeiro o original d'esta obra, em tal estado de ruina que não tardaria em ficar inutilisado. Elle o recolheu e fez inserir na *Revista trimensal do Instituto historico do Rio de Janeiro*, onde saiu no tomo II da 2.ª serie, pag. 138 a 178, continuado de pag. 293 a 327, e de pag. 445 a 475; *Nobiliarchia paulistana ou memoria das principaes familias de S. Paulo;* começou esta publicação na referida *Revista*, tomo XXXII, parte 1.ª; continuou em parte dos tomos XXXIII e XXXIV, e concluiu no tomo XXXV, parte 2.ª Na mão de D. Antonia R. de Carvalho, do Rio de Janeiro, existia o seguinte autographo, que esta senhora apresentou na exposição de historia no Brazil em 1881, e vem no catalogo, sob o n.º 5:537: *Informação sobre as minas de S. Paulo e dos sertões de sua capitania, desde o anno de 1587 até o presente de 1772*, com relação chronologica dos administradores d'ellas, regimentos, jurisdicção a ellas conferida e operações até ao anno de 1702, em que Sua Majestade creou ao paulista Garcia Rodrigues Paes em guarda-mór geral, que passou de propriedade a seu filho Pedro Dias Paes Leme (que actualmente mora no Rio de Janeiro), a qual ficou residindo nos governadores e capitães-generaes da mesma capitania, desde o primeiro que ella teve em Antonio de Sousa Botelho Mourão, S. Paulo, 13 de outubro de 1772. Escreveu mais: *Noticia historica da expulsão dos jesuitas do collegio de S. Paulo* (1640), etc.; saiu na *Revista do instituto historico*, já citado, serie II, tomo V, pag. 5; *Copia fiel do titulo de Taques Pompeu que fez Pedro Taques d'Almeida Paes Leme pelo anno de 1763*, etc.; saiu na mesma *Revista*, tomo XVIII, de 1855, pag. 190. Na exposição historica do Brazil tambem fôram expostos mais os dois seguintes manuscriptos: *Nobiliarchia braziliense*, ou collecção de todas as familias nobres do Brazil, de todas as suas capitanias, principalmente d'aquella de S. Paulo. Com a noticia certa d'onde são oriundas, mortes e jazigos. Extrahida dos manuscriptos de varias pessoas curiosas e fidedignas: e a maior parte das memorias do sargento-mór Pedro Taques de Almeida Leme... e d'ellas fiz esta collecção em Lisboa aos 5 de fevereiro do anno de 1792, etc.; *Genealogia* da nobilissima familia dos Arrudas, Botelhos e Sampaios, da cidade de S. Paulo e seu districto.

**Paes de Mello** *(Martinho)*. Fidalgo, filho de Manuel Paes de Abreu, da casa dos Regalados, e de D. Sebastiana de Mendoza. N. em Lisboa e fal. 14 de junho de 1684. Foi familiar do Santo Officio e pertenceu ao senado da camara de Lisboa Escreveu: *Triumphos do amor divino*, Lisboa, 1627; *Amorosos pensamentos a Jesus*, Lisboa, 1629; *Amores de Jesus, com piedosos discursos e considerações*, Lisboa, 1674. Deixou manuscripta uma *Historia geral da provincia de Santa Cruz com a descripção d'aquelle estado*, etc.

**Paes de Noronha** *(D. Euphrosina)*. Escriptora, que nasceu em Gôa no anno de 1790. Escreveu: *A fé triumphando na India portugueza;* é uma narração da solemne exposição do corpo de

S. Francisco Xavier, feita em Gôa a 3 de dezembro de 1859, e das maravilhas que Deus obrou n'esta occasião, pela intercessão do santo apostolo; saiu na *Nação*, n.º 3686; *Os milagres de S. Francisco Xavier, e a pastoral do governador do arcebispado de Gôa;* noticia do que se passou no dia 3 de dezembro de 1860, em que fôram authenticados pela autoridade ecclesiastica os milagres operados pela intercessão do thaumaturgo das Indias, emquanto o seu corpo esteve solemnemente exposto á veneração dos fieis, desde 3 de dezembro de 1859 até 8 de janeiro de 1860. Carta da autora a seu filho, o monsenhor D. Isidoro Caetano do Rosario e Noronha, publicada na *Nação* n.º 3952. V. n'este vol pag. 110.

**Paes de Pina** (*Diogo*). Medico do hospital de Todos os Santos, nomeado em 1674, e falleceido em 1675.

**Paes Pinto** (*P. João*). Bacharel formado em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Silgueiros a 1 de janeiro de 1855. Tomou ordens de presbytero em 1877, tendo sido seu professor o bispo de Vizeu D. Antonio Alves Martins. Em 1879 foi encarregado pelo bispo-conde de Coimbra da direcção espiritual do convento de Santa Clara de Coimbra, cujo cargo exerceu até terminar a sua formatura, em 1883, residindo sempre no hospicio do mesmo convento. Durante a formatura fundou em Coimbra varias associações de beneficencia, taes como a conferencia de S. Vicente de Paulo, e presidiu a varias aggremiações religiosas, promovendo uma peregrinação de estudantes ao Sameiro. Depois de formado foi nomeado pelo arcebispo de Evora para professor e director espiritual do seu seminario, cujo logar exerceu até 1887, indo n'este anno, como abbade, para a freguezia de S. Nicolau, do Porto. Fez parte da commissão promotora de soccorros ás victimas sobreviventes do incendio do theatro Baquet, na ultima sessão d'essa magna commissão presidida pelo cardeal D. Americo, oppoz-se á applicação do montante da subscripção, manifestando os seus sentimentos liberaes e de egualdade fraternal, fazendo proposta sua, a que o presidente no fim da discussão pediu para a retirar, ao que elle não accedeu, apezar do pedido ser do seu bispo, dizendo que queria votação sobre ella. Movido pelos sentimentos patrioticos, quando foi do *ultimatum* inglez, em janeiro de 1890, apresentou-se nos comicios e reuniões; elle proprio promoveu varios comicios, assumindo a sua responsabilidade, filiando-se definitivamente no partido republicano. Rebentando a revolução do Porto de 31 de janeiro de 1891, n'ella se envolveu, e, respondendo a conselho de guerra, ficou absolvido. No julgamento confessou que escrevera differentes artigos no jornal *Republica portugueza*, e que presidira ao club republicano *Bessa de Carvalho*. Declarou, porém, que no dia da revolta estava por acaso na praça de D. Pedro, tendo saido de casa para tratar de assumptos relativos ao seu mister sacerdotal. Durante a sua estada no Porto, o dr. Paes Pinto gozou sempre as melhores sympathias do bispo e dos seus parochianos. De combinação com o governador civil, requereu a egreja de Cabanas, para onde se retirou em junho de 1892. Em 1906 esteve em Lisboa a tratar-se d'uma grave enfermidade e voltando para a sua freguezia, fal. ha pouco tempo.

**Paes Ribeira** (*D. Maria*). Mulher de nobre nascimento, que foi amante d'el-rei D. Sancho I e de quem teve alguns filhos Era natural de Villa do Conde. D. Sancho I falleceu em Coimbra em 1211, e D. Maria Paes Ribeira saiu immediatamente d'aquella cidade para Villa do Conde, terra, que bem como outras, lhe havia sido dada pelo seu real amante, com a condição de não casar. Indo muito anojada e cheia de dôr, em companhia d'um irmão seu, D. Martim Paes Ribeira, deu-se o caso d'um neto de D. Egas Moniz, chamado Gomes Lourenço Viegas, a assaltar no caminho e a tomar por força, deixando o irmão mal ferido, por se ter querido oppôr a este rapto. Seguiu o roubador o caminho do reino de Leão, e ahi esteve a salvo de perseguições em companhia da sua adorada prêsa. Acabou a dama por corresponder ao seu affecto; e tanto que, sendo já passado algum tempo, induziu o cavalleiro a que voltasse a Portugal, porque, intercedendo ella, tudo acabaria em bem, e haveria perdão do rei. Vieram ambos a Castello Rodrigo, onde estava então D. Affonso II, successor do reino. Apenas ella se viu, porém, na presença do monarcha, deitou-se-lhe aos pés, e entre lagrimas pediu-lhe, não o perdão do amante, que estava presente, mas a sua condemnação e a sua morte pela força e deshonra que lhe fizera. O cavalleiro foi condemnado á morte. D Maria Paes Ribeira casou mais tarde com João Fernandes de Lima, fidalgo da Galliza, senhor d'uma grande casa. Sobre este assumpto escreveu o fallecido poeta João de Lemos um conto, que foi publicado no jornal *O Prisma*, de que extrahiu depois um drama em 4 actos, que se representou em 1845 em Coimbra no theatro academico de S. Paulo, sendo desempenhado pelos estudantes socios da Nova Academia Dramatica

**Paes de Sampaio** (*José*). Nasceu em Silgueiros, districto de Vizeu, a 12 de abril de 1824, fal. no Porto a 23 de fevereiro de 1874. Seguiu a carreira maritima, que deixou para se entregar á industria e ao commercio Foi chefe da secção de seguros de vidas no Banco União do Porto, dono d'uma padaria e d'uma fabrica de tabacos Escreveu: *Os meus queixumes*, Porto, 1853; *Os quatro sargentos da Rochella, por Clémence Robert*, traducção, Porto, 1854.

**Paes da Silva** (*Joaquim José*). Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, lente jubilado, etc. N. na freguezia de Correllos, no bispado de Vizeu, em 1 de julho de 1796, fal. em Coimbra a 15 de janeiro de 1874. Era filho de José Joaquim Paes da Silva, e de sua mulher, D. Maria Joaquina Paes do Amaral. Doutorou-se a 8 de junho de 1818. Foi collegial do collegio de S. Paulo, de Coimbra, desde 1826 a 1830, e entrando no magisterio, foi lente desde 1830 até 1834, sendo um dos lentes que n'este anno fôram demittidos por circumstancias politicas. Em 1843 tornou a ser admittido, e desde então nunca deixou de leccionar, até que se jubilou a 17 de outubro de 1863. Exerceu tambem o cargo de provedor da Misericordia de Coimbra, á qual prestou serviços importantissimos, principalmente como jurisconsulto, porque lhe fez ganhar um litigio valioso ácêrca da herança de Amaro Coutinho Pereira, que lhe era disputada por Joaquim Antonio Teixeira Barbosa. A Misericordia, agradecida por tantos e tão valiosos serviços, mandou

collocar na sua sala nobre o retrato a oleo do dr. Paes da Silva. Como o notavel jurisconsulto sempre se negasse a que lhe tirassem o retrato, e para que a Misericordia pudesse conseguir o seu intento, foi preciso que o artista incumbido d'esse trabalho estudasse bem a sua physionomia, sem que elle o soubesse, indo para esse fim encontrar-se disfarçadamente com elle nos passeios que frequentava, e particularmente no terreiro da Universidade. Foi tambem vogal da junta geral do districto de Coimbra, e na Universidade exerceu os cargos de conservador e de procurador geral da fazenda. Por decreto de 8 de agosto de 1850 foi nomeado membro da commissão encarregada de organisar o codigo civil. N'essa commissão trabalhou até ao fim, sendo um dos que receberam os agradecimentos da camara dos deputados, unanimemente votados na sessão nocturna de 22 de junho de 1867. Sobre este assumpto escreveu o dr. Paes da Silva um opusculo em 1859, com o titulo: *Observações sobre o projecto do codigo civil*, Coimbra, e outro em 1863: *Novas observações sobre o projecto do codigo civil.* Este ultimo valeu lhe um officio de louvor, com a data de 8 de abril do mesmo anno, do ministro da justiça Gaspar Pereira da Silva, participando-lhe que esse trabalho ia ser remettido ao administrador da imprensa da Universidade, para que se imprimisse á custa do Estado. Por decreto de 13 de novembro de 1866 foi agraciado com a carta de conselheiro. No *Conimbricense* de 17 de janeiro de 1874, publicou o fallecido jornalista Joaquim Martins de Carvalho um extenso artigo biographico, em que se lê este periodo: «Era um dos primeiros jurisconsultos portuguezes. De toda a parte do reino era consultado como oraculo da sciencia sobre numerosissimos e importantes processos que se intentavam. A sua autorisada opinião era tida na maior conta em todos os tribunaes.»

**Paes da Silva Junior** (*Joaquim José*). Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, e lente cathedratico aposentado. N. em Eiras, freguezia do concelho de Coimbra, a 25 de julho de 1832, fal. em Coimbra no mez de outubro de 1907. Era filho do notavel jurisconsulto, de quem falámos no artigo antecedente. Doutorou-se a 31 de julho de 1851, e foi despachado lente substituto extraordinario da sua faculdade em 21 de junho de 1858. Passou depois a lente cathedratico, e estava aposentado havia perto de 30 annos quando falleceu. Regeu durante muitos annos a cadeira de processos civis especiaes, summarissimos e executivos, processo commercial e criminal e pratica judicial e extra-judicial. Era do conselho de Sua Majestade; foi collaborador e depois um dos redactores da *Revista de legislação e de jurisprudencia*, importante jornal que se publica em Coimbra desde 1 de maio de 1868. Pertenceu a varias commissões de serviço publico. Desde 1851 até 1859 fez parte das mezas de exame de varias disciplinas do lyceu nacional de Coimbra. Em 1867 pertenceu á commissão especial junto do mesmo lyceu, creada para observar o andamento dos exames finaes e compôr um relatorio ácêrca do modo como os alumnos se apresentavam preparados, etc. Os serviços prestados por esta commissão constam do respectivo *Relatorio*, redigido por Joaquim Alves de Sousa, e impresso na typographia da Universidade em 1868. Fez egualmente parte d'uma commissão creada por decreto de 9 de agosto de 1866 para a reforma da administração dos campos do Mondêgo. No desempenho dos seus trabalhos fez esta commissão importantes propostas, algumas das quaes fôram attendidas no decreto de 26 de dezembro de 1867 que regulou a legislação relativa ao regimen do rio Mondego, seus affluentes e vallas, e revogou em grande parte a lei de 12 de agosto de 1856, que não havia correspondido aos benevolos intuitos dos seus autores. Tambem o dr. Paes da Silva Junior pertenceu á commissão creada pela lei do 1.º de julho de 1867 para a extincção dos pantanos e arrozaes no districto de Coimbra. Exerceu o cargo de presidente no Instituto de Coimbra, e o de presidente da Sociedade Philantropico-Academica da mesma cidade. O dr. Paes da Silva Junior era conhecido pelas gerações pelo *Paes Novo*, para assim o differençarem de seu pae, *Paes Velho*. Escreveu: *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na faculdade de direito* Coimbra, 1851; o enunciado d'esta dissertação é o seguinte: *Legitimação dos filhos adulterinos feita por subsequente matrimonio, e seus effeitos.* O dr. Manuel d'Oliveira Chaves e Castro, lente jubilado da Universidade, sendo discipulo do dr. Paes da Silva Junior, tomou nota das suas prelecções oraes, e as reuniu n'um volume, que publicou com o seguinte titulo: *Apontamentos sobre alguns processos summarios, summarissimos e executivos e sobre o processo para a exigencia dos creditos hypothecarios, creado pela lei hypothecaria de 1 de julho de 1863, colhidos em notas tachygraphicas da explicação do excellentissimo senhor dr. Joaquim José Paes da Silva Junior ao curso do 5.º anno juridico de 1864 a 1865 pelo seu discipulo Manuel de Oliveira Chaves e Castro*, Coimbra, 1865.

**Paes de Vasconcellos** (*João*). Coronel de cavallaria, governador da provincia de Cabo Verde, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz. N. a 22 de janeiro de 1839, fal. em 1895. Foi alumno do Real Collegio Militar, onde completou o curso, e assentou praça no regimento de cavallaria n.º 2, a 22 de junho de 1860, sendo logo reconhecido 1.º sargento aspirante. Cursou o 1.º anno da Escola Polytechnica, cujos exames fez no fim do anno lectivo. Matriculou-se então no 1.º anno do curso de cavallaria na Escola do Exercito, o qual concluiu no anno immediato. Foi promovido a alferes em 5 de dezembro de 1865, a tenente em 14 de fevereiro de 1872, a capitão n'este mesmo dia, do anno de 1877, a major em 11 de julho de 1888, a tenente-coronel a 3 de setembro de 1892 e a coronel a 12 de julho de 1894, commandando o regimento de cavallaria n.º 9. Esteve muitos annos em commissão no ministerio do reino, fazendo serviço na Guarda Municipal de Lisboa, no posto de capitão. Em 1881 foi nomeado governador da provincia de Cabo Verde, para onde partiu a 5 de julho d'esse anno, a bordo paquete da Mala Real Ingleza. Sendo major e tenente-coronel, exerceu varias commissões de serviço. Pouco tempo antes do seu fallecimento foi collocado na inactividade por causa d'uma grave doença que o assaltou, e que o obrigou a recolher ao hospital, onde morreu.

**Paes Velho** (*Guilherme Joaquim*). Nasceu em

Lisboa, sendo baptisado na egreja de S. Nicolau a 20 de fevereiro de 1718. Era descendente directo e legitimo do infante D. Duarte, irmão d'el-rei D. João IV, e de sua mulher, D. Maria de Lara. Não se conhece a data do fallecimento, mas suppõe-se que morreu em Angola, para onde, segundo parece, o mandaram servir militarmente no tempo d'el rei D. José I. A familia real não sabia como havia de tratar este seu incommodo parente, cuja situação estava mal definida, que D. João V tratava n'um alvará, que lhe dirigiu, por D. Guilherme Joaquim Paes Velho de Menezes Bragança e Portugal, e que el rei D. José mandava para Angola com o fim de o afastar para longe da côrte. Escreveu: *Tratado do ponto da honra, em que toda a pessoa que n'elle deseja especialisar-se encontrará fundamentos para exercitar-se em tão nobre como antigo costume, de quem deseja acompanhar se com tão louvavel virtude, etc.*, traducção, Lisboa, 1744.

**Paes Viegas** (*Antonio*) Cavalleiro da ordem de Christo, commendador da commenda de Santa Maria da Caridade, em Evora, alcaide mór de Barcellos, secretario d'el rei D. João IV, etc. N. no logar de Manjões, e fal. em Lisboa no anno de 1650. Era filho de Sezinando de Freitas Freire. Professou na ordem de Christo, e o duque de Bragança D. João o escolheu para seu secretario, consultando-o sempre nos assumptos mais importantes que tinha de resolver. Foi um d'elles a acceitação ou a rejeição da corôa de Portugal. Imaginavam os fidalgos que andavam conspirando, que era Antonio Paes Viegas quem mais influia para que D. João hesitasse em acceitar a corôa que lhe offereciam. Enganavam-se. Quando o duque, forçado a tomar um resolução definitiva, consultou o seu secretario, e este, em vez de lhe responder, perguntou-lhe que partido tencionava tomar, se a revolução rebentasse, o da Hespanha, ou o da patria, D. João redarguiu, que o da patria. Ao que Paes Viegas, replicou, que n'esse caso mais valia combater com a corôa na cabeça. Subindo ao throno o duque de Bragança, Antonio Paes Viegas continuou a desempenhar o cargo relativamente modesto de seu secretario. Escreveu a seguinte obra: *Manifesto do reino de Portugal, no qual se declara o direito, as causas e o modo que teve para eximir se da obediencia d'Elrei de Castella, e tomar a voz do Serenissimo D. João IV do nome, e XVIII entre os reis verdadeiros d'este reino*, Lisboa, 1611. No rosto traz um escudo das armas do reino, gravado a buril pelo artista portuguez Agostinho Soares Floriano. Dizem que ha uma traducção d'este *Manifesto* na lingua hollandeza, impressa em Amsterdam, por *C. F. natural de Portugal*, de que se conserva um exemplar na livraria do *Museu Britanico*, o qual serviu aos redactores do *Popular*, jornal publicado em Londres em 1825, para a traducção que do mesmo *Manifesto* imprimiram no tomo II, pag. 3 e seguintes. Escreveu mais: *Relação dos successos que as armas da Majestade d'Elrei D. João IV tiveram nas terras de Castella no anno de 1644 até á victoria de Montijo*, Lisboa, 1644; *Relação dos successos que nas fronteiras do reino tiveram as armas d'el-rei D. João IV com as de Castella depois da jornada de Montijo até o fim do anno de 1644*, Lisboa, 1645. Estas obras de Paes Viegas sairam sem o seu nome; sómente o traz a seguinte, escripta em castelhano: *Principios del Reyno de Portugal, con la vida y hechos de Don Alfonso Henriques su primero rey, y con los principios de los otros Estados christianos de Hespana*, Lisboa, 1611.

**Pafarrão**. Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Chancellaria, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

**Pagade**. Pov. na freg. do Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

**Paganino** (*Rodrigo*). Medico-cirurgião pela Escola Medico cirurgica de Lisboa, segundo official da secretaria do ministerio das obras publicas, sub-delegado de saude, escriptor, etc. N. em Lisboa a 2 de agosto de 1835, fal. em Carnide, no palacio do Sarmento, a 22 de setembro de 1863, contando apenas 28 annos de edade. Era filho de Rodrigo Botelho da Fonseca Pagauino, official da secretaria de Estado dos negocios da Fazenda. Frequentou com distincção o curso da Escola Medica, e foi nomeado em 1857 sub-delegado technico do conselho de saude, em que prestou relevantes serviços por occasião da epidemia da febre amarella, sendo condecorado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, pela coragem e dedicação humanitaria que manifestara n'essa epoca dolorosa. A camara municipal de Lisboa tambem lhe conferiu a medalha, por ella instituida, commemorativa dos serviços prestados em tão afflictiva situação. Dedicando se a assumptos litterarios e jornalisticos, fundou em 1857, juntamente com F. de Sequeira Barreto, o *Jornal de Bellas Artes*, de que foi um dos principaes redactores; em 1859, com Ignacio Francisco da Silveira da Motta e Antonio Pedro de Carvalho, fundou o *Archivo Universal, revista hebdomadaria*. Este semanario terminou em 1861, formando 4 volumes. Ali publicou muitos artigos assignados com o seu nome e outros anonymos, até que uma enfermidade aguda e perigosa, de que estivera a ponto de ser victima em fins de 1860, o impossibilitou de proseguir activamente n'aquella redacção. N'esses artigos contam-se os seguintes: *A união iberica, por Xisto Camara, versão litteral;* saiu no vol. I, n.º 6 a 13; extrahindo-se tambem exemplares em opusculos separados: *A Instrucção e o Clero*, no mesmo vol., n.º 12 a 16 e 19; *Romance d'um sceptico da aldeia*, no mesmo vol., n.º 20 e 21; *A proposito da missa do dia*, idem, n.º 22 a 24; *Sobre a organisação do serviço medico em Lisboa*, idem, n.º 24; *Os domingos de fóra da terra*, idem, n.º 25 e 26; *Os retratos da familia*, no vol. II, n.º 3 a 4; *O guarda do cemiterio*, idem, n.º 7, 8, 12 e 17; *Uma noite de serviço*, idem, n.º 25; *Como se realisa um casamento*, no vol. III, n.º 9 a 11; *A guerra aos melodramas*, idem, n.º 14; *Os Infantes improvisados, comedia em 1 acto, traduzida do verso hespanhol para verso portuguez*, no vol. IV, pag. 308 a 320; tambem se publicou em separado. Attribuem se-lhe as *Revistas semanaes*, insertas na mesma revista, com o pseudonymo de *Pedro Botelho*. Ao mesmo tempo collaborava em varios jornaes diarios ou semanaes, satiricos, politicos ou litterarios, como o *Peneireiro*, *O Progresso*, *A Opinião*, *O Panorama*, *O Portuguez*, *A Illustração Luso-Brazileira*, *O Rigoleto*, *A Revista de Lisboa*, *Theatros e Assembléas*, *Figaro á Lisbonne*, *Asmodeu*, *Archivo Pittoresco*, etc. N'este ultimo semanario publicou umas traducções de

*Chronicas do povo;* na *Illustração Luso-Brazileira*, entre outros escriptos, um conto que era uma reminiscencia da sua valiosa campanha contra a febre amarella; no *Panorama*, artigos de critica litteraria, entre os quaes se conta o que escreveu ácêrca do drama de Antonio de Lacerda, *Fazer fortuna*. Traduziu dramas e comedias, que se representaram no theatro de D. Maria II, como o *Luxo*, em 4 actos, *A Sobrinha do celibatario*, *Recordações de viagem*, comedias em 1 acto, etc. Escreveu um drama em 4 actos, original, *Os dois irmãos*, que se representou no theatro de D. Maria II, com grande exito, em 1862, e n'esse mesmo anno se publicou. Na *Gazeta Medica de Lisboa*, vol. VI, anno de 1858, inscriu o seu *Relatorio apresentado ao Conselho de Saude Publica, na qualidade de sub-delegado technico e clinico do mesmo Conselho no bairro d'Alfama, por occasião da febre amarella*. Em 1861 publicou os *Contos do tio Joaquim*, parte dos quaes já haviam sido insertos no *Archivo Universal*. Este livro teve a maior acceitação, sendo considerado a sua corôa litteraria. Mais tarde, teve outra edição, feita pela casa editora Antonio Maria Pereira, e figura com o n.º 15, na sua collecção de romances, contos, etc. Rodrigo Paganino, em 1862, foi ao concurso para segundo official do ministerio das obras publicas, e saiu despachado. A sua saude, cada vez mais debil, não lhe permittia continuar unicamente para viver com a sua penna e a sua clinica. Nada annunciava, porém, a sua morte proxima, e pelo contrario mostrava-se cada vez mais jovial, entrava com mais ardor nas pugnas litterarias e politicas, era um dos mais pontuaes convivas de Alexandre Herculano nos seus jantares dos sabbados na Ajuda, quando de repente deixou de apparecer. Estava perdidamente namorado d'uma menina e tencionava casar com ella. Frequentava a casa da sua noiva um primo absolutamente insignificante, mas que de um dia para o outro enriquecera, por lhe ter saido a sorte grande da loteria da Misericordia. A familia da noiva costumava ir para o campo para os lados do Poço do Bispo. Um anno fôram mais cedo, e Paganino, indo despedir-se da noiva á estação do caminho de ferro, prometteu ir vêl-a no domingo seguinte, porém ella instou com elle para que só fôsse d'esse domingo a oito dias, dizendo-lhe ser segredo e uma surpreza o motivo d'esse addiamento da sua visita. Paganino não insistiu, e foi no domingo indicado, e dizendo-lhe em casa que as senhoras tinham ido para a egreja, ali se dirigiu, e com a maior surpreza viu o casamento da sua noiva com o primo, a quem beneficiara a sorte grande da loteria. Rodrigo Paganino, no primeiro instante, sentiu faltar lhe a terra debaixo dos pés, um sabor sanguineo na bocca, e como faiscas chispando-lhe deante dos olhos. Depois soltou uma gargalhada sêcca, nervosa, estridula, gargalhada de ironia mortal, e nunca mais, senão muito de leve, e aos seus mais intimos amigos, falou d'aquella mulher, e no fim de quatro mezes falleceu em Carnide, onde fôra procurar allivios á sua enfermidade. Esta scena tragica é contada pelo seu intimo amigo, o escriptor e poeta Bulhão Pato, no seu livro *Sob os cypreste*s.

**Pagàre.** Pov. e séde da circumscripção do Buzi na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está comprehendida na concessão territorial da Companhia colonial do Buzi.

**Pagem.** Moço nobre collocado junto d'um senhor feudal para aprender o mister das armas. || *Pagem da lança*. Moço nobre que acompanhava o rei ou pessoa de gerarchia, e que na guerra levava a espada, a lança e o escudo do amo. A origem dos *pagens* é incerta e parece que este nome começou por designar um creado de condição inferior. Os primeiros pagens eram simples villões, addidos ao serviço da cozinha, da cavallariça ou do canil. Os *pagens do rei* appareceram com o rei de França, Luiz IX (S. Luiz), e é no seculo XIV que os pagens fôram escolhidos d'entre os moços da nobreza. Parece que o uso dos pagens em Portugal data de D. Affonso III que, sendo conde de Bolonha, em França, de lá trouxera o uso para a sua côrte, quando rei de Portugal. A instituição dos pagens caducou em Portugal, existindo ainda uma reminiscencia no cargo honorifico de moço-fidalgo. V. *Fidalgo*.

**Pagrane.** Localidade da Africa Oriental em Moçambique.

**Pagulani.** Terras da Africa Oriental, distr. de Inhambane.

**Pahuino.** Pov. da Africa Occidental, nas margens do rio Ogooé.

**Paiã** *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || Pov. na freg. de S. Lourenço, de Carnide, 3.º bairro de Lisboa. || Pov. na freg. do Espirito Santo, de Monsanto, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

**Paiá.** Medida de capacidade em Damão, equivalente a 3 póris das ilhas de Gôa.

**Paialvo.** V. *Payalvo*.

**Paião.** Logar e séde da freguezia do mesmo nome, da prov. do Douro, pertencente ao concelho e comarca da Figueira da Foz, districto e bispado de Coimbra. O logar, que se compõe de 153 fogos, dista da cidade da Figueira da Foz 12 k., communicando com esta pela estrada real n.º 78, e é um dos mais importantes, senão o mais importante do concelho. E' séde d'um partido medico municipal e d'um districto de Juizo de Paz; tem um notario privativo da freguezia e da freguezia de Lavos, que com aquella confina; tem duas escolas publicas, uma de cada sexo, duas pharmacias, um theatro, correspondentes de varios Bancos e casas bancarias, agentes de differentes companhias de seguros, muitos estabelecimentos commerciaes, alguns dos quaes muito importantes, notavel commercio d'algibebes, uma fabrica de tijolo e uma de cortumes. Tem uma feira nos segundos domingos de cada mez, uma philarmonica, um hotel, um talho onde se vende, pelo menos, uma vez por semana carne de vacca, de carneiro e de porco, e uma estação postal, que recebe e expede encommendas postaes, servida pela ambulancia postal de Oeste e pela estação telegrapho-postal da Figueira, sendo d'ali e para ali conduzida a correspondencia n'uma diligencia, que serve tambem ao transporte de passageiros. Além d'esta diligencia ha ainda outra, ás segundas e quintas feiras, para a mesma cidade e de que se utilisam os povos das duas freguezias de Paião e Lavos. A freguezia de Paião, que tem por orago N. S.ª do O', é das ruraes a mais importante de todo o concelho. E' constituida por 33 logares, e tem 1:450 fogo com

6:571 bab., sendo 3:167 do sexo masculino e 3:404 do feminino. Confina do nascente com as freguezias da Vinha da Rainha e Samuel, do concelho de Soure; poente com a freguezia de Lavos; norte com a de Villa Verde, da qual se acha separada pelo rio Mondego; e do sul com a freguezia do Louriçal, pertencente ao concelho de Pombal, já na provincia da Extremadura. Do mappa organisado em 1888, na conformidade do art.º 108 do regulamento de 25 d'agosto de 1881, consta que a freguezia do Paião tem inscriptos na matriz predial predios com o rendimento collectavel de 66:136$990 réis. E' atravessada ao meio pelo caminho de ferro de Torres á Figueira (linha d'Oeste), ficando lhe ao centro a estação da Telhada e nos extremos, a alguns passos dos seus limites, mas fóra d'estes, as estações do

Egreja de Paião.

Louriçal e Amieira, das quaes se utilisa. Tem, além das duas mencionadas escolas publicas no logar do Paião, mais quatro, tambem publicas, sendo duas, uma de cada sexo, no logar do Alqueidão, uma do sexo masculino no logar do Sobral, e outra do mesmo sexo no logar das Mattas. Esta ultima foi creada e dotada por um benemerito, nascido no mesmo logar e fallecido na cidade da Bahia, dos Estados Unidos do Brazil, em 8 d'abril de 1908, Manuel d'Oliveira Frazão, que, por testamento feito em 11 de fevereiro de 1903, deixou, para a escola e residencia do respectivo professor, uma excellente casa e quintal contiguo, que ha poucos annos tinha mandado construir para sua habitação e de sua familia, e mais 3:000$000 réis em ouro, moeda portugueza, para pagamento do ordenado ao professor.

Além da feira mensal que se faz no logar do Paião, tem ainda a freguezia uma outra em Ceiça, no ultimo domingo de cada mez. A freguezia do Paião formou com a de Lavos, até janeiro de 1854, o concelho de Lavos, extincto por decreto de 31 de dezembro de 1853, onde se perpetraram os grandes e numerosissimos crimes de que falam o conselheiro dr. Antonio Luiz de Sousa Henriques Secco nas suas *Memorias do tempo passado e presente para lição dos vindouros* e Joaquim Martins de Carvalho na sua obra *Os assassinos da Beira*. A freguezia pertencia ao padroado das freiras de Santa Clara de Coimbra, a quem competia a apresentação dos parochos, os quaes ainda hoje, por tal motivo, conservam o titulo de *vigario*, e foi creada em 1600, aproximadamente, sendo o seu primeiro parocho o licenceado Antonio da Costa, e havendo depois d'elle até ao actual 36 parochos. O templo, que actualmente serve de egreja parochial, é muito moderno, e o mais majestoso de todo o concelho, e foi edificado por iniciativa e pelo perseverante esforço do seu actual parocho conego-vigario dr. José Casaleiro Pratas; começou a sua construcção em 2 de fevereiro de 1896 e foi inaugurado em 6 de janeiro de 1902. A primitiva egreja parochial, de que já não ha vestigios, foi edificada em 1601 com os materiaes d'um outro templo, chamado a *egreja velha*, situado no logar do Negrote, mas que não passava d'uma capella filial da freguezia de Lavos, da qual foi a do Paião desmembrada. Houve n'esta freguezia um importante mosteiro, ultimamente da ordem de Cistér ou de S. Bernardo, e a principio de S. Bento, no sitio denominado Ceiça, junto e ao norte do caminho de ferro de Torres á Figueira, entre as estações do Louriçal e Telhado. A historia da fundação d'este mosteiro e da elegante capella, que lhe fica proximo e ao poente, acha-se envolvida em piedosas e interessantissimas lendas, que pódem lêr se na *Chronica de Cister*, *Monarchia Lusitana*, *Historia Maulianense*, etc. O mosteiro de Ceiça foi começado a edificar por D. Affonso Henriques e concluido por seu filho D. Sancho I. Aquelle entregou-o aos religiosos do convento de Lorvão por escriptura lavrada em 1175 da era de Christo, sendo abbade d'aquella casa D. Payo Egas; e D. Sancho, depois de o concluir, entregou-o aos religiosos de Cistér, em 1 de março de 1195 da mesma era, por escriptura feita ao abbade d'Alcobaça, que então era D. Mendo. O mosteiro e respectiva egreja, edificado por D. Affonso Henriques e D. Sancho, foi demolido, e em 1600 edificado outro, em seu logar, de maiores dimensões e mais majestoso, que se achava em perfeito estado de conservação por occasião da extincção das ordens religiosas, e do qual hoje apenas existe uma pequena parte, e está em ruinas. A primitiva ermida foi edificada no anno de 850 da era de Christo por D. João, abbade de Lorvão, irmão d'el rei D. Bermudo, o Diacono, filho bastardo de D. Fruela, irmão de D. Affonso, o Catholico, e foi reedificado por D. Affonso Henriques ou D. Sancho I por occasião da edificação do mosteiro; caiu em ruinas em 1590, e novamente foi reedificado em 1600, como se vê da data gravada na verga da porta principal. Acha se, ainda, em muito bom estado de conservação. A freguezia, antes da invasão do phyloxera, tinha uma opulenta producção vini-

cola, que exportava em grande escala não só para differentes pontos do paiz como para o Ultramar e para o estrangeiro, especialmente para o Brazil, e que constituia a sua mais importante riqueza. Repovoados os terrenos desvastados, já hoje tem uma producção, senão egual, pelo menos muito aproximada da antiga, porém muito menos compensadora, já pelos exiguos preços offerecidos pelos vinhos, já pelas mais avultadas despezas do cultivo Tambem tem a freguezia uma apreciavel producção d'arroz, cultivado nos vastos campos banhados pelo chamado rio do Pranto e pelos ribeiros seus affluentes; além d'estas producções são ainda dignas de registo as d'outros cereaes. O clima é temperado e salubre, ainda mesmo proximo dos terrenos a cultivo d'arroz, onde a mortalidade não é superior nem a longevidade inferior aos pontos mais afastados d'aquelles terrenos. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Arreigada, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

**Paiço**. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Avioso, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Barca, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Folgosa, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Lavra, concelho de Bouças, distr. do Porto.

**Paim**. Familia procedente do fidalgo inglez Thomaz Paim, que veiu para Portugal com a rainha D. Filippa, mulher de D. João I. As suas armas são: Escudo franxado de prata e negro, sendo os campos alto e baixo de prata e os das ilhargas de negro, e sobre elle um leão entrecalado dos mesmos esmaltes, armado de vermelho; timbre, o leão do escudo.

**Paim** *(D. Izabel Juliana de Sousa Coutinho Monteiro)*. Nobre dama, filha de D. Vicente Roque José de Sousa Coutinho de Menezes Monteiro Paim, moço fidalgo com exercicio no paço, e de sua primeira mulher, D. Thereza Vital da Camara Coutinho. N. em 1753, e fal. em 1793. Estava enamorada de D. Alexandre de Sousa Holstein, quando o marquez de Pombal a apeteceu para esposa de seu filho segundo, José Francisco de Carvalho Daun, e d'ahi se originaram differentes peripecias, que constituem um verdadeiro romance. Resistiu ella, mas o omnipotente ministro teimou e D. Vicente Paim, ou por ambição ou por fraqueza, obrigou a filha a esse matrimonio odioso. A 11 de abril de 1768, no oratorio da casa onde residia a avó da noiva, D. Maria Antonia de S. Boaventura e Menezes Paim, se realisou esse enlace na presença do reverendo Paulo de Carvalho e servindo de padrinhos o marquez de Pombal, então ainda conde de Oeiras, e seu filho mais velho, irmão do noivo, que já usava do mesmo titulo. D. Izabel, violentada mas sem fôrça para resistir á vontade paterna, pronunciou o sim sacramental, mas nunca consideron seu marido, antes pelo contrario afastou constantemente de si o homem a quem a tinham ligado. Fôram baldados todos os esforços que principalmente a avó e uma tia da noiva, D. Leonor de Portugal, empregaram para que D. Izabel acceitasse a posição a que a tinham levado violentada, ella a tudo resistiu, e foi tal a decisão que mostrou, que afinal todos se convenceram, de que era inutil continuar n'essas diligencias. A 15 de agosto de 1771 a filha de D. Vicente Paim foi recolhida no mosteiro de St.ª Joanna, e o marquez de Pombal tratou de annular o casamento do filho para depois o casar, sem lhe importar quanto havia de escandaloso n'este proceder, com uma senhora da familia dos Tavoras. E' tão curiosa a petição do marquez de Pombal que, apezar de muito extensa, a transcrevemos: «Ex.mo e rev.mo sr. Dizem os marquezes de Pombal que, havendo se celebrado o matrimonio de seu filho José Francisco de Carvalho e Daun com a senhora D. Izabel Juliana de Sousa no dia 11 de abril de 1768, em cujo dia o dito esposo contava quatorze annos e dez dias de edade, e a dita esposa mais um anno, por haverem os supplicantes crido com boa fé, que a mesma esposa deliberadamente e de boa vontade casava com o filho dos mesmos supplicantes com o mesmo contentamento, com que seu pae o senhor D. Vicente de Sousa Coutinho, sua avó a senhora D. Maria Antonia de S. Boaventura e Menezes, sua tia a senhora D. Leonor de Portugal, e todos os mais senhores seus proximos parentes concorreram para o contrato e celebração do referido matrimonio, sem que aos mesmos supplicantes passasse pela imaginação, que no sexo e nos tenros annos da dita senhora esposa conhesse o fingimento de uma vontade que não tinha de contrair o sobredito matrimonio. Vieram depois da celebração d'elle a ser informados muito a seu pezar de factos taes e tão inopinados, como são os seguintes: Primeiro facto.—Que a dita senhora esposa logo que foi ajustado o referido matrimonio, mostrou a elle uma tal repugnancia, que sendo successivamente instada pelas ditas senhoras sua avó e tia, ao fim de alcançarem d'ella o seu consentimento, e chegando a desenganar-se no tempo mais proximo ao dito matrimonio, de que todas as suas instancias tinham sido e seriam inuteis para vencerem a repugnancia da mesma senhora sua neta e sobrinha se auxiliaram então para a reduzirem dos bons officios do padre fr. Manuel de S. Boaventura, religioso carmelita descalço; o qual ficou successivamente trabalhando em tal fórma, que até á vespera, até á mesma manhã, e até á mesma hora da celebração do dito matrimonio esteve o dito religioso incessantemente ponderando á dita senhora esposa as graves consequencias que lhe resultariam de manifestar em publico a sua dita repugnancia, na mesma hora do recebimento com desar de todos os parentes que se achavam já n'aquella hora juntos, para assistirem ao acto da celebração do mesmo matrimonio, e com uma escandalosa desobediencia ás ordens de seu pae e da dita senhora sua avó Segundo facto:—Que havendo a dita senhora esposa mostrado n'aquelle aperto, em que a puzeram, que prestava o seu consentimento ao matrimonio por ella celebrado na mesma interior obstinação da sobredita repugnancia, não só passou esta a manifestar-se desde o mesmo dia das bençãos nupciaes cada hora mais descobertamente, mas veiu tambem a converter se no mortal, e implacavel odio contra a pessoa do seu referido esposo, que foi presenceado por todas as pessoas de familia da casa, e pelas que n'ella costumavam ter entrada; vendo a dita senhora esposa tratar o dito seu esposo com desabrimentos os mais estranhos, e vendo-a sempre fugir da sua companhia e de todos os actos d'aquella união ainda exterior, que o vinculo matrimonial faz mais indispensaveis. Ter-

ceiro facto: - Que aquelles estranhos desabrimentos, aquelles actos externos de aversão, e aquelles desvios da dita senhora esposa passaram do escandalo particular dos parentes, dos familiares, e dos conhecidos da sua casa, a constituirem um escandalo publico em toda a côrte e cidade de Lisboa. Quarto facto:—Que pelo espaço de tres annos e quatro mezes que decorreram desde 11 de abril de 1768 em que a dita senhora se recebeu até 15 de agosto de 1771 em que foi recolhida no mosteiro de Santa Joanna havendo sido successivamente persuadida e admoestada com as razões mais christãs e mais prudentes, por seu proprio pae, pela dita senhora, proximos parentes de ambas as familias, todas estas diligencias fôram inuteis porque não produziram outros effeitos que não fôssem, primeiro: mostrar a dita senhora cada dia mais rebelde e mais obstinada a inflexibilidade do referido odio; segundo: excogitar novos pretextos para apartar de si o dito seu esposo, de sorte que não pudesse com elle juntar-se, chegando a dizer que seria muito util, que antes d'isso fôsse viajar alguns annos pelos paizes estrangeiros; terceiro: chegar a alienar se até aos excessos de se dizer que cosia os lençoes da cama e punha barreiras entre o seu logar e o do seu referido esposo para que a ella não pudesse chegar. Quinto facto:—Que nas referidas circumstancias vendo-se o dito esposo em annos tão juvenis e verdes, provocado com tantos e tão iuauditos insultos contrarios a todos os direitos, e vendo-se opprimido ao mesmo tempo pelo respeito dos supplicantes para não poder tomar dos mesmos insultos a satisfação que se devia a si mesmo, não pôde deixar de conceber contra a dita senhora sua esposa outra versão correspectiva do odio que ella lhe tinha, para lhe ser muito penoso o seu mallogrado consorcio e para aborrecer a sua companhia, de sorte que até buscava pretextos para não ir só com ella na mesma carruagem, quando á noite costumavam sair da casa dos supplicantes seus paes. Sexto facto:—Que com todas as sobreditas causas foi e é constante entre os proximos parentes, entre os domesticos e entre as pessoas, que teem conhecimento da casa dos sobreditos esposos que o dito matrimonio, que entre elles se celebrou, nem foi até agora consummado, nem ha esperança alguma prudente de que o venha a ser. N'estes tão desagradaveis e tão urgentes termos não podia permittir nem a religião, nem a decencia dos supplicantes, que deixassem de preeaver (em quanto n'elles estava) os perigos espirituaes e corporaes, que em taes casos se costumam seguir dos matrimonios ratos e não consummados, ainda quando são verdadeiros matrimonios celebrados com o livre consentimento que no caso presente se vê que não houve da parte da dita senhora esposa: porque além de estar esta fingindo e simulando um tão sagrado sacramento, são bem conhecidos os gravissimos perigos, que se costumam seguir assim de se conservarem similhantes conjuges desesperados por odio na mesma casa entre tão implacaveis discordias, como de viverem em um consorcio que só é apparente sem que o referido odio reciproco os deixe usar do matrimonio. Com estes urgentes motivos tomaram pois os mesmos supplicantes o expediente de fazerem separar os sobreditos seu filho e nóra até buscarem recurso competente, mandando interinamente debaixo de pretextos decorosos o primeiro para a Universidade de Coimbra e a segunda para o convento de Santa Joanna de Lisboa. E porque os supplicantes para o fim de impetrarem da sé de apostolica a declaração da nullidade do dito matrimonio necessitam de justificar os seis factos acima deduzidos, procedendo V. Ex.ª ás perguntas dos referidos conjuges sobre a consummação ou não consummação do referido matrimonio entre elles fingido, passando a inquerir sobre os seus factos as testemunhas que d'elles tem melhor informação e expediudo se lhe de tudo instrumento em fórma authentica e provante. Pedem a V. Ex.ª lhes faça mercê deferir-lhes na fórma que requerem. E. R M.—Marquez de Pombal - Marqueza de Pombal.» Despachada favoravelmente esta petição, fôram ouvidas muitas testemunhas e os dois conjuges, contando se entre aquellas grande numero de creados e familiares e ao mesmo tempo pessoas de posição elevada e que exerciam cargos importantes na côrte. D. Izabel quando foi interrogada disse: que nunca teve vontade de casar com o ex.mo José Francisco de Carvalho e Daun, e esta repugnancia a manifestou sempre constantemente até ao ponto da celebração do matrimonio, a todos os seus parentes e familiares principalmente a sua avó, a ex.ma D. Maria Antonia de S. Boaventura, e a sua tia, a ex.ma D. Leonor de Portugal, e tambem a significou a seu mesmo pae d'ella depoente em uma carta que lhe escreveu a França, onde se acha residente como embaixador de S. M. F., os quaes todos trataram sempre de a persuadirem e reduzirem a que quizesse casar com o dito seu esposo, representando lhe umas vezes os grandes interesses que se lhe seguiam d'este casamento, e outras os grandes inconvenientes que resultariam se n'elle não consentisse; de tal sorte que vindo elles a conhecer pela experiencia do tempo que eram inuteis e escusadas todas as diligencias porquanto ella estava firme na sua vontade de não casar com o dito seu esposo, se valeram da industria do padre Fr. Manuel de S. Boaventura, religioso carmelita descalço, para que a convencesse e reduzisse ao que a dita sua avó e tia tanto desejavam que era o tal casamento, o qual religioso por muitas vezes instou com varias razões a que désse o seu consentimento, principalmente na vespera do dia em que se haviam de celebrar as nupcias e ainda no mesmo dia e hora em que estavam já juntos todos os parentes de uma e outra parte, vendo-a chorar muito e que estava na resolução de negar o seu consentimento se esforçou muito em convencer que se o não prestasse, se lançava a perder e haveria grandes desgostos Pelo que ella muito afflicta e cheia de temor se não atreveu a declarar no acto da celebração do dito matrimonio que não consentia n'elle; mas depois d'esse acto mostrou sempre constantemente a todos os seus parentes e familiares a sua repugnancia, a qual foi sempre bem conhecida de todos e que aquelle consentimento que dera não fôra livre e voluntario, mas muito violento e coacto, vingada do temor e medo em que a tinham posto os ditos seus parentes das razões com que a pretendera convencer o dito religioso, ás quaes ella não sabia responder pela sua edade e fragilidade do seu sexo Foi assim que D. Izabel respondeu emquanto ao pri-

meiro facto, e para que se conheça bem como foi realisado esse casamento, transcreveremos tambem o que sobre este ponto depoz o filho do marquez de Pombal. Disse elle que: logo nas primeiras vezes que a visitou e falou com ella conheceu a sua pouca satisfação do referido casamento, por não experimentar n'elle aquellas demonstrações de amor que esperava e que costuma haver entre esposos, o, que então attribuiu a pejo e cobardia e a sua tenra edade, mas continuando depois por longo espaço de tempo, que mediou até que se receberam, a experimentar na dita sua esposa um grande desagrado e aversão, elle depoente se desgostou muito do mesmo casamento, mas pelo grande respeito que tem aos ex.mos supplicantes seus paes, e tambem pela esperança de que ella havia depois de recebidos mudar a má vontade que mostrava, e que lhe teria aquelle amor que é natural entre casados, não se atreveu a contradizer ou oppôr-se ao dito casamento. José Francisco quando casou tinha feito poucos dias antes quatorze annos, como fala pois no *longo espaço de tempo* em que reconheceu antes da celebração do matrimonio que a futura noiva lhe não tinha amor algum ou segundo as proprias palavras d'elle tinha pouca satisfação d'esse casamento? E' impossivel não vêr que essa união não passava de um calculo interesseiro do grande estadista, que cego talvez pelo amôr de pae fechava os olhos para não vêr as consequencias desastrosas de um enlace fôrçado, e em que a noiva se na hora solemne e deante do altar não declarou, terminantemente, que estava ali violentada, foi porque sabia até onde chegava a omnipotencia do valido de D. José, omnipotencia que a avó, a tia e o padre carmelita não deixaram até ao ultimo momento de lhe pôr deante dos olhos. Concluido o processo solicitou o marquez de Pombal da curia a annullação do casamento, e tendo o pontifice nomeado o cardeal patriarcha Saldanha, o cardeal Cosme da Cunha e o nuncio para serem juizes n'este litigio, proferiram elles a 16 de julho de 1772 a sentença declarando nullo o casamento do filho de Sebastião José de Carvalho com D. Izabel Paim. Não se contentou a avó de D. Izabel com o supplicio que lhe havia imposto, e irritada, por vêr que não tinha podido vencer a neta, dirigiu a el rei o seguinte requerimento: «Senhor. Diz D. Maria Antonia de S. Boaventura e Menezes que, tendo seu filho D. Vicente de Sousa Coutinho a certa e infeliz noticia que se tratava de annullar o matrimonio que havia contraido sua filha D. Izabel Julianna de Sousa com José Francisco de Carvalho e Daun, filho dos marquezes de Pombal, e reconhecendo que a nullidade do dito matrimonio foi originada pelo perverso animo da dita sua filha: ordenou á supplicante em carta de 22 de junho do presente anno que, declarado nullo o dito matrimonio supplicasse de V. M. a graça de mandar recolher a dita sua indigna filha e neta da supplicante em um convento por toda a vida com prohibição de falar a pessoa alguma de fóra do mesmo convento. E porque se acha effectivamente declarado nullo o dito matrimonio por sentença dos juizes apostolicos para esse effeito nomeados pelo Santo Padre com inconsolavel e perpetuo desgosto da supplicante e de seu filho: Recorre a mesma supplicante em seu nome e do dito seu filho a V. M. para que, por sua sensata piedade, se digne ordenar que a dita sua indigna neta seja logo transportada do convento de Santa Joanna, onde interinamente foi recolhida, para um remoto convento de apertadissima reclusão qual a V. M. parecer e que ahi fique por toda a vida inclusa com prohibição de falar ou communicar com pessoa alguma externa verbalmente ou por escripto, e que assim se lhe intime e á prelada do mesmo convento para que lhe não permitta communicação alguma sob pena de incorrer no real desagrado de V. M. Pede a V. M. se digne por sua real piedade remediar a triste situação da supplicante e seu filho com a providencia que imploram, que ainda é diminuto castigo ao que merece a perversa indole da dita sua indigna neta e limitada satisfação ao pezar com que a supplicante e o dito seu filho vêem desfeita uma alliança em que tanto interessavam para o maior esplendor da sua descendencia. Assigna a supplicante reverentemente a presente supplica. E. R. M — D. Maria Antonia de S Boaventura e Menezes.» O despacho, como era natural, não se fez esperar, e em 18 de julho ordenava D. José, ou o marquez de Pombal, que D Izabel fôsse removida para o convento do Calvario de Evora, e que n'elle ficasse reclusa até que o pae dispuzesse d'ella, com prohibição de falar ou communicar com pessoa alguma externa verbalmente ou por escripto na fórma que requerera a veneranda avó. Terminava o decreto mandando guardar na Torre do Tombo todos os documentos que se referiam á annullação do casamento de D. Izabel. A nobre dama foi effectivamente levada para o citado convento, onde se conservou encerrada até á morte d'el-rei D. José e queda do marquez de Pombal. Alcançando então a liberdade, pôde ligar se ao homem que amava, e a quem dera provas tão notaveis de constancia. O seu casamento com D. Alexandro de Sousa Holstein realisou-se a 27 de junho de 1779, e o filho primogenito d'essa união foi o grande estadista duque de Palmella. D. Izabel Coutinho Paim veiu a ser a bisavó da sr.ª duqueza de Palmella ha pouco fallecida. Sobre este facto historico escreveu o sr. Marcellino de Mesquita um drama em 4 actos e 7 quadros, intitulado *Sempre-noiva*, que se representou no theatro de D. Maria II em 1900, sendo publicado n'esse mesmo anno. Veja se a obra *Vida do duque de Palmella, D. Pedro de Sousa e Holstein*, por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, Lisboa, 1898.

**Paim** *(Roque Monteiro)*. Commendador de Santa Maria de Campanhã no bispado do Porto, da ordem de Christo; doutor em Direito civil pela Universidade de Coimbra, secretario de estado do expediente e mercês d'el-rei D. Pedro II, e seu grande valido; senhor da Honra d'Alva, da Villa do Canno, dos Reguengos d'Agrella e Maia; conselheiro da fazenda de capa e espada; desembargador extravagante da Casa da Supplicação, etc. N. em Lisboa a 25 de maio de 1643, fal. a 24 de junho de 1706. Era filho de Rodrigo Fernandes Monteiro, desembargador do paço e juiz de Inconfidencia e Coutadas d'el-rei, e de sua mulher, D. Constança Paim. Estudou na Universidade, onde se doutorou, conforme dissémos, regendo depois algumas cadeiras, e entrando na carreira da magistratura esteve na Relação do Porto, d'onde passou á Casa da Supplicação em 1666.

Deixando a magistratura por ordem de D. Pedro II, foi por elle nomeado seu secretario e juiz da Inconfidencia, conselheiro da Fazenda, ouvidor da Casa de Bragança, e por varias vezes serviu os cargos de secretario de Estado, mercês e assignatura. Casou com D. Joanna Francisca de Menezes, filha de Lourenço de Mello da Silva de Mesquita, senhor do Couto de Lagiosa e da casa e morgado da Amoreira e Outiz, e de sua mulher D. Bernarda Michaela da Silva. D'este matrimonio, entre outros filhos, houve D. Constança Monteiro Paim, administradora do morgado d'Alva, e casou com D. João Diogo de Sousa d'Athaide, 1.º conde d'Alva, e D. Maria Antonia Monteiro Paim, administradora do referido morgado, como successora de sua irmã; casou com D. Rodrigo de Sousa Coutinho, 2.º filho dos 10.os condes de Redondo, Fernão de Sousa e D. Luiza Simôa de Portugal. Roque Monteiro Paim deixou publicada a seguinte obra: *Perfidia judaica, Christus vindex munus principis, Ecclesia Lusitanae ab apostatis liberato*, discurso juridico e politico, Madrid, 1671. Era uma violentissima invectiva, em que o autor pretendia a total exterminação da raça hebréa, escripta na occasião em que o desacato perpetrado na egreja de Odivellas em 10 de maio de 1671, trazia alvorotados os animos devotos, que pretendiam á fôrça imputar aquelle attentado aos christãos novos.

**Paim** (*D. Vicente Roque José de Sousa Coutinho Monteiro*). Moço fidalgo com exercicio no paço; gran-cruz da ordem de S. Bento de Aviz, commendador da de Santa Maria de Campanhã, no bispado do Porto; de Santa Maria de Gimonde, no bispado de Miranda; de S. Pedro das Comedeiras, do logar dos Trinta, no bispado da Guarda, todas na ordem de Christo; alcaide-mór de Rio Maior na ordem de S. Bento de Aviz; senhor do morgado d'Alva, donatario da terra da Villa de Caim e seu padroado; padroeiro das egrejas de S. Miguel de Mamouros, de Santa Maria de Pequim e de S. Martinho d'Alva. N. em Lisboa a 28 de dezembro de 1726, fal. em Paris a 8 de maio de 1792. Era filho de Rodrigo de Coutinho Castello Branco e Menezes, e de sua mulher D. Maria Antonia de S. Boaventura de Menezes Paim. Serviu no exercito como capitão do regimento de dragões de Chaves, foi enviado extraordinario na côrte de Turim, e depois embaixador em Paris. Durante 21 annos seguiu a carreira diplomatica, em que prestou relevantes serviços, tendo em premio a posse das commendas e padroados acima descriptos d'alguns dos quaes era usufructuaria sua mãe por mercê régia. Teve a mercê de seis moios de terra no Lezirão das Atalaias, nos campos d'Azambuja, cuja mercê passou depois a seu filho, o 3.º conde d'Alva e 1.º marquez de Santa Iria. D. Vicente Paim era ministro em Paris quando rebentou a grande revolução, a cujos principios assistiu, e teve de ser o agente da politica dubia de Luiz Pinto de Sousa Coutinho, que chegou a fazer com que o principe regente D. João não respondesse á carta em que Luiz XVI participava que jurára a Constituição. D. Vicente Paim estava, por assim dizer, n'uma posição melindrosa, e tinha de se conservar afastado de todo o movimento da politica franceza. Conseguiu, no entretanto, saber que o Club dos Jacobinos enviára para Portugal em missão secreta Laclos e outro para fazerem propaganda de idéas revolucionarias, e assim o participou ao seu governo. O intendente da policia Pina Manique tomou logo as precauções precisas. D. Vicente Paim casou duas vezes: a primeira, a 14 de maio de 1750, com D. Thereza Vital da Camara Coutinho, que fal. a 26 de dezembro de 1753, filha de Luiz Gonçalves da Camara Coutinho, moço fidalgo, senhor de varios morgados, alcaide-mór de Torres Vedras, etc., e de sua mulher D. Izabel Libania de Mendonça. D'este matrimonio houve uma unica filha, que foi D. Izabel Julianna de Sousa Coutinho Monteiro Paim (V. *este nome*). Passou a segundas nupcias a 27 de maio de 1773, com D. Luiza Ignez Izabel de Montboissier Beaufort de Canilliac, que fal. em Paris a 19 de janeiro de 1792, filha dos condes de Canilliac. D'este segundo matrimonio nasceu D. Luiz Roque de Sousa Coutinho Monteiro Paim, 3.º conde d'Alva e 1.º marquez de Santa Iria (V. *este titulo*). Conta-se que foi o marquez de Pombal quem obrigou D. Vicente Paim a contrair segundas nupcias, para d'este modo se vingar de sua filha D. Izabel, privando-a da herança paterna.

**Paim de Bruges** (*Pedro Alvares da Camara*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Angra do Heroismo a 1 de agosto de 1872, fal. a 10 de março de 1910. Era filho de Theotonio Simão Paim de Bruges, governador civil d'este districto, e descendente dos nobres fidalgos d'este appellido. Formou-se em 1895; fez concurso para delegado do procurador regio e conservador em Lisboa em 1896, obtendo a classificação de muito bom. Estreou-se no fôro, nas ferias do 4.º para o 5.º anno juridico, defendendo uma ré accusada do crime de infanticidio no tribunal da comarca de Angra do Heroismo. No tribunal da Boa Hora, de Lisboa, em 1904, defendeu em audiencia de jury, um réo que foi absolvido, merecendo n'essa occasião as mais elogiosas referencias de toda a imprensa da capital. Em 1909 foi nomeado notario, fazendo em 1900 o exame a que por lei era obrigado. Foi vice-presidente da camara municipal de Angra do Heroismo de 1899 a 1901, e depois, de 1905 a 1908, em que foi nomeado presidente, cargo que exerceu até que falleceu. A sua morte foi muito sentida; o funeral constituiu uma imponente manifestação de pezar, porque o dr. Pedro Paim era muito estimado e considerado. Militava no partido progressista.

**Primoure.** Pov. na freg. de Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, districto de Braga.

**Painça.** Povoações nas freguezias: S. Gabriel, de Granja de Ulmeiro, conc. de Soure, distr. de Coimbra. ‖ S. Thiago, de Figueiró do Campo, do mesmo conc. e districto.

**Painçaes.** Povoações nas freguezias: S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. ‖ Santo André, de Lever, conc. da Feira, distr. de Aveiro. ‖ Santa Leocadia, de Macieira de Lixa, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. ‖ S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. ‖ S. Thiago, de Sabariz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. ‖ S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. ‖ Santo Adrião e conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Painçães**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Lavradas, conc de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

**Painçal** Povoações nas freguezias: S. Jorge, de Airó, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S Miguel, de Barrio, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr de Vizeu. S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, conc de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

**Painho** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Figueiros, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, concelho da Certã, distr. de Castello Branco.

**Painzella**. Pov. na freg. de Santo André, da prov. do Minho, conc. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 178 fog e 765 hab. Tem esc. do sexo masc e est. post. A egreja parochial dista 10 k da séde do conc O abbade de Santa Senhorinha, de Basto, apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil, tem bom vinho, muito gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

**Paio**. Monte na ilha de S. Miguel, Açôres.

**Paio** *(S.)* Santo portuguez, natural de Coimbra, segundo as melhores opiniões. Foi um dos martyres de Cordova. Tinha apenas 13 annos de edade quando morreu pela fé, depois de ter estado preso por tres annos, no dia 26 de junho de 925.

**Paio** *(S Fr.)*. No *Mappa de Portugal*, diz João Baptista de Castro que este santo foi natural de Coimbra, sendo um dos primitivos religiosos da ordem dominicana em Portugal e o seu primeiro prior. Prégou e doutrinou com grande fructo dos que o ouviam, e com grande zelo da honra de Deus Foi tambem em Coimbra em 1240. A terra da sua sepultura fez um evidente milagre na fundição d'um sino, para o qual faltando metal, estando o mais derretido para se lançar nas fôrmas, cresceu tanto a liquida massa que, saindo perfeitamente o sino dos moldes, ainda sobejaram 20 arrobas e 24 arrateis. Persevera hoje este sino no convento novo, vendo-se n'elle o metal arenoso da mistura da terra, sem que por isso tenha mau sonido e antes, quando toca, produz um tom grato e harmonioso ao ouvido

**Pato Allonso** Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de Pondras, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real

**Palo Calvo** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Palo Mendes**. Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. da Extremadura, conc de Ferreira do Zezere, com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarchado de Lisboa Tem escolas d'ambos os sexos, est post, agente da companhia de seguros *Portugal*. Pertence á 5.ª div. mil e ao distr. de recrut e res n.º 15, com a séde em Thomar; 193 fog e 816 hab. A pov está situada n'um alto, em terreno aprazivel e fertil, a 5 k. de distancia da séde do conc. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé de altar. A pov. foi fundada no seculo XII por D. Paio Mendes, mestre da ordem do Templo, que lhe deu foral, e de quem tomou o nome. Até 1311 foi commenda d'esta ordem, e de 1319 até 1834 da ordem de Christo.

**Paio de Pelle**. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc de V. N. da Barquinha, com. da Gollegã, distr. de Santarem, e da prelazia de Thomar, hoje annexa ao patriarchado de Lisboa; 323 fog. e 1:416 hab. Está situada junto da margem do rio Tejo, ficando-lhe ao S a ribeira de Tancos Fica entre o castello de Zezere, cujas ruinas ainda se vêem, e o de Almourol. Tem est. post, esc do sexo masc., est. do caminho de ferro na linha de leste, entre a do Entroncamento e o apeadeiro de Tancos; serração de madeira e fabrica a vapor, differentes estabelecimentos, etc A séde d'esta freg. é na aldeia da Praia, onde ha uma estrada real, que a communica com a Barquinha e Constancia, Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 120 alqueires de trigo, 60 de cevada, 1 pipa de vinho, 8 cantaros e meio de azeite, e 48 arrateis de cêra. A pov. é muito antiga D. Affonso Henriques doou a aos Templarios, e foi commenda d'esta ordem até 1311, e de 1319 até 1834 da ordem de Christo. D. Gualdim Paes, grão-mestre da ordem, construiu o castello, e deu foral á villa em 1180. El-rei D. Manuel deu-lhe tambem foral, em Evora, a 22 de dezembro de 1519, chamando-lhe *Pay Pelle*, que parece ter sido o primitivo nome da villa. Foi alcaide-mór e senhor do castello de Paio de Pelle D. Francisco Mascarenhas, por casar com D. Joanna Coutinho de Noronha, descendente de Gonçalo Vaz Coutinho, tronco da familia dos marquezes de Marialva. Por falta de successão passaram os bens e rendas da casa Marialva para a dos condes de Cantanhede, pelo casamento de D. Catharina Coutinho, com D. Antonio Luiz de Menezes, que foi o 3.º conde de Cantanhede e 1.º marquez de Marialva Paio de Pelle foi séde de concelho, com camara, juiz ordinario e mais empregados. A egreja matriz é muito antiga, e calcula se que fôsse fundada por D. Gualdim Paes, em 1180, quando construiu o castello. O territorio da freg. é muito fertil em todos os generos agricolas. Cria muito gado, e os dois rios que ali correm fornecem bastante peixe. A freg foi annexada ao conc. da Gollegã por decreto de 11 de novembro de 1895, que aboliu o de V. N. da Barquinha, mas voltou a este, quando se restaurou pelo decreto de 13 de janeiro de 1898.

**Paio Pires** *(Aldeia de)*. V. *Portugal*, vol. I, pag. 180.

**Palões**. Pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Moiro, concelho de Cintra, distr. de Lisboa.

**Paiol**. Pov. na freg de N. S.ª dos Prazeres, de Aldeia Gallega da Merceana, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Palrezes** Pov. na freg. de S. Vicente, de Chã, concelho de Montalegre, districto de Villa Real.

**Palria**. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem

**Pairo** Pov. na freg. de Santa Marinha, de Oriz, concelho de Villa Verde, districto de Braga.

**Paiva** Familia antiquissima, cujas armas são as seguintes: Em campo azul tres flôres de liz de ouro, postas em banda; timbre, uma aspa carregada d'uma flôr de liz do escudo.

**Paiva** *(Adolpho de Paiva Pereira, 2.º visconde de).* Moço fidalgo com o exercicio na Casa Real; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, addido á legação de Paris, como segundo secretario. Era filho do 1.º barão e 1.º visconde de Paiva, Francisco José de Paiva Pereira, e de sua mulher, D. Carlota d'Oliveira Maia. O titulo foi renovado por decreto de 12 de dezembro de 1862.

**Paiva** *(Antonio de).* Pintor do tempo de D. João IV, fallecido em 1650.

**Paiva** *(Antonio).* Compositor de musica, que viveu no seculo XVI.

**Paiva** *(Antonio José de).* Musico muito apreciado, professor de piano e de violino. Era natural de Braga, e falleceu no Porto em 1852, com pouco mais de 60 annos de edade. Exerceu a sua profissão em Braga até á edade de 30 annos, sendo sempre muito considerado. Era filho de Fernando José de Paiva, professor de musica, e de sua mulher, D. Maria do Carmo. Estabeleceu-se depois no Porto, e alguns annos foi primeiro fagotte na orchestra do theatro de S. João. Escreveu duas missas a quatro vozes e orchestra, e varias outras pequenas composições, entre ellas uma *Cantata* para a festa dos Reis Magos, que é muito apreciada em Braga.

**Paiva** *(Arthur de).* Coronel do exercito africano N. em Leiria, e falleceu em outubro de 1900. Assentou praça de voluntario em 1871 no 7.º de caçadores, sendo promovido a alferes em 1880, a tenente em 1883, a capitão em 1889, a major, por distincção, em 1890, a tenente-coronel em 1895, e a coronel em 1897. Fez toda a sua carreira militar no continente africano, no exercito activo, ou em missões importantes de que foi encarregado, e em que sempre se houve distinctamente por uma conducta irreprehensivel, severa probidade, grande bravura, provando as suas aptidões excepcionaes, profundo conhecimento da tactica africana, perigos astucias, cousas imprevistas d'estas guerras terriveis no interior do continente negro. O coronel Arthur de Paiva representou um papel importante em todas as campanhas da provincia de Angola, desde que assentou praça, em 1871, entrando nas guerras nos districtos do Duque de Bragança e d'Ambaca; em 1883 assistiu á campanha de Jau, em 1885 á do Tinde, em 1886 e 1889 nas do Cubango, em 1890 e 1891 á guerra com o sóba do Bihé, ao lado do capitão Couceiro, que pertencia á expedição que partira de Lisboa. Os triumphos alcançados sobre os revoltosos pelas forças portuguezas fôram completos, figurando no primeiro plano os dois bravos militares, Paiva e Couceiro, que tinham então o posto de capitão. A expedição teve de luctar com as forças indigenas, que se oppuzeram á sua marcha. Depois da travessia de Capello e Ivens realisada em 1884, estava determinado o caminho entre as duas costas e conhecidos os pontos que convinha ser occupados pelo governo portuguez. Foi assim que o governo portuguez tratou de organisar uma expedição que occupasse o Baroce, estabelecendo um posto militar em Libonta, e estendendo a sua influencia pelos seguintes pontos: Sena, Tete, Zumbo, margens do Cuando e do Cuito, forte *Princeza Amelia*, na margem do Cubango, que já fôra occupado por Capello e Ivens em 1884. O conflicto que se levantou entre Portugal e Inglaterra, por causa da creação do districto do Zumbo, veiu embaraçar o proseguimento d'esta expedição. O capitão Couceiro fazia parte d'esta expedição, e achava-se no Bihé quando o governo portuguez mandou sustar o proseguimento da mesma expedição. A este tempo dava-se a insurreição no Bihé. Couceiro teve que retirar e fortificar-se no Bailundo, onde recebeu ordem para avassalar o Cubango ao governo portuguez. Quando chegou ao forte *Princeza Amelia*, soube ali que se preparava uma expedição para dominar o Bihé, e logo partiu para tomar parte d'ella indo auxiliar Arthur de Paiva, que a commandava. O resultado d'essa expedição foi um triumpho completo para as armas portuguezas em geral, e em especial para os dois officiaes que a commandavam, conforme dissémos. Em 1895 tambem se distinguiu na campanha do Humbe, expedição tão cheia de perigos e difficuldades quasi impossiveis. O nome do coronel Arthur Paiva foi muitas vezes posto na ordem do dia, por acções brilhantes, e foi louvado superiormente pela fórma como se houve no desempenho d'algumas missões importantes scientificas e administrativas, taes como a installação da colonia de S. Januario, a administração dos districtos de Humpata e da Huilla; a intendencia da colonisação branca nos districtos de Benguella e de Mossamedes, etc.. Em 1882 foi agraciado com a cruz da ordem de Christo, em recompensa dos serviços prestados á colonia de S. Januario, e a da Torre e Espada pela sua brilhante conducta na campanha de Jau em 1883, sendo promovido no anno de 1890, depois da campanha do Bihé, ao grau de official da mesma ordem. O coronel Arthur de Paiva falleceu em viagem, a bordo do *Portugal*, nas alturas de Cabo Verde, vindo de Mossamedes acompanhado de sua mulher e de sua filha. Foi o mar que lhe serviu de sepultura. Era casado com D. Mina Botha, senhora pertencente á familia do celebre general Botha, do Transvaal.

**Paiva** *(Augusto Joaquim Henriques Ribeiro de).* Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, cavalleiro e commendador da ordem de Christo, medico do partido da camara municipal de Villa Franca de Xira, etc. Nasceu um dos ultimos annos do seculo XVIII em Castello Branco, e falleceu em 1864, pouco mais ou menos. Pertencia á familia dos medicos Henriques de Paiva, oriundos de Castello Branco. Depois da sua formatura veiu para Lisboa, onde publicou differentes poesias, mostrando sentimentos liberaes. Por occasião das epidemias da Cholera Morbus, em 1856, e Febre Amarella em 1857, prestou grandes serviços como medico, o que lhe mereceu ser condecorado com a commenda da ordem de Christo, de que já era cavalleiro. Escreveu: *Elogio: A Voz do liberal patriotismo: em louvor das gloriosas acções do memoravel dia 24 de agosto de 1820*, Lisboa, 1821; *A Voz da Razão e da Verdade, offerecida e dedicada á serenissima senhora Infanta D. Izabel Maria*, Lisboa, 1826; *Ao ex.mo sr. conde do Farrobo; ode*, Lisboa, 1834; *Relatorio da cholera-morbus asiatica no concelho de Villa Franca de Xira no anno de 1855 para*

*1856, feito e apresentado no Conselho de Saude Publica do Reino*, etc.. Publicou se um juizo critico ácêrca d'este *Relatorio* na *Gazeta Medica de Lisboa*, 1.ª serie, tomo V, n.º 101; *Elegia ás sentidas lagrimas*, etc., *pela morte de meu pae*, Lisboa, 1854; *Cadeia do amor perfeito; poesia dedicada aos ex.mos sr.s conde e condessa do Farrobo*, Lisboa, 1855; *Vaidade e gloria; poesia offerecida ao ex.mo sr. visconde de Ourem*, Lisboa, 1855.

**Paiva** *(Fr. Bartholomeu)*. Religioso da ordem da Santissima Trindade. N. em Lisboa e fal. no convento de Lisboa a 31 de dezembro de 1619. Foi bacharel em Theologia, e definidor da sua provincia. Escreveu em latim uma *Historia da Ordem da Trindade*, e deixou manuscriptas muitas poesias latinas, portuguezas e hespanholas.

**Paiva** *(Dionisio Antonio de)*. D'este autor conhece-se apenas a sua obra intitulada: *Quintanario meditativo e ferverosa supplica em louvor das sinco Chagas de Nosso Senhor Jesus Christo offerecido ao mesmo Senhor e por elle dados, para brazoens do seu imperio, ao Real Tronco Luzitano o Senhor D. Affonso Primeiro; dedicado ao Senhor D. João, principe do Brazil. A Igreja Santa approvou, e concedeo esta devoção por huma Bulla Apostolica, e nella se vê a verdade de sua origem, por... Lisboa, na Offic. de Jozé de Aquino Bulhoens. Anno de 1797. Com licença da Real Meza do Desembargo do Paço.* Este opusculo contem a referida Bulla, em latim, e em vulgar, copiada da livraria da Congregação do Oratorio, onde existia por causa de ser attendida nos almanachs feitos por aquella corporação religiosa, e o Juramento feito em Coimbra por D. Affonso Henriques sobre a visão das Chagas, no Campo de Ourique.

**Paiva** *(Domingos José de)*. Professor de musica no seminario de Braga, nos collegios de S Caetano e do Espirito Santo. N. em Vianna do Castello a 4 de julho de 1817, fal. em Braga a 14 de janeiro de 1895. Era filho primogenito de Fernando José de Paiva, tambem apreciado professor de musica, e de sua mulher D. Maria do Carmo. Tinha cursado em Braga os estudos de latim e de philosophia, e estava para entrar no convento benedictino de Rendufe, destinando-se á vida do claustro, quando a mudança de politica em 1834 o não deixou realisar o seu intento. Dedicou-se então á arte musical, que tambem tinha estudado, occupando o logar de professor no seminario de Braga e nos collegios já citados, da mesma cidade. Tocava piano, violino e outros instrumentos, compondo tambem alguma musica religiosa. Escreveu: *Compendio de cantochão theorico e pratico, para uso dos alumnos do Seminario diocesano e mais clero do arcebispado primaz*, etc., Lisboa, 1858.

**Paiva** *(Fernando José de)*. Musico muito apreciado. N. n'uma freg. rural dos suburbios de Braga em 1791, fal. em Braga no fim de novembro de 1875. Dedicando se á musica desde a infancia, alistou se como musico militar, e chegou a ser mestre da banda de um regimento, fazendo n'essa qualidade quasi toda a guerra peninsular Tocava todos os instrumentos de vento, e era muito habil tambem no violino, assim como conhecia os restantes instrumentos de cordas. Por muitos annos foi o mais considerado musico de Braga, dirigindo as orchestras em todas as festas e receitas theatraes, até que não lhe permittindo a edade trabalhar mais, delegou essas funcções em seus filhos. Escreveu musica para banda e para orchestra, estudos para violino, flauta, violoncello e violão, estudos que ella compunha para uso dos seus discipulos. Em Braga dá se muito apreço á dança e cantos de pastores compostas tambem por Fernando Paiva para as festas populares de S. João. Ha tambem d'elle a musica d'um drama antigo do Natal, ornado de canções e córos pastoris, que se representava em Braga, e era conhecido pelo nome de *Drama de frei Bento* Falleceu com 84 annos de edade. Casou com D. Maria do Carmo, e d'este consorcio houve os seguintes filhos, que se dedicaram á musica: Antonio José de Paiva, Domingos José de Paiva, Francisco José de Paiva e Joaquim José de Paiva *(V. estes nomes)*, João José de Paiva, que se estabeleceu em Pernambuco, e ali falleceu, e Manuel João de Paiva, tambem musico.

**Paiva** *(Francisco Antonio Ribeiro de)*. Doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra, e lente jubilado da mesma faculdade. N. em Castello Branco, e fal. em Antuzede, perto de Coimbra, em novembro de 1831. Era filho de Antonio Ribeiro de Paiva. Pelo aviso regio de 23 de dezembro de 1778 foi doutorado gratuitamente em 10 de janeiro 1779. Exerceu o magisterio por largos annos, regendo a maior parte do tempo a cadeira de zoologia e mineralogia, e occupando o logar de decano e director da faculdade. Era socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Em 1794 publicou em Coimbra uma obra latina, intitulada *Introductiones Zoologicae*. Depois de jubilado retirou se para Antuzede, onde veiu a fallecer.

**Paiva** *(Francisco José de)*. Musico apreciado, sendo um distincto contrabaixista, e tocando varios instrumentos de vento. N. em Braga em 1826, onde tambem fal. em outubro de 1897. Era o terceiro filho de Fernando José de Paiva, e de sua mulher, D Maria do Carmo.

**Paiva** *(Francisco José de Paiva, 1.º barão e 1.º visconde de)*. Commendador da ordem de Christo, grande official da Legião de Honra, de França; gran-cruz da de Alberto o Valoroso, de Saxonia, e da ordem de Falcão Branco, de Saxe-Weimar, commendador da de Carlos III, de Hespanha, e da Rosa do Brazil; commendador da de Nichan Iftihar, da Turquia; do conselho de Sua Majestade, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Portugal em Paris, par do reino, etc.. N. a 12 de novembro de 1809, fal. em 1868. Era filho de José Caetano de Paiva Pereira, fidalgo cavalleiro da Casa Real, membro do Supremo Tribunal de Justiça, e de sua mulher, D. Anna Sophia Thompson Sendo nomeado amanuense de segunda classe da secretaria dos estrangeiros no Porto em abril de 1833, e continuando a servir n'essa repartição, foi em 1843 a Londres para ali servir ás ordens do duque de Palmella, continuando depois ás ordens do visconde de Castellões. Em setembro de 1845 foi nomeado secretario da legação de Paris, e depois teve cargo de encarregado de negocios n'essa côrte, onde se conservou até ser transferido, n'esta categoria para Berlim. Apezar da nomeação permaneceu em França, sendo promovido a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, continuou em Paris; serviu depois na Russia,

voltando mais tarde a França em 1872. Estava em Paris quando se discutiu a questão do *Charles et Georges*, mas o seu papel não foi de grande importancia, porque o debate se concentrou so bretudo em Lisboa. A sua situação em Paris era, porém, insustentavel, porque contrahíra ali um grande numero de dividas que não podia pagar. Por esse motivo é que teve transferencia para Berlim, o que lhe causou tão profundo desgosto, que se suicidou, enforcando-se. Havia sido eleito par do reino em 1862. Casou a 19 de dezembro de 1838 com D. Carlota de Oliveira Maia, filha de Antonio Maia, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de sua mulher D. Anna Joaquina da Silva Maia. O titulo de barão foi-lhe concedido por decreto de 22 de dezembro de 1853, e o de visconde, por decreto de 30 de abril de 1858. O seu brazão d'armas, concedido por alvará de 17 de dezembro de 1834, é o seguinte: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Pereiras: em campo verde uma cruz de prata florida e vazia no campo; na segunda as dos Paivas: em campo azul tres flores de liz de ouro, postas em banda.

**Paiva** *(D. Heliodoro de)*. Conego regrante da ordem de Santo Agostinho, em Santa Cruz, de Coimbra. N. em Lisboa, e fal. em Coimbra a 20 de dezembro de 1552. Era filho de Bartholomeu de Paiva, guarda-roupa d'el rei D. João III e védor das obras do reino, e de Filippa de Abreu, ama do mesmo soberano. Ainda muito creança seus paes o mandaram estudar no convento de Santa Cruz, de Coimbra, onde foi depois professor. O conego D. Heliodoro de Paiva falava as linguas grega, latina e hebraica, e compoz um diccionario d'esses idiomas, que se publicou em 1552. Dedicou-se á pintura, e desenhava com toda a correcção. O arcebispo Cenaculo colloca o seu nome entre os artistas celebres de Portugal. (V. *Les Arts en Portugal*, do conde A. Raczynski, pag. 246). Taborda, no seu livro *Regras da arte de Pintura*, diz a pag. 155 que o conego D Heliodoro de Paiva era um pintor insigne; Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, vol. II, pag. 432, tambem assim o classifica. Tambem se dedicou á musica, e do seu merito n'esta arte, fala o P. Nicolau de Santa Maria, na *Chronica dos conegos regrantes*, 2.ª parte, pag. 326 e 327, dizendo que fôra grande escrivão de todas as letras, illuminava e piutava excellentemente. Era cantor muito déstro, e contrapontista; compoz muitas missas e *magnificats* de canto de orgão, e motetes muito suaves; tangia orgão, claviorgão com notavel arte e graça, viola de arco e harpa, cantando com tanta suavidade que enlevava os ouvintes. Na arte musical era tão apreciado que lhe chamavam o *Orpheu* d'aquelle seculo. A todas estas prendas verdadeiramente notaveis reunia o conego D. Heliodoro de Paiva uma excessiva modestia; rejeitou varios bispados que D. João III lhe offereceu. Passou a vida, parte no convento de Santa Cruz, de Coimbra, e parte em Lisboa.

**Paiva** *(João de)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, etc. N. em Lamego a 26 de janeiro de 1849, sendo filho de Francisco Antonio de Paiva e de D. Anna Augusta de Paiva. Destinando se dos 14 para os 16 annos para a carreira ecclesiastica, chegou a tomar ordens menores e a prégar alguns sermões nas principaes egrejas de Lamego, mas ao completar os 17 annos declarou ao seu prelado, com sinceridade e desassombro, que não abraçaria o estado ecclesiastico, por se não sentir com a vocação que deve ter um sacerdote para conservar o caracter exemplar e respeitavel que a Egreja impõe. Seguiu então para Coimbra, e matriculou-se na Universidade no primeiro anno juridico. Tendo a infelicidade de perder seu pae, ficando sua familia em más circumstancias, viu-se falto de recursos e com o encargo de attender tambem a sua mãe e irmãos, e para não abandonar o curso, aproveitou-se dos seus recursos intellectuaes, dedicando se ao professorado secundario durante os cinco annos em que cursou a faculdade de Direito, completando a sua formatura em 1873 Convidado logo em seguida a cursar o 6.º anno, preferiu dedicar-se á carreira da magistratura, e pouco tempo depois foi despachado procurador régio para a comarca de S. Thiago de Cacem. Em 1894 era juiz de Direito na de Villa Viçosa, e em 1906 exercia as mesmas funcções no segundo districto criminal do Porto. Sendo instado por alguns amigos de Odemira e de Beja para que acceitasse uma candidatura de deputado por qualquer d'aquelles circulos, recusou-se pertinazmente durante alguns annos, por se considerar incompativel com a politica, cedendo afinal, quando procuraram convencel-o, de que podia d'essa fórma ser util ao circulo que o elegesse e ao paiz. Em quatro legislaturas successivas foi eleito pelo circulo de Odemira, tornando-se um parlamentar muito respeitado. A alta consideração que sempre mereceu na camara fez que o escolhessem para tomar parte em importantes commissões, em que deixou vinculado o seu nome a trabalhos de subido alcance. A camara dos deputados o encarregou de a representar na conferencia da União parlamentar da paz, na Suissa, em 1892, e de tal fórma se houve que foi nomeado vice-presidente da Conferencia e membro do Conselho de União interparlamentar, tendo, desde então, representado o paiz nas conferencias realisadas no antigo e novo mundo, como nas de Paris, Haya, Bruxellas, Christiania, Budapest, Vienna d'Austria e S. Luiz, onde pelo seu elevado criterio e fervor com que defendia os ideaes pacificos, lhe chamavam o *Passy portuguez* (Passy foi o fundador da União interparlamentar e é o mais devotado apostolo da implantação do estado juridico entre as nações). O sr. dr. João de Paiva foi um dos fundadores da Liga Portugueza da Paz, onde por varias vezes tem exercido o logar de presidente, e pelas suas publicações respeitantes á necessidade de se pôr de parte, tanto quanto possivel, o anachronismo da guerra, é tido como o primeiro sustentaculo das idéas pacificas em Portugal A sua excessiva modestia, que por varias vezes lhe tem sido nociva, o tem afastado, tanto quanto possivel, da evidencia; e, assim, apezar de lhe haver o parlamento consignado um voto de louvor na sua sessão de 30 de maio de 1893 sobre proposta de membros dos differentes partidos, e mo Arouca, Abilio Lobo, Beirão, Dias Costa e Lobo d'Avila, pela maneira brilhante e desinteressada (palavras textuaes) como o tinha representado no estrangeiro, não obstante uma portaria de louvor com a data de 25 de junho de 1896, o haver distinguido pela maneira elevada como havia desempenhado os trabalhos relativos a projectos de lei

de que o governo o encarregára, e apezar dos seus amigos politicos continuarem a acompanhal-o com verdadeira dedicação, e de um antigo ministro de estado o haver convidado para fazer parte d'um ministerio a que elle pertencesse, e a quem elle respondeu que no seu programma de vida não entrava o fazer carreira politica, fez sciente ao seu chefe politico de que tinha o firme desejo de nunca mais ser eleito deputado, porque queria dedicar se com desvelo ás obrigações de magistrado judicial, com que mais se coadunavam o seu temperamento e feitio moral, que não eram de molde a deixal-o enveredar pelos caminhos por vezes tortuosos da politica. Mas, considerando um dever civico o não se desinteressar qualquer cidadão das justas conveniencias da patria, figurando entre ellas a boa administração publica, revelava toda a sua dedicação pelo partido regenerador-liberal, por ser o que lhe merecia maior confiança.

**Paiva** (*P. João de*). Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e prior de Santa Maria, de Penacova. N. em Coimbra, e fal. na mesma cidade a 24 de janeiro de 1640. Era filho de Manuel de Paiva. Foi conego magistral da sé de Lamego em 30 de setembro de 1632. Deixou publicada em latim uma obra sobre a melhor intelligencia de muitos trechos da Sagrada Escriptura.

**Paiva** (*P. João de*). Jesuita. N. em Lisboa a 14 de maio de 1601, onde tambem fal., na casa professa de S. Roque, a 23 de março de 1682. Era filho de Antonio de Paiva e de Domingas da Costa. Foi beneficiado na sé de Lisboa, professando depois na Companhia de Jesus a 20 de novembro de 1660. Escreveu: *Compendio das ceremonias que se devem observar conforme o Missal Romano*, reformado pelo papa Urbano VIII, Lisboa, 1671; saiu com o nome supposto de *P. João de Brito*.

**Paiva** (*João Henriques de*). Bacharel formado em Philosophia e Medicina pela Universidade de Coimbra, medico da Casa Real. Era filho de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, que exercia a mesma profissão de medico. Fal. em Belem, no anno de 1833. Escreveu: *Reflexões ácêrca da doutrina de Brown, feitas pelo dr. João Pedro Frank, dirigidas a seu filho José Frank, as quaes servem de continuação da Pratica Medica Browniana, publicada no anno passado por Manuel Joaquim Henriques de Paiva, tiradas do latim em linguagem, e accrescentadas com algumas notas*, Lisboa, 1803; *Compendio das enfermidades venereas do dr. João Frederico Fritz*, etc., *traduzido com varias notas e accrescentamentos*, Lisboa, 1802, 2 tomos.

**Paiva** (*João José Machado de*). Violinista, compositor e mestre muito considerado no Porto, nos fins do seculo XVIII e primeiros 20 annos do seculo XIX. Ignoram-se as datas do nascimento e do fallecimento, mas parece que fal. entre os annos de 1818 e 1820, porque Balbi, referindo-se a elle no seu *Essai Statistique*, cujas noticias alcançam até 1822, diz o seguinte: «Paiva, excellente tocador de violino, fallecido no Porto ha alguns annos.» Foi primeiro violino no theatro de S. João, e para se representar n'este theatro escreveu a musica d'um grande bailado, cujo libretto se imprimiu, e tem este titulo: *Jason e Medea, baile tragico pantomimo, dividido em quatro actos de invenção do celebre Mr. Nover, e agora dirigido por Domingos Magno, offerecido ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Pedro de Mello Breyner, por Lourenço Lacomba, primeiro bailarino do Real Theatro de S. João d'esta cidade no dia 5 de fevereiro de 1807*. Escreveu tambem a musica d'outro grande bailado em 4 actos, composição do bailarino Petrelli, o qual se intitulava *D. João de Castro em Dabul*, e foi representado no mesmo theatro em 4 de fevereiro de 1810.

**Paiva** (*João Nepomuceno Medina de*). Violinista e compositor, como seu pae, João José Machado de Paiva (V. o *artigo antecedente*). N. no Porto em 1810, fal. depois do anno de 1864. Sendo primeiro violino da orchestra do theatro de S. João, deu ali um espectaculo em seu beneficio, a 6 de maio de 1835, no qual se apresentou tocando uma phantasia composta por João Antonio Ribas. Medina de Paiva escreveu muita musica para peças theatraes, de que podemos mencionar as seguintes: *Maria, ou a filha de Bernard*, drama em 3 actos com arias e coros, representado no theatro de S. João em 1846; *O Magico fingido ou as tres viagens nocturnas*, magica em 3 actos, representada pela primeira vez no theatro de Santo Antonio em 1 de fevereiro de 1855; *As tres cidras do amor*, comedia-lenda em 5 actos, de Mendes Leal, tendo a primeira representação em 16 de maio de 1857; *S. Gonçalo de Amarante*, drama sacro em 3 actos, de José Romano, que se representou a primeira vez em 13 de março de 1859; *Gabriel e Lusbel ou o Taumaturgo*, de Braz Martins, que se representou no Porto em 1863, com musica de Medina de Paiva. Compoz tambem pequenos trechos, dos quaes alguns se imprimiram, entre elles um *Hymno do Porto*, poesia de Guilherme Braga, offerecido á camara municipal em 1864; *Hymno industrial*, para ser executado na exposição realisada em 1861, poesia de S. A. Salgado; *Hymno Constitucional*, para se cantar no anniversario da acção das linhas do Porto em 1832. Medina de Paiva foi o fundador e o primeiro presidente do *Montepio Musical Portuense*, creado no Porto em 1848, e composto dos principaes musicos residentes n'aquella cidade. Durante muitos annos exerceu diversos cargos n'esta sociedade, prestando bons serviços.

**Paiva** (*Joaquim José de*). Professor de musica muito estimado em Braga, tocando flauta com toda a correcção. N. em Braga a 26 de julho de 1832, onde tambem fal. a 9 de dezembro de 1901. Era filho de Fernando José de Paiva, e de sua mulher, D. Maria do Carmo. Foi professor de musica no collegio dos Orphãos; de violino e flauta no collegio do Espirito Santo. Durante mais de 30 annos regeu a Philarmonica Bracarense. Deixou algumas pequenas composições, taes como: Cantatas de boas festas para o dia de Reis, musica de dansa, *Hymno dos Artistas*; e o *Hymno Bracarense*, offerecido aos habitantes de Braga em 1856, que se tornou ali muito popular.

**Paiva** (*Manuel Joaquim Borges de*). Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Esgueira, e fal. ainda muito novo, em 1824. Formou-se em 1818. Escreveu: *Versos a Elmira*, sairam na *Mnemosine Lusitana*, n.º XXV, de 1816; *Nova Osmia, tragedia original*, Coimbra, 1818; teve uma edição, feita no mesmo anno, no

Rio de Janeiro; *Ode pindarica ao ill.mo e ex.mo sr. conde dos Arcos, governador que foi na Bahia*, etc., Lisboa, 1818. Deixou manuscriptas mais 3 tragedias: *Lucinda*, *Polidoro* e *Jonas*. Francisco Bingre, o *Cysne do Vouga*, consagrou á sua morte uma elegia, que foi publicada no Porto no mesmo anno da sua morte, com o titulo: *Elegia na sentida morte do senhor doutor Manuel Joaquim Borges de Paiva, insigne poeta tragico*

**Paiva** *(Manuel Joaquim Henriques de)* Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo; doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, onde foi lente na faculdade de Philosophia, com exercicio da cadeira de Pharmacia em Lisboa; medico da Real Camara, deputado da Real Junta do Porto Medicato; censor regio da Mesa do Desembargo do Paço, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa; da de Stockolmo, da de Medicina de Madrid, da Sociedade Economica de Harlem, etc. N. em Castello Branco a 23 de dezembro de 1752; fal. na Bahia a 10 de março de 1829. Era filho de Antonio Ribeiro de Paiva e de sua mulher, D. Izabel Ayres Henriques. Foi seu tio paterno o celebre medico Antonio Nunes Ribeiro Sanches. Frequentando a Universidade de Coimbra recebeu o grau de bacharel, fez formatura e os demais actos grandes na faculdade de Medicina, e ao mesmo tempo que cursava as aulas, presidia a uma sociedade de rapazes estudiosos que concorriam a sua casa em Cellas exercitando-se em palestras scientificas, e para esses seus companheiros ordenou em latim uns *Elementos de chimica e pharmacia*, que por escriptores diversos fôram traduzidos em portuguez e impressos em 1796. Cultivando sempre com assiduidade e proveito os estudos proprios da sua profissão, dedicou se á Botanica, foi nomeado socio da Academia de Upsala por indicação de Linneu, e o seu mestre e amigo Fr. José Marianno da Conceição Velloso deu o nome de *Paiva* a uma das plantas da sua *Flora fluminense*. Deixou de ser socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, em 1807, instigado de desconsiderações que julgou praticadas a seu respeito por esta corporação. Tendo escripto que, para vencer Napoleão era absolutamente nullo todo o poder de Portugal, foi perseguido como *jacobino*, preso, e condemnado por sentença do Juizo da Inconfidencia de 24 de março de 1809, exautorado de todos os cargos que exercia e das honras de que gozava, e condemnado a degredo para o ultramar. Chegaram até alguns biographos a dizer que elle soffrera a pena infamante de açoites, embora esta affirmativa seja incerta. Estabelecendo mais tarde a sua residencia na cidade da Bahia, foi reintegrado em todas as honras e prerogativas, por decreto de D. João VI, de 6 de fevereiro de 1818, mas não querendo regressar á patria, conservou-se na Bahia até fallecer. O decreto saiu na *Gazeta* do Rio de Janeiro, e d'ahi trancripto no *Investigador Portuguez*, n.º LXXXVIII, a pag. 458. *Bibliographia*: Obras originaes impressas: *Dissertatio Medica de actione vesicantium in corpus vivum in aphorismos digesta: autore Emmanuele Joachimo Henriques de Paiva*, etc., 1776; *Directorio para se saber o modo e o tempo de administrar o alkalino volatil fluido nas asphyxias ou mortes apparentes, nos afogados, nas apoplexias, nas mordeduras das viboras, de lacraus e d'outros insectos*, etc., Lisboa, 1782; *Elementos de Chimica e Pharmacia, relativamente á medicina, ás artes e ao commercio*, Lisboa, 1783; outra edição, em 1786; *Pharmacopea Lisbonense, ou collecção dos simplices, preparações e composições mais efficazes e de maior uso*, Lisboa, 1785; *Segunda edição mais accrescentada*, Lisboa, 1802; *Memoria chimico-agronomica sobre quaes são os meios mais convenientes de supprir a falta dos estrumes nos logares onde é difficultoso havel os*, etc.; saiu nas *Memorias de Agricultura, premiadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa em 1787*, tomo I; *Aviso ao povo sobre as asphyxias ou mortes apparentes, e sobre os soccorros que convem aos afogados*, etc., Lisboa, 1786; *Aviso ao povo, ou signaes e symptomas das pessoas envenenadas com venenos corrosivos, etc., e dos meios de as soccorrer*, Lisboa, 1787; *Aviso ao povo, ou summario dos preceitos mais importantes, concernentes á creação das creanças, ás differentes profissões e officios, aos alimentos*, etc., Lisboa, 1787; *Aviso ao povo ácêrca da sua saude, por mr. Tissot, traduzido em portuguez e accrescentado com notas, illustrações, e um tratado de enfermidades mais frequentes de que não tratou mr. Tissot na referida obra*, Lisboa, 1787; 3 tomos, 2.ª edição, 1796 e outra em 1816; *Memorias de Historia natural, de Chimica, Agricultura, Artes e Medicina, lidas na Academia Real das Sciencias*, tomo I, Lisboa, 1790; não se chegou a publicar o 2.º vol.; *Curso de Medicina theorica e pratica, destinado para os cirurgiões que andam embarcados, ou que não estudaram nas universidades*, Lisboa, 1792; só se publicou o 1.º tomo, contendo a *Physiologia; Exposição dos meios chimicos de purificar o ar das embarcações, isto é, de destruir as particulas malignas que resistem aos meios mechanicos, e de conhecer a existencia das mesmas particulas malignas na atmosphera*, etc., Lisboa, 1798; *Novo, facil e singelo methodo de curar as feridas de pelouro*, etc., Lisboa, 1801; *Reflexões sobre a communicação das enfermidades contagiosas por mar, e sobre as quarentenas, que se fazem observar em alguns paizes*, etc., Lisboa, 1803; *Preservativo das bexigas e de seus terriveis estragos, ou historia da origem e descobrimento da vaccina, e dos seus effeitos ou symptomas, e do methodo de fazer a vaccinação*, etc., Lisboa, 1801, com estampas; 2.ª edição, 1806, com uma estampa; *Bosquejo de Physiologia, ou sciencia dos phenomenos do corpo humano no estado de saude*, Lisboa, 1803; *Pharmacopea naval, ou collecção dos medicamentos simples e compostos, que cumpre haver nas boticas dos navios*, Lisboa, 1807; *Memoria sobre a excellencia, virtudes e uso medicinal da verdadeira agua de Inglaterra da invenção do dr. Jacob de Castro Sarmento, actualmente preparada por José Joaquim de Castro*, Bahia, 1816; nova edição, Lisboa, 1828.—Obras traduzidas: *Philosophia chimica ou verdades fundamentaes da chimica moderna destinadas a servir de elementos no estudo d'esta sciencia, por A. F. Fourcroy*, etc.; tiradas do francez, em linguagem, da 3.ª impressão, e accrescentadas de annotações e dos ultimos descobrimentos, Lisboa, 1801; 2.ª edição, Rio de Janeiro, 1816; *Methodo novo e facil de applicar o mercurio nas enfermidades venereas, com uma hypothese nova da acção do mesmo mercurio nas vias salivares, pelo dr. José Jacob Plenck, traduzido do latim em portuguez, illustrado e accrescentado*, Lisboa, 1785; *Instituições de*

*Cirurgia theorica e pratica, que comprehendem a physiologia e a pathologia geral e particular, extrahida do compendio das Instituições Cirurgicas, dos Elementos de Cirurgia e de outras obras do dr. José Jacob Plenck, e notavelmente accrescentadas*, Lisboa, 1786; 2 tomos; 2.ª edição, 180.; *Doutrina das enfermidades venereas do dr. José Jacob Plenck, traduzidas do latim em portuguez, illustrada e accrescentada com notas*, etc., Lisboa, 1786, 2.ª edição, 1805; *Medicina domestica, ou tratado de prevenir e curar as enfermidades, com o regimento e medicamentos simples; escripto em inglez pelo dr. Guilherme Buchan, traduzido em portuguez com varias notas e observações concernentes ao clima de Portugal e do Brazil, com o receituario correspondente, e um appendice sobre os hospitaes navaes*, etc., Lisboa, 1788; 4 tomos, 2.ª edição, 1802, 4 tomos; ha 3.ª e 4.ª edições, sendo esta ultima em 1741; *Methodo de restituir a vida ás pessoas apparentemente mortas, por afogamento ou suffocação; recommendada pela Sociedade Humana de Londres*, etc., Lisboa, 1799; *Methodo seguro e facil de curar o venereo, composto de J. J. Gardane: traduzido em vulgar para servir de supplemento ao Aviso ao povo do dr. Tissot, e á Doutrina das enfermidades venereas do dr. Plenck*, Lisboa, 1791; *Divisão methodica dos animaes mammaes, conforme a distribuição de Scopoli*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica dos mesmos animaes, conforme o methodo de Linneo*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica dos quadrupedes, conforme o methodo de mr. Brisson*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica das aves, conforme o methodo de Scopoli*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica das mesmas, conforme o methodo de mr. Brisson*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica das mesmas, conforme o methodo de Linneo*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica dos amphibios, conforme o methodo de Scopoli e Linneo*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica dos peixes, conforme o methodo de Gouan*, Lisboa, 1786; *Divisão methodica das mesmas, conforme o methodo de Scopoli*, Lisboa, 1786; *Memoria em que se prova que as feridas de pelouro, ou de armas de fogo, são por si innocentes, e simples a sua cura; por D. Paulo Antonio Ibarrola, tirada do castelhano em linguagem, e augmentada com notas*, Lisboa, 1800; *Philosophia chimica, ou verdades fundamentaes da Chimica moderna, dispostas em nova ordem por A. F. Fourcroy, tiradas do francez em linguagem, e accrescentadas de notas e de axiomas apanhados dos ultimos descobrimentos*, Lisboa, 1801; 2.ª edição, 1816; *Compendio das enfermidades venereas, pelo dr. João Frederico Fritz, traduzido e accrescentado com notas*, Lisboa, 1802; *Tratado theorico e pratico das chagas, precedido de um ensaio sobre a direcção e cura cirurgica da inflammação, suppuração e gangrena; por Benjamin Bell, traduzido da quarta edição ingleza, e augmentado com muitas notas e illustrações*, Lisboa, 1802; *Chave da pratica medico-Browniana, ou conhecimento do estado esthenico e asthenico predominante nas enfermidades; pelo dr. Weikard, trasladodo em italiano pelo dr Luiz Franck; em hespanhol com um compendio da theoria Browniana pelo dr D. Vicente Mitjavilla e Fisonel; e em linguagem com algumas notas*, Lisboa, 1806 a 1807, 4 tomos; *Noticia dos mappas synopticos de Chimica, para servirem de resumo ás lições dadas sobre esta sciencia nas escolas de Paris, por A. F. Fourcroy, vertidas em linguagem e accrescentadas*, Lisboa, 1802; *Divisão das enfermidades feita segundo os principios do systema de Brown, ou Nosologia Browniana, pelo dr. Valeriano Luiz Brera, trasladada em hespanhol com um discurso preliminar sobre as Nosologias pelo dr. Vicente Mitjavilla e Fisonel; e em portuguez com algumas notas*, Lisboa, 1800; *Ensaio sobre a nova doutrina medica de Brown em fórma de carta, por Manuel Rizo, de Constantinopla; vertido em linguagem*, Lisboa, 1807; *Fundamentos botanicos de Carlos Linneo*, etc., *vertidos do latim em portuguez, illustrados e augmentadas*, Lisboa, 1807; *Da febre e sua curação em geral, ou novo e seguro methodo de curar facilmente por meio dos acidos mineraes todas as especies de febre, pelo dr. Reich, traduzido do allemão em francez pelo dr. Marc, e d'este para portuguez com annotações*, Bahia, 1813; *Prospecto de um systema simplicissimo de Medicina, ou illustração e confirmação da nova doutrina de Brown pelo dr. Weikard, e annotações de Franck, traduzido com annotações*, Bahia, 1816, 2 tomos; *Manual de Medicina e Cirurgia pratica, fundada sobre o systema de Brown, pelo dr. Weikard, traducção livre da segunda edição allemã em italiano, augmentada pelo dr. Brera, e tirada em linguagem com annotações*, Lisboa, 1818, 4 tomos; *Os ultimos momentos de Maria Thereza, imperatriz de Allemanha, traduzidos do francez*, Lisboa, 1785.—Obras alheias que o dr. Paiva ordenou, corrigiu, additou ou fez imprimir: *Novo Diccionario francez portuguez, composto segundo os mais celebres diccionarios, e enriquecido de muitos termos de medicina, de anatomia, de cirurgia, de pharmacia*, etc., *notavelmente corrigido, augmentado e additado com um sem numero de termos e de locuções, e algumas phrazes em ambos os idiomas*, Lisboa, 1786; *Exame de sangradores*, etc., *composto por Manuel José da Fonseca, correcto e accrescentado, sexta edição*, Lisboa, 1786; *Observações praticas sobre a tysica pulmonar; escriptas em inglez pelo dr. Samuel Foart Simmous, traduzidas em latim pelo dr. F. A. Van Zandyche, e em portuguez, por Francisco José Paula, accrescentadas com algumas notas e observações*, Lisboa, 1789; *Discurso critico, em que se mostra o damno que tem feito aos doentes, e aos progressos da medicina a introducção e uso dos remedios de segredo*, etc., *escripto por José Henriques Ferreira*, Lisboa, 1785; *Pharmacopeia Collegii Regalis Medicorum Londinensis, additamentis et animadversionibus aucta*, Olisipone, 1791; *Instituições ou elementos de pharmacia, extrahidas de Baumé, e reduzidos a novo methodo pelo dr. José Francisco Leal*, Lisboa, 1792; *Provisão do Desembargo do Paço de 15 de fevereiro de 1785, na qual se concedeu faculdade á Camara da villa d'Almada de augmentar o partido medico da mesma villa, e condições que o medico do referido partido é obrigado a cumprir*, etc., Lisboa; 1788, *Catalogo dos livros compostos, traduzidos e dados á luz por Manuel Joaquim Henriques de Paiva*, etc., Lisboa, 1807. Deixou manuscriptas varias obras originaes e traduzidas. O dr. Henriques de Paiva foi o redactor principal do *Jornal Encyclopedico*, durante o anno de 1788 e seguintes

**Paiva** (*Manuel José de*). Bacharel formado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 9 de dezembro de 1706. Depois de aprender humanidades foi cursar jurisprudencia

na Universidade de Coimbra. Tendo recebido o grau de bacharel entrou na carreira da magistratura, foi nomeado juiz de fóra de Odemira e de Aviz; renunciou, porém, a esses cargos para se dedicar á advocacia, que exerceu em Lisboa com algum prestigio, até que, desejoso de descanço, se retirou para uma quinta que possuia, onde, parece haver composto as suas obras. Ignora-se a data do seu fallecimento, porque depois de 17.0 não ha mais noticias a seu respeito. Escreveu, com o pseudonymo de *Sylvestre Sylverio da Sylveira e Sylva, mestre de ler e escrever, arithmetica e grammatica, no logar de Carnaxide*, uma obra humoristica em 2 volumes, com o seguinte titulo: *Governo do mundo em secco, palavras embrulhadas em papeis, ou escriptorio da Razão*, etc. O 1.º volume teve a primeira edição em 1748, e juntamente com o 2.º volume, publicou se em 1751. N'esta obra são censurados graciosamente muitos abusos do seu tempo em materias civis e religiosas, etc. Escreveu mais: *Antidoto grammatical*, critica ao *Novo Methodo para aprender a lingua latina*, do P. Manuel Monteiro, Valencia, 1750; *Oratorio christão*, Lisboa, 1755; *Enfermidades da lingua, ou arte que ensina a emmudecer para melhorar*, etc; com o mesmo pseudonymo, Lisboa, 1760; assim como as seguintes comedias, escriptas em verso e no gosto do theatro hespanhol: *Comedia em que se representa pelo discurso de uma parabola a verdade da inscripção seguinte: «Talhada está a ração para quem a ha de comer.»*, Lisboa, 1751; *A Fortuna não é como se pinta*, Lisboa, 1764; *Guarda lo é o que Deus guarda*, Lisboa, 178?; *Memoria dos trabalhos e prosperidade de Job, exposta em uma comedia, que se intitula: «Não ha bem que sempre dure, nem mal que se não acabe»*, Lisboa, 1780; *Só o amor faz impossiveis*, Lisboa, 1764; *Comedia joco-seria, intitulada: «Quem boa cama fizer n'ella se deitará»*, Lisboa, 1785. Pela data da impressão d'esta ultima comedia, parece que Manuel José de Paiva ainda vivia em 1786, a não ser publicação posthuma.

**Paiva** *(Miguel de)*. Pintor que viveu no seculo XVII. Em 1641 succedeu a Domingos Vieira Serrão na qualidade de pintor do rei, com o ordenado de 5$000 réis e meio alqueire de trigo.

**Paiva** *(Mosseh Pereira de)*. Judeu portuguez que parece ter vivido na India no seculo XVII, pelo menos algum tempo. Em 1687 publicou em Amsterdam um opusculo intitulado: *Noticias dos judeus de Cochim, mandadas por Mosseh Pereira Paiva.*

**Paiva** *(Fr. Sebastião de)*. Religioso da ordem da Santissima Trindade; mestre de Theologia, e prégador geral na sua ordem. N. em Lisboa e fal. a 9 de setembro de 1659. Mostrava-se um defensor accerrimo dos *Sebastianistas*, fazendo a apologia d'esta crença em escriptos, que ficaram ineditos, e se queimaram no grande incendio que se seguiu ao terremoto de 1755, que arruinou completamente o convento da Trindade, onde elles se guardavam. D'essa catastrophe apenas se salvou a seguinte obra: *Tratado da quinta monarchia e felicidade de Portugal prophetisadas*, composto pelo rev. Fr. Sebastião de Paiva, da ordem da Santissima Trindade, etc, anno de 1641. Esta copia pertenceu a Dionisio Bernardes de Moraes, e fórma um grande volume de folio, letra dos fins do seculo XVII. A obra é cheia de citações, anecdotas e prophecias com o intuito de provar que el-rei D. Sebastião ainda vivia, e voltaria a Portugal para aqui fundar o quinto imperio. Julga-se que esta copia existe nas miscellaneas da Bibbliotheca Nacional de Lisboa. Impresso, de Fr. Sebastião de Paiva, existe apenas: *Historia paraenetica dos doutores antigos*, Lisboa, 1657; *Juridica resposta a um papel anonymo manuscripto, que contra certas censuras apostolicas, proferidas em uma causa dos Religiosos da Santissima Trindade se divulgou*, Lisboa, 1658.

**Paiva.** Pov. na freg. do Salvador, de Aveleda, conc. da Louzada, distr. do Porto. Rio das provincias da Beira Alta e do Douro. N. na serra de N. S.ª da Lapa, da Beira Alta, e depois de receber differentes ribeiros e regatos, de passar por varias povoações, ou por suas proximidades, sendo as mais notaveis as villas de Fragoas, Castro Daire e Alvarenga, entra na margem esquerda do rio Douro, entre a aldeia de Varzea, freg. de Souzêllo, na Beira Alta, e a aldeia de Castello de Paiva na freg. de Foruos, na prov. do Douro, com um percurso de 70 k. E' na sua maior parte, de curso arrebatado e furioso. Divide a prov. do Douro da da Beira Alta, porém só de Alvarenga para baixo, porque até ahi corre sempre em territorio da Beira Alta. As margens d'este rio são, na maior parte, formadas de penhascos, ou montes alcantilados, e corre em leito tão profundo que em poucas partes se aproveitam as suas aguas para irrigação. Sobre este rio ha uma ponte, que foi construida em 1770. Dista da pov. de Trancoso, 4 k. ao SE. Tem desde a extremidade das guardas até á flôr da agua, 22 m. O arco principal tem 7 m. de vão, havendo dois arcos pequenos, ambos do lado direito do rio, do lado de Alvarenga. Um d'estes arcos menores, chamado *dos pescadores*, está acima do nivel das maiores enchentes. D'este mesmo lado, ha uma rocha, talhada a prumo sobre o rio, de 70 a 80 m d'altura. O outro arco pequeno é por onde o rio Osseira vae desaguar no Paiva. Não só o local onde está situada a ponte, mas tambem as duas margens do rio, d'ali para baixo, e até grande distancia, são erriçadas de altos e medonhos rochedos, de um aspecto terrivel. Abaixo da ponte ha um poço profundissimo, com sorvedouros, ou redemoinhos, onde o mais affouto nadador corre perigo de se afogar.

**Paiva d'Andrada** *(Joaquim Carlos)*. Illustre africanista contemporaneo; general de divisão reformado, ajudante de campo honorario de Sua Majestade El-rei Senhor D. Manuel II, etc. N. em Lisboa a 29 de novembro de 1816. Assentou praça de voluntario em caçadores n.º 2, a 10 de junho de 1863, sendo despachado alferes alumno, depois d'uma notavel frequencia na Escola Polytechnica, para o regimento de artilharia n.º 1, em 23 de novembro de 1865. Concluiu o curso da arma d'artilharia na Escola do Exercito em 23 de dezembro de 1867, sendo pouco depois, em 15 de janeiro de 1868, promovido 2.º tenente da sua arma, passando a fazer tirocinio legal de dois annos no 1.º regimento, findo os quaes obteve a sua promoção a 1.º tenente em 18 de janeiro de 1870, e em 11 de março d'este anno foi nomeado pelo ministerio da guerra para ir a França em commissão da arma d'artilharia, recolhendo ao reino em 9 de setembro de 1872. Assistiu d'este

modo a toda a guerra franco-allemã. Na primavera de 1871 passou á Belgica, e estando em Antuerpia, foi especialmente convidado pelo general Delobel para assistir ás manobras de inspecção da companhia de pontoneiros, no Escalda, ás do regimento de artilharia montada na cidadella da mesma cidade de Antuerpia, e ás do regimento d'artilharia a cavallo de Malines. O magnifico relatorio, que então enviou de Bruxellas para a direcção geral d'artilharia, descrevendo estes exercicios com todo o desenvolvimento, é um documento valioso da competencia com que este official promettia desempenhar se em todos os assumptos da hourosa missão que lhe fôra commettida. Em agosto do mesmo anno de 1871 foi encarregado de assistir na Belgica ao fabrico das metralhadoras Christophe e Montigny, com que esteve armada durante alguns annos uma bateria do 1.º regimento d'artilharia. Por sua lembrança e com approvação superior, fôram feitas algumas modificações nos machinismos de elevação d'aquelle engenho de guerra, e teve a honra e satisfação de vêr esses melhoramentos muito bem recebidos pelos autores fabricantes,

Joaquim Carlos Paiva d'Andrada

e applaudidos nas experiencias feitas no Tiro Nacional, em presença d'algumas notabilidades da artilharia belga e russa. Pela portaria de 20 de maio de 1874 foi nomeado vogal da commissão encarregada de estudar no estrangeiro o systema de defeza por meio de torres couraçadas, sendo louvado em portaria de 13 de janeiro de 1875, «pela actividade, zelo e intelligencia com que desempenhou aquelle serviço.» Fez parte da commissão de torpedos em portaria de 18 de fevereiro de 1878, e em 13 de março do mesmo anno foi agraciado com o grau de official da ordem de S. Thiago. No *Diario Illustrado* de 18 de fevereiro de 1879, publicou o sr. Fernandes Costa, então capitão d'artilharia, um extenso artigo acompanhado de retrato, em que se mencionam muitas outras commissões importantes no estrangeiro, cujo desempenho valeu ao digno official sr Paiva d'Andrada, em algumas d'ellas, portarias de louvor. Em 25 de julho de 1875 foi promovido a capitão, em 27 de outubro de 1885 a major, em 12 de março de 1890 a tenente-coronel, em 27 de fevereiro de 1896 a coronel, reformando se em general de divisão, por ser julgado incapaz do serviço activo, em 21 de novembro de 1907. No anno de 1877, tendo o posto de capitão, era addido militar á nossa legação de Paris. Lembrou-se d'elle o ministro da marinha para lhe offerecer o governo reunido de Quelimane e Tete, mas levado pelo seu temperamento de aventura e enthusiasmo escusou-se ao encargo official, pedindo para lhe ser permittido fazer uma larga exploração da nossa tão rica e mal aproveitada Zambezia. Acceden promptamente o ministro ás arriscadas ambições d'aquelle official, e este, valendo-se das suas relações com a *Haute Banque* de Paris, conseguiu em pouco tempo organisar a *Société des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambeze*, á qual pelo decreto de dezembro de 18 8 fôram feitas largas concessões na região do Zambeze. Aquella empresa enviou para a Africa, successivamente, duas expedições technicas com as quaes dispendeu réis 112.000$000, chegando a fazer importantes trabalhos de exploração nas minas de carvão na região de Tete, mas, sendo lhe pelo governo exigidos novos e grandes esforços, não pôde continuar, e em 1883 entrou em liquidação. Na segunda das expedições technicas realisadas por conta da *Société*, teve o sr. Paiva de Andrada occasião de percorrer parte do paiz de Manica, região tão celebre na nossa historia da Africa Oriental, e cujas minas, noticiadas em todos os escriptores antigos, de novo haviam sido postas em relevo por viajantes da categoria scientifica de Livingstone, Erskine, ou de notoriedade como Selous, e Elton. Enthusiasmado com a riqueza aurifera da região, o sr. Paiva d'Andrada conseguiu congregar novos elementos financeiros, desta vez todos nacionaes, e assim se formou a *Companhia de Ophir*, á qual foi concedida por decreto de 12 de fevereiro de 1884 a exploração exclusiva das minas de Manica e Quiteve. Não foi esta companhia mais feliz do que a primeira, e por insufficiencia do capital subscripto, e ainda por outras causas, resolveu tambem liquidar. Mas, se os primeiros financeiros desanimavam ou succumbiam perante as difficuldades da empresa, não desanimava nem desfallecia o sr. Paiva de Andrada, que conseguiu transmittir a sua esperança e a sua fé ao grupo financeiro que constituiu a Companhia de Moçambique, com um capital subscripto de 180:000$000 réis, e que em 8 de março de 1888 dirigiu ao governo um requerimento pedindo o privilegio ou concessão por 30 annos da exploração colonial, em todas as seus variados ramos, e principalmente no que diz respeito ao reconhecimento e lavra dos jazigos auriferos, d'uma grande parte da Africa Oriental Portugueza, obrigando se os signatarios á construcção de um Decauville marginal do Pungue ou do Buzi, e dentro da concessão pedida. N'este documento declarava se que tinham sido adquiridos os direitos da *Société des Fondateurs de la Compagnie Générale du Zambeze* e os da *Companhia de Ophir*, concessões autorisadas pelos decretos já citados, assim como se haviam alcançado os direitos das pescarias de perolas nas costas de Moçambique desde o Zambeze até ao Cabo de S Sebastião, concessão pedida por J Convreur em 5 de outubro de 1883. O governo demorou o despacho do requerimento, que só appareceu pelo decreto de 20 de dezembro de 1888, mas concedendo apenas as *minas do Estado* nas

bacias do Aruangua e do Buzi, isto é, ainda menos do que fizera a concessão da *Companhia de Ophir* A companhia apresson-se a pugnar pelos seus interesses, reclamando contra a interpretação dada pelo governo aos seus contratos mineiros, e logo a 26 do citado mez de dezembro requeria que o seu privilegio se estendesse pelas regiões entre o Aruangua e o Zambeze. Não esperava ella, entretanto, a solução do governo para começar os seus trabalhos, installando se em Lisboa e nomeando para administrador delegado o escrivão Oliveira Martins, e já em meados de 1888 enviava para Africa a sua primeira expedição, destinada a começar o reconhecimento e exploração da região mineira de Manica. E como grande parte dos terrenos de concessão pertencia ao imperio vatua e como apezar da soberania portugueza sobre Gaza o potentado que regia aquelle enorme paiz nem sempre acatava as ordens ou disposições do estado soberano, foi por ordem do governo de Lisboa com a expedição o sr. Paiva d'Andrada, então tenente-coronel, administrador da Companhia que, pelas suas anteriores visitas ao Gungunhana gozava aos olhos d'este chefe de um grande prestigio e que desembarcando em Africa devia seguir para o Mossurize a sondar o animo do regulo e a influir, sendo preciso, nas suas resoluções. A missão do sr. Paiva de Andrada teve um exito completo: muito bem recebido pelo Gungunhana, alcançou d'elle uma completa acquiescencia aos trabalhos da Companhia, saindo de Mossurize acompanhado d'um chefe vatua encarregado de transmittir a todos os regulos e feudatorios dependentes do seu soberano a vontade favoravel do grande chefe. Nos meados de janeiro de 1889 estava em Macequece, onde havia chegado a expedição dirigida pelo sr. João Rezende, e tendo reconhecido a via de communicações a estabelecer entre a costa e Manica, preoccupou-se em organisar solidamente e primeiro que tudo essas communicações. Assim, tratava de fundar a feitoria da Beira, reconhecer e balisar o seu porto, reconhecia a navegabilidade do Pungue, e estabelecia na sua margem direita estações, uma em Mapanda ou Cafunguze e outra no Guenjére, limites de navegação permanente e accidental d'aquelle rio, onde já se balouçava um pequeno e apropriado vapor, o *Mofambice*, alcunha cafreal do sr. Paiva d'Andrada. A' estação de Guenjére foi dado o nome de *Sarmento* em reconhecimento dos serviços que a expedição devia ao então governador de Sofala o tenente-coronel J. C. Moraes Sarmento. De Mapanda, o sr. Paiva d'Andrada foi fazendo abrir caminho para Manica, e como a distancia entre Sarmento e Manica era demasiado grande, abriu ainda outra estação, a de Chimoio, proximo da povoação do regulo d'este nome, em terras de Ganda. Assim se ia cumprindo o plano de installação da Companhia em Africa, que no dizer do sr. Paiva d'Andrada, se resumia no estabelecimento d'uma decente feitoria na Beira, e em ter boas communicações com Manica; rebocadores e barcaças no rio, carros de bois de Chimoio para Manica, carregadores, emquanto não houvesse Decauville, entre a Mapanda e Chimoio. Dados estes primeiros passos, o sr. Paiva de Andrada partiu para o Panhame e Mazoé em missão do governo, e o sr. João Rezende estabelecia em agosto de 1889 a nova feitoria de Manica na explanada do antigo forte portuguez de Macequece, á qual punha o nome de *Andrada*, começando-se logo os trabalhos de *pesquiza* e formulando se contratos de exploração mineira, havendo no fim de 1889 cinco filões reconhecidos: *Penha Longa*, *Rezende*, *D. Maria Pia*, *D. Luiz*, e outro, ao mesmo tempo que se reconhecia a existencia por numerosos vestigios, de antigos e importantes trabalhos nos montes sobranceiros a Andrada. Em 1890 progrediam os trabalhos da Companhia; novas installações se fôram fazendo nas differentes estações, creando se, por proposta do sr. Paiva d'Andrada, uma outra a juzante de Mapanda, para substituir esta que se reconheceu ter ficado mal collocada, á qual foi dado o nome de *Neves Ferreira*, em homenagem ao governador geral da provincia; novo material se foi enviando para Africa, ao passo que se iam descobrindo novos filões auriferos, sobre os quaes se tinham lavrado 31 contratos de arrendamentos representando um contrato subscripto de 3:650$000 réis. O nome do sr. Paiva d'Andrada figura n'um acontecimento em que o seu patriotismo brilhantemente se revelou. Tendo os inglezes arvorado a sua bandeira nos dominios portuguezes de Gaza, dominios reconhecidos no *modus vivendi* com a Inglaterra e sobre os quaes se sustava toda a acção, Paiva de Andada, com o capitão-mór Manuel Antonio de Sousa e João Rezende, mandou arriar a bandeira britannica e substituil-a pela portugueza Os inglezes, porém, reincidiram, e encontrando os nossos desprevenidos de fôrças, voltaram a içar a sua bandeira, prendendo o illustre africanista e os seus companheiros, que fôram encerrados no forte Salisbury. A companhia *South d'Africa*, que tantos incommodos nos causou, foi a causa determinante d'este conflicto. Essa companhia, á qual se ligam os interesses do duque de Fife, casado com uma filha da rainha Victoria, fazia em Africa o que muito bem lhe parecia, sem que o governo inglez lhe fôsse á mão. Vendo-se contrariada nos seus propositos, mais uma vez usou dos meios illegaes de que se soccorria, confiada na protecção de Londres. Assim, realisou a captura d'aquelles devotados patriotas, que fôram pouco depois postos em liberdade, em virtude da reclamação feita pelo nosso governo. O sr. Paiva d'Andrada é commendador da ordem da Torre e Espada e da de S. Bento de Aviz; official da de S. Thiago, cavalleiro da de S. Bento de Aviz e de Christo; possue a medalha de prata de comportamento exemplar.

**Paiva Barreto** (*Thomaz Maria de*). Doutor em Canones, pela Universidade de Coimbra. Era natural de Couto de Cima, bispado de Vizeu, sendo filho de Thiago Marques de Paiva. Foi doutorado em 18 de novembro de 1818.

**Paiva Couceiro** (*Henrique Mitchell de*). Capitão de artilharia, governador geral d'Angola, official ás ordens honorario de Sua Majestade El-Rei senhor D. Manuel II, deputado, etc. N. a 26 de dezembro de 1861, sendo filho do general de divisão reformado sr. José Joaquim de Paiva Cabral Couceiro (V. *Portugal*, vol. II, pag. 1200). Assentou praça em cavallaria a 11 de janeiro de 1878, e em 1883 terminou o curso de artilharia com distincção notavel. Foi promovido a alferes a 9 de janeiro de 1884, a tenente em 27 de janeiro de 1885, e a capitão em 16 de maio

de 1895 Pouco depois de 1886 partiu para Africa, onde se assignalou na guerra feita aos negros de Ambundia; foi tambem um dos valorosos officiaes que se distinguiram em Marracuene e Magul, e na campanha contra os ganguelas do Bihé. Acompanhou Antonio Enues na expedição de Moçambique em 1895, prestando grandes serviços. O sr. capitão Paiva Couceiro é, portanto, um africanista experiente, e tendo fallecido em 1 de maio de 1907 o governador geral de Angola, o major Eduardo Costa, o governo o nomeou para aquelle elevado cargo. No curto espaço de poucos mezes logo se fez sentir na provincia a influencia do novo governador, por suas acertadas medidas, por sua energia e recta justiça. Foi sob o seu governo que as armas portuguezas ficaram victoriosas no Cuamato e no Dembo, ha tantos annos em rebeldia com o governo da provincia. Foi o sr capitão Paiva Couceiro, que resolveu, emfim, a occupação do Ambriz, e apezar da falta de recursos, n'uma occasião em que as fôrças militares da provincia e as expedicionarias da metropole se encontravam empenhadas nas guerras dos cuamatas e dos dembos, não hesitou em organisar uma columna de operações e de á sua frente se dirigir ao Ambriz. Reuniu uma diminuta fôrça do batalhão disciplinar, uma secção indigena e outra de artilharia, algumas praças da companhia de policia, e uma secção de sapadores formada por condemnados, para desbravar o caminho, e entregou o commando da columna a um official já experimentado nas guerras da provincia de Moçambique o capitão Fernando Adolpho da Costa. Resolveu acompanhar a columna com uma bagagem tanto ou mais modesta do que a de um soldado, no dizer d'um official da expedição. Foi a 20 de novembro de 1907 que a expedição saiu do Ambriz para o interior atravez das povoações de Quizala, Quitema, Quidumbe, Quicombe, Cavungo, Mobamba, Quiembumbe, Vaturiampa, Quidombelle, Quintonio, Cupuassa, Molombo, Quimbumbo e as 26 povoações que constituem as tribus do respectivo regulo Quibive, etc As difficuldades e inclemencias que a expedição encontrou na sua marcha, fôram innumeraveis, sobrelevando a todas a falta d'agua e a de abrigos, que por mais d'uma vez quasi desanimou os expedicionarios. Não encontraram estes resistencia séria nos indigenas, cujos sobas se fôram submettendo e pagando o imposto de cubata e de guerra, mas em compensação teve a columna de arrostar com as maiores difficuldades, conforme dissémos, tendo de abrir por muitas partes caminho atravez dos mattos até chegar ao termo da sua missão em Catumbo, depois de 27 dias de trabalhos, em que todas as fadigas e inclemencias soffridas não conseguiram vencer a boa vontade e esforços dos expedicionarios, nem alterar sensivelmente o seu estado sanitario. Esta campanha, que se venceu mais pelo prestigio que pela fôrça das armas, abriu livremente ao commercio de Angola aquella região, de ha muito salteada pelo gentio que impedia as relações commerciaes para o interior do Ambriz. Foi mais um serviço importante prestado pelo sr. capitão Paiva Couceiro, mas os trabalhos d'esta expedição abalaram-lhe um tanto a saude, a que veiu juntar-se o dar em Loanda uma queda de um cavallo, com o que ficou muito maltratado. N'estas circumstancias tudo aconselhava a que regressasse á metropole para restabelecer a saude. Coincidindo este facto com a queda do governo regenerador-liberal, entendeu que devia pedir a sua exoneração. Sabendo-se, porém, em Loanda, d'esta resolução, logo a camara municipal e a Associação Commercial promoveram uma representação e dirigiram honrosas mensagens ao governador geral, solicitando instantemente que desistisse do pedido da sua exoneração. Estas manifestações de sympathia e de interesse, não se limitaram só á população de Loanda, mas a todos os concelhos, em mensagens, cartas e telegrammas das camaras de Benguella, Catumbella, Ambriz, Santo Antonio do Zaire, Quissol, Ambaca, Dondo, Barra do Dande, Lucalla, Mossamedes, Cauhoca, Callulu, etc , e de muitos funccionarios e particulares, subindo a alguns milhares de assignaturas. Este movimento unanime dos povos do Angola prova claramente a boa administração do sr. capitão Paiva Couceiro, interessando-se honrada e intelligentemente pelos progressos d'aquella grande provincia. Para assumir de novo o governo partiu no vapor *Africa*, que saiu em 1 de abril de 1908. O sr. capitão Paiva Couceiro foi eleito deputado por um dos circulos de Lisboa na legislatura de 1906. E' commendador, official e cavalleiro da ordem da Torre e Espada, cavalleiro da de S. Bento de Aviz; possue as medalhas: de ouro de valor militar; as de prata para commemorar a expedição a Moçambique de 1894 e 1895, e concedida ao merito, philantropia e generosidade. Foi tambem condecorado com a cruz de 1.ª classe de Merito Militar de Hespanha. Publicou: *Angola*, Lisboa, 1910.

**Paiva Manso** *(Abel Maria Jordão de Paiva Manso, 1.º barão de)*. Cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, advogado do Conselho de Estado, secretario do Tribunal do Commercio de primeira instancia, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e de outras sociedades e corporações scientificas, etc. N. em Coimbra a 3 de março de 1801, fal. em 8 de julho de 1874. Era casado com D. Catharina Angelica Dias, filha de Manuel Dias Mendes, irmão mais novo de Francisco Dias Gomes, celebre philologo e poeta. D'este consorcio houve dois filhos, o visconde de Paiva Manso, Levy Maria Jordão *(V. o artigo seguinte)*, e o medico Abel Maria Jordão *(V. Portugal*, vol. III, pag. 59*)*. Vindo para Lisboa começou a exercer com grande prestigio a advocacia, tendo sido elle o advogado de Mattos Lobo, e um dos advogados do arcebispo de Mytilene, que tambem foi defendido por seu filho, o dr. Levy Maria Jordão, visconde de Paiva Manso. Nomeado advogado do Conselho de Estado e secretario do Tribunal do Commercio, foi um dos redactores mais assiduos da *Gazeta dos Tribunaes*. A 23 de dezembro de 1857 foi eleito socio da Academia Real das Sciencias. Por decreto de 14 de abril de 1868 recebeu a mercê do titulo de barão de Paiva Manso. Escreveu: *Repertorio geral alphabetico da Reforma Judiciaria*, Lisboa, 1837; *Petição de recurso á Corôa interposto pelo Ex.mo e Rev.mo Arcebispo de Mytilene do decreto pelo qual o Em.º Cardeal Patriarcha ...o suspendeu das funcções pontificaes e das de vigario geral*, Lisboa, 1856; *Uma*

*opinião sobre a reforma das instituições vinculares, redigida em fórma de projecto de lei, offerecida ao exame e consulta da Associação dos Advogados*, Lisboa, 1860; o autor doou generosamente a edição toda de 500 exemplares para ser vendida a beneficio do Asylo das raparigas abandonadas; *Carta ao ill.mo e ex.mo sr. Antonio José d'Avila, ministro e secretario d'Estado, etc., por occasião da publicação da lei de abril de 1861, relativa á desamortisação dos bens dos conventos, mitras e cabidos*; saiu com o pseudonymo de *Fr. Bruno do Ceo, egresso da ordem de S. Bruno do convento de Laveiras*, Lisboa, 1861. Publicou varias *Allegações de Direito*; *Defeza do reo Francisco de Mattos Lobo perante a Relação de Lisboa*, inserta na *Gazeta dos Tribunaes*, n.º 34, do anno de 1841; *Elogio historico do Advogado Emygdio Costa*, na mesma *Gazeta*, n.º 47, de 1842; *Noticia sobre a antiguidade dos juizes de paz em Portugal*, idem, n.º 40, de 1841. Tinha preparado um estudo historico sobre a antiga *Casa dos vinte e quatro*, que tencionava apresentar á Academia Real das Sciencias, mas parece que não chegou a ser publicado

**Paiva Manso** *(Levy Maria Jordão de Paiva Manso, visconde de)*. Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra; do conselho de Sua Majestade, advogado, vereador da camara municipal de Lisboa, auditor junto do ministerio da marinha, ajudante do procurador geral da Corôa, deputado, membro da commissão de revisão do Codigo Penal, e de outras de que foi encarregado; socio effectivo da Academia Real das Sciencias, da Sociedade dos Amigos das Letras da Ilha de S. Miguel, do Instituto do Coimbra, do Instituto Nacional da Suissa, da Academia Imperial das Sciencias de Toulouse, e da Legislação da mesma cidade; da Sociedade de Agricultura de Ponta Delgada, da de Estudos diversos do Havre, da dos Antiquarios de Amiens, da de Historia, de Argel, do Instituto historico e geographico do Brazil, etc. Nasceu em Lisboa a 9 de janeiro de 1831, onde tambem falleceu a 19 de junho de 1875. Era filho do barão de Paiva Manso Abel Maria Jordão de Paiva Manso *(V. o artigo antecedente)*. Matriculando se na Universidade, foi um dos estudantes que mais se distinguiram no seu curso. Estando no 3.º anno publicou em 1850 o 1.º periodo de um *Ensaio sobre a historia do direito romano*. Mais tarde publicaram-se os 2.º e 3.º periodos. Doutorou se a 19 de junho de 1853. Não querendo entrar no magisterio veiu para Lisboa exercer a advocacia. Em 1853 e 1854 publicou o seu *Commentario ao Codigo Penal*, obra em 4 volumes, que lhe grangeou grande reputação. Foi advogado de algumas causas celebres, que deram origem á publicação de muitos folhetos escriptos por elle e pelos advogados adversos, como fôram a da suspensão do arcebispo de Mitylene, a da pronuncia do prelado de Moçambique, e a do divorcio de J. Antonio Dantas da Gama. Em 1856 foi eleito vereador da camara municipal de Lisboa, sendo reeleito successivamente n'uns poucos de biennios. Em 28 de julho de 1855 foi eleito socio effectivo da Academia Real das Sciencias, ainda antes de seu pae, e em 1857 publicou uma estimada memoria juridica, *Memoria sobre a camara cerrada*, reproduzida por elle mesmo em francez na *Revue historique du droit français et étranger*. Em 1857 publicou em Paris tambem um *Étude historique sur la quotité disponible en Portugal*; em 1858 uma *Memoria historica sobre os bispados de Ceuta e Tanger*, e finalmente no dia 20 de fevereiro de 1859 pronunciava em plena Academia o elogio de Antonio Pereira de Figueiredo, uma das suas obras mais eloquentes, onde se liam estas palavras tanto mais notaveis quanto eram proferidas por um homem, que pertencia a uma raça, que fôra victima d'essas associações religiosas, cuja causa elle defendia. «A' situação em que, depois do meio seculo passado, este paiz, como todas as potencias do meio-dia da Europa se achou collocado em relação á curia romana, deveu Antonio Pereira ser uma d'essas figuras grandiosas que imprimiram na sua epoca um caracter austero mas solemne, uma das illustrações da congregação do Oratorio, que renascendo hoje nos paizes verdadeiramente liberaes com não menos fôrça e vida que manifestára aos contemporaneos de Mallebranche, Massillon, desappareceu com tantas instituições n'aquelles que em nome da liberdade negam e atacam uma das suas manifestações mais vitaes, o direito da associação religiosa, sem quererem convencer-se de que a liberdade da fé, luz e poesia da vida, não se destróe sem quebrarem os laços que ligam o homem ao infinito.» Eleito deputado ás côrtes pronunciou na camara alguns discursos notaveis, mas não se entregou muito ás lides parlamentares. Trabalhava tambem com perseverança em varias commissões para que fôra nomeado, entre outras a que fôra encarregada de apresentar um projecto do codigo penal. Em 1859 fôra nomeado auditor junto do ministerio da marinha. Encarregado tambem pela Academia e pelo governo de publicar as *Inscripções latinas* de Portugal e o *Bullario*, desempenhou com zelo estas commissões importantes, e o penoso trabalho a que se entregava para cumprir os seus multiplos deveres, ao passo que não deixava de saborear os encantos da vida social e da vida de prazer, não contribuiu de certo pouco para lhe apressar a morte. Nos ultimos annos da sua vida deliberára o dr. Levy Maria Jordão escrever *Historia do Congo*, obra para que encontrára amplos materiaes no decurso das suas investigações officiaes, mas quando a tinha quasi concluida, via que precisava de a refundir completamente, e não a quiz publicar. Depois da sua morte a Academia publicou os documentos que deviam servir para essa historia n'um volume com o titulo de *Historia do Congo*. A epoca mais brilhante da curta vida do visconde de Paiva Manso, epoca em que o seu nome se tornou verdadeiramente crédor da estima de todos os portuguezes, foi quando este notavel jurisconsulto defendeu os direitos da Corôa á bahia de Lourenço Marques, que a Inglaterra disputava, pretendendo ter direitos á posse dos territorios que rodeiam aquella bahia, e sustentava havia muitos annos com Portugal essa pendencia, desde que o capitão Owen se lembrára de fazer uns suppostos tratados com os regulos dos territorios marginaes d'essa bahia. A questão ficára sempre pendente, mas em 1875 a Inglaterra fez valer mais energicamente o seu direito, e o governo portuguez resolveu appellar para uma arbitragem, que a Inglaterra nobremente acceitou. Foi escolhido para arbitro o presidente da republica franceza, que era então mr. Thiers, e Levy Ma-

ria Jordão foi encarregado de sustentar o direito portuguez. Os trabalhos, que emprehendeu para esse fim, fôram verdadeiramente magistraes e honram deveras o seu nome. Escreveu em portuguez e em francez a *Memoria sobre Lourenço Marques* e a *Questão entre Portugal e a Grã-Bretanha, sujeita á arbitragem do presidente da republica franceza (Memoria apresentada pelo governo portuguez).* «O segundo d'estes trabalhos, diz Luiz Garrido no excellente *Elogio historico do visconde de Paiva Manso* que pronunciou perante a Associação dos Advogados e que corre impresso, o segundo d'estes trabalhos é completissimo. Encontra se ahi tanto no corpo da memoria como nos appendices e nos documentos tudo o que era preciso para tornar evidente o direito de Portugal aos territorios cuja posse e dominio era contestado pela Inglaterra Evidente que digo! evidente era o nosso direito aos olhos de todos, que examinassem, ainda superficialmente a questão e ninguem poderia suppôr que Portugal, povo enfraquecido e amigo da paz, fôsse sem bom fundamento sustentar um pleito arriscado com uma nação poderosa e tão falha de escrupulos como é a Inglaterra; mas por isso mesmo que esta nação conviéra, e em verdade não sei porque, em submetter a questão á arbitragem de uma nação amiga, convinha que o direito de Portugal fôsse demonstrado cabalmente e com o maior desenvolvimento. O sr. visconde de Paiva Manso era, sem duvida alguma, uma das pessoas mais habeis para tratar esta questão, e correspondeu admiravelmente á confiança que n'elle se depositava. O seu trabalho pouco conhecido, creio eu, como geralmente succede em relação aos escriptos de procedencia official, devia ser consultado por todos Ahi veriam, a par da mais rigorosa e concludente demonstração do direito da corôa portugueza, uma historia curiosa que merece ser conservada na memoria de todos os portuguezes» Foi effectivamente brilhante o modo como o dr. Levy Maria Jordão sustentou e defendeu os direitos dos portuguezes, e a ello se deve decerto o triumpho que Portugal obteve, porque depois de tres annos de debates, o novo presidente da Republica Franceza, o marechal Mac-Mahon, pronunciou a sentença a favor dos portuguezes, no dia 24 de junho de 1875, cinco dias depois do fallecimento do grande jurisconsulto, que morreu sem a certeza de que triumphara completamente a causa que defendera, sem vêr officialmente publicado e conhecido o seu triumpho. Não lhe faltaram as homenagens. Em plena camara dos deputados o ministro da marinha, então João d'Andrade Corvo, disse que o paiz devia ao finado jurisconsulto os mais altos e relevantes serviços. O dr. Levy Maria Jordão fora agraciado com o titulo de visconde de Paiva Manso, por decreto de 13 de outubro de 1869. Era casado com D. Maria Henriqueta de Araujo, filha de Antonio Joaquim de Araujo, proprietario em Thomar. Bibliographia: *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, com o titulo: *Fundamento do direito de punir*, Coimbra, 1853; *Commentario ao Codigo Penal Portuguez*, Lisboa, 1853 e 1854, 4 volumes; *A suspensão do ex.mo Arcebispo de Mitylene, ou defeza do primado de Sua Santidade; resposta ao dr. Cicouro*, Lisboa, 185·; *Minuta de appellação na causa de divorcio entre J. Antonio Dantas da Gama e sua mulher*, Lisboa, 1857; saiu tambem nas *Memorias da Academia Real das Sciencias*, nova série, classe 2.ª; o autor publicou a egualmente em francez com o titulo: *Le Morgengabe portugais;* saiu na *Revue historique de droit français et étranger*, de Paris; *Etude historique sur la quotité disponible en Portugal*, Paris, 1857; *Relatorio sobre a Casa de Santo Antonio e Mercieiras do Alqueidão, apresentados á camara municipal de Lisboa pelos vereadores dr. Levy Maria Jordão e José do Nascimento Gonçalves Correia*, Lisboa, 1857; a parte relativa á Casa de Santo Antonio, já instructiva e curiosa pelas noticias que dava da respectiva fundação, antiguidades, e estado actual, foi ainda mais extensamente deseuvolvida, ampliada, e comprovada com varios documentos, e novamente publicada com o titulo: *Historia da Real Casa de Santo Antonio, pelos vereadores*, etc., Lisboa, 1857; *Memoria historica sobre os bispados de Ceuta e Tanger*, Lisboa, 1858; *Petição de aggravo do prelado de Moçambique, da injusta pronuncia que contra elle lançou o juiz do 2.º districto criminal*, etc., Lisboa, 1859; vem tambem incorporada no opusculo: *Reflexões sobre a materia da petição do aggravo, que em defeza do prelado de Moçambique fez o advogado Levy Maria Jordão*, etc., por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, Nova Gôa, 1860; *Elogio de Antonio Pereira de Figueiredo: recitado na sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa em 20 de fevereiro de 1859*, Lisboa; *Portugaliae Inscriptiones Romanas edidit Levy Maria Jordão*, etc., volumen I, Olysipone, 1859; com uma carta da Lusitania antiga, *A propriedade litteraria não existia entre os romanos; memoria apresentada á Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1860; *Annaes dos pontifices; dias fastos e nefastos*, etc.; notas na versão dos *Fastos de Ovidio*, de Castilho, tomo I, pag. 251 a 265, e 292 a 298; *Oração inaugural na abertura do curso superior de letras em 1862*, Lisboa, 1863; *O orçamento e as colonias*, Lisboa, 1867; *Relatorio sobre o projecto do codigo penal*, etc. Collaborou no *Instituto*, de Coimbra; na *Semana*, na *Revolução de Setembro*, etc.

**Paiva Pitta** *(José Pereira de)* Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, lente cathedratico jubilado, etc.. N. em Penacova a 25 de abril de 1840, sendo filho de Manuel Pitta. Tem o curso de Theologia, que completou com distincção no seminario de Coimbra; formou-se em Direito no anno de 1866, recebendo o grau de doutor em 24 de julho de 1870. Foi reitor do Collegio dos Orphãos de S. Caetano, de Coimbra, professor de diversas disciplinas de Theologia no seminario episcopal da mesma cidade, procurador geral á Junta Geral do districto, pelos concelhos de Penacova e Poiares, secretario particular do cardeal-patriarcha D. Ignacio, desembargador e juiz effectivo da relação e curia patriarchal, em 1871, provisor e vigario geral interino do patriarchado em 1872, vigario geral e governador do bispado de Elvas, em 1873, e lente substituto da Universidade em 23 de dezembro de 1874, estando hoje jubilado. É socio do Instituto de Coimbra, e socio honorario da Associação dos Artistas da mesma cidade. Escreveu: *Theoria da não retroactividade das leis e sua applicação ás questões transitorias do codigo civil portuguez; dissertação inaugural.* As conclusões

magnas, que defendeu para o seu doutoramento, fôram impressas em latim e portuguez Escreveu mais: *Estudo sobre a ignorancia ou erro do direito*, Coimbra, 1871; *Breve memoria do seminario diocesano, de Elvas*, etc, Coimbra 1878; *A successão dos filhos illegitimos (codigo civil, artigos 1:989.º e 1:992.º). dissertação de concurso a uma das substituições da faculdade de Direito na Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1874.

**Paiva e Pona** *(Antonio de)* Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra. N. em Bragança a 10 de outubro de 1665; ignora se a data do fallecimento mas sabe se que foi antes de 1759. Era filho do licenciado Pedro Fernandes Pona e de Catharina Rodrigues de Moraes. Serviu alguns cargos na magistratura; em 1711 foi provedor da cidade de Miranda, e em 1728, corregedor de Evora, e depois do Desembargo no Paço. Escreveu: *Orphanologia pratica, em que se descreve tudo o que respeita aos inventarios, partilhas e mais dependencias de pupillo*, Lisboa, 1713; saiu addicionada por Manuel Antonio Monteiro de Campos, Lisboa, 1759. Deixou em latim a seguinte obra, que seu filho, José de Moraes Barros Paiva e Pona, traduziu em portuguez, e publicou em 1761 no Porto: *Addições á Orphanologia pratica, obra posthuma, que deixou composta na lingua latina Antonio de Paiva e Pona, traduzida*, etc. Estas *Addições* não são uma *terceira edição augmentada da orphanologia*, são sim um *Supplemento* á edição citada de 1713.

**Paiva e Pona** *(José de Moraes Barros)* Cavalleiro da ordem de Christo, monteiro-mór na comarca de Villa Real. N em Bragança, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho do antecedente Escreveu: *Manejo real; escola moderna da cavallaria da brida, em que se propõem os documentos mais solidos para os cavalleiros conseguirem esta scientifica faculdade; Novo methodo para desembaraçar os potros, vencer os resabiados, e reduzil-os a uma total obediencia*, Lisboa, 1762; com 17 estampas.

**Paixão** *(Fr. Alexandre da)*. Religioso da ordem de S. Bento. N. em Amarante a 7 de julho de 1631; fal. em Travanca no anno de 1701. Era filho de João Clemente e de Maria de Carvalho. Professou no convento de Tibães a 15 de abril de 1645. Foi prégador muito apreciado, geral da sua ordem e abbade dos conventos de Bostello e de Travanca Escreveu, mas não chegou a publicar se: *Historia particular do convento de Travanca* e *Diario desde o anno de 1662 até 1680* Sobre a vida d'este religioso estão publicados uns estudos na *Revista de Guimarães* (vol. XXVI) 1910.

**Paixão** *(Fr. Arsenio da)* Monge da ordem de S. Bernardo, da congregação de Alcobaça. N. em Sarzedas, e fal no convento d'Alcobaça em 1611. Entrou na ordem de Cistér no convento de Bouro a 13 de fevereiro de 1584, e professou solemnemente a 15 do referido mez de 1585. Foi o primeiro abbade triennal do convento de Santa Maria de Fiães, eleito em 1601, e do de S Pedro das Aguias, em 1606; D abbade e reitor do collegio de Coimbra em 1627, e duas vezes geral da congregação cisterciense: a 1.ª em 1625, e a 2.ª em 1633. Escreveu: *Livro ordinario do Officio Divino, e ceremonias da Ordem de Cistér, da Congregação e observancia da Santa Maria de Alcobaça*, Lisboa, 1639.

**Paixão** *(Fr. Francisco da)*. Nasceu em Lisboa, mas foi para Madrid muito novo, e lá vestiu o habito de mercenario descalço. Depois de lêr Philosophia e Theologia aos seus domesticos, applicou-se com particular estudo ás cerimonias ecclesiasticas augmentando com varias noticias o livro que n'esta materia escrevera Fr. Domingos dos Santos, seu patricio, e religioso da mesma ordem. Deixou publicado em hespanhol dois volumes sobre as cerimonias religiosas, em 1658 e 1669.

**Paixão** *(Fr. Guilherme da)*. Monge da ordem de S. Bernardo Era natural de Braga. e fal. a 21 de maio de 1601. Foi confessor do cardeal infante D. Henrique, durante seis annos, e prior do convento de Alcobaça. O cardeal considerava o tanto, que não podendo, pelos seus soffrimentos, assistir ao capitulo que se havia de celebrar em Lisboa a 1 de maio de 1579, o nomeou para o substituir, por uma provisão escripta em Lisboa a 17 de março do mesmo anno. O cardeal Alberto d'Austria, que foi governador de Lisboa nos primeiros annos do dominio hespanhol, tambem lhe ligava a maior importancia, e encarregou-o da visita e reforma da ordem Terceira de S. Francisco, cargo a que deu principio em 2 de dezembro de 1587 e terminou em 15 d'abril de 1588 Foi depois elevado á dignidade de geral da congregação cisterciense. Deixou ineditas as seguintes obras: *Chronica do Real convento d'Alcobaça*, *Noticia das fundações dos conventos de Cister em Portugal* e *Labyrintho espiritual*.

**Paixão** (*José Joaquim d'Oliveira*). Violinista, organista e compositor. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 1798, occupando os cargos de procurador e secretario durante os annos de 1803 a 1807. Em 1812 foi para a ilha da Madeira, e fixou a sua residencia no Funchal, sendo o 1.º violeta no theatro d'esta cidade. Foi muito apreciado como compositor, escrevendo numerosas musicas religiosas.

**Paixão**. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Carvalho, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. ‖ S Pedro, de Britello, do mesmo concelho e distr. ‖ Santo Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, do mesmo districto.

**Paixão Ribeiro** *(Manuel da)*. Professor de grammatica latina e de primeiras letras em Coimbra, que vivia nos fins do seculo XVIII. Foi muito curioso em musica, sendo discipulo de José Mauricio, que foi lente de musica na Universidade de Coimbra e mestre de capella em Coimbra. Escreveu: *Nova arte de Viola, que ensina a tocal-a com fundamento, sem mestre; dividida em duas partes, uma especulativa e outra pratica; com estampas das posturas ou pontos naturaes e accidentaes, e com alguns minuetes ou modinhas por Musica e por cifra*, Coimbra, 1789; com 8 estampas desdobraveis. No prologo d'esta obra diz o seu autor, que é um simples curioso de musica, discipulo de José Mauricio, e que se aperfeiçoara com a leitura da *Encyclopedia Methodica*, do *Diccionario de musica* de Rousseau, e dos *Elementos de musica* de Rameau Esta obra teve uma grande voga no seu tempo, segundo se diz

**Pala** Em heraldica é uma barra ou faxa que divide o escudo d'alto a baixo Em termo d'armaria é a 2.ª peça honrosa ordinaria, formada de differente esmalte, no meio do escudo e entre

duas linhas rectas parallelas, abaixadas perpendicularmente do lado superior, ou linha do chefe, ao inferior, ou linha do contra-chefe, do mesmo escudo. Não deve ter mais largura que a da terça parte do escudo, nem pódem entrar n'elle mais de duas, porque se fôrem tres, já são chamadas *coticas em pala*. Ha pala *carregada*, *coticada*, *debruada*, *xadrezada*, *erguida*, ou *levantada*, *filetada*, *guarnecida*, *lisa* e *perfilada*. *Em pala*, são as peças perpendiculares, e *em faxa* as horizontaes. *Dividido em pala*, diz-se do escudo dividido perpendicularmente em duas partes eguaes. *Pala abaixada* é a que não toca a linha do chefe, e *pala erguida* ou *levantada* é a que não toca a linha do contra-chefe.

**Palacio** *(D. Paulo de)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Evora, lente na de Coimbra, etc. Era hespanhol, nascido em Granada, e fal. em Villa Verde dos Francos em 4 d'abril de 1582. Veiu para Portugal em 1525, com a princeza D. Catharina, filha de Filippe I de Hespanha, que foi rainha de Portugal, pelo seu casamento com el-rei D. João III. D. Catharina o nomeou seu esmoler mór. Estudando na Univerdade de Evora o curso theologico, tomou o grau de doutor, sendo depois nomeado lente cathedratico de Escriptura Sagrada na de Coimbra. Foi prégador do cardeal rei, que, vendo-o decrepito e desejando suavisar lhe a velhice, o nomeou prior da freguezia da Ventosa, do concelho de Alemquer, beneficio de primeira ordem n'aquelle tempo, mas tão virtuoso e tão despido de ambições e de interesses era D. Paulo, que vagando por essa occasião a egreja de Villa Verde, para ella se transferiu, por ser muito menos rendosa, e ali se conservou durante dois annos até á data do seu fallecimento, restaurando n'esse curto espaço, á sua custa, a egreja matriz. Foi sepultado na capella-mór da referida egreja, do lado da Epistola, em cuja sepultura o seu velho amigo D. Francisco Carino, tambem hespanhol, e mais tarde bispo do Algarve, mandou abrir um epitaphio. Escreveu em hespanhol a seguinte obra: *Suma Caitana, sacada en lenguaje castellana: con annotaciones de muchas dubdas y casos de consciencia por el M.º Paulo de Palacio, natural de Granada. Por mandado y con approbacion del R.mo y Serenissimo S. Dom Henrique, Cardenal Inf. de Portugal y Arcebispo de Ebora. Fue empresso em Lisboa*, etc.; *acabose a los XX dias de Mayo de 1557. Con privilegio real.* Por esta traducção parece se fizera em portuguez a seguinte: *Summa Caetana, trasladada em linguagem portugueza, com annotações de muitas duvidas e casos de consciencia. Por ho Doctor Paulo de Palacio, cathedratico de S. Scriptura na uniuersidade de Coimbra Por mandado e com approuação do Cardeal Iffante, Arcebispo de Lisboa, Inquisidor Mór destes Reynos. Vam em esta terceira edição todos os Decretos do S. Concilio Tridentino*, etc., Coimbra, 1566. Escreveu mais: *Exposição de Paulo de Palacio ao Evangelho de S. Mathens*, Coimbra, 1564

**Palacio** *(Pedro)*. Medico regio no tempo de D. João III. Na chancellaria d'este monarcha, livro 50, fol. 94, existe uma carta regia com a data de 7 de julho de 1531, em que autorisava o licenceado em medicina Pedro Palacio a andar em mula.

**Palacio**. Esta designação vem do monte Palatino, de Roma, onde o imperador Augusto possuia um sumptuoso palacio. Em quasi todos os foraes do paiz se vê empregada esta palavra, por casa da camara, ou paços do concelho. Gozavam das honras e prerogativas de palacio real. Tambem ao mosteiro, hospicio, ou outra qualquer casa religiosa, davam os nossos antigos o nome de *palacio*. Tambem se dava esta designação á casa de qualquer vassallo de nobre ascendencia. O individuo que, armado ou desarmado, entrasse no palacio do rei ou do nobre, não era castigado, se não tirasse nada, mas pagava pelo dobro o que que subtraisse. Hoje ainda se chama *palacio* a qualquer casa grande, de apparencia nobre, e sendo casa mais pequena, mas de aspecto distincto, diz-se *casa apalaçada*.

**Palaçoulo**. Pov. e freg. de S. Miguel, da provincia de Traz os-Montes, conc e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança, 184 fog. 810 hab. Tem esc. do sexo fem, est. post. e feira a 27 de cada mez. A pov. dista 15 k da séde do conc. e está situada a 9 k. do rio Douro e a 6 da ribeira de Angueira. A mitra apresentava o reitor, que tinha 42$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 10, com a séde em Mirandella.

**Palaios** Pov. na freg. de S Miguel, de Palhacana, conc. de Alemquer, districto de Lisboa.

**Palames** Povoações nas freguezias: Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra || N. S.ª da Consolação, de Castello, conc. de Cezimbra, districto de Lisboa.

**Palamoro**. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Palanca**. Pov. da 1.ª div., Sengue, do conc. de Puugo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Colonia boer do conc. da Humpata, no planalto da Chella, distr. da Huilla, prov. d'Angola, Africa Occidental Está situada a 1:900 m. d'altitude, e a 7 k ao SE da colonia de S. Januario. Tem prosperado muito nos ultimos tempos, e é uma das povoações do concelho em que os emigrantes encontram trabalho logo que chegam. A Palanca é formada por uma planicie bastante uniforme, ondulada apenas por um systema de collinas baixas. O seu principal rio é constituido por tres riachos, e após um percurso de 12 k. lança-se no Nebe, junto á lagôa do Gando. O clima é muito saudavel. Tem boas e numerosas estradas

**Palançar**. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Miranda do Douro, distr. de Bragança.

**Palantisio**, ou **Palantusico**. Antiquissima freguezia proximo de Braga. Acha-se mencionada em alguns concilios e em outros documentos. Hoje ignora se completamente a sua situação, sabendo-se apenas que era perto de Braga. Tambem se não sabe o anno em que foi supprimida, mas parece que já não existia no tempo de D. Affonso Henriques.

**Palão** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, concelho de Pombal, distr. de Leiria.

**Palas**. Pov. na freg. de Santa Maria Magda-

lena, de Curopos, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

**Pale.** Aldeia da circumscripção militar de Valpoy, na prov. de Satary, distr. de Gôa, na India.

**Paleão.** V. *Palião.*

**Paleogana.** Territorio do distr. de Inhambane, Africa Oriental.

**Paleographia.** Arte de interpretar ou decifrar os escriptos antigos, e, em especial os diplomas manuscriptos da edade media.

**Paleographo.** Individuo versado em paleographia ou que a exerce || Livro de leituras escolares, impresso em caracteres reproduzidos dos manuscriptos. Teve no ultimo quartel do seculo XIX grande vulgarisação o *Paleographo* de Carlos Silva.

**Palermo de Faria.** V. *Faria (José Francisco Palermo da Fonseca).*

**Palestra.** Pov. na freg de S Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

**Palha.** Familia oriunda da Galliza, da qual ha noticia em Portugal já no tempo de D. Affonso III. Ligando-se com os Almeidas, ficaram os Palhas usando das armas dos Almeidas, e um ramo que se ligou com os Garcez, e que se ficou intitulando Garcez Palha, adoptou as armas dos Garcez, e assim teem por armas: Em campo vermelho seis bezantes de ouro entre uma cruz dobre e bordadura do mesmo metal; timbre, uma aguia vermelha besantada de ouro.

**Palha** (*Candido Mourão Garcez*). Foi visconde de Bucellas. V. *este titulo.*

**Palha** (*Fernando*). V. *Osorio Cabral (Fernando Palha).*

**Palha** (*Fernando Luiz Pereira de Miranda*). Brigadeiro graduado de infantaria, commandante do Real Asylo dos invalidos militares em Runa. N. em Lisboa em 1773, fal. no referido asylo a 26 de fevereiro de 1849. Seguindo a carreira das armas, assentou praça em 1793, foi despachado tenente em outubro de 1796, e subindo os diversos postos era tenente coronel de um regimento de infantaria no Rio de Janeiro, quando se offereceu para fazer parte da expedição que se organisou para Pernambuco, e ahi serviu ás ordens de Luiz do Rego. Sendo elevado a coronel regressou a Portugal em principios de 1823, e foi nomeado governador do Asylo de invalidos militares em Runa, quando a princeza D. Maria Benedicta fundou este estabelecimento. Reformado em brigadeiro no mez de setembro de 1837, foi essa reforma annullada com a condição de ficar sem accesso, garantindo-se-lhe a graduação e continuando á testa do Asylo, e ali falleceu. Escreveu: *Breve narração ácêrca do Real Asylo de Invalidos Militares estabelecido em Runa*, Lisboa, 1842.

**Palha** (*Francisco*). V. *Faria de Lacerda (Francisco José Pereira Palha).* Vol. III pag. 291.

**Palha** (*Lourenço Lobo de Almeida Garcez*). Governador e capitão geneeral da ilha de S. Thomé e Principe, para que foi nomeado em 1767. Governou com socego, e em S. Thomé falleceu em 1768, pouco depois da sua nomeação.

**Palha** (*Ludovico Xavier Mourão Garcez*). Foi o 1.º barão de Combarjúa. V. *este titulo.*

**Palha** (*Victor Anastacio Mourão Garcez*). N. em Gôa, e assentou praça a 16 de agosto de 1826, fal. em Ribandar a 28 de outubro de 1862. Era filho de Joaquim Mourão de Garcez Palha. Estudou o curso de engenharia, seguiu os postos n'essa arma, e era major e um dos membros do conselho do governo que tinham a sua origem na eleição popular, quando a 6 de maio de 1855 teve com os seus collegas de tomar a direcção da governança da India pela saida do visconde de Villa Nova de Ourem. Só exerceram o governo seis mezes, porque o entregaram a 3 de novembro d'esse mesmo anno a Antonio Cesar de Vasconcellos, depois conde de Torres Novas.

**Palha Carga** Porto da costa S da ilha de S. Vicente, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Tem bom fundo d'areia onde os navios pódem ancorar com segurança, excepto quando o vento sopra de terra. || Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da ilha de S. Vicente, archipelago e prov de Cabo Verde.

**Palha Carga do Engenho.** Pov da freg. e conc. de Santa Catharina, no archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Palhaça.** Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. de Oliveira do Bairro, com. de Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 305 fog. e 1:152 hab. Tem correio com serviço de posta rural, medico, pharmaceutico, e feira nos dias 12 e 29 de cada mez, sendo mais importante a de 29. A pov. dista 14 k. da séde do conc. A terra é fertil e bonita. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. Palhaça foi do extincto conc. de Sôza, comarca de Anadia; em 24 de outubro de 1855 passou ao conc. de Oliveira do Bairro, da mesma comarca; em 18 de dezembro de 1872 passou ao conc. e com. de Aveiro, voltando ao de Oliveira do Bairro, e á com. de Anadia, por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Milheirós de Poiares, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Segadães, conc. de Agueda, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, districto de Leiria.

**Palhacana.** Pov. e freg de S Miguel, da provincia da Extremadura, conc. e com. de Alemquer, distr. e patriarc. de Lisboa; 443 fog. e 1:865 hab. Tem esc. do sexo masc e est post. A egreja parochial dista 10 k. da séde do conc. O prior e beneficiados de Santo Estevam, de Alemquer, apresentavam o vigario, que tinha 300$000 réis de rendimento A pov. é muito antiga, pois já existia em 1164, anno em que D. Affonso Henriques a doou ao mosteiro de S. João de Tarouca. Chamava-se então *Herdade de Palhacana.* Diz-se que a egreja matriz foi edificada em territorio pertencente ao termo de Aldeia Gallega da Merceana. Está n'esta freg. o convento do Matto, proximo á aldeia do Matto. O seu nome deriva d'uma grande matta de carvalhos que existia n'este logar. Era da ordem de S. Jeronymo, e foi fundado em 1354 por fr. Vasco. Reedificou-se no tempo de D. João I, em 1389, e no tempo de D. Manuel em 1500. O convento está edificado n'uma encosta isolada, em sitio feio e triste. Tanto o mosteiro como a egreja ficaram muito arruinados com o terremoto de 1755, e nunca se reedificaram, celebrando se os officios divinos n'uma casa, que para isso destinaram. O convento foi vendido depois de 1834, e tornou-se propriedade

particular, com o nome de *Quinta do Matto*. Ha ainda na freguezia muitas outras quintas de mais ou menos importancia. A pov. pertence á 1.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Tambem se escreve *Palha-Canna*. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Condeixa-a Velha, conc. de Condeixa-a-Nova, districto de Coimbra.

**Palhacinha**. Pov. da freg. de Santa Marinha e concelho de Villa N. de Gaia, distr. do Porto.

**Palhaes**. Pov. e freg de N. S.ª da Annunciação, da prov da Beira Baixa, conc. e com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 146 fog. e 722 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem direita da ribeira Grande, a 3 da margem esquerda do rio Zezere, na estrada da Certã a Thomar. O grão prior do Crato apresentava o reitor, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15 com a séde em Thomar. || Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda: 83 fog e 281 hab. Tem est. post. e esc. do sexo fem. A povoação dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, nas margens d'um pequeno affluente do rio Tavora. O commendador de Malta, de Sernancelhe, apresentava o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. A terra é pouco fertil. Cria muito gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Extremadura, conc. do Barreiro, com. do Seixal, distr. e patriarc. de Lisboa; 252 fog. e 1:849 hab. Tem est. post., lagares d'azeite e fornos de cal. O povo apresentava o cura, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. Está installada a Escola Pratica de Torpedos e Electricidade no Valle de Zebro. E' fertil em generos agricolas. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa. Por decreto de 13 de janeiro de 1898 foi annexado a esta freg. o logar de Telha, que foi desannexado da de Alhos Vedros, conc. da Moita. Existiu aqui um convento fundado em 1542, e ainda em 1801 das suas ruinas se retiraram algumas ossadas de pessoas ali sepultadas. Era suffraganeo do convento da Arrabida e foi fundado, a instancias de D. Francisco da Gama, sendo encarregado da construcção S. Pedro d'Alcantara, que depois n'elle foi guardião e mestre de noviços. Em 22 de dezembro de 1560 passou o convento á categoria de provincia. Além dos padreiros muitas outras pessoas da mais alta aristocracia escolheram se sepultura no convento. O local era pessimo, muito insalubre e doentio, pelo que os frades se transferiram quasi todos para o convento de Verderena, caindo o edificio em abandono. Pertence ao ministerio da marinha. || Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Cabeçudos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Vizeu || S. João, de Codeços, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Paredes, do mesmo distr. || Santa Maria, de Frende, concelho de Baião, do mesmo distr. || S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, districto de Leiria. || Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. No alto do logar, á esquerda estão a casa e terreno, que fôrmam morgado pertencente e foreiro ao mosteiro de Odivellas. A' direita, n'outro alto, vêem-se a casa, quinta e pomar, propriedade que foi da casa titular Castello Melhor e que no seculo XIX foi comprada por Claudino José Carrilho, pertencendo depois em partilha a D. Emilia Carolina Carrilho Avellar Telles, e é hoje de seus dois filhos. A ermida, da invocação de Nossa Senhora dos Prazeres, tem nas paredes antigos azulejos. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª da Purificação de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Expectação, de Villar, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || Santo Adrião, de Vizella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Quinta na freg. de S. Sebastião, de Rendo, concelho de Sabugal, districto da Guarda.

**Palhaes de Baixo**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

**Palhaes de Cima** Povoações nas freg.ª: S. Sebastião e conc. de Setubal, distr. de Lisboa || S. Pedro, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

**Palhagueira**. Povoações nas freguezias: Santa Barbara de Nexe, conc. e distr. de Faro. || N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

**Palhal**. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Arnoso, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || Santa Cruz e conc. de Albergaria a-Velha, do mesmo districto. Tem caixa postal.

**Palhares**. Familia de que ha noticia já no tempo de D. Affonso III. As suas armas são: Em campo vermelho, seis bezantes de ouro em duas palas, entre ellas um braço com uma espada na mão, copos de ouro e folha de prata, com a ponta para cima; timbre, o braço com a espada.

**Palhares** *(Anselmo Pedro)*. Escriptor de que apenas se conhece a seguinte obra: *Instrucção á mocidade, feita para documento particular, e dada ao publico em obsequio ao sr. Francisco Xavier de Assis Pacheco Sampaio, a quem se dedica*, Evora, 1754.

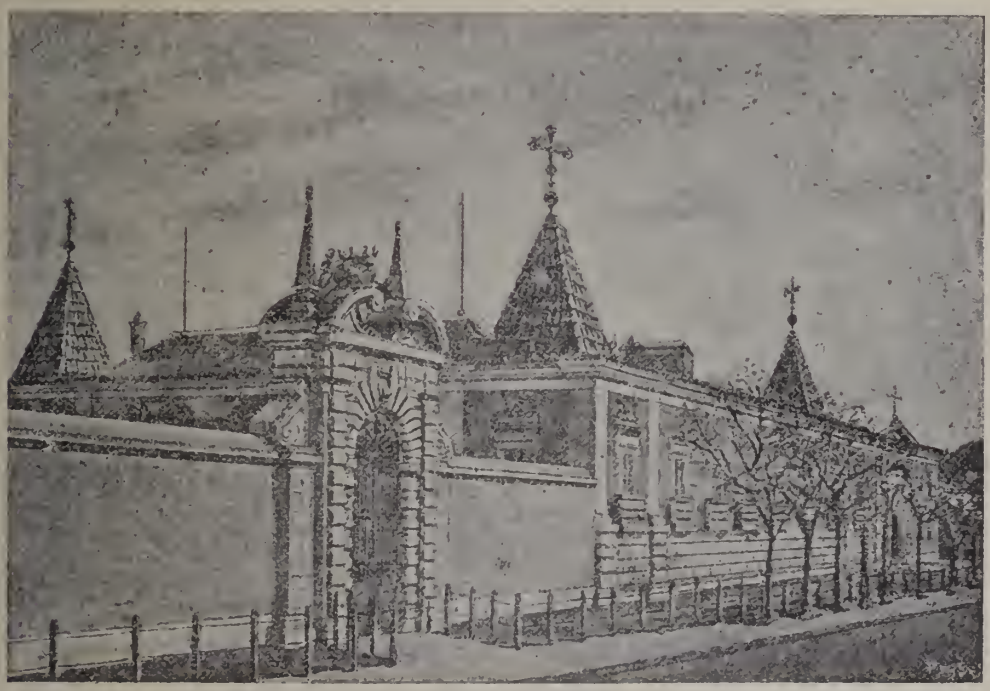
**Palhares**. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Jesufrei, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, conc e distr. de Bragança.

**Palhares e Barreira**. Dois logares reunidos na freg. de S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Palhavã**. Appellido nobre, cujas armas são: Em campo azul um molho de palha e espigas de trigo de ouro atadas com uma fita vermelha entre quatro torres de prata acantonadas; timbre, dois braços armados de prata tendo nas mãos um feixe de trigo do escudo atado com fita vermelha.

**Palhavã** *(Quinta e palacio de)*. Esta importante e historica propriedade fica situada no 3.º bairro de Lisboa, na estrada d'este nome, entre S. Sebastião da Pedreira e a Cruz da Pedra de Benfica. Foi construida em 1660 por D. Luiz Lobo da Silveira, 2.º conde de Sarzedas, e au-

gmentado o melhorado o palacio por seu filho D. Rodrigo da Silveira, 3.º conde do mesmo titulo, que mandou construir a grande porta da entrada principal, sobre a qual estão as armas d'esta antiga e nobilissima familia, pela extincção da qual, no seculo XVIII, passaram os seus bens para os condes da Ericeira, que depois fôram feitos marquezes de Louriçal, e extinguindo-se esta familia passaram os seus bens para os condes de Lumiares. Esta propriedade tornou-se notavel pela espessura dos seus bosques, pela vastidão dos seus jardins, pela preciosa collecção de plantas que n'elles se admirava, e pela grande quantidade de estatuas e vasos de marmore que os decoravam, algumas das quaes eram de primorosa esculptura. N'este palacio falleceu em 27 do dezembro de 1683 a rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, mulher de D. Affonso VI e enormes prejuizos, principalmente no dia e noite de 5 de setembro, em que se realisou ali um mortifero combate. Desde então progrediu a devastação a tal ponto que até os bosques, pomares e jardins fôram substituidos por searas de trigo, sendo retiradas para Lisboa, por ordem do proprietario da historica vivenda, o conde de Lumiares, algumas das estatuas e vasos mais pequenos, ficando as de maiores dimensões no seu logar primitivo, estatuas gigantescas feitas em Italia, na maior parte, trabalho do celebre esculptor Bernini. Em 1861 o conde de Azambuja, Augusto Pedro de Mendoça Rolim de Moura Barreto, comprou esta propriedade aos condes de Lumiares; o palacio foi então restaurado e a quinta muito melhorada. || Pov. na freg. de Santa Maria dos Olivaes e conc. de Thomar, distr. de Santarem.



Palacio de Palhavã

de D. Pedro II, tendo ido para ali com esperança de convalescer da sua grave doença. O palacio de Palhavã foi tambem por muitos annos residencia dos infantes D. Antonio, D. Gaspar e D. José, filhos naturaes, reconhecidos, de D. João V. Como para ali fôram ainda muito creanças, o povo chamou-lhes os *meninos de Palhavã*, designação que lhes durou até depois de velhos. Foi durante a estada dos infantes, que o palacio e a quinta chegaram ao seu maior estado de esplendor e magnificencia, começando a decair muito o seu brilhantismo depois da sua morte. Em 1807 e 1808 tambem os francezes os damnificaram muito. Durante o cêrco de Lisboa, de setembro até 10 de outubro de 1833, como a propriedade ficava entre os dois campos inimigos, tanto os constitucionaes como os absolutistas, lhe causaram

**Palheira.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Assafarge, conc. e distr. de Coimbra || S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

**Palheiras** (*Casal das*). Na freg. de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

**Palheirinhos.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, do Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem. || Santa Maria do Castello o conc. de Tavira, distr. de Faro.

**Palheiro.** Povoações nas freguezias: Santo André, de Souzello, conc. do Sinfães, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição, de Cercosa, conc. de Mortagoa, do mesmo districto.

**Palheiro do Ferreiro.** Ilha da Madeira e districto do Funchal: Santo Antão, de Caniço, con-

celho de Santa Cruz, e S. Gonçalo, conc. do Funchal. Tem caixa postal.

**Palheiros.** Pov. e freg. de S. Paulo, da provincia de Traz-os-Montes, conc. e com. de Murça, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 123 fog. e 432 hab. Tem esc. do sexo masc. e estação post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na falda da serra de Garraia, na estrada real de Murça a Mirandella. Os conegos da collegiada de Guimarães apresentavam o cura, que tinha 16$000 réis e o pé d'altar. A terra é pouco fertil; cria muito gado, e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Ilha da Madeira; S. Braz, de Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santo André, de Sazes de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || O Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja. || Sant'Anna da Serra, do mesmo conc. e distr. || S. Braz dos Mattos, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || S. Pedro e conc. do Trancoso, distr. da Guarda. || Ribeira do distr. de Lisboa. N. nas proximidades da freguezia de Pero Moniz, corre em direcção ONO, passa na Lourinhã, e vae desaguar no Oceano depois de 20 k. de curso.

**Palheiros de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freguezia de S. Gens, de Palla, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

**Palheiros de Mira.** Pov. na freg. de S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra.

**Palheiros da Tocha.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

**Palheta.** Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto. || Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga.

**Palhita.** Pov. da praganã de Naer ou Damão Grande, no distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. || Aldeia ao sul do rio Sandalcalo, da regedoria de Nossa Senhora dos Remedios, no conc. e distr. de Damão, na India.

**Palhota.** Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco. || S. Thiago e S. Matheus e concelho de Sardoal, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco || S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem. || S. Romão de Sádão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Machede, concelho e districto de Evora.

**Palhotas.** Pov. na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

**Palhoto** *(Antonio Candido)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. na Chamusca em 1806. Escreveu: *Da influencia das searas d'arroz na agricultura e na salubridade*, Lisboa, 1852; *A legalidade, opportunidade e utilidade da reforma da Carta Constitucional nas Côrtes de 1852*, Lisboa, 1852; saiu com as iniciaes A. C. P.

**Palião.** Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. E' um pequeno logarejo a 3 k. da séde do concelho, abundante de agua e de vegetação luxuriante. Acha-se aqui estabelecida uma bella fabrica de tecidos de algodão, filial da importante fabrica d'este genero existente na cidade de Thomar. A fabrica do Palião, de menores dimensões e importancia, emprega ainda assim mais de quatrocentos operarios entre homens mulheres e creanças, todas estas de edade superior a 12 annos. A sua installação, ligeira e elegante, é perfeitamente adequada ao fabrico dos seus productos, para o que tem os mais aperfeiçoados machinismos. A sua machina, é da fôrça de 250 cavallos e é auxiliada por um motor a agua, que desenvolve uma força prodigiosa.

**Paliem.** Pov. da regedoria de Uccassaim e conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, India. || Pov. e regedoria do conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa. Fica no caminho de Querim e Torxem.

**Palimballa.** Pov. da região dos Bellos, na ilha de Timor, Oceania. Fica na costa N da ilha, no reino de Maubara, a 60 k. ao O de Dilly.

**Palito.** Pequeno instrumento ordinariamente de madeira, estreito e ponteagudo, que serve para esgaravatar os dentes, tirando de entre elles os fragmentos de comida, que ahi ficam adherentes. O palito de madeira de salgueiro é de origem portugueza. Esta industria tem a sua bibliographia especial. E' interessante o artigo que sobre os palitos escreveu o sr. Rodrigues Monteiro na revista *Portugalia*, tomo I, pag. 625 datado de Coimbra, 1900. No *Popular*, Lisboa, 18-x-1897, escreveu o sr. Alberto Pimentel um artigo intitulado *O Palito*, em que descreve esta industria. No *Recreio*, n.º 24, Lisboa, 1893, lê-se um artigo sobre esta industria domestica, genuinamente portugueza, muito desenvolvida em Lorvão *(V. este nome)* e em Coimbra, onde os palitos teem um certo cunho artistico pelos seus rendilhados || *Palitos phosphoricos*. Assim se denominavam os phosphoros de pau. V. *Phosphoro*.

**Palla.** Pov. e freg. de S. Simão, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 216 fog. e 799 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. postal. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada em terreno plano, entre duas pequenas ribeiras que fórmam um affluente da ribeira de Massueime. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. do recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. O abbade de Valle Bom apresentava o cura, que tinha 6$000 réis do rendimento e o pé d'altar. A terra é pobre: cria algum gado, e tem bastante caça || Pov. e freg de S. Gens, da prov. da Beira Alta, conc. de Mortagoa, com. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu, bisp de Coimbra; 260 fog. e 985 hab.. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Fica distante 5 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, nas margens d'um affluente da ribeira de Mortagoa. Os conegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra apresentavam o cura,

que tinha 90$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil, tem caça e eria algum gado. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Tanto esta freg. como a antecedente, são muito antigas. O nome provém-lhes, segundo a tradição, de terem sido de Enderquina Palla, que viveu nos fins do seculo IX e principios do X, filha do capitão Mem Guterres, e casada com Gundezindo, filho de Ero Na freg de S. Geus, de Palla, ha um valle solitario, mas fresco, por estar povoado de frondoso arvoredo, fructifero e silvestre, e regado por dois mananciaes de crystalinas aguas. || Povoações nas freguezias: Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro || Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto. N'esta aldeia ha um apeadeiro na linha do caminho de ferro do Douro, entre as estações de Juneal e Mosteiró. || S. Pedro, de Croca, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Paio, de Eira Vedra, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Martha, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Mamede, de Valle de Remigio, conc. de Mortagoa, distr de Vizeu.

**Pallanciano** *(Cayo Carpo)*. Nobre senhor da Maia, terra onde nasceu, no tempo da antiga Lusitania. Ficando prisioneiro dos romanos, foi liberto de Augusto Cesar, e por isso se denominou *liberto*, e não porque fôsse de baixa condição. Foi coadjutor de Claudio Athenedoro, prefeito das rendas publicas. Casou com Claudia Loba Calense, nascida em Cale *(Gaia)*, filha ou neta do pretor romano Cayo Sevio Loba, progenitor dos *Lobos, Lopes*, etc.. Foi este cavalleiro lusitano o primeiro que tomou por armas, ou divisa, cinco vieiras *(conchas)* em memoria do milagre que lhe fez o apostolo S. Thiago Maior, no anno 41 de Jesus Christo, no proprio dia do seu casamento, e em vista de cujo milagre, elle, sua mulher e familiares se fizeram christãos no mesmo dia. No *Theatro dos letreiros antigos*, pag. 98, se vê o epitaphio de Cayo Carpo e de sua mulher, escripto em latim, cuja traducção é a seguinte: «Cayo Carpo, da Maia, liberto de Augusto Cesar, coadjutor de Claudio Athenedoro, prefeito da renda dos mantimentos, fez este monumento, para si e para Claudia Loba Calense, sua mulher piissima, e para Tito Claudio Quirino, para Antonio, filhos, e para Liberio Claudio, Romano Servo, que lhes nasceu em casa: para os que haviam sido seus servos, e estavam livres, assim homens como mulheres; e para seus descendentes.»

**Pallas.** Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Curópos, conc. de Vinhaes, districto de Bragança.

**Palle.** Familia que procede de Francisco Monteiro, valoroso soldado das nossas guerras do Oriente, e que pelas suas proezas na tomada da fortaleza de Palle, adoptou este appellido e recebeu de D. João III, além de outras mercês, o seguinte brazão d'armas: Em campo vermelho uma serra de sua côr com penhascos realçados de prata, no alto d'ella dois baluartes com um muro de um ao outro, caindo por terra com duas peças d'artilharia que atiram a elle, as duas peças de sua côr, montadas em carretas de ouro, no alto do muro um braço armado de prata com uma adaga do mesmo metal na mão com os copos de ouro; timbre o braço com a adaga na mão.

**Palle.** Pov. da freg. de Velsão do conc de Salsete, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada á beira-mar na peninsula de Salsete. || Pov. da regedoria de Velguem e conc. de Sauquelim, Novas Conquistas, no districto e arceb. de Gôa, India.

**Palli.** Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo da margem direita do rio de Veluz. || Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica nos contrafortes dos Ghattes.

**Pallinha.** Pov na freg. de S. Geus, de Palla, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

**Pallio** Manto, capa. Ornamento que consiste n'uma especie de faixa, feita de lã branca e semeada de cruzes negras, que o papa concede aos patriarchas e arcebispos e que algumas vezes tambem envia aos bispos, como testemunho de particular distincção. O pallio é portanto uma banda ou faixa de lã branca, comprida e estreita, que se colloca por cima da casula contorna as espaduas com as extremidades pendentes uma na parte anterior, outra posterior, presas por duas placas de chumbo forradas de seda preta. No fundo acham se dispostas, de distancia a distancia, cruzes riscadas de negro. O pallio prende-se na casula com tres alfinetes de ouro, encabeçados com pedras preciosas. A lã de que é formado provém de carneiros apresentados e abençoados com pompa solemnidade, no dia 21 de janeiro, na egreja do mosteiro de Santa Ignez extra muros, depois confiados, durante um anno, ás religiosas capuchas do Quirinal, e, no anno seguinte, ás camádulas de Santo Antonio, perto de Santa Maria Maior. Durante a semana Santa as religiosas tosquiam os cordeiros e fazem apresentar a lã ao Papa que a entrega ao primeiro mestre de cerimonias, a fim de fazel-a tecer em conformidade com as regras. Os pallios trazidos em procissão, n'uma bacia de prata dourada, são abençoados, no dia 28 de junho, depois das primeiras vesperas dos Santos Apostolos, na basilica de S. Pedro pelo Pontifice, ou na sua ausencia, pelo cardeal officiante. Depois são levados á Confissão de S. Pedro (logar onde em Roma se guardam as reliquias dos Santos). Antes de serem entregues ao destinatario, são collocados em cima do tumulo do apostolo, ao menos durante uma noite. D'est'arte, presuppõe-se que S. Pedro dormiu sob este manto, que se torna, por assim dizer, o seu, e opera, em favor de quem o recebe, uma influição de virtude e de poder, analoga á que resultou da entrega d'um manto de Elias a Eliseu, seu successor. Este pensamento é expresso pela formula ritual: «Tradimus tibi pallium de corpore beati Petri sumptum, in quo est plenitudo pontificalis officii.» O pallio é a insignia da dignidade archiepiscopal e patriarchal. Em conformidade com a disciplina que a Côrte Pontificia logrou impôr á Egreja do Occidente, um patriarcha ou arcebispo não póde tomar o seu titulo senão depois de ter recebido o pallio. Sendo transferido para outra séde, tem de pedir um novo pallio. Não deve exercitar funcção alguma pontifical antes de o ter recebido, mesmo que o tivesse possuido na séde que precedentemente occupára. O pallio é pedido ao Papa em consistorio, por in-

termedio de um advogado consistorial, que solicita essa graça de joelhos e por tres vezes: «instauter», «instantius», «iustantissime». Similhante insignia não póde servir senão áquelle a quem foi concedida. E' enterrada com seu dono no mesmo caixão. Antes de receber o pallio, o dignitario, a quem foi concedido, deve prestar juramento de obediencia á Santa Sé. Uma Decretal de Pascal II (1099–1124) indica, em termos energicos, a dependencia que o Papa julga resultar da concessão d'esse objecto e do juramento que tem de acompanhar a sua entrega: «Cum a Séde Apostolica vestræ insignia dignitatis exigitis, que a beati Petri tantum corpore assumuntur, justum est ut vos quoque Sedi Apostolicæ subjectionis debitæ signa solvatis, quæ vos cum beato Petro tanquam membra de membro habere et catholici capitis unitatem servare declarant » || Sobrecéo portatil feito de um quadrilongo de panno de seda e sustentado por varas para ser levado á mão, e que serve para cobrir como signal de distincção e honra nos cortejos ou processões solemnes a pessoa ou o objecto que mais se pretende honrar, e é particularmente empregado nas procissões religiosas para cobrir a hostia consagrada ou a imagem do Senhor morto.

**Pally.** Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arcebisp. de Gôa, India. Está situada na margem direita do rio Madei.

**Palma.** Appellido nobre tomado da freg. de S. João Baptista, de Palma, do concelho d'Alcacer do Sal. O primeiro que se encontra, com este appellido, é João Carlos da Palma, natural d'Obidos, que foi governador da praça de Castello de Vide. As suas armas são: Em campo de ouro uma palmeira verde, sobre um monte da sua côr; elmo d'aço aberto, e por timbre um ramo de palma.

**Palma** *(D. Antonio Mascarenhas da Costa, 1.º conde da)* Senhor do morgado da Palma, alcaide mór de Trancoso e de Castello de Vide; commendor de Santa Maria da Deveza de Castello de Vide e de Niza, na ordem de Christo. Era filho de D. João Mascarenhas e de sua mulher, D. Maria da Costa. Succedeu na casa de seu pae, e por sua mãe no morgado de Gil Eannes da Costa. Filippe IV, de Hespanha, e III de Portugal o agraciou com o titulo de conde da Palma, por carta de 30 de março de 1624, e n'esse mesmo anno casou com D. Maria Tavares, dama da rainha D. Izabel de Bourbon, filha de Luiz Alvares de Tavora, 1.º conde de S. João da Pesqueira. Fal. ainda novo e sem filhos a 18 de fevereiro de 1634. Succedeu na casa, mas não no titulo, seu irmão D. Nuno de Mascarenhas, que serviu na restauração da Bahia, no posto de capitão de infantaria, o qual falleceu na batalha de Montijo, em 26 de maio de 1644. Casou com D. Brites de Menezes, filha herdeira de D. Francisco de Castello Branco, 2.º conde de Sabugal, herdando este titulo. Esta senhora, ficando viuva, casou em segundas nupcias com D. João Mascarenhas, 3.º conde de Sabugal. D'este matrimonio, entre outros filhos, houve D. João de Mascarenhas da Costa, que foi o 2.º conde da Palma.

**Palma** *(Domingos Roiz).* Ourives estabelecido em Lisboa, na segunda metade do seculo XVI.

**Palma** *(D. Francisco de Assis Mascarenhas, 5.º conde da).* Era filho legitimo de D. José d'Assis Mascarenhas Castello Branco da Costa Lencastre, 4.º conde d'Obidos, senhor de Sabugal e de Palma, e de sua mulher, D. Helena Maria Josepha Xavier de Lima. N. em Lisboa a 20 de setembro de 1779, fal. no Rio de Janeiro a 6 de março de 1843. Aos 25 annos de edade, em 1804, era governador da então capitania de Goyaz, distinguindo-se pelo seu tino e prudencia, acalmando os animos que se achavam exaltados, fazendo grandes economias, promovendo a navegação dos rios Tocantins e Aragaya, e conseguindo a creação da comarca de S. João das Duas Barras. Em 1808 foi nomeado governador da capitania de Minas Geraes, e em 1814 da de S. Paulo, e em 1818 da Bahia. Em 1821 foi escolhido para presidente da junta provisoria do governo da Bahia, cargo que não acceitou, retirando-se para o Rio de Janeiro. Adoptando a causa da Independencia do Brazil, teve o titulo de marquez de S. João das Duas Barras, assistiu como condestavel á coroação e sagração do imperador D. Pedro I, e exerceu ainda alguns cargos importantes no Brazil; era gran-cruz da ordem de Christo e da ordem da Rosa do Brazil.

**Palma** *(D. João Mascarenhas de Castello Branco da Costa, 2.º conde da).* Senhor dos morgados de Palma e dos Costas, e successor da casa e condado de Sabugal; no que não chegou a succeder por ter morrido, muito moço, ainda em vida de sua mãe. Alcaide-mór e commendador de Castello de Vide. Era filho de D. Nuno de Mascarenhas e de D. Brites de Menezes. Casou com D. Joanna de Castro, sua prima e irmã de seu padrasto, filha de seu tio D. Francisco Mascarenhas, do conselho de Estado, e de D. Margarida de Vilhena, sua mulher e sobrinha. D'este consorcio houve uma unica filha, D. Brites Mascarenhas da Costa de Castello Branco Barreto, 1.ª condessa de Palma, senhora do condado e morgado dos Costas e da alcaidaria-mór de Castello de Vide, e por sua avó paterna, senhora do condado de Sabugal e mais casa, e do officio de meirinho-mór do reino de seu avô. Casou com D. Fernando Mascarenhas, 2.º conde e alcaide-mór de Obidos, e pelo seu casamento 4.º conde de Sabugal e da Palma. Os titulos de conde da Palma e de Obidos, incorporaram-se então no de Sabugal. V. *Obidos* e *Sabugal*.

**Palma** *(Joaquim Placido Galvão).* Presbytero secular, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, vigario capitular do bispado de Portalegre e do arcebispado de Evora, deputado, etc. N. em Extremoz, e parece que fal. em 1839 ou 1840. Era filho de Manuel Martins Galvão Palma. Entrou primeiro para a ordem dos eremitas reformados de Santo Agostinho, conhecidos mais vulgarmente pelos *Grillos*. Estudando na referida universidade o curso theologico, tomou o grau de doutor a 6 de julho de 1794, com o nome de fr. Joaquim da Mãe dos Homens. Deixando depois o claustro, foi, como presbytero secular, nomeado prior da freguezia de Monsaraz. Apenas rebentou a revolução de 1820, logo manifestou as suas idéas liberaes, escrevendo a seguinte *Memoria* para ser lida nas côrtes: *Memoria para ser recitada no augusto congresso das côrtes, julgando-a digna de subir a elle a Junta Provisoria do Governo supremo do reino, a cujos ex.mos membros tem a honra de a dedicar um portuguez*, Lisboa, 1821; no frontispicio não traz o nome do autor, mas n'uma nota a pag. 3, o declara. Es-

ereveu ainda outra para ser apresentada a el-rei D. João VI, com o titulo seguinte: *Memorial que tem a honra de fazer subir á augusta presença de sua majestade fidelissima o sr. D. João VI o seu mais humilde vassalo*, etc., Lisboa, 1821. Prégou o constitucionalismo na sua freguezia, e em 1822 publicou um dos seus sermões, com o nome de: *Discurso em que o prior da matriz da villa de Monsaraz faz vêr ás suas ovelhas, que a monarchia constitucional proclamada pela nação, uma vez executadas as suas leis, é mais conforme á religião de Jesus Christo que o antigo governo*, etc. Em 1821 foi-lhe attribuido o seguinte opusculo que appareceu anonymo: *Reflexões sobre o clero secular e regular, por um cidadão portuguez, por um presbytero e philosopho, amigo da religião e da patria*. No *Diccionario bibliographico*, vol. XII, pag. 136, lê se o seguinte, ácêrca d'este opusculo: «O padre José Morato, n'uma das suas obras affirma positivamente que o dito opusculo fôra composto por D. André de Moraes Sarmento, ex conego regrante de Santo Agostinho, do mosteiro de S. Vicente de Fóra.» As suas bem conhecidas idéas liberaes fizeram com que fôsse eleito deputado nas côrtes ordinarias de 1822. O P. Galvão Palma atravessou incolume a crise de 1823, mas como se salientasse novamente em 1826 pelos seus sentimentos de liberalismo, foi preso em maio de 1828 pelo governo miguelista, e lançado nos carceres tristemente celebres da Torre de S. Julião da Barra, d'onde saiu em 10 de junho de 1829, para ser removido, debaixo de prisão, para o convento do Bussaco, e ali passou cinco annos, até que em 1834 se restabeleceu o regimen constitucional. Saindo então da sua clausura, ao passar por Coimbra, publicou o seguinte folheto: *Parabens aos fieis portuguezes pelo seu heroico resgate*, etc. O governo de Lisboa o nomeou governador temporal e vigario capitular do bispado de Portalegre, cargos que exerceu de 21 de maio de 1834 a 25 de junho de 1836, sendo n'este anno transferido para o arcebispado de Evora, com os mesmos cargos, sendo tambem eleito conego d'aquella cathedral, segundo consta. O motivo da transferencia fôra o abandono em que o arcebispo D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, acerrimo partidario de D. Miguel, deixara o arcebispado, e se refugiara em Roma, d'onde mandou uma pastoral, com a data de 31 de outubro de 1836, sendo o seu titulo: *Pastoral ao clero da diocese eborense, para mais conhecimento dos proprios deveres, e menos vergonha de confessar o nome de Jesus Christo, com a declaração de se dar por incurso na pena de excommunhão ao reverendo Joaquim Placido Galvão Palma, em conformidade com o concilio Tridentino na sessão 23, canon 7*, etc. Em 1837 appareceu o opusculo anonymo com o titulo: *Joaquim Placido Galvão excommungado*, tambem contra elle, e a favor de D. Fr. Fortunato de S. Boaventura, em que se refutava uma *Pastoral* do dito Galvão. Assegura-se que o verdadeiro autor foi um padre Antonio Joaquim do Nascimento, de Evora. Este opusculo saiu no *Escudo da Religião Catholica*; a 1.ª parte saiu tambem em separado, mas a 2.ª, parece que não passou do referido jornal. O P. Galvão Palma conservou se em Evora até 1837, e n'esse anno foi eleito deputado ás côrtes constituintes. Além dos escriptos já apontados, existem nos *Diarios das Côrtes* varios discursos por elle pronunciados no exercicio da sua deputação nas assembléas de que foi membro. Tambem publicou: *Sermão de acção de graças pelo regresso de D. João VI*, Lisboa, 1821; *Resposta que deu a um amigo de consciencia timorata, que o consultou sobre a reforma projectada para os regulares, e particularmente se devia aproveitar se da graça que o congresso augusto impetrou da sé apostolica para a secularisação d'ellas*, Lisboa, 1822; *Discurso que no dia do juramento da constituição politica reciton ás suas ovelhas na matriz da villa de Monsaraz*, Lisboa, 1822; *Discurso que se reciton no dia da installação da camara constitucional da villa de Monsaraz, pelo prior da matriz da mesma villa*, Lisboa, 1822; *Pastoral dirigida aos reverendos parochos do bispado de Portalegre*; tem a data de 11 de agosto de 1835; Lisboa, 1835; *Carta pastoral ao clero e fieis da metropole de Evora;* tem a data de 6 de outubro de 1836, Lisboa, 1836; *Pastoral aos ministros do culto e fieis da metropole eborense*; tem a data de Lisboa em 1 de julho de 1837, Lisboa, 1837.

**Palma** *(José Pinto)*. Violinista distincto e musico muito illustrado, que fal. em 29 de agosto de 1847. Entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 11 de maio de 1798, empregando-se como primeiro violino chefe no theatro da Rua dos Condes, do qual se tornou socio empresario. Foi tambem primeiro violino chefe no theatro do Salitre. Para estes theatros escreveu muita musica intercalada em diversas peças, constando de arias, coros, bailados, etc. Em 1825 passou para o theatro de S. Carlos, occupando durante alguns annos o logar de concertino nas operas e de primeiro violino chefe nas dansas, até que fatigado pela edade passou a primeiro dos segundos violinos. Tornou se tambem digno de menção, tanto pelos saraus lyricos que dava em sua casa, e nos quaes se executavam sempre as melhores peças de musica classica, como pela excellente bibli theca musical que possuia, que era considerada como uma das melhores que tinham existido em Portugal até á sua epoca, e para a qual mandava vir regularmente todas as principaes composições que se publicavam em França, Italia e Allemanha. José Pinto Palma foi um dos fundadores do Montepio Philarmonico, e mestre de muitos dos nossos principaes musicos. O *Pinto violinista*, a que Balbi se refere no *Essai Statistique*, é Pinto Palma.

**Palma** *(José dos Santos)*. Magistrado. N. em Lisboa a 1 de novembro de 1680, fal. em 29 de abril de 1739. Era filho de Manuel João Menezes e de Izabel de Jesus Soares. Estudou letras humanas no collegio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, e lingua latina. Passando depois á Universidade de Coimbra, estudou jurisprudencia cesarea. Não querendo seguir o magisterio, exerceu, a advocacia; foi juiz do civel, juiz do fisco em Evora e depois em Coimbra; desembargador da Casa da Supplicação, nomeado a 7 de agosto de 1734; deputado da Junta do Tabaco, juiz do Tombo dos Armazens do Reino, juiz da moeda falsa e ouvidor da Terras da Rainha. Deixou alguns trabalhos de jurisprudencia, em latim, que nunca se imprimiram.

**Palma** *(Luiz José Ribeiro, barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, do conselho de Sua Majestade, presidente da Jun-

ta do Credito Publico, brigadeiro graduado, commissario em chefe do exercito, condecorado com a medalha n.º 2 da Guerra Peninsular, etc. N. em Villa Real a 22 de maio de 1785, fal. em Lisboa a 14 de dezembro de 1856. Era filho de Antonio José Ribeiro e de D. Izabel Maria da Fonseca. Depois de estudar primeiras letras e um pouco de humanidades no convento de S. Francisco, de Villa Real, debaixo da direcção do illustre Fr. Francisco de Mont'Alverne, partiu para o Porto a cursar sciencias mathematicas na Academia Real da Marinha e Commercio. Apenas concluiu o curso, que seguiu com distincção, foi nomeado pelo intendente geral das minas e metaes do reino José Bonifacio d'Andrada e Silva, para o logar importante de recebedor e distribuidor do cofre das minas de carvão de pedra do Porto, prova do seu elevado merecimento e seriedade, pois apenas contava 19 annos quando recebeu a nomeação, que tem a data de 4 de outubro de 1801. Quando cinco annos depois os francezes appareceram deante do Porto, Luiz José Ribeiro apresentou-se para combater como voluntario, e foi nomeado para a bateria do Bomfim. Uma bala franceza, atravessando-lhe a perna direita, feriu o gravemente, e apenas se viu restabelecido, como o cofre das minas de carvão de pedra pouco teria que dar e que receber n'essa epoca, Luiz José Ribeiro foi servir por ordem da junta de direcção geral dos provimentos de bocca para o exercito, para servir na administração da provincia da Beira, sendo ao mesmo tempo incumbido de fiscalisar as feitorias de toda a provincia e de uniformisar os pesos e medidas, resolução indispensavel para a regularidade da fiscalisação, sendo impossivel tomarem-se contas direitas aos agentes da Junta, desde o momento que não estivessem sujeitos a um padrão unico os pesos e medidas officiaes. Terminada essa commissão, recolheu na primavera de 1810 á praça de Almeida, séde da administração da provincia, e ali estava quando a praça foi cercada pelo exercito francez commandado pelo general Massena. A explosão de um paiol de polvora, fazendo grande numero de victimas, deixou ao mesmo tempo a praça na impossibilidade de continuar a resistencia, e Almeida teve de capitular, ficando a guarnição prisioneira de guerra. Luiz José Ribeiro ficou tambem prisioneiro, assim como os outros, e como os francezes procuravam sobretudo chamar os prisioneiros para o seu serviço, mandaram n'o servir debaixo das ordens do commissario ordenador em chefe, mr. Leclec, que empregou todos os esforços para que Luiz José Ribeiro seguisse as bandeiras de Napoleão. Ribeiro, porém, esquivou-se conforme pôde a tomar um compromisso qualquer, e no dia 28 de setembro de 1810 conseguiu fugir, indo com grande risco apresentar se em Traz os-Montes ao general Silveira. Este não se julgou autorisado a dar-lhe destino, e mandou-o apresentar a Beresford, que tinha então o seu quartel general no Cartaxo. Atravessou quasi todo o paiz tambem em grande perigo, porque teve de passar por meio do exercito francez acampado deante das linhas Torres Vedras, e pôde emfim chegar ao Cartaxo, onde tambem lhe não quizeram dar destino por não ser official combatente, e mandaram-n'o apresentar aos governadores do reino. Luiz José Ribeiro partiu para Lisboa, e aqui não fizeram grande caso da sua apresentação, e não só o não collocaram de prompto, mas nem ao menos se apressaram a pagar-lhe os soldos que se lhe deviam. Desgostoso por ter vindo procurar este desengano atravez de tantos perigos, resolveu abandonar a vida publica, e tendo alguns inglezes reconhecido o seu prestimo, não hesitaram em lhe confiar para uma negociação commercial nos portos do Mediterraneo o brigue *Epaminondas*, com o qual saiu do rio Tejo em março de 1811, percorrendo os portos de Gibraltar, Malta, Tunis, Sicilia e Sardenha. Voltando a Lisboa a 2 de março de 1812, achou a patria já livre do jugo francez, e acceitou o offerecimento que lhe foi feito pelo desembargador Gaudencio Torres, seu amigo, para se incumbir da escripturação n'uma commissão de que o desembargador estava encarregado juntamente com o secretario do ministro inglez, mr. Croft, e que consistia em distribuir pelos povos das provincias invadidas, e que tinham soffrido com a passagem vandalica dos francezes, a quantia de 100:000 libras votadas para esse fim pelo parlamento britannico. Serviu gratuitamente esta honrosa commissão, e depois de a concluir foi empregado no commissariado, e na qualidade de commissario do exercito de operações foi para Salamanca, onde era a séde da administração do exercito de lord Wellington, que n'essa occasião, depois de ameaçar Madrid, cercara Burgos. D'ahi a pouco teve o exercito que retirar precipitadamente sobre Portugal, perseguido pelos francezes. Em 1813 entrou de novo em Hespanha, ganhou a batalha de Vitoria, e passando aos Pyrenéos, entrou em França, organisando sempre Luiz José Ribeiro na retaguarda do exercito os fornecimentos de viveres. Terminada a lucta, e regressando o exercito a Portugal, foi Luiz José Ribeiro encarregado de apresentar uma conta geral das despezas dos ultimos annos da campanha, trabalho improbo que levou ao fim a grande custo, e que foi muito elogiado. Recebendo, porém, apenas como recompensa uma gratificação de 15$000 réis mensaes, e não tendo a promoção a que se julgava com direito, Luiz José Ribeiro deixou o commissariado, e elaborou um plano de administração militar, que tencionava levar ao Rio de Janeiro, mas, estando em Lisboa em 1820, passou por esta cidade o conde de Palmella, que ia tomar conta do ministerio dos negocios estrangeiros e da guerra, e Luiz José Ribeiro apresentou-lhe o seu plano. O conde de Palmella attendeu o, mas n'isto rebentou a revolução de 1820, e afinal Luiz José Ribeiro levou o seu plano ás côrtes. Entretanto tomava conta do ministerio da fazenda Sebastião José de Carvalho, que o chamou para o seu gabinete, encarregando o entre outros trabalhos, da elaboração do orçamento da receita e despeza para o anno de 1823. Era o primeiro orçamento que se fazia em Portugal, não havia elementos alguns para esse trabalho, e Luiz José Ribeiro com grande difficuldade se desempenhou d'essa commissão. Foi elle pois quem elaborou o primeiro orçamento portuguez. Nomeado official da secretaria da fazenda em 1823 por José Xavier Mousinho da Silveira, em 1825 membro da junta encarregada de liquidar a divida do Estado, official da junta da administração do Tabaco, todos os ministros da fazenda, conde da Povoa, conde de Murça,

etc., tiveram sempre em muita conta o seu trabalho e o seu zelo. Estabelecendo-se em 1826 o regimen liberal no nosso paiz, com a outhorga da Carta Constitucional, procedeu-se ás eleições, e Luiz José Ribeiro foi eleito deputado pela provincia do Alemtejo, fazendo parte, logo que tomou assento na camara, da commissão de fazenda de que foi por varias vezes relator. O ministro da fazenda Manuel Antonio de Carvalho, depois barão de Chancelleiros, encarregou tambem Luiz José Ribeiro, em 1827, da elaboração do orçamento para o anno de 1828, segundo documento d'esse genero que se publicava em Portugal, tendo sido ambos redigidos por elle. N'esse mesmo anno de 1827 recebeu Luiz José Ribeiro a carta de conselho. Em 1828 chegou a Lisboa o infante D. Miguel, e a primeira cousa que fez foi dissolver as côrtes, e d'ahi a pouco proclamava se rei absoluto. Luiz José Ribeiro foi immediatamente demittido, e seria assassinado se se não homiziasse em casa do consul inglez. Não emigrou, esteve porém em Lisboa sempre n'uma situação precaria, até que em 1833 foi reintegrado no seu emprego de official da secretaria de fazenda, mas não nos outros porque os tribunaes a que pertencia, a junta dos emprestimos e a junta da administração do tabaco, fôram abolidos Em compensação recebeu o conselheiro Luiz José Ribeiro novas distincções honorificas; mas, ainda que isso o lisonjeava, não era indemnisação sufficiente para a perda dos seus interesses, indemnisação que demais a mais lhe fôra promettida. Tudo isto o indispoz com o ministerio, e, quando José da Silva Carvalho publicou o seu relatorio sobre o estado da fazenda publica, relatorio muito insufficiente, Luiz José Ribeiro acudiu á imprensa a critical-o, e talvez d'ahi lhe proviesse a demissão que lhe foi dada do emprego de official da secretaria da fazenda Mezes depois caia o ministerio, subia ao poder o duque de Saldanha, e Luiz José Ribeiro era nomeado conselheiro do tribunal do Thesouro. Levantou grande opposição, principalmente entre os partidarios de José da Silva Carvalho, a sua nomeação para o logar do tribunal do Thesouro, e o ministerio, não tendo fôrça bastante para o manter no logar para que o nomeára, nem ousando demittil-o sem mais cerimonia, fez todos os esforços para que elle acceitasse o logar de commissario em chefe do exercito, sendo transferido quem então o exercia, que era Marcellino de Mello, que foi depois visconde de Oliveira, para o logar de conselheiro do tribunal do Thesouro. Acceitou Luiz José Ribeiro a nomeação, e estava exercendo esse cargo com grande actividade e zelo, quando rebentou a revolução de setembro de 1836, seguindo se depois a famosa *Belemzada*, em que esteve para ser victima de um assassinio similhante ao de Agostinho José Freire. Sabendo do movimento das tropas que houvera, Luiz José Ribeiro metteu se na sua sege e foi saber o que devia fazer como commissario em chefe. Conheceram-n'o os populares quando elle passava por Alcantara, e correu voz de que ia a Belem chamado pela rainha para ser ministro da fazenda. Levantaram-se gritos de morte, e o que o salvou foi uma voz que aconselhou que o prendessem e que o levassem á presença de Rodrigues França. Andou Luiz José Ribeiro de estação em estação até que Sá da Bandeira, sabendo o que se passava, mas sem saber mesmo quem era o funccionario que estava em perigo, correu a tiral o das mãos do povo e o acompanhou a casa na sua sege. Em 1837, pela nova organisação dada á sua repartição, foi nomeado inspector geral da administração da fazenda militar, e encarregado ao mesmo tempo de elaborar um regulamento d'essa administração. Eleito senador substituto pelo districto de Castello Branco, Luiz José Ribeiro tomou assento na camara alta, quando o senador effectivo, João José Vaz Preto Geraldes, resignou o seu logar, e ali pronunciou um discurso violento em que se queixou da falta de lealdade do governo, que não apresentava como devia os dinheiros necessarios para o pagamento dos fornecedores de generos, o que podia trazer comsigo inevitavelmente uma revolução militar. Entendeu o ministerio que era isto uma ameaça, e a resposta a esse discurso foi immediatamente a demissão do logar de inspector geral. E' certo, porém, que Luiz José Ribeiro prestára n'esse alto cargo os mais relevantes serviços, substituindo o systema de arrematação pelo da administração directa, fazendo importantes economias, e conseguindo ter, como funccionario, credito que o governo não tinha. D'este facto não tardou a ter prova mais lisonjeira e mais cabal. A revolução cartista de 1842 destruira a constituição do 1838, e acabara portanto com a camara dos senadores. Nas eleições para deputados feitas em conformidade com a Carta Constitucional, Luiz José Ribeiro propoz se por Lisboa e não foi eleito. Logo depois em 1843 procedeu se á eleição dos vogaes da Junta do Credito Publico, e apresentou-se como candidato ao logar de vogal cuja eleição pertencia aos juristas. Como o seu triumpho seria sem duvida alguma um cheque para o governo, este empregou todos os meios para lhe combater a candidatura, e apezar d'isso Luiz José Ribeiro venceu. Era a prova real da confiança que elle soubera inspirar aos crédores do Estado no periodo em que gerira os negocios da administração militar. Rebentára n'esse meio tempo a revolução de 1844, e o governo para a debellar, obtivera das côrtes autorisação para levantar um emprestimo de 2:000 contos de réis. Depois de levantar 1:600 contos ordenou á Junta que creasse inscripções no valor de 2:000 contos de réis nominaes para garantia do levantamento do restante. Como se não fixaram os rendimentos necessarios para a garantia dos juros d'essas inscripções, a Junta do Credito Publico, por instigação de Luiz José Ribeiro, negou se absolutamente a cumprir as ordens do governo, e por mais que este insistisse, não conseguiu quebrar a energica resolução da Junta. Este acto de hombridade não prejudicou Luiz José Ribeiro, antes lhe deu crédito no paiz sendo bem acolhida a sua reintegração no logar de commissario em chefe do exercito, feita em 1846 a instancias do ministro da fazenda, conde do Tojal, pelo ministro da guerra duque da Terceira. Atravessou a crise da denominada *Maria da Fonte*, sem tomar partido nos acontecimentos politicos d'essa epoca, mas prestando relevantes serviços a successivos ministros, já por occasião da conversão do Banco de Lisboa, Companhia Utilidade Publica, e Companhia das Obras Publicas de Portugal, no Banco de Portugal, em que foi nomeado director por parte do governo, do

fundo especial de amortisação, já anteriormente como um dos tres commissarios regios nomeados para vigiarem de perto as operações do Banco de Lisboa, já como membro do conselho de beneficencia para que foi nomeado em 18.7, já como membro da Junta do Credito Publico, obtendo que a Junta garantisse um emprestimo de 400 contos indispensavel em 1851 por occasião da crise monetaria, já finalmente quando se levantou no principio do mesmo anno de 1851 uma grave desintelligencia entre o ministerio e o Banco de Portugal, desintelligencia que não concorreu pouco para o movimento insurreccional da Regeneração. Por occasião do emprestimo feito pela Junta, quiz o governo agraciar o conselheiro Luiz José Ribeiro com um titulo de barão ou de visconde, titulo que elle recusou, estando ainda n'essa resolução em 1852. Declarava desprezar esses titulos que já então se barateavam extraordinariamente, e afinal acceitou o de barão de Palma, em duas vidas, concedido por decreto de 5 de julho de 1854. Em 1825, 1843 e 1848 foi nomeado membro da Junta do Credito Publico, sendo elevado a presidente da mesma Junta em 1854. Obteve como militar a reforma no posto correspondente ao cargo que exercera de commissario geral do exercito. O barão de Palma casou a 2 de fevereiro de 1815 com D. Hypolita Candida de Sá, filha do tenente-coronel Antonio Domingues de Sá, e de sua mulher D. Rosa Vellez de Andrade. O seguinte brazão d'armas foi-lhe concedido por alvará de 15 de junho de 1836: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Ribeiros; escudo esquartelado: no primeiro quartel em ouro, quatro bastões sanguinhos firmes, no segundo em preto tres faxas veiradas de prata e sanguinho, e assim os contrarios; na segunda pala, as armas dos Mattos: em com campo vermelho um pinheiro verde com raizes de prata, entre dois leões de ouro batalhantes, armados de azul. Escreveu: *Descripção historica sobre a vida, reinado e acções de Paulo I, imperador e autocrata de todas as Russias*, etc., *Primeira e Segunda parte, traduzida do italiano para portuguez, offerecida ao ill.mo sr. José Bonifacio de Andrada e Silva*, etc., Lisboa, 1818; *Advertencias uteis, dirigidas ao soberano e augusto congresso das Côrtes, na occasião em que elle se constituiu em corpo legislativo*, Lisboa, 1821; dividem-se em 12 capitulos, ou artigos: Constituição, Codigo Civil, Codigo Criminal, Administração de fazenda, Diplomacia, Exercito, Clero, Agricultura, Marinha, Commercio, Liberdade de imprensa, Policia e bons costumes; *O Relatorio do Ministro e Secretario de estado dos Negocios de Fazenda apresentado á Camara dos Senhores deputados na sessão de 1854, examinado pelo conselheiro*, etc., Lisboa, 1855; *Conversão do orçamento do Ministerio da guerra*, Lisboa, 1835; *O Decreto de 3 de novembro de 1851, ou appellação para o publico imparcial*, Lisboa, 1852; *Reflexões sobre a possibilidade de extinguir o papel moeda em Portugal*, Lisboa, 1831.

**Palma.** Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alcacer do Sal, distr. de Lisboa, arceb. de Evora; 190 fog. e 1:059 hab. Tem est. post. e esc. do sexo masc. Dista 15 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio de S. Martinho. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o capellão, que tinha 180 alqueires de trigo, 180 alqueires de cevada, e 10$000 réis em dinheiro. Era commenda de S. Thiago. A terra é muito fertil em cereaes. Cria muito gado, e tem bastante caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Anreade, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Porto no territorio da Companhia do Nyassa, na Africa Oriental.

**Palma de Baixo.** Pov. na freguezia de Sebastião da Pedreira, 3.º bairro de Lisboa.

**Palma de Cima.** Pov. na freg. de S. Sebastião da Pedreira, 3.º bairro de Lisboa. || Pov. na freg. dos Santos Reis Magos, Campo Grande, 3.º bairro de Lisboa.

**Palma Velho** *(José Raymundo de)*. General de divisão. N. em 8 de julho de 1832, fal. a 8 de fevereiro de 1902. Assentou praça em cavallaria n.º 2 a 19 de agosto de 1850, foi promovido a alferes em 4 de maio de 1852, a tenente em 2 de setembro de 1864, a capitão em 14 de fevereiro de 1872, a major em 30 de março de 1881, a tenente-coronel em 31 de outubro de 1884, a coronel em 5 de maio de 1886, a general de brigada em 29 de dezembro de 1892, e a general de divisão em 23 de março de 1895. O seu espirito disciplinador carecia de exercer se ua acção, e tratando-se de se levantar o nosso prestigio na Africa, acceitou o encargo de governador do Cabo Delgado, na provincia de Moçambique, em 1872, que exerceu até 23 de maio de 1884, e voltando segunda vez ao mesmo cargo, ali se conservou desde 1885 até á sua exoneração em 1887. Distinguiu-se muito no combate do Ibo, de 26 de janeiro de 1883; no de Tacamagil, de 23 de janeiro de 1886, o de Macoloe do mesmo mez e anno, o combate de Meuingueno, de 23 de fevereiro de 1887, e por fim, ainda mais o notabilisou o extraordinario feito d'armas da tomada da bahia de Tungue, em 27 d'esse mez e anno. Esta bahia, uma das melhores bahias da Africa Oriental, vasta, abrigada, faz parte da provincia de Moçambique e do districto de Cabo Delgado. Comtudo, ha mais de 40 annos, uma especie de cheick indigena, que governava ali em nome de Portugal, e que de Portugal recebia ordenado, indispondo se com o governador do districto, e querendo ao mesmo tempo obter grossas recompensas, foi a Zanzibar declarar ao sultão que se reconhecia seu subdito e que lhe entregava Tungue. O sultão acceitou logo, e o litoral da bahia foi occupado pelas suas tropas. Debalde Portugal reclamou o que lhe pertencia, e o sultão só respondia com evasivas, e pela nossa fraqueza, e pelo desdem com que por muito tempo se olhou para as cousas ultramarinas, o sultão conservou a posse pacifica e indisputada do seu novo dominio, sem que deixassemos, comtudo, em todos os documentos de affirmar o nosso direito. Como, porém, a costa para o norte do Ibo estava completamente abandonada, o sultão ia estendendo o seu dominio, e a attenção do nosso governo teve de voltar-se forçadamente para essa parte da provincia. Na sessão da camara dos pares de 25 de julho de 1887, Vaz Preto disse o seguinte ácêrca dos primeiros feitos de Palma Velho: «Quando este official esteve governador do Ibo, houve uma revolta de mais de 2:000 pretos,

que pretenderam assaltar e saquear a villa. O sr. Palma não tinha mais de 14 soldados e um capitão, e com estes poucos bravos bateu se toda a noite, fazendo fugir os pretos, ficando no campo do combate, entre mortos e feridos, mais de cem. Este acto mereceu-lhe os elogios da camara municipal da villa, que lhe foi agradecer o ter salvo a povoação da carnificina e do saque. Este serviço assignalado mereceu os maiores elogios tambem do governador geral de Moçambique, mas não consta que da parte do governo da metropole houvesse ao menos qualquer palavra de louvor.» Mas toda esta ingratidão ou injustiça da parte do governo, se explica pelas seguintes palavras do mesmo orador: «Apezar d'esse direito existir de tempos remotos... se não temos chegado a um resultado satisfatorio, é porque a Inglaterra tem impedido o sultão de concluir esse tratado. Algumas potencias européas, principalmente a Inglaterra, tem levantado duvidas e promovido difficuldades ao reconhecimento de um dominio sobre aquelle ponto da Africa Oriental, difficuldades e duvidas que trouxeram a guerra ao sultão de Zanzibar, para obter uma solução favoravel para Portugal, que os seus direitos e interesses exigiam». Este discurso dá bem a entender as injustiças que Palma Velho soffreu. Na sessão da camara de 27 de julho de 1887, Vaz Preto fez uma interpellação a que respondeu o ministro da marinha, então Barros Gomes, com evasivas dos *negocios pendentes*, e apoucando o feito a uma reivindicação de direitos. Vaz Preto fez então uma clara narrativa ás camaras: «Depois de Palma Velho, em cumprimento de ordens que recebera, ter arvorado a bandeira portugueza na margem meridional do rio Meninguene, e abatido a bandeira do sultão de Zanzibar basteada em Macoloe, territorio que de direito pertencia a Portugal, o valente militar recebeu como premio a demissão de governador de Cabo Delgado. O governador de Moçambique, que reconhecia a alta importancia d'aquelles relevantes serviços, e as vantagens immediatas que d'ali vinham para Portugal, entendeu que aquelle illustre official devia ser galardoado condignamente, e indicou ao governo ou antes, propoz que se lhe désse a commenda da Torre e Espada. Um anno depois, e ainda não tinha acabado o seu tempo, foi demittido, sem uma palavra de louvor, e o que é mais, sem que ao menos no decreto se empregassem as palavras tabelliôas que é uso empregar: Serviu a meu contento! Por decreto de 4 de janeiro de 1887, concebido nos termos que acabei de expôr á camara, foi demittido aquelle brioso e intelligente militar; mas, o que é mais curioso, é que, tendo o sr. Henrique de Macedo, o antecessor do actual ministro da marinha, dado ordem para a tomada da bahia de Tungue e Meninguene, e haveudo já dois mezes que o sr. Palma Velho tinha sido demittido de governador de Cabo Delgado, o sr. governador geral de Moçambique entendeu que não tinha outro official mais competente do que aquelle illustre militar, para desempenhar tão difficil missão, e mandou lhe pedir para tomar o commando da força. Foi então encarregado de tomar Meninguene e Tungue. Elle, sempre tão modesto como valente, offereceu-se para tomar parte na expedição como simples soldado. O governador de Moçambique, que tinha n'elle plena confiança, não consentiu, e encarregou-o do commando de todas as forças, dando-lhe a direcção plena. Meninguene estava defendida por um numero importante de arabes indigenas fornecidos pelo vali do Tungue, e sabia se, por communicações do forte de Macimboa, que o regulo de Massucá estava combinado com o vali do Tungue para fazer a guerra aos portuguezes em toda a costa desde Macimboa até Tungue. N'esta circumstancia era preciso operar rapidamente, porque tanto arabes como indigenas queriam atacar e era mister desnorteal os com uma medida prompta e rapida. No desempenho da commissão que lhe estava commettida, começou pois o governador de Cabo Delgado por fazer bombardear Meninguene, a fim de preparar o desembarque, o qual effectuou com agua até ao peito; e á frente de 35 soldados de caçadores 1 de Moçambique e de 30 marinheiros da guarnição da canhoneira *Douro*, atacou e tomou a povoação, que estava defendida por tres peças e muita gente, que fazia um fogo vivo pelas setteiras das casas. Depois d'este triumpho, queria o governador geral mandar ir de Moçambique o batalhão de caçadores 1 para proceder á tomada de Tungue; Palma fez lhe entender que era melhor aproveitar o effeito da derrota que infligira, e avançou para a tomada de Tungue pondo se á frente de 35 soldados de caçadores. Regressando a Portugal em 3 de maio de 1887, Palma Velho foi commandar cavallaria 3, sendo depois promovido a general de brigada e a general de divisão. O seu ultimo serviço foi o commando da 3.ª divisão militar em 1897. Teve um unico ideal—bem servir a sua patria. A sua nobreza de caracter collocou-o acima de todos os conflictos partidarios. O seu nome não ficará nunca esquecido.» O general Palma Velho era gran-cruz, grande-official e commendador da ordem de Aviz, commendador das de Nossa Senhora da Conceição e da Torre e Espada.

**Palmar.** Ponta que fórma o estremo SO da Bahia de Cabinda, Africa Occidental. Termina em terra quasi raza com o mar, subindo mais para dentro a altura regular. A 1 k., na encosta, fica a pov. de Porto Rico ou de Cabinda. || Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

**Palmarejo Grande e Palmarejo Pequeno.** Duas povoações na freg de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental

**Palmaria.** Pov. na freg. de S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria.

**Palmas.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Ponta situada no extremo SO da bahia de Cabinda. V. *Palmar*. || Rio do districto de Mossamedes, na provincia de Angola, Africa Occidental. N no territorio dos mundocubes e vae desaguar no Oceano Atlantico, pouco ao N da bahia de Obaba.

**Palmaz.** Pov. e freg. de Santa Marinha, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. bisp. do Porto; 251 fog. e 1:106 hab.. Tem correio com serviço de posta rural esc. do sexo masc., fabricas de *lanificios do Rio Caima*, de *Chales e cintas de lã*, e de *Telha portugueza*. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada entre o rio Caima e a estrada do Porto a Coimbra. A mitra apresentava o prior, que tinha 700$000 réis de rendimento annual. Sobre o rio

Caima, que passa por esta freguezia, ha aqui uma boa ponte de cantaria, feita nos principios do seculo XVII. A pov. pertence á 5.ª div. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Aveiro. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho. de Travassós, do mesmo conc. e districto.

**Palmazaes**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. do Porto.

**Palmazes** Pov. na freg. de Santo André, de Sazes de Lorvão, conc. de Penacova, districto de Coimbra.

**Palmazões**. Pov. na freg. de Santo André, de Padronello, conc. de Amarante, distr. do Porto.

**Palme** *(José Maria da Fonseca Moniz, 1.º barão de)*. General, commandante da 3.ª e 4.ª divisões militares; do conselho de Sua Majestade, commendador das ordens de Aviz, Torre e Espada, e de Nossa Senhora da Conceição, condecorado com a medalha n.º 2 da Guerra Peninsular, deputado, etc.. N. em Moncorvo a 20 de dezembro de 1794, fal. a 20 de dezembro de 1862. Era filho de Francisco José Nunes da Fonseca Moniz, e de sua mulher, D. Anna Maria Madureira Torres. Alistando-se como cadete no batalhão de caçadores n.º 10, em setembro de 1811, marchou logo para a campanha em que estavamos empenhados contra os francezes, e de tal modo se houve, que depois de se ter assignalado em differentes occasiões, foi despachado alferes por distincção em dezembro de 1813. Terminada a Guerra Peninsular regressou á patria, foi promovido a tenente em 1820, e n'esse posto servia em 1828, quando, por ser contrario ao partido do infante D. Miguel, teve de emigrar para a Galliza com a divisão constitucional, e d'ali passou a Inglaterra. Embarcando depois para as ilhas dos Açôres, tomou parte na acção da Villa da Praia e na restauração da ilha de S. Miguel, sendo promovido a capitão em 1831 para o regimento de infantaria n.º 3, vindo com esse corpo desembarcar nas praias do Mindello em 8 de julho de 1832. No cêrco do Porto portou-se com toda a bravura; na batalha de Ponte Ferreira, á frente da sua companhia, carregou o inimigo com intrepidez e valentia, ficando n'essa occasião gravemente ferido; entrou depois nas acções de 16 e 29 de setembro, na sortida de Lordello em 24 de janeiro e nos dias 4 e 24 de março de 1833, praticando sempre prodigios de valor, conquistando, pela sua decidida bravura e intrepidez, o grau de official da ordem da Torre e Espada. Fazendo parte da expedição enviada ao sul do reino, assistiu ao combate de Cacilhas, distinguiu-se muito na acção das linhas de Lisboa a 5 de setembro, e ahi recebeu dois graves ferimentos, e ainda mais tarde deu novas provas de valor na batalha de Almoster. Nomeado ajudante major do seu regimento em 1835, partiu para Hespanha na divisão auxiliar, mas em março de 1837 recolheu a Portugal por estar gravemente doente, e sendo n'esse mesmo anno elevado á effectividade do posto de major, serviu em differentes corpos, não só n'esse posto, como tambem nos de tenente-coronel e coronel, que obteve em 1842 e 1847. Tomou parte na lucta civil chamada da *Maria da Fonte*; foi deputado em 1846, n'uma legislatura que durou só quatro mezes, e depois na de 1851 a 1852. Contribuiu muito para o movimento da *Regeneração* em 1851, foi promovido a brigadeiro, e agraciado com o titulo de barão de Palme, por decreto de 2 de junho do referido anno de 1851. Depois d'essa epoca exerceu algumas commissões importantes, e era commandante da 4.ª divisão militar, quando falleceu. Casou em 29 de novembro de 1816 com D. Maria Clementina Leite e Oliveira, filha 2.ª de José Antonio de Oliveira Pinto, e de sua mulher, D. Anna Bernardina Leite de Oliveira. D'este consorcio houve uma filha, D. Gertrudes Ermelinda Moniz, que foi a 2.ª baroneza de Palme. Esta senhora nasceu a 22 de setembro de 1817, e casou a 14 de setembro de 1850 com José Cardoso Coelho de Moraes Pessoa, filho do capitão-mór de Lafões João Cardoso de Moraes, e de sua mulher D. Anna Joaquina da Fonseca. O titulo foi-lhes concedido tambem em 18 de fevereiro de 1852. E' hoje barão de Palme o sr. José Maria da Fonseca Moniz. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Fonsecas: em campo de ouro cinco estrellas sanguinhas de cinco raios postas em santor; no segundo, as dos Monizes: em campo azul cinco estrellas de ouro, de oito raios, postas em santor; no terceiro as dos Cardosos: em campo vermelho dois cardos de vermelho floridos, com flôres e raizes de prata, entre dois leões de ouro batalhantes, armados de vermelho; no quarto quartel as armas dos Coelhos: em campo vermelho um pé de terra verde junto ao mar, e n'elle assentam duas columnas de prata, e sobre cada uma d'estas um escudete das quinas de Portugal, ficando entre ellas um leão de ouro.

**Palme**. Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Minho, conc. e com de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 164 fog. e 685 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da estrada real de Vianna a Barcellos. O abbade benedictino do mosteiro d'esta freg. apresentava o vigario, que tinha 90$000 réis e o pé d'altar. Em tempos muito remotos, a pov. de Palme era apenas uma quinta pertencente ao fidalgo Lovezendo, filho de Sazi, que em 1028 a doou á ordem de S. Bento, para aqui fundar um mosteiro, dando-lhe tambem rendas e propriedades. Com varias doações particulares, chegou este mosteiro a ser um dos melhores e mais ricos d'estes sitios. Está fundado ao pé da serra do Támel, e ao O fica-lhe o delicioso e feracissimo *valle do Támel*. Este mosteiro e a sua cêrca fôram vendidos depois de 1834, e é hoje propriedade particular. A esta freg. está annexa a freg. de S. Thiago, de Feitos *(V. Portugal*, vol. III, pag. 338*)*. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

**Palmeira**. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc., com, distr. e arceb. de Braga; 497 fog. e 2:351 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. postal e fabrica de relogios de torre e de sala Está situada na margem esquerda do rio Cávado, na estrada real de Braga a Villa Verde, e a 5 k. da séde do conc. O cabido da sé de Braga apresentava o vigario, que tinha 200$000 réis de rendimento. Foi conto do rei. A *Rua Nova*, em Lisboa, pertencia aos arcebispos de Braga, que a trocaram pelo conto da Palmeira. A terra é muito fertil. Pertence á 3.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 8, com a séde

em Braga || Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Santo Thirso, distr. do Porto, arceb. de Braga; 85 fog. e 446 hab. Fica distante 3 k. da séde do conc., e está situada na margem direita do rio Ave. O reitor de Santa Maria, de Antime, apresentava o vigario, que tinha 110$000 réis. Foi couto, tão vasto e rico como um condado, achando-se confirmado com o nome de *condado antigo da Palmeira* ao mosteiro de Nandim, por D. Affonso IV em 1346, e por D. João I em 1385. A pov. tem generos agricolas e caça; cria muito gado; pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recru. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: Santissimo Sacramento e conc. d'Alcobaça, distr de Leiria. || O Salvador e conc. d'Alcoutim, distr. de Faro. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos; S. Braz de Campanario, do mesmo conc.; S. Salvador e conc. de Santa Cruz; Santa Maria Magdalena, de Magdalena do Mar, conc. de Ponta do Sol; N. S.ª do Monte, de Monte, conc. do Funchal; N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol. || N. S.ª da Luz, de Luz, conc. de Tavira, distr. de Faro. || O Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Christovão, de Carangueijeira, conc. e distr. de Leiria. || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja. || N. S.ª d'Annunciada, de Aldeia de Paio Pires, conc. do Seixal, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Veatodos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Maiorga, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || Ponta situada na costa O da ilha do Sal, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Bahia situada na costa O da ilha do Sal, no dito archipelago e prov. Fica entre a ponta do mesmo nome e o morro da Cabeça de Leão. Tem praia de areia, mas um ancoradouro pessimo, e muito peixe.

**Palmeira de Faro**. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Espozende, distr. e arceb. de Braga; 160 fog. e 778 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 3 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. A terra é fertil. Cria muito gado e tem caça. E' abundante de peixe de mar que lhe fica perto. Foi couto das religiosas de Villa do Conde, que o emprazaram aos Gayos da mesma villa. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

**Palmeiral.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Piedade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro || S. Clemente e conc. de Loulé, do mesmo districto.

**Palmeiras.** Ponta situada na margem direita do rio Zaire, proximo do porto da Lenha, na prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Palmeiria.** Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Carangueijeira, conc. e distr. de Leiria. || S. Vicente, de Formigaes, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

**Palmeirim** *(Augusto Xavier)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, general de divisão reformado, director do Real Collegio Militar, vogal do Conselho Geral de Instrucção Militar, presidente do Supremo Tribunal de Justiça Militar, par do reino, deputado, etc. N. em 1808, fal. em Lisboa a 14 de novembro de 1890. Era filho do tenente general Luiz Ignacio Xavier Palmeirim *(V. adeante)*. Assentou praça de cadete aos 7 annos de edade, em 8 de maio de 1815, e a 10 de novembro do mesmo anno foi promovido a alferes, dispensando-se-lhe a menoridade em attenção aos grandes serviços prestados por seu pae, que tão distinctamente militou na Guerra da Peninsula. Por alvará de 16 de fevereiro de 1816 foi despachado fidalgo cavalleiro da Casa Real. Em 5 de fevereiro de 1818 foi promovido a tenente e a capitão em 9 de abril de 1821, sendo-lhe concedidas as honras de exercicio no paço por alvará de 13 do referido mez e anno. Augusto Xavier Palmeirim estudara preparatorios, e tinha conhecimento das linguas vivas, mas só depois da familia real regressar ao reino, é que se matriculou, em 1822, na Antiga Academia de Marinha,

Augusto Xavier Palmeirim

tendo de interromper os estudos, por causa dos successos politicos, que só muito mais tarde, em 1841, veiu a completar, obtendo carta do curso de estado-maiór. Nas luctas civis entre liberaes e miguelistas, que tantos odios provocaram, houve um escriptor estrangeiro que fez differentes accusações calumniosas ao illustre militar, logo reproduzidas em Portugal. Augusto Xavier Palmeirim saiu em defeza dos seus actos, publicando em 1869 um opusculo que produziu grande sensação pela energia e nobre altivez com que desfez as accusações que gratuitamente lhe assacavam. Nada puderam contra a verdade dos factos as exaltações facciosas dos politicos, e Augusto Palmeirim foi promovido a major em 24 de julho de 1831, a tenente-coronel em 19 d'abril de 1837, e a coronel effectivo em 29 d'abril de 1851. Sendo ainda tenente-coronel, o general José Jorge Loureiro, então commandante do

exercito de observações contra a Hespanha, o escolheu para chefe do seu estado maior, incumbindo-o de apresentar um regulamento para o serviço do exercito em campanha. Datam de 1847 as numerosas commissões de que Augusto Xavier Palmeirim foi vogal ou presidente, contando-se entre ellas a commissão encarregada de propôr um projecto de regulamento para o serviço interno dos quarteis; a da que teve o encargo de organisar o Collegio Militar; da organisação do Montepio Militar. Fez tambem parte da commissão encarregada de conhecer o estado do Arsenal do Exercito, e de propôr a sua reforma; das commissões que tiveram o encargo de organisar o exercito e os serviços da secretaria da guerra, e da lei de promoções. Nomeado director do Collegio Militar, esta commissão inculcou o naturalmente para outras de não menor alcance, como as que fôram incumbidas de estudar a conveniencia de reunir as escolas Polytechnica, do Exercito e Veterinaria; e de organisar um regulamento tendente á estipulação dos deveres, direitos e penalidades do magisterio, com referencia ao decreto de 11 de janeiro de 1837. A estas commissões seguiram-se ainda outras, destacando-se pela sua importancia, e sendo seu presidente, da que foi mandada estudar o maior desenvolvimento da fabricação de polvora e seu commercio; a de formular o projecto de codigo penal, e a do estudo da defeza do paiz e da capital. Foi membro do conselho geral de instrucção militar desde 1861, membro da commissão de soccorros aos feridos e doentes militares em tempo de guerra. Promovido a brigadeiro graduado em 1851, foi declarado effectivo n'este posto em 13 de março de 1860, e promovido a general de divisão em 19 de maio de 1870, posto em que se reformou, por motivo de doença, em 1887. O general Palmeirim representou Portugal na conferencia de Bruxellas de 1874. Foi deputado em varias legislaturas, tomando parte muito activa nos trabalhos da camara, entrando nas commissões de guerra e de fazenda; sendo como vogal da primeira relator do codigo penal militar, e como pertencente á segunda, foi nomeado membro da commissão que teve por fim inquirir ácêrca do cumprimento das leis constituitivas do Banco de Portugal. Tambem tomou grande parte nos trabalhos da commissão que reformou o serviço do correio e postas do reino. Em 1871 foi elevado ao pariato, como homenagem aos serviços relevantes que prestou ao paiz. Durante muitos annos foi presidente da commissão central 1.º de Dezembro de 1640, e á sua cooperação valiosa se deveu ter sido levado a seu termo o monumento levantado pela mesma commissão aos restauradores de Portugal, que se inaugurou em 1886, sendo presidente da commissão executiva e membro da commissão technica. O general Palmeirim possuia as seguintes honras: gran-cruz da ordem de Aviz, commendador de Paleão e Casa Velha na ordem de Christo, commendador da da Torre e Espada; gran-cruz da ordem de Izabel a Catholica e da Corôa de Italia; grão commendador da ordem do Salvador, da Grecia, commendador da Legião de Honra, de França; as medalhas de ouro de bons serviços e de comportamento exemplar; medalha municipal da febre amarella, e a da commissão central 1.º de Dezembro de 1640: Bibliographia: *Memoria sobre a Topographia portugueza;* inserta na *Revista Universal Lisbonense*, tomo V da 1.ª série, a pag. 54, 68 e 78; *Elogio historico do Conde de Lippe, Marechal General do Exercito portuguez*, no referido tomo, pag. 547; *Elogio biographico do Coronel de Engenheiros José Maria das Neves Costa*; na *Revista militar*, tomo I, de 1849, n.º 1; *Relatorio sobre a Escola naval e de construcção*; saiu impresso a pag. 96 e seguintes do tomo I do *Inquerito ácêrca das Repartições de Marinha*, etc; *Relatorio sobre o Arsenal da Marinha*, no referido tomo, a pag 113 e seguintes; *Outro Relatorio sobre o mesmo Arsenal, em 20 de Dezembro de 1849;* no mesmo tomo, pag. 128; *Relatorio estatistico militar ácêrca da população, e da fixação da força militar do paiz*, apresentado á camara dos deputados em 7 de junho de 1856 pela commissão de guerra da qual era presidente. Este relatorio publicou-se no *Diario da Camara* respectiva, e tambem no tomo VIII da *Revista militar*, pertencente ao mesmo anno. Tambem escreveu o *Relatorio da grande commissão parlamentar de inquerito*, que se encontra no tomo II, de pag. 365 a 447. Teve parte no *Relatorio sobre a fabricação e administração da polvora por conta do Estado*, em 1855.

**Palmeirim** *(Francisco de Moraes)*. O celebre autor do *Palmeirim de Inglaterra*, a quem D. João III concedeu o appellido de *Palmeirim*. N. provavelmente em Lisboa e nos ultimos annos do seculo XV, sendo filho de Sebastião de Moraes, thesoureiro-mór do reino, e de sua mulher Julianna de Moraes Pertencia á nobre familia Moraes de Bragança. Parece que desde muito novo se dedicou ao estudo, e tambem se póde suppôr que serviu nas guerras africanas, porque nos seus livros mostra conhecimentos militares. Como era filho d'um homem que occupou um tão elevado cargo financeiro, D. João III o nomeou thesoureiro da Casa Real, o tendo se relacionado intimamente com a familia dos condes de Linhares, parece que foi um pouco preceptor, sobretudo amigo intimo, de D. Francisco de Noronha, que depois teve aquelle titulo. Quando D. Francisco foi nomeado em 1540 embaixador portuguez em França, Francisco de Moraes acompanhou-o como seu secretario particular, e tendo assistido a varias festas e torneios, escreveu para Lisboa a relação das que se celebraram quando foi o casamento do duque de Clêves. Pouco tempo depois começou a escrever o *Palmeirim de Inglaterra*, como se deduz, em primeiro logar, da dedicatoria do livro á infanta D. Maria, em que diz que o compoz n'estes dias passados. Ora em 1543 já D. Francisco de Noronha fôra substituido na embaixada de Paris. Além d'isso ha visivelmente no *Palmeirim de Inglaterra*, de certo ponto em diante, mudança de plano e de caracteres, que a algum motivo se deve attribuir. Sabe-se por outro livro de Francisco de Moraes, intitulado *Desculpa de uns seus amores que teve em Paris com a donzella Torsy*, que elle, apezar de não ser novo, teve uma paixão vivissima por uma dama da côrte de França, mademoiselle de Torsy, que longe de lhe responder, o chasqueara brandamente, e lhe aconselhara que pensasse em cousas mais proprias da sua edade. Este desengano formal mudou completamente a opinião do Francisco de Moraes a respeito do bello sexo, e de galanteador, que até então se mostrára, passou a

ser desabrido e aspero. Voltando a Portugal, dedicou o seu *Palmeirim de Inglaterra* á infanta D. Maria, filha d'el-rei D. Manuel e de sua terceira mulher D. Leonor, que então, tendo já enviuvado, casara segunda vez com o rei Francisco I, ao tempo em que Francisco de Moraes estivera em França. E' tambem evidente que a dedicatoria foi escripta antes 15 7, porque n'ella se fazem referencias a D. João III como ao soberano que vivia ainda e reinava em Portugal, quando esse monarcha falleceu em junho d'esse anno. Somos chegados ao ponto que tem sido a origem de grandes controversias Passava por portuguez o livro *Palmeirim de Inglaterra*, quando D. Vicente Salvá descobriu em 1818 uma edição hespanhola de 1547, anterior por conseguinte 20 annos á 1.ª edição portugueza conhecida, que é de Evora, de 1567. N'essa edição, um tal D. Miguel Ferrer, livreiro em Toledo, declara se autor da obra. Pouco depois, comtudo, D. Pedro Salvá examinando uma poesia que antecedia a obra, como era muito costume n'esse tempo, viu que essa poesia era um acrostico, e que o acrostico dizia assim: *Luiz Hurtado auctor al lector da salud.* D'esta vez é que os hespanhoes entenderam que o seu triumpho era completo, e ficou assente que o *Palmeirim de Inglaterra* não era nem por sombras de origem portugueza. D. Miguel Ferrer, é certo, que foi considerado um pouco embusteiro, mas deu-se como certissimo que a obra fôra escripta por Luiz Hurtado, impressa em Toledo em 1547, que Francisco de Moraes se limitára a traduzil-a, imprimindo se a traducção em Evora em 1567. Entretaute appareceu em 1860 um opusculo do escriptor brazileiro Manuel Odorico Mendes, *Opusculo ácêrca do Palmeirim de Inglaterra e seu autor, no qual se prova haver sido a referida obra composta originalmente em portuguez*. N'este opusculo se prova com toda a evidencia a originalidade do *Palmeirim* de Francisco de Moraes, e um dos primeiros argumentos era dado por aquelle relanço de auto-biographia que Francisco de Moraes escrevera, e que fôra publicado posthumo em 1624. N'essa auto biographia contava Francisco de Moraes o caso dos seus amores com mademoiselle Torsy, e os amores da Torsy appareciam no *Palmeirim* tanto na edição portugueza como na hespanhola, o que provava que não fôra additamento do traductor. Este argumento era um dos essenciaes e difficilmente refutavel. Comtudo, D. Paschoal Gayangos saiu tambem a campo, e na *Revista de España* de 1862, refutou o opusculo de Odorico Mendes, que lhe não pôde replicar por já ter fallecido. D. Paschoal Gayangos não apresentava argumentos novos, sustentava apenas com grande fôrça e valor o argumento da prioridade da publicação, tinha como incontestavel a affirmação de que fôra Luiz Hurtado o autor do *Palmeirim*, e julgava ociosa a discusão em quanto não apparecesse uma edição portugueza anterior á hespanhola de 1547. A argumentação era fraca, e um erudito hespanhol, D. Nicolau Dias Benjumea, saiu a refutal a n'uma *Memoria* que offereceu á Academia Real das Sciencias de Lisboa, que foi por esta publicada, e se intitula *El Palmeirin de Inglaterra y su verdadero autor*. Foi esse o livro decisivo, que foi procurar os seus argumentos aos elementos internos da obra, as deducções e confrontações tiradas do estylo. Mostrou em primeiro logar que era insufficiente a argumentação derivada da propriedade da publicação. Mostrou tambem, que não se podia interpretar o acrostico de Luiz Hurtado senão exactamente como a confissão de que o livro não era d'elle. Notou ainda que Luiz Hurtado, que nascera em 1530, se tivesse publicado o *Palmeirim* em 1547, tel-o ia escripto aos 15 ou 16 annos, o que era verdadeiramente impossivel. Mas onde está a originalidade do estudo de Benjumea é na confrontação dos textos hespanhol e portuguez. Ahi mostra como a cada instante se vê que o escriptor hespanhol não fez mais do que traduzir mal e incorrectamente a obra que tinha á vista, porque ao passo que o *Palmeirim* é um excellente modelo de portuguez classico, o *Palmeirim* hespanhol é um livro detestavelmente escripto; mostra ainda que o prologo de Miguel Ferrer é impertinente, pedante, e até roubado, como se vê da queixa feita n'um dos seus livros pelo secretario de Carlos V, Gracian de Aldrete, que grita contra Miguel Ferrer, que no prefacio do *Palmeirim* se appropriou com a maior semcerimonia de alguns trechos do seu prologo dos *Morales de Plutarcho*, ao passo que o prologo de Francisco de Moraes, a sua dedicatoria á infanta D. Marial é pelo contrario um trecho de prosa excellente e grave, sobrio e perfeitamente em relação com a obra que prefacia, mostra mais que o traductor hespanhol, por necessidades de impressão, fez uma divisão perfeitamente arbitraria de capitulos, emquanto a divisão no livro portuguez é perfeitamente legica e racional, aponta as grandes similhanças que ha entre o episodio de Torsy no *Palmeirim de Inglaterra* e a narração da sua aventura verdadeira com mademoiselle de Torsy feita por Francisco de Moraes na *Desculpa de seus amores*, etc., a da narração das festas do camento do duque de Cléves com as narrações de torneios no *Palmeirim*. A questão já estava em bom terreno para os defensores da origem portugueza, quando o sr. Theophilo Braga publicou o estudo *Reivindicação do Palmeirim de Inglaterra*, que occupa nas suas *Questões de litteratura e artes portuguezas*, de pag. 248 a 258, que é um estudo valioso e que reforça a causa do *Palmeirim* com serios e fortes argumentos. Accrescentaremos ainda um outro, que tem algum valor. Simão Lopes, traductor do *Flos Sanctorum* de Alonso Villegas, n'uma carta dirigida ao autor da obra, que era capellão da sé de Toledo onde apparecera a edição de Ferrer com os versos de Luiz Hurtado, fazendo uma resenha dos livros portuguezes traduzidos em hespanhol, mette na conta o *Palmeirim*. Esta carta figura nas edições de 1598, e prova que mesmo em Toledo, já pelo menos n'essa epoca, ninguem suppunha que fôssem Ferrer ou Luiz Hurtado os autores do *Palmeirim*. Mas como foi afinal que se publicou primeiro em Toledo que em Portugal? Evidentemente porque havia uma edição anterior portugueza que se perdeu, edição até provavelmente feita em França. Restam d'essa edição as seguintes noticias: 1.ª Diz o editor da edição de 1786 que a Bibliotheca de S Francisco possue um exemplar *em caracter gothico e redondo, que dá mostras de ser impresso fóra do reino.*—2.ª Uma referencia de Nicolau Antonio a uma edição anonyma.—3.ª Outra referencia de Quadrio, que dá até o titulo do livro n'essa edição sem data: *Li-*

*bro del famosissimo y valerosissimo cavallero Palmeirim d'Inglaterra, filho d'elrei D. Duarte.*—4.ª O seguinte periodo do volume III do *Diccionario bibliographico*, de Innocencio Francisco da Silva, pag. 15: «Mas, se bem me recordo, ouvi dizer ha mais de dois annos ao sr. conselheiro Macedo que elle tinha em seu poder um exemplar do *Palmeirim*, impresso em 1564, com a declaração de ser essa *Terceira edição*» Sendo esta informação authentica, duas edições portuguezas do *Palmeirim* desappareceram completamente.—5.ª Finalmente, o sr. Theophilo Braga faz uma observação digna de ser tomada em conta. Se o editor de 1592 publicou a dedicatoria á infanta D. Maria que não apparecia na edição de 1567 nem na de 1547, é porque a foi buscar a alguma outra edição. Parece estar completamente resolvido em favor de Francisco de Moraes Palmeirim a questão d'este notavel romance de cavallaria. Além das traducções hespanholas, já citadas, teve o *Palmeirim de Inglaterra* uma outra em francez, feita do castelhano por *maistre Jaques Vincent*, em 2 tomos, publicada em Lyon, 1553; outra edição em italiano, por Mambrino Rosco, impressa em Veneza, 1553, 3 volumes. Reimprimiu se novamente em Lisboa no anno de 1592, pelo livreiro Affonso Fernandes Em 1786 emprehendeu-se uma nova edição, com o titulo: *Chronica de Palmeirim de Inglaterra, primeira e segunda parte, por Francisco de Moraes, a que ajuntam as mais obras do mesmo autor*, 3 volumes. Esta reimpressão foi dirigida pelo professor Agostinho José da Costa de Macedo, de quem é a prefacção que antecede o 1.º volume, e a nota com que finda o 3.º No seculo XIX foi esta obra traduzida em inglez pelo historiador e poeta Rob. Southey, publicada em Londres, 1807; e em francez por Eug. de Monglave, imprimindo-a em Paris, 1829. N'estas duas traducções declara-se como autor Francisco de Moraes. O grande escriptor francez Ferdinand Denis tambem se pronunciou o seu favor. Em 1852 houve nova edição portugueza. A obra tem duas partes, mas foi continuada por Domingos Fernandes que escreveu as partes III e IV, e por Balthazar Gonçalves Lobato, que escreveu a V e a VI. Francisco de Moraes voltou a Portugal em 1543, conforme dissémos, com a sua obra impressa ou manuscrita, e apresentou-a á infanta D. Maria. Pouco depois, apezar de já contar mais de 50 annos, casou com Barbara Madeira, filha de Gil Madeira. Em 1546 tornou a França com o mesmo embaixador D. Francisco de Noronha, que ia levar os pezames de D. João III ao rei Henrique II, pela morte de seu pae Francisco I, e do enterro e exequias escreveu Francisco de Moraes uma relação. Em 1550 já estava de volta em Lisboa, porque assistiu ao torneio de Xabregas de 5 de agosto d'esse anno, torneio que tambem historiou. Francisco de Moraes residia em Evora, e ali foi morto violentamente á porta do Rocio em 1572, em edade muito avançada. D. João III tinha-o agraciado com a commenda da ordem de Christo, e déra-lhe permissão de usar do appellido de Palmeirim. Ainda escreveu uns *Dialogos*, que versam o 1.º, sobre defeitos e predicados da fidalguia e da cavallaria: o 2.º sobre a preferencia das armas sobre as letras; o 3.º é um chistoso dialogo de amores entre um arrieiro e uma vendedeira, cheio de chistes e de idiotismos.

**Palmeirim** *(Luiz Augusto Xavier)*. Primeiro official, chefe de repartição do ministerio das obras publicas, director do Conservatorio Real de Lisboa, socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, deputado, etc. N. Lisboa a 9 de agosto de 1825, onde tambem fal. a 4 de dezembro de 1893. Era filho do tenente-general Luiz Ignacio Xavier Palmeirim, e irmão mais novo do general de divisão Augusto Xavier Palmeirim. *(V. estes nomes)*. Entrou para o Real Collegio Militar, em 1834, contando 9 annos de edade, e terminando o curso assentou praça em infantaria n.º 16. No fulgôr dos 20 annos tomou parte muito activa nas luctas politicas de 1847, conhecidas pela guerra da *Maria da Fonte*, pondo-se ao serviço da Junta do Porto, como ajudante d'ordens dos generaes conde das Antas e barão de Fornos d'Algôdres. Concluida a guerra civil deu baixa ao serviço militar, sendo depois reintegrado no mesmo serviço em 18 1, anno em que foi nomeado secretario geral do governo civil de Portalegre, cargo que não acceitou. Em 1852 entrou no ministerio das obras publicas como amanuense de 1.ª classe, e em 1859 recebeu a nomeação de 2.º official e de redactor do *Boletim* do referido ministerio. Em 1865 foi nomeado primeiro official da respectiva secretaria, chefe da secção e repartição de agricultura, e em junho d'esse mesmo anno de 1865 chefe do gabinete do ministerio. Em virtude das reformas burocraticas de 1868, passou em janeiro de 1869 a exercer as funcções de chefe da repartição do archivo e bibliotheca, até 1878, anno em que foi transferido para chefe da repartição de estatistica na mesma secretaria do ministerio das obras publicas, vindo depois a exercer ali o logar de chefe da repartição de agricultura até 1886. Em maio de 1878 foi nomeado director do Conservatorio, cargo que sempre conservou até fallecer. Foi elle quem procedeu á edificação do salão-theatro que existe n'aquelle importante edificio, e projectava tambem fundar uma academia litteraria e musical, annexa ao Conservatorio, com o fim de promover conferencias litterarias, saraus e concertos, mas a doença, que longo tempo o perseguiu, não o deixou realisar o seu plano, deixando, comtudo, em projecto os estatutos d'essa academia. Exerceu muitas e variadas commissões, nas quaes se contam as seguintes: em 1853, nomeado censor litterario junto do theatro de D. Maria II; em 1856 vogal da commissão de censura litteraria e artistica junto á inspecção geral dos theatros, commissão de que faziam parte Lopes de Mendonça, Mendes Leal e Silva Tullio, até que essa mesma commissão foi extincta. Por uma portaria de setembro de 1865 foi encarregado de dirigir a publicação de todos os trabalhos officiaes relativos á primeira exposição internacional portugueza, realisada no Porto n'esse mesmo anno. Foi vogal da commissão encarregada de votar o premio ao melhor drama ou comedia apresentada no theatro de D. Maria II, na epoca theatral de 1876-1877, voltando a ter novas nomeações para o mesmo fim nas epocas de 1877-1878, 1878-1879. Em 1881 foi nomeado para a commissão directora da exposição da arte ornamental hespanhola e portugueza, e n'esse mesmo anno vogal da commissão central directora dos trabalhos do inquerito geral ás industrias do paiz, dirigindo exclusivamente os trabalhos do

inquerito indirecto e tomando parte effectiva nos do inquerito directo no districto de Lisboa. Em 1881 foi eleito, pela assembléa geral da commissão 1.º de Dezembro de 1640, para director e redactor em chefe do jornal unico, publicado por occasião da inauguração do monumento aos Restauradores, a qual se realisou em 28 de abril de 1886. Na commemoração do 3.º centenario de Luiz de Camões, em 1880, fez parte da commissão que levou a effeito a recita realisada no theatro de D. Maria II, proferindo algumas palavras na occasião de acompanhar ao palco o grande actor José Carlos dos Santos, que já então estava cego. Em 1890 foi nomeado vogal da commissão encarregada de redigir um projecto de codigo theatral, e n'esse mesmo anno voltou novamente a fazer parte da commissão de censura theatral, então creada, que ainda exercia quando falleceu. Pela mesma occasião foi nomeado vogal da commissão da grande subscripção nacional. Por portaria de outubro de 1864 foi louvado pela maneira como se desempenhou do encargo de escrever a historia de D. Pedro IV, duque de Bragança, para servir de esclarecimento aos artistas que concorressem ao concurso aberto para erigir a estatua do Rocio. Por portaria de maio de 1881 foi egualmente louvado pela proficiencia e zelo com que dirigiu e levou a effeito, como chefe da repartição de estatistica, o apuramento do recenseamento geral da população, referido a 1878. Em 1882 foi eleito deputado pela primeira vez pelo circulo de Amarante. Em 1842 foi eleito membro da Sociedade Escolastico-Philomatica de Lisboa, a que pertenceram Alexandre Herculano, Garrett e Castilho; socio honorario correspondente do Gabinete Portuguez de Leitura de Pernambuco, em 1853, e socio honorario do Gabinete Portuguez de Leitura, do Maranhão, em 1855. Em 1858 foi eleito socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa por unanimidade de votos, sendo eleito socio effectivo em 1889; socio honorario da Sociedade Litteraria Atheneu Maranhense, em 1861; membro da Associação Litteraria Internacional, eleito em 1879. Outras honras recebeu, como, em 1859, membro da Associação Promotora de Educação Popular; em 1862, socio honorario da Sociedade Beneficente do Pará; 1864, socio da Associação Typographica Lisbonense; em 1867 teve um voto de louvor da Assembléa geral do Gremio Litterario pela conferencia ali realisada; no mesmo anno, foi eleito socio da Associação dos Pescadores da Povoa de Varzim; em 1887, da Sociedade de Beneficencia Franceza de Lisboa; em 1889, socio benemerito da Associação dos Professores Primarios; membro do Instituto de Africa, fundado em Paris, em 1855, etc. Era condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de Leopoldo da Belgica; commendador de numero da de Izabel a Catholica de Hespanha; commendador da Legião de Honra de França; e de Nossa Senhora de Guadalupe do Mexico. Possuia a medalha militar de comportamento exemplar. Collaborou nos jornaes: *O Trovador, Revista Universal Lisbonense, Panorama, Illustração Portugueza, Revista Contemporanea, A Civilisação, Patria, Revista de Lisboa, Arte, Revolução de Setembro, Revista dos theatros, A Semana, Diario de Noticias, Diario Illustrado, Correio da Europa, Correspondencia de Portugal, Jornal do Commercio, Occidente, Jornal dos Pobres, Illustração Luso Brazileira*, etc. Jornaes numeros unicos: *Lisboa-Créche* e *Lisboa Porto*. Bibliographia: *Poesias*, Lisboa, 1851; *Segunda edição augmentada*, 1853; *Terceira edição correcta*, 1859; *A familia do sr. capitão-mór, quadros da vida de provincia;* saiu no *Panorama*, 1854, vol. III, 3.ª serie; *Georgina, fragmento d'um poema*; na *Revista Contemporanea*, vol. I, 1859, pag. 289; *Fadario domestico e politico de João Grainha*, no mesmo volume, pag. 321 e 378; *João de Andrade Corvo, estudo biographico*, vol. II da mesma *Revista Contemporanea*, 1860, pag. 243 a 254; *Um Camões e duas Natercias*; na mesma *Revista*, vol. IV, pag. 180 a 196; *O filho do guarda joias*, na mesma *Revista*, pag 243 a 256; *D. Pedro IV (esboço biographico)*, na mesma *Revista*, vol. V, pag. 331 a 349, e 478 a 485; teve tiragem á parte com o titulo:

Luiz Augusto Palmeirim

*Breves apontamentos para uma biographia do sr. D. Pedro IV, duque de Bragança*, Lisboa, 1864; *Portugal e os seus detractores; reflexões a proposito do livro do sr. dr. Angel Fernandez de los Rios*, Lisboa, 1877; *Carta ao ill.mo e ex.mo sr. Alberto Carlos Cerqueira de Faria, actual vice-presidente da camara dos senhores deputados, a proposito do seu recente manifesto aos eleitores de Coimbra*, etc.; Lisboa, 1870; *Galeria de figuras portuguezas; a poesia popular nos campos*, Porto, 1878; *Traços biographicos do ex.mo sr. dr. Custodio José Vieira*, Porto, 1879; *Memoria ácêrca do ensino das artes sciencias e com especialidade de musica, lida no Conservatorio Real de Lisboa, na sessão solemne de 5 de outubro de 1883 pelo seu actual director*, etc., Lisboa, 1883; *O monumento dos restauradores de 1640;* numero, ou opusculo commemorativo da inauguração do monumento dos Res-

tauradores do reino em 1 de dezembro de 1640, etc.; *Ao soalheiro*, collecção de contos e narrativas humoristicas, alguns dos quaes já publicados no *Panorama*, *Revista Universal*, e na *Revista Contemporanea*; *No convento e no seculo, estudo ácêrca das prosadoras e poetisas nacionaes desde o seculo XV até á actualidade*; tinha escripto d'esta obra o vol. I, e tinha muito adeantado o 2.º que ficou por concluir; *Os excentricos do meu tempo*, Lisboa, 1891. Nos jornaes *Diario de Noticias, Diario Illustrado, Patria, Civilisação, Revolução de Setembro, Revista Contemporanea, Semana, Diario Popular* e *Occidente*, encontram-se varios artigos biographicos, folhetins, poesias, etc. Para o theatro de D. Maria II escreveu as seguintes peças originaes: *O Sapateiro de escada*, comedia em 1 acto, Lisboa, 1856; *Como se sobe ao poder*, comedia em 3 actos, Lisboa, 1856; *A Domadora de féras*, em 1 acto, Lisboa, 1857; *Dois casamentos de conveniencia*, em 3 actos, Lisboa, 1857; traducções, tambem representadas no theatro de D. Maria II, *Os amigos intimos*, comedia em 4 actos, o *Primo e o Relicario*, em 3 actos, ambas publicadas na collecção do *Theatro moderno; O Marquez de La Seigliére*, 4 actos; *Chuva e bom tempo*, em 1 acto; *João Beandry*, drama em 4 actos, que se não imprimiu, e parece, que se não representou. Muitas das suas poesias teem sido traduzidas em hespanhol, allemão e francez; e grande numero das suas canções decoradas, e cantadas pelo povo, com musica propria escripta por Freitas Gazul, Rodrigues da Silva, Frondoni, Salvini, etc.

**Palmeirim** *(Luiz Ignacio Xavier)*. Tenente-general dos reaes exercitos, do conselho de Sua Majestade, commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada, etc. N. em 1762, e fal. a 15 de janeiro de 1837. Em julho de 1779 alistou se no regimento de artilharia da côrte e tendo frequentado com aproveitamento os estudos mathematicos e os do artilharia na aula regimental, fez as suas primeiras armas destacando em 1785 para bordo da fragata *Princeza do Brazil* que saiu a barra para ir cruzar contra os argelinos. Em 1787 e 1788 serviu ás ordens do general Valleré, voltou aos cruzeiros contra os argelinos em 1791, e tornando em 1792 para junto de Valleré coadjuvou este no traçado e levantamento da bateria do Bom Successo. Posteriormente esteve ás ordens do duque de Lafões e do general Dordaz, e sendo promovido a capitão-tenente da armada real e commandante de oito companhias de artilheiros marinheiros pelos fins de 1797, prestou n'esta qualidade muitos e valorosos serviços em varias expedições combatendo contra os francezes e contra os argelinos. Em 1801 partiu para a Ilha Terceira afim de organisar e disciplinar o batalhão de artilharia ali existente, e depois de haver fundado a aula regimental que mais tarde veiu a ser a Academia Militar de Angra, regressou ao continente, e pediu passagem para o exercito. Collocado então no regimento de infantaria n.º 10 com o posto de tenente-coronel, foi transferido para o n.º 7 da mesma arma, e n'essa situação se encontrava quando os soldados de Junot invadiram o nosso paiz. Palmeirim deixou então o serviço, mas apenas em 1808 rebentou a revolução foi apresentar se ao general Bernardim Freire de Andrade, e sendo elevado a coronel recebeu a missão de organisar em Cascaes o regimento n.º 19. Foi por causa do coronel Palmeirim que o marechal Beresford deu ao exercito um dos primeiros exemplos do seu espirito disciplinador. Por um motivo qualquer insignificante suspendeu o brigadeiro Blunt o coronel Palmeirim. A officialidade do 19 veiu pedir em massa ao marechal que o seu coronel lhe fôsse restituido. A resposta foi serem mettidos todos os officiaes em conselho de guerra e, depois de dado este exemplo, foi o coronel Palmeirim posto de novo á frente do 19, porque Beresford sabia que era um excellente official. A' frente d'este corpo distinguiu se na batalha do Bussaco, merecendo ser elogiado pelo general Beresford na ordem do dia, acompanhou o exercito para as linhas de Torres Vedras, assignalou-se em Fuentes de Onor, e sendo já brigadeiro commandou durante tres mezes uma brigada no sitio da praça de Badajoz. Nomeado posteriormente com-

Luiz Ignacio Xavier Palmeirim

maudante interino da brigada constituida pelos regimentos n.º 9 e 21, manifestou grande intrepidez no combate de Badou e sendo encarregado em fins de 1811 de inspeccionar os corpos de milicias da Extremadura, desempenhou esse serviço por modo que o marechal lhe patenteou a sua satisfação. Incumbido novamente do commando de uma brigada no exercito de operações, foi o general Palmeirim encarregado de cobrir a marcha das tropas que recolheram a Portugal no fim da guerra da Peninsula, e pouco depois de chegar á patria embarcou para Brazil por ter sido escolhido para ir organisar e disciplinar as fôrças militares da capitania do Rio de Janeiro. N'essa côrte foi elevado a marechal de campo e graduado em tenente general, e D. João VI o nomeou capitão general de Angola o depois de Cabo Verde, mas nenhum d'esses governos chegou a exercer e regressou a Lisboa em setembro de

1821. Presidiu aos trabalhos de uma commissão encarregada da organisação militar e defeza dos Açôres, e aos de outra que teve por missão preparar uma ordenança para a arma de infantaria e em 1826 foi nomeado governador das armas da côrte. Em 1828 estava governando as armas no Algarve, e seguindo o partido do infante D. Miguel prestou em varias occasiões bons serviços á causa que abraçára, e sendo depois de terminada a guerra civil separado do quadro do exercito, falleceu. Em 20 de dezembro de 1824 foi lhe passado o seguinte brazão d'armas: Em campo de púrpura um leão de ouro, com uma chave de prata na garra direita; mantelete azul; no 1.º campo, uma peça d'artilharia e uma espingarda de prata, em aspa; no 2.º outra peça de artilharia, de prata, e uma ancora de ouro, em aspa; chefe de prata, carregado d'uma palmeira verde, orla d'ouro carregada d'uma legenda, em letras de púrpura, que diz *Valor*, *Fidelidade*, *Honra*!; Elmo de prata, aberto, guarnecido de ouro, e forrado de púrpura; timbre, tres ramos de palmeira, verdes, em roquete, atados com uma fita de prata.

**Palmeirinha**. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Alva e conc. d'Aljezur, distr. de Faro. || S. Braz dos Mattos, conc. de Alandroal, distr. de Evora. || Pequena ponta situada nas costa de Cabinda, proximo da margem direita da foz do rio Zaire, na prov. d'Angola, Africa Occidental. E' rasa, e está coberta de mangal.

**Palmeirinhas**. Ponta situada na costa do districto de Loanda, na prov. de Angola, Africa Occidental. Fica ao N da foz do rio Cuanza; é saliente, arenosa e baixa, coberta de palmeiras e d'outras arvores e orlada de recifes onde o mar rebenta continuamente. Tambem é chamada *Palmarin*. || Pequena ponta situada na costa da Guiné de Cabo Verde, Africa Occidental. Nas cartas modernas é designada por *Palmarin* e *Palmerim*. || Bahia situada junto da ponta das Palmeirinhas, na costa da Guiné de Cabo Verde, Africa Occidental. Completamente obstruida pelo baixo de Joala, só embarcações pequenas pódem entrar n'ella.

**Palmeiro**. E' appellido nobre, mas não se sabe quem o trouxe a Portugal. Tem por armas: Escudo esquartelado: nos 1.º e 4.º quartel, d'azul, uma flôr de liz de ouro; nos 2.º e 3.º, de púrpura, uma pala d'ouro; elmo d'aço, aberto, e por timbre uma das flôres de liz do escudo.

**Palmeiro**. Termo antigo: peregrino, estrangeiro. Dava-se-lhe este nome, porque os peregrinos da Terra Santa traziam um ramo de palma, quando se recolhiam á sua patria, em signal de terem acabado a sua peregrinação ou romaria. Em Lisboa e no Porto havia *hospitaes de Palmeiros*, onde estes peregrinos se recolhiam.

**Palmeiro** *(P. André)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1569, fal. em Macau a 4 de abril de 1635. Foi mestre de Humanidades, Philosophia e Theologia, e por fim reitor do collegio de Braga. Partindo para o Oriente em 1617 foi deputado da inquisição de Gôa, reitor do collegio de S. Paulo, visitador do Malabar e da provincia do Japão, e provincial das provincias de Gôa e Malabar. Visitou differentes cidades da China, e trabalhou com fervor em propagar a religião christã em varios reinos do Oriente, até que falleceu.

**Palmeiro**. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Alegrete, conc. e distr. de Portalegre. || S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

**Palmeiró**. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Palmeira, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Palmeiro de Fôra** *(Casal do)*. Na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Montes, concelho de Villa Franca de Xira, districto de Lisboa.

**Palmeiros**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Palmeiros de Baixo e de Cima**. Duas povoações na freg. da Exaltação da Santa Cruz e concelho da Batalha, distr. de Leiria.

**Palmella** *(Antonio de Sampaio e Pina de Brederode, 3.º duque de)*. Official-mór da Casa Real, par do reino, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario á côrte de Hespanha; capitão

3.º Duque de Palmella

honorario da Guarda Real dos Archeiros; presidente da Sociedade da Cruz Vermelha. N. a 8 de janeiro de 1834, sendo filho segundo do 1.º visconde da Lançada. Casou em 15 de abril de 1863 com a 3.ª duqueza de Palmella, D. Maria Luiza Domingas de Salles de Borja de Assis de Paula de Sousa Holstein. *(V. este nome)*. Foi creado duque de Palmella, em sua vida, por decreto do dia do seu casamento. Teve as honras de official-mór da Casa Real, com o officio de capitão da Guarda Real, tornando-se effectiva esta mercê em 16 de junho de 1864; par do reino por carta regia de

23 de fevereiro do mesmo anno, de que tomou posse em sessão de 2 de março seguinte; cavalleiro da ordem da Torre e Espada por decreto de 8 de maio de 1857; gran-cruz da de S. Mauricio e S. Lazaro, na Italia; grau-cruz da de Carlos III, de Hespanha; gran-cruz da da Conecição de Villa Viçosa; cavalleiro da ordem de Alberto, o Valoroso, de Saxonia; da Aguia Vermelha, da 3.ª classe, da Prussia; de Hohenzollern; da Legião de Honra, de França; e da de Leopoldo, da Belgica, etc.; condecorado com a medalha ingleza do Baltico, *Baltic-Medal*, e com a da Cruz, da Prussia Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario á côrte de Hespanha. Em 12 de março de 1847 assentou praça de aspirante a guarda-marinha, e sendo já 2.º tenente da Armada foi voluntariamente servir na esquadra britannica, saindo do porto de Lisboa a 17 de janeiro de 1854 para Inglaterra, embarcando na nau *Prince Regent*, seguindo logo para o Baltico por occasião da guerra com a Russia, na qual se achou; passando para a nau *Neptune* com o almirante Armar Lawry Corry, de quem mereceu a particular confiança de ser por elle encarregado dos siguaes das esquadras, e no seguinte anno para a fragata *Arrogant*. Durante esta campanha tomou parte nos differentes ataques que se deram ás fortalezas russas de Bomarsund, Sweaborg, Viborg e Frederickshan, recebendo pelo seu comportamento louvor e elogios, tanto dos superiores estrangeiros como dos nacionaes, que constam das *Ordens da Armada*. Regressando a Portugal, e acabada a guerra no principio do anno de 1856, serviu sempre com o infante D. Luiz, e só desembarcou quando este principe, succedendo no throno a seu irmão D. Pedro V, o nomeou por decreto de 20 do novembro de 1861 para as suas ordens, sendo depois promôvido a 1.º tenente da Armada, capitão-tenente e capitão de mar e guerra, etc. Os duques de Palmella tiveram os seguintes filhos: D. Helena Maria, terceira marqueza do Fayal, nascida em 16 de fevereiro de 1864 e que casou com Luiz Coutinho Borges de Medeiros Sousa Dias da Camara, filho dos 1.ºs marquezes da Praia e Monforte, feito marquez do Fayal por decreto de 20 de julho de 1887; e D. Pedro Maria Luiz, que falleceu.

**Palmella** *(D. Domingos Antonio Maria Pedro de Sousa Holstein, 1.º marquez de Fayal, 2.º conde de Calhariz e 2.º duque de)*. Era o 3.º filho dos 1.ºs duques de Palmella, e succedeu n'este titulo, assim como no de conde de Calhariz, a seu irmão mais velho D. Alexandre, fallecido na ilha Terceira a 21 de junho de 1832; o titulo foi renovado por decreto de 21 de julho do mesmo anno, e o de duque, de juro e herdade, confirmado a 18 de outubro de 18 0. N. em Londres a 28 de junho de 1818, fal. em Lisboa a 2 de abril de 1864. Era capitão da Guarda Real dos Archeiros, par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão de 21 de janeiro de 1851; commendador da ordem de Christo, pela portaria de 15 de janeiro de 1840, capitão-tenente honorario da Armada Real, addido á legação de Londres por occasião da coroação da rainha Victoria, conde de Sanfré, no Piemonte. Por morte de seu pae succedeu na sua importante casa, e nos morgados de Calhariz, Moufalim, Olivaes e Fonte do Aujo, etc. Casou em França em 3 de julho de 1836 com uma filha dos 1.ºs condes da Povoa (V. *Fayal*, *Portugal*, vol. III, pag. 319). D'este consorcio nasceu a 3.ª duqueza de Palmella, fallecida em 2 de setembro de 1909. V. *adeante*.

**Palmella** *(D. Eugenia Francisca Maria Anna Julia Felizarda Apolonia Xavier Telles da Gama, duqueza de)* Dama da rainha D. Maria II, dama da ordem de Santa Izabel. N. em Lisboa a 4 de janeiro de 1798, onde tambem fal. em 20 de abril de 1848. Fôram seus paes a marqueza de Niza e de Cascaes, condessa da Vidigueira e de Unhão, D. Eugenia Xavier Telles da Gama, e D. Domingos de Lima, da casa dos marquezes de Ponte do Lima, que pelo seu casamento ficou sendo 7.º marquez de Niza. Estava destinada quasi desde o berço a ser esposa do conde de Assumar, filho do marquez d'Alorna, mas não podendo realisar-se esse casamento, por ter fallecido o noivo, casou D Eugenia em 1810, tendo apenas 12 annos de edade, com D Pedro de Sousa Holstein, que tinha então 27. Sendo seu marido nomeado n'esse mesmo anno ministro para Cadiz, para ali partiu em sua companhia, e logo em 1811 deu uma prova brilhante da sua abnegação, por occasião da febre amarella que devastou Cadiz, velando e tratando com extremos de carinho e de zelo a sua amiga intima D. Catharina de Sousa, depois condessa de Linhares. Teve o primeiro filho, D. Alexandre, aos 14 annos incompletos, e manifestando-se nova gravidez quando D Pedro foi transferido de Hespanha para Londres, teve de ficar em Lisboa. Mais de dois annos esteve então separada de seu marido, absorvido pelo congresso de Vienna e pelas negociações que se lhe seguiram. Em 1816 veiu a Lisboa o conde de Palmella e em 1817 ia a condessa ter com elle a Londres, onde foi muito bem acolhida pela alta sociedade ingleza, tanto pelas suas qualidades de espirito e de coração como pela energia de que deu provas quando n'uma festa do Paço, tendo havido descuido em se lho dar o logar que por etiqueta lhe competia, ella apezar dos seus 20 annos, teve o desembaraço necessario para reivindicar os seus direitos, o que era tanto mais notavel quanto a condessa de Palmella primava sobretudo pela falta de orgulho, mas entendeu que n'aquellê momento precisava de reagir contra qualquer suspeita de humilhação, que iria reflectir em seu marido e no paiz que elle representava. Em 1820 voltou a Portugal na idéa de acompanhar seu marido que ia ao Rio de Janeiro tomar conta da pasta de ministro dos negocios estrangeiros; mas o duque, passando por Lisboa e encontrando a revolução triumphante, percebeu que a sua demora no Rio não seria grande, e deixou ficar aqui sua familia. Effectivamente, no anno immediato regressava com D. João VI á Europa, mas as côrtes envolvendo o na desconfiança que tinham dos ministros de D. João VI, exigiram primeiro que elle não desembarcasse, depois que fôsse residir para Borba. Acompanhou-o immediatamente a condessa no seu exilio. Depois da reacção de 1823, o conde de Palmella foi chamado por D. João VI ao ministerio, onde representava o elemento liberal, e que promettia ao povo uma Constituição outhorgada pelo rei. Por isso em 1824 foi um dos proscriptos no tempo em que esteve triumphante o movimento de D. Miguel, e foi preso e levado para a torre de S. Julião da Barra, mas a condessa, já então marqueza de Palmella, com tan-

ta energia levantou a voz que seu marido foi solto immediatamente, e foi ella mesmo buscal o á prisão. Em 1825 foi o marquez nomeado embaixador em Inglaterra, e a marqueza acompanhou-o, dando provas então de um espirito de caridade inexhaurivel. Foi ella verdadeiramente a Providencia de todos os portuguezes emigrados, ainda mesmo d'aquelles que tinham idéas politicas diametralmente oppostas ás suas, ou d'aquelles que, como José da Silva Carvalho, tinham sido mais adversos a seu marido. Quando em 1828 se deu em Lisboa o golpe de Estado de D. Miguel, era ainda o marquez de Palmella embaixador em Londres, não reconheceu o governo absoluto, e continuou a considerar-se agente de D. Maria II. D'ahi a algum tempo a joven rainha, creança de dez annos, vinha a Inglaterra e encontrava na marqueza de Palmella uma segunda mãe, uma guia e uma educadora Quando o marquez partiu para os Açôres, ella teve de se retirar, até mesmo por falta de recursos pecuniarios, para França, indo habitar em Passy n'uma casa modestissima, sempre aberta, porém, para a caridade. Ali recolhia filhos de parentes e de amigos, e fazia da sua casa como que um collegio onde educava juntamente com seus filhos muitas outras creanças. Iam começar para ella, porém, as grandes tribulações. Seu filho primogenito, D. Alexandre, estava cruelmente enfermo. Os medicos aconselharam-lhe que partisse para os Açôres, e a marqueza para lá conduziu seu filho, encontrando-se em S. Miguel com seu marido e com o imperador. Em S. Miguel lhe morreu o filho estremecido, e a pobre mãe, dilacerada pela dôr mais angustiosa que póde pungir um coração feminino, partiu com o mais profundo desespero para França, emquanto seu marido se lançava nas aventuras da temeraria expedição constitucional. Logo depois da occupação de Lisboa, veiu a marqueza, já então duqueza de Palmella, para Portugal, e foi immediatamente nomeada dama de honor da rainha. Em 1836 o duque de Palmella teve de emigrar de novo, emquanto a duqueza via a morte arrancar lhe dos braços um outro filho na flôr dos annos. Muitas outras provações teria ainda de experimentar a illustre fidalga. Tambem a doença que havia de leval-a ao tumulo começou a minal-a surdamente. Ainda foi representar a rainha de Portugal na coroação da rainha Victoria em Inglaterra; em 1845 o duque levou-a a viajar na Italia. Em 1846 teve o illustre estadista de emigrar de novo para Inglaterra, e sua mulher, apezar de doentissima, lá foi ter com elle. Aconselharam-lhe os medicos uma viagem á Madeira; alguns allivios sentiu primeiro, mas depois a doença redobrou. Voltando a Lisboa foi levada para o seu palacio do Rato, onde a sua agonia se prolongou por muito tempo, até que falleceu, tendo apenas 50 annos de edade. Teve esta senhora 16 filhos: o conde de Calhariz, a marqueza das Minas, D. Izabel, marquez do Fayal, D. Marianna, D. Maria, condessa das Alcaçovas, D. Rodrigo, condessa das Galveias, D. Catharina, D. Anna, D. Pedro, marquez de Sousa Holstein, marquez de Cezimbra, marquez de Monfalim, D. Maria. D'estes 16 filhos morreram em vida de sua mãe 7, e isto basta para que se veja como foi dolorosamente experimentada pelas mais terriveis provações esta bondosa e santa senhora. O litigio violento que teve com os herdeiros do conde da Povoa que a accusaram de ter querido raptar para seu filho essa opulentissima herança, casando-o com a filha menor e orphã d'esse riquissimo capitalista, feriu profundamente a sua alma. As tribulações da sua vida não concorreram pouco para lhe apressar a morte. A' sua memoria prestou levantado culto o grande poeta Almeida Garrett, escrevendo e publicando em 1848 a *Memoria historica da ex.ma sr.a duqueza de Palmella*, um verdadeiro modelo de elogio historico.

**Palmella** (*D. Maria Luiza Domingas de Salles de Borja de Assis de Paula de Sousa Holstein, 3.a duqueza de*). Dama da Rainha Senhora D Maria Pia e camareira mór de S. M. a Rainha Sr.a D. Maria Amelia. Academica de merito da Academia das Bellas Artes de Lisboa. Agraciada com a commenda da antiga, nobilissima e esclarecida ordem de S. Thiago, do merito scientifico, litterario e artistico. Presidente da Associação das Cozinhas Economicas, da sua instituição. Foi segunda marqueza do Fayal, terceira condessa de Palmella, de Calhariz, e de Sanfré, no Piemonte, dama das ordens de Santa Izabel e de Maria Luiza, de Hespanha. Nasceu em Lisboa a 4 de agosto de 1841 e falleceu em Cintra a 2 de setembro de 1909. Era filha de D. Domingos de Sousa Holstein, 2.º duque de Palmella, marquez do Fayal, 2.º conde de Calhariz, que morreu em 1864, tendo casado em França com D. Maria Luiza de Sampaio e Noronha, filha dos primeiros condes da Povoa, e que morreu em 1861. D. Domingos foi o herdeiro da casa por morte de seu irmão mais velho, D. Alexandre, fallecido na ilha Terceira em 1832. O conde da Povoa, Henrique Teixeira de Sampaio, que fôra commissario chefe do exercito anglo-luzo, era riquissimo. Em 1818 teve o titulo de barão de Teixeira, e em 1823 o de conde da Povoa, sendo, no ministerio Palmella, presidente do Real Erario e ministro da Fazenda. Foi par do reino, conselheiro de Estado, grã-cruz da Conceição e commendador da Torre e Espada e de Christo. A sua fortuna era computa-em 20 milhões de cruzados. Quando morreu, os seus bens fôram avaliados em 8:400 contos de réis. Tendo fallecido, com 11 annos de edade, João Maria Teixeira de Sampaio, o primogenito do conde, sua irmã herdou toda a fortuna e morgadio, vindo a ser mãe da 3.a duqueza de Palmella. Esta illustre fidalga e artista casou em Lisboa a 15 de abril de 1863 com Antonio de Sampaio e Pina de Brederode, segundo filho do 1.º visconde da Lançada, 3.º duque de Palmella (V. *este titulo*) em sua vida, por decreto do mesmo dia do seu casamento, official-mór da Casa Real, com o cargo de capitão da Guarda Real dos Archeiros, par do reino, cavalleiro da Torre e Espada, grã-cruz de differentes ordens nacionaes e estrangeiros. O consorcio dos duques de Palmella foi um acontecimento tão notavel, no meio lisbonense, e fôra d'elle que a sua descripção não deixa de ser interessante. Está feita no periodico *Album Litterario*, de 23 de abril de 1863, por um dos redactores do presente diccionario. O grandioso acto teve logar na quarta feira, 15 do mesmo mez. A cerimonia religiosa realisou-se ás 2 horas da tarde na capella do palacio da rua da Escola Polytechnica, com toda a pompa devida a tão altas personagens. El-Rei D. Luiz e a Rainha Senhora D. Maria Pia fôram os padrinhos.

O segundo padrinho foi o marquez de Sousa Holstein. A benção nupcial foi lançada pelo cardeal patriarcha. Finda a ceremonia teve logar um lauto lunch, a que assistiram Suas Majestades. Ao noivo deu El-Rei o titulo de duque de Palmella, como ficou dito acima, e juntamente as insignias da ordem de N. S.ª da Conceição e dois alfinetes de brilhantes de subido valor. A' noiva deu a Rainha a banda da real ordem de Santa Izabel, um broche e um album riquissimo. O numero dos convidados era illimitado. Uma guarda de Archeiros assistiu no palacio durante todo o tempo que os monarchas ali se demoraram. No jardim tocava a banda do 16 de Infantaria. Terminando o lunch retiraram Suas Majestades. O noivo offereceu á noiva um livro de missa avaliado em mais de um conto de réis. Os desposados déram a cada um dos seus creados 4 li-

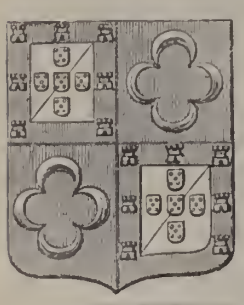
Duqueza de Palmella

bras em ouro O vestido da gentil noiva era muito distincto, pelo seu bom gosto e riqueza, sendo todo enfeitado com finissimas rendas de França, em apanhados, a que serviam de guarnição alguns brilhantes de grande valor. Só o vestido importara em mais de 4 contos de réis. A' tarde retiraram se os noivos para Cintra, a fim de ali passarem a lua de mel, partindo depois para Paris, d'onde regressaram a Lisboa. As salas do palacio estiveram patentes á admiração publica durante dois dias. A concorrencia foi immensa. A exposição começava ás 10 horas da manhã e terminava ás 5 da tarde, mas ás 2 horas já não cabia mais ninguem nas salas, brilhante e ricamente guarnecidas. Lisboa toda ali foi congratular se com o consorcio dos illustres duques de Palmella. Desde cedo, como sua mãe e avó, revelou a joven duqueza duas qualidades principaes: a intelligencia e a bondade. O seu talento de artista ficou gravado em muitas esculpturas primorosas. O seu amor pelo bem deixou um rasto enorme, sendo toda a sua vida uma desvelada protectora das classes pobres Fazia um uso excellente da sua riqueza. Como artista poderemos reproduzir alguns trechos de um artigo em que o illustre escriptor brazileiro sr. José Antonio de Freitas apreciava a talentosa titular: «A sr.ª Duqueza de Palmella ama apaixonadamente a estatuaria. Discipula do conhecido esculptor francez Anatole Calmels, trabalha sempre com o mesmo ardor, o mesmo culto da fórma, o mesmo cuidado da verdade, que distinguia o laureado auctor do Grupo do Arco da Rua Augusta e das Cariatides do Palacio Palmella, do monumento de D. Pedro IV, no Porto, e de muitas outras obras em França e Portugal. E as horas, que lhe deixam livres as occupações, que tanto a deleitam, de mãe e de avó, as obrigações do cargo de Camareira-Mór de Sua Majestade a Rainha, os deveres de senhora da sociedade, e a solução do problema delicado e pungente da caridade, que a sr.ª Duqueza encara como um problema de economia politica e social, essas horas passa as s. ex.ª nas investigações pacientes e estudiosas do «atelier», em que encontrou uma alegria privilegiada o seu espirito profundamente enamorado da belleza.» Referindo se ao busto de Sá da Bandeira, escreve: «No busto do intrepido General apparece a finura ligeiramente ironica da boca, e o fulgor dos olhos rasgados para o commando e para a ameaça. E' que a sr.ª Duqueza de Palmella conhece bem o valor d'esses dois signaes eminentes da vitalidade intellectual—os beiços e os olhos—e encontra-lhes a intima originalidade ainda melhor pela imaginação (o busto do Marquez de Sá foi feito de memoria), do que pelo documento plastico ou historico. Esta linda esculptura foi offerecida pela sr.ª Duqueza, como prova de subida estima, a seu marido, admirador de tudo quanto é heroico e immaculavel, como a bravura e a honra do Marquez de Sá da Bandeira. D'ella existe uma replica no Museu de Artilharia, e está sendo acabada, aperfeiçoada e retocada uma outra réplica, destinada á Sociedade de Geographia de Lisboa.» Depois continúa apreciando a sua obra pela seguinte fórma: «O grande busto de Santa Thereza, com o seu pedestal da epoca, obteve uma menção honrosa no «Salon» de Paris em 1876, e pertence hoje á sr.ª marqueza do Fayal, filha unica dos srs. duques de Palmella Ao cinzel da sr.ª Duqueza deve-se tambem a estatua-termo, em bronze, «Diogenes», que adorna a sumptuosa escada do seu palacio do Rato. N'ella se vê claramente a dilligencia do artista para reproduzir a vida. Por baixo da pelle advinham-se as carnes e a ossatura, distingue-se o jogo dos musculos interpretados por planos differentes, reconhece-se o resultado dos minuciosos estudos e de uma composição conscienciosa, O «Diogenes» tambem alcançou um diploma de menção honrosa no «Salon» de 1881. Além d'estas obras tem a sr.ª duqueza de Palmella esculpido muitas outras. Contam-se entre ellas o busto de seu tio, o sr. D. Manuel de Sousa Coutinho, a «Dryade», o «Pescador», o medalhão da sr.ª baroneza de Sebzeltern, antiga ministra da Austria em Lisboa, e mãe da sr.ª viscondessa de Chancelleiros, amiga leal e querida da familia Palmella, etc., etc. Mas a sua obra capital, a obra que a sr.ª duqueza de Palmella considera, e com razão, como corôa do seu labor artistico, e como premio merecido do seu amor á esculptura, não saiu ainda do «atelier». E' um grupo da Virgem Maria e do menino Jesus, de tamanho natural, em marmore de Carrara, e destinado a uma egreja que não está ainda concluida. Na execução d'esta obra, que tive a boa fortuna de poder admirar, a sr.ª duqueza de Palmella adoptou uma gravida-

de modesta e recolhida, rejeitando por insupportavel a «morbidezza» mystica, que tem encantado tantos artistas na esculptura religiosa. Ainda foi mais longe. Rompeu abertamente com a tradição inquietando deveras o classico Anatole Calmels a quem se arripiavam os cabellos ante a posição, em que está figurado o menino Deus. No trabalho da sr.ª duqueza de Palmella, Jesus não tem a attitude e a cabelleira inspirada de um propheta infantil; e a Virgem, em vez de trazer o Filho ao collo, como sempre se vê, em um gesto mavioso de ternura e de humanidade, estende os braços, offerecendo o ás outras mães que soffrem. Por tudo isto, e pela naturalidade com que caem as pregas e dobras do manto, em que se ergue a estatua da Virgem, já houve, quem para designar o grupo, escolhesse uma das invocações da Ladainha—«Mater Admirabilis». A eximia artista portugueza (estou em crer que a sr.ª duqueza de Palmella, se lêsse esta chronica, por certo não se magoaria com o rigor da minha classificação) envia á Exposição do Rio de Janeiro tres trabalhos, em que os leitores continuarão a reconhecer, quanto procuro ser justo nos meus juizos, pois confirmam a pleno o que aqui vou escrevendo. O primeiro é um busto de bronze, intitulado «Simy», por que tal era o nome do modelo, e que representa a «Sulamite». N'elle se admira todo o trabalho de um artista. Que simplicidade e ao mesmo tempo que grandeza! Sua Majestade a rainha possue uma replica do «Simy» em marmore de Carrara, e um delicioso busto de gaiato, tambem em marmore. O segundo trabalho, o busto de uma rapariga preta, chamada Maria José, criada da sr.ª marqueza do Fayal, é notavel tambem por uma simplicidade que não exclue, antes augmenta, a graça da factura. E no tocante á similhança com o modelo... só lhe falta falar. Por ultimo envia a a sr.ª duqueza de Palmella um trabalho vigoroso, que imprime caracter ao «hall» do eminente clinico, meu velho amigo, D. Antonio de Lencastre, a quem foi offerecido. Um desempenado meio corpo de rapaz, fundido em bronze e executado com superior mestria e liberdade, apresenta-se quasi a tres quartos, empunhando um facho com a mão direita erguida para o céo. Sobre a fronte arejada e ampla arde um outro facho, o braço esquerdo enrosca se uma cobra. O resplendente bronze symbolisa o Genio do Progresso da Medicina, e a autora impoz lhe o nome de «Fiat Lux!» E' magnifico. Da mesma estatua existe uma replica em marmore de Carrara, que a sr.ª duqueza de Palmella offereceu ao Museu das Bellas Artes, ás Janellas Verdes, quando foi nomeada membro da Academia das Bellas Artes de Lisboa» Aiuda noutra sua chronica para o *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, datada de Lisboa em 20 de setembro de 1909, rende o sr. José Antonio de Freitas um sentido preito á memoria da illustre titular. D'esse extenso artigo destacaremos os periodos que se referem á acção, que nos ultimos vinte annos da sua vida a duqueza de Palmella exerceu em Portugal: «Não ha grande obra, honra do nosso tempo e do seu paiz, a cujos esforços não tivesse dado estimulo, para cujo ideal não tivesse trabalhado. Com a Assistencia aos Tuberculosos trabalhou por isolar, fortificar e rodear de carinhos os infelizes condemnados pela sua hereditariedade ou pela sua miseria a um dos maiores flagellos humanos. Pela Sociedade da Cruz Vermelha, a que o sr. duque presta serviços relevantes, esforçou-se por ampliar os beneficios da Convenção de Genebra, antes da qual o soldado fóra do combate podia ser acabado pelo inimigo, o cirurgião morto ao pé dos seus doentes, e os feridos quasi tão esquecidos, como os mortos, morriam d'esse abandono. Com o Instituto de Soccorros a Naufragos vigiou pelas viuvas e filhos dos bravos marinheiros, que partindo de Leça, de Cezimbra, de Portimão, acceitam o dever continuo de affrontar a morte. com o Asylo da Mendicidade, o Asylo de D. Luiz, a Obra Pia de Moçambique, a Escola dos Cegos, as Missões Ultramarinas, a Associação dos Lactarios, os Albergues Nocturnos, as Casas de Trabalho, o Hospicio de Creanças do Rego, a Associação Protectora dos Operarios (é um nunca acabar de associações) a sr.ª duqueza de Palmella combateu energicamente a miseria, partindo do principio de que o melhor, que se leva d'este mundo, é aquillo que se deu. Mas era sobretudo ás CozinhasEconomicas, essa obra de predilecção, de que ella ficará sendo a pedra angular, que a sr.ª duqueza de Palmella prodigalisava o melhor de si mesmo. Quanto mais avançava em edade, mais se lhe figuravam as condições materiaes da vida dos pobres em geral e dos operarios em especial, como o problema digno de maiores sacrificios. Entendendo ser necessario proporcionar ás classes pobres e trabalhadoras uma alimentação frugal, abundante, asseiada e barata; mas reconhecendo que só por meio de uma vasta associação poderia pôr por obra o seu intento, dirigiu se ao governo, aos negociantes, aos industriaes, a todas as classes da sociedade, pedindo o concurso de todos para a resolução do problema de caridade, em sua opinião um problema de economia politica e social. Confiava no seu enorme prestigio, não ha duvida; mas estou em crer que nunca phantasiou que a patriotica idéa suscitasse tantas dedicações, e tão rapidamente se espalhasse. O grande plano da sr.ª duqueza foi adoptado com alvoroço, fez o caminho, que em Portugal fazem sempre as idéas generosas, para as quaes nunca deixou de existir a telegraphia sem fios. Sabios, artistas. homens de letras, politicos de todos os partidos, membros do commercio e da industria, homens, senhoras, todos se inscreveram como socios, e as Cozinhas Economicas, para as quaes a sr.ª duqueza concorreu nos ultimos tempos com muitos coutos, são hoje uma instituição modelar, cuja falta seria uma calamidade. Mas o espirito da sua fundadora não descansava Ultimamente pensava ella em crear uma nova instituição, que se denominaria *Assistencia pelo Trabalho*. Condoida das centenas de pedidos de emprego, que recebia, ideou fundar junto das Cozinhas Economicas grandes officinas de cartonageus, ou de qualquer industria facil de executar, onde os desempregados pudessem trabalhar durante quinze dias, recebendo feria e comida, e dispondo de tres horas para procurar collocação. Contava, é certo, com os principaes estabelecimentos de Lisboa para venda dos productos assim fabricados; mas sabia tambem os desgostos que a esperavam, os abusos e especulações de que seria victima, e, apezar d'isso, ia deixando amadurecer a idéa, que, se vivesse, havia de pôr em execução.» Além dos

artigos referidos podem vêr-se ácerca da illustre titular: O capitulo respectivo no livro *Embrechados*, do sr. conde de Sabugosa, e o folheto de grande formato *Duqueza de Palmella*, por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, Lisboa, 1910.

**Palmella** *(D. Pedro de Sousa Holstein, conde de Sanfré, no Piemonte, e 1.º conde, 1.º marquez e 1.º duque de).* 13.º senhor do morgado de Calhariz, Monfalim e Fonte do Anjo; capitão da Guarda Real dos Archeiros, alcaide-mór da Certã; gran-cruz das ordens de Christo e Torre e Espada; cavalleiro da do Tosão de Ouro; gran-cruz das de Carlos III, de Hespanha; da Legião de Honra, de França; de Santo Alexandre Newsky, na Russia; cavalleiro da de S. João de Jerusalem; par do reino e presidente da respectiva camara; presidente da camara dos senadores; conselheiro de Estado, embaixador extraordinario e ministro plenipotenciario em diversas côrtes extrangeiras; representante de Portugal no congresso de Vienna, ministro e secretario de Estado, presidente do conselho de ministros, e da Regencia estabelecida na ilha Terceira; marechal de campo, socio honorario da Academia Real das Sciencias, presidente da Sociedade Archeologica de Setubal, etc. N. em Turim a 8 de maio de 1781; fal. em Lisboa a 12 de outubro de 1850. Era filho de D. Alexandre de Sousa Holstein, conde de Sanfré, embaixador ás côrtes de Copenhague, Berlim e Roma, e de sua mulher D. Juliana de Sousa Coutinho Monteiro Paim, (V. n'este vol., pag. 374). A



Brazão dos duques de Palmella

D. Juliana de Sousa Coutinho Monteiro Paim

familia de seu pae, Sousa Holstein, estabelecera-se em Portugal e readquirira bastante prestigio, sem deixar de conservar a casa do Piemonte. Incorrera nas iras do marquez de Pombal, e seu avô morreu nos carceres da Junqueira. A familia de sua mãe tambem soffreu com as prepotencias do omnipotente ministro. Sua mãe, conseguindo casar, depois do desterro do marquez de Pombal, com D. Alexandre de Sousa Holstein, acompanhou seu marido ás missões diplomaticas de que foi encarregado, e estava em Turim, quando nasceu D. Pedro, o futuro e notavel estadista duque de Palmella, conforme dissémos. Logo nos primeiros annos começou para D. Pedro de Sousa Holstein a vida a ser agitada. Seguindo seu pae nas differentes missões diplomaticas, percorreu com elle a Europa, educado mais pelos paes de que pelos mestres, até que em 1791, tendo 10 annos de eda-

1.º duque de Palmella

de, foi collocado n'uma casa de educação em Genebra, onde esteve até 1795, estudando regularmente os preparatorios para as escolas superiores. No mesmo anno de 1795, contando já 14 annos, veiu estudar para Coimbra, mas não pôde concluir o curso a que se destinava, porque os deveres da gerarchia o obrigavam a alistar-se no exercito, por ser o primogenito d'uma casa nobre. Em 1796 assentou praça no regimento de cavallaria, denominado de Mecklemburgo; em 1797 foi promovido a capitão e nomeado ajudante d'ordens do duque de Lafões. D. Pedro era insinuante, esbelto, sympathico; facilmente captivava aquelles com quem tratava, e até aquelles que o viam apenas de passagem. Em Lisboa relacionou-se com as nobres damas da côrte, com a grande poetisa marqueza de Alorna, que se lhe tornou muito affeiçoada, e com os poetas d'aquelle tempo. Em 1802 foi despachado conselheiro da embaixada de Roma, onde seu pae era embaixador. Partindo para aquella cidade demorou-se algum tempo em Florença, e ali conviveu com o grande poeta Alfieri. Em dezembro d'esse mesmo anno falleceu seu pae, mas já D. Pedro conseguira captar a estima do papa e do seu secretario de Estado, o cardeal Con-

salvi, que pediram com instancia ao governo portuguez que deixasse ficar D. Pedro no logar vago pelo fallecimento de seu pae. Assim se fez, ficando D. Pedro como simples encarregado de negocios junto da curia romana, grande distincção para um rapaz de 21 annos de edade, o qual provava o seu grande valimento! Em Roma conheceu e tratou com o grande Humboldt, e com o celebre chimico Gay Lussac. A este acompanhou-o n'uma excursão scientifica ao Vesuvio, desejoso sempre de alargar a esphera dos seus conhecimentos e de conviver o mais possivel com os homens que se tornavam por qualquer fórma eminentes em qualquer dos ramos do saber humano. N'outra viagem de recreio, n'uma excursão que fez para o norte de Italia, encontrou-se tambem com a celebre madame de Stael, que tinha de exercer na sua vida tão pronunciada influencia. Exonerado em 1805 da missão de embaixador junto da curia romana, passou dois mezes em Coppet, na casa da illustre escriptora madame de Stael, com quem entretivera longa correspondencia desde o seu encontro na Italia. Em Coppet, vivendo em intimidade, relacionou se com os homens eminentes que frequentavam a casa da celebre escriptora: Mathieu de Montmorency, Frederico e Guilherme Schlegel, Benjamin Constant, Sismonde de Sismondi, Barante, e outros. Foi a instancias de madame de Stael que D. Pedro de Sousa Holstein escreveu a sua traducção em francez de alguns fragmentos dos *Lusiadas*, que em 1814 fez publicar no *Investigador portuguez*, de Londres, acompanhada d'uma carta aos redactores sem o seu nome. Os dois mezes que passou em Coppet, entregue a preoccupações litterarias, á beira do lago de Genebra, na convivencia d'uma mulher amada e soberana pela intelligencia, e de amigos todos illustres e notaveis, foi decerto o tempo mais agradavel da vida de D. Pedro de Sousa Holstein. A sua traducção franceza dos *Lusiadas* é uma das mais estimadas. Madame Stael reviase com prazer n'essa primeira producção litteraria do seu predilecto diplomata, e no manuscripto da traducção ha muitas notas autographas da distincta escriptora, que mostram quanto ella se interessava pela obra de D. Pedro. No fim do anno de 1806 voltou a Portugal, mas conservou-se afastado, não só porque precisava tratar nos negocios de sua casa, mas por lhe aborrecer a côrte, onde se pensava unicamente em miserias fradescas, sendo o nome de Napoleão temido, como o conquistador da Europa. Veiu a invasão franceza, e D. Pedro continuou em Lisboa na mais completa abstenção, o que lhe valeu não ser incommodado, mas o seu espirito patriotico assistiu com tristeza a todas as vergonhas d'essa deploravel epoca, e em 1808, apenas Wellesley desembarcou, D. Pedro foi apresentar-se para servir no exercito que devia libertar Portugal, e com o posto de major foi nomeado ajudante d'ordens do coronel Trant encarregado em 1809 de organisar as milicias portuguezas. Quando n'esse anno a Regencia appellou para o patriotismo dos portuguezes ricos, a fim de supprir a deficiencia do thesouro, D. Pedro foi um dos que primeiro e mais generosamente subscreveram para as despezas da guerra. As suas grandes aptidões, porém, eram mais diplomaticas e estadisticas do que bellicas, e o governo da Regencia assim o comprehendeu, nomeando-o nosso ministro em Cadiz, em 1810. Ao partir para esta nova commissão casou em 4 de junho d'esse anno com D. Eugenia Telles da Gama, menina de 12 annos, filha dos 1.os marquezes de Niza (V. este titulo), que foi sempre a sua digna companheira. Partiu logo para Cadiz, onde se conservou até quasi ao fim da Guerra Peninsular. Interessava-se então muito o principe regente em que fôssem reconhecidos os direitos eventuaes de sua esposa, D. Carlota Joaquina, á corôa de Hespanha, abolindo-se por isso a lei salica, e tambem em que se désse a regencia á mesma princeza. D. Pedro tratou d'esse assumpto com o tino e com a habilidade que sempre manifestou em todos os assumptos, e conseguiu o que se pretendia, menos a nomeação de D. Carlota Joaquina para regente de Hespanha, mallogro que ainda assim foi devido exclusivamente á intervenção do ministro inglez. Ao mesmo tempo a esposa do nosso ministro, apezar da sua tenra idade, mostrava tão nobre abnegação e tanta coragem por occasião da febre amarella que em 1811 salteou Cadiz, que em pouco tempo conseguiu D. Pedro um grande prestigio e uma grande influencia. O governo do Rio de Janeiro recompensou os serviços de D. Pedro, dando-lhe o titulo de conde de Palmella, por decreto de 11 de abril de 1812. No outono d'esse mesmo anno foi transferido de Cadiz para Londres, em substituição de D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho. Era esse o logar mais importante da nossa diplomacia, principalmente n'esse tempo, e mostrava a elevadissima conta em que era tido o joven diplomata pelo governo. Effectivamente havia muito tempo que a embaixada em Londres era o noviciado dos nossos ministros dos negocios estrangeiros. O marquez de Pombal, Martinho de Mello, visconde da Anadia, visconde de Balsemão, conde das Galveias, todos tinham sido ministros portuguezes em Londres, antes de subirem ao poder em Portugal. Com tanto acerto procedeu em Londres que, terminada a guerra, foi nomeado nosso plenipotenciario no famoso congresso de Vienna, em 1815, tendo por collegas Joaquim Lobo da Silveira, que foi depois conde de Oriola, e Antonio Saldanha da Gama, que foi depois conde de Porto Santo. Achava-se n'uma situação embaraçadissima o conde de Palmella. Longe de ter o apoio de Inglaterra, quando demais a mais o plenipotenciario inglez era o duque de Wellington que tudo devia a Portugal, viu-se pelo contrario completamente abandonado pelo celebre general e nem conseguiu a restituição de Olivença, nem quantia superior a 2 milhões de francos (360 contos) na repartição pelas potencias alliadas da indemnisação de guerra de 700 milhões (1:260 contos) que a França fôra obrigada a pagar. Mas ainda assim obteve, e já isso não era facil, que n'um protocolo (que aliás nunca se cumpriu) os membros do congresso se comprometessem a interpôr os seus bons officios para que a Hespanha restituisse espontaneamente a Portugal a praça de Olivença. Era o mais que elle podia fazer. O congresso nunca pôde considerar como representante de Portugal senão o duque de Wellington. Para toda a Europa Portugal não era mais do que um satellite da Inglaterra. Desde o momento que Wellington nos abandonava, Palmella nada podia fazer, apenas pôde adquirir entre os diplomatas reunidos n'aquella assembléa solemne um grande prestigio pessoal, que de muito lhe

serviu no resto da sua carreira, e logo depois n'uma nova negociação. O conde de Palmella partira de Vienna para Paris, onde ainda se protrahiram as negociações, e apenas regressou a Londres em 1816, a primeira coisa em que pensou foi vêr sua mulher que deixára em Lisboa em 1812, e que não vira portanto havia quatro annos. Muito pouco tempo se pôde demorar na sua patria, porque a attitude hostil da Hespanha, que se mostrava muito resentida com a nossa intervenção em Montevideu, e que nos denunciava á indignação da Europa, tornava indispensavel e urgente a sua presença em Londres. Partiu pois o conde de Palmella, e encontrou a situação grave para nós. As grandes potencias davam razão a Fernando VII, louvavam a sua moderação, e intimavam asperamente o governo de D. João VI para que mandasse plenipotenciarios a Paris afim de tratarem do assumpto de Montevideu Os plenipotenciarios nomeados por D. João VI fôram o conde de Palmella, nosso ministro em Londres, e o marquez de Marialva nosso ministro em Paris. A escolha foi excellente, porque o proprio marquez de Marialva se estava longe de ter os talentos do conde de Palmella, tinha comtudo um grande prestigio em Paris pelas suas maneiras fidalgas e pela sua extremada cortezia. O conde de Palmella, antes de partir para Paris, sondára as intenções das diversas potencias, e tivera a habilidade de preparar os espiritos para uma solução bem differente d'aquella que ao principio ameaçára Portugal. Effectivamente, não foi pequena a surpreza de Fernando VII quando viu que o congresso dos negociadores chegára a um accordo, que lhe impunha a obrigação de entregar Olivença a Portugal, de lhe pagar uma indemnisação pecuniaria pelas despezas da occupação do Montevideu, recebendo das tropas portuguezas essa sua antiga colonia americana. Infelizmente a revolução de 1820 em Hespanha, iniciada exactamente pelas tropas que deviam ir occupar Montevideu, impediu a realisação d'este vantajoso convenio. Logo depois d'esta negociação, e por morte do conde da Barca, foi o conde de Palmella nomeado ministro dos negocios estrangeiros em 1817. Não agradou essa nomeação ao illustre diplomata que preferia e muito a sua residencia, como embaixador, n'um dos grandes centros intellectuaes da Europa á partida para a cidade americana que estava sendo capital da vasta monarchia portugueza. Demorou portanto, com varios pretextos, a sua residencia na Europa, dando-se o facto curioso de chegar a haver em Londres dois ministros portuguezes egualmente acreditados. Como demais a mais em 1817 sua joven esposa fôra juntar-se com elle, o conde de Palmella, achando-se bem em Londres, estava muito pouco disposto a ir metter-se no Brazil. Em 1820 emfim não teve remedio senão ceder ás instancias de D. João VI, e partir para Lisboa d'onde devia seguir para o Brazil. Chegou a Lisboa exactamente na occasião em que rebentava no Porto a revolução de 1820. Pediu a Regencia aterra da conselhos ao diplomata, que lh'os deu sensatissimos, dizendo que era indispensavel que tomasse a Regencia a direcção do movimento, fazendo as concessões indispensaveis e promettendo convocar côrtes. Essa resolução ia desnorteando a junta revolucionaria, que pensou por um momento em se dissolver, mas, rebentando a revolução em Lisboa tambem, e fundindo-se n'uma só as duas juntas de Lisboa e Porto, a Regencia teve de ceder. O novo governo não dispensou tambem os conselhos e os serviços do conde de Palmella, e aos seus bons officios se deveu entregar Beresford, que vinha do Rio de Janeiro, as sommas que trazia para pagamento das tropas. Partiu logo depois para o Rio de Janeiro, em outubro do mesmo anno de 1820, levando a noticia dos acontecimentos de Lisboa, e os conselhos que deu a D. João VI fôram os mais sensatos possivel. Hesitou o rei em seguil-os em transigir francamente com o movimento liberal, até que a noticia das revoluções da Bahia, Pernambuco, Pará e Maranhão veio confirmar completamente os conselhos do conde de Palmella. Resolveu-se então D. João VI a seguir a sua opinião, mas com as suas eternas hesitações ainda a modificou em pontos essenciaes, e os decretos publicados no dia 24 de fevereiro de 1821, não sendo perfeitamente conformes com os que o conde de Palmella indicára, levaram-n'o a pedir energicamente a sua demissão que lhe foi dada a 26 de fevereiro d'esse mesmo anno. A 26 de abril de 1821 partiu a familia real para a Europa, e o conde de Palmella acompanhava-a. D. João VI, reconhecendo cada vez mais quanto eram sensatos os conselhos e opiniões do conde de Palmella, não se fartava durante a viagem de o consultar a respeito de tudo, e como el-rei e o conde iam em differentes navios cruzavam-se os escaleres no mar, a levar de um para outro lado as perguntas d'el-rei e as respostas do conde de Palmella. Como esses conselhos tinham sempre sido dados no sentido liberal, legitimamente se surprehendeu o conde de Palmella, sabendo que as côrtes prohibiam o seu desembarque em Lisboa, e em seguida que lhe ordenavam que escolhesse para sua residencia uma terra situada a 20 leguas de Lisboa Profundamente magoado com esta injusta determinação, que assim o confundia com os inimigos do rei, retirou-se para Borba, obedecendo serenamente, e como elle, quando partira para o Rio de Janeiro, previra logo que não se demoraria lá muito tempo, e não levára sua esposa, esta correu logo a juntar se a elle, e ambos em Borba viveram tranquillos, mostrando-se o conde inteiramente alheio aos negocios publicos, mas apezar do modo como fôra tratado, continuou a nutrir os mesmos principios liberaes, e quando em maio de 1823 se deu o movimento da *Villa-francada*, que restabeleceu o regimen absoluto, assignou em Borba o auto da acclamação do rei com uma referencia explicita á promessa d'uma Constituição. Na verdade, D. João VI tinha sinceros intentos de cumprir o que promettera, e provara-o chamando aos conselhos da corôa o conde de Subserra e o conde de Palmella, a quem entregou a pasta do ministerio dos estrangeiros. Estes dois estadistas trataram de nomear uma commissão, que se encarregasse de elaborar um projecto de Constituição, e isto desagradou profundamente á rainha D. Carlota Joaquina e a seu filho, o infante D. Miguel. Começou então para o conde de Palmella uma vida de tribulações e desgostos. Via os perigos da violenta reacção promovida pela rainha e seu filho; conhecia o animo frouxo do rei, que não podia nem queria resistir; adivinhava nas immensas desordens que n'um futuro pro-

ximo viriam assaltar a patria. A Santa Alliança, em Paris, intimava por seu lado Portugal, a que não se afastasse dos vigorosos principios do governo tradicional. Palmella, que entre todas as pessoas influentes era o unico que queria o estabelecimento do governo constitucional, não podia arear sósinho com as immensas difficuldades que por todos os lados lhe embargavam o passo, tinha de luctar sem apoio algum, contra a inercia do rei, a indifferença dos seus collegas, o odio da rainha, do infante e dos seus partidarios, e emfim, contra a opposição dos gabinetes estrangeiros, com excepção unica da Inglaterra. Para conseguir que o rei effeituasse a sua promessa d'uma Carta Constitucional, fez quanto era possivel, chegando a conseguir que se nomeasse uma junta por elle presidida, para apresentar as bases d'esta fórma de governo. Depressa, porém, se convenceu, que não só não alcançaria a realisação da promessa real, mas nem sequer o estabelecimento das antigas côrtes, com os dois braços do clero e da nobreza reunidos, e convocados periodicamente. O rei nem ao menos sanccionou esta proposta da junta. A reacção violenta da *Abrilada*, em abril de 1824, patenteou o desgosto dos realistas, por não terem conseguido que a restauração de 1823 produzisse os effeitos que esperavam. N'esse movimento foi o conde de Palmella um dos primeiros individuos presos no paço da Bemposta; conduziram-n'o á Torre de Belem, e só á energia de sua mulher deveu o ser quasi immediatamente posto em liberdade. Depois do exilio de D. Miguel, D. João VI continuou a conservar no ministerio o conde de Palmella, mas por pouco tempo. Assoberbavam-n'o decididamente os mesmos que o tinham prendido na Bemposta, e o haviam forçado a refugiar-se no vapor *Windsor Castle*. A promettida Constituição não se outhorgara, e os dois ministros liberaes, que a desejavam, fôram demittidos em 1825. Por decreto de 3 de julho d'esse anno fôra o conde de Palmella elevado ao titulo de marquez, sendo nomeado logo em seguida para a embaixada de Londres, e n'essa cidade estava quando recebeu successivamente a noticia da morte de D. João VI, da abdicação de D. Pedro IV em sua filha, a princeza D. Maria da Gloria, e da outhorga da Carta Constitucional. Estava ainda em Londres quando o infante D. Miguel ali passou em caminho de Portugal, afim de assumir a regencia que lhe fôra confiada por seu irmão, com a condição d'elle casar com sua sobrinha D. Maria da Gloria. Apenas teve noticia do golpe d'estado de D. Miguel, o marquez de Palmella pediu logo a sua demissão, e sabendo pouco tempo depois que no Porto rebentara um protesto contra o golpe de Estado, combinou com Saldanha, Stubbs e outros generaes irem tomar a direcção do movimento, e partiram para o Porto no vapor *Belfast*. Viram que o movimento fôra prematuro, e que as tropas liberaes não se poderiam sustentar em campo contra o general miguelista Povoas, que já as batera em dois recontros. Tornaram então a embarcar um pouco precipitadamente no *Belfast*, a 3 de julho de 1828, deixando n'uma triste situação as forças liberaes, que a muito custo conseguiram passar a fronteira hespanhola. Esta precipitação fez má impressão em todos os liberaes, e o prestigio do marquez de Palmella soffreu bastante com isso. Pouco depois de regressar a Londres appareceu ali a rainha D. Maria II, creança de 10 annos que foi recebida no palacio Grillon, em Audley Street, onde morava o marquez de Palmella. A infantil rainha mal podia contar n'esse tempo com uma restauração, as homenagens dos fieis que estavam padecendo em Inglaterra por ella e pela liberdade. O ministerio inglez mostrava se hostil, a França guiada n'um sentido reaccionarle pelos ministros de Carlos X, não favorecera tambem a nossa causa liberal, mas um punhado de valentes proclamara n'esse tempo na ilha Terceira a rainha D. Maria II e a Carta Constitucional, e o marquez de Palmella, não perdendo a esperança, reconhecido como chefe da emigração portugueza, fazia verdadeiros prodigios para conseguir os meios indispensaveis para organisar duas expedições do conde de Saldanha e do conde de Villa Flôr, que fôram successivamente para os Açôres, não conseguindo a primeira romper o bloqueio inglez, e conseguindo a segunda desembarcar o intrepido general que ia inaugurar com a victoria da villa da Praia a serie de triumphos que fórmam os differentes cantos da epopêa liberal. Para organisar estas expedições empregou Palmella os maiores sacrificios, porque mais d'uma vez teve de garantir elle proprio com o seu credito pessoal os emprestimos que levantava. Em fevereiro de 1830 chegou a Londres D. Thomaz de Mascarenhas com ordem de D. Pedro para que o marquez de Palmella fôsse organisar na ilha Terceira a regencia juntamente com José Antonio Guerreiro e o conde de Villa Flôr. Partiu logo o marquez n'um navio britannico *Jack of the Lantern*, deixando ficar em Londres com incumbencia de dirigirem no estrangeiro os negocios das emigrações D. Thomaz de Mascarenhas e Abreu de Lima, que foi depois conde da Carreira. Com immensas difficuldades luctou a regencia da ilha Terceira presidida por Palmella, mas conseguiu emfim organisar uma expedição que tomou as outras ilhas dos Açôres. Ao mesmo tempo chegava de França o duque de Bragança D. Pedro com a expedição que organisara em Belle-Isle. N'essa mesma occasião aportava á ilha de S. Miguel a marqueza de Palmella que trazia um filho moribundo, o conde de Calhariz, D. Alexandre, que veiu a fallecer com 21 annos de edade na ilha Terceira, a 21 de junho de 1832. O marquez tomou conta da pasta do ministerio dos estrangeiros e interinamente da do reino, Mousinho da Silveira recebia as pastas da justiça e fazenda, Agostinho José Freire a da guerra, e o conde de Villa Flôr tomava o commando do exercito, o almirante Sartorius o da armada, e D. Pedro assumia a regencia em nome de sua filha. Quinze dias depois da morte de seu filho, partia o marquez de Palmella na expedição que veiu desembarcar no Mindello em 9 de julho de 1832. A 29 d'esse mez e anno deixou a gerencia da pasta dos estrangeiros e do reino, porque os seus serviços eram mais precisos fóra do paiz do que dentro das muralhas do Porto, apezar d'elle ser general. Duas vezes effectivamente saiu do Porto, sempre com o intento de alcançar dinheiro, que era o elemento essencial de que se precisava na cidade. Da primeira foi a Inglaterra, e encontrando-se com o seu amigo Carlos Napier, ouviu o plano que este lhe apresentava para fazer triumphar a causa liberal e communicou-o

para o Porto, onde ferviam grandes intrigas contra elle, e quando o marquez saiu de novo para o estrangeiro no intento de alcançar as quautias necessarias para pagamento dos mercenarios estrangeiros, imaginaram os seus inimigos, que se veria completamente perdido e nunca mais ousaria apparecer no Porto. Pois o marquez de Palmella não tivera nunca maior triumpho até então. Auxiliado pelo barão de Quintella, depois conde do Farrobo, Rodrigo da Fonseca, Henrique José da Silva, depois barão de Lagos, não só conseguiu levantar o dinheiro preciso, mas tendo sido acceitos finalmente os planos e as condições de Napier, sendo uma d'ellas que na expedição do Algarve fôsse o marquez de Palmella seu companheiro, pôde organisar a esquadra que ia dar o golpe mortal na causa do despotismo. A 28 de maio de 1833 entrava o marquez triumphaute no Porto, seguia logo sem demora para o Algarve, levando o encargo de organisar a administração civil, com plenissimos poderes, dos territorios que fôssem sendo conquistados. Apenas chegou ao Porto a noticia do exito completo da expedição, o enthusiasmo foi enorme, e o marquez de Palmella acclamado com os maiores triumphos. D. Pedro o elevou ao titulo de duque do Fayal, por decreto de 4 de abril de 1833, a qual foi depois substituido pelo de duque de Palmella, por decreto de 13 de julho do mesmo anno. O duque de Palmella entrava 11 dias depois em Lisboa com as tropas victoriosas do duque da Terceira. Apenas terminou a guerra, Palmella, que desde 1826 era par do reino, foi elevado á presidencia da respectiva camara. Pouco depois morria D. Pedro, e a joven rainha D. Maria II, que apenas contava 15 annos de edade, chamava o duque de Palmella para presidente de ministros, certamente por ultima disposição de seu pae. N'esse ministerio o duque não tinha pasta; os ministros eram: o duque da Terceira da guerra, o cardeal S. Luiz do reino, Ferraz e Vasconcellos da justiça, o conde de Villa Real dos estrangeiros, José da Silva Carvalho da fazenda e Agostinho José Freire da marinha. Este ministerio composto de homens notaveis, foi comtudo vivamente aggredido Os seus partidarios fôram alcunhados de *Devoristas*, porque o ministerio distribuia por elles os empregos e as mercês; mais ferido por essa injuria que pela opposição politica que se lhe fazia, o duque de Palmella, que a 16 de fevereiro de 1835 se encarregára da pasta dos estrangeiros que cedêra de novo em 28 de abril ao conde de Villa Real, pediu a sua demissão a 4 de maio, sendo substituido pelo conde de Linhares, e ao mesmo tempo pediu tambem a sua demissão de marechal de campo, posto que tinha no exercito. Dias depois voltava ao poder, como ministro dos estrangeiros, no gabinete presidido pelo marquez de Saldanha, de 27 de maio. Este novo ministerio durou pouco tempo, e o duque de Palmella foi um dos ministros que maior opposição levantaram, simplesmente porque, cumprindo o tratado da quadrupla alliança, enviou a Hespanha em soccorro de D. Izabel uma divisão auxiliar que representou ali um brilhante papel. Deu isto logar ao tumulto das Chagas, onde então residia o duque, e o nobre diplomata foi coberto de injurias pelo povo, que não sabia comprehender nem avaliar os grandes serviços prestados á causa da patria e da liberdade. O duque achou-se então rodeado d'uma certa impopularidade. O governo caiu em 18 de novembro. No anno immediato rebentava a revolução de 9 de setembro de 1836, e o duque de Palmella teve de emigrar porque o seu nome era n'esse tempo odioso á multidão Homens, porém, como Passos Manuel e outros, não era possivel que por muito tempo votassem o duque de Pamella ao ostracismo. Em 1837 o mesmo governo setembrista lhe pediu que acceitasse o cargo de embaixador extraordinario em Londres para assistir officialmente á coroação da rainha Victoria em 28 de junho de 1838. Voltando depois a Portugal foi eleito senador e em seguida presidente da camara dos senadores em 1841. Foi presidente do conselho no ministerio organisado pela rainha D. Maria II a 7 de fevereiro de 1842, logo depois de Costa Cabral ter ido fazer a revolução do Porto em que restaurou a Carta. A rainha julgava appellar assim para a conciliação, nomeando um homem conhecido como cartista moderado, mas as paixões estavam extremamente excitadas, e esse ministerio, conhecido pela denominação de *ministerio do entrudo*, caiu dois dias depois em frente da attitude ameaçadora da guarnição de Lisboa, e foi substituido por um ministerio francamente reaccionario presidido pelo duque da Terceira N'esta occasião soffria o duque de Palmella grandes desgostos domesticos por causa do projecto de casamento de seu filho com a filha do conde da Povoa, projecto que se realisou depois do duque e da duqueza terem sido victimas de muitas aggressões e calumnias. A saude de sua mulher resentiu-se muito de todos estes dissabores, e o duque de Palmella, que nem approvava o procedimento do governo do conde de Thomar, nem applaudia a insurreição de 1844, conservava se afastado da politica militante, cuidando dos seus negocios de familia, e acompanhando sua mulher n'uma longa viagem á Italia, de que só voltou no fim do anno de 1845. Abrindo-se as camaras em 1846, tomou uma attitude de opposição resoluta ao ministerio que violara todas as regras liberaes nas eleições do anno anterior, previu com a sua perspicacia a seria revolução que se aproximava, e quando effectivamente rebentou a insurreição da *Maria da Fonte*, a rainha appellou de novo para a sua lealdade, e chamou o ao poder no dia 20 de maio d'esse anno, dando-lhe a presidencia do conselho, e collocando ao seu lado Mousinho d'Albuquerque, conde do Lavradio, Sá da Bandeira, Joaquim Antonio de Aguiar e Julio Gomes da Silva Sanches, promettendo ao mesmo tempo que convocaria côrtes constituintes. Infelizmente a rainha influenciada por maus conselhos, demittiu esse ministerio em 6 de outubro de 1846, encarregando o marquez de Saldanha de formar outro governo. A noticia d'esse acontecimento transmittida para o Porto foi a scentelha que fez rebentar a mina de polvora. A revolução da Junta do Porto veiu pôr em duvida mesmo a estabilidade do throno. O duque de Palmella não tinha temperamento revolucionario, mas não teve sequer tempo para se juntar aos revoltosos, como fizera o seu collega Mousinho d'Albuquerque, porque foi mandado sair immediatamente de Portugal, tendo de deixar sua mulher doente e afflicta. Era a segunda vez que o duque de Palmella tinha de emigrar depois de haver triumphado a causa

liberal que tanto lhe devia. Só voltou depois de assignada a convenção de Gramido, em junho de 1847, que poz termo á guerra civil. Euvinvou em 20 de abril de 1848, e nos dois annos de vida que ainda lhe restaram, conservou se completamente afastado da politica, pondo em ordem a sua correspondencia official, recebendo na sua quinta do Lumiar os seus mais intimos amigos. A morte do duque de Palmella foi muito sentida, e toda a imprensa lhe dedicou sentidas necrologias. Das suas obras e escriptos mencionaremos as seguintes, além do que vae já citado: *Manifesto dos direitos de Sua Majestade Fidelissima, a senhora D. Maria II, exposição da questão portugueza*, Londres, 1829; n'esta obra em que trabalhara egualmente José Antonio Guerreiro, pertence ao duque a parte que diz respeito á questão historica e diplomatica; *Manifesto de D. Pedro, duque de Bragança*; d'este manifesto houve duas edições, sem nota do logar da impressão e nome do impressor; outra feita em Londres por Bingham, 1832, e outra de Lisboa, 18 3; foi toda escripta pelo duque (então marquez) de Palmella, e approvada *sem alteração alguma* por S. M. I.; *Discursos parlamentares, proferidos nas Camaras Legislativas desde 1834 até hoje*, Lisboa, 1844, 3 tomos; *Carta ao editor do «Diario do Governo» em resposta á «Curtissima exposição de alguns factos»*, Lisboa, 1847. O duque de Palmella escreveu em diversos tempos muitos e variados artigos em jornaes nacionaes e estrangeiros sobre assumptos politicos e economicos com respeito a Portugal. Do muito que se tem escripto ácêrca do notavel diplomata, citaremos o seguinte: *Noticia historica do duque de Palmella*, por Antonio Pedro Lopes de Mendonça, Lisboa, 18 9; *Biographia*, acompanhada de retrato, no *Universo Pittoresco*, vol. II, 1841 a 1842, pag. 296 e seguintes; Biographia e retrato no livro *Varões illustres das tres epocas constitucionaes*, de Luiz Augusto Rebello da Silva, e na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, vol. V, pag. 399; *Biographia*, tambem com o retrato, *Revista Contemporanea*, 2.ª serie, novembro de 1857, pag. 41 a 46; *Biographia* por S. J. Ribeiro de Sá, na *Revista Universal Lisboneuse*, tomo III da 2.ª serie, 1850, pag. 61 a 6; um artigo necrologico com o retrato, na *Revista Popular*, tomo III, 1850, pag. 241 e 242; Retrato e *fac simile*, na *Illustração*, vol. II, 1846, pag. 53; *Memorias historicas genealogicas dos duques portuguezes do seculo XIX*, por João Carlos Fêo Cardoso de Castello Branco e Torres e visconde de Sanches de Baena, Lisboa, 1883; *Despachos e correspondencia do duque de Palmella, colligidos e publicados por J. J. dos Reis e Vasconcellos*, tomo I, *desde 9 de abril de 1817 até 15 de janeiro de 1825*, Lisboa, 1851; tomo II, *Desde 9 de maio de 1825 até 26 de dezembro de 1826*, Lisboa, 1851; tomo III, *Desde 3 de janeiro de 1827 até 27 de junho de 1828*, Lisboa, 1854; tomo IV, *Desde 1828 até 1835*, Lisboa, 1869; *Vida do duque de Palmella D Pedro de Sousa Holstein*, por D. Maria Amalia Vaz de Carvalho, 2 vol. 1898-1899, etc. E' tambem do maior apreço, no voto dos entendidos, a galeria de pinturas, reunida pelo duque á custa de longas e dispendiosas diligencias. A este respeito póde vêr-se o *Catalogo dos quadros antigos e modernos, que fórmam parte da galeria do ex.mo sr. duque de Palmella em Lisboa, mandados á exposição philantropica feita na Casa do Risco do Arsenal da Marinha em 1851, a beneficio das Casas d'Asylo da infancia desvalida;* saiu na *Revista Universal*, tomo IV, 2.ª serie, 1851 a 18 2, pag. 143, continuado a pag. 153, e concluido a pag. 166. Por se não ter podido inserir no respectivo artigo o retrato de D. Izabel Julianna de Sousa Coutinho Monteiro Paim, mãe do grande estadista e diplomata, e 1.º duque de Palmella, aqui o publicámos juntamente com o de seu filho. O seu brazão d'armas consta: Escudo esquartelado; no 1.º e 4.º quarteis as armas reaes com o filete negro em contrabanda; nos 2.º e 3.º, em campo vermelho uma quaderna de crescentes de prata; timbre um castello de ouro.

**Palmella**. Villa e freg. de S. Pedro, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Setubal, distr. e patriarc. de Lisboa; 10:584 hab. Está situada na encosta d'uma pittoresca montanha, na aba da serra de Palmella, a 6 k. de Setubal, a que fica sobranceira, e tem annexada a freg. de Marateca (V. *este nome*). Segundo os nossos chronistas, foi esta pov. fundada 310 annos antes da vinda de Christo pelos celtas, alliados aos sarrios, hab tantes d'aquellas paragens, mas ignora-se o nome que lhe deram. Aul o Cornelio Palma, pretor romano da Lusitania, a reedificou e ampliou 410 annos depois, no anno 106 da era de Christo, dando-lhe grande desenvolvimento e o nome de *Palma Pequena*, para a differençar da cidade, que, com o nome de *Palma*, havia tambem fundado em Andaluzia. Em 715 caiu no poder dos arabes, quando estes se apoderaram de toda a peninsula hispanica. Palmella constituia n'essas eras remotas uma importante posição estrategica, e parece que a fundação do castello, que se reconhece ser de origem moirisca, deve datar do dominio dos arabes. A historia de Palmella, até ao tempo em que foi conquistada por D. Affonso Henriques, é desconhecida, ou pelo menos muito duvidosa. Depois da conquista de Lisboa, em outubro de 1147, os moiros do castello d'Almada renderam se, mas os de Palmella, confiados na quasi inaccessivel posição da sua fortaleza, resistiram corajosamente, porém o rei D. Affonso I lhe deu um furioso ataque, e tomou-a de surpreza n'esse mesmo anno de 1147. Pouco depois, porém, tornou a cair no poder dos sarracenos. Em 1165, ou 1166, D. Affonso I, á frente de 60 lanceiros escolhidos, fez um reconhecimento sobre o castello de Palmella, e encontrando o rei moiro de Badajoz, nos campos que ficam proximos a Cezimbra, para cujo castello marchava o moiro com um luzido esquadrão, ali o atacou, em 23 de junho, ficando vencedor. No dia seguinte, a guarnição de Palmella, sem poder ser soccorrida, rendeu-se aos portuguezes. D. Affonso Henriques, para que a praça não tornasse a cair no poder dos moiros, mandou reconstruir e ampliar o castello e as muralhas, e doou a pov. aos cavalleiros da ordem de S. Thiag , para que elles a povoassem e defendessem. D. Sancho I confirmou, em 1186, a doação de seu pae. Esta ordem era de origem hespanhola, e foi instituida em Castella no tempo de Affonso VIII, e em Leão no de Fernando II. Os freires, na sua profissão, faziam voto de sacrificarem a vida e o patrimonio á expulsão dos moiros. Quando Affonso Henriques pelejava em Santarem contra as hostes do rei moiro de Sevilha, os cavalleiros de Castella

vieram em seu auxilio, assim como em outras batalhas. D. Affonso Henriques, por gratidão admittiu em 1177 a ordem em Portugal, ficando submettida a Castella, e foi-lhe dando terreno para construir os conventos de Lisboa e d'Alcacer do Sal, á medida que a conquista ia dilatando o reino. No anno de 1191, Portugal soffria os terriveis flagellos da fome e da peste. O feroz miramolim de Marrocos, Iacub-el Mansur, invadiu o Algarve, tomando as terras que já nos pertenciam, e soberbo com as suas victorias, e sem encontrar quem se oppuzesse á sua marcha, se dirigiu ao Alemtejo, rouhando os povos e talando os campos. Caindo sobre Palmella, a saqueou e arrazou, deixando apenas sangue e ruinas. Suppõe-se que a pov. esteve abandonada e quasi despovoada, até que em 1205, D. Sancho I reedificou da jurisdicção e dominio do grão-mestre de Castella, por um breve, que aquelle monarcha obteve do papa Nicolau IV. Mais tarde D. João I fundou o convento dentro do castello, começando-se as obras em 1423 e determinou, em 5 de maio de 1443, que a cabeça da ordem de S. Thiago se estabelecesse em Palmella, sendo o primeiro mestre da ordem n'esta villa o infante D. João, seu filho. As obras tanto do convento como da egreja correram com muito vagar, e só se concluiram em 1482, concorrendo muito para esta conclusão o principe D. João, filho de D. Affonso V, que succedeu a seu pae no throno, e foi o 4.º mestre de S. Thiago. No anno de 1608 o prior-mór D. Jorge de Mello fez notaveis obras no edificio, que importaram em muitos mil cruzados. Palmella tem por brazão d'armas: Em

Vista geral de Palmella

todas as obras de defeza, e guarneceu o castello com numerosos e bravos combatentes, para o pôr a coberto de qualquer surpreza dos moiros do Algarve. Palmella ficou então definitivamente no poder dos portuguezes D. Affonso Henriques deu, em Coimbra, em março de 1170, foral aos *moiros forros* de Palmella, isto é, os que se haviam sujeitado ao dominio dos christãos O grão-mestre da ordem de S. Thiago deu foral, em março de 1185, a toda a população christã. Estes foraes fôram confirmados por D. Affonso II, em Santarem, em dezembro de 1217 e em 1218. D. Diniz a elevou á categoria de villa, dando lhe foral em 1323. Em todos os foraes se concederam muitos e grandes privilegios. El rei D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, no 1.º de junho de 1512. Foi no reinado de D. Diniz que os cavalleiros da ordem em Portugal ficaram isentos campo de púrpura o braço direito d'um homem, sustentando uma palma verde, entre duas torres, e de cada lado, sobre ellas, a cruz da ordem de S. Thiago; timbre, as armas de Portugal. O brazão que está na Torre do Tombo faz differença d'este. O escudo é tambem de púrpura, e mão de homem, de prata, sustenta uma palmeira, da sua côr, no meio de duas torres. Sobre a palmeira está a cruz de S. Thiago, no meio de duas vieiras (conchas) de prata, em campo de ouro. A villa tinha duas freguezias ainda no meado do seculo XVIII. Santa Maria do Castello, cujo prior era apresentado pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, tendo 300 alqueires de trigo, 120 de cevada e 5$000 réis em dinheiro. S. Pedro, apostolo, sendo o prior da mesma apresentação, tendo o mesmo numero de alqueires de trigo e de cevada, e 24$000 réis em dinheiro. A freg. de

Santa Maria do Castello annexou-se á de S. Pedro, que é hoje a unica que existe. O castello está situado sobre o planalto d'um dos mais altos cabeços, ingreme e escarpado, da serra que se estende entre os rios Tejo e Sado, e vae formar o Cabo do Espichel, ao S da barra de Lisboa. E' de grandes dimensões. Tem uma praça mesmo defronte do convento, com quatro cisternas, sendo uma d'ellas memoravel, dentro da torre de menagem. Esta torre, ou cidadella, é notavel com suas ameias e setteiras, sustentada por solidos baluartes. As fortificações exteriores consistem n'uma cinta de muralhas guarnecidas de revelins, de guerra. D'ali se descobrem lindissimos horizontes. E' um panorama encantador. Avista-se a cidade de Lisboa com os seus arrabaldes; as serras de Cintra, de Montachique, de Bucellas e Montejunto; o rio Tejo desde a barra, planura do Ribatejo até Santarem, Setubal, o rio Sado, serra d'Arrabida, etc. Está estabelecido no castello um heliographo, que communica com Lisboa, Santarem, Vendas Novas e Setubal. Na torre de menagem, ou cidadella, foi collocada ha annos uma pequena torre, d'onde se fizeram as observações para a triangulação do paiz. Dentro do castello está a egreja de Santa Maria, por isso

Tumulo de D. Jorge de Lencastre

defendidas na base por obras razas de contra-escarpa. A mais de meia altura da torre está uma casa perfeitamente quadrada, tendo no centro uma escada de pedra, por onde se desce a grande profundidade. Ha ali um caminho subterraneo, que vem sair á extremidade de um dos revelins. Antes de entrar no subterraneo, e ao fundo da escada, está outra casa com uma cisterna ao centro. N'esta casa esteve preso e n'ella morreu o bispo d'Evora D. Garcia de Menezes, por traidor e conjurado contra D. João II, na revolta do duque de Bragança. O castello é ainda um dos mais bem conservados do paiz, entretanto sem importancia militar para a moderna tactica chamada do *Castello*, que foi antiga freguezia, conforme dissémos. Era a egreja do convento, onde ha ainda dois sinos grandes, o de *S. Thiago* e o *da Senhora da Annunciada*. Este ultimo chegou a ser vendido pelo governo, mas o povo de Palmella oppôz-se violentamente a que d'ali o tirassem. O portal é de estylo gothico, e deante d'elle se vê a sepultura do prior-mór de Palmella fr. Diogo de Gouveia. O templo era revestido de azulejos, mas fôram selvaticamente arrancados; só existem ali hoje das cimalhas para cima, onde a mão destruidora não pôde chegar. A' porta da capella do Santissimo ha duas campas com inscripções em caracteres gothicos, com a data de

1560. Uma é a sepultura de Pedro Lopes de Goes, fidalgo da casa do mestre de Santiago, duque de Coimbra, filho natural de D. João II. No meio do cruzeiro da egreja ha uma campa partida e em uma capella lateral, ou ediculo, vê-se um mausoléo de marmore da Arrabida, contendo ossadas, e cuja tampa está partida e levantada. Era o tumulo do ultimo mestre da ordem, D. Jorge de Lencastre, filho legitimado de D. João II. Foi o tumulo aberto e profanado em 1859. O convento ficou completamente destruido, reduzido a paredes calcinadas pelo fogo. As portas do refeitorio fôram para o palacio da Pena. Antigamente, no dia de S. Thiago, havia grande festa no castello; hoje ainda ali vão dançar e cantar, nas esplanadas, no sabbado d'Alleluia, os rapazes e as raparigas de Palmella. Esta villa foi cabeça d'um dos mais antigos concelhos de Portugal. Por um decreto da regencia d'el rei D. Fernando, na menoridade de D. Pedro V, com a data de 24 de outubro de 1855, foi supprimido juntamente com outros concelhos. O pelourinho de Palmella foi restaurado em 1907, realisando-se a inauguração em 18 de fevereiro á noite, com illuminação e concurso das philarmonicas da terra, sendo cantado por um coro de 30 creanças um hymno composto pelo sr. Manuel Joaquim da Costa, que foi quem se empenhou na restauração do antigo pelourinho, que é elegante, e conservando ainda os ganchos em ferro forjado, vendo-se no topo da columna as armas de Portugal. A restauração do historico monumento foi feita a expensas da camara municipal de Setubal. Palmella tinha voto em côrtes, com assento no 13.º banco. Os arrabaldes, por serem bastante accidentados e pouco arborisados, são ferteis e bonitos. No dia 13 de fevereiro de 1876 inaugurou-se na villa a illuminação a gaz. Apezar da noite estar chuvosa, as duas philarmonicas tocaram pelas ruas, e depois houve baile na casa onde ellas se reuniam, e muitos foguetes em signal de regosijo. O territorio do Palmella é abundante em todos os fructos agricolas do nosso clima, e a vinicultura tem-se ali desenvolvido muito. Cria muito gado, e é farta de bom peixe, do Tejo, do Sado e do mar, que lhe vem por Setubal. Tem abundancia d'aguas que regam hortas, pomares, campos e jardins. A villa pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Tem est. do caminho de ferro do Sul e Sueste, no ramal de Setubal, entre a do entroncamento, Pinhal Novo, e a de Setubal; est. post. com serviço de encommendas; escolas d'ambos os sexos, lagares de azeite, Misericordia, hospital, medicos, pharmacias, fabricas de telha e de tijolo, notario, boas edificações, diversos estabelecimentos, etc. || *Bibliographia: Memoria sobre a historia e administração do municipio de Setubal*, por Alberto Pimentel. *O castello de Palmella* por Gabriel Pereira, na *Revista Illustrada*, 1890. *O castello de Palmella, breve noticia historica*, por J. C. de Sousa Gonçalves, Lisboa, 1903. *Catalogo dos priores móres de Palmella*, manuscripto da Bibliotheca Nacional, Fundo Antigo N.º 411. || Serra do districto de Lisboa. Corre desde a villa de Palmella em direcção ENE a OSO, na extensão de 3 k., tendo 3 de largura e 393 m. d'altura. Postada entre o Tejo e o Sado, a serra de Palmella é como que a guarda avançada do Portugal montanhoso, como a vedêta das cordilheiras do norte. E' surprehendente o panorama que se desfructa do alto da serra; de um lado Setubal; d'outro, a enorme faxa de areia de Troia; mais para além, a confundir-se com o horisonto, o Atlantico, que se estende até ao Algarve; para a esquerda, onde termina a serra coberta de pittorescos moinhos, as marinhas de sal; para a direita, o valle dos Barrios, a alongar-se para o poente, onde se descortina, minusculo, o castello de Cezimbra. Pela frente vê-se a cidade de Lisboa toda em amphitheatro. Na outra margem, no alto, está Almada; mais adeante o Barreiro, Moita, Aldeia Gallega, Alcochete, Samora, etc.

**Palmira.** Pov. da 3.ª div. do conc. do Cazengo, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Palombe.** Rio do distr. da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Vae desaguar no lago Chirua.

**Palome** (*Casal do*). Na freg. de S. Pedro, de Azueira, concelho do Mafra, districto de Lisboa.

**Palorca.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Avidagos, concelho de Mirandella, districto de Bragança.

**Palras.** Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

**Palratorio.** Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

**Palule.** Pov. do commando dos Elephantes, no distr. mil. de Gaza, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Palvarinho.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Salgueiro, conc. e distr. de Castello Branco. Tem correio com serviço de posta rural.

**Pamana.** Territorio do distr. de Lourenço Marques, Africa Oriental.

**Pamangalla.** Pov. do distr. de Benguella, Africa Occidental. || Pov. do distr. de Mossamedes, Africa Occidental.

**Pamba.** Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, na div. de Mussuco, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Cassoba, Canginge, na 4.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. E' a séde do conc. Está situada na margem do rio Luinha e é servida pelo caminho de ferro d'Ambaca.

**Pamba N'gonga.** Sobado da 8.ª div. do conc. de Ambaca, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Comprehende 8 povoações. || Pov. do sobado do mesmo nome, na 8.ª div. do conc. d'Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Pambla.** Pov. do distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Pambo.** Importante pov. da região do Damba, no conc. de S. Salvador do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. Fica no Zombo. || Pov. da 3.ª div. do conc. de Barra do Bengo, no distr. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**Pambona.** Pov. da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Pambos.** Pov. do sobado de Bambi Calunga, na 4.ª div. do conc. de Cambambe, districto de Loanda, provincia do Angola, Africa Occidental.

**Pampelido.** Pov. na freg. de S. Mamede, de Perafita, concelho de Bouças, districto do Porto.

**Pampelido** (*Arnosa do*). V. *Arnosa do Pampelido.*

**Pampelido Velho.** Pov. na freg. do Salvador, de Lavra, concelho de Bouças, districto do Porto.

**Pampilhaes.** Pov. na freg. de S. Barnabé e Santa Suzana, de S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

**Pampilhal.** Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

**Pampilho.** Pov. na freg. de S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

**Pampilhosa.** Villa da prov. do Douro, séde de conc., com. d'Arganil, distr. e bisp. de Coimbra, Relação do Porto. Tem uma só freg., N. S.ª do Pranto. Está situada n'um valle profundo, rodeado de serras agrestes, mas em sitio fresco por ser banhado pelo rio Unhaes, que vae desaguar na margem direita do rio Zezere, antes da ponte de Cabril, junto a Pedrogão Pequeno. O reitor do collegio novo de Santa Cruz, de Coimbra, apresentava o prior, que tinha 250$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e foi elevada á categoria do villa, por el rei D. Diniz, em 1308. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 20 de outubro de 1513. Na casa da camara municipal, e por baixo das armas reaes, lê-se a seguinte inscripção.

O REI D. DINIZ NO ANNO DE 1308
FEZ ESTA TERRA VILLA, ELREI D. JOÃO I
A CONFIRMOU. ELREI D MANUEL
A SENTENCIOU POR VILLA MUITO ANTIGA
CONTRA A VILLA DA COVILHAN
EM A DEMANDA QUE TIVERAM,
NO ANNO DE 1500.
FEITA NO ANNO DE 1711.

Pampilhosa pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção militar-Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra. Tem escolas d'ambos os sexos; est. post. e telegr., com serviço de emissão e pagamento de vales, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.-Coimbra; hospedaria, Misericordia e hospital, notario, pharmacia, sociedade de recreio, *Grupo Musical Fraternidade Pampilhonense*, feira nas segundas quintas feiras de cada mez. A villa dista 60 k. da séde do districto. O concelho comprehende 10 freguezias, com 2:228 fog. e 12:120 hab., sendo 5:778 do sexo masc. e 6:342 do fem., n'uma superficie de 37:814 hect. As freguezias são: S. Domingos, de Cabril. 1:067 hab.: 486 do sexo masc. e 581 do fem.; N. S.ª das Neves, de Dornellas, 8 7 hab.: 416 do sexo masculino e 421 do fem ; N. S.ª d'Assumpção, de Fajão, 1:273 hab.: 610 do sexo masc. e 663 do fem.; S. Domingos, de Janeiro de Baixo, 1:150 hab.: 589 do sexo masc. e 561 do fem.; S. Miguel, de Machio, 627 hab.: 294 do sexo masc. e 333 do fem.; N. S.ª do Pranto, de Pampilhosa, 3:852 habitantes: 1:802 do sexo masc. e 2:050 do fem.; S. Simão, de Pecegueiro, 1:041 hab.: 488 do sexo masc. e 553 do fem ; N. S.ª da Paz, de Portella do Fojo, 1:127 hab.: 535 do sexo masc. e 592 do fem ; S. Matheus, de Unhaes-o-Velho, 710 hab.: 352 do sexo masc. e 358 do fem.; Santo Antonio, de Vidual, 436 hab.: 206 do sexo masc. e 230 do fem. O territorio de todo o conc. é bastante montanhoso; seus campos são regados por varios ribeiros, que tornam a terra muito fertil. O seu principal commercio é azeite, aguardente de medronho, cereaes e carvão de hulha. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Douro, conc. da Mealhada, com. d'Anadia, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 229 fog. e 1:070 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post., hotel, pharmacia, fabrica de cal, e fabrica a vapor de ceramica, tijolo e telha de Marselha; est. do entroncamento das linhas do caminho de Ferro da Companhia Real e Companhia da Beira Alta, entre as de Souzellas e Mealhada, e as de Luso e Murtede. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. O collegio da Graça, de Coimbra, apresentava o cura annual, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil, produz bom vinho. Cria bastante gado, e é abundante de peixe do mar. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada na estrada da Mealhada ao Botão.

**Pampilhosa do Botão.** Pov. da freg. de Santa Marinha, de Pampilhosa, conc. da Mealhada, distr. d'Aveiro.

**Pampilhosa da Serra.** Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, e conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

**Pamplona.** Appellido nobre, que veiu do Hespanha, da cidade de Pamplona, capital do reino de Navarra, na pessoa de D. Pedro Vaz Pamplona, cuja filha, D. Maria Vaz Pamplona, casou com Alvaro Affonso Ramos, senhor do morgado de Beire, no reinado de D. Manuel. Alguns dos seus descendentes se estabeleceram na cidade do Porto, e Gonçalo Alvares Pamplona passou á ilha Terceira, onde fez o seu solar e morgado. As armas dos Pamplonas são: Em campo de púrpura, 7 coticas de ouro, em faxa; elmo d'aço, aberto; timbre, meio leão de ouro, faxado de púrpura, com duas faxas de ouro. Outros do mesmo appellido trazem: Em campo de ouro, 5 coticas de púrpura, em banda. O mesmo elmo e timbre. Outros usam: Em campo de púrpura, 6 coticas de ouro, em banda, e o mesmo elmo e timbre. Os Pamplonas progrediram muito mais nos Açôres do que no continente, e em quasi todas as ilhas d'aquelle archipelago se encontram familias d'este appellido.

**Pamplona e Castro** (*Joaquim de Araujo Rangel*). Poeta e escriptor do seculo XIX. N. no Porto, a 13 de julho de 1806; fal. em Fanzeres em abril de 1865. Viveu retirado na sua quinta ao norte do paiz, e ali compunha versos e até dramas de certo merecimento, aconselhando-lhe os seus amigos, e entre outros Teixeira de Vasconcellos, que os publicasse. Apenas imprimiu no Porto, em 1850, um livro de poesias com o titulo de *Os meus versos*, precedido d'uma carta de Teixeira de Vasconcellos, carta que este distincto escriptor lhe havia escripto 8 annos antes, em 4 de julho de 1842, aconselhando-lhe a publicação. Dizem que os seus melhores trabalhos ficaram ineditos.

**Pamponim.** Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do conc. de Diu, na India.

**Pampulha.** Pov. do conc. de Santa Cruz das Flôres, no distr. de Horta, bisp. de Angra do He-

roismo, ilha das Flôres, archipelago dos Açôres.

**Pamveba.** Pov. da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Pan.** Pov. na freg. de Santa Cecilia, de Bemfeita, concelho de Arganil, districto de Coimbra.

**Panal.** Vallado real ao norte da leziria grande de Villa Franca de Xira.

**Panascal.** Pov. na freg. de S. Lourenço, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

**Panasco.** Casal na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. da Gollegã, distr. de Santarem. || Quinta na freg. de St.ª Catharina, de Pardaes, conc. de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Santo Espirito, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

**Panascos.** Povoações nas freguezias: Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || O Salvador, de Portella das Cabras, concelho de Villa Verde, districto de Braga.

**Panascoso.** Pov. e freg. de N. S.ª do Pranto, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Mação, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 524 fog. e 2:362 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post., permutando malas com Abrantes. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Abrantes a Mação. O prior de Santa Maria do Castello, de Abrantes, apresentava o cura, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Panascoso era do conc. de Abrantes, passou para o de Sardoal por decreto de 21 de novembro de 1895, passando depois para o de Mação por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Ribeira que nasce na parte N e NNE de Abobreira, banha esta freg. e a de Panascoso, e vae lançar-se no Tejo, defronte de Alvega, com cêrca de 23 k. de curso.

**Panasqueira.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Luz, de Carvoeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Santa Clara, conc. e distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa Este logar divide-se em Panasqueira de Cima e de Baixo, havendo n'esta parte varias fabricas de louça, de antiga data e de certa nomeada. Na Panasqueira de Cima havia varias propriedades pertencentes ao morgado do conde de Pombeiro, e uns casaes da Misericordia. || N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem || Ilha da Madeira e distr. do Funchal; pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos. || Sitio no Alemtejo, na estrada de Evora para a villa de Aguiar, onde ha um dolmen celtico.

**Pancarinha.** Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Pancas.** Povoações nas freguezias: Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa || N. S.ª d'Assumpção, Triana, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Oliveira, de Samora Correia, conc. de Benavente, distr. de Santarem.

**Panchavaddy.** Pov. e regedoria do conc. de Pondá, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo do ponto de confluencia do rio de Parodá com o de Sanguem.

**Panchemal.** Nome collectivo que se dava ás antigas provincias de Embarbacem, Cacorá, Chandrovaddy, Bally e Astragar, das Novas Conquistas, India. Eram, porém, mais vulgarmente chamadas *Zambaulim.*

**Panchirò.** Rio affluente do Madei, no distr. e arceb. de Gôa, India. Nasce nos confins de Satary, nos contrafortes dos Ghattes, corre de SE para NO, e entra no Madei pela margem direita.

**Panchona.** Pov. e freg. de S. Lourenço, da provincia da Beira Alta, conc. e com. de Rezende, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 102 fog. e 368 hab. O reitor de Ovadas apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada na serra de Monte-Muro. E' terra fertil. Tem bom vinho, muito gado de boa qualidade, e abundancia de peixe, que lhe vem do rio Douro, que lhe fica perto, e ao norte. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

**Panchoninha.** Pov. na freg. de S. Pelagio, de Ovadas, concelho de Rezende, districto de Vizeu.

**Panco.** Pov. na freg. de S. Clemente, de Sande, concelho de Guimarães, districto de Braga.

**Panda.** Territorio no sertão do distr. de Sena, provincia de Moçambique, Africa Oriental.

**Pandamasse.** Territorio do districto de Tete, provincia de Moçambique, Africa Oriental.

**Pande.** Rio da Africa Oriental, affluente do Zambeze.

**Pandéra.** Pov. do sobado de Mutano, na div. e conc. de Humbe, distr. de Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Pando.** Ponta situada na costa do districto e prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Pandos.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Alvaro, concelho de Oleiros, distr. de Castello Branco.

**Pandozes.** Pov. na freg. de S. Julião, de Parada de Bouro, conc. de Vieira, districto de Braga.

**Panelim.** Freg. de S. Pedro, do conc. e com. das Ilhas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

**Panellada.** Povoações nas freguezias: Santa Comba, de Fornellos, conc. de Fafe, districto de Braga. || S. Julião, de Serafão, do mesmo conc. e districto.

**Panelladas.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Outeiro, concelho de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

**Panellas** *(Quinta das).* Na freg. de Santa Maria, dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

**Panelleiros.** Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Capellos, conc. de Amarante, distr. do Porto || Santa Maria, de Gondar, do mesmo concelho e distr. || S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

**Panga.** Circumscripção do conc. e distr. de Inhambane, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Pov. do sobado de Cacongo, na delegação do Chiavala, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Oriental.

**Panga Panga.** Serra no Barué, prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Pangala**. Pov. do sobado de Quibocolo, no conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica no Zombo.

**Pangala-Zombo** Pov. do sobado de Quibocolo, no conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. Fica no Zombo.

**Pangim**. V. *Nova Gôa*.

**Pango**. Povoação do sobado de Quimbumbuge Quintanda, no conc. de S. Salvador do Congo, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. e freg. do conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Pangura**. Prazo do districto de Tete, Africa Oriental.

**Paniane**. Rio d'Africa Oriental, affluente do Zambeze.

**Paniceiro**. Pov. da freg. de Santo André, de Canidellos, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

**Paniguardos**. Pov. da freg. de Santa Marinha e conc. de V. N. de Gaia, districto do Porto.

**Panni-Ketta**. Forte situado n'uma ilhota á beira-mar, na enseada de Simbor, distr. de Diu, India.

**Panoias**. Cidade antiquissima da Lusitania, na chancellaria de Braga, e no territorio hoje occupado pelas freguezias de Constantim e Valle de Nogueiras, e a 4 k. a NO de Villa Real. Foi fundada pelos celtas tres ou quatro seculos antes da vinda de Christo, e foi cidade muito importante dos romanos. Parece que o centro d'esta povoação era onde está hoje o logar do *Assento*, que se julga corrupção de o *centro*. O povo ainda dá a este sitio o nome de *Panoias de Valle de Nogueiras* A confirmar a existencia e grandeza d'esta antiga cidade, ainda se vêem varios restos de paredes e muralhas, de forte robustez, que pertenceram a grandes edificios. Segundo a tradição, muitos materiaes d'estas obras fôram conduzidos a Villa Real para a construcção das suas muralhas. Por estes sitios appareciam frequentemente, e a pouca profundidade, pedras lavradas, cippos, capiteis de columnas, telhas, telhões, tijolos de barro encarnado muito fino, etc. Nas paredes da egreja matriz de Valle de Nogueiras se vêem empregados, como alvenaria, capiteis de columnas e outros restos de pedras lavradas e esculpidas, de marmore e jaspe, e granito finissimo, qualidades de pedra que não ha n'esta provincia, nem a mais de 300 k. de distancia para o S. Na residencia do parocho tambem se vêem nas paredes os mesmos objectos, e cippos com inscripções, servindo de alvenaria. As mais notaveis antiguidades, porém, e certamente as mais curiosas, que existem d'esta povoação, são uma especie de tanques, de diversos tamanhos e de differentes fórmas, que se vêem abertos a picão, em alguns rochedos graniticos; obras evidentemente romanas, em vista das inscripções n'ellas gravadas. A camara de Villa Real e o parocho de Valle de Nogueiras mandaram á Academia Real, por ordem de D. João V, um relatorio de todos estes monumentos. Esses tanques encontram se nas fragas d'um monte situado entre o logar do Assento, da freguezia de Valle de Nogueiras, e a honra de Gallegos. Uma das inscripções parece dizer: *Cneio Caio Calpurnio Rufino dedicou aos deuses severos que habitam n'este templo.* Outra diz: *Aqui se sacrifica o que cáe da rez sacrificada, e os intestinos se queimam nos quadrados fronteiros. Lago sagrado, de toda a sorte ha de permanecer.* Diz uma terceira: *Cneio Caio Calpurnio Rufino, varão consular, dedicou este lago eterno, com este templo, em que se queimam as victimas, aos deuses e a todas as divindades; e aos deuses dos lapitas.* N'uma outra lê-se: *Cneio Caio Calpurnio Rufino, varão consular, dedicou este templo e esta obra aos deuses. Este é o lago onde, por voto, o sangue se mistura.* Além d'estas, ha ainda outras inscripções. Segundo a theogonia dos romanos, havia diversas divindades, morando umas no céo, outras na terra e outras no inferno. Os templos e as aras dedicadas aos deuses infernaes eram em covas ou logares profundos. Havia muitas classes de templos, e estes compunham-se de diversas partes. *Fano* era uma especie de templo, a que hoje chamariamos capella ou ermida; *tesca* era o logar santo dedicado a algum deus, mas situado no deserto ou na solidão; *cella* era a parte do templo em que estava a estatua do deus. Parece que em alguns templos havia muitas *cellas*, tendo cada uma a sua estatua. Pelos dizeres das inscripções citadas, vê-se que as obras que existem nas fragas referidas, servidas por escadas, eram templos dedicados pelos romanos ás suas divindades infernaes, adornados com estatuas de deuses que os lusitanos christãos, os godos ou os moiros destruiram depois

**Panoias** Villa e freg. de S. Pedro, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Ourique, distr. e bisp. de Beja, Relação de Lisboa; 239 fog. e 1:087 hab. Tem est. post. permutando malas com a R. A. S.; est. do caminho de ferro do sul e sueste, entre as de Garvão e Ourique; hospedaria, esc. do sexo masc., fornos de tijollo, etc. A villa dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita do rio Sado, no cruzamento das estradas de Aljustrel a Garvão, de S. Thiago do Cacem a Ourique, e de Beja a Collos. Era commenda da ordem de S. Thiago. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha 150 alqueires de trigo, 120 de cevada e 20$000 réis em dinheiro. A pov. é muito antiga. O conde D. Henrique e sua mulher, a rainha D. Thereza, lhe deram foral, com o titulo de villa, no anno de 1096, o qual foi confirmado por D. Affonso III, em carta sem data, pelos annos de 1255. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, no 1.º de julho de 1512. Panoias tinha voto em côrtes, com assento no 14.º banco, o que mostra ter sido povoação importante. Tem por brazão d'armas: Em campo azul dois braços de homem cruzados, com as mãos apontando para cima, um vestido de amarello, outros de carmezim. Entre os braços está uma cabeça de homem, com barbas e cabellos compridos e louros, que representa ser a de Christo. A 3 k. ao O da villa está um templo muitissimo antigo, dedicado a S. Romão, que nasceu em França e morreu n'um convento, por elle fundado, e que foi o primeiro que em Portugal tiveram os eremitas de Santo Agostinho, e da invocação de S. Salvador. Na egreja matriz de Panoias existe a cabeça d'este santo, guardada n'um relicario de prata, e o corpo na capella de S. Romão, que fica a

18 k. da villa de Mertola. O territorio de Panoias estende-se por grande parte do Campo de Ourique, e é muito fertil. Cria-se muito gado de toda a qualidade, e ha abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 176 fog. e 712 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Está situada na margem esquerda do rio Cávado, a 5 k. da séde do conc. A mitra e um tercenario da sé de Braga apresentavam o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil; cria gado de toda a qualidade, e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, do conc., com., distr. e bisp. da Guarda; tem correio com serviço de posta rural; 200 fog. e 850 hab. Está situada nas proximidades da margem direita da ribeira de Noeime, na estrada da Guarda ao Sabugal, a 5 k. da séde do conc. A mitra apresentava o prior, que tinha 100$000 réis de rendimento. A terra é pouco fertil em cereaes, mas cria muito gado, e nos seus campos ha muita caça.

**Panoias** *(Terras de)*. Assim era conhecida antigamente a região que vae desde o Marão ao rio Tua, e desde o Douro até Murça. Os romanos edificaram n'esta região muitos castellos, dos quaes ainda ha vestigios nas visinhanças de Covellinhas, Villarinho dos Freires, Murça, Provezende, e n'outros pontos, sendo notavel o de Favaios, com a fórma quasi circular de mais de 100 passos de diametro, com 4 pontas para os 4 pontos cardeaes do mundo, e um baluarte ao N, tendo a parede da muralha 30 palmos de grossura, parecendo que servia de refugio aos povos circumvisinhos em tempo de guerra. Mesmo depois da invasão dos barbaros, Panoias continuou a ser importante, porque em 560 formava uma das 27 egrejas principaes do arcebispado de Braga. Tambem esteve sob o dominio dos moiros, que só á força d'armas e á custa de muito sangue derramado conseguiu impôr-se á rebeldia dos habitantes, até que expulsos os invasores, o conde D. Henrique deu foral a Constantim, que era a principal pov. de Panoias, estendendo-se até Valoguciras (Valle de Noguciras), onde em 1212 appareceram sepulchros cheios de cadaveres, que se desfaziam apenas expostos ao ar. Em 1139, doando D. Affonso Henriques a fr. Jeronymo a ermida e couto de Santa Comba do Rio Cónego, apparece assignado: *Veta Menendi Princeps de Panoyas*, o que mostra ter Panoias um governador. A importancia d'este territorio concentrou-se mais tarde em Villa Real, cuja fundação começou D. Affonso III, e concluiu D. Diniz, que lhe deu foral em 1283, ficando Panoias reduzido apenas a um nome historico.

**Panoias de Baixo**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Panoias, conc. e districto da Guarda.

**Panoias de Cima**. Povoações nas freguezias: Santa Maria, conc. e distr. da Guarda. || S. Martinho, de Parada Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

**Panoias do Meio**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Panoias, concelho e districto da Guarda.

**Panoplia**. V. *Armadura*, no vol. I, pag. 715.

**Panoyas**. V. *Panoias*.

**Panque**. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da provincia do Minho, conc. e com. do Barcellos, districto e arceb. do Braga; 77 fog. e 274 hab. Tem est. post. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem direita do rio Neiva. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. A terra é fertil, tem caça e cria gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

**Panso**. Pov. do sobado de Quipanso, no conc. de S. Salvador do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Pantanhas**. Pov. na freg. de S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

**Pantheon Nacional**. A idéa da creação d'um edificio proprio para receber as cinzas dos homens illustres nas armas, nas letras e nas sciencias data, entre nós, de 183·. Segundo alguns legisladores, o edificio deveria ser construido desde os alicerces, e pouco mais ou menos, pelo risco do famoso pantheon romano. Outros eram de opinião que se aproveitasse, para esse fim, um dos edificios que fôram mosteiros de religiosos. Em 1836 publicou-se o seguinte decreto: «Tomando em consideração o relatorio do secretario de Estado dos negocios do reino, hei por bem decretar o seguinte: Artigo 1.º—Um dos edificios nacionaes deverá ser destinado para receber as cinzas dos grandes homens mortos depois do dia 24 de agosto de 1820.—Artigo 2.º—Só o corpo legislativo poderá decretar estas honras do pantheon.—Artigo 3.º—Nenhum cidadão poderá receber esta honra senão quatro annos depois da sua morte.—Artigo 4.º—Só o corpo legislativo poderá decretar as excepções a favor dos grandes homens mortos antes do fausto dia 24 do agosto de 1820. O secretario de Estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Palacio das Necessidades, em 26 de setembro de 1836. *Rainha, Manuel da Silva Passos.*» Dando cumprimento á letra d'este decreto, aproveitou-se para pantheon nacional o mosteiro de Belem, vulgarmente conhecido pelo *convento dos Jeronymos*. Alguns reis, principes e homens illustres ali teem o seu tumulo, vendo-se na capella principal os de D. Manuel e de D. João III. Em junho de 1880, por occasião da commemoração do tricentenario de Camões, fôram as cinzas do grande poeta e as de Vasco da Gama trasladadas para o convento de Belem. N'um soberbo mausoléo collocado na capella que antigamente era a sala do capitulo, descançam os restos mortaes de Alexandre Herculano, para ali levados em 27 de junho de 1888, do cemiterio d'Azoia. Este tumulo é um admiravel trabalho em estylo gothico manuelino. Foi delineado pelo engenheiro Manuel Raymundo Valladas, sendo a capella cedida e completada pelas Côrtes, por proposta do Marianno de Carvalho, na sessão de 22 de março de 1884, com o concurso de Antonio Augusto de Aguiar, então ministro das obras publicas. Quando se commemorou o centenario de Almeida Garrett, tambem as cinzas do illustre poeta e prosador fôram trasladadas para o Pantheon Nacional. O cadaver do poeta João de Deus tambem ali foi depositado por occasião do seu funeral, em 1896.

**Pantheon Real.** V. *Lisboa, convento de S. Vicente de Fóra*, no vol. IV, a pag. 278.

**Pantilhões.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Pão.** Nos prazos e foraes antigos, diz-se frequentemente *pão meiado*, *pão terçado* e *pão quarteado*. *Pão meiado* é metade centeio, metade milho miúdo; *pão terçado* é trigo, centeio e milho miudo, em umas terras; e em outras centeio, milho miudo e cevada; *pão quarteado* é trigo, cevada, centeio e milho miudo. Vê-se tambem muitas vezes, em documentos antigos, dar-se ao centeio a denominação de *pão de segunda*. *Pão de rua*: pão alvo, de trigo. O uso do pão é da mais alta antiguidade. As origens sanscriticas dão lhe uma tal antiguidade que o pão, como base universal da alimentação humana, remonta ás primeiras civilisações. No Egypto é antiquissimo, porquanto nos tumulos os fragmentos, que apparecem, isso demonstram. Os hebreus conheciam o uso do pão fermentado, pois que, nos livros sacros, frequentes vezes se menciona, e ainda por esses mesmos passos se sabe que os processos de panificação, entre os judeus, eram os mais elementares, pois que se collocava no lar a massa espalmada, cobria-se de cinzas e abandonava-se até que estivesse cozida. Foi assim que Sara fabricou o pão destinado á comida dos anjos que Abrahão recebeu sob a figura de tres viajantes Os hebreus faziam uso frequente do pão sem fermento, que lhe era prescripto em certas cerimonias religiosas, ou circumstancias historicas, notavelmente na celebração da Pascoa. A arte de fabricar pão, com farinha de trigo, foi desde cedo conhecida dos povos da Europa oriental. Os beocios fôram porventura os que primeiro a conheceram; a Italia só a recebeu mais tarde. E' certo, todavia, que os romanos usaram o pão antes da tomada de Roma pelos gaulezes, porque no Capitolio elles o atiraram aos sitiantes para lhes fazer acreditar que a praça estava abundantemente provida de mantimentos e que não era reduzivel pela fome. Comtudo, crêem alguns autores não ter havido padaria alguma em Roma até á epoca da guerra contra Perseu; o proprio cidadão cozia, em forno domestico, o pão. Era principalmente um trabalho das mulheres. No tempo de Trajano apparecem os padeiros, tendo já uma certa unidade de corporação, pois que este principe estabelecera o collegio dos padeiros, isto é, reunidos em corporação de officio. Em Herculano e em Pompeia encontraram-se pães inteiros, todavia divididos em entalhes dispostos á maneira de raios. Estas divisões, por serem fundas, facilitavam a sua partição. Foi da Italia que o pão se espalhou para a Europa. Plinio fala do pão que se fazia nas Gallias e na peninsula. Só no tempo de Tarquinio, *o soberbo*, é que se começou a usar entre os romanos o cozer o pão em fórnos. Antes d'esta epoca os processos de panificação eram completamente primitivos. O *pão de munição* data tambem de largos seculos. O costume de distribuir pão aos soldados vem já dos exercitos egypcios. Os romanos chamavam-lhe *panis castrensis;* todavia era o proprio soldado que o fabricava; só mais tarde é que se dava ás legiões o pão já fabricado. Nas congruas dos parochos, ordenados de funccionarios, pensões a mercceiras, tenças, etc., era corrente pagar-se parte em cereal para pão. Em 1513, um alvará de 13 de março, regulando o vencimento annual de cada vereador da camara de Lisboa, concedia, além de vinte mil réis em dinheiro, dez moios de pão meiado, á custa das rendas da cidade e isto se conservou por largos annos; havia tambem o pão quartado. O pão meiado era como acima ficou definido o que se fabricava ora com farinhas de trigo e cevada, ora com milho e centeio e o quartado com as quatro farinhas. A cultura do milho grosso em Portugal, especialmente nas provincias do Minho, Beira e Extremadura, parece ter começado cerca de 1525. *Pam de rua* e *pam de callo* era como se chamava o pão alvo de que usava a gente rica e delicada. Já no seculo XI se falava d'esta qualidade de pão. E, para contraste, nas portarias de algumas ordens monachaes, davam-se aos pobres, nos seculos XV a XVIII, pães pequenos, feitos de toda a peneira, de centeio ou milho, aos quaes se chamava *mondas*. Embora o pão mais usado seja o de trigo, é todavia de grande consumo o de trigo e cevada, o de centeio e especialmente o de milho no norte de Portugal, que como nação maritima por excellencia, não podia no seu porto principal deixar de prestar aos que o demandavam todos os refrescos e mantimentos. E' assim que vêmos D. João II querer que Lisboa se torne hospitaleira, e D. Manuel doando, em 24 de outubro de 1527, o chão da Ribeira, desde o cunhal da alfandega, do lado da Misericordia, até ao outro cunhal, afim de a camara ali mandar construir casas e lojas *para agasalhar pão*, o qual era destinado, em parte, aos maritimos. Nicolau de Oliveira, nas suas *Grandezas de Lisboa*, diz que os Fornos d'El Rei, em que se faz o biscoito para as armadas, eram fabrica para vêr e notar. No seu tempo havia em Lisboa mais 360 fornos de pão. No Terreiro eram 100 as joeiradeiras do trigo, e 170 as medideiras. Além de padeiras e forneiras havia a designação de *chameiras*, que eram as mulheres que levavam o pão ao forno e o tornavam a trazer, tendo obrigação de varrer e limpar o forno. Em 1423, uma carta régia aboliu, entre outros, o imposto chamado *çalaio*, o qual recaía sobre o pão cozido fóra da capital. Este direito n'algumas terras do reino era de 30 pães cozidos um. Sempre que havia escassez de pão, a camara de Lisboa solicitava a mercê de *importarem cereaes da terra de moiros e de diversas partes, e em troca de sal e outras mercadorias que não são defezas*, como succedeu em 1438. Em 1452, um alvará régio permittiu á camara o contratar o provimento do pão, podendo até *obrigar as rendas da cidade*. Lisboa, não só tratava de se subsistir, mas até, como o prova a carta régia de 25 de abril de 1508, inserta no livro do Provimento do pão, fl. 38, deixava sair trigo para as outras camaras, pois que n'essa carta se pede á camara para ceder á villa de Tentugal trinta moios de pão, pois que os moradores «padecem muyto a fome, E porque polla comarqua derredor nom tem donde se dele prouejam.» Em 1572, havia o pelouro do trigo, atafonas e moendas, e em 12 de dezembro d'esse anno o desembargador Fernão de Pina Marecos era o encarregado d'elle. Um seu parente, Maximo de Pina Marecos, teve em 1583 privilegio para fazer engenhos de amassar, cozer, e abiscoitar pão. Assim se póde dar uma pequena idéa dos esforços da municipalidade de

Lisboa, ácêrca do provimento do pão, para que não chegasse a preços taes como em annos de fome, por exemplo em 1414, a custar um pão de 4 onças, 15 soldos, isto é, 369 réis actuaes. Sabendo-se que, do anno de 1606 a 1610, a população de Portugal era apenas de um milhão e cem mil habitantes, e que a producção e a importação do trigo subia a 23.200:000 alqueires, póde se dizer que cada habitante consumia annualmente 21 alqueires de pão. Os principios em que assenta a fabricação do pão e o conjuncto dos seus processos, em pouco tem variado dos empregados em epocas mais afastadas. As alterações restringem-se, simplesmente, ao emprego de instrumentos proprios. A fabricação do pão resume-se na *amassadura* e na *cozedura*. Mistura-se a farinha com uma determinada quantidade de agua, que dissolve as partes soluveis, como a dextrina, glucose e saes, e incham, porque se hydratam, as partes insoluveis como o amido e o gluten. Obtem-se assim, amassando convenientemente, uma massa homogenea, na qual se deita uma certa quantidade de sal de cozinha, para dar gosto, e, como elemento essencial á fabricação, uma certa quantidade de fermento. O papel que o fermento representa é o seguinte: encontrando na massa humida assucar, reage sobre elle, dando alcool e anhydrido carbonico. As bolhas de agua, que se fórmam no meio da massa, não pódem libertar-se, como fariam se fôssem formadas n'um liquido, e por consequencia levantam a massa e a incham de uma maneira permanente. Depois de levedada a massa, isto é, quando acaba a fermentação leva-se a cozer, ao forno. A cozedura, eliminando o excesso de agua, produz uma crôsta dura, que mantém a fórma do pão, pondo-o ao abrigo da sua alteração espontanea. A parte da massa que se guarda em logar apropriado, e que constitue o *fermento*, tem, ao fim de sete horas, o duplo do volume. Se a amassarem successivamente, de nove em nove horas, com egual porção de farinha nova, vae-se obtendo mais fermento. Todos sabem como se amassa, e os processos são sempre os mesmos; todavia ha a notar a amassadura mechanica, a qual substitue o penoso trabalho do amassador. Até ha poucos annos quasi todas as padarias usavam a amassadura manual. Estando o amassador a pezar a massa, já levedada para obter pães, de determinado pezo, ha que considerar a operação de *tender*, que é de dar fórma ao pão, e, consequentemente, a de o enfornar. A cozedura determina a volatilisação de uma certa quantidade de agua e alcool, produzidos durante a fermentação, dilata as bolhas de acido carbonico que estão dentro da massa, augmentando-lhe a porosidade e fórma a côdea, a qual é rica em dextrina, e é tanto mais escura quanto mais torrada estiver. São bem conhecidos os fornos dos padeiros, para que sejam precisas maiores minudencias. O combustivel empregado, de ordinario, é a madeira; comtudo, nos paizes em que escasseia usa se o carvão de pedra, servindo-se de fornos especiaes; O pão modifica-se depois de desfornado. Ao principio, a côdea é dura e quebradiça, o miolo é molle e facilmente se liga com a saliva; no fim de algum tempo a côdea endurece e esmigalha-se facilmente. O pão normal deve ter 40 0|0 de agua. Varios autores teem proposto certas especies de fermento, etc., e em alguns paizes se usa o fermento de cerveja. Sobre o exercicio da industria da padaria existem alguns documentos interessantes nos archivos municipaes do Porto, Coimbra, Lisboa, etc. Eis um requerimento feito em 1669 existente n'este ultimo: «Diz Fillippa Rodrigues, viuva, padeira que foi dos fidalgos, que ella supplicante, foi culpada, por se achar que o pão era menos do peso, em razão do que se ausentou e está homisiada... e, porquanto ella, supplicante, é uma mulher velha e não amassava para vender pão ao povo e ha tempo que está homisiada, e além d'isso não quer amassar nem quer usar do officio de padeira.—P. a V. Alteza lhe faça mercê dar-lhe perdão, e que contra ella se não proceda, não amassando mais...» As padeiras que vendessem pão fóra dos logares, que lhe eram designados, tinha a camara alçada para mandar açoutal-as, sem que d'essa sentença houvesse appellação nem aggravo, como se vê do *Liv. das Posturas reformadas no anno de* 1510, *fs.* 150. No livro das *posturas reformadas* do senado lisbonense em 1611, lêem-se as seguintes taxas curiosas: «As forneiras não levarão mais de cozer cada alqueire de pão que 8 réis sem levar pão nem merendeiro algum a nenhuma das partes. E mandando a forneira levar o pão a casa das partes, que lhe mandarem para isso recado, lhes não levará mais que 10 réis por alqueire, sem nenhum merendeiro nem pão e será obrigada a cozer, ou assar, duas tijelas cada dia a cada um de seus freguezes, para o que se emendará o regimento n'esta parte.» Quanto á moenda do cereal veja-se o regimento dos atafoneiros, a pag. 834 do vol. I d'este diccionario. Não se note nos restrijâmos a falar da camara de Lisboa, em tão importante assumpto, pois que era ella quem fornecia do seu *terreiro* o trigo para grande parte do paiz. Constituem um fundo importante no archivo municipal as consultas, etc., ácêrca do pão, e por ellas se vê quanto ha a louvar o senado d'esta capital, pois que sempre trabalhou para que houvesse abundancia. Terminemos por transcrever a seguinte ordem do senado, em 12 de maio de 1660: «Ordena o senado que os quatro almotacés das execuções, que ora servem, visitem todos os dias os bairros da cidade, dividindo-se por elles com todo o cuidado, e façam diligencias com as padeiras, vendo se o pão é de pezo do estylo, e, não sendo de pezo as condemnem na pena das posturas; e ás que vendem na Ribeira as obrigarão a ter balança e as visitarão todos os dias, pelo grande prejuizo que resulta ao povo, no tempo presente, usando mal da carestia do pão, para o fazerem de menos pezo do estylo; e os seus escrivães serão obrigados a vir dar conta no senado d'esta diligencia se se faz na forma que se lhes ordena. E o mesmo se entenderá nas que venderem pão do mar, e serão obrigadas em tudo na fórma das posturas.»

**Pão d'Assucar.** Pico da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Eleva-se a 2:300 m. acíma do nivel do mar, e é o mais alto de toda a ilha. Tambem é conhecido por *Tope da Coroa*.

**Pão Branco e Ferradeira.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Conceição, conc. e distr. de Faro.

**Pão Duro.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Vaqueiros, concelho d'Alcoutim, districto de Faro.

**Pão da Nau.** Enseada da costa do Gabão, Africa Occidental.

**Papa Leitinho** *(Monte do)*. Na freg. de Santa Eulalia, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

**Papagaio.** Ponta situada na costa E da ilha de Santa Maria, Açôres. Fica ao S da bahia de S. Lourenço. || Monte da ilha do Principe, Africa Occidental. Levanta-se quasi no centro da ilha, e embora de menor altitude que o pico de S. Thomé, na ilha d'este nome, é todavia de consideravel elevação. E' como que o nó d'uma cordilheira que d'ali corre para o SN e NO, e que tem como remates a SE a serra dos Picos e a NO o pico Padrim. || Rio da ilha do Principe, Africa Occidental. N. no oriente do Pico do mesmo nome, e corre para o N, indo desaguar na bahia de Santo Antonio, junto da cidade d'esta designação. | Roça na ilha do Principe, na Africa Occidental.

**Papagaios.** Ilhéos do archipelago de Bijagoz, Guiné, Africa Occidental Estão deshabitados e cobertos de matto, e levantam se entre as ilhas da Caravéla e a ponta do mesmo archipelago.

**Papagaios de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Silvestre, de A dos Francos, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria.

**Papala.** Pov. do sobado de Bongue, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. Fica no Zombo.

**Papanata.** Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

**Paparia.** Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

**Papeis ou Pepeis.** Tribu de negros da prov. da Guiné, Africa Occidental. Habitam as ilhas de Cacheu e de Bissau, encontrando-se no littoral desde Malta de Putama até ao Botte, e na margem esquerda do rio Cacheu ou Farim encontram-se desde o rio de Bianga até ao Cabriane. São vagabundos, cobardes e traiçoeiros. Vivem uma vida completamente selvagem, e até 1816 tiveram em tão continuo sobresalto a villa de S. José de Bissau, que foi preciso cercal-a d'uma tabanca. Batidos varias vezes pelas forças militares da provincia, nunca se submetteram por completo, e são hoje ainda os negros que mais precisam sentir o rigor da nossa autoridade para modificarem a sua indole cruel e ousada. Tambem são chamados *burames*.

**Papel.** E' impossivel designar a epoca em que os homens principiaram a expandir por meio da escriptura os seus pensamentos. Todos os autores concordam que a primeira escripta devera ter sido por figuras (hieroglificos). Uma só figura, por este modo de representar as idéas, era a imagem de muitas cousas. Por exemplo, para representarem uma cidade sitiada, desenhavam uma muralha, com uma escada encostada a ella. Para representarem uma batalha, desenhavam duas mãos, uma com arco, outra com escudo. Os povos inventaram depois, successivamente, diversos signaes, proprios para representarem o discurso, e exprimir o pensamento; e é ás investigações e multiplicadas experiencias feitas em differentes epocas, para o conseguirem, que devemos a arte de escrever, propriamente dita. Ignora-se a data da invenção dos caracteres alphabeticos; sabe-se unicamente que são conhecidos desde a mais remota antiguidade. Os arabes já faziam uso d'elles no tempo de Job. Diversas nações disputaram a gloria de haver inventado esses caracteres; porém só ha dois povos da antiguidade a quem se possa attribuir essa invenção: os assyrios e os egypcios. Cadmo entre os gregos, passava por inventor da escripta. Ao principio escrevia-se nas folhas de certas arvores, ou na sua casca, sendo preferida a da faia e a da tilia. Depois serviam-se de umas taboinhas muito delgadas, cobertas de uma fina camada de cêra, sobre a qual escreviam, com uma especie de punção, chamado *stylus*. Tambem escreviam nas folhas d'uma planta chamada *papyros*, d'onde procede o nome de *papel*. Os romanos aprenderam dos gregos e toscanos a arte de escrever. O passo de maior progresso, na arte de escripta, foi quando os troianos inventaram o pergaminho (de Pergamo, que é o mesmo que Troia), isto é, quando applicaram a pelle dos animaes, para n'ella escreverem, e inventaram a tinta. Os livros dos antigos não eram como os actuaes; o livro era um rôlo de pergaminho envolvido n'um pau cylindrico. Emquanto se não inventou a imprensa, muitos milhares de pessoas viviam na Europa e na Asia, pelo officio de escreventes ou copistas. Muitos d'estes manuscriptos chegaram aos nossos dias, e bastante notaveis pelo primoroso da calligraphia e pela perfeição dos seus ornatos e vinhetas. Os frades tornaram se os mais distinctos n'esta arte. Os manuscriptos feitos nos seculos XIII, XIV e XV, são primorosos, excedendo alguns em belleza as nossas edições mais aperfeiçoadas. Os do fim do seculo XV e principio do XVI, são em geral pessimos, e apenas legiveis. Em Portugal ha manuscriptos dos seculos XVI e até meados do XVII, de grande perfeição; porém as escripturas e outros documentos manuscriptos, dos fins do seculo XVII, e da maior parte do XVIII, são quasi illegiveis, pela pessima calligraphia, e pelos muitos erros de orthographia. O papel feito d'algodão appareceu pela primeira vez na Grecia, no seculo IX. Não se sabe se foi invenção dos gregos, se a aprenderam dos chins. Do seculo XI se encontram em Napoles, Sicilia e Veneza, muitos documentos n'este papel, e no seculo seguinte se vulgarisou muito o seu uso. Do seculo XIII ha um manuscripto do nosso Santo Antonio, feito n'este papel, e que se guarda, como preciosa reliquia, no hospicio do *Santo Christo da Fraga* junto á *Senhora da Lapa*, no bispado de Vizeu. Não se sabe com certeza a data da descoberta do papel de trapo. Mr. Ray diz que, em 1470, dois individuos chamados Antonio e Miguel, o levaram da Galliza a Basileia, d'onde se estenderam por toda a Allemanha, mas deve ser engano, porque existe o papel de trapo muito mais antigo, e o *Catholicon* de Jacobo de Janna foi impresso n'este papel, em Moguncia, no anno de 1460. No archivo do bispo de Norwich, dizem que ha um registo de testamentos feito d'este papel, que principiou em 1370. Mabillon é de parecer que já no seculo XII existia papel de trapo em toda a Europa, porém Montfaucon, affirmando que elle começara no Oriente, no IX seculo, attesta que, nem em França, nem por toda a Italia, se encontra vestigio algum d'elle, antes de 1270. Na Universidade de Coimbra ha um documento de 1288, que diz — *Scripta em polgaminho de papillo* (papel). Diz-se tambem, que algumas das Inquirições de D. Affonso III fôram originariamente escriptas em papel de trapo.

**Papel.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || N. S.ª de Belem, de Rio de Moiro, do mesmo conc e distr. || Pov. do sobado de Nameala, no conc de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Funquilla, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quiona, no mesmo conc. e distr. || Pov. do sobado de Tanda, no mesmo conc. e distr. Fica no caminho do Zombo. || Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação do Chianvalla, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Papel.** Povoação do sobado da Cataracta do Quisulo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola. Africa Occidental.

**Papel.** Povoação do conc. de S. Salvador do Congo, na Cataracta do Quisulo, distr. do Congo prov. de Angola, Africa Occidental.

**Papel-moeda.** V. *Apolice*, no vol. I d'este diccionario, a pag. 618 e seguintes. *Bibliographia*: *Reflexões sobre a possibilidade de extinguir o papel-moeda em Portugal* por Luiz José Ribeiro; Lisboa, 1834. *Divida publica portugueza*, por A. A. Silveira Pinto; Lisboa, 1839.

**Papel sellado.** Papel que tem o sello da lei e serve para documentos officiaes, e particulares, escripturas publicas, processos civeis e judiciaes, certidões, procurações, requerimentos, etc.. E' uma das formas de cobrança do imposto do sello (V. *este nome*) e foi a primeira especie que entre nós houve de tão importante receita publica. O uso do papel sellado existia já em França, Italia e Hespanha, quando foi estabelecido em Portugal. Pela experiencia das duas primeiras nações tinha-se verificado que este imposto era uma das contribuições mais suaves para os povos. A Hespanha adoptal-o-hia para fazer face ás despezas com a guerra contra nós depois da Restauração, segundo se deprehende do alvará adeante reproduzido, em parte; ou segundo outra opinião (V. *Boletim da Associação dos Archeologos*, vol. III, pag. 176) Filippe III tratava de introduzir em Portugal o uso do papel-sellado quando os acontecimentos politicos de 1640 frustraram a execução d'essa medida financeira. No reinado de D. João IV renovou-se a tentativa, chegando a estar lavrado no Conselho da Fazenda o competente regimento, cuja execução deixou de realisar se em attenção ás instancias do procurador da Corôa, Thomé Pinheiro da Veiga, e a uma Consulta do Desembargo do Paço. Depois, na menoridade de D. Affonso VI, publicou-se o alvará de 24 de dezembro de 1660, em que se declara ser o novo imposto destinado, como faziam os hespanhoes, ás despezas da guerra. Por ser documento interessante, uma especie de lei do sello, transcrevemos alguns periodos d'esse diploma, em que se preceituam as taxas do imposto conforme os actos e se consignam isenções, pelo que se póde considerar a nossa primeira lei do sello: «Eu El-Rei faço saber aos que este Alvará virem, que, considerando eu a maior prevenção, que é necessario para defensa d'este reino, em tempo que seus inimigos estão desoccupados de outras diversões; e mandando consultar por ministros de satisfação, experiencia, e zelo do bem publico, os meios mais ajustados para se tirar o dinheiro preciso para as despezas que se deve fazer, entre outros se achou por mais conveniente usar do mesmo papel-sellado, de que os inimigos se valem para a offensa, por ser effeito prompto, e que por pequenas quantias, com menos oppressão de meus vassallos, se vae cobrando, proporcionadamente, d'aquelles que se expõem aos gastos dos negocios de que querem tratar; e comtudo desejando por todas as vias alliviar os meus vassallos quanto fôr possivel, mandei moderar, e reduzir as ordens, e regimentos, que em outros reinos ha sobre esta materia á forma seguinte: Haverá quatro sellos com a marca, que pareccr aos ministros a que tenho encarregado esta administração, com differença em cada um anno; e a do primeiro será as Armas de Portugal, com a inscripção do anno, sello, e preço á roda, e cada sello terá seu preço que irá declarado nelle mesmo. O primeiro sello será de 240 réis, o segundo de 80 réis, o terceiro de 40 réis, o quarto de 10 réis. E em papel de cada um d'estes sellos se escreverão as cousas abaixo declaradas, por esta maneira: *Primeiro sello*: Todos os alvarás, provisões, patentes e mandados assignados por Mim, ou por algum Conselho, ou Tribunal meu, de officios, e postos perpetuos, ou temporaris, de propriedade, ou serventia, assim de paz como de guerra, por terra ou mar, sendo os da paz avantajados a continuos da Casa da India, Almazens, e outros similhantes, e a guardas que não sejam da Casa da India, e Alfandega de Lisboa, e a pregoeiros, e a outros d'esta qualidade; e sendo os da guerra superiores a alferes, e assim os titulos de escrivães, mestres, pilotos-móres de navios de guerra, ou mercantes, que fôrem nomeados por mim ou por alguns meus ministros; e outrosim os alvarás, provisões ou mandados, que, por Mim, ou por algum Conselho ou Tribunal meu, se derem a qualquer pessoa para commissão extraordinaria, em que haja de vencer salario á custa da

1661.

SELLO TERCEIRO DE QVARENTA REIS.

Um dos sellos do primeiro papel sellado. (Imposto creado em 1660 para as despezas da guerra da Restauração)

minha Fazenda ou das partes. Os alvarás, provimentos, e apresentações, que os Donatarios fizerem dos officios de alcaides-móres, ouvidores, juizes, letrados, eleições das camaras, meirinhos, alcaides, tabelliães, juizes, e escrivães dos orphãos, e outros officios de sua apresentação, que não sejam inferiores a estes.» Eram ainda sujeitos a este sello muitos outros diplomas e documentos que veem mencionados no alvará, mas que por brevidade omittimos. Deviam ser lavrados em papel-sellado da taxa do *Segundo sello* os documentos: «Os titulos, e nomeações, que fazem os meus Secretarios e Escrivães da Fazenda, e dos Conselhos e dos Tribunaes, e outros similhantes ministros de officiaes para seus escriptorios, e para outros exercicios similhantes. Os originaes tirados da nota de quaesquer escripturas publicas entre particulares, ou tocantes á minha Fazenda, sobre quantia declarada, que seja menos de mil cruzados, até cem cruzados inclusivamente; e bem assim de todas as escripturas de obrigações, e contratos, em que se não signalar quantia certa, excepto os do commodato, e permutações, de que se tratou no titulo do primeiro sello.» Seguem-se outros diplomas e documentos sujeitos ao mesmo sello. *Terceiro sello*: «Os titulos e nomeações de officios, que dão os administradores, rendeiros, thesoureiros, ou recebedores de minha Fazenda, de guardas, feitores, e commissarios, ou outros similhantes. Os titulos de officios militares de penna, inferiores aos de védor, contador e pagador. As licenças, e taxas, que as camaras costumam dar aos officiaes, ou tendeiros, e vendeiros, e outras cousas d'este genero.» Outros muitos documentos congeneres estavam sujeitos a este sello. Em papel do *Quarto sello* seriam lavrados: «Os titulos dos officios, que dão os Donatarios, e são inferiores aos que acima ficam declarados, e assim as confirmações que d'elles se fizeram. Os titulos de officios militares de mar, ou terra, inferiores ao de alferes, ou outros similhantes, inclusivamente. Todas as petições, que se me fizerem, ou aos meus Conselhos, Tribunaes e Juntas, excepto as em que se pedir pagamento de juro, ou cousa que minha Fazenda deva. As nomeações feitas por qualquer Conselho, Tribunal ou ministro meu, de Guardas;» etc etc.. Todos os mais papeis que no regimento se não acham declarados, que passassem pela Chancellaria do Reino, Casa da Supplicação, e Relação do Porto, e por todas as mais Chancellarias, levariam o sello conforme os seus similhantes. E tudo o que se preceituava quanto aos alvarás, provisões, patentes, escripturas, ou outra qualquer cousa que se escrevesse em papel, haveria logar no que se escrevesse em pergaminho, porque tambem este seria sellado com o sello respectivo. E todos os despachos, escripturas, e mais documentos referidos, sem ser em papel, ou pergaminho, com o sello competente, não fariam fé em juizo nem fóra d'elle. Havia porém a isenção dos pobres das Misericordias, e outros, que poderiam usar papel commum nos processos das suas causas. O sello seria annual e em cada anno de differente modelo. Para a administração do papel sellado haveria na capital um thesoureiro geral e nas provincias os thesoureiros das camaras lhe prestariam contas. O papel que sobejasse com sello seria entregue até 15 de janeiro do anno seguinte em troca d'outro do anno corrente. Não sendo trocado incorriam os possuidores do papel do anno anterior nas penas que se applicavam aos que introduziam moeda falsa no reino. Por decreto de 28 de janeiro de 1661 declarou-se que o uso do papel sellado começaria no 1.º de fevereiro seguinte. Por decreto de 22 de maio de 1665 foi suscitada a exacta observancia do regimento incluido no alvará de 1660. Tendo se abolido, em 10 de abril de 1668, todos os impostos extraordinarios lançados para acudir ás despezas da guerra da Restauração, tambem se levantaria o do sello do papel, pois que não apparecem documentos lavrados n'elle depois d'este anno. Decorrido mais de um seculo, isto é, em 1797, foi novamente creado o papel-sellado, por alvará de 10 de março e instrucções de 12 de junho do mesmo anno, sendo estas alteradas pelo alvará de 27 de abril de 1802, em que se ampliaram as disposições antecedentes, fazendo se subir a taxa do papel em proporção dos negocios e materias, etc. Segunda vez foi abolido o papel sellado, em 24 de janeiro de 1804, sendo restaurado este imposto por carta de lei de 31 de março e de 24 de abril de 1827. O papel teria os sellos da taxa de 40, 20 e 10 réis. Tambem o houve sellado com a taxa de 5 réis. Desde então nunca mais deixou de existir o papel-sellado, sendo difficil enumerar todas as diversas vicissitudes por que tem passado este imposto, a differença dos sellos, suas taxas e emprego, marcas d'agua do papel, sello branco e a oleo, legendas, etc. Parte do rendimento seria applicado para a dotação da *Junta dos Juros* (V. *Junta do Credito Publico*), cujo sello trazia. Pela lei de 20 de dezembro de 1837 foi applicado ao mesmo fim o producto das penas pecuniarias sobre infracções do emprego do papel sem sello, ou

1661.

SELLO QVARTO DE DEZ. REIS.

Um dos sellos do primeiro papel sellado

falso. Era então sellado com o sello, a oleo, ou branco, do *Credito Publico*. Por carta de lei de 8 de junho de 1843 passou a arrecadação, fiscalização e administração do rendimento do papel sellado a cargo do *Thesouro Publico*, cujo sello passou a trazer. Além do sello a oleo com a legenda *Causa Publica* era o papel sellado carimbado naquella epoca nos Governos Civis, mas tornando-se esta fiscalização bastante dispendiosa foi suprimida pela carta de lei de 23 de abril de 1845. D'este anno em deante são numerosas a alterações do papel sellado, que de 40 réis passou a 60, 80 e finalmente a 100 réis, sendo sellado na Casa da Moeda. Em 1902 o papel-sellado teve além das armas reaes em marca d'agua e do sello uma numeração a tinta d'oleo no alto de cada meia folha. Do papel sellado para o ultramar sabe-se que em fins de 1742 foi elle estabelecido na India.

**Papela**. Pov. do sobado de Quimpeche, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Papizios**. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. de Carregal do Sal. com. de Santa Comba Dão, distr. e bisp. de Vizeu; 354 fog, e 1:244 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Dão. A Universidade de Coimbra, por opposição, apresentava o abbade, que tinha 600$000 réis de rendimento. Pertence a esta freg. a aldeia da Povoa d'Arnoza, onde está a capella de N. S.ª da Guia, fundada por Manuel Marques, pelos fins do seculo XVII. No logar do Pinheiro, ao pé do outeiteiro do Souto, da mesma freg., ha a capella de N. S.ª da Conceição, templo antiquissimo e que, segundo a tradição, foi a primitiva parochia da freg. e a sua capella mór é a capella actual. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

**Papoa e Baleal**. Nome de duas ilhotas situadas nas proximidades de Peniche. Estão cerca das de rochedos.

**Paps** Collinas situadas ao S do rio das Moutas, no Loango, territorio de Cabinda, Africa Occidental. Estão cobertas de moutas, do que proviria talvez o ter-se dado ao rio aquelle nome.

**Paquife**. Heraldico. O ornato em fórma de folhagens saidas do elmo, que fica sobre elle e corre pelo escudo; lambrequins.

**Par do reino**. V. *Pares* (*Camara dos*).

**Paraçana**. Ribeira do distr. de Castello Branco. N. nas proximidades de Amendoa, corre para E até á freg. de S. Pedro do Esteval e depois para SE, acabando por entrar na ribeira Ocreza com 30 k de curso.

**Parachão** Pov. na freg. de Santa Marinha, de Padornello, conc de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello

**Parada** *(P. Antonio de Carvalho)*. Presbytero secular; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e egualmente instruido nos direitos civil e canonico. N. no Sardoal em 1595, fal. em Bucellas a 12 de dezembro de 16[illegible]5. Foi protonotario apostolico, arcipreste da cathedral de Lisboa, visitador por algumas vezes da sua diocese, prior da egreja de Bucellas, e por fim guarda-mór da Torre do Tombo. Escreveu: *Arte de reinar; ao potentissimo rei D. João IV nosso senhor, restaurador da liberdade portugueza*, Bucellas, 1643; *Dialogos sobre a vida e morte do muito religioso sacerdote Bartholomeu da Costa, thesoureiro-mór da sé de Lisboa*, Lisboa, 1611; *Justificação dos portuguezes sobre a acção de libertarem seu reino da obediencia de Castella*, Lisboa, 1643.

**Parada**. Pov. e freg. de S. Genesio, da prov. de Traz os-Montes, conc., com, distr. e bisp. de Bragança; 178 fog. e 1:032 hab. Tem estação post, permutando malas com Bragança; escolas d'ambos os sexos; feira a 12 de cada mez. A pov. dista 15 k da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Sabor. A Casa de Bragança senhora d'esta freg, apresentava o reitor, que tinha 160$000 réis. A terra é fertil em generos agricolas; tem caça e cria bastante gado. N'esta freg. ha minas de estanho, de wolfram, importantes, em que se empregam em media 500 operarios diarios e machinas a vapor aperfeiçoadas, denominadas minas de Paredes. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de Santo André, da prov. do Douro, conc. e com. de Villa do Conde, distr. do Porto, arceb. de Braga; 54 fog. e 213 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 6 k. da séde do conc. Os concegos regrantes de Santo Agostinho, do mosteiro de S. Simão, da Junqueira, apresentavam o vigario, que tinha, 13$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Domingos, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de de Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 18[illegible] fog. e 691 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 21 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem esquerda ribeira Noeime. A terra é fertil em cereaes, eria muito gado e é abundante de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. A freg. era do conc. e com. de Sabugal, e passou para o de Almeida por decreto de 12 de junho de 1895. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc e com. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de V. do Castello, arceb. de Braga; 63 fog. e 211 hab. Está situada proximo da margem direita do rio Vez. O reitor de Azere apresentava o vigario, que tinha 12$000 réis de congrua e o pé d'altar. Metade d'este padroado era d'el-rei D. Diniz, que o deu por troca, em 1308, ao bispo do Tuy D. João Fernandes de Sotto Maior. A outra metade era da sé de Tuy. A terra é fertil e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. d'Alfandega da Fé, distr. e bisp de Bragança, 76 fog. e 335 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. postal. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada entre o rio Sabor e a ribeira Zacharias. O abbade de S. Vicente, de Castro Vicente, apresentava o vigario, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é pouco fertil, mas tem muito gado e caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 134 fog. e 482 hab. As freiras benedictinas de Viau-

na do Castello, apresentavam o vigario, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil e tem muito gado e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 48 fog. e 151 hab. Tem est. post. e está situada n'um valle aprazivel, a 7 k. da margem esquerda do rio Minho, e a egual distancia da séde do concelho. A casa da Barbeita apresentava o abbade que tinha 120$000 réis de rendimento e o pé d'altar. A terra é pouco fertil; tem algum gado e muita caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Thiago, de Alhariz, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Campeão, conc. e distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Carreira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santo Estevão, de Couto de Esteves, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Covão do Lobão, conc. de Vagos, do mesmo distr. || Santa Eulalia, conc. de Arouca, do mesmo distr. || S. Paio de Farinha Podre, conc. de Penacova, districto de Coimbra. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Martinho, de Gilhabreu, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Mamede, de Lindoso, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Vicente, de Louredo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Paio, de Oliveira, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Baptista, de S. João d'Areias, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || Santa Eulalia, de Pedorido, conc de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Pedraça, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro, de Raimonda, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Pedro, de Sanfins, conc. de Chaves, districto de Villa Real. || S. Miguel, de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Pedro, de Valle, concelho de Areos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de V. N. de Monsarros, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Villa Verde, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. do Santarem. || Serra da prov. de Trazos Montes, junto das freguezias de Parada e Coelhosa, conc. de Bragança. Segue a direcção geral NS, e eleva-se a 919 m. segundo alguns autores, mas a 908 segundo a carta geographica. || Pov. que dá o nome a um apeadeiro na linha do caminho de ferro do Douro, entre as estações de Recarei e Cette. || Antiga pov. e denominação d'uma extincta freg., N. S.ª da Natividade, do concelho de Bragança, annexa á de Quintella de Lampaças.

**Parada** *(Direito de)*. Especie de direito de extradicção, que existiu no estrangeiro, pelo qual era permittido ao senhor da terra perseguir o seu vassalo fóra do seu proprio senhorio, prendel-o e reconduzil-o. Em Portugal, porém, em quasi todos os foraes antigos era permittido ao *pobrador* (povoador) ou colono, sair do seu paiz, e passar livremente ao serviço do senhor que bem lhe parecesse, sem incorrer na minima pena. Pelas nossas antigas *Ordenações*, e ainda mais terminantemente pelas *Manuelinas*, nenhum homem livre era obrigado a servir pessoa alguma contra sua vontade, além do rei, em caso de guerra; e até em muitas povoações havia o privilegio de só irem seus habitantes para a guerra, quando o rei fôsse em pessoa. Houve, porém, entre nós o *fôro da parada*, que consistia em terem os vassalos, emphyteutas ou colonos, e mesmo os parochos ruraes, e mosteiros (com respeito aos seus bispos), preparados e promptos certos mantimentos, ou dinheiro para elles, e aposentadoria, para os seus respectivos senhores (e bispos, tratando-se de mosteiros) e sua comitiva. Tambem a isto se dava o nome de *jantar*, *comedura*, *comedoria*, *collecta*, *colheita* e *vida*. Os frades e freiras tambem lhe chamavam, *visitação*, *procuração*, *censo*, *direito pontifical*, etc.

**Parada de Baixo**. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

**Parada e Barbudo.** Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 213 fog. e 847 hab. Está situada na margem direita do rio Homem, a 3 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 700$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil em todos os generos do nosso clima. Cria muito gado de toda a qualidade, e os seus montes são abundantes de caça grossa e miuda, e n'elles se cria muita cêra e mel. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

**Parada do Bispo**. Pov. e freg. de Santo André, da prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 55 fog. e 248 hab. Tem est. post., permutando malas com a R. A. D. Esta pov. dista 10 k. da séde do conc. A camara episcopal de Lamego apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga. D. Sancho I a elevou á categoria de villa, e lhe deu foral em fevereiro de 1202. El-rei D. Diniz lhe confirmou este foral, em Coimbra, em 1299. Esta freguezia constituiu, só por si, um conc. independente, com camara, juizes, escrivães, etc., o qual foi supprimido depois de 1834, e annexado ao de Valdigem; sendo este egualmente supprimido, passaram ambas as freguezias a fazer parte do conc. de Lamego. Ainda conserva o seu antigo pelourinho, como padrão de memoria do tempo da sua autonómia. Parada do Bispo é uma pov. pequena, mas situada em bonita posição, a 1 k. da margem esquerda do rio Douro. O territorio é bastante fertil, e abundante de boas aguas, mas a sua principal producção é vinho e azeite. A quinta de Bagaúste, n'esta freg., é uma propriedade muito antiga, que teve principio n'um mosteiro de monges benedictinos, fundado no seculo VI ou VII, e que foi bastante rico, pois tinha diversas *bacca-*

*larias*, casacs ou juntas de bois, tanto n'esta freguezia, como na margem direita do Douro, chegando até Oliveira, Aciderme e Cidadelhe. Na margem esquerda comprehendia os territorios de *Temilôbos*, hoje *Foz* e *Ponte de Temilôbos*, segundo se vê d'um documento da sé de Lamego, de 1153. O mosteiro estava edificado no mesmo local onde existe hoje o palacete da quinta. Os monges abandonaram o convento em 715, fugindo ás atrocidades dos moiros, e parece que tornaram a vir aqui estabelecer-se porque em 970, segundo consta, era tudo, ou a maior parte, do que tinha sido dos monges, do *servo de Deus e confessor* Christovão, que fez doação a D. Primo, abbade de Lorvão. Em 973, D Munna, ou Munia, mãe de Christovão, confirmou esta doação, *pela alma de seu marido, D. Vermudo, e pela sua.* Em 1150, os monges de Lorvão deram o mosteiro de Bagaúste e todas as suas dependencias a D. Affo Henriques, recebendo em troca varias propriedades, no territorio de Salzêdas. D. Mendo, bispo de Lamego, com o consentimento do seu cabido e do arcebispo de Braga, D João, em 1202, 1164 annos da era christã, a rogo de D. Affonso Henriques (porque ao rei tinha feito este pedido, sua ama, D. Thereza, segunda mulher de D. Egas Moniz, fundadora do mosteiro de Salzêdas) cedeu todo o direito episcopal que tinha em Salzêdas, aos religiosos d'este mosteiro. O rei deu ao bispo, em satisfação d'isto, a egreja e couto de Bagaúste, que n'esse mesmo anno D. Affonso havia coutado, e a referida D. Thereza deu tambem ao bispo dois casaes que tinha em Villa de Rei; o que tudo consta d'uma carta, original, que existe no archivo capitular da sé de Lamego, da mesma era de 1202. *(Memoria chronologica dos preladas de Lamego*, pelo P. João Mendes da Fonseca). O facto de pertencerem aos bispos de Lamego, desde o principio da monarchia, a egreja e couto de Bagaúste, egreja que foi talvez a primeira matriz da freg. de Parada, se denominou esta freg. *Parada do Bispo.* D'este convento já nem memoria existe, mas é certo que occupava aproximadamente as casas da quinta, que em 1875 pertenciam á familia dos Vahias, porque reformando se a casa nobre em 1845, ali se encontraram tres sepulturas com ossadas humanas; e tambem ali tinham apparecido mais sepulturas e ossadas em 1818, quando os donos da quinta transferiram a sua capella para o local onde hoje existe. Os bispos de Lamego diziam-se *abbades d'esta freguezia de Parada*, recebiam os dizimos, e apresentavam o parocho ou vigario, a quem pagavam um estipendio convencional, que variou com o decorrer do tempo. Desde epocas muito remotas até depois de 1834, costumava ir a camara de Parada, e depois a de Valdigem, com o prior de cruz alçada, á capella da quinta de Bagaúste com um clamor, a 6 de dezembro, dia do primeiro padroeiro da capella, S. Nicolau; paravam á entrada da quinta, pediam licença, davam 60 réis, e depois entravam, cantavam, resavam, e voltavam pelo mesmo caminho, para entrarem em egual dia no anno seguinte; aquelles 60 réis faziam parte obrigada da despeza da camara na tomada das contas pela provedoria. A egreja matriz é um templo pequeno, mas regular, muito decente, e bem sortido d'alfaias. Pouco abaixo da pov., e á direita da estrada que vao para Bagaúste, ha uma grande capella com a invocação de Santa Eufemia. E' um templo bastante espaçoso, feito no meado do seculo XIX, em substituição d'uma pequena e muito antiga capelliuha da mesma santa, que ficou contigua á nova egreja, construiudo-se do outro lado do edificio; e para regularidade do todo, outra capellinha egual, esta com a invocação de S. Macario, e aquella com a de Santo André. A junta de parochia da freguezia tem a seu cargo a fabrica d'estas capellas, recebe as offerendas dos devotos, e faz as obras e festividades. Parece que é n'esta egreja que está hoje estabelecida a freguezia. A pov. pertence á 2.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

**Parada de Bouro.** Pov. e freg. de S. Julião, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira, distr. e arceb. de Braga; 179 fog. e 644 hab. Tem escola do sexo fem. Fica distante 15 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Cávado, sobre o qual ha aqui uma ponte romana de tres arcos. O reitor da freg. dos Santos Cosme e Damião, de Azere, apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. Era villa, feita por D. Sancho I, quando a coutou, e lhe deu foral, em fevereiro de 1202. Tinha juizes e justiças proprias do seu couto. D. Sancho I deu este couto á sua amante D. Maria Paes Ribeira a *Ribeirinha*, para ella, seus filhos e descendentes. Depois, por herança, foi abbadia dos condes de Unhão. O couto era composto de tres freguezias, que mais tarde formaram um concelho, que se supprimiu depois de 1834. A terra é muito fertil; cria muito gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

**Parada de Cima.** Pov. da freg. de S. Martinho, de Parada Thodéa, conc. de Paredes, distr. do Porto.

**Parada do Corgo.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Soutello de Aguiar, concelho de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real.

**Parada de Cunhos** Pov. e freg. de S. Christovão, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 244 fog. e 1:054 hab. Tem escola do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 2 k. da séde do conc. Está situada na estrada de Villa Real a Santa Martha de Penaguião. A Casa do Infantado apresentava o reitor, que tinha 60$000 réis de rendimento e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

**Parada de Esther.** Villa e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 304 fog. e 1:3.2 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e feira a 12 de cada mez. A villa dista 10 k da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Paiva. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento. El-rei D. Manuel lhe deu foral, com a categoria de villa, a 15 de dezembro de 1512. O seu antigo nome era *Parada Mean*, e é este o nome que lhe dá o foral. Mean é uma bonita pov., a uns 3 k. a O da egreja matriz. O seu territorio é sobremodo accidentado, mas tem alguns valles, que são muito ferteis, por passarem por elles varios ribeiros que os regam e fertilizam, pelo que é abundante em todos os generos agricolas do nosso clima. Cria muito gado, de toda a qualida

de, mel e cêra, e nos montes ha abundancia de caça grossa e miuda. A egreja parochial está situada n'uma elevação, d'onde se descobre grande parte da freg. E' antiga, d'uma só nave, mas bem construida, clara e bonita. O tecto é apainelado e ornado de pinturas, representando santos e diversas personagens biblicas. Tem bons paramentos. A villa pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

**Parada de Gatim**. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 143 fog. e 614 habitantes. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada entre os rios Neiva e Cávado. A mitra apresentava o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento. E' terra fertil, cria muito gado, e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

**Parada de Gerez**. Pov. na freg. de S. Thomé, de Outeiro, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

**Parada de Gonta**. Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tondella, distr. e bisp. de Vizeu; 155 fog. e 661 habitantes. Tem esc. do sexo fem., est. post., est. do caminho de ferro, na linha de Santa Comba Dão a Vizeu, entre as de Sabugosa e Farminhão; feira no 4.º domingo de cada mez. A pov. é muito antiga. Não se sabe com certeza a etymologia da palavra *Gonta*. E n documentos antigos vê se este nome escripto de diversos modos: *Parada de Côta*, *Parada de Couto* e *Parada de Gondola*. Por toda a parte, em torno da pov., se encontram vestigios de monumentos romanos, principalmente no sitio do *Crasto*, que fica uns 2 k. a E, na confluencia do rio d'Asnes, ou Ortigosa, com o Pavia, e onde a tradição diz ter existido um castello romano. Parada de Gonta é uma pov. nobre, rica e bonita, e desde seculos habitada por familias illustres, o que se prova pelos brazões d'armas que adornam as fachadas dos seus predios, alguns d'elles com oratorios ou capellas particulares. Foi n'esta aldeia que nasceu o fallecido estadista e mimoso poeta Thomaz Ribeiro. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

**Parada do Monte**. Pov. e freg. de S. Mamede, da prov. do Minho, conc. e com. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 213 fog. e 804 hab. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada na margem do rio Mouro. O reitor de S. Pedro, de Riba de Mouro, apresentava o vigario, que tinha de rendimento 130$000 réis. Ha n'esta freg. muito gado lanigero. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello || Pov. da freg. de S. Martinho, de Britello, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

**Parada de Monteiros**. Pov. e freg de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e comarca de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 94 fog. e 352 hab. Tem est. post. e mercado ás 2.as e 5.as feiras A povoação dista 10 k. da séde do conc. O reitor de Pensalvos apresentava o vigario, que tinha réis 16$000 de congrua e o pé d'altar.

**Parada de Pinhão**. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Sabrosa, com. e distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 151 fog. e 598 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A pov. dista 8 k. da séde do conc e está situada na margem direita do rio Pinhão. O reitor do S Nicolau apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e foi villa. D. Affonso III deu-lhe foral, em agosto de 1256. E' pouco fertil em cereaes, mas tem bom vinho, gado e muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

**Parada e Silva Leitão** (*José de*). Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, lente da Academia Polytechnica e do Instituto Industrial do Porto, membro do Conservatorio Real de Lisboa, socio da Associação Industrial Portuense, etc. N. em Sernache do Bomjardim em 9 do junho de 1809; fal. no Porto, a 14 d'abril de 1880. Era filho do capitão José da Silva Leitão, que tomou parte activa na Guerra Peninsular, e de sua mulher, D. Francisca Rita de Parada e Silva Leitão. Começou os estudos no Seminario das Missões em Sernache, e aos 8 annos foi para Lisboa, onde frequentou as aulas do convento de S. Vicente de Fóra, estudando humanidades. Aos 12 annos, em 1821, entrou para o Collegio Militar, então situado na Luz, e completando o curso aos 17 annos, em 1826, assentou praça em artilharia n.º 1 a 31 d'agosto d'esse anno, como aspirante a official. Em outubro seguinte matriculou-se em Mathematica na Universidade de Coimbra. As suas idéas liberaes, porém, não o deixaram seguir os estudos, por causa das agitações politicas, e em 1828 teve de emigrar para Hespanha, d'onde seguiu para a Belgica, e fez parte do deposito de emigrados em Ostende. Tendo noticia de que se iniciava o movimento revolucionario liberal em Hespanha, veiu de Ostende até Paris, a pé, apresentar-se ao general Saldanha e pedir-lhe para o recommendar ao *Comité* de Mina. Partindo para Bayona, onde estava este famoso general hespanhol, alistou-se no denominado batalhão sagrado, entrando em todas as acções. Anniquilada esta tentativa de revolução liberal, os emigrados conservaram-se ainda em Bayona; e chegando D. Pedro a França, foi Parada Leitão encarregado de redigir a representação que os seus companheiros no exilio resolveram dirigir ao monarcha, testemunhando-lhe a sua fé politica e a sua lealdade á causa da rainha D. Maria II. D'ali passando a Belle-Isle-en-Mer acompanhou D. Pedro até aos Açôres, ficando na ilha de S. Jorge a servir no posto de alferes, d'onde saiu para fazer parte do exercito dos 7:500 bravos que vieram desembarcar no Mindello em julho de 1832. Durante a campanha liberal, que seguiu até ao fim, fôram as suas aptidões apreciadas devidamente pelo general Saldanha, que o nomeou para commissões importantes. Terminada a guerra civil, foi o joven official continuar o curso de Mathematica na Universidade, concluindo a formatura em 1837, tendo recebido plenas approvações e dois partidos, um no segundo e outro no terceiro anno. Em seguida veiu matricular-se em Lisboa na Escola do Exercito, mas, tendo-o obrigado a ir ao Porto os movimentos politicos d'essa epoca, requereu, a convite dos lentes da Academia

Polytechnica, a qual se andava então organisando, o logar de lente da 8.ª cadeira (physica e mechanica industriaes), que estava ainda por provêr. A sua nomeação foi confirmada por decreto de 27 de novembro de 1837 e a carta regia de 31 de janeiro de 1838. Dedicando-se desde então ao magisterio, não deixou, no entretanto, de prestar concurso á causa liberal. Em 1846 alistou-se como verdadeiro democrata sob as bandeiras da Junta do Porto, consagrando todas as suas faculdades para que a revolução popular triumphasse. Na campanha d'esse anno e na do seguinte, desempenhou commissões importantes, sendo a de mais duração a de ajudante general, servindo de chefe de estado maior da divisão commandada pelo marquez de Sá da Bandeira Na acção de Valpaços, quando procurava fazer entrar na ordem alguns corpos rebeldes, foi feito prisioneiro e conduzido para o castello de Chaves, d'onde conseguiu evadir-se depois de muitas difficuldades, continuando em seguida ao serviço da Junta até ao fim da lucta. Tendo sido demittido do posto de capitão pelo partido opposto, foi de novo reintegrado n'elle, sem directa ou indirectamente o pedir, e em 1851 graduado em major sem se lhe dar a effectividade d'esse posto por ter seguido a bandeira da Junta. Por este motivo abandonou com desgosto a carreira militar, dedicando-se unica e exclusivamente ao magisterio. Como professor era considerado um dos mais distinctos do paiz pela vastidão e profundeza dos seus conhecimentos. Como membro do estabelecimento de instrucção a que pertencia, soube mostrar quanto era bem justificada a confiança que n'elle depositavam os seus collegas, pelo zelo com que defendeu esse estabelecimento, primeiro em 1854 quando uma voz, aliás autorisada, se levantou no parlamento pedindo a suppressão d'elle; e depois, em 1863, quando o Conselho Geral de Instrucção Publica, adoptando quasi na totalidade as idéas do projecto de 1854, feria profundamente a Academia. São dignas de lêr-se as duas representações do conselho academico n'essas duas epocas. A primeira é mais que uma simples representação: é como bem indica o seu titulo uma *Memoria sobre a instrucção publica superior no Porto, e nas provincias do norte*. Estes dois documentos são muito valiosos a consultar, para quem tiver um dia de escrever a historia da Academia. E não foi só redigindo estas representações, como tambem pelos seus escriptos na imprensa periodica, que elle salvou a causa da Academia. Os collegas confessaram-se muito reconhecidos, e em homenagem o nomearam para os representar na conferencia escolar official, que se realisou perante o governo em 1869. Quando falleceu o director da Academia, Joaquim Torquato Alvares Ribeiro, pediram lhe que annuisse a que o conselho academico o propuzesse director, o que recusou, assim como já havia recusado egual offerecimento por parte do governo da Junta. Foi um dos fundadores da Associação Industrial Portuense, associação particular, destinada a ministrar aos artistas, industriaes e operarios, os elementos das sciencias. Na escola d'esta associação regia a cadeira de Physica Foi d'esta associação que se originou a Escola Industrial do Porto, organisada por elle, a qual foi creada pelo decreto de 30 de dezembro de 1852. Parada Leitão foi nomeado, pelo decreto de 4 de agosto de 1853, lente da 4.ª cadeira e director interino, porém só lhe foi communicado officialmente este despacho em 5 do seguinte mez de setembro. Por decreto de 1 de dezembro do mesmo anno de 1853, foi approvado e mandado observar o *Regulamento provisorio para a Escola Industrial do Porto*. No dia 27 de março de 1854 effeituou se a inauguração da Escola na aula de Physica da Academia Polytechnica, e logo sem interrupção celebrou o conselho escolar a sua primeira sessão. A Escola installou-se por fim em parte do edificio da referida Academia Polytechnica, e é hoje o *Instituto Industrial e Commercial do Porto*. Foi sob a direcção de Parada Leitão que se fizeram no paiz as primeiras experiencias publicas sobre a telegraphia electrica, achando-se as estações estabelecidas na casa da Associação Industrial Portuense, e a outra na casa da Associação Commercial. Como jornalista fundou o *Industrial Portuense*, primeiro jornal d'esta indole que existiu em Portugal, e que teve entre os seus collaboradores nomes muito respeitaveis. Foi um dos redactores permanentes do *Jornal da Associação Industrial Portuense*; collaborou no *Instituto*, de Coimbra, no *Pirata*, no *Correio das damas*, e em outros jornaes litterarios e scientificos, bem como em alguns jornaes politicos, e nomeadamente na *Estrella do Norte*, de que foi redactor effectivo algum tempo, durante o governo da Junta do Porto; do *Nacional*, de que foi redactor principal, depois de pacificada a revolução do Minho. Parada Leitão era condecorado com a medalha n.º 7 das Campanhas da Liberdade, e foi espontaneamente agraciado por D. Pedro V com a commenda da ordem de Christo. Por proposta do visconde d'Almeida Garrett, foi nomeado membro do Conservatorio Real de Lisboa, e era socio de diversas associações no paiz e no estrangeiro. Escreveu: *Necrologio de Diogo Kopke*, Porto, 1844; tem no fim as letras iniciaes do seu nome; *O amor paternal*, poesia publicada no *Instituto*, de Coimbra, vol. I, pag. 39; *Representação dirigida a sua Majestade Fidelissima pelos cidadãos portuenses, lida e unanimemente approvada em assembléa popular celebrada nos paços municipaes da praça de D. Pedro, em 8 de novembro de 1863*, Porto, 1863.

**Parada e Silva Leitão** *(Luiz Augusto)*. Professor de desenho no Instituto Industrial de Lisboa. N. em Lisboa em 1810, e fal. a 3 de novembro de 1858. Era irmão mais novo do professor José da Silva Parada e Silva Leitão, a quem se refere o artigo antecedente. Estudou na antiga Aula Regia de desenho de figura e architectura civil. Escreveu: *Jardim Portuense; ensaio de um jornal popular de cultura, acclimatação, nomenclatura, vulgarisação e commercio das plantas, tanto economicas e industriaes, como de recreio e ornato*, Porto, 1844. Tambem collaborou n'alguns jornaes politicos do Porto e de Coimbra.

**Parada Thodêa**. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Paredes, distr. e bisp. do Porto; 143 fog. e 465 hab. Tem esc. do sexo masc. e uma fabrica de manteiga. Dista 7 k. da séde do conc. O reitor do collegio da Graça, de Coimbra, apresentava o cura, que tinha 115000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 18, com a séde no Porto.

**Parada de Tibães**. Pov. o freg. de S. Paio, da prov. do Minho., conc., com , distr. e arceb. de Braga; 71 fog e 357 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 4 k da séde do conc. e está situada a 2 k da margem esquerda do rio Cávado. O prior de S. Martinho de Dume apresentava o vigario, que tinha réis 30$000 e o pé d'altar. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga

**Parada Velha**. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Pinheiro, conc de Vieira, districto de Braga.

**Paradança**. Pov. e freg de S. Jorge, da prov. de Traz os-Montes, conc de Mondim de Basto, com e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 67 fog. e 331 hab. Tem esc. do sexo feminino e est. post. A pov. dista 4 k. da séde do conc e está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Tamega, na estrada de Villa Pouca de Aguiar a Amaranto. O D. abbade benedictino, do mosteiro de S. João do Ermo de Arnoia, apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, tem muita caça, e cria muito gado. Pertence á 6.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Por decreto de 26 de setembro de 1895 foi agrupada esta pov. ao conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga, e ao mesmo annexada por decreto de 26 de junho de 1896, que supprimiu o de Mondim de Basto, mas voltou a este, por ter sido restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

**Paradanta**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, conc. e distr de Castello Branco.

**Paradelhas**. Pov. na freg de Santa Marinha, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

**Paradella**. Pov. e freg. de N. S.ª do Lorereto, da prov. do Douro, conc. de Sever do Vouga, com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Vizeu; 91 fog. e 346 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 3 k da séde do conc. e está situada entre a serra das Talhadas e o rio Vouga, na estrada de Sever do Vouga a S. João do Monte, a 1 k. da margem esquerda do rio Vouga. O abbade de Pecegueiro do Vouga apresentava o cura, que tinha 6$000 rs. de congrua o o pé d'altar. A terra é fertil; cria gado e tem caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Aveiro. Tendo sido annexada ao conc. de Albergaria-a-Velha por decreto de 21 de novembro de 1895, que supprimiu o de Sever do Vouga, voltou a este, por ter sido restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898 || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 83 fog. e 346 hab. Tem est. post. e dista 9 k. da séde do conc. Está situada a 4 k. da estrada real de Barcellos a Villa do Condo, e a 6 do rio Cávado. O reitor de Chorente apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. de Traz os-Montes, conc e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança; 81 fog. e 325 hab. Tem minas de estanho registadas pelo engenheiro inglez Alexandre Hill. O abbade de S. Genesio apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 10, com a séde em Mirandella. Esta freg. está annexa á de Iffanes, do mesmo conc. || Pov. o freg. de S. Sebastião, da prov. do Douro, conc. e com. de Penacova, distr. e bisp de Coimbra; 143 fog. e 512 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada em terreno montanhoso, a 1 k. da margem direita do rio Alva, e a 2 da estrada real de Poiares a Celorico da Beira. O vigario de S. Pedro, de Farinha Pôdre, apresentava o cura, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra. Paradella pertencia ao conc. de Arganil, e foi annexada ao de Taboa por decreto de 1 de setembro de 1895, e depois ao de Penacova pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoação e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 104 fog. e 455 hab. Tem esc. do sexo masc. e dista 4 k. da séde do conc. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Sabor. O prior do Mogadouro apresentava o vigario, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. de Traz-os-Montes, concelho e comarca de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 83 fog. e 65 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada a 8 k. da margem esquerda do rio Tamega. O reitor da Castanheira apresentava o cura, que tinha 60$000 réis de rendimento. A terra é pouco fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Esta freg. está annexada á de Mairos, do mesmo conc. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Traz-os Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 86 fog. e 389 hab. Tem est. post. e está reunida á freg. de Santo André, de Fiães do Rio. A pov. dista 15 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, nas proximidades da margem esquerda do rio Cávado, na estrada de Montalegre a Ruivães. O reitor de Santa Maria de Viade apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis de rendimento. Esta freg compõe-se de duas povoações: Paradella, séde da parochia, e Ponteira, que foi a primeira séde. O seu solo, formando um pequeno valle, é abundante d'aguas, e produz centeio, batatas, muito milho, feijão e aboboras. Ponteira, por ficar mais elevada, é muito pouco fertil Paradella pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tabuaço, distr. e bisp. de Vizeu; 98 fog. e 373 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, junto ao rio Tavora. O reitor de Sendim apresentava o cura, que tinha 40$000 réis de congrua e o pé d'altar. Foi pov. importante, cabeça de couto, o muito antiga. D. Affonso III deu lhe foral, em Pinhel, a 3 de outubro de 1256. A egreja matriz é muito antiga e sumptuosa. Nos limites

d'esta freg., e na margem esquerda do rio Tavora, 3 k. abaixo dos celebres *castellos dos Cabris*, existem as ruinas do antigo mosteiro de frades bernardos, denominado *S. Pedro de Tavora*, hoje chamado. *S. Pedro Velho*. Segundo a tradição começou por uma mesquista de moiros, que foi purificada e benzida para o culto catholico. E' um logar pittoresco e solitario, na base d'um grande rochedo, e encostado a uma das suas faces perpendiculares, de grande altura. Consta que depois de benzida a mesquita, foi seu primeiro ermitão um monge chamado Gelazio, que depois veiu a ser 1.º abbade do convento de Tavora, que se fundára aqui, e que foi primeiro de monges benedictinos, passando depois a convento de bernardos. Em 1055 o mosteiro foi mudado para o sitio actual, a villa de Tavora, e ficou-se chamando desde então mosteiro de *S. Pedro das Aguias*, o que foi confirmado pelo conde D. Henrique e sua mulher, em 1101. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Alhariz, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Aves, concelho de Santo Thirso, districto do Porto. || S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, districto de Aveiro. || S. Martinho, de Bougado, conc de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Espinhel, conc. de Agueda, distr. Aveiro. || O Salvador, de Fervença, concelho de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. João Baptista, do Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || N. S.ª da Expectação, de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Loureda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || N. S.ª d'Assumpção, de Mascarenhas, conc de Miraudella, distr. de Bragança. || S. Miguel de Mato, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santo Adrião, de Padim da Graça, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr. do Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Pombal, concelho de Carrazeda de Anciães, distr. de Bragança. || S. Paio, de Segude, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Espectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Villa Chã, concelho da Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Villarinho, concelho de Santo Thirso, distr. do Porto. || Ribeiro na prov. do Minho, na freg. de Santa Izabel, do Monte, conc. de Terras de Bouro. No sitio de *Pontido* junta se ao rio de *N. S.ª da Abbadia*, que nasce na mesma freg. de Santa Izabel, do Monte, e descendo apertado entre alcantilados rochedos, e depois de atravessar a freg. de Bouro, vae desaguar no rio Cávado. E' atravessado por duas pontes de cantaria, de um só arco proxima uma da outra, que ficam ao SE da egreja de N. S.ª da Abbadia, e dão passagem para as capellas de S. Miguel e as dos Passos de Christo, para a *Ponte de S. Bento da Porta Aberta*, e para a *Ponte da Senhora* (da Abbadia). Em novembro de 18 8 uma grande cheia arruinou estas duas pontes, mas fôram reedificadas pouco tempo depois. || Ribeira que nasce na freg. de Maircos e entra no rio Tamega, a 5 k. a montante de Chaves, com cêrca de 15 k. de curso.

**Paradella da Aldeia**. Pov. na freg. de Santa Maria, do Louredo, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

**Paradella de Baixo e de Cima**. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

**Paradella de Enxerigo**. Pov. na freguezia de Santa Marinha, de Valdozende, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga.

**Paradella de Frades**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Bouro, conc. de Amares, districto de Braga.

**Paradella de Guiães**. Pov. e freg. de Santa Comba, da prov. de Traz-os-Montes, conc. de Sabrosa, com. e distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 140 fog. e 470 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post., permutando malas com Sabrosa. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Sabrosa ao Peso da Regoa. O vigario de Guiães apresentava o cura, que tinha 70$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil; tem bom vinho de exportação. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13 com a séde em Villa Real.

**Paradella do Monte**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Louredo, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

**Paradella da Ribeira**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Louredo, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

**Paradella Veiga**. Pov. na freg. de S. Pedro de Agostem conc. de Chaves, districto de Villa Real.

**Paradellas** Pov. da freg. de S João Baptista, de Pelmá, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

**Paradellinha**. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Santa Valha, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real || Villarinho de S. Romão, conc. de Sabrosa, do mesmo districto.

**Paradinha**. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Alta, conc. e comarca de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 98 fog. e 348 hab. Tem esc. do sexo fem. o est. post. A pov. dista 2 k. da séde do conc. O reitor de Moimenta da Beira apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: Santa Cruz, de Alvarenga, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || N. S.ª das Neves, de S. Salvador, conc. e distr. de Vizeu.

**Paradinha de Besteiros**. Pov. na freg. de Santo André, de Moraes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança. O orago d'esta pov. é S. Bartholomeu.

**Paradinha Nova**. Pov. e freg. do S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 88 fog. e 379 hab. Dista 19 k. da séde do conc. e está situada, proximo da margem direita do rio Sabor. O reitor da freg. de Izêda apresentava o cura, que tinha 7$500 réis e o pé d'altar. Está annexada civilmente á freg. de S. Thiago de Coelhoso. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 10, com a séde em Miraudella.

**Paradinha do Outeiro** *(Antonio José de Mi-*

*randa, 1.º visconde de*). Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, par do reino, governador civil de Bragança, etc. N. em Castellões, concelho de Macedo de Cavalleiros, a 21 de março de 1812, sendo filho de Manuel Gonçalves de Miranda, que foi deputado, ministro da guerra etc. (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 1133), e de sua mulher, D. Joanna Maria Rosa Pereira de Sousa. Militou como voluntario liberal na guerra civil entre D. Pedro e D. Miguel, até á batalha d'Asseiceira, em maio de 1834, onde o seu esquadrão, 2.º do regimento de cavallaria n.º 6, aprisionou o regimento de infantaria n.º 16 e um batalhão de infantaria n.º 12, com tres bandeiras, pelo que foi condecorado com a medalha da Torre e Espada, bem como outras muitas praças do referido esquadrão. Terminada a guerra, deixou o serviço militar. Cursando então a Universidade de Coimbra, formou-se em Mathematica, tendo feito um curso distincto, em que obteve premio no 3.º anno. Foi par do reino por successão a seu pae, tomando posse na respectiva camara na sessão de 28 de junho de 1843. Quando se deu a revolução da *Maria da Fonte*, em 1846, organisando-se em Bragança uma junta governativa em favor do partido do conde de Thomar, foi presidente d'essa junta, e com os maiores sacrificios conservou o districto de Bragança em obediencia ao governo de Lisboa, prestando relevantes serviços á rainha D. Maria II, pelo que foi agraciado com o titulo de visconde, por decreto de 3 de maio de 1848. No anno de 1847 teve a nomeação de governador civil do districto de Bragança, e em 1851, vendo o seu partido, *cartista* ou *cabralista*, sem representação nas camaras nem na imprensa, e por assim dizer *morto*, abandonou a politica e não voltou á camara, e recolheu-se á sua casa de Castellões, onde tem residido no estado de solteiro e sem descendencia.

**Paradinha do Outeiro.** Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os Montes, que está ha muitos annos reunida á freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Outeiro. Um dos beneficiados da sé de Bragança apresentava o cura, que tinha 8$000 réis e o pé d'altar.

**Paradinha Velha.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Paradinha Nova, conc. e distr. de Bragança.

**Paradortia.** Pov. na freg. de S. Julião, de Badim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Paraduça.** Povoações nas freguezias: S. Simão, de Arões, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Natividade, de Calde, conc. e distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Leomil, conc. de Moimenta da Beira, do mesmo districto.

**Parafita.** Pov na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Veade, conc de Montalegre, distr. de Villa Real.

**Paraimo.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, concelho de Anadia, districto de Aveiro.

**Paraizal.** Pov. na freguezia de S. Pedro, de Castello Mendo, concelho de Almeida, distr. da Guarda.

**Paraizo** (*D. Albertina de Sousa*). Escriptora e poetisa contemporanea. N. no Porto em janeiro de 1864. Revelou desde muito nova grandes tendencias litterarias, afastando-se dos lavores femininos e procurando com afan o convivio das letras. Depois d'um aturado estudo de linguas, especialmente da lingua franceza, e coagida por necessidades de vida começou a leccionar portuguez, francez e desenho, tendo demonstrado bastante aptidão artistica em algumas tentativas de quadros a pastel e pinturas a oleo. Datam d'essa epoca as suas primeiras poesias publicadas em alguns jornaes do Porto e de Lisboa. A esta phase primordial seguiu-se uma outra de maior actividade, quando da publicação do *Almanach das Senhoras*, repositorio curioso, onde se condensaram os originaes dos escriptores portuguezes em evidencia. Obrigada mais tarde a abandonar a sua direcção, deixou a collaboração dos jornaes para se dedicar exclusivamente á factura d'um livro de versos, *Rosas e Musgos*, que a imprensa muito apreciou.

**Paraizo.** Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 172 fog. e 727 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e a feira annual de Santa Eufemia, nos dias 14, 15 e 16 de setembro. Dista 5 k da séde do conc. e está situada n'um monte, a 4 k. da margem esquerda do rio Douro. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 400$000 rs. de rendimento annual. A terra é fertil, porém muito accidentada, e da serra dos Navalhos, a maior da freguezia, goza-se um vasto e formoso panorama. Atravessa esta freg., de SE a NO, e na extensão de uns 4 k, uma poderosa zona de carvão fossil (antracite) que, principiando no ribeiro das Avelleiras, junto ao logar do Seixo, termina no ribeiro do Fôjo (ou de Fulgoso) continuando ahi pela freg. da Raiva até ao rio Arda, e seguindo, sem solução de continuidade, pela freg. de Pédorido, até terminar na margem esquerda do rio Douro, em terreno da quinta de Germunde, no fim d'esta freg. O carvão passa encaixilhado em schisto carbonifero, por terreno siluriano, tendo o *lastro* e *telhado* uma posição obliqua. Por uma larga extensão de territorio das immediações, ha minas de cobre, ferro, enxôfre, pyrites de ferro, varios sulphuretos, arsenico, etc. A cousa de 6 k. a E, ha uma mina de plombagina (graphites). O engenheiro de minas Carlos Ribeiro visitou estes terrenos no meado do seculo passado, e publicou um folheto sobre a formação das suas camadas e sobre mineralogia. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arcb. de Braga; 36 fog. e 180 hab. Está situada na margem esquerda do rio Ave, a 1 k. da estrada real de V. N. de Famalicão a Guimarães, e a 6 da séde do conc. O cabido da collegiada de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, apresentava o cura, que tinha réis 40$000 e o pé d'altar. Pertence a pov á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Bensafrim, conc. de Lagos, distr. de Faro. || Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de

Braga. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, distr. do Funchal. || S. Bartholomeu, de Pexão, conc. de Olhão, distr. de Faro. || S. Pedro, de Sêbal Grande, conc. de Condeixa-a Nova, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. de Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || Sitio muito visinho de Condeixa-a Nova, onde está installada uma officina de preparação pyrotechnica.

**Paralheira** Pov. na freg. de S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, districto do Porto.

**Paralonga**. Pov. na freguezia de S. Martinho dos Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Paralva**. Pov. na freguezia de Santo André, de Cella, concelho de Alcobaça, districto de Leiria.

**Parambos**. Pov. e freg. de S. Bartholomeu, prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazeda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 175 fog. e 700 hab. Tem est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc e está situada a pequena distancia da margem esquerda do rio Tua. O reitor de S. Miguel, de Linhares, apresentava o vigario, que tinha 8$600 réis e o pé d'altar. A terra é fertil; tem caça e cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 10, com a séde em Mirandella.

**Parameira**. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

**Paramio**. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 166 fog. e 821 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post A pov. dista 18 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem direita do rio Baceiro. A Casa de Bragança apresentava o reitor, que tinha réis 130$000 de rendimento. E' terra fertil e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

**Paramó**. Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Fermedo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. Está situada n'um alto, d'onde se avista o feracissimo valle de Fermedo.

**Paramos**. Pov. e freg. de Santo Thirso, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 288 fog. e 1:469 hab. Tem uma fabrica de conservas, e apeadeiro no caminho de ferro, na linha de Porto a Aveiro, entre a est. de Esmoriz e o apeadeiro de Sisto. Está situada proximo de Esmoriz, a 10 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 120$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas, muito abundante de peixe do mar e da ria de Aveiro. Cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. Pertence á 5.ª div. mil. e distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

**Paranhão**. Pov na freguezia de S Thiago, de Penso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello

**Paranho**. Logar, povo, quinta, casal ou herdade que tinha os privilegios de *honra*, por n'elle se haver criado, aos peitos d'alguma mulher casada, o filho legitimo d'um rico homem, ou fidalgo honrado. Era este um dos grandes abusos que os fidalgos commettiam, e que se oppunham aos interesses do Estado. Se um lavrador queria libertar o seu casal ou herdade, não tinham mais do que pedir a um fidalgo, senhor da honra mais visinha, lhe désse um filho a criar á mulher, em casa d'esta, e por ser ama d'esta creança, o fidalgo amparava este casal e o *honrava* e a toda a povoação, que ficava tendo o privilegio de *amadigo*, isto é, isento de tributos e imposições. Estes paranhos ou amadigos fôram deitados em devassa, e por fim abolidos em 1290 por el-rei D. Diniz. V. *Amadigo*, no *Portugal*, vol. I, pag. 409.

**Paranho**. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, distr do Porto. || Espirito Santo, de Arca, concelho de Oliveira de Frades, distr de Vizeu. || S. Martinho de Bougado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Miguel, de Caparrosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Miguel, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Paranhos** *(Sebastião Maria de Gouveia, 1.º barão de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real e proprietario. N. a 29 de outubro de 1837, sendo filho do conselheiro Sebastião Manuel de Gouveia, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, antigo magistrado, e de sua mulher, D. Maria Angelina da Cunha Bandeira de Neiva. O titulo de barão de Paranhos foi concedido pelo decreto de 21 de junho de 1869. O illustre titular casou a 26 de julho de 1867 com D. Maria Benedicta de Castro Mello Soares de Albergaria, filha do dr. Luiz de Mello Tocho Soares d'Albergaria e Castro, e de sua mulher D. Francisca Emilia da Cunha Pereira Bandeira de Neiva. Pelo alvará de 26 de setembro de 1700 fôra concedido aos antepassados d'esta familia o seguinte brazão d'armas: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Figueiredos: Em campo vermelho cinco folhas de figueira verdes em aspa, perfiladas de ouro; na segunda as dos Gouveias: escudo partido em pala: na primeira seis bezantes de prata; na segunda, em campo de prata seis arruelas de azul em duas palas.

**Paranhos**. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 601 fog. e 2:451 habitantes. Tem escolas para ambos os sexos, est. post., fabrica de lanificios, medicos, pharmacia, diversos estabelecimentos, etc. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 6 k. da margem esquerda do rio Mondego, na estrada de Ceia a Nellas. Paranhos é uma das maiores freguezias da serra da Estrella A terra é fertil e o clima aspero mas saudavel. Cria muito gado, sobretudo cabras e ovelhas, e é muito abundante de caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de S. Verissimo, da prov. do Douro, do 1.º bairro do Porto *(Oriental)*; 3:001 fog. e 14:000 hab. E' uma das mais importantes e populosas freguezias dos suburbios d'aquella cidade; fica situada n'uma elevada posição, d'onde se desfructam bellos e extensos pontos de vista. O cabido da sé do Porto apresentava o reitor, que tinha 140$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. No districto d'esta freg. ha muitas

quintas pittorescas e agradaveis, bellas casas de habitação. Pelo decreto de 13 de janeiro de 1898 ficou pertencendo a esta freg. o logar de Asperella e parte da rua do Ameal, desannexados da freg. de S. Mamede, de Infesta, conc. de Bouças. || Pov. e freg de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 47 fog. e 208 hab. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Homem, em terreno montanhoso, na vertente septentrional do monte de S. Pedro Fins. O reitor de S. João, de Conceiro, apresentava o vigario, quo tinha 30$000 réis e o pé d'altar. E' a freg. mais agreste de todo o concelho. Produz fructos, mas pouco vinho. Criagado miudo, nos seus montes ha caça grossa e miuda, e é abundante de lenhas e mattos. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

**Paranhos de Baixo**. Pov. na freguezia de S. Martinho, de Paranhos, conc. de Ceia, distr. da Guarda. Tem est. post. permutando malas com Ceia.

**Paranhos de Cima**. Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Paranhos, conc. de Amares, distr. de Braga || S. Martinho, de Paranhos, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

**Parapala**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Parapato**. Pov. da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Paraty** (*D. João Ignacio Francisco de Paula de Noronha, 2.º conde de*). Official-mór honorario da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, gran-cruz da de Izabel a Catholica, de Hespanha, par do reino, governador civil de Lisboa, alferes do extincto batalhão de Voluntarios do Commercio, proprietario, etc. N. a 31 de julho de 1820, fal. a 22 de abril de 1884. Era filho do 1.º conde de Paraty, D. Miguel Antonio de Noronha, e de sua mulher D. Francisca Quintina de Menezes. Foi par do reino, por successão, de que tomou posse na respectiva camara a 7 de fevereiro de 1850. Era um homem de energia moral tão assignalada, que não havia contrariedade que o desviasse do fim a que se propunha, nem dissabores que o fizessem arrepender do fim humanitario, que foi constantemente o fim das suas ambições. No anno de 1857, quando a terrivel epidemia da febre amarella assolou Lisboa, o conde de Paraty organisou uma commissão de soccorros de que foi presidente; sem receiar a morte, nem o contagio do terrivel mal, entrava no albergue do indigente, distribuindo soccorros e dinheiro, e na casa dos abastados, confortando os doentes, dando lhes coragem com as suas palavras animadoras, a supportarem os seus soffrimentos. Em 1859 foi nomeado governador civil de Lisboa, sendo presidente do ministerio o duque da Terceira. Além das honras já mencionadas, possuia tambem muitos titulos nobiliarios. Casou a 6 de março de 1842 com D. Francisca da Cruz Lacé Pedrosa, filha do conselheiro Antonio José Pedrosa, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Joanna da Cruz Lacé. O titulo de conde foi renovado por decreto de 4 de fevereiro de 1824, ainda em vida de seu pae.

**Paraty** (*D. Miguel Aleixo Antonio do Carmo de Noronha, 3.º conde de*). Official mór da Casa Real, ministro plenipotenciario em Vienna d'Austria, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, par do reino, etc. N. a 17 de julho de 1850, sendo filho do 2.º conde do mesmo titulo (*V. o artigo antecedente*), e de sua mulher, D. Francisca da Cruz Lacé Pedrosa. Começou a sua carreira official em 1881, na qualidade de addido á legação de Portugal, no Rio de Janeiro; sendo promovido em 1885 ao grau de segundo secretario de legação, foi nomeado para servir na embaixada portugueza junto da Santa Sé. No anno seguinte, 1886, passou a 1.º secretario, na legação brazileira, voltando a Roma no anno seguinte. No periodo decorrido de 1887 a 1892, serviu algum tempo, com distincção em Berlim como secretario, até ser transferido para Madrid, como encarregado de negocios. A seu pedido passou á disponibilidade em 1893, e em 31 de janeiro de 1894 regressou ao serviço publico, indo occupar o logar de encarregado de negocios no Brazil, na occasião melindrosa em que se dera o incidente com o sr. conselheiro Augusto de Castilho, e ficando por esse motivo cortadas as relações diplomaticas entre Portugal e aquella Republica, regressou á patria, a 6 de junho do referido anno de 1894. Foi então collocado no gabinete do ministro dos negocios estrangeiros, servindo n'esta secretaria até ser escolhido para representante de Portugal em Vienna d'Austria, como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, cargo que ainda exerce. O sr. conde de Paraty é par do reino, por successão, tendo tomado assento na respectiva camara na sessão de 8 de junho de 1885. Possue numerosas condecorações tanto nacionaes como estrangeiras. O titulo foi renovado, por decreto de 15 de abril de 1886. E' casado com a sr.ª D. Julia Braamcamp de Sousa Botelho, filha dos 2.ºs condes de Villa Real, D. Fernando de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, e D. Julia Braamcamp d'Almeida Castello Branco.

**Paraty** (*D. Miguel Antonio de Noronha Abranches Castello Branco, 1.º conde de*) Gentil homem da camara de D. João VI, gran-cruz da ordem da Torre e Espada, commendador das de Nossa Senhora da Conceição e S. Bento de Aviz, par do reino, eleito em 30 de abril de 1826, coronel de cavallaria, conselheiro da Fazenda e deputado da Junta do Tabaco, etc. N. a 24 de outubro de 1784, fal. a 24 de julho do 1849. Era filho dos 6.ºs condes de Valladares, D. José Luiz de Menezes Castello Branco Abranches e D. Luiza Josepha Maria Rita Antonia Fausta de Noronha. O titulo de conde de Paraty foi concedido por decreto de 4 de dezembro de 1813. Casou em 13 de janeiro de 1818 com D. Francisca Quintina de Menezes, dama da rainha D. Maria I, o da ordem de Santa Izabel, 3.ª filha dos 1.ºs marquezes de Vallada, D. Francisco de Menezes da Silveira e Castro e D. Anna Thereza d'Almoida. O seu brazão d'armas é um escudo com as armas dos Valladares: Escudo esquartelado; no primeiro quartel em campo azul um leão de prata armado de vermelho; o segundo xadrezado de prata e vermelho do seis peças em faxa e outras tantas em pala, e assim os contrarios.

**Paraty**. Cidade do Brazil na prov. do Rio de Janeiro, situada na margem occidental da bahia

de Angra dos Reis. As terras onde ella se levanta pertenciam aos indios goyanuas, mas no principio do seculo XVII fundou-se ali uma povoação em torno da egreja de N. S.ª dos Remedios, povoação que em 1660 foi elevada á categoria de villa. No principio do seculo XVIII fundaram-se ali dois fortes, e quando se creou a provincia de S. Paulo e Rio de Janeiro, disputaram entre si quem havia de ficar com a villa, até que D. João V resolveu o pleito em favor do Rio de Janeiro.

**Parçarias** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

**Parceiro**. Na nossa antiga legislação, dava-se este nome, tanto ao que dava, como ao que recebia, alguma herdade, de meias, a terço, quarto, etc. Morrendo algum d'estes parceiros, não tinha o sobrevivente, nem os herdeiros do defunto, obrigação de manter o contrato de *parceria*, excepto se a propriedade estivesse já lavrada e a vinha podada; porque então ainda valia o contrato, por aquelle anno. Quando, porém, o contrato era por 10 ou mais annos, valia mesmo depois da morte dos contratantes, pois já era julgado emphyteutico (*Codigo Affonsino*, liv. 4.º, tit. 96).

**Parceiros**. Pov. e freg. de N. S.ª do Rosario, da prov. da Extremadura, conc., comarca e distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 169 fog. e 723 hab. Tem esc. do sexo masc e est. post. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, na estrada de Leiria a Pederneira. O povo apresentava o cura, que tinha 110 alqueires de trigo, e uma pipa de vinho. Esta freg formava parte da de S. Pedro, de Leiria, até ao anno de 1713, pouco mais ou menos. Não se sabe quando se tornou independente, mas os papeis do seu archivo indicam que foi em 1718. Na pov. de Parceiros havia uma ermida dedicada a N. S.ª do Rosario; ignora-se quando se edificou, mas sabe-se que já existia em 1669, calculando-se que teria então 20 annos. A egreja matriz é bonita, alegre e bem proporcionada. A capella-mór é de abobada e toda lageada, e as suas paredes estão revestidas de bonitos azulejos. No corpo da egreja tambem as paredes tem azulejos, até 2 m de altura, formando um rodapé. Parece que a antiga ermida da Senhora do Rosario é a actual capella-mór, e que a egreja se construiu em 1719, por ter esta data gravada na verga da porta principal. Além do altar-mór ha mais dois lateraes. A distancia de uns 30 m. da casa da residencia do parocho, para o SO, está n'uma encruzilhada de caminhos, uma cruz de pedra branca, de 2 m. d'altura, sobre um pedestal de alvenaria. Não se sabe quando aqui foi collocada, mas parece ser quando se edificou a egreja. Junto a esta cruz se reza o primeiro respouso por alma dos fallecidos que vão ser enterrados. Parceiros pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Pov. na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

**Parceiros da Egreja**. Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 280 fog. e 1:135 hab. Tem est e esc. do sexo masc. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada proximo da estrada de Torres Novas a Santarem. O povo apresentava o cura, que tinha 60 alqueires de trigo, 9$000 réis em dinheiro e o pé d'altar. A terra é fertil, e tem muito bom vinho. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. Nos ultimos annos foi esta freg. annexada á de N. S.ª da Graça, de Bugalhos, do mesmo concelho.

**Parceiros de S João**. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Parceiros da Egreja, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

**Parchanas** (*Herdade das*). Na freg. de S. Romão de Sádão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

**Pardaes** Pov. da freg. de Santa Catharina, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Villa Viçosa, distr. e arceb. de Evora; 141 fog. e 569 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A pov. dista 6 k da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem direita da ribeira de Pardaes, a 12 k. da margem direita do rio Guadiana. A mitra apresentava o cura, que tinha 200 alqueires de trigo e o pé d'altar. E' terra fertil, principalmente em cercaes. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Esta freg. está annexada civilmente á de Sant'Anna, de Bencatel, do mesmo conc. || Ribeira do distr. de Evora. N. na freg. de Pardaes, a SE de Villa Viçosa, corre a SE, passa a 3 k. de Alandroal, e entra no rio Guadiana com 20 k. de curso.

**Pardainha**. Pov. na freg. de S. Mamede, de Cauiçada, concelho de Vieira, districto de Braga.

**Pardau** Moeda da India, do valor entre 220 e 1250 réis.

**Pardeiros**. Pov. na freg. de S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

**Pardejo**. Pov. da freg. de Santo André, de Guilhadezes, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello

**Pardelhas**. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 56 fog. e 227 hab. Dista 15 k. da séde do conc. e está situada na serra do Marão, nas proximidades da margem esquerda do rio Ollo. O abbade de Ermêllo apresentava o vigario, que tinha apenas o pé d'altar. A terra é pobre e pouco fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 19, com a séde em Chaves. Pardelhas tendo sido, por decreto de 26 de setembro de 1895, agrupada ao conc. de Celorico de Basto, districto de Braga, e ao mesmo tempo annexada por decreto de 26 de junho de 1896, que supprimiu o de Mondim de Basto, voltou a este, que foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. na freg. de Santa Maria, da Murtosa, conc. de Estarreja, districto de Aveiro. Publicou-se aqui, em agosto de 1905, o jornal *O Povo da Murtosa*. || Povoações nas freguez as: N S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia e conc de Fafe, do mesmo distr. || S. Thiago, de Figueiró, concelho de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || O Salvador, de Freixo de Baixo, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Thiago, de Soppo, conc. de V. N. da

Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Antiga freg. de N. S.ª do Pranto, do conc. de Chaves, distr. de Villa Real, que foi supprimida no meado do seculo XVIII, e está reunida á de S. Miguel, de Nogueira da Montanha, do mesmo concelho e districto.

**Pardieira.** Pov. na freg. de S. Julião, de Covellos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

**Pardieirinhos.** Pov. na freg. de S. Francisco da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

**Pardieiro.** Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Avellãs de Cima, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Marcos, de Calhandriz, conc. de Villa Franca de Xira, districto de Lisboa. || S. Martinho, de Gandara, conc de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, do mesmo distr. || O Salvador, de Souto, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || Santa Clara-a-Nova, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

**Pardieiros.** Povoações nas freguezias: S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro || N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Beijoz, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu. || Santa Cecilia, de Bemfeita, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || S. Thiago de Carralcova, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Ferral, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Jazente, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Real, do mesmo concelho e distr. || S. Pedro, de Serzedelle, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

**Pardieiros Cimeiros e Pardieiros Fundeiros.** Duas povoações na freg. de S. Sebastião, de Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

**Pardiella** Ribeira do distr. de Evora. Nasce nas proximidades de Evora Monte, corre ao S e entra na ribeira Degebe com 30 k. de curso.

**Pardiellas.** Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, districto de Santarem.

**Pardilhó.** Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. e com. de Estarreja, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 964 fog. e 3:915 hab Tem escolas d'ambos os sexos, pharmacia, correio com serviço de posta rural. Publica-se um jornal *Concelho de Estarreja.* Está situada a pov. a 2 k. do braço N da ria de Aveiro, e a 7 da séde do conc. O reitor de Avanca apresentava o cura, que tinha 105000 réis de congrua e o pé d'altar. E' muito fertil, produzindo todos os generos agricolas em abundancia, em lenhas e madeiras; tem muito peixe do mar e da ria d'Aveiro, que lhe fica proximo ao O. N'esta freg. está a aldeia de *Fontella*, proximo á da *Regedoura*, na freg. de Vallega, onde se fabrica muita e a melhor telha e tijolo de Portugal. Em fevereiro de 1876 creou-se uma delegação do correio, a requerimento dos povos de Avanca e Pardilhó. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro.

**Pardinheira.** Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

**Pardinheiro** Pov. na freg. de S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga.

**Pardo.** Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Alfeizerão, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Simão, de Pé da Serra, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

**Pardos** Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de S. João de Soure, do mesmo concelho e districto.

**Parede.** Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. Tem uma magnifica praia de banhos, e é hoje considerada como uma das mais importantes do conc. Tem est. post e telegr, medico, pharmacia, philarmonica *União Paredense*, est. do caminho de ferro, na linha de Cascaes, entre as de Carcavellos e S. João do Estoril, uma succursal do Asylo d'Ajuda, de Lisboa. Ainda não ha 30 annos era pouco conhecida a praia de Parede, vendo se apenas algumas barracas de pescadores, pequenas e pobres na pov. que fica ao N na estrada real. Desde então começaram se a edificar varios *chalets*, mais ou menos importantes, e hoje são numerosas as construcções, e vão ali passar muitas familias de Lisboa, e d'outros pontos, a epoca balnear. Parede era uma pov. vinhateira. Os rectangulos de terreno que se viam em grande quantidade, e de que hoje ainda alguns se vêem circumdados por muros de pedra solta, eram vinhas que produziam o bom vinho de Carcavellos, e que a phylloxera destruiu por completo. Justifica isto, tambem, a grande aridez, a ausencia quasi completa de arvores, que se notava ali, mas que hoje, graças aos cuidados dos modernos proprietarios vae desapparecendo, pois em torno de muitos chalets vêem-se magnificos macissos de verdura. A configuração especial da praia permitte que se tome banho a qualquer hora e com qualquer maré sem perigo de resaca, pois esta praia é uma das que mais confiança offerece entre todas as da linha de Cascaes. Reconhecendo-se a belleza da praia e as magnificas condições hygienicas do local, foi que se começaram a edificar os primeiros chalets, junto ás arribas. N'uns terrenos do lado do poente da praia, abriu se uma avenida, que recebeu o nome de *Avenida dos Principes*, e do lado do nascente ha o *bairro Bagé*, com differentes ruas feito n'um terreno que foi propriedade d'um official, que acompanhou D. João VI ao Brazil, onde recebeu o titulo de barão de Bagé. Era este um dos terrenos que produzia mais vinho. A praia tem uma bella avenida marginal. A camara municipal de Cascaes construiu uma escadaria para a praia e um chafariz; collocou tambem candieiros de gaz nas estradas. O que torna ainda mais importante aquella pittoresca povoação é o *Sanatorio de Sant'Anna*, estabelecimento de caridade, fundado por uma benemerita senhora, a quem a morte não permittiu vêr concluida a sua obra philantropica. Foi D. Amelia Chamiço, casada com o importante capitalista Frederico Biester, que, não tendo herdeiros forçados, resolveu mandar construir á sua custa um sanatorio para asylo de creanças fracas e enfeza-

das. Consultou se a este respeito o dr Sousa Martins, o qual se encarregou da escolha do terreno mais apropriado, na margem norte do rio Tejo. Essa escolha recaiu na Parede. Levantaram se grandes difficuldades, e surgiram obstaculos, porque muitas pessoas se assustavam com a idéa de estabelecer sanatorios para creanças doentes n'um local onde se reunia gente de perfeita saude para gozar a estação calmosa e tomar banhos. Duravam estas difficuldades quando falleceu o dr. Sousa Martins, e Frederico Biester convidou então o dr. Manuel Bento de Sousa para o substituir n'aquella santa empresa. Este distincto clinico e professor tambem pouco sobreviveu ao seu collega, e os esposos Biester, aterrados com a morte que parecia apostada em fulminar de preferencia os medicos que elles escolhiam para dirigir a obra, tiveram escrupulo em fazer terceiro convite. A morte veiu abeirar se tambem junto do leito de Frederico Biester e alguns mezes mais tarde, de sua esposa D. Amelia Biester, sem lhes dar tempo para deixarem determinado em testamento como se havia de realisar a generosa idéa. Foi então que a herdeira occasional d'essa grande fortuna, a sr.ª D. Claudina Biester Chamiço, viuva do antigo capitalista Francisco Chamiço, conhecedora como estava do intento dos seus sobrinhos, entendeu que lhe competia dar-lhe uma feição pratica. Com o auxilio do dr. Gregorio Fernandes, tambem já hoje fallecido, pôde levantar o edificio, que seus sobrinhos nem sequer haviam alcançado vêr o perfurar dos alicerces. O benemerito instituto inaugurou-se em 31 de julho de 1904. O Sanatorio da Parede está situado á beira-mar, e é o monumento mais grandioso que podia erigir-se á memoria dos seus generosos iniciadores; a construcção foi dirigida pelo architecto Rosendo Carvalheira, que dotou o edificio com todos os aperfeiçoamentos modernos indispensaveis a este genero de construcções; junto vê-se a pequena capella, onde se admiram baixos relevos de Costa Motta, n'um dos quaes se destaca a bella composição *Musica Sacra*. Os medalhões do frizo e archivolta das portas são prehenchidos com os 12 apostolos, em busto, e no coro ha vitraes magnificos. Aos lados da porta de entrada estão Sant'Anna e Santa Amelia, nomes da irmã e sobrinha da sr.ª D. Claudina Chamiço. Sant'Anna deu ainda o nome ao Sanatorio. ‖ Pov. na freg. de Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. ‖ Ponta situada na costa N da ilha do Fayal, Açôres.

Sanatorio de Sant'Anna em Parede.

**Parede Nova.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Carralcova, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Paredes** (*Pedro Sanches de*). Bacharel formado em Direito canonico pela Universidade de Coimbra, clerigo beneficiado na egreja de Santa Maria, de Obidos, notavel humanista, professor gratuito de latim e latinidade em Obidos, etc. N. em Penamacôr, e fal. em Palma de Cima, Lisboa, a 13 de abril de 1635. Era filho de Salvador Sanches de Paredes, e de sua mulher, e parenta, D. Izabel Sanches de Carvajal, ambos hespanhoes. Consta que foi muito distincto na arte da musica. Escreveu: *Arte de Grammatica para em breve saber latim, composta em linguagem e verso portuguez; com um breve vocabulario no cabo, e algumas phrazes latinas; dirigida a João Gonçalves de Athaide, conde de Athouguia*, Lisboa, 1610.

**Paredes**. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr., bisp. e Relação do Porto. Está situada n'uma área da freg do Salvador de Castellões de Cepeda, na margem direita do rio Sousa e na estrada real do Porto a Penafiel, a 33 k. da capital do distr. Pertence á 3.ª div. mil., 6.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. Foi cabeça do antigo conc de Aguiar de Sousa, attendendo a que para aqui se mudou, ou por outra, se annexou a maior parte em 1821, mas tornou a separar se em 1828. O julgado de Aguiar

de Sousa já tinha sido transferido para o Porto em 1650, e depois, em 1770, passou a ser do julgado de Penafiel, quando esta cidade foi elevada a séde de bispado. Este conc. não tinha juiz ordinario, nem camara; tinha um ouvidor, nomeado pela camara do Porto, com tres escrivães e um meirinho; um juiz dos orphãos com seu escrivão, tambem nomeado pela camara do Porto, o qual juiz conhecia, não só dos inventarios de menores e ausentes, e execuções de formaes de partilhas, mas tambem das acções respeitantes aos ditos inventarios. Em tudo o mais pertencia ás justiças do Porto, por estar dentro das 5 legnas do seu districto. Este conc. póde considerar-se, portanto, muito antigo, visto ser o antigo couto de Castellões de Cepeda, que para aqui se havia mudado a sua capital em 1770. O regedor, provedor e corregedor perpetuo do Porto, D. Francisco de Almada e Mendonça, mandou construir n'esta villa a casa da camara, que é um bom edificio, com uma bella cadeia, no anno de 1780. Em 1834, por simples concessão dos prefeitos, então nomeados, se formou o novo concelho de Paredes, á custa do conc. de Aguiar de Sousa, couto de Castellões e honra de Baltar; mas parte das freguezias do de Aguiar de Sousa foi formar o novo conc., que então se creou, de Louredo, que era honra, e ao qual ficaram pertencendo as freguezias de Beire, Gandalães e Louredo. Era tambem julgado, com juiz ordinario, camara, escrivão, etc. Este ultimo conc. e julgado durou poucos annos. O conc. de Aguiar de Sousa, que se uniu ao de Paredes, era vastissimo, porque principiava na ponte de Cepeda, sobre o rio Sousa, ao N e E, na margem do rio, freg. de Castellões, proximo a Penafiel, e terminava a O, na freg. de S. Martinho do Campo, hoje conc. de Vallongo. Contornava a honra de Baltar, e comprehendia o actual conc. e julgado de Paços de Ferreira e varias honras e coutos, ao todo 18 freguezias. A área do actual conc. de Paredes é vasta, e comprehendida entre os rios Ferreira e Sousa, contendo 24 freguezias, n'uma superficie de 10:220 hect., com 4:868 fog. e 20:809 hab., sendo 9:313 do sexo masc. e 11:466 do fem. As freguezias são: S. Romão, de Aguiar de Sousa, 987 hab.: 425 do sexo masc. e 562 do fem; Santa Marinha, de Astromil, 190 hab.: 84 do sexo masc. e 105 de feminino; S. Miguel, de Baltar, 1:566 hab.: 701 do sexo masc. e 865 do fem.; S. Miguel, de Beire, 797 habitantes: 368 do sexo masc. e 429 do feminino; S. Cosme, de Besteiros, 474 hab.: 207 do sexo masc. e 267 do fem.; S. Thomé, de Bitarães, 710 hab.: 343 do sexo masc. e 367 do fem.; Castellões de Cepeda, 1:391 hab.: 625 do sexo masc. e 766 do fem.; S. Pedro, de Cette, 816 hab.: 366 do sexo masc. e 450 do fem.; S. Miguel, de Christello, 312 hab.: 144 do sexo masc. e 168 do fem.; Santa Maria, de Duas Egrejas, 487 hab.: 216 do sexo masculino e 271 do feminino; S. Miguel, de Gandra, 1:231 hab.: 566 do sexo masc. e 665 do fem.; S. Pedro, de Gondalães, 414 hab.: 184 do sexo masculino e 230 do fem.; S. Salvador, de Lordello, 1:856 hab.: 827 do sexo masc. e 1:029 do fem.; S. Christovão, de Louredo, 571 hab.: 252 do sexo masc. e 319 do fem; Santa Maria Magdalena, de Magdalena, 289 hab.: 136 do sexo masc. e 153 do fem.; S. Romão, de Moriz, 1:375 hab.: 593 do sexo masc. e 782 do fem.; S. Martinho, de Parada Thodêa, 465 hab.: 204 do sexo masc. e 261 do fem.; S. Miguel, de Rebordosa, 1:855 hab.: 844 do sexo masc. e 1:011 do fem.; N. S.ª do Bom Despacho, de Recarei, 1:171 hab.: 522 do sexo masc. e 649 do fem.; S. Pedro, de Sobreira, 1:089 hab.: 534 do sexo masc. e 555 do fem; Santa Eulalia, de Sobrosa, 926 hab.: 376 do sexo masc. e 550 do fem; Santa Eulalia, de Vandoma, 614 hab.: 284 do sexo masc. e 330 do feminino; S. João Evangelista, de V. N. de Carros, 272 hab.: 130 do sexo masc. e 142 do fem.; Santa Eulalia, de Villela, 952 hab.: 412 do sexo masc. e 540 do fem. Paredes foi elevada á categoria de villa, o que foi confirmado pelo alvará de 31 de janeiro e carta regia de 7 de fevereiro de 1844; é cabeça de comarca desde 16 de junho de 1875. Tem uma est. municipal desde 1868. N'este anno tambem se construiu a escola que é um dos melhores edificios escolares modernos, do reino, sendo composto de tres casas unidas, mas distinctas e collocadas no alto d'um pavimento, todo cercado e fechado por um muro. Em 1809, na retirada do exercito francez, foi no logar de Cepeda que largaram o fogo á polvora e encravaram a artilharia, que não podiam conduzir. N'esta villa esteve, durante o cêrco do Porto, a commissão mixta creada para julgar os suspeitos de terem relações com os cercados, á qual presidia o marechal de campo visconde da Azenha, e que, quando fallecen, foi substituido pelo coronel Antonio das Povoas e Brito, irmão do tenente-general Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Povoas. Por muitos annos houve em Paredes um professor regio de latim. Até 1834 teve sargento-mór, com duas companhias de ordenanças. O foral de Paredes é o mesmo que teve Aguiar de Sousa, dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 25 de novembro de 1513. Em Paredes ha feira nos dias 1 e 18 de cada mez; advogados, *Associação Artistica*, de soccorros mutuos; bombeiros voluntarios, hoteis, restaurantes, medicos, pharmacias, Misericordia, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; notarios, est. do caminho de ferro, na linha do Douro, entre as de Penafiel e Cette; escola Conde de Ferreira para os dois sexos, Gymnasio José Luiz da Silva Ribeiro, offerecido á mesma escola, bibliotheca municipal (parte integrante da referida escola), escolas particulares, etc. Teem se aqui publicado os seguintes jornaes: *Abelha (A)*, 12 de outubro de 1894; *Echo de Paredes*, 1 de outubro de 1893; *Jornal de Paredes (O)*, 5 janeiro a setembro de 1904. Foi seguido pelo *Povo; Povo (O)*, 26 de setembro de 1904. E' continuação do *Jornal de Paredes*. O principal commercio do conc. é gados, cereaes, manteiga, vinhos e marcenaria || Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. ds Porto; 73 fog. e 318 habitantes. A pov. dista 10 k. da séde do conc. O papa, a mitra e os monges benedictinos de Paço de Sousa apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento. E' terra fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Antiga villa que existiu a 6 k. ao N de Maiorca. Foi fundada por el-rei D. Diniz, que lhe deu foral, em Coimbra, a 17 de dezembro de 1282, e outro dado pelo mesmo soberano, em Coimbra, a 20 de setembro de 1286. Até ao an-

no de 1500 progrediu muito esta villa, mas n'esse anno, as areias do mar a fôram invadindo e arrazando, pelo que se despovoou, indo os seus habitantes fundar, ou reedificar a villa da Pederneira, ficando aqui por unica memoria a capella de N. S.ª da Victoria, a casa do ermitão e um moinho. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Eulalia e couc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Santo Estevão e couc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto. || S. Miguel, de Apulia, conc. de Espozende, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; S. Braz, do Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || S. Pedro, de Arcos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Aves, concelho de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Avioso, couc. da Maia, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Beiriz, conc. de Povoa de Varzim, do mesmo distr. || S. Miguel, de Boivães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Martinho, de Carrazeda, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Paio, de Carvalheira, conc de Terras de Bouro, do mesmo distr. || N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem || S. Christovão de Lafões, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu || S. João Baptista, de Codeços, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Pedro, de Croca, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, do mesmo distr. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, districto de Braga. || S. Pedro, de Esqueiros, do mesmo conc. e distr. || O Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || O Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Gatão, couc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc de Fafe, districto de Braga. || Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || S. Simão, de Gouveia, concelho de Amaraute, distr. do Porto. || Santa Maria, de Gôve, conc. de Baião, do mesmo distr. || N. S.ª dos Milagres, de Guardão, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Egreja Nova, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria Maior, de Almacave e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, districto de Villa Real. || S. Lourenço do Bairro, conc. da Anadia, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, do mesmo districto || S. João Evangelista, de Mindello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Romão, de Nogueira, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Oliveira de Cunhedo, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Ossella, conc de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª das Neves, de Padroso, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, districto de Vianna do Castello. || S. Paulo, de Palheiros, conc. de Murça, distr. de Villa Real. || S. Gens, de Palla, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || S. Genesio, de Parada, conc. e distr. de Bragança. || S. Romão, de Paredes de Viadores, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto. || S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Pedralva, conc. o distr. de Braga || O Salvador, de Pedragaes, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Pedro Fins, conc. da Maia, distr. do Porto || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc do Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Samuel, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Santo Adrião, de Cever, conc de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Soutello de Aguiar, concelho de Villa Pouca de Aguiar, do mesmo distr. || O Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. do Braga || Santo Antonio, de Tellões, couc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Leocadia, de Travancas, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santos Cosme e Damião, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, do Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Varzea, concelho de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Ventosa, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Maria, de Verim, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Jorge, de Vizella, concelho de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago, de Carreira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga || Serra na prov de Trazos-Moutes, na freg. de Adoufe, conc. e distr. de Villa Real.

**Paredes de Arcã** Pov. na freg de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. Tem caixa postal.

**Paredes do Bairro** Villa extincta na freg. de S. Lourenço do Bairro, a que el-rei D. Manuel deu foral a 20 de dezembro de 1519.

**Paredes da Beira**. Villa e freg. de S. Bartholomeu, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 308 fog. e 1:049 hab.. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. permutando malas com S. João da Pesqueira; advogado, mercado no 1.º domingo de cada mez, diversos estabelecimentos. A 15 k. de distancia tem a est. do Ferradosa, na linha do caminho de ferro do Douro. A villa dista 17 k. da séde do conc., e está situada n'um alto, d'onde se avistam muitas povoações, as serras do Marão e da Estrella, a 2 k da margem direita da ribeira de Gradiz. Foi séde d'um conc., formado por esta freg. e pela de Rio d'Ades, que lhe fica a 4 k.. Era então da com. de Pinhel. A Uuiversidade de Coimbra apresentava o reitor por concurso, o qual tinha 80$000 réis de rendimento e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e na eminencia contigua tiveram os moiros, e talvez já os godos e os romanos, uma fortaleza importante. Esta parte da provincia da Beira Alta é muito penhascosa e accidentada, e a cada passo por ali se encoutram ruinas de castellos e sitios muito defensaveis, mas poucos tão

bem talbados, como aquelle, para uma grande fortaleza, e parece que o emir ou rei de Lamego não tinha outra mais consideravel no seu districto. Foi-lhe tomada por astucia e surpreza n'uma manhã de S. João, escreveram alguns chronistas, em que se conta Fr. Bernardo de Brito, e como é voz constante entre os povos d'aquelles sitios. Quando em 1037, ou 1062, segundo alguns chronistas, D. Thedo, ou *Thedon*, e D. Rauzendo, ascendentes dos Tavoras e descendentes dos reis de Leão, batiam com denodo e vantagem os moiros no reino de Lamego, e já lhes haviam tomado muitas terras e castellos, não podendo arrostar com esta praça, como bons guerreiros que eram, appellaram para a astucia, e sabendo que elles na manhã de S. João corriam todos em tropel a banhar-se, muito calculadamente se emboscaram, e quando os moiros de Paredes da Beira, despreoccupados e alegres, se banhavam no rio Tavora, cairam sobre elles e os trucidaram, e correndo logo á praça, que ficára quasi sem guarnição, a tomaram, sendo tal a matança no valle por onde desceram a banhar-se no Távora, e onde se empenhou mais rija a lucta, que, diz a tradição local, se contavam depois da batalha moiros mortos aos mil, e por isso se ficou chamando áquelle sitio *Valle-de-a-Mil*, nome que ainda conserva. Uma outra versão diz que sabendo D. Rauzendo e D. Thedon que os moiros costumavam ir banhar-se ao rio Távora na madrugada de 24 de junho, se vestiram como elles bem como os seus soldados, e se emboscaram durante a noite em sitio apropriado, nas proximidades da praça. Os moiros sairam ao romper da aurora, e os christãos, depois de esperarem que elles se afastassem, entraram na fortaleza, que tinha as portas abertas, e mataram quantos inimigos ali encontraram. D. Thedon ficou com parte das forças dentro da praça, e seu irmão D. Rauzendo foi com o resto a encontrar-se com os moiros na margem do Távora; mas estes, que estavam bem armados e prevenidos pelos que tinham podido fugir á primeira investida dos christãos, defenderam-se energicamente, e por certo teriam derrotado D. Rauzendo, se seu irmão não corresse a valer-lhe. D'esta victoria tomaram os dois irmãos o appellido de *Távora*, e por armas um golfinho sobre as ondas, armas que fôram usadas pelos seus descendentes até á extincção da familia em Lisboa, em 1759. E' evidente que estes sitios fôram em tempos antigos, julgados de muita importancia militar, visto encontrarem-se 7 castellos, a pouca distancia: 1.º *Castello Velho* ao O, proximo do rio Távora.—2.º *Castello da Chan de Morganho*, ao N, no sitio das *Carvas*.—3.º *Castello de Nossa Senhora*, a E, e o principal de todos. O seu antigo nome era *Castello da Fraga d'Alcaría*, sem contestação, arabe. —4.º *Castellinho*, ao S, proximo a *Valle-de-a-Mil*. —5.º *Castello de Reborêdo*, ao E, no cume da serra do mesmo nome.—6.º *Castello do Outeiro Alto*, ao N.—7.º *Castello da Chan de Trovisco*, ao ENE. No sitio das *Moitas*, limites d'esta freg. ha vestigios d'uma antiquissima capella, que fôra dedicada a S. Sebastião, a qual fica a 1 k. da egreja matriz. Chegava até aqui a primitiva povoação que, segundo a lenda, se denominava *Cidade do Sol*. Consta que n'este sitio estavam os paços do concelho, cadeia, pelourinho, fôrca, e mais distinctivos autonomicos d'esses tempos. Diz-se que foi D. Fernando III, o *Magno*, de Castella e Leão, bisavô de D. Affonso Henriques, que elevou esta pov. á categoria de villa, em 1040, e que por haver já então por aqui muitas ruinas de edificios antigos, causadas pelas constantes guerras entre christãos e moiros, aquelle monarcha lhe dera o nome de Paredes, que ainda conserva. Foi este territorio resgatado do poder dos arabes, no principio do seculo XI, em 1037 por uns fidalgos que fundaram o seu solar na *Quinta da Torre das Pedras*, depois *Quinta d'Azevedo*, que D. Affonso VI lhes deu, em premio dos seus serviços. Este solar passa de 900 annos que foi edificado, o que consta de papeis que se conservavam na dita casa. O conde D. Henrique pae de D. Affonso Henriques, lhes deu foro de fidalgos, que el-rei D. Manuel confirmou aos seus descendentes, no principio do seculo XVI. O primogenito d'esta casa foi, ate 1808, senhor donatario de Paredes, Valle de Penella e Riodades. Não podia casar sem provisão do rei. Até 1820, ainda recebia os *direitos reaes* d'aquellas tres povoações, e gozou outros muitos privilegios, isenções e regalias, que então acabaram. D. Affonso Henriques deu foral sem data á villa de Paredes da Beira; D. Sancho I lhe deu outro a 6 de abril de 1198, que foi confirmado em Guimarães, por D. Affonso II, a 4 de junho de 1218. Ha ainda nota de outro, concedido por D. Affonso III, no mez de junho de 1257. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 15 de dezembro de 1512. Em Paredes da Beira ha boas casas, pertencentes a familias nobres, destacando-se as dos Azevedos, e o Santuario que lhes pertence, da invocação de N. S.ª d'Assumpção e dos Santos Martyres, um dos mais notaveis da provincia. Foi fundado pelo dr. José de Azevedo Vieira, cavalleiro professo da ordem de Christo, desembargador da Relação do Porto, fidalgo cavalleiro, etc.. N'este santuario fôram collocados os corpos inteiros dos santos Felix e Paulo e numerosas reliquias, todas diversas, que obteve do papa Bento XIV, por intervenção de D. Jorge da Costa, cardeal d'Alpedrinha, sendo a sua dedicação celebrada a 24 de setembro de 1746, com extraordinaria pompa e numeroso concurso de povo, obrigando o dito fundador ao culto d'este santuario os seus bens e morgado, e os direitos reaes de Paredes e seu termo, com previa autorisação de D. João V. A capella do Santuario é de granito, primorosamente trabalhada, e a cruz, que a decora, tem ornatos de elevado merecimento. E' a cruz de pedra mais bonita que ha em toda a provincia. No alto do throno vê-se um quadro a oleo, representando a Assumpção de Nossa Senhora; dizem ser pintura original, e ter muito valor, apezar das suas pequenas dimensões. Este santuario é isento da jurisdicção parochial e episcopal, por breve de Bento XIV, de 15 de agosto de 1747, e n'elle o unico ordinario é o romano pontifice e o seu nuncio em Portugal. Os capellães são livremente nomeados pelo padroeiro, e quanto ao serviço do culto, ficam isentos do bispo da diocese, e sujeitos só ao papa. São extraordinarias as indulgencias concedidas por diversos pontifices a este Santuario. O altar-mór é privilegiado *in perpetuum*, e n'elle póde conservar-se exposto o Santissimo Sacramento á vontade do padroeiro e dos capellães. Tambem goza, como poucos, o titulo de *pontificio* e *real*, como provam as armas

abertas em granito, que se vêem na frente da capella, e n'ellas o brazão dos Azevedos, formando um todo com as armas reaes e pontificias. A egreja matriz é de grande antiguidade; a capella-mór está ricamente adornada com obra de talha, sendo o tecto apainelado e cheio de figuras de santos, pintadas a oleo, sobre madeira, obra, que dizem ser de bastante merecimento. Esta egreja era da apresentação dos condes de Marialva, e depois foi apresentação da Universidade, conforme dissémos, sendo a Universidade que mandou construir a capella mór actual, julga-se que no seculo XVII. O corpo da egreja é antiquissimo, e suppõe-se ter sido mesquita dos moiros. A villa pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego

**Paredes de Cima** (*Monte das*). Na freg. de S. Miguel, de Adaval, conc. de Redondo, distr. de Evora.

**Paredes de Coura**. Villa da prov. do Minho, séde de conc. e de com., Relação do Porto, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga. Tem uma só freg., cujo orago é Santa Maria. Pertence á 3.ª div. mil., 2.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Está situada n'um alto, nas proximidades da margem esquerda do rio Coura, e é uma das terras mais pittorescas d'aquella provincia. Os viscondes de V. N. da Cerveira apresentavam o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento. A villa é antiquissima, e os escriptores antigos remontam a sua origem ao tempo dos godos. Foi sempre reconhecida como a séde do antigo couto ou concelho de Coura, e como tal lhe deu D. Affonso III foral em junho de 1257 e D. Manuel em 2 de junho de 1514. El-rei D. João I deu o senhorio de Coura a Fernão Annes de Lima, pae do 1.º visconde de V. N. da Cerveira, D. Leonel de Lima Paredes. Tem progredido muito nos ultimos tempos. N'um espaçoso campo realisa-se uma feira semanal, que se inaugurou a 24 d'agosto de 1884. Sobranceiros a este campo ficam a modesta egreja matriz e o cemiterio. Ao fundo do campo, pelo nascente e fazendo frente para a estrada, vê-se o moderno edificio dos paços do concelho, tribunal e mais repartições publicas. D'ali sóbe a estrada até á vasta capella do Espirito Santo, comprehendendo n'essa calçada toda a antiga parte de Paredes. Esta capella é muito mais espaçosa que a egreja matriz. Tem uma irmandade muito rica e numerosa, e é muito antiga, porque já em 1635, fazendo-se a reforma dos estatutos se dizia no seu preambulo: «A nobilissima irmandade do Espirito Santo, sita no templo da mesma invocação e na freguezia de Santa Maria de Paredes d'este conc. de Coura, de cuja fundação não ha noticia ordinaria... etc ». O que é certo, porém, que em 1607 a irmandade era importante, pois que o papa Paulo III, em breve de 29 de março, a uniu á do Espirito Santo de Roma, cujas indulgencias lhe fôram concedidas N'esta capella faz-se a grande funcção chamada das 40 horas, nos tres primeiros dias da quaresma. E' a festa religiosa mais solemne de todo o concelho, e prima sempre a irmandade na escolha dos nossos primeiros oradores. O hospital está installado n'um edificio de apparencia vistosa, mas, segundo dizem, não offerece boas accommodações para os doentes. E' subsidiado pela referida irmandade com 10 por cento da sua receita e com o saldo d'essa mesma receita, depois de deduzidas as despezas ordinarias. Do ponto em que está collocado, descobre-se um magnifico ponto de vista. A villa é toda construida em terreno que pertenceu á familia Pereira da Cunha; tem ruas amplas e bonitas, bellos edificios de construcção moderna, jardim publico, advogados, agencia dos bancos *Alliança* e *Commercial de Lisboa*; *asylo de N. S.ª da Conceição* para a infancia desvalida; escolas para ambos os sexos, est. telegr. post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras, obrigações e vales; hospedarias, hoteis, medico, pharmacias, notarios, sociedades de recreio: *Atheneu Litterario Recreativo*; philarmonicas *Primeiro de Dezembro* e *União Artistica;* theatro, fundado em 1874, etc. O hospital da Misericordia está muito bem montado, e foi instituido graças aos esforços do fallecido conselheiro Miguel Dantas, cuja planta traçou o tambem fallecido estadista Joaquim Pedro d'Oliveira Martius, sendo o estabelecimento servido por irmãs de caridade. A importante e bem conhecída fabrica de manteiga e queijos de Paredes de Coura, foi fundada pelo referido conselheiro Miguel Dantas. A 15 k. de distancia tem a est. do caminho de ferro, em S. Pedro da Torre. São aqui os antigos solares das familias Pereira da Cunha e Telmo de Menezes Medina da Cunha e Azevedo. Em Paredes de Coura teem-se publicado os seguintes jornaes: *Clamor do Povo (O)*, 11 de agosto de 1898; *Jornal de Coura*, 1 de dezembro de 1895; *Libertador de Coura (O)*, 1897; *Voz de Coura (A)*, 6 de agosto de 1903. O conc. comprehende 21 freguezias, com 4:172 fog. e 13:020 hab., sendo 5:765 do sexo masc. e 7:255 do fem., n'uma superficie de 12:009 hect. As freguezias são: S. Paio, de Agua Longa, 481 hab.: 214 do sexo masculino e 267 do fem.; S. João Baptista, de Bico, 859 hab.: 411 do sexo masc. e 448 do fem.; S. Pedro, de Castanheira, 688 hab.: 306 do sexo masc. e 382 do fem.; S. Miguel, de Christello, 437 hab.: 218 do sexo masc. e 219 do fem.; Santa Maria, de Cossourado, 455 hab.: 208 do sexo masc. e 247 do fem.; S. Martinho, de Coura, 591 hab.: 216 do sexo masc. e 375 do fem.; Santa Maria, de Cunha, 630 hab.: 275 do sexo masc. e 355 do fem.; S. Mamede, de Ferreira, 1:009 hab.: 452 do sexo masc. e 557 do fem.; S. Pedro, de Formariz, 917 hab.: 411 do sexo masc. e 506 do fem.; S. Thiago Maior, de Infesta, 819 hab.: 350 do sexo masc. e 469 do fem.; Santa Maria, de Insalde, 634 hab.: 288 do sexo masc. e 346 do fem.; Santa Marinha, de Linhares, 306 hab.: 127 do sexo masc. e 179 do fem.; S. Paio, de Mozellos, 458 hab.: 196 do sexo masc. e 262 do fem.; Santa Maria, de Padornêllo, 694 hab.: 290 do sexo masc. e 404 do fem.; S. Pedro, de Parada, 482 hab.: 224 do sexo masc. e 258 do fem.; Santa Maria, de Paredes de Coura, 1:160 hab.: 501 do sexo masc. e 659 do fem.; S. Miguel, de Porreiras, 182 hab.: 80 do sexo masc. e 102 do fem.; O Salvador, de Rezende, 388 hab.: 174 do sexo masc. e 214 do fem.; S. Thiago, de Romarigães, 495 hab.: 216 do sexo masc. e 279 do fem.; S. Pedro, de Rubiães, 1:011 hab.: 468 do sexo masc. e 543 do feminino; S. Pedro, de Vascões, 324 hab.: 140 do sexo masc. e 184 do feminino.

**Paredes de Gravo**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

**Paredes do Pinhão**. Pov. na freg. de S. Lourenço de Riba Pinhão, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

**Paredes do Rio**. Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, que foi unida á de N. S.ª da Assumpção, de Covellães, por decreto de 1855, conservando a mesma denominação. Está situada na margem direita do rio Cávado. O seu terreno apezar de estar exposto ao S, em razão da sua altura, é frio; apenas produz centeio, batatas, algum milho e fructas. Cria muito gado vaccum. O abbade de S. Thomé, de Parada do Outeiro do Gerez e o reitor de Santa Maria de Viade, apresentavam simultaneamente o vigario, que tinha 80$000 réis e o pé d'altar. Parte dos dizimos d'esta freguezia pertencia ao abbade do Outeiro, e parte á commenda de Fiães do Rio.

**Paredes de Salto**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Salto, conc de Montalegre, distr. de Villa Real.

**Paredes Seccas**. Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 60 fogos e 196 hab. Tem caixa postal e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Está situada em terreno accidentado, nas faldas meridionaes do monte de Santa Cruz, ramo da serra do Gerez, a 4 k. da séde do conc. Foi villa, e couto do mosteiro de Rendufe, compondo se este couto de toda a freg. de Paredes Sêccas, e dos logares do Pomarinho, Faquiães, Portella do Valle, Monte e Linharêlhos, que são da freg. de Villela. Tinha juiz no civel e orphãos, almotacel e provedor, feitos por eleição do povo, os quaes faziam correições e aforavam moutados, e á sua ordem se faziam moutarias, a que concorriam os povos dos concelhos de Amares, Santa Martha de Bouro, e os coutos de Bouro e Rendufe; mas perderam essa regalia, por ter o juiz José Martins ordenado uma montaria em dia de feira nova. Os escrivães eram de Santa Martha, onde pertencia o crime. Pelo centro d'esta freguezia passa a antiga estrada romana da Geira. A pov. produz todos os generos agricolas do paiz; cria gado e tem caça. A mitra apresentava o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento. || Povoações nas freguezias: S. Gens, de Calvos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Thiago, de Lustosa, concelho de Louzada, districto do Porto.

**Paredes Velhas**. Pov. na freg. de S. Julião, de Cambra, conc. de Vouzella, districto de Vizeu.

**Paredes de Viadores**. Pov. e freg. de S. Romão, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 281 fog. e 1:158 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada a 4 k. da margem direita do rio Douro. Os conegos regrantes da ordem de Santo Agostinho, de Villa Boa do Bispo, apresentavam o abbade, que tinha 80$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil. Cria muito gado, tem caça e peixe vindo do rio Douro. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

**Paredinha**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Paredinhas**. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Carvalho de Rei, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Páus, conc. de Rezende, distr de Vizeu.

**Parenta**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Freixieiro de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Parente**. A familia d'este appellido tem por armas: Escudo esquartelado; no primeiro quartel, em vermelho uma onça ou tigre de ouro malhado de azul; no segundo em um mar de prata uma cauôa da sua côr e dentro d'esta apparecendo as cabeças de seis homens que vão remando; no terceiro, em campo azul uma fortaleza de prata sobre um monte de sua côr que sae de um rio de prata e azul; no quarto, em verde, uma penha de sua côr, picada de ouro com uma cava na falda e n'estas tres barras de ouro e o contra-chefe de todo o escudo de azul e prata; timbre, o tigre.

**Parente** (*Francisco Carlos*). Architecto. N. em Lisboa a 30 de outubro de 1872, sendo filho de Domingos Parente da Silva, tambem architecto (V. *o artigo adeante*) e de D. Carlota da Silva

Francisco Carlos Parente

Gil Parente. Estudou na Escola de Bellas Artes de Lisboa, e terminou o curso no anno de 1896. Desempenhou o seu tirocinio nas obras dependentes do Ministerio das Obras Publicas, para onde entrou, mediante concurso, como architecto, do Estado em 1902. Em exposição promovida pela Sociedade Nacional de Bellas Artes em 1891, foi premiado com medalha de 2.ª classe pelos seus trabalhos d'architectura, expostos.

**Parente de Baixo e de Cima**. Duas povoações na freguezia de Santo André, de Alvoco das Varzeas, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

**Parente da Silva** (*Domingos*). Architecto. N. em Lisboa, a 4 de maio de 1836, fal. n'esta mesma cidade em 17 de novembro de 1901. Era casado com D. Carlota da Silva Gil Parente, de cujo matrimonio houve tres filhos: Dionisio Carlos Parente, Francisco Carlos Parente e Carlos Augusto Parente. Fez primeiro o curso de pintura historica na Real Academia de Bellas Artes de

Lisboa, obtendo na prova final a medalha de ouro. Durante o seu curso (1857) foi encarregado de pintar, entre outros trabalhos, os 4 Evangelistas que se encontram no cruzeiro, os grupos da cupola e outros na Egreja da Sé Patriarchal. Estudou depois architectura, fazendo serviço na Companhia Real dos Caminhos de Ferro do Norte e Leste, e depois de concluida a construcção d'estes caminhos de ferro, entrou para a camara municipal de Lisboa, sendo pouco depois nomeado architecto da referida camara, apóz o fallecimento do architecto Malachias Ferreira Leal, exercendo tambem cumulativamente o cargo de engenheiro durante a doença de P. J. Pezerat. Fez parte de varias commissões importantes, entre ellas a dos melhoramentos da cidade de Lisboa e da margem do Tejo. Entrou depois para o serviço do governo no Ministerio das Obras Publicas, onde varias vezes foi louvado por serviços prestados, uma grande parte nos Paços Reaes. Foi nomeado academico de merito como architecto pela Academia Real de Bellas Artes, em 1869. Era d'uma energia extraordinaria e um trabalhador incansavel, deixando immensos trabalhos tanto no paiz como no Brazil. E' autor do projecto do edificio da camara municipal de Lisboa, dirigindo a construcção até quasi á sua conclusão. Obteve primeira classificação no concurso aberto para acabamento do edificio dos Jeronymos. Entre outros projectos importantes concebeu os seguintes: um projecto para um hospital de alienados em Lisboa; para acabamento do Palacio de Ajuda; para o mercado de gados; um theatro academico em Coimbra; um novo edificio para installação da Casa Pia (em construcção) etc., etc.

**Parentella**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Moreira, concelho de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Pares** *(Camara dos)*. E' esta a denominação da camara alta do parlamento. O Pariato foi creado pelo artigo 14.º da Carta Constitucional de 29 de abril de 1826. A camara dos pares tem o tratamento de *dignos pares do reino*, e o seu presidente é nomeado pelo rei. A camara é composta de membros vitalicios e hereditarios nomeados pelo rei, sem numero fixo, segundo o artigo 39.º da referida Carta. Nenhum par do reino pó de ser preso por autoridade alguma, excepto por ordem da camara (artigo 26.º), ou em flagrante delicto de pena maior. Se algum par fôr pronunciado, o juiz suspende o ulterior procedimento, dá conta á camara, e esta decide se sim ou não o processo continúa e o par deve ou não ser suspenso no exercicio das suas funcções (artigo 25.º) O principe real e os infantes teem assento na camara dos pares, logo que cheguem á edade de 25 annos (artigo 40.º) E' da exclusiva attribuição d'esta camara: conhecer dos delictos individuaes commettidos pelos membros da familia real, ministros, conselheiros de Estado, pares e dos delictos dos deputados durante a legislatura. Conhecer da responsabilidade dos secretarios e conselheiros de Estado; convocar côrtes na morte do rei para a eleição da regencia, nos casos que ella tenha logar, quando a regencia provisional o não faça. A constituição de 23 de setembro de 1822, no seu artigo 32.º, commettia o poder legislativo sómente aos deputados. Por decreto de 1 de dezembro de 1831 foi dado aos pares do reino o tratamento de Excellencia, e por decreto de 28 de setembro de 1835 fôram-lhes concedidas as honras de Grandesa do Reino. A carta de lei de 11 de abril de 1845 regulou a forma da successão d'esta dignidade e os requisitos para o direito hereditario. A Carta de 4 de abril de 1838 alterou a organisação da camara dos pares. As côrtes compunham-se de duas camaras: dos senadores e dos deputados. Os senadores eram electivos e temporarios, o seu numero era egual a metade do numero dos deputados. O principe real, logo que completasse 18 annos de edade, era senador de direito, mas só votava aos 25. Todas as vezes que se houvesse de proceder a eleições geraes para deputados, a camara dos senadores era renovada na metade dos seus membros. Se o numero total dos senadores fôsse impar, sairia a metade e mais um. Na primeira renovação do senado, a sorte é que decidiria os membros que tinham de sair e nas subsequentes, a antiguidade de cada um. Não podiam ser membros d'ambas as camaras. Eram inviolaveis pelas suas opiniões e votos em côrtes. Só podiam ser presos por ordem da camara, excepto nos casos de flagrante delicto. Se algum senador fôsse pronunciado, o juiz, suspendendo todo o ulterior procedimento, dava conta á camara, e esta decidia, se o processo continuava e se o senador devia ser ou não suspenso. Logo que a sua eleição constasse na secretaria de Estado, não podia acceitar, nem solicitar para si nem para seu parente, pensão, condecoração, excepto se lhe competisse por antiguidade ou escala na carreira da sua profissão. Podiam ser ministros, mas os seus logares ficavam vagos, e se fôssem reeleitos, na nova eleição, accumulariam ambas as funcções. Os senadores durante o tempo das sessões eram inhibidos do exercicio de qualquer emprego, excepto de ministro. No intervallo das sessões não iriam exercer os seus empregos, nem seriam empregados pelo governo. Só com autorisação da camara e, se o bem do Estado o exigisse, é que poderiam sair das côrtes para outro serviço. A nomeação dos senadores era por eleição directa. Sómente o podiam ser, os que tivessem 25 annos de edade e estivessem comprehendidos em algumas das categorias seguintes: proprietarios, tendo de renda annual 2:000$000 réis; commerciantes e fabricantes, cujos lucros annuaes fôssem de 4:000$000 réis; arcebispos, bispos com diocese no reino ou provincias ultramarinas, conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça; lentes de prima da Universidade de Coimbra, o lente mais antigo da Escola Polytechnica de Lisboa e o da Academia Polytechnica do Porto; marechaes do exercito, tenentes generaes e marechaes de campo; almirantes, vice-almirantes e chefes de esquadra; embaixadores e os enviados extraordinarios; ministros plenipotenciarios com cinco annos de exercicio na carreira diplomatica. Os elegiveis para senadores podiam ser eleitos por qualquer circulo eleitoral, posto que n'elle não residissem nem tivessem naturalidade. A Carta de 4 de abril de 1838 teve pouca duração. Pouco mais de tres annos depois, em 27 de janeiro do anno de 1842 foi restaurada a Carta de 1826. O Acto Addicional de 5 de julho de 1852 em nada alterou a constituição da camara dos pares, mas a lei de 3 de maio de 1878 declarou em vigor varios arti-

gos da lei de 11 de abril de 1845, o estabeleceu categorias para a nomeação de pares do reino, rejeitando a entrada na camara por direito hereditario, o prescrevendo outras providencias ácêrca das funcções de par. O artigo 4.º d'essa lei diz: Só pódem ser nomeados pares do reino os cidadãos portuguezes, que tendo nascido taes, nunca perderam nem interromperam por acto ou omissão propria a sua nacionalidade, e provarem que teem 30 annos de edade, que estão no pleno gozo dos seus direitos civis e politicos, e que se acham comprehendidos em alguma das seguintes categorias: conselheiro de Estado; ministro de Estado com 2 annos de effectivo serviço; presidente da camara dos deputados em 4 sessões legislativas ordinarias; deputado da nação em 8 sessões legislativas ordinarias; marechal do exercito ou almirante; general de divisão ou vice-almirante; general de brigada ou contra almirante com 5 annos de exercicio n'este posto; embaixador em missão ordinaria; ministro plenipotenciario com 5 annos de exercicio em missão ordinaria; governador geral de possessões ultramarinas com 5 annos de exercicio; conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, ou juiz relator do Tribunal Superior de Guerra e Marinha; conselheiro effectivo do Tribunal de Contas ou do Supremo Tribunal administrativo com 5 annos do exercicio; procurador geral da corôa e fazenda com 5 annos de exercicio; juiz de segunda instancia em alguma das relações do continente e ilhas adjacentes, com 5 annos de exercicio; ajudante do procurador geral da corôa e fazenda com 10 annos de exercicio; director geral em algum dos ministerios ou governador civil com 10 annos de exercicio, tendo algum curso de instrucção superior pela Universidade de Coimbra ou por alguma das escolas e institutos officiaes do paiz; lente de prima na Universidade de Coimbra; lente cathedratico ou substituto effectivo ou jubilado da mesma Universidade, professor, proprietario ou substituto, effectivo ou jubilado em qualquer escola ou instituto de instrucção superior com 10 annos de exercicio effectivo; proprietario ou capitalista com rendimento não inferior a 8:000$000 réis annuaes provado pelas respectivas matrizes de contribuição predial, ou por titulos de divida publica fundada, devidamente averbados com 3 annos de antecipação, pelo menos, sendo liquidos e livres de quaesquer onus ou encargos; industrial ou commerciante que em cada um dos 3 ultimos annos tenha pago ao estado 1:400$000 réis de contribuição industrial ou bancaria. Fóra d'estas categorias só póde ser nomeado par do reino aquelle que se houver tornado digno d'esta distincção por meritos ou serviços extraordinarios e relevantes. O artigo immediato, que se refere aos pares do reino por direito hereditario prescreve que: nenhum será admittido a tomar assento na respectiva camara por direito hereditario sem provar: 1.º Que é descendente legitimo por varonia de par fallecido na linha recta de successão e que todos que o precedem em grau são fallecidos, ou que, extincta a varonia, é filho varão legitimo mais velho de femea mais velha já fallecida.—2.º Que o par fallecido prestara juramento e tomara assento na camara ou que só por legitimo impedimento, qualificado como tal pela mesma camara, deixara de praticar estas formalidades e ainda de registar a sua carta no caso de ter sido nomeado e não ter entrado na camara por successão.—3.º Que tem 30 annos completos de edade e se acha no pleno gozo dos seus direitos civis e politicos, possuindo além d'isto moralidade e boa conducta comprovada pelo attestado de tres pares. — 4.º Que tem carta d'algum curso de instrucção superior pela Universidade de Coimbra ou por alguma das escolas e institutos officiaes do paiz. —5.º Que se acha comprehendido em alguma das categorias designadas no artigo 4.º—§ unico. A disposição do n.º 5.º d'este artigo é dispensada quando o par por direito hereditario provar que é membro da magistratura judicial, ajudante de procurador geral da corôa e fazenda no continente do reino, capitão do exercito do reino ou primeiro tenente da armada, lente na Universidade de Coimbra, professor em alguma das escolas superiores de instrucção publica, primeiro secretario de legação tendo 5 annos de exercicio nos respectivos cargos ou posto e prestando a prova de possuir o rendimento liquido de réis 2:000$000, proveniente de alguma das origens estabelecidas no n.º 19 do artigo 4.º ou de posto ou emprego inamovivel. A lei de 21 de julho de 1885 alterou a importancia do rendimento e a da contribuição industrial e bancaria, reduzindo-a de 8:000$000 a 4:000$000 réis, e a de 1:400$000 a 700$000 réis. A carta de lei de 24 d'esse mez e anno, que alterou varios artigos da Carta Constitucional, dispoz no seu artigo 3.º que a camara dos pares fôsse composta de 100 membros vitalicios nomeados pelo rei, de 50 electivos, do principe real e dos infantes que tivessem 25 annos ou mais, do patriarcha de Lisboa, arcebispos e bispos do reino A respeito dos pares que formavam a camara quando foi promulgada a lei de 1885, dispoz esta que continuassem a fazer parte da camara como pares vitalicios, e que emquanto o numero d'estes não estivesse reduzido a 100, sem contar com os principes e prelados, o rei só poderia nomear um por cada tres vacaturas que occorressem, devendo depois estar sempre preenchido aquelle numero. A parte electiva da camara dos pares ficou tendo seis annos de duração, mas póde ser dissolvida simultanea ou separadamente com a camara dos deputados. Só pódem ser eleitos pares individuos que estejam comprehendidos nas categorias estabelecidas pela lei de 3 de maio de 1878 para a nomeação dos pares vitalicios, e a eleição dos membros temporarios d'esta camara é indirecta. Os immediatos successores dos pares fallecidos e dos que faziam parte da camara em 21 de julho, 1885, terão ingresso na camara por direito hereditario com tanto que satisfaçam as condições prescriptas na lei de 3 de maio de 1878. Uma outra lei datada egualmente de 24 de julho de 1885, estabeleceu as seguintes disposições ácêrca da parte electiva: Dos 50 pares electivos 45 são eleitos pelos districtos administrativos, e 5 pelos estabelecimentos scientificos. Os pares dos districtos são eleitos por collegios eleitoraes reunidos nas capitaes dos districtos, os dos estabelecimentos scientificos por um collegio especial que se reune na sala da Academia Real das Sciencias. Em cada districto administrativo haverá um collegio eleitoral, elegendo o do Lisboa 4, o do Porto 3 e o de cada um dos outros districtos 2. Os collegios districtaes serão composto dos deputados eleitos nos

circulos comprehendidos na área dos respectivos districtos, dos delegados das juntas geraes, dos delegados dos collegios municipaes. O collegio especial que elege os pares representantes dos estabelecimentos scientificos, é composto de delegados dos seguintes estabelecimentos: Universidade de Coimbra, Escola Polytechnica de Lisboa, Academia Polytechnica do Porto, Escola Medico-Cirurgica de Lisboa e Porto, Curso Superior de Letras, Escola do Exercito, Escola Naval, Instituto Geral de Agricultura, institutos industriaes de Lisboa e Porto, e Academia Real das Sciencias. Tendo fallecido a 22 de janeiro de 1887 o presidente da camara Fontes Pereira de Mello, foi por decreto d'esse mez determinado que o presidente e vice-presidente da camara dos pares passassem a ser nomeados por decreto no principio de cada legislatura ordinaria. A lei de 24 de julho de 1885 foi alterada pela de 3 abril de 1896, que é a vigente: esta lei acabou com os pares electivos e restaurou a doutrina da data de 1826, constituindo a camara dos pares: com os de nomeação regia, em numero de 90, vitalicios; com os pares por direito proprio, mencionados no artigo 40.º da Carta Constitucional e no § 2.º do artigo 6.º da lei de 24 de julho de 1885; e com os por direito hereditario. No numero dos 90 não se comprehendem os pares por direito hereditario. Não pódem ser nomeados cidadãos que tiverem menos de 40 annos de edade, ou os que fôrem absolutamente inelegiveis para deputados. Não se comprehendem, porém, n'esta disposição os chefes de missões diplomaticas; os commissarios regios nas provincias ultramarinas e os governadores das mesmas provincias; os empregados superiores da Casa Real. A nomeação de par é officialmente communicada á camara; e, por proposta d'alguns dos seus membros, póde ser impugnada, no prazo de 5 dias, desde a communicação, com exclusivo fundamento na infracção da disposição supra dita, sendo a impugnação resolvida pela camara no prazo de 10 dias, desde a apresentação da proposta. Na falta de impugnação ou resolução dentro d'estes prazos, o presidente admitte o nomeado a prestar juramento e a tomar assento na camara. Logo que o par é nomeado, dirige pessoalmente ou por escripto ao presidente a carta régia da sua nomeação. O presidente informa a camara na proxima sessão. A commissão de verificação de poderes examina a carta de nomeação e faz o seu relatorio; e, se não ha reclamação, o presidente ordena a admissão do novo par. No dia determinado e logo em seguida á leitura da acta, é apresentado para ser admittido. Então dois pares escolhidos pelo presidente introduzem o novo par na sala, sendo precedidos por dois continuos. O presidente ordena ao secretario da direita que leia a carta régia da nomeação. O novo par está de pé, e depois de lida a carta, toda a camara se levanta, e o novo par, pondo a mão direita nos Evangelhos, presta o seu juramento, na conformidade do regimento de 3 de janeiro de 1880. O vestuario dos dignos pares do reino acha-se regulado no regimento acima citado, artigos 101, 102 e 103. Usarão de dois uniformes, grande e pequeno. O uniforme grande serve sómente nas sessões reaes das côrtes geraes (decreto de 8 de outubro de 1826): gibão comprido de velludo preto com as mangas golpeadas, botões brancos, forro de seda branca, e sobre os canhões a renda recortada; capa curta de velludo preto forrada de branco, ficando ao arbitrio de cada um usar de forro de seda lisa ou bordada, ou de arminhos, e a murça de par toda de arminhos; colleira de rendas, banda larga de setim branco com laço grande de roseta, franjadas as pontas de franja de cordão de seda; calção de seda preta com liga de roseta, meias brancas e sapatos pretos com roseta branca larga; espada antiga de cruz, chapeu de cocar com a aba de deante levantada e plumas grandes brancas. O pequeno uniforme é de rigor nas deputações da camara; e fóra d'isto quando qualquer dos pares o julgar a proposito, e será pela fórma seguinte: casaca de panno azul ferrete com gola e canhão bordado de quinas e castellos reaes de ouro, botões de ouro com as quinas; collete branco, não havendo luto; calça azul agaloada de ouro, chapeu com presilha de ouro, laço nacional e plumas brancas, não havendo luto.

**Pargal**. Pov. na freg. do Salvador, de Pedragães, concelho de Villa Verde, districto de Braga.

**Pargo**. Ponta situada no extremo O da ilha da Madeira.

**Pariato**. V. *Pares (Camara dos)*.

**Páris** *(Antonio Alberto da Rocha)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, do conselho de Sua Magestade, deputado, governador dos districtos de Vianna do Castello e de Braga, etc. N. em Vianna do Castello a 9 de dezembro de 1836, onde tambem fal. a 3 de novembro de 1903. Era filho de Felix Pereira da Rocha Páris, fidalgo da Casa Real e administrador do concelho de Vianna do Castello, e de sua mulher, D. Marianna Guilhermina Pacheco Pereira. Matriculou-se na faculdade de Direito na Universidade, tomou o grau de bacharel no anno de 1857. Foi nomeado auditor do conselho de Estado em 1859. Entrando na politica, filiou-se no partido progressista, que serviu sempre com a maior dedicação, e do qual foi chefe no districto de Vianna do Castello. Foi deputado pela primeira vez em 1865, sendo eleito pelo circulo de Melgaço, e nas legislaturas de 1868 e 1870, pelo circulo de Vianna do Castello. Foi governador civil n'este districto, nomeado em 1879, 1886 e 1897, em 1886 tambem foi escolhido para exercer o mesmo cargo em Braga. Teve a nomeação, em 1900 de commissario regio adjunto (sub-inspector) á Companhia dos Tabacos no norte do paiz. A carta de conselheiro foi-lhe concedida nos fins do anno de 1879, tendo sido já anteriormente agraciado com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Prestou relevantes serviços ás seguintes instituições de beneficencia: Asylo de Infancia Desvalida e Misericordia, de Vianna do Castello; Asylo das Meninas Orphãs e desamparadas, Ordem Terceira de S. Domingos, Hospicio dos Velhos e Entrevados de Nossa Senhora da Caridade, irmandade do Santissimo da egreja matriz, Associação Fraternal dos Artistas Viannenses, Montepio Camões, Asylo da Infancia Desvalida, de Ponte do Lima; Hospital da Misericordia, de Arcos de Valle-de-Vez; Hospital da Misericordia, de Caminha; Collegio dos Orphãos de S. Caetano, de Braga, e irmandade da abbadia

em Terras de Bouro. Em 1874 promoveu a creação da Companhia Fomentadora para a edificação do *Theatro Sá de Miranda*. Casou a 18 de abril de 1861, com D. Maria José d'Araujo de Azevedo Vasconcellos de Magalhães Coutinho Feio e Mello, filha de José de Araujo d'Azevedo Vasconcellos e Mello, fidalgo da Casa Real, e senhor de varios morgados, e de sua mulher, D. Maria Guilhermina Feio de Magalhães Coutinho. D'este matrimonio houve um filho, Alberto Feio da Rocha Páris, que foi o 2.º visconde da Torre. V. *este titulo*.

**Parizes**. Pov. na freg. de S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro

**Parja**. Pov. na freguezia de S. Thomé, de Friande, concelho de Felgueiras, distr. do Porto.

**Parnaval ou Pernaval**. Serra, da Beira Alta, ramo da Gralheira, 20 k a O de Lamego. Está grande parte do reino coberta de neve.

**Parochia**. Pov. na freguezia de S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, districto de Braga.

**Parodá**. Rio do districto e arceb. de Gôa, na India. E' formado pelas ribeiras de Nuddem e de Rivoná, nasce nos Ghattes do Ambigante, nos confins de Astragar, passa por Bally, atravessa Chandrovaddy, e unindo-se ao rio de Sanguem vão ambos formar o rio de Rachol ou de Zuarim, que é um dos mais importantes da India portugueza. Passa junto de varias povoações, entre as quaes se contam Parodá e Quepem. || Freg. do conc. de Salsete, com. de Quepem, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo da margem esquerda do rio Parodá, e foi cedida a Portugal em 1742 pelo rei de Sundam. Tem escolas.

**Parola**. Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Paroleite**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

**Parouvello**. Pov. na freguezia de S. Thiago de Litem, concelho de Pombal, districto de Leiria.

**Paroxem**. Pov. do commando militar de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica proximo de Bicholim

**Parozellos**. Pov. na freg. de Santa Izabel, de Teixeira, concelho de Arganil, distr. de Coimbra.

**Parrá**. Freg. de Sant'Anna, do conc. de Bardez, no arceb. de Gôa. Tem escolas. Constitue uma regedoria com as povoações de Verlá e Cancá.

**Parracheira**. Pov. na freg. de Santa Margarida, de Arrabal, concelho e districto de Leiria.

**Parrada**. Pov. na freg de S. Miguel, de Rio Torto, concelho de Abrantes, distr. de Santarem.

**Parrainha**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Moreira de Rei, conc. de Fafe, districto de Braga.

**Parral**. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Areias, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Consolação, de Cezimbra-Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

**Parreira**. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Azões, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª da Gloria, de Gloria, concelho de Extremoz, distr. de Evora. || O Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. de Chamusca, distr. de Santarem. || S. Matheus, conc. de Montemór-o Novo, distr. de Evora.

**Parreiras**. Povoações nas freguezias: S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc d'Alemquer, distr. de Lisboa. || O Espirito Santo, de Valle de Cavallos, conc. de Chamusca, distr. de Santarem. || Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja || Ribeira do distr. de Lisboa. N. na serra de Cintra, corre ao S, e entra no Oceano Atlantico, proximo de Cascaes, com 13 k. de curso.

**Parreiras do Monte São**. Pov. da freg. de S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

**Parrinho**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Madeira, conc. de Oliveira d'Azemeis, distr. de Aveiro.

**Parrô**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cepellos, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

**Partagale**. Pov. do conc. de Canácona, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na margem esquerda do rio de Talponá.

**Partazana**. Alabarda com ferro comprido, usada pela infantaria até fins do seculo XVII.

**Parteira** Pov. na freguezia do Salvador, de Lordello, concelho de Paredes, districto do Porto.

**Partida**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, conc. e distr. de Castello Branco.

**Parxem**. Pov. do conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e archipelago de Gôa, India.

**Parzal**. Pov. da praganã Nagar-Avely, na com. e distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. Tem grandes e excellentes mattas.

**Pás**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carapeços, concelho de Barcellos, districto de Braga.

**Pasa**. Pov. do sobado de Lumbo, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Paschoaes**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, districto do Porto.

**Paschoal**. Pov. na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Abravezes, conc. e distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

**Paschorido**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Rio Covo, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Pasmal**. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Areias, concelho de Marvão, distr. de Portalegre.

**Pasmil**. Pov. na freguezia de S. Thomé, de Friande, concelho de Felgueiras, distr. do Porto.

**Passada**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, concelho de Rezende, districto de Vizeu.

**Passadiço**. Povoações nas freguezias: S. Thia-

go, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo André, de Frades, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr || Santa Marinha, de Portella, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

**Passado**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, districto de Braga.

**Passadouro**. Povoações nas freguezias : S Martinho, de Aguada de Baixo, conc de Agueda, distr. de Aveiro. || Santo André, de Fermentellos, conc. de Oliveira do Bairro, do mesmo distr. || Ilha Terceira; S. Pedro, de Ribeirinha, conc e distr. de Angra do Heroismo. || S. Bartholomeu, de Troviseal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de Vez, districto de Vianna do Castello.

**Passadouros**. Pov. na freg. de S. Matheus, de Bunheiro, conc. de Estarreja, districto de Aveiro.

**Passaes**. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Vandoma, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

**Passa frio**. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, concelho de Tavira, districto de Faro.

**Passagem**. Direito que pagavam os que passavam por alguma terra á qual este tributo se concedia. Os excessivos abusos que se davam, fizeram com que similhante imposto fôsse abolido V. *Pena de sangue*.

**Passagem**. Certa pensão muito frequente nos prazos da provincia do Minho e na Terra da Feira, desde o seculo XIII até ao seculo XVI, que os emphiteutas pagavam, quando o rei passava de uma para a outra margem do rio Douro. Só se pagava uma vez cada anno, qualquer que fôsse o numero d'ellas que o rei passasse. *E de passagem, quando El Rei passar, áquem Douro, uma vez no anno, hum maravedi* (Prazo de Veirão, de 1484). N'um prazo de Lourido, no logar de Tarouca, freg. do Cerdal, conc. de Valeuça, feito em 1487, se diz: *Seis buzios e meio de pão meiado, uma bôa gallinha, e tres reis brancos, quando El-Rei passar o Douro—e cinco de colheita ou visitação, para o bispo de Ceptа* (Ceuta) *em cada um anno (Documento do mosteiro de Ganfei.)Buzio* era uma medida de solidos, que já existia no seculo XI, correspondia á fanga Se o infante, e depois principe, herdeiro da corôa passava o Douro, só recebia metade da referida pensão. *E pagareis pasagem de El-Rei 10 réis, e do Principe, cinquo*. (Documento de Paço de Sousa, de 1529). *Cinquo soldos pasando El-Rei a augua do Doiro —e, passando o Infante, herdeiro, dois soldos e meio*. (Documento da Universidade, de 1474).

**Passagem**. Povoações nas freguezias: Santos Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Santa Christina, de Couto, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, districto de Aveiro. || S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Moreira de Geraz do Lima, concelho e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, do mesmo districto || N. S.ª dos Milagres, de Vieira, conc. e distr. de Leiria.

**Passagem Santa ou Santa Passagem**. Assim chamaram nos principios do seculo XIII, á expedição que se projectava para restaurar os logares santos da Palestina. Os que não queriam ir, davam esmola voluntaria, a que tambem se chamava *Santa Passagem*. (Documento das freiras benedictinas do Porto, de 1313).

**Passal**. Recinto, ou terra de horta junto das egrejas parochiaes, que servia para horta, pomar, e logradouro dos parochos, curas ou capellães. Estas cêrcas eram no seu principio mais pequenas, e se lhes dava o nome de *dextros*. Nos concilios se chamavam *Sacrarium Ecclesiae*. No concilio de Valhadolid, em 1144, se diz que estes *dextros* ou *passaes* se estendiam até 30 passos geometricos em redor das egrejas matrizes. Eram tão respeitados, que tinham privilegio de *couto do reino*, ou de *homisiados*. Este privilegio foi concedido aos passaes pelo concilio de Coyança, o que consta do *Livro Preto* de Coimbra, fl. 259 a 260 e fl. 285. Os passaes de 30 passos eram os das egrejas de segunda ordem, porque os das cathedraes eram maiores. No concilio de Oviedo, em 1115, assignaram se 70 passos em redor das egrejas, para serem considerados *asylos* ou *coutos do reino*. Note-se, porém, que ficava ao arbitrio do povo, ou do devoto que doava ás egrejas o terreno para os passaes, (e para as *cêrcas* dos mosteiros, que tambem se chamavam dextros e eram coutos) a maior ou menor extensão. Se excedia os 30 passos, que parece ter sido o minimo do dextro, gozava tudo os mesmos privilegios. Na larga doação que os fundadores do mosteiro de Arouca fizeram ao mesmo mosteiro, em 951, diz-se: *Concedimus nos famulos Dei, Ansur, et Ejeuva, ad ipsum Locum Sanctum, atque Sancto Altario jam supra nominato XII.ᵐ passales pro corpora sepeliendo, et 2XXII° passales pro tolerantia Fratrum*. Eram pois 12 passaes ou passos, para cemiterio e 72 (antigamente, na conta romana, 2 valia 50) *para os frades haverem pelas suas mãos vestidos e mantimentos*. Muzara e Zamora, tendo fundado o mosteiro de S. Pedro de Cette, o dotaram, em 882, dando-lhe, além dos dextros, *duodecim passales pro corpora tumulandum, et septuaginta, et duas ad tolerandum fratrum. adque indigentium*. (Documento original do Collegio da Graça, de Coimbra). Vinham a ser ao todo 84 passos em giro de egreja e mosteiro. A 24 de agosto de 1869 foi promulgada uma lei, que mandou desamortisar os passaes, e, embora o clero protestasse contra ella, por ser grandemente prejudicado nos seus interesses, a lei cumpriu-se.

**Passal**. Povoações nas freguezias: S. Paio e conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Ilha de S. Jorge; N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Velas, distr. de Angra do Heroismo. || ilha da Madeira; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

**Passarão**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição da Roeha, de Cabeça Gorda, conc. e distr. de Beja.

**Passarella**. Povoações nas freguezias: Santa Eufemia, de Lagarinhos, conc. de Gouveia, distr. da Guarda. || O Salvador, de Touraes, conc. de Ceia, do mesmo districto.

**Passaria**. Povoações nas freguezias: S. Se-

bastião, de Sernaehe do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Pedro e conc. da Certã, do mesmo districto.

**Passarias**. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Borba de Godim, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sandim, conc. de V. N. de Gaia, do mesmo districto.

**Passaros**. Ilha situada na bahia de Lourenço Marques, prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Ilhota do pequeno archipelago de Angoche, na prov. de Moçambique. Africa Oriental. || Ilheu da costa da Guiné, Africa Occidental. Está situada á entrada do rio de Sant'Anna, confluente do Casamansa. O nome proveiu-lhe da grande quantidade d'aves que n'elle apparecem. || Ilheu da Costa NO da ilha de S. Vicente, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado na entrada do Porto Grande, é de fórma espiral e tem 83 m. d'altura. Pela sua posição na bocca da grande bahia, é considerado um excellente ponto para ser fortificado. Pharol. || Ilheu da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Antigo estabelecimento para o fornecimento de carvão e agua aos navios. || Bahia da costa do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. E' espaçosa; termina ao N n'uma ponta grossa e escura, e ao S no remate N da angra de Santa Maria.

**Passavantes**. São tres os officiaes da armaria. *Reis d'armas*, *Arautos* e *Passavantes*, cargos que vieram de Inglaterra, por occasião do casamento d'el-rei D. João I com a rainha D. Filippa de Lencastre. (V. *Reis d'armas* e *Arautos*). A' ultima d'estas dignidades deu-se o nome de *passavantes*, por serem considerados como aprendizes no officio das armas. O passavante é uma especie de aspirante a arauto. E' obrigado a servir 7 annos o seu cargo, e findo este prazo, apenas houver vagatura, passa a arauto, assim como o arauto, terminando egual prazo, passa a rei d'armas. A origem d'este cargo é tambem muito antiga; julga se que teve principio durante o imperio de Carlos Magno. As principaes obrigações dos passavantes consistiam em estudar tudo quanto pertencia aos officios de arauto e rei d'armas, afim de se habilitarem a desempenhal-as, quando para elles fôssem nomeados. Não era tão pequeno trabalho similhante estudo, como muitos poderão julgar. A heraldica, ou sciencia dos brazões; o conhecimento das familias nobres de Portugal e suas possessões; e a formação das suas arvores genealogicas, que estavam incumbidas aos reis d'armas, eram estudos complicadissimos e difficeis, e que demandavam seria applicação e arduas investigações. Tambem cumpria aos passavantes, em occasiões de guerra, seguir os exercitos ao lado dos outros officiaes da armaria, e acompanhar os arautos nas missões a que el-rei ou o general em chefe os enviava; em tempo de paz, a assistir ao soberano nas solemnidades a que eram chamados os officiaes da armaria; e a andar por varias terras e reinos, segundo el-rei lhes determinava, em observação dos usos e costumes dos differentes povos, para, no seu regresso á côrte, dar minuciosa informação de quanto vissem. Ha quem pretenda que d'este ultimo encargo é que lhes proveiu o nome de passavantes, isto é, andar de terra em terra, sempre com pouca demora, e a *passar ávante*. Mas a melhor opinião é a que deriva este nome de ser concedida a taes officiaes melhoria de posição, *passando ávante* d'um cargo inferior para outro mais superior. El-rei D. Manuel decidiu reformar e melhorar a instituição da armaria, e para esse fim encarregou Antonio Rodrigues, seu rei d'armas, de ir ás principaes côrtes da Europa estudar as obrigações e usos que observavam os officiaes da nobreza. Depois de se realisarem outras indagações, construiu no paço de Cintra um vasto salão, no tecto do qual mandou pintar, em torno das armas e dos escudos do principe e infantes seus filhos, 74 brazões de familias nobres, que fôram os que se puderam accommodar no tecto. Decretou então um novo regulamento, em que ficaram assim classificados os officiaes da armaria: 3 reis d'armas, 3 arautos e 3 passavantes; os reis d'armas denominados *Portugal*, *Algarve* e *India*; os arautos com os nomes das capitaes d'estes tres reinos: *Lisboa*, *Silves* e *Gôa*; e os passavantes chamados *Santarem*, *Lagos* e *Cochim*, que eram então as principaes villas ou mais importantes povoações dos mesmos reinos. Ficou, pois pertencendo a cada reino um rei d'armas, um arauto e um passavante. A cerimonia da investidura ou baptismo dos passavantes celebrava-se na mesma fórma, salvas pequenas differenças, usada com os arautos e reis d'armas. O principal d'estes ultimos introduzia o novo passavante na presença d'el-rei, que estava sentado no throno e cercado de officiaes-móres da sua casa. O passavante não trazia insignia alguma do cargo que ia receber. Ajoelhando aos pés d'el-rei, e pondo a mão direita sobre o livro dos evangelhos, que lhe era apresentado pelo mesmo rei d'armas conductor, prestava o seu juramento. A copa ou taça com agua, que o copeiro-mór entregava a el-rei para o baptismo, era de prata branca e sem tampa. Depois do soberano lhe ter deitado a agua pela cabeça, e imposto o nome da principal villa do reino de que ia ser passavante, o rei d'armas que o introduzira na sala, vestia-lhe a cota, porém atravessada, e punha-lhe no peito o brazão d'armas do respectivo reino, sem corôa, e no lado esquerdo, para differença dos arautos, que o trazem do lado direito. Feito isto, seguia-se o beija-mão, acabado o qual o copeiro-mór ia offerecer ao novo passavante a taça de prata que servira para o baptismo. A cerimonia da investidura, assim como o baptismo, deixaram de existir, tanto nos reis d'armas, como nos arautos e passavantes; uma simples carta régia os substituiu, e é hoje o seu unico diploma. As funcções dos passavantes estão limitadas a comparecer nas grandes solemnidades da côrte, tomando o logar que lhes pertence junto aos arautos e aos reis d'armas. Nos prestitos reaes vão á frente os passavantes, depois os arautos, e em seguida os reis d'armas.

**Passeio**. Pov. na freg. de Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

**Passico**. Pov. na freguezia de Santo Isidoro, de Sanche, conc. de Amarante, districto do Porto.

**Passil**. Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. d'Alcochete, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, do mesmo districto.

**Passinho**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Poute do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Passinhos**. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Candoso, conc. de Guimarães, districto de Braga. || S. Romão, de Paredes de Viadores, concelho de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Miguel e conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Julião, freg. annexa á de Villa Cahiz, conc. de Amarante, do mesmo districto.

**Passo e Passô**. V. *Paço e Paçô*.

**Passões**. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Carquere, concelho de Rezende, distr. de Vizeu.

**Passos** *(Antonio Augusto Soares de)* V. *Soares de Passos (Antonio Augusto)*.

**Passos** *(D. Beatriz de Passos Manuel, 1.ª viscondessa de)*. Nasceu a 12 de setembro de 1840, sendo filha de Manuel da Silva Passos, o grande tribuno, que fal. em Santarem em 1862, e de sua mulher, D. Gervasia de Sousa Falcão. Casou em 1866 com o 1.º visconde de Ferreri, Adriano Augusto Brandão de Sousa Ferreri. O titulo de viscondessa de Passos, foi lhe concedido pelos grandes serviços prestados por seu pae, por decreto de 24 de abril de 1861.

**Passos** *(José Gerardo Ferreira)*. Marechal de campo, gran-cruz das ordens da Torre e Espada e de S. Bento d'Aviz, par do reino, ministro de Estado, ajudante de campo d'el rei D. Pedro V, governador Civil e commandante militar da ilha da Madeira, etc. N. em Elvas a 11 de novembro de 1801, fal. em Ajuda a 12 de abril de 1870. Assentou praça em 1818 no regimento de infantaria n.º 17, sendo despachado alferes para o n.º 5 da mesma arma em dezembro de 1820; fez parte da expedição mandada á Bahia em 1822, e voltando ao reino foi em 1823 frequentar o curso da Academia de Marinha. Os acontecimentos politicos de 1828 o obrigaram a interromper a frequencia do 3.º anno em que estava matriculado, e a emigrar para Galliza, passando d'ali a Inglaterra, onde chegou em fins de dezembro; dirigiu-se em seguida para as ilhas dos Açôres, e assistiu á acção da Villa da Praia, em 11 de agosto de 1829, á tomada das ilhas do Fayal e S. Miguel, e fazendo parte do exercito libertador veiu para Portugal, sendo um dos heroicos defensores da cidade do Porto. Promovido a capitão graduado de artilharia a 6 de agosto de 1832, ganhou d'ahi a pouco o habito da Torre e Espada pelos serviços prestados na acção de 29 de setembro, commandou o districto de artilharia formado por 8 baterias de posição, assistiu depois á defeza das linhas de Lisboa, sendo ferido no dia 5 de setembro de 1833, commandando uma bateria volante na divisão de operações que foi ao norte do reino sob o commando do duque da Terceira, entrou em varios recontros e combates, e por ultimo na batalha de Asseiceira, em maio de 1834, onde conquistou o grau de official da Torre e Espada. Sendo elevado a major effectivo em setembro de 1834, era commandante interino do 1.º regimento de artilharia e commandante militar de Santarem, quando rebentou a revolta dos marechaes, e não adherindo a esse movimento, tomou acertadas medidas para se oppôr aos revoltosos, pelo que foi elogiado pelo governo. Posteriormente, sendo já coronel do 2.º regimento seguiu a causa da revolta chamada de Torres Novas em 1844, de que resultou ser demittido. Depois da amnistia voltou ao serviço, e em 1846 foi collocado á frente do 1.º regimento da sua arma. No mez seguinte teve o encargo, provisoriamente, do governo da praça d'Elvas, e tendo exercido esta commissão até meados de setembro voltou a tomar conta do seu regimento. Logo em seguida ao golpe de estado de 6 de outubro, tiraram-lhe o commando, e ficando depois collocado na disponibilidade, só voltou ao serviço em 1851, sendo-lhe então dada a graduação de brigadeiro. Em junho de 1854 foi nomeado governador civil e commandante militar da ilha da Madeira, permanecendo n'esta situação até que em junho de 1856, a seu pedido, regressou ao continente, tendo sido n'esse intervallo nomeado ajudante de campo d'el-rei D. Pedro V, quando este principe assumiu o governo, em setembro do anno anterior de 1855. Elevado a brigadeiro effectivo em 1858 e a marechal de campo em julho de 1862, foi em setembro d'este ultimo anno encarregado da direcção de todos os negocios militares e do governo civil de Braga, quando em consequencia da revolta que então se deu, fôram suspensas as garantias n'aquelle districto. Em 1863 commandou por alguns mezes a 1.ª divisão militar, e em 14 de janeiro de 1864 foi chamado aos conselhos da corôa como ministro da guerra, elevado cargo em que se demorou até 5 de março de 1865. N'esta curta gerencia publicou algumas medidas importantes, e entre ellas uma organisação geral do exercito e um regulamento de administração militar. Em 1866 fez parte da commissão encarregada do estabelecimento do campo de manobras, foi n'esse anno 2.º commandante, e em 1867 commandante em chefe das tropas reunidas em Tancos, e em dezembro de 1866 foi nomeado inspector do campo de instrucção e manobras. Mais tarde ainda commandou alguns mezes a divisão do Alemteio. Tambem foi administrador da Casa de Bragança. Além das honras já apontadas o general Ferreira Passos recebeu muitas distincções do governo e das nações extrangeiras, e os arminhos de par do reino.

**Passos** *(José Rodrigo)*. Antigo professor de latinidade, e reitor do Lyceu Nacional do Porto. Fal. parece, que em 1860, no Porto, Escreveu: *Inscripção sepulchral, e varios disticos, feitos por occasião das exequias na cidade do Porto pelo senhor D. João VI, imperador e rei*, Porto, 1826; *Andria*, versão em verso; saiu no tomo II do *Pirata*, jornal litterario do Porto, 1859, em que foi antigo collaborador.

**Passos** *(José da Silva)*. Bacharel formado em Leis e em Canones pela Universidade de Coimbra, sub-secretario de estado dos negocios da fazenda, deputado em diversas legislaturas, sub-inspector do thesouro publico, vice-presidente da Junta do Porto, socio honorario da Academia de Bellas Artes, etc. N. na freg. de S. Martinho de Guifões, conc. de Bouças, districto do Porto, a 18 de novembro de 1800, fal. no Porto, a 12 de novembro de 1863. Era filho de Manuel da Silva Passos, lavrador, e de sua mulher, D. Antonia Maria da Silva Passos. Com seu irmão Manuel da Silva Passos foi para Coimbra, matriculando-se na Universidade em 1817, recebendo o grau de bacharel nas faculdades acima citadas. Estavam os dois irmãos em Coimbra quando rebentou

a revolução de 1820, que ambos acolheram com enthusiasmo. N'esta cidade fundaram então em 1823 um jornal intitulado *O Amigo do Povo*, que poucos numeros publicou, por causa da reacção d'esse mesmo anno de 1823. Partiram ambos os irmãos para o Porto, e sendo ali perseguidos pelo partido absolutista, viram-se obrigados a emigrar para Hespanha, com mais outros perseguidos, formando elles a que então se denominou opposição constitucional, ou a esquerda dos emigrados. De Hespanha passaram a Inglaterra, e d'ali para França. No exilio a vida dos dois irmãos, sempre tão unidos, completamente se confunde. Seguiram a mesma politica, em França colaboraram ambos em diversas publicações, combatendo não só os actos do governo de D. Miguel, como alguns excessos e doutrinas d'outra facção, ou a direita dos emigrados. Voltando a Portugal, e conseguindo entrar no Porto, que estava soffrendo um rigoroso cêrco, cingiu logo, e á pressa, a espada de official do batalhão nacional provisorio de Santo Ovidio. Foi então que se accentuou a sua vida revolucionaria, mostrando toda a bravura e intrepidez. Levantou se o cêrco, e estabelecendo se o regimen constitucional, elegeu-se a primeira camara municipal do Porto, e para seu presidente foi eleito José da Silva Passos. N'essa qualidade resistiu energicamente á lei de indemnisações de 15 de agosto de 1833, que seu irmão depois combateu na camara. Um e outro defendiam assim generosamente a causa dos vencidos, e levantavam bem alto a bandeira da verdadeira liberdade. Corria o anno de 1834; a effervescencia dos partidos proclamava os seus eleitos para as côrtes que iam inaugurar, á luz dos novos principios, a representação nacional. José de Passos não podia deixar de ser dos primeiros entre os escolhidos, e a provincia do Douro o elegeu. Tomando assento na camara ao lado de seu irmão, falaram ambos pela mesma voz contra a regencia de D. Pedro, e protestaram com a mesma palavra generosa contra as indemnisações que humilhavam a causa vencida. Reeleito na legislatura seguinte, adheriu á revolução de setembro; profundamente conhecedor dos negocios de administração, deu um contingente valioso para a redacção do codigo administrativo de 31 de dezembro de 1835, de que foi o principal autor. Voltando á camara fazendo parte das côrtes constituintes, e nomeado membro da commissão da lei eleitoral, cooperou efficazmente para a constituição de 20 de março e para a lei das eleições directas de 9 de abril do anno de 1838. Decididamente empenhado em contribuir com toda a sua esclarecida actividade para o engrandecimento da causa publica, exerceu os cargos de sub secretario d'estado dos negocios da fazenda, quando seu irmão era ministro, e de sub-inspector do thesouro, sem que por esse ou outro cargo acceitasse retribuição, como jamais a acceitou em troca dos relevantes serviços que prestou, ao paiz. Depois de seu irmão ser saido do poder, foi José Passos muitas vezes convidado para fazer parte de novos ministerios que se organisaram, o que elle recusou sempre, apezar das instancias da propria rainha D. Maria II. Sublevadas em 1837 as provincias do norte pelos dois marechaes, Saldanha e Terceira, o governo nomeou José Passos e o visconde de Sá da Bandeira, para a difficil missão de irem restabelecer a ordem. José Passos encarregou-se da parte financeira da missão, com que o serviço publico muito lucrou. Depois da queda da constituição de 1838, e da restauração da Carta em 27 de janeiro de 1842, José Passos, que era verdadeiramente odiado pelos cartistas por causa da sua infatigavel actividade e dos serviços que prestára á revolução de setembro, foi espancado e arrastado pelas ruas. Suspensas as garantias em 1844, José Passos foi preso duas vezes, sem haver motivos para isso, porque não só não entrára em conspirações, mas até repprovava publicamente as revoltas, emquanto fôsse possivel recorrer aos meios constitucionaes. Quando rebentou a revolução de 6 de maio de 1846, José Passos tornou a ser eleito presidente da camara municipal do Porto, e exercia esse cargo, quando se deu em Lisboa o golpe de Estado, conhecido pe-

José da Silva Passos

la *Emboscada de 6 de outubro*, para a restauração da Carta Constitucional. O administrador de Villa Franca communicou a noticia para o Porto; a cidade ficou inquieta, mas ainda duvidosa, e só no dia 9 do citado mez de outubro, foi que teve a absoluta certeza do que se passara. Então José Passos, com uma energia assombrosa, dirigiu-se ao segundo commandante da guarda municipal Montenegro, chamou-o aos interesses da causa liberal, fez com que a guarda se pronunciasse, mandou tocar os sinos a rebate, disse a todos quantos encontrava no caminho que se resistia ao golpe de Estado, e que se não consentia que o duque da Terceira exercesse as funcções de logar-tenente da rainha nas provincias do norte, e depois de ter obtido a adhesão do regimento d'artilharia n.º 3 e do de infantaria n.º 6, dirigiu-se ao palacio do governo civil onde estava o duque da Terceira, e pediu-lhe urbanamente que se

considerasse preso. O duque, sabendo que toda a guarnição do Porto estava prouunciada no sentido revolucionario, e que não tinha por conseguinte meio algum de resistencia, acceitou tranquillamente a sua situação, que não deixava de ser perigosa, porque o povo exaltado ameaçara tirar vingança no duque do procedimento do governo de Lisboa. José Passos collocou-se então ao lado do duque, declarando que respondia com a sua vida pela vida d'elle. O povo exigia que o duque fôsse preso para o castello da Foz, José Passos desejava que elle reembarcasse para Lisboa, mas não apparecia barco nem escaler, e o duque foi o primeiro a reconhecer que se não podia seguir outro caminho senão o que o povo exigia, o n'esse mesmo dia 9 de outubro se recolheu ao castello da Foz. No dia seguinte o governador civil interino, Antonio Xavier de Barros Côrte Real, propoz á camara a nomeação d'uma junta provisoria do governo, junta que ficou assim organisada: presidente, conde das Antas; vice-presidente, José da Silva Passos; vogaes: Antonio Dias de Oliveira Sebastião d'Almeida e Brito, Justino Ferreira Pinto Basto, conde de Rezende, barão de Lordello, Antonio Luiz de Seabra, Francisco de Paula Lobo d'Avila. Organisaram-se logo outras juntas filiaes em Guimarães, Barcellos, Vianna do Castello, Villa Real, Vizeu, Castello Branco, Guarda, Evora, Portalegre, Beja, Faro, Leiria, Santarem, Cascaes, Palmella, Aveiro, Coimbra, Oliveira de Azemeis, Funchal, S. Miguel e Terceira. Organisado o governo da junta, José Passos encarregou-se das pastas da fazenda e da dos negocios estrangeiros, mas era elle verdadeiramente a alma da junta, e a elle se devem quasi todos os prodigios que a junta operou Os portuenses faziam todos os sacrificios que se lhes pediam, quando José Passos lhes chamava *patriotas*, e lhes falava no bem da nação. Verdadeiro presidente da junta, porque o conde das Antas dirigia as operações militares, José da Silva Passos não hesitou deante das mais graves responsabilidades. Foi preciso levantar alguns emprestimos forçados, era sempre José Passos que ia aos bancos, ás companhias ou só ou acompanhado por Justino Pinto Basto exigir o que era indispensavel. Fôram pequenissimos os recursos levantados por esse meio, e comtudo a junta levantou e teve em armas um exercito numeroso, equipou uma pequena esquadra quasi sem ter recursos tributarios. Demais, muito infeliz militarmente, a junta precisava a cada instante estar reparando os seus desastres. O visconde de Sá da Bandeira, vencido em Valpaços, via passar ao inimigo dois dos seus melhores regimentos, e perdia um grande numero de prisioneiros. Depois caiu em Torres Vedras prisioneira uma divisão toda de 4:000 homens, commandada pelo conde de Bomfim. As provincias do Minho e Traz-os-Montes, d'onde a junta do Porto podia tirar mais recursos, estavam tambem no poder do inimigo. Pois apezar d'isso, José Passos soube sempre apresentar a Francisco de Paula Lobo d'Avila, ministro da guerra, os recursos necessarios para elle pôr em campo fôrças consideraveis. Como ministro dos negocios estrangeiros prestou tambem muitos serviços, protestando energicamente contra o procedimento do commandante do cruzeiro inglez que aprisionou em 31 de maio a esquadra, que saira do Porto deixando o conde das Antas com uma nova expedição; votou pela rejeição dos quatro artigos do Protocollo, na sessão de 5 de junho do mesmo anno. Este golpe foi mortal e decisivo. Desde o momento que a Hespanha e a Inglaterra se tinham resolvido a intervir, em cumprimento do tratado da quadrupla alliança, a causa estava immediatamente perdida. Apezar d'isso, José Passos infuudia confiança em toda a gente, e ainda levava os *patriotas* do Porto a emprehender qualquer acção heroica. Quasi á vista do exercito hespanhol, commandado por Concha, repelliram as tropas da junta as avançadas de Saldanha, mas tudo isso era inutil, a junta estava condemnada a entrar em negociações, e o convenio de Gramido assignado da parte da junta pelo marquez de Loulé e Cesar de Vasconcellos a 29 de junho de 1847, e pela parte dos inglezes e hespanhoes pelo general D. Manuel de la Concha, W. Wylde e Buenage, poz termo a essa revolução, que durante 9 mezes dominou em todo o norte do paiz e assoberbou, apezar de successivos desastres militares, o poder e a guarnição do governo do reino. Pois fôra José Passos quem fizera a revolução, tudo se devia á sua energia e á sua actividade. Terminada a lucta, José Passos voluntariamente, como seu irmão, retirou-se entregando-se tranquillamente aos seus trabalhos e aos seus negocios, rodeado sempre da estima dos seus concidadãos e da maior popularidade. Em abril de 1851, quando o duque de Saldanha fez o seu pronunciamento, e desanimado por não encontrar no exercito a adhesão que esperava, já se refugiara na Galliza, José Passos pôz-se em movimento, escreveu-lhe para que viesse ao Porto, dispoz os espiritos para se lhe preparar uma recepção condigna, e para o acompanharem no movimento que emprehendia. Foi José Passos um dos que mais contribuiram para o exito da Regeneração. Eleito deputado pela primeira vez, conservou-se, como seu irmão, muito afastado das luctas parlamentares. A sua saude estava profundamente abalada, e por effeito de paralysia aggravou-se-lhe de anno para anno, apagando-lhe a razão. Falleceu obscuramente. Foi casado com D. Anna Margarida Soares da Silva Passos. A seu respeito póde vêr-se *Apontamentos para a biographia do cidadão José da Silva Passos*, por Alg. Sidney; *Breve noticia biographica*, por Francisco José de Oliveira Luz: a *Revista Contemporanea*, de 1855; os jornaes da epoca, e entre elles, o *Commercio do Porto*, *O Jornal do Commercio*, de 17 de novembro de 1853 e a *Gazeta de Portugal*, do mesmo dia. José da Silva Passos redigiu tambem o *Ecco Popular*, de que foi proprietario, em 1847. Publicou: *Carta dirigida aos honrados cidadãos da 3.ª companhia do batalhão nacional provisorio do bairro de Santo Ovidio*, Porto; tem a data de 23 de setembro de 1833, e a assignatura de *José da Silva Passos, capitão da 1.ª companhia do mesmo batalhão.*

**Passos** *(Manuel da Silva)*. Um dos vultos mais proeminentes das luctas liberaes; bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra; advogado, deputado em diversas legislaturas, par do reino, ministro de Estado, etc. N. na freguezia de S. Martinho, de Guifões, concelho de Bouças, districto do Porto, a 5 de janeiro de 1801, fal. em Santarem a 16 de janeiro de 1862. Era irmão mais novo de José da Silva Passos (V.

o artigo antecedente). Ambos os irmãos começaram desde muito novos a manifestar uma intelligencia notavel, e seus paes, lavradores pouco abastados, reconhecendo que o melhor legado que poderiam deixar-lhes, era a instrucção, empregaram todos os possiveis esforços para que recebessem uma boa educação litteraria. Depois de frequentarem os estudos menores, como então se dizia, os dois irmãos fôram para a Uniiversidade de Coimbra, e matricularam se em 1817, destinando-se Manuel Passos á faculdade de Leis. Muitos portuguezes audavam influenciados pelas idéas republicanas que se haviam desenvolvido na Frauça, e Portugal soffrendo tambem terriveis consequencias d'essas idéas, havia supportado tres invasões, e visto com desgosto o abaudono da familia real, que se refugiara no Brazil, apenas se dera a primeira iuvasão. Manuel Passos, e José Passos, mais velho do que elle e companheiro inseparavel das suas fadigas e infortunios, preoccupados com o estudo, estimulados nos brios pela honrosa competencia das lides intellectuaes, cursavam as aulas, quando a revolução de 1820 os veiu surprehender, abrazando lhes o enthusiasmo, e despertando-os para a realidade d'umas idéas liberaes tão conhecidas uos seus sonhos de imaginação ardeute e exaltada. Manuel Passos proseguia o curso com tanta distincção, que recebia um premio pecuniario de 40$000 rs., vindo a formar-se em 1822. Com o enthusiasmo pelas idéas liberaes, fundou em Coimbra em 1823, com seu irmão, o jornal *Amigo do Povo*, que pouco depois acabou por ter triumphado a reacção n'esse mesmo anno de 1823. Manuel Passos foi então para o Porto, e matriculou-se como advogado de numero da Relação e Casa do Porto, exercendo a advocacia, e entregando-se aos seus estudos litterarios predilectos, até que em 1828, tendo tomado parte na insurreição de 16 de maio tentada coutra o governo de D. Miguel, depois do golpe de Estado que este déra em Lisboa restabelecendo a monarchia absoluta, viu-se obrigado a emigrar n'esse mesmo anno com seu irmão e outros para a Corunha, partindo d'ali para Plymouth, onde estava a 26 de setembro de 1828, porque é essa a data d'um soneto escripto por elle com o pseudonymo de Almeno Damoeta, e por elle dirigido á rainha D. Maria II. Algum tempo se demorou em Iuglaterra, seguindo depois para a Belgica, e d'ahi para França. Foi aqui que se relacionou, parece que intimamente, com Saldanha, a quem dirigiu um soneto laudatorio com o referido pseudouymo, e em Paris publicou dois *Memoriaes* sobre o estado do paiz e sobre a necessidade de destruir o governo de D. Miguel e de restabelecer o throno da raiuha D. Maria II, um opusculo intitulado *Breve razoamento a favor da liberdade lusitana* e um *Exame de algumas opiniões e doutrinas* de Filippe Ferreira de Araujo e Castro e de Silvestre Pinheiro Ferreira. Todos estes opusculos começaram a dar uma certa notoriedade ao seu nome; mas uma pendencia grave que se levantou entre o ministro da guerra liberal Candido José Xavier e o coronel Rodrigo Pizarro, deu origem a que os dois irmãos Passos emittissem a sua opinião sobre o assumpto n'um opusculo impresso em Paris em 1832, e intitulado *Parecer de dois advogados da casa do Porto*, etc. Tambem os dois irmãos, reunidos em Paris, e n'esse mesmo anno, publicaram em portuguez e francez uma resposta a umas accusações formuladas pelo *Times* contra o duque de Saldanha. Tudo isto foi dando aos dois irmãos reputação e prestigio. Segundo as melhores informações, Manuel da Silva Passos, regressou ao Porto, quando já estava restabelecido o regimen constitucional, e logo em 1834, nas primeiras côrtes de deputados que se constituiram, foi eleito por uma das divisões eleitoraes do norte. Parecia talhada para o seu talento parlamentar a questão do Regencia, que então surgia cravada de difficuldades e cercada de perigos. D. Pedro havia a assumido dictatorialmente, e Manuel Passos entendia que, segundo a Carta Constitucional, não a podia elle exercer. Logo nas primeiras palavras que pronunciou, se reconheceu que estava ali um orador admiravel com todo o fogo da palavra tribunicia, e ao mesmo tempo com toda a urbanidade da palavra academica; tratava com toda a consideração e respeito o homem que prestára tão relevantes serviços á causa da Liberdade, mas punha acima de todas as considerações o respeito da lei: *Um bom principio*, dizia elle, *vale mais do que um homem*, e foi essa a norma constaute da sua austera vida politica. Manuel Passos, ou Passos Manuel, como então lhe começaram a chamar para o distinguirem de seu irmão José Passos, começou desde logo a inspirar vivas sympathias aos proprios inimigos, e ardente enthusiasmo aos correligionarios. N'uma outra questão levantou Manuel Passos a sua voz no mesmo dia em que se estreava um outro orador notavel, que tinha de ser muitas vezes seu adversario politico, mas sempre amigo pessoal, Rodrigo da Fonseca Magalhães. Nunca Manuel Passos subira tão alto como n'esse pleito da lei de indemnisações, que se pretendia arrancar aos bens dos vencidos o necessario para indemuisar as victimas do regimeu anterior. Era mentir ás tradições generosas do partido liberal, era arunullar para satisfazer vindictas e caprichos de momeuto, os grandes principios do novo regimen. Manuel Passos protestou energicamente contra esse facto, e foi verdadeiramente eloquente. N'essa primeira camara de 1834, fazendo sempre opposição ao ministerio conhecido pelo nome de *ministerio dos devoristas*, e aos que se lhe seguiram, e que trilharam um pouco a mesma senda, Manuel Passos grangeou uma grande reputação de orador; de todos os homens novos postos em evidencia pela eleição de 1834, era elle quem se mostrava mais conhecedor dos negocios, o parlamentar mais brilhante, o democrata mais ardente, sem perder as suas grandes qualidades de urbanidade e cortezia. Entretauto succediam-se os ministerios uns aos outros, e sem estabilidade nem firmeza, praticavam erros sobre erros. O primeiro ministerio da rainha, presidido pelo duque de Palmella, caira deante das accusações da opinião, e fôra substituido primeiro pelo ministerio de transição do conde de Linhares, e afinal pelo ministerio Saldanha, que caiu principalmente em consequencia do descontentamento produzido pela expedição de Hespanha. Succedeu-lhe o ministerio José Jorge Loureiro, que caiu em consequencia da attitude indecisa que adoptou na questão da nomeação d'el-rei D. Fernando para commandante em chefe do exercito. Foi o ministerio seguinte, presidido pelo duque da Ter-

ceira, que resolveu a questão nomeando D. Fernando para o logar de que se tratava. Este acto, porém, e outros do ministerio, levantaram grande agitação entre os membros do partido avançado, que tomou em todo o reino uma attitude decidida. Em Lisboa, o Club dos Camillos, assim chamado por celebrar as suas sessões no antigo convento dos Camillos, tocava as raias da demagogia exaltada. O ministerio que tinha pouca confiança nas camaras, dissolveu as, e isso ainda mais exacerbou o paiz. Comtudo, as eleições fôram favoraveis ao governo em toda a parte, excepto em dois districtos, o do Porto e o de Vizeu. As novas camaras tinham sido convocadas para 5 de agosto, o governo adiou-as para 11 de setembro. No dia 9 d'este mez desembarcaram em Lisboa os deputados vindos do Porto. Recebidos com o mais vivo enthusiasmo, a ovação que se lhes fez, tomou o caracter d'uma manifestação politica. N'esse mesmo dia a guarda nacional pegou em armas, capitaneada por Fernando Soares Caldeira, e proclamou a constituição de 1822 com as modificações que as côrtes lhe introduzissem. As tropas de linha, enviadas para soffocar este movimento, fraternisaram com a guarda nacional. Com este movimento estava feita a revolução popular de 9 de setembro de 1836, conhecida pelo nome de *revolução de setembro*. A rainha, obrigada a ceder a um movimento que não pudera reprimir, chamou em 10 de setembro aos seus conselhos os homens que representavam a opinião predominante. Esses homens, presididos pelo conde de Linhares, que tambem ficou com a pasta da guerra, fôram: Vieira de Castro, ministro da justiça; visconde de Sá da Bandeira, da fazenda e interino dos estrangeiros; Vasconcellos Correia, da marinha; e Passos Manuel, do reino. Este ministerio tinha forçosamente de assumir a dictadura. Assumiu-a tratando ao mesmo tempo de convocar immediatamente côrtes constituintes. Passos Manuel, como ministro do reino, começou logo a tratar da instrucção publica. Pelo decreto de 18 de novembro de 1836, creou em Lisboa um deposito geral de machinas, modelos, utensilios, desenhos, descripções, e livros relativos ás differentes artes e officios, com a denominação de *Conservatorio das Artes e Officios*, e com o fim principal de promover a instrucção pratica em todos os processos industriaes por meio da imitação. Por decreto de 5 de janeiro de 1837 foi creado no Porto um deposito geral com a designação de *Conservatorio Portuense de Artes e Officios*, com o mesmo fim, methodo de organisação, administração e regulamento que o de Lisboa. Foi tambem Passos Manuel quem fundou a Academia de Bellas Artes; foi elle quem referendou os tres decretos de 25 de outubro de 1836, todos relativos á Academia. O 1.º d'aquelles decretos teve por fim crear a Academia; o 2.º collocal-a n'uma parte do edificio do extincto convento de S. Francisco da cidade, onde ainda hoje existe, e creou uma *bibliotheca especial de bellas artes* no mesmo edificio; o 3.º nomeou para os diversos empregos da academia as pessoas constantes d'uma relação que acompanhava o mesmo decreto. A academia ficava sob a protecção immediata da rainha D. Maria II e d'el-rei D. Fernando. N'esse mesmo anno de 1836, tambem por iniciativa do distincto ministro do reino, se creou a Casa Pia, de Evora, por decreto de 27 de outubro. Por decreto de 12 de janeiro de 1837, referendado pelos ministros Passos Manuel e visconde de Sá da Bandeira, foi creada uma Casa Pia, com a denominação de *Asylo Rural Militar*, destinada exclusivamente para recolher, alimentar, e educar 80 alumnos, filhos de praças de pret do exercito. O asylo ficaria assente no edificio do extincto convento do Varatojo, applicando-se-lhe tambem a respectiva cêrca, e uma porção de terreno não muito distante do estabelecimento. Em 28 de setembro de 1836, Manuel da Silva Passos encarregou Almeida Garrett de elaborar e propor ao governo um *plano para a fundação e organisação do Theatro Nacional de Lisboa*, devendo ao mesmo tempo informar ácêrca das providencias necessarias para effeituar melhoramentos possiveis nos theatros existentes. Do plano elaborado por Almeida Garrett resultou o decreto de 15 de novembro creando a *Inspecção geral de theatros*, e simultaneamente estabelecendo um *Conservatorio Geral da Arte Dramatica*. Por decreto de 29 de dezembro de 1836 deu uma nova e radical organisação ás escolas de cirurgia de Lisboa e Porto, dando-lhes a denominação de *escolas medico-cirurgicas de Lisboa e Porto*. Tambem na fecundissima dictadura de Passos Manuel, se fundou em janeiro de 1837 a Academia Polytechnica do Porto em substituição da antiga Academia Real de Marinha; transformou os estudos da Universidade, formou um novo plano para as escolas de instrucção primaria, recommendou a creação de associações agricolas, fabris e industriaes nas terras mais importantes do reino. Este ministerio estava no poder havia apenas dois mezes quando rebentou o movimento da *Belemzada* (V *Portugal*, vol. II, pag. 263 e seguintes) A rainha retirou-se para Belem, demittiu o ministerio, organisou outro gabinete, e fez proclamar nos arredores do Paço a restauração da Carta Constitucional. Conhecedor do que se passava, Passos Manuel tratou logo de vêr quaes eram os sentimentos da guarda nacional, e achou-a prompta a acompanhal-o. A tropa de linha, que estava em Lisboa, mantivera-se fiel tambem ao ministerio; Manuel Passos e os seus amigos não acceitaram as suas demissões. Em presença d'esta attitude, a rainha desanimou, voltou para Lisboa, e continuou a funccionar o regimen estabelecido. Não fôra essa a primeira tentativa de reacção contra o ministerio setembrista. Logo no dia 18 de setembro tinham protestado contra a revolução 27 membros da camara alta. No dia 5 de outubro constava ao novo governo que o batalhão de caçadores n.º 5 queria fazer a contra revolução, o batalhão foi mandado para o Algarve combater o Remechido, e como o chefe cartista Gomes parecia operar de accordo com o guerrilheiro portuguez, e podia por conseguinte a sua união acarretar serios perigos, apoz caçadores n.º 5 marchou para o sul do rio Tejo uma divisão commandada pelo barão de Bomfim. O movimento da *Belemzada* mallogrou se, além de muitas outras causas, pela intervenção dos marinheiros inglezes que desembarcaram, diziam elles, com o fim de proteger a rainha, o que irritou profundamente os proprios cartistas. Foi Manuel Passos quem primeiro protestou, e com toda a energia, contra a intervenção ingleza, mais ou menos disfarçada. Estava detido em Belem, onde a rainha

o mandára chamar. Esse simulacro de contra revolução durou pouco tempo. A 5 de novembro a rainha nomeava presidente do conselho de ministros o visconde de Sá da Bandeira, que chamou logo para seu lado Vieira de Castro e Passos Manuel. Até 1 de junho de 1837 se dilatou esta situação, em que Manuel Passos tinha a seu cargo, ora alternada, ora simultaneamente, as pastas do reino, da fazenda e da justiça. Além das grandes medidas já citadas, Passos Manuel resolveu, refundir, mais ainda, creou o nosso systema tributario. Deu ás alfandegas do reino a pauta de 10 de janeiro de 1837, da qual procedem todas as que depois d'ella tem sido decretadas, e libertou assim para uma vida nova o commercio, que estava ainda sujeito á pauta aduaneira de 14 de fevereiro de 1782. Em 31 de dezembro de 1836 promulgou um Codigo administrativo, em que tambem collaborou seu irmão José; n'esse trabalho havia excellentes disposições. Tratou tambem o notavel ministro de providenciar com relação ao modo de facilitar aos devedores á fazenda o pagamento dos seus debitos sem prejuizo do thesouro, e a respeito da exportação dos vinhos do Douro, da reducção de tenças e de pensões, da extincção do papel moeda. Alguns dos relatorios que precedem estes decretos são verdadeiras obras primas. As côrtes constituintes, convocadas no dia 12 de outubro de 1836, só vieram a reunir-se no dia 18 de janeiro de 1837. As reformas de Passos Manuel, reformas a que se deve accrescentar outra importantissima, a creação do registo hypothecario, tinham levantado muitos attritos. O ministerio contava agora um grande numero de inimigos, até nas fileiras dos avançados. Foi um d'elles José Estevão, que se estreou na tribuna, combatendo o ministerio de 5 de novembro. Todos consideravam perfeitamente transitorias e ephemeras as reformas de Passos Manuel, muitas das quaes ainda se teem conservado, attestando pelos seus immensos resultados a sensatez do legislador; Passos Manuel, porém, já estava cansado das intrigas miseraveis da politica, e aproveitou o primeiro ensejo que teve para sair do ministerio. A 5 d'abril começara a discutir-se a Constituição; em maio descutia-se a creação dos logares de secretarios de Estado, proposta por Passos Manuel, e rejeitada pela camara. Era o dia 10 de maio de 1837; n'esse mesmo dia Passos Manuel e os seus amigos pediram a demissão, e nunca mais esse estadista voltou a occupar as cadeiras do poder. Recolhendo-se á vida privada, acompanhou lealmente os seus amigos, sem despertar a colera dos inimigos. A Constituição acabou de se discutir e promulgou se, e Passos Manuel foi eleito senador. Na camara alta pronunciou alguns discursos muito notaveis, mas persistiu em se abster de entrar na parte verdadeiramente politica dos debates. Depois da contra-revolução do Porto, em 1842, que deu em resultado o restabelecimento da Carta Constitucional, e sendo extincta a camara dos senadores, Passos Manuel foi reeleito deputado, e assentou-se nos bancos da opposição. No entretanto, poucas vezes appareceu na camara, e poucas vezes tambem usou da palavra. Estava completamente entregue ás suas occupações agricolas; tornara-se lavrador no Riba-Tejo, e entregava-se com enthusiasmo aos cuidados da lavoura. O seu nome adquirira por isso mesmo um extraordinario prestigio. Esse homem que atravessára o poder sem se demorar, e que deixára, comtudo, um rasto brilhantissimo da sua passagem; que servira sempre desinteressadamente o seu paiz, que d'elle não recebera nem honras, nem empregos, nem beneficios, que se mostrára sempre liberal sincero, patriota ardente, que ligára o seu nome á dictadura mais brilhante da historia portugueza, a uma serie de fundações notaveis, e que nunca entrara nas luctas mesquinhas da politica, que nunca se mettera nas suas intrigas, que tivera o mais constante e o mais nobre desprendimento, á mais nobre altivez de animo, que falára alto aos reis nos seus paços, e quando elles tinham por si a força e a vontade de a empregar, que nunca lisongeara baixamente o povo, que fôra levantado ao poder por uma revolução que elle não provocára, e que o levantára nos escudos como ao mais digno, cuja palavra se levantára sempre a favor das causas sagradas da liberdade e da tolerancia, e que depois de tudo isso fôra entregar-se tranquillamente aos modestos trabalhos da agricultura, adquirira no paiz um prestigio verdadeiramente extraordinario. Em 1844, quando se mallogrou a revolta de Torres Novas, que foi morrer em Almeirim, Passos Manuel ergueu a voz para protestar contra a repressão violenta a que recorrera o partido vencedor e contra as vinganças a que se deixara arrastar. N'esse discurso ha phrazes immortaes, que deviam ainda hoje ser meditadas por todos que lidam na politica. Infelizmente, Passos Manuel voltou ao seu silencio habitual e á sua vida de lavrador. As eleições de 1845, tristemente celebres, irritaram profundamente o paiz, já fatigado do governo oppressor do conde de Thomar, e na primavera de 1846 rebentou a

Manuel da Silva Passos

revolução do Minho, conhecida pela *Maria da Fonte*. A rainha sentiu que a situação era grave e demittiu o ministerio que assim sublevára a opinião. Já a esse tempo se organisavam por toda a parte juntas incumbidas de auxiliar o movimento do uorte, Os desconteutes do districto de Santarem agruparam-se em torno do sympathico vulto de Passos Manuel. Não podia este, nem queria entrar no miuisterio. Mousinho d'Albuquerque, ministro do reino, pediu-lhe para acceitar o cargo de governador civil de Santarem, cargo que podia exercer, quasi sem sair de casa. Passos Manuel acceitou. Ao mesmo tempo era proposto deputado pelo Porto, mas nem chegou a ser eleito, nem pôde ser por muito tempo governador civil, porque a 6 de outubro dava a rainha o golpe de Estado celebre d'essa data, a noticia transmittida para o Porto fazia com que rebeutasse a revolução, cuja alma foi desde logo José Passos, o irmão energico de Passos Manuel. Parecia natural que a Passos Manuel pertencesse a direcção suprema, elle, porém, não desejava senão viver obscuro. Esteve sempre durante a revolução ao lado da Junta do Porto, combatendo, porém, como voluntario, sem ambições de poder nem de brilho. Auxiliou muito a Junta, e quando esta ficou definitivamente vencida, voltou á tranquillidade do seu viver domestico. Depois da convenção de Gramido, em 1847, não voltou, nem tentou voltar á camara. Dando se o movimento da Regeneração, em 1851, tornou a ser eleito deputado, sendo reeleito em outras legislaturas até 1858, mas poucas vezes tomou a palavra, e em muitas sessões não compareceu por falta de saude. Por carta régia de 17 de maio de 1861 foi eleito par do reino, mas não chegou a tomar assento na camara alta. No anno seguinte fallecia em Santarem, causando a sua morte a mais profunda consternação. Quando a noticia foi sabida em Lisboa, a camara dos deputados, que estava reunida, lançou na acta um voto de sentimento pela morte do grande liberal, e por proposta de Mendes Leal, determinou que na sala da bibliotheca da camara, fundada pelo eminente tribuno, se collocasse o seu busto. Annos depois, os seus patricios do concelho de Bouças lhe erigiram uma estatua na alameda de Leça. Manuel da Silva Passos havia casado a 28 de dezembro de 1838 com D. Gervasia de Sousa Falcão, filha de João de Sousa Falcão, e de sua mulher D. Maria Xavier Farinha Falcão. D'este consorcio houve duas filhas: D. Beatriz de Passos Manuel, que teve o titulo de viscondessa de Passos, em attenção aos serviços de seu pae; e D. Antonia de Passos Manuel, que casou com Pedro de Sousa Canavarro, neto do 1.º barão de Arcossô. Bibliographia: *Memorial sobre a necessidade e meios de destruir promptamente ó tyranno de Portugal, e restabelecer o throno de sua majestade a senhora D. Maria II e a Carta de 1826*, Paris, 1831; *Segundo memorial sobre o estado presente de Portugal, e como não ha razão, nem direito, nem força para tirar á senhora D. Maria II a sua corôa, e a nós a nossa liberdade*, Paris, 1831; *Breve razoamento a favor da liberdade lusitana, e da senhora D. Maria II, duqueza do Porto, e rainha constitucional dos portuguezes*, Paris, 1832; *Exame de algumas aptidões e doutrinas, que os senhores Filippe Ferreira de Araujo e Castro, e Silvestre Pinheiro Ferreira expendem em seu «Parecer, Notas e Analyse das observações do sr. José Ferreira Borges»*, Paris, 1832; *Parecer de dois advogados da Casa do Porto: 1.º sobre a carta particular que o sr. Candido José Xavier dirigiu ao sr. Rodrigo Pinto Pizarro*; 2.º *sobre a communicação que S. M. I. o sr. D. Pedro de Bragança fez ao general Conde de Saldanha*, etc., Paris, 1832; *Resposta aos artigos publicados no «Times» contra o ex.mo sr. general Conde de Saldanha, e que suppomos serem obra d'um olheiro chamorro bem conhecido*, 1832; este mesmo opusculo saiu mais extensamente desenvolvido em francez, com o titulo: *Réponse aux accusations publiées derniérement dans le «Times» contre le général Comte de Saldanha; dediée á ses amis personnels et politiques par les citoyens portugais Joseph et Manuel da Silva Passos*, Paris, 1832; *Relatorio apresentado ás Côrtes extraordinarias e constituintes, pelo ministro secretario de Estado dos Negocios do Reino*, etc., Lisboa, 1837; *Discurso do sr. Passos (Manuel) pronunciado na sessão de 16 de julho de 1841, na Camara dos Senadores*, Porto, 1841; versa sobre o requerimento d'um estrangeiro, que pedia uma *pensão ao parlamento em remuneração de serviços feitos á causa constitucional; Discurso do sr Passos (Manuel) sobre as contribuições municipaes*, Porto, 1841; *Discurso do sr. Passos (Manuel) pronunciado na sessão de 13 de fevereiro de 1840*, Porto, 1840; teve por assumpto a questão do trafico da escravatura, na discussão da resposta ao discurso da Corôa; *Discurso do sr. deputado Passos (Manuel) na sessão de 18 de outubro de 1844*, Lisboa, 1845; sobre o uso e abuso dos poderes dictatoriaes de que o governo se revestira, por occasião da sublevação de Torres Novas em fevereiro do mesmo anno.

**Passos** V. *Paços*.

**Passos Junior** *(Manuel d'Oliveira)*. Poeta contemporaneo. N. na freg. de S. Christovão, de Mafamude, concelho de Villa Nova de Gaia, a 2 de fevereiro de 1867. Fundou e dirigiu a revista quinzenal *Mocidade e Lettras*, em 1881, e a revista semanal *Socrates* em 1884. N'este mesmo anno, de camaradagem com Manuel de Moura, fundou o *Bistori*, revista mensal que durou 4 annos, e em 1894, tambem com Manuel de Moura, publicou o *In Memoriam*, numero commemorativo do 5.º centenario do nascimento do infante D. Henrique, editado pela typographia Pereira & Cunha, e collaborado pela familia real portugueza, pelo rei da Belgica, por quasi todos os bispos portuguezes e pelos mais notaveis escriptores nacionaes. Em 1898 assumiu a direcção litteraria da *Illustração Moderna*, de que era proprietario o director artistico o apreciado gravador Marques Abreu, e tres annos depois teve Manuel de Moura a auxilial-o na publicação da mesma revista. Oliveira Passos é um dos poetas novos que se mais se tem destacado. Tem escripto: *Timidos*, 1884; *Petalas*, 1887; *Mens divinior*, 1889; *Contra os inglezes*, 1890; *Padres jesuitas*, 1891; *Lux et Umbra*, 1892; *Myosotis*, 1893; *Lagrimas*, 1894; *Crepusculos*, 1895; *Na morte de João de Deus*, 1896; *Lyra de Camões*, 1897; *Voz sincera*, 1897; *Livro intimo*, 1901; *Biblia do coração*, 1905.

**Pastaneira**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos, districto de Evora.

**Pastel**. Planta usada na tinturaria. No seculo XV desenvolveu-se muito esta cultura nos Açôres. Sabe-se que em 1490 Antonio Caçona, genovez, residente em Sevilha, trazia arrendado ao duque de Beja o trato do pastel na ilha Terceira. || Massa de farinha cozida no forno, que se estende á mão ou por meio de rolo, e dentro da qual se mette carne ou peixe em picado, ou doce ou fructa. V. *Pasteleiro*. || Desenho feito com lapis de côres.

**Pastel**. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente, distr. do Funchal || Ilha do Fayal; pov. na cidade, conc. e distr. da Horta. Tem est. postal.

**Pasteleiro**. Fabricante de pasteis. Este antigo officio tinha no regimen da Casa dos Vinte e Quatro regimento especial. Na collecção do senado de Lisboa, reformada em 1572 encontra-se o respectivo regimento. V. *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa*, por Eduardo Freire de Oliveira, vol. VI, 1.ª Parte, pag. 538 e seguintes.

**Pasteleiro**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Lordello do Ouro, Porto, 2.º bairro (Occidental).

**Pastesins**. Pov. na freg. de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, districto de Aveiro

**Pastor**. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

**Pastoria**. Pov. na freg. de S. Vicente, de Redondello, concelho de Chaves, districto de Villa Real.

**Pata**. Prazo do distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Occidental.

**Patã**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. d'Albufeira, distr. de Faro. || S. Sebastião, de Boliqueime, conc de Loulé, do mesmo districto.

**Pataca**. Moeda de prata de Moçambique. Africa Oriental.

**Pataca**. Pequena bahia situada na costa do distr. de Mossamedes, prov. d'Angola, Africa Occidental. Está separada da praia do Bomfim por uma pequena ponta. || Ponta situada na costa SE da ilha de S. Nicolau, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Patacão** Antiga moeda do tempo de D. João III. Foi este monarcha quem mandou cunhar uma moeda de prata, a que se deu este nome, e que valia 40 réis. D'um lado tinha uma corôa, e por baixo d'ella—Io. III (João III)—ao fundo XXXX—com a legenda—Rex Portugaliae Al.—Do outro lado, uma cruz de S. Jorge, cereada pela legenda—In hoc signo vinces. D. João III tambem mandou cunhar patacões de cobre, com o peso de 5 oitavas, e o valor de 10 réis. D'um lado tinham o escudo real, cereado pela legenda —*Ioannes Tertius Portugaliae et Algarbiorum;* e do outro, um X no centro, e em redor—*Rex quintvs decimvs*, V. *Dez reaes*. || Antiga moeda de prata, mandada cunhar em Gôa, em 1555, pelo vice-rei D. Pedro de Mascarenhas. Era a maior moeda de prata que existia então no estado da India.

**Patacão**. Pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Faro.

**Patacas** (*Monte das*). Na freg. de Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja.

**Pataco**. Moeda de bronze no valor de 40 réis, mandada cunhar por decreto de 29 de outubro de 1811. Os pataeos eram pesados, desgraciosos e muito incommodos. Em 1846-1847, a Junta do Porto mandou tambem cunhar patacos na sua fabrica de moeda installada no extincto convento

Patacão

de Monchique, sendo esta especie de moeda considerada como illegal, ou moeda falsa, por decreto de 16 de maio de 1847. Acabada a guerra civil, os pataeos da Junta fôram mandados recolher ao governo civil para serem legalisados por meio d'um carimbo, *G. C. P. (Governo Civil do Porto)*. Os patacos apresentados fôram 220:556, sendo inutilisados 1:137. Sem carimbo ficaram apenas 678, visto que o numero d'elles mandado cunhar pela Junta fôra de 221:244, isto é, réis 8:849$760, que pesavam perto de 7:200 kilos. Ha muitos annos que esta moeda foi abolida. V. *Miragaia*, a pag. 1128 do vol. IV; e *Quarenta réis*.

**Patalas**. Pov. e freg. de N. S.ª da Esperança, da prov. da Extremadura, conc. e com. d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa; 752 fog. e 3:051 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post., permutando malas com a R. A.-Lisboa Figueira. Está situada na estrada da Pederneira a Leiria, a 6 k. do Oceano Atlantico, e a 14 da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha diversos generos, 1$.00 réis em dinheiro,

Pataco de D. Maria II

e o pé d'altar. A primeira invocação da padroeira d'esta freg., foi N. S.ª da Conceição, depois passou a N. S.ª da Annunciação, e por fim, á de N. S.ª da Esperança, que ainda conserva. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

**Patairia**. Pov. na freg. de S. Jeronymo, de Real conc. e distr. de Braga.

**Patalim**. E' appellido nobre em Portugal, de que ha noticia no seculo XIV. No anno de 1319, Lopo Rodrigues Patalim e sua mulher, Mayor Pires, instituiram um morgado na freg. de S. Pedro, da cidade de Evora. Este morgado passou depois por herança aos Carvalhos, cujo ramo se appellidou *Carvalho Patalim*. As suas armas são: Escudo esquartelado: no 1.º e 4.º quarteis, de ouro, 4 coticas azues, em faxa; no 2.º e 3.º, de purpura, um castello de ouro, elmo d'aço, aberto, e por timbre, o castello do escudo. Outros d'este appellido, usando das mesmas armas, trazem por timbre um braço direito, armado com uma espada. Ainda ha outros Patalins que trazem o escudo dividido em aspa: no 1.º e 4.º quarteis, de purpura; no 2.º e 3.º, de ouro, 4 coticas azues, em pala O mesmo elmo e timbre. A familia do appellido Patalim, que veiu de Aragão, tem por armas: Em campo d'ouro 5 coticas, de purpura, em pala. Elmo d'aço, aberto, e por timbre, um braço direito armado com uma espada; paquifes de ouro, forrados de azul.

**Patameira de Baixo**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois P rtos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

**Patameira de Cima**. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

**Patane**. Freg. da cidade, conc. e prov. de Macau, Asia. E' um dos tres bairros chinezes da cidade.

**Pataria**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Patas** *(Casal das)* Na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem. || Ribeira da ilha de Santo Antão, no Archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Os terrenos adjacentes e todo o valle são muito ferteis e cultivados.

**Patelvary**. Povoação da propriedade rustica do mesmo nome, na freguezia de Santo André de Brancavará, do concelho de Diu, na India.

**Pateira**. Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Luzia, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Teixeiró, conc. de Baião, distr. do Porto.

**Pateirão**. Pov. na freg. de S Miguel, de Roriz, conc. de Barcellos, dis'r. de Braga.

**Pateiro** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Ferragudo, conc. de Lagoa, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, do mesmo districto.

**Patellas** Povoações nas freguezias: O Salvador, de Ginzo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

**Patêllo** Serra do districto de Santarem. V. *Ayre*.

**Patellos** Pov. na freg de S Julião, de Serafão, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Patena** Lamina metalica, um tanto convexa, em fórma de pires em que se colloca a hostia, na missa. Serve tambem de tampa ao calix. Ha formosas patenas, preciosissimas, como a do calix de ouro esmaltado da sé de Evora, adeante reproduzida. Na exposição d'arte retrospectiva, em 1882, via-se uma linda patena de prata dourada, tendo no centro a imagem de um santo e na orla o letreiro AVE MARYA PRENA GRACYA DOMI. No reverso o brazão de armas da ordem de S. Domingos. Tinha de diametro 2 cent. e suppunha-se trabalho do seculo XVI Pertencia a el-rei D. Luiz. Outra patena notavel era a do celebrado calix de Alcobaça. V. *Calix*, a pag. 628 do vol. II.

Patena

**Pateo**. Pov. na freg. de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

**Pateo do Azinhal** Pov. na freg. de S. Mathias, conc. e distr. de Evora.

**Pateo do Collares** Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

**Pateo de comedias**. V. *Theatro*

**Pateo da Fabrica**. Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Extremoz, distr. de Evora.

**Pateo do Valladares** Pov. na freg. de Santa Maria. dos Olivaes, 1.º bairro de Lisboa

**Pateo de Valverde** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tourega, concelho e distr. de Evora.

**Patlem**. Pov. do conc. e commissão militar de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada a E da prov. chamada Portugal e Castro. || Pov. do conc. de Sanguem, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo de Astragar.

**Patim**. Pov. da freg. de S. João Baptista, do conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pato** As armas da familia d'este appellido são: Em campo de prata nove lisonjas em tres palas veiradas e contraveiradas de azul e vermelho, sendo a côr superior azul e a inferior vermelha; timbre, um pato de prata armado de vermelho.

**Pato** *(Raymundo Antonio de Bulhão)*. V. *Bulhão Pato*.

**Pato**. Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Lordello, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc de Montemór o Novo, distr de Evora

**Pato Moniz** *(Nuno Alvares Pereira)*. Poeta e

escriptor. N. em Lisboa a 18 de setembro de 1781, fal. na ilha do Fogo, em Cabo Verde, a 24 de dezembro de 1826. Era filho de Manuel Mouiz Pereira Pato Guerreiro Velho de Moraes Perdigão, fidalgo da Casa Real, capitão-mór de ordenanças das nove villas do Ribatejo, e juiz de fóra nas de Aldeia Gallega e Torres Novas. Pato Moniz cursou com o maior aproveitamento as aulas publicas do convento de S. Vicente de Fóra. Ali adquiriu o gosto pela poesia, que ainda mais se lhe desenvolveu quando travou relações intimas com o poeta popular Manuel Maria du Bocage, de quem se tornou ardente admirador. Comtudo, Pato Moniz obedeceu a seu pae, que o queria casar com uma rapariga da aldeia que lhe trazia bom dote, mas por pouco tempo se resignou a sujeitar-se a estes cuidados da vida material e ás obrigações domesticas, porque não tardou a separar-se da mulher, e como seu pae morrera, ficou senhor d'um vinculo que o podia sustentar decentemente, mas não era d'essa tempera Pato Moniz, e não descançou emquanto não alienou de qualquer fórma os bens d'esse vinculo, lançando-se alegremente na vida airada, acompanhando sempre Bocage aos botequins e aos outeiros, tornando se seu inseparavel companheiro, prompto sempre a applaudil-o enthusiasticamente, a prodigalisar-lhe as palmas e as ovações de que Bocage tanto carecia, partilhando emfim as suas affeições e as suas inimizades litterarias. Foi assim que se tornou inimigo implacavel do padre José Agostinho de Macedo. Pato Moniz foi um dos que se arrojaram com mais ardor á lucta, seguindo n'esse ponto as pisadas de Bocage. Um soneto escripto em 1803 contra a tragedia *Zaida*, de José Agostinho de Macedo, despertou desde logo a veia atribiliaria do ex-frade, que nunca mais perdeu de vista esse moço poeta que se atrevera a querer medir se com elle. Emquanto, porém, teve deante de si o grande vulto de Bocage, não distrahiu o implacavel padre a sua attenção para outro lado, porque tinha de se defender d'esse terrivel inimigo, mas quando elle morreu, e depois da especie de reconciliação, que se deu entre José Agostinho de Macedo, e Bocage, na hora final da existencia do grande poeta, em que se trocaram epistolas amaveis, escriptas em belissimos versos, o ex-frade preparou-se para a lucta com os discipulos. Com Pato Moniz julgou decerto a empresa mais facil do que o foi afinal, e o discipulo de Bocage, exactamente para se mostrar destemido, vibrou-lhe em 1808 cinco sonetos que lhe doeram deveras. O irascivel padre jurou que tiraria desforra certa, e desde então nem Pato Moniz podia escrever uma poesia que não fôsse logo energicamente commentada por José Agostinho de Macedo, nem este firmar uma obra com o seu nome, que não tivesse certa a implacavel censura do seu antagonista. Pato Moniz, porém, depois de ter desbaratado o producto da alienação dos bens do vinculo que herdara, via-se obrigado a recorrer á penna para viver, então fraco recurso. Uma das grandes fontes de rendimento, era a composição de elogios dramaticos. Entre 1808 e 1813 affirma Pato Moniz que escreveu mais de 40 composições dramaticas d'este genero, e que todas se representaram. Em 1810, escreveu um *Elogio* para ser recitado no theatro da Rua dos Condes, na noite do beneficio do actor Victorino José Leite, que estava gravemente enfermo. O actor morreu, e Pato Moniz escreveu no anno seguinte, 1811, uns versos á sua memoria e aos seus amigos, especialmente a Manuel José da Silva Serva. Não contente ainda com esses elogios dramaticos, prodigalisou Pato Moniz versos encommiasticos de occasião, como uma *Congratulação á patria* em 1808, uma *Ode pindarica* a lord Wellington em 1813, *Apotheose á rainha D. Maria I* em 1816, em versos varios folhetos e collecções poeticas, feitos por occasião de diversas festividades; escreveu em 1813 uma ode e um soneto a lord Wellington, uns versos aos annos do principe regente D. João, e outros ao anniversario da saida de Junot (15 de setembro); em 1814 outros aos annos do principe regente, etc. José Agostinho de Macedo não o abandonava nunca com a sua esmagadora critica. A precipitação com que Pato Moniz escrevia versos, especialmente sobre assumptos banaes, deu logar a que elles se prestassem muito á critica, e o ex-frade não o poupava. O que sobretudo deu largo pasto á maledicencia do terrivel padre, foi a *Ode pindarica* a lord Wellington, que principiava assim:

Delphico lavrador com rico arado

e que tinha estes versos infelizes:

São provas do que eu digo,
Roliça, Badajoz, Pombal, Rodrigo.

José Agostinho de Macedo nunca mais largou estes dois versos, e teve a paciencia de fechar sempre com elles todos os artigos que escreveu contra Pato Moniz no *Espectador Portuguez*. Além de muitos versos, escreveu umas epistolas e um poema elegiaco intitulado *A apparição*, tudo dedicado á memoria de D. Firmina Carlota da Silva Serva, pertencente a uma familia a que sempre Pato Moniz se mostrou muito affeiçoado, e inseriu no *Observatorio portuguez*, no *Correio da Peninsula*, e outros jornaes e collecções, odes, apologos, traducções de Horacio, de Wieland e de Vernes. Mas o principal titulo da gloria poetica de Pato Moniz, são as suas satyras contra o padre José Agostinho de Macedo. Em 1812 imprimiu em Londres anonyma a sua satyra intitulada *Elmiro*, dedicada ao reverendo ex-frade, vulgo o mestre Soliloquio ou o Camões da Bombarda. Esta satyra consta de 405 versos hendecasyllabos e de 42 notas em prosa, algumas d'ellas bastante longas. Foi como a percursora da celebre *Agostinheida*. Effectivamente, José Agostinho de Macedo, deveras magoado, vingou se largamente no poema dos *Burros*; Pato Moniz publicou então a *Agostinheida*, poema heroi comico em 9 cantos, que foi impresso em Londres, sem nome do autor, em 1817, e que feria cruelmente o ex-frade. A lucta entre os dois poetas foi verdadeiramente titanica, e manifestava se por todas as fórmas, e escolhia todas as armas. A hostilidade entre os dois era profunda, porque, na verdade, havia entre as idéas de um e d'outro a mais completa divergencia em tudo. Quando rebentou a celebre questão sebastica, o padre José Agostinho de Macedo atacou vivamente o sebastianismo n'um folheto intitulado *Os Sebastianistas*, folheto que foi vigorosamente atacado

no *Correio da Peninsula ou Novo Telegrapho*, que desde 1810 era redigido por Pato Moniz e João Bernardo da Rocha. Os dois jornalistas escreveram, além d'isso, uns folhetos, a que o ex-frade respondeu, tornando-se bem rija a contenda. Sairam ao mesmo tempo em defeza do ex-frade o professor de grego Antonio Maria de Couto e D. Benevuto Antonio Caetano Campos, e em defeza dos redactores do *Correio da Peninsula* Pero Jaco. Os folhetos ferviam de parte a parte, e José Agostinho de Macedo, não se contentando com o debate da imprensa, escreveu para a Rua dos Condes uma farça intitulada: *O Sebastianista desenganado á sua custa*, em que os dois adversarios figuravam, João Bernardo da Rocha com o nome de *Louro*, e Pato Moniz com o de *Nunes*. Os dois jornalistas fôram tambem para esse campo, e escreveram o *Anti-Sebastianista desmascarado*, farça que parece não se ter chegado a representar. Essa discussão sebastica, frivola na apparencia, porque decerto os contendores, sendo homens illustrados não acreditavam em 1810 na existencia de D. Sebastião, occultava uma questão muito seria, a do liberalismo e a do absolutismo. Os sebastianistas eram verdadeiramente os liberaes, que não podiam defender os seus principios o as suas idéas senão debaixo d'essa fórma profundamente mysteriosa, e José Agostinho do Macedo tanto o comprehendia, que os atacava com uma furia de que não seria decerto merecedora a inoffensiva seita dos sebastianistas. Bem se revelou isso mesmo annos depois, quando João Bernardo da Rocha e Pato Moniz se encontraram á frente do movimento liberal, tendo de novo por adversario o rancoroso padre. Emquanto não chegava esse momento de luctas mais graves, Pato Moniz e José Agostinho de Macedo continuavam a dilacerar-se litterariamente. O padre publicava o poema do *Gama*, saia logo Pato Moniz com o *Exame critico do novo poema epico intitulado o «Gama»*, etc. N'esta obra tambem collaborou João Bernardo da Rocha. O padre accudiu logo com o *Exame examinado*; sae o poema do *Oriente*, e Pato Moniz, d'esta vez sósinho, appareceu com o *Exame paralytico e parallelo do poema do Oriente*, etc. Para responder a esta vigorosa critica, não se contentou José Agostinho de Macedo com um folheto, quiz um jornal, e fundou o *Espectador Portuguez*, em que foi deafiando o *parallelo* aos bocadinhos, segundo elle dizia. Pato Moniz respondeu no *Observador Portuguez* com toda a violencia, e por tal fórma se azedaram os dois contendores, que o governo terminou a questão supprimindo em 1819 os dois jornaes. José Agostinho não se vingava de Pato Moniz sómente n'este jornal, no *Semanario de instrucção e recreio* analysava minuciosamente quantas poesias o seu adversario escrevia. Deve-se dizer, comtudo, que apezar de Pato Moniz occupar na escala litteraria um logar muito inferior ao de José Agostinho de Macedo, não ficou esmagado n'esta lucta insana, e fez ao ex-frade feridas que sangraram por muito tempo. Pato Moniz não póde deixar de se considerar um poeta de segunda ordem. Foi primeiramente um pallido imitador de Bocage, depois passou a imitar Filinto Elysio, e como elle tentou tambem traduzir alguns dos primeiros cantos da musa romantica, abalançando-se, como o seu novo mestre, a traducções de Wieland. No meio d'estes conflictos litterarios aproximava-se o grande movimento liberal de 1820, que Pato Moniz saudou com enthusiasmo, fundando logo o *Portuguez Constitucional*, que foi a primeira folha liberal que se publicou em Lisboa, porque tendo-se feito a revolução na capital no dia 15 de setembro, mesmo n'esse mez saiu o jornal de Pato Moniz. Teve depois uma interrupção de alguns mezes, o tornou a sair no principio de 1822 com o titulo: *O Portuguez Constitucional regenerado*. Achou-se, como sempre, frente a frente com o seu velho inimigo José Agostinho de Macedo, que o não poupou nas famosas cartas a Joaquim José Pedro Lopes, e que não foi por elle poupado. Nem um nem outro se contentaram com os jornaes, e em 1822 publicava Pato Moniz, *Sova no padre José Agostinho de Macedo em resposta á sua ultima carta ao redactor Lopes, pelo Censor Lusitano Senior*. José Agostinho de Macedo respondeu com o seu *Mais um quarto de palavra sobre o Padre*. A paixão politica, acirrando os antigos odios litterarios, fazia com que entre os dois adversarios se trocassem as mais acerbas injurias. Quando se fundou a Sociedade Patriotica Litteraria, Pato Moniz foi um dos seus mais ardentes membros, e teve o encargo da redacção do jornal da *Sociedade Patriotica Litteraria*, tendo, porém, muitos outros collaboradores. Em 1822, procedendo-se ás eleições das primeiras côrtes ordinarias que houve em Portugal, depois da fundação do systema, representativo, Pato Moniz foi eleito deputado por Setubal, ao mesmo tempo que José Agostinho de Macedo era eleito deputado substituto por Beja, mas este não chegou a tomar assento na camara, por não ter havido impedimento do proprietario. Se os dois antagonistas se tivessem encontrado na camara, que violentas discussões não haveria entre elles, tanto mais que Pato Moniz se revelou um ardente orador, combatendo com enthusiasmo e energia pelas idéas avançadas. Tornou-se notavel na discussão do projecto de lei que abolia a Intendencia da Policia, projecto que Pato Moniz defendeu, e que foi convertido em lei, e tambem no debate que se travou a respeito da questão do juramento de D. Carlota Joaquina, em que Pato Moniz se mostrou o mais adverso possivel á rainha. Não era preciso tanto para desiguar o nome de Pato Moniz aos odios e aos rancores da reacção. Era o redactor do *Portuguez Constitucional* e do *Jornal da Sociedade Patriotica-litteraria*, era amigo de João Bernardo da Rocha, e no periodico que este celebre jornalista liberal publicára em Londres até 1821, com o titulo de *Portuguez*, escrevera umas famosas *Cartas*; pertencia á Maçonaria, como secretario do Grande Oriente Lusitano, inimigo fidagal de José Agostinho de Macedo, que tinha de exercer preponderancia em qualquer situação reaccionaria, e ferira profundamente o padre que menos perdoava aos seus inimigos; juntava a tudo isto o crime de defender ardentemente na camara os principios liberaes, o de atacar a Intendencia da Policia, e de offender a vingativa rainha D. Carlota Joaquina. Todas estas circumstancias deram em resultado que Pato Moniz, logo depois do movimento da Villafranceada, em 1823, ser mandado sair para o sul do Tejo, sendo em seguida desterrado para a ilha do Fogo em Cabo Verde. Ali viveu tres ou quatro annos atormentado por desgostos e doen-

ça até que falleceu, contando apenas 45 annos de edade. *Bibliographia:* Obras em verso: *Congratulação á patria, ode*, Lisboa, 1808; *A quéda do Despotismo: drama para se representar no theatro da Rua dos Condes, dia dos faustissimos annos de S. A. R. o Principe regente nosso senhor*, Lisboa, 1809; tanto este folheto como alguns dos seguintes, sairam só com a indicação das iniciaes do seu nome: N. A. P. P. M; foi reimpresso no Rio de Janeiro, em 1810; *A gloria do Oceano: drama para se representar no theatro da Rua dos Condes em obsequio ao dia natalicio de S. M. B. el rei Jorge III*, Lisboa, 1809; *A estancia do Fado: drama para se representar no theatro da Rua dos Condes em applauso dos felizes desposorios da serenissima senhora princeza D. Maria Thereza, com o serenissimo senhor infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança*, Lisboa, 1810; *Elogio recitado no theatro nacional da Rua dos Condes no dia do beneficio de Victorino José Leite, então gravemente enfermo, a 29 de novembro de 1810*, Lisboa, 1810; *Versos, que á memoria e aos amigos de Victorino José Leite, com particularida ao sr. Manuel José da Silva Serva, O. D. C.* etc., Lisboa, 1811; *Dos triumphos bretões se apraz Diana: drama*, etc., *em celebração do fausto natal de S. M. B.* (Jorge III), Lisboa, 1811; *O mez das flôres: drama, para se representar na Sociedade nacional do real theatro de S. Carlos, em applauso dos faustissimos annos da serenissima senhora D. Carlota Joaquina, princeza do Brazil*, Lisboa, 1812; *O throno; drama para se festejar no real theatro de nacional de S. Carlos o sempre faustissimo anniversario de S. A. R. o principe regente de Portugal*, Lisboa, 1812; *O nome: elogio dramatico, que depois da batalha de Arapiles, vindo a Lisboa o seu vencedor, Lord Marquez de Wellington e Torres Vedras*, etc., *em obsequio de tão fausta vinda, se representou no real theatro nacional de S. Carlos*, Lisboa, 1813; *Elogio para se recitar no real theatro de S. Carlos, em applauso do sempre felicissimo anniversario de S. A. R. O Principe regente d'estes reinos*, etc, Lisboa, 1813; *Ode pindarica ao ill.mo e ex.mo sr. marechal general Marquez de Wellington*, etc., Lisboa, 1813; *Elmiro*, satyra escripta em 1812, e se imprimiu em Londres n'esse anno ou no immediato, parece que sem o nome do autor; *Versos gratularios, que aos srs. subscriptores para a beneficencia a favor dos officiaes e companhia do navio Balsemão, incendiado em Pernambuco em 23 de janeiro de 1816*, etc., Lisboa, 1816; *Apotheose da augustissima rainha D. Maria I de Portugal*, Lisboa, 1816; *Agostinheida: poema heroi comico em nove cantos*, Londres, 1817; sem o nome do autor; segunda edição feita em Lisboa, em 1833; *Versos consagrados á saudosa memoria da senhora D. Firmina Carlota da Silva Serva, e offerecidos pela amizade a seu esposo o sr. Antonio José Gonçalves Serva, e a seu pae, o sr. Manuel José da Silva Serva*, Lisboa, 1817; *A Apparição: poema elegiaco em quatro cantos consagrados á memoria da sr.ª D. Firmina Carlota da Silva Serva*, Lisboa, 1818. No vol. VI do *Diccionario Bibliographico*, de Innocencio Francisco da Silva, vem uma nota de muitas poesias publicadas em differentes jornaes e em diversas collecções de versos. Acerca centa que o que fica descripto, e que existe impresso, constitue apenas uma exigua parte das numerosas composições metricas de Pato Moniz. A totalidade das suas obras manuscriptas e autographas, que por muito tempo se julgaram perdidas, ou extraviadas em Cabo Verde, foi encontrada casualmente em Lisboa, n'uma loja, e vendidas a peso, ficando de posse d'ella um irmão de Pato Moniz. Entre essas composições, escriptas em cadernos irregulares, cheios de emendas e entrelinhas, havia materia bastante, segundo Innocencio, para 6 ou 8 volumes de impressão de formato de 8.º grande, e de arrazoado tamanho. Só os tomos I e II, que comprehendiam poesias lyricas, estavam ordenados e dispostos para a impressão, que o autor pertendeu fazer em 1818, começando com elles uma edição completa das suas obras, que os successos subsequentes não permittiram realisar. A collecção abrangia ensaios em quasi todos os generos, inclusive o dramatico. Havia 4 tragedias originaes e varias traduzidas; algumas comedias, mais de 200 fabulas ou apologos, sonetos, epigrammas, epistolas, satyras, elegias, idyllios, etc. Das ineditas contam-se: *Thermacia, tragedia em 5 actos*; *Os captivos portuguezes em Argel*, drama em 3 actos, collaboração com João Bernardo da Rocha; *O Anti-Sebastianista desmascarado; drama em 3 actos.*— Escriptos em prosa: *Correio da Peninsula ou novo Telegrapho*, Lisboa, 180 -1810; jornal publicado nas segundas e quintas feiras; fórma ao todo 2 volumes; *Refutação analytica do folheto que escreveu o reverendo José Agostinho de Macedo, e intitulou «Os Sebastianistas»*, etc., Lisboa, 1810; *Justa impugnação do celebre syllogismo, que apoiou o livro «Os Sebastianistas»*, etc., Lisboa, 1810; *Exame critico do novo poema epico intitulado «O Gama», que ás cinzas e manes de Luiz de Camões, principe dos poetas, dedicam como em desaggravo, os antigos redactores do «Correio da Peninsula»*, etc., Lisboa, 1812; *Exame analytico e parallelo do poema «Oriente» do reverendo José Agostinho de Macedo, a Lusiada de Camões*, Lisboa, 1815; *Sova no Padre José Agostinho de Macedo*, etc., Lisboa, 1822.

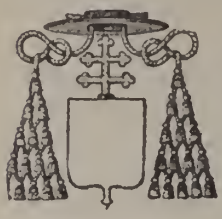
**Pato Moniz** (*Nuno Alvares Pereira*). Artista dramatico contemporaneo, muito apreciado. N. em 29 de junho de 1863. Estreou-se como artista no Funchal, em 1885, no drama o *Alfageme de Santarem*. No anno de 1887 esteve escripturado no theatro Baquet, do Porto, na empresa de Perry & C.ª Em 1888 representou em Lisboa no theatro da Avenida, passando depois para o do Principe Real. Mais d'uma vez tem ido ao Brazil, fazendo parte de diversas companhias. O seu reportorio é longo, tendo-se evidenciado mais em papeis dramaticos.

**Patões**. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Rabaçal, conc. de Penella, districto de Coimbra.

**Patos** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. do Braga.

**Patriarcha**. Prelado de certas dioceses mais importantes. No seu brazão d'armas usa o patriarcha, quando é cardeal, debaixo do chapéo forrado de vermelho, e por detrás do escudo, uma cruz dobre, isto é, com dois braços horisontaes. Quando o patriarcha não é cardeal, a differença consiste no forro do chapéo que é verde, e as borlas são apenas dez em cada lado do escudo, começando por uma e acabando em quatro. D. João V concedeu ao Patriarcha de Lisboa, em brazão da sua alta dignidade, todas as honras e

prerogativas, que eram concedidas, e elle permittia aos cardeaes da Santa Igreja de Roma, nos seus reinos, por decreto mandado á Mesa do Desembargo do Paço em 17 de fevereiro de 1717. *Patriarcha das Indias Orientaes.* Titulo honorifico que tem o arcebispo de Gôa; gosa do privilegio de presidir aos concilios provinciaes de todas estas Indias que se reuniam ordinariamente em Gôa.



Brazão de Cardeal Patriarcha

**Patriarchal.** V. *Portugal.* vol. IV, em Lisboa, os artigos *Sé e Santa Basilica da Patriarchal.*

**Patricio** *(Fr.).* Eremita da ordem de Santo Agostinho, cujo appellido se ignora. N. em Braga no seculo XVI e fal. a 30 de junho de 1620. Viveu em Roma onde tomou o habito, e esteve ao serviço do cardeal Montalto. Deixou publicadas differentes obras poeticas em latim.

**Patricio** *(Antonio José).* Pintor e gravador. N. em Lisboa a 28 de junho de 1827, onde tambem fal. em junho de 1878. Era filho d'um operario da fabrica de tabacos de Xabregas, e elle proprio trabalhou tambem algum tempo na mesma fabrica. Empregando o tempo que lhe restava d'essas obrigações em fazer recados ás freiras do convento do Salvador, e andando sempre com um bocado de lapis ou de carvão com que enchia de bonecos as paredes caiadas da portaria, chamou isso a attenção do capellão das freiras, Fr. José do Coração de Jesus, que travando conhecimento com o humilde rapazinho, lhe ensinou instrucção primaria, dando-lhe ao mesmo tempo algum dinheiro para compensar a perda do vencimento na fabrica pelas horas que empregava no estudo. Não se contentou com isso o bom do egresso, e obteve que Patricio se matriculasse na Academia de Bellas Artes no anno de 1844 a 1845. Tendo sido premiado no concurso do primeiro anno e tambem no do segundo e do quarto, foi admittido ás aulas de pintura historica, e em 1849 concluiu o curso, recebendo sempre de todos os professores os maiores elogios, mas tendo casado com uma filha do conhecido D. José Serrate, e vendo se carregado de familia, começou logo a dar lições para ganhar os meios indispensaveis para a subsistencia. O trabalho excessivo deteriorou-lhe em breve a saude, vindo a morrer n'uma pobre casa da estrada da Charneca, contando apenas 31 annos de edade. Os ultimos momentos do artista fôram amargurados por uma extrema falta de meios, e quando o professor Thomaz da Annunciação, para minorar essa desgraça, foi offerecer a el rei D. Fernando os dois quadros de Patricio: *Tempestade* e a *Despedida*, e voltava satisfeitissimo com as trinta libras que o rei artista lhe dera por aquellas telas, encontrou apenas o cadaver do seu amigo, que tinha expirado momentos antes. Os melhores quadros de Patricio são: *Rapazes jogando na roda das castanhas*, que foi muito apreciado na exposição universal de Paris pela excellencia do colorido; *A Interrupção da leitura*, que figurou na exposição triennal de Bellas Artes em 1856, e de que ha uma gravura a agua forte pelo autor no *Jornal das Bellas Artes* de 1857; *Paisagem tomada dentro da tapada d'Ajuda*, que esteve na mesma exposição, e foi tambem gravada pelo autor no mesmo jornal; *A Conversação junto á fonte* e os dois quadros já citados: a *Tempestade* e a *Despedida*. Além d'estes trabalhos, pintou os tectos das egrejas de S. João da Praça e das Mercês, e deixou grande numero de estudos e esbocetos.

**Patricio** *(P. Francisco José).* Illustre orador sagrado contemporaneo, reitor do Real Collegio dos Orphãos de Nossa Senhora da Graça, do Porto, deputado, jornalista, socio do Instituto de Coimbra, da Sociedade de Geographia de Lisboa, da Sociedade dos Archeologos e Architectos, de quasi todas as sociedades litterarias e instructivas do Porto, e de varias aggremiações estrangeiras, etc. N. no Porto a 10 de janeiro de 1850. Começou os seus estudos no Real Collegio dos Orphãos, e terminou o curso triennal no seminario do Porto em 1871. Ordenou se de presbytero em 1873. Começou a prégar em 1870, e foi nomeado prégador régio em 1874, e parocho encommendado de Paranhos em 1877. Como orador sagrado adquiriu bem cedo o rev. P. Patricio grande fama, e terá sido rara a diocese do paiz em que não tenha prégado. Entre os seus sermões destacam-se como os mais notaveis, o das exequias d'el rei D. Luiz, na sé de Lisboa, a 19 de novembro de 1889, e nas que se realisaram no Porto e Lamego; o das exequias das victimas do incendio do theatro Baquet, o elogio do sertanejo Silva Porto, o que recitou por occasião da entrada de Garrett no pantheon dos Jeronymos; o sermão que prégou em Lisboa na egreja de Santo Antonio, em 13 de junho de 1895, por occasião da commemoração do 7.º centenario antonino. Estas e outras orações acham se publicadas nos seus *Trabalhos Oratorios*, 3 volumes. Como jornalista, tem feito parte da redacção dos seguintes jornaes: *Commercio Portuguez*, *Jornal do Porto*, *Jornal da Manhã*, *Provincia* e *Commercio do Porto*. Em alguns d'estes jornaes publicou artigos de investigação historica e archeologica, alguns dos quaes sairam depois em folheto. Entrando na politica, filiou se no partido regenerador, sendo eleito deputado pela primeira vez em 1881, por um dos circulos do Porto, e reeleito por Vianna do Castello na legislatura de 1896, e outra vez no Porto, nas de 1901 e 1904. Tambem foi o orador nas exequias realisadas na capella da Lapa, do Porto em dezembro de 1907, por alma do estadista Hintze Ribeiro, de quem era muito amigo. Em 1894, tomou parte nas festas commemorativas do centenario do infante D. Henrique, exercendo o logar de secretario. O reverendo P. Patricio tem prestado valiosos serviços á Real Sociedade Humanitaria, á Misericordia do Porto e ás ordens terceiras. Em 1900 foi agraciado com a commenda da ordem de S. Thiago. A sua nomeação de reitor do Real Collegio dos Orphãos data de 1902, e na sua gerencia tem procedido a notaveis melhoramentos, tendo transformado quasi por completo aquelle caritativo instituto. Nos volumes de sermões publicados, contam-se os seguintes: *O Natal*, *A Circumcisão*, *Corpus Christi*, *A Conceição Immaculada*, *Nossa Senhora da Esperança*, *Nossa Senhora dos desamparados*, *Mater dolorosa*, *O Mandato*, *Sepulto domini*, *Paixão* e *Soledade*, *Resurreição*, *S. Sebastião*, *S.*

*Bento, Pro Regina, Restauração de Portugal, Libertas, Cittá Dolente, D. Pedro IV, Flebilistille!, A bandeira do Sertanejo, Penitencia, Nossa Senhora da Lapa, S. Pedro, Umbra Cupressi, Influencia do Christianismo na arte, Santa Cruz, Elogio Funebre do marquez de Sá da Bandeira, A Primeira Communhão, Decus Oratorum, Aurora Consurgens, Ensis Gloriosus, Dolentem cum Folio, Per signum crucis, S. João, O Bom Jesus de Bouças, S. Marçal, In pulvere dormium, Loquar amaritudine, Dolens clamat in doloribus suis, Quando inveniemus parem?, Beatus qui intelligit super egenum et pauperem.* Em 1903 publicou uma collecção de contos sob o titulo de *Telas Romanticas.*

**Patrimonio.** Povoações nas freguezias: Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Rande, concelho de Felgueiras, do mesmo districto.

**Patrozes.** Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição e concelho d'Albufeira, districto de Faro.

**Patrulha.** Pov. no conc. de Loanda, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**Patudos** (*Quinta dos*). Na freg. de Santo Eustaquio, de Alpiarça, conc. de Almeirim, distr. de Santarem.

**Patuléa.** Nome porque era designado o partido popular na revolução de 9 de setembro de 1836.

**Paty.** Pov. da praganã de Nagar-Avely, na com. e distr. de Damão, arceb. de Gôa, India. Tem boas mattas.

**Pau.** Ilha do pequeno archipelago de Angoche, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. || Pov. da freg. de N. S.ª do Monte, no concelho da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pau Bandeira.** Pov. do sobado de Bembe, conc. de S Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Pau do Freixo.** Pov. na freg de Santa Catharina, de Aguiciras, conc. de Mirandella, distr. de Bragança.

**Pau Gordo.** Pov. na freguezia de S Vicente, de Alcabideche, concelho de Cascaes, distr. de Lisboa.

**Paul.** Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 355 fog. e 1:485 hab. Tem escolas d'ambos os sexos; est. post, medico, pharmacias, notarios, philarmonica, etc. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Paúl, na estrada de Fundão a Arganil. O real padroado apresentava o prior, que tinha 260$000 réis de rendimento. A terra é fertil; tem muito gado, de toda a qualidade, muita caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Povoações nas freguezias: S. Vicente e conc. de Abrantes, distr. de Santarem || S. Matheus, de Botão, conc. e distr. de Coimbra || S. Gregorio, de Cabanas de Torres, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição e conc. da Gollegã, distr. de Santarem. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, concelho e distr. de Leiria || N. S.ª d'Assumpção, de Seruache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra || S. Thiago e conc. de Torres Vedras, districto de Lisboa. || Santa Maria, de Almoster, conc. e distr. de Santarem || S. João Baptista e conc. de Coruche, do mesmo distr. || Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre. || Rio do distr. da Guarda. N. na serra da Estrella, proximo da Covilhã, corre para SO, passa na freg. do Paul, e entra no rio Zezere com 20 k. de curso. || Nome d'um extincto conc. da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Compunha se da freg. de Santo Antonio das Pombas ou do Paúl e da de S. João Baptista, e foi substituido pelo conc. de Santo Antão, formado das seguintes freguezias: S. Pedro Apostolo, Santo Antonio das Pombas, Santo Crucifixo, Nossa Senhora do Rosario, Nossa Senhora do Livramento e S. João Baptista. || Pov da freg. de Santo Antonio das Pombas, no conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' uma das mais povoadas da freg. Produz generos agricolas. || Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental || Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ribeira do conc. e ilha de Santo Antão, no referido archipelago e provincia.

**Paúl de Baixo.** Povoações nas freguezias: S. André e conc. de Mafra, districto de Lisboa. || S. João Baptista, de Palma, conc. de Alcacer do Sal, do mesmo distr. || Ilha de Santa Maria; S. Pedro, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || Santo Antonio das Pombas, no concelho de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde. Africa Occidental.

**Paúl de Cima.** Povoações nas freguezias: Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Palma, conc. d'Alcacer do Sal, do mesmo districto.

**Paúl das Lavouras** Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Samora Correia, conc. de Benavente, distr. de Santarem.

**Paúl do Mar.** Ilha da Madeira; freg. de Santo Amaro, concelho da Calheta, distr. e bisp. do Funchal. Tem est. postal.

**Paúl d'Otta.** Freguezia de S. Bartholomeu, na prov da Extremadura, concelho de Alemquer, distr. de Lisboa. O enfermeiro-mór do hospital real de Lisboa apresentava o cura, que tinha diversos generos e 2$000 réis em dinheiro. Esta freg. foi supprimida por ser muito pequena, sendo reunida á de Otta

**Paúl da Serra.** Um dos planaltos que occupam larga superficie no cimo do grande massiço de montanhas que accidenta a ilha da Madeira. E' o mais notavel de todos, regulando por 1:000 m. a sua altitude média. Esta grande chã fica nas origens da ribeira da Janella, que vae desaguar na costa N, engrossada com parte das copiosas nascentes do Rabaçal. São estas as aguas que vão irrigar as freguezias dos concelhos da Calheta e Porto Moniz.

**Paula** (*Antonio José de*). Antigo actor dramatico, que viveu no seculo XVIII, e que foi muito afamado no seu tempo. Falleceu em 19 de maio de 1803. Era de côr parda, ou mais valgarmente, mulato. Muitos o suppunham natural do Brazil, porém elle proprio declara no prologo d'uma das

suas versões dramaticas, *ser nascido em uma das ilhas portuguezas*, sem dizer qual, mas desconfia-se, que fôsse Cabo Verde. Tambem diz no referido prologo, que tivera alguns rudimentos litterarios. Começou a sua carreira artistica no theatro do Bairro Alto, ignoramos em que anno; é certo, porém, que em 1768 desempenhava papeis *de centro*, representando no *Tartufo*, de Moliere. Mais tarde foi ao Brazil, com uma companhia por elle organisada, e ali deu alguns espectaculos de que obteve bom resultado. Regressando a Lisboa em 1794, tomou a empresa do theatro do Salitre, que poucos annos antes se havia construido, tendo-se inaugurado em 27 de novembro de 1782. Na companhia que então organisou, figuravam os melhores actores d'aquelle tempo, e inaugurou se a 2 de julho do citado anno de 1794. Tambem representou no theatro de S. João, do Porto, em 1802. Antonio José de Paula traduziu e escreveu muitas peças, que fez representar, sendo empresario. Foi amigo intimo de Bocage, e o popular poeta escreveu um monologo de despedida aos portuenses, que elle recitou quando terminou os seus espectaculos no theatro de S. João. Afinal zangaram-se, e Antonio José de Paula foi implacavelmente satyrisado por Bocage. Das muitas peças que escreveu e traduziu sabemos das seguintes: *Drama intitulado a Gratidão, offerecido ao ill.mo e ex.mo sr. D. Thomaz José de Mello, governador e capitão general de Pernambuco, Parahiba, e mais capitanias annexas*, etc., Lisboa, 1790; *Comedia intitulada Frederico II Rei da Prussia, composta por D. Luciano Francisco Comella em o idioma hespanhol, e traduzida livremente para uso do theatro da nação portugueza, por A. J. P.*, Lisboa, 1794; *Segunda parte* (da mesma comedia), Lisboa, 1794; *Comedia intitulada a Humanidade, terceira parte de Frederico II Rei da Prussia*, etc., Lisboa, 1794; esta saiu sem trazer a indicação do nome do traductor; *O Cid, tragedia de Pedro Corneille, traduzida em versos portuguezes*; saiu anonyma, mas julga-se ser d'elle, assim como a traducção do *Mafoma*, de Voltaire, que outros querem, fôsse de José Anastasio da Cunha.

**Paula** (*Francisco José de*). Cirurgião na Real Camara, membro da Junta de Saude Militar e primeiro cirurgião do hospital militar da côrte, etc. Nasceu em Lisboa, ignoram se as datas do nascimento e fallecimento, mas sabe-se que vivia em 1820. Habilitou-se para o exercicio da sua profissão nas escolas de Edimburgo. Escreveu: *Observações praticas sobre a phtysica pulmonar, escriptas em inglez pelo doutor Samuel Foart Simons, traduzidas em latim pelo doutor Van-Zandiche, e em portuguez por Francisco José de Paula, accrescentadas de notas em portuguez pelo doutor Manuel Joaquim Henriques de Paiva*, Lisboa, 1789; *Elementos de physicologia de Guilherme Cullen, traduzidos em portuguez*, Lisboa, 1790; *Systema de cirurgia de Benjamim Bell, traduzido para portuguez*, etc., Lisboa, 1794; com estampas. N'esta traducção teve por collaborador o seu collega Manuel Alvares da Costa Barreto.

**Paula**. Pov. na freg. de S. Gregorio Magno, de Cabanas de Torres, conc. de Alemquer.

**Paula Teves** (*Francisco de*). Vice-almirante. N. em 11 de novembro de 1839, em Angra do Heroismo, fal. em Lisboa a 5 de dezembro de 1906. Em 20 de janeiro de 1853, contando apenas 14 annos de edade, aiuda incompletos, entrou na marinha de guerra, e a 17 de junho de 1858, aos 18 annos, alcançou a graduação de aspirante de marinha de 2.ª classe, sendo tres annos depois promovido á 4.ª classe. A 1.º de março de 1863 teve a promoção de guarda-marinha, em 8 de novembro de 1865 a de 2.º tenente; em 6 de outubro de 1875 a de 1.º tenente; a 13 de maio de 1881 a capitão-tenente supranumerario, e a effectivo em 7 de janeiro de 1885; a capitão de fragata em 25 de julho de 1889, a capitão de mar e guerra em 21 de outubro de 1895, a contra-almirante em 30 de dezembro de 1901, a vice-almirante em 11 de novembro de 1906. Foi governador dos districtos de Angoche, Mossamedes e Lourenço Marques. Commandou os seguintes navios: canhoneiras *Douro* e *Liberdade*; corvetas *Rainha de Portugal*, *Mindello*, *Affonso d'Albuquerque*, esta ultima que em 1893 estava no Rio de Janeiro fazendo parte da esquadra que para ali foi, por occasião da revolta de Saldanha da Gama, em que o brioso official recolheu a bordo parte dos revoltosos, que sob a bandeira portugueza ali fôram refugiar se. Fez parte das campanhas de Moçambique em 1894 e 1895, tendo partido de Lisboa, como commandante da corveta *Affonso d'Albuquerque*, em 29 de outubro de 1894, em direcção a Lourenço Marques. Desempenhou muitas commissões de serviço, em que se contam as seguintes: vogal da commissão encarregada de examinar as minas do pharol da ilha de Gôa, e dar parecer ácêrca das causas do seu desabamento; commandante da divisão naval da Africa Occidental; ajudante do chefe do departamento maritimo do Centro; ajudante da 1.ª direcção do Arsenal da Marinha; vogal das commissões encarregadas: de propôr as alterações na ordenança geral da armada, e dar parecer ácêrca das instrucções para a armada relativas á espingarda de 8,mm Kropatcheck; vogal da commissão encarregada de formular um projecto de reorganisação dos serviços a cargo do arsenal, chefe da 1.ª direcção do Arsenal de Marinha; chefe dos depositos de marinha; vogal da commissão central do Real Instituto de Soccorros a Naufragos; capitão do porto de Lisboa e chefe do departamento maritimo do Centro. Foi tambem presidente da commissão encarregada de proceder á revisão do regulamento geral do serviço de pilotagem das barras e portos do continente do reino e ilhas adjacentes, e ultramar. Chefe da missão em serviço naval á Inglaterra, presidente da commissão encarregada de dar parecer ácêrca d'uma proposta do governo dos Estados Unidos relativa á alteração nos meios empregados para evitar abalroamentos. Quando falleceu pertencia ao quadro auxiliar e desempenhava as funcções de vogal da junta consultiva do ultramar. Os seus relevantes serviços prestados nas citadas commissões, valeram-lhe as seguintes distincções: cavalleiro, official, commendador e grande official da ordem de S. Bento de Aviz; cavalleiro, official e commendador da de Christo; cavalleiro da de S. Thiago; possuia as medalhas de ouro de comportamento exemplar e de campanhas no ultramar; e as de serviços no ultramar e de serviço de soccorros a naufragos. Foi tambem louvado em varios diplomas. O vice-almirante Paula Teves era casado com a sr.ª D. Amelia Possollo Hogan Teves.

**Paúlinho.** Pov. na freguezia de S. Romão, de Arões, concelho de Fafe, districto de Braga.

**Paúlinhos.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Cabreiras, conc. e distr. de Braga.

**Paúlo.** Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S.Thiago, de Guilhofrei, concelho de Vieira, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Oleiros, concelho de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de Vez, distr. de Vianna do Castello || S. Cypriano, do Senhorei, do mesmo conc. e distr. || S. Mamede, de Villarinho, conc. de Villa Verde, distr. do Braga. || S. João Baptista e conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. || Santo André, de Victorino de Piães, concelho de Ponte do Lima, distr. de de Vianna do Castello.

**Paulo Cordeiro** (*D. Adelaide de Sousa Pereira de Araujo Sequeira Pessoa, 1.ª baroneza de*). Nasceu em Belem a 24 de janeiro de 1853, sendo filha de José Antonio Pereira de Araujo e Sequeira, tenente coronel de artilharia, e de sua mulher, D. Maria José Cordeiro. Foi seu avô materno João Paulo Cordeiro, fidalgo cavalleiro da Casa Real, abastado capitalista e negociante, e sobrinha de João Paulo Cordeiro, opulento negociante de tabacos no Brazil e Portugal, que falleceu solteiro, e era irmão de sua mãe. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 1133 e 1134). O titulo foi concedido por decreto de 2 junho, 1887. A baroneza de Paulo Cordeiro casou a 24 de fevereiro de 1881 com Olympio Pessoa, cirurgião pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. O seguinte brazão foi passado por alvará de 2 de dezembro de 1799 a um dos ascendentes da baroneza, José Antonio Pereira de Araujo e Sousa: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Pereiras: em campo vermelho uma cruz de prata florida e vasia no campo; no segundo as dos Camisões, em campo vermelho uma camisa de prata com orla azul carregada de oito estrellas de ouro; no terceiro as dos Sousas (de D. Affonso Diniz) as quinas de Portugal esquarteladas com quadernas de meias luas; e no quarto as dos Araujos, em campo de prata uma aspa azul, com cinco bezantes de ouro.

**Paulo da Costa.** Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, conc. e distr. de Portalegre.

**Pau Secco.** Ponta situada na costa NO da ilha de Maio, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Proveiu-lhe o nome d'um grande tronco secco que lhe servia de balisa. || Bahia situada na costa NO da ilha de Maio, no referido archipelago e prov. Dista 20 k. de Porto Inglez, e tem um bom fundo d'areia. E' muito favoravel por ser abrigada dos ventos do S e SE, mas pouco frequentada por não haver n'ella povoação nem commercio. Tambem é chamada *Porto Portuguez*.

**Paúlos** (*José Osorio Colmieiro de Moraes da Veiga Cabral Caldeirão, 1.º barão de*). Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, major de cavallaria do regimento n.º 12; 6.º senhor do morgado de S. Vicente de Vinhaes, em que succedeu a seu pae; 11.º senhor do de Souto de Penedono; 10.º do de Ferreirim; 11.º do prazo de Paúlos, que herdou de seu tio materno Osorio da Veiga Cabral Caldeirão. N. a 20 do novembro de 1765; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Miguel Carlos Cardoso de Sousa de Moraes Colmieiro, fidalgo da Casa Real, senhor do morgado de S. Vicente, tenente de cavallaria de Chaves, e de sua mulher, D. Maria Joaquina Barbosa Cabral e Castro. O barão de Paúlos casou com D. Francisca Antonia de Figueiredo Sarmento, filha de Sebastião Jorge de Figueiredo Sarmento, senhor da casa de Villa Boa de Arufe, cavalleiro da ordem de Christo, capitão de infantaria, e de sua mulher, D. Marianna de Gouveia de Vasconcellos. D'este matrimonio houve um filho, Antonio Colmieiro de Moraes, que foi o 2.º barão de Paúlos, e general do exercito de D. Miguel. O titulo foi concedido em duas vidas por decreto de 13 de dezembro de 1823.

**Paúlos** Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Siufães, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Filhadella, conc. e distr. de Villa Real. || N. S.ª da Purificação, de Pontével, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

**Páus.** Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc. e com de Rezende, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 478 fog. e 1:898 habitantes. Tem esc. do sexo masc. e fabricas de louça grossa e panellas. Está situada na margem d'um affluente do rio Douro, a 10 k. da séde do conc. Um dos beneficiados de S. Martinho de Moiros apresentava o cura, que tinha 100$000 réis de rendimento. Suppõe-se que esta pov. é antiquissima, mas não ha aqui monumentos notaveis d'essa antiguidade. Foi villa, ha muito tempo extincta. A egreja matriz é um templo regular e espaçoso; tem uma torre do granito, bastante alta e muito solida. O clima é muito saudavel, mas bastante frio e aspero. Passa aqui o rio Bestança, que rega e fertiliza esta freg. e outras, e vae desaguar no rio Douro, no sitio denominado Porto de Rei. O terreno é bom, apezar de ser bastante accidentado, e produz com abundancia milho, trigo, centeio, feijão, batatas e castanhas, tudo de boa qualidade; cria gado lanigero, e tem caça miuda; é abundante d'agua e de lenha. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov. da freg. de Santa Marinha, de Alquerubim, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro. Foi villa, hoje extincta, a que el-rei D. Manuel deu foral, em Lisboa, a 2 de junho de 1516. A pov. é muito antiga, e por muitos annos foi cabeça de julgado. Tem correio com serviço de posta rural. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Cepellos conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Cypriano, de Pinheiros, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Pauzo.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Alvarães, concelho e districto de Vianna do Castello.

**Pavez.** V. *Armadura*.

**Pavia.** E' um appellido nobre, que procede de Roberto Pavia, na Italia, ducado de Milão, o qual, vindo a Portugal, povoou e deu o nome á villa de Pavia, que estava abandonada. Foi seu descendente Martim Affonso de Pavia, cujos successores trocaram Pavia pela aldeia de S. Manços, onde Vasco Martins Pavia fundou um morgado. As armas d'esta familia, são: Escudo escaquetado de prata e negro, de tres peças em faxa e cinco em pala. Elmo de prata, aberto, e por timbre meio leão, lampassado de púrpura e escaquetado de prata.

**Pavia** (*Antonio Maria de Sousa*). Major re-

formado. N. em 1846, fal. em 15 de janeiro de 1905. Assentou praça em 1860, sendo promovido a alferes em março de 1881, a tenente em 1886, e a capitão em 1891, reformando-se depois no posto de major. Grande parte da sua carreira foi feita no ultramar, sendo-lhe confiados diversos commandos. Um d'estes foi o de Infusse, onde praticou actos de bravura. Depois de restabelecer a ordem alterada pelos macuas, que andavam em guerra, arvorou ali a bandeira portugueza, commandando Infusse ainda por algum tempo. Na India tambem prestou bons serviços. Distinguiu se no governo de Sofala, merecendo os louvores do governador da provincia. Tambem esteve em Macau, evidenciando se por occasião do incendio que se manifestou a 9 de maio de 1892, no paiol da polvora adjacente ao quartel de S. Francisco. Foi devido á sua coragem, que se evitou uma espantosa catastrophe, que ficaria celebre nos annaes d'aquella provincia. *O Boletim do Governo* inseriu louvores do governo geral á coragem do bravo official. O major Sousa Pavia era cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, o possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

**Pavia.** Villa e freg. da Conversão de S. Paulo, da prov. do Alemtejo, conc. de Móra, com. de Montemór-o-Novo, distr. e arceb. de Evora; 386 fog. e 1:690 hab. Tem esc. do sexo fem., estação post., medico, hoteis, lagar de azeite, fornos de cal, e uma feira no 5.º domingo de quaresma. A villa dista 17 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, nas proximidades da margem esquerda da ribeira de Tera. A mitra apresentava o reitor, que tinha diversos generos e 12$000 rs. em dinheiro. El-rei D. Diniz deu lhe foral em 1287, elevando a pov. á categoria de villa; teve outro foral, dado por D. Manuel, em Lisboa, a 15 de fevereiro de 1516. Pavia foi séde d'um concelho. Tem Misericordia e hospital. Ao N, por um fragoso valle, e junto a um grande rochedo, por onde se sóbe para a villa, corre o rio Téra, que nasce na serra d'Ossa, e tem aqui uma bella ponte de cantaria. A terra é muito fertil em pão, azeite, legumes e fructas. Cria muito gado, e ha abundancia de mel e cêra. Tambem apparece muita caça. Eram donatarios d'esta villa os condes de Redondo, possuindo aqui um sumptuoso palacio. Pavia pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal.

**Pavilhão.** V. *Corôa Real.*

**Pavô.** Pov. na freg. de S. Thomé, de Covellos, conc. de Baião, distr. do Porto.

**Pavoença.** Pov. na freg. de Santa Maria da Vinha, de Areosa, conc. e distr. da Vianna do Castello.

**Payalvo.** Pov. e freg. de N. S.ª da Egreja Nova, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 551 fog. e 2:317 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post, e est. do caminho de ferro, na linha do N, entre a de Chão do Maçãs e o apeadeiro da Lamarosa. Dista 8 k. da séde do conc. E' da prelazia de Thomar, hoje annexa ao patriarchado. E' terra muito fertil. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

**Pay dos Meninos** Deu-se este nome, por uma provisão régia de 1535, a um official mechanico, da cidade do Porto, cuja obrigação era cuidar dos enjeitados que apparecessem no seu districto, levando os ao juiz dos orphãos. (Documento da Camara do Porto, de 1535). Havia tambem o *Pae dos velhacos*, com obrigação de prender os vadios. V. n'este vol., a pag. 363.

**Paxi Cassanga.** Pov. do sobado de Caboco, na 3.ª div. do conc. de Cambambe, districto de Loanda, provincia de Angola, Africa Occidental.

**Paz.** Familia procedente do infante D. Pedro, filho de D. Affonso XI, rei de Castella e Leão. Tem por armas: escudo partido em pala; na primeira, em campo azul, dez bezantes de ouro em tres palas, tendo quatro bezantes a pala do meio e tres cada uma dos lados; na segunda, em campo de ouro, um leão vermelho.

**Paz** (*Fr. Francisco da*). Religioso franciscano da Congregação da Terceira ordem, lente de Escriptura e professor de lingua hebraica, que aprendera com o maronita D. Paulo Hoder. N. em Aveiro a 25 de maio de 1731; ignora-se a data do fallecimento, mas vivia em 1798. Sendo chamado pelo bispo de Beja Cenaculo para a sua diocese, foi por elle empregado no magisterio do seminario. Escreveu: *Compendio dos principios da grammatica hebraica, no qual se explicam breve e claramente as regras fundamentaes d'esta lingua, etc., para uso das escolas da mesma Congregação*, Lisboa, 1773; foi reimpresso em Coimbra em 1826, com a indicação de *segunda edição correcta e accrescentada com muitas regras necessarias para a intelligencia da dita lingua*. Fr. Francisco da Paz compoz mais algumas obras em hebraico e em latim, as quaes se pódem vêr mencionadas no *Catalogo dos Escriptores da Ordem Terceira*, por Fr. Vicente Salgado, manuscripto que existe na livraria do extincto convento de Jesus.

**Paz.** Povoações nas freguezias: S. Braz, de Granja, conc. do Mourão, distr. de Evora. || S. João Baptista, de Alpendurada, conc de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Paza.** Pov. do sobado de Luansa, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Cuimba, no mesmo conc. e distr. Fica no caminho do Zombo. || Pov. no sobado de Nameala, do mesmo conc. e districto.

**Pazide.** Pov. na freg de Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto.

**Pbé** Terras do distr. de Inbambane, Africa Oriental.

**Pé de Arca.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Pigeiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

**Pé de Boi.** Pov. na freg. de S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

**Pé de Cão.** Povoações nas freguezias: S. Martinho do Bispo, conc. o distr. de Coimbra. || N. S.ª do O', do Olaia, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

**Pé de Carneiro** (*Monte de*). Na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, districto de Beja.

**Pé de Coelho.** Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Pé de Crorida.** Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

**Pé da Cruz**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, do mesmo distr. || O Salvador, conc. e distr. de Beja.

**Pé da Egreja**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria.

**Pé da Erra**. Pov. na freg. de S. Mathens, de Erra, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

**Pé d'Erva**. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Pé do Esquio**. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Espinhal, concelho de Penella, districto de Coimbra.

**Pé do Frio**. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

**Pé de Ingote**. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

**Pé de Janeiro**. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

**Pé da Ladeira**. Povoações nas freguezias: Ilha Graciosa; N. S.ª de Guadalupe, de Guadalupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, distr. do Funchal. || O Espirito Santo, de Tapeus, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || Santa Clara, de Santa Clara-a-Nova conc. de Almodovar, distr. de Beja.

**Pé da Levada**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Samodães, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

**Pé da Lomba**. Pov. da freg. de Santa Catharina, de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

**Pé do Monte**. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Infias, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Laundos, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Serreleis, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ponta situada na costa O da ilha do Pico, Açôres. Fica-lhe ao N o porto da villa de Magdalena, proximo da Horta, capital da ilha do Fayal.

**Pé do Paço**. Ilha da Madeira; Pov. na freg. e conc. de S. Vicente, distr. do Funchal.

**Pé da Pedreira**. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr. de Santarem.

**Pé do Pico**. Ilha da Madeira, e distr. do Funchal; pov. na freg. de S. Sebastião e conc. de Camara de Lobos. || Pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Santa Anna || Ilha do Porto Santo; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de Porto Santo, distr. do Funchal. || Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Rosaes, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

**Pé Redondo**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Carvalho do Rei, conc. de Amarante, distr. do Porto.

**Pé da Ribeira**. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Jorge e conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo.

**Pé da Serra**. Pov. e freg. de S. Simão, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Niza, distr. e bisp. de Portalegre; 269 fog. e 979 hab.. Tem esc. do sexo masc., uma fabrica de queijos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem esquerda da ribeira de Niza. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha differentes generos e 12$000 réis em dinheiro. A terra é fertil em generos agricolas, tem gado; pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Agrella, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem. || N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || S. Sebastião, de Salir, conc de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Gaiola, de Cortes, conc. e distr. de Leiria.

**Pé do Serro**. Povoações nas freguezias: Santa Barbara de Nexe, conc. e distr. de Faro. || N. S.ª da Assumpção, de Saboia, conc. de Odemira, distr. de Beja.

**Pé da Veiga**. Pov. na freg. de Julião, de Moreira do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Pé de Verde**. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no concelho de S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Peambo**. Pequena bahia situada na costa do distr. de Mossamedes, prov. de Angola, Africa Occidental. Estende-se por entre duas pontas baixas e escuras, e é um mau ancoradouro por ser muito funda. Tem feitorias.

**Peares**. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Quelfes, conc. de Olhão, distr. de Faro.

**Peça**. Moeda de ouro, dos reinados de D. João V, D. Maria I, D. Pedro IV, do infante D. Miguel e D. Maria II.—*Reinado de D. João V.* Chamava-se peça á dobra de 4 escudos, cujo valor primitivo era de 6$400 réis, tendo ultimamente o valor estimativo de 50$000 réis; anverso: Ioannes ₀V₀ D₀ G₀ Porto Et ₀ Alg ₀ Rex ₀ Cabeça do rei á direita, com cabelleira e corôa de louro, por baixo o anno de 1722 e um *L*, indicação de ser cunhada na officina monetaria de Lisboa; reverso: In ₀ Hoc ₀ Signo ₀ Vinces ₀ Armas do reino com o escudo oval ornamentado.—Meia peça era a dobra de 2 escudos, valor primitivo de 3$200 réis; e estimativo, ultimamente, 30$000 réis; anverso: Ioannes ₀V₀ D₀G₀ Port₀ Et₀ Alg₀ Rex ₀ Cabeça do rei á direita com cabelleira e corôa de louro, por baixo *L*, pela razão já citada, e no exergo o anno de 1722; reverso: In ₀ Hoc ₀ Signo ₀ Vinces ₀ Armas do reino com o escudo oval ornamentado.—Quarto de peça: um escudo, valor primitivo, 1$600 rs.; estimativo, ultimamente, 6$000 réis; anverso: Ioannes. ₀V₀ D₀G₀ Port₀ Et ₀ Alg ₀ Rex ₀ Cabeça do rei á direita com cabelleira e corôa de louro, por baixo um *L*, idem; no exergo 1722; reverso: In ₀ Hoc ₀ Signo ₀ Vinces ₀ Armas do reino com es-

cudo oval ornamentado.—Oitavo de peça, meio escudo, valor primitivo 800 réis, e estimativo, ultimamente, 2$500 réis; anverso egual aos outros, por baixo um *L*; idem; reverso egual aos outros. Oretrato de D. João V nestas peças foi desenho de Vieira Lusitano, na orla o nome e titulos, e o reverso as armas do reino, e a legenda In Hoc Signo Vinces, os puncções fôram abertos por Antonio Mengin.—Peça, dobra de 4 escudos, no valor de 6$400 réis: anverso: Ioannes ₒV₀ D₀G₀ Port₀ Et ₀ Alg ₀ Rex₀ Cabeça do rei, etc.; e por baixo um *B*, indicando ser cunhada na officina monetaria da Bahia, e o anno de 1715; reverso: Armas do reino enchendo o campo todo da moeda.—Meia peça, dobra de 2 escudos, valor primitivo 3$200 réis; anverso: em tudo egual aos outros, tendo um *M*, indicando ter sido cunhada na officina de Minas Geraes, e o anno de 1723; reverso: armas do reino, etc.—Quarto de peça, escudo, valendo 1$600 réis; anverso: egual aos outros, e o anno de 1724; reverso: as armas do reino, etc. —Oitavo de peça, dobra de meio escudo: anverso egual, tendo um *M*, indicando ser cunhada na officina de Minas Geraes, e o anno de 1734; reverso: as armas do reino, etc.—*Reinado de D. Maria I.* Chamava-se peça á dobra de 4 escudos de ouro, com o valor de 7$500 réis primitivo; estimativo ultimamente, 9$000 réis; anverso: Maria ₒ I ₒ Et₀ Petrus ₒ III ₒ D₀G₀ Port₀ Et° Alg₀ Reges₀; bustos laureados da rainha e de seu marido, D. Pedro III, á direita, por baixo, o anno de 1786 R. (Rio de Janeiro); reverso: as armas do reino ornamentadas.—Meia peça, dobra de 2 escudos, valor primitivo de 3$750 réis, estimativo, 4$500 réis. Anverso egual, tendo mareado o anno de 1786 R. (Rio de Janeiro), reverso egual á antecedente.—*D. Pedro IV.* Peça de ensaio monetario; anverso: Petrus. IV₀ D₀G₀ Portugaliae ₒ Et₀ Algarb ₒ Rex ₒ; cabeça laureada do monarcha á direita; por baixo o anno de 1826; reverso: as armas do reino com escudo do feitio que tinham as moedas de prata, cercado por duas palmas de louro e carvalho.—Peça de 7$500 réis; anverso egual ao antecedente, tendo o anno de 1827; reverso: armas do reino com o escudo oval entre duas palmas de louro e carvalho.—Meia peça; valor 3$750; estimativo 4$500 réis; anverso egual ao precedente, com o anno de 1827; reverso egual.—*Infante D. Miguel.* Peça do valor de 7$500 réis; anverso Michael ₒI₀ D₀G₀ Portugaliae. Et₀ Algarb ₒ Rex ₒ Busto laureado de D. Miguel á direita, com a couraça e o manto; por baixo 1828; reverso: as armas do reino, tendo por ornamento duas palmas com as pontas voltadas para dentro. Cunhou-se outra peça do mesmo valor, tendo o anverso egual, e o anno de 1830; no reverso as armas do reino com as duas palmas voltadas para fóra.—Como ensaio monetario houve outra com o anverso egual, tendo a couraça e o manto n'um campo radiado, por baixo 1829.—Meia peça, valor primitivo 3$750 réis; ultimamente estimativo, rs. 4$500. Anverso egual; Busto laureado á direita com a couraça e o manto, por baixo 1828; reverso: as armas do reino entre duas palmas voltadas para dentro.—Meia peça de egual valor: anverso egual, tendo o anno de 1831; reverso: as palmas voltadas para fóra. Foi João José Dubois o encarregado de abrir um cunho para a moeda de ouro de 7$500 réis, permittindo-lhe o aviso de 17 de novembro de 1828, que tirasse provas da real effigie nos engenhos da Casa da Moeda, e a 15 de junho de 1829 fôram mandados archivar na mesma casa os referidos cunhos.—*D. Maria II.* Como ensaio de moeda, cunhou-se uma peça, tendo no anverso: Maria ₒ II ° D₀G₀ Portugal₀ Et₀ Algarb ₒ Regina ₒ Cabeça da joven soberana á esquerda, por baixo 1833; reverso; as armas do reino com o manto real formando pavilhão, por baixo *Porto.*—Peça do valor primitivo de 7$500 réis; ultimamente estimativo réis 10$000; anverso: Maria ₒ II ₒ D ₒ G ₒ Portugal Et ₒ Algarb ₒ Regina ₒ Cabeça da rainha á esquerda, por baixo entre duas estrellas o anno de 1833; reverso: armas do reino entre um ramo de louro e outro de carvalho.—Outra peça do mesmo valor: anverso egual, tendo o busto da rainha diadema e penteado differente; anno de 1833; o reverso egual ao anterior.—Outra ainda do mesmo valor, com o anverso e reverso eguaes á peça antecedente, tendo o busto da rainha diadema e uma outra variedade de penteado; anno de 1835. O valor primitivo foi depois elevado a 8$000 réis, por decreto de 3 de março de 1847. ‖ *Peças de honra:* corôa, sceptro, espada, distinctivos que levam os grandes senhores nas pompas funebres e em outras cerimonias publicas.

**Peça.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Ronfe, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Pecegães.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Roriz, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

**Pecegueiro.** Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. de Sever do Vouga, com. de Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Vizeu; 265 fog. e 1:153 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., hoteis, philarmonica, uma ponte sobre o rio Vouga, Companhia Industrial Portugueza, negociantes de cortiça, madeira e sal, feira no sitio da Ponte de Pecegueiro, no 4.° domingo de cada mez, de gados de differentes qualidades, generos agricolas, etc.. A pov. dista 2 k. da séde do conc. e está situada na estrada que vae de Sever do Vouga a Talhadas, nas proximidades da margem Vouga. A mitra apresentava o abbade, que tinha de rendimento 340$000 réis. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado, e nos seus montes apparece muita caça. A pov. é muito antiga, e já existia antes que o conde D. Henrique e sua mulher D. Thereza tomassem conta de Portugal. Nas *Inquirições reaes*, a que mandou proceder el-rei D. Diniz, em 1282, se lê que a aldeia de *Sever de Pecegueiro de Vouga*, tinha a ordem do Hospital um casal que pagava a terça do que matasse no rio e as *primariças (as primeiras lampreias que se pescavam) que á adar a elRey, e roussô, e comezio, e merda en bôca.* (Documento da Torre do Tombo). A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n° 24, com a séde em Aveiro. Tendo sido annexada ao concelho de Albergaria-a-Velha por decreto de 21 de novembro de 1895 que supprimiu o de Sever de Vouga, voltou a este, quando foi restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. ‖ Pov. e freg. de S. Simão, da prov. do Douro, conc. da Pampilhosa, com. d'Arganil, distr de Coimbra; 225 fog. e 1:041 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada junto d'uma ribeira do mesmo nome, affluente do rio Unhaes, na es-

trada de Macieira a Goes e Louzã. O prior da Pampilhosa apresentava o cura, que tinha réis 30$000 e o pé d'altar. A terra é fertil e cria bastante gado. Territorio bastante montanhoso com abundancia de caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 23 com a séde em Coimbra. || Ilha na prov. do Alemtejo, ficando na costa do Oceano entre as villas de Sines e V. N. de Milfontes, a 15 k. de cada uma. A Ilha do Pecegueiro tem o seu forte, mandado construir por D. Pedro II, pelos annos de 1690, para ivitar a invasão dos africanos. Foi seu constructor e 1.º governador o capitão João Rodrigues Mouro. Foi artilhado com 5 boccas de fogo, tendo uma guarnição de 30 soldados. Hoje está deserto e desartilhado. Ao E d'esta ilhota, a 1 k. de distancia, na terra firme, está a antiga capella de N. S.ª da Queimada, que é de grande devoção para os povos d'esta costa. Conta-se da seguinte fórma a origem do nome da sua padroeira: Pelos annos de 1660 entraram os moiros por esta ilhota com as suas lanchas, a roubar e captivar o que podiam, porque então não havia ainda fortificação alguma. Indo á ermida, o ermitão defendeu-se corajosamente, mas como não fôsse soccorrido, e só contra tantos, teve de succumbir na lucta, sendo morto, e a capella e a casa do ermitão saqueadas. Os moiros levaram a imagem da Senhora, e a fôram lançar n'uma balça de mattagal e silvado que havia perto, e lhe lançaram fogo. Arderam o matto e as silvas, ficando tudo reduzido a cinzas, mas depois dos moiros se afastarem, veiu gente das proximidades, que encontrou a capella roubada, o ermitão morto, e procurando a imagem, fôram achal-a entre as cinzas, inteira e illeza, o que tiveram por milagre, e fez redobrar a sua devoção para com a Senhora, á qual desde então deram o titulo de *Nossa Senhora da Queimada*. A invocação era na primitiva *Nossa Senhora d'Assumpção*. || Povoações nas freguezias: S. Christovão, de Cabeçudos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Sebastião, do Espinhal, conc. de Penella, distr. de Coimbra, || N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro. || N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || N. S.ª dos Remedios, de Reguengo do Fétal, conc. da Batalha, do mesmo distr. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria Maior e conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || Ribeira do distr. de Coimbra. N. na serra de Fajão, corre a SSO, passa a E da freguezia de Pecegueiro, e entra no rio Unhas com 10 k. de curso.

**Pecegueiro de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freguezia de S. Simão, de Pecegueiro, concelho da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

**Pecegueiros.** Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Peceguido.** Pov. na freg. de Santa Columbia, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

**Pecelada.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Pecelar.** Pov. na freg. de S. Paio, de Ruilhe, conc. e distr. de Braga.

**Pecene.** Pov. na freg. de Santa Maria, do Cossourado, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

**Pechão ou Pexão.** Pov. e freg. de S. Bartholomeu, da prov. do Algarve, concelho e com. de Olhão, distr. de Faro, bisp. do Algarve: 405 fog. e 1:556 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada a 5 k. do mar. O bispo apresentava o cura, que tinha diversos generos. A egreja matriz está edificada n'um alto d'onde se vê o mar. O seu territorio é em grande parte occupado por montes incultos, mas nos sitios cultivados produz muitos cereaes, alfarrobas, algum vinho e grande abundancia de figos. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro.

**Pecheda.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Gove, conc. de Baião, distr. do Porto.

**Pecuaria.** A arte da creação e tratamento de gado. Na exposição industrial portugueza com uma secção agricola, realisada na Avenida da Liberdade em junho de 1888, houve tambem uma exposição pecuuaria, a qual foi installada n'um terreno, no extremo norte da Avenida, onde se fizeram algumas construcções para abrigo dos animaes, algumas muito elegantes. Ao entrar no recinto, que foi todo gradeado, erguiam se dois torreões rusticos muito graciosos. Fôram abertos na rua principal dois lagos, um á entrada e o outro em frente do pavilhão real, que se construiu n'uma eminencia do terreno, que é bastante accidentado. N'aquelle pavilhão se realisou a cerimonia da inauguração da exposição, no dia 10 do citado mez de junho, presidida pela familia real, a que assistiram os ministros, corpo diplomatico, membros do parlamento e da camara municipal, altos funccionarios, imprensa, etc. Depois d'esta cerimonia a familia real dirigiu-se para a varanda do pavilhão para vêr desfilar o gado que passou em revista. Differentes especies de gado e dos melhores exemplares existentes na exposição, passaram pela frente do pavilhão real. Durou mais d'uma hora o desfilar, podendo notar-se os magnificos cavallos expostos pela Casa Real, do infante D. Augusto, das Caudelarias Nacionaes, de muitos lavradores, das provincias do Algarve, Minho, Alemtejo, Extrematura, etc., podendo emfim admirar-se a riqueza de gados que se criam no paiz, e que constituem um dos ramos mais importantes da agricultura. Esta exposição foi superior á que se havia realisado na Tapada d'Ajuda em 1884. A grande quantidade de gado, que concorreu de todos os pontos do paiz, permittiu o vêrem-se na exposição exemplares magnificos, como não appareceram na referida exposição de 1884. No dia 20 de junho já citado encerrou-se a exposição com a mesma solemnidade, assistindo tambem a familia real, presidindo el rei D. Luiz á distribuição dos premios aos expositores premiados. Estes premios fôram pecuniarios, elevando-se á quantia de rs. 3:754$000. Houve tambem muitas menções honrosas concedidas a estes e a outros expositores. O jury dividiu o concurso em 5 classes compostas dos equideos, bovideos, ovinos, caprinos e suineos. Em todas as classes houve premiados. Bibliographia: *Atlas pecuario de Portugal*, *map-*

*pas*, etc., *segundo o recenseamento a que se procedeu em conformidade do decreto de 22 de junho de 1870*, Lith. C. Maigne, Lisboa

**Peculiar** (*D. João*). Prelado no seculo XII. N. em Coimbra, e fal. em Braga, a 3 de dezembro de 1175. Era filho de Christovão João e de D. Maria Rabaldis, senhora da villa de Murtede. Estudou em Coimbra, e foi depois para a Universidade de Paris. Edificou um oratorio na villa de Lafões, onde se recolheu com alguns sacerdotes praticando exercicios religiosos. Foi depois mestre escola da cathedral de Coimbra, e sendo ali arcediago D. Tello, o acompanhou a Roma para impetrar de Innocencio II, que o instituto dos conegos regulares de Santo Agostinho fôsse restituido á sua primitiva observancia. Conseguindo a sua pretensão com muitos privilegios e indultos para o real convento de Santa Cruz de Coimbra, voltaram ambos de Roma em junho de 1135. D. João Peculiar foi depois eleito bispo do Porto em 1136, passando á cadeira archiepiscopal de Braga e primaz das Hespanhas, em 1139, indo outra vez a Roma para receber o pallio, que o mesmo pontifice lhe entregou, ordenando lhe que assistisse ao concilio Lateranense II, que n'aquelle tempo se celebrava. Regressando a Braga foi recebido com as maiores demonstrações de respeito e de jubilo. O arcebispo primaz de Braga D. João Peculiar foi quem coroou D. Affonso Henriques, 1.º rei de Portugal nas côrtes celebradas em Lamego; assistiu á conquista de Lisboa em 1147, acompanhando sempre o novo rei; foi quem benzeu a mesquita-mór dos moiros tornada templo christão e sagrou o 1.º bispo, D Gilberto, varão inglez de notoria virtude, que foi preferido a todos os outros, por ser considerado o mais digno dos estrangeiros que ajudaram D. Affonso Heuriques na conquista de Lisboa. O novo rei assistiu á sagração, e terminada a cerimonia D. Gilberto fez juramento de obediencia ao arcebispo D. João Peculiar como primaz das Hespanhas. O arcebispo foi sepultado na sé de Braga. Havia-se relacionado intimamente em Roma com o doutor da Egreja S. Bernardo, com quem entretinha affectuosa correspondencia. Por sua morte deixou manuscriptas muitas d'essas cartas em latim.

**Pecuto**. Pov. do conc. de Mossamedes, Africa Occidental.

**Pedações**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Lamas, concelho de Agueda, distr. de Aveiro.

**Pedaço**. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Besteiros, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. João Baptista, de S João da Madeira, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Outeiro Maior, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

**Pedaço Mau**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Padôme, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Pedagogia**. Sciencia que trata do ensino elementar e da educação das creanças. A pedagogia theorica tira os seus principios da observação cuidadosa da natureza humana, e em particular da natureza da creança durante a evolução das suas faculdades physicas e moraes. Em nossos dias tem o seu ensino regular nas universidades mais importantes e nos estabelecimentos que preparam mestres para a infancia e para a juventude, principalmente nas escolas normaes. A pedagogia pratica observa o crescimento physico da creança; determina os methodos apropriados ás diversas materias do ensino e as regras particulares da disciplina que fórma os caracteres. A pedagogia estende-se naturalmente aos tres objectos da educação: o corpo, o espirito e o dominio moral. A *educação physica*, tirando da anatomia e da physiologia as direcções pedagogicas que a interessam, inspira-se nas regras da hygiene e da necessidade do exercicio corporal. A *educação intellectual* é, em grande parte, a obra do ensino, e reduz-se a uma questão de methodo pelo qual o mestre se applica, desde os estudos elementares, a fazer d'este estudo um instrumento de cultura das faculdades. Com este fim, preoccupa-se mais das idéas do que das palavras; faz gradualmente appello á iniciativa dos discipulos, ao seu espirito de observação e sobretudo ás suas reflexões pessoaes, ao seu juizo, á sua razão. A instrucção póde egualmente aproveitar á *educação moral* pela escolha dos assumptos de estudo, aquelles sobretudo que dão logar ao exercicio da consciencia moral, aos commentarios proprios para favorecerem o desenvolvimento do carater, conduzindo para o bem o coração e a vontade espontaneamente ou pela consideração dos motivos de operar. A sciencia pedagogica marca, além d'isso, a influencia exercida sobre a moralidade pelo meio, o exemplo, o costume e o sentimento; indica a que meio e a que espirito convém recorrer á emulação e distribuir, segundo o caracter, a edade, etc., as recompensas e os castigos. Póde-se ligar á educação moral: a cultura esthetica, que inspira o bem pela contemplação e pelo gosto do bello; a instrucção civica que inicia no homem os seus deveres ao mesmo tempo que os seus direitos de cidadão e a formação do sentimento religioso, que o põe em presença da suprema sancção. Tem havido diversos methodos d'ensino primario, depois de 1824. Por decreto de 11 de setembro d'esse anno foi creada em Lisboa uma escola normal de ensino mutuo pelo methodo de Lencaster. Até nova determinação régia em contrario, ficava aquella escola independente da junta directoria geral dos estudos e da sua inspecção; e os seus alumnos, em egualdade de merecimento, seriam preferidos aos outros concorrentes. Este decreto foi promulgado no reinado de D. João VI, e mais tarde, em 1826, o governo da infanta regente D. Izabel Maria dava impulso á realisação d'aquelle pensamento. Por decreto de 27 de setembro de 1826 se determinou que no proximo mez de outubro se abrisse o primeiro curso da escola normal de ensino mutuo em Lisboa, e pela portaria de 31 de outubro foi ordenado que os mestres de primeiras letras de Lisboa frequentassem a escola de ensino mutuo de Lencaster, e outrosim mandou a portaria suspender o provimento das escolas de primeiras letras, que vagassem na côrte, para serem providas em mestres que as soubessem reger pelo sobredito methodo. O decreto de 7 de setembro de 1835, que estabeleceu o *Regulamento Geral da Instrucção Primaria*, foi elaborado sob o influencia da convicção que então reinava das excellencias e vantagens do methodo do ensino mutuo; e assim, no artigo 3.º, dispunha elle: «O methodo geralmente adoptado nas escolas estabelecidas pelo governo *será o de Lencaster ou ensino mutuo* com os melho-

ramentos de que fôr susceptivel.» O decreto de 15 de novembro de 1836, que continha o *Plano da instrucção primaria*, foi elaborado sob a influencia das idéas mais lisonjeiras a respeito do methodo do ensino mutuo. Em 19 de setembro de 1839 ordenava o governo ao Conselho Superior de Instrucção Publica, que instituisse logo em Coimbra a escola normal primaria *de ensino mutuo*. Ordenava tambem que o conselho coordenasse um directorio completo para regular os diversos ramos e methodo de ensino primario, nos termos da disposição do artigo 24.º do decreto de 15 de novembro de 1836. N'esse artigo, na verdade, ordenava-se á autoridade competente que formasse um directorio, no qual exarasse o regimento dos professores, bem como os desenvolvimentos, exemplares, modelos, instrucções e regulamentos especiaes, que são necessarios para o complemento pratico do ensino primario em cada um dos ramos e methodos. A experiencia, porém, veiu trazer o desengano; no anno de 1844 já o Conselho Superior achava serem mais conhecidos os inconvenientes d'esse methodo de ensino, de que resultou que o legislador do decreto de 20 de setembro d'esse anno, já não inculcou a preferencia de tal methodo, limitando-se a recommendar, n'este ponto, a escolha que estivesse em harmonia com as conveniencias da instrucção, e com as circumstancias diversas do ensino. Em 21 de dezembro de de 1847 dizia o conselho ao governo, que depois de se ter vulgarisado a viagem de M. Cousin á Hollanda para observar a instrucção, e de terem apparecido as reflexões dos grandes professores d'aquella nação, pouco favoraveis ao *Methodo de Ensino Mutuo*, já este não encontrava apologistas. No referido anno de 1847 já as escolas portuguezas, regidas por aquelle methodo, iam em decadencia, e se encaminhavam para a conversão em escolas do 2.º grau. O decreto de 20 de dezembro de 1850, que regulou a execução do de 20 de setembro de 1844, na parte relativa á administração litteraria, moral e disciplinar das escolas de instrucção primaria, designou o methodo de ensino simultaneo, como sendo aquelle que mais se presta ás exigencias e condições da generalidade das escolas do paiz; permittiu, porém, que, á similhança do que se pratica nas aulas de ensino mutuo, os professores nomeassem para cada classe, d'entre os discipulos mais adeantados e idoneos, alguns que servissem de monitores ou decuriões, que pudessem auxilial-os, e encarregar-se de algumas funcções do ensino simultaneo, a que os professores não pudessem directamente satisfazer. (§ unico do artigo 38.º). No anno de 1852, desejando o governo que nas escolas publicas se fizesse um ensino do *methodo de leitura repentina*, adoptado em algumas das aulas particulares, afim de se poder apreciar o proveito dos seus resultados, comparado com o do methodo de ensino simultaneo, tomou pela portaria de 25 de outubro, as providencias que em substancial resumo vamos apontar: 1.º Na escola de ensino mutuo, existente na Casa Pia de Lisboa, seriam escolhidos 100 dos alumnos mais atrazados nos exercicios escolares, para a respeito d'elles ser adoptado o *systema de ensino primario pelo methodo de leitura repentina*; sendo confiado o ensino da classe ao director da escola normal de Lisboa.—2.º Aos exercicios de leitura repentina seriam admittidos até quatro orphãos da Casa Pia mais adeantados em edade, que reunissem as condições necessarias para, na qualidade de alumnos mestres, aprenderem o methodo novamente adoptado, e se habilitarem a exercel-o nas aulas destinadas ao ensino do sexo feminino.—3.º Ao indicado director da escola normal seriam fornecidos os utensilios e objectos por elle requisitados; postos á sua disposição outros quaesquer meios que a experiencia tornasse indispensaveis ou proveitosos para effeituar esta incumbencia; e destinadas as casas convenientes, contiguas á Casa Pia, para habitação do mesmo director, afim de poder acudir com facilidade e promptidão ao cumprimento das obrigações a seu cargo. Ao provedor da Casa Pia era recommendado que désse as suas ordens, para que as disposições d'esta portaria fôssem desde logo executadas. Pela carta de lei de 18 de agosto de 1853, foi o governo autorisado a crear um logar de commissario geral de instrucção primaria pelo methodo repentino. Este commissario teria a seu cargo a direcção do ensino repentino, em todas as escolas que no reino e ilhas adjacentes se estabelecessem debaixo d'aquelle systema. Para o logar de commissario geral de instrucção primaria nomeou o governo o dr. Antonio Feliciano de Castilho, mais tarde visconde de Castilho, que era o proprio introductor e reformador do methodo repentino. Pela portaria de 23 de setembro, na qual já se adopta a expressão de *methodo portuguez de leitura repentina*, deu o governo algumas providencias para a execução da mencionada carta de lei. Em conferencia de 28 de abril de 1854, da secção de instrucção primaria do Conselho Superior de Instrucção Publica, se dizia que não podia ainda assentar-se juizo seguro. Na circular de 24 de março d'esse anno, em additamento á de 30 de julho de 1853, mandou o conselho intimar todos os professores para que, no prazo de 10 dias a contar da intimação, declarassem por escripto, se nas escolas tinham praticado o methodo de leitura repentina. Em caso affirmativo, deviam especificar: 1.º desde quando começou o uso do methodo; 2.º se o empregavam em toda a escola, ou em classe separada; 3.º que progressos haviam n'elle feito os alumnos. Até ao referido dia 28 d'abril de 1854 haviam respondido 102 professores, dos quaes só 19 tentaram o methodo, e d'estes só um declarava ter obtido bom resultado; alguns suspendiam ainda o juizo; muitos tinham voltado ao antigo. Todos os outros confessavam que o não tinham podido ainda ensaiar, uns por não poderem até então adquirir perfeito conhecimento d'elle, outros por falta de casa e utensilios, outros por estorvo e repugnancia que encontravam nos paes ou cabeças de familia. Por isso o conselho continua inclinar-se a crêr que as vantagens, que alguem tem apregoado, são porventura exageradas; espera, porém, esclarecer-se mais com o tempo, e quando tenha recolhido todas as declarações que exigira. Ainda nos fins de 1855 dizia o conselho superior: «Do *methodo repentino*, dito *portuguez*, não póde o conselho ainda formar juizo cabal e seguro. Com quanto a memoria dos factos o condemne, e os ensaios feitos em tres escolas do concelho de Coimbra lhe sejam desfavoraveis; quer o conselho ainda conceder ao tempo o que rasoavelmente se lhe não póde negar; tendo em

attenção o imperio do habito dos methodos antigos, a reluctancia do povo contra tudo o que é innovação; e mais que tudo, a animadversão que suscitaria a indiscripção de querer fundar a fortuna do methodo sobre a ruina total dos outros. Posteriores ao methodo do visconde de Castilho, notam-se alguns artigos relativos á methodologia: *Methodo legographico ou Cartilha Nacional*, por Latino Coelho e Caldas Aulete. Por este methodo «se ensina simultaneamente a ler, a escrever, e a orthographar, por um processo tão natural e facil, que em muito pouco tempo as creanças com grande aprazimento adquirem a pratica d'estas disciplinas.» Em 1869 coordenaram os mesmos a *Encyclopedia das escolas primarias*, em harmonia com o methodo da *Cartilha Nacional*. Em 1871 appareceu o *Novo methodo de ensino de leitura*, por Alfredo Julio de Brito, de Lisboa. Tambem no mesmo anno appareceu a 8.ª edição do *Novo methodo para aprender a ler*, por José Ramos da Paz, do Porto. Foi conhecido em Portugal o *Methodo Hudson*, publicado e adoptado no Rio de Janeiro em 1876. No anno de 1877 foi publicada a *Cartilha de leitura preliminar e elementar*, por José Antonio Simões Raposo. Era destinada aos alumnos da Casa Pia de Lisboa. Em 1877 foi publicada no Porto por Candido J. A. de Madureira, abbade de Arcozello, a *Cartilha maternal* ou *Arte de leitura*, por João de Deus. Este systema de ensino ainda hoje vigora em muitos collegios. Em 1870 publicou-se tambem o *Methodo de leitura elementar*, por Manuel Dias da Silva. Em 1876 publicou este mesmo escriptor uma *Cartilha para os meninos aprenderem a ler, podendo servir em qualquer dos systemas de leitura conhecidos. O primeiro livro da infancia ou o ABC para os meninos adultos*, por Brito Aranha, foi premiado na exposição de economia domestica de Paris em 1872 e na de Vienna d'Austria em 1873. Tambem temos conhecimento dos seguintes escriptos: *Resumo da historia da Pedagogia*, por F. A. do Amaral Cirne Junior, Porto, 1881; *Pedagogia moderna. Apontamentos de viagem sobre educação e ensino*, por Albino Coelho, Coimbra, 1882; *Elementos de Pedagogia para servirem de guia aos candidatos ao magisterio primario, coordenados*, por Graça Afreixo e Henrique Freire, Lisboa, 1882; 6.ª edição totalmente reformada e accommodada ao programma das escolas normaes, approvado por decreto de 28 de julho de 1881; *Michel Carbonneau. Curso theorico pratico de pedagogia*, traduzido em portuguez por José Nicolau Raposo Botelho, seguido das principaes disposições da nova lei de instrucção primaria; nova edição portugueza segundo a 11.ª edição franceza, Porto, 1883 || *Conferencias pedagogicas*. Celebraram-se em Lisboa as seguintes, de que temos conhecimento: no anno de 1867, a respeito das quaes existe o seguinte elemento de informação: *Actas das sessões das conferencias pedagogicas feitas no Lyceu Nacional de Lisboa no anno lectivo de 1867-1868 sob a presidencia de Mariano Ghira, commissario dos estudos do districto e reitor do mesmo Lyceu*, 1868. No anno de 1874 tambem se realisaram conferencias nos mezes de setembro, outubro e novembro, em 1878, fôram as conferencias pelo sr. conselheiro Augusto José da Cunha, então commissario dos estudos e reitor do Lyceu Nacional de Lisboa.

**Pedaminho**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedôme, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Pedane**. Pov. na freguezia de Thiago, de Tronco, concelho de Chaves, distr. de Villa Real.

**Pederneira**. Villa na prov. da Extremadura, séde de conc., com. d'Alcobaça, distr. de Leiria, patriarc. de Lisboa. Orago Santa Maria das Areias. Está situada junto do Oceano Atlantico, a 600 m. da Nazareth, onde está a séde do concelho. (V. *Nazareth*, n'este vol. pag. 25 e seguintes). O D. abbade geral de Alcobaça apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento. A fundação é muito antiga e durante tres seculos foi cabeça d'um concelho que se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855, supprimindo tambem mais 4 do mesmo districto de Leiria, que fôram S. Martinho do Porto, Chão de Couce, Maçãs de D. Maria e Louriçal. O decreto de 22 de junho de 1898 restaurou o concelho da Pederneira. Durante estes annos de intervallo esteve annexo ao de Alcobaça. Segundo a tradição, os primeiros moradores fôram os habitantes de Paredes (V. *este nome*) que para aqui vieram estabelecer-se com todos os seus haveres, foraes e privilegios que guardavam no archivo da camara, e que devem existir, segundo consta, em Alcobaça. O abbade D. Fr. Estevão II lhe conferiu carta de foral em 1276 a 1283; seculos mais tarde, el-rei D. Manuel lhe deu tambem foral, em Lisboa, no dia primeiro d'outubro de 1514, e lhe mandou applicar o foral d'Alcobaça da mesma data, reconhecido e reformado por sentença de 6 de julho de 1556, em 12 capitulos, o que está registado no maço 1 dos Foraes novissimos n.º V da Torre do Tombo. D'entre os muitos privilegios concedidos pelos foraes, tambem competia á villa a arrecadação dos direitos do pescado que consistia em 1 peixe de cada 20 que colhiam, ou 1$000 réis por cada 20$000 réis do seu producto. Para este fim possuiam os frades uma propriedade murada, que consta de casas de habitação, denominada a *Cêrca*, que defronta com a Misericordia e o cemiterio municipal. A tabella do imposto do pescado, n'esta localidade, até á data em que começou a vigorar o decreto da regencia da ilha Terceira n.º 24 de 9 de novembro de 1830 (diploma que marcou uma epoca notavel na historia das pescarias em Portugal) era bastante onerosa para os pobres pescadores, porque, além dos citados direitos, lhes eram exigidos outros, como passamos a demonstrar: pelo Estado um peixe por cada 22, ou 1$000 réis por cada 22$000 réis; pela collegiada da villa da Pederneira um peixe por cada 15, que colhessem, ou 1$000 réis por cada 15$000 réis; pela Misericordia, em virtude d'um contrato feito entre os frades Bernardos e os vogaes d'esta corporação, a terça parte do peixe, ou do seu producto, que colhiam aos domingos e dias santos; e nos dias da semana 200 réis de cada 4$000 réis do producto do peixe, e d'ahi para cima a mesma quantia de 200; não chegando, porém, o producto a réis 4$000 nada pagavam. A villa primitivamente estendia-se muito para o sul, e a egreja de então dedicada a Santo André, ficava retirada do circuito das actuaes habitações, no local chamado modernamente Rocio, sendo demolida com o decorrer dos tempos e aproveitando-se uma casa antiga que adaptaram a egreja matriz. E' esta

um templo vasto, mas de modesta apparencia externa, emquanto que internamente prima pelo seu irreprehensivel asseio e pela magnificencia dos seus altares, e pela da capella-mór, onde se destacam dois quadros historicos da vida de Santo Antonio, e pelos seus bem cuidados ornamentos de boa talha, alfaias, etc. As paredes da egreja são revestidas de azulejo até uma certa altura. De ambos os lados da capella-mór, na orla que rodeia duas cruzes de braços eguaes, lê-se nos azulejos o seguinte:

«Os devotos de Santo Antonio lagearam e mandaram azulejar esta capella. 1637».

E' tambem digno de menção o pulpito, erguido do lado do Evangelho, todo de boa madeira preta lavrada, e um crucifixo de marfim. O lavatorio da sacristia tem gravado:

ANO DE 1638.

Ao sul da villa fica o cemiterio municipal, e no seu limite, do lado do norte, está a capella da Misericordia, onde havia irmandade e um pequeno hospital. Sobre a verga da porta principal tem gravada a era de 1721, e dentro da capella, á direita, n'uma inscripção das obrigações da extincta irmandade, lê-se a era de 1716. Esta capella foi fundada antes de 1660, e ali se venera uma imagem do Senhor dos Passos, digna d'alto apreço pelo seu valor artistico, que muito honra o seu autor e a arte portugueza. A capella da Misericordia foi mandada annexar á Real Casa da Nazareth pela portaria de 17 de junho de 1877, com a obrigação de custear o seu antigo hospital, que, por não estar em boas condições, foi mais tarde estabelecido em excellente edificio junto do palacio real e ao lado do templo, com todos os requisitos aconselhados pela sciencia, para o seu regular funccionamento, isto é, com hygienicas enfermarias para os dois sexos, e provido de todos os pertences indispensaveis a estabelecimentos d'esta ordem. Ao E da villa, a uns 1:800 m. de distancia, ha o monte de S. Bartholomeu, de fórma conica, em cujo topo se vê a capella de S. Bartholomeu e S. Braz, servindo este monte de balisa aos navegantes o pescadores, que o avistam a mais de 30 k. Junto á villa está um chafariz de cantaria construido por el-rei D. Sebastião em 1577. Foi este mesmo soberano que deu principio á fortaleza de S. Miguel, concluida por Manuel Gomes Pereira, em 1600, que Filippe III fez, n'esse mesmo anno 1.º governador da fortaleza. O chafariz velho, que estava dentro da villa adornado com as armas de Portugal, é obra d'el-rei D. Manuel, e foi feito pelos annos de 1520. A 28 de julho de 1899 inaugurou-se um ascensor, que funcciona entre a Praia e o Sitio da Nazareth, o qual está aberto ao publico durante a epoca balnear. Em abril de 1905 formou se um corpo de bombeiros municipaes. A villa tem habitações regulares, pertencentes, na sua maior parte, a lavradores, distinguindo-se em frente do seu principal largo o edificio da camara municipal, de solida construcção, com o seu campanario ao centro, tendo estabelecida uma escola na sua sala de audiencias. Consta que o nome da villa proveiu de se ter achado n'ella um marco antiquissimo, redondo, de 1m,10 de altura, feito de pedrneira, que serviu de pelourinho. Mas como no portuguez antigo *pederneira* significava *recife* ou *cachopo* formado de seixo, e ha alguns d'esses recifes nas immediações da villa. Pinho Leal, no seu *Portugal antigo e moderno*, inclina-se a acceitar como mais verosimil esta origem. Em eras muito remotas a villa da Pederneira foi muito importante, chegando a construir-se no logar da Praia, hoje Nazareth, muitos navios d'alto bordo para as conquistas, fazendo parte da tripulação alguns marinheiros da Pederneira. Antes de haver o caminho de ferro americano da Marinha Grande para S. Martinho do Porto, vinham ao logar da Praia muitos barcos carregar madeiras para Lisboa e outros portos. Hoje, apezar de ser sède de freguezia, a villa está muito decadente. Pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. Tem agencias bancarias; succursaes dos bancos *Alliança*, *Crédit Franco-Portugais*, *Economia Portugueza*; agentes das companhias de seguros: *Internacional*, *La Union y El Fenix Espanol*, *Portugal*, *Sociedade portugueza de seguros*, *Tagus* e *Ultramarina*; fabricas de agua-raz, de conservas, de cordas de linho, de gazozas e refrigerantes, de linhas de pesca, de telha e tijollo; hoteis, medicos, est. post. e telegr.; sociedades de recreio: *Artistica 1.º de Maio* e *Gremio Recreativo 1.º de dezembro*, typographias. O conc. compõe-se de 3 freguezias, com 941 fog. e 8:360 hab.: sendo 4:019 do sexo masc. e 4:341 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Victoria, de Famalicão, 1:547 hab.: 730 do sexo masc. e 817 do fem.; Santa Maria das Areias, de Pederneira, 5:397 hab.: 2:599 do sexo masc. e 2:798 do fem.; S. Sebastião, de Vallado dos Frades, 1:416 hab.: 690 do sexo masc. e 726 do fem. O principal commercio do conc. é vinhos, cereaes e legumes. || Povoações nas freguezias: Santo Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª da Purificação, de Olival, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, do mesmo districto. || S. Pedro e conc. da Certã, districto de Castello Branco.

**Pederneiras**. Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Budens, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro. || S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

**Pedintal**. Pov. na freg. de N. S.ª das Dôres de Isna, conc. de Oleiros, districto de Castello Branco.

**Pedôme**. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 122 fog. e 515 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem direita do rio Ave. O reitor do convento de Santo Eloy, conegos de S. João Evangelista, da cidade do Porto, apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil; tem gado, colmeias e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

**Pedonde**. Ribeira do distr. do Porto. V. *Moldes*.

**Pedonho**. Pov. na freg do S. Nicolau, de Lebução, concelho de Valpaços, districto de Villa Real.

**Pedorido**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, da prov. do Douro, conc. e com. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro, bisp. do Porto: 196 fog. e 848 hab. Tem esc. do sexo masc., correio com serviço de posta rural, advogado, pharmacia, e minas de carvão. A pov. dista 8 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda, e junto da confluencia do rio Douro com o Pedonde, a 18 k. da séde do conc. O D. abbade benedictino de Paço de Sousa apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento. A egreja matriz é pequena, antiga, d'architectura singela, e pobre d'ornatos. O terreno é fertil em generos agricolas, cria muito gado de toda a qualidade. A freguezia é abundante de peixe, tanto do mar, como dos rios Arda e Douro. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto.

**Pedouro**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Pedourinhos**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Fornellos, concelho de Sintães, districto de Vizeu.

**Pedra**. Povoações nas freguezias: S. Cosme, de Besteiros, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, districto do Porto. || N. S. do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria. || Santa Christina, de Nogueira, conc. de Louzada, districto do Porto. || S. João Baptista, de Nogueira, concelho e distr. de Braga. || S. Martinho, de Recezinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Ilha da Madeira; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || S. Mamede, de Troviscoso, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Vade, conc. de Ponte da Barca, do mesmo districto. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Mamede, de Ventosa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Santo Estevão, de Villa Chã do Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Alcainça, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Almoster, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Pedro da Cadeira e conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Palma, concelho de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

**Pedra** (*Porto da ilha da*). Porto da ilha da Taipa, na enseada do Taipa, provincia de Macau.

**Pedra d'Agua**. Povoações nas freguezias: S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Sebastião, de Salir, do mesmo concelho e districto.

**Pedra d'Aguçar**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Pedra das Agulhas**. Ilhéo situado na costa O da ilha do Principe, Africa Occidental. Fica junto da Ponta mais occidental da ilha, que tambem tem o nome de *Pedra das Agulhas*. || Ponta situada na costa O da ilha do Principe, Africa Occidental. E' a mais saliente e mais occidental da ilha, e junto a esta abre-se a O a majestosa obra da Praia Grande ou Bahia das Agulhas. A ponta tem um morro chamado *Focinho de cão*. V. este nome, no *Portugal*, vol. III, pag. 499.

**Pedra Alçada**. Povoações nas freguezias: Santa Maria e conc. de Lagos, distr. de Faro. || S. Sebastião, da mesma cidade, conc. e districto.

**Pedra Alta**. Quinta na freg. de S. Vicente, de Alcafache, conc de Mangualde, distr. de Vizeu. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no concelho da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pedra do Altar**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Peral, conc. de Proença-a-Nova, districto de Castello Branco.

**Pedra Alva**. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro.

**Pedra d'Alvidrar**. Notavel rochedo na prov. da Extremadura, na serra de Cintra. Chegando-se ao logar de Almoçageme, principia a subir-se a montanha, cuja encosta está coberta de vinhas, que produzem os famosos vinhos denominados de *Collares*. Chega-se finalmente á *Pedra d'Alvidrar*, que é um enorme banco de pedra, de assombrosa altura, talhado quasi a prumo, e contra o qual se debatem as ondas revoltas do Oceano Atlantico. Proximo d'este rochedo está o abysmo chamado *Fojo*, no fundo do qual refervem as ondas com um medonho estampido. (V. *Almoçageme*). A *Pedra d'Alvidrar* é uma vertente occidental da montanha formada de rocha viva, cortada quasi perpendicularmente sobre o mar; e d'este elevadissimo ponto se goza um majestoso panorama. A' esquerda, e a pouca distancia, está o *Cabo da Roca*, e á direita as praias do *Cavallo*, *das Maçã*, da *Ericeira* e outras.

**Pedra Amassada**. Pov. na freg. de Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

**Pedra d'Amolar**. Pov. na freg. de S. Lourenço dos Orgãos, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pedra de Anta**. Pov. na freg. do Salvador, de Villarinho das Cambas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Pedra Arrancada**. Pov. na freg. de S. Thiago e concelho de Castro Marim, distr. de Faro.

**Pedra Badijó**. Pequeno porto situado na costa E da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Só dá accesso a pequenos barcos de cabotagem que vão ali carregar milho. Fica dentro da enseada das Malaguetas. || Pov. da freg. de S. Thiago, no conc. e distr. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pedra Barro**. Pov. da freg. de S. Miguel, no conc. de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pedra Branca**. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro || N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || N. S.ª das Neves, de Ponsaflôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria. Tem caixa postal. || Pov. da freg. e conc. de Santa Catharina, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pedra Caldeira**. Povoações nas freguezias: S. Domingos, de Fontello, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || S. Miguel e conc. de Armamar, do mesmo districto.

**Pedra de Calombas**. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, na 8.ª div. do conc. de Muxima, distr. de Loanda, prov d'Angola, Africa Occidental.

**Pedra Cavada**. Pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Almenda, conc de V. N. de Fozcôa, distr. da Guarda.

**Pedra Cavalleira**. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e districto de Vizeu.

**Pedra Chã**. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Giella, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Sant'Anna da Serra, concelho de Ourique, districto de Beja.

**Pedra da Costa**. Pov. na freg. de S. Vicente, de Sousa, concelho de Felgueiras, distr. do Porto.

**Pedra do Couto**. Povoações nas freguezias: Santa Maria Maior e conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria Maior, de Mujães, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Pedra Cruz**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Annaes, conc. de Ponte do Lima, districto de Vianna do Castello.

**Pedra das Dez**. Pov. do concelho de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Pedra Empinada**. Pov. na freg. de S. Thiago e concelho de Castro Marim, districto de Faro.

**Pedra Encavallada** *(Quinta da)*. Na freg. de N. S.ª da Expectação, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

**Pedra de Encoge**. Nome por que é geralmente conhecido o presidio ou conc. de Encoge, Africa Occidental.

**Pedra da Enxova**. Ponta situada no extremo E da ilha de S. Nicolau, no archipelago e prov. de Caho Verde, Africa Occidental. E' uma estreita lingua de terra, chata, mas que se reconhece a certa distancia por ter em cima uma rocha pyramidal em fórma de caracol.

**Pedra d'Era**. Pov. na freguezia de S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

**Pedra de Escorregar**. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Guia, conc. de Alhufeira, distr. de Faro.

**Pedra dos Feiticeiros**. Nome dado a um grande rochedo esbranquiçado que se vê na margem esquerda do Cuanza, antes de chegar a Muxima, prov. d'Angola, Africa Occidental. Fica em frente da lagoa de N'Golome, está entre outros dois rochedos e é o mais alto dos tres. N'outros tempos foi uma especie de rocha Tarpeia, porque os quissamas precipitavam d'elle ao rio os condemnados por feitiçaria. D'isto lhe proveiu o nome.

**Pedra do Feitiço**. Grande rocha escarpada situada acima do Congo Ialla, no Zaire, prov. de Angola, Africa Occidental. E' defensavel por natureza, e d'ella, conforme disse Burton, poderia fazer-se um novo Gibraltar. Está occupada por um posto militar.

**Pedra Firme**. Pov. da freg. de N. S.ª d'Assumpção de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

**Pedra Furada**. Pov. e freg. de Santa Leocadia, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 63 fog. e 263 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 8 k. da séde do conc. O reitor do mosteiro de S. João Evangelista, de Villar de Frades, apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, cria gado, e tem caça diversa. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Ponta situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. || Roça na ilha do Principe, Africa Occidental.

**Pedra da Galé**. Pov. séde d'um posto fiscal dependente da secção de Portimão, no Algarve.

**Pedra Grande**. Logar situado a dois dias de viagem de Mossamedes, na estrada que parte de Mossamedes para o planalto, prov. d'Angola, Africa Occidental. Deu-lhe o nome uma grande rocha que existe ali, com tanques naturaes, que fôram mandados aproveitar pelo governo do districto para abastecerem d'agua as caravanas que por ali passam. Esse aproveitamento fez-se por meio de paredões que conduzem para os referidos tanques toda a agua das chuvas que cáe na rocha. Os tanques são quatro, e todos de grande capacidade. Quando sobre a Pedra Grande cáem chuvas torrenciaes, enchem se d'agua, que se conserva por bastante tempo, e d'ella se utilisam tanto os viajantes como o gado. Quando ella diminue e se seguem annos de estiagem, o governo só permitte que se tire a porção indispensavel para uso dos viajantes, prohibindo que seja dada ao gado. e para fazer observar esta disposição ha no logar um destacamento militar alojado em cubatas bem como uma casa do governo que serve de pousada aos viajantes, e um curral para o gado que elles conduzem. Esta agua, porém, proveniente de chuvas que ás vezes só cáem com intervallos de quatro a cinco annos, recebe, pela sua exposição ao ar, detrictos animaes e vegetaes que fermentam sob a acção d'um calor intensissimo, cobre-se de vegetações aquaticas, torna-se um centro gerador de myriades de micro organismos, e, ingerida em taes condições, produz a purpura hemorrhagica.

**Pedra Joannes**. Pov. do distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Pedra Lara**. Pov. na freg. de S. Christovão, de Rio Mau, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

**Pedra da Legoa**. Pov. na freg. de Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

**Pedra do Leite**. Povoações nas freguezias: Santa Maria de Fregim, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || O Salvador, de Villa Garcia, do mesmo conc. e districto.

**Pedra do Leme**. Ponta e enseada na costa NE da ilha do Sal, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pedra da Linhaça**. Pov. na freg. de S. Mamede, de Manhuncellos, conc. de Marco de Canavezes, distr do Porto.

**Pedra Longa**. Pov. na freg. de S. Miguel, das Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Pedra Lume**. Ponta situada na costa NE da

ilha do Sal, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' formada de rocha de silex, o que certamente lhe deu o nome. || Pequena enseada situada na costa NE da ilha do Sal, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' uma furna que se abre junto da ponta do mesmo nome, de entrada difficil, mas o unico logar onde os navios pódem surgir no tempo das aguas, quando sopram os ventos de SO e SE, e ainda assim só com boas amarras de ferro, porque o fundo não é bom. Pedra Lume foi o primeiro porto onde, no começo do seculo passado, se embarcava o sal, para ali levado a custo de 5 k. de distancia, d'uma grande salina natural tambem chamada Pedra Lume Esta salina é uma bacia aberta pela natureza na concavidade d'um monte que se diz ser a cratera d'um vulcão extincto, bacia que se eleva 36 m. acima do nivel do mar e que tem aproximadamente 13 de profundidade, e onde se coalha em sal a agua das chuvas que n'ella cáe, temperada por um olho d'agua salgada que rebenta ao centro da caldeira. E' realmente interessante o modo como ali se fórma o sal, a grande distancia do mar; a caldeira é uma obra admiravel da natureza. A difficuldade que havia em extrahir o sal, em o elevar á parte superior das paredes da caldeira, e ainda em o conduzir aos portos de embarque, fizeram com que o fallecido conselheiro M. A. Martins, um dos homens que mais trabalharam para a prosperidade da ilha, começasse por perfurar o monte de lado a lado, abrindo assim um caminho subterraneo mais curto e mais plano para a conducção do sal aos portos da ilha. Mais tarde mandou construir um caminho de ferro que foi, decerto, o primeiro que houve em terras de Portugal. A salina da Pedra Lume ficou, porém, por assim dizer, abandonada, depois do estabelecimento das maretas ao SO da ilha, proximas do seu principal ancoradouro, e depois que se organisou o serviço das alfandegas em 1842 prohibiu-se mesmo formalmente o accesso de navios á enseada da Pedra Lume.

**Pedra da Mão do Homem**. No fim da freg. de Adoufe, concelho de Villa Real, prov. de Traz-os-Montes, ao N, acima da estrada de Villa Real a Chaves, e entre os logares de Estariz e de Bonagouro, ha um sitio chamado *Mão do Homem*, em razão de estar ali um grande rochedo, no qual estão gravadas quatro mãos de homem, abertas: uma até ao cotovello, outra um tanto mais curta, e as outras duas só até ao pulso. Junto a ellas se vê gravado na mesma pedra, aberto a picão, o leito de um carro, de 66,$^{m}$ de comprido. Entendendo o povo que estas garatujas indicavam thesouro moirisco proximo, tem em differentes epocas revolvido o terreno adjacente, sem que até agora tenha apparecido cousa alguma. E' a este penedo que o povo dá o nome de *Pedra da Mão do Homem*.

**Pedra Maria**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Varziella, concelho de Felgueiras, districto do Porto. || Roça na ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

**Pedra Martins**. Pov. da freg. de S. João Baptista, na ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pedra da Mina**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Alva e conc. de Aljezur, distr. de Faro.

**Pedra Mollar**. Pov. da freg. de N. S.ª do Monte, no conc. da ilha Brava, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pedra Molle**. Ilha da Madeira e districto do Funchal; povoações nas freguezias: N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol. || Santo Antão, de Caniço, conc de Santa Cruz. || S. Salvador e conc. de Santa Cruz. || N. S.ª do Monte, conc. de Funchal. Tem caixa postal. || S. Bento, de Ribeira Brava, concelho de Ponta do Sol.

**Pedra Nossa**. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

**Pedra do Ouro**. Povoações nas freguezias: Santo Estevão e conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa. || S. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

**Pedra da Providencia**. Logar situado na estrada de Mossamedes para o planalto, prov. de Angola, Africa Occidental. Encontra-se ali agua em cavidades de rochas e poças, quando chove; fóra d'estas condições normaes, a monotonia do terreno prolonga-se n'uma desconsoladora aridez até ao valle do Moninho, em cujas fazendas se encontra agua em *cacimbas* que servem para a rega dos terrenos de cultura. A ingestão da agua da Pedra da Providencia produz, como a de Pedra Grande (V. *este nome*), a purpura hemorrhagica.

**Pedra Quebrada**. Pov. na freg. de S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

**Pedra Redonda**. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

**Pedra do Sal**. Pov. do conc. de Mossamedes, Africa Occidental.

**Pedra Salgada**. Logar da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com., distr. e bisp. do Porto. E' formado apenas por duas quintas, uma das quaes foi de Ayres Pinto de Sousa Mendonça, regedor das justiças do Porto, e a outra do general realista José Cardoso de Carvalho. Está situado n'um dos mais bellos pontos da margem esquerda do rio Douro, e é muito frequentado no verão por familias do Porto, que para ali vão passear sobretudo aos domingos e dias santificados.

**Pedra Serrada**. Pov. da freg. de S. Miguel, no conc. de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pedra Travessa**. Pedra no Tejo, perto de Villa Velha.

**Pedra Vedra**. Pov. na freg. de S. Christovão e conc. de Mondim de Basto, districto de Villa Real.

**Pedra da Vista**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Molellos, conc. de Tondella, districto de Vizeu.

**Pedraça**. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. e com. de Cabeceiras de Basto, distr. e arceb. de Braga; 236 fog. 953 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 3 k. da séde do conc. e está situada junto da estrada de Refoios a Cavez. O reitor do collegio de S. Jeronymo, de Coimbra, apresentava o reitor, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas; produz bom vinho, cria muito gado de toda a qualidade, tem mel e cêra, abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao dis-

tr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. Em 1867, n'um monte d'esta freg. fôram encontradas 8 moedas romanas, de prata, sendo a maior parte do imperador Augusto, que governou desde o anno do mundo 3973 (31 antes de Christo) até ao anno 14 da era christã. Tinham d'um lado, um busto de homem, coroado de louro, e em volta a legenda—TI. Caes. Divi Avgvstvs. —e do outro lado, um homem sentado, e em volta a legenda--Pontif. Maxim. Em abril de 1869, appareceram na aldeia de Bradélla, d'esta freg., algumas medalhas romanas, sendo a mais antiga do tempo do referido imperador. Eram todas de prata, e com os cunhos perfeitamente conservados. Tambem appareceram: uma moeda de bronze do imperador Galliano, filho de Valeriano, do seculo III da era christã, e duas do imperador Constantino, que morreu no anno 337 de Jesus Christo.

**Pedrada**. Povoações nas freguezias: S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Touvedo, conc. de Ponte da Barca, do mesmo do mesmo districto.

**Pedrados**. Pov. na freg. de S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, districto do Porto.

**Pedraes**. Pov. na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, districto de Braga.

**Pedrafita**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Cavallões, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Pedraldo**. Pov. e freg. de S. Bento, da prov. do Minho, conc. e com. de Fafe, distr. e arceb. de Braga; 128 fog. e 354 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Vizella. O abbade de Santa Senhorinha de Basto, apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. Foi villa e couto, pertencendo este ao mosteiro cisterciense, das freiras d'Alcobaça. A pov. pertence á 6.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

**Pedralnho**. Pov. na freg. de S. Jeronymo, de Real, conc. e distr. de Braga.

**Pedraires**. Povoações nas freguezias: Santa Columbia, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de S. Joaninho, do mesmo conc. e districto.

**Pedral**. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Candoso, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Pedralhos**. Pov. na freg. de Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

**Pedralva** *(Francisco Coelho Amaral Reis, visconde de)*. Agronomo; secretario do Mercado central de productos agricolas. Foi agraciado com o titulo de visconde de Pedralva, em março de 1904.

**Pedralva**. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga, 169 fog. e 715 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 10 k. da séde do conc., e está situada na estrada de Braga a Povoa de Lanhoso. O abbade de S. Pedro d'Este apresentava o vigario, que tinha 70$000 réis e o pé d'altar. Foi couto, que D. Sancho II deu ao arcebispo de Braga, D. Silvestre Godinho, em 26 de novembro de 1238. Pedralva teve justiças proprias do couto, duas companhias de ordenanças com seus capitães e mais officiaes, e um capitão-mór. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro.

**Pedralvo**. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa.

**Pedrantil**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Croca, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Pedrão**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Mancellos, concelho de Amarante, distr. do Porto.

**Pedrario**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sarraquinhos, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

**Pedras**. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Cortegaça, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Cova, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Landim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Oleiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Pousada de Saramagos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, do mesmo distr || Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Sebastião, de Vimeiro, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Lourenço de Mamporcão, conc. de Extremoz, distr. de Evora. || Santa Catharina, de Selmes, conc. da Vidigueira, distr. de Beja. || S. Vicente, de Louredo, conc. da Feira, districto de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. || Nome da 7.ª div. do conc. de Pungo-Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Comprehende numerosas povoações. || Ponta situada na costa de Loango, Africa Occidental. E' rasa e arborisada, e provavelmente a ponta descoberta por Fernão Gomes, e a que elle deu o seu nome. || Ponta situada na margem direita do rio Casamansa, na Guiné, Africa Occidental. Tira o seu nome d'um recife que lhe fica a E, perto de terra.

**Pedras Alçadas** Pov. na freg. de N. S.ª de Ovida, de Ranhados, concelho e districto de Vizeu.

**Pedras Alvas**. Pov. na freg. de Santo André, de Codeço, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

**Pedras Alveiras**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Pedras de Angoche**. V. *Angoche*.

**Pedras Asperas**. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, districto de Coimbra.

**Pedras de Baixo e de Cima**. Duas povoações na freg. de S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

**Pedras Bastas**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Cernadello, conc. de Louzada, distr. do Porto.

**Pedras Brancas**. Povoações nas freguezias: O Salvador e conc. de Aljustrel, distr. de Beja. || Ilha Graciosa; N. S.ª da Luz, de Luz-Sul, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. || S. Thiago de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a Nova, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Graça dos Mosteiros, de Mosteiros, concelho de Arronches, districto de Portalegre.

**Pedras de Cever**. Pov. na freguezia de Santo Adrião, de Cever, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

**Pedras Chãs** Pov. na freg. de Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, dist. de Aveiro.

**Pedras Chocas**. Sitio nas Fontainhas, no logar de Sousa Grande.

**Pedras da Cumieira**. Pov. na freguezia de S. Martinho e conc. de Pombal, districto de Leiria.

**Pedras d'El-Rei**. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Tavira, distr. de Faro. Tem est. do caminho de ferro do sul e sueste, no ramal de Portimão, entre as de Luz e de Varanda.

**Pedras Frias** Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Orbacem, conc. de Caminha, districto de Vianna do Castello.

**Pedras da Galé**. Ilhéos situados a cerca de 1 k. ao N da ponta da Cascalheira, na costa N da ilha da Principe, Africa Occidental. São duas pedras muito unidas, similhando o casco d'um barco.

**Pedras Juntas**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conecição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

**Pedras Negras ou Pretas**. Ilha do Porto Santo; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de Porto Santo, distr. do Funchal, Madeira.

**Pedras do Pico**. Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Mosteiros, conc. e distr. de Ponta Delgada.

**Pedras Pintas**. Limite do logar da Veiga, da freg. de Cumieira.

**Pedras Ruivas**. Pov. na freg. do Salvador, de Moreira, conc. da Maia, distr. do Porto. Antigamente davam o nome de Rubras a esta aldeia, que se tornou celebre, porque em 8 de julho de 1832, depois de ter desembarcado n'esse dia D. Pedro IV com o exercito liberal, das 3 para as 4 horas da tarde, no sitio então chamado *Praia dos Ladrões*, em Arnosa de Pampellido, entre Parafita e Lavre, foi o imperador pernoitar n'esta aldeia, em casa do lavrador Manuel José d'Andrade. Foi senhora de Pedras Rubras D. Gontina, fundadora do mosteiro de cruzios, do logar de Gontão, na freg. de Moreira. D. Gontina viveu n'este logar de Pedras Rubras até fim do seculo IX, e fundou aqui a ermida de N. S.ª Mãe dos Homens, que se conserva ainda, apezar da sua grande antiguidade. Com o nome de Pedras Rubras ha aqui uma est. do caminho de ferro, na linha do Porto a Famalicão, entre a de Villar vo Pinheiro e o apeadeiro de Crestins || Povoadoações nas freguezias: Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Pedro, de Seixo do Ervedal, conc. de Oliveira do Hospital, districto de Coimbra.

**Pedras Salgadas**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Bornes, do conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real. E' entre as freguezias de Bornes e de Rebordechão, na margem esquerda do pequeno rio Avellames, junto á antiga estrada de Villa Real a Chaves, que está situado o bem conhecido e importantissimo estabelecimento thermal das Pedras Salgadas. A altitude, de 580 m. no sitio em que elle se encontra, chega n'algumas das montanhas que fecham a leste o extenso valle, a attingir 1:151 m. acima do nivel do mar. O clima é temperado e muito saudavel, pouco humido e abrigado dos ventos geraes de oesto por uma cintura de montanhas cobertas de gigantescos castanheiros e d'outras frondosas arvores que purificam a atmosphera. Estas nascentes, abundantes e muito estimadas, brotam na vertente léste da collina que domina o fertil valle de Sabroso, a 400 m. da estrada da Regoa a Chaves. Emergem d'um solo granitico, constituindo 8 grupos de nascentes, dos quaes 7 tem as seguintes designações: *D. Fernando*, *Gruta Maria Pia*, *José Julio Rodrigues*, *Grande Alcalina*, *Penedo Novo*, *Penedo* e *Preciosa*. Reunidas por uma linha quebrada, vêr-se-ia ser esta grosseiramente parallela ao rio Avellames, augmentando comtudo gradualmente a distancia entre ellas e a margem do rio á medida que da nascente *D. Fernando*, distando apenas 10 m., se vae para a da *Preciosa*, que se afasta uns 60 m. A outra nascente, que não tem designação, é de pequena importancia comparada com as outras, e fica entre as do *Penedo* e *Preciosa*, por detraz do estabelecimente hydrotherapico. A nascente *D. Fernando* era antigamente conhecida pela *Nascente do Rio*, por estar proximo do rio Avellames, mas em 1884 quando el-rei D. Fernando esteve nas Pedras Salgadas, com sua mulher, a sr.ª condessa d'Edla e o infante D. Augusto, tomou a actual designação. As regias personagens, com toda a sua comitiva, estiveram hospedadas no Grande Hotel, occupando toda a ala esquerda do edificio, e que estava elegante e agradavelmente disposta, o qual fica distante da nascente uns 150 m. A agua brota dentro d'um formoso chalet, que se construiu em 1885. A da *Gruta Maria Pia* era conhecida antigamente por *Rebordechão*, por estar á beira do caminho que conduz a esta aldeia; a agua brota d'entra d'uma caprichosa gruta, artisticamente feita. Um simples jardineiro, desconhecido e modesto, concebeu o plano da obra, e sob a sua direcção foi executado. A' primeira vista parece que toda aquella penedia, que constitue a abobada, está prestes a desabar. Ao norte d'esta está a casa chamada das *Tres Nascentes*, com as fontes *José Julio Rodrigues*, *Grande Alcalina* e *Penedo Novo*; um pouco mais afastada a fonte tão afamada do *Penedo*. Todas as nascentes estão ornamentadas de plantas, e fechadas por portões de ferro. As aguas do *Penedo* e da *Gruta Maria Pia* teem a designação generica de *Aguas Mineraes*

*de Villa Pouca de Aguiar*, e fôram analysadas em 1871 pelo professor da Escola Polytechnica, já hoje fallecido, o dr. José Julio Rodrigues, e as nascentes *José Julio Rodrigues*, nome dado em homenagem áquelle distincto homem de sciencia, *Grande Alcalina*, *Penedo Novo* e *D. Fernando*, tiveram em 1886 a analyse feita por Joaquim dos Santos Silva, chefe dos trabalhos praticos do laboratorio chimico da Universidade de Coimbra. O uso das aguas das Pedras Salgadas parece datar do principio do seculo passado. A existencia de ruinas de habitações romanas ou pre-romanas, de antigas fortificações e de fragmentos de ceramicas nas alturas circumvisinhas, assim como a tradição de muitas curas milagrosas feitas n'estes logares e na freguezia de Bornes pelo arcebispo de Braga S. Geraldo, que passou ali algum tempo, em visita pastoral, pódem levar a crer que as aguas fôssem utilisadas em remotas epocas; não foi, porém, encontrado vestigio algum authentico de tal uso. Dizia-se que o medico de Chaves, dr. Paulino de Moraes Leite Mello, fizera applicação d'estas aguas para doente, e obtivera bom resultado, no primeiro quartel do seculo passado; no entretanto, ninguem tratava da sua exploração e analyse. As aguas estavam abandonadas, e alguem as applicava, era muito irregularmente, havendo no local apenas alguns pobres casebres para albergar as pessoas que iam ali tratar-se. Quem fez despertar a idéa da exploração, foi, segundo consta, a descoberta das aguas de Vidago. A camara municipal de Villa Pouca d'Aguiar, por parecer do seu medico, o dr. Henrique Ferreira Botelho, emprehendeu, em 1870, exploral-as, fazendo entrar para esse fim uma verba no orçamento, que no conselho do districto foi reprovada a proposta. A camara cedeu-as então, n'esse mesmo anno, mediante unicamente a quantia em que tinham importado as despezas, já feitas, e que cram poucas, a uma empresa, reservando a faculdade dos seus habitantes poderem fazer uso das aguas gratuitamente, excepto nos banhos. A empresa comprou então um terreno adjacente, por 60$000 rs., a Filippe José da Costa Pinto, do logar de Bornes, que apezar de estar inculto valia muito mais, fez as precisas obras, e construiu um estabelecimento balnear. Em 1874 fôram as aguas concedidas a uma companhia exploradora pela quantia de 300:000$000 réis; esta sociedade era anonyma e de responsabilidade limitada, denominando-se *Companhia das Aguas das Pedras Salgadas*, tendo a sua séde no Porto. As aguas haviam sido premiadas na exposição de Vienna d'Austria de 1873, e receberam posteriormente tambem premio nas exposições de Philadelphia em 1876, de Paris, 1878 e 1889; do Rio de Janeiro de 1879, de Londres, 1884, obtendo a medalha de ouro nas de Barcelona, Industrial de Lisboa e Agricola do Porto. A actual casa de banhos é um vasto edificio com 12 quartos espaçosos, largamente illuminados e faceis de ventilar, tendo cada um uma tina de ferro esmaltado provida de torneiras para agua quente e fria. Aos pobres, em horas previamente indicadas, são os banhos administrados em tinas de zinco. Salvo indicação especial do clinico director, os banhos compõem-se de partes eguaes de agua alcalina e dôce, sendo esta aquecida. Entre o corpo principal da casa de banhos e a sala das duches, encontra-se a sala de espera, communicando com ella o gabinete de consulta, em que o director clinico attende os doentes, tendo como dependencia o laboratorio de analyse chimica e clinica. A sala de hydrotherapia, á qual dá accesso a de espera, acha se provida de aperfeiçoados apparelhos para todas as applicações balneotherapicas nas suas variadissimas fórmas modernamente aconselhadas. A agua empregada provém d'um grande deposito na parte alta do estabele-

Lago das Pedras Salgadas

cimento; d'ahi deriva para o deposito collocado na torre, o qual se encontra provido d'uma torneira de fluctuador, de modo a conservar constante o nivel da agua, o que permitte administrar as duchas durante o tempo indicado pelo clinico sempre com a mesma pressão. A agua para as duchas é aquecida a vapor. Para as duchas especiaes, administradas com agua alcalina, fria ou quente, ha quartos independentes. O Gymnasio tem todos os instrumentos precisos nos estabelecimentos d'esta ordem: parallelas, barra fixa, escadas de corda, trapezios, etc, que permittem exercicios variados e faceis de graduar e applicar em harmonia com as forças dos doentes e os effeitos de esforço muscular, que se pretende obter. Na mesma sala encontra-se tudo quanto é necessario para o util exercicio da esgrima: floretes, espadões de madeira, etc. A pharmacia está no corpo central do edificio da casa de banhos. N'um edificio elegante, expressamente construido, com todas as condições hygienicas, vê-se installada a vaccaria, a qual se compõe de um bem mobilado recinto para as pessoas que desejam tomar leite; do estabulo, vasta quadra em que se encontram permanentemente 10 vaccas; de um quarto em especial destinado á limpeza de copos e vasilhas para o leite; da cozinha, enfermaria isolada para qualquer vacca suspeita de doença; quarto do vaqueiro, curral do touro, palheiro, etc. A companhia proprietaria das aguas possue, para alojamento dos doentes, tres importantes hoteis, os quaes, edificados no meio do parque, se designam com os nomes de *Hotel do Avellames*, *Grande Hotel* e *Hotel do Norte*. O primeiro está installado n'um magnifico edificio, com todos os requisitos da hygiene e conforto indispensaveis. Tem excellentes quartos muito bem mobilados, e póde receber 72 hospedes. *O Grande Hotel*, ergue-se entre o de Avellames e o Hotel do Norte. E' um edificio vastissimo, onde se alojam commodamente mais de 120 hospedes. Tem um grande salão, salas de bilhar e de leitura. A sala de jantar compõe-se d'uma vastissima quadra, que constitue o corpo principal do hotel, onde se vêem 3 mesas muito compridas parallelas para 120 pessoas, e 2 pavilhões lateraes, um do lado do norte e outro do sul, communicando com a parte central por elevados e largos arcos. O *Hotel do Norte* é uma construcção moderna, singela nas ornamentações, mas onde fôram observadas as mais rigorosas prescripções hygienicas. Póde alojar 80 pessoas. E' considerado como uma succursal do *Grande Hotel*, onde os hospedes vão tomar as suas refeições. Além d'estes hoteis da Companhia, existem outros distantes do estabelecimento cêrca de 350 m., explorados por particulares. No edificio do *Hotel do Norte* está installado o Casino, ponto de reunião dos hospedes de todos os hoteis. Compõe-se d'um vasto e elegante salão proprio para bailes, concertos e espectaculos; contiguas a este salão ha duas salas espaçosas para jogos de vasa, xadrez, etc. Tambem ali se encontram um gabinete de leitura, e quartos de toilette para senhoras e para homens. O parque é vastissimo; todo cortado de largas ruas, guarnecidas de arvores e arbustos indigenas e exoticos, constituindo um dos seus principaes encantos o lago, occulto entre a folhagem de frondosas arvores e arbustos, alimentado pela agua do rio Avellames. No lago fluctuam 5 botes, entre grandes e pequenos, que são aproveitados para agradaveis passeios. Ao meio do parque, na Avenida das Nascentes, está a estação telegrapho postal, n'um edificio construido expressamente para esse fim, e com residencia para o empregado respectivo. E' uma elegante construcção em fórma de chalet. Nas Pedras Salgadas ha muitas distracções; no chamado *campo dos jogos*, no parque, vê-se o *croquet* e o *lawn-tennis*, e outros jogos; passeios

Pedras Salgadas — Capella de Sabroso

apraziveis; a *Estrada de Boticas*, que partindo da estrada de Chaves e fazendo com ella um angulo recto atravessa em ponte o Avellames, defronte da Gruta Maria Pia, e depois, inflectindo para o norte, passa em frente á Gruta Maria Pia, Tres Nascentes, casa de banhos e outras edificações da Companhia, e, parallelamente á Avenida das Nascentes, leva até Freixeda, onde termina. São perto de 13 k. que permittem gozar a formosa paizagem do valle de Sabroso. A' beira da mesma estrada, do lado direito, fica o *Dente do Gigante*, assim desiguado pelo aspecto da penedia, que faz lembrar um enorme dente pousado com a corôa para baixo o as raizes para cima. Ao nordeste do *Dente de Gigante*, fica o logar muito pittoresco chamado *Paulo e Virginia*, na margem do rio Avellames, assombreado por numerosos amieiros e povoado de fetos de grande desenvolvimento. A *ponte romana* é tambem um aprazivel logar, com a sua queda d'agua e os moinhos. O sitio de S. Martinho de Bornes, as aldeias de *Lago Bom*, *Rebordechão*, *Villa Mean*, a *Fonte de Sabroso*, a *capella de Sabroso*, são sitios que merece a pena visitarem-se. A Fonte de Sabroso é uma nascente d'agua mineral pertencente á Empreza das Aguas de Vidago, situada a tres e meio kilometros das Pedras Salgadas, proximo da estrada de Chaves Resguarda a nascente um pavilhão. A capella de Sabroso é um monumento de bonito estylo architectonico, guarnecido de lavores e de estatuas de granito. A sua construcção data de seculo XVI, é propriedade particular e está muita arruinada, ameaçando derrocar-se, porque a abobada está nos fechos aberta de um ao outro extremo. As aguas das Pedras Salgadas são incolores, transparentes, inodoras, de sabor salobro e picante. Depõem no fim de algum tempo em contacto com o ar, um precipitado de carbonatos terrosos, desprendendo-se ao mesmo tempo do liquido, grande numero de bolhas de acido carbonico; de reacção acida emquanto conteem este gaz, tornam-se depois alcalinas. Apezar da proximidade das nascentes apresentam differenças sensiveis na proporção relativa de seus agentes mineralisadores. Estas aguas são indicadas, e produzem bons resultados, nas varias modalidades do arthritismo, taes como no rheumatismo, doenças cutaneas, coryzas chronicas, dyspepsias, hemorrhoides, gotta, asthma e na lithiase e certas affecções do figado, rins, utero e ovario. Tambem se applicam no tratamento da diabete saccharina, em certas anemias e chloroses, e principalmente nas dyspepsias. A indicação especial de cada uma das fontes é a do *Penedo* contra as areias uricas e uraticas, dermatoses, e doenças chronicas do apparelho digestivo; a da *Gruta Maria Pia* contra a anemia, chlorose, diabetes e escrofulismo; a de *D. Fernando* contra catarrho chronico do estomago, areias phosphaticas, gastralgias e dysmenorrheas; a *Grande Alcalina*, *José Julio Rodrigues* e *Penedo Novo* contra as dyspepsias e padecimentos do figado. Bibliographia especial: *Breve noticia ácêrca de uma nascente mineral em Traz os-Montes, perto de Rebordechão*, por José Julio Rodrigues, Lisboa, 1871; *Nota sobre as aguas mineraes de Villa Pouca de Aguiar*, por José Julio Rodrigues, no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, 1871, n.º 7; *Acta da sessão da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, de 2 de dezembro de 1871, na qual foi discutido o relatorio sobre estas aguas, elaborado pelo dr. Bernardino Antonio Gomes; no respectivo jornal; *Aguas das Pedras Salgadas; principios mineralisadores*, na *Revista de Pharmacia e Sciencias accessorias do Porto*, tomo XVI, 1872, pag. 62; *Aguas medicinaes de Rebordechão, analyse*, por José Julio Rodrigues, na referida *Revista* e tomo, 1872, pag. 95; *Breve estudo sobre as aguas bicarbonatadas sodicas das Pedras Salgadas;* dissertação inaugural apresentada á Escola Medico-Cirurgica de Lisboa por M. G. F. Botelho, Lisboa, 1879; *Relação succinta do serviço medico do Estabelecimento das Aguas das Pedras Salgadas, durante a estação de 1882*, por Henrique Maia, 1888; *As aguas das Pedras Salgadas; relatorio apresentado á Companhia em 1885*, por Antonio Teixeira de Sousa, Porto, 1885; *O Estabelecimento hydrologico das Pedras Salgadas; estudo sobre a acção physiologica e therapeutica das suas aguas*, por Augusto A. dos Santos Junior, Porto, 1888; *Breves esclarecimentos sobre as aguas e estabelecimento da Companhia das aguas de Pedras Salgadas*, Porto, 1888; *Catalogo descriptivo da secção de minas da Exposição Nacional de Industrias Fabris de Lisboa em 1888*, por Severiano Monteiro e José Augusto Barata, Lisboa, 1889; *O Estabelecimento hydrologico das Pedras Salgadas; indicações especiaes*, por Augusto A. dos Santos Junior, Porto, 1889; *Aguas Minero-Medicinaes de Portugal*, por Alfredo Luiz Lopes, Lisboa, 1892; *As aguas das Pedras Salgadas; sua composição, acção physiologica e therapeutica*, por Antonio Teixeira de Sousa, Porto, 1889.

**Pedras Talhadas**. Serra do distr. de Vizeu. Está situada ao N da freg. de Talhadas, no concelho de Sever do Vouga, e a O de Reigoso, concelho de Oliveira de Frades, na direcção NNE a SSO. Tem 5 k. de comprimento, 2 de largura e 681 m. d'altura.

**Pedras Tinhosas**. Ilhéos situados a SO da ilha do Principe, Africa Occidental, a 20 k. da ponta da ilha. Os inglezes chamam lhe *Three Brothers* e Pimentel tambem lhe chama *Tres Irmãos*, sendo elles effectivamente tres em numero, mas um é tão pequeno e está tão unido ao mais setemptrional, que a distancia só dois se vêem, escalvados e cortados pelo meio.

**Pedras Vicentes**. Quinta na freguezia de S. Bartholomeu, do Beato Antonio, 1.º bairro de Lisboa.

**Pedre**. Povoação nas freguezias: S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. ‖ O Salvador, de Roge, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

**Pedreçal**. Pov. na freg. de S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, districto do Porto.

**Pedreda**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Gôve, conc. de Baião, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

**Pedregaes**. Pov. e freg. do Salvador, da provincia do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 102 fog. e 349 hab. Está situada na margem direita do rio Neiva, a 8 k. da séde do conc. Os condes almirantes (os Castros de Roriz, depois condes de Rezende), apresentavam o abbade, que tinha 350$000 réis de rendimento. A terra é fertil; cria muito gado e tem grande abundancia de caça grossa e

miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias: Santo André, de Parada, conc de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felguciras, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello.

**Pedregal**. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: S. Sebastião e conc de Camara de Lobos; S. Braz, de Campanario, do mesmo conc.; N S ª da Natividade, de Faial, conc. de Sant'Anna; S. Pedro, de Ponta do Pargo, concelho da Calheta. || S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Cosme, de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Pedro e concelho da Covilhã, distr. de Castello Branco. || Santa Maria, de Cunha, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello || Santa Maria, de Leça do Balio, conc. de Bonças, distr. do Porto. || S. Miguel e concelho de Louzada, do mesmo distr. || S. Miguel, de Sago, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, dist de Villa Real. || S. Julião, de Silva, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello || Santa Eulalia, de Sabrosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Martha, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Thiago, de Mesquinhata, conc. de Baião, do mesmo distr. || Santa Mariuha, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Prozello, conc. de Amares, distr. de Braga. || Ilha Terceira; N. S.ª de Belem, de Terra Chã, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || S. Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. da freguezia de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Ponta situada na costa NE da ilha de S. Miguel, Açôres.

**Pedregal de Cima**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Pedregal de Dentro e de Fòra**. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Piedade, da ilha e conc. do Porto Santo, distr. do Funchal, Madeira.

**Pedrego**. Pov. na freg. de S. Salvador, de Pereira, concelho de Barcellos, districto de Braga.

**Pedregosa**. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Barão de S. João, conc. de Lagos, distr. de Faro. || S. Clemente e conc. de Loulé, do mesmo distr. || O Salvador, de Alcaçovas, conc. de Vianna do Alemtejo, distr. de Evora || S. Bento de Matto, conc. e distr. de Evora || N. S.ª da Assumpção, de Freixo, conc. de Redondo, do mesmo districto.

**Pedregoso** Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Atalaia, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. da Gollegã, do mesmo districto.

**Pedregueira**. Pov. na freg. de N. S ª da Conceição, de Gesteira, conc. de Soure, districto de Coimbra.

**Pedregulhaes**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, districto de Braga.

**Pedregulho**. Ilha Graciosa; pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de Luz, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

**Pedregulhos** *(Monte dos)*. Na freg. de Santa Clara-a-Velha, conc. de Odemira, distr. de Beja.

**Pedreira** *(José da Costa)*. Antigo negociante na ilha de S. Thomé, abastado proprietario, capitalista, etc. N. em Nevogilde, arcebispado de Braga, em 27 de setembro de 1839, fal em Lisboa a 16 de junho de 1903. Embarcou para Africa em 21 de dezembro de 1857, occupando-se em S. Thomé na agricultura e no commercio até ao anno de 1876. Em 1881 era o unico representante da importantissima casa Pedreira, que fôra fundada em S. Thomé em 1843 por seu irmão Manuel José da Costa Pedreira. Foi um dos fundadores dos Albergues Nocturnos, e um dos directores d'aquelle benefico estabelecimento instituido em 1881 *(V. Portugal*, vol. I, pag. 125 e seguintes). Exerceu os seguintes cargos: vereador da Camara Municipal de Lisboa, sendo encarregado do pelouro das obras da camara, presidida então por Fernando Palha, vogal do conselho de Beneficencia; pertenceu á junta dos repartidores da contribuição predial do 3.º bairro. Foi presidente da Liga Liberal, e par do reino por eleição. Quando falleceu, era director da Companhia Luso Africana de productos chimicos, companhia de que tambem fôra fundador.

**Pedreira**. Pov. e freg de Santa Mariuha, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 187 fog. e 683 hab. Tem escola do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 4 k. da séde do conc. O papa, a mitra e o D. abbade benedictino de Santo Thirso, apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento annual. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res n.º 20 com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, districto de Braga. || N. S.ª dos Prazeres, de Aljubarrota, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Ilha do Pico; Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta. || S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Arcozello, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, districto de Braga. || S. Pedro, de Azurem, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Pedro, de Bairro, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Beiriz, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. Thiago, de Boivão, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr de Vizeu. || S. Miguel, de Carregueiros, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Cerdal, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Cervães, conc.

de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago, de Codal, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Cortegaça, conc. de Ovar, do mesmo distr. || S. Cosme, de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Salvador, de Covão do Lobo, conc. de Vagos, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Donim, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Emilião, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || S. Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga. || S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Facha, do mesmo conc. e distr. || S. Antonio, de Fatima, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Febres, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || Santo André, de Fermentellos, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, distr. de Braga || S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. Salvador, de Ganfei, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo distr. || S. Pedro, de Gondalães, conc. de Paredes, distr. do Porto || Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Maceda, conc. de Ovar, distr. de Aveiro || Santa Comba, de Moura Morta, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Romão, de Neiva, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Novogilde, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Thiago de Nogueira, concelho de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || Santo Estevão, de Oldrões, conc. de Penafiel, distr. do Porto || S. Miguel, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr de Braga. || S. Julião, de Paços, conc. e distr. de Braga || Santa Maria, de Paços, concelho de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Perelhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago e conc de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Rio Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Sande, concelho de Guimarães, districto de Braga. || S. de Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, districto de Aveiro. Ha aqui um apeadeiro no caminho de ferro do Porto a Aveiro, servido por tramways, entre o de Sisto e a est de Espinho. || S. Martinho, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, concelho de Proença a-Nova, distr. de Castello Branco. || S. Miguel, de Thaide, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Ilha de S. Jorge; N. S.ª do Rosario, de Topo, conc. da Calheta, distr. de Angra do Heroismo. || Santa Eulalia, de Valladares, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello || N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro, de Villar de Ferreiros, conc. de Meudim de Basto, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || N S.ª da Graça, de Abrigada, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Pov. do conc. de Nordéste, no distr. de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, Açôres; produz milho e trigo; cria gado, tem muita agua e lenha. Ermida de N. S.ª da Luz. || Monte na prov. do Minho, proximo a Pombeiro. Ha n'elle um dolmen celta. || Baluarte na praça de Mormugão, na India

**Pedreira de Aguas Boas** Pov. na freg. de S. Simão, de Oyan, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

**Pedreira d'Além.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Rio de Vide, concelho de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

**Pedreira dos Molianos.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Evora de Alcobaça, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

**Pedreira Molle.** Pov. na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

**Pedreiras.** Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || Ilha Terceira; S. Miguel, de Lagens, concelho de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo || Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, conc de Loures, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr de Braga || S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Villa Mou, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Ilha Terceira; Santa Cruz e conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo. || Ilha Graciosa; N. S.ª de Guadalupe, de Guadalupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, do mesmo districto.

**Pedreiras de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Consolação, Castello, e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

**Pedreiro.** Operario que trabalha com pedra e cal. Antigamente chamava se *alvanel* ou *alvanéo*. Pedreiro era então o que hoje se chama *canteiro*. No seculo XIV, como se vê da *Chronica Carmelita*, de Fr. Sant'Anna, que fala dos operarios que trabalharam na construcção do convento do Carmo, em Lisboa, no reinado de D. João I, os officiaes alvanéos ganhavam treze reaes e os mestres trinta Do seculo XVI existe o regimento do officio de pedreiro na collecção municipal de Lisboa, reformada em 1572.

**Pedreiro.** Antiga bocca de fogo, de artilharia, similhante a um morteiro, que era destinado a lançar grandes projecteis de pedra.

**Pedreiro.** Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Gatão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S Salvador do Monte, do mesmo conc. e districto.

**Pedreiro livre.** V. *Maçonaria*.

**Pedreiles.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Fornos de Maceira Dão, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

**Pedrêllo** Pov. na freg. de S. Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Pedricosa.** Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Folhada, conc de Marco de Cana-

vezes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Sôza, conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

**Pedrido.** Pov. na freg. de S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Pedrinha.** Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Estella, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Villa Cova-a-Coelheira, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu.

**Pedrinhas.** Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, districto do Porto. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

**Pedro I.** *O Justiceiro.* 8.º rei de Portugal. N. em Coimbra a 8 de abril de 1320, fal. a 18 de janeiro de 1367. Era filho de D. Affonso IV, e da rainha, sua mulher, D. Brites. Contava apenas

D. Pedro I

8 annos de edade, quando foi tratado o seu casamento com a princeza D. Branca, infanta de Castella, ao passo que Affonso XI de Castella, desposava a infanta D. Maria, de Portugal. D. Branca era, porém, uma creança fraca e doente, e por isso o casamento foi annulado antes dos noivos chegarem á edade nubente, e em 1334 tratou-se d'um novo casamento, sendo escolhida para noiva de D. Pedro a princeza D. Constança, filha do D. João Manuel, que fôra regente de Castella no tempo da menoridade de Affonso XI, e que era ainda um principe poderoso, e de sua mulher, D. Constança, filha de Jayme II, de Aragão. D. Constança estivera para casar com Affonso XI, porém este desfizera o casamento, e D. João Manuel tinha assim ensejo de se vingar dos desdens d'aquelle monarcha. Affonso XI, comtudo, disfarçou ainda assim a sua colera, consentiu que os dois principes se desposassem por procuração, e depois não deixou sair de Castella a infanta D. Constança. Estes desposorios celebraram-se em 5 de fevereiro de 1336, no convento de S. Francisco, de Evora, estando presente D. Pedro, e seus paes, D. Affonso IV e D. Brites, assistindo por parte de D. Constança, Fernão Garcia e Lopo Garcia. O dote da noiva ficou ajustado em 300:000 dobras, importancia notavel n'aquella epoca. A resolução do monarcha castelhano de reter D. Constança em Castella deu origem a uma guerra entre os dois paizes, e difficilmente esse matrimonio conseguiria consummar-se, se os moiros não ameaçassem por essa occasião a Hespanha com uma nova e terrivel invasão. Em 1340 assignou-se a paz entre os dois monarchas, e uma das primeiras condições foi que D. Constança viesse para Portugal a reunir-se a seu marido. D. Pedro tinha completado 20 annos do edade, e era de temperamento ardente. Apaixonou-se por D. Ignez de Castro, dama formosissima, que viera na companhia de D. Constança, e a sua paixão foi correspondida. D. Constança percebeu estes amores, que se tornaram um grande tormento da sua vida, tanto mais que D. Pedro, respeitando-a sempre muito, não causava o menor escandalo, não lhe dando, por conseguinte, nem por sombras, pretexto algum para se queixar. De tudo se lembrou a desditosa princeza para cohibir a paixão louca de seu marido, e até quiz que D. Ignez fôsse madrinha do seu primeiro filho, D. Luiz, porque levantava assim entre os dois amantes uma barreira invencivel, o parentesco religioso, que n'essa epoca tornava a ligação entre dois entes de sexo diverso ainda mais incestuosa, do que a ligação entre dois parentes pelos laços do sangue. Nada valeu contra essa paixão impetuosa que os arrastava a ambos, e a infeliz D. Constança falleceu em 1345, ralada do desgostos, e sendo sinceramente pranteada a sua morte por seu marido, que apezar da sua paixão por D. Ignez do Castro, sempre muito a respeitara e estimara. D. Constança tivera tres filhos: D. Maria, que nasceu em Evora em 1342, a qual casou em 1351 com o infante de Aragão D. Fernando; D. Luiz, que viveu sómente 8 dias, e D. Fernando que mais tarde succedeu a seu pae no throno. Estava, portanto, D. Pedro livre, e, como elle affirmou depois solemnemente, desposou então secretamente D. Ignez de Castro; este casamento, porém, é muito duvidoso, e os que affirmam não ter nunca existido, baseiam-se que não se podia conservar secreta a bulla do papa, bulla inevitavel e importantissima por causa do parentesco religioso dos dois nubentes; tambem se não comprehende que D. Pedro não publicasse o seu casamento quando viu ameaçada a vida de D. Ignez de Castro, porque soube do que se tramava, que não o dissésse no louco accesso de colera que se seguiu á morte da mulher que estremecia, que não o proclamasse, emfim, apenas subiu ao throno. E' certo, porém, que tinha de D. Ignez de Castro, dois filhos e uma filha, que eram seus favoritos os parentes da sua Ignez, que isto despertou o ciume dos fidalgos, que o austero D. Affonso IV se irritou com o escandalo d'aquelles amores, que finalmente foi resolvida a morte da pobre senhora. Houve quem prevenisse D. Pedro, mas o principe não julgou nunca que se atrevessem a tanto. Andava á caça quando D. Affonso

IV appareceu em Coimbra, e na caça estava quando se praticou o crime (V. *Portugal*, vol. II, pag. 925). A dôr immensa que teve D. Pedro, quando voltou ao palacio, não se descreve. Por algum tempo se julgou que endoideceria. Afinal a sua dôr desabafou em projectos de vingança. Levantou contra seu pae o estandarte da rebellião, e durante alguns mezes ardeu a guerra civil devastadora e terrivel em Portugal. Emfim D. Pedro reconciliou-se com seu pae, fez com elle um tratado pelo qual recebeu grandes recompensas, ao passo que declarou perdoar aos assassinos de D. Ignez de Castro. D. Affonso, porém, não acreditou n'essa promessa, e aconselhou aos assassinos que se puzessem a salvo, logo que seu filho subisse ao throno. Effectivamente dois annos depois morria D. Affonso IV, e os assassinos de D. Ignez de Castro refugiaram-se em Castella. Mas por esse tempo subiu tambem ao throno de Castella o filho de Affonso XI, chamado Pedro, e que tambem foi Pedro I, que teve o cognome de *Cruel*. Haviam-se refugiado em Portugal varios fidalgos castelhanos que o novo rei queria punir. D. Pedro I concedeu lhe logo a extradicção d'esses criminosos, mas ao mesmo tempo pedia lhe que lhe enviasse em troca os tres assassinos de D. Ignez de Castro. O contrato cumpriu-se, como é bem sabido, conseguindo escapar-se Diogo Lopes Pacheco, por ter sido prevenido a tempo (V. *Portugal, Lopes Pacheco*, vol. IV). Os outros dois, Alvaro Gonçalves e Pedro Coelho, fôram suppliciados com a maior crueldade, assistindo ao supplicio D. Pedro d'uma das janellas do paço. Foi então que tambem adquiriu o epitheto de *Cru* e de *Cruel*. O culto da memoria de D. Ignez de Castro tornou-se em D. Pedro uma verdadeira idolatria. Depois de castigar os seus assassinos, quiz rehabilitar o seu nome, e declarou e provou publicamente que a desposara, e que os filhos que d'ella tivera eram por conseguinte legitimos. Finalmente, depois de lhe mandar construir no convento d'Alcobaça, junto do seu, um sumptuoso tumulo (V. *Alcobaça*), que ainda hoje ali se admira, trasladou-a com uma pompa inaudita de Coimbra para Alcobaça. A cerimonia do beija-mão da morta, essa é que se considera puramente tradicional, porque não ha documento algum que a prove. O desgosto profundo que D. Pedro sentiu pela morte de D. Ignez, parece que alterou profundamente o espirito e lhe introduziu uma certa veia de loucura. Levava tudo ao extremo; ora alegre e folião, quando desembarcava em Lisboa, vindo de Almada, seguia a dançar pelas ruas no meio dos mercadores da Rua Nova, ou mandava alta noite buscar os seus trombeteiros, e saia com elles a dançar pela cidade, ou nas festas pomposas que mandou celebrar quando armou cavalleiro o seu favorito João Affonso Tello, andava tambem dançando pelas ruas de Lisboa, ora atravessava o reino, de algoz ao lado, fazendo justiça, como elle dizia, quer dizer, pronunciando umas especies de sentenças de Salomão, que podiam ser justas algumas vezes, mas que eram quasi sempre arbitrarias e injustas. Estas anecdotas mostram que D. Pedro tinha o instincto da justiça, mas que era a paixão louca e cega que o dominava, e quando, por exemplo, ia ao Porto, e penetrando no paço episcopal, açoitava o bispo com as suas proprias mãos, quando pronunciava outras sentenças completamente desproporcionadas com o delicto que queria punir. Alexandre Herculano diz que D. Pedro I era um doido com intervallos lucidos de justiça e de economia. Assim, ao passo que nas côrtes de Elvas attendia a todas as queixas do povo e reprimia os excessos da nobreza, distribuia prodigamente pelos nobres os rendimentos da corôa, até que um dia se lembrou de fazer economias, e então passou a ser avarento, aferrolhando nas torres albarrãs dos castellos uma quantidade enorme de dobras e de moedas de ouro de toda a especie, que D. Fernando depois largamente esbanjou. Em 1361, D. Pedro reuniu côrtes em Elvas, e foi esse um dos seus intervallos lucidos. Tambem mostrou grande sensatez e habilidade conservando sempre o reino em paz, apezar das discordias que então dividiam Castella, dilacerada pela lucta entre D. Pedro I, o *Cruel*, e seu irmão bastardo Henrique de Trastamara. D. Pedro iustou bem com seu tio para que lhe mandasse os soccorros que lhe promettera, mas nunca os obteve, e apenas lhe concedeu uma vez livre passagem por terras de Portugal. Por grande numero de provisões, expedidas no seu reinado, se deprehende que olhara com vivo interesse pelas commodidades, vantagens, consideração e privilegios dos estudantes, dos professores e dos empregados diversos da Universidade, tudo em harmonia com o regimen e estylos da edade media. Cortou o abuso de terem os mestres fóra dos *Geraes* as lições maiores; nomeou procurador da Universidade na sua côrte a um vassalo da maior consideração; providenciou, em beneficio dos estudantes, sobre os mantimentos, habitação, e creados d'elles; mandou contar o bairro dos estudantes da porta d'Almedina para dentro, e finalmente determinou que as casas d'estes fôssem livres e desembaraçadas. D. Pedro teve tres filhos de D. Ignez de Castro: D. Affonso, que morreu em creança; D. João, D. Diniz, e a infanta D. Beatriz, que casou com D. Sancho d'Albuquerque, filho natural de Affonso de Castella e de D. Leonor de Guzmão. De D. Thereza Affonso, dama nobre da Galliza, teve D. João, que depois foi rei de Portugal, 1.º de nome.

**Pedro II.** *O Pacifico.* 23.º rei de Portugal. N. em Lisboa a 26 de abril de 1648, onde tambem fal. a 1 de dezembro de 1706. Era filho de D. João IV, e da rainha D. Luiza de Gusmão. Este monarcha é uma das physionomias menos sympathicas da nossa regia galeria. Mostrou-se desde creança refalso e mau. Acompanhou sempre seu irmão D. Affonso em todas as tropelias, mas tinha artes para fazer com que suppuzessem que era arrastado por elle. Quando D. Affonso VI tomou conta do governo, e para isso foi ao paço de Alcantara, D. Pedro lá foi ter, assistiu ao conselho em que se decidiu o que se conviria fazer, e foi depois contar tudo á rainha regente sua mãe. Depois da acclamação de D. Affonso VI, o infante mostrou se um dos seus mais assiduos cortezãos, mas no palacio do Côrte Real, onde elle habitava, e que ficava pouco distante, no sitio do Corpo Santo, formou-se um pequeno fóco de opposição discreta, que o primeiro ministro conde de Castello Melhor conseguiu descobrir. Por isso fez com que el-rei instasse muito com seu irmão, sob varios pretextos, para que se recolhesse ao paço; mas o infante resistiu e o conde de Castello Melhor, vendo-se obrigado a ceder,

procurou ao menos introduzir no palacio do Côrte Real homens de confiança. D. Pedro, á medida que ia crescendo, ia mostrando tendencias reflexivas e manhosas. Sem deixar nunca de manifestar um respeito hypocripta pela rainha sua mãe, ia reclamando a sua emancipação, e, vendo que o mau procedimento d'el-rei lhe acarretava as antipathias, populares começou a afastar-se da sua companhia, a ter tambem um proceder menos licencioso, ou menos escandaloso, prevendo já uma evolução qualquer que lhe fôsse favoravel. Manifestando em tudo uma opposição systematica á politica do primeiro ministro de seu irmão, recusou pertinazmente acceitar o casamento que lhe propunham com Mademoiselle Bouillon, sobrinha do marechal de Turenne, talvez mesmo porque, nutrindo já esperanças ambiciosas, não quizesse contrahir casamento que não fôsse com pessoa de sangue real. N'este meio tempo casou

D. Pedro II

D. Affonso VI com D. Maria Francisca de Saboia, e pouco depois começou a haver entre a rainha e o infante uma secreta sympathia, que não tardou a transformar-se em amor incestuoso As peripecias d'esse trama tenebroso que roubou a D. Affonso VI o throuo, a mulher a a liberdade, já largamente se descreveram nos artigos dedicados a D. Affonso VI (*Portugal*, vol. I, pag. 67 e 68),e da referida rainha (*Portugal*, vol. IV, pag. 837 e seguintes). Não precisamos, portanto, repetir como D. Pedro, apoiado pela rainha, começou a queixar-se de suppostas injurias que lhe fazia o conde de Castello Melhor, como depois de conseguir o exilio de Antonio de Sousa de Macedo, secretario das Mercês (V. *Sousa de Macedo*), conseguiu o exilio do conde, que tanto lhe embaraçava os planos, como o ministro que se lhe seguiu, Henrique Henriques de Miranda, não pôde luctar por muito tempo com as difficuldades da situação, como D. Affonso VI chamou do exilio Antonio de Sousa de Macedo, como no dia 5 de outubro de 1667 D. Pedro appareceu armado no paço a exigir a demissão do secretario, como o povo o acompanhou em tumulto, como o rei se viu obrigado a humilhar se deante de seu irmão, como a rainha no dia 21 de novembro se recolheu ao convento da Esperança, declarando que estava donzella, pela impossibilidade em que seu marido estava de cumprir os deveres do matrimonio, como por uma manifestação da Casa dos Vinte e Quatro, D. Affonso se viu obrigado a renunciar nas mãos do infante D. Pedro o poder e o governo do reino. Reunidas as côrtes em 1668, D. Pedro assumiu a regencia do reino e pouco depois, declarado nullo o casamento de D. Affonso com D. Maria Francisca de Saboia, D. Pedro, sem ter ao menos o intervallo que a decencia mandava, obtidas em Roma as dispensas necessarias, casou com sua cunhada. O primeiro acto politico de D. Pedro foi um erro consummado; a paz com a Hespanha, pela qual a Hespanha apenas reconhecia a nossa independencia, sem ao menos nos restituir Ceuta, ao passo que o conde de Castello Melhor tivera sempre a idéa de obrigar a Hespanha a ceder-nos a Galliza, e não seria isso difficil depois d'uma longa campanha constantemente victoriosa, e estando nós demais a mais alliados com Luiz XIV de França. Devemos, porém, reconhecer que depois procedeu com bastante habilidade, ou antes os seus ministros, porque os teve intelligentes e notaveis, como o conde da Ericeira e mesmo o duque de Cadaval, não deixando que o partido francez ou o partido hespanhol arrastasse Portugal a uma guerra, que poderia impedir o desenvolvimento pacifico do paiz D. Pedro, além d'isso, receava que uma guerra estrangeira trouxesse comsigo discordias civis, e effectivamente houve conspirações em Lisboa a favor do rei preso, tumultos graves de que resultou serem condemnados e executados bastantes fidalgos. A não ser na politica estrangeira, em que Portugal se manteve n'uma neutralidade proveitosa, mas sempre com dignidade, em tudo o mais foi nefasto o governo de D. Pedro II. No seu tempo promulgou se uma lei expulsando do reino os ultimos christãos novos, que podiam ainda aqui residir; deram-se serias discordias no Brazil, no Maranhão com a revolta Beckman, nas Alagôas com a formação do *quilombo* negro de Palmares; foi no seu tempo que se reuniram pela ultima vez as côrtes, e se dissolveram tumultuariamente sem votarem os impostos. Depois nunca mais fôram convocadas até 1820. O casamento de D. Pedro com D. Maria Francisca de Saboia foi quasi tão esteril como o casamento de D. Affonso VI. Apenas houve uma filha, D. Izabel, que quizeram casar com o duque de Saboia, casamento que não chegou a realisar-se. Essa princeza morreu prematuramente como fructo debil d'uma união amaldiçoada V. *D. Izabel*, (*Portugal*, vol. III, pag. 1097). Depois do fallecimento da rainha, tratou-se do novo consorcio d'el rei, que não podia conservar se viuvo, porque o reino ainda estava sem successão. Este segundo casamento foi um verdadeiro negocio diplomatico. Apresentaram se diversas noivas, e Luiz XIV, sobretudo, pretendia que elle casasse com uma princeza de França,mas D. Pedro II não se inclinava para esse lado, tan-

to mais que desejava fazer uma politica em Hespanha adversa á politica franceza; já tivera combinações secretas com o conde de Oropéz, embaixador hespanhol em Lisboa, para vêr se conseguia ficar com alguma boa parte no proximo esphacelamento da monarchia hespanhola. A noiva, que escolheu, foi uma filha do principe palatino do Rheno, Maria Sophia de Neuburgo, uma senhora allemã muito bondosa, de quem teve numerosa descendencia, e que lhe deu o unico dissabor das suas continuadas pendencias com a rainha de Inglaterra, sua cunhada, D. Catharina, por causa de questões de etiqueta. Quando Carlos III de Hespanha morreu, deixando o throno a Filippe d'Anjou, neto de Luiz XIV de França, D. Pedro II foi logo convidado pela Inglaterra, pela Hollanda e pela Austria, a tomar parte n'uma alliança contra essa disposição de testamento do soberano hespanhol. Não valia a pena realmente, depois de ter conservado por tão largos annos o paiz tranquillo e pacifico, depois de lhe ter dado um certo impulso industrial, com o systema protecionista do conde da Ericeira, seu ministro, ir estragar todo o fructo d'essa longa paz com a intervenção n'uma lucta de que não podiam resultar para o paiz as minimas vantagens, era um erro capital, e o peor, porém, foi que a Inglaterra, ao passo que entrava n'uma alliança com Portugal, alliança de que só ella devia tirar proveito, impunha-nos ao mesmo tempo em 1703, por intermedio do seu embaixador lord Methwen, um tratado commercial que nos escravisava completamente, e que foi uma das causas da nossa ruina agricola, industrial e commercial. (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 1085): Os alliados combinaram fazer todos os esforços para que subisse ao throno de Hespanha o archiduque Carlos d'Austria, que veiu a Lisboa, onde D. Pedro o recebeu com todas as honras devidas. Partiram depois ambos para a fronteira, e ali se juntaram tropas inglezas, hollandezas e portuguezas commandadas por lord Galloway, barão Fájel, e marquez das Minas. Depois de assistirem de longe a alguns cêrcos e escaramuças, regressaram a Lisboa, e o marquez das Minas, livre da presença incommoda dos soberanos, deu principio á campanha, em que, depois de ter atravessado a Hespanha e de ter feito recuar deante de si as tropas do duque de Berwick, se encontrou emfim ás portas de Madrid, e teve a gloria de receber das autoridades d'essa capital as chaves que lhe vieram trazer em salva de prata. Esta gloria illuminou os ultimos dias do reinado de D. Pedro II, que estava viuvo pela segunda vez, mas cercado de filhos. No dia 28 de junho de 1706 entravam as tropas portuguezas em Madrid, e no dia 1 de dezembro do mesmo anno morria em Lisboa D. Pedro II, como dissémos. (V. *Marquez das Minas*, vol. IV, pag. 1113 e seguintes). Do seu segundo casamento teve os seguintes filhos: O principe D. João, que viveu um mez; o principe D. João, que foi depois rei D. João V; os infantes D. Francisco, D. Antonio e D. Manuel; as infantas D. Thereza e D. Francisca. Tambem teve tres filhos bastardos que legitimou: D. Miguel, D. José, e D. Luiza, que casou com o 2.º duque de Cadaval, e enviuvando, passou a segundas nupcias com seu cunhado, o 3.º duque do mesmo titulo.

**Pedro III**. Rei de Portugal, pelo seu casamento com sua sobrinha, a rainha D. Maria I. N. em Lisboa a 5 de julho de 1717, e fal. no Paço d'Ajuda, em 5 de março de 1786. Era gran-cruz das ordens militares de Christo, S. Bento d'Aviz e de S. Thiago da Espada; cavalleiro da ordem do Tosão de Ouro, de Hespanha. Era o 5.º filho de D. João V, o da rainha sua mulher, D. Maria Anna d'Austria. Casou com sua sobrinha na capella do Paço d'Ajuda em 6 de julho de 1760, tomando o titulo de principe do Brazil, e quando D. Maria I foi acclamada, em 1777, pelo fallecimento de seu pae, tomou D. Pedro o titulo de rei, por já então ter filhos. Era um principe extremamente devoto, e perfeitamente insignificante. Seu pae o fez prior do Crato, e quando seu irmão, el-rei D. José, viu que a providencia decididamente lhe negava filhos, pois só lhe dera quatro filhas, para a successão do reino, resolveu casal-o com sua

D. Pedro III

filha mais velha, que então contava 26 annos. D. Pedro tinha já 43 annos, não passando d'um verdadeiro rustico, sem illustração, nem elegancia, nem asseio. A sua maior predilecção era pelas egrejas e pelos conventos, onde passava grande parte do tempo. No entretanto, a princeza sua mulher muito se lhe affeiçoou, e seria completamente dominada por elle, se a caracteristica principal do espirito de seu marido e tio não fôsse a indecisão. Emquanto o marquez de Pombal viveu, D. Pedro curvou-se humildemente deante d'elle. Depois da acclamação da rainha, tomou o titulo de rei, conforme dissémos, mas nunca lhe valeu nas grandes angustias do seu reinado, aconselhando lhe o caminho que deveria seguir; pelo contrario, ainda mais concorreu para a perturbação do reino porque as suas opiniões de devoto e de rancoroso, iam abertamente para a reacção contra todas medidas reformadoras do

marquez de Pombal. D. Pedro era possuidor da quinta e palacio de Queluz, propriedade que a adquirira por ter vencido a demanda que entre elle e o infante D. Antonio, filho de D. Pedro II, se havia armado, depois da morte de D. João da Bemposta, filho natural do infante D. Francisco, que a havia herdado de seu pae. D. Pedro resolveu fazer de Queluz o Versailles de Portugal, por isso tratou de augmentar a propriedade com a acquisição de outras que lhe ficavam juntas, encarregando do risco e execução do novo palacio, da planta e ornatos dos jardins e quinta, o architecto portuguez Matheus Vicente de Oliveira, e o architecto e esculptor francez João Baptista Robillou. Pouco antes do terremoto de 1755 começaram os trabalhos da nova construcção, e progrediram com mais ou menos actividade até ao fallecimento de D. Pedro. Durante o andamento das obras, comtudo, apenas se apromptaram accommodações indispensaveis, a familia real ali foi residir todos os annos, nos mezes de verão. Emquanto viveu D. Pedro, houve festas esplendidas no palacio de Queluz, sendo escolhidos os dias de S. João e de S. Pedro, e os dos anniversarios natalicios mais solemnes das pessoas reaes. As funcções constavam de sumptuosa festa religiosa celebrada de manhã na capella real, por musica vocal e instrumental executada pelos mais distinctos professores nacionaes e estrangeiros que viviam em Lisboa, além dos musicos da Patriarchal. De tarde realisavam-se corridas de touros ou cavalhadas, em que os cavalleiros ostentavam soberbos ginetes e custosas galas; n'estas diversões tomavam parte os mais distinctos fidalgos da côrte. Ao começo da noite illuminavam-se as fachadas do palacio, os jardins e o parque. Depois resoavam as orchestras em harmoniosos concertos nas espaçosas salas, revestidas de espelhos, que faziam multiplicar infinitamente as numerosas luzes dos candelabros, dos lustres e das placas, e em que a côrte se retratava em enorme auditorio resplendente de diamantes e sedas multicôres recamadas de ouro. Nos concertos tomavm parte D. Maria I, então ainda princeza do Brazil, e as infantas suas irmãs. Mais tarde servia se a ceia, e quando a noite estava já muito adeantada, queimava-se nos jardins um brilhante fogo d'artificio cujas mil phantasticas invenções se alternavam com os repuxos dos lagos, d'onde subiam as aguas com delgadas columnas de crystal, ou em graciosas espadanas que se cruzavam, ou n'outras variadissimas fórmas. Em Queluz tambem se construiu um theatro sob a direcção do architecto Ignacio de Oliveira Benevides, o qual se inaugurou em 17 de dezembro de 1778, para solemnisar o primeiro anniversario natalicio de D. Maria I, depois da sua subida ao throno. Representavam-se n'aquelle theatro operas lyricas, e foi um divertimento que veiu tornar ainda mais brilhantes as funcções de Queluz. Depois da morte de D. Pedro III, Queluz caiu em grande decadencia. No tecto d'uma das salas ainda se vê representado em pintura um grande concerto, ou *serenim*, como então lhe chamavam, em que figuram el-rei D. José e a rainha D. Marianna Victoria; o celebre mestre de musica David Peres, tocando cravo ao lado do soberano; a princeza D. Maria, mais tarde rainha, e as infantas suas irmãs, com papeis de solfa nas mãos, em acção de cantarem; o infante D. Pedro, depois rei, regendo o concerto, e muitas pessoas da côrte. Esta sala fôra construida expressamente para os concertos da côrte Esta descripção das grandiosas festas de Queluz no tempo de D. Pedro III, sendo ainda principe do Brazil, acha-se no *Archivo Pittoresco*, vol. VI, pag. 241. D. Pedro falleceu em 1786, e pouco tempo depois falleceia tambem o principe do Brazil D. José, em 11 de setembro de 1788. Fôram dois profundos desgostos que soffreu a rainha, e não pouco concorreram para a loucura, de que foi victima.

**Pedro IV.** 28.º rei de Portugal e 1.º imperador do Brazil; duque de Bragança, marquez de Villa Viçosa, conde de Barcellos, de Guimarães, de Ourem, de Faria e de Neiva, e de Arraiollos. N. no Paço de Queluz a 12 de outubro de 1798, onde tambem fal. a 24 de setembro de 1834 Era filho de D. João VI, e de sua mulher, a rainha D. Carlota Joaquina. O seu nome completo era D. Pedro d'Alcantara Francisco Antonio João Carlos Xavier de Paula Miguel Raphael Joaquim José Gonzaga Paschoal Cypriano Serafino de Bragança e Bourbon. Foi infante de Portugal e principe da Beira em 11 de junho de 1801, e principe do Brazil em 20 de março de 1816, data em que seu pae deixou de ser regente do reino, sendo acclamado rei, pelo fallecimento da rainha D. Maria I. D. Pedro foi grão-prior do Crato, e depois, em 9 de janeiro de 1817, principe do reino unido de Portugal, Brazil e Algarves. Tinha apenas nove annos de edade, quando o governo portuguez, prevendo imminentes perigos ameaçadores da familia real e da independencia do reino, resolveu mandal o para o Brazil com o titulo de condestavel, indo com elle por secretario e mentor fr. Antonio d'Arrabida, depois bispo de Anemuria. Com a data de 2 de outubro de 1807 foi redigida uma proclamação, em que o governo portuguez annunciava aos brazileiros a transcendente providencia. Evidentemente o condestavel seria seguido pela familia real no caso de invasão de Portugal que se temia. O tratado que a França e a Hespanha assiguaram em Fontainebleau a 27 de de outubro e a immediata marcha do exercito francez commandado por Junot sobre Portugal, precipitaram os acontecimentos. A 29 de novembro a familia real portugueza emigrou para o Brazil, e com ella D. Pedro, que por isso deixou de ir no caracter do condestavel. Em março de 1808 a cidade do Rio de Janeiro tornou-se a capital da monarchia portugueza De 1808 a 1818, isto é, dos dez aos vinte annos de edade D. Pedro manifestou grandes qualidades que, por falta de esmerada direcção, se desenvolveram com os seus defeitos correspondentes: era dotado de notavel talento, de imaginação viva, e de genio ardente: recebeu apenas muito limitada e superficial instrucção, e não teve mentor que lhe mostrasse a vida pelo seu lado real e pratico, e que o aconselhasse a conter a impetuosidade do animo. Era franco e generoso, energico e corajoso, leal e dedicado aos que eram ou se diziam seus amigos, mas os annos de sua juventude fôram correndo envenenados pela educação e pelos lisonjeiros que fingiam admiral-o no proprio abrazamento das paixões, e que serviam a seus caprichos com o ardor que só a sabedoria devera merecer. Finalmente, teve por companheiro seu irmão, o principe D. Miguel,

que estava muito longe de igualal-o em dotes de intelligencia e de coração, e que o excedia muito em graves defeitos de caracter. Aos 18 annos de edade, pela elevação de seu pae ao throno em 1816, D. Pedro achou-se herdeiro presumptivo da corôa, mas de todo afastado dos negocios publicos não tinha educação alguma politica. Os paes e o desmazelo dos ministros deixaram o principe D. Pedro cegamente confiado á sua propria natureza, e foi elle que por gosto e entretimento cuidou ligeiramente da acanhada instrucção litteraria que teve, e cultivou a musica. Fóra disso, naturalmente inclinado ás armas, amava o exercito, ostentando desde muito cedo admirado garbo militar, e era habilissimo na arte hippica, cavalleiro muito dextro, e capaz de dirigir um carro puxado a quatro ou seis animaes com a fôrça, e com a galhardía dos laureados nos antigos jogos olympicos. A 13 de maio de 1818 casou com a archiduqueza d'Austria D. Maria Leopoldina Josepha Carolina, filha de Francisco I, imperador d'Austria, e de sua segunda mulher, D. Maria Thereza Carolina. Em 1820 a revolução constitucional, victoriosa no reino, veiu affligir D. João VI, por um lado offendido na quebra do seu poder de rei absoluto, e por outro vivamente contrariado pelas exigencias da volta da côrte para Lisboa. Em quasi todas as provincias do Brazil as tropas portuguezas de guarnição e o povo adheriram á revolução de Portugal; o rei procurou contemporisar, e fortemente empenhado em não deixar a capital do Rio de Janeiro, publicou o decreto de 18 de fevereiro de 1821, pelo qual mandava o principe D. Pedro para Lisboa, onde as côrtes constituintes deviam elaborar a constituição do reino, ao mesmo tempo que convocava para o Rio de Janeiro procuradores eleitos pelas camaras das cidades e villas do Brazil e das ilhas do Atlantico que tivessem juizes letrados, afim de consultarem o que dos artigos da futura constituição portugueza fôsse adoptavel no reino do Brazil, e propôrem as necessarias reformas. Vendo, comtudo, D. João VI que não podia deixar de se submetter, poz ainda umas certas restricções na acceitação, e no dia 24 de fevereiro demittiu até o ministro conde de Palmella, que representava as idéas progressistas. A agitação do Rio de Janeiro mostrou-lhe logo que tinha dado um passo errado, e não teve remedio senão jurar a Constituição que as côrtes fizessem, formar um gabinete mais conforme com a opinião popular, e foi D. Pedro que jurou em nome de seu pae a nova constituição, e ficou ao mesmo tempo designado para governar o Brazil como regente durante a ausencia de seu pae, que deliberara regressar á Europa com a sua familia. Começou então a vida politica de D. Pedro, que contava só 23 annos de edade. Em 20 de abril de 1821 reuniram-se os eleitores no Rio de Janeiro para a primeira eleição de deputados, e essa assembléa tomou um caracter por tal fórma sedicioso, que obrigou o rei a jurar a constituição hespanhola, e que ia seguindo por esse caminho de exigencias cada vez mais imperiosas e desordenadas, quando D. Pedro, tomando a iniciativa que seu pae não ousava tomar, pôz termo a essas scenas tumultuarias, dispersando a assembléa dos eleitores á baioneta, acto que lhe foi sempre lançado em rosto pelos liberaes, apezar de ter sido justificadissimo pelas circumstancias, por ser realmente impossivel consentir-se que uma assembléa sem mandato estivesse tomando deliberações tumultuarias, e para se dissolver essa assembléa não havia remedio senão empregar a fôrça. Em 22 de abril do mesmo anno de 1821, seu pae o nomeou regente do Brazil, dando-lhe um ministerio que organisara, e no dia 26 partia a familia real para a Europa. D. Pedro ficou collocado n'uma situação deveras melindrosa; o thesouro estava exhausto e os recursos escasseavam extraordinariamente. Montevideu elegera deputados que votaram a sua annexação á corôa portugueza; S. Paulo elegera uma junta governativa; formaram-se em toda a colonia dois partidos: o partido portuguez e o da independencia do Brazil. No dia 5 de junho revoltaram-se as tropas do Rio de Janeiro e impuzeram ao principe a demissão do conde dos Arcos seu ministro, e a creação d'uma junta de nove membros só responsavel perante as côrtes, e sem o voto da qual se não poderia promulgar medida alguma. D. Pedro, que estava sendo sympathico ao Brazil pela economia que introduzira na administração publica, principiando essa economia pelas suas despezas pessoaes, mas que o partido da independencia do Brazil considerava como profundamente hostil, começou logo a ficar altamente melindrado com esta sedição das tropas portuguezas. As côrtes de Lisboa não contribuiam pouco para tornar mais precaria a ligação do Brazil com Portugal, como quando applaudiram a resolução da junta da Bahia que recusava obedecer ao principe D. Pedro, a pretexto de que a sua regencia era nulla, por não ter sido decretada pelas côrtes. Assim o mesmo congresso demittiu do governo de Pernambuco o general Luiz do Rego, accusado pelos pernambucanos de tenden-

D. Pedro IV

cias reaccionarias, mas que era principalmente um obstaculo dos manejos do partido da independencia. O principe D. Pedro, vendo-se assim desprestigiado e sem autoridade, pediu a seu pae que lhe permitisse abandonar tão difficil encargo, e as côrtes portuguezas concordaram com isso, decretando que fôsse chamado o principe á Europa, afim de se ir instruir, viajando pelas côrtes estrangeiras. Este decreto das côrtes produziu grande agitação no Brazil, e excitou uma indignação geral contra os portuguezes; o principe declarou em cartas a seu pae, que estava prompto a obedecer ás ordens das côrtes, mas que essas ordens irritavam summamente os brazileiros, não só a que ordenava ao principe que regressasse á Europa, como a outra que determinava que as provincias fôssem governadas pelas suas juntas, sem ligação entre si, mas directamente com a metropole. A junta de S. Paulo representou energicamente ao principe, dizendo-lhe que o decreto relativo ás juntas era o primeiro passo para se reduzir de novo o Brazil ao estado de colonia, e o decreto relativo á partida do principe verdadeiramente odioso. Ao mesmo tempo sublevava-se a provincia de Minas Geraes, a camara do Rio de Janeiro representava ao principe no sentido da de S. Paulo, e esta representação, apoiada por todo o povo, decidiu o principe a ficar na America, desobedecendo ás côrtes por entender que a sua partida seria o signal d'um levantamento geral no Brazil. Mas se o povo brazileiro acolheu com enthusiasmo esta noticia, as tropas portuguezas, que estavam no Rio comandadas pelo general Jorge d'Avilez, pelo contrario, a acolheram com desconfiança, pegavam em armas, e tomavam uma attitude hostil. As tropas brazileiras tambem pegaram em armas, o povo armou-se, as cousas ia tomando um aspecto muito grave, e só com difficuldade conseguiu o principe que as tropas do general Jorge d'Avilez embarcassem para a Europa no dia 11 de fevereiro de 1822. Esta decisão era, por assim dizer, o signal da independencia do Brazil. No dia 5 de março appareceu no Rio do Janeiro uma esquadra commandada por Francisco Maximiano de Sousa, que ia encarregada pelo governo de Lisboa de trazer o principe para Portugal. O principe não consentiu o desembarque das tropas, que iam, senão com a condição de entrarem ao seu serviço. Os que não quizeram adherir tiveram de voltar para a Europa, levando a noticia do pronunciamento do principe D. Pedro, que se collocava em manifesta dissidencia com seu pae e com as côrtes. Dias depois partiu o principe para a provincia de Minas Geraes, que estava em perfeita anarchia, e foi recebido na capital com enthusiasmo delirante. O penhor que dera aos brazileiros, fizera desapparecer todas as hostilidades; todo o continente americano-portuguez o acclamou e applaudiu. O senado do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1822, convidou D. Pedro a tomar o titulo de *Regente Constitucional e defensor do Brazil*, e o principe já praticava actos de verdadeiro soberano independente, principiando a cultivar relações diplomaticas com os paizes estrangeiros, e como a Bahia, dominada pelo general Madeira, reconhecia ainda o governo de Lisboa, D. Pedro mandou contra elle tropas commandadas por Pedro Labattut. O membro principal do seu ministerio era o grande estadista e escriptor brazileiro José Bonifacio de Andrada e Silva, que principalmente dirigia as cousas da independencia. D. Pedro fôra ao Rio Grande do Sul e a S. Paulo harmonisar divergencias, applacar dissensões, e voltava para Santos no dia 7 de setembro de 1822 quando, parando nas margens do ribeiro Ipiranga para ler despachos que recebera de Lisboa e communicações dos seus ministros do Brazil, ao saber o modo insultante como estava sendo tratado pelas côrtes portuguezas, ao ter conhecimento das scenas de Lisboa, em que os deputados brazileiros haviam sido insultados pelo povo, inflammado n'um d'aquelles accessos de colera, que muitas vezes o arrastavam talvez mais longe do que queria ir, soltou o brado decisivo: *Independencia ou morte!* A sua comitiva respondeu-lhe com gritos de phrenetico enthusiasmo, e D. Pedro partindo n'uma carreira desordenada a caminho do Rio de Janeiro, fez a viagem n'um periodo extraordinariamente curto, deixando atraz de si exhaustos e rendidos de fadiga todos os que o acompanhavam, e chegava ao Rio de Janeiro a 15 de setembro. N'essa mesma noite appareceu no theatro levando no braço esquerdo a diviza brazileira com as referidas palavras bordadas com letras de ouro: *Independencia ou morte!* E' indescriptivel a ovação que lhe fizeram. No dia 12 de outubro do mesmo anno foi acclamado imperador e defensor perpetuo do Brazil, sendo coroado a 1 de dezembro. Procedeu se immediatamente á eleição d'uma assembléa constituinte brazileira, tendo saido das côrtes de Lisboa os deputados que tinham ali tomado assento, e alguns dos quaes ainda haviam assignado a constituição portugueza de 1822. A 3 de maio inaugurou os seus trabalhos a assembléa constituinte do Rio de Janeiro, o logo se manifestou entre ella e o imperador a mesma hostilidade que se dera em Lisboa entre D. João VI e as côrtes. D. Pedro, porém, era energico e não cedia como D. João VI ás suas exigencias demagogicas. Seria preciso uma revolução para o derrubar. Uma votação da assembléa deu causa ou pretexto para que o imperador demittisse o ministerio dos Andrades, conhecido pelo nome de *ministerio da independencia*. O espirito da assembléa constituinte era, como em Portugal, extraordinariamente demagogico, o imperador energico e rude, não estava resolvido a perder as garantias que reputava essenciaes para o exercicio do poder. Infelizmente para elle, os homens de que se rodeára e que partilhavam as suas idéas eram ou portuguezes ou amigos da antiga ordem de cousas. D'ahi resultou ser accusado de querer destruir a sua propria obra e de querer collocar de novo o paiz debaixo do jugo de Portugal. Uma medida, que o novo ministro da guerra propoz, e que era favoravel á officialidade portugueza que ficára ao serviço do imperio, irritou os animos, pronunciaram-se discursos de censura, um deputado queixou se de que fôra espancado por officiaes portuguezes; a irritação da assembléa recrudesceu, e afinal D. Pedro dissolveu-a violentamente, cercando o palacio das côrtes de tropas e deportando para a Europa os seis deputados que se tinham mostrado mais violentos, entre os quaes figurava o proprio José Bonifacio. A immensa popularidade de que por algum tempo gozára o imperador, dissipou-se n'um momento. Foi alcunha-

do de tyranno, de traidor á causa da sua patria; mas D. Pedro IV, que dissolvera as côrtes no dia 11 de novembro de 1823, logo no dia 13 promulgou um decreto pelo qual nomeava um conselho de Estado, encarregado de formular um projecto de constituição que devia ser submettido á sancção das camaras municipaes. O conselho de Estado trabalhou bem e depressa, e em dezembro de 1823 estava prompto o projecto de constituição, agora outhorgada pelo imperador, em vez de ser feita pela assembléa constituinte. Acceitou-a, comtudo, o Brazil com grande enthusiasmo; a constituição foi jurada a 25 de março de 1824, e algumas revoluções que tinham rebentado no imperio, entre outras uma que em Pernambuco proclamára a *federação do Equador*, fôram facilmente subjugadas pelas tropas imperiaes, mas o imperador não soube ser clemente, e deixou que as commissões militares julgassem e condemnassem os revoltosos, sendo alguns d'elles fusilados e enforcados. O povo, que acclamára com enthusiasmo o imperador por occasião da outhorga da Constituição, tornou a esfriar no seu enthusiasmo, e a hostilidade entre o imperador e os liberaes do imperio manifestou-se cada vez mais claramente. O imperador e o imperio conheciam ainda pouco o jogo do systema liberal, o imperador, embora intelligentissimo e sincero amigo da liberdade, era ao mesmo tempo pouco proprio para exercer as difficeis funcções de soberano constitucional. Tinha indole e genio de dictador. Começou por compôr o senado todo de conservadores conhecidos, de titulares, etc. Modificava e demittia a seu bel-prazer os ministerios, sem grande attenção pelas regras constitucionaes e pelas indicações parlamentares. Nunca incluia nos gabinetes assim organisados algum dos homens verdadeiramente populares do Brazil, de fórma que a camara electiva achava-se em conflicto constante e pessoal com o imperador, e a hostilidade chegava a ponto que os deputados liberaes chegavam a considerar transfugas alguns dos seus collegas que acceitavam pastas das mãos do imperador. Ao mesmo tempo a guerra do Rio da Prata, que o imperador se viu forçado a emprehender, tornou-se muito impopular no Brazil; era comtudo inevitavel. Montevideu votára a sua annexação á monarchia portugueza, quando a monarchia se dividira, Montevideu ficára fazendo parte do Brazil e formando a provincia Cisplatina. Esta provincia revoltou-se por incitamento e com auxilio da republica Argentina, D. Pedro quiz restabelecer ali o dominio brazileiro. D'ahi proveiu uma guerra longa e ruinosa, que só terminou em 1828 de um modo que não contentou nem o Brazil nem a republica Argentina, mas que era afinal o unico razoavel. A provincia Cisplatina foi proclamada republica independente com o nome de republica do Uruguay. A esta causa de impopularidade veiu juntar-se tambem a que proveiu de ser reconhecida a separação e independencia do Brazil pela carta patente de D. João VI de 13 de maio de 1825, e depois pelo tratado de 25 de agosto, ratificado e confirmado pela carta de lei de 15 de novembro do mesmo anno publicado e mandado executar no Brazil por decreto do imperador D. Pedro I, a 10 d'abril de 1826. O tratado que fôra negociado por intermedio da Inglaterra, onerava o Brazil com o pagamento de uma divida de dois milhões de libras esterlinas, e tinha além d'isso outras condições que os brazileiros reputavam obnoxias ao seu paiz, e filhas da condescendencia de D. Pedro com seu pae. Em 1826 morreu D. João VI, e surgiu uma nova causa de complicações D. Pedro foi reconhecido como legitimo herdeiro do throno de Portugal, pela regencia do reino em 1826, e n'essa qualidade recebeu de Lisboa uma deputação que vinha trazer-lhe a corôa do reino a que elle arrancára a sua mais bella colonia. Proclamado rei de Portugal com o nome de D. Pedro IV, o novo soberano acariciou por alguns momentos a idéa de reunir na sua fronte as corôas imperial e real e de ser a um tempo imperador do Brazil e rei de Portugal. Consultou a esse respeito o conselho de Estado, mas a resposta foi completamente adversa aos seus desejos, e foi então que D. Pedro IV, depois de outhorgar a Portugal, como outhorgára ao Brazil, um Carta Constitucional, abdicou a corôa em sua filha D. Maria da Gloria, que tinha apenas sete annos, com a condição de que essa abdicação só se tornaria real quando a nova rainha chegasse á sua maioridade, e escolheu para regente do reino sua irmã a infanta D. Izabel Maria. A Carta Constitucional, monumento da fina intelligencia e dos nobres sentimentos do principe illustrado que a outhorgou sem esperar que lh'a arrancassem, poupando assim ao paiz que fôra chamado a governar os horrores e os perigos de uma revolução, que depois ambições de outros tornaram inevitavel, a Carta Constitucional foi pois outhorgada no dia 29 de abril de 1826. Este acontecimento veiu tornar ainda mais difficil a situação de D. Pedro no Brazil. A causa do sua filha merecia-lhe todas as predilecções como era natural, e o Brazil percebeu que, ainda que tivesse abdicado a corôa portugueza, os negocios de Portugal o haviam de preoccupar e de absorver tanto ou mais que os do Brazil. Entretanto D. Pedro combinava o casamento de sua filha com seu irmão D. Miguel, e dava a este a regencia do reino. D. Miguel, que estava n'essa occasião em Vienna d'Austria, accedeu a essa proposta, jurou a Carta e tratou de vir para Portugal. Entretanto D. Pedro enviava para a Europa sua filha D. Maria da Gloria, para acabar de ser educada em Vienna d'Austria, porque a mãe, a archiduqueza, imperatriz Leopoldina morrera no Rio de Janeiro a 11 de dezembro de 1826. Acompanhava-a á Europa o marquez de Barbacena, que levou a rainha para Londres, logo que soube do golpe de estado de D. Miguel, e da sua proclamação como rei absoluto em prejuizo dos direitos da sua noiva e sobrinha. D. Pedro, tendo conhecimento dos successos, approvou os actos do seu representante, mas logo depois mandou regressar sua filha ao Brazil. Os acontecimentos a justificar os presentimentos dos patriotas brazileiros. A diplomacia brazileira tratava na Europa especialmente da causa da rainha D. Maria II, e no Brazil os emigrados portuguezes, que ali apparecciam, eram alvo da solicitude especial do imperador. Entretanto D. Pedro, depois de se conservar perto do tres annos viuvo, desposava a 16 de outubro de 1829 a princeza Amelia de Beauharnais que era recebida no Brazil com pompa excepcional. Mas os ares da politica estavam cada vez mais turvos. A segunda legislatura do imperio começou em 1830, e D. Pedro pôde

verificar que a opposição liberal vinha ainda mais reforçada. Recomeçou por conseguinte a lucta do imperador com a camara. A liberdade completa que D. Pedro se arrogava na escolha dos seus ministros, tornava impossivel um accordo entre o ministerio e a camara. Na camara propôz-se a accusação de dois ministros; essa proposta foi rejeitada por pequenissima maioria e o imperador, tomando abertamente a defeza dos seus secretarios de Estado, augmentou as indisposições do parlamento. Sentindo o terreno faltar-lhe debaixo dos pés, o imperador fez uma viagem a Minas-Geraes, esperando encontrar o mesmo acolhimento de 1822; o resultado foi um desengano. Já n'esse tempo o imperador pensava em abdicar; em Villa Rica, porém, escreveu a proclamação de 22 de fevereiro de 1831, que despertou os mais severos commentarios da parte da imprensa liberal. As suas relações amorosas com a marqueza de Santos, que era para elle perfeitamente uma Pompadour, relações que intervinham de um modo deploravel na administração do imperio, actuavam tambem desagradavelmente no espirito publico. Os emigrados portuguezes, que estavam no Rio de Janeiro e brazileiros partidarios do imperador tiveram a desastrosa idéa de festejar pomposamente a volta do imperador. Estas festas causaram graves conflictos. Os portuguezes espancaram alguns brazileiros. Houve grande indignação, D. Pedro viu-se obrigado a chamar ao poder os chefes liberaes, mas de má vontade, tanto mais quanto D. Pedro lhes attribuia a impopularidade que estava tendo, e a idéa da federação das provincias que estava fazendo caminho no Brazil. O povo não se mostrava ainda satisfeito com a transigencia do imperador. Ao sair d'uma egreja foi assaltado por gritos de *Viva D. Pedro II.* O imperador, com a sua coragem tradicional, voltou-se, e disse sorrindo com desdem : *Ainda é muito creança!* O povo acclamou-o. Suppondo talvez que tinha um renovo de popularidade, não hesitou em entrar francamente no caminho da reacção, demittindo a 5 de abril de 1831 o ministerio liberal, e chamando ao poder um ministerio em que figurava como elemento principal o marquez do Paranaguá, o reaccionario mais perfeitamente caracterisado do Brazil. Immediatamente grandes massas de povo começaram a affluir para os lados do paço de S Christovão, exigindo em altos gritos a demissão do ministerio. A tropa, enviada para conter os insurgentes, fraternisou com o povo; o major Miguel de Frias e Vasconcellos dirigiu se ao imperador a pedir-lhe que cedesse aos desejos da capital. D. Pedro negou-se absolutamente. «Antes abdicar! Antes morrer!» E saindo por um instante, voltou com uma folha de papel aberta, e entregando-a a Miguel de Frias disse-lhe «Aqui tem a minha abdicação! Estimo que sejam felizes!» Era o dia 7 de abril de 1823. E com esta simplicidade despediu-se dos seus filhos, dos seus ministros, entregou a tutoria de seus filhos que ficavam no Brazil (só a mais velha, rainha de Portugal, seguiu com elle para a Europa) a José Bonifacio de Audrada e Silva, e embarcou a bordo da nau ingleza *Warspite*, d'onde escreveu a suas ultimas cartas, sabendo com prazer que seu filho fôra acclamado, com o maior enthusiasmo e sem a mais leve discrepancia, imperador do Brazil, e transferindo-se depois com sua esposa e sua filha, e algumas outras pessoas mais intimas, para a fragata ingleza *Volage* e a fragata franceza *Seine*, seguiram todos para a Europa. A causa liberal portugueza estava n'essa epoca em imminente risco. A ilha Terceira continuava a manter hasteado o pendão liberal, e o conde de Villa Flôr, que ali governava, repellira no dia 11 de agosto de 1829 uma expedição realista que tentara desalojál o, mas escasseavam recursos de dinheiro á causa, havia dissensões graves entre os emigrados, as potencias européas conservavam-se indifferentes. A presença de D. Pedro veiu mudar tudo. Desembarcando em França e deixando sua filha e sua esposa em Paris, vendo que todos os emigrados se agrupavam em torno d'elle promptos a derramar o seu sangue pela causa que todos defendiam, levantou algum dinheiro indispensavel, organisou uma pequena expedição que se juntou em Belle-Isle, uma ilha da costa bretã da França, e partiu para a ilha Terceira. Já n'essa occasião o conde de Villa Flôr, fazendo um supremo esforço, se assenhoreara das outras ilhas dos Açôres. D. Pedro, antes de sair de Belle-Isle, dirigiu um manifesto á Europa, e tomando o titulo de duque de Bragança assumiu a regencia em nome da rainha sua filha. Chegando aos Açôres com os emigrados e algumas tropas estrangeiras a 3 de março de 1832, organisou um ministerio composto de Mousinho da Silveira, marquez de Palmella e Agostinho José Freire, dando o commando do exercito ao conde de Villa Fôr, e o da esquadra ao almirante inglez Sartorius, e singrando para o continente, desembarcou com os seus 7:500 bravos no dia 8 de julho de 1832 nas praias do Mindello. No dia seguinte entrava no Porto, abandonado pelos miguelistas, que o acolheu com delirio, mas não tardou a reconhecer que se illudira contando com defecções no exercito miguelista, e com o levantamento em massa do paiz. Este, desfallecido e exhausto por uma oppressão de quatro annos, não tinha fôrça para se mover, o exercito miguelista estava compacto e enthusiasta, e recobrado da primeira surpreza, marchava para apertar o Porto e os que o defendiam n'um circulo de ferro e de fogo. Os reconhecimentos de Penafiel, de Ponte-Ferreira e de Souto-Redondo, os dois primeiros victoriosos mas sem consequencias a não serem de graves perdas para os vencedores e o ultimo desastroso, vieram provar a D. Pedro que não podia ultrapassar a linha de defeza do Porto. Encerrou-se, pois, dentro da cidade, fortificou-a a toda a pressa, e tomou parte heroicamente nas privações e nos perigos do cêrco, expondo-se sempre nos sitios mais arriscados, tendo estabelecido o seu quartel general no palacio das Carrancas, e tendo assumido o commando em chefe do exercito, que nos primeiros tempos do cêrco pertenceera ao conde de Villa Flôr, por esse tempo agraciado com o titulo de duque da Terceira. Mas D. Pedro sabia que não bastava o seu valor pessoal para salvar a situação. Era necessario um general que dirigisse estrategicamente as operações Para evitar os ciumes e despeitos dos generaes portuguezes uns para com os outros, chamou de França um antigo official de Napoleão, o general Solignac, que revelou a mais completa incapacidade. Mas entretanto punha-se termo ao ostracismo politico a que estivera votado desde muito no campo liberal o general Salda-

nha, que veiu então tomar parte na defeza do Porto, e desde logo os seus conselhos fizeram mudar a face das cousas. Ao mesmo tempo a pequena esquadra liberal achava-se n'um grande perigo, porque os marinheiros, a quem se devia um grande numero de soldadas, recusavam-se a servir se lhes não pagassem. Valeu á causa liberal n'estes apuros o barão de Quintella, mais tarde conde do Farrobo, que offereceu o dinheiro preciso. Sartorius era substituido pelo almirante Napier; este aconselhava a brilhante e decisiva expedição ao Algarve. Napier, á frente da pequena esquadra liberal, derrotou completamente na batalha naval do Cabo de S. Vicente a esquadra miguelista; o duque da Terceira, desembarcando no Algarve, marchou rapidamente sobre a capital, derrotou na Cova da Piedade as tropas de Telles Jordão, e atravessando o Tejo, entrou em Lisboa no memoravel dia 24 de julho de 1833. Estas noticias, chegadas ao Porto, levantaram os espiritos dos heroicos defensores da cidade, que tinham continuado a repellir intrepidamente os ataques dos miguelistas. Commandava então os sitiadores o marechal francez Bourmont, que ganhara grande reputação na Europa com a rapida conquista de Argel, mas dentro do Porto estava o general Saldanha, e isso bastava para que o illustre militar francez tivesse deante de si quem lhe não receasse os impetos. Apenas D. Pedro teve noticia da tomada de Lisboa, partiu para a capital, onde foi recebido com o maior enthusiasmo. Tratou immediatamente com o duque da Terceira de organisar defeza, e o seu ministerio, que já estendia a sua acção por uma grande parte do reino, mostrou-se energico, decisivo e reformador. Bourmont, apenas soubera da tomada de Lisboa, deixara deante do Porto forças pouco numerosas, e marchára apressadamente sobre Lisboa, dispondo-se a cercal-a antes que ella tivesse tido tempo de se cobrir de fortificações. Mas as tropas liberaes estavam costumadas n'esse tempo a fazer verdadeiras maravilhas. As linhas de defeza organisaram-se com extraordinaria rapidez. A 22 de setembro, D. Maria II e sua madrasta, a imperatriz D. Amelia, entraram em Lisboa no meio d'um indescriptivel entbusiasmo. Dois dias depois D. Pedro, tendo ao seu lado sua esposa e a joven rainha, sua filha, passava revista ás tropas. A 18 de agosto, as ultimas tropas miguelistas, commandadas pelo conde de Almer, derrotadas em Vallongo, levantavam definitivamente o cêrco do Porto, e a 10 de outubro levantavam tambem o cêrco de Lisboa, depois d'uma série de terriveis investidas. Já a esse tempo o exercito miguelista era commandado pelo general escossez Macdonall, que retirou sobre Santarem, seguindo-o o exercito liberal commandado pelos dois marechaes Saldanha e Terceira. As tropas liberaes, já então fortes e numerosas, dividiram-se em differentes corpos, e Saldanha bateu os miguelistas em Torres Novas, em Pernes e ganhou sobre elles finalmente, a 18 de fevereiro de 1834, a victoria d'Almoster. Sá da Bandeira limpava a provincia do Algarve de guerrilhas miguelistas, Napier, á testa dos seus marinheiros, tomava Caminha, Valença e Ponte do Lima, o duque da Terceira, emfim, tomando o commando do exercito de operações com que o general Torres saira do Porto, atravessava victoriosamente a provincia de Traz-os-Montes, descia para a da Beira, occupava as terras principaes, e no dia 8 de maio entrava em Coimbra. Ao mesmo tempo Napier occupara a Figueira da Foz. D. Miguel commetteu um erro supremo por esta occasião, acolhendo o principe hespanhol D. Carlos, irmão de Fernando VII, que estava em revolta aberta contra elle, e que em Portugal levantou uma pequena força com que pretendeu levantar de novo a guerra civil em Hespanha. Então Fernando VII, que sempre se mostrára favoravel á causa miguelista, reconheceu D. Maria II, e fez entrar, com autorisação de D. Pedro IV, um exercito em Portugal com o unico fim de perseguir o principe D. Carlos, commandado pelo general Rodil, que dispersou com toda a facilidade os 500 homens que D. Carlos organisára, e combinou depois os seus esforços com os do duque da Terceira, e este ganhando a 16 de maio de 1834 a batalha d'Asseiceira, poz termo definitivo á guerra. D. Miguel tentou ainda prolongal-a, mas Saldanha e Terceira combinaram os seus movimentos, e obrigaram o exercito miguelista que ia sobre a fronteira, a capitular, assignando a convenção de Evora Monte, que foi um simples acto de submissão, tornada menos dolorosa pela amnistia que D. Pedro IV promulgou logo depois. D. Miguel aproveitou essa amnistia, a quem se consentiu que saisse do reino, fixando-se-lhe uma pensão annual de 60:000$000 réis. Esta noticia causou grande indignação em Lisboa, e alguns populares mais exaltados, esquecendo os altos serviços de D. Pedro, insultaram-n'o no theatro de S. Carlos pela sua clemencia, chegando ao arrojo de lhe atirarem lama e pedras á carruagem. Este insulto magoou muito o duque de Bragança, que já estava muito doente com a enfermidade de que foi victima. Entretanto D. Miguel embarcava em Silves no dia 1 de julho de 1834 a bordo do vapor inglez *Stag*, que o transportou a Genova. Tratou-se immediatamente de se convocarem as côrtes, mas entretanto os ministros da fecundissima dictadura, que tinha por chefe D. Pedro, ainda promulgaram alguns decretos importantes, como foi o de 28 de maio de 1834, referendado por Joaquim Antonio de Aguiar, então ministro da justiça e negocios ecclesiasticos, que supprimia as ordens religiosas do sexo masculino e annexava aos bens nacionaes os bens dos conventos. No dia 15 de agosto de 1834 abriram-se as côrtes reunidas no mosteiro de S. Bento. O seu primeiro acto foi confirmarem a regencia de D. Pedro. Não tardou muito que este, que se sentia cada vez peor, participasse ás camaras que não podia occupar-se de negocios politicos. Foi recebida esta noticia com o maior sentimento, e logo em seguida se approvou o parecer da commissão, que votara que se declarasse a maioridade da rainha. A maioridade foi decretada a 19 de setembro, e no dia seguinte a rainha prestou juramento, e assumiu a direcção do governo do reino. No mez seguinte fallecia D. Pedro, sendo a sua morte pranteada amargamente pelo povo. Foi no proprio palacio de Queluz que elle morreu, no mesmo quarto onde nascera, depois de se despedir de um soldado do seu batalhão de caçadores n.º 5, a quem abraçou, pedindo-lhe que transmittisse aos seus camaradas aquelle abraço sentido. Tanto no Brazil como em Portugal gozára da mais intensa popularidade; perdera-a em Portugal e per-

dera-a no Brazil. Fôra objecto das mais doidas provas de amor e das mais insultuosas manifestações. Recebera com a mais serena e desdenhosa indifferença as ovações e os insultos; só talvez o ferira profundamente o insulto que lhe tinham feito em S. Carlos. Depois da sua morte prestaram todos homenagem aos seus serviços, ao seu talento, á sua bravura, á sua dedicação e á sua coragem. O Brazil devera-lhe a independencia, devera-lhe Portugal a liberdade. Póde dizer-se que fôra forçado a abandonar a corôa do Brazil; bastara-lhe, porém, para a conservar um pouco de transigencia. Teve abnegação incontestavel, teve uma grande energia, uma grande comprehensão do meio em que vivia, mas foi arrebatado e violento, porque são esses sempre os defeitos em que descáe a exuberancia de energia. Depois de elle sair do Brazil, um partido forte, denominado partido restaurador, ou partido caramune, invocou o seu nome como estandarte de reacção contra o caminho que seguiam as cousas no Brazil; mas, apenas se recebeu a noticia da sua morte, o luto foi tão geral no Brazil como em Portugal. Muitos annos depois se lhe levantou um monumento na cidade do Rio de Janeiro, uma bella estatua equestre devida ao cinzel de um esculptor francez. No Porto tambem se lhe ergueu uma estatua equestre, na *Praça Nova*, hoje de *D. Pedro*, em frente do edificio da Camara Municipal. As obras começaram em 1862, pelo plano do esculptor francez M. Anatole Calmells, e concluiram em 1865. Em Lisboa, tambem se lhe erigiu um monumento em 1870, na praça de D. Pedro (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 589 e seguintes). O cadaver do duque de Bragança foi encerrado no pantheon de S. Vicente de Fóra, mas o seu coração, que elle legou ao Porto, como á cidade que mais sacrificios fez á causa da rainha e á causa da Liberdade, guarda-se como preciosa reliquia n'um singelo mausolèo de granito no lado do Evangelho da capella-mór da egreja da Lapa. D. Pedro, além das honras já citadas, possuia as seguintes: grão-mestre das ordens de Christo, S. Bento de Aviz, S. Thiago da Espada, Torre e Espada; gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e das ordens brazileiras do Cruzeiro e da Rosa; cavalleiro da de Tosão de Ouro, de Hespanha; gran-cruz das de Carlos III e de Izabel a Catholica, tambem de Hespanha; gran-cruz das ordens francezas: Santo Espirito, S. Luiz e S. Miguel; da de Santo Estevão e de S. Miguel, da Baviera. A ordem da Rosa foi instituida por D. Pedro IV a 15 de novembro de 1825, primitivamente com o seu nome, depois denominada do *Cruzeiro do Sul*, e por fim com o titulo do ordem da *Rosa*. D. Pedro foi o autor do *Hymno da Carta Constitucional*, que tem tido diversas edições, e é o hymno da nação, que o fallecido rei D. Carlos e sua majestade el-rei senhor D. Manuel adoptaram para hymno real Compoz outros trechos musicaes, que parece, terem ficado ineditos. No *Diccionario Bibliographico*, vol. XVII, pag. 160 e seguintes, vem uma extensa relação de muitos escriptos biographicos a seu respeito, tanto em jornaes como em folhetos separados.

**Pedro V.** *O Esperançoso*. 30.º rei de Portugal. N. em Lisboa no real Paço das Necessidades a 16 de setembro de 1837, onde tambem fal. a 11 de novembro de 1861, sendo baptisado na capella do mesmo paço a 1 de outubro seguinte pelo cardeal patriarcha de Lisboa D. Fr. Patricio da Silva, capellão-mór da rainha D. Maria II. Era filho d'esta soberana, e de seu marido, el-rei D. Fernando. Chamava-se D. Pedro d'Alcantara Maria Fernando Miguel Raphael Gonzaga Xavier João Antonio Leopoldo Victor Francisco d'Assis Julio Amelio. Educado primorosamente, assim como seus irmãos, pelos melhores professores de Lisboa, e principalmente por sua mãe, que teve sempre a justissima reputação de excellente educadora, revelou desde muito novo as brilhantes qualidades qualidades que o ornavam, a sua notavel intelligencia, a sua tendencia para um perseverante estudo, e as mais nobres e mais elevadas qualidades de espirito e de coração. Foi jurado e reconhecido principe real e herdeiro da corôa pelas côrtes geraes a 26 de janeiro de 1838, tendo de edade pouco mais de 4 mezes. Contava 16 annos quando falleceu sua mãe, a 15 de novembro de 1853, a quem succedeu no throno. Marcando-se aos 18 annos a maioridade dos reis de Portugal, D. Pedro V era ainda menor, e n'esse mesmo dia foi convocado o conselho de Estado, que deliberou confiar a regencia do reino, durante a menoridade do joven monarcha, a seu pae, el-rei D. Fernando, visto não haver disposição alguma a tal respeito na Carta Constitucional, deliberação que foi depois confirmada pelas côrtes geraes, e de que prestou juramento na sessão de 19 de dezembro de 1853. D. Pedro V e seu irmão D. Luiz, que mais tarde lhe succedeu no throno, emprehenderam uma viagem de instrucção e recreio pela Europa. Em maio de 1854 sairam a barra de Lisboa a bordo do vapor *Mindello*, indo directamente a Londres, passando depois á Belgica, Hollanda, Prussia, Austria, França e Saxe-Coburgo-Gotha, voltando a Londres, d'onde regressaram a Lisboa. Em todas estas côrtes grangearam os regios viajantes as maiores provas de consideração e de sympathia. No anno seguinte, 1855, emprehenderam nova viajem, visitando outra vez algumas das terras já citadas, e tambem a Italia, Suissa, etc. No seu regresso, completando D. Pedro V, 18 annos a 16 de setembro, foi n'esse dia declarada a sua maioridade, e prestou juramento em sessão solemne das côrtes. Realisaram se grandes e enthusiasticas festas em Lisboa, para solemnisar o novo rei que ia assumir o pesado e espinhoso cargo da governação do reino. Grandes infortunios começaram desde logo a assignalar o seu reinado. Em 1856 desenvolveu se em Lisboa a *cholera morbus*, e em muitos outros pontos do paiz, fazendo consideraveis victimas, e no anno seguinte, 1857, outro flagello, que se tornou ainda mais devastador, a febre amarella, veiu assolar a capital. Fôram dois annos de tristissima memoria, que enlutaram milhares de familias, extinguindo-se muitas d'ellas completamente, deixando muitas creanças na orphandade. A cidade de Lisboa, principalmente em 1857, apresentava um aspecto tristissimo. Com especialidade na cidade baixa, viam se encerrados numerosos estabelecimentos; uns, por seus proprietarios terem fallecido, outros por terem saido de Lisboa fugindo ao terrivel contagio. O terror geral era indescriptivel; por ordem do governo fôram os jornaes prohibidos de darem longas noticias sobre os fallecimen-

tos, e o numero e nomes das vietimas, que ehegavam a oeeupar diariamente muitas columnas; os enterros passaram a fazer-se de uoite, observando-se a maior simplieidade,não sendo permittidas as pompas funebres, apenas uma sege eonduzindo o morto e o padre para o acompanhar. Não sendo sufficientes os hospitaes que existiam, para abrigarem o numero enorme de ataeados, organisaram se alguns provisorios em certos pontos da cidade; numerosas proeissões de penitencia pereorriam as ruas, e uas egrejas todos os dias se entoavam preces. Os theatros e outros divertimentos publicos fecharam. A consternação era geral; as ruas viam-se desertas, o terror via-se estampado em todas as physionomias. Abandonaram a eidade, indo viver para os arredores e para outras terras distantes, altos funecionarios e outros empregados publicos, capitalistas, negociantes, o proprio patriareha, e no meio d'esta pavorosa e angustiosa situação sobresaia a figura do joven monarcha que, apezar dos conselhos de quantos o rodeavam, não quiz abandonar Lisboa, e qual outro apostolo do bem e da resignação, se dirigia aos hospitaes, sentando-se junto dos leitos dos enfermos, a quem dirigia palavras de conforto e de esperança. Quando os ajudantes que o acompanhavam n'estas piedosas visitas lhe pediam que não se expuzesse assim tão temerariamente ao terrivel contagio, respondia seeeamente que se tiuham medo o deixassem, que elle podia ali estar só. Este aeto de abnegação e caridade eausou a maior impressão em toda a gente e a admiração até dos estrangeiros. Um rapaz que apenas contava 20 annos de edade, daudo um exemplo tão grandioso de amor pelos que soffriam, proeurando suavisar-lhes o soffrimento, ao menos animando-os com a sua presença. D. Pedro V tornou-se muito popular; o povo adorava-o, e chamava-lhe o rei santo. A sorte protegia o, porque expondo-se com tanta affoiteza, com tanta coragem ao perigo do tenebroso contagio, não teve o menor signal de doença n'aquelles mezes de agosto, setembro, outubro e novembro de 1857, em que mais se pronuneiaram os effeitos da epidemia. Poueo a pouco fôram rareando os easos, que até então eram numerosos todos os dias, e quando chegou o fim de dezembro estava a febre amarella completamente debellada, restando os choros e os lamentos das pessoas que tinham perdido parentes queridos, e ereauças orphãs, que se viam sós entregues á mais profunda tristeza e saudade. Chegou depois o anno de 1858, que trouxe para Portugal dias mais socegados e mais felizes Para suavisar as angustias dos dois annos anteriores, tratou-se do casamento do joven monarcha, que se tornara o idolo do povo. Essa noticia foi recebida com o maior enthusiasmo sendo a esposa escolhida a princeza de Hohenzollern-Sigmaringen, D. Estephania Josephina Frederica Guilhermina Antonia, segunda filha do principe soberano do Hohenzollern-Sigmaringen, Carlos Antonio Joaquim, e de sua mulher D. Josephina Frederica. O casamento realisou-se por procuração em Dresde a 29 d'abril de 1858, e em pessoa, em Lisboa, a 18 de maio, na egreja de S. Domingos, um formoso dia de primavera, que parecia vir tambem saudar os regios noivos, reunindo-se ao enthusiasmo que se notava por toda a parte, á alegria e satisfação que reflectia em todos os semblantes. As acclamações e os vivas, que o povo soltava durante o transito do Terreiro do Paço, onde a joven rainha desembarcou, até á egreja de S. Domingos, chegaram ao delirio. A pessoa que escreve estas linhas, bem creança então, ainda se recorda com saudade d'esse dia e dos seguintes em que se realisaram illuminações esplendidas, parada, recita de gala no theatro de D. Maria II, jantares diplomaticos,etc. (V. *Portugal*, vol. III, pag. 211 e 212). A rainha D. Estephania grangeou logo tambem as maiores sympathias; o seu caracter, por um acaso que poucas vezes se encontra n'estas uniões monarchicas, estava em perfeita harmonia com o caracter de seu marido. Os regios esposos amaram-se extremosamente. Passaram em Cintra a lua de mel durante o verão d'esse anno de 1858, e muitas vezes se encontravam passeando sósinhos de braço dado pelos caminhos mais solitarios da serra, passeios que muitas vezes repetiam em Lisboa, e que inspiravam ao povo a mais profunda sympathia, porque davam um exemplo não muito frequente de amor no casamento e de amor no throno, e o exemplo das virtudes domesticas mais elevadas com a pureza do seu viver, com o affecto que os unia, o qual se manifestava a cada instante. Foi n'esse anno de 1858 que D. Pedro V teve a nobre idéa de fundar em Lisboa os altos estudos litterarios que não existiam em Portugal, e que depois da morte d'elle pouco desenvolvimento tiveram. Cedeu uma parte da sua lista civil para se comprarem inscripções, que constituissem a dotação de um novo estabelecimento de instrucção superior, o Curso Superior de Letras, onde se crearam as cadeiras de historia, de litteratura antiga, de litteratura moderna, de philosophia da historia e de philosophia transcendente, cadeiras que fôram regidas por Lopes de Mendonça, Rebello da Silva, Jayme Moniz, etc. Era essa a fundação querida de D. Pedro V, e muitas vezes o estudioso monarcha que amava as letras e a sciencia, ia ouvir as li-

D. Pedro V

ções dos professores, escutando de preferencia a palavra inspirada e eloquente do grande Rebello da Silva. Mas ainda não estavam completas as provações por que tinha de passar o infeliz rei, no seu tão curto reinado de 6 annos. Succederam um ao outro dois factos que profundamente o feriram, um como rei, e o outro como esposo dedicado e carinhoso. Como rei, foi a questão com o governo imperial de França, em 1859, que por causa do aprezamento da barca *Charles et Georges*, mandou uma esquadra ás aguas do Tejo tomar aquelle navio e affrontar a bandeira portugueza; como esposo, viu n'esse mesmo anno, a 17 de julho, succumbir, victima d'uma angina que em tão pouco tempo roubou a Portugal uma rainha bondosa e altamente sympathica, deixando D. Pedro inconsolavel com tão infausta perda. Ficou memoravel a sentida carta que o monarcha escreveu ao duque da Terceira, então presidente do conselho de ministros, carta repassada de tão profunda melancholia e escripta com eloquente singeleza «Eu e os meus povos temos sido companheiros de infortunio, diz-me a consciencia que os não abandonei.» Assim era effectivamente, e o povo tambem o não desamparou n'essa angustia suprema «Era um coração para a terra e um espirito para o céo» accresceutava D. Pedro V referindo-se á esposa que perdera. Essa carta é uma verdadeira obra prima e não fôram esses os unicos primores que D. Pedro V legou dispersos pelas folhas officiaes. D. Pedro V folgava de fazer as allocuções que tinha de proferir em cumprimento das suas funcções majestaticas. Esses discursos eram sempre cheios de idéas elevadas, e escriptos n'um estylo nervoso de uma grande concisão, que ás vezes descaia em obscuridade. O criticos accusavam esse estylo de sybillino, e diziam que el-rei, que sabia a fundo o allemão, se comprazia nos nevoeiros da philosophia germanica A verdade é que elle procurava apenas consubstanciar no mais pequeno numero de palavras possivel o maior numero possivel de idéas. Não se limitava só a discursos a actividade intellectual do rei. Na *Revista Contemporanea* escreveu com o pseudonymo de *Azonbolos* um estudo ácêrca da tomada de Gaeta pelas tropas piemontezas. Muitos fragmentos de estudos philosophicos e moraes ficaram misturados com os seus papeis depois da sua morte. A instrucção popular foi sempre a sua grande preoccupação. Fundou a Escola Real das Necessidades em 16 de setembro de 1856, n'um edificio proximo do paço, e no paço de Mafra havia installado uma escola, no anno anterior. Folgava em distribuir livros em premios ás creanças, encarregara o seu secretario Joaquim Pinheiro Chagas, pae do fallecido estadista e distincto escriptor Pinheiro Chagas, de traduzir e adaptar ás escolas portuguezas a *Clef de la science*, do dr. Brewer. Esta traducção ficou interrompida com a morte do traductor, succedida em 3 de dezembro de 1859. Era com elle que D. Pedro V muitas vezes desabafava as suas dôres mais intimas e cruciantes. Fôra o seu companheiro de vigilia nas horas que se seguiram á morte de D. Estephania, em que o triste rei, depois de alguns minutos de somno agitado, acordava em grandes accessos de choro, e se abraçava ao seu secretario, que, tendo tambem visto morrer a mulher que amava extremosamente, sabia comprehender e sabia consolar aquella dôr sincera e profunda. A morte pois d'esse amigo fiel e dedicado foi para o rei mais um golpe profundo e inesperado, porque Joaquim Pinheiro Chagas morreu na fôrça da vida contando apenas cincoenta annos de edade. Em 1860 o desastroso resultado da realisação de uma idéa sua muito querida, o estabelecimento de um deposito de recrutas em Mafra, causou lhe tambem impressão profunda e dolorosa. As más condições em que este deposito foi organisado produziram o desastre, mas D. Pedro V sentiu-o profundamente, não só porque podia attribuir-se-lhe em parte a responsabilidade da morte de tantos recrutas que fôram ali expirar n'aquelle matadouro, como por vêr desfeito em fumo um dos projectos, de que elle julgava que resultariam os fructos mais proficuos. Em outubro de 1861 uma viagem que el rei emprehendeu ao Alemtejo com os seus irmãos, D. Augusto e D. Fernando, teve os mais funestos resultados. Contrairam n'essa provincia umas febres paludosas, que em breve tomaram um caracter profundamente grave. O infante D. Fernando falleceu em 9 de novembro, e dois dias depois, a 11, fallecia tambem el-rei na florescente edade de 24 annos. Foi então que se conheceu quanto elle era profundamente estimado e querido. O povo apenas teve noticia da grave doença d'el-rei e de seus seus irmãos, agrupou-se afflictissimo em torno do palacio. Primeiro houve só a angustia e anciedade, depois começaram a brotar suspeitas de crime, e a morte do infante D. Fernando, o estado gravissimo em que se achava o infante D. Augusto e o estado perfeitamente desesperado d'el-rei, mais confirmaram ainda as idéas de envenenamento. A morte d'el-rei veiu redobrar a agitação da cidade. O enterro foi immensamente concorrido. Os dois irmãos d'el-rei, D. Luiz e D. João, que andavam, viajando, regressaram apressadamente á patria, e chegaram pouco depois da morte de D. Pedro V. Atacado por uma doença, com symptomas identicos aos de seus irmãos, D. João tambem falleceu, no seguinte mez de dezembro. Tudo isto deu origem aos tumultos do Natal, classificados por José Estevão na seguinte phrase celebre: «E' a anarchia da dôr protestando contra o despotismo da morte.» O sentimento era geral e profundo em todo o paiz. D. Pedro V foi duque de Saxe Coburgo Gotha, grão-mestre das ordens militares de Christo, S. Bento d'Aviz e S. Thiago da Espada; gran-cruz das da Torre e Espada e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; cavalleiro da ordem do Tosão de Ouro, de Hespanha, e da ordem Suprema da Santissima Annunciada, de Sardenha; cavalleiro de primeira classe, em brilhantes, da de Hohenzollern; gran-cruz das ordens do Cruzeiro do Sul, do Brazil; de Santo Estevão de Hungria, da Austria; da Aguia Negra, de Saxonia Real; do Leão Neerlandez, dos Paizes Baixos; do Falcão Branco, de Saxe-Weimar; da Legião de Honra, de França; de S. Fernando e Merito, de Duas Sicilias. D. Pedro V respeitava os homens politicos importantes do seu tempo, e era grande respeitador de Alexandre Herculano, a quem visitava frequentes vezes, entretendo com o notavel historiador discussões scientificas; passava largas horas, quando estava em Mafra, a consultar chronicas e outros livros antigos d'aquella valiosa bibliotheca. Dedicava-se á musica, tocando excellentemente piano; era

notavel na esgrima, bom atirador, e desenhava com gosto e facilidade, possuindo o dom especial de caracterizar uma pessoa ao primeiro repente com tres ou quatro traços, ficando do seu lapis muitas caricaturas notaveis pela graça e pela rapidez e firmeza do traço. A caça era um dos prazeres seus mais predilectos. Foi elle que aboliu por completo o *beija-mão*, etiqueta palaciana que era um dos restos legados pela soberania absoluta, e recusou-se a confirmar a pena de morte. Não queria vêr os cidadãos, entre os quaes era elle o primeiro, dobrarem o joelho na sua presença, porque essa venia só pertence á Divindade como só a ella pertence tirar a vida aos homens. Entendia que a cerimonia do beija-mão era um acto de servilismo indigno de todo o homem que se preza, como entendia que á justiça humana unicamente compete corrigir os delinquentes, pela reclusão e pelo trabalho, para os restituir á sociedade, purificados e prestadios. A'cêrca do saudoso monarcha publicaram-se muitos escriptos: *Reinado e ultimos momentos de D. Pedro V*, por José Maria de Andrade Ferreira, Lisboa, 1861; *Noticia da doença de que falleceu sua majestade el rei o senhor D. Pedro V*, por Bernardino Antonio Gomes, Lisboa, 1862; *Elogio historico de sua majestade el-rei o senhor D. Pedro V, protector da Academia Real da Sciencias, proferido na sessão publica de 26 de abril de 1863 pelo socio effectivo Luiz Augusto Rebello da Silva*, Lisboa, 1863; *Memorias para a historia d'el rei fidelissimo o senhor D. Pedro V e seus augustos irmãos*, etc., por Francisco Antonio Martins Bastos, Lisboa, 1863; *Tributo portuguez no transito do senhor D. Pedro V*, poemeto por A. F. de Castilho; saiu na *Revista Contemporanea*, tomo V, pag. 399 a 411, e em separado; *Palavras de D. Pedro V*, Lisboa, 1859; fôram colligidas e publicadas com introducção e notas, por J. J. Ferreira Lobo; contém todos os discursos e allocuções do monarcha; *D. Pedro V*, por Henrique Freire; 5.ª edição, Lisboa, 1884; *Oração funebre nas exequias do rei de Portugal o senhor D. Pedro V celebradas pela irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de S. Nicolau em 30 de janeiro de 1862, pelo padre Antonio Maria d'Almeida*, Lisboa, 1862; *Oração funebre nas exequias, que a camara da villa de Penella mandou celebrar para suffragar a alma do senhor D. Pedro V*, Lisboa, 1862; *Oração funebre nas exequias solemnes pelo eterno descanço de Sua Majestade D. Pedro V, celebradas na egreja cathedral do Salvador de Beja, pelo padre Alexandre Ramos, parocho de Santa Maria da Feira, da mesma cidade*, Lisboa, 18 3. Ha outras orações recitadas nas solemnidades funebres realisadas no Porto, Aveiro, e outras cidades de Portugal e Brazil. No estrangeiro tambem appareceram algumas obras a respeito do saudoso monarcha. José Silvestre Ribeiro, na sua obra *Historia dos estabelecimentos scientificos, litterarios e artisticos de Portugal*, volumes XII e XVI, fez varias referencias a el-rei D. Pedro V, sobretudo a respeito da fundação das escolas das Necessidades e de Mafra. Recentemente publicou-se o *Rei Santo*, chronica da vida de D. Pedro V, romance historico de Rocha Martins, edição da Casa Editora João Romano Torres & C.ª || *Medalha de D. Pedro V*. Instituida por el-rei D. Luiz I em 15 de abril de 1862, a fim de ser distribuida aos individuos que tomaram parte na expedição enviada a Angola em 1859, e mais vulgarmente conhecida por *medalha de Angola*. E' de fórma circular, tendo de um lado a effigie de D. Pedro V e do outro a legenda *Expedição de Angola, 1860*. E' pendente de uma fita *azul escura* orlada de *amarello*.

**Pedro** *(D.)* Principe, filho de D. Sancho I e da rainha D. Dulce, sua mulher. N. a 23 de março de 1187; foi conde de Urgel e rei das Baleares; fal. em Aragão a 2 de junho de 1258. Quando morreu seu pae em 1211, D. Pedro, que tinha então 24 annos, viu-se esbulhado do quinhão que lhe cabia na herança paterna por seu irmão D. Affonso II, e profundamente magoado com esse procedimento, saiu de Portugal e foi offerecer os seus serviços ao rei de Leão. Ali viveu por muito tempo, exercendo grande influencia e acompanhando D. Affonso IX a todas as expedições militares em que sempre se distinguiu como um dos mais valentes cavalleiros. Ao seu esforço se deveu em grande parte a conquista de Merida, parece que foi tambem a Marrocos e diz-se que de lá trouxe as reliquias dos famosos martyres de Marrocos. Casou com Aurembiax, condessa de Urgel, e passou para o Aragão, em cujo territorio estava encravado o condado de sua esposa. Morrendo esta sem lhe deixar filhos, deixou-lhe o condado, e ficou elle conde soberano, mas cedeu pouco depois esse territorio que possuia a Jayme I de Aragão em troca das ilhas de Maiorca e Minorca, de que foi proclamado rei, conservando se feudatario de Jayme. Tomando pouco depois a ilha de Iviça, ficou soberano das Baleares e ajudou constantemente o seu suzerano em todas as conquistas que emprehendeu. Em 1236 passou ao Oriente e voltando á Europa, trocou outra vez o seu reino microscopico pela posse de varias terras e castellos em Valencia. Quando os fidalgos e os bispos portuguezes quizeram depôr seu sobrinho D. Sancho II, lançaram os olhos para seu tio D. Pedro, mas este andava todo empenhado n'umas discordias do Aragão, que o traziam completamente absorvido. Nem lhe chegaram a falar; evidentemente os interesses e as preocupações de D. Pedro concentravam-se todos no Oriente e não no Occidente da peninsula hispanica. Comtudo, ou melindrado por isto ou porque o seu animo cavalheiresco o levára a pugnar pelo opprimido contra o oppressor, quando o principe D. Affonso de Castella, depois Affonso X, levantou um exercito com que veiu em defeza de D. Sancho II, D. Pedro veiu pôr a sua aventurosa espada ao serviço d'essa causa justa, mas já era tarde, e Portugal estava já n'esse tempo todo nas mãos do conde de Bolonha. Voltou, pois, para o Aragão o antigo rei das Baleares e ali falleceu.

**Pedro** *(D.)* Infante, filho d'el rei D. Fernando e da rainha D. Leonor Telles. Morreu em creança.

**Pedro** *(D.)* Infante, filho d'el-rei D. João, e da rainha, sua mulher, D. Filippa de Lencastre. N. em Lisboa a 9 de dezembro de 1392, e fal. na batalha d'Alfarrobeira a 20 de maio de 1449. Foi duque de Coimbra, com que seu pae o distinguiu, em 1415, na tomada de Ceuta, assim como seu irmão D. Henrique, na mesma occasião foi feito duque de Vizeu. Os dois irmãos fôram os primeiros duques que existiram em Portugal. D. Pedro era senhor de Montemór-o-Velho, de Avei-

ro, Tentugal, Sernache, Pereira e Condeixa; regente do reino na menoridade de seu sobrinho el rei D. Affonso V. Educado admiravelmente, como todos os seus irmãos, sob a direcção de sua mãe, com o primor que era possivel n'essas remotas eras, D. Pedro tornou se distincto nas armas, nas letras e nas sciencias. Sentia-se ancioso por se distinguir nas lides guerreiras, por mostrar que herdára de seu pae os brios e a coragem. Pertencia áquella brilhante geração portugueza que se seguiu a Aljubarrota, e que cheia de paixão das aventuras ou percorreu a Europa procurando-as, ou arrojou o paiz ás aventuras mais importantes dos descobrimentos. D. Pedro, e seus dois irmãos D. Henrique e D. Duarte, instavam com seu pae para que emprehendesse alguma facção importante em que lhes pudesse legitimamente calçar as esporas de ouro da cavallaria. D. João I annuiu ás suas repetidas instancias, e foi resolvida a expedição de Ceuta. Distribuidos os papeis para se fazerem os preparativos, recebeu D. Pedro a incumbencia de fazer um recrutamento maritimo nas provincias da Extremadura, Alemtejo e Algarve. De todos os pontos do reino e dos estrangeiros onde chegara a noticia de taes aprestos, vieram lanças e homens d'armas, e dos portos maritimos galés e embarcações de todo o genero. Juntas as fôrças em Lagos a 3 de agosto de 1415, partiram d'ali no dia 7, realisando-se a tomada de Ceuta em 21 do citado mez. D. Pedro combateu valorosamente ao lado de seu pae, commandando um dos corpos do exercito que sustentaram o ataque feito pela vanguarda, que ia debaixo das ordens de seus irmãos D. Duarte e D. Henrique. Todos tres fôram armados cavalleiros por seu pae ás portas da cidade conquistada. Ambicioso de gloria e de fama, e desejoso de perpetuar o seu nome na immortalidade, D. Pedro determinou ir viajar, e em 1416 saiu de Portugal resolvido a correr o mundo, acompanhado por alguns fidalgos e creados, que formavam a sua comitiva. Percorreu uma boa parte da Europa, da Asia e da Africa; por toda a parte a sua distincção pessoal e o nome glorioso de seu pae lhe alcançaram um brilhante acolhimento. Visitou em Jerusalem os logares santos, esteve na côrte do grão-turco em Constantinopla, e na antiga Babylonia, onde foi recebido com respeito e magnificencia. A' volta visitou Roma, e o papa Martinho V lhe deu todas as demonstrações de benevolencia, concedendo-lhe muitas honras devidas á sua pessoa, e por instancias do infante, lhe passou o pontifice uma bulla, em 16 de julho de 1428, para serem os reis de Portugal ungidos na sua coroação, como os dos reinos de França e Inglaterra, e os infantes poderem reger o reino, como filhos primogenitos, e haver corôa de rei. Foi depois á Polonia, á côrte do imperador Segismundo da Allemanha, em cujos exercitos serviu, e de quem recebeu em doação a Marca Trevisana em recompensa da bravura com que pelejára nas guerras contra os turcos e contra os venezianos. Esteve na Dinamarca, seguindo depois a Inglaterra, que muito desejava vêr por ser patria de sua mãe, e ali, seu sobrinho, o rei Henrique IV, lhe prestou as maiores demonstrações de consideração e respeito, e lhe conferiu a ordem da Jarreteira. Esteve finalmente nas côrtes de Castella e de Aragão. Foi em Aragão que conheceu a princeza D. Izabel com quem depois casou, a qual era filha de D. Jayme II, conde de Urgel, e por conseguinte parenta e inimiga da princeza real de Portugal, D. Izabel filha do rei de Aragão, com quem o conde de Urgel, pretendente á corôa, andava em constante discordia. Finalmente em 1428 regressou ao reino, rodeado d'um certo nimbo maravilhoso pelas suas longas e aventurosas digressões em que empregara 12 annos. O povo contemplava-o com respeito, como a um homem que percorrera as sete partidas do mundo. D. Pedro lucrára muito com as suas viagens, pois adquirira grande copia de conhecimentos geographicos, que transmittiu a seu irmão D. Henrique. Trouxe-lhe do extrangeiro o livro das viagens de Marco Polo, e dizem que um mappa antigo e importantissimo, que de muito serviu ao nobre iniciador das nossas descobertas. A 13 de setembro de 1429 realisou o seu casamento, e com sua mulher foi residir para Coimbra, de que fôra nomeado duque, confórme dissémos. Estava n'esta cidade em 1433 quando falleceu D. João I, e partiu logo para Lisboa, assistindo ainda ao seu enterro. Com a subida ao throno de D. Duarte começaram os grandes dissabores para o sabio e virtuoso infante, não porque houvesse entre os dois irmãos a mais leve animosidade, pelo contrario ambos cultivavam as letras, e isso bastava para crear entre elles relações mais intimas; a inimizade, porém, de suas duas esposas bastava para esfriar essas relações, e além d'isso a rainha D. Leonor logo se malquistou com este seu cunhado, exactamente porque via que era elle quem exercia mais influencia no animo de seu marido, e ciosa d'essa influencia, não queria repartil a com pessoa alguma. D. Pedro residia a maior parte do tempo em Coimbra, mas veiu aos conselhos em que se decidiu a expedição de Tanger, e em que se resolveu o que se havia de fazer com relação á liberdade do infante D. Fernando, que ficara captivo dos moiros em Fez. Fôram d'ambas as vezes os seus conselhos de homem intelligente e ajuizado e leal. Opinou contra a expedição de Tanger por a julgar imprudentemente tentada, e opinou que se entregasse Ceuta aos moiros para resgate do infante D. Fernando. Como se sabe, não se fez nada do que elle aconselhou, e os resultados fôram os que elle previra. Quando em 1438 morreu D. Duarte em Thomar, quem primeiro ali appareceu foi o infante D. Pedro, que estava em Coimbra. Foi elle quem fez acclamar o novo rei, que tinha apenas seis annos de edade, e que proferiu na ceremonia um notavel discurso. Tratou se depois de se abrir o testamento de D. Duarte, e viu se com geral surpreza que era nomeada regente a rainha viuva, quando os tios do rei eram principes dignos pelos seus merecimentos e distinctas qualidades de tomar a direcção do governo do reino. O povo indignou se com isto, e principiou a murmurar. Todos estranharam realmente o caso. Poderia allegar se que D. Duarte, não sabendo qual dos seus tres irmãos deveria escolher, optara pela rainha D. Leonor para não offender nenhum dos outros; mas o mais velho dos tres irmãos era D. Pedro, e a esse cabia portanto e muito justamente a regencia. Comtudo foi elle o unico que se não queixou, nem mostrou resentir-se do procedimento de seu irmão. Todos os mais estranharam; o povo até dizia já que D.

Duarte não tinha direito para proceder como procedêra, e que era ás côrtes e não a elle que competia a escolha do regente. Alguns amigos leaes de D. Leonor lembraram-lhe a necessidade de condescender com os desejos claramente manifestados do paiz, outros porém, sabendo que muito mais facilmente governariam, sendo ella regente do que sendo regente o infante D. Pedro, aconselharam-lhe a que não abdicasse dos seus direitos, e até não hesitaram em calumniar D. Pedro, lembrando que elle tambem tinha filhos e que podia deixar-se cegar pela tentação de dar a seus filhos o throno, fazendo desapparecer a creança real que lhe estava confiada. D. Pedro fôra ao encontro d'esta calumnia profundamente odiosa, propondo que fôsse logo jurado herdeiro da corôa o infante D. Fernando, irmão d'el-rei, por ser este ultimo creança ainda e estar por conseguinte sujeito a todas as contingencias de uma edade critica. A rainha embaraçadissima, percebendo que effectivamente não deveria conservar a regencia, e ao mesmo tempo não querendo de modo algum cedol-a a D. Pedro de quem era figadal inimiga, aconselhou-se com seu cunhado D. Henrique. Este disse-lhe que reunisse côrtes para n'ellas se resolver o que devia fazer-se. Entretanto o procedimento desinteressado do infante D. Pedro captivara-a um pouco, e houve um momento em que esteve para estabelecer se entre elles uma conciliação. A rainha propoz ao infante D. Pedro casar sua filha D. Izabel com el-rei; penhorou se devéras com isso o infante, tanto mais que a rainha não hesitou em dar-lhe por escripto essa promessa. Mas o conde de Barcellos, D. Affonso, filho natural de D. João I, é que se mostrou extremamente irritado, apenas soube do que se passava, e como D. Pedro mostrava tendencias democraticas e parecia disposto a continuar a politica de seu pae, politica de alliança com o povo e de hostilidade á nobreza, chamou a attenção dos fidalgos para esse assumpto, e conseguiu formar um partido fortissimo que sustentasse nas côrtes que se reuniram em Torres Novas a causa da regencia de D. Leonor. A rainha animou-se extraordinariamente com esta noticia, mas quando as côrtes se abriram, quando viu que o partido do infante D. Pedro se compunha em massa de todos os procuradores do povo, de bastantes nobres e de bastantes ecclesiasticos, viu que era indispensavel transigir, e propoz a D. Pedro, por intermedio do infante D. Henrique, o seguinte accordo: A rainha ficaria com a educação do rei e a administração da fazenda, D. Pedro com a direcção de todos os outros negocios militares e civis, recebendo o titulo de *defensor do reino*. D. Pedro acceitou, mas os fidalgos do partido da rainha indignaram-se, e tanto insistiram com ella, e com tanta intimativa lhe persuadiram que devia reclamar o cumprimento integral do testamento de D. Duarte, que na primeira sessão das côrtes D. Leonor declarou isso mesmo, e levantou-se logo um immenso tumulto. Interveiu afinal o infante D. Henrique, e propoz um complicado accordo que todos acceitaram, e que a ninguem contentou. A regencia ficaria composta de tres membros: a rainha, o infante e o conde de Arrayollos, filho do conde de Barcellos. As côrtes nomeavam uma especie de commissão de permanencia, composta de um ecclesiastico, de um nobre e de um burguez, que governaria conjuntamente com a regencia e com o conselho do rei. As côrtes reunir-se-iam annualmente, ou com mais frequencia, se fôssem convocadas pela commissão permanente, como hoje diriamos. Era uma especie de Carta Constitucional, com alguns principios ainda mais liberaes do que os das nossas modernas instituições. Ninguem se contentou, porque ficavam todos com um pedaço do poder, quando desejavam tel-o por completo. Entretanto a concordia ficou, mas o povo descontente queixava-se a cada instante da rainha; esta, pretendendo que era seu cunhado quem promovia o descontentamento popular, insultava-o de todos os modos, já mandando-lhe pedir pelo conde do Barcellos a promessa de casamento d'el-rei com sua prima Izabel, promessa que D. Pedro lhe devolveu rasgada, já expulsando da côrte tres donzellas pertencentes a familias parciaes de D. Pedro, e uma d'ellas sobrinha de D. Alvaro Vaz de Almada. Ao mesmo tempo as mercês que inconsideradamente fazia, e em que desbaratava os rendimentos publicos, irritaram o povo, a ponto que em Lisboa dois emissarios da rainha, encarregados de cobrar um tributo imposto aos mercadores em beneficio do aio d'el-rei, Nuno Martins da Silveira, fôram maltratados pelos contribuintes. D. Pedro, desgostoso, queria largar a regencia, já que tinha tão pequena parte no governo. Dissuadiu-o seu irmão o infante D. João, que lhe aconselhou que pelo contrario a tomasse toda. D. Pedro declarou que esperaria a reunião das côrtes para tratar d'este assumpto; mas ao mesmo tempo manifestava claramente o seu descontentamento a sua cunhada. Esta, com a cabeça perdida, não hesitou em avisar os fidalgos seus partidarios para que viessem ás côrtes armados. D. Pedro, sabendo o, mandou uma carta-circular ás camaras do reino para que enviassem tambem os seus procuradores armados. Em Lisboa essa carta foi affixada á porta da Sé, e verdadeiramente devorada pelo povo. Do Porto disseram-lhe em resposta que tomasse a regencia. Finalmente, Lisboa achava-se por tal fórma agitada que a rainha, que estava em Sacavem, teve medo e fugiu para Alemquer, emquanto D. Pedro entrava em Lisboa no meio de uma ovação. A cidade, prevendo que podia ter luctas sérias, escolheu um alferes que commandasse as suas tropas municipaes, e esse alferes foi Alvaro Vaz de Almada, intimo amigo do infante D. Pedro; depois os vereadores deliberaram proclamar a regencia de D. Pedro, que devia ser substituido por seus irmãos e sobrinhos, seguindo-se a ordem de progenitura e de legitimidade. Este accôrdo foi approvado por acclamação pelo povo de Lisboa; adheriram com enthusiasmo as outras terras do reino, principalmente o Porto, e o accôrdo foi communicado á rainha D. Leonor. Esta protestou contra a illegalidade d'essa resolução, e para lhe tirar toda a validade, preveniu os fidalgos da sua parcialidade do que se abstivessem de comparecer nas côrtes. Mas em Lisboa a exaltação subira de ponto: o arcebispo, que se mostrára parcial de D. Leonor, foi obrigado a fugir para Alhandra, onde o não quizeram receber, e d'onde fugiu para Castella. O infante D. João estava perfeitamente unido com D. Pedro, apezar dos esforços que a rainha fazia para os separar, dizendo a D. João que não hesitava em entregar-lhe a elle a

regencia: o mesmo acontecia com o infante D. Henrique; este mostrara-se primeiro um pouco hesitante e um pouco dubio com relação a D. Pedro, mas afinal, quando recebeu da rainha uma carta em que lhe dizia que seu irmão, que o receava, o tencionava assassinar, foi procural-o com a carta aberta nas mãos. Abraçaram-se commovidos e ao mesmo tempo alegres por vêrem que o seu amor fraternal estava á prova d'essas intrigas. Entretanto a rainha protestava debalde contra a resolução dos conselhos, e não queria de fórma alguma comparecer com el-rei nas côrtes, onde sabia que seria incontestavelmente approvada a proposta para se conferir a regencia ao infante D. Pedro; afinal D. Henrique decidiu-a. Effectivameute as côrtes, assim que se abriram, conferiram a regencia ao infante D. Pedro, e o doutor Mangaancha, em nome do jo-

Infante D. Pedro

ven rei, e por conseguinte em nome da rainha, declarou que acceitava a sua decisão. Que havia de fazer D. Leonor? Via os irmãos todos congregados, e o proprio conde de Barcellos, o bastardo de D. João I, vendo que não podia luctar com a torrente popular, parecia ter-se alistado entre os partidarios de D. Pedro, ao passo que secretamente fazia um accôrdo com alguns fidalgos para se garantirem mutuamente os seus interesses, no meio das perturbações que resultavam das luctas que por ahi iam. Os povos acolheram com enthusiasmo indescriptivel esta solução. D. Pedro estava sendo objecto de uma verdadeira idolatria. Livrando os povos do pesado tributo da aposentadoria com a edificação que mandou fazer primeiro em Lisboa e depois em outras terras principaes, de Estaus os Hostaus, quer dizer de palacios onde se hospedassem aquelles que até ahi tinham de ser aposentados pelos habitantes da cidade, D. Pedro augmentou ainda o delirante enthusiasmo de que era objecto, a ponto de lhe quererem erigir uma estatua em vida, estatua que devia erguer-se na frontaria dos Estaus, palacio situado onde está hoje o theatro de D. Maria II, e que elle rejeitou com palavras em que transluzia o animo christão e o espirito philosophico do talentoso e virtuoso infante. Mas sua implacavel inimiga D. Leonor preparava-lhe n'essa mesma occasião um golpe crudelissimo, que o deveria ferir profundamente. Um dos procuradores ás côrtes pelo povo observou, antes de se encerrar a sessão, que não bastava tirar a regencia á rainha, que era necessario tirar-lhe tambem a educação do filho, porque nem podia instruil-o nos negocios da administração publica, nem dar-lhe a educação varonil necessaria a um principe. Sobretudo observava o digno procurador, e n'isso mostrava grande perspicacia, que a rainha educaria decerto o rei em sentimentos de hostilidade ao regente, e que d'ahi podiam resultar gravissimos inconvenientes, que além d'isso o reino não podia com a despeza de duas côrtes separadas, a do regente e a da rainha e do rei. Levada esta representação a D. Pedro, disse o infante que reconhecia a verdade de todas as observações, mas que por caso nenhum iria arrancar um filho dos braços de sua mãe, que faria comtudo todos os esforços para que a rainha vivesse no mesmo sitio em que elle vivesse, para que D. Affonso V se não conservasse estranho aos negocios do governo, e tambem para que diminuisse a despeza das duas côrtes. E' certo que D. Pedro sentia perfeitamente que o joven rei nas mãos de sua mãe seria mais tarde ou mais cedo um instrumento de revolta e desejaria bem occorrer a esse grave inconveniente, sem carregar com o odioso de arrancar o filho á rainha a quem já tirára a regencia. Soube a rainha do que se tramava, e houve quem lho aconselhasse um procedimento, que decerto não occorreria espontaneamente ao seu coração de mãe, mas que devia ter um effeito cruel e fulminante para D. Pedro. Aconselharam-lhe que abandonasse os dois filhos, o rei e o infante D. Fernando, porque D. Pedro ficaria embaraçadissimo, vendo-se com essas duas creanças sem mãe nos braços, e com grave responsabilidade que sempre d'ahi lhe adviria. No cego instincto de seu odio, D. Leonor a uada mais attendeu, e abandonou as creanças, partindo de noite, mas d'ahi a pouco o amor maternal recuperou no seu espirito sua natural supremacia, e voltando atraz, acordou os filhos e abraçou se a elles a chorar. Se o joven rei, que tinha então oito annos, pouco mais ou menos, se debulhasse tambem em lagrimas, D. Leonor não resistiria, mas D. Affonso V, espantado e absorto, recebia sem lagrimas os beijos de sua mãe, e parecia estar gravando profundamente no seu coração infantil a impressão de tão dolorosa scena. Gravada ficou effectivamente, e de tal fórma que o odio que votou aos que lhe tinham arrancado sua mãe nunca mais saiu da sua alma, e que pouco foi necessario para o dispôrem contra seu tio. N'essa tragica scena nocturna estava em germen outra scena não menos tragica, a do Alfarrobeira, e essas lagrimas de mãe, embora injustas e rancorosas, haviam de ser pagas depois com o mais puro sangue de Portugal. D. Pedro, effectivamente, ficou

aterrado com esta noticia, e procurou transigir com a rainha, que partira para Cintra, mas esta exigia a regencia e n'esse ponto é que o infante não estava resolvido a ceder-lhe. D. Leonor, vendo que lhe não surtira effeito o seu estratagema, procurou accender a guerra civil em Portugal com auxilio de seus irmãos os infantes de Aragão, omnipotentes n'esse tempo em Castella, mas D. Pedro então desenvolveu uma actividade e energia extraordinarias. A rainha foi para Almeirim, e d'ali principiou a cartear-se com seus irmãos, D. Pedro interceptou lhe as communicações; fugiu para o Crato, onde o prior Nuno Goes levantava a sua bandeira. D. Pedro marchou sobre o Crato e a rainha fugiu para Castella. Quiz entrar em Portugal por Traz-os-Montes, onde dominava o conde de Barcellos, D. Pedro marchou sobre o conde de Barcellos e o obrigou a submetter se. Os infantes de Aragão ameaçaram por todas as fórmas Portugal com uma guerra, D. Pedro preparou-se para resistir. Afinal a rainha, que no estrangeiro vendera as suas joias para alcançar os meios necessarios para a execução dos seus projectos, quando subiu ao poder D. Alvaro de Luna, inimigo capital de seus irmãos, perdeu todas as esperanças e d'ahi a pouco morreu envenenada, ao que se affirma, por ordem do condestavel de Castella. Pôde então governar socegadamente o reino o infante D. Pedro, que favoreceu as navegações promovidas por seu irmão, o infante D. Henrique, enviou tropas a Castella em soccorro do condestavel D Alvaro de Luna, contra os infantes de Aragão, e compilou as leis do reino nas celebres *Ordenações* que se chamaram *Affonsinas* do nome do rei, cuja autoridade o regente D. Pedro representava. Chegava em 1446 a maioridade de D. Affonso V, porque se considerava maior o rei, assim que chegava aos quatorze annos, e quiz D. Pedro entregar-lhe o governo, mas D. Affonso recusou-o, e casou n'esse mesmo anno com sua prima D. Izabel. Era uma dupla victoria conseguida pelo infante; e seu irmão bastardo, D. Affonso conde de Barcellos, que elle fizera duque de Bragança, não lh'a pôde perdoar. Tratou immediatamente de incutir no animo do moço rei a vaidade de governar, e ajudado por cortezãos malevolos, conseguiu que D. Affonso exigisse de seu tio que lhe entregasse o governo. D. Pedro podia luctar, podia resistir, podia usar do prestigio que ainda exercia no animo do rei; mas não era essa a sua indole. Era melhor talvez, diz Pinheiro Chagas, na sua *Historia de Portugal*, que acceitasse a lucta e não abandonasse assim o campo da peleja aos seus adversarios. Mas é este o motivo porque os maus triumpham sempre. Emquanto elles, rojando na lama, procuram como a vibora, morder o calcanhar dos homens de alto espirito e de nobre coração, estes, em vez de os procurarem para os esmagar, retiram-se, sem lhes ouvirem o silvo agudo e com os olhos perdidos na immensidade azul d'onde Deus lhes sorri. Demais já vimos por differentes exemplos que no caracter de D. Pedro havia esta melancholia resignada que o levava a cruzar os braços e a contemplar com um sorriso amargo e triste as miserias e as torpezas do mundo que se agitava em torno d'elle. E' esse signal que até á morte o caracterisa, e que dá uma tão attrahente sympathia ao seu nobre vulto. Quando rejeita, sorriudo docemente, as honras da estatua, quando interpreta a seu modo, falando com seu irmão D. Henrique, a allegoria das armas de Coimbra, ha sempre na sua attitude não sabemos que meiga misantropia, se nos é permittido o termo, que nos captiva, e que imprime um cunho original no seu delicado semblante. Em vez de resistir, o infante abandonou a regencia e abandonou a côrte partindo para Coimbra. Mas isso não bastava aos inimigos do duque. A juvenil rainha D. Izabel era muito amada por seu marido, e estimava profundamente seu pae. Receosos sempre da influencia de D. Izabel no animo de D. Affonso V, receosos que D. Pedro pudesse voltar a dominar de novo seu genro, o duque de Bragança, o conde de Ourem e outros, que nutriam contra D. Pedro velhos rancores, não descançaram emquanto o não perderam de todo. Não houve acto nenhum de D. Pedro que elles não desfigurassem, e não transformassem em manifesto acto de descortezia e de desconsideração por el rei. Todos os seus apaniguados fôram demittidos dos logares que exerciam; seu filho foi privado do cargo de condestavel, exigiu se-lhe que entregasse as armas que tinha em Coimbra. A essa exigencia resistiu D. Pedro energicamente, e quando o duque de Bragança quiz passar pelo ducado de Coimbra para vir a Lisboa á frente d'um numeroso exercito, D. Pedro furioso perdeu a cabeça, e oppoz-se pela fôrça á sua passagem, destroçando-lhe o exercito que se dispersou vergonhosamente. O rei ficou irritado sobremaneira, e facilmente lhe arrancavam todas as decisões de que precisavam, em primeiro logar porque tinha apenas 17 annos, em segundo logar porque, sendo casado com a filha do infante D. Pedro, não queria que se suppuzesse, que era dominado por sua mulher, e com esta vaidade irritavel dos adolescentes, que receiam sempre que os não tomem a serio como homens, era um mero instrumento nas mãos do duque de Bragança e do conde de Ourem, para que se não pensasse que era um mero instrumento nas mãos de sua mulher. No conselho resolveu-se que fôsse punido com a morte o infante; havia agora contra D. Pedro uma indisposição geral. Esse povo de Lisboa que lhe quizera levantar estatuas, matava os seus partidarios; o infante D. Henrique, por um egoismo indesculpavel, abandonava o, e a rainha sua filha, curando a todo o custo defendel-o, não fazia senão aggravar a sua sorte. D. Pedro deliberava entretanto vir á côrte apresentar a sua defeza, mas, como seria loucura vir desarmado, trouxe comsigo um exercito de 6:000 homens. Antes de sair de Coimbra, sabendo quasi com certeza que vinha procurar a morte, praticou uma cerimonia commovente com o seu intimo amigo e irmão de armas. D. Alvaro Vaz de Almada. Commungaram juntos e juraram sobre a hostia que não sobreviveriam um ao outro. Partiram depois d'isso. El-rei irritado, saira ao seu encontro com um exercito de 30:000 homens. D Pedro parou na Batalha, onde o esperava o seu tumulo, e onde mandou rezar missas por alma de seu pae, de sua mãe e de seus irmãos. Seguiu para deante e encontrando-se com as avançadas do exercito do rei, travou com ellas uma escaramuça em que a vantagem ficou aos soldados do infante D. Pedro, e em que este praticou uns actos de barbaridade que não estavam no seu caracter. Effectivamen-

te um accesso de colera louca o invadiu, um d'esses accessos como só teve uma ou duas vezes na vida, como os teve tambem D. João I, que os herdára de seu pae. Alguns prisioneiros foram degolados e enforcados, porque o infante, cego de colera, vendo entre os prisioneiros um homem que tudo lhe devia, bateu lhe. Foi o bastante, o exemplo fatal estava dado, e quando o infante tornou a si já não pôde conter os seus. Foi no dia 20 de maio de 1449 que os dois exercitos finalmente se encontraram nas margens do Alfarrobeira junto de Alverca. O combate não se travou regularmente, houve uma pequena troca de tiros de vista, mas D. Pedro, que deveras procurava a morte, apenas sentiu rumor de batalha foi logo metter-se entre os seus, e caiu sem vida, atravessado por um virote que mão certeira disparára. Cumprindo a promessa solemne que fizera em Coimbra, D. Alvaro Vaz de Almada, apenas soube da morte do infante, arrojou-se, combatendo, ao grosso do exercito inimigo, e ali morreu traspassado por mil golpes. (V. *Portugal*, vol. I, pag. 199, em *Alfarrobeira*). O corpo do infante D. Pedro esteve por tres dias abandonado, até que afinal o transportaram n'uma escada para a egreja de Alverca, onde o sepultaram sem pompa. D'ali foi mudado para o castello de Abrantes, e depois para Lisboa, primeiro para o convento da Trindade, e depois para o de Santo Eloi até que por fim, por intercessão da rainha e instancias do papa e de alguns principes da Europa, foi trasladado em 1455 para o convento da Batalha, e proprio jazigo, que seu pae lhe havia construido. No tumulo tem por divisa de uma parte a da ordem da Jarreteira, com a letra d'ella, e da outra umas balanças e uns ramos de azinheira com suas bolotas com a letra franceza *Désir*. O seu epitaphio é o seguinte: *Aqui jaz o infante D. Pedro, filho d'ElRey D. João I, irmão d'Elrei D. Duarte, tio, e sogro d'ElRey D. Aflonso V, pae da Rainha D. Izabel, e d'ElRey D. João de Chipre, e de D. Pedro, que foy eleito Rey de Aragão, o qual Infante foy morto pelos Portuguezes na batalha de Alfarroubeira, e seu corpo jouve alguns annos sotterrado na Egreja de Alverca, e dahi foy trasladado a esta Real Capella, onde jaz.* A morte de D. Pedro fez profunda sensação no estrangeiro, onde todos o estimavam e respeitavam. Era realmente uma das physionomias mais notaveis e mais sympathicas da Edade Media. Como poeta, foi muito apreciado na peninsula, teve em Castella relações com Juan de Mena, e com elle se correspondeu em bellos versos castelhanos. Em prosa escreveu um livro de philosophia moral intitulado *Da virtuosa bemfeitoria*, que dedicou a seu irmão D. Duarte. O seu motto era *Désir*, em que se resume incontestavelmente o caracter d'este modelo de principes; foi a sua vida, coroada por tão desditosa morte, uma constante aspiração para o bem, um constante desejo de se instruir, de se melhorar, de attingir emfim ao ideal de todas as creaturas humanas. Das obras escriptas em verso pelo infante D. Pedro, existem impressas as suas: *Coplas hechas... a y mil versos con sus glosas contenientes del menosprecio y contempto de las cosas fermosas del mundo, demonstrando la su vana beldad;* d'esta edição existe um exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa; é feita pelo hespanhol Antonio D'urrea, com commentarios, e dedicado a D. Affonso de Aragão, administrador perpetuo do arcebispado em Saragoça, no formato de folio e caracter gothico, sem logar nem anno de impressão; na bibliotheca nacional de Paris existia um precioso exemplar das trovas do infante D. Pedro, impresso em letras gothicas, sem algarismos, mas com reclamos. Este exemplar pertencera á bibliotheca da abbadia de Saint Germain des Prés, e estava encadernado com outros opusculos. São attribuidas ao infante D. Pedro umas redondilhas em louvor de Lisboa, os quaes transcreveu Balbi no *Essai Statistique*, tomo II, pag. VIII. Parte d'ellas saiu tambem na *Defensam da Monarchia Lusitana*, por fr. Bernardino da Silva, tomo II, pag. 173. A *Carta de singular conselho, que enviou a el-rei D. Duarte seu irmão, depois que foi levantado rei;* anda nas *Memorias* de José Soares da Silva, tomo I, pag. 374 a 379; na *Historia Genealogica da Casa Real*, tomo V, veem publicadas duas *Cartas ao Duque de Bragança. Cartas dirigidas á cidade de Coimbra;* existem no archivo da camara municipal da mesma cidade, a saber: *Setenta* autographos no maço intitulado *Cartas originaes dos infantes*, a que João Pedro Ribeiro, nas *Observações Diplomaticas*, pag. 9, dá o nome de *Papeis antigos*. Este maço foi visto, concertado e coordenado pelo dr. J. C. Ayres de Campos em 1857, *Tres outras cartas* acham-se no *Livro de provisões e capitulos de côrtes*, a fol. 7 e 14. Sobre o grande vulto historico do infante D. Pedro, escreveu o distincto escriptor e dramaturgo Marcellino de Mesquita um drama intitulado *O Regente*, que se representou nos theatros de D. Maria II e D. Amelia. Para a sua biographia póde vêr-se: *Historia de Portugal*, de Pinheiro Chagas; *Chronica de D. Affonso V*, de Ruy de Pina; *Os filhos de D. João I*, por Oliveira Martins, etc.

**Pedro** (*D.*) Filho do infante D. Pedro, duque de Coimbra, e de sua mulher, D. Izabel, filha do conde de Urgel. Seu pae o nomeou condestavel do reino, quando falleceu seu tio, o infante D. João, que exercia esse elevado cargo. Quando o duque de Coimbra mandou ao condestavel hespanhol D. Alvaro de Luna algumas tropas para o ajudarem a subjugar os infantes de Aragão, foi o condestavel D. Pedro que as commandou. Em Castella grangeou grande sympathia, e como era tão illustrado e amigo da poesia como seu pae, foi a elle que o celebre poeta castelhano marquez de Santillana dirigiu a famosa carta, que é o mais antigo monumento conhecido da historia litteraria em Hespanha, porque n'essa carta lhe explica o progresso e o desenvolvimento da poesia nas Hespanhas, lhe dá conta minuciosa dos escriptores anteriores ao seculo XV. Quando o duque de Coimbra se viu forçado a deixar a regencia do reino, D. Affonso V arrancou a D. Pedro o cargo de condestavel para o dar a seu irmão o infante D. Fernando. Travando-se a lucta aberta entre o rei e o ex regente, o condestavel resistiu ás tropas enviadas contra elle, e depois passou por Castella. Ahi o fôram procurar os catalães para lhe offerecerem a corôa de Aragão. Effectivamente el-rei D. João II era muito odiado principalmente depois do seu procedimento com o principe seu filho, que sacrificou perfeitamente ao odio da madrasta. Os catalães que adoravam o principe, ao vêrem n'o mor-

to, sublevaram-se, depuzeram D. João II, e foram offerecer a corôa ao condestavel D. Pedro, que era por sua mãe neto dos condes de Urgel. D. Pedro foi, mas nada pôde fazer, porque falleceu, segundo consta, envenenado em Barcelona a 25 de junho de 1466.

**Pedro** (*D.*) Infante, filho d'el-rei D. João V e da rainha D. Maria Anna d'Austria. N. em Lisboa a 19 de outubro de 1742, onde tambem fal. a 29 de outubro de 1744.

**Pedro** (*Alvaro de*). Pintor, que segundo diz Taborda, no seu livro *Regras da arte de pintura*, era o mais antigo dos pintores portuguezes, de que havia noticia. Florescia pelos annos de 1450, o que corresponde ao reinado de D. Affonso V. Vazari, na vida do padre Taddeo Bartolo, diz que a maneira de pintar de Pedro, parecia-se com a de Taddeo, que comtudo os seus tons eram mais claros e as suas figuras menos caracteristicas. Alvaro de Pedro executou diversos quadros em Volterra, em Piza e em outras cidades da Italia.

**Pedro** (*João*). Autor d'uma *Arte de musica para viola franceza com regras de acompanhamento*, publicada em Braga em 1839, com as iniciaes J. P. S. L.

**Pedro** (*Mestre*). Pintor, que parece ter sido tambem cosmographo do infante D. Henrique. Trabalhou nas obras do convento da Batalha.

**Pedro.** Pov. na freg. de S. Paio, de Anciães, conc. de Amarante, distr. do Porto.

**Pedro Affonso.** Architecto do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1436, no reinado de D. Duarte.

**Pedro Affonso** (*D.*) Filho illegitimo do conde D. Henrique. N. em 1106, e fal. em Alcobaça em 1169. Mostrou se um dos mais valentes cavalleiros portuguezes, e combateu com a maior intrepidez ao lado do seu irmão illegitimo D. Affonso Henriques. Mandou-o este a França como embaixador, e D. Pedro Affonso ali contrahiu relações de amizade com S. Bernardo, que por tal fórma o fascinou, que o principe, voltando a Portugal, foi para o convento d'Alcobaça em 1165, o, apezar de se não ordenar de missa, tomou o habito e viveu monasticamente. Tres annos antes, tendo-se fundado a ordem militar de Aviz, fôra pelo legado *á latere* nomeado primeiro mestre d'essa ordem no anno de 1162. A ordem era então de Evora, e não de Aviz, porque em Evora tinha a sua séde, mas quando D. Pedro entrou em Alcobaça elegeram os freires Gonçalo Viegas. D. Pedro Affonso foi sepultado na capella-mór da egreja do referido convento d'Alcobaça.

**Pedro Affonso** (*D.*) Filho illegitimo de D. Affonso III, e de quem não ha outra noticia senão a que dá o padre D. Luiz Caetano de Lima, que se limita a inseril o na lista dos filhos illegitimos d'este monarcha.

**Pedro Affonso** (*D.*) Filho illegitimo d'el-rei D. Diniz, que se não deve confundir com outro D. Pedro, tambem filho illegitimo de D. Diniz, que foi o famigerado conde de Barcellos (V. *este titulo*) Este não se tornou notavel Casou com uma senhora chamada D. Maria Mendes.

**Pedro Aillaud** (*João*). Natural de Coimbra, filho do livreiro francez Jean Pierre Aillaud, que veiu estabelecer-se n'esta cidade na segunda parte do seculo XVIII. Fundou em Paris no anno de 1806 a livraria portugueza aiuda hoje existente com o exclusivo especial de livros impressos em lingua portugueza. Editou varias obras de grande valor, hoje rarissimas e muito apreciadas pelos bibliophilos, entre as quaes citaremos: a edição dos *Lusiadas*, segundo a edição do Morgado de Matheus, um volume em 32.º, 1821; a *Chronica do descobrimento da Guiné*, por Azurara, segundo o manuscripto conservado na Bibliotheca Nacional de Paris; o *Leal Conselheiro*, d'el-rei D. Duarte, e o *Cancioneiro d'El-Rei D. Diniz*, segundo os manuscriptos existentes na mesma bibliotheca; foi o editor dos primeiros *Diccionarios franc-port. e port-franc.*, de Roqueto e Fonseca, do *Diccionario port.-inglez e inglez-port. de Vieyra*, de muitos livros destinados á instrucção primaria e secundaria de Portugal e Brazil. Falleceu em 1852, ficando sua viuva á testa da livraria. João Pedro Aillaud teve uma irmã, D. Maria Cecilia Aillaud, que nasceu em Coimbra em 1780 onde tambem falleceu em 1857. Casou com M. Mathias Fialho de Mendonça. Cultivou as letras e deixou publicada na *Chronica Litteraria de Coimbra* a versão da *Harmonia*, de Lamartine, intitulada: *Une larme de consolation.*

**Pedro Aillaud** (*Viuva de João*). Nasceu em Paris no anno de 1799 e era filha do livreiro Caille, editor de Voltaire; casou em 1817 com João Pedro Aillaud, livreiro portuguez, e em 1852 ficou dirigindo a livraria fundada por seu marido; de 1852 a 1862 passou a firma d'esta casa a ser Viuva J. P. Aillaud Monlon & C.ª; de 1862 a 1882 foi essa firma Viuva J. P. Aillaud Guillard & C.ª; Madame Aillaud falleceu em 1882 deixando a direcção da livraria a seu neto Julio Monteiro Aillaud. De 1852 a 1882, sob a direcção de Madame Aillaud, a livraria conservou a sua especialidade de impressões em lingua portugueza, tornando-se notavel a publicação do grande diccionario franc-port. de Castro Freire, considerado como o melhor d'aquellas linguas; tambem editou a traducção dos *Lusiadas*, por F. de Azevedo e varias obras didacticas. Teve duas filhas, uma das quaes casou em Coimbra com o dr. Abilio Affonso da Silva Monteiro, lente da Universidade; d'esse casamento nasceram 6 filhas e tres filhos, sendo estes: Alberto Monteiro, tenente coronel de artilharia, Luciano Monteiro, advogado e homem de Estado e Julio Monteiro, actual director da livraria fundada por seu avô J. P. Aillaud.

**Pedro Dias.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. d'Alcoutim, distr. de Faro.

**Pedro Ferreiro.** Pov. na freg. de S. Sebastião, de Souto de Aguiar da Beira, concelho de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

**Pedro da Maia** (*Casal de*). Na freg. de Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

**Pedro IV e de Dona Maria II** (*Medalha de D.*). V. *Liberdade (Medalha das campanhas da).* No vol. IV, a pag. 181.

**Pedro Miguel.** Pov. e freg. de N. S.ª d'Ajuda, da ilha do Fayal, concelho, com. e distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo, relação dos Açôres; 375 fog. e 1:494 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada á beira-mar, em terreno elevado, a NE da pov da Praia do Almoxarife. E' fertil em generos agricolas, e tem creação de gado. Pertence ao commando mi-

litar dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

**Pedro Teixeira**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, 4.º bairro de Lisboa.

**Pedro Vaz**. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa a-Nova, districto de Coimbra.

**Pedro Zuica**. Pov. do sobado de Cazemba, na 11.ª div. do conc. de Ambaca, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Pedrões**. Pov. na freg. de S. Paio, de Oleiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

**Pedroga**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Carapeços, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

**Pedrogal**. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Louzada, distr. do Porto.

**Pedrogão**. Quinta de Pedrogão, ou Villa Holtreman, no Pedrogão, propriedade situada proximo de Alhandra, defronte da Quinta de Subserra, entre a estrada que de Alhandra vae para Arruda dos Vinhos, e a estrada de A. dos Loucos, na freguezia de S. João dos Montes, no concelho de Villa Franca de Xira; produz excellente uva para embarque, e excellente vinho. Pertenceu ao dr. Antonio Maria Ribeiro da Costa Holtreman, e actualmente pertence a seu filho visconde de Alvalade, dr. Alfredo Augusto das Neves Holtreman.

**Pedrogão**. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Alemtejo, conc. da Vidigueira, com. de Cuba, distr. e bisp. de Beja; 453 fog. e 1:813 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., lagar de azeite, *Sociedade dos Operarios Agricolas Pedroguenses*, theatro, e *Sociedade Recreativa Pedroquense*. A pov. dista 16 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem esquerda da ribeira de Odearce, a 7 da margem direita do Guadiana. A mitra apresentava o cura, que tinha 150 alqueires de trigo, e o pé d'altar. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc. de Penamacôr, com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 280 fog. e 1:051 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., productores de cortiça. Está situada a 2 k. da margem direita da ribeira de Taliscas, na estrada de Idanha-a-Nova a Penamacor, e a 11 da séde do conc. O prior da freg. de S. Bento, de Penamacor, apresentava o cura, que tinha 8$500 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, tem caça, e cria muito gado miudo. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. da freg. de Santa Maria, d'Alqueidão da Serra, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Novas, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 618 fog. e 2:611 hab. Está situada junto d'uma ribeira affluente do rio Almeudra. Tem agencia da companhia de seguros *La Union y El Fenix Espanol*, fabricantes de azeite, fabrica de papel, pharmacia, philarmonica, esc. do sexo masc. e est. post. permutando malas com Torres Novas. Pertence á 1.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. A freg. de *Alqueidão da Serra* deixou de ser assim conhecida, desde que transferiu a sua séde para a importante pov. de S. João Baptista, de Pedrogão, por decreto de 19 de julho de 1876. || Povoações nas freguezias: Santo Estevão e conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Christovão, de Cabanas, conc. de Carregal do Sal, districto de Vizeu. || S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria. || Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, concelho de Soure, distr. de Coimbra.

Ilha do Fayal—Vista geral de Pedro Miguel

**Pedrogão Grande**. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. de Leiria, bisp. de Coimbra, relação de Lisboa. Tem uma só freg., N. S.ª d'Assumpção. Está situada no cume d'uma alta serra do seu nome, correndo-lhe ao sopé os rios Zezere, antigamente Moron, e Pera, sobre um leito angustiado por penedos e crivado de rochedos. Fica a 21 k. de Figueiró dos Vinhos, e a 6 da capital do districto. O vigario do cabido da sé de Coimbra apresentava o vigario, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. Segundo o P. Carvalho da Costa, na sua *Corographia Portugueza*, uns patricios romanos, da familia Petronia, foram os fundadores d'esta villa, á qual deram o nome de *Petronia*. Parece ter fundamento esta opinião por ser uma aguia o brazão d'armas da villa, quando os romanos tinham uma aguia por insignia, que esculpiam em todos o seus monumentos, e pintavam ou borda-

vam em todas as suas bandeiras. O brazão representa uma aguia olhando para o Sol, tendo por baixo o rio Zezere. O nome de *Petronia*, com o decorrer do tempo, veiu a corromper-se em *Pedrogão*. O que não offerece duvida é ser a villa uma povoação antiquissima, e que já existia no tempo dos arabes, sendo então importantissima, que se arruinou e despovoou durante as continuas guerras que soffreu, travadas entre christãos e os infieis, ficando deserta até 1176, em que D. Affonso Henriques a mandou reconstruir e povoar, dando a em seguida a seu filho natural D. Pedro Affonso, que lhe deu foral em fevereiro de 1206, segundo Franklin, ou em 1180, como diz o P. Carvalho da Costa na «Chorographia» já citada. D. Affonso II confirmou este foral, em Coimbra, em novembro de 1217. O P. Carvalho diz que D. Affonso III tambem o confirmou em 1250. El-rei D. Manuel deu lhe foral novo, em Lisboa, a 8 de agosto de 1513. A villa era muito visitada pelos nossos primeiros monarchas, quando a côrte residia em Coimbra; vinham aqui a grandes caçadas e gozar os ares excellentes d'este sitio, com muitos fidalgos mais intimos da côrte e homens aguerridos para os campos de batalha, aqui residentes. O seu donatario era o conde de Redondo, e depois foi o marquez de Castello Melhor, os quaes, antes do regimen constitucional, aqui e n'outros concelhos exerciam os poderes jurisdiccionaes, estando a villa sujeita á corregedoria de Thomar, a que pertencia ainda em 1832, fazendo parte dos 35 concelhos de que se compunha a comarca. Até 1835 teve juiz de fóra, que o era tambem de Figueiró dos Vinhos, e capitão mór, sendo os funccionarios do concelho: dois juizes ordinarios, quatro escrivães e tabelliães do judicial e notas, um escrivão da camara, um escrivão das sizas, um juiz, um escrivão dos orphãos e outros empregados. Pedrogão foi cabeça de concelho, e elevada á categoria de comarca por decreto de 15 de setembro de 1855, a qual foi suprimida assim como o concelho por decreto de 7 de setembro de 1895, mas o decreto de 13 de janeiro de 1898 restaurou a comarca e o concelho, com todas as freguezias que o constituiam. A villa possue bons edificios, taes como a casa da camara, a estação telegrapho-postal, a casa de reclusão para vadios, duas egrejas: a matriz e a Misericordia, um hospital e 7 capellas: Do *Calvario*, *S. Sebastião*, *Senhora da Conceição*, *S. João*, *Santo Amaro*, *S. Dionisio* e *Senhora dos Milagres*. A casa da camara é um bom edificio, construido em 1860, por iniciativa de Antonio Venancio David, natural d'esta villa, que foi deputado, e que subscreveu para a sua construcção com 680$000 réis. Está em bom estado de conservação, e tem capacidade para o tribunal judicial, conservatoria, sala de sessões da camara e secretaria, administração, repartição de fazenda, de afilamentos, cadeias, escola e habitação do carcereiro. A anterior casa da camara fôra destruida por um incendio. Defronte d'este edificio encontra-se o grande largo da Deveza, que é um dos logares mais importantes pelas lindas construcções que o circumdam. A egreja matriz é um templo majestoso, cujas abobadas se firmam em 10 columnas de granito; tem duas sacristias e 5 altares. A entrada é pela arcada que sustenta a torre que lhe fica na frente. A sua fundação é anterior a 1466, como se vê do livro do registo de provisões da camara, n.º 16 a fl. 15, de 9 de janeiro do 1802, onde se transcreve uma certidão que se refere á capella de S. José, que pertencia a um morgado, e se transmittiu para varios herdeiros, até que, por falta de successão d'um dos possuidores, passou a fazer parte das capellas da coroa, pertencendo hoje á fabrica da egreja com as outras capellas n'ella existentes, e n'esse documento se descrevem algumas regalias que a mesma egreja tinha n'aquelle anno do 1466. Jazem ali muitos homens illustres, segundo se vê das inscripções e brazões, gravados sobre as suas campas. A torre foi construida em 1553 pelo seu empreiteiro Balthazar de Magalhães, como se mostra pelo livro das actas da camara de 1540-1558, tendo dentro o relogio parochial e cinco sinos. Estes sinos foram fundidos e concertada a mesma torre e orgãos por uma provisão de D. João V, de 16 de março de 1735, autorisando para esse fim o lançamento de 300$000 réis de contribuição. Como esta importancia era diminuta para a obra, juntaram se 7 morgados que n'essa epoca aqui existiam e com alguns capitalistas e proprietarios resolveram nova fundição de sinos grandes que denominaram *sino bento* e *sino balão*, accrescentado a cada um 29 arrobas de metal, e tendo assistido á operação da fundição, lançaram no metal em estado liquido algumas moedas de ouro. A egreja da Misericordia foi fundada em 1470. Regula-se pelo compromisso da Misericordia de Lisboa, na parte applicavel, confórme o alvará de 18 de outubro de 1806. Tem um capital superior a 5:000$000 réis e bastantes fóros. Recebeu um legado de Miguel Leitão de Andrade na importancia de 60$000 réis annuaes, como se vê do seu testamento com a data de 18 de setembro de 1627. Nos ultimos annos do seculo XIX foi contemplada no testamento de Firmino Lourenço da Silva com um importante logado em apolices. Estão annexos á Misericordia o hospital e a albergaria de S. Pedro. No sitio mais elevado, chamado o *Penedo*, está a torre municipal com o relogio que marca a hora official. Foi arrematada a sua construcção em 3 de novembro de 1872 por Bernardino Antonio Jacinto. A anterior torre, existente no mesmo sitio, havia-se desmoronado no começo do anno de 1871. Os arredores da villa são muito pittorescos pelos frondosos arvoredos e alcantiladas penedias, que se estendem pela encosta da serra; pelos deliciosos valles que os dois rios Zezere e Pera banham e fertilizam, e pela grande quantidade de fontes com abundancia de boa agua. A 2 k. de distancia, ao sul da villa, está o convento de N. S.ª da Luz, da ordem de S. Domingos, situado na parte mais escabrosa da serra, no meio d'uma ladeira que desce para o rio Zezere acompanhada de penedia e de arvoredo silvestre, «tão ingreme e dependurada, diz Fr. Luiz de Sousa, na *Historia de S. Domingos*, parte 2.ª, L. 6.º, cap. 5.º, pag. 391, que de qualquer parte, que se olhe para baixo, faz tremôr nos joelhos, e medo na vista; e cresce o pavor com a corrente de dois rios, que no fundo se ajuntam, que são o Zezere, muito poderoso de aguas, e o Pera que aqui, como é mais pequeno em tudo, entra, e perde o nome n'elle, e deixam feito um angulo de pedra viva por baixo do Mosteiro: de sorte que fica como cercado de ambos, tendo da mão direita o Pera e da esquerda o Zezere. E

como cada um traz grande impeto, e se vem furiosamente quebrando por entre penhas, e lageas, levantam um medonho ruido, que se faz ouvir de muito longe; quem de fóra considera a postura do mosteiro, os penedos, e mattos que o cercam, a profundeza, e escuridade com que nas raizes dos montes se apertam os rios, o estrondo continuo que de ambos resultam, fazendo consonancia triste, o grosso, e grave do mais caudaloso, com o agudo, ou menos grave, do pequeno: quem olha para as serras, de que vem cercados, umas ao longe, que sobem a se esconder nas nuvens, outras ao perto mais baixas... representa tudo junto aquelle vasto horror que os Santos antigos nos deixaram em seus escriptos debuxado, dos desertos de Scythia de Thebaida » O convento foi fundado em 1476 por D. Brites Leitôa, natural d'esta villa, e a instancias d'um frade dominicano, seu parente, pelo que os Leitões, de Pedrogão Grande, ficaram sendo padroeiros do convento. N'aquelle sitio existia já uma capella antiquissima da mesma invocação de N. S.ª da Luz, a qual ficou sendo a egreja do convento, até que em 1560, no tempo do vigario Fr. Simão de Santa Maria, se construiu a egreja actual. Para esta obra concorreu Raphael Leitão de Andrade, da familia da fundadora, dando-lhe boas propriedades; a rainha D. Cathariua, viuva de D. João III, a rogo de Fr. Luiz de Granada, deu uma esmola de 3:000 cruzados; outros devotos tambem concorreram com avultadas esmolas. O convento foi então ampliado, e passou a ser priorado, sendo o seu primeiro prior Fr. Antonio de Caria. Fr. Luiz de Granada viveu n'este convento, e foi ahi que escreveu todas as suas obras, escolhendo para os seus trabalhos um sitio no fim da cêrca, ao pé d'um grande penedo, sobranceiro aos dois rios. A este sitio se ficou depois chamando *Penedo do Granada*. Depois da extincção das ordens religiosas, em 1834, o convento foi destruido, e hoje só existem as antigas paredes, pois que abateram todas as construcções de madeira. A O da villa, e proximo a ella, está um monte de fórma pyramidal, cercado d'uma muralha d'alvenaria, do lado do E, e tendo por fortissima defeza, do O, altos rochedos a prumo, sobre o Zezere, de accesso impossivel. Parece serem os restos d'alguma fortaleza importante de tempos muito remotos. O monte é formado de alcantiladas penedias, porém como é bastante humido, por entre os fraguêdos nascem e prosperam arvores frondosas, giestas gigantescas, loureiros, azereiros, murta, alecrim, rosmaninho, hervas medicinaes, e grande variedade de flôres silvestres, o que torna este cabeço sobremodo formoso e pittoresco. No topo do outeiro está a capella de N. S.ª dos Milagres, que segundo a tradição é muito mais antiga que a de N. S.ª da Luz, sendo a imagem padroeira, tanto d'uma como d'outra, de boa esculptura. D'este sitio se desfructa um majestoso panorama e a medonha profundidade do rio Zezere; a outra margem é formada tambem por um monte alpestre, quasi tão alto como o da Senhora dos Milagres. Ao outeiro, onde está a capella, concorrem os povos das aldeias proximas, juntando se familias em alegres passeios, picnics, que se organisam á sombra das frondosas arvores, especialmente nos dias da festa, que se realisa em setembro. Tambem d'aqui se vê a ponte do Cabril, que lhe fica ao pé, e com um só arco, abrange todo o rio, tendo de cada lado um arco mais pequeno, por onde só em tempo de cheias correm as aguas. Suppõe-se que esta ponte fôsse construida antes da fundação da monarchia, no tempo dos romanos. Em Pedrogão Grande ha professores para ensino de grammatica latina desde a provisão de D. Maria I, de 7 de fevereiro de 1789. Esta aula existiu até 1863. Estes povos, que tiveram tradição de guerreiros, reuniram-se com os seus capitães e alcaides, e devidamente armados, como se determinou em sessão da camara de 23 de dezembro de 1808, bateram um bando de francezes que vinha pelas veredas do Cabril, dos lados de Pedrogão Pequeno, onde haviam queimado algumas casas, depois de saqueadas. O sitio escolhido para o ataque foi o monte da S.ª dos Milagres, onde os francezes se viram obrigados a fazer uma retirada desastrosa. Pedrogão Grande pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.-Thomar; advogado, notario, medico, pharmacias, agencias bancarias e de seguros, hospedarias, fabrica de sabão, *Sociedade Recreativa União Pedroguense, Philarmonica Pedroguense;* mina de ouro; feira no largo do Conselheiro José Luciano de Castro, de 23 a 25 de julho, e na primeira segunda feira de cada mez; mercado aos domingos. Publicou se aqui, em 1892, o *Campeão do Vouga*. Em 1863 fundou-se uma banda de musica, que era composta das pessoas mais gradas da terra A villa possuiu uma fabrica de optimo ferro, extrahido d'uma mina que ficava proximo da villa. O territorio d'este concelho é abundantissimo em todos os generos agricolas do nosso clima, e n'elle se cria grande abundancia de gado de toda a qualidade. Os dois rios Zezere e Pera fornecem tambem algum peixe. O concelho compõe-se de 5 freguezias, com 3:303 fogos e 13:623 hab., sendo 6:229 do sexo masc. e 7:594 do fem., n'uma superficie do 23:506 hect. As freguezias são: S. Domingos, de Castanheira de Pera, 5:310 hab.: 2:363 do sexo masc. e 2:947 do fem; N. S.ª da Nazareth, de Coentral, 672 hab.: 289 do sexo masc. e 383 do fem.; N. S.ª da Graça, de Graça, 1:779 hab.: 847 do sexo masc. e 932 do fem; N. S.ª d'Assumpção, de Pedrogão Grande, 4:304 hab.: 2:055 do sexo masc. e 2:249 do fem; Santa Catharina, de Villa Facaia, 1:558 hab.: 675 do sexo masc. e 883 do fem. O principal commercio do concelho é azeite.

**Pedrogão Pequeno.** Villa e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 390 fog. e 1:790 hab. Tem Misericordia, estação postal., escolas d'ambos os sexos, medico, pharmacia; romaria a N. S.ª da Confiança, nos dias 7 e 8 de setembro. A villa dista 11 k. da séde do conc. e está situada n'uma posição muito pittoresca, sobranceira ao rio Zezere, nas proximidades da margem do mesmo rio, quasi em frente de Pedrogão Grande. E' povoação muito antiga; chamava-se antigamente *Pedrogão do Crato* ou *Pedrogão do Priorado*, por ser uma das 12 villas do grão-priorado do Crato, ho-

je annexo á Patriarchal. Não consta que tivesse foral velho, mas D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de outubro de 1513. O grão-prior do Crato apresentava o vigario, que tinha 120 alqueires de trigo, 60 almudes de vinho, uma carga de uva preta, dois cantaros de azeite e 6$000 réis em dinheiro. Dizem ter sido fundada pelo consul romano Aulo Curcio, 150 annos antes de Christo. Foi tomada pelos arabes a 4 de agosto de 718, e D. Affonso II a conquistou aos moiros em 13 de março de 1216. Além da egreja matriz, de S. João Baptista, tem mais quatro: N. S.ª da Confiança, N. S.ª dos Afflictos, Santo Antonio e S. Sebastião. Havia tambem a de S. Fagundo, que está hoje quasi demolida. Entre esta villa e a de Pedrogão Grande, está sobre o rio Zezere a ponte de Cabril, toda de cantaria e de tres arcos. Tambem ha outra ponte, a do Valle da Ursa, nas proximidades de Sernache do Bomjardim. O governo mandou construir em 1860 uma estrada, da villa a esta ponte, pois d'antes era impossivel fazer-se o trajecto, a não ser a pé, ou a cavallo, mas com muita difficuldade. A villa foi séde d'um antigo concelho, que se supprimiu em 1834; tinha então camara municipal, n'um bom edificio, juiz ordinario, e os respectivos escrivães. Tem Misericordia, ainda regularmente rica, apezar de em tempo, por má administração, lhe ser sequestrada uma verba importante, ficando reduzida a pouco mais da quarta parte dos seus primitivos fundos. O hospital, que é mantido pela Misericordia, está edificado em sitio sobranceiro á villa. A uns 300 m. de distancia da villa, e n'uma das mais altas montanhas da margem esquerda do rio Zezere, está a egreja de N. S.ª da Confiança, onde annualmente se celebra, no mez de setembro, uma das melhores festividades do districto. A egreja é cercada de frondoso arvoredo silvestre, que torna o sitio fresco e delicioso no verão. D'este ponto se descobrem muitas villas e povoações. A egreja é bonita e tem tres altares, tendo no altar-mór a imagem de Christo Crucificado. O fundador da egreja foi um vigario d'esta villa chamado João da Costa, mas ignora-se em que tempo fôsse edificada, só se sabe que é muito antiga. Ha ali uma cruz de reliquias, entre as quaes avulta uma do Santo Lenho, que se expõe á adoração dos devotos no dia da Santa Cruz. A egreja matriz é um templo muito vasto, com duas naves e de estylo manuelino; tem 5 altares, sendo o altar-mór de subido valor artistico, todo entalhado e de grande trabalho. Os outros altares são dedicados ao Espirito Santo, N. S.ª do Patrocinio, N. S.ª das Almas e Coração de Jesus. Ao lado esquerdo da egreja está a capella do Santissimo, construida ha pouco mais de dez annos, e de grande elegancia. Pedrogão Pequeno é uma das villas do districto de Castello Branco que mais tem progredido ha 30 annos; n'estes melhoramentos notam se a magnifica casa da escola, o cemiterio novo, a capella de Santa Magdalena, a estrada de N. S.ª da Confiança, e outras obras. O terreno é fertil em generos agricolas. A villa pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 15, com a séde em Thomar.

**Pedrogo**. Povoações nas freguezias: S. Pedro da Cova, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Pedro e conc. de Penedono, distr. de Vizeu.

**Pedrogoltães**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Pedrogos**. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga.

**Pedrogueira**. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Pedrogão Pequeno, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

**Pedronhe**. Pov. na freg. de Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria.

**Pedrome**. Pov. na freguezia de S Thiago de Bésteiros, concelho de Tondella, distr. de Vizeu.

**Pedronho do Freixo**. Pov. na freg. do Salvador, de Serrazes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Pedrosa**. Familia da Galliza, que passou a Portugal no tempo de D. Affonso V. As suas armas são: Em campo de ouro cinco pedras azuladas e de sua côr, em santor, sobre a do meio uma aguia negra estendida armada de prata; timbre a aguia sobre uma pedra como no escudo.

**Pedrosa** *(P. João)*. Jesuita, que missionou em Salsete, na India e foi reitor no collegio de Rachol. N. em Coimbrão, conc. de Leiria, em 1616, fal. em Gôa a 10 de março de 1672. Escreveu: *Soliloquios divinos, compostos pelo P. Bernardino de Villegas, da Companhia de Jesus, traduzidos em lingua bramene;* no collegio novo de S. Paulo em Gôa, 1640.

**Pedrosa** *(Luiz Rodrigues)*. Medico que floresceu no seculo XVII. N. em Lisboa em 1590; fal. em 1673. Foi lente na Universidade de Salamanca. Escreveu muitas obras em latim, mas só imprimiu a seguinte: *Selectarum philosophiae et medicinae difficultatum quae in philosophis vel omittintur vel negligentar examinantur.*

**Pedrosa** (*Manuel Alvares*). Genealogista. N. em Carenque, perto de Bellas, e fal. a 16 d'agosto de 1707. Acompanhou como secretario o conde de Soure, quando foi embaixador a França. Deixou manuscriptos varios livros de *Familia* e *Genealogias*.

**Pedrosa**. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Correlhã, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Folgosa, conc. de Maia, distr. do Porto. || Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

**Pedrosas**. Povoações nas freguezias: Santa Eulalia e conc. de Paços Ferreira, distr. do Porto. || N. S.ª da Graça, de Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || S Pedro da Cadeira e concelho de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

**Pedrosinha**. Pov. na freguezia de N. S.ª da Graça, de Villa da Egreja, conc. de Sattam, distr. de Vizeu.

**Pedroso**. Appellido nobre, cuja familia é d'este reino, e que teve o seu solar na aldeia d'este nome, da prov. de Traz-os-Montes Ha memoria d'esta familia desde o tempo de D. João I, na pessoa de Ruy Gonçalves de Pedroso. As suas armas são: Em campo de ouro sete lobos de púrpura entre duas faxas da mesma côr, tres em cima, tres entre as duas faxas, e um no contra-chefe, todos andantes; elmo aberto, d'aço; timbre um dos lobos das armas, com uma faxa de ouro na

espadua. Outros Pedrosos trazem por armas: Em campo de prata 5 crescentes azues, em aspa, sendo o do meio maior, e sobre elle um passaro de prata. Ainda outros usam: Em campo de prata 5 coticas de púrpura, e entre quatro lobos negros. Todos o mesmo elmo e escudo; mas n'estes ultimos o timbre é um lobo negro.

**Pedroso** (*Antonio Duarte*). Vice-almirante. N. em 19 de junho de 1834, fal. a 3 de outubro de 1904. Era filho de Francisco Pedroso. Assentou praça como aspirante de marinha em 20 de setembro de 1847, sendo promovido á 2.ª classe em 27 de julho de 1850; á 1.ª classe em 20 de maio de 1851; a guarda-marinha em 6 de outubro de 1853; a 2.º tenente em 18 de setembro de 1856; a tenente em 17 de julho de 1866; a capitão-tenente em 1 de dezembro de 1875; a capitão de fragata em 12 de julho de 1881; a capitão de mar e guerra em 19 de abril de 1888; a contra-almirante em 17 de fevereiro de 1895, e a vice-almirante em 7 de fevereiro de 1901. Em 25 de julho de 1904 passou ao quadro auxiliar por ter attingido o limite de edade. Exerceu as seguintes commissões em terra: promotor e presidente dos conselhos de guerra, chefe de repartição fiscal de fazenda de marinha, presidente da commissão de administração de marinha, director dos serviços fabris e inspector do Arsenal de Marinha, chefe do departamento maritimo do centro, vogal do Conselho Superior de Justiça Militar, major-general da armada, membro do Conselho Superior de Marinha, vogal da commissão encarregada de propôr as alterações na ordenança geral da armada, e da commissão encarregada de emittir e dar parecer sobre o relatorio da commissão ingleza que examinou as alterações no regulamento para prevenir os abalroamentos no mar, indicados na conferencia internacional maritima de Washington, vogal da commissão encarregada de dar parecer sobre a utilidade pratica de regulamentar as vozes do commando das fainas de bordo, como indicava o projecto elaborado pelo capitão-tenente Antonio de Oliveira Andréa, vogal da commissão encarregada de formular umas instrucções para o Arsenal da Marinha, vogal da commissão para estudar e indicar as installações necessarias a fazer no local escolhido para construcções e reparações d'uma esquadra. Foi tambem presidente da commissão encarregada de examinar e dar parecer sobre a corveta *Rainha de Portugal*, as canhoneiras *Tejo*, *Cuanza* e *Douro*, e do transporte *Pero d'Alemquer*. As suas commissões no mar fôram: A viagem a Inglaterra e a Barcelona no couraçado *Vasco da Gama*, viagem a Philadelphia no transporte *India*, á ilha de S. Miguel no transporte *Africa* e a Macau conduzindo tropas. Serviu como official de guarnição nos seguintes navios de guerra: fragata *D. Fernando*, corvetas *Duque da Terceira*, *Porto* e *D. João I*; nau *Vasco da Gama*; vapores *Conde do Tojal* e *Infante D. Luiz*; brigue *Villa Flôr*, vapor *Mindello*, corveta *Sagres* e transporte *India*, e commandou os vasos de guerra: canhoneira *Rio Minho*, escunas *Barão de Lazarim* e *Venus*; vapor *Lynce*, hiates *Conde de Penha Firme* e *Cesar*; transportes *India* e *Africa*, couraçado *Vasco da Gama* e divisão de reserva. Foi louvado pelo cuidado e dedicação na commissão de conduzir na fragata *D. Fernando* á ilha da Madeira a imperatriz D. Amelia e a princeza sua filha em agosto de 1852, esmerando-se em lhe tornar a viagem o menos penosa possivel, procurando com solicitude e por todos os meios ao seu alcance desempenhar o serviço de navegação pelo modo que menos pudésse incommodar as augustas senhoras; pela maneira como desempenhou os seus deveres militares, distinguindo-se no combate contra os piratas que infestavam os mares proximos a Macau, aprezando, na flotilha do commando do 1.º tenente Scarnichia, dez embarcações, destruindo seis e queimando duas povoações, onde os referidos piratas se acoitavam; pelos serviços prestados á corveta franceza *Prinvogt* por occasião do encalhe em Simon's Bay, pelo bom serviço que prestou, conduzindo a seu bordo de Inglaterra para Lisboa o fallecido rei D. Carlos, sendo ainda principe real; pelo asseio, proficiencia e disciplina a bordo do couraçado *Vasco da Gama*, na viagem com el-rei D. Luiz a portos estrangeiros pela promptidão com que enviou os soccorros para acudir a um incendio que se manifestou em Cacilhas no dia 4 de outubro de 1890. Foi louvado tambem em portaria, pelas ordens dadas para aprestar seis navios de marinha de guerra nacional, sendo cumpridas em devido tempo, apezar dos imprevistos, marcando este facto uma extraordinaria demonstração de zelo e actividade. Fôram importantes as campanhas a que se refere a portaria acima citada. Tanto no ataque e aprezamento das fôrças navaes do pirata Apack no rio Yung-Kiang, como no combate em 1855 n'uma flotilha de 15 lanchas e um vapor contra os piratas que infestavam os mares proximos de Macau, Duarte Pedroso patenteou o seu valor e a sua elevada competencia technica. Duarte Pedroso possuia a carta de conselho; foi ajudante de campo honorario d'el-rei D. Luiz e do fallecido rei D. Carlos; era cavalleiro, official, commendador, grande official e gran-cruz da ordem de S. Bento d'Aviz, cavalleiro e official da da Torre e Espada. Tambem possuia as medalhas de ouro e de prata de serviços no ultramar, a de ouro de comportamento exemplar, e as de prata de valor militar, bons serviços, e comportamento exemplar.

**Pedroso** (*Fernando Antonio d'Almeida*). V. *Almeida Pedroso*.

**Pedroso** (*Fr. Francisco*). Membro da Congregação do Oratorio, e natural de Lisboa. Fal. a 8 de janeiro de 1719. Foi confessor de D. João V e qualificador do Santo Officio. Deixou publicada: *Exhortação dogmatica contra a perfidia judaica feita aos réos penitenciados no auto publico da fé que se celebrou na praça do Rocio de Lisboa em 9 de julho de 1713*. Manuscripta ficou a seguinte obra: *De incarnatione divi verbi*.

**Pedroso** (*José Antonio de Arantes*) V. *Arantes Pedroso*, no *Portugal*, vol. I, pag. 641 e 642.

**Pedroso** (*Manuel de Moraes*). Compositor de musica estabelecido no Porto no meado do seculo XVIII. N. em Miranda, e em 1750 ainda vivia. Publicou o seguinte o livro: *Compendio musico, ou Arte abreviada, em que se contem as regras mais necessarias da cantoria, acompanhamento e contraponto*, Porto, 1751. Em 1769 imprimiu-se 2.ª edição tambem no Porto.

**Pedroso** (*Sebastião José*). Chefe de repartição do Tribunal do Thesouro Publico, e escriptor. N. em 1810; ignora-se a data do fallecimen-

to. Collaborou em diversos jornaes litterarios assignando-se com as iniciaes *S. J. P.* Escreveu: *Itinerario de Lisboa a Vianna do Minho, e aos concelhos do districto em commissão do Thesouro, e de Vianna do Minho a Lisboa, e outros apontamentos*, Lisboa, 1844; *Breves memorias, ou noticia ácêrca do descobrimento dos extravios de direitos da Alfandega das Sete Casas, escripta por um curioso*, Lisboa, 1851; *Resposta que o chefe de repartição graduado do ministerio da fazenda Sebastião José Pedroso, dá ao folheto publicado pelo conselheiro Antonio de Sousa Pinto Magalhães*, director da Alfandega das Sete Casas, na parte em que se refere ao visitador que em 1849 foi mandado pelo governo áquella casa fiscal, Lisboa, 1851; *Exposição ácêrca do conflicto entre o chefe da 2.ª repartição da direcção geral de contabilidade do ministerio da fazenda Sebastião José Pedroso e o conselheiro director geral da mesma direcção Luiz de Sousa Fonseca Junior*, Lisboa, 1874.

**Pedroso** *(Zofimo Consiglieri)*. Professor e director do Curso Superior de Letras, presidente da Sociedade de Geographia de Lisboa, socio effectivo da Academia Real das Sciencias, escriptor, etc. N. em Lisboa a 10 de março de 1851, sendo filho do medico Zofimo Pedroso da Silva, que foi um dos mais valiosos membros do partido progressista, e parente do engenheiro José Victorino Damasio. O appellido Consiglieri procede de sua mãe, senhora de origem italiana. Tendo feito os seus estudos preparatorios, seguiu o Curso Superior de Letras, principiando a collaborar nos jornaes de Lisboa em 1871, revelando desde logo as brilhantes qualidades que tão distincto logar lhe deviam dar na litteratura nacional. Da parte da mythographia e superstições populares publicou o resultado das suas investigações acompanhado de eruditas analyses criticas, no jornal scientifico *O Positivismo* e nas revistas especiaes que se publicavam em França e Inglaterra. Alguns d'esses artigos são escriptos em francez e em inglez, linguas que o douto professor muito de perto conhece. Filiado no partido republicano, ao qual durante muitos annos prestou o valioso concurso da sua actividade e do seu talento, traduziu e prefaciou a *Historia da Revolução Franceza*, de Ernesto Hamel, publicada em Lisboa pelo conhecido propagandista Carrilho Videira, e escreveu e dirigiu a publicação d'uma série de folhetos populares que constitue a *Bibliotheca de propaganda democratica* que teve grande exito, espalhando-se facilmente por todo o paiz. Alguns dos folhetos, que compõem essa *Bibliotheca*, distinguem-se pelo brilho e elegancia do estylo, como sejam, por exemplo, os que se referem á historia do movimento liberal no nosso paiz, á reacção religiosa, ao grande tribuno José Estevão, etc. Concorrendo a uma cadeira do Curso Superior de Letras, foi n'ella provido em seguida a um concurso brilhantissimo. A these que apresentou ao jury, denominada *A constituição da familia primitiva*, é um trabalho de grande valor. Espirito muito liberal e enthusiasta pelo derramamento das idéas republicanas, tomou parte activa nos trabalhos de propaganda do seu partido, sendo um dos fundadores do *Club de propaganda democratica do norte*. Nos comicios e reuniões politicas que mais activamente se realisaram em seguida á celebração do centenario de Camões, revelou-se um orador de grandes qualidades, pela facilidade com que expendia as suas idéas e pelo brilho litterario que imprimia aos seus discursos. A popularidade que então adquiriu, alliada aos seus grandes merecimentos, levou-o ao parlamento, sendo eleito deputado por Lisboa. O orador que tanto se destacara nos comicios, brilhantemente se affirmou nas pugnas parlamentares, proferindo muitos discursos notaveis que a camara ouviu com prazer e respeito. Na casa da *Associação dos Jornalistas de Lisboa* realisou, ha annos, uma série de conferencias sobre *As grandes epocas da historia*. Com este titulo publicou em volume as que especialmente se referem ao *Mundo oriental*. Publicou tambem, para o ensino secundario, um *Compendio de historia universal*, editado no Porto. O illustre escriptor conhece tambem os idiomas do norte, falando com abundancia e gosto o russo, lingua que poucas pessoas conhecem entre nós. Sobre a litteratura russa realizou tambem o erudito professor uma série de conferencias, a que a imprensa se referiu com o maior elogio. Além das obras citadas, publicou mais as seguintes: *Compendio de historia universal; Manual de historia universal; Estudos de mythographia portugueza; Contribuições para uma mythologia popular portugueza; Tradições populares portuguezas; Contribuições para um cancioneiro e romanceiro popular portuguez; Portuguese Folk-Tales*, contos populares portuguezes; *De quelques formes du mariage populaire en Portugal; Paginas dos vinte annos*, politica e litteratura; *Ensaios criticos; Croyances et superstitions du peuple portugais; Contes populaires portugais; Contos de fadas; Compendio de historia do commercio e da navegação*, etc.

Zofimo Consiglieri Pedroso

**Pedroso.** Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com., districto e bisp. do Porto; 1:438 fog. e 6:063 hab. Tem es-

colas d'ambos os sexos, medico, pharmacias, feira ás quartas-feiras, no largo dos Carvalhos. Está situada na margem esquerda do rio Douro, a 9 k. da séde do concelho. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. E' uma das mais antigas freguezias de Portugal; foi villa e couto do mosteiro, com camara e justiças proprias. Foi D. Affonso Henriques que o coutou em 1128, por 700 livras que o mosteiro lhe deu. O mosteiro, duplex, benedictino, de Pedroso, era um dos mais ricos de Portugal, e foi fundado nos fins do seculo IX por Ero, e sua mulher Adosinda. Foi abbade commendatario do convento fr. Pedro Julião, que depois foi o papa João XXI. Em 1567, tendo fallecido o ultimo commendatario de Pedroso e havendo muitos pretendentes á successão da commenda, o cardeal D. Henrique, então regente do reino, aproveitou o ensejo para supprimir o convento, ficando a sua egreja servindo de matriz da freguezia, como sempre o fôra, o mosteiro para residencia do parocho, a cêrca para passaes, e todas as rendas e fóros para o collegio dos jesuitas de Coimbra. Quando em 1759 foi expulsa a Companhia de Jesus, as mesmas rendas passaram para a corôa. A egreja é de architectura gothica. Pedroso pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto Publicou-se ali o *Jornal dos Carvalhos*, 3 de agosto de 1889. || Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, districto do Porto. || S. Bartholomeu, de Rego, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Roufe, conc. de Guimarães, do mesmo districto. || Pov. da freg. de Santa Catharina, no conc. do mesmo nome, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pedrosos** Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, concelho de Pombal, distr. de Leiria.

**Pedrouços**. Estação balnear situada na freg. de Belem e 4.º bairro de Lisboa. No tempo dos banhos costuma ser muito concorrida. E' n'esta povoação que está a torre de S. Vicente de Belem, notavel monumento construido no seculo XVI. Tambem existem aqui as quintas dos marquezes da Ribeira Grande e do duque do Cadaval. Foi em terras pertencentes a estes fidalgos que se organisou um elegante hypodromo, onde se realisaram corridas de cavallos. Pedrouços tem estação do caminho de ferro na linha de Cascaes, entre a de Algés e o apeadeiro do Bom Successo. || Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Aguas Santas, concelho da Maia, distr. do Porto.

**Pedrulha**. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Casal Comba, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. || Pov. na freg. de Santa Cruz, conc. e distr. de Coimbra.

**Pedrulheira** Povoações nas freguezias: S. Lourenço, de Carvide, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, do mesmo conc. e districto.

**Pedrulhos** Pov. na freguezia de S. Lourenço, de Montaria, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Pedrunhos** Ribeira que nasce ao S de Gradil, junto da pov. de Juremello e Serreira, e passando em Freixoeira recebe a ribeira de Nova com 6 k. e na freg. de Turcifal e de Caparosa com 4 k. e reune ao Sizandro com perto de 15 k. V. *Gradil*.

**Pêga**. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc., com, distr. e bisp. da Guarda; 20 fog. e 827 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e dista 15 k. da séde do conc. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Côa, na estrada da Guarda ao Sabugal. O prior da freg. de Faia apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil; cria muito gado, e tem abundancia de gado. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: S. Loureuço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, distr. de Lisboa. || S. João Baptista e conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Rio do distr. da Guarda, que nasce ao S do Lamegal, no monte Jarmello, corre ao N, passa a O de Pinhel, e entra na ribeira das Cabras depois de 25 k. de curso.

**Pêgada**. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adoufe, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria da Castello e concelho de Tavira, distr. de Faro.

**Pêgada de Baixo e Pégada de Cima**. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Azurem, concelho de Guimarães, distr. de Braga.

**Pégada** Pov. na freg. de S. Martinho, de Seidões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Pegadas**. Appellido nobre, e a familia, que primeiro o usou, era da cidade de Elvas, onde instituiu morgado Fernando Estevão Martins Pegado, vassalo d'el-rei D. Affonso IV. Este appellido foi procedido d'uma alcunha, e estendeu-se por muitas povoações do reino e conquistas. Tem por armas: Em campo de ouro, quatro coticas de púrpura em banda; timbre, tres settas de prata com hastes de ouro, empennadas de púrpura, e atadas em roquete, com fita da mesma côr.

**Pegado** (*Affonso Ribeiro*). Poeta de certa notoriedade no seu tempo. Viveu em Madrid, em principios do seculo XVI, esteve e poetou em Lisboa, mas os seus trabalhos poeticos, geralmente desconhecidos, não fôram reunidos em volume. A bibliographia portugueza quasi desconhecia o poeta. Deu-se o sr. dr. Sousa Viterbo ao louvavel trabalho de colligir e annotar as poesias de Pegado, que se lhe depararam dispersas em obras de outros escriptores, e estampando as em 1906 n'um opusculo, acompanhou-as de annotações criticas e dos apontamentos que pôde colhêr sobre a personalidade do poeta.

**Pegado** (*Luiz Porphyrio da Motta*). General de divisão, lente da Escola Polytechnica, do Real Collegio Militar, do Lyceu Nacional de Lisboa e do Instituto Industrial e Commercial, onde tambem foi director; socio da Academia Real das Sciencias; etc. N. em Lisboa a 9 de agosto de 1831, onde tambem fal. a 5 de maio de 1903. Era filho de Sebastião Antonio Pegado, capitão-tenente da armada real, e de sua mulher, D. Joaquina Thereza de Andrade e Silva Pegado. Foi alumno do Real Collegio Militar, cujo curso terminou em 29 de agosto de 1849, e a 30 d'esse mez e anno assentou praça no regimento de infantaria n.º 10, sendo promovido a alferes em 29 de abril de 1851; a tenente em 29 de novembro de 1864; a capitão em 27 de novembro de 1872; a major em 27 de agosto de 1884; a tenente-coro-

nel em 14 de janeiro de 1885, a coronel em 15 de junho de 1888, a general de brigada em 19 de maio de 1894, e a general de divisão em 11 de agosto de 1898, sendo collocado no quadro auxiliar em 11 de novembro d'esse anno. Tinha os cursos de engenharia e do estado-maior. Pela portaria de 27 de novembro de 1854 foi nomeado, precedendo concurso por provas publicas, lente de mathematica no Real Collegio Militar, e pela portaria de 29 de dezembro de 1856 despachado, tambem precedendo concurso, lente substituto das cadeiras de mathematica da Escola Polytechnica, sendo por decreto de 15 de dezembro de 1859 confirmado n'este ultimo logar. Por

Luiz Porfirio da Motta Pegado

carta de lei de 7 de junho do mesmo anno fôra creada a cadeira de geometria descriptiva na dita escola, que elle inaugurou, sendo depois nomeado proprietario da mesma cadeira por decreto de 12 de abril de 1860. Por portaria de 29 de novembro de 1862, teve a nomeação de professor provisorio do Lyceu Nacional de Lisboa, onde serviu até ao fim do anno electivo de 1885-1886. Por decreto de 23 de fevereiro de 1888 foi nomeado director do Instituto Industrial e Commercial, logar de que tomou posse em 27 do mesmo mez. Tambem leccionou a cadeira de geometria descriptiva na Universidade de Coimbra e na Academia Polytechnica do Porto. Na Academia Real das Sciencias exerceu por diversas vezes os cargos de vice-presidente e de thesoureiro. Era tambem socio correspondente do Instituto de Coimbra, e de muitas outras associações scientificas do paiz. N'uma commissão administrativa presidida pelo fallecido marquez de Fronteira, desempenhou as funcções de vereador de Lisboa, exercendo egualmente o cargo de membro do Conselho Superior de Instrucção Publica. A sua obra destinada ao ensino, tem tido repetidas edições de grande numero de exemplares, approvadas superiormente, e vulgarisadas em todos os lyceus e nas principaes escolas do reino. Escreveu: *Equação ao quadrado das differenças;* vem nos *Annaes das Sciencias e letras publicados debaixo dos auspicios da Academia Real das Sciencias*, tomo II, segundo anno, março de 1858; *Alguns apontamentos sobre o modo de calcular a mortalidade nos hospitaes e nos asylos;* no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, tomo XXXIII, 1869, n.º 11; *Tratado elementar de arithmetica;* approvado pelo governo para uso dos lyceus nacionaes, Lisboa, 1872; 2.ª edição, 1875; 3.ª, em 1881, e 4.ª em 1886; *O logar geometrico dos pontos que distam egualmente de duas rectas dadas é um paraboloide hyperbolico isosceles;* no *Jornal de sciencias mathematicas, physicas e naturaes, publicado sob os auspicios da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo I, n.º 3; agosto de 1867; *Deducção da formula que dá o volume limitado pelo intradorso de uma abobada de aresta, por o plano das impostas e por os planos verticaes, que contéem os quatro arcos da testa da mesma abobada.—Deducção da formula que dá o volume limitado pelo intradorso de uma abobada de barrete, por o plano das impostas e por os quatro planos verticaes correspondentes aos pés direitos da abobada;* no mesmo jornal, tomo II, n.º 6, maio de 1869; *Secções conicas do canoide circumspto a uma conica;* no mesmo jornal, tomo V, n.º 18, junho de 1875; *Determinação dos eixos da sombra ou projecção obliqua de um circulo;* no mesmo jornal, tomo VI, n.º 24, setembro de 1878; *Theoria geral das combinações com repetições;* no mesmo jornal, tomo VIII, n.º 29, dezembro de 1880; *Sobre um problema de analyse indeterminada;* no *Jornal de sciencias mathematicas e astronomicas*, publicado pelo dr. Francisco Gomes Teixeira, Coimbra, vol. I, 1877; *Estudo sobre o deslocamento de um solido invariavel no espaço; memoria offerecida á Academia Real das Sciencias de Lisboa;* nas *Memorias* da mesma Academia, *classe de sciencias mathematicas, physicas e naturaes;* 9.ª serie, tomo VI, parte 1.ª, volume XLVI da collecção, 1881; *Relatorio do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa em 1888-1889*, Lisboa, 1890.

**Pegado** *(Vicente).* Secretario de Vasco da Gama, e 10.º capitão-mór e feitor de Sofala, para que foi nomeado em 5 de abril de 1530. Governou durante 6 annos, mas o seu governo nada teve de notavel.

**Pegado.** Pov. da 4.ª div. do conc. de Cazengo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Pegados.** Pov. na freg. do Espirito Santo, de Egreja Nova do Sobral, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

**Pegarinhos** Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 259 fog. e 1:09 hab. Tem esc. do sexo fem., pharmacia, est. post., e feira. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Tinhella. A collegiada de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, apresentava o cura, que tinha 60$000 rs. e o pé d'altar. A terra é fertil em generos agricolas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

**Pêgas**. E' appellido nobre e de origem portugueza. Esta familia tem a mesma ascendencia que a do appellido de Beja *(V. este nome)*, porque ambos procedem de João Domingues de Beja, escrivão da puridade d'el-rei D. Diniz. Foi chefe d'esta familia Gaspar Lopes Lança Pêgas e Beja, administrador dos morgados das duas casas. El-rei D. Sebastião deu, em 1569, as armas seguintes a esta familia: Em campo de prata, tres pêgas da sua côr (pretas com malhas brancas na cauda) em roquete, e entre ellas uma cabeça de lobo, de púrpura, cortada em sangue; timbre, uma das pêgas, voando.

**Pegas**. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aborim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Lamoso, conc. de Paços de Ferreira, districto do Porto. || Santa Eulalia, da mesma villa, conc. e distr. || S. Salvador, de Portella Suzã, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Pegeiros**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Modellos, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

**Peges**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu.

**Pego**. Pov. e freg. de Santa Luzia, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Abrantes, distr. de Santarem, bisp. de Portalegre; 516 fog. e 2:213 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 4 kilom. da séde do concelho e está situada na estrada que vae de Abrantes a Portalegre, a 1 k. da margem esquerda do rio Tejo. Os vigarios das freguezias de S. João e de S. Vicente, de Abrantes, apresentavam alternativamente o cura, que tinha 24$000 réis de rendimento. A terra é fertil em cereaes, e pertence á 4.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Visitação, de Alvorninha, conc. das Caldas da Rainha, distr. de Leiria. || O Salvador, de Freixo de Baixo, conc. de Amarante, districto do Porto. || S. Thiago, de Mouquim, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga. || S. Paio, de Oleiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Torquato, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Achete, conc. e distr. de Santarem.

**Pégo Centeio**. Pov. na fr. de S Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Pégo da Curva**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. da Chamusca, distr. de Santarem.

**Pégo Escuro**. Pov. na freg. de S. Bartholemeu de Messines, concelho de Silves, distr. de Faro.

**Pégo da Figueira**. Pov. na freg. de N. S.ª do Pé da Cruz, de Santa Cruz, conc. de Almodovar, distr. de Beja.

**Pégo Gontinho**. Pov. na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

**Pégo de Linho**. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro.

**Pégo Longo** Pov. na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

**Pégo Negro**. Povoações nas freguezias: N S.ª da Natividade, do Barreiro, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Campanhã, 1.º bairro do Porto. Pertencia á freg. de Rio Tinto, concelho de Gondomar, d'onde foi desannexada por decreto de 13 de janeiro de 1898.

**Pégo dos Negros**. Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odelcite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

**Pégo de Peixes**. Pov. na freg. de S. Vicente, de Vacariça, conc. da Mealhada, distr. de Aveiro. Tem caixa postal.

**Pégo de S. Domingos**. Lagôa da prov. do Algarve, que fica a 6 k. da foz do Guadiana, ao E d'ella; a egual distancia do rio *Chança*, e a 3 k. da *Córte do Pinto*. Tomou o nome de *S. Domingos*, porque está na raiz d'um monte onde ha uma capella dedicada a este santo, que fica a uns 300 m. a E do pégo. Tem uns 30 m. de comprido, por 7 de largura e 2 de profundidade. E' formado por grande numero de mananciaes, que descem das ribanceiras circumferentes. Ha por estes sitios abundancia de pyrites de ferro granuladas. No monte onde está a capella, viam-se ainda ha 40 annos, indicios de lavra de minas do tempo dos romanos ou dos moiros. A agua do pégo é frigidissima e tão clara que deixa perfeitamente vêr o fundo d'elle. A analyse mostra que esta agua é ferrea; tem se applicado com bom resultado em banhos para a cura de molestias cutaneas.

**Pégo de Vigario**. Lagôa na prov. do Algarve, ao pé das serras de *S. Barnabé* e do *Malhão*, ramos da *serra do Algarve*, nos limites da freg. de Alte, comarca e conc. de Loulé. E' uma vasta lagôa, onde vem precipitar-se a ribeira d'Alte, caindo n'um despenhadeiro que tem uns 44 m. d'altura, e o mesmo de profundidade. Foi a ribeira encaminhada para este sitio em 1690 por Duarte de Mello Rabadaneira Côrte-Real, administrador do morgado dos Monizes Telles d'Aragão; mudôu o curso da ribeira, para regar o seu pomar da Mina e para outros usos, para o que lhe foi preciso furar um rochedo de 11 m. d'altura e 40 de comprimento, construindo um bom tunnel de cantaria, com passeios d'ambos os lados, com altura sufficiente, e oculos de espaço a espaço, para luz e ventilação do tunnel. Do lado da montanha tem uma grossa muralha, para sustentar o peso das terras, obra de grande custo, mas de muita utilidade, pois, além de regar o tal pomar e outras propriedades, faz mover os moinhos que estão proximos da pov. de Alte

**Pegões**. Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Canha, conc. de Aldeia Gallega do Ribatejo, onde ha uma est. do caminho de ferro, na linha de sul e sueste, entre as de Poceirão e Bombel.

**Pégos** Povoações nas freguezias: S. Silvestre e concelho de Louzã, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, districto de Santarem. || S. João Baptista e conc. de Coruche, do mesmo districto.

**Pégos Verdes**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira, conc de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

**Pegudas**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

**Peguite**. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Gulães, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Pegureiro**. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

**Peias.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Carvalhosa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

**Peirezes.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Chã, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

**Peita.** Até ao seculo XIV significava pagamento de qualquer multa ou tributo. Depois applicou-se ao que se dá para corromper qualquer magistrado, escrivão, ou empregado publico. As *Ordenações* do reino, Liv. 5.º, tit. 71, § 2, diziam: «Peita promettida, acceitada, e não recebida, basta para fazer perder o officio, e pagar o tresdobro para a corôa. E o julgador que a receber perde, para a dita corôa, todos os seus bens, e o officio que d'el-rei tiver. E passando a peita de cruzado, ou sua valia, além das sobreditas penas, é condemnado a perpetuo degredo para o Brazil. E sendo a peita de valia de dois marcos de prata, tem pena de morte »

**Peital.** Pov. na freguezia de S. João, de Lourciro, concelho de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

**Peitilla.** Pov. na freguezia de Santa Eulalia, de Lanhezes, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Peitimão.** Pov. na freguezia de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

**Peito de Carvalho** *(Joaquim)*. Fidalgo da Casa Real; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, governador civil de Leiria e de Lisboa, director geral das alfandegas, director geral das contribuições directas, deputado, par do reino, etc. N. em Lamego a 22 de dezembro de 1836, fal. em Lisboa a 13 de novembro de 1902. Dedicando-se á carreira das letras, fez rapidamente os seus estudos preparatorios, e matriculando se em Direito na Universidade de Coimbra, conseguiu formar-se com menos de 20 annos de edade, facto extraordinario que muito raramente tem succedido. Pouco tempo depois de concluida a formatura, recebeu a nomeação de delegado do ministerio publico da comarca de Castello Branco. Abandonando mais tarde a magistratura, foi nomeado secretario geral do governo civil de Villa Real. No desempenho d'este logar começou a dar expansão á sua vasta intelligencia e largo folego administrativo, pois que, servindo quasi sempre interinamente o logar de governador civil, logo se fez bem sentir a sua influencia proficiente e salutar. De Villa Real passou a servir em egual cargo no districto de Leiria, e seguidamente no de Vianna do Castello. Desalentado por um momento com os attrictos que se lho depararam, abandonou a vida publica, retirando-se para a sua casa de Lamego, onde se conservou alguns annos, como que a retemperar as fôrças e a avigorar ainda mais a sua energia para novas luctas. Em 1871 já era outra vez secretario geral, estando no districto de Evora, onde brilhautemente se houve no desempenho de complicadas commissões. Em 1872 foi nomeado governador civil de Leiria, e em 1879 chefe da 1.ª repartição da direcção geral dos negocios do Ultramar, no ministerio da marinha, onde se conservou até 1884, d'onde passou a director geral das contribuições directas. Do modo como se houve em tão difficil cargo resam os elogios unanimes de quasi toda a imprensa jornalistica da epoca, e as portarias de louvor que continuamente recebia. Em 21 de junho d'esse mesmo anno de 1884 foi eleito deputado, com poderes especiaes de revisão pelo circulo plurinominal de Leiria. Foi dos tres candidatos do circulo o mais votado. Ainda n'esse anno, por imposição do partido regenerador em que militava, foi nomeado governador civil de Lisboa, n'umas circumstancias excepcionaes que lhe tornaram mais difficil tão espinhoso cargo. Em 1886 teve a nomeação de administrador geral das alfandegas do reino, um dos logares mais importantes e mais rendosos do paiz, sendo para notar, que essa nomeação lhe foi offerecida por adversarios politicos No desempenho d'este elevado cargo fôram grandes os serviços que prestou á nação, especialmente ao commercio. A lei que vigorava no tempo da sua nomeação considerava como de commissão o logar de administrador geral das alfandegas, excepto quando esse cargo fôsse provido n'algum director geral do ministerio da fazenda. Peito de Carvalho, que então desempenhava as funcções de director geral das contribuições directas, estava comprehendido na excepção, devendo, portanto, considerar-se como vitalicio no seu novo logar. Mas não o considerou assim Oliveira Martins, que, sendo ministro da fazenda, entendeu, por questões politicas, dever demittil-o bruscamente, por um decreto que se lavrou e assignou em dois ou tres dias. Recorreu o funccionario demittido para o Supremo Tribunal Administrativo, onde alcançou sentença favoravel por decreto de 29 de agosto de 1892. Comtudo, nunca mais reassumiu as funcções d'aquelle cargo, porque não houve nenhum ministro que homologasse a sentença, ficando por isso na situação de director geral addido. O conselheiro Peito de Carvalho era gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição e official da da Torre e Espada; gran-cruz da ordem de Izabel a Catholica de Hespanha, e official da Rosa do Brazil. Foi par do reino electivo em duas legislaturas. Pertencia á Maçonaria, sendo grão mestre do Gremio Oriente Portuguez.

**Peitoril.** Obra de fortificação militar, plataforma, parapeito, meia lua, ou qualquer corpo avançado fóra das cortinas de muralhas, para defeza dos sitiados. Nas côrtes da Guarda, em 1465, pediram os moradores de Vizeu ao rei D. Affonso V, que, ao menos lhe mandasse fazer um peitoril, dentro da cêrca, para amparo da cidade, que já duas ou tres vezes tinha sido queimada pelos corredores de Castella. (Documento da camara de Vizeu).

**Peitugueiro.** Pov. na freguezia de S. Vicente, de Boim, concelho de Louzada, distr. do Porto.

**Peixeira.** Sitio da freguezia de N. S.ª da Conceição, de Castanheira, conc. e distr. da Guarda, onde está installada uma officina pyrotechnica.

**Peixeiro.** Pov. na freguezia do Espirito Santo, de Furadouro, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

**Peixeninha.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Gozende, concelho de Castro Daire, distr. de Vizeu.

**Peixòta.** Pescada, peixe. A duas pescadas chamavam *uma cobrada de peixótas*. Em 1352 emprazou o convento de Tarouca o couto da *Capata*, com o foro de quatro, e uma cobrada de *peixótas*.

**Peixoto**. E' um dos appellidos mais distinctos e antigos. Foi primeiramente usado por Gomes Viegas Peixoto, que o tomou ou lhe foi dado por ter feito com um peixe um estratagema, tão habil que fez levantar o cêreo que D. Affonso II lhe tinha posto ao castello de Celorico da Beira, se bem que dizem outros escriptores que o appellido fôra tomado da quinta de *Pardelhas*, por serem estas as terras que, por D. Affonso III, lhe fôram doadas para seu solar em premio de serviços que prestou. Póde ser que assim seja, pois que *pardelha* é nome de dois peixes da familia dos *cyprinideos*, isto é, d'agua doce, mas é mais acceitavel que o appellido Peixoto seja derivado directamente da palavra *peixe*, do que indirectamente do nome *pardelha*. A familia dos Peixotos é nobilissima, pois que o supradito Gomes Viegas Peixoto foi filho de D. Egas Henriques de Portocarrero e bisneto de D. Fernando Affonso de Toledo, que era filho natural d'el-rei D. Affonso Henriques. Os Peixotos teem occupado altos cargos, desempenhado grandes missões, produzido sempre muitas pessoas de reconhecido merecimento, e administrado grandes bens, taes como os de Pardelhas, honra de Guimarães e Canellas, terras de Travassos e da Maia, reguengo de Penafiel de Sousa, morgados dos Almeidas de Guimarães, dos Macedos e Carvalhos de Alemquer, da Taypa e Lagcosa, casaes de Melres, parte das quintas de Valdoleiros, Couto, Lamas e Rêde, casa da Calçada e de Lindoso, e padroados de muitas egrejas, etc. São suas armas um escudo xadrezado de ouro e azul, de seis peças em faxa e sete em pala; elmo d'aço aberto, e por timbre um corvo marinho de sua côr, com um peixe de prata no bico.

**Peixoto** *(Antonio de Meira)*. Arcipreste da Real Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães. N. em Guimarães a 5 de julho de 1607, onde tambem fal. a 17 de maio de 1676. Era filho de Braz de Meira Peixoto, e de sua mulher Cecilia da Rocha Vieira. Dedicou-se muito ao estudo da Genealogia, e deixou em manuscripto 2 tomos de *Familias* e Arvore de toda a ascendencia e descendencia dos Peixotos.

**Peixoto** *(Ignacio)*. Artista dramatico contemporaneo. N. no Porto a 20 de fevereiro de 1869. Representou pela primeira vez n'aquella cidade, no antigo theatro dos Recreios, hoje theatro de D. Affonso, em 16 de julho de 1887, n'uma revista de semestre, intitulada *Por dentro e por fóra* Passou depois para o theatro Chalet, em 1888, debutando n'uma parodia á *Gran-Via*, que tinha o titulo de *Avenida da Ponte*. Seguiu a carreira artistica fazendo parte d'uma modesta companhia que percorreu as provincias, voltando em 1890 para o mesmo theatro Chalet, onde representou, entre outras peças, a revista *Pastilhas do Diabo*, *Nitouche*, *Drama no alto mar*, *Cerco do Porto*, e os *Ladrões de Lisboa*, com o actor Antonio Pedro, que tinha ido ali dar alguns espectaculos. Desde o começo da sua carreira, Ignacio Peixoto manifestou sempre as mais apreciaveis aptidões artisticas, que pelo seu estudo e boa vontade, se iam desenvolvendo, alcançando sempre o applauso das platéas. Em 1891, tendo saido do theatro do Principe Real o actor José Ricardo, sendo empresario o maestro Alves Rente, Ignacio Peixoto foi contratado para o substituir, estreando-se na magica *O Gato preto*, e entrando depois nos *Filhos do capitão Grant*, *Giralda*, etc. Com a morte de Alves Rente entrou de novo para o theatro de D. Affonso, na epoca de 1891-1892, onde representou as magicas *Corôa de fogo* e *Lampada maravilhosa*; e nas operetas: *Licôr de ouro*, *Collegio de meninas*, etc. Ainda em 1892 foi escripturado pelo actor Diniz, que formara companhia para o theatro da Avenida, de Lisboa, de que se tornara empresario o actor Diniz, que fôra seu companheiro no Porto. Ignacio Peixoto não era ainda conhecido na capital, mas vinha já precedido da fama de bom artista, e o publico do theatro d'Avenida recebeu-o com as maiores sympathias. Alcançou então grande successo na revista *Pastilhas do Diabo*, no *Sultão do Chá Preto*, *Bruxa das ruinas*, *Cofre dos encantos*, *Georgeanas*, etc. No mesmo theatro esteve tambem escripturado na epoca de 1893-1894, na empresa da actriz Cinira Polonio, onde agradou muito na magica *Lenda do rei de Granada*, na revista *Tourada*, na opereta *A mulher do pastelleiro*, etc. Em seguida teve escriptura no Gymnasio, debutando a 10 de setembro de 1894, com grande successo, na comedia em acto, *Padre, Filho, Espirito Santo*, n'uma substituição do actor Eloy, creando em seguida um importante papel na *Roça de Valentim*. Conservou-se n'este theatro bastantes annos, tomando parte em quasi todo o reportorio, ganhando as sympathias do publico, que não lhe regateava applausos. Foi depois para o theatro de D. Maria II como escripturado, entrando mais tarde como societario, em 1905, sendo classificado na segunda classe. N'aquelle theatro, ao lado de Brazão, Ferreira da Silva, Augusto Mello, e outros artistas de reconhecido valor, Ignacio Peixoto tem-se affirmado distinctamente como artista de grandes recursos. Lembramo-nos de o ter visto na *Trovisqueira*, *Os Inseparaveis*, *Escola antiga*, *Rei Lear*, etc.

**Peixoto** (*Ignacio José*). Escriptor e desembargador. N. em Braga a 24 de julho de 1732, fal. a 1 de setembro de 1808. Seguiu a carreira judicial, subindo a logares eminentes na magistratura, porque foi procurador da mitra, desembargador ecclesiastico da curia metropolitana, o desembargador honorario na Casa e Relação do Porto. Entre as muitas obras que escreveu, referentes principalmente a assumptos juridicos e ecclesiascos, ha duas que teem um interesse historico muito notavel, pelo menos segundo o que d'ellas dizem pessoas de tanta autoridade, como o fallecido Fernando Castiço e Pereira Caldas. Essas obras são as *Memorias dos arcebispos da Santa Egreja Bracarense* e as *Memorias de Braga*. D'estas ultimas dizia Fernando Castiço que constituiam um verdadeiro *Diario* da vida de Braga no seculo XVIII, com interessantissimas narrativas. Uma d'ellas publicou-a Fernando Castiço no jornal *Constituinte*. Outra obra tambem importante, porque se refere a um dos assumptos mais curiosos da nossa historia religiosa, é a *Reforma do calendario e dos breviarios bracarenses*. Esse manuscripto, diz-se estar na Bibliotheca do Porto. Tambem é digna de menção a obra *Fastos da egreja lusitana*, e um *Drama angelico pastoril* que os alumnos do collegio dos Orphãos de S. Caetano representaram nos tres dias de Natal do anno de 1794. Entre papeis varios que Peixoto deixou, encontraram se poesias, bailes, entremezes, etc., o dois dramas para se representa-

rem um na noite de S. João e outro na noite dos Reis.

**Peixoto** *(Ignacio José Alvarenga)*. Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra. N. no Rio de Janeiro em 1744, fal em 1793. Seguiu os primeiros estudos no collegio dos jesuitas da sua patria, vindo depois matricular se em Coimbra, onde se formou antes do anno de 1769. A' protecção do marquez de Pombal deveu o ter occupado em Cintra o primeiro logar que desempenhou na magistratura. Foi mais tarde despachado ouvidor na comarca de Rio dos Mortos, na provincia de Minas Geraes, para onde partiu em 1776. Tanto ali como no Rio de Janeiro, Alvarenga Peixoto foi querido e estimado entre os litteratos seus contemporaneos, e pertenceu á celebre *Arcadia Ultramarina*, em que figurou com o nome de *Eureste Phenicio*. Em 1778 casou em S. João d'El-Rei com uma rica herdeira, e abandonou a magistratura, para se entregar exclusivamente á administração das suas magnificas propriedades e ao cultivo das letras, paixão que nunca o deixára. Por essa epoca foi nomeado coronel de cavallaria das milicias do Rio Verde. Uma satyra em verso intitulada *Cartas Chilenas*, escriptas contra D. Luiz da Cunha Menezes, governador de Minas Geraes, satyra que foi attribuida a Alvarenga Peixoto, e a parte enthusiastica que o poeta effectivamente tomou n'uma conspiração patriotica, deram em resultado elle ser preso em 1789, sendo condemnado á morte em 18 de abril de 1792, e confiscados todos os bens e a sua familia declarada infame. Achando-se já no cadafalso, foi-lhe lida então a sentença que lhe commutava a pena de morte, condemnando-o a degredo perpetuo para o presidio de Ambaca, onde veiu a fallecer pouco tempo depois da sua chegada, coberto de cãs, com se fôsse já um velho, tendo apenas 49 annos de edade, victima dos maus tratos que sobre elle exercia o governador do presidio. Na *Revista trimensal* do Instituto encontram se duas biographias de Alvarenga Peixoto: uma no tomo XII escripta pelo dr. João Manuel Pereira da Silva, e a outra no tomo XIII, por Varnhagen. Aquella acha-se reproduzida e ampliada nos *Varões illustres do Brazil*, tomo II, pag. 81 a 97. Além das *Cartas Chilenas* que lhe attribuiram, as quaes vieram a publicar-se na *Minerva braziliense* (ou *Bibliotheca brazilica*, etc.), Rio de Janeiro, 1845, deixou Alvarenga, tanto em Portugal como depois no Brazil, numerosas demonstrações ds esmerado cultivo que a litteratura lhe mereceu. Ao marquez de Lavradio, seu protector, dedicou elle uma traducção da *Merope* de Mafei, e um drama original em verso intitulado *Eneas no Lacio*, drama que foi muito festejado, mas que se perdeu. A D. Rodrigo José de Menezes, mais tarde conde de Cavalleiros, que muito se lhe affeiçoara, tambem o poeta dedicou algumas das suas odes. E' d'elle tambem um poema intitulado *Resposta de Nize a Fileno*, e publicado apenas com o nome de Eurest, pelo qual era conhecido na *Arcadia Ultramarina*. As suas odes, sonetos e canções eroticas, que andam dispersos por varios florilegios e collecções, mostram n'elle, senão um poeta apaixonado, pelo menos um rigoroso cultor da fórma a par d'um estylo vigoroso e d'uma imaginação arrojada. A ode que compoz e offereceu á rainha D. Maria I é uma demonstração cabal d'esta asserção. No anno de 1865, publicou-se em Paris um volume com o titulo seguinte: *Obras poeticas, colligidas, annotadas, precedidas de juizos criticos e de uma noticia sobre o autor e suas obras, com documentos historicos, por J. Norberto de Sousa S.*. Pereira da Silva, Varnhagen e Fernando Wolf são unanimes em reconhecerem o grande merecimento d'este infeliz poeta, cujo nome tanto portuguezes como brazileiros incluem entre os vultos queridos da sua historia litteraria,

**Peixoto** (*João Albino*). Pintor e escriptor, natural da ilha de S. Miguel. Exercia a arte de pintura, e nas horas que os seus trabalhos o deixavam livre, dedicava-se ao cultivo das letras. Escreveu: *Lamentações da lyra sobre os tumulos, na immatura morte do ill.mo sr. Agostinho de Medeiros Albuquerque*, Ponta Delgada, 1847; *Memoria sobre a trasladação da imagem do Senhor dos Passos, do hospital para o collegio*, Ponta Delgada, 1847; *Hymno offerecido á Sociedade Philarmonica da villa da Ribeira Grande*, Ponta Delgada, 1850; *A Saudade, monumento ás cinzas do senhor Caetano José Velho de Medeiros Cabral, Poemetto*, Ponta Delgada, 1852; *Canto funebre em memoria da saudosa rainha de Portugal, a senhora D. Maria II*, Ponta Delgada, 1853; *Meditações religiosas sobre a morte de S. R. M. a senhora D. Maria II*, Ponta Delgada, 1854; *Tributo de gratidão ás cinzas do reverendo P. M. João José do Amaral*, Ponta Delgada, 1853; *Passagem de um poema heroico em dez cantos*, Ribeira Grande, 1856.

**Peixoto** *(João Correia)*. Freire professo da ordem de Christo, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, e protonotario apostolico. Era natural de Alpalhão. Escreveu: *Oração funebre das exequias reaes da Majestade d'ElRei D. João IV, celebradas na collegiada d'Ourem*, Coimbra, 1657.

**Peixoto** *(João do Valle)*. Arcediago de Oliveira na egreja primacial de Braga, e celebre jurisconsulto, que viveu no seculo XVI. Era natural de Guimarães. Estudou direito cesareo na Universidade da Sapiencia em Roma, e foi o primeiro portuguez que n'essa academia recebeu as insignias doutoraes na faculdade de jurisprudencia civil. Deixou manuscriptas duas obras em latim.

**Peixoto** *(José Antonio Borges)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra. Era natural da Cumieira, sendo filho de Feliciano José Borges. Doutorou-se a 31 de julho de 1805.

**Peixoto** *(José Maria Borges da Costa)*. Empregado publico, e escriptor. N. no Porto em 1823 e fal. em Lisboa, a 12 de março de 1862. Era filho de Nicolau Antonio Peixoto, natural de Villa Real. Escreveu: *Grammatica hespanhola para uso dos portuguezes. Segunda edição correcta e muito augmentada, contendo no fim um vocabulario portuguez-hespanhol das palavras mais usuaes e necessarias*, Lisboa, 1858; *Guia da conversação hespanhola para uso dos portuguezes, etc, colligida dos melhores autores; obra util para aprender o hespanhol e para os viajantes, a que se juntou no fim uma collecção de locuções hespanholas, por outro autor*, Lisboa, 1860; *Encyclopedia agricola, ou diccionario de agricultura e horticultura, por José Maria Borges da Costa Peixoto, com a collaboração dos srs. Sebastião d'Arriaga e Eduardo Grande*, Porto, 1861.

**Peixoto** *(Fr. Pedro)*. Jesuita. N. em Lisboa, onde tambem fal., na casa professa de S. Roque, a 8 de outubro de 1686. Era filho de Lourenço Peixoto, fidalgo capitão do Rio Grande e almirante das naus da India, e de sua mulher D. Maria de Siqueira de Vasconcellos. Entrou na Companhia de Jesus no noviciado de Coimbra, a 18 de março de 1619, onde dictou as sciencias severas. Applicou se com dedicação ao estudo da Genealogia, tornando se muito considerado pelos maiores genealogistas do seu tempo. Deixou alguns manuscriptos em latim e em portuguez, nos quaes se contam: *Descripção da provincia de Entre Douro e Minho, e dos seus varões insignes, com as suas origens, gerações e progressos; Tratado da familia dos Peixotos, e o que obraram os d'este appellido.*

**Peixoto**. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Nogueiró, conc. e districto de Braga. ‖ S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

**Peixoto de Azevedo** *(P. Torquato)*. Presbytero secular do habito de S. Pedro. N. em Guimarães a 2 de maio de 1622, fal. a 15 de junho de 1705. Era filho de João Rebello Leite e de Izabel Peixoto de Azevedo. Applicou-se muito ao estudo da historia sagrada e profana e á Genealogia, em que muito se distinguiu. Escreveu 55 volumes, que ficaram manuscriptos. Em 1845 é que se imprimiu no Porto a seguinte obra: *Memorias resuscitadas da antiga villa de Guimarães.*

**Peixoto da Silva** *(Jeronymo)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, conego magistral no bispado do Algarve e depois no do Porto, celebre prégador do seu tempo, etc. N. em Lisboa nos primeiros annos do seculo XVII, e fal. no Porto a 20 de abril de 1666. Era filho de Balthazar Peixoto da Silva e de D. Francisca Deça. Foi eleito bispo da sé do Algarve a 14 de dezembro de 1649, passando ao Porto, na mesma dignidade, tomando posse a 22 de maio de 1655, onde se conservou até fallecer. O conego Jeronymo Peixoto da Silva pertence á pleiade d'aquelles brilhantes prégadores do seculo XVII, que tanto honraram o pulpito portuguez, e que se agrupam em torno da figura gigantesca do P. Antonio Vieira. Deixou publicados: *Sermão na festa que se fez na collocação da Senhora da Graça em o muro da cidade de Lisboa, saindo a procissão da egreja do Soccorro*, Lisboa, 1657; Coimbra, 1664; *Sermão da quarta feira de Cinza, prégado na Misericordia da cidade do Porto*, Lisboa, 1658; Coimbra, 1664; *Sermão da Degolação de S. João Baptista, prégado no mosteiro das religiosas de S. Bento, do Porto*, Coimbra, 1661; Lisboa, 1672; *Sermão de S. João Evangelista, prégado na Congregação dos Loios de Coimbra, no ultimo dia do triduo do mesmo Santo*, Coimbra, 1663; *Sermão da segunda quarta feira da Quaresma*, Coimbra, 1664; *Sermão dos passos de Christo, prégado no convento de Santa Clara, do Porto*, Coimbra, 1663 e 1715; Lisboa, 1671; *Sermão da sexta feira de Lazaro, prégado na Misericordia do Porto*, Coimbra, 1672; *Sermão do Santissimo Sacramento, prégado ás freiras de S. Bento, do Porto*, Coimbra, 1672; *Sermão das lagrimas da Magdalena, prégado na Misericordia do Porto*, sem logar nem anno de impressão, mas parece que foi publicado em Coimbra; *Sermão da Conceição de Nossa Senhora na capella real*, Coimbra, 1674. E'-lhe attribuida a seguinte obra, que saiu anonyma: *Lagrimas de Onimo na morte de seu querido Thezar*, Lisboa, 1646.

**Peixoto do Valle** *(José)*. Professor de latinidade. N. em 1754, fal. em 1834. Era considerado um dos mais insignes latinistas do seu tempo. Deixou muitos trabalhos impressos. Na *Collecção de peças litterarias que se recitaram na sessão extraordinaria de 13 de maio pela Administração do cofre do montepio dos professores em obsequio aos annos de S. A. R. o Principe Regente*, Lisboa, 1816, tem a seguinte oração latina, de pag. 14 a 30: *In anniversariis Joannes principis regentis Portugaliae, Braziliae et Algarbiorum*; *Ode aos faustissimos annos do sr. D. João, principe e regente*, a pag. 32.

**Peixotos Barretos**. E' tambem appellido nobre d'este reino. O dr. Matheus Peixoto Barreto, sobrinho de Pedro Peixoto Cacho, accrescentou ás armas dos Peixotos, por empresa, dois peixes, nadando, em frente um do outro, sobre um côrvo, que abraça os escaques principaes. Os peixes vão direitos a uma palmeira, que tem o distico de S. Paulo: *sed unus accepit bravicem.*

**Peixotos Cachos**. Appellido nobre d'este reino. Diogo Lopes Peixoto passou a viver em Elvas, como administrador das fortificações d'aquella praça. Teve uma filha, por nome, D. Antonia Peixoto, que casou com Diogo Gomes Cacho, de cujo casamento os seus descendentes vieram a unir os dois appellidos, sendo o primeiro que refere a *Collecção dos titulos de Genealogia* (tomo V, da Bibliotheca Publica, fl. 111). Lopo Gomes Borralho Cacho Peixoto, ascendente de Pedro Ayres Peixoto Cacho, que nomeia fr. Manuel de Santo Antonio, ultimo reformador do cartorio da nobreza. As suas armas são: Em campo verde, um braço armado de prata, movente do lado esquerdo, tendo na mão um punhal com a ponta para baixo, ferro de prata e guarnição de ouro.

**Pejão**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Paraizo, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

**Pelagia** *(Santa)*. Nascida em Bragança, segundo diz João Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*, onde foi martyrisada por professar a lei de Christo.

**Pelagio** *(Fr. Alvaro Paes*, ou*)*. V. *Paes (Fr. Alvaro).*

**Pélago**. Nome antigo de qualquer ribeiro, rio, córgo, regato, lagôa, açude, lago, pôço, tanque, ou qualquer ajuntamento ou rego de agua. Desde o seculo XI se tomou pélago n'este sentido, em todos os nossos documentos, até aos fins do seculo XV, em que se principiou a dizer *pégo* com a mesma significação. No foral de *Moz* de 1162, se marcam os limites d'aquelle concelho e do *Moncôrvo—Per lo porto da Figueira... et inde au pelago do Cucu, et inde en na serra do Cubu, aquas vertentes contra Siladi.* Com a mesma significação se vê no foral de Santa Cruz de Villariça, para onde se havia mudado a villa de *Mem Côrvo*, em 1225, pois nos limites se diz—*Per ad Lagona de Molas, et per Pelajo de Cucho.* Porém em 1471, tornando a villa de Moncôrvo para o seu primeiro logar, e sendo extincta a de Santa Cruz, altercaram os dois concelhos, Moz e Moncôrvo, sobre a divisão dos limites, e levado o feito a D. Affonso V, elle decidiu, por sentença, que os taes limites corriam—*Por sango de*

*Móós e dalli pelo Pego do Cuco, e dalli pela serra de Gouvêa.* Com a mesma significação se encontra no foral de Aguiar da Beira e outros muitos; pelo que se vê que *pélago* se corrompeu em *pégo*, por contracção ou abreviatura.

**Pelame.** Povoações nas freguezias: S. Thiago. de Guilhofrey, conc. de Vieira, distr. de Braga, || O Salvador, cidade, conc. e distr. de Braga.

**Pelames.** Povoações nas freguezias: Santo Adrião e conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição e conc de Villa Viçosa, distr. de Evora. || Ribeira que nasce a 1 k. ao N de Celavisa, rodeia Arganil, e reune á ribeira de Folques com cêrca de 6 k. || Casal na freg. de N. S.ª do Rosario, de Cepões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

**Pelames e Bairros de Lá.** Dois logares reunidos na freg. do Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Pelangane.** Territorio da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Pelariga.** Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Pombal, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 326 fog. e 1:444 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post.; dista 6 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da estrada real de Coimbra a Leiria. Esta freg. foi creada a 10 de março de 1847, a instancias de João Pedro de Migueis Carvalho e Brito, barão da *Venda da Cruz*, aldeia d'esta freguezia. Ao parocho foi arbitrada a congrua de 180$000 réis, e o pé d'altar. A freg. compoz-se dos casaes e logares, que até então tinham pertencido ás freguezias de S. Martinho, de Pombal; N. S.ª da Graça, d'Almarueira, e N. S.ª da Conceição, da villa da Redinha. A terra é fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar.

**Peleias.** Pov. na freg. de Santo André, de Tuizello, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

**Peletieiro.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Christellos, conc. de Paredes, districto do Porto.

**Pelho.** Povoações nas freguezias: S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª do Pranto, de Arazêde, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra

**Pelicana** *(Violante Gomes, a).* Amante do infante D. Luiz, filho de el-rei D. Manuel. Esta senhora, que era mais conhecida pelo appellido de *Pelicana*, foi a mãe do celebre prior do Crato D. Antonio (V. *Portugal*, vol. I, pag. 603 e seguintes). Dotada de grande formosura e destacando-se pela sua illustração, captivou de tal maneira o infante D. Luiz que, pouco depois de se conhecerem, viviam como se fôssem casados. Quando o prior do Crato apresentou o seu direito á corôa de Portugal, depois da fatal batalha d'Alcacer-Kibir, espalhou se que o infante D. Luiz havia casado secretamente com Violante Gomes, e portanto, D. Antonio era filho legitimo. Um chronista severo, Diogo Paiva de Andrada, sobrinho, escreveu que a mãe de D. Antonio affirmava que estava occultamente casada com o infante, sendo a maior prova com que queria persuadir a publica estimação que o infante d'ella fazia, e o modo com que andou na côrte e a tratavam grandes senhores. Para muitos escriptores está ainda indeciso se o infante casou ou não com a mãe de D. Antonio. Segundo parece, Violante Gomes, que era dama de grandes qualidades, não se deixou possuir facilmente, e o infante, para simplificar as cousas, teria simulado um casamento que ella julgou valido. Esta hypothese é a mais acceitavel. Violante Gomes era filha de Pero Gomes, que vivia em Evora em 1554. Alguns chronistas dizem que era judia; outros, porém, affirmam que era christã velha. Tendo-se recolhido ao convento de Vairão, d'ali passou para Almoster, onde morreu, sobrevivendo 14 annos ao infante.

**Pelloas.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

**Pellacil ou Pellacir.** Termo antigo, que designava vindima de vinho e colheita do azeite. E' derivado de arabe-*Al-acir* (a colheita). Os nossos antigos diziam—*pêla acir* (pelo tempo das colheitas do vinho e azeite) e assim de duas palavras fizeram uma *-pellacir. Foi dar sobre elles, no tempo do seu alcacir (Chronica de D. Affonso Henriques*, por Duarte Galvão). *Muitos se hiam para as herdades e quintas, onde tinham suas casas, em que estavam no tempo do seu allacir. Chronica do Conde D. Pedro*, Livro 1.º, cap. 13.º

**Pelle** *(João Baptista).* Pintor e marinheiro italiano, que veiu residir para Lisboa no seculo XVII. N. em Araze, Genova. Morava em Lisboa, ao Corpo Santo, n'umas casas que tinham frente para a Ribeira Nova. Foi accusado de tentar contra a vida do marquez de Pombal, por meio d'uma especie de machina infernal, que devia adaptar á carruagem do marquez no dia da inauguração da estatua equestre. O denunciante foi um medico brazileiro, Luiz José de Figueiredo, que veiu para o reino degredado por crimes commettidos no Brazil, e que por meio d'esta denuncia pretendia attrrahir as boas graças do marquez. João Pelle foi processado e sentenceado em segredo, e sem se lhe admittir qualidade alguma de defeza, a 9 de outubro de 1775, e suppliciado em 11. Na noite que precedeu este dia, 2 regimentos de infantaria e 2 de cavallaria, os corregedores do crime da Côrte e Casa, todos os ministros criminaes dos bairros, e os carrascos, tudo marchou para a praia da Junqueira, sem saber bem para quê. Soube-se isto na cidade, e muita gente correu para ali tambem. Todos sabiam que era para uma execução capital, mas admiravam-se de não haver cadafalso. Pelas 8 horas da manhã saiu do pateo dos bichos um carro, sobre o qual vinha o pobre italiano algemado a um cepo, acompanhado de 2 algozes e de 3 frades franciscanos. O carro era seguido por 4 cavallos, dos que conduziam carne para os açougues, levados á redea pelos mesmos que com elles costumavam trabalhar, tudo entre alas de cavallaria e de infantaria. Chegados ao ponto destinado para o supplicio, os algozes desceram, ajudando a descer o réo, tiraram o cepo do carro, e n'elle cortaram as mãos do infeliz, e depois o amarraram pelas extremidades dos 4 membros ás caudas dos 4 cavallos, montados pelos taes creados, que os esporearam e chicotearam; mas como eram muito fracos, caiam, até um caiu sobre o réo, desconjuntando-lhe o corpo no meio dos mais atrozes tormentos sem o matarem. Este horroroso martyrio durou 15 minutos, sem que o desgraçado morresse, apezar da grande quantidade de san-

gue que lhe saia dos pulsos; até que um dos algozes, por ordem d'um dos juizes, vendo que os cavallos o não esquartejavam, lhe metteu um lenço na bocca, e o esganou com as proprias mãos. Retirados os bois e cavallos, veiu lenha, que reduziu corpo, carro e eepo a cinzas, que fôram deitadas ao mar. Assim acabou, á fôrça dos mais horriveis tormentos, um desgraçado, de quem apenas havia suspeitas, pois não houve prova alguma que justificasse a aeeusação. Toda a gente o considerava innocente, mas ninguem se atrevia a proferir palavra nem contra o barbaro supplicio, nem sequer mostrando ter piedade. O marquez de Pombal, segundo se affirma, bem sabia que João Baptista Pelle estava innocente, mas ordenara aquelle horrivel espectaculo para aterrar os que por ventura pensassem em tentar contra a sua vida.

**Pelle**. Quinta em Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

**Pelugue**. Territorio da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Pelmá**. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Alvaiazere, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 364 fog. e 1:562 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. postal. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Arneiro (Nabão). O real padroado apresentava o prior, que tinha 100$000 réis de rendimento. Segundo a tradição, foi senhor d'esta povoação um homem de genio muito aspero, ao qual, por esse motivo, puzeram a alcunha de *Pelle-má*, vindo a chamar-se á povoação *aldeia do Pelle má*, e assim ficou o nome, sendo um pouco modificado com o tempo. A povoação é muito antiga, e parece ter sido já habitada pelos romanos, mas d'elles não restam vestigios; só em 1751, andando a abrir-se os alicerces e d'uma casa das aldeias da serra de Alvaiazere, pertencente a esta freg., se encontraram oitenta e tantas moedas de ouro, prata e cobre, romanas, do tempo dos imperadores Vitellio, Vespasiano, Tito, Nerva e Trajano. Além das moedas, tambem se encontraram varios adereços d'ouro, dos que as damas romanas usavam. Pelmá é fertil em generos agricolas. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Por decreto de 7 de setembro de 1895, que extinguiu o conc. de Alvaiazere, passou a pov. para o de V. N. d'Ourem, voltando, porém, para Alvaiazere, depois de ter sido restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

**Pelo**. Pov. do sobado de Vinda, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado de Quando N. Taudo, no mesmo conc., distr. e prov || Pov. do sobado de Quingala, no mesmo conc., distr. e provincia.

**Peloaulde**. Pov na freg. de Santa Eulalia, de Arnozella, concelho de Fafe, districto de Braga.

**Pelota** *(Casal da)*. Na freg. de S. Bento, de Louriçal do Campo, conc. e districto de Castello Branco.

**Pelotas** *(Patricio José Correia da Camara, visconde de)*. Militar, que nasceu a bordo d'um navio e foi baptisado em Lisboa, fallecendo no Brazil em 1827, com mais de 90 annos de edade. Na occasião do terremoto de 1755 era um simples soldado de infantaria da côrte. Pela confiança que merecia aos seus superiores foi escolhido para ficar de sentinella ao Thesouro Publico, missão que desempenhou zelosamente. Passando ao exercito da India como official subalterno, foi ajudante d'ordens do general governador, e esteve em Gôa, Damão e Diu, entrando nas campanhas que se realisaram ali. Serviu tambem em Moçambique e em Loanda, e indo para o Brazil, serviu no regimento de dragões de Rio Pardo, que estava em campanha com os hespanhoes nas fronteiras meridionaes do Brazil, onde brilhantemente affirmou a sua bravura e valentia, como o demonstrou na tomada do forte de Santa Tecla. Em 1801, quando rebentou a guerra entre Portugal e a Hespanha, apezar de já contar perto de 70 annos, repelliu o brigadeiro Quintaus e o marquez de Sobremonte. Feita a paz continuou a desenvolver as suas grandes aptidões de administrador na qualidade de sargento-mór do Rio Pardo, construindo quarteis, hospitaes, egrejas, predios, etc. Tomou ainda parte nas campanhas de 1812 e 1816, e quando o Brazil proclamou a sua independencia, optou pela patria brazileira, sendo agraciado pelo imperador em outubro de 1825 com o titulo de barão de Pelotas, sendo elevado a viscoude no anno seguinte.

**Pelote** ou **Pellote**. Capa forrada de pelles. A que não tinha este forro não era *pelote*, era *capa*.

**Pelourinho**. Distinctivo da jurisdicção d'um concelho e da sua autonomia municipal. Os pelourinhos, segundo consta, tiveram a seguinte origem: Em Roma, na praça do Forum, havia uma casa de que era proprietario um tal *Moenius*. Para que elle e os seus pudessem ouvir os julgamentos dados pelos *triumviros* (magistrados), vêr as sumptuosas festas publicas e os castigos que se davam ali, mandou construir junto da sua casa uma grossa columna de pedra, de uns 2 m. de altura, e sobre ella uma especie de mirante ou pavilhão, onde se sentavam. Denominou-se *columna moenia*. Com o andar dos tempos, os romanos construiram estas columnas no *forum* de qualquer cidade do imperio. O seu uso passou depois ás Gallias, porém ali tiveram mais larga applicação. Muitas eram construidas nas encruzilhadas dos caminhos, mas não indicavam sómente a jurisdicção d'um municipio, eram tambem o emblema do poder feudal. Os senhores donatarios, os bispos e os cabidos, tinham o direito de levantar pelourinhos nas terras dos seus senhorios, e alguns mosteiros gozavam do mesmo direito. Em regra, os pelourinhos eram levantados em frente das residencias dos que nós chamamos *senhores de baraço e cutello*. No seculo XIII havia muitos pelourinhos em Paris, e entre elles o do bispo, erguido proximo da cathedral, o do cabido da mesma sé, junto á porta de Landry Saint, o dos Templarios, o do priorado de S. Martinho dos Campos, o da abbadia de S. Germano dos Prados, etc. O pelourinho da camara estava na praça do mercado. Era uma torre octogona, de pedra, com oito arcos, cobertos d'um telhado de fórma cónica. Foi incendiado pelo povo em 1515, morrendo queimado o carrasco Lourenço Bazard, que n'elle estava fazendo os preparativos para uma execução. Foi reedificado em 1542, e arrazado pelos republicanos em 1789. Não se sabe

quando os pelourinhos se construiram na Lusitania. Julga-se que fôsse no tempo de Sertorio, entre 84 e 74 annos antes de Christo, pois que aquelle chefe fez adoptar n'este reino todas as leis, usos, costumes e religião dos romanos. Os pelourinhos continuaram durante o dominio dos godos, e os arabes destruiram muitos d'elles, mas conservaram ainda bastantes, que bem mostram serem auteriores ao estabelecimento da monarchia em Portugal. Muitos escriptores teem falado sobre pelourinhos, e principalmente o conde Raczynski, no seu livro *Les arts en Portugal*, pag. 350, 411, e 423 a 427, e todos são concordes em que *pelourinho* e *picóta* são synonimos. A este respeito, Pinho Leal, no vol. VI, do *Portugal antigo e moderno*, a pag. 551, observa: «que tenho percorrido a maior parte de Portugal, e visto muitas dezenas de pelourinhos, acho-lhe alguma differença. Vejamos. Uma grande parte dos pelourinhos portuguezes que tenho visto, não teem, e nunca tiveram, ganchos de ferro ou argolas, no tôpo, para a estrangulação dos criminosos, e então nunca fôram *picótas;* mas simplesmente emblema do municipio. Notei que, em algumas povoações onde havia d'estes, tambem havia fôrca, e onde o pelourinho tinha aquelles instrumentos de supplicio, não a havia. Não verifiquei se isto era ou deixava de ser regra geral; o que sei, e é verdade, é que, em tempos remotissimos davam aos pelourinhos tambem o nome de picótas, e em Vianna do Castello e outras terras ainda ha *rua da Picóta*, *praça da Picóta*, etc. Talvez que se désse o nome de *picóta* aos pelourinhos que tivessem os quatro ganchos, e de *pelourinho* ao que os não tivesse. Ainda mais; em muitas povoações que tinham fôrca, ha tradição de n'ella ter sido executado algum criminoso; não assim nos pelourinhos, pois á excepção do de Lisboa, em que foi executado um cadete, por crime de fratricidio, de nenhum outro me consta, que tivesse servido de patibulo.» Os pelourinhos eram todos construidos na praça publica e em frente dos paços do concelho; uns tinham quatro varões de ferro, terminando em fórma de gancho, outros tinham na extremidade uma argola movel. As fôrcas eram sempre fóra da povoação. O dr. Santos Valente diz que *picóta* é uma *especie de pelourinho, pau aguçado onde se expunham as cabeças dos justiçados.* Viterbo diz que *picóta é pelourinho com cadeias e argolas, onde os criminosos eram expostos á vergonha e em signal de jurisdicção*, o que se vê confirmado em diversos foraes. Tambem a forca era um signal de jurisdicção e do direito de vida e de morte sobre os vassalos. Uma provisão de D. João II, de 1490, manda que a villa de Valle de Prados, em Traz-os Montes, tenha *forca*, *picóta* e *tronco*; sem por isso *viliar e deshonrar* a então villa de Bragança. Agostinho Rebello da Costa, na sua *Descripção topographica e historica da cidade do Porto*, diz a pag. 183: «N'estas causas crimes, os réos são condemnados, á proporção dos seus delictos, chegando muitos, pela sua atrocidade, a padecer a pena ultima. Para a sua execução *ha uma forca, pelourinho e algozes.*» Se o pelourinho servisse de patibulo, não era preciso dizer *forca e pelourinho;* nem é provavel que para um instrumento de supplicio se construissem obeliscos luxuosos, como se tem visto bastantes, sendo sem contestação o de Lisboa o mais bello de todos. Ainda existem muitos que, se não fôram construidos pelos godos, são de architectura gothica, e muito adornados de curiosas esculpturas. O *Codigo Affonsino*, Liv. 1.º, tit. 28, manda que as *paateiras* (padeiras) *candieiros* (que faziam rolos de cêra, ou segundo J. Pedro Ribeiro, fabricantes de vellas de sêbo), *carniceiros*, *regateiras*, etc., *que pela 3.ª vez roubassem ao pêso, fôssem postos na picóta.* Não havia uniformidade alguma na construcção dos pelourinhos. Cada camara mandava fazer os seus como queria, e segundo a habilidade do pedreiro, ou a quantia que para isso era applicada. Muitos pelourinhos, em logar dos gauchos de ferro, tinham no topo uma pequena casa em fórma de guarita; feita de grades de ferro, e muito parecida com uma gaiola, onde os delinquentes eram expostos á vergonha e irrisão publica. Os de Castello Mendo, Mogadouro, Penas Royas e Sabugal eram de gaiola. Nos pelourinhos que não a tinham, eram os criminosos amarrados a elle, e se os juizes eram crueis, mandavam-os suspender por baixo dos braços ás argolas, ficando alguns palmos acima do sólo. A camara e o cabido da sé de Vizeu estabeleceram, em 1304, uns *accordãos* ou *posturas*, impondo graves castigos aos que roubassem nos pêsos e medidas. Eis algumas d'ellas: «Que os carniceiros dem o arratel do porco, e do carneiro, por quatro dinheiros; e o arratel da milhor vaca por dous dinheiros, e da peior, por tres mealhas; e o arratel da porca e da ovelha, por tres dinheiros; e o quarto do milhor cabrito, por sex dinheiro--e que todo o carniceiro, que tever falso pezo, que peyte seseuta soldos e *ponhão no na picôta.* E que aquel que *inchar freama* (encher de vento os animaes) ou outras carnes, ou poser sevo no rril do cabrito, que peyte cinquo soldos; e, se vender porca em vez de porco, ou ovelha em vez de carneiro, que peyte seseenta soldos, e *azoutem-no* pela vila... E toda a paadeira que fezer pam, que nom seja de pezo tal, qual os Almotacees mandaram, peyte cinquo soldos, e *ponhão-no na picóta.*» Documento de Vizeu. Em 28 de abril de 1414 deliberou a camara do Porto: «Que emquanto o alqueire de trigo valesse a IX réis, dessem as padeiras o pam de 4 onças, a 15 soldos; pois vinham a ganhar 12 réis em teiga, pagos todos os gastos. E que o de centeio o dessem a 10 soldos: pena de que, pela primeira vez, pagarião 50 libras--pela segunda 100--e pela terceira, *serem empicotados.*» Documento camara do Porto. No foral de Setubal ha apenas similhantes. Depois de 1834, alguns vandalos, julgando vêr nos pelourinhos um symbolo de oppressão e despotismo, fôram se a elles e os demoliram. A maior parte, porém, escapou á devastação, e conservam-se ainda, recordando aos povos a antiga autonomia local. Segundo o visconde de Juromenha, a etymologia da palavra pelourinho acha se em documentos antiquissimos. Os vocabulos *pilorca*, *piloriium*, *spilorium*, *poloriticum* e *polorinium*, encontram se nos codices dos seculos XII e XIII, tanto na França como na Inglaterra. Sauval diz que, em uma escriptura de 1295, se mencionava um *poço*, na praça de Paris, onde se faziam as execuções. Davam a este pôço o nome de *puteus dictus Lory*, d'onde se conclue que o pelourinho tomou o nome do tal pôço, que pertenceu a um parisiense chamado *Lory.* Outros derivam a palavra de *pila*, ou *piloritium*, etymologia que parece mais

verosimil; outros dizem que a palavra *pelourinho* não se deriva do latim nem do francez, mas que é portugueza, e diminuitivo de *pelouro*, bala, fundando-se que a maior parte dos pelourinhos são rematados por uma bala de pedra, exactamente da fórma de um pelouro, e que d'esta circumstancia lhe provém o nome. No *Boletim da Real Associação dos Archeologos* e no *Occidente* encontram-se descriptos e reproduzidos muitos pelourinhos.

**Pelourinho.** Pov. na freguezia de Santa Clara, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Pelourinhos.** Pov. na freguezia de S. Martinho, de Foruellos, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu

**Pelouro.** Bala de metal com que se carregavam muitas das antigas armas de fogo. || Tambem se designava assim a bala de pedra dos canhões pedreiros. V. *Odivellos*. || Cada um dos ramos de administração d'uma cidade commettidos aos vereadores da camara municipal. Deriva de a eleição ser feita por espheras, ou pelouros.

**Pemba.** Bahia situada na costa do antigo districto de Cabo Delgado, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. E' a mais formosa de quantas possue a costa dos territorios da Companhia do Nyassa, e porventura uma das mais bellas de toda a Africa, presumindo-se que virá a ser um dos emporios do commercio da Africa central. Está na latitude aproximada de 12.° e 56' S, é accessivel aos navios da maior tonelagem, e tem capacidade para receber as maiores esquadras. Mas nem por isto só se recommenda: a sua posição geographica é tambem excepcionalmente notavel. Está a 80 k. da região do Medo, por onde passam as caravanas, e cuja producção mineira deverá, quando convenientemente explorada, produzir avultados lucros. Ampla e segura, de entrada franca a toda a hora e com qualquer tempo, a bahia de Pemba mede cêrca de 15 k. de N a S, e uns 10 do E a O. E' rodeada de espaçosas varzeas cultivadas de cereaes e outros generos agricolas, e de grandes bosques de frondoso arvoredo. Em meados do seculo passado abriu-se uma subscripção no paiz, que produziu 1:800$000 réis, para o estabelecimento d'uma colonia n'esta bahia, e por decreto de 7 de fevereiro de 1857 foi autorisado o governador de Moçambique a estabelecer essa colonia. Appareceram muitos colonos do norte do reino e da capital, mas nem todos puderam ser contratados. A 21 de janeiro de 1858 largou do Tejo a escuna de guerra *Angra* com 60 colonos, agricultores e artistas, que se estabeleceram regularmente. Os regulos Said-Ali de Mussange, ao N da bahia e Mugabo ao S, não hostilisaram esse estabelecimento, antes assignaram termo de vassalagem. O sitio escolhido para assentar a povoação foi o logar chamado Muguete, a 3 k. do litoral da bahia. Construiram-se varios edificios, escolheu-se o ponto do desembarque, organisou-se um pequeno destacamento, abriu-se uma estrâda da povoação para a praia, e no dia 8 de dezembro de 1858 celebrou-se a installação da colonia. Mas as difficuldades com que luctou logo desde principio, fôram grandes, e acabaram por anniquila-la. A retirada da escuna, a falta d'um medico que se notou nos primeiros tempos, um incendio e factos de varia ordem não deixavam progredir a colonia, comquanto ella parecesse dispôr dos melhores elementos para prosperar. Posteriormente, a Companhia do Nyassa, constituida definitivamente em 1893, depois de ter vencido varios obstaculos para entrar na posse dos terrenos da sua concessão, pôde, em fins de 1897, considerar-se installada e proceder a estudos mineiros e a alguns reconhecimentos geographicos, tendo por objectivo a construcção d'um caminho de ferro desde Pemba ao lago Nyassa. Fundou na bahia a cidade de Porto Amelia, e fez a occupação de diversos pontos ao longo da sua fronteira occidental. «Pemba, diz o sr. João de Azevedo Coutinho na sua interessante brochura *Do Nyassa a Pemba*, é o porto natural que melhores condições reune; e, quando ligado ao Nyassa por um caminho de ferro, que atravessando o Medo e o alto Lomue, tocando nas Terras de Tola, córte a região dos ajanas, seguindo junto aos maganjas do Amaramba, passe por Mjango e vá encontrar o lago em frente de Kotakota, será por certo um emporio commercial que attrahirá a maior parte do negocio das regiões indicadas de Zanzibar e de Moçambique, chegando, como é provavel e natural, a attrahir tambem parte do commercio da propria bahia do Congo, que em 1893, por intermedio das caravanas arabes, deriva para Zanzibar. Nem este porto nem Moçambique poderão luctar vantajosamente contra o futuro commercial de Pemba. Ambos esses emporios, situados em ilhas, obrigando as mercadorias á passagem do continente para os seus mercados e importando o que ali se consome por seu intermedio, complicam os negocios e reduzem os lucros. Pemba, na propria costa, na entrada do canal de Moçambique, em frente e a um dia das Comoros, receberá directamente a borracha, a cêra, a copal, a urzella, o marfim e as pelles, permutadas pelo algodão enviado dos seus armazens, e, porventura, cultivado nos seus ferteis campos e manufacturado em fabricas locaes. Pemba verá accorrer ás suas aguas os grandes barcos que venham abastecer-se do carvão do Medo e do Itule, attestar as porões das riquissimas madeiras de suas florestas, e carregar o ferro, o cobre e os metaes preciosos das suas minas.» || Ilha da costa de Zanzibar, Africa Occidental. Pertencia a Portugal quando os seus dominios se estendiam na costa E desde a cabo da Boa Esperança até ao cabo Guardafui, e muitas vezes foi preciso submetter, pela fôrça das armas os seus habitantes á obediencia. Vizinha da antiga Mombaça, é fertil mas pouco saudavel.

**Pembe.** Pov. do sobado de Chaluvahula, na div. e conc. do Humbe, distr. da Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.
nou a ser modificada depois do anno de 1833; mas a planta primitiva em nada foi alterada. A festa do orago realisa-se no dia de Nossa Senhora dos Prazeres, na segunda feira seguinte ao domingo da Paschoela.

**Pena.** Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc., com. e distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 194 fog. e 809 hab. Tem escolas do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada na margem direita do rio Sordo, a 14 k. da séde do conc. Os religiosos do mosteiro de S. Jeronymo, de Belem, apresentavam o vigario, que tinha 20$000 réis de congrua e o pé

d'altar. A pov. é muito antiga, e foi villa. Teve por donatarios os senhores de Tentugal, ascendentes dos duques de Cadaval, que lhe deram foral, em Tentugal, a 27 de setembro de 1331. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 16 de maio de 1517. Em Pena ha minas de ferro, que não teem sido exploradas. A terra é saudavel; produz centeio, cevada, pouco trigo, batatas, muitas castanhas e hortaliças. E' abundante de lenha, cria muito gado. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbade de Vermoim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Anta, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga. || Santa Eulalia, de Avelleda, concelho de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Balança, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Miguel, de Caldas de Vizella, do mesmo conc. e distr. || S. Pedro, de Castanheira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Christovão, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eufemia, de Cancellaria, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Facundo, de Covas do Rio, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Santa Marinha de Crestuma, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Pedro, de Esqueiros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, do mesmo distr. || N. S.ª da Purificação, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Gallegos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santos Cosme e Damião, de Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Jorge, concelho de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Penacova, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, de Lagôa, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga. || S. Romão, de Milhazes, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || Santa Maria, de Nogueira, conc. de Maia, distr. do Porto. || Santa Maria, de Ovelha do Marão, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Pangue, concelho de Barcellos, distr. de Braga. || S. Julião, de Portunhos, conc. de Cantanhede, districto de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Miguel, de Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Christovão, de Refojes de Riba d'Ave, conc. de Santo Thirso, districto do Porto. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Salvador do Monte, concelho de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Sernande, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Julião, de Silva, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Esperança, de Touguinha, concelho de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Thomé, de Travassos, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Varzea do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem caixa postal. || S. João Baptista, de Villa Cova de Perrinho, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Villarinho das Cambas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Negreiros, conc. de Barcellos, districto de Braga.

**Pena.** Uma das freguezias de Lisboa, cujo orago é Nossa Senhora da Pena. Foi instituida em 1570, pelo cardeal infante D. Henrique, na egreja do antigo convento de Sant'Anna, das religiosas terceiras de S. Francisco, e por este motivo se chamava tambem *freguezia de Sant'Anna*. Muitos annos mais tarde começaram a dar-se desintelligencias entre os mordomos das confrarias e as freiras, e foi resolvido entre as confrarias e o povo desligar a freguezia do convento, erigindo uma egreja independente, para onde se transferiu o Santissimo Sacramento em pomposa e solemne procissão no dia 25 de março de 1705. O novo templo era muito vasto e elegante, construido de boa cantaria, tendo os altares adornados de bellos trabalhos de talha. O terremoto de 1755 causou-lhe alguns estragos, em que logo se pensou de reparar. A parochia passou então para o recolhimento de Nossa Senhora da Encarnação e Carmo, a Rilhafoles, e ali se conservou até 1759, quando se concluiram as obras de reparação da egreja parochial. O Santissimo Sacramento e as respectivas imagens regressaram á sua antiga casa em solemne procissão, no meio das demonstrações do maior regosijo e enthusiasmo. O templo está situado na calçada de Santa Anna, proximo do Asylo da Mendicidade, antigo convento de Santo Antonio dos Capuchos, no Campo de Sant'Anna, hoje dos *Martyres da Patria*. A frente é voltada para o sul; a fachada é elegante, rematando com uma cruz, tendo ao lado uma torre com harmoniosos sinos. A porta de entrada é simples mas de bom gosto, sobre a qual se vêem tres grandes janellas que deitam para o côro. Na primitiva existia um adro espaçoso que se demoliu ha já bastantes annos. O interior da egreja é vistoso, vendo-se as paredes adornadas de diversos paineis sobre assumptos religiosos; no tecto admira-se uma pintura valiosa, em perspectiva, trabalho de Pedro Alexandrino de Carvalho; é um grande quadro allegorico dedicado á Senhora da Pena. Tem dois pulpitos de pedra de fórma elegante, com ornato de grande valor artistico. A capella-mór é toda guarnecida de talha dourada, trabalho delicado, vendo-se sobre o altar a imagem da padroeira; aos lados da capella mór, no arco cruzeiro, fazendo frente para a egreja estão dois altares, e na egreja vê-se a capella do Santissimo e mais cinco altares lateraes, sendo todos tambem adornados de valiosos trabalhos de talha. O 1.º altar, á entrada, do lado direito, é consagrado a S. Sebastião, e ali se adora a imagem d'este santo no acto de expirar, derreado no tronco da arvore; esta esculptura é muito antiga, e de grande merecimento. Dizem que o artista que a executou, cujo nome não pudemos saber, está sepultado debaixo do altar. Em todos os altares se vêem diversas imagens de madeira, de mais ou menos valor. Os retabulos tambem são de madeira. Da imagem de S. Sebastião ha algumas copias, mas dizem que

não são tão perfeitas. Existem duas estampas, uma feita em Hespanha por Manuel Salvador Carmona e outra por João Silverio Carpineti, gravadas por desenho de Francisco Vieira Lusitano, trabalho muito perfeito, segundo os entendidos, especialmente a de Carmona. Na sacristia e no corredor que a antecede, vêem-se egualmente muitos quadros religiosos. No principio d'este corredor, vindo da egreja, está o cartorio parochial, tendo por cima da porta a data de 1898, o que indica ser construcção muito moderna. No côro, que é espaçoso, está o orgão, de excellentes vozes. A egreja tornou a ser modificada depois do anno de 1833, mas a planta primitiva em nada foi alterada. A festa do orago realisa-se no dia de Nossa Senhora dos Prazeres, na segunda feira seguinte ao domingo da Paschoela.

**Pena** (*Peixoto da*). Tocador de viola, e o mais perito instrumentista que viveu no seculo XVI. Era natural da provincia de Traz-os-Montes, e foi menestrel na côrte de Carlos V, em Castella.

**Pena d'Amigo**. Pov. na freg. de S. Salvador, de Mouçós, conc. e distr. de Villa Real.

**Pena de Baixo e de Cima**. Duas povoações na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Pena Branca**. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Miranda do Douro, districto de Bragança.

**Pena Brava**. Pov. na freg. de S. Thomé, de Abbação, conc. de Guimarães, districto de Braga.

**Pena de Castelhana**. Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de Dona Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

**Pena Civel**. Pov. na freg. de Santo André, de Guilhadezes, concelho de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Pena Falcão** (*Casal de*). Na freguezia de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

**Pena Firme**. Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

**Pena Formosa**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Cerva, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

**Pena Gatilha**. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr de Vianna do Castello.

**Pena Grande**. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Estorãos, conc. de Fafe, districto de Braga. || S. Pedro, de Torradas, conc. do Felgueiras, distr. do Porto.

**Pena Lobo**. Pov. e freg. de S. Nicolau, da prov. da Beira Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 119 fog. e 521 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 10 k. da séde do conc. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

**Pena Longa**. Pov. na freg. do Salvador, do Canedo, conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

**Pena de morte**. Foi abolida em Portugal V. *Forca*.

**Pena Redonda**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Outeiro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

**Pena de sangue**. Em quasi todos os foraes se encontra esta pena. Era a condemnação, multa ou coima, que se impunha aos que espancavam, feriam, ou assassinavam alguem, ainda que não corresse sangue da ferida ou contusão. Esto castigo tambem se applicava aos que proferiam palavras deshonestas, injuriosas ou calumniosas, contra qualquer pessoa, e *com as quaes lhe faziam vir o sangue ás faces*. No foral que el-rei D. Manuel deu á villa de Mogadouro, em 1512, se diz que a esta pena se deu primeiro o nome de *vozes* e *coimas*, e depois de *indizias*, e de *indicias*. Então já se dizia *pena de sangue* ou *pena d'arma*. Em 1451 fôram dispensados de pagar *indicias*, os escudeiros de Bragança, que tivessem armas e cavallo e morassem dentro da villa ou nos seus arrabaldes, *salvo se fizerem as taes indizias scitosamente, e naquelles casos, nos quaes a Igreja lhes nom valeria*. No foral de Bragança de 1514 se dá ás *indicias* o nome de *maçaduras* e *sangue*, e declara-se que se não devem levar d'ali por deante n'aquella terra. No foral novo de Freixo de Espada á Cinta, datado de 1512, diz-se: «A pena de sangue que constava do foral antigo (o de *D. Affonso Henriques*) se prohibe n'este; excepto nos seguintes casos: o que ferir, ou matar o seu vizinho, correndo atraz d'elle e matando-o em sua casa, pagará quinhentos réis, e outro tanto o que ferir mulher sua ou alheia. E quem matar homem ou Clerigo de Ordens sacras pagará novecentos réis. E o juiz, que os julgar, levará a setima parte. E por todalas outras penas de sangue, contheudas no dito Foral, se não pagará mais que duzentos réis, de qualquer maneira que sangue tirar. E não se tirando sangue, não pagará nada. As armas serão para o Juiz, só no caso que se tomem no arruido, e de outra sorte não.» Já por uma sentença de 1507, havia declarado el rei D. Manuel que D. Mecia de Mello não tinha direito algum para levar a pena de sangue, e outros direitos, em Freixo de Espada á Cinta, e seu termo; porquanto a mercê que o rei D. Affonso V, o elle mesmo, D. Manuel, fizeram a seu marido, Vasco Fernandes de Sampaio, era tão sómente por sua vida, e se não estendia á viuva. Parece que ella não obedeceu a esta primeira sentença, porque foi preciso outra, do mesmo soberano, de 1513, contra a mesma viuva, que, não tendo foral, para cobrar os *tributos excessivos*, os exigia *por sua propria autoridade*. D. Mecia exigia de todo o passageiro que atravessasse a villa de Freixo, ou o seu termo, 48 réis, dois alqueires de cevada do cada morador, e a *pena de sangue*. Os passageiros que se negassem ao pagamento, eram privados das suas fazendas, por *desencaminhadas*. O rei determinava na ultima sentença, que «a Ré não leve *Passagem*, nem *Portagem*, senão dos que passarem de Portugal para Castella, ou de Castella para Portugal, com algumas mercancias. Que não leve a *Pena de sangue*, pois não tem titulo. E que os dois alqueires de cevada se vendam, e ponha o dinheiro em deposito, até que pela factura de Novos Foraes, se veja que se as taes medidas lhe pertencem ou não.»

**Pena Seca**. Pov. na freg. de S. Lourenço, de S. Bartholomeu dos Gallegos, conc. da Lourinhã, distr. do Lisboa.

**Pena Sol**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Pena Ventosa**. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto.

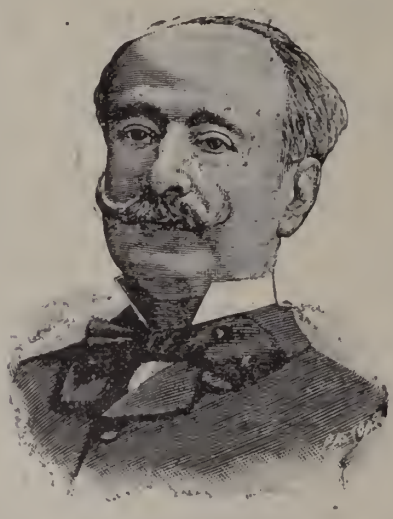
**Pena Verde**. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Aguiar da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 292 fog. e 1:167 hab. Tem est. post. e feira na 2.ª segunda feira de cada mez. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada a 4 k. da margem esquerda do rio Dão, na estrada de Aguiar da Beira a Celorico. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

**Penabelce** *(Bairro de)*. Na freg. de Santo André, de Jou, conc. de Murça, distr. de Villa Real.

**Penacova**. Villa da prov. do Douro, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Coimbra, Relação do Porto. Tem uma só freguezia, N. S.ª da Assumpção. Está situada sobre uma montanha, na margem direita do rio Mondego, a 22 k. da capital do distr. O mosteiro de Santa Clara, de Coimbra, apresentava o prior, que tinha 470$000 réis de rendimento. E' uma das mais antigas povoações de Portugal, e talvez da peninsula hispanica, mas nada se conhece da sua historia anterior ao anno de 1086. Consta que em tempos muito remotos teve um castello, cujos vestigios ainda se divisavam ha perto de 40 annos n'um escarpado monte, ao S da villa. Este monte é quasi talhado a prumo sobre o Mondego, mas apezar d'isso está coberto de oliveiras. Uma das noticias mais remotas de Penacova, segundo consta, data das contendas que os seus habitantes tiveram com os monges de Lorvão, em 1105, as quaes harmonisou o conde D. Henrique. Estando a povoação muito abandonada e desecta pelas continuas guerras com os moiros, el rei D. Sancho I a mandou povoar, e lhe deu foral em 1192, que D. Affonso II depois confirmou, em Coimbra, a 6 de novembro de 1219. D. Manuel lhe deu foral novo, em Lisboa, a 31 de dezembro de 1513. Fôram seus donatarios os condes de Odemira, e depois os senhores de Tentugal, duques de Cadaval. As justiças de Penacova eram dependentes do ouvidor de Tentugal, ficando mais tarde sujeitas ao corregedor de Coimbra. A serra do Bussaco atravessa o conc. de E a O, e da mesma fórma a serra de Coimbra. O Mondego corta-as ambas, e recebe do seu termo as ribeiras *da Villa*, *de Gondolim* e *de Lorvão*, que todas nascem n'este concelho, e a de Poiares, que o atravessa. A egreja matriz é um templo espaçoso e muito decente, onde se vêem alguns trabalhos de architectura; o retabulo da capella-mór é de muito boa talha. A egreja tem mais oito altares lateraes. No ambito, n'outro tempo occupado pelo castello, existe a antiga capella de N. S.ª da Guia. E' um templo pequeno e pobre, com um só altar. E' tradição que esta capella foi a primitiva egreja parochial da villa, mas como era pequena e em sitio incommodo, se construiu a actual egreja no seculo XVI. No 3.º domingo de julho realisa-se aqui uma grandiosa festividade. O edificio da camara municipal é muito vasto, tem magnificas installações, tendo além das repartições respectivas da camara, o tribunal judicial, administração do concelho, repartição de fazenda, bibliotheca, recebedoria e cadeias. A população occupa-se na sua maior parte em trabalhos agricolas O brazão de Penacova é um castello de prata em campo verde, assente sobre tres pincaros d'uma serra, da qual lança agua por duas grutas do Mondego; o castello tem tres torres; sobre cada uma d'ellas tres mais pequenas, e sobre cada uma das torrinhas lateraes um côrvo e por cima de cada uma das torrinhas da torre central a era de 1605. A' direita do castello está uma estrella d'ouro sobre um crescente de prata e á esquerda um crescente de prata sobre uma estrella de ouro Penacova pertence á 5.ª div. mil., 9.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de emissão e pagamento de vales do correio e telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações, e serviço de encommendas, permutando malas com a R. A. N.-Coimbra; advogados, agencia do Banco de Portugal; da companhia de seguros *Fidelidade*; de vapores: *allemã*, *franceza* e *ingleza*; fabricas de cal parda, de mós para moer milho, e de palitos; *Philarmonica Penacovense*. Tem-se publicado os seguintes jornaes: *Folha de Penacova (A)*, 19 de janeiro de 1902; *Jornal de Penacova (O)*, 1 de setembro de 1901; em publicação (dezembro de 1909). O conc. até 1855 compunha-se de 5 freguezias: Carvalho, Figueira de Lorvão, Lorvão, Penacova e Sazes. Hoje comprehende 11 freguezias, com 4:359 fogos e 16:734 habitantes, sendo 7:315 do sexo masculino e 9:419 do feminino, n'uma superficie de 14:691 hectares. As freguezias são: Nossa Senhora da Conceição, de Carvalho, 1:435 hab.: 622 do sexo masculino e 813 do fem.; S. João Baptista, de Figueira de Lorvão, 1:847 hab: 841 do sexo masc. e 1:006 do fem.; S. Matheus, de Friumes, 1:129 hab.: 488 do sexo masc. e 641 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Lorvão, 3:609 hab: 1:704 do sexo masc. e 1:905 do fem; Santa Marinha, de Oliveira de Cunhedo, 1:008 hab.: 391 do sexo masc. e 617 do fem.; S. Sebastião, de Paradella, 512 hab.: 214 do sexo masc. e 298 do fem; N. S.ª d'Assumpção, de Penacova, 3:262 hab.: 1:429 do sexo masc. e 1:833 do fem.; S. Paio, de S. Paio de Farinha Pôdre, 360 hab.: 143 do sexo masc. e 217 do fem.; S. Pedro, de S. Pedro d'Alva, 2:177 hab.: 867 do sexo masc. e 1:310 do fem.; Santo André, de Sazes de Lorvão, 888 hab.: 414 do sexo masc. e 474 do fem.; S. Thiago Maior, de Travanca, 507 hab.: 202 do sexo masc. e 305 do fem. A principal industria do conc. é a navegação do rio Mondego, á qual se entrega grande parte dos seus naturaes, conduzindo do centro da provincia para a Figueira da Foz, ou d'esta para aquelle, sal, milho, vinho, azeite, lenhas e outros generos. E' o seu principal commercio palitos, cal parda de 1.ª qualidade, madeiras e lenha. || Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto, 126 fog. e 503 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 3 k. da séde do conc., está situada na margem esquerda do rio Vizella. O D. abbade do mosteiro de S. Bento, do Pombeiro, apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis de congrua, e o pé d'altar. A terra é fertil; cria muito gado bovino. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, do Valle, conc de Arcos de Valle-de-Vez, districto de Vianna do Castello. || S. Paio, de Azões, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Penados** Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, districto de Lisboa.

**Penafiel** (*Antonio José da Serra Gomes*, 2.º *conde e 1.º marquez de*). Official-mór da Casa Real honorario, par do reino, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na côrte de Berlim; gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição, de Villa Viçosa; commendador da de Christo; gran-cruz das seguintes ordens estrangeiras: d'Alberto o Valoroso, de Saxonia; de Medjidic, de Turquia; de Ernesto, de Saxe Coburgo Gotha; commendador da Aguia Vermelha, da Prussia; dos Principes, de Hohenzollern; official da Legião de Honra, de França; da Rosa, do Brazil; official de Instrucção Publica, de França, etc. N. no Maranhão a 30 de agosto de 1819, fal. em Berlim a 30 de dezembro de 1891. Era



1.º marquez de Penafiel

filho de Antonio José Gomes, portuguez, e de D. Carlota Joaquina da Serra Freire, senhora brazileira. Veiu para Lisboa addido á legação do Brazil n'esta cidade. A 6 de fevereiro de 1861 casou com D. Maria d'Assumpção da Matta de Sousa Coutinho, 2.ª condessa de Penafiel como filha unica e herdeira de seu pae, o 1.º conde d'este titulo, que falleceu a 5 de novembro de 1859. Esta senhora nasceu em Paris a 3 de março de 1827, e o titulo foi-lhe confirmado por decreto de 18 de julho de 1860. Foi dama de honor da rainha senhora D. Maria Pia, dama da ordem de S. João de Jerusalem, e 9.ª senhora do officio de correio mór do reino. Serra Gomes naturalisou-se portuguez em 14 de fevereiro de 1861, e por decreto passado n'essa data foi feito conde de Penafiel, pelo seu casamento. Por decreto de 5 de fevereiro de 1869 teve o titulo do marquez de juro e herdade, assim como sua mulher, sendo pouco depois eleito par do reino. Possuidores d'uma fortuna avultadissima, os marquezes de Penafiel souberam sustentar a grandeza da sua fidalguia, transformando completamente o antigo palacio do Correio-Mór, solar do 1.º conde, n'uma habitação principesca, onde a arte e o bom gosto tiveram o seu culto. A frente do palacio, que primitivamente era voltada ao sul, para a rua das Pedras Negras, tendo a retaguarda para o largo onde existiu a egreja parochial de S. Mamede, que o terremoto de 1755 destruiu, foi em 1865 voltada para o norte, ficando a entrada principal para o antigo largo de S. Mamede, onde se vê hoje a meia laranja, denominada *Largo do Correio Mór*. O 1.º conde de Penafiel foi quem edificou este palacio, os marquezes, indo depois fixar a sua residencia em Paris em 1874, venderam em leilão toda a riquissima mobilia, em dezembro de 1875. N'aquelle palacio se realisaram esplendidas festas, bailes successivos e sumptuosos, para que eram convidadas as pessoas reaes, que a alguns assistiram. Em 1880, Fontes Pereira de Mello convidou o marquez de Penafiel para ministro de Portugal na côrte de Berlim, então legação de segunda classe, logar que acceitou, e foi occupar, desempenhando-se d'elle com a mais reconhecida competencia d'um verdadeiro e respeitavel diplomata. Uma das mais importantes commissões, que desempenhou no alto cargo que exercia, foi por occasião da conferencia de Berlim, em 1885, em que tomou parte nos trabalhos da conferencia com o conselheiro Antonio de Serpa Pimentel e Luciano Cordeiro, delegados do governo portuguez. Foi elle que assignou, por parte de Portugal, a convenção dos limites portuguezes no Congo, tratada por intervenção da França com a Associação Internacional Africana. E' hoje 3.º conde e 2.º marquez de Penafiel o sr. Manuel Antonio Maria da Serra Freire Belford Gomes da Matta de Sousa Coutinho, que nasceu a 9 de fevereiro de 1862, official-mór da Casa Real, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Malta, bacharel em Letras e licenceado pela Universidade de Paris, secretario da legação de Berlim.

**Penafiel** (*João de*). Celebre calligrapho e illuminador do seculo XVIII, conhecido por haver escripto e illumiuado o *Tombo dos bens, rendas, direitos e documentos do convento de Thomar*.

**Penafiel** (*Manuel José da Maternidade da Matta de Sousa Coutinho, 1.º conde de*). Ministro plenipotenciario honorario, par do reino, 8.º correio-mór do reino, gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, commendador da de Christo, cavalleiro da de S. João de Jerusalem, condecorado com a cruz n.º 5 da Guerra Peninsular; gran-cruz da de S. Gregorio Magno, de Roma; coronel de cavallaria, estribeiro-mór da princeza real archiduqueza d'Austria, D. Maria Leopoldina, 1.ª mulher de D. Pedro IV, a qual acompanhou, em 1817, de Leorne ao Rio de Janeiro, etc. N. a 5 de maio de 1782, fal. a 5 de novembro de 1859. Era filho de José Antonio da Matta de Sousa Coutinho, 7.º correio-mór, official-mór da Casa Real, commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Joaquina da Camara. Succedeu a seu pae na casa e no officio do Correio-Mór, que andava na sua familia, desde largos annos. (V. *Correios, Portugal*, vol. II, pag. 1157). Seguindo a carreira das armas, entrou na Guerra Peninsular, assistindo a diversos combates. Em 1826 foi eleito par do reino. Casou em 21 de maio de 1824 com D. Maria José de Castello Branco, filha dos 1.ºs marquezes de Bellas, D. José Luiz de Vasconcellos e Sousa, e D. Maria Rita de Castello Branco Correia e

Cunha. O titulo de conde de Penafiel foi concedido por decreto de 17 de dezembro de 1798. O seu brazão é um escudo com as armas dos Mattas: Em campo de ouro tres mattas verdes floridas, postas em roquete.

**Penafiel**. Cidade da prov. do Douro, séde de conc. e de com , distr., bisp e Relação do Porto. Tem duas freguezias: S. Martinho e S. Thiago. Está situada no alto d'um monte pouco elevado, a 2 k. da margem esquerda do rio Sousa, a 10 da margem direita do Tamega, e a 28 da capital do districto. Fazia parte da antiga prov. de Entre Douro e Minho, e pela divisão do reino decretada em 1834, ficou pertencendo á prov. do Douro. Antes de D. Fernando I, era do termo da cidade do Porto, e na vida d'este monarcha passou a ser termo da villa de Barcellos, voltando mais tarde a pertencer ao termo do Porto. O dr. Antonio d'Almeida cita uma provisão de 23 de setembro de 1394 declarando o julgado ou concelho de Penafiel termo da cidade do Porto, e só desde então assim o considera. Com o actual nome de Penafiel é povoação moderna, mas com o seu antigo nome de Arrifana de Sousa é antiquissima. (V. *Arrifana de Sousa*, *Portugal*, vol. I, pag. 752). S. Martinho, bispo, é antiga freguezia, cujo reitor era apresentado alternativamente, com o rendimento de 300$000 réis, pela mitra e pelos mosteiros benedictinos do Bostêllo (a 5 k. da cidade) e o de Paço de Sousa. Depois foi commenda da ordem de Christo. O reitor d'esta freguezia apresentava o cura da de S. Thiago, de Sub-Arrifana de Sousa, que ficava annexa, o qual tinha 20$000 rs. de congrua e o pé d'altar. O Padre Carvalho da Costa, na sua *Chorographia Portugueza*, diz que sobre a etymologia do nome Arrifana ha varias opiniões, sendo uma d'ellas a que a Arrifana dos nossos ancestraes era chamada *Arrahana* no tempo do dominio dos arabes na Lusitania, os quaes, tendo se estabelecido nos logares de Avelleda, Casal Garcia e Chêllo, lançaram os fundamentos de Arrifana de Sousa. A origem mais provavel do nome de Penafiel, que depois tomou Arrifana de Sousa, é a seguinte: Segundo os antiquarios, houve aqui dois castellos, um ao norte e outro ao sul do rio Sousa. O do N, por ficar mais perto do rio, chamava-se *castello de Aguiar de Sousa*, e deu o nome a todo o concelho; o do S, que ficava mais distante do rio e estava edificado n'um alto monte formado de penhascos, chamava-se *castello da Pena*, e como nunca se rendera aos moiros, apezar dos furiosos e repetidos ataques que soffreu, deram-lhe o nome de *castello de Pena Fiel*, que se estendeu a todo o territorio situado ao S do rio Sousa, e que veiu a ser dividido em duas ouvidorias, uma no logar do Carvalho das Sete Pedras, e outra no de Arrifana, ambas sujeitas ás justiças do Porto, tal como o era a de Aguiar. Consta que já no tempo dos godos havia n'este territorio tres egrejas que, mediante certo tributo, fôram conservadas durante o dominio arabe. Uma d'ellas era em Louredo, dedicada a S. Bartholomeu; outra em Arrifana, da invocação do Espirito Santo, e outra em Moaseres, da qual era orago S. Martinho, bispo. A de Louredo é a que existe, e foi construida com tal solidez que promette conservar-se ainda por muito tempo. Da egreja da Arrifana existe sómente a capella-mór, que é um venerando monumento da remota antiguidade. E' de architectura gothica, abobadada, com relevos e frisos dourados, guarnecida de ameias, e em fórma de castello, como a sé velha de Coimbra, tendo mais a fórma d'uma fortaleza que a de um templo. A de Moaseres passou a ter a invocação de Santa Luzia; só existe a capella-mór; onde era o corpo da egreja está hoje uma galilé, ou alpendre, firmado sobre columnas, e um pulpito de cantaria. Todas estas egrejas eram curadas por um só parocho (abbade), que residia em Moaseres, e tinha grandes propriedades e rendas; porém, quando no fim do seculo XV e por todo o seculo XVI, appareceram os commendatarios, fizeram d'esta immensa parochia uma commenda, dando ao parocho o titulo de reitor. O primeiro commendatario aforou os passaes, recebia os dizimos e fóros, e dava ao parocho uma pequena pensão. Tomadas estas terras aos arabes no meado do seculo IX por D. Fayão Scares, ficou elle sendo governador dos dois castellos e de todo o territorio comprehendido nas tres freguezias citadas, fazendo em Arrifana o seu solar. Licenciou a maior parte dos seus homens d'armas que se fôram estabelecer nas duas margens da estrada do Porto a Traz-os-Montes, formando uma especie de rua a que se deu o nome de *Lagêdo*, e d'ahi para cima até junto da egreja do Espirito Santo o de *Cimo de Villa*. Tambem nas duas margens da estrada que vae de Penafiel a Entre-os Rios, se fôram construindo casas e formando os logares de *Valle do Tojeiro*, *Pussos* e *Vinha do Monte*. Esta estrada entroncava com a que vinha do Porto no *Monte do Povo*. Quando em 1260 D. Affonso III mandou estabelecer feiras e mercados nos sitios em que mais conviessem, os moradores da Arrifana instituiram logo uma feira de tres dias, junto á egreja do Espirito Santo, no proprio dia do Pentecostes, d'esse anno, e nos dois dias seguintes. Passados poucos annos se creou outra feira, junto á egreja de S. Bartholomeu, de Louredo, a 24 de agosto. Depois creou-se um mercado no dia 10 de cada mez, e mais tarde outro a 24. O estabelecimento d'estas feiras e mercados fez desenvolver muito a industria, o commercio, a agricultura e a população de Arrifana. Em 6 de fevereiro de 1386, estando D. João I no arraial ou acampamento de sobre Chaves, recompensou os bons serviços que prestára o seu vassalo João Rodrigues Pereira, dando-lhe a honra de Baltar e Paço, e logo a 8 do mesmo mez e anno lhe deu o julgado de Penafiel, tudo de juro e herdade, com a jurisdicção civel, crime, mero e mixto imperio, reservando apenas a correição e alçada. (Documento da camara do Porto). Pelo ramo dos Pereiras passaram os Peixotos, da casa da Calçada, que eram adais-móres, a ser senhores donatarios de Arrifana de Sousa. Estabelecida em Roma pelo pontifice Paulo III a confraria do Santissimo Sacramento em 1539, foi Arrifana a primeira terra, que depois de Roma, fundou em todo o orbe catholico uma confraria d'aquella invocação, cujos estatutos fôram confirmados por

Brazão da cidade de Penafiel

um breve apostolico do mesmo papa, a 13 de julho de 1540, só oito mezes depois de approvados os de Roma, que foi a 30 de novembro de 1539. Esta confraria foi estabelecida na egreja do Espirito Santo, que era então a maior da povoação. Quando em Inglaterra principiou o scisma, proclamado por Henrique VIII, estava estabelecido n'aquelle reino João Correia, natural de Arrifana, que fugiu para a sua patria, trazendo comsigo uma imagem de Jesus Crucificado, que está hoje na egreja da Misericordia; e outra de N. S.ª da Piedade, que foi collocada n'uma capella de S. Sebastião, existente então fóra do logar, mudando-se a invocação para *N. S.ª da Piedade*. Mais tarde fundou-se outra capella do mesmo titulo, que se ficou chamando *capella de N. S.ª da Piedade de Baixo*, e a outra *N. S.ª da Piedade de Cima*. O mesmo João Correia mandou, á sua custa, reparar e adornar a egreja do Espirito Santo, dando-lhe ricos paramentos e dotando-a de boas rendas para a sua fabrica. Mandou vir de Flandres uma bella imagem de N. S.ª do Rosario, que já em 1537 estava no seu novo altar. Tendo-se desenvolvido muito a população da parochia, e sendo pequena a egreja de Moascres, e estando na extremidade da freguezia, em sitio quasi deserto, decidiu o povo mudar a residencia do parocho para o logar da Arrifana, e construir aqui uma nova matriz, com os materiaes da antiga egreja do Espirito Santo, aproveitando para os sinos uma antiga torre que existia ali, e pertenceera á casa dos Sousas, estando então abandonada. Oppoz-se Gonçalo Correia, filho de João Correia, com o fundamento de que seu pae reedificara aquella egreja, e que tinha ali a sua sepultura. A contenda terminou por um accôrdo feito entre as duas partes, legalisado por escriptura publica, feita nas notas do tabellião Ruy de Couros, da cidade do Porto, em 7 de junho de 1559. Por esta escriptura se obrigaram a deixar a capella-mór da egreja do Espirito Santo, com o arco cruzeiro aberto para a egreja nova, e assim se fez. Tambem se oppuzeram a esta mudança os povos de Moascres, Aperrella e Avelleda, mas por fim vieram todos a um accôrdo, e fez-se a nova matriz n'um logar chamado do Fraguêdo, a qual é um sumptuoso templo de architectura gothica e de tres naves. Em 1569, estando a egreja já no caso de se celebrarem n'ella os officios divinos e administrarem os sacramentos, veiu para aqui em solemne procissão, a 6 de novembro a imagem de S. Martinho, da antiga egreja, e é a que se conserva ainda no altar-mór. O commendador comprou a D. Manuel de Noronha uma morada de casas, que possuia perto da egreja nova, para servir de residencia ao reitor. Em 1570 concluiu-se o frontispicio, e fizeram-se as capellas do Santissimo e de N. S.ª do Rosario, mas nem estas, nem a capella-mór ficaram, como são agora. Só em 1691 é que se compraram umas casas que ficavam encostadas á egreja, para se demolirem, e em seu logar se accrescentaram as obras. A capella-mór foi feita em 1694, e a do Santissimo em 1769. A ordem Terceira de S. Francisco foi instituida n'esta egreja no altar, que é hoje de S. João, pouco depois de terminarem as obras; mas em 1682 mudou-se para a egreja dos frades capuchos. Tendo até então a sua secretaria e fabrica n'umas casas que tinha comprado a Anna Rodrigues, viuva de Nicolau de Sousa em 1677; depois da mudança, vendeu esta casa em 1685. A confraria do Senhor dos Passos, que ha n'esta egreja, comprou em 1856 umas casas, que ficavam contiguas ás da fabrica do Santissimo, e ambas as confrarias fizeram um bello edificio, que se concluiu em 1863, importando em mais de dois contos de réis. Pinho Leal, no seu *Portugal antigo e moderno*, vol. VI, pag. 565, diz que Arrifana de Sousa não tem foral antigo nem moderno, mas José Augusto Vieira, no *Minho Pittoresco*, vol. II contesta esta opinião, dizendo: «Não obstante a Arrifana ser desde o tempo de D. João I cabeça do julgado de Penafiel, o seu primeiro foral só por D. Manuel lhe foi dado em 1 de junho de 1519, mas parece que sem lhe dar a categoria de villa, a que sómente se elevou por decreto de 7 de outubro de 1741, assignado por D. João V, *attendendo ao requerimento dos moradores e a ser logar populoso e de muita nobreza*, etc.» Pinho Leal traz a data de

Camara Municipal de Penafiel

25 de fevereiro, e no livro *Hontem e hoje*, de Coriolano de Freitas Beça, a pag. 103, nota *A*, diz *carta de lei* de 14 de março de 1741. Ficou então Arrifana de Sousa considerada cabeça do concelho, sendo o seu primeiro juiz de fóra o bacharel Francisco Teixeira da Motta, tendo dois juizes ouvidores, casa do concelho para audiencias, cadeia e pelourinho, symbolo da jurisdicção, um contador, tres tabelliães do publico, judicial e notas, e um escrivão das sizas. Na qualidade de villa teve os primeiros vereadores, que eram tres, e um procurador e seu respectivo escrivão com dois almotacés nomeados pela camara, e escrivão privativo, tudo acompanhado do competente cortejo dos juizes de vintena, meirinhos, porteiros, quadrilheiros e mais officiaes precisos para a execução da justiça e manutenção da ordem, mas continuando a fazer parte da camara do Porto, e vindo aqui os corregedores em correição. D. José I, por carta de lei de 17 de março de 1770, a elevou a cidade liberalisando-lho os privilegios e liberdades, do quo as outras cidades gozavam, concorrendo com ellas em todos os actos publicos, e gozando os seus cidadãos de todas as distincções e preeminencias privativas das demais cidades sem differença alguma, e lhe concedeu por termo todo o concelho de Penafiel, d'onde lhe veiu o nome, e lhe nomeou corregedor e provedor da comarca, e creou as cadeiras de grammatica latina e grega, de rhetorica e philosophia racional. No reinado de D. José foi tambem Penafiel separada do Porto ecclesiasticamente, para se erigir em bispado, por uma bulla de Clemente XIV, datada de 10 de junho do mesmo anno, sendo o primeiro bispo eleito D. Fr. Ignacio de S. Caetano, da ordem dos carmelitas descalços, e confessor de D. Maria I, sendo ainda princeza do Brazil, motivo por que nunca foi a Penafiel, apezar de lhe ter sido preparado o respectivo paço. Fallecendo D. José em fevereiro de 1777, D. Maria I, subindo ao throno, instigada pelos seus ministros e conselheiros, não só depoz de todos os seus empregos o marquez de Pombal, mas annullou grande parte das leis e decretos do seu governo. Em 1778 obteve do bispo D. Fr. Ignacio de S. Caetano a renuncia do bispado, e do papa Pio VI que fôsse abolida a diocese de Penafiel, pela bulla de 11 de dezembro d'aquelle anno, tornando a ser incorporada na do Porto. O bispado de Penafiel occupava uma enorme area, pois chegava até Campanhã, pertencendo-lhe a quinta do Prado, hoje convertida no cemiterio do Prado do Repouso. D. Fr. Ignacio de S. Caetano foi depois eleito arcebispo de Thessalonica *in partibus*. Emquanto o bispado existiu, serviu de cathedral a egreja da Misericordia. No anno de 1814 foi esta cidade escolhida para quartel de caçadores n.º 6, e já antes era capital da capitania-mór, que tinha á testa um capitão-mór, commandanto do terço das ordenanças de Penafiel, e mais tinha um regimento de milicias, denominado antes terço de auxiliares commandado por um mestre de campo, e por decreto de 7 agosto de 1796 elevado a regimento commandado por um coronel. O brazão d'armas de Penafiel é um enigma heraldico. Segundo uns, o primitivo brazão foi-lhe dado por D. Fayão Soares, e consistia n'um escudo coroado e dentro uma aguia negra, tambem coroada, entre duas espadas núas, com as pontas para cima. Segundo Rodrigo Mendes da Silva, e outros, as armas consistem n'um escudo com uma cruz da ordem de Christo entre as duas espadas, e tem por timbre uma aguia coroada. Ha uma terceira variante, que é a seguida pelo municipio penafidelense: as armas differem das antecedentes por não terem a aguia, persistindo o habito de Christo em campo branco, e vendo-se o escudo orlado pela parte superior com uma fita em que se lê: *Civitas fidelis*, tendo d'um lado uma palma e do outro um ramo d'oliveira. Julga se que sendo Arrifana elevada a villa se lhe désse brazão com as espadas do escudo do antigo concelho e a cruz allusiva á sua qualidade de terra da ordem de Christo. Mais tarde, sendo elevada a cidade, a camara municipal adoptasse o actual brazão, juntando-lhe a fita e a legenda. Penafiel teve dois conventos, um de frades capuchos fundado em 1666, onde está hoje o hospital da Misericordia, e outro de recolhidas, que está no bairro da Piedade, e pertence á camara; na sua cêrca se construiu o quartel militar. Proximo vê-se a camara municipal, em cujo edificio está o tribunal judicial, e todas as repartições administrativas. A 2 k. ao N da cidade existiu o convento de S. Miguel de Bostêllo, que foi de monges benedictinos. Passando a ponte que está sobre o rio Sousa, para a veiga da Avellêda, atraz d'uma capellinha dedicada a S.

Penafiel—Paiol militar

Roque, vê-se um tumulo, com a inscripção quasi apagada pelo tempo. No *Agiologio Lusitano* diz o P. Jorge Cardoso que é a sepultura de Fr. Manuel da Resurreição, conventual do mosteiro da Conceição, de Mattosinhos, que era natural de Arrifana de Sousa, e que vendo os seus patricios dizimados pela peste, lhes veiu acudir com soccorros para os corpos e para as almas, e falleceu victima da sua dedicação em 25 de fevereiro de 1579. Ao E e a pouca distancia da cidade, em terreno montanhoso, existe um penedo com uns riscos que parecem caracteres desconhecidos. Chama-se-lhe o *Penedo das Merendas*. Parece ser a ara dos sacrificios de religião ignorada, pois que as aras celticas teem outra configuração. Tambem perto de Penafiel, onde principiavam os marcos do seu foral, mas já em territorio da freguezia de Oldrões, existiu no local ainda hoje chamado *Carvalho das Sete Pedras* um monumento druidico. Era um dolmen celtico. O nome actual indica que a *mesa* assentava sobre seis pedras perpendiculares. Ha seculos que d'este dolmen só resta a memoria e o nome. Ha na cidade as seguintes egrejas e capellas: *Egreja da ordem Terceira do Carmo*, fundada no principio do seculo XIX sobre as ruinas d'uma antiga capella de Santo Antonio, e que por isso se ficou chamando ao sitio *Santo Antonio Velho.=Capella de N. S.ª da Piedade*, que foi a antiga capella de S. Sebastião, em que já se falou, foi reedificada e ampliada em 1659, instituindo-se então uma irmandade, denominada *Escravos da cadeia de N. S.ª da Piedade*, cuja instituição foi confirmada pelo papa Alexandre VII, em 1660. Em volta da capella havia um olival. A camara municipal o tomou de aforamento em 1790, por 4$000 réis annuaes, e n'elle fez a actual *Praça d'Alegria. =Egreja de N. S.ª da Conceição*, foi um recolhimento d'este titulo, edificado por 5 beatas, que compraram um chão a Gonçalo Ferreira da Costa, e para n'elle se recolherem. D. Thomaz d'Almeida, então bispo do Porto, lhes approvou o instituto, impondo-lhes o habito de N. S.ª da Conceição. Por morte da ultima religiosa, o governo deu á camara municipal o edificio, por lei do 23 de novembro de 1871, para augmento do Campo da Feira e a construcção d'um quartel militar.=*A capella do Calvario*, e casas da fabrica, da ordem Terceira de S. Francisco, está no monte do *Facho*. Havia aqui uma capella muito antiga de Jesus Crucificado. A ordem Terceira, que em 1682 se tinha mudado para a egreja dos frades capuchos, passado mais d'um seculo quiz construir uma egreja propria. Principiou as obras em 1804, e em 1810 se celebrou ali a primeira missa; mas só a capella-mór estava forrada, e o corpo da egreja apenas coberto de telhado. Em 1834 a 1835 se fez a torre dos sinos, e se construiu uma bella casa da fabrica, secretaria, e residencia do capellão e sacristão. = *Capella do senhor dos Passos*. Tem imagens de primorosa esculptura, e quasi todas feitas por artistas de Penafiel. A confraria tem na rua do *Sacramento* uma boa casa da fabrica, secretaria e arrecadação, onde se guardam os riquissimos ornamentos que lhe pertencem.=*Capella da Senhora d'Ajuda*; era uma ermidinha muito antiga, com alguns rendimentos, em fóros e dinheiro, com o que, e com esmolas foi restaurada e ampliada, sendo hoje um bello templo, todo do abobada, com altar-mór e dois altares lateraes. Ficando a capella-mór acanhada, comprou-se em 1875 um terreno contiguo, para a ampliarem. Tem uma bella sacristia e boa casa da fabrica, e torre com muito bons sinos. Possue muitos e bons paramentos, antigos e modernos, e bellas imagens. Fóra da cidade ha ainda varias capellas. Nos arredores de Penafiel ha quintas magnificas, como a do *Calvario*, *Quinta do Bispo*, *Quinta e casa das Lages*, *da Senhora da Guia*, *da Avelleda*, etc. Pertence á 6.ª div. mil., 11.ª brigada, grande circumscripção mil., N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante; tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de emissão e pagamento de vales do correio o telegraphicos, cobrança de recibos, letras e obrigações e serviço de encommendas; est. do caminho de ferro, na linha do Douro, que foi inaugurada a 29 de julho de 1875, com o maior regosijo e grandes festas, e que fica hoje entre os apeadeiros de S. Thiago e Meinedo, agencias bancarias: do *Banco Alliança; Banco Commercial do Porto e Lisboa; Banco Lusitano e Mercantil de Vianna; Banco do Minho; Banco de Portugal*, *Crédit Franco-Portugais;* agencia de seguro: *Sociedade Portugueza;* associações: *Artistica de Soccorros Mutuos Penafidelense*, *Commercial e Industrial*, *Funebre Penafidelense;* collegios: *De N. S.ª do Carmo, De N. S.ª da Conceição, Do Sagrado Coração de Maria*; hospicios, hoteis, fabricas de sola, de manteiga, de papel de palha de milho para cigarros, de piugas de lã; medicos, pharmacias, advogados, notarios, restaurantes, *Theatro Penafidelense*, *Gremio Recreativo Penafidelense;* typographias; asylo da infancia desvalida, asylo de entrevados; feiras: de gado cavallar e bovino, 10 a 12 de abril e 10 a 20 de novembro; de gado bovino e cereaes, muito importante, a 24 de agosto; ha tambem feiras nos dias 10, 20 e 30 de cada mez; guarnição militar: 1.º grupo do regimento de artilharia n.º 4, e 3.º batalhão de regimento de infantaria n.º 20. Teem-se publicado os seguintes jornaes: *Arte (A)*, fevereiro de 1885; *Commercio de Penafiel (O)*, 22 d'abril de 1876 a 16 de agosto de 1893; *Commercio (O)*, 19 de agosto de 1893, em publicação, dezembro de 1909; succedeu ao *Commercio de Penafiel*, sendo continuado pelo *Futuro (O)*, 29 de janeiro de 1888; foi successor do jornal *A Sciencia; Jornal de Penafiel*, 1 de novembro de 1886, em publicação, dezembro de 1909; *Judiciario (O)*, 1 de janeiro de 1896; *Penafidelense (O)*, 1 de janeiro de 1878, em publicação, dezembro de 1909; *Recreio (O)*, 12 de abril de 1883; *Sciencia (A)*, 24 de abril a dezembro de 1887; foi continuado pelo *Futuro; Seculo XIX (O)*, 2 de março de 1864 a 30 de agosto de 1865; o primeiro jornal de Penafiel; mais tarde passou a sel-o no Porto, até 1883; *União (A)*, 18 de junho de 1885; *Vencedor (O)*, 21 do fevereiro do 1887; *Vespa*, 27 de fevereiro a 17 de março do 1889. O conc. de Penafiel comprehende 36 freguezias, com 7:655 fog. e 31:868 hab., sendo 14:534 do sexo masc. e 17:334 do fem., n'uma superficie de 25:550 hect. As freguezias são: S. Pedro, de Abragão, 1:383 hab.: 649 do sexo masc. e 734 do fem.; S. Miguel, do Boelhe e Passinhos, 821 hab.: 358 do sexo masc. e 463 do fem.; S. Miguel, de Bostêllo, 1:116 hab.: 516 do sexo masculino e 600 do feminino; O Salvador, de Cabeça Santa, 795 hab : 339 do sexo masc. e 456 do fem.;

S. Mamede, de Canellas, 891 hab.: 400 do sexo masc, e 491 do fem.; S. Thiago, de Capella, 582 hab.: 248 do sexo masc. e 334 do fem.; O Salvador, de Castellões de Recesinhos, 567 hab.: 268 do sexo masc. e 299 do fem.; S. Pedro, de Croca, 584 hab.: 262 do sexo masc. e 322 do tem.; Santo Adrião, de Duas Egrejas, 1:017 hab.: 468 do sexo masc. e 549 do fem.; Santa Maria, de Eja e Entre Rios, 898 hab.: 428 do sexo masc. e 470 do fem.; Santa Marinha, de Figueira, 263 hab.: 118 do sexo masc. e 145 do fem.; S. Thiago, de Fonte Arcada, 907 hab.: 392 do sexo masc. e 515 do fem.; S. Salvador, de Gallegos e Boa Vista, 947 hab.: 435 do sexo masc. e 512 do fem.; S. João, de Guilhufe, 920 hab.: 442 do sexo masc. e 478 do fem.; S. Vicente e Santa Maria, de Irivo e Coreixas, 728 hab.: 325 do sexo masc. e 403 do fem.; S. Martinho, de Lagares, 1:077 hab.: 469 do sexo masc. e 608 do fem.; S. João Baptista, de Luzim, 734 hab.: 352 do sexo masc. e 382 do fem.; Santo André, de Marecos, 661 hab.: 324 do sexo masc. e 337 do fem.; S. Martinho, de Milhundos, 580 hab.: 275 do sexo masc. e 305 do fem., O Salvador, de Novellas, 523 hab.: 239 do sexo masc. e 284 do fem.; Santo Estevão, de Oldrões, 517 hab.: 253 do sexo masc. e 294 do fem.; S. Salvador, de Paço de Sousa, 1:628 hab.: 728 do sexo masc. e 900 do fem.; S. Miguel, de Paredes, 313 hab.: 145 do sexo masc. e 168 do fem.; S. Martinho, de Penafiel, 5:085 hab.: 2:434 do sexo masc. e 2:651 do fem.; Santa Maria, de Perozello, 584 hab.: 257 do sexo masc. e 329 do fem.; S. Vicente, de Pinheiro, 801 hab.: 349 do sexo masculino e 452 do fem.; S. Paio, de Portella, 759 hab.: 320 do sexo masc. e 439 do fem.; S. Miguel, de Rans, 480 hab.: 221 do sexo masc. e 259 do fem.; S. Mamede, de Recesinhos, 742 hab.: 328 do sexo masc. e 414 do fem.; S. Martinho, de Recesinhos, 981 hab.: 442 do sexo masc. e 539 do fem.; S. Martinho, de Rio de Moinhos, 1:324 habitantes: 605 do sexo masc. e 719 do fem.; Santa Martha, 372 hab.: 166 do sexo masc. e 206 do fem.; S. Paulo, de Sebolido, 784 hab.: 337 do sexo masc. e 447 do fem.; S. Miguel, de Urrô, 302 hab.. 133 do sexo masc. e 169 do fem.; S. Thiago, de Valpedre, 645 hab.: 266 do sexo masc. e 379 do fem.; S. Romão, de Villa Cova de Vez de Aviz, 525 hab.: 243 do sexo masc. e 282 do fem. O principal commercio do conc. é milho, vinho, cereaes, gado e lacticinios. N'este conc. ha as thermas denominadas *Entre-os Rios*, na freg. do mesmo nome, e as de S. Vicente, na freg. de S. Vicente, ambas com hoteis de primeira ordem. Os logares mais importantes são: Entre os Rios, Rio Mau, Ribaçaes, Paço de Sousa e Rio de Moinhos. A'cêrca de Penafiel, póde vêr-se o *Minho Pittoresco*, vol. II, pag. 511 e seguintes; *Penafiel-Hontem e hoje*, por Coriolano de Freitas Beça.

**Penafiel** *(Misericordia e hospital de)*. A instituição da Santa Casa da Misericordia data de 1509, tendo principio na capella de *Nossa Senhora do Hospital*, situada em frente da egreja matriz. Foi a segunda do reino, tendo sido a primeira fundada em Lisboa em 1498 (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 1144 e seguintes). A sua acção benefica e consoladora começou pela manutenção d'um pequeno hospital e um albergue que servia de recolhimento aos miseros viandantes que transitavam pela antiga villa da Arrifana. Ali se conservou até 1621, anno em que o abbade de Ermêllo, o licenciado Amaro Moreira de Meyrelles, mandou construir á sua custa uma nova egreja, com casas annexas para secretaria, botica e mais officinas, no rocio das Chans, para onde se mudou a Misericordia, continuando a existir a antiga egreja, uma enfermaria e a casa para os serventes, conservando-se ali a imagem do *Nosso Senhor do Hospital*, que João Correia trouxera de Inglaterra (V. *o artigo antecedente*) e a de *Nossa Senhora das Dôres*, que fôra da antiga matriz. O abbade Amaro Moreira, além do magnifico edificio, e da dotação de duas mil medidas annuaes, contemplou a egreja com paramentos riquissimos e alfaias, e lhe deixou ainda varios legados. Impôz á Misericordia a obrigação de ter sempre na capella-mór, do lado do Evangelho, uma cadeira de espaldar, para n'ella se sentar o que fôsse senhor da quinta do Marnel, na freg. de Bitarães, todas as vezes que quizes-

Egreja da Misericordia de Penafiel

se assistir ás festividades que se celebrassem n'este templo. A cadeira primitiva, por estar arruinada, foi substituida em 1861, por outra nova, pelo então proprietario da quinta, o conde de Azeuha, Ignacio Correia Leite d'Almada. Esta egreja da Misericordia é a que existe actualmente; tem uma só nave, é de architectura graciosa, d'aspecto grave e majestoso. A capella-mór é de abobada de pedra, lavrada com o maior primor, sendo o altar de talha dourada, feita ou reformada em 1822. O orgão pertenceu ao convento de Bostêllo, assim como fôram de Paço de Sousa muitos dos ricos paramentos que a Misericordia possue. São dignas de menção algumas esculpturas e as pinturas que adornam o templo, e que parece poder attribuir-se ao pincel de Antonio Penedo. Esta egreja serviu de cathedral emquanto durou o bispado de Penafiel. A irmandade da Misericordia não teve estatutos proprios até 1697, governando-se até então pelos da Misericordia de Lisboa, no que lhe era commum. Com a installação da irmandade na sua nova egreja, ampliaram-se as dependencias hospitalares adstrictas á extincta capella, conservando-se ali esses serviços durante duzentos e tantos annos. Em 1835 a Misericordia obteve o antigo convento dos Capuchos, que fôra fundado em 1666, e creou n'elle o seu hospital, melhorando, em harmonia com as necessidades da epoca, os seus serviços, visto assim lhe permittirem os seus recursos successivamente engrossados pelos avultados donativos dos seus numerosos bemfeitores. Os serviços hospitalares da Misericordia ali se conservaram até 1893, anno em que fôram lançadas por terra as dependencias do extincto convento dos Capuchos. No dia 7 de janeiro de 1876 havia se inaugurado uma enfermaria de entrevados, para a creação da qual muito ajudara a irmandade o grande bemfeitor Antonio José Leal, em commemoração do anniversario da morte de sua mãe, D. Gertrudes Alzina Leal, subscrevendo com 120$000 réis annuaes, duas decentissimas camas completas, e um fato para um pobre. N'esse dia celebrou-se na egreja do hospital uma missa por alma da finada, a que assistiu a irmandade da Misericordia e muito povo. Finda a missa, pronunciaram discursos commovedores Simão Rodrigues Ferreira e Bernardino José de Mello e Sousa. Em seguida fôram conduzidas á enfermaria os dois primeiros entrevados pelos braços do provedor da Santa Casa e do irmão bemfeitor. Houve solemne *Te-Deum*, cantado pela capella de musica de Villa Boa, e sermão pelo P. Magalhães, capellão da Santa Casa. Seguiu-se a distribuição do jantar aos doentes e aos entrevados, acto a que assistiram todas as pessoas, que se reuniram nos actos religiosos. O hospital estava decentemente armado e ornado de flôres, tocando no atrio uma banda de musica. Comtudo, este hospital era de acanhadas dimensões, para o numero successivamente augmentado dos enfermos que a elle concorriam, o que difficultava o livre exercicio da caridade á Misericordia, á qual cabia o encargo de receber e agasalhar, não só os doentes da cidade e respectivo concelho, como os pobres do concelho de Marco de Canavezes, obrigação imposta por um legado importantissimo do dr. Joaquim de Vasconcellos Carneiro de Magalhães, d'aquelle concelho, legado aproximadamente, de 40:000$000 réis. Urgia, portanto, proceder quanto antes á construcção d'uma nova casa hospitalar, vasta, confortavel, e que satisfizesse a todos os requisitos adoptados modernamente em construcções analogas, e impostos pelos mais rigorosos principios da hygiene. Deliberando então a Misericordia demolir o antigo hospital, determinou-se mandar levantar o projecto da nova construcção e orçamental-o com a maxima brevidade. As obras fôram dadas de empreitada geral, e no dia 20 de junho de 1890 começou-se a profundar os alicerces e a proceder á remoção de materiaes, sendo a 20 de outubro do mesmo anno lançada a primeira pedra nos alicerces da fachada do norte. Os trabalhos de construcção seguiram regularmente, sob a fiscalisação directa do conselheiro Araujo e Silva, sendo a obra de cantaria executada debaixo da direcção de Domingos Gonçalves Castanheira, artista de Vianna do Castello, por conta do empreiteiro José Joaquim da Cunha, de Barcellos, a quem o primitivo empreiteiro arrematante, Manuel Vieira Gonçalves, de Penafiel trespassara a empreitada geral. A inauguração realisou-se a 24 de junho de 1894. A fachada principal do edificio é d'architectura elegante e graciosa No remate do frontão divisa-se a estatua da *Caridade*, de proporções convencionaes, cinzelada em granito por um desenho do engenheiro Araujo e Silva, e executada na officina de Manuel José Ferreira, do Porto. Assenta n'um pedestal de cantaria, que se eleva pela parte posterior do remate, distinguindo-se dos pontos mais culminantes da cidade. Encravadas no tympano do frontão, vêem-se as armas da Misericordia entretecidas de florões e ornatos abertos em granito. Na fachada lateral do norte, no rez-do-chão, quasi na extremidade da extensa ala, vê-se um tanque com uma bica de agua destinada á rega do quintal. No topo do frontão transversal sobresae a estatua da Fé, appoiada n'um pedestal de cantaria lavrada, vendo-se nos extremos, em cima de dois pilares, duas espheras de pedra. A fachada lateral do sul, que faz parte do projecto geral, é a reproducção exacta da ala do norte, não fôra construida ainda á data da inauguração. Em frente do corpo principal do edificio estende-se um vasto jardim, convenientemente arruado, com graciosos macissos de relva entremeados de plantas e flôres, tendo deante da porta principal um bonito lago de fórma circular em cujo centro se ergue uma estatueta de granito por onde sóbe o repuxo. O recito ajardinado abrange a frontaria do hospital, a da egreja dos Capuchos e a do Asylo das Raparigas Pobres. E' separado da via publica, que lhe fica deante, n'uma pequena eminencia, por um extenso gradeamento de ferro. Pela porta principal entra-se no amplo vestibulo, que serve de sala de espera para os doentes que vem diariamente á consulta do hospital, tendo em frente uma larga escada guarnecida de balaustres, que conduz a um espaçoso patamar, d'onde parte um lanço para a direita e outro para a esquerda. Esta escada dá accesso ao andar nobre. Dentro do vestibulo, ao fundo, destacam-se duas portas largas que estabelecem communicação com o corredor posterior, por sob os dois lanços d'aquella escada. Aos lados ficam quatro portas, menos largas do que as outras. As duas mais afastadas dão serventia para o corredor, que em

toda a extensão, e transversalmente, passa nas dependencias do edificio, e as duas mais proximas fecham as primeiras salas. Pela da direita entra-se n'uma sala rectangular, com duas janellas rasgadas para o jardim, a qual serve de consultorio e gabinete do medico de serviço. Saindo pelo fundo, encontra se um corredor que rompe todo o comprimento, e dá ingresso a todas as dependencias internas d'este andar. A enfermaria de 2.ª classe para doentes particular, é uma sala quadrada, a qual, como todas as suas congéneres póde comportar dez camas e os respectivos lavatorios, mesinhas de cabeceira e cadeiras. Tem tres janellas para a frente, que olham para o recinto exterior ajardinado, e duas para o adro da egreja dos Capuchos. Posterior a esta enfermaria fica a cozinha, uma sala exactamente egual á da frente, com a differença de que tem só duas janellas, que olham para o adro da alludida egreja. A casa de banhos é contigua á cozinha. Voltando ao vestibulo, entra-se pela primeira porta da esquerda, n'uma sala, onde está

Hospital da Santa Casa da Misericordia de Penafiel

estabelecida a rouparia geral. Adeante ha uma sala quadrada, de grande capacidade, como todas as outras, com janellas para o norte; é uma enfermaria de 2.ª classe para particulares. Pela porta do fundo, entra-se n'um corredor, e na frente vê-se a sala de operações cirurgicas, tanto para as pequenas operações diarias, como para as mais graves e importantes. Segue-se depois, occupando toda a vasta superficie da ala norte, a extensa e larguissima enfermaria geral para homens, precedida d'uma sala-gabinete para os enfermeiros. E' confortavel e batida de muita luz fornecida por oito janellas que olham para o norte, e por tres mais largas ao fundo, d'onde se descobre um lindo ponto de vista. Esta enfermaria tem ao lado direito uma desafogada galeria para passeio de convalescentes, na qual existem, diametralmente oppostas, seis grandes janellas. Das do exterior destructa-se o pateo do edificio, e as do interior dão para a enfermaria. D'esta se passa a uma ante-camara. Subindo-se a escada nobre, commoda, inundada de luz, guarnecida de balaustres que sóbem gradualmente, a intervallos eguaes, a qual nos leva ao andar nobre, ou segundo andar, como se designava na planta. A luz vem de duas rasgadissimas janellas e d'uma porta, collocada ao meio d'ellas, dando saida para um patamar descoberto da parte posterior. A escadaria divide se em dois lanços, um para a direita e outro para a esquerda. No cimo d'estes encontra-se a sala nobre, ou sala das sessões, que occupa o corpo central do edificio, servido por duas portas, que, ligando com o corredor que lhes passa deante, olham para cada um dos lanços da escada. O corredor, alargando ahi, guardado por uma balaustrada artisticamente disposta, fórma um como gracioso parapeito ou varanda. Seguindo á direita, o corredor conduz a uma enfermaria de 1.ª classe para particulares: uma sala rectangular como a que lhe fica na parte inferior, com duas janellas para o recinto ajardinado. Proxima, mas isolada, está uma sala quadrada, dormitorio das irmãs hospitaleiras, as quaes desempenham o serviço hospitalar. Tem tres janellas sobre o jardim, e quatro para o adro dos Capuchos, seguindo a mesma disposição das do andar inferior. Immediatamente posterior ao dormitorio fica o refeitorio. Mais para a retaguarda vê-se o tubo da chaminé, que rompe telhado fóra, e installado junto da parede o elevador para transporte de refeições para aquellas e para os doentes, e pessoas cujo serviço se estende da cozinha, que fica em baixo, ao pavimento do rez do chão. N'uma ante-camara, que recebe luz d'uma janella em galeria que fica áquem das escadas do vestibulo, é o guarda-roupa das irmãs hospitaleiras. Para a direita e frente do edificio depara-se com uma sala rectangular, enfermaria de 1.ª classe para senhoras, com duas janellas para o jardim; seguidamente outra sala quadrada, com tres janellas para o jardim e quatro para o quintal da Santa Casa, enfermaria de 2.ª classe para senhoras. Seguindo o grande corredor, chega-se a uma varanda d'onde se goza um bonito panorama. Retrocedendo, entra-se n'uma enfermaria de 2.ª classe para senhoras, separada convenientemente da enfermaria geral das mulheres, que se lhe segue e é extensissima; re-

cebe ar e luz por 16 janellas, 8 de cada lado, e 3 no fundo, altas e larguissimas. Das da galeria para convalescentes, que fica á direita, 6 deitam para o pateo descoberto, e outras 6 abrem sobre a enfermaria. Abandonando esta galeria passa-se a uma ante-camara que tem uma janella envidraçada, áquem do lanço direito da escada nobre. Chega-se á grande porta que dá ingresso para o pateo descoberto, da parte posterior. D'ahi segue uma escadaria de construcção elegante, resguardada por varandins de ferro em todo o trajecto. Começa por dois patamares superiores, tendo dois lanços obliquos que convergem n'uma sensivel inclinação para o interior, formando em baixo um patamar quadrado que distribue alguns degraus para dentro e fóra do pateo. Em frente, seguindo para o interior do rez-do-chão, está um portal que fecha um armazem de grandes dimensões, com duas portas: 1.ª á direita e a 2.ª á esquerda, abertas sob o pavimento de cada um dos lanços da escadaria. No rez-do-chão está o armazem de utensilios e objectos deteriorados, havendo ainda um outro armazem contiguo, servido de luz pelo lado do sul, por quatro janellas gradeadas de ferro exteriormente, abertas para o adro da egreja. Dividido a meio, este armazem é occupado, para a frente, pela dispensa, que communica com a cozinha por uma escada de poucos degraus, e para a parte posterior fica o refeitorio dos enfermeiros dos doentes e invalidos no rez-do-chão. Termina ali o serviço do elevador, e proximo d'este se estende uma banca de pedra, com agua de torneira, para lavagem de louça. A galeria dos invalidos, homens e mulheres, é ladrilhada a mosaico nacional de differentes côres. Ao lado direito, limite da ala norte, frente, ficam duas enfermarias ou aposentos dos invalidos, alongando-se uma e outra convenientemente separadas, favorecidas por portas mais largas e mais elevadas, arqueadas na parte superior, que deitam para o quintal. Tem leves varandas de ferro, conchegadas ás humbreiras. Ha ainda a casa das autopsias; saindo vae-se á galeria dos contagiosos, ventilada, com muita sombra, e atravessando-a entra se na enfermaria de doentes atacados de molestias contagiosas. E' ampla, e tem oito janellas que deitam para o quintal. Sob a casa de desinfecção de roupas fica a casa mortuaria, ou deposito de cadaveres. E' uma construcção com a apparencia d'uma pequena casa de campo, ao rez-do-chão, isolada, para além, e a alguns metros de distancia d'um pateo descoberto. Vê se então um corredor em rapido declive, completamente fechado, com duas janellas, o qual dá passagem da galeria do 1.º andar a um mirante. O pateo é separado do terreno que foi dos claustros do convento dos Capuchos por um pequeno muro. Ha ali um chafariz antigo, que é tudo quanto resta do historico e extincto convento. O hospital acha se provido da necessaria mobilia em todas as suas enfermarias, salas e dependencias; é notavel o seu fornecimento de rouparia geral, onde ha altas estantes e armarios envidraçados repletos de lençoes, cobertores de lã, cobertas de chita e de algodão, etc. A sala das sessões tem as paredes lateraes e a do fundo adornadas de retratos dos bemfeitores da Santa Casa, entre os quaes se contam o de Araujo e Silva, autor e doador do projecto e planta do hospital, e o do arrojado iniciador da sua construcção, o provedor Laurentino da Rocha Nunes, que foi solemnemente descerrado na sessão inaugural, pelo governador civil do districto, sr. conselheiro Campos Henriques, que a ella presidia, isto como homenagem e preito de gratidão da mesa administrativa da Misericordia. O retrato apresenta uma lamina de prata lavrada, em fórma de escudo, em que se lê a seguinte inscripção:

«Ao benemerito provedor d'esta Santa Casa= Laurentino da Rocha Nunes=offerecem os seus collegas da mesa: José Maria Pinto, Joaquim Augusto da Silveira Camello, Rodrigo da Costa Babo, Luiz Antonio Almeida, Antonio Fortunato da Silva, Antonio José de Freitas Guimarães, Albano da Costa Babo, João de Mattos e Almeida, Manuel Teixeira Mendes de Abreu, José Soares de Carvalho=24 de junho de 1894.»

No tecto da sala das sessões, estucado a altos relevos, sobresaem as armas da Santa Casa, encimadas por uma corôa real, dentro d'um oval, cintada de rendilhados em bico, envolvendo-os a legenda *Santa Casa da Misericordia de Penafiel.*

**Penafirme da Matta**. Pov. na freg. de Nossa S.ª da Encarnação, de Olhalvo, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

**Penafirme da Ventosa**. Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

**Penafria**. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Fonte Longa, conc. de Carrazêda de Anciães, distr. de Bragança.

**Penagacha**. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Ferreiros de Avões, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

**Penagude**. Pov. na freg. do Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

**Penaguião** *(Francisco de Sá e Menezes, 2.º conde de)*. Camareiro mór de Filippe IV de Hespanha e III de Portugal, e alcaide-mór do Porto. N. em 1598 e fal. em 1647. Era filho do 1.º conde, João Rodrigues de Sá e Menezes, de quem herdou o titulo. Casou com D. Joanna de Castro, filha de João Gonçalves de Athaide, 4.º conde de Athouguia.

**Penaguião** *(João Rodrigues de Sá e Menezes, 1.º conde de)*. Sobrinho e herdeiro do conde de Mattosinhos, D. Francisco de Sá e Menezes, a quem Filippe II de Hespanha e I de Portugal agraciou com o titulo de conde de Penaguião, por carta de 10 de fevereiro de 1583.

**Penaguião** *(João Rodrigues de Sá e Menezes, 3.º conde de)*. Senhor de Sever, Mattosinhos, Paiva, Baltar, alcaide-mór do Porto, commendador de S. Pedro de Faro e S. Thiago do Cacem, na ordem de S. Thiago; commendador e alcaide-mór de S. Thiago de Proença na ordem de Christo; camareiro-mór de D. João IV e de D. Affonso VI, conselheiro de Estado e Guerra, embaixador extraordinario a Inglaterra, etc. N. em Lisboa a 4 de novembro de 1619, fal. a 31 de dezembro de 1658. Era filho do 2.º conde de Penaguião, Francisco de Sá e Menezes, e de sua mulher, D. Joanna de Castro. Desde muito creança mostrou grande vocação para o estudo das sciencias, em que muito se distinguiu. Falava tambem com fa-

cilidade e profundo conhecimento as linguas das principaes nações da Europa. Foi decidido protector de todos os que se distinguiam pela sciencia, pela virtude ou pelo patriotismo. Aos 21 annos de edade fez a acclamação de D. João IV, sendo um dos quarenta fidalgos que se arrojaram á gloriosa empresa da restauração da patria, que teve tanto de feliz e patriotica como de temeraria. D. João IV o fez seu camareiro-mór, exercendo depois o mesmo cargo junto de D. Affonso VI. Tendo apenas 23 annos, tanta prudencia e capacidade mostrava, em todos os seus actos, que o monarcha o nomeou conselheiro do seu Conselho de Guerra, e pouco depois conselheiro de Estado, sendo o seu voto sempre considerado de grande peso pela sua prudencia, rectidão e imparcialidade. Em 1652 foi nomeado embaixador extraordinario a Inglaterra, para solicitar a alliança de Cromwell. Fez esta viagem, e a sua estada em Londres, com a maior pompa, luzimento e grandeza d'um rico fidalgo portuguez, não por orgulho, mas por honrar a patria. Comtudo, apezar do seu grande talento, teve de acceitar a lei que o Protector lhe dictou no que dizia respeito ás immunidades dos protestantes residentes em Portugal, o que muito contrariou o nosso governo, e a Inquisição que dominava todos os poderes. Ao insuccesso d'esta missão em que fôra investido, teve de accrescentar o enorme desgosto soffrido com a morte de seu irmão Pantaleão de Sá e Menezes. Condemnado á pena ultima por Cromwell, a despeito de todos os esforços que empregou, não pôde impedir que a terrivel sentença se executasse. Regressando a Portugal, apezar dos seus elevados cargos, não deixou de cuidar na guerra. Sete vezes passou á provincia do Alemtejo, e em varias occasiões a bordo de navios de guerra, portando-se em todas as conjuncturas com singular denodo e extremado valor. Na expugnação do forte de S. Gabriel, e no sitio de Badajoz, em 1657, tomou logar na vanguarda, dando pela sua bravura, animo e coragem aos companheiros. Os assaltos a Badajoz fôram infructiferos, porque estando a formidavel praça já reduzida a grandes apuros e prestes a entregar-se, veiu em seu soccorro o duque de S. Germano, Este foi ainda derrotado e posto em fuga pelos portuguezes, commandados pelos generaes Albuquerque, Vasconcellos e João Rodrigues de Sá. O cêrco durava havia quatro mezes, quando o 1.º ministro de Filippe IV, D. Luiz Mendes de Haro, veiu com um grande exercito em soccorro da praça. As tropas portuguezas, além de muito inferiores em numero, estavam sendo dizimadas pela peste, pelo que tiveram de retirar sobre Elvas, que a 22 de outubro de 1658 foi sitiada pelos castelhanos. O conde de Penaguião, atacado da peste e afflicto por se não tomar Badajoz, retirou-se doente ao convento de S. Francisco, situado fóra das muralhas de Elvas, porém muito proximo, e estando o inimigo em volta da cidade e senhor do convento, falleceu, contando apenas 39 annos de edade. E' forçoso confessar que D. Luiz Mendes de Haro se portou como verdadeiro fidalgo, que era, restituindo logo no dia seguinte o cadaver do conde, com a pompa e honras militares que lhe eram devidas como general, sendo recebido na praça com sinceras lagrimas de pezar pela perda irreparavel de tão benemerito portuguez. Foi sepultado em Elvas, mas poucos mezes depois se transferiu para o convento de S. Francisco, do Porto, onde aquelles nobres fidalgos tinham o seu jazigo. O conde de Penaguião casou com D. Luiza Maria de Faro, sua prima, filha de D. Luiz de Athaide, 5.º conde de Athouguia, e de D. Filippa de Vilhena, camareira da rainha D. Luiza Francisca de Gusmão. Dos filhos que nasceram d'este matrimonio, conta-se D. Francisco de Sá e Menezes, que foi o 4.º conde de Penaguião e 1.º marquez de Fontes. (V. *este titulo*). Escreveu e publicou com o nome do seu particular amigo Vicente de Gusman Soares: *Ultimas acções d'el rei D. João IV, nosso senhor*, Lisboa, 1657; *Elogio funeral do Principe D. Theodosio, relação das exequias e lutos com que sentiu sua morte o ex.mo sr. João Rodrigues de Sá, conde de Penaguião, camareiro-mór de Sua Majestade, dos conselhos de Estado e Guerra*, etc. *Escripta por um criado que assiste a sua excellencia*, Londres, 1653. D'esta obra extrahiu o P. Manuel Luiz, da Companhia de Jesus, noticias para a vida, que escreveu, do principe D. Theodosio, como elle confessa no prologo. Escreveu mais: *Duas cartas escriptas, a primeira a El-rei D. João IV, e a segunda ao Principe D. Theodosio em 28 de julho de 1650;* sairam impressas na obra *Domus Sadica*, de Fr. Francisco de Santo Agostinho de Macedo, e por elle mesmo traduzidas em latim, desde pag. 123 até 125. Deixou alguns manuscriptos, que veem mencionados por Barbosa Machado no 2.º volume da *Bibliotheca Lusitana*, a pag. 743.

**Penajoia.** Pov. e freg. do Salvador, na prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Vizeu, distr. de Lamego; 706 hab. e 2:997 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post., permutando malas com a R. A. D. Está situada na margem esquerda do rio Douro, em logar muito aprazivel, a 6 k. da séde do conc. As religiosas de Santa Clara, do convento das Portas do Sol, do Porto, apresentavam o vigario, que tinha 170$000 rs. de rendimento. A pov. é muito antiga, foi villa e couto, com justiças proprias. El-rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 15 de julho de 1514. Foi senhor donatario d'esta villa e da de Gestaçô Tristão da Cunha, do conselho dos reis D. Manuel e D. João III, nomeado embaixador a Roma, general da Liga Catholica, nomeado pelo papa Leão X, contra os turcos, e o 1.º capitão portuguez, que tomou cidade a moiros no Oriente. Viterbo, no seu *Elucidario*, cita varios documentos do seculo XII, em que se menciona esta freg. com o nome de *Pena Judéa*. Um d'elles é uma carta de doação feita em 1133 por D. Affonso Henriques a Mendo Viegas, ao qual dá *Samodães* (então *Camudanes*), junto a Lamego, *com todos os seus logares e termos, assim como partia com Pena Judéa* (Penajoia), Avões, Paço, etc. Penajoia é a uma das parochias de mais vasta área, mais populosas, ferteis e ricas da Beira Alta. Produz em abundancia toda a qualidade de cereaes e boas fructas, especialmente laranjas, figos, maçãs, peros, pecegos, damascos, e uma enorme porção de cerejas, pelo que lhe chamam *Terra das cerejas*. Tambem produz muito vinho. O territorio é abundante d'agua, tanto potavel, como para irrigação. A egreja matriz é sumptuosa. Tem o altar-mór e mais seis lateraes, com imagens muito apreciadas. Bella sacristia, boa casa da fabrica, um vasto côro e um orgão magnifico, com dota-

ção permanente para o organista. Possue bons paramentos e alfaias, e armação completa para a egreja. Penajoia comprehende as seguintes aldeias: Coderueiro, Crujães, Corvaceira, Moilães, Molêdo, Paço, Pinheiró, Pousada, Ribeiro, S. Paio, S Gião, Sobre-Egreja, Torre, Valle Claro, Valle-Verde e Villa Chan. Pertente á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

**Penalva** *(D. Estevão de Menezes, 5.º conde de Tarouca e 1.º marquez de)*. Commendador de S. Salvador de Villa Cova de Lixa; senhor de Penalva, Lazarim, etc. N. a 19 de maio de 1695, ignora-se a data do fallecimento. Era filho da 4.ª condessa de Tarouca, D. Joanna Rosa de Menezes, e de seu marido, João Gomes da Silva, irmão do 2.º marquez de Alegrete. Succedeu na casa e em todas as commendas de sua mãe. Foi deputado da Junta dos Tres Estados, presidente do Conselho Ultramarino, onde entrou a 30 d'agosto de 1749. D. João V o agraciou com o titulo de marquez de Penalva, por carta de 7 de fevereiro de 17 0, com a condição do filho primogenito se intitular conde de Tarouca em vida de seu pae, tudo de juro e herdade na fórma da lei mental. Casou em 1725 com D. Margarida de Loreua, filha do 3.º marquez d'Alegrete, Manuel Telles da Silva, e de sua mulher, D. Eugenia de Lorena. D'este matrimonio houve uma filha, que foi a 2.ª marqueza de Penalva, D. Eugenia Marianna Josepha de Menezes da Silva. O brazão é o dos marquezes de Alegrete: Um escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Silvas: em campo de prata um leão de púrpura; no segundo as dos Telles: o campo sómente de ouro; e assim os contrarios.

**Penalva** *(Fernando Telles da Silva Caminha e Menezes, 3.º marquez de)*. Gentil-homem da camara da rainha D. Maria I e de D. João VI; conselheiro de guerra, commendador da ordem de Christo, deputado da Junta dos Tres Estados; censor regio da Mesa do Desembargo do Paço, etc. N. em Lisboa a 9 de junho de 1754, onde tambem fal. a 10 de dezembro de 1818. Era filho do 4.º marquez de Alegrete e 5.º conde de Villar Maior, Fernão Telles da Silva. Seguiu a vida militar, e chegou ao posto de tenente-general. Foi governador das capitanias generaes das provincias de S. Paulo e Rio Grande no Brazil. O marquez de Penalva era considerado por todos como homem de muita erudição e litteratura, dominado, porém, com excesso dos preconceitos da nobreza. Escreveu: *Oração panegyrica aos annos da Rainha Fidelissima nossa senhora, em nome da Academia Real da Historia Portugueza, em 31 de março de 1776*, sem logar nem anno de impressão; *Dissertação a favor da Monarchia, onde se prova pela razão, autoridade e experiencia ser este o melhor e mais justo de todos os governos*, etc., Lisboa, 1799; reimpressa em em 1818; *Carta de um vassalo nobre ao seu rei;* esta carta, attribuida geralmente ao marquez, correu por alguns annos manuscripta e anonyma, apparecendo por fim no *Investigador Portuguez*, n.º XXXVI de junho de 1814, pag. 685 e seguintes, seguida n'esse mesmo numero e no immediato de duas respostas, tambem anonymas, em que se impugnavam os fundamentos e regras da referida carta; *Novena do Archanjo S. Gabriel*, Lisboa, 1801; *Novena do Apostolo S. Pedro*, Lisboa, 1805. Sairam ambas sem o nome do autor. Ha tambem d'elle, entre outros escriptos ineditos, um *Elogio historico do primeiro marquez de Ponte de Lima*. Pertence lhe egualmente a informação ou censura feita para se conceder pelo Desembargo do Paço a licença para a impressão do n.º 24 do *Espectador portuguez*, do P. José Agostinho de Macedo. Esse documento, notavel pela violencia com que são atacados os *pedreiros-livres*, saiu transcripto e largamente documentado no tomo VIII do *Portuguez*, de Fr. Bernardo da Rocha.

**Penalva** *(D. Fernando Telles da Silva Caminha e Menezes, 9.º conde de Tarouca e 4.º marquez de)*. Senhor de Alegrete, par do reino em 1826, etc. N. a 26 de novembro de 1813, fal. a 8 de setembro de 1893. Era filho de Luiz Telles da Silva Caminha e Menezes, 5.º marquez de Alegrete, e 8.º conde de Tarouca, e de sua segunda mulher, D. Margarida d'Almeida, filha dos 3.ºs marquezes do Lavradio. Seguiu a vida militar, sentando praça em cavallaria. Foi alferes d'esta arma, em 16 de outubro de 1833, e tenente de estado maior do exercito em 12 de março de 1834. Pertencia ao partido miguelista, acompanhando sempre o infante D. Miguel e o exercito realista até á convenção de Evora Monte. Em 1852, por occasião do nascimento de D. Maria das Neves, filha de D. Miguel, foi a Allemanha visitar o principe proscripto e dar-lhe os parabens. Succedeu no titulo de marquez a seu avô, a 10 de dezembro de 1818, no de conde e nos senhorios e morgados das casas de Penalva e Alegrete, a seu pae, a 21 de janeiro de 1828. Casou a 15 de setembro de 1834 com D. Eugenia de Aguilar de Almeida Monroy da Gama Mello Azambuja e Menezes, filha herdeira de D. Antonio d'Aguilar Monroy da Gama e Menezes, fidalgo da Casa Real, senhor dos morgados da Terrosa e Revelhos; commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Henriqueta d'Almeida de Sousa e Sá Mello de Lencastre, senhora de varios morgados. Escreveu: *Elogio da vida da Marqueza de Alegrete, sua mãe*, etc., Lisboa, 1845. Publicou artigos em varios jornaes politicos e litterarios.

**Penalva** (*Manuel Telles da Silva, 5.º conde de Villar Maior e 2.º marquez de)*. Fidalgo da Casa Real; academico da Academia Real de Historia Portugueza; fundador e secretario da Academia dos Occultos, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 23 de fevereiro de 1727, fal. a 25 de fevereiro de 1789. Era filho do 4.º marquez d'Alegrete e 5.º conde de Villar Maior, Fernão Telles da Silva. Casou pela segunda vez com D. Eugenia Marianna Josepha de Menezes da Silva, 2.ª marqueza de Penalva, e VI condessa de Tarouca, como filha e herdeira do 6.ª marquez, D Estevão de Menezes. Pelo seu casamento ficou sendo 2.º marquez de Penalva. Escreveu: *Elogio funebre do P. D. José Barbosa, clerigo regular*, etc., Lisboa, 1751.

**Penalva** (*D. Maria de Portugal, condessa de)*. Dama da rainha D. Luiza de Gusmão, e depois da princeza D. Catharina, que foi rainha de Inglaterra. Era filha de D. Gomes de Mello, alcaide mór de Lamego, commendador de differentes commendas e celebre genealogista, e de sua mulher, D. Marinha de Portugal. Acompanhou D. Catharina quando ella partiu para Inglaterra, sendo n'essa occasião agraciada com o titulo de

condessa de Penalva. Fal. na Inglaterra em 1681, no estado de solteira.

**Penalva.** Pov. na freg. do Salvador, de Figueiredo, conc. e distr. de Braga.

**Penalva d'Alva** *(José Rodrigues Penalva, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real por alvará de 3 de fevereiro de 1880. N. na Covilhã a 8 de fevereiro de 1811, fal. em Lisboa a 6 de agosto de 1851. Era filho de João Rodrigues de Penalva, e de sua mulher, D. Maria Joaquina Espinho. Casou em 4 de setembro de 1875 com D. Eugenia Henriqueta Alves Valdez, filha dos 2.ºs condes de Bomfim, José Beuto Travassos Valdez, e D. Eugenia Maria Alves. O titulo foi concedido por decreto de 8 de fevereiro de 1877. A sr.ª viscondessa viuva foi depois elevada ao titulo de condessa, por decreto de 14 de outubro de 1886. E' hoje conde de Penalva d'Alva seu filho José Rodrigues Valdez Penalva, que nasceu a 23 de setembro de 1877. Além d'este filho, houve mais a D. Eugenia Maria Valdez Penalva, que está casada com o sr. conde de Penha Garcia, e a Alvaro Henriques Valdez Penalva, official de marinha. O seu brazão é o dos condes de Bomfim: Escudo esquartelado: no primeiro quartel as armas dos Araujos: em campo de prata uma aspa azul, carregada de cinco bezantes de ouro; no segundo as armas dos Travassos: em campo vermelho cinco flôres de trevo de ouro em aspa; no terceiro quartel as armas dos Godinhos: escudo partido em pala: a primeira xadrezada de ouro e vermelho, de duas peças em faxa, e cinco em pala; a segunda tambem xadrezada do mesmo numero de peças em faxa e em pala, de ouro e azul; no quarto as armas de Valdez: em campo vermelho um elephante da sua côr, armado de prata, e sobre este um castello de madeira de sua côr, ligado com cintas de prata.

**Penalva d'Alva.** Villa e freg. de S. Thomé, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira do Hospital, distr. e bisp. de Coimbra; 366 fog. e 1:558 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A villa dista 15 k. da séde do conc. e está situada n'um valle profundo; na margem direita do rio Alva, que lhe dá o nome. E' pov. muito antiga, mas não se sabe a data da sua fundação nem quem foi o fundador. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 80$000 réis e o pé d'altar. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 10 de fevereiro de 1511. Penalva d'Alva foi cabeça d'um concelho por mais de 300 annos, o qual se supprimiu por decreto de 31 de dezembro de 1853. Os arrabaldes são ferteis em todos os fructos do paiz. Cria muito gado, e nos seus montes ha muita caça grossa e miuda. Foi antigo solar dos Velasques. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra.

**Penalva de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freg. de Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto.

**Penalva do Castello.** Denominação official d'um conc. da prov. da Beira Alta, com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu, Relação do Porto. A sua séde é ua aldeia de Castendo, que fica na freg. de S. Genesio, de Insua. Está situada n'uma elevação na margem direita do rio Dão, e na esquerda do seu affluente Coja, a pequena distancia de cada um. Estes territorios que fórmam o concelho, fôram desde tempo remotissimo povoados por tribus pre-historicas, o que se próva, não só pelo nome de *Antas*, dado a uma das suas freguezias, onde existiram muitos dolmens, como porque ainda existem por aqui outros monumentos pre-celtas. O mais notavel d'elles é um dolmen, junto do logar das Antas, que Mendonça e Pina diz ser muito maior do que o de Guilhafonso, junto da cidade da Guarda. O P. José Gaspar Simões diz, que em 1753, indo do logar de Sobral Pichôrro para Vizeu, perto d'Antas de Penalva, viu á direita da estrada, a pouca distancia d'ella, um altar levantado, com sua mesa em cima, com a mesma fórma do de *Pêra de Môço* e quinta do Carvalhal, indo da Guarda para Pinhel. D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 14 d'abril de 1516. Pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção mil. do Centro, e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, agencia bancaria e de seguro, fabricas de azeite de oliveira, de distillação de aguardente; hoteis, Misericordia, medico, pharmacias, notario, feira ás quartas e sextas feiras de cada mez, em Castendo, a 23 de janeiro em Esmolfe, chamada de Santo Ildefonso. O conc. compõe-se de 12 freguezias, com 3:309 fog. e 13:732 hab., sendo 6:463 do sexo masc. e 7:269 do fem., n'uma superficie de 112:264 hec. As freguezias são: S. Vicente, de Autas, 1:358 hab.: 635 do sexo masc. e 723 do fem.; S. Pedro, de Castello de Penalva, 2:170 hab.: 1:008 do sexo masc. e 1:162 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Esmolfe, 814 hab.: 384 do sexo masc. e 430 do fem.; Santos Cosme e Damião, de Germil, 820 hab.: 394 do sexo masc. e 426 do fem.; S. Genesio, de Insua, 2:263 hab.: 1:061 do sexo masc. e 1:202 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Luzinde, 633 hab.: 294 do sexo masc. e 339 do fem.; S. Domingos, de Mareco, 345 habitantes: 172 do sexo masc. e 173 do fem.; S. Martinho, de Pindo, 2:331 hab.; 1:122 do sexo masc. e 1:209 do fem.; S. Paulo, de Real, 599 hab.: 278 do sexo masc. e 321 do fem.; N. S.ª da Graça, de Sezures, 1:179 hab.: 537 do sexo masc. e 642 do fem.; S. Salvador, de Trancozellos, 619 hab.: 304 do sexo masculino e 315 do fem.; N. S.ª da Expectação, de Villa Cova do Covello, 601 hab.: 274 do sexo masc. e 327 do fem. O principal commercio do conc. é aguardente, azeite, cereaes, gado, legumes, ovos, queijos e vinho.

**Penalvo** *(P. José Manuel)*. Presbytero secular, tendo no seu tempo fama de bom poeta. N. em Lisboa a 4 de julho de 1697; ignora-se a data do fallecimento. Foi socio das academias que então floresciam, etc. Compoz grande numero de sonetos, romances, lôas, etc., bem como algumas comedias e outras obras em verso. O que se imprimiu, parece, que foi unicamente o seguinte, com o nome de Jayme Marcellino Pontes. *Da fé o throno Affonso exalta na conquista de Lisboa, comedia*, Lisboa, 1750.

**Penamacôr** *(Antonio Maria de Saldanha Albuquerque e Castro Riba Fria, 3.º conde de)*. Moço fidalgo e copeiro-mór da Casa Real; par do reino por successão a seu pae; 14.º senhor do morgado de Penha Verde, em Cintra. N. a 19 de março de 1844, sendo filho do 2.º conde, Antonio

de Saldanha Albuquerque Castro Riba Fria, e de sua mulher, D. Maria Leonor de Mello Silva Cesar de Menezes. Foi-lhe renovado o titulo por decreto de 6 de junho de 1864. Casou em Lisboa, a 26 de fevereiro de 1862, com D. Francisca Calmão Nogueira Valle da Gama, senhora brazileira, filha de Nicolau Antonio Nogueira Valle da Gama, gentil-homem e mordomo-mór do imperador do Brazil D. Pedro II, condecorado com diversas ordens brazileiras e portuguezas, e de sua mulher, D. Maria Francisca de Aragão Calmão da Silva Cabral, dama honoraria da imperatriz do Brazil, e irmã do general barão de Itapagipe. O titulo foi renovado por decreto de 6 de junho de 1864. O brazão d'armas é um escudo com as dos Riba-Frias, concedido por D. João III, por alvará de 16 de setembro de 1541, a Gaspar Gonçalves Riba-Fria, um dos seus ascendentes, que foi porteiro da camara d'el rei D. Manuel; além do brazão d'armas, D. João III tambem o fez cavalleiro da ordem de Christo e alcaide mór de Cintra, dando lhe o solar de Riba-Fria. O brazão é o seguinte: Em campo verde uma torre de prata lavrada de negro, aberta de azulejos de ouro e azul, sobre um contra-chefe de ondas de azul e prata, entre duas estrellas de ouro, de 8 pontas, acantonadas. Elmo de prata, aberto; e por timbre um leopardo azul, armado de ouro, com uma das estrellas do escudo na espadua.

**Penamacôr** (*Antonio de Saldanha Albuquerque e Castro Riba-Fria, 2.º conde de*). Alcaide-mór de Cintra, par do reino eleito em 3 de maio de 1842; senhor dos morgados de Penha Verde, em Cintra, de Riba-Fria e outros; commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, cavalleiro da de S. João de Jerusalem, commendador da de Carlos III, de Hespanha, governador civil, etc. N. a 3 de fevereiro de 1815, fal. a 15 de maio de 1864. Era filho de João Maria Raphael de Saldanha Albuquerque Castro e Riba-Fria, alcaide-mór de Cintra, etc., e de sua mulher, D. Maria Thereza Braamcamp. Casou em 9 de janeiro de 1837 com D. Maria Leonor Silva Cesar de Menezes, filha do 9.º conde de S. Lourenço, Antonio José de Mello Silva Cesar e Menezes, e de sua primeira mulher, D. Thereza Maria do Resgate Correia de Sá. O titulo foi renovado por decreto de 17 de dezembro de 1844, por ser descendente, por varonia, do 1.º conde de Penamacôr, D. Lopo d'Albuquerque, agraciado por D. Affonso V. (V. *o artigo seguinte*).

**Penamacôr** (*D. Lopo d'Albuquerque, 1.º conde de*). Fidalgo da côrte de D. Affonso V, muito considerado por este soberano. Foi camareiro-mór, e quando o monarcha pensou em intervir nos negocios da Hespanha e tratou de saber quaes os elementos com que n'esse paiz podia contar, encarregou D. Lopo d'Albuquerque d'essa missão. Satisfeito com as informações que lhe trouxe o seu camareiro, D. Affonso o agraciou com o titulo de conde de Penamacôr, por carta de agosto de 1476, e n'essa qualidade commandava a vanguarda real, quando o nosso exercito passou a fronteira. No reinado seguinte, o conde de Penamacôr seguiu o partido da nobreza contra D. João II, e entrou na conspiração do duque de Vizeu. Conseguindo escapar-se, quando os outros conjurados fôram presos, andou por toda a Europa creando inimigos ao monarcha, e levando de côrte em côrte o seu odio inextinguivel. Transpondo os limites até certo ponto desculpaveis, D. Lopo d'Albuquerque chegou a conspirar contra a patria, e na Inglaterra aconselhou mercadores britannicos a prepararem navios com que fôssem a Guiné, o que não chegou a effeituar-se em consequencia das energicas reclamações dirigidas á Inglaterra por D. João II.

**Penamacôr**. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc., com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bispado da Guarda, Relação de Lisboa. Tem uma só freg., cujo orago é N. S.ª da Conceição, anteriormente denominada de S. Thiago. Está situada n'uma elevação, em redor do seu nobre e vetusto castello, edificado sobre um alto e penhascoso monte, d'onde se desfructa um bello panorama, a 1 k. da margem esquerda da ribeira de Ceife, a 3 da margem direita da ribeira das Taliscas, e a 50 da capital do districto. No meado do seculo XVIII tinha 3 freguezias: *S. Pedro*, apostolo, tendo como annexa a actual freguezia de Pedrogam, que é das mais importantes do concelho. cujo prior era apresentado pela mitra, com 150$000 réis; *Santa Maria do Castello*, ou *Nossa Senhora da Penha*, sendo o prior apresentado pelo papa, o qual tinha 80$000 réis; e *S. Thiago*, apostolo, com o vigario apresentado pela mitra, tendo 50$000 rs. Hoje, confórme dissémos, tem só uma freg. E' uma das povoações mais antigas de Portugal, pois se attribue a sua fundação aos turdulos, quatro ou cinco seculos antes da era christã. Foi povoação muito importante no tempo dos romanos, dos godos e dos arabes, mas soffreu muito com as successivas guerras da Edade Media. D. Sancho I, achando a povoação abandonada, a deu aos Templarios, que a povoaram em 1180. O seu castello antiquissimo que, segundo uns, foi construido pelos romanos, segundo outros, pelos arabes, achava-se muito damnificado pelo tempo e pelas guerras, e o grão mestre da ordem, D. Gualdim Paes, o reedificou e ampliou muito os seus muros, construindo tambem a torre de menagem, no referido anno de 1180, dando-lhe foral, ao qual chamavam *Livro das portagens*, e está na Torre do Tombo, livro 46 de tombos. A actual torre de menagem é do tempo de D. Manuel, como convence o escudo e esphéras armillares esculpidas na face norte da torre, que tambem tem uma grande inscripção no lado do nascente na setima fiada a contar de cima. Reza a tradição que uma tempestade arruinou o castello, indo parar ás Taliscas diversos materiaes, restando apenas a torre de menagem bastante prejudicada pelos raios do lado da janella d'entrada. A torre de menagem tem 20 metros de altura, podendo subir-se á parte superior da abobada, d'onde se desfructa um maravilhoso e vasto horizonte, sendo a parte norte constituida por uma região montanhosa, assim como a do nascente, descobrindo se varias terras d'Hespanha, e a parte sul por uma immensa, campina, descobrindo se Castello-Branco e varias terras do Alemtejo. A torre assenta sobre uma penedia elevadissima. Alguns escriptores pretendem que as fortificações d'esta praça fôram feitas em vida de D. Gualdim Paes, mas por ordem de D. Sancho I. Este monarcha, segundo consta, tambem procedeu a algumas obras de defeza em 1189, e lhe deu foral, em Coimbra, em 1199, com o titulo de villa, concedendo-lhe grandes privilegios, honras e

isenções, o qual ratificou e ampliou por outro, datado da mesma cidade, em março de 1209. D. Affonso II, seu filho, o confirmou, tambem em Coimbra, no mez de novembro de 1217. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Santarem, a 1 de junho de 1510, ratificando e confirmando em tudo os antigos. A fortaleza era tão ampla que a freguezia de Santa Maria, por isso chamada do Castello, estava dentro dos seus muros. Como a população foi augmentando rapidamente em torno do castello, D. Diniz, pelos annos de 1300, cercou a nova povoação d'uma outra linha de muralhas, com as suas torres e barbacans, que com o decorrer do tempo cairam em completa ruina. O ultimo monarcha que reconstruiu as fortificações foi D. Manuel, sendo as primitivas anteriores á monarchia. Ainda é da memoria dos velhos conhecerem cinco portas, ficando tres no castello e que limitavam as freguezias de S.ta Maria e de S. Pedro; outra ao fundo da rua dos Carros e outra chamada de S.to Antonio e que foi demolida quando em 1867 se construiram os novos Paços do Concelho, comprando a Camara ao governo a pedra por 60$000 réis. Esta porta era uma verdadeira obra d'arte. Não media menos de doze metros d'altura e formava um quadrado que não tinha menos de dez metros por lado, ficando a porta exterior para o poente e outra para o sul, que dava ingresso para a praça. Era toda de cantaria ás fiadas da mesma largura com as arestas a cinzel e almofadadas. D'estas cinco portas apenas existe uma, sobre que assentam os antigos Paços do Concelho, do tempo tambem de D. Manuel. Em frente d'esta porta e para o lado de fóra ficava a antiga praça da villa com o Pelourinho, que ainda existe, tendo sido applicada a praça a cemiterio, hoje abandonado. Esta praça era limitada por um lado pelos antigos Paços do Concelho e no outro extremo por uma torre bem acabada e onde está assente o relogio official da villa, e os dois edificios ligados por um lanço de muralha ainda intacta, e que era a antiga barbacan. Esta torre deve ser o monumento mais antigo de Penamacôr e parece ser obra dos romanos, porque encimando a porta de entrada ha um emblema pouco nitido, que parece ser uma aguia, mas a porta é em ogiva. Ignora-se o destino primitivo d'esta torre, que ficava ligada ás muralhas, formando saliencia. Alguns escriptores dizem que n'esta villa de Penamacôr nasceu o rei godo Wamba, que governou a Peninsula desde 672 até 682, e adoptando Ervigo, o fez acclamar soberano, mettendo se Wamba n'um convento, onde professou. E', porém, mais geralmente admittido que o rei Wamba nasceu em Idanha-a-Velha. Penamacôr foi mais de 600 annos uma forte praça de guerra, e ainda antes de 1834 era assim considerada, tendo sempre de guarnição um corpo de caçadores, artilheiros e veteranos. As suas fortificações são muito irregulares por causa dos accidentes do terreno, e a que se conserva em melhor estado é a que se mandou construir ou reparar, durante a guerra da Restauração, em 1650, pouco mais ou menos. São cinco baluartes e tres meios baluartes. Foi praça do batalhão de caçadores n.º 4, depois regimento de caçadores da Beira Alta, até 1819. Havendo, porém, sérias desintelligencias entre os officiaes do batalhão e os frades capuchos, o ministro da guerra mandou aquelle para a praça de Castro Marim, vindo em seu logar para esta praça o batalhão de caçadores n.º 8, depois regimento de caçadores da Beira Baixa. O motivo da desintelligencia entre os frades de S.to Antonio e caçadores foi o facto d'estes apedrejarem uma cruz, que havia ao cimo da escadaria, que dava entrada para o convento e que ficou em pedaços, sahindo então os frades de cruz alçada, re-

Vista geral de Penamacôr

sultando conflicto, que originou a sahida do batalhão para Castro Marim. O batalhão era commandado n'esse tempo por official inglez, um tal Williams. O brazão da villa é o seguinte: Em campo de púrpura, dois crescentes de prata, tendo o superior as pontas para cima, e o inferior as pontas para baixo. Do lado direito uma espada (outros dizem um alfange) com os copos de ouro, e a ponta virada para cima; e do esquerdo uma chave de ouro, com o annel para baixo. O brazão que está esculpido sobre a porta dos antigos Paços do Concelho só tem um crescente e não dois e tem alfange e não espada; assim se acha reproduzido em diversos edificios mais modernos. Penamacôr tinha voto em côrtes com assento no banco 11.º Quando os arabes invadiram a Lusitania, em 715, parece que não tornou a haver bispos em Idanha-a-Velha, pelo menos que tivessem ali residencia, e apezar de se assignarem bispos egitanenses, habitaram em Penamacôr, servindo de cathedral a egreja de S. Thiago. Ha mesmo quem supponha que os bispos de Idanha-a-Velha residiram sempre em Penamacôr, porque n'aquella villa não havia egreja que pudesse servir de cathedral, e além d'isso Penamacôr estava mais a coberto das invasões dos moiros. Na Beira Baixa é tradição constante que a egreja de S. Thiago foi sé. A villa tem alguns largos, sendo os mais importantes o do *Sumagral*, Avenida Guilhermino de Barros, S.to Antonio da Egreja ou Dr. Ribeiro Sanches e Praça. Os seus habitantes são muito hospitaleiros e trabalhadores, vivendo a maior parte da agricultura, porque o concelho é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes ha bastantes colmeias, e caça grossa e miuda. A pouca distancia da villa havia a antiquissima capella de S. Domingos, hoje desapparecida. Segundo a lenda, um homem da villa, muito devoto d'aquelle santo, estava captivo dos moiros, e fazia todas diligencias para fugir, o que percebido pelo seu senhor, este o mandou algemar com fortes grilhões, e de noite, mesmo acorrentado, o fazia metter n'uma caixa fechada com fortes cadeados, e fazia sobre ella a cama em que dormia, para assim guardar melhor o seu captivo. Passados alguns dias, uma manhã appareceram o moiro, a caixa e o christão, á porta da capella do S. Domingos. Pasmado o moiro de tamanha maravilha, fez-se christão, e juntamente com o seu captivo dedicaram ambos o resto da vida ao serviço da ermida. Na egreja matriz de S. Thiago conserva se a pedra tumular do captivo, só a tampa e a tapar um portado junto do altar de S.ª Luzia, tendo a seguinte inscripção:

S.A DE HVM
CATIVO
CRISTAM
QVE TRO
VXE O SNO
SAN DOMIM
COS A ESTA
CASA EM V
MA NO TE
DE berbem
NO ANNO
DE 1267
REYNAVA
D M AF. III

Na capella de S. Domingos existia um quadro antiquissimo recordando o milagre da conversão do moiro. Suppõe-se que foi mandado fazer pela rainha Santa Izabel, quando visitou a ermida em 1288, demorando se alguns dias em Penamacôr, residindo no castello, onde n'esse tempo era toda a povoação, nas casas dos alcaides-móres. A capella de S. Domingos ficava um pouco abaixo da actual capella de S.to Christo ou Calvario e desappareceu ha mais 60 annos. Dizem que tambem lá havia outra pedra tumular dizendo Mouro, mas que foi aproveitada para uma obra particular. A 3 k. a O da villa, n'uma formosa planicie está a bonita capella de *Nossa Senhora do Incenso*. E' um templo situado n'um valle alegre povoado de vinhas, searas e pomares. Tem uma só nave, e as suas paredes estão todas revestidas de muitos milagres, em reconhecimento das pessoas que devotamente os receberam. A imagem da padroeira é de pedra, de boa esculptura, e o seu nome primitivo era *N. S.ª do Prado*. Esta imagem é da maior devoção, até pelos povos de muitas legoas de distancia. Em todo o anno concorrem á egreja grandes romarias; o senado da camara de Penamacôr, em cumprimento d'um voto antigo, vae todos os annos em procissão a N. S.ª do Incenso na primeira oitava da Paschoa da Resurreição, acompanhado do prior e clerigos da freguezia, havendo então missa cantada sermão, e grande romaria. Este templo deve ser do seculo XVIII não só porque os retabulos dos milagres não vão alem d'esse tempo, mas ainda porque o templo é precisamente egual ao da Senhora da Povoa, que é d'esse seculo, como consta d'uma inscripção que está na frontaria e diz-se que a queriam fazer das mesmas dimensões, mas ficou maior a da Senhora do Incenso, porque applicaram as medidas tiradas exteriormente ao interior da nova capella. E' provavel, que antes d'esta capella existisse outra antiga no mesmo sitio ou no Prado, que fica proximo, pois que o culto da imagem parece ser anterior ao seculo XVIII. Em janeiro de 1876 fôram concedidas a D. Catharina Augusta Taborda Pignatelli as trez minas de chumbo, chamadas do *Meio*, do *Morão* e *Pinheiro* d'este concelho. Estas minas pertencem hoje ao sr. dr. Adelino Pinheiro Ferreira Galhardo e são tão ricas em chumbo que as analyses teem accusado uma percentagem de 80 % tendo tambem uma percentagem de prata, zinco e cobre, mas não estão actualmente em exploração. A 7 k. da villa ha a aldeia das Aguas, a 200 m. da qual brotam duas nascentes d'agua mineral sulphurica, uma d'ellas d'uma pequena fonte, a outra emerge d'um poço d'um metro d'altura. Estas aguas são applicaveis ao tratamento do rheumatismo, dermatoses e doenças do estomago. E' propriedade da camara municipal o estabelecimento balnear, que costuma ser muito concorrido em agosto e setembro. A villa tem Misericordia e hospital, que em 1885 fundou o benemerito Francisco de Paula Pinto Tavares, e que foi recentemente construido de novo em sitio muito proximo. O hospital funccionou até 1906 no antigo convento de S.to Antonio, onde se fizeram ligeiras modificações, que consistiram principalmente em substituir as antigas cellas por enfermarias nas peiores condições hygienicas e actualmente muito arruinadas. Foi em 1905 que a commissão administractiva do hospital, presidida pe-

lo sr. dr. Adelino Pinheiro Ferreira Galhardo fez construir o novo hospital que consta de duas enfermarias, casas de banho e de retretes pelo systema de autoclismo e fossas mouras, gabinete de consultas e casas d'operações e quartos para pensionistas com todas as condições que a sciencia actualmente exige em estabelecimentos similares sendo o mobiliario adquirido por subscripção e do melhor que ha, possuindo um arsenal cirurgico raro de encontrar em hospitaes de provincia e uma estufa de desinfecção. Possue tambem o hospital um pavilhão para molestias infecciosas. Tem de rendimento annual cerca de cinco contos de réis e um capital de trinta contos de réis posto a juros. Foi fundado este estabelecimento com cerca de quatro contos de réis trazidos da Ermida da Senhora da Povoa, que por lei ainda hoje subvenciona annualmente o hospital com o saldo das suas receitas, que regula termo medio por réis 80$000 e proveniente da grande romaria que todos os annos se faz no domingo do Espirito Santo e nos dois dias seguintes, a que concorrem pessoas de muitas leguas de distancia, inclusivé hespanhoes. Foi director technico do novo hospital o dr. Antonino Vaz de Macedo, que então era o medico municipal de Penamacôr e muito abalisado. Extra-muros existe o convento dos frades capuchos fundado em 1571. Foi n'este anno de 1571 que Gaspar d'Elvas de Campos se dirigiu a Portalegre e obteve do Capitulo da Ordem de S. Francisco, provincia da Soledade, os religiosos para o novo convento, concorrendo para a fundação além do dito Gaspar, D. Simão de Menezes, da casa de Belmonte, Estevam Tavares e sua segunda mulher D. Maria de Mendonça do Sabugal, Saraivas da Guarda e Oliveiras, Mouras do Sardoal e Fonsecas de Castello Branco, que pagavam uma pensão ao novo convento. O convento apresenta o typo das casas dos franciscanos, sem ser dos mais modestos e tem de notavel a egreja, cujo tecto é todo apainelado e com rica obra de talha, sendo ainda mais rica a talha do pulpito e do altar-mór. E' digna de figurar entre os monumentos nacionaes, mas se mão caridosa lhe não acudir cahirá em ruinas dentro em pouco. Nenhuma villa da Beira Baixa, e muito poucas em Portugal, tem tão gloriosas tradições e uma historia tão nobre e interessante como Penamacôr. A sua remotissima antiguidade, as suas numerosas familias da antiga nobreza, e grande numero de homens celebres, que tiveram aqui o seu berço tornaram esta villa digna da maior consideração e de menção especial. Nas familias nobres contam-se os Pinas, Cunhas, Tabordas, Palhas, Pignatelli, e outros, excedendo a todas a casa vinculada, solar dos Pinas Machados, extramuros. D. João III fez conde de Penamacôr, em 1529, a D. Luiz da Silveira, mas este titulo não se verificou. Filippe IV, de Hespanha, e III de Portugal, deu o mesmo titulo a D. João da Silveira, neto d'aquelle D. Luiz, porém D. João IV annulou este titulo, por ser conferido depois do dia 1.º de dezembro de 1640. D. Affonso V fez conde de Penamacôr a D. Lopo d'Albuquerque, e D. Maria II renovou este titulo em 1844, na pessoa de Antonio de Saldanha d'Albuquerque e Castro Riba-Fria Pereira *(V. os respectivos artigos)*. Nos homens distinctos naturaes de Penamacôr, contam-se: o dr. Antonio Nunes Ribeiro Sanches, que foi doutor em medicina pela Universidade de Salamanca, medico em Moscow, na Russia, physico-mór do exercito, medico da imperatriz, e seu conselheiro de Estado e cuja biographia foi traduzida por Filinto Elyseo. Nasceu em 7 de março de 1693, falleceu em Paris em 14 de outubro de 1783. Sebastião Antunes d'Azevedo, celebre antiquario, autor de algumas obras archeologicas, entre ellas a *Geographia do*

Penamacôr — Antigos Paços do Concelho e pelourinho

*Alemtejo*; Domingos Antunes Portugal, grande jurisconsulto, autor do *Direito Civil Portuguez*, e *Portugal de donationibus regis*. Dr. Salvador Taborda, filho do antecedente, nasceu em 1637. Foi lente do Codigo, procurador em côrtes por Penamacôr em 1658, enviado á côrte de França em agosto de 1677 até 1691, Londres, Turim e Madrid, onde se tornou notabilissimo diplomata. Escreveu umas notaveis memorias e o *Guia dos Embaixadores*, e tambem foi poeta. Morreu em França, estando já nomeado embaixador a Roma. As mercês regias de D. Affonso VI e de D. Pedro II constam da Torre do Tombo, Liv. 39 fl. 46. Liv. 34, fl. 164. Liv. 20, fl. 84 e Liv. 19, fl. 321 e 323. Fôram tambem naturaes d'esta villa Diogo Lopes, Gaspar Rodrigues de Paiva, Fr. Affonso dos Prazeres e os irmãos Fr. Francisco e Fr. João Barbarica, aquelle notavel orador sagrado, e este escriptor theologico, e traduziu do latim o livro intitulado *Espelho Monastico e Catholico*, escripto por seu irmão. Sobre o dr. Domingos Antunes de Portugal póde consultar se o livro *D. Izabel de Aragão*, pelo dr. Antonio de Vasconcellos, vol. I, fl. 478 e vol. II a fl. 233 e 239. Está Penamacôr a 29 k. da estação da Fatella-Penamacôr e é servida por uma estrada districtal; communica com Castello Branco pela estrada real n.º 54 e tem estradas municipaes para as seguintes freguezias: Aldeia do Bispo e Aldeia de João Pires, outra para as Aranhas e Salvador, um ramal para as Aguas, e o Pedrogam é servido pela estrada real n.º 54. Possue esta villa um pittoresco jardim publico d'onde se goza um bello horizonte e que é muito concorrido, sobretudo nas noites de verão. Muitos teem sido os corpos militares, que teem estado em Penamacôr, e entre elles pódem citar se os seguintes: De 1740 a a 1781 um regimento de infantaria; de 1814 a 1819, caçadores 4, deportado para Castro Marim. Em seguida veiu o 1.º batalhão de caçadores 8, commandado por Luiz Manuel de Lemos. Este batalhão permaneceu em Penamacôr até á morte de D. João VI, sendo substituido por caçadores 3, que esteve até 1828, em que foi reunir-se ao exercito miguelista. Em 8 de maio de 1850 veiu o batalhão de caçadores 8 (2.º de nome) que sahiu 11 mezes depois, e já em 17 d'abril de 1851, devido a um pequeno movimento e talvez que tambem á insubordinação contra o major Esteves e de que resultaram as varadas em 14 de junho de 1850, castigo barbaro e que motivou mais tarde, em 1856, a abolição de tão selvagem castigo. As varadas tiveram logar n'um campo, então aberto e contiguo á Quinta das Eirinhas e á da Santa e que hoje pertence á casa do conde de Proença-a-Velha. Em novembro de 1884 foi aqui collocado o regimento de infantaria n.º 24, que deu entrada no dia 15 d'este mez. Em 1886 foi para Almeida o 2.º batalhão e o 1.º foi transferido para Pinhel em 19 de dezembro de 1888, sendo substituido pelo 2.º batalhão de infantaria n.º 21, que deu aqui entrada nos dias 20 e 21 de dezembro de 1888. Os novos Paços do Concelho começados em 1867 são vastos e os melhores do districto. Tem esta villa um excellente quartel, que está ainda por concluir a parte nova, tendo sido a parte antiga hospicio de S. João de Deus e depois uma fabrica. Está em construcção um magnifico Theatro Club, contiguo ao jardim publico. Tem Penamacôr importantes vestigios da civilisação romana, encontrando-se a cada passo tijolos e telhas romanas, e até vestigios da edade de pedra, tendo-se encontrado em diversos pontos machados e outros intrumentos, e até vestigios de povoações romanas importantes e entre ellas Serobeca, que se diz ter sido a cidade de Beca, onde ainda ha ruinas d'onde vieram em 1834 as columnas de pedra que sustentam o côro da capella da Senhora do Incenso, e que fica a 1:500 a 2:000 m. ao poente d'esta capella. Outras muitas povoações fôram destruidas pelas invasões hespanholas e serracenas e entre ellas contam-se Salva-Leão, Arrochela e Naves d'El-Rei, e em todos estes logares existem ainda vestigios. O archivo da camara municipal é pobrissimo, devido a um incendio, que o devastou em 1690 e ao facto de 1721 a camara, em virtude da carta regia de 14 de janeiro do mesmo anno, mandar para a Academia Real da Historia Portugueza os documentos que possuia. O antigo foral de Penamacôr attesta bem a importancia historica d'esta villa pelos excepcionaes direitos concedidos aos seus habitantes, e entre elles citaremos, apenas, que todo o homem que fôsse servo bastava que ali residisse um anno para ficar livre assim como a sua descendencia, e do mesmo foral consta que fôram seus primeiros repovoadores Menendus petri-pretor, Martinus cresconiz, Archidiaconus e Menratum, portarius. Proximo da villa e do norte ha a chamada serra da Forca, que é uma matta de pinheiros e castanheiros, e que constitue o mais bello passeio de Penamacôr. Foi plantada pela camara, cuja propriedade lhe pertence. Foi plantada em 1835 e foi sempre seu protector o antigo secretario da camara o fallecido José Pereira de Macedo. D'esta matta teem sahido muitas madeiras para os paços do concelho e actualmente para o novo Theatro-Club. Teve sempre Penamacôr juizes de fóra com predicamento de primeiro banco, como diziam os editaes. Parece que os juizes de fóra despachados para Penamacôr e Lamego tinham a garantia de findos tres annos de serviço passarem a logar immediato. O fundador do hospital foi aqui juiz de fóra, assim como Manuel Soares Caldeira, autor das celebres cartas ao pintor André Salgado e que Pinho Leal transcreveu no *Portugal antigo e moderno*. Acham-se inscriptos na matriz predial 5:089 predios rusticos e urbanos na villa com o rendimento collectavel de rs. 19:828$405, que bem poderá computar-se no quadruplo, ou sejam 79:313$620 réis, o que corresponde a um capital de 1:586:272$400 réis, só na villa, que tem 915 predios urbanos. Em 19 de abril de 1907 foi encontrado em Aldeia do Bispo, no sitio da Lameira Larga a 1 k. d'esta povoação, que dista 5 de Penamacôr, um thesouro funerario da epoca luso-romana e que consta d'uma patera de prata em fórma de *discus* concavo, medindo 0,m137 de diametro e que representa a scena mithologica da expedição de Perseu contra a Medusa em alto relevo, com incrustações d'ouro e feita segundo se suppõe por artista grego d'um periodo avançado da arte grega. Outro disco de prata com 0,m122 de diametro e liso, e varios outros objectos de prata, de vidro e de ceramica, descriptos e photographados no *Archeologo Portuguez*, vol. 14, janeiro a agosto de 1909 n.os 1 a 8. Estes objectos pertencem á collecção do sr. dr. Francisco Augusto da Costa Falcão,

residente em Lisboa, que os adquiriu ao sr. dr. Adelino Pinheiro F. Galhardo, de Penamacôr. Este thesouro é d'uma importancia capital para a historia de Penamacôr, não se encontrando no paiz objecto da civilisação romana que rivalise em perfoição com a *patera* acima descripta e que melhor affirme o progresso da arte grega, etc. Penamacôr pertence á 2.ª divisão militar, 4.ª brigada, grande circumscripção militar Central, e ao districto de recrutamento e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco, e é séde do 3.º batalhão de infantaria n.º 21. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogado, agentes das companhias de seguros *Bonança*, *La Mutuelle*, *Union Maritime*, *Tagus*, *Probidade;* lagares de azeite; productores de cortiça, medicos, pharmacias, hotel, minas em exploração: *Mina do Pinheiro*, (galena argentifera); da *Matta da Rainha* (de volfrão); fabrica de moagens, notario, *Club de Penamacôr*, *Sociedade Recreativa Penamacorense*. Tem-se publicado os seguintes jornaes: *Penamacorense (O)*, 18 de junho a 3 de setembro de 1858; *Resumo (O)*, 15 de novembro de 1888, ainda se publicava em 1899. Ha feiras em 28 de agosto, 21 de setembro e 30 de novembro; mercado na primeira quarta feira de cada mez; romarias: nos suburbios da freg. do Valle do Lobo, realisa-se uma festa annual de 3 dias a Nossa Senhora da Povoa; Nossa Senhora do Incenso; Nossa Senhora do Bom Successo, nos campos de Bazagueda, proximo á raia de Hespanha, a 15 k. de Penamacôr, a qual é muito concorrida pelos hespanhoes. As freguezias são 12, com 3:528 fog. e 12:956 hab., sendo 6:103 do sexo masc. e 6:553 do fem., n'uma superficie do 53:016 hect. As freguezias são: S. Marcos, de Aguas, 792 hab.: 365 do sexo masc. e 427 do feminino; S. Bartholomeu, de Aldeia do Bispo, 1:042 hab.: 478 do sexo masc. e 564 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Aldeia de João Pires, 810 hab.: 390 do sexo masc. e 420 do fem.; N. S.ª da Penha, de Aranhas, 1:047 hab.: 516 do sexo masc. e 531 do fem.; N. S.ª da Silva, de Bemposta, 479 hab.: 246 do sexo masc. e 233 do fem; N. S.ª das Neves, de Bemquerença, 1:172 hab.; 601 do sexo masc. e 571 do fem.; S. Salvador, de Meimão, 706 hab.: 369 do sexo masc. e 337 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Meimôa, 801 hab.: 392 do sexo masc. e 409 do fem; S. Pedro, de Pedrogão, 1:051 hab.: 492 do sexo masc. e 559 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Penamacôr, 3:489 habitantes: 1:811 do sexo masc. e 1:678 do fem.; N. S.ª da Oliveira, de Salvador, 959 hab.: 422 do sexo masc. e 537 do fem.; S. Thiago, de Valle de Lo-

Torre de menagem do Castello de Penamacôr

bo, 608 hab.: 321 do sexo masc. e 287 do fem. O principal commercio de todo o concelho é vinho, azeite, cereaes e cortiça.

**Penamaior**. Pov. e freg do Salvador, da provincia, do Douro, conc. e com. de Paços de Ferreira, distr. e bisp. do Porto: 277 fog. e 1:108 habitantes. Tem est. post., fabrica de manteiga, casas de pasto, feira nos dias 5 e 21 de cada mez, denominada *feira do Có*, ou nos dias immediatos, sendo aquelles santificados; romaria da Senhora do Pilar a 15 de agosto. A pov. dista 3 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da estrada de Santo Thirso a Paços de Ferreira. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 18, com a séde no Porto.

**Penão de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Mamede, de Alcmtem, conc. de Louzada, distr. do Porto.

**Penas**. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga. | Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Thiago, de Carreiras, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Delães, conc. de V. N. do Famalicão, do mesmo distr. || S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, districto de Braga. || S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Nicolau, de Mazarefes, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Negreiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Vicente, de Oleiros, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Maria, do Refoios do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Consolação, de Cezimbra, Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. do Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

**Penas Alvas**. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezero, distr. de Santarem.

**Penas Royas.** Villa e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 160 fog. e 530 hab. Tem esc. do sexo masc. A villa dista 8 k. da séde do conc. e está situada junto d'um affluente da ribeira de Angueira, a 8 k. do rio Sabor e a 15 do rio Douro. O prior do Mogadouro apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e por muitos annos foi cabeça d'um concelho do mesmo nome, que D. Sancho I creou. D. Affonso III deu-lhe foral, em Santarem, a 27 de dezembro de 1272; o mesmo monarcha lhe deu outro foral, tambem de Santarem, a 18 de novembro de 1273, confirmando e ampliando os privilegios do primeiro. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 4 de maio de 1512. Tem as ruinas d'um castello muito antigo, cuja fundação uns attribuem aos moiros, e outros aos Templarios, que eram senhores de Penas Royas. Pela extincção d'esta ordem em 1311, passou para a Corôa, e em 1319, el rei D. Diniz deu a commenda de Penas Royas, e tudo quanto era dos Templarios, á ordem de Christo, então creada. O terreno de Penas Royas, comprehendia seis freguezias, formando todas uma rendosa commenda da ordem de Christo, da qual eram commendadores os marquezes de Tavora, que a possuiram até 1759, anno em que perderam, com a vida no patibulo em Belem, todos os seus bens, dignidades, titulos e privilegios. A commenda passou então á Corôa, onde se conservou até 1831, em que foi supprimida para sempre, assim como todas as outras commendas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. Annexa a esta villa desde o principio do seculo XIX, formando uma só freg., está a de St.ª Maria Magdalena, de Penas Royas, cujo cura era apresentado pelo padroado real, tendo 8$000 réis de congrua e pé d'altar.

**Penascaes**. Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga; 69 fog. e 283 hab. Fica distante 8 k. da séde do conc. A terra é fertil, cria muito gado, e tem caça grossa e miuda. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

**Pençal** Pov. na freg. de S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

**Pencello.** Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 68 fog. e 295 hab. Dista 2 k da séde do conc. e está situada na estrada de Guimarães á Povoa de Lanhoso O real padroado apresentava o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento. A terra é fertil, e cria muito gado bovino. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e reserva n.º 20, com a séde em Amarante.

**Pendão**. Bandeira, estandarte. || Bandeira grande armada em cruz ou verga, que se leva á frente d'algumas procissões religiosas.

**Pendão**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr de Lisboa. || S. Mamede, de Santa Cruz da Trapa, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Pendão e caldeira.** Eram as insiguias e distinctivos dos ricos-homens desde o tempo dos godos até ao seculo XV. V. *Portugal*, vol. II, pag. 616, vocabulo *Caldeira*.

**Pendele**. Rio da Africa Oriental, affluente do Zambeze.

**Pendico**. Territorio da prov. do Moçambique, Africa Oriental.

**Pendilhe**. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Alta, conc. de V. N. de Paiva, com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 242 fog. e 910 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 7 k. da séde do conc. o está situada a 3 k. da margem direita do rio Paiva. A mitra apresentava o abbade, que tinha rs. 300$000 de rendimento. A pov. é muito antiga, e já era freg. em 1592. Foi villa. E' terra fertil, cria muito gado e tem caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Tendo sido annexada ao conc. de Castro Daire por decreto de 7 de setembro do 1895, que supprimiu o conc. de Fragoas, voltou a este, restaurado com a denominação e séde de V. N. de Paiva, por decreto de 13 de janeiro do 1898.

**Pendôa**. Pov. na freg. de S. Christovão, de Espadanedo, concelho de Sinfães, distr. de Vizeu.

**Pendral** Pov do commando mil. de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada junto da margem esquerda do rio do Panchiró.

**Pendurada**. Povoações nas freguezias: Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra.

**Penduradouro** Pov. na freg. de S. Jorge, de Gouvães da Serra, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

**Pene**. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Peneda**. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Filhadella, conc. e distr. de Villa Real. || O Salvador, de Gavieira, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || S. Martinho, de Villa Frescainha, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Serra do distr. de Vianna do Castello, a O da serra da Govieira e a NO do Suajo. Tem 1:379 m. d'altitude.

**Peneda de Baixo e de Cima**. Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Covello do Gerez, concelho de Montalegre, distr. de Villa Real.

**Penedaes**. Pov na freg. de S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

**Penedello**. Pov. na freguezia de S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, districto do Porto.

**Penedia** (*Casal da*). Na freg. de S. Sebastião, de Ferro, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

**Penedinho**. Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Penediscos**. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Athães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Penedo** (*Affonso Annes*). Um dos populares que mais se salientaram na revolução que elevou ao throno de Portugal o Mestre de Aviz, D. João I. Era tanoeiro, e na nova junta, que por ordem do Mestre se reunia na casa da camara, procurou convencer os nobres que deviam adherir á causa que defendia. Um dos primeiros actos de D. João I foi restabelecer a Casa dos Vinte e Quatro, e Affonso Annes Penedo teve a nomeação de juiz do povo, que era o mais graduado de todos os vogaes d'aquella casa, e seu presidente.

**Penedo** (*Antonio Antunes Sobrinho, visconde de*). Negociante na praça do Brazil. N. em Caniçadas, perto de Braga, em 1811, e fal. em Braga a 16 de maio de 1888. Residiu muitos annos no Pará entregue á vida commercial, obtendo ali uma importante casa. Alcançando avultada fortuna, regressou a Portugal, indo viver para Braga, onde se tornou muito considerado, e ali falleceu. Foi agraciado com o titulo de visconde de Penedo por decreto de 10 de junho de 1888.

**Penedo**. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alvito, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, do mesmo distr. || O Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Pedro, Maximinos, conc. e distr. de Braga. || S. Nicolau e conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Martinho, de Candoso, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, districto de Lisboa. || Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S João Evangelista, de Covas, conc. de Louzada, do mesmo distr. || S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Fornos, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Frende, conc. de Baião, distr. do Porto || Santo André, de Friande, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Miguel, de Frossos, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho e N. S.ª dos Remedios, de Gondiães e Samão, freguezias annexas, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Lageosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Ajuda, 4.º bairro de Lisboa. || S. Miguel, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, distr de Braga || S. Silvestre e conc. de Louzã, distr de Coimbra. || Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Marinha do Zezere, concelho de Baião, distr. do Porto. || S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Minhotães, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N de Ourem, distr. de Santarem. || S. Sebastião, de Paços, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga || O Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu || S. Lourenço, de Pias, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, districto de Braga. || S. Miguel, de Rebordosa, conc de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Rendufinho, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Pedro, de Riba d'Ave, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Ilha da Madeira e dist. do Funchal: N. S.ª da Encarnação, de Ribeira da Janella, conc. de Porto Moniz, N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol. || S. João Baptista, de Runa, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Serzêdo, concelho de Guimarães, districto de Braga. || O Salvador, de Souto da Carpalhosa, concelho e districto de Leiria. || Santo André, de Tellões, concelho de Amarante, districto do Porto. || Santa Maria Magdalena e concelho de Santo Thirso, do mesmo districto. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Ventosa, conc. de Vieira, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição e concelho de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

|| S. João Baptista, de Villar do Monte, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. da freg. de Santo Antonio das Pombas, no conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Penedo d'Alfarella**. Penedo de fórma espherica, de 3,m30 d'altura, sobre uma lage nativa, que se vê proximo ao NE de Alfarella, villa da prov. de Traz-os-Montes. Tem buracos abertos a picão, indicando ter sido a sua circumferencia coberta com um telheiro, em tempos remotos. E' tradição que antigamente faziam aqui audiencia os juizes da terra, e que tambem servia de casa da camara. Esta pedra tem todos os indicios de ser uma anta celtica, mas o povo diz que foi uma ara romana. Affirma-se que n'estes sitios ha muitas antiguidades e inscripções dos romanos, o que dá fundamento a esta crença; mas, parece mais provavel que elles aproveitassem o monumento historico, converteudo-o em *fano* ou *ara* idolatra. O povo d'Albarella tem este penedo em tão grande estima, que, pretendendo quebral-o em 1595 um tal João Lourenço, o juiz André Pinto d'Araujo lh'o impediu, sob pena de 8:000 cruzados de multa.

**Penedo da Areia**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

**Penedo d'Arrifana**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

**Penedo de Baixo e de Cima**. Duas povoações nas freguezias: Santa Maria, de Airão, concelho de Guimarães, distr. de Braga. || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto.

**Penedo do Barco**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

**Penedo da Bixa**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Vcatodos, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Penedo Branco**. Pov. na freg. de Sant'Anna da Serra, concelho de Ourique, districto de Beja.

**Penedo Cintrão**. Pov. na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

**Penedo de Goes**. Monte alcantilado, ou penhasco, muito alto, na prov. do Douro, ao sul da villa de Goes, de fórma pyramidal, e que se vê a grande distancia, ficando-lhe a SO o monte de *Santo Antonio da Neve*, onde existem as *neveiras*, poços onde se guarda a neve natural, para consumo no verão.

**Penedo Gordo**. Povoações nas freguezias: S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro. || S. Thiago, conc. e distr. de Beja.

**Penedo de Lexim** *(Casal do)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, concelho de Mafra, distr. de Lisboa.

**Penedo Martinho**. Pov. na freg. de S. Mamede, de Recesinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Penedo da Meditação**. D'este formoso sitio, um dos passeios mais pittorescos dos arredores de Coimbra, diz Augusto Mendes Simões de Castro, no seu *Guia historico do viajante de Coimbra e seus arredores:* «Ha nas proximidades de Cellas, e para a direcção de Cosêlhas, um sitio em extremo pittoresco e bastante celebrado pelos poetas: é o *Penedo da Meditação*. Como o da *Saudade*, acha-se o Penedo da Meditação desprovido dos adornos da arte, mas, em bellezas naturaes, é tambem, como aquelle, assás mimoso e abundante. A paizagem variada e encantadora, que se dilata em frente do Penedo da Meditação, é que faz apreciavel este sitio e lhe dá justa celebridade. Comprehendido por dilatado horisonte, divisam d'ali os olhos o mais deleitoso quadro. Avistam se, em bellissimo conjuncto, serras agigantadas, collinas, e outeiros cobertos de frondosos bosques, ora de pinheiros, com a sua rama verde-escura, ora de bastos olivedos; casas alvejantes, sobresaindo aqui e ali por entre a ramagem, varzeas mimosas, prados de luxuriosa vegetação; e aos pés do observador, no fundo de escarpada encosta, um ameno valle, dividido por um pequeno ribeiro, que realça immenso os encantos da paizagem. Este tão delicioso logar é muito frequentado pelos academicos, que se comprazem em ir contemplar aquelle famoso panorama e em passar ali algumas horas de socegado scismar.»

**Penedo da Mô**. Pov. na freg do Salvador, de Padreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Penedo Mocho**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Bairros e Sanfins, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Penedo do Murtal**. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

**Penedo dos Ovos**. Nos arredores de Cintra, proximo á Penha Longa, ha um logar denominado Linhol, ou mais vulgarmente Linhó (V. *este nome*), que poucos attractivos offerece, porque fica collocado no fundo d'um valle, que fórmam os montes da Pena e de Santa Eufemia. Em Linhol, portanto, não se admiram os lindos panoramas que se descobrem em muitos pontos elevados da historica villa de Cintra; comtudo o terreno é continuamente regado pelas copiosas e crystalinas aguas que se precipitam da serra, o que o torna muito saudavel, e um logar dos mais apraziveis. A' beira da estrada, sobre uma planicie, eleva-se um grupo de penedos, e superior a elles, vê-se um penedo enorme, posto a pino, em cujo vertice foi collocada uma cruz de pedra, pelos frades jeronymos do convento da Penha Longa. A cruz já hoje não existe, apenas se vêem uns resquicios, que servem de memoria. E' este o *Penedo dos Ovos*, que se tornou muito popular, o a respeito do qual se conta a seguinte lenda, que transcrevemos do volume III do *Archivo Pittoresco*, publicado em 1860: «Era voz constante, n'aquelles sitios, que debaixo da enorme pedra existia um thesouro encantado, o qual só se descobriria a quem pudesse conseguir derribar a pedra, atirando-lhe com tantos ovos quantos bastassem para conseguir tal façanha. Ninguem a tentava; mas um dia certa velha do logar quiz emprehender essa tarefa, e munindo-se de quantos ovos pôde juntar por muitos dias, começou a atiral-os sobre o formidavel penedo. Tendo, porém, exhaurido todas as munições sem poder quebrar o encanto, e faltando-lhe os meios de adquirir ainda mais projecteis, abandonou a empresa, e ficaram todavia na pedra, e ainda hoje lá se vêem, os signaes do tiroteio que fez a ve-

lha, nas malhas amarellas que cobrem um dos lados do penedo, malhas que os velhos e creanças do sitio affirmam serem as gemmas dos ovos, que ficaram ali! Um musgo amarello, que cobre a parte meridional do rochedo, aviventa esta crença dos honrados linholenses. Este rochedo serviu por muito tempo de signal ou marco aos navegantes que demandavam a barra de Lisboa. Com os melhoramentos da navegação, e a collocação de pharoes na costa, não serve hoje o Penedo dos Ovos senão para colonia de corvos, e admiração dos raros viajantes que vão ali.

**Penedo Painço**. Pov. na freg. de Santa Senhorinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

**Penedo Pardo**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição da Rocha, de Cabeça Gorda, conc. e distr. de Beja.

**Penedo Pinto**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Telhado, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga.

**Penedo das Pombas**. Pov. na freguezia de S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Penedo Que Fala** Pov. na freguezia de S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

**Penedo Quebrado**. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

**Penedo Rachado**. Pov. da freg. de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Penedo da Rola**. Logar da freg. de N. S.ª da Conceição e conc de Castro Verde, distr. de Beja.

**Penedo da Saudade**. Nome dado a um dos sitios mais formosos e poeticos dos arredores de Coimbra, e do qual se goza um soberbo e dilatadissimo panorama. Para a direita vê-se o rio Mondego, por entre bellas insuas e verdejantes quintas. Ao pé laranjaes e olivedos, casas, hortas, pomares e campos. Em frente, e para a esquerda, vae sempre o terreno rico de variada vegetação, até chegar a montes e serras coroadas de arvores silvestres. Diz-se que o nome de Penedo da Saudade lhe foi dado por D. Pedro I, que para ali ia choraras suas maguas, depois da morte de D. Ignez de Castro.

**Penedo da Sé**. Povoação na freg. de N. S.ª da Conceição, de Marmeleiro, conc. e distr. da Guarda.

**Penedo de Talaide**. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa.

**Penedo Velho**. Pov. na freg. de S. Estevão, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Penedo da Vista**. Pov. na freguezia de S. Thiago, de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

**Penedones**. Pov. na freg. de S. Vicente, de Chã, concelho de Montalegre, districto de Villa Real.

**Penedono**. Villa da prov. da Beira Alta, séde de conc., com. de Mêda, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego, Relação do Porto. Está situada n'um alto, no começo da serra do Sirigo, a 4 k. do rio Torto, e a 57 da capital do distr. Até ao principio do seculo XIX teve duas freguezias: S. Pedro e S. Thiago, sendo ambas do padroado real, tendo o abbade da primeira 270$000 réis de rendimento, e o da segunda 160$000 réis. Depois reuniram-se ambas as freguezias, formando só uma, com o orago de S. Pedro, que é a que existe. A sua fundação é muito antiga, sendo o seu primitivo nome *Pena de Dono*, que assim está escripto em todos os documentos antigos. Antes da nossa monarchia já existia, pois que em 960, eram os castellos de *Pena de Dono*, *Trancoso*, *Moreira*, *Vacinata*, *Langrobia*, *Aliobria*, *Semorzelli*, *Nauman*, e outros, propriedade de D. Flamula, como consta do seu testamento, feito n'esse anno (*Livro I, de D. Mumadona, de Guimarães*, fl. 7). D. Sancho I deu-lhe foral, em 1195, o qual foi confirmado por seu filho D. Affonso II, em Trancoso, no mez de outubro de 1217; D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 27 de novembro de 1512 O julgado de Penedono foi supprimido, por decreto de dezembro de 1873, ficando existindo sómente o concelho. Tem um castello majestoso, que foi muito forte n'outro tempo, e que está ainda bem conservado, no cimo do qual se collocou o relogio da villa. Foi seu alcaide-mór Pedro Alvares Cabral de Lacerda, descendente de D. Fernando Affonso Correia, senhor de Farelães e de Valladares. O territorio d'este concelho é abundante de cereaes, produz muito bom vinho, fructas e legumes; cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece muita caça. Esta villa honra-se muito com o ter sido o berço de Alvaro Gonçalves Coutinho, o Magriço, um dos doze cavalleiros portuguezes que fôram a Inglaterra no tempo de D. João I, para vingar a honra das damas inglezas. Alexandre Herculano, que visitou esta villa em 1867, pôde verificar que o castello fôra a morada dos antecessores d'aquelle valente campeão. Penedono pertence á 2.ª div. mil., 3.ª brigada, grande circumscripção Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., advogado, medico, pharmacia, hospedaria, feira a 29 de junho, a 15 e 16 de setembro, e nas primeiras quartas feiras de todos os mezes; romaria a 15 e 16 de setembro a Santa Eufemia, que é uma bella e pittoresca ermida, ao lado poente da villa, que é da administração da junta de parochia. O conc. comprehende 9 freguezias, com 1:893 fog. e 6:840 hab., sendo 3:270 do sexo masc. e 3:570 do fem., n'uma superficie de 16:352 hect. As freguezias são: S. Miguel, de Antas, 705 hab.: 336 do sexo masc. e 369 do fem.; Santa Cruz, de Beselga, 747 hab.: 346 do sexo masc. e 401 do fem.; S. Sebastião, de Castainço, 449 hab: 222 do sexo masc. e 227 do fem.; S. Sebastião, de Granja, 473 hab.: 224 do sexo masc. e 249 do fem; N. S.ª d'Assumpção, de Ourosinho, 529 hab: 249 do sexo masc. e 280 do fem.; S. Pedro, de Penedono, 1:175 hab.: 608 do sexo masc. e 567 do fem.; N. S.ª do Pranto, de Penella da Beira, 1:036 hab.: 459 do sexo masc. e 577 do fem.; Santa Margarida, de Povoa de Penella, 820 hab.: 402 do sexo masc. e 418 do fem; S. Pedro, de Souto, 906 habitantes: 424 do sexo masc. e 482 do fem O principal commercio é vinho, cereaes e batatas. Os logares mais importantes são Ferronha e A do Bispo. Este conc. foi supprimido por decreto de 7 de setembro de 1895, sendo annexadas as suas freguezias, parte ao de Mêda e parte ao de S.

João da Pesqueira. O decreto de 13 de janeiro de 1898 restaurou-o com todas as freguezias que anteriormente o constituiam.

**Penedos**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, districto de Leiria. || S. Thiago, de Anha, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Gallegos, conc. de Povoa de Lanhoso, districto de Braga. || S. Faustino, de Gueifães, conc. de Maia, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Purificação, de Pontével, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Miguel do Pinheiro, conc. de Mertola, distr. de Beja.

**Penedos Altos**. Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Penedos de Baixo e de Cima**. Duas povoações na freg. de S. Mamede, de Arcozello, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Penedos Bellos**. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

**Penedos de S. Pedro**. Ilhéos situados na costa N da ilha do S. Miguel, Açôres, junto da ponta de S. Pedro.

**Penegache**. Pov. na freg. de Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

**Penegate**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

**Peneirada**. Povoações nas freguezias: S. Paio, de Guimarei, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || O Salvador, de Bravães, concelho de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Peneireiro**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Tamengos, concelho d'Anadia, districto de Aveiro.

**Peneireiros**. Pov. na freg. de Santa Maria, Veade, concelho de Celorico de Basto, distr. de Braga.

**Penella**. Appellido nobre, tomado da villa d'este nome, séde de conc. do districto de Coimbra. Não se sabe quem foi o primeiro que o usou. Em 1700 vivia em Tavira Antonio Rodrigues Penella. As suas armas eram: Em campo de púrpura, seis pinhas de ouro, em duas palas

**Penella** *(D. Affonso de Vasconcellos, 1.º conde de)*. El rei D. Affonso V, em carta de 24 de outubro de 1471, concedeu a D. Affonso de Vasconcellos o titulo de conde de Penella com todas as honras, preeminencias, privilegios, liberdades e franquezas que por direito e herança são e devem ser outorgadas aos condes que, de sangue real, como elle era, descendem. Assim se diz na citada carta, dando lhe el-rei o tratamento de *bem amado sobrinho* e rememorando *os grandes e muitos serviços que nós e nossos reynos d'elle e dos que elle descende temos recebido e continuadamente recebemos* Nasceu o 1.º conde de Penella no anno de 1411; era trineto por varonia d'el-rei D. Pedro I e da rainha D. Ignez de Castro e, por linha materna, era neto dos 1.ºs condes de Villa Real e 2.ºs condes de Vianna, D. Pedro de Menezes e D. Brites Coutinho, e trineto dos 1.ºs condes de Ourem e 4.ºs condes de Barcellos, D. João Affonso Tello de Menezes e D. Guiomar de Villalobos. Foi senhor de Penella, Mafra, Enxara dos Cavalleiros, Aregos e Soalhães e da mais herança da sua avó paterna, D. Maria de Vasconcellos, cujo appellido preferiu. Sendo ainda muito joven foi para Africa servir como fronteiro do 3.º conde de Vianna, D. Duarte de Menezes, governador de Alcacer. Com o governador e com el-rei tomou parte em muitas e notaveis incursões pelas terras dos moiros, que são celebradas pelo chronista Azurara. Em 1463 acompanhou el-rei contra Tanger, indo n'um galeão seu, armado e equipado á sua custa, que se perdeu por efeito d'uma tempestade, tendo-se elle salvo a custo em um batel. Sendo já conde de Penella foi um dos quatro capitães—os outros eram D. Affonso, 1.º conde de Faro (filho dos 2.ºs duques de Bragança), D. Henrique de Menezes, 1.º conde de Loulé e D. João de Castro, 2.º conde de Monsanto--que commandaram as alas do exercito com que el rei D. Affonso V entrou em Castella em 1475 para assegurar pelas armas os direitos ao throno da infeliz princeza, que na historia tem o cognome de Excellente Senhora. Foi o conde de Penella do conselho d'el-rei D. Affonso V, adeantado da Extremadura, regedor das justiças e um dos procuradores nas côrtes que reuniram em Lisboa no anno de 1476 para jurarem o infante D. Affonso, neto d'el rei, successor do reino. Casou com D. Izabel da Silva, filha do 1.º conde de Abrantes, D. Lopo d'Almeida, e da condessa D. Brites da Silva, dama da rainha D. Leonor e camareira-mór da rainha D. Izabel, que tiveram mais seis filhos, todos notaveis, e entre elles o grande D. Francisco d'Almeida, 1.º vice-rei da India, pae da progenitora dos duques de Cadaval. Falleceu em 1 de novembro de 1480, e jaz com sua mulher, a condessa D. Izabel da Silva, em mausoléo existente na egreja do convento de Santo Agostinho, de Santarem, fundado este convento e dotado pelos seus trisavós os 1.ºs condes de Ourem e 4.ºs condes de Barcellos, D. João Affonso Tello de Menezes e D. Guiomar de Villalobos (bisneta d'el-rei D. Sancho IV de Castella), que tambem teem o seu mausoléo na mesma egreja. Os 1.ºs condes de Penella tiveram 4 filhos e 4 filhas: aquelles fôram D. João, 2.º conde de Penella *(V. o artigo seguinte)*, D. Fernando, arcebispo de Lisboa; D. Simão, que morreu menino; D. Jorge, conego da Sé de Lisboa. D. Fernando de Vasconcellos e Menezes seguiu a carreira ecclesiastica. O seu muito talento e mais merecimentos, additados á estirpe real de que provinha, recommendaram-no justificadamente para os mais elevados cargos. El-rei D. Manuel fêl-o nomear successivamente deão da sua capella, prior-mór de S. Vicente de Fóra, bispo de Lamego e capellão-mór da sua Casa. Tambem el-rei D. João III teve a maior consideração pelas suas qualidades não deixando de o consultar, de lhe ouvir o voto, em todos os assumptos que merecessem ponderação. Eleito inquisidor geral foi confirmado n'esta elevada dignidade pelo summo pontifice Paulo III a 23 de maio de 1536 e, tendo vagado o arcebispado de Lisboa com a morte do cardeal infante D. Affon-

so, foi preferido para tão eminente cargo, sendo confirmado pelo mesmo summo pontifice, a 26 de setembro do 1540. O seu successor no arcebispado de Lisboa, que lhe succedeu por sua morte, foi outro principe, o cardeal infante D. Henrique. Entre o arcebispo e o cardeal, que lhe veiu a succeder, suscitaram-se graves desintelligencias. Quando bispo de Lamego dotou a cathedral com preciosos ornamentos e fez edificar um sumptuoso palacio para residencia dos seus successores, e nos ultimos annos em que governou o arcebispado do Lisboa fez edificar egreja e casas proprias á habitação dos seus successores no logar de Santo Antonio do Tojal, vizinho de Lisboa. Entre outros honrosos encargos, que lhe fôram commettidos, teve o de conduzir, e fêl-o com grande pompa, a princeza D. Maria, que ia desposar se a Castella com um filho dos imperadores Carlos V e D. Izabel. Falleceu a 7 de janeiro do 1564 e está enterrado na capella mór da sé cathedral de Lisboa com este epitaphio.

Aqui jaz enterrado D. Fernando filho de D. Affonso primeiro Conde de Penella, Arcebispo de Lisboa, Capellão mór d'El Rey D. Manuel, e de seu filho D. João o III, e d'El-Rey D. Sebastião nosso Senhor; viveo 77 annos e meyo, faleceo a 7 de janeiro de M.D.LXIIII.

Foi autor de varias obras que veem citadas no tomo I da *Bibliotheca Lusitana*: *Nobiliario das Familias de Portugal*, fol. ms.; *Estatutos da Sé de Lamego; Voto politico muito douto e extenso a El-rei D. João o III sobre a perda do cabo de Gué; Carta escripta ao mesmo Principe sobre a prohibição das mulas; Carta escripta ao Summo Pontifice ácerca das decimas que havião pagar os Ecclesiasticos de Portugal para a guerra contra o Turco; Relação da jornada que fez, quando conduzio a Princeza D Maria a Castella; Resposta aos Capitulos, que por ordem d'El-Rey D João o III deu o cardial D. Henrique aos Prelados do Reyno; Capitulos de suspeição contra o cardial D. Henrique, apresentados á Santidade de Paulo IV onde faz uma publica confissão dos seus defeitos.*

**Penella** *(D. João de Vasconcellos e Menezes, 2.º conde de).* Succedeu a seu pae, o 1.º conde de Penella D. Affonso de Vasconcellos, na posse da sua importante casa e recebeu novas doações regias, pelo que foi senhor de Penella, Mafra, Enxara dos Cavalleiros, Soalhães, Ilha do Fogo e outras terras. Por carta de 16 de abril de 1481, firmada por el rei D. Affonso V, foi feito 2.º conde de Penella, e o senhorio d'esta villa foi-lhe confirmado em successivas cartas pelos reis a quem serviu, D. João II, D. Manuel e D. João III, sendo a primeira de 22 de fevereiro de 1482, na qual el-rei lhe dá o tratamento de *sobrinho*. Foi védor da Fazenda e do conselho d'el-rei D. João III. Já em edade avançada caiu no real desagrado; a este facto se attribue não ter el-rei impedido e ter dado preferencia ao 1.º conde de Vimioso na contenda que teve com o 2.º conde de Penella sobre precedencias entre um e outro. Foi o conde de Penella o testamenteiro nomeado por seu tio o grande D. Francisco de Almeida, 1.º vice-rei da India, morto na Aguada de Saldanha luctando com os cafres. O conde de Penella no cumprimento do testamento de seu tio teve difficuldades, que cessaram depois de accôrdo feito com sua prima irmã, filha e herdeira do testador, D. Leonor d'Almeida, casada com D. Rodrigo de Mello, 1.º conde de Tentugal e 1.º marquez de Ferreira, que fôram os progenitores dos duques de Cadaval, e essa composição sobre a herança do vice-rei foi confirmada por el-rei e consta da chancellaria do D. Manuel, liv. 24.º fl. 25 v. Casou duas vezes, a 1.ª com D. Maria de Athaide, filha de D. João de Sousa, capitão de ginetes do infante D. Fernando, e a 2.ª com D. Joanna Henriques, filha de D. Carlos Henriques, commendador de Proença na ordem de Christo. D'este matrimonio não houve filhos, mas do primeiro nasceram 4 filhos e 4 filhas: das 4 filhas apenas duas casaram, uma, D. Lourença, com D. Nuno Manuel, guarda-mór e almotacé-mór d'el-rei D. Manuel, o outra, D. Guiomar, dama da rainha D. Leonor, viuva d'el-rei D. Manuel, com D. Jorge de Portugal, 1.º conde de Gelves (em Hespanha), neto paterno dos 2.ºs duques de Bragança e materno dos 1.ºs condes de Olivença, e nem uma nem outra tiveram descendencia; dos filhos só o 1.º e o 3.º, D. Affonso e D. Antonio, deixaram descendencia, illegitima a do primeiro e um unico filho legitimo, D. João Luiz, nascido do segundo, que veiu a fallecer sem geração. Após o fallecimento do 2.º conde de Penella, que viveu 75 annos, não se renovou o titulo na sua descendencia e o senhorio de Penella foi doado á casa de Aveiro onde se conservou até á extincção d'esta casa, por sentença, em 1759. Por morte do filho primogenito do 2.º conde de Penella, D. Affonso, que deixou um filho illegitimo, D. João, vagaram os bens da Corôa, passando sómente o senhorio de Mafra para o filho terceiro, D. Antonio, e por morte do unico filho legitimo d'este, D. João Luiz, sobreveiu um prolongado litigio sobre o direito de posse á casa do Mafra, figurando entre os oppoentes os descendentes legitimos dos 1.ºs condes de Penella. Muitos annos demorou sem resolução a causa judicial, tendo sido sentenciada por fim em favor da quarta neta por linha illegitima do 2.º conde de Penella, D. Joanna de Vasconcellos, então casada em 2.as nupcias com o 8.º visconde de Villa Nova da Cerveira, D. Diogo de Lima. Os 8.ºs viscondes de Villa Nova da Cerveira, que fôram os progenitores dos marquezes de Ponte do Lima, entraram assim na posse da casa de Mafra, unico dos muitos senhorios que haviam pertencido á antiga e opulenta casa dos condes de Penella que lhes foi transmittido por herança, mas sómente depois de um violento litigio.

**Penella** *(D. José Maria de Portugal de Vasconcellos da Costa Mexia de Mattos, 3.º conde de).* O fallecido rei D. Carlos I, por decreto de 5 de dezembro de 1907, renovou o titulo de conde de Penella em D. José Maria de Portugal de Vasconcellos da Costa Mexia de Mattos, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, bacharel em Mathematica pela Universidade de Coimbra, e 2.º capitão de artilharia, constando da respectiva carta, de 19 datada do mesmo mez e anno, ser a mercê em testemunho da *Real benevolencia e consideração pela sua pessôa e nobre ascendencia, renovando n'elle uma das mais gradas distincções de seus maiores.* Descende o 3.º conde de Penella por linha legitima de D. Joanna da Silva, filha de D. Affonso de Vasconcellos, 1.º conde de Penella e da condessa D. Izabel da Silva, filha dos

1.os condes d'Abrantes. D. Joanua da Silva casou com Alvaro Pires de Tavora, que foi 12.º senhor da casa de Tavora, senhor de Mogadouro, S. João da Pesqueira e de outras muitas terras, alcaide-mór de Miranda e do conselho d'el-rei D. João III; d'este casamento proveiu geração, e foi sua bisneta D. Anna de Athaide, filha unica do 1.º matrimonio do 2.º conde de Castanheira, D. Antonio de Athaide, com D. Maria de Vilhena (Vidigueira), filha dos 2.os condes da Vidigueira, e neta paterna do grande D. Vasco da Gama. Do casamento de D. Anna de Athaide, que foi dama de honor da rainha D. Catharina, com D. Henrique de Portugal, filho do 1.º matrimonio do distincto poeta D. Manuel de Portugal, neto paterno dos 1.os condes de Vimioso e trineto dos serenissimos senhores 2.os duques de Bragança, D. Fernando I e D. Joanna, é que descende em linha recta o actual e 3.º conde de Penella. E' diplomado, como dissémos, com o grau de bacharel em Mathematica pela Universidade de Coimbra, tendo obtido a qualificação de distincto no 2.º e no 4.º anno da respectiva faculdade, bem como na cadeira de geometria descriptiva que pertencia ao 3.º anno. Matriculado na Escola do Exercito, com destino á arma de artilharia, ultimou o curso findos dois annos de frequencia d'esta escola, sendo promovido a 2.º tenente por decreto de 26 de novembro de 1891, a 1.º tenente por decreto de 14 de dezembro de 1893 e a capitão por decreto de 29 de dezembro de 1906. Com o titulo de *Viaturas da Infantaria* deu á publicidade um extenso trabalho que saiu no jornal militar *Revista do Exercito e da Armada*. Nasceu em 22 de maio de 1858; foi o unico filho varão de D. João José de Portugal da Costa Mexia de Mattos, moço-fidalgo com exercicio na Casa Real, e de sua mulher D. Marianna Ritta Gonçalçes Franco de Mattos, que tiveram mais uma unica filha, D. Joanna de Portugal, actual viscondessa do Rio Xévora.

**Penella** *(Fr. Manoel da Senhora das Dôres)*. Religioso da provincia da Arrabida, no convento de S. Pedro d'Alcantara em Lisboa; ex-leitor de Theologia, e examinador das Tres Ordens Militares. Escreveu: *Thesouro das sete dôres da Mãe de Deus, ou allivio de penas do purgatorio em uma via sacra das dôres*, etc., Lisboa, 1816; *Novena do glorioso S. Pedro d'Alcantara*, Lisboa, 1829; *Hora em quinta feira de Ascensão*, etc, Lisboa, 1831; *Novena da gloriosa Ascensão*, etc., Lisboa, 1831.

**Penella**. Villa da prov. do Douro, séde de concelho e de com., distr. e bisp. de Coimbra, Relação do Porto. Está situada sobre uma collina, em volta do seu vetusto castello, a 1 k. da margem esquerda do rio d'Eça. Tem duas freguezias: Santa Eufemia e S. Miguel. O real padroado apresentava o prior de S. Miguel, que tinha 700$000 réis de rendimento; e a Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior de Santa Eufemia, que tinha 40$000 réis, e o pé d'altar. A povoação é muito antiga, pelo menos tão antiga como a monarchia, já como villa e cabeça de concelho. Suppõe-se que as suas primeiras fortificações datam do tempo dos romanos, pois é tradição, e lê se em alguns livros, que os arabes as destruiram no principio do seculo VIII, o que o conde D. Sisnando as reedificou em 1080. Se este conde não foi o reedificador, com certeza foi o edificador, e os arabes as tornaram a destruir em 1129, quando o rei arabe, Eujune, veiu pôr cêrco a Coimbra, com um grande exercito. Fernando Magno, ao retirar-se para Leão, deixou o governo de Coimbra e o seu vasto territorio ao conde D. Sisnando, com poder absoluto, e este doou terras e egrejas aos que o ajudaram nas guerras contra os moiros, como fôram as villas de Tentugal, Arouce, Penella, Cautanhede, e outros. D. Affonso Henriques deu foral a Penella, sem data, mas calcula-se que fôsse em 1131; em julho de 1137 deu-lhe outro foral. A pov. esteve em ruinas durante 58 annos, até que D. Sancho I a reconstruiu e ampliou, em 1187, dando-lhe outro foral, em Coimbra, a 6 de abril de 1198. Seu filho, D. Affonso II, confirmou estes foraes, em Trancoso, no mez d'outubro de 1217. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 15 de dezembro de 1512. El-rei D. Diniz, em 1300, tambem procedeu a importantes obras no castello. Na parte mais elevada vê-se a velha torre de menagem, que hoje se chama *Forte*, e domina uma extensa e surprehendente paizagem. Estão dentro da fortaleza a egreja matriz de S. Miguel, a casa da confraria do Santissimo Sacramento, a residencia do parocho, diversos quintaes, e o cemiterio. Esta egreja foi edificada pelo infante D. Pedro, filho de D. João I, em 1420, em cumprimento d'um voto, por occasião d'uma grande doença, que teve em Aveiro. Desde os primeiros tempos da monarchia que a villa de Penella tem voto em côrtes com assento no banco 16.º As suas armas são: Em campo azul tres torres de prata, duas collocadas na parte superior do escudo, e uma em baixo. Houve na villa um mosteiro de frades capuchos, da provincia de Santo Antonio, que ultimamente era propriedade do conde de Fornos d'Algôdres. Os marquezes de Gouveia tinham o senhorio de Penella, que depois herdou o duque de Aveiro, que o conservou até 1759, anno em que, pela conspiração com os Tavoras, perdeu todos os bens. Os marquezes de Gouveia haviam edificado aqui um palacio, que depois se tornou propriedade da camara municipal. O territorio d'este concelho produz com abundancia pão, vinho, azeite, hortaliça, fructas, e gado do toda a qualidade. Nos seus montes apparece muita caça. N'este concelho nasce o rio *E'ça* ou *Daeça*, e a ribeira do *Espinhal*, que se unem, no *Campo do Pastor*, no sitio de *Entr'aguas*, banhando em seu curso, o conc. de Miranda do Corvo, e indo unir-se ao *Arouce*, ou *Ceira*, entre a aldeia d'este nome e as *Vendas de Ceira*. Proximo á Portella de Penella, ha um logar, a que chamam *Cova de Moiros*, e as ruinas d'um pequeno castello, edificado sobre um enorme rochedo, provavelmente pelo mesmo conde D. Sisnando, quando edificou esta villa. Em 1860 appareceu, no mesmo logar da Portella, grande porção de moedas de cobre, dos arabes, distinguindo-se ainda d'um lado um guerreiro armado de lança, e do outro a palavra *Marrócos*. Nas pro-

Brazão d'armas da villa de Penella

ximidades da villa, assim como em todo o conc., ha muitas e boas quintas: a *Quinta do Pinheiro*, *da Bouça*, *da Bouça de Cima*, *das Pontes*, *da Vouzella*, *do Engenho*, *de S. Francisco* (onde foi o antigo mosteiro de frades capuchos), *de Valle d'Arinto*, *dos Freixos*, *da Chaquêda*, *de Valle Louro*, etc. Penella foi condado feito por D. Affonso V, na pessoa de D. Affonso de Vasconcellos, bisneto de D. João, filho de D. Ignez de Castro e do principe D. Pedro. Este titulo só existiu durante a vida de D. Affonso, e de seu filho D. João de Vasconcellos e Menezes, que falleceu sem descendencia. Penella pertence á 5.ª divisão mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, notario, agencias bancarias, da *Casa José Henriques Tota* e *Silva Beirão Pinto & C.ª*, de Lisboa; das companhias de seguros *Nacional*, *Popular*, *Portugal* e *Reformadora;* hospedaria, medicos, pharmacias, Misericordia, theatro, philarmonica, feira a 29 de setembro, e de gado a 9 de cada mez, romaria á Senhora da Nazareth, na freg. de S. Miguel, de 13 a 15 de agosto. O conc. comprehende 6 freguezias, com 2:852 fog. e 10:354 hab.: 4:669 do sexo masc. e 5:685 do fem., n'uma superficie de 11:370 hect. As freguezias são: S. Sebastião, de Cumieira, 1:800 hab.: 826 do sexo masc. e 974 do fem.; S. Sebastião, de Espinhal, 1:932 hab.: 812 do sexo masc. e 1:120 do fem.; Santa Eufemia, de Penella, 2:465 hab : 1:133 do sexo masc. e 1:332 do fem.; S. Miguel, de Penella, 2:52[illegible] hab.: 1:178 do sexo masc. e 1:351 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Pudentes, 952 hab.: 402 do sexo masc. e 550 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Rabaçal, 676 hab.: 318 do sexo masc. e 358 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes, caça, azeite e queijos. Os logares mais importantes são: Alfafar, Grocinas, Pastor e Vianae. || Designação d'um concelho, que existiu na prov. do Minho, na extincta comarca de Pico de Regalados. Sendo supprimido o concelho, passou a formar parte do de Pico de Regalados, e sendo este conc. e comarca tambem supprimidos, passou a ser cabeça do novo conc. e com. a pov. de Villa Verde, no arcebispado e distr. de Braga. (V. *Villa Verde*). El rei D. Manuel deu foral a Penella, em Lisboa, a 6 de outubro de 1514. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga. || Santo Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, do mesmo distr. || Santa

Castello de Penella

Marinha, de Chorense, conc. de Terras de Bouro, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Sampriz, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Portella das Cabras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. Tem est. postal.

Penella—Convento de Santo Antonio

**Penella da Beira.** Villa e freg. de N. S.ª do Pranto, da prov. da Beira Alta, conc. de Penedono, com. de Mêda, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 319 fog. e 1:030 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 7 k. da margem esquerda do rio Torto. E' pov. muito antiga, e parece que já existia como parochia no anno 960, como se prova pelo testamento feito n'esse anno, por D. Flamula, sobrinha da condessa Mumadona, de Guimarães, no qual deixa sua alma por herdeira da sua muita fazenda, que toda mandou repartir em obras pias (Documento de Guimarães, de 960). El rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, no 1.º de junho de 1514. A terra foi senhorio dos marquezes de Marialva. E' muito fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

**Penella de D. João de Castro.** Couto, que existiu na prov. de Minho, na antiga comarca de Barcellos, ao qual el-rei D. Manuel deu foral, em Lisboa, a 20 de junho de 1514.

**Penellas.** Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Miguel, de Cabaços, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, districto de Vizeu. || Santa Comba, de Ermida, conc. e distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Filhadella, do mesmo conc. e distr. || St.ª Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Gallegos, do mesmo conc. e distr. || Santa Maria Magdalena, de Jolda, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Nogueira e S. Claudio, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, do mesmo distr. || Santa Maria, de Panoias, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Maria, de Vermoim, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

**Penellas de Jugueiros.** Pov. na freg. de S. Paio, de Portella, conc. de Penafiel, districto do Porto.

**Penelleiros.** Pov. da freg. de Santa Maria, de Gondar, conc. de Amarante, distr. de Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

**Penêllos.** Pov. na freg. do Salvador, de Fervença, conc. Celorico de Basto, distr. de Braga.

**Pengamente.** Pov. do sobado de Sorgula, no conc. do Cougo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Penha.** E' appellido nobre; veiu de Hespanha, mas ignora se quem o trouxe para Portugal. Registou as suas armas, confirmadas por D. João III, a 27 de maio de 1527, as quaes são: Em campo verde, aguia negra, bicada e armada de ouro, sentada sobre um penha, com uma bezante de ouro no peito, carregado d'uma cruz de Calatrava; elmo d'aço guarnecido de ouro, e por timbre a aguia do escudo. De Cáceres, Hespanha, veiu para Portugal D. Alvaro da Penha, que casando n'este reino, teve successão: usava as mesmas armas.

**Penha** *(João)*. V. *Fortuna (João d'Oliveira Penha)*, no vol. III a pag. 556 e 1089.

**Penha.** Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santo André, de Parada, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. Lourenço, conc. e distr. de Portalegre.

**Penha d'Agula.** Pov. e freg. de N. S.ª das Candeias, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Figueira de Castello Rodrigo, distr. e bisp. da Guarda; 120 fog. e 381 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 9 k. da séde do conc. e está situada a 5 k. da margem direita do rio Côa, na aba da serra da Marofa. O papa e o bispo apresentavam alternativamente o reitor, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence

á 2.ª mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: Espirito Santo, conc. de Mertola, distr. de Beja. || Ilha da Madeira, N. S.ª da Natividade, de Fayal, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal. || Pov , séde d'um posto fiscal dependente da secção de Alcantara.

**Penha e Costa** (*José Maria da*) Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, e advogado. N. em Lisboa a 6 de maio de 1816, sendo filho de José Rebello da Costa, que foi chefe da 4.ª repartição da contadoria do hospital de S. José, e depois escrivão das capellas na comarca de Lisboa, e de D. Maria Amalia da Penha Coutinho. Formou-se em Coimbra em 1867. Foi delegado do procurador regio, por nomeação provisoria na 5.ª e 6.ª varas de Lisboa, em 1868, e na 2.ª vara da mesma comarca, no impedimento do proprietario, em 1869 e 1870. Hoje exerce a advocacia em Lisboa Sendo estudante, collaborou n'um jornal litterario, intitulado *O Recreio*, e escreveu o seguinte opusculo: *Os principios de Mathematica de José Anastasio da Cunha*. Tem collaborado na *Gazeta da Associação dos advogados*, e publicado em separado os seguintes trabalhos forenses: *Petição de aggravo para o supremo tribunal de justiça, em que é aggravante Bernardino Fernandes de Oliveira, e aggravada a firma Santos & Cardoso; Libello de Cesar Augusto de Macedo e mulher contra as irmãs da caridade portuguezas; Allegação final na causa de D. Maria Izabel Ferreira Duarte contra João Carlos de Valladas Mascarenhas e outros; Petição e minuta no recurso á corôa, em que é recorrente a veneravel ordem Terceira do Monte do Carmo, e recorrido o ex.mo arcebispo de Mytilene; Minuta do recurso de revista, em que é recorrente Victorino Cardoso Valente e recorrido o conde de Sabugal; Petição de aggravo, em que é aggravante, para a relação de Lisboa, D. Candida da Conceição das Neves Parente, e aggravado o curador dos orphãos na segunda vara, e outros.*

**Penha Feia**. Nome d'uma antiga freguezia, da Beira Baixa, no bispado da Guarda, que foi supprimida. O orago era N. S.ª d'Assumpção, e a mitra apresentava o prior, que tinha 130$000 rs. de rendimento. E' distante 6 k. da Guarda.

**Penha Firme** (*Jorge Roze Sartorius, 1.º visconde da Piedade, 1.º visconde de Mindello, e 1.º conde de*). Valente marinheiro inglez, que serviu Portugal nas luctas constitucionaes N. em Bombaim, a 9 de agosto de 1790, fal. em Londres a 17 de abril de 1885. Era filho de João Conrado Sartorius, e de sua mulher, D. Arabella Rose. Entrou na armada ingleza, e sendo capitão, distinguiu se na batalha de Trafalgar, e depois de ter obtido varias commendas, era em 1828 capitão da fragata *Pyramo*, então surta no Tejo, ficando por chefe das forças navaes, cargo de observação em que o deixou o almirante Beauclerck, quando se retirou. N'essa epoca recebeu Sartorius a seu bordo varias familias que fôram ali refugiar se. Achava-se em Inglaterra em 1831, e era capitão de mar e guerra, quando se resolveu que D. Pedro fôsse tomar conta do governo nos Açôres, já então reduzidos á sua obediencia. Não havia marinha, porque a esquadra estava, de vontade ou sem ella, com o governo de D. Miguel; foi necessario fretar navios, e Sartorius offereceu se, não só para tratar d'esse fretamento, mas para commandar a expedição. Depois de varias contrariedades, tendo sido até uma das fragatas algum tempo embargada, partiram para Belle-Isle, onde os navios, que eram mercantes, armaram em guerra, e organisada a expedição, largou para os Açôres, sendo Sartorius elevado a vice-almirante, e levando hasteado o signal do commando. Era pequena a esquadrilha, e não lhe faltava receio de se encontrar com a, relativamente, forte esquadra miguelista. Chegada felizmente aos Açôres, houve depois a idéa de mandar Sartorius á ilha da Madeira, mas as fôrças, com que partiu, eram tão diminutas, foi tão mal pensado esse projecto, que a ilha se não rendeu, e apenas se occupou Porto Santo. Organisou-se então a grande expedição de 40 vélas de transporte que veiu conduzir o pequeno exercito liberal ás praias de Portugal; Sartorius commandou habilmente esse comboio, que guiou e protegeu com a sua pequena esquadra, podendo em poucos dias effeituar o desembarque nas praias do Mindello. A 9 de julho de 1832 apoderava-se do Porto o exercito libertador, a 10 entrava a esquadrilha as aguas do Douro, recebendo fogo do lado de Villa Nova de Gaia; por conselho de Sartorius, no dia 11 a brigada ligeira do commando de João Schwalbach desalojava o inimigo da Serra do Pilar, e tomava esse ponto, que nunca mais os constitucionaes largaram, apezar de repetidos ataques, e que foi uma salvação para o Porto. Depois do combate de Ponte Ferreira e outros, e de terem deixado occupar Villa Nova de Gaia pelos miguelistas, e perderem os seus importantes depositos de vinhos, logo a 18 partiu a esquadra para o sul, e Sartorius deu fundo em Cascaes. Em vista d'uma representação do governador d'essa praça ao almirante Pasker, que estava ali, Sartorius passou ao sul do Tejo, e a 23 teve a satisfação de vêr que o almirante, levantando ferro, e passando junto d'elle, o cumprimentou e salvou com a bandeira constitucional. Bloqueou o Tejo e aprisionou a charrua *S. João Magnanimo* e a escuna *Eugenia*. A 3 de agosto saiu a esquadra miguelista, e as duas vogaram prolongadas de 5 a 10. N'esse dia á tarde com uma manobra habil, atacou-a por sotavento, e a esquadra miguelista, depois d'um pequeno combate, fugiu a todo o panno, de modo que no dia seguinte pela manhã apenas se avistava vogando para Lisboa. Tornou a sair a esquadra a 22, a 10 de setembro appareceu a miguelista, a 14 acharam se á vista; separou-se por varias causas a fragata *D. Maria*, que só se lhe juntou a 30. A 2 de outubro lançaram ferro, estas ilhas de Bayona, e a miguelista em Vigo, d'onde saiu a 10; seguiu a Sartorius, travou se combate a 15 sem decisão, seguindo a liberal para o Porto e a miguelista para Lisboa. Sartorius não foi bem recebido pelo imperador; foi-lhe retirado o commando, mas pouco depois restituido, até que passado tempo Carlos Napier foi encarregado do commando superior. Sartorius consagrou sempre a mais viva affeição a Portugal, onde viveu annos. Por decreto de dezembro de 1836 foi agraciado com o titulo de visconde da Piedade; por decreto de 8 de julho de 1845, com o de visconde do Mindello, e por decreto de 19 de agosto de 1853, com o de conde de Penha Firme. Em 1856 por occasião da guerra com a Russia,

foi confiado a Sartorius o commando da esquadra que devia operar no Baltico, mas as suas operações reduziram-se a pouco, porque o principal objectivo era Cronstadt, que estava de tal modo fortificada, que era impossivel tomal-a. Apenas occupou algumas ilhas. Em 1840 reformou-se na marinha portugueza com o posto de vice-almirante. O conde de Penha Firme era gran-cruz da ordem de Aviz, commendador da da Torre e Espada, e da do Banho, na Inglaterra. Casou em 1 de janeiro de 1839 com D. Sophia Lamb, filha de João Lamb e de D. Sophia Sarak Atkina.

**Penha Forte**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Lamegal, conc. de Pinhel, distr. da Guarda.

**Penha de França**. Antigo santuario na provincia do Douro, junto á villa d'Ilhavo. O bispo de Miranda, D. Manuel de Moura, que falleceu aqui no fim do seculo XVII, fundou n'uma sua quinta, chamada da *Ermida*, um templo que dedicou a Nossa Senhora, denominado *Penha de França*. Estabeleceu se depois ali, no seculo XIX, uma vasta e rica propriedade, a grande fabrica de porcelana, da *Vista Alegre*. V. *Ilhavo*. || Logar e 3 k. da villa de Grandola, onde está uma capella de *N. S.ª da Penha de França*, que dá o nome ao sitio, edificada no logar onde os romanos haviam construido um castello ou atalaia. Consta que um individuo de Grandola, que estava na India, mandára de lá a imagem, e parece que tambem dinheiro para se lhe fazer a ermida. || Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Monte, concelho e distr. do Funchal. || Pov. da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Freguezia do conc. de Bardez, no distr. de Gôa, na India. Está situada na margem do rio Mandovi.

**Penha Garcia** *(José Capello Franco Frazão, conde de)*. Importante lavrador, antigo deputado, ministro de Estado honorario. Militando no partido progressista foi ministro da Fazenda, pela primeira vez, em 27 de dezembro de 1905. O sr. conde de Penha Garcia tem feito varias conferencias na Real Associação de Agricultura Portugueza, sobre questões economico-agricolas de maior interesse. No Congresso de Laticiuios, Olivicultura e Industria dos Azeites, realisado na Real Tapada d'Ajuda, em maio de 1905, tomou parte importante pela apresentação de suas theses, principalmente a do credito agricola, que mereceu a approvação unanime da assembléa. O sr. conde de Penha Garcia tem feito estudos muito especiaes sobre a agricultura nacional. E' casado com a sr.ª D. Eugenia Maria Valdez Penalva, filha dos condes de Penalva d'Alva, José Rodrigues Penalva e D. Eugenia Henriqueta Alves Valdez. Publicou: *A partilha d'Africa (Conferencia realisada na Sociedade de Geographia de Lisboa em 2 de março de 1896)*, Lisboa, 1901.

**Penha Garcia**. Villa e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 264 fog. e 1:095 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 21 k. da séde do conc. e está situada na aba d'uma serra, na margem direita do rio Pousul, onde ha uma ponte. O tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o prior, que tinha 150$000 réis de rendimento annual. A pov. é muito antiga, foi couto do reino, ou de homiziados, que D. Maria I extinguiu, como todos os outros, por carta de lei de 1790. D. Affonso III deu a pov. aos cavalleiros da ordem de S. Thiago, em 1220, com a condição de fundarem o castello e muralhas de circumvalação; como os cavalleiros não cumpriram esta condição, el-rei D. Diniz lh'a tirou para a dar aos cavalleiros do Templo, em 1303, passando pela suppressão d'esta ordem para a de Christo em 1319. No anno de 1309 o referido monarcha, tendo sido já a pov cercada de muralhas, mandou construir um forte castello. O mestre da ordem de S. Thiago lhe havia dando foral, em Proença-a-Velha, a 31 de outubro de 1256, e el-rei D. Manuel lhe deu foral, em Santarem, no 1.º de junho de 1510. Penha Garcia foi povoação de grande importancia, por ser séde do concelho, estar fortificada, e por ser a pouca distancia da Extremadura hespanhola. Hoje perdeu muito da sua importancia, e é uma povoação decadente. O seu territorio é fertil em cereaes, legumes e fructas, cria bastante gado, e tem abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco. A serra chamada de Penha Garcia, fica entre o rio Ergêa na raia de Hespanha, e o logar de Penha Garcia, na direcção NO a SE. Tem 20 k. de comprimento, 2:500 m. de largura, e 814 d'altura. N'um sitio deserto, na margem esquerda do rio Ergêa, brota uma nascente d'agua mineral conhecida pelos nomes de *Penha Garcia*, *Monfortinho*, e *Fonte Santa*. A sua agua está canalisada até á falda da serra para um tanque abrigado n'uma casa abobadada, hoje em ruinas, cuja construcção, segundo a tradição, se deve ao infante D. Francisco, irmão de D. João V. Foi muito concorrida no seculo XVIII por doentes portuguezes, e tambem hespanhoes, para os quaes era facil o transporte, visto o local ser proximo da raia de Hespanha. Hoje está abandonada, apezar de em 1875 haver uma companhia ingleza que requereu a sua exploração.

**Penha Longa** *(Sebastião Pinto Leite, 1.º visconde da Gandarinha e 1.º conde de)*. V. *Gandarinha*, *Portugal*, vol. III, pag. 682. Recebeu o titulo de conde da Penha Longa por decreto de 4 de março de 1886.

**Penha Longa**. Na serra de Cintra existiu o convento assim denominado, de frades da ordem de S. Jeronymo, o qual, depois da extincção das ordens religiosas, se tornou n'uma importantissima propriedade, que pertenceu ao marechal duque de Saldanha, em seguida ao abastado capitalista, já fallecido ha annos, viscoude de Bessone, depois ao conde da Penha Longa, e parece que pertence hoje aos descendentes d'este titular. Como dissémos, é na serra de Cintra que estão situados o valle e a ribeira, que se denominam *Penha Longa*, palavras, segundo parece, transformadas com o andar dos seculos, do primitivo nome de Pera Longa; e a darmos crédito a uma chronica manuscripta, feita por um frade jeronymo, aquelle local tambem se chamou em epocas mais remotas a *Pedra da Verdade*. O nome de *Pera Longa* parece ter tido origem na fórma similhante a uma pera ou a um ovo, que tem o *Penedo dos ovos*, que lhe fica proximo, e que se avista a grande distancia. (V. *Penedo dos Ovos*). Tanto o valle como a ribeira, ambos risonhos pela abundancia e frescura das arvores, pelos ar-

voredos e pelas verduras que matizam a terra, são dignos da mais respeitosa attenção, pela riqueza de recordações historicas, as mais curiosas e memoraveis. Foi ali que se edificou o antigo conventinho, o primeiro cenóbio que tiveram os monges de S. Jeronymo no reino de Portugal. Fr. Vasco Martins, ou Vasco Monteiro, como lhe chamam alguns historiadores, e mais dois religiosos, seus companheiros, fôram os fundadores, em 1355; o pequeno mosteiro ficou collocado entre as brenhas e os mattos, no fundo do valle. Sem duvida, era o que mais convinha ao rigor da vida ascética, porque assim estariam aquelles humildes servos de Deus livres do bulicio do mundo profano, totalmente occultos das vistas indiscretas. Ha tambem uma outra versão, que diz ter havido ali uma gruta, que servia de guarida a um monge de eminentes virtudes; e como se lhe fôssem aggregando mais alguns monges, o virtuoso cenobita resolveu edificar o conventinho, ficando elle sempre vivendo na gruta, até que falleceu. E' possivel que aquelle santo monge fôsse fr. Vasco Martins, a que nos referimos. Muitos annos depois, D João I intentou fundar um convento mais amplo, e a pedra fundamental foi lançada por aquelle monarcha, no anno de 1400. Em memoria da batalha de Aljubarrota foi dada ao novo convento da Penha Longa a invocação de N. S.ª da Victoria, que tambem havia sido applicada para o grandioso convento da Batalha. Esta invocação foi mais tarde, em 1569, substituida pela de N. S.ª da Saude, quando uma horrorosa peste assolou Lisboa. O povo de todos os arredores concorria então ao convento em devotas romarias, a pedir soccorro á Virgem; e terminando o terrivel flagello, tornou se tão vulgar a invocação de N. S.ª da Saude, que ficou posteriormente sempre assim conhecida a respeitavel imagem, extinguindo-se completamente com o tempo a antiga invocação de N. S.ª da Victoria. Dizem alguns chronistas que aquella imagem pertencera ao valente capitão de Malaca, Ruy de Athaide, que tanto se distinguiu nas conquistas d'Africa, e que Vasco da Gama a trouxera comsigo durante a sua viagem do descobrimento do caminho da India. Ruy d'Athaide a cedera depois, aos frades jeronymos do convento de Penha Longa. Os frades obtiveram então do papa uma bulla, ordenando que, em uma área de cinco leguas, sómente aquella veneranda imagem pudesse ser festejada, em memoria do milagre que a Santa Virgem fizera aos habitantes, preservando os da terrivel peste de 1569. Os reis D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, o cardeal D. Henrique assim como seu irmão, o infante D. Luiz, fizeram obras importantissimas, que, tanto o convento como a egreja, tiveram por assim dizer uma nova fundação. A egreja actual foi, portanto, feita no seculo XVI, dando-lhe começo el-rei D. Manuel, e terminando as obras D. João III. O interior do templo indica perfeitamente aquella epoca de prosperidade pela sua abobada de laçaria de pedra e sua architectura manuelina. No exterior admira-se o estylo classico, que se introduziu em Portugal no reinado de João III. Os quatro monarchas e o infante D. Luiz, de que acima falámos, tanto apreciavam o valle e o mosteiro da Penha Longa que sempre os preferiam para as suas orações em profundo retiro, ou para diversões, descançando á sombra das frondosas florestas, aspirando o ar embalsamado pelas odoriferas flôres do valle, banhadas pelas fontes crystalinas. D. Manuel mandou construir junto ao convento uns paços reaes, a que deu o nome de *hospedarias*. Depois da morte do cardeal-rei, e que os hespanhoes tomaram posse de Portugal, nunca mais o paço da Penha Longa foi residencia real. O cardeal D. Henrique, antes de ser acclamado rei, habitou muitas vezes no convento, onde tinha uma vasta cella, adornada com as armas reaes, e que era conhecida pela *cella prioral*. A Penha Longa tinha diversos jardins que se tornavam uns retiros sympathicos e deliciosos: O *Jardim do Nuncio*, que ligava a quinta com outra, chamada de *S. Gonçalo*. Existia ali uma capella, onde o nuncio apostolico celebrava o sacrificio da missa, quando visitava o convento. O *Jardim de Caphião*, onde se admirava a *A Cadeira da Saudade*, que era uma pequêna capella em fórma de cadeira. Foi ali que D. Manuel passou os dias de nojo, quando falleceu sua segunda mulher, a rainha D. Maria. O Caphião era uma especie de mirante, forrado de azulejos brancos e verdes, construido em fórma de rotunda, e de tal maneira engenhoso que os frades nunca podiam ser vistos pelas costas. Aquelle local era o destinado para os religiosos tomarem o café depois do jantar. O *Jardim das Damas* tornou-se notavel por ser preferido pela princeza D. Beatriz, filha d'el-rei D. Manuel, que ali se ia encerrar lamentando os seus infelizes amores. Um sumptuoso pateo todo arborisado dava ingresso ao convento. Era n'este pateo tambem a entrada principal da egreja. Seguiam se depois o pateo das cozinhas, e o da portaria, que era fechado por dois portões de ferro, e onde se admiravam magnificos azulejos representando diversos passos da Biblia: *A Justiça de Salomão*, *David degolando Goliath*, *Josué fazendo parar o sol*, *A creação do mundo*, *O Paraizo*, *A Serpente tentando Eva*, muitos santos soffrendo o martyrio, etc. Para se entrar na portaria, passava-se pelo *Pasmatorio*, assim chamado por ser o local onde os frades passavam as horas de recreio, depois do almoço. O *Pasmatorio* estava rodeado de bancos de pedra, e tinha as paredes revestidas de ricos azulejos, que representavam os costumes da epoca. Não tinha portas; a entrada era formada por duas grandes arearias unidas ao centro por uma columna, estylo puramente manuelino. Do *Pasmatorio* passava-se para a portaria, claustro, refeitorio, egreja e cozinhas. No *Refeitorio*, que era tambem todo forrado de azulejos representando elegantes cestos com fructas e flôres, estava collocado o pulpito tradicional, onde um frade resava, emquanto os outros comiam. Segundo as chronicas, havia ali egualmente um grande quadro pintado a oleo, figurando a *Multiplicação dos pães no deserto*. A téla d'este quadro rasgou-se, sem se saber como, no dia em que constou em Cintra D. Sebastião ter desapparecido em Africa, na desgraçada batalha d'Alcacer-Kibir. Os frades tinham agouro com aquella coincidencia notavel, e mandaram então fazer um quadro egual, mas em azulejo, e em que se via D. Sebastião, ainda muito creança, offerecendo um cesto com flôres a Nossa Senhora. No interior da egreja vêem-se sobre peanhas as estatuas dos quatro santos Evangelistas e dos doze Apostolos, todas de perfeita esculptura em marmore; as capellas, que são cin-

co, são todas dignas de admiração; uma d'ellas é consagrada a S. José, e tem um retábulo com uma pintura feita em madeira, representando a *Adoração dos reis*; outra capella, a da *Senhora da Piedade*, parece que pertenceu ainda ao primitivo conventinho fundado por fr. Vasco Martins, e que em tantas reconstrucções, que a egreja tem soffrido, sempre se conservou para memoria. Na egreja existem varias sepulturas, e atraz do altar mór vê-se o jazigo dos frades. Sobre o cruzeiro ha uma cúpola, encimada por uma estatua do archanjo S. Miguel. A posição em que o convento está collocado tem occasionado por vezes fortes inundações; uma das maiores foi em 1627. Esta catastrophe está commemorada por uma lapide existente debaixo do alpendre da entrada principal, e em que se lê a seguinte inscripção:

«Na era de 1627 em o 1.º de dezembro ao meio dia houve uma cheia, que alagou todo este convento até á altura d'esta pedra.»

Sendo extinctas as ordens religiosas, em 1834, os frades jeronymos tiveram de abandonar o convento. A egreja ficou profanada, e o prior de S. Pedro de Penaferrim levou então para a sua egreja a milagrosa imagem da Senhora da Saude. Como dissémos, foi depois vendida aquella propriedade ao marechal Saldanha, que a tratou com tão pouco cuidado e interesse, que, por assim dizer, estava completamente abandonada, quando o visconde de Bessone a comprou. Aquelle distincto titular consumiu então valiosos capitaes na reedificação da egreja e de toda a importante propriedade da Penha Longa, tornando a um verdadeiro encanto, e onde se observava o mais fino gosto e grandeza. Conservou e restaurou quanto possivel todas as bellezas e magnificencias celebres, archeologicas, e tão respeitaveis pelas recordações historicas. Penha Longa era o assombro de todos que a visitavam, e o visconde de Bessone tinha orgulho em que o publico visse a sua propriedade, a que dedicava a mais sincera e verdadeira affeição. Apenas se concluiu a reedificação da egreja, foi a imagem da Senhora da Saude para ali conduzida em solemne e triumphal procissão, entre o maior enthusiasmo dos povos dos arredores; o visconde estabeleceu tambem missa, a que concorriam sempre muitos devotos. Quatro romarias costumavam ir annualmente a Penha Longa festejar a imagem da Santa Virgem; entre estas romarias contava-se a dos mercadores da rua Augusta; ultimamente, porém, sómente compareciam os festeiros d'um logar proximo, chamado *Murtal*, e esses mesmos deixaram essa devoção, segundo parece, quando falleceu o visconde de Bessone. O conde da Gandarinha, depois conde de Penha Longa, transformou Penha Longa n'uma granja onde se manipulava manteiga, que em nada nos recordava o que era aquella propriedade nos seculos XV e XVI. Muitos dos historicos azulejos fôram substituidos por estuques modernos; no Caphião, na celebre Cadeira da Saudade, fôram tambem barbaramente occultadas pela cal as inspiradas e mimosas poesias dos nossos primeiros poetas, com que estavam enriquecidas as paredes.

**Penha.** Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Marco de Canavezes, distr. e bisp. do Porto; 359 fog. e 1:362 hab. Tem escola do sexo masc., pharmacia, e est. post. Está situada na margem direita do rio Douro a 15 k. da séde do conc. O mosteiro benedictino de Paço de Sousa apresentava o abbade, que tinha rs. 1:100$000 de rendimento. Houve aqui a casa e torre, onde viveu o primeiro senhor do concelho de Bem Viver, chamado D. Pedro de Castro. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, e tem bom vinho verde. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

**Penhas Altas.** Pov. na freg. do Salvador, de Lordello, concelho de Paredes, districto do Porto.

**Penhas Juntas** Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança; 158 fog. e 677 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 7 k. da séde do concelho e está situada a 5 k. da margem esquerda do rio Tuella. A Casa de Bragança apresentava o abbade, que tinha réis 300$000 de rendimento. Esta pov. é muito antiga, pois já existia como parochia em 1288, porque no foral que el-rei D. Diniz deu a 5 de julho d'esse anno, á villa de Ervedosa, se trata já da freguezia de Penhas Juntas, como confinante d'aquella villa. Proximo a esta povoação ha um monte formado por muitos rochedos, o que dá o nome á povoação, onde, segundo a tradição, existiu um castello, em tempos remotissimos. A terra é fertil e saudavel. Cria bastante gado de toda a qualidade, e é abundante de caça, grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Miranda.

**Penices.** Pov. na freg. de S. Felix, de Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Peniçol.** Pov. na freg. de S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, districto de Santarem.

**Peniche** (*D. Caetano Gaspar d'Almada Noronha Portugal Camões d'Albuquerque Moniz e Sousa, 3.º conde de*). Foi o 8.º marquez d'Angeja. V. *este titulo.*

**Peniche** (*D. Caetano José de Noronha e Albuquerque, 3.º conde de Villa Verde, e 1.º conde de*). Conselheiro de Estado, ministro assistente do despacho do principe regente, depois D. João VI, e encarregado da secretaria de Estado dos negocios do reino; par do reino; veador da imperatriz rainha D. Carlota Joaquina, conselheiro da Fazenda; chanceller das Casas das Senhoras Rainhas, de Bragança e do Infantado; provedor das capellas do rei D. Affonso IV e da rainha D. Brites, sua mulher; inspector do Terreiro Publico; capitão general da provincia do Algarve, e um dos governadores do reino em 1819, na substituição do conselheiro de Estado dr. Ricardo Raymundo Nogueira, etc. N. a 29 de agosto de 1753, fal. a 16 de setembro de 1829. Era filho do 4.º conde de Villa Verde e 3.º marquez de Angeja, D. Pedro José de Noronha Camões d'Albuquerque Moniz e Sousa, e de sua mulher D. Francisca d'Assis Rita de Noronha. A eleição de par do reino foi por carta regia de 30 de d'abril de 1826, mas não chegou a tomar posse. Foi agraciado com o titulo de conde de Peniche, em duas vidas, por decreto de 6 de dezembro de 1806, em

memoria e remuneração dos serviços de seu irmão D. Diogo José de Noronha, 8.º conde de Villa Verde, que fal. em Mafra sem deixar successão. O 1.º conde de Peniche era gran-cruz das ordens de Christo e da de N.ª S.ª da Conceição de Villa Viçosa; commendador de S. Salvador d'Anciães, de Santa Eulalia, commenda dividida da de S. Bartholomeu do Arrabal na ordem de Christo, e pelo seu casamento, das commendas de Borba e Gondim na mesma ordem, em duas vidas. Casou com D. Maria José Julianna Lourenço d'Almeida, dama da ordem de Santa Izabel, que fal. a 10 de março de 1824, filha unica e herdeira de D. Manuel Caetano d'Almeida, moço fidalgo com exercicio no Paço, por successão a seus maiores, e de sua mulher, D. Thereza de Jesus de Lencastre, filha dos 3.ºs condes de S. Miguel.

**Peniche** (*D. Manuel d'Almeida Noronha*, 2.º *conde de*). Major de cavallaria, ajudante de campo do marechal Beresford, no tempo da Guerra Peninsular; commendador de Santo Eusebio d'Aguiar e de S. Salvador d'Anciães na ordem de Christo; condecorado com a medalha de duas campanhas da Guerra Peninsular. Ignora-se a data do nascimento, fal. a 10 de março de 1824. Era filho do 1.º conde de Peniche (V. o *artigo antecedente*), e de sua mulher, D. Maria José Julianna Lourenço d'Almeida. O titulo foi lhe concedido ainda em vida de seu pae, por decreto de 13 de outubro de 1814, em verificação da segunda vida concedida no mesmo titulo por decreto de 26 de novembro de 1806. Casou duas vezes: a primeira, a 11 de abril de 1813, com D. Thereza Delfina de Sampaio, que fal. a 1 d'outubro de 1814, filha do 1.º marquez e 2.º conde de Sampaio, Manuel Antonio de Sampaio Mello e Castro Moniz e Torres de Lusignano, e de sua mulher, D. Maria Ignez de Mendonça. A segunda vez, em 22 de fevereiro de 1816, com D. Izabel Telles da Silva, filha dos 3.ºs marquezes de Penalva.

**Peniche**. Villa da prov. da Extremadura, séde de conc., com. das Caldas da Rainha, districto de Leiria, patriarc. e Relação de Lisboa. Tem tres freguezias: N. S.ª d'Ajuda, N. S.ª da Conceição, que d'antes era de S. Sebastião, e S. Pedro. O geral dos conegos seculares de S. João Evangelista, loios, apresentava, como prior do convento de S. Leonardo de Athouguia da Baleia, o cura nas tres freguezias, tendo o de N. S.ª d'Ajuda e o de S. Pedro o rendimento de 100$000 réis cada um, e o de N. S.ª da Conceição, 70$000 réis. Estas tres freguezias, no meado do seculo XIX, eram parochiadas só por um parocho; hoje, porém, a de N. S.ª d'Ajuda tem prior independente, havendo um só para as outras duas freguezias. A villa está situada sobre uma peninsula fortificada, na costa do Oceano Atlantico, com um porto chamado de *Cabanas*, para embarcações de pequeno lote. A ponta mais occidental da peninsula é o Cabo Carvoeiro, onde existe uma estação semaphorica. O isthmo que une Peniche á terra firme, com um perimetro de 7 k de extensão e a área correspondente, é formado de areia, que as aguas do mar cobrem quasi totalmente nas *aguas vivas*, e de todo nas grandes marés, ficando por algumas horas a praça transformada em verdadeira ilha. O isthmo tem 2 k. de comprimento, de E a O, e uns 400 m. de largura, de N a S; a peninsula, uns 8 k. de circumferencia, e á excepção da parte de E, por onde intesta com o isthmo (que são apenas 400 m.), em toda a extensão que banha o Oceano, é a sua costa formada de rochedos, em quasi toda a parte cortados a prumo, tendo apenas umas pequenas quebradas, a que chamam *portos*, ou *carreiros*. Principiando pela enseada do N, em Peniche de Cima, mencionaremos os pontos que fórmam esta ourella de rochedos (calcareos e feldspathicos) que circumda a praça e a povoação. Encontra-se primeiro o baluarte de *S Vicente*, a *Fozeta*, o baluarte da *Cambôa* e o forte da *Luz*, ao norte; o pontal da *Papôa* ao ONO.—segue-se, ao O, *Porto da Areia do Norte*, *Ponta do Trovão*, *Serro do Cão*, e o pontal do *Cabo Carvoeiro*, em frente das *Berlengas* (que ficam 11 k. a O), *Estrellas*, e *Farilhões*, que ficam a O das *Berlengas*. Ao SO e S ficam o *Carreiro do Cabo*, *Carreiro da Freirinha*, *Carreiro de Janne* ou *Joanne* ou ainda de *Joanna*, *Porto da Areia do Sul*, *Carreiro dos Cortiçaes*, e o *Carreiro Fedorento*, que é proximo á cidadella. Em seguida, mas já ao SE (porque andamos em volta da peninsula, que tem uma fórma mais ou menos eliptica) fica o forte de Cabanas, junto á cidadella, e o porto do mesmo nome. E' incontestavel que Peniche e as Berlengas fôram habitadas desde os tempos prehistoricos. Pomponio Mella, geographo e historiador de Granada, diz que na Lusitania havia uma ilha, chamada *Carteia* ou *Erythia*, que foi habitada por *Gerião*, e que a esta *Carteia* se mudou a nome para *Berlenga* (V. *Portugal*, vol. II, pag 310 e 311). O mesmo Pomponio Mella e outros escriptores antigos sustentam que o nosso continente se prolongava até ás ilhas da Madeira e Porto Santo. Outros pretendem que a famosa *Ilha Atlantida* era primeiro uma peninsula, com a largura que medeia entre o Cabo da Roca e Peniche, ou mesmo até Obidos, chegando até á Madeira. Que um cataclismo, em eras remotissimas, separou esta peninsula do continente, e mais tarde, outro cataclismo, ou um medonho phenomeno plutonico, subverteu toda esta immensa ilha, deixando apenas as Berlengas, Porto Santo e Madeira, por serem formadas de rochedos mais solidos, que puderam resistir ás convulsões do sólo. Deixando os tempos pre-historicos, tratemos de Peniche desde que ha memorias escriptas. E' preciso, porém, notar, que no *Carreiro da Furninha*, á beira-mar, assim chamado, em razão de ter uma caverna ou gruta, teem apparecido, mesmo dentro da furna, instrumentos de pedra, da edade primitiva (edade de pedra) que provam terem estes sitios sido habitados por povos pre-celtas. D'esta gruta ha uma interessante memoria, apresentada por Nery Delgado ao congresso de 1880, onde se estudam as epocas paleolithica e neolithica, e onde se indica o viver dos habitantes prehistoricos de Peniche. Os nossos antiquarios dão a esta villa a origem seguinte: 63 annos antes de Christo, viéra ás Hespanhas Julio Cesar Augusto, como questor de Tuberon, e commetteu as maiores atrocidades contra os lusitanos no interior do paiz, emquanto as suas tropas invadiam o litoral. Varias familias lusitanas, fugindo d'aquelle homem terrivel, se acolheram a este sitio, por ser escabroso e de facil defeza e resistencia, porque então, segundo estes escriptores, Peniche era uma verdadeira ilha, não existindo a lingua de areia que a une hoje ao continente. Os lusita-

nos fundaram aqui uma povoação, e aproveitaram as defezas naturaes da ilha, obstruindo com grandes penedos os pontos accessiveis da costa. Tinha a povoação 20 annos de existencia, quando Julio Cesar tornou á Lusitania, não sendo, porém, já o feroz inimigo d'este povo semi-barbaro, mas valente e brioso. O tigre transformara-se em cordeiro, procurando captar a amizade dos lusitanos, e fazer-lhes esquecer as passadas crueldades que contra elles havia exercido Deu-lhes fóros e privilegios, entre elles, o direito de cidadãos romanos, e foi assim que a povoação de Peniche, não só se conservou, mas ainda augmentou e prosperou. Suppõe-se que o seu primitivo nome é o que ainda conserva, sem a minima alteração. O primeiro assento da povoação foi onde antigamente se chamava *Peniche a-Velha*, e hoje *Peniche de Cima*. Onde agora é a villa principal, ainda no seculo XVII se chamava a *Ribeira*. Em toda a peninsula não ha uma unica fonte; mas chamam fontes aos poços. *A Fonte Boa*, na freg. da Luz, tem boa agua; a dos outros poços e a das cisternas tem mau sabor, mas não é prejudicial á saude. Na villa ha 50 cisternas particulares, com capacidade para 4:000 pipas d'agua. A cisterna *Grande*, da cidadella, leva 7:630 pipas, e a *Pequena* 440. Desde o 1.º seculo da era christã até ao 10.º não se encontra referencia nenhuma á povoação de Peniche. Decerto, muitas vezes invadida por terra e por mar, pelos moiros africanos, e christãos, alternativamente; tomada, perdida, e retomada frequentes vezes, durante as guerras dos alanos e godos, e depois dos arabes; ficou a povoação tão destruida que no anno 990 estava, senão completamente deserta, apenas habitada por pobres pescadores, vivendo em humildes choupanas, encostadas aos muros arruinados dos velhos e desmantelados edificios. Foi por este tempo que os habitantes da visinha villa de Athouguia, attrahidos pela commodidade do sitio, para as suas pescarias, ali fôram construindo varias cabanas para seu abrigo e para armazens de peixe, e com o tempo, estas cabanas se fôram pouco a pouco transformando em casas de pedra e cal, e a antiga povoação renasceu das suas cinzas (V. *Athouguia da Baleia*). D. Affonso Henriques, dando aos cruzados que o ajudaram a conquistar Lisboa, muitas terras na Extremadura e Alemtejo, doou aos irmãos D. Roberto Lacorne e D. Guilherme Lacorne os territorios de Athouguia da Baleia a Peniche. A estes dois cavalleiros deve esta villa grande parte do seu desenvolvimento e povoação. O emprego quasi exclusivo dos habitantes de Peniche, até ao fim do seculo XV, era a pesca, que lhes deixava grandes proventos, pela grande abundancia e variedade de peixe, que affluia ás suas costas, mas desde que D. Vasco da Gama descobriu o caminho da India por mar, e que Pedro Alvares Cabral descobriu o Brazil, os habitantes de Peniche, assim como os do Algarve e d'outros muitos pontos da nossa costa, desprezaram o seu antigo emprego de pescadores, adoptando o de navegantes, e armando navios do alto mar fôram procurar fortuna ás Indias Orientaes, Asia, e Indias Occidentaes, America. A sorte foi favoravel para esses navegantes, pois em grande parte regressaram á patria carregados de ouro e de ricas mercadorias, de sorte que no fim do seculo XVI a humilde povoação de Peniche estava já transformada n'uma formosa povoação com mais de 1:000 fog. e perto de 5:000 almas. Foi durante estas longas viagens, em 22 de abril de 1575, que o mar arrojou á praia d'esta villa um peixe morto, de fórma nunca vista. Tinha 26,m60 de comprido, 2,m50 d'alto, e 9 m. de circumferencia no centro; a pelle preta pelo dorso e branca pelo ventre, tendo n'elle a bocca. Os olhos tinham 0,m56 de circumferencia; 16 dentes em cada mandibula, cada um com 0,m33 em redondo. Nunca se chegou a verificar a que classe pertencia este verdadeiro monstro marinho. Em 22 de maio de 1589 veiu desembarcar n'este porto e no de Ericeira um exercito inglez, na força de 12:000 homens, commandados por João Norris, a favor de D. Antonio, prior do Crato, com o fim de sustentar os seus direitos á corôa de Portugal. O povo resistiu aos invasores, e apezar de haver então aqui só um forte, mandado construir por D. João III em 1557, era elle tão formidavel, pela sua posição, que os inglezes não o puderam tomar, e retiraram-se com bastantes perdas. Em Peniche tambem se deram dois dolorosos naufragios no anno de 1786. O primeiro foi o galeão castelhano *S. Pedro d'Alcantara*, que viudo do Peru para Cadiz com um carregamento de valor excedente a 72 milhões de cruzados, em moeda, barras e baixellas, de ouro e prata, além de outros objectos, e com 470 pessoas de tripulação, guarnição e passageiros, dou contra o môrro calcáreo da *Papôa*, pelas 11 horas da noite de 2 de fevereiro, perdendo-se o navio, morrendo 300 pessoas afogadas, e salvando-se da carga, apenas 1:149$410 réis, em pesos fortes, de ouro; 5:433$250 réis, em pesos de prata, 71 *texos* de ouro, e 57 barras de prata, varias mercadorias, mastros, vélas, e outras miudezas. A artilharia perdeu-se toda. Os que escaparam, mandaram erigir na egreja de S. Pedro, da villa, uma capella dedicada a N. S.ª das Dôres, tendo a imagem de Jesus Christo crucificado, e a de S. Pedro d'Alcantara, de bella esculptura. Estabeleceram culto perpetuo e missas pelas almas dos que morreram n'este naufragio; deram de gratificação ao governador da praça 1:200$000 rs.; ao tenente-rei 1:000$000 réis, e ao ajudante da praça, 250$000 réis. Aos outros empregados, civis e militares, tambem gratificaram, em premio do muito que fizeram para salvar gente e riquezas Dentro da praça erigiu-se um monumento. O outro naufragio deu-se a 28 d'abril. Vindo a balandra hespanhola *El Venecio* a Peniche para levar para Cadiz os objectos salvados do galeão *S. Pedro d'Alcantara*, que estavam depositados na fortaleza, e estando fundeada ao sul da cidadella, sobreveiu um furioso temporal. O 2.º commandante, mandou dizer para o commandante, que estava em terra, que era urgente abicar. O commandante com verdadeiro rompanto hespanhol, respondeu que *embarcação d'el rei de Hespanha não abicava*. A balandra despedaçou-se contra as rochas, e de 99 pessoas que tinha a bordo, só escaparam 7. O 2.º commandante foi do numero das victimas, morrendo no seu posto.

Brazão d'armas da villa de Peniche

Tambem se erigiu um monumento commemorativo, sendo ambos elles duas cruzes, similhantes ás da ordem de S. Thiago, tendo no pedestal inscripções com as datas dos naufragios, e a relação das pessoas principaes que n'elles falleceram. O morro da *Papôa*, que citámos, é um cachopo em fórma de pyramide triangular, que lhe fica ao N ; ha outros môrros menores que eriçam a parte ONO da peninsula, e tornam perigosissima a navegação d'estas paragens. Em 22 de fevereiro de 1828, houve uma grande cerração, e uma fragata ingleza que ia reunir-se á esquadra do Mediterraneo, naufragou, despedaçando-se de encoutro aos altos e perpendiculares rochedos do Cabo Carvoeiro. Muitos outros naufragios ali se teem dado e em varios pontos se encontram signaes que os commemoram. Peniche nunca teve foral, velho ou novo; regeu se sempre pelo de Athouguia, e como o supprimido conc. d'esta villa está reunido ao de Peniche, ambos teem o mesmo foral. Filippe III, de Hespanha, que então dominava Portugal, deu a categoria de villa a Peniche, em 20 de agosto de 1609, e por carta regia de 25 de agosto de 1611, mandou adoptar em Peniche o foral de Athouguia. D. Pedro II, em 1671, mandou fazer alguns melhoramentos, de pouca importancia, no porto de Cabanas, junto da cidadella. Os primeiros, e unicos, alcaides-móres de Peniche, fôram os senhores e depois condes de Athouguia, que eram tambem donatarios de Peniche; a camara da villa tinha antigamente obrigação de dar todos os annos um jantar que importava em 200$000 réis, e mais, ao seu donatario, que além d'isso, tinha o dizimo do pescado, dos fructos, e das cargas dos navios que saiam do seu porto. O mais celebre donatario de Peniche foi D. Luiz d'Athaide, conde de Athouguia e senhor e alcaide-mór de Peniche, duas vezes vice-rei da India. Foi elle que fundou na villa, perto da costa, entre a *Ponta do Trovão* e o *Serro do Cão*, o mosteiro, ou hospicio, do *Bom Jesus*, no distr. da freg. d'Ajuda, de religiosos franciscanos, onde quiz ser sepultado. Pela suppressão das ordens religiosas em 1834, profanou-se a egreja, ficando servindo de arrecadação do refugo dos utensilios militares da praça. O tumulo de D. Luiz d'Athaide, que era sumptuoso e estava na capella-mór do lado do Evangelho, tambem foi profanado, e não se sabe o caminho que levou. Houve, porém, alguem que caridosamente lhe mandou recolher os ossos n'um caixão de taboas de pinheiro, que se guardou na egreja de N. S.ª d'Ajuda. A primeira fortaleza d'esta peninsula, de que ha noticia, foi a actual cidadella, bastante forte, principiada por ordem de D. João III, no começo do anno de 1557, e a cortina do lado do NE, que olha para o Baleal, mas a morte do monarcha, em 11 de junho d'esse anno, interrompeu as obras, que só se concluiram no reinado de D. Sebastião, em 1570. Foi D. Luiz de Athaide quem requereu estas obras, e quem depois as dirigiu. Os Filippes, a quem nunca importou a ventura ou a desgraça dos portuguezes, pouco se lhes dava que os estrangeiros invadissem as costas de Portugal e nos saqueassem as povoações, mas como traziam guerra com a França, Catalunha, Inglaterra, Hollanda e Paizes Baixos, e as suas depredações os prejudicavam, mais ou menos directamente, Filippe III mandou dar principio a algumas fortificações na costa do norte, desde o baluarte da Cambôa até aos rochedos da Papôa. Estas obras só vieram a concluir-se em 1645, já no reinado de D. João IV. Este soberano fez de Peniche uma praça de guerra de primeira ordem, construindo varias fortificações. Estas obras fôram dirigidas pelo alcaide mór de Peniche, o conde d'Athouguia D. Jeronymo de Athaide. A pouca artilharia que tinham então as fortificações, era toda de ferro. As mais antigas peças de bronze, que se vêem na cidadella, fôram fundidas no tempo de D. João IV, o que consta das legendas gravadas nas mesmas peças. Tambem aqui ha bastantes do tempo de D. Affonso VI e de D Pedro II, porém a maior parte da artilharia de bronze foi construida por ordem do marquez de Pombal, no reinado d'el-rei D. José. Junot, imaginando que Portugal já era dominio de França, mandou fazer al

Vista geral de Peniche

guns reparos ás fortificações em 1808. O marechal Beresford tambem mandou fazer algumas obras na cidadella, e restaurou outras em 1809 e 1810. O infante D. Miguel procedeu egualmente a ligeiras obras de defeza, em volta da costa, desde o forte da Luz até a Papôa, ao NE, e desde este ultimo ponto até ao Cabo Carvoeiro, ao N e NO. Os francezes, apossando-se da praça de Peniche no fim do anno de 1807, mandaram picar as armas portuguezas que estavam sobre a porta principal do castello. Depois da Restauração mandaram-se, sobre o escudo, embutir os sete castellos, e os cinco escudetes, postiços; mas, parte d'elles, ficando mal seguros, cairam. Esta porta está no baluarte da entrada da cidadella, ao qual, pela sua fórma, se dá o nome de *Redondo*. Por baixo das armas reaes estão duas inscripções latinas, uma no lado esquerdo e outra no direito. As muralhas de circumvalação, que são as que olham para o isthmo, teem 4 portas, contando da cidadella para o norte, são: *Portão das Cabanas*, *Porta Nova* (aberta na muralha em 1875), *Portão da Ponte*, e *Portão de Peniche de Cima;* ha dois postigos, o das *Escadinhas* e o da *Rua da Palha* O palacio do governador, que existia na Cidadella, ardeu em 1836, e nunca mais se construiu. D. João V visitou as fortificações em 1717, por occasião de ir a Mafra lançar a primeira pedra da grandiosa basilica. D. João VI, sendo ainda regente, passou 8 dias em Peniche no anno de 1806, residindo no palacio do governador da praça D. Pedro V, tambem ali esteve em 30 de agosto de 1860, visitando a cidadella e todas as suas dependencias. A industria vinicola é muito antiga em Peniche, pois em uma provisão de Filippe III, de 20 de dezembro de 1609, diz-se: «E o dito logar (Peniche) tem 900 a 1:000 vizinhos, e entre elles, quatro companhias com seus capitães, de boa gente, com uma fortaleza e bom porto de mar, onde ha sempre navios, assim da terra, como de fóra; e rende o dito logar, de siza e imposição, alfaudega e *sizão*, oito mil cruzados. O alvará regio de 6 de agosto de 1665, de D. Affonso VI, diz: «No tempo em que se fez a lotação do cucabeçamento das sizas que Peniche devia pagar, *estavam seus moradores muito opulentos e frequentados de negocio.*» D'onde se vê que ha mais de dois seculos se distinguia Peniche pela sua riqueza e vastidão, e importancia do seu commercio. Até 1834 teve Peniche juiz ordinario, juiz da alfaudega e juiz dos orphãos, todos de nomeação regia. Tinha 4 companhias de ordenanças, cada uma com seu capitão e mais officiaes, e todos com seu capitão-mór Desde 1814 até 1834 foi quartel do regimente n.º 13, por isso denominado de *Peniche*. Tinha guarnição de artilharia para serviço das peças, e uma companhia de veteranos A egreja matriz de N S.ª d'Ajuda, em Peniche de Cima, é a mais antiga e a unica parochia que antigamente havia. Não é muito grande, mas é um templo claro, alegre e bonito. Parece que a primitiva parochial foi a egreja de S. Vicente, ao pé do baluarte d'este nome, e da actual egreja da Ajuda. Foi a primeira egreja christã de Peniche, e consta ter sido mesquita moirisca, depois de ser templo dos godos, e que D. Affonso Henriques a mandou purificar em 1150. Estando muito arruinada, mudou se o Santissimo para a da Ajuda, que até então era capella, em 1550. Todas as egrejas de Peniche, menos a de S. Pedro, teem as paredes interiores revestidas de bonitos azulejos, com desenhos muito correctos. A egreja de S. Pedro foi a primeira freguezia que houve na Ribeira. E' a mais vasta e sumptuosa da villa. As magnificas cadeiras do cruzeiro eram do convento do Bom Jesus, de religiosos franciscanos. A egreja de N. S.ª da Conceição tambem é um bom templo. A da Misericordia é notavel pela magnificencia do seu tecto, onde se admiram 55 quadros a oleo, pintados em panno, e representando os principaes successos do Novo Testamento. Conhece-se que são obra de tres pintores differentes, sendo muitos da pintora Josepha d'Ayala, mais conhecida por Josepha d'Obidos. Outros são d'um pintor, cujo nome se ignora, mas que são tambem de grande merecimento, apezar de serem de escola diversa. Tanto a egreja como o hospital, annexo, são obra do meado do seculo XVI, porém o templo foi restaurado em 1796, pois tem esta data sobre a verga da porta principal. Além da Misericordia, ha duas sociedades de soccorro mutuo; a organisação da primeira foi em 1505, e tem o titulo de *Montepio Corpo Santo*, tendo como protector S. Pedro Gonçalves Corpo Santo, titulo da antiga confraria, e S. Vicente Ferrer. Os antigos marinheiros chamavam Corpo Santo áquelles signaes luminosos que em noites de trovoadas apparecem nos topos dos mastros, é a descarga lenta e continua da electricidade contraria, que tende a neutralisar a das nuvens, debaixo da influencia das quaes a embarcação se encontra n'aquella occasião. Esta manifestação de descarga electrica tambem se vê, em casos identicos, nos cataventos, nas agulhas das torres, e até, diz-se, em campanha, nas pontas das baionetas. Julgavam elles que era o Corpo Santo que vinha annunciar-lhes a bonança. Por esta razão e como homenagem ao seu protector deram o nome de *Corpo Santo* á sua mais util aggremiação, a de beneficencia. Mas, supersticiosos sempre, não esperam que o meteoro electrico venha annunciar-lhes o fim da tormenta; levam todos os mestres, companheiros e quantos se aventuram ao mar, na lucta pela vida, uma vellinha de cera pintada de verde, benta durante a festa que fazem ao seu padroeiro, que accendem na occasião de tempestade, para que a Providencia os livre do raio. O prestimoso Montepio do Corpo Santo é administrado pelos maritimos e destinado a soccorrer os seus orphãos e viuvas. Esta corporação rege-se por um compromisso feito em 31 de março de 1505, que foi ampliado a 3 de agosto de 1587, e confirmado por Filippe II de Castella, em 20 de setembro do mesmo anno; por D. João V em 15 de maio de 1712, por D. José, em 5 de maio de 1755, pelo principe regente D. João em 11 de fevereiro de 1802. Gozava de muitos privilegios, que a Carta Constitucional aboliu em 1826. Os estatutos do montepio fôram approvados por decreto de 21 de fevereiro de 1866, e por alvará regio de 15 de março do mesmo anno. Ha diversas capellas em Peniche, como a de N. S.ª dos Remedios, edificada sobre os rochedos feldespathicos da costa, a 2:000 m. a NO da cidadella, e 1 k. ao N do pharol do Cabo Carvoeiro. E' de boa architectura, e está construida em fórma de cruz, com a capella-mór, sacristia e mais officinas. Não ha memoria da data da fundação, nem do nome do

fundador. E' Senhora da maior devoção, não só do povo de Peniche, como de todas as freguezias proximas. Ainda se faz uma romaria em 15 de agosto e a 30 de novembro, onde concorrem muitos cirios de diversas partes, sendo o dia de maior concorrencia o terceiro domingo de outubro quando festejam os tres cirios. A camara municipal de Peniche, com a approvação da junta geral do districto de Leiria, estabeleceu n'aquelle local, em 1874, uma feira annual no terceiro domingo de outubro. Ha mais as capellas de *S. Vicente Martyr*, muito antiga e em ruinas; de *Santa Barbara*, orago da guarnição da praça, está dentro da cidadella; a de *N. S.ª da Victoria*, a de *N. S.ª do Abalo*, já não existe; do *Calvario*, a de *Sant'Anna*, que fica a ONO do paiol; a de *Santa Cruz*, do *Espirito Santo*, de *S. Marcos*, de *Santo Antonio*. O regimento de infantaria de Peniche (depois n.º 13), quasi todo composto de gente d'este concelho e dos limitrophes, tomou Santo Antonio por seu padroeiro, e mandou á sua custa erigir-lhe proximo e ao ENE da cidadella uma formosa ermida, com seu altar de riquissima talha dourada, e tendo sobre a fachada do templo as armas reaes portuguezas. A cidadella tem quatro frentes, regularmente balaustradas, uma das quaes, que olha para o *Campo da Torre*, tem um revelim, que dá entrada para a cidadella. Esta frente e as duas que estão viradas ao O, teem fosso, e ramaes de *estrada coberta*, com as competentes *praças d'armas*, salientes e reentrantes. A restante *linha magistral* da cidadella é commum á da praça, e irregular, porque segue as ondulações das alcantiladas rochas que constituem a sapata, ou base das muralhas. Na cidadella ha dois *cavalleiros*, um de fórma circular, por isso chamado *Redondo*, e outro baluartado. O isthmo, unico ponto por onde a praça póde ser atacada pelo lado da terra, está perfeitamente defendido, pelo systema antigo, porque as faces e flancos dos meios-baluartes, e as cortinas que os ligam, fórmam uma linha angular, muito reentrante, que por assim dizer, abraça todo o isthmo: e a direcção dos seus fogos está tão habilmente combinada, e tão convergente para o logar que tem a bater, que não apresenta um só ponto indefezo; estando tambem as obras de fortificação tão reciprocamente flanqueadas, que não ha um unico angulo sem defeza. Dentro da cidadella se encontram os aquartelamentos, residencia do governador, casas mattas, destinadas hoje a arrecadações, que apezar de estarem alguns metros abaixo do nivel do mar, são muito pouco humidas e muito claras. As casas-mattas serviram de prisão para prisioneiros politicos, desde 1826 a 1834. Ha tambem na cidadella a antiga capella de Santa Barbara, abobadada, que serve hoje de arrecadação e é destinada a paiol em caso de bombardeamento, e outras dependencias precisas a uma praça de guerra, e resultantes da sua construcção. Exteriormente á cidadella e dentro da povoação ha tambem outros quarteis e dependencias militares, como armazens e o paiol geral da praça. Da cidadella gozam-se lindos pontos de vista. Para o O vê se uma imponente vastidão do Oceano, debatendo-se constantemente contra os rochedos perpendiculares que lhe constituem a solida base. Mais longe, a 14 m. de distancia, vê se o ilhéo e posto semaphorico das Berlengas, e os cachopos seus viziuhos, da *Velha*, *Estrellas* e *Farilhões*. Ao N, o *Baleal* e um grande espaço da costa até Obidos; ao E e SE diversos montes e aldeias da antiga villa d'Athougnia, e finalmente, ao S o forte e a aldeia da Consolação, com a sua alva e vasta capella. A praia de Peniche é uma das melhores que existem no paiz. D'uma planicie vastissima, o mar quebra nas rochas as grandes vagas, que deslisam suavemente na areia branca e fina. E' frequentada por muitas familias de Torres Vedras e Caldas da Rainha. Em Peniche ha grandes vinhas que produzem excellente vinho brauco, superior, pela sua força alcoolica e pelo seu aroma, aos da Bairrada. Peniche pertence á 1.ª div. mil., 1.ª brigada, grande circumscripção mil. Sul, e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa. O seu brazão d'armas representa uma caravéla com S. Pedro e S. Paulo, um na prôa e o outro na ré, sobre mar azul com ondas de prata. Em Peniche ha escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; agencias do *Banco Commercial do Porto*, *Banco Economia Portugueza*, *Crédit Franco Portugais*, *Banco de Portugal*, e das companhias de seguros *Bonança*, *Commercio e Industria*, *Fenix*, *Probidade* e *Tagus*; associações de soccorros mutuos: *Montepio de N. S.ª dos Remedios*, *de soccorro a naufragos*; *asylo de N. S.ª da Victoria*, barcos de pesca, casas de pasto, fabrica de conservas, medico, pharmacias, notario, vice consul de Uruguay, da Turquia, da França, de Hespanha; Escola de desenho industrial D. Maria Pia, com officina de rendas e córte de roupa branca; estalagens, hotel, sociedades de recreio: *Associação Commercial*, *artistica e litteraria*, *Club Recreativo Penichense*, *Philarmonica Recreio Penichense*, *Theatro Gil Vicente*; feira em Athouguia a 6 de novembro, mercado nos primeiros domingos de cada mez. Tem-se publicado os jornaes: *O Instructor*, 9 de janeiro de 1901; *A Propaganda Catholica*, 1897. O conc. comprehende 5 freguezias, com 1:933 fog. e 8:244 habitantes: 4:275 do sexo masc. e 3:969 do fem., n'uma superficie de 8:687 hect. As freguezias são as seguintes: S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, 4:419 hab.: 2:354 do sexo masc. e 2:065 do fem.; N. S.ª d'Ajuda, de Peniche, 1:152 hab.: 578 do sexo masc. e 574 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Peniche, 827 hab.: 406 do sexo masc. e 421 do feminino; S. Pedro, de Peniche, 799 hab.: 380 do sexo masc. e 419 do fem.; S. Sebastião, de Serra d'El-Rei, 1:017 hab. 557 do sexo masc. e 490 do fem. O principal commercio do conc. é peixe, vinhos e rendas. Bibliographia: *A Industria de Peniche*, por Pedro Cervantes de Carvalho Figueira, Lisboa, 18 5.

**Peniche** (*Rendas de*). V. *Renda*.

**Penida** (*Monte da*). Na freguezia de S. Vicente, de Areias, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Penidello**. Pov. na freguezia de S. Vicente, de Pinheiro, concelho de Penafiel, distr. do Porto.

**Penido**. Povoações nas freguezias: S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || O Salvador, de Souto, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

**Peniguardos**. Pov. na freguezia de N. S.ª da

Piedade e conc. de V. N. de Ourem, districto de Santarem.

**Penilhos** (*Monte de*). Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João dos Caldeireiros, concelho de Mertola, distr. de Beja.

**Penim**. Pov. na freg de Santa Maria, de Canha, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello

**Peninha**. Assim se denominava vulgarmente o convento de frades jeronymos construido por el-rei D. Manuel em Cintra, no local, onde hoje vêmos o sumptuoso Palacio da Pena (V. *Cintra, Portugal*, vol. II, pag 1:012 e seguintes). Ainda hoje é popularmente conhecido pela denominação de *Peninha*.

**Peninha**. Pov na freguezia de N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Peninhas**. Pov. na freguezia do Salvador, de Tagilde, concelho de Guimarães, distr. de Braga.

**Peninho**. Pov. na freguezia do Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Peninsula**. Região mais ou menos extensa cercada d'agua por todos os lados, excepto por um que liga a outra porção de terreno mais vasta. || *Peninsula iberica*, *Peninsula hispanica*, ou simplesmente *Peninsula*, Hespanha e Portugal.

**Peninsula** (*Guerra da*). V. *Guerra Peninsular*, *Portugal*, vol. III, pag. 862.

**Penissa**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

**Penisses**. Pov. na freg. de S. Felix e Santa Marinha, Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Penitencia** (*Fr. Antonio da*). Musico, que viveu no seculo XVII. N. em Lisboa em 1605, fal. em Evora em 1648. Professou na ordem de S. Francisco em 1622. Foi vigario do côro e cantor do convento da Arrabida, de Evora. Deixou differentes obras musicaes.

**Penitenciaria**. Edificio destinado á prisão e correcção de criminosos segundo o systema penitenciario, o qual tem em vista principalmente a separação, ou absoluta, cellular, ou apenas de noite com o trabalho de dia em commum. V. *Lisboa (Penitenciaria de)*. Assim como na abolição da pena de morte, tem Portugal um logar honroso entre as nações que adoptaram o systema penitenciario, pois que datam do seculo XVII os primeiros estudos sobre o assumpto, devido ao 1.º marquez de Montebello. *V. este nome.*

**Peniz** (*José Ignacio da Rocha*). Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Moura em 1750. Era filho de Vicente Ignacio Peniz. Doutorou-se em 24 de junho de 1778. Regeu na Universidade durante 12 annos como oppositor varias cadeiras de Direito, até ser nomeado lente proprietario da cadeira de Historia ecclesistica. Passou depois para uma nova cadeira que se estabeleceu de Pratica Judicial, e exerceu o magisterio por mais de 22 annos. Em 1810, por occasião da invasão do general Masseua, foi preso e accusado de adherir ao partido francez, em razão de ter acceitado o cargo de corregedor de Coimbra, que serviu no pouco tempo em que os francezes estiveram senhores d'aquella cidade. Conduzido para a cadeia da Relação do Porto, morreu pouco depois na prisão. Seu irmão, Vicente Ignacio da Rocha Peniz, pediu para que o seu procedimento fôsse julgado, apezar do infeliz já não existir, e os tribunaes, examinando o caso, declararam n'o effectivamente sem culpa, mandando rehabilitar a sua memoria. Por cuidados do seu irmão, se publicou em Lisboa em 1813 o seguite opusculo: *Parte essencial do processo, com a sentença que restabelece a memoria posthuma do benemerito portuguez, o doutor José Ignacio da Rocha Peniz, etc, proferida em 7 de novembro de 1812.* Escreveu mais: *Oração inaugural: Da influencia do foro sobre a felicidade publica; recitada a 12 de outubro de 1807*, Coimbra, 1808; *Elementos da pratica formularia, ou breves ensaios sobre a praxe de foro portuguez; escriptos no anno lectivo de 1807 para 1808; publicados por seu irmão Vicente Ignacio da Rocha Peniz*, tomo I, Lisboa, 1876; *Breve historia critica, na qual se mostra como e quando os Reis de Portugal adquiriram as prerogativas de nomearem os Bispos dos seus reinos*, saiu no *Jornal de Coimbra*, n.º XIII, Lisboa, 1813.

**Pennado Godinho** (*Fr. Antonio da Conceição*). Religioso da ordem dos carmelitas reformados de Santo Agostinho, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e oppositor ás cadeiras da mesma faculdade. Era natural de Souzel, e chamava se no seculo Antonio Felicissimo de Oliveira Pennado Godinho, sendo filho de Manuel Martins Godinho. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Doutorou-se a 21 de julho de 1796. Escreveu: *Orações sagradas, compostas e prégadas por Fr. Antonio da Conceição*, etc., Lisboa, 1803; *Oração natalicia do clarissimo e immortal sr. D. Jorge III, rei de Inglaterra*, etc., Lisboa, 1811; *Oração funebre da augusta rainha de Portugal e Algarves D. Maria I, prégada nas exequias feitas pelo senado da villa de Evora-Monte em 15 de setembro de 1816*, Lisboa, 1819. Estas duas ultimas orações sairam com o nome de Antonio Felicissimo de Oliveira Pennado Godinho.

**Penne Cacata**. Pov. do sobado e concelho de Cabinda, na delegação Chiavala, districto do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental. || Pov. do sobado do Congo, na delegação do Chiavala, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Penolla**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rediuha, concelho de Pombal, distr. de Leiria.

**Pedouças**. Pov. na freguezia de S. Pedro Fins, de Torno, concelho de Louzada, distr. do Porto.

**Penouces**. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Ferreira, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição e conc. de Povoa de Varzim, do mesmo districto.

**Penouços**. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || O Salvador, de Recesinhos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || O Salvador, de Cervães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo Adrião, de Oleiros, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Sande, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Valladares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || N. S.ª do Loreto, de Paradella, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

**Penoveira** Pov. na freguezia de S. Martinho,

de Gandra, conc. de Espozende, distr. de Braga.

**Penozella**. Pov. na freguezia de S. Bartholomeu e concelho de Arouca, districto de Aveiro.

**Penozem**. Povoação na freguezia de S. Salvador e concelho de Rezende, districto de Vizeu.

**Pensalvos**. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 138 fog. e 572 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. A mitra apresentava o reitor, que tinha rs. 60$000 e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes e cria muito gado de toda a qualidade. Tem muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

**Pensamentos**. Antigo nome de arrecadas, com filigrana de ouro. Fôram muito usadas em Portugal, ainda até ao principio do seculo XIX.

**Penso**. Pov. e freg. de Santo Estevão, da provincia do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 67 fog. e 283 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. A mitra apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, tem muito gado e caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Minho, conc., com., districto e arceb. de Braga; 67 fog. e 284 hab. A pov. dista 6 k. da séde do conc. Tem escolas d'ambos os sexos. O papa e a mitra apresentavam alternativamente o abbade, que tinha 260$000 réis de rendimento. A terra é fertil; cria muito gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. N'esta pov. ha uma antiga escola primaria para ambos os sexos, fundada pelo commendador Ferreira Veiga. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb de Braga; 278 fog e 1.072 hab. Tem esc. do sexo masc., pharmacia, e est. post. Dista 7 k. da séde do conc. O prior dos conegos regrantes de Santo Agostinho, de Paderne, apresentava o vigario, que tinha 130$000 réis de rendimento. O mosteiro vendeu este direito aos Caldas, de Badim, que, desde então até 1834, ficaram com o padroado d'esta egreja, passando os seus vigarios a denominarem-se reitores. A terra é fertil, tem gado, caça, e muito peixe do rio Minho, que lhe passa proximo. Pertence a pov. á 5.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Alta, conc. de Sernancelhe, com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 121 fog. e 566 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Bartholomeu e conc. d'Arouca, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Avidas, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gnadizella, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Santalha, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. || O Salvador, de Serrazes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Paio, de Vizella, conc. de Guimarães, districto de Braga. || S. Bartholomeu, de Cabeça de Egreja, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

**Pensos**. Pov. na freg. de Santa Clara, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Pente de Campo**. Pov. na freg. de S. Pedro de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa.

**Pente da Mansa**. Pov. na freguezia de S. Jorge, de Sêlho, conc. de Guimarães, distr. de Braga

**Penteada**. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal

**Penteadeiros**. Pov. na freg de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

**Penteado**. Pov. na freguezia de S. Pedro, de Palmella, concelho de Setubal, districto de Lisboa.

**Pentieira** *(Quinta da)*. Na freg. de S. Lourenço, de Carnide, 3.º bairro de Lisboa.

**Pentieiros**. Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 32 fog. e 128 hab. Tem escola do sexo fem. A mitra apresentava o abbade, que tinha 100$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. A pov. está situada na margem do rio Vizella, a 6 k. da séde do conc.; pelo decreto de 19 de agosto de 1890 foi annexada ecclesiastica e administrativamente á freg de Taboadella. || Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Penude**. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc., com. e bisp. de Lamego, distr. de Vizeu; 463 fog. e 1:986 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada de Lamego a Arouca, a 7 k. da séde do conc. Os marquezes de Marialva apresentavam o abbade, que tinha 800$000 réis de rendimento annual. Penude é uma das freguezias mais ricas e das mais populosas da comarca. E' muito fertil, e produz muito bom vinho; cria gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece bastante caça. O rio Balsemão lhe dá algum peixe miudo, e o Douro bastante, e muito bom. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego.

**Penudos**. Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. Tem caixa postal.

**Penuzinhos**. Pov. na freg. de N. S.ª das Virtudes, de Ventosa, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa.

**Pepe**. Pov. na freguezia de Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real.

**Pepim**. Pov. e freg. de N. S.ª da Annunciação, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 118 fog. e 459 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Paiva, e a 2 da séde do conc. Os condes d'Alva apresentavam o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento. A terra é fertil; cria gado de toda a qualidade, e tem grande abundancia de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações

nas freguezias: O Salvador, de Lufrei, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Julião, de Taboaços, conc. de Vieira, distr. de Braga.

**Pepino** *(Botequim do)*. Nome d'um café de má nota que existiu no Porto, na rua de Cima do Muro, freg. de S. Nicolau, um pouco ao poente do postigo dos Banhos, e que se tornou celebre e conhecido, ao tempo, como nenhum outro do paiz. Fazia se musica lá dentro, dançava-se e berrava-se furiosamente, até altas horas da noite, jogava-se a paneadaria, e por fim dormia se, estirado no pavimento, quando a acção do alcool fazia perder a razão aos bebedores. Era concorrido por marujos, sobretudo estrangeiros, meretrizes e outra gente de baixa condição, e tinha-se como certo que n'elle eram embriagados e depois assassinados e atirados ao Douro os marinheiros russos, inglezes, allemães e outros, endinheirados, que o frequentassem. A policia exercicia sobre o estabelecimento uma rigorosa vigilancia, mas isso não impedia que os boatos aterradores corressem de quando em quando a proposito do que se passava em tal espelunca, embora nunca se chegasse a apurar nada de positivo. O proprietario do estabelecimento, que se chamava Antonio Pereira Porto, por alcunha o *Pepino*, enriqueceu n'elle, e tanto mais que tinha a admiravel faculdade de *adivinhar* o dia e a hora em que a policia iria assaltar-lhe a baiúca. Morreu pelos annos de 1850, mas a viuva conservou o negocio até 1871, anno em que a casa, como outras, foi demolida para se abrir a rua Nova da Alfandega. Arnaldo Gama, no seu romance *O genio do mal*, consagrou algumas palavras a este botequim portuense.

**Pequeiros**. Pov. na freguezia de S. Miguel, de Celavisa, conc. de Arganil, districto de Coimbra.

**Pequelle** Pov. do sobado de N'Golla Quissucia, na 2.ª div. do conc. de Ambaca, districto de Loanda, prov d'Angola, Africa Occidental. || Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, na 7.ª div. do concelho de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

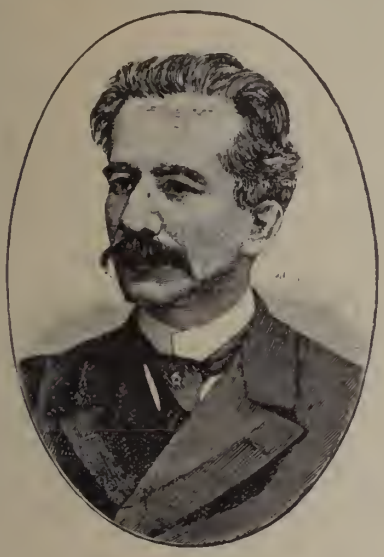
**Pequena** *(Casal da)*. Na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

**Pequenina**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Pequita**. Pov. na freg. de Santa Christina, de Longos, concelho de Guimarães, distr. de Braga.

**Pequito** *(Rodrigo Affonso)*. Antigo professor do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, par do reino electivo, deputado, ministro de Estado honorario, um dos fundadores da Sociedade de Geographia e seu vice presidente, vogal do conselho superior de commercio e industria, etc. N. em Lisboa a 27 de junho de 1849, sendo filho de José Affonso Pequito, commerciante d'esta cidade, e de D. Thereza Maria de Jesus Pequito. Seus avós paternos eram uns modestos lavradores de Vianna do Castello, e os maternos de Aveiro. Tendo perdido seu pae em 1856, e sua mãe em 1857, guiou-lhe os primeiros passos e foi seu tutor um amigo da familia, o já hoje fallecido capitão do exercito Constantino Alves Pereira. Depois dos estudos preparatorios no lyceu da capital, fez o curso commercial da antiga escola do commercio, e em seguida o curso industrial do Instituto de Lisboa. Ao mesmo tempo que frequentava este segundo curso, já era empregado n'um escriptorio commercial, e durante alguns annos exerceu a profissão de guarda livros. Quando em 1870 se extinguiu a antiga escola do commercio e o respectivo curso passou a ser professado no Instituto Industrial, concorreu á cadeira de contabilidade e operações commerciaes. Sendo mandado suspender o concurso aberto, propoz se o sr. Rodrigo Affonso Pequito a leccionar gratuitamente a referida cadeira, sujeitando-se a todas as provas que lhe fôssem exigidas até novamente se abrir concurso. Realisado este por provas publicas foi o primeiro classificado e nomeado lente d'aquella cadeira por decreto de 20 de dezembro de 1870, contando apenas 21 annos de edade. E' hoje um dos mais antigos lentes do Instituto, ao qual se tem devotado, pugnando sempre pelo seu desenvolvimento e collaborando directa e indirectamente nas varias reorganisações que teem elevado tanto aquelle estabelecimento de ensino, como teve occasião de o affirmar o sr. conselheiro Dias Costa, ao escrever a monographia sobre o *Instituto Industrial e Commercial de Lisboa*, enviada á exposição de Paris de 1900. Tem sido um propagandista tenaz do alargamento e progresso do ensino commercial, devendo se-lhe especialmente a creação e organisação do importante curso superior do commercio, cujo projecto de lei relatou na camara dos deputados em 1883. Posteriormente tem contribuido para o successivo aperfeiçoamento d'este curso, que é hoje um dos mais complexos, com verdadeira orientação pratica, e egual aos das mais afamadas escolas superiores de commercio da Europa e da America, como em tempo o confirmou a sabia Allemanha. O sr. conselheiro Pequito foi um dos mais activos fundadores da Sociedade de Geographia, na qual occupou o logar de secretario, juntamente com Luciano Cordeiro, nos seus primeiros annos da vida social, e a seguir foi director vogal durante 9 annos mais. Ha muito tempo que é presidente da secção de economia politica. Concorreu, com o seu muito trabalho e como dedicado companheiro de Luciano Cordeiro, para a consolidação dos elevados creditos que, pouco depois de fundada, obteve nos centros scientificos estrangeiros esta nossa importante instituição, cujos archivos attestam eloquentemente as grandes canceiras e esforços empregados pelos dois fundadores. Representou aquella sociedade e o governo portuguez nos congressos internacionaes de geographia, de Paris em 1878, e de Bruxellas em 1879. Contribuiu com a sua muita dedicação e persistente actividade para o brilhante exito que teve, na exposição de Antuerpia em 1885, a exposição colonial portugueza, organisada pela Sociedade de Geographia. Teve então, por decreto de 17 de março de 1887, a commenda da ordem de N. S.ª da Conceição Fez parte e foi um dos nove membros da commissão da imprensa que em 1880 organisou a celebração do Centenario de Camões, promovida principalmente pela mesma sociedade. O sr. conselheiro Rodrigo Pequito tem exercido os mais importantes cargos de eleição popular. Por duas vezes foi vereador da camara municipal de Lisboa, sendo eleito a primeira vez em 1877, para substituir uma camara dissolvida, e a segun-

da, em 1878. Para procurador á Junta Geral do districto teve tambem duas eleições, uma em 1883 por Lisboa, e outra em 1885 por Mafra. Entrando na politica, filiado no partido regenerador, foi pela primeira vez deputado, sendo eleito por Lisboa, em 1882, e depois, pelo mesmo circulo, em 1884. Em 1890 foi eleito par do reino pelo districto de Portalegre, e em 1894 pelo districto de Lisboa. Tendo deixado de haver pares electivos, foi novamente eleito deputado por Lisboa em 1900 e depois em 1901. No anno de 1904



Rodrigo Affonso Pequito

tomou parte no ministerio presidido por Hintze Ribeiro, encarregando-se da pasta da fazenda, recebendo então a carta de conselheiro, que é inherente a tão elevado cargo. Em outubro d'esse mesmo anno foi demittido o ministerio, entrando para o poder um gabinete progresista presidido pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro. São muitas as commissões de serviço publico de que tem sido encarregado o sr. conselheiro Rodrigo Pequito, entre as quaes se contam as seguintes: Vogal da commissão do inquerito industrial de 1881, sendo lhe incumbido o inquerito directo aos districtos de Bragança, Guarda, Villa Real o Vizeu; presidente da commissão inspectora das escolas normaes primarias de Lisboa, nos annos de 1884 e 1885, devendo se lhe n'esta qualidade a creação das bibliothecas d'essas escolas, o enriquecimento do material escolar de physica, chimica e sciencias naturaes para demonstrações nos cursos, a organisação do ensino da gymnastica e dos lavores femininos, e muitas outras remodelações nos serviços das duas escolas; membro do conselho fiscal do Banco de Portugal, vogal do conselho superior do commercio e industria, e membro da commissão superior de instrucção industrial e commercial. O sr. conselheiro Rodrigo Pequito é official da ordem do S. Thiago, do merito scientifico, mercê que lhe foi conferida quando regressou de Paris em 1878; commendador da de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, pelos seus trabalhos de organisar a exposição colonial do Antuerpia em 1885; recebeu as palmas da Instrucção Publica, com que foi agraciado pelo governo francez, que o considerou como um dos mais activos membros do referido congresso de 1878. E' socio correspondente de varias academias e sociedades scientificas estrangeiras. Juntamente com Luciano Cordeiro foi director da *Revista de Portugal e Brazil*, publicação quinzenal, scientifica e litteraria, que se publicou em Lisboa em 1873 e 1874. Além da sua collaboração em muitas folhas periodicas, correm impressas as seguintes publicações, nas quaes se não incluem todos os pareceres que se imprimiram e de que foi relator, por encargo de diversas secções da Sociedade de Geographia: *Curso de contabilidade commercial*, Lisboa, 1875; *A sociedade de Geographia de Lisboa, e o marquez de Sá da Bandeira*, Lisboa, 1877; *L'enseignement commercial en Portugal*, Lisboa, 1878; *Investigações geographicas dos portuguezes* (traducção), Lisboa, 1879; *Bases de um plano de estudos commerciaes*, Lisboa, 1879; *Inquerito industrial de 1881, relatorio dos districtos de Bragança, Guarda, Villa Real e Vizeu*, (na publicação official do Inquerito, tomo IV), Lisboa, 1881; *Parecer sobre o projecto de melhoramentos do porto de Lisboa*, Lisboa, 1884; *As escolas normaes primarias*, Lisboa, 1886; *Homenagem a Luciano Cordeiro*, Lisboa, 1886; *O projecto do regimen bancario ultramarino*, Lisboa, 1881. Como ministro da fazenda publicou: *Relatorio, propostas de lei e documentos apresentados á Camara dos Senhores Deputados da Nação portugueza, na sessão de 5 de outubro de 1904*, Lisboa, 1901.

**Pequito**. Pov. na freguezia de S. Lourenço, de Golães, concelho de Fafe, districto de Braga.

**Pera**. Pov. e freg. do Espirito Santo, da provincia do Algarve, conc. e com. de Silves, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 493 fog. e 1:986 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., permutando malas com Faro; medico, pharmacia, e lagar de azeite. A pov. dista 12 k. da séde do concelho e está situada n'um alto, na margem esquerda da ribeira d'Alcantarilha, a 2 k. do mar. O bispo apresentava o cura, que tinha 390 alqueires de trigo e 50 de cevada. Esta freg. foi desmembrada da de Alcantarilha, em 1683, pelo bispo D. José de Menezes. Passados annos annexou-se áquella, mas tornou-se outra vez independente. Pelo terremoto de 1755 caiu a egreja matriz, que foi logo reedificada. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Povoações nas freguezias: N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa. || S. Domingos, de Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria, || Rio do distr. de Leiria, que nasce nas proximidades de Pedrogão Grande, passa a SO d'esta villa, o entra no rio Zezere com 20 k. de curso. Tambem é chamada Ribeira da Pera.

**Pera Bôa** ou **Perabôa**. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Beira Baixa, concelho e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 275 fog. e 1:072 hab. Está situada na estrada da Covilhã a Penamacôr, a 5 k. da margem esquerda do rio Zezere, e a 16 k. da séde do conc. Tem esc. do sexo fem. e est. post. A mitra apresentava o prior, que tinha rs.

400$000 de rendimento. A terra é muito fertil em cereaes, cria muito gado de todas as qualidades, e nos seus montes ha abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

**Pera de Baixo**. V. *Armação*, *Portugal*, vol. I, pag. 709.

**Pera Figueira**. Pov. na freguezia de S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Pera Jorge ou Perajorge**. Pov. na freg. de S. Paio, de Requeixo, conc. e districto de Aveiro.

**Pera Longa** ou **Peralonga**. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Junqueiros, concelho de Felgueiras, distr do Porto. || S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, do mesmo districto.

**Pera Manca** (*Herdade da*). Na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tourega, conc. e distr. de Evora.

**Pera do Moço**. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 308 fog. e 1:255 hab. Tem est. post., e dista 8 k. da séde do concelho. Está situada n'uma campina, a 5 k. da antiga villa de Jarmello. O cabido da sé da Guarda apresentava o prior, que tinha 200$000 réis de rendimento. A terra é muito antiga e muito fertil. Tem muito gado e caça grossa e miuda. Entre esta pov. e a quinta do Carvalhal, á direita da estrada que vae da Guarda, para Pinhel, está um sitio chamado *Campo das Antas*, pelos muitos monumentos pre-celtas que n'elle houve. Ainda no fim do seculo XVIII se via ali um grande dolmen, que o povo destruiu em busca de thesouro encautado. A pov. pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e rès. n.º 12, com a séde em Trancoso.

**Pera Velha**. Pov. o freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 159 fog. e 587 hab. Tem esc. do sexo fem. e estação post. Está situada n'uma campina, a 10 k. da serra da Lapa e a 8 da séde do conc. O real padroado apresentava o abbade, que tinha réis 500$000 de rendimento. A terra é muito fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Tem bom vinho e muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Esta freg. com a de Pêva, constituiu um antigo conc. que existiu até 1834, o qual se chamava concelho de *Pera* o *Peva*, ficando ambas então pertencendo ao conc de Moimenta da Beira. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 15 de dezembro de 1512.

**Peraduça**. Pov na freg. de S. Thiago, de Leomil, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu.

**Peraes**. Pov. na freg. do Santo Antonio, de Alfrivida. conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

**Perafita** (*João Antonio de Moraes, 1.º barão de*). Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, commendador da ordem de Christo, etc N. a 1 de abril de 1771; ignora se a data do fallecimento. Era filho de Daniel Antonio de Moraes Ferro Cabral Montezinho, e de sua mulher D. Leonor Jacinta de Moraes. Casou em 15 de março de 1806 com D. Mathilde Delfina de Moraes e Castro, filha d'Almeida de Moraes e do D. Brites Maria de Castro. O titulo foi concedido por decreto de 10 de outubro de 1836. O brazão foi concedido por alvará de 28 do março de 1800, a Manuel Mendes de Moraes e Castro, irmão da baroneza do Perafita: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Moraes, dividido em pala: na primeira, em campo de ouro: uma amoreira verde, e na segunda uma torre de prata lavrada de negro. Na segunda pala as dos Castros, em campo vermelho seis arruellas braucas em duas palas.

**Perafita**. Pov. e freg. de S. Mamede, da provincia do Douro, conc. de Bouças, com., distr. e bisp. do Porto; 411 fog. e 1:710 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e pharmacia. Está situada a 2 k. do mar, na estrada de Mattosinhos a Villa do Conde, e dista 5 k da séde do conc. O prior dos conegos regrantes de Santo Agostinho, de Moreira da Maia, apresentava o abbade, que tinha 100$000 réis e o pé d'altar. E' uma freg. rica e muito fertil em todos os generos agricolas. Faz grande commercio com a cidade do Porto Cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6. com a séde no Porto. || Povoações nas freguezias: Sauto Adrião, de Duas Egrejas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, de Lazarim, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Mariuha, de Villa Verde, conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

**Perafita de Cortes**. Pov. na freg. de Mazedo, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Peragallo** (*P. Prospero Luiz*). Sacerdote italiano, que passou grande parte da sua vida em Lisboa. N. em Genova a 23 de abril de 1823, sendo filho de Caetano Peragallo e de Maria Stozace. Cursou no seminario diocesano as aulas do litteratura italiana e latina, e de philosophia. Ordenou-se de presbytero no anno de 1846. Até á suppressão dos conventos pertenceu á ordem dominicana, e n'ella foi lente de litteratura e de philosophia. Saíu, porém, da ordem por causa d'uma pertinaz doença do peito. Collaborou activamente em diversos periodicos, entre elles *La gioventú*, revista scientifica que se publicava em Florença; *L'educatrice italiana*, da mesma cidade; *L'amico* e *La donna e la famiglia*, de Genova, assiguando os artigos, ora com as iniciaes P. P., ora com o nome por extenso. Em Genova fundou o jornal *La Scuola e la famiglia*. Prospero Peragallo pertenceu ao corpo docente da escola normal de sexo feminino e d'uma das escolas technicas. Por convite do arcebispo de Genova veiu a Lisboa em 1865 para tomar a direcção da egreja italiana do Loreto, com plena o previa approvação dos administradores d'aquella egreja. Em Lisboa, a pedido do seu particular amigo Joaquim José Marques, escreveu para a *Arte Musical*, em 1874 e 1875, alguns artigos em portuguez sob a fórma de *Correspondencia de Genova*. Em 1892 coordenou, juntamento com os srs. José Ramos-Coelho e Xavier da Cunha, o volume intitulado *Alguns documentos do Archivo nacional da Torre do Tombo*, premiado na exposição colombina de Madrid. Foi socio fundador da Sociedade de Geographia de

Lisboa; socio correspondente da Academia Real das Sciencias, da Real Sociedade Camoneana, e d'outras sociedades scientificas e litterarias. Dedicou-se com amor profundo ao estudo da litteratura portugueza, e procurando divulgar os mais mimosos trechos dos nossos poetas, traduziu em italiano versos de Camões e de Garrett. Muito illustrado, serviçal e de caracter bondoso, o P. Peragallo relacionou-se com as principaes familias e com muitos dos nossos mais illustres escriptores e artistas, ganhando as geraes sympathias, assim como da colonia italiana. Collaborou no livro *In memoriam*, em homenagem ao dr. Sousa Martins. Dos archivos da Torre do Tombo investigou e publicou muitos documentos relativos a Italia e a Portugal. Depois da sua residencia de mais de 30 annos em Lisboa foi chamado a Genova em 1895, e deixou de parochiar a egreja do Loreto. Em Genova, com saudades de Portugal, não tem deixado de cultivar os estudos da sua predilecção e de manter correspondencia com muitos dos seus amigos e admiradores de Portugal. Os seus longos e aturados estudos ácêrca de Christovão Colombo teem muita importancia. Quando completou 83 annos de edade, um grupo de distinctos cavalheiros de Lisboa dirigiu lhe uma mensagem, que é uma linda obra d'arte. No conjuncto geral obedece a tarja á influencia do estylo manuelino. O texto foi dirigido pelo sr. dr. Xavier da Cunha, e a parte artistica executada pelo official de marinha sr. João Braz d'Oliveira, professor da Escola Naval. E' numerosa a lista das suas publicações, das quaes mencionaremos as seguintes: *Orazione panegirica*, etc. (argumento religioso), Savona, 1852; *Della libertá civile e religiosa nelle loro relazione colla chiesa catholica*, Firenze, 1853; *La missione, il monachismo e la donna catholica*, Firenze, 1859; *Il matrimonio catholico*, Genova, 1859; *La chiesa e la libertá suizzera*, Genova, 1859; *Della libertá di coscienza*, Genova, 1859; *Geografia generale dell'Europa e speciale dell' Italia*, Firenze, 1862; *Annali dell'Invenzioni e scoperte geografiche*, Genova, 1862; *Lezioni popolari di geografia astronomica e fisica, Parte prima*, Genova, 1865; *Parte seconda*, Genova, 1870; *Cristoforo Colombo in Portugallo, studi critico*, Genova, 1882; *L'autenticitá delle historie di Fernando Colombo e le critiche del signor Enrico Harrisse, con ampli frammenti del testo spagnuolo di D. Fernando*, Genova, 1884; *Riconferma dell'autenticitá delle historie di D. Fernando;* risposta alle osservazioni dell' Uff, prof. dottor Pietro Arata; Genova, 1885; *Sonetos escolhidos de Luiz de Camões*, traduzidos em sonetos italianos com variantes, etc., Lisboa, 1885; *O soneto de Luiz de Camões: «Alma minha gentil*, etc », traduzido em verso italiano, etc., Lisboa; *Origine, patria e gioventù di Cristoforo Colombo, studi critici e documentati*, Lisboa, 1886; *Cristoforo Colombo e la sua famiglia; revista generale degli errori del sig. E. Harrisse*, studi storico-critici; Lisboa, 1888; *Poesias de Luiz de Camões e outras vertidas a italiano*, Lisboa, 1890, 1.ª serie, em 1892, a 2.ª; eram edições commemorativas do 12.º anniversario do centenario de Camões; *Opusculo bibliographico dell'opera di D. José Maria Asensio-Cristóbal Colón sus viages*, etc., publicado na *Rassegna nazionale* di Firense, março, 1892; *Disquizione Colombini; N.º 1.º La Nuova Scuola spagnuola anticolombina*, Lisboa, 1893; *Idem, N.ºs 2 e 3: Epoca dell'arrivo di Colombo in Portogallo, La sfera di Dante de Rinaldi e il sig. Harrisse*, Lisboa 1893; *Idem, N.º 4: La favola di Alonso Sanches precursore e maestro di Cristoforo Colombo, Parte prima*, Lisboa, 1896; *Idem, N.º 5: I pallastrelli di Piacenza in Portogallo e la moglie di Cristoforo Colombo*, Lisboa, 1898; *Carta de El-Rei D. Manuel ao rei catholico*, narrando lhe as viagens portuguezas á India desde 1500 até 1505; reimpressa sobre o prototypo romano de 1505, vertida em linguagem e annotada, Lisboa, 1892; saiu no tomo VI, parte II, nova serie, das *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, classe das sciencias moraes e politicas e bellas letras; *Leone Pancaldo; Sussidi documentari per una sua monografia*, Roma, 1894; no vol. XI, V, da *Ressegna di documenti e studi publicati dalla R. commissione colombina; Gratulatio canum*, poemeto do dr. Thomaz de Carvalho, traduzido em alexandrinos italianos, Lisboa, 1893; *Flôres de poesia portugueza*, traduzidas em italiano, Lisboa, 1893; *Sussidi documentari per una monografia su Leone Pancaldo*, Roma, 1894; *Canzonne della culla di Giuchino de Araujo, tradotta*, etc., 1895; tiraram-se d'este livro 5 exemplares em papel de linho, que pertencem aos srs. conde de Valenças, Antonio Augusto de Carvalho Monteiro, Annibal Fernandes Thomaz, Joaquim de Araujo, e Prospero Peragallo; *Documenti Abissinici tradotti in portoghesi e annotati, no Boletinò della Societá Geografica italiana*; fac. VII, Roma, 1897; *Intorno alla supposta identitá di Giovanni Verrazzano col corsaro francese Giovanni Florin*; no *Boletim* indicado, vol. VII, Roma, 1897; *I Pallastrelli di Piacenza in Portogallo e la moglie di Cristoforo Colombo*, Genova, 1898; *Mazzolini di poesi portoghesi e sevigliani*, Genova, 1899; contem traducções de trechos de Camões, Garrett, Anthero do Quental, Antonio Feliciano de Castilho, João de Deus, Theophilo Braga, Soares de Passos, José de Sousa Monteiro, J. de Araujo, etc.: *O Gigante Adamastor*, episodio dos *Lusiadas* de Luiz de Camões, com a traducção em versos italianos de Prospero Peragallo e com prefacio do dr. Xavier da Cunha, Lisboa, 1893, para commemorar o 4.º centenario da descoberta do caminho maritimo para a India, e do 318.º anniversario da morte de Camões. Ainda depois de ausente em Genova, o sr. Prospero Peragallo continuou dedicando attenção a assumptos portuguezes, produzindo um estudo comparativo sobre a Biblia dos Jeronymos e identificando-a com a que foi mandada illuminar por Clemente Sernigi. Intitula-se o interessante estudo *La Bibbia dos Jeronymos e la Bibbia di Clemente Sernigi*, Genova, 1901. *Cenni interno alla cotonia italiana in Portogallo nei Secoli* XIV, XV e XVI; Turino, 1904; contém um resumo biographico do grande numero de italianos que viveram em Portugal, e que exercceram aqui a sua actividade, contribuindo para o desenvolvimento da civilisação.

**Peral**. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Baixa, conc. Proença-a-Nova, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 123 fog. e 551 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 13 k. da séde do conc. e está situada em terreno montanhoso, a 3 k. da margem direita da ribeira de Cereza. Pertence ao

grão-priorado do Crato, hoje annexo ao patriarchado. O grão-prior apresentava o cura, que tinha diversos generos e 2$000 réis em dinheiro. A terra é fertil em cereaes. Pertence á 8.ª div, mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Extremadura, conc. de Cadaval, com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 213 fog e 971 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e fabricas de aguardente. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada na margem d'uma ribeira affluente do rio Real, a 2 k. da estrada de Lisboa ás Caldas da Rainha. O prior e beneficiados da collegiada de S. Thiago, da villa d'Obidos, apresentavam o cura, que tinha diversos generos. A terra é fertil em cereaes, o fructas, e produz bom vinho. Cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 1.ª div. mil e ao distr. do recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Tendo sido annexada esta pov. ao conc. de Azambuja por decreto de 26 de setembro de 1895, que aboliu o de Cadaval, voltou a este, que foi restaurado por decreto de 13 de janeiro do 1898. || Povoações nas freguezias: S. Braz d'Alportel, conc. e distr. de Faro || N. S.ª da Graça, de Bogalhos, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro. || Ribeira que nasce a O do Cercal, banha Peral, Vermelha, e vae reunir-se á ribeira de Arelho, proximo do Bombarral, com cerca de 15 k. de curso.

**Peral de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

**Peral Covo.** Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

**Peral do Meio.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos. distr. de Evora.

**Peral Rico.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Abella, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

**Peralgoso.** Pov. na freg. de Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Peralta.** Familia oriunda de Navarra, onde alguns dos seus membros tiveram o cargo de condestavel. As suas armas são: Em campo vermelho um grifo de ouro, orla vermelha com oito aspas tambem de ouro.

**Peralva.** Povoações nas freguezias: Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Paialvo, conc. de Thomar, distr. de Santarem. Tem est. postal.

**Peras Ruivas.** Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

**Peravanas Cimeiras.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem.

**Peravanas Fundeiras.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem.

**Perboi.** Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

**Percota.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Sendim, conc. de Taboaço, distr. de Vizeu.

**Perdello** Pov. na freg. de S. Miguel, de Paçô, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Perdigão** *(Alvaro).* Alcaide-mór de Benavente por mercê de el-rei D. João I; batalhou em Aljubarrota na Ala dos Namorados, recebendo do mesmo monarcha o escudo de armas que usou e passou a seus descendentes: Em campo de ouro cinco perdigões, de sua côr em aspa, armados de vermelho; timbre um dos perdigões. Jaz em Benavente no jazigo, que mandou construir na egreja matriz, hoje arrazada pelo terremoto de 23 de abril de 1909, no qual se viam as suas armas lavradas em relevo.

**Perdigão** *(Arthur de Sousa Tavares).* Major de artilharia e chefe do serviço de fiscalisação e estatistica da Companhia Real dos Caminhos do Ferro Portuguezes. N. a 2 de maio de 1857 e fal. a 29 de outubro de 1904. Assentou praça em 28 de outubro de 1878, sendo promovido a alferes a 7 de janeiro de 1881, a tenente em 17 de janeiro de 1883, a capitão a 16 de fevereiro de 1887, e a major poucos mezes antes de fallecer. Era socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, secretario da secção de sciencias militares. Pertencia ao partido progressista, que o elegeu deputado em uma legislatura, e foi relator na respectiva camara de varios projectos de lei. Era condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de Aviz, e possuia a medalha de comportamento exemplar.

**Perdigão** *(João Francisco Bettencourt).* Foi o 10.º senhor da casa de Benavente e succedeu a seu avô João Ferreira Bettencourt; foi tambem senhor do morgado e administração da capella do nome de Jesus na egreja matriz da villa de Benavente, hoje arrazada, e onde esta familia tinha sepultura, com suas armas desde o anno de 1421; casou com D. Thereza Luiza Bandeira, sua prima, filha de Lino d'Azevedo do Avellar e de Elvira da Costa Bandeira.

**Perdigão** *(P. José).* Jesuita. N. em Alcacer do Sal a 21 de janeiro de 1705. Entrou para a Companhia de Jesus aos 15 annos, em 1720, no collegio de Evora. Chamava-se no seculo José Perdigão de Freitas, segundo diz Innocencio da Silva, no vol. v do *Diccionario Bibliographico*, pag. 95, mas na *Historia do reinado de D. José*, por Simão da Luz Soriano, diz-se que se chamou José Alexandre de Sousa, e tinha por alcunha o *Perdigão*. Com verdade ou sem ella, foi preso em 1758, como implicado na conspiração do duque d'Aveiro e dos Tavoras contra el-rei D. José I, e encerrado no forte da Junqueira, onde vivia ainda em 1774, mas parece que falleceu antes de 1777, anno em que, por morte de D. José, se abriram as prisões e fôram os presos postos em liberdade. Escreveu: *Memorias genealogicas das familias de Alcacer e Setubal, assim como de mais algumas que com ellas contrahiram alliança;* escriptas em 1750. Ficaram ineditas.

**Perdigão** *(Leonel).* Foi filho de Theotonio Perdigão e 4.º neto de Alvaro Perdigão; succedeu na casa dos seus maiores e usou o brazão d'armas dos Perdigões por mandado de el-rei Filippe II, de Portugal. Teve o foro de cavalleiro fidalgo, e casou em Benavente com D. Brites Varella, sua prima, filha de Fernão Varella Perdigão e de sua mulher D. Luiza da Costa Lobo.

**Perdigão** *(Theotonio).* Foi filho de Leonel Perdigão e de D. Luiza da Costa Lobo, e o 7.º senhor da casa instituida por Alvaro Perdigão; casou em Alcochete com D. Leonor Correia Sotomayor, filha de Diogo Vaz Fuzeiro de Brito, fi-

dalgo da Casa Real, natural de Evora, e de sua mulher D. Maria de Sotomayor, de quem teve entre outros filhos a Pascoal Perdigão Sotomayor que casou com D. Catharina Veca, de quem teve a Benta de Sotomayor Perdigão, que casou com Luiz de Villas Lobos e Vasconcellos, de quem teve a João de Brito e Vasconcellos, successor da casa, e a D. Gabriela de Vasconcellos Sotomayor, que casou com Jorge de Brito de Carvalho, filho de João de Brito de Carvalho, successor do seu morgado e tambem do morgado dos Pegados, por sua mãe D. Ignez Pereira de Vasconcellos, filha de Estevão Pegado, que foi alcaide-mór de Elvas.

**Perdigão** *(D. Vasco)*. Bispo de Evora, que falleceu a 27 de fevereiro de 1463. Foi o fundador do convento de *Nossa Senhora do Espinheiro*, em Evora, cujas obras começaram em 1452, e só se concluiram em 1558, sendo depois reconstruido em 1566. Na capella dos Reis, na egreja do referido convento, foi sepultado o venerando bispo n'um vão da parede, na frente da porta que dá serventia para o claustro. No referido local ainda hoje se vê o seguinte epitaphio:

SEPVLTVRA, EM Q. JAZ, O MVI RD.º SENHOR D. VASCO PERDIGÃO, BISPO Q. FOI DE EVORA, O QUAL, ENTRE OVTRAS NOTAVEIS OBRAS Q. EM LOUVOR DE DEOS FEZ, EDIFICOU DOIS CONVENTOS, E DOTOU ESTE A HONRA N. SNR.ª E DO PADRE S. IERONIMO, E DEIXANDO DE SI SEMPITERNA MEMORIA SE FINOU EM 27 DE FEVERE'RO DE 1463 REINANDO O SENHOR REY D. AFONSO O V.º

Por cima está, sobrepujado pela mitra, o escudo d'armas, hoje tapado por pedra e cal. N'elle ainda se viam em 1610 os moveis, que eram cinco perdigões.

**Perdigão**. Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Tratel, conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco. || Santa Maria, de Martim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Lourenço, dos Francos, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

**Perdigueira**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

**Perdizes**. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Valdozende, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

**Perêdo**. Pov. e freg. de Santa Catharina, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 153 freg. e 569 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada a 3 k da margem direita do rio Azibo, a 7 da margem direita do rio Sabor, e a 20 da séde do conc. O abbade de Chacim apresentava o vigario, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes, gado e caça Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut e n.º 10, com a séde em Mirandella. | Pov. na freg. de S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto.

**Perêdo da Bemposta** Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Mogadouro, distr. e bisp. de Bragança; 157 fog. e 619 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada nas proximidades do rio Douro, a 15 k. da séde do conc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

**Perêdo dos Castelhanos** Pov. e freg. de S. Julião da prov de Traz-os Montes, conc. e com. da Torre de Moncorvo, e bisp de Bragança; 121 fog. e 432 hab. Tem esc. do sexo feminino, e correio com serviço de posta rural. Está situada nas proximidades da margem direita do rio Douro, em terreno accidentado, a 8 k. da séde do conc. A camara archiepiscopal de Braga apresentava o abbade, que tinha 150$000 réis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, mas parece que esteve deserta e abandonada durante muitos seculos. Consta que só tornou a ser povoada em 1530, sendo os seus primeiros moradores 8 castelhanos, que vieram de Castella, da villa Freixêda, povoar este logar, e por isso se ficou chamando *Perêdo dos castelhanos*. Diz-se que os habitantes do logar de Urrôs, que n'esse tempo era villa e julgado, deram estas terras a Gomes Borges de Castro, para aqui estabelecer um solar de morgadio, e que a este fidalgo é que os 8 castelhanos aforaram, por 16$000 réis annuaes, e por tres vidas, as terras de Perêdo, que repartiram entre si, em 8 partes, ficando cada casal com a sua. Foi tão grande n'um dos primeiros annos a colheita do trigo, centeio e cevada, unicos fructos que então ali havia, que os habitantes do logar não se atreveram a pagar ao morgado só os 16$000 reis, e fizeram nova escriptura, ficando desde então a pagar-lhe cada anno, de fôro fanteosim perpetuo, 1500 alqueires de pão, isto é: 1:000 alqueires de trigo, 500 de cevada, e 40 gallinhas. Os officiaes da justiça eram postos pela camara de Moncorvo; os pastos e baldios eram vendidos em praça publica, todos os annos, sendo duas partes do producto d'esta venda, ou arrendamento, para as despezas do concelho, e o terço restante para a corôa. Assim ficou resolvido por sentença da Relação do Porto, na questão intentada contra Simão Borges de Castro, que pretendeu augmentar os fôros impostos nos 8 casaes, já então muito sub divididos. No local onde, em 1665, se construiu a egreja matriz, acharam-se em todo o adro muitas esculpturas, com cabeceiras de pedra, e os ossos e caveiras carcomidos pelo tempo, o que provava evidentemente a muita antiguidade da pov. A egreja é de architectura singela, bastante comprida mas de pouca largura. Tem 3 altares, incluindo o da capella-mór, todos de talha dourada. N'uma elevação sobranceira ao logar, vê-se a capella da *Senhora da Gloria*, d'onde se desfructam lindos pontos de vista, descobrindo se as serras da Estrella e do Marão, outras menores, muitos montes e valles, e algumas povoações. No centro da povoação está a capella do *Senhor da Santa Cruz*, que em 1873 foi restaurada. Tem bons quadros allusivos á paixão de Christo. O territorio d'esta povoação é muito accidentado e falto d'agua. A pov pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com séde em Mirandella.

**Peregrino** *(Fr. Antonio)*. Religioso da ordem de S. Francisco Era natural de Lisboa, e fal. a 15 de agosto de 1656 Chamava-se no seculo Manuel da Costa. Aos 17 annos de edade entrou na Companhia de Jesus, mas depois abandonou-a, passando para a ordem franciscana da provincia d'Arrabida, e falleceu no convento de Santarem. Escreveu a seguinte obra, que não chegou a pu-

blicar-se: *Vida e historia de todos os homens antigos em armas e letras e virtudes, filhos de Lisboa.*

**Pereira**. Esta familia procede do conde D. Forjaz Bermuez, neto do conde D. Meudo, irmão de Desiderio, ultimo rei dos Lombardos de Italia, o de sua mulher, D. Joanna de Romaes, filha do coude D. Ramon, que era filho de D. Fruella, primeiro rei de Leão. O seu descendente Gonçalo Rodrigues Forjaz, por desgostos que teve com o seu rei, se passou a Portugal em tempo de D. Sancho I, do qual foi bem recebido, e o seu neto, o conde D. Gonçalo Pereira, foi um dos grandes senhores que houve em Portugal, e tão rico e tão poderoso, que estando um dia em Pereira, deu 70 cavallos a fidalgos seus amigos e parentes. Foi seu bisneto o condestavel D. Nuno Alvares Pereira, e outros descendentes do conde deram principio á casa da Feira e á dos senhores de Riba de Vizella. Foi seu solar a quinta de Pereira, d'onde tomaram o appellido, junto ao rio Ave. Tem por armas: Em campo vermelho uma cruz de prata florida e vasia do campo; timbre, uma cruz vermelha florida, e vazia, entre dois côtos de azas de anjos. O primeiro que usou d'esta cruz por armas foi D. Rodrigo Forjaz, o moço, por estar na batalha das Navas de Tolosa no anno de 1212, em cujo dia appareceu no céo uma cruz vermelha, similhante á de Calatrava, aberta no meio e floreteada, a qual muitos cavalleiros, que se encontravam ali, a tomaram por armas.

**Pereira** *(Affonso Dias)*. Coronel reformado do regimento de cavallaria auxiliar de Villa Rica, etc. Era natural de Revoreda. Passou a Minas Geraes, onde exerceu o posto de capitão, por carta patente de 5 de maio de 1760, da companhia de ordenanças a pé, da freg. de S. José da Barra, termo da cidade de Marianna. Foi cavalleiro da ordem de Christo, por alvará de 27 de agosto de 1760. Professou em Villa Rica a 15 de janeiro de 1761. Serviu com muita honra, como consta de certidão authentica e legal de 16 de janeiro de 1801, desde 1772 até 1800, de thesoureiro geral dos rendimentos da corôa, na capitania de Minas Geraes. Foi promovido, por carta patente de 11 de abril de 1780, ao posto de coronel do primeiro regimento de cavallaria auxiliar do Villa Rica, no qual posto serviu com *actividade*, *honra* e *zelo*; são as proprias expressões com que o honrou o capitão general Luiz da Cunha e Menezes, que servia em 1788; foi finalmente reformado no mesmo posto por decreto de 20 de novembro de 1800, com todas as honras, privilegios, isenções e liberdades.

**Pereira** *(Alberto Feliciano Marques)*. Major da guarnição do Estado da India, e professor do Lyceu Nacional e Escola Normal de Nova de Gôa. Veiu ao reino em 1902, sendo chamado pelo governo, e serviu então em commissão na 1.ª repartição da direcção geral do Ultramar, encarregado especialmente dos serviços da instrucção publica colonial, tendo sido sempre muito apreciado pelos seus superiores. Durante este tempo decretaram se varios diplomas relativos ao ensino nas colonias, entre os quaes, principalmente, o ensino profissional em Cabo Verde, S. Thomé e Angola, pelo decreto de 18 de janeiro de 1905, a regulamentação do ensino primario e dos corpos inspectores em Angola, por decretos de 9 de maio de 1905; o novo regimen do ensino primario portuguez, maratha guzeratte e ensino normal primario na India, por decreto de 23 de maio de 1907; a reorganisação da instrucção secundaria na India em Macau, por decreto de 23 de agosto de 1906, e muitos outros diplomas, para os quaes muito teriam contribuido o seu trabalho assiduo e a sua especial competencia. Antes de ir para a India, para onde foi em 1893, serviu em Angola por alguns annos como ajudante de campo do governador geral da provincia, o sr. conselheiro Guilherme Capello, e, além d'aquelle os cargos de director da imprensa do Governo em Loanda, consul de Portugal no Estado independente do Congo, etc. Foi tambem por alguns annos correspondente do *Diario de Noticias*, emquanto esteve em Gôa. Em 11 de dezembro de 1907 partiu com sua familia para a India, a bordo do paquete *Gullistan*, e ali se teem conservado no exercicio dos referidos cargos.

**Pereira** *(P. Alexandre Antonio)*. Arcediago da sé de Macau, cavalleiro da ordem de Christo. N. em Macau, onde tambem fal. em 1837. Foi nomeado arcediago em 1822. O bispo D. Fr. Francisco de Nossa Senhora da Luz Chacim suspendeu-o por motivos pouco conhecidos, o P. Alexandre Pereira recorreu d'essa decisão, escrevendo como base de recurso o seguinte folheto aggressivo: *O verdadeiro retrato do Bispo de Macau, ou recurso apresentado á Real Junta da Corôa*, etc., Paris (aliás Macau), 1825.

**Pereira** *(Alfredo)* Director geral dos correios e telegraphos, deputado, etc. N. em Macau em 1850. Contando apenas 6 annos de edade veiu com sua familia para Lisboa, onde fez os seus estudos preparatorios e o curso do Instituto de Astronomia e Veterinaria, em que muito se distinguiu, sendo premiado n'algumas cadeiras, e obtendo por fim a carta de agronomo-silvicultor. Em 28 de setembro de 1875 foi nomeado, precedente concurso, praticante dos correios de Lisboa, sendo promovido a official de segunda classe em 6 de fevereiro de 1878, depois de ter elaborado um projecto para um edificio dos correios, que foi altamente apreciado, mas que não chegou a ter execução. Em 1879, o ministro das obras publicas, Saraiva de Carvalho, o nomeou para fazer parte d'uma commissão encarregada de estudar a reorganisação dos serviços dos correios e telegr., que tinham então vida independente. Dos estudos d'essa commissão resultou a grande reforma telegrapho-postal de 1880, a unica de vistas largas e resultados praticos verdadeiramente apreciaveis, que foi promulgada, e que novas organisações posteriores esphacelaram completamente. Sendo encarregado de dirigir os trabalhos de estatistica, começou a publicar annualmente, acompanhadas de quadros graphicos, interessantes estatisticas, as primeiras que sobre o assumpto appareceram em Portugal. No anno de 1881 foi nomeado professor do curso pratico de correios e telegraphos, regendo com louvor a respectiva cadeira, até que o curso ficou extincto. Nomeado membro do Congresso Postal, reunido em Lisboa em 1884, apresentou uma proposta relativa a vales internacionaes ao portador que mereceu ser considerada pelo Congresso, e uma outra relativa á estatistica postal, que não só foi approvada, mas ficou constituindo lei internacional. Os congressos que se seguiram, de Vienna e de Washington, não lhe fizeram alteração

alguma. Este trabalho, apreciado nas suas respectivas commissões de que era presidente o delegado da Russia e vice-presidente o da França, valeu ao sr. conselheiro Alfredo Pereira a commenda da ordem de Sant'Anna, da Russia, e a cruz de cavalleiro da Legião de Honra, de França. Pela organisação dos correios e telegraphos decretada pelo então ministro das obras publicas, Emygdio de Navarro, em 1886, foi promovido a inspector geral dos correios, e encarregado de formular o regulamento da nova organisação, no que se houve com reconhecida proficiencia. Em 1891 foi-lhe concedida a carta de conselheiro, sendo ministro Frederico Arouca, em attenção ao seu brilhaute desempenho do cargo

Alfredo Pereira

de inspector geral, e ainda ao modo como, sempre que substituiu o director geral dos correios e telegraphos, se houve no exercicio d'essas funcções Em 1892, o ministro das obras publicas, então Pedro Victor da Costa Sequeira, tendo reformado novamente os serviços dos correios e telegraphos, o encarregou de formular os regulamentos d'esta nova organisação. Durante a longa enfermidade do director geral Guilherminio de Barros, exerceu o sr. conselheiro Alfredo Pereira interinamente esse logar, e por morte d'aquelle funccionario, foi nomeado director effectivo a 19 de abril de 1901. Por occasião da festa da celebração dos 25 annos da união postal universal, em 1902, foi a Berne representar o seu paiz. No Congresso telegraphico realisado em Londres, em 1904, salientou-se tão distinctamente, pelos seus vastos conhecimentos sobre o assumpto, que recebeu de todos os membros d'aquella assembléa as mais eloquentes demonstrações de sympathia e de estima. No congresso reunido em Lisboa, em 1908, foi o presidente. O sr. conselheiro Alfredo Pereira é antigo deputado, representando o circulo de Penafiel. Tem sido um funccionario da maior competencia, e a elle se devem as mais importantes reformas que teem aperfeiçoado os serviços telegrapho-postaes de Portugal. Além das condecorações já citadas, o sr. conselheiro Alfredo Pereira possue tambem as das seguintes ordens: o Leão e Sol da Prussia, O Sol nascente do Japão, a Corôa da Romania, a Corôa de carvalho do Luxemburgo, e Francisco José, d'Austria. Tambem foi agraciado com a medalha de prata de assiduidade e bons serviços, creada pelo estadista Elvino de Brito, por decreto de 28 de setembro de 1900. Em principios de 1906 foi elevado de cavalleiro a commendador da Legião de Honra, de França, e por decreto de 20 de março do mesmo anno teve a commenda da ordem de S. Thiago.

**Pereira** (*D Alvaro Gonçalves*). Prior da ordem de S. João do Hospital, que falleceu em 1375, pouco mais ou menos. Era filho do arcebispo de Braga D. Gonçalo Pereira, e de D. Thereza Pires. Entrou na ordem de S João do Hospital, saiu do reino, onde com a morte de D. Affonso III tinham findado as guerras contra os infieis, o foi apresentar-se em Rhodes, então capital da sua ordem, para combater contra os turcos nas galés dos hospitalarios. Ahi deu mostras de tanto valor e ardimento que o Grão Mestre o nomeou prior dos hospitalarios em Portugal. Provido d'essa dignidade, voltou ao reino, chegando ainda a tempo de servir D. Affonso IV na expedição terminada pela victoria do Salado. Foi elle quem arvorara o santo lenho Entregando-se depois aos negocios da ordem, tratou os com muito zelo, edificou o forte castello de Amieira, os paços de Bomjardim, ao pé de Santarem, e o castello de Flôr da Rosa junto ao Crato, que era em Portugal a cabeça da ordem. Foi até á morte de D. Affonso IV valido de el rei, que, na sua presença, aconselhou aos assassinos de D. Ignez de Castro que saissem do reino. Isso não o impediu de ter o valimento de D. Pedro I, e depois de D. Fernando I, o que prova que, além de valente soldado, era tambem habil cortezão, confirmando essa opinião o conselho que deu a D. Fernando em Santarem de se abster do combate, opinião mais conforme com a indole do aconselhado do que com o conselheiro. Os cavalleiros da ordem do Hospital faziam voto de castidade, o que não impediu, comtudo, que D. Alvaro Gonçalves Pereira tivesse de differentes mulheres, entre homens e mulheres, trinta e dois filhos. Um d'estes foi D. Pedro Alvares, que lhe succedeu no priorado, e que passando depois a Castella, foi mestre da ordem de Calatrava.

**Pereira** (*André Ferreira*). Foi o 3.º governador de Angola, succedendo a Luiz Serrão, e por morte d'este, em 1591, manteve-se apenas na defensiva, fazendo, comtudo, algumas entradas nas terras dos sovas pretos, afim de manter o prestigio do nome portuguez, até que entregou o governo em 1593 a D. Francisco d'Almeida, que foi de Portugal com poderosos reforços.

**Pereira** (*D. Fr. Angelo*). Religioso carmelita. Doutor em Theologia N. em Barcellos, e fal. na villa de Pereira em 20 de junho de 1614. Professou na ordem do Carmo, foi reitor do collegio de Coimbra, definidor e custodio da provincia, prior do convento de Lisboa. Sendo nomeado coadjutor do bispo de Coimbra D. Affonso de Castello Branco, foi confirmado pelo papa Clemente VIII em maio de 1600 com o titulo de Martyria, exercendo esta dignidade durante 14 annos, até que falleceu.

**Pereira** *(Anna Eliza)*. Uma das nossas primeiras actrizes contemporaneas, mas que ha alguns annos se encontra afastada do theatro. N. nos Cadafaes a 27 de julho de 1845, sendo filha de paes muito humildes. Anna Pereira era ainda creancinha, quando seu pae, o chefe da familia, cegou, ficando impossibilitado para o trabalho, o que veiu ainda augmentar a pobreza d'aquella desditosa gente. A creancinha, muito amiga do pae, depois d'aquelle infortunio, acompanhava-o sempre, em grande tristeza, perdendo para sempre a alegria infantil e descuidada que até então tanto a distinguiam. A fatal cegueira levou aquelles desgraçados á miseria; pouco a pouco todos os bens fôram vendidos, até que um dia a familia emmalou o pouco que já possuia, e veiu para Lisboa, procurar aqui o pão que na aldeia lhe faltava. A familia compunha-se de 4 pessoas: pae, Agostinho Loureuço Pereira, mãe, Maria Izabel Pereira, e duas filhas: Anna e Maria

Anna Eliza Pereira

Clementina. O ensaiador do Gymnasio Romão Antonio Martins, que tambem fazia parte da empresa d'aquelle theatro e fôra condiscipulo e amigo do pobre cego, condoendo-se da sua sorte, arranjou-lhe no theatro um modesto logar, e todas as vezes que as peças demandavam creanças, Anna Pereira e Maria Clementina iam ganhar com o seu trabalho uns tantos réis para auxiliar os pobres paes. Foi assim que pela primeira vez as duas irmãs appareceram no palco. Um dia faltou-lhes o pae, que foi continuar na sepultura a dormir nas trevas, que já ha tanto tempo o cercavam. Margarida mostrava nos seus pequenos trabalhos grande aptidão para a scena, e aconselharam a pobre viuva, a quem faltavam todos os recursos, que deixasse suas filhas seguir a carreira do theatro. Anna Pereira debutou então no drama de Braz Martins *Peccados do seculo XIX;* foi um debute muito auspicioso pela fórma enthusiastica com que o publico recebeu a nova actriz. Seguiram se, tambem com o maior successo, *A Espada das mulheres*, *Lição aos noivos*, *Effeitos da photographia*, etc. Ao mesmo tempo, sua irmã Margarida Clementina Pereira, que tinha então 7 annos, representava na *Visinha Margarida*, *Probidade*, etc. Emilia das Neves, em 7 de outubro de 1862, levou as duas irmãs para o Porto escripturadas na sua companhia dramatica. Foi n'aquella cidade, que pela primeira vez Anna Pereira cantou no theatro um *couplet* na comedia em 3 actos *O que tem de ser...* Do Porto vieram as duas irmãs a Coimbra, onde entraram em algumas receitas no theatro de D. Luiz, até que em setembro de 1865 fôram ambas escripturadas pela empresa Ruas e Cesar de Lima, para o theatro do Principe Real, de Lisboa, que inaugurou os seus espectaculos no dia 28 do referido mez, em que completava dois annos de edade o principe real, mais tarde D. Carlos I, circumstancia que deu o nome ao novo theatro. Foi então que o talento da nova actriz Margarida se manifestou brilhantemente. Era formosa, de presença distincta, com todos os dotes que a tornariam uma das nossas primeiras ingenuas dramaticas, se a sua passagem pelo theatro não fôsse tão curta. Margarida deixou o palco para casar com o industrial e capitalista Julio Cesar da Silva, e mais tarde, morreu de parto, a 8 de abril de 1867. Do Principe Real, onde tambem se evidenciou em differentes peças pela sua muita graça e desembaraço, principalmente no papel de aprendiz de caldeireiro na opereta em 1 acto, *A herança do tambor-mór*, passou Anna Pereira para o Gymnasio, palco que pela primeira vez pisára, e ali representou então alguns papeis dramaticos nas peças: o *Castello da Rocha Negra*, em 16 de outubro de 1866, *Honra dos Nobres* e *Trevas e Luz*, tornando se sobretudo notavel na comedia, sobresaindo pela graça no entreacto *Discordias de Concordia*, que representou com Silva Pereira. Em 1868 escripturou-se no theatro da Trindade; começou então a epoca mais brilhante da sua vida artistica. O seu debute foi a 23 de maio d'esse anno na comedia *Tentações do Demonio*. O genero, porém, que mais a reclamava, e que sempre lhe deu grande gloria, foi a opereta. Logo o primeiro papel d'este genero ao lado dos primeiros, a *Carlota* do *Barba Azul*, peça que pela primeira vez se representou a 13 de junho de 1868. O publico começou então a adoral-a, e todas as noites, logo á sua entrada no primeiro acto, era recebida com enthusiasticos applausos. Seguiram se as operetas *Flôr de chá*, *Fausto Petiz*, *O viver de Paris*, *O Sol de Navarra*, *A Princeza de Trebizonda*, *O Rouxinol das salas*, *A Rosa de Sete Folhas*, *Boccacio*, *O Sargento Frederico*, *As tres rocas de crystal*, *Gata Borralheira*, *Ilha de Tulipatam*, e muitas outras. Em 1874, por divergencias com o empresario Francisco Palha, saiu da Trindade, e durante seis annos andou representando drama, comedia, vaudeville e opereta nos theatros de D. Maria II e no Principe Real. Por fim, a distincta actriz convenceu se que o seu logar era na Trindade, Francisco Palha tambem se convenceu que não podia prescindir do seu valioso auxilio, e Anna Pereira voltou para aquelle palco, reapparecendo a 9 de setembro de 1880 no *Rouxinol das salas*. Continuando nas suas antigas glorias em novas peças e na repetição de outras antigas, conservou-se alguns annos na Trindade, até que se representou a peça de gran-

de espectaculo *A sexta parte do mundo*, que teve um desastre completo, caindo estrondosamente, e Anna Pereira, muito impressionada, querendo evitar represental-a outra vez, tentou matar se, tomando uma grande porção de arsenico, o que a inutilisou para a scena por mais d'um anno. A 13 de fevereiro de 1890 reappareceu no 1.º acto do *Rouxinol das salas*; representou depois a opera comica em 3 actos *D. Cesar* e a opereta em 1 acto *Academicos e futricas*. Em 1892 tomou conta do theatro uma sociedade artistica, que a contratou, e Anna Pereira entrou nas operetas *Côrte do rei Pimpão*, *Leitora da infanta*, *D. Artagnan*, *Brazileiro Pancracio* e *Tres dias na Berlinda*. Por discordancia em novas escripturas, saiu da Trindade, em 1894, contratando se no theatro da Rua dos Condes n'uma companhia dramatica. Poucos papeis ali fez, mas desempenhou com bastante successo a *Marechala* e o *Capitão Carlota*. Mais tarde voltou para o theatro de D. Maria II; em 1898 esteve no de D. Amelia na empresa Rosas e Brazão. Depois de algum tempo afastada do palco, tornou a apparecer no theatro de D. Maria II, entrando na comedia *Mantilha de renda*. Hoje está retirada do palco. Do seu enorme repertorio, em differentes theatros, mencionaremos as seguintes peças, além das já citadas: *Gaiato de Lisboa*, *O Meia Azul*, *Miguel o torneiro*, *A Gran-Duqueza de Gerolstein*, *Durante o combate*, *Pepe Hillo*, *Só morre quem Deus quer*, *Robinson*, *Amor e mysterio*, *Meninos Grandes*, *O tributo das cem donzellas*, *Liquidação social*, *Minhas duas mulheres*, *Uma viagem de recreio*, *Entre minha mulher e o negro*, *Paulo e Virginia*, *A Estrella do rei Uf*, *O ultimo figurino*, *Valentim o diabrete*, *Noite em claro*, *Piperlin*, *Os dragões de Villar*, *Burgueza*, *Noite e dia*, *Mulher do papá*, *D. Juanita*, *A Ave azul*, *Mocidade de Figaro*, *Garra do Leão*, *Estudante pobre*, *Heloisa e Abeilard*, *Papão*, *Rei de Ouros*, *Amor molhado*, *João José*, *O Favorito da côrte*, etc.

**Pereira** *(Antonio)*. Irmão do 4.º e do 5.º condes da Feira, D. Diogo Forjaz Pereira e D. João Forjaz Pereira. Seguindo a vida ecclesiastica, foi inquisidor da Inquisição de Lisboa. Abandonou depois o sacerdocio, e pretendeu casar com uma sobrinha, o que não chegou a conseguir. Foi desembargador do Paço, do conselho de Portugal em Madrid, e presidente do Desembargo do Paço.

**Pereira** *(Antonio)*. Pintor do seculo XVII, contemporaneo de Domingos Vieira. Ainda vivia em 1628. Foi pintor das egrejas pertencentes ás ordens militares no tempo de Filippe III de Portugal.

**Pereira** *(Antonio)*. Gravador do seculo XVII. Na obra *Tyrocinium Theologiae*, impressa em Lisboa, em 1668, vê-se uma estampa com a sua assignatura.

**Pereira** *(Antonio)*. Freire conventual da ordem de S. Thiago. N. em Pereira, villa situada entre Ovar e Aveiro, e fal. em Coimbra a 10 de maio de 1671. Era filho de Antonio Dias Rebello e de Suzana Valente. Recebeu o habito no convento de Palmella a 4 de novembro de 1629. Foi prior da egreja de S. Thiago, d'Almada, reitor do collegio das ordens militares em Coimbra, e governador do respectivo bispado, em nome do seu prelado D. Manuel de Noronha. Foi muito versado nos privilegios da ordem, e acerrimo defensor das suas jurisdicções. Escreveu: *Compendio e declaração da Regra e Estatutos da ordem militar de S. Thiago da Espada*, Lisboa, 1659.

**Pereira** *(Antonio)*. Pintor que viveu no seculo XVIII. A 19 de fevereiro de 1755 el-rei D. José o nomeou pintor da Casa Real com o ordenado de 6$000 réis, e 1 alqueire de trigo pago pelo almoxarifado de Santarem, conforme a ordenança de 8 de agosto de 1754.

**Pereira** *(Fr. Antonio)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores, vigario geral da sua ordem, etc. N. em Aveiro em 1640 e fal. em Evora no fim do seculo XVII ou no principio do XVIII. Era filho de Gaspar dos Reis e de Antonia Pereira de Carvalho. Professou no convento de Azeitão em 6 de janeiro de 1567, partiu para a India Oriental, como missionario. Foi mestre de Theologia na sua ordem, em que se jubilou. Exerceu os cargos de vigario geral da sua ordem, deputado das ordens militares em Gôa, e da inquisição da mesma cidade, de que tomou posse a 16 de setembro de 1682. Regressando a Portugal, foi tambem deputado da Inquisição de Evora, de que tomou posse a 2 de dezembro de 1693. Escreveu: *Sermão do auto da fé, contra a idolatria do Oriente, prégado na cidade de Goa a 27 de março de 1672*, Lisboa, 1685; *Sermão do desaggravo pelo successo de Odivellas, prégado na mesma egreja a 11 de maio de 1690*, Lisboa, 1691.

**Pereira** *(P. Antonio)*. Religioso da Congregação de S. Filippe Nery. N. em Lisboa, e fal. na casa da Congregação, em Extremoz, a 30 de outubro de 1698. Era filho de Manuel Alvares e de Maria Francisca. Entrou na Congregação de S. Filippe Nery, de Lisboa, a 13 de junho de 1686, e como leigo ali permaneceu durante muitos annos até que falleceu. Foi muito perito em sciencias, principalmente nas mathematicas. Escreveu: *Tratado de Arithmetica e Algebra, em o qual com muita clareza se explica tudo o que pertence a esta arte, e se descrevem as regras principaes da Geometria*, etc. Publicou-se muito depois da sua morte, em Lisboa, 1713.

**Pereira** *(P. Antonio)*. Jesuita. N. no Maranhão em 1641, fal. no Pará a 28 de setembro de 1702. Entrando ainda muito novo para a Companhia de Jesus, logo se distinguiu pelo seu muito talento e pela severa applicação ao estudo, tornando-se em poucos annos um abalisado theologo e apreciado prégador. Dedicou-se depois ás missões; e para isso estudou a lingua dos indios, que chegou a falar muito correctamente, melhor que todos os missionarios até então conhecidos. Escreveu tratados ou estudos sobre as linguas dos gentios, e um *Vocabulario da lingua brasilica*. Esse grande missionario teve a corôa do martyrio, pois morreu victima d'uma flexada d'arco de gentio, estando em missão no Pará.

**Pereira** *(P. Antonio)*. Religioso da Congregação do Oratorio, de S. Filippe Nery. N. em Mação a 14 de fevereiro de 1720; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Pereira e de Maria de Figueiredo. Aos 11 annos de edade entrou no collegio ducal de Villa Viçosa, onde aprendeu Musica, Grammatica, Rhetorica e Poesia. Recebeu o habito em Lisboa a 24 de setembro de 1744. Abrindo a Congregação uma classe de letras humanas, em Lisboa, no anno de 1752, o P. Antonio Pereira foi eleito para seu

mestre. Escreveu: *Novo Methodo da Grammatica Latina para uso das escolas da Congregação do Oratorio na Real Casa das Necessidades*, Lisboa, 1752; *Novo Methodo da Grammatica Latina, Parte 2.ª*, Lisboa, 1753; *Defensa do Novo Methodo da Grammatica Latina contra o Anti prologo critico, dividido em duas Partes*, Lisboa, 1754; saiu com o nome de Francisco Sanches; *Collectio verborum familiarum cum Lusitanorum, tum Latinorum in usum Scholarum Congregationis, Oratorii*, Ulyssipone, 1755; 2.ª edição, 1757; *Apparato critico para a correição do diccionario intitulado «Prosodia in vocabularium bilingue digesta»*, Lisboa, 1755; saiu com o nome de André Lucio Rezende; *Terraemotu et incendio olysiponense*, etc, Ulyssipone, 1756. Deixou algumas obras manuscriptas em latim e em portuguez, e obras musicaes que se perderam todas no incendio que se seguiu ao terremoto de 1755.

**Pereira** *(P. Antonio)* Da Congregação do Oratorio. N. em Ponte do Lima a 25 de janeiro de 1768, fal. em Braga a 3 de setembro de 1858. Era filho de Bernardo José Pereira, abastado proprietario, e de sua mulher Maria de Araujo. Revelando grande intelligencia, seus paes o destinavam para seguir os cursos da Universidade de Coimbra, mas Antonio Pereira por tal fórma se deixou seduzir pela fama da Congregação do Oratorio que tomou o habito em 1783, contra a vontade de seu pae. Seguiu o curso a que eram obrigados todos os noviços, com o maior aproveitamento e rapidez, tanto que em 1792 foi eleito para mestre com applauso geral da Congregação. Leu Philosophia até 1820, anno em que foi eleito deputado pela provincia do Minho ás côrtes constituintes, sendo um dos 136 deputados que assignaram a 23 de setembro de 1822 a Constituição, mas votou sempre com o partido retrogrado, e por isso o acclamaram e applaudiram os seus confrades quando regressou ao convento, onde continuou a ser professor de Philosophia, juntando a isso o cargo de examinador synodal, e de preposito nos annos de 1823, 1824 e 1825. Quando em 1834 fôram extinctas as ordens religiosas, o P. Antonio Pereira saiu da Congregação, mas foi recebido em casa d'uma familia amiga, onde viveu vida claustral como se estivesse no Oratorio, até que a morte do arcebispo de Braga, D. Frei Miguel da Madre de Deus, e em seguida a do capitular Cunha Reis déram origem a grandes discordias e a grande anarchia na egreja de Braga. Chegou a haver ao mesmo tempo tres capitulares intrusos que se fulminavam com excommunhões uns aos outros, com grande escandalo dos fieis. O cabido archiepiscopal perdera a faculdade de eleger canonicamente, e o bispo de Coimbra, que era, depois da morte do bispo de Aveiro, o suffraganeo mais antigo do episcopado, assumiu o direito de eleger vigario capitular para a sé de Braga, e mandou o padre-mestre Antonio Pereira a 26 de outubro de 1836. Entretanto o papa nomeava pela sua parte outro vigario capitular, o P. Antonio Pereira recusava ceder, escrevia a esse proposito uma memoria, que, segundo parece, não chegou a imprimir-se, mas que se diz ser muito notavel, o governo pronunciou-se contra elle, até que o papa, em audiencia de 27 de abril de 1839, confirmou a nomeação feita pelo bispo de Coimbra. Tomou então o caso proporções mais graves, recusando o governo dar cumprimento ás ordens do pontifice, e escrevendo a esse respeito o cardeal Saraiva um folheto intitulado: *Discurso em que se mostram os motivos que Sua Majestade teve para não conceder o real «Exequatur», á chamada bulla de confirmação do padre Antonio Pereira no cargo de vigario capitular da egreja bracarense*. Este folheto saiu anonymo, mas foi-lhe geralmente attribuido. O P. Antonio Pereira chegou a ser perseguido, tendo de homiziar se, e ainda em 1842 estava em correspondencia official com o ministro Antonio de Azevedo Mello e Carvalho, a respeito d'esse celebre debate, sendo notavel, ao que se affirma, uma carta que a esse respeito dirigiu ao ministro. Veiu finalmente pôr termo a esta prolongada discordia a nomeação do arcebispo D. Pedro Paulo de Figueiredo, que recebeu depois o chapêo cardinalicio. O P. Antonio Pereira tornou ao socego do seu retiro e á leitura dos seus livros. Foi sepultado na egreja da Congregação do Oratorio, em Braga. Escreveu varias obras theologicas, das quaes se publicou sómente a seguinte, já depois de morto, sendo editor o P. José Silverio da Silva: *Reflexões theologicas, ou refutação das notas heterodoxas, que se encontram na traducção da Biblia do padre Antonio Pereira de Figueiredo, edição nova de Lisboa, anno de 1794 e seguintes, Obra posthuma do P. Antonio Pereira, da Congregação do Oratorio de Braga; approvadas pelo ex.mo e rev.mo sr. Arcebispo primaz*, Braga, 1859.

**Pereira** *(P. Antonio)*. Jesuita. N. em Utordá de Majordá, couc. de Salsete, distr. de Gôa, a 8 de dezembro de 1817, fal. a 23 de fevereiro de 1876, em Mazagão, na India. Sendo filho de paes muito illustres, estudou no seminario de Rachol as sciencias proprias do estado ecclesiastico a que se destinava, e veiu para a Europa em 2 de fevereiro de 1841; depois de curta demora em Lisboa, seguiu para Roma, e ali, desprezando outros partidos mais vantajososos a que podia aspirar, resolveu entrar na Companhia de Jesus, e foi ordenado sacerdote na basilica Lateranense em 21 de dezembro de 1844, havendo concluido o curso dos seus estudos no collegio romano (Universidade Gregoriana). Logo no anno seguinte, 1845, por escolha e proposta de geral da ordem, foi pelo papa Gregorio XVI nomeado para as missões da India, conferindo-lhe por essa occasião o mesmo papa algumas singulares distincções O novo missionario aportou a Poudichéry em 8 de setembro de 1845, e tratando logo de se instruir na lingua tamul, deu começo ás missões. Em 1846 dirigiu-se a Gôa, e celebrou missa no sepulchro de S. Francisco Xavier no proprio dia da sua festa, 3 de dezembro. Percorreu depois successivamente as missões de Maduré, e outras, nas tres presidencias da India ingleza, prégando e cathequisando, até estabelecer em Bombaim em 1853 o seminario de Bandorá, do qual foi por muitos annos superior, e ali mesmo foi elevado ao grau supremo da ordem, mediante a profissão solemne do quarto voto. Na missão que fez na egreja de Mazagão, em 1865, causou tamanha impressão no auditorio numeroso que o escutava, que varias pessoas principaes de Bombaim resolveram dar-lhe uma publica demonstração de reconhecido agradecimento. Mandaram fabricar em França, para lhe ser offerecido, um calix de grande valor, em cujo pé se gravou,

com traducção nas linguas ingleza, portugueza e franceza, a seguinte inscripção:

R. P. ANTONIO PEREIRA S. J.
PATRI ET AMICO
HOC
VENERATIONIS OBSERVANTIAE GRATITUDINISQUE
TESTIMONIUM
X.tl FIDELIS ECCLESIAE B. V. M. ROSRIUAS
IN CIVITATE BOMBAIENSI
CAETERIQUE AMICI
VI ID. DECEMBRIS MDCCCLXV.

Quando o dr. Steen foi transferido do vicariato apostolico de Bombaim para a sé archiepiscopal do vicariato de Calcutá, o pontifice Pio IX determinou prover o P. Antonio Pereira n'aquelle importante cargo, porém elle escusou se a acceitar, fundamentando a sua recusa em razões tão poderosas que ficou sem effeito a nomeação. Escreveu algumas obras religiosas ascetieas, liturgieas e dogmaticas, em latim e portuguez, as quaes se publicaram em Bombaim e em Gôa, nos annos de 1857, 1860, 1861, 1863, 1864, 1865 e 1866. Eis os titulos de alguns d'esses escriptos, conforme os cita Torres e Dias, no seu *Oriente Illustrado*, vol. I, a pag. 142: *Il devoto dei sete dolori* (vol. de 114 pag.) Escripto em italiano e publicado em Roma quando lá se achava. Corre uma sua traducção portugueza feita por seu irmão Antonio Bernardo Pereira; *Christão instruido; Catechism of Christiane Doctrine*, (compendios em inglez, portuguez e maharata); *O Estudante de Jesus Crucificado* (vol. 126 pag.), tendo uma traducção ingleza precedida do seu esboço biographico, publicada pela Empresa Catholica Typographica de Mrs. Burns and Oates de Londres. A traducção teve muitas edições; *Neo-Sacerdos ad rite munus sacerdotale obeundum* (vol. de 61 pag.), teve segunda edição posthuma; *O anno lithurgico das festas, historica, dogmatica e asceticamente exposto* (5 vols.), collecção de sermões, praticas instructivas, homilias e panegyricos; *Sacerdote sanctificado*, (1 vol); *O amante da boa morte* (1 vol); *Pius Sacerdos in sacrosancto missae sacrificio* (1 vol.), com approvação romana; *Retiro annual* (1 vol); *Guia do Christão*, que traz orações e devoções diversas; foi publicado depois da sua morte pela *Examiner Press*, de Bombaim. Attribue-se-lhe um volume intitulado *Thesouro celeste*. Quando falleceu foi sepultado na egreja de N. S.ª do Rosario em Mazagão ao pé do altar do S.mo Coração de Jesus e mais tarde transferidos os seus restos mortaes no Oratorio privado de familia, onde se lê:

SACELLUM HOC
QUOD
DOMUS PEREIRA
VIRGINI DOLORIBUS SAUCIAE
DEDICAVERAT
GREGORIUS XVI PONT. MAX.
UT IBI QUOTIDIE AGATUR SACRUM
FACTA FACULTATE PRIVILEGIIS QUE ALIIS
ADAUXIT
CUJUS BENEFICII MEMOR
PATRONO BENEVOLENTE PONTIFICI OPTIMO
NOMINATUM SEMPITERNUM
DOMUS PEREIRA
HOC POSUIT AUCTORE
P. A. PEREIRA S. J.
QUEM ROMAE DEGENTEM JAMQUE INDOS REFENTEM
IDEM PONT FEX O. M.
SUAVITISSIMIS VERBIS SPIRITUALIBUS DONIS
CUMULAVIT
ANNO RES. MDCCMLII.

**Pereira** (*Antonio de Basto*). Jurisconsulto que viveu no seculo XVIII. Foi secretario de D. João V e do seu conselho e do da fazenda, secretario da rainha D. Maria Anna d'Austria, juiz da Inconfidencia, chanceller da relação e por muitos annos regedor das justiças.

**Pereira** (*Antonio Brandão*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Braga a 17 de novembro de 1842, onde tambem falleceu em agosto de 1896. Era filho do dr. Antonio Brandão Pereira, e de sua mulher D. Anna Albina Pinto Ribeira. Concluiu a sua formatura em 1864, tendo sido classificado com distincção nos ultimos annos do curso. No anno seguinte á sua formatura, foi nomeado auditor dos conselhos de guerra em Valença, exercendo o logar de administrador do concelho de Braga. Casou em 1866 com D. Laura Briteiros de Lima, senhora do Porto. De 1870 a 1880 entregou se ás lides jornalisticas, escrevendo em diversos jornaes, fazendo propaganda da natural alliança entre os principios catholicos e as idéas liberaes. São notaveis as polemicas que sustentou a este respeito, por espaço d'um anno, no jornal *A Palavra*, por occasião da celebre questão entre o bispo-conde de Coimbra e a faculdade de Theologia. Em 1880, sendo instado para acceitar o cargo gratuito de vedor das obras do Real Santuario do Bom Jesus do Monte, em que empregou toda a sua actividade durante cinco annos, transformou aquelle local que offerecia então bem poucas commodidades, n'uma aprazivel estancia de verão, com lindos pontos de vista devidamente aproveitados, jardins, lagos, grutas, etc. Em 1886, data em que fôram reformados os estatutos do Collegio dos Orphãos de S. Caetano, de novo lhe foi pedido para tomar conta da provedoria d'aquella casa de caridade, no que elle assentou. No exercicio d'este cargo em que se conservou durante 11 annos, cedendo sempre a favor do collegio a gratificação annual que lhe haviam arbitrado pela administração, fez largas reformas, taes como: a mudança do collegio do centro da cidade para um amplo edificio no logar da Madre de Deus, edificio que soffreu grande transformação, e no centro do qual foi construida uma capella em estylo manuelino, sob a direcção do seu provedor; estabeleceu em novas bases a educação das creanças ali recolhidas, e creando no collegio officinas de alfaiate, sapateiro e serralheiro, escola de agricultura, e artes de pedreiro e carpinteiro. Tendo-se filiado no partido regenerador, foi muito instado, em 1896, por carta particular do sr. conselheiro João Franco, sendo presidente do conselho de ministros, o fallecido estadista Hintze Ribeiro, para que acceitasse a candidatura de deputado pelo districto de Braga, o que elle recusou, por já se sentir bastante doente, vindo a fallecer no anno seguinte.

**Pereira** (*Antonio Caetano*). Professor de Rhetorica e Poesia e da lingua arabica no Lyceu Nacional de Lisboa, socio correspondente da

Academia Real das Sciencias, etc. N. em Belem a 24 de agosto de 1799, fal. a 12 de fevereiro de 1857. Escreveu: *Breves advertencias sobre os tratamentos e titulos entre os Arabes;* insertas nas *Actas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, tomo I, 1849, pag. 335 a 537; *Resumo historico sobre o estabelecimento da cadeira de lingua arabe em Portugal*, no mesmo tomo, pag. 348 a 360; *Juizo critico sobre o extracto da Historia da Dynastia dos Beni-Hafas, traduzida por Mr. Alphonse Rousseau;* no referido tomo, pag. 410 a 418, e continuado no tomo II, pag. 5 a 13; *Exame historico em que se refuta a opinião do sr. Herculano sobre a batalha de Ourique*, etc. (V. *Eu e o Clero*); *A confirmação do Exame historico sobre a batalha de Ourique*, etc. (V. *Eu e o Clero*); *Analyse oratoria do sermão prégado pelo doutor Francisco Antonio Rodrigues de Azevedo na Egreja de S. Domingos em 19 de agosto de 1855*, Lisboa, 1855; *Elementos de Grammatica portugueza, com um breve tratado de Analyze poetica*, Lisboa, 1857; saiu com as iniciaes A. C. P.; *Confirmação da censura feita á inscripção latina, introduzida no alicerce do monumento a Camões, e refutações de todas as objecções que tem sido feitas contra a censura*, Lisboa, 1863.

**Pereira** *(Antonio Feliciano Marques)*. Escriptor. N. em Lisboa a 1 de junho de 1839, fal. em 1875. Era filho do capitão de fragata Feliciano Antonio Marques Pereira *(V. este nome)*. Habilitado com os estudos preparatorios, matriculou-se em 1856 na faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, mas por motivos particulares não concluiu o curso, apezar de ter sido approvado nos primeiros annos. Voltando para Lisboa, dedicou-se ao jornalismo, e em principios de 1858 entrou para o *Rei e Ordem*, jornal de José Bernardo da Silva Cabral, mais tarde conde de Cabral, na qualidade de folhetinista effectivo e redactor da parte noticiosa. N'esse jornal publicou em folhetins os seguintes romances: *Ciume de poeta; Ciume d'uma mulher do grande mundo; Romance d'uma peccadora*, que foi transcripto no semanario *Archivo Familiar; Uma reconciliação*, tambem publicado na *Illustração luso-brazileira; Amor e reflexão*, cuja primeira parte fôra já impressa na referida *Illustração*; *Amor e Lettras*, que ficou incompleto. No mesmo jornal publicou a traducção de quasi todas as *Confidencias de Mademoiselle Mars, por mad. Roger de Beauvoir*, algumas biographias de Mirecourt, etc. Sendo redactor *Rei e Ordem* collaborava ao mesmo tempo nos jornaes litterarios: *Archivo pittoresco, Revista dos Espectaculos, Revista de Lisboa, Archivo familiar, Illustração Luso Brazileira*, etc. Em 1859 deixou o jornal, e partiu para Macau, onde casou e ficou residindo, exercendo desde maio de 1860 o emprego de superintendente da emigração chineza, e o de procurador dos negocios sinicos. Em 1862 foi nomeado secretario da missão diplomatica portugueza ás côrtes de Pekim, Sião e Japão, e os seus relatorios, assim como os estudos historicos que escreveu ácêrca do Oriente, são muito apreciaveis. O governador de Macau elogiou-o n'uma portaria, que se publicou em setembro do mesmo anno no *Boletim do Governo* d'aquella colonia, e pouco depois foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Marques Pereira teve tambem o encargo de escrever um estudo completo sobre Macau, mas não pôde cumpril-o, porque a morte o surprehendeu, quando apenas contava 36 annos de edade. Foi redactor de 20 de março de 1860 até abril de 1862, de *Boletim do Diario do Governo de Macau*. Escreveu: *Uma mulher do seculo, romance contemporaneo, precedido d'um juizo critico por Francisco Maria Bordalo*, Lisboa, 1858; ácêrca d'este livro escreveu Andrade Ferreira na *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, n.º 1 do primeiro anno, e Julio Cesar Machado, na *Revolução de Setembro* de 25 de setembro de 1858. Traduziu do francez duas comedias em 1 acto, que se representaram no theatro de D. Maria II, mas não se imprimiram: *Uma noite nas Caldas* e *O namorado da patrôa*. Em Macau publicou em 1862: *Esboços e perfis, collecção de romances e estudos sociaes; Relatorio da emigração chineza em Macau, dirigido a sua ex.ª o governador geral Isidoro Francisco Guimarães*, etc., Macau, 1861; *Ta ssi-yang kuo, semanario macaense de interesses publicos locaes, litterario e noticioso*. Daudo a razão do titulo, diz o autor que estas quatro palavras chinezas significam: *Grande reino do mar de Oeste*, nome pelo qual o de Portugal foi sempre, e é ainda conhecido na China. Fundou e redigiu este jornal desde 8 de outubro de 1863 até abril de 1866, que terminou a publicação saindo 134 numeros no formato de folio, e de quatro paginas cada um. Escreveu: *Relatorio das attribuições da procuratura dos negocios sinicos da cidade de Macau, dirigido a s. ex.ª o Governador de Macau e Timor pela Commmissão nomeada em portarias de 22 de novembro de 1866 e 6 de fevereiro de 1867*, Macau, 1867.

**Pereira** *(Antonio Fernandes)*. Era irmão de Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão, de quem publicou umas poucas de obras. Fr. Francisco dos Prazeres chamava-se no seculo Francisco dos Prazeres Fernandes Pereira.

**Pereira** *(Antonio Guedes)*. Diplomata do seculo XVIII. Em 1716 saiu de Portugal em viagem pela Europa, e visitou as côrtes de Roma, Paris, Londres, Haya, Madrid e outras. Quando regressou á patria foi nomeado enviado extraordinario em Madrid, onde permaneceu até 1727. No anno de 1736, quando se crearam as tres secretarias de Estado, foi encarregado da secretaria dos negocios de marinha e conquistas. Antonio Guedes Pereira foi um dos celebres diplomatas do tempo de D. João V, que brilhantemente representaram Portugal nas côrtes estrangeiras.

**Pereira** *(Antonio Joaquim Gonçalves)*. Pintor e esculptor. N. em Lisboa a 23 de julho de 1839, onde tambem fal. a 2 de outubro de 1878. Revelando desde os primeiros annos uma decidida vocação para as artes, matriculou-se na Academia de Bellas Artes, frequentando as aulas de desenho e pintura com distincção, e merecendo pelo seu quadro, *Vista da Tapada*, a medalha de prata, que o jury academico lhe deu no concurso triennal em que o artista o apresentára. Dotado d'um talento flexível, Gonçalves Pereira cultivou varios generos, mas dedicou-se mais especialmente á pintura de animaes. *A rola e o gato*, quadro denominado *Inimigo á vista*, e *Romeu e Julieta*, em aguarella, e de que tambem deixou um esboceto a oleo, os retratos d'alguns dos melhores cavallos de Carlos Relvas, como o *Rolito* e o *Chasseur d'Afrique*, o do *British*

*Lyon*, corredor pertencente a Ribeiro da Cunha, alguns desenhos publicados em jornaes illustrados como a *Passagem do vau* e *Romeu e Julieta*, que publicado na mesma occasião, mereceu a honra de ser reproduzido por alguns jornaes, estrangeiros, em que se conta *Illustracion espanola y americana*, de 8 de dezembro de 1878. Fôram estas as obras principaes que nos legou o distincto e malogrado artista, que uma tysica pertinaz nos roubou aos 39 annos de existencia. Gonçalves Pereira tambem cultivou com exito a esculptura, porque, dotado de espirito observador, surprehendia com a maior sagacidade e imitava no barro com extrema felicidade os modelos que escolhia. Tinha alguns retratos em medalhão admiravelmente modelados e do notavel similhança, em que se contavam os de Sarah Arnaud, Alice Durand, e Silva Barbosa. A Sociedade Promotora das Bellas Artes, que já não existe ha bastantes annos, lhe concedeu a medalha de cobre por um bello quadro que elle enviara a uma das suas exposições.

**Pereira** *(Antonio José)*. Professor de desenho no Lyceu Nacional de Vizeu, terra em que nasceu no anno de 1820, sendo filho de Antonio José Pereira Soares Guimarães, e de sua segunda mulher, Maria Barbara. Foi muito apreciado artista na esculptura, e principalmente em pintura, a que se dedicou sem auxilio de mestre. Conhecia a escola de Grão Vasco como poucos. São quadros seus, além de outros, o da Ceia no altar do Sautissimo na Sé, que dizem ter sido o primeiro que fez; os dos altares collateraes da egreja da Misericordia, representando um N. S.ª das Dôres e outro a Visitação, e os de varios bemfeitores d'esta casa. O conde Raczynski, no seu *Diccionario* e nas *Cartas*, quando esteve em Vizeu, em 1814, conheceu Antonio José Pereira, admirando-se do seu raro talento e de pintar com tanta distincção, lamentando que nunca tivesse mestres, nem saisse de Vizeu. O diplomata prussiano convidou-o generosamente para ir á custa d'elle, conde, estudar desenho e pintura nas grandes escolas da Italia, de Paris ou da Allemanha, fineza que Antonio José Pereira não acceitou, por haver casado recentemente, e não poder levar comsigo, a esposa n'aquella viagem de instrucção, e não ter coragem para se separar d'ella. O casamento havia-se realisado a 31 de agosto de 1839, sendo sua mulher, Rosa Carolina, filha de Joaquim Lopes e de Antonia Maria. D'este consorcio teve, entre outros filhos: Antonio José Pereira, padre e beneficiado na sé de Vizeu, e José Augusto Pereira, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, que é hoje advogado em Vizeu; e Luiz Pereira. Toda esta familia parecia predestinada para a arte. São obra de sua mulher e filhas um rico e bem trabalhado reposteiro da egreja da Misericordia, outro da das Terceiras de S. Francisco e outro da egreja do Seminario, que prima pela elegancia e simplicidade da ornamentação. Tambem trabalhavam em ouro, prata, marfim, etc. Os tres filhos tambem se dedicaram á pintura e ao desenho, para que tinham decidida vocação, especialisando se Luiz Pereira, fallecido ha bastantes annos, que, a julgar pelos primorosos especimens que deixou, viria a ser um distincto artista.

**Pereira** *(Antonio José)*. Conego da sé de Gôa, vigario geral do arcebispado da mesma cidade, em 24 de janeiro de 1860, por successão a Caetano João Peres.

**Pereira** *(Antonio Maria)*. Livreiro-editor. N. em Lisboa a 20 de maio de 1824, fal. em Cintra a 10 de junho de 1880. Era illustradissimo e desempenhou um papel importante na nossa moderna historia litteraria. Ligou o seu nome á publicação de muitas obras valiosas, e mostrou-se sempre intelligente apreciador dos trabalhos litterarios, favorecendo até a apparição de muitas obras de jovens escriptores que d'outra fórma não encontrariam facilmente quem lh'as publicasse. Antonio Maria Pereira tinha 25 annos de edade, quando fundou em 1849 o seu pequeno estabelecimento na rua Augusta, fundação cujas peripecias engraçadas conta Julio Cesar Machado nos seus *Apontamentos d'um folhetinista*. Antonio Maria Pereira contava muitos amigos, e todos o auxiliaram como puderam, n'esse estabelecimento, que principiou a ser bafejado pela fortuna. Emprehendeu um grande numero de edições de obras litterarias, auxiliou muitissimo o *Diccionario bibliographico* com investigações bibliographicas, como o proprio Francisco Innocencio da Silva o confessa, prestou como correspondente bons serviços ao *Gabinete portuguez de leitura no Rio de Janeiro*, que o fez seu socio honorario, publicou desde 1866 uma *Revista bibliographica*, jornal de annuncios litterarios, que é uma preciosa consulta para bibliophilos e bibliographos, e emprehendera nos ultimos annos da sua vida a publicação d'uma *Bibliotheca de livros uteis*, em que inseria muitas obras de valor, como a *Sciencia do bom homem Ricardo*, a *Hygiene da alma*, a *Historia da civilisação na Europa*, traduzida pelo marquez de Sousa Holstein, etc. Antonio Maria Pereira era tambem socio correspondente do Gabinete portuguez de leitura do Rio de Janeiro, e dos do Maranhão, Bahia e Pernambuco, e bem assim de varios estabelecimentos de livraria, tanto nas possessões portuguezas do ultramar e ilhas dos Açores, como em França Inglaterra, etc.

**Pereira** *(Antonio Maria)*. Livreiro-editor, filho do antecedente. N. em Lisboa em 1857, fal. em Bemfica a 27 de julho de 1898. Tendo herdado de seu pae uma das mais consideradas e antigas livrarias de Lisboa, tratou não só de a conservar, mas de a augmentar e desenvolver. Adquirindo uma loja que lhe ficava contigua, ampliou consideravelmente o estabelecimento, tanto em largura, como em fundo, o qual se ficou denominando *Parceria Antonio Maria Pereira*, nome que ainda conserva. A nova firma deu então grande impulso ás artes graphicas, com as numerosas edições, que sairam, na maior parte de obras importantes. Das publicações periodicas que intentou, destacam-se a *Revista Illustrada*, que durou tres annos, e o *Branco e Negro*, que durou dois. Estes semanarios, não sómente causaram graves prejuizos pecuniarios, como o fatigaram extraordinariamente. Antonio Maria Pereira, pelo muito trabalho que lhe deram para que a publicação fôsse esmerada tanto na redacção, como na impressão. Publicou o *Minho Pittoresco*, de José Augusto Vieira, dois curiosos e volumosos livros de grande formato e muito illustrados. Parece que projectou fazer eguaes publicações das outras provincias, mas não pôde conseguir, por ter fallecido aquelle elegante e

consciencioso escriptor. A Parceria Antonio Maria Pereira tem editado obras dos nossos primeiros escriptores, como Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Teixeira de Queiroz, Silva Pinto, Eça de Queiroz, Garrett, Herculano, etc. A Parceria Antonio Maria Pereira é muito conhecida, não só em todo o Portugal, como nas ilhas, Brazil, e em outros paizes extrangeiros, onde tem numerosos correspondentes. Creou publicações populares, entre as quaes se contam *Collecção Economica*, a 100 réis o volume, *Collecção Pereira*, a 50 réis o volume; são tradueções de romances francezes modernos, etc. Uma longa e pertinaz doença, que o assaltou, o impossibilitou por algum tempo, até que o victimou aos 41 annos de edade. A morte d'este laborioso propagandista de bons livros, tanto portuguezes e extrangeiros, do protector de muitos noveis escriptores que elle auxiliava com o seu bom conselho, e fazendo conhecidas as suas obras, causou a maior sensação, porque Antonio Maria Pereira, assim como seu pae, eram justamente considerados pelo seu caracter, intelligencia e actividade. A Parceria Antonio Maria Pereira pertence hoje a pessoas de sua familia, e diligencia continuar gozando os bons creditos, que sempre tem gozado, desde que a casa foi fundada pelo seu primitivo proprietario em 1849.

**Pereira** *(Antonio Martins)*. Sobrinho e secretario do bispo de Cabo Verde D. Fr. João de Faro. Escreveu: *Relação da infeliz e deploravel viagem que fez o Ex.mo e Rev.mo bispo D. Fr. João de Faro, para a sua Sé da cidade da Ribeira Grande, ilha de Sant'Iago de Cabo Verde. Dada á luz pelo P. Fr. José de Borba*, etc. Lisboa, 1741.

**Pereira** *(Antonio Mexia Fouto Galvão)*. Escriptor. N. em Campo Maior no anno de 1753, e fal. em Evora no primeiro de janeiro de 1836 com 83 annos de edade. Escreveu as seguintes obras: *Evora no seu abatimento gloriosamente exaltada ou narração historica do combate, saque e crueldades praticadas pelos francezes em 29, 30 e 31 de julho de 1808 na cidade de Evora*, Evora, 1808. Dizem ser obra muito interessante para a historia d'essa epoca.

**Pereira** *(Antonio Pinto)*. Secretario de D. Antonio, prior do Crato. N. no Mogadouro, mas ignora-se a data do nascimento, calcula-se que fal. pouco antes de 1557. Escreveu: *Historia da India, no tempo em que a governou o Vice-Rei D. Luiz de Athaide, dirigida a el rei D. Sebastião*, Coimbra, 1616. Foi publicada posthuma, por diligencia de Fr. Miguel da Cruz, religioso da ordem de Christo. O segundo livro dos dois em que esta historia é dividida, tinha-se começado a imprimir (diz o editor no seu prologo) mais de 50 annos antes, porém não continuára, permanecendo n'esse estado, até que elle tomou sobre si este negocio, fazendo imprimir o primeiro livro, e concluir o resto que faltava ainda do segundo, procurando para esse fim typo egual ao antigo.

**Pereira** *(Antonio da Silva)*. Commendador da ordem de Christo. N. em Lisboa, onde tambem falleceu a 14 de maio de 1704. Era filho de Antonio da Silva e de Maria da Costa Figueira. No tempo em que Christovão d'Almada era governador e capitão general da praça de Mazagão, o mandou por embaixador ao reino de Marrocos. Foi muito applicado ao estudo da historia, e particularmente da Genealogia. Deixou manuscriptos 11 volumes de *Familias illustres de Portugal*, e 1 volume de *Arvores de costado antigas*. Tambem deixou manuscripta: *Lembrança da carta que mandei ao senhor Ruy Fernandes d'Almeida, em resposta de outra que o dito senhor me ordenava lhe désse conta de tudo o que se tinha passado desde que d'aqui partimos*, etc.

**Pereira** *(A. Collares)*. Antigo jornalista, e depois importante industrial, gerente d'uma das primeiras fabricas de Lisboa. N. a 6 de dezembro de 1860. Desde creança foi o theatro a sua paixão, e ainda hoje nos momentos que os seus trabalhos o deixam livre, estuda de preferencia tudo quanto se relaciona com a arte dramatica, para o que tem uma bibliotheca importantissima. Em 1885 fundou com Joaquim Miranda *A Revista theatral*, uma das melhores publicações que sobre a especialidade se tem realisado modernamente. Escreveu folhetins de critica theatral nos jornaes *Portugal*, *Economista* e *Tempo*. Em 1887 foi a Italia, e obteve autorisação para visitar e frequentar os diversos conservatorios. Travou ali relações com o notavel critico da *Perseveranza*, Filippo-Filippi, com Paolo Ferrari, que o autorisou a traduzir as suas obras, offerecendo-lh'as com uma dedicatoria muito honrosa; com Luigi Illica, etc. Depois de tres annos de lucta com admiravel e desinteressada dedicação pelo theatro, afastou-se do jornalismo para se entregar exclusivamente á vida industrial.

**Pereira** *(P. Bartholomeu)*. Jesuita. N. em Monsão em 1598, fal. em Coimbra a 18 de novembro de 1650. Era filho de João Pereira Mesquita, cavalleiro professo da ordem de Christo, e de Helena Gomes. Entrou na Companhia de Jesus aos 15 annos de edade, no collegio de Coimbra, a 20 de março de 1613, onde leu Rhetorica e depois Escriptura, pelo espaço de 8 annos. Foi reitor do collegio de S. Paulo, de Braga, passou d'aqui ao de Coimbra, onde falleceu. Era poeta muito apreciado, e prégador muito considerado no seu tempo. Compoz um poema em latim, que foi impresso com o titulo de *Paciecidas*, em que trata do martyrio de seu tio, o P. Francisco Pacheco, que morreu em Nangazaqui no anno de 1626. Escreveu tambem em latim uma *Oração encomiástica*, publicada no principio do certame que a Universidade de Coimbra celebrou, quando foi canonisada a rainha Santa Izabel.

**Pereira** *(P. Bento)*. Jesuita, doutor em Theologia pela Universidade de Evora, qualificador do Santo Officio, reitor do collegio dos irlandezes em Lisboa, etc. N. em Borba em 1605, fal. em Evora a 4 de fevereiro de 1681. Era filho de Francisco Pereira e de Catharina Rodrigues. Entrou na Companhia de Jesus aos 15 annos de edade, em Lisboa, a 27 de junho de 1620; passou depois ao collegio de Evora, onde aprendeu letras humanas e philosophia; no de Coimbra dictou com universal applauso, não sómente estas sciencias, como Theologia por espaço de 20 annos, tomando o grau de doutor na Universidade de Evora a 24 de fevereiro de 1647. Sendo qualificador do Santo Officio passou a Roma, para ser revisor dos livros dos autores da Companhia de Jesus, e regressando a Lisboa foi reitor do collegio dos irlandezes. Era muito erudito na Jurisprudencia civil e canonica. No fim da vida

perdeu completamente a memoria, vindo a fallecer no collegio de Evora em perfeito estado de imbecilidade. Escreveu: *Prosodia in vocabularium trilingue Latinum, Lusitanum et Castellanum digesta*, Eborae, 1631; esta obra teve 10 edições successivas, todas gradualmente ampliadas, correctas, alteradas, e addicionadas; *Thesouro da lingua portugueza*, Lisboa, 1646; *Florilegio dos modos de falar, e adagios da lingua portugueza; dividido em duas partes; na primeira das quaes se põem pela ordem do alphabeto as phrases portuguezas e na segunda se põem os principaes adagios portuguezes, com seu latim proverbial correspondente; para se juntar á Prosodia e Thesouro Portuguez, como seu appendix ou complemento*, Lisboa, 1655; *Regras geraes, breves e comprehensivas da melhor ortographia, com que se podem evitar erros no escrever da lingua latina e portugueza, para se juntar á Prosodia*, Lisboa, 1666; 2.ª edição, Coimbra, 1733. Deixou tambem manuscriptos em latim e portuguez.

**Pereira** *(Bernardo)*. Bacharel em Medicina e doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Miranda a 11 de dezembro de 1681, parece que vivia ainda em 1739. Era filho do medico naval Manuel Lopes Pereira *(V. Portugal*, vol. IV, pag 508) e de Antonia d'Oliveira. Dedicando se á mesma carreira de seu pae, estudou na referida Universidade, recebendo o grau de bacharel em Medicina a 20 de maio de 1709, e cursando depois a faculdade de Direito, tambem recebeu o mesmo grau a 27 de junho de 1739. Exerceu medicina no Sardoal. Escreveu: *Pratica de Barbeiros Phlebotomanos, ou Sangradores reformada*, Coimbra, 1719; saiu com o nome de Leonardo de Pristo da Barreira; 2.ª edição, Lisboa, 1740; *Discurso apologetico em defeza dos prodigios da natureza, vistos pela experiencia, e qualificados por força de um successo, para conhecimento de muitos effeitos e occultas qualidades*, Coimbra, 1719; *Anacephaleosis medico theologica juridica e politica, sobre a cura das doenças dos feitiços e o seu conhecimento*, Coimbra, 17 4; 2.ª edição em 1740 Deixou tambem alguns manuscriptos sobre medicina.

**Pereira** *(Braz)*. Pintor. N. em 1507 e parece que vivia ainda em 1 60. Era filho de Fernando Brandão. Foi pintor do infante D. Fernando, filho d'el-rei D. Manuel, e conviveu intimamente com Francisco de Hollanda

**Pereira** *(Cesario Augusto de Azevedo)*. Doutor e lente jubilado na faculdade de Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Thomar a 5 de outubro de 1806, fal em Coimbra a 16 de maio de 1867. Era filho de Antonio Joaquim Pereira Vianna. Depois de ter completado os estudos preparatorios, matriculou-se na Universidade, vendo se obrigado a interromper os estudos durante a guerra civil, e pelas suas idéas liberaes teve de emigrar para a Galliza, passando d'ali a Inglaterra e a França. Terminada a campanha, proseguiu os estudos, vindo a doutorar-se em 31 de julho de 1833. Em Coimbra exerceu os cargos de provedor da Misericordia, procurador á junta geral do districto e presidente da camara municipal em dois biennios, prestando n'essa qualidade importantes serviços ao concelho. Sendo lente da Universidade exereeu juntamente o logar de director dos hospitaes que lhe são annexos, e de director do hospital de cholericos, quando em 1856 grassou em Coimbra a epidemia da cholera-morbus. Foi deputado em varias legislaturas, sendo tres vezes eleito por Coimbra, e uma por Cantanhede, sendo eleito presidente da respectiva camara nas sessões de 1865 e 1867. Escreveu: *Relatorio clinico e economico do hospital dos cholericos em Agosto, Setembro, Outubro e Novembro*, Coimbra, 1857.

**Pereira** *(Christovão de Brito)*. Official do nosso exercito, que indirectamente contribuiu para a victoria de Montes Claros, pelo modo brilhante como defendeu Villa Viçosa, praça cujo governo exercia em 665. Brito Pereira tinha debaixo das suas ordens 1:500 soldados de infantaria de primeira e segunda linha, e 11 peças d'artilharia. Aproveitou admiravelmente todos os recursos para prolongar a defeza, que não era facil, contra um exercito inimigo como o do marquez de Caracena. Seis dias se sustentou Villa Viçosa contra os ataques dos hespanhoes, até que o exercito do marquez de Marialva, que estava em Extremoz, veiu em seu auxilio O marquez de Caracena levantou o cêreo, e foi ao encontro do exercito portuguez. O encontro deu-se em Montes Claros, onde os hespanhoes fôram completamente derrotados. Brito Pereira, que teve conhecimento da victoria, fez uma sortida tão feliz que destroçou por completo as tropas que tinham ficado de observação, e que eram commandadas por Nicolau de Langres.

**Pereira** *(Davide Marques)*. Official do exercito do ultramar. Era brigadeiro e já edoso em 1758, quando se suicidou em Moçambique o governador João Manuel de Mello, e talvez por ser a patente mais graduada, que então existia em Moçambique, foi encarregado interinamente do governo, do qual tomou posse a 5 de abril do referido anno de 1758 Achava-se este brigadeiro em processo pela sua desobediencia ás ordens do capitão general Francisco de Mello e Costa; pois assim mesmo processado tomou conta do governo, não deixando de se queixar contra aquelle governador, mas fôram taes os abusos de autoridade que praticou em Rios de Sena, que o vice-rei da India, conde da Ega, que aportou a Moçambique de passagem para Gôa, entendeu que devia exoneral-o e prendel o, apezar de Moçambique não estar já dependente do governo da India. O conde da Ega nomeou para o substituir, a seu irmão Pedro de Saldanha e Albuquerque, que chegou a Moçambique a 8 de agosto de 1758. Davide Marques Pereira não chegou, portanto, a governar um anno, e fal. na prisão.

**Pereira** *(D. Diogo)*. Commendador mór da ordem de S. Thiago, governador da casa do infante D. João, etc. N. em Alcacer do Sal, onde tambem fal. sendo sepultado na sua capella na egreja do Senhor dos Martyres, jazida dos cavalleiros de S. Thiago, em um nobre mausoléo com as armas. Descendem d'elle os Figueiredos de Alcacer, pela linha de sua filha D. Izabel Pereira, que casou com Gonçalo Nunes Barreto, alcaide-mór de Faro, de quem nasceu D. Izabel Barreto, mulher de Gonçalo Figueiredo, filho de Ayres Gonçalves de Figueiredo.

**Pereira** *(Diogo Fernandes)*. Navegador, natural de Setubal. Descobriu a ilha de Socotorá, no Oceano Indico, occupada em 1507 por Affonso de Albuquerque. Foi por mestre de uma das naus enviadas á India, em 1504, para sustentar e de-

fender o dominio portuguez e soccorrer os soldados do rei de Cochim. Foi mandado cruzar no Mar Roxo. O chronista João de Barros, na sua *Asia*, chamou-lhe *homem muito usado no mar*.

**Pereira** *(P. Diogo de Mello)* Prior da egreja matriz de Tentugal, e mestre do 2.º marquez de Ferreira, D. Francisco de Mello, e de seu irmão D. Rodrigo de Mello. Era filho de Gaspar Leitão Coelho, e de sua mulher D. Cecilia Pinto de Mello Fal. depois do anno de 1606. Foi muito versado na lingua latina, rhetorica, humanidades, theologia moral e escolastica, e especialmente na Genealogia. Escreveu: *Casa Real e alguns de seus ramos*, obra de que se publicaram sómente as primeiras 80 paginas, e que, segundo diz Manuel Severim de Faria, nas *Noticias de Portugal*, discurso V., «por justos respeitos e defeitos que tinha na composição, foi mandada tirar da imprensa» Comprehende as genealogias das Casas Real e de Bragança, marquezes de Ferreira, condes de Vimioso, duques de Aveiro, etc. Na Bibliotheca Nacional ha um exemplar da parte publicada. Innocencio da Silva, no vol. IX do *Diccionario Bibliographico*, diz que viu na Bibliotheca Nacional o fragmento indicado da obra n.º 187, o qual tem um rosto impresso posteriormente á indicação do livro, e n'elle se lê: *Casa real de Portugal e alguns de seus ramos. Escripta por Diogo de Mello Pereira*, etc., *cuja impressão se suspendeu por ordem d'El-Rei de Castella, que governava este reino.* Consta o fragmento de 80 paginas, como acima se disse.

**Pereira** *(Diogo Rodrigues).* Medico do hospital de Todos os Santos. Foi nomeado interinamente em 1606 no impedimento de Miguel Cabreira, e depois em 1607 medico definitivo, com a obrigação de dar metade do ordenado a Miguel Cabreira, que estava incuravelmente doente. Fal. a 15 de dezembro de 1629.

**Pereira** *(P. Domingos Joaquim).* Presbytero secular, thesoureiro da collegiada de Barcellos, e depois abbade de Santa Lucrecia de Louro, etc. Era natural de Barcellos. Escreveu: *Memoria historica da villa de Barcellos, Barcellinhos e Villa-nova de Famalicão;* Vianna, 1867.

**Pereira** *(Duarte Coelho).* Fidalgo que el-rei D. João III muito considerava. Foi um dos primeiros donatarios das capitanias hereditarias do Brazil, e de todos o mais habil e benemerito, devendo se lhe a colonia organisada mais sabiamente que apresentou logo sociedade com certo caracter de civilisação. Andando pela costa d'Africa, arribou em setembro de 1530 á ilha de Itamaracá, e bateu os francezes que se haviam apoderado d'uma feitoria portugueza, que existia ali, e logo depois subindo pelo rio Iguarassú, poz em derrota os indios *Potiguares* alliados dos francezes, e tomou lhes a aldeia, onde annos depois fundou a primeira povoação da sua capitania. A 10 de abril de 1531 recebeu a carta de doação da capitania de Pernambuco, e a 24 de outubro do mesmo anno o foral dado a ella, estendendo-se o seu dominio desde o rio de S. Francisco até o rio de Iguarassú. Duarte Coelho Pereira veiu com sua mulher, seu cunhado Jeronymo d'Albuquerque, e diversas familias de colonos que reuniu para a sua capitania, onde chegou no fim de 1534, ou logo no principio de 1535, indo residir na aldeia de Iguarassú emquanto fundava a cidade de Olinda. O dia 9 de março de 1535 lembra a data em que elle fez registrar na *camara da nascente cidade* a carta de doação da sua capitania. Duarte Coelho Pereira creou um livro do tombo das terras, no qual se registraram todas as sesmarias que foi concedendo, e outro da inscripção e alistamento dos colonos estabelecidos na capitania; de modo que deu a esta um principio de estatistica utilissimo á administração que elle plantou e desenvolveu systematicamente e com a melhor ordem. Logo em 1535 soffreu horrivel guerra dos *cahetés*, tribu selvagem numerosa e feroz; soube porém vencel-os, e conseguiu estreitar a alliança com os indios *tabayres* ou *tabayares*, inimigos d'aquelles, e cujo chefe Tabyra era para selvagem habilissimo guerreador e até estrategista. Não menos perigosos inimigos a domar fôram os degredados ou vagabundos e réos de policia incorrigiveis e mulheres de ruins costumes, de quem o governo de Lisboa livrou Portugal, mandando povoar as capitanias do Brazil, cabendo boa parte de similhante gente a Pernambuco. Duarte Coelho Pereira, n'uma carta que escreveu a D. João III, pedia-lhe pelo amor de Deus que lhe não mandasse povoadores de tal qualidade, e referindo-se á ruim e desastrada remessa de gente corrompida para o Brazil, dizia, energico mas leal ao rei, que nas capitanias do sul havia mais ladrões e assassinos do que colonos. Entretanto os degredados e os pervertidos tiveram de corrigir-se e de trabalhar em Pernambuco, e os que teimaram no seu antigo viver ou fugiram ou soffreram rigorosos castigos. Em 1539 um novo laço veiu unir ainda mais ao Brazil Duarte Coelho Pereira, pelo nascimento de seu segundo filho Jorge de Albuquerque Coelho, em Olinda, e que tão grande nomeada tinha de ganhar. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 1061) A capitania de Pernambuco floresceu tanto que em 1549, estabelecendo-se no Brazil o governo geral, que veiu despojar os donatarios de todos os seus principaes privilegios, excepto o da hereditariedade, Duarte Coelho Pereira foi exceptuado, e continuou no gozo e exercicio de todos os poderes que lhe garantira sua carta de doação. Duarte Coelho Pereira falleceu em Olinda a 7 de agosto de 1544, deixando o governo da capitania nas mãos debeis de sua viuva, D. Brites de Albuquerque, pela ausencia do herdeiro, segundo donatario, seu filho Duarte de Albuquerque Coelho, que então estava estudando em Portugal. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 1060). Duarte Coelho Pereira serviu á colonisação e á civilisação de Pernambuco immensamente mais do que todos os outros donatarios. Adoptou o Brazil, dedicando se exclusivamente á sua capitania, deixando n'ella plantada a sua nobre e gloriosa familia, e conservando-se portuguez pela obediencia e a lealdade ao soberano, mas identificando se com o Brazil e sendo todo inteiramente brazileiro pelo mais legitimo interesse, o do cuidado e do florescimento da sua capitania.

**Pereira** *(Duarte Pacheco).* V. *Pacheco Pereira*.

**Pereira** *(Feliciano Antonio Marques).* Capitão de fragata, intendente da marinha de Gôa, commendador da ordem de Aviz, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição, etc. N. em Lisboa em 1803, fal. a 13 de junho de 1864. Assentou praça no corpo da Armada Nacional, como aspirante, em fevereiro de 1821, e sendo despa-

chado guarda marinha em 1823, foi subindo diversos postos até capitão de fragata, sendo a este ultimo promovido no anno de 1859. Entre as muitas commissões que desempenhou, citaremos as seguintes: de intendente de marinha de Gôa, commandante da corveta *D. João I*, e por ultimo da nau *Vasco da Gama*, que estava exercendo quando falleceu Escreveu: *Memoria sobre a navegação a vapor*, Lisboa, 1844; esta *Memoria* parece que anda incluida nos *Annaes Maritimos e Coloniaes*, bem como varios outros artigos do mesmo autor; *Rudimentos de Economia politica para uso das escolas, offerecidos aos habitantes de Gôa*, Nova Gôa, 1853. No *Inquerito ácêrca das Repartições de Marinha*, etc., 1855, tomo I, de pag. 416 a 424, e 492 a 499, veem os seus depoimentos feitos perante a commissão respectiva. Escreveu mais: *A Confederação iberica; bases para um projecto de tratado de alliança e liberdade de commercio entre Portugal e Hespanha*, Lisboa, 1859; *Viagem da corveta D. João I á capital do Japão no anno de 1860*, Lisboa, 1863; com uma carta chorographica do imperio do Japão. Este livro, mandado imprimir a expensas do ministerio da marinha, consta de duas partes: 1.ª *Viagem e noticia geral do Japão*; 2.ª *Antigas relações dos portuguezes com o Japão;* extractos e fragmentos de varias obras portuguezas e estrangeiras, antigas e modernas. E por appendice o relatorio que ao ministro da marinha apresentou o autor na qualidade de commandante da corveta, chegada a Lisboa a 22 de setembro de 1862.

**Pereira** (*Francisco*) ou *Francisco Pereira Pestana*. Governador de Gôa. Foi um d'aquelles heroicos, mas poucos escrupulosos portuguezes do seculo XVI, que tantas façanhas e tantas exacções pratiearam. Fizera as suas primeiras armas na Africa, e fazendo parte da guarnição de Arzilla, distinguiu-se da mesma fórma que um seu camarada Diogo Viegas, famoso pela sua fôrça herculea, nas sortidas temerarias que fazia contra os moiros. Passando á India serviu com muito valor debaixo das ordens de Affonso d'Albuquerque, e na tomada de Benastarim, proximo de Gôa, largando todos os seus companheiros, foi bater uma palmada nos muros da fortaleza, exclamando: «Sempre quero vêr se as regateiras de Lisboa não dizem que chegou aqui Francisco Pereira.» Affonso d'Albuquerque apreciava muito o valor, mas apreciava ainda mais a disciplina, e por isso reprehendeu Francisco Pereira pelo seu desmando. Pereira redarguiu-lhe que o reprehendia a elle, mas que não reprehendia Duarte de Lemos, porque esse mostrava-lhe os dentes. A censura era ridicula, dirigida ao governador, cuja indomavel energia era de todos conhecida Por isso Affonso d'Albuquerque limitou-se a responder, entre as gargalhadas dos ouvintes: «Mostrará, mostrará, que bem compridos os tem elle.» Nomeado governador de Gôa, continuou a mostrar grande valor, mas praticou tambem grandes exacções, por isso D. Vasco da Gama, que não era menos energico do que Affonso de Albuquerque, o demittiu, e o obrigou a indemnisar aquelles que prejudicára. Parece que depois d'isso Francisco Pereira se retirou para o reino.

**Pereira** (*D. Fr. Francisco*). Eremita da ordem de Santo Agostinho, provincial na sua ordem, bispo de Miranda e de Lamego, etc. N. em Villa Franca de Lampazes, bispado de Miranda em 1567, fal. a 7 de janeiro de 1621. Era filho natural de Nuno Alvares Pereira Pimentel, descendente da familia dos Pimenteis, da casa dos condes de Benavente em Castella. Em 27 de setembro de 1585 entrou na ordem dos eremitas de Santo Agostinho no convento da Graça, de Lisboa, e indo em 1602 a Roma, para assistir ao capitulo geral que então se celebrou, foi eleito assistente do geral pelas provincias ultramarinas, sendo o primeiro portuguez que exerceu esse cargo. Voltando ao reino em 1609, subiu ao logar de provincial, e em 1618 foi eleito bispo de Miranda. Nas côrtes de 1619 pronunciou em nome do estado ecclesiastico as orações do estylo. Morreu na occasião em que fôra eleito bispo de Lamego. Escreveu: *Oração no auto do juramento que el-rei D. Filippe nosso senhor fez aos tres estados do reino, e do que elles fizeram a Sua Majestade... em Lisboa a 14 de julho de 1619; Oração do auto de juramento de Filippe III nas côrtes celebradas em Lisboa a 18 de julho de 1619.* Parece que estas orações se não publicaram separadas, e que sairam no *Auto do juramento que El-rei D. Filippe, segundo d'este nome, fez aos tres Estados d'este Reyno, e do que elles fizeram a Sua Majestade, do reconhecimento e acceitação do Principe D. Filippe, seu filho primogenito*, etc., Lisboa, 1619. Sairam tambem na *Viage de la Catolica Real Majestad d'el-rei D. Filippe III al reyno de Portugal*, Madrid, 1622, a pag. 63 e 65.

**Pereira** (*Francisco Antonio Alvares*). General de divisão reformado, conselheiro de Sua Majestade, director e lente do Instituto de Agronomia e Veterinaria, lente da Escola do Exercito, etc. N. em 13 de dezembro de 1827, fal. em 6 d'agosto de 1901. Assentou praça em engenharia a 25 de fevereiro de 1857, foi despachado alferes a 26 de fevereiro de 1858, a tenente em 25 de fevereiro de 1860, a capitão em 16 de dezembro de 1872, a major em 8 de julho de 1880, a tenente-coronel em 20 de dezembro de 1883, a coronel em 12 de dezembro de 1888, a general de brigada em 3 de janeiro de 1895, reformando-se em general de divisão em 1 de janeiro de 1898. Foi durante muitos annos lente da Escola do Exercito, gozando sempre do maior prestigio entre os seus collegas e discipulos. Era grã-cruz, grande-official e commendador da ordem de S. Bento de Aviz, commendador da de S. Thiago, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar. Fazia parte do Conselho Superior de Agricultura, seguindo ali com o maior empenho todas as questões da especialidade. Ainda pouco antes de fallecer, assistira ás reuniões em que se tratou da importação de cereaes e de trigo, votando contra a importação. Escreveu: *Discursos recitados nas sessões solemnes de abertura das aulas do instituto de agronomia e veterinaria em 22 de novembro de 1893 e 18 de novembro de 1897*, Lisboa, 1902.

**Pereira** (*Francisco da Costa*). Poeta, natural de Lisboa, e que viveu no seculo XVI. Compoz um *Poema* que descrevia os preparativos militares que se fizeram em Lisboa no anno de 1585, contra a armada ingleza, mas essa obra não chegou a ser impressa.

**Pereira** (*Francisco de Queiroz*). Escriptor. N. no conc. de Ermello, na comarca de Guimarães em 1719. Era filho de Francisco de Queiroz e de Maria da Cunha Pereira Mais nada se conhece

da sua vida. Escreveu: *Compendio arithmetico, obra muito util para principiantes aprenderem com facilidade todas as especies de contas, e saberem usar d'ellas*, etc. *A este resumo se ajunta o Guia de contadores de Monte Real Piamonte, accrescentadas as taboas, e explicados novos modos de usar d'ellas, e outras mais cousas*, etc., Coimbra, 1749; nova edição, Lisboa, 1816.

**Pereira** *(Francisco Raymundo Moraes)* Cavalleiro da ordem de Christo; doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, desembargador, da Relação de Gôa e da Casa da Supplicação Era natural de Lisboa, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Em 28 de março de 1750 partiu para a India com o vice-rei marquez de Tavora. Escreveu: *Relação da viagem, que do porto de Lisboa fizeram á India os Ill.mos e Ex.mos Senhores Marquezes de Tavora*, etc. Lisboa, 1752; *Annal Indico Lusitano dos successos mais memoraveis e das acções particulares do primeiro anno do felicissimo governo do Ill.mo Ex.mo Sr. Francisco d'Assis de Tavora, marquez de Tavora, conde de S. João, do conselho de Estado de S. M. F., vice-rei e capitão general da India*, etc, Lisboa, 1753.

**Pereira** *(Francisco Xavier)*. Missionario, nascido em Verdá, na India. Educado no Collegio das Missões Ultramarinas, em Lisboa, foi para Angola em 1880, sendo nomeado parocho da Barra do Bengo, em 1881, e depois sub-chantre da sé de Loanda. Parochiou tambem as freguezias de Golongo Alto, Muxima e Novo Redondo, prestando em todas estas commissões de serviço relevantes serviços ao Estado e á Egreja.

**Pereira** *(Francisco Xavier da Silva)*. Pae do 1.º conde das Antas, do mesmo nome (V. *Portugal*, vol. I, pag 596). Era cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, coronel de infantaria no regimento de Valença, e governador da praça de Campo Maior. N. a 12 de setembro de 1762, fal. a 10 de fevereiro de 1824. Era casado com D. Antonia José d'Abreu.

**Pereira** *(Frederico Guilherme da Silva)*. Irmão do primeiro conde das Antas, e ministro de Estado. N. em Monsão a 28 de abril de 1806, fal. em Lisboa a 18 de janeiro de 1871. Formou se em Direito na Universidade de Coimbra, e, seguindo a carreira da magistratura sem interrupção nem desvio, conservando-se sempre o mais alheio possivel ás agitações violentas da politica, chegou a juiz e depois a presidente da Relação de Lisboa. Quando o primeiro ministerio regenerador precisou de se recompor, pela saida de Antonio Luiz de Seabra, depois visconde de Seabra, desejou para dirigir os negocios da justiça simplesmente um magistrado integro, que fôsse geralmente respeitado, e que tivesse prestigio na sua classe, e por isso lançou as vistas para Frederico Guilherme da Silva Pereira, que foi convidado a entrar no ministerio presidido pelo marechal duque de Saldanha e tomou posse da pasta da justiça no dia 3 de setembro de 1853 Quando, em novembro de 1855, o seu collega da fazenda e obras publicas, Fontes Pereira de Mello, teve de ir a Londres tratar de negocios financeiros, ficou incumbido interinamente da pasta da fazenda, e geriu-a desde 3 de novembro de 1855 até 3 de janeiro de 1856. A 6 de junho de 1856 saiu do poder com os seus collegas, e nunca mais tornou a ser ministro. Fôra deputado em varias legislaturas, mas nos ultimos annos da sua vida conservou-se completamente afastado da vida publica.

**Pereira** *(Fr. Fructuoso)*. Monge benedictino, natural da villa da Fevrava, e descendente da illustre casa dos condes d'este titulo. Fal. no mosteiro de S. Martinho do Couto a 20 de janeiro de 1660. Professou no convento da sua ordem, da cidade do Porto em 1620. Escreveu: *Arte de grammatica portugueza, e benedictina; primeira parte*, Lisboa, 1646; segunda edição, 1643; terceira 1652.

**Pereira** *(Gabriel Soares)*. Escriptor, cujo nome só se conhece pelo seguinte escripto: *Suspensões de Irifle; Gloria de Fileno; Epithalamio no felicissimo casamento dos srs. D. João Xavier Telles da Costa e Silveira, conde de Unhão, e D. Maria da Gama, marqueza de Niza*, Lisboa, 1741.

**Pereira** *(Gabriel Victor do Monte)*. Inspector das bibliothecas e archivos nacionaes, socio correspondente da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Evora a 7 de março de 1847, sendo filho de Antonio Pereira da Silva, professor no lyceu de Evora, e de D. Luiza Victoria do Monte Pereira, de antiga e muito respeitavel familia de honrados lavradores, da mesma cidade. Educado esmeradamente por seu pae, passou Gabriel Pereira a maior parte da infancia e da juventude em Setubal, onde seu pae dirigia um lyceu organisado pela camara municipal. Concluidos os preparatorios, matriculou-se na Escola Naval, e seguiu o curso de marinha, que abandonou quasi no fim, deixando para sempre a vida do mar, satisfazendo assim os desejos de sua mãe, que elle extremecia, a qual, além de lamentar a ausencia do seu filho, receava muito as viagens. Estudou tambem na Escola Polytechnica, d'onde egualmente saiu por circumstancias particulares, sem concluir o curso. Seu pae, que ficara contrariado com a resolução do filho, que elle desejava que seguisse a vida de marinha, conformou-se, e tratou de lhe procurar uma posição, em que elle pudesse desenvolver as suas aptidões e os seus conhecimentos adquiridos nos cursos que estudára. O sr. Gabriel Pereira começou a exercer o magisterio no lyceu, de que seu pae era o director, e afastado dos estudos academicos dedicou-se apaixonadamente ao cultivo da historia e da archeologia nos seus variados ramos. Algum tempo depois o lyceu foi extincto, e Gabriel Pereira e sua familia voltaram para Evora, sua patria, que muito se prestava ás observações e pesquizas do joven archeologo, pois que a cidade e seus arredores são abundantes de recordações historicas, e monumentos pre-historicos. Os archivos e as bibliothecas o attrahiam, os museus o seduziam. Empregando-se na secretaria da Misericordia de Evora, teve ensejo de profundar os seus estudos, organisando e salvando da ruina o cartorio importantissimo d'aquella casa benemerita, e averiguar os bens quasi perdidos, conseguindo duplicar os seus rendimentos. Ali se conservou durante 14 annos como amanuense e archivista. Gabriel Pereira começou a publicar trabalhos que muito illustraram o seu nome, e o fizeram ser considerado entre os eruditos dos diversos paizes. Estes trabalhos constavam d'uma série de opusculos, em que se consignava grande parte do fructo das suas observações e estu-

dos. Primeiro appareceram as traducções dos grandes escriptores da Grecia e Roma, que trataram da geographia da peninsula iberica, sobresaindo Strabão e Plinio. Sob a designação de *Estudos eborenses* descreveu os varios monumentos de Evora e tratou de muitos pontos da sua historia. A Uuiversidade de Coimbra, conhecedora do elevado merecimento do distincto archeologo, encarregou o em 1880 da elaboração do indice provisorio dos documentos do seu cartorio; a estes trabalhos seguiu-se outro de maior alcance, a publicação em folio dos *Documentos de Evora*, manancial abundante de elementos historicos da maior importaucia para a historia dos costumes, das artes, do viver, do sentir dos nossos antepassados, feito com superior criterio. No entretanto escrevia outros livros de leitura amena, como os *Contos para operarios* e os *Contos de Andersen*. Em 1887, Antonio Ennes, então bibliothecario-mór da Bibliotheca Nacional de Lis-

Gabriel Victor do Monte Pereira

boa, que bem conhecia o elevado valor d'esses trabalhos. convidou o sr. Gabriel Pereira a entrar u'aquelle estabelecimeuto como empregado extraordinario, passando em 1888 a conservador, exercendo a commissão de director, em que se conservou até 1902, em que, pela morte de Lino d'Assumpção, occorrida em 1 de novembro d'esse anno, foi nomeado inspector das bibliothecas e archivos. O sr. Gabriel Pereira pertence á Real Associação dos Architectos e Archeologos portuguezes, á Sociedade de Geographia, á Sociedade Litteraria Almeida Garrett, etc. Um dos seus biographos, depois dos mais conscienciosos encomios ás aptidões extraordinarias de bibliophilo, e ao seu boudoso caracter e amabilidade com que sempre attende a todos que o consultam sobre quaesquer duvidas ou sobre quaesquer obras, diz: «E' um catalogo vivo, um prodigio de memoria, um bibliophilo doido, enthusiasta, idolatra pela sua scieucia. Conhece por egual as publicações mais raras e antigas e as mais espalhadas e modernas. Sabe, precisamente, onde fica cada volume das dezenas de milhares que existem no amplo repositorio, e não é só saber que elles existem pela capa: tem uma noção muito nitida e muito completa da maior parte. Vive como o capitalista no meio do seu thesouro, mas sem avareza; pelo contrario, espalhando ás mãos cheias as suas preciosidades, desejando que todos as admirem e que a todos aproveitem. Tem duas grandes paixões: a Bibliotheca de Evora, que estima como a mais querida e formosa das amantes e com uma firmeza que honra a constancia da sua alma; e a archeologia, de que é um dos mais iusignes e profundos cultores » Bibliographia: *Dolmens ou antas dos arredores de Evora*, Evora, 187?; *Notas d'archeologia (Montes fortificados da Colla e Castro Verde, Dolmen furado da Candieira, Ruinas da Citania de Briteiros)*, Evora, 1880; *Elogio historico do Conde Gozzadini*, Lisboa, 1888; *O museu archeologico do Carmo*, Lisboa, 1900; *Monumentos nacionaes*: 1.º *Antigos documentos, Rol dos monumentos*, Lisboa, 1900; *Monumentos nacionaes*: 2.º *Questionarios, Legislação*, etc., Lisboa, 1902; *Documentos historicos da cidade de Evora*, Evora, 1.ª parte, 1885; 2.ª parte, 1887; 3.ª parte, 1891; *Estudos eborenses, Historia, Arte, Archeologia*, 36 folhetos, Evora, 1886 a 1896: 1.º *Mosteiro do Espinheiro;* 2.º *Evora romana, O templo;* 3.º *Casa pia;* 4.º *Loyos;* 5.º *Bibliotheca publica;* 6.º *Conventos do Paraizo, Santa Clara e S. Bento;* 7.º *Bellas artes;* 8.º e 9.º *Vesperas da Restauração,* 10.º *Brazão d'Evora;* 11.º *A egreja de Santo Antão;* 12.º *O archivo municipal;* 13.º *A Restauração em Evoro;* 14.º, 15.º e 16.º, *O archivo da Misericordia*; 17.º *Evora e o Ultramar*, 1.ª parte; 18.º, 19.º, 20.º e 21.º *Assédios de Evora em 1662;* 22.º *Os festejos de 1729;* 23.º *Evora nos Lusiadas*; 24.º *Procissões eborenses;* 25.º *Exposição de arte ornamental;* 26.º *Antiguidades romanas*; 27.º *Roteiro de um eborense;* 28.º *Universidade de Evora;* 29.º *Caçadas*, 1.ª parte; 30.º *Evora e o Ultramar*, 2.ª parte; 31.º *Ibn Abdun;* 32.º *Os moiros;* 33.º *As caçadas*, 2.ª parte; 34.º *Os estudantes;* 35.º *Versos eborenses do seculo XVIII*; 36.º *A' volta do Cenaculo, As questões do pão; A collecção de desenhos e pinturas na Bibliotheca de Evora em 1884*, Lisboa, 1903; *Museu Nacional de Bellas Artes. Aspecto geral*, 2.ª edição, Lisboa, 1904; *Os esmaltes da Casa Palmella*, Lisboa, 1904; *A collecção de pinturas do sr. Duque de Palmella*, Lisboa, 1905; *Importancia da Cartographia portugueza*, Lisboa, 1901; *Exposição de cartographia na Sociedade de Geographia de Lisboa em novembro de 1903; Collecção Palmella*, Lisboa, 1903; *Cartas geographicas e topographicas, gravadas ou manuscriptas, avulsas, na Bibliotheca Publica de Evora*, Lisboa, 1896; *Catalogo provisorio dos pergaminhos do Cartorio da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1880; *Catalogo dos pergaminhos do Cartorio da Fazenda da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1881.— Bibliotheca Nacional de Lisboa: *Noticia dos inventarios, catalogos*, etc., Lisboa, 1898; *Noticia dos retratos em téla*, Lisboa, 190 ; *Noticias dos retratos gravados*, Lisboa, 1901; *O archivo de marinha*, Lisboa, 1901; *O archivo ultramarino*, Lisboa, 1902; *Noticia das Collecções* (2.ª edição), Lisboa, 1903; *Catalogo dos desenhos e aguarellas do album Cifka*, Lisboa, 1903; *Collecção dos livros de coro dos conventos extinctos*, Lisboa, 1901; *A collecção dos codices com illuminuras da Bibliotheca Nacional de Lisboa*, Lisboa, 1904; *Bibliothecas e Archivos Nacionaes*, Lisboa, 1903; *O lindo sitio de Carnide*, Lisboa, 1898, *Noticias de Carnide*, Lisboa, 1898; *Lisboa e arredorès. Inquirições de D. Affonso 3.º*, Lisboa, 1902; *De Bemfica á quinta do Correio Mór*, Lisboa, 1905; *S Domingos de Bemfica*, Lisboa, 1905; *A villa da Ericeira*, Lis-

boa, 1905; *Contos singelos*, Lisboa, 1876; *Narrativas para operarios*, Lisboa, 1879; *Madrugadas, contos*, Evora, 1888. A casa editora de A. M. Teixeira e commandita, reuniu n'um volume os seguintes escriptos: *S. Domingos de Bemfica*, *O lindo sitio de Carnide*, *Noticias de Carnide*, *A villa da Ericeira*, *De Bemfica á quinta do Correio Mór*, *Torres Vedras*, que publicou em 1910, com o titulo de *Pelos suburbios e visinhanças de Lisboa*.— Versões e publicações: *Livro 3.º da Geographia de Strabão*, 1.ª parte, Evora, 1878; *Idem*, 2.ª parte, Coimbra, 1880; *Quinto Sertorio, vida de Plutarcho; com um estudo sobre a romanisação da Peninsula iberica*, Evora, 1879; *Fragmentos de L. Floro, Sallustio, Ptolomeu, Eutropio e Aurelio Victor, relativos á peninsula iberica*, Coimbra, 1880; *Plinio e Mella*, Evora, 1880; *Inscripções lapidares da India portugueza, transcriptas por J. H. da Cunha Rivara*, Lisboa, 1894; *Roteiros portuguezes da viagem de Lisboa á India* Lisboa, 1898; *En ora buena que dio Evora ciudad á la Ser.ma Princesa del Brazil, por Pedro Vaz Rego* (segundo a edição de 1729), Lisboa, 1903; *Festas reaes em Evora no casamento de D. Maria Sophia de Neuburgo com D. Pedro 2.º*, Lisboa, 1903; *As ilhas do Atlantico (relação de Valentim Fernandes Allemão*, Lisboa, 1900; *Relatorio de Diogo Gomes (versão portugueza, segundo o texto latino de Valentim Fernandes Allemão)*, Lisboa, 1901; *Contos de Andersen*, traducção, Lisboa, 1876; *Invasões dos normandos na peninsula iberica, traducção do allemão*, Evora, 1876. O sr. Gabriel Pereira é collaborador assiduo do *Boletim da Associação dos Architectos e Archeologos portuguezes*. Na 17.ª serie do «Boletim da Sociedade de Geographia» publicou: *Antonio da Silveira, capitão de Arzilla*, noticia prévia, a pag. 301; *Diogo Gomes, as relações do descobrimento da Guiné e das ilhas dos Açôres, Madeira e Cabo Verde*, versão do latim, a pag. 257; *As ilhas de Dive, descripção anonyma do seculo XVI*, pag. 345; *De Lisboa a Cochim em 1505*, pag. 355.

**Pereira** *(Gaspar)*. Escrivão do governo da India no seculo XVI, ou secretario geral, como hoje se diz, no tempo de D. Francisco d'Almeida e de Affonso d'Albuquerque. Intrigou constantemente contra aquelles dois grandes homens grangeando assim uma triste immortalidade.

**Pereira** *(P. Gaspar Ribeiro)*. Arcediago e thesoureiro-mór do arcebispado da Bahia, etc. N. na primeira metade do seculo XVII no Rio de Janeiro, e fal. na Bahia a 8 de janeiro de 1754. Foi educado no collegio da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro, tomou ordens e recebeu a graduação de mestre em artes. A 16 de junho de 1686 foi nomeado conego da sé do Rio de Janeiro e assistente do bispo D. José de Barros e Alarcão. Com este prelado veiu a Lisboa, com o cargo de procurador do cabido, e quando voltou ao Rio de Janeiro foi nomeado em 1701 visitador das egrejas do Reconcavo. Estava a séde vacante, e esta nomeação foi feita pelo cabido, que o encarregou ainda de voltar ao reino para tratar de importantes assumptos. Em 1703 voltou ao Rio de Janeiro e seguiu para Minas Geraes como delegado do bispo D. Francisco de S. Jeronymo, que o encarregou de ir delimitar as fronteiras do bispado do Rio de Janeiro e do arcebispado da Bahia. A 13 de abril de 1715 foi nomeado arcediago, e em 1816 thesoureiro-mór. Deixou por sua morte 6:000 cruzados á fabrica da sua egreja, e um grande numero de doações. Fôra durante a vida um sacerdote exemplar e extraordinariamente caritativo. Todos os seus rendimentos eram empregados em dadivas e esmolas.

**Pereira** *(D. Gaudencio José)*. Bacharel formado pela Universidade de Coimbra, arcebispo-bispo de Portalegre, par do reino, etc. N. em 1830, fal. em Portalegre, a 2 de novembro de 1908. Era conego e professor do seminario de Vizeu no tempo do bispo D. Antonio Alves Martins, e foi vigario geral e governador do bispado. Na vaga de D. João Rebello Cardoso de Menezes, então arcebispo de Mytilene, que fôra coadjutor e futuro successor do bispo de Lamego, foi D. Gaudencio José Pereira chamado pelo cardeal-patriarcha D. José Netto, que o elegeu vigario geral effectivo e presidente da Relação, por provisão de 27 de janeiro de 1887. D. Gaudencio foi o terceiro arcebispo no tempo do referido cardeal-patriarcha; em 1 de maio de 1887 realisou-se a ceremonia da sagração na sé cathedral de Lisboa, presidindo o cardeal patriarcha D. José Netto, sendo assistentes os bispos de Vizeu e de Damão, D. José Dias Correia de Carvalho e D. Antonio Pedro da Costa. Na ausencia do patriarcha, D. Gaudencio José Pereira ficou governando varias vezes o patriarchado.

**Pereira** *(Gonçalo)*. Um dos poucos capitães das Molucas que não deixaram de si triste memoria, mas como não foi tyranno, foi victima; succedeu a D. Jorge de Menezes em 1530 e como ia encarregado de prohibir nos portuguezes o commercio do cravo que os enriquecia a todos, levantou contra si grandes irritações, e os seus subalternos, revoltando-se, quizeram acclamar de novo D. Jorge de Menezes; mas Gonçalo Pereira, que era energico, poz D. Jorge de Menezes a ferros e remetteu-o para Cochim, os portuguezes continuaram a conspirar, e ainda que a conspiração foi descoberta a tempo de não ser surprehendido Gonçalo Pereira a dormir, como os conspiradores esperavam, comtudo não escapou de ser assassinado.

**Pereira** *(D. Gonçalo)*. Primeiro ascendente conhecido do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Foi um fidalgo contemporaneo d'el-rei D. Diniz, que se tornou notavel pela sua grandeza e lauta hospitalidade. Teve muitos filhos, e entre elles o avô de D. Nuno Alvares Pereira, o celebre arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira. *V. o artigo seguinte.*

**Pereira** *(D. Gonçalo)* Notavel prelado, que nasceu nos fins do seculo XIII, e fal. a 6 de março de 1358. Foi creado no paço d'el-rei D. Diniz este ascendente do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. Estudou em Salamanca, e regressando a Portugal foi deão da sé do Porto. Empregado em varias negociações com a curia romana, entrou em Avinhão, ahi foi feito bispo de Evora, o que se não confirmou, sendo depois eleito bispo em Lisboa pelo papa João XXII, em 21 de agosto de 1322. Em 1324 celebrou synodo. Fez muitas obras importantes na sé d'esta cidade. Em 1326 passou a arcebispo primaz de Braga, em cuja sé archiepiscopal tambem procedeu a grandes obras, mostrando-se egualmente defensor estrenuo dos direitos e immunidades ecclesiasticas, mas sem ter com os reis as graves

contendas que tiveram os seus antecessores. Em 1336 mostrou D. Gonçalo Pereira que era um verdadeiro prelado militante, porque na guerra ingloria que n'esse anno se travou entre Portugal e Castella, tendo entrado em Portugal D. Fernando Ruy de Castro, e tendo feito aqui muitas devastações, quando se retirava para Galliza encontrou no seu caminho o arcebispo de Braga á frente d'um corpo de tropas que o desbaratou completamente, ficando muitos castelhanos mortos no campo da batalha. Tres annos depois foi o arcebispo D. Gonçalo Pereira encarregado de assignar a paz entre os dois reinos de Portugal e Castella, mas quando chegou a Alcalá, onde estavam os plenipotenciarios castelhanos, ouviu-lhes propostas tão desarrazoadas, que voltou immediatamente a Portugal; rompendo as negociações. A noticia da invasão marroquina, e a necessidade que teve então Affonso XI da alliança portugueza, fizeram com que logo em seguida o rei de Castella se mostrasse mais tratavel e se apressasse a assignar a paz com D. Affonso IV seu sogro, mas d'essa vez já D. Gonçalo Pereira não quiz ser o negociador. O arcebispo era então grande valido d'el-rei D. Affonso IV, e ao mesmo tempo bemquisto de todos, estando até nas boas graças do herdeiro da corôa. Esta situação especial fez com que tivesse conhecimento do que se tramava contra D. Ignez de Castro, e com que pudesse avisar, como avisou, secretamente, D. Pedro. O principe não acreditou, como não acreditava nos avisos de sua mãe; julgou a sua amante inviolavel. D. Gonçalo Pereira, comtudo, até já lhe aconselhara que casasse com ella, para assim tornar sagrada a sua pessoa, mas D. Pedro continuava a deixar-se adormentar com vãs illusões, até que despertou, e despertou furioso, com a noticia da sinistra tragedia de Coimbra. Quando D. Pedro pegou em armas contra seu pae para vingar a morte de D. Ignez, o arcebispo de Braga, que acabava de mostrar quanto era adverso ao crime de D. Affonso IV, procedeu com o maior juizo prudencial, contrariando a revolta do principe, como contrariara o acto despotico do rei. Chegou a ponto a sua lealdade de resistir ao principe com as armas na mão. Quando D. Pedro cercou o Porto, D. Gonçalo Pereira metteu-se dentro da cidade, e defendeu-a energicamente. D. Pedro, sabendo que tinha deante de si o prelado a quem devia tantas provas de affecto, affrouxou no ataque, e ao mesmo tempo, caindo em si e vendo o mal que estava fazendo ao reino, prestou-se a propostas de conciliação. Fôram o proprio arcebispo e a rainha mãe D. Beatriz os intermediarios que conseguiram celebrar um convenio que poz termo a essa guerra odiosa entre pae e filho. D. Affonso IV sobreviveu pouco tempo ao tratado, e ao rei tambem pouco sobreviveu o arcebispo. Cumprindo muito mal os votos ecclesiasticos tivera D. Gonçalo Pereira d'uma senhora fidalga chamada D. Thereza Pires um filho, que foi o celebre prior do Hospital, pae do condestavel D. Nuno Alvares Pereira. N'esse tempo, e ainda no seculo XVI, apezar do grande fanatismo que então imperava, confessavam-se sem hesitação estas paternidades, e os filhos dos bispos e dos arcebispos subiam ás mais altas posições, apezar da sua bastardia. Era assim tambem que se confessavam sem hesitação os filhos adulterinos dos reis ainda até ao seculo XVII. D. Gonçalo Pereira teve ainda muitos outros filhos.

**Pereira** *(Henrique Martins)*. Official do nosso exercito, que tomou parte como praça de pret em toda a Guerra Peninsular, sendo promovido a sargento durante a campanha, assistindo n'esse posto á tomada da praça de Badajoz. Terminada a Guerra Peninsular seguiu os estudos militares, foi despachado official engenheiro, e serviu no reino e no ultramar, chegando ao posto de coronel, sendo reformado em brigadeiro no mez de junho de 1851. Fal. a 22 de maio de 1859. Era cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz. Escreveu: *Analyse e provas, que convencem até de falsa a exposição publicada em agosto de 1840, de que foi signatario o sr. José Antonio de Miranda Vieira*, Lisboa, 1841; *Um passo para a quadratura do circulo*, Lisboa, 1849; com uma estampa; *A quadratura do circulo*, Lisboa, 1853, com uma estampa.

**Pereira** *(Jacob Rodrigues)*. V. *Rodrigues Pereira (Jacob)*.

**Pereira** *(Jayme)*. Pintor, que segundo consta, deixou differentes trabalhos sobre purgatorios, incendios, infernos, e outros assumptos similhantes. N. em 1570 pouco mais ou menos, e fal. aproximadamente em 1640.

**Pereira** *(D. Fr. Jeronymo)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Lisboa, e fal. em 1578. Professou a 25 de julho de 1535, e foi nomeado adjutor do cardeal D. Henrique no arcebispado de Evora, com o titulo de bispo de Salé, cidade da Mauritania Tingintana, nas praias do mar Atlantico, confirmado pelo papa Gregorio XIII, a 15 de dezembro de 1577; não chegou a um anno o exercicio d'esta elevada dignidade, porque falleceu no anno seguinte na expedição d'Africa. Deixou alguns tratados religiosos manuscriptos, que se perderam por sua morte.

**Pereira** *(Jeronymo da Silva)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Viveu no seculo XVIII, e parece que foi elle quem dirigiu e preparou a edição das *Ordenações do reino*, vulgarmente chamadas *Vicentina*, por ser impressa no mosteiro de S. Vicente de Fóra em 1747, etc. Tambem se lhe attribue o additamento das *Leis extravagantes*, que se juntaram a essa edição, e bem assim o *Repertorio* respectivo, em 2 volumes *in folio*.

**Pereira** *(João)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Era filho de Fernão Lourenço Pegado e de Ignez Pereira. N. em Elvas, e fal. em 1581. O cardeal D. Henrique, sendo arcebispo de Evora, o elegeu vigario geral e provisor, cargos que exerceu no tempo que governou a mesma diocese o arcebispo D. João de Mello, obtendo n'aquella cathedral o arcediago de Oriola, de que tomou posse a 31 de dezembro de 1565, passando depois para o arcediago de sexta a 10 de agosto de 1566. Foi deputado da Inquisição de Evora, provido a 25 de janeiro de 1568. Regressando a Elvas instituiu um vinculo, que ficou pertencendo á antiga familia dos Pegados. Deixou manuscripta uma obra em latim.

**Pereira** *(João)*. Medico do hospital de S. José, que fal. em 1888. Foi nomeado medico extraordinamente em 30 de julho de 1855, director do hospital da Cholera morbus na Junqueira em 1857, do hospital da febre amarella no Desterro em 1857; despediu-se em 1866. Foi guarda-mór

de saude em Belem. Abandonou a profissão medica, desempenhando depois o logar de official de secretario no ministerio do reino.

**Pereira** *(P. João)*. Jesuita. N. em Ponta Delgada, e fal. em 23 de abril de 1715. Era filho de Antonio Pereira da Silva e de Apolonia da Silveira. Entrou na Companhia de Jesus, no noviciado de Coimbra, a 23 de dezembro de 1666. Foi reitor dos collegios de Braga, Elvas, Santarem e Coimbra, secretario da provincia de Portugal e seu visitador geral, e provincial da provincia do Brazil. Pouco antes de fallecer havia sido nomeado preposito da casa professa de S. Roque. Deixou publicadas *Exhortações domesticas feitas aos collegios e casas da Companhia de Jesus de Portugal e Brazil.*

**Pereira** *(P. João Antonio)*. Presbytero secular, prior da egreja de S. Nicolau de Santarem, e ahi professor regio de Grammatica e lingua latina N. em Santarem, e fal depois do anno de 1860. Frequentou os estudos no seminario patriarchal de Santarem nos annos de 1812 e 1813. Era orador sagrado muito distincto. Alexandre Herculano estimava o e apreciava-o muito, e a elle se refere com muito louvor nas suas *Cartas da Extremadura* publicadas no *Panorama*. Escreveu: *Oração funebre nas exequias do em.mo e rev.mo sr. cardeal patriarcha D. Patricio da Silva, celebradas na parochial egreja do Salvador de Santarem*, Lisboa, 1840; *Oração funebre nas exequias de Sua Majestade Imperial o sr. D Pedro duque de Bragança, celebradas na cathedral de Leiria*, Lisboa, 1835; saiu com o nome de João Pereira da Silva; fez-se a 2.ª edição com o nome do autor, Lisboa, 1835; *Cartas sobre a immaculada Religião, dedicadas ao ill.mo e ex.mo sr. desembargador João Farto Franco*, etc.; sairam a 1.ª e a 2.ª no tomo II, pag. 365 a 372 dos *Archivos da Religião Christã*, jornal religioso impresso em Coimbra, 1823. Não consta que se publicassem mais cartas.

**Pereira** *(João Baptista Vaz)*. Auditor da alfandega de Lisboa, chanceller da Relação da India, conselheiro de Estado, etc. N. em Chaves, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Em 1751 foi nomeado auditor geral da gente de guerra na sua terra natal; em 1759 foi promovido a auditor da alfandega de Lisboa, e em 1763 foi nomeado chanceller da Relação da India. Em 1765 tomou conta do governo da India juntamente com o arcebispo D. Antonio Brum e o vedor da fazenda João José de Mello. Governaram até 1768, em que este ultimo foi nomeado governador, e João Baptista Vaz Pereira, partindo para Portugal, recebeu o alto cargo de conselheiro de Estado. Foi casado com D. Maria Petronilla, açafata da rainha.

**Pereira** *(João Feliciano Marques)*. Primeiro official da 1.ª repartição da direcção geral do Ultramar, no ministerio da marinha. N. em Macau a 17 de maio de 1863, fal. a 7 de junho de 1909. Era filho de Antonio Marques Pereira, procurador dos negocios sinicos em Macau e consul de Portugal em Sião e Bombaim. Veiu muito novo para Lisboa, estudou os preparatorios no antigo Collegio Luso-Brazileiro, depois do que frequentou e concluiu o Curso Superior de Letras, com distincção, concorrendo ao logar de segundo official do ministerio do Ultramar, em que foi provido por decreto de 17 de maio de 1888, algum tempo depois de haver exercido funcções burocraticas, como empregado extraordinario, no ministerio dos negocios estrangeiros Foi promovido a segundo official da direcção geral do Ultramar, em 31 de maio de 1897, serviu como secretario particular do fallecido conselheiro Barros Gomes, n'esse mesmo anno, quando este estadista teve a seu cargo a pasta da marinha. Tambem fez parte da commissão incumbida de estudar o regimen de monopolios e impostos de Macau, nomeação pela portaria de 17 de outubro de 1904. Quando se creou a Escola Colonial, foi nomeado professor substituto de duas cadeiras d'aquelle estabelecimento, tendo sido nomeado, em 1907, professor effectivo da cadeira de legislação e administração ultramarina, que regia com muita proficiencia. Fazia parte da commissão asiatica da Sociedade de Geographia. Quando falleceu era deputado pelo circulo de Macau, pertencendo ao grupo parlamentar do sr. conselheiro Ferreira do Amaral, e possuia o grau de official da ordem de S. Thiago. Pertencia ao partido pogressista, a que sempre foi muito dedicado. Tinha particular predilecção pelas letras e pelo estudo de assumptos coloniaes em que mostrou vasta erudição, documentado pelos seus interessantissimos artigos na revista *Ta-ssi Yang-Kuo*, de que era director, na *Revista Colonial e Maritima*, e ainda como collaborador effectivo da secção ultramarina do *Jornal do Commercio*; além de artigos que escreveu na *Lucta* a proposito do tratado entre Portugal e a China, e nos livros que em tempos fôram publicados na *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, taes como: *Acustica, Vidros e Crystaes*, etc. Na *Epoca*, de que tambem foi redactor effectivo e por alguns mezes director, escreveu numerosos artigos politicos.

**Pereira** *(João Felix)*. Medico cirurgião pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, professor de Historia, Chronologia e Geographia, no Lyceu Nacional da mesma cidade, da Escola Academica, etc. N. em Lisboa em 1822, onde tambem falleceu ha bastantes annos. Era filho de Antonio Pereira, commerciante, e de D. Anna Ritta Pereira. Começou os estudos primarios em 1828, que teve de interromper por causa de successos politicos; continuando depois em 1834 os cursos regulares que seguiu com algumas faltas de 1841 a 1846 do lyceu; de medicina pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa; de engenharia civil, nas escolas Polytechnica e do Exercito; de agronomia, no Instituto geral de Agricultura; e de tachygraphia, tendo nos seus diplomas mencionados premios e louvores em diversas cadeiras. Foi em 1849 nomeado professor de Geographia e Historia no Lyceu Nacional de Lisboa, exercendo o magisterio até 1874; porém, no espaço de 25 annos, regeu as cadeiras de introducção e de mathematica no Lyceu; e a de geographia commercial na Aula do Commercio, que estava separada d'aquelle estabelecimento. Apresentou-se candidato nos concursos das cadeiras: de historia philosophica, no Curso Superior de Letras; de economia agricola e de culturas especiaes, no Instituto Geral de Agricultura; de direito maritimo internacional, na Escola Naval; e de introducção á historia natural, no Lyceu de Lisboa Não teve nunca condecorações honorificas. Tambem foi professor de inglez, de historia, chorographia e

geographia na Escola Academica. De 1838 a 1841 esteve empregado no commercio, profissão que interrompeu para continuar os estudos citados. Collaborou, entre outras publicações periodicas: *Jornal da Sociedade das sciencias medicas*, *Emulação medico cirurgica*, *Gazeta medica*, *Archivo rural*, *Revista agricola*, *Jornal Official de Agricultura*, *Revista popular*, *Revista universal*, *Atheneu*, *Assembléa litteraria*, *Jornal de pharmacia*, *Semana*, etc. Exerceu a clinica mais de anno e meio. Das suas numerosas obras, que adeante mencionaremos, mereceram algumas, em artigos criticos, a qualificação de uteis, e recommendação para serem adoptadas nas escolas, como os *Principios de physica*, a *Introducção á historia natural*, a *Historia de Portugal*, o *Compendio de chorographia de Portugal*, etc. D'esta ultima obra, que se publicou pela primeira vez em 1850, fizeram-se 37 edições até 1877; *o Compendio de geographia*, cuja 1.ª edição appareceu em 1852 e a 10.ª em 1883; *o Compendio de chronologia*, 1.ª edição em 1851, e a 6.ª em 1878; *o Compendio da historia sagrada*, 1.ª edição em 18 2, e a 5.ª em 1867; *o Compendio da historia de Portugal*, 1.ª edição em 1849, e a 3.ª em 1860, etc. Além d'estas obras, compostas especialmente para as escolas, e que tiveram voga no ensino primario e secundario, o que se prova com as successivas edições, João Felix Pereira redigiu outras, que ou fôram insertas nos jornaes e revistas de que era collaborador, ou fôram impressas em separado. Bibliographia: *As expedições de Dario e Xerxes contra a Grecia*, traduzidas do grego, Lisboa, 1844, em que se incluem as traducções litteral e paraphrasitica; *Historia de Portugal desde o principio da monarchia até á morte de D. João VI, em 1826*, Lisboa, *tomo I*, 1846; *tomo II*, 1847; *tomo III*, 1848; *Cholera-morbus*; é o artigo *Cholera* da *Cyclopedia britannica*, traduzido do inglez, Lisboa, 1848; *Chirurgossicroscopicatromachia*, Lisboa, 1849; este opusculo é de controversias entre os medicos de Lisboa e os de Coimbra, a proposito dos graus academicos, e contra o dr Macedo Pinto, lente de medicina na Universidade, que escrevera ácêrca da deficiencia dos estudos na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa; *Anesthesia cirurgica*, these defendida no dia 16 de outubro de 1851, na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa; appareceu primeiramente, em parte, no *Jornal de Pharmacia e sciencias accessorias*, e no *Jornal de medicina e sciencias accessorias*, ambos de Lisboa; *Febre amarella*, Lisboa, 1851; traduzido do inglez, da *Cyclopedia britannica*; *Terceiro relatorio annual sobre a efficacia therapeutica das cadeias galvano electricas de Godlber na sua applicação contra as molestias rheumaticas, gotosas e nervosas, de todas as especies; traduzido do allemão*; *O visionario, romance de Schiller, traduzido do allemão*, Lisboa, 1852; *Abrégè de l'histoire du Portugal*, Lisbonne, 1853; *Analyse de pensamento*, Lisboa, 1853; *Fabulas de G. E. Lessing, traduzidas do allemão*, Lisboa, 1854; *Chorographia do Brazil*, Lisboa, 1854; *Abridgement of the history of Portugal*, Lisboa, 1854; *Cyropedia ou historia de Cyro, escripta em grego por Xenophonte, e traduzida do original*, Lisboa, 1854; *Vida dos capitães illustres, por Cornelio Nepote*, Lisboa, 1856; é antecedida pela biographia de Cornelio Nepote; *Primeiro livro da historia dos gregos e dos persas, por Herodoto, traduzido do grego*, Lisboa, 1859; *Apreciação philosophica dos descobrimentos dos portuguezes e das razões que os determinaram; seus effeitos sobre a civilisação na Europa e no Oriente*, Lisboa, 1860; é a these do concurso para a 5.ª cadeira do Curso Superior de Letras, sustentada em 9 de fevereiro do indicado anno: *Os mysterios de Eleusis*, nota aos *Fastos de Ovidio*, traducção de Antonio Feliciano de Castilho, tomo II, pag. 658; *Natureza e extensão do progresso, considerado como lei da humanidade; applicação especial d'esta lei ás bellas artes*, Lisboa, 1863; é a these do concurso para a 5.ª cadeira do Curso Superior de Letras, sustentada em 10 de fevereiro do dito anno; *Historia da edade media*, Lisboa, tomo I, 1865; tomo II, 1866; *Direito de visita; em que casos e por que modo póde ser exercido? Poderá exercer se sobre navios comboiados? Em que casos e circumstancias pódem ser visitados os navios suspeitos de se empregarem no trafico da escravatura? Direito convencional sobre a visita e captura d'estes navios*, Lisboa, 1864; é a primeira lição para o concurso da cadeira de direito maritimo internacional da Escola Naval, recitada no dia 20 de setembro do indicado anno; *Colonias fundadas pelos inglezes, francezes e demais nações do norte da Europa; rivalidades coloniaes e guerras maritimas a que deram origem, no seculo XVIII, tanto estas rivalidades, como as pretensões insolitas de supremacia maritima e senhorio dos mares*, Lisboa, 1864; é a segunda lição para o concurso acima mencionado, que o autor recitou em 27 de setembro do dito anno, Lisboa, 1865; *Curso de phisica, com suas principaes applicações á meteorologia, ás artes e á medicina*, Lisboa, 1866; 5 tomos; *Almanach do lavrador para o anno de 1866*, 1.º anno; fôram depois successivamente publicados os de 1867, 1868, 1869, 1870 e 1871; em todos collaborou João Ignacio Ferreira Lapa, lente do Instituto Geral de Agricultura; em 1871 fôram reunidos os principaes artigos dos 6 almanachs anteriores em um só volume, a que os dois escriptores deram o titulo de: *Miscellanea rural*, Lisboa, 1871; *Historia geral do commercio e da navegação para uso dos alumnos da 2.ª cadeira da Escola do Commercio*, Lisboa, 1866 1867, 2 tomos; *Historia de Roma*, Lisboa, 1867; *Compendio de geographia commercial e industrial*, Lisboa, 1868; *Almanach da saude para o anno de 1869*, Lisboa, 1868; *Compendio de historia universal para uso dos lyceus*, Lisboa, 1869, 3 tomos; *Traducção de todas as fabulas de Phedro do original latino para portuguez*, etc., Lisboa, 1871; *Resumo da historia romana, de Eutropio*, traducção do original latino, etc., Lisboa, 1872; *Estudo sobre a medição das odes de Horacio*, Lisboa, 1873; *As obras e os dias*, traducção do original do grego em verso endecassylabo, Lisboa, 1876; *Peculio do orador portuguez, ou collecção de phrazes portuguezas accommodadas a todos os generos de discursos oratorios, precedida das regras praticas d'estes discursos*, Lisboa, 1873; *Compendio de percussão e auscultação, pelo dr. Paulo Niemeyer, traduzido do allemão*, Lisboa, 1874; *As georgicas de Virgilio, traduzidas do original em verso endecassylabo, com annotações exclusivamente agronomicas e zootechnicas*, Lisboa, 1875, *Hygiene social, por Eduardo Reich, traduzida do allemão*, Lisboa, 1875; *Urna ou cova: qual é mais util á humanidade?, por J. B. Ullersberger, traduzido do allemão*, Lisboa, 1875; *O ge-*

*neral Antonio Pedro de Azevedo, ou conselhos aos paes de familia; primeira parte,* Lisboa, 1876; a segunda parte parece que se não publicou; esta obra trata d'um assumpto da vida particular de caracter muito intimo, do autor, e com a qual tem tambem relação as seguintes obras: *Discurso que no conselho de guerra, onde foi julgado o general Antonio Pedro de Azevedo, devia ser proferido por João Felix Pereira*, Lisboa, 1875; teve 5 edições este opusculo; *A companhia do olho vivo, drama original em quatro actos e prologo*, Lisboa, 1876;—*Jerusalem libertada, de Torquato Tasso, traducção do original italiano em verso endecassylabo*, Lisboa, 1877; *A Henriquiada, de Voltaire, traduzida do original em verso endecassylabo*, Lisboa, 1878; *A Eneida, de Publio Virgilio Maro, traducção do original em verso endecassylabo*, Lisboa, 1879; *Carta sobre a orthographia portugueza, dirigida ao sr. dr. José Barbosa Leão, cirurgião de brigada*, Lisboa, 1879; *Os Lusiadas do seculo XIX: poema dedicado ao terceiro centenario de Camões*, Lisboa, 1880; *A primeira viagem de Vasco da Gama á India; em verso heroico*, Lisboa, 1880; *Vocabulario usual das linguas portugueza e ingleza, precedido de um resumo de grammatica ingleza, e seguido de um glossario dos termos commerciaes*, Lisboa, 1880; *Elementos de economia politica, por William Ellis, traducção do inglez*, Lisboa, 1881; *Tratado de materia medica e therapeutica pelo dr. Nothnagel, traducção do allemão*, Lisboa, 1879; este livro foi adoptado na Escola Medico Cirurgica de Lisboa, *Hygiene moral, por Eduardo Reich, traducção do allemão*, Lisboa, 1879; *Hygiene dietetica, por Eduardo Reich, traducção do allemão*, Lisboa, 1880; *Compendio de economia politica*, Lisboa, 1882; *Flora do concelho dos Olivaes, ou enumeração das plantas que espontaneamente vegetam n'este concelho e das que são mais cultivadas em seus campos, hortas, pomares, jardins*, etc., Lisboa 1882; *Diccionario allemão-portuguez*, Lisboa, 1858; parece que se publicou só até á letra H.; *Historia de França, extrahida dos estudos historicos de Chateaubriand*, traducção, 1859; fôram publicadas as duas primeiras folhas; *Compendio de principios geraes de economia politica;* parte d'esta obra saiu na *Gazeta ecclesiastica*, 1877; *A Jerusalem libertada do seculo XIX;* é a *Jerusalem libertada* de Torquato Tasso, modificada em harmonia com o gosto actual; *A Illydia de Homero, traducção do original grego em verso endecassylabo; Vocabulario anglo-russo; As fabulas de Kriloff, traducção do original russo; Compendio de principios geraes de economia e de legislação industriaes, pelo methodo dialogal; Compendio de principios geraes de administração publica; Compendio de principios geraes de instrucção publica, pelo methodo dialogal; Grammatica geral, traduzida do russo; Oração inaugural do curso de geographia e historia, professado no Lyceu nacional de Lisboa, anno lectivo de 1849 1850, primeiro da regencia d'essa cadeira pelo autor; Epitome da historia de Portugal, escripto em allemão; Compendio de economia politica, por J. Garnier, traduzido do francez; A odysseia de Homero traducção do original grego, em prosa; A Araucania de D. Alonso de Ercilla, traducção do original hespanhol em verso endecassylabo, estancia por estancia; Os synonimos da lingua portugueza; Diccionario portuguez allemão; Vocabulario usual em doze linguas, portugueza, latina, grega, hespanhola, italiana, franceza, ingleza, allemã, hollandeza, dinamarqueza, sueca e russa; Apontamentos para um compendio de arte poetica; O Cosmos, de Alexandre de Humboldt, traduzido do allemão; Curso de mechanica theorica e applicada, traducção do original francez; Apontamentos para um compendio de mythologia; Manual de agricultura portugueza; Selecta portugueza, constante da traducção de trechos dos methores escriptores allemães; Descripção de algumas familias botanicas, ampelideos, auraciaceas, atripliceas hetalineas, borragineas, cacteas, compostas, coniferas, cruciferas, cucurbitaceas, cuputiferas, fetos, gramineas, jasmineas, labiadas, leguminosas, liliaceas, portulaceas, rosaceas, salicineas, solaneas, umbelliferas; Algumas palavras ácêrca dos tres historiadores gregos, Heródoto, Xenofonte e Ctesias, com relação ao que elles dizem de Cyro, fundador do imperio da Persia; Historia romana de Tito Livio;* os primeiros 2 livros e os primeiros 21 capitulos do 3.º livro, traduzidos do original; *Traducção e analyse da oração de Cicero, por Archia, poeta; Alguns dialogos de Luciano Samosatense, traducção do original grego;* são os seguintes: *Apollo e Vulcano, Vulcano e Jupiter, Jupiter, Esculapio e Hercules, Jupiter e o Sol, Apollo e Mercurio, o cyclope e Neptuno, Menelau e Proteo, Neptuno e os golphinhos, o Xanto e o mar, Diogenes e Pollux, Menippo, Amphilocho e Trophonio, Mercurio e Charonte; Terpsião e Plutão, Xenophonte e Callidémide; As duas primeiras odes olympicas de Pindaro, traducção do original grego; Apologia de Socrates, deduzida principalmente do que disse o philosopho perante os juizes que o condemnaram á morte, por Xenophonte, traducção do original grego; Traducção portugueza e transcripção em caracteres romanos do original hebraico do primeiro livro do Pentateuco (o da Genesis).*

**Pereira** *(João José).* Autor do seguinte livro, em cujo rosto o autor se declara bacharel, sem comtudo dizer em que faculdade: *Historia da vida, conquistas e religião de Mafoma, e do governo civil e militar do imperio ottomano,* Lisboa, 1791; houve outra edição em 1808.

**Pereira** *(João José).* Cirurgião e lente de pathologia cirurgica, no hospital de S. José. N. em Leiria a 19 de abril de 1793, e falleceu a 13 de abril de 1848 victima d'uma apoplexia, consequencia de antigos padecimentos cerebraes. Era ajudante das enfermarias desde 1810, quando em 1817 passou a ser porteiro das aulas. Em 1822 foi nomeado cirurgião interino; em 1824 substituto da cadeira de obstetricia, em 1825 cirurgião ordinario, e em 1826 lente proprietario da cadeira de hygiene. Foi habil operador, e o primeiro que em Portugal fez a laqueação da sub clavea á saida dos escalenos (10 de fevereiro de 1826) e a lithotricia.

**Pereira** *(João Maria).* General de brigada, governador de Timor. N. no Porto a 7 de outubro de 1816. Assentou praça em cavallaria a 1 de agosto de 1863, e concluido o curso da respectiva arma foi promovido a alferes graduado de cavallaria n.º 4, em 15 de janeiro de 1868, e a alferes effectivo para o n.º 5 da mesma arma, em 31 de agosto de 1869; a tenente em 15 de abril de 1874. Por decreto de 9 de agosto de 1876 foi elevado a capitão para ir desempenhar uma commissão no ultramar. Chegou a Moçambique em

24 de março de 1877, e em julho partiu no vapor *Kafis* para o Ibo, afim de proceder ahi a estudos topographicos; fez tambem os estudos da estrada do Mossuril á Cabacaia, no continente, junto a Moçambique. Em 21 de fevereiro de 1878 partiu de novo para o Ibo, afim de dirigir os trabalhos das obras publicas no districto de Cabo Delgado, d'onde recolheu em 7 de maio de 1880, regressando então a Portugal, apresentando se no ministerio da guerra em 10 de julho. Ficou fazendo serviço no ministerio, sendo nomeado ajudante de campo do respectivo ministro, então o general Sanches de Castro, por portaria de 28 de março de 1881. Fez párte da commissão encarregada de formular um regulamento de tactica para a arma de cavallaria. A 30 de agosto de 1882 foi promovido a capitão, e em 10 de maio de 1883 foi nomeado governador do districto de Timor, sendo por esse facto promovido a major, e partindo para o seu destino em 4 de junho seguinte. A promoção de major ficou effectiva em 14 de maio de 1890, depois do seu regresso a Lisboa. Foi promovido a tenente-coronel em 20 de maio de 1894, a coronel em 5 de março de 1896, e a general de brigada em outubro de 1908, tendo feito exame em 23 de outubro de 1903. Foi commandante dos regimentos n.ᵒ 1 e 9, segundo commandante dos batalhões n.ᵒ 1 e 4 da guarda fiscal, sub-chefe das 2.ᵃ e 5.ᵃ repartições no ministerio da guerra, commandante da 3.ᵃ brigada de cavallaria, em Castello Branco. O sr. general João Maria Pereira está ao serviço do estado-maior; é commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, cavalleiro da de Christo, e possue a medalha de prata de comportamento exemplar. E' tambem commendador da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, e possue a cruz de 3.ᵃ classe, do Merito Militar, de Hespanha.

**Pereira** (*Joaquim*). Actor da velha escola, fallecido no Porto ha muitos annos. No tempo do circo do Porto representou no theatro de S. João, fazendo parte da companhia dirigida pelo *Grillo Coxo*, artista de grande nomeada n'essa epoca. Tambem foi militar, servindo ás ordens do general Povoas, e d'ahi lhe veiu a alcunha de *quarteleiro*, por que era conhecido no theatro. Representou no theatro *Camões*, fazendo os papeis de tyranno. Parece que teve, como actor, a sua epoca no desempenho dos papeis do genero a que se dedicara.

**Pereira** (*Joaquim Pereira da Costa, 1.º visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real e proprietario. N. a 7 de novembro de 1849, fal. a 28 de julho de 1876. Era filho de Joaquim Pereira da Costa, fidalgo cavalleiro da Casa Real e commendador da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Emilia Augusta Pereira da Costa. O titulo foi concedido por decreto de 6 de novembro de 1857. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel, de purpura, uma cruz de prata vazia floreada e quatro lizes de ouro acantonados, e assim o alterno; no segundo quartel de purpura, seis castellos de prata em duas palas de tres em tres, e chefe de ouro carregado com um liz de purpura, e assim o contrario; timbre, uma cruz de ouro floreada e vazia entre duas azas d'aguia negra. Este brazão foi concedido por alvará de mercê nova de 24 de fevereiro de 1875.

**Pereira** (*Joaquim da Silva*). Beneficiado na egreja da collegiada de S. Thiago, de Coimbra. Escreveu: *Coimbra gloriosa pelas suas nobilissimas e antiquissimas memorias, e Bibliotheca geral das parochias, collegios, conventos, capellas e mais edificios nobres que existem na referida cidade*, etc., manuscripto em 3 volumes de 4.º, tendo no fim do ultimo a data de 30 de junho de 1789. O autographo existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa. *Resumo ou index dos alvarás, cartas, decretos, foraes, leis, privilegios, provisões e regimentos que alguns monarchas d'este reino de Portugal passaram para bom regimen dos seus vassalos*, etc., Coimbra, 1786; *Historia da egreja collegiada de S. Thiago da cidade de Coimbra, em a qual se dá noticia da antiguidade da mesma egreja e dos edificios mais notaveis*, etc.; manuscripto que o sr. Ayres de Campos, no *Catalogo dos objectos existentes no museu de archeologia do Instituto de Coimbra*, diz a pag. 49, que existia em 1865 no Archivo Nacional, d'onde passou depois para Bibliotheca Publica de Lisboa.

**Pereira** (*Jorge Gomes*). Medico que viveu no seculo XVI. Deixou publicadas differentes obras de medicina que colligiu em volumes intitulados *Antoniana Margarita*, porque os paes do autor se chamavam Antonio e Margarida.

**Pereira** (*Jorge da Silva*). Official do exercito, residente em S. Salvador do Congo. N. em 1858. Assentou praça como voluntario a 2 de novembro de 1874, foi promovido a alferes sem prejuiso de antiguidade por decreto de 31 de janeiro de 1877, por haver sido nomeado conductor auxiliar das obras publicas da provincia de Angola. Portanto, fez parte da expedição organisada pelo engenheiro sr. general de divisão Manuel Raphael Gorjão, que então tinha o posto de major. Nos fins do anno de 1878 foi encarregado de dirigir o serviço da repartição de contabilidade da direcção das obras publicas, cargo que exerceu tanto a contento do seu director, que lhe passou um elogioso attestado, que deve existir na 1.ᵃ repartição da direcção geral do ultramar. Chegando a Lisboa, depois de concluido o tempo da sua commissão em 5 de fevereiro de 1881, foi mandado fazer serviço na 1.ᵃ repartição da administração militar. Pouco tempo depois foi requisitado para servir na 6.ᵃ repartição da direcção geral do ministerio da guerra, onde desempenhou o logar de archivista. Estava n'esta situação quando se tratou de organisar o districto do Congo, para governador do qual tinha o governo escolhido o já hoje fallecido, então capitão de fragata, Neves Ferreira. Este official, muito pratico em todos os assumptos coloniaes, quiz que o districto que lhe fôra confiado, fôsse organisado com o esmero, e ao mesmo tempo que ia a Frauça fazer a acquisição de todo o material necessario para as edificações do Congo, teve todo o cuidado nas propostas do pessoal subalterno, que foi escrupulosamente escolhido. Jorge da Silva Pereira foi um dos residentes nomeados, em 1888.

**Pereira** (*José*). Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, aposentado. N. em 1825, fal. em Lisboa a 21 de março de 1910. Formou-se na Universidade de Coimbra aos 21 annos de edade, em 1846, e logo no anno seguinte, 1847, foi nomeado delegado do procurador regio para a comarca de Alcacer do Sal, d'onde depois teve transferencia para a ilha da Madeira. Exerceu pela primeira vez o cargo de juiz na comarca

de Almodovar, d'onde passou á de Mafra, conservando-se ali quatro annos. Depois foi transferido para a Covilhã, onde esteve dois annos, passando mais tarde para o 3.º districto criminal de Lisboa. Em 1868 foi nomeado juiz do Tribunal do Commercio do Porto, em que serviu um triennio, sendo reconduzido no mesmo cargo a pedido da Associação Commercial d'aquella cidade, pedido dirigido a el rei D. Luiz, por occasião da sua visita ao Porto em 1871. O conselheiro José Pereira passsou depois a juiz da Relação dos Açôres, onde exerceu o cargo de presidente, sendo então agraciado com a carta de conselheiro por el-rei D. Luiz. Em 1880 foi nomeado juiz da Relação de Lisboa, e por decreto de 26 de junho de 1890 foi nomeado juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, em que se salientou pelos notaveis accordãos que proferiu, e servindo ali 20 annos, occupando durante tres annos o logar de presidente d'aquelle alto tribunal, por impossibilidade physica do presidente conselheiro Antonio Emilio de Sá Brandão. Pelo fallecimento d'este magistrado passou á effectividade do cargo, mas pelo seu mau estado de saude, foi logo aposentado. O conselheiro José Pereira fez parte da commissão presidida pelo sr. conselheiro Veiga Beirão para a reforma do Codigo Commercial, sendo tambem par electivo por duas vezes, e relator na mesma camara do processo instaurado por virtude do conflicto entre o ministro da marinha, n'essa epoca, o conde de Macedo, e o conselheiro Ferreira d'Almeida.

**Pereira** *(José Bento)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, do conselho de Sua Majestade, presidente da Relação Commercial de Lisboa, etc. N. em Castello Branco em 1784, e fal. em 1 de setembro de 1864. Escreveu: *Ode saphica ao anniversario do fausto dia 15 de setembro de 1820*, Lisboa, 1821; *Discurso pronunciado na audiencia do Juizo do 1.º districto, na causa que move a José Pereira Palha de Faria Guião, sobre indemnisações*, Lisboa, 1835; *Ode ao feliz anniversario do dia 26 de janeiro de 1821, offerecida no mesmo dia ao ex.mo sr. Francisco de Paula de Azevedo*, etc., Coimbra, 1822.

**Pereira** *(José Caetano)*. Medico militar, pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, medico da Real Camara, official da ordem da Torre e Espada, etc. N. em Divar, das ilhas de Gôa, em 1821, fal. a 24 de janeiro de 1877. Era filho de Caetano Maria Pereira. Ficando orphão de pae e mãe, quando tinha 6 annos de edade, foi recolhido por seu padrinho, Antonio Josimo Cordeiro, official de marinha de Gôa, com o qual veiu para a Europa. Em 1835 voltou para Gôa, vindo novamente para Portugal em 1840, na companhia do P. Constantino Floriano de Faria, lente de Theologia na Universidade de Coimbra, tambem natural da India. Applicou se ao estudo de pharmacia, mas depois seguiu o curso de medicina, no qual em 1851, defendeu a sua these em 24 de maio, tendo approvação com louvor em todos os annos, menos n'um. Logo que acabou os estudos offereceu-se ao governo para servir na India, mas sendo outro provido no logar que elle pretendia, e abrindo se concurso para uma vaga que se dera no quadro dos facultativos militares, apresentou-se n'esse concurso, e ficando bem classificado, obteve logo despacho em 9 de julho de 1851 para cirurgião ajudante do batalhão de caçadores n.º 5, d'onde passou depois ao regimento de infantaria n.º 16. Continuou na classe dos facultativos militares, chegando a cirurgião-mór. Tinha já excellentes creditos, quando sendo chamado para tratar do infante D. Augusto em 1861, n'aquelle anno calamitoso em que succumbiram seus irmãos D. Pedro V, D. João e D. Fernando, e conseguindo salval-o, a sua reputação augmentou extraordinariamente, e recebeu a nomeação de medico honorario do paço, além de outras distincções. Pelos muitos serviços prestados durante as epidemias da cholera-morbus e febre amarella, que grassaram em Lisboa em 1856 e 1857, e principalmente na segunda, José Caetano Pereira, o *Canarim*, como tambem era conhecido o distincto medico pela sua côr indiana, era incansavel em acudir aos enfermos nos hospitaes e fóra d'elles, a toda a hora do dia e da noite, com a maior dedicação, de que foi testemunha ocular el-rei D. Pedro V, que tambem successivas vezes visitava os hospitaes, e que ao terminar a terrivel crise o agraciou com o habito da ordem da Torre e Espada. Infelizmente, no meio d'uma vida que todos consideravam felicissima, e que muitos talvez invejavam, veiu a desgraça feril-o e patentear ao mundo os desgostos que elle soffria no lar domestico. Sua mulher, D. Joanna Pereira, foi indicada como ré do crime de assassinio, e a justiça chegou a prender o desditoso medico, julgando-o cumplice. Esse processo foi muito debatido, conhecido pelo processo *Joanna Pereira*, que no julgamento foi condemnada. V. *Mello Cabral (Philomeno da Camara)*, vol. IV, a pag. 995. A innocencia de seu marido foi provada evidentissimamente, mas os desgostos, que todos esses tristes successos lhe causaram, muito concorreram para lhe abreviar a existencia. José Caetano Pereira publicou em 1851 a sua these, com o titulo: *Não ha identidade entre o virus de blennorrhagia e o cancro*. Collaborou em algumas revistas de medicina, e gozava dos melhores creditos entre os seus collegas, que continuamente o chamavam para conferencias.

**Pereira** *(José Clemente)*. Bacharel formado em Canones, e em Leis pela Universidade de Coimbra. N. no logar de Adem, villa de Castello Mendo, comarca de Trancoso, a 17 de fevereiro de 1787, falleceu no Brazil em 12 de março de 1854. Era filho de José Gonçalves e de D. Maria Pereira. Tendo frequentado os cursos de Direito e de Canones, tomou o grau de bacharel n'estas duas faculdades, e serviu depois como capitão do corpo academico organisado em Coimbra no anno de 1809 para combater os francezes, dirigindo uma das famosas guerrilhas, que tão fataes fôram para o inimigo. Militou no exercito anglo-luso, que sob o commando de lord Wellington invadiu a Hespanha. Em 1815 embarcou para o Brazil, chegando ao Rio de Janeiro a 12 de outubro, e ahi exerceu a advocacia até ao anno de 1819, em que el-rei D. João VI o nomeou juiz de fóra da villa da Praia Grande, mais tarde cidade de Nictheroy, que então se creára. Essa villa deveu lhe o plano, medição e alinhamento de suas praças e ruas e verdadeiros serviços de fundador. Na villa de Maricá, convocou a 26 de fevereiro de 1821 a camara e o povo, e fez proceder ao acto de juramento á Constituição que as côrtes de-

viam promulgar, e no mesmo anno foi nomeado juiz de fóra da cidade do Rio de Janeiro, entrando em exercicio a 30 de maio. A 5 de junho seguinte a divisão auxiliadora, tropa lusitana, de guarnição á cidade pronunciou-se indisciplinada, conseguindo que o principe regente D. Pedro jurasse immediatamente as bases da Constituição emanadas das côrtes portuguezas, e que despedisse do ministerio o conde dos Arcos; mas com as armas em punho a tropa amotinada resolveu que se nomeasse uma junta de nove deputados para assistir aos despachos do principe no empenho de sujeitar D. Pedro á influencia do general Avilez seu commandante; contra a execução d'essa violenta medida levantou-se o corajoso e firme José Clemente como presidente do senado da camara, e conseguiu annullal a. Em dezembro de 1821 elle propoz á camara que se representasse ao principe regente D. Pedro, pedindo-lhe que ficasse no Brazil, o que era propôr o rompimento da revolução da Independencia. No dia 9 de janeiro de 1822 José Clemente, na sua qualidade de juiz de fóra, presidente do senado da camara, saiu á frente d'este com a maior solemnidade e foi ao paço da cidade, seguido de muitos populares, apresentar a representação do povo do Rio de Janeiro ao principe D. Pedro, propondo-lhe a desobediencia ao decreto das côrtes em pedido para que ficasse no Brazil. Apresentando essa representação leu José Clemente Pereira o memoravel e energico discurso, que é padrão de gloria. Foi José Clemente Pereira que d'uma das janellas do paço repetiu ao povo em alta voz a resposta do principe: «Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou prompto; diga ao povo que fico.» Em 1822 o senado da camara por seu caracter representativo foi e devia ser a bocca official da revolução que falasse ao principe e convocasse o povo do Rio de Janeiro; a 13 de maio foi elle offerecer ao principe D. Pedro o titulo de *defensor perpetuo do Brazil*; a 23 do mesmo mez pediu a convocação d'uma constituinte brazileira; a 21 de setembro, depois de erguido o brado do Ypiranga, convocou os cidadãos para a solemne proclamação de D. Pedro I imperador do Brazil no dia 12 de outubro, e n'este dia lavrou o auto d'essa proclamação. O nome do José Clemente Pereira presidente e orgão do senado da camara está escripto em todos esses documentos da historia da independencia do Brazil. Logo após o triumpho rebentou a discordia entre os benemeritos da independencia O ministerio Andrada perseguiu como demagogos e anarchistas José Clemente, Ledo, Januario, Nobrega, e outros que em resultado de rapida devassa fôram deportados. A intriga e os manejos dos inimigos dos patriotas da independencia que em novembro de 1823 haviam de conseguir tambem a deportação dos Andradas, fizeram deportar aquelles benemeritos em 1822. A 17 de fevereiro do 1824 José Clemente Pereira, já restituido á patria que adoptara, recebeu a dignitaria da ordem do Cruzeiro. Tornou-se então um profundo politico, sendo deputado em diversas legislaturas, intendente geral da policia, ministro, provedor da Santa Casa da Misericordia do Rio de Janeiro, e desempenhando outros elevados e honrosos cargos.

**Pereira** (*José Joaquim da Silva*). Marechal de campo reformado, commendador da ordem de S. Bento de Aviz, condecorado com a cruz de 5 campanhas da Guerra Peninsular, deputado no congresso Constituinte de 1837, e em seis legislaturas. N. a 22 de agosto de 1795, fal. em Caseaes a 14 de setembro de 1865. Era filho do Francisco Xavier da Silva Pereira, coronel de infantaria e governador militar da praça de Campo Maior, e de sua mulher, D. Antonia Josepha d'Abreu. Era irmão do 1.º conde das Antas. Casou com D. Maria Eduarda Huet de Bacellar, filha de Duarte Claudio Huet de Bacellar Souto Maior, fidalgo cavalleiro da Casa Real, senhor do morgado e casa do Paraizo na cidade do Porto, e de sua segunda mulher D. Custodia Luiza de Bacellar.

**Pereira** (*José Manuel Ribeiro*). Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, secretario da junta de administração dos fundos da Companhia de Grão-Pará e Maranhão, etc. Viveu no seculo XVIII, e parece que falleceu em 1797, porque o seu nome já não figura no *Almanach de Lisboa* de 1798. Escreveu: *Aventuras de Telemaco*, etc.; traduzidas do francez, Lisboa, 1780; 2 tomos; reimpressas em 1784; *Aventuras finaes de Telemaco*, etc., Lisboa, 1785; *Noites seletas de Young, traduzidas em portuguez*, etc., Lisboa, 1781; nova edição, 1787; *Escola do mundo*, etc., *traduzida do francez*, Lisboa, 1781; *Compendio das orações funebres de Mr. Flechier, vertidas em portuguez*, Lisboa, 1781; *Elementos do commercio, traduzidos livremente do francez, pelo mesmo traductor do Telemaco e das Orações funebres*, Lisboa, 1767, 2 tomos.

**Pereira** (*José Monteiro*) Mestre de capella no Porto, autor d'um compendio de musica, do qual se publicaram duas edições, tendo a segunda este titulo: *Principios de musica, que facilitam a tocar; para uso dos meninos que se educam no seminario de Nossa Senhora da Lapa da cidade do Porto*, etc., Porto, 1820. Na Bibliotheca Nacional existem algumas composições autographas d'este mestre de capella; uma d'ellas é Lamentação para sexta feira santa, a solo de soprano com acompanhamento de orgão, escripta no estylo, floreado de Rossini, com recitativo e grandes cadencias. Tem a data de 1819; outra tem a data de 1824.

**Pereira** (*José Nazario*). Conego e deão da sé patriarchal de Gôa, e presidente do respectivo cabido. N. 1821, fal. em dezembro de 1901. Pertencia a uma das familias mais principaes da provincia. Era um douto professor, e muito versado nas leis da egreja Iniciou o magisterio pela regencia das cadeiras de Rhetorica e de Historia no seminario de Rachol, para que fôra escolhido, ainda sacerdote novo, pelo arcebispo de Gôa D. José Maria da Silva Torres que, em 1848, governava aquella diocese. Por 11 annos regeu aquellas duas cadeiras, sendo depois transferido para professor de Theologia dogmatica e moral, e de Direito canonico, e n'essa situação especialmente mantido pelo arcebispo D. João Chrysostomo d'Amorim Pessoa, quando este prelado reorganisou e levantou notavelmente em 1863 os estudos n'aquelle seminario. Com os serviços de professor, exercia tambem cumulativamente outras commissões. Sendo já advogado no fôro ecclesiastico antes de ser nomeado para a regencia da cadeira de historia e de rhetorica, fôra escolhido depois para os logares de director espiri-

tual do seminario, desembargador da Relação Ecclesiastica, defensor dos matrimonios, e depois juiz dos processos de casamentos. Passando em 1868 para o cabido da sé primacial, foi em seguida nomeado examinador synodal; e desde 1876 entrára a exercer funcções administrativas superiores no governo da diocese, na qualidade de vigario geral e provisor, nomeado pelo arcebispo D. Ayres d'Ornellas. Por varias vezes foi tambem governador do mesmo arcebispado, e egualmente do cabido, bem assim por muito tempa, na ausencia do arcebispo Ornellas, companheiro constante do então deão da sé, P. Martinho Fernandes, no governo provisorio do patriarchado como membro da junta governativa que aquelle prelado constituira, e da qual o deão Fernandes, como presidente do cabido patriarchal e primeira dignidade depois do prelado na hierarchia ecclesiastica, e o P. José Nazario Pereira, como dignidade immediata no cabido, e como vigario geral e provisor, eram vogaes preponderantes, influencia que lhes dava tambem a sua competencia como clerigos illustrados, sérios e egualmente respeitados n'aquella nossa archidiocese primacial do Oriente. Quando falleceu já não era vigario geral, mas exercia a presidencia do cabido como deão da sé patriarchal, a que fôra elevado em 1893, tendo sido antes d'isto chantre do mesmo cabido, e era juiz apostolico da Secção Pontificia do Recurso, por nomeação do nuncio apostolico de Lisboa, de 6 de julho de 1883. Fez parte do Concilio Provincial de Gôa reunido pelo patriarcha das Indias, D. Antonio Sebastião Valente, entrando n'esse concilio como procurador do cabido de Gôa, e servindo ahi de juiz synodal do mesmo concilio. O P. José Nazario Pereira foi notavel e respeitado como administrador e como disciplinador, de que deu exuberantes provas na direcção espiritual do seminario de Rachol e no governo e administração da diocese. Era um theologo e moralista distincto, e a sua opinião foi sempre ouvida por todos os prelados do seu tempo nos assumptos mais graves da disciplina ecclesiastica e da administração da diocese. Foi tambem um prégador muito apreciado. Escreveu um compendio de direito ecclesiastico portuguez, de que o encarregara o arcebispo Amorim Pessoa, para servir de texto na cadeira de Direito canonico.

**Pereira** *(José Paulo)*. Do conselho de Sua Majestade, director das contribuições directas do Tribunal do Thesouro Publico, empregado tambem no ministerio da Marinha, e deputado no anno de 1856. N. em 1810, e fal a 22 de março de 1859 Escreveu: *Manual do Contribuinte, contendo disposições do regulamento geral para a a repartição das contribuições directas*, Lisboa, 1846; este trabalho ficou inutilisado pela abolição da lei a que se referia.

**Pereira** *(José Pinto)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo; doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Guimarães a 31 de março de 1659, e fal. a 17 de fevereiro de 1733 Foi enviado de Portugal a Roma, onde esteve 29 annos. Deixou publicadas varias obras em latim e em italiano, sendo muitas d'ellas em assumptos de Genealogia.

**Pereira** *(José Rodrigues)*. Presbytero secular; bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, protonotario apostolico e prior de varias egrejas. N. em Lisboa no anno de 1687; ignora-se a data do fallecimento. D'elle correm impressos alguns sermões.

**Pereira** *(José Saturnino da Costa)* Escriptor. N. na Colonia do Sacramento, quando esta povoação pertencia a Portugal, a 22 de novembro de 1773, fal. no Rio de Janeiro a 9 de janeiro de 1852. Era filho de Felix da Costa Furtado e de D. Anna Josepha Pereira. Veiu estudar na Universidade de Coimbra a faculdade de Mathematica, em que tomou o grau de bacharel. Assentou praça no corpo de engenheiros. Em 1814, achando-se no Rio de Janeiro, foi nomeado lente d'uma das cadeiras da Academia de Sciencias physico-mathematicas e naturaes, fundada por carta de lei de 4 de dezembro d'esse anno, e encarregado ao mesmo tempo de escrever diversos compendios. A academia tomou depois o nome de Academia Militar. Irmão do celebre jornalista Hypolito José da Costa, que em Londres redigia n'essa epoca o *Correio Braziliense*, José Saturnino era no Rio de Janeiro o seu correspondente secreto, mas parece que não tão secreto que o governo muitas vezes o não incumbisse de mandar para o *Correio Braziliense*, noticias que á sua politica convinham. Depois da proclamação da independencia do Brazil, José Saturnino foi nomeado senador pela provincia de Matto Grosso. Exerceu depois cargos importantes, foi ministro da guerra, etc. Escreveu bastantes obras sobre diversos assumptos, que se publicaram no Rio de Janeiro, ficando outras manuscriptas.

**Pereira** *(José de Sousa)* Jurisconsulto do seculo XVII. Doutor e lente da faculdade de Direito na Universidade de Coimbra. Fal. a 23 de dezembro de 1689. Largando a beca acompanhou a Roma como secretario de embaixada o bispo de Lamego, e depois voltando ao reino foi conselheiro da fazenda de capa e espada

**Pereira** *(Justa Rodrigues)*. Filha de João Pereira, creado do infante D. Fernando, e por este escolhida para ama de seu filho D. Manuel, que foi depois duque de Beja e rei de Portugal. Era natural de Beja. D'ella teve o bispo da Guarda D. João Manuel um filho que foi o tronco da familia dos Manueis. Fundou em 1489, á sua custa o mosteiro de Jesus, em Setubal, e recolhendo-se a essa casa religiosa, ali falleceu. O architecto constructor do mosteiro dos Jeronymos, em Belem, foi quem deu o risco para o edificio.

**Pereira** *(D. Leoniz)*. Capitão de Malaca. Era filho illegitimo do 3.º conde da Feira, D. Manuel Pereira. Passeu a servir na India no tempo da regencia da rainha D. Catharina, e recebeu a capitania de Malaca, que estava governando em 1567 quando veiu sobre a cidade o sultão do Achem com uma poderosa armada e um poderoso exercito. Foi o cêrco mais terrivel que Malaca teve que sustentar. Conta se que foi no dia de S. Sebastião que appareceu o exercito do sultão do Achem. D. Leoniz Pereira estava jogando as canas com outros fidalgos; nem quiz que se interrompesse o jogo. Quando elle terminou, tratou de dar as suas ordens. Tinha apenas 200 soldados, e esses lhe bastaram para a defeza que foi brilhante e que mereceu que o cantasse n'um dos seus sonetos o nosso immortal Camões. Regressou D. Leoniz ao reino, cingido com os louros da victoria, e sete annos depois foi nomeado de novo governador de Malaca, sendo go-

vernador da India Antonio Moniz Barreto; não quiz, porém, D. Leoniz Pereira expôr-se de novo ás contingencias de outro cêrco em condições tão más como as de 1567, em que só se salvara por um verdadeiro milagre, e pediu a Antonio Moniz Barreto que lhe désse navios e reforços para a guarnição. Antonio Moniz Barreto, que tendo sido nomeado anteriormente governador de Malaca, fizera exactamente o mesmo pedido ao governador da India D. Antonio de Noronha, e se irritára immenso por lh'os não dar, tambem os recusou, e D. Leoniz Pereira partiu para o reino, indo queixar-se aos ministros sem nada conseguir, porque os ministros eram todos da parcialidade de Antonio Moniz Barreto.

**Pereira** *(D. Fr. Lopo de Siqueira)*. Presbytero secular, prior-mór da ordem de S. Bento de Aviz, bispo de Portalegre e da Guarda, etc. N. em Elvas, de familia nobilissima, sendo filho de Ascenso de Siqueira e de D. Izabel Pereira de Vasconcellos; fal. na Guarda a 4 de agosto de 1636. Fundou, juntamente com D. Jorge de Mello, prior-mór da ordem de Thiago, o collegio das ordens militares da Universidade de Coimbra, cuja primeira pedra foi lançada a 25 de julho de 1615. Foi eleito bispo de Portalegre por Filippe II, de Portugal, succedendo a D. Rodrigo da Cunha, sendo confirmada a eleição pelo pontifice Paulo v, em 22 de abril de 1619. Como em virtude de ordens superiores, tivesse que se demorar algum tempo em Lisboa, no definitorio da sua ordem com procuração sua, tomou posse da cadeira episcopal o dr. Domingos Dias de Moledo, conego e provisor do bispado, a 10 d'agosto do mesmo anno de 1619; effectuando depois a sua entrada solemne no bispado em 31 de janeiro de 1620. Governou a diocese de Portalegre durante 11 annos, sendo transferido para a da Guarda em 1632. Na *Monarchia Lusitana*, diz Fr. Antonio Brandão que este prelado compuzera um *Tratado das causas insignes da ordem militar de Aviz*, mas esta obra não chegou a ser impressa. Dos escriptos de D. Lopo fôram publicados um *Parecer sobre devem gozar os cavalleiros das ordens militares o privilegio do foro ainda que não tenham tença nem mantença*, que occupa da pag. 89 a 90 na *Allegação de Direito em favor das ordens militares*, escripto por D. Carlos de Noronha, e a *Vida de D. Julião d'Alva, primeiro bispo de Portalegre*, que saiu nas *Constituições* d'esse bispado.

**Pereira** *(Lourenço de Amorim)*. Celebre defensor de Monsão no glorioso cêrco sustentado por esta praça em 1658. Era Lourenço de Amorim Pereira tenente mestre de campo general, e tinha debaixo das suas ordens 600 homens de infantaria de 1.ª e 2.ª linha. Foi no dia 7 de outubro que principiou o cêrco; minas e assaltos tudo foi empregado pelos hespanhoes para tomarem a praça, e sempre infructiferamente. Nos primeiros tempos ainda se puderam introduzir soccorros na praça, mas os inimigos tomaram uns fortins que protegiam a entrada por onde os soccorros iam, o Monsão ficou incommunicavel. Cinco baterias bombardeavam a praça dia e noite, e ella sempre resistindo. No dia 1 de fevereiro deram os hespanhoes um ultimo assalto á praça e ainda fôram repellidos, graças a verdadeiros prodigios de valor, porque a guarnição estava extraordinariamente desfalcada e faltavam as munições de guerra e as munições de boca; as traves e o azeite a ferver substituiam as balas, as propriás mulheres preenchiam as lacunas das fileiras! A villa estava comtudo nas mãos do inimigo, e a resistencia continuava no castello, onde a fome era tal que os soldados já se precipitavam sobre os cadaveres dos seus camaradas para os assarem e comerem, havia brechas por toda a parte, as muralhas eram um verdadeiro montão de ruinas. ainda assim, logo que os hespanhoes faziam minas, os portuguezes faziam contra-minas. Afinal a 7 de fevereiro o marquez de Vianna, commandante do exercito sitiador, propoz a Lourenço de Amorim Pereira a mais honrosa das capitulações. Lourenço de Amorim depois de reflectir, acceitou. Os soldados, que desfilaram diante do inimigo eram 226, que o marquez de Vianna apresentou aos seus soldados como modelos que elles deviam imitar e seguir. Quando Lourenço de Amorim se apresentou ao governador das armas do Minho, o visconde de Villa Nova da Cerveira, recebeu tambem os applausos que merecia. A defeza de Monsão rivalisa com a de Elvas n'esse mesmo anno de 1659, e é uma das mais gloriosas da nossa historia.

**Pereira** *(Luciano Lopes)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Paris N. em Thomar no principio do seculo XIX e fal. em Paris em edade muito avançada. Escreveu: *Politica industrial: obra offerecida aos eleitores para servir de programma politico nas proximas eleições*, Lisboa, 1838.

**Pereira** *(Luiz da Costa)*. Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, professor no Lyceu do Funchal, e do Conservatorio de Lisboa, etc. N. no Funchal a 19 d'agosto de 1819, fal. em Lisboa a 18 de janeiro de 1893. Matriculando-se da Universidade, formou-se em 23 de julho de 1844, obtendo o *accessit* no 5.º anno do curso. No seu tempo de estudante já mostrava grande vocação para o theatro, e representou no theatro *Academico* diversas peças entre as quaes o *Otello*. Voltando para o Funchal, onde casou, foi nomeado lente da cadeira de Mathematica do lyceu d'aquella cidade, sendo por essa occasião condecorado com o habito da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. No Funchal continuou dedicando-se de preferencia á arte dramatica, que elle amava sobretudo, estudando com dedicação quanto até então se havia publicado sobre tal assumpto, e representando varias vezes. Em 1853 foi convidado pelo governo para ser ensaiador do theatro de D. Maria II, o que acceitou, logar em que prestou relevantes serviços á arte dramatica. Traduziu varias peças, entre ellas a *Calumnia* de Scribe, e representou o papel de Bernardim Ribeiro no drama de Garrett, *Um Auto de Gil Vicente*, por occasião da acclamação d'el-rei D. Pedro V, em setembro de 1855, sendo então agraciado com o habito da ordem de Christo. O dr. Luiz da Costa conservou se muitos annos no theatro de D. Maria II como ensaiador, e depois como commissario regio. Foi repetidor na Escola Polytechnica, membro de exames, reitor e professor no lyceu de Braga. Foi tambem professor da arte de representar no Conservatorio Real de Lisboa. Por algum tempo ensaiou no Gymnasio, e voltou ao theatro de D. Maria II, na empresa de Biester, Brazão & C.ª, exercendo o

logar de ensaiador, representando no drama *Camões*, de Cypriano Jardim, por occasião das festas commemorativas do centenario em 1880. N'esta epoca já a doença o tinha abatido consideravelmente, e foi para Vianna do Castello, onde residia sua filha, a sr.ª D. Anna da Costa Pereira, professora d'aquella cidade, mas que vivia em más circumstancias na companhia de seus filhos. Falto de recursos, luctou com muitas difficuldades; alguns rapazes seus amigos instaram com elle para os ensaiar em diversas peças, a que elle condescendeu. Promoveram-lhe um beneficio, em que o dr. Luiz da Costa Pereira tambem representou, desempenhando o papel de Bulnoy na comedia em 3 actos, *O conde Jacques*, de Gondinet. Desejou voltar a Lisboa, afim de vêr se poderia melhorar de sorte, e alguns amigos lhe promoveram um beneficio no theatro de D. Maria II. Desde então a sua vida foi uma dolorosa agonia, que só terminou quando falleceu. Collaborou em differentes jornaes litterarios. Escreveu: *Mysterios d'alma*, *recordações de viagem*, etc. *Leituras sobre astronomia*, sairam diversos capitulos na *Revista Contemporanea*, tomos III e IV; *Reflexos; poesia e prosa varia* (original e traduzido) por *Luiz da Costa*, Lisboa, 1883. Este livro foi publicado depois que a imprensa lisbonense, em geral, declarou que eram difficeis e dolorosas as circumstancias de um homem de tão elevado merito e de bons serviços á arte e ás letras, como o autor; e por isso este poz a seguinte dedicatoria: «A' imprensa da capital e ao seu advogado junto d'ella o sr. Francisco Ferreira Serra, em penhor de gratidão O. Luiz da Costa». O prefacio era de Camillo Castello Branco, que escreveu, referindo se aos triumphos alcançados na scena pelo dr. Luiz da Costa Pereira: «Este é aquelle Luiz da Costa que foi na minha mocidade o symbolo, o mestre da scena; n'este cerebro pulsaram todos os talentos creadores das implacaveis paixões da tragedia; do peito d'este homem explosiram os brados que levantaram as platéas em delirios de triumpho» Escreveu mais: *Rudimentos da arte dramatica*, Lisboa, 1890.

**Pereira** *(Luiz Gonzaga)*. Gravador da Casa da Moeda, e escriptor. N. em Lisboa a 21 de junho de 1796, onde tambem fal. a 8 de setembro de 1868. Era filho de Joaquim Manuel de Fregamoz Pereira, e de sua mulher D. Maria Barbara de Bulhões. Foi alumno premiado da antiga aula de desenho e architectura; empregado na provedoria da Casa da Moeda, e depois cursou a aula de gravura e desenho de cunhos. Despachado gravador do mesmo estabelecimento, exerceu ali esta profissão mais de 50 annos. São d'elle, entre outras tambem de apreciavel trabalho, as medalhas de Camões, Minerva e D. Pedro IV. Em setembro de 1857 foi atacado d'uma paralysia, e esta dolorosa enfermidade foi-se aggravando até que falleceu. Entregava-se tambem a varios trabalhos historicos e estatisticos, colligindo apontamentos e formando grandes quadros, que elle mostrava ás pessoas que o visitavam no seu gabinete da Casa da Moeda, sendo honrado com as visitas da rainha D. Maria II, d'el-rei D. Fernando e d'el-rei D. Pedro V. Entre essas obras, encontram se as seguintes que ficaram manuscriptas: *Catalogo das senhoras rainhas de Portugal*, 2 tomos; *Armaria de brazão*, 1 vol.; *Descripção dos monumentos sacros de Lisboa, ou collecção de todos os conventos, mosteiros e parochias no recinto da cidade de Lisboa em 1833*, em que se mostram os desenhos de seus alçados, e se descreve a belleza que os mesmos continham relativa ás artes de pintura, esculptura, architectura e gravura, recopilado em 1840, 1 volume. Este manuscripto existe na Bibliotheca Nacional do Lisboa.

**Pereira** *(Luiz José Lopes Carneiro)*. Conego da real collegiada de Cedofeita, no Porto. Escreveu: *Eneida de Virgilio*, traduzida em verso portuguez, Lisboa, 1801, 2 tomos; saiu um excerpto do canto IV na *Miscellanea litteraria*, n.º 1, de janeiro de 1861, e outro excerpto no *Panorama*, de 1866, de pag. 349 a 351; *Godofredo*, poema heroico de Torquato Tasso, traducção do original italiano em verso heroico, 2 tomos; *Lamentos do triste Lucilio amante da sua Francelia e outras mais obras avulsas*, 14 de março de 1793. E' um grosso volume contendo sonetos, odes, eclogas, idyllios, etc.

**Pereira** *(Manuel)*. Esculptor. N. em 1600 e passou a Hespanha, onde fal. em 1667. Fez ali muitas estatuas, sendo as melhores as de *S. Bruno* e de *S. João de Deus*.

**Pereira** *(D. Fr. Manuel)*. Religioso da ordem de S. Domingos, provincial na sua ordem, 1.º bispo do Rio de Janeiro, deputado da Junta dos Tres Estados e do conselho geral do Santo Officio, secretario de Estado de D. Pedro II, sendo ainda principe regente, etc. N. em Lisboa em janeiro de 1625, fal. no seu convento de Lisboa em 6 de janeiro de 1688. Era filho de Raphael Palladio e de Margarida Meira. Aos 15 annos de edade vestiu o habito dominicano, e professou no convento de S. Domingos de Bemfica a 22 de janeiro de 1646. Foi eleito provincial em 1667. Esteve em Roma, sendo companheiro do mestre geral da ordem Fr. João Thomaz Rocabetti. Em 1676 foi eleito bispo do Rio de Janeiro, sendo elle o primeiro bispo que teve aquella diocese, cuja eleição a confirmou o papa Innocencio XI a 10 de novembro do referido anno de 1676. Em 1680 foi nomeado secretario de Estado do principe regente D. Pedro, depois D. Pedro II; e como este cargo era incompativel com o bispado, D. Fr. Manuel Pereira resignou a mitra. Posteriormente exerceu os cargos de deputado da Junta dos Tres Estados e do conselho geral do Santo Officio, de que tomou posse a 10 de maio de 1682. Sendo particular devoto S. Gonçalo d'Amarante, da ordem de S. Domingos, e nascido em Portugal, alcançou do papa Clemente X no tempo em que permaneceu em Roma, que o seu culto se estendesse por todo o nosso paiz. Regressando á patria erigiu-lhe no cruzeiro de S. Domingos uma capella sumptuosa, revestida de bellos marmores, vendo-se ao centro a estatua do santo portuguez, e de outros santos; adornou a capella com valiosos parameutos e varias peças de prata, onde todos os annos se celebrava a sua festa. Na parede do lado direito ao entrar na capella, mandou gravar n'uma grande pedra uma inscripção em latim em honra de S. Gonçalo. Escreveu: *Sermão prégado no auto da Fé que se celebrou na cidade de Lisboa em 8 de agosto de 1683*, Lisboa, 1683; *Resumo da vida e milagres de S. Gonçalo d'Amarante*, escripto em italiano, Roma, 1672.

**Pereira** (*P. Manuel*). Presbytero secular e theologo, que viveu no seculo XVII. Era natural de Lisboa. D'elle corre impresso um *Sermão de Santo Antonio*, prégado na egreja de S. Paulo em 13 de junho de 1668, Lisboa, 1669.

**Pereira** (*P. Manuel*). Presbytero secular, natural de Lisboa, e que vivia no principio do seculo XVIII. Deixou publicado: *Obsequio do admiravel e prodigioso Santo Antonio*, Lisboa, 1716; *Quatro maximas da Philosophia christã*, traduzidas do castelhano, Evora, 1719.

**Pereira** (*P. Manuel*). Jesuita. N. em Arruda dos Vinhos em 1620, fal. a 14 de dezembro de 1683. Era filho de Francisco de Castro e de Genoveva Pereira. Entrou para a Companhia de Jesus aos 14 annos de edade, no noviciado de Lisboa a 27 de março de 1634. Ensinou letras humanas e philosophia no collegio de Santo Antão, e theologia especulativa e moral, e até chegar á cadeira de prima, na Uniiversidade de Evora, na qual foi cancellario. Exerceu o cargo de reitor nos collegios de Braga e de Evora. Assistiu em Roma ao capitulo em que foi eleito o P. Carlos Noaylle, d'onde trouxe muitas indulgencias para a irmandade da Senhora da Boa Morte, que elle instituiu no collegio de Evora. Depois da sua morte publicaram-se seis tratados em latim sobre *Restituições*, que elle deixara manuscriptos.

**Pereira** (*Manuel Antonio*). Reitor do seminario de Portalegre e vigario geral d'aquelle bispado, e depois sub-chantre da cathedral. N. em Portalegre em 1 de março de 1814, fal. a 7 de julho de 1896. Era filho de João Baptista Pereira e de D. Maria Alegria. Na propria cathedral recebeu, desde a primeira infancia, toda a educação musical, tendo por mestre o P. Benigno, cuja sciencia é ainda hoje lembrada em Portalegre. Aos 14 annos era já cantor effectivo, depois de ter sido moço do coro, e mais tarde chegou a ser mestre da capella. Entretanto seguia tambem os estudos ecclesiasticos, e tendo recebido as tres ordens canonicas, celebrou a primeira missa em abril de 1845, e obteve o logar de capellão na cathedral. Successivamente occupou os seguintes cargos: professor de canto ecclesiastico no seminario de Portalegre, chanceller e secretario da camara ecclesiastica; promotor do juizo ecclesiastico, e reitor do seminario. No exercicio das suas funcções de capellão da sé, foi presidente do côro e subiu á dignidade de sub-chantre. Em 1879 recebeu a nomeação de vigario geral da diocese, alto cargo que já anteriormente se lhe havia offerecido, e que elle rejeitára. O P. Manuel Antonio Pereira era muito estimado pelas suas virtudes. O dr. José Frederico Laranjo, que foi seu discipulo no seminario, publicou á sua memoria um artigo necrologico muito elogioso e sentimental no *Districto de Portalegre*, de 15 de julho de 1896, 8 dias depois da sua morte. Escreveu: *Principios elementares da Musica, e Canto Ecclesiastico, escriptos por um presbytero portuguez no anno de 1871*, Lisboa, 1872; *Arte de Musica e Cantochão para uso do seminario de Portalegre*. Deixou manuscriptas algumas composições de musica religiosa, como responsorios de finados, hymnos, jaculatorias, etc.

**Pereira** (*Manuel Antonio Alvares*). Bacharel em Canones e Leis, advogado, vigario geral de Chaves, etc. N. em Santa Marinha de Ferral, a 17 de junho de 1793, fal. em Braga a 1 de dezembro de 1866. Estudou os preparatorios em Braga e Coimbra, tomou o grau de bacharel nas duas faculdades citadas em 1821, acabando a formatura em 1822, de que obteve as competentes cartas, com boas informações, n'esse mesmo anno, e habilitado para os logares de letras e magistratura. Foi advogado em Braga de 1823 a 1826, indo n'este ultimo anno para Lisboa, onde se habilitou para advogar na côrte e Casa da Supplicação. Foi por algum tempo vigario geral de Chaves, e desde 18 de abril de 1834 era vigario geral do arcebispado de Portalegre, logar em que permaneceu até fallecer. Em 1827 foi abbade de Amares, em 21 de novembro de 1849 de Vieira, e em 26 de setembro de 1855 de Priscos. Foi governador do arcebispado na auscucia de D. Pedro Paulo, desde 19 de agosto de 1845 até abril de 1846; examinador synodal desde 1843 até á data do fallecimento; professor de Direito canonico, por muitos annos, no seminario diocesano. O seu corpo foi depositado na egreja de Santa Cruz, de Braga.

**Pereira** (*Manuel Cerveira*). Oitavo governador de Angola, e conquistador de Benguella; succedeu em 1602 a João Rodrigues Coutinho, tendo logo de continuar a guerra em que este andava empenhado contra o sova Cafuxe. Terminou-a, felizmente, construiu novo presidio nas margens do Cuanza, e, voltando a Loanda, que aformoseou consideravelmente, governou até 1607, em que lhe succedeu D. Manuel Pereira Forjaz que o mandou carregado de ferros para a metropole, dando assim ouvidos a ruins calumniadores que não tinham visto com boa sombra a nascente prosperidade da nova colonia. Pois tão differentes fôram os quatro annos da administração do novo governador que teve quasi perdido o presidio de Cambambe, salvo pelo esforço do alferes-mór Roque de S. Miguel. Em 1615 voltou Manuel da Cerveira Pereira, que se justificára em Madrid e que fôra encarregado da conquista de Benguella. Partiu para essa região em 1617, entregando o governo de Angola a Antonio Gonçalves Pitta. Ganhando cinco pelejas successivas, tomando posse da bahia de Santo Antonio, onde fundou a cidade de S. Filippe de Benguella, teria n'um momento completado a conquista, se victima de intrigas de padres não visse os seus subalternos revoltarem-se contra elle e mandarem-n'o para Loanda preso e manietado. Governava então em Angola o successor de Pitta, Luiz Mendes de Vasconcellos, que, preoccupado com a revolta do rei do Congo, e de Golla Bandy, não attendeu muito ás queixas de Cerveira Pereira. Foi necessario que viessem ordens expressas de Madrid para em 1620 elle completar a conquista de Benguella, morrendo victorioso. Construira além de S. Filippe de Benguella o presidio de Cambambe, e conquistára Benguella apenas com 150 homens.

**Pereira** (*Manuel José da Silva*). Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra e lente substituto na sua faculdade. N. na Cumieira, districto de Villa Real, em 1836, fal. no Rio de Janeiro em março de 1870. Era filho de Domingos José da Silva. Recebeu o grau de doutor a 13 de julho de 1862. Regia a cadeira de histologia, como lente substituto ordinario. Sendo commissionado pelo governo para estudar a organi-

sação dos hospitaes no Brazil e a influencia do clima na fôrça medicamentosa dos remedios, partiu para o Rio de Janeiro nos fins de dezembro de 1868, e chegou áquella cidade a 3 de janeiro de 1869. Adquiriu logo extensa clinica, mas infelizmente não tardou a atacal o a febre amarella, que o prostrou para sempre. Um anno depois *O Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, de 11 e 14 de março de 1870, publicou uma noticia biographica. A seu respeito póde vêr-se a *Memoria historica da faculdade de Medicina*, pelo dr. Mirabeau, pag. 310 e 311. Escreveu: *Da angina membranosa, suas causas e natureza; dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, 1862.

**Pereira** *(Manuel Lopes)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. em Alijó no anno de 1867, fal. em Angola em 17 de abril de 1903. Era filho de Thiago Lopes e de D. Antonia Lopes Pereira. Depois de concluir o curso, foi em 1899 para Angola como medico. Em 15 de março de 1900 foi promovido a facultativo de segunda classe, e em 25 de janeiro de 1902 a facultativo de primeira classe. Na provincia de Angola exerceu os cargos de delegado de saude em Mossamedes e Dondo, e n'este ultimo concelho foi chefe desde maio a julho de 1902. As febres, que o assaltaram no Dondo, o obrigaram a sair d'ali e a ir para Mossamedes. Restabelecido, voltou para o Dondo, onde novamente o paludismo se apoderou do seu organismo. Apezar de doente, acompanhou a columna de operações que de novembro de 1902 a março de 1903 percorreu a Quissama e parte do Libollo. Isto mais concorreu para que as febres tomassem n'elle um caracter grave, obrigando-o a recolher-se ao hospital Maria Pia, em Loanda, onde uma febre biliosa o victimou.

**Pereira** *(Manuel dos Reis)*. Bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, juiz de fóra, etc. N. em Arrifana de Sousa a 6 de janeiro de 1706; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco Pereira e de Catharina Thereza Pereira. Formou-se em 1729. Escreveu: *Canção na desejada melhoria da augusta majestade de el rei D. João V*, etc., Lisboa, 1742; *Estatutos e leis da religião de Malla*, traducção do italiano em latim. Deixou inédita a seguinte obra: *Discursus dogmatico-moralis. De Daemone unpellente manum creatura ad involuntariam pellutionem.*

**Pereira** *(Manuel da Silva)*. Mestre em Artes pela Universidade de Evora. N. no Porto, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Foi examinador dos professores de philosophia na Universidade de Evora, d'onde passou á de Coimbra a estudar medicina, em que foi muito perito. Esteve depois em Roma, exercendo a clinica com muita fama. Publicou em Roma duas obras em latim, em 1706 e 1709.

**Pereira** *(P. Marcos Soares)*. Presbytero e mestre da capella ducal de Villa Viçosa, e depois da de Lisboa. N. em Caminha, e fal. em Lisboa a 7 de janeiro da 1665. Era filho de João Soares Pereira e de Domingas Lourenço Rebello, irmão do celebre João Lourenço Rebello, companheiro nos estudos musicaes d'el rei D. João IV. Estudou musica na capella de Villa Viçosa, ficando ali empregado como cantor, chegando a ser mestre da capella. Quando o duque de Bragança subiu ao throno, com o nome de D. João IV, chamou-o a Lisboa, e entregou-lhe a direcção da sua capella real. Escreveu e deixou manuscriptas grande numero de missas, psalmos, motetes e responsorios. Dizem que é inferior em merecimento a seu irmão. Na collecção de obras poeticas de D. Francisco Manuel de Mello, intitulada *Avena Tersicore*, veem tres *tonos*, cuja musica o poeta diz ter sido composta por Soares Pereira.

**Pereira** *(Maria Corolina)*. Filha do professor João Felix Pereira. Entrou para o theatro a fim de procurar meios de subsistencia, quando teve de sair de casa de seus paes por questões de familia. Estreou-se no theatro de D. Maria II, estreia que se tornou escandalosa, por seu pae se oppôr terminantemente a que ella seguisse a carreira dramatica, e foi elle principalmente quem promoveu o escandalo. Saindo do theatro de D. Maria II, esteve no dos antigos Recreios e depois no Gymnasio, e no Baquet, no Porto, na companhia dirigida pela actriz Emilia Adelaide. Fallecendo seu pae, e recebendo a herança que lhe pertencia, por ser filha unica, abandonou o palco, e casou com o conhecido professor de equitação João Gagliardi.

**Pereira** *(Maria Joanna)*. Artista dramatica, fallecida em avançada edade, no Porto, em 1904. Era viuva do actor José Pereira. Foi uma das actrizes mais distinctas do seu tempo, representando com muita acceitação nos principaes theatros de Lisboa, e esteve muitos annos no Porto, fazendo parte das companhias que trabalharam nos theatros de S. João e de Camões. Os jornaes do tempo referem se a esta actriz com grandes elogios, dizendo alguem, que, depois de Emilia das Neves, era a actriz que as platéas mais apreciavam e applaudiam. Sendo já bastante edosa, ainda representou nos theatros Baquet e Principe Real, do Porto. Maria Joanna Pereira era então uma encantadora e amavel vélhinha, que todos os collegas estimavam e respeitavam.

**Pereira** *(Martinho)*. Freire da ordem militar de Christo, que professou no convento de Thomar a 3 de novembro de 1658, doutor jubilado em Theologia e lente de vespera na Universidade de Coimbra, D. prior da sua ordem no convento de Thomar, e vice-reitor da Universidade. N. em Obidos em novembro de 1637 e fal. em Coimbra a 14 de janeiro de 1729. Deixou impressos alguns sermões, e 2 volumes de *Commentarios* em latim ao primeiro livro das *Sentenças*.

**Pereira** *(Fr. Martinho)*. Religioso da ordem da Trindade; doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa; fal. no convento da Trindade da sua terra natal, em 8 de agosto de 1660. Era filho de Jorge Fernandes e de Branca Gomes. Professou em 1595. Foi grande theologo, sendo tambem muito perito nas duas jurisprudencias. Não quiz nunca acceitar cargo algum para se entregar inteiramente á lição dos livros. Deixou manuscripto *Consultas Canonicas*.

**Pereira** *(P. Martinho)*. Presbytero secular da Congregação do Oratorio de Braga. Escreveu: *Via-sacra ou modo pratico de visitar as capellas e egreja principal do insigne Santuario do Sr. Bom Jesus do Monte, sito no Monte-espinho, suburbios da cidade de Braga*; reimpresso em Braga, 1841; saiu sem o seu nome, porém consta ser elle o autor, pelo que se lê a pag. 22 do livro *Descripção do prodigioso Santuario*, etc., por Manuel

Antonio Vieira de Araujo. Escreveu mais: *Ata lho da perfeição situado nas frequentes visitas ao Santissimo Sacramento*, Lisboa, 1791.

**Pereira** (*D. Matheus de Abreu*). Bispo de S. Paulo, no Brazil. N. na ilha da Madeira a 8 de agosto de 1766, fal. em S. Paulo a 5 de maio de 1824. Foi o 4.º bispo d'essa diocese, sendo apresentado em 1794, o tomando posse solemnemente em 1797. Foi presidente do governo interino d'aquella capitania, depois membro provisorio da provincia, etc. Jaz sepultado na sé cathedral de S. Paulo. Na Bibliotheca nacional do Rio de Janeiro, consta que existe d'este prelado o seguinte manuscripto: *Informação do estado dos negocios da capitania de S. Paulo, dada a 24 de abril de 1819... a governador João Carlos Augusto de Caphausen.*

**Pereira** (*Miguel Angelo*). Maestro portuense, mais conhecido simplesmente pelo nome e sobrenome de Miguel Angelo. N. em Barcellinhos a 27 de janeiro de 1843, fal. no Porto a 1 de fevereiro de 1901. Era filho de Bento de Araujo Pereira e de sua mulher Ludovina Rosa de Jesus. Seu pae estava estabelecido no Porto, e trouxe a creança ainda recemnascida para esta cidade, onde a fez baptisar na freguezia de Cedofeita. Começou a aprender musica com o pae, desde a primeira infancia, e aos 8 annos já era moço do côro na egreja da Lapa. Este emprego deu-lhe direito a frequentar gratuitamente as aulas do lyceu annexo áquella egreja, e ali recebeu muita instrucção litteraria. Seu pae tinha tomado parte nas discordias politicas que agitaram o paiz n'aquella epoca, vendo se por esse motivo obrigado a emigrar para o Brazil, pelo que ficou a familia no Porto em circumstancias muito precarias. Concorreu para tornal-as menos penosas o pequeno Miguel Angelo, com os proventos do seu emprego e algumas gratificações que obtinha ajudando ás missas. Bento d'Araujo veiu á Europa algum tempo depois, e voltou para o Rio de Janeiro levando comsigo a familia, e ali se estabeleceu. Cuidou em completar a educação artistica de seu filho, que frequentou o conservatorio do Rio de Janeiro, onde foi discipulo do notavel professor brazileiro Francisco Manuel da Silva. Quando Thalberg esteve de passagem no Brazil, tambem lhe deu proveitosos conselhos. Miguel Angelo depressa se tornou pianista distincto e muito applaudido em alguns concertos que realisou n'aquella cidade. Contava aproximadamente 20 annos de edade quando veiu ao Porto, e sendo immensamente festejado, resolveu fixar ali residencia. Dedicou-se então ao ensino, e tentou a carreira de compositor. A sua primeira obra importante foi um *Te-Deum* a 4 vozes e grande orchestra, executado por occasião de se inaugurar no Porto a estatua de D. Pedro V. Em 1865, inaugurando-se a exposição universal portuense, Miguel Angelo escreveu uma grande marcha intitulada *Progredior*, que foi executada pela orchestra, banda e orgão. Essa epoca marcou o inicio d'um notavel desenvolvimento musical no Porto, sendo então muito frequentes os concertos e festas musicaes promovidas ou em que tomavam parte artistas muito notaveis, como Arthur Napoleão, Sá Noronha, os irmãos Ribas e outros. Miguel Angelo adquiriu n'este meio reputação de pianista e de compositor. O celebre organista francez Carlos Widor, ainda então pouco conhecido, viera ao Porto para inaugurar e dar alguns concertos no grande orgão do palacio da exposição; prestou-se a ensinar o manejo d'esse instrumento a quem quizesse aprendel-o, e Miguel Angelo aproveitou o ensejo, para se tornar tambem um organista perfeito. No mesmo anno de 1865 tinha preparada a sua opera em 4 actos, *Eurico*, esperando que fôsse cantada no theatro de S. João, do Porto. O poeta Guilherme Braga escreveu então no jornal *Porto Elegante* um artigo biographico muito lisonjeiro para Miguel Angelo, comtudo, só 4 annos depois é que pôde conseguir apresentar em publico a sua opera, que se cantou no theatro de S. Carlos, de Lisboa, a 23 de fevereiro de 1870. O libreto de *Eurico* foi extrahido do bem conhecido romance *Eurico o*

Miguel Angelo Pereira

*presbytero*, de Alexandre Herculano, por Pedro de Lima. A opera que vinha precedida de grande fama, muito exagerada segundo a opinião dos entendidos, foi recebida friamente, obtendo apenas alguns applausos uma pequena canção moirisca. Miguel Angelo, sempre corajoso e confiando muito no seu merecimento, attribuiu o mau exito do seu trabalho a tudo, menos á falta de valor artistico, e procurou obter no Porto a desforra da frieza dos lisbonenses. Conseguiu que a opera fôsse cantada no theatro de S. João, em janeiro de 1874, tendo modificado a partitura e reduzindo-a a 3 actos. Os portuenses fizeram-lhe uma ovação, offereceram-lhe uma batuta de prata, Guilherme Braga dedicou-lhe uma poesia, o sr. Joaquim Vasconcellos publicou em folheto uma *Analyse critica*, etc. Mas passado o enthusiasmo provocado pelos reclamos, não tardou a reconhecer-se o verdadeiro valor da opera e do seu autor; ella, uma tentativa sem seguimento; elle, um artista intelligente e bem dotado, mas impossibilitado de se aperfeiçoar por excesso de amor proprio. O *Eurico* cantou se tambem no Rio de Janeiro de 1878, mas com exito mediocre. No emtanto, pela epoca em que o *Eurico* se cantou no Porto, Miguel Angelo achava se no

pleno gozo d'uma bella reputação e cheio de grandes aspirações. Em parte por sua influencia fundou se a *Sociedade de Quartetto do Porto*, que depois foi absorvida pelo *Orpheon Portuense*. Inaugurou se no dia primeiro de maio de 1874, e deram-se ali concertos de musica de camara, em que se executaram muitas obras dos melhores mestres. Miguel Angelo escreveu para esses concertos um quintetto para piano e intrumentos de corda, inspirado no poema *A Ondina do lago*, do poeta portuense Ernesto de Almeida. Miguel Angelo, porém, não se ligou bem com os seus collegas, e em junho do 1883 rompeu violentamente com elles; desabafou as suas iras na imprensa, e em 1884 começou a publicar o jornal chamado *Eurico*, em que os aggredia com as mais baixas chocarrices. Nada bom lhe resultou d'esses desabafos, antes perdeu muito na opinião das pessoas sensatas. N'essa mesma epoca estabeleceu um armazem de musica, que pouco tempo conservou. A reputação de bom mestre de piano deu lhe recursos folgados durante certo tempo, que foi para Miguel Angelo o seu periodo aureo. Mas infelizmente esse periodo passou por varias causas; os discipulos desappareceram pouco a pouco, os concertos que realisava, tornavam-se menos concorridos, as excursões que de tempos a tempos fazia ao Brazil deixaram de ser productivas. A decadencia foi constante depois do anno de 1885, e veiu a produzir resultados tristissimos. Perturbou-se-lhe a razão. Da ultima viagem ao Brazil em 1898 regressou completamente anniquilado, sem meios e com a cabeça perdida. O resto da vida foi uma cruel expiação. Os amigos e antigos discipulos, condoidos d'aquella enorme desgraça, promoveram subscripções, projectaram um espectaculo em seu beneficio, que não chegou a realisar-se. O pobre musico, que a lucta contra a adversidade enlouquecera, havia sido recolhido n'uma casa de saude, onde falleceu. Além do *Eurico*, dizia elle ter concluido duas operas, que ficaram ineditas, intituladas *Avalanche* e *Zaida*; d'esta ultima cantaram-se dois trechos n'um concerto dado pelo autor em 1893. Escreveu tambem: *Quintetto em ré maior* para piano e instrumentos de corda, já acima citado; 3 quartettos para instrumentos de corda: *Scherzo*, *Alla Gallega* e *Mi lá ré-sol dó; Luiz de Camões*, cantata composta e executada nas festas commemorativas do centenario em 1880; *Adamastor*, symphonia; *Marcha episcopal* para banda, dedicada ao bispo do Porto; *Phantasia heroica*, para banda, escripta para o concurso de bandas militares que se realisou em Braga em 1894; *Te Deum* a vozes e orchestra, escripto para a inauguração da estatua de D. Pedro V, já citado; *Stabat Mater* a vozes e orchestra; *Libera me*, idem; *O Salutaris Hostia*, para 3 sopranos e harpa. Estas obras não se imprimiram; as seguintes estão publicadas: para canto e piano: *Ave Maria*, *Canção de abril*, *Serenata*, letra de João de Deus; *Marcha do Odio*, poesia de Guerra Junqueiro, escripta por occasião da desavença de Portugal com a Inglaterra, em 1891. Para piano só, *Berceuse*, *Grenadine*, *Esboços*, *Tres mazurkas*; *Secia* polka de concerto; *Presumpçosa*, idem; além de muitas outras composições de menos importancia, parte das quaes publicou com o pseudonymo de *Pam*. Com o jornal *Eurico* tambem sairam alguns trechos da opera do mesmo titulo; o autor emprehendeu publicar a opera completa, mas não o conseguiu. Miguel Angelo Pereira, quando esteve no Brazil, compoz e arranjou muita musica para diversas peças theatraes, que se representaram.

**Pereira** *(Miguel Dantas Gonçalves)*. Negociante, capitalista e proprietario, deputado, par do reino, etc. N. em Paredes de Coura a 20 de agosto de 1836, fal. em Lisboa a 7 de junho de 1905. Pertencia a uma modesta familia de lavradores. Em principios do anno do 1843 entrou n'um collegio do Porto, onde esteve até 1846, saindo então para se empregar no commercio. Em 1850 embarcou para o Rio de Janeiro, no intuito de seguir a vida commercial. Durante tres annos trabalhou bastante, passou muitas privações e amarguras, mas depois a sorte ajudou-o, e conseguiu empregar-se n'uma importante casa de commercio, em muito boas condições, e ao completar 18 annos de edade já estava estabelecido e muito acreditado. Tendo alcançado avultada fortuna, regressou á patria em 1870, e fixou residencia no Porto. Começou então a applicar a sua fortuna em empresas arrojadas de manifesta utilidade publica, sendo a principal a construcção do caminho de ferro do Porto á Povoa de Varzim, de que foi um dos principaes accionistas e obrigacionistas; companhia que não requereu nunca do Estado auxilios nem garantias de juro. Em 1872 filiou-se no partido regenerador, de que foi um dos mais prestimosos partidarios, sendo eleito deputado pela primeira vez em 1877, pelo circulo de Caminha e Paredes de Coura; tornou a ser eleito em outras legislaturas successivas pelo mesmo circulo, menos em 1879, em que perdeu a eleição. Foi depois par do reino electivo. Em 1890 montou em Coura uma fabrica de lacticinios, a primeira que existiu no paiz, e cujos productos se toruaram muito acreditados em Lisboa, Porto e em toda a parte rivalisando com o melhor que do estrangeiro era importado por altos preços. Os grandes melhoramentos, que teve Paredes de Coura, são devidos á sua grande actividade, boa vontade e influencia. Dotou-a com um edificio grandioso, onde estão installadas a camara municipal, as repartições publicas e o tribunal; um bom edificio hospitalar, etc. Miguel Dantas Gonçalves Pereira era commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, e em 1892 recebeu a carta de conselheiro. Foi por muitas uezes presidente da camara municipal da sua localidade.

**Pereira** (*Miguel da Silva*). Jurisconsulto, que viveu no seculo XVII. Era natural de Lisboa Formou-se em Jurisprudencia cesarea, como então se dizia, na Universidade de Coimbra, recebeu o grau de licenceado, e foi nomeado a 4 de outubro de 1670 desembargador da Casa da Supplicação, em 3 de outubro de 1673 corregedor do civel da côrte, em 27 de novembro de 1677 desembargador dos Aggravos, chegando emfim em 21 de fevereiro de 1693 a chancellor da Casa da Supplicação. Em 1674 foi a Madrid como secretario da embaixada do marquez de Gouveia, escreveu a relação da viagem o do successo das questões diplomaticas que em Madrid se trataram, relação que ficou manuscripta. Deixou tambem manuscriptos uns commentarios de Tacito, porque elle era um insigne latiuista.

**Pereira** *(Miguel Soares)*. Doutor em Canones

pela Universidade de Coimbra. N. no Porto. Era filho de Bernardo Pereira e de Suzana Carneiro. Entrou no collegio de S. Pedro como collegial em 22 de junho de 160[illegible]; foi lente de Theologia na Universidade, deputado da inquisição de Coimbra, de que tomou posse a 19 de dezembro de 1614 conego doutoral da sé do Porto provido a 21 de agosto de 1620 e chantre da sé de Braga. Nomeado agente dos negocios de Portugal em Roma, quando andavamos solicitando do papa, que reconhecesse a nossa independencia, recebeu depois a mitra de Miranda em recompensa de serviços prestados. Não imprimiu cousa alguma, dictou porém numerosas apostillas, que correspondem ao que tem hoje entre os estudantes o nome classico de *sebenta*.

**Pereira** (*Nunes Vaz*). Segundo capitão-mór de Sofala; mandou-o D. Francisco de Almeida substituir Pedro d'Anhaya, que morrera. Governou desde o fim de 1506 até setembro de 1507.

**Pereira** (*Nuno Marques*). Natural da villa de Cayru, distante 14 legoas da cidade da Bahia, onde nasceu em 1652. Era muito instruido na historia sagrada e profana. Escreveu: *Compendio narrativo do Peregrino da America, em que se tratam varios discursos espirituaes e moraes, com muitas advertencias e documentos contra os abusos, que se acham introduzidos pela malicia diabolica no estado do Brazil*, Lisboa, 1728. Ha outras edições com as datas de 1752, 1760 e 1765.

**Pereira** (*Nuno Velho*). Capitão-mór de Sofala e de Moçambique, para que foi nomeado em 1577, mas de que só tomou posse em 1583. Officiou logo ao governo de Lisboa, indicando o numero de homens que reputava necessarios para a conquista das minas. Em 1586 cedeu o governo a D. Jorge de Menezes, e partiu para a India, onde exerceu por algum tempo o cargo de commandante da esquadra do Malabar.

**Pereira** (*P. Paulo*). Jesuita. N. em Angra do Heroismo em 1655 e fal. em 1713. Entrou na Companhia de Jesus em 1672, e foi reitor do collegio da ilha de S. Miguel. Deixou impresso um volume de *Sermões varios*.

**Pereira** (*Pedro Antonio*). Actor muito considerado que representou no antigo theatro do Bairro Alto. Era mais conhecido por *Pedro Antonio*, e tambem por *Pedrinho*, como amigavelmente o tratavam os seus contemporaneos. Trabalhava no genero tragico. Em 1768 representou o papel de *Tartufo*, na peça d'este titulo, de Molière. Foi depois chamado ao Rio de Janeiro, onde organisou o theatro portuguez, fazendo actores dos amadores dramaticos, que representavam ali particularmente. Fal. no Rio de Janeiro. Pedro Antonio Pereira tambem era poeta, mas de pouco valor. Escreveu: *Zaira, tragedia de Voltaire*, traduzida em portuguez, Lisboa, 1783; *Homens e desdens de amor, comedia traduzida do hespanhol de D. Agostinho Moreto*, Lisboa, 1785; *O outeiro, ou os poetas fingidos, entremez*, Lisboa, 1783; *O Caçador, entremez*, Lisboa, 1785; *A doutora Brites Martha, novo entremez*, Lisboa, 1786; *O outeiro, ou os poetas afinados, novo entremez*, Lisboa, 1783; outra edição em 1793.

**Pereira** (*Pedro Henriques da Costa*). Prior da freguezia do Sacramento, de Lisboa. N. n'esta cidade a 15 de julho de 1837, onde tambem fal. a 5 de julho de 1897. Era filho de Joaquim da Costa Pereira, pagador das obras militares, e de D. Maria Genoveva Bello Pereira. Em 1851 completou os estudos de latinidade e tomou ordens menores; em 1852 fez exame de theologia moral em S. Vicente de Fóra, sendo approvado *nemine discrepante*, e em 1854 tomou ordens de sub-diacono. Nomeado por carta regia de 20 de março, foi em 25 de junho de 1855 apresentado prior da freguezia de S. Christovão, prestando bons serviços, especialmente por occasião da febre amarella, em 1857, de que foi victima seu pae. No mesmo anno de 1855 recebeu a nomeação de gentil homem familiar e capellão domestico do cardeal patriarcha D. Manuel. Em 1856 entrou como professor e sub-director do Instituto de humanidades, regendo ali as aulas de grammatica latina e de instrucção primaria segundo grau. Tomou ordens de diacono a 26 de setembro de 1859, e com dispensa da edade tomou as de presbytero, sendo nomeado secretario das receitas do seminario patriarchal. Recebeu, com effeito, as ordens de presbytero em março de 1860, e em seguida obteve licença para celebrar missa na egreja de S. Nicolau, e em 1861 tambem obteve licença para prégar, precedendo um exame. Em 1862 foi nomeado para a distribuição da bulla da santa cruzada no patriarchado; capellão cantor da patriarchal e segundo mestre de cerimonias da mesma sé. Da distribuição da bulla pediu exoneração, que alcançou em outubro de 1863. Em 1870 foi apresentado na parochia do Sacramento, de que tomou posse a 28 de abril do mesmo anno, com toda a solemnidade. Entrando no exercicio das suas novas funcções parochiaes, deixou os logares de capellão cantor e de mestre de cerimonias da sé patriarchal. Em outubro de 1879 foi com o patriarcha D. Ignacio, como procurador e secretario particular, em visita pastoral, percorrendo Gollegã, Tancos, Paio de Pelle, Cardiga, Barquinha e Santarem, regressando a Lisboa no mez seguinte. Por effeito de grave doença, de que soffria desde muitos annos, foi aposentado em 1895. O prior Costa Pereira prestou muitos e bons serviços á freguezia do Sacramento, deixou aos pobres parte dos seus rendimentos, porque de muitos actos sacerdotaes não recebia os direitos que lhe pertenciam. Prégou muitos sermões, mas nenhum d'elles se publicou. Consta estar impresso unicamente: *Novena do martyr S. Sebastião*; esta festa foi por elle instituida na egreja de S. Christovão, passando depois para a do Sacramento, sendo sempre feita com grande pompa; *Esboço biographico e descripção liturgica da administração do sagrado viatico e extrema unção e do funeral do ex.mo e rev.mo sr. cardeal patriarcha D. Manuel Bento Rodrigues*, etc., Lisboa, 1869.

**Pereira** (*Pedro Maria Dantas*). V. *Dantas Pereira (Pedro Maria)*. Vol. III, a pag. 18 e 1087.

**Pereira** (*Pedro de Sousa*). Theologo, natural de Lamego, de cujo nascimento e morte se ignoram as datas. Para sustentar a apparição de Christo a D. Affonso Henriques contra D. João Caramuel, que negára essa apparição no livro *Philippus prudens demonstratus*, escreveu uma obra que foi impressa em 1649 e que tem por titulo *Maior triumpho da monarchia lusitana em que se prova a visão do Campo d'Ourique, que teve e jurou o pio rei D. Affonso Henriques com os tres Estados em côrtes*. O padre Antonio Vieira, que

foi revedor d'esta obra por parte do Desembargo do Paço, deu a respeito d'ella o seguinte parecer: «Por mandado de V. M. vi as proposições que Pedro de Sousa Pereira apresentou a V. M. e confórme a mesma ordem o ouvi ácêrca d'ellas. O autor me pareceu pessoa muito christã e zelosa do serviço de Deus o de V. M. e mui versado nas letras divinas e em outras sciencias, se bem com estylo e modo de discorrer particular. E este mesmo juizo é o que fiz do seu livro no qual prova as proposições que propõe com muita escriptura, erudição e engenho, posto que a algumas lhe não póde dar a certeza que ellas não tem. Comtudo me parece obra, que pelo assumpto, variedade e piedade com que se trata, será de gosto e proveito aos que a lêrem e que accrescentará nos portuguezes o zelo e estimação do reino: e assim se póde imprimir.»

**Pereira** *(Porphyrio José)*. Escriptor. N. em Elvas a 29 de agosto de 1837, sendo filho de Pedro José Pereira e de D. Agueda Maria Alvarrão Pereira. Completou um curso de estudos secundarios e frequentou a Escola Polytechnica de Lisboa, recebendo em 1856 um premio no primeiro anno de Mathematica. Escreveu: *Mundos novos* (traducção d'uma viagem ao Oceano Pacifico, por M. Paulin Niboyet). Elvas, 1860; *Quadros d'alma, ou a mulher atravez dos seculos*, Lisboa, 1862; *A freira enterrada em vida, ou o convento de S. Placido, romance historico e original hespanhol, de Garcia Sanchez del Pinar, traduzido livremente*, Lisboa, 1862, 3 volumes; parece que publicou outras obras originaes e traduzidas, em que se conta a seguinte: *Luctas e lutos nacionaes, ou historia resumida dos movimentos historico-politicos de Portugal n'estes ultimos 80 annos*, em 2 tomos, dedicada a el-rei D. Luiz I.

**Pereira** *(Raul Maria)*. Pintor, nascido nas cercanias de Bragança. Matriculou se na Academia de Bellas Artes do Porto, cujo curso terminou em 1899 ou 1900. Dotado d'uma prodigiosa força de vontade, mas falto de recursos, empregou-se como retocador na *Photographia União* do Porto, onde continuou a piutar nas horas vagas. Foi n'esse atelier que o encontrou o sr. visconde de S. João da Pesqueira, que affeiçoando-se ao moço artista lhe arbitrou uma pensão para ir a Roma aperfeiçoar se. Raul Maria Pereira partiu para aquella cidade, emprehendendo depois uma viagem de estudo por Veneza, Budapesth, Vienna, Trieste, Napoles, Athenas e Constantinopla, onde fez muitos e interessantes *croquis*. Em Constantinopla a policia do sultão prendeu-o, por ser encontrado a desenhar e a pintar no meio da rua. O rapazinho que largara a sua aldeia, encolhido e quasi boçal, é hoje um artista distincto, e se continuar a estudar será um dos melhores da sua geração.

**Pereira** (*D. Rodrigo*). V. *Madre de Deus* (*D. Rodrigo da*)

**Pereira** *(Rodrigo Boaventura Martins)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa e lente da anatomia na mesma escola. N. em Lisboa a 13 de março de 1842, onde tambem fal. a 19 de julho de 1897. Terminou o curso em julho de 1867, em que defendeu a these seguinte, que n'esse mesmo anno se publicou: *Algumas palavras sobre a especie morbida precedidas de algumas considerações sobre a especie em geral*. Foi nomeado cirurgião para o Banco do hospital de S. José, em 7 de maio de 1873, deixando de fazer serviço em 28 de junho de 1877, por ter cegado, e foi demittido a seu pedido em 15 de junho de 1880. Era lente de anatomia na Escola Medica, onde fôra estudante, tendo de deixar a regencia da sua cadeira, pela infelicidade da cegueira que o assaltara. Apezar d'essa infelicidade, continuou os seus estudos recolhido em casa e rodeado de alguns amigos e collegas dedicados, e no meio d'elles dictou varios artigos e uma memoria ácêrca da administração do hospital de S. José. A doença que lhe atacara os olhos, tambem depois lhe invadiu o cerebro, até que veiu a fallecer no fim de 20 annos de martyrio. Do artigo publicado no *Occidente*, de 10 de setembro de 1897, firmado pelo dr. Gregorio R. Fernandes, já hoje fallecido, que era seu intimo amigo e collega no referido hospital, transcrevemos os seguintes periodos: «Dotado de qualidades physicas excepcionaes que o tornaram sympathico a todos que o conheciam, lhano e affavel, extraordinariamente sagaz e talentoso, Rodrigo de Boaventura deixou em todas as aulas que frequentou a mais alta fama do seu valor. Mestres e condiscipulos proclamavam com enthusiasmo os seus altos dotes de intelligencia. Um anno mais moderno no curso medico que o seu dilecto amigo Sousa Martins, com a mesma orientação scientifica d'este, não era offuscado nas variadas manifestações intellectuaes por tão saudoso homem de sciencia e de coração, cuja perda a sua classe hoje pranteia e a nação inteira antevê a enorme falta. Se a palavra de Rodrigo era menos eloquente e impetuosa; se as suas faculdades de trabalho se não podiam confrontar com as de Sousa Martins e portanto o numero de seus conhecimentos scientificos era mais limitado, se á sua analyse faltaram muitos dos elementos de que aquelle dispunha, egualava-o comtudo na réplica prompta, rapida e incisiva, sobrelevava-lhe na maneira de generalisar um assumpto e excedia o muito na aptidão cirurgica. Ficou lendaria esta desde o banco das aulas, e o brilho da reputação do profissional não foi impanado pela pericia e ousadia do estudante. Pela sua franqueza e sinceridade captivava os que d'elle se aproximavam. Desprezava os hypocritas e os dissimulados, e nos actos mais solemnes da sua vida nunca deixou de expender pela palavra e mostrar por acções toda a independencia das suas opiniões. Com Sousa Martins foi introductor na Escola Medica dos estudos positivos. Darwin inspirara-lhe a sua these inaugural, Vogt e Hackel eram seus guias nas questões mais transcendentes da cadeira que professava. A *tabes dorsalis* que desde o seu ingresso no professorado o torturava, com as mais acervas dôres, em pouco tempo lhe invadiu a retina, produziudo-lhe a cegueira. O golpe era profundo, mas Rodrigo, vontade de bronze, luctou contra esta terrivel desgraça. Auxiliaram n'o amigos dedicados. Todas as noites em casa do Rodrigo, no denominado club da rua dos Douradores, lhe eram lidos os livros mais notaveis da sciencia e discutidas as novidades scientificas do dia. Sousa Martins, João Ramada, Ribeiro Alves e o padre Baptista de Sousa já fallecidos e João Campos, José Antonio Serrano, Betteucourt Raposo, dr. Laranjo, que comigo pranteiam a sua morte, cumpriram religiosamente esta tarefa. Durante o dia leitores assalariados faziam lhe

largas e prolongadas leituras. Rodrigo pensava em coutinuar a reger, mas, como a unica cadeira da secção cirurgica que não tinha demonstração era a de Pathologia externa, e essa estava preenchida pelo professor Arantes, teve que resignar esta aspiração. Não podendo continuar no professorado nem por isso ficou inerte. Publicou uma memoria sobre a promoção hospitalar em que mostrava os absurdos da lei que n'este ponto regia o hospital de S. José; uma serie de cartas, mais tarde reunidas em volume, dirigidas ao ex.mo visconde de Chaucelleiros, sobre a região vinicola da Mercana, e por ultimo uma memoria sobre rotação e movimento curvilinco, cuja doutrina, não sendo compartilhada pelos conhecedores do assumpto, nem por isso revela menos o talento de quem a escreveu. A doença que lhe atrophiara a retina fizera, attingindo-lhe o cerebro, desprezar todas as dedicações com que se pretendera suavisar-lhe a sua desgraça e, afastando-se dos que mais o amaram condemnou-se á mais dolorosa de todas as existencias.» Rodrigo Boaventura Martins Pereira, além de artigos uos jornaes de medicina, e da sua these inaugural já citada, escreveu o publicou o seguinte: *A inflammação*, Lisboa, 1875; *La rotation et le mouvement curviline*, Lisboa, 1885.

**Pereira** *(Rosa)*. Actriz dramatica. N. em Valença a 31 de outubro de 1869, fal. no Rio de Janeiro, victima da amarella, a 4 de maio de 1891. Veiu para Lisboa aos 15 annos de edade, e aos 17 estreou-se no theatro da Alegria, n'essa epoca dirigido pelo fallecido escriptor popular Francisco Jacobetty, n'uma parodia ao *Processo do cancan*, em que muito agradou. Entrou depois nas comedias *Cabeço de Bola ao pé do quartel*, *Theatro por dentro*, *30 botões* e *Tio padre*, fazendo sempre progressos e obtendo applausos. Quando a empresa terminou, foi n'uma digressão ás provincias, até que no fim de 1889 se contratou no theatro do Chalet do Porto, onde representou com muito successo na revista *Partilhas do diabo*, na magica *Os sete castellos do diabo*, e ua comedia *O Rosalino*. Em 1890 veiu para Lisboa contratada por Sousa Bastos, então empresario do theatro da Avenida, e tomou parte na *reprise* da revista *Tim tim por tim tim*, obtendo grande exito. Ainda representou no Porto e na Povoa de Varzim, embarcando depois para o Rio de Janeiro, na companhia dirigida por Guilherme da Silveira, estreando-se a 12 de fevereiro de 1891, com enorme successo. Poucas peças pôde representar, porque a febre amarella a victimou poucos mezes depois. Comtudo, ainda entrou na revista *Viagem ao Parnaso*, nas magicas *Gato preto* e *Gallinha dos ovos de ouro*, no «vaudeville» *As Andorinhas*, na comedia *A menina Rosa* e na cançoneta *Caluda José*. Falleceu tendo apenas 21 annos, quando a sua vocação para a scena lhe augurava um brilhante futuro.

**Pereira** *(Ruy)*. Fidalgo do seculo XIV, muito dedicado ao mestre de Aviz D. João. Acompanhava o quando elle desembaraçou o reino do conde Andeiro por meio de uma punhalada, e estava prompto a cobril-o com o seu corpo de qualquer aggressão que contra elle tentassem os apaniguados da rainha D. Leonor Telles. Quando rebentou a guerra contra Castella, e que as tropas castelhanas vieram cercar Lisboa, Ruy Pereira foi encarregado pelo mestre de Aviz de ir ao Porto preparar uma esquadra com que pudesse vir em soccorro de Lisboa. Conseguiu effectivamente reunir uma boa esquadra de 17 naus e 17 galés, cujo commando offereceu ao conde D. Gonçalo, irmão de D. Leonor Telles, que acceitou o commando e o titulo de almirante, sendo Ruy Pereira o capitão da frota, quer dizer Ruy Pereira commandava as naus e D. Gonçalo as galés. Em Belem, então chamado Rastello, estava fundeada a esquadra castelhana, muito superior em numero. Apezar d'isso os portuguezes entraram, depois de terem avisado D. João mestre de Aviz da tentativa que iam fazer. Esperavam todos em Lisboa com anciedade o resultado da tentativa, que se effeituou na manhã do dia 18 de junho de 1384. Vinham na frente uaus em numero de cinco. A maior, a capitania, chamava-se *Milheira*, e levava a seu bordo Ruy Pereira com 60 homens d'armas e 40 bésteiros, atraz vinham as 17 galés, que eram principalmeute navios de transporte, comboiadas pela retaguarda composta das outras 12 naus. O vento era-lhes favoravel á entrada, porque soprava da barra, e por isso tambem a esquadra castelhana deixou passar incolumes as naus de Ruy Pereira, deixou passar as galés para depois, não tendo que vogar contra o vento, ir-lhes no alcance e empolgal-as. Assim fez. Apenas as galés deixaram pela pôpa a esquadra castelhana, esta, navegando tambem de vento em pôpa, soltou as vélas e correu sobre ellas como um bando de milhafres sobre um bando de pombas. As galés estavam perdidas, se não fôsse a heroica resolução de Ruy Pereira. Já a salvamento em Almada, sem se importar com a desproporção do numero, e pensando só que a salvação da cidade depeudia da salvação das galés, virou de bordo e veiu audaciosamente lançar-se no meio das 40 naus castelhanas com as suas 5 apenas. O primeiro embate suspendeu forçosamente a investida, e as galés tiveram tempo de se pôr a salvo. Ao mesmo tempo as 12 náus, que vinham na retaguarda, vieram ajudar Ruy Pereira, e diminuir um pouco a formidavel desproporção da peleja. Ruy Pereira pagou com a vida a sua heroica audacia; 3 naus portuguezas cairam nas mãos dos castelhanos, mas as galés estavam salvas, e Lisboa abastecida, derrota mil vezes mais gloriosa e mais util do que uma victoria. Assim morreu heroicamente no dia 18 de junho de 1384 um dos primeiros martyres da independencia da patria, o intrepido Ruy Pereira.

**Pereira** *(Ruy)*. Fidalgo do seculo XV, senhor da Feira, e celebre pelas contendas que teve com os burguezes do Porto, cujos fóros pretendeu violar, indo residir para dentro da cidade sem o seu consentimento, o que deu logar a uma formidavel sedição. Deu este caso assumpto para o celebre romance de Arnaldo da Gama a *Ultima dona de S. Nicolau*. Commandava a vanguarda na batalha de Toro, onde se portou com grande bravura.

**Pereira** *(P. Ruy)*. Jesuita. N. em Villa Real, e viveu no seculo XVI. D'elle restam algumas *Cartas*, e uma d'ellas vertida em italiano foi publicada em Veneza em 1560.

**Pereira** *(Sebastião da Costa)*. Cavalleiro da ordem de S. João, gentil homem do duque de Albuquerque, natural da cidade do Porto e que viveu no principio do seculo XVII. Compoz grande

numero de poesias portuguezas e hespanholas das quaes consta se publicaram uma *Canção heroica* ao duque de Albuquerque, um *Soneto* á morte da rainha de Castella D. Margarida d'Austria, e um *Epithalamio* nos desposorios dos principes de Paterno.

**Pereira** *(D. Sebastião José)*. Bispo de Damão. N. em Proença a-Nova em 1857. Educado no Collegio das Missões de Sernache do Bomjardim, partiu para Loanda em 1880, onde se conservou até ser nomeado para auxiliar o então missionario Barroso, hoje bispo do Porto. Na missão do Congo, tão amiravelmente administrada por este venerando sacerdote, ao qual a Egreja e o Estado devem os mais relevantes serviços, foi o padre Pereira um cooperador dedicadissimo, auxiliando com notavel zelo apostolico o benemerito missionario. Em agosto de 1883 emprehendeu uma viagem de exploração ao rio Lundo, sobre o qual escreveu um relatorio em que forneceu preciosos dados para o conhecimento da geographia e ethnographia da Africa. Regressando á Europa para tratar da sua saude fortemente abalada, foi em 1887 nomeado professor de sciencias ecclesiasticas no Collegio das Missões, sendo depois, em 1897, apresentado na prelazia de Moçambique, cargo que aceeitou depois de vivamente instado. Sagrado na egreja d'aquelle estabelecimento de educação, partiu para Moçambique em 1898, onde se conservou dois annos, sendo então em 1900 eleito bispo de Damão, cargo em que ainda se conserva. Entre outros melhoramentos introduzidos na sua nova diocese, reformou o seminario alargando as materias do curso theologico, creando as cadeiras de Hermeneutica e Eloquencia, elevando de cinco a seis as classes de inglez e tornando obrigatorio o estudo do *maratha*, que é a lingua vernacula mais geralmente falada na área sujeita á sua jurisdicção episcopal. Visitou as differentes christandades confiadas ao seu zelo apostolico e publicou varias cartas pastoraes dirigidas ao clero e fieis da sua diocese.

**Pereira** *(Sertorio do Monte)*. Lente da cadeira de silvicultura do Instituto d'Agronomia e Veterinaria, presidente da commissão directora do Mercado Central de Productos Agricolas, deputado, etc. N. em Setubal a 5 de dezembro de 1858, sendo filho de Antonio Pereira da Silva e de D. Luiza Victoria do Monte Pereira; irmão do sr. Gabriel Pereira, inspector das Bibliotheca e Archivos Nacionaes. Estudou os preparatorios em Evora, e frequentou o curso de agronomia e engenharia agricola no Instituto Agricola de Lisboa. Tomou parte no Congresso Viticola Nacional, que se inaugurou em 4 de fevereiro de de 1895, e é a elle que se deve a idéa d'este Congresso. Na Associação dos Estudos Livres, na Associação Central de Agricultura Portugueza e na Sociedade de Geographia, tem feito notaveis conferencias. Fazendo parte do conselho superior de Agricultura, tem deixado o seu nome vinculado a trabalhos importantes. O abastado lavrador norte-americano David Lubim, desde 1895 que andava fazendo uma activa propaganda da sua idéa de estabelecer uma verdadeira ederação agricola entre todos os paizes, pondo a primeira de todas as industrias ao abrigo dos numerosos monopolios que a definham. Esta idéa obteve a mais decidida approvação do rei de Italia, Victor Manuel, que empregou toda a sua influencia na protecção da agricultura. O plano de Lubim foi profundamente alterado pelo monarcha, que lançou as bases para a organisação do Instituto Internacional de Agricultura, que elle definitivamente fundou em 1905, dotando o com a importancia annual de 360:000$000 réis do seu bolsinho particular, e convidando os chefes do Estado de todas as nações a collaborarem n'essa vasta obra de progresso agricola e economico. Todas as nações adheriram a este grandioso emprehendimento, por considerarem a agricultura como a principal fonte da sua riqueza. Portugal tambem adheriu, sendo esta idéa acolhida com enthusiasmo por el-rei D. Carlos. No primeiro congresso do Instituto Internacional de Agricultura, reunido em Roma, em 28 de maio de 1905, assistiram duas representações de todos os paizes, uma diplomatica e outra de caracter technico. O delegado diplomatico de Portugal foi o ministro portuguez junto da côrte de Roma, o conselheiro Mathias de Carvalho e Vasconcellos; e os technicos: o sr. dr. Oliveira Feijão, lente da Escola Medica e presidente da Real Associação de Agricultura Portugueza e abastado lavrador, e o sr. Sertorio do Monte Pereira, membro da mesma associação, e lente da cadeira de silvicultura do Instituto d'Agronomia e Veterinaria. O sr. Sertorio Monte Pereira tem collaborado muito em diversas publicações agricolas. Na obra *Notas sobre Portugal*, por occasião da exposição do Rio de Janeiro em 1908, obra dirigida pelo sr. Antonio Arroio, em que se encontram monographias importantes, veem publicadas no 1.º volume as seguintes do distincto professor: *A producção agricola* e *A producção vinicola*.

**Pereira** *(Simão Cardoso)*. Formado em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, advogado de causas forenses em Lisboa, socio da Academia dos Singulares, etc. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 11 de janeiro de 1690. Era filho de Manuel Cardoso e de Antonia Pereira. Escreveu: *Allegação de Direito em favor do ex.mo sr. D. Agostinho de Lencastre sobre a successão da casa de Aveiro*, Lisboa, 1680. Nos dois volumes da *Academia dos Singulares* andam algumas composições suas, tanto em verso como em prosa.

**Pereira** *(P. Thomaz)*. Jesuita. N. em S. Martinho do Valle, no concelho de Barcellos em 1645, fal. em Pekim em 1692. Era filho de Domingos da Costa e de Francisca Antonia. Entrou na Companhia de Jesus a 25 de setembro de 1663, e em 1680 partiu, como missionario para a China, da India onde primeiro estivera. Na China adquiriu um grande prestigio principalmente pelos seus conhecimentos musicaes. Attribue-se-lhe a construcção do orgão que existe no collegio dos jesuitas de Pekim e a composição de tratado de musica composto em lingua sinica, obra que o imperador mandou traduzir em tartaro. Gerber e Forkel, celebres escriptores allemães que se occuparam de musicographia, affirmam que Thomaz Pereira escreveu um grande numero de hymnos sagrados em lingua chineza. Foi Thomaz Pereira quem assignou o tratado pelo qual foi permittida no imperio a celebração do rito catholico.

**Pereira** *(Vasco)*. Pintor, que viveu no seculo XVI. Passou a Hespanha e estabeleceu se em Se-

villa, onde adquiriu grande reputação e manifestou muita actividade. Uma das suas obras primas é uma *Degolação de S. João Baptista.*

**Pereira** *(Vicente Antonio Gonçalves)* Capitão de infantaria. N. em Lisboa a 7 de fevereiro de 1836, fal. na mesma cidade em 2 de fevereiro de 1886. Depois dos estudos primarios quiz seguir a vida militar, e assentou praça muito novo, seguindo os postos na fileira até ao de capitão. Era ajudante da guarda municipal, mas nas horas em que o serviço o deixava livre dedicava-se a estudos litterarios e scientificos, especialmente aos que se referiam a assumptos militares. Collaborou na *Revista militar*, onde em 1880 publicou um estudo sobre o exercito inglez, sueco e allemão, trabalho que foi muito apreciado. Escreveu em outros jornaes e em diversas publicações. Era socio effectivo da Sociedade de Geographia de Lisboa e membro da commissão de codificação militar. Possuia a cruz da ordem de Aviz e a medalha de prata de comportamento exemplar. Escreveu: *Contos militares*, Lisboa, 1871; contém os seguintes: 1.º *As filhas do veterano;* 2.º *Anninhas;* 3.º *Um beijo... ao regimento;* 4.º *Um soldado;* 5.º *Um desertor no tempo de Beresford;* 6.º *Um camarada de official;* 7.º *Um recruta;* 8.º *Um aspirante a official;* 9.º *Guerra entre as tribus do deserto;* este ultimo conto é traducção livre do francez; em 1884 fez-se a 2.ª edição, precedida d'uma carta posthuma de Santos Nazareth, revista e accrescentada. Este livro foi muito bem recebido pela classe militar, á qual o autor o dedicára. Escreveu mais: *O jogo da guerra; manobras sobre cartas topographicas;* versão do francez por um official do exercito, Lisboa, 1877; 2.ª edição cuidadosamente revista pelo major reformado Francisco Adolpho Celestino Soares, offerecido ao exercito portuguez, Lisboa, 1885; *O exercito inglez*, no *Diario da manhã*, de 22 de dezembro de 1879; *O exercito allemão*, idem, de 21 de outubro de 1880.

**Pereira.** Pov. e freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga, 79 fog. e 376 hab. Tem est. post. A pov. dista 5 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. do rio Cávado. O real padroado apresentava o cura, que tinha 60$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil em generos agricolas, cria muito gado de toda a qualidade, e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. N'esta freg. e a uns 1:500 m. ao S. da villa de Barcellos está o edificio que foi o mosteiro do Bom Jesus, da Franqueira, dos frades, primitivamente da provincia da Piedade, e que depois, pela divisão que se fez na ordem, ficou pertencendo á provincia da Soledade. Está situado n'uma eminencia, e foi o seu fundador o duque de Bragança D. Gomes, que, pela sua piedade, quiz que nas suas terras se fundassem os primeiros conventos d'esta familia religiosa. Junto da cêrca do mosteiro, levanta-se o monte onde estão as ruinas do nobilissimo castello de Faria, e onde se admiram ainda a robustez das suas muralhas outr'ora inexpugnaveis, e as suas amplas praças d'armas, dos seculos que passaram. Não foi só o correr de muitos annos que destruiu este monumento das glorias portuguezas, foi tambem o referido duque que o mandou demolir, para com os seus materiaes construir o mosteiro da Franqueira. Junto a este monte ha outro muito mais alto, chamado *Serra da Franqueira*, e pretende-se que este nome lhe venha por terem os francezes ali construido um castello em eras remotas. E' um dos mais bellos pontos de vista da provincia do Minho, pela vastidão, variedade e belleza do panorama que d'aqui se descobre, vendo se a O uma ampla extensão do Oceano. No cume d'este monte vê-se o antigo e majestoso templo de N S.ª da Franqueira, santuario muito celebre em toda a antiga provincia de Entre-Douro e Minho. Ignora-se a data da sua fundação, mas alguns escriptores a attribuem a Egas Moniz; o que é certo é já ser um santuario de muita fama no reinado de D. João I, pois que em 1415, quando foi á conquista de Ceuta com seus filhos legitimos e seu filho natural, D. Affonso 1.º duque de Barcellos, este, entre outras pedras, que mandou arrancar do palacio do rei moiro Collu Ben-Cayla, foi uma mesa que mandou pôr, por memoria, na egreja de N. S.ª da Franqueira, como consta d'um livro que existe no archivo da mesma egreja. O bispo D. Diogo Pinheiro, eleito em 1514, restaurou este templo, por isso o seu brazão d'armas ainda existe no corpo da egreja. A mesa é de jaspe muito fino, de 1m,76 de comprido, por 0m,04 de espessura. Está no altar da Senhora, e não se póde medir a largura, porque sobre ella assenta o retabulo da capella da padroeira. No templo ha duas imagens d'esta Senhora; a antiga, no altar lateral, do lado do Evangelho, e é de bella esculptura em madeira; a nova está no altar-mór. A egreja é vasta e de boa architectura; é de cantaria, e a capella mór de abobada. ‖ Villa e freg. de Santo Estevão, da prov. do Douro, conc. e com. de Montemór-o Velho, distr. e bisp. de Coimbra; 440 fog. e 1:665 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medico, pharmacia, est. post. permutando malas com a R. A. N. Dista a villa 8 k. da séde do conc e está situada n'uma planicie nas proximidades da margem esquerda do rio Mondego. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com á séde em Leiria. O real padroado apresentava o prior, que tinha réis 300$000 de rendimento annual. Foi dos duques de Aveiro até 1759. E' pov. muito antiga, e entre ella e Coimbra passava a estrada moirisca. Pereira, na sua origem parece que não passava d'uma povoação de agricultores, tão solicitos e cuidadosos, que receberam muitos privilegios dos reis anteriores a D. Diuiz e a D. Manuel, e successivamente d'outros monarchas, do que offerecem provas antigos pergaminhos, dos quaes ainda existem alguns, que escaparam ao vandalismo dos francezes commandados por Massena, em outubro de 1810. Os arredores da villa de Pereira são ornados de variados arvoredos, frondosos olivaes, pinhaes, pomares, hortas e quintaes ajardinados. Os terrenos são ferteis em cereaes e legumes, hortaliças, fructas; tem abundancia de gado bovino, cavallar, vaccum, lanigero, cabrum e suino. A egreja é muito antiga, mas ignora-se a data da construcção; conjectura se, porém, que fôsse feita á custa do povo. A capella-mór foi reedificada em 1595 pelo dr. Francisco Rodrigues Froes, capellão d'el rei, como consta d'um letreiro em pedra collocado na parede da mesma capella do lado do Evangelho. A capella do Santissimo, tambem feita a expensas do povo, se-

gundo dizem, é uma obra maravilhosa, primorosamente detalhada, tudo em pedra de cantaria, causando assombro como um simples arco de pedra sustenta o enorme peso d'aquella obra grandiosa. No centro estão o altar e o sacrario, o throno para a exposição do Santissimo, tudo de madeira trabalhada com singular e magistral architectura. Esta capella é um monumento de que muito se ufanam os habitantes de Pereira. Na egreja ha ainda os altares de Jesus, hoje de Santa Maria, o das Almas e a capella dos Coueeiros. Na extremidade poente da villa existe a capella do Bom Successo; a de S. Thiago, que fica no monte fronteiro á freg. de Figueiró do Campo, ao sul de Pereira, a qual foi edificada pelos habitantes d'esta villa. Ha ainda a capella de S. Francisco, situada na rua da Torre, a de Santo Antonio, construida em 1601, de construcção simples, com uma uma sineta, e a imagem de Santo Antonio em altar, ou tribuna de pedra; a de N. S.ª do Pranto, é majestosa. Onde é hoje a Misericordia, diz a tradição existia n'aquelle local uma ermidinha, com a imagem de N. S.ª da Piedade; tinha uma confraria governada por juiz, escrivão e seis mordomos, procurador, thesoureiro para recolher as esmolas, quatro pedidores, um albergueiro para receber e tratar os passageiros, e ter cuidado nos miseraveis da freguezia, que eram visitados e soccorridos por todos as familias; havia uma casa para sessões da mesa do governo, onde é hoje o celleiro, á qual chamavam torre do despacho, e ao pé outra casa para receber os passageiros, denominada albergaria; um capollão que dizia missa todos os dias. Esta irmandade tinha habito branco com murças roxas, tinham um esquife para conduzir os mortos á sepultura. A fundação d'esta capella é antiquissima. A sineta que se conserva ainda na torre, tem o metal gasto, na volta de cima um letreiro com caracteres desconhecidos; no bojo outro letreiro com caracteres que mal se conhecem, tem um relevo no centro, representando a imagem de N. S.ª da Piedade, signal de que foi fundida para a capellinha; no lado opposto outro relevo, representando *Ecce Homo*. Apenas se publicou a resolução da rainha D. Leonor, viuva de D. João II, no anno de 1498, que instituiu as corporações das misericordias, em todo o reino, logo o juiz e varios membros da confraria pediram á rainha lhe concedesse o privilegio de Misericordia, cuja mercê obtiveram, como consta da provisão e compromisso que então lhe foi concedido. Mudou portanto, o nome de confraria em Misericordia, de juiz em provedor, de cruz em bandeira. Seculos depois a capellinha foi transformada em egreja mais apropriada, o que então se realisou, graças a 8 cavalheiros generosos, habitantes de Pereira, e construiu se o majestoso templo que ainda existe, de primorosa architectura. A villa de Pereira tem foral dado por el rei D Diniz, e sua mulher, a rainha Santa Izabel, em Coimbra a 12 de novembro de 1282, e foi então que subiu á categoria de villa. D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, no primeiro de dezembro de 1513. Ha tambem uma sentença de D. João III, publicada a 18 de janeiro de 1538.

Povoações nas freguezias: Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa || S. Paio e conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Avidagos, conc. de Mirandella, districto de Bragança. || S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Martha, de Bouro, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real. || S. Martinho, do Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cortegaça, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Natividade, de Extremo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Ferreira d'Aves, conc. de Sattam, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, do mesmo districto. || S. Pedro de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Martinho, de Freixieiro de Soutello, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. José, de Godim, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Graça, de Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria. || Santa Margarida da Coutada, conc. de Constancia, distr. de Santarem. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra || S. Julião, de Mouronho, conc. de Taboa, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Romão, de Nogueira, conc. da Ponte da Barca, distr. do Vianna do Castello. || O Salvador, de Penajoia, conc de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Penude, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago de Piães, conc. de Sinfães, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Pinheiro, conc. de Castro Daire, do mesmo distr. || N. S.ª das Neves, de Pousaflores, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Paio, de Pouzada. conc. e distr. de Braga || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Thiago, de Riba d'Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Cypriano, de Senharei, conc. de Arcos do Valle-de-Vez, do mesmo distr. || Ilha da Madeira; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || S. Miguel, de Silvares, conc. de Pouzada, distr. do Porto. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Villar, conc. de Villa do Conde, districto do Porto. || S. Paio, de Villar Chão, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Villar de Mouros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Covellos, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. João Baptista, de Mouto Real, conc. e distr. de Leiria. || Quinta na freg. de S. Pedro, de Jarmello, conc. e distr. da Guarda. || Quinta na freg. de S. Bartholomou e concelho de Villa Flôr, distr. de Bragança. || N. S.ª da Conceição da Rocha, de Cabeça Gorda, conc. e distr. de Beja || Riboira do distr. de Bragança. N. na serra do Deibão, corre a SO, e vae entrar no

rio Sabor, um pouco abaixo da foz do Onor, depois de 12 k. de curso. || Pov. do conc. de Coimbra, e apeadeiro na linha de Coimbra á Figueira, entre o apeadeiro do Amcal e a est. de Formoselha, servida por *tramways*.

**Pereira Agrella** *(João Agostinho)*. Escriptor. N. no Funchal em maio de 1777. Como filho primogenito da familia d'este appellido foi o herdeiro da casa vinculada de seus paes, e o ultimo escrivão proprietario da camara do Funchal, propriedade esta que D. João IV, por alvará de 25 de fevereiro de 1645, fez mercê a um dos seus ascendentes, em remuneração de serviços valiosos. Era homem muito lido e grande investigador de antiguidades; escreveu uma collecção de memorias genealogicas que existem ineditas em 5 grossos volumes em poder dos seus herdeiros, que trata de todas as familias nobres que se passaram á ilha da Madeira e suas gerações com bastantes curiosidades relativas a algumas d'ellas. No ultimo quartel da sua vida soffreu grandes desgostos e graves prejuizos pela sua dedicação á causa liberal.

**Pereira d'Azambuja** *(Thomaz Alexandre)*. Capitão de mar e guerra. N. em Lisboa no meado do seculo XVIII, e fal. na mesma cidade a 15 de maio de 1828, sendo filho de José Joaquim Pereira de Azambuja, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Luiza Ignacia Caetana. Era de nobre e distincta linhagem, e em 10 de fevereiro de 1774 el-rei D. José lhe mandou dar sua carta de brazão d'armas, das duas familias Pereiras e Azambujas, que elle representava. Essas armas são: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Pereiras: em campo vermelho uma cruz de prata florida e vazia do campo; na segunda, as dos Azambujas: em campo de ouro quatro bandas vermelhas; elmo de prata aberto guarnecido de ouro; paquife dos metaes e côr das armas; timbre o dos Pereiras, que é uma cruz vermelha florida entre duas azas de ouro, e por differença uma brica de ouro com uma banda azul. Pereira d'Azambuja foi nomeado guarda-marinha, estando em Gôa, por portaria do governador e capitão general da India D. José Pedro da Camara, de 6 de junho de 1775. Foi promovido a segundo tenente de mar da Real Armada por carta patente de 30 de outubro de 1794, e a primeiro tenente em 10 de setembro de 1 95. No posto de segundo tenente serviu a bordo da fragata *S. João e Principe*, do commando do capitão de mar e guerra Diogo José de Paiva e Silva, desde 10 de outubro de 1794 até 20 de agosto de 1795. Esta fragata foi, durante esse periodo, estacionar no estreito de Gibraltar, indo tambem comboiar o hiate que conduzia petrechos e munições para o exercito que estava no Roussillou. Foi promovido a capitão-tenente em 24 de outubro de 1811, por carta patente assignada pelo principe regente D. João, estando a côrte no Rio de Janeiro. Em 1797 foi-lhe dado o habito da ordem de Aviz. Como capitão tenente fez parte da guarnição da fragata *Amazona*, do commando de Luiz da Motta Fêo, chefe da primeira divisão da Armada Real e commandante da primeira divisão da brigada real de marinha. N'este serviço recebeu uma certidão de louvor. Tinha o posto de capitão de mar e guerra quando falleceu, e foi sepultado na egreja de S. Pedro d'Alcantara. Era casado com D. Leonor Justina de Azambuja. D'este consorcio, além d'uma filha, houve um filho, que morreu aos 21 annos, sendo sargento de cavallaria, na acção de Alcacer do Sal, de 8 de fevereiro de 1847, ficando no campo do combate crivado de balas.

**Pereira de Azevedo** *(Francisco)*. Cirurgião-Medico pela Escola Medico-Cirugica do Porto, sub-delegado de saude no concelho de V. N. de Gaia, e depois cirurgião ajudante do exercito. N. no Porto em 1833. Escreveu: *Historia da prostituição e policia sanitaria no Porto, seguida de um ensaio estatistico nos dois ultimos annos, tabellas comparativas*, etc., Porto, 1864; *Inspecção sanitaria. Estatisticas e mappas do desenvolvimento da prostituição, syphilis*, etc., *novo anno de 1865, 1866, 1867 e 1868;* consta cada um d'elles d'uma folha de papel de maior formato; *Representação ao governo civil do Porto, em 15 de março de 1866, para se rectificarem algumas asserções do Relatorio do Conselho de Saude Publica, relativas a policia sanitaria da prostituição n'aquella cidade*, fol. de 8 paginas; *Por causa de um retrato, comedia original em 1 acto*, Porto, 1868.

**Pereira de Azevedo** *(João Alberto)*. Lente primario, decano e director de medicina na Universidade de Coimbra, socio effectivo do Instituto da mesma cidade, na classe das sciencias moraes e sociaes, deputado, etc. N. em Alvaiazere a 30 de março de 1782, onde tambem fal. a 10 de agosto de 1858. Era filho de João Alberto de Azevedo Camello. Tendo estudado no seminario de Sernache do Bomjardim as disciplinas que habilitavam para a entrada na Universidade, aqui se matriculou em outubro de 1797, no primeiro anno do curso de Mathematica e philosophia, preparatorios para o curso de medicina. Fôra seu proposito graduar se n'esta faculdade, mas seus paes não podiam, sem graves prejuizos, com tamanhas despezas, e requereram auxilio do intendente geral da policia Diogo de Pina Manique. Eram dependentes da Casa Pia de Coimbra o collegio de S. João de Deus e o de Sciencias Naturaes, e n'este foi recebido Pereira de Azevedo, e ali residiu durante seis annos. Concluiu a formatura em 30 de julho de 1805, matriculando-se no anno de repetição em outubro seguinte. Sobreveiu a guerra dos francezes, e o academico correu ás armas, abandonando os livros. Prestou então bons serviços no laboratorio chimico, trabalhando no fabrico da polvora e munições, sendo encarregado da inspecção das officinas de espingardeiros. Em 1809 foi despachado medico dos hospitaes militares, servindo nos de Coimbra e de Lisboa, até 9 de setembro de 1813. Pelos seus elevados merecimentos, foi dispensado do acto de conclusões magnas, e em 30 de julho de 1810 recebeu gratuitamente o capello Nomeado lente da Universidade, regeu as mais importantes cadeiras da faculdade, e foi d'ella decano e director. Foi eleito deputado nas côrtes constituintes de 1837. Escreveu: *A Universidade em 1843*, Coimbra, 1844. Preparava se para imprimir varios trabalhos medicos, entre os quaes se contavam as observações que na clinica obtivera sobre o tratamento das pneumonias pelo methodo de Razri, quando falleceu.

**Pereira Berredo** *(Antonio)*. Governador das ilhas de S. Thomé e Principe. Era parente de Bernardo Pereira Berredo, que tanto se distinguiu nas nossas guerras da Europa, Africa e

America (V. *Portugal*, vol. II, pag. 318). Sendo governador das ilhas de S. Thomé e Principe, prendeu e mandou para Lisboa o seu antecessor Antonio Pereira de Lacerda, que foi sentenciado e condemnado a serem-lhe sequestrados os bens para indemnisação do ouvidor por elle gravemente prejudicado. O ouvidor protestou contra as violencias de que tinha sido victima, e quando em 1693 foi nomeado para succeder no governo a Antonio Pereira de Lacerda, inteirado dos factos occorridos, prendeu o e enviou o para Lisboa. Berredo fez bom governo.

**Pereira Bilhano** *(D. José Antonio)*. Arcebispo de Evora. N. em Ilhavo a 22 de março de 1801, fal. na mesma villa a 18 de setembro de 1890. Era filho de João Antonio Bilhano e de Rosa Maria de Jesus, modestos habitantes d'esta villa. A sua vocação desde creança era para a vida ecclesiastica, e dirigiu os primeiros estudos com essa intenção, porém a morte de seu pae veiu interromper a brilhante carreira que encetara, porque, para a seguir, faltavam lhe recursos. Foi n'esta situação que o bispo de Aveiro D. Manuel Pacheco de Rezende, sabendo do desamparo em que o joven estudante se encontrava, o chamou a si e lhe dispensou toda a protecção como se fôra seu verdadeiro pae, até ao ponto de o formar em Canones na Universidade de Coimbra em 1823. Apenas concluiu a formatura, foi nomeado professor das cadeiras de Historia sagrada e ecclesiastica, e de Direito canonico, dirigindo depois a de Theologia moral. O bispo de Aveiro o nomeou promotor do juizo ecclesiastico, e depois juiz dos casamentos, vigario geral do bispado e provisor. A morte do bispo D. Manuel foi um profundo golpe que soffreu, pois que importava a perda d'um protector poderoso e desvelado, e o desgosto o levou a exonerar-se de todos os cargos, recolhendo-se á sua terra natal, dedicando-se ao ensino particular, leccionando historia, latinidade, logica, rhetorica, geographia, francez e inglez. Gratuitamente tambem D. José Pereira Bilhano ensinava muitos rapazes pobres. Assim viveu durante 14 annos. Quando em 1842 se levantaram difficuldades diplomaticas entre o governo portuguez e a Curia Romana, pondo em perigo as boas relações que até então existiam, foi D. José Pereira Bilhano investido por Gregorio XVI nas altas funcções da jurisdicção ordinaria do bispado de Aveiro, com a faculdade de delegal-a em ecclesiasticos da sua escolha. O modo como se houve no desempenho d'esta importante missão valeu-lhe os maiores louvores do papa, o que lhe foi directamente communicado em documentos muito honrosos, admirando a prudencia com que D. José Pereira Bilhano soube cumprir os seus deveres sem se malquistar com os poderes seculares de Portugal. Em 1849 foi feito prior da freguezia de Oliveirinha, e em 1851 ganhou, por concurso, a da villa d'Ilhavo. Em 1853 foi eleito deputado pelo circulo de Aveiro, tomando assento na respectiva camara a 2 de julho do mesmo anno. No parlamento advogou calorosamente os interesses do bispado de Aveiro ao mesmo tempo que se mostrou sempre grande patriota. Em 1860, não podendo resistir ás repetidas instancias de seus amigos, aceeitou o governo do bispado de Aveiro, como vigario geral, onde se conservou durante 8 annos, até 17 de março de 1868, em que foi exonerado. Durante esses 8 annos desempenhou as funcções do seu cargo com a maior dedicação, reformando e augmentando alguns estudos ecclesiasticos sob a sua direcção, beneficiando a sé com obras necessarias, e procedendo a muitas outras medidas da maior utilidade. Em 1869 foi eleito arcebispo de Evora, sendo a eleição confirmada pelo pontifice Pio IX em 6 de março de 1871. No primeiro de maio d'esse anno tomou posse, por procuração de D. José Bilhano, o deão da sé de Evora, José Abilio de Oliveira. No dia 4 de junho seguinte foi sagrado em Lisboa, fazendo a sua entrada solemne na cathedral de Evora no dia 8. N'esta elevada dignidade o novo arcebispo soube alcançar as maiores sympathias com a sua bem cuidada e zelosa administração, com os seus rasgos de caridade evangelica. Sentindo-se cançado e doente retirou-se, alguns annos antes de fallecer, á sua casa de Ilhavo, deixando entregues os negocios da diocese ao dr. Augusto Eduardo Nunes.

Brazão de D. José Antonio Pereira Bilhano, arcebispo de Evora

**Pereira Brandão** *(Caetano Xavier)*. Magistrado. N. em Estarreja em 1786, fal. em Lisboa a 12 de fevereiro de 1860. Seguindo a carreira judicial, era juiz da Relação de Lisboa, quando falleceu. Foi deputado em varias legislaturas, etc. Parece que publicou sómente o seguinte opusculo: *Reflexões sobre a discussão de Côrtes que produziu a lei que restabeleceu a Companhia das vinhas do Alto Douro*, Lisboa, 1838.

**Pereira de Brito** *(Fernando)*. Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, etc. N. em Villa Viçosa em 1640, e fal. entre os annos de 1702 e 1722. Escreveu: *Historia do nascimento, vida e martyrio do veneravel P. João de Brito, da Companhia de Jesus, proto-martyr da missão de Maduré*, etc., Coimbra, 1722, publicação posthuma, por diligencia de seu sobrinho D. Fernando de Lacueva e Mendoça; saiu no seculo XIX, Lisboa, 1852, já depois de beatificado o P. João de Brito, contendo varios e notaveis additamentos, e ornada com o retrato do bemaventurado martyr, com uma carta topographica da missão de Maduré, etc.; *Arte directiva para educação de filhos ingenuos, que em vinte e dois dictamos catholicos, politicos e moraes, instrue os paes de familias. Exposta em uma carta escripta a seu filho Christovão Pereira de Brito*, Lisboa, sem logar nem data de impressão.

**Pereira Cabral** *(P. Luiz Gonzaga do Valle Coelho)*. Procurador geral das missões da Associação *Fé e Patria*. Nasceu na Foz do Douro, Porto, a 1 d'outubro de 1866. Fôram seus paes: Constantino Antonio do Valle Pereira Cabral e D. Maria Emilia da Conceição Ribeiro Coelho, senhora de aerisoladas virtudes e d'uma extrema piedade. O culto afervorado da religião é tradi-

cional na sua familia, aparentada com as mais illustres familias do Porto. Desde muito novo inclinado para a vida religiosa, fez distinctamente os seus estudos no Collegio de Campolide, continuando-os depois no Collegio de S. Francisco, de Setubal, e em S. Thiago de Uclés (Hespanha). Formou-se por ultimo em theologia no Collegio de Vals (Puy), recebendo as ordens maiores em junho de 1897, ordenando-o Mgr. Charles Lavigne, bispo de Trincomaly (Ceylão). De 1891 a 1894 regeu no Collegio de S. Fiel as cadeiras de philosophia, litteratura, historia e geographia; e de 1900 a 1903, em Campolide, as de latim, portuguez, francez, historia e geographia, religião

P. Luiz Gonzaga do Valle Coelho Pereira Cabral

e composição litteraria. Foi reitor do Collegio de Campolide de agosto de 1903 a março de 1908, em que foi escolhido para o elevado e espinhoso cargo que desempenha, sendo o periodo da sua gerencia um dos mais prosperos que o Collegio tem atravessado, e deixando a sua passagem ali assignalada por muitas e importantes reformas. Dedicando entranhado amor ao *seu* Collegio, quiz que esse affecto ficasse perpetuado em valiosos melhoramentos materiaes. Foi durante a sua reitoria que se concluiram as modelares enfermarias que ali se vêem, o refeitorio novo dos alumnos e a vasta e elegante sala da bibliotheca. O desenho do suggestivo medalhão, obra do pintor Antonio Francisco Baeta, que se admira no tecto d'uma sala, representando a Prosa e a Poesia portuguezas, Vieira e Camões, offerecendo os seus trabalhos á Virgem, foi por elle delineado. O singelo mas formoso monumento levantado á Immaculada Conceição, padroeira do Collegio, no largo fronteiro ao edificio, é ainda de sua iniciativa, e foi feito a expensas de sua familia. Homem de trato affabilissimo, finamente educado, espirito culto, espirituoso cavaqueador, o padre Luiz Cabral é o verdadeiro *charmeur*. Todos os que se lhe approximam soffrem o encantamento da sua pessoa, e os mesmos adversarios (politicos, é claro, porque outros não tem) fazem justiça ao seu saber e illustração, e ás suas virtudes como sacerdote e como homem. D'elle disse o incorrigivel bohemio coimbrão dr. Alberto Costa *(Pad'Zé)*, no seu *Livro do Dr. Assis*, depois de pôr em relevo a figura do padre Cabral, que foi seu professor em S. Fiel: «E' o unico jesuita estimavel e apreciavel que tenho encontrado». O proprio attingido por estas palavras, no seu esclarecido espirito e na sua requintada modestia, terá sido o primeiro a revoltar-se contra o exaggero exclusivista, julgando se satisfeito e honrado por simplesmente tomar o logar, que de justiça e de direito lhe compete, entre a pleiade de homens illustres e celebres que, em todas as epocas, teem saído das casas da Companhia de Jesus. A transcripção serve, porém, para provar e documentar o que atraz fica dito: póde não se ser amigo do padre Luiz Cabral ou deixar de concordar com as suas idéas; o que se não póde é deixar de reconhecer os seus elevados dotes de espirito. De espirito e de coração, porque poucos terão, como elle, mais exacta noção da caridade christã, poucos a exercerão com maior nobreza e recato; raros terão melhor comprehendido o devotar d'uma existencia inteira ao serviço de Deus e da Egreja. Elle é o padre, na verdadeira accepção do termo; e quem diz padre diz pastor, amigo e guia. Como tal o consideram todos os que fôram seus alumnos, todos aquelles que sob a sua reitoria passaram por Campolide, *o seu querido collegio*, d'onde, mesmo depois de eleito procurador geral das missões, não quiz saír. E' actualmente um dos mais brilhantes ornamentos da tribuna sagrada. Ficaram memoraveis as suas conferencias no templo dos Martyres, os sermões da Quaresma na Sé, independente de numerosas missões realizadas no norte do paiz, etc. O padre Luiz Cabral tem como orador uma inapreciavel qualidade: é um repentista eximio. Escriptor primoroso e poeta inspirado, são devidas á sua penna privilegiada as seguintes obras: (em prosa) *Une grande figure de Pretre-Vieira-Biographie, caractere, eloquence; Theses ex universa philosophia; Vieira Prégador —Estudo philosophico da eloquencia sagrada, vida e obras do Padre Vieira; Lições de experiencia (pedagogia), folheto; A Egreja Catholica, discurso academico; Jornalismo catholico, carta a Nemo; Litteratura portugueza em França; Les fêtes du Centenaire de St. Antoine;* varios artigos no *Annuario de Campolide* e *Nosso Collegio*; etc. Composições em verso: *Leão XIII Captivo e Rei; Leão XIII e a philosophia; A peregrinação ao Sameiro; A Redacção de A Cruz; O Anjo da Caridade; Hontem, hoje e amanhã; Jesus embalado pelos anjos*, etc. Escreveu tambem, em 1908, o libreto para a oratoria *Virgo Mater*, partitura do professor e conhecido compositor de musica sacra Pedro Fernando Costa Pereira, para solemnisar o 50.º anniversario da fundação do Collegio de Campolide, e offerecida e enviada a Sua Santidade.

**Pereira Cardote** *(Joaquim)*. Organista da Patriarchal e compositor. N. em Lisboa em 1753, onde tambem fal. em 1812. Era filho de Bernardo Pereira Cardote e de Catharina Maria. Entrou para o Seminario Patriarchal, como alumno, a 5 de agosto de 1760, contando 7 annos de edade. Foi inscripto na irmandade de Santa Cecilia em

5 de setembro de 1770. Em 1788 foi nomeado organista da Patriarchal. No archivo da sé de Lisboa existem alguma das suas composições sacras, e na bibliotheca da Ajuda ha uma novena de Santa Margarida de Cortona. Tambem escreveu umas *Variações para piano forte*. O *Ensaio estatistico*, de Balbi, menciona o nome de Cardote, entre os de outros artistas discipulos do Seminario Patriarchal, que se tinham distinguido como pianistas.

**Pereira do Carmo** *(Bento)*. Nasceu em Alemquer em 29 de março de 1776, segundo se julga, sendo filho de Feliciano Pereira, moleiro, e de Maria da Conceição; neto de João Pereira e de Anastacia da Encarnação, tudo gente humilde mas de optimo caracter. Feliciano Pereira só ambicionava vêr o filho doutor, e para alcançar o seu louvavel *desideratum* empregou todos os meios ao seu alcance, á custa dos maiores sacrificios. Tendo-se formado em leis no bimestre de 1800, poz banca de advogado na sua terra natal. Pouco

Bento Pereira do Carmo

tempo se demorou em Alemquer, pois o vêmos nomeado em 15 de junho de 1806 juiz de fóra da villa de Ançã, onde casou com uma senhora abastada, mas já entrada em annos. Esta senhora consagrou muito affecto a seu esposo, chegando para lhe salvar a vida durante um tumulto popular a atirar com mãos cheias de dinheiro ao povo enfurecido. Professando idéas liberaes avançadas, o seu talento e nome honrado que tinha tanto em evidencia o collocaram que, no pronunciamento de 15 de setembro de 1820, foi elle indicado com mais cinco patriotas pelo Juiz do Povo, de Lisboa, para fazer parte do Governo Interino nomeado em consequencia d'esse movimento popular, e, mais tarde eleito deputado ás Côrtes pela provincia da Extremadura, logar que occupou até que a reacção prevaleceu. Partidario enthusiasta de D. Pedro, Bento Pereira do Carmo soffreu todas as perseguições que aos liberaes se moveram n'aquella epoca recebendo ordem da Intendencia Geral da Policia para se retirar da capital para o termo de Alemquer, como sendo pessoa *notoriamente suspeita e perigosa á segurança do Estado*. Algum tempo depois foi capturado e encerrado na Torre de S Julião da Barra, movendo-se-lhe processo como filiado na Maçonaria. Foi durante a sua permanencia na Torre que o seu amigo e companheiro no carcere D. Felix Garrido lhe tirou o retrato a aguarella, em 2 de maio de 1830, unico documento que d'elle existe. Derrotado o infante D. Miguel, e sendo de todo estabelecido o governo Constitucional, foi nomeado primeiro Presidente de Relação em 30 de julho de 1833. Em 23 de abril de 1834 foi nomeado ministro do reino, e exonerado do cargo em 24 de setembro do mesmo anno. Tendo perdido sua esposa, contrahiu segundas nupcias, com uma senhora de quem teve diversos filhos. Retirando-se á vida privada, morreu na propriedade que possuia em Alemquer, a que elle deu o nome de quinta de *Sans souci* (sem cuidados). Deixou varios manuscriptos com respeito a antiguidades da sua terra natal, e redigiu o testamento de D. Pedro IV, que como peça litteraria é digno de louvor.

**Pereira Carrilho** *(Antonio Maria)*. Director geral da Contabilidade Publica, secretario geral do Ministerio da Fazenda, do conselho de Sua Majestade, deputado, presidente do conselho de administração da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, e antigo jornalista, etc. N. em Lisboa a 10 de setembro de 1835, fal. em Paris em 16 de novembro de 1903. Era filho de Luiz Pereira Carrilho, capitão do estado maior do exercito realista na convenção de Evora Monte. Dedicando-se á vida commercial, foi caixeiro despachante da Alfandega, sendo em 1859 empregado na importante casa Biester & C.ª. Em 1860 foi admittido, precedendo concurso, no Ministerio da Fazenda como amanuense de segunda classe, e taes provas deu da sua intelligencia e actividade no exercicio das suas funcções officiaes, que alcançou por distincção todos os graus da hierarchia burocratica, até o de primeiro official chefe de repartição, sendo indicado, pela superioridade de seus conhecimentos de assumptos financeiros, para o alto cargo de director geral da Contabilidade Publica, em que foi depois investido, e que exerceu brilhantemente com inteira confiança de diversos ministros, que o encarregaram de commissões difficeis e da maxima importancia. Fôram muitos os serviços prestados aos diversos governos de todos os partidos, com especialidade na parte relativa ao orçamento geral do Estado. São notaveis as negociações para o convenio, de longa e espinhosa solução, e que terminaram por um grande triumpho para o conselheiro Pereira Carrilho. Por causa d'essas negociações, e não obstante a sua edade já avançada e a doença que o martyrisava, elle andou na força do inverno de 1901-1902, percorrendo as principaes capitaes da Europa, como Paris, Londres e Berlim, discutindo as bases do convenio com os crédores estrangeiros, convenio que se discutiu nas camaras em 1902. O governo portuguez agraciou-o em seguida com a gran-cruz da ordem de Christo, e o pariato, sendo eleito em 1902; o governo francez distinguiu-o com a Legião de Honra. Com os meritos que possuia e com a actividade que o dis-

tinguia, apezar de chegar a alto grau do funccionalismo, não quiz, quando lhe offereceram, accetar a pasta de Ministro da Fazenda. Dedicando-se desde muito novo á litteratura e ao jornalismo, collaborou nos jornaes *A Opinião*, *Progressista*, *Gazeta do Povo*, em cuja fundação teve parte importante com Lobo d'Avila, João Ricardo Cordeiro, Ernesto Biester, Ribeiro da Motta, João Chrysostomo Melicio e outros importantes vultos do jornalismo n'essa epoca. Em 1880 fundou o *Economista*, no qual escreveu assiduamente, apenas com as interrupções forçadas pelo desempenho de importantes commissões de

Antonio Maria Pereira Carrilho

serviço publico, dentro e fóra do paiz, e que dirigiu sempre, tendo como auxiliar, entre outros escriptores de reconhecida competencia como publicistas, o seu amigo Tito Augusto de Carvalho. Presava e respeitava a imprensa, e reconhecia a como uma grande força para melhorar a administração publica, quando bem dirigida. Em 1880 abraçou com prazer a idéa da creação d'uma associação de jornalistas, porque via n'esta associação um meio de levantar o nivel moral do jornalismo; e quando em 1896 se organisou a nova associação, foi dos primeiros a subscrever, com palavras de animação para os promotores, o projecto dos estatutos que n'esse mesmo anno recebeu a approvação official. Em 1861 e durante muitos annos foi correspondente effectivo do *Diario Mercantil* do Porto, escrevendo tambem, além das correspondencias, alguns artigos sobre materias financeiras e economicas. Foi deputado em legislaturas successivas, cabendo-lhe tambem a reeleição na camara para relator do orçamento, que defendeu energicamente. Indo a Paris sujeitar-se a uma melindrosa operação, ali falleceu, sendo o seu cadaver trasladado para Lisboa, onde se realisou o funeral a 30 de novembro de 1903. A' beira da sepultura discursaram os srs. conselheiro Teixeira de Sousa, Victorino Vaz, Kergall, dr. Antonio Centeno, dr. Cunha Belem e Brito Aranha. Nos jornaes *Opinião* e *Progressista* publicou as traducções d'alguns romances fraucezes, que depois saíram em volume. Bibliographia: *Manon Lescaut*, do P. Prevost; *A vida aos vinte annos*, e *Diana de Lys*, de Alexandre Dumas, filho; *Memorias de Garibaldi*, de Camillo Leynadier; *Indice alphabetico e extracto de todos os documentos officiaes de execução permanente, estatisticos, commerciaes e industriaes, publicados no Diario de Lisboa no anno de 1866; coordenado por*, etc. 1.º anno, Lisboa, 1867; *Portugal em 1872, vida constitucional de um povo da raça latina*, estudo publicado em janeiro de 1873 no *Mémorial diplomatique*, de Paris; traducção que saíu sem o seu nome. Relatorios diversos ácêrca dos negocios da Fazenda, orçamentos do Estado, administração da Companhia Real dos Caminhos de Ferro, etc.

**Pereira Carrilho** *(Luiz)*. Empregado n'uma repartição do Ministerio da Guerra. Tinha a graduação do posto de capitão em 1828, e servia em Lisboa. Fal. n'esta cidade a 2 de fevereiro de 1868. Com as iniciaes do seu nome, publicou a seguinte obra: *Lista militar por antiguidade dos officiaes de primeira linha do exercito, que se consideravam presentes no acto da convenção de Evora-Monte, em 26 de maio de 1834, com declaração das alterações occorridas desde 1828*, Lisboa, 1856.

**Pereira de Carvalho** *(Domingos)*. Pintor, natural da cidade do Porto, e que esteve em Roma a aperfeiçoar se na sua arte, em companhia de Antonio Manuel da Fonseca. Foi o restaurador do celebre quadro gothico pertencente á Misericordia do Porto, e que representa a instituição da irmandade por el-rei D. Manuel.

**Pereira de Carvalho** *(João)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 2 de janeiro de 1666, fal. a 4 de setembro de 1738. Foi nomeado desembargador da Relação ecclesiastica de Evora, e provido n'uma bacharelaria da mesma diocese. Transferido para a Relação ecclesiastica de Lisboa, e nomeado provisor e vigario geral, foi-lhe tambem dado o priorado da freguezia de Santo Estevão, de que tomou posse em 1716, conservando-se ali até á data do fallecimento.

**Pereira de Carvalho** *(José)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, advogado na Covilhã, juiz de fóra de Penamacôr, etc. Nasceu na Covilhã a 24 de fevereiro de 1781 e falleceu a 17 de fevereiro de 1856. Era filho do bacharel Simão de Carvalho. Concluiu a sua formatura em 1803, e recolhendo-se á sua terra natal dedicou-se á advocacia, alcançando em pouco tempo uma grande reputação. Em 1822 foi nomeado juiz de fóra em Penamacôr, mas pouco tempo ali se conservou, porque a queda da Constituição em 1823 lhe tirou o logar, passando depois o resto da vida sempre afastado dos cargos publicos, e unicamente entregue á advocacia e ao estudo. Escreveu: *Reflexões sobre a obrigação que os operarios teem de residir nas fabricas em que se matricularam; Enterramentos nas egrejas e cemiterios; Epoca da vida mais propria para os casamentos;* sairam estes 3 artigos no *Jornal de Coimbra*, n.º LI, parte 1.ª, a pag. 182 e seguintes; *Narrativa da catastrophe acontecida na villa da Covilhã em 17 de maio de 1817*; no mesmo jornal, n.º LII, parte 2.ª, de pag. 214 a 219; *Primeiras linhas sobre o processo orphanologico*, Rio de Janeiro, 1815; 2.ª edição, Lisboa,

1816; 3.ª *muito mais corrigida e melhorada que as duas primeiras*, Lisboa, 1833; houve ainda mais edições, sendo a 6.ª *corrigida, melhorada e augmentada com a legislação orphanologica do Brazil, por José Maria Frederico de Sousa Pinto*, Rio de Janeiro, 1851; houve aiuda outra edição n'esta eidade, em 1879; *Formulario de todos os autos, termos e despachos de um inventario, processado perante o juiz de paz, na conformidade do decreto n.º 25*, Lisboa, 1835; *Formulario de todos os processos da competencia dos juizes eleitos da freguezia*, Lisboa, 1837.

**Pereira de Castro** *(Alvaro)*. Poeta de poueo valor, que viveu no seeulo XVIII. Esereveu e publieou um panegyrieo em verso, em 1713, ao nasemento do principe D. Pedro, filho de D. João V, que foi depois D. Pedro III, por ter easado eom sua sobrinha, a rainha D. Maria I.

**Pereira de Castro** *(Antonio Urbano)*. Poueos dados biographieos se eonheeem d'este funeeionario publieo e eseriptor, que por deereto de 28 de fevereiro de 1855 foi nomeado eserivão da Relação de Loanda, eargo que exercia ainda em 1867. Cousta que em Lisboa publieou varios *pamphletos* polítieos, romanees traduzidos do franeez, e outros eseriptos, sem declaração do seu nome. Esereveu tambem: *Historia de Hespanha por Charles Romey, traduzida em portuguez*, Lisboa, 1853; esta publieação fieou interrompida pela saida do autor para Angola. Em Loanda publieou: *A Civilisação da Africa Portugueza; semanario dedicado exclusivamente a tratar dos interesses administrativos, economicos, mercantis, agricolas, e industriaes da Africa Portugueza, particularmente de Angola e S. Thomé.*

**Pereira e Castro** *(Francisco Caldas)*. Juris eonsulto, que viveu no seculo XVI. N. em Monsão em 1543, fal. em Braga a 7 de setembro de 1597. Era filho de Antonio Caldas Pereira e de Beatriz de Cadaval. Durante tres annos estudou no collegio de S. Jeronymo de Compostella as letras humanas e Direito eesareo, reeebendo o grau de bacharel. Vindo depois para a Universidade de Coimbra, ali fez a sua formatura em 1578. Foi advogado em Lisboa, e em Braga. Filippe II, de Hespanha, reinando eutão em Portugal, o uomeou lente da Universidade de Coimbra, reeebendo primeiro o grau de doutor em 1 de junho de 1597, mas n'esse mesmo anno falleceu. Casou em Braga a 3 de outubro de 1570 eom Anna da Rocha de Araujo, filha do dr. Antonio Franeiseo d'Aleaçova, procurador da Corôa, e de Catharina da Rocha. Franeiseo Caldas Pereira e Castro foi pae do notavel juriseonsulto Gabriel Pereira de Castro *(V. este nome)*. Deixou impressas algumas obras juridieas, e outras manuseriptas, eujos titulos se pódem lêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. IV, pag. 129 e 130.

**Pereira de Castro** *(Gabriel)*. Doutor em Direito Canonieo e lente na Universidade de Coimbra, eavalleiro da ordem de Christo, desembargador da Relação do Porto, e da Casa da Supplieação, eorregedor do erime da Côrte e Casa, proeurador geral das ordens militares, chaneeller-mór do reino, etc. N. em Braga a 7 de fevereiro de 1571, fal. em Lisboa a 18 de outubro de 1632. Era filho do dr. Franeiseo Caldas Pereira, juriseonsulto de primeira ordem, e de Anna da Rocha de Araujo. Ainda muito creança já manifestava grande intelligeneia; aprendeu eom faeilidade as humanidades, seguindo eom distineção o eurso de Direito Canonieo, em que se doutorou. Em 1600 obteve por eoneurso uma beca no eollegio de S. Paulo, e regeu eomo professor substituto varias eadeiras da Uniiversidade. Em 1606 foi despachado desembargador da Relação do Porto, em 1615 desembargador da Casa da Supplieação, em 1617 desembargador dos Aggravos, em 1623 eorregedor do erime da Côrte, proeurador geral das ordens militares, e finalmente chaneeller-mór do reino. Devemos eonfessar que Gabriel Pereira de Castro deveu esta venturosa earreira tanto ao seu talento e ao seu muito saber eomo á sua fidelidade aos hespanhoes, fidelidade eomprovada pelo faeto de o ter o eondeduque de Olivares enearregado em 1630 de ir ao Porto abrir devassa sobre um tumulto popular que n'aquella eidade houvera, e em que o ministro Franeiseo de Casena fôra apedrejado. Gabriel Pereira de Castro foi, mas diga-se tambem em sua honra que se não prestou a ser instrumento da má vontade de Olivares, e a eastigar innoeentes, porque, não eneoutrando motivo para proeesso não praticou violencias e retirou-se para Lisboa sem fazer vietimas. Sejamos justos porém: quem esperava n'esse tempo que Portugal resurgisse? Os homens sobretudo, que, eomo Gabriel Pereira de Castro, tinham aberto os olhos para o mundo poueo antes do dominio hespanhol, eouservavam sim no fundo da alma o amor da patria vivissimo, mas politieamente não aspiravam senão a fazer earreira, servindo os dominadores do seu paiz, e se Gabriel Pereira de Castro serviu fielmente, eomo integro magistrado, o governo a que prestára juramento, não deve ser eensurado por isso. Gabriel Pereira de Castro easou no Porto eom uma senhora de 18 annos, chamada D. Joanna de Sousa, de quem teve alguns filhos, um dos quaes foi Fernando de Castro, intrepido moço que tendo apenas 18 annos, e servindo em Tanger, se portou eom tal valor, que mereceu ser elogiado muito especialmente pelo soberano. Ha um faeto que não é muito honroso para a sua memoria, e ainda peor se é eerta a eausa a que se attribue, por tradição eontemporanea, e que nunea teve desmentido. Foi elle relator, e lavrou eomo tal a sentença do tribunal da Relação de Lisboa, que em 1651 eondemnou iniquamente a morte affrontosa e afflictiva Simão Pires Solis, pretendido autor do roubo e desaeato eommettidos na noite de 15 de janeiro de 1630 na egreja parochial de Santa Engraeia de Lisboa, erime de que, mais tarde se provou plenamente, elle estava innoeente. Essa sentença anda impressa no *Tratado historico e juridico do desacato de Odivellas*, por Manuel Alvares Pegas, pag. 34 a 38, da edição de 1710 Gabriel Pereira de Castro, além de ser juriseonsulto de primeira ordem, foi poeta muito notavel. Eseereveu: *De Manu Regia Tractatus in quo omnium Legum Regiarum quibus Regi Portugaliae in causis ecclesiasticis cogniti est ex jure...*, Olyssipone, tomo I, 1622; tomo II, 1625; Ludguni, 1673; 2 tomos; Olyssipone, 1742, 2 tomos, eom addições; posto que eseripto em latim, este tratado eomprehende muitos documentos transeriptos em portuguez. Esta obra foi prohibida em Roma, por deereto da Congregação do Index de 26 de outubro de 1640, e eomo tal se eneoutra inelnida no *Index Librorum prohibitorum SS. D. N. Pii Sexti jussu editus* Romae, 1787,

pag. 201. A sua obra *Monomachia sobre as concordias que fizeram os Reis com os Prelados de Portugal, nas duvidas da jurisdicção ecclesiastica e temporal*, foi publicada em Lisboa em 1738, edição posthuma por diligencia de José Francisco Mendes Moreira. A sua impressão, segundo consta, foi mandada fazer por ordem ou insinuação do governo, durante as controversias que se agitaram entre el-rei D. João V e a Curia Romana. Aconteceu, porém que, restabelecidas a concordia e boas relações entre ambos, mandou el-rei immediatamente recolher a obra, para que não continuasse o fermento do desprazer. A *Ulysséa, ou Lisboa edificada, poema heroico*, publicou se já depois da morte do autor, Lisboa, 1636. Consta de 10 cantos em oitava rima. O poema é precedido de varias poesias escriptas por diversos em honra do autor, e de um *Discurso poetico* por Manuel de Galhegos, em prosa; os argumentos em verso, postos nos começos dos cantos, são de D. Bernarda Ferreira de Lacerda. Na Bibliotheca Nacional de Lisboa, segundo declara Innocencio da Silva, no *Diccionario bibliographico*, vol. III, pag. 108, existe um exemplar d'esta primeira edição, e o proprio manuscripto autographo, que para ali passou no fim do seculo XVIII com a livraria dos frades theatinos, tendo pertencido n'outro tempo a D. José Barbosa. Annos depois, em 1642 ou 1643, Luiz Pereira de Castro, irmão do poeta, fez segunda edição do poema, com uma dedicatoria sua ao principe D. Theodosio. Além do frontispicio gravado a buril, tem mais outra estampa allegorica no principio. Não indica logar, nem anno de impressão, nem o nome do impressor; é, porém, tradição que fôra estampada na Hollanda. N'ella se omittiu, tanto o discurso ou prologo de Manuel de Galhegos, como uma canção d'este em louvor de Gabriel Pereira, que tambem andava na edição anterior. Fizeram-se n'ella consideraveis alterações no texto, já omittindo até estancias inteiras, já accrescentando ou substituindo outras, tudo com o fim de applicar ao principe D. Theodosio a dedicatoria e mais passagens em que o autor se referia a Filippe IV de Hespanha, n'aquelle tempo reinante em Portugal. A 3.ª edição é de Lisboa, 1745, e n'ella se restituiram todos os logares alterados, ficando em tudo conforme á 1.ª edição. A 4.ª é tambem de Lisboa, 1827; conservou-se o discurso poetico de Manuel de Galhegos, porém supprimiram se todos os versos em louvor do poeta, que só se encontram nas edições de 1636 e 1745. Ha ainda 5.ª edição, Lisboa, tambem de 1827, a qual contém sómente o texto puro do poema. Acêrca d'este trabalho diz um dos biographos de Gabriel Pereira de Castro: «A sua *Ulysséa*, poema epico que tem por assumpto a edificação de Lisboa, é collocada por muitos logo abaixo dos *Lusiadas*, na lista dos nossos poemas epicos, se é que alguns, nos seculos XVII e XVIII, em que a originalidade era considerada um defeito, e em que a copia servil dos bons modelos, era o primeiro de todos os merecimentos, o não collocaram acima. Effectivamente a *Ulysséa* é um poema vasado perfeitamente em moldes classicos, escripto com grande correcção, com magnificos versos, e episodios interessantes. Não tem os raptos grandiosos, a phantasia brilhante, as grandes qualidades dos *Lusiadas* de Camões, mas tem a correcção incontestavel, e sem duvida póde collocar-se a par dos nossos melhores poemas.» Escreveu mais: *Obras poeticas em diversas linguas*; não se imprimiram, e os manuscriptos, que formavam 2 volumes, conservavam-se na livraria escolhida do arcebispo D. Rodrigo da Cunha. Na *Gigantomachia*, de Manuel de Galhegos, vem em louvor d'esta obra um soneto de Gabriel Pereira de Castro em portuguez. Nas *Obras* de Francisco de Figueirôa, impressas em Coimbra, 1625, vem um soneto em hespanhol. No livro *Augustissimo Hispaniarum Principi recens nato Philippo Dominico*, etc., impresso em Coimbra em 1606, vem uma canção portugueza anonyma, mas que se affirma ser de Gabriel Pereira de Castro. No livro *Anagramma de la Vida Humana*, de Henrique Visorio, Lisboa, 1590, vem tambem um epigramma, uma elegia, etc.

**Pereira de Castro** *(Luiz)*. Licenceado em Direito Canonico, conego doutoral nas sés de Braga e de Coimbra, desembargador do Paço e embaixador de D. João IV em varias côrtes da Europa, etc. Era irmão do antecedente. N. em Braga em 1512, fal. a 20 de dezembro de 1649. Frequentou a Universidade, e formou-se em Canones; em 1623 foi desembargador da Casa da Supplicação, em 1624 desembargador dos Aggravos, em 1626 deputado da Inquisição de Lisboa, em 1629 do tribunal da Cruzada, em 1636 conego doutoral em Braga, e em 1637 em Coimbra. Quando rebentou a revolução de 1 de dezembro de 1640, Luiz Pereira de Castro adheriu a ella, e foi logo nomeado chanceller da Casa da Supplicação em 22 d'esse mez e anno, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens em 1642, e desembargador do Paço em 1643. Era grande a sua fama, e correspondia devéras ao seu merecimento. Precisava se então mais do que nunca de homens habeis nas embaixadas, e Luiz Pereira de Castro foi escolhido para nosso ministro em Paris, em 1643, vindo depois elle com o dr. Francisco de Andrade Leitão em 1646 representar nos no congresso de Westphalia, onde um e outro nos prestaram relevantes serviços. Terminada essa missão, recolheu a Portugal, e logo D. João IV o nomeou para as duas embaixadas mais importantes que então havia, que eram a de Roma e a de Hollanda. Tratava-se effectivamente de obter do papa que reconhecesse a nossa independencia, porque a sua hostilidade era deveras dolorosa para um paiz tão profundamente catholico como Portugal, e na Hollanda tratava-se de arrancar aos Estados-Geraes as provincias brazileiras que tinham ainda em seu poder. Nem uma nem outra cousa se podia conseguir facilmente. O papa, debaixo da pressão da Hespanha, não podia, ainda que quizesse, reconhecer-nos; e não eram os argumentos de um embaixador que o poderiam demover. Só conseguiria esse fim, como effectivamente conseguiu, a influencia de uma nação poderosa que pudesse contrabalançar a influencia da Hespanha, e essa nação foi a França. Em quanto aos Estados da Hollanda, tambem o raciocinio melhor para os levar a restituir-nos Pernambuco, era, como depois se reconheceu, a espada de João Fernandes Vieira. Por isso Luiz Pereira de Castro nada conseguiu, sem que o mallogro dos seus esforços em nada attenuasse a sua reputação. Recolhendo ao reino, falleceu pouco depois. Foi como seu irmão um notavel jurisconsulto e poeta, mas poucas obras imprimiu, pa-

recendo cuidar mais das glorias de seu irmão que das suas proprias. Escreveu: *Regimento que se ha de observar no tribunal da Bulla da Santa Cruzada, e dos mais ministros e officiaes subordinados a ella*, etc., Lisboa, 1742, publicação posthuma. A pag. 38 das *Memorias funebres da sr.ª D. Maria de Athaide*, vem uma poesia sua. Deixou tambem manuscripto outro livro de jurisprudencia, intitulado *De Lege Mentali; Itinerario das suas viagens; Saudades de Lizardo*, versos hespanhoes, e um *Memorial a el-rei D João IV* Deve-se-lhe a publicação do poema *Ulyséa*, de seu irmão. V. o *artigo antecedente*.

**Pereira de Castro** (*Luiz Osorio da Cunha*) Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, poeta, escriptor, deputado, etc. N. em Penamacôr a 10 de julho de 1859, fal. em Lisboa em 7 de janeiro de 1900. Era filho do visconde de Proença-a-Velha, João Filippe Osorio de Menezes Pitta, e de sua mulher, D. Maria de Mello Furtado Caldeira Geraldes de Bourbon. Luiz Osorio veiu para Lisboa ainda muito novo para cursar os primeiros estudos, indo depois para a Universidade de Coimbra, matriculando-se na faculdade de Direito, em que se formou. Era socio do Instituto de Coimbra, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Foi deputado pela primeira vez em 1884, sendo eleito por Santarem; ainda foi eleito em outras legislaturas pelo mesmo circulo e pelo do Fundão. Era um mimoso poeta. Deixou os seguintes escriptos: *Neblinas, 1880 1884*, publicado em Lisboa em 1886; este volume de poesias era dedicado a seu pae; *Poemas portuguezes*, Lisboa, 1890; *Um grito!* poema publicado por occasião do *ultimatum* inglez de 11 de janeiro de 1890, escripto para ser recitado pelos estudantes de Coimbra; *Alma lyrica*, Lisboa, 1891; *Espirito gentil; Canções ao vento*, etc. Por occasião do centenario do marquez de Pombal, em 1882, publicou *A Tromba*, poemeto dedicado á sua memoria.

**Pereira de Chaby** (*Carlos Augusto*). General de brigada reformado. N. em 25 de outubro de 1823, fal. em 1897. Era filho do coronel Manuel Bernardo de Chaby e de sua mulher, D. Margarida Pereira; irmão dos generaes de divisão Claudio e Manuel Bernardo Pereira de Chaby. Este appellido é de origem suissa. O avô paterno Francisco Bernardo de Chaby era natural da cidade de Berna, e veiu para Portugal no posto de capitão ás ordens do conde de Lippe. Affeiçoando-se ao nosso paiz naturalizou se cidadão portuguez. Nos archivos militares e, especialmente na Torre do Tombo, existem documentos comprovativos dos serviços que prestou á Portugal, e fôram estes tão importantes que o governo lhe arbitrou uma tença, concedendo-lhe a propriedade d'uma habitação e terras de cultivo. Morreu em Lagos, onde fixou a sua residencia depois de reformado. A familia Chaby deu um grande contigente ao martyrologio patriotico. O coronel Manuel Bernardo de Chaby, depois de seis annos de atroz perseguição, foi barbaramente assassinado em 1834; seu filho primogenito, o guarda-marinha Antonio Bernardo Pereira de Chaby, foi enforcado no Caes do Sodré em 6 de março de 1829; outro seu filho, o tenente do infantaria João Bernardo Pereira de Chaby, morreu dos ferimentos que recebeu no combate do Alto do Viso em 1843. Carlos Pereira de Chaby assentou praça em infantaria a 20 de agosto de 1840, sendo promovido a alferes a 22 de dezembro de 1846, a tenente em 29 de abril de 1851, a capitão em 15 de setembro de 1866, a major em 4 de outubro de 1876, a tenente-coronel em 15 de dezembro de 1880, e a coronel em 27 de junho de 1883, reformando se depois em general de brigada em 24 de abril de 1893. Pertencia ao estado maior. Esteve por muitos annos em commissão na direcção dos pezos e medidas. Era commendador e cavalleiro da ordem de Aviz, e possuia as medalhas de prata e de ouro de comportamento exemplar.

**Pereira de Chaby** (*Claudio Bernardo*). General de divisão reformado. N. em Lisboa a 11 de janeiro de 1818, onde tambem fal. a 7 de julho de 1905. Era filho do coronel do estado maior Manuel Bernardo Pereira de Chaby, e de sua mulher D. Margarida Pereira de Chaby. Foi antigo alumno da Academia Real de Marinha, e das Escolas Polytechnica e do Exercito. Assentou praça em infantaria a 27 de julho de 1833, sendo promovido a alferes a 28 de julho de 1837, a tenente em 15 de fevereiro de 1845, a capitão a 29 de abril de 1851, a major em 8 de outubro de 1867, a tenente-coronel em 23 de agosto de 1871, a coronel em 22 de julho de 1874, a general de brigada em 30 de maio de 1883, e a general de divisão a 19 de fevereiro de 1890, reformando-se n'este posto a 17 de janeiro de 1895. Fez as duas ultimas campanhas até á Convenção de Evora-Monte. Bateu-se na Patuléa, e tendo terminado a guerra civil, entrou n'uma nova phase de actividade, ligando o seu nome a trabalhos litterarios muito valiosos. Desempenhou muitas e variadas commissões de serviço publico, especialmente em dependencias do Ministerio da Guerra. Nas successivas reorganisações por que tem passado este ministerio desde 1859, e sob as ordens dos diversos ministros encarregados d'aquella repartição, teve varias collocações, já como subchefe, e depois chefe da repartição do gabinete; já pela extincção d'esta como chefe da terceira, incumbida dos assumptos relativos a estabelecimentos de instrucção militar, deposito geral de guerra, etc., sendo exonerado por um decreto muito honroso datado de 4 de setembro de 1869, afim de continuar na util e já então muito adeantada direcção dos trabalhos que deviam servir de subsidios á historia militar do paiz desde os ultimos annos do seculo XVIII, e de colligir e extractar os documentos que do archivo geral do Ministerio da Guerra deviam passar para a Torre do Tombo. Estes trabalhos sairam com o titulo de *Synopse dos decretos remettidos ao extincto conselho de guerra, desde 1640 até 1656*, e dos *Excerptos historicos*, que comprehendem um longo periodo da Guerra Peninsular, e que eram traduzidos em varias linguas. Além d'estas commissões de serviço permanente, fôram-lhe confiadas eventualmente muitas outras, em diversos tempos, que sempre desempenhou com o maior zelo e competencia. Entre ellas merece especial menção a que lhe foi commettida pelo então ministro da guerra Belchior José Garcez, pela portaria de 3 de dezembro de 1860, que só veiu a realisar se mais tarde durante a gerencia do visconde, depois marquez de Sá da Bandeira. Essa commissão tinha por fim procurar e recolher nos archivos militares de Hespanha, e pesquizar por

quaesquer outros meios de indagação, n'aquelle paiz, todos os documentos e noticias relativos a factos e successos da Guerra Peninsular, como trabalhos auxiliares para a pessoa então encarregada por contrato solemne de escrever a historia d'aquella guerra e com especial referencia á parte que n'ella tivera o exercito portuguez. Annexou-se mais tarde a esta outra incumbencia official: a de estudar e descrever os estabelecimentos militares de Hespanha destinados á instrucção pratica das tropas de todas as armas, e de solicitar egualmente todos os esclarecimentos que parecessem adequados para o estudo e conhecimento dos systemas ali seguidos ácêrca da organisação e administração militar, tactica, disciplina, etc. Claudio de Chaby esmerou-se em bem cumprir estes encargos nos seis mezes que só pôde demorar-se em Hespanha, não poupando diligencias, despezas e fadigas para dar conta de si. O modo digno como se comportou, e a consideração e attenções que obteve em Madrid, e n'outros pontos onde teve de dirigir-se, serviram de assumpto por vêzes á imprensa hespanhola, e pódem vêr se, entre outros, no jornal *Correspondencia de España*, 17 d'agosto, 1861, edição da noite; de 29 do mesmo mez, 1.ª edição; de 14 de novembro e do primeiro de dezembro do referido anno; na *Iberia*, *diario liberal*, de 30 de agosto e 2 de dezembro; nas *Novedades*, de 3 de dezembro; no *Norte de Castilla, diario de Valladolid*, de 4 de outubro, tudo de 1861, etc. Os resultados colhidos n'estes trabalhos constam em parte dos officios por elle dirigidos ao ministro da guerra, os quaes se imprimiram de pag. XIII a XVIII da introducção á primeira parte da obra *Excerptos historicos*, etc., e bem assim do relatorio apresentado ao referido ministro, que occupa as pag. 223 a 530 da mesma obra. Percorreu tambem grande parte da Italia, estudando de preferencia os assumptos militares e recolhendo notas e subsidios valiosissimos que lhe serviram para enriquecer algumas das suas obras. Quando terminou a guerra franco prussiana emprehendeu, á sua custa, uma viagem de observação e estudo, visitando os departamentos da França ainda occupados pelos allemães, e percorrendo tambem algumas cidades da Allemanha. Por essa occasião esteve na Belgica, na Hollanda, etc. Claudio de Chaby era socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa; membro da Associação promotora das Bellas Artes e pertencia a outras corporações scientificas e litterarias nacionaes e estrangeiras. Possuia as seguintes condecorações honorificas: gran-cruz, commendador e cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz; commendador da de Christo, por decreto de 2 de julho de 1860; cavalleiro da da Torre e Espada, e da de S. Thiago; as medalhas de cobre, algarismo 2, das Campanhas da Liberdade, com a faculdade de usar, legalmente autorisado, de outra de ouro com a legenda commemorativa, que em 16 de maio de 1863 lhe foi offerecida pelos antigos voluntarios do regimento da rainha D. Maria II na cidade do Porto, quando em commissão official ahi se dirigiu para entregar á camara municipal a respectiva bandeira que pertencera ao dito regimento durante as campanhas da lucta dynastico-liberal. Possuia tambem as medalhas de ouro de bons serviços e de comportamento exemplar. Era gran-cruz da ordem pontificia de Pio IX, commendador da Corôa de Italia e da de Izabel a Catholica, de Hespanha, official da Rosa, do Brazil, e de Leopoldo, da Belgica; cavalleiro da de Carlos III, de Hespanha; e da Corôa de Wandes de Mecklemburgo-Schwerin. Bibliographia: *Uma tarde em Magadalum, lenda christã, traducção do hespanhol*, Lisboa, 1854; *Maguas e flôres, poesias por Claudio de Chaby e João Antonio de Sousa Junior*, Lisboa, 1855; *Do Porto a Lisboa; fragmento d'uma viagem de Hespanha a Portugal*, Lisboa, 1856; é versão do hespanhol, acompanhada de annotações do traductor; *Só Deus! Poemeto ao quadro original da mesma denominação do sr. Francisco Augusto Metrass*, Lisboa, 1856; *Almanach militar, ou livro dos quarteis para 1858*, Lisboa, 1857; *Para 1859, 2.º anno*, Lisboa, 185 ; esta publicação emprehendida em serviço da classe militar, encerra grande numero de artigos curiosos, adequados e em relação com o assumpto, e é adornado de vinhetas e gravuras analogas; não sabemos se a publicação continuou nos annos seguintes; *Excerptos historicos e collecção de documentos relativos á guerra denominada da Peninsula, e ás anteriores de 1801, e do Roussillon e Catalunha, resultado da commissão de investigações historicas commettida ao capitão de primeira classe Claudio de Chaby*, etc., *publicação ordenada pelo governo, sendo ministro e secretario de estado dos negocios da guerra, o ill.mo e ex.mo sr. Visconde de Sá da Bandeira*, Lisboa, 1863; é uma edição nitida, adornada de vinhetas e retratos de gravura em madeira, intercalados no texto, e mais cinco mappas e plantas lithographadas; a 1.ª parte comprehende a guerra do Roussillon e da Catalunha, 1793 a 1795; a 2.ª refere-se á invasão hespanhola em 1801; a 3.ª aos acontecimentos da Guerra Peninsular de 1807 a 1814, e a 4.ª contém os documentos comprovativos indicados na 3.ª, e algumas outras noticias; esta obra mereceu os maiores elogios de toda a imprensa portugueza e hespanhola; *Discurso pronunciado na cidade do Porto, por occasião da entrega da bandeira dos voluntarios da Rainha á Camara municipal da dita cidade, em 16 de maio de 1863;* saiu impresso em varios jornaes diarios d'aquella epoca; *Triste consuelo*, poesia em lingua hespanhola offerecida á viscondessa da Luz por occasião da morte de seu filho Fernando, e algumas linhas em prosa portugueza ao mesmo assumpto, dedicadas ao visconde do mesmo titulo, as quaes se imprimiram em 1860; *Apontamentos biographicos de Sua Majestade Imperial o sr. D. Pedro IV, duque de Bragança*, Lisboa, 1864; com duas estampas photographicas, das quaes uma é o retrato de D. Pedro, e a outra representa os retratos de varios generaes e officiaes superiores, que se distinguiram nas Campanhas da Liberdade, e indica uniformes usados de 1832 a 1834 pelo imperador, e pelo exercito por elle commandado; foi um trabalho concluido á pressa e gratuito, diz o seu autor, encommendado pelo ministro das obras publicas, para servir de guia aos artistas estrangeiros, que entravam no concurso para o monumento que se tratava de erigir a D. Pedro IV; *Apontamentos para a historia da Legião portugueza ao serviço de Napoleão I, mandada sair de Portugal em 1808; narrativa do tenente Theotonio Banha; edição ordenada pelo ministro e secretario de estado dos negocios da guerra, o ill.mo e ex.mo*

*sr. Visconde de Sá da Bandeira, e commettida ao capitão Claudio de Chaby*, Lisboa, 1863; com um retrato de Gomes Freire de Andrade, e uma estampa colorida, que representa os uniformes da cavallaria e infantaria dos legionarios; ácêrca d'esta obra veja se um extenso artigo de João Carlos d'Almeida Carvalho, publicado na *Revolução de Setembro* de 19 de novembro de 1865; entre outros, o *Jornal de Lisboa* e o *Jornal do Porto*, alludiram tambem com phrases gratulatorias a esta publicação, bem como a *Iberia*, de Madrid; ácêrca do assumpto da obra póde vêr se para conferencia e illustração o *Manuscripto achado entre os papeis do conde de Subserra, Manuel Ignacio Martins Pamplona*, que tambem fez parte da legião portugueza, publicado em folhetins no *Jornal do Commercio* de 5 de agosto de 1 68; *Synopse dos decretos remettidos ao extincto Conselho de Guerra, desde o estabelecimento d'este tribunal em 11 de dezembro de 1640, até á sua extincção decretada em o 1.º de julho de 1834, archivados no archivo geral do Ministerio da Guerra, e mandados recolher no real Archivo da Torre do Tombo em 22 de junho de 1865; trabalho officialmente elaborado sob a direcção do major de infantaria Claudio de Chaby*, etc., Lisboa, 1869; contém os fac-similes das assignaturas e rubricas d'el rei D. João IV, e de outras personagens notaveis da epoca a que se refere este volume 1640 a 1656; contém tambem algumas plantas de fortificações, etc. Pertence-lhe egualmente o *Relatorio do Ministerio da Guerra* apresentado ás côrtes em 1864; grande parte do *Boletim* do mesmo ministerio, cuja publicação foi ordenada por decreto de 12 de setembro de 1859, e terminou no segundo semestre de 1860; um minucioso relatorio sobre as grandes manobras do exercito italiano a que officialmente assistiu no outono de 1880; outro importante relatorio ácêrca da inspecção do cordão sanitario na fronteira da 4.ª divisão militar por elle commandada em 1890; planos, consultas, etc., além de artigos em jornaes e traducções impressas no livro *Armonias y Cantares* de D. Ventura Rodriguez Aguilera, Madrid, 1865. Tambem traduziu e imitou alguns dramas e comedias, que se representaram nos theatros de Lisboa.

**Pereira Coelho** *(P. José Antonio)*. Desembargador na Relação ecclesiastica do arcebispado de Braga. Escreveu: *Elogio funebre na morte do sr D. José, principe do Brazil, prégado na sé de Braga*, Lisboa, 1789.

**Pereira Côrte Real** *(José Luciano de Castro)*. Estadista e jurisconsulto, chefe do partido progressista. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; advogado e jornalista. Antigo deputado da Nação, ministro de Estado honorario; do conselho de S. M.; par do reino; antigo presidente do Conselho de Ministros; conselheiro de Estado; ex director geral dos Proprios Nacionaes; vogal effectivo aposentado do Supremo Tribunal Administrativo; Governador da Companhia Geral de Credito Predial Portuguez, reeleito varias vezes. Nasceu a 14 de dezembro de 1834, em Oliveirinha, districto de Aveiro, sendo filho de Francisco Joaquim de Castro Pereira Côrte-Real, da illustre casa de Fijó, da villa da Feira, e de D. Maria Augusta de Menezes Silva e Castro, da antiga casa da Oliveirinha. *(V. Fijó e Oliveirinha)*. Tendo se formado em Direito, dedicou-se em seguida á advocacia e ao jornalismo. Durante alguns annos collaborou no *Observador* e no *Conimbricense*, de Coimbra; no *Campeão do Vouga*, de Aveiro; *Nacional*, *Commercio do Porto* e *Jornal do Porto*, do Porto; *Gazeta do Povo*, *Paiz* e *Progresso*, de Lisboa, concorrendo para a fundação de alguns dos periodicos indicados. Com o dr. Alves da Fonseca fundou a importante revista de jurisprudencia intitulada o *Direito*. Como ministro e como deputado, desde 1854, apresentou ás côrtes differentes propostas e projectos de lei, conforme consta do respectivo *Diario das sessões* da camara, acompanhados de relatorios importantes. Pertenceu a grande numero de commissões extra parlamentares. E' socio da Academia de Jurisprudencia, de Madrid, e socio honorario da Associação dos Advogados, de Lisboa. O seu primeiro livro intitula-se *Questão das subsistencias* e foi impresso na Typographia Universal, de Lisboa, em 1856. A esse tempo já o futubro estadista era deputado da Nação e collaborava activamente em varios jornaes politicos. Logo na advertencia, depois da lauda em que consagra o seu trabalho a Antonio Rodrigues Sampaio, o autor mostra já a firmeza de principios, a fé patriotica e a nobreza de caracter que, por mais de meio seculo, tem manifestado em todos os actos da sua carreira publica, ainda os mais discutidos. N'uma entrevista politica, mencionada no final d'este artigo, encontram se alguns traços auto-biographicos, muito interessantes, do sr. conselheiro José Luciano de Castro. São os seguintes: «Entrei na politica militante em 1854. Fui, pela primeira vez, deputado aos dezenove annos, notando que a Constituição exigia como edade legal, para pertencer ao Parlamento, a dos vinte e um. Mas, n'a-

Conselheiro José Luciano de Castro

quello tempo, não havia registo civil, que só foi estabelecido mais tarde, em 1862, e nos registos parochiaes eu figurava como tendo nascido em 1823, e não em 1835, verdadeira data da minha vinda ao mundo. Meu pae, pertencente a uma antiga familia, gozava de um certo numero de privilegios, não sendo o menor o direito a uma capellania, que lhe permittia ter um capellão em sua casa. O capellão facultou-me meio de entrar no Lyceu e, depois, na Universidade—e aos dezenove annos eu era advogado e legislador. Deputado desde 1854 e par do reino vitalicio, não me recordo bem desde que data, encontro-me, actualmente, aos setenta e dois annos de edade, tendo sido cinco vezes ministro e tres presidente do conselho, sem a menor ambição, com o unico desejo de que me deixem descançar e de que o Rei não me confira o pesado encargo da sua confiança para constituir governo. Fui, pela primeira vez, ministro da justiça em 1869, e, depois, ministro do reino em 1879, e presidente do conselho de ministros em 1886, em 1897 e em 1904. Sou o unico politico sobrevivente dos que governaram, dos que estiveram á frente de governos no reinado de D. Luiz. D'aquelles homens eminentes, em cujo exemplo aprendi, nenhum resta. Todos elles passaram, deixando o rasto luminoso dos seus periodos de grandeza e de poder: Fontes Pereira de Mello e Serpa Pimentel, no partido regenerador; o duque de Loulé e Anselmo Braamcamp, no partido progressista. Todos estes quatro fôram chefes, fôram caudilhos e os seus actos estão impressos na minha memoria com respeito e admiração. Por morte de Braamcamp, succedi-lhe na chefatura do partido progressista. Dava-se isso em 1885 e em 1886 era eu chefe de governo, presidente de um ministerio de homens illustres e notaveis, dos mais preclaros politicos que existiam no paiz. Marianno de Carvalho, no ministerio da Fazenda; Emygdio Navarro, no ministerio das Obras Publicas; Barros Gomes, no ministerio dos Negocios Estrangeiros, auxiliaram-me na minha obra e, comquanto houvesse depois modificações no gabinete, foi essa uma época de gloria e de prosperidade para a monarchia. Estive no governo quatro annos e meio, até que o *ultimatum* de Inglaterra atirou com tudo a terra. Não é este o momento de falar d'isso. A historia fará justiça ao nosso patriotismo, e, na realidade, já a está fazendo.» A nomeação de par do reino do sr. conselheiro José Luciano de Castro foi em 1887, tomando assento na respectiva camara a 20 de abril d'esse anno. A presidencia do conselho de ministros, em 1904, foi por decreto de 20 de outubro, e a seguir por decreto de 27 de dezembro de 1905. Tem publicado: *Questão das subsistencias*, Lisboa, 1856; *Collecção da legislação reguladora da liberdade de imprensa*, Porto, 1859; *Discurso pronunciado na sessão de 30 de janeiro de 1863, na camara dos Senhores Deputados por occasião da discussão da resposta ao discurso da Corôa*, Lisboa, 1863; *Providencias mais importantes publicadas pelo Ministerio da Justiça em 1869-1870*, 1870; *Reforma da Carta—Proposta de Lei apresentada á Camara dos Senhores Deputados em sessão de 24 de janeiro de 1872*, Lisboa, 1872; *Discursos proferidos na Camara dos Senhores Deputados nas sessões de 16 e 18 de março de 1872*, Vianna do Castello, 1872 (refere-se a actos da administração superior do districto de Vianna do Castello); *Partido progressista, exposição justificativa e programma*, Lisboa, 1877; *Propostas de lei apresentadas á Camara dos Deputados nas sessões legislativas de 1880-1881, como ministro do reino*, Lisboa, 1881; *Reforma eleitoral: Relatorio e projecto de lei apresentado na Camara dos Deputados em 31 de janeiro de 1882*, Lisboa, 1882; *Reforma eleitoral: Relatorio e projecto de lei apresentado na Camara dos Deputados em 6 de abril de 1883*, (é o anterior com algumas alterações e additamentos importantes); *Legislação eleitoral annotada*, Lisboa, 1884. Para a sua biographia pódem vêr-se: A obra de Marques Gomes, *Districto de Aveiro*, a pag. 177; o *Commercio do Porto*, de 27 de março de 1885, no artigo da serie *Estatistica e biographias parlamentares portuguezas*, onde se encontra a menção dos projectos e propostas de lei, que já como deputado, já como ministro de Estado effectivo, apresentou ás côrtes (1854-1883). A historia parlamentar tem nesse artigo uma rezenha interessante. *Almanach illustrado do Diario da Tarde*, Porto 1903, artigo de José Victorino Ribeiro. Entrevista do jornalista hespanhol Luiz Morote, no *Heraldo de Madrid*, reproduzida no *Correio da Noite*, de Lisboa, de 27 de julho de 1907. Constitue uma auto biographia politica do chefe progressista, então em lucta contra a dictadura franquista d'essa epoca.

**Pereira da Costa** (*Constantino*). Escriptor que falleceu depois de 1859. Era um miguelista muito ferrenho. Escreveu: *Elogio dedicado aos bons realistas portuguezes*, Lisboa, 1828; saiu com as iniciaes C. P. C. de S. M.; *Demonstração politica sobre os extinctos direitos do Imperador do Brazil á corôa de Portugal*, Lisboa, 1829. Traduziu em 1838; o *Manifesto dos realistas portuguezes*, escripto em francez por João da Cunha Neves de Carvalho Portugal, accrescentado com muitas notas, tendo no fim uma *Relação de alguns assassinatos politicos perpetrados em Portugal pelos liberaes depois da Convenção de Evora Monte*.

**Pereira da Costa** (*Francisco*). Um dos nossos mais notaveis violinistas. N. no Porto em 30 de janeiro de 1847, fal. no Rio de Janeiro a 24 de junho de 1890. Era filho de Thomaz Pereira, tambem musico, exercendo ao mesmo tempo o mister de tecelão. Desde muito novo começou Francisco Pereira da Costa a revelar grande vocação para a musica, tendo tido por mestre Agostinho Bandoni; aos 7 annos começou a aprender a tocar violino, fazendo progressos taes que o afamado violinista Nicolau Ribas se interessou por elle encarregando-se com o maior desvello de lhe dirigir a educação artistica. Pouco tempo depois Nicolau Ribas apresentou o pequeno discipulo n'um concerto que se realisou na Sociedade Philarmonica Portuense em 22 de janeiro de 1857. Pereira da Costa não tinha ainda os 10 annos completos, e a fórma como elle se houve executando com extraordinario desembaraço uma das phantasias, embora pouco difficeis, de Singelée, causou o maior assombro. Alguns mezes mais tarde apresentou-se em publico, em 2 de maio, no theatro de S. João, tocando uma phantasia sobre o *Rigoletto*, com acompanhamento de orchestra, composta expressamente por Nicolau Ribas para o seu discipulo. Em 6 de novembro do mesmo anno deu outro concerto em beneficio

das familias que tanto haviam soffrido com a febre amarella, que n'esse anno de 1857 assaltou Lisboa. Este concerto, muito concorrido principalmente pela primeira sociedade portuense, despertou o maior enthusiasmo. Enviado o producto d'este concerto para Lisboa ao Centro promotor das Classes Laboriosas, para que esta associação lhe désse o devido destino, tão gratamente foi recebido que o retrato do infantil violinista foi mandado pintar a oleo e collocado n'uma das salas da mesma associação Em 7 d'abril de 1858 saiu pela primeira vez do Porto para vir a Lisboa, publicando por essa occasição o jornal *Porto e Carta* uma poesia em seu louvor. Deu um concerto no theatro de D. Maria II em 27 de maio, e dias depois D. Pedro V o chamou ao paço, e tendo o ouvido o elogiou muito, deu-lhe sabios conselhos, e presenteou-o com um alfinete de brilhantes. Pereira da Costa tomou parte n'um concerto da Academia dos Professores de Musica, em 30 de junho. N'esse concerto tomaram parte os irmãos Croner e outros nossos mais notaveis artistas. A familia real tambem assistiu. Incitado pelos applausos que unanimemente eram prodigalisados ao pequeno violinista, cujo talento tão rapidamente se desenvolvia, o pae resolveu fazer todos os sacrificios para o mandar estudar em Paris. Pereira da Costa deu então um concerto de despedida no theatro de S. João em 6 de novembro de 1858. Os portuenses fizeram-lhe uma imponente ovação, e alguns poetas lhe dedicaram poesias, que se publicaram nos jornaes. Elle proprio escreveu uma poesia a despedir se do publico, a qual foi publicada no jornal *Porto e Carta* de 13 de novembro. Veiu a Lisboa, ainda tocou em publico uma vez no Casino Lisbonense, e em 30 de novembro partiu para Paris, onde chegou em 8 de dezembro Estudou ali primeiramente com o professor Jules Garcin, em que se habilitou a concorrer aos exam s de admissão no Conservatorio, e sendo admittido entrou para a classe do professor Alard. Aprendeu tambem piano o harmonia. No meado do anno de 1863 regressou a Portugal. Esteve em Lisboa, tocando no theatro de S. Carlos em duas recitas, uma em 28 de novembro e outra em 5 de dezembro. Tocou tambem no paço d'Ajuda na presença d'el-rei D. Luiz, que n'essa occasião o nomeou musico da real camara. A imprensa de Lisboa teceu-lhe os maiores elogios. Voltou ao Porto, fazendo-se ouvir na Philarmonica Portuense em 16 de janeiro, no theatro de S. João em 28 de fevereiro e em 15 de março de 1864. Em seguida fez uma digressão pelas provincias do norte, e vindo outra vez a Lisboa, deu um concerto no theatro de D. Maria II em 25 de junho. Procurando explorar mais vasto campo, embarcou para o Brazil n'esse mesmo anno. Chegando ao Rio de Janeiro estreou-se no theatro lyrico em 30 de agosto, tendo a fortuna de logo conquistar as geraes sympathias. A imprensa brazileira deu noticia da estreia, dirigindo lhe phrazes elogiosas. Percorreu então muitas das cidades do Brazil, sendo sempre por toda a parte muito bem recebido e applaudido. Em principios de junho de 1865 estava em Pernambuco, d'onde regressou ao Porto, chegando a esta cidade em 23 de julho, trazendo alguns contos de réis. O pae determinou que fôsse novamente aperfeiçoar-se em Paris aproveitando os recursos obtidos, e a esse proposito deu um concerto de despedida no Porto em 8 de setembro e outro em Lisboa. Mas no Brazil, onde a sua carreira teve um periodo tão brilhante, ahi o destino lhe deparou um obstaculo que se tornou para elle invencivel, obrigando o a não proseguir nas suas glorias artisticas. Uma filha do poeta da Bahia Francisco Moniz Barreto apaixonou-se pelo distincto artista, e teve artes de se apoderar do seu fraco espirito dominando-o para sempre. Pereira da Costa tinha um caracter bondoso, extremamente docil, sem vontade propria, deixando-se por isso facilmente dominar. Chegando a Paris, encontrou ali, por acaso ou por anterior combinação, a apaixonada brazileira, que o fez pôr de parte os estudos e esgotar todos os recursos obtidos. No fim de um anno o proprio pae ali o foi buscar, empregando em vão todos os esforços para o separar d'aquella que nunca mais abandonou, e com quem mais tarde veiu a casar. Desde então, subjugado pelo dominio d'essa mulher, não fez mais progressos sensiveis. Esteve em Lisboa nos mezes de abril e maio de 1868, deu aqui um concerto em seu beneficio e tocou em varios outros. Era sempre bem recebido, mas a situação financeira conservava-se deploravel, tendo chegado ao ultimo apuro devido ao mau governo domestico. Em junho voltou ao Porto e contratou-se para tomar parte n'uma serie de concertos dados ao ar livre no jardim do Palacio de Crystal, os quaes se realisaram até ao principio de agosto; renovou o contrato para outra série, realisada durante o mez de setembro no theatro de Gil Vicente. Em maio de 1869 estava outra vez em Lisboa, no mesmo estado financeiro deploravel. Por esse tempo adoeceu Tito Mazoni, primeiro violino a solo da orchestra de S. Carlos, e Pereira da Costa foi admittido n'aquelle logar, resolvendo estabelecer-se aqui definitivamente, mas o dominio da mulher nunca o deixou proceder sensatamente. Faltava a cada momento ás suas obrigações, umas vezes chegava tarde, outras não apparecia, sendo preciso ir buscal-o a casa a disputal-o á creatura que o retinha por qualquer simples capricho. A situação tornou-se insustentavel em Lisboa, e partiu para o Brazil no anno de 1871. Por fim estabeleceu se no Rio de Janeiro, onde viveu sempre em lucta com a má sorte, apezar de ser muito estimado e considerado. Uma lesão cardiaca se lho declarou, e a que succumbiu, depois de soffrer muito tempo. Os jornaes do Rio de Janeiro deram todos a noticia da sua morte, lastimando tão notavel perda para a arte.

**Pereira da Costa** *(Francisco Antonio)*. Bacharel formado em Philosophia e Medicina pela Universidade de Coimbra, lente de Historia Natural na Escola Polytechnica, director do Museu de Historia Natural na referida escola, etc. N. em Lisboa a 11 de outubro de 1809, fal. em 1889. Era filho de Antonio Pereira da Costa, pharmaceutico. Revelando uma intelligencia pouco vulgar, e sendo muito estudioso, mostrou ardentes desejos de cursar escolas superiores, a que seu pae annuiu. Matriculou se então aos 16 annos, em 1825, na Universidade Coimbra, nas faculdades de Philosophia e Medicina. Por infelicidade, logo no principio de 1826 falleceu D. João VI, e deu-se a regencia da infanta D. Izabel Maria, a que se seguiram as luctas politicas e sangrentas, entre os partidarios de D. Pedro IV e do infante

D. Miguel, luetas que forçosamente tinham de influir em todo o paiz. Pereira da Costa, professando idéas liberaes, seguiu a maioria dos seus condiscipulos e contemporaneos, entre os quaes figurava o grande tribuno José Estevão Coelho de Magalhães, alistou se no batalhão academico, e em 1828, como consequencia necessaria, foi riscado da Universidade, assim como uma gran de parte dos academicos. O pae, que tambem era muito conhecido como liberal exaltado, viu-se obrigado a emigrar para o estrangeiro, deixando a familia em tristes condições. Pereira da Costa, vendo interrompido o curso, em que se tinha manifestado dedicado e distincto estudante, e sem esperanças de o poder continuar, voltou para Lisboa para junto de sua mãe, e de um seu irmão mais novo, ainda creança encarando a adversidade com a maior resignação, mas primeiro que tudo era urgente sustentar sua familia, e já que a Universidade lhe fechara as portas, tinha de dedicar-se ao trabalho, pois os recursos escasseavam. Entrou resolutamente a administrar a pequena pharmacia que seu pae abandonara A adversidade, porém, não deixava de o perseguir. Defronte estava aquartelado um batalhão de soldados realistas, e estes começaram a dirigir-lhe insultos, alcunhando-o de *malhado*, e outros epithetos injuriosos, que elle ouvia resignado; mas os soldados, não se contentando com os insultos principiaram a atirar pedras ao estabelecimento, quebrando os vidros, frascos e outros objectos, o que obrigou o pobre rapaz a fechar a pharmacia. A' generosidade d'um amigo dedicado deveu alcançar uns parcos meios para prover ás necessidades urgentes da familia. Conservou-se n'esta situação triste e afflictiva até 1833, em que triumphou o regimen constitucional. Pereira da Costa mudou de circumstancias, e depois de servir nas linhas, conseguiu poder voltar á Universidade, e continuar os estudos interrompidos. Faltavam-lhe, porém, recursos. Seu pae havia morrido no Porto. Teve então a sorte de alcançar do novo governo uma mezada de 14$400 réis para completar os estudos. D'este subsidio repartia parte com a familia, e voltou para Coimbra a estudar. Obteve, depois de distincta frequencia e de bons exames, o grau de bacharel nas faculdades de Philosophia e Medicina. Havia-se creado então em Lisboa, pelo decreto de 11 de janeiro de 1857, a Escola Polytechnica, e Pereira da Costa oppoz-se á cadeira de Mineralogia e geologia, que se tratava de provêr, e depois d'um concurso brilhante foi proposto ao governo pelo conselho escolar. Por questões politicas, porém, só veiu a ser despachado a 30 de abril de 1840. Os seus primeiros esforços encaminharam se a augmentar quanto possivel a diminuta collecção de mineraes que tinham pertencido á Casa da Moeda, e a redigir um compendio adequado ao programma da cadeira, e compativel com o tempo destinado ao ensino em cada anno lectivo. Luctou para isso com bastantes difficuldades. Sendo poucos os recursos, limitou-se a escrever umas excellentes folhas lithographadas, que depois em outra edição augmentou e aperfeiçoou em harmonia com os progressos incessantes da sciencia. Sendo socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, esta o nomeou lente da sua cadeira de introducção á Historia Natural. Em 1857 foi creada uma commissão encarregada de estudar a geologia do paiz, e de coordenar a nossa carta geologica; e Pereira da Costa teve a nomeação de director. Foi elle quem emprehendeu os primeiros estudos de Paleonthologia da nossa terra. Depois de reunir grande copia de materiaes, publicou dois importantes fasciculos com relação aos gasteropodes dos terrenos tercíarios, um a respeito do homem em epocas remotas no valle do Tejo, e ainda outro ácêrca dos dolmens portuguezes, obras que lhe alcançaram grande fama entre os sabios estrangeiros. Acontecimentos posteriores demoraram a commissão. Pereira da Costa continuou, porém, a ser encarregado da exploração paleontologica do Museu Nacional, que o duque de Loulé, pouco tempo antes, por carta de lei de 6 de março de 1858, havia mudado da Academia Real das Sciencias para a Escola Polytechnica. Ao mesmo tempo tambem se dedicava ao augmento das collecções mineralogicas da secção do Museu, de que foi director. A industria mineira tambem lhe deveu muitos serviços. Em 1853, quando foi creado o ministerio das obras publicas, foi nomeado membro do conselho de minas, Como lente decano da Escola Polytechnica exerceu por alguns annos a sua direcção. Pereira da Costa foi agraciado com a carta de conselheiro por decreto de 26 de novembro de 1868; era doutor honorario da faculdade de Philosophia da Universidade de Breslau, e commendador da ordem de Christo, rejeitando a commenda da de S. Thiago, que tambem lhe foi offerecida. Bibliographia: *Lições de Mineralogia*, um vol. in folio, lithographado na Lithographia da Escola Polytechnica, sem data; *Traducção do opusculo de Daniel Sharp sobre a geologia dos suburbios do Porto;* saiu no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica* tomo II da 2.ª serie a pag. 143; *Da existencia do homem em epocas remotas no valle do Tejo; primeiro opusculo; noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no cabeço d'Arruda; com a versão em francez por M. Dalhunty*, Lisboa, 1865; com 7 estampas; *Molluscos fosseis*; *Gasteropodes dos depositos terciarios de Portugal; com a versão franceza por M. Dalhunty*, Lisboa, 1866; com 15 estampas; *Molluscos fosseis; Gasteropodes dos depositos terciarios de Portugal*, 2.º *caderno;* saiu em 1867; *Monumentos pre-historicos; Noções sobre o estado pre historico da terra e do homem, seguido da descripção de alguns dolmens ou antas de Portugal; com a traducção franceza de M. Dalhunty*, Lisboa, 1868; com 3 estampas lithographadas.

**Pereira da Costa** (*João Evangelista*). Organista, pianista e compositor. N. em Lisboa em 1804 e fal. em Calais em 1832. Era filho de Bartholomeu da Costa e de Catharina Maria Pereira da Costa. Um tio, o P. João Pereira, que era um bom musico e muito affeiçoado ao sobrinho, lhe ensinou na primeira infancia os principios da arte, e notando-lhe extraordinaria vocação para a musica o trouxe para Lisboa, e o matriculou no Seminario Patriarchal a 9 de janeiro de 1815, contando então João Evangelista apenas de 10 annos de edade. Durante dois annos que esteve ali estudando, tornou-se notavel o seu desenvolvimento e applicação, mas em 1817 saiu voluntariamente do seminario, sem ter seguro destino, no anno de 1820 já exercia as funcções de organista, e entrou para a irmandade de Santa Cecilia em 29 de março d'esse anno. Pela

mesma epoca começou a evidenciar se pelas diversas composições de musica religiosa, modinhas, trechos para piano, e farças que se representaram no theatro da Rua dos Condes, onde foi mestre ensaiador. Depois entrou para o theade S. Carlos como pianista acompanhador, ganhando desde logo a estima do professor italiano Carlo Coccia, de quem recebeu conselhos que lhe fôram muito uteis. Em 23 de fevereiro de 1824 realisou um beneficio n'aquelle theatro, em que apresentou ao publico a sua primeira composição importante, um elogio dramatico intitulado *O Merito exaltado*, que no programma se dizia dedicado á nação portugueza. João Evangelista costumava todos os annos fazer um beneficio, umas vezes na Rua dos Condes e outras em S. Carlos, apresentando sempre n'essas noites uma composição sua. Tres mezes depois apresentou no theatro de S. Carlos uma outra composição de egual genero, que se cantou em 13 de maio de 1824, anniversario natalicio d'el-rei D. Jão VI, a qual tinha por nome *Jove Benefico*, executando tambem a orchestra uma grande symphonia, composição do notavel artista. Estas composições agradaram muito, e o seu autor foi considerado um musico de grandes esperanças. Aconselharam-lhe uma viagem a Italia ou a França, idéa muito agradavel ao seu caracter irrequieto; sobretudo ir a França era a sua aspiração, porque João Evangelista apaixonara-se pelas idéas liberaes tão desenvolvidas n'aquella epoca. Empregou, portanto, todos os esforços para obter meios de realisar essa viagem, e parece que o elogio dramatico em honra de D. João VI fôra escripto no intuito de alcançar o auxilio do monarcha, o que effectivamente conseguiu. Em 1825 partiu para França; escreveu n'esta occasião um hymno a tres vozes com acompanhamento de piano, que dedicou a D. João VI, o qual ficou inedito. O seu desejo de ir a França tinha ainda outra causa, porque João Evangelista havia casado por esse tempo com uma senhora franceza, Celeste Adelaide Filippe, pertencente a uma das principaes familias de Dunkerque, filha do considerado negociante Jean Jacques Antoine Filippe, que esteve de passagem em Lisboa. Achava-se em Paris, quando falleceu D. João VI, em março de 1826, acontecimento que lhe inspirou uma composição, que mandou imprimir, com o seguinte titulo: *A' morte do senhor D. João VI rei de Portugal, imperador do Brazil; marcha funebre para piano forte composta e dedicada á Nação Portugueza*, Paris, etc. Pouco tempo depois regressou a Lisboa, vindo occupar o logar de segundo mestre no theatro de S. Carlos, sendo o primeiro o grande maestro Mercadante. O theatro tinha fechado em demonstração de luto pele morte do monarcha e reabriu em 12 de junho, epoca de grande effervescencia politica e enthusiasmo por parte dos constitucionaes em consequencia de D. Pedro IV ter outhorgado a Carta Constitucional. No dia 31 de julho, em que se realisou o juramento da Constituição houve recita de gala, para a qual João Evangelista compoz uma cantata intitulada *La Reggia di Astrea*, cujo final era um hymno com a letra em portuguez, que causou o maior enthusiasmo, dando pretexto a ruidosas manifestações politicas; cada cantor cantava a sua estrophe terminando sempre pela palavra Constituição, a que toda a platéa respondia dando vivas e applaudindo estrepitosamente. O hymno de João Evangelista, pela enorme fama que adquiriu, tornar se-ia o canto official dos liberaes, se pouco depois D. Pedro IV não tivesse enviado do Brazil o seu hymno da Carta, que pela primeira vez se cantou em S. Carlos, a 6 de janeiro de 1827, com instrumentação do proprio João Evangelista. No dia 22 de janeiro, anniversario da imperatriz D. Maria Leopoldina, apresentou o nosso maestro outra cantata, com o titulo *O Tributo á Virtude*. Escreveu ainda outro hymno, *Os direitos individuaes*. N'esse tempo, porém, havia elle preparado um trabalho de maior vulto, a sua opera *Egilda di Provença*. Não se sabe ao certo, quando ella se cantou pela primeira vez, mas parece que foi em 1827, porque o *Constitucional* de 29 de janeiro de 1828 publicou um extenso artigo analysando a opera e a sua execução, fazendo uma critica aspera e severa. A abertura da opera, reduzida para piano, imprimiu-se, e executou-se muitas vezes nos concertos das academias e em festas de egreja. Na critica do *Constitucional* accusava-se o maestro Mercandante por ter supprimido o solo de clarinete, que devia ser tocado por Canongia, o que deu logar a que o maestro italiano respondesse com uma carta do proprio Canongia, que declarava ter sido o solo supprimido por occasião da sua doença, e que voltando a exercer o seu logar, continuara a suppressão por se julgar que esse solo não fazia falta, e até porque geralmente se reconhecera ser muito extenso e de pouco effeito. João Evangelista escreveu mais duas arias para S. Carlos, uma intercalada na opera *Temistocle* de Pacini, e outra, com letra em portuguez, que a cantora Pietralia executou na noite do seu beneficio, em 14 de janeiro de 1828. Em março d'este anno emprehendeu a publicação d'um jornal de musica, que principiaria a sair no principio de abril. Mas n'esse tempo os successos politicos tinham tomado um aspecto sinistro com a proclamação do governo absoluto e perseguição aos liberaes. Para um compositor de hymnos á Constituição, era um caso perigoso, apezar de João Evangelista dispôr de altas protecções. Conservou se ainda algum tempo em Lisboa, retrahido n'uma prudente obscuridade, mas tendo fechado o theatro de S. Carlos no fim do anno de 1828, resolveu-se no anno seguinte a tomar o caminho da emigração, e retirar se para França. Dizem que antes de partir, praticou um acto de verdadeira loucura. João Evangelista era organista da capella real; um dia em que D. Miguel assistia á missa e elle estava ao orgão, no momento da elevação da hostia em que todos estavam prostrados e ninguem, por conseguinte, podia mover-se, começou a florear o hymno da Carta. Acto continuo desappareceu escapando-se com a maior presteza e fortuna de não ser recompensado pela sua inspiração musical. Pouco tempo antes, quando alguns liberaes ainda estavam illudidos sobre as intenções de D. Miguel, João Evangelista teve tambem uma extravagante idéa, só propria de um cerebro muito incandescido. Escreveu um *Te-Deum* a 8 vozes e orgão, tomando por thema o ultimo versiculo do hymno da Carta. No *Diccionario biographico dos musicos portuguezes*, de Ernesto Vieira, d'onde extrahimos estes apontamentos, lê-se o seguinte a este respeito, a pag. 357, do 1.º volume: «Possuo

a partitura d'essa composição singular. E' trabalho excessivamente extenso, tão grande como um grande acto de opera; e com uma opera se parece não só na extensão como na estructura, pois que tem arias, recitativos e coros, exactamente como em qualquer composição theatral d'aquella epoca. O thema final é trabalhado com extremado esmero e extraordinaria phantasia; as imitações entrelaçam-se n'elle com excessiva complicação, em que as modulações são procuradas com ancia e nenhuma naturalidade. Reconhece-se n'este trabalho um furor de produzir obra que cause espanto, levado esse furor quasi ao desequilibrio mental. Está portanto longe de ser uma obra de arte bem ponderada, embora demonstre ser feita por um bom harmonista. O seu autor nunca chegou a ouvil-a executada em publico, mas parece ter começado a ensaial-a, segundo consta da tradição. Em 1873 appareceu com ella José Maria Christiano, que a mandou instrumentar por Monteiro d'Almeida e Freitas Gazul, fazendo-a executar na egreja de S. Domingos em 24 de julho d'esse anno. Depois desappareceu de novo até vir parar ás minhas mãos.» Quando em 1831 os liberaes que estavam no Brazil vieram incorporar-se ao exercito expedicionario de D. Pedro IV, João Evangelista escreveu mais um hymno, cuja poesia foi de José Victorino Barreto Feio, hymno que se imprimiu em Paris com o titulo: *Hymno dos Emigrados portuguezes na sua volta do Rio de Janeiro para a Europa—Palavras de J. V. Barreto Feio, musica de J. Evangelista P. da Costa.* Parece que este hymno foi a sua ultima producção, porque falleceu no anno seguinte. Além das composições apontadas, ficaram manuscriptas as seguintes: *As nuvens disseram basta!*; *Variações para piano forte*, tendo no fim a data de fevereiro de 1828; *Laudate Dominum*, psalmo a 4 vozes e orchestra; *Miserere*, a 3 vozes e pequena orchestra; *Doze modinhas e arias com letra em portuguez*, entre ellas uma intitulada *Os sonhos*, poesia de Antonio Feliciano de Castilho. Tambem existem umas *Matinas de Nossa Senhora do Carmo*, e *Matinas do Natal*, ambas a 3 vozes e orgão. A viuva, uma filha e um filho de João Evangelista, regressando a Portugal, depois da morte d'este, e estabelecendo se em Lisboa, vieram a ter um tragico fim; fôram as victimas do celebre crime commettido em 1841 por Mattos Lobo, primo do compositor. V. *Portugal*, vol. IV, pag. 934.

**Pereira da Costa** *(José Frederico).* General de divisão reformado, ajudante de campo honorario de el-rei D. Manuel II, presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar. N. em 17 de outubro de 1819, fal. em 10 de fevereiro de 1910. Era filho do 1.º visconde de Ovar, Antonio da Costa e Silva, e de sua mulher, D. Thereza da Conceição de Oliveira Costa. Assentou praça no 1.º regimento d'artilharia em 8 de julho de 1835; foi alumno da Academia de Marinha e Commercio do Porto, onde obteve os premios dos 1.º e 2.º annos de Mathematica. Sendo anspessada em aspirante a official do 3.º regimento de artilharia, foi promovido a 2.º tenente para o mesmo regimento em 28 de julho de 1837, concluindo o curso da arma em 29 de julho de 1839. Por decreto de 26 de novembro de 1840 foi promovido a 1.º tenente para o 1.º regimento de artilharia. Foi ajudante de campo de seu pae, successivamente nos cargos de commandante geral de artilharia; commandante da 1.ª direcção do exercito em operações; commandante interino da 1.ª divisão militar, ministro da guerra e na segunda vez commandante geral da artilharia, auxiliando efficazmente seu pae, no desempenho ds seu cargo de ajudante sempre com uma rara energia e decisão nas difficeis commissões que desempenhou. Em 19 d'abril de 1847 foi promovido a capitão para o estado maior de artilharia, e foi graduado em major em 23 de dezembro do mesmo anno. Em 14 de agosto de 1849 foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, e em 1850, obteve o mesmo grau na ordem de Aviz. Foi promovido a major effectivo para artilharia n.º 3, em 29 de abril de 1851, sendo louvado pelos bons serviços em 21 de julho de 1864. Em 7 de novembro de 1865 foi nomeado inspector do material de artilharia para a 9.ª divisão; em 31 de dezembro de 1866 foi promovido a tenente-coronel para artilharia n.º 2; e n'esse mesmo anno teve a mercê da medalha militar de prata de comportamento exemplar, e em 1867, da medalha de prata de bons serviços. Em 2 de janeiro de 1869 foi encarregado de superintender no ajustamento das contas da extincta Companhia d'artilharia da guarnição da ilha da Madeira; em 27 do mesmo mez foi nomeado commandante do material de artilharia da subdivisão militar do Funchal; em 16 de julho de 1869 foi nomeado vogal dos exames dos alumnos do curso de artilharia. De 10 a 19 de maio de 1870 exerceu o cargo de chefe do estado maior da 1.ª divisão militar e, devido ao seu bom criterio e ás acertadas providencias que tomou, se deve não ter assumido excepcional gravidade a revolta planeada e levada a effeito pelo marechal duque de Saldanha. Em 4 de junho de 1870 foi nomeado commandante interino do polygono de Vendas Novas, e em 1 de agosto do mesmo anno vogal da commissão encarregada de proceder ás experiencias com as armas dos diversos systemas; n'este anno foi condecorado com a commenda da ordem de Aviz; em 23 de agosto do mesmo anno foi nomeado chefe da 1.ª repartição da direcção geral de artilharia; em 30 de dezembro de 1871 vogal da commissão de aperfeiçoamento da arma; em 18 de dezembro de 1872 foi promovido a coronel. Foi eleito deputado pelo circulo 33, na legislatura que começou em 2 de janeiro de 1875, e pelo circulo 46, nas legislaturas que começaram em 2 de janeiro de 1879, e em 2 de janeiro de 1880, e par do reino electivo. Por decreto de 9 de maio de 1883 foi promovido a general de brigada; em 30 de janeiro de 1884 nomeado commandante da Escola do Exercito, e dirigiu este estabelecimento até 1893, introduzindo ali importantissimos melhoramentos, tanto no que respeita ao ensino como nas installações, sendo da sua iniciativa o actual refeitorio. Em 1888 foi nomeado vogal da commissão superior da guerra; em 5 de outubro de 1889, nomeado presidente do jury dos exames para o posto de general; em 15 de março do mesmo anno fôra agraciado com a gran cruz da ordem de Aviz; a 5 de fevereiro de 1890 foi promovido a general de divisão, e em 1893, nomeado director da secretaria da guerra e ajudante de campo honorario d'el-rei D. Carlos I. Reformou-se no posto de general de divisão em 24 de outubro de 1895, e n'esse anno foi exone-

rado da secretaria da guerra, sendo então investido no cargo de presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar, que exercia ainda quando falleceu.

**Pereira da Costa** *(Luiz)*. Doutor em Medicina, e lente cathedratico da Universidade de Coimbra. Nasceu em Monte Redondo a 20 de maio de 1847, sendo filho de Luiz Pereira da Costa. Matriculando se na faculdade de Mathematica fez a sua formatura em 1876; seguiu depois o curso de Medicina, que completou em 1881, tornando-se tão distincto que recebeu o primeiro premio em todos os annos. Doutorou-se em 16 de julho de 1882. No anno seguinte foi despachado preparador de anatomia pathologica, e em 1884 lente substituto de medicina. E' hoje lente cathedratico da sexta cadeira da mesma faculdade, e clinico da junta consultiva dos hospitaes da Universidade. Escreveu: *Considerações sobre um caso de eclampsia;* sairam na *Coimbra medica* do anno de 1881, n.ᵒ 10, 17, 18 e 19; *Nozologia da febre puerperal*; foi a sua dissertação para a acto de licenceado na faculdade de Medicina; saiu tambem na *Coimbra medica*, do anno de 1882, n.ᵒ 10, 11 e 12; *Banhos do mar, elementos de hydrotherapia maritima*, Coimbra, 1882, foi a sua dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas na Universidade; *Theses de medicina theorica e pratica*, Coimbra, 1882; *Acção physiologica dos elementos de hydrotherapia maritima*, Coimbra, 1884; foi a sua dissertação de concurso a um logar de lente substituto na faculdade de Medicina; *Banhos do mar; elementos de hydrotherapia maritima*, Coimbra, 1886.

**Pereira da Costa** *(Manuel)*. Professor de grammatica latina em Lisboa, e escriptor. N. em Moncorvo a 3 d'abril de 1697, fal. depois do anno de 1768. Era filho de Manuel Pereira da Costa e de Anna de Gouveia. Estudou humanidades e lingua latina no Collegio de Santo Antão, da Companhia de Jesus. Foi muito perito na poesia latina e portugueza, e no estudo da historia sagrada e profana. Conhecia profundamente as linguas latina, franceza e italiana. Escreveu: *Historia romana por perguntas e respostas, desde a fundação de Roma até o presente, traduzida do francez*, Parte 1.ª, Lisboa, 1743; teve 2.ª edição em 1746; a 2.ª parte não consta que fôsse publicada; *Calliope Sacra, em doze sonetos á real fundação do convento de Mafra*, Lisboa, 1753; *Applauso harmonioso com que se celebram algumas acções dos progenitores da exᵐᵃ Casa de Abrantes*, Lisboa, 1750; *Achilles em Sciro, opera de Pedro Metastasio, traduzida em verso portuguez*, Lisboa, 1755; sem o nome do traductor; *Elevações a Deus, traduzidas do francez, de Bossuet; Genethliacon, sive Carmen natalitum, quo Beriae Principis natalis dies á Lusitania celebratur*, Olyssipone, 1761; *Resposta á carta que o dr. Francisco da Silva Mascarenhas escreveu ao autor d'esta, pedindo-lhe dissesse o conceito que fazia dos Exercicios da lingua latina portugueza, que deu á luz o P. Antonio Pereira*, Lisboa, 1768. Tem tambem um *Romance* em louvor do autor da *Bibliotheca Lusitana*, Diogo de Barbosa Machado, no 1.º tomo d'esta obra; uma *Carta* ao conde de Vimioso e dois *Sonetos*, que andam na *Vida do infante D. Luiz*, do mesmo conde; alguns *Versos* á morte da infanta D. Francisca, insertos na celebração que se intitula *Sentimentos metricos;* uma *Censura* e um *Soneto* nas *Observações sobre a orthographia latina* do P. Antonio Pereira de Figueiredo, etc.

**Pereira Coutinho** *(Fr. Antonio Forjaz)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho, prior da ordem de Aviz, succedendo n'este priorado a seu irmão o eremita augustiano Fr. Joaquim Forjaz Pereira Coutinho. Pouco tempo, porém, gozou d'esta dignidade, porque fal. a 5 de dezembro de 1799.

**Pereira Coutinho** *(Bernardo)*. Desembargador, presidente da alçada que foi julgar em 1817 os revolucionarios de Pernambuco. Praticou ali incriveis atrocidades.

**Pereira Coutinho** *(Francisco)*. Moço fidalgo, por alvará de 26 de março de 1498; capitão de Gôa, capitão da capitania de Pernambuco, etc. Era filho de Affonso Pereira, caçador-mór de D. Affonso V, do seu conselho e alcaide-mór de Santarem, e de sua segunda mulher, D. Catharina Coutinho, filha dos segundos condes de Marialva. Serviu no reino, na Africa, na India e na America. Foi capitão de Gôa a 27 de janeiro de 1521, do conselho de João III em 1534, e teve, em galardão dos seus serviços, a 5 d'abril d'este mesmo anno, a capitania da Bahia de Todos os Santos, no Brazil, de juro e herdade, sendo um dos donatarios, entre os quaes foi dividido o Brazil por D. João III. Era já velho quando foi tomar posse do territorio que lhe fôra distribuido. Violento por indole, e desprezador da selvagem bravura dos Tupinambas, como quem estava costumado a medir-se com mais terriveis inimigos, quiz levar tudo a ferro e a fogo, e não conseguiu senão vêr o seu estabelecimento de Villa-Velha destruido pelos indigenas. Succumbiu a uma revolta dos indigenas em 1549. Era casado com D. Margarida Pereira de Lacerda, filha de Reimão Pereira de Lacerda e de D. Izabel Pereira.

**Pereira Coutinho** *(D. Francisco de Lemos de Faria)*. Freire conventual da ordem de S. Bento de Aviz, bispo de Coimbra, conde de Arganil, senhor de Coja, do conselho d'el-rei D. João VI, reitor da Universidade de Coimbra, etc. N. na casa de Marapicu, freguezia de Santo Antonio de Jacotinga, termo da cidade do Rio de Janeiro, a 5 de abril de 1735, fal. em Coimbra a 16 de abril de 1822. Era filho de Manuel Pereira Ramos de Lemos e Faria. Depois de estudar os preparatorios nas escolas dos jesuitas no Rio de Janeiro veiu para Portugal, onde frequentou o curso de Direito Canonico da Universidade de Coimbra, sob a direcção de seu irmão mais velho João Pereira Ramos d'Azeredo Coutinho, professor na mesma Universidade. Recebeu o grau de doutor em 24 de outubro de 1754. Em 1761 foi nomeado reitor do collegio das Ordens militares, e em concurso obteve uma cadeira de opposição, e depois de lente na Universidade. Em 1767 foi despachado juiz geral das ordens militares, e em 1768 desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação. No anno de 1768 tambem foi provido n'um logar extraordinario do tribunal do Santo Officio e deputado da Mesa Censoria. Em 8 de maio de 1770 foi nomeado reitor da Universidade, tomando posse no dia 29 do mesmo mez. Foi depois chamado pelo governo para fazer parte da junta creada sob o nome de Providencia Litteraria, encarre-

gada da reforma da Universidade sob a inspecção do cardeal da Cunha e do marquez de Pombal. Por carta regia de 11 de setembro de 1772, foi nomeado reformador da Universidade, para servir este cargo juntamente com o de reitor. A carta regia foi apresentada ao claustro pelo proprio marquez de Pombal a 22 do mez de outubro seguinte, com a ordem de se cumprir e registar escripta pela sua propria letra e firmada com a assignatura de *Marquez visitador*, sendo o mesmo marquez quem lhe conferiu a posse no dia seguinte. Desempenhava estes cargos quando se deu a memoravel reforma dos estudos academicos, e dirigiu os novos estabelecimentos litterarios até ao mez de outubro de 1779, em que foi substituido nos ditos cargos pelo Principal Mendonça, depois patriarcha de Lisboa. Por essa occasião teve a mercê da carta de conselheiro. Em setembro de 1773 foi nomeado vigario capitular e bispo coadjutor e futuro successor do bispo de Coimbra, e confirmado com o titulo de bispo de Zenopoli por bulla de 13 de abril de 1774, entrando na effectiva successão em 1779, pela morte de seu antecessor o bispo-conde D. Miguel da Annunciação, deixando então a reitoria da Universidade. A 13 de maio de 1799 foi pela segunda vez nomeado reformador reitor da Universidade, de que tomou posse logo do dia 16, cargo que occupou até 27 de agosto de 1821, em que foi exonerado a seu pedido. Este segundo periodo da reitoria do venerando bispo comprehendeu os tempos calamitosos da invasão franceza, em que se suspenderam os trabalhos escolares, e durante os quaes o reitor esteve ausente em França, porque D. Francisco de Lemos foi um dos membros escolhidos pelo general Junot, em 1808, para fazer parte da deputação encarregada de ir a Bayona cumprimentar Napoleão, e pedir-lhe um rei da sua dynastia para Portugal, regressando ao reino com os seus companheiros em 1811. Foi eleito deputado ás côrtes geraes e constituintes em 1821 pelo Rio de Janeiro, mas não chegou a tomar posse, e falleceu no anno seguinte. Fizeram-se-lhe em Coimbra sumptuosas exequias, recitando n'essa occasião *orações funebres* os doutores Fr. Fortunato de S. Boaventura e o P. Antonio José da Rocha. Para a biographia d'este illustre prelado póde vêr-se a noticia que escreveu Varnhagen, publicada no tomo II, pag. 377, da *Revista trimensal do Instituto*, e o *Supplemento do Diario do Governo*, n.º 30, de 1822. O dr. Rodrigues de Gusmão publicou, a pag. 276 do tomo VII da *Revista Litteraria do Porto*, a *Resposta* que o bispo D. Francisco de Lemos deu ao secretario da Regencia, João Antonio Salter de Mendonça, que é uma especie de apologia do procedimento da supradita deputação mandada a França, de que elle fizera parte. D. Francisco de Lemos escreveu muitas pastoraes, mas parece que se perderam bastantes, por se terem procurado inutilmente no cartorio da Camara Ecclesiastica do bispado, e nos de algumas egrejas parochiaes, encontrando-se apenas na collecção pertencente á freguezia de S. Pedro noticia de duas, publicadas pelo bispo, e impressas quando ainda era vigario capitular no impedimento do bispo D. Miguel da Annunciação. Em 1762 publicou em Coimbra a *Oração gratulatoria recitada na Academia Liturgica a 4 de novembro de 1760.*.

**Pereira Coutinho** *(João Pinheiro)*. Medico que viveu no seculo XVIII. E' conhecido unicamente o seu nome pelo seguinte folheto, que publicou em 1731: *Allegação medico-legal sobre a defensa de João Pinheiro Pereira Coutinho, accusado por curar sem ser formado na Universidade de Coimbra, nem para isso ter licença do physico-mór do reino e casa.*

**Pereira Coutinho** *(Fr. Joaquim Forjaz)*. Eremita da ordem de Santo Agostinho. N. no logar de Corel, junto das Caldas da Rainha, a 13 de abril de 1742, fal. em Lisboa a 30 de outubro de 1798. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 15 de abril de 1758. Foi mestre de Theologia na sua ordem, prégador de D. João III, chronista da provincia, deputado da Junta da Bulla da Cruzada, prior mór da ordem de Aviz, socio da Real Academia de Historia Portugueza, da Arcadia de Roma, e da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Para a sua biographia póde vêr se *Estudos biographicos*, de Canaes, pag. 253, e Villela da Silva nas *Observações criticas a Balbi*, etc. Escreveu: *Oração gratulatoria pronunciada na cathedral de Castello Branco, no dia 6 de junho de 1775, por occasião dos felicissimos annos de Sua Majestade, e da estatua equestre que se levantou na capital do reino*, Lisboa, 1775; *Panegyrico da gloriosa acclamação da rainha nossa senhora D. Maria I*, Lisboa, 1778; *Elogio funebre, na trasladação do incorrupto cadaver da augustissima rainha, a Sr.ª D. Marianna de Austria, para o real hospicio de S. João Nepomuceno*, Lisboa, 1780; *Oração que recitou na presença de S. Majestade o Sr. D. Pedro III, pela occasião dos seus felicissimos annos*, Lisbôa, 1780; *Oração aos felicissimos annos da rainha nossa senhora D. Maria I, em nome da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa, 1781; *Oração Academica aos faustissimos annos da rainha a Sr.ª D. Maria I, em nome da Academia Real das Sciencias*, Lisboa, 1782; *Elogio funebre do fidelissimo rei D. Pedro III, pronunciado na capella real da Bemposta em 5 de julho, de 1786*, Lisboa, 1786; *Oração gratulatoria pelo faustissimo nascimento da serenissima princeza da Beira D. Maria Thereza, pronunciada na capella real*, Lisboa, 1793; *Pastoral a todos os subditos da sua jurisdicção, datada de 23 de abril de 1795, por occasião de ser nomeado Prior-mór*, Lisboa, 1795; *Memoria sobre algumas decadas ineditas de Diogo de Couto;* saiu no tomo I, pag. 339 a 344, das *Memorias de litteratura* da Academia Real das Sciencias; *Oração Academica que no dia da sua recepção na Academia Real da Historia Portugueza pronunciou*, etc., Lisboa, 1768; *Panegyrico ao feliz anniversario da gloriosa acclamação da rainha nossa senhora, D. Maria I*, Lisboa, 1778; *Oração gratulatoria pelo restabelecimento da saude do serenissimo principe do Brazil, na festa que celebraram os gentis-homens da sua real camara*, Lisboa, 1789; *Ao sr. Gonçalo Xavier de Alcaçova, secretario da Academia Real da Historia Portugueza, Ode*, sem logar nem anno de impressão.

**Pereira Coutinho** *(D. Manuel)*. Governador de Angola de 1620 a 1635. Succedeu a Fernão de Sousa, e foi 17.º governador. O capitão Antonio Bento sustentou, no seu tempo, guerras sempre felizes contra os sovas do interior. Em 1631 subjugou o sova Ambuiladua, mas a façanha mais notavel do seu governo foi o aprezamento de

duas naus hollandezas, que andavam molestando o nosso commercio em Benguella em 1633. Armaram-se então, em Loauda, 5 navios de guerra; apresentaram combate ás naus hollandezas, e depois de reuhido combate, no dia 15 de novembro de 1633, renderam-n'as e aprisionaram-n'as. Em 1635 foi D. Manuel Pereira Coutinho substituido por Francisco de Vasconcellos da Cunha.

**Pereira Coutinho** *(P. Manuel da Cruz)*. Presbytero secular, e prior da egreja parochial de S. Christovão, de Coimbra, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. na freguezia de Almagreira, concelho de Soure, em 1804, fal. em Coimbra em 25 de janeiro de 1880. Dizem ser filho do conego Mauuel Pereira Coutinho, e que só depois da morte de seu pae é que usou dos appellidos d'elle. Escreveu: *O Antiquario Conimbricense*, jornal de que saíram apenas 9 numeros; *Tratado sobre as quotas de fructos agrarios, denominados rações; em que se prova por documentos que os proprietarios particulares os contratavam na transmissão emphyteutica e censitiva dos seus terrenos adquiridos por titulo oneroso*, Coimbra, 1856; *Elvenda, ou a conquista de Coimbra, por Fernando Magno: romance historico, moral, elaborado sobre factos do seculo XI*, Coimbra, 1858; *Os direitos dominicaes, fóros e rações, julgados na Relação do Porto*, Coimbra, 1859; *Questão entre a Ordem Terceira da cidade de Coimbra, e o Hospital de S. José e Misericordia de Lisboa, sobre encargos pios não cumpridos*, Coimbra, 1861; *Da exportação da prata*, artigo publicado na *Revista juridica* de 1857; *Juizo critico ácêrca do Diccionario Bibliographico Portuguez*, etc., no *Conimbricense* de 18 de janeiro de 1859; escreveu varios outros artigos n'este jornal, e em outros jornaes litterarios de Coimbra. Escreveu mais: *Breves reflexões sobre o casamento civil*, Coimbra, 1866; *Os bens da egreja e o ex.mo deputado... doutor theologo*, Coimbra, 1868; *Es tenderetes do dr. Motta Veiga na questão dos bens da egreja com Manuel da C. Pereira Coutinho*, Coimbra, 1869; *Epigraphia conimbricense ou collecção de inscripções lapidares;* é o titulo d'um prospecto em 4.º, distribuido em 1869 com o nome do autor, tendo lithographadas as primeiras linhas dos tres epitaphios dos tumulos de S. Theotonio, de D. Fernando Fernandes Cogominho, no templo de Santa Cruz, e de Pedro Lourenço, nas ruinas do mosteiro de S. Jorge, de Coimbra; parte d'esta collecção, composta de 23 inscripções lapidares copiadas em papel com tinta de impressão, e algumas em duplicado, pertence hoje ao Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra por offerta do herdeiro do autor, Gonçalo Christovão de Meirelles, feita em 22 de junho de 1880; de todas se publicou a leitura e descripção no *Catalogo dos objectos existentes*, no referido museu, supplemento 1.º, de pag. 25 a 36; *Breve analyse aos primeiros 5 §§ do jornal «O Seculo», publicação de philosophia popular e de conhecimentos para todos, e á memoria «O homem primitivo e a sua imagem»*, Porto, 1878; *Memoria historica*, com o titulo de *Apontamentos para a historia dos hospitaes da Universidade de Coimbra, extrahidos dos documentos que actualmente se encontram no archivo dos mesmos hospitaes;* occupa a secção segunda, de pag. 157 a 242, da *Noticia historica dos hospitaes da Universidade de Coimbra*, pelo dr. A. A. da Costa Simões, impressa em 1882; *Antiguidades juridicas; exportação do ouro e prata;* na *Revista juridica*, de 1856-1858, n.os 50, 57 e 59; *Mosteiro de S. Jorge, junto a Coimbra, Ponte de Coimbra*, no *Instituto*, vol. I; *Breves reflexões historicas sobre a navegação do Mondego e cultura dos campos de Coimbra*, no mesmo *Instituto*, vol. II e III; *Discurso inedito de Paschoal José de Mello Freire sobre os votos de Sant' Iago. Memoria sobre o «Diccionario bibliographico» de Innocencio Francisco da Silva*, com a data de 20 de abril de 1864; *Estudos sobre a historia do direito patrio — Desthronação de D. Affonso VI, rei de Portugal — As emparedadas de além da ponte de Coimbra — Uma chronica inedita do mosteiro de Grijó*, no vol. XII do *Instituto; O semanaria portuense de viagens*, etc., no *Instituto*, vol. XIII; *Privilegios*, no *Commercio de Coimbra*, de 1863, n.os 248, 250, 251, 253 e 254. No *Conimbricense* de 9, 13, 16, 23, 27 e 30 de maio e de 3 de junho de 1871, escreveu, em defeza da collocação de um altar da egreja do collegio de S. Bento de Coimbra, no templo da Sé Velha, uma serie de pequenos artigos sob o titulo de *Vandalismo na Sé Velha*, pretendendo com elles responder aos que em sentido opposto publicou o *Tribuno popular*, de 24, 27 e 31 de maio do mesmo anno.

**Pereira Coutinho** *(D. Martinho da França)*. Nasceu a 17 de setembro de 1821, na quinta dos Soydos, freguezia das Abitureiras, concelho de Santarem; fal. em Lisboa a 10 de dezembro de 1884. Era filho do marquez dos Soydos, Antonio Xavier Pereira Coutinho Pacheco Pato, e de D. Maria da Madre de Deus Pereira de Lacerda. Começou os estudos preparatorios no convento de S. Vicente de Fóra, mas pela extincção das ordens religiosas em 1834, passou a estudar em escolas particulares, matriculando-se depois na Escola Polytechnica; esteve ainda dois annos na Escola do Exercito para seguir a vida militar, cursando a arma de artilharia, mas, por circumstancias particulares e domesticas, abandonou a carreira das armas. Foi depois nomeado desenhador para o Archivo Municipal, por effeito de concurso; addido ao corpo de engenheiros com a graduação de alferes em 1853; promovido á segunda classe, com a graduação de tenente, em 1861, e á primeira classe, com a graduação de capitão, em 1871, etc. Escreveu: *Memoria ácêrca de um novo instrumento para determinar distancias e pontos inaccessiveis*, Lisboa, 1873. O commando geral de artilharia, em officio de 16 de junho de 1868, não só applaudira o autor por ter brindado a secretaria do mesmo commando com um *Compasso pyramidal de reducção*, encarecendo a sua utilidade, e applicação de D. Martinho, mas mencionava outro trabalho, egualmente util e meritorio, um *Tratado de desenho theorico e pratico*.

**Pereira Coutinho** *(D. Miguel)* Fidalgo da Casa Real, deputado, par do reino, conselheiro de Sua Majestade, chefe da repartição de contabilidade no Ministerio da Justiça, etc. N. em Canceças em 1834, fal. em Lisboa a 20 de novembro de 1906. Era filho do marquez de Soydos e grande de Hespanha de 1.ª classe, D. Antonio Xavier Pacheco Pereira Coutinho, e de D. Maria da Madre de Deus Pereira de Lacerda; neto do 1.º marquez de Soydos, D. Jeronymo Pereira

Coutinho, que foi quem negociou o casamento do principe D. João, mais tarde D. João VI, com a princeza hespanhola D. Carlota Joaquina, pelo que n'essa occasião foi agraciado com o titulo de grande de Hespanha de 1.ª classe. Havia 50 annos que era funccionario publico dos mais distinctos, sendo sempre muito estimado pelos collegas e pelos ministros com quem serviu. Na sua mocidade filiou se no partido historico, que acompanhou na sua fusão com o reformista, d'onde se formou o partido progressista, sendo sempre um dedicado correligionario, e até fallecer exerceu o cargo de secretario da commissão executiva. Em 1869 foi pela primeira vez eleito deputado, sendo eleito pelo circulo de Aviz, e desde logo começou a salientar se como valiosa figura parlamentar. Foi reeleito em successivas legislaturas pelos circulos de Abrantes, Villa Franca de Xira, o ultimamente por Lisboa. Foi par do reino electivo por Angra do Heroismo. Desempenhou varias e importantes commissões de serviço publico, que lhe valeram o ser agraciado em 1888 com a carta de conselheiro, sendo por esse tempo elevado a chefe da repartição de contabilidade do Ministerio da Justiça e nomeado contador da Bulla da Cruzada, logares que exercia ainda na data do fallecimento. Era supplente á presidencia da camara dos deputados, e ainda no anno em que falleceu, 1906, exerceu, como, decano, a presidencia da junta preparatoria. Era tambem membro da commissão de agricultura da referida camara, como importante viticultor e agricultor, possuindo em Villa Franca de Xira uma magnifica propriedade denominada *Bom retiro*. Havia casado com D. Maria José de Azevedo Coutinho, sua prima.

**Pereira da Cruz** (*Francisco*). Escriptor, cujo nome se conhece por ter escripto a seguinte obra: *Topographia da esclarecida e nobre freguezia do Salvador de Arvore, ou antiguidades da milagrosa imagem de Nossa Senhora das Neves da villa de Azurara*, Lisboa, 1759.

**Pereira da Cunha** (*Antonio*). Fidalgo da Casa Real, fôro havido por seus paes e avós; socio do Instituto de Coimbra, presidente da Sociedade Artistica de Vianna do Castello, deputado, membro do Conservatorio Real de Lisboa, e de outras corporações litterarias, poeta, escriptor, jornalista, etc. N. em Vianna do Castello a 9 de abril de 1819, fal. em Lisboa a 18 de abril de 1890. Era filho de Sebastião Pereira da Cunha e Castro, fidalgo da Casa Real, coronel de milicias, posto em que se distinguiu na Guerra da Peninsula, senhor da Torre solar de Cunha, na freguezia do mesmo titulo, etc., e de sua mulher D. Anna de Agorreta Pereira de Miranda. Estudou os preparatorios em Vianna do Castello e quando aos 15 annos de edade, em 1834, estava decidido a matricular-se na Universidade de Coimbra, a queda do partido legitimista, a que toda a sua familia era profundamente dedicada, o impediu de realisar o seu intento. Entregou-se então fervorosamente ao estudo dos nossos classicos e á litteratura dramatica. Cedo começou a revelar o seu talento poetico; tinha 13 annos quando compoz as suas primeiras poesias em verso latino, dedicando-se desde logo a collaborar nos principaes jornaes litterarios de Lisboa e Coimbra. Foi o seu amigo João de Lemos quem naturalmente o levou a escrever no *Trovador*, jornal de poesias que se publicava em Coimbra, viudo depois para Lisboa, onde occupou um dos primeiros logares entre os poetas da escola romantica. Quando Almeida Garrett procurou dar impulso ao theatro portuguez e animou muitos poetas e escriptores a seguirem a carreira dramatica, Antonio Pereira da Cunha foi um dos que mais enthusiasticamente o acompanharam. Em 1843 fez representar um drama, *Duas filhas*, que foi premiado pelo Conservatorio, e depois a *Brazia Parda*, em 1845. Alistando-se na politica militante entrou para a redacção do jornal *A Nação*, tendo por collegas Manuel Maria da Silva Bruschy, Gomes d'Abreu e João de Lemos. N'aquelle jornal evidenciou bem quanto valiam os seus dotes como jornalista e polemista. Veiu depois a guerra conhecida pela *Maria da Fonte*, em que o partido legitimista tentou um ultimo esforço, alliando se com os revolucionarios patuleias, alliança que se tornou funesta para os dois partidos, Antonio Pereira da Cunha entrou vivamente na lucta, mas que levou a essa deploravel campanha os seus sentimentos de moderação, sabe-se por versos de Mendes Leal, que então exercia pelo governo da rainha D. Maria II o logar de governador civil de Vianna do Castello. Mas os versos que entre os dois poetas se trocaram n'essa grave occasião, mostram bem como Pereira da Cunha, acima das luctas das facções, sabia conservar os seus sentimentos de portuguez e os seus affectos pessoaes. Teve sempre n'elle o governo constitucional um adversario lealissimo, embora constante. Pereira da Cunha era acima de tudo portuguez, e nos transes angustiosos em que pudesse vêr-se a sua patria, encontral-o-hia nas fileiras dos seus mais dedicados filhos. D. Miguel, vendo que estava accesa em Portugal uma lucta vivissima, chegou a convencer-se de que poderia reconquistar a corôa, e em 1847 tratou de organisar até um governo provisorio que em seu nome regesse o reino. Antonio Pereira da Cunha, que tinha então apenas 28 annos, foi nomeado, em 12 de abril d'esse anno, secretario juntamente com João de Lemos. Terminada a lucta sem se realisarem as esperanças de D. Miguel, voltou Antonio Pereira da Cunha ás suas queridas occupações litterarias, e ainda em 1848 fez representar no theatro de D. Maria II talvez o seu melhor drama, a *Herança do Barbadão*. Entretanto os jornaes politicos e litterarios, taes como a *Nação*, a *Revista Universal*, a *Illustração*, a *Revista Popular*, etc., publicavam poesias de Pereira da Cunha. Houve até um torneio litterario em que elle desempenhou um papel brilhante. Varios poetas resolveram consagrar uma poesia a cada uma das sete palavras de Christo, ou antes das sete phrazes que elle proferiu no Calvario. D'essas poesias só duas ficaram, porque são deveras excellentes. *Consummatum est* de João de Lemos, e *Hodie mecum eris in Paradiso* de Antonio Pereira da Cunha. Quando o partido legitimista resolveu ter representação no parlamento, Pereira da Cunha foi eleito deputado em 1856, por Vianna do Castello, vindo á respectiva camara na companhia dos seus correlligionarios Pinto Coelho e Estevão Palha. Levantando-se por essa occasião a questão do juramento, e, não lhes tendo sido permittido dar explicações, tiveram que sair do parlamento, embora todos os seus collegas manifestassem vivo pezar com a

retirada d'esses homens que, honrando sem duvida a representação nacional, symbolisavam ao mesmo tempo as idéas e as crenças d'uma minoria respeitavel. Sobreveiu depois um accordo, originado de bem entendida tolerancia politica, e os mesmos deputados, depois de darem explicações do seu proceder n'um officio dirigido á camara, fôram admittidos a jurar e tomaram assento em côrtes. Pereira da Cunha foi eleito deputado mais uma vez, em 1861. E entrando em varias discussões, foi sempre ouvido com a maxima attenção a sua palavra fluente e persuasiva Deu se na sua vida um facto, que define cabalmente quanto fôram profundas e inabalaveis as suas crenças politicas. Era ministro de Hespanha em Lisboa, em 1881, Fernandez de los Rios, que tinha resolvido dar uma festa, na noite de 31 de março, em homenagem ao poeta visconde de Castilho. Ia lêr-se no palacio da legação hespanhola a traducção em verso do *Fausto*, de Goethe. Pereira da Cunha, sem ser visita do ministro, foi um dos convidados. Terminada a leitura do *Fausto*, entre os applausos de todos os assistentes que se deleitaram em ouvil-a, o addido Calvo Assencio leu uma ode do seu patricio Garcia Guttierres, feita em honra do rei Amadeu, na qual era encarecida a perfeita homogeneidade dos reinos de Italia e de Hespanha. Pereira da Cunha saiu da sala apenas lhe foi possivel, e no dia immediato leu nas folhas periodicas que a festa fôra politica, e que Fernandez de los Rios, antes d'ella acabar, mandara para Madrid ao autor da ode o telegramma seguinte: «Cem poetas e escriptores portuguezes, que honraram esta noite a minha casa para a leitura de um magnifico trabalho do eminente poeta Castilho, acabam de ouvir a sua ode e autorisam-me a transmittir-lhe um applauso unanime.» Este caso causou grandissima surpreza no animo de Pereira da Cunha, que logo fez uma declaração para ser divulgada pela imprensa. Não querendo, porém, de modo nenhum faltar á mais elementar cortezia, e ao respeito que devia ao ministro e a si proprio, mandou-lhe uma copia d'ella, pedindo licença para ser publicada nos jornaes. Fernandez de los Rios foi logo em pessoa a casa de Pereira da Cunha, a quem, dando muitas desculpas, louvou o seu nobre procedimento, e ainda depois de voltar para Madrid, continuou mantendo sempre com elle estreitas relações de amizade. Antonio Pereira da Cunha era ha muitos annos o chefe reconhecido do partido legitimista, e o muito que este partido lamentou a sua morte pó de reconhecer-se na carta que D. Miguel de Bragança, o actual representante das pretenções dynasticas de seu pae, escreveu á viuva do eminente poeta. Era casado com a sr.ª D. Maria Machado Castello Branco. Bibliographia: *Contos da minha terra*, 1.º *Masilgado*, Lisboa, 1843; 2.º *Os quatro irmãos*, Lisboa, 1846; *As duas filhas*, drama representado no theatro da Rua dos Condes a 17 de abril de 1843; Porto, 1844; outra edição, Rio de Janeiro de 1846; *Brazia Parda, drama representado no mesmo theatro;* não chegou a publicar-se; *A Herança do Barbadão, drama original portuguez em tres actos, representado no theatro de D. Maria II*, Lisboa, 1848; *Não! Resposta nacional ás pretenções ibericas*, tomo I, Lisboa, 1856; outra edição no Porto, 1857; o tomo II não consta que se publicasse; *A Moura de Santa Luzia, tradição da minha terra, romance em tres partes*; saiu na *Revista Universal*, tomo III, 1844, a pag. 541; *Peccado em noite benta, chronica bracarense, 1507*, em verso; saiu na mesma *Revista*, tomo IV, 1844, a pag. 296. Na mesma *Revista* ha varias poesias nos tomos III, pag. 148; tomo IV, pag. 293 e 434; V, pag. 152 e 249; VII, pag. 118, 201, etc. Escreveu mais: *Brios heroicos de portuguezas, tomo I*, Lisboa, 1861; não consta que saissem mais tomos; *Pedro; poesia offerecida a Sua Santidade o papa Pio IX;* saiu primeiro no jornal a *Fé catholica*, de 20 de junho 1864, tirando-se exemplares em separado. No jornal *A Nação*, entre muitos artigos de prosa e verso, mencionaremos o seguinte: *O Cancioneiro de João de Lemos*, juizo e analyse critica, saiu a 22 de junho, 1 e 6 de julho de 1867; *Passeios na Povoa*, Porto, 1850. Manuscriptos consta que ha os seguintes trabalhos: *O governo nas mãos d'um villão*, romance em prosa; *O conde Alarcos, O castello de Gondar, D. Sapo, e o Poço de D. Sancha*, romances em verso de tradição popular; *Martim Moniz, A filha por um cavallo*, romances historicos em verso; *Vasconcellos, Leites, Pintos e Botados*, romances heraldicos em verso, tirados d'estes appellidos; *D. Leonor de Mendonça*, em 3 actos e em verso, apresentado no concurso para a abertura do theatro de D. Maria II; *Victor Hugo em Guimarães*, comedia em 1 acto, em prosa; *A companhia monstro*, comedia em 3 actos, em prosa; *Um poeta no tempo d'el-rei D. João V*, comedia em 5 actos, em prosa.

**Pereira da Cunha** *(Sebastião)*. Fidalgo da Casa Real, por successão a seus maiores, escriptor e poeta. N. a 9 de fevereiro de 1850 no solar da familia, o castello de Portozello, a uns 12 k. de Vianna do Castello, onde tambem fal. a 20 de setembro de 1896. Era filho de Antonio Pereira da Cunha *(V. o artigo antecedente)*. Casou em 19 de outubro de 1869 com sua prima D. Maria Amalia d'Almada Cyrne Peixoto, que falleceu a 3 de março de 1881, filha dos 3.ºs condes d'Almada, D. Loureuço José Maria d'Almada d'Abreu Pereira Cyrne Peixoto e D. Maria Rita Machado de Castello Branco. Escreveu: *Saio de malha*, drama historico original em 3 actos, 1893; *A Cidade Vermelha*, poema hispano-arabe, 1894. Para compôr este poema, como o revelou a um amigo em carta, o autor fizera uma excursão de estudo a terras de Hespanha, demorando-se em Granada, onde se desenrola a acção. No *Occidente* de 1898, publicou a sr. visconde de Sanches de Frias um longo artigo, intitulado *Memorias litterarias*, nos n.ºs 699, 700, 702, 703, 704 e 705, em que apreciava os trabalhos do mimoso poeta, que falleceu, quando havia ainda muito a esperar do seu brilhante talento. Pereira da Cunha deixou outras obras, que parece não se terem publicado.

**Pereira Ferraz Junior** *(Antonio)*. Escriptor. N. no Porto a 30 de maio de 1840, sendo filho do dr. Antonio Pereira Ferraz, juiz da Relação de Lisboa, e de D. Balbina Romana de Magalhães Fonseca. Collaborou na *Revolução de Setembro*, *Panorama*, *Diario de Noticias*, etc., publicando varios artigos e folhetins. Escreveu: *João de Sousa Pinto de Magalhães, apontamentos historicos*, Lisboa, 1866; *Recordações do Minho, festas populares;* artigo inserto no *Archivo Pittoresco*, vol. IX, pag. 313.

**Pereira Figueiredo** *(P. Antonio).* Religioso da Congregação do Oratorio, deputado da Real Mesa Censoria, insigne latinista, eminente theologo, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, na classe de litteratura, etc. N. em Mação a 14 de fevereiro de 172', fal. em Lisboa, no convento das Necessidades, a 14 de agosto de 1797. Era filho de Antonio Pereira, cardador, e de Maria de Figueiredo. Nos primeiros annos da infancia ajudou o pae nos trabalhos do seu officio. Uma sua tia, que era creada n'um convento de freiras em Abrantes, o chamou para junto de si, e o ensinou a lêr. Um homem, chamado Soares, o tomou depois como creado, e reconhecendo-lhe grandes inclinações litterarias, o metteu no collegio ducal de Villa Viçosa em 1 de abril de 1736, tendo então o futuro latinista apenas 11 annos de edade. N'aquelle collegio seguiu com os padres jesuitas o curso de latim, latinidade e musica, passando um anno depois para o real mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, onde teve de cutrar como organista, visto não ter dote para dar, attendendo á muita pobreza da sua familia. Em 16 de setembro de 1 44 saiu do mosteiro de Santa Cruz, entrou na Casa do Espirito Santo da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, de Lisboa, matriculando-se ali no curso de philosophia em 1746, e pouco depois no de theologia, dedicando-se mais especialmente ao latim e latinidade. Em 1751 publicou a sua primeira obra: *Exercicios da lingua latina e portugueza ácêrca de diversas cousas.* Em 1752, quando tinha 27 annos, deu publicidade ao seu *Novo methodo da grammatica latina*, que fez uma revolução no ensino, supplantando a grammatica até então usada do P. Manuel Alvares, a qual tinha por titulo *Arte latina.* Esse methodo foi adoptado para uso das escolas do reino em 1759, e durou até 1831, em que começou o ensino de latim pela grammatica de José Vicente Gomes de Moura. Em 1757, o P. Pereira de Figueiredo foi atacado d'uma grave doença, e os medicos recommendaram-lhe mudança de ares, e por tal motivo saiu para Vizeu. D'esta cidade, por desintelligencias que teve com o bispo D. Julio Francisco de Oliveira, partiu para o Porto, voltando a Lisboa depois, restabelecido de saude, indo para a Real Casa de Necessidades das Congregação do Oratorio. Exerceu então o cargo de professor de latim, rhetorica e theologia, empregando os momentos, que lhe ficavam livres, na composição de muitas e variadas obras, até que em 1761, estando rotas as relações entre a côrte de Portugal e a Curia Romana, o P. Antonio Pereira de Figueiredo se decidiu a emprehender a defeza da nossa causa contra as razões da côrte de Roma. A 15 de novembro de 1765 defendeu umas theses, que ficaram celebres, sobre o supremo poder dos reis sobre as pessoas e bens ecclesiasticos, e no anno seguinte, 1766, publicou a sua *Tentativa theologica em que se pretende mostrar que impedido o recurso á sé apostolica se devolve aos bispos a faculdade de pensar nos impedimentos publicos do matrimonio e de prover espiritualmente em todos os mais casos reservados ao papa*, etc. Esta obra, d'uma extraordinaria erudição, foi traduzida nas principaes linguas da Europa, e por ella obteve o seu autor a designação de *Febronio Portuguez.* El-rei D. José, ou antes o seu primeiro ministro, reconhecendo que tinha no P. Antonio Pereira de Figueiredo um grande cooperador para as reformas que intentava, recompensou-lhe os seus relevantes serviços, nomeando-o deputado da Mesa Censoria, quando esta se creou em 1768, e pedindo lhe no anno seguinte, 1769, que despisse o habito de congregado oratoriano para servir o logar de official maior de linguas na secretaria dos Negocios Estrangeiros e da Guerra. Com o exercicio das funcções d'este novo cargo accumulou a composição de varios trabalhos litterarios. Em 1771, porém, o P. Antonio Pereira de Figueiredo adoeceu novamente, e sendo aconselhado que fôsse respirar os ares patrios, partiu para Mação. Apezar d'isso, o marquez de Pombal escreveu-lhe em 15 do agosto de 1772 pedindo lhe que traduzisse em latim os novos estatutos da Universidade de Coimbra, sendo-lhe para esse fim mandado como amanuense auxiliar Joaquim José da Costa, e posto á sua disposição o correio de Abrantes. O P. Antonio de Figueiredo começou com effeito a traducção em 25 de agosto do citado anno de 1772, e no proximo dia 25 de dezembro regressou a Lisboa completamente restabelecido. Ainda em 1772 foi nomeado um dos tres deputados da junta para a arrecadação da collecta do subsidio litterario estabelecido n'esse anno por lei de 10 de novembro em favor da instrucção publica. Deixou esse logar por extincção da respectiva junta e reforma da Mesa Censoria, em virtude da lei de 20 de junho de 1787. Entrando em 1779 para a Academia Real das Sciencias, quando ella se instituiu, prestou bons serviços á nascente associação, escrevendo algumas dissertações magnificas sobre varios pontos da nossa historia antiga, bem como alguns trabalhos sobre a lingua portugueza. Depois de ter escriptas muitas obras, todas valiosas, e de exercer varios e importantes cargos, o P. Antonio Pereira de Figueiredo possuiu-se d'uma grande melancholia e tristeza, desejou recolher-se ao claustro, e a reiteradas instancias suas entrou como hospede na Congregação de S. Filippe Nery, na Casa das Necessidades, em 1785. Em carta escripta a um amigo em abril de 1796, queixava-se de soffrer d'uma hypocondria quasi perpetua. Em agosto seguinte era tomado d'uma paralysia geral, pelo que teve de ir a banhos ás Caldas da Rainha. Diz-se que, a esforços do nuncio apostolico Bartholomeu Pacca, fizera a retractação formal das doutrinas regalistas que defendeu contra Roma. Seu sobrinho Antonio Pereira de Figueiredo, porém, oppoz a esse boato um solemne desmentido publicado no jornal *A Instrucção Publica.* Depois de ter entrado de novo para a Casa das Necessidades, em 12 d'agosto de 1797, e recebido o sacramento da extrema unção, fal. d'ali a dois dias. O retrato do P. Antonio Pereira de Figueiredo foi mandado tirar pelo seu intimo amigo Francisco José dos Santos Marrocos, e offerecido depois a D. Pedro V. O venerando theologo era de costumes simples; muito esmoler e dedicado pela familia, para a qual mandou construir uma casa em Mação, na rua do Espirito Santo, e que em 1902 pertencia a um segundo sobrinho chamado Antonio Sambada, que então contava mais de 80 annos de edade. Não obstante os rendosos cargos que desempenhou e a numerosa livraria de que foi autor, morreu pobre. *Bibliographia*: Grammatica latina e latinidade: *Exercicios da Lingua Latina e Por-*

*tugueza acêrca de diversas cousas; para uso das escolas da Congregação do Oratorio, na casa de Nossa Senhora das Necessidades, ordenado pela mesma Congregação*; Lisboa, 1751; 2.ª edição, *mais accrescentada e correcta* (feita depois que a primeira fôra introduzida em todas as escolas do paiz por decreto de el-rei D. José), Lisboa, 1765. Fôram depois reimpressos algumas vezes, e parece ter sido a ultima em 1821; *Novo methodo de Grammatica latina, para uso das escolas*, etc., Lisboa, 1752; *Parte segunda Syntaxe*, Lisboa, 1753, com um prologo em que refuta o papel intitulado *Mercurio grammatical; Segunda edição* em um só volume, Lisboa, 1754; *Terceira edição*, idem, Lisboa, 1756; no prologo da *Syntaxe* cortou-se o que dizia respeito ao *Mercurio grammatical*; foi esta a primeira publicada com o nome do autor; 4.ª edição, 1760; 5.ª, 1765; 6.ª, 1777; 7.ª, 1779; n'esta e nas seguintes se cortou o extenso prologo que precedia a primeira parte; edições, 8.ª, 9.ª e 10.ª, nos annos de 1783, 1788 e 1796; continuou ainda a reimprimir-se, sendo a ultima que se conhece, a 12.ª, publicada em 1814; *Defensa do Novo Methodo de Grammatica Latina contra o «Anti-prologo critico», dividida em duas partes*, Lisboa, 1754; saiu com o nome de Francisco Sanches; *Apparato Critico para a correcção do Diccionario intitulado «Prosodia in vocabularium bilingue digesta», offerecido aos que seriamente quizerem cuidar da sua emenda e reimpressão*, Lisboa, 1755; saiu com o nome de André Lucio de Rezende; *Collecção de palavras familiares, assim portuguezas como latinas, para uso das escolas da Congregação do Oratorio, illustrada com notas*, Lisboa, 1755; *Segunda edição mais correcta e augmentada*, Lisboa, 1757; *Terceira edição, mais correcta que as primeiras, para uso das escolas de Portugal e suas conquistas*, etc., Lisboa, 1759; ha mais edições, e parece que a ultima foi publicada em 1821; *Novo Methodo de Grammatica Latina, reduzido a compendio*, Lisboa, 1758; *segunda edição para uso das escolas d'este reino e suas conquistas, por decreto de Sua Majestade*, Lisboa, 1759; seguiram-se muitas edições e parece que a ultima saiu no Porto em 1854; consta que tambem se fizeram 3 edições em Nova Gôa, em 1855 e 1865, ignorando-se a data da outra; *Breve Diccionario de Latinidade pura e impura, com a significação portugueza de ambas*, Lisboa, 1760; *Dialogo sobre os Autores da Lingua Latina, com o juizo critico das suas obras, edades, estylos e impressões; para uso das escolas da Congregação do Oratorio*, Lisboa, 1760; *Figuras da Syntaxe e Latim explicadas illustradas segundo os principios de Linacro, Sanches, Vossio e Perizonio*, Lisboa, 1761; 2.ª edição, 1781; 3.ª, 1789; entre as reimpressões que depois se fizeram, distingue se a de Coimbra, 1813; sairam duas edições no Rio de Janeiro em 1855 e 18 2, ampliadas com algumas regras, e correctas com varios retoques por Lourenço Maximiano Pecegueiro; *Observações sobre a Lingua e Orthographia Latina, tiradas dos marmores, bronzes, e medalhas dos antigos Cesares, principalmente desde Augusto até os Antoninos*, Lisboa, 1765.—Rhetorica, Eloquencia e Linguagem Nacional: *Carta de um amigo a outro, na qual se defendem os «Equivocos» contra o indiscrepto juizo que d'elles faz o moderno Critico, autor da obra «Verdadeiro Methodo de estudar»; de caminho se impugnam outros ossertos do mesmo autor, pertencentes á mesma materia*, sem logar nem anno de impressão, mas calcula-se que fôsse impressa em França pelo caracter da letra; sem o nome do autor, mas elle a reconheceu por sua na obra *De Verbo Dei*, pag. 68, que se imprimiu em Paris, 1751; *Elementos da invenção e locução rhetorica, ou principios da eloquencia: illustrados com breves notas*, Lisboa, 1759; *Elogio do Padre Francisco Manuel, preposito da Congregação do Oratorio de Lisboa*, Lisboa, 1764; *Breve discurso sobre a reedificação de Lisboa, e sobre a dedicação da Estatua Regia, dirigido ao Marquez de Pombal no dia dos seus annos 13 de Maio de 1776*, Lisboa, 177 ; tem no fim as iniciaes A. P. F.; é escripto em portuguez e latim; *Parallelo de Augusto Cesar, e de D. José o Magnanimo, Rei de Portugal*, Lisboa, 1775; *O dia das tres inaugurações; breve discurso sobre a regia funcção do dia 6 de junho de 1775, dirigido ao Ex.mo Conde de Oeiras*, Lisboa, 1775; *Preces e votos da Nação Portugueza ao Anjo da Guarda do Marquez de Pombal*, Lisboa, 1775; não traz o nome do autor; *A Virtude coroada na felicissima acclamação da Rainha Nossa Senhora no sempre memoravel dia 13 de maio de 1777*, Lisboa, 1777; *Elogio funebre do senhor D. Thomaz de Lima, XV visconde de Villa Nova da Cerveira*, Lisboa, 1781; *Breve demonstração de como em portuguez se deve escrever e pronunciar o nome de Jesus, quando immediatamente se lhe segue o nome de Christo*, Lisboa, 1784; *O Reinado do Amor; dissertação philosophica e encomiastica, a que deu occasião o novo cunho de ouro em que vêmos esculpidos os rostos e nomes dos dois augustos consortes D. Maria I e D. Pedro III, composto em 1788*, Lisboa, 1789; foi reimpresso no 2.º tomo das *Sessões Litterarias da Academia dos Obsequiosos do logar de Sacavem*, Lisboa, 1790; *Oração aos felicissimos annos da Augusta Rainha D. Maria Francisca, Nossa Senhora, em 17 de dezembro do presente anno;* vem no mesmo tomo II das *Sessões*, citadas, a pag. 35; *A El-Rei Nosso Senhor, lançando por suas reaes mãos a primeira pedra ao majestoso templo do Coração de Jesus; Oração encomiastica e sagrada;* vem no tomo III das *Sessões* citadas, Lisboa, 1791; *Dissertação previa sobre o merecimento de João de Barros, e sobre os neoterismos e idiotismos da lingua portugueza;* publicou se sómente no *Jornal de Coimbra*, vol. IV, 1813, de pag. 8 a 19; *Espirito da Lingua e Eloquencia portugueza, extrahido das Decadas do insigne escriptor João de Barros, e reduzido a um Diccionario critico das suas palavras e phrazes mais especiaes, confirmadas, ou illustradas*, etc.; saiu no tomo III das *Memorias de Litteratura*, da Academia Real das Sciencias, de pag. 111 a 226; *João de Barros, exemplar da mais solida eloquencia portugueza; dissertação academica, escripta e recitada no anno de 1781;* no tomo IV das referidas *Memorias*, de pag. 1 a 25.—Historia: *Commentario latino e portuguez sobre o terremoto e incendio de Lisboa, de que foi testemunha occular*, Lisboa, 1756; com o texto latino em frente; consta que foi reimpresso em Londres com o texto portuguez e traducção ingleza, 1756; *Rerum Lusitanarum Ephemerides ab Olisiponensi terremotu ad Jesuitarum expulsionem*, Lisboa, 1761, é a mesma que saiu em portuguez com o titulo: *Diario dos Successos de Lisboa, desde o terremoto até á expulsão dos jesuitas, traduzido por Mathias Pe-*

*reira de Azevedo Pinto*, Lisboa, 1766; *Principios da Mythologia, illustrados com breves notas*, Lisboa, 1761; *Principios de Historia Ecclesiastica, escriptos em fórma de dialogo; tomo I, contém os principios de Chronologia; tomo II, os da Geographia*, Lisboa, 1765; *Compendio da vida e acções do veneravel João Gerson, Cancellario da Universidade de Paris*, etc., *formado dos seus mesmos escriptos, das actas do Concilio de Constança e de outros documentos originaes*, Lisboa, 1769; *Compendio dos escriptos e doutrina de João Gerson*, etc., Lisboa, 1769; *Origem do titulo e da dignidade dos Condes*, Lisboa, 1780; *Compendio das epocas e successos mais illustres da Historia geral*, Lisboa, 1782; *Segunda edição revista e retocada pelo autor*, Lisboa, 1800; 3.ª edição, ídem; *Origem da insigne ordem militar do Tosão de ouro, e como o seu grão-mestrado recaiu nos reis de Hespanha*, Lisboa, 1785; *Elogios dos Reis de Portugal, em latim e portuguez, illustrados de notas historicas e criticas*, Lisboa, 1785; chegam até ao reinado de D. Maria I; *Novos testemunhos da milagrosa apparição de Christo a El-Rei D. Affonso Henriques antes da batalha do Campo de Ourique; e exemplos parallelos que nos induzem á pia crença de tão portentoso caso*, Lisboa, 1786; fez se uma 2.ª edição posthuma, accrescentada com o auto do juramento attribuido a el-rei D. Affonso Henriques, e com varias annotações, tendo o titulo seguinte: *Dissertação historica e critica, em que se prova a milagrosa apparição de Christo Nosso Senhor a el-rei D. Affonso Henriques, antes da famosa batalha do Campo de Ourique; agora novamente accrescentada*, etc., Lisboa, 1809; com uma estampa representando a apparição; *Portuguezes nos Concilios geraes, isto é, Relação dos embaixadores, prelados e doutores portuguezes que tem assistido aos Concilios geraes do Occidente desde os primeiros Lateranenses, até o novissimo Tridentino*, Lisboa, 1787; *Novos retoques aos Portuguezes nos Concilios geraes, por seu mesmo autor*, Lisboa, 1788; *Dissertações sobre a Historia antiga de Portugal*, lidas em varias sessões da Academia Real das Sciencias, e por ella mandadas publicar passados muitos annos, no tomo IX das suas *Memorias*, Lisboa, 1825, são em numero de 19.— Theologia e Materias Ecclesiasticas: *Tentativa theologica*, etc., já citada; Lisboa, 1766; segunda edição no mesmo anno; 3.ª *revista e emendada*, 1769, *Resposta apologetica ao P. Gabriel Galindo, theologo de Madrid, ou á censura que este fez á Tentativa Theologica*, Lisboa, 1768; saiu em 2.ª edição, juntamente com a 3.ª da *Tentativa*, impressa em 1769; *Appendix e Illustração da Tentativa Theologica sobre o poder dos Bispos em tempo de roctura*, etc., Lisboa, 1768; *Demonstração Theologica, Canonica e Historica do direito dos Metropolitanos de Portugal para confirmar e mandar sagrar os bispos suffraganeos nomeados por Sua Majestade*, Lisboa, 1769; reimpressa em Veneza, 1771; *Breve do Santissimo Padre Clemente XIV, pelo qual a Sociedade chamada de Jesus se extingue e supprime em todo o orbe*, Lisboa, 1773; contém o texto latino com a tradução portugueza; *Catecismo dos dois sacramentos Penitencia e Communhão, composto de duas instrucções em fórma de dialogo, que mandou publicar o Summo Pontifice Benedicto XIII, traduzido do italiano*, Lisboa, 1778; com uma prefacção do traductor; *Biblia sagrada, traduzida em portuguez segundo a Vulgata latina, illustrada com prefacções, notas e lições variantes*; 2.ª *edição revista e retocada pelo autor*, Lisboa, 1791 a 1803; 17 volumes; esta parte comprehende o *Velho Testamento; Testamento Novo*, etc., 2.ª edição, Lisboa, 1803 a 1805; 6 volumes; fez-se 3.ª edição, a que se juntou o texto latino, tendo sido ainda retocada a versão e notas pelo autor; saiu successivamente, Lisboa, 1794 e annos seguintes, 7 tomos; tambem se reuniu a esta edição a *Prefacção geral a toda a sagrada Biblia, dividida em quatro partes*, impressa no principio do tomo I, e d'ella se tiraram tambem exemplares em separado. Ha muitas edições feitas á custa das sociedades protestantes da Inglaterra, que são em tudo conformes com a portugueza, faltando-lhes, porém, as prefacções, notas, etc; *Carta do Clero de Liége, escripta nos principios do seculo XII em fórma de manifesto, por occasião de outra que escrevera o Summo Pontifice Paschoal II, declarando excommungados os Conegos de Liége, traduzido em portuguez com algumas notas*, Lisboa, 1769; *Segunda edição*, 1793; *Artigo do Jornal de Florença, traduzido do italiano em portuguez, em defensa das doutrinas de Antonio Pereira, censuradas modernamente por um calumnioso livro impresso em Fulgino*, Lisboa, 1785; *Analyse da profissão de fé do Santo Padre Pio IV*, Lisboa, 1791. Esta obra foi condemnada em Roma pela Congregação do Index, por decreto de 20 de janeiro de 1795, como já o haviam sido anteriormente outras obras de Pereira, e nomeadamente as suas *Theses de Suprema Regum*, por outro decreto de 16 de junho de 1766. Todas as obras do P. Antonio Pereira de Figueiredo, publicadas antes de 3 de janeiro de 1769, em que por ordem regia deixou o habito de S. Filippe Nery, para ir exercer o cargo de official de linguas na secretaria de estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, fôram impressas sob o nome de *Antonio Pereira*, porque os estatutos da Congregação não permittiam aos seus membros que usassem de mais de dois nomes. D'aquella data em deante accrescentou o appellido materno de *Figueiredo*, com que subscreveu todos os escriptos que desde então imprimiu. As suas obras ineditas, em que se inclue a *Lusitania Sacra*, e outras egualmente importantes, fôram compradas pela Academia Real das Sciencias, em cuja livraria se conservam autographas. O P. Antonio Pereira de Figueiredo, na sua curta carreira de organista, escreveu muita musica religiosa, costume que não perdeu de todo e em que continuou a empregar alguns momentos de distracção, quando já eminente, em letras. A lista completa d'essas composições encontra se n'um folheto intitulado *Catalogo das obras impressas e manuscriptas de Antonio Pereira de Figueiredo da Congregação do Oratorio*, Lisboa, 1800. Menciona 26 composições, na maior parte motetes e alguns psalmos. Nove d'essas obras diz o autor do *Catalogo* terem sido escriptas para a egreja da Congregação oratoriana de Vizeu, onde se conservam.

**Pereira de Figueiredo** *(Antonio)*. Official n'uma das secretarias do Ministerio do Reino. N. em Mação a 3 de junho de 1779, fal. no hospital de Rilhafolles em 19 de dezembro de 1858. Era filho de Ignacio Pereira de Figueiredo, e de sua mulher Maria Caetana de Jesus; irmão do notavel theologo oratoriano do mesmo nome (V. *o ar-*

*tigo antecedente)*. Em 1833, por motivos politicos, foi demittido do serviço, mas segundo conta Francisco Antonio Martins Bastos, na *Instrucção Publica*, de 1859, a pag. 30, parece que não chegou a ser demittido em 1833, mas que elle proprio «por demasiado capricho em não descer da sua categoria, por mais que fôsse chamado ao seu emprego, nunca appareceu na repartição para o continuar a servir, sujeitando-se antes ao estado de mendigo até ser subsidiado; mas nem assim melhorou de fortuna, nem com as boas quantias que recebeu de Joaquim Pedro da Costa, seu grande bemfeitor, e um dos directores do Banco de Lisboa» Exhausto de fôrças, cego e alienado, veiu a fallecer aos 79 annos. Escreveu: *Breve discurso sobre a origem da dignidade dos Pares, para servir d'illustração á proposição do Ex.mo Arcediago d'Elvas*, etc., Lisboa, 1827. E' lhe attribuido o seguinte opusculo, que saiu com as iniciaes A. P. F.: *O dia 24 de agosto do fausto anno de 1820 inaugurado, e o brilhante 15 de Setembro applaudido; Breve discurso sobre a felicidade que d'estes memoraveis dias se originou á patria*, etc. Sem o seu nome imprimiu: *Sebastianistas combatidos, o egregio Encoberto apparecido, o caso raro e maravilhoso acontecido; Portugal regenerado; dialogo portuguez; Interlocutores: Aurelio, Clandio e Leonardo*, Lisboa, 1823.

**Pereira Folga** *(José Maria)*. Missionario, natural de Sobreira Formosa. Ordenado de presbytero, partiu em 1884 para Loanda, sendo louvado por serviços prestados, pelo governador geral o sr. conselheiro Ferreira do Amaral. Encarregado em 1885 de fundar a missão de Santo Antonio do Zaire, tão zelosamente se houve que tambem foi louvado. Entre outros serviços prestados ao seu paiz, catechisou de tal fórma os povos do Zaire, que os levou a acceitarem com agrado a influencia portugueza. Em 1886 effeituou por terra a travessia de Santo Antonio do Zaire ao Ambriz, visitando todos os reis e povos da costa. Em attenção aos seus importantes trabalhos, dedicação e zelo, foi nomeado conego honorario da sé de Loanda e cavalleiro da ordem do Christo.

**Pereira Forjaz de Sampaio** *(José)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto. N. em Coimbra, onde tambem fal. em 1858 com mais de 80 annos de edade. Escreveu: *Exposição dos principios sobre a constituição civil do clero, pelos bispos deputados á assembléa nacional, vertida em linguagem e acompanhada d'uma curta noticia dos principaes successos que lhe são relativos*, Coimbra, 1836.

**Pereira de Freitas** *(Antonio Ignacio)*. Cirurgião-medico, pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. nas Caldas de Vizella em 1 de fevereiro de 1842, sendo filho de José de Freitas e Oliveira e de D. Cecilia Rosa da Silva Pereira. Tendo concluido os estudos primarios em 1854, proseguiu os secundarios no lyceu de Braga, vindo a terminal-os no Porto. Frequentou depois na Academia Polytechnica os estudos de Botanica, Zoologia, Physica e Mathematica, sendo approvado em todos os exames, e obtendo em alguns distincções honorosas. Matriculando-se na Escola Medica em 1862, seguiu o respectivo curso, que terminou em 1866. Escreveu: *Das aguas mineraes em geral, e da sua applicação em particular no tratamento das molestias cirurgicas; these apresentada á Escola Medico Cirurgica do Porto, para ser defendida pelo alumno*, etc., Porto, 1866.

**Pereira da Graça** *(Manuel)*. Doutor em Medicina o bacharel em Philosophia pela Universidade de Coimbra. N. em Macinhata do Vouga em 1770, fal. na ilha da Madeira em 1830. Era filho de José Pereira da Graça, carpinteiro. Seu tio, Francisco Pereira da Graça, rico negociante de Coimbra, tomou o sob a sua protecção, e o fez estudar medicina n'aquella cidade, e o novo estudante tanto se distinguiu, que foi premiado em todos os annos. Tomou o grau de bacharel em Philosophia, e doutorou-se em Medicina em 1798. Quando defendeu theses para tomar capello, o fez com a admiração e louvor de toda a academia, menos dos dois lentes *Navarros* que, por odio ao estudante, lhe lançaram duas favas pretas, no exame privado. O tio do academico apresentou esta injustiça ao principe regente, depois D. João VI, e este mandou ordem á Universidade para admittirem o illustre academico ao doutoramento, dando lhe o capello gratuitamente. O principe tambem o condecorou com o habito de cavalleiro da ordem de Christo. Exercou alguns annos a clinica em Coimbra, indo depois para Macinhata exercer a sua arte, adquirindo fama de grande medico. Em 1803 começou a escrever sobre medicina, combatendo energicamente os erros de pathologia do seu tempo, mais prejudiciaes e mais arraigados nas escolas publicas. Dedicando se ao estudo de cada uma das molestias, a que prestou maior attenção foi á *Diabetis*, como doença das menos estudadas até então. A este respeito escreveu e publicou em Lisboa, em 1806, o seguinte *Tratado da diabetis, a que se juntam observações do beneficio das aguas enxofradas naturaes n'esta doença; e dois processos faceis, um para obter estas aguas artificialmente, e outro para fabricar as ferreas, com a vantagem de se poder graduar a sua energia, de sorte que se proporcionem ás diversas circumstancias dos enfermos*. Escreveu tambem em 1803 *Supplementum in Brunonis theoriam*. A'cêrca do doutoramento do dr. Manuel Pereira da Graça, publicou o *Conimbricense* de 13 de janeiro de 1866 anecdotas curiosas. Por desgostos com a sua familia, saiu do continente e foi estabelecer-se na ilha da Madeira, e ali casou com uma senhora da mesma ilha.

**Pereira Junior** *(José)*. Typographo e jornalista. N. em Coimbra em 1821, onde tambem fal. a 26 de outubro de 1884. Aprendeu a arte typographica na imprensa da Universidade, tornando se depois um dos seus mais habeis typographos, conhecendo bem a arte de impressor. Em 1854 foi nomeado director das officinas de composição, logar que, parece, ter conservado até fallecer. Fundou o monte-pio da mesma imprensa, e auxiliou com enthusiasmo a fundação da sociedade de instrucção dos operarios, de que foi primeiro presidente o conhecido jornalista Joaquim Martins de Carvalho, e de que elle tambem exerceu com dedicação essas funcções. Além de documentos interessantes para as associações a que pertencia, collaborou no *Liberal do Mondego*, de Coimbra; no *Braz Tizana* e *Diario Mercantil*, do Porto; *Campeão das provincias*, de Aveiro, e *Correspondencia de Portugal*, de Lisboa. No *Conimbricense* de 28 do outubro de 1884, vem um extenso artigo a seu respeito.

**Pereira Junior** *(José Maria)*. Pintor generico, decorador e scenographo, cultivando com distincção, ha mais de meio seculo, o ornato e as flôres, em que é eximio, e a pintura ceramica, especialmente os azulejos. Conhecendo e praticando todos os generos e processos, antigos ou modernos, da pintura decorativa, interior ou exterior, dos edificios, taes como: o fresco, as temperas diversas, a oleo, a aguarella, etc., bem se pode considerar pelo menos o nosso derradeiro pintor frescante e o mais operoso dos pintores decoradores que ficaram do seculo XIX. Nasceu a 21 de fevereiro de 1841 na então villa de Setubal. Fôram seus paes José Maria Pereira, constructor civil, da mesma villa, onde nasceu a 21 de setembro de 1804 e fallecido em Lisboa a 13 de janeiro de 1888, e de sua mulher D. Rosalina de Jesus, natural de Caseaes, baptisada na egreja da Boa Hora, na Ajuda, e casada na freguezia de Cedofeita, no Porto, filha do major Antonio Luiz da Costa, que fez parte da Legião Portugueza á Russia e que falleceu em Setubal, com 96 annos de edade, sendo governador do castello de S. Filippe, e de sua mulher, D. Francisca Rosa das Chagas. José Maria Pereira Junior casou duas vezes, tendo de ambos os casamentos mais de trinta filhos. Muito cedo se dedicou á arte de pintura; aos doze annos já se encontrava trabalhando em companhia de outros pintores de Lisboa, que, ao reconhecerem a sua vocação, aconselharam o pae do joven artista a que o matriculasse no Instituto Industrial, então recentemente creado, afim de ahi seguir um curso regular. Matriculado em 1854 passou mais tarde á Academia das Bellas Artes, da qual frequentou durante tres annos as aulas nocturnas. Por occasião das festas do casamento de el-rei D. Luiz I trabalhou na restauração das salas do paço de Ajuda, onde esteve por mais de tres annos, indo depois para o Real Theatro de S. Carlos, como discipulo dos habeis scenographos Rambois e Cinatti, que não tardaram em tomar o novel pintor para seu ajudante, que no inverno trabalhava no salão de scenographia do theatro, e no verão em importantes decorações de edificios particulares dirigidas por aquelles illustres artistas. Pereira Junior aproveitou muitissimo com o convivio d'esses grandes mestres, e de outros artistas estrangeiros chamados nesse tempo a Portugal por Cinatti e Rambois. Entre outros vieram: Angelo Sebastiani, notavel ornamentista; Pioltri, velho pintor, especialista de aves, peixes, fructos e hortaliças; e Joany, habilissimo imitador de marmores, cunhado de Cinatti, e como este natural de Siena, que introduziu em Portugal os admiraveis estuques polidos a ferros quentes. Pereira Junior teve então occasião de praticar os diversos processos technicos, de adquirir as mais variadas aptidões e de beber os conhecimentos especiaes da sua arte, trazidos de França e de Italia por aquelles distinctos artistas. Em 1878 fez a sua primeira viagem de estudo ao estrangeiro, percorrendo a Hespanha, França, Belgica e Inglaterra. Entre os palacios particulares de Lisboa, que por esta epoca se decoraram, e onde Pereira Junior trabalhou ao lado de tão bons mestres, podem mencionar se: Do duque de Palmella, ao Calhariz, e os do mesmo duque em Azeitão e no Paço do Lumiar; de D. Luiz Carneiro, irmão do conde de Cavalleiros, á Annunciada; de Joaquim Pereira da Costa, depois do visconde de Coruche, de Bessone e de Igrezias, todos tres sitos ao Largo da Bibliotheca; de Antonio Lopes Ferreira dos Anjos, a S. Mamede, hoje do conde de Fontalva; do marquez de Vianna, ao Rato, mais tarde do marquez da Praia e Mouforte, restaurando por ordem d'este ultimo as salas onde trabalhara trinta annos antes; de Flamiano Anjos, na praça dos Restauradores, onde Cinatti como que o emancipou na arte, dando-lhe salas para elle exclusivamente decorar, com projectos tambem exclusivamente seus, e praticando da mesma fórma com os pintores Pedro Bordes, francez, e Procopio Ribeiro, portuguez, n'uma especie de certamen artistico, em que Pereira Junior ficou vencedor, como ainda o attestam os trabalhos executados em 1868 existentes n'aquelle palacio. Passados trinta e tres annos ali voltou a decorar a sala das damas, no 1.º andar, e a restaurar os outros tectos fendidos pelas fundações do monumento aos Restauradores. A escada fez se então toda de novo e n'ella collaboraram Salgado e Columbano. Em seguida áquelle triumpho artistico, Cinatti, que durante mais de 18 annos acompanhara com o sincero enthusiasmo da sua grande alma d'artista, os progressos sempre crescentes do discipulo querido, indicou o ao visconde de S. Lazaro, de Braga, para ir ali decorar o seu sumptuoso palacio. Por este tempo a pintura decorativa não estava vulgarizada no norte do paiz; ao contrario nas residencias opulentas abundavam os estuques. Porém, as decorações do palacio de S. Lazaro despertaram nos proprietarios mais illustrados e nos capitalistas de bom gosto d'aquella região o desejo de ornamentar e enriquecer as salas das suas casas com pinturas artisticas. Pereira Junior, que fôra a Braga por uns tres mezes apenas, teve que voltar a esta cidade por mais d'uma vez, convidado, entre outros, pelos proprietarios seguintes: José Maria Rodrigues de Carvalho, notavel politico, que foi presidente da camara dos pares, e em cujo palacio se admira a escada decorada no estylo arabe; dr. Rasqueja, illustre advogado; dr. João Evangelista de Sousa Torres e Almeida, que no seu palacio dos Castellos, junto ao santuario do Bom Jesus, tem os mais soberbos trabalhos a fresco; dr. João Carlos Pereira Lobato de Azevedo, governador civil de Braga; dr. Francisco de Campos, no palacio da praça de Sant'Anna, pinturas a oleo. Das egrejas da mesma cidade pódem mencionar se a de S. Vicente e a de Santa Cruz, com grandes tectos de cantaria pintados a tempera. Decorridos mais de trinta annos depois d'esta efflorescencia artistica ainda o nome de Pereira Junior corria na tradição bracarense. Quando ha annos o professor e architecto suisso Korrodi construiu ali, defronte da egreja do Carmo, o palacete Affonso, o proprietario quiz que as decorações de todas as salas, estucadas em diversos estylos, e a capella fôssem executadas, em pintura a oleo, por este artista, no que teve o applauso do illustre architecto. Egualmente procedeu o antigo commerciante Bernardo Martins de Sequeira com a decoração da casa na avenida do seu nome, chamando a Pereira Junior para pintar a entrada, a oleo, em rigoroso estylo Pompeia, a sala Luiz XV, e a casa de jantar em tapeçaria com assumptos de aves, fructos e flôres, genero predi-

lecto do artista. José Antonio Gonçalves, de Caldellas, ali possue, decorados por Pereira Junior, uma sala em estylo Renascença e os quadros da casa de jantar. No sul do paiz os trabalhos d'este artista datam de ha cincoenta annos. Assim, em Beja, são de 1860 as decorações do Club, da egreja da Casa Pia, do palacio Gomes Palma, e do de visconde da Córte, em S. Brissos. Na Vidigueira o palacio do dr. Justino, com salas pintadas a fresco; na Cuba o do Visconde da Esperança; em Sines as decorações do palacio da firma Biester, Falcão & C.ª feitas em 1865 segundo projectos de Cinatti. No Algarve encontram-se alguns trabalhos mais modernos: Em Loulé os frescos da casa Marçal Pacheco; em Estoy os azulejos dos jardins e as télas dos tectos do palacio do visconde de Estoy. Passando a outros pontos do paiz, decorou em Maiorca o palacio do estadista Lopes Branco; em Coimbra o palacio da rua dos Coutinhos, do dr. Costa Lobo, onde ha salas e gabinetes com pinturas a oleo. No paço do bispo-conde

José Maria Pereira Junior

as paredes da sala de jantar, imitando damasco de seda, passando depois a decorar o santuario da Carregosa por convite do mesmo prelado. No Luso decorou os chalets Barbosa Collen e Vaz Simões. Em Ois do Bairro, em 1895, pintou a capella do palacio Calheiros, que tem no exterior um magnifico fresco. No Porto ha trabalhos de Pereira Junior na casa La Roque, na rua de Villar; na de Thomé Joaquim Dias, em Campanhã; e no palacio da Bolsa, onde, segundo desenhos de Manini, pintou a ornamentação da grande sanca do vestibulo. São notaveis os quatro trophéos dos angulos, obra da sua concepção e que á imprensa portuense mereceu varios elogios. Em Santarem decorou o theatro *Rosa Damasceno*, pintando no tecto os retratos dos actores contemporaneos (1886) mais notaveis; a casa do negociante Alexandre da Silva Telhada; a casa e capella do dr. Oliveira Feijão, na quinta da Mafarra; as salas do palacio da quinta da Alorna, da condessa da Junqueira, em Almeirim. No Mont'Estoril decorou o chalet de Carlos Anjos, hoje Sommer, o de Alberto Monteiro, e o denominado vulgarmente da *Telha Verde*. Em Lisboa, além do que já ficou indicado e do que ao deante se menciona, é raro o palacio que nas suas decorações não tenha qualquer pintura d'este artista, a que seria impossivel referirmo-nos miudamente. Sob reedificações posteriores teem já desapparecido alguns dos seus trabalhos. Na casa de João Paulo Cordeiro, ao Chiado, que foi demolida, a escada era pintada a claro-escuro sobre imitação de marmore de Siena. Para se abrir a Avenida da Liberdade foi arrazada na rua do Salitre a casa Sampaio, que era bem decorada. O palacete Alves de Sá, a S. Caetano, foi tambem demolido. N'alguns palacios tem tido o artista ensejo de novamente tocar obras suas antigas. No paço das Necessidades restaurou as paredes da sala de jantar, trabalho difficilimo, em que se viam pinturas dos seus mestres, ao lado dos quaes trabalhara ha meio seculo. No paço d'Ajuda pintou a sala da bibliotheca, trabalho que foi adjudicado precedendo concurso, em que apresentou o bello projecto executado. A obra immensa d'um artista vale bem a longa bibliographia d'um polygrapho, e não se extranhe que archivemos n'este artigo a enumeração, succinta, de tantos e tão valiosos trabalhos do nosso maior pintor-decorador do seculo XX. No palacio dos condes de Penha Longa e Olivaes, ao Pau de Bandeira, vêem-se na sala de jantar uns grandes e formosos medalhões de aves, flôres e fructos. Na casa que foi do par do reino Francisco Simões Margioch, a S. Caetano, ha uma sala Luiz XV muito distincta, e a pintura da escada, a claro escuro, é primorosa. Na rua do Salitre, no predio que foi de Alves Machado, hoje Cerqueira, a escada é decorada com aves e flôres, e a sala, no estylo XVI, tem as paredes imitando seda amarella de uma grande illusão. Quando o medico homoepatha Antonio Monteiro Rebello da Silva comprou o antigo palacio do conde da Silvã, a S. Sebastião da Pedreira, convidou a Pereira Junior para decorar as salas. Ali fez trabalhos importantissimos, sendo notaveis as salas Luiz XIII e a de estylo indiano. Por morte d'aquelle medico comprou este palacio o negociante Antonio Ignacio de Carvalho, que, desejando conservar as pinturas, e, sabendo que ainda era vivo o artista que havia trinta annos as fizera, entregou a Pereira Junior os restauros dos seus proprios trabalhos, decorando-se por esta occasião o vestibulo. No palacio da Luz, de Jacinto José de Oliveira, tambem pintou ricas decorações emmoldurando quadros d'outros artistas; a escada é a claro-escuro, e uma das salas em rigoroso estylo etrusco. Na primeira casa que foi de José Ribeiro da Cunha, pae, na praça do Principe Real, e hoje de Luiz Sommer, ha uns medalhões de fructos e figuras na sala de jantar, e o tecto do quarto de dormir graciosamente pintado a fresco com motivos decorativos de rendas e flôres. Na mesma praça, na casa de José da Costa Pedreira, a sala de jantar está decorada com paizagens e animaes, e a de visitas com grupos de flores Da Avenida da Liberdade são numerosos os predios que teem pinturas de Pereira Junior, distinguindo se: de Antunes Bastos, vestibulo, escada a claro-escuro, etc. (1877 e 1887); de

José Felix da Costa, uma sala Luiz XV e casa de jantar, sendo esta de collaboração com Antonio Felix da Costa, que pintou as figuras; da baroneza de Samora Correia, uma sala de visitas Luiz XV; de João Ferreira Lopes a escada a claro-escuro e a galeria com flôres; de José Rodrigues da Silva, o vestibulo e a escada; de Cypriano Calleya a escada em estylo etrusco e uma sala Luiz XV. Na rua Barata Salgueiro, na casa de Antonio Francisco Ribeiro Ferreira, a escada é um dos melhores trabalhos no seu genero; na rua Mousinho da Silveira teem decorações os dois palacetes mandados construir pelo conselheiro Moraes Carvalho; e na rua D. Pedro V no palacete que foi de D. Andrelina Gomes dos Santos estão decoradas a escada, em estylo Renascença, e diversas salas. O palacete do barão d'Almeida Santos, a S. Pedro d'Alcantara, tem umas antigas decorações. No palacio no Largo das Duas Egrejas, que foi de José Nunes Teixeira, o vestibulo e a escada são a claro-escuro. Passando das casas particulares aos edificios publicos destaca-se, em primeiro logar, a obra culminante de toda a vida artistica de Pereira Junior, não só pela importancia e perfeição do trabalho executado, que será sempre digno de admiração, como tambem pelo esforço patriotico que, para a sua adjudicação, dispendeu o artista. Referimo nos á decoração da cupola da Camara Municipal de Lisboa, em 1878. Por este tempo preponderava nas decorações dos edificios do Estado o pintor francez Pedro Bordes. Os pintores portuguezes sentiam se opprimidos com esta preferencia, e não havia meio de serem chamados ao serviço official. Depois de pintar a sala da Camara dos Pares, obteve Bordes a decoração do novo edificio da Camara Municipal, e ahi, fortemente protegido pelo engenheiro-chefe da repartição technica, começou por decorar todos os gabinetes do segundo pavimento e algumas salas do rez-do-chão. Pereira Junior, regressando então do norte á capital, sentiu-se bastante melindrado no seu justo orgulho de artista por vêr que as decorações d'aquelle edificio, eminentemente nacional, estavam monopolisadas por um artista estrangeiro, embora de merito, com verdadeiro desprezo dos artistas portuguezes. Convidou alguns dos seus collegas, entre elles José Procopio Ribeiro, considerado decorador e scenographo, e Antonio Januario Correia, paizagista e decorador, para em grupo requererem á camara que se abrisse concurso para as decorações do edificio. Receosos, porém, estes não acceitaram, e Pereira Junior viu-se só, mas nem por isso desanimou. O que foi essa lucta ingente, travada pelo artista, está bem claro nas actas das sessões da camara, publicadas no *Archivo Municipal de Lisboa* de 1878 e 1879, a pag. 563 e 322. D'esses documentos, e dos jornaes da epoca, se vêem bem as mil peripecias do concurso, em que Pereira Junior demonstrou o seu talento com dois formosos projectos differentes, sendo um o preferido. As condições materiaes da execução da obra sacrificaram o artista, que apesar de tudo augmentou ainda o seu trabalho, enriquecendo o, de forma a receber um voto de louvor do jury que o approvou. O patriotismo do artista perdura naquella obra monumental Em seguida a camara encarregou-o de outras decorações, nas quaes collaboraram, sob a sua direcção, Januario Correia e Procopio Ribeiro, ficando este ultimo até terminarem os trabalhos. Além dos paços reaes, já mencionados, e do Alfeite, onde decorou o tecto da sala de jantar, trabalhou depois Pereira Junior em outros edificios do Estado. No concurso para a decoração do Supremo Tribunal de Justiça apresentou dois projectos, pelos quaes recebeu um avultado premio pecuniario. Para o vestibulo do Museu d'Arte Ornamental tambem fez um projecto, que foi egualmente premiado; e ainda para a sala da Junta do Credito Publico elaborou, por encommenda, um projecto magnifico, mas que não foi executado. No Tribunal da Relação fez as importantes decorações da sala, tecto e paredes, que são um trabalho original. Na camara dos Deputados pintou em 1909 o gabinete da presidencia e a sala do buffete. Em edificios religiosos de Lisboa, afóra a collaboração que teve em antigos restauros das egrejas de S. Roque e dos Martyres, pintou a de N. S.ª da Ajuda e Santos Fieis de Deus, a capella do Santissimo de Santa Izabel, o retabulo de S. Jorge de Arroios e o brazão do tecto da egreja da Graça. Egualmente decorou as egrejas: dos Santos Reis, do Campo Grande, e capellas; de N. S.ª do Amparo de Bemfica (1881-1882); capella do SS.mo de N. S.ª da Graça de Benavente; de S. Pedro, em Caneças; de S. Saturnino, em Fanhões; a capella do SS.mo de S Pedro, de Palmella (1858); etc. Em 1880, por occasião das festas do tri-centenario de Camões, foi Pereira Junior a alma artistica da celebração, como se vê das actas da respectiva commissão, publicadas no tomo XV do *Diccionario Bibliographico*, suscitando elle a idéa de que as corporações populares apparecessem no grande cortejo civico com as suas respectivas bandeiras e insignias, offerecendo-se, num discurso caloroso e patriotico, para pintar gratuitamente nesses estandartes o emblema das associações, o que foi acolhido com applausos pela assembléa, sendo consignados na acta votos de agradecimento. Um d'estes estandartes acha se reproduzido em lithographia, bem como os carros allegoricos, a pag. 92 do referido *Diccionario*. Tambem lembrou, e propoz, a congregação dos esforços dos artistas mais em evidencia, pelos quaes se distribuiram os carros allegoricos, sendo-lhe destinado o do Commercio e Industria, e collaborando nos restantes. Desanimados alguns dos representantes das associações, que, por falta de meios, não podiam concorrer ao cortejo com estandartes proprios, como Pereira Junior alvitrara enthusiasticamente na sessão magna da Commissão, offereceu-se, ainda mais uma vez, patrioticamente, para os pintar de graça, offerecimento que foi acceito por varias aggremiações, que, reconhecidas, o fizeram depois seu socio de merito. Como autor d'aquelle carro triumphal recebeu o artista grandes ovações em todos os logares em que passava o cortejo e demonstrações especiaes da classe commercial e industrial. Nas illustrações da epoca acha se reproduzido esse carro, havendo tambem d'elle photographias avulsas. Em 1882, na celebração do centenario do Marquez de Pombal, foi tambem escolhido pela Commissão Academica que lhe confiou a construcção do seu carro, que constituiu um verdadeiro triumpho para o artista, pois que o carro da Sciencia foi o mais notavel. Acha-se tambem

reproduzido nas illustrações da epoca e em photographias e phototypias avulsas. Ha cêrca de viute annos procurou Pereira Junior resuscitar a caracteristica pintura portugueza dos azulejos, seguindo a antiga factura, tanto technica como artistica. Podem indicar se, depois das primeiras tentativas, os dois quadros da egreja da Madre de Deus, que representam a chegada e a partida das reliquias de Santa Auta e que constituem uma perfeita imitação do azulejo antigo. São trabalhos importantes: os azulejos da capella e do pateo de honra da quinta da Cardiga, de Luiz Sommer; os da sala de jantar na quinta de Fontebella, no Cartaxo, de Antonio Francisco Ribeiro Ferreira; os do Collegio Militar, na Luz; os da ria da quinta de Queluz, que estão datados; os do pateo do palacio da Rosa, em Lisboa, do Marquez de Castello Melhor; os da capella e jardins do visconde de Estoy, no Algarve; etc. Dos trabalhos scenographicos foi muito apreciado um salão para a peça *Noites na India*, representada no Principe Real, tendo decorado o tecto d'este theatro, e collaborado em pinturas scenographicas de Rambois e Cinatti para o theatro de S. Carlos e de D. Maria II. Pereira Junior tem pintado muitos quadros soltos de natureza morta, peixes, aves e principalmente de flôres. Nos quadros muraes distingue se a flora ornamental, que conhece profundamente. Dos quadrinhos de flôres apresentadas em exposições fôram muito apreciados os intitulados *Flôres de jardim* e *Flôres de quintal*, vendidos por intermedio da antiga Sociedade Promotora de Bellas Artes. Possuem bellos quadros de peixes e aves e de flores: Antonio Theophilo d'Araujo Rato, José da Cunha Porto, Francisco da Conceição Silva, e outros já falleceidos, como Ricardo Loureiro, João Alberto Lopes, etc. Este artista tambem se dedicou ao genero das taboletas illustradas, verdadeiros quadros, tão notaveis que se encontram algumas d'ellas reproduzidas no *Occidente* e no *Antonio Maria*, como as da fabrica de conservas de Costa Lino & C.ª e da fabrica de bolachas da Pampulha. Em decorações de estabelecimentos tambem se affirma o seu talento: Na confeitaria Ferrari ha bellos quadros de fructos, aves, doces e flôres; numa padaria, da rua D. Pedro V, paineis d'animaes, genero de tapeçaria; no deposito de machinas *Singer*, a cuja decoração se referiram as revistas illustradas *O Occidente* e *Brazil Portugal*, de 1908. Um dos trabalhos modernos, que mais garante a especialidade de Pereira Junior como pintor do flôres decorativas, e a sua extraordinaria destreza n'esse difficil genero artistico, é o vestibulo do hospital de S. José, em que o artista conseguiu descobrir, por debaixo de repetidas demãos de cal, a pintura antiga da allegoria e os festões de flôres, restaurando tudo, ou antes, pintando completamente de novo, aquella profusão immensa de milhares de flôres, a trasbordar de taças e vasos, em grinaldas o festões. A pintura fez se em grande parte de noite, pela urgencia de ter tudo prompto, em menos de trinta dias, por occasião do congresso internacional de Medicina em 1906. Pereira Junior foi presidente da Sociedade dos Artistas Lisbonenses e pertence, como socio honorario e de merito, a varias corporações civis e religiosas, que o admittiram no seu gremio pelos relevantes serviços artisticos, especialmente prestados por occasião do tri centenario de Camões. E' antigo socio effectivo da Sociedade de Geographia de Lisboa e de varias associações de soccorro mutuo, a que em tempos aureos do movimento associativo lisbonense deu o valioso concurso da sua actividade intelligente. Pertence á Irmandade do SS.mo da freg. de Santa Justa, á da Penha de França, e á de N.ª S.ª da Ajuda e Fieis de Deus, bem como a muitas outras de fóra de Lisboa. Por decreto de 18 de julho de 1889 (*Diario do Governo*, de 23 do mesmo mez) foi agraciado com o grau de cavalleiro da ordem militar de N. Sr. Jesus Christo. Na exposição agricola da Tapada da Ajuda, em 1884, foi premiado com menção honrosa pelos trabalhos de ornamentação, e numa das exposições da Sociedade de Bellas Artes teve egualmente menção honrosa pelos azulejos expostos. Na Exposição Universal de Paris, em 1889, foi premiado com medalha d'ouro pelos trabalhos decorativos, especialmente de flôres, que ali pintou para a secção portugueza.

**Pereira Jusan.** Villa da prov. do Douro, na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. e com. de Ovar, distr. de Aveiro, bisp. do Porto. E' pov. muito antiga, provavelmente do tempo dos godos, mas o unico monumento, que attesta a sua grande antiguidade, é uma fonte chamada *Mina dos Moiros*. Até 1850 ou 1852 foi séde d'um antigo concelho, que então se supprimiu, passando a formar o concelho de Ovar. El rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 2 de junho de 1514, e n'elle se dá o nome de *Pereira Jusã*. Os senhores donatarios da Feira, que tambem o eram d'esta villa, da freg. de Vallega, e da de S. Vicente Pereira, que fica contigua a esta, crearam este concelho, não se sabe quando, mas sabe-se que foi antes da creação dos de Estarreja, Ovar, Oliveira de Azemeis e Angeja. No foral d'esta villa consta que Ovar era porto de mar no principio do seculo XVI, não só para barcos, mas para vasos de maior lotação, porque, quando trata das portagens, diz: «Não se levarão os direitos das ancoragens dos navios, segundo foi determinado por nós, em Ovar; e pagarão das cousas que carregarem ou trouxerem, segundo se manda pagar de portagem, por este foral.» No *Portugal antigo e moderno*, vol. VI, pag. 685, diz Pinho Leal: «Em todos os diccionarios geographicos de Portugal (e até no *Portugal Sacro e Profano*, e no *Mappa das congruas*, que é official), vem confundidas *Pereira Jusan* com *S. Vicente de Pereira*, como se fôsse uma e unica freguezia. Eu mesmo, apezar de ter a minha casa a 15 k. ao NE d'esta villa, estava no mesmo erro; e n'elle continuaria, se não fôsse a obsequiosa advertencia do sr. João Valente da Costa, residente em Vallega, ao qual devo tudo quanto se lê com respeito a Pereira Jusan. Já vêmos que *S. Vicente de Pereira* é uma parochia, cuja egreja matriz dista da de Vallega 4 k., e que *Pereira Jusan* é uma villa da freg. de Vallega, distando apenas uns 500 m. da sua egreja parochial. Antigamente havia duas freguezias contiguas, ambas com o nome de *Pereira*, e para as distinguir uma da outra, se dava á actual freguezia de S. Vicente de Pereira o nome de *Pereira Susã* (Pereira de Cima) e á outra o de *Pereira Jusã* (Pereira de Baixo). Esta freg., que apenas constava da villa e do seu pequeno termo, foi no seculo XVI sup-

primida, unindo se á de Vallega. Eis o que tem causado os erros dos geographos.» O antigo conc de Pereira Jusã era primeiramente formado por uma parte da freg. de Vallega (o que tinha sido freg. de Pereira Jusan) metade da freg. de Ovar, e metade da de S. Vicente de Pereira (a outra metade era do conc. de Oliveira de Azemeis) Depois quando se creou o conc. de Ovar, ficou-lhe pertencendo toda a freg. de Ovar, e ao conc de Pereira Jusan as duas freguezias de Vallega e S. Vicente de Pereira, na sua totalidade. Hoje estas freguezias são conhecidas unicamente pelos seus nomes de Valléga e S. Vicente de Pereira, tendo-se eliminado a denominação de *Jusã*. Em ambas as povoações ha escolas para os dois os sexos.

**Pereira Leite** *(Augusto)*. Juiz da Relação de Lisboa, fal. em julho de 1901. Foi durante annos juiz d'uma das varas civeis de Lisboa, tendo sido delegado em Almada. Pertencia ao partido regenerador, que sempre serviu com dedicação; foi deputado em varias legislaturas, e vice-presidente da camara dos deputados. Era casado com a sr.ª D. Laura d'Albuquerque Moreira.

**Pereira Leite Netto** *(José)*. Distincto arabista, que fal. no Porto em 1882, na edade de 44 annos Escreveu um *Guia de conversação portugueza arabe, acompanhada de pronuncia de arabe figurada em caracteres latinos e de notas relativas á grammatica*, que foi publicada posthuma, por ordem do governo, em seguida ao parecer emittido pela Academia Real das Sciencias. Esse trabalho, verdadeiramente notavel, foi publicado em 1902 precedido d'uma advertencia preambular escripta pelo sr. conde de Samodães. Escreveu tambem umas *Noções elementares de musica*, publicadas no Porto em 1882. Além de arabista foi Pereira Netto um numismata de grande merito, como o demonstra o catalogo das moedas arabes existentes no Museu Municipal do Porto, descriptas, classificadas e ordenadas chronologicamente. Esse catalogo foi publicado em Lisboa, em 1882. Este erudito professor foi nomeado conservador da Bibliotheca Municipal Portuense, não chegando a tomar posse do seu cargo. Por sua morte legou áquella bibliotheca: as grammaticas, vocabularios e outras obras didacticas sobre a lingua arabe; commentarios e criticas litterarias sobre obras arabicas; obras impressas em arabe; historiadores arabes originaes, e livros de historia e geographia da Arabia por autores modernos; obras de linguistica geral; obras em hebraico ou ácêrca da lingua hebraica, etc. Entre essas obras conta se a *Biblia hebraica*, em 2 volumes com gravuras, que pertenceu a sr. Alexandre de S. Thomaz Pereira *(1783)*. Das obras impressas em arabe, que constam de 8 volumes, diz o sr. conde de Samodães que o mais valioso é o *Ktsale ehnahed indjiden lorbana umacralsena Jesuah Ehmessiah*, impresso em Londres, porque contém o Novo Testamento completo. As obras do afamado arabista acham se relacionadas no supplemento geral ao catalogo da Bibliotheca Publica do Porto (1.ª parte, fasciculo 1.º, addições desde 1877 a 1883 inclusivé).

**Pereira de Lima** *(José Maria)* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; professor de logica e historia, deputado, advogado em Lisboa, em Coimbra, e no Porto; por vezes director de varias empresas industriaes e mercantis, etc. N. em Coimbra a 17 de fevereiro de 1853, sendo filho de Domingos Maria Pereira. Tem collaborado em differentes publicações litterarias e politicas, e redigido programmas e relatorios para as empresas, a que se encontra associado. Escreveu: *Noções elementares de chorographia portugueza, coordenadas segundo o programma dos exames de instrucção primaria*, Coimbra, 1875. *Iberos e bascos; Hannibal e Napoleão; Phenicios e carthaginezes*, Lisboa, 1901.

**Pereira Machado** *(Guilherme Augusto Machado Pereira, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; moço honorario da real camara, commendador das ordens de Christo e da Rosa do Brazil; vereador da camara municipal do Porto, presidente da Companhia de Utilidade Publica, presidente da Associação Commercial de Beneficencia, director da Associação Commercial do Porto; membro e presidente de varias outras, etc., capitalista e proprietario na dita cidade e no Rio de Janeiro. N. no Porto a 8 de abril de 1822, onde tambem fal. a 14 de abril de 1868. Era filho de João Pereira da Cruz Lima, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher D. Rosa Gertrudes Bernardes Machado. Casou a 30 de março de 1853 com D. Candida Guilhermina dos Santos Vieira Rodrigues Fartura, filha de Antonio José Rodrigues Vieira Fartura, fidalgo cavalleiro da Casa Real e commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição, e de sua mulher D. Margarida Eugenia dos Santos Nogueira. O titulo foi concedido por decreto de 18 de setembro de 1861. O seu brazão d'armas foi concedido por alvará de 14 de janeiro de 1851: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Pereiras, em campo vermelho uma cruz de prata florida e vazia do campo; na segunda, as armas dos Machados, em campo vermelho cinco machados de prata com os cabos de ouro, postos em santor. E' hoje visconde de Pereira Machado, seu filho, Guilherme Augusto de Pereira Machado, fidalgo cavalleiro da Casa Real, que nasceu no Porto a 16 de outubro de 1865.

**Pereira de Magalhães** *(Felix)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, conselheiro e ministro de Estado, par do reino, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, etc. N. em Chaves a 14 de janeiro de 1794, fal. em Lisboa a 25 de janeiro de 1878. Sendo destinado por seus paes á carreira ecclesiastica, recebeu ordens menores, quando contava 13 annos de edade. Pouco depois rebentava em Portugal a revolução contra o dominio francez; formando-se por toda a parte corpos de tropas para expulsarem as do general Junot e conseguirem a restauração do reino, organisou se em Chaves um batalhão ecclesiastico, onde se alistou Felix Pereira de Magalhães, passando d'elle para o regimento de milicias de Chaves, do qual foi despachado alferes. Transferido para o batalhão de caçadores Traz-os Montes, assistiu ao cêrco de Samora em Hespanha e tomou parte na defeza da Beira Baixa, quando esta provincia foi atacada pelo inimigo, mas logo que terminou a guerra da Peninsula, deixou o serviço militar, e matriculando-se na faculdade de Leis na Universidade de Coimbra, completou o curso com as mais lisonjeiras informações. Abraçando com o ardor pro-

prio da mocidade os principios politicos proclamados em 1820, traduziu e publicou o extracto d'uma memoria sobre a origem dos jurados, annotando-a para illustração do texto e para mostrar que nos primeiros tempos da monarchia era por jurados que se decidiam os pleitos judiciaes. Achando se no Porto em 1822 a praticar no escriptorio d'um dos advogados mais conhecidos d'aquella cidade, foi convidado para membro da sociedade *Patriotica Portuense*, composta das autoridades, funccionarios publicos e muitas pessoas illustres nas letras, agricultura, commercio e artes. Eleito primeiro secretario da sociedade e escolhido para no dia 13 de maio, anniversario d'el-rei D. João VI, fazer o panegyrico d'este monarcha, pronunciou uma oração que foi enthusiasticamente applaudida, e depois escreveu uma proclamação, que a mesma sociedade dirigiu aos transmontanos contra o movimento absolutista iniciado pelo conde de Amarante Abrindo banca de advogado, grangeou dentro em pouco immensa clientela, e sendo muito considerado e respeitado no Porto, quando ali rebentou, a 16 de maio de 1828, a revolução liberal, offereceu a junta o logar de chefe do commissariado a Felix Pereira de Magalhães, que o acceitou, mas que, sendo extremamente affecto ás idéas constitucionaes, emigrou para a Galliza com a divisão que se viu obrigada a sair da patria. Do Ferrol passou a Bordéos, e juntando-se depois á expedição de Belle-Isle, foi na corveta *Juno* desembarcar na ilha Terceira, onde logo se alistou no batalhão academico Chamado para as ordens do ministro da guerra, foi encarregado de elaborar differentes projectos, entre os quaes se contam o de regulamento para o commissariado do exercito e o da reforma do juizo orphanologico, o qual, com algumas alterações, foi convertido no decreto de 18 de maio de 1832. Recusando ainda nos Açôres os logares que lhe offereceram de sub-prefeito da ilha do Fayal, de juiz de direito de Ponta Delgada, de chefe do commissariado e de ajudante do auditor geral, porque a sua idéa era conservar-se extranho aos negocios publicos e voltar, logo que se restabelecesse o governo de D. Maria II, ao exercicio da advocacia no Porto, voltou a esta cidade com o exercito libertador. Nomeado, depois, membro da commissão encarregada de administrar a Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro, fez tambem parte da commissão incumbida de redigir os projectos dos codigos criminal e commercial, cujos trabalhos fôram interrompidos, porque a maior parte dos seus membros fôram empregados em serviços mais activos e urgentes; foi ouvido sobre o projecto de extincção de foraes, ao qual fez importantes alterações, que fôram adoptadas, sendo assim modificado o projecto de Mousinho da Silveira, convertido no decreto de 13 de agosto de 1832, e a este respeito escreveu na *Chronica Constitucional*, do Porto, varios artigos. Posteriormente, julgando o governo de D. Pedro necessario concentrar no prefeito dos Açôres a autoridade militar e civil, investindo-o de poderes extraordinarios e descricionarios para organizar todas as repartições publicas segundo os principios da nova legislação, foi Felix Pereira de Magalhães escolhido para ir exercer o logar de secretario junto d'aquelle prefeito; e quando, posteriormente, o archipelago foi dividido em tres prefeituras, regressou a Lisboa, onde já havia entrado D. Pedro, e foi secretario da commissão creada para propôr as medidas necessarias para o desenvolvimento do decreto n.º 23, de 16 de maio de 1833, que tinha estabelecido e fixado as bases da nova organisação administrativa. Nomeado depois official da secretaria dos estrangeiros e transferido em fevereiro de 1835 para identico logar no ministerio do reino, obteve em março de 1837, a seu pedido, a exoneração, com a idéa de se retirar completamente da vida publica; mas sendo logo no anno immediato eleito senador substituto, pelo circulo de Aveiro, e chamado a tomar assento na camara, tomou parte importante nas discussões, especialmente na que houve sobre os projectos de creação do Tribunal de Contas e da organisação da administração superior da fazenda, e apresentou varios projectos de lei, dos quaes citaremos os seguintes: sobre a organisação do tribunal da justiça dos senadores e sobre a responsabilidade dos ministros; regulando a graduação, transferencia e promoção dos juizes de primeira instancia; sobre a classificação de comarcas judiciaes; sobre contratos por escriptos particulares. N'este mesmo periodo, nomeou o governo Felix Pereira de Magalhães membro da commissão encarregada de propôr as emendas que julgasse necessarias no codigo administrativo de 1837, e resultando d'esses trabalhos a carta de lei de 29 de outubro de 1840, para se proceder á nova redacção d'aquelle codigo, comprehendendo n'elle todas as leis e regulamentos posteriores, foi Felix Pereira de Magalhães escolhido para presidir a commissão que, no fim d'um anno de assiduos e constantes estudos, apresentou o projecto que veiu a ser o codigo administrativo publicado em 1842. Por decreto de 30 de março de 1841, foi nomeado membro da commissão encarregada de organisar a fazenda publica e cujos trabalhos correm impressos, e ainda n'esse mesmo anno foi feito membro da commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia e Hospital de S José de Lisboa, e logo no começo do anno seguinte recebeu a nomeação de vogal do conselho geral de beneficencia. Fôram muito valiosos e importantes os serviços que Felix Pereira de Magalhães prestou áquelles estabelecimentos pios, e especialmente ao hospital de S. José, até março de 1846; o hospital estava empenhadissimo e desprovido de roupas, e tão falto de recursos e de credito, que ao terceiro dia da administração de que Magalhães fazia parte, não havia arroz para alimentar os doentes, nem meios de o comprar, e só elle, com o seu credito particular, o mandou fornecer; e que em 1846 ficou aquelle estabelecimento foruecido de tudo com abundancia, tendo sido melhorados e reedificados o proprio edificio do hospital e muitos dos predios que lhe pertenciam, existiudo ainda em caixa mais de 24 contos de reis. Restaurada a Carta Constitucional em 1842, foi eleito deputado pela provincia de Traz-os-Montes, e não só tomou parte nas discussões mais importantes e nomeadamente na que produziu a lei de 21 de abril de 1842, protegendo o commercio e agricultura das vinhas do Alto Douro, mas tambem trabalhou muito nas commissões, e foi eleito presidente da camara, cargo que não acceitou pelo seu mau estado de

saude. Sendo um dos defensores mais zelosos do partido cartista, fôram n'essa epoca aproveitados os seus conhecimentos em muitas e variadas commissões, e assim foi membro da que estevo encarregada do plano da organisação e regimento do Terreiro Publico, o qual foi adoptado pelo decreto de 28 de agosto de 1844, da que foi incumbida de redigir as condições com que n'esse anno se arrematou o Contrato do Tabaco, da quo foi encarregada de propôr a reforma das repartições de fazenda e que viu parte dos seus trabalhos convertidos no decreto de 12 de setembro de 1845, e da que teve por missão desenvolver as bases fixadas para a organisação do conselho de Estado na lei de 3 de maio de 1845, e cujos trabalhos fôram adoptados no regulamento de 16 de julho do mesmo anno. Fundadas em 1845 as caixas economicas pela Companhia Confiança Nacional, foi Felix Pereira de Magalhães um dos vice-presidentes, e presidiudo n'essa qualidade a reunião dos directores honorarios, que eram das pessoas mais notaveis da capital, pronunciou um discurso quo se póde ler no *Diario* n.º 119 d'aquelle anno, e no qual falou com grande proficiencia das vantagens que se podiam colher de similhantes instituições. Transformado o Banco de Lisboa e a companhia Confiança Nacional, por decreto de 19 de novembro de 1846, no Banco de Portugal, foi eleito membro e depois presidente da direcção, e estava exercendo esse cargo, quando em maio de 1849 foi nomeado membro da commissão encarregada de propôr o systema que mais conviria adoptar para o progresso dos trabalhos de construcção e melhoramentos das estradas do reino, os quaes estavam entregues á companhia das obras publicas de Portugal. Tendo sido elevado ao pariato, por carta regia de 26 de setembro de 1845, foi, no ultimo ministerio que se formou sob a presidencia do conde de Thomar em 18 de junho de 1849, incumbido da pasta da justiça, e no desempenho d'essas funcções publicou, além de muitas outras provideuciias de menor importancia, o decreto de 6 de março de 1850, que estabeleceu os tribunaes de commercio de primeira instancia, em todo o continente e ilhas adjacentes, o decreto de 8 de agosto encarregando o conselheiro Antonio Luiz de Seabra, depois visconde de Seabra, de redigir o projecto do codigo civil portuguez, e nomeando uma commissão para revêr esse trabalho, a portaria de 25 de setembro marcando as habilitações scientificas para os ordinandos serem admittidos ás ordens de sub-diácono e diácono, a portaria de 17 de outubro approvando os estatutos provisorios do seminario de Evora, os decretos para se proverem por concurso os logares de delegados do procurador regio, escrivães e tabelliães, o que melhorou o systema de concurso estabelecido para o provimento das egrejas, etc. Durante o tempo que esteve no ministerio, ainda teve a seu cargo a pasta do reino, de 7 de agosto a 23 de setembro de 1850, por doença do conde de Thomar, e de 26 de maio até 1 de abril de 1851, no gabinete que então se formou presidido pelo duque da Terceira, saindo definitivamente dos conselhos quando o duque de Saldanha, depois de triumphar o movimento da Regeneração, de 1 de maio d'esse anno, foi nomeado presidente de ministros. D'ahi por diante, o conselheiro Felix Pereira de Magalhães pouco figurou na politica, passando os seus ultimos annos n'um estado de demencia, que em seguida á sua morte deu origem a um ruidoso processo em que entravam as pessoas mais intimas do fallecido ministro, e por algum tempo entreteve as attenções de Lisboa. Além das commissões que ficam indicadas, foi encarregado em 1834 de fazer um relatorio sobre as negociações diplomaticas entaboladas pelo governo com os governos das grandes potencias, ácêrca dos direitos da rainha D. Maria II, e aproveitando-se d'essa situação, colheu a este respeito, dos documentos que pôde examinar, curiosas e interessantes noticias, que não só lhe permittiram desempenhar a missão que fôra confiada, mas tambem formar depois um folheto que fez certo barulho. Esse folheto tinha 148 paginas, e intitulava se *Apontamentos para a historia diplomatica de Portugal, desde 1826 em que falleceu o imperador e rei D. João VI até 1834*. E' de bastante valor politico, porque se funda em documentos existentes no ministerio dos estrangeiros, no gabinete particular de D. Pedro, e em outras repartições officiaes. O conselheiro Felix Pereira de Magalhães, não sabemos porque motivo, tinha a alcunha *Felix das Velhas*, que o tornava um tanto ridiculo, e pela qual se tornou bastante conhecido.

**Pereira Malheiro** *(Manuel)*. Cirurgião da Real Casa dos Expostos e do hospital de S. José de Lisboa, onde foi licenciado, cirurgião, algebrista e lente. Fal. em 5 de junho de 1831. Foi nomeado cirurgião em 1791, e lente de cirurgia em 29 de novembro de 1792, sendo aposentado em 1807 com o ordenado por inteiro, por ter cegado. Escreveu: *Memorias medico-cirurgicas, que contêem varios factos pertencentes á medicina e cirurgia*, Lisboa, 1791; *Resposta á Carta de despedida que fez a Medicina, quando se ausentou de Portugal, queixando se das affrontas e calumnias que recebeu dos portuguezes*, etc., Lisboa, 1781; saiu anonyma.

**Pereira Marinho** *(Joaquim)*. Marechal de campo reformado, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, do conselho de Sua Majestade, commendador da ordem de Christo, cavalleiro de S. Bento de Aviz, etc. N. no Porto em 1782, e fal. em Lisboa a 3 de janeiro de 1854. Formou se em 1806. Assentando praça em artilharia, passou a servir no exercito da India, e era official do regimento de artilharia quando em 1817 o conde de Rio Pardo, vice-rei da India, determinando castigar Saunto Bounsuló, mandou contra a praça de Renin uma expedição commandada pelo marechal de campo Manoel Godinho de Mira. Joaquim Pereira Marinho fez parte d'essa expedição, e prestou relevantes serviços, porque foi a artilharia que prestou os principaes serviços n'esse assedio, arruinando a praça que Manuel Godinho de Mira não tomou, e era Joaquim Pereira Marinho que commandava as baterias do sitio. Mandado depois para Pondá pelo conde de Rio Pardo, voltou a Gôa, apenas teve conhecimento dos graves acontecimentos que se tinham passado em Lisboa em 1820, e foi elle um dos promotores da revolução de 17 de setembro de 1821, pela qual foi deposto o conde de Rio Pardo, proclamada a adhesão á nova ordem de cousas, e nomeada uma junta governativa em que entrava o seu general Manuel

Godinho de Mira. Uma quasi contra-revolução levada a effeito no dia 3 de dezembro d'esse mesmo anno, depôz a junta governativa, e nomeou outra menos democratica, em que entrava o arcebispo. Esta junta mandou sair do territorio portuguez quasi todos os membros da junta antecedente, e a Joaquim Pereira Marinho mandou-o deportado para Alorna, e logo em seguida preso para o forte de Neurá. Estes acontecimentos fôram contados por elle mesmo n'uma *Memoria ou relação das principaes causas que produziram em Gôa as revoluções que aconteceram para se estabelecer n'aquella provincia o projecto do regimen politico indicado pelas bases da Constituição de 1822*. Esta memoria foi publicada posthuma por José de Torres no tomo III da *Illustração Luso Brazileira*, a pag. 78, 86, 90, 103, 107, 119 e 122. Quando tomou posse do governo a 18 de novembro de 1823, depois de ter chegado a noticia da queda da Constituição, o vice-rei D. Manuel da Camara, Joaquim Pereira Marinho foi solto, e, tornando a Gôa, pediu licença para se retirar o que lhe foi concedido. Passou então ao Brazil, e do Brazil regressou a Portugal, onde continuou a servir um pouco obscuramente no exercito, até que em 1835 foi nomeado governador de Cabo Verde, e procedeu com acerto e energia, mas levantando muitas resistencias e accusações. Exonerado em 1836 e substituido por Domingos Correia Arouca, veiu para Lisboa, mas logo em 1837, havendo-se revoltado duas ilhas contra Correia Arouca, deu se de novo o governo a Joaquim Pereira Marinho, mas então as intrigas e luctas redobraram, o coronel Martins formulou graves accusações contra Joaquim Pereira Marinho. Domingos Correia Arouca escreveu um folheto com o titulo de *Exposição que faz ao governo e á nação o ex-governador militar de Cabo Verde*, etc., em que tambem a administração de Pereira Marinho era tratada com desfavor. Joaquim Pereira Marinho fez então uma serie de publicações que se prolongaram pelos annos de 1838, 1839, 1840 e 1842. Fôram as seguintes: *Primeira parte do Relatorio de alguns acontecimentos notaveis de Cabo Verde, e resposta a differentes accusações feitas contra o brigadeiro Joaquim Pereira Marinho*, Lisboa, 1838; saiu em *segunda edição, corrigida e augmentada de notas e muitos documentos em Moçambique, e offerecido ao Senado legislativo da nação portugueza*, Bombaim, 1840; *Memoria official em resposta ás accusações dirigidas a Sua Majestade contra o governador geral da provincia de Cabo Verde, o brigadeiro Joaquim Pereira Marinho*, Lisboa, 1839; *Demonstração documental das principaes mentiras do coronel Manuel Antonio Martins e do roubo de oitenta e sete saccos de urzella que elle fez em Cabo Verde*, etc. Bombaim, 1840. Em resposta a estas publicações escreveu e publicou Domingos Correia Arouca o seguinte folheto: *Desmentido ás accusações feitas pelo ex-governador de Cabo Verde de Moçambique, o sr. Joaquim Pereira Marinho contra Domingos Correia Arouca com um parallello entre os actos do accusador e as suas arguições*, Lisboa, 1842. Sejam quaes fôrem as censuras que se possam dirigir contra Joaquim Pereira Marinho, que era na verdade homem inquieto e turbulento, é certo que elle prestou serviços á provincia. No tempo do seu primeiro governo construiu-se uma estrada em Santo Antão, no tempo do seu segundo governo principiou-se a povoar a ilha do Sal, e adquiriu-se para a corôa portugueza o ilhéo do Rei junto de Bissau. Lançaram-lhe muito em rosto um fuzilamento de escravos na ilha de S Thiago, mas ninguem ignora que nem sempre se pódem applicar na pratica certas idéas humanitarias, quando se responde pela salvação de uma provincia ultramarina, e quando um governador se vê rodeado de revoltosos ameaçadores, e vê em grave perigo a ordem e a propriedade. A 20 de abril de 1830 foi, comtudo, Joaquim Pereira Marinho transferido para Moçambique, onde chegou a 25 de março de 1840. Applicou todas as suas faculdades ao desenvolvimento do commercio e da agricultura, procurou fundar em Moçambique uma casa de moeda, e perseguiu tenazmente o abominavel commercio da escravatura, mas isso deu lhe em resultado desgostos similhantes aos que tivera em Cabo Verde. Levantaram-se contra elle todos os interesses feridos, e como elle se tornava muito odiado pelas suas arbitrariedades e despotismos, não lhes foi difficil obter que fôsse exonerado e mettido em conselho de guerra, indo para Gôa em 1841 a bordo do *Caçador africano*, Ahi tornou elle á imprensa a defender os seus actos, e publicou successivamente: *Treze mezes de administração geral da provincia de Moçambique dirigida pelo brigadeiro Joaquim Pereira Marinho para ser presente como defeza ao conselho de guerra a que deve responder o mesmo brigadeiro*, Lisboa, 1847. Absolvido pelo conselho de guerra a que respondeu, Joaquim Pereira Marinho foi nomeado governador da praça de Peniche, logar que duas vezes exerceu Em 1842 publicou: *Memoria de combinações sobre as ordens de Sua Majestade a senhora D. Maria II, passadas pelo ministerio da marinha e ultramar, por differentes ministros da mesma repartição, ao brigadeiro Joaquim Pereira Marinho, como governador geral de Moçambique*, etc. Em 1849, ainda publicou: *Projecto para a organisação militar da nação portugueza, ou principios da defeza dos direitos politicos dos cidadãos portuguezes e independencia nacional.*

**Pereira Marinho** *(Joaquim Pereira Marinho, barão, visconde e conde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de 14 de janeiro de 1870, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conecição. N. em 1816, fal. na Bahia a 26 de abril de 1887. Era filho de Antonio Teixeira Marinho, negociante, e de sua mulher D. Anna Joaquina de Queiroz. Casou com D. Francisca da Piedade Oliveira. O titulo de barão foi concedido por decreto de 8 de julho de 1869; o de visconde por decreto de 26 de março de 1874, e o de conde por decreto de 7 de março de 1881. O brazão d'armas consta: Em campo verde, cinco flôres de liz de prata, timbre, uma sercia com cabellos de ouro. Este brazão foi concedido pelo alvará de 4 de dezembro de 1881.

**Pereira Marramaque** *(Antonio)*. Fidalgo do seculo XVI, senhor hereditario dos logares da Taipa, Lamegal e Cabeceiras de Basto, na provincia de Entre Douro e Minho, e que viveu intimamente com alguns dos homens mais notaveis em letras do seu tempo e especialmente com Sá de Miranda Na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, se encontra um extenso catalogo de obras que elle compoz, e que segundo parece fi-

caram todas ineditas, sobresaindo entre todas: *Tratado sobre o evangelho de S. João*, *Reforma do estado ecclesiastico*, *Dos erros do reino de Portugal*, *Tardes de Entre Douro e Minho*, *Dialogo entre o gallo e outro animal sobre aquelle verso do Psalmo: Lex Domini immaculata*, *Tratado em que mostra que nem mulheres nem pessoas ecclesiasticas devem governar senhorios e a causa por que*, etc. Diz Barbosa Machado que este fidalgo escreveu em algumas materias de diversas profissões, das quaes como muitas transcendessem os limites da prudencia e outras a esphera dos seus estudos, caiu em erros manifestos, por cuja causa algumas são prohibidas no index expurgatorio de Portugal e Castella. Antonio Pereira Marramaque é em Portugal o representante da Reforma. O espirito de Luthero, que penetrou aqui um pouco, influiu muito no pensamento de Antonio Pereira Marramaque, homem de indole reflexiva e melancholica, mais propria de um homem do norte do que de um meridional.

**Pereira Marramaque** *(Gonçalo)*. Fidalgo pertencente a essa celebre familia que deu á historia do pensamento portuguez um vulto da tempera de Antonio Pereira Marramaque. Serviu no Oriente no tempo de D. Antão de Noronha e D. Luiz de Athaíde. Mandou-o o primeiro em auxilio de Cananor sitiada, e estreou-se bem porque a sua chegada foi o signal do destroço do inimigo. Enviado depois ás ilhas Molucas por D. Luiz de Athaíde, achou-se ali em tristissimas condições. Os naturaes das ilhas, irritados com a morte de Acyro, sultão de Ternate, que Diogo Lopes de Mesquita assassinára, revoltaram-se por todos os lados contra os portuguezes e a custo os pôde conter Gonçalo Pereira, que era comtudo um dos mais bravos capitães da India n'esse tempo. Vendo, porém, tantos odios concitados contra os portuguezes, e a difficuldade de se manterem os nossos n'essas ilhas, caiu Gonçalo Pereira n'uma profunda melancholia, d'onde resultou a loucura e finalmente a morte Na vida militar d'este intrepido e valoroso guerreiro, deu se o seguinte facto, que foi de grande heroismo: Em 1553 commandava um dos galeões da esquadra de D. Diogo de Noronha, que saíra de Ormuz ao encontro da esquadra turca de Murad-bey. Uma calmaria immobilisou os navios portuguezes em circumstancias taes que o galeão commandado por Gonçalo Pereira Marramaque achou se completamente rodeado de inimigos. Eram 15 galés que se moviam a remos e que o atacavam por todos os lados. Debalde D. Diogo de Noronha o procurava soccorrer, tentando leval-o a reboque dos seus escaleres. A superioridade do fogo das galés impedia os escaleres de se approximarem. Mas Gonçalo Pereira Marramaque era da grande raça dos nossos heroes indianos; com a tolda coberta de mortos e de feridos, com o casco do navio crivado de balas repelliu constantemente as galés. Durou um dia inteiro esse combate heroico. Afinal, levantou se um sopro de brisa, que os galeões da esquadra de Diogo de Noronha aproveitaram immediatamente para irem em soccorro do galeão de Gonçalo Pereira Marramaque. Logo a esquadra turca fugiu, e D. Diogo de Noronha, abraçando Gonçalo Pereira, disse-lhe simplesmente que o louvava, porque nunca esperára d'elle outra coisa.

**Pereira de Mattos** *(Antonio Alves)*. Official da armada. N. no Porto a 10 de setembro de 1874. Assentou praça na armada em 1888, e tendo concluido o curso da Escola Naval, seguiu para a Africa Occidental, onde desempenhou o cargo de immediato da canhoneira *Massabi* e de encarregado da pilotagem da corveta *Bartholomeu Dias* n'um cruzeiro de instrucção de aspirantes. Regressando ao reino, em 1893, foi depois para Angola, onde affirmou a sua grande competencia largamente evidenciada nos seus trabalhos *Os chronometros do «Douro»*, *Krupp*, *Canet e Armstrong*, artigos de polemica sustentada com o seu camarada Gago Coutinho, e especialmente no seu originalissimo ensaio de tactica naval, intitulado *O Cruzador*. Terminada a sua segunda estação, e regressando a Lisboa em 1895, publicou a sua primeira grande obra *A marinha mercante*, livro de grande valor que foi justamente apreciado, e que lhe mereceu dos competentes os mais rasgados elogios. Em 1898 serviu na divisão naval do Indico como immediato do navio-chefe *Affonso d'Albuquerque*, demorando-se até 1899, anno em que assumiu o commando da *Baptista de Andrade*. Tendo saido, em setembro de 1899, de Lourenço Marques para o reino, rebentou a caldeira do navio matando toda a gente que estava na casa da machina. A embarcação, porém, devido a uma habil manobra do seu commandante, salvou-se á véla, com dois pannos esfarrapados. Este acto de grande coragem não é, porém, o unico que illustra o nome do distincto official da nossa armada real, pois em outras situações por egual arriscadas, affirmou elle as grandes qualidades que tão notavelmente o teem evidenciado. Essas qualidades brilhantes se affirmaram quando, concertado o navio, um violento temporal o obrigou a entrar na Beira. D'essa arriscada viagem dá elle conta no seu interessante livro *Nas aguas de Moçambique, 1899-1900* De regresso d'esta perigosa viagem, publicou em 1900 1901 o livro *A marinha de commercio*, obra de grande merecimento, que foi egualmente recebida com os maiores louvores pelos versados em tão vasto assumpto. Espirito altamente emprehendedor, lançou os fundamentos da Liga Naval, em 23 de maio de 1900, fazendo, com a sua indomavel tenacidade, prosperar esta instituição, que tão relevantes serviços tem prestado ao paiz. N'esse mesmo anno realisou na Associação Commercial do Porto uma conferencia sobre a expansão do commercio maritimo e da marinha mercante. Successivamente expôz os planos no Club Militar Naval, Associação Central da Agricultura Portugueza, Associação Industrial do Porto, etc. Depois do Congresso Maritimo Nacional de Lisboa, em 1904, em que novamente evidenciou toda a sua actividade, partiu para Moçambique a bordo da *Bengo*, que commandava, seguindo para a campanha de Angoche, onde assumiu o commando das tropas de desembarque de marinha. Esteve no combate de Sahaja, atacou o gentio que destruiu as feitorias da Companhia Portugueza do Zaire, e regressando a Moçambique, partiu logo depois para Lourenço Marques, onde notavelmente se distinguiu quando se tratou da descentralisação administrativa das colonias. Voltando novamente a Lisboa, trabalhou efficazmente para a realisação do Congresso maritimo e da exposição oceanographica, para a installação da

Caixa de pensões a marítimos invalidos, etc. Por occasião do Congresso publicou um trabalho, muito interessante, denominado *Union maritime Internationale—De l'etat actuel de la question*. Pereira de Mattos tambem publicou o trabalho que apresentou ao jury respectivo, para a sua promoção a tenente. Esse trabalho denomina-se *A determinação do ponto no mar pelas curvas de posição e rectas d'altura*. O distincto official da arma da já foi deputado, sendo eleito pelo Porto.

**Pereira de Mattos** *(João Franco)*. Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, cujo curso terminou em 1896; deputado; jornalista, etc. N. em Faro no mez de junho de 1870. Entrando na politica filiado no partido regenerador, foi governador civil substituto do Algarve em 1900; deputado, eleito pelo circulo de Faro, em janeiro de 1901. Quando se deu a scisão no partido regenerador em 17 de maio d'esse anno, seguiu o sr. conselheiro João Franco, tornando-se um dos mais dedicados membros do partido regenerador-liberal. Foi director da Associação Academica, presidente da Caixa de Soccorros a Estudantes Pobres; fez parte da commissão, que foi ao Porto por occasião do centenario do infante D. Henrique, e da commissão encarregada de receber os expedicionarios que tinham ido combater o Gungunhana. Foi fundador e redactor do *Sul*, orgão do partido regenerador-liberal do Algarve.

**Pereira de Mattos** *(Salvador)*. Mestre em Artes pela Universidade de Evora e bacharel em Theologia. N. em Ferreira do Alemtejo, sendo filho de Lourenço Pereira Menacho e de Francisca de Mattos Castilho. Sendo collegial do Collegio da Madre de Deus, em Evora, se graduou na Universidade como mestre em Artes, e bacharel em Theologia. Defendeu na mesma Universidade conclusões de toda a Theologia moral, que lhe adquiriram grande fama ao seu nome. Recebeu o habito da ordem militar de S. Thiago, no convento de Palmella. Deixou publicados dois sermões, um da canonisação de S. João da Cruz, prégado no convento de Santa Thereza de Setubal a 17 de outubro de 1727, Lisboa, 1737; e o outro, na festa de S Thiago, prégado no convento de Palmella a 25 de julho de 1727, Lisboa, 1747.

**Pereira de Mello** *(Antonio Maria de Fontes)*. Fidalgo da Casa Real, do conselho de Sua Majestade e do conselho de Estado, chefe do partido regenerador, ministro e secretario de Estado em diversas epocas, deputado, etc. N. em Lisboa a 8 de setembro de 1819, onde tambem fal. a 22 de janeiro de 1887. Era filho do conselheiro João Fontes Pereira de Mello, ministro de Estado honorario, e de D. Jacinta Venancia Rosa da Cunha Mattos Aos 13 annos de edade assentou praça na armada e foi estudar na Academia dos Guardas-Marinhas. Dois mezes depois recebia o seu baptismo de fogo, porque, apezar da sua tenra edade, ia combater nas linhas de Lisboa. D. Miguel concentrava contra a capital todos os seus meios de ataque, e Lisboa não estava ainda sufficientemente preparada para a defeza. O energico almirante Napier contribuiu para a resistencia com todos os recursos da sua marinha. Até mandou os joveus cadetes navaes, e Fontes ouviu pela primeira vez zunir as balas no combate de 10 de outubro, em que Bourmont foi repellido pelos constitucionaes. Cumprido esse dever para com a patria, Fontes voltou para a Academia dos Guardas-Marinhas e frequentou o 1.º anno em que foi premiado, o 2.º em que tambem obteve prémio, foi em ferias fazer uma viagem de instrucção aos Açôres a bordo do brigue *Fayal* commandado por Cecilia Kol. No 3.º anno, em que não havia prémios, foi approvado com distincção, mas recebeu no seu curso um prémio verdadeiramente excepcional. Esse premio fôra instituido em 1805 para recompensar o merito relevantissimo. Em trinta annos só tres alumnos o tinham obtido. O primeiro fôra o pae de Fontes, do segundo não sabemos o nome, o terceiro foi Pereira de Mello. Tendo acabado assim o seu curso brilhante, desejou estudar mais e matriculou-se voluntariamente na Academia de Fortificação. As reformas do ensino de 1836 transformaram a Academia de Fortificação em Escola do Exercito, e Fontes viu-se conduzido assim a estudar o curso de engenharia em que foi distinctissimo, tendo passado para essa arma, onde foi promovido a tenente em 1839. N'esse mesmo anno foi seu pae nomeado governador de Cabo Verde, Fontes acompanhou-o como seu ajudante, e desenvolveu na provincia a actividade febril que sempre o caracterisou, visitou todas as ilhas de Cabo Verde, o districto da Guiné, levantou plantas, e incitou seu pae a que desenvolvesse o mais que pudesse as obras publicas da provincia. Para esse fim e para muitos outros relativos ao desenvolvimento economico de Cabo Verde escreveu um grande numero de relatorios. Nas obras publicas que se principiaram a emprehender collaborou como engenheiro, sendo uma das obras em que trabalhou o hospital da Misericordia da Praia. Em 1842 terminava João Fontes o seu governo e voltava seu filho ao reino, mas acompanhado por sua mulher, porque o moço official de vinte e um annos apaixonara-se por uma galante senhora cabo-verdeana, D. Maria Joseph a de Sousa, filha do negociante Sousa Machado, e despozára-a. Pouco tempo depois de chegarem a Lisboa, quando Fontes estava casado havia pouco mais de um anno, enviuvou, e, pouco depois de perder sua mulher, perdeu tambem uma filhinha, que era o unico fructo d'esse matrimonio. Fontes teve com esses golpes um desgosto tão profundo que abandonou o estudo da astronomia a que se fôra entregar por simples gosto, e esteve quasi um anno sem sair de casa. O que o arrancou do abatimento em que caira foi a guerra. As luctas civis que dilaceravam Portugal, mesmo depois de triumphar a liberdade, tinham chegado ao seu periodo critico. Rebentára a formidavel insurreição de 1846, e o duque de Saldanha era encarregado de ir ao encontro das tropas revolucionarias. Figurava no seu estado maior o joven tenente de engenheiros, que o duque estimava muito porque era amigo particular e politico do pae. Mas logo percebeu que o rapaz não precisava de recommendação do nome de seu pae para conquistar a sua benevolencia. Era um dos seus melhores officiaes, e tanto o duque assim o reconheceu que o encarregou, antes da acção de Torres Vedras, de fazer um reconhecimento a galope do campo de batalha. Estas missões não se confiam senão a officiaes em cuja aptidão profissional se tem plena confiança. Do seu trabalho póde depender a sorte da batalha, e um general em chefe que tem de zelar a sua

reputação e de juntar na mão todos os trunfos, não se vae arriscar por mera complacencia ou por empenho, a trabalhar sobre uma planta errada. Ora Fontes desempenhou se da sua missão com bravura e com extremo acerto O marechal tanto o reconhecia, que não só lhe pôz ao peito elle proprio a cruz da Torre e Espada, mas tempos depois dizia officialmente que a victoria de Torres Vedras se devia em parte ao joven official, porque o excellente reconhecimento que fizera servira de muito ao general para a escolha e estudo das posições. Pouco depois entrava seu pae no ministerio, ministerio que pouco durou, e que foi logo substituido pelo marechal Saldanha; mas entretanto presidira ás eleições, e o joven tenente foi eleito deputado por Cabo Verde, onde tinha não só as sympathias que pessoalmente inspirára, mas a grande influencia politica da familia de seu sogro. Não foi, comtudo, com facilidade que Fontes entrou na camara. A eleição correra excellentemente e sem a minima irregularidade. A candidatura de Fontes era sympathica ao governo, e comtudo, sendo apresentado o seu diploma pelo deputado Sá Vargas no dia 22 de março de 1848, no dia 31 a commissão apresentava o seu parecer rejeitando-o e annullando a eleição. Era relator D. José de Lacerda. Explica se isto por um motivo muito simples. Quem dominava a situação, quem dava leis em grande parte á maioria, era o conde de Thomar. O ministerio era um simples ministerio de transição. Na commissão de verificação de poderes dominava principalmente o puro elemento cabralino. Como o parecer concluia pela rejeição do deputado, dava o regimento da camara a este o direito de se ir defender á barra. Foi, e fez uma estreia brilhantissima. Antonio José de Avila, depois duque de Avila, apoiou a sua causa, e como o deputado eleito mostrára triumphantemente que a commissão apreciára mal os documentos que lhe tinham sido apresentados, Antonio José d'Avila propôz que o parecer voltasse á commissão. A camara accedeu. Era já uma meia victoria. Mas a commissão era teimosa, e poucos dias depois apresentava um parecer exactamente identico Recomeçou a discussão, tornou Fontes a usar da palavra, que lhe dera logo enorme prestigio. Trata-se da votação, e a camara rejeita o parecer por 48 votos contra 27. Em vista d'essa votação, o presidente convidou a commissão a redigir um parecer conforme com a deliberação da assembléa. A commissão respondeu a isso demittindo se. Travou-se novo combate, e alguns membros da commissão retiraram as suas demissões Tres persistiram em as manter, e fôram substituidos por Antonio José d'Avila, José Lourenço da Luz e Augusto Xavier da Silva. Assim reconstituida, a commissão deu logo parecer favoravel, que foi approvado em seguida. Fontes Pereira de Mello estava deputado. Logo Fontes mostrou o seu talento e as suas raras faculdades de trabalho. Na camara e nas commissões defendeu estrenuamente o governo, mas este é que se não pôde sustentar por muito tempo. Pouco depois caia o ministerio Saldanha, e voltou ao poder o conde de Thomar. Ia então começar o brilhante periodo opposicionista de Fontes. Em 1850 apresentou o ministerio a lei conhecida pelo nome de *lei das rolhas*, que restringia a liberdade de imprensa, contra a qual se sublevou, póde dizer-se, o paiz inteiro. Foi o grande orador Fontes Pereira de Mello o interprete mais eloquente d'esses sentimentos, e o brilhante discurso que pronunciou na camara, ácêrca d'esse assumpto, affirmou-o definitivamente, não só como um dos primeiros oradores da nossa tribuna politica e parlamentar, mas tambem como um dos homens destinados pela sociedade e elevação dos seus pensamentos a gerirem os negocios publicos. Em 1851 rebentava a insurreição contra o conde de Thomar, iniciada pelo duque de Saldanha e que logo encontrou ecco em todo o paiz. Foi o movimento que depois tomou o nome de regeneração, e que triumphou com uma rapidez verdadeiramente assombrosa. O duque de Saldanha entrou em Lisboa no meio dos applausos e das acclamações de todos, e tomava o poder das mãos do ministerio de transição que se organisára logo em seguida á queda do conde de Thomar. No ministerio que o duque formou entravam varios representantes do partido progressista nos seus differentes matizes, mas nenhum d'elles verdadeiramente accentuado. Ferreira Pestana, Jervis de Athouguia, Joaquim Filippe de Soure e o marquez de Loulé Não era esse aiuda o ministerio que o paiz desejava Nem satisfazia as aspirações dos radicaes, que não viam n'elle os seus chefes mais exaltados, nem apresentava homens que pudessem satisfazer o grande desejo de reformas que o paiz desejava. Os homens que o paiz reclamava, e que iam imprimir á Regeneração o seu verdadeiro caracter, fôram os dois que vieram substituir no ministerio do duque de Saldanha os que pouco se demoraram, que fôram o marquez de Loulé, Joaquim Filippe de Soure e Ferreira Pestana. Esses dois homens eram Ro-

Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello

drigo da Fonseca Magalhães e Fontes Pereira de Mello. Rodrigo da Fonseca trazia o grande principio da tolerancia. Havia tanto tempo que os partidos se debatiam no campo de batalha em luctas sanguinolentas, que estavam todos cançados e exhaustos, e anciosos por um regimen de paz, de socego, que permitisse aos empregados publicos viverem tranquillamente sem se occuparem com a politica, certos de que não perderiam o pão de suas familias, tratando simplesmente do cumprimento das suas obrigações. A tolerancia era o grande segredo da manutenção do governo. O systema seguido até ahi dividia o paiz em dois exercitos que se arremessavam constantemente um contra o outro para se desalojarem das alturas do poder. O partido triumphante era o que tinha os officiaes em activo serviço, os empregados publicos de posse dos seus logares; o partido vencido tinha os officiaes na terceira secção, os funccionarios desempregados, uns e outros por conseguinte famintos e anciosos por se assenhorearem dos postos d'onde tinham sido expulsos. Nem havia governo duradouro com esse systema, nem paz publica, nem o paiz podia ser capazmente servido. Rodrigo da Fonseca pôz termo a isso e deu logo ao paiz a tranquillidade, ao ministerio a segurança. Fontes Pereira de Mello, partilhando completamente essas idéas, tinha ao mesmo tempo o pensamento de fazer reunir a ordem na administração, de fazer entrar o paiz no caminho dos grandes melhoramentos que lá por fóra revolviam e transformavam os outros estados. Personalisava n'essa organisação ministerial o futuro com todas as suas ridentes promessas. Fontes Pereira de Mello não entrou desde logo para a pasta onde devia deixar o seu nome assignalado. Fez o seu tirocinio na pasta da marinha que fôra gerida por seu pae. Esteve n'ella muito pouco tempo, mas foi o bastante para introduzir no serviço a seu cargo reformas de grande alcance. A mais importante foi a extincção do batalhão naval, que empalhava a manobra e introduzia nos navios um elemento inutil, a maior parte das vezes e por conseguinte prejudicial, e a creação do corpo de marinheiros. No ultramar, além de tomar com rapidez algumas medidas financeiras acertadas, creava o Conselho Ultramarino que tão altos serviços prestou á nossa organisação colonial. Mas entretanto o ministro da fazenda luctava com enormes embaraços. Se a tolerancia de Rodrigo da Fonseca livrava de grandes embaraços o ministerio, permanecia ainda o embaraço gravissimo resultante do atrazo de pagamentos, que lançara o funccionalismo a um tempo nas mãos dos agiotas e na miseria. Era necessario sair d'essa situação, e nem Franzini, nem Silva Ferrão, que lhe succedera, encontravam o modo de o fazer. Silva Ferrão desistira como desistira o seu antecessor. Foi então que o duque de Saldanha se lembrou de confiar essa pasta importante ao joven collega. O successo foi completo. Fontes Pereira de Mello era d'uma energia de vontade incontrastavel. Deliberou estabelecer d'ahi por deante sem uma só falta o pagamento em dia aos funccionarios. O dinheiro escasseava completamente, e o credito só o alcançava Fontes pelo seu prestigio pessoal, pela confiança que inspirava, pelo magnetismo da sua energia. Entrava pela manhã cedo para o ministerio da Fazenda, ahi almoçava e jantava com uma frugalidade rara, e não levantava mão do trabalho. Os empregados ao receberem ordem para annunciarem para certos dias os pagamentos a differentes classes, tremiam de susto, porque bem sabiam que estavam os cofres vasios. Elle ria se dos seus terrores, e o dinheiro apparecia sempre. Costumados já a esses allivios momentaneos, a essas promessas constantemente desmentidas, a esses pagamentos mensaes que não tinham continuação, os funccionarios recebiam o que se lhes dava, imaginando sempre que no prazo immediato encontrariam fechada a porta da pagadoria. Nunca mais isso succedeu. Fontes surgira como um verdadeiro redemptor. Salvando milhares de familias da miseria, accrescentara ao mesmo tempo os rendimentos do Estado. Pagos em dia, os empregados trabalhavam com mais zelo. Os rendimentos das alfandegas subiram extraordinariamente de um dia para o outro. A primeira condição de regularidade financeira era exactamente a regularidade do pagamento dos empregados, como a primeira condição do enriquecimento do Thesouro Nacional tinha de ser o desenvolvimento da riqueza publica. Foi isso que Fontes admiravelmente comprehendeu. Não era só o ministro energico e reformador, que no seu gabinete delineava e executava as medidas salvadoras, era tambem o orador brilhante e intrepido, que sabia defendel-as no parlamento, e que não recuava deante das tempestades que ellas tinham forçosamente de levantar entre os interesses feridos. Esse restabelecimento da pontualidade no pagamento dos empregados não se pôde fazer sem se quebrarem bastantes obstaculos. O decreto de 3 de dezembro de 1851 mandava capitalisar, não só os juros das inscripções que estivessem largamente atrazados, mas tambem os vencimentos dos empregados que estivessem pouco mais ou menos n'essas circumstancias. Só assim se podia assegurar o pagamento pontual para o futuro. Em pouco tempo Portugal soffria uma verdadeira transformação devida á iniciativa arrojada do joven ministro. Em pouco tempo refundia-se completamente a organisação financeira do paiz, remodelava-se a circumscripção do municipio de Lisboa; aboliu se o velho *termo*, substituindo-se pelos concelhos sub-urbanos de Belem e dos Olivaes, reformou se a alfandega das Sete Casas, fez-se entrar na receita geral do Estado a receita proveniente da venda dos bens nacionaes que até então constituia rendimento do Estado, supprimiram-se uma infinidade de impostos anachronicos que todos se consubstanciaram na contribuição predial, e Fontes projectou até acabar com o contrato do tabaco, levando á camara o projecto de lei que substituia ao regimen do monopolio o da liberdade dos tabacos e do sabão. Não foi por deante essa lei que 12 annos depois o conde de Valbom apresentava e fazia passar. Ao mesmo tempo creava Fontes Pereira de Mello o ministerio das Obras Publicas que elle mesmo ia gerir, dava á construcção das estradas um impulso extraordinario o inaudito, gastando só n'um anno em estradas 413 contos de réis, somma enormissima para um tempo em que a receita geral do Estado não subia a mais de 10:000 contos, e introduzia emfim os caminhos de ferro em Portugal contratando com uma companhia a construcção das linhas ferreas de Norte e Léste, creava

o estudo da industria e da agricultura em Portugal, fundando o Instituto Industrial, o Instituto Agricola e as quintas regionaes, creava o conselho de obras publicas. A tudo attendia a sua actividade exuberante e que difficuldades tinha de superar, que preconceitos a vencer, que rotina a destruir! Que opposição encontrou aqui como em toda a parte a idéa fecundissima dos caminhos de ferro! Como elle teve de luctar na camara, onde os mais moderados diziam que bastava um caminho de ferro ao paiz, ao que elle respondia que muito lhe custava a contentar-se com dois. E as estradas que brotavam por toda parte, modificando completamente as condições economicas do paiz! que transformação incalculavel, que tornou esse periodo tão brilhante, tão jubiloso e tão florido de esperanças que não fôram illudidas, mas cuja realisação foi estragada por tantos males imprevistos! Emquanto Fontes assim se occupava da reorganisação do paiz, discutia-se e approvava se nas camaras constituintes o Acto Addicional á Carta, que introduzia na constituição algumas modificações importantes, das quaes a mais importante era sem duvida a da transformação das eleições indirectas em eleições directas. Tinha-se chegado a 1853, e o ministerio, já com dois annos de existencia, tendo feito tantas reformas importantes, não podia deixar de se considerar n'uma situação critica, porque a opposição que emmudecera no principio, começava de novo a procurar ensejo de o ferir, com tantas mais probabilidades de exito quanto o conde de Thomar, que, durante os primeiros tempos como quasi desapparecera da scena politica, voltava já á camara dos pares e preparava-se para fazer opposição. O ministerio, porém, contava no seu seio tantos oradores que podia entrar em campanha sem receio. Quando Fontes entrára para a marinha, entrára tambem para a justiça e negocios ecclesiasticos o bispo do Algarve Fonseca Moniz, mas este nem chegára a tomar posse, de fórma que Rodrigo da Fonseca tomára á sua conta a pasta da justiça conjunctamente com a do reino que já estava gerindo, quando a saida de Silva Ferrão, que se não entendia com a pasta da fazenda, chamou a este ultimo ministerio Fontes Pereira de Mello. Conservar juntamente o ministerio da marinha era impossivel. Aproveitou-se o ensejo para se fazer uma nova recomposição. Entraram no governo Antonio Luiz de Seabra e Almeida Garrett. O primeiro tomou a pasta da justiça, Almeida Garrett a dos estrangeiros e Jervis, que occupava esta ultima, passou para a da marinha. Assim tinha o ministerio tres oradores de primeira ordem, cada um no seu genero: Garrett, Rodrigo da Fonseca e Fontes, um orador excellente *debater* como dizem os inglezes, Seabra, e dois que sabiam manter se no seu logar, embora estivessem longe de ter altos predicados oratorios, Saldanha e Jervis. Infelizmente uma dissidencia entre Garrett e os seus collegas, dissidencia em que Garrett não tinha a minima razão, fez com que o grande poeta saisse do ministerio; Seabra, que entrára com elle, com elle quiz sair, e aqui fica de repente o governo reduzido a quatro ministros e em que occasião! Quando o conde de Thomar, um verdadeiro athleta, reapparecia na tribuna, quando Garrett se ia juntar ás phalanges opposicionistas, e sobretudo quando vinha um acontecimento desastroso aggravar as difficuldades da situação. No dia 15 de novembro de 1853 morria inesperadamente D. Maria II; seu filho primogenito, D. Pedro, apenas contava 16 annos. Impunha-se por conseguinte uma menoridade debaixo da regencia de el rei D. Fernando. Ora as menoridades são periodos sempre escabrosos, e o governo achou-se realmente em situação difficil. O duque de mais a mais não quizera fazer uma nova recomposição, de fórma que o duque tinha a presidencia e a guerra, Rodrigo o reino e a justiça, Jervis a marinha e os estrangeiros, Fontes a fazenda e as obras publicas. Este tambem desenvolveu n'essa famosa sessão de 1854 uma actividade assombrosa. O duque de Saldanha adoeceu, Jervis não era para grandes luctas, de fórma que os dois ministros parlamentares eram Fontes e Rodrigo, que mal sabiam como haviam de acudir a cada instante ás interpellações que se cruzavam. Na camara dos pares sobretudo foi Fontes admiravel. Tinha na sua frente o conde de Thomar e o conde da Taipa, o mais impertinente de todos os guerrilhas, pois não cessou uma vez só de os bater completamente. Os factos auxiliavam muito a eloquencia de Fontes. A opposição passava o seu tempo a declarar que o pagamento em dia era puramente phantasmagorico, e que essa phantasmagoria ia acabar, mas passavam os mezes, passavam os annos, e a exacta pontualidade nos seus pagamentos continuava a ser a divisa do Estado. Mas Fontes podia não se limitar só a falar nos serviços que a sua administração prestára aos empregados, podia lembrar que tinha gasto 400 contos em obras publicas, mas que construira 460 kilometros de estradas, e tinha 120 em construcção, fizera 17 pontes, assegurára por meio de subsidio a navegação a vapor no Tejo e no Sado e entre Lisboa e os Açôres, que finalmente não só contratára a construcção do caminho de ferro internacional, mas tambem introduzira em Portugal a telegraphia electrica, fazendo um contrato com a casa Breguet para o estabelecimento da rede telegraphica. Obras que só depois se executaram, fôram tambem por elle decretadas ou iniciadas n'este periodo—taes como o estabelecimento das aguas de Lisboa, o caminho de ferro entre Lisboa e Cintra, as docas do porto de Lisboa. Em tudo se encontra em Portugal o vestigio da acção e da iniciativa de Fontes. Tratava-se, porém, de coroar a obra restabelecendo o credito do paiz, arrastado no estrangeiro, em consequencia de se não terem pago os dividendos dos differentes emprestimos. Por um artigo do regulamento do Stock-Exchange nega-se a cotação n'esse estabelecimento aos titulos de qualquer Estado que não pague os dividendos dos anteriores emprestimos. Havia muito que Portugal os não pagava, e portanto os seus fundos não tinham cotação no grande mercado financeiro de Londres. Ora como podia Portugal perseverar no caminho que estava seguindo se tivesse que desistir de recorrer a capitaes estrangeiros, se não pudesse levantar emprestimos em Londres? Como havia de fazer os seus caminhos de ferro, continuar no caminho dos melhoramentos se pudesse lançar mão unica e exclusivamente de capitaes portuguezes? Era evidentemente impossivel. Mas quem conseguiria abrir essas portas implacaveis? Havia um homem só capaz d'essa em-

presa—Fontes Pereira de Mello. Foi elle que d'isso pessoalmente se encarregou. Em 1855 partiu para Londres. Estava-se em novembro. Fontes encontrou enormes difficuldades, a ponto que desanimou, e partiu para Paris completamente desalentado; mas inspirava tantas sympathias em toda a parte, era tão bem recebido na alta sociedade politica! Napoleão III queria conhecel-o e convidou-o para jantar nas Tulherias; recebia o com muito singular affecto a rainha Victoria, e d'ahi resultou que a pouco e pouco os financeiros desfranziram o rosto e tornaram-se mais trataveis. O Stock-Exchange abriu-nos as suas portas e os fundos portuguezes tiveram cotação, e tudo se desfez para se levantar um emprestimo importante cuja somma não seria inferior a 13:500 contos, Fontes voltava triumphante a Portugal, mas ia encontrar as difficuldades que deviam resultar naturalmente do melhoramento da nossa situação financeira. Era evidente que uma das primeiras condições do accordo de Londres era o levantamento de novos impostos. Sem isso não se julgariam sufficientemente garantidos os que iam abrir-nos as portas do Stock Exchange e garantir por conseguinte aos portadores de titulos dos antigos emprestimos e aos subscriptores dos novos emprestimos que os seus juros lhes seriam pagos integralmente. Fontes teve por conseguinte de appellar para novos recursos. Levantou-os melhorando ao mesmo tempo a cobrança e a administração do tributo que augmentava, mas o contribuinte, que acha optimos os melhoramentos, quando lhe apresentam a conta reage sempre. Não foi difficil á opposição agitar o paiz, e promover a famosa representação dos cincoenta mil peticionarios. O governo manteve-se comtudo impavido deante d'essa tempestade, porque tinha a consciencia de que cumpria o seu dever, e fazia o que era inevitavel que se fizesse. Apezar dos cincoenta mil peticionarios, fez approvar na camara dos deputados a lei dos tributos. Na camara dos pares tinha, porém, que luctar com maiores difficuldades, e para as vencer precisava de uma fornada. D. Pedro V não lh'a quiz conceder. O governo pediu immediatamente a sua demissão, mas tinha tanto a consciencia da sua fôrça, que no proprio dia da sua queda fôram os ex ministros alegremente para o theatro e certos de que ali o rodeariam tambem essas sympathias. O seu triumpho, porém, ainda foi mais completo. Succedia-lhes o marquez de Loulé, que organisou gabinete no dia 6 de junho de 1856; mas o novo chefe do gabinete, quando se apresentou á camara, declarou que o seu programma era o dos seus illustres predecessores. Não se podia prestar a um gabinete mais completa homenagem. Tal foi o primeiro ministerio de Fontes Pereira de Mello, aquelle em que se manifestaram de um modo mais glorioso as suas raras qualidades de estadista Nunca passou pelos conselhos da corôa que não deixasse brilhantemente assignalada a sua passagem, mas n'este gabinete de 1851 o seu papel foi realmente o de um d'estes gloriosos reformadores, cuja poderosa iniciativa transforma completamente as condições economicas d'uma sociedade e de um povo. No seguinte ministerio de 1869 ia Fontes revelar-se o homem politico. A morte de Rodrigo da Fonseca ia fazer do joven ministro o verdadeiro chefe do partido regenerador. Na campanha da opposição, que durou dois annos e meio representou Fontes na camara a ilha Terceira, e a sua palavra tornou-se notavel tanto nas questões financeiras em que foi o primeiro, como na questão de *Charles et Georges*, em que pôde brilhar mesmo ao lado de José Estevão. Esta ultima discussão foi o primeiro golpe no governo historico, que pediu a demissão, sendo chamado a organisar gabinete a 16 de março de 1859 o duque da Terceira. Fontes entrou então na pasta do reino, e justatamente porque era elle que representava essencialmente a politica do novo gabinete. Entrava para a pasta da fazenda Casal Ribeiro, para a das obras publicas Antonio de Serpa, e para a justiça Martens Ferrão. Eram os tres homens novos que iam começar a sua brilhantissima carreira. Na pasta do reino ia Fontes deixar profundamente assignalada a sua passagem. Basta citar-se a nova lei eleitoral, a mais liberal e mais razoavel que até então tinha havido; a transferencia do conselho superior de instrucção publica de Coimbra para Lisboa, a reforma do ministerio, a passagem da Escola Polytechnica para a jurisdicção do ministerio do reino, a abolição dos passaportes, a lei que concedeu pensões aos que se tinham distinguido na verdadeira campanha contra a febre amarella, a que mandou proceder á reconstrucção do convento dos Jeronymos. Sentiu-se sempre em todos os ministerios em que Fontes entrou, a sua larga iniciativa, o seu espirito resoluto. Pois bem pouco tempo esteve no ministerio do reino. Bastaram, comtudo os 16 mezes que o geriu, desde 16 de março de 1859 até 4 de julho de 1860, para que fizesse mais do que muitos outros haviam feito em largos annos. A politica liberal deve-lhe a lei eleitoral de 1859, a instrucção publica a organisação mais justa do ensino superior, a beneficencia a fundação do hospital Estephania, e a policia a abolição dos passaportes que a sobrecarregavam de trabalho inutil, e lhe tirava o tempo mais preciso para seriamente velar pela segurança publica. Mas o duque da Terceira morrera, e deixara por conseguinte o gabinete sem presidencia. As reconstrucções, quando são tão radicaes, enfraquecem sempre um ministerio, e o gabinete resolveu pedir a demissão. Succedeu-lhe de novo o ministerio historico, que atravessou um periodo calamitoso, em que teve de se reconstruir a cada instante, mas que deu a Fontes Pereira de Mello mais uma occasião de mostrar a elevação do seu espirito e do seu caracter. Um anno depois de subir ao poder, succedia ao marquez de Loulé o infortunio de assistir á serie de desgraças que enlutaram a familia real. Morria o infante D. Fernando, logo depois el-rei D. Pedro V, pouco depois o infante D. João, e o infante D. Augusto chegou a estar, por assim dizer, moribundo. O povo, suspeitando crimes, envenenamentos, tumultuava em torno do paço, e accusava os ministros. Nada mais facil do que aproveitar essa excitação dos animos para jogar ao ministerio um golpe mortal. Não o fez Fontes, apezar de estar dirigindo a opposição. Pelo contrario, deu fôrça ao ministerio que no principio do anno de 1862 fez uma larga reconstrucção, em que entraram como elementos novos Lobo d'Avila, depois conde de Valbom, e Mendes Leal. Deu certa fôrça ao ministerio a questão das irmãs de carida-

de francezas. N'essa questão, foi incontestavelmente Fontes Pereira de Mello arrastado pelos magnates do seu partido. Na discussão Fontes collocou a questão n'um terreno solido e justo, mostrando que o ministerio que queria expulsar as irmãs de caridade era o mesmo que as admittira e chamára. Seguiram, porém, um caminho menos racional, posto que defendessem um principio sagrado, o da liberdade de consciencia, que queriam, comtudo, applicar erradamente alguns outros dos principaes membros do partido regenerador. Foi um erro, que além de outros inconvenientes, teve o de pôr ao lado do ministerio, e de inscrever por conseguinte no partido progressista-historico, o grande orador José Estevão. Em 1864 começou o desmoronamento do ministerio. A saida de Lobo d'Avila, que assignalava com algumas medidas rasgadas, como a da suppressão do monopolio do tabaco, a sua passagem pelo ministerio da Fazenda, abalou profundamente o governo. Seguiu-se-lhe a remodelação que levou ao poder por pouco tempo Ayres de Gouveia, Mathias de Carvalho, etc. Procurou porém o partido historico, ainda depois de perder a presidencia do marquez de Loulé, organisar governo, mas o partido progressista que assim estrebuchava, era uma fracção minima do partido, agrupado em torno de Lobo d'Avila. Para o derrubarem, comtudo, entenderam os dois grandes partidos que deviam fundir-se. Assim se fez, e em 1865 os dois partidos reunidos conseguiram derrubar o ministerio presidido pelo conde d'Avila. No ministerio fusionista que se lhe seguiu, predominava, comtudo, o partido regenerador. Tinha a presidencia Joaquim Antonio de Aguiar e entrava no ministerio do Reino Martens Ferrão, no da Fazenda Fontes Pereira de Mello. As outras pastas pertenceram a diversos ministros, até que a morte successiva dos dois ministros da Guerra, conde de Torres Novas e Pinto da França, fez com que Fontes fôsse chamado interinamente ao ministerio da Guerra. O gabinete que geriu o paiz definitivamente durante dois annos, foi assim composto: presidencia Joaquim Antonio de Aguiar, reino Martens Ferrão, fazenda e interino da guerra Fontes, extraugeiros Casal Ribeiro, obras publicas João de Andrade Corvo, justiça Barjona de Freitas, que representava o partido historico n'essa organisação ministerial. Havia já muito que Fontes Pereira de Mello, que ia subindo postos no corpo de engenharia, apezar de andar afastado do serviço militar por outras exigencias do serviço publico, estava chamando a attenção e as sympathias do exercito. O discurso que pronunciára na camara como deputado da opposição, em 1860, sobre a questão militar, fôra muito apreciado. A sua nomeação para o cargo de ministro da Guerra foi portanto saudada com verdadeiro enthusiasmo, justificado immediatamente por muitas medidas, que o tornaram o ministro da Guerra mais notavel do periodo constitucional. A 9 de maio de 1866 tomava conta d'aquella pasta, a 9 de junho ordenava a formação do campo de manobras em Tancos, em outubro já ali fazia os exercicios necessarios uma divisão commandada pelo visconde de Leiria. Com admiravel actividade introduziu logo no nosso exercito as importantes modificações introduzidas lá fóra no armamento. Comprava as espingardas Enfield e Westley Richard, que eram as melhores do seu tempo, e que o ficaram sendo por largo periodo, comprava cartuchos, introduzia importantes melhoramentos no Arsenal do Exercito, ali mandava construir um grande numero de peças de artilharia, multiplicava as instrucções para o transporte das tropas e para a organisação do serviço sanitario em campanha. Em setembro d'esse anno apresentava o seu primeiro e admiravel relatorio do Ministerio da Guerra. Em 1867 creava o Montepio Militar, e promulgava o regulamento geral para o serviço dos corpos do exercito. Em setembro d'esse anno manobrava de novo no campo de Tancos uma divisão commandada pelo general José Gerardo Ferreira Passos. E entretanto entregava-se tambem com interesse ao serviço do Ministerio da Fazenda. As vastas despezas, que fôra preciso fazer para se transformar a situação economica, não podiam evitar que se pedissem sacrificios ao paiz. Fontes Pereira de Mello fez promulgar a lei do imposto do consumo, que a opposição combateu energicamente conseguindo agitar facilmente o paiz, como já o havia feito em 1856 e 1860. Foi isso que occasionou o movimento chamado da *Janeirinha*, de que resultou a queda do ministerio, sendo substituido por outro, organisado pelo conde d'Avila, e a lei do imposto de consumo foi revogada. Fontes Pereira de Mello combateu fortemente este ministerio e depois o do bispo de Vizeu, que pouco tempo duraram. Anno e meio depois subiu ao poder o ministerio progressista historico, presidido pelo marquez de Loulé, e em que entrava Lobo d'Avila, como prova de que se haviam reconciliado as duas fracções do partido historico, conhecidas pelos nomes de *unha branca e unha preta*. Comtudo, Fontes Pereira de Mello entendeu que a fusão pactuada em 1865 continuava a existir, e assegurou em nome do partido regenerador, a sua adhesão completa. Fontes Pereira de Mello que em 7 de maio de 1866 fôra nomeado conselheiro de Estado, foi eleito par do reino a 18 de janeiro de 1870. Vindo a revolta de 19 de maio d'este anno promovida pelo marechal duque de Saldanha, o ministerio Loulé caiu, sendo substituido pelo dos *cem dias*, organisado e presidido pelo marechal, ministerio que um golpe de estado derrubou. Seguiu-se outro, que pouco depois foi substituido pelo do conde d'Avila, que já então havia sido elevado a marquez, ministerio com elementos reformistas, que perdeu no principio de 1871 com a saida do bispo de Vizeu. A 13 de setembro d'este anno subiu novamente ao poder o partido regenerador, sendo o primeiro a que presidiu Fontes Pereira de Mello, que se encarregou das pastas da Fazenda e da Guerra, deixando a da Fazenda em 1872, em que foi substituido por Antonio de Serpa Pimentel. Este ministerio desempenhou admiravelmente a alta missão de reconstituir o paiz, que a *Janeirinha* e os ministerios ephemeros que d'ella sairam, desorganisára completamente. O credito e a riqueza publica elevaram-se rapidamente, e o paiz com plena confiança no futuro, tão audaciosamente se lançou no caminho das empresas audaciosas, que do exaggero que teve esse movimento resultou a crise bancaria de 1876, que podia ter tido serias consequencias se não estivesse no poder o ministerio presidido por Fontes Pereira de Mello, que a tudo occorreu e tudo remediou

Entretanto na pasta de que mais especialmente se encarregára, a pasta da Guerra, continuava Fontes a mostrar a sua poderosa iniciativa. O exercito, que em 1867 d'elle recebera o seu excellente armamento de infantaria, recebeu em 1873 optima artilharia, sentindo um verdadeiro enthusiasmo quando na revista de 24 de julho de 1874 desfilaram por deante de el rei as brilhantes peças Krupp, compradas por Fontes Pereira de Mello. Recebia ao mesmo tempo um poderoso impulso a fortificação de Lisboa, obra querida do marquez de Sá da Bandeira. O relatorio de 1874, relativo ao ministerio da Guerra e assignado por Fontes, é um monumento digno de figurar ao lado do outro de 1867, a que já nos referimos. Devemos tambem notar o acerto com que procedeu Fontes Pereira de Mello na difficil situação que creára ao nosso paiz a revolução republicana de Hespanha, sabendo sempre manter-se n'uma correcta neutralidade, sem favorecer um só dos partidos que se digladiavam no paiz vizinho, e cujos campeadores tanta vez procuravam, nas suas luctas civis, asylo na nossa fronteira. A 3 de março de 1877, o ministerio encontrando uma certa frieza na maioria fatigada, e uma certa difficuldade nos debates parlamentares resultante de um incommodo pertinaz do seu presidente e de uma doença de Antonio de Serpa, pediu a sua demissão, sendo chamado a organisar gabinete o marquez de Avila. A situação não mudara sensivelmente porque o marquez de Avila, com os seus amigos apoiava o gabinete Fontes, e só d'elle se afastára n'alguns pontos ligeiros. Mas a entrada, no ministerio, de Barros e Cunha, membro do partido progressista, e que se mostrou radicalmente adverso á gerencia regeneradora, fez com que na sessão legislativa de 1878 a maioria que continuava a ser regeneradora, infligisse um cheque ao governo. O soberano conformou-se com o voto da camara, e a 25 de janeiro de 1878 Fontes Pereira de Mello foi de novo chamado a organisar governo. Conservando a presidencia e a pasta da Guerra, chamou Fontes ao ministerio do Reino Antonio Rodrigues Sampaio, ao da Justiça Couto Monteiro, ao da Fazenda Antonio de Serpa Pimentel, ao da Marinha Thomaz Ribeiro, ao dos Estrangeiros Andrade Corvo, e ao das Obras Publicas Lourenço de Carvalho. No verão de 1877, Fontes Pereira de Mello fizera pela Europa uma viagem de recreio, e em toda a parte fôra acolhido com as mais levantadas honras que se podiam conceder a um ministro, e a um ministro de um paiz pequeno como Portugal. Estando elle a assistir á sessão da camara dos deputados em Madrid, recebeu d'essa camara uma manifestação extraordinariamente honrosa. Em França e na Allemanha teve dos chefes d'esses estados as mais solemnes provas de consideração e de estima. Como os jornaes hespanhoes dissessem que elle andava viajando emquanto não voltava ao poder, que lhe viria em breve parar ás mãos, *mientras vuelve*, o ministerio que formou recebeu da opposição em Portugal a alcunha do ministerio do *mientras vuelve*. Era effectivamente uma restauração, com todos os inconvenientes que sempre seguem as restaurações, e Fontes Pereira de Mello bem o sentira, tanto que foi com difficuldade que os seus amigos o arrastaram para esse caminho. Os progressistas, que em 1876 se tinham fundido n'um partido, juntando-se os historicos e os reformistas pelo pacto celebrado na Granja, e que esperavam assim subir ao poder, logo depois da queda do marquez de Avila, irritaram se com a solução que a corôa déra á crise ministerial, e abriram a celebre campanha da aggressão directa ao monarcha, iniciada pelo *Diario Popular* com o famoso artigo das *creanças loiras*, e pelo *Progresso* com um artigo não menos violento. As eleições de 1878, se bem que tivessem dado ao ministerio uma forte maioria, tinham levado tambem ao parlamento bastantes deputados da opposição, a campanha parlamentar estava sendo rude e fatigadora. Fontes foi o primeiro a entender que não devia teimar em se conservar no governo, onde se sentia fraco, e em maio de 1879 pediu a demissão do gabinete, que lhe foi concedida, sendo chamado Anselmo Braamcamp a organisar gabinete. Geriu Anselmo Braamcamp, com a presidencia, o ministerio dos Negocios Estrangeiros, teve a pasta do Reino o sr. José Luciano de Castro, a da Fazenda Barros Gomes, a da Guerra João Chrysostomo de Abreu e Sousa, a da Marinha marquez de Sabugosa, a das Obras Publicas Augusto Saraiva de Carvalho. Pouco tempo durou este ministerio, posto que Fontes Pereira de Mello na camara dos pares não fizesse senão uma opposição moderada. Assim atravessou este ministerio sem grandes embaraços o anno de 1880, até que no principio de 1881 os embaraços se accumularam, e a questão de Lourenço Marques provocou agitação e um debate parlamentar, que deu origem a uma moção de desconfiança na camara dos pares. O ministerio caiu, e a 25 de março de 1881 organisou-se um gabinete, em que Fontes Pereira de Mello não quiz entrar, posto que o constituisse o partido regenerador. Acbava que estivera pouco tempo fóra do poder. O gabinete, posto que effectivamente organisado por Fontes, teve como presidente o ministro do Reino Antonio Rodrigues Sampaio. Pouco tempo depois morria o duque d'Avila e de Bolama, presidente da camara dos pares, e essa presidencia, como era natural, foi dada a Fontes Pereira de Mello. Digamos de passagem que Fontes, que tinha as mais altas distincções honorificas, tivera duas honrarias bem raramente concedidas em Portugal a quem não fôsse principe de sangue, a ordem da Annunciada da Italia e a do Tosão de Ouro da Hespanha. Como era natural, pouco tempo se conservou fóra do gabinete. No dia 11 de novembro do mesmo anno de 1881 era Fontes encarregado de organisar novo governo. Tomava a presidencia, a pasta da Guerra interinamente, e a da Fazenda em substituição de Sauches de Castro e Lobo Vaz que saiam; para a pasta do Reino chamava Thomaz Ribeiro, para a da Justiça passava Julio de Vilheua que deixava a pasta da marinha Mello a Gouveia, para a dos Negocios Estrangeiros que fôra exercida nos ultimos mezes interinamente por Hintze Ribeiro, entrava Antonio de Serpa Pimentel, e ficava Hintze Ribeiro com a pasta das Obras Publicas. Na gerencia da Fazenda mostrava mais uma vez Fontes Pereira de Mello o seu caracter pratico e resoluto, abandonando vãs theorias de imposto, e recorrendo simplesmente ao imposto que mais rapidos e valiosos recursos podia produzir, o addicional de 6 °/₀, que effectivamente accrescentou logo 1:000 contos ás receitas do Estado. Em 1883 houve no-

va modificação ministerial. Thomaz Ribeiro foi substituido por Barjona de Freitas, Julio de Vilhena por Lopo Vaz de Sampaio e Mello, Barbosa du Bocage, que já substituira no principio de 1883 Mello Gouveia na Marinha, ia agora substituir Antonio de Serpa Pimentel no ministerio dos Negocios Estrangeiros, e Pinheiro Chagas tomava conta da pasta da Marinha, Hintze Ribeiro substituiu na pasta da Fazenda Fontes Pereira de Mello, que ficava só com a presidencia e a Guerra, e Antonio Augusto de Aguiar entrava para o ministerio das Obras Publicas. Este novo ministerio tinha uma missão principal: modificar a constituição do Estado por um novo Acto Addicional á Carta, que effectivamente se promulgou em 1885, que transformou a camara dos pares de hereditaria em vitalicia. No anno de 1884 mostrava Fontes, como ministro da Guerra, mais uma vez a sua rasgada iniciativa. A reforma da organisação do exercito data d'esse tempo. Por ella se crearam seis novos regimentos de infantaria, dois de cavallaria, um de artilharia, se transformaram os batalhões de caçadores em regimentos, se déram dois majores a cada regimento, commandando cada um d'elles um batalhão, se lançaram as bases da organisação da 1.ª e da 2.ª reserva. Antes de sair do ministerio, deu tambem Fontes Pereira de Mello um largo impulso á organisação dos torpedos, comprando novos torpedeiros, que só depois da sua saida do governo chegaram a Portugal. Em fevereiro de 1885 sairam do governo Antonio Augusto de Aguiar e Lopo Vaz de Sampaio e Mello. Não fôram, porém, substituidos; tomou Fontes conta da pasta das Obras Publicas, e Barjona de Freitas juntou á pasta do Reino a da Justiça. Ainda a Fontes Pereira de Mello, como ministro das Obras Publicas, coube a gloria de fazer votar a lei das obras do porto de Lisboa, cuja iniciativa coubera a Antonio Augusto de Aguiar. Em novembro de 1885 preenchiam se as duas vagas que havia no ministerio, entrando Thomaz Ribeiro para a pasta das Obras Publicas e Manuel d'Assumpção para a da Justiça; mas a situação regeneradora contava já cinco annos de governo, e aproximava-se por conseguinte o seu termo. Tendo Fontes pedido a demissão do gabinete a que presidia, foi o sr. conselheiro José Luciano de Castro encarregado de organisar o ministerio. Recolhendo-se então á vida particular, fez de novo uma viagem ao estrangeiro. No principio do anno de 1887 preparava-se para encetar uma campanha de opposição contra o gabinete, e estava dirigindo activamente os trabalhos eleitoraes, quando falleceu d'uma rapida doença. A sua morte causou a maior sensação, tanto a amigos como a adversarios, e a sua falta foi geralmente sentida, porque se perdera um dos maiores estadistas de Portugal. O seu funeral foi uma homenagem, verdadeiramente, imponentissima e solemne. Fontes Pereira de Mello falleceu no posto de general de divisão; foi governador da Companhia do Credito Predial Portuguez e presidente do Supremo Tribunal Administrativo; foi tambem presidente da commissão central do Primeiro de Dezembro de 1640, que promoveu a inauguração do monumento aos Restauradores, a qual se realisou em 28 de abril de 1886, com toda a solemnidade, assistindo el-rei D. Luiz e o principe D. Carlos, mais tarde D. Carlos I. Fontes Pereira de Mello era condecorado com as seguintes ordens: Tosão de Ouro e da Annunciada, já citadas; gran-cruz da Torre e Espada e de S. Bento de Aviz; Legião de Honra de França, de Leopoldo da Belgica, S. Mauricio e S. Lazaro de Italia, Cruzeiro do Brazil, Merito Militar e Izabel a Catholica de Hespanha, Leão da Hollanda, da Corôa de Sião, do Sol Nascente do Japão, Leão da Persia; outras diversas commendas e o collar de Carlos III, de Hespanha. Dos innumeros discursos pronunciados por elle nas camaras legislativas, quer na qualidade de deputado, quer na de ministro da Corôa, parece que fôram publicados em separado sómente os seguintes: *Discursos do sr. ministro da Fazenda Fontes Pereira de Mello, pronunciados nas sessões de 6, 7 e 9 de dezembro de 1865 a respeito da novação do contrato do caminho de ferro do sul e sueste*, Lisboa, 1865; *Discurso ácêrca dos impostos de consumo, pronunciado na camara electiva na sessão de 13 de março de 1867*, Lisboa, 1867. Foi durante alguns annos collaborador na *Revista militar*, e por vezes teve parte na redacção da *Revolução de Setembro* e de outros jornaes politicos.

**Pereira de Mello** (*D. Antonio da Trindade de Vasconcellos*). Arcebispo de Gôa, bispo de Beja e de Lamego, etc.. N. a 28 de agosto de 1812, fal. em Lixa, freguezia de Figueiró, a 19 de novembro de 1895. Professou em 7 de abril de 1831, não sabemos em que ordem, cursando a faculdade de Theologia, em que se formou, depois de serem extinctas as ordens religiosas. Foi secretario do patriarcha D. Guilherme, regendo simultaneamente diversas cadeiras de Theologia no paço de S Vicente de Fóra, e depois desembargador da Relação e Curia patriarchal, conego da sé de Lisboa e juiz supplente da secção de recursos pontificios Em 1851 acompanhou a Roma o patriarcha, sendo por essa occasião agraciado pelo papa Pio IX com o titulo e honra de seu camarista secreto. N'esse mesmo anno foi apresentado arcebispo de Gôa, e confirmado bispo de Beja em 1861, sendo transferido dois annos depois, 1863, para o bispado de Lamego. A' sua iniciativa se deve a reorganisação do seminario d'aquella diocese, o que se prova quanta attenção lhe mereceram sempre os assumptos que se relacionassem com o progresso do ensino ecclesiastico. Era o decano do episcopado nacional, e como tal respeitado e considerado por todos. Em 1869 assistiu em Roma ao concilio do Vaticano.

**Pereira de Mello** (*João Fontes*). Governador de Cabo Verde, ministro da marinha, vogal do Conselho Ultramarino, chefe de divisão da armada, socio da Academia Real das Sciencias, etc. N. em Elvas a 25 de janeiro de 1780, fal. em Lisboa a 28 de outubro de 1856. Era filho de Joaquim José Pereira de Mello e de Maria Eugenia de Oliveira Fontes. Seguindo a carreira naval, assentou praça na companhia dos guarda-marinhas em 1800, e completando o curso em 1803, foi o primeiro guarda-marinha que recebeu o premio extraordinario que mais de 30 annos depois seu filho tambem recebeu. Terminado o curso com tal brilho, desejaram os lentes que elle ficasse no corpo docente da Escola, e effectivamente ali ficou como lente substituto e professor de esgrima até 1808. Apenas se restabeleceu em Portugal o dominio do seu legitimo soberano, Fontes foi nomeado para embarcar na fragata *Car-*

*lota*, o ir cruzar no estreito de Gibraltar. No principio do anno de 1811 passou para o bergantim *Gaivota*, e teve occasião de mostrar a sua pericia e a sua bravura, porque na bahia de Cadiz, que estava n'essa occasião cercada pelos francezes salvou o bergantim, precisando para isso de passar duas vezes por baixo das baterias francezas, de Trocadero e de Mataguda. Pouco depois passou para a esquadrilha do Algarve, e ali prestou bastantes serviços, tanto que em 1813 foi nomeado para commandar essa esquadrilha que tinha por principal intuito defender a costa portugueza contra a peste. Em 1816 vamos encontral o como capitão-tenente na esquadra do Rio da Prata, commandando o bergatim *Lebre*, e fazendo com elle as campanhas de Montevideu e Rio da Prata. Em março de 1818 regressou á Europa, e em novembro d'esse mesmo anno recebeu o commando do bergantim *Tejo*, com o qual fez durante um pouccos de annos um cruzeiro quasi incessante do guarda costas Já tinha direito em 1821 a um certo descanço, porque havia 13 annos, póde dizer-se, que andava constantemente no mar. N'esse anno do 1821 foi nomeado commandante da corveta *Calypso*, e encarregado do registo do Porto. Em 1825 foi nomeado commandante da companhia dos guardas marinhas, e durante 13 annos exerceu esse logar. Serviu-lhe nos 5 annos em que D. Miguel dominou em Portugal, para lhe evitar o ter que se manifestar por qualquer dos dois partidos, limitando se ao cumprimento exacto dos seus modestos deveres. Era elle commandante da escola quando ali entrou como alumno e ali completou o seu curso o grande estadista, de quem foi pae Em 1838 era nomeado inspector do arsenal e intendente da marinha. Em 1839 era despachado governador de Cabo Verde, e para lá partiu levando seu filho Antonio como seu ajudante. Voltando ao reino em 1842 foi nomeado administrador geral das mattas do reino. Exerceu por bastante tempo esse cargo, e em 2 de agosto de 1847 foi chamado a entrar no ministerio organisado pelo duque de Saldanha, depois de subjugada a revolução da Maria da Fonte. N'elle entraram, como ministro do Reino Antonio de Azevedo Mello e Carvalho, Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão como ministro da Justiça, Marino Miguel Franzini como ministro da Fazenda, ministro da Guerra o barão de Almofalla, ministro dos Negocios Estrangeiros o barão da Luz. João Fontes ia gerir a pasta da Marinha. Durou apenas quatro mezes este ministerio, que foi cognominado o ministerio *primavera*, porque teve a ingenuidade de se não metter em eleições e de deixar o povo escolher livremente quem lhe parecesse melhor. No anno immediato saía seu filho eleito deputado por Cabo Verde, provincia que elle, apezar de estar proximo dos 70 annos, ia outra vez governar D'esta vez não o acompanhou seu filho que estava já na camara fundando a sua grande reputação. Quando voltou tres annos depois, tendo concluido o seu tempo de governo, encontrou seu filho gerindo a pasta da Marinha e do Ultramar, que elle proprio gerira quatro annos antes. So elle teve uma grande satisfação, vendo o brilhante papel que seu filho estava representando, não a teve decerto menor seu filho, quando, ao organisar o Conselho Ultramarino, pôde e com toda a justiça nomear para membro d'essa alta corporação seu proprio pae, que a isso tinha direito por todas as razões, não sendo por certo uma das menores o ter exercido duas vezes o logar de governador d'uma das nossas provincias ultramarinas. João de Fontes Pereira de Mello era socio da Academia Real das Sciencias desde 1834, devendo essa honra ao facto de ter escripto: *Tratado do apparelho*, livro de nautica muito apreciado. Tinha casado com D. Jacinta Venancia Rosa da Cunha Mattos, parenta do celebre general brazileiro Raymundo da Cunha e Mattos. Foi, como acima fica dito, pae do grande estadista Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

**Pereira de Mello** (*João Augusto Fontes*). Capitão de fragata, secretario e ajudante d'ordens do inspector do Arsenal de Marinha, etc. Assentou praça em 14 de novembro de 1872. Tem commandado o vapor *D. João I*, a lancha canhoneira *Laje*, o vapor *Lidador*, a lancha-canhoneira *Zaire*, a *Sado*, etc. Foi o autor da estação submarina *Fontes*, sendo o machinista naval de primeira classe Francisco Antonio Sequeira, o construtor do modelo d'esta estação, que tão bons resultados deu nas experiencias realisadas no fim do anno de 1893. Em 1877 apresentou o seu primeiro trabalho, ao qual deu o nome de *nova machina de vapor*. Depois de repetidas experiencias com excellentes resultados, sendo algumas realisadas na Escola Polytechnica, em 1880 e 1881, modificou este seu apparelho, dando-lhe então o nome de *novo gerador de vapor d'agua*. Para estas experiencias, o ministro da marinha, o visconde de S. Januario, mais tarde elevado ao titulo de conde, mandou pôr á sua disposição uma caldeira de vapor, e ordenou que no respectivo arsenal se lhe prestasse todo o auxilio. Vendo o tenente Fontes que a boa vontade do ministro de nada servia ao que elle desejava, em presença dos embaraços e obstaculos de toda a especie que lhe levantavam, deu por concluidas as experiencias com o seu *gerador de vapor d'agua*, registando o projecto em 1885 juntamente com outros tambem sobre electricidade, ainda que de menor importancia, mas que representavam, comtudo, muito estudo. Não abandonou, porém, outros trabalhos de não menos valia, em que andava empenhado, occupando o primeiro logar o torpedo dirigivel Como esto fôsse principalmente destinado á defeza do porto de Lisboa, as excepcionaes condições hydrographicas da barra, obrigavam a associar o torpedo a uma estação d'onde fôsse lançado e dirigido no meio do mar, bem longe da costa. Em 1888 dava por terminadas a suas diligencias com respeito á realisação de uma *estação torpedeira*, destinada ao serviço de protecção de torpedos fixos e ao lançamento do seu *torpedo dirigivel*, cujo projecto a este tempo já estava tambem concluido Era a estação submarina. Os planos o modelo fôram apresentados em fevereiro de 1890 no ministerio da marinha, sendo então ministro o sr conselheiro João Marcellino Arroyo, mas, parecendo que não era occasião opportuna, não fôram acceites, e sendo novamente apresentados em agosto do mesmo anno, fôram submettidos a um estudo O barco era de fórma cylindrica, medindo 20 m. de comprimento por 3,5 de diametro; com 2 helices, sendo o motor a electricidade. O seu armamento deveria compôr-se de quatro torpedos dirigiveis *Nordenfelt* e dois torpedos *Witehead* nos seis tubos da

parte superior do torpedeiro o seis de reforço armazenados dentro do barco. Cada submarino deve conduzir 12 a 14 torpedos. Tem um apparo lho destinado a fazer mergulhar rapidamente o barco, sendo munido d'um apparelho optico que lhe permitte vêr tudo quanto se passa a certa distancia fóra d'agua, recebendo constantemente ar novo. Este projecto da *estação submarina* ficou archivado depois de repetidas, completas e satisfatorias experiencias feitas com pequenos modelos. O sr. capitão de fragata Fontes Pereira de Mello tem sido encarregado de muitas e importantes commissões, que sempre tem desempenhado com o maior zelo e competencia. O conselheiro Neves Ferreira, sendo ministro da marinha, o encarregou de organisar o districto do Congo. Tratava-se de entrar a barra do rio M'brigo no Ambrizette, cousa que até então só fôra conseguido por mesquinhos catraios. «Vá e se puder entrar, entre,» disse lhe o ministro. Fontes, então capitão tenente, não commentou a ordem, nem divagou sobre os espinhos da tentativa. Foi. Sereno, com a consciencia do seu saber alcançado por experiencias, com a prudencia de quem não fia só do acaso o exito das empresas que excedem os limites das forças do homem, andou uns tantos dias com a sua lancha canhoneira á espreita do momento opportuno para entrar na barra perigosissima de M'brige. Entrou, e depois d'elle nunca mais ninguem repetiu a proesa. A commissão que exerceu em Macau, sendo commandante da *Zaire*, e . o mesmo tempo commandante da estação, merece especial referencia. As desordens e morticinios de que fôra annos antes theatro o norte da China, não se repercutiram, felizmente, n'aquella nossa colonia, mas era preciso estar de espingarda ao hombro e olhar prescrutador para o espaço, na espectativa de qualquer reflexo da lucta dos boxers; uma vez, as forças de marinheiros, de sentinella ás Portas do Cerco, fôram mesmo atacadas de subito por inimigos invisiveis, mas o commandante da *Zaire* prevenira-se e prevenira tudo para um ataque provavel; com o seu heroismo caracteristico, preferindo a acção a phraseologias inuteis, sabendo que Macau só podia contar com as forças da *Zaire*, bem firme no seu posto, Fontes Pereira de Mello, que dorme sempre no seu navio, quaesquer que sejam as commissões que exerça fóra da metropole, providenciara tudo para que a defeza fôsse immediata, multipla e a mais proficua possivel, ficando aquella colonia ao abrigo d'um golpe de mão. O governador, o sr. conselheiro Horta e Costa, não podia contar com melhor auxiliar para essa obra de defeza, e nunca o valoroso official de marinha hesitou em conceder, sob a sua responsabilidade, todos os auxilios que as circumstancias de momento aconselhavam. *A Ordem da Armada* de 31 de março de 1901 publicou o officio que o governo de Macau, interprete dos sentimentos da população d'essa cidade, endereçou ao então capitão-tenente Fontes, quando soube que este official fôra exonerado do commando da *Zaire*. O relatorio que Fontes Pereira de Mello apresentou á majoria da armada, e no qual circumstanciava todos os episodios d'aquella sua commissão, por tal fórma traduzia a competencia e o acerto das suas medidas, que a majoria não hesitou em propôl-o para o officialato da ordem da Torre e Espada, que lhe foi concedido.

**Pereira de Mello** *(João Carlos de Assis)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real; bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em 1825, fal. em 5 de março de 1904. Era filho do capitão João Agostinho da Cunha Freire de Andrade d'Assis Pereira de Mello, que foi um bravo official do nosso exercito, condecorado com a medalha de duas campanhas da guerra Peninsular, e com outras de merito e valor militar. Entrou na guerra civil entre D. Pedro e D. Miguel, assistindo á Convenção de Evora-Monte. Tinha 21 annos de edade, quando concluiu a sua formatura, começando desde logo a sua missão de trabalhador incançavel pelas prosperidades do seu concelho, do seu districto, do seu paiz. Por differentes vezes foi secretario da camara dos deputados, onde a sua palavra era sempre attenciosamente escutada. Quando na camara se levantou uma forte campanha contra os arrozaes, foi elle que energicamente protestou, conseguindo fazer revogar o decreto que os extinguia. Recusou sempre titulos honorificos, como o de conselheiro, visconde, etc., que lhe fôram offerecidos. Foi deputado durante 10 annos consecutivos, desde 1861 até 1874. Foi presidente do centro nacional de Estarreja, e presidente da camara municipal d'aquella villa, durante 18 annos. Exerceu differentes vezes os cargos de administrador do concelho e de juiz substituto. Serviu 8 annos como vogal do conselho do districto. Foi membro de varias commissões de beneficencia, entre as quaes a de angariar donativos para os doentes da capital, atacados da epidemia da febre amarella, em 1857. Por tal fórma se houve n'esta piedosa missão, e tão manifesto foi o seu desinteresse, que el-rei D. Pedro V o nomeou fidalgo cavalleiro da Casa Real, com exercicio no paço.

**Pereira de Mello** *(Joaquim José)*. Bacharel em Direito canonico, pela Universidade de Coimbra, etc. N. a 22 d'agosto de 1790 em Belem. Ainda muito novo perdeu o pae, e foi para a companhia d'um tio, abbade em Villa do Conde, que começou a educal-o. De lá foi para o Porto, onde estudou os preparatorios e em seguida matriculou-se na Universidade de Coimbra, onde tomou o grau de bacharel em Direito canonico em fins de 1808. Em 1 de janeiro de 1809 fechou a Universidade e Pereira de Mello alistou-se no corpo academico, d'onde passou para o exercito, assentando praça no regimento 19 d'infantaria com a séde em Cascaes. N'esse regimento foi promovido a alferes, passando ao regimento n.º 22, em julho de 1811. Fez toda a campanha peninsular, entrando nas acções do Bussaco, Fuentes de Onor e 1.º cerco de Badajoz. Feita a paz geral, e sendo já tenente na promoção geral do exercito, pediu a demissão, e dedicou-se ao estudo da jurisprudencia, sendo nomeado advogado da extincta Casa da Supplicação, começando a exercer a advocacia em julho de 1816. Professou sempre os principios liberaes desde 1820 em que foi deputado nos primeiros collegios eleitoraes. Desde então envolveu-se mais ou menos na politica liberal e evidenciou-se pela sua dedicação ao throno de D. Maria II, tanto ou tão pouco, defendendo como advogado muitas victimas da perseguição politica (principalmente militares) que em 25 de setembro de 1830, estando então em Almada, onde fôra procurar allivios para o grave estado de sua primeira mulher, Gertrudes França,

que se achava tuberculosa, foi preso sem processo ás 9 horas da noite com todos os amigos que o acompanhavam, os quaes eram o dr. Aquino da Silva, medico assistente, João Pedro da Silva, irmão do primeiro, Altavilla, Francisco Ferrugento e Manuel Venancio Deslandes. Estava tambem o inglez João Sinch, que pela sua qualidade de cidadão da Inglaterra se salvou da violencia. A casa foi cercada e as pesquizas de tal fórma fôram levadas a effeito, que, não se respeitando o estado da doente, a autoridade fez despejar os colchões da propria cama em que ella se achava prostrada. A infeliz succumbiu seis dias depois d'estes factos. Pereira de Mello e os seus amigos fôram n'essa noite recolhidos á cadeia da villa, o em 28, tres dias depois, removidos, em uma falua em que os fizeram embarcar, para a Torre de S. Julião da Barra. Esteve preso na referida praça até principios de junho de 18 3; então, e em consequencia da invasão da cholera morbus ter alastrado pelo paiz e ter atacado a população da Torre, molestia a já tinham succumbido varios presos e d'entre elles o seu intimo amigo Deslandes, foi removido com uns 50 dos seus infelizes companheiros para a cidadella de Cascaes. D'esse grupo fazia parte o celebre jurisconsulto Borges Carneiro, que mais tarde sentindo-se doente e antes de ser removido para o hospital, onde falleceu em 4 de julho do referido anno, pediu a Pereira de Mello para lhe fazer o testamento, documento que effectivamente foi escripto por Pereira de Mello debaixo do alpendre que ainda hoje existe na bateria d'aquella cidadella, onde se acha actualmente installada a estação telegrapho semaforica. Passados dias, e ainda em julho de 1833, foi de novo removido com os companheiros para a Torre de S. Julião, onde continuou a conservar se, até que a entrada do duque da Terceira em Lisboa fez com que a guarnição abandonasse a praça, deixando os presos encarcerados. Fôram estes que arrombaram as prisões e ficaram de guarnição, até que forças militares dos liberaes a fôram guarnecer devidamente. Parece que Pereira de Mello saiu da Torre no proprio dia 24 de julho de 1833. Restituido á liberdade, foi Joaquim José Pereira de Mello nomeado delegado do procurador regio, junto ao juizo de direito da 1.ª instancia, do districto da Mouraria em Lisboa, por decreto de 9 de novembro de 1833 do imperador D. Pedro. Duque de Bragança, regente em nome da rainha D. Maria II, sua filha, e sendo esse decreto referendado por José da Silva Carvalho, seu sempre dedicado amigo. Exerceu esse logar até 14 de março de 1835, dia em que foi exonerado a seu pedido, estando esse decreto publicado no *Diario do Governo* n.º 86 de 10 d'abril do dito anno, redigido em termos muito honrosos para o exonerado. Em 24 de novembro do dito anno de 1835, e por decreto referendado por Joaquim Antonio d'Aguiar, foi Pereira de Mello nomeado vogal da commissão creada para exame e revisão dos papeis e escriptos que se publicassem pela imprensa, logar que desempenhou até á publicação da lei sobre abusos da liberdade d'imprensa. Tambem por decreto de 21 de maio de 1834, referendado pelo seu companheiro de prisão Bento Pereira do Carmo, foi nomeado conselheiro da prefeitura da Provincia da Estremadura, cargo que exerceu até á extincção das prefeituras em 1835. Publicada então a nova lei administrativa, começou a exercer o logar de conselheiro do districto de Lisboa, e d'este conselho de districto, com raros intervallos, sempre fez parte até 1854. Em 1 de agosto de 1835 foi eleito deputado pelo collegio eleitoral da cidade de Evora. A camara, porém, não chegou a reunir em consequencia da revolução em setembro d'esse anno. Procedendo se depois, em 1839, á eleição geral de deputados, foi eleito pelo districto de Lisboa e continuou a sel o em todas as legislaturas e pelo mesmo circulo, até 1851, em que entrou o governo, chamado da *Regeneração*. Por decreto de 8 de janeiro de 1841 foi nomeado curador geral dos orphãos do bairro do Rocio e do Bairro Alto, logar que desempenhou distinctamente até 30 de março de 1865. Por ultimo e até ao seu fallecimento foi membro da administração do *Hospital de S. José*. Durante este longo periodo de annos advogou sempre em todos os tribunaes de Lisboa, sendo advogado privativo do Banco de Portugal desde a sua fundação, e foi nomeado vogal de varias commissões de serviço publico, taes como: Commissão creada por decreto de 28 do novembro do 1840 para o desenvolvimento do systema judicial e codificação da Novissima Reforma Judiciaria; commissão creada por decreto de 12 de setembro de 1843 para apresentação d'um projecto de tabella dos emolumentos dos salarios judiciaes. Por decreto de 19 d'agosto de 1848 foi nomeado vogal e secretario da commissão para confeccionar as propostas de lei necessarias para completar a organisação do poder judicial; finalmente, por decreto de 2 de julho de 1851, referendado pelo duque de Saldanha, foi nomeado membro da commissão, encarregada da formação d'um projecto do Codigo Penal Militar. Em todos os decretos que dissolveram estas commissões, fôram os seus membros louvados pela intelligencia, acerto e promptidão com que desempenharam taes incumbencias. Falleceu em julho de 1870, tendo completado quasi oitenta annos de vida. Durante elles foi estudante até aos 19; fez 5 annos de serviço militar em campanha: 16 foi exclusivamente advogado: tres annos esteve preso como constitucional; durante os ultimos 37 annos da sua vida, fazendo sempre profissão de advogado, foi 26 annos magistrado judicial, 27 annos fez serviço administrativo, e foi deputado ás camaras legislativas durante 12 annos.

**Pereira de Mello** *(José Leite de Vasconcellos Cardoso)* Medico, philologo, conservador da Bibliotheca Nacional de Lisboa, professor da cadeira de numismatica, do curso de bibliothecario-archivista, etc. N. na povoação de Ucanha, do concelho de Tarouca, a 7 de julho de 18[illegible]8, sendo filho de José Leite Pereira de Mello Cardoso e Vasconcellos, e de sua mulher, D. Maria Henriqueta Leite de Vasconcellos Pereira de Mello, ambos descendentes d'uma nobre casa de Rezende. Começou a frequentar os estudos preparatorios no Porto em janeiro de 1876, e matriculando-se depois na Escola Medico-Cirurgica da mesma cidade, completou o curso em 24 de julho de 1886, defendendo uma these intitulada *Evolução da linguagem*, e foi approvado plenamente, com louvor. Em 20 de dezembro do referido anno de 1886 recebeu o premio chamado *Macedo Pinto* «por o considerarmos como o mais distincto dos

estudantes que findou o curso da Escola em 1886», segundo diz no diploma o director e o conselho da Escola. Em 1887 fundou a *Revista Lusitana*, que já conta 11 volumes, collaborada por muitos especialistas do paiz e do estrangeiro. Esta revista é um archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal, e tem concorrido para o progresso d'estas sciencias no nosso paiz. N'esse mesmo anno de 1887 esteve alguns mezes no concelho do Cadaval, onde exerceu clinica como delegado de saude e medico municipal. Em 27 de dezembro ainda de 1887 foi nomeado conservador da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e deixou o exercicio da medicina, para se consagrar exclusivamente aos estudos ethnologicos e philologicos, já iniciados no seu tempo de estudante. Em 13 de outubro de 1888 foi nomeado professor da cadeira de numismatica, do curso de bibliothecario-archivista. A lição inaugural, feita em 10 de novembro seguinte, corre impressa com o titulo de *Numismatica nacional*, Lisboa, 1888. Serviu por duas vezes, durante alguns annos, de professor auxiliar e interino do Lyceu Central de Lisboa. Em 1891 regeu gratuitamente um curso de lingua portugueza na Academia dos Estudos Livres. A primeira lição corre impressa com o titulo do *Curso de lingua portugueza archaica*, Porto, 1893, extracto da *Revista Lusitana*, vol. III. Em 1893 propôz ao sr. conselheiro Bernardino Machado, então ministro das obras publicas, a fundação do Museu Ethnologico Portuguez, que effectivamente foi fundado, e do qual foi nomeado director para o constituir e organisar, o que immediatamente começou a fazer, publicando ao mesmo tempo um programma d'elle na *Revista Lusitana*, vol. III, pag. 193 a 217. O Museu Ethnologico (Belem, mosteiro dos Jeronymos) o primeiro do seu genero em Portugal, não é mero amontoado de curiosidades, apenas para entretenimento ou distracção do publico, é tambem para instruir, e é a isto que o museu sobretudo aspira. O intuito de quem o imaginou, constituiu e coordenou, foi estabelecer, por assim dizer, um curso de ethnologia pratica, onde, pela inspecção de milhares de objectos, dispostos methodicamente, por epocas e por provincias, o visitante se habilitasse para formar idéa do caracter e da successão das civilisações que, desde os mais remotos tempos a que é possivel ascender, até aos primeiros seculos da Edade média, se implantaram no solo portuguez: monumentos da epoca de pedra, da do bronze, da do ferro, ou lusitana propriamente dita, da lusitano-romana, da lusitano germanica e da lusitano-arabica. A esta grande secção, que se chama *archeologia*, aggregam-se no museu mais algumas: de *ethnographia moderna*, que reflecte o actual viver provinciano de Portugal (arte e religião populares, industrias caseiras e locaes, trajos, agricultura e caça); de *anthropologia antiga e moderna* (craneos e ossadas), de *cousas varias*, taes como historia da encadernação e da impressão, historia da arte da escripta, manuscriptos medievaes e posteriores, heraldica, numismatica, medalhistica, sigillographia e epigraphia portugueza; de *ethnographia colonial* e de *archeologia estrangeira* (Grecia, Italia, Hespanha, França, Suissa, Belgica, etc.), para estudo e comparação. Como orgão do museu iniciou em 1895 a publicação do *Archeologo Portuguez*, com gravuras, que já conta 13 volumes, collaborado por muitos especialistas nacionaes e estrangeiros. Esta publicação, onde estão colligidos numerosos materiaes para o conhecimento da nossa archeologia, tem contribuido para augmentar o gosto dos estudos archeologicos entre nós, e pôr Portugal, n'este ramo, em relação com outros paizes. Em 1901 concluiu na Universidade de Paris um curso de letras, defendendo uma these intitulada: *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, Paris, 1901, e recebeu o titulo de doutor *avec la mention très honorable*, como se diz no respectivo diploma. O sr. dr. Leite de Vasconcellos rege, desde 1903, um curso gratuito de philologia na Bibliotheca Nacional de Lisboa. A primeira lição foi publicada na *Revista Lusitana*, vol. VIII, de pag 159 a 170. Algumas das outras teem sido publicadas em jornaes de Lisboa. E' socio effectivo, correspondente ou honorario de varias aggremiações scientificas nacionaes e estrangeiras. Bibliographia: *Poema da alma*, Porto, 1879: *Paradisus voluptatis, poemeto*, Porto, 1879; *Cancioneiro portuguez: Collecção de poesias ineditas dos principaes poetas portuguezes*, 1879-1880; Porto, 1880; collaborou n'esta collecção Ernesto Pires; *Carmen saeculare* (tri-centenario de Camões), Porto, 1880; *A consciencia dos seculos, poema*, (idem), Porto, 1880; *Echos do romantismo, 1878-1880, versos*, Povoa de Varzim, 1880, só para brindes; *A dôr de Camões*, Porto, 1880; idem; *A cava de Viriato, poema*, Barcellos, 1880; idem; *Hymno academico do Porto*, Porto, 1881; idem; *Rimas portuguezas (Commemoração camoneana)*, Porto, 1881; *A Citania, poemeto com notas*, sem logar de impressão nem data, mas foi impresso em 1881; *A intelligencia e instincto*, idem, idem; *A Victor Hugo, versos*, Porto, 1881; *A' Galliza; no segundo centenario de Calderon*, Porto, 1881; *Estudo ethnographico a proposito da ornamentação dos jugos e cangas dos bois nas provincias portuguezas do Douro e Minho*, Porto, 1881; occuparam-se d'esta obra: *Folha nova*, do Porto; *Revue celtique*, de Paris, V, pag. 410; *Archivio per le tradizione popolari*, I, pag. 153; *A estatua de Camões*, Porto, 1881; *Fragmentos de mythologia popular portugueza*, Porto, 1881; *O pantheon; revista de sciencias e letras*, Porto, 1881; tambem redigiu esta folha o sr. Mont'Alverne de Sequeira; *As maias: costumes populares portuguezes*, Barcellos, 1881; extrahido do *Tirocinio*, jornal de Barcellos; *Ditados tipicos de Portugal*, Barcellos, de 1882; *Uma excursão ao Suajo*, Barcellos, 1882; *O dialecto mirandez*, Porto, 1882; esta obra obteve premio no concurso philologico da sociedade das linguas romanicas de França em 1883, e foi favoravelmente apreciada pelo dr. Hugo Schuchardt *in Literaturblat fur Germ. und Roman Philologie*, 1883, pag. 108 a 112; por E. Teza, *in Recensioni*, etc., 182 e 183; e por G. Fitré *in Arch. per le Trad. prop.*, etc.; *in Boletin de la institucion libre de ensenanza*, de Madrid, VII, pag, 108 e 109; *in Revue des langues romanes*, XXIV, pag. 17 a 19; *Tradições populares de Portugal*, Porto, 1882; entre as publicações que apreciaram esta obra, citaremos: *Jornal do Commercio*, n.º 8706, artigo do sr. Francisco Adolpho Coelho; *Folkore Betico-Extremeno*, I, pag. 140; *Revue des langues romanes*, XXIV, pag. 215, por A. Boucherie, *Arch. per le Trad. prop.*, I, pag. 611 a 615; *Gli ultimi lavori del Folklore neo-latino*, Parigi, 1881, pag. 2 a 8, pe-

lo dr. Stanislau Prato, etc.; *Romances populares portuguezes*, Barcellos, 1881; *Amuletos populares portuguezes*, sem logar de impressão nem data, mas é de 1882; *Annuario para o estudo das tradições populares*, com a collaboração dos folkloristas portuguezes, Porto, 1882; *Poesias populares portuguezas*, sem data nem logar de impressão; *Litteratura popular portugueza (Contos populares)*, idem, idem; *Criticas bibliographicas*, Barcellos, 1883; *Contribuições para o estudo da linguagem infantil*, Barcellos, 1883; *Dialecto brazileiro*, Porto, 1883; extrahido da *Revista dos estudos livres; Sub-dialecto alemtejano, estudo glotologico*, Elvas, 1883; *Linguagem popular portugueza;* saiu primeiro em folhetins no jornal *Penafidelense;* depois começou a ser publicada em volume separado, reproduzida da *Sentinella da Fronteira*, de Elvas, juntamente com outro estudo correlativo, por Sueiro de Brito; *Dialectos beirões*, I, *Linguagem de Monte-Novo*, Porto, 1884; II, *Linguagem de Castello Rodrigo;* III, *Uma particularidade phonetica*; IV, *Linguagem da Matta*, Porto, 1884; *Diccionario de chorographia de Portugal, contendo as indicações de todas as cidades, villas e freguezias, com a respectiva divisão administrativa, judicial e ecclesiastica, da parte continental e insular do reino*, etc., Porto, 1884; *A morte de Nathercia, fragmento poetico camoneano*, Porto, 1884; *Portugal pre-historico*, Lisboa, 1885; é o n.º 106 da *Bibliotheca do povo e das escolas; Balladas do occidente*, Porto, 1885; *Nuvens*, Porto, 1898; *Contribuições para o estudo da dialectologia portugueza*, 24 opusculos; *Canção de «Santa Fides» de Agen*, Paris, 1902; texto provençal do seculo XII, descoberto por elle em Layden; *Estudos de Philologia Mirandeza*, Lisboa, 1900 1901, 2 volumes; *O Livro de Esopo*, Lisboa, 1906, texto medieval portuguez, descoberto por elle em Vienna d'Austria; edição critica; *Textos archaicos*, Lisboa, 1907-1908, 2.ª edição com annotações e glossario; *Poesia amorosa do povo portuguez*, Lisboa, 1890; *Ensaios ethnographicos*, Expozende e Lisboa, 1891-1906, 3 volumes; *Religiões da Lusitania*, Lisboa, 1897-1905, 2 volumes, e o 3.º e ultimo prompto a publicar se; *Canções do berço*, Lisboa, 1907; *Coup d'oeil sur la numismatique en Portugal*, Lisboa, 1898; *Les monnaies de la Lusitanie Portugaise*, Paris, 1900, Lisboa, 2.ª edição, 1901. O sr. dr. Leite de Vasconcellos tem tambem escripto varios artigos litterarios e scientificos, e poesias, para grande numero de jornaes litterarios, scientificos e politicos, nacionaes e estrangeiros, por exemplo: artigos ácêrca de *linguistica e tradições populares* na *Revista scientifica do Porto* e na *Revista dos estudos livres*, de Lisboa; ácêrca de *costumes populares*, na *Era nova* e na *Encyclopedia republicana*, de Lisboa; ácêrca de *Ethnographia*, na *Romania* e *Mélusine*, de Paris; no *El Folklore Andaluz*, de Sevilha; e no *El Folklore Betico Extremeno*, de Fregenal (castelhano); no *Giornal de Filologia Ramanza*, de Roma; no *Archivio per le tradizione popolari*, de Palermo, etc.

**Pereira de Mello** *(D. Nuno Alvares)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, reitor e reformador do mesmo estabelecimento scientifico, conego da sé de Evora, deão de Portalegre, deputado do Santo Officio, inquisidor em Coimbra, deputado da Junta dos Tres Estados, bispo de Lamego, etc. N. em julho de 1668, fal. em Lamego a 3 de margo de 1733. Era filho natural do 1.º duque de Cadaval. Acompanhou seu pae em 1682 na embaixada a Turim, e sendo depois destinado para a vida ecclesiastica, exerceu os cargos já citados. Em 13 de setembro de 1703 foi nomeado reitor da Universidade, tomando posse a 7 de novembro seguinte. Exercendo este cargo, chegou a Coimbra no dia 8 de de agosto de 1704 el-rei D. Pedro II, que se hospedou no paço das Escolas. Pouco depois, nos ultimos dias do citado mez, tambem aqui esteve D. Carlos archiduque d'Austria, pretendente ao throno de Hespanha com o nome de Carlos III, e mais tarde imperador sob a denominação de Carlos VI. Sendo já reitor, D. Nuno Alvares Pereira de Mello foi reconduzido n'este cargo com as honras e preeminencias de reformador a 20 de janeiro de 1707. Em 1 de agosto de 1710 despediu-se da Universidade por ter sido confirmado bispo de Lamego.

**Pereira de Mello** *(Pedro Leite)*. Um dos membros da conspiração, que deu em resultado a revolução de 1820. Foi um dos membros da junta que devia governar o reino até voltar do Brazil D. João VI, e convocar no entretanto as côrtes que tinham de promulgar a constituição da monarchia.

**Pereira Mendes** *(José)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, doutor pela faculdade de Paris, lente da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, socio da Academia Real das Sciencias e da Sociedade das Sciencias Medicas, etc. Era natural de Thomar, onde tambem fal. em 31 de março de 1890. Foi nomeado medico do hospital de S José em 5 de novembro de 1848, abandonou o logar, e foi demittido em 1858. Escreveu: *Discurso inaugural pronunciado na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa, em sessão publica de abertura do anno de 1850 a 1851*, Lisboa, 1850; *Discurso recitado na sessão solemne e anniversaria da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, na qualidade de seu presidente*, Lisboa, 1851; *Discurso recitado na Sociedade das Sciencias Medicas, como seu presidente, na sessão solemne e anniversaria de 17 de julho de 1852;* anda impresso em separado, e no *Jornal* da sociedade, tomo XI; *Parecer, adoptado pela Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa, ácêrca do tratamento da Cholera morbus asiatica, para se discutir na mesma;* sem logar de impressão, nem data, mas é de 1848; *Exame phrenologico do justiçado Francisco de Mattos Lobo;* vem no *Diario do Governo*, de 30 de abril de 1842; *Do valor hygienico das aguas potaveis de Lisboa;* saiu no *Jornal da Sociedade das Sciencias Medicas*, tomo VIII; *Elogio funebre do socio e primeiro secretario da mesma sociedade Joaquim José d'Almeida;* no tomo XI do referido *Jornal*. José Pereira Mendes escreveu tambem valiosos artigos nos jornaes medicos de Lisboa, sobre a *apoplexia sorosa, tisica de infancia, cholera*, etc.; *Relatorios do hospital de S. José*, 1852 e 1854. Publicou-se tambem em 1848 um livro sobre *vaccinação*, e a these que defendeu na faculdade de Paris com o titulo: *Du typhus d'Europe et de son traitement par les offusions d'eau froide*, Paris, 1831.

**Pereira de Menezes** *(José)*. Capitão-mór da armada que em 1668 estacionava em Damão, incumbida de comboiar os navios que levassem mantimentos para Gôa, e chamada *armada da*

*collecta* por causa do tributo que esses mantimentos pagavam. Tendo sido atacada pelos arabes a praça de Diu, o governador requisitou o auxilio da armada. José Pereira de Menezes foi, mas chegando defronte de Diu, e achando uma parte da ilha já em poder dos moiros, entendeu que era perigoso entrar, e, chamando a conselho os capitães da armada, deliberou-se, apezar dos signaes e avisos que se faziam de Diu para se indicar que estava desembaraçada a entrada, que havia grande perigo, e a armada afastou-se. Resultou d'ahi saquearem os arabes a cidade, e retirarem-se tranquillamente com os despojos e prisioneiros. Accusado de cobardia, José Pereira de Menezes foi no anno seguinte julgado em Gôa, e condemnado a ser conduzido pelas ruas d'essa cidade com baraço e pregão, de roca á cinta, e depois degredado por dez annos para Mombaça, com perda de todos os bens e mercês e com prohibição do voltar ao serviço. Em consequencia das suas appellações, Pereira de Menezes viu levantado o sequestro dos seus bens, e escapou á pena de baraço e pregão por invocar a sua qualidade de cavalleiro da ordem de Christo, que o punha ao abrigo de penas infamantes. Este homem, que expiava uma falta que não era da sua exclusiva responsabilidade, pois, quando reconheceu o perigo, chamou os capitães, que fôram de parecer que a armada não devia entrar, foi pouco depois preso e encarcerado nos carceres da Inquisição, accusado de varios crimes, que não havia commettido. Conseguiu tambem provar a sua innocencia, sendo condemnados a degredo os denunciantes e os miseraveis que se prestaram a jurar falso contra elle.

**Pereira de Mesquita** *(Manuel de Castro)*. Commendador da ordem do Christo, official da Legião de Honra de França, ministro e secretario de Estado, etc. N. em Freixo de Numão a 14 de outubro de 1778, fal. no Porto em 16 de agosto de 1863. Segundo a *Noticia dos ministros e secretarios de estado do regimen constitucional*, de José Augusto da Silva, o nome completo d'este escriptor é: *Manuel de Castro Pereira de Mesquita Pimentel Cardoso e Sousa*. Tendo frequentado a Universidade de Coimbra e a Academia de Marinha, levantou em 1796 uma companhia de cavallos á sua custa, e foi despachado capitão para o regimento de dragões do Chaves. Sendo já major em 1808, foi mandado para França na legião lusitana organisada por Junot, o tendo acompanhado por ordem de Napoleão o quartel general de Massena voltou, depois da retirada d'este, para Hespanha, e permaneceu, embora contrariado, ao serviço do imperador. Quando este saiu de Paris em maio de 1812, para a expedição da Russia, nomeou Mesquita commandante do 3.º regimento, com o qual a 20 de novembro d'esse anno se achava perto de Tobotchimo na occasião em que Bonaparte ahi chegou vindo de Moscow. Quando a 27 do dito mez o regimento passou o Berezina contava ainda 770 praças, mas sendo envolvido na miseria e no desastre da retirada do exercito francez já não pôde reunir 10 homens no bivaque do seu chefe no dia 31 seguinte, porque na maior parte haviam morrido de fome e de frio. D'esse corpo alguns desertaram em Wilna, unica terra onde encontraram habitantes, outros fôram prisioneiros de Kowno, o a França não chegaram a voltar 30 entre officiaes e soldados. Pereira de Mesquita tinha feito desde o principio da campanha todas as diligencias de passar com o regimento para os russos como communicou ao general Witgnestein, tanto por um padre jesuita como por dois officiaes de sua confiança em Polotsch pouco depois da sua chegada áquella cidade; não pôde realisar o seu intento, mas durante a retirada dos francezes conseguiu escapar-se e foi buscar a protecção das tropas e do governo moscovita para voltar á patria. Em Londres publicou em 1811 um folheto com o titulo de *Historia da legião portugueza em França*, em que se encontra uma narração exacta e fiel do modo por que esse corpo soube illustrar o nome portuguez, embora combatendo ás ordens d'aquelle que arbitraria e despoticamente invadira o nosso paiz, e resolvera nos seus dias de gloria que a Casa de Bragança havia cessado de reinar. Voltando a Portugal foi Pereira de Mesquita encarregado de negocios em Madrid desde novembro de 1821 até outubro do anno seguinte, ministro dos negocios estrangeiros de 1 de junho a 9 de novembro de 1837, deputado ás côrtes constituintes e senador em 1839 e 1840. Além da *Historia*, que já citámos, publicou tambem no *Investigador portuguez*, n.º LIII, 1815, de pag. 1 a 10; n.º LVII, 1816, de pag 125 a 138; e n.º LVIII, de pag. 245 a 255, uns *Extractos da historia da embaixada da Polonia em 1812 pelo abbade de Pradt;* em 1836 um opusculo com o titulo de *Os acontecimentos dos dias 25 e 26 de abril na cidade do Porto;* um *Discurso* pronunciado na camara dos senadores em 1839, e collaborou com João Carlos Feo Castello Branco na *Resenha das familias titulares* impressa em 1838.

**Pereira de Miranda** *(Antonio Augusto)*. Ministro do Estado honorario, gran-cruz da ordem de Christo, governador do Banco de Portugal, provedor da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, deputado, par do reino, etc. E' natural de Coimbra. Cursou os estudos em Lisboa, dedicando-se depois á carreira commercial, adquirindo desde logo as geraes sympathias e considerações, sendo sempre de grande influencia. Entrando na politica, foi um dedicado amigo politico do bispo de Vizeu, no partido reformista, e depois no progressista, do seu antigo chefe Anselmo José Braamcamp, e mais tarde do sr. conselheiro José Luciano de Castro, prestando-lhes sempre o seu auxilio, especialmente em assumptos financeiros. Exerceu o cargo do governador do Banco de Portugal, sendo a sua gerencia muito apreciada, e valendo-lhe o ser agraciado com a gran-cruz da ordem de Christo. Pelo fallecimento do dr. Thomaz de Carvalho e do seu adjunto Jorge Camelier, em 1897, foi nomeado provedor da Santa Casa da Misericordia, cargo que ainda hoje exerce. Tambem foi presidente do conselho de administração dos Caminhos de Ferro do Estado. Tem sido deputado em diversas legislaturas, e par do reino, eleito em 8 de janeiro de 1880, tomando posse na respectiva camara a 5 de junho do mesmo anno. Em ambas as casas parlamentares a sua voz foi escutada com attenção e apreço. Por diversas vezes foi convidado para acceitar uma pasta de ministro, mas sempre se recusou, porque esse elevado cargo considerava o um grande sacrificio. Em outubro de 1901, é que, a muitas instancias do sr. conselheiro José Lu-

ciano de Castro, se resolveu a entrar no ministerio, encarregando-se da pasta do reino. A sua situação, porém, era em extremo melindrosa, visto o verdadeiro titular da pasta ser o presidente do conselho, impossibilitado de sair de casa pela doença. Increpado no parlamento e, sem duvida, incommodado pela subalternidade em que se encontrava visto não poder proceder segundo o seu criterio mas em conformidade das instrucções recebidas do seu chefe, abandonou os con-

Antonio Augusto Pereira de Miranda

selhos da Corôa em maio de 1905, sendo substituido pelo sr. conselheiro Eduardo José Coelho.

**Pereira de Miranda** *(Francisco Eugenio)*. Residente de Cabinda. N. a 30 de maio de 1848, sendo filho de Silvestre José de Miranda e de D. Maria do Nascimento Miranda. Assentou praça em caçadores n.º 2 em 17 d'agosto de 1865, tendo concluido o curso no Real Collegio Militar; foi promovido a alferes graduado para o batalhão de caçadores n.º 5 em 19 de janeiro de 1870, alferes effectivo para caçadores n.º 11 em 29 de março do mesmo anno, tenente para caçadores n.º 6 em 18 de agosto de 1875, capitão sem prejuizo, para ir desempenhar uma commissão no ultramar, por decreto de 3 de dezembro de 1879; foi nomeado para ir á India acompanhando o batalhão expedicionario que para ali foi, bem como para acompanhar a Lisboa o que lá estava: fez parte d'uma commissão que foi a Angola em serviço d'obras publicas, e permaneceu n'aquella provincia 1 annos; exerceu durante 7 annos uma commissão de serviço na secretaria da guerra; foi considerado pertencendo ao estado maior de infantaria, por effeito do decreto de 30 de outubro de 1884. Foi nomeado para exercer o logar de residente de Cabinda no districto do Congo, que então se creara, por decreto de 10 de junho de 1887. Pereira de Miranda foi elogiado pelo ministerio da marinha pela maneira como desempenhou a commissão de acompanhar á India o batalhão expedicionario, mostrando n'este serviço muito zelo e dignidade, e mantendo sempre a fôrça que commandava debaixo de toda a disciplina militar.

**Pereira de Miranda** *(Jacinto)*. Poeta que viveu no seculo XVIII, de que apenas se conhece o seguinte escripto: *Ecloga em que um pastor explica os sentimentos da morte da sua pastora*, Lisboa, 1786.

**Pereira de Moraes** *(Frederico Augusto)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, curador geral dos orphãos em Lisboa, delegado do procurador regio de Cintra, juiz de direito em Taboa, etc. N. em Lisboa a 29 de maio de 1821, fal. em Taboa em novembro de 1869. Era filho de Aurelio José de Moraes, que começou a ganhar certa celebridade politica, por ser o primeiro official que na tarde de 15 de setembro de 1820, sendo então tenente do regimento de infantaria n.º 16, se apresentou com a companhia do seu commando interino na praça do Rocio, e ali proclamou a mudança do governo e das instituições, victoriando a revolução poucos dias antes effeituada no Porto a 24 de agosto d'esse anno. Frederico Pereira de Moraes, matriculando-se na Universidade de Coimbra tomou o grau de bacharel em Direito, depois d'um curso distincto. Em seguida foi nomeado delegado na comarca de Cintra, onde se conservou alguns annos. Foi mais tarde nomeado curador dos orphãos perante os juizes de direito da primeira e segunda varas de Lisboa, sendo depois transferido, a seu pedido, para o mesmo logar de curador dos orphãos para o Porto, e em 1860 foi nomeado juiz de direito na comarca de Taboa. O seu mau estado de saude e a quasi total cegueira, a que se viu reduzido, o obrigaram a pedir a sua aposentação, e falleceu pouco depois de lhe ter sido concedida. Casara, quando esteve em Cintra, com uma filha do coronel Varnhagen, irmã do visconde de Porto Seguro, e consagrou a sua penna á defeza da familia de sua mulher, publicando em 18 8, o seguinte livro em homenagem á memoria do sogro: *Subsidios para a historia do Ypanema, comprehendendo: 1.º a Memoria historica do Senador Vergueiro, impressa pagina por pagina pela edição de 1822; 2.º o Appendice que foi publicado com a mesma Memoria; 3.º Um additamento a esta segunda edição d'ella, contendo mappas e documentos ineditos*, etc.; com duas estampas gravadas. Consta ter sido da sua penna a carta anonyma publicada no *Jornal do Commercio* em resposta a outra, que Alexandre Herculano publicara no n.º 1399 do mesmo jornal, com a exposição dos motivos que o levaram a declinar a eleição que o concelho de Cintra e annexos fizeram d'elle para deputado ás côrtes em 18 8. Collaborou n'um jornal politico, litterario e noticioso, intitulado o *Salão*, que se publicou em Lisboa em 1856 e 1857. Escreveu mais: *Diatribe contra a timonice do «Jornal de Timor» maranhense, ácêrca da «Historia Geral do Brazil» do sr Varnhagen*, Lisboa, 1859. Tem no fim a assignatura *Erasmo*, que é o anagramma de Moraes.

**Pereira do Nascimento** *(José)*. Medico da armada real e explorador naturalista da provincia de Angola, logar que exerce com verdadeira proficiencia desde a morte do sabio africanista José Anchieta. Muito conhecedor dos povos africanos, especialmente da região do planalto de

Mossamedes, o paiz dos cuamatas, cuanhamas, evalas, etc., e outros ainda que vivem entre o Cunene e o Cubango, publicou em 1891 um interessante livro *Da Huilla ás terras do Humbe*, em que largamente se refere áquelles povos. Na qualidade de medico militar tem acompanhado differentes expedições. Publicou tambem, em 1892, a primeira parte d'um valioso estudo denominado *O districto de Mossamedes*, e em 1906 um *Estudo mineralogico da provincia de Angola*, continuação do que publicara antes, em 1901, com o titulo *Exploração geographica e mineralogica no districto de Mossamedes.*

**Pereira Nunes** *(Alfredo Victor).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra; official da secretaria do ministerio das Obras Publicas, etc. N. em Villa Nova, freguezia de S. Thiago de Maguelja, concelho de Lamego, a 16 de fevereiro de 1821, sendo filho de José Alves Pereira Barroco e de D. Maria Joaquina Nunes. Escreveu: *Noções elementares de Rhetorica*, Coimbra, 1845; a publicação d'este livro data do tempo em que o autor era ainda estudante do segundo anno de Direito; *Guia do povo, para escolher uma medicina, por Augusto Guyar; segunda edição vertida em portuguez por A. V. P. N.*, Lisboa, 1862; é acompanhada de varias notas illustrativas e criticas do traductor, e constitue uma apologia da homeopathia e da sua proficuidade. Tambem se lhe attribue a celebre *Apologia da causa italiana* escripta em 1861 P. Passaglia, que appareceu traduzida no jornal *O Portuguez*, e precedida no n.º 2592 de um artigo do traductor. Tem esse n.º a data de 21 de dezembro do referido anno.

**Pereira Pestana** *(Francisco).* Fidalgo da Casa Real. No tempo em que governava o reino de Napoles el-rei D. Fradique, combateu com valentia, e voltando a Portugal passou por ordem de el-rei D. Manuel a Africa, onde pelo espaço de 7 annos alcançou immortal gloria ao seu nome. D'Africa navegou para a Asia com o posto de capitão, e depois de susteutar a fortaleza de Quiloa na obediencia ao seu soberano, assistiu á celebre conquista de Gôa em 1510, em que deu provas de valor e bravura. Navegou segunda vez para Gôa, no tempo do governador da India D. Duarte de Menezes, provido d'uma capitaoia, de que o privou em 1521 o vice rei D. Vasco da Gama, por effeito de intrigas que lhe moveram os seus inimigos; e apezar de no anno de 1525, governando D. Henrique de Menezes, soccorrer com o posto de capitão d'um galeão a fortaleza de Calicut, as intrigas prevaleceram a tal ponto, que ao chegar a Lisboa, esteve preso dois annos no castello, até que, sendo justificada a sua innocencia, foi restituido á liberdade. Acompanhou o infante D. Luiz na expedição a Tunis, alcançando sempre fama de valoroso guerreiro e prudente capitão. Foi camareiro do infante D. Affonso, filho d'el rei D. Manuel. Deixou alguns manuscriptos ácêrca d'Africa e do governo da India.

**Pereira Pimenta** *(Eduardo).* Cirurgião medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto. N. n'esta cidade em 18 de outubro de 1835, onde tambem fal. em 19 de abril de 189[illegible]. Tendo concluido o curso medico, foi nomeado em 18 de janeiro de 1870 demonstrador da secção cirurgica da mesma escola, substituto em 7 de julho de 1870 e lente proprietario da 10.ª cadeira em 6 de fevereiro de 1873. Pouco escreveu, mas o seu nome merece especial recordação pelos grandes serviços que prestou ao ensino cirurgico.

**Pereira Pimenta** *(Sebastião).* Cavalleiro professo da ordem de Christo, secretario do padroado real, abbade de Lindoso. Era filho do dr. João Pereira Pimentel, provedor das Capellas, e de D. Marianna Josepha de Menezes. Fal. a 3 de julho de 1720. Foi poeta muito apreciado no seu tempo. Escreveu: *Romance em applauso do theatro genealogico da casa de Sousa composto por Manuel de Sousa Moreira;* saiu entre outras poesias no principio d'esta obra, Paris, 1694. Deixou em manuscripto: *Invectiva jocosa aos Lenitivos da dôr*, que compoz Fr. Francisco da Natividade, da ordem carmelitana.

**Pereira Pimentel** *(João de Rezende).* Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo. Era natural de Lisboa, e viveu no seculo XVII, sendo filho de João de Rezende e de D. Filippa Godinho de Oliveira. Como parcial do dominio de Castella, saiu de Portugal, quando D. João IV foi acclamado em 1640; passou a Genova, e d'ali a Roma, onde tratou d'algumas negociações por conta de Hespanha com a Curia Romana, e posteriormente foi capitão de couraças no estado de Milão, a 6 de novembro de 1647. Escreveu: *Memorial al Rey Nuestro Señor*, Madrid, 1651.

**Pereira Pinheiro** *(Bernardino).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Coimbra a 20 de fevereiro de 1837, fal. em Lisboa a 3 de março de 1896. Era filho do capitão e proprietario de navios José Joaquim Pinheiro. Destinando-se á carreira commercial, cursou em Lisboa a Aula do Commercio, indo depois para o Brazil, conservando-se alguns annos no Rio de Janeiro. Durante esse tempo affirmou ali a sua vocação litteraria, sendo um dos fundadores do Gremio Litterario Portuguez, redigindo o jornal *A Semana*, durante a sua primeira série, e collaborando no *Jornal do Commercio*, um dos jornaes mais considerados e de maior publicidade no Rio de Janeiro. Voltando a Portugal, matriculou-se na Universidade, concluindo com distincção o curso de Direito, e tomando o grau de bacharel em 1862. Entrou na carreira de funccionario publico como conservador do registo de hypothecas do districto de Coimbra, logar que adquiriu por concurso. Em Lisboa exerceu a advocacia com muita distincção, e em 1870 foi ao concurso para secretario do Supremo Tribunal de Justiça, sendo nomeado mais tarde director geral do mesmo Tribunal, logar que exerceu até fallecer. Bernardino Pinheiro foi intimo amigo do estadista Saraiva de Carvalho. Espirito liberal e democrata, militou no partido republicano moderado, e foi deputado em varias legislaturas. No *Jornal do Commercio*, de Lisboa, publicou varios artigos doutrinaes, sendo um sobre *Emigração*; outro sobre o *Registro civil;* outro intitulado *Boatos de iberismo*, etc., os quaes mereceram serem transcriptos em outros jornaes. Nas *Estreias litterarias*, de Coimbra, publicou um pequeno romance historico, *El rei perdôa*. No *Instituto*, vol. XI, 1862 a 1863, publicou a pag. 25, 57, 89, 113, continuando ainda no tomo XII, *Ensaio sobre a organisação da sociedade universal.* Na *Revis-*

*ta contemporanea de Portugal e Brazil*, tomo IV, pag. 121 a 136, o romance *A Filha do Povo*, 1486. Na mesma *Revista*, tomo IV, pag. 489 a 500, o romance *D. Guiomar Coutinho*. Em separado publicou: *Arzilla, romance historico do seculo XV*, Coimbra, 1862; *Sombras e Luz, romance do reinado de D. Manuel*, Lisboa, 1863; *Os amores de um visionario*, e um estudo sobre o reinado de D. Diuiz, que faz parte da *Historia de Portugal*, que foi editada pela *Empresa Litteraria de Lisboa*.

**Pereira Rego** *(Antonio)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, celebre picador. N. em Ponte de Lima em 1629, fal. em 1692, sendo filho de Fernando Pereira Rego e de Magdalena Salgado. Distinguiu-se muito como militar na guerra contra a Hespanha. Foi cavalleiro eximio, e grande caçador. Escreveu: *Instrucção de cavallaria de brida com um copioso tratado de alveitaria*, Coimbra, 1679; teve outras edições, tambem em Coimbra, nos annos de 1693, 1712, 1733 e 1767. E' uma obra considerada classica na especialidade de que trata.

**Pereira Ribeiro** *(P. Manuel Marques)*. Conego da sé de S. Nicolau de Cabo Verde, vogal das missões ultramarinas, etc. N. no logar de Paços da Serra, concelho de Gouveia, a 7 de fevereiro de 1808, fal. em Coimbra em 1906 com perto de 99 annos, que completava em 7 de fevereiro de 1907. Era tambem conhecido pelo *P. Manuel Alegria*, por ter residido muitos annos na rua da Alegria; tambem lhe chamavam o *Padre Eterno*, pela sua avançada edade, por estar prestes a completar um seculo. Era o decano do clero portuguez, e certamente um dos seus membros mais conhecidos em todo o paiz. Veiu aos 9 annos de edade para Coimbra, dando entrada no Seminario Episcopal, onde concluiu o curso de theologia e tomou ordens. Foi coadjutor da freguezia de S. Thiago, de Coimbra, e capellão dos hospitaes da Universidade. Em 6 de setembro de 1871 foi nomeado conego da sé de S. Nicolau de Cabo Verde, e em 12 de janeiro de 1874 vogal das missões ultramarinas, sendo nomeado em 1875 capellão do cemiterio da Conchada, de Coimbra. Foi o primeiro padre que se ordenou no partido constitucional, e o ultimo dos sobreviventes dos 225 individuos que assignaram nos paços do concelho de Coimbra, no dia 9 de maio de 1834 o auto de fidelidade á rainha D. Maria II, no dia seguinte da entrada do exercito libertador n'esta cidade.

**Pereira da Rocha** *(Lourenço)*. Cirurgião, escrivão da camara de Lamego, e alferes-mór d'essa cidade. N. no Porto em 1693, falleceu depois de 1763. Foi cirurgião ordinario e do partido d'el rei. Escreveu: *Observação cirurgica, caso não só raro, mas unico de uma hernia ossea, casualmente descoberta, animosamente extrahida, e felizmente curada*, Lisboa, 1735; com uma gravura em madeira.

**Pereira da Rocha** *(Seraphim)*. Só se conhece este nome pelo seguinte folheto: *Problema resolvido; se os corpos regulares devem totalmente supprimir-se ou conservarem-se alguns para memoria; obra que poderá talvez servir de complemento ao folheto intitulado «Memorias»*, etc., Lisboa, 1821.

**Pereira Rodrigues** *(José Maria)*. Empregado superior da alfandega de Lisboa, deputado, jornalista, escriptor, etc. N. em Lisboa em 1837, onde tambem fal. a 7 de maio de 1885. Era filho de José Joaquim de Sousa Rodrigues, chefe de repartição no governo civil de Lisboa, e irmão do bacharel formado em Direito e jornalista. João Felix Rodrigues. Foi alumno do Curso Superior de Letras. Sendo aspirante da alfandega municipal em 1857, teve transferencia para a alfandega de Lisboa em 1862, e ahi passado ás classes superiores, sendo depois vogal supplente do conselho geral das alfandegas, etc. As suas commissões de serviço publico, habilitações, etc, constam d'um impresso que publicou com o requerimento, em que pedia a collocação n'um logar de primeiro verificador das alfandegas maritimas de primeira classe de Lisboa ou Porto, sem indicação de logar nem data, mas é de Lisboa, 1875. Na legislatura de 1874 teve assento na camara dos deputados, eleito pela ilha de S. Thomé. Foi por alguns annos director da *Revista dos theatros*, e collaborador de varios jornaes. Foi fundador e redactor da *Chronica dos theatros*, juntamente com Eduardo Coelho e Eusebio Simões. Publicou em jornaes e em volumes as biographias de artistas notaveis, entre as quaes se contam as de José Carlos dos Santos, Auber, Mongini, Rossi Cacia, Fricci, Kistori, Stagno, Nery-Baraldi, Volpini e Beneventano. Pereira Rodrigues era cavalleiro da ordem de S. Thiago, e cavalleiro e commendador da de Carlos III, de Hespanha. Escreveu: *O Prestidigitador*, drama em 5 actos, vertido em portuguez de collaboração com Eduardo Coelho, e representado no theatro de D. Maria II, Lisboa, 1862; *Ensaios litterarios*, Lisboa, 1863; *Estudos litterarios*, originaes e traducções, Lisboa, 1869; *Uma troca de maridos*, comedia em 1 acto representada pela primeira vez no theatro de D. Maria II em 31 de janeiro de 1869, Lisboa, 1869; *Boa desforra*, comedia em 1 acto, representada no theatro da Trindade em 1870, Lisboa, 1870; *Uma visita a Madrid*, Lisboa, 1871; *Escorços biographicos e criticos*, Lisboa, 1871; fez-se 2.ª edição, augmentada, em 1873; *Discurso proferido na camara dos deputados em sessão de 5 de março de 1875 em defeza de Gregorio José Ribeiro, governador de S. Thomé, das accusações que lhe fizera Barros e Cunha* (V. o respectivo *Diario das sessões*); *Replica ao advogado Antonio Maria de Carvalho*, Lisboa, 1875.

**Pereira Rubião** *(Francisco Ignacio)*. Cavalleiro da ordem de Christo, bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, etc. N. em Villa Real, e fal. no Porto a 25 de março de 1846. Recebeu o grau de bacharel em 1814. Escreveu: *Taboas aerometricas e thermometricas necessarias tanto ao distillador, como ao consumidor de liquidos espirituosos*, Paris, 1835; *Ensaio sobre o fabrico das aguas-ardentes para bebida*, Porto, 1842; *Colméa Nuttiana, importada de França*, Paris, 1835; *O Alto Douro*, 1.ª, 2.ª e 3.ª publicação, Porto, 1842; 4.ª, 1843. Deu logar a estas publicações a questão suscitada por aquelle tempo, ácêrca da conveniencia ou inconveniencia, utilidade ou inutilidade, do tratado de commercio com a Inglaterra, pelo que dizia respeito aos vinhos do Douro. O autor deplora se nos seus escriptos contra a utilidade do tratado. Escreveu mais: *O Vinhateiro: obra em que se trata da cultura, da fabricação, conservação e distillação do vinho*, Porto, 1844.

**Pereira de Sá** *(P. Simão)*. Jesuita. N. no Rio de Janeiro a 22 de junho de 1701. Era filho de Simão Pereira de Sá e de Anna Bocan. Educou-se no collegio da Companhia de Jesus d'aquella cidade, aprendendo latinidade e musica, e recebeu o grau de mestre em Artes. Passando depois á Universidade de Coimbra, seguiu o curso da faculdade de Canones, em que se formou a 23 de julho de 1729. Escreveu: *Historia topographica e bellica da nova colonia do Sacramento do Rio de Janeiro, Noticias chronologicas do bispado do Rio de Janeiro; Propugnaculo da advocacia; Sabedoria perfeita e tarde conversada; Conceitos joco-serios em problemas e cartas; Oracões academicas; Obras metricas*. Parece que nenhuma d'estas obras se chegou a imprimir.

**Pereira Sampaio** *(Antonio do Nascimento)*. Vice-almirante reformado. N. em 1833, fal. em 21 de janeiro de 1899. Foi governador de Cabo Verde, da provincia de Angola e do Estado da India. Quando se fundou a Sociedade de Geographia, foi um dos primeiros a associar-se. Foi presidente effectivo e honorario d'esta instituição, que tantos serviços tem prestado ao paiz, ajudante de campo honorario d'el-rei D. Carlos e d'el rei D. Manuel. Dedicava se muito ao estudo de questões coloniaes. Das suas viagens escreveu e publicou interessantes narrativas, em folhetins do *Diario de Noticias*, assim como outros artigos de assumptos maritimos e coloniaes.

**Pereira Sampaio** *(Diogo)*. Fidalgo cavalleiro por alvará de 24 de maio de 1602, e capitão-mór das villas de Tentugal e Povoa, por provisão de 20 de outubro ee 1622. Era filho de Ruy Pereira, de Sampaio e de sua mulher D. Mecia Nunes de Vasconcellos. Fal. a 30 de setembro de 1624. Casou em Coimbra com D. Angela Serrão Prestrello, filha de Fernão Nunes da Costa, thesoureiro-mór da Casa de Ceuta e da Mina, e escrivão da Fazenda em 1534, fidalgo da casa do cardeal infante D. Henrique, e de sua mulher D. Violante Serrão Prestrello.

**Pereira de Sampaio** *(Duarte)*. Era filho primogenito de Ruy Pereira de Sampaio, e de sua mulher D. Mecia Nunes de Vasconcellos. Serviu largos annos na India, e por alvará de 20 de fevereiro de 1581 foi feito capitão de Maluco e fortaleza de Tidore. Era moço fidalgo por alvará de 7 de março de 1557, e foi-lhe aforado o *mandouim* de Taná, por carta de 21 de março de 1601. Casou na India com D. Izabel, filha de Antonio da Silva, capitão de Diu.

**Pereira Sampaio** *(José)*. Vice-almirante. N. em 1840 e fal. em 10 de dezembro de 1901. Alistou se na armada em 4 de abril de 1853, era aspirante de marinha de segunda classe a 28 de julho de 1857, sendo promovido á primeira classe a 8 de outubro de 1858, a guarda-marinha em 7 de maio de 1860; a 2.º tenente em 18 de maio de 1862; a 1.º tenente em 26 de março de 1873, a capitão-tenente em 5 de junho de 1889, a capitão de fragata em 7 de junho de 1891 e a capitão de mar e guerra em 5 de abril de 1894, reformando se no posto de vice-almirante em 1900. Commandou as canhoneiras *Rio Minho* e *Tavira*, na esquadrilha fiscal da costa, as escunas *S. Thomé* e *Napier*. Foi ajudante do corpo de marinheiros e commandante da 3.ª divisão do mesmo corpo; ajudante do chefe do departamento maritimo do sul, segundo commandante do corpo de marinheiros, inspector fiscal na entrega das responsabilidades no inventario do 1.º deposito do Arsenal, e nos termos do artigo 6.º da portaria de 15 de fevereiro de 1890, commandante da 1.ª divisão do corpo de marinheiros; presidente da commissão nomeada para formular um projecto de alteração de uniformes para as praças do corpo de marinheiros e escola de torpedeiros, e presidente da commissão do serviço da reserva da armada. Foi encarregado do commando do deposito da estação naval de Angola, capitão do porto de Loanda e chefe do estado maior da divisão naval da Africa Occidental; vogal do commando fiscal da administração da armada, presidente da commissão encarregada de formular o regulamento de saude naval, commandante da estação naval do *Atlantico Sul* e da corveta *Bartholomeu Dias*. O vice-almirante José Pereira Sampaio era condecorado com a ordem de S. Bento de Aviz e com as medalhas de prata do bons serviços e de serviços do ultramar.

**Pereira de Sampaio** *(Ruy)*. Fidalgo e cavalleiro da Casa Real, por carta de D. João III, de 1 de agosto de 1548. Era filho de Diogo Pereira de Sampaio, *homem cavalleiro e fidalgo de sua casa*, privilegio concedido por D. João II, por carta de 30 de maio de 1487, e confirmado depois por D. Manuel em carta de 18 de outubro de 1502, e por D. João III, por outra carta de 28 de setembro de 1528; e de sua mulher D. Catharina Annes Negroa ou Zuzarte. Ruy Pereira Sampaio foi capitão das villas de Tentugal e Povoa, por carta regia do D. Sebastião de 24 de abril de 1572. Em 1598, sendo rei de Portugal Filippe II de Hespanha, concorreu para a obra do convento do Carmo de Tentugal. Casou em Lisboa com D. Mecia Nunes de Vasconcellos, filha de Nuno do Quental, guarda-mór da Torre do Tombo, fidalgo da Casa Real, procurador em côrtes e coronel d'um terço de infantaria o de toda a cavallaria da comarca de Leiria; e de sua mulher, D. Izabel Espinola.

**Pereira de Sant'Anna** *(Fr. José)*. Religioso da ordem dos carmelitas da antiga observancia, doutor em theologia pela Universidade de Coimbra, provincial da sua ordem, confessor da rainha D. Maria I, quando princeza, e das infantas suas irmãs. N. no Rio do Janeiro a 4 de fevereiro de 1696, fal. em Salvaterra a 31 de janeiro de 1759. Chamava se no seculo José Pereira de Sá Bacon, sendo filho de Simão Pereira de Sá, nascido em Portugal, e d'uma senhora de origem franceza. Revelou nos primeiros estudos não só grande talento, mas tambem grande propensão para a poesia e para a musica, para a poesia, improvisando com toda a facilidade versos em portuguez e em latim; para a musica, não só compondo musicas sacras muito applaudidas, como tambem modinhas profanas que obtiveram grande exito, e por muito tempo se cantaram no Brazil. Professou aos 19 annos na ordem carmelitana, e pouco depois, alcançando-lhe seu pae licença do provincial, partiu para Coimbra, onde se doutorou em Theologia a 17 de maio de 1725. Voltando depois ao Brazil ensinou philosophia e theologia moral, sendo o primeiro que fez conhecidas no Brazil as doutrinas de Bacon. Assim que se jubilou, regressou a Portugal, e foi nomeado lente substituto de philosophia na Universidade de Coimbra. Em 1710 escolheram-

n'o os seus confrades para chronista da ordem, e n'essa qualidade, escreveu: *Chronica dos carmelitas, da antiga e regular observancia n'estes reinos de Portugal, Algarve e seus dominios*, Lisboa, tomo I, 1745. tomo II, 1751. D'esta obra, muitissimo minuciosa, não se pôde publicar mais volume nenhum, porque no incendio que se seguiu ao terremoto de 1755 arderam os manuscriptos do 3.º e 4.º volumes, assim como os documentos que os abbades dos differentes conventos tinham enviado, e de muitos dos quaes não ficára copia. A' *Chronica* segue-se uma *Dissertação apologetica, historica, liturgica, dogmatica e politica para intelligencia e observancia das principaes leis municipaes da provincia carmelitana portugueza*, impressa em 1751. Celebrando se um capitulo da ordem em Lisboa no anno de 1744, foi Fr. José Pereira de Sant'Anna nomeado seu presidente, depois de ter recebido os privilegios de provincial. Escolheram-n'o no paço para confessor das filhas d'el-rei D. José, e no exercicio d'este cargo, falleceu. Escreveu mais: *Os dois Atlantes da Ethiopia, Santo Elesbão imperador XLVII da Abyssinia, advogado dos perigos do mar, e Santa Ifigenia, princeza da Nubia, advogada dos incendios nos edificios*, Lisboa, tomo I, 1755. tomo II 1738; *Vida da insigne mestra do espirito, a virtuosa madre Maria Perpetua da Luz, religiosa carmelita do Convento de Beja*, Lisboa, 1742.

**Pereira dos Santos** *(José Gonçalves)*. Tenente-coronel de engenharia, ministro de Estado honorario, do conselho de Sua Majestade, lente da Escola do Exercito e do Instituto Industrial de Lisboa, etc.. N. na Figueira da Foz a 23 de dezembro de 1855. Assentou praça em 5 de janeiro de 1874, sendo promovido a alferes em 8 de janeiro de 1879, a tenente em 3 de fevereiro de 1881, a capitão em 31 de outubro de 1884, a major em 5 de dezembro de 1901, a tenente coronel em 5 de dezembro de 1903. Filiando-se no partido regenerador, foi pela primeira vez deputado em 1881, tornando-se logo notavel como parlamentar, na discussão ácêrca do caminho de ferro de Lisboa á Figueira da Foz e Alfarellos, merecendo ser convidado para a commissão das obras publicas e para relator do projecto do porto de Leixões. Por tal fórma desempenhou esta missão que a Associação Commercial do Porto e outras corporações importantes d'aquella cidade lhe prestaram homenagem. Na mesma legislatura foi relator de varios projectos importantes, contando se entre elles o do caminho de ferro da Beira Baixa. Mais tarde foi encarregado por Fontes Pereira de Mello para ser relator do projecto do porto de Lisboa, que defendeu distinctamente. Fontes Pereira de Mello tambem o encarregou das clausulas do concurso de projectos para a execução do porto de Lisboa. Em 1883 foi relator da proposta de lei que autorisou o governo a envolver as questões da administração da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes, e do segundo contrato entre o governo e o empreiteiro Hersent para a conclusão das obras do porto de Lisboa. Demittido o ministerio regenerador em 1886, os seus amigos fizeram com que fôsse eleito deputado pela maioria no circulo plurinominal de Leiria, que elle representou até 1895. De 1885 a 1886 havia deixado de pertencer á camara por effeito da lei eleitoral que estabelecia incompatibilidades, e foi sempre eleito pela opposição, pelo circulo da Figueira da Foz. Em 1896 tambem se salientou pela fórma com que tratou da interpretação do contrato das obras do porto de Lisboa, sabendo alliar á accusação logica e vigorosa a fina cortezia, o que lhe valeu geraes applausos até mesmo dos adversarios politicos, tratando a questão exclusivamente pelo lado administrativo e technico. N'este periodo egualmente se notabilisou na discussão do projecto que transferiu das juntas geraes para a administração do Estado a conservação e policia das estradas districtaes. Na sessão legislativa de 1899 tratou com superior criterio da reforma do exercito proposta pelo sr. conselheiro Sebastião Telles, sendo o seu discurso considerado um dos primeiros d'esta sessão, e ainda o projecto relativo á administração dos Caminhos de Ferro do Estado. Na sessão legislativa de 1900, em que representava o circulo de Soure, distinguiu se pela fórma como tratou todas as questões importantes relativas ao ministerio das obras publicas, taes como a viação ordinaria, cabo submarino para a Africa do Sul, orçamento do referido ministerio, reforma dos serviços dos correios e telegraphos e levadas da Madeira. Foi nomeado lente do Instituto Industrial em 1888, precedendo concurso, regendo ultimamente a cadeira de machinas. Quando na Escola do Exercito se effeituou um concurso para diversas cadeiras foi o sr. conselheiro Pereira dos Santos o candidato escolhido pelo jury para lente adjunto das cadeiras de resistencia de materiaes e machinas. Sendo este concurso annullado, entrou definitivamente na Escola do Exercito em 1892, por proposta do conselho superior das Obras Publicas. Em 1900, organisando ministerio o fallecido estadista Hintze Ribeiro, foi convidado para se encarregar da pasta das Obras Publicas. O sr. conselheiro Pereira dos Santos é um engenheiro distincto, e são muitos os trabalhos a que tem ligado o seu nome. Foi o *leader* do seu partido na sessão legislativa de 1905 1907. Em junho de 1910 foi novamente ministro d'aquella pasta, na situação Teixeira de Sousa. E' official, cavalleiro e commendador por serviços distinctos, da ordem de S. Bento de Aviz; official da de S. Thiago; possue a medalha de prata de comportamento exemplar, e a cruz de segunda classe de Merito Militar de Hespanha.

**Pereira Sarmento** *(Faustino Herculano)*. Bacharel em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. n'esta cidade a 30 de março de 1842. Frequentou na Universidade o curso de Theologia, obtendo distincções no 1.º e 4.º annos, recebendo o grau de bacharel a 6 de junho de 1853, fazendo acto de formatura em 25 de maio de 1864. Como escriptor, recebeu em 5 de janeiro de 1866 o diploma de socio da Associação dos Artistas de Coimbra, onde tem exercido diversos cargos, sendo em 1870 eleito presidente. Escreveu e publicou: *O Povo; jornal bimensal dedicado ás classes operarias*, Coimbra, 1866; saiu o primeiro numero em 1 de julho, e parece que terminou com o n.º 6, datado de 31 de outubro. Collaborou tambem em jornaes diversos, taes como o *Tira-teimas*, *Paiz*, *Tribuno Popular*, *A Folha*, etc. Em 1868 compôz uma comedia-drama em 3 actos para o theatro de D. Luiz, com o titulo *Não ha céo sem lagrimas*, que não se chegou a representar.

**Pereira de Selão**. Pov. na freg. de S. Gonça-

lo, de Villas Boas, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

**Pereira de Senna** *(Fortunato Raphael)*. Doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra, lente de prima jubilado na mesma faculdade. N. em Coimbra a 10 de setembro de 1793, onde tambem fal. a 9 de fevereiro de 1887, com 93 annos e 4 mezes de edade. Era filho de Joaquim Pereira. Na sua mocidade andou empregado no commissariado inglez, junto ao quartel general de lord Wellington, em Hespanha, tornando-se, por isso, n'essa epoca, muito versado na lingua ingleza. Matriculou-se no 1.º anno da faculdade de Philosophia em 1813, formando-se em 1818, e doutorando-se a 6 de outubro de 1822. Cursou egualmente a faculdade de Medicina, matriculando se no 1.º anno em 1816; formou se em 1821, mas não se doutorou n'essa faculdade. Em 1827 era demonstrador de historia natural da Universidade, sendo um dos muitos habitantes de Coimbra que assignaram no dia 5 de março d'esse anno uma attestação muito honrosa dos serviços prestados pelo batalhão de voluntarios academicos á causa da Liberdade

**Pereira Serzedello Junior** *(Antonio José)* Vogal do Conselho Geral das Alfandegas e do Conselho Geral do Commercio, Agricultura e Manufacturas no ministerio das Obras Publicas; director de varias empresas industriaes, socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa e de varias associações litterarias portuguezas do Brazil; membro da Associação Commercial de Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 2 de janeiro de 1826, onde tambem fal. em 23 d'abril de 1883. Era filho de Antonio José Pereira Serzedello, negociante, e de D. Anna Margarida Pereira Serzedello. Afastado dos estudos superiores a que o chamava o seu talento notavel, pelas necessidades de auxiliar seu pae na gerencia da casa commercial que elle dirigia em chefe, dedicou-se ao estudo aturado de gabinete, na tenacidade do trabalho intellectual da falta d'um curso superior. Apenas teve tempo de seguir os estudos do commercio, então muito deficientes, sendo logo chamado para trabalhar na administração da casa commercial Serzedello & C.ª, e ali se conservou até ao fim da vida, fazendo-a prosperar com a sua sabia gerencia e illustrada direcção. Estudando a fundo a sciencia economica, como indispensavel complemento á sua educação de negociante, Serzedello Junior viu n'essa sciencia nova mais do que a sciencia do commercio, a sciencia fundamental de toda a sociologia. E sob esse ponto de vista, dedicou-se de coração ao estudo d'essa sciencia, e foi esse estudo intelligente e persistente que lhe deu o seu grande nome como orador, a sua reputação de escriptor financeiro, os seus creditos de publicista e o seu titulo de academico. Vinculando o seu nome aos annaes dos mais aureos tempos do *Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, creou ahi um nome laureado com as suas conferencias sobre assumptos economicos, e dedicou-se especialmente á resolução do eterno problema da divisão da riqueza e do trabalho. Serzedello Junior foi fundador da Associação dos Empregados do Commercio e Industria, membro da Associação Commercial de Lisboa, do Montepio Commercial, da Associação Primeiro de Dezembro, da Associação Protectora do Asylo de D. Pedro V, director da Companhia de Fiação de Tecidos Lisbonense e do Banco de Portugal, membro do conselho fiscal da Companhia das Aguas, etc. Foi collaborador financeiro do *Jornal do Commercio*, *Diario de Noticias*, *Archivo Commercial*, *Federação*, *Revolução de Setembro*, cuja redacção principal assumiu durante a ausencia temporaria de Antonio Rodrigues Sampaio, de quem era intimo amigo. Além de todos esses trabalhos jornalisticos, deixou um livro de alto valor, que publicou em 1857, *Os Bancos e os principios que regem a emissão e circulação de notas*. As doutrinas apresentadas n'esta obra tendem á liberdade dos estabelecimentos de credito. Ella lhe serviu de titulo para a sua admissão na Academia Real das Sciencias. Sem nunca fazer da politica a sua profissão principal, Serzedello Junior estava filiado no partido regenerador, que sempre serviu com toda a lealdade. Foi uma vez candidato a deputado por um dos circulos de Lisboa, mas perdeu a eleição. Varias vezes foi vereador da camara municipal, membro do conselho do districto, vogal do conselho de Commercio e Industria, e quando falleceu era presidente da junta geral do districto. Escreveu tambem: *Relatorio ácêrca da reforma das casas fiscaes, e do serviço das alfandegas*, Lisboa, 1863. Foi mandado publicar pela Associação Commercial de Lisboa.

**Pereira da Silva** *(Antonio)*. Doutor em Theologia, conego magistral de Evora, deputado da inquisição d'essa cidade, deputado da Junta dos Tres Estados, e bispo de Elvas em 1701. Em seguida exerceu o cargo de secretario de Estado, e por ultimo foi bispo da Algarve. Fal. a 17 de abril de 1715. Prelado, estadista e genealogista. N. em Bertiandos, pertencendo á casa dos senhores condes de Bertiandos. Passando a Coimbra doutorou-se em Theologia em 1669, recebeu logo em seguida uma cadeira de conego magistral da sé de Evora, e em 1684 foi nomeado deputado da inquisição d'essa cidade, sendo depois da Junta dos Tres Estados. Nomeado em 1701 bispo d'Elvas, foi pouco depois chamado a Lisboa por D. Pedro II, que o fez seu secretario de Estado. Nomeado em 1704 bispo do Algarve, retirou-se para a sua diocesse, e ali passou o resto da vida. Como genealogista escreveu umas *Arvores genealogicas das familias de Entre Douro e Minho*, que ficaram ineditas, mas que D. Antonio Caetano de Sousa aproveitou largamente para a sua obra.

**Pereira da Silva** *(Bernardo)*. Doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 28 de março de 1723. Foi collegial do Collegio de S. Paulo desde 1698. Em 1707 entrou no corpo docente na Universidade regendo varias cadeiras da faculdade de Direito, até que foi despachado desembargador da Relação do Porto, e depois da Casa da Supplicação de Lisboa, tomando posse d'este cargo em 1711, e emfim desembargador dos Aggravos em 1715. Do seu merito como jurisconsulto ficaram apenas umas apostillas da materia das cadeiras que regeu. Era tambem poeta portuguez e latino, e alguns versos seus em ambas as linguas ficaram impressos, sendo seu o epitaphio do tumulo do famoso Pegas.

**Pereira da Silva** *(Fr. Francisco)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. N. em Vianna. Escreveu: *O caminho dos terceiros seraphi-*

*cos para a celestial patria*, 1731; ficou manuscripta; *Chronica da Terceira ordem do reino de Portugal e suas conquistas.*

**Pereira da Silva** *(Francisco Maria)*. Vice-almirante reformado; engenheiro hydrographo, etc. N. em Lisboa em 1813, fal. na Figueira da Foz em 1 de dezembro de 1891. Assentou praça de guarda-marinha no Porto a 11 de janeiro de 1833, tendo já o curso completo da antiga Academia de Marinha, onde obteve os primeiros premios pecuniarios, e o curso da Aula de Commercio, concluidos em 1831. A 17 de junho de 1833 foi nomeado para servir nas canhoneiras de Quebrantões, no rio Douro, saindo e entrando repetidas vezes a barra do Porto, debaixo de intenso fogo da artilharia e mosquetaria do inimigo, e batendo este em terra, do forte de Nossa Senhora da Luz e da quinta da China, serviços que lhe mereceram louvor nas Ordens do dia da armada do Porto, n.º 38 e 41 do anno de 1833. Antes de passar ás canhoneiras de Quebrantões, estava embarcado na corveta *Portuense*, destacando d'esta em Ponta Delgada a 2 de maio de 1833 para tomar o commando do hiate *Sousa e Bastos*, e conduzil-o á barra do Porto, commissão que desempenhou a salvo do inimigo, depois de ter cumprido todas as instrucções confidenciaes do commandante d'aquella corveta. Em setembro do mesmo anno, estando a bordo da fragata *Duque de Bragança*, foi destacado d'este navio para commandar a canhoneira n.º 4 de serviço no Tejo, tomando posição em frente da bocca da Ponte da Erva, afim de evitar toda a communicação que os rebeldes tinham por essa zona, vendo-se obrigado a sustentar fogo durante muitos dias successivos. Ainda em fevereiro de 1834 tomou o commando do hiate *Pensamento Feliz*, armado com artilharia da fragata *Duque de Bragança*, indo fundear-se no rio Sado, em frente do Pinheiro, para não deixar passar o inimigo para baixo, o observar lhe os movimentos. Quando terminaram as luctas civis, Pereira da Silva foi mandado servir nos trabalhos geodesicos do reino, onde continuou por largos annos, desempenhando importantes commissões e prestando valiosos serviços, como official, chefe e director geral d'aquelle estabelecimento scientifico. Dirigiu por alguns annos as obras da barra e porto da Figueira da Foz, sendo depois chefe da secção hydrographica na commissão encarregada dos trabalhos geodesicos do reino. Foi inspector dos pharoes do reino, membro de muitas commissões technicas e importantes, e por fim teve o cargo do vogal da commissão permanente de pharoes e balizas no ministerio das Obras Publicas. Entre muitos louvores que mereceu, contam se os seguintes: pelos serviços feitos nas canhoneiras do rio Douro, debaixo de fogo, Ordens do dia da armada do Porto, n.º 38 e 41 de 1833; pelos progressos feitos nos trabalhos geodesicos sob a direcção do marechal de campo Pedro Folque em 1839; pela conclusão dos trabalhos florestaes e planta do grande pinhal de Leiria, Ordem da armada de 31 de julho de 1844; pelo zelo e exacção com que foi desempenhado um curso de observações de marés no porto de Lisboa, Ordem da armada de 31 de julho de 1844; pela execução da planta e projecto de limpeza da caldeira de Val-de-Zebro, 1845; pelos progressos feitos nos trabalhos hydrographicos da barra do porto de Lisboa, 1848; pelo relatorio geral d'estes trabalhos, 1850; pelo acabamento e publicação do plano hydrographico da barra e porto de Lisboa, portaria de 12 de abril de 1858; pelos trabalhos executados para melhoramento da barra e porto da Figueira da Foz, officio de 16 de março de 1859 da junta geral do districto de Coimbra, officio de 11 de maio da camara municipal da Figueira da Foz; pela abertura da barra e direcção das obras para melhoramentos da barra e porto da Figueira da Foz, portaria de 28 de outubro de 1859; pelo desempenho da commissão e como presidente no ajuste das contas dos pharoes do reino, portaria de 25 de maio de 1869; pelo resultado dos trabalhos da commissão encarregada do artilhamento da praça de S. Julião da Barra, Torre de S. Lourenço da Barra, e outros pontos, portaria de 25 de abril de 1870; como membro da commissão de pharoes e balizas, portaria de 27 de junho de 1882; como membro da commissão que apresentou o plano geral das obras do melhoramento do porto de Lisboa, portaria de 25 d'abril de 1884. Condecorações e mercês com que foi agraciado: Cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa, pela maneira como desempenhou a commissão de levantar a carta topographica do Pinhal Nacional de Leiria, e mais serviços prestados em engenharia civil e hydraulica, decreto de 8 de fevereiro de 1843; cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, pelos seus serviços militares, decreto de 28 de fevereiro de 1853; commendador da ordem de Christo, pelos bons serviços prestados na commissão dos trabalhos geodesicos e topographicos do reino e na qualidade de director das obras da barra da Figueira da Foz, decreto de 21 de setembro de 1859; titulo de conselheiro pelos bons serviços que tem prestado ao paiz em toda a sua carreira militar, decreto de 17 de março de 1866; medalha de ouro da classe de comportamento exemplar, decreto de 24 de maio de 1887. O vice almirante Pereira da Silva era socio honorario do Instituto Polytechnico Brazileiro; membro titular do *Institut d'Afrique*; socio effectivo da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes; da Associação Maritima e Colonial o da Sociedade de Geographia de Lisboa; socio honorario da Associação dos Artistas de Coimbra, etc. Foi promovido a vice-almirante em 25 de junho de 1889, e reformou-se a 27 de fevereiro de 1890. Escreveu: *Memoria sobre o pinhal nacional de Leiria, suas madeiras e productos rezinosos; offerecida á Associação Maritima e Colonial pelos socios autores da mesma, o srs. Francisco Maria Pereira da Silva e Caetano Maria Batalha*, Lisboa, 1843; com uma carta topographica; saiu tambem nos *Annaes* da mesma Associação; em 1859, fez se segunda edição. Em collaboração com o seu camarada e collega Caetano Maria Batalha, escreveu outra *Memoria sobre observações de marés*, publicada nos *Annaes maritimos e coloniaes*, tomo V, pag. 225 a 346. Escreveu mais: *Resposta ás arguições que alguns habitantes da Figueira fizeram, ácêrca da direcção das obras publicas para melhoramento da barra e porto da dita villa*, Lisboa, 1862; *Breves considerações ácêrca da Analyse e refutação que acaba de publicar o tenente Adolpho Ferreira de Loureiro, á Resposta em que o capitão de fragata Francisco Maria Pereira da Silva se justifica das arguições que lhe fizeram alguns*

*habitantes da Figueira*, etc., Coimbra, 1863; *Relatorio das obras para melhoramento da barra e porto da Figueira desde o seu principio em maio de 1857, até o fim do anno economico de 1859-1860; Segunda edição adaptada ás cinco estampas agora publicadas, as quaes abrangem as plantas e desenhos que acompanharam em maior escala este Relatorio*, etc., Lisboa, 1865; contém tambem documentos e mappas demonstrativos, e é acompanhado d'um atlas de seis estampas em grande formato. A data da primeira edição ignoramos; *Pharoes, marcas maritimas, estações semaphoricas e postos meteorologicos em Portugal*, Lisboa, 1872; *O serviço hydrographico em Portugal, indicações para a sua reforma*, Lisboa, 1880; *Entrada do porto de Lisboa*, Lisboa, 1882; *Trabalhos hydrographicos no ministerio da marinha e ultramar*, Lisboa, 1886; *Projecto de melhoramento do porto de Lisboa*, Lisboa, 1884.

**Pereira da Silva** *(Gaspar)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz do Tribunal do Commercio, deputado, ministro de Estado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. na Covilhã a 3 de março de 1801, fal. em Lisboa a 13 de novembro de 1870. Tendo estudado o curso de Direito na Universidade de Coimbra, seguiu a carreira da magistratura, foi presidente dos tribunaes do commercio de Lisboa e do Porto, juiz do tribunal superior do commercio, e pela extincção d'este passou a juiz da Relação de Lisboa. Foi ministro da justiça desde 21 de fevereiro de 1862 até 5 de março de 1865, fazendo parte do gabinete presidido pelo duque de Loulé. Tendo sido nomeado socio effectivo da Academia Real das Sciencias, passou a socio emerito em 1869. Escreveu: *Fontes proximas do Codigo Commercial Portuguez, ou referencia aos codigos das nações civilisadas, e ás obras dos melhores jurisconsultos, onde se encontram disposições ou doutrinas identicas, ou similhantes, á legislação do mesmo Codigo*, etc., Lisboa, 1843.

**Pereira da Silva** *(João)*. Cavalleiro da ordem de Christo, escrivão do Tribunal da Nunciatura Apostolica, membro da Academia dos Singulares, etc. Era natural de Lisboa e fal. a 10 de outubro de 1708. Escreveu: *Epinicio lusitano á memoravel victoria de Montes Claros*, Lisboa, 1665; *Canção panegyrica ao nascimento do principe nosso senhor, em 30 de agosto de 1688*, Lisboa, 1688; *Lysia saudosa no intempestivo ocaso da serenissima senhora D. Izabel Luiza Josepha*, Lisboa, 1690.

**Pereira da Silva** *(D. Fr. João Evangelista)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, bispo do Pará, muito respeitado pela sua erudição. N. em Gouveia a 23 de agosto de 1708, fal. no Pará a 14 de maio de 1782. Foi nomeado bispo do Pará em 23 de agosto de 1770, em substituição do bispo D. Fr. João de S. José de Queiroz. Succedeu-lhe no bispado D. Fr. Caetano Brandão. Escreveu muitas obras que não chegaram a imprimir-se, cujos manuscriptos estavam no poder do arcebispo de Evora D. Fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas, e que Fr. Vicente Salgado cita no *Catalogo*, tambem manuscripto, dos escriptores da sua ordem.

**Pereira da Silva** *(José)*. Um dos valentes militares que tanto se distinguiram nas luctas da Liberdade. N. no Porto a 17 de outubro de 1810; ignoramos a data do fallecimento. Era filho de Miguel Antonio de Azevedo Pereira, abastado negociante, e de sua mulher, D. Maria da Silva Azevedo Pereira. Destinado desde a infancia para a vida monastica, não lhe soffria o animo a sujeição do habito, preferindo logo desde a infancia o som bellico dos cornetins de cavallaria e o rufar dos tambores. Por isso quando já estava completo um luxuoso enxoval e as largas despezas que exigia o estado de noviço, apresentado no mosteiro da Costa junto a Guimarães, da ordem de S Jeronymo, recusou-se pertinazmente, declarando que não podia ceder a tal violencia, e regressou logo ao Porto. Contava então 15 annos. Pouco tempo depois embarcou como praticante de piloto para o Rio de Janeiro, d'onde voltou passados alguns mezes, resolvido a proseguir a carreira do mar. No Porto, porém, já se respirava uma atmosphera revolucionaria, e no dia 16 de maio de 1828 proclamou-se o grito da revolução liberal; José de Azevedo, que não contava ainda 18 annos de edade, foi dos primeiros que pegaram em armas, alistando se na companhia academica. Seguiu-se logo a emigração. Emquanto os chefes embarcavam no vapor *Belfast* para Inglaterra, afim de escaparem á perseguição dos miguelistas, José d'Azevedo seguia a sorte dos seus companheiros de trabalhos e dos seus irmãos d'armas, commandados pelo general Pizarro, e por Sá da Bandeira. Acampado em Lobios, na fronteira da Galliza, onde soffreu as torturas que os hespanhoes infligiam aos emigrados portuguezes, descalço, com fome, e quasi esmolando pelo caminho, chegou á Corunha, onde embarcou a bordo da galera austriaca *Aurora*, que transportou os emigrados a Plymouth. Por se ter mallogrado a primeira expedição commandada pelo marquez de Saldanha para soccorrer os valentes da Terceira, tratou a regencia de organisar claudestinamente em Plymouth uma nova expedição, para a qual fôram escolhidos os mais bravos e energicos e que mais desprezassem a vida. José d'Azevedo foi, como sempre, dos primeiros. A expedição depois de mil perigos, tendo rompido o bloqueio da esquadra ingleza, conseguiu pôr pé na ilha Terceira, cujos defensores estavam a pique de total ruina. Na Terceira, os voluntarios da rainha D. Maria II começaram por descercar e varrer a cidade de Angra das guerrilhas que a infestavam. Guarnecida a ilha, e quando as fôrças liberaes se iam organisando, surgiu no Porto da Villa da Praia uma poderosa esquadra do governo de Lisboa, trazendo a bordo um numeroso e bem adestrado corpo de desembarque. Travou-se sobre aquellas ribas alcantiladas, batidas pelo mar, a celebre batalha de 11 de agosto de 1829, onde José d'Azevedo combateu ao lado e em competencia com os mais valentes, conseguindo os liberaes não só evitar o desembarque, mas operar grande carnificina nas tropas expedicionarias. Conquistado o archipelago dos Açôres, alistados e organisados novos corpos, tanto entre os emigrados portuguezes como nos paizes extranhos, fez se de véla a expedição dos 7:500 que desembarcaram nas praias do Mindello e se fortificaram no Porto, que se tornou o baluarte inexpugnavel da liberdade. Nenhum reconhecimento se fez, nenhum combate se travou, nenhuma batalha se feriu, em que José de Azevedo não tomasse a sua parte de gloria e de pe-

rigos. Afinal, no reconhecimento da Cruz da Regateira em 17 de novembro de 1832, caiu gravemente ferido. Na batalha de Ponte Ferreira nos dias 22 e 23 de julho d'esse anno, foi condecorado com a Torre e Espada. Pelos seus serviços na guerra foi despachado em setembro de 1833 alferes do 1.º batalhão nacional de Villa Nova de Gaia, em que desenvolveu energica iniciativa para a terminação da campanha. Encerrada a lucta e implantado o systema constitucional, José de Azevedo depôz a espingarda de voluntario e a espada de official, que no entretanto ainda retomou durante as luctas civis que ensanguentaram os primeiros annos do novo regimen. Foi assim que em 1846 obteve a promoção de tenente-coronel do batalhão de empregados publicos organisado no Porto, e n'esse mesmo anno foi despachado tenente do regimento dos officiaes da marinha José de Azevedo foi depois encarregado de varias commissões e exerceu alguns empregos, sendo por vezes louvados os seus serviços. Em 1851 era chefe de serviço da alfandega de Lisboa.

**Pereira da Silva** (*Luiz Antonio*). Cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, bacharel formado em Mathematica e em Philosophia, e formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, tendo carta de cirurgião em 1836. N. na Povoa de Varzim a 3 de maio de 1808, fal. a 10 de fevereiro de 1862. Foi provedor, cargo a que depois se chamou administrador do concelho, da Povoa de Varzim, em 1834; medico do hospital da Trindade do Porto, secretario da Sociedade Agricola, da mesma cidade, lente da 2.ª cadeira de physiologia na Escola Medico-Cirurgica do Porto, commissario dos estudos dos districtos, reitor do Lyceu da mesma cidade, vogal do conselho do districto, e procurador á junta geral, pelos concelhos da Povoa de Varzim e Villa do Conde. Fundou o jornal *Jardim portuense. Ensaio de um jornal popular, de cultura, acclimatação, nomenclatura, vulgarisação, e commercio das plantas tanto economicas e industriaes, como de recreio e ornato*, Porto, 1842-1844.

**Pereira da Silva** (*Manuel*). Doutor e lente da cadeira de Instituta na Universidade de Coimbra, desembargador da Relação do Porto, socio da Academia Liturgica de Coimbra, etc. Ainda vivia em 1761. Escreveu: *Dissertação sobre o ponto: Se no tempo dos romanos usava a nova Lusitania do seu direito, ou das leis dos romanos?*, Anda no tomo II da *Collecção da Academia Liturgica*.

**Pereira da Silva** (*Manuel Joaquim*). Cavalleiro da ordem de N. S.ª da Conceição, lente da cadeira de Commercio na Academia Polytechnica do Porto, nomeado por decreto de 19 de outubro de 1836. N. em 1801. Fal. no Porto a 8 de janeiro de 1863. Estando emigrado no Rio de Janeiro, publicou ahi, em 1832, uma nova edição do *Diccionario d'algibeira, philosophico, politico*, etc. No Porto publicou em 1848 *Uns apontamentos para a biographia do cidadão José da Silva Passos*.

**Pereira da Silva** (*P. Martinho Antonio*). Presbytero secular, examinador pro-synodal do arcebispado de Braga; professor de Theologia moral no seminario bracharense, etc. N. em Braga a 8 de outubro de 1812, fal. em Villa do Conde a 9 d'abril de 1875. Tomou ordens de presbytero em dezembro de 1843; foi nomeado professor de Theologia no anno de 1859. A este padre deve Braga a idéa da construcção da estatua de N. S.ª do Sameiro, que do alto d'esse monte como que abençoaça a cidade, e que um raio destruiu ha bastantes annos, sendo depois reconstruida. Ia prégar na egreja do convento do Vairão, quando o surprehendeu uma doença que nem o deixou voltar a Braga, e ficando em Villa do Conde, ali falleceu. Escreveu: *Resumo da vida de Santo Affonso Maria de Ligorio, fundador da congregação do Santissimo Redemptor*, etc., *traduzido do francez, e seguido da novena do mesmo santo, traduzida do italiano*, Porto, 1850; é sua só a traducção da *Vida;* emquanto á *Novena*, é reimpressão d'outra mais antiga, já impressa em Lisboa; *Manual do romeiro, ou visita ao real santuario do Bom Jesus do Monte, nos suburbios da cidade de Braga, por um devoto*, Porto, 1852; *segunda edição*, Porto, 1855; *Programma para a solemne dedicação ou consagração do magnifico templo do real santuario do Bom Jesus do Monte, nos suburbios de Braga, approvado pelo ex.mo e rev.mo sr. Arcebispo primaz*, Lisboa, 1857; *Dedicação ou consagração solemne do magnifico templo do real santuario do Bom Jesus do Monte*, etc, *celebrada em 10 de agosto de 1857 pelo ex.mo e rev.mo sr. Arcebispo primaz*, Braga, 1857; saiu com as iniciaes M. A. P. da Silva; *Flôres a Maria, ou o mez de Maio consagrado á Santissima Virgem mãe de Deus*, etc., Braga, 1859. Depois da sua morte o dr. Luiz Maria da Silva Ramos colligiu no Porto em 1878 os sermões do P. Martinho, em 3 volumes, com o titulo: *Sermões selectos do fallecido padre Martinho Antonio Pereira da Silva*, coordenados e enriquecidos com uma noticia biographica, e illustrados com o retrato do autor, etc.

**Pereira da Silva** (*Silverio Augusto*). Fidalgo de nascimento; general de divisão reformado. Nasceu em Leiria a 3 de janeiro de 1827, falleceu em Lisboa em 5 de abril de 1910. Era filho de Joaquim Augusto Pereira da Silva da Fonseca, da casa de Alcobaça, e de D. Maria Luiza Mascarenhas de Athaide. Pertencia á arma de engenharia, e reformou-se a 4 de janeiro de 1897. Entrou para o serviço de obras publicas em dezembro de 1853, servindo no districto de Leiria até dezembro de 1855. Desde essa data até outubro de 1857 no de Coimbra, sendo pela portaria de 5 d'este mez nomeado director do districto da Guarda, d'onde foi transferido para Aveiro em 10 de dezembro do mesmo anno. Em 1858 foi lhe tambem incumbida a direcção das obras da barra de Aveiro. Durante o tempo em que esteve encarregado d'estas duas direcções, foi em commissão duas vezes ao districto de Vizeu, uma ao da Guarda e outra ao de Vianna, tendo elaborado alguns projectos para o primeiro. Em 1864 teve incumbencia da fiscalisação e construcção do caminho de ferro americano das minas do Braçal ao rio de Vouga. Passou a exercer as funcções de chefe da 4.ª divisão de obras publicas em 1869; a 25 de agosto de 1870 director de Aveiro, e 4 de junho de 1873 promovido a major. Nomeado vogal da commissão encarregada do estudo de differentes projectos para melhoramentos da barra do Douro e construcção do porto artificial em 1879 1880, juntamente com outros engenheiros e de inspeccionar os districtos de Castello Branco, Guarda e Vizeu, e em

agosto de 1886 da inspecção regional dos Açôres e Madeira, sendo exonerado em setembro de 1887, e nomeado vogal addido da junta consultiva de obras publicas e minas; em 1889 fez parte da commissão do exame do 1.º lanço do caminho de ferro americano da Gollegã por Torres Novas e Alcanena e se estava nas condições de ser aberto á circulação; em 1890, para classificar os engenheiros de 4.ª classe; 20 de junho do mesmo anno, em commissão para o logar de governador civil de Aveiro, exonerado a seu pedido a 30 de outubro d'esse anno; em 1891, encarregado da direcção das obras publicas de Lisboa, e n'esse mesmo anno vogal da commissão encarregada de rever a organisação dos serviços technicos de 1886 e de que examinou as linhas ferreas urbanas de Lisboa; em 1891, nomeado presidente da commissão encarregada de examinar o projecto e contrato das obras e melhoramentos do porto de Lisboa e de propôr as alterações do mesmo projecto e contrato, e n'esse mesmo anno a seu pedido exonerado da direcção de Lisboa, sendo louvado, voltando para o seu logar de vogal da junta consultiva. Em 14 do março de 1892 foi mandado inspeccionar as obras do porto de abrigo do Funchal e a praia de Espinho. No mesmo anno procedeu á vistoria das margens do rio Mondego e campos adjacentes, para a commissão de syndicancia á Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes; classificado inspector de 1.ª classe, em 1 de dezembro de 1892, collocado como vogal effectivo do conselho superior, e em 3 de dezembro do mesmo anno, nomeado inspector de edificios publicos e trabalhos diversos; em 9 de maio de 1893, para inspeccionar os armazens da alfandega de Lisboa. N'esse mesmo anno foi nomeado presidente da commissão encarregada de propôr providencias para a organisação dos serviços de pharoes e edificios publicos, em 21 de junho de 1893 transferido do cargo de inspector de edificios para o de obras hydraulicas; em 30 de julho de 1893 promovido a general de brigada; em 5 de agosto de 1893 de fazer parte da commissão encarregada de proceder ao estudo das alterações a fazer na empreitada do porto de Lisboa. Foi louvado pelos serviços que prestou n'esta commissão; em 19 de maio de 1894 nomeado para proceder a uma inspecção no porto de Vianna do Castello, e em dezembro do mesmo anno a ir inspeccionar o porto artificial de Ponta Delgada. Em 30 de abril de 1895 encarregado de examinar os documentos existentes no ministerio relativos a reclamações da Companhia das Aguas. Em 1897 foi promovido a general de divisão, e em 8 de junho de 1898 dispensado do serviço temporariamente, para desempenhar uma commissão de alto interesse publico do ministerio da marinha. O conselheiro Silverio Pereira da Silva esteve dirigindo as obras do porto de Lourenço Marques desde 1896 a setembro de 1899. Quando ali esteve fez varias alterações ao primitivo projecto de grande alcance e utilidade, trabalho que distinctamente justificou em um extenso relatorio, que por essa occasião apresentou ao ministerio da marinha e se encontra publicado. Foi louvado pelos seus relevantes serviços n'esta commissão. Em novembro de 1899 apresentou-se no ministerio das obras publicas, por ter sido dada por finda a commissão que desempenhou no ministerio da marinha, sendo em fevereiro de 1900 classificado inspector geral, e n'esse mesmo anno nomeado vogal do conselho technico de obras publicas, e em 1901 presidente do mesmo conselho e vogal do conselho de tarifas. Ainda por decreto da mesma data, exonerado do cargo de vogal do conselho superior de obras publicas, sendo louvado, e nomeado em seguida vice-presidente do referido conselho, logar que occupava ainda quando falleceu. Por despacho de 19 de dezembro de 1900 foi nomeado para o alto cargo de director geral de obras publicas e minas. Além de todos estes serviços citados, teve uma infinidade de projectos sobre estradas, caminhos de ferro, obras hydraulicas e pontes, muitas das quaes dirigiu. Em 1846 entrou em campanha, portando se com bravura, sendo ferido. Foi elle o primeiro que empregou entre nós o «beton» nos arcos de pontes, fazendo sobre isso um estudo que lhe fôra pedido pelo ministro de então. Esta ponte foi na estrada de Ovar á villa da Feira. Em 1876 apresentou um projecto de ponte de ferro e madeira na exposição de Philadelphia, o qual foi premiado com medalha de prata. O conselheiro Silverio Pereira da Silva era extraordinariamente modesto; recusou sempre veneras, possuindo unicamente a gran-cruz de Aviz, sendo grande official, commendador e cavalleiro da mesma ordem, distinctivos de bons serviços militares que não podia recusar. Possuia tambem uma medalha de prata por salvar tres pescadores em Aveiro n'um dia de temporal. Por essa occasião foi-lhe offerecida uma medalha de ouro, e aos companheiros que o acompanhavam, uma de prata. Devolveu-a, dizendo que tinha arriscado a vida da mesma fórma que aquelles, e portanto não devia haver excepções.

**Pereira e Sousa** *(Francisco Angelo d'Almeida)*. Contador da Imprensa Nacional de Lisboa. N. n'esta cidade a 2 de fevereiro de 1827, onde tambem fal. em 8 de agosto de 1898. Muito novo, depois dos estudos preparatorios para o ensino superior, entrou como amanuense da contadoria da Imprensa Nacional, seguindo, sem favor, mas sómente pelos seus merecimentos e serviços, a carreira a que se dedicara, até obter o logar de contador. Desde verdes annos se dedicou á litteratura, publicando a traducção de alguns romances e outros livros, que adeante vão mencionados. Em 1846 figurou á frente d'uma publicação litteraria, *A Aurora*, especie de revista mensal, que teve curta duração; em 1848, fundou, de sociedade com o gravador J. M. Baptista Coelho, a *Revista Popular*, de que depois foi redactor em chefe e proprietario Fradesso da Silveira. Nos tomos I a IV d'este semanario, que teve bastante voga naquelle tempo, sairam muitos trabalhos seus, todos anonymos, sobre historia natural, antiguidades e chorographia, 4 romances: *Leonor* e *Criminosa ou infeliz* (originaes) *Jarilla* e *Peccadora* (traduzidos) e um proverbio original, *Não ha mal que se não cure*. Em 1852 foi encarregado pelo editor do *Panorama* de presidir á continuação d'este semanario, trabalho que desempenhou por espaço de quatro annos, publicando muitos artigos, todos anonymos, originaes e traducções. Dirigiu algum tempo o *Archivo Pittoresco*, onde se encontram alguns escriptos seus firmados com a inicial *P.*, e a *Federação*, para que escreveu uma introducção e outros artigos, etc.

Associado com o dr. Filippe Folque e Fradesso da Siveira, publicou o *Almanach Popular* para os annos de 1848 a 1852, Lisboa, 1848 a 1851, 4 volumes, pertencendo-lhe n'esta collecção os artigos publicados anonymos sobre estatistica e historia nacional. Desde 1870 começou a ser correspondente do *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro. Foi condecorado pelo rei de Italia, em 26 de outubro de 1864, com o grau de cavalleiro da ordem de S. Mauricio e S. Lazaro, graça que a portaria do ministerio do reino de 12 de outubro de 1865 lhe permittiu acceitar, e por decreto de 4 de abril de 1891 recebeu a mercê do grau de official da ordem de S. Thiago. Fez parte do jury da exposição internacional do Porto em 1865, como vogal. Sob a sua exclusiva direcção fôram preparados e colligidos os trabalhos com que a Imprensa Nacional concorreu ás exposições universal de Londres, em 1862; internacional do Porto, em 1865; e universal de Paris, em 1867. Francisco Angelo Pereira e Sousa foi um devotado apostolo da Associação, merecendo-lhe especial cuidado A Caixa de Soccorros da Imprensa Nacional e a Associação Typographica Lisbonense. Bibliographia: *O Aventureiro ou a Barba Azul, romance de Eugenio Sue, vertido em linguagem portugueza*, Lisboa, 1844, 3 volumes; *O que quer o povo; situação presente*, Lisboa, 1846; *As Duas Dianas, romance historico de Alexandre Dumas, traduzido em vulgar*, Lisboa, 1847 a 1848, 9 volumes; *O Judeu errante, romance de Eugenio Sue, nova traducção*, Lisboa, 1850 a 1851, 5 volumes com estampas; *A Peccadora, romance de Paulo Féval*, Lisboa, 1852; *Breve noticia historica da Imprensa Nacional de Lisboa*, vem junto ao Relatorio apresentado ao ministerio do reino em 28 de abril de 1855 pelo administrador geral Firmo Augusto Pereira Marcos, Lisboa, 1856; *Universal exhibition of 1862: The National Printing Office and its products*; *Historical and statistical eclaircissements, by an employe in that establishment*, etc., exposição universal de 1862: A Imprensa Nacional e os seus productos; esclarecimentos historicos e estatisticos, por um empregado d'este estabelecimento, Lisboa, 1862; D'este opusculo, impresso com o maior esmero, tiraram-se alguns exemplares em papel velino, com as paginas guarnecidas de vinhetas. Foi distribuido em Londres, e em brindes ás redacções de diversos jornaes, etc.; *Esclarecimentos ácêrca da Imprensa Nacional de Lisboa, e dos productos que apresenta na exposição internacional portugueza de 1865*, Lisboa, 1865. Tambem se não pôz á venda, sendo distribuido como o aconselhavam o titulo, e os intuitos com que fôra redigido; *Notice abrégée de l'Imprimerie Nationale de Lisbonne*, etc; breve noticia da Imprensa Nacional de Lisboa, seguida da relação dos objectos que apresentou na exposição Universal de Paris em 1867, por um empregado d'aquelle estabelecimento, Lisboa, 1867; este opusculo estampado nas duas linguas com perfeição que parece inexcedivel, não foi tambem posto á venda. A maior parte dos exemplares fôram enviados para Paris, acompanhando os productos remettidos á exposição, e os restantes distribuidos em Lisboa em brindes ás redacções da imprensa periodica, ou a pessoas que a administração superior d'aquelle estabelecimento julgou dever considerar. Do mesmo se fez nova e muito accrescentada edição em 1869, pelas razões expendidas na advertencia preliminar, e sendo da mesma sorte o texto portuguez acompanhado da versão franceza; *Imprensa Nacional de Lisboa*; *brevissimas informações e catalogo dos productos expostos*, Lisboa, 1868. Este pequeno trabalho foi elaborado em obsequio dos typographos e curiosos, que desejassem visitar a exposição dos productos da Imprensa Nacional, realisada por iniciativa da Associação Typographica Lisbonense, na sala das suas sessões. Pelos serviços que prestara, já no exercicio de diversos cargos, já como simples socio, por occasião da referida exposição, foi Pereira e Sousa, em sessão da assembléa geral de 11 de março de 1869, votado unanimemente socio benemerito da mencionada associação, o que lhe communicou em officio de 13 de março do mesmo anno; *Relatorio e contas do Conselho administrativo da caixa de soccorros da Imprensa Nacional no decimo terceiro anno da sua existencia, apresentado á Assembléa Geral na sessão de 30 de janeiro de 1859*, Lisboa, 18 9; idem nos annos de 1860 a 1869.

**Pereira e Sousa** *(Francisco Joaquim)*. Conservador da Bibliotheca Nacional e advogado de provisão. Nasceu em Lisboa em dezembro de 1782, onde tambem falleceu a 15 de julho de 1851. Era filho do jurisconsulto Joaquim José Caetano Pereira de Sousa, e de sua mulher D. Josepha Joaquina de Lima. Querem uns que fôsse bacharel formado em Leis, ao passo que outros lhe negam essa graduação. O cargo de conservador da Bibliotheca exerceu-o desde 1834 até á data do fallecimento. Escreveu: *Tratado sobre a Aposentadoria; a que se juntam as leis respectivas*, Lisboa, 1818. Coordenou e mandou imprimir o *Appendice ás primeiras linhas de Direito Civil* de seu pae, publicado em 1828, 4 tomos; e egualmente o *Esboço do Diccionario juridico*, do mesmo, publicado em 1829. Ajuntou com incansavel curiosidade uma das mais completas collecções da Legislação portugueza, que até então se vira reunida em mão de algum individuo particular.

**Pereira de Sousa** *(Ignacio)*. Fidalgo da Casa Real, cavalleiro da ordem de Christo, procurador geral da Corôa, desembargador dos Aggravos, nomeado em 1668, procurador da Casa do Infantado, deputado do tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens. N. em Lisboa, onde tambem fal. em 1676. Escreveu a seguinte obra: *Tractatus de revisionibus*, Lisboa, 1672.

**Pereira e Sousa** *(Joaquim José Caetano)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, advogado na Casa da Supplicação, etc. N. em Lisboa a 3 de fevereiro de 1756, onde tambem fal. a 17 de outubro de 1819. Era filho de José Caetano Pereira, e de D. Luiza Bernarda Joaquina de Sousa. Aos 9 annos de edade começou os estudos nas aulas menores, d'onde passou a cursar os secundarios. Depois de ter aprendido grammatica latina com o professor Manuel Estevens Telles, e rhetorica com o professor Pedro José da Fonseca, foi matricular se na Universidade de Coimbra, em outubro de 1769, tendo então 13 annos Em 1779 aprendeu Logica com o professor Fr. José Mayne, na aula do convento de Jesus, e em 1771 aprendeu a lingua grega com o professor P. Custodio José de Oliveira. Quando chegou aos 16 annos compoz uma egloga pastoril com o titulo de *Filinto e Anarda*; em outu-

bro de 1772 começou de novo o curso juridico, segundo os novos estatutos da Universidade, e tomou o grau de bacharel em 24 de maio de 1776, presidindo ao acto o dr. Alexandre de Abreu Correia. Fez a sua formatura em 17 de junho de 1777, tendo sido em todos os exames approvado *nemine discrepante*. Em 14 de julho de 1778 leu no Desembargo do Paço, obtendo então a melhor classificação, isto é, *muito bom por todos*. Em 1780 entrou na carreira da advocacia. Em 29 de novembro d'este anno casou com sua prima D. Josepha Joaquina de Lima, filha de Antonio Caetano de Sousa e de D. Maria dos Anjos. Havia já dois annos que advogava, quando o cardeal regedor mandou lavrar a favor de Sousa Pereira uma portaria para advogar na Casa da Supplicação. Em 1783, entrando no concurso aberto por ordem do chanceller Bartholomeu José Nunes Cardoso Marques Geraldes, que servia de regedor, recebeu d'elle uma nova portaria para advogar emquanto durasse o mesmo concurso. Pereira de Sousa cultivava tambem os estudos de philologia e bellas letras, dedicando-se egualmente á poesia. Foi um amigo particular de Francisco Manuel do Nascimento, *Filinto Elysio*, e com elle entreteve correspondencia, ainda depois do poeta ter emigrado para França. Reuniu uma copiosa livraria, abundante de obras de Direito, e de autores classicos portuguezes. Escreveu: *Primeiras linhas sobre o processo criminal*, Lisboa, 1785; este pequeno opusculo trazia no frontispicio d'esta primeira edição as iniciaes J. J. C. P. e S., saiu consideravelmente augmentada em segunda edição, com o nome do autor, Lisboa, 1800; *terceira edição mais augmentada que as anteriores*, Lisboa, 1806; segue-se o *Repertorio dos logares das leis extravagantes, alvarás*, etc.; appareceu depois nova *terceira edição*, Lisboa, 1820, com um indice alphabetico; a *quarta edição* é quasi egual á terceira, e tem a data de 1827; em 1831 fizeram nova quarta edição. Todas as edições posthumas fôram dirigidas e preparadas pelo filho do autor, Francisco Joaquim Pereira e Sousa (V. *este nome*); *Classes dos crimes*, Lisboa, 1803; *segunda edição emendada e accrescentada*, Lisboa, 1816; terceira edição com o titulo seguinte: *Classes dos crimes por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual*, etc., Lisboa, 1830. A respeito d'esta obra, é muito interessante a explicação que se depara n'um manuscripto attribuido ao illustre jurisconsulto, a qual transcrevemos do vol. XII do *Diccionario Bibliographico:* «Esta obra tendo sido apresentada em manuscripto ao desembargador do Paço José Joaquim Vieira Godinho, e já depois das licenças do Santo Officio e da censura do censor regio José Antonio de Miranda, que a approvou, aquelle desembargador a levou para sua casa por mero despotismo, e demorando-a lá muito tempo, convocou depois por uma carta ao autor, afim de conferenciar com elle sobre a mesma obra, e nas conferencias, que se realisaram, queria obrigar me a que eu na minha obra seguisse o methodo de distribuição das classes dos crimes que elle puzesse no seu conceito, ou que então o convencesse da melhoria do meu methodo (cousa incrivel!), mas conseguindo por fim de muitas diligencias, que demittisse de si o manuscripto, e que elle, enfadado, m'o remettesse a minha casa; recorri a Sua Alteza, pelo patrocinio do secretario de estado dos negocios da fazenda e presidente do real erario, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que em nome do mesmo augusto senhor expediu aviso ao desembargador Domingos Monteiro de Albuquerque e Amaral, para informar sobre o merecimento da obra, e informando este ministro com elogio e até com a lembrança de que Sua Alteza devia despachar-me para um logar de letras, idéa que o mesmo secretario de estado me propoz, e que eu não acceitei porque me não convinha. Baixou depois outro aviso, concedendo licença para se imprimir a obra, e assim que foi impressa, o mesmo secretario de estado me propôz que eu devia ir offerecer um exemplar ao principe, e agradecer lhe a faculdade da licença, o que fiz, ajustando elle comigo de ir eu para aquelle fim a Queluz, em occasião que elle fôsse a conferencia e despacho, e teve a bondade de me avisar por uma carta, que conservo. Sua Alteza Real me admittiu a uma audiencia particular, me acolheu benignamente, e me fez muitas perguntas soltas, ao que respondi succintamente, e entre ellas, se eu nunca havia pretendido empregar-me na magistratura? Fez me a honra de acceitar os exemplares que lhe offereci, e depois me retirei sem lhe pedir mercê alguma, porque na verdade, não sabia o que havia de pedir-lhe. Isto passou-se como se vê, no anno de 1803; mas em 13 de maio do anno seguinte (1804), dia do anniversario do principe regente, fui agraciado com o habito de Christo, sendo depois armado cavalleiro na real egreja da collegiada de Nossa Senhora da Conceição dos freires da ordem militar de Christo, por meu cunhado João da Silva Moreira Paizinho, servindo de adjuntos meu tio José Thomaz de Aquino e Sousa, e o dr. José Pereira da Cruz, aos 2 de agosto de 1804, professando no mesmo dia na egreja do convento de Nossa Senhora da Luz, suburbios Lisboa.» Por ter seu tio, Francisco Caetano Pereira, renunciado n'elle o officio de escrivão do crime do bairro d'Alfama, com a obrigação de dar a pensão mensal de 9$600 réis a sua tia D. Joaquina Amalia, e obtendo depois a mercê d'esse officio, Pereira e Sousa encartou-se, pondo ahi em exercicio um serventuario. Em 1819, D. João VI deu-lhe os cinco officios de escrivão do geral e notas da camara e juros da villa de Arruda, em que encartou e em seguida os arrendou. Esta mercê era em compensação do officio de guarda de numero dos armazens da porta da alfandega, que lhe pertencia por ter sido do seu avô materno Manuel Ribeiro, mas o havia alcançado Domingos Teixeira Lima, com subrepção, pois occultara que do proprietario do officio ficára um neto, que fôra contemplado por aviso regio de novembro de 1795. Para que pudesse desenvolver melhor as suas obras, em que *louvavelmente se empregara* (textual), por aviso de 4 de agosto de 181', se determinou ao visconde de Balsemão, guarda mór da Torre do Tombo, que mandasse patentear a Pereira e Sousa, sem reserva, tudo quanto elle julgasse conveniente para a continuação dos seus trabalhos. N'um predio que possuia, installou um museu, que comprára no espolio do abbade Garnier, copioso em conchas e mineraes. Escreveu: *Primeiras linhas sobre o processo civil*, Lisboa, tomo I, 1810; tomos II, III e IV, 1813-1814; *Segunda edição, correcta e augmentada*, Lisboa, 1819-1820; *Terceira*, Lisboa, 1825; *Quarta*, Lisboa,

1834; *Quinta*, 1849-1850; *Nova edição* (parece que deve ser a sexta), Lisboa, 1863; outra *Nova edição* (setima), Coimbra, 1872-1873; *Appendice ás primeiras linhas*, etc. (a começar no anno de 1362, reinado de D. Diniz, e a findar no de 1753, reinado de D. José), foi impresso em Lisboa, tomo I e II, 1824; tomo III, 1828; tomo IV, 1829; *Esboço de um Diccionario juridico, theorico e pratico, remissivo ás leis compiladas e extravagantes*, Lisboa, 1825 1827, 3 tomos; *Ecloga pastoril de Filinto, Anarda e Polidoro*, Lisboa, 1772; *Aventuras de Telemaco, traduzidas em verso portuguez, a que se ajuntam algumas notas mythologicas e allegoricas para intelligencia do poema, dedicadas ao ser.mo Principe do Brazil*, Lisboa, 1788, 2 tomos; *Grammaire française et portugaise, contenant une methode facile pour apprendre le portugais*, Lisbonne, 1807; publicada anonyma no tempo em que os francezes estavam senhores de Portugal, a cuja dominação parece que Pereira e Sousa se mostrava algum tanto affeiçoado; *Allegação de defeza a favor do réo Domingos dos Santos Moraes Sarmento, accusado do crime de fabricar apolices de papel moeda falsas;* foi publicada muito posteriormente na *Gazeta dos Tribunaes*; *Noções sobre a orthographia portugueza*, Lisboa, 1807; *Ode á restauração de Portugal*, Lisboa, 1808; *A experiencia da amizade, conto moral de Marmontel, traduzido por J. J. C. P. e S., obra posthuma*, Lisboa, 18 5; *Diccionario de epithetos e phrases poeticas, extrahidos dos nossos melhores poetas*, manuscripto.

**Pereira Susã** V. *Pereira Jusan.*

**Pereira Tavares** *(José Daniel da Silva).* Moço fidalgo da Casa Real, cirurgião-medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. no Fundão em 1846, fal em Lisboa a 2 de outubro de 1906. Era filho de José Daniel da Silva Pereira, e de sua mulher D. Maria José Tavares. Concluiu o curso de Medicina, em 18 8, defendendo these a 22 de julho Dedicou-se depois ao systema da homeopathia, mas havia muitos annos que deixara a clinica. A sua these publicou-a em 1868, a qual tem por titulo: *Estudo sobre as differentes manifestações da carbunculose* Em 1891, estando no poder o ministerio presidido pelo conselheiro José Dias Ferreira, foi-lhe concedida a carta de conselheiro. Era abastado proprietario e possuia a commenda da ordem hespanhola de Izabel a Catholica.

**Pereira de Vasconcellos** *(P. Manuel de Macedo).* Padre da Congregação do Oratorio de S Filippe Nery. N. na Colonia do Sacramento, no Brazil, a 5 de maio de 1726, fal. a 14 de novembro de 1790. Era filho de Manuel Ferreira de Sande e de D. Maria Jacinta de Macedo e Vasconcellos. Deixando a patria, veiu para Portugal, e ordenando-se de presbytero, vestiu o habito da Congregação de S. Filippe Nery, de Lisboa, a 2 de fevereiro de 1747. Consta que na mesma congregação fez os seus estudos, e que no hospicio de Nossa Senhora das Necessidades regeu a cadeira de humanidades por algum tempo. Em 1760 deixou a Congregação, passando ao estado de presbytero secular, na occasião em que fôram perseguidos alguns padres oratorianos, por incorrerem no desagrado do marquez de Pombal. Não consta que depois usufruisse algum beneficio ecclesiastico, e parece que tirava o necessario para manter-se do exercicio da predica, em que se tornou notavel, sendo os seus sermões sempre escutados com o maior agrado. Pertenceu á Arcadia Ulyssiponense com o nome de *Lemano*, nos ultimos annos da existencia d'esta associação. Escreveu: *Elogio do P. Francisco Pedroso, da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, confessor do rei fidelissimo D. João V*, Lisboa, 1752; *Elogio de João Frederico, presbytero da Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery*, Lisboa, 1755; *Collocando se a estatua equestre do augustissimo rei D. José, o Magnanimo, no dia felicissimo dos seus annos, ode;* sem designação do logar nem do anno, mas é de 1775; *Elogio funebre, que nas exequias consagradas pelos irmãos da Irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia da Pena á memoria de Fernando Martins Freire de Andrade e Castro, recitou no dia 24 de julho de 1771*, Lisboa, 1771; *Panegyrico, que ao muito alto, muito poderoso rei fidelissimo o sr. D Pedro III consagra no dia dos seus annos*, etc., Lisboa, 1777. Estes ultimos discursos andam tambem incluidos na collecção que depois saiu com o titulo: *Orações sacras, dedicadas ao muito excellente principe o ex.mo sr. D. Francisco de Lemos de Faria, bispo-conde de Arganil*, Lisboa, tomo, I, 1785; tomo II, 1787; tomo III, 1788; *Sermão verdadeiro no desaggravo do Sacramento; prégado na presença de Suas Majestades e Altezas, na real capella de Nossa Senhora d'Ajuda em 1779*, etc., Lisboa, 1791; foi publicado posthumo; *Ode á cantora italiana Zamperini;* no vol. VI do *Ramalhete*, 1813, a pag. 315, onde vem egualmente toda a contenda poetica que deu causa a esta composição; *Satyra em resposta ao dr. Domingos Monteiro*, no *Ramalhete*, vol. VI, pag. 324; *Epistola ao doutor Antonio Diniz da Cruz e Silva;* impressa no tomo IV das *Poesias* de Diniz, com uma resposta d'este a pag. 57 e seguintes; tambem saiu no *Ramalhete*, já citado, pag. 346; *Oração gratulatoria pela continuação da vida do ill.mo e ex.mo sr. conde de Oeiras*, Lisboa, 1769.

**Pereira da Veiga.** Pov. na freg. de S. Pedro de Agostem, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

**Pereira Xavier** *(Antonio)* Mestre em Artes e professor de Grammatica em Lisboa. Escreveu: *Arte de Grammatica Latina, composta e offerecida ao ill.mo e ex.mo sr. José de Seabra da Silva*, etc., Lisboa, 1773; outras edições em 1778 e 1784; *Nova explicação da Sintaxe Latina de concordancia e regencia*, Lisboa, 1788

**Pereira Zagallo** *(Antonio).* Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Ovar a 6 de janeiro de 1789, fal. em Lamego a 22 de janeiro de 1863. Era filho de João Pereira Zagallo. Matriculaudo se na Uniiversidade, tomou o grau de bacharel a 30 de junho de 1817, doutorando se a 30 de junho de 1818. No anno de 1819 foi estabelecer-se em Lamego, onde era muito apreciado como medico e estimado. Durante o tempo de estudante dedicou-se á poesia, publicando muitas das suas producções no *Jornal de Coimbra*; em Lamego, continuou os seus trabalhos poeticos Escreveu: *Ode a D. Fr. Joaquim de Santa Clara, em applauso da sua eleição para arcebispo de Evora;* no tomo VII, do *Jornal de Coimbra*, parte II, pag. 28; *Ode aos annos do Principe Regente em 13 de Maio de 1814*, no mesmo tomo, pag. 291; *Ode á Paz*, idem, pag. 291; *Soneto por occasião da queda de Bonaparte*, idem,

297; *Odes* (duas) *por occasião da entrada em Coimbra do Bispo-Conde Reformador Reitor, regressado de França*, no tomo V, pag. 367 a 371; *Ode ao sr. Antonio José Cabral de Mello, provedor de Aveiro*, no tomo IX; *Elogio na benção das bandeiras do Batalhão de caçadores n.º 11*, no tomo VIII, pag. 28'; *As Catacumbas de Roma, episodio traduzido da «Imaginação» de Delille*, no mesmo tomo; *A Vaccina, poema didactico*; no n.º I, parte I, de pag. 97 a 115; este poema vem anonymo; *Conspiração dos Pazzis, tragedia traduzida do italiano de Alfieri*, em verso, Porto, 1838; *Tiberio, tragedia em 5 actos de Chénier, traduzida*, Porto, 1848.

**Pereirada.** Pov. na freg. de S. Mamede, de Guizande, concelho da Feira, distr. de Aveiro.

**Pereiral.** Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Parada do Monte, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Pereiras.** Povoações nas freguezias: O Salvador, de Rezende, concelho de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. João Baptista, de Almansil, conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Eulalia de Barrosas, conc. da Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª das Neves, de Bella, concelho de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Bodiosa, conc. e distr. de Vizeu. || S. Gens, de Boelhe, conc. de Penafiel, districto do Porto. || S. Pedro, de Maximinos, conc. e distr. do Braga. || S. Pedro, de Cahide de Rei, conc. da Louzada, distr. do Porto. || S. Christovão, de Caranguejeira, conc. e distr. de Leiria. || O Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Gallegos, concelho de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Paio, de Moreira de Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro. || N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Refoios de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Soajo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, districto de Vianna do Castello. || Santo Adrião e conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Villar das Almas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Pereirinha.** Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Julião, de Mourouho, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

**Pereirinhas.** Pov. na freg. de S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro.

**Pereirinho.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Gulpilhares, concelho de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

**Pereiro.** Pov. e freg. do Espirito Santo da prov. do Algarve, conc. de Alcoutim, com. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 259 fog. e 917 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. A pov. dista 11 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem esquerda da ribeira Foupana, na estrada de Almodovar a Alcoutim. O primitivo orago d'esta freg. era o Espirito Santo, passou depois a ser S. Marcos, voltando mais tarde ao seu primitivo nome. A mitra apresentava o cura, que tinha 300 alqueires de trigo e 70 de cevada. A egreja matriz é pequena e pobre. A pov. foi couto para pessoas fallidas ou individadas, ás quaes bastava irem assignar termo na camara de Alcoutim, (a cujo acto chamava o povo *sentar praça de burlão*), para não poderem mais ser citados nem demandados por dividas anteriores á sua domiciliação n'esta freguezia, não lhes valia o privilegio para as que as contrahissem depois. Tambem tinha esta freguezia o privilegio de não darem recrutas, mas eram obrigados todos os homens validos a defenderem os pontos militares do Guadiana, fronteiros á freguezia, em tempo de guerra com os castelhanos. O territorio é fertil em cereaes, cria muito gado, fazem-se aqui muito bons queijos. A 25 de abril realisa-se a romaria de S. Marcos, e a feira, a que concorrem muitos hespanhoes e alemtejanos. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 4, com a séde em Faro || Pov. e freg. do Menino Jesus da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bispado da Guarda; 138 fog. e 556 hab. Tem esc. do sexo fem. est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Pinhel a Castello Mendo, a 2 k. da margem direita da ribeira das Cabras. O reitor da freguezia de S. Pedro, de Pinhel, apresentava o cura, que tinha 7$000 rs. e o pé d'altar. Esta freg. está ha muitos annos annexa á de Gamellas, que tinha por orago S. Sebastião. Era tambem da apresentação do reitor de S. Pedro, de Pinhel, e o parocho tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. Por esta annexação se dava vulgarmente á povoação o nome de *Pereiro e Gamellas*, mas hoje é só conhecida por *Pereiro*. O territorio é bastante penhascoso, só produz em abundancia trigo e centeio, do mais pouco produz. Tem muita caça miuda, e cria muito gado, principalmente carneiros e ovelhas. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Tabuaço, distr. e bisp. de Vizeu; 78 fog. e 331 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem direita do rio Tavora. Foi villa, e teve foral dado por el-rei D. Manuel, em Evora, a 15 de novembro de 1519. E' fertil em generos agricolas, caça e gado. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao districto de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Fazendo parte do conc. de S. João da Pesqueira, foi annexada á de Tabuaço, a que já havia pertencido, por decreto de 7 de setembro de 1895. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbedim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Aborim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Aréga, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || N. S.ª da

Graça, de Arcias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem || S. Gens e conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || S. Mamede, de Argeriz, conc. de Vaipaços, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Avellãs de Cima, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Paio, de Azões, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena, de Bemposta, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real. || S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem. || S. Cosme, de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Santa Maria, de Labrujó, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Miguel, de Messegães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S, Miguel, de Milheirós de Poiares, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, concelho de Olhão, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Montaria, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Oliveira, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel de Palhacana, conc. de Alemquer, distr. do Lisboa. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr de Aveiro. || S. Bartholomeu, de Povoa de Agrações, conc. de Chaves, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Riba de Moiro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Sapardos, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || Santa Martha, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, concelho de Louzã, distr. de Coimbra. || S. Martinho, S. Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto. || S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Touraes, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Santa Maria, de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Valladares, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, districto de Castello Branco. || Santo André, de Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Villa Franca, conc. e districto de Vianna do Castello. || N. S.ª da Expectação, de Villar, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Villar de Murteda, conc. e distr. de Vianna do Castello || S. Marcos, de Calhandriz, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Evora de Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Serra do districto da Guarda. Está situada ao S da villa de Guilheiro, em direcção NNE a SSO; tem 10 k. de comprimento, 3 de largura e 971 m. d'altura.

**Pereiro d'Além.** Pov. na freg. de Santo André de Poiares, conc. de Poiares, districto de Coimbra.

**Pereiro Alto e Pereirinho.** Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc de Silves, distr. de Faro.

**Pereiro de Baixo e de Cima** Povoações nas freguezias: Santo André de Poiares, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Raiva, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

**Pereiro Cimeiro e Pereiro Fundeiro.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Mação, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, districto de Castello Branco.

**Pereirò.** Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Cabril, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. Paio, de Carvalhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Ramalde, 2.º bairro do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

**Pereirões.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

**Pereiros.** Pov. e freg. de Santo Amaro, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazêda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 190 fog. e 775 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est post. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Tua. Foi commenda da ordem de Malta, gozando dos grandes privilegios dos caseiros de Malta. O commendador d'esta ordem, da villa de Poiares, apresentava o vigario, que tinha 80$000 rs. e o pé d'altar. A terra é muito fertil; cria muito gado, e tem muita caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª divisão mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg. do Salvador, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 82 fog. e 289 hab. Tem correio com serviço de posta rural. A pov. dista 12 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Torto. Os quatro abbades da villa de S. João da Pesqueira apresentavam simultaneamente o cura, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil, cria gado, tem caça, e peixe do rio Douro, que lhe fica proximo. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Carviçaes, conc. da Torre de Moncorvo, distr. de Bragança. || Santo Estevão, de Castello Viegas, conc. e distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Santa Marinha, de Cortegaça, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Guardizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria de Egreja Nova, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Infesta, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Marcos da Serra, conc. de Silves, distr. de Faro. || Santa Maria Magdalena, de Rebordainhos, conc. e distr. de Bragança. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª do Rosario, de Rosario, conc. de Alandroal, districto de Evora.

**Perejal.** Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª da Saude, de Arrifes, conc. e distr. de Ponta Delgada.

**Perelhão** *(Casal do)*. Na freg de S. Vicente e conc. do Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

**Perencia**. Nome que deram a *Valença do Douro* n'um aforamento feito pelo mosteiro de S. Pedro das Aguias em 1269, povoando-a de novo, e repartindo-a em 24 casaes ou courellas. Uma horrivel epidemia que se declarou n'aquella villa, e que lhe victimou a maior parte dos seus habitantes, lhe grangeou aquelle nome fatal e de mau agouro. *Perencia*, no antigo portuguez, significava *mortandade*.

**Peres**. Familia oriunda de Hespanha, cujas armas são: Em campo vermelho uma cruz de ouro entre quatro flôres de liz do mesmo metal, com um chefe de agua tocado de prata; orla de ouro carregada de oito aspas de vermelho; timbre uma aspa de ouro e sobre ella uma flôr de liz de vermelho.

**Peres** *(Abril)*. Fidalgo do tempo de D. Sancho II, senhor de Lumiares e possuidor de grande influencia. Por causa de rivalidades de valimento foi um dos mais encarniçados inimigos que se levantaram contra elle juntamente com o seu parente D. Rodrigo Sanches. No primeiro combate, em que entraram contra as tropas do rei, fôram vencidos e mortos.

**Peres** *(Antonio)*. Medico que viveu no seculo XVI e exerceu a sua profissão em Hespanha, onde foi cirurgião-mór do rei. Deixou publicada uma obra com o titulo de *Summa y examen de cirurgia*, que se imprimiu pela primeira vez em 1575, e da qual se fizeram depois varias edições.

**Peres** (*P. Caetano João*). Presbytero e conego da sé primacial de Gôa, sendo tambem vigario geral e governador do arcebispado, nomeado em 26 de maio de 1859 por D. Antonio Trindade, arcebispo de Gôa. Tomou posse em 19 de julho. N. em Margão a 12 de fevereiro de 1806, e fal. a 24 de janeiro de 1860. Foi cavalleiro da ordem de Christo, e um zeloso propugnador dos direitos do padroado portuguez na India. Depois de tomar as ordens sacras, manifestando uma certa vocação litteraria, foi empregado em 1837 como redactor do *Boletim do Governo*, logar que exerceu ainda em 1838. Collaborou em Bombaim n'um jornal portuguez chamado *Abelha*. Ha artigos seus no *Investigador* e no *Observador* de Gôa, mas o que o tornou verdadeiramente distincto foi a campanha que empreheudeu a favor do padroado portuguez no Oriente no *Jornal da Santa Egreja Lusitana do Oriente*, jornal que redigiu desde 1844 até 1849. Escreveu: *Almanach de Gôa para o anno bissexto de 1840, com varias noticias historicas, civis, politicas, e outras noções uteis a todo o genero de pessoas*, Bombaim, 1839; contém tambem varios mappas e tabellas, etc. Para a biographia d'este prelado veja-se *Oriente illustrado*, de Torres e Dias, vol. I pag. 123, Bastorá, 1899.

**Peres** (*David*). Celebre mestre compositor italiano, que passou a ultima parte da sua vida em Portugal, onde foi mestre da capella real. N. em Napoles em 1711, fal. em Lisboa em 1779. Era filho de paes hespanhoes. Estudou violino com Antonio Gallo, um dos melhores violinos italianos na sua epoca, e contraponto com Francisco Mancini, mestre no conservatorio do Loreto. David Peres foi um dos bons discipulos da celebre escola napolitana, que produziu Pergolése, Jomelli, Duni, Piccini, e tantos outros compositores celebres, e onde tambem aprenderam alguns dos nossos musicos. Saindo do conservatorio, David Peres não foi, segundo o uso, percorrer a Italia; partiu para a Sicilia, e ali exerceu as funcções de mestre da capella da cathedral de Palermo. Os seus primeiros cantos fôram offerecidos aos sicilianos, e as suas primeiras operas; *Eroismo di Scipione*, *Astartea*, *Medéa* e *Isola incantata*, cantaram se em Palermo, capital da Sicilia. Em 1749 voltou a Napoles, depois de 10 annos de ausencia, e não tardou a apresentar a opera *La Clemenza di Tito*, que teve um exito enthusiastico. Os seus patricios reconheceram no seu estylo o dos grandes mestres da escola patria, o que lhe proporcionou a maior fama. Chamaram n'o de Roma, e ali, no grande theatro, fez cantar as operas *Semiramide e Fanace*, obtendo em ambas um triumpho enthusiastico. Visitou outras cidades de Italia, compondo successivamente as operas *Didone abandonata*, *Zenobia* e *Alessandro nelle Indie*. Em 1752, estando em Milão, foi convidado para vir a Portugal, por el-rei D. José que tinha um verdadeiro enthusiasmo pela musica. O monarcha o contratou para mestre de seus filhos e compositor da côrte. Antecipadamente, David Peres havia mandado para Lisboa uma sua partitura, que existe autographa na Bibliotheca Real da Ajuda e tem a data de 1751; é uma cantata a duas vozes e orchestra. Logo no carnaval de 1752 fez cantar no theatro da côrte a opera *Demofoonte* executada por cantores italianos, que foi a sua estreia em Portugal, e seguidamente *Adriano in Siria* e *Il Siroe;* esta ultima cantou-se no outono do mesmo anno. Em 1753 executou-se no citado theatro o *Artaserse* e *L'Eroe cinese*, e no theatro regio de Salvaterra cantou-se *Didone abandonata*. Andava então a construir-se o grandioso theatro no Paço da Ribeira, e emquanto se não concluiu, realisou se a ultima representação no antigo theatro, armado na Casa da India, cantando-se a opera *Ipermestra*, de David Peres, para festejar os annos da rainha D. Marianna Victoria, mulher de D. José, em 31 de março de 1754. No mesmo dia, no anno seguinte, 1755, houve a inauguração do novo theatro destinado ás representações das operas, sumptuoso edificio que sete mezes depois o terremoto de 1 de novembro destruiu completamente. Essa inauguração realisou-se com extraordinaria magnificencia, cantando-se a opera de David Peres, já citada, *Alessandro nelle Indie*. Cyrillo Machado, nas suas *Memorias*, para dar uma idéa da grandeza do theatro e do luxo da representação, diz que tomou parte no espectaculo um corpo de 400 homens de cavallaria figurando uma phalange de macedonios. David Peres residia no sitio da Ajuda, onde o terremoto foi menos sensivel, e por isso nada soffreu, nem fugiu horrorisado como outros seus compatriotas. Em 1756 fez cantar no theatro de Salvaterra a sua opera *Siroe*, em 1757 o *Solimano*, em 1759 *Enea in Italia;* seguidamente deram se n'este theatro e nos de Queluz e Ajuda as seguintes obras theatraes: *La vera felicità*, 1761; *Demetrio*, 1765; *L'Isola desabitata*, 1767; *Solimano*, 1768; *Creusa in Delfo*, 1774; *Il ritorno di Ulisse*, no mesmo anno. Quando se inaugurou a estatua de D. José, no Terreiro do Paço, em 1775, realisa-

ram se sumptuosas festas cuja parte musical foi dirigida por David Peres; essa parte consistiu n'uma serenata, que se cantou na chamada Casa do Sello, na alfandega, em 7 de junho. No theatro da Rua dos Condes tambem se cantaram algumas operas do apreciado maestro italiano, que elle mesmo ensaiava e dirigia gratuitamente, segundo consta d'uma collecção de manuscriptos relativos a este theatro, que existem na Bibliotheca Nacional. Por esse tempo haviam começado a brilhar n'aquelle theatro a depois celebre cantora Luiza Todi, com suas irmãs Cecilia e Izabel, as quaes receberam o ensinamento do maestro David Peres, que se interessou principalmente por Luiza, fazendo d'ella a primorosa cantora admirada na Europa. Na sua qualidade de mestre da capella real, escreveu grande quantidade de musica religiosa. Na Bibliotheca d'Ajuda existem as partituras autographas de duas missas a oito vozes reaes (harmonia a oito partes reaes), que são bellissimos specimens de sciencia musical e de estylo religioso d'aquella epoca. Uma d'ellas tem a indicação: *Per la Reale Capella della Bemposta*, 1776 Além d'estas missas, ha na mesma bibliotheca um motete a cinco vozes, com a mesma indicação e a data de 1772. No archivo da Sé Patriarchal ha muitas obras sacras de David Peres, entre as quaes se encontra a partitura autographa d'um *Te-Deum* a oito vozes, orgão, clarins, trompas, violoncello e contrabaixo, escripto expressamente para a acclamação da rainha D. Maria I. Nas suas muitas composições encontram-se responsorios para quarta, quinta e sexta feira santas, miserere, lamentações, matinas da Epiphania, e os officios de defuntos que em 1774 se imprimiram em Londres com este titulo: *Mathutini de Morti*, composto per commando di Sua Magesta Fidelissima Don Guiseppe 1.° dal Sigr. David Perez Maestro di Capella dell istessa M. F. Maestro di Camera delle loro Alteze Reali La Principessa del Brazile, ed Infante di Portogallo, Londra. Esta obra foi impressa com o producto d'uma subscripção promovida entre diversas pessoas importantes, cujos nomes veem inscriptos nas tres primeiras paginas; entre esses nomes figuram muitos inglezes. Toda a musica religiosa de David Peres foi vulgarissima em Portugal durante muitos annos. A sua influencia no Seminario Patriarchal tambem foi grande; senão desempenhou ali com actividade as funcções de professor, dirigiu pelo menos o ensino e escreveu para esse fim uma collecção de solfejos e outra de baixos cifrados, para o estudo pratico da harmonia, denominados *Solfejos de acompanhamento*. Escreveu tambem uma collecção de 27 solfejos a duas vozes, 12 dos quaes fazem parte da collecção intitulada *Solfejos de Italia*, impressa em Paris. Fétis affirma que David Peres cegou na velhice, e que falleceu em 1778, mas esta data não é verdadeira, pois existe um documento impresso, que dá a sua morte em 1779, conforme escrevemos. O documento é a oração funebre pronunciada nas exequias de David Peres, que foi impressa em 1779, e tem o titulo seguinte: «Nelle funebre pompe del Signor Arci maestro in Musica David Peres Maestro di Camera di S. R. M Fidelissima felicemente regnante orazione. Tributo d'ossequio di Fra Salvadore Maria da Vercelli Predicatore, e Missionario Apostolico Cappuccino d'ella Provincia del Piemonte. Lisbona. N'ella Stamperia Reale. Anno MDCCLXXIX.» No anno de 1777, comtudo, ainda David Peres conservava a vista, pois que dirigiu o *Te Deum* que compoz e executou na acclamação de D. Maria I, que se realisou em 13 de maio d'aquelle anno, confórme dissémos. David Peres exerceu uma grande influencia nos nossos compositores que floresceram nos fins do seculo XVIII e principios do XIX. Em todos elles, incluindo o proprio Marcos Portugal, se encontram vestigios d'esta influencia. Era tambem muito venerado na corporação dos musicos; a sua assignatura está firmada, com a data de 28 de setembro de 1756, no livro de entradas da irmandade de Santa Cecilia, renovado n'esse anno, em consequencia de se ter perdido o primitivo por occasião do terremoto. As partituras das suas operas, que se cantaram em Lisboa, guardam se todas ainda na Bibliotheca d'Ajuda, e mais as duas seguintes composições de sala: «*La pace fra la virtu e la Belleza;* componimento dramatico cantado nella Real Camera, nel felicissimo giorno natalizio di S. M. F. D. Maria I, etc., il di 17 Decembre 1777.» Existem duas partituras eguaes, uma autographa e outra copiada «*L'Amor prigionero;* cantata a due voci di suprano, 1751».

**Peres** *(Gonçalo)*. Commendador de Mertola, quer dizer, chefe da ordem de S. Thiago da Espada. Seguiu o partido de D. Affonso III, e foi um dos primeiros fidalgos que vieram juntar-se-lhe, quando elle chegou a Lisboa para conquistar o reino, mas não o fez sem primeiro alcançar promessa de que lhe seriam reconhecidos como valiosos os donativos que d'el-rei D. Sancho II fizera á ordem.

**Peres** *(Helena)*. Uma das mais famosas heroinas portuguezas, no celebre cêreo de Monsão em 1658. V. *Monsão*.

**Peres** *(Manuel Pereira)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 3 de setembro de 1652, fal. em Gôa em 1698. Era filho de João Peres Barreto e de Francisca Pereira de Lima. Foi juiz de fóra de Palmella e de Alvito, corregedor de Castello Branco, e chanceller da Relação de Gôa. Embarcando para o Oriente em 25 de março de 1692 com o vice-rei da India conde de Villa Verde, chegou a Gôa a 26 de maio de 1693. Compoz um poema em 5 cantos descrevendo a viagem, obra que não chegou a imprimir-se, guardando se o manuscripto original na livraria do marquez de Louriçal no meado do seculo XVIII. Em Gôa tambem desempenhou o logar de secretario de Estado e de juiz do fisco.

**Peres** *(Pedro Nolasco Ferreira)*. Poeta natural de Lisboa, e que vivia pelo meado do seculo XVIII Tendo estudado a faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, passou á Bahia, onde se dedicou á advocacia. Deixou publicado um livro de versos intitulado *Parnaso americano*.

**Peres.** Pov. na freg. de Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Quinta na freg. de S. Thiago, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

**Peres d'Abreu** *(João Antonio)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, antigo empregado na direcção da Companhia Real dos Caminhos de Ferro. Foi collaborador da *Correspondencia de Portugal*, fundada pelo antigo jornalista Filippe de Carvalho. Escreveu:

*Guia pratico da telegraphia, approvado para o serviço da exploração dos caminhos de ferro portuguezes*, Coimbra, 1864; *Roteiro do viajante no continente e nos caminhos de ferro de Portugal em 1865*, Lisboa, 1865; com 1 mappa.

**Peres Alves.** Povoações nas freguezia: N. S.ª do O', de Revelles, conc. de Montemór o-Velho, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Verride, do mesmo conc. e districto.

**Peres de Azevedo** *(Diogo)*. Esteve na India, em 1510, com o governador Affonso d'Albuquerque, acompanhou este no mesmo anno á conquista de Gôa, depois foi nomeado pelo mesmo governador capitão da armada que foi á conquista de Malaca. Em 1525, no tempo de D. Henrique de Menezes, estando em Calicut, tomou parte em differentes combates contra o Samorim.

**Peres Correia** *(Paio)*. As chronicas apocryphas attribuem ao grão mestre da ordem de S. Thiago da Espada um papel legendario, e façanhas que elle não praticou, sumindo ao mesmo tempo na sombra o seu companheiro de armas, e seu emulo em proezas militares, Affonso Peres Farinha. A lenda tem sempre estas predilecções injustas e inexplicaveis. Assim D. Paio Peres Correia passa por ter sido verdadeiramente o conquistador do Algarve. Nada é menos verdadeiro, posto que muito se deva ao seu valor e á sua pericia. Depois das expedições de D. Sancho II, Paio Peres Correia, chefe da ordem, com os seus spatharios, e Affonso Peres Farinha com os seus hospitalarios ficaram, um de um lado, outro de outro, na fronteira meridional do Alemtejo, fazendo aos moiros uma pequena guerra quotidiana, que muito os fatigava. Depois Paio Peres Correia partiu para Castella, onde foi nomeado commendador de Uclés, acompanhou D. Fernando III nas suas guerras contra os musulmanos, e nomeado grão-mestre da ordem em toda a Hespanha, não pensou mais no Algarve, que D. Affonso III acabou de conquistar, sem que Paio Peres Correia, como póde imaginar-se, o auxiliasse n'essa tentativa, porque o grão-mestre de uma ordem importante em toda a Hespanha christã, não podia consagrar o seu tempo a uma pequena expedição. Esta é que é a verdade, tal como resulta das conscienciosas e perspicazes investigações do grande historiador Alexandre Herculano. O vulto de Paio Peres Correia não fica diminuido, pelo contrario, nem Portugal se póde gloriar menos d'esse seu filho, que, se não foi o conquistador do Algarve, teve em compensação a gloria mais alta de ser julgado digno, pelas suas façanhas, de governar essa briosa milicia christã, que em toda a Hespanha fazia aos moiros uma guerra sem tréguas. Paio Peres Correia era natural de Evora, sendo filho de Pero Pires Correia e de D. Dordea Pires de Aguilar. Fal. em 10 de fevereiro de 1275, já muito velho, e jaz sepultado na egreja de Santa Maria de Tudis, que mandára construir.

**Peres Fontanes** *(Joaquim Antonio)*. Organeiro estabelecido em Lisboa durante os fins do seculo XVIII e principios do XIX. Construiu 3 dos 6 bellos orgãos de Mafra, ao mesmo tempo que Machado Cerveira construiu os outros 3. São de Fontanes o da parte da Epistola na capella-mór e um de cada cruzeiro. O do cruzeiro direito tem esta inscripção : «Joaquim Antonio Peres Fontanes o fez em 13 de junho de 1807». Tem bellas vozes, mas não é de muito grande fabrica, como tambem o não são todos os outros companheiros. O do cruzeiro esquerdo é consideravelmente maior, foi apeado para se restaurar no tempo dos frades, mas sobrevindo n'esse tempo a extincção das ordens religiosas, ficou desarmado em deploravel abandono. A inscripção que n'elle se vê, tem a data de 1806. Tambem são de Fontanes os orgãos da Sé, Magdalena e Loreto, similhantes na fabrica aos de Mafra, mas um pouco maiores. Os orgãos de Fontanes são muito similhantes aos de Machado Cerveira, mas este levou-lhes grande vantagem nos frontispicios, muitos dos quaes são verdadeiramente primorosos. Fontanes parece que falleceu pouco antes de 1820. Teve um filho, Antonio Joaquim Fontanes que tambem foi organeiro, occupando-se principalmente em restaurar os orgãos construidos pelo pae. Existem alguns que elle fabricou, sendo um d'elles o da egreja matriz de Oeiras, que tem esta inscripção : «Antonio Joaquim Fontanes o fez em Lisboa, no anno de 1829.»

**Peres de Macedo** *(João)*. Bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, no anno de 1736. Nasceu em Setubal a 8 de março de 1709 ; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Estevão de Frias da Frota, cavalleiro da ordem de Christo, e de Iria Gonçalves de Carvalhal. Foi juiz de fóra de S. Thiago do Cacem e de Sines. Era muito dado á poesia, como mostrou nas suas muitas composições, entre as quaes se notavam um poema a Santo Antonio, chamado *Antonianam Saera* que tinha 1·200 oitavas, outro á Soledade da Virgem, intitulado *Melpomene sacra ;* outro da *Vida e acções de D. João IV*, não se imprimindo nenhuma d'estas composições.

**Peres da Maia** *(João)*. Valente e esforçado cavalleiro do tempo de D. Affonso II, que se distinguiu na pequena guerra que este teve com seu irmão bastardo D. Martim Sanches, que passara para Leão e estava fronteiro de Galliza. Os castelhanos invadiram Portugal, mas fôram batidos n'uma escaramuça junto do convento da Varzea proximo de Barcellos. Só á sua conta João Peres da Maia derrubou sete.

**Peres de Millão** *(José Joaquim da Silva)*. Antigo alumno da Aula do Commercio, que escreveu : *Guia de negociantes e de guarda-livros, ou novo tratado sobre os livros de contas em partidas dobradas*, etc. *composto na lingua franceza por mr. de la Porte, traduzido em vulgar, e offerecido ao ill.mo e ex.mo Sr. D. Thomaz de Lima, grão-cruz da ordem de Christo, ministro e secretario d'estado da repartição de fazenda*, etc ; Lisboa, 1794 ; *Ode feita e offerecida ao ill.mo e ex.mo Sr. D. Thomaz de Lima, marquez de Ponte de Lima*, etc. Lisboa, 1799.

**Peres da Silva** *(Bernardo)*. Governador da India. N. em Neurá, nas ilhas de Gôa, a 15 de outubro de 1775, fal. em Lisboa a 14 de novembro de 1841. Era filho do advogado Thomaz de Villa Nova e de D. Maria Anna Velloso. Tendo perdido seus paes, sendo ainda muito creança e quando ia principiar os estudos, seu tio, o P. Caetano Peres, então prior da egreja de Colluá em Salsete, o levou para a sua companhia, tratando affectuosa e vigilantemente da educação do pobre orphão seu sobrinho. Depois de estudar as primeiras letras, passou a cursar estudos secundarios no seminario de Rachol, n'esse tempo di-

rigido pelos padres italianos de Rilhafolles, que tinham substituido os jesuitas. Bernardo Peres da Silva distinguiu-se muito pela sua applicação nos estudos, especialmente no latim e na philosophia. Concluidos os preparatorios, foi frequentar a Escola Medica, debaixo da direcção do physico-mór da India Antonio José de Miranda. Bernardo Peres da Silva já residia então nas ilhas de Gôa, porque tendo fallecido seu tio, deixara Salsete. Obtendo o grau de licenceado, começou a exercer clinica, e estava servindo no hospital militar quando, tendo vagado na Escola Medica uma cadeira de lente substituto, se apresentou ao concurso, e conseguiu ser nomeado. Casara em 1797, tendo apenas 22 annos de edade, com D. Ignacia da Conceição e Menezes, menina de 13 annos. D'este casamento prematuro resultou, tornar-se pae, ainda muito novo, tendo muitos filhos, dos quaes o mais velho, Thomaz José Peres, já era tenente de artilharia quando seu pae, na força da vida e eleito procurador do povo no municipio de Gôa, teve de sustentar uma lucta pertinaz contra a aristocracia goana, que imaginava que eram patrimonio seus os fundos municipaes. Bernardo Peres da Silva alcançara grande fama de medico muito distincto, e por isso, e com a indole insoffrida que tinha, não pôde acolher de bom grado umas ordens do vice-rei conde de Rio Pardo, que lhe mandava que tratasse os doentes no hospital por um certo systema. Bernardo Peres da Silva recusou-se formalmente a admittir imposições n'esse sentido, e provou, com a autoridade de medicos inglezes de Bombaim, que as prescripções do vice-rei eram absurdas, e assim grangeou o applauso popular e o odio do vice-rei. N'esta occasião chegou á India a noticia da proclamação da Constituição de 1820, e o enthusiasmo do povo indiano não conheceu limites. Quizeram os goanos seguir o exemplo do Porto e de Lisboa, e como o conde Rio Parbo persistisse em resistir a esse movimento e em esperar as ordens do Rio de Janeiro, rebentou em Gôa a insurreição, tendo á frente Bernardo Peres da Silva, que depois de depôr e prender o vice-rei, não quiz acceitar parte no governo. Tambem em 1822, quando chegaram as ordens da metropole para se proceder á eleição de deputados, Bernardo Peres da Silva foi eleito deputado juntamente com o dr. Lima Leitão e Constancio Roque da Costa. Fizera-se essa eleição a 14 de janeiro de 1822, e logo em seguida partiram os deputados para a Europa, mas tiveram a mais tormentosa e extraordinaria viagem. Em Moçambique a junta de fazenda não lhes quiz fazer os adeantamentos que a junta de fazenda da India mandára que na Africa lhes fôssem pagos. Em segundo logar, chegados ao Rio de Janeiro, onde arribaram, ali fôram detidos e presos, porque no Brazil queriam por força que as outras colonias portuguezas adherissem ao movimento de independencia que na America se propagava, e não consentiam por conseguinte que os deputados indianos seguissem no caminho de Lisboa, reconhecendo a como metropole de todas as possessões portuguezas. Afinal puderam seguir viagem, mas foi tão demorada, que chegaram a Lisboa exactamente na occasião do movimento da Villafrancada, quando D. João VI dera, ou antes, quando em nome de D. João VI se dera o golpe de Estado de 1823, dissolvendo as côrtes e voltando a estabelecer em Portugal o regimen monarchico absoluto. Bernardo Peres da Silva resignou-se, e como o governo que succedera á reacção da Villafrancada saíra afinal de contas menos ferranhamente reaccionario de que decerto se desejariam os promotores d'esse movimento, Bernardo Peres da Silva obteve ser nomeado intendente geral da agricultura na India. Para ali partiu, havendo especial recommendação do governo para que fôsse bem vigiado, por serem conhecidas as suas tendencias liberaes. Tão bem o vigiaram que nem lhe quizeram dar posse, e o tal cargo nunca o chegou a exercer, luctando por isso com serias difficuldades, porque tinha uma familia numerosa e os seus recursos eram insignificantes, principalmente na occasião em que a sua ida á Europa lhe déra decerto um profundo golpe na sua clinica. Nenhuma d'estas circumstancias, porém, conseguiu abalar a sua energia, e continuou a fazer ao governo a opposição que podia, até que em 1827 chegou de novo a Gôa a noticia do estar proclamado na metropole um governo liberal, e ordem para se proceder á eleição de deputados. Pela nova lei os estados da India elegiam um só deputado, e n'essa occasião o candidato pelo circulo da India era o proprio governador, o que ainda então era permittido. Pois apezar d'isso, o eleito foi Bernardo Peres da Silva, que de novo voltou á Europa, e que de novo por uma singular fatalidade, ao chegar a Lisboa em 1828, encontrou as côrtes dissolvidas e D. Miguel a governar despoticamente. Se da outra vez protestou, d'esta é que nem teve tempo de protestar. Apenas desembarcou e soube do que se passava, tratou logo de se esconder, porque não podia apresentar-se com o seu titulo de deputado liberal da India portugueza. Homisiou-se, portanto, n'umas aguas furtadas, e assim escapou á prisão e ás visitas domiciliarias. Depois emigrou para Inglaterra, foi para Plymouth, e sabendo ali, que na reunião dos tres Estados, convocada por D. Miguel, apparecera um fr. Joaquim de Carvalho á dizer-se representante de Gôa, acudiu logo a protestar n'um manifesto, dizendo que o unico representante de Gôa era elle, que o tal fr. Joaquim de Carvalho, que estava havia tempos em Lisboa a cuidar de demandas e de outras questões particulares, nem era representante de Gôa, nem o podia ser, porque n'essa occasião nem por sombras podia haver noticia na India da convocação dos Tres Estados. Este protesto foi mandado publicar e espalhar nos differentes paizes pelo governo constitucional. De Plymouth passou ao Rio de Janeiro, onde, para viver ensinou primeiras letras, dividindo o pouquissimo que ganhava com a sua pobre familia, que ficara em Gôa, não só luctando com privações, mas afflictissima por não saber o que lhe acontecera. No Rio de Janeiro imprimiu em 1832 um curioso livro: *Dialogo entre um doutor em philosophia e um portuguez na India sobre a constituição politica de Portugal.* Este opusculo era dedicado á mocidade indiana, e inspira o mais puro e ardente amor da liberdade. N'esta occasião já seu filho Thomaz José Peres andava combatendo nas fileiras liberaes e desembarcára no Mindello, tomando parte no resto da campanha. Bernardo Peres da Silva, apenas soube que os liberaes estavam em Lisboa, apressou-se a voltar a Portugal, e a 8 de abril de 1834 dirigiu uma representação ao

imperador duque de Bragança, pedindo-lhe que redimisse os povos indianos que continuavam oppressos debaixo do jugo do despotismo. A resposta de D. Pedro, que apreciava muito a lealdade e a energia de Bernardo Peres da Silva, foi nomeal-o prefeito dos Estados da India, segundo a organisação então adoptada, com o ordenado annual de 20:000 xerafins, por decreto datado do Ramalhão de 7 de maio de 1834. Bernardo Peres da Silva partiu para a India, onde foi acolhido com enthusiasmo pelos seus amigos e em geral pelo povo que muito o estimava. Tomou posse do governo a 14 de janeiro de 1835, e começou logo a applicar a nova legislação liberal. N'isso foi imprudente, porque bastava a extincção das ordens religiosas para lhe suscitar difficuldades graves, e era uma loucura accumular com estas outras creadas por reformas quasi sempre justas, mas tambem sempre violentas. Reprimiu asperamente a oligarchia que dominava a India, cortou abusos, mudou empregados, e, se ao mesmo tempo alliviava do pagamento da sexta parte das suas vendas as corporações agricolas, se attendia ao exercito, e devia por conseguinte crear partidarios, é certo que mais poderosos se mostraram os inimigos, aquelles que eram feridos pelas novas medidas, os que padeciam quebra nos seus interesses com as reformas salutares mas asperas do novo prefeito. E' certo que logo a 1 de fevereiro de 1835 rebentou uma revolução violenta, Bernardo Peres da Silva foi deposto e enviado debaixo de prisão para bordo da corveta *Infante Regente*, e proclamado ao mesmo tempo o governo de D. Manuel de Portugal e Castro. N'esta conjunctura mostrou Bernardo Peres da Silva a mesma serenidade de animo, que manifestara em muitas occasiões não menos angustiosas da sua vida. O seu governo durára apenas 15 dias, e n'esse curto espaço quizera revolver de alto abaixo a sociedade indiana. Era imprudente, e devia dar por força os resultados que deu. Em Portugal, onde o governo viera para o caminho das reformas dos campos da revolução victoriosa, podia fazer tudo quanto quizesse, porque os vencidos estavam préviamente subjugados e prostrados, mas tentar introduzir assim de repente, e com violencia, tantas reformas tão radicaes n'uma sociedade onde os interesses lesados tinham profundas raizes, e não tinham ainda consumido na lucta as suas forças, era loucura. Essas precipitações e violencias fôram sempre o defeito do caracter de Bernardo Peres da Silva. Outro erro commetteu, tambem grave, que podia trazer até sérias consequencias. D. Manuel de Portugal e Castro, moderado e pacifico, limitara se a mandal-o sair do territorio da India Portugueza. O prefeito deposto foi para Bombaim, e ali solicitou a intervenção ingleza para restabelecer em Gôa a autoridade legal. Era um acto irreflectido. Bernardo Peres da Silva bem devia saber quanto custára á India Portugueza vêr-se livre dos inglezes, quando elles intervieram, sem ninguem lh'o pedir, para nos protegerem contra uma sonhada expedição franceza; ir introduzil-os agora nos nossos dominios, era praticar um acto que só a paixão póde desculpar. O presidente de Bombaim declarou, porém, que não intervinha nas discussões intestinas da India Portugueza, e Bernardo Peres da Silva, vendo que nada conseguia, foi com os seus parciaes para Damão, onde declarou que estabelecia a séde do governo da India Portugueza. Tendo chegado á India com a nomeação de governador, legitimamente conferida pelo governo, o barão de Sabroso, Bernardo Peres da Silva reconheceu a sua autoridade, e veiu de Damão para Gôa, onde a 9 de fevereiro de 1839 foi eleito deputado, sendo reeleito logo em abril do mesmo anno, e eleito ainda de novo em 9 de outubro de 1842. Estas duas ultimas eleições fôram feitas na sua ausencia, por que tendo partido para Lisboa logo que recebeu pela primeira vez o seu diploma, nunca mais voltou á India. Era pela terceira vez eleito deputado, e era a primeira vez que tomava assento na camara. O seu papel foi importante no parlamento, porque zelou deveras e com energia os interesses das colonias; procurou reformar o exercito da India, reduzindo-o a proporções acceitaveis, pediu que se estabelecesse o jury na India, e que os orçamentos coloniaes fôssem discutidos, finalmente defendeu os seus actos como prefeito da India, e, pediu que tanto o seu governo como o dos seus adversarios fôssem sujeitos a uma minuciosa e severa syndicancia. Esse episodio da sua vida politica referiu elle n'um folheto que distribuiu pelos seus collegas, em 1840, e que se intitulava *Aos representantes da nação portugueza*. Bernardo Peres da Silva succembiu a uma aneurisma, e foi sepultado no cemiterio dos Prazeres n'um sumptuoso mausoléo, que lhe mandou erigir seu filho Thomaz José Peres, que pouco lhe sobreviveu, porque fal. na ilha da Madeira em 23 de janeiro de 1846, contando 45 annos de edade, vindo para Lisboa o cadaver encerrar-se junto do de seu pae. Bernardo Peres da Silva foi de genio arrebatado e violento, praticou muitas imprudencias, mas prestou relevantes serviços ao seu paiz, e foi homem de tanta probidade e de tão alto desinteresse, que tendo estado um pouco revolucionariamente senhor de Damão, onde os cofres do governo continham muito dinheiro, morreu tão pobre que na sua ultima doença teve de vender o relogio e a mobilia para occorrer ás despezas inevitaveis, e não se lhe encontrára dinheiro com que se pagasse o funeral.

**Perestrello** Familia que procede de Filippe Perestrello, natural de Placencia, na Lombardia, que veiu para Lisboa com a princeza hespanhola D. Leonor, que casou com el-rei D. Duarte, em 1428, sendo ainda principe, e a quem seu pae, D. João I, mandou passar carta de brazão, no anno de 1437, com as seguintes armas: Escudo partido em pala; na primeira, em campo de ouro um leão de purpura; na segunda, em campo de prata, uma bauda real carregada de tres estrellas de ouro de oito pontas entre seis rosas da sua côr; timbre, o leão do escudo com umas das estrellas na espadua.

**Perestrello** (*Bartholomeu*). Fidalgo de origem genoveza, que pertencia á casa do infante D. Henrique, e a quem este concedeu o senhorio da ilha de Porto-Santo, logo que João Gonçalves Zarco lhe trouxe a noticia de a ter descoberto ou encontrado. Bartholomeu Perestrello partiu na viagem immediata com Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira. Um amigo dera-lhe uma coelha cheia, chegando á ilha Perestrello soltou a. Em menos de um anno os coelhos propagaram se por tal fórma que não houve sementeiras que lhe resistissem, a ponto que Bartholomeu Perestrello

resolveu abandonar a ilha, mas os seus amigos instaram com elle para que não desamparasse assim tão vantajoso patrimonio, e Perestrello voltou. Ainda lá encontrou a praga dos coelhos, mas emfim sempre conseguiu superal-os, e fundou um estabelecimento que prosperou, mas não tanto como os das duas capitanias proximas, as da ilha da Madeira Os descendentes de Bartholomeu Perestrello fôram quasi todos residir para a ilha vizinha.

**Perestrello** *(Filippa Moniz)*. Mulher do genovez Christovão Colombo, grande navegador, o descobridor da America. Era filha d'um Bartholomeu Perestrello, donatario da ilha de Porto Santo, e nasceu na ilha da Madeira. Indo Christovão Colombo fixar a sua residencia no Funchal, onde existe ainda hoje uma rua com o seu nome, ahi se agradou de Filippa Moniz Perestrello, e com ella casou. A esse casamento deveu Colombo grande parte da gloria immortal que adquiriu, porque as informações da familia Perestrello e a sua residencia na ilha de Porto Santo pertencente a seu sogro, onde lidou com marinheiros portuguezes, e onde pôde estudar face a face com o Occano os mysterios do desconhecido, não contribuiram pouco para a concepção do seu plano gigantesco. Filippa Perestrello teve um filho d'este matrimonio, em 1474, na ilha do Porto Santo, que se ficou chamando Diogo.

**Perestrello** *(Manuel de Mesquita)*. Escriptor do seculo XVI, de cujo nascimento e morte se ignoram as datas. Era filho de Pedro Sobrinho de Mesquita. Em 1505 foi com seu pae para a India, na armada que conduzia o vice-rei D. Francisco d'Almeida. Depois de ter militado aguerridamente pelo largo espaço de 38 annos, regressando a Portugal em 1 de fevereiro de 1551, naufragou, vindo a bordo da nau *S. Bento*. Parece que vivia ainda em Moçambique em 1576. Escreveu: *Naufragio da nau São Bento, sendo capitão Fernão Alvares Cabral, que se perdeu a 22 de abril de 1554 na costa da terra do Natal, junto do rio do Infante, Coimbra, 1564;* foi reimpresso no tomo I da Historia Tragico-Maritima; *Roteiro dos portos, derrotas, alturas, cabos, conhecenças, resguardos e sondas que ha por toda a costa, desde o cabo da Boa Esperança até o das Correntes, dedicado a el rei D. Sebastião em 1575*. Este *Roteiro*, cujo original parece existir na Bibliotheca Publica de Evora, saiu impresso na *Arte de navegar*, não só nas edições que andam em nome de Manuel Pimentel, mas na primeira, feita em 1681, que é do pae d'este, Luiz Serrão Pimentel.

**Perestrello** *(Pedro da Costa)*. Escrivão d'el-rei, poeta contemporaneo de Luiz de Camões e do dr. Antonio Ferreira, etc. Parece que nos primeiros annos seguiu a vida militar e serviu em Hespanha, pois, segundo consta, assistiu com o posto de capitão á celebre batalha de Lepanto no anno de 1571. Esta batalha foi ganha n'aquelle golfo sobre uma poderosa armada ottomana, com que o sultão do turco ameaçava a christandade, e com especialidade a Italia, por D. João d'Austria, filho do imperador Carlos V, e irmão de Filippe II, rei de Hespanha. Voltando depois a Portugal, alcançou o logar de secretario d'el-rei. Escreveu: *Descobrimento de Vasco da Gama*; poema em oitava rima; consta de 16 cantos. Não publicou esta obra, por ter saido Camões com os *Lusiadas*, cujo argumento era o mesmo que elle emprehendera. Escreveu *Batalha de Ausonia*; poema de D. João d'Austria; consta de 6 cantos em oitava rima. No ultimo canto traz pintada a fórma do estandarte real que os christãos ganharam ao grão turco.

**Perestrello da Camara** *(Paulo)*. Escriptor, que viveu no seculo XIX. N. no Funchal em 1810, morreu no Rio de Janeiro a 4 de fevereiro de 1854. Retirou se para o Brazil em 1841, e ali estabeleceu residencia durante alguns annos, até que em 1853 emprehendeu uma viagem a Portugal, por conveniencias de interesse particular. Voltando alguns mezes depois ao Rio de Janeiro, falleceu. Escreveu: *Descripção geral de Lisboa em 1839, ou Ensaio historico de tudo quanto esta capital contem de mais notavel, e sua historia politica e litteraria até o tempo presente*, Lisboa, 1839; *Breve noticia da ilha da Madeira, ou memoria sobre a sua geographia, historia, geologia, topographia, agricultura, commercio*, etc., Lisboa, 1841; *Novo tratado de Arithmetica commercial, ou desenvolvimento simplificado de todas as regras de arithmetica relativas ao commercio, acompanhadas de um grande numero de exemplos e exercicios*, etc., Rio de Janeiro, 1846; *Collecção de proverbios, adagios, rifões, anexins, sentenças moraes e idiotismos da lingua portugueza*, Rio de Janeiro, 1848; *Diccionario geographico, historico, politico e litterario do reino de Portugal e seus dominios*, etc., Rio de Janeiro, 2 tomos, 1850; *Novo guia do viajante em Lisboa e seus arredores, Cintra, Collares e Mafra, ornado com algumas vistas dos principaes monumentos de Lisboa*, Lisboa, 1853.

**Perfia**. Pov. na freg. do Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

**Pergoim**. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Chamoim, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga.

**Pergolinho**. Pov. na freg. de Santa Columbia, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

**Pergulho Cimeiro** e **Pergulho do Meio**. Duas povoações na freguezia de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença a-Nova, distr. de Vizeu.

**Perguntouro**. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Barrozas, conc. de Louzada, districto do Porto.

**Perilhal**. Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 145 fog. e 590 fog. Tem escola do sexo masc. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada na estrada real de Barcellos a Espozende, a 1 k. do rio Cávado. O parocho era apresentado pelo cabido da sé de Braga, e tinha de rendimento 112$000 réis. A terra é muito fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

**Perini di Lucca** *(Cesar)*. Escriptor. N. em Genova no anno de 1807, e por motivos politicos emigrou para Portugal, em 1837 com 30 annos de edade. Fixando residencia em Lisboa, obteve passado algum tempo a regencia da cadeira de declamação no Conservatorio Real de Lisboa. Foi ensaiador nos theatros do Gymnasio e do Salitre. A 21 de outubro de 1848 voltou para Italia, onde falleceu pouco depois. Escreveu: *A vespera d'um desafio na regencia de D. João I*,

*drama em 5 actos, premiado pelo Conservatorio Real de Lisboa*, Lisboa, 1818; *O Marquez de Pombal, ou vinte e um annos da sua administração, drama historico em 4 actos e 8 quadros*, Lisboa, 1842; *O Cigano, drama em 4 actos*, Lisboa, 1842; *O Conde de Andeiro, drama historico portuguez, premiado pelo Jury dramatico do Porto*, Lisboa, 1840; *Os fabricantes de moeda falsa*, melodrama com que se inaugurou o theatro do Gymnasio em 16 de maio de 1846.

**Perlada**. Povoações nas freguezias: Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Perlades**. Pov. na freguezia do Salvador, de Navaes, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

**Perleirinhos**. Pov. na freg. de Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Perlinha**. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Amorim, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

**Perlinhas**. Povoações nas freguezias: Santa Christina, de Longos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc de Gondomar, distr. do Porto.

**Perlonga**. Pov. na freg. de S. Pedro de Jugueiros, concelho de Felgueiras, distr. do Porto.

**Permontello** Pov. na freg. de S. Martinho, de Friastellas, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Perna Chã**. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Esperança, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

**Perna de Gallego Cimeira**. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ermida, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

**Perna de Gallego Fundeira**. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, de Ermida, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

**Perna da Negra**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

**Perna Secca**. Povoações nas freguezias. N. S.ª d'Assumpção, de Alte, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, do mesmo distr. || S. Marcos da Serra, do mesmo conc. e districto.

**Pernada**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Marateca, concelho de Setubal, districto de Lisboa.

**Pernada de Marco**. Ribeiro do distr. de Lisboa. N. na aba da serra dos Algares, ao N de Grandola, corre em direcção ONO, recebendo diversos regatos, e entra no esteiro da Comporta, bahia de Setubal, com 25 k. de curso.

**Pernadas**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

**Pernambuco** (*Duarte de Albuquerque Coelho, conde de*). Capitão de Pernambuco. Era natural de Lisboa, onde nasceu a 22 de novembro de 1591, fal. em Castella em 1658. E ra filho de Jorge de Albuquerque Coelho, donatario da capitania de Pernambuco. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 1064). Teve a capitania de Pernambuco, como seu pae e avô, e quando a tomaram os hollandezes, foi occupar esse governo para o restaurar, mas não o conseguiu. Por occasião da restauração de Portugal em 1640 retirou-se para Castella, onde falleceu. Era casado com D. Joanna de Castro, filha de D. Diogo de Castro, 2.º conde de Basto, e de sua mulher, D. Maria de Tavora. O titulo de conde foi concedido por carta de D. Filippe III em 1632.

**Pernambuco**. Uma das mais importantes provincias do Brazil. A sua costa foi explorada, logo depois do descobrimento do Brazil por Pedro Alvares Cabral, por Christovão Jacques, em 1504, que trouxe para Portugal duas caravélas carregadas de madeiras preciosas; em seguida por Tristão da Cunha, por João Dias Solis, por Fernão de Magalhães, por Jorge Lopes Bixorda. Em 1519 voltou Christovão Jacques, e fundou uma feitoria na ilha de Itamaracá, para o negocio do pau brazil. Attrahidos pelo lucro, já andavam por aquellas paragens armadores francezes de Marselha, que tambem fundaram uma feitoria em Iguarassú. Quando se dividiu o Brazil em capitanias, coube o territorio de Pernambuco a Duarte Coelho Pereira, que em 1531 expulsou os francezes, e fundou uma villa em Olinda, e em 1534 para ali se transportou com sua mulher, e ali ficaram seus filhos e descendentes, fazendo prosperar a capitania até que, depois da queda de Portugal sob o poder da Hespanha, começaram a apparecer hollandezes na costa do Brazil. (V. *Pereira, Duarte Coelho*, n'este vol. pag. 586). A 7 de fevereiro de 1630 appareceu deante de Pernambuco uma esquadra hollandeza, commandada pelo almirante Loucq, que lançou em terra um exercito commandado pelo coronel Waerdenburch. O governador portuguez, Mathias d'Albuquerque, depois d'uma resistencia heroica, teve de abandonar o Recife, capital da capitania, e de se retirar para os arraiaes chamados do *Bom Jesus*. Dois ou tres annos ali se sustentou o intrepido official portuguez, mas os hollandezes dominavam os mares, a esquadra almirante *Oquendo* era por elles batida, como o foi depois o conde da Torre, os officiaes hollandezes iam estendendo a area do seu dominio conquistando as capitanias vizinhas, e Mathias d'Albuquerque teve emfim de abandonar os arraiaes do *Bom Jesus*. Pernambuco era definitivamente hollandez, e um principe da casa de Orange, o famigerado principe Mauricio, recebia o governo d'essa nova e importantissima colonia batava. O principe Mauricio era um dos homens mais illustrados do seculo XVII. Prestou a Pernambuco os mais relevantes serviços. Trouxe da Europa naturalistas como Pario de Leyde, Macgraff e Barlreus para estudarem a flora e a fauna do paiz, architectos como Pieter Photer e pintores da escola flamenga para levantarem e decorarem os edificios que mandasse erigir, administrou sabiamente, fez grandes melhoramentos na cidade do Recife, e na ilha de Antonio Vaz, que poz em communicação com o Recife por meio de uma ponte sobre o Capiberibe, levantou um palacio para si a que deu o nome de Wryburgo, e chamou Mauricia á cidade que logo se encheu de novos prédios. Assim porém que elle partiu para a Europa, arrancado do governo de Pernambuco por intrigas ruins, começaram os pernambucanos a sentir o peso do jugo, que Mauricio de Nassau lhes soubera dourar com os prestigios da sua administração liberal, sensata e reformadora. Logo porém que par-

tiu, João Fernandes Vieira deliberou tramar a revolução que estava já no animo de todos. A situação era difficil porque Portugal acabára de fazer a revolução de 1 de dezembro e de proclamar a sua independencia. Na nossa lucta contra a Hespanha era a Hollanda a nossa alliada natural, e tornava-se difficil combatermos ao seu lado na Europa e contra ella na America; mas os energicos patriotas pernambucanos declararam que lhes não importava que os renegassem. Organisaram se n'um pequeno exercito, receberam secretamente reforços da Bahia que continuava nas mãos dos portuguezes, e puderam assim ganhar a primeira batalha, a das Taboeas. Em Portugal não sabia D. João IV o que havia de fazer, não queria desamparar os pernambucanos, que tão heroicamente procuravam unir-se de novo á mãe-patria, não queria desgostar os hollandezes, cuja alliança nos era tão util na Europa. Resolveu continuar a seguir o mesmo systema de dissimulação. Enviou secretamente aos pernambucanos um experimentado general, Francisco Barreto de Menezes, e continuou a allegar que nada emprehenderia contra o dominio hollandez no Brazil. Nas duas batalhas dos Gararapes derrotou completamente Francisco Barreto os hollandezes, foi-lhes arrancando successivamente as praças todas, até que os encerrou no Recife, cidade que o general Sigismundo Van-Schoppe entregou por capitulação no dia 26 de janeiro de 1654. Vinte e quatro annos estivera Pernambuco em poder dos hollandezes. D. João IV então resgatou dos herdeiros do donatario esta capitania, e transformou-a n'um dos governos da Corôa. Em 1817, governando a cidade Caetano Pinto de Miranda Montenegro, rebentou em Pernambuco uma revolução, e a republica foi proclamada, a qual poucos mezes durou, sendo suffocada em sangue pelo conde dos Arcos, governador da Bahia, dando motivo a que fôssem enforcados os principaes caudilhos do motim. Quatro annos depois chegou ao Brazil a noticia da revolução de 1820, que foi acolhida em Pernambuco com vivissimo enthusiasmo. Organisou-se logo uma junta governativa, cuja direcção Luiz do Rego tomou, até que em 1822, vendo o caminho que as cousas seguiam, embarcou para a Europa, e a junta do governo ficou á frente da provincia, adherindo, depois de algumas contendas, aos acontecimentos do Rio de Janeiro, e proclamando tambem o imperio e a independencia do Brazil.

**Pernambuco e Parahiba** *(Companhia de)*. Em 1759 varios commerciantes das praças de Lisboa, do Porto e de Pernambuco propuzeram-se estabelecer uma companhia geral para as capitanias de Pernambuco e Parahiba. O projecto da constituição d'esta companhia era assignado pelos seguintes individuos: José Rodrigues Baudeira, José Rodrigues Esteves, Polycarpo José Machado, Manuel Dantas do Amorim, Manuel Antonio Pereira, José da Costa Ribeiro, Ignacio Pedro Quintella, Anselmo José da Cruz, João Xavier Telles, José da Silva Leque e João Henriques Martins. Os estatutos da companhia foram approvados por alvará de 13 de agosto do dito anno. Tanto no alvará como nos estatutos se seguiram os moldes que haviam sido adoptados quanto á companhia do Grão-Pará e Maranhão. *(V. este nome)*. A companhia geral de Pernambuco e Parahiba constituia um corpo politico, composto de uma junta e duas direcções. A junta tinha a séde em Lisboa, e era composta de um provedor e dez deputados, um secretario e tres conselheiros. As duas direcções tinham uma séde no Porto, e a outra em Pernambuco. Eram constituidas com um intendente e seis deputados cada uma. O governo e a disposição geral pertenciam á junta, que expediam as ordens ás duas direcções. O provedor e deputados da junta, os intendentes e deputados das direcções deviam ser commerciantes, subditos portuguezes naturaes ou naturalizados, com 10:000 cruzados, pelo menos, de interesse na companhia. Os conselheiros não tinham que possuir determinado capital. O provedor, intendentes e deputados eram de nomeação régia, por tres annos; passado este periodo eram eleitos pela pluralidade de votos dos que possuissem 500 cruzados ou mais de acções. As eleições dos intendentes e deputados eram feitas pelos interessados das respectivas circumscripções, mas tinham de ser approvadas pela junta da companhia. Os eleitos serviam por dois annos. A companhia, além dos navios que navegassem nas frotas, podia mandar ás capitanias e fazer voltar d'ellas os navios soltos que fôssem necessarios, em beneficio de seu commercio e navegação e da extracção e introducção dos generos e provimento das ditas capitanias. O fundo da companhia era de 3:100:000 cruzados, repartidos em 3:400 acções de 400$000 réis cada uma. Manteve-se o principio, consignado já nos estatutos da companhia Grão-Pará e Maranhão, de poderem os accionistas de menos de 5:000 cruzados gruparem se para ter um voto, e bem assim o de se poderem reunir differentes pessoas para terem em commum uma acção. Permittiu-se o pagamento das acções não só em dinheiro mas em generos pelo seu preço corrente. A Companhia de Pernambuco e Parahiba adquiriu largo desenvolvimento em poucos annos. Fez construir grande numero de navios, e occupou se em larga escala da exploração agricola e commercial dos territorios da capitania de Pernambuco. Parece que seguiu processos um pouco differentes da companhia do Grão-Pará e Maranhão, não só para haver os capitaes com que se fundou, mas no auxilio que prestou aos que se applicavam ao commercio e a agricultura. Em geral, porém, durante o periodo da sua existencia, acompanhou quasi com igual sorte a outra companhia, como ella criação do Marquez de Pombal, e destinada tambem a pouco sobreviver á queda do grande estadista. Teve porém em 1761 de recorrer ao Governo, que lhe fez um emprestimo de réis 223:200$000. Contra ella não se haviam concitado odios tão violentos, e por isso só depois de findo o prazo da sua existencia legal, por decreto de 8 de maio de 1780, se resolveu a sua extincção Martinho de Mello e Castro que procurara oppor se á extincção da companhia do Grão-Pará e Maranhão, embora tivesse de annuir á extincção da companhia de Pernambuco e Parahiba, procurou aproveitar os elementos que ella lhe pôde favorecer para a execução dos seus planos de alargamento do commercio e da influencia colonial. Foi por isso que se oppôz á venda dos navios da extincta companhia, e tentou continuar com elles uma navegação regular, especialmente para a India. Até 1797 encontramos notas de varias viagens realizadas pelas naus

*Nossa Senhora da Conceição* e *Santo Antonio*, *Nossa Senhora de Belem*, fragata *Princeza do Brasil*, nau *Santo Antonio*, *Polifemo* e outras, tendo a administração concernente a estas viagens sido encarregada a Mauricio José Crammer Wanzeller. Era a junta de liquidação que fornecia os fundos para o fornecimento do custeamento e carregação d'estas naus. Não agradaram as resoluções de Martinho de Mello e Castro aos accionistas: e parece que effectivameete das viagens feitas e sobretudo da pouco feliz administração do mencionado Mauricio José Crammer Wanzeller não resultaram senão perdas para os interessados. Em 1821 representaram os accionistas da companhia de Pernambuco e Parahiba contra os seus administradores, pedindo que fossem substituidos pelos administradores da companhia do Grão-Pará e Maranhão. Em sessão da Camara dos Deputados de 9 de junho de 1821 pediu-se ao governo a consulta a este respeito da Junta do Commercio. O Ministro do Reino enviou á Camara a consulta. Na sessão de 25 de setembro de 1821, foi apresentado o parecer da commissão do commercio e entrou em discussão. O deputado Zeferino dos Santos disse que a companhia de Pernambuco devia ter acabado com a morte do Marquez de Pombal. Eram passados vinte annos e não se fizera repartição nenhuma. Até á passagem de El Rei para o Brasil, disse elle, que a companhia lucrara 84 contos de réis, e depois que elle estava no Rio tinha despendido 176 contos de réis, total 210 contos de réis. Mas ella tinha despendido mais o que recebera em Lisboa, depois da passagem de Sua Majestade, de sorte, que realmente, ia além de 500:000 cruzados, o que ella havia gasto, para colher 32 contos de réis. Era necessario, portanto, mudar de administração, emquanto se congregava a assembléa dos accionistas para resolver. O deputado Martins Bastos disse que era preciso distinguir os administradores de Lisboa dos de Pernambuco. Os de Lisboa não tinham ordenado nenhum, os de Pernambuco tinham grandes ordenados e tinham feito as suas negociações com diversos fins. As providencias a tomar a respeito dos de Pernambuco deviam ser diversas. Levantou-se depois questão sobre o numero e valor dos accionistas que requeriam e adiou se a discussão. Afinal o parecer, que concorda em passar a administração para a da companhia do Grão-Pará, foi approvado na sessão de 2 de outubro. Fez-se decreto das Côrtes n'este sentido que tem a data de 9 de outubro de 1821. Por esse decreto se determinou que os administradores dos fundos da extincta companhia de Pernambuco e Parahiba ficavam dispensados d'essa administração, que que passaria para os administradores da companhia do Grão-Pará e Maranhão. Estes deviam nomear duas administrações, uma em Pernambuco, outra na Parahiba, compostas cada uma de tres accionistas, que receberiam 4 por cento em Pernambuco e 6 por cento na Parahiba de todas as quantias que cobrassem. Revogava a carta régia de 30 de junho de 1808 e declarava relaxado o embargo a que se procedera, devendo por isso entregar-se a quantia depositada na thesouraria geral de Pernambuco e Parahiba pertencente á companhia. A nomeação de administradores considerava-se provisoria, devendo tratar-se de reunir uma assembléa da maior parte dos accionistas. Os acontecimentos que se deram no primeiro quartel do seculo XIX, tanto em Portugal como no Brasil, não favoreceram a liquidação, antes a embaraçaram, concorrendo para que os negocios da junta continuassem por muito tempo bastante desordenados e confusos, com prejuizo dos verdadeiros interessados. Em 1823 foi mandado proceder pelo governo do Brazil ao confisco geral dos fundos e propriedades das duas companhias n'aquelle imperio. Calculavam-se então os valores que lhes pertenciam em mais de 2:600 contos de réis. A junta mandou ali o seu deputado José Antonio Soares Leal, conseguindo se que se reintegrasse a administração e que a liquidação proseguisse. Tambem em Portugal os haveres das companhias não foram melhor tratados pelos poderes publicos. Já no fim do seculo XVIII a companhia do Grão-Pará tinha sido privada de varios edificios na Boa Vista, mas a esta expoliação seguiram se outras Em 1821, foi ella desapossada de todos os edificios que lhe pertenciam. Este caso deu logar a representação da junta ao Parlamento, a variados pareceres e á discussão em mais de uma sessão. Na sessão de 28 de junho de 1822 da Camara dos Deputados foi approvado o parecer da commissão de justiça civil datado de 10 dezembro de 1821 que concluia que era de justiça fazer-se sustar a resolução do Governo. Da junta da liquidação das duas companhias, que ainda hoje existe, daremos algumas informações ácêrca do estado da liquidação no meado do seculo XIX. Pelo balanço das companhias referido a 31 de dezembro de 1848, vê-se que o activo da companhia do Grão-Pará e Maranhão subia á quantia de 1.46 :803$470 réis, e o passivo a 174:223$697 réis, sendo portanto o saldo a favor dos accionistas de réis 1.291:579$773; e que o activo da companhia de Pernambuco e Parahiba subia á quantia de 1.594:811$494 réis, e o passivo á de 316:506$975 réis, sendo o saldo de 1.278:304$519 réis. As dividas por cobrar pertencentes á primeira companhia eram, no Brazil, 472:286$382 réis, e em Portugal 928:250$663 réis, além de diversos valores, no total de 65:266$425 réis, entrando n'esta importancia a quantia de 4:267$486 réis em dinheiro. As dividas pertencentes á segunda companhia importavam no Brazil, em 1.024:115$461 réis, em Angola 128:913$990 réis, em Portugal 132:347$300 réis, além de diversas verbas no total de 9:434$743 réis, entrando n'esta importancia 4:063$743 réis em dinheiro. Como vimos, as dividas do passivo das companhias sommavam 490:730$672 réis. Eram quantias devidas pelos rateios não recebidas pelos accionistas, na importancia de 365:020$878 réis, e dividas a particulares, na importancia de 124:709$794 réis A junta adoptou em differentes epocas varios alvitres para facilitar o pagamento aos devedores, como permittir o encontro de acções das companhias concedendo o pagamento em prestações, fazendo descontos e abatimentos. Ao principio a concessão de recebimento de acções em pagamento de dividas só se effectuava aos devedores do Brazil, depois alargou-se a todos. Nos primeiros tempos, quando a liquidação foi mais activa, a concessão a que alludimos, determinando a procura de acções, fez elevar o seu preço, que era apenas de 10 a 40 por cento. Até 31 de dezembro de 1850 tinha-se conseguido amortizar por aquel-

les processos acções no valor de 443:655$881 réis, sendo 15:267$940 réis de acções da companhia do Grão Pará e Maranhão e 428:387$941 réis de acções da companhia de Pernambuco e Parahiba. || Bibliographia: *Companhias de colonisação* por Tito de Carvalho.

**Pernelhas**. Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Pareeiros, concelho e districto de Leiria.

**Pernêm** *(Atmarama Vassadeva Trabhu Desprabhu, visconde de)*. Proprietario da impreusa *Xry Atmarama*, em Pondá, na India, d'onde teem sahido alguns trabalhos litterarios importantes.

**Pernêm** *(Dessai de Pernêm, Vassudeva Rogunata Parobo, barão de)* Moço fidalgo com exercicio em 15 de fevereiro de 1884. O titulo foi creado por decreto de 14 de junho de 1878, no qual se declara o seguinte: «Em consideração dos valiosos donativos com que na provincia de Bardez, Estados da India, auxiliou as obras publicas, e especialmente pela abertura de um canal na dita provincia.»

**Pernêm**. Um dos 6 concelhos em que estão divididas as Novas Conquistas no districto e arcebispado de Gôa, India. Tem a sua séde na cassabé de Pernêm e comprehende 211 regedorias. Foi creado, como os 5 restantes, por decreto de 14 de dezembro de 1880 e installado em fevereiro de 1881, perdendo então a sua antiga designação de *provincia* Segundo o *Annuario estatistico dos dominios ultramarinos portuguezes* respeitante a 1899 e 1900, compõe-se de duas freguezias e 27 aldeias, tem 6:999 fogos e 11:138 habitantes, n'uma superficie de 242,5 k. q. E' um dos concelhos mais montanhosos do districto, offerecendo-se as suas encostas e os seus valles sob um aspecto agradavel não só pelo pittoresco da paizagem, como tambem pela fertilidade do terreno, que se vê coberto de pastagens, de bosques de palmares e arecaes. E' limitado ao N pelo rio Tiracol ou de Arondem, que o separa de Tiracol e das terras de Saunto-Varim do territorio inglez, a E por estas mesmas terras, ao S pelo rio de Chaporá ou Colvale, que o separa de Bardez e de Bicholim, e a O pelo oceano Indico. Os rios mais notaveis são os que servem de limites N e S ao concelho e vão desaguar no Oceano. Na cifra da população os indigenas figuram em numero de 38:013, sendo a restante européa. A religião mais largamente professada é a industanica, e depois a catholica. A quarta parte dos habitantes não tem occupação. Os outros são agricultores, trabalhadores, actores, aguadeiros, alfaiates, botiqueiros, caldeireiros, cantores, carpinteiros, cavouqueiros, cocheiros, cozinheiros, creados de servir, fabricantes de sal, farazes, lavadeiras, lavradores, manilheiros, marinheiros, musicos, negociantes, oleiros, ourives, pastores, pedreiros, peixeiros, pescadores, proprietarios, serradores, tecelões, torneiros, etc Os trabalhos agricolas occupam cerca de 9:000 individuos. No concelho ha minas de ferro e quatro escolas de instrucção primaria diminutamente frequentadas, e assim é que o numero dos analphabetos ascende a perto de 30:000 individuos. Afóra isto, aqui, como mais ou menos em todo o territorio das Novas Conquistas, o prejuizo das castas e a influencia do clima ardente impedem que a agricultura tenha o possivel desenvolvimento. Publicou se em Pernêm no anno de 1893, o jornal *Gazeta de Pernêm*. Uma parte de Pernêm foi conquistada em 1783 ao regulo Bounsoló, e a outra foi cedida a Portugal em 1788, mediante a promessa de que seriam conservados os usos, costumes e garantias de que gozava a população antes da conquista. Assim, o Estado só possue inteiramente este territorio desde 1788, mas já muitos annos antes era senhor de duas varzeas na margem do rio de Chaporá: a de *Macasana* e *Osorim*. || Freguezia e séde do concelho do mesmo nome, nas Novas Conquistas, distr. e arceb. de Gôa, India. Camara agraria, julgado municipal. Escola. Permuta vales do correio com a metropole.

**Pernes** *(Carlos Augusto Bon de Sousa, 2.º barão e 1.º visconde de)*. General de brigada reformado, ajudante de el-rei D. Carlos, ajudante honorario do infante D. Augusto; addido militar ás legações de Portugal em Paris, Bruxellas e na Haya; commendador da ordem de Aviz, cavalleiro das da Torre e Espada e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; condecorado com as medalhas de bons serviços e de comportamento exemplar; commendador da ordem da Legião de Honra de França, e da de Leopoldo da Belgica, cavalleiro de 2.ª classe da Aguia Vermelha, da Prussia, etc. N. em Lisboa a 10 de julho de 1830, onde tambem fal a 19 de dezembro de 1895. Era filho do 1.º barão de Pernes, Pedro Paulo Pereira de Sousa, e de sua mulher. D. Helena Agueda Bon. Assentou praça em 29 de julho de 1846 aos 16 annos do edade, sendo promovido a alferes em dezembro do mesmo anno, a tenente em 1851, a capitão em 1853, a major em 1878, a tenente-coronel em 1883, a coronel em 1887, a general de brigada em 1894, posto em que se reformou. Exerceu varias commissões de serviço importantes, já acima citadas. Casou duas vezes: a primeira, a 10 do junho de 1861 com D. Marianna de Sequeira Freire, filha de José Antonio de Sequeira Freire, cavalleiro da ordem de S. João de Jerusalem, e de sua mulher D. Amalia Manuel de Noronha; enviuvando de 1867, casou segunda vez com D. Adelaide Sophia Lobo d'Almeida Mello e Castro, filha dos condes das Galveias, D. Antonio Francisco Lobo d'Almeida Mello e Castro e D. Anna Maxima d'Oliveira de Almeida Calheiros de Menezes. O titulo do visconde foi concedido por decreto do 25 de maio de 1870. Em julho de 1907 foi agraciado com o titulo de visconde de Pernes seu filho, D. Antonio de Sousa Lobo d'Almeida Mello e Castro.

**Pernes** *(Pedro Paulo Ferreira de Sousa, 1.º barão de)*. Tenente general graduado, par do reino, vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar; commendador da ordens da Torre e Espada; cavalleiro das ordem de Aviz, Christo, e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; condecorado com a cruz de ouro de 5 campanhas da Guerra Peninsular, e com a medalha hespanhola pela batalha de Vitoria, etc. N. a 29 de junho de 1788, falleceu a 15 de novembro de 1862. Era filho de Carlos Antonio Ferreira Monte, sargento-mór de cavallaria, cavalleiro professo da ordem de Christo, mestre da Real Picaria e superintendente nas Caudelarias no termo de Lisboa; e de sua mulher D. Maria Rosa de Sousa Vieira. Seguindo a carreira das armas assentou praça em abril do 1804, e tomou parte na Guerra Peninsular como tenente e capitão, pelo que foi condecorado com a medalha n.º 5 d'essa campa-

nha, e com a medalha hespanhola de Vitoria. Sendo promovido a major em 1820, seguiu depois as bandeiras do exercito liberal, assistiu aos combates das linhas do Porto, e sendo elevado a tenente-coronel em abril, e a coronel em junho de 1833, continuou a defender a causa liberal até ao fim da guerra civil, distinguindo-se muito na batalha da villa de Pernes, em janeiro de 1834. Terminada a campanha serviu na repartição do quartel mestre general, foi por vezes chefe de serviço do ministerio da guerra, e subindo ao generalato chegou ao posto de tenente-general. Em novembro de 1847 foi nomeado vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar, e ainda estava exercendo essa commissão, quando falleceu. Casou a 25 de janeiro de 1827 com D. Helena Agueda Bon, filha de Antonio Pedro Bon, e de sua mulher, D. Maria Elisa Pinto de Massuellos. O titulo de barão foi concedido por decreto de 12 de julho de 1843. O seu brazão d'armas foi concessão feita a seu pae, a 13 de fevereiro de 1789, em que provou a sua ascendencia. Estas armas são as dos Ferreiras: Em campo vermelho quatro faxas de ouro.

**Pernes.** Villa e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 299 fog. e 1:184 hab. Está situada no declive d'um monte arborisado, em sitio fresco e muito abundante d'aguas na estrada de Torres Novas a Santarem, a 20 k. da séde do conc. A mitra apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis de congrua, e o pé d'altar. Tinha coadjutor, 2 beneficiados e thesoureiro. E' pov. muito antiga, que já existia no dominio dos moiros. Esteve aqui D. Affonso Henriques com as suas tropas, vindo de Coimbra em 6 de maio de 1147, quando ia tomar Santarem, descobrindo só n'esta pov. aos chefes a empresa que meditava. Acamparam na *matta de Pernes*. El rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 2 de dezembro de 1514. Pernes foi cabeça d'um antigo concelho, que se supprimiu por decreto de 24 de outubro de 1855; pertencia então á comarca de Torres Novas. E' atravessada por dois rios: o de *Pernes*, de pouca agua, e que muitas vezes secca durante a estiagem. Tambem lhe dão o nome de *Porto de Centeio;* e o de *Alviella*, que traz muito e bom peixe, e entra no rio Tejo a 24 k. ao S da villa, junto á *Ponte do Alviella*. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do paiz, e cria muito gado. Tem Misericordia e hospital. Desde o anno de 1900 que esta villa tem progredido extraordinariamente. Tem escolas para ambos os sexos, installadas em bons edificios, tendo a do sexo masculino um lindo museu para o ensino pratico das sciencias naturaes, etc.; est. telegrapho-postal com serviço de encommendas, bom hotel; duas importantes fabricas: uma de pás d'aço, verrumas e foucinhas, fundada em 1756 por um italiano chamado Antonio Schiappa Pietra, a quem o marquez de Pombal dispensou muita protecção, não só subsidiando-o durante muito tempo, como fazendo-lhe doação da quinta de S. Silvestre, confiscada aos jesuitas, onde primitivamente installou a fabrica, que hoje está muito prospera, empregando dezenas de operarios. A outra fabrica é de massas alimenticias, de recente fundação; tem tambem moagem, posta em movimento, bem como todas as machinas da fabrica, por um motor da fôrça de 30 cavallos. Ha ainda outra fabrica de moagem a vapor, muito importante, que só trabalha uns tres mezes do anno, isto é, quando os moleiros da ribeira de Pernes não teem agua no Alviella. A industria de torneiro tambem está muito desenvolvida em Pernes, sendo numerosos os seus productos que exportam. Existem aqui muitos lagares de azeite, alguns muito bem montados, com prensas hydraulicas, e outras dos mais aperfeiçoados systemas. Pernes tem medico, pharmacias, hospedarias, notario, philarmonica e tuna, sociedades de recreio, muitos estabelecimentos diversos, importantes armazens de cereaes, etc. E' tambem séde d'um syndicato agricola de recente creação. Ha

Cascata natural do Alviella em Pernes

mercados ás sextas-feiras, em que se costumam fazer boas transacções, principalmente em cereaes, e aos domingos praça de trabalhadores. Ha pouco mais de 30 annos o general Carlos Ribeiro procedeu a explorações, encontrando n'umas profundas lapas, que existem nas fronteiras de Pernes e n'outras, algumas ossadas humanas, machados em pedra e outros vestigios do homem primitivo, sendo tudo remettido para a commissão de Serviços Geologicos. Em differentes epocas tem tambem sido encontradas moedas celticas e romanas, e ainda outros vestigios da estada aqui d'estes povos, taes como tegulos (telhas de rebordo), pondos, etc. No ponto mais elevado da villa vê se a egreja matriz, templo antiquissimo e vasto, fundado no tempo dos nossos primeiros reis. Tem altar-mór e 6 capellas lateraes, sendo o altar-mór de rica talha dourada, mandado fazer pelo capitão-mór de Pernes, Marçal da Silva Botelho. Ao lado esquerdo da egreja está a capella de *N. S.ª do Rosario*, grande, bonita e de abobada de pedra. E' tambem muito antiga. A frente que olha para a porta travessa da egreja, é de boa architectura, e assente em 4 columnas de finissima pedra, primorosamente lavradas. Esta imagem é de grande devoção da gente de Pernes e seu termo. A pouca distancia d'esta villa, mas já no districto da freguezia de S. Vicente do Paul, sobre um monte sobranceiro a um formoso valle, regado pelo Alviella, está a bonita capella de *N. S.ª dos Remedios*, mandada construir por um religioso da ordem da Trindade, do convento de Santarem, em 1600. Em frente da villa, sobre um monte povoado de frondoso arvoredo, e ao pé do qual se espraia por entre veigas de verdura, o pittoresco Alviella, vê-se a ermida de *N. S.ª do Livramento*, construida em 1550, por um habitante de Pernes que militou na India, d'onde consta que trouxe a imagem da padroeira. Fóra da porta principal da ermida ha um alpeudre, ou galilé, de abobada, suspenso em 6 columnas de pedra. Pernes pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a sé de em Lisboa. Em 30 de janeiro de 1834 travou se n'esta villa uma renhida batalha entre as fôrças constitucionaes e miguelistas. Constavam estas de 5:000 homens de todas as armas, commandadas pelo brigadeiro Canavarro e pelo general francez Bressaget. Antes de amanhecer estava Saldanha com as suas tropas deante de Pernes, e ás 8 horas da manhã, vendo que o inimigo o não atacava, avançou sobre elle pela estrada de Santarem, cortando-lhe as communicações com os seus piquetes avançados. O brigadeiro Canavarro, que tinha preparado e ordenado o ataque para as 10 horas, viu-se constrangido a romper o fogo logo que Saldanha fez este movimento. Carregou então rapidamente sobre a infantaria miguelista o regimento constitucional de cavallaria n.º 10, commandado pelo tenente-coronel Simão da Costa Pessoa, mais tarde conde de Vinhaes. Os atacados formaram dois quadrados para sua defeza, que fôram rodeados pela cavallaria de Saldanha, ao mesmo tempo que uma companhia de caçadores, collocada n'uma elevação, fazia um fogo mortifero sobre elles. Como em um dos quadrados se produzisse uma certa confusão por causa das baixas que o fogo constitucional produzia, Saldanha mandou ordem aos seus atiradores para que suspendessem as cargas de fuzilaria, e ordenou á cavallaria que carregasse novamente sobre o inimigo. O tenente-coronel Simão da Costa Pessoa correu então n'uma impetuosa carga sobre um dos quadrados, com o regimente de cavallaria n.º 10 e um destacamento de cavallaria n.º 11, rompendo-o e fazendo grande mortandade. Ao mesmo tempo, o regimento de lanceiros precipitava-se sobre o segundo quadrado e conseguia resultados eguaes. Interveiu então a cavallaria miguelista, mais numerosa do que a constitucional, e o choque foi medonho mas curto porque, vendo que as fôrças de Saldanha procuravam cortar-lhe a retirada, o commandante miguelista tratou de se salvar com as suas tropas. Estava ganha a batalha pela gente de Saldanha. Devido á presença de espirito do general Bressaget, conseguiram as tropas de D. Miguel retirar ainda n'uma certa ordem para Santarem, sob o fogo dos constitucionaes. Porém, a brigada commandada por aquelle official deixou no campo, morta ou prisioneira, mais de metade da gente de que se compunha. O regimento de infantaria n.º 17, que formava o quadrado atacado por cavallaria n.º 10, morreu quasi todo. Os outros corpos miguelistas tiveram tambem perdas importantes. Do lado de Saldanha morreram apenas 2 soldados e 8 cavallos, e ficaram feridos 4 officiaes e 13 soldados, e em poder das suas tropas, enthusiasmadas com esta victoria, ficaram uma bandeira do regimento n.º 1; duas do regimento n.º 17; 709 prisioneiros, entre os quaes se contavam 21 officiaes todos de tropa de linha; e um grande numero de armas. O brigadeiro Canavarro, que entrou em Santarem envergonhado pela derrota que tinha soffrido e que em parte resultou da sua incapacidade militar, foi pelos miguelistas accusado de traidor. Reconhecendo, porém, o general Povoas que elle era simplesmente incompetente para exercer qualquer commando em um exercito de operações, limitou-se a darlhe a demissão. Saldanha foi por este novo triumpho galardoado com a commenda da ordem de Christo, que D. Pedro lhe enviou com uma carta regia extremamente laudatoria. || Ribeira do districto de Santarem. N. nas proximidades de Alcanede, corre a ESE, passa em Pernes, e entra no rio Alviella com 10 k. de curso.

**Pernicoria.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

**Pernigem** Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

**Perniz.** Pov. na freg. de S. Martinho, de Mondim, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Pernouzella.** Pov. na freguezia de S. Bartholomeu e concelho de Arouca, districto de Aveiro.

**Pero Affonso.** Casal na freg. de N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

**Pero de Amigos.** Pov. na freg. de S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro.

**Pero Cabeço.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

**Pero Calças** Pov. na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

**Pero Calvo** Pov. na freguezia de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, districto de Santarem.

**Pero Chumaço** *(Monte do)*. Na freg. de Santo Estevão, de Cachopo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

**Pero Crespo**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixo, conc. de Redondo, distr. de Evora.

**Pero Cuco**. Pov. na freguezia de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Graudola, districto de Lisboa.

**Pero Dias**. Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição, de Martim Longo, conc. de Alcoutim, distr. de Faro.

**Pero d'Elvas**. Pov. na freguezia de S. Sebastião, de Selir, conc de Loulé, districto de Faro.

**Pero Filho**. Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e districto de Santarem.

**Pero Gaita**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Azinheira dos Barros, conc de Grandola, distr. de Lisboa.

**Pero Garção** *(Monte de)*. Na freg. de Sant'Anna da Serra, conc. de Ourique, distr. de Beja.

**Pero Garcia**. Pov. na freguezia de N. S.ª dos Remedios, de Regueugo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

**Pero Gil**. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Tavira, distr. de Faro.

**Pero Gonçalves**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Amendoa, conc. de Mação, distr. de Santarem.

**Pero Ledo**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Fratel, conc. de Villa Velha de Rodam, districto de Castello Branco.

**Pero Leite**. Pov. na freg. de S. João Baptista. de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

**Pero Longo**. Pov. na freguezia de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Pero Moniz**. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Extremadura, conc. do Cadaval, com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 152 fog. e 631 hab. Tem esc. do sexo fem., est. post. e fabrica de aguardente. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada na margem do rio Real. O povo apresentava o cura, que tinha réis 100$000 de rendimento. A terra é fertil, tem bom vinho, cria gado e tem caça. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa. Tendo sido annexada ao concelho de Obidos por decreto de 26 de setembro de 1895, que extinguiu o conc. do Cadaval, voltou a este, restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898.

**Pero Negro**. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Sapataria, conc. de Sobral de Monte-Agraço, distr. de Lisboa. Tem est. do caminho de ferro na linha de Torres Vedras á Figueira da Foz, entre as da Malveira e Dois Portos.

**Pero Neto**. Pov. na freguezia de N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e districto de Leiria.

**Pero Pescoço**. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Geraz do Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Pero Pinheiro**. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Montelavar, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

**Pero Ponto**. Pov. na freguezia de Santo Antonio, de Ameixial, conc. de Loulé, districto de Faro.

**Pero Sancho**. Pov. na freg. de S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro.

**Pero Soares** Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 72 fog. e 313 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista da séde do conc. 5 k. e está situada na margem direita do rio Mondego, na estrada que vae da Guarda a Linhares. O real padroado apresentava o prior, que tinha 150$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil, cria muito gado de todas as qualidades, e nos seus montes ha muita caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

**Perodiz**. Pov. na freg. de S. Cypriano, conc. e distr. de Vizeu.

**Peroguarda**. Pov. e freg. de Santa Margarida, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Ferreira do Alemtejo, distr e bispado de Beja. Tem esc. do sexo fem. e est. post.; 159 fog. e 597 hab. A pov. dista 7 k. da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 180 alqueires de trigo. A terra é muito fertil em cereaes, e cria muito gado de toda a qualidade. Nos seus montes apparece muita caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

**Peroficos** Pov. na freg de N. S.ª das Neves, de Seixo do Côa, conc. de Sabugal, districto da Guarda.

**Perolivas**. Pov. na freg. de N. S.ª da Caridade, conc. de Reguengos de Monsaraz, distr. de Evora.

**Peros** (*Casal dos*). Na freg. de N. S.ª da Conceição e conc de Ancião, distr. de Leiria.

**Perosinho**. Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Gaia, com , distr. e bisp. do Porto; 414 fog. e 1:767 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada em terreno bastante accidentado. O prior do mosteiro de conegos regrantes de Santo Agostinho, cruzios, do real mosteiro de Grijó, que é limitrophe, apresentava o cura, que tinha réis 60$000 de congrua e o pé d'altar. Até 1834 foi isento do couto de Grijó. Ha aqui um alto cabeço, que antigamente se chamava *Monte Pedroso*, onde em tempos remotos existiu uma grande atalaia ou castello, que esteve de pé e soffrivelmente conservado até que os monges benedictinos fôram expulsos do mosteiro de Lorvão, em 1200. Então alguns dos religiosos mandaram demolir grande parte d'este castello ou atalaia, para com os seus materiaes reedificarem o convento de Pedroso, que lhe ficava a pouca distancia, ao NE. D'este castello fazem menção muitas doações do mosteiro de Grijó, tratando das confrontações das propriedades adjacentes, dizendo em umas *subtus Castro Pedroto*, e em outros *subtus Castrum Petrosum*. Entre frondosos arvoredos silvestres, e na falda d'este monte, se vê a capella de N. S.ª d'Assumpção, vulgarmente denominada do *Castello* ou do *Crasto*. E' templo muito antigo, e não ha memoria de quando se construiu, nem quem foi o fundador. Fica a uns 400 m. a E da egreja matriz. E' grande e tem capella mór. A imagem da padroeira é de pedra, e de 1,m10 d'alto. Perosinho pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 6, com a séde no Porto. ||

Pov. na freg. do Salvador, de Cabeça Santa, concelho de Penafiel, distr. do Porto.

**Peroviseu e Valles.** Pov. e freg. de N. S.ª da Consolação, da prov. da Beira Baixa, conc. e comarca do Fundão, distr. de Castello Branco, bispado da Guarda; 405 fog. e 1:531 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 12 k. da séde do conc. e está situada a 5 k. da margem esquerda do rio Zezere, e a 2 da margem direita da ribeira Mamôa. Os herdeiros do morgado de Perovi seu, Diogo Dias Machado e Cunha, apresentavam o cura, que tinha 100$000 réis de rendimento. E' terra bastante fertil, cria muito gado e tem muita caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

**Perozello.** Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 144 fog. e 586 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada na margem direita do rio Tamega, a 10 k. da séde do conc. O morgado da Torre de Coreixas apresentava o reitor, que tinha 18$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil, e cria gado de toda a qualidade. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

**Perra.** Povoações nas freguezias: Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

**Perrace.** Pov. na freg. de S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto.

**Perraço.** Pov. na freguezia de S. Bartholomeu, de Rego, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

**Perradas.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

**Perrães.** Pov. na freguezia de S. Simão, de Oyan, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

**Perral.** Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Sago, conc. de Monsão, do mesmo districto.

**Pêrre.** Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 281 fog. e 1:830 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medico, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da margem direita do rio Lima. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. na freg. de Romão, de Corgo, concelho de Celorico de Basto, distr. de Braga.

**Perregil.** Ribeira da ilha de Porto Santo, Madeira. Tem a sua origem no pico do Facho, e lança-se na costa N, no porto das Salemas.

**Perrello.** Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alvito, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Bento, de Varzea, do mesmo conc. e districto.

**Perrellos.** Pov. na freg. do Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Perrenca.** Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Fajã de Baixo, conc. e distr. de Ponta Delgada.

**Perrinho.** Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga.

**Perry.** A familia d'este appellido é oriunda de Inglaterra e tão nobilissima e distincta que entrou, por casamento, na illustre e esclarecida casa dos Lords Hollands, da qual hoje descende em linha recta. O nome de Conde de Holland appareceu pela primeira vez em 1064. Holland é titulo de nobreza da familia Fox, da qual descendeu o 1.º Lord Holland Henrique Fox, que foi elevado a esta alta dignidade em 1762, e d'elle descendem pessoas distinctissimas nas lettras, nas sciencias, nas armas e na politica. O appellido veiu para Portugal na pessoa de Josiah Perry, que se estabeleceu na ilha da Madeira em 1650 e justificou ali a sua nobreza perante o vice-consul da nação britannica no anno de 1791, epoca em que vieram de Londres para a mesma ilha mais dois membros da referida familia, chamados Nathaniel Holland e João Perry. O documento d'essa justificação foi escripto em 6 de setembro de 1695, apresentado em 1791, registado em 1827 a fl.ª 31 v.º, e diz que o dito *Josiah (José) Perry era legitimo descendente de sangue inglez, sem connexão alguma com judeus ou mouros, filho de João e Joanna Perry, natural da freguezia de Santo Sepulchro em Old Bailey pequeno de Londres, e que seu pae era cidadão privilegiado de Londres, cujas armas são de Drapus, e que sua mãe era de linhagem legitima da antiga casa dos Hollands, cujas armas são um leão levantado com um loureiro juntamente*, etc. Em Portugal são representantes d'esta antiga e nobilissima familia os senhores. João Agostinho Perry Holland da Camara Lomelino, proprietario na cidade do Funchal, e Pedro Francisco d'Ornellas Perry da Camara, antigo governador da Africa Oriental, jornalista, autor da *Descripção dos Territorios do districto de Cabo Delgado*, relativos á Companhia do Nyassa, commandante do regimento de infantaria n.º 26, que falleceu repentinamente na ilha de S. Miguel em 27 de março de 1906.

**Persegueda.** Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Villarinho dos Freires, conc. de Peso da Regoa, districto de Villa Real.

**Persellada.** Antiga povoação da freg. de Covas, no conc. de Taboa, bisp. de Coimbra. Tem 175 fog., é atravessada por uma estrada em construcção, e deve ter uma escola para o sexo masculino. O terreno é regularmente productivo, e os seus habitantes sobrios e dados ao trabalho. Foi villa, como attesta o seu velho e bem conservado pelourinho, a que os moradores consagram quasi um culto. A maior parte da villa era caseira da Misericordia de Coimbra. Tem carta de privilegios passada em 12 de dezembro de 1788 por ordem e em nome da rainha D. Maria I. D'entre os privilegios destacaremos o seguinte: «São mais privilegiados e libertados para não irem á guerra por mar nem por terra, salvo com o corpo da minha Universidade, ou quando eu fôr em pessoa». Os privilegios, constantes da Carta, abrangiam tambem as mulheres, os filhos e os creados. O conservador da Universidade era juiz privativo para fazer respeitar ás justiças os privilegios constantes da carta referida. Era natural de Persellada o dr. Miguel Borges, distincto advogado

da sua epoca, o qual casou na casa do Barril, e foi pae do bacharel Francisco Freire de Faria, que falleceu conego da Sé Patriarchal de Lisboa. Tambem foi advogado nos auditorios da villa o dr. Julio Gomes, depois ministro d'Estado.

**Pertellado.** Pov. na freg. de Santa Maria e concelho de Sever do Vouga, districto de Aveiro.

**Pertença.** Povoações nas freguezias: S. Martinho, d'Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || S. Miguel, de Refojos de Basto, do mesmo conc. e distr. || S. Martinho, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

**Pertôa.** Pov. na freg. de Saut'Anna, de Vimieiro, conc. e distr. de Braga.

**Perucha.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. Tem caixa postal.

**Perulhal.** Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

**Perulheira.** Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

**Pery** *(Gerardo Augusto).* General falleceido em Lisboa a 15 de outubro de 1893. Funccionario, quer ao serviço do ministerio da guerra, quer ao do das obras publicas, desde 1857 até 1893, é a elle que se devem importantes publicações estatisticas e o levantamento da carta agricola. Entre estas publicações citaremos: *Geographia e estatistica de Portugol e colonias; Estatistica Agricola do districto de Beja; Statistique du Portugal et ses Colonies*, e os documentos do *Inquerito Agricola da 8.ª região agronomica*, em 1888. A Exposição Industrial e Agricola, em Lisboa, a nossa exposição de vinhos em Berlim e a exposição portugueza em Paris no anno de 1889, tiveram no general Gerardo Pery o seu mais brilhante collaborador, contribuindo na de Berlim poderosamente para o bom exito que a nação portugueza ali obteve.

**Pery de Linde.** Appellidos, hoje reunidos em Portugal, de duas antigas e nobres familias flamengas, de que no seculo XVI vieram representantes para a peninsula iberica. Miguel Pery, nascido em Anvers em 1588, veiu para Hespanha e estabeleceu residencia em San Lucar de Barrameda, onde os do conselho da cidade o reconheceram por *fidalgo notorio de sangue, como haviam sido seus paes e avós em Flandres*, concedendo-lhe por isso os privilegios e isenções de que costumavam gozar as pessoas de tal qualidade. Era filho de Simão Pery e neto de Hugo Pery, naturaes tambem de Anvers, vivendo este ultimo, o mais antigo de que falam os papeis da familia, em 1500, na referida cidade, *á lei da nobreza*. Francisco Pery, irmão de Miguel, nasceu egualmente em Anvers, em 4 de setembro de 1513, e passou a Portugal, onde segundo documentos «exercitou o commercio com grossos cabedaes e foi capitão da Companhia dos Flamengos, no tempo de D. João IV, pois d'esse cargo tomou posse em 9 de agosto de 1647.» As armas dos Perys são: Escudo cortado em faxa. No quartel superior, em campo de prata, uma arvore verde, frondosa, com muitos pômos de ouro. No inferior, em campo vermelho, dois ladrilhos quadrados, de prata, e, mais a baixo, a meio d'elles, um tri-folio de ouro. Elmo de prata, guarnecido de ouro, e sobre elle, por timbre, uma arvore como a do escudo Paquife matizado de prata e vermelho. Luiz Van den Linden (Linde), que já em 1500 residia em Lisboa, era tio de Filippe Van den Linden, *cavalleiro da Espora Dourada* e senhor de Marneffo, em Flandres; e pae de João Filippe Van den Linden, eriado barão de Avoghenorst, sendo suas armas: Escudo cortado. Na parte superior, em campo de prata, tres mochos pretos. Na inferior, campo todo vermelho. Por supportes dois tigres de sua côr, cada um com sua lança e estandarte em cima, no da direita as armas do escudo e no da esquerda, em campo de ouro, uma faxa azul e tres mochos vermelhos, dois na parte superior e o restante na inferior. D. Maria Hustaerdt (Hustarte), filha de Catharina Van den Linden e neta materna de Luiz Van den Linden, nascida em Lisboa em 12 de julho de 1609, casou em 29 de janeiro de 1630, com o já citado Francisco Pery, levando por dote 88 mil cruzados. Por esse casamento se inicioi em Portugal a juncção dos appellidos Pery e Linde, que se teem conservado desde então n'uma só familia, da qual, continuando as suas distinctas tradições, teem saido muitas notabilidades, frades, freiras, concegos, arcediagos, fidalgos-cavalleiros, familiares do Santo Officio, desembargadores, officiaes generaes de terra e mar, funccionarios superiores de diversas repartições publicas, escriptores, jornalistas, etc. Os avultadissimos bens dos Perys de Linde fôram vinculados em 1749, havendo numerosas e nobilissimas allianças, por casamento, com essa familia, como por exemplo, com as de Matilart (ou Mailart), Speecx, Huys, Severin, Uddyck, Spleghen, Lafontaine, Sera y Valdés, Sandoval, Goldsmith, Aguirre e Arria, Riekmers (Henriques), Correia de La Cerda, Guerreiro de Amorim, Fraga, Luna, Sousa Coutinho, etc., etc. Catharina Van den Linden, acima citada, tambem natural de Lisboa, casou, em 1603, na freguezia de S. Julião, com o opulento Carlos Hustaerdt, natural de Anvers, e d'elle houve, além de D. Maria Hustarte, mais tres filhos. Falleceu, já viuva, em 1662, e foi sepultada, como o marido, no jazigo que lhes pertencia na capella de Santo André, dos Flamengos, no convento de S. Domingos, jazigo que era o primeiro do lado do Evangelho.

**Pery de Linde** *(Joaquim Luiz de Sousa Fraga).* Professor de tachygraphia e jornalista contemporaneo. Nasceu em Lisboa a 8 de abril de 1865, sendo baptisado na freg. da Pena. Filho de Diogo Maria da Fraga Pery de Linde, chefe aposentado da secção tachygraphica da camara dos dignos pares do reino, e de D. Helena Rita Mancia de Sousa, fallecida em 12 de dezembro de 1900. Começou a sua carreira official sendo nomeado praticante tachygrapho na camara dos Pares em 4 de julho de 1881, aspirante em 20 de fevereiro de 1884, terceiro official em 30 de junho de 1898, segundo official em 27 de dezembro de 1902. Em 31 de agosto de 1905, por deliberação da mesa da mesma camara, saiu do quadro da repartição de tachygraphia, a que até então pertencera, e foi nomeado 1.º official-redactor, sendo encarregado do serviço especial das actas e tendo tambem desempenhado as funcções de re-

dactor dos *Summarios* e *Diarios das Sessões*. Tendo elaborado um novo trabalho sobre tachygraphia, o qual foi depois publicado na *Bibliotheca do Povo e das Escolas*, requereu ás mesas das duas camaras legislativas que os professores das aulas de tachygraphia annexas ás mesmas camaras examinassem as *provas* d'esse trabalho, e déssem ácêrca do seu valor technico o respectivo parecer; e, tendo a mesa da camara dos pares tomado conhecimento das informações officiaes, resolveu em 29 de novembro de 1906, propôr ao governo que o autor fôsse agraciado por distincção com o grau de cavalleiro da ordem de S. Thiago, como effectivamente foi, por decreto de 6 de dezembro do mesmo anno. Foi tambem agraciado pelo governo francez, em 19 de julho do mesmo anno, cavalleiro da Legião d'Honra. Igualmente foi pelo governo hespanhol, em 1 de outubro de 1907, agraciado com o grau de cavalleiro da ordem de Affonso XII, do merito scientifico e litterario. Por despachos de 13 de agosto de 1903 e de 25 de maio de 1905 foi encarregado de, em commissão extraordinaria e gratuita de serviço publico, estudar no estrangeiro a applicação da tachygraphia aos usos commerciaes, apresentando o respectivo relatorio em setembro d'este ultimo anno. Foi um dos fundadores, em 1893, da Associação dos Atiradores Civis Portuguezes, de que foi director desde 1891 até 1898. Constituindo-se a União dos Atiradores Civis Portuguezes ficou pertencendo ao conselho gerente, e como secretario geral desde 1906, sendo nomeado socio honorario em 1909. Tem tomado parte e sido premiado com diversas medalhas, diplomas e objectos d'arte, em varios concursos de tiro. Alcançou a medalha de prata no concurso internacional, por occasião do centenario da India. Pertence a varias outras associações, e entre ellas: Sociedade de Geographia de Lisboa, da qual foi delegado ao congresso de Ensino Technico reunido em Paris a 6 de agosto de 1900; ao Instituto de Coimbra, Liga Naval Portugueza; Associação dos Jornalistas de Lisboa; Associação dos Atiradores Civis de Loanda, do que tem o diploma de honra, como tambem lhe foi concedido pela Sociedade Union Ecuatoriana, de Valparaizo, e pela Federacion Taquigrafica Española. E' fundador da Sociedade Portugueza de Bibliophilos *Roma Machado*. Tem feito parte da direcção do Monte Pio Official e da Cooperativa Predial Portugueza, sendo fundador d'esta ultima aggremiação. Datam de 1883 os seus primeiros trabalhos litterarios, tendo começado a escrever n'esse anno no *Archivo Academico*, jornal dos alumnos do lyceu de Lisboa, e collaborando desde então em varias publicações: *Pandemonio*, quinzenario de 1885; *Moda Illustrada* (secção litteraria), *Globo; Noticias da Noite; Semanario de Lisboa; Imparcial*, etc. Redigiu a secção parlamentar da *Gazeta de Portugal; Correio da Noite; Dia; Jornal da Noite; Novidades; Debates; Jornal do Commercio;* etc. Entrou para a redacção da *Folha do Povo*, em 1885; passou á do *Diario de Noticias*, á qual pertence desde outubro de 1895; e fez parte da redacção da *Vanguarda*. Dirigiu o quinzenario lisbonense *O Philatelista*, de 1894-1896. Como tachygrapho publicou os seguintes trabalhos: *Noções praticas de tachygraphia, especialmente dedicadas a jornalistas e estudantes de Portugal e Brazil*, Lisboa, 1892, duas edições; *Caderno auxiliar das Noções Praticas de Tachygraphia*, por..., tachygrapho da camara dos Pares e professor de tachygraphia no Instituto Nobre de Carvalho, Escola Academica e Instituto Academico, Lisboa, 1893; *Tachygraphia* (volumes 225 e 226 da *Bibliotheca do Povo e das Escolas*), Lisboa, 1906; *Empalação de um tachymanco insolente e vaidoso, em desaggravo dos tachygraphos portuguezes*, Lisboa, 1906.

**Pés de Pontes.** Pov. na freguezia de S. Julião, de Cambra, concelho de Vouzella, distr. de Vizeu.

**Pés do Serro.** Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr de Faro.

**Pesante.** Moeda, de que se encontra menção nas escripturas mais antigas d'este reino. Parece que era de prata e do tamanho dos nossos antigos tostões de prata, e que nos ficou do tempo dos moiros, mas não ha certeza do seu feitio, peso, valor, nem do metal de que era feita.

**Pesca.** A situação geographica da peninsula e a grande riqueza da sua fauna maritima fizeram com que desde a mais remota antiguidade tivessem fama as suas pescarias. Um dos artigos de trafico lucrativo dos phenicios era o peixe salgado levado por elles da Iberia. Mais tarde, sob o dominio carthaginez e principalmente no tempo dos romanos, desenvolveu-se muito o exercicio da pesca maritima, e ha noticias certas de estabelecimentos fixos n'essa epocha. Designadamente a parte da peninsula que depois foi Portugal, apresenta condições muito favoraveis para a pesca. Portugal inteiro, póde dizer-se, é uma praia de mar; n'ella e ao longo dos rios que constituem os seus systemas hydrographicos, se estabeleceram os primeiros e mais importantes povoados; e assim uma parte relativamente grande da gente portugueza se applicou desde bem cedo a explorar as aguas maritimas e fluviaes. As duas notaveis *rias*, de Aveiro e do Faro, eram dois riquissimos mananciaes de facil aproveitamento. Desde os primeiros tempos se encontram nomes de povoações que demonstram a applicação á pesca maritima, e até á de especies depois extinctas (Baleal, Athouguia da Baleia, etc.). Os foraes estão cheios de preceitos relativos a pescarias e sua tributação. D. Diniz fundou, ao norte da sua dilecta villa da Pederneira, a povoação de Paredes, exclusivamente destinada á pesca. No anno de 1353, no reinado de D. Pedro I os pescadores de Lisboa e Porto fizeram um tratado com Duarte III, de Inglaterra, para poderem pescar pelo decurso de 50 annos sobre as costas d'aquelle reino. Nas côrtes d'Evora, em 1481, reclamaram os povos contra certas pescarias. Com os descobrimentos maritimos realisados no seculo XV iniciam-se as pescas longinquas. O infante D. Henrique favoreceu a formação, em Lagos, d'uma companhia para a pesca nas costas de Africa recentemente descobertas. No mesmo dia memoravel (7 de junho de 1494) em que era assignado em Tordesillas o espantoso Tratado, pelo qual Portugal e Castella partilhavam o mundo, outro tratado se assignava entre as duas potencias reservando para Portugal o exclusivo da pesca desde o Cabo Boajador até ao Rio do Ouro. Acha-se publicado no livro *Alguns documentos da Torre do Tombo*, (Lisboa, 1892). A seguir aos descobrimentos dos Côrte-Reaes na America

do Norte, estabeleceu-se a navegação para o Banco da Terra Nova, á pesca do bacalhau; Aveiro foi no seculo XVI o grande emporio d'essa pescaria longinqua. D. João III e D. Sebastião deram regimento particular ás frotas que annualmente partiam para a Terra Nova. Mais recentemente o marquez de Pombal fundou no extremo léste do Algarve a Villa Real de Santo Antonio para ser um importante porto de pesca. Nos nossos dias pescadores algarvios foram, em seus pequenos cahiques, estabelecer-se no Porto Alexandre, no sul de Angola. Açoreanos e cabo-verdeanos constituem ainda hoje uma parte importante das tripulações dos baleeiros americanos. A agricultura e a pesca foram e são as duas industrias naturaes dos portuguezes. Das suas qualidades de pescadores pacientes e audazes resultaram as suas excepcionaes aptidões para os descobrimentos maritimos e para todas as outras applicações aos diversos usos do mar. Conforme a região onde se exercem, classificam-se as pescas em: *lacustres*, *fluviaes* e *maritimas;* e estas em *costeiras*, *do alto e longinquas*. Em relação a pescas está adoptada a expressão *planalto continental*, para significar a faxa ao longo das costas, mais ou menos em declive, até á profundidade de 100 braças, na qual apparecem e podem ser capturadas as principaes especies comestiveis. Esta faxa é muito *mais estreita* em Portugal e nas restantes costas occidentaes da Peninsula do que nas costas dos outros paizes da Europa banhados pelo Atlantico. D'este facto resulta uma excepcional variedade de condições bathymetricas junto das nossas costas, verificando-se a existencia, em espaço mais limitado, de especies mais numerosas e com abundancia maior de individuos; e assim a industria da pesca fornecia productos em quantidade sufficiente para a alimentação nacional, que foi sempre ichthyophagica em alto grau, e ainda para a exportação. Nos ultimos 50 annos o augmento da população, a melhoria das suas condições economicas, as facilidades de circulação no interior e principalmente o rapido augmento da exportação, tudo concorreu para tornar mais intensa a applicação ás pescas maritimas. Empregaram-se novos apparelhos, cada vez mais aperfeiçoados, para poderem colher maior quantidade de peixe com o trabalho de menor numero de individuos; o producto annual das pescas foi augmentando. Começou-se então a prever que esse augmento deveria ter um limite, se a abundancia das especies o tivesse, como, aliás, nem todos admittiam. Um derradeiro invento levou ao maximo a intensidade das pescas: as redes de arrastar rebocadas por vapores. Entretanto o planalto portuguez era sómente explorado por pescadores portuguezes, com excepção de uma parte da costa do Algarve, onde havia, e ha, a concorrencia de pescadores hespanhoes, origem de controversias grandes entre as duas nações. Mas, desde 1904, começaram a apparecer na nossa costa vapores de arrasto estrangeiros, os quaes, esgotados ou quasi os seus planaltos, vinham procurar trabalho no nosso; e esses vapores, de exploração muito economica, lucravam trazendo aos nossos portos o peixe por elles colhido. Os resultados foram: augmento de alimentação de peixe pelo barateamento, relativo, do custo de algumas especies; diminuição dos lucros dos pescadores nacionaes; despovoamento, relativo, do planalto para as especies que os vapores principalmente colhem. Por isso os vapores estrangeiros começaram já a estender os seus lanços para o planalto da costa de Marrocos; os portuguezes procuram transformar-se de modo a poderem ir tambem áquella costa; e d'este modo a pesca com vapores, que era *do alto*, tende a transformar-se em *longinqua*. Mas a industria da pesca é tão natural aos portuguezes, que, a despeito d'estes incidentes, ella tem sempre enthusiastas. Todos os annos são requeridas novas concessões de locaes, principalmente para armações de sardinha e depositos de lagostas, e por toda a costa se observa o desenvolvimento na applicação de iniciativas e de capitaes. Em dois grandes grupos se pódem dividir as especies ichthyologicas maritimas: as *sedentarias* e as *emigrantes;* estas ultimas pódem ainda ser sub-divididas em *viajantes* e *emigrantes propriamente ditas;* d'umas e d'outras contam os naturalistas cêrca de 270, constituindo a riqueza da nossa fauna maritima. Nem todas são comestiveis, ou de uso vulgar e agradavel. Algumas são raras, outras de avultada frequencia. Em geral a biographia dos peixes contém ainda hoje muitos pontos de interrogação; d'aqui resulta que a technica das pescas e a sua administração pelo Estado teem de soffrer frequentes variações, conforme os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos. Sob o ponto de vista de fino sabor, os melhores peixes das aguas maritimas portuguezas são: *pregado*, *rodovalho*, *imperador*, *pargo*, *salmonete*, *linguado*, *cherne*, *corvina* e *atum*. Em relação á abundancia convém mencionar: *sardinha*, *carapau*, *pescada*, *faneca*. Nos crustaceos ha a indicar: *lagosta*, *lavagante* e *camarão*. Dos molluscos cephalopodes citaremos: *polvo*, *lula* e *choco*; e dos bivalves: *ostra*, *mexilhão*, *ameijoa* e *berbigão*. Digamos algumas palavras sobre algumas das principaes especies: *Sardinha*.—Muito abundante em toda a costa. Apresenta por vezes irregularidades, ainda hoje inexplicaveis, na sua frequencia. Ha alguns annos desappareceu quasi de repente das costas de França, ao mesmo tempo que recrudesceu em abundancia nas de Portugal; foi essa uma das causas do desenvolvimento das nossas fabricas de conservas. A sua maior frequencia é, normalmente, a seguinte: no norte, de outubro a janeiro; no centro, de dezembro a abril; no sul, de setembro a dezembro. *Pescada*.—E' o peixe graúdo de uso mais vulgar; emprega-se nos hospitaes, como dieta, depois do linguado e da faneca. A pescada adulta colhe-se nas grandes profundidades, de mais de 100 metros. Da applicação de certas artes de arrasto resulta a pesca da *marmota*, que é a pescada ainda não adulta, e d'ahi a diminuição das adultas, que chegaram a ser consideradas peixe rico. Mas o arrasto a vapor veiu tornar mais frequente a pescada, que é hoje assaz abundante no mercado de Lisboa, não tanto já pela colhida na nossa costa, como pela que os vapores trazem de mais longe. *Carapau*, *chicharro (carapau grande)*.—Especies muito abundantes, muito usadas pela classe popular, pelo seu baixo preço; por vezes escasseiam e encarecem. *Atum*.—Peixe de grandes dimensões, chegando a 1 metro e mais de comprimento, muito apreciado, principalmente de conserva. Apparece quasi exclusivamente na costa do Algarve, em duas epo-

cas consecutivas, mas passando em direcções oppostas: de abril a junho transita de oeste para léste (*atum de direito*), de julho a agosto, de léste para oeste (*atum de revez*). A explicação d'esta mudança não está ainda cabalmente conhecida. A frequencia do atum é muito variavel de anno para anno. A sua pesca só póde ser exercida pela grande industria. *Lagosta* e *lavagante*.—Assaz abundantes, sobretudo a primeira, nas costas do norte e do centro. O seu uso era pouco vulgar em Portugal. Ha cêrca de 20 annos começaram a ser procuradas por estrangeiros, principalmente por francezes, que as compravam aos nossos pescadores, levando as em pequenos navios, de construcção adequada para as poderem conservar vivas em agua do mar. Desde então a pesca da lagosta e lavagante desenvolveu-se muito; construiram se nas rochas da costa depositos apropriados, onde a agua do mar entra, e nos quaes se conservam os animaes vivos até serem exportados. A pesca tornou-se intensiva. Dos Açôres tambem se exportam para França milhares de lagostas. Em 1910, até meado de outubro, sairam d'ali 32:780 lagostas. *Ostra commum* ou *ostra portugueza*.—Vulgar, quasi sempre de pequenas dimensões e de gosto mediocre. O capitão de um navio que de Portugal levava um carregamento de ostras para França, tendo-se demorado na viagem, imaginou as mortas e lançou-as ao mar n'um pouto da costa d'aquelle paiz; como nem todas estivessem mortas, formaram-se bancos, d'onde hoje são extrahidas as ostras chamadas portuguezas, que se vendem no mercado de Paris Tem-se tentado, com pouco exito, repovoar os nossos bancos com a *ostra franceza*, mais saborosa, e que em tempos existiu espontanea no Algarve. *Mexilhão; ameijoa*; *berbigão*. Molluscos bivalves muito apreciados O mexilhão abunda muito na ria de Aveiro; a ameijoa na ria de Faro; e são ambos objecto de commercio lucrativo. O berbigão, mais vulgar em quasi toda a costa, é principalmente empregado pela classe piscatoria. *Bacalhau*.—Este especie é a de maior consumo em Portugal, sobretudo nas classes media e popular. O grande desenvolvimento das pescarias dos portuguezes no banco da Terra Nova diminuiu muito a partir do seculo XVI. Actualmente vão alguns navios, que trazem o peixe para secear nos seus portos de armamento—Figueira, Lisboa (Azinheira) e Ponta Delgada e tambem em Aveiro. Mas a proporção do bacalhau chamado nacional é minima, comparada com a do chamado bacalhau estrangeiro, que é necessario importar para satisfazer ás necessidades do consumo. *Cetaceos (baleia, cachalote)*.—Afóra a pesca realisada por nacionaes fazendo parte das tripulações de navios estrangeiros, hoje só nos Açôres se fazem armamentos para a baleia, e ainda assim, apenas para apanhar as que passam á vista das ilhas, e que se procuram arpoar com incrivel audacia e não pequeno risco. Das especies abyssaes, em geral não comestiveis, devem-se mencionar os variados *esqualos* e outros peixes, alguns raros; o seu conhecimento foi muito augmentado pelas explorações oceanographicas iniciadas nos nossos mares em 1870 pelo *Porcupine* e *Norna*, continuadas por navios, entre os quaes se devem mencionar o *Travailleur* e o *Talisman* e mais tarde o *Princesse Alice* do principe de Monaco, e finalmente ampliadas pelas campanhas do yacht *Amelia* d'el-rei D. Carlos, cujos estudos e collecções foram devidamente apreciados pelos naturalistas nacionaes e estrangeiros. A industria da pesca maritima carece especialmente de *apparelhos* para a captura das especies, de *barcos* para a applicação d'esses apparelhos e transporte de pescaria, e ainda subsidiariamente de *estações* ou *portos de pesca*, devidamente preparados com armazens, caes, abrigos e outros auxiliares para a boa utilisação da industria. Dos *barcos de pesca* ha em Portugal grande variedade, mantendo-se ainda typos de data muito antiga e de construcção assaz primitiva; talvez alguns d'esses typos conservem ainda vestigios dos barcos phenicios. Muitos d'elles são assaz originaes, alguns especiaes das nossas costas, alguns outros tendendo a desapparecer. Citaremos os *saveiros*, *ilhavos e meias-luas*, de popa e proa recurvadas, as *lanchas póveiras* com o nome, quasi sempre religioso, sobresaindo das côres vivas do costado, os *cahiques do Algarve*, de fórmas elegantes e que lembram as antigas caravélas. As *rascas da Ericeira* e as *muletas do Barreiro*, typo este que tanto enthusiasmou o notavel archeologo naval francez, o almirante Paris, deixaram de empregar se. Todas as embarcações de remo ou de véla usadas nas nossas pescas, são, com rarissimas excepções, construidas em Portugal. São muito numerosos e de variadissima nomenclatura os instrumentos empregados em pesca. Podem classificar-se em: *fisgas, arpões*, e congeneres, *apparelhos* de *linha* com um ou mais *anzoes*, *redes*, *dragas (arrastos)* As redes podem ser ou de *emmalhar*, quando o peixe nadando atravez das suas malhas fica entalado n'ellas, ou simplesmente de reunir o peixe em um bolso ou *sacco*.—Os apparelhos para a pesca da sardinha estão hoje officialmente classificados em: *fixos* e *moveis*; os primeiros abrangem as *armações (valencianas, redondas)*, e os segundos sub dividem se em apparelhos de *emmalhar* e de *cercar (por terra, para bordo)*. Os apparelhos para a pesca do atum, no Algarve são todos fixos (*armações*, antigamente *almadravas*). Uma armação de sardinha, e mais ainda uma armação de atum, consta d'um conjuncto assaz complicado de redes, amarras e boias, com nomenclatura especial, e cujo emprego demanda muito saber experimental. Os *vapores de pesca* empregam-se ainda tão sómente no *arrasto* pelo fundo; os apparelhos por elles usados são todos de invento estrangeiro, com o nome generico de *trawls*; apezar de muito aperfeiçoados, os seus effeitos não podem deixar de ser considerados destruidores.—Entre a grande variedade de apparelhos, alguns ha que são antagonicos entre si; assim os *cercos* e *galeões* são antagonicos com as *armações*, *sardinheiras* e *artes de chavéga*; e os *arrastos* com os *apparelhos de linhas* e *redes fundeadas*; onde trabalha um d'estes apparelhos, não podem trabalhar os outros, porque mutuamente se prejudicam. Certamente uns apparelhos são mais aperfeiçoados que outros, ou, talvez melhor, uns colhem mais peixe que outros; mas nem todos os pescadores podem dispôr dos melhores apparelhos; d'ahi a necessidade de intervir o Estado, regulando o exercicio dos diversos apparelhos. Nem todas as especies são egualmente frequentes na nossa costa durante o anno inteiro; como succede em relação ao atum e á sardinha; por isso tambem a applica-

ção dos apparelhos varia com as epocas durante o anno. São numerosissimos os nossos *portos*, ou melhor, *estações de pesca*, visto que na verdade não temos um porto de pesca com todo o desenvolvimento necessario, como ha em alguns outros paizes, não muitos, principalmente no Norte; mas tambem é certo que as condições dos nossos mares são em geral mais favoraveis que as dos mares do Norte da Europa. Falando-se dos *pescadores*, deve-se distinguir entre o *trabalhador* propriamente dito, em geral proletario, e o *industrial*, dispondo de capitaes mais ou menos avultados. No norte o trabalho da pesca é geralmente individual; no sul, e principalmente no que respeita ás armações, é collectivo; os pescadores do norte são, pois, mais independentes, mas tambem mais sujeitos a crises, por vezes bem tristes. Por toda a parte havia, porém, o espirito associativo, mas especialmente sob a fórma religiosa *(irmandades, compromissos)*; apparecem agora tendencias para associações modernas, principalmente no sul. Ethnicamente as povoações piscatorias, sobretudo no norte e no centro, fórmam nucleos, por vezes muito caracteristicos *(póveiros, canjoanneiros* (da Foz do Douro*), ilhavos*. Os *varinos (*oriundos de Ovar e Murtosa, mas vivendo em grande numero em Lisboa*)* são os pescadores por excellencia; as suas mulheres dão ás ruas da capital a nota alegre dos pregões da venda do peixe, e da elegancia, por vezes escultural, das suas figuras, que tanto impressionam os estrangeiros. - Os pescadores são, em geral, morigerados; por isso a criminalidade é diminuta entre elles; casam cedo, e são muito prolificos. A sua instrucção deixa bastante a desejar; em diversos centros de pesca o numero de mulheres sabendo lêr e escrever é muito superior ao dos homens; por isso muitas vezes são ellas as gerentes das pequenas sociedades; ha mesmo muitas mulheres negociantes de peixe.— Os homens são bons marinheiros; Ilhavo é ainda hoje a patria de grande numero de officiaes da marinha mercante.—Os duros trabalhos do mar, os soffrimentos do proletariado, as tradições, o espirito religioso, os cuidados da familia, são os principaes elementos da vida mental dos pescadores, que se manifestam nos seus descantes e diversões. Os pescadores emigram pouco; alguns teem ido para Africa (Mossamedes*)*; das crises por que a Povoa de Varzim tem passado, resultou um começo de emigração para o Brazil (Pará, Maranhão). Quanto á industria do pesca, propriamente dita, nos trabalhos estatisticos elaborados pela Commissão Central de Pescarias consideram-se tão sómente as pescarias sobre a jurisdicção administrativa do Ministerio da Marinha, isto é, as que se realisam no *mar* e nas *aguas salobras* (aguas dos rios, rias e esteiros até onde aquella jurisdicção se exerce). Considerando, pois, o seu conjunto sob a denominação geral das *pescas maritimas,* diremos que a industria d'estas se póde dividir em: *pequena*, quando é exercida por um individuo ou só ou apenas com pessoas de familia, empregando apparelhos seus proprios; *media*, quando é exercida por uma *companha*, da qual em geral o *mestre* é o proprietario do barco e por vezes tambem das rêdes; e *grande*, a qual se applica principalmente á pesca da sardinha e do atum por armações, bem como á do bacalhau, e é em muitos casos exercida por *sociedades commerciaes*. O custo do apparelho completo, incluindo as embarcações, d'uma armação valenciana para a sardinha oscilla entre 7 e 14 contos; o de uma armação de atum entre 14 e 20 contos. Em 1906 lançaram se 133 armações de sardinha e 17 de atum. A industria distribue-se regionalmente por *estações* ou *portos de pesca*, já definidos. D'estes pódem contar se cerca de 110 só no continente, alguns de importancia minima. A determinação do valor d'um porto de pesca póde fazer-se sommando o valor do material empregado com o da pescaria colhida. Fazendo esse trabalho para o anno de 1905, encontramos o seguinte, em relação aos nossos portos de pesca maritima de importancia superior a 120 contos. Setubal *, 1.107; Aveiro *, 815, Villa Real de Santo Antonio *, 693; Lisboa, 578; Cezimbra, 566; Nazareth, 395; Lagos, 352; Olhão *, 337; Leixões, 332; Villa Nova de Portimão, 301; Faro *, 379; Povoa de Varzim, 271; Figueira * (com Buarcos), 258; Porto *, 226; Peniche, 218; Funchal, 15·; Caseaes, 153; Tavira *, 151; Ponta Delgada, 127. Estas indicações são extrahidas da *Estatistica das Pescas Maritimas* no anno de 1905; mas o valor da pescaria é augmentado de 25 °|₀ sobre o que a *Estatistica* fornece, sendo este augmento arbitrado pela experiencia para corrigir as deficiencias provenientes de diversas causas, e entre ellas o valor da alimentação dos proprios pescadores.—Os portos marcados com * são aquelles em que, além da pesca maritima, ha a das aguas salobras. Na valorisação do porto de Aveiro inclue-se a das diversas estações de pesca desde Furadouro até Mira, tanto da beira mar como da ria.—Lisboa, como porto de pesca, abrange as diversas estações das duas margens do Tejo, desde Pedrouços até Trafaria, e ainda a de Caparica; esta é de todas a mais importante, quanto ao numero de individuos empregados na pesca, seguindo-se-lhe Seixal, Barreiro e Traria.=Aos valores da pescaria, para Lisboa e Porto, ha que accrescentar respectivamente os de 210 e 122 (sem augmento de 25 °|₀) de peixe trazido pelos vapores de arrasto estrangeiros; mas estes valores, pela sua origem, não pódem entrar na determinação da *importancia* d'aquelles dois portos de pesca.—N'este mappa apparece Cezimbra, a *piscosa* dos *Luziadas*, em quinto logar, ao passo que em annos anteriores occupava o primeiro; é manifestamente um anno excepcionalmente mau para Cezimbra que sempre foi considerada o primeiro porto de pesca de Portugal.— Leixões valorisa-se em parte pelo peixe que ali é levado pelos pescadores da Povoa de Varzim; d'ahi o logar inferior occupado no mappa por este ultimo porto de pesca, que até ha poucos annos era o primeiro da costa do norte; entretanto é certo que diversas causas concorrem para a diminuição da importancia da Povoa, como porto de pesca.—Da mesma fórma Villa Real de Santo Antonio valorisa se em parte com a pescaria de outros portos do Algarve, principalmente Lagos Faro e Tavira, que ali é levada por mar para as fabricas.—Na valorisação dos portos, que tambem armam para o bacalhau e para a baleia, não se incluem os elementos relativos a estas pescas, que a *Estatistica* considera á parte. O peixe *fresco* que se destina ao consumo immediato, não carece de qualquer trabalho de preparação; quando muito algumas especies são *salpicadas*, isto

é, recebem externamente levo porção de sal; e emprega se tambem o gelo, principalmente na pesca exercida pelos vapores. Mas logo que o consumo tem de demorar se, o peixe carece de ser preparado. Este trabalho póde ter em vista sómente conservar o peixe até ser cozinhado, ou então preparal o desde logo para o consumo ul terior. Em Portugal empregam-se principalmen te os seguintes processos: *secca, salga, salmoura, escabeche* e *conserva* propriamente dita. A secca gem emprega se no Algarve para preparar a *moma* (tiras de atum, prensadas e seccas ao ar li vre) e as *ovas de atum*; e em alguns pontos de pesca para a arraia e o cação; tudo isto de pequena importancia industrial. O bacalhau é salgado e secco ao ar livre. O escabeche emprega-se para o mexilhão (Aveiro) e algumas especies de peixes ricos. A salga e a samoura applicam-se principalmente á sardinha e atum. N'outros tem pos empregou-se muito a pescada salgada. Mas a preparação industrialmente mais valiosa é a que realisa pela conserva, e que se applica tam bem principalmente á sardinha e ao atum, e, em quantidade muitissimo menor a outros peixes e á lagosta. A industria da conserva do atum em latas foi introduzida em Villa Real de Santo Antonio por um italiano, com o fim de exportar o peixe preparado para o seu paiz; por isso os lettreiros das latas eram escritos na sua lingua. Mais tarde vieram industriaes francezes preparar a sardinha que introduziram no seu paiz, em latas com lettreiros em francez. A seu exemplo começaram os industriaes portuguezes a preparar as conservas de peixe; hoje esta industria está muitissimo desenvolvida no nosso paiz, e as conservas portuguezas de peixe conquistaram já logar preeminente no consumo mundial. Os principaes centros de fabricas de conservas de peixe são: Mattosinhos, Espinho, Lisboa, Setubal (o mais importante) Faro e Villa Real de Santo Antonio. A sardinha e o bacalhau são alimentos vulgares, principalmente nas provincias do norte e do centro do paiz; por isso se aproveitam todos os meios para fazer circular o peixe fresco; a viação accelerada veiu facilitar muitissimo essa circulação; mas ainda se empregam os transportes em solipedes e até o transporte á cabeça a grandes distancias; frequentemente em aldeias sertanejas, e muito afastadas da costa, se ouve apregoar peixe fresco; e villas e cidades do interior teem o seu mercado em determinados dias da semana. Alguns productos do mar e das aguas salobras são colhidos com destino immediato a adubos das terras: são principalmente os *caranguejos* e as *plantas marinhas*. Os caranguejos são apanhados sobretudo no norte, desde Caminha até á Figueira, e conhecidos pelos nomes de *pilado* e *mexoalho*; a pesca exerce-se exclusivamente por meio de redes de arrastar para terra; o producto d'esta pesca em 1905, augmentado de 25 °|₀ sobre o da *Estatistica*, avalia-se em 143 contos. As plantas marinhas propriamente ditas (a que os pescadores chamam *argaço*, *sargaço*, etc.) são colhidas em toda a costa, mas especialmente no norte. Os habitantes das costas em geral apanham as que são arrojadas pelo mar; mas entre Espozende e a Povoa vão buscal-as a alguma distancia em jangadas muito caracteristicas, tripuladas por um só individuo, por vezes uma mulher. Na ria d'Aveiro as plantas criam-se em *praias*, porções de terreno ou sempre alagadas ou que descobrem na maré baixa; a colheita do *moliço* (nome generico com que essas plantas são designadas) dá logar a uma industria assaz desenvolvida e de effeitos destruidores para a fauna que habita as mesmas aguas. Tem-se feito tentativas para o desenvolvimento da piscicultura, principalmente nas aguas salobras; por emquanto pouco ha de aproveitavel. Os chamados *viveiros* de peixe na ria d'Aveiro são quasi todos meros depositos, alguns fazendo parte das salinas. Na ria de Faro teem tido um certo desenvolvimento os *depositos de ameijoas*. Pensa-se na organisação de uma estação experimental, organisada conforme os preceitos dos modernos conhecimentos. Em todas as colonias portuguezas mais ou menos se exerce a pesca maritima. Os mares que rodeiam as ilhas de Cabo Verde são piscosos, e tambem ali existe o *coral*, cuja apanha é exercida principalmente por italianos. No districto de Mossamedes, da provincia d'Angola, e principalmente em Porto Alexandre, está muito desenvolvida a pesca, exercida por algarvios; a maior parte do peixe colhido é preparado pela seccagem, e tem consumo certo no resto da provincia e ainda na de S. Thomé para alimentação dos serviçaes das roças. Em Lourenço Marques iniciou-se ha poucos annos a pesca de arrasto por vapores. No archipelago do Bazaruto, proximo da costa de Sofala, e nas ilhas de Cabo Delgado e costa fronteira ha bancos naturaes de *ostras perliferas*, para cuja exploração scientifica se teem organisado companhias. || Bibliographia: *Memoria sobre as diversas salgas de sardinha, com o methodo de aproveitar as enxovas e sobre a salga dos peixes grossos*, Lisboa, 1804; *Memoria sobre as pescarias reaes do reino do Algarve*, Lisboa, 1813, e outras do mesmo autor, Constantino Botelho de Lacerda Lobo, publicadas nas *Memorias Economicas* da Academia Real das Sciencias; *Memoria sobre a pesca do bacalháo*, por Jacob Frederico Torlades Pereira d'Azambuja, Lisboa, 1835; *A Industria de Peniche*, por Pedro Cervantes de Carvalho Figueira, Lisboa, 1815; *Relatorio sobre a pesca no rio Minho*; por Regalla, 1888; *Organisação dos serviços das pescas*, por Magalhães e Regalla, 1888; *Relatorio da capitania do Porto ácerca da industria da pesca*, Silva Costa, 1889; *A ria de Aveiro e as suas industrias*, Regalla, 1889; *Policia das aguas*, Correia, 1891; *Relatorio sobre a pesca maritima nas aguas de Peniche, Berlengas e Farilhões*, Baldaque, 1889; *Relatorio*, por Alfredo Ghira, 1889; *Catalogo do museu da escola Pedro Nunes*, por F. F. Benevides, 1889; *Relatorio*, por Lima Andrade e Sousa Forjaz e Loureiro, 1890; *Estado actual das pescas em Portugal*, por A. Baldaque da Silva, 1892; *As pescas maritimas em Portugal*, artigo de que reproduzimos acima alguns capitulos, por Vicente d'Almeida d'Eça, no *Boletim da Sociedade de Geographia, de Lisboa*, n.º 12 de dezembro de 1908, e publicado em parte, primitivamente, no livro *Notas sobre Portugal*, para a exposição do Rio de Janeiro em 1908.

**Pescanseco Cimeiro.** Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

**Pescanseco Fundeiro.** Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

**Pescanseco do Meio**. Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

**Pescudeiro**. Pov. na freg. de Santa Magdalena, de Bemposta, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

**Pesinho**. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Covas do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. || Santa Maria Magdaleua, de Peso, concelho da Covilhã, distr. de Castello Branco. Por decreto de 7 de setembro de 1895 ficou pertencendo esta pov. á freg. de S João Baptista, de Alcaria, conc. de Fundão, do mesmo districto.

**Peso**. V. *Pesos e medidas*.

**Peso**. Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. da Covilhã, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 301 fog. e 1:253 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. Dista 15 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Fundão a Alvoco da Serra, uas proximidades da margem direita do rio Zezere. O prior da freg de Santa Maria Magdalena, da Covilhã, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil em generos agricolas, e tem grande abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 21, com a séde em Castello Branco. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. de Villa de Rei, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 130 fog. e 471 hab. Tem esc. do sexo masc., est post. e fabricas de cêra em vellas, grumo e amarella. Dista 9 k. da séde do conc. e está situada n'um logar alto e aprazivel a 2 k. da margem esquerda do rio Isna. O vigario de villa de Rei apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é muito fertil, sobretudo em cereaes; cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes e mattas ha muita caça. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Pov. e freg. de N S.ª do Peso, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Coruche, distr. de Santarem, arceb. de Evora; 564 fog. e 2:422 habitantes. Esta freg está annexada civilmente á de Santo Antonio, de Couço, do mesmo conc. e districto. Está situada a 1 k. d'um affluente da ribeira de Vide, na estrada de Coruche a Montemór, e a 35 da séde do conc. A mitra apresentava o cura, que tinha 120 alqueires de trigo e 120 de cevada. A egreja matriz é muito antiga, assim como a imagem da padroeira, e nem d'uma nem d'outra ha memoria da sua origem. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2, com a séde em Lisboa || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Agrella, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Paio, de Anciães, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Cantelães, conc. de Vieira, distr. de Braga. || Santa Catharina, concelho de Caldas da Raiuha, distr. de Leiria. || S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, districto de Vizeu. || S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Macedo do Peso, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança. || N. S.ª da Conceição e conc de Monchique, districto de Faro. || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Purificação, de Villa-Maior, conc. de S. Pedro do Sul, distr de Vizeu. || N. S.ª da Conceição, de Alcaria Ruiva, conc. de Mertola, distr. de Beja. || S. Pedro, de Pedrogão, conc. da Vidigueira, do mesmo distr. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello; tem estação postal.

**Peso do Meio**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Villa Cova de Perrinho, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

**Peso Redondo**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

**Peso da Regoa** (*Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, visconde de*). Do conselho de Sua Majestade, senhor do morgado de Celeirós e da Casa da Calçada em Villa Real; commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada; condecorado com a cruz das campanhas da Guerra Peninsular; tenente general. N. a 21 de julho de 1763; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Teixeira de Magalhães e Lacerda, fidalgo da Casa Real, senhor da Casa da Calçada em Villa Real, etc., e de sua mulher D. Ana Thereza Pereira Pinto de Azevedo Souto Maior. Succedeu na casa de seus paes a seu irmão mais velho, Luiz, que foi capitão de cavalria, e fal. sem successão. Foi feito marechal de campo a 12 de outubro de 1815, tenente-general em 28 de dezembro de 1826, tendo sido anteriormente agraciado com o titulo de visconde de Peso da Regoa, com duas vidas, por decreto de 4 de julho de 1823. Pertencendo ao exercito miguelista, perdeu a batalha de 29 de setembro de 1832, em frente das linhas do Porto, tornando-se por isso antipathico ao seu partido, que nunca mais teve confiança em similhante general. Foi exonerado do commando do exercito das operações em frente das referidas linhas. Vindo substituir no governo das armas da côrte e provincia da Extremadura o visconde de Veiros, que fôra exonerado, em razão da sua avançada edade, em 26 de outubro de 1832, abandonou desordenadamente Lisboa, com todos os seus arsenaes, paioes, fortalezas, munições de guerra, e uma divisão de mais de 12 mil homens, ao general conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, fugindo na madrugada do dia 24 de julho de 1833. O terror panico, fingido ou verdadeiro, que se apoderou do general realista, em vista de boatos atterradores, e o abandono da capital do reino, onde sabia que a sua causa tinha tantos partidarios e tantos recursos, tornou-se um mysterio que nunca se desvendou. O certo é, que se entregou aos constitucionaes ainda antes da Convenção de Evora-Monte. O visconde do Peso da Regoa casou em 3 de julho de 1795 com D. Maria Antonia de Sousa da Silva Alcoforado e Lencastre, filha e herdeira dos 1.ºs barões de Villa Pouca, Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado e D. Maria José de Carvalho e Napoles.

**Peso da Regoa**. Villa da prov. de Traz-os-Montes, séde de conc. e de com., distr. de Villa Real, Relação do Porto, bisp. de Lamego. Tem uma só freg., cujo orago é S. Faustino. Está situada na margem direita do rio Douro, prolongando-se por uma collina, e é formada por duas

partes: a moderna Regoa e o antigo Peso, ligados entre si por uma rua em declive. O antigo nome d'esta freg. era *S. Faustino da Regoa*. O arcediago da Regoa apresentava o cura, que tinha 200$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e segundo alguns escriptores, já existia no tempo dos romanos, e ha quem pretenda que a egreja de S. Faustino, matriz, foi mandada construir pelo imperador Constantino Magno, pelos annos 310 da era christã. Esta egreja foi primitivamente fundada no logar hoje occupado pela ermida de N. S.ª do Cruzeiro. A egreja que estava muito arruinada, por antiga, ficou destruida completamente por uma cheia, em 1731. A egreja, que serve hoje de matriz, começou a edificar-se em 1750, terminando as obras em 1760, e para ficar ao abrigo das cheias frequentes na estação invernosa, foi edificada no Peso. E' espaçosa, de bonito gosto, mas sem magnificencia, tendo a capella mór bella talha dourada. E' muito admirado por nacionaes e estrangeiros o retabulo do altar-mór, representando a Ceia de Christo, trabalho de Pedro Alexandrino. O conde D. Henrique e sua mulher D. Thereza, tomando posse de Portugal em 1093, por doação feita por Affonso VI, rei de Leão, deram a D. Hugo, seu companheiro, o cargo de bispo da cathedral do Porto, fazendo-lhe ao mesmo tempo mercê das terras da Regoa, e de metade do rendimento da barca de passagem, que então existia ali. Este rendimento não podia ser grande, não só porque, ao tempo, era rarissima a população dos sitios, mas tambem porque os habitantes da Regoa estavam isentos do pagamento da passagem, apenas com obrigação de contribuirem cada um, annualmente, com um cantaro de beberagem para os obreiros que concertassem a barca. Esta isenção durou até 1780. Diz-se que D. Affonso Henriques déra foral á Regoa em 1135, mas é provavel que fôsse o seu donatario, o bispo do Porto, como era costume n'esses tempos. A Regoa nunca teve foral proprio, regia-se pelo de Penaguião, que comprehendia esta povoação, e foi dado por el-rei D. Manuel, em Evora, a 15 de dezembro de 1519. Os bispos do Porto tinham jurisdicção espiritual e temporal na Regoa, mas a segunda acabou em 1789, por uma carta régia de D. Maria I, e por accordo entre o seu governo e o bispo, sendo então supprimido o couto, dando-se-lhe a denominação de capitania-mór, que conservou até 1834. Em 1835 foi feita cabeça de julgado e da comarca. Com o desenvolvimento e prosperidade que no seculo passado tiveram estas povoações, o Peso foi estendendo os seus edificios pela encosta meridional da serra, e a Regoa, crescendo para o alto, de fórma que pódem hoje considerar-se uma só povoação. A historia certa da Regoa começa no principio do seculo XVIII, entre os annos de 1700 e 1710, em cuja epoca um pescador construiu aqui uma choupana, e por isso foi alcunhado de o *Cabana*. Perto de meio seculo se conservou a povoação estacionaria, ou talvez composta de mais algumas cabanas de outros pescadores. E' ao marquez de Pombal que a Regoa deve todo o seu engrandecimento e prosperidade, pela instituição, em 1757, da *Companhia geral da agricultura das vinhas do Alto Douro*, que em poucos annos foi uma das principaes do seu genero, em toda a Europa. Pelos annos de 1770 fundou esta companhia vastos armazens para os seus vinhos, á beira do Douro, e o sitio se foi pouco a pouco povoando, de casas de empregados, tabernas, estalagens, etc. No fim do seculo XVIII, e na feira dos vinhos que se fazia aqui em fevereiro de cada anno, montava já o valor das vendas de vinho, aguardente e geropiga, de 6 a 8 milhões de cruzados. Assim cresceu e prosperou a nova povoação (V. *Portugal* I, pag. 341). Regoa tem um bom caes, feito pela companhia, e as casas são regulares e de boa apparencia; tem mercado diario, onde se vendem legumes, pão, fructas, e outros generos, uma feira no dia 14 e ultima segunda feira de cada mez, e feira franca de 14 a 16 de agosto. Na Regoa ha um bom hospital, intitulado *D. Luiz I*, estabelecido na velha casa solarenga dos viscondes do Real Agrado, legitimistas ferrenhos. A Real Associação Humanitaria de Bombeiros Voluntarios do Peso da Regoa, tem perto de 30 annos de existencia, e acha-se installada n'um edificio elegante, com salas para jogos licitos, bilhar, bibliotheca, etc. A Regoa tem dois bonitos jardins e uma alameda pittoresca, com uma gruta e um lago. Nos meados do mez de agosto realisam-se ali grandiosos festejos á Senhora do Soccorro, festividade muito antiga, e bem conhecida em todo o paiz. A Regoa principiou a ser illuminada com azeite de purgueira, em fevereiro de 1876. Em dezembro d'esse anno, tendo a companhia transmontana liquidado, uma companhia suissa requereu ao governo licença para ensaiar na linha americana uma locomotiva a vapor, apropriada e fabricada para subir fortes rampas e pequenas curvas, descer, adeantar, retrogradar, e parar, com toda a facilidade. A experiencia deu soffrivel resultado, mas nunca mais se falou em similhante cousa até 25 de julho de 1877. N'este dia a companhia transmontana fez nova experiencia com outra locomotiva a vapor, que andou 5 k. em 28 minutos sem o minimo accidente desagradavel. A experiencia fez se entre a Regoa e a pov. de S. Gonçalo de Lobrigos. Ao saír da estação da villa ha uma subida, com curvas de pequeno raio, e rampas bastante fortes. A locomotiva subiu e desceu as rampas e passou as curvas sem difficuldade, parando, avançando e retrogradando á vontade dos machinistas. Peso da Regoa pertence á 6.ª div. mil., 12.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. o res. n.º 13, com a séde em Villa Real. Tem est. telegr.-post. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras e vales; escolas d'ambos os sexos; est. do caminho de ferro, na linha do Porto, entre a de Moledo e o apeadeiro de Bagauste; advogados, medicos, pharmacias, agencias bancarias, succursal do *Banco de Villa Real*, do *London and Brazilian Bank*, *Minho* e *Portugal*, etc; agencias de seguros, associações: *Caixa Economica e de Credito Agricola do Douro*; de soccorros mutuos *Fraternal*, *Asylo Pedro Verdial*, negociantes de haga de sabugo, de cereaes, de fazendas, ferragens, madeiras, sal, vinhos e aguardentes; vice-consules de Hespanha e da França; hoteis, notarios, etc. Junto da ponte que ha sobre o rio Douro, e para a defeza da sua passagem, houve, entre outros, os seguintes combates: contra os francezes em 13 de janeiro de 1811; entre as tropas de Sá da Bandeira e as do barão do Casal em 3 e 4 de setembro de 1846, e contra os setembristas desde

16 de fevereiro de 1847 até 9 de março do mesmo anno. O conc. de Peso da Regoa comprehende 10 freguezias, com 4:398 fog. e 18:569 hab., sendo 8:840 do sexo masc. e 9:729 do fem., n'uma superficie de 16:103 hect. As freguezias são: Santa Comba, de Covellinhas, 449 hab.: 215 do sexo masc. e 234 do fem.; S. Miguel, de Fontellas, 1:666 hab.: 812 do sexo masc. e 854 do fem.; S. Vicente, de Galafura, 721 hab.: 333 do sexo masc 388 do fem; S. José, de Godim, 2:367 hab: 1:107 do sexo masc. e 1:260 do fem.; S. Pedro, do Loureiro, 1:889 hab.: 906 do sexo masc. e 983 do fem.; Santa Comba, de Moura Morta, 789 hab.: 389 do sexo masc. e 400 do fem; S. Faustino, de Peso da Regoa.: 4.017 hab.: 1:920 do sexo masc. e 2:097 do fem.; S. Miguel, de Poiares, 468 hab.: 1:160 do sexo masc. e 1:708 do fem.; Santa Maria, de Sediellos, 3:244 hab.: 1:537 do sexo masc. e 1:707 do fem; N. S.ª das Neves, de Villarinho dos Freires, 959 hab.: 461 do sexo masc. e 498 do fem O principal commercio do concelho é vinho e baga. Tem-se publicado em Peso da Regoa os jornaes: *Arte (A)*, 25 de outubro de 1887. Em 1889 ainda se publicava; *Correio do Norte*, 12 de outubro de 1884; *Correio da Regoa*, 4 de março de 1885. Em 1889 estava ainda a publicar se; *Democracia do Norte (A)*, maio de 1881; *Douro (O)*, 15 de agosto de 1863. Foi o primeiro jornal aqui publicado; *Douro (O)*, 1 de janeiro a agosto de 1885; *Douro (O)* 1900. Em publicação, dezembro de 1909; *Folha (A)*, 12 de janeiro de 1883; *Folha (A)*, 27 de junho de 1891. Pouco tempo durou; *Gargalhada (A)*, 16 de outubro de 1887; *Gazeta do Douro*, 1878; *Gazeta da Regoa*. Publicou dois numeros primeiros, um com data de 15 de outubro de 1892, e outro com a de 23 de novembro do mesmo anno; são ambos impressos no Porto e na mesma typographia; *Grito do Douro (O)*, 18 de março de 1883; *Independente Regoense (O)*, 1 de maio de 1882; em dezembro de 1909, estava em publicação; *Intransigente*, 1 de abril de 1886; *Jornal do Douro*, 24 de março de 1886; *Jornal da Regoa*, 17 de junho de 1880; em 1889 ainda se publicava: *Paiz Vinhateiro (O)*, 5 de dezembro de 1884; *Regoa em Camisa (A)*, julho de 1883; *Voz do Douro (A)*, janeiro de 1882 a 1885; publicou um numero programma

**Pesos.** Pov. na freg. de Santo Adrião, de Sul, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Pesos Cimeiros e Pesos Fundeiros.** Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

**Pesos e medidas.** V. *Alqueire*; *Padrão* (n'este vol. a pag. 355); etc. Os pesos e medidas tiveram no correr dos seculos varias alternativas nas Hespanhas, devido aos povos que as dominaram e aos abusos introduzidos. Os romanos trouxeram a sua *libra* de 12 *onças*, e para os metaes em especial o peso de 8 *onças*, a que os allemães chamavam *march* e nós *marco*. Parece que até D. Affonso, o *sabio*, continuaram os pesos romanos, adoptando este monarcha o *marco* de Colonia, por ser o mais exacto. A sua divisão era: Marco, ou 8 onças, 4,608 grãos; onça, 576 grãos; oitava 72 grãos; tomin ou obolo 12 grãos; quilate ou siliqua, 4 grãos. Os wisigodos serviram-se do systema romano, com pequena alteração, e os arabes introduziram os seus pesos de *quintaes*, *arrobas*, *arrateis*, e as divisões em *onças*, etc. Esta diversidade necessariamente devia ser confusa para as transacções d'aquellas epocas, e tornar hoje muito difficil apreciar os seus contratos. Nos documentos portuguezes mais antigos, até ao seculo XV, encoutram se frequentemente mencionadas as *libras* Em França começou a mudança da *libra* romana de 12 *onças* para o *marco* de 8, no reinado de Filippe I, entre os annos 1076-1093. D. Affonso III, nas actas das côrtes de Coimbra, que este soberano fez reunir no anno de 1261, diz: *ad XI marchas cupri admisceatur una marcha puri argenti per marcham de colonia de VIII unciis*. Este documento é bastante para provar que já a esse tempo se usava em Portugal do *marco* de Colonia, e que havia outras variedades de pesos. D. Pedro I tentou uniformisar os pesos em todo o reino, segundo se deprehende da representação que lhe fizeram os povos nas côrtes de Evora no anno de 1361. D. João I, no artigo 6.º das côrtes de Coimbra de 1391, attendendo á queixa dos povos, ordenou que se pesasse por *arroba* e que estas fôssem de ferro, para impedir os abusos praticados com os pesos de pedra. D. Affonso V, no liv. I, tit. 5.º, § 32.º das suas Ordenações não se esqueceu do importante assumpto das medidas e pesos, estabelecendo os meios de fiscalisação, quando visitasse as terras do reino. Principiou pela provincia da Beira, e nas côrtes de Lisboa do anno de 1455 já os procuradores d'estes povos se queixaram contra o procedimento do almotacé mór. O mesmo rei ordenou em 1460 que os povos do Minho aferissem os seus pesos e medidas pelos padrões de Guimarães, onde os destinados para os cereaes eram de pedra e se conservavam na egreja de S. Miguel da mesma villa D. João II, na provisão de 14 de outubro de 1488, mandou que todos os pesos se egualassem d'ahi por deante pelo *marco* de Colonia, cessando o uso do outro *marco* por onde se pesava o ouro e a prata, cujo nome infelizmente se acha rasgado no original. O *marco* de Colonia, assim conhecido por ser o usado n'esta cidade, era preferido pelo considerarem o mais exacto, e, segundo os calculos ultimamente feitos, tinha 233,769 grammas. D. Manuel tentou uniformisar os pesos e medidas do reino, encarregando uma commissão para tratar d'esta reforma, como consta de uma carta á camara da cidade do Porto, datada de 10 de março de 1499. N'esta reforma julga-se que fôram adoptados os pesos hespanhoes, exceptuando a *arroba*, que é ali de 25 *arrateis*. A razão d'esta preferencia, que não ficou especificada, talvez fôsse devida á approximação e trato das duas nações. Conferido em 1766 o *arratel* portuguez com o hespanhol, achou-se a differença de 12 decigrammas. Esta differença é insignificantissima, attendendo a haverem decorridos seculos. Assim deixou de se usar o *marco* de Colonia que, segundo declara Damião de Goes, era: *de quatro mil, e seiscentos, e oito grãos no marquo*. Duarte Barbosa no seu *Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente*, escripto em 1516, termina: «O arratel de peso velho tem 14 onças; o arratel de peso novo tem 16 onças; 8 quintaes velhos fazem 7 quintaes novos, e cada quintal novo tem 128 arrateis de 16 onças; cada quintal velho são $^3/_4$ e $^1/_2$ de quintal novo, e he de 128 arrateis de 14 onças cada um; todas as especiarias e drogarias, e tudo o mais que vem da India, vende-se em Portugal a peso velho, tudo o mais vende-se a peso novo.» Este peso velho não pó-

de ser o *marco* de Colonia, que comprehendia 8 *onças*, metade do *arratel* de 16, e que só se generalisou depois de 1488 até ao reinado de D. Manuel. Estes pesos velhos usaram-se na Casa da India até á sua extincção. (V. *Mendo Trigoso, Mem. econ. da acad. real das scienc. de Lisboa*, pag. 368, nota). Quanto ás medidas na maioria dos contratos escriptos nos seculos XI e XII encontram-se os *modius* como preço estipulado ou mesmo em avaliação de outro qualquer genero ajustado; assim na venda de parte de um predio na villa de Adães, feita no anno de 1024, se diz: *et accepimus de nos precium* III *boues de dece* X *modios*. O *modio* não equivalia ao *moio* de hoje, aliás teriamos o *boi* reputado em 600 *alqueires*, quantia enorme e desproporcionada, tanto n'aquella epoca como na actualidade. O *medimnus* era uma medida de capacidade para os seccos, usada pelos gregos, e comprehendia 6 *modius*. O *modio*, medida romana, dividia se em 6 *sextarios*, e correspondia á terça parte da *amphora*. Continha 9,6805 litros. Esta medida, adoptada durante o dominio romano, continuou no tempo dos visigodos e arabes, chegando, com as variantes impostas pelas provincias, villas ou senhorios, aos primeiros seculos da monarchia portugueza. As successivas invasões por que passou a Hespanha alteraram esta medida, de maneira que as mudanças feitas sem uniformidade e sem lei que impedisse os senhorios das terras de as talharem a seu modo, para mais vantajosamente receberem as rendas, tornavam difficil encontrar duas povoações, por mais proximas que fôssem, que tivessem medidas eguaes. Com o tempo o *modio*, medida de capacidade, tornou-se medida numerica, apparecendo na infancia da monarchia portugueza contendo 12, 14 e 16 *alqueires*, variando estes, não só no tamanho como nas maneiras de medir: de *razo*, de *cogulo*, de *braço curvado*, com *verteduras*, etc. No foral do Coimbra de 1111 encontram-se: *Pedites de ratione quam solebant dare de cibaria dent medietatem per quartario de* XVI^m^ *alqueires sine brachio posito et tabula*. . No foral de Louredo, dado pelo mosteiro de Lorvão em 1154, vem:... *in Eiradega unum sextarium, una taleiga de tritico, e unam de milio*. Diz Viterbo no *Elucidario*, tomo, II, pag. 323, que havia *teigas* de 4 *alqueires*, de 3, 2 e ordinariamente de 1 só *alqueire*. No anno de 1203 legaram ao mosteiro de Salzedas 140 pães, declarando que de cada *taliga* se fariam 5 pães: ...*et fiant tali mensura, id est, ut faciant* V *panes ex una taliga*. Infere o dito autor que a *taliga* seria de $^3/_4$ da medida usada, correspondendo a 1 *alqueire* d'aquella epoca. Outra pitança, deixada em 1227 ao mesmo mosteiro, de 2 *moios de vinho*, 20 *peixotas* e XXVII^m^ *taligas de farina in pane cocto*. Opina o autor do *Elucidario* que para o vinho e peixe se proporcionar com o pão devemos considerar a *taliga* 1 *alqueire*. Em 1163 vendeu Gonçalo Garcia uma marinha *pro praetio, quod a vobis accepi* XIIII *modios, vel solidos*. N'este contrato acha-se bem especificado ser o valor do *modio* 1 *soldo*. No foral de Lisboa de 1179 . .*de cada huum jugo de boys dem huum moyo de milho ou de triigo qual laurarem. E se d'huum e doutro laurarem d'huum e doutro dem per o alqueyre de direito da villa, e seia o quarteyro de* XIIII° *alqueyres, e seia midido sem braço curuado*. Os 14 *alqueyres* parecem indicar o *modio*. No foral de Ferreira d'Aves, 1114-1128: ...*qui laborauerit, cum uno boue des* III^es^ *S* (3 sesteiros) *et cum duos* III *quartarios terciados per ipsa medida de Linares et plus boues miserit non dones plus*. Chamava-se pão *terciado* ou *terçado* quando comprehendia em partes eguaes o trigo, o milho e o centeio. D. Manuel, reformando este foral, declara que: *a medida de Linhares era a mesma de Folgosinho, pela qual* 1 *moio são* 16 *alqueires d'esta medida ora corrente; e por tanto os* 3 *quarteiros são* 12 *alqueires... e os* 3 *sesteiros* 6 *alqueires*. No foral de Chaves, dado por D. Sancho I, pagava-se 1 *sexteiro* de pão de centeio, o qual D. Manuel em 1515 achou ser egual a 1 *alqueire* de medida então corrente. No que achamos notavel desproporção com a reducção anteriormente citada. Por uma carta de aforamento de 1227 pagavam os de Serzedello ao mosteiro das Aguias 6 *quarteiros* de pão terçado. D. Manuel, no foral de Valença, declara que: *por estes* 6 *quarteiros se pagasse* 24 *teigas da medida antiga, a qual fazia* 1 *alqueire d'esta medida então corrente, menos* $^1/_4$ *cada teiga*. Diz Viterbo: «e por conseguinte o *quarteiro* de hoje são 3 *alqueires*, que multiplicados por 6 fazem 18 da medida presente; contando pela antiga de 4 *alqueires*, e sommando os 6 *quarteiros* 24 *teigas* ou *alqueires*, equivalentes a 1 $^1/_2$ *modio*; pois o *modio* era de 16 *alqueires*. Em 1246, D Pelagio, bispo de Lamego, deixou em legados de 2 a 20 *modios*, 95 *modios*, e reputando-se estes, mesmo a 14 *alqueires*, perfazem 1:330 *alqueires* ou 22 *moios* e 10 *alqueires* actuaes. Esta deixa em cereaes para aquelle tempo já é consideravel com relação á agricultura. No *Livro das doações* de D. Affonso III acha-se citado no anno de 1251: . .*unum modium de pane quartatto per de quartis*. . *et unum solidum pro quitatione de calupniis*... Havendo de se fazer n'este caso a medição de cada *quarteiro* por uma *teiga*, não é acreditavel que esta tivesse a capacidade de 16 *alqueires*. No *Livro baio* ferrado disse: ...*Dus modios de tritico in* XIII, *et unum quarteirum de cibata in modium*. N'este documento parece reputar-se o *modio* em 13 *alqueires*. No foral de Villa Nova de Gaia, dado por D. Affonso III em 1255: ...*et si homo de terra deuassa fuerit demandatus pro calumpnia mando quod ualeat sibi fideiussor in quinque modiis aut in uno morabitino pro ad directum de judice de Gaya*. O valor do *modio* é aqui reputado na quinta parte de 1 *morabitino* ou 2 *soldos*. N'um documento de D. Diniz, pertencente ao anno de 1323, n'um escambo com o abbade e convento de Refoios de Basto, se dão a este mosteiro 52 *maravideadas*, contando o *moio* de pão, pela medida de Panoyas, a *maravedi* o *moio*; e 2 *quarteiros* pela medida da Quaira (que era a *a medida velha* e de Guimarães) a *maravedi*, o que leva a crer que estes 2 *quarteiros* de Quaira faziam o *moio* de Panoyas. Reputando o *modio* por 14 *alqueires*, termo medio, o *maravedi* em 10 *soldos*, e este em 12 *dinheiros*, temos o *alqueire* de pão em pouco mais de 8 *dinheiros*. Mas este não tinha padrão uniforme. Pelo decreto, com fôrça de lei, de 13 de dezembro de 1852, foi autorisado o governo a fazer executar, por partes, em todo o reino, e ilhas adjacentes o novo systema metrico decimal. Em 1859 organisaram-se as tabellas das antigas medidas de cada concelho comparadas com a do systema metrico decimal. Para o de Lisboa a tabella publicada pela Inspecção Geral dos Pesos

e Medidas do Reino era a seguinte que transcrevemos :

QUADRO DAS MEDIDAS DO SYSTEMA METRICO DECIMAL COMPARADAS COM AS ANTIGAS MEDIDAS DE LISBOA

*Medidas de comprimento*

MEDIDAS ANTIGAS

| | |
|---|---|
| Vara | 1,1 metros |
| Covado | 0,66 » |

MEDIDA NOVA

| | |
|---|---|
| Metro | 4,545 Palmos |
| Metro | 1,512 Covados |

*Medidas de capacidade para secco*

MEDIDAS ANTIGAS

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Moio | tem 15 | Fangas | 828,000 | litros |
| Fanga | » 4 | Alqueires | 55,200 | » |
| Alqueire | » 4 | Quartas | 13,800 | » |
| Quarta | » 2 | Oitavas | 3,450 | » |
| Oitava | » 2 | Maquias | 1,725 | » |
| Maquia | » 2 | Selamins | 0,8625 | » |
| Selamim | » 2 | Meios selam. | 0,4[illegible]125 | » |
| Meio sel. | » 2 | quartos de sel. | 0,215625 | » |

MEDIDAS NOVAS

| | | |
|---|---|---|
| Hectolitro | 7,246 | Alqueires |
| Meio Hectolitro | 3,623 | » |
| Duplo Decalitro | 1,449 | » |
| Decalitro | 2,899 | Quartas |
| Meio Decalitro | 1,449 | » |
| Duplo Litro | 1,159 | Oitava |
| Litro | 1,159 | Maquia |
| Meio Litro | 1,159 | Selamim |
| Duplo Decilitro | 1,855 | Quarto de Selamim |
| Decilitro | 1,855 | Oitavo de » |
| Meio Decilitro | 1,855 | Um dezeseis avos de selamim |

*Medidas de capacidade para liquidos*

MEDIDAS ANTIGAS

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Tonel | tem 2 | Pipas | 840,000 | litros |
| Pipa | » 25 | Almudes | 420,000 | » |
| Almude | » 2 | Potes | 16,800 | » |
| Pote | » 6 | Cauadas | 8,400 | » |
| Canada | » 4 | Quartilhos | 1,400 | » |
| Quartilho | » 2 | Meios quart. | 0,350 | » |
| Meio quartilho | » 2 | Quartos de quart. | 0,175 | » |
| Quarto de quart. | » 2 | Quartos de quart. | 0,0875 | » |
| Oitavos de quart. | » | | 0,04375 | » |

MEDIDAS NOVAS

| | | |
|---|---|---|
| Duplo Decalitro | 1,190 | Almudes |
| Decalitro | 7,143 | Cauadas |
| Meio Decalitro | 3,571 | » |
| Duplo Litro | 1,249 | » |
| Litro | 2,857 | Quartilhos |
| Meio Litro | 1,429 | » |
| Duplo Decilitro | 1,143 | Meio Quartilho |
| Decilitro | 1,143 | Quarto de Quartilho |
| Meio Decilitro | 1,143 | Oitavo de » |
| Duplo Centilitro | 1,828 | Um triuta e dois avos de quartilho |
| Centilitro | 1,828 | Um sessenta e quatro avos de quart. |

*Pesos antigos*

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Tonelada | tem 13 | quintaes e meio | 793,152 | kilog. |
| Quintal.h. | » 4 | arrobas | 58,752 | » |
| Arroba | » 32 | arrateis | 14,688 | » |
| Arratel | » 4 | quartas | 0,459 | » |
| Quarta | » 4 | onças | 0,11475 | » |
| Onça | » 8 | oitavas | 0,0286875 | |
| Oitava | » 3 | Escropulos | 0,0035859375 | |
| Escropulo | » 24 | Grãos | 0,0011953125 | |
| Grão | | | 0,0000198046875 | |

PESOS NOVOS

| | | | |
|---|---|---|---|
| 50 | Kilogrammas | 3,404 | Arrobas |
| 20 | » | 1,362 | » |
| 10 | » | 21,786 | » |
| 5 | » | 10,893 | » |
| 2 | » | 4,357 | » |
| 1 | » | 2,179 | » |
| 1/2 | » | 1,089 | » |
| 2 | Hectogrammas | 1,743 | Quarta |
| 1 | » | 3,486 | Onças |
| 1/2 | » | 1,742 | » |
| 20 | Grammas | 5,577 | Oitavas |
| 10 | » | 2,789 | » |
| 5 | » | 1,394 | » |
| 2 | » | 1,673 | Escropulo |
| 1 | » | 20,078 | Grãos |

|| *Bibliographia*: Teixeira de Aragão, na sua *Memoria das moedas*, etc., vol. I, pag. 41 e seguintes; *Memoria sobre os pesos de que se faz uso no nosso commercio*, por Lacerda Lobo; *Memoria sobre uma balança de ensaio*, do mesmo autor; *Memoria sobre os pesos e medidas e sobre a introducção do systema metrico decimal*, por Sebastião Francisco de Meudo Trigoso; *Memoria sobre os pesos e medidas de Portugal; sua origem, antiguidade, denominação e mudanças que tem soffrido até nossos dias, bem como sobre a reforma que devem ter*, etc., etc., por Antonio Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão, Lisboa, 1833; *Memoria sobre a reforma dos Pesos e medidas em Portugal, segundo o systemo metrico decimal*, por João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, 1849; *Memoria sobre pesos e medidas*, por Albemireau (Luiz Antonio de Abreu e Lima, visconde da Carreira), 1858.

**Pesqueira.** V. *São João da Pesqueira.*

**Pesqueira.** Povoações nas freguezias : N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr de Santarem, || Santa Maria, de Eja, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Praia situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Vae desaguar n'ella um regato do mesmo nome, que corre na freg. de Angolares.

**Pesqueira Velha.** Pov. na freg de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco.

**Pesqueiras.** Pov. na freg. de Santo André, de Moimenta, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga.

**Pesqueiro** (*Caminho do*). Ilha Terceira ; na

freg. de S. Bartholomeu, de Regatos, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

**Pesqueiro Alto**. Cabo situado na costa S da Ilha do Corvo, Açôres.

**Pessancos**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, do Cereal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

**Pessange**. Pov. da Africa Occidental, ao N E de Caconda.

**Pessanha** ou **Peçanha**. Familia de Genova, e uma das vinte e oito nobres d'essa republica. Procedem de Micer Carlos Peçanha, que foi commendador de S. Thiago do Cacem, filho de Micer Manuel Peçanha, o primeiro almirante de Portugal, depois que n'elle se renovou esta dignidade, porque desde o tempo do rei D. Affonso Henriques esteve muitos annos extincta. Tem por armas: Em campo de prata uma banda sanguinha dentada, e n'ella tres flôres de liz de prata; timbre, uma azagaia vermelha, e sobre as tres flôres de liz das armas em pala. || Bibliographia: *Noticia historica dos almirantes Pessanhas*, por D. José Pessanha

**Pessanha** *(Carlos d'Almeida)*. Capitão de cavallaria, governador da Guiné, deputado etc. N. em 19 de janeiro de 1862, e fal. em Diu em setembro de 1907. Assentou praça em 25 de outubro de 1876, sendo promovido a alferes em 10 de janeiro de 1883, a tenente em 9 de março de 1894, a capitão em 8 de agosto de 1901. Exerceu varias e importantes commissões de serviço, entre as quaes a de governador da Guiné. Pertencia ao partido progressista, que o elegeu deputado em duas legislaturas. Era condecorado com o grau de cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz, e com a medalha de prata de comportamento exemplar. Era tambem cavalleiro da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha.

**Pessanha** *(D. José)*. V. *Silva Pessanha (D. Jose Maria)*.

**Pessanha** *(José Pereira Mascarenhas)*. Official de cavallaria; era capitão de cavallaria em 1821, e estava no Brazil, onde n'esse anno publicou um folheto, em que atacava o procedimento de D. Manuel de Portugal e Castro, governador de Minas Geraes, e outro em que refutava uma defeza d'este facto pelo seu ajudante.

**Pessanha** *(Lançarote)*. Era filho de Manuel Pezagno, o almirante genovez que foi contratado por el rei D. Diniz para organisar a marinha portugueza. Lançarote Pessanha, nome aportuguezado de Pezagno, herdou de seu pae o cargo d'almirante, e no exercicio d'essas funcções saiu de Lisboa commandando 10 galés em 1363, para ir em soccorro de D. Pedro de Castella contra D. Pedro de Aragão. Mas o rei de Portugal D. Pedro I, não querendo cumprir o tratado de alliança muito ao pé da letra, deu ordem ao seu almirante para só se demorar tres mezes de fórma que estava ainda a guerra no seu principio, quando Lançarote Pessanha se retirou em cumprimento das ordens de seu amo. No principio do reinado de D. Fernando I saiu elle de novo com uma esquadra que subiu o Guadalquivir, e que foi bloquear Sevilha. Pouco fez, mas incommodou ainda assim bastante os sevilhanos. As doenças tinham lhe prostrado uma grande parte das equipagens quando a esquadra castelhana se decidiu a atacar a portugueza. A situação era critica, e Lançarote Pessanha não podia pensar senão em evitar o combate. Lembrou-se então d'um estratagema audacioso. Aprezára dois navios carregados de azeite, accendeu-os como dois brulotes, arrojou-os sobre a esquadra inimiga, depois pela larga brecha que elles abriram, passou com a sua esquadra perfeitamente incolume. Foi esta a unica façanha na sua carreira naval. Quando em 1372 D. Henrique de Castella entrou em Lisboa, Lançarote Pessanha, que estava em Santarem, veiu para dentro dos muros da capital, mas parece que estava sendo contagiosa a fraqueza d'el rei D. Fernando, porque Lançarote Pessanha, depois de ter dado esse primeiro passo, mostrou a mais desastrosa irresolução, e deixou á sua vista os castelhanos tomar as naus portuguezas. D. Fernando mostrou-se muito irritado com este acto de fraqueza, e aproveitou o ensejo para lhe arrancar o cargo de almirante, que deu a um irmão de D. Leonor Telles. Não merecia muitas contemplações este almirante que, sendo tão rico que possuia quasi um bairro inteiro de Lisboa, o bairro da Pedreira, que por isso se chamou o bairro do Almirante, e que abrangia a porção de casas comprehendida entre a actual calçada da Gloria, Chiado e Rocio, e podendo reagir contra a affronta que lhe faziam, a acceitou humildemente, e depois da morte de D. Fernando, se bandeou com D. Leonor Telles, e a acompanhou a Alemquer quando ella partiu de Lisboa, applaudindo a sua resolução de chamar em seu auxilio o rei de Castella, mostrando se emfim profundamente hostil á causa nacional portugueza. Tambem teve um cruel castigo. Em 1384 Lançarote Pessanha saiu de Alemquer para ir a Odemira fazer com que esta villa seguisse o partido do rei de Castella. Soube d'isso Gonçalo Nunes, alcaide de Beja, saiu ao caminho, prendeu-o e levou-o para a sua cidade. Os bejenses andavam por tal fórma excitados, que apenas souberam que elle estava em Beja, correram indignados a arrancal-o das mãos do seu captor, que debalde tentou protegel-o, e assassinaram-o barbaramente.

**Pessanha** *(D. Sebastião de Andrade)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, arcebispo de Gôa, etc. N. em Evora, e fal. em Lisboa a 11 de março de 1737. Era filho de Diogo Pessanha Falcão e de D. Luiza d'Andrade. Foi promotor e deputado do Santo Officio de Evora; eleito arcebispo de Gôa, effeituando a sagração em março de 1716. Partiu para a India, chegando a Gôa a 17 de setembro do mesmo anno, e estando eleito na primeira via de successão ao marquez de Sabugosa, tomou posse do governo a 2 de janeiro de 1717, e entregou o ao conde da Ericeira no dia 16 de outubro do mesmo anno. Voltando a tomar conta do arcebispado, renunciou-o por doença, e a 25 de janeiro do 1721 partiu para a Europa com o conde da Ericeira, fez uma desastrosa viagem, e só em junho de 1723 chegou a Lisboa, onde viveu até fallecer. Foi sepultado na casa do capitulo do convento de S. Pedro d'Alcantara.

**Presseguido**. Pov na freg. de Santa Columbia, do Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

**Pessellar** Povoações nas freguezias: O Salvador, de Arentim, conc. e distr. de Braga. || S. Paio, do Ruilhe, do mesmo conc. e districto.

**Pessene** Pov. do distr. do Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental, a 39

k. da capital do distr. Tem estação de caminho de ferro na linha de Lourenço Marques a Pretoria.

**Pessoa**. Appellido nobre, que veiu da Allemanha para Portugal, mas não se sabe quem o trouxe. As suas armas são: Em campo azul, seis crescentes de ouro, em duas palas, orla de negro, filetada de ouro e carregada de sete estrellas de prata, de cinco pontas, ficando tres em chefe; elmo d'aço, aberto; por timbre, um cometa, de prata, de cinco pontas, ficando com a cauda sobre o elmo. Outros do mesmo appellido trazem por armas: Em campo azul, seis crescentes de ouro em duas palas, orla azul, carregada de oito estrellas, de prata, de seis pontas. O mesmo elmo e timbre.

**Pessoa** *(Elias da Cunha)*. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra. N. em Thomar a 4 de julho de 1801, fal. em Lisboa a 1 de dezembro de 1860. Seguindo a carreira judicial chegou a ser juiz da Relação de Lisboa. Foi deputado em varias legislaturas, e quando o marquez de Loulé organisou ministerio depois da queda do primeiro ministerio regenerador, confiou-lhe a 6 de junho de 1856 a pasta da justiça, que dirigiu até 14 de março de 1857. Retirou se depois á vida particular, até que falleceu.

**Pessoa** *(João de Abreu)*. Mestre de capella da sé de Vizeu. Escreveu: *Arte de Cantochão para o uso do seminario da cidade de Vizeu, e para o mais clero do mesmo bispado*, Lisboa, 18 0.

**Pessoa** *(D. João Chrysostomo de Amorim)* V. *Amorim Pessoa*.

**Pessoa** *(P. João Pedro)*. Pertenceu á Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery, sendo depois padre secular. Era natural de Lisboa e fal. a 28 de dezembro de 1798. Deixou manuscripta a traducção da maior parte do *Paraizo perdido*, de Milton, para versos portuguezes.

**Pessoa** *(D. Fr. José do Sacramento)*. Autor d'umas *Noções de Oratorio extrahidas dos melhores mestres de eloquencia para instrucção dos que se dedicam ao ministerio do pulpito*, Lisboa, 1805.

**Pessoa** *(José Martins da Cunha)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Alcanena no principio da segunda metade do seculo XVIII, e fal. a 20 de agosto de 1820, Era filho de Antonio Martins da Cunha. Formou-se em 1778. Tendo vindo para Lisboa exerceu clinica por muitos annos, adquirindo grande fama, e foi nomeado medico da Real Camara, sendo eleito depois, a 7 de julho de 1806, socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, passando a socio veterano a 8 d'abril de 1817. Desempenhou tambem algumas commissões de serviço publico. Escreveu: *Analyse das Aguas thermaes das Caldas da Rainha*, Coimbra, 1778; *Memoria sobre as minas de ferro da Figueira*; saiu no tomo II das *Memorias Economicas*, da Academia Real das Sciencias. *Memoria sobre o nitro, e utilidades que d'elle se pódem tirar*; no tomo IV das referidas *Memorias*. Sustentou uma polemica accesa no *Investigador portuguez* ácêrca das *Cartas ao autor da Historia da invasão dos francezes* de Stockler.

**Pessoa**. Pov. na freg do Salvador, de Freamunde, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

**Pessoa de Azevedo** *(Affonso)*. Militar que esteve na India em 1510 com o governador Affonso d'Albuquerque: acompanhou-o a Gôa na tomada de Gôa, o que se realisou no dia 1 de março d'esse anno, e em abril foi mandado n'um batel á ilha de Divar para passar á terra firme os portuguezes que iam combater com o capitão do Hidalcão.

**Pessolta** Pov. na freg. de N. Sª da Conceição, de Casal de Cinza, conc. e distr. da Guarda.

**Pessotes** Pov. na freg. de S. Mamede, de Deo Christi, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Pessurlem**. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

**Pestana**. Familia de que ha noticia em Portugal desde os primeiros tempos da monarchia. Dizem-se descendentes de Geraldo Sem Pavor. As suas armas são; Em campo de prata tres faxas vermelhas e por timbre um leão de prata armado de vermelho.

**Pestana** *(Alvaro de Brito)*. Um dos poetas mais antigos portuguezes. Era filho de Affonso Rodrigues Alardo e de Mecia de Brito Pestana, que foi ama de D. Affonso V. Distinguiu-se muito na batalha d'Alfarrobeira, onde morreu o regente infante D. Pedro. Era muito dedicado ás letras, e no *Cancioneiro* de Garcia de Rezende se encontram composições suas, a pag. 10 v., 21 a 32, 49 v.

**Pestana** *(Cypriano de Pina)*. Licenceado em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Penella, a 5 de fevereiro de 1665. Estudou philosophia na Universidade de Evora, e recebendo ahi o grau de mestre de artes passou á Univerdade de Coimbra onde foi licenceado em medicina. Cultivou a poesia e d'elle fôram impressas algumas composições d'esse genero escriptas em latim, e umas *Eclogas e epigrammas* em portuguez á morte de duque de Cadaval D. Nuno.

**Pestana** *(Daniel Ferreira)*. General reformado. N no Funchal a 27 de março de 1823, fal. em Nova Gôa em dezembro de 1905. Era filho de Manuel Ferreira Pestana e de D. Vicencia Rosa de Jesus Guedes Pestana. Assentou praça como voluntario no regimento de infantaria n.º 11, a 4 de novembro de 1842, sendo promovido a alferes em 13 de março de 1844, a tenente em 11 de setembro de 1850, a capitão em 25 de novembro de 1861, a major em 3 de outubro de 1865, a tenente-coronel em 30 de 1873, a coronel em 17 de janeiro de 1877, a general de brigada, tendo feito o competente tirocinio em Mafra, a 31 de maio de 1889, reformando se no posto de general de divisão a 12 de maiode 1892. Foi pela primeira vez á India em 1845, como ajudante de campo do governador geral da India, José Ferreira Pestana, e ali exerceu numerosas commissões, entre as quaes a de chefe da repartição militar, a de governador do districto de Damão, nomeado por decreto regio, e inspector das tropas da India e da provincia de Moçambique. No reino tambem exerceu muitas e honrosas commissões, em que se conta a de ajudante de campo do marechal duque de Saldanha. Era gran-cruz e cavalleiro da ordem de Aviz, commendador da de Christo, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; possuia a medalha de prata de comportamento exemplar Casou com D. Verediana Constança Leite de Sousa, viuva de D. José Mario de Castro, e mãe do sr. conde de Nova Gôa; tendo enviuvado em 1859, passou a segundas nupcias com a condessa de Torres Novas D. Maria Luiza

Helena Godiz da Silveira Lorena, filha dos condes de Sarzedas, D. Bernardo Heitor da Silveira Lorena e D. Luiza Pereira Gareez. Escreveu: *Principios de grammatica geral applicados á lingua portugueza publicados e offerecidos á mocidade de Gôa*, Nova Gôa, 1849; saiu com as iniciaes: D. F. P.

**Pestana** *(José do Couto)* Cavalleiro da ordem de Christo, contador da contadoria geral da Guerra e reino, academico da Academia Real de Historia e da dos Anonymos, etc. N. em Lisboa em 1672, e fal. a 7 de agosto de 1735. Escreveu: *Quiteria Santa, poema sacro*, Lisboa, 1715; *Epithalamio real nos felicissimos desposorios dos augustissimos reis D. João V e D. Maria Anna d'Austria*, Lisboa, 1709; *Oitavas epithalamicas em que se pede ás nymphas do Tejo celebrem os desposorios do ex.mo sr. D. José Miguel João de Portugal com a ex.mo sr.a D. Luiza de Lorena*, Lisboa, 1729 *Nos Progressos Academicos dos Anonymos* de Lisboa veem algumas obras suas, e na *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia de Historia* as contas dos seus estudos, nos tomos III, VI, X, XI e XII.

**Pestana** *(José Ferreira)*. Estadista, general de brigada reformado, conselheiro de Estado, ministro de Estado, doutor em Mathematica e lente na Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, governador geral da India, etc. N. no Funchal a 26 de março de 1795, fal. em Lisboa a 12 de junho de 1885. Era filho do capitão-mór de Ribeira Brava Manuel Ferreira Pestana, e de sua mulher, D. Anna Thereza Soares Pestana. Mostrando desde muito novo grande intelligencia, e tendo já feito na sua terra natal os primeiros estudos, e de ter assentado praça de cadete no batalhão d'artilharia de Funchal, veiu para o continente, e matriculou se na Universidade de Coimbra, em 1815, no primeiro anno das faculdades de mathematica e de philosophia. Estudante distinctissimo, fez um brilhante curso, recebendo sempre premios em todas as cadeiras, sendo doutorado gratuitamente em 9 de julho de 1820, assim ordenado por carta régia de 8 de março do mesmo anno. Em 1 de março de 1821 recebeu a nomeação de professor da cadeira de arithmetica, geometria e trigonometria, estabelecida no Funchal. Em 22 de novembro de 1821 casou na sé d'aquella cidade com D. Mathilde Eufemia Lecor, filha do brigadeiro Jorge Frederico Lecor. Partindo depois para Coimbra com sua mulher, foi exercer o logar de ajudante do observatorio astronomico da Universidade, para o qual havia sido proposto pelo reitor, conservando se n'aquelle cargo até 1828. A 22 de maio d'este anno rebentou uma revolução liberal em Coimbra, em que Ferreira Pestana tomou parte muito activa, no posto de tenente da 6.a companhia do batalhão academico, que se organisara em Coimbra. Assistiu á defeza do sitio do Castello e á do aquartelamento dos voluntarios academicos. Por este motivo foi o dr. Ferreira Pestana accusado pelo partido absoluto como um dos mais terriveis criminosos, e recebendo ordem de prisão foi conduzido para a Relação do Porto, onde soffreu muitos insultos e privações. Ninguem ignora como n'aquella epoca eram tratados os presos politicos; só o titulo de *malhado* equivalia quasi a uma sentença de morte. Portanto o dr. Ferreira Pestana, assim como todos os seus companheiros de prisão, receavam a cada momento um desenlace fatal, esperando que os juizes os julgassem e sentenciassem pelo grande crime de ser liberal. D. Mathilde Pestana, a esposa inconsolavel do pobre encarcerado, tinha os mesmos receios, e com toda a energia e coragem proprias d'uma heroina, dirigiu-se a Lisboa, ao paço, á infanta D. Maria d'Assumpção, a irmã mais dilecta do infante D. Miguel, a quem elle mais attendia e respeitava, pedindo-lhe protecção e clemencia. Procurou as autoridades; voltando ao Porto apresentou-se aos juizes, e empregou todos os meios honrosos e humildes, para interceder pela liberdade de seu marido, ou ao menos para o livrar

José Ferreira Pestana

da morte. Apezar de receber alguns insultos da parte de pessoas menos convenientes, D. Mathilde Pestana não desanimou, e foi talvez devido aos seus esforços e ás suas lagrimas que o dr. Ferreira Pestana conseguiu escapar á pena de morte, obtendo a sentença, lavrada em 9 d'abril de 1829, de sómente assistir na Praça Nova, como espectador, ao horroroso espectaculo de vêr subir ao patibulo os amigos e companheiros de captiveiro, partindo em seguida para Angola como degredado. O dr. Vicente Esteves, no seu artigo biographico publicado nas *Colonias Portuguezas*, diz o seguinte: «Cumpriu a parte da sentença, vestido com a alva de condemnado, tendo a corda lançada ao pescoço e dando tres voltas á roda da forca. Não podendo encarar o martyrio que estavam soffrendo os seus infelizes companheiros, conservava-se com as palpebras cerradas, e n'essa occasião um monstro com figura humana que estava proximo d'elle, deu-lhe uma bofetada, obrigando-o a abrir os olhos e a olhar para o cadafalso.» Depois de assistir ao supplicio dos infelizes condemnados politicos, esteve ainda o dr. Pestana por algum tempo retido na Relação do Porto, até que veiu para Lisboa n'um hiate carregado com sal, onde soffreu muito mau tratamen-

to e pessima alimentação. Chegando á barra, já muito falto de forças, morto de fome e de sêde, foi mettido n'uma prisão em Porto Franco, á Junqueira;d'ahi seguiu no dia immediato,a pé, para a Torre de S. Julião, onde chegou a 2 de novembro de 1829, e embarcou dias depois para Loanda na charrua *Maria Cardoso*, acompanhado da sua dedicada esposa. Esteve em Africa um anno, no fim do qual, de accôrdo com outros degredados politicos, conseguiu fugir para o Brazil e mais os companheiros, para o que contratou occultamente por 3:000$000 de réis as passagens com o capitão da galera *Maria Izabel*. O embarque realisou-se cautelosamente de noite, estando o navio ao largo. Chegando ao Rio de Janeiro a 7 de janeiro de 1831, era forçoso pagar ao capitão; o dinheiro, porém, não chegava, e os fugitivos viram-se em serios embaraços. A colonia portugueza, estabelecida no Brazil, porém, protegeu-os, dando-lhes os meios precisos para cumprirem o ajuste que tinham feito com o capitão da galera. No Rio de Janeiro encontrou o dr. Ferreira Pestana muita protecção de amigos e parentes, tambem emigrados politicos; mas não lhe soffrendo o seu caracter independente utilisar-se por muito tempo dos serviços que lhe prestavam, resolveu procurar no trabalho os meios de acudir ás urgencias necessidades da vida. Estabeleceu então um collegio, onde se tornou tão conhecido e considerado pelo talento e capacidade, que dentro em pouco pôde attrahir enorme affluencia de alumnos. Ali permaneceu até ao momento em que o partido constitucional se restabeleceu em Portugal. Tão depressa teve esta agradavel noticia partiu para Lisboa, onde chegou em 1834. Começou então nova vida para o dr. Ferreira Pestaua. A Universidade de Coimbra logo o propoz para lente de Mathematica, logar de que recebeu a nomeação em 14 de julho de 1834. Foi deputado em successivas legislaturas, assumindo muitas vezes a presidencia da camara, e nomeado governador civil de Leiria, Villa Real e Coimbra, demittindo-se d'este ultimo districto em 1836 por causa da revolução de setembro. Em 1841 teve a promoção de 1.º tenente d'artilharia; em 9 de fevereiro de 1844 a de capitão, sem prejuizo dos officiaes mais antigos, por causa da sua nomeação de governador geral da India. Em 9 de junho de 1841 tomou conta da pasta da marinha, no ministerio presidido por Joaquim Antonio de Aguiar, pedindo a sua exoneração em 7 de fevereiro de 1842 por não concordar com o movimento revolucionario do Porto de 27 de janeiro d'esse anno. A 20 de janeiro de 1844 foi nomeado governador geral da India, e partindo logo para Gôa, tomou posse do governo a 22 de maio. O seu governo foi dos mais proveitosos para aquelles estados, pela magnifica administração que fez, e pela sua nunca desmentida rectidão e justiça. Regressando a Lisboa no principio de 1851, sendo o marechal Saldanha presidente do conselho de ministros, o dr. Ferreira Pestana encarregou-se da pasta do reino, que dirigiu desde a data do decreto, 22 de maio, até 7 de julho, pedindo a demissão juntamente com outros collegas, por divergencias politicas. Em 30 de setembro de 1851 foi nomeado major graduado, passando a effectivo em 15 de julho de 1863; em 9 de fevereiro de 1865 subiu ao posto de tenente-coronel, passando a coronel em 7 de dezembro, tambem sem prejuizo dos officiaes mais antigos por estar em commissão na India. Organisando-se o conselho ultramarino em 23 de setembro de 1851, foi nomeado vogal, e assumiu a vice-presidencia desde 21 de outubro seguinte, ficando sempre pertencendo no conselho, mesmo quando este se modificou em junta consultiva do ultramar. Por decreto de 13 de novembro de 1857, recebeu a nomeação de provedor dos recolhimentos de Lisboa, logar de maxima confiança e de grande responsabilidade. Este cargo foi exercido com a mais incansavel actividade e intelligencia, fazendo o dr. Ferreira Pestana diversos e utilissimos melhoramentos, estabelecendo enfermarias, procurando professoras competentemente habilitadas, etc. Em 18 d'agosto de 1864 foi novamente nomeado governador geral da India. substituindo o general conde de Torres Novas, sendo por este motivo exonerado do cargo de provedor em 12 de novembro d'aquelle mesmo anno, e partiu para a India em 24 de dezembro seguinte. Os indianos, sabendo quem era o novo governador, exultaram de alegria pelas gratas recordações que do seu primeiro governo Ferreira Pestana deixára. Sem violencia, mas com prudencia e persuasão conseguiu supprimir entre a população gentilica alguns costumes barbaros filhos das suas crenças religiosas. Melhorou quanto possivel a instrucção nas escolas, incluindo as superiores que lhe mereceram toda a solicitude, e para não descurar os beneficios materiaes dos seus governados, deu o maior impulso ao decadente commercio de Gôa, coadjuvando por todos os meios ao seu alcance a *Companhia Commercial de Nova Gôa*. Os resultados d'esta empresa por elle protegida, fôram os mais satisfatorios para o commercio, e quando o dr. Ferreira Pestana se retirou para a Europa, a referida companhia distinguiu-o com uma medalha de ouro. Foi no governo do conselheiro Ferreira Pestana que se deu o assassinio do governador Ferreira do Amaral, pae do actual sr.conselheiro Ferreira do Amaral, e ás rapidas e energicas providencias que sob a sua responsabilidade deu, se deve o não ter tomado maiores proporções e mais funestas consequencias aquella revolta da população chineza. Preparou logo uma expedição militar que fez embarcar com abundantes munições de guerra, a bordo d'um vapor que mandou fretar a Bombaim, e quando a população européa de Macau, atterrada pela attitude hostil da população chineza, calculava ainda longe o soccorro que reclamava do governo, chegou o auxilio enviado pelo governador Pestana que encheu de confiança a população e restabeleceu a ordem. Regressando á Europa em 1870, por ter acabado o seu segundo governo na India, partiu para a ilha da Madeira, onde se demorou por algum tempo, voltando depois a Lisboa bastante doente. Em 1875 recebeu a reforma no posto de general de brigada. Em 14 de maio de 1883 teve o gravissimo desgosto de perder sua mulher, que tão desvelada companheira havia sido na calamitosa epoca do seu infortunio. Pouco tempo depois fallecia tambem na avançada edade de 90 annos. O dr. José Ferreira Pestana foi eleito par do reino em 1862; agraciado com a carta de conselheiro de estado em 17 d'agosto de 1841; com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa em 6 de março de 1844; com o grau de ca-

valleiro da ordem de S. Bento de Aviz em 16 de outubro de 1845, e com a grau-cruz da mesma ordem em 27 de janeiro de 1866, na qual já era commendador. A Republica franceza havia-o agraciado em 30 de janeiro de 1852 com o grau de grande official da Legião de honra Em 7 de março de 1870, na sua volta da India, fôra-lhe concedido o titulo de visconde de Nova Gôa, que elle não quiz acceitar.

**Pestana** Pov. na freg. de S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Pestana da Silva** *(Manuel Duarte Guimarães).* Engenheiro civil. N. no Porto a 1 de setembro de 1849. Tem o curso de engenharia da Academia Polytechnica do Porto. Membro muito considerado na classe commercial, pertenceu aos corpos gerentes da Associação Commercial Portuense, Liga dos Lavradores do Douro, etc. E' director da Real Associação vinicola do norte de Portugal, e tanto em reuniões, em comicios, como na imprensa, tem defendido calorosamente os interesses dos lavradores do Douro, apresentando alvitres para melhorar as condições d'aquella provincia arruinada pelo phylloxera e outras enfermidades da videira Em 1901 acompanhou o principe D. Miguel Maximiliano, filho de D. Miguel II, na visita que incognitamente fez ao Porto, assistindo ao jantar que o neto do rei proscripto offereceu a alguns amigos no Grande Hotel, onde se hospedou. Muito intelligente e trabalhador, e falando com grande facilidade e brilho, tem-se salientado nas discussões travadas em assembléas geraes de bancos e companhias e na defeza dos interesses da agricultura nacional. Em 1906 foi eleito deputado pelo circulo de Vianna do Castello, apresentado pelo partido nacionalista, a que pertence.

**Pestanas**. Pov. na freg de S. Pelagio, de Sébal Grande, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

**Peste**. V *Epidemia*.

**Peste**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Petada**, Povoações nas freguezias: S. Pedro de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro.

**Pé-Terra.** Pequena moeda de ouro, do tempo d'el-rei D. Fernando I, que valia 6 libras, que, sendo de 36 réis, vinha a ser 216 réis. V. *Dobra.*

**Petimão**. Povoações nas freguezias: S Pedro, de Alvite, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, do mesmo districto.

**Petintal**. Carpinteiro da ribeira, calafate, constructor naval. No foral que D. Froila Ermigues deu aos moradores de Villa Franca de Xira, no seculo XIII diz: *Huum petintal, e dous spitaleiros, e dous ploeiros, mando que hajam fôro de caualleiro.* Depois *petintal* era mais propriamente official de marinha, segundo se collige de varios documentos dos seculos XV e XVI.

**Petisqueira**. Aldeia, na prov. de Tras-os-Montes, conc. e distr. de Bragança, cujo orago é S Lourenço. O reitor da freg. de Rabal, apresentava o cura, que tinha 8$000 réis e o pé d'altar. Esta freg. foi supprimida no fim do seculo XVIII, e unida á de Rabal, d'onde tinha sido desmembrada. || Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Deilão, conc. e distr. de Bragança. || S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

**Peto**. Pov. na freg. de Santa Leocadia, de Briteiros, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Petu**. Rio de Bissau, Africa Occidental.

**Péva**. Pov. e freg de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 246 fog. e 886 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista da séde do conc. 11 k. e está situada na estrada de Moimenta a Fragoas a 1 k. da margem direita do rio Paiva. O abbade de S. Miguel, de Pera, apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego || Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com d'Almeida, distr. e bispo da Guarda; 107 fog. e 417 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita da ribeira das Cabras. O vigario de S. Vicente, de Castello Mendo, apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. Esta freguezia pertencia ao antigo conc. de Castello Mendo, que foi supprimido, e incorporado no de Sabugal. Em dezembro de 1870 passou para o conc. de Almeida. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Traucoso.

**Pevaleca** Pov. do conc. de S. Salvador do Congo, na Cataracta do Quisulo, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Pevello**. Pov. na freguezia de Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

**Pevidal**. Povoações nas freguezias: S. Cosme, de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Pedro de France, conc. e distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto.

**Pevidem**. Pov. na freg. de S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. Tem est. postal.

**Pexeligaes**. Pov. na freg. de N. S.ª de Belem, de Rio de Moiro, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

**Pexins** Pov. na freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

**Pezagno** *(Manuel).* Pae de Lançarote Pessanha. Era genovez, e foi contratado por el-rei D. Diniz para commandar os navios que se empregavam em expedições commerciaes quando não eram precisos ao serviço do rei. O monarcha deu lhe importantes bens de raiz, entre os quaes um bairro inteiro de Lisboa, que até muito tarde foi conhecido pelo nome de *bairro do almirante.* Além d'isso recebia a quinta parte de todas as prezas que fizesse em tempo de guerra. A primeira expedição guerreira que realisou, em 1339, resultou pouco afortunada. Fazendo-se ao mar com uma esquadra, abordou á costa da Andaluzia, e quando regressava, encontrou se nas alturas do cabo de S. Vicente com a esquadra castelhana commandada pelo almirante Tenorio. Travando-se combate, Pezagno foi vencido e levado como prisioneiro para Sevilha. Esta affronta magoou profundamente o genovez que, mais tarde, affirmou o seu resentimento quando se tratou de

auxiliar a esquadra castelhana contra os arabes por occasião da alliança de que resultou a batalha do Salado. Aproveitando a permissão que tinha de empregar as galés d'el rei em expedições commerciaes, parece que Pezagno e uns capitães que o acompanhavam, descobriram, no tempo de D. Affonso IV, a Madeira e os Açôres, como parece indubitavelmente provado, diz um chronista, por documentos e argumentos que tornam quasi incontestavel que estes differentes archipelagos fôram descobertos por genovezes ao serviço de Portugal. Succedeu-lhe no cargo e nos bens seu filho Lançarote Pessanha V. *este nome.*

**Pezerat** *(Pedro José).* Engenheiro francez, que veiu para Portugal em 1810, pouco mais ou menos. N. nos principios do seculo XIX e fal. em Lisboa em 1864. Foi engenheiro da camara municipal de Lisboa, e professor de desenho na Escola Polytechnica. Escreveu: *Memoria addicional á proposta feita por Francisco Martin sobre o abastecimento de aguas da cidade de Lisboa;* tem a data de 21 de julho de 1841; e no fim, Lisboa, 1847; *Dados e estudos para um projecto de abastecimento de aguas, e sua distribuição em Lisboa, mandados confeccionar e publicar pela camara municipal da mesma cidade*, Lisboa, 1850; acompanhados de 5 mappas e tres estampas lythographadas, sendo uma d'estas a *Planta da distribuição das aguas em Lisboa.*

**Pezo.** V. *Peso.*

**Pharol**. Torre ou qualquer outra construcção elevada, ao pé do mar, em cuja parte superior ha um facho em fóco luminoso para ser avistado de longe pelos navegantes e lhes indicar a paragem, a entrada do porto, ou os escolhos, rochedos, etc., da costa. ‖ *Pharol de eclipses*, pharol para illuminação de costas e baixios, disposto de modo que os differentes sectores do horizonte são alumiados e ficam em trevas, alternada e successivamente. Lampeão da popa do navio, ou o que se colloca na gavea do mastaréo da Gata para indicar o logar em que navega ou está fundeado. O uso dos fogos permanentes accesos no cimo das torres para guiar os navegantes nas passagens difficeis ou na entrada dos portos, parece contemporaneo das primeiras empresas da grande navegação maritima. Os navegadores da *Odysséa* guiaram-se por fogos accesos nos promontorios. Desde o seculo IX existe um pharol no cabo. Sigeu. Outros appareceram posteriormente na Grecia, no Pireu e nas principaes bahias. Pelos annos 270 antes da vinda de Christo, mandou Ptolomeu Philadelpho construir o famosissimo *Pharol de Alexandria*, que foi classificado como uma das sete maravilhas do mundo. Por muito tempo fôram os pharoes illuminados por fogos de lenha ou de carvão, por archotes de resina inflammados ou por lampadas grosseiras. A invenção das lampadas de dupla corrente d'ar por Argaut, foi um grande progresso. Em 1829 Fresnel imaginou o systema dos reflectores parabolicos e das lampadas de degraus, e em 1865 fôram feitos em França, com os pharoes de La Hève, os primeiros ensaios de illuminação dos pharoes pela electricidade. Todos os pharoes se compõem d'um apparelho productor de luz chamado *optica do fogo*, que é, para os fogos importantes, encerrado n'uma caixa de vidro, a *lanterna*, collocada na parte superior d'uma construcção de pedra, ferro, ou d'um mastro de ferro para os fogos fluctuantes ou para os barcos pharoes. Em Portugal temos hoje os seguintes: *Pharol da Insua* em Caminha; *Pharoes* em Vianna do Castello; em Espozende; *Pharoes* da Povoa de Varzim; *Pharol de Leixões*, no Porto; de *Nossa Senhora da Luz*, na foz do Douro; de Felgueiras, de Aveiro, d'Ancora, do *Cabo Mondego*, em Buarcos; da Figueira da Foz, da Nazareth, de S. Martinho do Porto; da Berlenga Grande, em frente do Cabo Carvoeiro; *Pharol do Cabo Carvoeiro*, em Peniche; Pharol de Peniche e *Ingueiro*; da Ericeira, *Cabo da Roca*, em Collares; da *Guia, de Santa Martha* e *Oitavos*, Cascaes (V. *este nome*); de Caelhias, do Cabo Razo, de S. Julião da Barra, do *Mirante*, em Caxias; de *Porto Covo*, em Oeiras; de Belem, da Torre do Bugio, do Cabo do Espichel, do Outão, do *Forte de Cavallo*, de Cezimbra, do *Cabo de Sines*, em Sines; de *Montedor*, no Minho (V. *este nome*); de Milfontes, do *Cabo de S. Vicente*, em Sagres; da *Ponta do Altar*, d'Albufeira, de *Santa Maria*, da Ilha da Culatra, do Ancão, do *Cabo de Santa Maria*, em Olhão; da Fuzeta, de Cacella, de *Medo Alto*, em Villa Real de Santo Antonio; da Barra de Portimão. Na ilha de Santa Maria: *Pharol de Malmerendo;* Ilha S. Miguel: *Pharol da Ponta do Arnel*, em Nordeste; *Porto Artificial, da Ponta da Ferraria.* Ilha Terceira: *Pharol do Monte Brazil.* Ilha de S. Jorge: *Pharol das Velas.* Ilha do Fayal: *Pharol dos Capellinhos.* Ilha Graciosa: *Pharol do Fortim.* Ilha das Flôres: *Pharol do Porto Velho de Santa Cruz.* Ilha do Pico: *Pharol da Magdalena.* Ilha da Madeira: *Pharol do Ilhéo*, no Funchal; da *Ponta de S. Lourenço*, em Santa Cruz; *Pharol do Ilhéo de Cima*, na ilha do Porto Santo. A primeira noticia relativa á illuminação da costa de Portugal é de 1515, parecendo ter sido D. Fernando Coutinho, bispo do Algarve, quem mandou estabelecer o primeiro pharol, n'uma torre que fez construir no convento de S. Vicente, no cabo do mesmo nome, «compadecido da muita necessidade que d'elle tinham os navegantes e poderem com aquella luz, ter aviso em tempo de tempestade e se fazerem ao largo, desviando-se do perigo.» Começou-se a fazer a torre em 1515, sendo occupado o convento em 1516 pelos monges, os quaes mais tarde se refugiaram na torre, que era uma especie de terraço sobre quatro pedras de alvenaria, quando os hereges lutheranos se quizeram apoderar do Sacramento e das reliquias de S. Vicente. Esse pharol foi arrasado por Francisco Drake em 1587, e restaurado por um dos Filippes em 1606. O segundo pharol foi o da Guia, estabelecido em 1537 pela irmandade de Nossa Senhora, e tinha quatro ou cinco luzes, que alcançavam 10 leguas, e se accendia durante as noites de 8 mezes, no que a irmandade gastava uma pipa de azeite. O terceiro pharol foi o que a irmandade de Nossa Senhora da Luz estabeleceu proximo do Porto, em 1680. O do Cabo Espichel, que se não sabe quando foi estabelecido, foi tambem obra da irmandade de Nossa Senhora do Cabo. Em 1 de fevereiro de 1758, publicou o marquez de Pombal um alvará mandando estabelecer pharoes na Guia (pois já não existia o primitivo), nas Berlengas, em S. Julião da Barra em Vianna e no Porto. O pharol do cabo da Roca foi construido em 1772, bem como o da Arrabida, depois mudado para a torre do Outão; os do Bugio e de S. Julião, em 1775; e os dos cabos Es-

pichel e Carvoeiro em 1790. Em 1841 fez-se o da Berlenga Grande, que foi chamado do duque de Bragança; em 1847 o pharolim da torre de Belem; em 1851, o pharol do Cabo de Santa Maria Em 1854 mandou-se estudar o local para o pharol do Cabo Mondego; e em 1855 deferiu-se a pretenção da irmandade de Nossa Senhora da Assumpção, da Povoa do Varzim, para um pharolim n'aquelle porto. Quanto ás colonias, o allumiamento das ilhas de Cabo Verde é mais systematisado e talves mais completo, o das ilhas dos Açôres, póde considerar-se sufficiente, o das ilhas de S. Thomé e Principe, da Guiné, da India Portugueza, de Macau, e de Timor—devendo lembrar que fôram os portuguezes que accenderam o primeiro pharol construido nos mares da China, o de Nossa Senhora da Guia de Macau (1865), —e é notavel o systema geral de pharolagem em todo o extenso litoral de Angola e de Moçambi-

Cascaes—Pharol da Guia

que,—de Mossamedes a Cabinda, de Lourenço Marques a Cabo Delgado. Sobre a costa de Moçambique publicou-se em 1904 um notavel roteiro devido aos estudos do sr. Leotte Rego, que é, no assumpto, o mais completo possivel. Não é possivel reproduzir n'este artigo a descripção de alguns dos principaes pharoes das colonias portuguezas e expôr o systema combinado de allumiamento dos seus principaes portos, como por exemplo o de Lourenço Marques com os pharoes da Ponta Vermelha. Catembe, Inhaca e Cockburn, este ultimo construido sobre pilares de ferro, com fundações systema Mitchell, de luz fixa, branca, visivel a 10 milhas em todo o horisonte, estando a luz 13,m0 acima do maximo preamar. Além do livro, já citado, do sr Leotte Rego, existem ácêrca do archipelago de Cabo Verde os trabalhos de outro official de marinha sr. Senna Barcellos, sobre os territorios de Manica e Sofala a monographia publicada pela Companhia de Moçambique para o Congresso Colonial de Lisboa, a memoria do sr. Ernesto de Vasconcellos adeante referida ácêrca dos pharoes nas colonias portuguezas (Exposição de Paris), outra memoria do Congresso Colonial de Lisboa, a collecção de albuns e photographias do ministerio da marinha e colonias, etc., afóra relatorios especiaes, que existem nos archivos do ministerio, quer na marinha quer no ultramar. Nas publicações officiaes e estrangeiras é frequente encoutrarem noticias sobre as condições dos portos portuguezes, comprehendendo os das colonias. Por todos estes documentos se põe em evidencia a parte activa que a administração colonial tem tido na obra do allumiamento das costas das nossas possessões d'além-mar. Desde 1864 até 1906 é facil reconhecer que tendo-se começado pela India (1864), estabelecido o primeiro pharol dos mares da China (1865), se assegurou a illuminação da costa occidental do continente africano (1880-1903), da costa oriental (1873-1905), de Cabo Verde (1881-1902), S. Thomé e Principe (1884-1902), da Guiné (1903), de Timor (1896-1904). Começou-se ha pouco a tratar do allumiamento da bahia do Lobito, testa do novo caminho de ferro da penetração da costa occidental, onde deve estar montado um pharol. Como nota fica escripto que o primeiro porto portuguez onde foi experimentado o systema de boias illuminadas Pinteh foi de Lourenço Marques (1887) que houve difficuldade em manter por causa das condições do mar. Em 1904 existia na restinga da Ponta-Vermelha uma boia luminosa, (iniciativa do capitão-tenente da marinha sr. Calvo da Silva). || *Bibliographia: Les phares des colonies portugaises*, por Ernesto de Vasconcellos, Lisboa, 1900; *Chronica das colonias* (LXXXVII) *no Diario de Noticias*. por Augusto Ribeiro, Lisboa, 27-VIII-1906; *Regulamento dos pharoes, no Diario do Governo*, n.º 278, de novembro de 1895; *Memoria sobre a illuminação das costas maritimas*, por Castanheira das Neves, 1906. Decreto de 13 de agosto de 1902 sobre pharoes nas colonias.

**Pharoleiro**. O que está de guarda ou trata d'um pharol.

**Pharolim**. Um pequeno pharol.

**Phenicios**. Não se sabe exactamente o anno em que estes antigos povos invadiram pela primeira vez a Lusitania. Suppõe se com algum fundamento, que foi pelos annos 954 antes da vinda de Christo, 201 antes da fundação de Roma. Já então o Atlantico, ou o Mediterraneo, ou uma convulsão plutonica, havia anniquilado as famosas *Columnas de Hercules*, communicando aquelles dois mares, pela formação do *Estreito* de Gibraltar. Os sidonios e os tyrios (phenicios) eram n'esses tempos remotissimos, os mais peritos navegadores do mundo ; mas, ainda assim, faltos de instrumentos mathematicos ; não existindo ainda as *cartas hydrographicas*, e consistindo essencialmente nos remos a força da locomoção dos seus navios, faziam as suas viagens á vista de terra. No intuito de explorarem as diversas regiões da Europa, atravessaram o mar Jonico e o Mediterraneo, abordando ás costas da Betica (Andaluzia) onde se pretende que fundaram a cidade de Carthagena, e lançaram os alicerces da cidade de Cadiz, que foi o seu principal emporio commercial. Costeando na direcção do N, percorreram as costas da Lusitania, desde o Guadiana até ao Mi-

nho. Maravilhados pelas immensas riquezas d'este paiz, levaram á sua patria as primicias do ouro e prata da Lusitania, e tão esplendida relação fizeram do nosso paiz, que despertou a cobiça de muitos dos seus patricios, que em breve armaram navios para nos explorarem. Diz-se que os *ferros* dos arados lusitanos, e todos os seus instrumentos agricolas, eram então construidos de ouro ou de prata. Os descobridores, como eram em numero diminuto, vieram como mercadores e amigos, porém, com as subsequentes invasões, operadas em maior fôrça numerica, fôram pouco a pouco tomando o papel de conquistadores. Os lusitanos, ligados com os outros povos do littoral da Peninsula, lhe fizeram guerra; mas, já por tratados, já por victorias, os phenicios se fôram arraigando nas Hespanhas, a ponto de, 332 annos depois do seu primeiro desembarque, isto é, no anno 6 2 antes da vinda de Christo, se acharam em estado de mandar uma poderosa esquadra em auxilio da cidade de Tyro, que então o legendario Nabucodonosor, rei de Babylonia (Assyria) cercava com grande exercito. O assedio durou 26 annos, mas no anno 596 antes de Christo, teve de render se a cidade, o Nabucodonosor, orgulhoso pela victoria, tentou conquistar aos phenicios os seus dominios nas Hespanhas. Os lusitanos, porém, auxiliaram os phenicios, e o rei da Babylonia teve de retirar para o Oriente. Outros phenicios haviam fundado na peninsula do golfo de Tunis, Africa, a famosa cidade de Carthago, que fizeram capital d'uma vasta republica. Os lusitanos, cançados de extorsões dos phenicios no seu litoral, se ligaram com os celtas e com os turdetanos, e fazendo a guerra aos phenicios, os obrigaram a concentrar-se em Cadiz, no anno 592 antes de Christo. D'aqui pediram auxilio aos carthaginezes, que, segundo a pratica de todas as *nações protectoras*, depois de vencerem os bravos, mas indisciplinados lusitanos, subjugaram os *protegidos*, e lhes tomaram as suas povoações. Estabelecidos os carthaginezes nas costas da Betica e da Lusitania, trataram de fundar varias colonias, que pouco a pouco transformaram em cidades commerciaes, 551 annos antes de Christo. O governo de Carthago pretendeu apossar-se de toda a peninsula hispanica, para o que enviou uma esquadra ás nossas aguas, commandada por Mezerbal, bravo e experimentado capitão da republica; mas os lusitanos e os seus alliados o derrotaram. Vendo que nada conseguiam pela guerra, mudaram de tactica, e com blandicias, e sob grandes promessas de cordealidade, fôram paulatinamente conquistando a amizade dos peninsulares, e radicando o seu poder nas Hespanhas. Em 504, antes de Christo, era Sapho governador da Lusitania e um dos melhores generaes de Carthago, e deixando este governo a seus dois primos, *Hanon* e *Hymilcon*, marchou em soccorro de Carthago, ameaçada pelos romanos. Chegando Sapho a Carthago descreveu ao senado as prodigiosas riquezas da peninsula iberica, e a republica mandou logo para cá o general Giscon com grandes fôrças para a total conquista do paiz, e se o não dominaram completamente, conseguiram extorquir lhe grandes riquezas. Em 471, antes de Christo, Annibal, irmão de Sapho, veiu como governador para a Lusitania, e soube pela sua moderação e pelo seu bom governo adquirir a amizade do povo, mas, dando-se uma guerra encarniçada entre os turdetanos audaluzes e lusitanos, contra as extorsões dos delegados de Annibal, foi este em seu soccorro, porém os peninsulares derrotaram os carthaginezes, e Annibal foi morto no campo da batalha. Os carthaginezes desenganados de dominarem a Lusitania pela guerra e pelo terror, renovaram as brilhantes promessas que tantas vezes haviam feito e quebrado ou illudido, e os lusitanos ainda d'esta vez cairam no laço; de modo que oito annos depois da morte do Annibal, estavam alliados com os invasores, e fôram em seu auxilio á Sicilia, contra os athenienses, agrigentinos e syracusanos. Assim continuaram os carthaginezes governando a Lusitania, tendo por vezes guerra com os gregos e com os romanos, que por fim, no anno 200 antes de Christo, se apossaram das Hespanhas, cessando então o dominio dos phenicios ou carthaginezes.

**Pharmaceutico.** O que exerce a arte de pharmacia; boticario. No regimen absoluto estavam sujeitos os boticarios ao physico-mór do reino, que por seus delegados visitava as boticas, mas com tão elevadas propinas que o alvará de 30 de janeiro de 1811 reduziu a de cada visita a réis 6$400 réis. Os boticarios tinham cartas de exame, que se registavam nas camaras dos concelhos. Boticarios não podiam ser cirurgiões (Alvará de 15 de novembro de 1623), porém as *Ordenações* permittiam que pudessem fazer mézinhas sem medico, ou cirurgião, se seguissem livros. (*Ord.* Liv. 5, tit. 83 § *fin*).

**Pharmacia.** Arte que ensina a conhecer e a conservar as drogas e a preparar os remedios ou medicamentos. || Estabelecimento onde se preparam ou vendem os medicamentos; botica. || Por lei de 19 de julho de 1902 foi creada a Escola de Pharmacia, comprehendendo o seu curso as disciplinas seguintes: *1.ª cadeira*: Historia natural das drogas, posologia; *2.ª cadeira*: Pharmacia chimica, analyses microscopicas e chimicas applicadas á medicina e á pharmacia; *3.ª cadeira*: Pharmacotechnia e esterilizações; *4.ª cadeira*: Analyses toxicologicas, chimica legal, alterações e falsificações de medicamentos e alimentos.

**Pharmacopéa.** Livro que ensina a preparar os medicamentos. Pelo alvará de 7 de janeiro de 1794 fôram obrigados todos os boticarios a ter a *Pharmacopéa Geral*, adeante referida, sendo-lhes prohibido aviar as receitas por outra. A lei de 3 de setembro de 1627 mandou fazer de tres em tres annos o Regimento, devendo os medicos pôr nas receitas os preços dos remedios. O alvará de 3 de março de 1795 obrigou os boticarios a terem um exemplar do Regimento. A lei de 13 de março do 1656 prohibiu que se aviassem receitas de medicos, ou cirurgiões, que não fôssem escriptas em portuguez, naturalmente por estar o reino já livre do dominio castelhano. || Bibliographia: *A Pharmacopéa Geral para o reino e dominios de Portugal, publicada por ordem da rainha fidelissima D. Maria, tomo I; Elementos de Pharmacia*, Lisboa, 1794; *Tomo II, Medicamentos simplices, preparados e compostos*, Lisboa, 1794. Deve-se este trabalho ao medico Francisco Tavares. *Codigo Pharmaceutico Lusitano, ou tratado de Pharmaconomia, no qual se explicam as regras e preceitos com que se escolhem, conservam e preparam os medicamentos, e se apresentam as virtudes, usos, e dóses das formulas pharmaceuticas*, por Agostinho Albano da Silveira Pinto, Porto. 1842;

*Pharmacographia do Codigo Pharmaceutico Lusitano*, pelo mesmo autor, 1836; *Pharmacopéa portugueza*, de 1876, feita e publicada por uma commissão especial nomeada pelo governo e de que fizeram parte os medicos Bernardino A. Gomes (presidente), J. T. de Sousa Martins (relator), Cunha Vianna e May Figueira; os lentes de chimica Agostinho Vicente Lourenço e Antonio Augusto de Aguiar; os professores de pharmacia José Tedeschi e Claudino J. V. Leitão; os pharmaceuticos de Lisboa Izidoro da Costa Azevedo e Joaquim Urbano da Veiga; e o lente de veterinaria Pedro José da Silva. São de Luiz Vicente Fortuna, e publicados no Porto, entre 1851 e 1860, os seguintes manuscriptos: *Juizo critico sobre o regimento dos preços dos medicamentos com reflexões em que se prova a sua inutilidade e consequencia; Parecer ácêrca da reforma pharmaceutica, offerecido aos seus collegas e amigos; Reforma pharmaceutica ou a pharmacia emancipada, offerecido á Sociedade Pharmaceutica Lusitana.*

**Physico** Titulo que antigamente se dava aos medicos e cirurgiões. Fôram *physicos* notaveis: Mestre Burgalez, o primeiro medico nomeado para o hospital de Todos os Santos, em Lisboa, quando D. João II o fundou em 15 de maio de 1492; dr. Antonio de Souto; Mestre Gil; Gaspar Ribeiro; Rodrigo Rebello; Mestre Jorge, que succedeu a Burgalez; Jeronymo Bonacho, e muitos outros, todos do seculo XVI. Pelas *Ordenações*, liv. I, tit. 58, § 33 os physicos ou medicos que curavam sem ter carta, ou provisão, eram emprazados para se apresentar na côrte ante o physico-mór, para se livrar da culpa. Eram obrigados a mostrar as suas cartas ao corregedor da comarca (Liv. I, tit. 53 § 32). As cartas de examinação eram registadas nas camaras. V. (*Indice e Summarios* da camara municipal de Coimbra. || Bibliographia: Além dos estudos especiaes dos drs. Maximiano de Lemos e de Sousa Viterbo, pódem indicar-se: *Nobiliarchia medica, noticia dos medicos e cirurgiões da real camara, dos physicos-móres e cirurgiões-móres do reino, armada, exercito e ultramarinos*, etc., por Francisco Antonio Martins Bastos, Lisboa, 1858; *Memorias biographicas dos medicos e cirurgiões portuguezes que, no presente seculo, se teem feito conhecidos por seus escriptos*, pelo dr. Francisco Antonio Rodrigues de Gusmão, Lisboa, 1858; *Contribuições para a historia das sciencias medicas em Portugal; O hospital de Todos os Santos, hoje denominado de S. José*, por Alfredo Luiz Lopes Lisboa, 1890.

**Phosphoros.** A origem do desenvolvimento do calor e do lume pretendem alguns escriptores, physicos distinctos, que: «foi por uma acção mecanica que o fogo se produziu artificialmente á superficie da terra; foi friccionando dois fragmentos de madeira um contra o outro que Prometheu conseguiu inflammal-os. E' com effeito, com o nome de *pramantha* que em diversas linguas do Oriente se designa o instrumento de que servem os selvagens para accender o lume. Segundo alguns criticos, o nome de pramantha, ou prometheu, seria quelle pelo qual se designava o homem encarregado de accender o fogo. Seja como fôr, o pramantha dos selvagens tem recebido não poucas modificações». (F. Fonseca Benevides=*O Fogo*). O antigo meio de fazer lume, por meio da isca e da pederneira percutido pelo fusil de aço, é devido a que, quando se colloca a isca sobre a pederneira e batemos sobre esta com o fusil, o choque arranca particulas do aço desenvolvendo-se tanto calor que estas particulas se inflammam ardendo no ar e as faiscas cahindo sobre a isca communicam-lhe o fogo. Este é o meio de obter lume que precedeu os actuaes palitos phosphoricos ou simplesmente *phosphoros*. Os antigos phosphoros eram simples pedacinhos de pau em que uma das extremidades era coberta por meio d'immersão em enxofre: não produziam por si proprios o fogo, porque só se podiam inflammar pondo-os em contacto com um corpo já em ignição. Os modernos phosphoros, ou *phosphoros chimicos* datam do começo do seculo passado. Teem-se fabricado de varias especies. Os primeiros conhecidos appareceram em 1809. Eram como os precedentes, pausinhos enxofrados n'uma certa extensão e depois do enxoframento embebia-se a extremidade em uma mistura de chlorato de potassa, licopodio, enxofre e agua com gomma. Inflammavam se estes *phopohoros oxigenados*, titulo por que eram tambem conhecidos, mergulhando-os em acido sulfurico concentrado. Fôram substituidos em 1832 pelos phosphoros de fricção, cuja massa se compunha de chlorato de potassa, sulfureto, d'antimonio e agua gommosa, e incendiavam-se quando se friccionava a extremidade preparada sobre um papel de lixa. Alguns mezes depois aperfeiçoou-se estes ultimos ajuntando phosphoro á massa o que produziu os verdeiros *phosphoros* chamados tambem *phosphoros chimicos allemães*, porque foi na Allemanha e especialmente em Vienna e Darmstadt que primeiro se fabricaram. Estes phosphoros espalharam se em breve por toda a parte, e comtudo bem depressa se reconheceu que a presença do phosphoro, corpo eminentemente venenoso, os tornava perigosos. E não só isto, a extrema facilidade com que se inflammavam dava lugar a muitos accidentes. Foi para obstar a estes dois inconvenientes os *phosphoros de segurança* e os *phosphoros androgynos* nos quaes o phosphoro vermelho, que não é venenoso, substituiu o phosphoro ordinario ou phosphoro branco. Nos *phosphoros de segurança* o pausinho tem a massa de chlorato e o phosphoro está depositado n'um funccionador isolado. Os phosphoros androgynos teem uma das extremidades impreguada com phosphoro e a outra em pasta de chlorato, de maneira que basta para os inflammar: quebral-os em dois pedaços e applicar as duas partes uma contra a outra. Varios fabricantes tem obtido o mesmo resultado imaginando massas especiaes em que não entra especie alguma de phosphoro. Taes são: os phosphoros *Canonil*, cuja massa é uma mistura de chromato e de chlorato de potassa, peroxido de chumbo, sulfureto d'antimonio, pedra pomes ou vidro moido, gomma e agua. Em logar dos pansinhos de madeira, fazem-se algumas vezes o corpo do phosphoro com algodão coberto de cera derretida, dando assim os chamados *phosphoros de cera*. Estes phosphoros, os melhores eram de Italia, e foi tão grande a importação d'estes phosphoros que a industria nacional se viu seriamente embaraçada. Outro tanto aconteceu, mais tarde, com os chamados *phosphoros amorphos*, que eram importados em larguissima escala da America e Allemanha. A industria dos phosphoros, em Portugal, é relativamente mo-

derna, cêrca de 1830. Um prejuizo, que não sabemos a que fôsse devido, fez com que os phosphoros de enxofre, vulgo: *phosphoro de pau*, fôssem tidos como uma invenção de ladrões, e isto, porque os ratoneiros fôram os primeiros a servir-se do novo invento. Eram de pau, e cada caixa continha uns 25 ou 30 palitos, a que se deu o nome de *lumes promptos*. Cada caixa era acompanhada de um frasquinho, contendo um liquido, no qual se mergulhavam e accendiam os palitos. Pouco tempo depois, em vez do frasco, as caixas traziam um bocado de lixa de papel, que servia para n'ella se friccionarem os phosphoros. Uns e outros custavam 150 réis. O invento agradou geralmente, mas o seu alto preco não permittia a principio que toda a gente se aproveitasse d'elle. Com o tempo, fôram pouco a pouco barateando e assim se vendiam. Os primeiros phosphoros eram entregues ao commercio em caixas de papel de palha de milho, eram de facil inflamação, tanto que, mais tarde, apparecem, em Lisboa, uns outros de cera. Eram fabricados por um italiano chamado José Osti. Os *phosphoros de pau* a que o vulgo chamava *phosphoros de espera gallego* e, isto pelo muito tempo que levavam a crear chamma, eram em caixas de papel ordinario que continham cerca de sessenta phosphoros e custavam tres caixas dez réis. Os de cera eram obra mais fina, tinham uma caixa de papelão com uma gavetinha que comportava uns quarenta phosphoros e custava dez réis uma caixa. Na tampa via-se uma phenix renascendo das cinzas. Depois, a industria particular foi se apropriando da fabricação dos *phosphoros de pau* e varias emprezas dos de cera. No Porto havia fabricas que os faziam de qualidade superior. O inquerito de 1860 dá-nos trez fabricas em Aveiro e quatro em Coimbra. O de 1881 indica-nos fabricas nos concelhos de Evora e Santarem. Em 1860 appareceram os *phosphoros amorphos* ou *phosphoros de segurança* de proveniencia allemã e americana. Tinham estes phosphoros a vantagem de se inflammar rapidamente, só quando friccionados na propria caixa e n'um dado lado, em que havia uma parte apropriada chimicamente. Em breve invadiram o paiz e as primeiras caixas vendidas a dez réis cada, passaram depois a cinco réis. Havia pacotes de doze caixas. A industria nacional tentou imitar estes phosphoros, mas só depois de muitas tentativas, conseguiu a fabrica 24 de Julho, no Aterro, Lisboa, fabrical-os tão bons como os importados. Foi tal a producção que os chamados *phosphoros americanos* se chegaram a vender cada duzia de caixas por vinte e cinco réis. Cerca de 1895, o governo deu o monopolio dos phosphoros, de fórma que estes tem encarecido e são de má qualidade. A caixa voltou aos dez réis. Os de cera, então não se fala, cada caixa custava dez réis, tendo só trinta e oito phosphoros e mais. Havia mais um imposto sobre os phosphoros, que era cobrado por meio de um sello affixado na gaveta e tampa da caixa. Os chamados phosphoros de pau tem-se continuado a fabrisar e d'uma maneira acceitavel, imitam mesmo os de segurança o devemos distinguir os da Fabrica Lisbonense de Phosphoros, sita na Praça da Figueira, Lisboa

**Pia**. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Carapeços, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Varziella, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Valle de Prazeres, conc. de Fundão, distr. de Castello Branco.

**Pia e Agriões**. Pov. da freg. do Santo Crucifixo, no concelho de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pia Carneira**. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

**Pia Furada**. Pov. na freg. de S. Thiago da Guarda, conc. d'Ancião, distr. de Leiria.

**Pia do Lobo**. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

**Pia d'Urso**. Pov. na freg. de N.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

**Piadella**. Pov. na freguezia de S. Salvador, de Lama, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

**Piães**. V. *São Thiago de Piães*.

**Piães**. Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

**Piagem**. Pov. na freg. de S Miguel e conc. de Louzada, distr. do Porto

**Piairo**. Pov. na freguezia de S. Thomé, de Caldellas, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Pião**. Povoações nas freguezias: Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

**Pião de Cima**. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Cumieira, conc. de Penella, distr. de Coimbra.

**Piar**. Antiga ponte sobre o rio Douro, de que hoje ha apenas vestigios, na freguezia de Barrô, conc. de Rezende, e na margem fronteira abaixo e proximo da Rede. Julga-se que esta ponte foi construida no reinado de D. Affonso Henriques, por influencia da rainha D. Mafalda.

**Piares** Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Penha Longa, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Quelfes, conc. de Olhão, distr. de Faro.

**Piares de Cima**. Pov. na freg. de S. João Evangelista, de Guilhufe, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Piarez**. Rio da ilha de Porto Santo, no archipelago da Madeira. N. no Pico da Juliana, e vae desaguar na costa Norte.

**Pias**. Villa e freg. de S. Luiz, bisp. de Tolosa, da prov. da Extremadura, conc. de Ferreira do Zezere, com. de Thomar, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 203 fog e 800 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e uma fabrica de meias. A villa dista 4 k. da séde do conc. e está situada n'um logar muito pittoresco, cercada de altos montes. Do alto da serra de Santa Catharina, onde está a capella d'esta santa, se descobre o rio Tejo e os campos de Santarem. N'esta serra ha minas de ferro, e n'ella nascem os rios Lonzan e Barqueiro, que vão desaguar no Nabão. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 180 alqueires de trigo,

120 de cevada, uma pipa de vinho, azeite, e 20$000 réis em dinheiro. Diz-se que o seu nome provém de duas grandes pias, abertas na rocha viva, que estão no cbafariz á entrada da villa. D. Affonso Henriques a conquistou aos moiros em 1146, e a deu aos cavalleiros templarios, que logo a povoaram e lhe deram foral. Passando por aqui D. João III, em 1533, foi recebido pelos habitantes com apparatosas festas. O rei, agradecido a esta recepção, lhe deu foral, elevando a pov. á categoria de villa, por alvará, passado em Evora, a 25 de fevereiro de 1534, separando a e tornando a independente da jurisdicção de Thomar. Pias foi séde de conc., com camara, juiz ordinario, com recurso para a Casa da Supplicação, e mais empregados respectivos. No archivo municipal havia uma provisão, segundo a qual não podiam servir empregos publicos do concelho senão pessoas de primeira nobreza. Até 1834 teve tres companhias de ordenanças, com os competentes officiaes e capitão-mór. A terra é muito abundante em todos os generos agricolas do nosso clima. A egreja matriz é muito antiga e foi reedificada pelo povo da freg., principiando as obras em 1550, e terminando em 1588. O templo é de tres naves; tem muitas capellas lateraes. Na tribuna da capella-mór está a imagem de N. S.ª da Conceição. A capella de N. S.ª da Paz é de boa architectura, ampla e fechada de abobada. Foi construida em 1633 pelo licenceado Manuel Godinho, que vinculou todos os bens, sob a protecção d'esta Senhora, á qual dedicou uma missa quotidiana. Os administradores do morgado occorriam ás despezas do culto e conservação da capella, fazendo á sua padroeira uma pomposa festividade. A capella de N. S.ª dos Martyres foi edificada pelo capitão Antonio Ferreira, natural d'esta villa, em 1650. E' tambem um vinculo, e o seu instituidor, o referido capitão, nomeou para seu primeiro administrador o tenente João Ferreira Soares, ao qual impôz a obrigação de certa quantidade de missas semanaes. O seu fundador mandou pintar n'um grande quadro, na capella, a batalha dada por D. Affonso Henriques, quando tomou Lisboa aos moiros, em 21 de outubro de 1147. Ha tambem outra imagem de N. S.ª da Conceição, que no seculo XVIII estava no oratorio da casa do sargento-mór Salvador Soares Cotrim, e só estava no altar da egreja em 8 de dezembro, quando ali se lhe realisava uma grande festa. Esta imagem foi doada em testamento ao referido Cotrim, por seu tio, o dr. José Soares de Araujo, e está vinculada á capella que instituiu em 1693. A villa pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Mousão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 329 fog. e 1:318 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 7 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. das estradas de Valença aos Arcos de Valle-de-Vez e de Monsão. Era commenda da ordem de Christo. E' fertil em generos agricolas, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. do Douro, conc. e com. de Louzada, distr. e bisp. do Porto; 85 fog. e 356 hab. Dista 9 k. da séde do conc. e está situada junto do rio Sousa. O D. abbade benedictino, de Santo Thirso de Riba d'Ave, com reserva, apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil em cereaes, fructas, legumes e vinho; cria muito gado bovino, que exporta. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. João Evangelista, de Guilbufe, conc. de Penafiel, do mesmo districto || N. S.ª da Annunciação e conc. de Mertola, distr. de Beja. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Real, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Riba de Mouro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Sendim, concelho de Felgueiras, distr. do Porto. || S. João Baptista e conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Vairão, conc. de Villa do Conde, districto do Porto || Ribeira do distr. de Santarem Passa junto da villa do mesmo nome.

**Pias e Orada**. Pov. e freg. de Santa Luzia, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Serpa, distr. e bisp. de Beja; 930 fog. e 3:306 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico, pharmacia; Sociedade da Mina da Orada, herdade, de *Carvalhal*, da *Egreja*, de *João Teixeira*, est. do caminho de ferro, só com a denominação de *Pias*, na linha do Sul e Sueste, entre as de Serpa e de Moura. A freg. de Orada está annexada civilmente a esta freg. de Pias, e para os effeitos ecclesiasticos á de Moura. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada a 4 k. da margem direita da ribeira Ecboé, a 12 k. da margem esquerda do Guadiana. A mitra apresentava o cura, que tinha 150 alqueires de trigo e 60 de cevada. A terra é fertil em cereaes, e cria muito gado de toda a qualidade. E' abundante em caça grossa e miuda. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos.

**Piau**. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Serviu de limite aos antigos districtos de Sofala e Inhambane. Vae desaguar no mar das Indias, no canal de Moçambique.

**Pica**. Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Aguas Santas, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Coeujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. Tem caixa post. || O Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Pedorido, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Salvador, de Torre, concelho e distr. de Vianna do Castello. || S. Salvador, de Victorino das Donas, conc. de Ponte do Lima, do mesmo districto.

**Pica de Baixo**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Pica Frio** Pov. na freg. de Santa Eulalia e concelho de Paços de Ferreira, districto do Porto.

**Pica de Riba**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão distr. de Vianna do Castello.

**Pica Sinos** Pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria.

**Picada.** Povoações nas freguezias: S. Felix, de Marinha, conc de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Simão, de Mamarrosa, distr. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

**Picadeiros** *(Quinta dos).* Na freguezia de S. Vicente e conc. de Vimioso, distr. de Bragança.

**Picado** *(Quinta do).* Na freg. de S. Pedro, de Aradas, concelho e districto de Aveiro.

**Picadouro.** Povoações nas freguezias: S. José de S. Lazaro, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, districto de Coimbra.

**Picalhos.** Pov. na freguezia de S. Pedro, de Sanfins, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

**Picanilho.** Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Juncal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem.

**Picanceira.** Povoações nas freguezias: Santo Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. Tem estação postal. || S. Pedro, de Gafanhoeira, conc. de Arraiollos, distr. de Evora

**Picanço.** Familia, de que ha noticia desde os primeiros tempos da monarchia. As suas armas são: Em campo de prata uma azinheira de sua côr; timbre, a azinheira tendo sobre ella um passaro picanço de sua côr.

**Picanço** *(José Correia).* V. *Goyana, (José Correia Picanço, barão de), Portugal,* vol. III pag. 757.

**Picanço.** Pov. na freguezia de S. Pedro, de Monte Vil, concelho de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

**Picanços.** Povoações nas freguezias: Santo Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Saturnino, de Vallongo, conc. de Fronteira, distr. de Portalegre.

**Picanha.** Pov. na freg. de Santo André, de S. Victorino dos Piães, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Picanheiros de Cá ou de Baixo.** Pov. na freguezia de Santo Aleixo, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

**Picanheiros de Lá ou de Cima.** Pov. na freg. de Santo Aleixo, conc. de Monforte, distr. de Portalegre.

**Picanhol.** Pov. na freguezia do Salvador e concelho de Ribeira de Pena, districto de Villa Real.

**Picão.** Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 124 fog. e 503 hab. Tem est. post. e dista 4 k. da séde do conc. O reitor de S. João Baptista, do Pinheiro, apresentava o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes; cria muito gado de toda a qualidade, e é abundante de caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S. Silvestre, de Gradil, conc. de Mafra, distr de Lisboa. || S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, districto de Vizeu. || Santa Eulalia, de Pedorido, concelho de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Ilha Terceira; S. Miguel, de Lagens, conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo. || Pequena enseada situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental

**Picão do Arda.** Monte na prov. do Douro, freg. de Fermedo, a 24 k. ao NO de Arouca, 9 ao S do Douro, 32 ao SE do Porto, e 300 ao N de Lisboa. Apenas produz tojos e urzes, e é, na maior parte, formado de schisto. Este monte está preso pelo SO á serra de Borralhoso. A parte que olha para o NO tem, desde o seu cume até á base, mais de 240 m. de altura, caindo quasi perpendicularmente sobre o rio Arda.

**Picão e Lombo.** Dois logares reunidos na freguezia de Santo André, de Guilhadezes, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Picaranha.** Pov na freg. de S. Miguel, de Barrio, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Picarouva.** Pov. na freguezia de S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Piçarra de Cima e Piçarra do Meio.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

**Piçarral.** Pov. na freguezia do Espirito Santo, de Azinhal, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

**Picarras.** Povoações nas freguezias: Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Nazareth, de Landeira, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

**Piçarreira.** Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Carapeços, do mesmo concelho e distr. || S. Pedro, de Melides, concelho de Grandola, distr. de Lisboa.

**Picarrel** *(Herdade do).* Na freg. de S. Bento do Zambujal, conc. de Redondo, distr. de Evora.

**Picatel.** Pov. na freg. de S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto.

**Picha.** Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria,

**Pichel.** Rio da costa da Guiné de Cabo Verde, Africa Occidental. Entra no Oceano Atlantico por muitas bocas, das quaes só duas a Sand-Bard e a Mud-Bar (barra de areia e barra de lodo), dão entrada a navios. E' extremamente insalubre toda a região d'este rio, principalmente a do seu delta, pelos vapores exhalados d'um grande numero de ilhas pantanosas e terrenos alagadiços que retalha.

**Picheleiro.** Operario que faz picheis, vazilhas de tirar vinho das pipas, vasos para beber vinho; fabricante ou vendedor de obras de estanho. Este officio tinha regimento especial na collecção de 1572 existente na camara municipal de Lisboa, sendo o regimento anterior de 8 de março de 1566. N'esta cidade o officio de picheleiro pertencia á bandeira de N. S.ª da Oliveira. Sobre o seu arruamento póde vêr-se o vol. XII, a pag. 327 dos *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa,* por Freire de Oliveira.

**Picheleiro.** Pov. na freguezia de S. Matheus, de Barosa, conc. e distr. de Leiria.

**Pico.** Uma das 9 ilhas do archipelago dos Açôres, situada no Oceano Atlantico, orientada no rumo ESE a ONO. Faz parte do grupo dos Açôres centraes, e tem 90 k. de comprimento na direcção ONO, 20 de largura média e 196 k. q. de superficie, sendo de 102 k. o desenvolvimento das suas costas. Está a SO da ilha de S. Jorge,

e separada d'ella por um canal de 15 k. de largura; a ONO fica-lhe a ilha do Fayal, da qual está tambem separada por um canal de 5 k. de largura; dista 55 k. da ilha Graciosa, 60 da Terceira, 150 de S. Miguel, 195 das Flôres, 200 do Corvo e 235 de Santa Maria. A costa N, desde a Ponta da Ilha, denominação da ponta situada mais a E, até á ponta dos Baixios, corre na direcção geral ONO, tendo algumas pequenas enseadas. Da ponta dos Baixios segue a costa para SO até á ponta do Pé do Monte, ao N da qual fica o pequeno porto da Magdalena, fronteiro á cidade da Horta, na ilha do Fayal. Da ponta do Pé do Monte volta á costa para SSE até á porta Espertal e depois a SE até á ponta Catharina, inclinando-se para ESE, até á ponta de S. João. D'esta até á ponta da Ilha segue a costa o rumo de E, projectando antes a ponta do Arrife, a NO da qual fica o porto das Lagens, capital da ilha. A ilha do Pico é a mais montanhosa de todo o archipelago dos Açôres e notavel pelo elevado pico que lhe deu o nome. Na apparencia, pelo menos, é o centro do grande foco vulcanico dos Açôres, e, todavia, não tem havido ali tantos tremores de terra como na Terceira e em S. Miguel. As erupções mais antigas n'ella occorridas e de que ha noticia, deram-se a 21 de setembro de 1572, de fevereiro de 1718 e 15 de janeiro de 1719. Quando da primeira, a torrente de lava precipitou se sobre as freguezias de S. Roque e da Prainha, e entrou pelo mar dentro, formando um verdadeiro banco. Em 1718 a lava formou novo banco, e com a erupção de 1719 formou so um outro banco entre S. João e S. Matheus. Na sua maior parte, o solo é pedregoso e apto sobretudo para a cultura da vinha. Antes do apparecimento do *oidium* na ilha, a sua principal riqueza consistia nos seus afamados vinhos, dos quaes chegou a produzir 70:000 hectolitros Em 1873 essa producção estava reduzida a 1:315, e ainda assim só tinha a ultrapassal-a em todo o archipelago a das ilhas Graciosa e S. Jorge. Hoje, os principaes artigos de commercio da ilha são: fructa, gado, vinho, aguardente, azeite de espermaceti, cereaes, queijo, manteiga, lenha, chapéos e as tranças de palha. A Horta é o mercado onde se consome a maior parte d'estes generos, fazendo-se as transacções pelo porto da villa da Magdalena. Na falda E do monte ha excellentes aguas mineraes. A ilha tem tres villas e numerosas povoações, sendo aquellas: Magdalena, na costa O, fronteira ao porto da Horta e principal centro das communicações do lado O do Pico com aquella cidade; Lagens, capital, na costa S, a mais importante pela sua posição e riqueza, e S. Roque, na costa N, com uma grande bahia, principal centro de communicação d'aquella parte da ilha com a fronteira de S. Jorge. A ilha está dividida em 3 concelhos, pertencentes ao districto da Horta, que são: Lagens do Pico, com 5 freguezias: S. Sebastião, de Calheta de Nesquim; Santissima Trindade, de Lagens do Pico; N. S.ª da Piedade, Ponta; Santa Barbara, do Ribeiras; e S. João—Magdalena, com 6 freguezias: N. S.ª da Boa Nova, de Bandeiras; N. S.ª das Candeias, de Candelaria; N. S.ª das Dôres, de Creação Velha; Santa Maria Magdalena, de Magdalena; S. Caetano e S. Matheus.—S. Roque do Pico com 5 freguezias: N. S.ª d'Ajuda, de Prainha; Santa Luzia; Santo Amaro; Santo Antonio; e S. Roque do Pico. Todas estas freguezias são dependentes do bispado de Angra de Heroismo. Tem escolas para ambos os sexos, e delegação alfandegaria em S. Roque do Pico A ilha do Pico foi descoberta logo depois da do Fayal e doada juntamente com ella ao flamengo Huester. Não tem historia que não seja a do Fayal, cujos destinos seguiu. O que tem é uma lenda sua, a qual diz, que tendo ido viver para o Fayal um ermitão, elle via todos os dias do lado do Pico uma mulher vestida de branco que lhe acenava, e que o bom do homem, persuadido de que aquella mulher era Nossa Senhora, construira um barco, fôra ter com ella, e nunca mais voltara. Na ilha do Pico tem-se publicado os seguintes jornaes: *Boletim Judicial*, 16 de novembro de 1879 a 5 de maio de 1885; foi continuado pelo *Velense; Ecco Picoense*, 20 de outubro de 1878 a 28 de março de 1880; continuador do *Picoense; Futuro (O)*, 1894; *Independente (O)*, 28 de fevereiro de 1886; em 1889 ainda se publicou; *Lagense (O)*, 1891; *Magdalense (O)*, 1891; *Norte (O)*, 1896; *Noticia (A)*, 1896; *Observador*

Ilha do Pico

*(O)*, 1890; *Picôto (O)*, 1 de janeiro de 1882 a 15 de junho de 1883; *Pico (O)*, 17 de maio de 1885; *Pico (O)*, 1 de janeiro de 1891; *Picoense (O)*, 20 de dezembro de 1874 a 27 de maio de 1877; d'elle veiu o *Ecco Picoense*. O primeiro jornal aqui publicado: *Picoense (O)*, 1891; *Popular (O)*, 1892; *Voz (A)*, 5 de janeiro de 1899. || Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira e distr. do Funchal: Sant'Anna, concelho de Sant'Anna; N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz; S. Jorge, conc. de Sant'Anna; N. S.ª do Monte, de Monte, conc. do Funchal; Bom Jesus, de Ponta Delgada, conc. de S. Vicente. || S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Pedro, de Goães, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Ilha de S. Miguel, conc. e distr. de Ponta Delgada: N. S.ª das Candeias, de Candelaria; N. S.ª da Conceição, de Mosteiros. || S. Miguel, de Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, districto de Coimbra. || Pequeno canal que separa a ilha de Bussis, da de Bissau, na costa da Guiné, Africa Occidental. Começa no Oceano Atlantico junto da ponta de Bissau, leva ao rio de Jatta, e por este ao de Farim ou de S. Domingos. || Pov. da ilha e conc. de Porto Santo, no archipelago da Madeira.

**Pico dos Alhos.** Ilha Graciosa; pov. na freg. de S. Matheus, da Praia da Graciosa, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

**Pico Alto.** Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. || Ilha da Madeira: N. S.ª da Conceição e conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal. || Monte da ilha de Santa Maria, Açôres. E' o pico mais elevado de toda a ilha.

**Pico da Amendoeira** Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

**Pico de Anna Ferreira.** Monte da ilha de Porto Santo, archipelago da Madeira. Eleva-se ao SO da ilha, a 277 m. acima do nivel do mar.

**Pico da Antonia** Monte da ilha de S. Thiago, Cabo Verde, Africa Occidental. E' de fórma conica, com maior escarpa ao S do que ao N. Fica quasi no centro da ilha do meio da cordilheira de basalto que a atravessa, a 1:485 m. acima do nivel do mar. || Pov. na freg. de S. Lourenço dos Orgãos, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pico de Antonio Fernandes.** Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

**Pico da Azeveda.** Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Livramento, de Achadas da Cruz, concelho de Porto Moniz, distr do Funchal.

**Pico da Banda d'Além** Ilha da Madeira; pov. da freg. de S. Beuto, de Ribeira Brava, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

**Pico dos Barcellos.** Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal.

**Pico Branco.** Monte na ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira. Fica proximo da costa NE, a 423 m. acima do nivel do mar.

**Pico Caffanhote.** Monte da ilha de S. Miguel, Açôres. Fica no massiço E da cordilheira de montes vulcanicos d'aquella ilha, com a elevação de 715 metros.

**Pico do Calhau da Malhada.** Monte da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Fica quasi no extremo SO da ilha, e ergue-se a 181 m. acima do nivel do mar.

**Pico das Calles.** Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

**Pico das Canas.** Ilha de S. Miguel; pov. na freguezia de S. Roque, de Rosto de Cão, conc. e distr. de Ponta Delgada.

**Pico do Cardo.** Ilha da Madeira; pov. na freguezia de Santo Antonio, concelho e districto do Funchal.

**Pico do Carvão.** Monte da ilha de S. Miguel, Açôres. Fica nas cumieiras da Bretanha, massiço O da grande cordilheira da ilha, ao S do Pico da Cruz, e tem 802 m. d'altitude.

**Pico e Casinhas** Pov. da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira.

**Pico do Castello.** Monte da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Fica ao centro da ilha, é escarpado, oblongo, eleva-se 411 m. acima do nivel do mar, tem uma especie de plataforma no cume, onde ainda existem as ruinas d'uma fortificação que naturalmente deu o nome a este monte, e é mesmo tradição que os habitantes se refugiavam e defendiam ali em occasião de perigo, por ser pouco defendida a ilha, que varias vezes foi atacada e saqueada pelos piratas. Este pico é, em altitude, o quarto da ilha, e nos seus contrafortes teem origem as ribeiras de Farrobo, João Lopes, Ribeirinha e Zamboal

**Pico da Cevada.** Na freg. de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem.

**Pico da Cruz.** Monte da ilha de S. Miguel, Açôres. Fica nas cercanias da Bretanha ou massiço O da grande cordilheira que accidenta a ilha em todo o seu comprimento, na altitude de 847 m. na circumferencia da grande cratera de vulcão extincto chamado lagôa das Sete Cidades. || Pico da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado a E e tem 1:900 m. d'altitude.

**Pico do Facho da Malhada.** Monte da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Está situado a SO da ilha, e eleva-se 264 m. acima do nivel do mar.

**Pico das Favas.** Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

**Pico do Ferreiro.** Ilha da Madeira; pov. na freg. da Santissima Trindade, de Tabúa, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal,

**Pico do Fogo.** Montanha crateriforme situada no centro da ilha do Fogo, no archipelago de Cabo Verde, Africa Occidental, uns 3:200 m. acima do nivel do mar. Foi um formidavel vulcão, cujas erupções principaes occorreram em 1757, 1761, 1769, 1785 e 1816, não tornando desde então a produzir-se nenhuma outra. A mais terrivel das erupções citadas foi a de 1785. Principiou a 24 de janeiro e durou 27 dias, correndo a torrente da lava durante 5 dias pelo oceano dentro, destruindo fazendas, casas, gado, enchendo o valle d'uma ribeira e abrindo-se por essa occasião quatro novas crateras ao sopé do Pico, que fôram

as mais terriveis nos seus effeitos. João da Silva Feijó, que assistiu a este phenomeno, escreveu sobre elle uma *Memoria* e apresentou-a á Academia Real das Sciencias em 1757. Os arredores do vulcão, que parece estar hoje completamente extincto, vêem-se cobertos de lava; em varias partes, e principalmente na cratera, encontra-se muito enxofre crystallisado. O Pico é inferior em altura ao Etna, mas superior ao Hecla e ao Vesuvio.

**Pico do Funcho.** Ilha da madeira; pov. na freguezia de S. Martinho, conc. e districto do Funchal.

**Pico do Furão.** Ilha da Madeira; pov. na freguezia de N. S.ª do Livramento, do Curral das Freiras, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

**Pico de Gandaia.** Monte da ilha de Porto Santo, no archipelago da Madeira. Eleva-se 491 m. acima do nivel do mar, é o segundo da ilha em altitude, e fica a NE, junto do pico do Facho.

**Pico do Gaspar.** Monte na ilha de S. Miguel, Açôres. Fica no massiço E da cordilheira que accidenta a ilha, a E das Furnas.

**Pico do Guindaste.** Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, do Faial, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

**Pico da Juliana.** Monte da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Eleva-se a 454 m. acima do nivel do mar, ao NE da ilha.

**Pico do Leão.** Pov. na freg. de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pico do Lombo do Gallego.** Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Faial, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

**Pico do Mafre.** Ilha de S. Miguel; pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição, de Mosteiros, conc. e distr. de Ponta Delgada.

**Pico do Martinho.** Montanha da ilha de S. Nicolau, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Depois do Monte Gordo, é uma das montanhas mais elevadas da ilha.

**Pico do Meiro.** Ilha da Madeira; pov. na freguezia de N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

**Pico do Moinho.** Ilha da Madeira; pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição e conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal.

**Pico Negro.** Ponta situada na costa NO da ilha Graciosa, Açôres. || Pov. do conc. e com. da ilha Graciosa, distr. e bisp. de Angra do Heroismo, Açôres. Está situada na costa NO da ilha, junto da ponta que lhe deu o nome; tem cereaes, vinho e pescaria. || Ponta situada na costa da ilha do Principe, Africa Occidental. || Monte situado no extremo S da mesma ilha.

**Pico do Papagaio.** Monte da ilha do Principe, Africa Occidental. E' notavel por se assimilhar ao bico da ave de que tomou o nome

**Pico do Passo.** Monte da ilha de S. Miguel, Açôres. Fica no massiço E da cordilheira que accidenta a ilha em todo o seu comprimento, proximo do Pico de Vasa, e tem 800 m. d'altitude.

**Pico da Pedra.** Pov. e freg. de N. S.ª dos Prazeres, da ilha de S. Miguel, conc. e com. da Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 559 fog. e 2:344 hab. Tem est. telegr.-post. e escolas d'ambos os sexos. Pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. Dista 10 k da séde do conc., e é fertil em generos agricolas.

**Pico do Penedo.** Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

**Pico do Principe.** Monte da ilha do Principe, Africa Occidental. Tem 828 m. d'altitude, e é o mais elevado da ilha.

**Pico Redondo.** Ilha Terceira; pov. na freg. de S. Bento, conc. e districto de Angra do Heroismo.

**Pico de Regalados.** Villa da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arcob. de Braga. Pertence á 3.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Tem duas freguezias: S. Christovão, com 124 fog e 397 hab.; S. Paio, com 196 fog. e 839 hab. Tem esc. do sexo masc. e est post. A villa dista 6 k. da séde do conc. Está situada n'uma baixa. E' pov. muito antiga. As duas freguezias, S. Christovão, de Pico, e S. Paio, formaram a villa do Pico ou Pica de Regalados. Em 1757 tinham por orago S. Vicente, constituindo ambas as freguezias uma só. A mitra apresentava o abbade, que tinha 130$000 réis e o pé d'altar. D. Affonso Henriques a fez couto, e deu-a ao arcebispo de Braga, D. Paio Mendes, em 1132. El-rei D. Manuel lhe concedeu foral, em Lisboa, a 13 de novembro de 1513. N'este foral se lhe dá o nome de *Regalados*, e comprehende as seguintes terras: Gême, Gondariz, Lanhas, Paço, Prado, S. Paio de Moz, Santa Ovaia, S. Christovão, S. Vicente, Cibões ou Sibões, e Villarinho. Pico de Regalados era um dos mais antigos concelhos e das mais antigas comarcas do reino, que se supprimiram por decreto de 24 de outubro de 1855, ou para melhor dizer, fôram transferidas para Villa Verde as sédes do concelho e da comarca.

**Pico de Regalados** (*Senhores de*). O primeiro chefe d'esta illustre familia em Portugal foi Gonçalo Rodrigues de Avreu, ou de Evreux, um dos principaes cabos de guerra que, desejoso de ter parte na gloria, que a fama apregoava, dos illustres feitos de D. Affonso VI e do grand Cid, acompanhou para Hespanha em 1089, e depois para Portugal, em 1093, o conde D. Henrique, a quem serviu, chegando a alcançar o tempo de D. Affonso Henriques, de quem foi rico homem e mordomo-mór, um dos seus mais afamados guerreiros e poderosos senhores, dispondo de 16:000 vassalos. Fundou para seu solar a *Torre e honra*, a que deu o seu appellido, já aportuguezado, de *Abreu*, na freg. de Merufe, termo da villa de Monsão na provincia do Minho. Era originario da cidade de Evreux, na Normandia, França, e d'ahi o ser denominado o *Cavalleiro de Evreux*, que depois, por corrupção, ficou em *Avreu*, e assim se chamou, bem como alguns dos seus descendentes. Pela presteza com que voava nos mais arriscados commettimentos da guerra, lhe chamavam o *Aguia*, e d'ahi as azas que tomou para os seus escudos. Succedeu-lhe seu filho Gomes de Avreu, muito distincto e honrado fidalgo, da maior autoridade na côrte de Portugal e afamado guerreiro. Foi segundo senhor da *Torre* e *Honra* de Avreu. Succedeu-lhe seu filho Ruy Gomes de Avreu, fidalgo muito principal e bom cavalleiro,

entrando em muitas lides. Foi terceiro senhor da *Torre e Honra* de Avreu. Teve dois filhos: Lourenço Rodrigues d'Avreu, ou sómente Lourenço d'Avreu, grande cavalleiro e capitão, fundador do *Castello* e *Torre de Lapella* e 4.º senhor da *Torre* e *Honra* de Avreu, e Gonçalo Rodrigues de Avreu que pelo seu casamento com D. Mecia Rodrigues, constituiu a casa dos Abreus Castellos Brancos, varonia dos condes de Fornos d'Algôdres. Lourenço Rodrigues d'Avreu teve por successor seu filho, Gonçalo Rodrigues d'Avreu, que foi o 5.º senhor da *Torre* e *Honra de Abreu*. A este succedeu Gomes Lourenço de Abreu 6.º senhor da *Torre* e *Honra de Abreu* e grande fidalgo no tempo de D. Affonso III e D. Diniz. A este succedeu seu filho Lourenço Gomes d'Abreu, 7.º senhor da *Torre* e *Honra d'Abreu*, um dos mais autorisados fidalgos de el-rei D. Affonso IV e seu embaixador e procurador da corôa em Castella. Succedeu-lhe seu filho Vasco Gomes d'Abreu, 1.º senhor de Valladares e 8.º da *Torre* e *Honra d'Abreu*, e alcaide-mór de Lapella, de Melgaço e Castro Laboreiro, que sustentou por Castella em 1385, por ser segundo primo da rainha D. Leonor Telles, mãe da infanta D. Beatriz, casada com D. João I de Castella, pelo que o nosso D. João I lhe tirou o senhorio de Valladares e outros. Assistiu ao juramento solemne que el-rei D. Pedro I, na presença do seu mordomo-mór o conde de Barcellos e mais distinctos fidalgos da côrte, fez de haver recebido por sua legitima mulher a rainha D. Ignez de Castro. Succedeu-lhe seu filho Diogo Gomes d'Abreu, 9.º senhor da *Torre* e *Honra de Abreu*, o qual, pelo seu casamento com D. Leonor Viegas, segunda administradora dos morgados de Coucieiro e Curutello, e filha de D. Nuno Viegas, o *Moço*, senhor do Regalados, entrou na posse d'estes vinculos e senhorio. Succedeu-lhe seu filho Pedro Gomes de Abreu, 1.º senhor de Regalados e Valladares, alcaide-mór de Lapella, e 10.º senhor da *Torre* e *Honra de Abreu*, e 3.º administrador dos morgados de Coucieiro e Curutello. Vivia em Coucieiro, sendo casado com D. Aldonça de Sousa, filha de D. Lopo Dias de Sousa. Succedeu-lhe seu filho Lopo Gomes d'Abreu, 2.º senhor de Regalados e 11.º da *Torre* e *Honra de Abreu*, e 4.º administrador dos morgados de Coucieiro e Curutello. Casou com D. Ignez de Sotto-Maior e Lima. Succedeu-lhe seu filho Pedro Gomes d'Abreu e Lima, 3.º senhor de Regalados, 12.º senhor da *Torre* e *Honra d'Abreu*, e 5.º administrador dos morgados de Coucieiro e Curutello. Em vida d'este, foi alienada a quinta de Curutello, para pagamento de gastos e indemnisações em que foi condemnado, por virtude de luctas e questões com visinhos. Succedeu-lhe seu filho Leonel d'Abreu e Lima, 4.º senhor de Regalados e 6.º administrador do morgado de Coucieiro e 13.º senhor do *Couto*, *Torre* e *Honra de Abreu*, couto esse que trocou com o marquez de Villa Real por 100$000 réis de juro annual. Succedeu lhe seu filho Francisco d'Abreu e Lima, 5.º senhor de Regalados e 7.º admistrador do morgado de Coucieiro. Succedeu-lhe seu filho Leonel de Abreu e Lima, 6.º senhor de Regalados e 8.º administrador do morgado de Coucieiro. Succedeu-lhe seu filho primogenito Pedro Gomes d'Abreu, 7.º senhor de Regalados e 9.º admnistrador do morgado de Coucieiro. Perdeu, porém, todos os bens e senhorios por se passar a Castella, em 1640, onde Filippe III o fez *conde de Regalados*. Revertendo estes senhorios á corôa, D. João IV os deu a Gastão Coutinho, governador da provincia do Minho, capitão-general de Tanger e commendador de Caldellas. Os irmãos de Pedro Gomes d'Abreu, que permaneceram fieis á patria, reivindicaram os bens patrimoniaes, succedendo no morgado de Coucieiro o irmão segundo, Leonel d'Abreu de Lima, a quem succedeu sua filha D. Joanna d'Abreu de Lima, que pelo seu casamento se alliou á casa dos condes de S. Martinho, na qual andou sempre o morgado de Coucieiro e que é possuidora da casa do Paço de Coucieiro, a uns 6 k. da villa da Pica ou Pico de Regalados. Um terceiro irmão, chamado Antonio d'Abreu de Lima, ou seus descendentes, reinvidicaram a casa solar que os Abreus tinham na referida villa, onde faziam a sua principal residencia. D'este Antonio d'Abreu de Lima procede D. Francisca d'Abreu de Lima, que succedeu na dita casa solar da villa de Pica ou Pico de Regalados, a quem succedeu seu filho Salvador Fernandes d'Abreu de Lima Pinheiro; a este seu filho Pedro ou Pero d'Abreu de Lima Pinheiro; a este Francisco d'Abreu de Lima Pinheiro; a este Alexandre d'Abreu de Lima Pinheiro; a este o dr. Joaquim Abreu de Pinheiro da Silva; a este o desembargador João José d'Abreu e Silva, que foi o restaurador da dita casa solar de Regalados; a este D. Izabel Maria d'Abreu da Silva Rezende; a esta D. Quiteria Emilia Gomes d'Abreu da Silva Rezende de Castro e Couto; a esta João Gomes d'Abreu do Couto; e a este D. Maria Izabel Gomes d'Abreu do Couto de Campos Aguiar, hoje senhora da mesma casa, e sobrinha de D. Francisca Emilia de Abreu do Couto de Novaes, casada que foi com Manuel Ignacio do Valle Amorim Barbosa Novaes, da casa de S. Bento, Balugães, e Barcellos. No archivo da *Casa Solar* da villa de Pico de Regalados existe um antigo e volumoso codice, repleto de preciosos documentos originaes, que attestam a preclara nobreza da familia d'esta illustre casa solar, dos legitimos senhores de *Abreus de Regalados*, alliados aos *Silvas*, procedentes de Gaspar da Silva, que foi casado com D. Izabel Ferraz, do *Padrão* de *Bellomonte* e que era irmã de Belchior da Silva, conego da sé de Braga, e de Balthazar da Silva, abbade de S. Vicente de Regalados e todos filhos de Balthazar da Silva e de D. Constança Ferraz, esta da cidade de Braga e elle procedente da não menos nobre *Casa da Silva*, da freguezia de Santa Maria da Silva, termo de Barcellos. Além d'esses documentos ha o instrumento d'uma *justificação*, requerida em 1631 por Salvador Fernandes de Abreu, da villa de Pico de Regalados, para justificar: «Que era filho legitimo de Pedro Fernandes e de sua mulher D. Francisca de Abreu, o qual seu pae fôra juiz, vereador e almotacé, por eleição, no dito concelho; que serviu o dito seu pae, como já os haviam servido seus avós e parentes, os cargos nobres e da governança do mesmo concelho, e tratando-se todos á lei da nobreza; e, outrosim, que pela parte da dita sua mãe D. Francisca de Abreu, era fidalgo da geração dos *Abreus*, que n'este reino fôram sempre tidos e conhecidos, desde tempo immemoriaes, por fidalgos, sem haverem, de uma nem de outra parte, raça suspeita, nem rumores em contrario, mas antes de se-

rem notoriamente nobres e fidalgos.» Outro documento é o de uma segunda *justificação*, requerida posteriormente em 1704 pelo P. Manuel de Abreu, filho de Pedro, ou Pero, de Abreu e de sua primeira mulher D. Angela da Motta, e na qual os mesmos factos fôram havidos por justificados. Um outro documento importante é tambem o traslado d'uma escriptura lavrada em 26 de dezembro de 1659 em a nota de João Villela da Silva, tabellião que foi da villa do Pico de Regalados, em que o dito Pedro, ou Pero, de Abreu e sua segunda mulher D. Maria de Azevedo, e seus irmãos e cunhados Antonio de Azevedo e mulher, Manuel da Silva e mulher D. Francisca de Azevedo, filhos e genros de Francisco Gayo e de sua mulher D. Justa Leitão de Azevedo, da *Casa de S. João de Rei*, prestaram caução á herança e legitima de seu cunhado Manuel de Azevedo, e na dita escriptura se declarou que o referido Pedro, ou Pero, de Abreu e sua segunda mulher D. Maria do Azevedo eram *moradores* no *Paço de Coucieiro*. Pedro Gomes de Abreu, 1.º senhor de Regalados e 10.º senhor do *Couto*, *Torre* e *Honra de Abreu*, deu á villa de Regalados o nome de *Pica* em lembrança do seu *Couto* e *Aldea*, tambem denominada a *Pica*, de que era senhor em Morufe. Os Abreus, nos reinados de D. Pedro I e de D. Fernando I, chegaram a possuir 11 alcaidarias-móres, que fôram as de Melgaço, Lapella, Valladares, Monsão, Elvas, Castello de Vide, Alter do Chão, Monforte, Miranda, Campo Maior e Sempre Noiva, e exerceram sempre os mais altos cargos em Portugal, dando á patria grandes benemeritos e inclitos e prestimosos varões, como fôram, além de outros: D. Alvaro de Abreu, regedor das justiças, bispo de Evora e capitão-mór d'el-rei D. Duarte; D. João Gomes de Abreu, bispo de Vizeu; D. João Pimenta de Abreu, bispo de Angra; Gonçalo Annes de Abreu, cavalleiro esforçado e companheiro de armas do grau de condestavel D. Nuno Alvares Pereira e capitão da expedição para Ceuta; Luiz de Abreu de Mello, veador da casa d'el-rei D. João IV; Lopo Rodrigues de Abreu, fidalgo da casa do infante D. Fernando, duque de Beja, pae d'el rei D. Manuel; Antonio de Abreu, mestre de D. Alexandre, da Casa de Bragança, e outro Antonio de Abreu, que na expugnação de Malaca, recebendo um tiro, que lhe fracturou os queixos, e sendo mandado retirar do campo de batalha por Affonso d'Albuquerque, respondeu varonilmente: «Que se lhe faltavam para pelejar as forças e para mandar a lingua, conservava ainda a vida, para não perder o logar que occupava, e em que honradamente servia a sua patria e o seu rei.» A *Casa Solar* da villa de Pico de Regalados, que era a *residencia habitual* dos Abreus, com o andar dos tempos, achava-se reduzida a um quasi completo estado de ruina, quando ahi pelos annos de 1790, o desembargador João José d'Abreu e Silva deu começo á sua restauração, mas falleceu antes de concluir a sua obra, cujo plano era grandioso. Ficou, pois, a dita casa sómente com *duas fachadas*, quando, do plano d'ella, era o ser constituida por *tres fachadas* em fórma de *trapesio*, devendo ser collocado, como de facto o foi, n'um dos cunhaes do centro, o brazão dos *Abreus* e *Silvas*, cujo uso requerera, então, para esse fim, o alludido desembargador, e no cunhal immediato, até como complemento architectonico da obra, o brazão dos antigos *Gomes de Abreu*, que chegou a ser esculpido, mas não foi collocado no seu logar, em consequencia de, pelo motivo exposto, se interromper a mesma obra, que assim se conservava.

**Pico do Rocha.** Ilha Terceira; pov. na freg. do Espirito Santo, de Villa Nova, conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

**Pico Ruivo.** O mais elevado de todos os picos que accidentam a ilha da Madeira. Ergue-se a cêrca de 2:020 m. acima do nivel do mar e está coberto de vegetação até ao cimo.

**Pico e Salões.** Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Graça, do Estreito de Camara de Lobos, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

**Pico de Santa Maria.** Pico da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Tem 1:450 m. d'altitude e fórma, com mais dois, o principal massiço ou remate de toda a ilha.

**Pico do Sapateiro.** Pico da ilha de S. Miguel, Açôres. Em 1563 expelliu torrentes de lava que durante alguns dias correram para o mar pelo logar da Ribeira Secca.

**Pico de São Martinho.** Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Martinho, conc. e distr. do Funchal.

**Pico de São João.** Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Pedro, conc. e distr. do Funchal.

**Pico de S. Thomé.** Monte da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Tem 2:140 m. de altitude, é o mais elevado da ilha, e, por assim dizer, o fecho ou o centro do systema orographico d'ella. No vertice, termina n'um pequeno triangulo de 7 m. de lado, e, por baixo d'elle, na escarpa NE, fica uma superficie plana horizontal, cortada por dois corgos chamados *Varanda do Pico*. Do Pico de S. Thomé segue para NE um esporão que se prolonga até proximo do morro Carregado.

**Pico do Tanoeiro.** Ilha da Madeira; pov. na freg. e conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

**Pico das Toninhas.** Pico da ilha da Madeira, no conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. Está coberto de castanheiros e de loureiros.

**Pico do Tosquiado.** Ilha de S. Miguel; na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Fajã de Cima, conc. e distr. de Ponta Delgada.

**Pico da Urze.** Ilha Terceira; na freg. de S. Pedro, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

**Pico de Vara.** Pico da ilha de S. Miguel, Açôres. Fica no massiço E da cordilheira vulcanica que accidenta a ilha em todo o seu comprimento, é o seu ponto culminante, ergue-se a 1:700 m. acima do nivel do mar e é visivel a 138 kilometros.

**Pico Vermelho.** Pov. do conc. e com. de Santa Cruz, na ilha Graciosa, distr. e bisp. de Angra do Heroismo, Açôres. Produz cereaes e vinho. ‖ Pov. da freg. de S. Salvador, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pico do Vigario.** Monte da ilha de S. Miguel, Açôres. Está situado proximo da costa SO da ilha, e tem 435 m. d'altura.

**Piço.** Pov. da jurisdicção do reino de Montael, na ilha de Timor, na Oceania.

**Picôas** (*Antonio Esteves da Costa, 1.º visconde das*). N. em Cabeceiras de Basto em 1765, e fal. em Lisboa a 28 de fevereiro de 1837. Veiu para Lisboa ainda muito novo praticar no commercio, e chegou a alcançar uma grande fortuna. Foi di-

rector do Banco de Portugal, e commendador da ordem de Christo. Teve o titulo de barão pelo governo do infante D. Miguel. O titulo de viscon de foi concedido pelo decreto de 1 de outubro de 1835.

**Picões** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Ribeira. Bouçoães, conc. de Valpaços, distr. de Villa Real || Santo Amaro, de Ferradosa, conc. de Alfandega da Fé, distr. de Bragança. || S. Salvador, de Gandra, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || N. S.ª da Graça, de Casa Branca, conc. de Souzel, distr. de Portalegre.

**Piconha** Castello muito antigo, na prov. de Traz-os-Montes, e conc. de Montalegre. Na raia da Galliza, a 9 k ao N. da villa de Montalegre, ao N. da serra, ou cordilheira, que une o Gerez ao Larouco, á direita da estrada que vae d'aquella villa, a Tourem, entre as povoações gallegas de Villar e Rendim, sobre um môrro, que fica no meio do córrego, junto do qual corre a estrada, existem as ruinas d'este castello, hoje cobertas de silvas, hera e matto. Consta que o castello da Piconha foi obra de D. Affonso III, que lhe deu foral, segundo uma carta régia, de confirmação de privilegios, mandada passar por el-rei D. Diniz, em 5 de maio de 1287. Segundo o foral e esta carta de confirmação, tinham os povos d'ali grandes privilegios, mas eram obrigados a defender o castello contra os inimigos. Na doação que D. João I fez a seu filho natural, D. Affonso, quando este casou com D. Brites Pereira, filha unica e herdeira do condestavel D. Nuno Alvares Pereira, lhe deu tambem este castello, com outras muitas terras, por carta régia de 4 de junho de 1398. O castello passou depois a commendatarios, que eram seus alcaides-móres. Os moradores de Tourem pagavam aos alcaides da Piconha oitenta e tantos alqueires de pão. Os de Rendim, couto mixto, da Galliza e Portugal, em dinheiro 10$000 réis. Por alvará régio de 5 de setembro de 1514, eram estes povos isentos de pagar para a ponte de Mirandella. El-rei D. Manuel deu foral a Piconha, em Lisboa, a 18 de janeiro de 1515, com os antigos privilegios. Este castello foi arrazado em 1388 pelos castelhanos, e pouco depois reconstruido por D. João I. Em 1650 os castelhanos o tornaram a arrazar, e desde então deixou de existir, de modo que o titulo de alcaide-mór se tornou puramente honorifico, ou *beneficio simples*, pois que só servia para desfructar as respectivas rendas, e mais nada. Sabe se que fôram alcaides do castello da Piconha: Antonio d'Araujo, em 1338; Gaspar de Carvalho, alferes, e juiz ordinario da villa de Tourem, em 1564; Alexandre de Gusmão, diplomata e ministro de estado de D. João V, *em recompensa dos serviços de seu sogro*, desde 1714 até 1745; Alexandre de Sousa Pereira Coutinho, da casa de Villar Perdizes, por carta régia de D. Maria I, de 20 de agosto de 1779; João Antonio de Sousa Pereira Coutinho, filho do antecedente, por carta régia do principe regente, depois el-rei D. João VI, de 1800. Morreu em maio de 1825, e foi o ultimo alcaide-mór d'este castello.

**Picoitos**. Pov. na freg. de Sant'Anna de Cambas, conc. de Mertola, distr. de Beja.

**Picos**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Encarnação, de Marmelete, conc. de Monchique, distr. de Faro. || O Salvador, de Pedralva, conc. e distr. de Braga. || Ilha da Madeira; N. S.ª dos Prazeres, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || Montanha da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Picos Acima**. Pov. da freg de S. Salvador, no conc. da Praia, ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Picos de Casa**. Pov. da freguezia. de S. Salvador, no conc. da Praia, ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Picota**. Pelourinho com argolas ou ganchos, e cadeia, onde os criminosas eram suppliciados, ou expostos á vergonha publica. V. *Pelourinho*.

**Picota**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro. || S. Salvador, de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Serra do distr. de Faro. E' uma ramificação da serra de Monchique, e tem 755 m. d'altitude. Fica nas proximidades e a E S E da villa de Monchique, e tem no cimo uma chã de 5 k. de comprimento por 2 de largura.

**Picotas**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Sardoura, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

**Picóte**. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança; 141 fog. e 579 hab. Tem esc. do sexo masc. e est post. A pov. dista 12 k. da séde do conc e está situada a 2 k. da margem direita do rio Douro. O abbade de Sendim apresentava o cura, que tinha 6$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes, cria muito gado de toda a qualidade e tem muita caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

**Picoteira Fundeira**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

**Picoteira do Monte**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

**Picoteira de São Pedro**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Esteval, conc. de Proença-a-Nova, distr. de Castello Branco.

**Picoteiro**. Pov. da freg. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Picotim**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

**Picoto**. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aborim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Arcos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Bartholomeu e conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Miguel de Barreiros, conc. da Maia, distr. do Porto. Tem caixa postal. || S Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || Santa Eufemia, de Calheiros,

conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thomé, de Canellas, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Cesar, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || Santo Antonio, de Covões, conc. de Cautanhede, distr. de Coimbra. || Santa Marinha de Crestuma, conc. de V. N de Gaia, distr. do Porto. || S. Martinho, de Cocujães, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Este, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Fornello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Lovelhe, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Santo Adrião, de Macieira de Rates, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena, de Magdalena, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga || S. Thiago de Modelos, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santo Antonio, de Oliveirinha, conc. e distr. de Aveiro. || O Salvador, de Portella das Cabras, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santo André, de Reudufe, conc. de Amares do mesmo distr. || S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc e distr. de Coimbra. || S.Pedro e conc. de Certã, distr. de Castello Branco. || O Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. do Leiria. || N. S.ª da Purificação, de Ventosa, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || S. Romão, de Vermoim, conc. da Maia, distr. do Porto. || Sant'Anna, de Vimieiro, conc. e distr de Braga.

**Picoto d'Além** Pov. na freg. de Santa Marinha, de Trevões, conc. de S. João da Pesqueira, distr. de Vizeu.

**Picoto de Ferreiros**. Pov. na freg. de S. Salvador, de Christello, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Picoto da Gache**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Lamares, conc. e distr. de Villa Real

**Picoto de Gondim**. Pov. na freg. de S. Pedro de Jugueiros, conc. de Felgueiras, distr. do Porto

**Picotos**. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Chavão, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Cruz do Douro, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Salvador, de Ganfei, conc. de Valença distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Infesta, conc. de Bonças, distr. do Porto || N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal. distr. de Leiria.

**Picouço**. Pov. na freg de S. Vicente, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Pidre**. Povoações nas freguezias: S. Julião, de Agna Longa, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr de Braga.

**Piedade** *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa em 1607, onde tambem fal. a 5 de julho de 1690 Recebeu o habito no convento da sua ordem em Castella, e incorporou-se na provincia de Portugal: Escreveu: *In genesim expanatilo*, etc., que não chegou a imprimir-se.

**Piedade** *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem dos carmelitas calçados. N. na Bahia em 1660, fal. no convento da Cachoeira em 14 de janeiro de 1724. Era filho de Antonio da Costa e de Anna da Fonseca. Estudou as primeiras letras e philosophia na sua terra natal, e recebeu o grau de mestre em Artes. Deixando o seculo para entrar na ordem do Carmo, em 1679. foi leute de philosophia e theologia na vigararia do Maranhão, em que se jubilou a 27 de junho de 1694. Foi duas vezes prior do convento do Pará, vigario provincial do Maranhão e ahi commissario da bulla da Cruzada; governador, provisor e visitador geral do bispado do Pará em 1693. Depois de passar algum tempo em Portugal, voltou á America, e foi prior do convento da Bahia e definidor perpetuo: Escreveu: *Sermão das exequias da Serenissima Rainha Nossa Senhora, D. Maria Sophia Izabel, prégado na villa de Santo Amaro das Grutas do Rio de Sergipe*, Lisboa, 1703; *Sermão de Santa Thereza, prégado no convento das Religiosas Carmelitas Descalças da Bahia*, etc., Lisboa, 1703.

**Piedade** *(Fr. Antonio da)*. Religioso franciscano da provincia d'Arrabida. N. em Santarem a 25 de outubro de 1675, fal. no hospicio do hospital de Lisboa a 20 de dezembro de 1731. Era filho de Antonio Nogueira de Araujo, e de Joanna Maria Cardosa. Professou no convento de Alferrara, perto de Setubal, a 13 de maio de 1696, e foi leute de theologia, qualificador do Santo Officio, visitador da provincia de Santo Antonio, e chronista da sua provincia. Escreveu: *Espelho de penitentes e Chronica da provincia de Santa Maria da Arrabida da regular e mais estreita observancia da ordem do Seraphico Patriarcha S. Francisco no Instituto Capucho*, Lisboa; 1728. Esta chronica foi depois continuada em segundo volume por Fr. José de Jesus Maria. V. *Portugal*, vol. III, pag 1032.

**Piedade** *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem de S. Francisco. Era filho do 4.º conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Menezes, e de D. Joanna de Lancastro. Estudando na Universidade de Coimbra foi porcionista do collegio de S. Pedro, recebendo a beca em 28 de março de 1707. Applicou se ao estudo de Direito Pontificio, em que se tornou muito perito, e recebeu as insignias Doutoraes. Sendo mestre escola da collegiada de S. Thomé na capella real, resolveu abandonar o mundo, e entrou no seminario do Varatojo em 19 de julho de 1716, mudando o nome de D. Fernando Antonio de Menezes que tinha de familia, no de Fr. Antonio da Piedade. Passando depois para a provincia de Portugal, foi visitador em 1730, e examinador synodal do Patriarchado. Fal no convento de S Francisco de Granada em 1 de janeiro de 1744. Deixou impressos alguns sermões

**Piedade** *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem dos eremitas calçados de Santo Agostinho. N. na Povoa de S Martinho, e fal. no convento da Graça, de Lisboa, a 7 de janeiro de 1772. Era filho de Antonio Ferreira e de Anna Nunes. Profes-

sou no referido convento da Graça em 28 de setembro de 1710. Foi sacristão-mór do convento da Penha de França. Depois de ser professor no seu convento de sciencias maiores, jubilou-se em theologia. Deixou a seguinte obra : *Meio Dia Augustiniano*, etc., Lisboa, 5 grossos volumes : o 1.º em 1761, o 2.º em 1763, e 3.º 1766, 4 e 5 em 1767. Deixou tambem em manuscripto : *Divino Tabernaculo*, etc.

**Piedade** *(Belchior da)*. Conego da Congregação do Evangelista, lente de theologia e prégador muito apreciado no seu tempo, e bom poeta latino. N. em Braga, e fal. em Villar de Frades a 13 de novembro de 1864. Era filho de Belchior Filippe e de Maria Gonçalves. Recebeu a murça de conego secular a 13 de dezembro de 1614, onde dictou as sciencias escolasticas. Foi visitador do collegio de Coimbra. Escreveu : *Sermão de Santo Thomaz de Aquino, prégado na sé de Braga*, Coimbra, 165 ; *Estatutos dos Padres Congregados de Oliveira, junto da cidade do Porto*. Ficou inedito.

**Piedade** *(Fr. Caetano da)*. Religioso franciscano da provincia de Portugal e commissario geral da Terra Santa. Escreveu : *Relação fidelissima dos execrandos estragos, e sacrilegos roubos que os gregos scismaticos fizeram no santissimo sepulchro de N. S. Jesus Christo em Jerusalem, e da perseguição que padeceram os religiosos de S. Francisco*, etc., Lisboa, 1758 ; *Relação fidelissima das continuas vexações e grandes tyrannias, roubos, e tormentos que padecem os religiosos de S. Francisco em Jerusalem*, etc., *Successos acontecidos desde a ultima relação de 1758 até o presente anno*, Lisboa, 1763.

**Piedade** (*D. Diogo da*). Conego regrante de Santo Agostinho Era francez, chamado no seculo Jacques Lazaro Amaury. N. entre os annos de 1750 e 1760 ; veiu para Portugal refugiar-se por occasião da revolução franceza, e fixou a sua residencia em Coimbra, onde foi nomeado professor de francez no collegio das Artes. Fal. na quinta das Sete Fontes nos suburbios de Coimbra a 6 de junho de 1837, e foi sepultado na egreja de S. João de Almedina. Escreveu : *Arte franceza para uso dos portuguezes*, Coimbra, 1826 ; *Dialogo sobre a Historia de Portugal em portuguez e francez, para uso de todos aquelles que querem aprender uma das duas linguas por meio da outra*, Coimbra, 1807 ; saiu anonyma, mas em 1830 fez se outra edição.

**Piedade** *(José da)*. Religioso agostiniano descalço, doutor em Philosophia pela Universidade de Coimbra. Era natural de Santarem, sendo filho de Manuel José dos Santos. Chamava-se no seculo José de Sá Ferreira Santos do Valle. Doutorou-se em 25 de julho de 1806. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento.

**Piedade**. Ilha do Pico; freguezia de N. S.ª da Piedade, do conc. e com. de Lagens do Pico, distr. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo ; 544 fog. e 2:138. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post Pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo : || Povoações nas freguezias : S. Thiago e conc de Almada, distr. de Lisboa. Tem caixa post. || Ilha de S. Miguel ; N. S.ª da Saude, de Arrifes, conc. e distr. de Ponta Delgada. || N. S.ª d'Assumpção, de Espichel, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal : N. S.ª do Rosario, de Jardim do Mar, conc. da Calheta ; N. S.ª da Piedade, de Canha, conc. de Ponta do Sol || S. Thiago, de Sequiade, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello || N. S.ª da Conceição, de Azinhaga, conc. e distr. de Santarem. || Santo Estevão, de Pussos, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria, || Serra do distr. de Vizeu. Está situada nas proximidades da freg. de Aricera, no conc. de Armamar, e corre em direcção NO a SE. Tem 633 m. d'altitude. || Ilha do conc. e com. das Ilhas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está ao N da ilha de Gôa, cercada pelos braços do rio Mandovi chamados rio de Naroá e rio de Gôa, separando-o aquelle da ilha do Chorão, que lhe fica a ONO ; e este da ilha de Gôa, que fica ao S, tendo tambem a NE e a E parte da antiga prov. de Bicholim e a ilha de Santo Estevão. Tem 4 povoações : Piedade, S. Mathias, Naroá e Navelim. Mede 6 k. de NE a SO, e cêrca de 3 na sua maior largura. Tambem é chamada *ilha de Divar*. || Pov. e freg. de N S.ª da Piedade do conc. e com. das Ilhas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada na ilha de Divar ou da Piedade, quasi ao centro, e proximo do rio de Naroá. Tem escolas.

**Piedade e Navaes**. Dois logares reunidos na freg. de S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Piedade e Vasconcellos** *(P. Ignacio da)*. Conego secular da Congregação de S. João Evangelista. N. em Santarem, sendo baptisado a 28 de março de 1676 ; fal. no convento de S. Bento a 24 de abril de 1747. Era filho de André Duarte de Vasconcellos, mestre de campo do reino de Angola, cavalleiro da ordem de S. Thiago, e de D. Antonia de Andrade Gouveia Miranda. Depois de estudar no collegio de Evora, vestiu em 1695 o habito de conego secular de S. João Evangelista. Dedicou se muito ao estudo da architectura, pintura e esculptura. Modelou em barro numerosas estatuas, e sabia tambem fundir em metaes. Escreveu : *Artefactos Symetriacos e Geometricos, advertidos e descobertos pela industriosa perfeição das artes escultaria, architectonica, e da pintura, repartidos em quatro livros*, Lisboa, 1703; com 22 estampas, das quaes pertencem 8 ao livro primeiro, e as restantes 14 ao quarto ; *Historia de Santarem edificada que dá noticia da sua fundação e das cousas mais notaveis n'ella succedidas*, etc., Lisboa, 1710, 2 volumes. Deixou manuscripta, mas prompta para a impressão, 1 volume em que se refere a vida de Nossa Senhora, com muitas noticias e reflexões sagradas moraes, historicas e panegyricas.

**Piedosas**. Pov. na freg. da Exaltação da Santa Cruz e concelho da Batalha, districto de Leiria.

**Piella**. Pov. na freg. do Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Piellas**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Couto, conc de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Pieres**. Povoações nas freguezias: Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João, de Guilhufe, do mesmo conc. e districto.

**Pigaços**. Pov. na freg. de S. Pedro Fins, de

Torno, concelho de Louzada, districto do Porto.

**Pigamira.** Pov. na freg. de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, districto de Braga.

**Pigarra.** Pov. na freg. de Santa Maria da Porta e conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

**Pigaun.** Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Tem minas de ferro.

**Pigeiro.** Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Alemtejo, conc., distr. e arceb. de Evora, com. de Reguengos de Monsaraz; 62 fog. e 240 hab. Dista 26 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da estrada de Evora a Reguengos, e a 5 k. da margem esquerda da ribeira Degebe. A mitra apresentava o cura, que tinha 330 alqueires de trigo e 60 de cevada. A terra é fertil em cereaes. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Esta freg. estava annexa á de S. Manços, anteriormente ao decreto de 12 de julho de 1895; pelo *Diario do Governo*, n.º 7, de 1899, figura como annexa á de Reguengos de Monsaraz, cujo conc. e com. a inclue, pelo decreto de 17 de outubro do mesmo anno; em virtude d'outro decreto de 13 de janeiro de 1898 foi desannexada do conc. de Reguengos de Monsaraz, para que havia sido transferida por decreto de 12 de julho de 189[illegible], ficando incluida no conc. de Evora. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Pedregaes, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Souto, concelho de Guimarães do mesmo districto.

**Pigeiros.** Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. da Feira, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 94 fog. e 497 hab. Tem esc. do sexo fem. A pov. dista 6 k. da séde do conc. A casa de Paço de Pereiras, de Quintan, apresentava o abbade, que tinha 300$000 de rendimento. A egreja matriz foi incendiada ha muitos annos, ardendo tudo quanto ali se encontrava, sendo logo reconstruida á custa da freguezia. O terreno é bastante accidentado, mas tem muitas planicies ferteis, por ser abundante d'aguas, tanto de minas, como de alguns pequenos ribeiros que o atravessam. E' muito povoada de arvoredos silvestres, principalmente pinheiros, dos quaes transporta para o Porto madeiras, lenha e alguma resina. Cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra. Até 1834 teve uma companhia de ordenanças com seu capitão, officiaes e bandeira. Pigeiros pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Modelos, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || O Salvador, de Touquinhó, concelho de Villa do Conde, distr. do Porto.

**Pigiguity.** Pov. do commando mil. de Bissau, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Está situada nos arrabaldes da villa de Bissau.

**Pignatelli.** E' appellido nobre, de origem italiana, mas não se sabe quem o trouxe para Portugal. Trazem por armas: Em campo de ouro, tres amphoras negras, em roquete, com uma só asa, e os bocaes de purpura. Elmo d'aço, aberto, e por timbre uma das amphoras, ou pucaros, das armas.

**Pijão.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Paraizo, concelho de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

**Pijosa.** Pov. na freg. de Santa Marinha, do Alheira, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

**Pila.** Pov. da freg. de S. Thiago, de Sequiade, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Pilado.** Pov. na freguezia de N. S.ª do Rosario, de Marinha Grande, conc. e distr. de Leiria.

**Pilão Cão.** Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, na ilha do Maio, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. da freg. de S. Miguel, no conc. de Santa Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pilar** *(D. Fr. Bartholomeu do).* Primeiro bispo do Grão Pará. N. na villa de Vélas, na ilha de S. Jorge, sendo baptisado a 21 de setembro de 1667; fal. no Pará a 9 de abril de 1733. Era filho de João d'Avila Bettencourt e de Maria da Silva. Mostrando grande vocação para a vida religiosa, entrou no convento do Carmo, da ilha do Fayal a 31 de outubro de 1686, contando 19 annos de edade, e professou em 1 de novembro de 1687. Foi depois admittido, em 21 de outubro de 1691, no collegio dos carmelitas de Coimbra, e tornou-se tão notavel nos seus estudos, que o grande theologo Bartholomeu do Quintal, o fundador da Congregação do Oratorio n'este reino, o chamou para mestre dos congregados de Pernambuco, onde ensinou philosophia durante 8 annos, e theologia, durante 4, voltando para Lisboa no fim d'este longo prazo. Entrou no convento do Carmo d'esta cidade, sendo condecorado entre os seus, em recompensa dos seus serviços como professor, com as honras de doutor em Theologia, cujo grau recebeu a 16 de março de 1702, que lhe foi conferido pelo nuncio apostolico, o cardeal Miguel Conti, que mais tarde subiu ao solio pontificio com o nome de Innocencio XIII. Por provisão de 4 de dezembro de 1701 foi nomeado qualificador do Santo Officio, e commissario em Pernambuco; tambem exerceu o cargo de examinador synodal. Quando em 9 de novembro de 1717, el rei D. João V obteve da Curia Romana a creação do bispado do Grão Pará, que se desmembrou do do Maranhão, proveu n'esta elevada dignidade o illustre carmelita, que veiu a ser o primeiro bispo da nova diocese. A eleição foi confirmada pelo papa Clemente XI, realisando-se a sagração em 22 de dezembro de 1720, pelo cardeal e primeiro patriarcha de Lisboa D. Thomaz d'Almeida. Em quanto tardou em se erigir o novo bispado, que foi por bulla de 4 de março de 1719, e a sua partida para o Pará, residiu sempre no convento da sua ordem, como religioso humilde, prompto e assiduo em todos os actos da communidade, dando a todos o mais profundo exemplo d'uma vida regular, digna de todo o respeito e veneração. A 5 de junho de 1721 embarcou para o Brazil, a tomar posse da sua diocese, em que muito se distinguiu pelo seu zelo em cuidar da instrucção do clero e da conversão dos indigenas. Visitou Nazareth e Cameti com o maior proveito para a christandade d'aquelles sitios, onde entre o clero lavrava a mais profunda desmoralisação. Tendo havido na capital do Pará uma epidemia, D. Fr. Bartholomeu de Pilar não abandonou nunca o seu posto, antes, pelo contra-

rio, dava a todos o exemplo da maior caridade para com os enfermos, e de coragem e dedicação para encarar o terrivel flagello, affrontando a morte a cada instante em soccorro dos seus diocesanos. Tanta fadiga lhe occasionou ser tambem atacado, e sendo accommettido no dia 7 de abril de 1733 d'um accidente mais violento, falleceu dois dias depois. Foi sepultado no presbytero da sua cathedral do lado do Evangelho. A sua morte foi olhada como uma calamidade publica, e profundamente lastimada, porque o veneravel bispo não tinha inimigos, e grangeara nos seus diocesanos as maiores sympathias e respeitos. A ordem carmelitana celebrou solemnes exequias no seu convento de Lisboa a 10 de fevereiro de 1734, a que assistiram todas as ordens religiosas, recitando o seu elogio o commissario da ordem. Terceira de S. Francisco Fr. João de S. Thiago. Escreveu: *Exequias do ill.mo D. Francisco de Lima, 3.º bispo de Pernambuco celebradas na sua cathedral de Olinda em 2 de junho de 1704*, Lisboa, 1707; *Sermão da Beatificação do B P. João Francisco Regis, prégado no collegio da Companhia da villa do Recife na Capitania de Pernambuco em 24 de maio de 1717*, Lisboa, 1718; *Sermão na festa que se celebrou na matriz da villa de Arrecife de Pernambuco em acção de graças pela creação da nova e real metropole patriarchal*, Lisboa, 1720.

**Pilar** *(Fr. João do)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores. N. em Lisboa em 1710, e fal. nas Indias depois do anno de 1764. Era filho de Manuel Pereira Lagoa, e de Maria do Rosario. Em 1724 passou ao Oriente, e em Gôa prégou alguns sermões. Foi capellão do vice-rei conde da Ega, deputado do Santo Officio, e vigario geral da sua congregação, e inquisidor creado no anno de 1757, da inquisição de Gôa. Dos seus muitos sermões, imprimiram-se, segundo consta, os dois seguintes: *Oração funebre nas exequias do em.mo e rev.mo sr. Nuno da Cunha de Athaide, cardeal, e inquisidor geral d'estes reinos e senhorios, celebradas em Gôa, em 20 de dezembro de 1751*, Lisboa, 1753; *Sermão de acção de graças pela milagrosa defeza da vida de S. M. F. D José I, celebrada pela cidade de Gôa, na cathedral d'ella, aos 25 de janeiro de 1760*, Lisboa, 1764

**Pilar.** Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira e distr. do Funchal; Santo Antonio, conc. do Funchal; S. Martinho, do mesmo conc. || S. Miguel, de Fiscal, conc. de Amares, distr. de Braga. || Ilha do Fayal; N. S.ª da Conceição, conc. e distr. de Horta.

**Pilar** *(Serra do)*. Serra da prov. do Douro, do concelho de V. N. de Gaia. Fica em frente da cidade do Porto, na margem esquerda do rio Douro. Tornou-se celebre a Serra do Pilar, ficando historico o seu nome nos annaes da cidade invicta, como seu principal ponto de defeza, e como posição militar importantissima, forte por sua natureza. Ficou para sempre memoravel nos fastos portuguezes, depois do tão celebrado cêrco do Porto. As tropas realistas commandadas pelo general visconde de Santa Martha, fugiram da cidade do Porto, apenas tiveram noticia do desembarque das tropas liberaes nas praias do Mindello no dia 9 de julho de 1832. Contra todas as indicações da guerra, abandonaram o terrivel ponto da Serra do Pillar, sem a posse da qual, era impossivel a conservação dos liberaes na cidade; estes, porém, mais previdentes, conhecendo a importancia militar d'este ponto, se apossaram d'elle immediatamente, fortificando-o á pressa, mas o melhor que puderam, e até 7 de setembro não cessaram as obras de fortificação. No dia seguinte, dois mezes depois de terem abandonado a Serra, é que os realistas se lembraram de retomar Villa Nova de Gaia, e o general Gaspar Teixeira, visconde do Peso da Regoa, á frente das suas tropas tentou apoderar-se d'aquella temivel posição, e bem assim de Villa Nova de Gaia, e depois d'um sanguinolento combate, é que conseguiu apoderar-se d'esta ultima. Do Porto partiu um reforço para auxiliar os bravos defensores da Serra do Pilar, commandado por Bernardo de Sá Nogueira, o qual carregando sobre o inimigo até ao alto da Bandeira, logar um pouco distante para além da serra, ali foi ferido com uma bala de mosquetaria no braço direito, de tal modo que lh'o fracturou completamente, e apezar das dôres horriveis, que devêra sentir, continuou como até ali, com geral admiração de todos que o cercavam, a conduzir a tropa ao seu destino; e da serra sustentando com a mão esquerda o braço de que nunca mais se havia de servir, a tornou a reconduzir para o Porto, onde soffreu a amputação. O bravo general foi mais tarde marquez de Sá da Bandeira. No mesmo dia, tomada a villa, os realistas atacaram com o maior arrojo as baterias do Pilar, mas fôram repellidos. Já dentro da cêrca do mosteiro foi gravemente ferido o coronel do regimento de Toudella, Rodrigo de Sousa Tudella. Os ataques proseguiram nos dias 9 e 10, com o mesmo encarniçamento de parte a parte, sempre com desastroso resultado para os realistas. A 13 de outubro do mesmo anno os miguelistas iniciaram contra a fortaleza da Serra do Pilar o mais terrivel dos seus ataques. Fizeram um horrivel bombardeamento ás baterias, em que se dispararam mais de 3:000 tiros de canhão, e lançaram-se intrepidamente por seis vezes ao assalto, que lhes deu, apezar de tudo, resultados funestos. Na noite de 14, reconhecendo por fim que eram inuteis os seus esforços, bateram em retirada, deixando no campo do combate 800 homens, entre os quaes se contavam alguns valentes officiaes. N'este combate ficou mortalmente ferido o brigadeiro realista Francisco de Magalhães Peixoto, que falleceu no dia 16 no hospital de sangue estabelecido no mosteiro de Grijó. De quantas batalhas se pelejaram em torno do convento da Serra do Pilar, foi esta a mais memoravel e encarniçada, e de tantos nomes que se cobriram de gloria na defeza d'este importante ponto, se contam os de Almeida Garrett, José Estevão Coelho de Magalhães, Simão José da Luz Soriano, Bravo, e Torres, tornando-se este ultimo de tal fórma distincto que mais tarde foi agraciado com o titulo de visconde da Serra do Pilar. Durante a revolução da Maria da Fonte, o partido popular fortificou solidamente a Serra do Pilar, e com mais amplidão do que na guerra antecedente. Além das baterias, fossos e contra-escarpas serem construidos de robustas paredes de alvenaria, estava a fortaleza minada em tres pontos. Terminada a lucta foi desartilhada e destruida toda a linha de fortificações da cidade do Porto, e egual sorte coube á Serra do Pilar. Comtudo, apezar de desartilhada e com os muros em ruinas, é ainda considerada como praça de guer-

ra de primeira ordem, e está ali aquartelado um destacamento de artilharia. Tambem na Serra do Pilar está situado o observatorio D. Amelia, dependente da Academia Polytechnica do Porto. A origem do antigo mosteiro da Serra do Pilar, de conegos de Santo Agostinho, freiras eruzias, é a seguinte: Em 912 dois clerigos descendentes d'uma familia nobre, estabeleceram uma especie de communidade regular n'uma pequena ogreja que fundaram a duas legoas distantes do Porto, no logar que veiu a ser o mosteiro dos conegos regrantes do nome de S. Salvador de Grijó. Mais tarde foi prior-mór do mosteiro o P. D. Bento Abrantes, que era conego de St.ª Cruz, de Coimbra. Vendo o novo prelado que a casa de Grijó estava velha e arruinada, e que era situada em logar baixo, humido e pouco sadio, determinou mudal-a para melhor local, e mais proximo do Porto. Communicou este pensamento a D. João III, dizendo que escolhera o monte de S. Nicolau, fronteiro áquella cidade, e que para cêrca queria comprar o montado de Quebrantões, que fica no extremo leste do monte. El-rei approvou o intento, e mandou o seu architecto vêr o sitio e fazer a planta do edificio, dando cartas de recommendação para o bispo do Porto, D. Fr. Balthazar Limpo, para os do governo da cidade, e morgado de Quebrantões; todos estes acquiesceram com a melhor vontade, e o bispo isentou o novo mosteiro da jurisdicção do Ordinario, por alvará seu, passado em 12 de dezembro de 1537, no qual o monte é denominado *Monte de S. Nicolau que se chama da Meigoeira*. Comprou o prior D. Bento, á custa das rendas da casa de Grijó, chão para a nova fundação, e a seu pedido lançou o bispo a primeira pedra do templo em 28 de março de 1538, dia de Santo Agostinho. S. Salvador foi o primeiro orago da nova casa; porém, como alguns conegos velhos preferissem a antiga morada, alcançaram do pontifice Pio V um breve de separação expedido em 156 , ficando em Grijó sob a primeira invocação, e intitulando-se de Santo Agostinho a egreja da Serra. Em 159[illegible] o prior D. Aecursio de Santo Agostinho mandou construir a egreja moderna, de corpo circular, na fórma da de Santa Maria, a Rotunda, em Roma, cercada interiormente de capellas; o mesmo prior edificou a formosa claustrada de egual architectura e fórma, toda de abobada, sobre columnatas, tendo no centro uma copiosa fonte. Hoje está tudo reduzido a ruinas. Em 1678 foi collocada no altar-mór da egreja uma imagem de N. S.ª do Pilar, e como esta imagem fôsse muito venerada pelos muitos milagres que fazia, concorrendo todos os annos muita gente de varios pontos á sua romaria, que se faz a 15 de agosto, e comquanto o templo fôsse dedicado a Santo Agostinho, foi esta invocação substituida pela da milagrosa Senhora, pelo que se ficou chamando o convento, e a Serra do Pilar, abandonando-se assim os nomes primitivos de Monte de Meigoeira, de S. Nicolau e de Quebrantões. Visto do lado do rio Douro, o edificio da serra tem uma linda perspectiva. As officinas do convento ficam do sul, em logar mais elevado que o dormitorio, que fica da parte do norte com as janellas das celas para o Douro. A cidade, vista d'uma d'estas janellas, offerece um golpe de vista majestoso e variado. A cêrca, de grande ambito, e que era do variada cultura, tambem é abundante de aguas, as quaes veem de meia legoa, ao sul, por um aqueducto sobre arcos de pedra, construido na fundação da casa. Na baixa da serra se estende para o lado do mar, ou para Oeste, Villa Nova de Gaia, muito importante pelos numerosos e vastos armazens de vinhos do Douro, e pelo estaleiro de navios mercantes.

**Pilarte**. Antiga moeda de prata, de 13 réis e 2 ceitis, primitivamente, valendo depois só 7 ceitis.

**Pilcôto**. Pov. do sobado de Montano, na div. e conc. do Humbe, distr. de Huilla, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Pilerne**. Freg. de S. João Baptista do conc. de Bardez, na com., distr. e archipelago de Gôa, India. Está situada proximo da estrada de Vesem, em frente de Pangim e de Mapuçá, na margem direita e quasi nas origens do rio de Sinquerim. Tem escola. Constitue uma regedoria do mesmo concelho, comprehendendo tambem a povoação de Marrá.

**Piligão**. Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada em frente da ilha de Santo Estevão, quasi á margem d'um dos braços do rio Mandovi. Constitue uma regedoria do referido concelho, comprehendendo tambem a pov. de Naroá.

**Pillilem**. Pov. da circumscripção de Darbandorá, conc. de Sanguém, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada proximo da margem direita do rio de Candiapar.

**Pimeiral**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Felgueiras, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Pimeiró** Pov. na freg. de S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

**Pimenta**. Familia, cujas armas são: Escudo esquartelado; o primeiro quartel faxado e contra faxado de prata e vermelho de cinco peças; no segundo em campo azul tres vieiras de ouro em roquete, e assim os contrarios; timbro, um homem nascente vestido de azul com um bastão de ouro na mão.

**Pimenta** *(Alvaro)*. Escriptor que viveu pelos meados do seculo XVII. Compoz varias poesias latinas, sendo uma d'estas impressa, relativa á acclamação de D. João IV.

**Pimenta** *(P. Antonio)*. Presbytero secular, a quem alguns dão o nome de Antonio Lessa. N. em Torres Novas em 1620, onde tambem fal. em 18 de novembro de 1700. Era filho de Diogo Pimenta do Avellar, e de Maria de Lessa. Aos 15 annos de edade entrou para a Companhia de Jesus, em 31 de outubro de 1635, mas depois abandonou-a, e frequentou na Universidade de Coimbra os cursos de Theologia e Direito Canonico, recebendo em ambos o grau de doutor. Dedicou-se tambem ao estudo das mathematicas, para, que tinha decidida vocação, e foi mestre d'esta sciencia na referida Universidade, protonotario apostolico, assessor do nuncio, vigario na freguezia de S. Paulo de Lisboa, e por ultimo prior na freguezia de S. Pedro, de Torres Novas. Possuia uma numerosa livraria, que se compunha, na maior parte, de livros de mathematica e Theologia moral. Escreveu: *Sciographia da nova Prostimasia celeste, e do portentoso Cometa que appareceu no anno de 1664*, Lisboa, 1665; *Noticias astrologicas e universal influencia das estrellas em*

*particular prognostico d'este reino, do anno de 1660 completo, no qual se dá fundamento a todo o entendimento sabio para discursar politico, e eleger os meios da conservação da saude, fructos da terra, tratos do mar*, etc., Lisboa, 1659; *Tratado das ephemerides de Euclides, em o qual refuta certas opiniões de Manuel Gomes Galhano, divulgadas no seu «Prognostico do anno de 1662»; Brachilogia do Sol, Lua, Estrellas*, etc., Coimbra, 1670; *Colloquio jocoso entre um estudante e um pastor, em que se declaram os nomes e effeitos dos Planetas e signos celestes, com o prognostico do anno de 1686*, Lisboa, 1685; *Nova e até então desconhecida quadratura do circulo.*

**Pimenta** *(Antonio Duarte)*. Cavalleiro da ordem de Aviz, condecorado com a cruz de todas as campanhas da Guerra Peninsular, e com a Estrella de ouro da guerra de Montevideu, tenente-coronel reformado, etc. N. no Porto em 1783, fal. em Lisboa, a 13 de janeiro de 1848. Seguindo a carreira das armas, tomou parte em toda a guerra da Peninsula, sendo tenente de infantaria n.º 18; passou depois á America, fez toda a campanha de Montevideu, e achando-se no Rio de Janeiro nos principios do anno de 1821, foi um dos que mais trabalhou para a revolução de 26 de fevereiro d'esse anno a favor da constituição proclamada em Portugal a 24 de agosto de 1820. Regressando á patria foi condemnado a desterro por ser um dos cabeças da revolução do Brazil, e sendo como tal exceptuado da amnistia promulgada em junho de 1821, só voltou do exilio em 1827. Durante o governo de D. Miguel esteve preso na Torre de S. Julião da Barra, e afinal foi reformado em 1841 no posto de tenente-coronel. Escreveu: *Collecção das Cartas do Soldado Portuguez*, Lisboa, 1838; fôram primeiramente impressas em varios numeros do *Correio de Lisboa*, jornal politico; contém algumas noticias curiosas e interessantes para a historia do nosso exercito no periodo decorrido de 1808 a 1814; sairam sem o nome do autor; *Emilia ou merito exaltado, poema*, saiu tambem anonymo; *Golpe de vista sobre alguns movimentos e acções do regimento de infantaria n.º 18 na guerra da Peninsula, pelo autor das «Cartas do Soldado portuguez», e do «Cadetinho de Almada»*, no fim tem Lisboa, 1844; *Differentes periodos da vida do major Pimenta, extrahidos de um manuscripto que appareceu no Rio de Janeiro em 1838*, Bruxellas, (aliás Lisboa), 1842.

**Pimenta** *(Francisco Luiz de Gouveia)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado, etc. N. em Torres Novas no anno de 1790, fal. em Lisboa a 31 de julho de 1845. Estudou no seminario de Santarem e passando em 1805 a frequentar a faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, teve de interromper o curso em consequencia da invasão franceza em 1809. Alistando se então como voluntario serviu depois como empregado n'uma das repartições civis do exercito e voltando á Universidade em 1813 concluiu d'ahi a dois annos a sua formatura. Sendo nomeado juiz de fóra do Sabugal, mas não lhe convindo essa collocação por ter de se afastar da casa paterna, resolveu não seguir a carreira da magistratura e abriu escriptorio de advogado na sua terra natal, onde se conservou até que, perdendo o pae, veiu estabelecer banca em Lisboa. Em 1828 partiu para Paris e regressando a Portugal em 1834 foi nomeado secretario geral da côrte e no desempenho das funcções d'este cargo, segundo diz um seu biographo, valeu a muitos e a ninguem fez mal. Pedindo a demissão d'esse logar em 1836, secundou a revolta dos marechaes, teve por isso de se expatriar e tornando para Lisboa em 1838 continuou a dedicar-se aos seus trabalhos forenses, sendo um dos mais activos e prestantes membros da Associação dos advogados, fundando a *Gazeta dos Tribunaes* de que foi por algum tempo redactor principal e creando, em 1842, um outro jornal a *Revista dos Tribunaes*, de que ainda sairam alguns numeros.

**Pimenta** *(Fr. Joaquim de S. José)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa, sendo baptisado a 3 d'abril de 1707; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Domingos Fernandes Crespo e de D. Brigida Maria da Encarnação Pimenta. Aprendeu no collegio de S.tº Antão, da Companhia de Jesus, as letras humanas. Frequentou depois os cursos de Philosophia e de Theologia no real convento de S. Domingos, de Lisboa, passando mais tarde á Universidade para estudar Direito Pontificio, mas impedido por uma grave doença, que o atacou logo no primeiro anno, recolheu-se a Lisboa, e entrou na ordem Terceira de S. Francisco, a 18 de julho do 1724, no convento de N. S.ª de Jesus. Applicou-se pela segunda vez ao estudo da Philosophia no collegio de Santa Catharina, em Santarem, e da Theologia no collegio de S. Pedro, da referida Universidade, onde depois ensinou estas faculdades, sendo admittido no numero dos doutores theologos, a 22 de maio de 1735. Deixou publicada um *Oração funebre*, pronunciada nas exequias do grão-mestre da ordem de Malta, D. Fr. Antonio Manuel de Vilhena.

**Pimenta** *(Fr. José)*. Religioso da Congregação do Oratorio. Era natural de Lisboa, e falleceu a 19 de novembro de 1738, sendo filho de Jorge Pimenta e de Catharina Rodrigues. Professou em 14 de fevereiro de 1682 na Congregação do Oratorio de S. Filippe Nery. Publicou com o nome de P. José de Carvalho, uma obra intitulada: *Diversas considerações sobre os principaes motivos da pena e dôr que Maria Santissima Senhora Nossa teve ao pé da cruz.*

**Pimenta** *(José Maria da Silva)*. Official do exercito, natural de Castello de Vide; ignoram-se as datas do nascimento e do fallecimento. Era alferes do regimento n.º 2, quando foi preso a 16 de outubro de 1828 por pertencer ao partido liberal, sendo a 18 de março de 1830 transferido para a Torre de S. Julião da Barra. Mettido em processo foi condemnado a degredo por tres annos para Cabo Verde. Em 1839 estava em Lisboa, e publicava um romance em verso, intitulado *A Nova Olinda*, que escrevera quando estava preso, como elle proprio affirma, chamando á sua obra *Exigua producção nascida em ferros*, na dedicatoria que dirige ao conde do Farrobo, agradecendo-lhe a protecção que obtivera para publicar a obra, etc.

**Pimenta** *(José dos Santos Duarte)*. Magistrado aposentado. N. Pera em 1836, fal. em Lisboa a 25 de junho de 1910. Foi juiz nas comarcas de Lagos, Loulé, Guimarães, no 4.º districto criminal e da 5.ª vara civil de Lisboa, e presidente da Relação dos Açôres. Em 30 de janeiro de

1901 foi nomeado juiz da 2.ª instancia. Possuia a carta de conselheiro, e quando falleceu encontrava-se no quadro da magistratura sem exercicio. Dizem que era muito dedicado á musica, sendo um distincto violinista.

**Pimenta** *(P. Manuel)*. Jesuita. N. em Santarem em 1542; fal. no collegio de Evora em 1 de outubro de 1603. Era filho de Antonio Dias. Entrou no noviciado de Evora a 30 de abril de 1558, contando 16 annos de edade. Tornou-se tão distincto nas letras humanas que as ensinou durante 6 annos. Na poesia latina adquiriu tambem grande fama. Foi prégador muito apreciado, por mais de 16 annos. Escreveu muitas poesias latinas, que não quiz nunca publicar, mas d'essas poesias publicou-se em 1622, muito depois da sua morte, um volume.

**Pimenta** *(P. Nicolau)*. Jesuita. N. em Santarem a 6 de dezembro de 1546, fal. em Gôa a 7 de março de 1614. Era filho de Antonio Pimenta, desembargador da Casa da Supplicação e vereador do Senado de Lisboa, e de Maria de Figueiredo. Entrou na Companhia de Jesus aos 16 annos de edade, em 2 de maio de 1562, e dictou Rhetorica, Philosophia e Theologia na Universidade de Evora, em cuja faculdade se doutorou a 7 de julho de 1886. Seguiu depois em 1592 para o Oriente, por ter sido nomeado visitador das provincias das Indias Orientaes. Uma das cartas que escreveu, em cumprimento do seu dever, ao geral da sua ordem, e que relata a victoria de André Furtado de Mendonça sobre o pirata Cunhale, foi impressa em Lisboa em 1662, e como muitas outras cartas annuas, foi traduzida em differentes linguas, inclusivamente na lingua allemã.

**Pimenta** Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Cadafaes, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Cardosas, conc. de Arruda dos Vinhos, do mesmo districto.

**Pimenta do Avellar** *(Bernardo)*. Fidalgo da Casa Real; capitão de Thomar, guarda-roupa de D. João V, estribeiro mór dos infantes D. Miguel e D. José, filhos bastardos de D. Pedro II, e escrivão dos filhamentos da Casa Real. N. em Abrantes a 20 de agosto de 1670, onde tambem fal. a 30 de novembro de 1742. Era filho de Gonçalo Pimenta do Avellar, sargento-mór de Abrantes, e de sua mulher D. Maria Correia da Silva. Chamava-se Bernardo Correia da Silva, porém mudou os appellidos para os de *Pimenta do Avellar*, para succeder a seu irmão no morgado do Rio Torto, o qual tinha expressa clausula de que o herdeiro usasse d'estes appellidos. Bernardo Pimenta do Avellar foi procurador de Abrantes nas côrtes celebradas em Lisboa no anno de 1698, em que foi jurado principe herdeiro, o mais tarde, el-rei D. João V. Era muito versado nas linguas latina, italiana e castelhana. Na edade de 21 annos percorreu grande parte da Europa, em viagem de instrucção. Applicou se muito ao estudo da historia do paiz e da genealogia, em que deixou muitos trabalhos manuscriptos, assim como 20 volumes de *Familias nobres d'este reino*. D'estes trabalhos genealogicos, dizem, se aproveitou muito D. Antonio Caetano de Sousa para a sua *Historia Genealogica*, considerando-os obra de muito merecimento.

**Pimenta Cardote** *(D. Ignacia)*. Pintora que viveu no seculo XVIII. No bello mosteiro benedictino de Tibães existia um quadro da *Sacra Familia*, com a indicação de ter sido feito em 1717, que o conde A. Raczynski muito elogia.

**Pimenta de Castro** *(Joaquim Pereira)*. General de brigada, ajudante de campo honorario de el-rei D. Manuel, vogal da secção do exercito do Supremo Conselho de defeza nacional, grande official e commendador da ordem de Aviz, bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, director das obras publicas do districto de Portalegre, etc. N. em Pias, distr. de Vianna do Castello, a 5 de novembro de 1846, sendo filho de Joaquim Pereira Pimenta de Castro. Assentou praça na arma de engenharia a 19 de outubro de 1867, sendo promovido a alferes em 25 de janeiro de 1871, a tenente em 4 de fevereiro de 1873, a capitão em 2 de setembro de 1874, a major em 20 de dezembro de 1883, a tenente-coronel em 16 de fevereiro de 1887, a coronel em 30 de junho de 1892, a general de brigada em 25 de maio de 1900. Tem publicado: *Os projectos Saraiva e Hintze para contractar a conclusão e exploração do Caminho de Ferro do Sul, Sueste e Algarve*, 1883; *A mais racional e pratica solução do problema eleitoral*, 1884; *A promoção na engenharia em face da lei e da equidade*, 1888; *A lei da conversão do consolidado externo portuguez de 3 por cento, e a conveniencia de a revogar*, 1888; *A mais racional e mais pratica solução do problema eleitoral*, com um projecto de lei applicavel a todas as nações, 1890; *A perequação e as condições d'accesso*, 1902; *Solution rationelle et pratique du problème électoral, et project de loi respectif*, 1904; *A rational and practical solution of the electoral problem, and a propozed bill in relation thereto*, 1904; *Solução de problema importante*, 1905; *O thesouro e o contracto dos tabacos*, 1905; *O nó gordio dos tabacos*, 1906; *Remedio aos males patrios*, 1908; *Credito Predial, crise e solução*, Famalicão, 1910.

**Pimenta da Gama** *(Estevão de Queiroz Machado e Vasconcellos)* Fidalgo da Casa Real, tenente-coronel do exercito, governador das praças de Melgaço e de Monsão, commandante d'uma das brigadas d'ordenanças da provincia do Minho, proprietario, etc. N. em 22 de agosto de 1773, e fal. em 1833. Foi casado com D. Joaquina Verea Aguiar y Mosquera, que fal. em 1850, filha de D. Vicente Verea Aguiar y Varella, senhor da casa da Torre de S. Thiago de Andrade, em Galliza, e de D. Angela Mosquera Torre Samora, da casa de Villarinho. D'este consorcio, entre outros filhos, houve Joaquim de Queiroz Machado e Vasconcellos, que foi o barão do Hospital. V. *Portugal*, vol. III, pag. 934.

**Pimenteira** Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. E' sitio muito pittoresco.

**Pimenteiras** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Assentiz, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

**Pimenteis** Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, das Lapas, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem.

**Pimentel** A familia d'este nobre appellido tinha por solar a Torre de Nomaes, na Galliza, d'onde alguns membros passaram á conquista de Portugal no tempo dos primeiros reis. Procedem de Martim Fernandes de Nomaes, de quem fala o conde D. Pedro, no *Nobiliario*, titulo 35. No seu *Archivo heraldico*, diz o visconde Sanches de

Baena que este appellido foi uma alcunha posta por D. Affonso III a Vasco Martins de Novaes, que era moço fidalgo e meirinho mór d'aquelle monarcha, por ser muito esperto, desembaraçado e de genio alegre. Tem por armas: Em campo verde, cinco vieiras de prata (conchas), em aspa, realçadas de negro; Timbre, meio touro de púrpura, com uma das vieiras do escudo na testa. Alguns lhe accresceutam orla de ouro, carregada de oito cruzes de púrpura. Fôram d'este appellido, e usaram d'estas armas os antigos condes de Benavente, mas as augmentaram da maneira seguinte: Escudo esquartelado: no 1.º e 4.º quarteis, de ouro, tres coticas de púrpura, em faxa; nos 2.º e 3.º, de verde, 5 vieiras de prata, realçadas de negro, em aspa. Outros do mesmo appellido trazem por armas: Escudo esquartelado; no 1.º e 4.º quarteis, de ouro, tres cotieas, de púrpura, em faxa; nos 2.º e 3.º, de verde, tres vieiras de prata, em roquete, realçadas de negro, orla de prata, carregada de cruzetas de púrpura. Os condes de Benavente procedem de D. Rodrigo Affonso Pimentel, que casou em Hespanha com a filha do almirante D. Affouso Henriques, filho do mestre de S. Thiago, D. Fradique, e o rei Filippe II, de Castella, lhe deu o titulo de conde de Benavente (V. *Portugal*, vol. II, pag. 294 e 295). As suas armas são: Escudo dividido em pala: na 1.ª, do verde, cinco vieiras de prata, em aspa, e na 2.ª, de prata, faxa de tres coticas de púrpura.

**Pimentel** (*Adolpho da Cunha*). Bacharel formado em Direito, pela Uniiversidade de Coimbra, jornalista, etc. N em Provezende a 19 de janeiro de 1881, sendo filho do soldado do cêrco do Porto e antigo deputado, Henrique da Cunha da Gama Leite Pereira de Vasconcellos. Aos 17 annos encetou a carreira jornalistica, collaborando no *Bracarense* e no *Diario Mercantil*. Em 1871 matriculou-se no 1.º anno da faculdade de direito, tomando o grau de bacharel a 3 de junho de 1875, e fazendo acto de formatura a 22 de maio de 1876. Durante a sua residencia em Coimbra dirigiu por vezes a *Academia Dramatica* e a *Sociedade Philantropico Academica*, associação sympathica e civilisadora a que prestou bons serviços. Collaborou no *Progresso Commercial*, jornal regenerador publicado no Porto sob a direcção do jornalista Germano Vieira de Meirelles. Foi tambem redactor principal da *Regeneração*, orgão do partido regenerador no districto de Braga. Em 1877 foi eleito procurador á junta geral do districto pelos concelhos de Braga, Villa Verde e Amares, e sustentou n'aquella assembléa acalorada discussão, a favor da existencia do corpo de policia civil, que os procuradores dos outros concelhos, dirigidos pelo deputado por Fafe, visconde de Moreira de Rei, queriam dissolver. Em 1878 foi novamente eleito procurador pelo concelho de Barcellos, sendo depois votado para secretario da commissão executiva da junta. Em novembro do mesmo anno foi eleito deputado por Barcellos. Na camara fez parte da segunda commissão de verificação de poderes, e mais tarde das de administração publica e de recrutamento. Ultimamente foi governador civil do Porto, sendo agraciado então com a carta de conselheiro, e com a commenda e gran cruz da ordem de Christo por decreto de 20 de janeiro de 1909. Exercia o cargo de visitador da Caixa Geral de Depositos e Instituições de Previdencia, cargo de que foi exonerado, por ter sido extincto aquelle logar por decreto do governo provisorio da Republica, de 7 de novembro de 1910.

**Pimentel** (*Alberto*). Medico secretario da Escola normal do sexo masculino. N. em Lisboa a 21 de novembro de 1875. E' filho do escriptor Alberto Pimentel (V. *o artigo seguinte*). Fez o curso dos lyceus, fazendo tambem exames de grego e de allemão, quando esta ultima lingua não era exigida por lei. N'um só anno, na Escola Polytechnica, fez exame de physica, chimica mineral e chimica organica. Matriculou-se na Escola Medico-Cirurgica de Lisboa no anno lectivo de 1892-1893. Na cadeira de physiologia, Sousa Martins deu-lhe um louvor. Collaborou alguns mezes no *Popular*, assignando-se com o pseudonymo *Um ignoto*. Com este mesmo pseudonymo foi ali publicado o romance *Historia d'um ideal*, que depois saiu em volume, e foi muito apreciado pela imprensa.

**Pimentel** (*Alberto Augusto d'Almeida*). Chefe da 2.ª repartição da secretaria da extincta camara dos pares, deputado, vogal do Conselho d'Arte Dramatica, escriptor e jornalista contemporaneo, socio correspondente da Academia das Sciencias de Lisboa. N no Porto a 14 d'abril de 1849, sendo filho de Fortunato Augusto Pimentel, distincto medico do Porto. Destinado á carreira medica, cursou a maior parte das aulas do lyceu nacional do Porto, affirmando desde estudante as suas grandes disposições para as letras, e para a poesia a que mais particularmente se dedicava. Começou a compôr versos, publicando alguns em jornal. Encetou a carreira jornalistica, escrevendo no *Jornal do Porto*, esquecendo completamente a carreira de medicina a que seu pae o destinara. No *Jornal do Porto* publicou o seu primeiro romance *Testamento de sangue*, que depois saiu em volume. No fim do anno de 1872 foi convidado a dirigir a parte litteraria do *Primeiro de Janeiro*. Dos folhetins que n'este jornal publicou, destacaremos o que tem por titulo *Y*, que de tal fórma agradou, que depois de fazer esgotar a edição do jornal, foi reproduzido no *Commercio do Porto*, saindo em seguida em volume. Por um despacho do ministerio da justiça, de 11 de setembro de 1878, foi chamado a Lisboa, e continuou na capital a sua vida de trabalho e actividade, entrando na redacção do *Diario Illustrado*, na collecção da *Bibliotheca Universal*, onde publicou 2 romances: *O Annel mysterioso* e *A' porta do Paraizo*. Fez parte da redacção dos jornaes *Economista*, *Jornal da Noite*, *Diario Popular*, *Novidades*, etc. Foi administrador do concelho de Portalegre, e, estando filiado no partido regenerador, foi deputado em algumas legislaturas, eleito pelos circulos de Povoa de Varzim e de Sinfães. Em 1897 teve a nomeação de commissario regio junto ao theatro de D. Maria II, sendo exonerado d'este cargo a seu pedido, no anno de 1906. Alberto Pimentel é um trabalhador infatigavel; além das suas funcções de funccionario publico, tem sido sempre redactor, ás vezes em mais d'um jornal ao mesmo tempo, produzindo successivamente volumes, todos de grande valor litterario. Era muito dedicado a Camillo Castello Branco, de quem foi um dos melhores discipulos, e d'aquelle notavel escriptor, aprendeu tres grandes requisitos d'um homem de

letras: a erudição, a linguagem e a actividade. Da sua enorme bibliographia, citaremos o seguinte: *Echos da livraria Progresso; O livro das flôres*; *Memoria sôbre a historia e administração do municipio de Setubal*, 1879; *Photographias de Lisboa*, *Christo não volta*, *Rainha sem reino*, *Flôr de Myosotis*, *As amantes de D. João V*, *Idyllio dos reis*. *O romance do romancista*, *Os amores de Camillo*, *A triste canção do sul*, 1904; *As alegres canções do norte*, 1905; *Seara em flôr*, 1905; *A princeza de Boivão*, *O capote do tio Braz*, *O livro das lagrimas*, *O romance da rainha Mercedes*, *Homens e datos*, *Esboços e episodios*, *Mysterios da minha rua*, *Um conflicto na côrte*, *Aventuras d'um pretendente pretendido*, *Atravez do passado*, *Cantares* (versos), *A caridade anonyma*, *O Degredado*, *Entre o café e o cognac*; *Guia do viajante nos caminhos de ferro do norte de Portugal*, *Idyllios á beira d'agua*, *Mata-a ou ella te matará*, *Musa das revoluções*, *O Natal da residencia*, *Nervosos*,

Alberto Augusto d'Almeida Pimentel

*lymphaticos e sanguincos*; *Noites de Cintra*, *O Porto por fóra e por dentro*, *O Riso*, *O vinho*, *Viagem á roda do codigo administrativo*, *Vinte annos de vida litteraria*, *O Porto ha 30 annos*, *Historia do culto de Nossa Senhora em Portugal*, *Virtude de Rosina* (traducção), *As netas do padre Eterno*, etc. Publicou tambem um *Diccionario de origens, invenções, descobertas*, e a these de concurso: *Influencia da historia universal philosophica na esphera dos acontecimentos humanos*. Para o theatro escreveu: *Que joven Telemaco*, scena comica, desempenhada pelo actor Valle; *O Nariz*, *Psiu!*, *Vestidos curtos*, *A Gréve*, monologos impressos no Porto; *Rindo*, monologo recitado pela actriz Julia Anjos; *Lirios*, poesia recitada pela actriz Emilia Adelaide, a 17 de julho de 1873, no theatro de S. João, do Porto; *Mr. Alphonse*, de Dumas filho, traducção feita em 3 noites, a pedido do actor José Carlos dos Santos, e representada no theatro de D. Maria II; *Dispaste*, comedia em 1 acto, imitada do hespanhol, e representada no Gymnasio; *Depois do salsifré*, scena comica escripta para o actor Lamas; *Os Calixtos*, monologo escripto expressamente para ser recitado pelo amador Luiz Gama, sendo-o depois tambem pelo actor Simões; *High-life-mania*, comedia em 1 acto, representada no Gymnasio a 7 de março de 1877; *Grandes e pequenos*, monologo recitado pelo actor Valle. No theatro teem sido recitadas algumas poesias do livro *Idyllios dos reis*, como por exemplo *A Jarreteira* por Chaby Pinheiro, *D. João V em Odivellas* por Augusto de Mello, etc. Alberto Pimentel tambem colligiu n'um volume as obras do poeta Chiado.

**Pimentel** *(P. Antonio)*. Da ordem dos clerigos menores. N. em Lisboa, e fal. em Hespanha em 1656. Foi primeiro advogado, mas enviuvando, entrou na religião, e foi para Italia, mas regressando á Peninsula, fal. em Hespanha. Escreveu: *Cartilha para saber ler em Christo, compendio do livro da vida eterna*, Lisboa, 1638, 2.ª edição, mais accrescentada, Lisboa, 1658; 3.ª, 1684; em Coimbra houve outra edição em 1674; *Manual da Alma; arte para bem morrer, e espelho da vida perfeita*, Lisboa, 1644.

**Pimentel** *(Antonio José Claudino de Oliveira)*. General do nosso exercito. N. em Moncorvo em 1776, fal. no Porto a 13 de agosto de 1831. Era filho de João Carlos de Oliveira Pimentel e de D. Violante Engracia da Silva Torres. Sentindo grande vocação para a carreira militar, sentou praça aos 16 annos no regimento de cavallaria de Alcantara, sendo reconhecido como cadete em 1793. Ou porque suppuzesse que mais facilmente entraria em campanha passando para a marinha, ou por qualquer outro motivo, passou para o exercito de mar Claudino Pimentel, e o encontramos n'esse mesmo anno de 1793, fazendo parte como praça da brigada real da marinha, quer dizer como artilheiro da expedição Roussillon, e embarcado n'um dos navios. Tendo desembarcado na Catalunha as tropas que a frota portugueza conduzia, foi uma parte d'esta, commandada por José Sanches de Brito, servir como auxiliar na esquadra ingleza que bloqueou durante os annos de 1794 e de 1795 as costas occidentaes de França. N'este ultimo anno voltou essa esquadra em que Claudino Pimentel servia, para a foz do Tejo. De 1795 a 1802 continuou Claudino Pimentel a servir na marinha, e fez varias estações no Brazil, onde se relacionou com pessoas da melhor sociedade, que apreciaram muito o joven e instruido militar. Uma das pessoas com quem mais intimo conhecimento travou foi com o velho desembargador Antonio Diniz da Cruz e Silva, o autor do *Hyssope*. Essas relações com Antonio Diniz, e outras que teve em Portugal com Bocage, mostram que o joven militar se entregava ao cultivo das boas letras, sem esquecer os deveres da sua profissão. Era em 1802 official da brigada real, quando teve um conflicto com o commandante d'este corpo, Rodrigo Pinto Guedes, conflicto que o levou de novo a pedir a sua passagem para o exercito de terra, obtendo-lh'a o marquez de Alorna que o protegia. Foi collocado no 24 de infantaria como segundo tenente aggregado, passou em 1803 a primeiro tenente tambem aggregado, e em 1805 foi promovido a tenente effectivo. Em 1807 matriculára-se na Academia Real de Marinha, e estava frequentando as aulas com licença, quando sobreveio a invasão franceza. Foi elle um

dos officiaes que não quizeram servir com os invasores, deu a sua demissão e retirou-se para casa de seus paes em Traz-os-Montes. Estava em Moncorvo quando rebentou no Norte a revolução contra os francezes, no dia 17 de junho de 1808 insurgiu se Moncorvo proclamando uma junta provisoria de que foi presidente o desembargador Thomaz Ignacio de Moraes Sarmento. Claudino Pimentel adheriu promptamento á revolução, a cujo serviço poz a sua sciencia e experiencia militar. Debaixo da sua direcção se levantaram nas alturas da Barca do Pociuho umas fortificações passageiras. O general Sepulveda, que tomára a direcção da insurreição, sabendo que tinha em Traz-os-Montes esse excellente official chamou-o immediatamente a Bragança, onde tinha quartel o 24 de infantaria, regimento em que Claudino Pimentel reassumiu o seu posto de tenente, sendo promovido a capitão no dia 23 de setembro. Com esse regimento fez a campanha de 1808, em que tomaram parte os inglezes de Wellesley. O regimento 24 ficou fazendo parte do exercito anglo-portuguez da divisão commandada pelo general Silveira, e assim tomou parte Claudino Pimentel tanto na retomada de Chaves como na brilhante defeza da ponte de Amarante. Homem decidido e valente, Claudino Pimentel foi-se tornando cada vez mais distincto. Logo depois da batalha de Talavera, atravessou quasi só o terreno occupado pelo inimigo para restabelecer communicações entre a divisão de Silveira e o general em chefe. Nomeado ajudante de ordens do commandante das armas de Traz-os-Montes, tomou parte na brilhante escaramuça de Puebla de Sanabria, foi levar a Wellington uma aguia tomada a um batalhão suisso que n'esta povoação capitulou, e por tudo isso foi promovido a major por distincção em 18 de agosto de 1810 Durante o resto d'este anno, em 1811, em 1812, e em principio de 1813, serviu Claudino Pimentel como ajudante de campo do tenente general Silveira, já então agraciado com o titulo de conde de Amarante. Depois da notavel batalha de Vitoria, não pôde seguir o resto da campanha peninsular e a campanha de França, porque foi nomeado major de infantaria 5, que estava aquartelado em Elvas, encarregado de disciplinar esse corpo, e considerado portanto como official mais habil entre os da sua patente para desempenhar tão ardua missão. Acabára a guerra da Peninsula, mas varias tropas portuguezas iam tomar parte n'uma nova campanha, a campanha de Montevideu, em que Claudino Pimentel tambem teve de entrar porque foi despachado tenente coronel para caçadores 3, um dos corpos escolhidos para fazerem parte da divisão expedicionaria. Chegando ao Rio de Janeiro, teve um serio desgosto. O marechal Beresford, por motivos que se ignoram, tirou lhe o commando do seu batalhão, como tirou o do 4 de caçadores a João Chrysostomo Callado, que foi depois general no imperio do Brazil. Esses dois corpos eram transformados em regimentos, e perdiam os tenentes coroneis o commando. Protestou Claudino Pimentel com energia e de fórma tal que, apezar do predominio de Beresford, D. João VI satisfez o seu pedido, mandando que elle partisse para Montevideu, sendo ahi encarregado de algum commando especial. Effectivamente, assim que o exercito entrou em campanha, recebeu Claudino Pimentel o commando de toda a infantaria da vanguarda. Distinguiu-se brilhantemente em todos os combates, principalmente no de India Muerta, e quando o coronel Saldanha foi nomeado brigadeiro graduado, tomou o tenente-coronel Claudino Pimentel o commando do 1 de infantaria, e estava exercendo esse commando quando foi em 1820 promovido a coronel. Chegando a Montevideu a noticia da revolução portugueza de 1820, manifestou-se logo na divisão um grande enthusiasmo, e Claudino Pimentel foi quem promoveu um pronunciamento a favor do novo regimen, formando se uma junta governativa de que foi nomeado presidente o general Lecór e vice presidente Claudino Pimentel. Pouco depois a noticia da agitação do Rio de Janeiro fez com que partisse para a capital do Brazil a divisão de Montevideu. Era já

Antonio José Claudino de Oliveira Pimente

Claudino tão considerado como Saldanha, porque, tendo sido este nomeado governador da provincia do Rio Grande do Sul, foi Claudino nomeado governador de Matto Grosso. Não chegou porém a tomar posse. Accentuava-se o movimento separatista, D. Pedro acceitava a independencia do Brazil e instava com os officiaes portuguezes para que o acompanhassem. Não o quiz fazer Claudino Pimentel, e por isso partiu para a Europa, achando se em 1822 em Moncorvo em casa da sua familia. Já em Montevideu fôra Claudino Pimentel encarregado do commando da 1.ª brigada, e desempenhára as funcções de ajudante general. Estava em Lisboa já com o posto de brigadeiro, quando rebentou em Traz-os-Montes a revolta absolutista do conde de Amarante. O brigadeiro Pimentel apressou-se a levar elle proprio ás côrtes a manifestação da firmeza do exercito na defeza da causa constitucional. Chamado depois a Traz-os-Montes para tomar parte nas operações militares, foi encarregado pelo general em chefe Luiz do Rego do commando de uma brigada, á

frente da qual prestou relevantes serviços na acção de 23 de março e no resto da campanha que terminou com a fuga dos rebeldes para Hespanha. Já o governo portuguez nomeara Claudino Pimentel governador da provincia brazileira do Grão-Pará, emquanto esperava impedir o movito separatista, mas essa tentativa era já inutil. Claudino Pimentel foi nomeado governador interino da provincia de Traz-os-Montes e tratou de proceder á sua pacificação. Estava no desempenho d'esta commissão, quando se realisou o movimento da *Villafrancada*, e caiu o governo liberal. O governo absolutista, que se lhe seguiu, demittiu o immediatamente do seu governo, chamou-o a Lisboa, e deportou-o para o ilha do Fayal. N'esta ilha ainda as autoridades realistas aggravaram a sua pena deportando o para a Graciosa. Elle e outros generaes fôram ainda demittidos do real serviço. Comtudo, o governo de D. João VI não tardou a mostrar-se mais tolerante com os liberaes, e Claudino Pimentel pôde regressar ao reino, indo para Moncorvo, onde viveu até que, depois da morte de D. João VI, foi instituido o regimen liberal por seu filho D. Pedro IV. Então Claudino Pimentel foi reintegrado no seu posto de brigadeiro, e nomeado logo pela regente, a infanta D. Izabel Maria, governador das armas da capital. Mas não tardou a revolta absolutista, e Claudino Pimentel foi chamado a debellal-a. Recebeu o commando d'uma divisão volante composta apenas de 2:000 homens, comprehendendo os batalhões de caçaçadores 3 e 7 e os regimentos de infantaria 10 e 16, cavallaria 11, e meia brigada de cavallaria-4, divisão que tinha de manobrar na Beira Alta. Esta campanha de 1827 firmou deveras a reputação militar de que o general Claudino gozava, não só pelo modo brilhante como manobrára tanto na Beira Alta como em Traz-os-Montes, ora só, ora combinado com o general Azeredo, depois conde de Samodães, não só pela sua brilhante defeza da ponte de Amarante, mas tambem pela victoria de Coruche, em que elle era simples general divisionario, sendo o commandante em chefe o conde de Villa Flôr, cujos louros, porém, todos attribuiram ao general Claudino, sendo elle o que planeara a batalha, sendo elle o que mais concorreu para a victoria. A rebelliãe absolutista estava subjugada, e Claudino Pimentel, que fôra eleito deputado ás côrtes pela provincia de Traz-os-Montes, veiu tomar assento na camara, onde falou varias vezes sempre com acerto e desembaraço, tanto que, tendo estado gravemente doente o conde de Samodães, ministro da guerra, foi Claudino Pimentel indigitado pela opinião publica para lhe succeder Estava-se em 1828, e o infante D. Miguel, nomeado regente por seu irmão, entrava em Lisboa com o firme proposito de destruir o regimen constitucional. Claudino Pimentel era governador das armas da capital. Logo que viu dissolvidas as côrtes, e triumphante o golpe do Estado, pediu seis mezes de licença, e foi para Moncorvo. O absolutismo triumphava em toda a parte, e em toda a parte se manifestava com o seu caracter violento. Em Moncorvo imperava a facção miguelista. Claudino encontrou na villa o batalhão de caçadores 12, commandado pelo major Francisco Xavier da Silva Pereira, depois conde das Antas. Este official estava já em relações com os outros militares liberaes que premeditavam insurgir-se contra o novo governo Tendo recebido ordem de marchar com o seu batalhão para Ponte de Lima, partiu, mas instando com o general Claudino para que o acompanhasse. Não quiz este fazêl-o, e assim praticou uma terrivel imprudencia. D'ahi a pouco rebentava a noticia do pronunciamento liberal, mas via-se logo que estava restricto e que não se alargaria pelo paiz. Os miguelistas, primeiro assustados, cobraram animo e tornaram-se ainda mais violentos. Claudino era o alvo de todas as suas suspeitas, e começou a estar em verdadeiro perigo, tanto mais que a sua reputação militar fazia com que todos receassem que elle fôsse unir-se aos liberaes. Bem o desejara o infeliz brigadeiro. Foi um recado a Almeida, a avisar as tropas constitucionaes, que ali se suppunha estivessem, de que o brigadeiro Claudino estava em perigo. Não se recebeu resposta. A situação tornava-se gravissima para Claudino. Chegou por essa occasião um bilhete da junta do Porto, em que lhe diziam: *Venha! Carecemos da sua presença!* Claudino partiu ás escondidas com seu irmão e desceu o rio Douro n'um barco. Já tinha chegado a uma legoa da Regua e julgavam-se salvos, quando fôram intimados por uns milicianos a aproximarem-se da margem esquerda. Fôram, esperando ainda que nada succedesse. Mas esta fatalidade fez com que entre os milicianos estivesse um sapateiro de Moncorvo que conheceu Claudino, e que o denunciou. Ufanos com tão gloriosa presa, os milicianos apoderaram-se de Claudino Pimentel e de seu irmão Luiz Carlos, e os levaram a Lamego. Entraram n'esta cidade no meio dos insultos da gentalha e das ameaças de morte. As autoridades communicaram lhes emfim que o general Claudino não podia ser deixado livre, por ser nocivo ao governo de D. Miguel, que elle pudesse ir unir se aos rebeldes liberaes. Assim passou Claudino para Regoa, da Regoa para Villa Real, de Villa Real voltou á Regoa, de Regoa de novo a Lamego, depois seguiu para Vizeu, de Vizeu para Mangualde, de Mangualde para a Covilhã atravessando a serra da Estrella, da Covilhã para Abrantes, torturado, insultado, passando noites tormentosas nas cadeias, algemado pelo proprio irmão de Telles Jordão, vilipendiado pelos padres tanto como pela relé mais selvagem, mas em toda a parte mostrando uma intrepidez, uma energia um desembaraço que é uma verdadeira maravilha, como em Villa Real quando lhe gritaram aos ouvidos *Morra o Claudino*, elle voltando-se dizia: *O Claudino sou eu! Se ha ahi algum atrevido que me queira matar, atire me.* Em Abrantes metteram-se n'uma falua que os trouxe a Lisboa, sendo acompanhado pelo tenente coronel Soares, que não só os tratou com immensa caridade, mas que evidentemente quiz dar lhes fuga, porque ao chegar a Lisboa, metteu-os n'uma sege, dizendo-lhes que fôssem para o castello de S. Jorge, e advertindo-os até de que o boleeiro não conhecia nem os seus nomes nem as suas circumstancias, e que elle e um sargento os seguiriam a distancia, e lá iriam ter ao castello. Logo perderam de vista os seus seguidores e ficaram completamente livres, Claudino percebeu que nada era mais facil do que dizer ao boleeiro que os levasse a sitio muito differente, onde se pudessem homiziar. Mas Claudino não quiz, dizendo que isso

seria comprometter o tenente-coronel que tanta confiança lhes mostrára. Além da lealdade que isto manifesta, o general Claudino nunca poderia talvez imaginar que a sua prisão fôsse sanccionada por autoridades superiores. Nada absolutamente fizera contra o novo regimen; não tomára parte na insurreição constitucional, não havia provas nem indicios sequer de que tencionasse dirigir-se ao Porto, porque o haviam de conservar preso? No Natal de 1828 fôram transferidos os dois irmãos com outros presos que estavam no castello de S. Jorge, para a Torre de S. Julião da Barra, e ahi soffreram todos os tormentos que são bem conhecidos. Em dezembro de 1829 fôram ambos transferidos para o Porto, mas, como tudo se fazia com tormentos e perseguições, a transferencia fez-se n'um hiato, que por mais d'um mez esteve em perigo, que não levou mantimentos sufficientes, de fórma que os passageiros por mais d'uma vez passaram fome. Além d'isso tiveram de arribar a Vianna e de Vianna para o Porto fôram os presos conduzidos a pé. Claudino ia gravemente doente, debilitadissimo, e não houve meio de passar para deante de Espozende, teve o commandante da escolta, que era extremamente barbaro, de alugar uns carros detestaveis, em que os presos que se achavam em peor situação de saude fôram, soffrendo cada vez mais insupportaveis torturas. Em Villa do Conde appareceu o sobrinho de Claudino Pimentel, Julio Maximo d'Oliveira Pimentel, mais tarde visconde de Villa Maior, e que trazia uma liteira para seu tio. Assim pôde Claudino chegar ao Porto com mais algumas commodidades. Dando entrada nos carceres da Relação, instaurou-se-lhe logo o processo summario e inquisitorial que se usava então, processo que não tinha o minimo fundamento sério, sendo ainda assim condemnado por sentença de 15 de dezembro de 1830 a degredo e prisão effectiva no presidio das Pedras Negras, e a 400$000 réis de custas, e tambem seu irmão foi condemnado a tres annos de prisão no castello de Peniche, e 200$000 réis de custas. Não chegou o general Claudino a partir para o desterro, porque sendo atacado por um violento ataque de gota, falleceu pouco depois. Foi enterrado sem honras militares na egreja dos Grillos, depois egreja do Seminario Episcopal.

**Pimentel** (*Antonio José de Mesquita*). Presbytero secular, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação Ecclesiastica de Braga, abbade da freguezia de S. Gens, de Salamonde, etc. N. em S. Bade, da prov. de Traz-os-Montes, e fal. a 21 de setembro de 1811. Tomou posse da abbadia de Salamonde em junho de 1781. Passados alguns annos renunciou este beneficio em seu sobrinho Antonio Joaquim de Mesquita Pimentel, mas continuou a curar na mesma freguezia até fallecer. Escreveu: *Cartilha ou Compendio da Doutrina Christã; contém a doutrina, orações*, etc. Esta cartilha foi por muito tempo geralmente acceita para o ensino da instrucção primaria, e fizeram se repetidas edições em Portugal, no Brazil e em Paris. Escreveu mais: *Soccorro de moribundos, dividido em duas partes*, Porto, 1793.

**Pimentel** (*Antonio Lucio Tavares*). Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. Nasceu em Leiria a 15 de agosto de 1848, sendo filho, neto e bisneto dos fallecidos medicos d'esta cidade, conhecidos pelo appellido de Tavares. Antigo sub delegado de saude no concelho de Leiria, e facultativo dos partidos camarario e hospitalar e das sociedades de soccorros mutuos do operariado leiriense, exerceu em 1905 a clinica dos expostos da Santa Casa da Misericordia de Lisboa, de cujo estabelecimento pio era funccionario havia muitos annos, tendo-se já então aposentado no partido camarario e exonerado dos outros cargos, por se sentir com falta de saude. Hoje exerce clinica em Leiria. Tendo entrado na politica, filiara-se no partido progressista, de que era chefe em Leiria o barão de Salgueiro. Exerceu tambem o cargo de governador civil substituto d'este districto.

**Pimentel** (*Antonio de Serpa*). V. *Serpa Pimentel (Antonio)*.

**Pimentel** (*D. Carlos Maria de Figueiredo*). V. *Annunciação (D. Carlos)*. *Portugal*, vol. I. pag. 583.

**Pimentel** (*Diogo Pereira Forjaz Sampaio*). V. *Sampaio Pimentel*.

**Pimentel** (*Domingos Correia*). Capitão de infantaria durante a guerra da Restauração de 1640. Era natural de Provezende, e irmão de Jeronymo e Francisco Pimentel (V. *adeante*). Assistiu ao cêrco do castello de Lapella, que estava ainda no poder dos castelhanos; entrou nos combates de Monte Labrujo e da Veiga da Matança. Em 1663 acompanhou o conde do Prado na sua expedição á Galliza, onde assistiu ao ataque da villa de Forrinho e ao combate nos arrabaldes de Bayona. Ficou ferido gravemente n'um combate da praça de Almeida, e depois assistiu ao cêrco de Valença, á batalha de Montes Claros e outras.

**Pimentel** (*Emilia Adelaide*). Actriz dramatica muito distincta. N. em Portalegre em 1 de novembro de 1836, fal. em Lisboa em 11 de setembro de 1905. Aos 11 annos de edade foi para Castello Branco com sua mãe e irmãos, visto o pae os ter abandonado. Aos 18 annos, em 1854, veiu para Lisboa e entrou como costureira n'um estabelecimento de modista. Sendo então aconselhada para seguir a vida do theatro, matriculando-se no Conservatorio, na aula dramatica, dirigida por Duarte Sá, e completando rapidamente a sua educação litteraria com o fervor de quem deseja progredir, depressa alcançou a approvação para se apresentar ao publico como actriz, estreaudo-se no theatro de D. Maria II, em 1857, na comedia em 1 acto, *A chavena quebrada*. A debutante foi recebida com o maior agrado, e continuando a estudar com dedicação, os seus progressos na arte dramatica iam se accentuando de dia para dia distinguindo-se muito no drama em 3 actos, de Francisco Serra, *O Amor e o dever*, que pela primeira vez subiu á scena na recita de gala de 29 de abril de 1859. Emilia Adelaide era muito sympathica e muito elegante, requisitos de grande utilidade para o palco, dispondo além d'isso d'um robusto talento artistico. A peça em que verdadeiramente conquistou os fóros de artista consagrada foi o drama em 3 actos, de Ernesto Biester, a *Caridade na sombra*. Desde então contou os triumphos por cada personagem que creava. Os principaes escriptores da epoca disputavam-n'a para interprete das suas producções. Foi longo o seu reportorio, em que mencionaremos

as seguintes peças: *Os homens ricos*, *Fortuna e trabalho*, *A Abnegação*, *Os diabos pretos*, *Os fidalgos de Bois-Doré*, *A vida d'um rapaz pobre*, *Nobres e plebeus*, *A Penitencia*, *A Judia*, *Helena*, *D. Fr. Caetano Brandão*, *Angelo, tirano de Padua*, *Antony*, *A Redempção*, *Mademoiselle de Belle Isle*, *Idiota*, *Aventureira*, *Maria Antonieta*, *Tartufo*, *Fernanda*, *A Mulher que deita cartas*, *O Jogo*, *Os homens do mar*, etc. Em 1865 deixou o theatro normal, d'onde tambem saira Francisco Palha, retirando se do cargo de commissario regio que exerceu durante alguns annos, e partiu para Paris em digressão de estudo, na companhia do fallecido escriptor Ernesto Biester, que se tornara seu protector muito dedicado, e no seu regresso a Lisboa representou no antigo theatro da Rua dos Condes, fazendo parte da companhia organisada por Francisco Palha, que se tornara empresario do novo theatro da Trindade, que então se construia, cuja companhia

Emilia Adelaide Pimentel

deu ali varios espectaculos. Entrou então nas peças: *O Supplicio d'uma mulher*, *Familia Benoiton*, *Mulheres á solta*, *O demonio do jogo*, *A Berlinda*, etc. Completando-se as obras do theatro da Trindade, realisou-se a inauguração em 30 de outubro de 1867, com o drama em 5 actos, de Ernesto Biester, *A mãe dos pobres*, e a comedia em 1 acto, *O Xerez da viscondessa*, representando Emilia Adelaide nas duas peças. Um anno depois, 1868, a empresa da Trindade começou a explorar a opereta, e Emilia Adelaide, com alguns outros artistas, voltou para o theatro de D. Maria II, onde creou o papel de *Morgadinha de Valflôr*, drama de Pinheiro Chagas, que se representou pela primeira vez na festa artistica da apreciada actriz, a 5 de abril de 1869. Esta peça foi uma das suas maiores glorias. No theatro de D. Maria II se conservou Emilia Adelaide até á reforma feita pelo ministerio presidido por Anselmo Braamcamp, de accordo com Antonio Eunes, reforma de que resultou ficar o theatro adjudicado á empresa Biester, Brazão & C.ª Foi então que Emilia Adelaide resolveu partir para o Brazil, e na companhia de Ernesto Biester embarcou em 9 de março de 1871, em direcção do Rio de Janeiro, contratada pelo empresario, actor e escriptor Furtado Coelho. O publico fluminense recebeu a com o maior emthusiasmo, applaudindo-a phreneticamente. Voltando a Lisboa em 1872, entrou n'alguns espectaculos no antigo theatro dos Recreios, representando o drama em 4 actos, de Emilio Zola, *Thereza Racquin*. Organisou por sua conta uma companhia dramatica com que percorreu as provincias, ilhas (1876-1877) e por fim o Brazil. A companhia agradou bastante, mas Emilia Adelaide não conseguiu alcançar a fortuna que ambicionava, tornando-se empresaria. Passados tempos a companhia desorganisou-se, e Emilia Adelaide voltou para Lisboa. Representou então nos theatros do Principe Real, Recreios e Gymnasio; d'esta vez, porém, foi infeliz, porque tanto o publico como a imprensa se tornaram adversos, apezar d'ella representar com José Carlos dos Santos, n'uma companhia de que faziam parte Amelia Vieira e outros artistas distinctos. Achavam-n'a já muito decadente nos seus trabalhos artisticos. Sendo acommettida no Porto d'uma bronchito que lhe velou a voz, Emilia Adelaide decidiu embarcar novamente para o Brazil, e teve a fortuna de melhorar durante a viagem, começando de novo no Rio de Janeiro a sua carreira artistica. Ali se conservou 16 annos, quasi sempre como empresaria, sendo considerada uma das primeiras actrizes do Brazil. Por fim resolveu abandonar a scena. Havia requerido a sua reforma como actriz de primeira classe, a qual lhe fôra concedida pela Caixa das pensões aos artistas dramaticos, pelos serviços prestados no theatro de D. Maria II. Fundou um importante estabelecimento de modas, continuando a viver no Rio de Janeiro, até que em 1901 ou 1902 veiu residir para Lisboa. Apresentou se depois uma unica vez na Trindade, representando a pedido n'um beneficio do Gremio Popular, recitando a poesia, *A Judia*, de Thomaz Ribeiro. Pinho Leal no vol. VII do *Portugal antigo e moderno*, a pag. 236, conta o seguinte ácêrca de Emilia Adelaide, referindo-se a Portalegre, sua terra natal: «Esta distincta actriz não esquece nunca a sua patria. Soube ella que n'esta cidade se projectavam obras para ampliar o adro da ermida de Sant'Anna, uma das mais bellas de Portalegre. Presidia a uma commissão, para este fim eleita, o sr. conde de Avilez que para conseguir os meios necessarios obtivera a concessão de fazer um bazar, que foi esplendido. Concorreram com valiosas prendas, não só as damas e cavalheiros de Portalegre, mas tambem varias senhoras de Lisboa e do Porto; incluindo se em o numero dos offerentes, a sr.ª D. Maria Pia, o sr. D. Fernando, e a sr.ª condessa d'Edia, que concorreram com objectos de grande valia. A sr.ª Emilia Adelaide, não só mandou varias prendas de muito bom gosto e valor, mas se offereceu a dar algumas recitas, cujo producto fôsse applicado áquellas obras. Na carta que a este respeito escreveu ao sr. conde de Avilez, se lia: «Sinto um prazer intimo, inefavel, em associar o meu nome, a um melhoramento da minha terra.» Logo que a noticia da vinda de Emilia Adelaide se espalhou em Portalegre, as pes-

soas mais notaveis da cidade, inscreveram o seu nome, para todas as recitas que para tal fim tivessem de dar-se. O estrepito dos foguetes que serpenteavam nos ares pelas 7 horas da manhã do dia 4 de agosto de 1875 annunciava aos portalegrenses que entrava na cidade a sua querida patricia. Foi esperada, fóra dos muros, pelo sr. conde de Avilez e outros distinctos cavalheiros da cidade. O theatro esteve completamente cheio, pelas principaes senhoras e cavalheiros da cidade e immediações, nas recitas que deu tão insigne actriz, e a receita deu um resultado superior a todas as esperanças.» Emilia Adelaide, quando esteve no Brazil, recebeu os diplomas de socia benemerita e honoraria da *Sociedade Portugueza de Beneficencia*, da *Caixa de Soccorros de D. Pedro V*, da *Sociedade Amor á Monarchia*, do *Retiro Litterario Portuguez* e da *Congregação das filhas de Maria*, de que era protectora e socia a imperatriz do Brazil.

**Pimentel** *(Fortunato Augusto)*. Medico muito apreciado no Porto. N. no Porto em 1807, onde tambem fal. em 1889. Os seus primeiros annos fôram accidentados de episodios difficeis, dos que embaraçam o caminho, ainda aos mais fortes e affeitos. Nascia e crescia n'um tempo em que a propria nação não tinha a certeza do seu destino, e por isso menos se podia assegurar o dos seus filhos. Sua familia era rica, e na maior parte constituida por senhoras ao tempo da segunda invasão franceza. Como era natural, assustadas com a aproximação do exercito de Soult, refugiaram-se n'um arrabalde do Porto, deixando muitos babús cheios de prata e ouro, escondidos n'uma casa esconsa do sotão. O acaso levou ali uma bala, o incendio ateou-se, e o facto é que as preciosidades desappareceram. Orphão de poucos annos, Fortunato luctou pela vida. Em 1825, contando 17 annos de edade, começou a frequentar a Escola Medica Em 1832, com o seu curso concluido havia dois annos, attrahido pelo convite do governo de D. Miguel, foi servir como clinico no hospital do sangue da Formiga. O infante affeiçoou-se-lhe, e querendo-o distinguir, deu-lhe o habito de Christo, diploma e venera, e decretou-lhe a nomeação de professor da Escola Medica e a de medico da Casa Real. Todos estes somnos de grandeza lhe cairam desfeitos pela Convenção de Evora Monte, em 1834; no entretanto Fortunato Pimentel ficou sendo o medico querido das principaes familias miguelistas do Porto. Submetteu-se honestamente ao novo regimen, não combateu os que servira, nem serviu os que combatera. Exercia os seus direitos politicos, sem fazer propaganda partidaria, e votando sempre no partido conservador, a Regeneração. Assim se fazia estimar por todos, e sem perder a sympathia das familias realistas, tinha a amizade de todos os partidos. Enviuvando, e passando a segundas nupcias, augmentando-lhe os encargos de familia, precisou de alargar a área do seu trabalho. Solicitou, e obteve o logar de facultativo interno do hospital real de Santo Antonio (Misericordia), logar que serviu com muito zelo mais de 30 annos. No fim d'este tempo, a Mesa, querendo allivial-o no seu trabalho, em razão da edade, passou-o para o externo, por ser serviço menos duro, e tres mezes antes do seu fallecimento, fôra aposentado com o ordenado por inteiro. Era tambem facultativo dos asylos e enfermaria de presos, estabelecimentos dependentes da Santa Casa Tambem a Mesa lhe conservara estes ordenados por concessão graciosa. E tão reconhecidos fôram os bons serviços prestados, que a mesma Mesa, que os sabia avaliar e premiar, lançou na acta um voto de sentimento pela morte do benemerito medico, e assistiu aos funeraes. Fortunato Pimentel prestou tambem relevantes serviços ao Porto, durante as epidemias da Cholera-morbus e da Febre amarella, que invadiram aquella cidade. Nos relatorios officiaes que se publicaram apparece com louvor o nome do medico Fortunato Pimentel, como um dos clinicos que mais se distinguiram pela sua dedicação. O governo, n'esta occasião o agraciou com a commenda de Christo. O distincto e benemerito medico Fortunato Augusto Pimentel foi pae do escriptor e jornalista Alberto Pimentel. V. *este nome*.

**Pimentel** *(Francisco)*. Official do nosso exercito. N. em Lisboa no anno de 1652, fal. a 6 d'outubro de 1706. Era filho de Luiz Serrão Pimentel. Tendo estudado no collegio de Santo Antão, da Companhia de Jesus, e frequentado depois as aulas da Universidade de Coimbra, recebeu em 1677 o grau de bacharel em Direito, e logo em seguida a nomeação de capitão ajudante do engenheiro-mór seu pae, a quem depois substituiu no logar de lente de fortificação Em 1684, tendo D. Pedro II resolvido mandar alguns officiaes para estudar a organisação e disciplina dos exercitos estrangeiros, escolheu para essa commissão Francisco Pimentel e D. Antonio Salgado, que com o posto de capitão e acompanhados de quatro ajudantes partiram para a Polonia, d'onde no anno seguinte passaram á Hungria. Francisco Pimentel assistiu á tomada da praça de Newhausel, e depois marchou com o exercito para Buda, examinando cuidadosamente tudo quanto dizia respeito á milicia e operações da guerra, e voltando á patria foi em 1690 mandado a Mazagão para pôr essa praça africana em melhor estado de defeza. Declarada a guerra entre Portugal e Hespanha, serviu na Beira em 1704 com o posto de quartel-mestre general, e distinguiu se muito no combate de Monsanto, em que ficou gravemente ferido. Ainda mal convalescido saiu de Penamacôr governando o trem de artilharia do nosso exercito, que marchara para Almeida, e sendo em 1705 nomeado mestre de campo general, assignalou-se na recuperação da praça de Salvatierra e tambem no sitio de Badajoz. Por ordem do marquez das Minas ficou com 300 infantes na cidade de Cuenca, e, adoecendo gravemente, ali falleceu. Parece que Francisco Pimentel escreveu algumas obras de geometria e fortificação, que não chegaram a imprimir-se.

**Pimentel** *(Francisco da Cunha)* Distinguiu-se pela sua bravura e patriotismo na guerra da Restauração de 1640. Em 1657 reuniu a nobreza da provincia e com ella esteve em Mirandella, fazendo grandes despezas á sua custa. Foi defender a praça de Chaves, e n'ella se conservou até ao fim da guerra. Era natural de Provezende, pertencente á nobre casa da Calçada, assim como os seus irmãos Domingos e Jeronymo.

**Pimentel** *(Jeronymo da Cunha)*. Fidalgo cavalleiro do habito de Christo, familiar do Santo Officio, juiz de fóra de Castello Rodrigo, desembargador da Relação da Bahia, e depois da do Porto; ouvidor do crime, etc. N. em Provezende

em 1650, fal. no Porto, sem descendencia, em 1715. Pertencia á nobre casa da Calçada, assim como os seus dois irmãos, Domingos e Francisco. Foi por ordem do governo a Angola syndicar do procedimento do governador Luiz Lobo da Silva, e a elle se deve o bom resultado da guerra com a rainha Ginga, a prisão do Joga Cacandá, em Benguella, a edificação dos presidios de Ambaca, Muxima e outros. Fundou uma casa que, em bens de raiz, foi das maiores da provincia, e a vinculou a seu irmão Luiz da Cunha Pimentel. Edificou o palacete da Calçada, e por seu testamento obrigou o herdeiro a construir junto do mesmo edificio uma capella, dedicada a S. Jeronymo, á qual o vinculo ficaria unido, com a obrigação de um officio annual por alma do instituidor. Jeronymo da Cunha Pimentel era casado com D. Manuela de Azevedo.

**Pimentel** *(Jeronymo da Cunha)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, deputado, par do reino, director da Penitenciaria, etc. N. em Villa Real a 14 de maio de 1842, fal. em Braga a 3 de julho de 1898. Depois dos estudos preparatorios, matriculou se na Universidade, tomando o grau de bacharel em Direito, depois d'um curso distincto. Entrando na politica filiado no partido regenerador, foi eleito deputado pela primeira vez em 1868, pelo circulo de Sabrosa, depois d'uma renhida lucta eleitoral, que se repetiu no parlamento, que o obrigou a ir á barra defendel-a, o que fez brilhantemente, como consta dos registos parlamentares. Foi reeleito em 1874 por Barcellos; em 1878 por Braga, e em 1889 outra vez por Barcellos, contra o governo progressista, ganhando a eleição por uma enorme maioria. Duas vezes rejeitou o cargo de governador civil, que lhe foi offerecido, de Braga em 1871, e de Lisboa em 1890. Só a muitas instancias dos influentes de Braga e de amigos pessoaes, é que acceitou em 1881 ser governador civil de Braga; foi tão acertada a sua administração, e tornou-se tão considerado e estimado, que o governo o manteve n'aquelle cargo até 1884, anno em que foi nomeado director da Penitenciaria Central de Lisboa. Com a maior actividade organisou todos os serviços, afim de se poder abrir no anno seguinte, como effectivamente abriu, dando ali entrada os primeiros reclusos a 2 de setembro do referido anno (V. *Penitenciaria*, artigo *Lisboa*, vol. IV do *Portugal*, pag. 373 e seguintes). Nomeado governador civil de Braga em 1890, ali se conservou até que o ministerio regenerador se exonerou, recusando se então a continuar o seu cargo, apezar das instancias que os habitantes de Braga empregaram para o convencer. Foi eleito par do reino por Braga em 1885, sendo esta a primeira eleição que se deu na camara alta; em 1894 foi novamente nomeado governador civil de Braga, que acceitou com repugnancia, servindo até á subida ao poder do ministerio Dias Ferreira. Em 1890 e 1892 tornou a ser eleito par do reino, mas por Vianna do Castello, sendo em 1895 feito par vitalicio. O valor dos seus serviços como funccionario publico ficou bem affirmado nas numerosas portarias de louvor, que obteve, quer como chefe do districto, quer como director da Penitenciaria. Jeronymo da Cunha Pimentel fundou em Braga o Asylo da Mendicidade. Como jornalista, collaborou em diversos jornaes desde estudante, como o *Commercio de Coimbra*, *Jornal da Manhã*, do Porto, *O Douro*, folha regeneradora da Regoa, publicada em 1854; em Braga: *O Districto*, *O Bracarense*, *A Regeneração*, *O Amigo do Povo*, *O Regenerador*, e outros. Em Braga exerceu diversos cargos administrativos: Presidente da camara municipal, procurador á Junta Geral do districto, vogal de varias commissões, etc. Nunca acceitou titulos nem condecorações; apenas conservou o seu titulo de fidalgo cavalleiro da Casa Real, honra que desde seculos anda na sua familia, uma das mais illustres de Entre Douro e Minho. Além dos differentes relatorios da Penitenciaria, publicou: *A Beneficencia no districto de Braga; Relatorio sobre o collegio dos orphãos de S. Caetano*, de Braga; *A aposentação dos parochos; O Bill de indemnidade na camara dos pares em 1890*; relatorio e discursos ali pronunciados; *Alguns trabalhos parlamentares na sessão de 1893 da camara dos pares*, etc.

**Pimentel** *(Fr. João Boto)*. Religioso da ordem de S. João Baptista, commendador de Taboa, d'Aboim, de Santarem, e de N. S.ª da Portella, de Vez, e de S. João de Valladares. Fal. a 8 de fevereiro de 1613. Das genealogias consta que Ruy Boto, o chanceller de D. João II e o celebre reformador dos foraes do reinado seguinte, de D. Manuel, casou com D. Mecia Machado, filha de Pedro Machado, carregueiro e desembargador de D. Affonso V e de sua mulher, D. Branca Coelho. D'este consorcio houve 9 filhos, o quarto foi Pero Boto Machado, que succedeu na casa de seu pae, e casou com uma senhora, cujo nome se ignora, e de quem teve muitos filhos. Entre elles conta se D. Brites Boto, que casou com Luiz de Meirelles Pimentel, filho de Diogo Fernandes de Meirelles Pimentel, porteiro da camara d'el-rei D. Manuel, e de D. Filippa de Avellar. D'este consorcio houve, entre outros filhos, João Boto Pimentel, que já em 1589 era commendador da ordem de Malta. Na egreja de S. Sebastião, de Espiçandeira, proximo da villa de Alemquer, acha-se sepultada esta familia. V. *Espiçandeira*, *Portugal*, vol. III, pag. 188 e 189.

**Pimentel** *(João Moniz)*. Notario apostolico. Era natural de Evora. Acompanhou em 1585 de Lisboa a Roma os embaixadores dos reis de Bungo e Arima, de cuja jornada escreveu um *Itinerario*, o qual pertenceu á livraria de Manuel Severim de Faria, passando depois para a do conde de Vimieiro, onde se guardava no meado do seculo XVIII, segundo diz Barbosa Machado, no 2.º volume da *Bibliotheca Lusitana*.

**Pimentel** *(Luiz Augusto)*. Major de infantaria reformado. N. a 23 de dezembro de 1854, fal. a 25 d'abril de 1907. Assentou praça a 15 de setembro de 1871, sendo promovido a alferes a 25 de janeiro de 1888, a tenente a 28 de agosto de 1894, a capitão em 22 de março de 1901, reformando-se no posto de major em 30 de novembro de 1904. Tomou parte na expedição a Moçambique, em 1894, e na expedição aos namarraes em 1896. Era official da ordem da Torre e Espada, cavalleiro da de Aviz, e possuia as medalhas de prata de valor militar e de comportamento exemplar, para commemorar a expedição de Moçambique de 1894-1895; e a medalha de ouro para commemorar a expedição aos namarraes, 1896.

**Pimentel** *(Luiz Francisco)*. Fidalgo da Casa Real, cosmographo-mór do reino, academico da

Academia Real da Historia Portugueza, etc. N. em Lisboa a 5 de julho de 1692, fal. em Evora a 2 de setembro de 1764. Era filho de Manuel Pimentel, fidalgo da Casa Real e cosmographo-mór do reino, e de D. Clara Maria de Miranda. Tinha 27 annos de edade, quando foi provido no logar de cosmographo-mór. Dedicou-se muito ao estudo da genealogia e da historia. Foi eleito academico da Academia Real da Historia, em 1724, para escrever as Memorias historicas do bispado do Lamego. Escreveu: *Contas dos seus estudos*, que andam publicados na *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia Real.*

**Pimentel** *(Luiz Serrão).* Tenente-general de artilharia, cosmographo e engenheiro-mór do reino. N. em Lisboa, sendo baptisado na freguezia de Santa Justa a 4 de fevereiro de 1613; fal. na mesma cidade a 13 de dezembro de 1679. Era filho de Jorge Serrão Pimentel. Estudou humanidades no collegio da Companhia de Jesus, mas resolvendo seguir a vida militar embarcou em 1631 para a India, com seu tio Fernão Serrão, na nau *Rosario.* Arribando este navio ao reino, quando chegou á altura de Pernambuco, Luiz Pimentel resolveu não sair mais da patria, e entregaudo-se ao estudo das mathematicas, começou em 1641 a exercer o cargo de cosmographo-mór do reino por impedimento do proprietario, Antonio Mariz Carneiro. Foi por seu conselho que D. João IV instituiu na Ribeira das Naus uma *Aula de fortificação e architectura militar*, que depois se transferiu para o Terreiro do Paço, chamando-se *Academia Militar*, sendo Luiz Serrão Pimentel o seu primeiro lente. N'essa escola receberam instrucção militar muitos engenheiros, que depois vieram a servir o reino e as conquistas com assignalado prestimo e grande proveito da nação. Posteriormente foi Luiz Serrão Pimentel nomeado engenheiro-mór do reino e tenente-general de artilharia, e na guerra da Restauração prestou importantes serviços, dirigindo os trabalhos no cêrco de Badajoz em 1658 e os da recuperação de Evora, e assistindo á batalha do Ameixial, e a outras acções. Morreu desastradamente, caindo d'um cavallo perto da egreja da Magdalena. Era casado com D. Izabel Godines, filha herdeira de Manuel Godines, de quem teve tres filhos: Jorge, Manuel e Francisco Pimentel. Escreveu: *Roteiro do mar Mediterraneo, tirado do Espelho ou Tocha do Mar; no qual se contém as derrotas, portos, baixos e correntes até avante de Napoles, e pelas ilhas d'este mar até Sicilia; pelas costas de Barberia até Tunes*, Lisboa, 1675. Esta obra foi a unica que se publicou em vida do autor, as outras sairam posthumas: *Methodo Lusitanico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha, e outras obras pertencentes á architectura militar; distribuido em duas partes, operativa e qualificativa*, Lisboa, 1680; é acompanhada esta obra de 36 estampas desdobraveis e d'uma portada, ou antefrontispicio allegorico. No seu *Ensino sobre a historia das mathematicas,* diz Stockler, que póde ser considerada como uma das mais exactas que se imprimiram até áquelle tempo No *Methodo Lusitanico* se comprehendem como tratados especiaes, uma *Trigonometria pratica rectilinea* e um *Compendio de problemas de Geometria pratica e especulativa; Arte pratica de navegar, e regimento de pilotos, repartido em duas partes: a primeira propositiva, em que se propõem alguns principios para melhor intelligencia das regras da navegação: a segunda expositiva em que se ensinam as regras para a pratica. Juntamente os roteiros das navegações das conquistas de Portugal e Castella*, Lisboa, 1681; contém duas estampas desdobraveis. O autor deixou esta obra quasi composta, mas foi publicada posthuma, com additamentos e emendada por seu filho Manuel de Pimentel, que lhe succedeu no cargo de cosmographo-mór.

**Pimentel** *(Manuel de).* Cosmographo-mór do reino, graduado em ambos os Direitos pela Universidade de Coimbra, socio da Academia dos Singulares, etc. N. em Lisboa a 10 de março de 1650, fal. a 19 de abril de 1719. Era filho segundo de Luiz Serrão Pimentel. Estudou no collegio de Santo Antão, e ainda muito moço compoz uma *Vida de S. Francisco Xavier* em 860 versos heroicos. Passando á Universidade de Coimbra graduou-se em ambos os direitos, e regressando a Lisboa foi destinado á carreira da jurisprudencia por seu pae, que reservava a successão dos cargos que occupava para o primogenito, não querendo, porém, este succeder depois a seu pae no logar de cosmographo-mór do reino, foi n'elle provido Manuel de Pimentel logo em seguida á morte de Luiz Serrão. Foi um dos geographos escolhidos para tratar das questões dos limites da Colonia do Sacramento, regeu por algum tempo a cadeira de fortificação da qual era lente seu irmão Francisco Pimentel, e em 1718 foi nomeado mestre do principe do Brazil D. José, mais tarde el rei D. José I. Foi socio de varias academias que se fundaram no seu tempo, como a dos Singulares, a dos Generosos, a Portugueza e outras. Em 1699 publicou a *Arte pratica de navegar, e roteiro das viagens e costas maritimas do Brazil, Guiné, Angola, India e ilhas Orientaes e Occidentaes; agora novamente emendada, e accrescentado o roteiro da costa de Hespanha e mar Mediterraneo.* Esta obra é, com alguns additamentos e correcções, a reimpressão das duas obras do pae do autor, mencionadas no artigo que lhe diz respeito. Manuel de Pimentel publicou em 1712 nova edição, ainda de novo augmentada e emendada, com o titulo: *Arte de navegar em que se ensinam as regras praticas, e o modo de cartear pela carta plana e reduzida: o modo de graduar a balestilha por via dos numeros, e muitos problemas uteis á navegação:* e *Roteiro das viagens e cartas maritimas da Guiné, Brazil e Indias Occidentaes e Orientaes: agora novamente emendadas, e accrescentadas muitas derrotas novas.* Esta edição é acompanhada de estampas, como outras que tambem se fizeram em Lisboa nos annos de 1746 e 1762. Esta *Arte* grangeou muita autoridade, e por muitos annos foi havida por texto em Portugal, merecendo egualmente os elogios dos hydrographos estrangeiros Ainda em 1830, parece que se tratava de fazer uma nova edição. Hoje, porém, tanto a *Arte* como o *Roteiro* são de pouca utilidade por incompletos, antiquados e arriscadores. Manuel de Pimentel tambem se dedicou á poesia, e na Academia dos Singulares de Lisboa andam algumas composições poeticas por elle ali recitadas. Casou em 1689 com sua prima D. Clara Maria de Miranda, filha de Filippe Serrão Pimentel e de D. Brites Ayres Pimentel.

**Pimentel** *(Marcellino da Silva).* Presbytero secular. Era natural de Coruche. Foi mestre de

latim, e deixou publicada a seguinte obra: *Relação do notavel successo e lastimoso estrago, que houve no real convento de S. Francisco da Cidade, em quinta feira 30 de novembro de 1741*, Lisboa, 1741; saiu com as iniciaes P. M. da S. P.

**Pimentel** *(Soror Maria de Mesquita)*. Religiosa da ordem de Cistér no mosteiro de S. Bento de Castris, situado extra-muros da cidade de Evora. N. em Extremoz em 1581, e fal. com 80 annos de edade em 1 de novembro em 1661. Escreveu: *Memorial da infancia de Christo, e triumpho do divino amor; em dez cantos em oitava rima*, Lisboa, 1638. A 2.ª e 3.ª partes d'esta obra ficaram manuscriptas, contendo a 2.ª parte a vida e milagres de Christo, e a 3.ª a sua paixão.

**Pimentel** *(Pedro)*. Organista que vivia no seculo XVI, e fal. em 1599, deixando impressa uma collecção de composições para orgão, intitulada: *Livro de Cifra de varias obras para se tangerem no orgão*.

**Pimentel** *(Sebastião Pereira)*. Secretario do padroado real e abbade de Lindoso. Era natural de Lisboa e fal. a 30 de junho de 1720. D'elle existe impresso um *Romance em applauso do theatro genealogico da casa de Sousa*, o qual anda no principio d'essa obra.

**Pimentel** *(Fr. Timotheo Ciabra)*. Religioso da ordem dos carmelitas. N. em Lisboa, onde tambem fal. a 17 de fevereiro de 1651, na edade aproximada de 60 annos. Era filho de Pedro Ciabra e de Maria de Serpa. Entrou para a Companhia de Jesus em 2 de junho de 1607, mas depois passou para a ordem dos carmelitas, profes sando a 21 de fevereiro de 1613. Foi professor de Grammatica Latina no collegio de Evora, e da Sagrada Escriptura, por muitos annos, no convento de Lisboa. Viajou nas cidades da Hespanha, Italia e Allemanha, e parece que tambem pela America e Africa. Em 1641 acompanhou D. Francisco de Mello, embaixador de Castella, á dieta de Ratisbona, e sendo preso por suspeito de querer dar a liberdade ao infante D. Duarte, que estava encarcerado no castello de Milão, conseguiu escapar-se e voltar para Lisboa. Escreveu: *Sermão em a festa de Nossa Senhora de l'Antigua*, Lisboa, 1646; *Panegyrico funeral em a morte do serenissimo sr. D. Duarte, infante de Portugal prégado nas honras que se lhe celebraram no convento do Carmo*, Lisboa, 1650; *Exhortação militar, ou Achilles aos soldados portuguezes pela defensa do seu rei e patria, em o presente apresto de guerra*, Lisboa, 1650; saiu só com o nome de *Padre Timotheo*. Compoz varias obras em latim e em hespanhol, cujos titulos se pódem vêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 761.

**Pimentel**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Santo Varão, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

**Pimentel Maia** *(José Rodrigues)*. Poeta muito apreciado. N. em Lisboa, segundo se julga, entre os annos de 1784 e 1790 Era filho do professor de grammatica latina Manuel Rodrigues da Maia. Perdeu seu pae, tendo 16 annos, e n'essa edade já estava sufficientemente habilitado para lhe succeder, como succedeu, no logar de professor. Amigo e discipulo enthusiasta de Bocage, muito cedo começou a fazer versos, em que se sentia claramente o reflexo do grande poeta popular. Contava talvez de 16 para 18 annos quando imprimiu a primeira parte das suas poesias. Em 1808, levado por um rasgo de enthusiasmo patriotico, e querendo tambem concorrer para que fôssem expulsos do territorio patrio os francezes commandados por Junot, abandonou a aula regia, e foi assentar praça de voluntario em infantaria n.º 4, e sendo promovido depois a 1.º sargento, fez com esse posto toda a guerra da Peninsula, regressando á patria em 1814, com o posto de sargento ajudante. Em 1816 foi promovido a alferes, e partia para Montevideu com a divisão que para ali foi enviada, fallecendo pouco tempo depois sem contar ainda 30 annos, devendo a morte, ao que parece, ao excesso a que se entregara desde o principio da campanha ao uso das bebidas alcoolicas. Escreveu: *Obras poeticas de J. R. P. Maia, offerecidas a um seu amigo*, Lisboa, 1805; *segundo folheto*, 1806; *terceiro folheto*, 1807 Esta collecção comprehende ao todo 49 sonetos, 6 odes, 3 epistolas, 5 elogios e varios apologos, epigrammas, cançonet s, quadras glosadas, etc; e tambem alguns fragmentos traduzidos das *Metamorphoses* de Ovidio, da *Eneida* e *Georgicas*, de Virgilio, etc. Publicou mais: *Elegia á lamentavel morte do ill.mo e ex.mo sr. D. Diogo de Noronha, conde de Villa Verde, e ministro assistente ao despacho*, etc., Lisboa, 1807.

**Pimentel e Mello** *(Fernando Augusto de Andrade)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Penacova a 14 de setembro de 1836; ignora-se a data da sua morte, mas parece ter succedido ha bastantes annos. Era filho de Fernando Antonio de Andrade Pimentel e Mello, bacharel formado em Canones pela Universidade de Coimbra, e de sua mulher, D. Joaquina Emilia Augusta de Mello. Doutorou-se a 13 de julho de 1862, e foi nomeado lente substituto extraordinario da sua faculdade em 1865, e logo depois substituto ordinario, de que tomou posse a 11 de dezembro do mesmo anno. Não tardou a ser lente cathedratico, tomando posse a 23 de junho de 1870. Foi por vezes eleito procurador á Junta Geral do Districto de Coimbra, pelos concelhos de Penacova e Poiares, e deputado em diversas legislaturas, sendo eleito pela primeira vez em 1865. Escreveu: *Da albuminuria nas mulheres gravidas, sua causa proxima e relações com a chlorose e hydropesia; dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas*, Coimbra, 1862. Além de varios discursos pronunciados na camara dos deputados, que se pódem vêr nos respectivos *Diarios*, imprimiu em separado os seguintes: *Discursos pronunciados na Camara dos Senhores Deputados em defeza da eleição do circulo n.º 37 (Penacova), feita em março de 1870, pelo deputado eleito pelo mesmo circulo Fernando de Mello.*

**Pimentel Pinto** *(Luiz Augusto)*. General de divisão; conselheiro d'el-rei e de Estado; par do reino, deputado, ajudante de campo honorario d'el-rei, ministro de estado honorario, commandante da Escola do Exercito, vogal da secção do exercito do Supremo Conselho de defeza nacional, vogal da Junta do Credito Publico em 1896 e 1902. etc. N. em Chaves a 6 de março de 1843. Cursou os preparatorios no Collegio Militar, assentando depois praça a 15 de agosto de 1859 na 4.ª companhia do regimento de cavallaria n.º 2, lanceiros, matriculando-se em seguida na Escola do Exercito, continuando o curso d'essa arma.

Foi promovido a alferes em 27 de junho de 1860, a tenente em 10 de outubro de 1866, a capitão em 4 de março de 1874, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente-coronel em 4 de janeiro de 1888, a coronel em 13 de agosto de 1890, a general de brigada em 23 de dezembro de 1898, e a general de divisão em 15 de junho de 1906. Exerceu varias commissões importantes de serviço, como os cargos de ajudante de campo, pro-

Luiz Augusto Pimentel Pinto

motor de justiça nas 4.ª e 1.ª divisões militares, director da administração militar, etc. Entrando na politica filiado no partido regenerador, foi deputado pela primeira vez em 1890, eleito pelo circulo de Angra do Heroismo, affirmando se desde logo um distincto orador parlamentar, discutindo todos os assumptos que interessavam ao exercito e á defeza nacional. Em varias legislaturas tornou a ser eleito. Em 1893 foi convidado pelo fallecido chefe do partido regenerador Hintze Ribeiro para fazer parte do ministerio por elle presidido, organisado em fevereiro d'esse anno, e ficou dirigindo a pasta da guerra; este ministerio prolongou-se até abril de 1896. N'esta sua gerencia promulgou medidas d'alto valor, entre as quaes se notam as relativas ao recrutamento, promoções e remonta; as reformas da ordem militar de S. Bento de Aviz, da instrucção militar, do regulamento disciplinar, do codigo de justiça militar e dos serviços de saude; as expedições ao ultramar, a creação d'uma grande cooperativa militar com a séde em Lisboa, os trabalhos de defeza e serviços de engenharia, etc. Em 1895 organisou a expedição a Africa, a qual sob o commando do general Galhardo, então no posto de coronel, tanto se distinguiu na campanha contra os vatuas e landins, alcançando glorioso renome para Portugal. Foi eleito par do reino no anno seguinte, tomando posse na respectiva camara na sessão de 9 de maio de 1896. No gabinete organisado em abril de 1900, da presidencia do citado estadista Hintze Ribeiro, tornou a ser ministro da guerra, e depois no que se organisou em fevereiro de 1903. Apresentou então outras medidas de extraordinario alcance para o exercito, avultando entre ellas as que dizem respeito ao armamento da infantaria e da artilharia de campanha; as obras de fortificação do porto de Lisboa e o seu artilhamento; a reforma do arsenal do exercito, tornando-o apto para fabricar todo o municiamento das differentes armas e mesmo para o fabrico de peças de campanha; o estabelecimento do campo de tiro em Alcochete; o estabelecimento do deposito e officinas de fardamento, etc. Foi o sr. general Pimentel Pinto quem realisou em outubro de 1901 as manobras militares de outono, as quaes se effeituaram brilhantemente nos terrenos comprehendidos entre a encosta sul da serra de Cintra, o Tejo e as ribeiras de Lage e da Seda; em setembro de 1904, realisaram-se outras manobras militares, a que assistiram as pessoas reaes, sendo escolhida a pittoresca região do Bussaco. Foi ministro novamente, sobraçando sempre a pasta da guerra, no gabinete presidido por Hintze Ribeiro, organisado em abril de 1906. O sr. general Pimentel Pinto é gran-cruz da ordem de S. Bento de Aviz por serviços distinctos, grande official, tambem por serviços distinctos, e cavalleiro da mesma ordem; cavalleiro da de N. S.ª da Conceição de Villa Viçosa; grau-cruz da Aguia Vermelha, da Allemanha, de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia, do Merito Militar de Hespanha, e de Sant'Anna, da Russia.

**Pimentel de Sousa** *(Manuel)*. Cosmographo-mór do reino e mestre de Geographia do principe D. José, mais tarde D. José I, e do infante D. Antonio. Foi muito erudito. Fal. em 18 de abril de 1719, deixando alguns livros sobre Cosmographia e Navegação, que se imprimiram em Lisboa.

**Pimpinella**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Banho, concelho de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Pimpolho** *(Herdade do)*. Na freg. de N. S.ª da Apresentação, de Lavre, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

**Pina**. Appellido de familia oriunda de Aragão, cujas armas são: Em campo vermelho uma torre de prata lavrada de preto, firmada em uma rocha verde; timbre, a mesma torre. Ha uns Pinas, que teem o seu solar na Villa de Pina, do reino de Aragão, d'onde vieram a Portugal, sendo cabeça d'elles João Alvares de Pina, collaço de D. João I. Estes teem por armas: Em campo vermelho uma banda de ouro e sobre ella um leão azul armado de preto, e aos lados dois pinheiros verdes, floridos de ouro e as raizes de prata; timbre, uma cabeça de leão de ouro, saindo-lhe pela boca um dos pinheiros.

**Pina** *(Antonio de)*. Guarda-mór do porto de Cascaes, que viveu nos principios do seculo XVII. Escreveu um *Regimento da carreira e barra de S. Gião*, em fórma de dialogo, para instrucção dos pilotos, que costumavam dirigir as naus da India na sua entrada no porto de Lisboa. Esta obra ficou inedita, e o seu original guardava-se na livraria de Manuel Severim de Faria.

**Pina** *(Antonio)*. Poeta e compositor; conhecem-se d'elle uns *Villancicos*, 1.ª e 2.ª parte em 8.º.

**Pina** *(Antonio Coelho de)*. Bacharel formado em Direito Canonico pela Universidade de Coimbra. N. em Merlães a 31 de maio de 1631, fal. a 27 de setembro de 1701. Era filho de João de Carvalho e de Maria Coelho. Foi advogado no Porto, muito instruido em letras humanas, mythologia, historia e genealogia. Escreveu: *Commentarios á Ordenação do Reino*, 9 tomos manuscriptos, 1 volume de *Nobiliarchia*, etc.

**Pina** *(Augusto)*. Scenographo contemporaneo. N. em Alcobaça em 27 de janeiro de 1872. Cursou algumas cadeiras da Academia de Bellas Artes de Lisboa, e depois, em Paris a Academia Julien. Regressando a Lisboa dedicou-se á scenographia, praticando algum tempo com o scenographo italiano Manini. O seu primeiro trabalho, que apresentou, appareceu no theatro da Trindade em 1894, em collaboração com Samarani, no quadro da imprensa na revista *Sal e Pimenta*. Depois com a direcção de Manini e tambem em collaboração com Samarani, pintou uma scena para o drama *O Pantano*, no theatro de D. Maria II. N'este theatro esteve em seguida contratado pela empresa Rosas & Brazão, pintando scenas para as peças: *Henrique III*, *Judeu polaco*, *Immaculavel*, *O Regente*, *Mademoiselle de la Seiglière* e *Familia Americana*. Tem pintado mais para os seguintes theatros: Trindade, pano de boca e retoques de scenas para a *Gata Borralheira*; Rua dos Condes, algumas scenas para as revistas *Reino da bolha* e *Formigas e Formigueiros*; Avenida, *Loteria infernal* e revista *Poeta em pancas*; Principe Real, do Porto, *Bibi & C.ª*; Carlos Alberto, tambem do Porto, a *Galderia*; D. Amelia, de Lisboa, o *Cyrano de Bergerac*. Pintou tambem scenas para os theatros de Coimbra, Setubal, etc. Por morte de Raphael Bordallo Pinheiro, em 1905, foi encarregado de dirigir os trabalhos de ornamentação, carros allegoricos, etc., no club dos Fenianos do Porto. Tem tambem illustrado differentes livros e publicações periodicas.

**Pina** *(Caetano Augusto de)*. Empregado na repartição de contabilidade do ministerio da fazenda. N. em 1823, parece que em Lisboa, e fal. a 25 de abril de 1847, contando apenas 24 annos. Era filho de José Justino de Pina. Mostrava boa disposição para a arte poetica, e deixou algumas composições, que seu pae publicou em 1848, em volume, com o titulo: *Tentativas poeticas de Caetano Augusto de Pina*, etc.; constam de varios assumptos, seguidos de alguns sonetos, decimas, traducções, etc.

**Pina** *(Fernando)*. Cavalleiro da casa de el-rei D. Manuel, guarda-mór da Torre do Tombo, e chronista-mór do reino. Era filho do chronista Ruy de Pina *(V. este nome)*, e de Catharina Vaz de Gouveia. N. na Guarda, mas ignoram-se as datas do nascimento e do fallecimento. Acompanhou como secretario a Ruy de Sousa, em 1482, por nomeação de D. João II, quando Ruy de Sousa foi como embaixador a Inglaterra. A 20 de março de 1523 teve a nomeação, dada por D. João III, dos logares acima citados de chronista e guarda mór. No archivo da Torre do Tombo, segundo diz Damião de Goes, guardava-se um trabalho que Fernando de Pina escrevera, quando el-rei D. Manuel o encarregou de reformar os foraes, e consta mais que tambem escrevera umas *Memorias dos reis de Portugal*, que se não chegaram a imprimir. Foi tambem administrador dos mosteiros de Tibães e de Vimieiro.

**Pina** *(P. Francisco)*. Jesuita. N. em Aviz, e viveu no seculo XVI. Era filho de Antonio de Pina e de Francisca Vaz. Professou no collegio de Coimbra a 22 de julho de 1555. Embarcou para a India a 9 de março de 1561, e andou missionando na costa de Coromandel, e foi reitor do collegio de S. Thomé em 1575. D'elle existe uma carta vertida em italiano, que foi publicada, com outras, em Veneza no anno de 1565.

**Pina** *(P. Francisco)*. Jesuita. N. na Guarda, e viveu no seculo XVII. Entrou na companhia de Jesus a 28 de janeiro de 1605. Partindo para o Oriente, empregou-se nas missões da Cochinchina, e tendo aprendido a lingua annamita, compoz, juntamente com o P. Alexandre Rhodes, um *Diccionario annamistico latino*, que se imprimiu em Roma em 1651.

**Pina** *(Francisco Ignacio de Calça e)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em Evora em 1838, onde tambem fal. em 25 de julho de 1906. Era filho de Joaquim Maximo de Calça e Pina e de D. Marianna Emilia Calça da Fonseca. Exerceu differentes cargos publicos e politicos na referida cidade. Sendo dotado d'uma fortuna colossal e d'um caracter compassivo, distribuia abundantes esmolas, e protegia muitas familias recolhidas, sem d'isso fazer ostentação, pelo contrario, procurando sempre que os seus valiosos beneficios ficassem desconhecidos. Dedicando se á musica, para que tinha grande vocação, tocava com muita correcção cornetim, seu instrumento favorito. A sua morte causou a maior consternação, porque era muito considerado e respeitado.

**Pina** *(Gregorio)*. Conego da sé de Evora. N. em 1597, e fal. em Evora a 4 de julho de 1660. Era filho de João Moreira e de Magdalena de Paiva. Entrou na Companhia de Jesus em 10 de setembro de 1613, sendo mestre de Rhetorica no collegio de Coimbra. Abandonou depois a Companhia de Jesus, e obteve um canonicato na sé de Evora, de que tomou posse a 6 de setembro de 1658. Pertencia á Academia dos Generosos, instituida em Lisboa. Deixou impressas bastantes poesias latinas, ao nascimento do infante D. Pedro, depois D. Pedro II, ao papa Alexandre VII, á morte do P. Francisco de Mendonça Leão, etc.

**Pina** *(Fr. Isidoro de)*. Religioso da ordem da Trindade. N. em Lisboa, mas ignora-se a data do nascimento. Era filho de Fernão Lopes de Pina e de Izabel Mendes. Professou no convento de Lisboa a 7 de junho de 1590. Foi muito versado em Theologia e oratoria ecclesiastica. Recebeu o grau de doutor na Universidade de Coimbra; teve fama de grande prégador. Em 1601 era reitor do collegio de Coimbra, e em 1614 ministro do convento de Lisboa. Fal. em Coimbra a 5 de agosto de 1620. Deixou manuscriptos 1 volume de *Sermões varios*, e outro intitulado *Questões theologicas*.

**Pina** *(José Maria de)*. General de divisão reformado. N. em Elvas a 29 de dezembro de 1808, fal. em Coimbra a 24 de setembro de 1881. Era filho de José Justino de Pina, secretario da inspecção de artilharia, e de D. Marianna Rosa Bar-

reiros de Pina. Assentou praça voluntariamente no regimento de artilharia n.º 1, em 6 do novembro de 1825, e frequentando o primeiro anno da Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, em 1826 e 1827, foi mandado recolher ao corpo, pela necessidade que havia de gente para o serviço em consequencia das occorrencias politicas promovidas pelo marquez de Chaves. Achando-se no terceiro anno da mesma Academia, ultimo d'este curso, deram-lhe baixa de serviço em 5 de novembro de 1829, por não convir ao serviço do infante D. Miguel, por manifestar idéas constitucionaes. Ainda assim, com bastante difficuldade, conseguiu fazer exame das materias d'aquelle anno lectivo, ficando habilitado com o curso de artilharia, em julho de 1830. No principio de 1832, tendo D. Pedro IV, então na ilha Terceira, exigido que o capitão de infantaria Francisco Xavier Antonio Ferreira, um dos agentes em Lisboa do governo da rainha D. Maria II, lhe désse esclarecimentos sobre o material de artilharia que guarnecia as fortalezas maritimas de Portugal, etc., dirigiu-se aquelle agente ao secretario geral da artilharia, pae de José Maria de Pina, encarregando-o de satisfazer aquella exigencia. Tendo fornecido os necessarios esclarecimentos a seu filho, fez este, com risco da sua vida, mappas circumstanciados de todas as fortificações, desde a foz do Guadiana até á foz do Minho, numero de bocas de fogo de cada uma, seus calibres, projecteis, munições de guerra, quaes aquellas fortificações que tinham fornos para balas vermelhas e quantas cada uma, suas guarnições, brigadas de artilharia montada, que havia no exercito absolutista, quantas bocas de fogo tinha cada uma, seus calibres, guarnições e nomes dos commandantes, e bem assim a força dos corpos de artilharia. Estes esclarecimentos de tanta vantagem para o imperador D. Pedro, por lhe dar a conhecer onde melhor podia dirigir o desembarque do exercito liberal, o que effeituou a 8 de julho do mesmo anno de 1832, nas praias do Mindello, valeram para a familia Pina a perseguição dos miguelistas, e a 16 de junho do referido anno teve a casa cercada de policia armada, e o seu chefe, José Justino de Pina, foi preso para o castello de S. Jorge, onde esteve até 24 de julho de 1833, não sendo tambem preso seu filho, como se desejava, por ter conseguido esconder-se, conservando-se assim até poder embarcar n'um paquete inglez, afim de ir reunir se ao exercito constitucional no Porto, o que realisou a 8 de dezembro de 1832, sendo, porém, despachado segundo tenente apenas em 25 de fevereiro de 1833. José Maria de Pina era tão considerado na sua arma que foi sempre escolhido para commissões difficeis e espinhosas. Nos dias 9 e 10 de abril de 1833, quando se occupou e sustentou a posição do Monte Covêllo, achava-se commandando o Reducto das Medalhas, cuja bateria foi a a que teve parte mais activa e importante no fogo que se fez durante aquelles dois dias; por este motivo foi louvado no Boletim Official do dia 11. Em junho de 1833 foi o unico subalterno de artilharia que fez parte da expedição ao Algarve, e commandando a artilharia de montanha até Garvão, e depois a montada que veiu de Faro ali reunir-se-lhe, assistiu á batalha da Cova da Piedade e Cacilhas, entrando em Lisboa no dia 24 de julho, na divisão commandada pelo duque da Terceira. Dois dias depois voltou para Cacilhas com duas peças d'artilharia e o batalhão de caçadores n.º 2, afim de fazer frente á força do general Mollelos. No dia 18 fevereiro de 1834 assistiu á batalha da ponte de St.ª Maria de Almoster, commandando uma bocca de fogo de campanha, com tal bravura, que lhe valeu o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada. No dia 4 de novembro de 1836, querendo a bateria a cavallo do 2.º regimento de artilharia, a que pertencia o tenente Pina, fugir para Lisboa, foi elle mandado tomar o seu commando, e mais tarde tomou o commando do regimento, por se terem retirado para suas casas, ou fugido para Lisboa, todos os officiaes do corpo, que eram mais antigos. No dia 28 de agosto de 1837 assistiu, sob o commando dos marechaes duque da Terceira e marquez de Saldanha, á acção do Chão da Feira, onde esteve na linha de atiradores, e onde ganhou o 2.º grau da ordem da Torre e Espada. Depois da convenção de Chaves, de 1837, acompanhou o general barão do Setubal para Hespanha, e alí se conservou até maio de 1838, quando se dissolveram os depositos de emigrados. Em 1844, sendo capitão do 3.º regimento de artilharia, foi escolhido para marchar com uma força afim de pôr cêrco á praça d'Almeida, e conseguiu desmontar a unica peça que existia n'esta praça, concorrendo assim efficazmente para a capitulação, que se effeituou pouco depois. Em outubro de 1846, quando se organisou o commando em chefe do exercito, foi nomeado adjunto á repartição do ajudante general, e marchando em 5 de novembro para operações, com as forças commandadas pelo duque de Saldanha, assistiu á acção de Torres Vedras no dia 23 de dezembro. Durante os successos politicos de 1851, exerceu as funcções de chefe do exercito, e com tanta distincção que lhe mereceu ser agraciado com a commenda da ordem de S. Bento de Aviz. Em agosto de 1854 passou a commandar o novo regimento de artilharia n.º 4, que organisou, instruiu e disciplinou, até que pela nova organisação, no 1.º de janeiro de 1859, passou aquelle regimento a ter o n.º 3, extinguindo-se o d'este numero, o que prova o conceito em que era tido o regimento n.º 4. Achando-se depois chefe d'uma repartição na direcção geral d'artilharia, desgostoso por se vêr prejudicado no seu accesso a general, em consequencia das reducções do quadro do generalato, e da lei que determinou o generalato por armas, reformou-se no 1.º de setembro de 1871 em general de brigada, conseguindo mais tarde a melhoria de reforma em general de divisão. Foi então estabelecer residencia em Coimbra, onde veiu a fallecer.

**Pina** (*Manuel*). Poeta, que viveu no meado do seculo XVI, e era natural de Lisboa. Escreveu grande numero de poesias, mas das suas composições apenas se publicou um volume com o titulo de *Juguetes de la niñes y travessuras del genio.*

**Pina** (*Manuel*). Poeta e musico, que floresceu no meado do seculo XVII. Era natural de Lisboa, Publicou em 1656, na lingua castelhana uma collecção de poesias com o titulo: *Chanças del ingenio, y dislates de la Musa*, etc. Affirma Barbosa Machado, no 13.º volume da *Bibliotheca Lusitana*, que Manuel Pina cantava com muita suavidade, e tocava varios instrumentos, com especialidade harpa. Manuel Pina pertenceu á capella

real, e esteve algum tempo ao serviço da rainha da Suecia, na qualidade de musico da sua camara.

**Pina** *(D. Manuel Corrêa de Bastos)*. Bispo de Coimbra. V. *Arganil (Conde de)*.

**Pina** *(Mariano)*. Escriptor. N. em Alcobaça em 29 de janeiro de 1860, fal. em S. João do Estoril a 30 de março de 1899. Destinado á carreira medica, quando seu pae falleceu, as necessidades da vida e as suas tendencias litterarias, o impelliram para o jornalismo, onde occupou um logar distincto. A sua estreia foi, em 1878, no *Diario do Commercio*, contando 18 annos de edade. Depois entrou para a redacção do *Diario da Manhã*, de que foi fundador Pinheiro Chagas, collaborando tambem no *Diario Popular*, e *Nacional*, sendo director d'este ultimo. Em 1893 entrou para a redacção do *Correio Nacional*, folha politica e catholica, fundada e patrocinada por marquez de Pombal, Ferreira Lobo, P. Luiz José Dias, conselheiro Barros Gomes, e outros. Em junho ou julho d'esse anno passou outra vez para o *Diario Popular*, na qualidade de redactor-gerente. Tambem fez parte da redacção do *Jornal do Commercio*, e do *Espectro*, de que sairam poucos numeros, folha politica, especie de gazeta de combate, pamphletaria, em folhetos. Por morte de Guilherme de Azevedo, espirituoso escriptor, que era em Paris o correspondente da *Gazeta de Noticias* do Rio de Janeiro, foi em 1882 occupar aquelle logar, indo então residir em Paris, onde se conservou alguns annos. Foi o secretario do Comité da exposição portugueza n'aquella cidade que se realisou em 1889. Em Paris fundou *A Illustração Portugueza*, revista moldada pela *Illustration* franceza, que durou 8 annos, de 1884 a 1891, formando 8 grandes volumes, e da qual foi gerente em Lisboa o antigo editor David Corazzi, e depois a Companhia Nacional Editora, que lhe succedeu. O jornal era escripto em portuguez, sendo collaborado por escriptores distinctos. Publicou ainda em Lisboa alguns folhetos politicos, mas parece que sem o seu nome, especialisando-se o seguinte, que assignou: *Portugal perante a Europa*, carta ao presidente do conselho; Paris, sem data, mas saiu em janeiro de 1890. Traduziu para o theatro as peças: *Arlesiana*, de Daudet, e *Filho natural*, de Alexandre Dumas, que fôram ambas representadas no theatro de D. Maria II. Fez um arreglo do *Rantzau*, notavel peça de Erekmann-Chatrian. Quando o actor francez Coquelin veiu a Portugal, Mariano Pina acompanhou-o na qualidade de secretario.

**Pina** *(Ruy de)*. Chronista-mór do reino, guarda mór da Torre do Tombo, historiador, etc. N. na cidade da Guarda, e apezar de haver muitas duvidas ácêrca da epoca do seu nascimento, é, comtudo, opinião de alguns chronistas, que foi no anno de 1440. Floresceu nos reinados de D. João II, D. Manuel e D. João III, sendo sempre muito estimado por estes tres monarchas. Falleceu no reinado de D. João III, e segundo diz Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, entre os annos de 1519 e 1523. O primeiro cargo importante, que exerceu, foi o de secretario da embaixada mandada por D. João II a Castella em 1482, sendo embaixador o barão de Alvito. Dois annos depois, em 1484, partiu com o mesmo cargo na embaixada enviada a Roma. Parece que no seu regresso a Portugal, o encarregou el-rei de escrever a chronica do seu reinado, apezar de estar exercendo o cargo de chronista-mór do reino Vasco Fernandes de Lucena, o que se deprehende d'uma provisão de João II, em que lhe manda dar uma tença de 9$600 reis, *esguardando ao trabalho e á occupação grande que Ruy de Pina escripvão da nossa camara tem com o carrego que lhe demos de escrepver e assentar os feitos famosos asy nossos como de nossos reynos que em nossos dias são passados e ao diante se fizerem.* Em outra provisão lhe concede tambem 6$000 réis de mantimento Em 1493 foi enviado a Castella como embaixador. Tomou parte em todos os negocios de Estado, mesmo os mais difficeis; assistiu em Evora, no dia 21 de junho de 1483, á execução do duque de Bragança, e em 25 de outubro de 1495, tambem estava em Alvôr, junto ao leito de D. João II, quando este monarcha falleceu. Subindo ao throno el-rei D. Manuel, Ruy de Pina, que alcançara as maiores sympathias na côrte, não só conservou todas as honras concedidas por D. João II, como tambem recebeu novas mercês, sendo uma d'ellas a nomeação em 1497 de chronista-mór do reino, e guarda-mór da Torre do Tombo e da livraria real. Em 1504, tendo concluido os seus importantes trabalhos historicos, el-rei D. Manuel lhe concedeu uma nova tença de 30$000 reis pelas chronicas de D. Affonso V e de D. João II, accrescentando a esta somma 5 moios de trigo em Ceuta, e um casal que pertencia a el-rei, situado no termo da Guarda. Gozando sempre da boa amizade e protecção real, Ruy de Pina viveu ainda bastante, chegando a alcançar alguns annos do reinado de D. João III, que lhe encommendou a chronica d'el-rei D. Manuel, seu pae, que deixou já muito adeantada até á tomada de Azamor, e de que Damião de Goes confessa ter-se servido para a composição da sua chronica. Por muitos annos se conservaram manuscriptas as chronicas de Ruy de Pina, e afinal, por diligencias d'algumas pessoas, fôram impressas na ordem seguinte: *Chronica d'el-rei D. Affonso IV do nome, e setimo dos reis de Portugal; assim como a deixou escripta Ruy de Pina, guarda-mór da Torre do Tombo* etc; *Tirada á luz por industria de Paulo Craesbeeck, e na sua officina impressa e á sua custa*, Lisboa, 1653; vem aqui incluido um prologo que Pedro de Mariz havia feito a esta *Chronica*, quando tratava de a imprimir no seu tempo, o que não chegou a realisar; *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Sancho I, segundo rei de Portugal; fielmente copiada do original que se conserva no Archivo Real da Torre do Tombo; offerecida á majestade sempre augusta d'el-rei D. João V, por Miguel Lopes Ferreira*, Lisboa, 1727; *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Affonso II, terceiro rei de Portugal, fielmente copiada*, etc, pelo mesmo, Lisboa, 1727; *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Sancho II, quarto rei de Portugal*, etc, Lisboa, 1728; *Chronica*, etc., *D. Affonso III, quinto rei de Portugal*, etc, Lisboa, 1728; *Chronica*, etc., *D. Diniz, sexto rei de Portugal*, etc., Lisboa, 1729. Diz Innocencio da Silva, no vol. VII do *Diccionario bibliographico*, que estas chronicas costumam andar incorporadas n'um só volume, juntamente com a de D. Affonso Henriques, escripta por Duarte Galvão; que se imprimiu tambem pela primeira vez, n'aquella epo-

ca. As mais chronicas conservaram-se ineditas, até que se fundou a *Academia Real das Sciencias* Resolvendo esta distincta corporação publical-as, encarregou da direcção d'este importantissimo trabalho o abbade Correia da Serra. Fôram então publicadas as seguintes: *Chronica do senhor D. Duarte*, no tomo I da *Collecção de Livros ineditos da Historia portugueza*, 1790; *Chronica do Senhor rei D. Affonso V*, no mesmo vol. 1790; *Chronica d'el-rei D. João II*; saiu no tomo II da dita *Collecção*, 1792. Ruy de Pina ainda escreveu: *Compendio e summario das grandezas e cousas notaveis que ha entre Douro e Minho, accrescentadas por José Martins*, Lisboa, 1806. Diz Innocencio, que parece ter sido o verdadeiro autor d'este escripto o Mestre Antonio, *fisiquo e silorgiam* d'el rei D. João II, e que o attribuiram a Ruy de Pina, por andar este opusculo annexo a algumas das antigas copias de *Chronicas* d'este chronista. O editor da *Bibliotheca de classicos portuguezes*, Mello de Azevedo, publicou uma nova edição da *Chronica d'el-rei D. Duarte*, Lisboa, 1901, que é o vol. 28.º da collecção; *Chronica d'el-rei D. Affonso V*, Lisboa, 1901; 3 tomos, constituindo os volumes 29.º, 30.º, 31.º, da collecção. João de Barros diz que o chronista Ruy de Pina foi uma potencia litteraria no seu tempo; e segundo esse distincto historiador da India, Affonso d'Albuquerque teve a fraqueza e a vaidade de presentear Ruy de Pina com diversas joias de subido valor, para que elle se não esquecesse, nas chronicas historicas, de falar a seu respeito. Ainda que alguns escriptores, e entre elles Alexandre Herculano, queiram negar a Ruy de Pina talento superior e o considerem muito abaixo d'outros chronistas, é comtudo um dos historiadores de Portugal que se nos apresenta muito apreciavel e distincto.

**Pina.** Ilhéo da costa do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. Está situado a cêrca de 4 k. ao SSO do cabo de Santa Maria, e ergue-se 15 m. acima do nivel do mar. Tem a fórma de dois cones rectos verticaes, sobrepostos e unidos pelos vertices. Na riba opposta, e mesmo defronte do ilhéo, vae desaguar o rio do Padrão ou de S. João.

**Pina Cabral** *(Fr. Manuel de)*. Religioso da ordem Terceira de S. Francisco, prégador geral da sua ordem, notavel latinista, etc. N. na villa de Matança, no bispado de Vizeu, em 1746; ignora-se a data do fallecimento, mas vivia ainda em 1807, porque existe uma carta sua dirigida para Cenaculo, em Evora, que tem a data de 29 de agosto d'esse anno. Professou a 8 de dezembro de 1776. Foi mestre de casos, leitor de moral, e reitor do collegio de Evora. Em maio de 1801 foi eleito provincial da sua ordem. Dedicou-se de preferencia aos estudos da latinidade, e foi officialmente incumbido de acabar o *Diccionario Latino-Portuguez* que tinha ficado incompleto de outras mãos, faltando-lhe ainda as seis letras finaes. Este *Diccionario* era o proprio composto originariamente pelos jesuitas, destinado a substituir a *Prosodia* do P. Bento Pereira, e cuja impressão aquelles padres levavam já adeantada quando em 1759 a Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal. Entregue então no estado em que se achava aos franciscanos da ordem Terceira para o completarem e imprimirem, parece que se deram algumas difficuldades, até ser o encargo commettido ao P. Pina Cabral, que d'elle se desempenhou com toda a proficiencia, publicando-o com o titulo seguinte: *Magnum Lexicon, Latinum et Lusitanum*, etc., Olyssipone, 1780, fol.; saiu novamente em 2.ª edição, com o titulo: *Magnum Lexicon Latinum et Lusitanum... Editio altera, priori longe auctior et emendatior, opera et studio R. P. M. Fr. Emmanuelis Pinii Cabralii*, Olyssipone, 1802; saiu 3. edição, com a data de 1819; e em 4.ª dizendo: *in hac vero quarta editione redactum, correctum a Fr. Josepho Antonio Ramalio*, Olyssipone, 1833. Em 1857, tornou a publicar-se, com o titulo: *Magnum Lexicon Latinum et Lusitanum. . Opera et studio Fr. Emmanuelis Pinii Cabralii, et J A. Ramalii; Editio novissima plurimis vocabulis et sententiis ex Forcellino, Noel, Fonseca Ferreira, Freund et aliis de promptis locupletata*, Olyssipone, 1857. Além d'estas edições publicou-se uma em Paris, em cujo prologo ou advertencia preliminar datada de 30 de novembro de 1833, se affirma conter ella mais cinco mil vocabulos latinos, que faltavam nas edições de Lisboa até então existentes. Fôram taes vocabulos notados com um asterisco; parece que esta mesma edição foi successivamente reproduzida com frontispicios mudados, em que se lêem as indicações de 1852, 1855, 1858 e 1860. Entre todas estas referidas edições goza de preferencia a de Lisboa, 1857, por ser elaborada não só sobre a 4.ª da mesma cidade, mas tendo-se egualmente á vista a de Paris, de sorte que comprehende todos os termos incluidos n'estas, e além d'elles, muitos outros de novo accrescentados. O P. Pina Cabral escreveu mais: *Observações sobre as virtudes da boa latinidade, ou methodo abbreviado para aprender a falar, e fazer composições em latim, fundado nas observações dos mais famosos criticos e philologos*, Lisboa, 1782; teve outra edição em 1829; *Logares selectos de Tito Lucrecio Caro, traduzidos em portuguez*, Lisboa, 1785. A versão é em prosa, e saiu sem o nome do autor. Além d'estas, deixou ainda outras obras manuscriptas, todas pertencentes aos estudos da lingua latina.

**Pina da Cunha** *(Manuel)*. Presbytero, bachacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra e conego na sé da Guarda. N. entre os annos de 1760 e 1764. Ignora-se a data do fallecimento. O conego Manuel Pina da Cunha parece que era homem de opiniões liberaes, e que teve grandes desavenças por esse motivo, com o bispo e com o cabido. Em 1822 veiu para Lisboa, mostrando-se constitucional exaltado, mas em 1823, quando veiu a reacção, receou ser perseguido, e para poder voltar á Guarda sem perigo, escreveu o seguinte opusculo: *Epistola philosophica e christã a um desconhecido, ou a religião de Jesus Christo demonstrada pela razão*, Lisboa, 1824. E' uma refutação em quadras octosyllabas da celebre *Voz da Razão*, attribuida ao dr. José Anastasio da Cunha, sem fundamento, na opinião de Innocencio Francisco da Silva, como declara no vol. VI, a pag. 85 do *Diccionario Bibliographico*. Esta refutação é annotada profusamente com observações em prosa. A'cêrca da sua inimizade com o cabido e com o prelado da Guarda, escreveu: *Carta escripta por um ecclesiastico ao ex.mo sr. D. José Antonio Pinto de Mendonça Arraes, bispo da Guarda, pouco antes da sua morte*. Lisboa, 1822; é 2.ª edição; não se conhece a data da 1.ª N'esta carta se declara elle,

por incidente, autor d'uma *Vida de D. Martinho Paes, primeiro bispo da cidade da Guarda*, a qual servia de principio á *Historia* do mesmo bispado, que se propunha escrever.

**Pina Freire da Fonseca** *(José de)*. General do nosso exercito. N. em Proença-a-Nova no anno de 1795. Alistando-se em cavallaria n.º 8 nos fins de 1812, fez como cadete e como alferes as campanhas dos dois annos immediatos e sendo elevado a tenente em 1815 e a capitão graduado em 1820, foi-lhe dada a effectividade d'este posto em recompensa da valentia que mostrou no combate de 25 de junho de 1823 contra uma guerrilha hespanhola em Penha Garcia, sendo ao mesmo tempo elogiado na ordem do dia pelo modo como então se comportou. Em 1826 e 1827 tomou parte na lucta contra os defensores do absolutismo, e emigrando em 1828 pela Galliza para Inglaterra, foi dos primeiros liberaes a passar á ilha Terceira, onde desembarcou em março de 1829, e onde depois commandou o deposito de cavallaria. Veiu com o exercito libertador para o Porto, e fez toda a campanha como ajudante de campo de D. Pedro, ganhando a medalha da Torre e Espada pelos serviços que prestou na acção de 25 de julho de 1833. Terminando a campanha no posto de tenente-coronel, serviu depois em cavallaria n.º 4, commandou uma columna movel que se organisou por causa da facção Gomez em fins de 1836, foi chefe de estado-maior da 6.ª e 1.ª divisões, commandou o regimento n.º 4, e sendo promovido a brigadeiro graduado em 1857, conservou-se á testa do regimento n.º 5 até ser brigadeiro effectivo em 1854. No anno seguinte foi um dos generaes escolhidos por D. Pedro V para seu ajudante de campo, e depois exerceu varias commissões, entre as quaes citaremos a de chefe da 2.ª direcção do ministerio da guerra. Morreu, sendo general de divisão em Figueiró dos Vinhos, para onde fôra tratar-se dos seus padecimentos, a 3 de novembro de 1868.

**Pina Manique** *(Diogo Ignacio de)*. Moço fidalgo, primeiro senhor de Manique do Intendente; 4.º senhor do morgado de S. Joaquim, na villa de Coina; alcaide mór de Portalegre, commendador da ordem de Christo, chanceller-mór do reino, desembargador do Paço; intendente geral da policia da côrte e reino; administrador geral da Alfandega Grande de Lisboa; feitor-mór das mais alfandegas do reino; administrador da Casa Pia do castello de S. Jorge; bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, juiz do crime do bairro do Castello, etc. N. a 3 de outubro de 1733, fal. a 30 de junho de 1805. Depois da sua formatura, foi nomeado juiz do crime do bairro do Castello, logar que occupava em 1762, e mostrou grande zelo e actividade, quando se tratou do recrutamento para a guerra que n'esse anno se declarou contra a Hespanha. No anno seguinte, 1763, tambem deu provas de grande energia e habilidade para satisfazer as reclamações do principe de Lippe para o fornecimento de lenha da guarnição de Lisboa. Sendo ao mesmo tempo implacavel e zeloso na perseguição dos contrabandistas, conquistou assim as boas graças do marquez de Pombal que o nomeou superintendente geral dos contrabandos e descaminhos, e contador da fazenda. O marquez de Pombal confiava tanto no seu zelo que em 1777, quando se tratou de assaltar a Trafaria para apanhar os refractarios que se tinham ali escondido, encarregou Pina Manique d'essa commissão, lembrado talvez do zelo de que elle dera provas por occasião do recrutamento de 1762. Manique justificou perfeitamente a confiança do marquez de Pombal, porque cumpriu á risca as suas ordens, e com uma crueldade digna do homem que d'essa missão o incumbira, deitou fogo ás casas d'esses pobres pescadores de fórma que não pudesse escapar nem um só dos refractarios, que vinha prender, senão resignando-se a morrer queimado. Esta prova de confiança do marquez do Pombal, e o modo como Pina Manique executou essas ordens, não o deviam recommendar muito á benevolencia de D. Maria I, mas Pina Manique teve a habilidade de conservar as boas graças do novo governo, e, por morte do intendente de policia Manuel Gonçalves de Miranda, foi Diogo Ignacio de Pina Manique, já desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação, nomeado para esse logar por decreto de 18 de janeiro de 1780, conservando se-lhe todos os logares que até então exercia, e que eram os de desembargador dos aggravos da Casa da Supplicação, contador da fazenda, superintendente geral dos contrabandos e descaminhos e fiscal da junta da administração da companhia de Parahyba e Pernambuco, e dando se-lhe por ajudante, como elle requerera, seu irmão Antonio Joaquim de Pina Manique, desembargador da Relação e Casa do Porto. Esta accumulação extraordinaria de empregos fez com que o governo entendesse que lhe não devia dar os 8:000 cruzados, 3:200$000 réis, que eram até então o ordenado dos intendentes da policia, e arbitrou lhe apenas o vencimento de 4:000 cruzados, o que o não impedia de juntar em ordenados sommas verdadeiramente fabulosas. Mas Pina Manique era um homem da escola do marquez de Pombal, e seguiu as gloriosas tradições do grande mestre. Encontrou Lisboa n'um estado deploravel. Faltando o pulso de ferro do marquez de Pombal, a ladroagem levantou a cabeça, e tornou intransitaveis as ruas de Lisboa. A disciplina militar, tão fortemente estabelecida pelo principe de Lippe, dissolveu se, de fórma que os soldados, que de mais a mais já não eram pagos em dia, constituiam-se em bandos de salteadores, e atacavam os habitantes. Manique officiou logo ao commandante em chefe do exercito, pedindo providencias. Não as obteve. Então propoz e obteve a creação de um corpo de policia, a pé e a cavallo, que, bem organisado e bem composto, prestou á segurança publica os mais relevantes serviços. Pediu tambem ao ministro do reino, marquez de Augeja, 20:000$000 réis para crear a illuminação da cidade. O ministro não lh'os quiz dar. Então Manique tomou a iniciativa, obrigou cada funileiro da cidade a fazer seis candieiros para a illuminação, impoz a cada um dos moradores das ruas illuminadas uma capitação de 100 réis, e conseguiu emfim apresentar na noite de 17 de novembro de 1780 Lisboa illuminada com 770 candieiros. (V. *Portugal*, vol. III, pag. 952). Póde se acreditar que Manique em 1782 teve de acabar com a illuminação, porque o governo persistiu em lhe não dar os recursos indispensaveis, que eram apenas os 20:000$000 réis? Mas o intendente não parava no caminho dos melhoramentos. Tratou de estradas, mandou fazer a que vae de Queluz á Ajuda, e mandou arborisal-a.

Mandou plantar, em muitas outras, estacas de oliveira. Mandou fazer quasi completamente de novo a estrada de Santarem a Alverca e a ponte que fica proximo d'esta villa. Mandou arborisar a estrada de Palhavã á Porcalhota. Saiu mesmo um pouco das suas attribuições no seu ardor pelos melhoramentos, dirigiu para o Alemtejo tanto quanto podia os colonos que já então se encaminhavam de preferencia para o Brazil. Mandou vir dos Açôres 450 familias, comprehendendo 2:033 pessoas de ambos os sexos, que estabeleceu em Setubal, Ourique, Beja, Evora e Portalegre, dando lhes instrumentos de agricultura, e distribuindo-lhes terras. Uma das creações mais notaveis de Pina Manique foi a da Casa Pia de Lisboa. Logo em 1780, apenas tomou conta da intendencia, estabeleceu Manique no castello de S. Jorge um collegio, onde recolhia e educava á

Diogo Ignacio de Pina Manique

custa da intendencia as creanças que andavam vadiando. Em 1782 obteve autorisação para crear a Casa Pia, e foi essa a sua obra predilecta. Constava este estabelecimento do collegio de S. Lucas em Lisboa, e d'outro em Coimbra, filial do de Lisboa, chamado vulgarmente o *Collegio da brôa*. Em 1804 tinha o de Lisboa 150 estudantes e o de Coimbra 84. Havia tambem o recolhimento da rainha Santa Izabel, onde em 1804 sustentava e educava 220 orphãs desamparadas; o collegio de Santa Margarida de Cortona, casa de correcção de mulheres, onde chegaram a estar 280, outro para a correcção e doutrinamento de rapazes libertinos. Tinha tambem uma casa de correcção para mendigos de um e de outro sexo, um laboratorio chimico, onde se fabricavam gratuitamente remedios para os pobres. Mais ainda, estabeleceu Manique em Roma um collegio para estudo de bellas artes, collegio onde estudaram Domingos Antonio de Sequeira e Vieira Portuense; em Edimburgo e em Londres collegios para o estudo de cirurgia. Ainda mais: sustentava n'um collegio em Coimbra, destinado ao estudo das sciencias naturaes, 18 religiosos de S. João de Deus, distribuia quinhentas e tantas rações a homens impossibilitados de trabalhar, depois de terem servido no exercito, nas artes ou nas manufacturas; creava e educava no collegio de Santo Antonio 190 orphãos. Emfim a Casa Pia de Pina Manique, bem differente da que hoje existe, era um conjuncto de collegios, de casas de educação e de beneficencia verdadeiramente maravilhoso, e que elle dirigia e administrava com tanto cuidado e acerto, que das suas escolas sairam muitos homens eminentes e uteis ao paiz. Quando Pina Manique deixou de ser intendente de policia, a Casa Pia começou a declinar sensivelmente, até que foi extincta no tempo dos francezes, reorganisando-se depois em outras bases muito mais insignificantes. Em todos os ramos da sua administração foi Pina Manique iniciador audacioso e desembaraçado. Foi elle tambem que estabeleceu em Portugal o systema da inspecção sanitaria das meretrizes, por ordem de 27 de abril de 1781. Poz cobro á relaxação a que tinham chegado as rodas dos expostos. Cuidou com tal zelo da administração das alfandegas de Lisboa, que tambem lhe estava confiada, que de 1770 a 1800 renderam mais 64.049:254$073 réis do que nos 20 annos anteriores. Até em cousas de expediente foi iniciador, porque foi elle que estabeleceu nas suas repartições, por ordem de 15 de junho de 1780, o systema de registo da sua correspondencia official. Estas são as grandes qualidades de Pina Manique, vamos agora vêl-o debaixo do aspecto que lhe deu uma triste celebridade. Se Pina Manique era um revolucionario como seu grande mestre marquez de Pombal, era o tambem como elle, sem o suspeitar, e ninguem havia que fôsse mais ferrenho inimigo da revolução e da liberdade. Apenas rebentou a revolução franceza, Pina Manique mostrou-se implacavel perseguidor dos que em Portugal lhe pretendiam implantar as idéas e seguir os principios, e, como era habil, perspicaz e zeloso, a sua perseguição foi efficaz e sem tréguas. Destruia as lojas maçonicas que principiavam a estabelecer-se, expulsava os francezes que pareciam sympathisar com as maximas liberaes do novo governo do seu paiz, impedia cuidadosamente a entrada de livros perigosos, prendia, deportava, punia de todos os modos os portuguezes mais illustrados que pareciam acolher com boa sombra os bons principios, e, se não ensanguentou as praças de Lisboa com as execuções que depois as mancharam no tempo de D. Miguel, foi porque tambem o que elle tinha a punir eram apenas aspirações vagas e sympathias estereis; comtudo quantos homens illustres, como Filinto Elysio e Felix de Avellar Brotero, não obrigou a sair de Portugal! E comtudo era um homem illustradissimo, um dos precursores da Revolução Frauceza, um d'esses grandes reformadores do seculo XVIII, que se achavam mais ou menos imbuidos das idéas da philosophia do seu tempo; mas, como todos os outros da mesma tempera, não comprehendeu a revolução, avaliou a só pelos seus desvairamentos, e não viu que a liberdade era o complemento necessario d'essas reformas do marquez de Pombal, que elle applaudira e continuara, que não se expulsavam os jesuitas para se continuar com o systema da escravisação do pensamento, que não se introdu-

ziam nas escolas os methodos novos para depois se pôrem peias á sciencias, e, implacavel contra os innovadores como o marquez de Pombal o seria tambem, tornou o seu nome lendario nos fastos das perseguições politicas, como o tornara celebre anteriormente nos fastos das grandes reformas justas e humanitarias. Tinha, porém, Pina Manique de ser victima exactamente das exigencias d'essa França revolucionaria, cujos partidarios elle perseguia implacavelmente. Emquanto elle prendia e deportava em Lisboa os escriptores, os homens illustrados, todos os que se podiam considerar como partidarios d'essas idéas, por mais remotas que fôssem essas suspeitas, Portugal via-se obrigado a supportar as exigencias do governo da republica franceza, e a humilhar-se deante das exigencias do seu energico dictador, o primeiro consul Napoleão Bonaparte. Depois da desastrosa campanha de 1801 veiu para Portugal como embaixador francez o celebre general Lannes, depois marechal do Imperio, soldado de fortuna, incapaz de exercer cortezmente as suas funcções diplomaticas. Foi verdadeiramente insolito o seu procedimento em Portugal, tratava com um desprezo inacreditavel o proprio principe regente, e obrigou todos a curvarem-se deante das suas exigencias. Fazia em Portugal um contrabando impudentissimo á sombra dos seus privilegios de embaixador, e, como Pina Manique, na sua qualidade de director geral das alfandegas, procurou cohibir esses abusos, pediu em altos gritos a demissão de Pina Manique. Uma das perseguições habituaes de Pina Manique, a ordem que deu para ser posto fóra do paiz o illustrissimo francez Antonio Matheom de Curnieu, que residia aqui havia muito tempo e que Lannes protegia, serviu de pretexto a Lannes para exigir energicamente a sua demissão de intendente de policia. Resistiu quanto pôde o principe regente, mas Lannes, furioso, declarou que, não se fazendo a sua vontade, saia de Portugal, e saiu. Não approvou Bonaparte o procedimento insolito do general, que assim violava todas as praxes das relações diplomaticas, mas exigiu que, em troca da desapprovação que elle infligia a Lannes, se demittisse do logar de director da alfandega Pina Manique, por elle, dizia, se mostrar hostil ao commercio francez. Como a côrte de Lisboa se não apressou a cumprir as suas ordens, Bonaparte mandou que o general Lannes partisse de novo para Lisboa, o que era um verdadeiro insulto á côrte portugueza. Pois assim que o principe regente teve conhecimento d'esse facto, immediatamente demittiu Pina Manique, sempre com todas as attenções, conservando-lhe o ordenado que vencia, e dizendo no decreto, datado de 14 março de 1803, que a demissão era dada a pedido e instancia do demittido. Pina Manique apenas sobreviveu dois annos a esta humilhação. Casara a 8 de dezembro de 1773 com D. Ignacia Margarida Umbelina de Brito Nogueira e Mattos, filha unica, natural e legitimada, em 11 de dezembro de 1769, do P. Nicolau de Mattos Nogueira de Andrade, fidalgo cavalleiro da Casa Real; do conselho d'el-rei D. José, monsenhor da Egreja Patriarchal, governador do arcebispado de Evora, que morreu preso de Estado, no reinado do referido monarcha, e de D. Anna Joaquina de Santa Thereza de Sampaio.

**Pina e de Mello** *(Francisco de)*. Moço fidalgo da Casa Real, poeta, escriptor, academico da Academia Real da Historia Portugueza, da dos Occultos, etc. N. em Montemór-o-Velho a 7 de agosto de 1695, onde tambem falleceu a 22 de outubro de 1773. Era filho de João de Mello de Pina e de D. Maria Francisca Xavier de Sá e Miranda, pessoas de distinctissima nobreza. Frequentou na Universidade de Coimbra as aulas de Philosophia, estudando Philosophia Peripatetica, mas sem chegar a formar-se, creando depois uma certa aversão a essa sciencia, porque declarou mais tarde que a unica parte da Philosophia que merecia a attenção dos homens era a Philosophia Moral. Por morte de seu pae tornou a cursar a Universidade, frequentando as cadeiras de Canones, mas tambem se não formou n'esta faculdade, o que o não impediu, comtudo, de ser um dos homens mais eruditos do seu tempo. Apezar de ser moço fidalgo, viveu quasi sempre em Montemór-o-Velho, entregue ao estudo e á composição de poesias a que se votara desde a adolescencia. Educado na escola hespanhola, as suas primeiras poesias são extremamente gongoricas, notando se esse defeito no volume de *Rimas* que publicou em 1727, no *Epithalamio* do conde de Vimioso, em 1729, no *Epicedio* do duque de Cadaval D. Jayme, em 1739, no *Epithalamio* do duque de Aveiro, em 1740, folheto que Francisco de Pina fez desapparecer quanto pôde da circulação, logo que se tornou crime o ser amigo d'este infeliz fidalgo. Francisco de Pina fez uma viagem a França, e regressou a Portugal completamente modificado no seu gosto poetico. A leitura dos poetas francezes crearam n'elle o desejo de os imitar até certo ponto, pretendendo inaugurar entre nós um gosto novo, ou para melhor dizer, uma especie de systema mixto, que por então ganhou poucos proselytos, e foi em breve supplantado com a erecção da Arcadia. *A Bucolica* publicada em 1745, e que mereceu uma viva aggressão de Antonio Diniz da Cruz e Silva, já se resente, comtudo, das novas influencias que actuavam o espirito de Francisco de Pina. O mesmo se póde dizer da *Parenesis* ao terremoto de Lisboa, publicada em 1756, da *Egloga* ao nascimento do principe, em 1762, e finalmente do poema intitulado *Triumpho da religião*. Este poema foi impresso em 1756, e dedicado ao papa Benedicto XIV, a quem decerto enviou o manuscripto, porque o honroso breve em que o papa lhe agradece a dedicatoria, é datado de 11 de setembro de 1753. O poema levantou vivissima polemica, em que tomou parte o autor com duas cartas dirigidas a José Xavier de Valladares e Sousa, impressas, uma em 1757 e outra em 1758. Um dos principaes aggressores do poema era José Jacintho Nunes de Mello com o pseudonymo de José Jacintho de la Ave, e um dos principaes D. Joaquim Bernardes de Sant'Anna, com o pseudonymo de D. Joaquim Velho do Canto. O poema e criticas e defezas estão hoje completamente esquecidos. Uma das novidades que indignavam os criticos, era a metrificação em parelhas á franceza, que vinha perturbar na sua majestosa omnipotencia o verso solto. Não foi essa a unica polemica em que Francisco de Pina e de Mello andou envolvido. Levantou-se no seu tempo a grande contenda entre os padres jesuitas e os padres oratorianos ácêrca de methodos de ensino, e

Francisco de Pina lançou-se na lucta com ardor. Manteve primeiro uma grande imparcialidade escrevendo a *Balança intellectual*, as *Conferencias expurgatorias*, a *Carta a Luiz Antonio Verney*, e defendendo se de não escrever contra os jesuitas, em resposta aos que, tomando-o como partidario dos novos methodos, o incitavam a aggredir os que os combatiam. Era sobretudo amigo dos jesuitas, e por isso quando appareceu uma *Carta exhortatoria*, escripta por Diogo Barbosa Machado, mas debaixo do véo do mais rigoroso anonymo, contra a Companhia de Jesus, Francisco de Pina e de Mello saiu immediatamente a combatel o com a maior energia, escrevendo a *Resposta compulsoria á «Carta exhortatoria» para que se retracte o seu autor das calunias que proferiu contra os rev.mos Padres da Companhia de Jesus da provincia de Portugal*, e a *Carta apologetica em defeza de alguns pontos da Resposta compulsoria*, escriptas em 1755 e 1756. Todos estes opusculos procurou elle o mais possivel retirar da circulação, como fizera aos versos em louvor do duque de Aveiro, quando o duque e os jesuitas incorreram no terrivel odio do marquez de Pombal. Essas precauções, comtudo, não o impediram de ser suspeito e de estar preso por algum tempo na cadeia da Portagem em Coimbra. Talvez lhe valesse, para que essa prisão não tivesse maiores consequencias, o epithalamio que escreveu por occasião do casamento de Henrique José Adão de Carvalho e Mello com D. Maria Antonia de Menezes, epithalamio que intitulou *Palacio do destino*. Bibliographia: Obras em verso: *Rimas*; *Primeira e Segunda partes; offerecidas ao ex.mo sr. D. Gabriel de Alencastre Ponce de Leon, duque de Aveiro e de Banhos*, etc., Coimbra, 1727; *Terceira parte*, idem, 1727; *A Bucolica, repartida em dez eglogas de estylo rustico, a que se póde chamar: Ethica pastoril; Quarta parte das Rimas*, Coimbra 1755; *Epithalamio hendecasyllabo nas felicissimas nupcias do ex.mo sr. D. José Miguel João de Portugal, conde de Vimioso*, etc., Lisboa, 1729; *Egloga, e retrato pathetico na morte do ex.mo sr. D. Nuno Alvares Pereira de Mello, primeiro duque do Cadaval*, etc., sairam nas *Ultimas acções do mesmo duque*, de pag. 347 a 363; *Admirações sentidas pela irremediavel perda da serenissima senhora infanta D. Francisca*, Lisboa, 1736; *Espelho nupcial: Epithalamio no felicissimo casamento do ill.mo e ex.mo sr. D. Jayme de Mello, duque do Cadaval, com a senhora princeza Henriqueta Julia Gabriella de Lorena*, Lisboa, 1739; *Apologometrico na jornada que fez de Tentugal para a côrte o ill.mo e ex.mo sr. D. Jayme de Mello com sua esposa*, Lisboa, 1739; *Gruta das Parcas; Epithalamio nos felicissimos desposorios do ill.mo e ex.mo sr. D. José Mascarenhas, Conde mordomomór, com a ill.ma e ex.ma sr.a D. Leonor Thomazia de Lorena, filha dos ex.mos srs. Condes de Alvôr*, Lisboa, 1740; *Ao terremoto do 1.º de novembro de 1755, Parenesis*, Lisboa, 1756; Coimbra, 1755; *Egloga, ou genethliaco pastoril ao nascimento do novo principe*, Coimbra, 1762; *Triumpho da Religião; poema epico-polemico, que á santidade do papa Benedicto XIV dedica*, etc., Coimbra, 1756; *A Conquista de Gôa por Affonso de Atbuquerque, com a qual de fundou o Imperio Lusitano na Asia; poema epico, que á majestade do magnanimo, augusto e poderoso monarcha D. Joseph I, rei de Portugal e dos Algarves, pela mão do ill.mo e ex.mo sr. Duque Regedor dedica*, etc., Coimbra, 1759; *Arte poetica*, Lisboa, 1765; *Palacio do Sol, ou panegyrico gratulatorio ao muito alto, e poderoso rei da Gran-Bretanha, e a toda a nação britannica, pelo magnifico soccorro que deram a Lisboa na calamidade do terremoto*, Lisboa, 1765; *Palacio do Destino, ou Epithalamio nas felicissimas nupcias do ill.mo e ex.mo sr. Henrique José Maria Adão de Carvalho e Mello, e da ill.ma e ex.ma sr.a Maria Antonia de Menezes*, Lisboa, 1765; *Traducção do Oedipo de Sophocles*, Lisboa, 1765.— Obras em prosa: *Oração funebre, recitada quando se quebrou o primeiro escudo na villa de Montemór-o-Velho, pela morte do augustissimo monarcha D. João V*, Lisboa, 1750; *Oração panegyrica na plausivel acclamação d'el rei D. José I, nosso senhor*, sem logar nem anno de impressão; *Oração na declaração dos tres filhos illegitimos do augusto rei D. João V*, Lisboa, 1752; *Carta escripta de Montemór-o-Velho, a 22 de janeiro de 1755 em que se justifica de não escrever contra a sagrada Companhia de Jesus*, sem logar nem anno de impressão; *Carta escripta ao sr. N. S. P. D. V.* (sobre a verdadeira felicidade, datada de Montemór a. 20 de janeiro de 1755), sem logar nem anno de impressão; *David e Absalão* (traducção paraphrastica e commentario moral dos capitulos XIII e seguintes do 2.º livro *dos Reis*), sem logar nem anno de impressão; *Cartas philologicas que escrevia*, etc., Lisboa, 1755; *Balança intellectual em que se pezava o merecimento do «Verdadeiro methodo de estudar», que ao ill.mo e ex.mo sr. Marquez de Abrantes offerece*, etc., Lisboa, 1752; *Carta ao sr. L. A. V.* (Luiz Antonio Verney) datada de julho de 1754, com as iniciaes F. de P. e M.; sem logar nem anno de impressão; *Conferencias expurgatorias, que teve com o doutor Apollonio Philomuso o autor, da «Balança intellectual», que pódem servir de resposta ao que disse do mesmo autor, e da mesma «Balança» um certo regular do nosso reino, disfarçado com o nome de Theophilo Cardoso da Silveira*, etc., Coimbra, 1759, *Resposta compulsoria*, etc., já acima citada, Coimbra, 1755; *Carta apologetica*, etc.; *Carta ao sr. J. X. de V.* (José Xavier de Valladares e Sousa); *ou resposta aos reparos que lhe fizeram ácêrca do poema «Triumpho da Religião»*; datada de 31 de agosto de 1756, Coimbra, 1757; *Segunda resposta aos reparos que lhe fizeram*, etc., Coimbra, 1758; *Juizo sobre o terremoto*, Coimbra, 1756; *Theatro da Eloquencia, ou arte de Rhetorica, fundada nos preceitos dos melhores oradores gregos e latinos*, Lisboa, 1766; *Representação dirigida ao juiz da Inconfidencia Pedro Gonçalves Cordeiro, achando se preso na cadeia de Coimbra*; foi publicado no *Jornal de Coimbra*, tomo VI, n.º 28, 2.ª parte, a pag. 244; *Memorial a el rei D. José I, ácêrca dos excessos e usurpações dos religiosos monachaes, e principalmente dos de Santa Cruz de Coimbra;* foi publicado no *Instituto*, vol. XII, pag. 20 e seguintes por Ayres de Campos; *Discurso sobre o estado em que hoje se acham as religiões no reino de Portugal, e do proveito ou prejuizo que a sua economia interior e exterior póde causar á Republica; a El-Rei nosso senhor;* é um manuscripto em folio de papel de Hollanda, e comprehende 46 paginas acompanhado d'uma carta autographa do autor, dirigida ao ministro Sebastião José de Carvalho e

Mello, depois marquez de Pombal, e datada de Montemór-o-Velho a 6 de março de 1758.

**Pina e Mendonça** (*Leoniz*). Cavalleiro da ordem de Christo, socio da Sociedade Real de Londres, mathematico muito apreciado no seu tempo, etc. N. na Guarda, e fal. na sua quinta do Pombo, junto á mesma cidade. Não se sabem as datas do nascimento e fallecimento, mas sabe-se que vivia na segunda metade do seculo XVII. Pertencia a uma das mais illustres e mais opulentas familias da Guarda, mas acasos da fortuna fizeram com que passasse os ultimos annos na indigencia. Foi procurador da Guarda nas côrtes de 1645 e 1669, e cultivando diversos ramos de mathematica, escreveu um *Tratado cosmographico*, varios opusculos sobre a theoria da musica, tres centurias de *Theoremas e Problemas geometricos* e um *Tratado da quantidade commensuravel pratica*, mas todas essas obras se perderam, e unicamente se imprimiu em 1670 a que tem por titulo *Amuleto da alma, composto dos antidotos e epithemas, que os santos doutores e outros fieis e devotos varões receitaram ao contagio dos vicios.*

**Pina e Proença** (*Martinho de Mendonça de*) Fidalgo da Casa Real, deputado do Conselho Ultramarino, guarda-mór da Torre do Tombo, bibliothecario de D. João V, academico da Academia Real de Historia, etc. Nasceu na cidade da Guarda, e fal. a 12 de março de 1743. Era um distincto e acreditado philologo, segundo testemunho de escriptores do seu tempo, e adquiriu copiosa instrucção nas viagens que fez pelas principaes cidades da Europa. Escreveu: *Apontamentos para a educação de um menino nobre, que para seu uso particular fazia*, etc., Lisboa, 1731; outra edição no Porto, 1761; parece que n'esta cidade ainda saiu outra edição em 1768. D'esta obra se fez a analyse e conceito na *Gazeta Litteraria* de Francisco Bernardo de Lima, no quaderno de setembro de 1761. Na *Collecção dos Documentos e Memorias da Academia* veem algumas *Contas d'estudos*, e outros trabalhos Em 1727 publicou em Madrid um *Discurso philologico critico contra Feijó*. Diz-se que Pina e Proença deixára em manuscripto importantes trabalhos sobre o cadastro geral do Brazil, os quaes existiam na bibliotheca do convento de S. Francisco de Lisboa, por compra que aos seus herdeiros fizeram os religiosos.

**Pina Vidal** (*Adriano Augusto de*). General de divisão, do conselho d'el-rei D. Manuel, director do observatorio meteorologico do Infante D. Luiz, director e lente de Physica da Escola Polytechnica, antigo lente da Escola do Exercito, socio effectivo e secretario geral da Academia das Sciencias, etc. N. em Elvas a 3 de setembro de 1841, sendo filho do major d'artilharia Lourenço da Costa Vidal, e de sua mulher D. Theodora Justina de Pina Vidal. Entrou para o Collegio Militar com o minimo da edade legal da admissão, em outubro de 1851, e saiu com o curso geral dos seis annos, em agosto em 1857. Foi tal a distincção com que se houve na frequencia dos estudos, que no ultimo anno do curso, tendo fallecido o professor de arithmetica e explicador de mathematica, foi convidado a substituil-o, e este serviço, meramente gratuito mas extremamente honroso, desempenhou-o ao mesmo tempo que cursava as suas aulas. Em 1856, tendo concluido apenas o 5.º anno do curso do Collegio Militar, mathematica, aproveitou uma disposição especial legislativa, que lhe permittia fazer exame do 1.º anno de mathematica na Escola Polytechnica e correspondente cadeira de desenho, e tendo se apresentado n'esse exame, foi approvado com valor de premio, obtendo a 1.ª classificação. Esta demonstração das suas brilhantes faculdades e do seu amor pelo trabalho, valeu-lhe o adeantamento d'um anno no curso. Assentou praça em 11 de agosto de 1857 no batalhão de caçadores n.º 5, sendo graduado em 1.º sargento e declarado aspirante a official. No anno lectivo de 1857 a 1858 frequentou a Escola do Exercito para concluir o curso da arma de infantaria N'esse anno obteve um premio pecuniario, e foi despachado alferes graduado, ficando em caçadores n.º 5. Em outubro de 1858 matriculou-se no 2.º anno da Escola Polytechnica, visto ter obtido, conforme dissémos, a approvação no 1.º com a dispensa de o frequentar. Em 1860 concluiu o 3.º anno, tendo obtido em todo o curso tres primeiros premios pecuniarios e um louvor. Foi classificado em primeiro logar e destinado para a arma de engenharia, mas requereu para seguir a de artilharia. Nos dois annos lectivos seguintes, 1860 a 1861 e 1861 a 1862, frequentou a Escola do Exercito, e concluiu o curso de artilharia, tendo obtido n'estes dois annos seis primeiros premios pecuniarios, e sendo sempre classificado em primeiro logar. Durante a frequencia do primeiro d'estes annos apresentou-se no concurso para um dos tres logares então creados de repetidores de mathematica na Escola Polytechnica, e o conselho escolar escolheu o, dando-lhe o primeiro logar na classificação. Teve, porém, de renunciar o seu cargo por incompatibilidade de horas com as da frequencia da Escola do Exercito. Durante o 2.º anno do curso d'artilharia n'esta escola, foi ao concurso para o logar de lente substituto da cadeira de Physica experimental e mathematica na Escola Polytechnica, sendo approvado e nomeado para esse logar por decreto de 3 de julho de 1862. Concluiu o curso em 29 d'esse mez, sendo promovido a alferes n'essa mesma data. A 29 de julho de 1864 foi promovido a tenente, em 21 de fevereiro de 1867 a capitão, em 20 de outubro de 1880 a major, em 31 de outubro de 1881 a tenente-coronel, em 5 de fevereiro de 1890 a coronel, em 2 de novembro de 1899 a general de brigada, e em 21 de outubro de 1903 a general de divisão, A 16 de agosto de 1862 foi nomeado, precedendo concurso, para o logar de lente commissionado no ensino da Escola do Exercito. Em 1869 a Academia das Sciencias lhe mandou imprimir o seu *Curso de Meteorologia*, e o elegeu seu socio correspondente. Em 1870 publicou umas *Noções elementares de physica*, approvadas pelo governo para uso das escolas do ensino primario, 2.º grau. Durante alguns annos exerceu, por nomeação do ministerio do reino, o logar de professor de Mathematica no Lyceu de Lisboa, emquanto foi necessario desdobrar uma cadeira por ser excessivamente frequentada. Valeu lhe isto a publicação de dois compendios, que rapidamente fôram adoptados em todo o paiz: *Elementos de Geometria*, de collaboração com o professor e n'essa epoca capitão de engenheiros Carlos Augusto Moraes d'Almeida, compendio de que se fizeram algumas edições, e os *Principios de Geographia mathematica*, de

que tambem se fizeram mais edições; *Trigonometria rectilinea*, que foi lithographada. Para servir de introducção ao seu curso de physica na Escola Polytechnica, curso lithographado, publicou em 1874 uns *Principios de Physica*, adoptados ao curso dos lyceus, de que se fizeram varias edições. Em 1874 a Academia das Sciencias mandou imprimir o seu *Tratado elementar d'optica*, que fazia parte do *Curso de Physica na Escola Polytechnica*, e Pina Vidal começou por sua conta a imprimir este curso, que ficou completo, constando, além do *Tratado d'optica* e do *Curso de Meteorologia*, das seguintes partes: Tomo I, *Introducção: gravidade, acustica*, 1874; Tomo II, fasciculo 1.º: *Calor...*, 1878; Tomo III, fasciculo 2.º: *Electricidade*, 1879 Tem publicado varios artigos scientificos em alguns jornaes, e particularmente no jornal de sciencias mathematicas, physicas e naturaes da Academia das Sciencias. Durante a sua regencia na Escola do Exercito ordenou os seguintes cursos, que correm lithographados: *Curso de telegraphia, Curso de architetura civil, Curso de pontes, Curso de navegação interior, Curso de trabalhos maritimos, Curso de Pharoes.* O sr. general Pina Vidal é socio de muitas sociedades e institutos scientificos. Em 1871 foi agraciado com o habito da ordem de S Thiago, baseando-se o decreto em que lhe foi conferida esta honra no *seu assignalado merecimento e relevantes serviços prestados ás sciencias no magisterio publico.* Em 1872 recebeu a medalha militar de comportamento exemplar. Em 1873, o governo de Hespanha o agraciou com a commenda da ordem de Carlos III. Em 1877 recebeu o grau de cavalleiro da ordem de S. Bento de Aviz. Posteriormente teve as seguintes mercês: gran-cruz e commenda da ordem de Aviz; grande official da mesma ordem por serviços distinctos; commenda da de S. Thiago, e da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; gran cruz da de Izabel a Catholica, de Hespanha, e a medalha de prata de bons serviços. No anno de 1875 foi nomeado lente proprietario da cadeira de Physica da Escola Polytechnica, por fallecimento do professor Joaquim Henriques Frades so da Silveira, tomando n'essa qualidade a direcção do Gabinete de Physica annexo a essa cadeira. Instituiu o ensino pratico da Physica n'um laboratorio expressamente construido para esse fim, innovação que estava urgentemente sendo reclamada. Mais tarde, em consequencia do impedimento do lente da Escola do Exercito Barreto da Rocha, foi convidado pelo conselho de instrucção da mesma escola a reger a cadeira de chimica applicada aos materiaes de construcção á photographia e á pyrotechnia, accumulando este serviço com a regencia da sua cadeira especial no mesmo estabelecimento. No Congresso Internacional Maritimo reunido em Lisboa a 22 de maio de 1904, foi um dos tres delegados nomeados pelo governo, sendo os outros dois os srs. conselheiros Julio de Vilhena e Ferreira do Amaral. Por despacho de 30 de novembro de 1907 foi nomeado vogal do Conselho de Instrucção Publica.

**Pina Vidal** *(Victor Jorge de)*. Tenente-coronel de artilharia. N. a 16 de janeiro de 1837, fal. a 22 de outubro de 1889. Aos 9 annos de edade, em 1846, entrou para o Collegio Militar, d'onde saiu em agosto de 1851 com o curso concluido. A 5 de setembro do mesmo anno assentou praça no batalhão de caçadores n.º 2. Por decreto de 6 de novembro foi promovido a alferes ajudante d'ordens do governador geral da provincia de Cabo Verde, tendo passado ao exercito de Portugal em 7 de janeiro de 1852. De volta de Cabo Verde em 1855, estudou nas escolas Polytechnica e do Exercito, o curso d'artilharia, em que foi, como o fôra no Collegio Militar, alumno distincto. Por decreto de 3 de maio de 1865 foi promovido a tenente para o regimento de infantaria n.º 17, tendo passado ao regimento de artilharia n.º 4, no posto de primeiro tenente, em 22 do mesmo mez e anno. Em janeiro de 1867 foi collocado na commissão permanente do Arsenal do Exercito e passado ao estado maior d'artilharia. Foi promovido a capitão por decreto de 26 de dezembro de 1868. Em janeiro de 1869 foi collocado no regimento d'artilharia n.º 1, e em fevereiro do mesmo anno passou ao estado maior da arma, sendo nomeado adjunto ao commando geral, e depois sub chefe da 2.ª repartição da direcção geral de artilharia. Em 1883 alcançava o posto de major, e era nomeado commandante das baterias do castello de S. Jorge, passando no anno seguinte ao regimento d'artilharia n.º 4, que então foi organisado. Promovido a tenente coronel em julho de 1887, foi nomeado director do deposito geral do material de guerra, cargo que exerceu com a maior intelligencia e muito zelo pelo serviço, até poucos dias antes de fallecer. Victor Jorge de Pina Vidal era condecorado com a medalha e a commenda da ordem de Aviz, e com a medalha de prata de comportamento exemplar.

**Pinaça**. Pequena embarcação, de remo e véla, muito ligeira. Parece que o nome lhe procede por serem feitas de pinho, esta especie de embarcações. Em 1326, D. Affonso IV mandou expedir um alvará regio, ao almoxarife de Aveiro, para que os *baixeis pinaças, que ali carregavão, não pagassem dizimo, mas só treze soldos e oito dinheiros.* (Documento da camara do Porto). Em 1469, ainda outro documento da mesma camara, fala em *pinaças*, como barcos pequenos.

**Pinalvão**. Pov. na freguezia de S. Romão, de Foute Coberta, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

**Pincães**. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Cabril, concelho de Montalegre, districto de Villa Real.

**Pincas**. Pov. na freguezia de Santo Emilião, conc. de Povoa de Lanhoso, districto de Braga

**Pincho**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. do Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

**Pincue**. Monte do distr. de Tete, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica proximo da margem esquerda do rio Zambeze, a SE do monte Churi-Churi.

**Pinda**. Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, no distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. do conc. do Santo Antonio do Zaire, na divisão de Noqui, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Porto da costa do distr. de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. Está situado ao S do Cabo Negro, e é formado e fechado por uma peninsula ou lingua de areia muito baixa, que só

de perto se descobre, e que destacando-se da costa vae a principio para o N, e arredondando-se depois para o NNE, NE e E, termina n'uma ponta. Abre-se para o N, e tem cerca de 2 a 4 k. de largura. E' difficilmente visto da banda do mar, por se confundir o areal da peninsula com a praia da costa E, e tem bom ancoradoiro em 29 ou 32 m., pouco para o S da ponta em que termina a peninsula. Póde-se ancorar, porém, mais para dentro, o que só é aconselhado em casos excepcionaes. Recebe apenas as aguas do rio Coroca ou Bembarougue, e é muito abundante em peixe que o gentio pesca e consome, fazendo tambem d'elle um dos principaes ramos do seu commercio. Este porto é tambem conhecido por *Manga das Areias* o por *Porto Alexandre.* || Colonia do distr. de Mossamedes, na prov. d'Angola, Africa Occidental, a 65 k. ao S da villa de Mossamedes. Foi fundada em 1854, começando-se pela construcção n'um sitio denominado a *Barreira Branca*, que termina pela banda de NE a

Casa solar de Pindella

bahia ou porto de Pinda, d'uma fortaleza em volta da qual se edificaram depois varias feitorias. A colonia entregou-se principalmente á pescaria, á cultura da canna saccharina e do algodão no valle e nas margens do Coroca, e á creação de gado. Para este ponto concorreram durante muito tempo pescadores algarvios que iam ali á pesca, e ali se estabeleciam. || Pequeno cabo em que termina a peninsula d'areia que fórma o porto de Pinda, na costa de Mossamedes, Africa Occidental. Tambem é chamado *Sandy Point.*

**Pindana.** Pov. do distr. de Quelimane, Africa Oriental.

**Pinde.** Sobado do conc. de Novo Redondo, na divisão de Sumbe, distr de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Pindella.** Casa solar, situada na provincia do Minho, na freg. do S. Thiago da Cruz, concelho de Villa Nova de Famalicão. Este morgado foi instituido em 12 de maio de 1526 por Luiz de Carvalho e Prado, escudeiro fidalgo de D. João III, e por sua mulher, D. Beatriz d'Almeida. Luiz de Carvalho era filho legitimo de João do Prado, escudeiro fidalgo de D. Affonso V, commendador da ordem de Christo, senhor da torre da Juncosa, de Lourêdo, de Montalvão, Rivella, Xisto, Real, Rêde e Pindella. Foi um grande capitão, que morreu valorosamente na tomada de Arzilla, em Africa. Foi casado com D. Izabel Pinheiro, filha de Diogo Affonso de Carvalho, corregedor das provincias do Douro e Traz-os Montes, no reinado de D. João I, e desembargador do paço, de D Affonso V, e de sua mulher, D. Branca Pinheiro, filha de Martim Gomes Lobo, alcaide-mór de Barcellos, e de D. Mayor Esteves Pinheiro. Pelos *Prados*, é esta familia descendente de D. Fruella II, rei de Leão. Pelos *Carvalhos*, de Affonso Lourenço de Carvalho, da rica e nobilissima familia dos Carvalhos, de Guimarães, e bravo fiel partidario de D. João I, um dos fidalgos que mais concorreram para que esta villa, hoje cidade, tomasse o partido d'aquelle monarcha. Pelos *Lobos*, procede dos senhores de Alvito e Oriolla, hoje marquezes de Alvito *(os condes-barões).* Pelos *Pinheiros*, procede da nobre familia d'este appellido, que tem o seu solar em Barcellos. Os instituidores do vinculo de Pindella, Luiz de Carvalho e Prado, e sua mulher, não tiveram filhos, pelo que passou o morgado a seu sobrinho, Simão Pinheiro Lobo do Prado, escudeiro fidalgo da casa de D. João III, e 5.º neto de Tristão Gomes Pinheiro, tronco da familia e fundador do solar dos Pinheiros de Barcellos. Simão Pinheiro casou com D. Leonor d'Almeida Benevides e Mendanha, filha de Gregorio de Benevides e Mendanha, neta de Gregorio de Benevides, alcaide mór de Covilhas, que passou a este reino no tempo de D. Affonso V. D'este consorcio houve D. Anna Pinheiro Lobo, que lhe succedeu no morgado de Pindella, por não terem os seus irmãos deixado descendencia. Esta senhora casou com Manuel Figueira, filho de Fernão Figueira, desembargador da Relação

de Braga, e de D. Leonor Thomé, sobrinha de D. João da Guarda, conde palatino, e do conselho d'el-rei D. João III, deão da sé de Braga, fundador da primeira capella do Bom Jesus do Monte no arrabalde de Braga; Manuel Figueira era neto de D. Lopo de la Higuera, fidalgo castelhano, que veiu para este reino em 1475, e ao qual D. Affonso V fez commendador da ordem de Christo. Os filhos de Simão Pinheiro, que morreram sem filhos, fôram: Simão Pinheiro, que militou na India, onde falleceu, sendo governador d'uma fortaleza; Gaspar Pinheiro, que tambem serviu na India, e ali falleceu. Vivia na companhia de seu tio Martim Affonso de Sousa, vice rei da India, e n'aquelle estado exerceu alguns cargos e obteve as maiores honrarias. Este Martim Affonso de Sousa foi o descobridor do Rio de Janeiro; Christovão Pinheiro e Estevão Pinheiro, acompanharam el-rei D. Sebastião na infeliz jornada d'Africa, levando em sua companhia grande numero de soldados seus, parentes e muitos creados de farda; assistiram ambos com distincção á batalha d'Alcacer-Kibir em 4 de agosto de 1578, onde falleceram. Tambem fôram d'esta familia varios ecclesiasticos, muito distinctos pelo seu saber e virtudes, contando-se entre elles: Miguel Pinheiro Figueira, conego da sé primaz de Braga, e seu vigario capitular; D. Diogo Figueira, deão da mesma sé, e Xisto Figueira, commendador da villa de Muhia, que escreveu a *Arte de rezar, conforme o rito bracarense*. Pela successão no vinculo, de João Machado da Guerra Fagundes, filho de Antonio Machado da Guerra Maia, moço fidalgo da Casa Real, capitão de infantaria, que se distinguiu na defeza do castello de Melgaço, em 1643 contra os hespanhoes, vencedor com varios encontros contra os mesmos nas guerras da acclamação de D. João IV, senhor dos morgados dos Guerras em Guimarães, e de D. Anna Fagundes de Mendanha Figueira, filha de Balthazar Pinheiro Lobo, cavalleiro da ordem de Christo, fidalgo da Casa Real e 4.º senhor do morgado de Pindella, veiu a entrar n'esta casa a varonia dos Machados, que se tem sempre conservado nos representantes d'esta nobre familia, que são hoje os viscondes de Pindella, sendo o actual sr. visconde o 16.º neto de D. Mendo Moniz, rico homem de Gondarem, que pelo seu valor se tornou celebre na tomada de Santarem, a 8 de maio de 1147, onde ganhou as suas armas. E a ser este D. Mendo Moniz filho de D. Moninho Ozôres, conde de Cabreira, como opinam muitos dos mais distinctos linhagistas, é o sr. visconde de Pindella o 30.º neto de Leovigildo, wisigodo e 1.º rei d'esta raça, na Lusitania, pae do rei Flavio Ricaredo. Ha, portanto, razão para acreditar que os Machados de Pindella são, em Portugal, os representantes principaes d'esta illustre familia. Entre a morte violenta de José Pinheiro Lobo, 5.º morgado de Pindella, e a successão de João Machado da Guerra Fagundes, ao qual foi por muito tempo imputado o tragico fim de seu tio (desde 1676 até 1702), teve esta familia enormes e dispendiosas demandas com Manuel de Vasconcellos e Sousa, filho mais novo do conde de Castello Melhor, que se apresentou como pretendente á casa de Pindella, em nome de sua mulher, D. Constança Figueira, senhora da casa de Linhares, em Regalados. Estas diuturnas questões déram-se entre Manuel de Vasconcellos e Verissimo Pinheiro, filho bastardo de Balthazar Pinheiro Machado, irmão de José Machado, que por morte de seu pae, 6.º senhor do morgado de Pindella, e na impossibilidade de seu tio succeder (por continuar compromettido no assassinio de José Pinheiro Lobo), reclamava o direito de successor do vinculo. Em 1679, estando Verissimo Pinheiro em Findella, foi-lhe cercada a casa por um bando de gente armada, tendo á sua frente Manuel de Vasconcellos, que conseguiu, depois d'uma violenta refrega, apoderar-se da casa, e n'ella se installar como senhor. Correram 23 annos de contendas, insultos e desordens, até que uma sentença da Casa da Supplicação fez entregar o morgado a Verissimo Pinheiro, que morreu em Braga no mesmo anno em que tomou posse da casa, em 27 de maio de 1702. No dia seguinte, João Machado, já livre e absolvido, tomou posse dos morgados de Pindella.

**Pindella** (*João Machado Pinheiro Correia de Mello, 1.º visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, conselheiro, commendador da ordem de N. Senhora da Conceição de Villa Viçosa, gran-cruz da de Izabel a Catholica, de Hespanha, condecorado com a medalha humanitaria, etc., antigo deputado em differentes legislaturas, governador civil de Braga e de Vianna do Castello, 12.º senhor do morgado de Pindella, 6.º senhor do morgado de Guerras em Guimarães; das casas de Refalção, em Cabeceiras de Basto, e por ultimo senhor do padroado de Arnoso, etc.; socio correspondente do Instituto de Coimbra, socio honorario do Gremio Litterario Portuguez, do Rio de Janeiro, e de outras instituições scientificas e litterarias. N. em Guimarães a 8 de janeiro de 1821, e fal. ha bastantes annos. Era filho de Vicente Machado Pereira de Mello, senhor dos citados morgados, e de sua mulher, D. Carlota Carolina Correia Leite de Almeida. Dedicou-se á litteratura, que depois abandonou pela politica, collaborando em diversos jornaes, como a *Gazeta de Portugal*, de Teixeira de Vasconcellos, de quem era muito amigo, etc. Escreveu e publicou um *Relatorio*, sendo governador civil de Braga; um livro intitulado *Passeios na Povôa*, de collaboração com D. João de Azevedo e Antonio Pereira da Cunha; um drama em 4 actos, com o titulo de *Vingança*, que foi publicado no Porto, em 1854, etc. Na *Miscellanea Poetica* inseriu tambem varias poesias. O 1.º visconde de Pindella casou em Guimarães, a 17 de janeiro de 1839, com D. Maria do Carmo Cardoso de Menezes Barreto do Amaral, filha unica e herdeira de Fortunato Cardoso do Amaral de Menezes Barreto, senhor do morgado do Paço de Nespereira, e de sua mulher, D. Maria Rita de Macedo. Enviuvando em dezembro de 1851, passou a segundas nupcias, tambem em Guimarães, a 19 de janeiro de 1853, com D. Eulalia Estelita de Freitas Rangel de Quadros, filha de Antonio Moreira Lopes Machado, opulento negociante, e de sua mulher D. Emilia de Freitas de Mello e Castro Rangel de Quadros. De ambos os matrimonios houve descendencia, contando-se entre os do segundo o actual sr. visconde de Pindella e o sr. conde de Arnoso. O titulo foi concedido por decreto de 31 de janeiro de 1854.

**Pindella** (*Vicente Pinheiro Lobo Machado de Mello e Almada, 2.º visconde de*). Fidalgo da Casa Real; bacharel formado em Direito pela Univer-

sidade de Coimbra, governador da provincia de S. Thomé e Principe, ministro plenipotenciario em Berlim, etc. N. em Guimarães a 23 de abril de 1852, sendo filho do 1.º visconde do Pindella, João Machado Pinheiro Correia de Mello, e de sua segunda mulher, D. Eulalia Estelita de Freitas Rangel de Quadros. Em novembro de 1879 foi nomeado governador de S Thomé e Principe, causando essa nomeação uma certa extranheza, por ir contra a pratica de serem os logares de governador das nossas provincias ultramarinas exercidos por officiaes do exercito ou da marinha, e tambem pela pouca edade do nomeado, pois contava então 27 annos, facto aggravado pela falta anterior de serviços publicos que de qualquer modo justificassem a nomeação. Tomou posse do seu governo a 3 de janeiro de 1880, mas pouco tempo ali se conservou; comtudo, n'esse curto periodo enviou ao ministerio da marinha um desenvolvido relatorio sobre o estado e necessidades da provincia, o qual está publicado n'um dos volumes dos relatorios dos governadores do Ultramar, impresso em 1881. Pertencendo ao partido regenerador, foi deputado nas legislaturas de 1885 e 1886, eleito pelo circulo plurinominal de Braga e Villa Nova de Famalicão; foi enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Hollanda, onde representou Portugal com a maior distincção. Mais tarde, em 1894, foi o distincto diplomata nomeado ministro plenipotenciario em Berlim, cargo que sempre illustrou, e onde tem advogado com o maior interesse todas as negociações mais transcendentes que se tem suscitado entre Portugal e Allemanha. Em 1899 foi eleito par do reino, tomando posse na respectiva camara, na sessão de 17 de março d'esse anno. O sr. visconde de Pindella é grã-cruz da ordem de Christo, commendador da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, cavalleiro de 3.ª classe do Merito Naval, de Hespanha; commendador da Estrella Polar, da Suecia; gran cruz da Aguia Vermelha, da Prussia, distincção que recebeu em 1905. O sr. visconde de Pindella é irmão mais velho do sr. conde d'Arnoso. Casou a 23 de maio de 1889 com D. Maria Amelia de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, filha dos 2.ºs condes de Villa Real, D. Fernando de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos e de sua segunda mulher, D. Julia Braamcamp d'Almeida Castello Branco. E' distincto orador e publicista. Publicou em 1884 *As Ilhas de S Thomé e Principe, notas d'uma administração colonial.* Publicou mais dois discursos que proferiu na camara dos deputados, em volumes separados, tratando um da politica colonial e o outro da administração colonial. O titulo de visconde foi lhe concedido, como renovação no de seu pae, por decreto de 20 de maio de 1886. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Figueiras, em campo de ouro cinco folhas de figueira, accrescentadas com uma bordadura composta d'uma corrente de prata, fechada por duas estrellas de ouro; na segunda as armas dos Pinheiros, de Tristão Pinheiro, em campo vermelho um leão de ouro rompante, combatendo um pinheiro de sua côr, com pinhas douradas, e raizes de prata; timbre, uma cruz de cruzado, por descenderem dos senhores do Castello de Nareyo, em Galliza, que militaram nas cruzadas e estiveram na conquista de Malta.

**Pindêllo**. Pov. e freg. de N. S.ª dos Milagres, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 200 fog. e 793 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post.; romaria á Senhora dos Milagres no ultimo domingo de agosto. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. O arcediago da sé de Lamego, denominado *arcediago de Pindêllo*, apresentava o cura, ou vigario, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. O arcediago recebia os dizimos da freg., e apresentava o ermitão, ou capellão de N. S.ª dos Milagres. Esta pov. é muito antiga, pois já existia em 1290, porque nas *Inquirições* mandadas fazer n'esse anno pelo rei D. Diniz, se vê que parte da pov. de *Pindêllo d'Alafões* era de furameutãos da ordem do Hospital. Foi do termo da villa d'Alva e do extincto conc. de Lafões. A terra é muito abundante d'aguas, e por isso muito fertil; cria muito gado de toda a qualidade. No alto d'um pequeno monte d'esta freg., povoado de carvalhos frondosos e seculares, está a grande capella de N. S.ª dos Milagres. Não se sabe com certeza a origem da imagem da padroeira d'esta capella. Dizem uns que ella estava occulta no tronco d'um dos carvalhos d'este monte; outros, que fôra para aqui trazida por um peregrino desconhecido. A capella é de boa architectura, e de bom granito lavrado. Tem tres altares, incluindo o altar-mór, um alpendre, ou galilé, tambem de boa architectura, feito em 1655, á custa do vigario Antonio de Paiva. Perto da capella ha uma fonte com muito boa agua. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro, bisp. do Porto; 210 fog. e 827 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 4 k. da séde do conc. A abbadessa do mosteiro de freiras franciscanas de Monchique, na cidade do Porto, apresentava o cura, que tinha 65$000 réis e o pé d'altar. O terreno d'esta freg. é bastante montanhoso, mas os seus valles são muito ferteis, porque os regam varios ribeiros e arroios. Cria muito gado de toda a qualidade. E' abundante de caça miuda. A egreja matriz é muito antiga e pequena. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 24, com a séde em Aveiro. || Povoações nas freguezias: O Salvador, de Arvore, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu.

**Pindo**. Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. da Beira Alta, conc. de Penalva do Castello, com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 542 fog. e 2:331 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post A pov. está situada a 4 k. da margem direita do rio Dão e a 7 de Castendo, que é a séde do conc. O real padroado apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. || Serra da prov. de Traz-os-Montes, no conc. de Montalegre. E' um ramo da serra de Leiranco Encadeia se com a cordilheira de Calvão e Castellãos, no conc. de Chaves. Por ella corre a antiga estrada de Montalegre para Chaves, e serve de divisão entre estes dois concelhos.

**Pinella**. Pov. e freg. de S. Nicolau, da prov.

de Traz os-Montes, conc., com , distr. e bisp. de Bragança; 107 fog. e 491 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 15 k. da séde do conc. e está situada a 8 k. da margem direita do rio Sabor. O abbade da freg. de Serapicos apresentava o cura, que tinha réis 8$000 e o pé d'altar. A terra é pouco fertil, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Miraudella.

**Pinello.** Pov. e freg. de Santa Eulalia, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Vimioso, distr. e bisp. de Bragança; 144 fog. e 615 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 7 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Vimioso a Bragança, nas proximidades da margem esquerda do rio Mação. O cabido de Bragança apresentava o cura, que tinha 6$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e já era villa no tempo de D. Affonso Henriques, que em 1185, ultimo anno do seu reinado, a deu ao mosteiro de Castro d'Avellans, assim como a villa de Santulhão, em troca das terras que hoje constituem os arrabaldes de Bragança. El-rei D. Diniz lhe deu foral, em Leça do Bailio, a 4 de julho de 1288. A terra é pouco fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 10 com a séde em Mirandella.

**Pineto.** Antiquissima cidade da Lusitania, situada proximo da actual freg. de Valle de Telhas, no conc. de Mirandella, prov. de Traz-os-Montes. Esta situação prova-se pelo *Itinerario* de Antonino Pio, que, falando da via militar romana de Braga a Astorga, diz que de *Aguas Flavias* (Chaves) a *Pineto* são cinco legoas, que é a distancia exacta de Chaves a Valle de Telhas. E' certo que esta estrada ia de Chaves a Valle de Telhas, e d'ahi a Vinhaes, segundo se conclue d'um marco milliario que existe, ou existiu, em Valle de Telhas. D'esta cidade tambem fala Ptolomeu, na 2.ª *Taboa da Europa*, capitulo 6.º, na descripção da chancellaria de Braga, e a colloca em 7º e 50' de longitude, e 43º e 30' de latitude. Hoje restam apenas poucos vestigios, e pouco visiveis, d'esta extincta cidade; mas ha 200 annos, segundo consta, ainda se viam restos de bons edificios, columnas, estatuas mutiladas, cippos e outros objectos. A via militar romana cortava, perto d'esta cidade, o rio *Rabaçal*, por uma ponte, junto da qual existiu um marco milliario, com uma inscripção, que, traduzida, diz o seguinte: «O Imperador Cesar Caio Julio Vero Maximino, pio, feliz, augusto; germanico maximo, dacico maximo, sarmatico maximo, pontifice maximo. Cinco vezes investido no poder tribunicio; sete vezes imperador; pae da patria; consul e proconsul—e Caio Julio Vero Maximino, nobilissimo cesar; germanico maximo, dacico maximo, sarmatico maximo, principe da mocidade—filho do nobilissimo imperador, Cesar Caio Julio Vero Maximino, pio, feliz, augusto; mandaram reformar as estradas e pontes, arruinadas com o tempo, sendo superintendente d'estas obras Quinto Décio, legado do imperador pro-pretor (ou perfeito do pretorio.»

**Pingage** Rio do distr. da Zambezia, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. N. na serra Chomaro e lança-se no rio Muto ou canal do Quaqua.

**Pingali.** Prazo da prov. de Moçambique, distr. de Quelimane, Africa Oriental.

**Pingare.** Pov. da Africa Oriental, distr. de Quelimane.

**Pingarelhos.** Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Almagreira. conc. de Pombal, districto de Leiria.

**Pinguella.** Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thiago, de Custoias, conc. de Bouças, distr. do Porto. || S. Paio, de Ruilhe, conc. e distr. de Braga.

**Pingullha.** Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, na div. de Quissanga, distr. do Congo, provincia d'Angola, Africa Occidental.

**Pinha** *(Rodrigo Augusto Teixeira de)*. Vice-almirante reformado. N. a 15 de março de 1831, fal. em Lisboa a 5 de março de 1909. Assentou praça no corpo de marinheiros da armada a 20 de maio de 1845; passou a aspirante de 2.ª classe em 4 de setembro de 1849; a aspirante de 1.ª classe em 16 de outubro de 1850; a guarda-marinha em 3 de julho de 1852; a 2.º tenente em 25 de novembro de 1853; a 1.º tenente em 27 de dezembro de 1863; a capitão tenente em 27 de fevereiro de 1873; a capitão de fragata em 8 de maio de 1878; a capitão de mar e guerra em 26 de março de 1885; a contra-almirante em 27 de fevereiro de 1890, e a vice-almirante em 14 de fevereiro de 1895. Passou ao quadro auxiliar por attingir o limite da edade, em 28 de março de 1900, e reformou-se em 29 de março de 1906. Teve os seguintes commandos: vapor *Lynce*, biate *Conde de Penha Firme*, esquadrilha fiscal do Algarve e do Norte, corvetas *Bartholomeu Dias*, *Rainha de Portugal*, *Duque da Terceira*, *Estephania*, *Affonso d'Albuquerque*, *Duque de Palmella* e *Sagres* (escolas de alumnos marinheiros); couraçado *Vasco da Gama*, fragata *D. Fernando* (escola pratica de artilharia naval), canhoneiras *Mandovy*, *Sado e Liberal*: transportes *Africa* e *India*, e a divisão naval do Atlantico Sul; commandou tambem a Escola Naval da companhia dos guarda-marinhas e o corpo de marinheiros. Exerceu as seguintes commissões: chefe de estado-maior da divisão naval do Atlantico Sul; ás ordens do vice-almirante conde de Penha Firme, em Inglaterra, a coadjuvar a fortificação da corveta *Estephania*; encarregado em 1862 de estudar, em Inglaterra e em França, as novas invenções e todos os melhoramentos introduzidos na artilharia naval, armamento e equipamento dos navios de guerra em 1863, praticou, em Toulon, na esquadra franceza de evoluções, foi approvado e mandado adoptar o exercicio que formulou para as bocas de fogo d'alma lisa; encarregado de formular o manual do marinheiro artilheiro; adjunto nas commissões de inspecção ao corpo de marinheiros e navios surtos no Tejo; vogal da commissão encarregada de dar parecer sobre uns planos e modelos de navios couraçados; presidente das commissões encarregadas de redigir o projecto do regulamento para a escola de alumnos marinheiros, e de formular um projecto de regulamento disciplinar para a armada; vogal da junta consultiva de marinha e do conselho de instrucção naval. Em 1894, sendo então contra-almirante, foi encarregado de representar el-rei D. Carlos nos funeraes de Sadi Carnot e de Felix Faure, presidentes da Republica Franceza. O vice-almirante Teixeira Pinha foi vogal e vice-presidente do conselho do almirantado, major-ge-

neral da marinha e vice-presidente do Conselho Superior de Marinha. Entre as numerosas condecorações com que foi agraciado, mencionaremos as seguintes: cavalleiro, grande official, commendador e gran-cruz da ordem de Aviz por serviços distinctos; cavalleiro e commendador das ordens de S. Thiago e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; medalha de prata da expedição de Angola de 1860 (D. Pedro V), medalhas de prata e de ouro de comportamento exemplar; gran-cruz das ordens da Rosa do Brazil, de S. Estanislau da Noruega, da Corôa de Italia, de Hohenzollern; commendador o grande official da Legião de Honra de França. Em 1882 fôram-lhe concedidas as honras de ajudante de campo d'el-rei D. Luiz; em outubro de 1885, acompanhou o principe D. Carlos ao centro da Europa n'uma viagem de estudo; em 1896 foi agraciado com a carta de conselho; em 1901, concedidas as honras de ajudante de campo d'el-rei D. Carlos, e em 1908, eguaes honras, de el-rei D. Manuel II. Recebeu os seguintes louvores: pelo zelo e intelligencia com que se desempenhou das commissões de que fôra encarregado pelo ministerio da fazenda, como commandante do vapor *Lynce*; pelo zelo e acerto com que desempenhou a importante commissão de serviço na inspecção ao corpo de marinheiros; pelo zelo e intelligencia com que durante o ensino escolar e por occasião dos exercicios de tiro ao alvo, executados em 1871, desempenhou o seu serviço como instructor; pelo zelo e esforço com que acudiu, no dia 4 de novembro de 1872, a um incendio de uns predios na rua 24 de julho; pelo muito zelo e muita aptidão com que se desempenhou do importante serviço a seu cargo no commando da Escola Pratica de Artilharia Naval; pelo modo com que se desempenhou no serviço, na qualidade do commandante da Escola de Alumnos de Marinheiros; pela proficiencia que demonstrou nos trabalhos elaborados pelo Conselho Superior de Marinha, de que era membro.

**Pinha.** Povoações nas freguezias: S. João Baptista, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, do Teixeiró, conc. de Baião, do mesmo distr. || O Salvador, de Villa Garcia, concelho de Amarante, do mesmo districto.

**Pinha Cheu.** Pov. da freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pinhadouro de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freg. de Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto.

**Pinhaes do Sargaçal.** Pov. na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

**Pinhal.** Matta de pinheiros. São importantes os pinhaes do Estado, de Leiria e mattas annexas, da Azambuja, Virtudes, o Escaroupim, dos Medos, de Ourem, de Cabeção, matta de Camarido, e de Alcacer.

**Pinhal.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Albufeira, distr. de Faro. || S. Miguel, de Barreiros, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Francisco da Serra, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || S. João, do Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Marinha, de Moreira de Geraz de Lima, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro e conc. d'Obidos, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Pinheiro Grande, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || S.ª da Conceição, de Sabacheira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

**Pinhal de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Consolação, de Castello, conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

**Pinhal do Breyner.** Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Arrentella, conc. do Seixal, distr. de Lisboa.

**Pinhal do Douro.** Pov. e freg. do Espirito Santo, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazêda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 112 fog. e 700 hab. Tem est. post. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Douro, e annexada para effeitos civis á freg. de Villarinho da Castanheira. Foi desmembrada da freg. do Pinhal do Norte. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. Esta pov. é pouco fertil em cereaes e fructas, mas abundante de pastos e caça. Cria bastante gado de toda a qualidade, algum mel e cêra.

**Pinhal do Forno.** Pov. na freg. de S. Lourenço, de Alhos Vedros, conc. da Moita, districto de Lisboa.

**Pinhal de Leiria.** V. *Portugal*, vol. IV, pag. 123 e 124.

**Pinhal do Monte.** Pov. na freg. de S. Jorge, de Sarilhos Grandes, conc. de Aldeia Gallega, distr. de Lisboa.

**Pinhal do Norte.** Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazêda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 170 fog. e 835 hab. Tem escola do sexo masc. e est. post. Dista 4 k. da séde do conc. O reitor de Marzagão apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. é abundante de caça e de pastos, mas pouco productiva em cereaes e fructas. Cria gado, de toda a qualidade. Tem algum mel e cêra. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

**Pinhal Novo.** Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Espargo, conc. da Feira, districto de Aveiro. || S. Pedro, de Palmella, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. Ha aqui uma est. do caminho de ferro, da linha do Sul e Sueste, que fica entre a da Moita e a do ramal de Palmella-Setubal, e serve do entroncamento. Junto d'esta aldeia se estabeleceu uma colonia que se tornou florescente; principiou por casas para residencia de empregados e operarios do caminho de ferro, sendo quasi todos do districto d'Aveiro. Depois, attrahidos pelas vantagens offerecidas pelo abastado lavrador sr. José Maria dos Santos, vieram mais colonos, a quem este senhor adeantava instrumentos de lavoura, gados, sementes, estrumes, e até comestiveis, formando assim de cada proletario um lavrador proprietario, e d'esta maneira se formou a povoação. Como a egreja matriz ficava longe, resolveram os povos d'estes sitios construir uma grande capella dedicada a Nossa Senhora, a qual foi inaugurada, abrindo se ao culto, no dia 2 de fevereiro de 1874. E' um templo elegante. Para a sua construcção concorreu tambem o sr. José Maria dos Santos com uma esmola avultada.

**Pinhal da Segunda.** Pov. na freg. de Santa

Suzana, de Carapiuheira, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

**Pinhal da Serra.** Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Alcochete, districto de Lisboa.

**Pinhal Tanheiro.** Pov. na freg. de Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

**Pinhal do Urso.** Depois dos pinhaes de Leiria e do Vallado, é esta matta a mais extensa das que fórmam o domiuio florestal do Estado. Mede mais de 1000 hectares. Está situado no litoral, uns 20 k. ao sul do rio Mondego, e dista do Oceano perto de 4 k., que é a largura das dunas que lhe ficam ao poente, as quaes são impellidas pelos ventos mareiros, e correm sobre o piuhal enterrando muitas arvores. Esta matta, antes de ser incorporada na Administração geral das Mattas, pertenceu á Universidade de Coimbra, e parece que já foi maior. O pinhal das Correntes, muito cortado e iuvadido pelas areias, que está hoje completamente separado do do Urso por um largo areamento, é provavel que n'outro tempo estivesse unido com este e ambos formassem uma só floresta. O arvoredo, que se encontra aqui, é quasi exclusivamente constituido pelo pinheiro maritimo ou bravo, que é o que mais prospéra nas areias fundas e nos logares, onde a proximidade do mar torna a atmosphera mais humida. Segundo os melhores preceitos da silvicultura, o pinhal do Urso está dividido em talhões por meio de *aceiros*, que são ruas muito largas limpas de mattos e arvoredos, e *arrifes* que são *aceiros* muito estreitos. Do lado do nascente e junto da borda do pinhal, ha de distancia em distancia uma casa de construcção singela e elegante, que é habitada pelos guardas florestaes.

**Pinhal Verde.** Pov. na freg. do Salvador, de Barreira, conc. e distr. de Leiria.

**Pinhanços.** Pov. e freg de Santa Luzia, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Ceia, distr. e bisp. da Guarda; 227 fog. e 871 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., fabrica de polvora, fabrica de chocalhos e campainhas, medico, pharmacia, viveiros de videiras americanas, feira annual, a 13 de dezembro, romaria a N. S.ª da Lomba, tambem a 13 de dezembro, etc. A pov. dista 7 k. da séde do conc., e está situada na estrada de Celorico a Oliveira do Hospital, n'uma pequena collina que corre parallela e ao N da serra da Estrella por espaço d'uns 10 k. Pertence á 2.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. O reitor de Ceia apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. O territorio d'esta freg. occupa uma vasta área, e é fertil em toda a qualidade de productos agricolas no nosso paiz, e a *Varzea de Jagunda* produz grande quantidade de cereaes, especialmente milho grosso. Cria-se muito gado, e nos seus montes ha abundancia de caça, grossa e miuda. Esta freg. é muito antiga, e já era povoada no tempo dos arabes, o que se prova por um *almocabar* moirisco, de que ainda existem algumas sepulturas. A primitiva egreja parochial estava no logar de Gache, a 2 k. a E de Pinhanços, e é a unica aldeia que, com Pinhanços, constitue a freg. Ainda hoje, ao terreno d'um olival que está proximo de Gache, se dá o nome de *Adro de Santa Luzia*, por ser o da antiga matriz. A transferencia da matriz para a actual, devia realisar-se pelos fins do seculo XVI, porque em um altar da egreja se lêem os tres primeiros algarismos da data da sua fundação, *159*..., não existindo a ultima letra. A egreja tem altar-mór onde está a imagem da padroeira, que é de pedra, e mais 4 altares lateraes. Apezar de ser muito antiga, pois já veiu da egreja velha de Gache, a imagem é de boa esculptura. O 1.º altar lateral da esquerda, que tambem veiu da egreja velha, é de talha dourada, e tem uma imagem de N. S.ª do Rosario, de pedra e de estatura natural. Em frente fica o altar de S. Lourenço, de talha dourada, construido no seculo XVIII. A imagem do Santo é muito antiga. Era o padroeiro d'uma capella antiquissima, ha muitos annos destruida, que ficava n'um dos sitios mais pittorescos da freg., ao pé de Gache, onde existe ainda a fonte de S. Lourenço e o terreiro do mesmo nome. Os outros dois altares tambem são de talha dourada, sendo um construido no seculo XVIII, e egual ao de S. Lourenço, consagrado a N. S.ª do Amparo, e o outro ás almas do Purgatorio. Proximo da pov., a 2 k. ao N, está a capella de N. S.ª da Lomba, entre grandes e antigos carvalhos, e sobre uma pequena elevação, ou lomba, que lhe dá o nome. Segundo a lenda, esta imagem appareceu pelos annos de 1400, sobre uma pedra n'este mesmo sitio, a uma pastorinha, e ali logo os devotos construiram uma capella, ficando a servir de peanha á imagem a mesma pedra, onde ella fôra vista a primeira vez, e que serviu de altar para uma missa que se celebrou no dia immediato ao apparecimento. O *Santuario Marianno* é que conta assim a lenda. Outros escriptores dizem que a imagem appareceu debaixo d'um enorme penedo, a distancia de 300 m. da actual capella, e sobre este penedo é que se celebrou a primeira missa A imagem esteve na egreja matriz emquanto se construiu a capella, e quando ella se concluiu, foi a imagem levada para ali em solemne procissão, havendo n'esse dia um bodo para quem o quiz receber, e para o qual se mataram 8 bois, dando-se tambem grande porção de pão. Este bôdo continuou no dia da festa, e não sabemos se ainda se dá, distribuindo-se caldo e carne pelos habitantes das 5 povoações que dão o bôdo e por todos os pobres que concorrem ali em grande numero. A capella é vasta, tem altar-mór, com tribuna, e dois altares lateraes. A imagem é de pedra; está sentada, e n'esta posição tem 0,$^{m}$77 de alto. No regaço vê-se Jesus Christo morto. Como a imagem era de esculptura muito antiga, e muito pesada para ir em andôr nas procissões, se fez uma nova imagem, de madeira, em 1688, que collocaram no altar-mór, no logar da antiga, indo esta para um canto do altar. Por aquelle tempo foi á capella o prior da freg. de Santa Comba, de Ceia, e vendo a antiga imagem assim desprezada, pediu para a levar para a sua egreja, mas apeuas a collocou em um altar, desencadeou-se uma horrorosa trovoada, caindo muitos raios, o que aterrou todo o povo. Acreditando o prior que este facto era devido á mudança da imagem, mandou dizer aos habitantes de Pinhanços que a fôssem buscar, o que elles logo fizeram, conduzindo-a em solemne procissão, collocando-a então no seu primitivo logar, passando a imagem nova para um dos cantos do altar. A Senhora da Lomba é de grande devoção, e ainda hoje se faz uma romaria, a

que concorre muita gente das povoações visinhas.

**Pinhão.** Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Casal dos Loivos, conc. de Alijó, distr. de Villa Real. Tem est. post. com serviço de encommendas. || Santa Maria, de Gôve, concelho de Baião, distr. do Porto. || S. Paio, de Mozellos, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Maria, de Ulme, conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || N. S.ª dos Anjos, de Gouvães do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. Ha aqui uma estação do caminho de ferro, na linha do Douro, entre a de Cottas e o apeadeiro de Chancelleiros. Esta pov. está situada na margem do rio Douro, e é muito importante pelo seu grande movimento commercial. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. Tem caixa post. || S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Ribeira do distr. de Villa Real, que nasce na serra da Falperra, corre ao S, passa a E de Sabrosa e de Provezende, e entra no rio Douro com 30 k. de curso. As suas margens são muito pittorescas, e produzem vinho de boa qualidade.

**Pinhão Celle.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Torre do Pinhão, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real.

**Pinhão de Cima.** Pov. da freg. de N. S.ª do Rosario, do conc. de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pinheira.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Ribeira Branca, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || S. Martinho, de Milhundos, concelho de Penafiel, districto do Porto.

**Pinheiral.** Povoações nas freguezias: S. Romão, de Corgo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Sé e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Nespereira, conc de Sinfães, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Odiaxere, conc. de Lagos, distr. de Faro. || S. Vicente, de Pinheiro, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Thiago, de Priscos, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Urró, conc. de Aronca, do mesmo districto.

**Pinheiria.** Pov. na freg. de Santa Catharina da Serra, conc. e distr. de Leiria.

**Pinheirinho.** Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adanfe, conc. e distr. de Braga. || S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Pedro, de Lourosa, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Pinheiro de Azere, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Polvoreira, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte de Sôr, distr. de Portalegre.

**Pinheirinho do Barrôco.** Pov. na freg. de S. Martinho e concelho de Pombal, distr. de Leiria.

**Pinheirinho dos Malhos.** Pov. na freg. de S. Martinho e concelho de Pombal, distr. de Leiria.

**Pinheirinho dos Redondos.** Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Pinheirinhos.** Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Espinnca, concelho de Arouca, districto de Aveiro.

**Pinheirinhos da Azoia.** Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Castello e conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa.

**Pinheiro.** Appellido nobre em Portugal, vindo de Hespanha, onde foi tomado d'uma quinta chamada *do Pinheiro*, por haver ali um pinheiro de extraordinaria grandeza. Veiu para Portugal na pessoa de Tristão Gomes Pinheiro, fidalgo gallego, ao qual o duque D. Affonso encarregou da construcção dos muros de Barcellos, e n'esta villa estabeleceu o seu solar, onde os seus descendentes fôram alcaides-móres. São estes os *Pinheiros Cogominhos*, que teem por armas: Em campo de púrpura um pinheiro verde, perfilado de ouro, com pinhas do mesmo metal e raizes de prata; junto d'elle um leão de ouro, trepante; timbre, o leão do escudo com um ramo de pinheiro nas garras. Os Pinheiros, de Guimarães, accrescentaram o escudo da seguinte fórma: as armas antecedentes, com a legenda: *Herculea Quodam ducta Fuera Manu.* Esta legenda vê-se no brazão d'armas, gravado na sepultura do bispo D. Diogo Pinheiro, no convento de Thomar, onde foi prelado (V. *adeante*). Ha outra familia de appellido *Pinheiro*, cujos progenitores vieram de Aragão, que teem por armas: Em campo de prata, tres pinheiros verdes, em aspa; elmo d'aço, aberto, e por timbre um dos pinheiros das armas. Os Pinheiros de Andrade trazem por armas: Em campo de prata cinco pinheiros verdes, em aspa, chefe, carregado d'uma banda de púrpura, perfilada de ouro, saindo da boca de dois tragantes de ouro, lampassados de púrpura. Elmo d'aço, aberto; timbre, uma cabeça de serpe, de ouro, lampassada de púrpura, com um ramo de pinheiro verde, na boca.

**Pinheiro** *(Antonio).* Mestre da capella ducal de Villa Viçosa, exercendo depois as mesmas funcções na sé de Evora. N. em Montemór-o-Novo, e fal. em Evora a 19 de junho de 1617. Foi discipulo de Francisco Guerrero, musico hespanhol muito afamado, que floresceu nos seculos XVI e XVII. Parece que Antonio Pinheiro tambem leccionou, saindo da sua escola bons discipulos. Deixou, além d'outras composições musicaes, uma obra muito volumosa, a qual continha o cantico da *Magnificat*, a diversas vozes, que se conservava na *Bibliotheca Real de Musica.* O catalogo da livraria de D. João IV menciona d'elle apenas um motete a 5 vozes.

**Pinheiro** *(Antonio).* Actor contemporaneo muito apreciado. N. em Tavira a 21 de dezembro de 1867. Chegou a cursar o 2.º anno da Escola Polytechnica, matriculando-se tambem em 1885 nas aulas de declamação e arte de representar no Conservatorio, então regidas por João Rosa e Gervasio Lobato. Sendo muito apaixonado pelo theatro, e reconhecendo-lhe Gervasio Lobato grande vocação, o aconselhou a seguir a arte dramatica, o que elle fez, escripturando se no Gymnasio, debutando a 28 de outubro de 1886 no drama *Nobres e plebeus.* No mesmo theatro entrou nas peças: *Coupé 117, Bigamo, Nono não desejarás, Os fidalgos da Casa Mourisca, Não me embaçam, Diabo atraz da porta, Como nós por*

*nossa casa*, etc. Passou depois para o theatro de D. Maria II, estreando-se a 23 de novembro de 1887. Ali representou differentes papeis com bastante agrado, nas peças: *Duque de Vizeu*, *Velhacos*, *Fedora*, *Guerra em tempo de paz*, *Socrates e sua mulher*, *Luiz XI*, *Hamlet*, etc. N'uma companhia organisada pelo actor Valle, foi n'esse mesmo anno ao Brazil, onde agradou, recebendo grandes applausos. Na epoca de 1888-1889 esteve no theatro de D. Maria II, fazendo então grandes progressos, evidenciando-se nas peças: *Rogerio Laroque*, *Estatua*, *Leonor Telles*, *Bibliothecario*, *Grande industrial*, *D. Affonso VI*, *Morta*, *Penedos do Inferno*, *Alcacer Kibir*, e muitas outras. Voltou depois ao Brazil na companhia dirigida por Lucinda Simões e Furtado Coelho, e nas peças em que entrou, distinguiu-se muito no *Demi-Monde*, *Adriana Lecouvreur*, *Martyr*, *Obstaculo* e *Condecorado*. Terminando a empresa inesperadamente, foi convidado pela actriz Ismenia a fazer parte da sua companhia, e com ela representou nas operetas: *Fausto* o *Petiz*, *Rei damnado* e *Mimi Bilontra*. Como lhe não agradasse o genero, formou uma companhia sua para representar no estado de S. Paulo, percorrendo quasi todas as cidades d'esse estado. Regressando a Portugal em 1893, organisou uma companhia, indo ao Algarve dar uma série de receitas. Em 1894 fez parte da companhia do theatro D. Affonso, do Porto, empresa Coelho Ferreira, representando com muito agrado no *Surcoff*, *Regimento*, *Brazileiro Pancracio*, *Corda bamba*, etc. Voltando a Lisboa em 1895, entrou na revista *Zás trás*, que se representou na Rua dos Condes. Em seguida escripturou-se no theatro do Principe Real, sobresaindo nas peças: *Segredo do padre*, *Tomada da Bastilha*, *Capital*, *Ignez de Castro*, *Carvoeira*, *Vivandeira do 16 de linha*, *Miguel Strogoff* e *Brazileiro*. Com a companhia d'este theatro seguiu depois ao Rio de Janeiro, indo tambem como director de scena. Ali representou nos dramas: *Duas orphãs*, *Um drama no fundo do mar*, *João José*, *A Dama das camelias*, *Tosca*, *Consciencia*, *A Morgadinha de Valflôr*, etc. Organisou depois uma nova companhia com que percorreu o estado de S. Paulo, e regressou a Lisboa em 1897, entrando novamente para o theatro de D. Maria II, onde representou no drama *O Regente*, substituindo o actor Ferreira da Silva, que saira do theatro. Nos ultimos annos tem-se conservado no theatro de D. Amelia, e com esta companhia foi em abril de 1910 ao Brazil. Ali exerce tambem os cargos de ensaiador e director de scena. Antonio Pinheiro escreveu: *Theatro Portuguez*, *arte e artistas*, Lisboa, 1909.

Antonio Pinheiro

**Pinheiro** *(D. Antonio)*. Bispo de Miranda e de Leiria, etc. N. em Porto de Moz, e fal. em Lisboa a 9 de dezembro de 1582, segundo o que parece mais provavel. Era filho de Pedro Braz do Couto, e de Leonor Alvaro Pinheiro. Logo em creança revelou grande talento, e el-rei D. João III o mandou estudar em Paris as sciencias humanas e divinas no collegio de Santa Barbara, onde teve por mestre o reitor do mesmo collegio, o apreciado theologo Diogo de Gouveia. Tornou-se muito distincto na lingua latina, e nas sciencias citadas, assim como em eloquencia, arrebatando quantos o ouviam, que o consideravam como oraculo. De discipulo passou a mestre no referido collegio, explicando Rhetorica. A fama do seu elevado merito fez com que D. João III o mandasse recolher a Portugal; não se sabe ao certo a data da sua volta, mas já aqui estava com certeza em 1541, porque n'este anno dedicou elle ao referido monarcha, em 25 de outubro, a traducção do *Panegyrico de Plinio a Trajano*. D. João III o nomeou mestre dos moços fidalgos que frequentavam o Paço, determinando depois que o fôsse unicamente do principe D. João, seu filho, que foi o pae d'el-rei D. Sebastião. Quando o principe foi jurado herdeiro da corôa, nas côrtes reunidas em Almeirim a 30 de março de 1544, D. Antonio Pinheiro recitou a *Oração* que anda nas suas obras, e em que muito se distinguiu. Tambem o nomeou seu prégador, capellão e conselheiro, o que lhe deu muita honra, passando por sua mão todos os negocios de importancia que D. João III tratava em Roma. Succedeu no cargo de chronista mór do reino a Fernão de Pina, por carta de 16 de julho de 1550, e o soberano lhe recommendou que escrevesse a vida d'el-rei D. Manuel, seu pae, a que elle não pôde satisfazer. Havia prégado na trasladação dos ossos d'el-rei D. Manuel e mais pessoas reaes, no mosteiro de Belem, a 21 de outubro de 1551, e D. João III, ainda em vida, ordenou que fôsse elle quem prégasse nas exequias que por sua alma se deviam celebrar no referido mosteiro, o que veiu a realisar-se em 14 de junho de 1557. Dois dias depois, a 16, fez a pratica na acclamação d'el-rei D. Sebastião. Em nome do povo de Lisboa, no anno de 1561, fez a fala á rainha D. Catharina, para que não quizesse deixar a regencia do reino; e nas côrtes de Lisboa, a 12 de dezembro de 1562, orou em nome do estado ecclesiastico, e leu a declaração da mesma rainha, em que entregava a regencia ao cardeal D. Henrique. Vagando o bispado de Miranda pela mudança que D. Sebastião fez de D. Julião d'Alva para seu capellão-mór em 1564, o mesmo soberano o elegeu bispo d'aquella diocese, para onde logo partiu, segundo se affirma nos *Retratos e elogios dos varões e donas*, onde se diz que Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, escreveu erradamente a da-

ta da posse, em 1570, pois que no anno de 1566 lhe dirigiu carta de convocação o arcebispo de Braga, D. Fr. Bartholomeu dos Martyres como seu suffraganeo, para assistir ao concilio d'aquella cidade a 3 de junho, e como tal faz d'elle menção Damião de Goes, na parte IV da *Chronica d'el rei D. Manuel*, que imprimiu e assignou em 1567, no fim do capitulo 37 dizendo: *Antonio Pinheiro que agora é bispo de Miranda*. D. Antonio Pinheiro foi tambem guarda mór do Archivo Real, visitador e reformador da Universidade de Coimbra, em 1565, cujo documento de nomeação foi lido em claustro a 16 de janeiro d'esse anno, sendo reitor Ayres da Silva. A 9 de fevereiro disse na capella da Universidade a missa do Espirito Sauto, depois da qual todos os lentes fizeram, pela primeira vez, em observação dos decretos tridentinos e da ordem regia, a profissão de fé catholica. Pouco tempo se demorou no exercicio d'este cargo. Em 1573, o infante cardeal D. Henrique lhe dirigiu uma carta, para que em virtude da bulla de motu proprio de Pio V, fôssem por elle examinados os religiosos, e approvados para confessores. Esta carta, dizem, que existe no Archivo Real, e é datada de Salvaterra a 4 d'abril. A 8 de dezembro do mesmo anno disse a oração no capitulo geral da ordem de Christo, que D. Sebastião fez celebrar em Santarem na egreja de Santa Maria de Marvilla; em 1574, por occasião de se benzer o estandarte que D. Antonio, prior do Crato, levou quando partiu para Tanger, fez a prégação no mosteiro de Belem em 15 de julho; em 12 de setembro acompanhou D. Sebastião na primeira jornada a Africa, a ahi mostrou grande liberdade, prégando em Tanger na sua presença contra aquella empresa, o que lhe causou grande desgosto, pois foi mandado a renunciar o bispado, para que se elegeu logo Fr. Marcos de Lisboa, que depois foi bispo do Porto, e que tambem estava em Tanger, o que todavia não teve effeito, como refere D. Rodrigo da Cunha, *Parte II dos Bispos do Porto, cap. 39*. Transferido D. Fr. Gaspar do Casal para a egreja de Coimbra no anno de 1579, passou D. Antonio Pinheiro para a mitra de Leiria, que por elle vagára, por nomeação do cardeal D. Henrique, de quem era muito especial valido, sendo um dos juizes que assignaram a annulação da sentença, que D. Antonio, prior do Crato, obteve da sua legitimidade. Deu em Almeirim principio ás côrtes, que o mesmo cardeal-rei chamara de Lisboa, por uma Oração que recitou a 11 de janeiro de 1580, e teve grande parte na irresolução que então pareceu seguir-se para abonar as pretenções de Castella, o que elle manifestou pelos recados, que da parte d'el rei levava aos povos. Tambem orou nas côrtes que Filippe II de Hespanha e I de Portugal, fez convocar em Thomar, como no juramento do rei a 16 de abril 1581, nas côrtes a 20, e no juramento do principe D. Diogo a 23 do mesmo mez e anno de 1581. D. Antonio Pinheiro foi muito apreciado orador latino, assim como na eloquencia portugueza, sendo sempre chamado pelos nossos monarchas para orador das maiores funcções sagradas e politicas, concorrendo a ouvil-o muitas pessoas de todas as classes. Manuel de Faria e Sousa chamou-lhe o *Cicero portuguez*. Escreveu: *Summario da prégação funebre, que o Dr. Antonio Pinheiro prégador d'El-rei nosso senhor, fez por seu mandado no dia da trasladação dos ossos dos muito altos e muito poderosos principes, El-rei D. Manuel seu pae, e a Rainha D. Maria sua mãe, de louvada memoria*, Lisboa, 1551; *Oração que fez para o juramento do muito alto, e muito excellente principe D. João, pae d'El-rei D. Sebastião nosso senhor, para o qual juramento chamou a côrtes o muito alto e muito poderoso rei D. João III, que Deus tem, em Almeirim*, etc, Lisboa, 1563; *Oração que fez na sala dos Paços da Ribeira nas primeiras côrtes que fez o muito alto e muito poderoso Rei D. Sebastião I nosso senhor, governando seus reinos a muito alta e muito poderosa Rainha D. Catharina, sua avó*, Lisboa, 1563; *Resposta do procurador de Lisboa leterado, que foi o doutor Lopo Vaz, a qual por mandado d'El-Rei D. João III lhe fez o doutor Antonio Pinheiro para elle a dizer*, Lisboa, 1663. D'estas obras, que se conservavam manuscriptas, fez o professor Bento José de Sousa Farinha uma collecção, que publicou com o titulo seguinte: *Collecção das obras portuguezas do sabio bispo de Miranda e de Leiria D. Antonio Pinheiro, Prégador d'el rei D. João III*, Lisboa, tomo I, 1784; tomo II, 1785.

**Pinheiro** *(Bernardo Francisco)*. Um dos liberaes que fôram enforcados no dia 7 de maio de 1829 no Porto. Era natural do concelho da Feira, no logar das Ayras, freguezia de S. Jorge, e capitão de ordenanças.

**Pinheiro** *(Carlos José)*. Doutor em Medicina e cirurgia, e lente de Anatomia e operações na Universidade de Coimbra, socio da Academia das Sciencias de Lisboa, etc. N. em Villa Rica, capitania de Minas Geraes, no Brazil, fal. em Coimbra a 21 de março de 1844. Era filho de Luiz Pinheiro Lobo. Veiu muito novo para Portugal, e matriculou-se na Universidade, e depois d'um curso dos mais distinctos, recebeu o grau de doutor em Medicina e cirurgia a 28 de julho de 1816. Dedicando-se ao magisterio, obteve em 26 de agosto de 1825 a propriedade da cadeira de Anatomia, operações cirurgicas e arte obstretica, graças aos bons serviços que prestára como demonstrador d'aquella disciplina. Em 1830 alcançou a collocação de quarto lente, favorecido pela circumstancia de se inclinar para o partido realista. Em 1823, estivera o dr. Carlos José Pinheiro quasi a ser victima da *junta expurgatoria*, a qual propoz a sua exclusão da Universidade, pela franqueza e menos reserva com que se expressava a respeito de materias religiosas. Dedicando-se com interesse ás especialidades da sua cadeira, tratou da formação d'um gabinete de anatomia normal e pathologica. Doze annos gastou em preparar por suas mãos um grande numero de peças, logrando deixar no theatro anatomico umas trezentas, bem dispostas e classificadas, cujo catalogo publicou em 1828. No anno anterior havia offerecido á Academia das Sciencias uma memoria sobre uma prenhez-extra-uterina de mais de 20 annos, e sendo admittido no gremio d'essa corporação scientifica, enviou-lhe depois mais duas memorias sobre assumptos medico-cirurgicos. Em 20 de fevereiro de 1833 foi por ordem da Universidade estudar a epidemia da Cholera-morbus, que grassava em Aveiro, e a esse respeito publicou um *Relatorio*. Outros muitos serviços prestou o dr. Carlos José Pinheiro á humanidade enferma n'essa calamitosa epoca, em varios pontos do paiz, sendo mandado por

ordens superiores, e por esses serviços benemeritos e humanitarios, o governo miguelista o honrou com a carta de conselheiro e a commenda da ordem de Christo. Depois de se restabelecer o regimen constitucional, o dr. Carlos José Pinheiro, por pertencer ao partido miguelista, foi demittido do corpo docente da Universidade, juntamente com outros lentes, por carta regia de 15 de julho de 1834. Desde então, viveu em condições muito precarias até fallecer. Um dos seus biographos, o dr. Mirabeau, disse a seu respeito estas sentidas palavras: «Se florescesse em tempos menos agitados e continuasse a servir na cadeira que tão distinctamente regia, continuaria por maiores o mais assignalados trabalhos os creditos de grande anatomico e bom professor.» Escreveu: *Inventario das peças e preparados contendos no theatro anatomico e museu pathologico da Universidade*, Coimbra, 1829; *Relatorio da epidemia de Aveiro*, Lisboa, 1833; não traz no frontispicio o seu nome, mas vem assignado no fim. Este *Relatorio* foi muito censurado, assim como o seu autor, pelo dr. Lima Leitão, no opusculo *Fragmento da historia da Epidemia que sob o nome de cholera-morbus chegou a Portugal em 1833*. Na *Gazeta Medica do Porto*, tomo I, publicou: *Topographia medica do logar da Cava, junto á Figueira da Foz*, trabalho que o dr. Rodrigues de Gusmão inculca como paradygma aos que houverem de emprehender eguaes trabalhos. No tomo II da referida *Gazeta Medica* publicou: *Ensaio sobre um novo methodo de ligar a arteria no aneurisma*.

**Pinheiro** (*Diniz*). Artista dramatico muito apreciado. N. no Porto em 23 de setembro de 1855, onde tambem fal. em 12 d'abril de 1894. Era typographo, mas sentindo grande vocação para a arte dramatica, resolveu seguir a vida d'actor, e aos 18 annos de edade, estreou se no theatro da Trindade, do Porto, entrando no drama *Um martyr da Victoria*. Esteve depois nos theatros Baquet e Principe Real, fazendo boa carreira, representando nas operetas: *Perichole*, *Bilha quebrada*, *Chapéo de tres bicos*, *Mascotte*, *Os sinos de Corneville*, etc. Veiu depois para Lisboa, escripturado para o Gymnasio, onde se conservou alguns annos, entrando em grande parte do reportorio, sendo sempre applaudido. Passou mais tarde á Trindade, debutando a 20 de dezembro de 1884 na opereta a *Ave azul*, sendo muito bem recebido pelo publico. Permaneceu n'este theatro até 1892, entrando nas operetas: *Mocidade de Figaro*, *Princeza das Canarias*, *Moleiro d'Alcalá*, *Cavalleiros andantes*, *Gato preto*, *Moira de Silves*, *Sorte Grande*, *Collegio de meninas*, *Tio Celestino*, etc. Saindo então da Trindade no referido anno de 1892, tentou diversas empresas, sendo uma d'ellas no theatro da Avenida, sendo sempre infeliz, soffrendo muitos desgostos e prejuizos. Diniz era bastante intelligente e activo, mas dotado d'um genio arrebatado; as contrariedades que o não deixavam, muito influiram no seu animo, e nos ultimos tempos da sua vida andava n'uma continua excitação nervosa, que lhe attrahia bastantes conflictos, até que por fim se suicidou, disparando um tiro de revolver no peito, n'uma rua do Porto, na madrugada de 12 d'abril de 1894, contando apenas 39 annos de edade. As causas que o obrigaram a tão desesperada resolução ficaram envoltas no mais profundo mysterio

**Pinheiro** (*D. Diogo*). Doutor em Leis, commendatario de S. Simão, de Carvoeiro, da Junqueira e de Castro de Avellão, conselheiro de Estado, desembargador do Paço, D. Prior de Guimarães, etc. Em 1483 foi advogado do duque de Bragança D. Fernando. Apezar de saber que o seu papel era n'aquella lugubre tragedia o de um comparsa, apezar da sua qualidade de advogado, porque nada podia fazer para salvar o duque, antecipadamente condemnado no espirito d'el-rei, o dr. Diogo Pinheiro escreveu um manifesto em que pretendia mostrar a innocencia do duque de Bragança, e protestou energicamente contra as monstruosidades do processo. Esse proceder não lhe alcançou as boas graças de D. João II, valeu-lhe, porém, a de seu successor, el-rei D. Manuel, que o nomeou bispo do Funchal em 1514, sendo elle o primeiro bispo d'aquella diocese. Foi sepultado no convento de Thomar, por ser vigario da ordem de Christo.

**Pinheiro** (*Fr. Estevão*). Religioso carmelita que na batalha d'Alcantara em 1580, trocando o crucifixo pela espada, animava os portuguezes, e conseguiu arrastal os, já depois de repellidos, a voltarem a fazer frente aos hespanhoes. Tambem foi um dos que Filippe II exceptuou da amnistia que concedeu, mas parece que pôde escapar se do cadatalso com que o ameaçava.

**Pinheiro** (*P. Francisco*). Jesuita. N. em Gouveia, e falleceu a 27 de julho de 1661. Entrou na Companhia de Jesus em 1611. Foi doutor em Theologia pela Universidade de Evora, reitor dos collegios de Evora e de Coimbra. Deixou publicadas duas obras em latim, uma sobre *Censo e emphyteuse*, e outra sobre *Testamentos*.

**Pinheiro** (*D. Gonçalo*). Bispo de Çafim, de Tanger e de Vizeu. N. em Setubal em 1499, onde tambem falleceu em novembro de 1567. Era filho de João Pires e de Leonor Rodrigues Pinheiro. Estudou na Universidade, então em Lisboa, e depois na de Salamanca. Alcançando fama de grande letrado, foi admittido, ainda antes de receber o grau de doutor, por collegial no collegio de S. Bartholomeu. Voltando a Portugal obteve alguns beneficios, em que o apresentou o duque de Bragança D. Jayme, e oppondo se a uma canonezia de Evora, pôde obtel-a, tomando posse a 18 de junho de 1533, a qual renunciou depois em seu sobrinho Diogo Mendes de Vasconcellos com approvação do arcebispo do cabido. D. João III o nomeou seu desembargador e bispo de Çafim. Sendo eleito mais tarde bispo de Tanger, recebeu em Medina del Campo uma carta do referido soberano, em 1543, nomeando-o embaixador á côrte de França, onde foi muito bem recebido pelo rei Francisco I. Regressando ao reino, D. João III o nomeou desembargador do Paço por carta de 14 de novembro de 1548. Passou depois ao bispado de Vizeu, tomando posse em 1553. D. Gonçalo Pinheiro exerceu ainda outras commissões de grande importancia. Foi muito perito nas linguas grega e hebraica, assim como na astronomia e geometria. As *Constituições do bispado de Vizeu*, impressas em 1556, andam em nome d'este bispo.

**Pinheiro** (*Fr. João*). Religioso professo da ordem militar de Christo, e compositor de musica que floresceu no seculo XVII. Era natural de Thomar, e professou no convento da sua ordem d'aquella cidade, onde sempre viveu no exercicio

da arte musical. O catalogo da livraria de D. João IV menciona d'este compositor dois villancicos do Natal, a 3, 5 e 6 vozes; dois motetes a 6 vozes, e uma missa a 12 vozes sobre o thema do hymno *Ave Regina Cœlorum*.

**Pinheiro** *(Fr. João)*. Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Setubal em 1521, fal. em Roma a 2 de março de 1562. Era filho de Jorge de Cabedo, fidalgo da casa dos infantes D. Pedro e D. Fernando, filhos do D. João I, e de Thereza Pinheiro, irmã do bispo de Vizeu D. Gonçalo Piubeiro. Foi para Bordéos em 1538, acompanhado pelo seu preceptor, o P. Alvaro Bernardo, e ali completou o curso de humanidades, na Academia, regida pelo dr. André de Gouveia, portuguez natural de Beja. Cursou depois jurisprudencia em Tolosa, e ahi tomou o habito da ordem dominicana, continuando a seguir os estudos superiores, os quaes concluiu com muita distincção, tomando o grau de doutor em Theologia, pela Universidade de Paris. D. João III o chamou para reger a cadeira de vespera na Universidade de Coimbra, onde acabava de estabelecer todas as faculdades. Tomou posse da cadeira a 23 de março de 1558. Tambem exerceu o cargo de vice reitor. Chamaram-lhe o *Pae da lingua latina*, pela perfeição com que a escrevia e falava. Desejoso de viver retirado, deixou Coimbra, e recolheu-se ao mosteiro da sua ordem de Villa Nogueira de Azeitão, onde se dava alternativamente ás praticas religiosas e ao exercicio das letras e sciencias. Estando D. Gonçalo Pinheiro, bispo de Vizeu e seu tio, cançado pela idade e prostrado pelas doenças, el-rei D. Sebastião nomeou Fr. João Pinheiro para tomar parte nas sessões do Concilio de Trento. De Villa Nogueira partiu a pé, chegando a Roma muito doente, e ali falleceu. A obra mais notavel de Fr. João Pinheiro, tem o titulo de *Comment. in S. Script.*, que não chegou a publicar-se e se perdeu. Consta, porém, que era um livro do elevado merecimento.

**Pinheiro** *(João Carlos Morão)*. Escrivão do civel em Lisboa e dos aggravos da Casa da Supplicação. N. em Lisboa em 8 de dezembro de 1750, onde tambem falleceu a 16 de novembro de 1833. Seu pae tinha egual nome, e era um jurisconsulto muito considerado, e por mais de 50 annos foi advogado do numero da Casa da Supplicação, tendo o partido das casas de Barbacena, Fronteira, Louriçal, Minas, Unhão e outras. Sua mãe chamava-se D. Clara Rosa de Leão. Foi educado em Bordéos, onde esteve com seu pae, o qual, tendo enviuvado, contrahiu segundas nupcias, em 1766 com D. Leonor Violante Rosa do Valle, prima de sua primeira mulher. Bibliographia: *Amidia, ou os triumphos da virtude; conto moral vertido do francez*, Lisboa, 1820; *Collecção de charadas para entreter e exercitar o engenho, pela maior parte allusivas á fabula, á historia e á geographia*, Lisboa, 1833; sem o nome do autor; *O triumpho da virtude ou as aventuras da religiosa D. Olympia, escriptas a uma sua amiga; dedicadas á ex.ma sr.a D. Anna Felicia Coutinho Pereira de Sousa Horta Tavares Amado e Cerveira*, Lisboa, 1799; *A concordia nacional, nascida da nova constituição*, Lisboa, 1821; *Ode aos triumphos da patria e á organisação social, do que nascerá a felicidade a Portugal*, Lisboa, 1821.

**Pinheiro** *(João Torres)*. Pharmaceutico em Thomar, antigo presidente da camara municipal, etc. N. em Envendos, freguezia do concelho de Mação, a 24 de março de 1858. Frequentou com o maior aproveitamento o Instituto Abrantino. Aos 16 annos de edade, em novembro de 1874, foi para Thomar, para casa de seu tio, o pharmaceutico Francisco Alves Christovão Pinheiro, em cuja pharmacia começou desde logo a praticar, acompanhando por esse modo a theoria do curso respectivo que assiduamente proseguiu com reconhecida vantagem para o exame complementar. Em 13 de março de 1884 fez exame final do seu curso em Coimbra, recebendo a mais lisonjeira classificação. Dada a prova da sua habilitação continuou á frente do estabelecimento onde fizera a aprendizagem que lhe devia conferir um diploma de pharmaceutico. Tres annos depois, a 9 de dezembro de 1887, fallecia seu tio, legando-lhe a casa sob a clausula do cumprimento d'algumas disposições testementarias, ás quaes deu a mais immediata execução. Depois do periodo anterior a esse facto que determinou outra orientação na sua vida, o sr. João Torres Pinheiro desejou fortalecer a sua illustração pelo conhecimento directo dos elementos de riqueza moral e material dos outros povos. Antes, porém, de dar principio á execução do seu plano, emprehendeu uma viagem pelo paiz, em que visitou as cousas mais notaveis, habilitando-se por este modo a fazer confronto indispensavel entre as bellezas naturaes e dos productos da nossa civilisação com os de outras nacionalidades Partiu então para o estrangeiro, percorrendo as principaes cidades de Hespanha, França, Belgica, Allemanha e Inglaterra. Em 1889 foi eleito pela primeira vez vereador da camara municipal de Thomar, logar de que tomou posse a 2 de janeiro do 1890, e pela fórma distincta, com que se houve, não tardou a ser eleito presidente, cargo em que foi successivas vezes reeleito, até 1903, inclusivé. Nas suas viagens, o sr. João Torres Pinheiro alcançara grandes conhecimentos, e sabendo que a cidade de Thomar precisava de urgentes melhoramentos materiaes, formára o seu juizo sobre as obras a emprehender para dotar a cidade e o concelho de beneficios de ha muito tempo reclamados. O periodo da sua primeira gerencia ficou assignalado pelo inicio e desenvolvimento de obras importantes. Durante as suas gerencias seguintes esses melhoramentos fôram progredindo, e no fim de alguns annos a cidade e o concelho de Thomar estavam verdadeiramente transformados. O edificio da camara foi muito melhorado, procedeu-se ao calcetamento e canalisação de varias ruas, a praça de D. Manuel passou a ser um dos mais bellos logares da cidade; o jardim publico tambem recebeu aformoseamento, sendo ali construido um bom coreto de cantaria e ferro; tratou se de impedir a destruição de plantas, arbustos e flôres, e de conservar o aceio dos jardins. Tratou se tambem da plantação d'arvores em arruamentos, onde era praticavel sem prejuizo do desafogo dos edificios, e em todos os largos e logradouros publicos, o que muito contribue para a hygiene. Um dos maiores melhoramentos, que o presidente da camara, o sr. João Torres Pinheiro, alcançou, foi a canalisação das aguas de Marmelães para abastecimento da população da cidade, e a illumina-

ção electrica, sendo a concessão explorada por uma empresa particular. Nas freguezias do concelho tambem se sentiu a influencia do prestimoso presidente, com a realisação de alguns melhoramentos, taes como, construcção de estradas, caminhos e pontes, sobresaindo a ponte sobre o rio Nabão junto á fabrica do Prado, obra d'arte valiosa. Tambem prestou serviços á instrucção primaria, sendo creadas algumas escolas no concelho, e construidos alguns edificios escolares. Tem sido sempre de maior desinteresse, recusando-se a acceitar mercês e honrarias com que os governos pretenderam recompensar-lhe os grandes serviços prestados. Em 1893, sendo agraciado, por decreto de 21 de setembro, com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição, sendo ministro do reino o sr. conselheiro João Franco, rejeitou essa graça. O sr. João Torres Pinheiro contribue, como socio, para quasi todas as aggremiações de Thomar; é socio da Sociedade de Geographia, da Sociedade Pharmaceutica Lusitana e do Centro Pharmaceutico Portuguez da cidade do Porto.

**Pinheiro** (*Fr. Jorge*). Religioso da ordem de S. Domingos. N. em Agueda, e fal. em Coimbra, não se conhecem, porém, as datas do nascimento e fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1635. Era filho de Pedro Jorge e de Maria Pinheiro. Professou no convento de Lisboa a 15 de fevereiro de 1589. Foi doutor em Theologia, e lente da cadeira de prima da Sagrada Escriptura, em que se jubilou a 7 de fevereiro de 1647; prior do convento da Batalha, proviucial eleito em 1634, e deputado da inquisição de Coimbra, de que tomou posse a 2 de abril de 1635. Deixou impressos alguns sermões.

**Pinheiro** (*José*). Jurisconsulto, desembargador da Casa da Supplicação e dos Aggravos a 27 de novembro de 1676; procurador da Corôa a 7 de dezembro de 1678; conselheiro da Fazenda e juiz das justificações do reino. N. em Lisboa e fal. a 8 de junho de 1694. Sendo procurador da cidade de Lisboa nas côrtes de 1674, recitou as seguintes praticas: *Pratica no primeiro acto em que foi jurada a serenissima infanta D. Izabel Luiza Josepha*, Lisboa, 1674; *Pratica no segundo acto de proposição ás Côrtes*, Lisboa, 1674. Estão ambas reunidas ás do bispo de Lamego D. Luiz de Sousa, a que servem de respostas, formando um só folheto com o titulo: *Praticas que se fizeram nos dois actos de Côrtes que o Principe nosso senhor mandou convocar, e se celebraram na cidade de Lisboa a 20 e 22 de janeiro de 1674*, Lisboa, 1674.

**Pinheiro** (*José do Nascimento*). Capitão de infantaria. N. no Porto em 28 d'agosto de 18 9, assentou praça em 28 de maio de 1879, sendo despachado alferes em 9 de janeiro de 1881, promovido a tenente em 23 de janeiro de 1890, e a capitão em 24 de março de 1898. Tomou parte na campanha d'Africa em 1898, como ajudante de campo do coronel Galhardo, distinguindo-se muito no combate de Coelella; entrou na acção de Manjacaze. Mais tarde esteve na India, exercendo as funcções de sub-chefe do estado maior, tendo desempenhado tambem o logar de administrador e presidente da camara de Sanquelim, revelando-se tão intelligente funccionario que, ao partir para Lourenço Marques na qualidade de ajudante do coronel Joaquim José Machado, o povo fez-lhe uma calorosa manifestação de sympathia. Encarregado d'uma syndicancia á alfandega de Lourenço Marques, de tal modo se conduziu que foi louvado por uma portaria do ministerio da marinha. Em 1902 fez parte da missão de Barotze, e em 1904 foi nomeado governador do districto do Congo, na provincia de Angola, onde ainda se conserva. O sr. capitão Nascimento Pinheiro é official da ordem d'Aviz, e official por serviços distinctos da mesma ordem; official da Torre e Espada, e possue as medalhas de comportamento exemplar e para commemorar a expedição a Moçambique em 1894 e 1895.

**Pinheiro** (*P. Luiz*). Jesuita. N. em Aveiro em 1560, fal. em Lisboa, na Casa Professa de S. Roque em 1620. Era filho de Antonio Pinheiro e de Jeronyma Mariz. Entrou na Companhia de Jesus, no collegio de Coimbra, a 21 de novembro de 1576. Foi durante seis annos reitor do collegio da ilha de S. Miguel, e visitador d'outros collegios das ilhas. Escreveu em hespanhol o seguinte: *Relacion del successo que tuvo nuestra santa sé en los reynos del Japon desde el ano de seiscentos y doze hasta el de seiscentos y quinze, imperando Cabosama*, Madrid, 1617. Foi traduzida esta obra na lingua franceza, e impressa em Paris, em 1618.

**Pinheiro** (*P. Manuel*). Jesuita. N. em Ponta Delgada, fal. em 1618. Entrou na companhia de Jesus, no noviciado de Lisboa, a 8 de novembro de 1573, e partindo para o Oriente em 1591, empregou-se nas missões no imperio do Mogol. Deixou algumas cartas, que fôram traduzidas em italiano e em francez, que se publicaram em Roma e em Paris.

**Pinheiro** (*Manuel Alves de Sousa Mendes*). General de cavallaria, jornalista e escriptor. N. em Santarem a 7 de junho de 1829, fal. em Lisboa a 13 de dezembro de 1892. Na vida official deixou de usar os appellidos *Mendes Pinheiro*. Foi por algum tempo ajudante de campo do general commandante da 6.ª divisão militar e professor das linguas franceza e ingleza. Era commendador da ordem de Aviz. Collaborou no *Campeão do Vouga*, *Campeão das provincias*, *Jornal do Commercio*, *Viriato*, *Revista militar*, *Viziense*, *Jornal do exercito*, *Encyclopedia popular*, etc. Escreveu: *Uma scena da vida*, drama em 3 actos; e as seguintes traducções: *Historia d'um morto contada por elle mesmo*, de Alexandre Dumas, Lisboa, 1867; *As duas mães*, de Jacob, Lisboa, 1857; *Um palacio sem nome: um mysterio de Paris*, de P. Chevalier, Lisboa, 1857; *O conde de Chatay*, de Jacob, Lisboa, 1857; *A Flauta de Sinart*, drama, representado por uma sociedade de amadores dramaticos, em 1862; *O espelho do diabo*, comedia em 1 acto extrahida d'um conto francez, do mesmo titulo; *O duque de Ormond*, comedia.

**Pinheiro** (*Manuel da Cunha*). Licenceado em Canones pela Universidade de Coimbra, chantre da sé de Leiria, promotor, deputado e inquisidor da inquisição de Lisboa, deputado do conselho geral do Santo officio e do conselho d'el-rei a 5 de julho de 1720. N. em Lisboa, onde tambem fal. em março de 1734. Era filho de Antonio da Cunha Pinheiro, fidalgo da Casa Real, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, e de D. Luiza Maria da Silva e Athaide. Deixou manuscriptos alguns volumes de *Familias de Portugal*.

**Pinheiro** *(D. Miguel Ximenes Gomes Rodrigues Sandoval de Castro e Viegas, 1.º visconde de)*. General de divisão reformado, do conselho d'el-rei, commendador das ordens de Christo, da Torre e Espada, e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; cavalleiro da de Aviz; condecorado com a cruz de ouro das campanhas do Rio da Prata; gran-cruz da ordem de Izabel a Catholica, commendador da de Carlos III, cavalleiro de 1.ª classe da de S. Fernando, todas de Hespanha. N. em Montevideu a 25 de fevereiro de 1806, fal. em Lisboa a 22 de maio de 1884. Era filho de D. Manuel Ximenes Gomes Sandoval de Castro e Vargas, commendador das ordens de Christo e de Izabel a Catholica, e de sua primeira mulher D. Margarida Rodrigues Calheiros. Tendo-se alistando n'um dos batalhões civicos de Montevideu, foi em 23 de março de 1823 despachado alferes ajudante, e depois promovido a tenente, e havendo tomado parte com esse corpo nas operações militares em que andava empenhada a nossa divisão de voluntarios d'el-rei, quando esta fôrça retirou para Portugal, veiu tambem para aqui o joven D. Miguel, que chegou a Lisboa em 1824. Desconhecem-se as circumstancias particulares da sua vida no periodo que desde então correu até aos fins do anno de 1832, em que emigrando para o Porto, entrou como voluntario nas fileiras do exercito libertador. Servindo ás ordens do general Zagallo, assistiu ao ataque da Foz em 24 de janeiro e passando a 22 de fevereiro a servir ás ordens do general Saldanha, tomou parte brilhante no resto da campanha, merecendo logo em 25 de outubro ser nomeado tenente do estado maior do exercito, em attenção aos seus bons serviços e á maneira distincta porque se portára em todos os combates travados nas linhas do Porto e depois na defeza da capital. Acompanhando sempre o seu general quando este foi em seguimento do exercito miguelista, assignalou-se novamente na tomada de Pernes, Luna e Torres Novas, sendo-lhe em vista da recommendação de Saldanha mandada contar a sua antiguidade no exercito portuguez desde 1823, e dando novas provas de valor e coragem na batalha d'Almoster, foi agraciado com a commenda da Torre e Espada, tendo já anteriormente merecido o grau de cavalleiro da mesma ordem. Terminada a guerra foi D. Miguel Ximenes promovido a capitão para o estado maior em 24 de julho de 1834, e continuando sempre ao lado do marechal, entrou na revolta de 1837, e foi por isso, segundo as disposições da convenção de Chaves, separado do quadro do exercito. Jurando depois a nova constituição, foi collocado em maio de 1838 na 3.ª secção, e em 1840, quando Saldanha foi a Hespanha tratar da questão do Douro, levou comsigo o seu antigo ajudante que regressou a Lisboa em junho de 1841. Reintegrado no serviço activo, serviu sempre ás ordens do marechal até 1851, assistindo á batalha de Torres Vedras, e sendo então agraciado com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição. Quando o marechal Saldanha, em abril de 1851, se resolveu definitivamente a fazer uma revolução para derrubar o ministerio do conde de Thomar, foi D. Miguel Ximenes um dos seus mais dedicados companheiros e um dos officiaes que mais trabalharam para fazer vingar esse movimento, e por isso, quando a guarnição do Porto se pronunciou e se formou o exercito regenerador, foi Ximenes escolhido para exercer o importante cargo de ajudante general d'essa fôrça. Tendo triumphado a revolução o marechal veiu para Lisboa; seguiu-se a sua nomeação de presidente do conselho de ministros, a de ministro da guerra e de commandante em chefe do exercito; tratando de organisar a secretaria d'esse commando, nomeou D. Miguel subchefe do estado maior, concedendo-lhe ao mesmo tempo a graduação de brigadeiro, e o titulo de visconde de Pinheiro, em duas vidas, por decreto de 21 de maio de 1851. Em agosto seguinte foi nomeado governador geral d'Angola, mas continuando ainda a desempenhar as funcções de sub chefe do estado-maior general só em julho de 1853 é que partiu para o ultramar, onde foi curta a sua demora. A noticia de ter sido aberta n'aquella provincia ultramarina uma subscripção para o general governador, sem que elle a isso se oppuzesse, e favorecendo-a até pelo contrario, segundo, então se disse, causou em Portugal uma grande sensação; este triste facto foi levado ás camaras, discutido largamente na imprensa, e o governo julgou conveniente mandar recolher o general, que a titulo de doença voltou para Lisboa em agosto de 1854, passando de novo a occupar o seu antigo logar no commando em chefe do exercito, até que esta repartição superior foi extincta. Posteriormente serviu algum tempo de chefe de estado-maior no commando do corpo a que pertencia, e em 1865 foi promovido a general de brigada e depois nomeado vogal do Supremo Conselho de Justiça Militar. Quando em dezembro de 1869 alguns officiaes fizeram uma manifestação a favor do marechal Saldanha e contra o ministro que então tinha a pasta da guerra, o visconde de Pinheiro tomou parte n'isso e mais tarde acompanhou Saldanha no movimento de 19 de maio de 1870; não teve nenhuma outra commissão, e continuou sempre no Supremo Tribunal até ser reformado no posto de general de divisão em 1874. O visconde de Pinheiro casou a 15 de dezembro de 1833, com D. Maria José de Azevedo e Silva, filha de José Luiz da Silva, cavalleiro da ordem de Christo, e de sua mulher, D. Maria Carlota de Azevedo.

**Pinheiro** *(D. Rodrigo)*. Bispo de Angra e do Porto; doutor em Direito civil e canonico, etc. N. em Barcellos em 1482 e fal. a 10 d'agosto de 1572, com 90 annos de edade. Era filho de Diogo Pinheiro, D. Prior da collegiada de Guimarães. Sendo ordenado de presbytero, possuiu a abbadia de Santa Marinha de Ferreira, em que foi provido em 1528, passando depois para a egreja de Tongodinho, pela renuncia que n'elle fez D. Miguel da Silva, que fôra eleito bispo de Vizeu. Obtendo a abbadia de S. Martinho de Soago, que era do padroado real, foi eleito deputado do conselho geral do Santo Officio, de que tomou posse a 6 de junho de 1539. Foi desembargador de D. João III, e depois bispo de Angra, em cuja dignidade foi confirmado pelo pontifice Paulo III a 1 de outubro de 1518. Não partiu para a sua diocese, porque o monarcha julgou ser muito conveniente ao seu serviço a prescuça de tão grande vassalo, e por isso o nomeou governador da Casa do Civel de Lisboa. Sendo transferido do Porto para o arcebispado de Braga, o bispo D. Fr. Balthazar Limpo, succedeu lhe na diocese do Porto D. Rodrigo Pinheiro em 1552, contando já 70 annos

de edade. Foi elle que fez a quinta de Santa Cruz, distante legoa e meia do Porto, com o palacio e ermidas. Quando era bispo do Porto, foi que os jesuitas se estabeleceram n'aquella cidade. Deixou varias cartas escriptas em latim.

**Pinheiro.** Pov. e freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 70 fog. e 332 hab. Dista 10 k. da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. A terra é fertil, tem bom vinho verde, cria muito gado, e nos seus montes apparece muita caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Minho, conc. e com. de Vieira distr. e arceb. de Braga; 139 fog. e 565 hab. Tem esc. do sexo fem.; dista 4 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita do rio Ave. A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 réis de rendimento. A terra é muito fertil; cria muito gado bovino, que exporta. Tem bastante caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santo Antonio, da prov. da Beira Baixa, conc. d'Aguiar da Beira, com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 130 fog. e 521 hab. Tem caixa postal e dista 6 k. da séde do conc. Está situada nas proximidades da margem direita do rio Vouga. O vigario d'Aguiar da Beira apresentava o cura, que tinha 7$50 réis de congrua e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso || Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 101 fog. e 362 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada de Margaride a Freixeiro, a 4 k. da séde do conc. Esta freg. está annexa á de Friande, e pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. Vicente, da prov. do Douro, conc e com de Penafiel, distr. e bisp. do Porto; 190 fog. e 801 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Está situada a 5 k. da margem direita do rio Tamega, na estrada de Penafiel a Santa Clara de Torrão, e a 12 da séde do conc. A esta freg. chama se vulgarmente *Pinheiro da Vandoma*. A casa dos herdeiros de Gonçalo Thomaz Peixoto da Silva Almeida Macedo e Carvalho, o fidalgo da *Calçada*, da villa de Alemquer, apresentava o abbade, que tinha 1:200$000 de rendimento. Dá-se a esta freguezia o nome de *Pinheiro*, porque a egreja matriz primitiva foi construida ao cimo do logar assim chamado, em razão d'um grande e antiquissimo pinheiro, que existia ali. A pov. e parochia são muito antigas, porque sendo a primitiva egreja matriz, muito pequena, já bastante damnificada pelo tempo, e em logar pouco central, se construiu a que hoje existe, no logar de Eiró em 1326, que é em melhor sitio. Em 1825 foi reedificada, ficando então um bom templo. O terreno é muito fertil em milho, vinho verde, centeio e algum azeite, legumes, fructas e hortaliças. Cria muito gado bovino. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Castro Daire, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 400 fog. e 1562 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est post. Está situada na margem direita do rio Paiva, a 5 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o reitor, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, foi villa, a que el-rei D. Manuel deu foral, em Lisboa, a 13 de julho de 1514. O terreno é montanhoso, mas tem valles ferteis em cereaes. E' abundante de gado e de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Pov e freg. de Santa Maria, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Oliveira de Frades, distr. e bisp. de Vizeu; 230 fog. e 1:291 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita do rio Vouga. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 250$000 réis de rendimento. A freg. é muito antiga, fertil em milho, mas produz pouco dos outros cereaes. No local onde está a actual egreja, existiu em tempos remotos uma ermida dedicada a Nossa Senhora, e porque junto d'ella havia um monstruoso pinheiro, se denominou *Santa Maria do Pinheiro*, titulo que passou á freguezia. Este pinheiro antiquissimo caiu por occasião d'um grande temporal, em 1700. A egreja matriz está fóra do logar, em sitio deserto, não havendo ali senão as casas da residencia do parocho, proximo da egreja. A imagem da padroeira é de pedra, muito antiga; julga-se ser a da primitiva ermida. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 11, com a séde em Santa Comba Dão. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbade de Neiva, conc de Barcellos, distr. de Braga. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: N. S.ª do Livramento, de Achadas da Cruz, conc. de Porto Moniz; Sant'Anna, conc. do mesmo nome; S. Braz, do Arco da Calheta, conc. da Calheta; S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos; N. S.ª da Natividade, de Faial, conc. de Santa Anna; N. S.ª do Monte, conc. do Funchal; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Pouta do Sol. || Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Airães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Marinha de Alheira, conc. de Barcellos, distr. de Braga || S. Martinho, de Alvaredo, conc de Melgaço, distr. de Viauna do Castello. || S. Lourenço, de Alvellos, concelho de Barcellos, distr. de Braga || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª da Conecição e conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Bartholomeu e conc. de Arouca, districto de Aveiro. || Santa Maria, de Arrifana, concelho de Poiares, distr. de Coimbra. || S. João Evangelista, de Athães, conc. de Villa Verde, districto de Braga. || S. Pedro, de Athaide, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Bairro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª da Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, districto do Porto. || N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Victor, conc. e distr. de Braga. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Viauna do Castello. || Santa Maria, de Campanhã, bairro oriental do Porto. || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Canellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Pedro, de Cette, concelho de Paredes, do

mesmo distr. || S. Pedro, de Cesar, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Couto, concelho de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo Adrião, de Duas Egrejas, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Comba, de Eiras, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo Emilião, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Martinho, de Espinho, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro, de Esqueiros, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Maria, de Fregim, concelho de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Salvador, de Gandra, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santos Cosme e Damião, do Garfe, conc. de Povoa de Lanhoso, distr de Braga. || Santo Estevão de Geraz do Minho, do mesmo conc. e distr. || S. João Baptista, de S. João de Loure, conc. de Albergaria-a-Velha, districto de Aveiro. || S. Braz, de S. João de Tarouca, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu. || Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Sebastião da Pedreira, 3.º bairro de Lisboa. || S. Thiago, de Lordello, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Pedro, de Loureiro, conc. de Peso da Regoa, districto de Villa Real. || S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Lustosa, conc de Louzada, do mesmo distr. || N. S.ª da Luz, de Luz, conc. de Tavira, distr. de Faro. || Santo André e conc. do Mafra, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Marmeleira, conc. de Mortagoa, distr. do Vizeu. || S. Sebastião, de Meãs do Campo, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || S. João Evangelista, de Mindello, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra || N. S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e districto de Leiria. || Santa Maria, de Moure, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Sebastião, de Moiriseas, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Santa Eulalia, de Nespereira, concelho de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Clemente, de Paços de Gaiolo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Papizios, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Parada e Barbuda, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Vicente, de Penso, conc. e distr de Braga. || S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc de Ancião, distr. de Leiria. || S. Thiago e conc. do Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição e Povoa de Varzim, distr. do Porto. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || Santa Marinha, de Real, conc. do Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr de Vizeu. || S. Thiago, de Rio Meão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vioira, distr. de Braga. || S. Miguel, de Sago, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Clemente, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo André, de Sanhoane, concelho de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Maria, de Santar, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo Isidoro, de Santos Evos, conc. e distr. de Vizeu. || S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || S. Mamede de Serzedo, conc. de V. N. de Gaia, districto do Porto || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª da Conecição e conc, de Silves, distr. de Faro || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra || S. Cypriano, de Taboadello, conc. de Guimarães, distr. de Braga || Santa Maria Maior, de Tarouquella, concelho do Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Telhado, conc. de Villa Nova de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago da Guarda, conc de Ancião, distr. de Leiria. || S. Mamede, de Travanca, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Valbom, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || S. Thiago, de Valladares, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Martinho, de Valle de Bouro, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Veiros, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Romão, do Villa Cova de Vez de Aviz, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. Miguel de Villa Franca, conc. e distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Piedado e conc. de Villa Nova de Ourem, distr. de Santarem. || S. Julião, de Villar Secco de Lomba, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança. Tem caixa post. || Sant'Anna, de Vimieiro, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª da Salvação e conc. do Arruda dos Vinhos, distr. de Lisboa. || O Salvador, de Barreira, conc. e distr. de Leiria. || N. S.ª das Mercês, de Carvalhal Bemfeito, conc. de Caldas da Rainha, do mesmo distr. || N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc de Thomar, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, concelho d'Alcobaça, distr. de Leiria. || N. S.ª da Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || S. Thiago, de Villela, conc. de Amares, distr. de Braga. || Santa Maria, de Ferreiros, do mesmo conc. e districto.

**Pinheiro d'Aguiar.** Pov. na freg. de Santo Antonio, de Pinheiro, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

**Pinheiro d'Além** Pov. na freg. de S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, districto do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

**Pinheiro d'Aquém.** Pov. na freg. de S. Verissimo, de Valbom, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

**Pinheiro de Azere.** Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Santa Comba Dão, distr. e bisp. de Vizeu; 256 fog. e 895 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, correio com serviço de posta rural, e uma fabrica de telha. A pov. dista 4 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades do rio Mondego. Foi por alguns seculos cabeça do concelho do seu nome, com camara, juiz ordinario, etc. Teve foral dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 10 de

fevereiro de 1514. E' n'esta freg. a capella de *N. S.ª da Ribeira*, ou do *Pranto*, hoje da *Piedade*, que foi o mais celebre santuario d'estas terras. Está situada entre montes, mas em logar aprazivel, correndo-lhe a pouca distancia o rio Mondego. O templo é de boa architectura e vasto, tendo ao N uma frondosa alameda, e proximo, casas para abrigo dos romeiros. Esta capella, consta, ser muitissimo antiga, sendo o seu primitivo nome *Santa Maria Maior*. Parece ter sido a egreja d'uma freguezia, supprimida ha já muitos seculos. Segundo a lenda, a imagem foi achada entre uns rochedos da serra, por caçadores que passaram ali casualmente, e que elles e o povo construiram logo uma capella. Com as frequentes reparações e reedificações, apenas a capella-mór mostra vestigios de grande antiguidade, pois é a antiga capella. O corpo da egreja que se lhe reuniu, foi construido em 1660, e é vasto e elegante. Tem altar-mór e dois lateraes, todos de talha dourada. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão. Era do conc. de S. João d'Areias, que se supprimiu por decreto de 7 de setembro de 1895, sendo então annexada ao conc. de Santa Comba Dão.

**Pinheiro de Baixo.** Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Julião e conc. de Mangualde, distr. de Vizeu. || S. Martinho de Rio Mau, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Braz, de Varzea, concelho de Elvas, districto de Portalegre.

**Pinheiro de Barregãs.** Pov. na freg. de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Pinheiro da Bemposta.** Freguezia do concelho e comarca de Oliveira de Azemeis, districto de Aveiro, bispado do Porto. Dista 6 k. da séde do concelho a que está ligada por duas importantes vias de communicação: a estrada real n.º 10, que vae do Porto a Coimbra, atravessando-a de norte ao sul; e o caminho de ferro do Valle do Vouga, que segue a mesma direcção, com uma estação no Pinheiro e um apeadeiro em Figueiredo, por onde se serve esta povoação e a antiga villa da Bemposta. Tem uma escola do sexo masculino, com casa propria, no logar de Areosa, com professor e ajudante; e uma escola do sexo feminino, com professora e ajudante. E' séde de juizado de paz, tem medico do partido, pharmacia, estação postal, com duas distribuições diarias na Bemposta e Pinheiro. Pela transferencia para Oliveira de Azemeis, em 1904, do notario Manuel da Conceição Rocha e Silva, ficou supprimido o tabellionato que continuou aqui a manter-se, depois da extincção do concelho e julgado da Bemposta. Foi juiz de fóra n'esta villa no fim do seculo XVIII e principio do XIX, o dr. Patricio Luiz Ferreira Tavares da Silva que, quando juiz de fóra em Elvas, se distinguiu por occasião da Guerra Peninsular. Além da egreja matriz, cujo orago é S. Paio, construida no principio do seculo XVIII, ha 4 capellas publicas e 2 particulares, sendo estas a de *S. José*, na quinta de Fontechãs, junto á Casa, mandada construir pelo capitão Antonio Cardoso da Cunha, em 1680, e a de *S. Gonçalo*, na Bemposta, fundada em 1774 pelo capitão-mór Francisco da Silva Soares. A egreja era do padroado real e a villa dos condes de Villa Verde, marquezes de Angeja. Na Bemposta existem ainda os paços do concelho, com a sua escadaria tão caracteristicamente portugueza, hoje propriedade da Casa de S. Gonçalo, de que é actual senhor José Barbosa de Quadros, assim como existe o pelourinho, onde se vê na parte superior, em relevo, duas espheras armilares, uma cruz e um escudo de armas, monumento que attesta ás gerações futuras a jurisdicção e autonomia municipaes. O concelho da Bemposta, que se compunha, em 1514, quando el-rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 13 de julho, das povoações da Bemposta, Figueirêdo, Fontechãs, Pinheiro, Branca, Salreu, Canellas, Fermelã, Contumil, Santiaes, Deveza e Sequins, era formado, em 1855, quando foi extincto, das seguintes freguezias: Pinheiro da Bemposta, Palmaz, Branca, Ribeira de Fragoas, Loureiro, Ul, Macinhata da Seixa e Travanca. Esta freguezia e concelho, ponto forçado entre Porto e Coimbra, soffreram, como muitas outras terras do paiz os horrores e devastações dos exercitos de Napoleão. Albergaria-a-Nova, d'este então concelho, foi theatro de um combate no dia 10 de maio de 1809, em que o exercito alliado ficou victorioso. Proximo do Pinheiro, no sitio chamado Olho Marinho, os francezes bivacaram, partindo d'ahi á pilhagem pelos logares circumvisinhos. Na passagem por esta villa assassinaram, violaram e destruiram; a vingança, porém, não se fez esperar, pois que, sendo attrahidos á quinta de Fontechãs, ahi pagaram, com a vida, as suas proezas. Mas nem só aqui os habitantes d'esta freguezia pagaram doloroso tributo á desgraça, visto que, no dia 29 de março de 1809, morreu, juntamente com outros seus conterraneos, na cidade do Porto, o capitão de ordenanças d'esta villa Manuel de Almeida Soares, d'aqui natural Ha n'esta freguezia casas-solares illustres, e a sua historia menciona homens notaveis. Todas estas casas, excepto a do Barral, são ainda hoje propriedade da familia de seus fundadores. São as seguintes: = *Casa do Barral*. Descendem dos Fonsecas d'esta casa os marquezes de Orlhana, de Hespanha, e outras familias nobres de Portugal. Contam-se entre os seus homens distinctos, Fernão Tavares da Fonseca, fidalgo por alvará de 1570, armado cavalleiro em Africa, onde serviu o seu paiz; João Rodrigues da Fonseca, fidalgo de cota de armas por carta passada em 1574; Miguel da Fonseca, capitão-mór da Bemposta; Matheus da Fonseca, que serviu em Tanger, fidalgo de cota de armas por carta de 1627 = *Casa da Bemposta*: Provém a familia d'esta casa de Fernão Affonso de Albuquerque, mestre da ordem de S. Thiago, embaixador a Inglaterra no tempo de D. João I. Os seus homens illustres são, entre outros: P. Pedro de Araujo Aranha, formado em duas faculdades, conego chantre de S. Pedro da sé de Coimbra; Manuel de Araujo de Albuquerque, guarda reposte da Casa Real em 1681, 1685; 1686, cavalleiro professo do habito de Christo, cavalleiro fidalgo em 1686, com varias tenças, familiar do Santo Officio; Marcelliuo Raymundo de Tavares da Silva de Araujo e Albuquerque, familiar do Santo Officio, mamposteiro da Ordem da Santissima Trindade e Redempção dos Captivos, cavalleiro da ordem de Christo, fidalgo de cota de armas, por carta de 1779. No seculo XIX, fôram senhores d'esta casa, por casamentos

com descendentes, herdeiras d'ella: José Joaquim Mendes Ribeiro Martins Pereira, da familia da quinta da Gandra, em Silva-Escura, presidente da camara do concelho da Bemposta, juiz, pela Ordenação, monteiro mór de Angeja; Bernardino Alvares de Araujo e Albuquerque, descendente, por outra linha, dos Albuquerques, da Casa da Bemposta, dos Tavares da Silva, da quinta dos Sequeiros, senhor da casa das Prezas, em Silva-Escura, alferes de milicias, presidente da camara de Sever do Vouga, procurador á junta geral do districto; Sebastião Maria de Quadros Côrte Real, descendente dos Quadros, da quinta de S. Pedro, em Arouca, dos Pintos, de Ferreiros de Tendaes, dos Coutinhos, do couto de Leomil, dos Tavares, de Mira, dos Tavoras, do Mogadouro, senhor da casa do Almeu, violinista distincto, organisação privilegiada de artista, espirito honesto, intelligente e culto, muito apreciado e celebrado no districto de Aveiro e na cidade do Porto, onde conheceu os artistas do seu tempo, fallecido com 38 annos, em 1891, quando tanto havia a esperar do seu talento de virtuose eximio.=*Casa de Fontechãs*: Procede da casa solar de Cardoso, de S. Martinho de Mouros. Evidenciaram-se na familia de Fontechãs, principalmente: Diogo de Andrade Cardoso, fidalgo da Casa Real e senhor da casa de Fontechãs; Diogo de Andrade Cardoso, que teve uma provisão regia; Antonio Cardoso da Cunha, morgado de Fontechãs, morgado da Boa Vista, familiar do Santo Officio e capitão de ordenanças da villa da Bemposta; dr. José Cardoso da Cunha, distincto advogado e genealogista. Por morte de Onofre de Almeida Teixeira e Cunha, ultimo morgado, n'esta familia, de Fontechãs, possuiram esta casa o dr. Caetano José Tavares de Quadros Côrte Real, formado e classificado, em Canones, pela Universidade de Coimbra, cavalleiro fidalgo da Casa Real, e seu sobrinho o capitão Caetano José Tavares de Quadros Côrte Real, ambos parentes dos Cardosos da Cunha.=*Casa do Pinheiro:* Na familia d'esta casa, que descende dos Sás, de Condeixa, distinguem-se: Ruy de Sá Pereira, commendador de S. Mamede; D. Simão de Sá Pereira, bispo de Lamego e Porto, natural de Coimbra; Jeronymo Pereira de Sá, presidente do desembargo do Paço; Matheus Pereira de Sá, inquisidor da Inquisição de Coimbra; João Pereira de Mello Leitão, capitão-mór da villa da Bemposta; Manuel José de Sá Pereira de Mello Leitão, capitão-mór da Bemposta, fidalgo de cota de armas, por carta de 1776; dr. João de Mello Pereira de Sá, sargento mór e capitão-mór da Bemposta. No seculo XIX foi senhor d'esta casa, em virtude do seu casamento, o dr. João Evangelista Alvares de Araujo, sasgento mór, capitão-mór, administrador, presidente da camara do concelho da Bemposta=*Casa de S. Gonçalo:* E' o solar dos Henriques da villa da Bemposta, onde nasceu Belchior Vaz Pacheco Henriques, cavalleiro do habito de Christo, capitão de infantaria, sargento-mór de batalha, posto em que morreu, por ser um dos primeiros que subiram os muros de Badajoz, em 1658. Foi senhor d'esta casa, na segunda metade do seculo XVIII, o dr. Francisco da Silva Soares, parente dos ditos Henriques, que foi familiar do Santo Officio, monteiro-mór de Estarreja e capitão-mór da Bemposta. Seu filho Francisco Joaquim Soares e Silva Brandão, presidente da camara municipal da Bemposta, juiz, pela Ordenação, coronel de milicias da Feira, por carta patente de 1808, notabilisou-se, por occasião das invasões francezas, pondo, n'um bello gesto patriotico, á disposição da patria em perigo, a sua intelligencia, actividade e riqueza. Fallecendo sem filhos, em 1852, legou a Casa de S. Gonçalo a seu parente Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, descendente dos Barbosas, da casa de Carreira, em Ossella, dos Quadros da quinta de S. Pedro, em Arouca, vice-presidente e presidente da camara municipal de Ovar, administrador d'este concelho, procurador á junta geral do districto. Seu filho, o dr. Augusto Barbosa de Quadros, delegado do procurador regio e juiz de direito, foi tambem senhor da Casa de S. Gonçalo. Homens notaveis d'esta freguezia, além dos já referidos: D. Fr. Sebastião de Ascenção, natural da Senhora da Ribeira, frade da Ordem de S. Domingos, bispo de Cabo Verde em 1610. Fr. Joaquim de Santo Antonio, natural da villa da Bemposta, formado em duas faculdades, procurador geral da ordem de S. Bento. P. Francisco de Almeida, da villa da Bemposta, conego secular de S. João Evangelista. Dr. P. Domingos Pacheco Soares, da villa da Bemposta, prior d'esta freguezia. Dr. P. Manuel José Pacheco Soares, prior d'esta freguezia, natural da villa da Bemposta. Dr. P. Antonio Vaz Pacheco, da villa da Bemposta, prior do Fundão. Dr. P. João Baptista Alvares de Araujo, do logar do Calvario, provisor do bispado de Aveiro. Dr. José Maria da Silva Pinto, da villa da Bemposta, juiz de fóra em Vianna, auditor em Lisboa, juiz do crime em Aveiro e Idanha, juiz de direito em Oliveira de Azemeis. José Antonio de Almeida Soares, da villa da Bemposta, alferes, capitão de ordenanças, ultimo capitão-mór d'esta villa. Dr. Daniel da Silva Ribeiro, do logar do Pinheiro, chanceller e consul no Brazil, commendador da ordem de Christo e da ordem da Rosa, que tinha a carta de conselho. Dr. Abel da Silva Ribeiro, do logar do Pinheiro, medico do partido em varias terras, commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. Dr. João Evangelista de Araujo e Mello, do logar do Calvario, juiz ordinario do julgado da Bemposta, vereador da camara municipal do concelho de Oliveira de Azemeis, procurador á junta geral do districto de Aveiro.

**Pinheiro do Bolim**. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Villa Facaia, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

**Pinheiro do Bordallo**. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

**Pinheiro de Borges**. Pov. na freg. de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, dist. de Vizeu

**Pinheiro da Camara** *(José)*. Governador das ilhas de Cabo Verde, que em 1711 entregou covardemente, sem a menor resistencia aos francezes, que a saquearam, a cidade da Ribeira Grande. Mais tarde foi governador de S. Thomé e Principe, desde 1722 até 1727.

**Pinheiro da Camara** *(Manuel Antonio)*. Governador de Cabo Verde em 1792, sendo transferido para S. Thomé em 1697, onde foi rendido em 1702. No seu tempo fez-se grande commercio com o Gabão.

**Pinheiro Chagas** *(Alvaro da Silva)*. Primeiro official da secretaria do Instituto Industrial e Commercial, jornalista humoristico muito distincto. N. em Lisboa a 19 de maio de 1872, sendo um dos filhos do grande escriptor e publicista do mesmo appellido Foi redactor do *Correio da Manhã*, jornal dirigido por seu pae. reapparecendo na imprensa diaria como director do *Jornal da Noite* Foi depois director do *Diario Illustrado*, onde creou uma secção humoristica, assignada

Alvaro da Silva Pinheiro Chagas

com o pseudonymo de *Amselmo*, a qual tem o titulo de *Notas d'um lisboeta*, secção que se tornou muito apreciada. Estas notas colligiu depois em dois volumes, dos quaes o primeiro teve logo duas edições no espaço d'um anno. Consta que brevemente publicará o terceiro volume. Alvaro Pinheiro Chagas fundou ha bastantes annos uma empresa editora romantica, intulada *As tres bibliothecas*, que publicou alguns romances. Agora dirige o *Correio da Manhã*, que se fundou em 1909, onde tem continuado a sua secção humoristica.

**Pinheiro Chagas** *(Frederico da Silva)*. 2.º tenente de marinha. N. em Lisboa a 1 de junho de 1882, sendo um dos filhos mais novos do grande escriptor Manuel Pinheiro Chagas. Assentou praça a 4 de outubro de 1900, como aspirante de segunda classe; promovido a guarda-marinha a 29 de setembro de 1905, e a 2.º tenente em 4 de outubro de 1907. Tendo concluido a estação de Cabo Verde, como guarda marinha, pediu e obteve o ser nomeado para fazer parte da expedição encarregada de pacificar os gentios da Guiné. Fez toda essa campanha, tendo cinco elogios em combate, feitos em ordem de serviço, e por isso lhe foi dado o officialato e o collar da ordem da Torre e Espada, além da medalha D. Amelia, concedida a todos os militares que tomaram parte em campanhas africanas. Publicou um livro, intitulado *Guiné*, que é muito valioso. No *Diario Illustrado* e no *Correio da Manhã* publicou muitos artigos sobre assumptos de marinha, assumtos a que se dedicava com enorme enthusiasmo, porque, na verdade, era um apaixonado pela vida de marinha. Muitos d'esses artigos não eram assignados, mas quando os assignava, usava do pseudonymo de *Nihil*. Além d'isso collaborou em todas as secções do jornal: *Eccos* politicos, *Notas d'um lisboeta*, que assignava com o pseudonymo *Fred*, sendo uma d'estas notas deliciosa, que intitulou *O Rapa republicano;* impressões de theatro e de baile; e descripções de festas em thermas e praias, em que tinha sempre humorismo; entrevistas sobre varios assumptos, etc. Era um jornalista completo. Além das condecorações citadas, possuia tambem a de Merito Naval, de Hespanha, cujas insignias lhe fôram offerecidas pela officialidade do couraçado hespanhol *Nautilus*, condecoração que o proprio commandante, o immediato e os restantes officiaes pediram directamente ao governo hespanhol que lhe fôsse concedida. Frederico Pinheiro Chagas fez parte da guarnição do *Adamastor*, d'onde saira pouco tempo antes da revolução do principio de outubro de 1910, para, addido á Majoria general da armada, frequentar o curso da Escola Colonial, que desejava fazer. O desditoso official, não podendo resistir ao enormissimo desgosto de vêr uma grande parte da officialidade de marinha adherir ao movimento revolucionario que implantou a Republica em 5 d'outubro de 1910, recorreu

Frederico da Silva Pinheiro Chagas

ao suicidio, preferindo a morte á sua adhesão a outro regimen, que não fôsse a monarchia que acabára de succumbir, e estando em Valle de Zebro, suicidou-se com um tiro de revolver. A sua morte causou o mais profundo desgosto a seus irmãos e outras pessoas de familia, que muito o estremeciam; aos seus amigos e camaradas, porque Frederico Pinheiro Chagas era muito estimado e contava grande numero de amigos. A sua memoria será immorredoura, e sempre gloriosa

pelo nobre e patriotico designio que o arrebatou ao suicidio em plena mocidade, pois contava apenas 28 annos.

**Pinheiro Chagas** *(João)*. Jornalista e escriptor. N. no Rio de Janeiro a 1 do setembro de 1863, sendo descendente d'uma familia de liberaes, que no periodo das luctas civis teve de emigrar. Veiu para Portugal, e foi educado em Lisboa, indo depois para o Porto, onde, dedicando-se ao jornalismo, entrou em 1883 para a redacção do *Primeiro de Janeiro*. N'aquelle jornal começou logo a manifestar d'um modo notavel as suas brilhantes qualidades litterarias, imprimindo na secção de *noticiario* uma feição toda moderna, e fazendo da reportagem até ahi a cargo de localistas banaes, uma secção cheia de interesse, de pittoresco e de brilho. Depois de permanecer alguns annos n'aquella redacção, veiu para Lisboa com a idéa de montar um jornal republicano, e collaborou então no *Tempo*, *Correio da Noite*, e

João Pinheiro Chagas

no *Dia*. O jornal que intentava fundar foi a *Republica portugueza*, onde muito se distinguiu na polemica politica vigorosa contra as instituições, pela vehemencia da argumentação, e pela fórma artistica que dava aos seus artigos, ainda os mais violentos. Em 1890, em seguida ao *Ultimatum* de Inglaterra de 11 de janeiro, que promoveu em todo o paiz uma profunda agitação, escreveu com a sua reconhecida energia uma serie de artigos sobre o assumpto. A sua attitude de jornalista, envolveu-o naturalmente em alguns processos, de que lhe resultou ser preso na Relação, e por um d'esses processos foi condemnado, em 26 de janeiro de 1891, a 10 dias de prisão, sentença que estava ainda cumprindo quando no dia 31 d'esse mez rebentou a revolta no Porto. Como a sua attitude na *Republica Portugueza* fôsse de ataque violento, e n'alguns artigos appellasse para a intervenção do exercito como o meio mais rapido de vingar o insulto que a nação recebera de Inglaterra, expiados os 10 dias da sentença, continuou ainda preso na Relação, como cumplice da revolta e um dos seus principaes promotores, sendo como tal julgado nos conselhos de guerra que funccionaram em Leixões, e condemnado a 4 annos de prisão cellular, ou na alternativa, a 6 do degredo. Em 20 de setembro de 1891 embarcou a bordo do transporte *India*, que estava fundeado em Leixões, sendo conduzido pela policia á estação das Devezas, partindo á noite no comboio para Lisboa. Veiu desembarcar na estação dos Olivaes, partindo d'ali n'um trem com o commissario de policia, então o sr. Pedroso de Lima, entre guardas. Chegando ao Caes dos Soldados passou o preso para um escaler a vapor do arsenal, guarneecido por marinheiros armados e commandado por um official de marinha. O escaler atracou pouco depois ao vapor *S. Thomé*, a cujo commandante o preso foi confiado, para que elle o entregasse ás autoridades de Mossamedes. O vapor largou ferro no dia 22 de setembro de 1891. Em Africa tentou pôr em pratica um plano de evasão, já antecipadamente estudado, mas falhou essa tentativa, conseguindo, porém, mais tarde, em 1 de novembro, realisar esse audacioso projecto, fugindo para Paris, onde chegou, apóz de varias peripecias, que elle narra no seu curioso livro *Trabalhos forçados*, a 15 de janeiro de 1892. Levado pelo seu espirito irrequieto e audacioso, que ainda nos momentos mais graves, se manteve sempre na mais perfeita serenidade, aventurou-se, em fevereiro seguinte, a entrar em Portugal clandestinamente, estando uns dias no Porto sem a policia nada saber. Em setembro do mesmo anno tentou novamente vir ao Porto, mas d'essa vez teve a infelicidade de ser descoberto e preso n'uma casa da rua de Santo Ildefonso, onde um amigo intimo o recebera. Sendo novamente conduzido para Africa a cumprir o degredo, foi encarcerado na fortaleza de S. Miguel, e ali permaneceu até 1893, regressando então a Portugal, em virtude da amnistia decretada para os então criminosos politicos da classe civil. Continuou a viver no Porto, onde sempre foi muito estimado. Os trabalhos soffridos nem o alquebraram nem o desalentaram, e chegando a Portugal, publicou em 1893 e 1894 os *Pamphletos* que fôram logo querellados, e em 1897 e 1898, o jornal *A Marselheza*, que egualmente foi querellada e muitas vezes aprehendida. Tendo de responder por varios processos do querella emigrou para Madrid, explicando os motivos que o levaram a proceder d'esse modo, redigindo d'aquella capital o *Paiz*, cuja direcção assumiu em 1898, quando o redactor principal Alves Correia foi obrigado a sair por causa da enfermidade que, pouco depois, o levou á sepultura. Quando estava cumprindo sentença em Africa, foi proposto deputado por accumulação, reunindo em todo o paiz uma grande votação. João Chagas foi um dos fundadores da Associação dos Jornalistas e Homens de letras do Porto, e tem escripto e publicado as seguintes obras: *Diario d'um condemnado politico*; *Na brécha*; *De bond; Crime da Sociedade;* d'esta obra só uma parte lhe pertence, pois teve de interromper o seu trabalho durante o tempo em que permaneceu em Madrid, de 1898 e 1899; *Trabalhos forçados; Historia da Revolta do Porto*, tendo por collaborador Manuel Maria Coelho. Traduziu a *Martyr* de D'Ennery, primeiramente publicada em folhetins no *Primeiro de Janeiro*, e

a prosa da opereta *Os Bandidos*, de Offenbach, que se representou no theatro do Principe Real do Porto. Na revolta projectada de 28 de janeiro de 1908, que ficou mallograda, tambem o sr. João Chagas esteve envolvido, o que lhe valeu ser preso e encarcerado no quartel dos Paulistas, d'onde saiu depois do assassinio do rei D. Carlos e do principe real D. Luiz Filippe, em 1 de fevereiro, e da queda do ministerio João Franco. Mais tarde, pela amnistia concedida aos prisioneiros politicos, ficou completamente livre, proseguindo na sua vida de jornalista e de escriptor, sendo um dos membros mais importantes do partido republicano.

**Pinheiro das Chagas** *(Joaquim)*. Secretario particular de el rei D. Pedro V e major do exercito. N. em Lamego a 5 de fevereiro de 1809, fal. em Lisboa a 3 de dezembro de 1859. Era filho de Manuel Pinheiro, medico, e de sua mulher, D. Maria Thereza. Aos 16 annos de edade, depois de concluidos os preparatorios, foi para Coimbra na intenção de se formar em Medicina, o que não pôde conseguir por se ter em 1828 alistado no batalhão academico que se formara para defender a causa liberal, e que tão brilhantes e desinteressados serviços prestou durante a guerra civil a que poz termo a Convenção de Evora Monte. Como soldado do batalhão tomou Pinheiro Chagas parte em todos os combates em que este corpo se distinguiu, e de que rezam com merecido louvor as chronicas contemporaneas. Depois do conhecido e lamentavel caso do *Belfast*, que ia contribuindo para anniquillar de vez as aspirações e as esperanças dos defensores da causa liberal, Pinheiro das Chagas entrou em Hespanha com os restos do exercito constitucional, seguindo mais tarde para Inglaterra, couto da foragida liberdade, como lhe chamou Almeida Garrett, mas que por vezes desmentiu com os emigrados portuguezes a fama do seu hospitaleiro agazalho, encerrando-os no barracão de Plymouth, uma das mais dolorosas recordações do exilio d'aquelle heroico punhado de bravos que arriscou a vida e fazenda em nome da redempção moral da patria opprimida e vilipendiada. Os tormentos que passaram ali, o desprezo e deshumanidade, com que o governo inglez os tratou, inspiraram a Pinheiro das Chagas uns artigos que elle intitulou *Noites do Barracão*, e tiveram então immensa voga, como ecco que eram do sentir geral de todos os seus companheiros do infortunio. O verdadeiro titulo d'este curioso, e hoje rarissimo, livro é *As noites do barracão passadas pelos emigrados portuguezes em Inglaterra; em verso alexandrino*, Paris, 1834. Pinheiro das Chagas fez parte da expedição dos Açôres commandada pelo conde de Villa Flôr, mais tarde duque da Terceira, contribuindo para a defeza da ilha Terceira, e tambem com os seus camaradas do batalhão academico, para submetter ao dominio do governo constitucional as demais ilhas do archipelago. Entretanto, se a causa da emigração não ganhava terreno, conquistava lentamente para si os espiritos timidos e animava o duque de Bragança á aventurosa expedição para Portugal, confiado na dedicação dos seus partidarios e no apoio moral que os seus esforços iam encontrando na imprensa e nos parlamentos estrangeiros. Pinheiro das Chagas foi um dos bravos da expedição do exercito libertador que veiu desembarcar nas praias do Mindello em julho de 1832, e tomou parte muito activa na defeza do Porto. Organisada depois a expedição para o Algarve, de que tomou o commando o general duque da Terceira, foi Pinheiro das Chagas nomeado para fazer parte do destacamento do batalhão academico que exclusivamente constituia a artilharia do corpo expedicionario, podendo por este simples facto ajuizar-se ainda hoje de que prestante auxilio não foi á consolidação do governo constitucional na nossa terra a desinteressada corporação da mocidade academica. No combate da Cova da Piedade, um dos ultimos feridos n'aquella sangrenta lucta de irmãos, ficou Pinheiro das Chagas estendido no campo como morto em resultado de uma violenta contusão na cabeça, tributo que raros dos seus camaradas deixaram de pagar á fixidade das suas crenças e ao amor pela sua terra natal. Quasi ao terminar a guerra civil já em Lisboa, e depois de haver sido dissolvido o corpo academico, permittindo se aos estudantes optarem pela continuação dos seus respectivos cursos ou pela entrada no exercito com o posto de alferes, a que todos tinham mais que justificado direito, Pinheiro das Chagas optou pelo serviço militar, a que se habituara nas rudes provações do exilio, sendo collocado em infantaria n.º 18, fazendo o resto da campanha da Liberdade até á memoravel batalha da Asseiceira, em que tomou parte. Joaquim Pinheiro das Chagas foi um homem de inexcedivel modestia, e de completo desapêgo das ostentações e vaidades sociaes. Uma unica preocupação o dominava o cultivo da intelligencia, já então prómettedora de seu filho unico, o futuro estadista e distincto escriptor Manuel Pinheiro Chagas. Foi n'este proposito que acceitou, por convite do general Augusto Palmeirim, então director do Collegio Militar, o logar de official do mesmo collegio, isto no intuito de vigiar e dirigir a educação de seu filho, que n'elle era alumno, e se dispunha a seguir a carreira das armas. Foi por este tempo, e quando exercia interinamente o logar de director do Collegio Militar, que el-rei D. Pedro V teve occasião de o conhecer, de avaliar o alcance da sua intelligencia e a solidez dos seus conhecimentos, affeiçoando-se-lhe desde logo com a bonhomia caracteristica de todos os actos da vida do joven monarcha, chamando o mezes depois para o logar de seu secretario particular. Cumpre denunciar como hereditaria em D. Pedro V esta honrosa affeição pelo seu secretario, antes confidente das maguas e dissabores de que a realeza não anda isempta. (V. *D. Pedro V*, n'este vol., pag. 504). El-rei D. Fernando já distinguia Pinheiro das Chagas com a sua amizade muito antes de 1857, anno em que este fôra chamado para desempenhar as melindrosas funcções de secretario d'um rei moço e estudioso, e dedicado, como elle dizia, ao seu *officio de reinar*. Apezar da fortuna por vezes lhe haver sorrido, Pinheiro das Chagas teimou sempre em viver na obscuridade, negando-se quer ás seductoras exterioridades da côrte, quer ao arruido fascinador da publicidade. Dotado de grande intelligencia, já na emigração era conhecido como poeta de largos horisontes, como o prova uma *Ode* a Catão, que se recitou em Plymouth n'uma recita do *Catão*, de Almeida Garrett, e que teve um exito enorme. Esta *Ode*, além do seu merito litterario, exprimia os sentimentos dos

emigrados que viam a sua energia e o seu vigor paralysados por falta de chefe, e por discordias dos que deviam dirigir o movimento liberal. Fiel aos principios da sua mocidade, poucos artigos firmou com o seu nome, e esses mesmos só quando julgou que d'elles lhe poderia advir responsabilidade perante a classe a que pertencia, e taes são os que escreveu e assignou na *Revista Militar*, então nascente, e que a boa camaradagem lhe não permittia negar o auxilio da sua collaboração. Como poeta, pertenceu á escola intermedia entre a classica que chegava ao seu termo, e a romantica que principiava a despontar acaudilhada em Inglaterra por lord Byron, em França por Victor Hugo e Lamartine, em Hespanha pelo duque de Ribas, em Portugal por Almeida Garrett. Deixou bellas traducções de Parny, Turquety, Lamartine, Thomaz Gray, Goldsmith, lord Byron e de Victor Hugo. Tambem traduziu e ampliou por ordem d'el-rei D. Pedro V a *Chave da Sciencia*, do dr. Brewer, para ser adaptada ás escolas portuguezas. Esta traducção ficou interrompida pela inesperada morte de Pinheiro das Chagas, contando apenas 50 annos, e parecendo gozar de boa saude. Deixou ineditas umas *Memorias*, manifestando o desejo de que só fôssem publicadas 20 annos depois do sua morte. O seu funeral realisou-se no dia 5 de dezembro de 1859, sendo os seus restos mortaes depositados no jazigo do conde da Ponte no cemiterio dos Prazeres; um anno depois fôram trasladados para jazigo proprio, onde se gravou a seguinte inscripção:

AQUI JAZ
JOAQUIM PINHEIRO DAS CHAGAS.
NASCEU NA CIDADE DE LAMEGO
A 5 DE FEVEREIRO DE 1809.
FALLECEU NA DE LISBOA
A 3 DE DEZEMBRO DE 1859.
ILLUSTRADO ESPIRITO, E MODESTO,
SOUBE SER BOM CIDADÃO,
BOM AMIGO E SOLDADO HONRADO.
PERTENCEU AO CORPO ACADEMICO.
FEZ TODAS AS CAMPANHAS PELA LIBERDADE
DESDE 1828 ATÉ 1834
SENDO UM DOS DEFENSORES DA ILHA TERCEIRA,
E DA CIDADE DO PORTO.
ERA MAJOR DO EXERCITO,
E SECRETARIO PARTICULAR DE
EL REI O SENHOR D. PEDRO V,
POR CUJA ORDEM
SE LEVANTOU ESTE MONUMENTO.
1860

**Pinheiro Chagas** *(Manuel)*. Lente do Curso Superior de Letras, ministro da marinha, deputado, par do reino, socio effectivo e secretario geral da Academia Real das Sciencias de Lisboa, presidente da Junta do Credito Publico, jornalista e escriptor distincto, etc. N. em Lisboa a 13 de novembro de 1842, onde tambem fal. em 8 de abril de 1895. Era filho do major de infantaria e secretario particular d'el-rei D. Pedro V, Joaquim Pinheiro das Chagas (V. o *artigo antecedente)*, e de sua mulher, D. Gertrudes Ramos, que falleceu deixando seu filho apenas com dois mezes de edade. Fez o curso de preparatorios no Collegio Militar, passando depois á Escola do Exercito, frequentando ao mesmo tempo a Escola Polytechnica. Assentou praça no regimento de infantaria n.º 16, a 12 de agosto de 1857, sendo promovido a alferes em 4 de julho de 1859, a tenente em 8 de agosto de 1883, e a capitão em 25 de julho de 1888, posto que tinha quando falleceu. Passou á inactividade temporaria sem vencimento, a seu pedido, em 19 de junho de 1866, tendo então o posto de alferes. N'essa situação se conservou até 14 de março de 1883, em que voltou ao serviço, ficando em commissão no ministerio do reino, como lente do Curso Superior de Letras. Se não tivesse estado na inactividade temporaria, devia ter sido promovido a tenente em 27 de novembro de 1867, a capitão em 15 de abril de 1874, a major em 31 de outubro de 1884, a tenente-coronel em 29 de fevereiro de 1888, e a coronel em 31 de março de 1892, posto que deveria ter na data do fallecimento. Em 1863 interrompeu o seu curso, epoca em que casou com D. Maria da Piedade Maternidade da Silva, que falleceu em 3 de dezembro de 1891, quatro annos antes de seu marido. Foi a sua esposa que elle dedicou os seus primeiros trabalhos poeticos, o poemeto *Anjo do lar*. Começou então a dedicar-se á litteratura, escrevendo romances em folhetins na *Gazeta de Portugal*, jornal de que era proprietario e director Antonio Augusto Teixeira do Vasconcellos, folhetins que muito agradaram, passando em seguida a folhetinista effectivo da mesma *Gazeta*, onde as suas *Revistas da semana* tiveram grande exito. Em dezembro de 1864, por causa d'um desaccordo com Teixeira de Vasconcellos, motivado por um folhetim muito notavel, publicado a 16 de outubro d'esse anno, em que Pinheiro Chagas atacava energicamente a politica de Napoleão III, deixou de fazer parte da redacção do jornal, e a pedido de Luiz de Almeida e Albuquerque, proprietario e redactor do *Jornal do Commercio*, passou a ser folhetinista d'essa folha Muitos dos seus folhetins tiveram grande voga dentro e fóra do paiz. Em 1865 publicou o *Poema da mocidade*, cuja carta-prefacio do visconde de Castilho provocou a questão litteraria, que ficou conhecida na historia da litteratura portugueza pelo nome de *Bom senso e bom gosto*. Nos annos immediatos escreveu alguns romances de bastante valor, como as *Tristezas á beira-mar*, *Flôr secca*, *Côrte de D. João V*, *Virgem Guaraciaba*, que logo o collocaram ao lado dos nossos primeiros romancistas, do mesmo modo que a sua estreia no theatro, com o drama em 5 actos, *A Morgadinha de Valflôr*, o elevou á altura dos escriptores dramaticos mais apreciados e mais distinctos O drama representou-se pela primeira vez em beneficio da actriz Emilia Adelaide, a 3 de abril de 1869, obtendo um exito colossal, conservando-se em scena durante epocas consecutivas, representando-se ainda hoje em diversos theatros sempre com o maior agrado e enthusiastico applauso publico. Tem tido muitas edições, tanto em Lisboa, como no Porto e Brazil. *A Morgadinha de Valflôr* foi traduzida em hespanhol por Calvo Ascensio, antigo secretario da legação de Hespanha em Lisboa, e em italiano por Angelo Frondoni. Foi representada em Lisboa pelas companhias de Elvira Pasquali, de Celestina Paladini e de Barac, ora sob o titulo de *Madamizella di Valflôr* ora sob o de *Castellana di Valflôr*; tambem algumas companhias o representaram em Trieste. Ha versões em fran-

eez, sendo uma de Oeton Saunier, outra de Renato Baptista e outra de Henri Faure. Parece que existe ainda uma traducção em allemão e outra em succo. Dedicando-se á politica, filiado no partido regenerador, foi pela primeira vez deputado em 1871, eleito pelo circulo da Covilhã, e desde então entrou em todas as legislaturas até 1892, menos seis mezes em que a sua eleição soffreu uma forte opposição do partido progressista. Nas camaras tornou-se notavel parlamentar, pronunciando discursos brilhantes. Estes e muitos outros, academicos, politicos e litterarios, lhe grangearam a fama de um dos primeiros oradores do seu tempo. Em 24 de outubro de 1883 foi chamado aos conselhos da Corôa, n'uma recomposição no ultimo ministerio presidido por Fontes Pereira de Mello, encarregando-se da pasta da marinha, que dirigiu até 20 de fevereiro de 1886, deixando assignalada a sua passagem n'aquelle ministerio com documentos irrefutaveis do seu alto valor como estadista. Foi de 1883 a 1885 que se contratou a ligação telegraphica de todas as nossas colonias da Africa Occidental com a metropole; contratou-se o caminho de ferro de Loanda a Ambaca e o caminho de ferro de Lourenço Marques para o Transwaal; realisaram-se os abastecimentos d'agua em Loanda e na cidade do Mindello em Cabo Verde; renovaram-se as tentativas de colonisação no interior de Mossamedes, e as colonias madeirenses de Sá da Bandeira, e S. Pedro do Chibia floresceram; organisou-se o novo districto do Congo, e estabeleceu-se a navegação regular do Zaire; renovaram-se as explorações: Capello e Ivens, em 1884, fizeram a travessia d'Occidente a Oriente; Serpa Pinto e Augusto Cardoso exploraram a região entre Cabo Delgado e o Nyassa; Henrique de Carvalho fez a exploração até ao territorio de Muata-Yanvo; mandou circular como moeda legal nas provincias de Cabo Verde e Guiné a que tinha curso na metropole; tratou da organisação do serviço de saude naval; da reorganisação da Escola Naval; da approvação do regulamento para a arrecadação dos bens dos individuos falleeidos nas provincias ultramarinas com herdeiros presumptivos ausentes d'ellas. Do lado oriental, reoccupou se Manica, estabeleceu-se a residencia em Gaza; graças aos esforços de Augusto Castilho e Palma Velho, secundado pela valentia dos nossos soldados, tomou se a bahia de Tunguê. Quiz-se ainda conseguir o protectorado no Dahomé, e ter-se-ia realisado, se o ministro successor de Pinheiro Chagas e o governo respectivo, não houvessem pensado d'outro modo. Por carta regia de 29 de dezembro de 1892 foi nomeado par do reino vitalicio, e por decreto de 14 de agosto de 1893 nomeado presidente da Junta do Credito Publico. Em 1892 esteve em Madrid representando Portugal nas festas do centenario do Christovão Colombo. Quando em 1880 se reuniu em Lisboa o congresso litterario internacional, Pinheiro Chagas causou enorme sensação em todos os estrangeiros illustres que faziam parte d'esse congresso com a sua palavra eloquente e vibrante. Por occasião do casamento do principe real, mais tarde el rei D. Carlos I, vieram a Lisboa muitos dos mais illustres jornalistas da França e da Hespanha, tendo a palavra fluente e enthusiasta do grande orador o mesmo brilhante successo, n'um banquete offerecido a esses illustres jornalistas. Em Madrid, no anno de 1883, quando os reis de Portugal fôram pagar ao rei D. Affonso XII a visita que fizera a Lisboa, Pinheiro Chagas tambem se evidenciou como orador, falando em todos os banquetes que se realisaram, notabilisando se n'aquelle extraordinario duello de palavra, no banquete offerecido no theatro da Zarzuella, em que Pinheiro Chagas e Moret, o primeiro orador de Hespanha, que muitos hespanhoes collocavam acima de Castelar, disputaram primasias de eloquencia, duello em que não houve vencidos, em que só houve vencedores, porque ambos os oradores se elevaram a tacs alturas, que impossivel era destacar superioridades. Em 1889, nos poucos dias que se conservou em Paris, onde fôra visitar a exposição universal, conseguiu com a sua palavra inspirada, o que em Paris é difficilimo aos mais illustres conseguir durante longos annos, ser falado, pôr-se em evidencia, attrahir todas as attenções, e n'um banquete em que se viam muitos dos homens mais notaveis da sciencia e das letras da França, Pinheiro Chagas, n'um brinde que fez, enthusiasmou todos que o ouviam, conquistou uma ovação excepcional, que feita em Paris a um estrangeiro, é quasi que uma apotheose. Pinheiro Chagas escreveu, já como redactor, já como collaborador, entre outros, nos seguintes jornaes: *O Monitor portuguez*, jornal fundado por Cesar de Noronha; *Gazeta de Portugal* e *Jornal do Commercio*, já citados; *Archivo Pittoresco*, *Revista da semana*, *Annuario do Archivo Pittoresco*, em que collaborou tres annos com Rebello da Silva e Brito Aranha; *Revista do seculo*, em 1865; *Revista contemporanea*, *Brazil*, jornal dirigido por Antonio de Castilho; *Panorama*, *Diario de Noticias*, *Diario Popular*, *Diario Illustrado*, *Illustração Portugueza*, *Revista illustrada*, *Educação popular* (bibliotheca de instrucção); *Correio da Europa*, *Occidente*, *Atlantico*, *Chronica moderna*, *Gazeta do Povo*, *Contemporaneo*, *Reporter*, de que foi o primeiro director; *Tarde*, *Paiz*, do Rio de Janeiro; *Diario do Rio de Janeiro*, *Revue du monde latin*, de Paris, onde escrevia em francez o *Courrier du Portugal*; *Corrieri di Napoli*, de Napoles, para onde man-

Manuel Pinheiro Chagas

dava as correspondencias em francez, sendo depois traduzidas em italiano na redacção do referido jornal. Escreveu tambem na *Revolução de Setembro*, de que era director Antonio Rodrigues Sampaio, e quando em setembro de 1871 este estadista fez parte do ministerio, foi Pinheiro Chagas encarregado interinamente de o substituir na direcção do jornal. Nos meados do anno de 1875, o rei do reino Manuel Vaz Preto Giraldes fundou o jornal *A Discussão*, e convidou Pinheiro Chagas para director politico e principal redactor, tendo por collegas, entre outros, Gervasio Lobato, Delfim d'Almeida e Meyrelles de Tavora. O jornal tornou-se em pouco tempo muito conhecido o apreciado pela feição nova que Pinheiro Chagas lhe deu. No fim de seis mezes mudou de titulo, tomando o de *Diario da Manhã*, com que appareceu no dia 1 de janeiro de 1876, installando-se em typographia propria Da redacção fizeram parte muitos jornalistas, que alcançaram grande nomeada, e entre elles Guilherme de Azevedo e Urbano de Castro, o qual substituiu depois na direcção do jornal Pinheiro Chagas, quando este foi nomeado ministro da marinha. Poucos mezes passados, dando-se um conflicto entre a redacção do *Diario da Manhã* e a sua gerencia, Urbano do Castro deixou a direcção, acompanhando-o todos os redactores de então, que eram Gervasio Lobato, Eduardo Schwalbach, Moura Cabral, João Costa, Jayme Victor, Augusto de Mello e Xavier de Mello, a maioria dos quaes fundou depois uma sociedade, de que fez parte Pinheiro Chagas, e que em 1 de dezembro de 1884 publicou o *Correio da Manhã*, que chegou a ter grande exito. Pinheiro Chagas era incontestavelmente um dos nossos primeiros homens politicos, mas a sua conversação versava sobre litteratura, arte, e principalmente sobre theatro, que foi sempre a sua grande paixão. Os seus triumphos oratorios, politicos, jornalisticos e litterarios, trocava-o todos por um successo theatral. A sua obra litteraria é enorme, attestando a prodigiosa diversidade de aptidões d'aquelle espirito privilegiado, e a rara actividade d'aquelle fecundo engenho. Em artigo separado trataremos da sua bibliographia. Pinheiro Chagas era socio effectivo da Academia Real das Sciencias, conforme dissémos, e secretario da segunda secção--Litteratura--, sendo reeleito annualmente, e desde as eleições de 1891, secretario geral, pelo fallecimento de Latino Coelho. A Academia o incumbiu de continuar as Memorias diplomaticas de Mendes Leal. Era socio de outras corporações litterarias, politicas e de beneficencia, nacionaes e estrangeiras; lente de litteratura classica do Curso Superior de Letras, presidente da Associação dos Homens de Letras e Jornalistas de Lisboa, membro do Curso Superior de Instrucção Publica, presidente da commissão encarregada da reforma dos theatros, nomeada pelo ministerio Dias Ferreira; presidente da grande commissão do centenario da India; vice-presidente do congresso de beneficencia; membro do Conselho fiscal da Companhia do Credito Predial, presidente da Junta do Credito Publico; fôra agraciado com a gran-cruz da ordem do S. Thiago, na vaga deixada pela morte do conselheiro João de Andrade Corvo; com as gran-cruzes de Carlos III de Hespanha e de Leopoldo da Belgica, e com a mercê de grande official da Legião de Honra de França. Como escriptor dramatico soffreu um grande desgosto na primeira representação do *Drama do Povo*, realisada em 1875 no theatro de D. Maria II. Uma parte do publico recebeu mal o drama, em que outros quizeram vêr uma obra politica contra a realeza, absurdo que é escusado rebater, dada a orientação do toda a vida do autor, que foi sempre o mais enthusiasta e brilhante defensor da monarchia e dos seus representantes. A essas invejas e ataques se refere o escriptor no seu prefacio ao drama, quando elle se imprimiu. Muito tempo se conservou então afastado do theatro, para onde apenas traduzia peças, até que em 1894 escreveu a *Lição cruel*, comedia em 3 actos, que se representou no theatro do Gymnasio. Poucos annos antes de fallecer, Pinheiro Chagas foi victima d'um exaltado, ou d'um doido, que o aggrediu proximo do palacio das Côrtes, quando se dirigia para a camara, por causa d'um artigo cheio de graça e de ironia, que escrevera a proposito das tendencias revolucionarias de Luiza Michel, a *virgem vermelha* dos socialistas. O caso causou enorme sensação. Pinheiro Chagas recebeu uma violenta pancada na cabeça, e esteve muito tempo doente, e em perigo de vida; quando se restabeleceu, foi alvo de grandes manifestações dos amigos, adversarios, o paiz inteiro. Pinheiro Chagas era incansavel no trabalho; mesmo nas espinhosas preoccupações da politica, escrevia para numerosos jornaes, compunha e traduzia romances, peças theatraes, dramaticas e jocosas, causando assombro como o tempo lhe chegava para tanto excesso de applicação litteraria. A sua morte causou a mais profunda consternação, e o seu funeral foi uma imponente manifestação de quanto era estimado e considerado pelo seu bom caracter, excepcional talento, muitissimo valor como estadista, parlamentar, orador fluente, jornalista e escriptor. O funeral realisou-se no dia 9 de abril de 1895. O caixão foi transportado de casa para o coche mortuario pelos filhos e parentes, e no cemiterio até ao tumulo por alguns amigos intimos e collegas do seu jornal. O coche ia completamente coberto de corôas e de ramos de flôres, da familia e de amigos mais intimos, de corporações, a que Pinheiro Chagas pertencera, incluindo uma grande corôa mandada pelo governo, com a seguinte dedicatoria: *O Governo a Manuel Pinheiro Chagas*. No acompanhamento, que seguiu a pé até ao cemiterio dos Prazeres, via-se incorporado tudo quanto ha de mais distincto da nossa sociedade, desde a familia real, que toda se fez representar, como todo o ministerio, a Academia Real das Sciencias, as camaras dos pares e dos deputados, camara municipal, Junta do Credito Publico, companhia do Gaz, centro regenerador, representantes da imprensa, muitas corporações, etc. A' entrada do cemiterio, aguardando o prestito, prestando as devidas honras, viam-se os regimentos de infantaria n.º 7 e 16, uma bateria de artilharia, o corpo de marinheiros em grande fôrça e um esquadrão de cavallaria. Discursaram: Carlos Lobo d'Avila, então ministro dos estrangeiros, em nome do ministerio; o dr. Silva Amado, pela Academia Real das Sciencias, Custodio Borja, Jayme Victor, visconde de S. Boaventura, João Arroyo, e o estudante militar Jayme Ribeiro, em nome da Academia. Todos os jornaes publicaram sentidos ne-

crologios, deplorando a morte de Pinheiro Chagas, como uma grande perda nacional. *O Correio da Manhã*, em 8 de maio seguinte, dedicou-lhe um numero especial de 16 paginas e illustrado com alguns retratos seus, trazendo saudosos artigos pondo em relevo o seu elevado merecimento, e esboços biographicos do seu antigo director e redactor. Eis o summario: *Trechos de discursos*, Antonio Candido; *A nossa homenagem*, a redacção; *A sua mocidade*, Zacharias d'Aça; *O Militar*, Ferreira do Amaral; *O folhetinista*, Brito Aranha; *O Poeta*, Eduardo Vidal; *O Academico*, Consiglieri Pedroso; *O autor dramatico*, Gervasio Lobato; *Nos camarins*, Augusto de Mello; *O Romancista*, Anna Ribeiro de Sá; *O Historiador*, Fernandes Costa; *O Jornalista*, Christovão Ayres; *No Brazil*, visconde de S. Boaventura; *O Politico*, Antonio de Serpa Pimentel; *Na Revolução de Setembro*, Cunha Belem; *Na «Discussão» e «Diario da Manhã»*, Augusto Xavier de Mello; *No campo da honra*, Magalhães Lima; *Em Madrid*, Eduardo Schwalbach; *O orador*, Gomes da Silva; *O Ministro da marinha*, Tito de Carvalho; *Nos conselhos da Corôa*, Hintze Ribeiro; *O Patriota*, Rodrigues da Costa; *O Conservador*, Carlos Lobo d'Avila; *O Despretencioso*, Lara Everard; *O Traductor*, José de Mello; *A sua acção no ultramar*, Custodio Borja; *O estylista*, Pinto de Carvalho; *No Correio da Manhã*, Jayme Victor; *Em Paris*, Moura Cabral; *Na Presidencia da Junta do Credito Publico*, Cesar do Inso, *A sua ultima obra*, Raul Brandão; *Em Casa*, João Costa; *Menos um*, Ramalho Ortigão; *A sua biographia* No dia 8 de maio de 1904, realisou-se em homenagem á memoria de Pinheiro Chagas, uma sessão solemne na grande sala da bibliotheca da Academia Real das Sciencias, a que assistiram as pessoas reaes, o corpo diplomatico, ministerio, representantes da imprensa, de corporações scientificas e litterarias, a familia de Pinheiro Chagas, e muitos convidados. Pronunciou o Elogio historico, o academico Henrique Lopes de Mendonça.

**Pinheiro Chagas** *(Manuel)*. *Bibliographia*: Poesia, romance, critica, historia e outras obras em separado: originaes: *Esboço biographico de Henrique Luiz Feijó da Costa*, Lisboa, 1864, com o retrato do biographado. Não foi posta á venda esta obra, porque a mãe de Henrique Feijó da Costa, a mandou imprimir á sua custa para brindar as pessoas de suas relações, as quaes quiz obsequiar com esta affectuosa demonstração de amor maternal; *Poema da mocidade*, seguido do poemeto *O Anjo do lar*, Lisboa, 1865, com o retrato do autor; comprehende de pag. 181 em deante, sob o titulo de *Critica litteraria*, uma carta de Antonio Feliciano de Castilho, mais tarde visconde de Castilho, ao editor da obra Antonio Maria Pereira, carta que serviu de pretexto para o rompimento de hostilidades pelos que fôram denominados da *escola de Coimbra*, dando logar a uma serie de publicações mais ou menos volumosas, que tomaram o titulo de *Bom senso e bom gosto*. O canto I do *Poema da mocidade*, saira antes na *Revista contemporanea*, tomo V, pag. 76 a 90; *Bom senso e bom gosto*, folhetim a proposito da carta que Anthero do Quental dirigiu a Antonio Feliciano de Castilho, Lisboa, 1865; saira antes no *Jornal do Commercio*, de 22 de novembro do mesmo anno; *Contos e descripções*, Lisboa, 1866, contém: *Viagem ao Porto*, *Uma pagina da vida de Elesbão da Mota*, *Amor fatal* e *A semana santa em Lisboa*; *Chronicas brazileiras*: *A Virgem Guaraciaba*, romance original, Lisboa, 1866; *A flôr sêcca*, romance, Lisboa, 1866; saira primeiro em folhetins do *Jornal do Commercio*; *A conspiração de Pernambuco*, 2.º volume das *Chronicas brazileiras*, Lisboa, 1866; *A côrte de D. João V*, romance historico, Lisboa, 1867; os primeiros 4 capitulos tinham saido no *Archivo Pittoresco*, sob o titulo de *Amor de pagem*; *Scenas e phantazias portuguezas*; Lisboa, 1867; *Da origem e caracter do movimento litterario da renascença, principalmente na Italia*; memoria para o concurso á terceira cadeira do Curso Superior de Letras, Lisboa, 1867; *Historia de Portugal desde os tempos mais remotos até á actualidade, escripta segundo o plano de Ferdinand Denis, por uma sociedade de homens de letras*, Lisboa, 1867, anno em que principiou a publicar-se, 8 volumes; fez-se nova edição em 12 volumes, em maior formato, com gravuras intercaladas no texto, muito ampliada e melhorada pelo autor, o qual no prologo d'esta segunda edição, explica que, tendo sido a obra publicada em fasciculos, e tendo obtido grande acceitação, o plano de Ferdinand Diniz foi logo abandonado, não havendo entre a obra do escriptor francez e a obra portugueza nem a mais leve relação; já depois da morte de Pinheiro Chagas, a *Empresa Historia de Portugal* emprehendeu uma nova edição em grande formato, com muitas gravuras, a qual foi depois continuada até actualidade pelo sr. Barbosa Collen; *Ensaios criticos*, Porto, 1866; *Novos ensaios criticos*, Porto, 1867; contém, além de um estudo relativo á iniciativa litteraria dos portuguezes na republica hispanica, apreciações ácêrca de: Arnaldo Gama, L. A. Rebello da Silva. Camillo Castello Branco, Miguel D'Antas, A. F. de Castilho *(a proposito de)*, Eduardo Vidal, Julio Cesar Machado, Mery, Emilio Castelar, João de Deus, Diogo do Couto, José de Alencar, Julio Diniz, Thomaz Ribeiro, Antonio da Silva Gaio e J. D. Ramalho Ortigão; algumas opiniões emittidas n'esta obra sobre a nacionalidade e estado actual da litteratura brazileira, fôram contestadas em um folhetim da *Reforma*, jornal do Rio de Janeiro, de 7 de novembro de 1869; *Biographia de J. E. de Carvalho Montenegro*; é um dos numeros da collecção de biographias *Os Contemporaneos*, publicada em 1867 por Pedro Correia; *Portuguezes illustres*, Lisboa, 1869; contém 113 biographias de portuguezes antigos e modernos, escolhidos entre os que mais se distinguiram em sciencias, armas e letras; teve varias edições; *Novellas historicas*, Porto, 1869; contém: *o wali de Santarem*, *O escudeiro de Nuno Alvares*, *A passagem do Bojador*, *O berço de maldição*, *Uma aventura de capa e espada*, e *A Noiva do cadafalso*; alguns d'estes pequenos romances haviam saido antes no *Archivo Pittoresco*; *Desenvolvimento da litteratura portugueza*, these para o concurso da terceira cadeira do Curso Superior de Letras, em 1871; *Ministros, pares e reis*, folhetins; Porto, 1870; *O segredo da viscondessa*, romance, Lisboa, 1872; *A Mascara vermelha*, romance historico, Lisboa, 1873; *Nova edição*, 1890; é o n.º 5 da *Collecção Antonio Maria Pereira*; *O juramento da duqueza*, romance historico, continuação do antecedente,

Lisboa, 1873; *Nova edição*, 1890; é o n.º 7 da mesma collecção; O 1.º editor fez mais edições d'estes dois romances; *A Liberdade*, poesia, Lisboa, 1874; *O terremoto de Lisboa*, Lisboa, 1874; *As duas flôres de sangue*, romance, Lisboa, 1875; *A varanda de Julieta*, romance, Lisboa, 1876; *A primeira missa no Brazil;* considerações sobre a reproducção chromo-oleographia do quadro de Victor Meyrelles, exposição do assumpto e rapida biographia do autor, Lisboa, 1878; *A Mantilha de Beatriz*, Lisboa, 1878; *A propriedade litteraria, carta ao imperador do Brazil*, Lisboa, 1878; *Fóra da terra*, Lisboa, 1878; com um extenso prologo de Julio Cesar Machado; *Brazileiros illustres*, Porto, 1879; 2.ª edição, 1891; *Historia alegre de Portugal*, Lisboa, 1880; teve mais edições, sendo publicada a terceira em 1891; *Resumo da Historia de Portugal*, 1.ª edição, 1880; 2.ª 1890 e 3.ª 1892; *Origens do theatro latino*, 1882; *Relatorio da secção de litteratura da academia real das sciencias de Lisboa ácêrca das obras que concorreram á adjudicação do premio D. Luiz I em 1887; Elogio historico de Alexandre Herculano*, Lisboa, 1890; *A descoberta da India contada por um marinheiro*, seguida do *Baluarte de Diu*, Lisboa, 1890; tinha saido nos Brindes do *Diario de Noticias*, de 1889; *A lenda da meia noite*, Lisboa, 1890; é o n.º 8 da *Collecção Antonio Maria Pereira*; a 1.ª edição saiu no Porto, em 1874; *Guerrilheiros da morte*, romance original, Lisboa, 1872; tem varias edições; *Madrid, scenas de viagem*, Lisboa, 1872; *Vermelhos, brancos e azues*, Lisboa, 1873; é uma collecção de folhetins que o autor publicára em varios jornaes; *Astucias de namorada--Um melodrama em Santo Thirso*, romances, 1873; *A guerra peninsular*, 1.º volume da *Educação popular*, 1874; *As Cruzadas*, 2.º vol. Idem, 1874; *Os dramas do mar*, 3.º vol. Idem, 1874; *O ultimo rei cavalleiro*, 4.º vol., Idem, 1874; *Vulcões e tremores de terra*, 5.º vol., Idem. 1874; *Vida de Jesus*, 6.º vol., Idem, 1874; *A guerra do Paraguay*, 7.º vol., Idem, 1874; *Aljubarrota*, 8.º vol., Idem, 1874; *Os dramas celebres do amor*, 10.º vol., Idem, 1874; *O marquez de Pombal*, 11.º vol., 1874; *A Guerra da Restauração*, 13.º vol., Idem, 1874; *Historia dos povos antigos do oriente*; é o 1.º tomo d'uma *Historia universal*, que devia proseguir na serie da *Educação popular*, mas que não passou d'essa parte; *Historia da guerra entre a França e a Prussia*, Lisboa, 1871; 2.ª edição, sem data; *Historia da communa de Paris*, edição illustrada com retratos, Lisboa, 1871; esta obra foi completada pelo editor da antecedente, com o *Processo dos membros da communa de Paris*, edição illustrada com retratos; *A conquista do Perú*, 14.º vol., da *Educação Popular*, 1874; *Descobrimento dos portuguezes em Africa*, conferencia celebrada na Academia das sciencias; *Vida do general Osorio*, Lisboa, 1889; foi mandada imprimir pelo filho do biographado, conde de Proença a-Velha, para distribuir entre os seus amigos e parentes; *Marqueza das Indias*, romance que foi escripto para um editor do Pará, e imprimiu-se e consumiu-se ali, não tendo vindo exemplar algum para Portugal; *A joia do vice-rei*, romance historico, 1890; é o n.º 9 da collecção já citada; teve a 1.ª edição no *Brinde do Diario de Noticias*, do anno de 1888; *Agonias obscuras*, no 1.º *Brinde*, de 1866; *As colonias portuguezas no seculo XIX*, historia da nossa vida colonial n'este seculo, Lisboa, 1891; constitue o tomo VIII da obra *Os portuguezes na Africa, Asia, America e Oceania*, com que o editor Antonio Maria Pereira a completou; *Camillo Castello Branco*, prefacio da edição de luxo do *Amor de perdição*, publicada em 1891; *Diccionario popular*; foi o director e o principal collaborador d'esta obra, moldada pela de Larousse; 16 volumes, incluindo 2 de supplemento; *As negociações com a Inglaterra*, Lisboa, 1890; *Tristezas á beira-mar*, romance original; é o n.º 1 da *Collecção Antonio Maria Pereira*, já citada; a 1.ª edição foi publicada em folhetins no *Commercio do Porto*, em 1865, e tambem em volume; d'este romance extrahiu um escriptor brazileiro em drama com este mesmo titulo, e corre impresso; foi traduzido em francez por uma senhora portugueza, que residia em Paris, D. Maria Telles da Gama, condessa da Torre Novailles; e em hespanhol, por F. L. de la Rivadeueyra, e impresso em Paris, sob o titulo de *Tristezas á orillas del mar*, antecedido d'um prologo do traductor, que elogia as qualidades litterarias do autor; *Naufragio de Vicente Sodré, conto;* no *Brinde do Diario de Noticias*, para 1892, e *Collecção Pereira*, de que é o n.º 27, *Africa e Brazil; Migalhas de historia portugueza*. Lisboa, 1893; é o n.º 22 da referida *Collecção*; *Uma Canção romantica;* no brinde do *Diario de Noticias;* de 1881; *A Africa Portugueza*, idem, 1890; *Os descobrimentos portuguezes e os de Colombo*; *tentativa de coordenação historica*, Lisboa, 1892; *Relatorio* da Academia das Sciencias, lido na sessão solemne (dezembro de 1893), etc. São de Pinheiro Chagas: o extenso prologo da traducção de *D. Quichote de la Mancha*, traducção começada pelo sr. visconde de Castilho (Julio), continuada pelo sr. visconde de Azevedo, e concluida por Pinheiro Chagas; é um estudo completo da obra de Cervantes; o prologo da edição dos *Lusiadas*, feita por Duarte dos Santos e Aristides Abranches, com gravuras de Soares dos Reis; d'este prologo existe uma versão em francez por Henri Faure, e por este escriptor mandada imprimir n'um folheto, em Moulins, França; uma parte do ultimo tomo da *Historia de Portugal*, publicada pelo editor Mattos, e escripta por diversos, foi de Pinheiro Chagas; tendo sido, porém, chamado ao ministerio, ficou incumbido de concluir esse trabalho Delphim d'Almeida. Nos *Diarios das Camaras* encontram se varios discursos seus, sendo um muito notavel, proferido em 1877, quando fôram apreciadas e discutidas as accusações que os exploradores inglezes Cameron e Young fizeram de escravatura nas possessões portuguezas, envolvendo as proprias autoridades. D'este discurso ha uma traducção ingleza, impressa em Inglaterra. São egualmente de Pinheiro Chagas os relatorios do congresso de beneficencia, que apresentou ás assembléas como vice-presidente da mesma instituição, de que o rei era presidente.--*Traducções: A San Felice*, de Alexandre Dumas, 1861, 3 vol.; *Um drama da regencia*, de Paulo Feval, 1861, 2 vol.; *Nadége*, de Luiz E'nault, 1861, 1 vol.; *O conde de Camors*, de Octavio Feuillet, 2 vol.; *A familia de Penarvan*, de Julio Sandeau, 1868, 2 vol.; *O album do regimento*, de E. About, 1869, 1 vol.; *O sello vermelho*, do conde A. de Vigny, 1869, 1 vol,. *Flôr de liz*, de Octavio Feuillet, 1870, 5 vol.. *As venturas da riqueza*, de H. Conscience, 1870, 2 vol.; *O pára raios*,

de Ch. de Bernard, 1869, 1 vol.; *O testamento do conde*, de Frederico Soulié, 1871, 5 vol.; *O major Napoleão*, romance, 1872, 1 vol; *A vingança do sargento*, romance de La Landelle, 1873, 3 vol, 2.ª edição, 1890; *O filho de Marat*, de Alexandre Dumas, 1872 e 1873, 4 vol.; *Regina, episodio das «Confidencias»*, de Lamartine, 1873, 1 vol.; *Historia dos ultimos acontecimentos de Hespanha*, 1874, 1 vol.; *As grandes verdades religiosas*, da baroneza de Mackau. 1874, 1 vol.; *Os tribunaes secretos*, de Paulo Féval, 1874, 5 vol.; *Memorias de Paulo de Kock*, 1874, 1 vol., nova edição, 1890; é o vol. VII da *Collecção Afra; O casamento de frei Serapião; scenas do beaterio*, de H. de la Madeleine, 1874, 1 vol.; *Physiologia das escolas*, de madame C. Bray, 1875, 1 vol.; *Infancias celebres*, de madame L. Colet., 1876, 1 vol.; *Casamentos fidalgos*, de Octavio Feuillet, 1876, 1 vol; n'este vol. andam juntas as traducções de duas peças do mesmo autor; *Partida das damas* e *Cabello branco*; *Os amores de Filippe*, de Octavio Feuillet, Porto, 1878; *O capitão Paulo*, de Alexandre Dumas, 1878, 1 vol.; *Collecção Pedro Correia; Marquez de la Seiglieri*, de Julio Sandeau, na mesma collecção; *A Dama das camelias*, de Alexandre Dumas, filho; na *Collecção David Corazzi*; *A descoberta da terra*, de Julio Verne; na *Collecção das Viagens extraordinarias; As descobertas de Juca*, de Emilio Desbeaux, Paris, 1887, 1 vol; *Marrocos e Constantinopla*, descripções de viagens, de De Amicis, 1888, 2 vol.; *O abbade Constantino*, de L. Halévy, Paris, 1888, 1 vol., *O dr. Rameau*, de Jorge Ohnet, 1889, 1 vol.; *A ruina da Inglaterra*, de C. Débans, 1890; *A fada de Anteil*, de Ponson de Terrail, 5 vol.; *John Bull e a sua ilha*, de Max O'Reill, 1890, 1 vol.; é o n.º 6 da *Collecção Pereira; D'aqui a cem annos*, de E. Bellami, 1891, 1 vol.; *Honra de artista*, de Octavio Feuillet, 1891; é o n.º 11 da *Collecção Pereira; Historia de Roma*, de Victor Duruy. Pinheiro Chagas escreveu os artigos descriptivos em francez e portuguez das 24 oleographias publicadas de 1883 a 1885 por Pedro Correia, sob o titulo de *Portugal Pittoresco*. Tambem são d'elle alguns dos artigos que acompanham as estampas lithographadas do *Album de Costumes portuguezes*. Foi o revisor da *Historia de França*, de Henri Martin, traduzida por Pedro dos Reis.--*Theatro*: Peças originaes: *A Mordadinha de Valfôr*, drama em 5 actos, de que já se falou; *A Judia*, drama em 5 actos, representado no theatro de D. Maria II, Porto, 1869; *A' volta do theatro*, comedia em 1 acto, representada na Trindade em 1869; *Deputado Venha nós*, scena comica desempenhada por Taborda; *Magdalena*, drama em 4 actos, *Helena*, comedia em 5 actos, ambas representadas no theatro de D. Maria II; andam impressas n'um livro, encontrando-se tambem em separado, Porto, 1875; *Quem desdenha*, comedia n'um 1 acto, 1875; *O drama do povo*, de que já se falou; *A Roca d'Hercules*, comedia em 1 acto, 1878; *Durante o combate, pretexto n'um acto para a «Marselheza» final, com uma introducção em resposta ao prologo do «Gladiador» do sr. Latino Coelho;* esta peça foi representada na Trindade em janeiro de 1871, e a colonia franceza de Lisboa offereceu então a Pinheiro Chagas uma corôa com fitas tricolores, tendo n'uma d'ellas a dedicatoria em latim, n'outra em francez e n'outra em portuguez; deixou de se representar por prohibição do governo, e com razão, pois receou desordens, por n'essa occasião estarem fundeados no Tejo um navio de guerra francez e outro allemão; *Lição cruel*, em 3 actos, o seu ultimo trabalho theatral; foi representado no Gymnasio. --Traducções ou imitações: *Os fidalgos de Bois Doré*, drama em 5 actos; *Rabagas*, comedia em 5 actos; *Ernani*, drama em 5 actos, em verso; *João Thommeray*, comedia em 5 actos; *O fructo prohibido*, idem, em 4 actos; *O filho de Coralia*, drama em 4 actos; *Conspiração na aldeia*, em 5 actos; *As manhas de André Mattoso; A Botija*, comedia em 4 actos; *O abbade Constantino*, drama em 5 actos; *Divorciemo-nos*, comedia em 3 actos; *Bébé*, idem, em 3 actos; *Parentes e Trastes velhos*, idem, em 3 actos; *Infeliz Carolina!*, idem, em 3 actos; *Dora*, drama em 5 actos; *Os burguezes de Pontarcy*, comedia em 3 actos; *O Grande Casimiro*, opera comica em 3 actos, de collaboração com Gervasio Lobato; *Gentil Dunois*, opereta em 1 acto; *A Gravata branca*, comedia n'um acto, em verso, 1872; *A oração da tarde*, drama em 3 actos, em verso, 1874; *Junto com'minha mãe*, comedia em 1 acto, 1874; *A Campainhas*, idem, em 1 acto, 1876; *O caso de consciencia*, idem, em 1 acto, 1876.

**Pinheiro Chagas** *(Monumento a)*. Não obstante n'este diccionario encontrar-se a descripção dos monumentos nos logares onde elles estão erigidos, como não falámos d'este no artigo *Lisboa*, a que pertence, dedicar-lhe-hemos artigo especial. Nos principios do anno de 1904, a *Mala da Europa*, por iniciativa do seu director, José de Mello, abriu uma subscripção publica em Portugal e no Brazil, para com o seu producto se erigir um monumento á memoria do grande estadista e notavel escriptor Manuel Pinheiro Chagas. Toda a imprensa dos dois paizes, amigos e admiradores do distincto homem de letras acceitaram essa idéa com enthusiasmo, como paga d'uma divida de homenagem á memoria de quem tanto honrou a patria e a litteratura portugueza. O plano e a execução do monumento ficou a cargo do apreciado e bem conhecido esculptor Costa Motta, e o logar escolhido a Avenida da Liberdade. A inauguração realisou-se pelas 9 horas da manhã de 13 de novembro de 1908, como commemoração da data do seu nascimento. A cerimonia revestiu o aspecto da maior simplicidade, podendo mesmo dizer-se que foi uma festa intima. No local viam se reunidos em torno do monumento os filhos e outras pessoas da familia do eminente escriptor, muitas senhoras convidadas, grande numero de amigos e admiradores do saudoso homem de letras, o conde Figueiró, representante d'el-rei D. Manuel II e da rainha D. Amelia, Ernesto de Vasconcellos, representando o presidente do conselho, a imprensa que se fez largamente representar, notando-se a presença de quasi todos os directores dos jornaes de Lisboa, que pessoalmente quizeram prestar esta tão justa e sympathica homenagem. José de Mello, como presidente da commissão que se havia constituido, passou para a mão do conde do Figueiró a corda que segurava uma grande bandeira nacional que occultava o monumento. Aquelle fidalgo convidou por seu turno a sr.ª D. Valentina Pinheiro Chagas, uma das filhas de Pinheiro Chagas, a descerrar o monumento, o que aquella senhora fez, visivelmente commovida, entre uma

demorada salva de palmas. Seguiram se os discursos, falando em primeiro logar José de Mello, e depois Antonio Pinheiro, actor do theatro de D. Amelia, Claro da Rica, em nome da camara municipal, etc. Toda a familia de Pinheiro Chagas recebeu os cumprimentos d'aquella numerosa assistencia. O monumento consta d'um plano, onde assenta a figura da *Morgadinha de Valflôr*, cuja estatua foi fundida em 2 de março do mesmo anno de 1908, junto a uma columna, sobre a qual se vê o busto de Pinheiro Chagas. A' noite houve recita de gala no theatro de D. Maria II. A enchente era completa, vendo-se na platéa e camarotes tudo quanto ha de mais distincto nas letras, nas artes e nas sciencias; a familia real fez-se representar pelo conde do Cartaxo, occupando o regio camarote, e em outros camarotes viam se a familia de Pinheiro Chagas, representantes do ministerio, da camara municipal, do Conselho da arte dramatica, do Conservatorio, etc. O sexteto executou o hymno da Carta, que toda a assistencia ouviu respeitosamente de pé. No palco, ao levantar do panno, estavam todos os actores e actrizes do theatro de D. Maria II, e artistas representando todos os outros theatros de Lisboa, no mais rigoroso trajo de gala, vendo-se ao fundo da scena o busto de Pinheiro Chagas, que servira ao esculptor Costa Motta para a moldagem da estatua, ornado de flôres, sobre um plintho forrado a velludo vermelho. A seguir, o professor do Curso Superior de Letras Consiglieri Pedroso pronunciou um discurso fazendo o elogio do grande escriptor; recitaram varias poesias alguns actores e actrizes, dirigindo se depois todos ao corredor do vestibulo do theatro, onde entre os bustos de Antonio Ennes e de Emilia das Neves fôra collocada uma placa de marmore branco commemorativa, que ia tambem descerrar-se. Na placa lia-se:

*Manuel Pinheiro Chagas--A Morgadinha de Valflôr; Magdalena, Helena, Drama do Povo, Roca d'Hercules*, etc.
*13-XI-908.*

Empresa
Menezes & Ferreira.

Houve discursos, falando Abel Botelho em nome da Associação da Imprensa; o conselheiro Sebastião Telles, em nome do governo; falando por fim o dr. Garcia, gerente da empresa do theatro. Em seguida representaram se tres actos da *Morgadinha de Valflôr*, como complemento de tão elevada homenagem. No dia seguinte, realisou-se na camara municipal a cerimonia da entrega do monumento ao municipio. Presidiu Claro da

Monumento a Manuel Pinheiro Chagas

da Rica, tendo á direita o secretario da camara Pedroso de Lima e convidados, e á esquerda a commissão da *Mala da Europa* e Frederico Pinheiro Chagas, por parte da familia. Depois d'um breve discurso proferido por José de Mello, como presidente da commissão, a que respondeu Claro da Rica, foi lido por Pedroso de Lima o seguinte auto, que depois de assignado foi depositado no respectivo archivo: «Aos quatorze dias do mez de novembro de 1908, nos paços do concelho e sala das sessões da camara municipal de Lisboa, achando-se presentes o ex.mo sr. Augusto Cesar Claro da Rica, representando a mesma, para o que havia sido nomeado em sessão de 12 do mesmo mez, e a commissão que promoveu a subscripção publica aberta em Portugal e no Brazil, por iniciativa da *Mala da Europa*, para erigir um monumento ao illustre escriptor Manuel Pinheiro Chagas, e bem assim a familia d'este eminente escriptor e publicista e mais pessoas que assignam este auto, declarou o sr. José de Mello, na qualidade de presidente da referida commissão, que estando concluido e inaugurado o citado monumento, acto que teve logar, hontem, 13 do corrente, pelas 9 horas da manhã, d'elle fazia entrega á cidade de Lisboa. Pelo sr. Claro da Rica foi dito, por parte da camara, que acceitava e agradecia o referido monumento que representava uma homenagem justissima a um vulto proeminente da intellectualidade portugueza. E eu Francisco Pedroso de Lima o fiz escrever e assignei: Pela Camara Municipal, Claro da Rica; José de Mello, Ribeiro de Carvalho, tenente Moraes Rosa, pela *Mala da Europa*; Frederico Pinheiro Chagas, Consiglieri Pedroso, José Joaquim Ferreira Lobo, Brito Aranha, Pina Callado, Julio Roziers, Baptista Junior, Antonio Rodrigues Pinto, Carlos Cicilia de Lemos, João Costa, Antonio Affonso Gomes, Vicente d'Almeida Eça, pela Sociedade de Geographia; Henrique Gorjão; e pela imprensa presente, João Costa, *Noticias de Lisboa*, Eduardo Braga, *Novidades*, Luiz de Athayde, *Correio da Noite*, Gabriel Quesada, *Portugal*, *Liberdade* e *Jornal do Commercio*, Ulrico de Magalhães, *Vanguarda*, Walter Machado, *Republica* »

**Pinheiro Chagas** *(Mario da Silva)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra N. em Lisboa a 16 de julho de 1870. E' filho do distincto escriptor Manuel Pinheiro Chagas. Formou-se na Universidade a 8 de julho de 1891, e é hoje um conhecido advogado em Lisboa. Escreveu o *Elogio historico* do dr Carlos Zepherino Pinto Coelho, para a sessão solemne na Associados Advogados.

**Pinheiro Chagas** *(Raul da Silva)*. Capitão de infantaria. Era o filho mais velho do grande escriptor Manuel Pinheiro Chagas. N. em Lisboa a 20 de agosto de 1864. Findos os estudos preparatorios, assentou praça em 51 de outubro de 1883, sendo nomeado alferes em 7 de novembro de 1888, promovido a tenente em 11 de setembro de 1895, e a capitão em 24 de maio de 1902, servindo no regimento de infantaria n.º 2. E' cavalleiro da Ordem de Aviz, e tambem da ordem de Carlos III, de Hespanha; possue a medalha de prata de comportamento exemplar. E' socio da sociedade scientifica e litteraria de Alais, professor de francez do Real Collegio Militar. Tem collaborado em varios jornaes, e dedicando-se ás letras, tem escripto: *Une bataille littéraire en Portugal; La querelle du Bom senso e bom gosto*, Paris, 1901; dedicado a Henri Faure, e traz o retrato do pae do autor; *Georges Sand devant la critique littéraire en Portugal; Une manifestation francophile à Lisbonne pendant la guerre de 1870-1871*. Tem publicado em francez algumas obras de seu pae, das quaes sabemos a comedia e 1 acto *Roca de Hercules*, etc.

**Pinheiro de Cima**. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Julião e conc. de Mangualde, distr de Vizeu || S. Martinho, de Rio Máo, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Pinheiro de Coja**. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. de Táboa, distr. e bisp. de Coimbra; 145 fog. e 551 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 9 k. da séde do conc. e está situada a 1 k. da estrada de Poiares a Celorico. O reitor de Coja apresentava o cura, que tinha 28$000 réis e o pé d'altar. E' pov. muito antiga; foi villa e séde d'um concelho do seu nome. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. A terra é fertil em generos agricolas. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 23, com a séde em Coimbra.

**Pinheiro do Cravo**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

**Pinheiro da Cruz**. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Alcochete, districto de Lisboa.

**Pinheiro Ferreira** *(Silvestre)*. Commendador da ordem de Christo, ministro e secretario de Estado honorario, deputado, socio honorario da Academia Real das Sciencias, membro do Instituto de França, do Instituto Historico e Geographico do Brazil, e d'outras corporações scientificas e litterarias, nacionaes e estrangeiras, etc. N. em Lisboa a 31 de dezembro de 1769 fal. no Lumiar a 1 de julho de 1846 Pertencendo a uma familia da classe media, que na Covilhã se dedicava á profissão industrial e fabril, entrou na Congregação do Oratorio, aos 14 annos de edade, a 15 de outubro de 1784, destinado a seguir a carreira ecclesiastica. Ali frequentou e concluiu com grande aproveitamento o curso de humanidades, manifestando desde logo provas de elevada intelligencia e de muita applicação ao estudo. Compoz uma memoria para o concurso da Academia de inscripções e bellas letras de Paris, ácêrca da origem, progresso, decadencia e effeitos da pantomima entre os antigos, trabalho em que denunciou claramente o seu espirito curioso e indagador. Compoz tambem uma dissertação a respeito das forças vivas, analysando e refutando as theorias do P. Theodoro d'Almeida, da mesma congregação, e autor das *Recreações philosophicas*, do *Feliz independente*, e de outras muitas obras em diversos assumptos. Esta dissertação valeu-lhe o singular apreço em que começou a ter o o principal Castro, reitor da Universidade de Coimbra, e o desagrado de alguns padres da Congregação que veneravam o P. Theodoro d'Almeida como um grande sabio, e não podiam admittir que um adolescente se atrevesse a fazer observações e reparos criticos sobre certos pontos, em confutação das doutrinas de seu confra-

de, que elles consideravam um verdadeiro luminar das sciencias do seu tempo. A especie de perseguição, de que foi victima, o obrigou a abandonar a Congregação, em 1791, e a renunciar de todo ao estado clerical, em que não passara de minorista. Dedicou se então ao magisterio, dando lições publicas, como professor particular, de philosophia, em Lisboa, no anno de 1792. Pouco tempo depois alcançou, por concurso, a substituição da cadeira de philosophia racional e moral do Collegio das Artes da Universidade de Coimbra, e no desempenho d'essas obrigações se houve como era de esperar do seu elevado talento, buscando supprir as faltas e incorrecções do velho Genuense com as idéas dos melhores escriptores e francezes e inglezes. D'ahi lhe provieram odios e inimizade de invejosos que o alcunharam de jacobino e conspirador, e embora elle tivesse recusado filiar-se nas sociedades secretas que então se iam estabelecendo, quando em julho de 1797 estava em Lisboa, foi avisado de que na sua casa em Coimbra se déra rigorosa busca aos papeis que lá tinha, e que muitos dos seus amigos haviam sido presos. Transferindo se então para Setubal, ali viveu tres semanas, no fim das quaes, receoso de que a policia levasse mais longe o seu procedimento injustificavel, se passou clandestinamente para bordo d'um navio hollandez, que estava prompto a levantar ferro. Foi no dia 31 de julho de 1797, que deixou Portugal com a idéa de passar a França. Tendo, porém, o navio aportado a Dower e prohibido o governo inglez aos passageiros sairem para Calais, teve Silvestre Pinheiro Ferreira de ir para Londres, onde encontrou diversos compatriotas seus, e entre elles José Correia da Serra, os quaes o coadjuvaram efficazmente, fornecendo-lhe os meios necessarios para passar á Hollanda; d'onde não tardou a seguir a Paris, chegando a esta cidade nos fins de setembro do referido anno de 1797. D'ali escreveu logo ao nosso governo narrando lhe os successos que o tinham forçado a deixar a patria, e pedindo ser julgado legalmente para sujeitar-se ao castigo em que segundo as leis pudesse ter incorrido. Antonio de Araujo, nosso representante na Hollanda, mas que n'essa epoca estava em Paris, enviou essa exposição acompanhando-a com a efficacia do seu valimento para o ministerio portuguez, e José de Seabra respondeu encarregando Pinheiro Ferreira das funcções de secretario de embaixada, e declarando que nenhuma accusação especial existia contra elle, e que as pessoas que tinham sido presas, por identicos motivos, estavam já ha muito em liberdade. Acompanhando depois Antonio d'Araujo, como secretario da legação, para a Hollanda, ahi trabalharam ambos com o morgado Matheus durante o verão de 1798 em uma obra, cujo fim era desaffrontar a nação portugueza dos ultrajes que a tinham offendido alguns escriptores nos varios livros publicados por esse tempo, mas afinal esse escripto não chegou a imprimir-se por delicadeza cortezã de Antonio de Araujo. Com aquelles cavalheiros fez Silvestre Pinheiro Ferreira, desde outubro de 1798 até dezembro do anno seguinte, a viagem do norte da Allemanha, aprendendo então a lingua allemã e procurando adquirir grande copia de conhecimentos botanicos. Tendo depois vindo a Lisboa com Antonio de Araujo, e havendo por essa epoca a mudança occorrida na nossa politica interna, que deu em resultado a perda do valimento do duque de Lafões e a elevação de pessoas pouco affeiçoadas ao nosso ministro na côrte de Haya, não pôde alcançar que o governo consentisse em que Silvestre Pinheiro Ferreira o acompanhasse para a Hollanda quando o mandaram regressar a esse paiz. Ficou em Lisboa exercendo o cargo de official da secretaria d'Estado dos negocios estrangeiros, que lhe tinha sido conferido quando chegara ao reino com Antonio d'Araujo, e permaneceu n'esse logar até 1802, em que foi nomeado encarregado de negocios em Berlim. Durante sete annos, que residiu n'essa capital, consagrou todos os momentos, que lhe ficavam livres, ao estudo da mineralogia com Karsten e Wemer, applicando-se tambem á chimica, e frequentando a sociedade dos investigadores da natureza, que contava no seu gremio os mais insignes caracteres litterarios de Berlim. O imperador Napoleão, como que adivinhando o talento e a vista perspicaz de Silvestre Pinheiro Ferreira, receou que o illustre diplomata lhe descobrisse os seus ambiciosos planos a respeito da peninsula, e que d'elles désse conhecimento ao governo portuguez, por isso exigiu terminantemente ao nosso ministerio que o riscasse do quadro da diplomacia. Antonio d'Araujo então, para aproveitar os serviços de Pinheiro Ferreira, encarregou o de organisar uma companhia de espingardeiros allemães para o estabelecimento d'uma fabrica de espingardas em Portugal, mas como esses homens só puderam chegar a Lisboa nas vesperas da partida da familia real para o Brazil, tornou se, pelo apuro e gravidade das circumstancias, muito difficil o embolso das quantias que elle dispendera para a conclusão d'esse negocio. Não podendo soffrer o desembolso d'esse dinheiro, embarcou para o Rio de Janeiro a requerer o pagamento, mas apenas pôde receber uma pequena parte. Em 1811 foi nomeado deputado da Junta do Commercio, tendo, porém, d'ahi a pouco sido concluida uma convenção com a republica de Buenos Ayres pouco honrosa para o Brazil, lembrou-se o governo do Rio de Janeiro de mandar Silvestre Pinheiro Ferreira, sem caracter ostensivo diplomatico, e evitando reconhecer a existencia legal da republica, tratar de obter uma convenção mais vantajosa. Silvestre Pinheiro Ferreira, não querendo offender o seu collega Rademaker, que concluira a desairosa convenção, seguindo as instrucções que do governo recebera, e não comprehendendo como, a não ser com a espada na mão, se pudessem assignar tratados sem caracter diplomatico, recusou a commissão de que o queriam encarregar. O governo então demittiu-o de todos os cargos publicos que exercia, e degredou o para a ilha da Madeira, mas por fim estas barbaras determinações ficaram sem effeito, e quando já estava a bordo do navio que devia conduzil o ao exilio, revogou-se a ordem, e Pinheiro Ferreira conservou-se na côrte, sendo restituido aos seus antigos empregos. Em 1820 foi nomeado ministro para os Estados Unidos, mas a revolução de fevereiro de 1821 no Rio do Janeiro, em que se proclamou a adopção do systema monarchico-constitucional, em conformidade com a resolução pouco antes effeituada, impediu a sua partida, e continuou na côrte, havendo então recebido o cargo de director

da imprensa regia e a nomeação de membro da commissão anglo-lusitana para decidir as questões do trafico da escravatura. Com a revolução de 1820 começa o mais bello traço da vida de Silvestre Pinheiro, que já em 1814 aconselhara o rei a que concedesse espontaneamente o que depois seria forçado a acceitar. Feita a revolução foi chamado para as pastas dos estrangeiros e da guerra, e quando se deu a prisão de Targini e outros, esforçou-se quanto pôde para suavisar lhes os soffrimentos e restituil-os á liberdade. Debalde pediu a D. João VI que lhe concedesse a demissão da pasta da guerra, mas o soberano não attendeu a essas supplicas, e Silvestre Pinheiro Ferreira empregou então os maiores esforços para conciliar o seu desejo de acertar com a estranheza dos assumptos militares. Ouvido nos negocios mais importantes, que então se debatiam, nunca recuou deante de quaesquer considerações de interesse, receio ou adulação. Aconselhou D. João VI que na passagem para a Europa desembarcasse na Bahia, e d'ali regulasse os negocios do Brazil, e que depois parando na ilha Terceira mandasse por um dos seus ministros significar ao congresso de Lisboa as suas intenções ácêrca do acto absoluto, que o nosso insigne publicista julgava indispensavel na organisação da monarchia portugueza. E' bem sabido que nenhum d'esses alvitres foi adoptado, mas quando a familia real estava já dentro da barra do Tejo, consultado de novo pelo monarcha ácêrca do que lhe cumpria fazer, ainda de novo exprimiu a sua antiga opinião sobre o que convinha á boa organisação da monarchia representativa e á dignidade real e pessoal do soberano. As côrtes não admittiram, porém, que os ministros lá fôssem declarar a vontade do rei. e concordou-se por isso que o monarcha leria um discurso feito por Silvestre Pinheiro Ferreira. Apezar d'essa resolução do conselho de ministros, D. João IV não leu o discurso, e resolveu mandar o ministro dos estrangeiros para o lêr ás côrtes. Quem conhece o espirito que animava as côrtes constituintes, não se admira por certo ao saber que apenas Silvestre Pinheiro chegou a um periodo em que declarava ser tanto um acto de despotismo o rei legislar sem o concurso dos representantes do povo, como estes fazerem leis sem o consentimento do monarcha, o congresso rompeu em grandes vociferações contra o que entendia ser manifestamente contrario aos principios liberaes. Silvestre Pinheiro Ferreira deixou então o seu logar de ministro e indicou para lhe succeder o conde de Barbacena, não podendo, porém, este conciliar a opinião do congresso, foi novamente chamado aos conselhos da corôa Silvestre Pinheiro Ferreira, não lhe admittindo n'essa occasião o soberano nenhuma razão para se eximir, e assegurando-lhe alguns membros do congresso que a maioria se prestava de boa vontade a alterar as bases da Constituição. Levado por essa consideração acceitou novamente a pasta dos negocios estrangeiros, e durante os vinte mezes que a conservou zelou com afinco a dignidade da corôa portugueza, combatendo as exigencias e reclamações dos diplomatas estrangeiros, agentes pela maior parte de governos que, detestando a revolução, aproveitavam todas as circumstancias para complicar os negocios e incommodar os ministros. Ainda depois da entrada do exercito francez em Hespanha, empregou o nosso ministro os ultimos esforços para com os gabinetes da Europa em favor da causa constitucional, mas a fôrça dos acontecimentos obrigou-o a offerecer a demissão de secretario de Estado, de que lhe fôram conservadas as honras, sendo-lhe depois concedida uma pensão de um conto de réis, devida principalmente aos esforços do duque de Palmella. Em 1825 quiz o rei confiar-lhe a pasta dos estrangeiros, mas elle recusou, e sendo pouco depois, a titulo de examinar as relações commerciaes de Portugal com a Gran-Bretanha e Paizes Baixos, mandado para Inglaterra esperar as ordens de el-rei, saiu da patria mas não acceitou a commissão. Achava-se em Paris em 1826, quando foi eleito deputado; mas receoso talvez das mudanças politicas, que em pouco tempo se verificaram, não se resolveu a tomar parte nos trabalhos legislativos, preferindo occupar-se n'aquella capital das suas obras litterarias, a que de todo se votara. Outro tanto praticou depois de restaurado o governo constitucional, por occasião de nova eleição que d'elle fizeram em 1837 e 1838, e só em 1842, quando pela terceira vez foi eleito deputado, é que resolveu regressar á patria e tomar asseuto na camara, onde a 3 de abril de 1843 apresentou uma série de projectos filhos dos seus longos e aturados trabalhos e estudos nas sciencias politicas e administrativas, e continham um systema completo de organisação, em harmonia com os principios da Carta Constitucional, que elle concebera. Este trabalho, apezar de ser recebido com as attenções e respeito devidas a tão importante nome, não chegou a discutir se. Convidado pouco depois por uma nascente sociedade de mancebos estudiosos e amantes das letras, que o escolheram para presidente e mestre, aggregou-se-lhes tanto do coração, que no seu gabinete e na propria associação trabalhava com elles, e para elles, dias e noites consecutivas, animando-os, prodigalisando-lhes conselhos, e repartindo generosamente aos que se honravam de serem seus discipulos os copiosos fructos da instrucção e do saber, recolhidos em tantos annos de estudo e sasonados por tão longa experiencia Esta sociedade chegou a ter estatutos approvados com a denominação de *Academia das Sciencias e Letras*, não pôde sobreviver-lhe, e com a sua morte acabou completamente. Infatigavel nas tarefas intellectuaes, e prompto sempre em prestar valiosa coadjuvação a quantos lhe requeriam auxilio em nome das letras, escreveu ainda por este tempo numerosos artigos sobre diversos assumptos, publicados em quasi todos os jornaes litterarios e politicos d'aquelle tempo. Silvestre Pinheiro Ferreira casou na Allemanha com uma senhora da familia de Leidholt; tendo enviuvado, passou a segundas nupcias com sua sobrinha, D. Joanna Felicia Pinheiro Ferreira. Poucos mezes antes da sua morte, se publicaram na *Illustração, jornal universal*, vol. II, n.º 1 de 4 de abril de 1846, uns *Apontamentos para a sua biographia*, escriptos, e com elle proprio conferidos, por Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, então redactor e proprietario d'aquella folha; e no n.º 3 de 18 do referido mez uma *Breve noticia dos seus escriptos*; achando-se egualmente commemorado o seu fallecimento no n.º 4, de 4 de julho do citado anno. Na *Revista Contemporanea*, de 1857, pa-

gina 33 a 38, tambem se fala a seu respeito. Em 1846 publicou se no Rio de Janeiro um opusculo com o titulo: *A' memoria de Silvestre Pinheiro Ferreira*, por João Vicente Martins; na *Revista Popular*, tomo IV, pag. 6 e seguintes, vem um artigo biographico, assim como no *Dictionnaire génèral de Històire et de Biographie*, por Dezobry & Bachelet, tomo II, pag. 2131; no tomo supplementar (o XI) da *Revista trimensal* do Instituto do Brazil, vem o seu *Elogio historico*, recitado no mesmo Instituto pelo conselheiro José Antonio Lisboa, a pag. 195 e seguintes.

**Pinheiro Ferreira** *(Silvestre)*. *Bibliographia: Prelecções philosophicas sobre a theoria do discurso e da linguagem, a esthética, a diceósyna e a cosmologia*, Rio de Janeiro, 1813; esta primeira parte comprehende 22 prelecções; da parte segunda, que devia conter a continuação da obra, apenas se publicaram as prelecções 23.ª e seguintes até á 30.ª inclusivé; á parte primeira e fragmento da segunda se deve juntar, como supplemento, a seguinte, impressa pelo mesmo tempo, mas com rosto e paginação especial: *Categorias de Aristoteles, traduzidas do grego, e ordenadas conforme a um novo plano, para uso das Prelecções philosophicas do autor*, Rio de Janeiro, 1814; *Synopse do Codigo do Processo Civil, conforme as leis e estylos actuaes do foro portuguez*, Paris, 1825; a adverteucia preliminar é datada de Lisboa a 31 de dezembro de 1823; *Prospecto e indice alphabetico dos termos da Constituição do imperio do Brazil, e da Carta Constitucional portugueza*, Paris, 1830; *Constituição politica do imperio do Brazil, e Carta Constitucional do reino de Portugal, em duas columnas, para servirem de texto ao «Manual do Cidadão»*, Paris, 1830; *Projectos de Ordenações para o reino de Portugal;* tomo, I, Paris, 1831; (Carta Constitucional, e projecto de leis organicas); entre as paginas 88 e 89 acha-se um *Mappa demonstrativo das graduações e da ordem de promoção dos differentes empregos e dignidades civis, militares e ecclesiasticas;* e a pag. 470 outro similhante *Mappa das estações do publico serviço na capital, nas provincias, nas comarcas, nos cantões, nos districtos, nas municipalidades e nos bairros*; tomo II, Paris, 1831 (Exposição da Carta Constitucional e do projecto de leis organicas); tomo III, Paris, 1832 (Projecto de reforma das leis fundamentaes e constitutivas da monarchia); entre as paginas 34 e 35 ha dois mappas, respectivamente similhantes e conformes aos de tomo I; *Observações sobre a Carta Constitucional do reino de Portugal, e a Constituição do imperio do Brazil*, Paris, 1831; *Parecer sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal por dois conselheiros da corôa constitucional*, Paris, 1831; na elaboração d'este parecer teve parte o conselheiro Filippe Ferreira d'Araujo e Castro. Tendo José Ferreira Borges feito imprimir em Londres umas *Observações sobre o parecer*, os autores d'este publicaram então segunda edição, com o titulo: *Parecer sobre os meios*, etc., *seguido de notas ás observações que se publicaram em Londres, e de uma analyse das mesmas observações, segundo os principios de jurisprudencia applicavel ás reflexões sobre a necessidade absoluta de leis preparatorias e organicas para a introducção e seguimento da Carta Constitucional*, Paris, 1832; *Projecto de um systema de providencias para a convocação das Côrtes geraes, e restabelecimento da Carta Constitucional*; *Appendice ao Parecer de dois conselheiros da corôa constitucional sobre os meios de se restaurar o governo representativo em Portugal*, Paris, 1832; contém 5 projectos de decretos: 1.º de amnistia, 2.º de liberdade de imprensa, 3.º de divisão territorial, 4.º de classificação dos habitantes do reino, 5.º do processo de eleições; *Indicações de utilidade publica, offerecidas ás Assembléas legislativas do Brazil e de Portugal*, Paris, 1834; contém 4 indicações: 1.ª das colonias estrangeiras, 2.ª das colonias agricolas, 3.ª da necessidade de se formarem companhias para a abertura e construcção de estradas e canaes, 4.ª sobre os meios de obter dentro do mais curto prazo um codigo civil e criminal; além d'estas ha uma 5.ª impressa em separado, e sem folha de rosto, que se intitula: *Da regencia do reino, Manual do cidadão em um governo representativo, ou principios de Direito constitucional, administrativo e das gentes*, 2 tomos, Paris, 1834; 1.º Direito constitucional; 2.º Direito administrativo e das gentes; *Projecto do Codigo geral de leis fundamentaes e constitutivas de uma Monarchia representativa*, Paris, 1834; é o 3.º vol. do antecedente *Manual do cidadão*; *Declaração dos direitos e deveres do homem e do cidadão*, Paris, 1836; *Noções elementares de Ontologia*, Paris, 1836; *Projecto de um Banco de soccorro e seguro mutuo*, Paris, 1836; *Breves observações sobre a Constituição politica da monarchia portugueza decretada pelas Côrtes constituintes reunidas em 1821*, Paris, 1837; *Noções elementares de Philosophia geral, e applicada ás sciencias moraes e politicas* (Ontologia, Psychologia, Ideologia), Paris, 1839; tem um appendice contendo mappas systematicos e observações; fórma com as *Noções elementares de Ontologia*, já citadas, a primeira parte do curso philosophico, que na antiga phrase das aulas se comprehendia sob os nomes de Logica e Metaphysica; *Projecto do Codigo politico para a nação portugueza*, Paris, 1839; *Projecto de Associação para o melhoramento das classes industriosas*, Paris, 1840; *Memoria sobre a administração da justiça criminal, segundo os principios do Direito constitucional* (Extrahida do *Cours de Droit public*), Lisboa, 1841; saira primeiro na *Revista Litteraria*, do Porto, n.º 38, com um erro, que deu causa a fazer-se esta nova edição em separado, como ahi mesmo se declara n'uma nota a pag. 35; *Mappas systematicos das terminações dos nomes e verbos da lingua franceza*, Paris, 1842; *Projecto d'uma encyclopedia*, Lisboa, 1843; foi reproduzido na *Revista Universal Lisbonense*, do mesmo anno; *Relatorio e projecto de leis organicas para a execução da Carta constitucional, apresentado em Côrtes na sessão de 4 de abril de 1843; Breves observações sobre a legislação que regula o direito de importação dos livros portuguezes*, Lisboa, sem data; *Questões de direito publico e administrativo, philosophia e litteratura*, Lisboa, 1.ª e 2.ª partes, 1844; 3.ª, 1845; esta collecção instructiva e curiosa é formada da reunião de todos os artigos que tinham sido primeiro insertos em diversos numeros do jornal *A Restauração*, fazendo-se d'elles tiragem especial e separada; *Breves observações sobre o tratado concluido em 1826, entre Suas Majestades o Imperador do Brazil e o Rei de França*, Lisboa, 1845; *Da oração do christão, impressa em Roma com licença da Sagrada Con-*

*gregação encarregada do exame e censura dos livros, e a traducção italiana em frente*, Lisboa, 1845; *Aos proprietarios dos predios rusticos e urbanos*; carta datada de 25 de junho de 1816 sobre o Banco da Silésia, e publicada pela redacção da *Revolução de Setembro* em julho de 1846, já depois da morte do autor; *Notas ao «Ensaio sobre os principios de Mechanica, obra posthuma de José Anastasio da Cunha, dada á luz por D. D. A. de S. C.* (D. Domingos Antonio de Sousa Coutinho) *possuidor do manuscripto autographo*, Amsterdam, 1808; a este opusculo anda reunido o seguinte: *Principios de Mechanica por Silvestre Pinheiro Ferreira*, Lisboa, 1808; com uma estampa; estes dois opusculos fôram reproduzidos no *Instituto*, de Coimbra, tomo V; *Questão grammatical sobre as syllabas*, inserto no *Patriota, jornal litterario*, etc., Rio de Janeiro, 1813, tomo I, n.º 1; *Considerações sobre a grammatica philosophica;* idem, tomo I, n.º 4; *Memoria sobre um novo principio do calorico*, idem, tomo II, n.º 1.º; *Observações sobre os direitos da propriedade litteraria e artistica;* no *Diario do Governo*, de 23 de setembro de 1812; *Observações philologico-grammaticaes e ortographicas;* no *Panorama*, vol. VI, 1842, n.º 53; no vol. VII, 1843, n.ª 57 e 59; e no vol. VIII, 1844, n.º 128; *Reflexões sobre o methodo de escrever a historia das sciencias, e particularmente a da philosophia;* no *Pantologo*, 1844, n.º 1, pag, 31; *Reflexões sobre os differentes methodos de confeccionar os catalogos das bibliothecas*; idem, n.º 3, pag. 20; continuado no n.º 4, pag. 29; *Dos limites da autoridade dos classicos em materia de linguagem;* idem, n.º 5; pag. 71; *Dos systemas absolutos em economia politica;* idem, n.º 14, pag 107; continuado no n.º 18, a pag. 1 9; *Do systema penitenciario;* na *Revista Academica*, de Coimbra, n.º 18, pag. 276; continuado nos n.ª 19, pag. 289, e 21, pag. 342; *Das sciencias em geral, e da sua classificação em particular*, na *Aurora, revista mensal*, 1845, n.º 1, pag. 33; *Dos Bancos rurcaes*, idem n.º 2, pag. 9, *Reflexões sobre varias praticas e instituições economicas de previdencia*; idem, n.º 3, pag. 60; *Projecto de associação de seguro mutuo dos empregados publicos*; saiu posthuma na *Revista Popular*, tomo IV; *Sobre as origens e affinidades das linguas*; na *Revista dos Açôres*, tomo I, 1851, a pag. 13; *Observations sur quelques passages du «Manuel Diplomatique» de Mr. le baron Charles de Martens*, 1825; *Essai sur la Psychologie, comprenant la théorie du raisonnement et du langage, l'Ontologie, d'Esthétique et la Dicéosyne*, 1826; sem o nome do autor, tendo no rosto as iniciaes S. P. F. enlaçadas dentro d'uma pequena tarja; a mesma edição, com diverso rosto, Paris, 1828; *Précis d'un Cours de Droit public interne et externe*, Paris, 1830; *Qu'est ce la patrie?*, Paris, 1831; *Notes au «Précis de Droit des gens» du conseiller dr. Martens*, Paris, 1831; *Mémoires sur les moyens de mettre un terme à la guerre civile en Portugal (extrait du «Siécle»)*, Paris, 1833; *Supplement au «Guide Diplomatique» de mr. le baron Charles de Martens*, Paris, 1833; *Observations sur la Charte constitucionelle de la France*, Paris, 1833; *Principes du Droit public constitucionnel, administratif et des gens, ou Manuel du citoyen dans um gouvernement réprésentatif*, Paris, 1834, 3 tomos; traducção do *Manual do Cidadão*, etc., já citado: *Projet du Code génèrate d'une monarchie réprésentative*, Paris, 1834; é o 3.º tomo, que serve de complemento ao *Manuel du citoyen; Essai sur les rudiments de la Grammaire allemande*, Paris, 1835; *Notes au «Traité du Droit des gens», de Vattel*, Paris, 1838; *Observations sur la Belgique*, Paris, 1838; *Observations sur la Constitucion du royaume de Saxe*, Paris, 1838; *Cours de Droit public interne et externe; avec les observations sur la Charte de la France, de la Belgique et du royaume de Saxe*, Paris, 1838, 3 tomos; *Preliminary discourse to a course of Political Economy*, Paris, 1839; *Principles of Political Economy by afr. Mac Culloch abridged for the use of Schools accompanied with notes and precedet, by a preliminary discourse by Mr. Pinheiro Ferreira*, Paris, 1839; *Précis d'un Cours d'Economie politique, suivi d'une Bibliographie choisie de la Economie politique par Mr. de Hoffmannos*, Paris, 1840; *Précis d'un Cours de Philosophie élémentaire, Ontologie, Psychologie, Idéologie*, 1841; *Tableaux systématiques des terminaisons et des pénultiémes des noms et des verbes de la langue allemande*, 1842; *Idem, de la langue française à l'usage des allemands*, 1842; *Précis d'un Cours de Droit public, administratif et des gens, suivi d'un Projet de Code politique pour la nation, portugaise*, Lisbonne, 1845, 2 tomos; *De la Théogonie; extrait de «L'Encyclopédie moderne»*, de Courtin; e na mesma Encyclopedia vem outros artigos seus, como: *Non invention, Traités, Négotition, Voyelles*, etc. Do artigo citado fez se tiragem em separado com o titulo: *Article extrait du vingt-deuxiéme volume de l'Encyclopédie moderne: Théogonie*, e tambem do seguinte: *Du Principe de la non intervention en général et particulièrement dans la situation, actuelle de la Peninsule Ibérique*, Paris, 1835; *Carta de Silvestre Pinheiro ao Imperador D. Pedro II*, datada de Paris, a 28 de janeiro de 1841, propondo a divisão do Brazil em 5 monarchias confederadas, e sendo o mesmo imperador o chefe da confederação. Deixou muitos trabalhos ineditos, escriptos em diversas linguas, segundo consta do *Novo Catalogo das Obras do publicista portuguez Silvestre Pinheiro Ferreira*, publicado em 1849, precedido d'uma breve advertencia e prospecto; vem anonymo, mas sabe se de certeza ter sido coordenado e escripto por Filippe Ferreira de Araujo e Castro, amigo intimo de Silvestre Pinheiro Ferreira.

**Pinheiro e Garrado.** Dois logares reunidos na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro.

**Pinheiro Grande.** Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. da Extremadura, conc. da Chamusca, com. da Gollegã, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 766 fog. e 2:067 hab. Tem esc. do sexo fem., est. postal, medico e pharmacia. Está situada a 1 k. da margem esquerda do rio Tejo, e a 5 da séde do conc. A pov é muito antiga, e foi até 1311 commenda da ordem dos templarios, e desde 1319 até 1834 da ordem de Christo. A egreja matriz foi fundada pelos templarios, em 1230, constituindo aqui uma parochia independente, quando a povoação apenas tinha 10 fog. Em 1281 D. Poncio e sua mulher, D. Maior Martins, deram á sua ordem do Templo a sua *Aldeia Nova*, no termo da Covilhã, sob a condição de que esta egreja de Pinheiro fôsse sempre curada por um sacerdote da ordem do Templo. No reinado de D. Sebastião era commendador do Pinheiro D. Francisco Pereira, embaixador do

mesmo rei a Castella. Era casado com D. Bernarda Coutinho, dama da princeza D. Joanna, mãe do monarcha. Pouco depois do anno de 1640, D. João IV deu esta commenda a D. Fernando de La Coeva, fidalgo castelhano, que era governador da Torre de S. Julião da Barra, e ficou em Portugal, tomando o partido de D. João IV. E' d'este D. Fernando que procedem os *La Cuevas* portuguezes. Eram os senhores da commenda quem apresentavam o vigario, que tinha alguns generos, 4$500 réis em dinheiro e o pé d'altar. Houve aqui um convento de frades capuchos, de Santo Antonio, o qual foi fundado, ou reedificado, por el-rei D. Manuel. Tinha um hospicio para os cavalleiros da ordem do Templo, e para os freires sacerdotes, que lhes administravam os sacramentos, e ao povo. A terra é fertil em cereaes, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 2. com a séde em Lisboa.

**Pinheiro e Granja.** Pov. na freg. de S. Mamede, de Canellas, conc. de Penafiel, districto do Porto.

**Pinheiro Grosso.** Logar da freg. do Salvador, de Vairão, conc. de Villa do Conde, districto do Porto. Acha-se aqui installada uma officina para preparações pyrotechnicas.

**Pinheiro do Infantado** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Palma, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

**Pinheiro de Loures.** Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Loures, distr. de Lisboa.

**Pinheiro do Marco** Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. d'Alcochete, districto de Lisboa.

**Pinheiro de Mello** *(José)*. Presidente da assembléa geral da Associação Commercial dos Lojistas de Lisboa. N. na freg. de S. Lourenço do Bairro, concelho d'Aveiro, a 19 de maio de 1842, sendo filho de José Rodrigues de Mello e Silva, e de Maria Thereza de Abrunhosa. Veiu para Lisboa aos 10 annos, e seguiu desde logo a carreira commercial em casa de seu tio, José Pinheiro d'Abrunhosa. Não teve por isso opportunidade de seguir estudos regulares, e nos intervallos da sua vida laboriosa dedicou-se á leitura das obras de autores de maior nomeada, mostrando predilecção pelos que tratavam de assumptos historicos e sociaes, em sentido liberal. D'ahi nasceu o desejo de collaborar em varias folhas politicas e litterarias, e entre ellas no *Defensor do trabalho*, onde teve collaboração mais effectiva; na *Chronica encyclopedica*, *Galeria familiar*, *Portugal litterario* e *Archivo familiar* Nos seus escriptos ha referencias accentuadas ao principio associativo, mostrando depositar n'elles viva crença e profunda esperança para as classes laboriosas. Como consequencia, tem pertencido a varias associações populares, como o Gremio Popular, o Asylo de S. João, Associação de soccorros na inhabilidade, etc., e da Associação Commercial dos Lojistas de Lisboa, fundada em 1870, e de que foi um dos fundadores, exercendo desde 1881 o cargo de presidente da assembléa geral. Esta associação tem por fim pugnar pelos interesses do commercio de miudo, e são importantissimos os serviços prestados aos seus aggremiados, para que muito tem concorrido a dedicação e desinteresse do sr. Pinheiro de Mello, um dos seus mais valiosos auxiliares. Escreveu: *Quadro historico da restauração e independencia de Portugal em 1640*; *resumo*, Lisboa, 1851; *A revolução de Hespanha*; *O papa e a maçonaria*; *Resposta á allocução de Pio IX proferida no consistorio de 26 de setembro de 1865*

**Pinheiro e Mirante.** Pov. na freg. de S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Pinheiro Morão** *(Simão)*. Medico muito notavel no seu tempo. N. na Covilhã em 1620, fal. em Pernambuco em 1686. Era filho do advogado Henrique Morão Pinheiro, e de sua mulher, Marqueza Mendes de Lucena. Cursou os estudos nas universidades de Coimbra e de Salamanca, sendo-lhe n'esta ultima conferido o grau de doutor em Medicina. Obtendo pouco depois o partido da villa de Almada, passado algum tempo o resignou, e embarcando para o Brazil, foi estabelecer residencia em Pernambuco, onde exerceu clinica por muitos annos, até fallecer. Foi casado com Mecia Ribeiro de Azevedo, natural de Lisboa, de quem teve Henrique Morão Pinheiro, que foi medico da camara d'el-rei D. João V e cirurgião-mór do reino. Em Pernambuco escreveu Simão Pinheiro Morão a seguinte obra que se publicou em Lisboa em 1683: *Tratado unico das bexigas e sarampo*, *offerecido a D. João de Sousa*, etc.; saiu em nome de Romão Mosia Reinhido, anagrama do seu proprio. D'este *Tratado* fez-se uma reimpressão no seculo passado, inserta na *Gazeta Medica*, de Lisboa, começada no n.º 15, do 1.º de agosto de 1859, continuada nos seguintes, e concluida no n.º 23. Ahi appareceu precedida d'uma breve noticia do autor, a que allude a *Advertencia*, inserta no n.º 24 de dezembro do mesmo anno.

**Pinheiro Novo.** Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Vinhaes, distr. e bisp. de Bragança, 114 fog. e 513 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 19 k da séde do conc., e está situada na raia da Galliza e nas proximidades da margem esquerda do rio Rabaçal. O abbade de Quiraz apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes, cria muito gado de toda a qualidade, e tem abundancia de caça grossa e miuda. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella.

**Pinheiro Queimado.** Pov na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

**Pinheiro da Serra.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria; || N. S.ª da Conceição e concelho de Oleiros, distr de Castello Branco.

**Pinheiro de Tavares.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fresta, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

**Pinheiro Velho.** Pov. na freg de Santa Marinha, de Pinheiro Novo, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

**Pinheiro das Voltas.** Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr do Funchal.

**Pinheiros.** Pov. e freg de S. Cypriano, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 114 fog. e 426 hab. Tem est. post., dista 5 k. da séde do

conc , e está situada na margem esquerda do rio Minho. A mitra apresentava o abbade, que tinha 180$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil em todos os generos agricolas, cria muito gado de toda a qualidade, e o rio Minho, que lhe fica proximo, lhe fornece muito peixe. E' n'esta freg. o sumptuoso palacio da *Brejoeira* (V. *Portugal*, vol. II, pag. 498). Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Viauna do Castello. || Pov. e freg. de Santa Eufemia, da provincia da Beira Alta, conc. e com. de Taboaço, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 108 fog. e 359 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 5 k. da séde do conc., é muito fertil em generos agricolas; pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Aboim, concelho de Amarante, distr. do Porto. || Exaltação da Santa Cruz e conc. da Batalha, distr. de Leiria. || S. Silvestre, de Chãos, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Salvador, de Dornellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || S João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Thiago, de Marrazes, conc. e distr. de Leiria || S. Martinho, de Medello, conc de Fafe, distr. de Braga. || S. Clemente, de Silvares, do mesmo conc. e districto.

**Pinhel** *(Ayres)*. Jurisconsulto que viveu no seculo XVI. N. em Coimbra e fal em Salamanca, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Estudou na Universidade de Salamanca, onde recebeu o grau de bacharel, e depois na de Coimbra, tomando o grau de doutor em Direito Cesario, exercendo tambem o magisterio desde 1544 até 1548. Advogou depois em Lisboa; porém, conhecendo el rei D. João III, que na Universidade se tornava muito sensivel a falta d'este professor, o mandou, com o titulo de desembargador da Casa da Supplicação, lêr a cadeira de vespera, da qual tomou posse a 24 de fevereiro de 1550. Mais tarde, quando soube que vagara a cadeira de prima na Universidade de Salamanca, passou no anno de 1559 a oppôr-se a ella, onde teve por competidor o grande jurisconsulto, tambem portuguez, Manuel da Costa, e apezar d'este lhe ter levado a palma, considerando judiciosamente os cathedraticos os elevados merecimentos de Ayres Pinhel, lhe consignaram o mesmo ordenado que recebia Manuel da Costa, até que, fallecendo este, foi logo nomeado para o substituir. Fal. estando na regencia da sua cadeira, deixando impressas algumas obras em latim, sobre varios pontos de jurisprudencia.

**Pinhel** *(Bento)*. Jurisconsulto, sobrinho do antecedente. N. em Lisboa, sendo filho de Duarte Pinhel. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Depois de estudar a lingua latina, passou á Universidade de Coimbra a estudar direito civil. Recebendo o grau de bacharel, oppôz-se por varias vezes ás cadeiras da sua faculdade, com geral approvação de todos os cathedraticos. Passou depois á Italia, e foi lente, na Universidade de Piza, de Direito Cesareo, e mais tarde, na de Praga, em que regeu a cadeira de prima. Deixou publicado um volume de interpretações e resolução de varios pontos de Direito. Essa obra era escripta em latim, e dedicada ao grão-duque de Florença Cosme II; foi impressa em Veneza no anno de 1613, e em Lyão, em 1670 e 1680.

**Pinhel**. Cidade da prov. da Beira Baixa, séde de conc. e de com., Relação do Porto, distr. e bisp. da Guarda. Tem uma só freg., cujo orago é N. S.ª do Castello. Em 1757 pertencia ao bispado de Vizeu, e tinha 5 freguezias; 1.ª *N. S.ª do Rosario*, abbadia da apresentação alternativa do papa e do cabido da sé de Vizeu; 2.ª *O Salvador*, priorado, do padroado real; 3.ª *S. Martinho bispo*, reitoria da apresentação da mitra de Vizeu; 4.ª *Santo André* reitoria da mesma mitra; 5.ª *S. Pedro*, idem; 6.ª *Santissima Trindade*, curato, da apresentação do commendador de Malta. Consta que a primeira egreja matriz, que existiu em Pinhel, foi n'uma antiquissima ermida, dedicada a Santa Barbara, e assim se conservou muitos annos, até que para ella foi trazida, no reinado d'el-rei D. Diniz, a imagem de N. S.ª do Castello, que estava n'uma egreja de Monforte, pov. n'esse tempo abandonada e deserta. Por a egreja estar dentro do castello de Monforte, é que a imagem tinha aquella denominação. Esta egreja havia sido a matriz de Monforte, que os moiros, castelhanos e aragonezes tinham destruido. Depois de vir a imagem para Pinhel, se lhe mudou o nome para o de N. S.ª do Rosario, mas o povo continuou sempre a chamar-lhe N. S.ª do Castello, a qual é hoje a padroeira da unica freguezia d'esta cidade, que hoje existe, conforme dissémos. Pinhel está situada na costa d'um monte, a 1 k. da margem esquerda da ribeira das Cabras, e a 2 da margem direita da ribeira da Péga. A pov. é muito antiga, e segundo a maior parte dos escriptores, em que se conta o P. Carvalho, foi fundada pelos turdulos, 500 annos antes da vinda de Christo, mas, ainda que a data da fundação não seja tão remota, não padece duvida de que Pinhel é uma das mais antigas povoações da Lusitania. Achando-se em lastimoso estado nos principios da nossa monarchia, com o peso dos seculos e das guerras, D. Affonso Henriques, em 1179, a levantou das ruinas em que jazia, restaurando-a e povoando-a, dando-lhe foral, o mesmo de Evora, e grandes privilegios, que posteriormente D. Sancho I, querendo premiar os grandes serviços prestados pelos habitantes de Pinhel nas guerras contra os moiros, lhe deu novo foral em 1209, ou em 1189, como diz Viterbo, ampliando e confirmando o que anteriormente fôra dado por seu pae, concedendo-lhe mais o privilegio, dos habitantes não serem obrigados a trabalhar em quaesquer obras de fortificação, não pagarem colheita ao rei, e serem isentos do tributo de portagem em todo o reino. Este foral foi confirmado por D. Affonso II, em outubro de 1217; e mais tarde, reformado por el-rei D. Diniz, na Guarda, a 10 de setembro de 1282 O rei D. Fernando I, n'uma carta de privilegios, de 7 de julho de 1410 (1372 da era christã), que deu a Pinhel, accrescenta o seguinte aos outros privilegios dos seus foraes: «Que cavalleiros, nem douos, nem fidalgos, nem ordens nem outras pessoas poderosas, pudessem comprar, ganhar ou adquirir algumas herdades, ou possessões, n'esta villa e seu termo. O mesmo privilegio lhe conferiu D. João I, estando em Almeida, por carta régia de 6 de junho de 1386, mandando aos tabelliães que não façam cartas de taes vendas, sob pena de nullidade, e perda do officio Por um alvará de 5 de março de 1409 (1371) concedeu el-Rei D. Fernando aos habi-

tantes de Pinhel e seu termo, o privilegio de poderem comprar pão em qualquer ponto do reino, e de leval-o para Pinhel, a despeito de outros quaesquer privilegios d'outras terras em contrario. Por outro alvará, de 1410 (1372) o referido soberano ordenou que não fôssem obrigados a ter cavallos e armas os moradores de Pinhel e seu termo, quando não possuissem bens no valor de 500 libras da moeda antiga, e que para isso fôssem de novo *acontiados pelos acontiadores que para elle eram postos no dito logo.* Estes alvarás estão registrados n'um dos antigos livros de registro, existentes no archivo da camara de Pinhel, assim como os seguintes: Alvará de D. João I, com a data de 7 de fevereiro de 1429, pelo qual, em attenção aos relevantes serviços que esta villa havia prestado na guerra com Castella, permittiu que houvesse aqui todos os annos, pelo S. Miguel até maio, uma feira franca que durasse um mez, 15 dias antes e 15 dias depois do dito dia de S. Miguel, de maio — *com todos os privilegios e franquias da feira de Trancoso.* Do referido monarcha se encontra outro alvará, datado de Almeida a 6 de junho de 1434 (1396 da era christã), pelo qual mandou que a aldeia e logar de Luzellos, que fôra do termo de Pinhel, e que el rei D. Fernando, seu irmão, unira a Castello Rodrigo, voltasse para Pinhel —*Por ser esta ultima villa mais honrada e defeza*, e por lhe haver prestado, e estar prestando grandes serviços na lucta com Castella—emquanto que a praça de Castello Rodrigo *estava pelos inimigos.* No mesmo livro citado se encontram dois alvarás do mesmo rei, um datado de Santarem a 12 de junho de 1438 (1400 da era christã), e outro de Arrifana de Sousa, a 19 d'agosto do mesmo anno, pelos quaes houve por bem isentar a villa de Pinhel da contribuição extraordinaria votada em côrtes —*por estar na fronteira e haver soffrido muito com a guerra*,—e outro alvará de 7 de setembro de 1450 (1412 da era christã), confirmou o privilegio de que a villa já gozava—*de não serem os seus habitantes obrigados a guardar presos, de noite nem de dia*—e em outro alvará, de 5 de setembro de 1453 (1405) reconheceu a esta villa o antigo privilegio de —*não poderem morar n'ella fidalgos.* El-Rei D. Manuel deu foral novo a Pinhel, em Santarem, no 1.º de junho de 1510. Pinhel era uma praça importante, cercada de muralhas de cantaria, com 6 portas: *da Villa, de S. Thiago, de S. João, de Marrocos, do Alvacar, e de Marialva.* Outros escriptores dão nomes diversos a algumas d'estas portas, denominando-as: *da Villa, de Marialva, do Alvacar, de Castello Rodrigo*, ou *dos Machachos, de S. João* e *da Rua de Baixo.* Cada porta estava defendida por uma torre, tendo um relogio a da porta principal, que era a da Villa, que parece já hoje não existir. Tinha 5 torres e forte castello de cantaria, com duas torres muito altas, de granito, tudo reedificado, ou construido de novo por El-Rei D. Diniz em 1312, que tambem reedificou a villa n'esse anno. Do castello se descobrem montes e penhascos formidaveis, na margem direita do rio Douro, na provincia de Traz-os-Montes, e mesmo na margem esquerda do dito rio, em grande extensão da provincia da Beira Alta, e nas proximidades do Côa, etc. Havia uma grande cisterna com agua nativa, que dizem estar hoje quasi completamente obstruida. Por occasião das grandes guerras com Hespanha, em seguida á memoravel revolução de 1640, tambem para aqui foi mandada alguma artilharia, assim como para outras praças antigas, e da artilharia d'esses tempos, parece que existem ainda duas peças corpulentas, de bastante valor archeologico, estando uma no passeio publico da villa, e outra nas trincheiras, junto ao campo de mercado, para onde a muito custo a levou o povo, para salvar com ella nos dias de festa. Pinhel era da corôa, e entre os muitos privilegios já citados, devemos accrescentar, que não podia ser dada a donatarios particulares; os habitantes fôram por vezes isentos de contribuições extraordinarias; podiam apascentar os seus rebanhos livremente em todos os montados do paiz, emquanto que o seu termo era defezo a gados extranhos; podiam apropriar-se e utilisar-se das vinhas e terras incultas; não podiam ser obrigados a guardar nem acompanhar presos, de dia nem de noite, etc. Rodrigo Mendes da Silva, na *Poblacion general de España*, pag. 186, diz que Pinhel n'aquella data (1646) era cabeça de corregedoria, comprehendendo, segundo alguns escriptores, 35 villas e 12 concelhos; e segundo outros, 30 villas e 9 concelhos. Duarte Nunes do Leão, na sua *Descripção de Portugal*, diz que a correição de Pinhel comprehendia as villas de Almeida, Castello Rodrigo, Cinco Villas, Cedovim, Nemão, Muxagata, Castello Bom, Meda, Ranhados, Souto, Sernancelhe, Langroiva, Marialva, Castello Meudo, Penella, Povoa, Vallongo, Avelloso, Penedono, Reigadas, Torre dos Frades, Almendra, V. N. de Fozcôa, Villar Maior, Trovões, S. João da Pesqueira, Alfaiates, Paredes, Fonte-Arcada, e Sendim; e os concelhos de Val da Coelha, Horta, Hervedosa, Castanheira, Valeuça, Soutello, Tavora, Paradella e o logar do Lamegal. Em 1876, a comarca de Pinhel ficou reduzida ao seu concelho, por serem elevadas á categoria de comarcas Almeida e Figueira de Castello Rodrigo. El-Rei D. José obteve do papa Clemente XIV a creação do bispado de Pinhel, em 1770, sendo a villa elevada a cidade episcopal; este bispado, suffraganeo da egreja primacial de Braga, foi formado com egrejas dos de Vizeu e de Lamego, e por isso, á falta de constituições proprias, vigoravam as d'aquelles dois bispados nas diversas parochias que d'elles se desmembraram. Este bispado teve só 4 bispos e foi supprimido a 14 de setembro de 1882, ao mesmo tempo que os de Aveiro, Leiria e Elvas. Os bispos foram: 1.º D. Christovam d'Almeida Soares, que por mais de 40 annos havia sido lente de Canones na Universidade de Coimbra; governou a diocese durante 7 annos, e veiu a fallecer em 1788; 2.º D. José de Mendonça Pinto Arraes, que fôra monsenhor na sé patriarchal de Lisboa, a quem D. Maria I nomeou bispo de Pinhel, e depois o transferiu para a sé da Guarda, em 1798, pelo fallecimento do bispo D. Jeronymo Rogado. Foi este bispo quem construiu o paço episcopal, edificio vasto e elegante, que é ainda hoje o primeiro edificio da cidade, e dispunha-se a cons-

Brazão d'armas da cidade de Pinhel

truir a egreja da sé junto do paço, quando se deu a sua transferencia para a Guarda. O 3.º bispo foi D. Bernardo Beltrão, freire da ordem de Christo; o 4.º e ultimo, D. Leonardo Bessa, religioso do convento do Varatojo, que falleceu no Porto. Pinhel, mesmo quando era villa, foi cabeça de comarca, como já se disse, tendo corregedor e 4 officiaes: dois escrivães, um meirinho, um inquiridor, distribuidor e contador; o corregedor era obrigado a residir na villa, e saindo da comarca, passava a vara para o juiz de fóra, pois tinha tambem esta villa juiz de fóra com 4 tabelliães do publico, judicial e notas, um escrivão sem notas; outro das execuções, outro das sisas, inquiridor, distribuidor, contador, meirinho do geral e alcaide, escolhido e provido pela camara, sendo a nomeação feita pelo alcaide-mór. E era o dito juiz de fóra quem fazia o lançamento das sisas, na villa e seu termo, e nas do Lamegal, Castello Mendo, Alfaiates, Villar Maior e Castello Bom, com um dos 5 escrivães do geral, alternadamente, por não haver escrivão especial para os ditos lançamentos. Tinha juiz dos orphãos, com dois escrivães e dois repartidores, servindo tambem n'este juizo o escrivão das execuções em geral, e era a camara formada annualmente por tres vereadores e um procurador ou escrivão, por carta da mesa do Desembargo do Paço. A camara apresentava o juiz dos orphãos e seu escrivão, e os escrivães da propria camara e da almotaceria, e el-rei simplesmente confirmava. Nomeava tambem a camara os almotarés, repartidores do juizo dos orphãos, e porteiros, e para todos os logares do termo -- juizes da vara e seus escrivães, procuradores, juizes pequenos e quadrilheiros. E eram obrigados os officiaes da camara a assistirem com as suas insignias e estandarte real ás procissões do Corpo de Deus, e de Santa Izabel -- Domingo do Anjo, e da Resurreição -- á publicação da bulla, e á procissão que por voto antiquissimo se fazia no Domingo dos Prazeres, á qual eram obrigados a assistir tambem os juizes da vara dos logares do termo, até uma légua de distancia, com as suas insignias, e uma pessoa de cada casa da villa e dos ditos logares. E todos eram egualmente obrigados a assistir á procissão de N. S.ª d'Ajuda, que saia da egreja de Santa Maria do Castello, e ia até á capella de N. S.ª d'Ajuda, onde se celebrava uma missa em acção de graças, recolhendo em seguida a procissão á egreja de Santa Maria do Castello, mandando os officiaes da camara tomar nota das pessoas que faltavam, e castigando as como lhes parecia justo. Os juizes dos diversos officios eram tambem obrigados a assistirem com as suas respectivas bandeiras, ás procissões do Corpo de Deus, de Santa Izabel, Domingo do Anjo e Domingo dos Prazeres, sob *pena de serem condemnados*; e o juiz da vara do povo de Valle de Madeira, era obrigado a postar se com bandeira levantada, junto á cruz que está um pouco acima da fonte do Coche, em um alto, até passarem os officiaes da camara para a dita romagem, e depois se incorporarem n'ella tambem, sob pena de ser condemnado. E o juiz de fóra e cada um dos vereadores, procurador e escrivão da camara, percebiam de propina, por assistirem ás quatro procissões, 1$400 réis, e pelas duas da publicação da bulla e da Resurreição, cada um 2$000 réis, e o juiz de fóra tinha mais 400 réis para uma vara -- isto por procissões e costumes antiquissimos. Era tambem a camara obrigada a assistir, com as suas insignias, á procissão do Patrocinio de N. S.ª e á de S. Francisco de Borja. Todas estas e outras procissões que em tempo aqui se faziam, ficaram depois reduzidas a uma unica, a do Senhor dos Passos. Nos principios do segundo quartel do seculo XV, os habitantes de Castello Rodrigo, allegando que os gados eram a sua principal riqueza, e os seus montados, muito estreitos, obtiveram d'El-Rei D. Affonso V o privilegio de poderem livremente pastorear os seus rebanhos nos montes de todo o paiz, mas apresentaudo o alvará régio á camara de Pinhel para o registrar, ella o não acceitou, nem consentiu no seu termo os gados de Castello Rodrigo; e correndo pleito sobre o caso, provou a camara de Pinhel com os seus foraes e outros documentos, que já D. Sancho I e D. Affonso II, seu filho, havia seculos, lhes tinham dado o privilegio de poderem os habitantes de Pinhel e seu termo apascentar os seus rebanhos em todo o paiz livremente, sem pagarem coima nem montado -- não podendo pelo contrario entrar no termo de Pinhel, gado algum extranho -- privilegio em cuja posse estavam havia mais de 200 annos. El-Rei, estando em Evora, por alvará de 26 de fevereiro de 1470, reconheceu os antigos privilegios de Pinhel e confirmou os de Castello Rodrigo, concedendo-lhes de novo o direito de levarem os seus gados aos montes de todo o paiz, *exceptuando os do termo de Pinhel.* Para a agricultura e prosperidade d'esta cidade, foi decerto a provisão, de D. João II, que se encontra registrada n'um dos livros já citados, tendo ainda Pinhel a categoria de villa: «D. João, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, e senhor de Ceuta, a vós juizes, vereadores, procuradores, e homens bons da nossa villa de Pinhel, sabe de que vimos a confirmação que nos enviastes, em que era contheudo entre outras cousas, que em essa villa e arrabaldes e termo d'ella havia muitos pardieiros e cortinhas, que ha grandes tempos e annos que não foram e não são aproveitados, e isto por serem de ordens e de outras pessoas que as não queriam nem querem aproveitar, e que entre as visinhas do sesmo d'essa villa havia e ha algumas terras que já em outro tempo foram vinhas as quaes havia 20, 30, 40 annos e mais, que não foram aproveitadas, pela qual causa eram os montes e mattos em ellas tão grandes, que se encolhiam em elles os porcos e ursos e outras alimarias, a muitos dos quaes ás vezes punham fogo em tal guisa que as outras vinhas em redor recebiam muito grande perda... pela qual causa nos embiavedes pedir por mercê, que vos dessemos licença que podessedes dar os ditos pardieiros e cortinhaes e terras de sesmaria a algumas pessoas que as aproveitassem, o qual visto por nós, por prol communal e bem da terra, havemos por bem, e damos-vos a licença pedida, com tanto que seus donos sejam primeiramente requeridos que os aproveitem, desde o dia que o requerimento lhes fôr feito até um anno, e não os adubando nem os aproveitando até o dito anno, então aquelle que esse concelho poser por sesmeiro, as possa dar, com accordo dos homens bons d'essa villa, a quaesquer pessoas, como dito é, que as adubem e aproveitem, e não o fazendo

lhes sejam tiradas e dadas a outros que as adubem e aproveitem, e sendo assim mandamos que as hajam livremente e sem contenda, para elles e seus herdeiros. Dada em Lisboa a 3 d'outubro de 1475». Foi esta provisão confirmada depois por el-rei D. Manuel, estando em Setubal, a 21 de maio de 1496, e outros reis posteriormente a confirmaram tambem. Foi este um dos mais importantes privilegios de que a villa gozou. Por alvará de 29 de novembro de 1532, D. João III, estando em Almeirim, confirmou outro de 8 de abril de 1505, pelo qual D. Manuel, deferindo a petição d'este concelho, mandou que ninguem pudesse introduzir n'elle vinho extranho, sob pena de perder o genero e de pagar 1$000 réis por cada vez. Por alvará de 6 de junho de 1564 o infante e cardeal D. Henrique, sendo regente do reino, attendendo a que a velha villa de Pinhel era doentia e pobre, e n'ella não havia *sergiam, mediquo nem botiquairo*, mandou que das rendas do concelho se tirasse até á quantia de *quinze mil réis para um fiziquo, um sergiam, e um botiquairo*, com a condição de residirem na villa e de n'ella exercerem os seus officios. Com a data de 14 de maio de 1569, tambem se encontra registrado um alvará d'el-rei D. Sebastião, mandando que das searas do concelho de Pinhel se dessem por anno 200 alqueires de centeio aos 4 trombetas que a camara mandava ensinar, para tocarem nas festas de S. Thiago, e nas outras em que as pessoas da governança costumavam correr cannas, etc. -- isto em deferimento d'uma petição da villa de Pinhel, e depois de sua majestade mandar ouvir sobre o caso, o provedor de Lamego, o qual informou favoravelmente, dizendo que na localidade, e ao tempo, os 200 alqueires de centeio não valiam mais de *oito mil réis* na razão de 40 réis o alqueire, o que equivalia a 1$000 réis por anno, a cada um dos trombeteiros, com a condição de que tocariam em todas as festas solemnes, que se fizessem na villa. De D. Pedro II tambem se encontram os seguintes alvarás: de 4 d'abril de 1669 confirmando outro em que D. Manuel, estando em Almeirim, a 12 de fevereiro de 1514, concedeu muitos privilegios á villa d'Alfaiates do termo de Pinhel, e entre elles o de -- *couto de homisiados, intramuros*; outro de 13 de outubro de 1674, ordenando que nenhum ministro, desembargador, corregedor ou juiz de fóra, sob pena de se lhe dar em culpa na residencia, *possa servir-se das cadeiras da casa da camara ou de qualquer outra cousa d'ella*; outro alvará de 13 de setembro do mesmo anno, ordenando que nenhum juiz de fóra que servir em Pinhel -- *possa dar casa de jogo em publico nem particular*, sob pena de ser demittido. Pinhel tinha voto em côrtes com assento no 9.º banco. As suas armas, segundo o livro respectivo existente na Torre do Tombo, é um pinheiro verde em campo de prata, mas na casa da camara vê-se o seguinte brazão: um escudo, tendo d'um lado as armas reaes, e do outro um pinheiro verde, com um falcão em cima, intitulando: *Pinhel, Falcão guarda-mór de Portugal.* Dizem que o falcão é uma memoria de um que se tomou a el-rei D. João I, de Castella, na batalha d'Aljubarrôta. A Misericordia foi fundada pelo dr. João Videira, natural de Pinhel. Houve um convento de freiras franciscanas, de Santa Clara, fundado em 1500 por Luiz de Figueiredo Falcão. O edificio tinha a fórma de um esquadro, e no vertice do angulo um torreão de 3 andares, que servia de mirante, e hoje serve de cadeia. Por ordem do governo foi este convento despejado em 1836, por se acharem exhaustos os seus rendimentos, e ter apenas 3 freiras, das quaes fôram duas para o convento de Trancoso, e uma para Coimbra. A parte que corria do mirante até á egreja, com a frente para a praça, foi demolida, e do chão que occupava e da cêrca, se fez o actual passeio publico; a outra parte que seguia do mirante ao longo da rua, foi restaurada, e ali se installaram diversas repartições publicas: o tribunal, a conservatoria, a administração do concelho, a repartição de fazenda e o theatro; a egreja foi arvorada em parochial, accrescentando se em comprimento, e construindo-se ao lado d'ella uma torre em 1862. O terreno da cidade, é fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado de toda a qualidade, é abundantissimo de caça grossa e miuda. Nos arredores, ha boas quintas, bem cultivadas, com lindos campos e formosos vinhedos e olivaes. Nas quintas do *Valle de S. Thiago* e das *Capellas*, brotam duas nascentes d'agua mineral fria; tambem ha no concelho as thermas

Vista geral de Pinhel

chamadas da *Chinchella* e *Ribeira de Pinhel;* de aguas ferreas da *Torre* e *Prados;* e medicinaes, denominadas do *Bispo*. No concelho ha varias minas registradas: uma em 1873, na freg. de Cidadelhe, pelo P. Antonio Justiniano d'Aguilar; é de cobre; outra na mesma freg., registrada tambem em 1873, por Francisco de Salles Pires; é de substancia resinosa combustivel; outra de estanho e outros metaes, registrada ainda em 1873, por Dionysio Xavier Pereira da Silva, na freg. do Azêvo; outra de estanho, na freg. de Gouveias, registrada em 1873 por Francisco de Salles Pires; outra no limite da cidade, registrada em 1874 por João Taborda de Magalhães; de plombagina (graphite) e carvão de pedra. Em 1875 fôram registradas por Antonio Lourenço Pires, duas minas de prata, ouro e outros metaes; e outras de chumbo, em diversos pontos do concelho. Ha em Pinhel 3 pontes sobre a ribeira das Cabras; a 1.ª no caminho d'Almeida; a 2.ª no caminho para a Figueira, servindo actualmente as freguezias de Cinco Villas e Reigada; a 3.ª na estrada real que conduz á Figueira, Escalhão e Barca d'Alva. Tem 2 pontes na ribeira da Péga, sendo a 1.ª na estrada districtal para a Guarda; a 2.ª no caminho de Falla. Os francezes, em 1810, cortaram uma das pontes, quando ali entraram em 16 de novembro, a qual foi reformada em 1817, como consta d'uma lapide que então ali foi collocada. Existem as seguintes fontes publicas, d'agua potavel: *Fonte Nova*, *Fonte de Marrocos*, *Chafariz da Moreira*, *Chafariz do Passareiro*, *Chafariz das Monas*, *Chafariz do Pesqueiro*, *Fonte do Coche*, *Fonte do Passeio*, feita em 1865; *Fonte do Bispo* no arrabalde, com um grande vaso de cantaria, coberto de abobada, e um chafariz. E' a que tem melhor obra d'arte. A praça d'esta cidade, que ainda conserva hoje no centro um pelourinho, fechava-se por occasião das grandes festas, para n'ella se correrem touros e canuas. O pelourinho é de granito, mede 8 a 9 m. de alto, e pelo estylo e lavor parece obra do tempo d'el-rei D. Diniz. Acha-se já muito deteriorado pelo tempo. No cimo da praça está o edificio dos paços do concelho, que já serviram tambem de tribunal ou casa de audiencias. Tem uma boa sala, com tecto de madeira e ornatos de talha dourada. A 1 k. de Pinhel vê-se a grande capella de N. S.ª da Torre, cuja imagem é de muita devoção na cidade e nos arredores. Tem altar-mór e 2 lateraes; ainda hoje se faz uma devota romaria a 15 d'agosto, que é muito concórrida. Pinhel tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; feira nos dias 1.º de maio e 1.º de novembro; mercado nos dias 1.ºs de cada mez e nos 3.ºs domingos; advogados, agencias bancarias e de seguros, associações: *Commercial agricola* e *Bombeiros voluntarios*; hoteis, medicos, pharmacias, notario, fabrica de sabão, *Club Pinhelense*, theatro de *S. Luiz;* importantes estabelecimentos industriaes, etc., guarnição militar: 3.º batalhão do regimento de infantaria n.º 12; pertence á 2.ª div. mil., 4.ª brigada, grande circumscripção mil. central e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Tem-se publicado os seguintes jornaes: *Bijou*, 1889; *Commercio de Pinhel*, 6 de outubro de 1897; *Correio de Pinhel (o)*, 1889; *Jornal da Beira*, 2 de agosto de 1891; *Jornal de Pinhel*, 15 de maio de 1904; *Pinhelense (o)*, 10 de julho de 1892; *13 de Janeiro (o)*, 13 de janeiro de 1891. O conc. compõe-se de 27 freguezias, com 4:924 fog. e 18:832 hab., pelo Censo de 1900, sendo 9060 do sexo masc. e 9:772 do fem., n'uma superficie de 43:946 hect. As freguezias são as seguintes: N. S.ª d'Assumpção, de Alverca, 1:245 hab.: 575 do sexo masc. e 670 do fem.; N. S.ª da Conceição e S. Sebastião, de Atalaia e Carvalhal, 643 hab.: 330 do sexo masc. e 313 do fem.; N. S.ª da Purificação, de Azêvo, 1:142 hab.: 533 do sexo masc. e 609 do fem.; S. Miguel, de Bogalhal, 238 hab.: 113 do sexo masc. e 125 do fem.; Santo Antonio, de Bouça Cova, 456 hab.: 230 do sexo masc. e 226 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Cerejo, 543 hab.: 251 do sexo masc. e 292 do fem.; Santo Amaro, de Cidadelhe, 319 hab.: 176 do sexo masc. e 143 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Ervas Tenras, 243 hab.: 119 do sexo masc., e 124 do fem.; Espirito Santo, de Ervedosa, 516 hab.: 246 do sexo masc. e 270 do fem.; S. Martinho, de Freixedas, 1:595 hab.: 758 do sexo masc. e 837 do fem.; S. Pedro, de Gouveias, 925 hab.: 464 do sexo masc. e 461 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Lamegal, 882 hab.: 427 do sexo masc. e 455 do fem.; N. S.ª da Con-

Pinhel—Praça do General Castro

solação, de Lameiras, 644 hab.: 308 do sexo masc. e 336 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Manigoto, 384 hab.: 189 do sexo masc e 195 do fem; S Simão, de Palla, 799 hab.: 390 do sexo masc. e 409 do fem.; O Menino Jesus, de Pereiro, 556 hab.: 272 do sexo masc. e 284 do fem.; Santa Maria do Castello, de Pinhel, 2:936 hab.: 1:380 do sexo masc. e 1556 do fem.; Sauto Antonio, de Pinzio, 1:022 hab: 499 do sexo masc. e 523 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Pomares, 519 hab.: 241 do sexo masc. e 278 do fem.; S. João Baptista, de Povoa d'El-Rei, 299 hab: 155 do sexo masc. e 144 do fem.; Santo Antão, de Safurdão, 335 hab.: 166 do sexo masc. e 169 do fem; Santa Eufemia, 512 hab.: 231 do sexo masc e 281 do fem; N. S.ª da Graça, de Sorval, 338 hab.: 199 do sexo masc. e 339 do fem.; S. Lourenço, de Sourepires, 606 hab.: 389 do sexo masc e 417 do fem; N. S.ª d'Assumpção, de Valle-Bom, 407 hab.: 203 do sexo masc e 204 do fem; S. Sebastião, de Valle da Madeira, 290 hab.: 142 do sexo masc. e 108 do fem; N. S.ª d'Assumpção, de Vascoveiro, 268 hab.: 174 do sexo masc. e 194 do fem. O principal commercio do conc. é vinho, azeite, cereaes, lã, aguardente, cortiça, meias de lã, e batatas. || Povoações nas freguezias: N. S.ª da Visitação, de Ourem, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Outeiro, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santo André, de Padronello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Maria, de Sobradello da Gôma, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

**Pinhete.** Povoações nas freguezias: S. Lourenço do Douro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, do mesmo districto.

**Pinho.** Appellido nobre. O conde D. Pedro, no tit. 44 do *Nobiliario*, faz menção d'este appellido em João Lourenço de Pinho, e que ha familia do mesmo appellido na Terra da Feira. As armas são: Em campo de prata 5 pinheiros verdes em aspa, com pinhas de ouro. Elmo de aço aberto, e por timbre um dos pinheiros.

**Pinho** *(Antonio)*. Moço do coro e cantor da sé de Evora. Era natural de Abrantes. Posto que dotado de bastante talento musical, as suas disposições naturaes eram mais para a poesia do que para a musica. Compoz um poema, que ficou inedito, intitulado: *Vida e martyrio do infante santo D. Fernando, filho d'el-rei D. João I.*

**Pinho** *(Manuel)*. Poeta popular, professor de musica e menestrel da capella real. Escreveu uns *villancicos* e *romances*, que se imprimiram em Lisboa; 1.ª parte em 1615, 2.ª parte, em 1618.

**Pinho.** Pov. e freg. de Santa Martha, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Boticas, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 193 fog. e 784 hab. Tem correio, e está situada a 5 k. da séde do conc., em terreno accidentado, na margem esquerda do rio Térva, que corre ao N da freguezia; e na direita do rio Tamega, que corre ao S, e divide o conc de Boticas do de Villa Pouca d'Aguiar. O reitor de S Pedro, de Sapiães, apresentava o vigario, que tinha 100$000 réis de rendimento. O terreno d'esta freg. é um dos mais ferteis do concelho. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de S. Pedro do Sul, distr. e bisp. de Vizeu; 202 fog. e 865 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 5 k da séde do conc. e está situada n'um monte, a 1 k. da margem direita do rio Vouga. A mitra apresentava o abbade, que tinha 240$000 réis. A terra é fertil, cria muito gado, e tem abundancia de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrutamento e res. n.º 14 com a séde em Santa Comba Dão.

**Pinho da Costa** *(Antonio)*. Militar na India, que viveu muitos annos em Cochim. Era cavalleiro da ordem de Christo. Nada mais se sabe a seu respeito, senão que escreveu a seguinte obra: *A verdadeira nobreza*, Lisboa, 1650; outra edição, 1655. E' dividida em 3 livros, tratando o 1.º das cousas pertencentes á religião christã; o 2.º das tres virtudes cardeaes, Prudencia, Justiça e Fortaleza; e o 3.º da Temperança, e outras virtudes que d'ella procedem.

**Pinho Leal** *(Augusto Soares de Azevedo Barbosa de)*. Escriptor. N. em Belem a 21 de novembro de 1816, fal. em Lordello do Ouro, nos arrabaldes do Porto, a 2 de janeiro de 1884. Era filho de José Mathias Barbosa Leal, quartel-mestre do batalhão de caçadores n.º 3, e de sua mulher, D. Rita de Cassia Soares de Azevedo. Bem cêdo começou Pinho Leal o seu fadario, pois tendo nascido em Belem, como fica dito, em 21 de novembro de 1816, foi baptisado na freguezia de S. Thiago, de Peuamacôr no dia 20 do mesmo mez, tendo percorrido no berço mais de 40 legoas, devido á vida agitada de seu pae durante o tempo da guerra Peninsular. Ainda muito creança o seguiu por differentes terras, e aos 10 annos de edade já tinha percorrido mais de 2:100 legoas, indo com seus paes na expedição da Bahia em 1822, andando ainda por outras terras. Regressou depois a Lisboa, e não tardou que seu pae marchasse para Villa Viçosa, Abrantes e Extremoz. Em novembro de 1826 achava-se com sua familia em Castro Marim, marchando depois para Tavira e Albufeira; embarcaram para Ayamonte, vindo a Portugal, estiveram em Mourão; mais tarde entrando de novo em Hespanha, fôram a Sarça, onde José Barbosa Leal deixou sua mulher, e seu filho mais velho José, que falleceu ainda muito novo, d'onde partiram para Penamacôr, seguiu Augusto Pinho Leal seu pae para Sabugal, indo d'ali a Malhada Sarda, Almeida, Pinhel e Coriscada, onde o regimento de infantaria n.º 6 se reuniu ao batalhão de José Barbosa Leal, voltando a Pinhel, marchando para Celorico de Nespereira, e d'ali para a povoação do Curral, onde chegaram no dia 29 de novembro do referido anno de 1826. Aqui ficou o pequeno Augusto, por ser muito aspero e frio, e elle não poder acompanhar a força. Diz um dos seus biographos: «O pobre Augusto, contando apenas 10 annos, ia gelado em uma carga de bagagem, mettido entre dois bahús, como elle proprio nos contou; e sendo já decrepito, ainda se recordava de vêr Nespereira, a villa de Gouveia, alcaudorada na pendente norte da serra da Estrella, e conservava outras muitas reminiscencias das terras que percorreu, mettido entre os bahús.» Pinho Leal havia assentado praça em Castro Marim, aos 10 annos de edade, em caçadores n.º 4; quando seu pae ali foi, conforme dissémos; esteve emigrado em Amedo em 1828, regressando ainda n'esse anno a Lisboa. Estudou um anno no Collegio dos

Nobres. Obteve passagem para a guarda real da policia do Porto, e licença para estudar mathematica na Academia de Marinha e Commercio d'aquella cidade. Em 1833 pertencia ao regimento de caçadores da Beira Baixa. Assistiu com seu pae á batalha d'Asseiceira, em 16 de maio de 1834, ultima batalha dada entre realistas e constitucionaes, em que foi ferido com uma bala que lhe atravessou a perna esquerda, e ficou prisioneiro do general duque da Terceira. Veiu para o castello de S. Jorge, sendo solto, com todos os seus camaradas, em junho seguinte pela Convenção de Evora Monte. José Barbosa Leal foi então com sua mulher e filho para a sua pequena casa de Santa Maria do Valle, concelho da Feira, vendo-se de repente muito pobres, quando a fortuna lhes sorria, pois José Barbosa Leal já era tenente quartel-mestre, e seu filho Augusto, alferes, não tendo ainda completado 18 annos. Por fatalidade José Barbosa Leal, apezar de ter sido sempre generoso com os inimigos politicos, nas represalias que se seguiram á Convenção d'Evora Monte, foi barbaramente assassinado no dia 17 de junho de 1834, deixando a viuva e o filho expostos a duras contingencias. O pobre moço, sem saber ao que tornar-se para ganhar a vida, fez se mestre-escola. No fim d'um anno, sentindo se enfastiado d'aquella profissão, fez se pintor. Como desenhasse razoavelmente, alcançou na sua aldeia bastante fama, e conseguiu ganhar o sufficiente para ali comprar umas casinhas e uma quintarola. Começou tambem a tomar gosto pela leitura. Em 1840, andando a pintar o tecto da egreja de Santa Eulalia, de Arouca, encontrou entre uns alfarrabios do abbade o *Dialogo de varia historia*, de Pedro Mariz, e despertou-lhe a idéa de fazer um diccionario geographico de Portugal, e desde então sonhava e scismava n'essa obra, e por algum tempo não pensou na politica, mas em 1846 voltou a ella, sympathisando com a causa popular. Conservando-se partidario do regimen absolutista de D. Miguel, quando n'esse anno rebentou a guerra da Maria da Fonte, vendo que os patuléas acceitavam a ajuda dos miguelistas, resolveu tornar ao serviço militar, onde entrou com o posto de capitão. Dando se umas desavenças com os setembristas, armou á sua custa perto de 100 homens e com elles se apresentou ao general Mac-Donell, que estava na quinta de Linhares em Castello de Paiva, marchando d'ali para as provincias do norte. Caindo mais tarde prisioneiro dos cabralistas, em Traz-os-Montes, conseguiu que na Regoa, ao passar o Douro, que mesmo no meio do rio, os barqueiros desarmassem a escolta e o salvassem. Quando terminou a guerra, foi viver para Fermedo, por ter sido nomeado sub-delegado do procurador regio d'aquelle julgado; passou depois de capitão a curador dos orphãos. Em 1860 acceitou a administração da casa do Covo, em Oliveira de Azemeis, onde se conservou até 1865, e como essa casa tinha propriedades em todo o paiz, e elle, como seu administrador, tinha de ir a todas as provincias receber rendas e fóros, pôde assim avolumar o enorme peculio de noticias que lhe serviram para pôr em pratica o seu plano, já de ha muito emprehendido e meditado, do diccionario *Portugal Antigo e Moderno*, obra importantissima e de muito valor, que a empresa Editora Mattos Moreira publicou. Pinho Leal veiu para Lisboa consagrar se de coração á sua obra, tornando-se um trabalhador infatigavel, um investigador conscienciosо e minucioso, como poucos, consumindo grande parte da vida a dotar o seu paiz com uma obra muito util e instructiva, sob todos os pontos de vista. Infelizmente não pôde concluir este arduo trabalho, que chegou a escrever até parte do 10.º volume, tendo os 9 anteriores já impressos, e começado a publicação em 1873. A morte veiu impedir o ardente desejo que o animava, de vêr a sua obra concluida. Um seu amigo intimo, o abbade de Miragaia, Pedro Augusto Ferreira, encarregou-se de acabar a obra, publicando os 4 ultimos volumes, augmentando-lhe ainda muitas investigações a que procedeu, e que mais realçou esta obra importantissima que consta de 12 volumes, sendo o ultimo publicado em 1890. Era casado com D. Maria Rosa d'Almeida e Castro, de quem era viuvo havia bastantes annos. Como se sentisse bastante doente, saiu de Lisboa e foi para o Porto, a procurar allivios aos soffrimentos, e ali falleceu.

Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal

**Pinhó** Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Outeiro, conc. de Cabeceiras de Basto, do mesmo distr. || S. Torquato, concelho de Guimarães, do mesmo districto.

**Pinhoa** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Moita dos Ferreiros, conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

**Pinhões** *(Casal dos)*. Na freguezia de S. Martinho da Cortiça, concelho de Arganil, distr. de Coimbra.

**Pinhos.** Povoações nas freguezias: Santa Christina, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Romão, de Arões, do mesmo conc. e districto.

**Pinhosão.** Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Pinho, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Pinhote.** Pov. na freguezia de S. Miguel, de Marinhas, concelho de Expozende, distr. de Braga.

**Pinhovelo ou Pinho Velho.** Pov. na freg. de S. Nicolau, de Amendoeira, conc. de Macedo de Cavalleiros, distr. de Bragança. Foi antigamente

villa, ostentando ainda no meio da povoação o seu pelourinho. Teve foral, a que tambem se referem os autores, e nas Inquirições da Beira e Alem Douro d'el-rei D. Diniz, tiradas em 1290 já mencionam esta freguezia, á qual dão o nome de Pionero ou Pioneiro, com o orago de Santa Maria ou seja Nossa Senhora da Assumpção, que ainda conserva Era do padroado dos arcebispos de Braga e tinha como suffraganeas as povoações de Carrapatas e da Amendoeira, freguezias que hoje estão independentes, tendo Pinhovelo perdido a sua autonomia ecclesiastica. O illustrado reitor de Baçal, sr Francisco M. Alves encontrou aqui abundantes vestigios da civilisação romana, a que se referiu um artigo da *Gazeta de Bragança*, de 12 de abril de 1908. V. *Travanca*.

**Pinoso.** Ribeira da ilha de Maio, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' um dos principaes cursos d'agua d'aquella ilha. || Monte da ilha de Maio, no mesmo archipelago e provincia.

**Pinouca.** Pov. na freguezia de N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, concelho e districto de Vizeu.

**Pinta** (*Marianna*). Indigena do Maranhão, que se tornou celebre por ter soccorrido o grande orador P. Antonio Vieira, durante o tempo que pelos portuguezes esteve preso no Pará durante o governo de D. Pedro de Mello, em 1661. Desejavam os soldados matal-o á fome, o que chegando ao conhecimento da nobre india, occultamente e com risco da propria vida, lhe trazia ovos cozidos e outras eguarias, com que foi alimentando o prisioneiro. Os padres da Companhia de Jesus, na sua volta da patria, pagaram a dedicação de Marianna Pinta, educando-lhe um filho, que chegou a ser cura da cidade do Pará. Ignora-se a data do seu fallecimento, apenas a historia diz que o seu corpo foi sepultado na egreja do collegio da Companhia de Jesus, no Pará.

**Pinta.** Antiga medida de 3 quartilhos, para liquidos, ou da quarta parte d'um alqueire, para solidos.

**Pinta.** Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Barca, conc. da Maia, distr. do Porto. || S. Miguel, de Barreiros, do mesmo conc. e distr || S. Romão, de Vermoím, do mesmo conc. e distr. || Santo Estevão, de Villela, conc. de Paredes, do mesmo districto.

**Pintado.** Pov. na freg. de N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Casal na freg. de Santo Ildefonso, de Montargil, conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre.

**Pintainhos.** Povoações nas freguezias: S. Thiago e conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Paio de Pelle, conc. de V. N. da Barquinha, do mesmo districto.

**Pintalhos.** Pov. na freguezia de N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr de Aveiro

**Pintas** Pov. na freg. de Santa Maria, de Leça do Bailio, conc. de Bonças, distr. do Porto.

**Pintem** Pov. na freguezia de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

**Pinteus.** Pov. na freg. de Santo Antão, de Toal, conc. de Loures, distr. de Lisboa. Tem caixa post. || Ribeira no distr. de Lisboa, que nasce na freg. de Fanhões, corre ao S, passa no logar de Pinteus, e entra no rio de Sacavem com 7 k. de curso.

**Pintim.** Pov. na freguezia de Santa Maria de Vallega, concelho de Ovar, districto de Aveiro.

**Pinto.** Appellido nobre, cuja familia procede de D. João Garcia de Sousa Pinto, neto do conde D. Mendo, e que foi o primeiro a usar d'este appellido. Mas Fr. Manuel de Santo Antonio, ultimo reformador do cartorio da nobreza, diz, que procede de Paio Soares Pinto, que viveu no tempo do conde D. Henrique na quinta do Paço, hoje Paço de Brandão, junto á villa da Feira. D. Paio Soares Pinto falleceu antes de 1126, anno em que sua mulher, D. Mayor Mendes, vendeu a referida quinta do Paço ao mosteiro de Grijó. Ou esta venda não teve effeito, ou se annullou, ou algum descendente de D. Mayor Mendes a reivindicou, porque a familia do mesmo appellido continuou a possuir a quinta As suas armas são: Em campo de prata cinco crescentes de púrpura, em aspa; elmo de prata, aberto, e por timbre um leopardo de prata armado de púrpura, com um crescente do escudo na espadua. Antonio Soares d'Albergaria (fl. 164 v.), diz, que o primeiro que se encontra d'este appellido, é Garcia Soares Pinto, nas *Inquirições d'el-rei D. Diniz*, em cujo tempo tinha o titulo de seu vassallo. Os descendentes do conde D. Mendo de Sousa Pinto deixaram as armas dos Sousas, e tomaram as seguintes: Em campo de prata cinco quadernas de crescentes de púrpura, em aspa, e por timbre um leão de prata lampassado de vermelho. As quadernas de crescentes são as ganhadas por um ascendente d'esta familia, na batalha de Mertola, e o leão, por descenderem do rei D. Ramiro, de Leão.

**Pinto** (*Agostinho Albano da Silveira*). V. *Silveira Pinto*.

**Pinto** (*Alfredo de Moraes*). Amanuense da administração do 3.º bairro, e escriptor. N. em Lisboa a 25 de setembro de 1851. E' mais conhecido pelo pseudonymo de *Pan Tarantula*, com que firma grande parte dos seus escriptos. Collaborou no jornal humoristico o *Pimpão*, de que depois se tornou proprietario e principal redactor. Foi este semanario, principalmente, o que lhe deu popularidade, e que sob a sua direcção prosperou muito, sendo transformado por completo, tornando-se um semanario interessante pela graça e pelas suas illustrações. Das empresas jornalisticas, é hoje, na verdade, uma das mais rendosas. Moraes Pinto tem escripto para o theatro diversas cançonetas e monologos, de que citaremos: *Lili*, *A Pulga*, *Meios de transporte*, *A Lagartixa*, *Do outro lado*, *O Riso*, *Um golpe d'ar*, *O Cigarro*, *Os vencidos da vida*, *O Monoculo*, *A rir! a rir!*, *Mulher-homem*, etc. Escreveu uma engraçada comedia, *No dia do casamento*, e collaborou n'uma revista do anno de 1884, intitulada *O Juizo do anno*, juntamente com Sousa Bastos e o fallecido Antonio de Menezes, o *Argus*.

**Pinto** (*Angela*). Actriz contemporanea muito apreciada. N. em Lisboa a 15 de novembro de 1869. Começou por representar, segundo se diz, n'um theatro barraca em Setubal. Depois de entrar n'alguns espectaculos no theatro da Rua dos Condes, contratou-se para o Porto, onde fez uma

brilhante carreira no theatro do Principe Real. Em setembro de 1892 fez parte d'uma companhia de opera comica, do empresario Taveira, representando no theatro da Rua dos Condes com o mais feliz exito o papel de Manuela na peça *O Solar dos Barrigas*. Tão notavelmente o representou e cantou, que logo foi tida por uma das primeiras cantoras de opera comica. A peça conservou-se por muito tempo em sceua, obtendo sempre grandes successos. Os actores Rosas tôram vêr o *Solar dos Barrigas*, e o talento artistico da actriz tanto se lhes revelou, em todas as aptidões, que a escripturaram para o theatro de D. Maria II, quando terminasse o seu contrato. Angela Pinto tarde foi para aquelle theatro, porque a alegria das cançonetas a deslumbrava, e continuou no Porto, para onde partiu em outubro do mesmo anno, sempre em gloriosa carreira artistica. De peça em peça ia desenvolvendo as mais extraordinarias aptidões para os papeis de qualquer genero de que a encarregavam. Na vespera da sua partida para o Porto, recebeu do publico da Rua dos Condes a ovação mais enthusiastica e delirante de que ha memoria em theatros. Percorreu os theatros das provincias, viudo uma ou outra vez a Lisboa, fazendo mais permanencia no Porto, representando sempre com agrado operetas e revistas de anno, tornando-se o idolo de todas as platéas. Em 1898 veiu definitivamente para a capital, e na epoca de verão apresentou-se no theatro da Avenida, representando, causando enthusiasmo, cinco papeis na revista *Ali á preta*. Em 1900, foi escripturada para o theatro de D. Amelia, hoje theatro da Republica, especialmente para representar a *Lagartixa*, peça a que deu o maior relevo pelo desempenho do papel de protogonista. No anno seguinte, representou no mesmo theatro *A Zázá*, em que obteve o maior exito. Entrou finalmente no theatro de D. Maria II, estreando-se no drama *A Aventureira*, em que se provou tambem a sua grande aptidão para artista dramatica. Ali representou mais tarde a *Dolores*, com exito egual, *João José*, *Amor de Perdição*, etc. Angela Pinto é, sem a menor duvida, uma artista distincta, salientando-se sempre nos seus papeis, conservando-se nos ultimos annos no theatro D. Amelia, entrando em quasi todo o reportorio. Além das peças já citadas, mencionaremos *O Ladrão*, *A Santa Inquisição*, *Samsão*, *O Leque*, *Theodoro & C.ª*, etc. Em abril de 1910 partiu com a companhia do theatro de D. Amelia n'uma *tournée* ao Brazil, onde foi colher novos louros. A companhia regressou a Lisboa em outubro, inaugurando os seus espectaculos no dia 29 d'esse mez. Em 1906 o pae de Angela Pinto, o sr. João de Almeida Pinto, fez uma interessante selecta das apreciações e homenagens, que sua filha, a laureada artista, tem obtido da imprensa periodica e dos criticos theatraes. Intitula-se: *Angela Pinto, esboços, homenagens e apreciações criticas.*—Lisboa, Livraria Tavares Cardoso, 1906, 1 vol. de 186 pag. E' copioso este florilégio, e tem paginas de incontestavel valor litterario e critico. Basta registar-se que na parte do livro, constituido por muitos *juizos pessoaes*, a collaboração é firmada por nomes festejados e prestigiosos, como D. João da Camara, Marcelino Mesquita, Julio Dantas, João Chagas, Gomes Leal, Fialho de Almeida, Abel Botelho, Coelho de Carvalho, Augusto de Lacerda, Eduardo Noronha, Lopes de Mendonça, etc. Nada menos de 40 retratos de Angela Pinto illustram o volume, representando as varias attitudes e caracterizações da actriz em dramas, comédias, magicas, tragedias, revistas, operêtas, etc., e constituindo um *album* curioso, em que uma só personalidade se desdobra em quarenta figuras, muito conhecidas e queridas do publico dos theatros.

Angela Pinto

**Pinto** *(Antonio)*. Doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, desembargador dos Aggravos, que viveu no seculo XVI. Acompanhando a Roma, como secretario, o embaixador Lourenço Pires de Tavora, foi por este mandado em 1561 ao Preste João com cartas do pontifice Pio IV e d'el-rei D. Sebastião, pedindo a esse imperador que enviasse embaixadores ao concilio de Trento. Mais tarde foi secretario de D. Fernando de Menezes, embaixador na curia romana, recitando em 1566 a oração obediencial em nome de D. Sebastião na presença do pontifice Pio V, que pouco antes fôra elevado ao solio pontificio. Essa oração imprimiu-se em Roma. Na livraria do marquez d'Abrantes existiam ainda no seculo XVIII muitas *Cartas originaes, sendo residente em Roma desde o anno de 1562 até 1572 para Lourenço Pires de Tavora.*

**Pinto** *(Antonio)*. Esculptor em madeira, que fal. entre os annos de 1818 e 1820, tendo mais de 60 annos de edade. Foi contemporaneo de João Chrysostomo Policarpo da Silva.

**Pinto** *(Antonio Duarte da Cruz)*. Amador de musica, que se tornou muito distincto e apreciado. N. em Belem a 20 de setembro de 1845, fal. em Lisboa a 19 de janeiro de 1901. Era filho d'um picador da Casa Real, e, quando seu pae falleceu, succedeu-lhe no exercicio d'esse emprego. Desde muito novo que se dedicou á musica, começando por estudar piano, passando depois ao violoncello e mais tarde ao oboé. Aos 11 annos já fazia parte, como violoncellista, da orchestra de amadores intitulada *Recreação Philarmonica*. Do *Diccionario biographico de musicos portuguezes*, vol. II., pag. 467, transcrevemos o seguinte: «Sequioso de gloria, mas não lhe permittindo a sua volubilidade attingir, em qualquer dos instrumentos que estudava, um grau de desenvolvimento assás notavel e não se contentando com

o papel de simples executante de orchestra, dedicou-se a outra especialidade que lhe pareceu exigir menos longo e perseverante estudo: a de chefe. Conseguiu induzir os amadores a que o acceitassem para seu director, e teve a habilidade de ensaiar e dirigir a opera *Os Puritanos*, que se representou na Assembléa Familiar em 1870. Desde então adquiriu Antonio Duarte fóros de chefe dos amadores de musica. Dotado de grande atrevimento, habil em vencer difficuldades, desprezando motejos, censuras e maledicencias, promovia festas religiosas, concertos de caridade recitas de beneficencia, tudo com o fim unico de se mostrar e fazer brilhar a sua batuta. As suas pretenções iam mesmo até tentar abrir carreira profissional n'esta especialidade, para o que empregou bastantes diligencias. Mas tanto não conseguiu. Tivera uma aprendizagem muito superficial, e ninguem o tomava a serio.» Em que Antonio Duarte se tornou muito apreciavel foi como ensaiador de córos. Reuniu um grupo bastante numeroso de individuos que pôde encontrar dotados d'alguma voz e sufficiente intuição musical, e no fim d'um longo e paciente trabalho conseguiu apresental-os, cantando diversos trechos orpheonicos, perfeitamente ensaiados, causando surpreza ao publico. Em 1877 fez uma viagem á Italia, onde voltou em 1881 como representante de Portugal na Exposição Musical que n'esse anno se realisou em Milão. Tomou parte no congresso de musicos italianos que na mesma cidade se reuniu, e mais d'uma vez usou da palavra. Na ultima sessão pronunciou um pequeno discurso, lisonjeiro para a arte italiana, sendo muito applaudido pelos congressistas. Tambem se dedicou ao jornalismo, fazendo a chronica do theatro de S. Carlos no *Progresso*, e quando este jornal terminou, entrou para o *Seculo* como collaborador effectivo, encarregando se de tudo quanto se referisse a musica. Foi durante alguns annos vereador da camara municipal do concelho de Belem, graças á influencia do seu parente, Pedro Franco, depois conde de Restello, e quando este concelho se incorporou no de Lisboa em 1892, veiu fazer parte do municipio lisbonense, como permanente e dedicado auxiliar do referido titular, que era então o presidente. Foi depois recleito em 1894 e nos annos seguintes, dirigindo o pelouro da policia e bibliothecas, e por fim o dos asylos. Nos ultimos tempos, e já bastante doente, dedicou-se com paixão pelo estudo de violoncello, o tomou parte em algumas sessões de musica de camara. Pelo mesmo tempo acompanhou o conde de Restello n'uma viagem a Paris e Londres, e n'esta ultima cidade ajustou por alto preço um magnifico violoncello de *Roggerius*, que não chegou a possuir por a morte o surprehender. Antonio Duarte era muito habil e intelligente; e prestou muitos serviços á arte e foi bom amigo dos artistas. Escreveu uma *Noticia critico-biographica* sobre Gluck e a sua opera *Orpheu*, que foi impressa pelo empresario do theatro de S. Carlos, Freitas Brito, para ser distribuida gratuitamente por occasião de se cantar esta opera em S. Carlos, em 1893. Era socio da Associação da Imprensa Portugueza. Antonio Duarte foi tambem amador dramatico, pertencendo á antiga Sociedade Taborda, organisando n'aquelle elegante theatro varios espectaculos d'amadores, que fôram muito apreciados, e que elle dirigiu. Sob a sua direcção representaram-se no theatro Taborda *Os Sinos de Corneville*, a *Perichole*, *Mascote*, etc. Foi director d'um grupo d'amadores, que representou com geral agrado a opera *Promessi Sposi*, e fundou o Grupo Dramatico-Musical, que executou varios concertos em S. Carlos e no salão da Trindade. No anno de 1900 representou a Associação da Imprensa no congresso de Roma, e annos antes representara Portugal no congresso de musica de Berlim, mostrando então muitos conhecimentos da arte que tanto adorava. Era cavalleiro fidalgo da Casa Real, e commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, official da de S. Thiago, e commendador da de Carlos III, de Hespanha.

**Pinto** *(Antonio Florencio de Sousa)*. General de divisão. N. em Abrantes a 27 de fevereiro de 1818, fal. em Lisboa a 18 de fevereiro de 1890. Seu pae tinha egual nome, era um antigo official de artilharia que serviu nos exercitos ultramarinos, e principalmente na India, e fez com inquebrantavel valor as campanhas da Peninsula e da Liberdade; sua mãe chamava-se D. Maria Manuel Benedicta da Silva Pereira Pinto, que falleceu tendo seu filho apenas 6 annos de edade. E como as desgraças não férem isoladas, pouco depois a guerra arrancava egualmente do lar domestico o viuvo inconsolavel, para o lançar nos perigos e trabalhos das campanhas da Liberdade, deixando os filhos no mais completo isolamento e abandono. Em lucta com a adversidade logo nos mais verdes annos, a sua propria estrella o conduziu, comtudo, a porto de salvamento, pois que aos 14 annos de edade entrou na Academia Real de Marinha, obtendo logo no primeiro anno do curso o terceiro premio pecuniario. Logo em seguida á entrada do duque da Terceira em Lisboa, a 24 de julho de 1833, alistou-se, tendo apenas 15 annos, no exercito libertador. Tomou parte na defeza das linhas do Lisboa, seguiu com o exercito até Santarem, e d'ahi a Evora-Monte, onde se firmou a convenção que poz termo á campanha. Restabelecida a paz solicitou e obteve licença para continuar os estudos, e tendo concluido aos 19 annos o curso d'artilharia, foi despachado alferes, seguindo o de engenharia que tambem concluiu com distincção, obtendo varios premios. Collocado em artilharia, arma em que seu pae servira, tomou parte com a sua bateria sendo ainda subalterno, no cêrco d'Almeida em 1844, merecendo ser agraciado com o grau de cavalleiro da ordem da Torre e Espada, pelo seu brilhante procedimento; logo depois na batalha de Torres Vedras, em dezembro de 1846, combatendo sempre pela causa da rainha D. Maria II, o que lhe valeu a mercê do grau de official da mesma ordem, dando se assim a circumstancia de ter direito ás honras de official superior quando ainda occupava um modesto logar na hierarchia militar. Só em 19 de abril do anno de 1847 foi promovido a capitão, sendo-lhe confiado o commando d'uma bateria a cavallo, que em 1851 fez parte das forças commandadas por el-rei D. Fernando, operando contra o marechal Saldanha, que se havia sublevado Quando D. Fernando estava em Coimbra á frente de duas brigadas de infantaria, uma do cavallaria, e a bateria a cavallo do commando do capitão Sousa Pinto, revolucionou-se a população da cidade em

favor do marechal, instigada pelos estudantes, adherindo ao movimento o regimento de lanceiros e duas companhias de infantaria n.º 16. El-rei D. Fernando convocou a conselho os chefes das tropas que commandava, e todos lhe declararam a sua adhesão, mas no dia immediato a 1.ª brigada manifestou-se tambem a favor do marechal. Foi então que o capitão Sousa Pinto, depois de repellir a offerta do posto immediato e outras vantagens que lhe haviam sido feitas pelos revoltosos, collocando-se á frente da sua bateria, atravessou com ella por entre as tropas sublevadas, passou a ponte do Mondego, e foi tomar posição no campo de Santa Clara, contendo não sómente os revoltosos, mas abrindo caminho ao rei e ás tropas que se lhe haviam conservado fieis, que marcharam para Lisboa. Terminando finalmente no anno de 1851 as dissensões politicas com o movimento da Regeneração, Portugal entrou n'um periodo de paz. Começou então uma nova phase da vida de Sousa Pinto, em que não são menos importantes os seus serviços como official intelligente e illustrado. Em 1856 foi encarregado de dirigir as experiencias do transporte e do tiro da nova artilharia, e desempenhou-se com tanta proficiencia d'esta commissão que foi louvado em ordem do exercito pelo proprio marechal Saldanha contra quem elle se havia pronunciado cinco annos antes. Em 1858 foi nomeado ajudante de campo do inspector do Arsenal do Exercito, o general Joaquim Guilherme da Costa, passando depois a chefe da secretaria da inspecção do mesmo arsenal. Em 1863 foi promovido a major do regimento de artilharia n.º 1, e em seguida chefe do Estado maior da mesma arma. Em 1869 subiu ao posto de tenente-coronel e chefe do gabinete do ministro da guerra, cargo que exerceu com os seguintes ministros: general Maldonado, Lobo d'Avila, mais tarde conde de Valbom, duque de Saldanha, marquez de Sá da Baudeira, general Rego e Fontes Pereira de Mello. A variedade de opiniões d'estes ministros, e a conservação de Sousa Pinto em cargo de tanta importancia, provam cabalmente a grande confiança que a todos merecia a sua provada lealdade. Uma das mais frisantes demonstrações d'esta confiança, é que tendo succedido a revolta de 19 de maio de 1870, sendo ministro da guerra Lobo d'Avila, o ministro que lhe succedeu, duque de Saldanha, conservou Sousa Pinto no seu logar de chefe do gabinete do ministro. Em 1873 o seu estado de saude o obrigou a retirar-se d'aquelle cargo, sendo então nomeado chefe da repartição dos estudos militares, onde serviu até 1876. N'este anno foi nomeado successivamente general de brigada e director geral de artilharia. Por esta occasião, el rei D. Fernando o nomeou seu ajudante de campo. No exercicio d'este cargo se conservou até á morte de D. Fernando, recebendo sempre d'elle muitas demonstrações da mais intensa amizade, e do mais vivo apreço. Em 6 de março de 1877 foi chamado para fazer parte do ministerio, encarregando se da pasta da guerra, cargo que recusou obstinadamente, e que sómente acceitou depois de lhe serem acceitas as duas condições: de o exercer interinamente, e de ser substituido o mais breve possivel. Em 27 de dezembro de 1877 foi elevado a par do reino. Em 29 de janeiro de 1878 foi exonerado do cargo de ministro de Estado e nomeado secretario de Estado honorario. Em 8 de junho de 1878, tendo D. Fernando resolvido fazer uma digressão pela Europa, escolheu para o acompanhar a Hespanha, França, Suissa e Italia. Depois da morte de D. Fernando, foi nomeado ajudante de campo d'el-rei D. Luiz I. Em 10 de setembro de 1885 teve a promoção de general de divisão. Sousa Pinto foi um escriptor muito erudito, occupando-se sempre de assumptos militares. Durante 37 annos foi redactor da *Revista militar*, onde escreveu muitos e valiosos artigos. São numerosos os louvores que officialmente recebeu em memoria dos seus serviços. Em 15 de março de 1853 foi louvado pelos seus sentimentos humanitarios; em 21 de maio de 1844 pela maneira como commandou a artilharia no cêrco d'Almeida; em 21 de outubro de 1856 pelas sabias disposições e bom emprego da força debaixo das suas ordens; em ordem do exercito n.º 13 de 1857 pela maneira distincta por que se desempenhou da commissão de experiencia de transporte e tiro; em 25 de maio de 1858 pela boa disciplina das forças debaixo das suas ordens; em 27 de agosto de 1861 pela maneira como exerceu as funcções de chefe da repartição do exercito; em 4 d'agosto de 1863, pela maneira como desempenhou o cargo de ajudante de campo; por portaria de 13 de fevereiro de 1868 foi louvado especialmente pela actividade e intelligencia bem provadas que mostrou na commissão consultiva sobre a acquisição de bocas de fogo; em 13 de janeiro de 1869 pelo zelo que empregou nos trabalhos da commissão encarregada da organisação das reservas; em 4 de março de 1869 pelo zelo e intelligencia que desenvolveu nos trabalhos da commissão encarregada de escolher o melhor systema de armamento para o exercito; em 20 de abril de 1870 pela pericia e promptidão empregadas no serviço do armamento das praças maritimas, de que foi encarregado, etc. Sousa Pinto possuia as seguintes distincções: carta de conselheiro, gran-cruz da ordem de Aviz, o officialato da da Torre e Espada; gran-cruz das ordens estrangeiras: Carlos III, de Hespanha, e de Ernesto Pio de Saxe. Era condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade, com as de ouro de valor militar e bons serviços, de comportamento exemplar, e outras. Era presidente da Associação Central Primeiro de Dezembro de 1640, e da Sociedade Portugueza da Cruz Vermelha.

**Pinto** (*Antonio Joaquim de Gouveia*). Bacharel formado em Leis pela Uuiversidade de Coimbra; fal. no sitio da Mealhada, junto a Loures, a 10 de outubro de 1833. Serviu successivamente varios logares na magistratura, como o de corregedor da comarca de Portalegre, juiz do Tombo dos almoxarifados da Bemposta e Reguengo d'Algés, etc. Foi posteriormente desembargador na Casa da Supplicação e socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Escreveu: *Opusculo gratulatorio ao Ill.mo e Ex.mo Sr. Marechal Beresford*, Lisboa, 1812; tem uma estampa; *Tratado regular e pratico de Testamentos e Successões, ou Compendio methodico das principaes regras e principios que se pódem deduzir das leis testamentarias, tanto patrias como subsidiarias, illustradas e acclaradas com as competentes notas*, Lisboa, 1813; d'esta obra se fizeram successivamente 4 edições, com emendas e augmentos, sendo a 4.ª de Lisboa, 1844; no Rio de Janeiro sairam as 5.ª e 6.ª edi-

ções, em 1850 e 1851, ambas com as notas de muito correctas e augmentadas, etc; *Manual de Appellações e Aggravos ou deducção systematica dos principios mais solidos e necessarios, relativos á sua materia*, Lisboa, 1813; sendo tambem reimpressa na Bahia em 1816, e depois no Rio de Janeiro, em 1846; *Resumo Chronologico de varios artigos de Legislação patria, que para Supplemento dos Indices chronologicos offerece aos estudiosos da Jurisprudencia Portugueza*, etc., Lisboa, 1818; *Memoria sobre o verdadeiro direito e pratica das licitações nos inventarios*, Lisboa, 1819; *Memoria em que se mostra a origem e estabelecimento do Papel moeda em o nosso reino, e se apontam os meios de verificar a sua amortisação, e remir os emprestimos feitos ao Estado*, Lisboa, 1820; *Caracteres da Monarchia; n'esta obra se mostra que esta fórma de Governo excede a todas as outras*, Lisboa, 1824; *Demonstração dos direitos que competem ao sr. D Miguel sobre a successão da Corôa de Portugal*, Lisboa, 1828; *Exame critico e historico sobre os direitos estabelecidos pela Legislação antiga e moderna, tanto patria como subsidiaria, e das nações mais visinhas e cultas, relativamente aos Expostos ou Enjeitados, para servir de base a um regulamento geral administrativo a favor dos mesmos*, Lisboa, 1828; é desenvolvida ampliação de outro trabalho, que o autor publicara anteriormente, com o titulo seguinte: *Compilação das providencias, que a bem da creação e educação dos expostos ou enjeitados se tem publicado, e se acham espalhados em differentes artigos de legislação patria*, Lisboa, 1821; com 3 mappas; *Memoria estatistico historico militar, em que se dá noticia da força militar terrestre, que nos primeiros tempos da monarchia portugueza se chamava Hoste, e que depois se veiu a chamar Exercito*, etc., Lisboa, 1832; chega sómente até pag. 64, tendo sido mandada suspender a continuação da impressão por ordem da Academia; *Memoria historica, ou Catalogo chronologico dos escrivães da Puridade, e Secretarios de Rei, ou Estados, que consta terem servido nos differentes e legitimos reinados da Monarchia Portugueza*, etc, Lisboa, 1833; chega até pag. 73, em que ficou interrompida a impressão tambem por ordem da Academia. A causa da suppressão d'estas duas *Memorias* foi, que publicando-se os volumes onde ellas tinham cabimento já depois da mudança politica de 1833, reconheceu-se a impossibilidade absoluta de ali se conservarem; quanto á segunda, pelo modo indecoroso com que o autor se explicava a respeito das duas epocas constitucionaes de 1820 a 1823 e de 1826 a 1828; e emquanto á primeira, pelos elogios e louvores que d'ella dispensava a D. Miguel na qualidade de rei legitimo de Portugal; *Periodico para os bons realistas; jornal historico politico e noticioso*, Lisboa, 1828; *Duas sentenças proferidas no tempo da guerra da acclamação: 1.ª contra o aleivoso Domingos Leite, que quiz matar atraiçoadamente o sr. rei D. João IV; 2.ª contra o traidor D. Fernando Telles de Faro, que desamparara a embaixada de Hollanda, e fugiu para Castella; agora impressas pela segunda vez*, etc., Lisboa, 1833.

**Pinto** *(Augusto Marques)*. Distincto violiuista e compositor. N. no Porto a 16 de outubro de 1838, fal. a 19 de março de 1888, sendo filho de Manuel Marques Pinto e de sua mulher D. Maria Augusta Marques Pinto. Seu pae era um pintor muito considerado n'aquella cidade, foi presidente da Associação dos Pintores Portuenses, e fal. a 4 de janeiro de 1858. Seus irmãos seguiram a mesma profissão, mas revelando o pequeno Augusto particular gosto pela musica, o pae não lhe contrariou a vocação, antes a auxiliou, confiando-o aos cuidados do violinista professor João Antonio Ribas. Marques Pinto com tanta dedicação se consagrou ao estudo, que aos 15 annos, em 16 de setembro de 1854, fez a sua estreia como concertista de violino n'um sarau realisado nas salas da Associação Industrial. O jornal *Braz Tisana*, dando a noticia d'este sarau, diz: «Varios curiosos tocaram piano, e o joven Marques tocou rebeca d'uma maneira tal que causou geral admiração.» Pouco depois entrou para primeiro violino da orchestra do theatro de S. João, fazendo-se ouvir frequentemente a solo em concertos que ali realisavam, grangeando d'este modo grande reputação, ficando considerado um dos primeiros artistas portuenses. Consagrou-se tambem ao ensino, tornou-se notavel pela dedicação e bom methodo. Um dos seus primeiros discipulos, e decerto o melhor, Bernardo Moreira de Sá, apresentou elle, creança ainda, n'um concerto que deu a 5 de junho de 1862. N'este mesmo anno tomou parte n'um concerto dado por Antonio Soler no theatro de S. João, em que foi enthusiasticamente applaudido. Na epoca em que a Polonia se havia revoltado, tentando recuperar a sua antiga independencia, os estudantes de Coimbra fôram ao Porto em abril de 1863, para darem tres espectaculos em beneficio dos polacos. Para essas recitas escreveu Marques Pinto a musica d'um hymno dedicado aos academicos, poesia de Guilherme Braga, sendo cantado pelo tenor D. Pietro, que era polaco. O conjuncto d'estas circumstancias deu occasião a delirantes ovações em que a mocidade academica, alliada ao publico, expandia largamente o seu generoso sentimento. No fim do mesmo anno de 1863 esteve no Porto o pianista hespanhol Oscar de la Cinna, e com elle executou Marques Pinto a celebre sonata de Beethoven dedicada a Kreutzer, n'um concerto no theatro de S. João a 29 de dezembro. Foi a primeira vez que a celebre composição beethoviana se ouviu no Porto, em publico. Em 4 de julho de 1864 apresentou pela segunda vez, n'um concerto que deu no theatro Baquet, onde então era chefe d'orchestra, o seu discipulo Moreira de Sá, que tocou uma composição do professor, intitulada *Sena Maritima*. Tanto o mestre como o discipulo fôram alvo d'uma extraordinaria ovação. Seguindo a sua carreira triumphal, Marques Pinto tomou parte em numerosos concertos, uns organisados por elle e outros promovidos por collegas seus e pelas sociedades artisticas que então existiam no Porto. O seu caracter bondoso e condescendente o faziam satisfazer todos os pedidos, de que não lhe resultava outro proveito, senão o do applauso publico. Em principio de maio de 1865 adoeceu gravemente, e todos o suppuzeram perdido, e então os musicos do Porto, n'um grande empenho de solidariedade, organisaram um brilhante concerto em sua homenagem. A orchestra, dirigida por Dubini, compunha-se de 80 executantes, tomando parte n'aquelle grandioso sarau os principaes artistas portuenses. Por occasião da divergencia entre a

Associação Musica 24 de Junho e a empresa do theatro de S. Carlos, Marques Pinto escripturou-se como primeiro violino da orchestra d'este theatro na epoca de 1878-1879. Foi elle um dos fundadores e o mais persistente collaborador na Sociedade de quartetos Portueuse, organisada em 1874. Essa sociedade deu numerosas sessões durante alguns annos, exercendo benefica influencia na educação musical d'uma parte do publico e dos artistas. D'ella nasceu o *Orpheon Portuense*, fundado em 1881, tão superiormente dirigido por Moreira de Sá. Nas sessões de musica de camara que o *Orpheon* realisou com frequencia, tomou parte ainda muitas vezes Marques Pinto, na qualidade de violeta. O distincto professor tambem pertenceu á orchestra do theatro do Principe Real do Porto, com Antonio José dos Santos, Nicolau Ribas, Castilho, Canedo, Gonzaga e outros, na empresa Alves Rente. Escreveu a letra e a musica d'uma opereta n'um acto, *Um milagre á beira mar*, que se representou no theatro Baquet em 1 de outubro de 1866; letra e musica da opera comica em 3 actos *North Bull o explorador* representada no theatro do Principe Real em 1887, onde era chefe da orchestra. Fal. victima d'um amollecimento cerebral, sepultando-se no mesmo dia em que ardeu o theatro Baquet. Marques Pinto escreveu ainda diversas composições para violino e piano, entre as quaes se contam tres phantasias sobre canções populares portuguezas, uma sobre a opera *Aida*, etc. De todas a mais notavel é um *Concerto*, dedicado a el-rei D. Luiz I, cujo autographo dizem existir na Bibliotheca Real d'Ajuda. Publicou tambem um pequeno methodo para violino, com este titulo: *Methodo de violino; resumo coordenado para tornar ameno e proveitoso o estudo d'este instrumento.* Imprimiu tambem um *Hymno a Camões*, para ser cantado na commemoração do tricentenario do grande poeta, em 1880, sendo a letra de Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro.

**Pinto** *(Fr. Balthazar).* Monge da ordem de S. Bento. N. em Castro Daire a 13 de maio de 1621; fal. no convento de Tibães a 3 d'agosto de 1696. Professou em 1641 no convento do Pinheiro. Foi provincial no Brazil em 16 8, e regressando a Portugal, foi por duas vezes abbade do mosteiro de Lisboa. Foi doutor em theologia, qualificador do Santo Officio e examinador das tres ordens militares. Escreveu algumas obras que não chegaram a imprimir-se, notando se entre ellas a seguinte: *Descripção do Brazil desde o rio da Prata até ao Pará demarcando todos os baixos da costa, assignando o fundo de todas as barras, declarando a altura do polo e apontando os sur gidouros.*

**Pinto** *(Balthazar Correia).* Freire da ordem militar de S. Thiago. Era natural de Castello Branco, e viveu no seculo XVII. Deixou publicado um *Sermão do Calvario.*

**Pinto** *(Bento Teixeira).* Diz Joaquim Manuel de Macedo, escriptor brazileiro, que pela ordem chronologica foi Bento Teixeira Pinto o primeiro poeta e litterato que nasceu no Brazil, da sua vida, porém, muito pouco se conhece. Sabe se que nasceu em Pernambuco, provavelmente pouco antes de 1550, e ignora-se quando falleceu. No dia 16 de maio de 1565 largou de Pernambuco a nau *Santo Antonio*, na qual ía elle e Jorge d'Albuquerque Coelho de passagem para Lisboa, e não devia ter muito menos de 20 annos, em 1565, quem escreveu a narração d'esta tormentosa viagem. Bento Teixeira Pinto compoz e imprimiu um poema em oitava rima, que intitulou *Prosopopéa*, dedicando-o a Jorge d'Albuquerque Coelho. Publicou tambem em 1601 a *Relação do naufragio que fez Jorge Coelho vindo de Pernambuco em a nau de Santo Antonio em o anno de 1565.* No tomo II da *Historia tragico-maritima* acha-se reimpressa aquella *Relação*. A obra inedita *Dialogo das grandezas do Brazil* é por alguns attribuida a Bento Teixeira; outros, porém, duvidam que seja d'elle, e de um e d'outro lado as autoridades são de grande peso. A *Prosopopéa* foi reimpressa em 1872 pelo bibliothecario da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, o dr. Bemjamim Franklim Galvão, que fez reproduzir com a maior fidelidade um exemplar de 1601, que descobriu na mesma bibliotheca. O maior valor d'este poema é historico e bibliographico.

**Pinto** *(Caetano Antonio Claudio Julio Raymundo da Gama).* Medico ophthalmologista. N. em Gôa a 30 de abril de 1853. Seguiu os estudos preparatorios, pela maior parte, no lyceu e na escola de mathematica de Nova Gôa, obtendo as melhores qualificações. Em março de 1872 veiu para Portugal completar o curso preparatorio dos lyceus do Porto e de Coimbra. No anno lectivo de 1872-1873 matriculou-se na Academia Polytechnica do Porto, onde fez os exames de physica e de chimica, obtendo premios. Em 1873 matriculou se na Escola Medica de Lisboa, frequentando, sem interrupção, os cinco annos do curso, e defendeu these em 10 de junho de 1878. Alcançou distincções em todos os exames, e premio nas cadeiras de anatomia, physiologia, pathologia interna, clinica medica, medicina legal e hygiene. Obteve egualmente distincções nas cadeiras de botanica e zoologia, que frequentou juntamente com os dois primeiros annos da Escola Medica. Em agosto de 1878 foi para Paris, e ali se dedicou especialmente aos estudos ophthalmologicos, sob a direcção de Wecker. Em 1879 dirigiu-se a Vienna d'Austria, onde proseguiu os seus estudos e experiencias ao lado de dois dos mais eminentes especialistas europeus, Arlt e Jaeger. Ainda no mesmo anno emprehendeu uma visita scientifica ás universidades de Munich, Leipzig, Halle e Berlim, onde procurou apresentar-se aos mais celebres professores e estabelecer relações com elles, para reconhecer os progressos da sciencia com os seus mais desvelados cultores. A esse tempo já o sr. dr. Gama Pinto estava familiarisado com as linguas franceza e allemã, que conhece tão profundamente como a lingua patria. Em 1880 encontrava-se em Heidelberg nos laboratorios de Kuchne e Arnold, notabilidades bem conhecidas no mundo scientifico, e aperfeiçoava-se no estudo da histologia normal e pathologica e em medicina experimental do olho. N'esse anno foi nomeado pelo governo portuguez para o quadro de saude da India e professor da Escola Medica de Nova Gôa; e pelo governo allemão, que recebera boa informação do seu merito, assistente de clinica oculistica da universidade de Heidelberg, sob a direcção do sabio Otto Becker. Nas regiões da sciencia, na Allemanha, poucos professores estrangeiros tem gozado de tão subidas distincções. Em 1881 encarregaram-

n'o de dirigir os cursos praticos de ophthalmonopia e de cirurgia occular. Em 1882 teve o encargo de fazer as lições publicas, theoricas e praticas, n'uma das salas da mencionada universidade, perante um auditorio selecto e numeroso, onde se viam medicos distinctos de todas as nações. Pouco antes recebera o diploma de membro da sociedade internacional de ophthalmologia. Tambem é membro da Sociedade de Historia Natural e de Medicina de Heidelberg. O sr. dr. Gama Pinto ficou sendo considerado como dos principaes ophthalmologistas da Europa e da America do Norte. Foi o iniciador do Instituto Ophthalmologico, em 1892, creação de reconhecida utilidade, onde estabeleceu um curso theorico e pratico de pathologia e clinica ophthalmologica, não podendo manter-se,por falta de frequencia de alumnos. Ainda ali se realisaram em 1892 numerosas operações de grande cirurgia. O consultorio do notavel ophthalmologista tem sido sempre muito concorrido, pois que a maioria das pessoas que infelizmente soffrem dos olhos vão recorrer ao

Dr. Gama Pinto

seu valioso auxilio, sendo consideraveis as curas conseguidas. O sr. dr. Gama Pinto é socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Dos seus muitos trabalhos scientificos, escriptos em differentes linguas, mencionaremos os seguintes: *Tosse convulsa*; dissertação inaugural apresentada e defendida na Escola Medico Cirurgica de Lisboa, em junho de 1878, Coimbra, 1878; *Oxyemia do sangue venoso;* estudo clinico inserto no *Correio Medico,* Lisboa, n.os 10 e 11, de 1879; *Breve estudo sobre a hemeralogia essencial;* no mesmo *Correio Medico;* n.os 18, 20 e 22, de 1879, e n.os 1, de 1880; *Noticia sobre a litteratura ophthalmologica de Portugal dos annos de 1878 e 1879,* inserta em allemão no *Centralblatt fuer praktische Augenheilkunde,* Berlim, 18 9. pag. 364; *Valor diagnostico do rubor da retina e do nervo optico;* saiu no *Archivo Ophthalmotherapico,* de Lisboa, n.os 3, 4 e 5, 1880; *Tratamento da conjunctivite diphtherica,* estudo clinico e estatistico inserto no *Periodico de Ophthalmologia pratica,* n.º 5, 1881; *Investigação anatomica sobre a ophthalmia sympathica;* trabalho apresentado pelo professor Becker ao congresso dos medicos alienistas reunido em Baden-Baden, em 1881, e inserto em allemão no *Archiv fuer Psychiatrie,* Band XII, Heft I; *Anatomische Untersuchung eines nach Critchett's Methode Wegen Hornhantstaplyloms Operirten Auges;* esta memoria appareceu nos *A. v. Graef's Archiv fuer ophthalmologie,* Band XXVII, Berlim, 1882; *Contribuição ao estudo de anatomia normal e pathologica do crystallino* (communicação previa); com a collaboração do professor Becker e do dr. H. Schaefer, e publicada no *Centralblatt,* etc., 1882; pag. 129; e em francez na *Revue générale d'Ophtalmologie,* n.º 5, do mesmo anno; *Contribuição ao estudo dos ferimentos do crystallino;* no *Archivo Ophthalmotherapico,* de Lisboa, n.º 1, de 1883; *Zur Anatomie der gesunden und Kranken Linse;* com a collaboração do professor Becker e do dr. H Schaefer, em allemão; Wiesbaden, 1883; com 14 estampas lithographadas, contendo 66 figuras; *A Société française d'Ophthalmologie,* reconhecendo o grandissimo valor d'esta obra para os progressos da anatomia normal e pathologica do crystalino, decidiu por unanimidade mandal-a traduzir em francez e publicar á sua custa; *Beschreibung eines mit Iris-un d'Averhaut-colobom behafteten Auges;* memoria inserta no *Archiv fuer Augenheilkund,* Rand XIII, 1883, e traduzida em inglez no *Archives of ophthalmology,* New-York, n.º 2, 1884; *Des hémorrhagies consécutives à l'extraction de la cataracte;* estudo clinico inserto na *Revue générale d'Ophthalmologie,* Paris, pag. 97, 1884; *Uber das Workommen von Karyskinese in der entzundeten Brusthant des menschen;* estudo anatomico inserto no *Centralblatt,* etc., Berlim, n.º 4, 1886, *Technica microscopica dos microbios, em particular dos gonoeoccos e particularidades pathogenicas d'estes ultimos;* na *Medicina contemporanea,* de 1884.

**Pinto** *(Caetano José).* Professor e secretario do Lyceu Maria Pia. N. em Lisboa a 11 de maio de 1859, sendo filho do fallecido pharmaceutico do mesmo nome, e de D. Maria José da Conceição Pinto. Tendo iniciado, depois de concluidos os seus estudos, a carreira burocratica como funccionario da camara municipal de Lisboa no pelouro da instrucção, subiu os differentes graus da escala até chefe de repartição, logar que exerceu de 1886 até 1892; n'esta data, e em virtude de transferencia dos serviços da instrucção primaria para o Estado, passou a prestar os serviços da sua categoria no extincto commissariado da instrucção primaria, do districto de Lisboa, 1892 a 1902, e depois na inspecção da 1.ª circumscripção escolar onde é hoje chefe da secretaria. Dedicando-se ao magisterio secundario, foi em 1885 nomeado professor da lingua francesa na escola Maria Pia, recentemente transformada no lyceu feminino Maria Pia, onde se conserva como professor do segundo grupo (portuguez e francez) e secretario; professou as mesmas disciplinas no lyceu central de Lisboa nos annos de 1888 a 1897. Em 1889 publicou um volume de 200 paginas, *A instrucção-primaria em Paris,* relatorio da visita á exposição universal e ás escolas da grande capital, o qual lhe fôra incumbido pela camara, e em 1900 uma monographia em francez, *L'ecole primaire,* com destino á exposição de Paris, por incumbencia da secção portugueza, e pela qual lhe foi concedido um diploma

de honra pelo jury internacional. Tem dispersos pela imprensa periodica muitos artigos politicos, litterarios e pedagogicos. Foi redactor da *Democracia*, jornal de Elias Garcia, durante annos, do *Seculo* nos seus primeiros numeros, do *Mandarim*, dirigido por Barros Lobo, do *Contemporaneo*, jornal de critica theatral, do *Froebel*, semanario pedagogico, e por fim director da *Revista pedagogica* de Lisboa. Por serviços distinctos foi agraciado com o grau de official da ordem de S. Thiago por proposta da direcção geral de instrucção publica; o governo francez concedeu lhe a distincção de *officier de l'instrution publique*. E' presidente da secção de ensino geographico da Sociedade de Geographia de Lisboa.

**Pinto** *(Carlos Augusto)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. E' natural do concelho de Mogadouro. Estudou preparatorios no Porto, onde frequentou um anno a Academia Polytechnica, passando depois para Coimbra a matricular-se no primeiro anno da faculdade de Theologia; sentindo, porém, vocação para a magistratura, preferiu o curso de Direito, formando-se n'esta faculdade em 1874. Em seguida á formatura foi nomeado administrador do concelho da Torre de Moncorvo, que desde o movimento da *Janeirinha*, em janeiro de 1868, se achava n'um estado anarchico, e por tal fórma se houve ali, que conseguiu restabelecer, não só o prestigio da autoridade, mas solver a enorme divida camararia, medida administrativa que ninguem suppunha realisavel. E que a administração do dr. Carlos Augusto Pinto foi intelligente e habil, feita em condições difficilimas, o affirma o proprio facto de haver solicitado a sua demissão em outubro de 1875, sendo-lhe só concedida em abril do anno seguinte. Até fim de julho de 1877 exerceu a advocacia na comarca de Moncorvo, sendo despachado pouco depois delegado do procurador regio, logar que começou a exercer em agosto do mesmo anno. Em 1886 foi despachado juiz para o tribunal administrativo de Beja, e ali se conservou 4 annos, regendo nos dois ultimos as cadeiras de geographia e historia no lyceu d'aquella cidade. Transferido para a comarca de Cuba, como juiz de direito, serviu depois o mesmo logar nas comarcas de Moura, Arganil, Valpassos, Sabugal, Mangualde, indo em 1905 para a comarca da Feira, onde ainda se conservava em 1908, sendo hoje juiz da 3.ª vara civel do Porto. O sr. dr. Carlos Augusto Pinto, já nos seus tempos de estudante se dedicava á litteratura e ao jornalismo, collaborando n'alguns jornaes do Porto e de Lisboa. Sendo delegado em Moncorvo escreveu na *Patria*, orgão do partido constituinte; em Beja publicou artigos doutrinarios e de polemica, entre elles uma serie sobre organisação judiciaria, e outra sobre irrigação no Alemtejo. A sua collaboração mais assidua foi, porém, no jornal juridico intitulado *Boletim dos Tribunaes*, em cujos 7 volumes se encontram artigos muito importantes, assignados com as iniciaes C. P. Tambem escreveu alguns artigos na *Gazeta dos advogados de Lisboa*, destacando-se entre elles um de critica judiciosa ao livro do sr. F. Deusdado, sob o titulo *Criminalidade e Educação*. Magistrado muito consciencioso, illustrado, e da mais elevada competencia, algumas das suas sentenças mereceram as honras da publicação em jornaes juridicos, e a fama da sua competencia mereceu-lhe o ser convidado para redactor principal do *Echo Judicial*, folha de jurisprudencia, que se publicou durante algum tempo em Lisboa. Acompanhando na politica o sr. conselheiro João Franco, foi o chefe do partido regenerador-liberal em Mogadouro, e delegado especial do centro politico de Freixo de Espada á Cinta, perante o Centro Regenerador Liberal de Lisboa. Nos seus tempos de estudante em Coimbra, foi durante 5 annos director do *Club*, *Theatro Academico*, e da *Philantropica*.

**Pinto** *(Clemente Joaquim dos Santos)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica do Porto, lente da mesma escola, reitor do Lyceu Central de Lisboa, deputado, etc. N. em Chaves em 1871, fal. em Lisboa a 5 de fevereiro de 1907. Era filho de Clemente Joaquim dos Santos Pinto, e de sua mulher, D. Antonia Augusta dos Santos Pinto. Foi muito novo para o Porto, onde estudou preparatorios, matriculando-se na Escola Medico-Cirurgica, defendendo these aos 24 annos de edade, em 1895, depois d'um curso dos mais distinctos. Essa escola, onde Clemente Pinto revelara, como discipulo, notaveis qualidades de talento, que successivos louros fôram confirmando, concedeu-lhe pouco depois, aos 27 annos, a cathedra de professor, que elle conquistou em concurso brilhante para a 5.ª cadeira do 4.º anno *(operações)*, que regeu com superior competencia, exercendo commulativamente o logar de secretario da mesma escola até 1902, em que veiu exercer a reitoria do Lyceu Central de Lisboa *(Carmo)*. Cultivou a cirurgia com a maior distincção, revelando logo no principio da sua carreira uma rara profundeza no saber, que mais parecia d'um mestre encanecido no labor scientifico, do que d'um rapaz que ha pouco deixára os bancos da escola. Coube-lhe a gloria de ter sido o primeiro que, no Porto, experimentou e pôz em evidencia o sôro antidiphterico. Foi um dos mais activos propugnadores da Assistencia Nacional contra a Tuberculose, onde exerceu o cargo de primeiro secretario (secção do Porto), promovendo e fazendo conferencias de propaganda contra a marcha d'aquella doença. Em abril de 1901 tomou parte no congresso dos nucleos da Liga contra a tuberculose, realisado na Sociedade de Geographia, apresentando umas instrucções praticas e a indicação das obrigações dos enfermeiros no tratamento da tuberculose. Por occasião das festas henriquinas celebradas no Porto, a respectiva camara municipal realisou uma sessão solemne, sob a presidencia da rainha senhora D. Amelia, ácêrca da tuberculose N'essa sessão, o dr. Clemente Pinto pronunciou uma notavel oração scientifica, cheia de emoção, que foi um dos seus trabalhos mais memoraveis. Pertencendo ao partido regenerador, fez parte da camara dos deputados pela primeira vez em 1900, sendo eleito pelo Porto, que o elegeu ainda em outras legislaturas. Evidenciou-se logo na camara como parlamentar distincto, estudando a fundo todos os assumptos, versando especialmente, e com singular proficiencia, as questões de hygiene e de fazenda, tendo discutido e relatado algumas propostas ácêrca de assumptos de saude e de hygiene, apresentadas ás côrtes pelo chefe do seu partido, o conselheiro Hintze Ribeiro. Em 1902 começou a exercer em commissão o logar de reitor do Lyceu Central, conquistando desde logo a es-

tima e o respeito de todos os professores e alumnos. Falleceu victima da tuberculose, doença que elle tanto combatera. Era casado com a sr.ª D. Amelia Cardoso Pinto, filha do director do Banco de Portugal, o sr. José Pereira Cardoso, e de D. Maria Carlota Cordeiro Cardoso.

**Pinto** *(Feliciano José Alvares da Costa).* Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi advogado de causas forenses em Lisboa durante algum tempo, e entrando depois na magistratura, chegou a ser desembargador da Casa da Supplicação, logar que exercia em 1820. Fal. entre este anno e o de 1826. Publicou em 1794 uns *Fragmentos de direito canonico, publico, particular, civil e regio.*

**Pinto** *(Fernando Claudio da Cunha).* Fidalgo da Casa Real; thesoureiro geral do estado da India, onde foi tambem advogado muito considerado, e exerceu differentes cargos importantes. N. em Nova Gôa a 2 de junho de 1845, onde tambem fal. a 12 de dezembro de 1903 Era o representante d'uma das mais illustres casas d'aquelles estados. Aos 22 annos, e por concurso, foi nomeado ajudante da conservatoria do registo predial de Damão, exercendo em seguida e successivamente os cargos de juiz do julgado de Sanquelim, e de juiz de direito, substituto, da comarca das Ilhas. Por largos annos foi vogal da junta geral do concelho de provincia, vogal do Tribunal de Contas, do Conselho de Instrucção Publica, cargos que desempenhou sempre com a maior competencia, que lhe grangeou a posição invejavel que chegou a occupar no fôro indiano. Como thesoureiro geral e vice-consul de França, demonstrou ainda as suas aptidões; foi, porém, como advogado, que mais se salientou, nas muitas e importantes causas que defendeu. Relacionado com quasi tudo quanto ha de mais distincto na magistratura, que n'elle via um homem de apreciaveis qualidades, foi considerado como o primeiro advogado indiano. Era casado com D. Albina Gonçalves da Cunha, tambem representante d'uma illustre familia indiana. Fernando da Cunha Pinto era um homem illustrado, intelligente, muito activo e bondoso. Fôra agraciado com a carta de conselho. Fal. aos 58 annos de edade, e a sua morte foi muito sentida.

**Pinto** *(Fernão Mendes).* Celebre viajante e escriptor. N. em Montemór-o-Velho em 1509, fal. em Almada em 1580, ou segundo o P. Francisco de Sousa, no *Anno Historico*, em 8 de julho de 1583. Era filho de gente humilde e pobre, mas um seu tio, residente em Lisboa, o chamou á capital, quando apenas contava 12 annos de edade, segundo elle proprio declara, e chegou a esta cidade por occasião da morte d'el-rei D. Manuel. Seu tio collocou-o a servir em casa d'uma senhora fidalga. Ali esteve anno e meio. tendo por conseguinte 14 annos incompletos, quando por motivos mysteriosos, teve de fugir para salvar a vida, como elle diz, e d'um modo tão desatinado, que só parou á beira do rio Tejo, e vendo uma caravella d'Alfama que ia partir para Setubal, carregada de cavallos e fato para um fidalgo que andava na côrte de D. João III, que então ali estava, metteu-se n'ella e partiu. Qual fôsse o motivo da fuga, nunca se pôde saber nem sequer conjecturar, porque motivos de amor, que n'esse caso são os que logo lembram, são completamente incompativeis com a tenra edade de Fernão Mendes Pinto. Em todo o caso, cedo lhe começaram as aventuras, porque logo ao sair da barra, a caravella em que embarcara, caiu nas mãos d'um corsario francez, que resolveu ir vender marinheiros e passageiros a Larache, mas tendo feita outra presa muito mais rica, deliberou seguir logo para França, e por isso deitou em terra, quasi nús e exhaustos de recursos, os prisioneiros que fizera, e entre elles o pobre Fernão Mendes Pinto, que depois de ter sido caritativamente tratado em S. Thiago do Cacem pela mulher do alcaide-mór, entrou ao serviço do mestre da ordem de S. Thiago, D. Jorge, filho bastardo de D. João II, serviço em que esteve anno e meio, depois de ter estado 4 annos ao serviço d'outro fidalgo chamado Francisco de Faria. Mas como era ambicioso e achava mesquinha a remuneração que recebia, resolveu partir para a India, o que realisou no dia 11 de março de 1537. Observa um seu biographo: «Começou aqui a haver uma certa impossibilidade de conciliar as datas. Se em 1521 veiu para Lisboa, se esteve anno e meio em casa da tal senhora illustre, 4 annos em casa de Francisco de Faria, anno e meio em casa do mestre de S. Thiago, somma tudo isto 7 annos, e deveria então ter partido para a India em 1528. E' claro, portanto, que os 9 annos que faltam, os haveria passado Fernão Mendes em casa de seu tio, indo para a companhia da tal senhora illustre muito depois dos 12 annos, ficando d'esta fórma facilmente explicavel a questão da fuga.» Chegando a Diu, foi ao estreito de Bal-el-Mandeb, percorreu a Abyssinia e a Arabia, sempre commerciando, e quando regressou á India foi aprisionado por uns turcos, e andou feito escravo, vendido e revendido, até que o resgataram alguns mercadores christãos, que o levaram para Ormuz, d'ali para Chaul, e de Chaul para Malaca com Pedro de Faria, que o encarregou d'algumas missões diplomaticas, que desempenhou airosamente. Continuaram, porém, as suas aventuras. N'uma d'essas embaixadas foi preso, sendo salvo por um mercador moiro que o resgatou, levando-o para Malaca, onde foi recebido com grande affecto, porque suppunham já que elle se perdera. Seria um nunca acabar o narrar todos os naufragios, captiveiros, vendas e resgates de Fernão Mendes Pinto, mas quem se lembrar dos perigos dos mares que elle com mais assiduidade frequentou, e da imperfeição da navegação d'esses tempos, não deve admirar-se d'esta serie successiva de naufragios, nem das aventuras que elle conta no seu livro *Peregrinações.* N'uma d'essas aventuras caiu de novo nas mãos dos piratas, foi roubado por elles, sendo tambem roubado n'essa occasião um feitor de Antonio de Faria que levava quantias de importancia. Antonio de Faria, que ficou por assim dizer, arruinado com as perdas dos bens que confiara ao seu feitor, jurou que faria pagar caro aos piratas o roubo que lhe tinham feito, e tomando 55 homens comsigo, entre os quaes ia Fernão Mendes Pinto, emprehendeu essa famosa campanha de pirataria nos mares da China e do Japão, campanha em que fez prodigios de bravura, que rendeu cidades, atacando-as apenas com um punhado de homens, e em que ao mesmo tempo praticou actos inauditos de crueldade, como foi o de queimar dentro do hospital em que estavam todos os feridos da tripulação d'um navio, e actos

de pirataria que revoltaram o Oriente em peso, como foi o de ter roubado os tumulos dos imperadores da China, que estavam n'uma ilha chamada de Catempluy, profanando para isso as campas imperiaes. Depois d'esta façanha naufragou de novo Fernão Mendes Pinto, caiu prisioneiro dos chinezes, e foi por elles transportado até Pekim, que pôde ainda vêr e descrever, como viu e descreveu uma grande parte da China. Fernão Mendes Pinto e os seus companheiros estavam trabalhando como escravos, quando sobreveiu uma invasão dos tartaros, que fazendo fugir os seus senhores, os libertou a elles. Um dos portuguezes, chamado Jorge Mendes, serviu de muito o seu conselho ao chefe d'uma das divisões do exercito invasor, e ajudou-o a tomar uma praça. D'ahi resultou grande reconhecimento dos tartaros pelos portuguezes que fôram postos em liberdade, podendo partir pora a Cochinchina com um embaixador tartaro. No caminho, por novas aventuras e incidentes extranhos, foi ter ao Japão, d'onde regressou finalmente á India, depois de ter estado em quasi todos, ou em todos os paizes do extremo Oriente. Foi no anno 1542 que Fernão Mendes Pinto, Diogo Zeimoto e Christovão Borralho aportaram ao Japão; n'esse mesmo anno aportaram a esse imperio, indo por outro lado e sem saberem uns dos outros, Antonio da Motta, Francisco Zeimoto e Antonio Peixoto. Foi Fernão Mendes Pinto quem primeiro trouxe informações d'esse paiz, e foi elle incontestavelmente o primeiro europeu que aportou ali, pelo menos, depois de Marco Polo. Ao voltar do Japão encontrou em Malaca o padre jesuita S. Francisco Xavier, e tomou-lhe tão viva affeição, e tanto o admirou, que lhe fez entrega de dois japonezes que trazia comsigo, que S. Francisco Xavier converteu ao catholicismo, e fôram depois os seus grandes auxiliares no apostolado japonez, e finalmente acompanhou-o ao Japão, emprestou-lhe dinheiro para a construcção da primeira egreja e do primeiro collegio da Companhia que existiu n'aquelle archipelago. Tornando emfim a Gôa, partiu a visitar as ilhas do Sonda e depois o reino de Sião, e, segundo elle mesmo conta, estava hesitando sem saber se tornaria ao Japão, mas afinal decidiu-se a partir para Gôa e esperar ensejo de voltar ao reino, alegrando-se muito com a idéa de poder entrar em Montemór-o-Velho com um rolo de 10:000 ducados nas algibeiras. Visitava, porém, muitas vezes o collegio da Companhia de Jesus, onde ia saber noticias do seu amigo Francisco Xavier e buscar as respostas das cartas que lhe escrevia Não conhecia ali ninguem, e saia logo, mas os jesuitas souberam quem era, e possuia fortuna, e foi o bastante para que tratassem de o attrahir. A *Monita secreta*, da Companhia de Jesus, dá perfeitamente o segredo, a chave do caso de Fernão Mendes. O que os artigos d'esses estatutos secretissimos recommendam, foi o que os jesuitas seguiram. Belchior Nunes era quem governava o collegio de Gôa depois da partida de Francisco Xavier. Apenas Fernão Mendes Pinto ali appareceu, todos o rodeavam, lisonjeavam e acarinhavam, tornando-lhe tão agradavel a estada no collegio, que elle já de lá não saia. N'isto chegou a noticia da morte de Francisco Xavier, e a noticia de que um navio portuguez trazia para Gôa o seu caixão. O P. Belchior Nunes foi ao seu encontro n'uma fusta, e Fernão Mendes Pinto acompanhou-o, como intimo amigo do fallecido. A manifestação imponente que se fez em Gôa quando ali desembarcou o corpo do venerado padre, a affluencia de gente, o respeito de todos, as cerimonias religiosas, tudo isso produziu profunda impressão em Fernão Mendes Pinto. Para acabar de o render, Belchior Nunes o levou comsigo para uma capella de N. S.ª da Graça, na ilha de Choráo, a pouca distancia de Gôa, e ali estiveram dois dias sósinhos na mais suave conversação. N'essa capella renovaram o P. Belchior Nunes e outros jesuitas os seus votos, como era uso fazer na Companhia de Jesus de 6 em 6 mezes. No meio da cerimonia, Fernão Mendes Pinto, já profundamente abalado pelo que vira e ouvira, prorompeu n'uma convulsão de choro, bradando que dava todos os seus bens á Companhia, e queria vestir a roupeta da ordem Os padres aproveitaram o ensejo, e logo lhe fizeram pronunciar os seus primeiros votos. Entretanto, os jesuitas haviam deliberado partir para o Japão, para continuarem a obra de S. Francisco Xavier Fernão Mendes Pinto, sabendo-o, declarou que os acompanharia, e o vice-rei D. Affonso de Noronha encarregou-o de ser seu embaixador junto do rei de Bungo, um dos *daimios* do Japão. Resolveu-se, portanto, que o novo adepto não vestisse o habito, emquanto não désse conta da sua missão. Mendes Pinto dividiu os seus bens, que eram avultados, reservando alguns para os seus parentes pobres, dando o resto á Companhia, e emancipando todos os seus escravos, menos tres, que o não quizeram por fórma alguma abandonar. Partiu emfim com os jesuitas para Malaca, onde chegou a 18 d'abril de 1554, seguindo depois com elles para o Japão, passando ali o anno de 1555. Foi então, que Mendes Pinto, ou assaltado por um ataque violento de nostalgia ou aterrado com a idéa de se sepultar debaixo da roupeta de jesuita, ou porque o seu espirito perspicaz tivesse observado na Companhia tendencias que lhe desagradassem, declarou que não queria tomar votos, mas com tanta vehemencia que a Companhia não teve remedio senão consentir, com grande magoa e desespero do P. Belchior Nunes, na sua saida. Desde então a Companhia declarou-lhe guerra de morte. Os jesuitas em primeiro logar levantaram contra elle de tal fórma a opinião publica, que o forçaram a sair de Gôa muito mais depressa do que elle esperava, e a partir para o reino; em segundo logar fizeram com que, apezar dos altos serviços que prestára, das recommendações que levava do governador da India, a quem trouxera cartas e presentes dos *daimios* do Japão, apezar das certidões de serviços que lhe não faltavam, e de ter gasto uma boa parte das muitas riquezas que adquirira, no serviço da Companhia, fizeram com que lhe fôsse negada toda a remuneração, e por muito feliz teve de se dar em não alcançar ainda algum pesado castigo. Foi a 22 de setembro de 1558, que Fernão Mendes Pinto entrou em Lisboa, depois de 21 annos de ausencia, sendo já regente do reino a rainha D. Catharina, viuva de D. João III. Foi a ella que entregou as cartas que trazia. A rainha o remetteu para o official encarregado de tratar d'esses negocios, que as reteve mais de 4 annos sem nunca dar solução alguma. Fernão Mendes Pinto, vendo que nada obtinha, retirou-se para

Almada, onde casou e teve filhos, e ali falleceu, sendo sepultado na egreja parochial d'aquella villa. Foi em Almada que, nos seus ultimos annos de vida, compoz as suas celebres *Peregrinações*, que nem destinava á impressão, porque elle mesmo declara que as escrevia para servir aos seus filhos de cartilha de *A B C*. O livro das *Peregrinações* deixou o o autor manuscripto, por sua morte, e affirmam o provedor e irmãos da Casa Pia dos Penitentes de Lisboa que lhes foi legado pelo autor, mas no alvará do privilegio de 6 de novembro de 1613, se affirma que esse provedor e irmãos tinham declarado que o livro lhes fôra dado por umas filhas de Fernão Mendes Pinto. E' isso o mais provavel, por elle affirmar categoricamente no principio das *Peregrinações*, que deixa esse livro por herança a seus filhos. A obra andou por muitas mãos antes de se imprimir. Esteve sobretudo nas mãos dos jesuitas; teve-o Lucena, o biographo de S. Francisco Xavier, e não é provavel que deixassem de o mutilar ao sabor das suas conveniencias, aquelles que tanto o haviam perseguido por toda a parte. Na verdade, as *Peregrinações* nada dizem ácêrca da entrada de Fernão Mendes Pinto, e da sua saida da Companhia de Jesus, nem da sua partida para Gôa, factos bem conhecidos por documentos e livros da epoca. A respeito dos ultimos annos da sua vida é extremamente escasso em noticias, o que justifica ter passado por ali mão mutiladora, e se a obra não desappareceu de todo, deve-se evidentemente ao facto de já ser muito conhecida-de pertencer a uma confraria importante, por que se não receassem o escandalo, sem duvida a teriam eliminado os jesuitas, assim como eliminaram o nome de Fernão Mendes Pinto de toda a parte d'onde puderam, fazendo essa suppressão do modo mais vergonhoso e impudente. Pesa o maior silencio sobre elle em todos os escriptos ulteriores dos jesuitas. O homem que emprestou a S. Francisco Xavier o dinheiro para fundar no Japão a primeira egreja e o primeiro collegio da Companhia de Jesus, não mereceu uma palavra de commemoração nos historiadores dos progressos da Companhia do Japão. A Carta escripta de Malaca por Mendes Pinto aos irmãos da Companhia em Portugal por ordem do P. Belchior Nunes, em que lhes dava conta minuciosa da sua entrada na ordem, e que fôra logo no anno seguinte impressa nas *Cartas do Japão*, foi retirada nas edições subsequentes, acontecendo o mesmo com a *Informação das cousas da China*, tambem attribuida a Fernão Mendes Pinto. Essas cartas estão traduzidas em hespanhol, e do hespanhol as verteu para portuguez, em que tinham sido originariamente escriptas, José Feliciano de Castilho. Em 1614 saiu a 1.ª edição das *Peregrinações*, apezar de já estar prompta com as respectivas licenças, em 1603, para se imprimir, dirigida por Francisco de Andrade, que fez o summario dos capitulos. Foi logo traduzida em hespanhol por Francisco Herrera de Maldonado, traducção que se imprimiu em 1620, reimprimindo-se depois a mesma versão em 1627, 1645 e 1664. Em 1628 foi traduzida em francez por Bernardo Figuier, a qual se reimprimiu em 1645 e 1663; em allemão traduziu-se em 1652, e em 1671 fez-se uma nova traducção, havendo ainda terceira ou reimpressão d'alguma das duas outras em 1671. Em 1663 foi traduzida a obra em inglez, fazendo-se nova edição em 1692. Já estava traduzida a obra em todas as citadas linguas, sendo todas as traducções mais ou menos reimpressas, quando em Lisboa se fez a 2.ª edição em 1678; a 3.ª foi em 1711, a 4.ª em 172-, a 5.ª em 1762, e finalmente a 6.ª em 1829, inserindo-a depois em excerptos José Feliciano de Castilho, na *Livraria Classica*. O titulo completo da obra é o seguinte: *Peregrinaçam de Fernam Mendez Pinto. Em que dá conta de muytas e muyto estranhas cousas que vio & ouvio no reyno da China, no da Tartaria, no do Sornau. que vulgarmente se chama Sião, no de Calaminhan, no de Pegú, no de Martavão, & em outros muitos reynos & Senhorios das partes Orientaes, de que nestas nossas do Occidente ha muyto pouca ou nenhuma noticia. E tambem dá conta de muytos casos particulares que aconteceráo assi a elle como a outras muytas pessoas. E no fim della trata brevemente de algumas cousas, da morte do santo Padre mestre Francisco Xavier, unica luz & resplandor d'aquellas partes do Oriente, e Reytor nellas, universal da Companhia de Jesus*, etc. São numerosos os escriptores, que mais ou menos resumidamente, e com diversos graus de credito, teem falado d'este celebre viajante e do seu popular livro. De muitos fez catalogo José Feliciano de Castilho, de pag. 6 a 19 da parte 2.ª do tomo XVI da *Livraria Classica Portugueza*, no instructivo estudo que publicou com o titulo de *Noticia da vida e obra de Fernão Mendes Pinto*. Novas investigações se encontram numa *Memoria* da Academia Real das Sciencias de Lisboa, por Christovão Ayres, em 1904-1905, e no livro *Subsidios para a bibliographia portugueza, relativa ao estudo da lingua japoneza, e para a biographia de Fernão Mendes Pinto*, por Jordão A. de Freitas, Lisboa, 1905.

**Pinto** *(Francisco Antonio)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. na villa de Alva, do concelho de Castro Daire, a 6 de janeiro de 1851. Matriculou se na Universidade em Theologia, mas abandonou este curso para seguir o de Direito, formando-se n'esta faculdade no anno de 1875 Depois da formatura foi exercer a advocacia para a terra da sua naturalidade, onde se demorou até 1877. Sendo nomeado delegado curador geral dos serviçaes e colonos de Ambaca, na provincia d'Angola, para ali partiu em 1879. Fez varias viagens ao Zaire e costa do norte até Magumba, em exploração, por sua iniciativa particular, e em 1883 foi encarregado pelo governo de Angola, de fazer um inquerito do commercio das casas extrangeiras estabelecidas em toda a costa do Zaire, e interior, commissão que desempenhou com o maior zelo e intelligencia, e d'ella fez um relatorio, que apresentou ao governo. A'cêrca do resultado das suas viagens e da commissão official que desempenhou, fez umas conferencias sobre o Zaire, no Salão da Trindade nos dias 22 e 26 de fevereiro e 1, 5 e 11 de março de 1888, conferencias muito notaveis, a que assistiu o ministro da marinha, então o fallecido estadista Manuel Pinheiro Chagas, grande parte das classes do funccionalismo, do exercito, do commercio e dos jornalistas.

**Pinto** *(Francisco Antonio do Nascimento)*. Compositor de musica sacra, e organista em Lisboa, que fal. em 1861. Deixou differentes composições.

**Pinto** *(Francisco Antonio Norberto dos Santos)* V. *Santos Pinto.*

**Pinto** *(Francisco Manuel de Frius).* D'este escriptor apenas consta que era em 1793 alumno do collegio de S. Lucas da Casa Pia de Lisboa, e que escreveu uma *Ecloga piscatoria ao feliz nascimento da augusta princeza da Beira*; Lisboa, 179[illegible].

**Pinto** *(Francisco de Paula da Rocha)* Notavel musico amador. N. no Porto nos meados do seculo XVII e fal. depois no anno de 1823. Por mera curiosidade tocava piano, tornando-se um pianista de grande fama, sem nunca ter aprendido, e improvisava composições musicaes, que o seu amigo intimo João José Fernandes de Carvalho, mestre de piano, escrevia logo O periodo que decorreu de 1818 a 1823 foi o grande periodo de celebridade de Rocha Pinto. Balbi faz lhe os maiores elogios no seu *Essai Statistique*, chamando-lhe um phenomeno musical, e accrescenta: «Sem ter nunca estudado musica e só guiado pelo seu genio e pelos excellentes mestres que teve occasião de ouvir, chegou a executar com tanta expressão como exactidão trechos da maior difficuldade, compostos por outros mestres. Nunca pessoa alguma soube melhor do que elle, fazer como se diz, *cantar o piano*; o que é rarissimo, até entre os artistas mais distinctos. Nós ficámos surprehendidos de vêr trechos da sua composição impressos em Londres, que outros musicos tinham notado e em que soube reunir a mais brilhante imaginação e o gosto mais primoroso á observação de todas as regras; entre outras, as suas *Sonatas* teem muito merecimento.» Notam-se, principalmente, das suas musicas, cinco valsas, uma sonatina e um thema para variações de Fernandes de Carvalho.

**Pinto** *(Georgina).* Actriz muito apreciada. N. em 1869; fal. no Rio de Janeiro a 12 d'abril de 1903. Revelando grandes aptidões para o theatro, representou em differentes sociedades de amadores dramaticos, estreando-se depois no theatro de D. Affonso, no Porto, na companhia de Taveira, Santinhos e José Ricardo, onde tambem Angela Pinto começou a sua carreira artistica, e se tornou muito sua amiga. Havia sido contratada para os côros, mas apresentando logo nos primeiros ensaios uma harmoniosa e agradavel voz, sendo muito elegante e sympatica, reconheceram ser ella um bom elemento para a scena, e logo a passaram á categoria de discipula, dando lhe um pequeno papel na peça *O Reino das mulheres*, que ella desempenhou muito a contento. Entrou então em pequenos papeis de revistas e d'operetas, sempre com o maior agrado, desenvolvendo-se de dia para dia Esteve depois alguns annos afastada do publico em companhias populares, vindo para Lisboa, onde apezar do seu bello talento, não conseguiu fazer-se notar. Regressando ao Porto com a companhia Taveira, fôram-lhe distribuidos papeis de *soubrette* e caracteristicos, mas como não eram esses os generos de sua feição, appareceu de repente no drama *Fanfan*, de Lopes Teixeira, revelando-se então uma actriz dramatica de faculdades verdadeiramente notaveis. Pondo de parte a comedia e a opereta, percorreu as ilhas dos Açôres, n'uma companhia dramatica, e no seu regresso, escripturou-se no theatro de D. Amelia, de Lisboa, entrando na *Estrangeira*, *Fromont & C.ª* e *O Amor louco*. Tendo tido algumas divergencias com os seus collegas, passou ao theatro de D. Maria II, onde entrou como societaria de 2.ª classe, estreando-se na peça *Sinhá*, de Marcellino de Mesquita, desempenhando em seguida o difficil papel da *Segunda mulher de Tanqueray*, que a Duse representára em Lisboa e Lucinda Simões no Rio de Janeiro. Mais tarde entrou no prologo do *Suave Milagre*. do sr. conde d'Arnoso, valendo-lhe os elogios da critica. N'uma companhia organisada pelo actor Fernando Maia, foi ao Pará, onde foi muito applaudida, e quando regressou a Lisboa, constituiu com o actor Carlos Santos e outros elementos dispersos uma companhia que representou na Rua dos Condes, o *Fr. Luiz de Sousa*, *Mancha que Limpa*, *Sapho*, *Tosca* e *Fedora*. No principio do anno de 1903 partiu para o Rio de Janeiro n'uma companhia organisada por Eduardo Victorino, e estreou-se na *Fedora*. representando depois na *Lição cruel*, e estava para desempenhar o papel de Maud de Rovore na peça *Semi-Virgens*, de Marcel Prévost, quando a febre amarella a victimou.

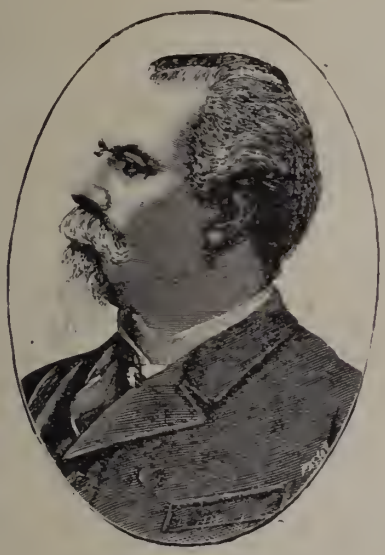
**Pinto** *(Gonçalo de Magalhães Teixeira).* Escriptor e magistrado. Em 1806, era juiz de fóra de Angra, quando foi nomeado na mesma cidade provedor da fazenda de defuntos e ausentes, passando em 1811 a occupar o cargo de ouvidor geral do crime na relação de Gôa, e tambem n'esta cidade exerceu o cargo de juiz da alfandega. A 17 de setembro de 1821, quando na India se acclamou a constituição de 1820, Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto foi nomeado membro do governo provisorio, de que fazia parte Manuel José Gomes Loureiro, Manuel Godinho de Mira, Joaquim Manuel Correia da Silva e Gama, e Manuel Duarte Leitão. Este governo foi derrubado a 3 de dezembro d'esse mesmo anno por uma nova revolução, e Gonçalo de Magalhães Teixeira Pinto voltou a occupar o seu logar de desembargador, mas como lhe attribuiram e aos outros as novas desordens que rebentaram, foi Teixeira Pinto mandado sair do territorio da India, partindo então para o Rio de Janeiro de 1822. Chegando ali foi nomeado desembargador da Casa da Supplicação. Acceitando a independencia do Brazil, permaneceu no Rio de Janeiro, fal. a 7 de outubro de 1825. Publicaram se posthumas em Nova Gôa as seguintes obras suas: *Memorias sobre as possessões portuguezas da Asia* e *Memorias e reflexões politicas.*

**Pinto** *(Fr. Heitor).* Um dos mais notaveis escriptores classicos portuguezes. N. na Covilhã no principio do segundo quartel do seculo XVI, sendo filho de João Homem Pessoa e de D. Anna de Mello. Professou no convento de S. Jeronymo, de Belem, a 8 de abril de 1543, sendo conhecido entre os seus confrades pelo nome de *Heitor da Covilhã*. Estudou no convento da Costa, depois na Universidade de Coimbra, e finalmente na de Siguenza. Voltando d'essa universidade castelhana á patria, escreveu e imprimiu em Coimbra os famosos dialogos da *Imagem da vida christã*, que passam por ser uma das nossas obras classicas de mais pura linguagem e de mais levantado estylo. Imprimiram-se esses dialogos em 1563 em Coimbra, e fôram logo reimpressos na mesma cidade em 1565, em Braga em 1567, em Lisboa em 1580, 1591 e 1592, e em Evora em 1603. No anno de 1572 publicou Heitor Pinto a

segunda parte dos seus dialogos em Lisboa, logo se reimprimiu em 1575, 1591, 1592 e em 1593. Ha ainda outras edições duvidosas, e outras que José Feliciano de Castilho affirma que existiam na Bibliotheca, uma de Evora de 1567, outras de Medina del Campo de 1578 e 1579. Finalmente, em 1681 Miguel Manescal imprimiu a *Imagem da vida christã*, n'um volume só. Em 1843 appareceu na livraria Rolland uma nova edição em 2 volumes. A obra foi traduzida muitas vezes em francez, hespanhol e italiano. Estas successivas edições mostram bem o alto valor da obra, ácêrca da qual escreveu Francisco Gomes o seguinte: «Quem quer vêr uma verdadeira imagem da eloquencia do divino Platão e do eloquentissimo Cicero leia os dialogos d'este autor. Além da mais pura e santa moral christã, que constitue o fructo especial dos ditos dialogos, n'elles admirará quem os ler em grau superior todas as graças do estylo, o mais puro e correcto.» Agostinho de Mendonça Falcão escreve tambem o seguinte a respeito de Heitor Pinto: «A suavidade e amenidade da sua linguagem enleva a alma, e faz que se lhe affeiçõe o leitor d'ella maravilhado, que sempre descobre novos primores em sua leitura, e ninguem ha a quem não maravilhem essas comparações saborosas e espante a superabundante copia de erudição sagrada e profana.» Não fôra precisa esta obra para dar a fr. Heitor Pinto uma grande reputação; já lh'a tinham conquistado as suas obras theologicas em latim, e o conhecimento profundo das linguas orientaes que todos sabiam que elle possuia. Por isso em 1565 foi nomeado reitor do collegio de Coimbra, e em 1571 eleito provincial da sua ordem. A universidade de Coimbra desejava muito contal-o no seu corpo docente, o como o seu conhecimento profundo das linguas orientaes o habilitava muito para os estudos exegeticos da Biblia, fez com que na faculdade de theologia se creasse uma cadeira especial de Escriptura, que fr. Heitor Pinto foi chamado a reger. Não gozou muito tempo a Universidade o seu ensino. Contra o exemplo que lhe davam alguns dos mais importantes prelados da egreja portugueza, taes como D. Jeronymo Osorio, D. Fr. Barthelomeu dos Martyres, D. Antonio Pinheiro e D. Amador Arraes, que todos fôram infieis á causa da patria e defenderam e sustentaram a causa de Filippe II, fr. Heitor Pinto mostrou-se verdadeiramente patriota e partidario ardente de D. Antonio, prior do Crato, e por isso chamou sobre si a cólera do poderoso rei de Hespanha e de Portugal. Não foi comprehendido na primeira lista de proscripções quando fr. Agostinho da Trindade foi expulso do ensino, e Pero de Alpoem expulso e degolado, mas Filippe II, quando partiu para Hespanha em 1583, depois de ter residido tres annos em Portugal, levou o comsigo á cautella, não querendo que continuasse em Portugal homem de tanto talento, e que, sendo partidario acerrimo da causa nacional, não podia deixar de fazer propaganda muito funesta á causa do dominio castelhano. A proposito d'isso, dizia fr. Heitor Pinto, que D. Filippe o podia metter em Castella, mas que não podia metter Castella dentro d'elle. D. Filippe tambem não queria convertel-o, queria simplesmente impedil-o de lhe fazer mal. Mandou-o, portanto, recolher ao convento dos Jeronymos de Sisla, ao pé de Toledo, onde morreu logo no anno seguinte de 1584, não sem suspeitas de envenenamento, por ordem do monarcha castelhano. São unanimes n'esta narrativa os differentes escriptores portuguezes que se occuparam de Heitor Pinto, chegando o autor do *Anno Historico* a marcar positivamente o dia 19 de agosto do mesmo anno. Só diverge o conego Villela, que nas suas *Observações criticas* ao *Ensaio estatistico* de Balbi, affiança que fr. Heitor Pinto foi preso com outros frades jeronymos, na vespera do Natal de 1587, mas não dá ao mesmo tempo a razão da sua affirmativa. O que é certo é que fr. Heitor Pinto fal. em terra estrangeira, por amor da sua patria, victima da tyrannia castelhana e do seu affecto persistente á causa nacional.

**Pinto** *(Jayme Arthur da Costa)*. Provedor da Casa Pia de Lisboa e do Asylo d'Ajuda, presidente das camaras municipaes d'Almada e Cascaes, deputado, etc. N. em Lisboa em 1846, onde tambem fal. a 10 de janeiro de 1909. Arrojado e emprehendedor, tendo meios de fortuna que o tornavam independente, entregou se á politica, e foi deputado em differentes legislaturas, sendo eleito por Almada, Barreiro, Seixal, Cezimbra e Mafra, Setubal e Lisboa. Nas camaras manteve sempre uma certa independencia, prevalecendo sobretudo o seu espirito patriotico, e seus sentimentos humanitarios. Tomando grande parte em quasi todas as questões, prestando os maiores serviços no districto de Lisboa e muito especialmente no circulo porque fôra eleito. No concelho d'Almada são notaveis os melhoramentos que realisou. A elle se deve a extincção do grande pantano da Trafaria, os trabalhos de fixação das duuas e as obras que se fizeram transformando o local n'uma vasta praça. N'um incendio, que ha uns 30 annos se manifestou n'uma fabrica de cortiça na Margueira, Costa Pinto foi um dos primeiros a comparecer, prestando serviços valiosos; n'esta occasião o ministro do reino, então o conselheiro Thomaz Ribeiro, quiz agracial-o com a medalha de prata, que elle recusou. Em 1886 um terrivel incendio arrazou completamente o sitio de Caparica, nada respeitando, queimando um a um os pobres casebres, reduzindo tudo a perfeitas ruinas. Costa Pinto era então deputado por Almada, e tratou logo de arraujar soccorros para tanta miseria. Ajudado por alguns cavalheiros, titulares, artistas, engenheiros, burocratas e jornalistas, formou-se uma commissão, de que el-rei D. Luiz I aceeitou a presidencia, e foi essa commissão, tendo á frente o monarcha, que promoveu subscripções, angariou esmolas, pediu donativos, e que por fim mandou edificar no areal immenso de Caparica meia duzia de quarteirões de casas onde vivem mais de 100 familias, formando um bairro operario. Mas a caridade entre nós, apezar de toda a boa vontade, é fraca, tem poucos recursos, e a obra que se propunha fazer, era das que reclamavam maior receita. Pedro Correia então, por intermedio do seu jornal *O Correio da Europa*, que todos os quinze dias ia levar aos portuguezes do Brazil a resenha dos acontecimentos mais importantes de Portugal, foi acordar-lhes a compaixão, imploraudo uma esmola para os infelizes pescadores, victimas d'aquelle fatal desastre, e sempre generosos enviaram para a patria o fructo das suas subscripções. E foi esse dinheiro, junto ao que dentro do paiz se apurou, que serviu pa-

ra custear a despeza d'essas edificações. Costa ta Pinto foi por muitos annos secretario da Junta Geral do Districto de Lisboa. Foi um dos directores da Exposição Agricola Official, que se realisou em 1884 na Tapada d'Ajuda, um dos que mais contribuiram para o seu exito brilhante. Foi o editor d'uma publicação agricola, redigida pelo conselheiro João de Andrade Corvo, e fundou em Lisboa a Empresa Industrial e Commercial Agricola para a venda de machinas agricolas. Foi tambem um dos membros da commissão executiva da secção agricola da Exposição Industrial Portugueza, realisada na Avenida da Liberdade no anno de 1888, exercendo o cargo de segundo secretario Foi o director da grande commissã que promoveu uma batalha de flôres em beneficio da instituição das Cozinhas Economicas, a qual se realisou no domingo 3 d'abril de 1899. Festa brilhantissima, extraordinariamente concorrida, em que se apresentaram ricas



Jayme Arthur da Costa Pinto

e vistosas carruagens. Costa Pinto foi nomeado provedor do Asylo d'Ajuda em março de 1898. Os grandes serviços e melhoramentos que a elle se devem, são bem conhecidos. Devido á sua administração se cortaram os abusos existentes, se reduziram as despezas para extinguir o enorme deficit que ameaçava anniquilar o asylo. Desde então aquella casa de beneficencia começou a prosperar progressivamente. Pelo legado d'uma devota se construiu annexo ao asylo uma capella consagrada a *Nossa Senhora do Paraizo*, obra feita segundo o projecto do bem conhecido architecto sr. Rozendo Carvalheira. A inauguração e benção da capella realisou-se no dia 18 de janeiro de 1903. Em seguida á cerimonia procedeu-se na grande sala das sessões do asylo uma sessão solemne e a distribuição de premios ás alumnas, tomando a presidencia o cardeal patriarcha, tendo á direita o presidente da commissão administrativa do municipio, o sr. marquez d'Avila, e á esquerda o governador civil, o sr. dr. Pereira e Cunha. Como provedor da Casa Pia de Lisboa, logar para que foi nomeado em setembro de 1902, são bem conhecidos todos os melhoramentos que ali realisou. Em Caseaes, exercendo a presidencia da camara municipal, póde dizer-se que foi um completo reformador d'aquella villa; rasgou lhe ruas, abriu-lhe avenidas, construiu lhes mercados, abasteceu-a de agua, cobriu lhe vallas, fez-lhe largos, cercou-a de estradas, encheu-a de arvores, semeou-a de jardins, tornando a villa aprazivel. Fundou ali a Escola D. Luiz I, em homenagem d'aquelle monarcha, que sempre muito o estimou. Sendo muito dedicado á familia real, foi encarregado de dirigir parte das festas publicas que se realisaram por occasião das visitas dos chefes das nações estrangeiras a Lisboa Costa Pinto foi vice-presidente de secção de excursões scientificas da Sociedade de Geographia de Lisboa, secretario da Real Associação Promotora da Agricultura Portugueza, socio fundador e membro dos corpos gerentes da Associação Protectora das Creanças, etc. Possuia varias distincções honorificas, como a de moço fidalgo da Casa Real, e algumas condecorações estrangeiras. Casara com D Elvira de Portugal da Silveira, filha natural de D. João de Portugal da Silveira, juiz de direito de primeira classe. Tendo enviuvado, e sem ter descendencia, passou a segundas nupcias, em 1880, com a sr.ª D. Maria José Correia de Lacerda da Costa Pinto, filha de Frederico Augusto de Almeida Portugal Correia de Lacerda, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, general reformado, etc., e de sua mulher, D. Emilia Olympia Pereira dos Santos, filha do 1.º barão de Fornellos, José Joaquim Pereira dos Santos.

**Pinto** (*João Paulo da Vide*). Exerceu por alguns annos o magisterio em Lisboa, como professor particular de grammatica e de lingua latina. N. em Alpedriuha a 17 de julho de 1800; ignora-se a data do fallecimento. Foi director d'um collegio de educação. Deixou ineditas uma *Vida de D. Pedro IV* e *Historia de Portugal, desde 1826 até 1834*, em latim.

**Pinto** (*José Correia de Mello e Brito de Alvim*). Fidalgo da Casa Real; senhor dos morgados dos Alpoins de Coimbra, de Sinde na Beira, e da Carreira em Vianna. N. em Coimbra, sendo filho de Lourenço Correia de Brito Silveira, e de D. Thereza Clara de Mello. Não se conhecem as datas do nascimento e fallecimento. Foi socio da Academia Lithurgica de Coimbra, e socio correspondente da Academia Real das Sciencias, de Lisboa, sendo mandado riscar pela mesma academia na sessão de 9 de maio de 1798. Não se sabe o que deu motivo a esta deliberação. Escreveu: *Elogio do sr. Joaquim José Leitão de Sousa moço fidalgo da casa real, academico da Academia Litturgica Pontificia*, Coimbra, 1761; *Dissertação: se o primeiro bispo de Evora foi D. Mancio?... Joanneida, ou a liberdade de Portugal, defendida pelo senhor rei D. João I; poema epico*, Coimbra, 1782.

**Pinto** (*José Joaquim*). Contador thesoureiro do Supremo Tribunal de Justiça. N. em Lisboa a 4 de novembro de 1835. Influido pelo theatro, fez-se pela primeira vez empresario, em 1869, associando-se com o actor José Carlos dos Santos, o grande mestre da arte dramatica, na empresa do theatro do Principe Real. N'esse tempo subiram

á scena, entre outras, as muito importantes peças: *Os solteirões*, *O abysmo*, *A ponte dos suspiros*, *A Harpa de Deus*, *A Flôr de chá*, *Os herdeiros do millionario; Antony*, etc. Associado com José Carlos tomou a empresa do theatro de D. Maria II, em concurso, até junho de 1876, sendo as principaes peças então representadas: *O Juiz*, *Tartufo*, *Sabichonas*, *Drama do povo*, *Caridade*, *As duas orphãs*, *Patria*, *Maria Antonietta*, *Mademoiselle de Belle-Isle*, *Magdalena*, *Paralytico*, *Condessa do Freixial*, *Condemnado*, *Louco d'Evora*, *Marquez de Villemer*, *Gladiador de Ravenna* e *Fernanda*. D'aquelle theatro veiu para o Gymnasio, associado ainda com José Carlos dos Santos, e ali uma das peças mais notaveis, que então se representaram, foi o *Saltimbanco*. Esta mesma empresa passou á Rua dos Condes, porém, mais tarde, desligando-se do grande actor, ficou só com a empresa da Rua dos Condes, levando á scena as peças de grande espectaculo: *Vivandeira do 16 de linha*, *Bandeira do regimento*, *Medico negro*, *O Corsario negro* e *O Espelho da verdade*. Em setembro de 1881 tomou José Pinto a empresa do Gymnasio, em que sempre conservou uma escolhida companhia de drama e de comedia, apresentando peças de valor, muito do agrado do publico, que não se fartava de o felicitar como empresario distincto e muito conhecedor da arte. Ali se exhibiram as peças seguintes: *O Sargento-mór de Villar*, *Amigo dos diabos*, *Voz do sangue*, *Commissario de policia*, *Em boa hora o diga*, *Noivas de Enéas*, *Dinheiro do anão*, *Familia Point-Biquet*, *Filho da Carolina*, *Anastacia & C.ª*, etc. Em 1904 deixou a empresa, retirando-se completamente do theatro, tornando-se muito sensivel a sua falta, tanto para os artistas como para o publico, porque José Joaquim Pinto era um empresario muito estimado e respeitado.

**Pinto** *(José Lourenço)*. Bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, e em Medicina e Philosophia pela de Salamanca, etc. N. na freg. de S. Bartholomeu de Barqueiros, do concelho de Mesão Frio, a 13 de julho de 1753, fal. no Porto a 19 de dezembro de 1815. Era filho de Manuel Rodrigues Coelho e de D. Mariauna Luiza Coelho. Exerceu clinica no Porto. Traduziu em verso a tragedia *Semiramis*, de Voltaire, que se publicou em 1794 no Porto, sendo reimpressa em Lisboa, sem designação de anno. Esta reimpressão é menos correcta que a edição do Porto, faltando-lhe até versos inteiros, que existem n'aquella, e que tambem se encontram no original francez. Publicada sem o nome do traductor, foi esta traducção attribuida por muita gente ao desembargador José Pedro de Azevedo Sousa da Camara. Parece que deixou manuscrito um *Tratado elementar dos principios de cirurgia*, incluindo considerações sobre alguns pontos de medicina.

**Pinto** *(José Maria)*. Cirurgião ministrante, approvado pela faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. N. no logar da Torre de Bera, da freguezia de Almelaguez, concelho de Coimbra, no anno de 1820, fal. em Coimbra a 10 de dezembro de 1876. Teve o partido de cirurgia da camara municipal do concelho de Verride, desde 1851 até 1864, e o da roda dos expostos de Coimbra até maio de 1869, de que foi demittido por effeito da portaria do ministerio do reino de 10 do referido mez e anno. Escreveu: *Os cirurgiões ministrantes approvados pela faculdade de medicina da Universidade de Coimbra e a portaria do ministerio dos negocios do reino de 10 de maio de 1869*, Coimbra, 1869; *Os licenceados menores pela Universidade de Coimbra e as portarias de 25 de junho e 14 de agosto de 1869*, Coimbra, 1870.

**Pinto** *(Julio Lourenço)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, administrador de differentes concelhos, escriptor, etc. N. no Porto a 24 de maio de 1842, onde tambem fal. a 6 de maio de 1907. Era filho do conselheiro José Lourenço Pinto e de sua mulher, D. Anna Julia Pinto. Tomou o grau de bacharel a 25 de junho de 1861. Entrando na vida publica, foi administrador do concelho de Povoa de Varzim por despacho de 13 de janeiro de 1865, sendo transferido para o de V. N. de Gaia em 8 d'agosto do mesmo anno; voltando ao da Povoa de Varzim em 11 de setembro seguinte, para o de Louzada em 26 de dezembro do mesmo anno, e para o de Santo Thirso em 14 de julho de 1866, sendo exonerado a seu pedido a 18 de dezembro de 1867. Foi novamente administrador do concelho de V. N. de Gaia por diploma de 20 de janeiro de 1868, mas em março seguinte, por circumstancias politicas, requereu a sua exoneração, que lhe foi concedida. Exerceu o cargo de secretario geral do governo civil de Villa Real por diploma de 17 d'abril de 1868; transferido, a seu pedido, por decreto de 1 de outubro do mesmo anno, para egual cargo no districto de Santarem; e para Coimbra por despacho de 6 de junho de 1870, de que foi exonerado pouco depois, por se mostrar contrario ao movimento politico de 19 de maio, promovido pelo marechal duque de Saldanha. Nomeado secretario geral para o districto de Bragança em 13 de dezembro do mesmo anno, não acceitou, sendo seguidamente exonerado. Governador civil do districto de Santarem, por decreto de 14 de junho de 1879, foi exonerado a seu pedido nos fins de março de 1881. Procurador á junta geral do districto do Porto, pelo concelho do Porto, em outubro de 1878, reeleito em 1883, porém d'esta segunda vez recusou o encargo. Em 1884 foi nomeado presidente da Associação dos Jornalistas e homens de letras do Porto. Julio Lourenço Pinto era conselheiro, mercê que recebera por decreto de 5 de fevereiro de 1880, e em 1870, por motivos politicos, não acceitou a commenda da ordem de Christo, com que fôra agraciado. Em 1883 teve o cargo de governador civil de Coimbra. Fez a sua estreia litteraria em um dos intervallos de interrupção na carreira administrativa, antes de ser nomeado governador civil do districto de Santarem, collaborando no *Commercio do Porto* durante dois annos, com uma serie de folhetins, sob o titulo de *Revistas semanaes*, em artigos editoriaes e commerciaes, e em outros assumptos nas diversas secções do mesmo jornal. Annos antes publicára uma série de artigos ácêrca do projecto de reforma administrativa apresentada ao parlamento pelo conselheiro Martens Ferrão. Collaborou tambem em outros jornaes politicos e litterarios. Em 1906 exercia o cargo de presidente da direcção do Banco Commercial do Porto. Escreveu: *Margarida; scenas da vida contemporanea*, Porto, 1879; *Vida atribulada*, Porto, 1880; *O Senhor deputado*, Porto, 188 ; *Esboços do natural*, *Contos*, Porto,

1882; *O homem indispensavel*, Porto, 1881; *Esthetica naturalistas; estudos criticos sobre a arte*, Porto, 1885; este vol. contém, na maxima parte, artigos publicados na *Revista dos estudos livres*, refundidos e augmentados.

**Pinto** *(Luiz)*. Actor contemporaneo muito apreciado. N. em Lisboa a 30 d'abril de 1872, sendo filho de Antonio Pinto de Paiva da Silva e de Maria José da Conceição Pinto. Sendo muito influido pela arte dramatica, dedicou-se á vida artistica, debutando em 13 de outubro de 1894 no theatro da Rua dos Coudes na peça *Marido e amante*. D'ali passou ao theatro de D. Maria II, depois theatro Nacional Almeida Garrett, estreando-se no drama em 5 actos, de Alexandre Dumas, *Henrique III e a sua côrte*. Foi depois para o theatro de D. Amelia, hoje theatro da Republica, com a companhia de Rosas e Brazão, voltando mais tarde para o de D. Maria II, como societario de primeira classe. Representou tambem na Trindade com a companhia do theatro de D. Maria II, que deu ali alguns espectaculos na epoca de verão. No theatro de D. Maria II, hoje Nacional, tem continuado a sua brilhante carreira artistica. Foi ao Brazil 7 vezes como escripturado ou como emprezario, sendo a ultima como societario do theatro de D. Maria II. Tem se evidenciado muito nas seguintes peças do seu já vastissimo reportorio: *Kean*, (papel do protogonista); *Marido e amante*, (o barão de Souval); *Zázá*, (Bernardo Dufresne, que fôra já representado pelo actor Augusto Rosa); *Dolores* (Lazaro); *Amôr de perdição*, (Simão Botelho); *Dôr suprema*, (Antonio); *Morgadinha de Valdôr*, (Luiz Fernandes); *João José*, (o protogonista); *Beijos por lagrimas*, (D. Manuel I); *Peraltas e secias*, (Guilherme de Menezes); *A Martyr*, (conde de Morêt); *Solteirões*, (De Nanciá); *Morgado de Fafe em Lisboa*, (José Soares); *O Filho natural*, (o protogonista); *Abbade Constantino*, (João Reynaud); *Sonho d'um principe*, (o protogonista); *Maria Antonietta*, (general Lafayete); *Triplepatte*, (visconde d'Houdan); *Severa*, (Marialva); *Manelick*, (protogonista); *Luiz XI*, (duque de Nemours, que fôra representado pelo já citado actor Augusto Rosa), etc.

**Pinto** *(Luiz Alves)*. Musico brazileiro, que viveu no seculo XVIII. N. na freguezia da Boa Vista, da cidade do Recife, no anno de 1719, pouco mais ou menos, onde tambem fal. em 1789. Era filho de Bazilio Alves Pinto e de D. Eusebia Maria d'Oliveira. Seus paes eram pobres e de côr parda, comtudo, cuidaram em dar lhe uma educação esmerada, e ao par dos estudos de latim, philosophia e outros, dedicou-se tambem aos da musica, em cuja arte, com o auxilio de amigos, veiu aperfeiçoar-se a Portugal. Em Lisboa exerceu algum tempo a profissão de musico, sendo-o egualmente da capella real. Regressando á terra da sua naturalidade com algumas economias, ali abriu uma aula de primeiras letras e outra de musica, em que era ajudado por suas filhas. Serviu na milicia, chegando ao posto de sargento-mór de infantaria auxiliar dos pardos do Recife. Compoz varias peças de musica para a capella de S. Pedro, da mesma cidade, de que era mestre. Fundou uma escola musical em Pernambuco. Escreveu: *Diccionario pueril para uso dos meninos, ou dos que principiam o A B C, e a soletrar dicções*, Lisboa, 1784; *Arte de solfejar Methodo mui breve, e facil, para se saber solfejar em menos d'um mez, e saber-se cantar em menos de seis; segundo os gregos e primeiros latinos*. O manuscripto d'esta obra, considerada de pouco valor, dizem que existe na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

**Pinto** *(Mathias José d'Azevedo)*. Moço da camara do infante D. Manuel, irmão d'el rei D. João V. Traduziu do latim um *Breve tratamento dos sete sacramentos*, que imprimiu em 1765, e um *Diario dos successos de Lisboa, desde o terremoto até ao exterminio dos jesuitas*, que imprimiu em 1766.

**Pinto** *(Pedro Duarte)*. Amanuense da contabilidade da Caixa Geral dos Depositos. N. em Belem a 5 d'abril de 1871, fal. em Lisboa a 14 de novembro de 1908. Era filho de Valentim Duarte da Cruz Pinto. Ainda muito novo começou a sua vida litteraria, e em muitos jornaes de Lisboa e provincias, revistas e almanachs dos *Theatros*, do *Occidente*, do *Theatro do Gymnasio*, etc., se encontram producções suas, na maior parte sobre assumptos theatraes. No *Occidente* collaborou assiduamente e pouco antes de fallecer, ainda escreveu um artigo sobre a opera portugueza cantada na Trindade, que foi publicado na citada revista *Occidente*. Foi um dos fundadores do quinzenario litterario, musical e de theatros, *O Encanto*, que teve tres annos de existencia, sendo substituida por outra folha do mesmo genero, *Gil Braz*, de que Pedro Pinto foi tambem redactor. Dirigiu o *Almanach do Encanto*, publicado em 1897 e 1898, em que tratou muito de gente de theatro. Era um bom critico theatral e muito imparcial; escreveu muitas biographias artisticas. Eram trabalhos seus algumas ephemerides theatraes, publicadas nos jornaes *O Encanto* e *Palcos e Letras*. Foi vereador da camara municipal de Lisboa, quando era presidente seu fallecido tio, o conde de Restello; foi um dos socios installadores da Sociedade Almeida Garrett, secretario da junta da conciliação da Associação da Imprensa Portugueza, socio fundador da Sociedade de Propaganda de Portugal; pertencendo tambem aos corpos gerentes da Associação dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes. Escreveu muitos monologos e cançonetas, dos quaes reuniu grande parte n'um volume, que intitulou *Bosquejos drama-*

Pedro Duarte Pinto

*ticos*, publicado em 1910. Na Trindade, Gymnasio, e em outros theatros, se representaram peças suas, umas originaes e outras traduzidas, sendo todas engraçadissimas. D'estas estão publicadas as seguintes: *Dois annuncios*, *A vermelhinha*, *Trapalhadas do Baptista*, *N'um armario*, *O Perú recheado*, *Um Assassino*, *Amor, vinho e touros*, *A Jujú*, tudo comedias em 1 acto; *A egoa do morgado*, original em 3 actos, que se representou na Trindade, parece que não está publicada Tambem traduziu o drama em 5 actos e 7 quadros *Jack o extirpador*, juntamente com Arthur de Andrade Figueiredo, o qual se publicou, assim como a traducção da comedia em 3 actos, *Verduras d'um maduro* Juntamente com Eduardo Coelho escreveu a *Preta do mexilhão*, em 3 actos e 7 quadros, parodia da opera *Aida*, a qual se representou com o maior exito na Trindade, sendo a musica escripta por J. Neuparth e Nicolino Milano Foi publicada em 1910.

**Pinto** *(Pedro de S. João)*. No *Diccionario bibliographico*, vol. VI, pag. 413, diz Innocencio da Silva: «Conego secular da Congregação de S. João Evangelista, formado em Theologia. Não apparece da sua pessoa memoria ou noticia em parte alguma: porém o seu nome consta do rosto da obra seguinte, que se diz por elle escripta, e da qual eu possuo um exemplar: *Vida espiritual do homem, conferida com as seis edades da vida temporal*, Lisboa, por Lourenço Craesbeeck, 1633; 4.º de XVI-253 folhas numeradas pela frente, e mais 53 innumeradas no fim, contendo os indices das materias, logares da Escriptura allegados, etc. Divide-se a obra em *considerações*, as quaes se referem ás duas edades—Infancia e Puericia—; os tomos que deveriam comprehender as quatro edades restantes, nunca se publicaram, nem mesmo se sabe, se o autor chegaria a escrevel-os. Tenho visto d'este volume pouquissimos exemplares. Barbosa dá este livro na *Bibliotheca*, em nome de Pedro de S. João Garcez; e o pseudo *Catalogo da Academia* accusa o simplesmente sob o nome de *Pedro de S. João*. Em ambas as partes vem pois alterado o verdadeiro nome do autor, que conforme o rosto impresso é tal como o deixo mencionado »

**Pinto** *(Rosa Adelaide Marchy da Silva)*. Actriz, natural de Lisboa, e que falleceu com mais de 70 annos de edade, no Rio de Janeiro, a 27 de março de 1885. Era filha do muito falado Nicola do botequim do Rocio, tão celebrado pelo poeta Bocage. Entrou para o antigo Salitre, e esteve no theatro de D. Maria II, nos primeiros annos de theatro, estreando-se na comedia *Um par de luvas*. Casou com o actor Feliciano da Silva Pinto, e com elle foi para o theatro de D. Fernando, debutando na comedia *Trabalhos em vão*. Foi depois para o Brazil na companhia organisada por Francisco Fernandes. Ficou viuva no Pará, e seguiu para o Rio de Janeiro, onde se conservou até fallecer.

**Pinto**. Pov. na freg. de S. Sebastião, de V. N. de Souto d'El Rei, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Casaes na freg de S. Bento, de Aldeia Nova, conc. de Serpa, distr. de Beja || Casal na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

**Pinto d'Almeida** *(José)*. Conhece-se este nome apenas por se ter publicado no Porto, em 1828, uma especie de jornal, de que só appareceram tres numeros, com o titulo de *Triumpho da religião, do throno, e morte dos pedreiros livers*.

**Pinto Alpoim** *(José Fernandes)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, sargento-mór do batalhão d'artilharia, lente na Academia do Rio de Janeiro. Chegando depois ao posto de brigadeiro, sabe-se que vivia ainda em 1765. Escreveu: *Exame de bombeiros, que comprehende dez tratados*: 1.º *da geometria*; 2.º *de uma nova trigonometria*; 3.º *da longimetria*; 4.º *de altimetria*; 5.º *dos morteiros*; 6.º *dos pedreiros*; 7.º *dos obuz*; 8.º *dos petardos*; 9.º *das baterias dos morteiros*; 10.º *da pyrobolia, ou fogos artificiaes da guerra; com varios appendices*, etc., Madrid, 1748. Parece que o verdadeiro logar da impressão foi no Rio de Janeiro. Parte d'esta obra havia sido publicada quatro annos antes, com o titulo: *Exame de artilheiros, que comprehende arithmetica, geometria e artilharia; com quatro appendices*, etc., Lisboa, 1744.

**Pinto Azevedo** *(Bernardo)*. Religioso da ordem sagrada e militar da Senhora das Mercês. Era natural de Vouzella, e viveu no seculo XV. Escreveu: *Repertorio dos annos de 1748 até 1756*, e *Vida da infanta Santa Mafalda*, 1735.

**Pinto d'Azevedo** *(José Alves)*. Official do nosso exercito. Nasceu em Villa Real a 23 de outubro de 1809, falleceu em Chaves a 2 de fevereiro de 1877. Assentou praça no batalhão n.º 10, em 10 de março de 1828; bem depressa entrou no serviço activo, porque dando-se no Porto a revolução de 16 de maio d'esse anno, tomou parte nos combates da Cruz de Morouços e Ponte do Vouga, emigrando depois com a divisão constitucional para Galliza, e d'ali para Inglaterra. Passando a França e aos Paizes Baixos, foi mais tarde reunir-se aos bravos, que nas ilhas dos Açôres defendiam a causa liberal, e quando se organisou a força expedicionaria a Portugal, Alves de Azevedo, que então pertencia a caçadores n.º 12, entrou n'ella, vindo desembarcar nas praias do Mindello. Tomou parte muito activa na defeza do Porto, ficando gravemente ferido na acção de 28 de novembro de 1832 e na batalha d'Asseiceira, ganhando assim os postos de alferes e tenente. Terminada a guerra civil, marchou para Hespanha com a divisão auxiliar, e entrou nos combates de Belmaseda, Arlaban e Arminou, sendo lhe conferido o habito de S. Fernando, pela fórma como se houve na ultima d'estas acções. Regressando á patria em 1837, foi logo mandado para o Algarve contra o Remexido, e n'esse trabalhoso e incommodo serviço se conservou até 1842. Promovido n'esse anno ao posto de capitão, foi depois seguindo os diversos postos até ao de general de brigada, que lhe foi dado em novembro de 1873. Sem indicar as diversas commissões que exerceu durante este periodo, apontaremos unicamente a de commandante do batalhão de caçadores n.º 3, que desempenhou por muitos annos, a de governador civil de Bragança para que foi nomeado em janeiro de 1868, e a de commandante da sub-divisão militar de Chaves, que ainda exercia quando falleceu.

**Pinto Basto** *(Eduardo Ferreira)*. Socio da importante casa commercial, E. Pinto Basto & C.ª N. em Londres a 6 de março de 1838, sendo filho de Theodoro Ferreira Pinto Basto. Veiu para Lisboa em 1852, aos 14 annos de edade, e completando aqui a sua educação, entrou na vi-

da commercial em 1856, no escriptorio do seu tio João Ferreira Pinto Basto. Esta familia era oriunda de Cabeceiras de Basto, e veiu nos principios do seculo XVIII estabelecer se na cidade do Porto, onde a sua acção commercial se accentuou profundamente, e d'um modo proveitoso e util. Do Porto veiu estabelecer-se José Ferreira Pinto Basto, avô do sr. Eduardo Ferreira Pinto Basto, e aqui assentou residencia antes de 1820. Seu irmão João Ferreira Pinto Basto, no começo do seculo XIX foi viver para Londres, onde estabeleceu uma agencia da Companhia das Vinhas do Alto Douro, chamando para o auxiliar seu sobrinho Theodoro Ferreira Pinto Basto, já acima citado. A esta importissima casa commercial pertenceu em varias epocas o contrato do tabaco em 1822 e 1823, de 1827 a 1829, e depois em 1833; a ella se deve uma importante corrente de negocios com a India, commercio que na maior parte era feito em navios proprios, e á sua iniciativa pertence a fundação da Fabrica de Porcelana e vidros da Vista Alegre, em Ilhavo, no anno de 1824. O sr. Eduardo Ferreira Pinto Basto conservou-se no escriptorio de seus tios Ferreiras Pintos & Irmãos, até 1860, anno em que se estabeleceu por conta propria, para um anno depois, em 1861, se associar com seu irmão o sr. Theodoro Ferreira Pinto Basto, formando a actual casa da firma já mencionada, que é uma das primeiras casas commerciaes da nossa praça, respeitada em toda a Europa, e acreditada em todo o mundo commercial. O sr. Eduardo Ferreira Pinto Basto foi durante alguns annos presidente da Associação Commercial de Lisboa, a que tem prestado muitos serviços. Foi vice-presidente da camara municipal de Lisboa, e assumiu por vezes a presidencia, sendo sempre muito valiosos os serviços prestados ao municipio; é membro do conselho superior das alfandegas ha muitos annos. Quando se creou a camara de commercio e industria de Lisboa, foi a direcção superior d'esta nova instituição commettida ao sr. Eduardo Ferreira Pinto Basto.

**Pinto Basto** *(Justino Ferreira)*. Negociante muito importante, deputado, etc. N. em Lisboa a 2 de dezembro de 1819, fal. na sua quinta de Celte, no concelho de Paredes, a 16 de abril de 1869. Era filho de José Ferreira Pinto Basto. Entrou ainda muito novo na politica; e quando no ministerio Costa Cabral se formou no Porto uma commissão eleitoral para combater a influencia do governo, Pinto Basto foi membro d'essa commissão, da qual faziam parte tambem Almeida e Brito, Barros Lima, Damasio, Parada e Alves Martins. Organisando-se no Porto, depois do golpe de estado de 6 de outubro de 1846, a junta do governo presidida pelo conde das Antas, foi Pinto Basto encarregado dos negocios estrangeiros, e n'este posto se conservou até ao fim da guerra civil. Foi um dos primeiros socios da Associação Industrial do Porto, um dos fundadores, e depois vice presidente da companhia Utilidade Publica, e em 1865 foi eleito presidente da Associação Commercial do Porto. Negociante muito illustrado e emprehendedor, o seu nome apparece sempre nas listas dos mais notaveis expositores nos concursos de productos de industria e agricultura portugueza. Em 1868 foi eleito deputado pelo circulo de Amarante, e em 1869 pelo de Villa Nova de Gaia, mas d'esta vez não chegou a tomar assento na camara, porque falleceu repentinamente, tendo pouco mais de 49 annos de edade.

**Pinto Bastos** *(Antonio Gonçalves)* Prestidigitador e empresario theatral. N. no Porto a 23 de junho de 1845. Veiu aos 13 annos para Lisboa e empregou-se, como marçano n'uma loja de fazendas brancas na rua Augusta. Ali se conservou durante oito annos, aproveitando as horas de que podia dispôr, a estudar prestidigitação, que era o seu divertimento predilecto. D'aquella casa passou a outra, onde gozava de mais liberdade, o que lhe proporcionou dedicar-se mais facilmente aos seus estudos favoritos. Por aquella epoca veiu a Lisboa o celebre prestidigitador Hermann, e Pinto Bastos correu a admirar os seus trabalhos, procurando descortinar os segredos de tanta agilidade e sciencia, e completamente enthusiasmado abandonou o emprego, encerrando-se em casa noite e dia, a estudar incessantemente, até que a 27 de setembro de 1863 se animou a apparecer em publico, estreando-se como prestidigitador no antigo Circo de Price. Despertando a geral curiosidade, o circo encheu-se completamente, e Pinto Bastos foi muito applaudido, o que o animou a proseguir os seus trabalhos. A 6 de outubro do mesmo anno apresentou nova sessão, cedida em beneficio do cofre da Associação Protectora da Indigencia. N'essa noite, a numerosa assistencia recebeu o com as maiores provas de sympathia e de enthusiasmo. A terceira sessão tambem foi de beneficencia, em favor do Asylo da Mendicidade, e uma terceira noite de gloria para o joven e festejado prestidigitador. A ovação foi completa. Acompanhado então pelo já hoje fallecido escriptor dramatico Costa Braga, que tomou o logar de seu secretario, percorreu as provincias, fazendo bons interesses, alcançando sempre calorosos applausos. Chegando a Lisboa dedicou se ao theatro, como empresario, e alugou as Variedades, theatro que já hoje não existe, e que então estava fechado. Constituida a companhia com os melhores elementos que pôde colligir, reabriu o theatro com a nova empresa, inaugurando os s us espectaculos em 4 de fevereiro de 1866, com a magica de grande espectaculo em 3 actos, 1 prologo e 21 quadros, de Joaquim Augusto de Oliveira, intitulada *Os amores do diabo*. A empresa foi prosperando, e durante tres annos Pinto Bastos pôz em scena com todo o esplendor, além de outras, 12 peças de grande espectaculo, em que se conta a *Pera de Satanaz*, de Eduardo Garrido, que teve enorme successo, dando successivas enchentes. Deixando aquelle theatro, tomou juntamente com o mestre da arte dramatica José Carlos dos Santos, a empresa do theatro do Principe Real, onde esperava, como realmente conseguiu, implantar as mais arrojadas idéas do progresso e brilhantismo dramatico. Esta empresa inaugurou os espectaculos a 26 de outubro de 1867 com o drama em 5 actos *João o Carteiro*, sendo José Carlos dos Santos o protogonista. Para o elenco da companhia tornavam se indispensaveis os artistas Emilia Letroublon e Antonio Pedro que tinham sido contratados para a Trindade, porém esse obstaculo destruiu-o logo resolutamente Pinto Bastos, pagando ao empresario da Trindade, Francisco Palha, dois contos de réis pela rescisão das duas escripturas. Em 29 de fevereiro de

1868, a empresa Pinto Bastos o Santos fizeram subir á scena a opera burlesca em 3 actos, de Offenbach, *A Gran duqueza de Gerolstein*, genero de musica completamente desconhecido em Lisboa, genero caracteristico e alegre. Offenbach era um compositor allemão, que se estabelecera em Paris, cujas musicas, offerecendo grande novidade, andavam então em grande voga. A peça obteve um dos maiores successos que tem havido em theatros portuguezes, e abriu caminho para se explorar o genero, que fôra iniciado em Lisboa com tão bom exito. Com esta peça deu Pinto Bastos tambem espectaculos extraordinarios e concorridissimos no antigo Circo de Price e no Palacio de Crystal do Porto. Em novembro de 1868 foi Pinto Bastos agraciado com o habito da ordem de Christo. A 22 d'esse mez apresentou a referida empresa Pinto Bastos e Santos a companhia do celebre tragico italiano Ernesto Rossi, que representou o *Kean*, obtendo um exito colossal. Ernesto Rossi e os bons artistas da companhia, exibindo um importante e selecto reportorio, causaram furor em Lisboa, tornando-se moda ir ao theatro do Principe Real, vendo se em todos os espectaculos enchentes completas. No fim do anno de 1868 Pinto Bastos desligou-se do seu consocio José Carlos dos Santos e foi explorar o theatro da Rua dos Condes. A inauguração realisou se em 6 de fevereiro de 1869 com a opereta em 2 actos, *O Fagulha*, com musica de Sá Noronha, e a opereta de costumes populares, de Luiz de Araujo, *Dois dias no Campo Grande*. A companhia tinha bons elementos para as platéas populares. D'ali passou Pinto de Bastos para o Circo de Price, indo depois novamente para o Porto. Em 1870, com o producto d'uma tourada promovida a seu favor por uma commissão de que faziam parte todos os empresarios de Lisboa, partiu Pinto Bastos para a provincia a trabalhar como prestidigitador, levando comsigo o actor comico Vicente Franco. Ao regressar a Lisboa foi convidado para dirigir uma sociedade empresaria do theatro do Principe Real, da qual, além d'elle, faziam parte o antigo empresario Ruas, Domingos Parente e Costa Braga. A inauguração realisou se a 28 de outubro de 1871 com o drama maritimo de Baptista Machado, *O Mil Troões*. Ali se representaram revistas, operetas, dramas populares, etc. Mais tarde voltou ainda á provincia, acompanhado do actor Salazar e da actriz Carlota Velloso, e ao regressar a Lisboa, tomou de novo o theatro das Variedades, abrindo com o drama militar *Os filhos da Republica*. Pouco depois foi o theatro mandado fechar por ameaçar ruina, o Pinto Bastos partiu outra vez para a provincia, indo acompanhado do actor Julio Vieira. Do regresso a Lisboa foi novamente dirigir o theatro do Principe Real, poudo em scena magicas, operetas, revistas, comedias e dramas. Foi n'essa occasião que recebeu da empresa da Trindade um conto de réis para lhe ceder a actriz Herminia, que ha pouco chegára do Brazil, e elle contratara Em janeiro de 1875 apresentou a companhia da actriz italiana Celestina Paladini, que obteve grande successo na primeira epoca. Por essa occasião tambem Pinto Bastos fez contratos especiaes com Emilia das Neves, Rosa (pae), Augusto Rosa, Pinto de Campos, Anna Pereira, a companhia de zarzuela de D. Juan Molina, a companhia italiana de Dominici, da companhia franceza, em que vinham as actrizes Marie Deuis e Preciosi, e a companhia dramatica italiana da actriz Jacinta Pezanna. Pinto Bastos ainda fez varias excursões ás provincias e ás ilhas, mas ha muitos annos que abandonou completamente as empresas theatraes.

**Pinto Brandão** *(Thomaz)*. Poeta comico, que realisou completamente o typo do poeta parasita, vivendo um pouco do publico, e muito das migalhas das mesas dos grandes, cantando em manuscripto o consorcio d'este ou d'aquelle fidalgo, que lhe pagava com um bom jantar e com meia duzia de cruzados novos o epithalamio festivo, e escrevendo em papel de embrulhar assucar a noticia dos factos que chamavam a attenção publica, e que tinham sempre em Thomaz Pinto Brandão o seu jornalista favorito. Na verdade o chistoso poeta poderia considerar-se o jornal noticioso e o jornal humoristico do seu tempo, porque tão depressa se dava em Lisboa um acontecimento qualquer que excitava a curiosidade publica, principalmente crime ou escandalo, lá estava elle a commentar o caso com a sua veia jocosa, e a fazer versos que os cegos vendiam depois pelas ruas de Lisboa. Thomaz Pinto Brandão nasceu no Porto, e foi baptisado a 12 de março de 1564; fal. a 31 de outubro de 1743 Durante muito tempo se limitou a prodigalisar as inspirações da sua musa, ora por casa dos principes e fidalgos, ora mesmo d'uma roda de amigos e lisonjeiros que applaudiam com enthusiasmo qualquer das suas composições, composições que elle não imprimira. Effectivamente, a mais antiga das suas composições impressas é de 1729. Foi n'este anno que se realisou o casamento do principe do Brazil D. José com D. Marianna Victoria, filha do rei de Hespanha D. Filippe V; e Thomaz Pinto Brandão fartou-se de escrever lôas, e como houvera grandes festas, e elle as cantára em versos desenfastiados, essas *silvas*, como se lhes chamava n'esse tempo, publicadas avulso, chamaram numerosos leitores, e alcançaram grande popularidade. Essas poesias são as seguintes: *Boas vindas dadas e cantadas, ou tocadas*; *Relação nova do fogo do castello*; *Vida e morte de um coelho, morto pela serenissima princeza dos Brazis*; e ainda outras publicadas por fr. José da Natividade no *Fasto do Hymeneu*. Por elles se vê, que Thomaz Pinto Brandão já gozava então de grande popularidade. Em 1730 cantava no mesmo tom a inauguração da basilica de Mafra. Os titulos das composições eram: *Descripção de Mafra* e *Funcção real na sagração do convento de Mafra*. No anno de 1729 tambem publicou a poesia *Aos acertados casamentos do ex.mo sr. conde de Vimioso... com a ex.ma sr.a D. Luiza de Souza; Pratica de tres cabeças em tres discursos*, sendo as cabeças que falavam, as de tres ladrões justiçados; *Primeira parte da procissão dos captivos no anno de 1729*; *Descripção da ponte de Belem; Jornada real vista por cartas jogadas*. Em 1731 saiu o folheto intitulado *A quatro sevandijas, vexame*, e por esses tempos, outros com os nomes: *Obra nova, silva a uma representação bellica que se fez no Terreiro do Paço; Retrato em papel e em summa, da real procissão de Corpus*. Em 1730 ainda publicou: *Festas e mais festas, escriptas e dadas em um romance*; *Aos declarados Encobertos*, satyra dirigida aos sebastianistas. Finalmente, em 1732 saiu

á luz a collecção das suas obras intitulada o *Pinto renascido, empennado e desempennado. Primeiro vôo.* E' dedicada ao conde de Monsanto, D. Luiz José Leonardo de Castro Noronha Athaide e Sousa; com uma estampa, em que es vê gravado o escudo d'armas da casa de Monsanto. Annos mais tarde, em 1753, já depois da morte do autor, fez-se segunda edição, accrescentada com a vida e o retrato do poeta. Na *Miscellanea curiosa e proveitosa*, em 7 volumes, publicada de 1779 a 1785, encontra-se no vol. III o seguinte: *Vida e morte de Thomaz Pinto Brandão, escripta por elle mesmo semi vivo; offerecida ao serenissimo sr. infante D. Antonio.* Na Bibliotheca publica de Evora existia uma collecção grande de folhetos d'este poeta.

**Pinto Cardoso** *(Joaquim de Sousa).* Era este o nome d'um dos officiaes do exercito que, depois de ter combatido com bravura e valentia em defeza da patria, morreu ingloria e desgraçadamente ás mãos dos soldados que commandava, e que foi uma das ultimas victimas das tristes dissidencias politicas que por tantos annos perturbaram a vida interna do paiz. N. em Lamego em 1791, sendo filho de José Ignacio Pinto de Azevedo. Alistando se no exercito como cadete em abril de 1810, tomou parte activa na Guerra da Peninsula, assistindo á maior parte das batalhas que se travaram desde o Bussaco até Nive, sendo gravemente ferido n'esta ultima em Salamanca. Terminada a lucta embarcou em 1815 para Montevideu, e na America se conservou até 1823, em que regressou á patria. Nas campanhas da Liberdade tambem entrou o bravo official não só na primeira epoca de 1826 a 1828, quando se tratou de reprimir os primeiros manejos absolutistas, mas tambem depois quando a guerra foi mais violenta, tendo a promoção a major em 1834, depois da convenção de Évora Monte. Despachado coronel em maio de 1847, estava commandando o regimento de infantaria n.º 2, aquartelado no Porto, quando na noite de 24 de abril de 1851 a guarnição d'esta cidade se pronunciou a favor do marechal Saldanha. O coronel Pinto Cardoso pretendeu obstar á revolta, mas os soldados esquecendo então o respeito que deviam ao seu chefe, dispararam contra elle alguns tiros, e na manhã seguinte o valente official expirava, victima d'esse movimento que depois foi reconhecido pelo nome de *Regeneração.*

**Pinto Carneiro** *(João).* General de brigada reformado. N. no Rio de Janeiro em 1818, e fal. em Lisboa em 1892. Uma vocação decidida o chamava para a vida militar, embora os parentes do Brazil, que occupavam os primeiros logares depois da independencia d'aquelles estados, pretendessem que se formasse em Direito em Coimbra, e voltasse á patria, visto que pelos tratados poderia escolher qualquer das duas patrias até completar 22 annos de edade. Os acontecimentos politicos de Portugal determinaram o contrario, e aos 9 annos veiu para Portugal, e matriculando-se no Collegio Militar, quando seu pae, poucos dias depois era preso pela chamada revolução do brigadeiro Moreira, condemnado a assistir ao supplicio dos seus companheiros de infortunio e a degredo perpetuo, resgatando a pena de morte por 14 contos de réis. Decorridos seis annos, o duque de Bragança D. Pedro IV, entrava em Lisboa, não porque a lucta estivesse acabada entre a liberdade e o despotismo, mas porque o duque da Terceira hasteara já na capital o pendão da rainha D. Maria II. A' voz do imperador toda a mocidade correu ás armas, e o joveu collegial entrou nas fileiras como alferes, tendo apenas 15 annos, e foi servir ás ordens do valente almirante Carlos Napier, depois conde de Cabo de S. Vicente, a quem acompanhou nos cruzeiros, nos desembarques e operações em terra, que tiveram como resultado a defeza das linhas de Lisboa e de Setubal, a empresa de Caminha, o cêrco e tomada de Valença, onde serviu de parlamentario, a occupação de Vianna e d'outras terras do Minho, e depois o desembarque em Buarcos e Figueira da Foz, a tomada de Ourem, etc. Terminada a guerra civil pela convenção de Evora Monte, foi matricular-se no segundo anno de Mathematica na Academia de Marinha, porém logo os acontecimentos de 1836, cuja causa acceitara com ardor, o fizeram abandonar as aulas para se empenhar nas operações que tiveram por fim a capitulação de Chaves. Em 1837 era promovido a tenente e ajudante do novo batalhão naval organisado por elle e pelo coronel Luiz de Moura, um dos mais esclarecidos officiaes do exercito, e no anno seguinte, 1838, acompanhou o coronel, que fôra promovido a general, no commando da 10.ª divisão dos Açôres. Regressando ao reino passou a servir no regimento n.º 10 de infantaria. Os acontecimentos politicos de 1842, a restauração da Carta Constitucional e a elevação do conde de Thomar, originaram a saida do serviço de centenares de officiaes, e não encontrando então onde empregassem a sua actividade, resolveram matricular-se na Escola Polytechnica, onde este se fez notar pela sua applicação. Nos seus estudos, porém, veiu surprehendel o a revolução de 1846, chamada da *Maria da Fonte*, e feitos os exames n'esse anno, foi collocado em caçadores n.º 8, mas em outubro seguinte era preso e mettido na fragata *Rainha* como adverso á rebellião na noite do dia 6. Apezar de todos os rigores de bordo, conseguiu evadir-se, e foi reunir-se aos seus camaradas. Apresentado ao conde das Antas, ficou servindo ás suas ordens, passando depois a major de brigada do visconde de Fornos, e successivamente ás do visconde de Sá da Bandeira, governador militar do Porto. Já promovido a capitão pela Junta do Porto, tomou parte na expedição do Algarve, e serviu de ajudante general logo que se reuniram as forças do mesmo viscoude de Sá da Bandeira com as que o conde de Mello commandava no Alemtejo. Ainda que o governo de Lisboa tinha um general n'esta provincia, e forças ás suas ordens, nem por isso a junção deixou de fazer-se. A commissão por Beja a Alcacer do Sal e Setubal foi seguida como o fizera o duque da Terceira em 1833, mas a parte mais arriscada foi confiada a Pinto Carneiro, que cobria a retaguarda, e a um dia de marcha, apenas com um batalhão de voluntarios, o de Monchique, que teria 200 praças. No dia primeiro de maio de 1847 deu se a acção do Alto do Viso, apezar da opposição do general e das ameaças dos inglezes da esquadra. O plano foi de Pinto Carneiro, e foi a elle entregue a direcção da columna da direita que conseguiu tomar a importante posição do Viso, desfazer a sua fortificação, encravar e desmontar a artilharia e aprisionar o general commandante da bri-

gada e grande numero de soldados. Não correram tão favoravelmente as cousas na columna da esquerda, se bem que a cavallaria inimiga retirou, e a infantaria viu varrer os seus acampamentos por descargas successivas; porém desguarnecendo se o flanco esquerdo com a retirada do batalhão, que devia ali conservar-se, limitou-se a operação a concentrar as forças entre o forte Velho e o de S. Filippe. A convenção de Gramido veiu pôr fim á guerra civil. Pinto Carneiro foi deportado para fóra de Lisboa, não podendo residir a menos de dez legoas de distancia. Dedicou se então á agricultura, em que procurou introduzir alguns melhoramentos. Comtudo era pouco para preoccupar aquelle espirito activo, e como não tinha livros além dos que possuia um bacharel da localidade, foi lendo o direito romano e o direito patrio, e alguns compendios da Universidade e os praxistas de que o seu mentor se servia, mas parecia-lhe mais claro e comprehensivel, menos sujeito a interpretações o direito criminal. Isto o habilitou depois a tomar parte em trabalhos d'este genero e na elaboração do Codigo de Justiça. A revolução de 1851 foi encontral-o n'aquella situação, e não pensando em voltar ao serviço, antes tencionando quebrar os laços que o prendiam ao paiz e voltar áquelle em que nascera, tanto mais que, preterido como se achava, não queria servir sob as ordens de outros officiaes mais modernos, resistiu até 1856 a qualquer collocação, até que, quando arregimentados todos os officiaes da disponibilidade, teve de voltar a servir no posto de capitão, a que só fôra promovido em 1851. Ainda por um anno esteve com licença e collocado primeiro no batalhão de caçadores 5 e depois no 6, até que passou ao 2.º em 1857, e depois novamente no 5.º, mas já então accumulava o serviço regimental com o de varias commissões Foi promovido a major para o seu antigo regimento n.º 10, a 4 de janeiro de 1864, encontrando se novamente com o coronel J. M. de Magalhães, que o fôra tambem do 5.º de caçadores, e que quatro annos depois era general e ministro da guerra, nomeando o seu major para chefe do seu gabinete. Foi promovido a tenente-coronel em 1869 e a coronel em 1873. Raro é o trabalho emprehendido no ministerio da guerra a que o coronel Pinto Carneiro não tivesse ligado o seu nome, ou collaborado n'elle; membro de quasi todas as commissões, ainda d'aquellas que não eram das applicações habituaes da sua arma, contribuiu activamente para melhorar as condições do exercito e aperfeiçoar as suas instituições. Estão n'esse caso o Codigo Civil apresentado ás côrtes em 1864, e depois o processo com a composição dos novos tribunaes militares e a fixação das regras de competencia, que tudo formou o Codigo de Justiça militar, posto em vigor em 1875; o regulamento e formularios para a sua execução; o serviço dos quarteis, e que substituiu a regulamentação de 2 de novembro; a tactica de infantaria, projectos de differentes reorganisações do exercito, do seu armamento, leis do recrutamento, da creação da reserva, e muitos outros onde, nos relatorios se vê grande copia de conhecimentos que abrangem todos os ramos da sciencia militar. O regulamento para as occupações, a tactica applicada, deram origem a uma carta de felicitação que lhe dirigiu Lustosa Paranaguá, ministro da guerra do Brazil. Além d'essas commissões, foi chefe do gabinete de tres ministros e chefe da repartição da justiça no ministerio da guerra; chefe de estado maior da divisão de infantaria nos campos de manobra de 1865 e 1867, e de toda a tropa empregada no acampamento de 1867. No anno seguinte assistiu ás manobras do outono no exercito francez, e regressou para tomar logo a presidencia do conselho de guerra da divisão, d'onde voltou a occupar-se na elaboração de varios projectos e relatorios que o governo desejava submetter á approvação do parlamento. Por differentes vezes o governo lhe conferiu distincções honorificas, que não acceitou, como a commenda da ordem de Christo, que lhe foi concedida pela elaboração do Codigo Penal, e duas vezes a da ordem de Nossa Senhora da Conceição, aceitando apenas o grau de cavalleiro de Aviz, que é privativo dos militares Havia sido condecorado com o 1.º e 2.º grau da ordem da Torre e Espada pela Junta do Porto, por distincção no campo de batalha, e tambem agraciado pelo governo francez com o officialato da Legião de Honra, mas nunca solicitou licença para a usar. Depois de se ter reformado em general de brigada, começou a soffrer da cabeça, chegando á demencia, sendo preciso internal-o no hospital de Rilhafolles, onde falleceu depois de ali estar encerrado quatro annos.

**Pinto de Carvalho** (*José Guedes*). Fidalgo da Casa Real, cavalleiro e commendador da ordem de S. João de Jerusalem, etc. N. no antigo concelho de Caria, na Beira, e fal. em edade muito avançada um pouco antes de 1850. Escreveu: *Memoria da historia politica e militar da soberana ordem de S. João de Jerusalem, desde a sua fundação até o anno de 1821, tirada dos melhores autores*, Lisboa, 1821; *Segunda memoria da historia politica e militar*, etc., *e do seu grande santo S João Baptista*, Lisboa, 1822; *Remedio heroico para evitar a prevaricação dos desembargadores, offerecido á nação portugueza*, Lisboa, 1822; *Tratado da educação da mocidade*, Lisboa, 1823; *Reflexões sobre a educação e moral*. Lisboa, 1852; *Reflexões sobre a extincção do mal venereo, aproveitamento dos filhos incognitos por seus paes, e egualdade dos legitimados aos legitimos*, Lisboa, 1835.

**Pinto Coelho** (*Carlos Zepherino*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, advogado em Lisboa, deputado, etc. N. em Beja a 26 de agosto de 1819, fal. em Lisboa a 24 de fevereiro de 1893. Era filho do dr. Francisco Pinto Coelho, advogado, e que serviu os cargos de auditor, juiz de fóra, corregedor e desembargador. Aos 19 annos de edade, tendo concluido os estudos superiores com os frades do convento do Carmo, em frente de cujas ruinas e em propriedade sua viveu a maior parte dos annos, matriculou-se em 1838 na Universidade, onde cursou Direito, obtendo o primeiro premio nos annos de 1839 a 1842, e o segundo em 1843, anno em que se formou. Tendo concluido o curso começou a praticar no escriptorio de seu pae, e em 8 de janeiro de 1846 inscrevia-se como advogado nos auditorios de Lisboa. Como advogado, o dr. Pinto Coelho defendeu perante a camara dos pares o conselheiro Silva Ferrão, juiz do Supremo Tribunal de Justiça; perante o conselho de guerra o alferes Couceiro, alumno da Escola

do Exercito; perante o Supremo Tribunal de Justiça, e perante outros tribunaes uma infinidade de causas, d'entre as quaes, mencionaremos as seguintes, em que muito se falou: Defeza do *Periodico dos Pobres*, em 1854: defeza d'um cocheiro que chicoteara um cão, por cujo dono foi esbofeteado, e a quem esfaqueou; Processo de André Turnes, roubo e homicidio, e foi acompanhado pelos então noveis advogados visconde de Ouguella e Vicente Monteiro; accusação por parte do Banco de Portugal contra o conde de Penamacôr, defendido por Barjona de Freitas; processo do marchante conhecido pela alcunha de conde de Lippe, em que o réo accusado de envenenamento era defendido por José Estevão; Defeza d'uma senhora accusada de adulterio, e de tentativa contra a vida do marido, e que foi absolvida; processo da fallencia Bessone, perante o Tribunal do Commercio, como advogado do Banco de Portugal; Defeza da *Nação*, por mais d'uma vez, havendo impresso em folheto o seu discurso, com respeito á querella do n.º 1:156 d'aquelle jornal; foi tambem encarregado de advogar os direitos da sr.ª condessa da Penha Longa, no litigio que correu sobre a importante fortuna legada pelo conde do mesmo titulo. O dr. Pinto Coelho percorreu toda a escala da magistratura, desde juiz de fóra e corregedor, em Beja, até desembargador. Logo depois do seu regresso da Universidade, entrou na vida politica, e quando o partido legitimista, a que pertencia, resolveu em 1857 propôr candidatos seus ás eleições dos deputados, foi Pinto Coelho um dos escolhidos para apresentar a candidatura ficando eleito por Guimarães. Voltando depois á camara em outras legislaturas até 1866, eleito por Povoa de Lanhoso e por Braga, teve occasião de revelar o seu talento e dotes parlamentares, terçando armas com os mais vigorosos oradores do partido liberal, taes como Casal Ribeiro, Mendes Leal, José Estevão, Rebello da Silva, tendo por companheiros os seus correligionarios Pereira da Cunha, Beirão, Guerra, Telles Caldeira, Estevão Palha, José de Magalhães, e outros, que se ufanavam de apoiar a palavra vehemente, d'uma energia extraordinaria, argumentação intangivel, de quem os proprios adversarios diziam, como a *Revolução de Setembro*, dirigida pelo grande jornalista Rodrigues Sampaio, que escreveu: «Notamos sempre nas palavras do illustre orador o accento d'uma convicção profunda, que não podemos deixar de respeitar, e no nervo da logica, na fôrça da argumentação vêmos a robustez d'uma intelligencia que não nos cansaremos de admirar.» O dr. Pinto Coelho foi por vezes ao exilio prestar homenagem á familia real proscripta, e esteve com D. Miguel em Londres por occasião da exposição de 1862, com a commissão legitimista, que o acompanhou áquelle acto Por algumas vezes fez tambem parte dos corpos dirigentes do seu partido, e em janeiro de 1891 foi nomeado presidente da direcção. Como não quizesse tomar deliberações que não fôssem decisivas, não tomou nenhuma que não fôsse demoradamente estudada e discutida. E assim é que, tendo feito um longo relatorio que enviou ao actual principe D. Miguel, recebeu inteira approvação de seus actos e das medidas propostas. A doença, e por fim a morte, vieram tolher o passo aos trabalhos apenas começados. Ainda assim, os de 18 e 19 de setembro de 1892, e depois a lucta eleitoral, fôram trabalhos que se concluiram com approvação do principe proscripto. A reorganisação do partido em commissões regionaes, e a da imprensa legitimista eram os trabalhos a que se entregava com maior sollicitude, quando falleceu, dando se a coincidencia de estar convocada reunião de alguns partidarios para o dia do seu funeral. Em 18.5 creou se a Companhia das Aguas, um melhoramento importantissimo. Os trabalhos de pesquizas e de estudos começaram desde logo, mas infelizmente ou por falta de tacto de quem a dirigia, ou por quaesquer outras causas, os negocios não caminhavam bem. Vendo isto, o dr. Carlos Zepherino Pinto Coelho, que já fazia parte da empresa, e fôra um dos seus principaes iniciadores, promoveu, depois de grande lucta, uma reunião dos seus pequenos accionistas, sendo este um dos maiores golpes que recebeu a companhia. O governo rescindiu o primitivo contrato,

Carlos Zepherino Pinto Coelho

celebrando-se então outro em 27 de abril de 1867, que foi approvado por carta de lei de 2 de julho seguinte, sendo considerada definitivamente constituida a nova companhia por decreto de 2 de abril de 1868. Pinto Coelho foi eleito presidente da direcção, como era de toda a justiça, cargo que continuou exercendo por successivas reeleições. Apenas reorganisada a nova companhia, começaram activamente os trabalhos. Mais tarde, conhecendo-se ser insufficiente a agua aproveitada para o abastecimento de Lisboa, tratou-se do encanamento da agua do canal do Alviella, e depois d'um arduo trabalho conseguiu-se conduzir para a cidade esse grande manancial. A Companhia alcançou a maior prosperidade sob tão acertada direcção, e ainda hoje é uma das mais importantes de Lisboa. O dr Pinto Coelho era vice-presidente da Associação dos Advogados, sendo presidente o dr. Manuel Maria da Silva Beirão, tambem legitimista, então o decano dos advogados de Lisboa. Representou

essa associação no congresso juridico que se realisou em Madrid em 1892, e ali recebeu as maiores demonstrações de estima, sendo nomeado seu presidente honorario. Esta assembléa era presidida pela maior autoridade das Hespanhas, depois do rei. Tem ali asseuto tudo quanto ha de mais notavel nas Americas portugueza e hespanhola. Foi a *Real Academia de Jurisprudencia*, que organisou o congresso, onde tanto brilhou o dr. Carlos Zepherino Pinto Coelho. Sendo vice-presidente da Associação dos Advogados coube-lhe presidir ao congresso juridico que a sociedade promoveu em Lisboa no anno de 1889. O sr. dr. Veiga Beirão, no seu livro de *Commemorações*, pag. 126, ácêrca d'este congresso conta o seguinte episodio: «Foi no dia da inauguração do congresso e na livraria da Academia Real das Sciencias. A' cerimonia presidiu el-rei D. Luiz que n'ella recitou o seu ultimo discurso em publico. Pinto Coelho tinha como presidente do congresso de assistir á sessão solemne e de n'ella discursar. Fêl-o, e pela fórma levantada que se esperava. Terminada a cerimonia El-Rei, com aquella gentileza, a que não sabia faltar, dirigiu se a Pinto Coelho para o cumprimentar pelo seu discurso. E este,—mau grado as suas idéas politicas—curvou se respeitosamente perante o Principe, chefe do Estado, e durante alguns minutos viu-se o espectaculo extranho mas levantado do rei constitucional conversar, amavelmente, com um dos mais intransigentes dos seus adversarios. E quem assistia a esta scena, tão simples, mas tão significativa, não sabia qual admirar mais se a delicada gentileza do monarcha liberal se a respeitosa cortezania do ferrenho absolutista.» Além do advogado distinctissimo, admirava se no dr. Pinto Coelho o politico fiel á sua crença, intransigente e honesto. Muitas mercês e honrarias recusou, para que se não dissésse que elle, um dos sectarios da causa legitimista, transigia com o partido constitucional, e quando lhe offereciam qualquer mercê, instando-se para que a acceitasse, respondia invariavelmente: *sou legitimista*. O dr. Pinto Coelho, como homem publico, era d'uma actividade extraordinaria. Dirigindo um partido numeroso e de severas tradições historicas, presidia ás assembléas do Banco de Portugal, da Companhia do Credito Predial, e trabalhava como vogal nos conselhos Penitenciario e de Agricultura, dirigia a Companhia das Aguas de Lisboa, e ainda dedicava algumas horas para presidir á direcção do Club Tauromachico Portuguez. Escreveu: *Elogio historico do Advogado José Madeira Abranches; escripto e recitado na conferencia solemne da Associação dos Advogados de Lisboa, em 8 de outubro de 1845*, Lisboa, 1845; *Discurso pronunciado em defeza do jornal «A Nação»*; vem no folheto: *Sessão do Tribunal de Contas do 1.º districto de Lisboa, no dia 27 de Abril de 1852—Accusação feita pelo Ministerio Publico contra o n.º 1156 do jornal «A Nação»*, Lisboa, 1852; *Discurso proferido na discussão do projecto de lei da reforma do ensino, na Camara dos Deputados nas sessões de 14, 16 e 17 de maio de 1862*, Coimbra, 1863. Na *Gazeta dos Tribunaes*, encontram-se muitos artigos seus, versando sobre pontos de doutrina e questões juridicas; e na *Nação* varios artigos sobre diversos assumptos. A seu respeito deve vêr-se o opusculo: *Sessões do julgamento da querella do Duque de Saldanha contra o editor do «Periodico dos Pobres do Porto»*, Porto, 1855, onde se encontram os seus discursos como advogado da defeza.

**Pinto Correia** (*P. Gaspar*). Jesuita. N. no logar do Garajal, do bispado de Lamego em 1596, fal. em Barcellos a 25 de março de 1664. Professou no seu instituto em 1611, aos 15 annos de edade. Aos 20, tendo exercido o magisterio nos collegios de Braga e de Coimbra, e tomado o grau de licenceado em Theologia, abandonou a Companhia de Jesus, e foi nomeado conego penitenciario da collegiada de Barcellos, e commissario do Santo Officio. Foi um distincto humanista, e grande cultor da lingua latina E' tambem conhecido pelo nome de Gaspar Pinto de Sousa, e assim o nomeia Manuel de Galhegos, no seu *Templo de Memoria*, liv. 4.º, est. 199. Deixou algumas obras em latim, publicadas em Lisboa, 1631, 1655, 1610, reimprimindo se algumas.

**Pinto Ferreira** (*Carlos Augusto*). Engenheiro machinista de 1.ª classe, reformado com a graduação de capitão-tenente da armada, gerente e socio da fabrica *Vulcano*, professor da cadeira de machinas na Escola Industrial Marquez de Pombal, presidente da Associação dos Engenheiros Machinistas portuguezes, etc. N. em Lisboa no anno de 1829, onde tambem fal. a 1 de fevereiro de 1902. Começou a sua vida como aprendiz de carpinteiro de obra branca no collegio dos aprendizes do Arsenal do Exercito, onde foi admittido em 1841. Depois de alguns annos de aprendizagem, ali permaneceu como simples operario até fevereiro de 1854, em que passou á classe de apparelhador da officina de machinas. Os seus estudos iniciados n'aquelle estabelecimento do Estado, completou-os elle frequentando as aulas do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, onde foi laureado. Na qualidade de socio fundador do Centro promotor dos melhoramentos das classes laboriosas e de outras associações industriaes, foi eleito, em 1855, como delegado pela carpintaria, com autorisação do governo, para visitar a exposição universal de Paris. No relatorio, publicado em 1856 pelos representantes dos artistas de Lisboa, destaca-se claramente o alto espirito observador de que era dotado Pinto Ferreira. Em 1859 foi nomeado pelo governo para, juntamente com o general João Manuel Cordeiro, ir ao estrangeiro fazer escolha de armas para o exercito. Em 1862 coube-lhe novamente a honra de ser nomeado, e d'esta vez pelo ministro das obras publicas, para visitar a exposição universal de Londres, e n'ella estudar os aperfeiçoamentos de que careciam as industrias do paiz. N'esta epoca já era reconhecida a sua capacidade como engenheiro mechanico, pelos seus trabalhos executados no Arsenal do Exercito, e pelo livro que então publicára com o titulo de *Guia de mechanica pratica*. Na fundição de canhões e na fabrica d'armas do commando geral da artilharia, ainda em 1902 se encontravam algumas machinas projectadas por Pinto Ferreira, e executadas sob a sua direcção. Citaremos entre ellas, como das mais importantes, a machina para fabrico de capsulas para as armas do systema Eiffeld. A sua grande actividade e amor pelo trabalho, os seus vastos conhecimentos de industrias metallurgicas e, sobretudo desgostoso pela limitada esphera d'acção que desempenhara no Arsenal do Exercito, fizeram com que se abalan-

çasse a dirigir as officinas metallurgicas do Arsenal da Marinha, onde poderia melhor do que ninguem desenvolver e elevar acima do nivel em que então jazia o primeiro estabelecimento fabril do paiz. Foi esta a sua maior ambição, que viu realisada em 1863, por concurso documental, tendo sido nomeado engenheiro machinista de 1.ª classe extraordinario, sendo lhe conferida a effectividade d'esse logar em 1866, em attenção aos relevantes serviços prestados no Arsenal, e ás habilitações scientificas comprovadas no desempenho dos deveres a seu cargo. Bem depressa Pinto Ferreira pôz em evidencia o seu valor, projectando, construindo e montando machinas a vapor, dirigindo com a sua elevada competencia todos os trabalhos officiaes, ministrando aos operarios os segredos da arte mechanica, que elle tão bem conhecia. Sob a sua direcção fôram montadas as machinas da canhoneira *Cuanza*, as da padaria no Asylo da Mendicidade, e as machinas e caldeiras da officina de cocha da Cordoaria Nacional, fazendo tambem a installação dos apparelhos da secção photographica da direcção geral dos trabalhos geodesicos. Construiu e montou as machinas e caldeiras dos rebocadores *Valle Zebro* e *Cordoaria* do Arsenal da Marinha, e dirigiu tambem importantes reparações nos navios da nossa marinha militar, etc. Na exposição realisada no Porto em 1865, representou o Arsenal da Marinha, sendo depois enviado pelo governo á exposição universal de Paris em 1867. Tambem foi director technico dos trabalhos dos pharoes do reino, emquanto este serviço esteve a cargo do ministerio da marinha. Pinto Ferreira era grande cavalleiro da ordem da Torre e Espada, e possuia a medalha de ouro da Associação das Classes Laboriosas de Portugal. O decreto, que o agraciou, dizia que tão alta distincção do governo era o penhor dos muitos e valiosos serviços prestados durante a epidemia da febre amarella em 1857. Foi reformado por decreto de 12 de fevereiro de 1880, com a graduação de capitão-tenente da armada, por ter sido julgado incapaz do serviço activo, pela junta naval, e por contar mais de 35 annos de serviço. Não podendo, porém, conservar-se ocioso, dedicou se inteiramente aos interesses da fabrica *Vulcano*, de que era socio gerente, onde esteve até fallecer, ensinando e protegendo aquelles que se entregavam com interesse ao trabalho. Quando falleceu dirigia o curso de machinas na Escola Marquez de Pombal. A Associação de Soccorros mutuos dos pedreiros e carpinteiros, de que elle foi o primeiro presidente inaugurou na sua sala, em 22 de junho de 1902, com toda a solemnidade, o retrato do seu prestimoso e fallecido presidente. Escreveu os seguintes livros, cujas edições se esgotaram: *Guia de mechanica pratica, precedida de noções elementares de arithmetica, algebra e geometria para facilitar a resolução dos diversos problemas de mechanica*, etc., Lisboa, 1862; 2.ª edição, 1868; com 6 estampas; *Manual elementar e pratico sobre machinas de vapor applicadas á navegação*, Lisboa, 1864; com 5 estampas ou tabellas, e outras tantas estampas lithographadas; *Engenheiro de algibeira, ou compendio de fórmulas e dados praticos, para uso dos engenheiros mechanicos, civis e militares*, 1869; *Breve dissertação sobre pharoes a proposito d'uma visita á Exposição universal de Paris em 1867*, Lisboa, 1868, com uma estampa; *Noções elementares de Technologia.*

**Pinto da Fonseca** (*D. Manuel*). Ultimo grão-mestre portuguez da ordem de Malta, pertencente a uma nobre familia. N. em Lamego a 24 de maio de 1681; foi em Portugal juiz ordinario e conservador da religião de Malta no districto do Porto, partindo para Malta durante o mestrado do seu compatriota D. Antonio Manuel de Vilhena; foi vice-chanceller da ordem, e balio das graças, e finalmente foi eleito a 18 de janeiro de 1741 grão-mestre em substituição de Raymundo Despuig Montenegro. Soube pela firmeza do seu procedimento fazer se estimar pelos soberanos da Europa que auxiliára. No tempo do seu mestrado descobriu-se, a 25 de junho de 1742, uma vasta conspiração, urdida por prisioneiros turcos entre os quaes se achava Osman pachá, governador de Rhodes, e deviam desfazer se dos cavalleiros pelo ferro e pelo veneno, e assenhorear-se de Malta com auxilio da frota turca, com a qual mantinham uma correspondencia secreta. Em 1760 uns escravos christãos, que formavam a equipagem de uma nau ricamente carregada, em que Mahomet-pachá ia a Stambio para cobrança dos impostos, tornaram-se senhores da nau, levaram-n'a a Malta, e repartiram os despojos com os cavalleiros. O sultão preparava-se para tirar d'elles uma vingança estrondosa, quando Luiz XV, rei de França, mandou resgatar esse navio á sua custa, e fêl-o restituir ao grão-senhor a 10 de dezembro de 1761. Pinto da Fonseca, seguindo o impulso do grande marquez de Pombal, e mostrando assim grande deferencia pela sua patria, supprimiu em 1769 a ordem dos Jesuitas em todos os dominios da ordem, concedendo lhes todavia rendas vitalicias a titulo de indemnisação, e em 1772 fez com que o rei da Polonia, Estanislau Augusto, lhe restituisse fundações consideraveis de que a ordem fôra frustrada. Fal. a 24 de janeiro de 1773.

**Pinto da França** (*Luiz Paulino Oliveira*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, em virtude do seu posto militar; commendador d'Africa na ordem de Christo e cavalleiro professo na mesma ordem; cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da antiga ordem da Torre e Espada; condecorado com a medalha de ouro da Guerra Peninsular, deputado nas côrtes de 1821; 1.º administrador do vinculo da Fonte Nova, instituido por seu pae por escriptura de 10 de março de 1804, approvado e confirmado por provisão do Desembargo do Paço, de 10 de setembro de 1806, no qual vinculo se determinava que os administradores haviam de servir o Estado nas armas, ou cursar as letras; marechal de campo, etc. N. na Bahia a 30 de junho de 1771, e fal. a 8 de janeiro de 1824. Era filho de Bento José de Oliveira, cavalleiro professo na ordem de Christo, familiar do Santo Officio, capitão de ordenanças e coudel-mór, abastado proprietario, e negociante de grosso trato da praça commercial do Porto, etc.; casado em primeiras nupcias com D. Anna Maria Joanna, e depois, com D. Maria Francisca de Jesus Oliveira Ferreira d'Eça, senhora brazileira, sendo d'este segundo matrimonio que nasceu Luiz Pauliuo Pinto da França. Alistando-se como cadete no regimento de cavallaria n.º 1, era tenente quando esse corpo foi, como os outros, mandado dissolver pelo ge-

neral francez Junot. Esta ordem foi executada em Coimbra, onde então estava o regimento, e o brioso official não podendo dissimular a dôr que lhe causava tão violenta medida, conduzindo seu filho Bento da França, que era cadete e veiu a ser depois o 1.º conde de Fonte Nova (V. *este titulo*, *Portugal*, vol. III, pag. 548), á egreja de Santa Cruz e ali quebrou a espada na frente do tumulo de D. Affonso Henriques. Tomando parte muito activa na revolução do Porto contra o dominio estrangeiro, voltou ao seu antigo regimento, passando depois a servir com o posto de capitão ás ordens do commandante da leal legião lusitana. Promovido a major em 1809 pelo bem que desempenhara essa commissão, ascendeu depois a tenente coronel, e servindo em diversos corpos distinguiu-se em alguns combates e acções, e principalmente na de Valverde, onde mostrou inexcedivel bravura e intrepidez. Embarcando para o Brazil, commandou como coronel o 1.º regimento de cavallaria do Rio de Janeiro, e tendo sido elevado ao generalato, foi em 1821 escolhido pela sua provincia para a representar no congresso constituinte. Logo em seguida á queda da constituição em 1823, foi por D. João VI mandado á Bahia para, de accordo com o chefe da divisão João Felix Pereira Campos, commandante da esquadra portugueza n'aquelles mares, e com o brigadeiro Madeira, commandante das forças de terra, ajustar uma suspensão d'armas com os brazileiros, emquanto outros commissarios iam ao Rio de Janeiro tratar directamente com D. Pedro. Chegando á Bahia a 18 d'agosto encontrou a cidade em poder dos brazileiros, porque as nossas forças já haviam retirado no dia 2 de julho, e portanto seguiu para a capital do Brazil onde, segundo as instrucções que recebera, se devia unir aos outros commissarios. A 7 de outubro chegou ao Rio de Janeiro, e o governo recusou-se a entrar em negociações com elle, assim como se recusou ao conde de Rio Maior e aos outros enviados de Portugal, que só chegaram no dia 17. Em vista da decisão do governo brazileiro, o conde de Rio Maior retirou-se para Lisboa acompanhado de todos os seus collegas, menos o marechal Luiz Paulino que, por doença, se deixou ficar no Rio de Janeiro. Em dezembro é que embarcou a bordo do brigue *Gloria*, com destino a Lisboa, mas não chegou a vêr novamente Portugal, porque fal. em viagem. Pinto da França casou a 4 de maio de 1793 com D. Maria Barbara Garcez Pinto de Madureira, filha de José Cardoso Garcez Pinto de Madureira, capitão-mór das ordenanças de Penafiel, e de sua mulher, D. Maria Liberia da Silva Carneiro. Gozou a fama de poeta, e diz-se que deixou muitos versos inéditos, mas com posições impressas, só constam os seguintes sonetos: um que começa: «A teus pés, fundador da Monarchia», composto em 1808 sobre o tumulo de D. Affonso Henriques, em Santa Cruz, de Coimbra, o qual se imprimiu pela primeira vez no *Jornal de Coimbra*, n.º XXII, de outubro de 1813; dois *sonetos*; o 1.º glozando o mote «Do Jano as portas por desgraça abertas», e o 2.º glozando egualmente outro mote «Entre os horrorres da malvada guerra», ambos publicados no referido jornal, n.º XLI, parte 2.ª, 1815; *Soneto*, que começa: «Eis já dos mausoléos silencio horrendo» escripto a bordo do navio que o transportava para Lisboa, e segundo se affirma, duas horas antes de expirar; parece que está publicado no *Parnaso Brazileiro*, quaderno, 3.º, pag. 6; anda tambem na *Miscellanea poetica, ou collecção de poesias diversas de autores escolhidos*, Rio de Janeiro, 1853, a pag. 176.

**Pinto da França** *(Manuel da Gama)*. Capitão-tenente, director da Cordoaria Nacional, etc. N. a 21 de março de 1863, fal. a 25 de abril de 1902. Alistou se na armada em 30 de julho de 1879 com passagem do exercito, onde era aspirante a official. Em 12 de novembro de 1881 foi promovido a aspirante de 1.ª classe; a guarda-marinha em 11 de outubro de 1883, a 2.º tenento em 29 de dezembro de 1886; a 1.º tenente em 8 de janeiro de 1891 e a capitão-tenente em 28 de março de 1901. Serviu na guarnição da corveta *Duque da Terceira* e do cruzador *D. Carlos*, quando este navio foi ao Brazil, regressando d'esta viagem bastante doente. Foi immediato do cruzador *D. Amelia* e do couraçado *Vasco da Gama*; commandou a canhoneira *Vilhena* e o vapor *Lidador*; foi encarregado dos commandos das canhoneiras *Açôr* e *Tavira*; instructor da escola pratica de artilharia naval e da escola de alumnos marinheiros do Lisboa; vogal da commissão encarregada de elaborar um projecto de regulamento para a execução da lei de soccorros a naufragos; commandante da 1.ª brigada do corpo de marinheiros, vogal da commissão encarregada de elaborar um projecto para serviço interno de bordo, e vogal dos conselhos de guerra e marinha. Pouco tempo antes do fallecimento havia sido nomeado director da Cordoaria Nacional. O capitão-tenente Manuel Pinto da França era cavalleiro e official da ordem de Aviz, cavalleiro da de Nossa Senhora da Conceição, e possuia a medalha de prata de comportamento exemplar.

**Pinto da França** *(Salvador d'Oliveira)*. Bacharel formado em Mathematica pela Universidade de Coimbra, tenente coronel do corpo do Estado-maior; ministro da guerra, commendador da ordem de Christo, cavalleiro das de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e da Torre e Espada, deputado em diversas legislaturas, etc. N. na Bahia a 9 de janeiro de 1822, fal. em Lisboa a 20 d'abril de 1865. Era filho dos 1.ºs condes de Fonte Nova, Bento da França Pinto d'Oliveira e D. Maria José Tovar da Costa. Tendo estudado no collegio militar, completou em 1840 o curso, e alistando-se no exercito, foi em novembro d'esse anno despachado alferes. Passando a frequentar a Universidade, alcançou o grau de bacharel em Mathematica, e estudando depois na Escola do Exercito o curso do estado maior, foi em 1845 promovido a tenente. Serviu no quartel general da terceira divisão militar, e depois ás ordens de seu pae, commandante da primeira divisão, até março de 1850. Quando em 1851 o marechal Saldanha se resolveu a combater pelas armas o ministerio do conde de Thomar, foi o tenente Salvador Pinto da França um dos officiaes que o acompanharam, e foi elle talvez o que mais concorreu para o bom exito da revolução. Como é sabido, o marechal vendo que não appareciam em campo algumas forças com que contava, tomou o caminho da fronteira resolvido a sair de Portugal. Foi então que o tenente Salvador Pinto da França, indo ao Porto, consu-

rou a fraqueza d'animo dos que não haviam cumprido a sua promessa, animou outros indecisos, e introduzindo-se disfarçado no quartel de Santo Ovidio fez ali rebentar o grito da revolução, á qual em breve adheriram todos os corpos da guarnição, e pouco depois quasi todo o exercito e a maioria da nação. O marechal premiou esses serviços, despachando o tenente Salvador Pinto da França capitão do corpo de estado maior, e promovendo-o a major. Eleito deputado em 1852, continuou servindo no commando em chefe do exercito, até que pela extincção d'esta repartição, em 1859, passou a exercer as funcções de chefe do gabinete do ministro da guerra. A primeira legislatura, de que fez parte, durou de 1852 a 1856, tornando a ser eleito na de 1860 a 1861. Foi nomeado chefe do estado maior da quarta divisão em 1864, e em 1865 chefe do gabinete do conde de Torres Novas, ministro da guerra, e por morte d'este general, succedida a 11 de novembro de 1865, foi encarregado da pasta da guerra em 22 do referido mez e anno, mas adoecendo pouco tempo depois, deixou o exercicio effectivo d'esse cargo em 16 de fevereiro de 1866, falleceudo passados dois mezes. Salvador Pinto da França casou a 23 de janeiro de 1858 com D. Maria Bernardina da Gama Lobo Salema de Saldanha e Sousa, filha de D. Manuel da Gama Lobo de Saldanha e Sousa, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de sua mulher D. Maria Izabel da Camara Mendonça Côrte Real.

**Pinto Guedes** *(Rodrigo)*. Vice-almirante no Brazil. N. no logar de Gradiz, do bispado de Vizeu, em julho de 1762. Seu pae tinha egual nome, e sua mãe chamava-se D. Maria da Silveira Pereira. Destinado por seus paes para a carreira ecclesiastica, entrou, segundo se julga, na ordem dos conegos seculares de S. João Evangelista, vulgo Loios, da qual saiu no fim d'algum tempo, allegando falta de vocação, e assentou praça n'um dos corpos do exercito, passando depois para a marinha. Chegou a ser em Portugal chefe de esquadra, major general da armada, e conselheiro do Almirantado. D. João VI, que muito o distinguia, o promoveu a vice-almirante do Brazil. Abraçando o partido da independencia em 1822, continuou no serviço do imperio brazileiro, teve o posto de almirante e o titulo de barão do Rio da Prata Ignora-se a data do fallecimento. Escreveu: *Regimento de signaes, para ter uso a bordo dos navios de guerra commandados pelo marquez de Niza*, Lisboa, 1798, 3 tomos, com 29 estampas.

**Pinto de Magalhães** *(Francisco Xavier)*. Escriptor, que viveu no seculo XVIII. N. na Povoa, termo da Guarda, no dia primeiro de março de 1700; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Manuel Leitão de Magalhães e de Maria dos Santos de Albuquerque. Estudou na Universidade de Coimbra a faculdade de Direito Canonico. Acompanhou a Roma o nosso embaixador Pedro da Motta e Silva, onde se demorou alguns annos, dedicando-se ao estudo das linguas franceza, italiana, grega e hebraica. Em 1730, estando já de volta em Lisboa, foi nomeado membro da Academia dos Arcades, com o nome de *Erotilo*, e em 1732 publicou uma traducção portugueza da obra italiana de João de la Casa, intitulada: *O Galateo, ou o cortezão*

**Pinto de Magalhães** *(João de Sousa)*. Bacharel formado em Leis pela Uuiversidade de Coimbra. N. no Porto a 8 de janeiro de 1780, fal. em Lisboa a 1 de maio de 1865. Era filho do dr. João de Sant'Anna Neves de Sousa, advogado, e de sua mulher, D. Maria Benedicta de Magalhães Pinto. Na sua terra natal passou os primeiros annos, recebendo esmerada educação sob a direcção dos paes, e no estudo dos preparatorios ou das humanidades, como então se dizia, grangeou o applauso dos mestres e o respeito dos condiscipulos, estando habilitado para entrar no curso de leis a que se destinava, antes da edade que a lei fixava para a matricula na Universidade. N'este estabelecimento de ensino superior se distinguiu Pinto de Magalhães entre os seus companheiros nas aulas, e sendo considerado geralmente o primeiro estudante de sciencias positivas no seu tempo e premiado sempre Comtudo, apezar d'um curso tão distincto só veiu a formar-se, aos 26 annos de edade, em 1816, por causa das agitações politicas que n'esse meio tempo trouxeram revolto o paiz, obrigando por mais d'uma vez a fecharem-se as aulas da Universidade. Apezar da sua assidua applicação aos estudos que cursava, ainda lhe sobrava tempo para se familiarisar com os bons modelos da antiguidade classica da Grecia e de Roma, para se occupar de sciencias naturaes, especialmente de botanica, em que foi muito versado, e para augmentar a sua instrucção em todos os ramos dos conhecimentos humanos, assentando d'este modo as bases da profunda e solida erudição que mais tarde possuiu, e que era reconhecida pelos homens mais eminentes do paiz. Saindo da Univerdade, Pinto de Magalhães veiu para Lisboa, onde, a 3 de setembro de 1817 fez leitura no Desembargo do Paço, como então era indispensavel para seguir a magistratura, e a 4 de dezembro de 1818 recebeu a nomeação de juiz do crime do bairro de Mocambo, de Lisboa, logar de primeira ordem, que lhe abria assim brilhantemente as portas da magistratura. Logo que rebentou a revolução de 1820, foi eleito deputado ás côrtes pela provincia do Minho. Um dos seus primeiros actos no congresso foi pedir que se mandassem traduzir as obras de Bentham, do famoso philosopho que offerecera as suas obras ás côrtes portuguezas. As côrtes consignaram na sua acta o seu agradecimento ao grande pensador, e votaram a proposta de Pinto de Magalhães para que essas obras fôssem traduzidas e impressas por conta do Estado. Em seguida propoz o regulamento da Regencia, tendo em vista a divisão dos poderes; depois sustentou com grande energia, por occasião de se discutir a lei da liberdade de imprensa, a introducção do jury; defendeu a necessidade da independencia do poder judicial, traçou com grande clareza os limites dos poderes temporal e espiritual, propôz que os deputados não pudessem acceitar cargos publicos, nem mesmo requerel-os para outrem, principio que se inseriu na Constituição de 1800, e em quasi todas as questões que se trataram na camara, tomou parte importante, mostrando-se sempre decidido liberal e revelando ao mesmo tempo muita prudencia, qualidade que não era vulgar entre os membros do congresso. Nas duas grandes questões debatidas n'essa assembléa, se devia haver uma só camara ou duas, e a do *Veto*, pronunciou-se Pinto de Magalhães, emquanto á pri-

meira por uma só camara, e emquanto á segunda, vendo que lhe seria impossivel fazer mudar a opinião da maioria, approvou o *veto* suspensivo, esperando que, acalmado um pouco o ardor das paixões irritadas por esse debate, acharia ensejo de annullar os effeitos d'essa resolução, quando se tratasse do artigo que concedia ao rei o breve espaço de 10 dias para sanccionar uma lei que tivesse sido approvada por dois terços dos deputados, depois do *veto*. Pediu Pinto de Magalhães que esse artigo do projecto fôsse modificado, monstrando a necessidade de se estabelecer o prazo de um anno pelo menos, entre a votação e a sancção regia, insistiu uma e outra vez, respondendo aos adversarios e reforçando sempre com argumentos novos o seu parecer, e tendo o artigo passado, tal qual estava no projecto, mandou no dia seguinte para a mesa a declaração do seu voto, ao qual adheriram outros deputados, que, como elle, não comprehendiam que o futuro da liberdade estivesse dependente d'aquella restricção do poder real. Reeleito tambem pela provincia do Minho para as côrtes ordinarias que se reuniram no 1.º de dezembro do 1822, tomou parte muito activa na discussão do projecto de lei de responsabilidade dos ministros e de mais funccionarios publicos, do qual fôra encarregado em 14 de dezembro de 1821. O projecto foi approvado com pequenas alterações, sendo a unica importante a introducção do jury, e por essa occasião pronunciou Pinto de Magalhães um discurso notavel, em que declarou ser opinião sua que as liberdades civis dependiam mais da liberdade das eleições, da tribuna e da imprensa, da independencia do poder judicial e da instituição dos jurados, do que, como alguns cuidavam, da maior ou menor extensão da prerogativa da Corôa, ou da divisão do poder legislativo, com tanto que se mantivessem certos limites Explicando depois o motivo porque não havia introduzido no seu projecto a instituição dos jurados, disse que o não fizera, porque não fôra encarregado de elaborar um codigo para o qual sómente a constituição impunha a necessidade do jury, que julgava estar expressamente designado na constituição que o supremo tribunal de justiça era quem devia julgar as causas de responsabilidade; mas que reconhecendo elle o jury, como um dos principaes baluartes das liberdades publicas, estimaria muito que o convencessem de que, sem transgredir a lei fundamental, se podiam admittir os jurados no projecto que se estava discutindo. O encerramento da sessão das côrtes ordinarias a 31 de março de 1823, e os acontecimentos que posteriormente se deram, interromperam a discussão do projecto, e impediram que elle fôsse convertido em lei. Reunidas extraordinariamente as côrtes a 15 de maio, foi Pinto de Magalhães eleito presidente, e como tal, coube-lhe a triste honra de dirigir as ultimas sessões parlamentares n'este primeiro periodo do governo constitucional do paiz. Seguiu se a partida do infante D. Miguel para Villa Franca em 27 de maio, onde se lhe fôram juntar muitos officiaes e generaes do exercito e fôrças militares, indo afinal o proprio soberano D. João VI no dia 3 de maio tambem reunir se ao filho, que se puzera em campo para derrubar a Constituição e restaurar o governo absoluto A 2 de junho ainda se reuniram uns 60 deputados, e depois de falarem alguns, entre os quaes predominou a idéa de se interromperem as sessões e de ceder e protestar, lavrou-se um protesto energico sobre o que se estava passando no paiz. O protesto era inutil, o congresso nunca mais se reuniu, e o absolutismo foi restabelecido. D. João VI, na sua proclamação, datada de Villa Franca a 3 de junho, tinha promettido dar ao povo portuguez uma constituição, e nomeando depois, a 18 d'esse mez, uma junta para elaborar o projecto da lei fundamental, foi Pinto de Magalhães um dos membros escolhidos para essa commissão, cuja presidencia tomou o duque de Palmella. Comtudo, esta idéa do monarcha não foi acceita pela facção absolutista que dominava mais que o rei. Por isso, pouco depois de se reunir a junta, levantou se um dos membros, e propoz que se aconselhasse o soberano a que não outhorgasse constituição alguma. O primeiro que se levantou, para combater vigorosamente essa proposta, foi Pinto de Magalhães; ficou, porém, vencido, porque a maioria approvou a proposta, assignando como vencidos João de Sousa Pinto de Magalhães, Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, Ricardo Raymundo Nogueira, José Maria Dantas Pereira e José Joaquim Rodrigues de Bastos. Dissolvida de facto a junta, ficou Pinto de Magalhães exercendo os cargos de official da secretaria do reino e de deputado da junta de fazenda, para os quaes fôra nomeado em agosto de 1824 e em dezembro de 1825. Manteve-se então sempre alheio á politica, tanto no resto do reinado de D. João VI como durante a regencia da infanta D. Izabel Maria, tanto assim que pôde durante o governo de D. Miguel exercer tranquillamente em Lisboa a profissão de advogado, apezar de ter sido o ultimo presidente das côrtes de 1820, e de não poderem, portanto, conservarem d'ello boa reputação os partidarios de D. Miguel. Comtudo, não escapou á demissão de todos os seus empregos publicos, limitando-se sómente a isto as perseguições absolutistas. Logo que a divisão constitucional entrou em Lisboa a 24 de julho de 1833, o duque da Terceira o mandou chamar, e o encarregou de redigir a proclamação que aquelle general n'esse dia publicou, dirigida ao povo, documento importante, um modelo de benevolencia e de generosidade para os vencidos. Esta proclamação vem transcripta no *Diccionario universal portuguez*, editado por Henrique Zepherino de Albuquerque, vol. VI, pag. 1119. Foi tambem Pinto de Magalhães quem escreveu na *Chronica Constitucional*, de Lisboa, os primeiros artigos que se distinguem, não só pela fórma, mas pela moderação dos sentimentos politicos que os anima, e sendo reintegrado, por um dos primeiros decretos do novo governo, no cargo de que fôra demittido em 1828, passou, depois, a exercer o logar de inspector dos correios e postas do reino. Quando, a 27 de maio de 1835, caiu o primeiro ministerio organisado depois da morte de D. Pedro IV, sob a presidencia do duque de Palmella, foi Saldanha encarregado do formar o novo gabinete, e para elle entrou Pinto de Magalhães como ministro do reino, tendo por collegas: na justiça Manuel Antonio de Carvalho, depois barão de Chancelleiros; na fazenda Francisco Antonio de Campos, depois barão de Villa Nova de Fozcôa; na guerra o marquez de Saldanha, na marinha o marquez de Loulé, e nos es-

traugeiros o duque de Palmella. A 15 de julho passou Pinto de Magalhães para a pasta da justiça, indo substituil-o na do reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, onde se conservou até 18 de novembro do mesmo anno, em que caiu todo o ministerio, sendo substituido por outro presidido pelo general José Jorge Loureiro. Durante o pouco tempo que esteve gerindo a pasta do ministerio do reino ainda mandou proceder aos estudos da estrada de Lisboa ao Porto; como ministro da justiça, o seu serviço mais importante foi, sem duvida, o despacho geral dos juizes de direito e mais empregados judiciaes, feito a 7 de agosto de 1835. Saindo do ministerio voltou a conservar-se de parte, e só em 1839 é que entrou na camara dos deputados, sendo eleito substituto por Lisboa; no anno seguinte, 1840, foi deputado substituto por Braga e effectivo por Lisboa, sendo, por grande maioria, escolhido, na sessão de 5 de junho, para presidente da camara. Em 15 de julho de 1841 resignou o logar de presidente para tomar parte mais activa nos debates. Sendo membro da commissão ecclesiastica e diplomatica, e presidente da commissão de instrucção, sustentou vigorosamente o projecto relativo ás congruas dos parochos, manifestando o desejo de que a organisação das finanças e adopção de outras medidas para isso indispensaveis, permittissem em breve fazer-se uma lei de dotação do culto e do clero; combateu com grande energia a proposta apresentada pelo deputado J. A. de Campos, para que a decima lançada aos ordenados dos empregados publicos fôsse imposta tambem na dotação da familia real, levando pela sua palavra a camara a resolver que não havia logar a votar sobre essa proposta, e na sessão de 27 de setembro de 1841, deu ainda uma prova manifesta do seu genio moderado e tolerante, pronunciando se com todo o vigor contra a exclusão que o decreto de 6 de agosto de 1833 impunha aos individuos que tinham seguido o partido de D. Miguel. Depois d'esta legislatura, não voltou ao parlamento nem ao ministerio, conservando-se afastado da politica, entregando-se quasi exclusivamente ao estudo, sendo os seus trabalhos mais prediletos os historicos, philologicos e litterarios. Comtudo, muitas vezes os nossos homens de estado mais notaveis, e particularmente o duque de Palmella, o consultavam em negocios difficeis, e aproveitavam os seus dotes eminentes em algumas commissões de serviço publico. Tendo sido já anteriormente nomeado, em abril de 1839, para substituir Trigoso na commissão creada no anno anterior com o fim de propôr os meios mais adequados para conseguir o restabelecimento da boa intelligencia entre a nossa côrte e a de Roma, e para consultar ácêrca de todos os melhoramentos que se devessem fazer na administração da egreja lusitana, foi posteriormente escolhido, em março de 1842, para membro da commissão incumbida de auxiliar o duque de Palmella nas suas negociações com o nuncio Capacini; nomeado em setembro de 1847 vogal da commissão que devia tratar dos melhoramentos da egreja lusitana e do seu clero; em abril de 1848, membro da commissão encarregada de estudar os meios de se realisar a emancipação dos escravos; em 7 de outubro de 1849 membro da commissão de reforma da repartição dos estrangeiros; em maio de 1858 incumbido de tratar com o nuncio apostolico a melhor maneira de pôr em execução a Concordata assignada no anno antecedente e de regular os outros negocios relativos ao padroado portuguez no Oriente, e a 17 de janeiro de 1861 foi nomeado membro da commissão encarregada de tratar com o nuncio da reducção dos conventos de freiras e da conversão dos bens d'essas casas religiosas em inscripções. Além dos cargos importantes, já citados, serviu ainda o de conselheiro de estado extraordinario, nomeado em agosto de 1845, o de conselheiro do Tribunal de Contas, nomeação de 1853, e o de conselheiro de Estado effectivo em 1858. Por decreto de 10 de maio de 1861 foi elevado ao pariato, mercê que não acceitou, dando a el rei D. Pedro V as razões da sua recusa. Dos trabalhos litterarios de João de Sousa Pinto de Magalhães sómente se imprimiram dois: um na *Revista Universal Lisbonense* de 1841, com as iniciaes P. M., é a *Necrologia do professor de musica Canongia;* o outro é a nota nos *Fastos* de Ovidio, intitulada *Vejove*, e que se encontra a pag. 279 do tomo II, da versão portugueza d'aquella obra emprehendida por Antonio Feliciano de Castilho. Dos seus trabalhos ineditos citam se particularmente as annotações que fez a um exemplar do *Diccionario da lingua portugueza* de Moraes, uma *Memoria ácêrca das origens da lingua portugueza* e uma *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. Pinto de Magalhães era gran cruz da ordem de Christo, e da ordem pontificia de S. Gregorio Magno. Casara em 4 de abril de 1826 com D. Maria do Carmo de Andrade Pinto. Escreveu e publicou em 1868 a sua biographia Antonio Pereira Ferraz Junior, com o titulo de *João de Sousa Pinto Magalhães – Apontamentos historicos.*

**Pinto de Mascarenhas** *(Abilio)*. Medico pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa e lente de obstetricia na mesma escola. N. em Lisboa a 16 de dezembro de 1851. Frequentou com distincção o curso de medicina, e defendeu these em 1874, a qual publicou, tendo por titulo: *Algumas palavras sobre a tuberculose,* sendo approvado com louvores. Foi nomeado cirurgião interinamente do hospital de S. José em 1875, e definitivamente por decreto de 2 de março de 1878; extraordinario em 28 de março de 1883, e director de enfermaria em 24 de março de 1886. Exercendo depois esse logar na enfermaria de S. Fernando, no hospital do Desterro, e nas de S. João Baptista e de Santa Joanna no hospital de S. José. Quando falleceu era director da de Santa Barbara no mesmo hospital. Concorreu quatro annos a um dos logares vagos de lente da secção cirurgica da Escola Medica, apresentando uma dissertação de concurso baseada na *Pathogenia do tetano* que publicou em 1877, sendo approvado e nomeado demonstrador por decreto de 12 de março de 1878. Em 9 de outubro de 1879 foi nomeado lente substituto, e em 16 de setembro de 1886 lente proprietario. Emquanto foi professor substituto, regeu por differentes vezes as cadeiras de anatomia, pathologia externa, obstetricia e clinica cirurgica. Por fim foi nomeado cathedratico da cadeira de obstetricia. O dr. Abilio de Mascarenhas tambem fez parte de varias commissões escolares. Era socio da Academia Real das Sciencias e da Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa. Deixou escriptos valiosos sobre obste-

tricia na *Revista de Medicina e Cirurgia*, e na *Medicina Contemporanea*.

**Pinto de Massuellos** *(Francisco de Sousa)*. Escrivão do juizo da Companhia do Grão Pará e Maranhão; recebedor e thesoureiro da chancellaria do Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, e por fim official maior graduado da Secretaria da Junta do Commercio. Fal. a 25 de julho de 1821. Era irmão de José Nicolau de Massuellos Pinto (V. *Portugal*, vol. IV, pag 912). O seu amor pela litteratura nacional o fez emprehender por sua conta as reimpressões de duas obras tornadas muito raras, a saber: *O Affonso Africano*, poema de Vasco Mousinho de Quevedo, que saíu em Lisboa, 1786; e os *Epodes de Diogo de Teive, traduzidos em portuguez*, etc., saídos no mesmo anno; ambas as obras são precedidas de pequenos prologos ou advertencias do editor.

**Pinto Martins** *(Antonio Domingos)*. Professor de esgrima e de gymnastica na Escola do Exercito. Foi discipulo do afamado professor d'armas francez Henry Petit, professor d'el-rei D. Luiz I e de seu irmão o infante D. Augusto. Antonio Martins começou as suas lições em 1880, e em pouco tempo se evidenciou distinctamente. N'esse mesmo anno teve tres assaltos notaveis, sendo dois no Real Gymnasio Club Portuguez: o primeiro com o professor allemão Semidt, o segundo com John Haart, professor de esgrima de Vienna d'Austria, e que se dizia o primeiro professor do mundo. D'um e d'outro assalto saíu vencedor, com grande vantagem, recebendo n'essa occasião calorosos applausos de todos os assistentes. No anno de 1897 tambem terçou armas com o afamado mestre d'armas italiano Prota, ficando vencedor, tanto no jogo de florete, como de sabre. Antonio Martins concorreu muito para o desenvolvimento do Real Gymnasio Club, assim como tambem é a elle que se deve a predilecção pela gymnastica, que até então era quasi desconhecida entre nós, sendo até olhada com certo horror, por ser de grande perigo. Tem tomado parte em muitos beneficios de caridade, para que sempre está prompto. Lembram-nos do que se realisou em 1881 no antigo Circo de Price em beneficio das Créches, festa dedicada á rainha D. Maria Pia. N'esse anno de 1881 é que principiou a ser professor d'armas no Real Gymnasio Club, e tomou parte em todas as festas de gymnastica que então se realisaram. Em 1884, tendo retirado para Paris o professor da Casa Real Henry Petit, foi nomeado para o substituir n'aquelle elevado cargo. Em 1886 foi pela primeira vez a Paris aperfeiçoar-se no jogo das armas, frequentando as salas do *Cain*, onde teve o prazer de encontrar o seu antigo mestre Henry Petit, que era um asiduo frequentador d'essa sala e decano dos mestres d'armas francezes; a de *Rue*, a de *Menignac*, etc., fazendo em todas ellas notaveis assaltos com os respectivos mestres. Emquanto se demorou em Paris, ia todos os dias *plastroner* com *Cain*, o qual á sua retirada lhe offereceu o retrato com dedicatoria muito amavel. Em 1890 voltou de novo a Paris, e em 1891 dirigia a sala d'armas do Gremio Litterario, de Lisboa, então muito concorrida pelos nossos mais distinctos amadores. Foi o iniciador da instrucção de gymnastica e esgrima na Escola Pratica de Infantaria, em Mafra, e não podendo continuar, deixou ali o seu ajudante, sr. Pedro d'Oliveira, que depois foi nomeado professor, logar em que ainda se conserva, por não poder accumular o desempenho d'essa commissão com o das successivas para que foi nomeado, como mestre d'armas na Escola do Exercito, precedendo concurso, mestre d'armas da Escola Naval, e por fim professor de gymnastica esthetica e esgrima no Conservatorio de Lisboa. Em 1893 voltou a Paris de proposito para frequentar a Escola de Joinville-le-Pont, de que era então director o commandante Déroné, indo ali estudar a organisação d'este estabelecimento militar de esgrima. Escreveu um *Manual de esgrima*, que publicou em 1895, para uso do exercito, o qual foi approvado e mandado adoptar nos differentes estabelecimentos militares pelo ministro da guerra depois de ouvido o parecer favoravel d'uma commissão de officiaes, nomeada por portaria de 13 de outubro de 1893, a qual considerava o *Manual de esgrima* do professor Antonio Domingos Pinto Martins superior a varios trabalhos estrangeiros e nacionaes que lhe fôram presentes. Antonio Martins tem adextrado os seguintes instructores de esgrima no exercito: Pedro d'Oliveira, Escola Pratica de Infantaria; Custodio M. Galvão, Escola Pratica de Cavallaria; capitão Henrique Couceiro, ex-instructor da Escola Pratica d'Artilharia, e o seu substituto capitão Tristão da Camara Pestana; capitão Sá Cardoso, ex-instructor de esgrima no regimento d'artilharia n.º 1; capitão D. Miguel d'Alarcão, que foi ajudante do Antonio Martins na Escola do Exercito e instructor dos corpos da guarnição. O seu ex-discipulo Sousa Magalhães abriu ha annos uma sala d'armas, para a instrucção de esgrima, segundo o methodo de Antonio Martins. O distincto professor tem contado entre os seus numerosos discipulos de esgrima as pessoas mais notaveis do paiz, a começar pelo fallecido rei D. Carlos, que era muito perito no jogo das armas, e tambem fallecido principe real D. Luiz Filippe, o ex-rei D. Manuel II, o principe D. Affonso, etc. Antonio Martins é grande official da ordem de S. Thiago, e cavalleiro da de Christo, distincções que obteve pelo nome que grangeou representando nobremente o paiz nas salas d'armas estrangeiras medindo se com professores estrangeiros. Não é só como professor de esgrima e de gymnastica que Antonio Martins se tem distinguido, tambem pertence ao *sport* nautico. A primeira regata, em que entrou, foi em 1881, em Cascaes; regata internacional em que appareceu uma tripulação de remadores inglezes, que foi batida pela *Vega*, guiga de seis remos, pertencente ao rei D. Luiz I. Antonio Martins era o *voga* da tripulação d'essa guiga, sendo então premiado com uma medalha de ouro, que lhe foi collocada no peito pela rainha D. Maria Pia. De Antonio Martins ha dois factos que muito o honram: um foi o ter elle salvo, debaixo d'um forte temporal, cinco dos seis tripulantes d'uma canôa que uma forte rajada de vento virára no Tejo, morrendo apenas o sexto tripulante. O outro foi o salvamento d'um actor muito conhecido e de mais duas creanças, junto á torre de Belem, quando prestes a afogarem se. Como amador tauromachico distinguiu-se egualmente, e ha muita gente que se lembra ainda das touradas aristocraticas, em que Antonio Martins entrou como valente forcado. A ultima corrida, em que tomou parte, foi a que se

realisou em 1886, por occasião dos festejos pelo casamento do principe real, depois D. Carlos I. Na rua do Alecrim teve em tempos uma sala d'armas em tudo egual ás melhores do estrangeiro, a que deu o titulo de Escola Nacional de Esgrima. Tambem se tem dedicado á musica com verdadeira paixão, e possue uma boa voz de tenor. E' socio correspondente da Academia de Armas de Paris.

**Pinto da Motta** (*Francisco Carlos*). Capitão de artilharia. N. em 10 d'outubro de 1864, assentou praça em 30 de julho de 1881, sendo promovido a alferes em 9 de janeiro de 1889, a tenente em 24 de janeiro de 1891, e a capitão em 15 de fevereiro de 1906. Foi um dos tres officiaes de artilharia, que se bateram no combate de Magul, o combate mais renhido e sangrento do toda a campanha contra o Gungunhana; era então tenente, sendo os outros dois officiaes, o capitão Paiva Couceiro, por causa de quem se feriu a lueta, e o capitão Sanches de Miranda. O capitão Pinto da Motta era cavalleiro das ordens da Torre e Espada e de S. Bento d'Aviz; e possuia as medalhas de prata de comportamento exemplar, e para commemorar a expedição de Moçambique, 189.-1895.

**Pinto d'Oliveira** (*Bento da França*). Coronel do cavallaria, governador de Timor, etc. N no Porto a 30 de dezembro de 1833, fal. em Aveiro a 21 de outubro de 1889. Era filho do 1.º conde de Fonte Nova, que tinha egual nome, e da condessa sua mulher D. Maria José Tovar da Costa; irmão do 2.º conde do mesmo titulo Luiz Paulino d'Oliveira Pinto da França. Destinando-se á carreira das armas, matriculou-se no Real Collegio Militar, cujo curso terminou em 1851, e n'esse mesmo anno assentou praça em cavallaria n.º 2, lanceiros da Rainha. Em 1853 foi promovido a alferes para ir servir na provincia de Moçambique, por assim o desejar. Passando depois ao exercito da metropole, partiu para a India em 1855, por ter sido nomeado por decreto de 24 de julho, para servir ás ordens do governador d'aquelles estados, o tenente general conde de Torres Novas. Quatro annos mais tarde, em 1859, teve transferencia para a provincia de Cabo Verde, servindo ali ás ordens do governador visconde de S. Januario, e depois ás do seu substituto Sebastião Lopes Calheiros e Menezes, a quem acompanhou para Angola, quando elle para ali foi transferido. Regressou ao reino nos fins do anno de 1862, e em 30 de novembro de 1864 foi promovido a tenente, sendo collocado no regimento de cavallaria n.º 1. Em 1865 teve o cargo de ajudante de campo do ministro da guerra, seu irmão Salvador d'Oliveira Pinto da França, que falleceu pouco depois, em abril de 1866. Em 1868 voltou a desempenhar egual cargo junto do ministro da guerra José Maria de Magalhães, deixando esse cargo em julho do mesmo anno, voltando a fazer serviço em cavallaria n.º 4. Por decreto de 18 de novembro de 1869 foi nomeado adjunto á direcção da secretaria da guerra. Em 1872, por decreto de 12 de setembro, foi promovido a capitão para cavallaria n.º 7, e por esse tempo desempenhou o logar de ajudante de campo do ministro da guerra Florencio de Sousa Pinto. Tambem foi ajudante de campo do Fontes Pereira do Mello, quando este estadista dirigiu a pasta da guerra, commissão de que foi exonerado, passando para vogal da commissão do codigo de legislação militar. Em 1882, apezar de se sentir bastante arruinado de saude, pela sua longa permanencia no ultramar, não hesitou em acceitar o cargo de governador de Timor, para que foi nomeado por decreto de 21 de dezembro de 1881, sendo n'essa occasião elevado ao posto de major, sem prejuizo dos officiaes mais antigos. Porém a sua saude não lhe permittiu demorar so ali muito tempo, vendo-se obrigado a regressar á Europa um anno depois, chegando a Lisboa em maio de 1883. Foi depois despachado no posto confirmado de major para cavallaria n.º 1, passando em novembro d'esse mesmo anno para chefe da repartição do gabinete do ministro da guerra. Por decreto de 31 de outubro de 1884 foi promovido a tenente-coronel para o estado maior da arma, e em 1886, com a demissão do ministerio regenerador, pediu a exoneração de chefe da repartição do gabinete que desempenhava. Passou depois a fazer serviço nos regimentos de cavallaria n.º 1, n.º 8 e n.º 4, até que por decreto de 4 de julho de 1886 foi promovido a coronel e commandante de cavallaria n.º 10 aquartelada em Aveiro. Pinto de Oliveira casou com D. Maria Bernardina da Gama Lobo Salema, filha de Manuel da Gama Lobo Saloma de Saldanha e Sousa, que já era viuva de seu irmão Salvador d'Oliveira Pinto da França.

**Pinto d'Oliveira Salema** (*Bento da França*). Major de cavallaria; lente da Escola do Exercito, etc. N. em Lisboa a 22 de fevereiro de 1859, onde tambem fal. a 14 de novembro de 1906. Era filho de Salvador d'Oliveira Pinto da França (V. *este nome*) e de sua mulher, D. Maria Bernardina da Gama Lobo Salema. Assentou praça a 29 de julho de 1875, sendo promovido a alferes em 29 de dezembro de 1877, a tenente em 14 de janeiro de 1885, a capitão em 30 de setembro de 1893, e a major em 10 de agosto de 1903, servindo no Estado maior. Foi nomeado lente adjunto da Escola do Exercito em 23 de agosto de 1894, e depois da morte do major Fernando Maia passou a ser lente effectivo em 1904, regendo a 5.ª cadeira: Curso geral de tactica; Campanhas coloniaes; Principios de estrategia; Tactica do serviços de cavallaria. Sendo ainda tenente serviu ás ordens do infante D. Augusto, então general da 2.ª brigada de cavallaria, e por morte do infante passou com esse cargo honorario para a casa militar d'el rei D. Carlos. Foi secretario interino, e depois effectivo, do governo de Timor, onde prestou bons serviços, exercendo o cargo de vogal d'uma commissão encarregada de organisar o batalhão dos *Leaes moradores de Timor;* de presidente de outra commissão para estudar a introducção do monopolio do opio em Timor; secretario e pagador do districto das obras publicas de Macau; vogal d'uma commissão organisadora dos serviços do correio de Macau, etc. No continente tambem exerceu varias commissões importantes, fazendo parte da commissão encarregada pelo ministro da guerra, então o sr. general Pimentel Pinto, de organisar a Bibliotheca e archivos do seu ministerio, e uma revista militar official. Essa commissão era presidida pelo sr. general Sebastião de Sousa Telles. Na ordem do exercito n.º 10, de 1889, foi o major Bento da França Pinto d'Oliveira Salema louvado por motivo d'uma brilhante conferencia que fez sobre

a importancia das pequenas unidades de cavallaria. Era cavalleiro e official por serviços distinctos da ordem de S. Bento d'Aviz, e cavalleiro da de S. Thiago; possuia a medalha do prata de comportamento exemplar. Havia casado a 7 de janeiro de 1882 com D. Maria Magdalena Podestá, filha de João Baptista Podestá, e do sua mulher D. Maria Amalia Cambournac. Escreveu artigos sobre assumptos militares na *Revista militar, Exercito portuguez, Revista das Sciencias militares*, e em outros jornaes do paiz. No *Correio da Manhã* tambem publicou varias cartas sobre os costumes de Macau e de Timor. Escreveu ainda: *Legião portugueza ao serviço do imperio francez; estudo historico, baseado nos manuscriptos de José Garcez Pinto de Madureira*, Lisboa, 1889; este livro contém a narração circumstanciada e interessante d'essa brilhante legião portugueza que acompanhou Napoleão nas suas ultimas campanhas, e que foi victima quasi na totalidade da desastrosa campanha da Russia; *Subsidios para a historia de Macau*, e um dos folhetos sobre o mesmo assumpto da «Bibliotheca do Povo e das Escolas».

**Pinto Ramires** *(P. André)*. Jesuita. N. em Lisboa em 1596, fal. a 23 de maio de 1654. Era muito perito na oratoria, na poetica, e em philosophia, em que recebeu o grau de mestre em Artes. Estudando Theologia na Universidade de Salamanca, entrou na Companhia de Jesus aos 22 annos, em 1618. Dictou humanidades no collegio de Villa Garcia por muitos annos. Em Salamanca explicou Escriptura Sagrada. Retirando-se depois ao collegio de Monforte, ali falleceu. Deixou publicadas algumas obras em latim.

**Pinto Ribeiro** *(João)*. V. *Ribeiro (João Pinto)*.

**Pinto da Silva** *(Joaquim Xavier)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, e n'essa cidade nasceu a 16 de fevereiro de 1818; fal. em Lisboa em 1887. Era filho de Justiniano Xavier Pinto da Silva, e de D. Joanna Amalia Delfina Xavier, sendo mais conhecido por *Joaquim Xavier*. Em novembro de 1837 foi nomeado amanuense temporario do governo civil de Coimbra, e a 1 de março de 1839 amanuense do quadro, tendo-se n'essa nomeação já attendido ao seu merito como amanuense temporario. Por alvará do 5 de abril de 1844 foi promovido a segundo official da mesma secretaria, lendo-se n'esse alvará «em attenção ao seu distincto merito, antiguidade de serviço e mais circumstancias» Serviu este logar até fevereiro, inclusivé de 1846, em que pediu a sua exoneração, vindo para Lisboa, onde alguns mezes praticou a advocacia no escriptorio do afamado advogado João de Deus Antunes Pinto, e inscreveu se perante o Supremo Tribunal de Justiça para a exercer nos tribunaes da capital. Por alvará de 14 de janeiro de 1847, do marechal duque de Saldanha, logar tenente da rainha D. Maria II, foi nomeado ajudante do secretario do mesmo logar tenente, sendo encarregado do serviço que estava a cargo do secretario civil, o conselheiro Antonio Barreto Ferraz de Vasconcellos, depois visconde da Granja, que então havia pedido para ser d'elle exonerado. Esta nomeação do logar tenente foi approvada pela portaria do ministerio do reino de 29 de janeiro de 1847, concedendo ao nomeado a graduação de official da secretaria de estado e os correspondentes vencimentos, etc. Por decreto de 15 de fevereiro de 1847 foi nomeado delegado do procurador régio da comarca da Feira, no districto da Relação do Porto, de que tomou posse, sendo exonerado em setembro do mesmo anno para ser encarregado de outra commissão de serviço publico, a de secretario geral do governo civil do Ponta Delgada, por decreto de 8 de setembro de 1847. Foi transferido para egual cargo no districto de Faro por decreto de 19 de agosto de 1848, para o de Leiria por decreto de 15 de novembro no mesmo anno, e para o de Aveiro por decreto de 13 de julho do 1849. Exercendo ainda o cargo de secretario geral em Aveiro, foi nomeado governador civil d'aquelle districto por decreto de 25 de junho de 1851, sendo transferido em eguaes funcções para o de Portalegre por decreto de 21 de janeiro de 1852, e para o de Castello Branco por decreto de 30 de setembro de 1852, sendo exonerado a seu pedido em 1 de setembro de 1856. Por decreto de 3 de maio do 1853 fôra agraciado com a carta de conselheiro. Voltando ao poder o partido regenerador, em que estava filiado, foi nomeado governador civil do districto de Bragança por decreto de 20 de junho de 1859, de que foi exonerado a seu pedido, por decreto de 12 de março de 1860, quando ao poder voltou o partido historico. N'esse decreto lia-se: «ter servido com zelo e intelligencia» e por ter recebido por decreto de 12 de janeiro do mesmo anno, em resultado de concurso, a nomeação para o logar de primeiro official da direcção geral de instrucção publica no ministerio do reino, em que tomou posse em 23 de abril de 1860, lendo-se no respectivo decreto: «em attenção ás boas qualificações que obteve do respectivo jury, e aos seus serviços na carreira administrativa»; sendo então encarregado de dirigir a segunda secção da segunda repartição da referida direcção. Por portaria de 11 de fevereiro de 1863 foi nomeado chefe da terceira repartição da direcção geral de instrucção publica, por ter sido elevada á categoria de repartição para todos os effeitos legaes, pela carta de lei de 4 do mesmo mez, a segunda secção da segunda repartição da dita direcção, tendo esta nomeação como fundamento o modo porque desempenhara as funcções de chefe d'aquella secção, e por differentes vezes, e cumulativamente, as de chefe de repartição. Transferido por decreto de 12 de março ainda do anno de 1873, de chefe da terceira repartição da direcção de instrucção publica para chefe da segunda repartição da direcção geral de administração politica. Por decreto de 12 agosto do mesmo anno foi nomeado para fazer as vezes de director geral da administração politica do ministerio do reino, nos impedimentos do effectivo. N'esta qualidade coube-lho a honra de lavrar em setembro e outubro do 1863 os autos do nascimento e baptismo do principe real, mais tarde D. Carlos I, e foi seguidamente agraciado com a commenda da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e com a da ordem italiana de S. Mauricio e S. Lazaro. Na primeira sessão legislativa de 1865 foi eleito deputado pelo circulo das Lagens, ilha do Pico, districto de Horta, e n'essa sessão exerceu as funcções de primeiro secretario. Na segunda sessão legislativa de 1868, foi novamente eleito pelo referido circulo. Por alvará de 4 de setembro

de 1859 foi nomeado secretario do gabinete do ministro do reino, então o duque de Loulé, que tambem era o presidente do conselho. Por decreto com força de lei de 15 de outubro do mesmo anno, que approvou o regulamento da secretaria do reino, foi creada uma repartição de gabinete, sendo nomeado Joaquim Xavier para chefe d'essa repartição, por portaria de 18 de outubro do mesmo anno. Extincta a repartição do gabinete pela reforma decretada em 22 de junho de 1870, foi nomeado, por decreto d'esta mesma data, chefe da repartição de beneficencia no ministerio de instrucção publica. Extincto este ministerio e mandada vigorar a antiga reforma da secretaria do reino, voltou a occupar o logar de chefe da repartição do gabinete. Por portaria de 17 de janeiro de 1871 foi transferido d'esse logar para o de chefe da primeira repartição da direcção geral de administração politica e civil. Por alvará de 30 de dezembro de 1878, foi nomeado official do gabinete do ministro do reino, então o conselheiro Antonio Rodrigues Sampaio. Escreveu: *Indice ou repertorio alphabetico e remissivo da legislação portugueza, especialmente sobre administração publica, desde 1830 até 1845*, Lisboa, 1846; *Memoria* (junta em 1859 ao requerimento para o concurso do logar de primeiro official da direcção geral de instrucção publica), sem mais designação.

**Pintor.** Individuo que exerce a arte da pintura. No antigo regimen dos officios tinham os pintores regimento especial, achando-se exarado na compilação feita em 1572 por Duarte Nunes do Lião para os officios de Lisboa. N'essa epoca era portanto considerado um officio mechanico, mas como succedia a outras profissões liberaes tinham os pintores certas prerogativas, não estando embandeirados com outros officios nem sujeitos á Casa dos 24, mas sim directamenne ao senado da camara. O regimento dos pintores constitue o capitulo XXXIII da collecção lisbonense reformada em 1572. Salvo a orthographia, é o seguinte: «No mez de janeiro de cada um anno os officiaes do officio dos pintores, assim de oleo como de tempera, se ajuntarão em uma casa que elles para isso ordenarem, e os juizes que então acabam com seu escrivão darão juramento dos Santos Evangelhos a todos os que presentes fôrem, que bem e verdadeiramente sem odio nem affeição dê cada um sua voz a dois officiaes, a um pintor d'oleo e outro de tempera, que sejam idoneos e pertencentes, para esse anno servirem de juizes e examinadores do dito officio, e sendo assim dado juramento aos ditos officiaes, os ditos juizes com o escrivão se apartarão para um cabo da dita casa, onde terão posta uma meza e ali perguntarão a cada um dos ditos officiaes per si, sob cargo do dito juramento que receberam, a quaes dão sua voz para aquelle anno vindouro servirem de juizes e examinadores do dito officio, e o que cada um dissér em segredo o escrivão o escreverá e acabado assim de perguntar os ditos officiaes, elles juizes alimparão a pauta, com o dito escrivão, e em outro papel porão por letra aquelles dois officiaes que mais votos tiverem para aquelle anno servirem de juizes e examinadores do dito officio. 1.º) E pela mesma maneira e no dito dia que elegerem os ditos juizes e examinadores elegerão outro official do dito officio por escrivão para servir naquelle anno com os juizes. E depois de os ditos juizes e escrivão assim sorem eleitos irão á camara para lhes ser dado juramento dos Santos Evangelhos, que bem e verdadeiramente sirvam seus cargos, o para os assentarem no livro da camara, como é costume. E aquelles juizes examinadores o escrivão, que com esta solemnidado não fôrem eleitos, não usarão dos ditos cargos, sob pena de qualquer que o contrario fizer pagar mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra para quem o accusar. 2.º) E o official qué sair por examinado um anno não servirá o mesmo cargo d'ali a tres annos, contados do dia em que acabar seu anno, e pela mesma o que sair por escrivão. 3.º) E nenhuma pessoa, assim natural como estrangeiro, que do dito officio dos pintores, assim de oleo como do tempera, quizer usar e pôr tenda, o poderá fazer sem primeiro ser examinado pelos examinadores que para isso são eleitos. O qual exame so fará em casa do examinador que fôr do officio, de que se faz o exame, a que elles serão presentes para que vejam se o tal official faz obra conveniente, por que mereça ser approvado. 4.º) E o que se houver de examinar de pintura d'oleo, trará uma taboa de quatro ou cinco palmos em quadra, e em casa do juiz pintará a imagem que elle dissér em modo que na dita taboa haja maçanaria, paizagem, e algumas minudencias para que em tudo se veja sua sufficiencia. E o que assim fôr examinado pela sobredita maneira ficará examinado de todas as outras cousas á pintura necessarias e ao ornamento d'ella. 5.º) E o que de tempera ou fresco quizer usar fará em parede a fresco, e em panno ou taboa, a tempera, figura ou lavor romano ou grotesco, querendo usar de tudo, e fazendo o sobredito ficará examinado de todas as cousas á dita pintura de tempera ou fresco inferiores. 6.º) E o que de dourado ou estofado sómente quizer usar, por mais não poder alcançar, fará uma peça de ouro brunido e mate, em a qual haverá algum plano, ou taboa, per si de dois palmos, em que faça além do dito dourado dois palmos de rapado, e fará mais um pau de branco brunido, e encarnará um rosto de vulto de uma Virgem, de encarnação polida. 7.º) E ao que assim fôr examinado, na maneira sobredita, e fôr havido por habil e pertencente para pôr tenda, lhe passarão sua carta de examinação assignada pelos examinadores e feita pelo escrivão do seu cargo. A qual levarão á camara para lá ser vista e confirmada e se registrar no livro em que taes cartas se registram. 8.º) Da qual examinação o official, que assim se examinar quizer, pagará trezentos réis e sendo estrangeiro seiscentos réis, de que serão duas partes para as despezas do dito officio e a terça parte para os examinadores. 9.º) E qualquel pintor que d'aqui em deante tenda puzer, sem primeiro ser examinado da maneira sobredita, será preso e da cadeia onde estará quinze dias pagará dois mil réis, a metade para as obras da cidade, e a outra para quem o accusar. E sendo os juizes os accusadores será para as despezas do officio, e a mesma pena haverá qualquer official que se provar que fez algumas obras ou peças de que não fôr examinado, ou não sendo examinado tomar obra do dito officio para fazer fóra da tenda do official examinado. 10.º) Quando algum official do dito officio se puzer a examinar, senão souber fazer o que se contém em seu exame, os ditos examinadores o

não examinarão e lhe mandarão que vá aprender, e do dia em que se puzer a tal examinação a seis mezes o não tornarão a examinar, e passados os ditos seis mezes, então se poderá pôr outra vez a examinação, e sendo apto lhe passarão sua carta, e não o sendo o tornarão outra vez a mandar aprender outros seis mezes, e assim o farão tantas vezes quantas acharem que não sabe fazer como *(deve)* o conteúdo do seu exame. 11.º) E os examinadores que assim não fizerem e antes do dito tempo o tornarem a examinar pagarão dois mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra para quem os accusar. 12) E sendo o caso que os ditos examinadores favoravelmente ou por peita ou por qualquer respeito, ou malicia, derem por sufficientes aquelles que o não fôrem, e lhes derem logar que ponham tenda, da cadeia onde estarão trinta dias, pagará cada um quatro mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra pâra quem os accusar. 13) E os examinadores do dito officio não examinarão seus filhos, parentes, cunhados, ou creados. E quando qualquer dos sobreditos se quizer examinar fará petição á camara para lhe ser dado um dos juizes do anno passado, qual á cidade bem parecer, para o examinar em logar do examinador suspeito. E qualquer dos examinadores que o contrario fizer pagará dois mil réis, a metade para as obras da cidade e a outra para quem o accusar, e a tal examinação não será valida. 14.º) E serão avisados os ditos examinadores que nenhum per si só examine official algum senão sendo ambos juntos, sob a mesma pena. 15.º) E os juizes do dito officio terão cargo, de trinta em trinta dias, visitar as tendas dos officiaes e fazer correição com o escrivão, e assim todas as mais vezes que necessario lhes parecer. E as obras que acharem que não são feitas como devem, tomarão e levarão á camara para se fazer nisso o que fôr de justiça e se dar o castigo ao official conforme á culpa que lhe fôr achada. E esta diligencia farão sem odio nem affeição nem outro algum modo ou especie de malicia. E os juizes que nas ditas obras engano e falsidade acharem e a dissimularem por qualquer via que seja, e não fizerem diligencia para se fazer a dita execução contra os culpados, pagarão dez cruzados, a metade para as obras da cidade e a outra para quem os accusar. 16.º) E mandam aos officiaes do dito officio que quando quer que os ditos juizes chegarem a suas tendas para lh'as visitarem lhes obedeçam e mostrem as obras de seu officio que quizerem para vêrem, se ha algumas mal feitas e como não devem para se fazer n'ellas execução, sob pena de qualquer que desobediente fôr a cidade lhe dar por isso o castigo que lhe bem parecer. E da desobediencia que o tal official commetter contra os ditos juizes ou qualquer d'elles, o dito escrivão fará auto e o levará á camara para n'ella vêr e mandar o que fôr de justiça.» Tem este regimento que reproduzimos do original, mais quatro artigos que todos encerram disposições de fiscalização, communs aos diversos officios. Bibliographia: *Noticia de alguns pintores portuguezes e de outros que, sendo estrangeiros, exerceram a sua arte em Portugal*, por Sousa Viterbo, Lisboa, 1903.

**Pintor** Pov. na freg. de S. Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

**Pintos.** Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Mamede de Sádão, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

**Pintura**. Arte de representar a natureza por meio de tintas ou côres. *Pintura a oleo*, quando as tintas são dissolvidas com oleo. *Pintura a tempera*, quando as tintas são desfeitas em gomma, colla, leite, clara d'ovo, gelatina, ou outra qualquer substancia similar. *Pintura a fresco* quando as tintas são desfeitas com agual de cal e applicadas ao estuque fresco. *Pintura de illuminação (V. Illuminura)*. Tambem, por extensão, se chama pintura a differentes generos de desenho colorido, ou não, taes como *a pastel*, á penna, a sépia, aguarella, etc. *Bibliographia*: *Regras da arte da pintura*, etc, por José da Cunha Taborda, Lisboa, 1815, *Collecção de memorias relativas ás vidas dos pintores*, etc., etc., por Cyrillo Volckmar Machado, Lisboa, 1823; *Les arts en Portugal*, pelo conde de Raczynski, Paris, 1846; *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, pelo mesmo conde, Paris, 1847; *A antiga escola portugueza de pintura*, estudo publicado em inglez, em 1866, na revista *The fine arts Quarterly Review*, pag. 375-400, e traduzido pelo marquez de Sousa Holstein, Lisboa, 1868. Sobre este estudo e a traducção recaiu o trabalho critico *A pintura no seculo XV e XVI*, por Joaquim de Vasconcellos, Porto, 1881; *Die portugiesische Malerei des sechszehnten Jahrhunderts (A pintura portugueza do seculo XVI)*, por C. Justi, estudo impresso no vol. IX do *Jahrbuch d.Koenigl preussischen Kunstsammlungen*, Berlim, 1888. Os resultados d'este estudo acham-se condensados no artigo *A pintura portugueza no seculo XV e XVI,--Grão-Vasco*, por Joaquim de Vasconcellos, inserto no vol. XI do *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, no voc. *Vizeu. De la peinture des manuscripts illustrés en Portugal*, por Ferdinaud Denis, Paris, 1879, que constitue a introducção ao Missal de Estevão Gonçalves *(V. este nome)* e foi traduzida por Mendes Leal; *Dialogo da pintura*, um dos manuscriptos de Francisco de Hollanda, publicados por Joaquim de Vasconcellos, Porto, 1896, edição esta em que se encontram varios esclarecimentos bibliographicos ácêrca da pintura; *A pintura portugueza no seculo XVIII*, por José de Figueiredo; *Arte portugueza primitiva.--O pintor Nuno Gonçalves*, por José de Figueiredo, Lisboa, 1910.

**Pinzio**. Pov. e freg. de Santo Antonio, da provincia da Beira Baixa, conc, com. e distr. e bisp. da Guarda; 258 fog. e 1:022 hab. Tem escola do sexo fem., correio com serviço de posta rural e uma feira a 30 de novembro. A pov. dista 19 k. da séde do conc. e está situada no cruzamento das estradas de Pinhel ao Sabugal e da Guarda a Almeida. O prior da freg. de S. Pedro, de Jermêllo, apresentava o cura que tinha 3$400 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é pouco fertil em cereaes e fructas, mas cria bastante gado, e nos seus montes ha muita caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e reserva n.º 12, com a séde em Trancoso. Esta freg. pertencia ao conc. da Guarda, vindo para o de Pinhel por decreto de 12 de julho de 1895.

**Pio** *(Manuel Bernardo)*. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra. N. em Evora, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Doutorou-se em 13 de novembro de 1803.

**Piòca**. Pov. na freg, de Santa Christina, de Meadella, conc. e districto de Vianna do Castello.

**Piòdam** Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Douro, conc. e com. de Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 173 fog. e 787 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 20 k da séde do conc. e está situada no pico mais elevado do monte do Açôr, a 9 k. da margem esquerda do rio Alva. O cabido da sé de Coimbra apresentava o cura, que tinha 14$000 réis e o pé d'altar. A terra é montanhosa, mas os seus valles abundantes d'agua, e produzem bastantes cereaes e algum vinho. Tem abundancia de madeira e lenha, e muita caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra O nome d'esta freg. tambem se encontra em diversos diplomas officiaes com a orthographia de *Piódão*.

**Piòdão**. Ribeira no distr. da Guarda. Nasce no monte Açôr, na serra da Estrella, corre a N E, e vae entrar no Alvoio, abaixo de Vide, com 20 k. de curso.

**Pioledo**. Pov na freg. do Salvador, de Bilhó, concelho de Mondim de Basto, distr. de Villa Real.

**Piolhinho**. Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

**Piolhosa**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Trute, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Piornaes**. Ilha da Madeira e distr. do Funchal: povoações nas freguezias de S. Gonçalo e de S. Martinho, conc. do Funchal.

**Pipa**. V. *Pesos e medidas*

**Pipa**. Povoações nas freguezias: Sant'Anna, de Carnota, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Conceição, de Olalhas, conc. de Thomar, districto de Santarem. || S. Bartholomeu, de Villa Cã, conc de Pombal, distr. de Leiria. || S. José, de Lamarosa, conc. de Coruche, distr. de Santarem. || S. João Baptista, de Coruche, do mesmo conc. e districto.

**Pipas**. Bahia situada na costa do districto de Mossamedes, na prov. de Angola, Africa Occidental. E' extensa mas muito aberta, e tem bom ancoradouro em 19 ou 24 m. Termina da banda do S em ponta esbranquiçada e cortada a pique, direita ao mar, na qual se levanta um rochedo chamado *O Gigante*, que de longe parece um navio de panos largos A bahia tomou o nome que tem, porque em 1812 a estação naval portugueza queimou uma grande quantidade de pipas ali armazenadas, que se destinavam a um navio cruzeiro.

**Pipe**. Pov. na freg. do Salvador, de Figueiredo, conc. e distr. de Braga.

**Pipello**. Pov. na freguezia de N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

**Pipo**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Egreja Nova, conc. de Mafra, distr. de Lisboa || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto || S. João Degolado, de Terrugem, concelho de Cintra, distr. de Lisboa.

**Pique**. Antiga arma de guerra, uma das armas de haste a mais simples e a mais comprida O seu couto, que mediu, segundo as epocas, desde 3 até 8 metros, era de faia ou de freixo, e sensivelmente estreitado desde o meio até ás extremidades. O ferro, em fórma de folha de loureiro ou de adaga triangular ou quadrangular, não excedia a 25 centimetros. Adaptava-se ao couto por meio de um alvado e de duas longas laminas de ferro aparafusadas n'elle, e destinadas a impedir que as espadas cortassem a haste. A extremidade inferior tambem estava armada d'uma púa de ferro.

**Piqueiral**. Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

**Piquete**. Pequena porção de tropa, formando guarda avançada ou prompta á primeira voz.

**Piquete**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Giesteira, conc. de Soure, distr. de Coimbra.

**Piquinho**. Duas povoações na ilha da Madeira, e distr. do Funchal, uma na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Machico, outra na do N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol.

**Piratas**. Rio da costa de Cabinda, Africa Occidental. Vae desembocar na bahia de Fume, cêrca de 2 k. ao N da ponta Banana, extremo da margem direita do rio Zaire. Tem 3m,6 de fundo na sua foz, mas só os navios que demandarem menos de 1 m. d'agua poderão entrar n'elle e subil-o alguns kilometros, pela difficuldade que ha em vencer a boca, onde se estendem dois baixios, um a O e outro a E, separados por um canal.

**Pires**. As armas da familia d'este appellido são: Em campo de prata seis barras negras.

**Pires** (*Affonso*) Mestre dos canteiros das obras publicas de Santarem, no tempo de D. Affonso V e de D. João II. Fal. em 1504.

**Pires** (*D. Fr. Affonso*). Religioso da ordem da Trindade, bispo de Evora, etc. Tambem é nomeado por alguns escriptores pelo appellido de *Pedro*. Era natural de Evora e floresceu no seculo XIV. Nasceu de paes muito illustres, do segundo tronco da casa de Tavora, cuja varonia era das primeiras e das mais distinctas do reino. Tomou o habito no convento de Santarem, o primeiro que a ordem da Trindade teve em Portugal; não consta ao certo quando, mas conjectura-se que fôsse pelos annos de 1296, em que reinava ainda el-rei D. Diniz. Veiu para o convento de Lisboa para seguir os estudos da Universidade, que estava então installada n'esta cidade, e ahi se graduou em Theologia, e foi por algum tempo cathedratico. Em 1323 foi eleito provincial, pelo fallecimento de Fr. Martinho Eannes, sendo o primeiro n'este cargo que a ordem da Trindade teve em Portugal, quando ficou desmembrada da sujeição da França, a quem reconhecia tendo por cabeça a casa de Cervo Frigido, como as suas chronicas referem. El-rei D. Affonso IV era lhe muito affeiçoado, e tanto que, vagando a mitra de Evora pela morte do bispo D. Durando II, o monarcha o escolheu para o exercicio d'aquella elevada dignidade, em que se conservou por muitos annos. Fal. a 8 de fevereiro de 1339, deixando saudosa memoria por ser um prelado de exemplares virtudes. Compoz a seguinte obra em latim: *De Admirabili Ordinis Santissimae Trinitatis Institutione*, cujo manuscripto parece ter-se perdido.

**Pires** (*Alexandre José*). Pianista e compositor de musica. Era natural do Porto, onde vivia na

primeira metade do seculo XIX. Balbi, no seu *Essai Statistique*, cita-o entre os melhores autores de modinhas, e como excellente compositor, que escreveu em quasi todos os generos e quasi sempre com exito. O sr. Joaquim de Vasconcellos, no seu livro *Os musicos portuguezes*, diz conhecer de Alexandre Pires uma cavatina de Crescentini arranjada para piano, a *Tempestade*, trecho descriptivo para piano, tres modinhas: *Tem amor e tem juizo*, *Se me vires ser ingrato*, *Finalmente as leis do fado;* 6 sonatas para duas guitarras, e 2 tercetos: *Escuta, bella deidade* e *Vou amado ao som da lyra*, e mais 3 modas: *Nas faces divinas*, *Em a linda boca*, e *Uma disputa ao outro*; e finalmente, uma valsa para piano.

**Pires** *(Alvaro)*. Pintor de el-rei D. Manuel I e de D. João II, tendo por companheiros Gaspar Cão e Gregorio Lopes.

**Pires** *(P. Ambrosio)*. Jesuita, que em maio de 1553 foi para o Brazil com o P. Luiz da Graá, e chegou á Bahia a 13 de junho do mesmo anno, d'onde foi mandado pelo P. Manuel da Nobrega, missionario da America, para as missões. D'elle resta uma *Carta ao P. Geral escripta da Bahia em 15 de junho de 1555*, a qual foi traduzida em italiano, e publicada em Veneza no anno de 1559.

**Pires** *(P. Antonio)*. Jesuita. Era natural de Castello Branco, fal em 1572. Entrou na Companhia de Jesus em 6 de março de 1548, e sendo ainda noviço passou ao Brazil em 1550 com o celebre P. Manuel da Nobrega. Empregou-se com ardor nos trabalhos das missões de Pernambuco e da Bahia. Escreveu duas cartas aos Padres do Collegio de Coimbra, que tratam das duas missões em Pernambuco, escriptas n'esta capitania, a primeira em 11 de agosto de 1551, e a segunda no mesmo anno. Escreveu tambem: *Carta de Pernambuco em 5 de junho de 1552 aos Padres de Portugal*; *Carta ao Padre Provincial em 19 de julho de 1552*; *Outra carta ao mesmo provincial, Bahia, 11 de setembro de 1558; Carta aos irmãos da Companhia em 22 de outubro de 1560.*

**Pires** *(Antonio Thomaz)*. Secretario da camara municipal de Elvas. Escriptor muito apreciado. Publicou: *Contos populares portuguezes, recolhidos da tradição oral e coordenados*, etc., Elvas, 1902; *Estudos e notas elvenses*: 1.º *O S. João d'Elvas;* 2.º *A entrega da praça d'Elvas a Filippe II de Castella em 1580;* 3.º *A egreja do Senhor Jesus da Piedade*, 4.º *O casamento de Luiz José de Vasconcellos e Azevedo;* 5.º *Amuletos alemtejanos;* 6.º *A noite de Natal, o Anno Bom e os Santos Reis;* 7.º *Vasco de Lobeira*; 8.º *Garcia da Orta*, etc.

**Pires** *(Diogo)*. Alcunhado *O Moço*. Executou o tumulo de D. Fr. João Coelho, commendador de Leça, fallecido em 1515, onde se vê a sua estatua em relevo e o brazão das armas de Coelho, com uma inscripção na frente em que se lê *Diogo Piz o moço a fez*. Tambem se lhe attribue o baptisterio e o tumulo que se vê na egreja de Leça do Bailio, assim como o crucifixo e a inscripção do anno de 1514.

**Pires** *(Ernesto Silvino Dias Gomes de Castro)* Escriptor e poeta. Nasceu no Porto a 31 de julho de 1857, onde tambem fal a 2 de dezembro de 1884. Era descendente d'uma familia nobre da casa de Fundo de Villa, na provincia de Traz-os-Montes. Ali passou os primeiros annos da sua mocidade. Faltando-lhe o pae em 1871, contando apenas 14 annos, ficou entregue aos cuidados de sua mãe, D. Maria Ernestina Gomes Pires, que o mandou estudar no collegio da Boa Vista, onde aprendeu francez e principios de mathematica. Espirito um pouco irrequieto, não podia supportar a disciplina collegial. Durante a sua permanencia no collegio tomou intimidade com alguns rapazes amigos da litteratura, e pouco depois já se encontrava á frente de duas publicações: uma de critica, *Carapuças*, e outra litteraria, o *Sonhador*, em 1876 e 1877. Fez depois uma viagem ao Brazil, e ao regressar tomou grande interesse pela causa democratica, e a despeito dos seus pergaminhos, declarou se manifestamente republicano, escrevendo poesias e artigos violentos. *A Voz do Povo*, jornal publicado em 1878, foi verdadeiramente o seu primeiro grito a favor da causa que se propunha defender. Ernesto Pires, nome porque era mais conhecido e como sempre se assignava, redigiu de 1879 a 1880 o *Cancioneiro portuguez*, juntamente com o sr. dr. Leite de Vasconcellos. Saudades da primeira mocidade fizeram d'elle um poeta lyrico: *Beatriz*, *Helena* e *Leonor*, tres symbolos vagos d'uma mesma idéa, pairavam constantemente deante d'elle, e sobre saindo em muitas das suas composições. Na collecção citada, o *Cancioneiro portuguez*, publicou a poesia *O Pranto de Camões*, que depois foi traduzida em francez por B. Orfœuvre, e em catalão por Conrat Roure. Em 1881 publicou *O Evangelho da Revolução*, que teve 2.ª edição em 1883. E' uma poesia declamatoria, em que transpiram os sentimentos liberaes do poeta. Em 1882 appareceu o *Poeta moribundo*, traducção de Lamartine. Em 1883 publicou em Lisboa o *Legado d'um rei* e as *Canções da Canalha*, que lhe mereceram uma carta muito affectuosa de Victor Hugo. Na occasião em que quasi todo o paiz se levantou applaudindo Quillinan, publicou Ernesto Pires a *Resposta ao insulto Brihgt*, o que aquelle denodado major agradeceu n'uma carta particular. O seu folheto *Abaixo o jesuita*, era muito animado de espirito revolucionario. A sua principal obra é, sem duvida, a que tem por titulo *Scintillações e sombras*, publicada no Porto em 1883. Ernesto Pires ora se mostrava um crente fervoroso, ora um livre pensador, como se nota em muitas das suas composições. Em 1881 imprimiu no Porto a poesia *A voz da Consciencia*: contém poesias camonianas. Em 1882 a *Alma de Camões*, folheto. A ultima homenagem ao grande poeta foi o opusculo *Camões e o Amor*. Ernesto Pires collaborou em muitas revistas e jornaes, como a *Encyclopedia Republicana*, *O Pantheon*, *A Galeria Republicana*, *A Aurora do Cávado*, *O Tirocinio*, *O Independente regoense*, etc. Redigiu por algum tempo a *Justiça Portugueza* e a *Discussão*, folhas republicanas, e teve a direcção da revista litteraria *A Semana*. Falleceu com 27 annos de edade, victima d'uma lesão pulmonar.

**Pires** *(Francisco)*. Engenheiro que construiu na India, por ordem de D. João de Castro, a fortaleza de Diu, sendo a primeira pedra lançada em 1546. Executou tambem a planta d'uma fortaleza em Moçambique que não chegou a levantar-se. Gaspar Correia, nas *Lendas da India*, chamava lhe o grande mestre d'obras.

**Pires** *(P. Francisco)*. Jesuita, natural de Celorico da Beira, e que partindo para o Brazil em

1550, foi reitor do collegio da Bahia, e n'essa cidade fal. a 12 de janeiro do 1586. Deixou algumas cartas, que fôram traduzidas em italiano, e publicadas em Veneza.

**Pires** *(Fr. Francisco Arsenio da Purissima Conceição).* Religioso franciscano da provincia dos Algarves. N. em Tavira no anno de 1789, fal. em Lisboa a 3 de fevereiro de 1864. Mostrou-se muito liberal quando rebentou a revolução de 1820, e foi até maçon, e pertencia ainda no principio do anno de 1823 á loja *Fraternidade* existente em Faro, e que tinha por veneravel o proprio bispo do Algarve D. Joaquim de Sant'Anna Carvalho. Fr. Francisco Arsenio tinha o grau de mestre, e era *Catão* o seu nome de guerra, mas apenas rebentou em 1823 a revolução absolutista, conhecida pelo nome de *Villafrancada*, fr Francisco Arsenio mudou logo de opinião, e no dia 6 de julho de 1823 prégou um sermão de acção de graças na sé de Faro, sermão em que escolheu principalmente para alvo da sua critica os maçons, de quem era ainda confrade alguns mezes antes.

**Pires** *(Gonçalo).* V. *Bandeira (Gonçalo Pires).*

**Pires** *(João de Deus).* Alferes de infantaria. N. em 16 de fevereiro de 1859; assentou praça a 3 de novembro de 1880, e foi promovido a alferes em 28 de novembro de 1889. Fez toda a campanha de Satary, 1895 e 1896, entrando nos combates de Cudnun, Ambigauto, e nos reconhecimentos de Surla, Amoná, etc. E' condecorado com a medalha militar de comportamento exemplar.

**Pires** *(P. Lourenço).* Jesuita, natural de Gôa. Professou em 1557, foi coadjutor espiritual em Baçaim e superior da residencia do Damão. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, dá noticia de duas cartas escriptas por este padre.

**Pires** *(P. Manuel).* Jesuita. Sendo mandado ao Maranhão, emprehendeu juntamente com o P. Francisco Gonçalves, em 1659, a conversão de varios povos selvagens ao Christianismo, os quaes habitavam nas margens do rio Negro, missão que durou 15 mezes, soffrendo durante este periodo innumeros trabalhos e privações.

**Pires** *(Manuel Justino).* Professor de instrucção primaria na cidade de Elvas, terra onde nasceu a 12 de outubro de 1813; ignora-se a data do fallecimento. Destinando-se ao estado ecclesiastico, estudou humanidades, e theologia dogmatica e moral, recebendo ordens menores. Desistindo, porém, d'aquella carreira, estabeleceu-se como professor particular, ensinando as primeiras letras com aproveitamento dos seus discipulos, exercicio que principiou em 1834, e em que se conservava ainda em 1862. Escreveu: *Compendio da Grammatica portugueza, exposta em verso para se decorar com mais facilidade*, etc. Lisboa, 1856; *A Morte, poema christão philosophico*, Coimbra, 1856; *Collecção de poesias*, Lisboa, 1857; *Collecção de cem charadas, offerecidas ao ill.mo sr. Miguel Celestino da Silveira Carrilho*, Lisboa, 1858; *Principios de moral, coordenados para uso dos seus discipulos*, Badajoz, 1858. Além d'estes opusculos, compoz mais: *Rudimentos de leitura portugueza; Formulario arithmetico; Epitome orthographico*; *Entretenimento devoto*; *Judith, a heroina de Bethulia; Chorographia em verso*, etc.

**Pires** *(Manuel Marques).* Doutor em Direito. N. na freg. de S. Thiago de Beduido, do distr. de Aveiro, sendo filho de Manuel Marques Pires. Doutorou-se a 14 de dezembro de 1845. Fal. ainda no seculo XIX. Escreveu e publicou: *Dissertação inaugural para o acto de conclusões magnas, na qual se trata de examinar a verdadeira intelligencia que se deve dar ao artigo 453.º n.º 1 da Novissima Reforma Judiciaria*, Coimbra, 1845.

**Pires** *(Marcos).* Em 1477 era mestre d'obras publicas em Coimbra. Em 1518 era architecto, e restaurou as 12 capellas do claustro do convento de Santa Cruz de Coimbra. Fal em 1527.

**Pires** *(D. Maria).* Amante d'el-rei D. Diniz, de quem teve D. João Affonso, que foi legitimado a 13 d'abril de 1217, e mordomo mór da rainha Santa Izabel. D. Affonso IV, seu irmão, o mandou degolar a 4 de agosto de 1325.

**Pires** *(D. Maria).* O decreto seguinte dá noticia d'esta heroina: «Desejando dar a D. Maria Pires, rainha de Cová, na ilha de Timor, um testemunho publico da minha munificencia, e em attenção ás eminentes qualidades que a distinguem, e aos actos heroicos e verdadeiramente varonis que praticou para restituir á obediencia e dominio da corôa de Portugal o dito reino, que contra este se havia rebellado: Hei por bem fazer mercê á sobredita D. Maria Pires, annuindo á proposta do ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e do ultramar, do grande officialato da antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada, do valor lealdade e merito O ministro e secretario de Estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço da Ajuda, em 21 de julho de 1870.--Rei.--*José Dias Ferreira.*»

**Pires** *(D. Martinho).* Bispo do Porto e arcebispo de Braga. Viveu nos fins do seculo XII e principios do seculo XIII. Em 1185 foi eleito bispo do Porto, sendo cinco annos depois transferido para o arcebispado de Braga, que vagara pela morte do arcebispo D. Godinho. Pretendendo o arcebispo de S. Thiago de Compostella que as egrejas de Lisboa, Evora, Vizeu, Lamego e Coimbra, não fôssem suffraganeas de Braga com o pretexto de haverem no tempo antigo pertencido a Merida cujas preeminencias tinham passado para Compostella, Martinho Pires oppôz-se fortemente a esta pretenção, e dirigindo-se a Roma, onde tambem foi o prelado hespanhol, foi a questão debatida na presença de Innocencio III, que afinal resolveu que a Braga fôssem suffraganeas as egrejas de Vizeu e Coimbra, e a Compostella Guarda e Lamego. Regressando a Braga, fal. em 1209. D. Martinho Pires escreveu umas *Constituições do arcebispado de Braga*, que não chegaram até nós, mas pelas quaes se regeu por muitos annos a diocese, segundo affirma D. Rodrigo da Cunha. Na lucta que se travou no seu tempo entre D. Sancho I e os bispos de Coimbra e do Porto, D. Martinho Pires conservou-se escrupulosamente neutral

**Pires** *(Fr. Pedro José).* Religioso da ordem Terceira de S. Francisco. Era natural de Lisboa, onde nasceu em 1758, fal. no convento de Almodovar a 12 de setembro de 1786, na edade de 28 annos Foi educado em Londres d'onde regressou na edade de 12 annos. Professou pouco depois na ordem Terceira de S. Francisco, e distinguiu-se como prégador. No dia da inauguração da es-

tatua de D. José I, no Terreiro do Paço, pronunciou um discurso em inglez, que foi depois publicado, com a traducção portugueza ao lado, o qual anda, com outras peças analogas, no livro da *Academia celebrada pelos religiosos da ordem Terceira de S. Francisco do convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, no dia da solemne inauguração da estatua equestre d'el rei D José I*, etc, Lisboa, 1775.

**Pires** (*Sebastião*). Feitor da alfandega da ilha do Faial no anno de 1556. Era natural do Porto, e escreveu os seguintes opusculos: *Representação de gloriosos feitos, tirada do sagrado texto*, Coimbra, 1557; *A nau do filho de Deus, com uma egloga intitulada «Silveria»*, Coimbra, 1557.

**Pires** (*Thomé*). Celebre naturalista; o primeiro portuguez que estudou as drogas da India. N. em Leiria na segunda metade do seculo XV. Exercia a profissão de pharmaceutico, assim como seu pae, que foi boticario do principe D. Affonso, filho de D. João II, e depois do proprio D. João II. Em 1511, segundo todas as probabilidades, foi nomeado feitor das drogarias da India, com 30$000 rs. e 20 quintaes de drogas por anno, 3 homens para o servirem e auxiliarem, e ordem a Affonso d'Albuquerque, então governador da India, para lhe dar a primeira feitoria que vagasse. Thomé Pires esteve como feitor das drogarias em Cananor, e depois passou a Cochim por mandado de Affonso d'Albuquerque. Por uma queixa que Thomé Pires faz repetidas vezes, se vê quanto Affonso de Albuquerque era severo cumpridor da lei. Thomé Pires levára comsigo uma pharmacia, que valeria quatro a cinco mil réis, quantia importante para aquelle tempo; mandou-a para Gôa por um navio d'el-rei, o que era expressamente prohibido por lei de 6 de março de 1505, que impunha ao delinquente a pena de perder o soldo. Como Thomé Pires allegava que tinha licença d'el rei, mandou Affonso d'Albuquerque que se lhe não pagasse o soldo, emquanto não apresentasse a referida licença. Protestou Thomé Pires, declarando que preferia que o governador o obrigasse a pagar 10$000 réis, que era o dobro do valor da botica, mas Affonso d'Albuquerque manteve rigorosamente a sentença. O que mais justifica ser Affonso d'Albuquerque rigoroso cumpridor da lei, porque Thomé Pires não deixava de estar nas suas boas graças, e como não vagára nenhuma feitoria ainda, Albuquerque o nomeou escrivão e contador da feitoria de Malaca em 1512. Thomé Pires queixava se do pouco ordenado que tinha, e queria mais, mas ao mesmo tempo escrevia para Lisboa a seu irmão, dizendo-lhe que estava rico. Em 1516 ainda estava em Cochim, d'onde escreveu na data de 2 de janeiro, uma curiosa carta a el-rei D. Manuel, descrevendo-lhe varias plantas medicinaes da India, muito antes de Garcia da Orta haver feito os seus profundos estudos sobre a flora oriental. Esta carta imprimiu-se pela primeira vez no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*, tomo II, anno de 1838, de pag. 36 a 46. Foi offerecida á Sociedade pelo então bispo-conde D. Francisco de S. Luiz, que a copiára do proprio original existente na Torre do Tombo, no tempo em que o citado bispo fôra guarda-mór d'aquelle archivo. Tudo isto consta da carta que acompanhára a offerta, e que veiu transcripta no referido jornal a pag. 55 e 56, na qual tambem se encontram algumas noticias biographicas relativas a Thomé Pires. Quando chegou a Cochim, em 1515, Lopo Soares d'Albergaria, indo substituir Affonso d'Albuquerque no governo da India, estava ali Thomé Pires, e o novo governador o mandou pouco tempo depois como embaixador á China, pelo facto d'elle ter estado muito tempo em Malaca, e de na sua qualidade de contador da feitoria, ter lidado com os mercadores do extremo Oriente, e naturalmente devia conhecer alguns trechos das suas linguas. Sendo grande amador de viagens, partiu alegremente para a China na armada de Fernão Peres de Andrade, que aportou a Cantão, e depois de bastante demora recebeu a autorisação necessaria para seguir viagem, e ir entregar ao imperador da China as cartas e os presentes mandados por el rei D. Manuel. O imperador estava em Nankim, tratando de assumptos graves, e ordenou a Thomé Pires que o fôsse esperar a Pekim. Thomé Pires obedeceu, e effectivamente esperou algum tempo em Pekim a viuda do imperador, mas andava na côrte chineza um embaixador do sultão de Malaca, que Affonso d'Albuquerque expulsara d'aquella cidade e que, ao passo que se queixava amargamente dos portuguezes, aconselhava ao mesmo tempo ao imperador, de quem seu amo era vassalo, que se acautelasse com esses homens do Occidente, que, assim que puzessem pé no seu imperio, logo de todo elle se assenhoreariam. Thomé Pires, effectivamente, solicitava a concessão do estabelecimento d'uma feitoria em Cantão, além d'isso, o governador de Cantão escrevera contando as violencias que praticára nos mares da China uma nova armada portugueza, commandada por Simão de Andrade, irmão de Fernão Peres; veiu tambem a descobrir-se que as cartas de el-rei D. Manuel, não eram como o interprete as traduzira, cartas de submissão, o imperador da China, que já não era o mesmo que reinava, quando Thomé Pires chegára, ordenou que este fôsse mandado preso para Cantão, que se escrevesse ao governador portuguez de Malaca, ordenando lhe que saisse d'essa cidade, que pertencia a um vassalo do celeste imperio, que, se os portuguezes obedecessem á intimação, despedissem o embaixador, sem lhe fazer mal, que caso contrario o punissem severamente. Malaca não se entregou ao antigo sultão, o que deu causa a que João de Barros imaginasse que Thomé Pires morresse por 1522, depois de desenganado o filho do Céo de que os portuguezes lhe não obedeciam; conta, porém, Gaspar Correia que o imperador, depois de o ter tid muito tempo preso, o mandou soltar, tratou com elle e até se lhe affeiçoou tanto, que o não deixou sair dos seus estados, e que Thomé Pires, no tempo do governador D. Duarte de Menezes, enviára ao governador um livro em que se tratava de muitas cousas curiosas da China Esta versão é indirectamente confirmada por Fernão Mendes Pinto, que assevera ter encontrado na China uma mulher christã, chamada Ignez Leiria, que lhe disse ser filha de Thomé Pires, que, depois de solto, casára com uma mulher chineza, e vivera em grande abastança Na sessão solemne da Sociedade Pharmaceutica Lusitana, realisada em 31 de dezembro de 1888, o president: José Ribeiro Magalhães Drack leu o discurso commemorativo do 13.º anniversario da fundação da sociedade e uma boa parte da sua

erudita oração foi dedicada a Thomé Pires, de pag. 17 a 21, para provar: Primeiro: «Que ainda Garcia da Orta era estudante em Salamanca, já Thomé Pires havia mandado para o reino noticias acertadas e importantes das drogas e plantas medicinaes do Oriente, sendo a *Carta*, a que já nos referimos, cincoenta annos anterior aos *Colloquios* de Garcia.» Segundo: «portanto, Thomé Pires foi o primeiro homem de sciencia e o primeiro naturalista que foi á India; o primeiro europeu e o primeiro portuguez em missão á China» A carta, a que se referiu o autor do discurso, é a que já mencionámos, que se publicou em 1838, no tomo II do *Jornal da Sociedade Pharmaceutica*.

**Pires** *(P. Vasco)*. Jesuita N. em Elvas em 1515, fal. em Lisboa a 21 de setembro de 1590. Entrou na Companhia de Jesus em 1560, aos 15 annos de edade. Foi mestre de noviços, e mestre das linguas grega e hebraica. Escreveu: *Lição espiritual do nascimento de Christo nosso senhor, para a noite do Natal*, Roma, 1675. Saiu segunda vez impressa, no *Compendio da paixão de Christo, tirado das Meditações de Fr. Luiz de Granada*, Lisboa, 1576.

**Pires** Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

**Pires Alves.** Pov. na freg. de S. Sebastião dos Carros, concelho de Mertola, distr. de Beja.

**Pires de Carvalho** *(Lourenço)*. Doutor em Canones, desembargador da Casa da Supplicação, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, etc. N. em Lisboa a 2 de janeiro de 1612, onde tambem fal. a 16 de dezembro de 1700. Era filho de Lourenço Pires de Carvalho, provedor das obras da Casa Real, e de D. Magdalena de Vilhena. Foi porcionista do real collegio de S. Paulo, chantre da sé do Porto, desembargador dos aggravos e juiz da corôa, da Relação da mesma cidade. Depois foi feito desembargador dos aggravos em Lisboa, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, e da Junta dos Tres Estados; arcediago de Santarem, commissario geral da Bulla da Cruzada, por breve de 20 de novembro de 1694, e provedor das obras da Casa Real. Recusou a mitra de Lamego, para que foi nomeado por D. Pedro II em 1692. Era respeitado, como um caracter virtuoso e piedoso, e era muito erudito. Em Lisboa, proximo do sitio da Penha de França, edificou uma sumptuosa ermida, com a invocação de N. S.ª do Monte Agudo, com o Sacramento, para se poder administrar com brevidade aos enfermos d'aquelle sitio. Foi sepultado n'esta sua ermida, em sepultura raza, com a seguinte inscripção: *Sepultura de Lourenço Pires de Carvalho, indigno capellão de Nossa Senhora* Escreveu: *Razões offerecidas pelo ill.mo sr. Arcebispo de Evora sobre o não haver de applicar as penas pecuniarias, e as commutações dos degredos para a Bulla da Santa Cruzada; resposta a ellas por parte da Cruzada;* sem logar nem anno de impressão, mas consta ser de Lisboa, 1695; *Epitome das indulgencias e privilegios da Bulla da Santa Cruzada*, Lisboa, 1696; outra edição, mais augmentada, Lisboa, 1697. Escreveu em latim outra obra sobre o mesmo assumpto, e ainda mais obras, escriptas na mesma lingua, cujos titulo veem publicados na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. III, pag. 33; *O Epitome das indulgencias* foi depois condemnado em Roma, e appareceu incluido no *Index* publicado em 1835.

**Pires Cinza** *(P. Diogo)*. Genealogista do seculo XVII. Era presbytero secular, natural d'Alpedrinha. Escreveu: *Vida, martyrio e ultima trasladação do martyr S. Vicente; dirigido a D. Lopo de Azevedo e Mendoça, Almirante de Portugal*, Lisboa, 1620; *Prosapia dos reis de Portugal*, Lisboa, 1622 Deixou manuscriptas: *Antiguidades da provincia da Beira, Memorias genealogicas da familia dos Costas de Alpedrinha*, e a *Vida do cardeal D. Jorge da Costa*.

**Pires da Costa** *(P. Francisco)* Presbytero da Congregação de S. Camillo de Lellis, etc. Escreveu: *Novo Ministro dos enfermos, ou methodo pratico de administrar os sacramentos*, etc., Lisboa, 1815; saiu com as iniciaes P. F. P. C.; *Opusculo canonico, moral e apologetico em defeza da doutrina do S. P. Bento XIV, sobre a repetição do sagrado viatico aos enfermos*, Lisboa, 1817.

**Pires Costa** *(José Filippe)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra. Era natural d'esta cidade, sendo filho de Bento Filippe. Doutorou-se em 27 de julho de 1806.

**Pires Grandaes** *(Antonio José)* Capitalista, natural de Baçal, concelho de Bragança; filho legitimo de Manuel Affonso Grandaes, natural de Valle de Lamas, da mesma freguezia, que falleceu em Baçal a 1 de agosto de 1797, e de Maria José Pires, natural de Baçal. Nasceu no ultimo quartel do seculo XVIII e morreu em Lisboa, no predio n.º 14 da rua dos Navegantes, freguezia da Lapa, pelas 3 horas da manhã do dia 18 de julho de 1860. Os titulos de benemerito por que se impõe á estima publica, constam do seu testamento, feito por mão propria a 7 de fevereiro de 1856, e approvado no dia seguinte pelo tabellião José Espiridião de Barros, e registado na Administração do Bairro de Alcantara, a folhas 82, verso, do Livro 3.º dos registos dos testamentos da freguezia da Lapa. Eis as ditas verbas: «Deixo a cada uma das religiosas do mosteiro do Santissimo Sacramento, da Ordem de S. Domingos, em Alcantara, d'esta cidade, a esmola de 9$000 reis; Deixo a cada uma das religiosas do convento de Santo Alberto, ás Janellas Verdes, d'esta cidade, a esmola de 9$000 reis por uma só vez; Deixo a cada uma das religiosas do Real Convento do Santo Crucifixo, na Calçada da Estrella, tambem d'esta cidade, a esmola de 9$000 reis por uma só vez; Deixo a quantia de 200$000 reis para ser distribuida pelas familias mais necessitadas e residentes n'esta freguezia de Nossa Senhora da Lapa, por uma só vez; Deixo ao Asylo da Mendicidade, d'esta cidade, para ajuda do sustento dos pobres do mesmo Asylo, a quantia de 100$000 reis, por uma só vez» No *Diario do Governo* de 12 de novembro de 1851 lá o vêmos entre os subscriptores para occorrer aos infelizes habitantes de Cabo Verde, e egualmente no dia 4 de agosto do anno seguinte para o Asylo da Mendicidade. Desde 1845 até á epoca da sua morte, Antonio José Pires Grandaes figura d'um modo evidente na finança portugueza, prestando n'uma devoção civica digna de louvor, o concurso do seu credito nas difficuldades pecuniarias do estado n'esse periodo do geral retrahimento e crises omnimodas,

concorrendo d'este modo para restabelecer a confiança publica. Em 1846 apparece entre os capitalistas habilitados na conformidade do artigo 3.º da Carta de Lei de 8 de junho de 1843, para votarem e serem votados na eleição a que se vae proceder de dois membros effectivos e dois substitutos para a Junta do Credito Publico. Julgavam-se habilitados, no sentido d'essa Carta de Lei, os que recebiam montante superior a 500$000 reis, provenientes de juros de titulos da divida fundada averbados ha mais de um anno em seus nomes, como se vê pelo *Diario do Governo* de 30 de maio de 1848, que entre a relação dos ditos aponta Pires Grandaes Em 1851 entrou para a direcção do Banco de Portugal na qualidade de substituto eleito nas sessões de 21 e 31 de janeiro e 8 de fevereiro, e novamente no anno seguinte, cargo em que se conservou muitos annos. Nada mais explicito do que o seguinte trecho para se avaliar o civismo dos que, como Pires Grandaes, n'essa epoca de desconfiança, valiam aos apuros do governo, empregando seus capitaes em titulos da divida publica: «Repentinamente, diz Barbosa Colen, na continuação da *Historia de Portugal popular illustrada*, de Pinheiro Chagas, vol. XI, pag. 171, desapparecera da circulação toda a moeda metal; o credito até para os estabelecimentos mais solidos era recusado; as fabricas suspenderam os trabalhos; as companhias acabaram as suas transacções. O governo não sabia como vencer todas estas difficuldades. Na secretaria do ministerio da fazenda realizavam-se, pois, continuas conferencias do ministro com os directores e com os principaes accionistas do Banco e da Companhia Confiança, com os grandes proprietarios e com os mais abastados capitalistas. Como fazer desapparecer promptamente a crise? como conseguir baixar o agio das notas do Banco? O expediente para vencer esta ultima difficuldade afigurou-se... ser a creação do que se chamou a Caixa da Prata. Depois resolveu-se fazer a junção do Banco de Lisboa com a Companhia Confiança, creando-se o Banco de Portugal (1846),—expediente de que resultou. . juntar-se a fome com a vontade de comer. O governo, de tudo isso, o que alcançara de tangivel—fôra um emprestimo... de 300 contos. Era uma gotta d'agua no oceano das despezas! Assim o que houve tambem desde logo a fazer, foi suspender o pagamento dos juros do semestre da divida publica. O ministerio publicou a promessa de pagar...no anno proximo. Com isto e com o decreto que mandava receber as notas nos pagamentos pelo seu valor nominal, imagine-se como se accrescentariam as difficuldades da existencia e crescceria o descontentamento geral» O *Jornal do Commercio* de 21 de julho de 1860, a *Revolução de Setembro* e a *Politica Liberal* de 23 do mesmo mez e anno, noticiando o passamento de Antonio José Pires Grandaes, e ainda a mesma *Revolução de Setembro* de 19 de julho, o davam como natural de Bragança, ou por equivoco ou porque só quizeram indicar o concelho a que a sua terra natal pertence, pois o proprio Pires Grandaes declarou no seu testamento, á vista de uma copia do qual o rev. padre Francisco Manuel Alves, reitor do Baçal, escreveu este artigo, era natural e nascido em Baçal, concelho de Bragança.

**Pires de Lima** *(Manuel Augusto de Sousa)*. Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra, e lente da sua faculdade, conego da sé do Funchal e da sé de Evora, deputado, etc. N. em Coimbra a 11 de março de 1836, fal. em Lisboa a 11 de fevereiro de 1884. Era filho d'um dos mais acreditados pharmaceuticos d'aquella cidade, Antonio de Sousa Pires de Lima, e de sua mulher D. Zilia Fortunata Tavares da Silva. Matriculou-se na Universidade em 1852, fazendo o curso de Theologia com distincção e recebendo premios nos 4.º e 5.º annos. Doutorou se em 18 de julho de 1858, tendo já tomado ordens. Em 1862 foi despachado lente cathedratico da mesma Universidade, e exerceu o magisterio superior até 1866, pedindo a exoneração d'essas funcções por ter sido nomeado conego da sé do Funchal. Alguns annos antes e depois do seu doutoramento, leccionou sciencias ecclesiasticas no seminario de Coimbra, e philosophia no collegio de S. Bento Da sé do Funchal foi transferido para a de Evora. Em 1867 teve a nomeação de vogal da commissão encarregada de redigir o projecto da nova circumscripção parochial, sendo em seguida nomeado vigario geral da diocese de Aveiro, dignidade que exerceu até 1870 e de 1871 até 1878. Entregando se com interesse á politica, filiou-se no partido progressista historico, e foi eleito deputado pela primeira vez, pelo circulo da Figueira da Foz, em 1871, sendo reeleito nas legislaturas de 1874 e 1878. Adheriu em 1876 á fusão dos partidos historico e reformista, d'onde se formou o partido progressista. Em 1880 foi nomeado par do reino. Distinguiu-se sempre nas duas camaras como parlamentar, apezar da sua saude, extremamente delicada, o impedir de tomar parte activa nas luctas da tribuna. Um dos seus discursos a respeito das missões ultramarinas publicou-se em folheto. Pires de Lima foi administrador do Asylo Maria Pia, de Lisboa, e commissario geral da Bulla da Cruzada. Collaborou em diversos jornaes politicos. Tendo ido a Vichy para tratar dos seus padecimentos, que principalmente lhe affectavam o cerebro, ao regressar a Lisboa em 1883, aggravou se a enfermidade, o que os medicos attribuiram ao abuso das aguas alcalinas. Dando alguns indicios de alienação mental, suicidou-se no cemiterio dos Prazeres com dois tiros de revolver, no dia acima indicado. Todos os jornaes publicaram n'esse dia e nos seguintes extensos artigos commemorativos a seu respeito, lastimando a desastrosa morte d'um homem de tão elevado merecimento. Escreveu: *Theses ex universa theologia selectas, quas... pro Caurea doctorali obtinenda in Conimbricensi Academia propugnandas offerit*, Conimbricae, 1858; *Inauguralis dissertatio quam pro repetitioni actu anno MDCCCLVIII propugnabat*, Conimbricae, 1858. O argumento d'esta dissertação é: *S. Marc*; cap. X, VV 32-34. *Christiana Religio Divina: Discurso pronunciado na camara dos senhores deputados na sessão de 13 de novembro de 1874; Resposta no recurso á corôa interposto pelo reverendo parocho de Cacia*, Coimbra, 1877; 12 paginas são occupadas com 14 documentos; *O Asylo Maria Pia*, serie de artigos publicados no *Commercio de Portugal* em 1882; *Cartas de Vichy*, notas de viagem; publicadas no mesmo jornal. N'essa mesma occasião enviava outras cartas, com pseudonymo, para o *Diario de Noticias*, pela particular amizade que dedicava ao seu director, Eduardo Coelho.

**Pires Mourão** *(Fernando)*. Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, lente jubilado, conego doutoral na sé de Vizeu e na de Coimbra, etc. Era natural de Lordello, freguezia da provincia de Traz os-Montes, sendo filho de Pedro Mourão e de Maria Figueira. Fal. em Lisboa a 15 de outubro de 1753. Foi para o Porto, na edade de 6 annos, sendo educado em casa de seu tio paterno Antonio Mourão, conego da sé cathedral do Porto. Matriculou se em 1700 em Canones na Universidade, e depois de se formar n'esta faculdade, formou-se tambem em leis, tomando capello em Canones, por provisão de D. João V, de 21 de outubro de 1712. Foi collegial do Real Collegio de S. Paulo, de Coimbra, do que tomou posse em 21 do referido mez e anno. Assistiu n'este collegio por espaço de 20 annos, sendo reitor nos annos de 1720, 1726 e 1727, e vice reitor em outros annos. Foi deputado da relação do fisco real da inquisição de Coimbra, por provisão do cardeal Cunha, inquisidor geral, de 7 de março de 1723. Chegando a lente de prima, foi jubilado e reconhecido desembargador titular da Relação do Porto, com exercicio no tempo das suas ferias academicas. Foi desembargador da Casa da Supplicação, deputado do Santo Officio das inquisições de Lisboa e de Coimbra. Teve carta de conselheiro em 11 de março de 1745, tomando posse na chancellaria-mór do reino. Em 11 de agosto do mesmo anno foi feito desembargador do paço; titular com exercicio em ferias, por decreto de 30 de janeiro de 1746, tomando posse a 2 de agosto. Fundou, na casa em que nascera, uma capella dedicada a S. Fernando, santo do seu nome, e a santa Francisca, viuva, romana, por ser o nome de sua irmã, que tambem concorreu para esta fundação. Deixou publicado um *Manifesto a favor dos professores da faculdade de leis sobre o direito que lhes compete para serem providos nos canonicatos doutoraes das sés do reino.*

**Pirescoxe**. Pov. na freg. de Santa Iria, de Povoa de Santa Iria de Azoia, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

**Pirinhos**. Pov. na freg. de S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Pirla**. Pov. do conc. de Quepem, Novas Conquistas, no distr. e archipelago de Gôa, India, Pertence á regedoria do torofo de Maina.

**Pirna**. Pov. do conc. de Bardez, no distr. e archipelago de Gôa, India. Pertence á regedoria de Revorá.

**Pisa Barro de Baixo e de Cima**. Duas povoações na freg. de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

**Pisca** Povoações nas freguezias : S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção (sé) e conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

**Piscãocello Cimeiro—Piscãocello Fundeiro—Piscãocello do Meio**. Tres povoações na freg. de N. S.ª do Pranto e conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

**Piscicultura**. V. *Pesca.*

**Pisco**. Povoações nas freguezias : S. Martinho, de Alvito, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Destriz, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Rio do distr. da Guarda. Nasce a NE de Marialva, corre na direcção N, passa a E de Longroiva e a O de V. N. de Fozcôa, e entra no rio Douro com 40 k de curso. || Serra na prov. da Beira Baixa, na parte O de Trancoso. Mede cêrca de 15 k. por 7,5 e eleva-se 998 m. acima do nivel do mar segundo alguns, e 986 segundo a cota geodesica. Estende-se na direcção geral NNE—SSO.

**Piscovo**. Pov. na freg. de Santa Maria de Reguenga, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

**Pisqueiras** Pov. na freg. de Santo André, de Moimenta, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga.

**Pisqueiredo**. Pov. na freg de S. Christovão e conc. de Mondim de Basto, distr. de Vizeu.

**Pissarraz** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Castro Verde, distr. de Beja.

**Pissota**. Termo antigo de pescada (peixe). Dá-se-lhe este nome nas *Inquirições reaes*, de D. Affonso III, em 1258, e em outros muitos documentos dos seculos XII, até ao XIV. V. *Peixoto.*

**Pissurlem** Pov. do conc. de Sanquelim, Novas Conquistas, no distr. de archipelago de Gôa, India

**Pistes**. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Marmeleiro, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

**Pita**. V. *Pitta.*

**Pitães**. Povoações nas freguezias : S. Thiago, de Caldellas, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Paio, de Sequeiros, do mesmo conc. e districto.

**Pitamarúa de Baixo e Pitamarúa de Cima** Duas herdades na freg de N. S.ª da Apresentação, de Lavre, conc. de Montemór-o-Novo, distr de Evora.

**Pitança**. Povoações nos freguezias : S Christovão, de Nogueira do Cravo, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Miguel, de Villarinho. conc. de Santo Thirso, do mesmo districto.

**Pitancinhos** Pov. na freg. de Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga.

**Pitaramba** Pov. na freg. de Santa Maria e conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

**Pitarra** *(Francisco Xavier dos Serafins)*. Religioso franciscano da provincia do Algarve, que viveu no seculo XVIII. Era natural de Lisboa, mas ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho de Agostinho da Costa e de Maria de Sousa. Sendo ainda muito novo professou no convento de Santa Maria, de Xabregas, a 5 d'agosto de 1725. Era muito versado na historia sagrada e profana, dedicando-se tambem muito á poesia latina. Deixou impressos e manuscriptos muitos opusculos em prosa e em verso, cujos titulos se pódem lêr na *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, vol. II, pag. 299, e vol. IV, pag. 146.

**Pitarrela**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr de Villa Real.

**Pitello**. Pov. na freg. de S Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Pitimão** Pov. na freg. de S. Pedro, de Alvite, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

**Pitins**. Pov. da freg. de S. Paio, de Sequeiros, conc. de Amares, distr. de Braga.

**Pitões das Junias.** Pov. e freg. de Santa Maria, da prov de Traz-os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 115 fog. e 55 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 13 k. da séde do conc. e está situada na raia da Galliza, proximo d'um affluente do rio Cávado. O D. abbade cisterciense de Santa Maria de Osseira, no bispado de Orense, Galliza, apresentava o abbade que tinha 400:000 reis de rendimento. Os monges do mosteiro gallego d'Osseira mandavam triennalmente um ou dois, e ás vezes tres, religiosos d'aquelle mosteiro reger e parochiar esta freguezia, recebendo do arcebispo de Braga a autoridade e jurisdicção necessarias para o exercicio parochial Supprimidas as ordens religiosas em Hespanha, não houve mais parocho algum gallego. O ultimo foi Fr. Benito Gonçalves, que curou esta freg. como encommendado nomeado pelo arcebispo de Braga, até 1850, anno em que falleceu. Posta então a egreja a concurso pelo governo portuguez, não foi provida em nenhum dos oppositores approvados, por embaraços que promoveu o governo hespanhol. O arcebispo de Braga deu por ordem do governo portuguez a encommendação a José André Rodrigues de Carvalho, por ser o oppositor classificado em primeiro logar, e este a regeu até 5 de novembro de 1857, data em que foi despachado parocho da freguezia de Mousúl, no concelho de Povoa de Lanhoso. Succedeu-lhe o prior encommendado João Dias, que ainda ali se conservava em 18 6. A 2 k. ao SE da pov. existia o antiquissimo mosteiro cisterciense de Santa Maria das Junias, cuja egreja gothica foi depois matriz da freg., a qual ficou mais tarde abandonada, servindo de egreja parochial uma capella ordinaria de Pitões, dedicada a S. Rozendo. A fundação do mosteiro, querem uns, que fôsse no tempo do conde D. Henrique, e outros dizem que foi construcção de seu filho, D. Affonso Henriques, em 1147. Parece que foi originariamente dos templarios, depois de benedictinos, que abraçaram por fim a reforma da ordem de S Bernardo. O terreno da pov. é arenoso e exposto aos ventos por todos os lados, pelo que é muito frio e pouco fertil. Apenas produz centeio e batatas, cria, porém, nos seus extensos pastos communs, muito gado grosso e miudo. A uns 1:800 m. a NE de Pitões, e 20 k. ao O de Montalegre, está uma collina de uns 150 m. de comprimento, formada por uma especie de granito muito friavel, e produzindo apenas matto rasteiro e herva brava. E' semeada de rochedos graniticos, em volta dos quaes e em outros logares d'esta collina, se tem extrahido grandes pedaços de magnete, que tem sido levados para diversas terras do reino, onde são muito apreciados. Apparece tambem, menos rico, ligado a outras substancias, como talco, quartzo e outros corpos inorganicos. A pov. pertence á 6.ª div. mil., e ao distr de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

**Pitta.** O progenitor d'esta familia foi um fidalgo gallego, chamado João Pitta Ortigueira, natural de Santa Martha da Ortigueira, na Galliza, que veiu para Portugal, e estabeleceu o seu solar em Caminha. D'elle procedem quasi todos os Pittas de Portugal. A primeira residencia de João Pitta foi em Ponte do Lima, mas por commetter ali um crime, fugiu para Caminha por ser couto de homiziados. Fez grandes serviços a D. Affonso V nas guerras d'Africa, pelo que, em 1576, estando aquelle rei em Toro, o fez fidalgo, o que D. Manuel confirmou em 1497. Dizem outros que João Pitta e seu irmão Gonçalo Pitta assassinaram na Galliza dois fidalgos, um da familia Pardo e outro da dos Fajardos, e que fugiram logo para o couto de Caminha e não para Ponte do Lima. As armas dos Pittas são: Escudo esquartelado: no 1.º e 4.º quarteis, de azul, uma torre de ouro, e no 2.º e 3.º, de púrpura, banda de ouro, saindo da bocca de duas serpes, tragantes, de verde, pincadas de ouro, lampassadas de púrpura. Timbre a torre das armas. Outros da mesma familia, descendentes de Sebastião Gonçalves Pitta, cavalleiro africano e commendador da ordem de Christo, trazem por armas: Em campo de púrpura uma onça da sua côr, rompante, cortada de sangue e lampassada de ouro, orla do mesmo metal carregada de oito crescentes azues, em pala, com as pontas para a direita. Timbre, a onça das armas, com um dos crescentes da orla nas garras, em acção de o querer despedaçar. Estas armas fôram dadas, por el rei D. Sebastião, em 1572, ao referido Sebastião Gonçalves Pitta, em recompensa dos seus grandes serviços.

**Pitta** (*Cesar Augusto Mourão*). Cirurgião medico pela Escola de Lisboa, doutor em Medicina e Cirurgia por uma das faculdades de França, major reformado do corpo dos medicos militares, agente consular de França na ilha da Madeira, etc. N. a 23 de março de 1837, fal. no Funchal a 22 de maio de 1907. Foi para a ilha da Madeira tendo apenas alguns mezes de edade, e adoptou o como filho o medico, dr. Antonio da Luz da Pitta, que lhe facultou os meios de receber uma esmerada e completa educação. Formou-se em Medicina na faculdade de Montpellier em 1856, tendo em seguida, em viagem de estudo, percorrido varios paizes da Europa, demorando-se principalmente em Paris. Como medico militar assentou praça em 1865, na qualidade de cirurgião-ajudante, cargo que exerceu no regimento de infantaria n.º 16, sendo promovido a cirurgião-mór em 1879, e a cirurgião de brigada em 1895, reformando se n'este posto a 21 de setembro de 1895. Exerceu na ilha da Madeira importantes commissões de serviço publico, tendo sido professor interino da Escola Medica, presidente da commissão administrativa do Asylo de Mendicidade, procurador á Junta Geral do Districto, e por muitos annos medico director do Hospicio da Princeza D. Maria Amelia. Era condecorado com o grau de official e de cavalleiro da ordem de Aviz; cavalleiro das ordens de Christo e de S. Thiago e da Legião de Honra de França; commendador de Izabel a Catholica, e official de S. Bento. Além de muitos artigos dispersos pelos jornaes e por varias revistas scientificas, escreveu os seguintes opusculos. *Do emprego do tartaro emetico no tratamento da pneumonia*; these inaugural, Lisboa, 1864; *Du climat de Madère et son influence thérapeutique dans le traitement des maladies chroniques*, etc, Monpellier, 1859; *O conflicto entre o governador civil e a delegação do conselho de saude publica no districto do Funchal*, Madeira, 1865; *Madère-Station Medicale Fixe.*

**Pitta** (*Manuel Moreira*) Fidalgo da Casa

Real, nascido em Tanger no tempo em que esta cidade pertencia ao dominio portuguez. Compoz, ou publicou a obra seguinte, escripta em castelhano: *Poema africano: Successos de D. Fernando Mascarenhas, del consejo de Su Magestad, general de Septa, en el discurso de seis años que lo fue de Tanger*, Cadiz, 1633.

**Pitta** *(Manuel Nicolau Bettencourt)*. Lente jubilado e director da Escola Medico-Cirurgica de Lisboa. N. em Angra do Heroismo a 5 de junho de 1826, fal. em Lisboa a 26 de novembro de 1907. Era filho do dr. Nicolau Caetano de Bettencourt Pitta (V. *o artigo seguinte*). Formou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra em 1853. Foi nomeado medico extraordinario do hospital de S José em 30 de julho de 1855, e effectivo em 4 de junho de 1868. Por decreto de 1 de março de 1859 foi nomeado, precedendo concurso, demonstrador da secção medica da citada escola, e promovido a lente substituto da mesma secção por decreto de 22 de março de 1860. Exerceu interinamente as funcções de secretario desde 9 de maio de 1860 até 2 de julho de 1863, sendo n'esta data assignado o decreto da promoção a lente proprietario da secção medica, e confiada a regencia da nova cadeira de medicina legal e hygiene publica, creada pela carta de lei de 26 de maio de 1863. Por deliberação do conselho de 1 de agosto de 1876, de accordo com o professor Cunha Vianna, transitou da cadeira de medicina legal e hygiene para a de pathologia interna, a qual regeu até se jubilar, por decreto de 3 de setembro de 1898. Foi nomeado director da Escola Medica por decreto de 25 de fevereiro de 1897, depois de fallecer o professor Arantes Pedroso. Em 1878 estava no hospital Estephania fazendo serviço clinico. Foi medico e director das enfermarias de S. José e de S. Sebastião no hospital de S. José; medico do recolhimento de S. Pedro d'Alcantara e da Santa Casa da Misericordia, de Lisboa; inspector delegado do districto occidental durante a epidemia da Cholera-morbus em 1856, exerceu o mesmo cargo, no districto oriental, durante a febre amarella em 1857. Era um dos socios mais antigos da Sociedade das Sciencias Medicas, na qual foi votado em sessão de 4 de fevereiro de 1854. Possuia a medalha da febre amarella, instituida pela camara municipal, era cavalleiro da ordem da Torre e Espada e commendador da de Nossa Senhora da Conceição.

**Pitta** *(Nicolau Caetano de Bettencourt)* Cavalleiro professo da ordem de Christo, doutor em Medicina graduado pela Universidade de Edimburgo, etc. N. na ilha da Madeira, entre os annos de 1785 e 1790; fal. em Angra do Heroismo a 20 de maio de 1857. Dedicando-se á carreira das letras, dirigiu-se á capital da Escocia, em cuja Universidade recebeu o grau de doutor em Medicina a 24 de junho de 1812. E tão brilhantes fôram os actos academicos, que precederam o doutoramento, que mereceu a distincção de ser eleito presidente n'esse anno da Real Sociedade Physica. Os creditos que o dr. Pitta grangeara em Edimburgo nos certames litterarios, ainda mais se accentuaram n'um livro notavel, que escreveu em inglez, e publicou em 1812, sobre a Madeira, no qual descrevia esta importante ilha, sob os pontos de vista physico, industrial, medico e administrativo. O livro tem por titulo *Account of Madeira, by dr. N. C. B. Pitta*, London, 1812. Esta obra é tida como unica no seu genero, que até então se escrevera por autor portuguez. O *Investigador portuguez*, n.º XXVII, setembro de 1813, a pag. 40, dedicou phrazes muito elogiosas á referida obra. Voltando ao reino em 1814, el-rei D. João VI, então principe regente, lhe concedeu por carta de 8 de março d'aquelle anno, todos os privilegios, foros e honras de que gozavam sómente os medicos formados na Universidade de Coimbra. Em 1823 passou á Terceira, e n'essa ilha exerceu até 1834 o partido de medicina do hospital militar, e até aos ultimos dias de sua vida o partido do hospital civil e da camara municipal. A infanta regente D. Izabel Maria, como remuneração dos seus muitos serviços prestados como medico militar, concedeu-lhe a patente da graduação de major, por carta regia de 19 de julho de 1827.

**Pitta**. Prazo da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Pitta Bezerra** *(João)*. Official do exercito nascido em Vianna do Castello a 10 de dezembro de 1792 e assassinado pelo povo, no Porto, a 20 de março de 1835. Descendia d'uma nobre familia de Darque que tinha brazão d'armas e honrosos titulos heraldicos, sendo seus paes João Pitta Bezerra d'Alpoim e D. Francisca de Miranda. Aproveitando a sua distincta posição social seguiu a carreira militar, foi capitão de infantaria n.º 12 e extremo defensor do governo absoluto. Na epoca das grandes luctas occorridas desde 1828 até 1832, assignalou se, principalmente no Porto, pela perseguição a todos os que conspiravam contra D. Miguel. O entretenimento d'este homem, que dispunha de autoridade e valentia, era distribuir insultos e bordoada a quem não pertencia ao seu crédo politico. E, assim, qualquer mulher que usasse lenço azul e branco era esbofeteada; quem trouxesse sem apertar o ultimo botão inferior do collete, ou désse qualquer signal de menos respeitador dos *inauferiveis direitos* do principe D. Miguel, era tambem barbaramente espancado. Depois que a Alçada começou a encher as prisões, o capitão Pitta Bezerra comprazia-se em fazer o commando da guarda á cadeia, e então mexia o rancho, estorvava a correspondencia e opprimia a seu bel-prazer os presos politicos. Estava isto no seu feitio, e cuidava que assim servia melhor a sua causa. (Assim o pinta em um jornal de 1865, um homem que se indignava contra a crueldade da morte de que Pitta Bezerra foi victima). Ao vêr terminada a campanha em que o seu partido ficou vencido, fugiu para Melgaço, onde, depois de andar a monte, se recolheu a casa. Ahi foi preso em agosto de 1834, e levado algemado para Vianna do Castello, no meio d'uma força de 20 soldados, sob o commando do segundo tenente Caetano José da Costa. A 16 d'esse mez veiu de Vianna para o castello da Foz do Douro, tendo supportado não só uma forte trovoada no caminho, como depois as injurias e os insultos da plebe. O seu processo correu tumultuario, no cartorio do escrivão João José Correira da Costa, e, não tendo sido comprehendido na amnistia de 17 de maio de 1834 foi condemnado por sentença, em janeiro de 1835, e na cadeia ficaria se não houvesse quem armasse uma nova cilada ao feroz miguelista; tendo havido denuncia de que elle escrevera uma carta para Melga-

ço em que revelava uma conspiração, foi de novo processado, e veiu á audiencia a casa do respectivo juiz, ao largo da Fabrica, d'onde saiu pelas 4 horas da tarde. Vindo do tribunal no meio da escolta, ao sair da viella do Correio a multidão cresceu em taes impetos que o arrancou do meio das filas dos soldados, e caiu sobre elle com tão certeiros e violentos golpes, que o matou. Depois foi o cadaver arrastado pela rua dos Clerigos até á praça de D. Pedro; em seguida, cuspido, ennodoado, deixando, por onde o conduziam entre chufas e improperios, um rasto de sangue, foi levado pela rua das Flôres até ao largo de S. Domingos; ali houve quem gritasse: «Deitem-o ao rio!» e a multidão seguiu de tropel até á praça da Ribeira, onde pôz termo á tragedia, lançando os despojos da victima á corrente do Douro. Assim acabou, justiçado pela vindicta popular impiedosa, este homem que, dementado pela sua paixão politica, tambem fôra sempre sem piedade para com os seus adversarios.

**Pixaleiro**. Pov. na freg. de S. Matheus, de Barosa, conc. e distr. de Leiria.

**Pixoeira de Cima**. Pov. na freg de N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

**Pizão** Moinho de fiação, para bater os fios retorcidos da lã. Chamava-se antigamente *batan*.

**Pizão**. Povoações nas freguezias: S. Julião, de Agua Longa, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª da Expectação, de Barcouço, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. || Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, do mesmo distr. || S. Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Coja, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Esmeriz, conc. de V. N. de Famalicão, distr de Braga. || S. Sebastião, de Espinhal, concelho de Penella, distr. de Coimbra || S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || O Salvador, de Fervença, conc de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. Miguel, de Licêa, conc. de Montemór-o Velho, distr. de Coimbra. || S. Thiago de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || O Salvador e conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || N. S.ª do Loreto, de Paradella, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Thiago, de Rio de Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr de Coimbra. || S. Pedro, de Santar, conc. de Nellas, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || S. Pedro e conc. da Certã, do mesmo distr. || Santa Maria, de Sobre Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Thiago, de Souzellas, conc. e distr. de Coimbra. || S. Thiago, de Urra, conc. e distr. de Portalegre. || S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. da Certã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª das Neves, de Doruellas, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra. || Santo André, de Ervedal, conc. de Oliveira do Hospital, do mesmo districto. || Pequena pov. que dá o nome a um apeadeiro na linha do caminho de ferro do Minho, entre os de Louzado e Burrimau.

**Pizão de Baixo**. Pov. na freg. S. Vicente, de Alcabideche, concelho de Cascaes, distr. de Lisboa.

**Pizão de Cá**. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Alcorrego, concelho de Aviz, distr. de Portalegre.

**Pizão do Carvoeiro**. Pov. na freg. de S. Simão, de Pecegueiro, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

**Pizão Cimeiro**. Povoações nas freguezias: Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

**Pizão do Freixo**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e concelho de Grandola, distr. de Lisboa.

**Pizão Fundeiro**. Povoações nas freguezias: Santa Clara, de Alcaravella, conc. do Sardoal, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

**Pizão Novo**. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Aramenha, conc de Marvão, distr. de Portalegre. || S. Martinho e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco.

**Pizarro**. Familia muito antiga de Hespanha, que passou a Portugal e ao Brazil. Tem por armas: Em campo de prata duas pisarras de sua côr, entre as quaes nasce um pinheiro verde com pinhas de ouro, entre dois ursos de sua côr, que subidos um por cada lado sobre as pisarras, estão colhendo o fructo dos pinheiros.

**Pizarro** *(Sebastião Maria de Nobrega Pinto)*. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. N. em 1824 na provincia de Traz-os Montes; fal. em Villa Real, mas ignora-se a data da sua morte. Tomou o grau de bacharel em 1845; foi deputado nas legislaturas de 1865, e em 1887-1889 exerceu varios cargos publicos. Redigiu o *Progresso do Norte*, jornal fundado em 1870.

**Pizarro e Araujo** *(José de Souza Azevedo)*. V. *Portugal*, vol. I, pag. 656.

**Pizo**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

**Pizoaria**. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Cambas, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

**Pizões**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Purificação, de Ceissa, conc. de V. d'Ourem, distr. de Santarem. || Santos Cosme e Damião, de S. Cosmado, conc. de Armamar, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Gouveias, conc. de Pinhel, distr. da Guarda || Santo Antonio, de Marmelleiro, concelho da Certã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª da Esperança, de Pataias, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. || Santa Catharina, de Quintos, conc. e distr. de Beja. || S. Theotonio, conc. de Odemira, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Armas, concelho, de Sernancelhe, distr. de Vizeu.

**Pizões de Babou**. Pov. na freguezia de S. Pedro, de Coruche, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda.

**Pizões do Baeta**. Pov. da freg. de S. Domingos, da Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

**Pizões das Sarnadas**. Pov. na freg de S. Domingos, da Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

**Pizões da Thereza**. Pov. na freguezia de S. Domingos, da Castanheira, conc. de Pedrogão Grande, distr. de Leiria.

**Plicaria**. Pov. na freguezia do Salvador, de

Figueiras, concelho de Louzada, distr. do Porto.

**Plichos.** Pov. na freg. de N. S.ª do Pranto, de Arazede, concelho de Montemór o-Velho, distr. de Coimbra.

**Plome.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Celavisa, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra

**Plumbarios.** Povos que habitavam a antiga Medobriga, no Hermiuio Menor, serra do Marvão, Alemtejo. Eram assim chamados pelos romanos, por trabalharem em minas de chumbo.

**Pó.** Appellido nobre que veiu da Allemanha, parece que tomado de rio Pó. Passou a Portugal na pessoa de Affonso Pó, no tempo de el-rei D. Fernando I, o qual foi alcaide-mór de Obidos e vassalo do rei. Junto a esta villa ha um logar denominado *Pó*, de que se viam ainda em 1875, ruinas de grandes edificios, e onde seu filho João Annes do Pó, tambem alcaide mór de Obidos, fundou o seu solar, vinculado, e capella, pelos annos de 1419. Um bisneto d'este, chamado André da Silveira Pó, tirou brazão de suas armas, concedidas por D. João III em 1532, as quaes são: Em campo de prata, leão de púrpura, agachado, como que está descançando, com a cauda entre as pernas. Orla de púrpura, carregada de oito aspas de prata. Timbre, o leão das armas, na mesma postura, com uma das aspas da orla, na espadua.

**Pò.** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Roliça, conc. d'Obidos, distr. de Leiria.

**Pó de Ouro** Pov. na freg. de Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Pobrador d'El-Rei.** Magistrado ou procurador do rei, que inspeccionava os reparos dos logares fortes, e as populações. Eram mais na provincia de Traz-os-Montes, que no principio da monarchia estava mais deserta e despovoada que as outras provincias, e precisava mais urgentemente do ministerio d'estes empregados. Eram sempre escolhidos para pobradores do rei, pessoas de muita seriedade.

**Pobraes.** Pov. na freg. de Santa Catharina, concelho de Pedrogão Grande, districto de Leiria.

**Pobrai.** Pov. na freg. de N. S.ª do O' do Porto, de Reguengo da Carvoaria, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

**Poça.** Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo André, de Christellos, conc. de Louzada, districto do Porto. || S. Mamede, de Deo Christe, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Fonte Coberta, conc. de Barcellos, districto de Braga. || S. João Baptista, de Guidões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Jorge, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Marrancos, concelho de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Navarra, conc. e distr. de Braga || S. Vicente, de Penso, do mesmo conc. e distr. || S. Romão de Aregos, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Telhado, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. Tem caixa postal. || Santa Eulalia, de Tenões, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Trezouras, conc. de Baião, distr. do Porto. || S. Mamede, de Villa Chã, conc. de Villa do Conde do mesmo districto.

**Poça** (*Banhos da*). V. *Estoril.*

**Poça d'Agua.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, concelho de Grandola, distr. de Lisboa.

**Poça da Barca.** Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

**Poça do Porto.** Pov. na freg. de S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Poça do Sapo.** Pov. na freg. de S. Martinho, das Moitas, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Poça do Souto.** Pov. na freg. de Santo Isidoro, do Sanche, conc. de Amarante, distr. do Porto.

**Poça da Teiga.** Pov. na freg. de S. Paio, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Poça da Villa.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

**Poçagra.** Pov. da freg. de S. João Baptista, do conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Poçanco.** Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Poçarro.** Pov. da freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Poças** (*José Joaquim*). Doutor e lente de Theologia na Universidade de Coimbra, conego doutoral na sé de Evora. N. em Cuba, no Alemtejo, antes de 178[illegible], ignora-se a data do fallecimento. Era filho de Francisco Dias Poças, e doutorou se a 21 de dezembro de 1811. Escreveu: *Elementos de doutrina christã para utilidade dos meninos de Moimenta da Beira e S. Martinho de Mouros, dos quaes foi parocho, dedicado ao ill.mo e ex.mo sr. dr. Joaquim José de Miranda Coutinho, bispo de Castello Branco*, Lisboa, 1827.

**Poças.** Povoações nas freguezias: S. Martinho, d'Argoncilhe, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. João Baptista, de Covas do Douro, conc. de Sabrosa, distr. de Villa Real. || N. S.ª d'Assumpção, de Enxara do Bispo, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || Santo André, de Escariz, concelho de Arouca, distr. de Aveiro. || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra || O Salvador, de Medrões, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Thiago, de Oliveira, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Palmeira, concelho de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santo Thirso, de Paramos, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Ilha da Madeira; bairro das Poças, pov. na freg. de S. José, de Arco de S. Jorge, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

**Poças Falcão** (*Luiz Fisher Berquó*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, par do reino, deputado, etc. N. em Ponta Delgada, onde fez os seus primeiros estudos, e vindo depois para o continente, matriculou-se na Universidade de Coimbra, recebendo o grau de Bacharel em Direito no anno de 1875. Em seguida foi no-

meado para a magistratura do ultramar, servindo como delegado e juiz em Cabo Verde e em Loanda, e depois juiz da Relação da India, prestando valiosos serviços, quando presidente do mesmo tribunal, quer n'esta qualidade, quer como membro, e por vezes presidente, do conselho governativo, quer como presidente da commissão mixta composta de altos funccionarios inglezes e portuguezes, ao findar o regimen do tratado com o governo da India britannica, para fixar e determinar as indemnisações aos proprietarios de salinas no territorio portuguez, commissão de que fazia parte o então coronel de engenharia Augusto Supico, n'essa epoca inspector do caminho de ferro e porto de Mormugão. São as mais honrosas as condições em que o sr. conselheiro Poças Falcão foi chamado a desempenhar as altas funcções de presidente da Relação da India. Desintelligencias locaes, pessoaes e politicas, tinham tornado insustentavel no paiz a permanencia d'alguns altos magistrados. Era preciso levantar o prestigio, a seriedade e a respeitabilidade da magistratura d'aquelle estado. Houve então, por assim dizer, uma regeneração na judicatura superior decretada pelo ministro da marinha, n'essa epoca, Antonio Ennes. O sr. conselheiro Poças Falcão estava em Loanda como juiz da Relação, e foi o indicado pela repartição d ultramar para desempenhar esta melindrosa missão. No seu novo logar, em pouco tempo conquistou as geraes sympathias, mesmo d'aquelles que no primeiro momento lhe pareciam hostis, por despeitados com a sua escolha, e o bom nome da magistratura judicial, o seu prestigio e o poder da sua autoridade restabeleciam-se novamente. Completando na India o praso legal, foi collocado na Relação de Ponta Delgada, sendo depois transferido para a de Lisboa, segunda instancia, passando depois a juiz do Supremo Tribunal de Justiça, onde ainda se tem conservado. Filiado no partido progressista foi eleito deputado pelo circulo de Ponta Delgada na legislatura de 1886, que terminou em 1889, e nas de 1899 até 1905. Na legislatura de 1899 foi eleito presidente da respectiva camara. Recebeu o diploma de conselheiro, sendo mais tarde nomeado par do reino.

**Poças de Gonde.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

**Poças Leitão** (*Joaquim Faustino*). Engenheiro director da 3.ª direcção dos serviços fluviaes e maritimos. N. em Villa de Frades, e pertence a uma illustre familia do Alemtejo. Dedicou-se sempre muito ao estudo das letras e á cultura das artes. Adquirindo o diploma de engenheiro depois d'um curso distincto, foi nomeado chefe d'uma das secções de repartição no ministerio das obras publicas, onde se tornou muito considerado pelos seus serviços, e conquistou as geraes sympathias. Em 1876 entrou para o caminho de ferro do Douro, passando depois a chefe de secção no Algarve. Foi o sr. Poças Leitão quem fez os estudos definitivos do caminho de ferro da Beira Baixa e ramal de Vizeu, trabalhos que lhe valeram muitos louvores. Ainda como director das empresas constructoras d'essas duas linhas, realisou a construcção d'ellas, passando depois a servir no ministerio respectivo. Exerceu as funcções de director das obras publicas do districto de Beja, d'onde passou para as repartições da Companhia Real. Durante dois annos esteve no serviço d'esta companhia velando cuidadosamente pelos serviços dependentes da secção a seu cargo, e aperfeiçoando os com os recursos da sua illustração. Da Companhia Real passou á dos caminhos de ferro através de Africa, na qualidade de director, e na qual iniciou melhoramentos importantes. Em julho de 1895 partiu para Loanda na intenção de se demorar ali tres mezes, e comtudo só regressou á metropole um anno depois, porque foi encontrar em Loanda tanto que estudar e que melhorar, quer no interesse da companhia, quer no interesse publico, que resolveu não sair d'ali sem haver ultimado os estudos e os melhoramentos, que o seu zelo e conhecimentos lhe suggeriam precisos. E fôram tantos, que n'esse serviço valioso se passou um anno completo, com muito aproveitamento para a empresa de que fazia parte. Emquanto esteve em Africa foi-lhe confiada uma importante commissão. Havia partido de Lisboa em 1895, uma expedição civil e militar com destino a estabelecer no interior d'Africa uma colonia que realisasse a occupação de Lunda, commettimento que se apresentava cheio de perigos e de embaraços, mas que os iniciadores apontavam como de facil execução. Os perigos, embaraços e difficuldades surgiram desde logo, tornando impossivel, ao menos de momento, o que em planos e projectos fôra exposto como rapidamente exequivel. Diversas circumstancias, que fôram todas como menos regulares, tornaram imperiosamente preciso uma sindicancia, e por isso mesmo que o negocio era grave, tornava-se urgente entregal-o a pessoa de provadissima circumspecção, cuja rectidão e imparcialidade fôsse absolutamente insuspeita. Para presidir a essa commissão de sindicancia foi escolhido o sr. engenheiro Poças Leitão. Esta sindicancia deu o resultado desejado.

**Poças do Monte.** Povoações nas freguezias: S. Faustino, de Fridão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Salvador do Souto, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Poceirão.** Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Coimbrão, conc. e distr. de Leiria. || S. Lourenço, de Carvide, do mesmo conc. e distr. || N. S.ª da Oliveira, de Cauha, conc. de Aldeia Gallega, distr. de Lisboa. Ha aqui uma estação do caminho de ferro do sul e sueste, entre os appeadeiros de Valdéra e de Fonte, e a maior vinha do mundo, pertencente ao abastado lavrador, o sr. José Maria dos Santos.

**Pocico.** Pov. na freg de Santo Isidoro, de Sanche, concelho de Amarante, districto do Porto.

**Pocijal.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, concelho de Pombal, distr. de Leiria.

**Pocilgaes** Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

**Pocilgal.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Sobral, conc de Oleiros, distr. de Castello Branco.

**Pocilgão.** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

**Pocilgas.** Ilha de Santa Maria; pov. na freg.

de Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

**Pocinha.** Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

**Pocinhas.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, distr. do Porto.

**Pocinho.** Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro. || N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Consolação, de Cezimbra (Castello), conc. de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Torre, conc. de Amares, distr. de Braga. || S Miguel, de Adaval, conc. de Redondo, distr. de Evora. || S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora. || Santa Catharina, de Selmes, conc. da Vidigueira, distr. de Beja. || N. S.ª do Pranto e conc. de V. N. de Fozcôa, distr. da Guarda. Tem caixa post. Ha aqui uma est. do caminho de ferro do Douro, entre as de Freixo e de Côa.

**Pocinhos** Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Lustosa, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Meiomães, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Torrados, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Pedro, de Sébal Grande, conc. de Condeixa a-Nova, distr. de Coimbra. || N. S.ª d'Assumpção, de V. N. de Tazem, concelho de Gouveia, distr. da Guarda.

**Poço.** Appellido nobre em Portugal. E por se ligarem pessoas d'esta familia, por parentesco, com os Barbudas, o cardeal infante D. Henrique, sendo regente do reino na menoridade d'el rei D. Sebastião, deu em 1565 a Pedro Lopes do Poço Barbuda, o brazão d'armas dos Barbudas, que é o seguinte: Em campo de ouro nove lisonjas verdes, veiradas de prata e vermelho, tendo por timbre um urso branco nascente entre duas pennas de pavão de verde e de ouro.

**Poço.** Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Capareiros, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Carreira, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Condeixa a-Velha, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Duas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Sanfins, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || Santo André, de Molares, concelho de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || N. S.ª da Graça, de Sagres, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, do mesmo distr. || S. Martinho, de Soalhães, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Pedro da Torre, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, do mesmo distr. || Santo Adrião e conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de V. N. de Monsarros, conc. de Anadia, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Villariuho do Bairro, do mesmo conc. e distr. || S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. || N. S.ª d'Assumpção, de Montoito, conc. de Redondo, distr. de Evora. || O Salvador e conc. de Ourique, distr. de Beja.

**Poço da Amendoeira.** Pov. na freg, de Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, distr. de Faro.

**Poço da Amoreira.** Pov. na freg. de S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Poço da Areia.** Pov. na freguezia de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc. de Olhão, distr. de Faro.

**Poço Barreto.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro. Tem est. do caminho de ferro, no ramal de Portimão, entre as de Lameira e de Valla.

**Poço do Bispo.** Povoações nas freguezias: N. Senhora do Monte Sião, de Amora, concelho do Seixal, districto de Lisboa. || Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. Subindo da rua direita que vae para Marvilla, ha ao lado esquerdo um poço, que tem de altura 28 palmos, com o bocal de 7 palmos em quadro, e cujas faces fazem frente ao N, S, L e O. Em 2 de janeiro de 1846 tinha 9 palmos d'agua, mas de muito má qualidade.

**Poço do Borratem.** Situado proximo do mercado da Praça da Figueira. V. *Portugal*, vol. IV, *artigo Lisboa*, pag. 377 e 378.

**Poço Burral.** Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Martinho, conc. e distr. do Funchal.

**Poço de Cabaços.** Pov. na freg. de S. Salvador, de Feitosa, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Poço dos Cães.** Pov na freguezia de S. Thiago da Guarda, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

**Poço Caido.** Situado na freg. de S. Jorge, de Arroios, 2.º bairro de Lisboa.

**Poço das Cannas.** Pov. na freg. de N. S.ª da Visitação, de Guia, conc. de Albufeira, distr. de Faro.

**Poço do Canto.** Pov. e freg de N. S.ª do Pranto, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Mêda, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 307 fog. e 1:198 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e uma fabrica d'aguardente. Dista 4 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Mêda a S. João da Pesqueira. O reitor de Ranhados apresentava o cura, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A terra é muito fertil, cria muito gado, e tem caça. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

**Poço do Chão.** Pov. e quinta na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. V. *Bemfica*, *Portugal*, vol. II, pag 284.

**Poço de Cima.** Pov. na freguezia de S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, districto de Braga.

**Poço de Cortes** Pov. na freg. de Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa.

**Poço Deão.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Silves, distr. de Faro.

**Poço da Figueira.** Pov. na freguezia de N. S.ª da Pidade, de Algoz, conc. de Silves, distr. de Faro.

**Poço das Figueiras.** Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Moncarapacho, conc de Olhão, distr. de Faro.

**Poço do Fojo**. Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro

**Poço Frio**. Pov. na freguezia de S. Mamede, de Quiaios, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

**Poço Fundo**. Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição e concelho de Silves, districto de Faro.

**Poço Fuzeiro**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

**Poço do Gil**. Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc de Machico, distr. do Funchal.

**Poço de Gil Varzino**. Pov. na freguezia de S. Sebastião e concelho de Loulé, distr. de Faro.

**Poço do Giraldo**. Pov. na freguezia de S. Sebastião e concelho de Loulé, districto de Faro.

**Poço Grande**. Ilha de Santa Maria; pov. na freg. de Santa Barbara, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada.

**Poço do Gueno**. Pov. na freguezia de S. Bartholomeu de Messines, concelho de Silves, distr. de Faro.

**Poço Longo**. Pov. na freguezia de S. Sebastião, de Quelfes, concelho de Olhão, distr. de Faro.

**Poço Mendinho**. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Torre de Valle de Todos, conc. de Ancião, distr. de Leiria

**Poço do Mira**. Pov. na freguezia de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

**Poço do Monte**. Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Macieira, conc. de Louzada, distr. do Porto.

**Poço de Moura**. Pov. na freguezia de S. Sebastião e concelho de Setubal, districto de Lisboa.

**Poço Mourão** *(Casal do)*. Na freg. de Santa Cecilia, de Abrunhosa Velha, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

**Poço do Mouro**. Pov. na freguezia de Santa Barbara de Mexe, conc. e distr. de Faro.

**Poço dos Mouros**. Logar situado na freg. de S. Jorge, de Arroios, 2.º bairro de Lisboa. V. *Portugal*, vol. IV, artigo *Lisboa*, pag. 377.

**Poço dos Negros**. Pov. na freguezia de N. S.ª da Orada, de Orada, conc. de Borba, distr. de Evora.

**Poço Novo**. Povoações nas freguezias: S. Clemente e conc. de Loulé, distr. de Faro. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Luiz, conc. de Odemira, distr. de Beja.

**Poço Partido**. Pov. na freguezia de N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro.

**Poço dos Passaros**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro.

**Poço da Pena**. Pov. na freguezia de S. Thiago e conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

**Poço do Peso**. Pov. na freguezia de S. Sebastião e conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Poço Quente**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Poço Redondo**. Povoações nas freguezias: S. Matheus, de Junceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Conceição, de Olalhas, do mesmo conc. e districto.

**Poço da Relva**. Pov. da freguezia de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria.

**Poço Romão**. Sitio muito pittoresco, que fica no fundo d'um abysmo, a cêrca de 300 m. junto da cataracta do Penedo e do rio Corgo, proximo de Villa Real.

**Poço do Salto**. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Jorge, e conc. de Vellas, distr. de Angra do Heroismo.

**Poço Secco**. Pov. na freguezia de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão.

**Poço da Serra**. Pov. na freguezia de Santo André e concelho de Mafra, districto de Lisboa.

**Poço Serrano**. Pov. na freguezia de Santo Ildefonso e concelho de Almodovar, distr. de Beja.

**Poço da Tumba**. Ilha do Pico; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. de S. Roque do Pico, distr. de Horta.

**Poço e Valle**. Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Jorge, conc. de Sant'Anna, distr. do Funchal.

**Poço do Valle**. Pov. na freguezia de Santo Estevão, concelho de Tavira, districto de Faro.

**Poço de Valle de Vacca**. Pov. na freguezia de Santa Maria do Castello, conc. de Tavira, distr. de Faro.

**Poço Velho**. Ilha Graciosa; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. de Santa Cruz da Graciosa; distr. de Angra do Heroismo. || Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de S. Roque, de Rosto de Cão, conc. e distr. de Ponta Delgada. || Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Nave de Haver, conc. de Almeida, distr. da Guarda.

**Poço de Vides**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga

**Pocollo**. Pov. independente do conc. do Humbe, no distr. de Huilla, pov. de Angola, Africa Occidental.

**Poços**. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Santo Estevão, de Barros, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || Santissimo Sacramento, de Burgo, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Lucas, de Freiria, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa. || S. Martinho da Cortiça, conc. de Argauil, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Sá, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || S. Miguel, de Urrô, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Poços dos Ferreiros**. Pov. na freg. de S. Braz de Alportel, concelho e districto de Faro.

**Podame**. Pov. e freg. de S. Cosme, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, districto de Viauna do Castello, arceb. de Braga; 99 fog. e 394 hab. Tem est. post. e fica distante 9 k. da séde do conc. Está situada na margem direita do rio Mouro. A mitra apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis. A terra é muito fertil em cereaes e fructas, e cria muito gado. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

**Podamo**. Pov. da freg. de Santo André de Brancavará, conc. de Diu, na India.

**Podence**. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Macedo de Cavalleiros, distr. e bisp. de Bragança; 88 fog. e 577 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada na estrada real de Bragança a Mirandella, a 8 k da séde do conc. A mitra apresentava o abbade, que tinha 700$000 rs. de rendimento annual. A terra é fertil em todos os generos agricolas, cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece muita caça grossa e miuda. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Miraudella.

**Podengos**. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr de Coimbra.

**Podentes** *(Jeronymo Dias de Azevedo Vasques d'Almeida e Vasconcellos, 1.º visconde e 1.º conde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, bacharel formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, conselheiro, deputado, par do reino, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, condecorado com a medalha n.º 9 das campanhas da Liberdade, governador civil de varios districtos, proprietario abastado em Coimbra, etc. N. em Podentes a 7 de dezembro de 1805, fal. a 19 de agosto de 1855. Era filho de João Pedro Dias de Azevedo Vasques d'Almeida, e de sua mulher D. Theodora Joaquina Henriques de Azevedo. Matriculou-se na faculdade de Medicina na Universidade, e seguia aquelle curso, quando em 1826 se formou o batalhão de voluntarios academicos, por se terem revoltado na provincia da Beira os partidarios do infante D. Miguel. Jeronymo de Azevedo abandonou então os estudos, foi alistar-se no batalhão, e com elle partiu para a Beira a combater os revoltosos, voltando em seguida para a Universidade. No anno de 1828 mandou a Junta do Porto organisar novamente o batalhão de voluntarios academicos, perdoando os actos aos que se alistassem dentro de certo praso. Esta condição repugnou a Jeronymo de Azevedo e a outros estudantes, que deliberaram não se alistarem, como de tão boa vontade o haviam feito em 1826, quando o batalhão se havia organisado pela expontanea iniciativa dos proprios estudantes. Comtudo, Jeronymo Dias de Azevedo foi um dos estudantes que mais concorreram para a revolução liberal de Coimbra a 22 de maio de 1828, havendo-lhe sido conferida a missão de convidar os coroneis de milicias Antonio Dias de Azevedo e José Beruardo Salazar para adherirem á revolução com os seus regimentos. Depois de concluida a sua formatura, foi incorporar se ainda em 1828 no batalhão de caçadores n.º 12, commandado por Francisco Xavier da Silva Pereira, depois conde das Antas, que partia para Miranda do Corvo, e na ponte do Espinhal bateu a guerrilha miguelista do P. Crespo, de Castello Branco. Da ponte do Espinhal veiu a Villa Secca, Sernache e outros logares, assistindo por fim á acção da Cruz dos Morouços, cujo resultado deixou o campo aberto ás mais ferozes perseguições absolutistas. De combinação com os seus dois irmãos Innocencio Elysio Dias de Azevedo e Antonio Beruardo da Costa Cabral, ao tempo juiz de fóra em Penella, organisou uma guerrilha liberal com que muito incommodou as tropas do governo. A 29 de junho de 1829 foi preso proximo de Leiria, e remettido para o Porto, ficando encerrado na cadeia da Relação d'esta cidade. A accusação fôra feita pela alçada do Porto, como agente dos rebeldes, informando os dos movimentos das tropas realistas, de ter acompanhado o batalhão de caçadores n.º 12 a Penella e a Podentes, de haver com seus irmãos formado uma guerrilha, que muito incommodara as tropas fieis, attribuindo-lhe por ultimo a morte praticada por Manuel de Moura de Freitas. A alçada o condemnou á morte, e os seus irmãos a degredo. A pena de morte, porém, foi commutada em degredo perpetuo, confisco dos bens, e a dar tres voltas á roda da fôrca. Em outubro de 1830 veiu para Lisboa a bordo do hiate *Anjo da Paz*, sendo encerrado na Torre de S. Julião da Barra. Acompanhava-o seu irmão Innocencio, que seguiu para o degredo de Rios de Sena em 29 de março de 1831, ficando Jeronymo Dias de Azevedo preso na Torre por falta de navio que o levasse para Benguella, terra destinada ao seu degredo, e com isto muito aproveitaram os seus companheiros de prisão, que encontraram n'elle um medico caridoso, que os tratava das enfermidades produzidas, na maior parte, pelas pessimas condições em que estavam os carceres. Chegando até a tratar do proprio governador Telles Jordão, d'um seu sobrinho e de um seu filho, de que curou de gravissimas doenças, prestando tambem eguaes serviços á officialidade e guarnição da fortaleza. Quando, em attenção aos seus dedicados serviços medicos, lhe offereceram homenagem na praça e até perdão do governo, rejeitou uma e outra cousa, continuando sempre a prestar os soccorros medicos com a maior abnegação e desinteresse, sem nunca receber gratificação alguma pela sua clinica, apezar de o não deixar descançar a Cholera-Morbus, que em 18 de maio de 1833 começou a invadir a fortaleza de S. Julião da Barra e suas cercanias. No meio d'aquelle assolador flagello, tambem foi atacado em 2 de junho, estando em Oeiras na casa de Telles Jordão, que sempre o desejava ter ao seu lado. Jeronymo Dias de Azevedo alcançou finalmente a liberdade no memoravel dia 24 de julho de 1833, indo os seus correligionarios ali buscal-o em triumpho, trazendo-o para Lisboa, porém, quasi moribundo, conservando-se ainda algum tempo doente. Em 18 de abril de 1834 foi nomeado guarda-mór e provedor de saude do porto de Belem, mencionando-se no decreto os seus serviços á Causa Liberal, fazendo justiça ao seu caracter honesto e convicções liberaes. Sendo eleito deputado em diversas legislaturas, desde 1839, pertencia á maioria em 1844, apoiando o ministerio presidido por Costa Cabral, mais tarde conde e marquez de Thomar. Como se dedicava muito aos estudos financeiros, publicou uma serie de folhetos que deram margem a uma viva polemica entre os jornaes defensores da situação, por se saber desde logo, apezar de sairem anonymos, quem era o autor, o qual, tendo o seu logar na maioria, se lembrava com desassombro de atacar os projectos de fazenda do ministro, o barão, depois conde do Tojal, João Gualberto de Oliveira. Estes folhetos fôram os seguintes: *Breves considerações sobre o estado da fazenda publica em junho de 1844, por um deputado; Reflexões sobre o decreto de 30 de junho proximo passado, em que*

*se determinou a arrematação do contrato do tabaco, por um deputado da maioria em julho de 1844.* O *Diario do Governo*, que tinha n'essa epoca redacção polemista, confiada ao conselheiro Carlos Bento da Silva, o *Correio* e a *Restauração*, aggrediram as considerações de Jeronymo Dias de Azevedo, o qual lhes respondeu com os seguintes opusculos: *Redarguição aos ataques da imprensa ministerial contra as doutrinas dos folhetos publicados em 18 de junho e 6 de julho do corrente anno, por um deputado da maioria, autor dos mesmos folhetos; A arrematação do contrato do tabaco, mediante o emprestimo de quatro mil contos, e a' fazenda publica, por um deputado da maioria, Lisboa, 10 de setembro de 1844.* Na revolução de 1846 fez parte da junta provisoria da Beira Alta, e assignou em Vizeu a representação da junta, dirigida á rainha D. Maria II em 26 de maio d'esse anno. Em 1851 foi nomeado governador civil de Vizeu, e em 1852 do Porto, a instancias do seu particular amigo Rodrigo da Fonseca Magalhães. Por decreto de 8 de outubro de 1851 recebeu o titulo de visconde de Podentes, em duas vidas, sendo elevado a conde por decreto de 24 de novembro de 1868. Foi agraciado com a carta de conselheiro, e com a nomeação de par do reino, por decreto de 18 de fevereiro de 1852 Sob a sua direcção se publicou em Vizeu em abril de 1855, o *Viriato*, jornal politico, commercial e noticioso. O conde de Podentes casou a 17 de junho de 1837 com D. Maria Liberata da Costa Mendes de Azevedo, filha de Francisco Antonio da Silva Mendes, rico proprietario e antigo contratador dos tabacos, e de D. Maria Amalia da Costa Mendes. Quando falleceu, havia já muito tempo, que estava afastado da politica.

**Podentes**. Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. do Douro, conc. e com. de Penella, distr. e bisp. de Coimbra; 281 fog. e 952 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e correio com serviço de posta rural. Os duques de Lafões, como senhores e condes de Tentugal, apresentavam o prior que tinha 350$000 réis de rendimento. A pov. é muito antiga, e foi por muitos annos cabeça de julgado do seu nome. A terra é bastante fertil em todos os generos agricolas do paiz, e nos seus montes ha muita caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar,

**Podome**. Pov. na freg. de S. Paio e conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Podoxem**. Pov do commando militar de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Pertence á circumscripção militar de Onda, na mesma provincia de Satary.

**Pôdre** Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

**Podrenda**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Azias, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello.

**Põe**. Rio affluente do Calae, do territorio do Huambo ou Hambo, Africa Occidental. Tem 5 m. de largura por 1 de fundo, e é lodoso. Fala d'elle o explorador Serpa Pinto na descripção da sua viagem através d'Africa.

**Poelra** *(Campanha da)*. V. *Villafrancada*.

**Poelra**. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Poeiro**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. ‖ S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. ‖ N. S.ª da Expectação, de Lageosa, conc. de Oliveira do Hospital, districto de Coimbra.

**Poelo**. Pov. do conc. de Santo Antonio do Zaire, na div. do Mussuco, distr. do Congo, Africa Occidental.

**Poial**. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

**Poiares**. Antigo conc., que desde 1905 se denomina *Villa Nova de Poiares*. V. *este nome*.

**Poiares**. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz-os Montes, conc. de Freixo de Espada á Cinta, com. de Moncorvo, distr. e bisp. de Bragança; 225 fog. e 892 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Douro. Os beneficiados de Freixo de Espada á Cinta apresentavam o vigario, que tinha réis 20$000 de congrua e o pé d'altar. A pov. é muito antiga. E' n'esta freg. a capella de N. S.ª d'Alva, no monte onde estão as ruinas do castello da antiga villa d'Alva, que ha mais de 7 seculos ficou reduzida a uma simples aldeia. Esta freg. é muito abundante d'aguas, e fertil em cereaes e azeite. Consta sómente d'esta pov. e o seu clima é quente, mas saudavel. A sua principal industria é o fabrico de pão, de trigo e de centeio, que se transporta para muitas legoas de distancia. Tem de notavel a ponte e calçada du *Alpragares*, sendo a ponte d'um só arco, mas grande, e a calçada muito ingreme. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. ‖ Pov e freg. de S. Miguel, da prov. do Douro, conc. de V. N. de Poiares, com. de Penacova, distr. e bisp. de Coimbra; 233 fog. e 948 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada de Poiares a Celorico, e a 4 k. da séde do conc. ‖ Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc. e com. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 167 fog. e 678 hab. Dista 14 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Neiva. O mestre escola da sé de Braga (conego) apresentava o vigario, que tinha 60$000 réis e o pé d'altar. A terra é fertil, cria muito gado e tem caça Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. ‖ Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 616 fog. e 2:468 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e pharmacias. Está situada a 8 k. da séde do conc. e a 3 da margem direita do rio Douro e margem esquerda do Corgo, em terreno bastante accidentado, na estrada de Peso da Regoa a Sabrosa. E' uma das mais bellas e pittorescas freguezias da provincia, e nos ultimos tempos tem prosperado muito. A pov. é muito antiga. A creação da freg. foi obra dos cavalleiros do Templo, que tiveram aqui um mosteiro em frente da egreja matriz, do qual ainda em 1876 existia uma torre. No tempo dos templarios tinha a freg. apenas 17 fogos, e como eram senhores d'um vasto territorio por estes sitios, trataram de o aforar aos seus familiares e creados,

obrigando-se para com os foreiros, a edificar a egreja e constituir a freguezia, desmembrando esta terra da freg. de Andrães, a 7 k. de distancia, e da de Abáças, a 5 k. Os templarios tinham aqui grandes rendas, tanto em Poiares e Canellas, como em Villarinho dos Freires, Amêdo, Sámões, Freixial, etc. E quando estas passaram á ordem de Malta, foi dividido em cinco commendas, cada uma das quaes rendia annualmente 2:000$000 rs. Com estes 17 fogos deram principio á freg., que com o tempo se foi povoando e ampliando, que a ella pertenceram as futuras freguezias de Villarinho dos Freires, com a povoação da Granja, Presiguêda, Escavêdas e Alvações do Tanha; Alvações do Córgo, com o logar da Azinheira; e Galafura com a pov. de Covellinhas, á beira do rio Douro. Estas tres freguezias e os logares que lhes são annexos pertenciam á de Poiares, e quando se tornaram parochias, ficaram dependentes da de Poiares. Até 1826 iam os sacristães das tres freguezias, com as respectivas cruzes, assistir á festa do padroeiro, no dia 29 de setembro, sendo obrigados a trazerem o rol dos confessados, e a pagarem 20 réis por cada chefe de familia. Supprimida a ordem dos templarios, em 1311, el rei D. Diniz, em 1319, doou todos os bens da ordem á de Christo, que então havia instituido. Poiares, que era commenda, passou, provavelmente por troca, para a ordem de Malta, ou hospitaleiros, e que primitivamente se chamou de *Rhodes*. Esta ordem dava pousada aos peregrinos que passavam pelas suas commendas, e para esse fim mandaram construir o edificio, com o nome de *Casa da Torre*, ao cimo da freg. O commendador de Poiares tinha a seu cargo as despezas do culto da egreja e a apresentação e pagamento da congrua de parocho, ao qual dava 10$000 réis em dinheiro, 30 alqueires de trigo, duas pipas de vinho, e toda a lenha que lhe fôsse precisa para queimar. O ultimo commendador, fr. José da Silva e Athaide, mandou reedificar a capella-mór, e deu novos paramentos e alfaias de muito valor, para a egreja. Unidos ao seu mosteiro, tinham os templarios vastas officinas e armazens. Depois de 1834, o governo vendeu em praça publica todas as propriedades da commenda, figurando entre ellas uma grande matta de carvalhos, que existia na frente da egreja, que se transformou em vinhas, excellentes campos e em bellas hortas. A freg. de Poiares é composta de 5 aldeias; Poiares, Canellas, Villa Secca, Estrada e Ceara, sendo as duas primeiras as mais importantes, além de muitas e boas quintas. A egreja matriz é um templo vasto e bem situado, mas de singela architectura. Vêem-se ali duas grandes e formosas imagens, feitas no Porto em 1873: a do Senhor dos Passos e a de N. S.ª da Soledade. A torre tem um bom relogio. Esta egreja foi restaurada em 1905, sendo solemnemente inaugurada em setembro d'esse anno, assistindo á cerimonia os bispos de Lamego, Vizeu, Guarda e Cabo Verde. Na egreja ha uma antiquissima cruz de pau santo, de muito valor archeologico; tem mais de um metro d'altura, e é toda coberta de laminas de prata, de esquisito lavor, com varias figuras, um crucifixo, tambem de prata, e uns celebres cordões do mesmo metal. Teve uma peanha, tambem muito esquisita, em fórma de cabaço, e de prata, pela qual um dos commendadores deu em troca uma cruz do mesmo metal, que os francezes roubaram em 1807 ou em 1808. Poiares foi por muitos annos do julgado de Panoias, depois passou a ser do julgado de Canellas de Poiares, e desde 1855 que pertence ao conc. e com. de Peso da Regoa. E' fertil em generos agricolas e em vinho fino. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Arrifana de Poiares, conc. de V. N. de Poiares, distr. de Coimbra. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, do mesmo districto.

**Poilão.** Ilha do archipelago de Bijagoz, na costa da Guiné, Africa Occidental. E' a mais meridional de todo o archipelago, e tambem uma das mais pequenas, pois que não chega a medir 1 k quadrado. E' muito arborisada, e quasi inaccessivel por causa dos rochedos que a cercam.

**Poilão Cabral.** Pov. da freg. de S. Lourenço dos Orgãos, no conc. da Praia, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Poilão de Leão.** Vasto territorio do conc de Cacheu, na praia da Guiné, Africa Occidental. Está situado a 60 k. da villa de Cacheu, nas margens d'um esteiro do rio S. Domingos, e houve n'elle uma importante fazenda agricola.

**Poinguenim.** Pov. do conc. de Quepem, Novas Conquistas, India.

**Poinguinim.** Pov. e regedoria do conc. de Canácona, Novas Conquistas, no distr. e arcob. de Gôa, India. Está situada a O e a 3 k. da costa, na zona de terreno entre os rios Talpona e de Galgigaba.

**Poio.** Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Mexilhoeira Grande, conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || N. S.ª do Amparo, de Mira, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria || S. Sebastião, de Serro Ventoso, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel e conc. de Fornos d'Algôdres, distr. da Guarda || Serra do distr. de Vizeu, na freg. de Avões, conc. de Lamego. || Leziria que communica com um braço do mesmo nome no rio Tejo.

**Poios.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, concelho de Pombal, distr. de Leiria.

**Poja.** Pov. na freguezia de S. Martinho, de Escariz, concelho de Villa Verde, distr. de Braga.

**Pojeira.** Pov. na freguezia de Santa Maria, de V. N. de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Poldamata** *(Casal da)*. Na freguezia de S. Bento e concelho de Mêda, distr. da Guarda.

**Polorães.** Pov. na freguezia de S. Martinho, de Avidos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Poldras.** Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello || Santa Christina, de Pousa, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Paio, de Segude, conc. de Monsão, districto de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Conceição e conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || N. S.ª d'Assumpção e concelho de Vouzella, distr. de Vizeu. || Espirito Santo, de Villa Secca, conc. de Armamar, do mesmo districto.

**Poldreiro.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Pole**. Pov. na freguezia de S. Thiago, de Roufe, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Polem**. Pov. do concelho de Canácona, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Estrada para Nova Gôa.

**Policia**. V. vol. III, a pag. 850.

**Polide**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sanfins, conc. de Chaves, distr. de Villa Real.

**Polima**. Pov. na freg. de S. Domingos de Rana, conc. de Cascaes, distr. de Lisboa. Tem correio com serviço de posta rural.

**Politeiro**. Pov. na freg. do Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga.

**Polla** *(Cesar)*. Artista dramatico muito apreciado. N. no Algarve a 13 d'abril de 1851, fal. em Lisboa a 19 de junho de 1891. Pertencia a uma familia muito distincta e estimada. Depois de fazer os seus estudos, exerceu alguns cargos politicos importantes, como o de administrador de concelho, secretario do governo civil de Faro, etc. Tendo uma grande paixão pelo theatro, cultivava a arte dramatica, como amador muito distincto. N'uma occasião em que fôram muito renhidas e disputadas as eleições para deputados, trabalhou com o maior interesse e dedicação a favor do candidato governamental, conseguindo vencer; quando o governo indagou o premio que Cesar Polla pretendia, teve em resposta, que desejava unicamente ser classificado como actor no theatro de D Maria II. A sua ambição foi immediatamente satisfeita. Escripturou-se em 1869, no referido theatro, então administrado pelo governo, debutando no drama em 5 actos, de Ernesto Biester, *Os Diffamadores*. Apezar do papel não ser muito importante, foi logo muito bem recebido pelo publico, que não lhe regateou applausos. Conservou se no theatro de D. Maria II até 1872, e apezar de ter ao lado artistas distinctissimos e dos mais notaveis, conseguiu evidenciar-se, provando assim o seu grande valor artistico. Um dos seus primeiros papeis foi o de Bevallan, na *Vida d'um rapaz pobre*, em que alcançou um completo triumpho; animado por este successo, continuou a trabalhar, conquistando em poucos annos logar entre os primeiros actores pelo desempenho magistral do papel do advogado Pomerol no drama *Fernanda*, que foi uma das suas mais gloriosas corôas. Na sua carreira artistica encontrou sempre unanimes e enthusiasticos applausos, como no papel de Mirabeau no drama *Maria Antonietta*, no Angely do *Marion Delorme*, Didier nos *Nobres e plebeus*, *Pena de Talião*, *O Juiz*, etc. De 1872 a 1877 esteve escripturado no Gymnasio, indo depois para o Porto, onde trabalhou uma epoca no theatro do Principe Real, voltando para o Gymnasio em 1884, como actor de segunda classe. Nas epocas que estevo n'este thoatro, ora como escripturado, ora como associado da empresa, distinguiu se muito nas seguintes peças: *Afilhado de Pompignac*, *Filho de G boyer*, *Lazaristas*, *Mosqueteiros do rei*, *Filunica*, *Calumnia*, *Familia Mongrol*, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, etc Reformado como actor de segunda classe, Polla começou a representar menos. Do Gymnasio passou ao Principe Real, e ahi ainda appareceu n'algumas peças alcançando ruidosos applausos, como na *Maria Antonietta*, desempenhando o papel de Luiz XVI, que tinha sido feito primitivamente por José Carlos dos Santos. Não tardou, porém, que a doença de que soffria, uma bronchite, se aggravasse, deterioraudo-lhe a voz, e impedindo-o de reprentar grandes papeis, e até mesmo pequenos papeis, muitas noites successivas. Polla foi duas vezes ao Brazil com a empresa Alvaro, Brandão e Gil, e ali representou com o maior successo na Bahia, Rio de Janeiro, Santos, S. Paulo, Campinas, Pernambuco, etc. Um anno lembrou-se de fazer uma digressão ao Algarve, e organisando uma pequena companhia, para ali partiu. Foi verdadeiramente um passeio triumphal, pela recepção brilhante e enthusiastica que os seus patricios lhe prepararam. Polla era casado com a actriz Maria das Dôres. A sua morte foi muito sentida no theatro, foi uma sensivel perda para a arte dramatica.

**Polo**. Pov. na freg. de Sauta Christina, de Padroeiro, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Polvarinho**. Pov. na freguezia de S. Pedro, de Salgueiro, coucelho e distr. de Castello Branco.

**Polvora**. V. *Barcarena* e *Chellas*.

**Polvoreira**. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, concelho e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 173 fog. e 749 hab. Está situada perto da juncção da estrada de Paços de Ferreira a Guimarães com a de Louzada tambem a Guimarães, a 4 k. da séde do conc. As religiosas franciscanas do convento de Santa Clara, de Villa do Conde, apresentavam o abbade, que tinha 450$000 reis de rendimento annual. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante.

**Polvorosas**. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Commenda, conc. de Gavião, distr. de Portalegre. Tem caixa postal.

**Pomadas**. Pov. na freguezia de Santa Maria, de Caires, conc. conc. de Amares, distr. de Braga.

**Pomar**. Povoações nas freguezias: S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, districto de Faro. || Ilha da Madeira e distr. do Funchal: Santa Quiteria, de Boa Ventura, conc. de S. Vicente; S. Jorge, conc. de Sant'Anna; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol. || N. S.ª d'Assumpção, de Cacella, conc. de Villa Real de Santo Antonio, distr. de Faro. || S. Braz e conc. da Chamusca, distr. de Santarem. || Santo André, de Gião, conc. da-Feira, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Mazedo, conc. de Monsão, districto de Vianna do Castello. || S. Thiago, do Penso, conc. de Melgaço, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || N S.ª da Espectação, de Souzella, conc. da Louzada, distr. do Porto. || O Salvador, de Tagilde, conc. de Guimarães, distr. de Braga || S. Mamede, de Villarinho, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || N. S.ª da Conceição, de Cabrella, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora. || S. Mamede de Sádão, conc. de Grandola, distr. de Lisboa. || S. Salvador, de Monsanto, conc. de Idanha-a-Nova, distr. de Castello Branco. || Santa Maria e conc. de Odemira, distr. de Beja. || S Pedro, de Vaqueiros, conc de Alcoutim, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Peuacova, distr. de Coimbra.

**Pomar do Baptista**. Ilha da Madeira; pov. na freg. do Salvador e conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

**Pomar de Borboledo.** Ilha da Madeira; pov. na freguezia de N. S.ª da Piedade, de Canha, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

**Pomar da Broa.** Pov. na freguezia de S. Braz, de Varzea, conc. de Elvas, distr. de Portalegre.

**Pomar do Cataxo.** Pov. na freg. de N. S.ª dos Martyres e conc. de Arraiollos, distr. de Evora.

**Pomar das Casas Novas.** Pov. na freg. de S. Brissos, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

**Pomar dos Castellos.** Pov. na freg. de S. Sebastião, de Giesteira, conc. e districto de Evora.

**Pomar da Cera.** Pov. na freguezia de S. Julião e conc de Setubal, distr. de Lisboa.

**Pomar da Chave.** Pov. na freguezia de N. S.ª na Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

**Pomar Côvo.** Pov. na freguezia de S. Verissimo, de Lagares, conc. de Felgueiras, districto do Porto.

**Pomar do Espinheiro.** Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Graça de Divor, conc. e distr. de Evora.

**Pomar do Estanque de Cima.** Pov. na freg. de N. S.ª da Boa Fé, concelho e distr. de Evora.

**Pomar do Ferraz.** Pov. na freg. de S Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, distr. de Evora.

**Pomar da Gilblaceira.** Pov. na freg. de S. Matheus, conc. de Montemór-o-Novo, districto de Evora.

**Pomar Grande.** Pov. na freguezia de Santa Maria, de Anjos, conc. de Vieira, distr. de Braga.

**Pomar da Guarda.** Pov. na freguezia de S. Brissos, conc. de Montemór o Novo, districto de Evora.

**Pomar de D. João.** Ilha da Madeira; pov. na freguezia de N. S.ª da Luz e conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal.

**Pomar de Ledo.** Pov. na freg. de S. Mamede, de Gondiães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Pomar Longo.** Pov. na freguezia de S. Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga.

**Pomar Maior.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, districto de Braga.

**Pomar do Meio.** Povoações nas freguezias: S. Gens, conc. de Montemór-o Novo, distr. de Evora. || S. Sebastião, de Giesteira, conc. e distr. de Evora.

**Pomar do Miradouro.** Ilha da Madeira, pov. na freguezia de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal

**Pomar Novo.** Ilha de S. Miguel; pov. na freg. de N. S.ª dos Anjos, de Fajã de Baixo, conc. e distr. de Ponta Delgada.

**Pomar e Pedra.** Dois logares reunidos na freguezia de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Pomar de Pégoras.** Pov. na freguezia de Santa Sophia, conc. de Montemór o-Novo, distr. de Evora.

**Pomar de Peniche.** Pov. na freguezia de N. S.ª da Boa Fé, conc. e distr. de Evora.

**Pomar de Pizão.** Pov. na freg. de N. S.ª da Boa Fé, conc. e distr. de Evora.

**Pomar da Rainha.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real.

**Pomar da Rocha.** Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Bento, de Ribeira Brava, concelho do Ponta do Sol, distr. do Funchal.

**Pomar da Serra.** Pov. na freg. de S. Theotonio, conc. de Odemira, distr. de Beja.

**Pomar do Solheiro.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Pomar d'Ufe.** Pov. na freg. de S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Pomar Velho.** Povoações nas freguezias: Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Ilha da Madeira; S. Braz, de Arco da Calheta, conc. da Calheta, distr. do Funchal. || S. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

**Pomaraço.** Pov. na freg. de Santa Lucrecia, de Aguiar, conc. de Barcellos, distr de Braga.

**Pomarão** *(James Mason, 1.º barão do).* Foi o 1.º visconde de Mason de S. Domingos. V. este titulo, *Portugal.* vol. IV, pag. 908.

**Pomarão.** Pov. na freg. de Sant'Anna de Cambas, conc. de Mertola, distr. de Beja, situada entre e junto á confluencia do rio Chança com o Guadiana, e servindo de porto á importante mina de S. Domingos, que com ella está ligada pelo caminho de ferro proprio. Tem est. telegrapho-postal com serviço de encommendas.

**Pomarelhe.** Pov. na freg. de S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

**Pomarelho.** Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Barrosas, conc. de Louzada, distr. do Porto || S. Miguel, de Cabaços, conc. do Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Fonte Arcada, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Martinho de Valbom, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Pomarelhos.** Povoações nas freguezias: S. Salvador, de Salvador do Monte, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Torgueda, conc. e distr. de Villa Real. Tem correio com serviço de posta rural.

**Pomares** *(D. Luiz Maria de Carvalho Daun e Lorena, marquez de).* Moço fidalgo da Casa Real com exercicio no paço, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; gran-cruz da de Leopoldo da Belgica, governador civil de Lisboa, vogal extraordinario do Supremo Tribunal Administrativo, deputado, par do reino vitalicio, presidente da camara municipal de Lisboa, etc. N. n'esta cidade a 9 de maio de 1828, onde tambem fal. a 2 de dezembro de 1894. Era filho dos terceiros condes da Redinha, Nuno Gaspar de Carvalho Daun e Lorena e D. Maria Victoria de Sampaio Mello e Castro. Exerceu elevados cargos, como o de vereador da camara municipal nos biennios de 1856 a 1867, e de 1868 a 1869, sendo eleito presidente da mesma camara; por tres vezes foi governador civil de Lisboa, pelos decretos de 7 de setembro de 1870, de 23 de outubro de 1879, e de 9 de dezembro de 1886, tendo sido exonerado a seu pedido, pelos decretos de 6 de fevereiro de 1871, 12 de outubro de 1880 e de 13 de dezembro de 1888. Por decreto

de 23 de outubro de 1879 fez parte da commissão municipal, sendo nomeado presidente. Foi vogal extraordinario do Supremo Tribunal Administrativo, por nomeação de 3 de fevereiro de 1888. Desde 1868 que exercia o cargo de provedor do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para raparigas abandonadas, a que prestou muitos e valiosos serviços. Pertencendo ao partido progressista, foi pela primeira vez deputado em 1869, eleito pelo primeiro bairro de Lisboa, que o elegeu ainda em outras legislaturas. Em 1880 foi nomeado par do reino. Por occasião do casamento do principe real, mais tarde rei D. Carlos I, em 1886, foi presidente da grande commissão dos festejos que se organisou; foi tambem presidente da grande commissão nacional, e da assembléa geral da Companhia dos tabacos, da assembléa geral da Empresa Tauromachica, vice-presidente da Sociedade da Cruz Vermelha, e presidente da grande Commissão Central 1.º de Dezembro. O marquez de Pomares casou em 30 de janeiro de 1860 com sua sobrinha D. Maria Manuela de Brito e Castro de Figueiredo e Mello da Costa, filha de sua irmã D. Maria Ignez da Luz de Carvalho Daun e Lorena, e de Antonio de Brito e Castro de Figueiredo e Mello da Costa, doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Christo. Foi agraciado com o titulo de marquez de Pomares por decreto de 26 de maio de 1886. O seu brazão é um escudo com as armas dos Carvalhos: Em campo azul uma estrella de ouro entre uma quaderna de crescentes de prata; timbre, um cysne de prata com uma estrella de ouro no peito, armado de ouro.

**Pomares**. Pov. e freg. de Santa Luzia, da prov. do Douro, conc. e com. de Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 560 fog. e 2:302 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 14 k. da séde do conc. e está situada n'um valle, a 4 k. da margem esquerda do rio Alva. O cabido da sé de Coimbra apresentava o cura, que tinha 8$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria muito gado e tem muita caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut, res. n.º 23 com a séde em Coimbra. || Pov. e freg. de S. Bento, da prov. do Alemtejo, conc., com., distr. e arceb. de Evora; 22 fog. e 98 hab. Está situada entre regatos, a 6 k. da ribeira de Oriolla, e a 19 da séde do conc. O arcebispo apresentava o cura, que tinha 120 alqueires de trigo e 30 de cevada. A terra é muito fertil em cereaes e sobretudo em fructas. tem grande abundancia de caça grossa e miuda: Tambem cria gado de boa qualidade. A pov. é muito antiga, e muito celebre pelo famoso templo de Venus, fundado por Sertorio, no anno 80 antes da vinda de Christo. Estava edificado no monte, que tambem se chamou de S. Gens. Não restam vestigios d'este templo, porque os duques de Bragança o mandaram demolir, para com os seus materiaes edificarem mosteiros em Villa Viçosa. Não é menos celebre pelas victorias alcançadas por estes sitios pelo grande Viriato contra os romanos. A pov. pertence á 4.ª div. mil. e ao dist. de recrut. o res. n.º 11, com a séde em Setubal. || Pov. e freg. de Santa Maria Magdalena, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 138 fog. e 519. hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com o serviço de posta rural. A pov. dista 17 k. da séde do conc. e está situada em tres regatos, que fórmam mais abaixo as ribeiras de Cabras, Massueime e Pega. O prior d'Arganil apresentava o cura, que tinha 12$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é pouco fertil, mas cria bastante gado miudo e algum bovino. Tem muita caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. res. n.º 12, com a séde em Trancoso. Esta freg. era do conc. da Guarda, e passou para o de Pinhel por decreto de 12 de julho de 1895. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aguas Santas, conc. da Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Espinho, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu. || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Martim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Serrazes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || Serra do distr. de Evora. E' uma ramificação da serra de Espinheira, em direcção de E. a N. Tem dois altos picos, um na extremidade E. de 256 m., e outro a O., chamado Outeiro das Oriollas, de 360 m. A serra tem 15 k. de comprimento e 5 de largura.

**Pomarinho** (*Estevão da Costa Pimenta de Sousa Menezes, 1.º barão de*). Major reformado; cavalleiro das seguintes ordens: Torre e Espada, Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e S. Bento de Aviz; condecorado com as medalhas das campanhas da Liberdade, algarismo n.º 9, com as de ouro de valor militar, bons serviços e comportamento exemplar. N. em Braga a 12 d'agosto de 1812; ignora-se a data do fallecimento. Era filho de José da Costa Pimenta, e de sua mulher D. Thomazia Rosa de Sousa e Menezes. Assentou praça em 8 de dezembro de 1826, e emigrou com a divisão constitucional para Galliza, e d'ali para a ilha Terceira a 30 de junho de 1828. Fez parte dos 7:500 bravos, que a 8 de junho de 1832 vieram desembarcar nas praias do Mindello; cedeu todos os vencimentos a favor do Estado desde que assentou praça até 1 de julho de 1832. Fez toda a campanha, seguindo os postos até ao de capitão, e reformou-se em major por decreto de 21 de julho de 1863, e pela ordem do exercito n.º 28, de 5 de junho de 1869, foi nomeado commandante dos fortes de Buarcos e da Figueira da Foz. Casou duas vezes: a primeira, em janeiro de 1853, em Lisboa, com D. Maria Rosa da Encarnação Costa e Silva, que fal. a 1 de janeiro de 1876, filha de Antonio Jorge da Costa e Silva, e de sua mulher, D. Rosa Maria Coelho Costa e Silva; a segunda vez casou em Sacavem, a 11 de agosto de 1883, com D. Maria Henriqueta Branco de Menezes. Foi agraciado com o titulo de barão de Pomarinho, por decreto de 25 de maio de 1870.

**Pomarinho**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Boa Fé, conc. e distr. de Evora. || S. Pedro, de Calvello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Jorge, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Natividade, de Safira, conc. de Montemór o-Novo, distr. de Evora.

**Pomba**. Pov. na freg. de S. Romão, de Alferce, conc. do Monchique, distr. de Faro.

**Pomba Côrte Real** (*Fr. João da Annunciação*). Religioso da Ordem Terceira de S. Francisco. N. em Lisboa a 30 de setembro de 1693, e fal. a 21 de dezembro de 1773. Foi quem mandou imprimir a *Critica da Critica e defensa da defensa*, a favor do poema de Francisco de Pina de Mello, intitulado *O Triumpho da religião*, e ahi mesmo vem uma *Carta* sua gratulatoria e apologetica ao autor do poema.

**Pombaes** Povoações nas freguezias: S. Julião, de Calendario, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Castellões, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santissimo nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Ilha da Madeira; N. S.ª da Conceição e conc. de Porto Moniz, distr. do Funchal. || S. Thiago, conc e distr. de Beja. || Ribeira do distr. do Lisboa. N. nas proximidades de A da Beja, na freg. de Bellas, corre a S E e depois a N E, passa proximo de Pombaes, a E de Odivellas, e na freg. da Povoa de Santo Adrião, onde tem ponte, e entra no rio de Sacavem com 10 k. de curso.

**Pombal** (*Antonio de Carvalho e Mello Daun e Albuquerque e Lorena, 5.º conde de Santhiago de Beduido, 6.º marquez de*). Gentil-homem da Real camara, par do reino, tomando assento na respectiva camara na sessão de 10 de fevereiro de 1888, gran-cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição do Villa Viçosa, cavalleiro da Corôa d'Italia, e da de Carlos III de Hespanha, addido de legação, doutor em sciencias politicas e administrativas pela Universidade Catholica de Lovaina N. em Lisboa a 27 de dezembro de 1850, sendo filho do 5.º marquez do mesmo titulo, Manuel José de Carvalho Mello Daun Albuquerque e Lorena, e de sua primeira mulher, D. Margarida Manuel de Noronha. Por morte de seu irmão primogenito, o 1.º conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Mello Daun e Lorena, que fal. em 10 de março de 1874, sem ter descendencia, herdou o titulo de marquez de juro e herdade, por decreto de 21 de outubro de 1886. O 7.º conde de Oeiras havia casado a 2 de maio do anno de 1870, com D. Francisca Emilia Pereira da Silva de Sousa e Menezes, filha dos 2.ºs condes de Bertiandos. Esta senhora passou a segundas nupcias em 27 de maio de 1876, com D. Pedro de Lencastre, filho dos 2.ºs condes das Alcaçovas. O sr. marquez de Pombal casou em 1873 com D. Maria do Carmo Fernandes, dama honoraria da rainha D. Amelia, filha de Joaquim José Fernandes, negociante da praça de Lisboa, director do Banco de Portugal, capitalista e proprietario, e de sua mulher D. Maria do Carmo Romeiro Fonseca Fernandes.

**Pombal** (*Henrique José de Carvalho e Mello, 2.º conde de Oeiras e 2.º marquez de*). Gentil-homem da rainha D. Maria I. N. em Lisboa em 1748 e fal. no Rio de Janeiro a 26 de maio de 1812. Era filho de Sebastião José de Carvalho e Mello, 1.º conde de Oeiras e 1.º marquez de Pombal, e de sua segunda mulher, D. Leonor Ernestina Eva Wolfanga Josepha Foi herdeiro dos vinculos instituidos por seus avós, e augmentados por seu pae. O titulo de marquez de Pombal de juro e herdade foi-lhe concedido por decreto de 26 de junho de 1786. Transcrevemos do vol. II da *Rezenha das familias titulares e grandes de Portugal*, a pag. 292, este honroso decreto: «com dispensa de taes vidas fóra da lei mental, gozando, por graça especial, do titulo de conde de Oeiras os immediatos successores, e com assentamento de 322$858 reis cada anno: da Alcaidaria-mór da cidade de Lamego, com tudo o que lhe pertence, tambem de juro e herdade, com as mesmas taes dispensas fóra da lei mental; do senhorio da villa de Oeiras com a jurisdicção de apurar as eleições da Camara, e de confirmar as pessoas que fôrem eleitas, com a regalia de se chamarem por elle, e de irem as appellações que saem dos juizes ordinarios da dita villa, para o ouvidor d'ella, que o referido donatario nomear, querendo; de poder dar as propriedades dos officios da Camara, Tabellião Escrivão dos Orphãos, chamando tambem por elle; servindo todos pelas cartas que lhe mandar passar, reservando sómente a correição e maior alçada: do Reguengo de Oeiras, por successão na fórma da mercê e da doação feita a seu pae e Marquez de Pombal, com o relêgo da mesma sorte que tem o outro Reguengo chamado da A-par de Oeiras, com todos os direitos e pertenças, assim como pertencia á real fazenda; com os quartos e direitos de Oeiras, com a clausula de ficarem obrigados ao seu Morgado por successão, na fórma das vocações d'elle; ficando para sempre com a natureza de bens patrimoniaes para todos os herdeiros e successores da sua casa em Morgado, com a faculdade de poder nomear Almoxarife que seja Juiz dos Direitos Reaes, Escrivão de seu cargo, e feitor do pescado, para cobrarem executivamente os direitos e rendas: como tambem os direitos do Reguengo sobrogado com a casa de Cascaes: comprehende-se em tudo a dizima do pescado e direitos de Paço d'Arcos, para os ter e seus successores na conformidade do Foral; e tudo com a dita dispensa de tres vidas fóra da lei mental; com a declaração, porém, que, emquanto aos direitos do pescado se verificará esta mercê na fórma que Eu ainda fôr Servida resolver: do Senhorio da villa de Pombal com a nomeação das justiças e officiaes instituidos n'ella e os de tabelliães, á excepção da correição e alçada: de poder nomear Ouvidor letrado para a dita villa sendo approvado pela Mesa do Desembargo do Paço, com a faculdade de poder conhecer das appellações e aggravos dos Juizes Ordinarios; e tendo o mesmo Ministro o predicamento de Juiz, de Fóra de cabeça de comarca, tudo de juro e herdade: e bem assim, mais da jurisdicção de apurar a eleição da camara da mesma villa, e de confirmar os que fôrem eleitos, e de se chamarem, por elle; e de poder dar os officios da Camara, Tabelliães e Escrivães dos Orphãos, que tambem, se chamarão por elle, e servirão pelas cartas, que lhes passar, tudo de juro e herdade, para sempre, na fórma da lei mental com dispensa de tres vidas fóra d'ella: egualmente lhe faz mercê das Commendas de Santa Marinha da Matta de Lobos, no bispado de Lamego da de S. Miguel de Tres Minas, ao arcebispado de Braga, ambas na ordem de Christo; em cumprimento da primeira das vidas n'ellas concedidas ao sobredito marquez seu pae, por alvará de 24 de outubro de 1766, ficando com esta mercê extincta a dita vida. Lisboa 26 de julho de 1786, com a rubrica da Rainha.»

A' vista d'este decreto, a rainha D. Maria I reconheceu afinal os serviços do grande estadista, galardoando tão bizarramente o filho. O 2.º marquez de Pombal ainda exerceu alguns logares honorificos, além do de gentil-homem da real camara. Casou em 1764 com D. Maria Antonia de Menezes, filha de D. José de Menezes, da casa dos condes de Caparica. Não tendo successão, passou o titulo a seu irmão José Francisco Xavier de Carvalho e Daun, que foi o 3.º conde de Oeiras, 3.º marquez de Pombal, e 1.º conde da Redinha.

**Pombal** (*José Francisco Xavier de Carvalho Mello e Daun, 3.º conde de Oeiras e 3.º marquez de*). Foi o 1.º coudo da Redinha. V. *este titulo*

**Pombal** (*Manuel José de Carvalho Mello Daun Albuquerque e Lorena, 6.º conde de Oeiras e 5.º marquez de*). Gentil-homem da camara d'el-rei D. Fernando II; par do reino, gran-cruz das ordens de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e de Christo; balio da de S. João de Jerusalem; gran-cruz da de Ernesto Pio de Saxe de Coburgo; da de Carlos III, de Hespanha, etc. N. em Lisboa a 3 de março de 1821, onde tambem fal a 4 de outubro de 1886. Era filho de Sebastião José Carvalho Mello e Daun, 4.º marquez de Pombal, 4.º conde de Oeiras e 2.º conde da Redinha, e de sua mulher D. Leonor Ernestina de Saldanha Oliveira e Daun. Succedeu no titulo de conde de Oeiras a seu irmão mais velho, o 5.º conde, João de Carvalho Albuquerque Daun e Lorena, que fal. solteiro, nos vinculos, casa de seus paes e no titulo de marquez de Pombal, por decreto de 23 de fevereiro de 1834. Casou a 2 de julho de 1846 com D. Margarida Manuel de Noronha, que fal. a 16 de dezembro de 1859, dama de honor da rainha D. Estephania, filha dos 10.ºs condes d'Atalaia; passou a segundas nupcias a 29 de novembro de 1866 com D. Maria Rita de Castello Branco, dama de honor da rainha D. Maria Pia, filha natural de D. João Castello Branco, que foi veador da princeza D. Maria Benedicta, brigadeiro reformado, e filho dos 1.ºs marquezes de Bellas. A senhora marqueza viuva casou segunda vez, a 15 de dezembro de 1888, com o visconde d'Asseca, fallecido em 5 de maio de 1910.

**Pombal** (*Sebastião José de Carvalho e Mello, 1.º conde de Oeiras e 1.º marquez de*). Celebre ministro d'el-rei D. José I, o mais notavel estadista do seu tempo, não só de Portugal, como de toda a Europa. N. em Lisboa a 13 de maio de 1699, sendo baptisado a 6 de junho do mesmo anno na freguezia das Mercês, então installada na capella da mesma invocação existente na rua Formosa, a qual pertencia a sua familia; fal. em Pombal a 8 de maio de 1782. Era filho do capitão de cavallaria e fidalgo da Casa Real, Manuel de Carvalho e Athaide (V. *Portugal*, vol. I, pag. 846), e de sua mulher D. Thereza Luiza de Mendonça e Mello, filha de João d'Almeida e Mello, senhor dos morgados dos Olivaes e de Souto d'El-Rei. Frequentou na Universidade de Coimbra o primeiro anno juridico, mas dotado d'um genio versatil e d'um insaciavel desejo de dominar e de não ser dominado, abandonou os estudos, resolvendo-se a seguir a carreira das armas, por julgar ser essa a sua vocação, e foi assentar praça de cadete. Vendo, porém, que no serviço militar a obediencia era mais exigida que em Coimbra, pediu a demissão, e entregou-se á vida ociosa, dedicando-se comtudo ao estudo da historia, da politica e da legislação. Alguns biographos dizem que estas informações não se baseiam em factos irrecusaveis, mas o que não offerece duvida é que Sebastião de Carvalho, na sua mocidade, figurou no grupo dos *capotes brancos*, um d'aquelles bandos de fidalgos aventureiros que perturbavam com as suas orgias a tranquillidade da capital. Energico, decidido, brioso, de figura sympathica, era bem visto pelas damas, e por elle se apaixonou uma sobrinha do conde dos Arcos, D. Thereza de Noronha e Bourbon, dama da rainha D. Maria Anna d'Austria, filha de D. Bernardo de Noronha, e de sua mulher, D. Maria Antonia d'Almada. Esta senhora nasceu em 1689, casou a 17 de julho de 1714 com seu primo Antonio de Mendonça Furtado, de quem enviuvou em fevereiro de 1718, e casou em segundas nupcias, a 16 de janeiro de 1723, aos 34 annos, com Sebastião de Carvalho. Os novos esposos fôram viver para uma quinta que o futuro conde de Oeiras e marquez de Pombal possuia em Soure, e ali continuou com interesse os seus estudos de historia, de politica e de legislação. Um seu tio, o arcipreste Paulo de Carvalho, o apresentou ao cardeal Motta, ministro e valido d'el rei D. João V, e pela influencia d'este prelado, foi nomeado em 1733 socio da Academia Real de Historia Portugueza, que fôra fundada em 1720, tendo pouco depois a incumbencia de escrever a historia d'alguns dos monarchas portuguezes, que nunca satisfez. Em 1739 foi enviado a Londres como ministro plenipotenciario, e ali prestou relevantes serviços, mostrando grande energia e não vulgar intelligencia, arrancando sobretudo ao ministerio do duque de New-Castle muitas das isenções para os negociantes portuguezes em Londres, que tinham em Lisboa os negociantes inglezes, e o reconhecimento do direito que tinham as autoridades portuguezas de punir os excessos praticados pelos capitães de navios inglezes em terras e costas de Portugal. Sebastião de Carvalho soffreu em Inglaterra o grande desgosto da morte de sua mulher, que falleceu em 27 de março d'esse anno, legando-lhe todos os bens da sua grande casa. Durante o tempo que esteve em Londres, apezar das instituições inglezas lhe não terem causado grande influencia, e que não pensou em implantar em Portugal, no entretanto, n'aquelle grande centro civilisador entregou-se ao estudo de todas as graves questões administrativas. El-rei D. João V ordenou-lhe, que reunisse em Inglaterra uma collecção de biblias hebraicas, e de tudo quanto pertencesse a seus ritos, leis, costumes e policia, em qualquer das linguas vivas. Aquella preciosa collecção chegou a Lisboa no anno de 1743, e foi para a bibliotheca do palacio real. O modo habil como Sebastião de Carvalho dirigiu em Londres as negociações de que fôra encarregado, chamou para elle a attenção do governo portuguez, e, quando rebentou entre as côrtes de Vienna d'Austria e de Roma uma discordia relativa aos

Brazão do Marquez de Pombal

direitos de *nomina* da curia, tendo sido o governo portuguez eleito para medianeiro, foi Sebastião José de Carvalho nomeado para dirigir as negociações da côrte de Vienna, para onde se dirigiu em 1745. Foi bastante feliz n'esta nova occupação, e conseguiu sanar a discordia e lançar as bases do tratado entre as duas corôas, assim como depois conseguiu apaziguar novas dissenções entre o imperador Francisco I e o papa Benedicto XIV, por este não querer confirmar na pessoa do arcebispo eleitor de Moguncia uma multidão de beneficios, que o imperador lhe concedia. Em Vienna enamorou-se d'uma senhora da côrte, D. Leonor Ernestina Eva Wolfanga Josepha, condessa de Daun, filha de Henrique Ricardo Lourenço, Feld Marechal general, conde de Daun do Sacro Romano Imperio, e de sua mulher, D. Violante Josepha, condessa de Bromond, em Bayersberg. O conde de Daun foi adversario muitas vezes victorioso de Frederico o *Grande* da Prussia. Estas nobres familias tiveram duvidas em consentir no casamento, mas mandando-lhe dizer a archi-duqueza rainha de Portugal, D. Maria Anna d'Austria, que Sebastião José de Carvalho era de nobre ascendencia, accederam ao casamento, o qual se realisou em 18 de dezembro de 1745. Pouco tempo se demorou em Vienna, porque se não dava bem com o clima, e como o celebre medico Van Swieten, que o tratava, lhe aconselhasse, que voltasse á patria, Sebastião de Carvalho pediu e obteve a sua demissão, e nos ultimos annos do reinado de D. João V regressou a Lisboa. Em 31 de julho de 1750 morreu o monarcha, e subindo ao throno seu filho D. José, a rainha viuva, que se tornara muito amiga da mulher de Sebastião de Carvalho, que fôra nomeada sua dama de honor, instou com o novo soberano para que nomeasse o antigo embaixador secretario de Estado dos negocios da guerra e estrangeiros. Assim se fez logo no dia 3 de agosto, sendo ao mesmo tempo nomeado secretario de Estado da marinha e ultramar Diogo de Mendonça Côrte-Real, filho do antigo e celebre ministro de D. João V. Com Pedro da Motta, secretario de Estado, que el-rei D. José encontrou em exercicio, ficou o ministerio completo. Havia apenas bem poucos dias que estava no poder, quando rebentou o terrivel incendio do hospital de Todos os Santos, a 10 de agosto de 1750, que serviu logo para manifestar a energia e desembaraço de Sebastião de Carvalho. Não tardou muito que o antigo diplomata adquirisse no conselho do rei uma grande influencia, que se quiz attribuir a differentes causas, mas cujo motivo principal estava, segundo as melhores opiniões, na intelligencia superior e na vontade energica do futuro marquez de Pombal, que facilmente subjugou os seus collegas e adquiriu no ministerio a iniciativa e a preponderancia. Os homens como elle, pódem pelas circumstancias ser afastados do poder, mas apenas entram n'elle, assenhoreiam-se da direcção suprema pelo direito da sua energia, da sua actividade e do seu talento. Além d'isso, nenhum dos outros ministros era capaz de luctar com elle. Diogo de Mendonça era homem timido, Pedro da Motta estava velho e cançado, Sebastião de Carvalho possuia em alto grau a iniciativa e a audacia. Entrava no ministerio com projectos maduramente concebidos e com tenção firme de os executar, quebrando todos os obstaculos. Era um reformador na mais larga accepção da palavra. Tinha decidido levantar o seu paiz á altura da civilisação européa, não recuando para isso deante de embaraços de especie alguma. Richelieu era o seu ideal; como elle, desejava consolidar o regio poder com o fim de introduzir alterações profundas no regimen do Estado. Tinha em muitas cousas as idéas erroneas do seu tempo, e tambem preconceitos pessoaes, mas possuia idéas administrativas de grande alcance. Conhecia os abusos do regimen existente, conhecia os vicios da governação, percebeu que um povo, sob pena de se anniquilar, não podia persistir n'uma senda opprobriosa, e, não lhe sendo extranho nenhum dos progressos da sua epoca, vinha decidido a realisal-os á viva fôrça, até sendo preciso, desfazendo as resistencias, passando por cima das opposições, rodeando se de terror, e usando largamente do direito repressivo. Carvalho tinha a consciencia, o fanatismo da sua missão reparadora. Fôsse qual fôsse o motivo, é certo que não tardou a exercer no gabinete de que fazia parte, uma influencia exclusiva. A primeira medida que tomou, revelou logo a sua indole energica, mas tambem mostrou que o seu genio não poderia comtudo rasgar horisontes novos em economia politica e eximir se ás preoccupações erroneas do seu tempo. Considerando como uma grande desgraça para Portugal a dependencia em que estava da Inglaterra, e o tributo que lhe pagava todos os annos em sommas enormes em troca dos artefactos que de lá recebia, entendeu que o modo mais simples de acabar com essa dependencia, era prohibir debaixo de penas severas a exportação de metaes preciosos, querendo assim restabelecer arbitrariamente a balança de commercio, exigindo que os inglezes levassem de Portugal mercadorias correspondentes no preço áquellas que nos enviavam. O grande ministro partilhava as idéas erradas do seu tempo, e suppunha, como quasi todos os estadistas do seculo XVIII, que a riqueza de uma nação consistia essencialmente no instrumento circulante que apenas a representa. Desde o momento que a producção agricola e industrial do paiz não era sufficiente para o seu consumo, a moeda havia de sair forçosamente, fôssem quaes fôssem os meios que Sebastião de Carvalho empregasse para a reter em Portugal. Os metaes preciosos são mercadorias como outras quaesquer, sujeitas ás leis economicas da offerta e da procura. Ainda que Sebastião de Carvalho conseguisse captival-os em Portugal, não fazia mais do que deprecial-os, fazendo subir de novo a preços enormissimos os objectos mais necessarios á vida. Succederia isso em Portugal, se o contrabando não viesse restabelecer o equilibrio que Sebastião de Carvalho destruia. Afinal teve de revogar a medida, substituindo a prohibição por um imposto de 3 °/₀ que finalmente foi tambem abolido. Mas emquanto a medida esteve em vigor, serviu para revelar a inquebrantavel energia do grande ministro. A Inglaterra mandou de proposito a Lisboa um embaixador, lord Tyrawley, que protestou contra essa providencia. Sebastião de Carvalho manteve-a; uns officiaes da marinha de guerra ingleza que levavam para bordo ouro amoedado, fôram presos. E entretanto continuava o ministro a pôr em pratica o seu vasto plano de reformas, que tinha em alguns

pontos graves defeitos, mas que tinha a vantagem de ser perfeitamente systematico. A 17 de janeiro de 1751 reduzia os direitos sobre o tabaco e simplificava a sua cobrança; a 27 d'esse mez fazia o mesmo ao assucar. Depois proclamava e tornava effectiva a emancipação dos indios do Brazil, medida verdadeiramente generosa e grande; fundava depois a companhia privilegiada do commercio do Grão-Pará e Maranhão, que levantava resistencias e protestos que elle quebrava com a energia selvagem, propria do seu caracter. A Mesa do Bem Commum peticionou contra o decreto que fundava a companhia, os seus membros fôram logo punidos com penas severissimas. Outra medida egualmente pouco acertada foi a concessão do commercio da India e da China a Feliciano Velho Oldemberg; mas ao mesmo tempo mantinha a ordem em Lisboa, que no reinado antecedente fôra theatro das mais escandalosas brigas, e fortalecia com sensatos regulamentos a disciplina do exercito. Tratava de fazer a luz n'esta cahotica administração portugueza, quando um cataclysmo terrivel, o terremoto de 1 de novembro de 1755, veiu converter Lisboa n'um montão de ruinas e dar ensejo a Sebastião de Carvalho para mostrar o seu genio organisador e a sua assombrosa energia. Em presença do terrivel desastre, encontrou-se completamente á altura das circumstancias. Proveu logo á sustentação dos muitos infelizes que tinham ficado reduzidos á miseria pelo terremoto, ao estabelecimento da ordem, não lhe esqueceu emfim uma só das indispensaveis providencias. Logo no dia seguinte ao da terrivel catastrophe, tratou da reedificação de Lisboa com um plano muito mais vasto e muito mais regular do que o da antiga cidade. A planta da nova construcção foi traçado pelo architecto Eugenio dos Santos. O ministro mandou demarcar o terreno a cada proprietario, obrigando estes a levantarem as suas casas dentro de certo prazo, sob pena de o perderem. Tiveram tambem de se sujeitar ao plano do architecto, de que resultou a regularidade da cidade baixa. Nas suas ruas agrupou os differentes mercadores, tomando ellas os nomes das profissões diversas que ali se enfileiravam. Proseguiu com uma rapidez maravilhosa a reconstrucção da cidade, o que muito espantou o embaixador da França, que não acreditava em similhante milagre, e que dissera para a sua côrte, que não poderia Carvalho completar a obra que emprehendera. Uma das medidas mais proveitosas que o grande ministro adoptou, foi a creação d'um imposto de 4 °|₀ sobre todas as mercadorias que entravam na capital, que era um verdadeiro imposto de consumo, e que rendeu sommas enormissimas, tanto que foi com o seu producto que se construiram o arsenal de marinha e os edificios das secretarias na praça do Commercio; foi ainda com o dinheiro adquirido por este meio, que se demoliram os restos dos edificios arruinados, e se effeituou a abertura de varias ruas segundo o plano adoptado; além d'isso, ainda sobejou dinheiro para se construir o arsenal do exercito, para se levantar o forte de Lippe em Elvas, que custou uns poucos de milhões, e para se repararem e fortificarem muitas outras praças do reino. O terremoto de 1 de novembro de 1755 foi a verdadeira origem do grande poder de Sebastião de Carvalho. A sua energia produzira uma impressão profundissima em el-rei D. José, que desde então começou a dispensar-lhe uma cega confiança, que a rapida popularidade que adquiriu, ainda mais confirmava, não bastando a contrabalançarem-n'a os odios e as invejas da nobreza, que se não occultavam nem disfarçavam. Ainda nos primeiros mezes que se seguiram ao grande cataclysmo, continuou em Lisboa a rapina em elevado grau, mas Sebastião de Carvalho mandou levantar fôrcas bem altas, onde expoz mais de 200 cadaveres, o que parece ter produzido o mais salutar effeito. El-rei começou d'ahi por deante a seguir em tudo os dictames do seu ministro. Para lhe obedecer, deu o exemplo de andar vestido de briche nacional; em 1756 fez passar Sebastião de Carvalho para a secretaria do reino, vaga pela morte de Pedro da Motta, e nomeou para ministro da guerra e dos estrangeiros D. Luiz da Cunha Manuel, que era completamente creação sua. Descontente não se sabe porque motivo com Diogo de Mendonça Côrte-Real, Sebastião de Carvalho mandou-o prender, e deu-lhe por successor Thomé Joaquim da Costa Côrte-Real, que tambem pouco tempo depois foi desterrado para Leiria. Ao mesmo tempo fundava Sebastião de Carvalho a Aula de commercio, a companhia para a pesca da baleia nas costas do Brazil, e a companhia para a pesca do atum nas costas do Algarve. Com plenissimo acerto andaria, observa um dos seus biographos, se se limitasse á fundação de companhias privilegiadas que viessem fundar uma industria nova, mas procedia erradamente quando fundava a companhia privilegiada do commercio de Pernambuco e Parahyba, e a das vinhas do Alto Douro, que vinham explorar industrias que não precisavam do privilegio para medrar. A companhia de Pernambuco e Parahyba não encontrou grandes resistencias porque seguia pelo caminho do Grão-Pará e do Maranhão, mas a companhia do Alto Douro, que vinha ferir mortalmente o livre commercio do Porto, levantou grandes resistencias. A 23 de fevereiro de 1757 houve no Porto contra a companhia um motim de alguma gravidade, mas que Sebastião de Carvalho determinou logo considerar como uma rebellião formal contra a pessoa do rei e os seus fautores como réos do crime de lesa majestade. Bem sabia elle que a revolta não tivera a importancia que lhe quiz dar, mas convinha-lhe consideral-a assim, em primeiro logar para ensinar aos portuenses que não se desattendiam impunemente as suas ordens, em segundo logar para que todos ficassem bem scientes de que se considerava tão inviolavel como a pessoa do rei, de que as suas ordens deviam ser tão respeitadas como se as pronunciasse a propria bocca do monarcha, e de que ninguem poderia allegar que se não queixava do rei, mas sim do ministro, porque elle estava acobertado com o régio manto de D. José, e dizendo sempre *el-rei meu amo* significava bem que entendia governar como delegado do poder absoluto e sagrado do soberano. Nomeou logo uma alçada, de que fazia parte o tristemente celebre desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello, e que condemnou á pena de morte 21 homens e 9 mulheres, e a varias penas menos duras 155 homens e 33 mulheres. A pena de morte executou-se no dia 14 de outubro em 13 homens e 4 mulheres, porque os outros consegui-

ram evadir-se. Este facto é de todas as crueldades do marquez de Pombal a que maior nodoa lança na sua memoria, porque nunca foi tão desproporcionada a pena ao delicto. Quebrando assim, pela repressão dos tumultos do Porto, as resistencias municipaes dirigidas contra a sua energica administração, não pensava Sebastião de Carvalho senão em reprimir egualmente o orgulho da nobreza, como depois todo se empregou em despedaçar esse formidavel poder organisado debaixo do nome de Companhia de Jesus. Os fidalgos, impacientes com o seu despotismo, rompendo a lucta que elle estava ancioso por travar, deram-lhe ensejo de os punir, e essa conspiração, cujo mallogro foi a perda da nobreza, tambem lhe deu depois ensejo para romper as hostilidades contra os jesuitas. A nobreza, que possuia ainda muitos privilegios, mostrava-se profundamente hostil a Sebastião de Carvalho, que não poupava occasião de os restringir. D. José de Mascarenhas, que herdara a casa e o titulo dos duques de Aveiro, pretendera que passassem para elle as commendas administradas pelos antigos duques. O rei não lh'o consentira, por instigação de Sebastião de Carvalho, e d'ahi nascera o odio figadal votado ao rei pelo duque de Aveiro. Apezar de todo o mysterio que envolve os factos relativos a este processo, parece incontestavel que o duque de Aveiro teve a idéa de assassinar el rei, que para isso falou ao seu guarda-roupa Manuel Alvares Ferreira, e que este combinára o crime com seu irmão e com o seu parente José Polycarpo de Azevedo O que é incontestavel, porém, é que na noite de 13 de setembro de 1758, quando el-rei recolhia n'uma carruagem á Ajuda, de uma excursão nocturna e provavelmente amorosa, recebeu uns tiros entre a Quinta do Meio e a de Cima, e que só se salvou de morte inffallivel por uma série de acasos, que fizeram com que errasse fogo um dos bacamartes e com que o cocheiro e o rei se lembrassem de voltar para traz em vez de seguir para o paço. El-rei teve, comtudo, umas poucas de feridas, mas todas sem gravidade. Sebastião de Carvalho, prevenido immediatamente, adivinhou de relance que tinha ali o ensejo favoravel para descarregar um grande golpe na nobreza e talvez tambem nos jesuitas. Concebeu logo o seu plano com um sangue frio extraordinario, deu ordem rigorosa para que se guardasse áccêrca da ferida do rei o maior segredo, espalhando se simplesmente que el-rei déra uma quéda, e depois de fazer todas as investigações necessarias com o maior segredo, prendeu tres mezes depois, no dia 13 de dezembro, todos os indicados no crime, sem lhe escapar senão José Polycarpo de Azevedo, e esse unicamente por não ter tido o marquez conhecimento prévio da sua cumplicidade. Os indiciados não fôram só o duque de Aveiro e os seus creados, fôram tambem todos os membros da familia Tavora, contra a qual se não podia allegar o ser a principal entre as familias nobres descontentes, e a supposição de que o marquez Luiz Bernardo, cuja mulher fôra notoriamente favorita d'el-rei D José, estaria por isso gravemente resentido contra o soberano. O principal crime, porém, ou antes o crime unico dos Tavoras, era o serem inimigos declarados de Sebastião de Carvalho e ser a sua casa o centro da hostilidade contra o grande ministro. Em todo o caso lá se encontraram no processo indicios que fôram reputados sufficientes, e além do duque de Aveiro, dos Alornas, Tavoras e Athouguias, fôram tambem presas umas poucas de senhoras, a duqueza de Aveiro, as duas marquezas de Tavora, a condessa de Athouguia, a marqueza d'Alorna e sua filha. Ao mesmo tempo creou-se uma junta ou tribunal de inconfidencia, presidido pelos tres ministros d'estado que deviam julgar os accusados. Foi esta a primeira e enormissima iniquidade do processo, nomear um tribunal especial, e logo um tribunal assim presidido pelos secretarios d'estado, que, ainda que não fôssem directamente interessados, sempre eram os representantes d'el-rei, e por conseguinte juizes representantes da parte. Esta junta de inconfidencia vinha apenas tingir vagamente com uma fórmula vã de justiça, a revoltante arbitrariedade

Marquez de Pombal

da sentença que se proferia. Correu este lugubre processo envolto no maior segredo, e o publico só conhecia a sequencia d'elle pelas repetidas prisões, que vinham de quando em quando sobresaltar a população. Os fortes das margens do Tejo povoava-os Carvalho com os fidalgos mais conspicuos do reino, sem que nunca se soubesse quaes as provas que tinha contra elles e que deviam ser completamente nullas, pois até contra alguns dos que fôram executados não podia haver senão muito leves e muito vagas presumpções. A respeito dos marquezes de Tavora, por exemplo, é certo que não houve no processo senão o depoimento do duque de Aveiro, arrancado por incriveis torturas, ao passo que os creados do duque nem nos tormentos confessaram que os Tavoras estivessem implicados na conjuração, ao passo que confessaram a sua culpa e a de seu amo. Tambem contra os jesuitas, é forçoso que se

diga, não se póde formular a mais leve suspeita justificada. Pois sem advogados, sem julgamento contradictorio, baseando-se nas presumpções mais vagas e nos argumentos mais contestaveis, promulgou a Junta da Inconfidencia uma sentença em que condemnou á pena ultima, com incriveis requintes de barbaridade, o duque de Aveiro, os marquezes de Tavora, a marqueza D. Leonor, José Maria de Tavora, o conde de Athouguia, Braz José Romeiro, João Miguel, Manuel Alvares Ferreira e Antonio Alvares Ferreira. Foi no dia 13 de janeiro de 1759 que se executou a horrorosa sentença. N'esta conspiração tão cruelmente punida, procurára o marquez de Pombal vêr por todos os modos se implicava os jesuitas, mas, não conseguindo encontrar provas sufficientes, contentára-se com as probabilidades. Desde o principio do seu governo travara com elles uma lucta implacavel. Os jesuitas eram a sua grande preoccupação, e razão tinha para isso, porque eram um obstaculo invencivel a todos os seus projectos de reforma e de regeneração social. Dominavam em toda a parte, reinavam nas consciencias pelo confessionario, nos espiritos pela educação, e a educação do povo dirigida por elles era a mais funesta que podia ser, era a immobilidade perpetua, a condemnação á eterna futilidade e á eterna insignificancia. Em todos os paizes se sentia esta funesta influencia jesuitica, mas em Portugal era mais terrivel ainda por causa das colonias, dominadas completamente pelos jesuitas, principalmente as americanas. Logo no principio do seu governo, Sebastião de Carvalho tivera que luctar com elles. Um tratado entre a Hespanha e Portugal cedia ao nosso paiz o Paraguay que estava completamente dominado pelos jesuitas, e que resistiu ao nosso dominio. Foi necessario emprehender contra os paraguayos uma campanha em regra dirigida pelo governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, como para os lados do Amazonas foi necessario que Francisco Xavier de Mendonça, irmão de Sebastião de Carvalho, tomasse medidas energicas para conseguir que se pudesse cumprir o tratado entre as duas nações da peninsula com relação aos limites norte-brazileiros. Irritado sobremaneira com esta resistencia, o grande ministro mandou aos governadores geraes das colonias que procedessem a um inquerito áêêrea dos costumes e dos actos dos jesuitas. O resultado foi deploravel para aquelles padres. Além de todos os defeitos inherentes ao espirito da regra, havia tambem já a decadencia profunda, e os vicios introduzidos na ordem pela relaxação dos costumes. Ora Sebastião de Carvalho não estava unicamente irritado contra os jesuitas pela resistencia que elles faziam ás tropas no Paraguay, estava-o principalmente porque não admittia nos seus sonhos de reformador social a existencia d'essa companhia, que pretendia embaraçar o livre desenvolvimento do espirito humano. A influencia dos jesuitas na educação já estava levantando serias resistencias; os oratorianos apresentavam se como seus emulos, e Luiz Antonio Verney, escrevendo o *Verdadeiro methodo de estudar*, lançava a luva aos jesuitas, e era apoiado vivamente n'esse principio de resistencia pelo grande ministro portuguez. Em todos os actos hostis ao governo quizera elle vêr sempre a mão dos jesuitas: na resistencia da Mesa do Bem Commum á fundação da companhia do grão-Pará e Marauhão, no motim do Porto, e até no terremoto de Lisboa achára meio de se queixar d'elles. Era uma hostilidade surda e implacavel a que o grande ministro lhes votára. Forte com os relatorios dos governadores que mostravam a profunda corrupção da Companhia, Sebastião de Carvalho obteve em Roma que um visitador fôsse encarregado de proceder a um inquerito e de reformar os abusos. Benedicto XIV nomeou para visitador o cardeal patriarcha de Lisboa. Sebastião de Carvalho aproveitou logo o ensejo para conseguir que fôssem suspensos do exercicio da confissão e da prégação em todas as dioceses portuguezas, e ao mesmo tempo expulsou do Paço os confessores jesuitas que ali havia. A ordem ameaçada assim por tão poderoso inimigo, reagiu energicamente, e dirigiu se ao novo papa Clemente XIII protestando contra o procedimento do cardeal visitador. Mas Sebastião de Carvalho, proseguindo implacavel no seu plano, e baseando se unicamente nos motivos de queixa contra o rei que podiam ter os jesuitas por causa da expulsão dos confessores; e na reconciliação que pouco antes do negocio dos tiros se realisára entre os jesuitas e o duque de Aveiro que estavam em relações bastante frias, prendeu uns poucos de jesuitas, teve os collegios e casas da ordem cercadas de tropas e sequestrou lhes os bens. Ao mesmo tempo pediu ao papa licença para mandar processar os jesuitas accusados de cumplices do attentado contra o rei. Depois de muitas difficuldades concedeu o papa a licença pedida, mas rogou ao mesmo tempo ao rei de Portugal que não expulsasse os jesuitas dos seus dominios, pedido que não impediu que elles fôssem expulsos de Portugal por decreto de 3 de setembro de 1759, mandando se logo para Italia pelo brigue *S. Nicolau* uma carregação de jesuitas. D'ahi resultaram pendencias com a côrte de Roma, o nuncio mostrou-se frio e até insolente, e Sebastião de Carvalho não teve a mais leve hesitação em o mandar sair de Portugal, ao mesmo tempo que saia de Roma o nosso habil ministro, primo de Sebastião de Carvalho por affinidade, chamado Francisco de Almada. A causa unica d'este procedimento do conde de Oeiras, titulo com que fôra agraciado por decreto de 15 de julho de 1759, era a guerra de morte que elle declarara aos jesuitas, e não se imagine, como alguns historiadores modernos querem fazer suppôr, que o unico motivo que o impellia era uma paixão mesquinha e o odio que tinha aos jesuitas. Não, o conde de Oeiras obedecia ás mais altas considerações que lhe dictava a sua intelligencia superior. Na convicção profunda que tinha de que fôra a influencia jesuitica, e um espirito de fanatismo e a subserviencia dos governos ás vontades de Roma que tinham levado Portugal a um estado de grande decadencia, entendeu que não havia reformas possiveis emquanto o beaterio predominasse no paiz, emquanto considerações devotas viessem constantemente metter-se em todas as questões politicas. Esta convicção germinando no seu espirito, adquiriu todos os caracteres de uma paixão violenta. Não recuou deante das medidas mais rigorosas, deante das iniquidades até para conseguir o seu fim; mas só d'esse modo pôde sacudir o torpôr que tolhia o desenvolvimento do paiz, porque todas as suas refor-

mas seriam inuteis, se não conseguisse fazer sair o paiz do letargo em que o sepultava o fanatismo religioso. A'cêrca da saida do nuncio, cardeal Acciaioli, que foi acompanhado até á fronteira de Hespanha por 30 dragões, deve lêr-se a *Historia do reinado de D. José*, por Simão José da Luz Soriano, vol. I, pag. 411 a 445. A este grande ministro se deve a manutenção austera das prerogativas do poder temporal contra as invasões da curia, a elle se deve tambem a extincção d'esse poder formidavel, que pesava sobre as gerações, que comprimia os espiritos, que entorpecia em Portugal todo o pensamento civilisador. O que se torna notavel é que os incyclopedistas, em vez de applaudirem as medidas d'esse grande estadista, as censuravam e combatiam. E' porque o conde de Oeiras tinha grande desdem pelos escriptores. A fórma mesmo como elle promulgava as suas medidas immortaes, era antiga, e tinha como que um cheiro reaccionario. Assim, effectivamente, a condemnação do P. Malagrida pela Inquisição e o seu supplicio n'um auto da fé, são realmente uns actos pouco dignos de um homem como era o ministro d'el-rei D. José. Não queria elle, porém, dar fôrça á Inquisição nem restaurar os autos da fé. Esse foi o unico que se realisou no seu tempo, e o regulamento que impoz a esse tribunal terrivel, annullava-o completamente. Pouco tempo depois da morte do P. Malagrida, um acto de iniciativa n'uma questão de censura de livros, que o inquisidor-mór entendeu dever tomar, fiando se na sua qualidade de irmão bastardo d'el-rei, reudeu-lhe o ser preso e desterrado juntamente com seu irmão, outro *menino de Palhavã*, para as mattas do Bussaco. Este acto de audacia subjugou para sempre a nobreza, e a creação da intendencia de policia ainda mais contribuiu para a domar. Entretanto continuava o conde de Oeiras a instar pela extincção da ordem dos jesuitas. A França, a Hespanha e Napoles, tinham seguido o exemplo de Portugal, expulsando tambem os jesuitas. O mesmo fez a côrte de Parma; com essa, porém, entendeu Clemente XIII que podia atrever-se, e reagiu contra a sua medida, mas todas as outras côrtes tomaram o seu partido, e Clemente XIII morreu aterrado pela attitude que estava tomando para a elle a Europa catholica. Subindo ao solio pontificio Clemente XIV, voltaram Portugal e as côrtes bourbonicas a insistir com o papa para a extincção da Companhia de Jesus, e em 1773 conseguiram finalmente, depois de grandes esforços em que tivera sempre a maior parte o ministro portuguez, arrancar ao papa a desejada medida. Portugal deve ao marquez de Pombal, titulo a que Sebastião de Carvalho foi elevado por decreto de 16 de setembro de 1769, immensos serviços, mas os maiores fôram incontestavelmente a expulsão dos jesuitas e a reforma da nossa legislação civil, porque essas medidas significaram a renovação moral d'este povo, que se ia deixando adormecer n'um letargo de que talvez nunca despertaria. O notavel estadista adquiriu, por este facto, grande influencia em toda a Europa. A sua politica estrangeira foi sempre um modelo de firmeza e de habilidade. Ainda assim, deve dizer-se, que os despachos insolentes que se lêem em alguns livros de historia, e que se dizem dirigidos pelo marquez de Pombal a lord Chatam, são completamente apocryphos. O que ha de verdadeiro n'este incidente é que em 1764, tendo o almirante Boscawen queimado quatro naus franceezas nas aguas de Lagos, o marquez de Pombal, sendo ainda conde de Oeiras, exigiu e alcançou de Inglaterra uma satisfação condigna. E' muito louvavel a energia com que o marquez de Pombal sustentou a neutralidade do paiz na guerra dos Sete Annos, neutralidade de que a Hespanha e a França o queriam obrigar a sair Foi necessaria uma guerra, e não hesitou. O exercito estava ainda completamente desorganisado, e o marquez chamou de Allemanha o conde de Lippe, um dos bons officiaes de Frederico da Prussia, e o principe de Mecklemburgo Strélitz, e encarregou-os de organisar solidamente as tropas portuguezas. E na verdade, a disciplina rigorosa, introduzida pelo conde de Lippe, fez com que a campanha de 1762, mal iniciada, acabasse d'um modo feliz para nós. Os 10 annos que decorreram entre a paz de Fontainebleau em 1763 e a reforma da Uniuersidade em 1772, fôram talvez os mais fecundos da administração do marquez de Pombal. Desembaraçado da opposição dos jesuitas, tendo quebrado todas as resistencias, inclusivamente as da Santa Sé, sabendo que em todo o paiz ninguem ousaria rebellar-se contra as suas vontades, começou a applicar largamente as suas luminosas theorias em materia de administração e a governar o paiz com a energia e o genio de que déra tantas provas. As reformas, de que tomou a iniciativa n'este periodo de 10 annos, renovaram inteiramente a face de Portugal, e o arrojaram por um caminho de progresso, onde não tardou a pôr se a par das nações mais adeantadas. A primeira cousa, de que se occupou, foi da reorganisação do exercito. O conde de Lippe tratou de regulamentar a disciplina; estabeleceram-se campos de manobras, e tomaram-se emfim muitas outras providencias. A construcção de navios fortaleceu a nossa marinha; o commercio e a agricultura tambem fôram favorecidos pelo marquez de Pombal, ainda que, na protecção que lhes deu, se encontra o vestigio das suas erradas idéas economicas. A intimação feita aos negociantes inglezes para terem caixeiros portuguezes, a regulamentação da lavoura pela ordem que mandava arrancar em muitos pontos as vinhas, que deviam ser substituidas por trigaes, mostram que o grande reformador tinha tão pouca confiança na liberdade em materia economica como em materia politica. A industria nacional mereceu-lhe os maiores cuidados, como prova a protecção efficaz que dispensou á fabrica das sedas, situada no Rato, em Lisboa, ás fabricas de lanificios da Covilhã, Fundão e Portalegre, e á fabrica de vidros da Marinha Grande. O systema do terror é que sempre continuava a ser seguido por elle. Emquanto abolia a distincção entre christãos novos e christãos velhos, entre canarins e europeus na India; emquanto supprimia a escravatura no continente de Portugal, supprimia para a imprensa a censura ecclesiastica, substituindo-a, é certo, não pela liberdade, mas pela jurisdicção da Mesa Censoria, o que já era um progresso, porque tendia a secularisar o ensino, mandava enforcar o capitão Graveron, accusado de peculato, mas sem haver contra elle provas evidentes, e encarcerava no forte da Junqueira o bispo de Coimbra,

D. Fr. Miguel da Annunciação, que era, sem duvida, um dos chefes do partido reaccionario, mas que emfim era um velho prelado, que não se devia tratar com tanto rigor. O crime d'elle estava em proteger uma seita chamada dos jacobeus ou sigillistas, fanaticos perigosos, e sobretudo em resistir á instituição da Mesa Censoria, prohibindo no seu bispado livros que este tribunal consentia que corressem. Uma das grandes glorias do marquez de Pombal foi o immenso impulso que deu á instrucção popular. A lei de 6 de novembro de 1772 organisava a instrucção primaria do modo mais completo para o tempo. Estabelecia o principio de concurso, animava o ensino particular, dotava as escolas com o rendimento de um novo tributo denominado *subsidio litterario*. Favorecia a instrucção secundaria creando escolas, que eram o germen dos nossos lyceus actuaes, e convidando as ordens religiosas a que abrissem aulas nos seus conventos; favorecia a instrucção superior creando o Collegio dos Nobres, e tratando de reformar a Universidade de Coimbra. Para intentar essa reforma, creou-se uma junta intitulada da *Providencia Litteraria*. A alma d'esse tribunal era o bispo de Coimbra D. Francisco de Lemos, que foi nomeado reitor da Universidade, por decreto de 11 de setembro de 1772. Os estatutos redigidos por esta junta, introduziram a revolução na Universidade, substituindo aos velhos methodos legados pelos jesuitas os processos mais audaciosos da sciencia nova. Além das reformas dos estudos, a nomeação de sabios lentes, alguns d'elles estrangeiros de nomeada, concorreram muito para o brilhantismo d'essa reforma. Creou estabelecimentos auxiliares, de que anteriormente nem sequer fôra reconhecida a necessidade, como um observatorio astronomico, um museu de historia natural, um gabinete de physica, um laboratorio chimico, um theatro anatomico, um dispensatorio pharmaceutico, e um jardim botanico. El-rei D. José, por carta regia de 28 de agosto de 1772, constituiu o marquez de Pombal seu *plenipotenciario e logar tenente na restauração da Universidade*. No dia 22 de setembro entrou na cidade de Coimbra, no dia 23 publicou o despacho de quatro collegiaes para o Collegio dos Militares; na manhã de 25 recebeu os novos collegiaes dos collegios de S. Paulo e de S. Pedro. Na tarde d'esse dia foi lida com toda a solemnidade e apparato, na sala grande da Universidade, a seguinte carta regia: «Honrado Marquez, meu Logar Tenente, muito prezado Amigo. Faço saber a essa Universidade, como protector que sou d'ella, ser servido reformal-a, e por isso em Meu nome fareis tudo, concedendo-vos todos os privilegios, que são concedidos aos Vice-Reis, e ainda aquelles que eu reservo para Mim. A mesma Universidade o tenha assim entendido, e vos respeite todas as honras, que vos são devidas, pois sois do Meu Real agrado e protecção. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, em 13 de Agosto de 1772.—*Rei*.» No dia 29 do referido mez de setembro fôram publicados, com a maior solemnidade os novos estatutos, e no dia 30 prestaram os novos lentes o competente juramento, na presença do marquez de Pombal, no paço. A cerimonia da abertura da Universidade realisou-se a 23 de outubro com immenso esplendor. Foi decerto este o dia mais jubiloso da existencia do notavel estadista. Rodeado de homenagens por um povo de cortezãos, que viam n'elle não o representante do rei, mas o proprio soberano de Portugal, tinha além d'isso a consciencia a dizer-lhe que acabava de prestar ao seu paiz e á civilisação o mais elevado e o mais importante de todos os serviços. A fundação da Imprensa Nacional de Lisboa completou a obra do marquez de Pombal com relação ao nosso desenvolvimento intellectual. Esta reforma da instrucção publica, a mais importante que tivemos, valeu ao nosso grande ministro a admiração e o respeito da Europa. Mr. Montigny, encarregado de negocios de França em Lisboa, não occultava a sua veneração pelo homem, que fizera com que houvesse n'este pequeno reino tão mergulhado até então nas trevas, 857 escolas de instrucção primaria e secundaria. O duque de Aiguillon, ministro que succedera no gabinete de Luiz XV ao duque de Choiseul, dizia: «A opinião, que formamos dos talentos e das luzes do marquez de Pombal, dá nos a mais vantajosa idéa das mudanças e das addicções que esse ministro deve fazer nos estatutos da universidade.» Quando se observa esta importantissima reforma, feita pelo marquez de Pombal, quando se vê que o grande ministro soube arrancar o paiz das trevas da ignorancia em que estava immerso, e trazel-o á luz immensa, que de toda a parte se irradiava pela Europa, quando se nota que todas as suas reformas tiveram por fim, e conseguiram introduzir em Portugal todos os elementos civilisadores tem de se confessar que o marquez de Pombal foi n'este extremo da Europa a incarnação viva e efficaz da grande revolução do seculo XVIII, e que o seu energico despotismo foi uma d'essas dictaduras tyrannicas mas fecundas, que em toda a parte precederam e prepararam a aurora da liberdade. Foi por este tempo que se concluiu a estatua d'el-rei D. José, que o grande ministro destinava para ser o complemento e o remate da sua grande obra da reconstrucção de Lisboa. A estatua do rei D. José, em cujo pedestal figurava o medalhão do marquez de Pombal, construida pelo grande esculptor portuguez Joaquim Machado de Castre, fundida em bronze pelo tenente coronel de artilharia Bartholomeu da Costa, inaugurou-se com extraordinaria pompa, na Praça do Commercio no dia 6 de junho de 1775. Nesta obra, vol. IV, no artigo *Lisboa*, a pag. 330 e seguintes, está uma circumstanciada descripção d'esta majestosa solemnidade. Comtudo, emquanto o marquez de Pombal tomava providencias tão sabias e tão justas, continuava a seguir o systema de repressão implacavel. Os seus collegas no ministerio continuavam a ser as suas victimas; José de Scabra, que fôra o seu braço direito na lucta com os jesuitas, foi de subito desterrado para Angola por motivo mysterioso. Tempo depois, outro supplicio atroz veiu assombrar Lisboa. Em 11 de outubro de 1775 foi esquartejado na Junqueira o genovez João Baptista Pelle, accusado de tentativa de assassinio contra o marquez de Pombal. A Hespanha rompera de subito as hostilidades contra nós, por causa dos limites da America, e não nos quiz dar satisfações. A França preparou-se a auxilial-a em virtude do Pacto de Familia, e a Inglaterra abandonou-nos. Apezar d'isso, o marquez de Pombal, entendendo que estava empenhada n'esta questão a dignidade da corôa

portugueza, não hesitou em se preparar para a guerra; não cuidava decerto que poderia affrontar a França e a Hespanha com os nossos limitados recursos, mas entendia tambem que, logo que o dever falava, a questão da possibilidade desapparecia. Seria esmagado, mas a sua defeza contra aggressões injustas era já um protesto contra a violencia. Quando se preparava para esta lucta, commetteu o marquez de Pombal um acto de atrocidade, que não é dos que menos mancham a sua memoria. Tinham se refugiado na Trafaria alguns refractarios, como se diria hoje. Sendo difficil apanhal os n'aquella aldeia pobrissima, o marquez de Pombal ordenou que se lançasse fogo a essa povoação de pescadores. Essa ordem, executada barbaramente em seu nome no dia 23 de janeiro de 1777 devia encher de pavor os ultimos dias da existencia de D. José, que falleceu no dia 24 do mez seguinte de fevereiro. Com elle expirava o poder do marquez de Pombal. (V. *Portugal*, n'este vol. pag. 738, no artigo de *Pina Manique*). A herdeira do throno, beata e dominada pelos nobres, era figadal inimiga do grande ministro. Assim que el-rei fechou os olhos, logo o marquez percebeu que estava demittido. Sendo mordomo mór, foi avisado para que se não occupasse do enterro de el-rei. Déram-se largas aos seus inimigos, deixaram-se correr contra elle as maiores calumnias. Soltaram-se todos os presos politicos que estavam por sua ordem encarcerados, e o espectaculo miserando d'essas victimas da energia implacavel do marquez de Pombal devia exacerbar contra elle a colera do povo, sempre mudavel. Em seguida foi demittido, conservando-se-lhe seccamente o ordenado de ministro, e concedendo-se-lhe o rendimento de uma commenda. Dava se-lhe ordem para se recolher á sua casa de Pombal, e consentiu-se que o povo o insultasse em casa e pela estrada, arrancava-se o seu medalhão do pedestal da estatua de D. José e substituia-se pelo navio com as vélas cheias, que é o brazão de Lisboa, o que fazia com que elle dissésse no seu retiro: *Agora é que Portugal vae á véla*. O que houve de mais impudente n'esta reacção, foi o procedimento de algumas pessoas, que, para lisonjearem o marquez de Pombal, tinham feito com elle contratos em que eram lesados e que depois, quando o viram caido, o demandaram para alcançarem indemnisações! Um tal Galhardo Mendanha chegou a escrever a esse respeito um folheto que por tal modo indignou o marquez de Pombal, que este pegou na penna e respondeu com azedume e vehemencia n'um folheto que a rainha D. Maria I prohibiu que corresse. As accusações de concussão, de abusos de poder ferviam, todos os amigos e parentes do marquez eram perseguidos, e afinal a rainha D. Maria I, cedendo á pressão dos inimigos do marquez e ao natural impulso da sua propria inimizade, ordenou que o ministro de seu pae fôsse processado. Para isso enviou a Pombal dois desembargadores que sujeitaram o marquez a um longo e penoso interrogatorio, atè que o grande homem, prostrado pela doença, pela fadiga e pelas amarguras, pediu perdão á rainha das faltas que podia ter commettido. Ao fim de 14 mezes, a 16 de agosto de 1781, expediu a rainha um decreto no qual declarava que havia por bem perdoar ao marquez de Pombal as culpas em que incorrêra, em attenção aos seus annos e enfermidades. Era uma ultima mentira! Não o puniram, porque teriam de punir tambem a memoria do rei D. José. Esse decreto fulminou o. Estava um pouco melhor dos seus padecimentos, graças a um tratamento que adoptára. Peorou outra vez de um momento para o outro. O seu orgulho sentia-se profundamente ferido, a consciencia do seu talento e dos immensos serviços que prestára ao seu paiz, fez com que gastasse as suas ultimas forças escrevendo uma *Petição de recurso feita á serenissima rainha D. Maria I*, em que mais uma vez tentou justificar os seus actos. A opinião publica, ou o que então se podia designar por esse nome, era lhe adversa, ou pelo menos indifferente. A petição caiu portanto no meio d'esta indifferença ou d'esta aversão, e não produziu o minimo effeito. Dez mezes sobreviveu ainda o marquez de Pombal ao funesto decreto, dez mezes de longos e incomportaveis padecimentos. Falleceu emfim o grande estadista na sua casa de Pombal na edade de 83 annos. Na noite de 11 de maio de 1782 foi o cadaver conduzido n'um coche puxado por tres parelhas para a egreja do convento de Santo Antonio da villa do Pombal. Esperava-o á porta o bispo de Coimbra, D. Francisco de Lemos, fiel á caida grandeza, que celebrou com toda a pompa as exequias solemnes, sendo prégada a oração funebre pelo monge benedictino fr. Joaquim de Santa Clara, notavel orador sagrado, que se inspirou na grandeza do assumpto, e legou á posteridade um magnifico discurso que attesta não só o seu talento mas a grandeza do seu espirito. O Marquez de Pombal, quando falleceu, assignava-se: Sebastião José do Carvalho e Mello, conde de Oeiras e da Redinha; marquez de Pombal; do conselho d'el-rei; alcaide-mór de Lamego; senhor donatario das villas de Oeiras, Pombal o Carvalho, e do logar de Cercosa e dos reguengos e direitos reaes de Oeiras e de A par d'Oeiras; direitos do pescado do Porto, de Peniche e de Athouguia da Baleia; das rendas do pescado e direitos da dizima, portagem, jugadas, oitavos de pão e quinaes de vinho da villa e porto de Cascaes; e das tornas da siza do pescado e saveis de Lisboa; padroeiro *in solidum* da parochia de Nossa Senhora das Mercês, da cidade de Lisboa, e das de Santa Maria da villa de Carvalho e sua annexa, Santa Maria de Cercosa, no bispado de Coimbra, e do convento de Nossa Senhora da Boa Viagem; commendador das ordens de Christo e de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, etc. O seu brazão era o dos Carvalhos. Em campo azul uma estrella de ouro, entre uma quaderna de crescentes de prata. Este brazão tambem usam os coudes da Redinha e os marquezes de Pomares. N'um rapido esboço resumiremos a noticia das grandes reformas emprehendidas pelo notavel ministro d'el-rei D. José I: Protegeu efficazmente a industria, levantando a decaida fabrica de sedas que D. João V fundára, subvencionando e desenvolvendo as industrias da chapelaria e relojoaria, fez sair quasi do nada a fabrica de vidros da Marinha Grande, e a de papel da Louzã, tomou a iniciativa do fabrico da porcelana, protegeu a industria das lãs, e fundou a magnifica fabrica real da Covilhã. Teve a honra de hospedar no seu palacio e quinta de Oeiras el-rei D. José no verão dos annos de 1775 e 1776. N'essa quinta realisou

uma grande feira onde concorreram, por sua ordem, os productos de todos os generos da industria fabril portugueza, vindo os donos das fabricas armar barracas em Oeiras, expondo ali á venda os diversos productos da sua industria Esta feira teve um exito completo; foi uma verdadeira exposição de tudo quanto se fabricava então em Portugal, e assim teve Oeiras a honra de ali realisar a primeira exposição industrial que houve no paiz, e talvez a primeira que se effeituou em toda a Europa. (V. *Portugal*, n'este vol. artigo *Oeiras*, pag. 182 e seguintes). Favoreceu muitissimo a agricultura, mas de um modo demasiadamente despotico, mandando por exemplo arrancar as vinhas do Ribatejo para ter producção cerealifera. Para desenvolver o commercio creou a Aula do Commercio e fundou diversas companhias Na administração civil e economica do paiz operou maravilhas, dando o primeiro passo para a liberdade da terra, supprimindo os morgados insignificantes, regulando-lhes a successão e não consentindo que se instituissem senão morgados opulentissimos, declarou livres todos os escravos que nascessem ou puzessem pé no continente de Portugal, emancipou os indios do Brazil, acabou na India com a distincção entre gentios e christãos, no reino com a distincção entre christãos novos e christãos velhos Com o clero procedeu energicamente, expulsando os jesuitas, impedindo as profissões demasiado numerosas de frades e de freiras; deu á Inquisição um regimento que a annulava completamente; na instrucção publica reformou completamente a Universidade pondo-a a par dos estabelecimentos scientificos d'esse tempo no estrangeiro; creou o Collegio dos Nobres, fundou a instrucção primaria portugueza solidamente, desenvolveu a instrucção secundaria, aproveitando para isso largamente as ordens religiosas, refundiu completamente a legislação, acabando com os arrestos absurdos, com os recursos aos commentadores, etc. ordenou que o direito canonico apenas regulasse em materias espirituaes. Creou o Erario introduzindo ordem e methodo na administração da fazenda, creou no Conselho de Fazenda um tribunal de contencioso financeiro, administrou com tanta economia que não precisou recorrer a emprestimos, reorganisou admiravelmente o exercito com auxilio do conde de Lippe, fortificou Elvas de um modo assombroso, deu impulso á marinha e soube apreciar e chamar ao ministerio Martinho de Mello e Castro que á marinha portugueza prestou depois tão relevantes serviços, e occupou-se com zelo das colonias, accrescentou o nosso dominio oriental com as Novas Conquistas, o nosso dominio africano com as ilhas de Bissau, etc.. De todos os chefes de governo que no seculo XVIII iniciaram em todos os paizes da Europa as reformas que a opinião publica reclamava, foi sem duvida o marquez de Pombal o mais audacioso. O illustre ministro teve grande predilecção pela cidade de Aveiro, por causa d'um protesto representação em que a camara com a assistencia dos nobres e povo, lavrou contra os autores da conspiração do duque d'Aveiro, D. José de Mascarenhas, pedindo para que este fidalgo deixasse de ser donatario d'Aveiro. Esta demonstração dos aveirenses foi recebida com enthusiasmo pelo marquez de Pombal, que se deu pressa em agradecer á camara, assegurando lhe que os desejos do povo, cujo representante era, seriam satisfeitos, e que Aveiro, ficando pertença da corôa, havia de ser beneficiada tanto quanto pudesse sêl o. A palavra do grande estadista foi cumprida. Aveiro entrou n'uma nova phase do progresso. Melhorou-se consideravelmente a barra, criaram-se escolas e procurou-se ensaiar novos systemas de cultura, como foi a do arroz e da batata. O marquez tambem pensou em estabelecer aqui uma fabrica de tecidos de algodão, para o que mandou proceder a experiencias em 1770. Ainda emprehendeu outros melhoramentos de não menor alcance para os interesses da terra, que por decreto de 11 de abril de 1759 elevou á categoria de cidade, e por decreto de 4 de setembro de 1760, foi de novo elevada a comarca, que desde de D. João III deixara de ser, para formar um almoxarifado, cujas justiças eram providas pelo donatario. Em 28 de setembro de 1773 pediu o marquez de Pombal o baculo de diocese para Aveiro, que lhe foi concedido por breve apostolico de 12 de abril de 1775, sendo o 1.º bispo D. Antonio Freire Gameiro de Sousa. (V. *Aveiro*). Devemos mencionar um acto de justiça nacional, relativo ao notavel estadista. Por decreto de 10 de outubro de 1833 foi determinado que *a imagem em bronze do marquez de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Mello, que havia sido arrancada do pedestal da estatua equestre de el-rei D. José, fôsse reposta no mesmo logar*. Dizia-se no preambulo do decreto: «Que o marquez de Pombal fôra o portuguez que mais honrou a sua nação no seculo passado. Que fôra elle distincto pelos seus conhecimentos variados, firme pelo seu caracter; instruido pelas suas meditações e viagens; e sobretudo dotado de um amor da patria, de um zelo do bem publico, e de um interesse pelo decoro e independencia nacional, que sempre o levara nobremente a promover o bem do seu paiz, e a naturalisar n'elle as vantagens da industria, da civilisação, do commercio e das artes. Que a inconstancia dos tempos e o capricho dos homens pretenderam denegrir na patria o conceito que nunca fóra d'ella foi disputado a tão illustre genio, e fizeram, com ingratidão incrivel, desapparecer a sua imagem do centro d'aquella mesma cidade, que elle tinha feito renascer das cinzas, para ser uma das mais bellas capitaes do mundo. Influenciado por esta convicção, quiz o duque de Bragança tributar a devida justiça ao grande homem, e apagar os vestigios de uma ingratidão, de que a geração presente rejeitava a responsabilidade e desapprovava o erro.» Este decreto era rubricado pelo ministro do reino Candido José Xavier. Os restos mortaes do marquez de Pombal fôram trasladados para Lisboa, onde chegaram a 1 de junho de 1856, em honroso prestito. Celebraram se solemnes exequias, sendo o cadaver depositado na capella das Mercês, pertencente aos marquezes de Pombal. N'um mausoléo de marmore figurando um modesto caixão collocado sobre dois desengraçados elephantes, que se vê na capella-mór e no lado direito do altar, se encerra o que resta do grande e notavel estadista. Em maio de 1882 celebraram-se pomposas festas em commemoração do centenario da morte do marquez, tanto em Lisboa, como no Porto e na Universidade de Coimbra, que em 1872, 10 annos antes, havia celebrado tambem o centenario da reforma da mesma Universidade. Sobre

o grande ministro d'el-rei D. José tem-se escripto muito, tanto em Portugal, como no estrangeiro. A relação dos principaes trabalhos encontram se no *Diccionario bibliographico*, vol VII, pag. 213 a 216; e no *supplemento*, volume XIX, pelo sr. Brito Aranha, de pag. 17 a 184, onde tambem se encontram muitas gravuras dos carros que figuraram no cortejo civico, por occasião das festas do centenario, gravuras das ruinas causadas pelo terremoto de 1 de novembro de 1755, e diversos documentos. Além d'essas obras, ainda citaremos: *Le marquis de Pombal*, na *Revue des deux mondes*, 1° de setembro de 1870; *Historia da Instrucção publica em Portugal*, por D. Antonio da Costa; *Ensaio sobre a historia do governo e da legislação de Portugal*, de Coelho da Rocha; *Perfil do marquez de Pombal*, de Camillo Castello Branco; *O marquez de Pombal*, do conde de Samodães; *O marquez de Pombal*, por Theophilo Braga; *Lisboa antiga*, de Julio de Castilho; *Historia de Portugal*, de Schaeffer, Pinheiro Chagas e Oliveira Martins; *O marquez de Pombal*, romance historico, de Antonio de Campos Junior; *O marquez de Pombal, exame e historia critica da sua administração*, de D. Miguel de Sotto-Mayor; *Encyclopedia do Porto*, *Diccionario Popular*, dirigido por Pinheiro Chagas, de que transcrevemos alguns periodos. etc.

**Pombal** (*Sebastião José de Carvalho Mello e Daun, 4.° conde de Oeiras e 4.° marquez de*). Foi o 2.° conde da Redinha. V. *este titulo*.

**Pombal**. Villa da provincia da Extremadura, séde de conc. e de com., distr. de Leiria, bisp. de Coimbra, Relação de Lisboa Tem uma só freguezia, cujo orago é S. Martinho. Está situada na margem do rio Arunca, n'uma vasta planicie, na falda occidental do monte onde está o castello, e de outro, que lhe fica a E, chamado Outeiro das Maias. A sua fundação é antiquissima, mas ignora se quando e por quem foi edificada, e até o logar da sua primitiva situação. Affirmam alguns escriptores, que primitivamente estava assente na encosta d'um monte, 500 m. ao N da villa, onde ainda ha bastantes annos se viam vestigios de construcções muito remotas, á entrada da villa, vindo de Coimbra, no local da *Ladeira dos Governos*. Outros pretendem que foi no monte de S. Christovão, ao E, em frente do castello. E' certo, que no primeiro sitio houve uma povoação, mas não se sabe, se seria a primitiva Pombal, o que parece mais provavel, e que a actual povoação se fôsse construindo pouco a pouco em volta do castello, como aconteceu a uma grande parte das nossas povoações, que se fôram formando em torno das fortificações ou dos mosteiros. O que não padece duvida é que em 1126, a primeira vez que os templarios passaram por este sitio, já existia a 1 k. a E da villa, uma pov. no sitio chamado hoje *Chões*, que alguns pretendem ser a primitiva Pombal. Talvez que esta antiga pov. fôsse de christãos (mosárabes) que, attrahidos pelos privilegios dados á nova, e por estarem ao abrigo do castello, preferissem vir aqui estabelecer-se. Consta que era uma parochia, e que a egreja, da invocação de S. Pedro, ali se conservou muitos seculos, até que o decorrer do tempo a foi desmantelando, sendo as suas ruinas demolidas ha talvez 50 annos. D. Affonso Henriques deu o senhorio d'este territorio aos cavalleiros do Templo pelos annos de 1160, e desde então, segundo parece, é que se foi povoando a villa, e já em junho de 1174, D. Gualdim Paes, o mestre da ordem, estando no seu mosteiro de Thomar, deu foral *aos da terra e castello de Pombal* com varios privilegios. O castello foi edificado pelos annos de 1181, no sitio mais apropriado, no cume do cabeço, sendo com esta obrigação que D. Affonso Henriques cedêra o senhorio. Esta nova fortaleza só veiu, porém, a construir-se 20 annos depois, ficando entre as de de Santa Eulalia de Montemór-o Velho, e a de Thomar; servia de guarida aos christãos feridos nas correrias que os barbaros faziam pelos campos da Extremadura. Foi tambem n'este castello que se refugiou o alcaide-mór, conde de Castello Melhor, primeiro ministro e valido de D. Affonso VI, para escapar ás perseguições de D. Pedro II. Em 1181 ajuda Gualdim Paes deu a Pombal uma carta de privilegios, e estabeleceu varios regulamentos. A villa constituia uma das boas commendas da ordem do Templo, até 1311, e pela extincção d'esta ordem, sendo instituida a de Christo, em 1319, a instancias de el-rei D. Diniz, para a substituir em Portugal, ficando herdeira de todos os seus avultados bens, passaram as referidas commendas para a nova ordem, onde se conservaram até 1834. A Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 100$000 reis de rendimento e o pé d'altar. Os parochos d'esta villa e os das freguezias de Villa Cã e de S.Thiago, que formavam o antigo termo de Pombal, eram todos freires da Ordem de Christo. Fôram commendadores e alcaides-móres de Pombal os condes, mais tarde marquezes, de Castello Melhor. El-rei D. Manuel, segundo parece, reconstruiu o castello, porque sobre a porta principal se vêem as armas d'este monarcha encimadas pela cruz da ordem de Christo. O mesmo soberano deu foral novo á villa, em Lisboa, a 1 de junho de 1512. As armas de Pombal são: Em campo de púrpura uma torre de prata, com ameias, e sobre ellas duas pombas, tambem de prata, uma de cada lado da torre, e entre ellas a imagem de S. Miguel, e a legenda *Ave-Maria*. Junto da villa corre, de sul ao norte, o rio Arunca, muito caudaloso no inverno, e chegando quasi a seccar no verão. O principe regente, depois D. João VI, mandou construir uma ponte sobre este rio, para dar passagem de Pombal para a estrada real, de Lisboa a Coimbra, Porto e provincias do norte. A obra foi feita sob a direcção do coronel de engenheiros Joaquim de Oliveira. E' de tres arcos, elegante, com um vão de 120 m. pouco mais ou menos. Do meio da ponte, do lado do poente, ergue-se uma *memoria*, com a seguinte inscripção:

ESTA PONTE FOI PRINCIPIADA
NO ANNO DE 1793,
EM QUE NASCEU A SERENISSIMA
SENHORA PRINCEZA, D. MARIA THEREZA,
E ACABOU-SE N'ESTE ANNO DE 1795,
EM QUE NASCEU O SERENISSIMO
SENHOR PRINCIPE DA BEIRA,
D. ANTONIO.

Em seguida á ponte está um formoso lanço de estrada, orlado, por ambas as margens, de colossaes e frondosas arvores, formando uma abobada de verdura, até á fonte do *Emporão*, a cuja agua o povo attribue a virtude de não deixar sair da

villa as pessoas que d'ella bebem. A egreja matriz, do S. Martinho, está situada quasi ao centro da villa, e é de simples e modesta architectura, não se podendo fixar a epoca da sua construcção, por não haver noticia alguma a esse respeito; comtudo, parece muito antiga, e que tem sido muitas vezes restaurada e reedificada. A torre dos sinos é mais moderna, e talvez do anno de 1677, a julgar pela data que se vê gravada na porta principal. Consta que importou em 5:000 cruzados (2:000$000 reis.) Tambem consta que a egreja foi reedificada pelos annos de 1520 pelos cavalleiros da ordem de Christo, cuja cruz se vê gravada no arco cruzeiro e no pulpito. A parte da egreja que revela mais antiguidade, é a capella, de abobada, de N. S.ª da Piedade, vulgarmente chamada *capellinha de D. Anna*, que em 1865 pertencia ao visconde de Almeidinha. N'esta capella ha uma lapide com a seguinte inscripção: «Capella e sepultura que mandou fazer o valoroso capitão, Jorge Botelho, Cavalleiro Fidalgo, natural d'esta villa, no anno de 1551. Tem obrigação de duas missas cada semana; a quinta das Ferrarias, na ribeira de Litem tomou em sua 3.ª Foi arruinada no anno de 1811, e reformada por seu undecimo administrador, Jorge Coelho de Vasconcellos Botelho de Sousa, Capitão-Mór d'esta villa, no anno de 1815.» Na campa, que está no pavimento, lê-se: «Aqui jaz Jorge Botelho, primeiro instituidor da capella.» Por baixo d'esta inscripção está um escudo d'armas, quasi apagado pelo tempo e pelo attrito dos pés. E' similhante a outro esculpido no tecto da capella, que é o dos Botelhos, e dos Foyos. Observa Pinho Leal, no vol. VII, do *Portugal antigo e moderno*: «Jorge Botelho mandou fazer a sepultura, mas não a capella: é provavel que apenas a reedificasse. A capella é evidentissimamente construcção no seculo XIII ou XIV. A má redacção é a causa do engano. Deve talvez entender-se — *Capella que reedificou e sepultura que mandou fazer*, etc.» Junto da capella está a pia baptismal, trazida para aqui da egreja de Santa Maria do Castello, em 1812. Apezar de Pombal ter tido sempre uma só freguezia, teve antigamente tres egrejas matrizes: *Santa Maria do Castello*, onde os parochianos eram baptisados, *S. Martinho*, onde casavam; *S. Pedro*, onde se enterravam. Cada uma d'estas egrejas tinha dois beneficiados, e as tres um vigario, todos freires da ordem de Christo, e apresentados pelo rei, como grão mestre da ordem, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens. Arruinada pelo tempo a egreja de S. Pedro, como já se disse, ficaram reduzidas a duas as matrizes, até que, sendo profanada pelos francezes a egreja do Castello em 1811, passou á unica matriz de S. Martinho. Além da capella já citada, a egreja actual tem 4 altares, sendo dois d'elles de preciosa talha. Foi n'esta egreja, segundo a tradição, que em 1323 el rei D. Diniz se congraçou com seu filho, depois D. Affonso IV, a instancias da rainha Santa Izabel, n'uma das vezes que este principe turbulento declarou guerra a seu pae. O principe firmou

Brazão d'armas da villa de Pombal

as pazes com solemne juramento, que não tardou em quebrar. Consta que por esta occasião, e, em signal de regosijo, se deu ás tropas do rei e do principe, um lauto banquete, no campo, onde hoje está a estação do caminho de ferro, o qual, em commemoração d'este facto se ficou chamando desde então *Varzea das Bôdas*. Esta estação fica na linha do Norte, entre as de Vermoil e Soure. No livro citado, *Portugal antigo e moderno* vol. VII, pag. 129, lê-se: «D. Fernando Correia de Lacerda, bispo do Porto, que escreveu a vida da rainha Santa Izabel, em 1680, diz que rompidas as pazes que o infante havia ajustado com seu pae, no campo de *Alvalade* (V. *Portugal*, vol II, pag. 682, artigo *Campo Pequeno*), o infante partiu para Coimbra, e após elle e em sua perseguição el-rei D. Diniz. Que se déra sanguinolento combate, junto á ponte d'aquella cidade, ficando vencedor o infante e os seus. Que a rainha e a infanta (D. Constança, depois rainha de Castella, por casar com D. Fernando IV) presenciaram ou ouviram o fragor da batalha, dos paços reaes (hoje edificio da Universidade); e tanto fizeram com os dois contendores, ajudados pelos prelados, mestres das ordens militares, e ricos homens do reino, que andavam do convento de Santa Cruz, onde estava o infante, para o de S. Francisco, onde estava o rei, que conseguiram que este fôsse com os seus, para Leiria, e o infante, com os d'elle, para o Pombal, sem levarem comsigo gente de guerra, e só com os officiaes da casa. Santa Izabel veiu para esta villa com seu filho, para o persuadir, o que conseguiu, fazendo o infante juramento publico na actual matriz, e pedindo a sua mãe que o fizesse egual, para que as pazes fôssem mais seguras. Se é verdado o que diz D. Fernando Correia de Lacerda, o banquete não foi dado ás tropas, mas sim aos officiaes da casa dos dois principes, o que em nada prejudica a tradição.» A egreja de Nossa Senhora do Carmo foi construida em 1760, com o fim de estabelecer um recolhimento para orphãs. Nada tem de notavel, assim como a da Misericordia, edificada em 1745 para asylo de indigentes. A egreja de Santa Maria do Castello, de que em 1867 restava apenas uma parede desmantelada, foi reedificada e ampliada em 1560 pelos apreciados esculptores João Ruão e Jacome Bruxe, ou Bruges. Era de architectura arabe e de fórma circular. A' direita havia uma capella de magnifica architectura, saindo do portico dois bustos, que a tradição diz serem de um dos architectos e de sua mulher. Estava encimada pelo brazão d'armas dos Sousas Ribeiros, brazão que tambem se via sobre uma das janellas do castello. Ao lado da capella mór da egreja estavam as letras *P. C. Q. R.* que, segundo alguns, querem dizer *Petri Commendatoris Quaestu Reedificata, 1560*. Suppõe-se que esta reedificação foi feita por Pedro de Sousa Ribeiro, que o P. Antonio Carvalho da Costa diz ter sido commendador e alcaide-mór d'esta villa. N'esta egreja existiam varias campas com inscripções. Nas faldas do monte fronteiro ao castello, a que vulgarmente se chama *Outeiro das Maias*, existe uma antiquissima torre, de architectura arabe, coroada de ameias. Era a do antigo relogio da villa. Descendo d'aqui para a parte Oeste, e passando junto da egreja de S. Martinho, entra se na praça, onde entre os edificios que a cercam, mencionaremos a casa que fica na freu-

te da egreja, que apezar de ter sido reedificada em 1846, ainda conserva na parede uma lapide em que se lê: «N'esta casa e em outra immediata, pernoitou D. Pedro II, rei de Portugal, a 5 de agosto e em 31 de outubro, e Carlos III, rei de Hespanha, a 25 de agosto e em 8 de novembro do anno de 1704, sendo juiz de fóra d'esta villa o Dr. Celestino da Cunha Feio Coutinho.» Ao norte da praça vê-se um celleiro, e ao sul a cadeia, ambos decorados com os armas dos Carvalhos, e mandados construir pelo marquez de Pombal. A cadeia é um edificio de solida construcção. Ao fundo, e formando angulo obtuso com a egreja, está uma modesta casa, onde o notavel ministro d'el-rei D. José passou os ultimos annos da sua vida, e falleceu em 8 de maio de 1782. Descendo pela rua das Cannas, encontra-se um largo, no centro do qual se eleva o pelourinho, que é uma columna de pedra, elegante na fórma, mas sem nada de artistico ou de notavel. Parece ser tambem obra do marquez de Pombal. O convento de Santo Antonio foi fundado em cumprimento d'um voto, pelo conde de Castello Melhor, ministro de D. Affonso VI. A causa da construcção conta-se da fórma seguinte: O infante D. Pedro, irmão de D. Affonso VI, combinado com a rainha D. Maria Francisca Izabel de Saboia, e com varios prelados e grandes da côrte, depozeram o rei em 22 de novembro de 1667, tomando logo o infante posse da regencia do reino, sendo a 27 de janeiro seguinte jurado principe herdeiro, pelos tres estados. A rainha promoveu a nullidade do seu casamento, e logo a 2 de abril de 1668 casou com seu cunhado, o infante regente. No anno seguinte, 1669, D. Affonso VI foi mandado para o castello de S. João Baptista, de Angra, na ilha Terceira, d'onde mais tarde veiu para Cintra, e ahi falleceu. Os validos e partidarios do rei depôsto fôram perseguidos pelo infante e seus partidarios. O conde de Castello Melhor, sendo avisado a tempo, fugiu a uma morte mais que provavel, andando alguns annos homiziado pelos bosques e aldeias dos arredores de Pombal, e pelo estrangeiro. O regente expediu emissarios e espiões por toda a parte, e vindo a saber-se do esconderijo do conde, foi de Lisboa tropa para o prender, mas tendo-a elle avistado, escondeu-se entre os bastos e altos cardos que havia no logar onde se edificou depois o mosteiro, e onde então existia a ermida de Nossa Senhora de Jerusalem, ou do Cardal, uma torre e uma casa nobre, que fôra residencia de D. Maria Fogaça, e assim escapou aos perseguidores. Mas emquanto a gente de Lisboa dava busca minuciosa áquelles sitios, o conde, atterrado, fez voto a Deus, de erigir n'esse cardal um mosteiro, se escapasse de ser agarrado. Quando depois da morte d'el-rei D. Affonso se fôram aplacando as animosidades politicas, e o conde pôde apparecer em publico, logo tratou de dar cumprimento ao voto que fizera, principiando a construcção do mosteiro, que destinou para os conegos seculares de S. João

Pombal—Monumento ao Marquez de Pombal

Evangelista, loios, mas estes não acceitaram a offerta, por a cêrca ser muito pequena. No ultimo sabbado de julho de 1709 estavam concluidos o mosteiro e a egreja, e com a maior pompa para ali se trasladou a imagem da Senhora de Jerusalem, n'uma sumptuosa procissão, levando a bandeira, como juiz das festas, o dr. Pedro Henriques de Carvalho, cavalleiro da ordem de Christo, e então juiz de fóra de Coimbra Tomaram parte diversos fidalgos e o conde fundador, que já então tivera a infelicidade de cegar. Assistiu tambem o bispo conde de Coimbra, D. Antonio de Vasconcellos, e prégou o padre mestre, fr. Vicente das Chagas, religioso franciscano. A architectura exterior do edificio do convento nada tem de notavel, senão a grande profusão de janellas e cimalhas. Sobre a porta principal tem uma inscripção latina, o interior da egreja, construido em fórma de cruz, é de majestosa apparencia, supposto os capiteis compositos destôem das columnas salomonicas, as ordens se achem confundidas, e de todo se veja que á edificação presidiu o gosto jesuitico. A' direita do corpo da egreja ha uma capella que era dos irmãos terceiros, reedificada em 1856, e onde está hoje a Senhora do Cardal, ou de Jerusalem. Foi n'esta capella, junto ao altar do lado do Evangelho, que desde 1782 até 1810 esteve depositado o cadaver do marquez de Pombal. A invasão franceza poupou aquelle venerando tumulo, sobre o qual o general Masena escreveu estas palavras: *Respectez ce tombeau.* Tão conhecido e respeitado era o nome do illustre finado. Não o poupou, porém, a ambição e rapina, porque os frades, regressando ao convento, encontraram o tumulo arrombado, e dispersos os ossos. Fêl-os recolher n'um modesto caixão de pinho, coberto de veludilho, o guardião fr. Joaquim da Lapa, a instancias do então inquisidor de Coimbra, contraparente do defunto marquez, depositando-os depois no corpo da egreja ao lado direito. Ali se conservou, até que em 1856 foi transportado para Lisboa. (V. o *artigo antecedente)* Defronte do convento de Santo Antonio existiu até 1805 a primitiva ermida da Senhora do Cardal, que então foi demolida pelas obras publicas. Sobre a verga da porta estava collocada uma lapide, com a data de 1731, dizendo, que havia mais de 600 annos fôra ali collocada a milagrosa imagem. A 47 m. da porta do convento está o forno, reconstruido em 1721, e que, segundo a tradição está situado no logar onde existiu a torre e a casa de D. Maria Fogaça, em que já se falou Ainda hoje se fazem grandes festas á Senhora do Cardal, em que se commemora o facto do milagroso bolo. A'cêrca da origem d'esta festa, pudémos colher alguns esclarecimentos na *Chorographia* do P. Antonio Carvalho da Costa. A pequena ermida de Nossa Senhora de Jerusalem estava situada n'um sitio, chamado Cardal pela quantidade de cardos que ali havia, o que deu causa a que o vulgo se habituasse a denominar a imagem da Virgem, pela Senhora do Cardal. Junto á ermida existia um edificio velho, que indicava ter sido majestoso e pertencido a pessoas nobres. Segundo a tradição, vivera ali uma nobre dama, D. Maria Fogaça, que sempre se conservou solteira, e fôra aquella devota senhora quem mandára construir a ermida, para ter junto de sua casa um altar, onde pudesse ouvir missa todos os dias. A imagem foi collocada n'aquella ermida, e o povo da localidade e dos arredores, consagravam-lhe grande devoção. Em fim de maio, não sabemos de que anno, porque a tradição o não diz, appareceu uma terrivel praga de gafanhotos e lagartas, em Pombal, formando especies de nuvens tão densas, que impediam a vista. Causou enormes estragos nas searas, e destruiu por tal fórma as arvores, que durante muito tempo não deram fructo. Em todas as casas havia o cuidado de se taparem todas as vasilhas para livrarem d'aquella terrivel praga a agua e os mantimentos O povo andava horrorisado, e um certo dia, a convite da camara, reuniu-se na egreja de S. Pedro, e juntamente com o parocho, se decidiu fazer procissões de penitencia. Assim se realisou, saindo a procissão da egreja de S. Pedro, e recolhendo-se á ermida do Cardal. Depois rezou-se a missa, e ao terminar, o parocho prometteu publicamente á Senhora, em nome da camara, que se lhe faria uma solemne festividade no dia em que desapparecesse a terrivel praga, e logo no dia seguinte, que era o ultimo domingo de junho, apenas amanheceu, os gafanhotos tinham desapparecido, e as searas e as arvores começavam a florescer. O contentamento foi geral. O povo corria em multidão á ermida, dando graças pelo milagre, e a imagem da Senhora do Cardal foi conduzida em solemne procissão de triumpho, por toda a villa. No anno seguinte, D. Maria Fogaça, proprietaria da ermida, quiz festejar só á sua custa aquelle notavel acontecimento, realisando uma sumptuosa festividade, a que concorreram muitas pessoas de Santarem, de Thomar, e de muitas villas mais proximas. Por ordem da devota festeira fôram dados ao parocho, por offerta, dois bolos de farinha de trigo, que ella propria mandara cozer em um forno qualquer; sendo, porém, aquelles dois bolos de grandes dimensões, aconteceu ficarem um pouco tortos; então um creado da casa da proprietaria atreveu-se a entrar no forno para concertar os bolos, e saiu da mesma fórma como entrára, sem lhe ter acontecido o mais leve damno. Todos se admiraram da audacia do creado, e do milagre de nada ter soffrido. A festa continuou a fazer-se nos mais annos, cozendo se sempre os dois bolos, a que se chamou fogaça, continuando tambem a entrar no forno um homem, que se prestava a isso por devoção, saindo sempre sem o menor incidente Mais tarde os dois bolos fôram reunidos n'um só, e construiu-se um forno no proprio sitio do Cardal, para ali se cozer todos os annos o notavel bolo, que tinha 20 alqueires de farinha de trigo, sendo feito de pão asmo. D. Maria Fogaça, pouco tempo antes de morrer, resignou em favor da camara os seus direitos de dominio e administração da ermida. A camara nomeava então todos os annos 4 mordomos para tratarem das festas, pertencendo a cada um d'elles uma das semanas que precediam o ultimo domingo de julho, para que se transferira a festa annual, e a estas cerimonias se chamava as *Alvoradas*. Na sexta feira antecedente, vinha de sua casa o mordomo buscar a bandeira; no sabbado, acompanhado de numerosa comitiva, e precedido d'um guia, montando um cavallo ricamente enfeitado, e trazendo a espada em punho, abria o cortejo, que entrava na villa pelo lado da ponte, dava voltas em roda da ermida, da egreja, e da capella de S. Sebastião, que fica ao

sul da villa, percorria todas as ruas, e ia depois assistir ás vesperas, cantadas pelo parocho da ermida do Cardal, regressando a casa pela mesma fórma acompanhado; no domingo voltava o mordomo á ermida, onde se cantava missa solemne e se prégava um sermão; a bandeira era depois conduzida a uma das principaes casas, d'onde da janella se lançava aos pobres açafates com moedas de 5 réis e confeitos. Em epocas remotas, parece, que se distribuiam pelas ruas quartos de carneiro e cambos de peixe. O nome de *alvoradas*, segundo consta, provém do costume muito antigo, de nos sabbados os mordomos encarregarem diversas pessoas, que recebiam meio tostão em dinheiro, um pão e tres quartilhos de vinho, de cantarem logo de madrugada celebres cantigas, junto á ermida, continuando mais tarde pelas ruas da villa. O bolo era levado em procissão sobre um andor, conduzido por 6 homens, na tarde de sexta feira, até ao forno; e depois de se ter queimado tres carradas de lenha, entrava um homem no mesmo forno, d'onde saia sem nada soffrer. A bocca do forno era depois tapada, ficando o pão a cozer até domingo de manhã, tornando-se tão sêcco e tão duro que era preciso o auxilio de serra para se partir. A fogaça era então conduzida para a Misericordia, e repartida pelos habitantes da villa e pelas pessoas dos arredores que concorriam á festa. Os reis portuguezes consideraram sempre muito as festas de Pombal, e concederam lhes grandes privilegios, entre os quaes havia o seguinte, que durante muitos seculos foi observado: um criminoso que justificasse ir assistir a ellas, 15 dias antes ou depois, do ultimo domingo de julho, não podia ser preso, exceptuando-se unicamente os criminosos de lesa-majestade. Por esta occasião tambem se realisavam outros divertimentos, como *encamizadas*, *lanças* e *cannas*. Quando se demoliu a capella do Cardal, foi transferida a imagem da Senhora para a egreja do convento de Santo Antonio, e é n'essa egreja que se realisam hoje as festas, por conta da camara, que assumiu esse encargo, e onde tambem se executa ainda uma especie de parodia ás antigas *alvoradas*. O homem, que entra hoje no forno, vae de chapéo armado, e leva mettido na bocca um cravo, que tira das mãos da imagem, para provar que, sendo o cravo uma flôr tão delicada, sae do forno sem a mais leve queimadura. O povo alimenta a crença, que deitar lenha no forno na occasião da entrada do homem, livra de sezões e mortes repentinas, e por isso ha sempre grandes desavenças, por todos quererem proceder áquella cerimonia. Pombal, desde os fins do seculo XVIII tem tido diversas epocas de prosperidade e de decadencia. A estrada de Lisboa ao Porto, que a rainha D. Maria I mandou abrir por Leiria e Pombal a Coimbra, em vez de seguir a antiga direcção de Santarem a Thomar, deu á villa muita importancia e desenvolvimento, tanto pela concorrencia de passageiros, que então era grande, como pela animação que veiu dar á cultura dos ferteis terrenos que cercam a povoação. Este estado, porém, não durou muito tempo. A passagem dos exercitos francezes nos principios do seculo XIX, e todos os outros tristes resultados d'esta guerra, produziram a decadencia d'esta villa. Em março de 1811 travou se junto de Pombal um combate, e como os francezes ficaram vencedores, saquearam e incendiaram a villa, praticando as maiores atrocidades que tão tragicamente assignalaram por toda a parte a sua passagem. A cholera-morbus, que em 1833 se alastrou por todo o paiz, tambem se fez sentir muito em Pombal, fazendo numerosas victimas, chegando algumas ruas a ficarem completamente sem moradores. Por fim, as carreiras maritimas de Lisboa ao Porto, e vice-versa, por barcos a vapor, acabou com o serviço da estrada, já então convertida em atoleiros e barrancos, e a villa de Pombal ficou isolada e esquecida. Com a construcção do caminho de ferro do norte, em 1855, é que a villa começou a restaurar-se, porque se pôz em communicação rapida e facilima com os principaes centros commerciaes, agricolas e industriaes do paiz, desde então tem progredido consideravelmente, tanto no commercio, como na agricultura, construcção de importantes propriedades, etc. Tem estrada para Ancião, construida em 1875, outra para o Louri-

Pombal—Castello

çal e á freguezia da Foz, e outra para V. N. d'Ourem. Nos arredores, que são pittorescos, vêem-se diversas quintas, sendo algumas importantes. Tinha voto nas côrtes com assento no 17.º banco. Pombal tem escolas d'ambos os sexos, estação telegr.-post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales Tem mercado semanal aos domingos; quinzenal, de gados, nos dias 9 e 15; annual no ultimo domingo de julho; romaria de Santo Antonio a 13 de junho, á Senhora do Cardal, no ultimo domingo de julho. Em Pombal ha advogados, notario, medicos, pharmacias, agentes da *Comp. Credito Predial Portuguez*; de seguros: *Bonança*, *Fidelidade*, *Commercial*, *Internacional*, *Portugal*, *Previdente*, *Probidade*, *Reformadora*, *Sociedade Portugueza* e *Tagus*; deposito d'aguas mineraes, fabricas de azeite, de moagens de arroz; estalagens, hoteis, estabelecimentos diversos, sociedades de recreio: *Associação Pombalense*, *Associação dos empregados do Commercio Pombalense*, *Gremio Pombalense*; philarmonica *Artistica Pombalense*, *Sport Club Pombalense*, solicitadores, typographias, etc. Pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. Central e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Em Pombal tem-se publicado os seguintes jornaes: *Cão de Fila (O)*, setembro de 1865 a 1866; foi o primeiro jornal aqui publicado o impresso; *Cardal (O)*, 10 de outubro de 1895; *Correio de Pombal*, 1 de abril a 14 de outubro de 1886, vindo substituir o *Pombalense; Defeza (A)*, 25 de dezembro de 1892, em publicação, 1910; *Pombalense (O)*, 4 de janeiro de 1881 a 4 de março de 1886; seguimento do *Progresso Pombalense* com o n.º 182; e foi seguido pelo *Correio de Pombal; Progresso Pombalense (O)*, 1 de janeiro de 1877 a 29 de dezembro de 1880; foi continuado pelo *Pombalense* com o n.º 182 (1 de janeiro de 1881); *Imparcial (O)*, publicava-se em 1910. No conc. de Pombal ha varias minas de ouro, cobre, carvão, e outros metaes e metalloides. Só desde junho até outubro de 1874, se manifestaram na camara, 16 minas. Em janeiro de 1875, fôram manifestadas mais 6 minas de carvão de pedra, de boa qualidade, e em fevereiro outra de carvão de pedra e ouro. Em março mais 2 de carvão de pedra; em julho de 1876 manifestaram-se 7 minas de carvão de pedra. O conc. compõe-se de 11 freguezias, com 8:053 fog. e 31:516 hab. pelo censo de 1900, sendo 16:823 do sexo masc. e 17:693 do fem., n'uma superficie de 64:612 hect. As freguezias são: N. S.ª das Neves, de Abiul, 3:272 hab.: 1:572 do sexo masc. e 1:700 do fem.; N. S.ª da Graça, de Almagreira, 1:867 hab.: 927 do sexo masc. e 940 do feminino; S. Thiago, de Louriçal, 6:025 hab.: 2:936 do sexo masc e 3:089 do fem.; S. Mamede, de Matta Mourisca, 2:762 hab.: 1:356 do sexo masc. e 1:406 do fem.; S. João Baptista, de Polariga, 1:444 hab.: 747 do sexo masc. e 697 do fem.; S. Martinho, de Pombal, 5:833 hab.: 2:7 5 do sexo masc. e 3:068 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Redinha, 2:704 hab.: 1:302 do sexo masculino e 1:402 do fem.; S. Simão de Litem, 3:182 hab.: 1:554 do sexo masc. e 1:628 do fem.; S. Thiago de Litem, 2:585 hab.: 1:249 do sexo masculino e 1:336 do fem.; N. S.ª da Conceição, de Vermoil, 2:861 hab.: 1:449 do sexo masc. e 1:412 do fem.; S. Bartholomeu, de Villa Cã, 1:981 hab.: 966 do sexo masc. e 1:015 do fem. O principal commercio do conc. é azeite, coreaes, madeiras de pinho, ovos e vinho, gado bovino, suino, azinino, lanigero e caprino. Em 8 de maio de 1905 a villa de Pombal resolveu erigir por subscripção publica, um monumento á memoria do grande ministro d'el-rei D. José I. Formada uma commissão, deu se começo aos trabalhos, e no dia 1.º de novembro do mesmo anno se lançou solemnemente a primeira pedra, e em 8 de maio de 1907 inaugurou-se o monumento com toda a solemnidade, com a assistencia do governador civil do Leiria, autoridades civis, funccionalismo, escolas, commercio, e enorme concorrencia de pessoas de todas as categorias das localidades proximas O monumento foi levantado no largo do Cardal, o principal da villa, onde estão as repartições publicas. E' construido de marmore rosado, colhido nas proximidades de Pombal, sendo a parte esculptural trabalho do esculptor portuense A. Fernandes de Sá. O projecto architectonico, bem como a construcção, deve-se ao architecto Ernesto Korrodi, director da Escola Industrial Affonso Domingues, de Leiria. A fundição do busto e d'um medalhão, que ornamenta o pedestal do monumento, foi feita no Arsenal do Exercito, tendo o governo dado o bronze e a mão d'obra.

**Pombal**. Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Carrazeda de Anciães, distr. e bisp. de Bragança; 213 fog. e 824 hab. Tem est. post. e pharmacia. A pov. dista 6 k. da séde do conc. o está situada na margem esquerda do rio Tua. O reitor de Marzagão apresentava o vigario, que tinha 9$000 réis de congrua e o pé d'altar. No fundo d'um extenso monte, descendo para o referido rio, brotam duas nascentes d'aguas mineraes n'um local denominado *S Lourenço*, por estar o tanque, que as recebe, construido n'uma casa, que n'outro tempo foi capella dedicada a este santo. Este modestissimo balneario foi mandado fazer em 1730 pelo P. Antonio de Seixas. Uma das nascentes é muito abundante, e ambas são conhecidas pelos nomes de *Pombal*, *S. Lourenço* e *Caldas de Anciães*. As aguas são limpidas com cheiro e sabor sulfureo. Não fôram analysadas chimicamente, mas são bastante usadas no tratamento do rheumatismo e das doenças de pelle. A terra é muito fertil, cria gado e tem caça. Pertence á 6.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Pov. e freg de Santa Marinha, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. d'Alfandega da Fé, distr. e bisp. de Bragança; 52 fog. e 170 hab. Dista 6 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da ribeira de Vaceariça. O reitor d'Alfandega da Fé apresentava o cura, que tinha 8$600 réis de congrua e o pé de altar. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz, cria gado de toda a qualidade, e tem muita caça. Fica proximo a aldeia de Valle de Cordas, que foi parochia, mas arruinando-se a egreja, e não se tendo reedificado, foi annexada a esta Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10, com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Abragão, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga || S. João Baptista, de Arnoia, conc. de Celorico de Basto, do mesmo districto || S. Pedro, do Barreiros, conc. de Amares,

do mesmo distr. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cambezes, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || N. S.ª do Monte, de Capa rica, conc. d'Almada, distr. de Lisboa. || Santa Maria da Deveza e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || O Salvador, de Figueiras, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. de Louzã, districto de Coimbra || Santa Maria, de Gavea, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Idães, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Miguel, de Lavradas, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Lobrigos, conc de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Lourosa, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Maria, de Médas, conc. de Gondomar, do mesmo distr. || N. S.ª do Conceição e conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S. Vicente, de Paços, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Martinho, de Penacova, concelho de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª da Assumpção, de Rochoso, conc. e distr. da Guarda. || O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Pedro, de Sanfins, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || Santa Maria e conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Torquato e conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Turiz, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Maria dos Anjos e conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Venade, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Villa Boa do Bispo, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santo André, de Villa Boa de Quires, do mesmo conc. e districto. || N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Pombal e Fazenda Grande.** Ilha da Madeira; duas povoações reunidas na freg. de S. Braz, de Arco da Calheta, conc. de Calheta, distr. do Funchal.

**Pombal e Outeiro.** Duas povoações reunidas na freg. de Santa Marinha, de Paradella, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Pombalinho** *(Antonio de Araujo Vasques da Cunha Porto-Carrero, barão de)* Condecorado com a cruz de ouro da Guerra Peninsular, na qual serviu principiando em capitão de cavallaria na leal Legião Lusitana, e acabando em major do regimento n.º 3, posto de que se demittiu. N. no Porto a 20 abril de 1783, ignora se a data da sua morte. Era filho de D. Anna Luiza da Cunha Osorio de Porto-Carrero, e de seu segundo marido, Francisco Luiz de Brito Araujo e Castro. Em 1833 prestou importantes serviços á causa da rainha D. Maria II, sendo governador militar e coronel do batalhão movel dos voluntarios de Santarem. Casou em 1812 com D. Rita Marianna Giralda Freire, filha de Manuel Marques das Neves, tenente-coronel de milicias da cidade de Tavira, e de sua mulher D. Thereza de Jesus Freire. A baroneza de Pombalinho, quando casou, já era viuva desde 1808, de Manuel Nunes Gaspar, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, capitão-mór e sargento mór das ordenanças de Santarem. Foi o pae do 1.º barão d'Almeirim (V. *este titulo*). O titulo de barão de Pombalinho foi concedido por decreto de 8 de maio de 1837. O seu brazão consta d'um escudo esquartelado, tendo no primeiro quartel as armas dos Porto-Carreros: Escudo xadrezado de ouro e azul, de quatro peças em faxa e quatro em pala; no segundo as armas dos Rochas: Em campo de prata uma aspa vermelha, carregada de cinco vieiras de ouro.

**Pombalinho.** Pov. e freg. de Santa Cruz, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 223 fog. e 321 habitantes. Tem esc. de sexo masc., pharmacias, medico, e est. post., com serviço de encommendas. A pov. dista 18 k. da séde do conc. e está situada na estrada da Gollegã a Santarem. O povo apresentava o cura, que tinha 100$000 réis e o pé d'altar. Chamava-se antigamente *Pombal*, e depois, para se distinguir dos outros Pombaes, se lhe deu o nome de *Pombalinho*. Ha n'esta freguezia importantes propriedades, que pertenceram ao barão de Pombalinho, Antonio Araujo Vasques da Cunha Porto-Carrero. A terra é fertil em cereaes e mais generos agricolas, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. || Pov. e freg. de N. S.ª da Annunciação, da prov. do Douro, conc. e com. de Soure, distr. e bisp. de Coimbra; 432 fog. e 1:611 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Está situada em terreno elevado, a 10 k. da estrada real de Coimbra a Leiria, e a 18 da séde do conc. O abbade cisterciense, do mosteiro de Ceissa, apresentava o prior, que tinha 130$000 réis e o pé d'altar. Os condes d'Almada eram os seus donatarios. Pombalinho foi cabeça de conc., tendo camara e juiz ordinario. O seu pelourinho era uma figueira. Consta que, na Torre do Tombo, existe o processo para o seu foral, na reforma mandada fazer por el rei D. Manuel, mas que não se chegou a expedir. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Pertencendo já ao conc. de Soure, foi annexada ao de Ancião, no distr. de Leiria, por decreto de 7 de setembro de 1895, voltando de novo para o de Soure, por decreto de 13 de janeiro de 1898. || Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. de Coruche, distr. de Santarem. || N. S.ª da Purificação. de Ceissa, conc. de V. N. de Ourem, do mesmo districto.

**Pombares.** Pov. e freg. de S. Fructuoso, da prov. de Traz-os Montes, conc., com., distr. e bisp. de Bragança; 47 fog. e 228 hab. Tem est. post. A pov. dista 22 k. da séde do conc., e está situada a 3 k. da estrada de Bragança a Mirandella. O reitor de Izêda apresentava o cura, que tinha 8$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é pobre e pouco fertil. Pertence á 6.ª div. mil. e ao recrut. e res n.º 10 com a séde em Mirandella.

**Pombaria.** Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, districto de Leiria.

**Pombarinho.** Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Villarinho das Cambas, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

**Pombas**. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Crasto, conc. de Ponte da Barca, distr de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Chouto, conc. de Chamusca, distr. de Santarem. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

**Pombas** *(Ás)*. Pov. da freg. de Santo Antonio das Pombas, conc. da Ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Pombas de Baixo e de Cima**. Duas povoações na freg. de S. Miguel, de Machede, conc. e distr. de Evora.

**Pombeira**. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Cosme, de Valle, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Villar do Moute, conc. de Ponte de Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Pombeira d'Além e Pombeira d'Aquém ou de Cá**. Duas povoações na freg. de S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, districto de Santarem.

**Pombeiras**. Pov. na freg. de S. Martinho da Cortiça, concelho de Argauil, districto de Coimbra.

**Pombeirinha**. Pov na freg. de S. Mamede, de Cepães, concelho de Fafe, districto de Braga.

**Pombeiro** *(D. Antonio de Castello Branco Correia e Cunha de Vasconcellos e Sousa, 9.º conde de)* Foi o 3.º marquez de Bellas. V *este titulo*.

**Pombeiro** *(D. Antonio de Castello Branco e Cunha, 2.º conde de)*. Alcaide mór de Villa Franca de Xira, capitão da guarda real dos archeiros de D. Pedro II; 13.º senhor de Pombeiro, 8.º senhor de Bellas, 10.º do morgado de Castello Branco, etc. Falleceu a 1 de setembro de 1696, e foi sepultado na egreja do convento dos capuchos, de Castello Branco, junto a Sacavem. Era filho do 1.º conde de Pombeiro e visconde de Castello Branco, D. Pedro de Castello Branco, e de sua segunda mulher, a condessa D. Luiza Ponce de Leão. Succedeu na casa e no titulo de seu pae, em 1675, e casou com D. Leonor Maria de Faro, que fal. a 14 de novembro de 1732, sendo então dama da rainha D. Maria Anna d'Austria; filha de Luiz de Mello da Silva, 2.º conde de S. Lourenço, e da condessa D. Filippa de Faro O brazão de Pombeiro é o seguinte: Escudo, tendo em campo azul um leão de ouro rompante, armado de vermelho; timbre, o leão das armas.

**Pombeiro** *(Antonio Joaquim de Castello Branco Correia e Cunha, 5.º conde de)*. Alcaide-mór de Villa Franca de Xira, 15.º senhor de Pombeiro, 13.º senhor do morgado de Castello Branco, junto a Sacavem, 11.º senhor de Bellas, capitão da guarda real dos archeiros, gentil-homem da Casa Real, commendador de varias commendas, na ordem de Christo, etc. N. a 27 de maio de 1741, fal. a 8 de março de 1781. Era filho do 4.º conde de Pombeiro, D. Luiz de Castello Branco, e de sua mulher, D. Pelagia de Almada. Casou com D. Anna Victoria Xavier Telles, dama do paço, filha dos 5.ºs condes de Unhão.

**Pombeiro** *(D. Antonio Maria de Castello Branco Correia da Cunha Vasconcellos e Sousa, 7.º conde de)*. Foi o 2.º marquez de Bellas. V. *este titulo*.

**Pombeiro** *(D José de Castello Branco Correia e Cunha Vasconcellos e Sousa, 8.º conde de)*. Official-mór da Casa Real e official de cavallaria; 19.º senhor de Pombeiro, 14.º senhor de Bellas, 15.º morgado de Castello Branco, etc. N. a 25 de julho de 1815, fal. a 17 de outubro de 1867. Era filho do 7.º conde de Pombeiro e 2.º marquez de Bellas, *(V. este titulo)*, e de sua mulher, D. Constança Manuel. Succedeu a seu pae em 1834 na casa e no titulo de conde de Pombeiro, que lhe competia desde o nascimento, mercê que ficou pertencendo ao filho primogenito dos marquezes de Bellas, depois de ter sido creado este titulo. Foi sempre um fiel membro do partido legitimista, e por isso quando falleceu seu pae, estando já em vigor o systema constitucional, não quiz receber o titulo de marquez da mão dos liberaes, pelo que se assignava sempre conde de Pombeiro e senhor de Bellas. Casou, em 26 d'agosto de 1835, com D. Maria Francisca Luiza de Sousa Coutinho, sua prima, filha dos 2.ºs marquezes de Borba.

**Pombeiro** *(José Luiz de Vasconcellos e Sousa, 6.º conde de)*. Foi o 1.º marquez de Bellas. V. *este titulo*.

**Pombeiro** *(D. Luiz de Castello Branco Correia e Cunha, 4.º conde de)*. Capitão da guarda real dos archeiros, successor de toda a casa e titulo que herdou de seu irmão mais velho, o 3.º conde, que falleceu sem successão; foi o 15.º senhor de Pombeiro, 10.º senhor de Bellas e 12.º de Castello Branco. N. a 16 de setembro de 1683, fal. a 23 de novembro de 1749. Era conego da egreja patriarchal, quando falleceu seu irmão, deixando aquella dignidade para succeder na casa Era filho do 2.º conde de Pombeiro, D. Antonio de Castello Branco e Cunha, e de sua mulher D. Leonor Maria de Faro. Casou a 14 d'abril de 1740 com D. Pelagia de Almada, dama do paço, que depois de viuva foi dama da rainha D. Marianna Victoria, mulher d'el-rei D. José, em 1750; filha de Francisco d'Almada, da Casa da India, senhor de Carvalhaes e Ilhavo, e de sua mulher, D. Guiomar de Vasconcellos

**Pombeiro** *(D. Pedro de Castello Branco da Cunha, 1.º visconde de Castello Branco e 1.º conde de)*. Capitão da guarda real d'el-rei D. João IV, do principe D. Theodosio, e por fim, d'el-rei D. Affonso VI; 12.º senhor de Pombeiro, 7.º senhor de Bellas e de Sanguinhêda, 9.º administrador do morgado de Castello Branco, junto a Sacavem, commendador de Santa Maria, de Ameudoa, na ordem de Christo, etc. Falleceu a 30 de julho de 1675. Era filho de D. Antonio de Castello Branco da Cunha, 11.º senhor de Pombeiro, e de sua mulher, D. Maria da Silva D Antonio esteve em 1625 na restauração da Bahia, e n'esse mesmo anno falleceu, ao regressar do Brazil. D. Pedro de Castello Branco herdou a casa de seus paes, herdando de sua mãe o senhorio de Bellas, de que era a 6.ª senhoria. Foi nomeado capitão d'uma companhia de cavallos, por carta de 15 de julho de 1643, cargo que continuou a exercer junto do principe D. Theosio, e depois de seu irmão e successor D. Affonso VI. Por carta de 25 de setembro de 1649 foi agraciado por D. João IV com o titulo de visconde de Castello Branco, em duas vidas. A rainha D. Luiza de Gusmão, regente do reino na menoridade de D. Affonso VI, o elevou a conde

de Pombeiro, por carta de 6 de abril de 1652, ultimo anno da sua regencia. D. Pedro do Castello Branco casou com D Cecilia de Menezes, filha de Vasco Fernandes Cesar, alcaide-mór d'Alemquer, e de sua mulher D. Anna de Menezes. Fallecendo esta senhora sem geração, D. Pedro de Castello Branco passou a segundas nupcias a 23 de abril de 1650, com D. Luiza Ponce de Leão, dama da rainha D. Luiza de Gusmão, e mais tarde camarista da infanta D. Catharina, filha de D João IV, que foi rainha de Inglaterra, pelo seu casamento com o rei Carlos II. Era filho de D Alonso de Herrera e Cordova, e de D. Luiza Paes de la Cadena Ponce de Leão, fidalgos hespanhoes; nascera em 27 de abril de 1625, e morreu em 1707.

**Pombeiro** *(D Pedro de Castello Branco da Cunha Correia e Menezes, 3.º conde de)*. Alcaide mór de Villa Franca de Xira e de Villa de Rei; 14.º senhor de Pombeiro, 9.º sr. de Bellas, 11.º sr. do morgado de Castello Branco, conselheiro de D. João V e capitão da guarda real d'archeiros, commendador de Santa Maria, de Amendoa e Outavo, na ordem de Christo; padroeiro do mosteiro da Conceição dos arrabidos, das egrejas de S. Salvador, de Pombeiro e de S. Martinho do logar da Cortiça, termo da dita villa. N. em 1679, fal. a 2 d'abril de 1733. Era filho do 2.º conde de Pombeiro, D. Antonio de Castello Branco e Cunha, e de sua mulher, a condessa D. Leonor Maria de Faro. Casou a 25 de outubro de 1700, com D. Luiza de Mendonça, dama da rainha D. Maria Sophia, 2.ª mulher de D. Pedro II, a qual fal. sem geração, a 11 d'abril de 1707, filha de Lourenço de Sousa e Silva, 1.º conde de S. Thiago e aposentador-mór, e de sua mulher, D. Luiza Maria de Mendonça. Casou segunda vez a 4 de julho de 1708 com D. Maria Rosa de Portugal, filha do guarda mór Fernão de Sousa Coutinho, conde de Redondo, e da condessa D. Luiza de Portugal, que depois de 1713, foi nomeada commendadeira de Santos, na ordem de S. Thiago. Não tendo descendencia de nenhum dos matrimonios, herdou a sua casa e o titulo, seu irmão D. Luiz de Castello Branco, que foi o 4.º conde de Pombeiro

**Pombeiro**. Villa e freg. do Salvador, da prov. do Douro, conc. e com. d'Arganil, distr. e bisp. de Coimbra; 504 fog. e 2:069 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Pertence á 5.ª div. mil e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a sé de em Coimbra. Está situada no extremo declive da serra do Salgueiral, n'um monte que lhe dá uma situação pittoresca e um aspecto risonho. A pov. é antiquissima, mas as versões diversas, sobre o pouco que se sabe da historia da sua fundação, confundem-se e misturam se com as de Pombeiro de Riba-Vizella, que fica na prov. do Minho, proximo de Guimarães. No seu livro *Pombeiro da Beira*, o sr. visconde de Sanches de Frias faz curiosas observações ácêrca do que teem escripto diversos chronistas sobre a fundação de Pombeiro, em que manifestamente se prova a impossibilidade de se encontrar noticias que illucidem sobre a verdadeira fundação e o seu verdadeiro fundador. O valle de *Adafroia*, que principia na vertente do Salgueiral, torneia Pombeiro até ao logarejo da Azênha, que assenta ao fundo da encosta; toma d'ahi em deante o nome de valle do *Bispo*, e termina no rio Alva, onde desagúa a ribeira, que sempre o acompanha. A parte do valle comprehendida entre o Salgueiral e o olival do *conde*, pegado a Pombeiro, ainda hoje se chama *Difroia*, visivel corrupção de *Adafroia*. O que não ha duvida, no entretanto, é que Pombeiro, em tempos remotissimos, foi uma villa, cabeça d'um concelho do seu nome, com comarca, justiças proprias, privilegios e isenções, como se prova, por varios documentos, onde entram as cartas de doação e o foral, que el-rei D. Manuel lhe deu em Lisboa, a 10 de setembro de 1513. Estes documentos tambem se encontram na obra já citada, *Pombeiro da Beira*. A prosperidade de Pombeiro, porém, caiu na grande decadencia em que actualmente se encontra No entretanto, se são escassas e hypotheticas as noticias ácêrca da sua extrema antiguidade, não o são relativamente quanto ao periodo da sua existencia feudal e á linha sucessiva dos seus donatarios Do livro já citado, *Pombeiro da Beira*, extrahimos o seguinte: «Na última metade do século XIII, como descendente dos primeiros donatários e padroeiros de Arganil, Pombeiro e seus termos, residia n'aquella villa D. Marinha Affonso com seu marido Fernão Rodrigues Redondo. Construiram êstes os paços de Arganil e a capela de S. Pedro, destinando esta última pâra seu jazigo; e, por não têr filhos, fizeram testamento de mão comum, em que se recommendava a edificação de uma nova capela e casas pâra elérigos, no paço, com certas e determinadas obrigações. Falecido o marido, abriu-se o testamento, como era natural, mâs D. Marinha Affonso entregou a administração de toda a sua grande casa aos testamenteiros Fernão Lopes e Francisco Nunes, e foi residir pâra Santarem, onde vivia seu cunhado Rodrigo Annes Redondo, no anno de 1295. Não tencionando voltar a Arganil, conseguiu mais tarde que el-rei D. Affonso IV lhe desse certas rendas e o padroado da egreja de S. Nicolau, de Santarem, onde fêz nôvo jazigo, em trôco dos direitos, terras e padroado de Arganil, Pombeiro e seus termos, em cuja negociação figuraram os dois citados testamenteiros. Em 1351, o mesmo rei, tendo separado, ao que parece, a jurisdição de Pombeiro da de Arganil, dividindo-a em dois senhorios, agregou o de Argauil ao dote da sua neta, a infanta D. Maria, que casara com D. Fernando de Aragão, e ficou com o de Pombeiro. A êste tempo, florescia Martim Lourenço da Cunha, senhor dos *lugares e torres do bairro e de villarinho dapar desse lugar*, no districto de Aveiro. Êsse fidalgo, quarto neto em linha recta da poderosa familia dos Cunhas, começada ahi por 1:095, época do conde D. Henrique, era, por seu casamento, aparentado com a casa real, e julgava-se com direito de exercêr jurisdição em Pombeiro e em outras terras, segundo a carta de escambo. que se passou, pondo embaraços e pêas á administração régia. Semelhante procedimento deu motivo a demanda perante os ouvidôres dos feitos reaes, entre o procuradôr de el-rei, Gil Lourenço, e Martim Lourenço da Cunha, procedendo se a muitas inquiriçôes e diligencias, pelas quaes se chegou a concluir que as razões pesavam mais a favôr do primeiro e règio litigante, *avendo hy prova mais avomdosa*. Apezar d'isto, el rei, considerando os estremados *serviços* de Martim da Cunha e o caso de sêr casado com D. Maria, filha de Gonçalo Annes de Bryteiros

*que ha comigo*, diz o documento, *devido e linhagem*, isto é, parentêsco de familia, embora o senhorio de Pombeiro fôsse superior aos Lugares e torres do Bairro e Villarinho dapar, acima ditos, fêz escambo com o dito seu vassalo, recebeudo êste dominio do Cunha, e dando-lhe o de Pombeiro *com toda a jordiçam civell e criminall pela guisa que ora haa*, por carta de 3 de fevereiro de 1393, era de Cesar, ou de 1355 dos annos de Christo.» Foi, portanto, Martim Lourenço da Cunha o primeiro senhor donatario de Pombeiro, sendo o segundo, seu filho, João Lourenço da Cunha, que em 1368 casou com D. Leonor Telles de Menezes, que depois o repudiou, para casar com el-rei D. Fernando I. O senhorio de Pombeiro continuou n'esta familia, até que o 12.º donatario, D. Pedro de Castello Branco da Cunha, foi agraciado com o titulo de conde de Pombeiro (V. os *artigos anteriores*). Em vista da decadencia em que a pov. se vê hoje, conforme dissémos, custa a acreditar que chegasse a ser concelho, com camara, justiças proprias e privilegios especiaes, de que existem provas desde o penultimo periodo da edade média até á dominação filippina. Para maior prova da importancia de Pombeiro, vê-se que el-rei D. Manuel, no foral que lhe deu, dá aos seus povos, entre outras, a regalia de não servirem gratuitamente o senhor da terra, com suas pessoas e cousas, tendo este de pagar de prompto qualquer objecto, de que precisasse servir-se. D. João III, em virtude da requisição que lhe foi feita por parte dos *juizes, officiaes e homes booms e povo da villa de pombeyro*, representados por seu procurador Jorge Vaz, morador em Villarinho, termo da dita villa, nomeado em 31 de dezembro de 1523 na reunião havida na casa do concelho, concedeu à terra o arrendamento perpétuo e fixo das suas sisas pela quantia de 42$560, isentando a de pagamento de gallinhas, impôsto aos rendeiros dos annos anteriores. Mais tarde, sendo de uso e lei que os habitantes de terras senhoriaes não pudessem sair á rua sem as suas lanças, o mesmo soberano, em 11 de setembro de 1537, para aliviar os habitantes da villa e termo de Pombeiro, de similhante incommodo, fez-lhes mercê de não serem *obrigados nem costrangidos a trazer lanças*, quando saissem *fóra* de suas casas. Os senhores da terra nomeavam as justiças e autoridades, e apresentavam os parochos, como padroeiros das egrejas, e como era de uso nos mais importantes dominios. Este privilegio está consignado no tombo da egreja no documento do tabellião Diogo de Sequeira Ainda no meado do seculo XVIII se praticava esta prerogativa. Pombeiro, situado a êste de Coimbra, a uns 35 k. por estrada moderna, entre as villas de Poiares, Arganil e Goes, das quaes dista legoa e meia, fórma o centro da sua freguezia; está cercado, á vista, de povoações, que mais se lhe avisinham, e que parecem ter constituido uma só povoação, em outras eras, occupa uma bonita posição no pequeno monte, que é o extremo declive da serra do Salgueiral, confórme já dissémos. O seu pequeno horisonte é fechado do nascente e do sul pela cordilheira, que com outras montanhas constitue uma ramificação da serra da Estrella, uma cadeia ondelada e nodosa, que só finda na Louzã; e fórma, em semicirculo, um pittoresco declive arborisado com pinheiros, castanhaes e olivedos, terminando em bacia ameua, cortada por duas ribeiras, que fazem juncção e lhe fertilisam o solo. No meado do seculo XVIII ainda existiam bem conservados tres edificios religiosos: a egreja do Salvador, e as capellas de S. Sebastião e de Santo Antonio, hoje profanadas. O templo primitivo era pequeno e tinha alpendre, mas foi ampliado e substituido pelo actual, que parece ter sido começado e concluido no principio do seculo XVII, por D. Maria de Bryteiros da Cunha, filha do 7.º senhor de Pombeiro, Martim Lourenço da Cunha. A primeira missa foi celebrada na capella-mór, pelo Natal de 1622. E' uma edificação de fórma quadrilonga e de singela apparencia. Ligada á frontaria do lado esquerdo, vê se a torre ponteaguda, com duas janellas volteadas, com dois sinos, que são de boa tempera, porém modernos; sendo encimados pela legenda *in hoc signo vinces*, com o nome do autor, José Amaro Dias de Campos, e as datas, o mais pequeno de 1826, e o maior de 1827. A egreja é de tres naves columnadas com 5 arcos por banda, pouco elevadas, partindo os primeiros arcos dos lados da porta principal, apoiando-se os ultimos na parede, onde se fórma o cruzeiro, e todos ao centro em 4 columnas dorieas. Arcos e columnas são feitos de cantaria avermelhada oriunda da montanha de Sabouga, nada tem de distincto a não ser o pulpito em fórma de calix com a base cortada, despido de ornatos, feito da mesma pedra, e encostado á penultima columna da esquerda, na nave central, que é a mais larga. A pia do baptismo, elevada por alguns degraus, á esquerda da entrada, no começo da primeira nave, apresenta na fórma do calix o caracter do pulpito. A concavidade é ampla e aberta n'uma pedra inteiriça de Ançã. Arrumada ás ultimas columnas e elevada por um degrau, corre uma balaustrada de madeira, que separa dos tres restantes, dispostos em cruz latina, os dois primeiros altares, unicos encostados ás paredes lateraes e de architectura mais simples, inteiramente diversa da dos outros, o que parece indicar que são os do tempo primitivo. O da esquerda, o altar das *Almas*, é formado por duas columnas compositas, que sustentam um pequeno frontão, ladeado de anjos. Venera se ali o *Anjo Custodio*, imagem de boa esculptura de madeira. N'este altar estão tambem a imagem de S. Sebastião que pertenceu á antiga capella d'este nome, e a de S. Braz. O altar do lado direito é mais acanhado e menos elegante, tendo n'uma maquineta envidraçada a imagem de maior valor das da egreja, *N. S.ª do Rosario*, em tamanho aproximado do natural. Transposta a balaustrada, estão os dois altares do arco cruzeiro, eguaes na architectura de boa talha dourada, similhante, posto que um tanto inferior, á do majestoso altar-mór. O da direita, o altar do *Santissimo*, é todo guarnecido de columnas toreidas, fechadas em arco, e com ornatos similhantes aos do altar-mór, tendo como retabulo um bom painel representando a *Ceia* de Christo. O altar da esquerda, de *N. S.ª da Conceição*, tem por fundo outro quadro, que se não póde vêr, por estar encoberto com uma tosca maquineta moderna, onde se vê a imagem de *N. S.ª dos Afflictos*, de tamanho natural O altar-mór é a obra mais notavel do edificio. Fórmam-n'o, por banda, 4 grossas e altas columnas toreidas ou salomónicas, enfileiradas em sentido diagonal, sobre socos quadrangulares, tendo os ca-

piteis compósitos, que sustentam um entablamento saliente, ornado no frizo de diversos enfeites em relevo. Os riquissimos fustes salomónicos, dourados e esmaltados com as côres naturaes, são um notavel labiriuto de ornamentação relevada, representando anjos, aves do Paraizo e parras com fructos, de grande valor artistico. O sacrario, de fórma rectangular, alargando se no fundo, e estreitando-se na frente em ligeira diagonal, é guarnecido com 4 elegantes columnasinhas salomónicas, eguaes em tudo ás do altar-mór. No altar-mór vê-se a imagem do Salvador do Mundo, sobrepôsto ao sacrario; parece ser a da primitiva egreja. No lado direito da capella-mór está o tumulo de Matheus da Cunha, que é o mais valioso padrão historico de Pombeiro. Esta obra, coeva da edificação da egreja, attribue-se á filha d'esse fidalgo, D. Maria de Bryteiros da Cunha, fundadora da egreja. O tumulo está encravado na parede, a meio d'um arco de cantaria. Ali figuram duplos escudos com as armas sobrepostas a uma regua ou moldura de pedra. Em baixo, entre as extremidades do arco e sobre a tampa do sarcófago repousa a estatua jacente do historico fidalgo, cuja cabeça descança em duas almofadas de pedra de Ançã, de que é feita a figura, em tamanho natural, muito correcta e bem proporcionada, vestida de armadura com a sua cota de malha e longa espada ao lado. Na frente do mausoléo vê-se o anjo da fama, de azas abertas, em meio relevo, segurando nas mãos um pergaminho desenrolado, onde se lê o seguinte, em caracteres gothicos:

AQUI JAS O MUITO ESFORÇADO
E ESTIMADO SENOR MATEUS DA CU
NHA SÕR Q. FOI DESTA VILA E TERA
DE PÕBEIRO O QUAL NOSO SNÕR
TENHA NA SUA SÃTA GLORIA. AMEN.

Aos lados do anjo, onde ha tambem modelação góthica, vêem-se dois escudos eguaes aos primeiros. A base do tumulo assenta sobre dois leões e tres cabeças do mesmo animal, uma ao centro e duas lateraes. As varias alfaias existentes n'esta egreja figuraram na Exposição de Arte Ornamental, realisada em Lisboa no anno de 1882; são ao todo 7, que constam do respectivo catalogo; *Naveta*, de prata; *Corôa* e *Pixide*, ou hostiario, tambem de prata; *Custodia* de prata dourada; *Cruz* processional, de prata, com a imagem dourada; *Calix gothico*, com sua patena simples e colher de prata dourada; *Thuribulo gothico*, de prata.

**Pombeiro de Riba de Vizella** *(Paulo de Mello Pereira Sampaio Freitas do Amaral, barão de)*. Moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Christo, senhor da quinta e casa solar do Paço de Pombeiro, na freguezia de Santa Maria, de Pombeiro, concelho de Felgueiras; 19.º senhor do morgado da Casa Nova em Basto; 17.º senhor do morgado de Sezim, na freguezia de Nespereira, do concelho de Guimarães; 12.º senhor do morgado de S. Braz, nos claustros da collegiada de Guimarães, bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra, antigo presidente da camara municipal de Guimarães, procurador por Guimarães á Junta Geral do Districto. N. a 17 de novembro de 1837, sendo filho de João de Mello Pereira de Sampaio, e de sua mulher, D. Anna Margarida de Freitas do Amaral e Mello *(V. Sampaio)*. Casou a 20 de janeiro de 1862 com D. Henriqueta Freire de Andrade, filha de Henrique Freire de Andrade Coutinho Bandeira, fidalgo da Casa Real, e de sua mulher, D. Maria Felizarda Pereira Lago Porto-Carreiro. Foi agraciado com o titulo de barão de Pombeiro da Riba de Vizella, em duas vidas, por decreto de 11 de abril de 1851. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; No primeiro quartel as armas dos Mellos: Em campo vermelho seis bezantes de prata entre uma cruz, sobre a bordadura de ouro; no segundo quartel as dos Sampaios: Escudo esquartelado; no primeiro quartel, de ouro, uma aguia de púrpura estendida, armada de preto; no segundo enxequetado de ouro e azul, de miudas peças, e uma bordadura vermelha, cheia de *SS*, de prata, e assim os contrarios; No terceiro quartel as dos Freitas: Em campo vermelho cinco estrellas de ouro em santor. No quarto, as dos Amaraes: Em campo de ouro seis luas minguantes azues com as pontas para baixo, postas em duas palas.

**Pombeiro de Riba de Vizella.** Pov. e freg. de Santa Maria, da prov. do Douro, conc. e com. de Felgueiras, distr. e bisp. do Porto; 239 fog. e 858 hab. Tem esc. do sexo masc., pharmacia, romaria a S. Braz, e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 6 k da séde do conc. e está situada n'um valle estreito que abre, ao norte, sobre o rio Vizella, d'onde lhe vem o nome. O valle é marginado, ao nascente, pela estrada real, que de norte ao sul, vae de Guimarães para Felgueiras. Pombeiro foi couto e villa. O D. abbade do mosteiro de S. Bento de Pombeiro apresentava o vigario, que era um monge da mesma ordem, o qual tinha 150$000 réis e o pé d'altar. E' uma freguezia fertil, rica e importante, com algumas familias antigas e muito nobres. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. E' tambem conhecida por *Pombeiro de Riba*, ou simplesmente *Pombeiro*. Junto ás margens do rio Vizella, e a 6 k. a ENE de Guimarães, está o grande mosteiro que foi de monges benedictinos, denominado *convento* de *Pombeeiro*, cujo D. abbade tinha o privilegio de esmoler-mór do rei, quando este passava para o norte do rio Douro. E', na verdade, um dos mais antigos mosteiros de Portugal, e foi um dos mais ricos e poderosos. Sobre a data da sua fundação divergem os escriptores. Uns pretendem que foi fundado pelos annos de 900 da era de Christo, reinando de D. Affonso III, o *Magno*; outros sustentam que a sua primeira fundação foi na era de 894 de Cesar, 776 de Christo, outros ainda observam que já tinha alguns annos de existencia em 766, da era christã, porque d'esse anno existiu, ou existe, um prazo de *Valle Melhorado*, declarando que certas propriedades d'elle, *confrontam com terras do mosteiro de Pombeiro*. O que parece certo é existir em 853, porque n'esse anno o papa Leão V expediu um breve apostolico, sobre uma demanda que os monges traziam com o padroeiro do convento. A sua primitiva fundação foi no logar de Sobrado, e por isso se lhe chamou no principio *mosteiro do Sobrado*, ficando junto ao monte de *Santa Cruz*, cujo nome se derivava d'uma ermida com esta invocação que existia no cume do monte; mas, ou pelo sitio não agradar aos monges, ou por qualquer ou-

tro motivo, foi mudado, a requerimento dos religiosos, por D. Fernando I, o *Magno*, de Castella e Leão, para o *Monte Columbino*, em 1041, local onde sempre se conservou, ficando desde então conhecido pelo nome de *Pombeiro*. D. Fernando deu o padroado do mosteiro a seu sobrinho D. Gomes de Cella-Nova (Galliza), que foi o progenitor da nobilissima familia dos Sousas, de Portugal, e por isso andou por muitos annos o padroado n'esta familia. Mais tarde, depois da morte de D. Jorge da Costa, conselheiro e confessor d'el rei D. Affonso V, e abbade de Pombeiro, passou a ter o mosteiro por commendatarios os Mellos Sampaios, sendo o ultimo d'estes commendatarios, em 1528, D. Antonio de Mello Sampaio, filho bastardo de outro D. abbade commendatario de Pombeiro, D. João de Mello Sampaio, bisneto de Vasco Pires, fidalgo gallego, filho do conde de Trastamara, que veiu para Portugal no tempo de D. Fernando I, fixou residencia em Sampaio, do concelho de Villa Flôr, que D. João I lhe honrou, tomando por este motivo os descendentes de Vasco Pires o appellido de Sampaio. O convento de Pombeiro, caindo no poder de commendatarios, foi decaindo progressivamente, porque elles trataram de lhe tirar o maior lucro possivel, não tratando dos reparos precisos, nem da sorte dos monges. D. Antonio de Mello Sampaio morreu em 1560, e a rainha D. Catharina, viuva de D. João III, pediu a posse do convento para o reformar, mas fez d'elle doação a D. Antonio, prior do Crato; porém, o pontifice Pio IV, que já o havia promettido em 1557 a S. Carlos Borromeu, não concordou com a pretenção da rainha, e houve por isso uma demanda, que terminou pela renuncia de S. Carlos Borromeu em D. Antonio, no anno de 1561, ficando o prior do Crato commendatario de Pombeiro, com a obrigação de dar ao santo a pensão annual de 1:000 cruzados. D. Antonio emigrou, e os reis castelhanos, assenhoreando-se de Portugal, entregaram a administração do mosteiro a prelados, que até 1590 se chamaram priores, e depois abbades. O convento de Pombeiro foi riquissimo, tendo já no principio da monarchia, no dizer de Fr. Raphael de Jesus, na *Monarchia Lusitana*, um rendimento como o Estado, que foi calculado em quantia superior a 14:000$000 réis. O mosteiro teve muitas doações, porque a sua padroeira era muito venerada, e attraia a Pombeiro uma constante romagem de devotos. E era muito frequente os ricos homens, cavalleiros e generaes irem implorar o auxilio da Virgem, antes de irem para as guerras e lá voltarem depois da victoria, a depôr os seus trophéos gloriosos. A rainha D. Thereza, pouco depois da morte do conde D. Henrique, seu marido, em 1112, fez ampla doação ao convento de Pombeiro, *de quanto possuia dentro dos coutos de Avisella* (Visella) immediato ao solar dos Sousas, e ao mosteiro. Do antigo convento não ha vestigios, e só existe a egreja, de architectura gothica, e de grande sumptuosidade; era muito vasta, e o claustro tinha uma formosa galeria no primeiro andar. Esta notavel galeria tinha tres naves, onde estavam abertas, por sua ordem todas as armas da antiga nobreza de Portugal. O D. abbade do mosteiro servia de ouvidor; o juiz, o procurador e o porteiro do couto eram eleitos pelo povo, e confirmados pelo D. abbade. Era couto no civel, e no crime pertencia a Felgueiras. O edificio do segundo convento é de fórma quadrangular, com tres compridos e largos dormitorios, um ao S, outro a E, e outro a O, fechando o quadro ao N, a egreja. No centro do mosteiro ha um espaçoso claustro, guarnecido de altas e grossas columnas da ordem corinthia, sobre cujos capiteis se levanta uma vistosa galeria, que accrescenta a majestade do edificio. Nos dois angulos da fachada da egreja estão duas elevadas e majestosas torres, de boa cantaria. Sobre as duas quartelas da cornija exterior da fachada, dá luz ao templo um espelho de 20 m. de circumferencia, e tem, como remato, um leão rompante, sustentando duas medalhas em meio relevo, que consta serem as efigies de D. Fernando Magno e de sua mulher, ali mandadas collocar por D. Egas Gomes de Sousa, bisneto, por sua mãe, d'aquelle monarcha. Em frente da porta principal houve uma galilé, de tres altissimas naves, de abobada, formada em esquadria, e era n'esta galilé que estavam os escudos das armas de todas as familias nobres de Portugal, esculpidas na pedra, o com todo o rigor da heraldica; de sorte que, duvidando-se da origem d'algum fidalgo, a galilé de Pombeiro era a Torre do Tombo da antiga nobreza lusitana. Sobre a porta principal estavam gravadas as armas dos Sousas, e havia ali sepultura de alguns membros d'esta familia. N'uma lapide da parede da mesma galilé existiu a seguinte inscripção:

ERA MILESIMA TRECENTESIMA NONA
FACTA FUIT GALILÉ — MANDANTE
DOMINO RODERICO, ABBATE.

*(Na era de 1309, foi construida esta galilé, por ordem do abbade D. Rodrigo)*; 1309 corresponde ao anno de 1271 da era christã. O tempo principiou a desmantelar esta galilé, e alguns abbades do mosteiro completaram a obra de destruição, mandando pouco a pouco demolir este veneran do documento para com os seus despojos construirem paredes de casas, e muros da cêrca. A sacristia da egreja, que é vasta e alegre, está adornada de boas pinturas, e teve alfaias e paramentos riquissimos, dados pela casa de Sousa, o que consta de muitas doações, feitas em varias épocas por esta nobilissima familia. Conforme se disse, o convento de Pombeiro decaiu notavelmente com a administração dos commendatarios. Depois que estes se apossaram das suas rendas, acabaram com um bom collegio de discipliuas ecclesiasticas, que ali existia muito florescente. Quando os abbades, em 1590, fôram entregues do convento, depois do ultimo commendatario, D. Antonio, prior do Crato, começaram a trabalhar na reforma necessaria das condições da ordem e do edificio, conseguindo com os seus esforços, augmentar consideravelmente o mosteiro, procedendo em 1752 a importantes obras, com as quaes reformaram profundamente o convento. O edificio, em 1834, foi julgado bens nacionaes, e vendidos a duas pessoas naturaes de Pombeiro, e existe hoje em poder dos seus herdeiros. A egreja é a matriz da freguezia, como já era antes da suppressão das ordens religiosas. Do convento só restam hoje duas pequenas partes, uma das quaes é a residencia do parcelho da freguezia, e a outra a morada dos donos da quinta do mosteiro. A egreja fica encos-

tada ao lado norte do claustro, de que se vê ainda uma parte. As obras, que os abbades lhe fizeram, fôram tão grandes, que attingiram quasi uma reedificação. Desappareceu, pois, o estylo da sua architectura primitiva, que devia ser romana, attendendo não só á epoca da fundação do mosteiro, como tambem a uma pequena capella do Sacramento, que a reforma conservou intacta. A frontaria é simples, mas elegante. Ostenta no centro, sobre a entrada, uma enorme e bella rosacea, e ligando as duas altas torres quadrangulares, fórma uma abobada de arco abatido, ao fundo da qual fica a porta principal da egreja. Esta porta é composta por seis arcos seguidos, concentricos, ornamentados e que pousam sobre capiteis corinthios. De cada lado do patamar que aquella abobada cobre, vêem-se dois tumulos, tendo cada um, na tampa, a estatua em decubito dorsal d'um cavalleiro. Um d'estes tumulos tem um escudo brazonado com cinco flôres de liz; o outro patenteia tambem um escudo com cinco palas. Junto e do lado de fóra do limiar da porta principal, ha uma sepultura, tendo, gravada na tampa uma espada, o contorno d'um escudo brazonado, com os distinctivos apagados, e uma inscripção cujos caracteres estão de tal modo gastos, que apenas, e mal, se póde ler a palavra *comitis* e a era de 1260, que corresponde ao anno de 1222, talvez ali fôsse sepultado algum conde dos primitivos Sousas, padroeiros do mosteiro. O interior da egreja está dividido em tres naves por uma elegante arcaria que se julga ser do primitivo templo, e á qual os frades mandaram cortar a ornamentação dos capiteis de pedra e substituil-a por outra de madeira, no estylo corinthio. Junto do cruzeiro ha um pequeno zimborio, com janellas em toda a volta, que abrem sobre a nave central. A ornamentação com madeira entalhada é soberba e profusa. A capella-mór, com a sua tribuna, é majestosa; os altares, pulpitos e côro são bonitos e elegantes. Perto da sacristia está a capella de N. S.ª da Piedade, mandada fazer por Gonçalves Peixoto, que foi abbade de Tellões e Villacova, e instituidor do morgado de Pouzada em S. Pedro d'Azurem. Foi sepultado n'esta capella, e deixou em testamento, feito a 19 de fevereiro de 1151, o legado de 60 libras para os frades de Pombeiro rezarem por sua alma, na capella, duas missas diarias, e terem lá uma lampada sempre accesa. A meio do templo encontra-se a sepultura de Manuel Faria e Sousa, natural de Pombeiro e escriptor do seculo XVIII. No monte da ermida de Santa Cruz, já citado, existiu em eras remotas um castello, construido pelos romanos, que passou depois ao poder dos christãos, e foi d'elle alcaide-mór, ou governador, D. Gomes Nunes de Sousa, 3.º filho de D. Egas Gomes de Sousa, senhor de todo este territorio. D. Gomes Nunes de Sousa tinha tambem muita devoção pela Santa Virgem de Pombeiro, e lhe fez amplas doações.

Egreja do mosteiro de Pombeiro de Riba de Vizella

**Pomboje**. Pov. da 2.ª div., Quiongua, do conc.

de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Pombinha.** Pov. na freg. de S Christovão, de Labruja, conc. de Ponte do Lima, distr. do Vianna do Castello.

**Pombinhas.** Pov. na freg. de S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

**Pombo.** Pov. na freguezia de Santa Margarida, de Aldeia Velha, conc. de Aviz, districto de Portalegre.

**Pombos.** Povoações nas freguezias: S. Nicolau e conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Graça, de Montalvão, conc. de Niza, distr. de Portalegre. || Bahia situada na costa do distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental. O seu extremo N é formado pela ponta da Cabeça da Baleia, e o extremo S por uma ponta de pedras. O mar quebra sempre com grande força na bahia; mas como esta tem um bom ancoradouro, é muito frequentada por lanchas que vão carregar urzella e gomma.

**Pomburpá.** Freg. de Santa Mãe de Deus, do conc. de Bardez, no distr. o arceb. de Gôa, India. Está situada proximo na margem direita do rio Mapuçá, e a sua egreja parochial foi fundada em 1669. Tem escolas.

**Pomeda.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Abbedim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Pompilhal.** Ilha das Flôres; pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Santa Cruz das Flôres, distr. da Horta.

**Ponchem.** Pov. do commando militar de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

**Ponches.** Pov. na freguezia de S. Pedro, de Queimadella, concelho de Fafe, distr. de Braga.

**Pondá.** Um dos 6 concelhos em que fôram divididas as Novas Conquistas, no distr. o arceb. de Gôa, India, por decreto do 14 de dezembro de 1880. Anteriormente, era uma prov. da 5.ª div. das Novas Conquistas, pertencente á com. das Ilhas. Comprehende 3 freguezias e 28 aldeias, com 8:516 fog. e 50:306 hab., n'uma superficie de 250 k. q., segundo o *Annuario estatistico dos dominios ultramarinos portuguezes* de 1899 e 1900. Está como que envolvido n'uma moldura de rios, entre os quaes citaremos o Mandovy, o Candiapur e o Sanguem, e é muito cortado por numerosos, embora pequenos, affluentes dos mesmos. Os rios que o limitam são, no seu curso superior, os mais poderosos da India portugueza. O territorio é montanhoso, sobretudo ao S, onde, proximo da aldeia de Borim, se levanta a montanha de Sidnate, uma das mais notaveis das Novas Conquistas. E' o concelho mais populoso da região e o 5.º em extensão territorial, excedendo o sob este ponto de vista o de Canácona, Quepem, Sanguem, Salute, e o commando mil. de Satary As aldeias que o compõem são: Adolná, Bandorá, Betqui, Bitodem, Borim, Borná, Candeapôr, Candola, Coddar, Conoseem ou Couxim, Cuncaliem, Cutri ou Curtim, Cundaim, Marcaim, Neraneal, Orgão, Panchavaddy, Priol, Querim, Quenlá, Sirodá, Talanlim, Tiurem, Vaddy, Vaguromem, Velinga, Verem e Valvi; em Priol e Bandorá ha pagodes notaveis. O solo é muito favoravel á agricultura, mas os preconceitos de castas e a indolencia dos naturaes, aggravada por um clima abrazador, não tem deixado que ella tome o possivel desenvolvimento. O territorio que fórma o conc. de Pondá foi doado a Portugal em principios do seculo XVIII Tomado depois pelos indios, foi reconquistado pelo marquez de Louriçal em 1742. Perdido outra vez, foi de novo rehavido por Saldanha d'Albuquerque, conde do Ega. Definitivamente cedido a Portugal em 1791, só em 1795 se fixou ali o nosso dominio pelas armas. Pondá constitue um concelho, com séde na cassabé de Pondá, o comprehende dezaseto regedorias. Tem est. postal permutando vales do correio com o continente.

**Ponderados.** Ponta situada ao NE da ilha de Santa Maria, no archipelago dos Açôres.

**Pondras.** Pov e freg. de S. Pedro, da prov. de Traz os-Montes, conc. e com. de Montalegre, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 69 fog. e 353 hab. Tem est. post. Dista 19 k. da séde do conc. e está situada proximo da margem esquerda do rio Rabagão, na estrada real de Chaves a Braga. A mitra apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento. A terra é fertil, principalmente em milho, centeio, feijão e batatas. Cria bastante gado, e ha alguma caça. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves. || Pov. na freg. de S. Pedro, de Queimadella, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Pone** Antiga moeda da India portugueza. Corria em Bengala.

**Ponellem.** Uma das 13 ilhas que fórmam o conc. das Ilhas, no distr. e arceb. do Gôa, India E' de pouca importancia. Fica ao N da ilha do Chorão, e tem cêrca de 1 k. de comprimento por outro tanto de largura. Foi adquirida para a corôa portugueza em 1705 pelo vice-rei D. Caetano do Mello, que a tomou e fortificou.

**Pongoé.** Prazo de distr. de Sofala, prov. de Moçambique, Africa Occidental.

**Pongola.** Pov. da prov. de Moçambique, Africa Occidental

**Pongue** Prazo do distr. de Tete, prov. de Moçambique, Africa Occidental.

**Ponocém.** Aldeia da circumscripção militar de Onda, provincia de Satary, distr. de Gôa, na India.

**Ponossuli.** Aldeia da circumscripção militar de Quelandém, na provincia de Satary, distr. de Gôa, na India.

**Ponsão.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. do Miranda do Corvo, distr. de Coimbra.

**Ponsos.** Pov. na freg. de Santa Marinha, de Costa, conc. de Guimarães, districto de Braga.

**Ponsul.** Rio no distr. de Castello Branco, provincia da Beira Baixa. E' formado por dois ribeiros que nascem a NO e SE de Pena Garcia, corre a OSO, passa nas proximidades de Monsanto, de Idanha-a-Velha, ao S de Idanha-a-Nova e a SE da cidade de Castello Branco, entrando no Tejo com 30 k. de curso.

**Ponsuli.** Pov. do commando mil. de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica nos contrafortes dos Ghattes. V. *Ponossuli.*

**Ponta.** Ilha do Porto Santo; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade e conc. do Porto Santo, distr.

do Funchal. || Pov. do conc. das Lagens das Flôres, no distr. de Horta, com. das ilha da Flôres, bisp. de Angra do Heroismo, na ilha das Flôres, Açôres. Produz cereaes, legumes, e criagado. || Ilha do archipelago de Bijagoz, na costa da Guiné, Africa Occidental, e no Oceano Atlantico, ao S da ponta Bimar da ilha de Bissau, tendo as ilhas de Bolama a E, a das Gallinhas ao S e as de Carache e Caravella a O. Está muito povoada e tem grande quantidade de palmeiras, de cujo fructo os naturaes extrácm um oleo vermelho, e abunda tambem em arvores fructiferas e em arroz, feijão e milho. A aldeia de Juba, junto d'um pequeno rio e cabo do mesmo nome, é muito populosa e fertil. A principal importação consiste em panos azues, amarellos e vermelhos, aguardente, roupa ordinaria, coutas miudas, ferro e armas.

**Ponta da Achada**. Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Ponta Agua**. Ponta situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Limita pelo NE a angra de S. João dos Angolares.

**Ponta Agulha**. Ponta situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Tambem é chamada *Cruz dos Ventos*.

**Ponta Alta**. Ponta situada na costa O da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. O mar faz n'ella grande arrebentação.

**Ponta de Arnel**. Pov. do concelho de Nordéste, no distr. de Ponta Delgada, Açôres. Semaphoro.

**Ponta de Boyalvo**. Ponta situada na costa N da ilha da Boa Vista, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Ponta Cabrita**. Ponta da ilha da Taipa, na prov. de Macau, Asia.

**Ponta do Cinturão**. Séde d'um posto fiscal dependente da secção de Villa Real de Santo Antonio.

**Ponta do Crasto**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Ribeira, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Ponta Delgada** *(D. Leonor da Camara, marqueza de)*. Aia e mestra da rainha D. Maria II. N. a 30 de maio de 1781, ignora-se a data do fallecimento. Era filha do 6.º conde da Ribeira Grande, D. Luiz Antonio José Maria da Camara, e de sua segunda mulher D. Maria Rita d'Almeida. Era dama da rainha D. Carlota Joaquina, quando, pelos fins do anno de 1828, o marquez de Palmella, tratando de escolher uma senhora da primeira nobreza de Portugal, a quem encarregasse da educação da futura rainha, D. Maria II, julgou que ninguem seria mais propria para tão elevado cargo como D. Leonor da Camara. Feito o convite, e sendo este bem acolhido apezar das difficuldades que se oppunham á saida de D. Leonor do reino, cuidou logo a illustre senhora de dispôr tudo para illudir a vigilancia das autoridades miguelistas, e partindo de Lisboa ás escondidas a 8 de fevereiro de 1829, entrou no serviço effectivo da joven rainha em 10 de março, acompanhando-a ao Rio de Janeiro, França, Inglaterra, e por fim a Lisboa até 24 de novembro de 1833, em que foi despedida do paço por D. Pedro IV. Essa exoneração deu origem a grandes commentarios, e ao passo que uns apontavam como perigosos os principios religiosos e politicos que D. Leonor da Camara inspirava á sua régia educanda, attribuiam outros a demissão como filha da indisposição que causara ao duque de Bragança a idéa de que D. Leonor, na viagem do Rio de Janeiro para a Europa, em 1831, quiz fazer desembarcar a rainha nos Açôres em vez de a conduzir a França. Este facto reunido com os infundados rumores que por esse tempo corriam entre a opposição de pretender D. Pedro retomar a corôa de Portugal, deu causa a illações que adquiriram grande voga, considerando-se D. Leonor da Camara como victima da sua extrema fidelidade á joven rainha. Quiz D. Pedro adoçar a exoneração, concedendo a D. Leonor da Camara a pensão annual de réis 1:000$000, que a illustre dama não quiz acceitar. Posteriormente, por decreto de 25 de janeiro de 1835, D. Maria II agraciou-a com o titulo de marqueza de Ponta Delgada, em duas vidas, pelos serviços que lhe prestára, reunidos ás muito singulares provas que sempre havia manifestado de leal e desinteressada dedicação. A segunda vida, de juro e herdade, devia ser verificada em seu sobrinho, o 8.º conde da Ribeira Grande, D. Francisco de Salles Maria José Antonio de Paula Vicente Gonçalves Soares da Camara, que foi o 1.º marquez da Ribeira Grande, titulo para que foi mudado o de Ponta Delgada.

**Ponta Delgada** *(Districto de)*. E' um dos tres districtos administrativos em que está dividido o archipelago dos Açôres. Comprehende as ilhas de S. Miguel e de Santa Maria. Tem 7 concelhos, com as suas respectivas freguezias, sendo 6 na ilha de S. Miguel: Lagôa, Nordéste, Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Villa Franca do Campo; na ilha de Santa Maria, o conc. de Villa do Porto. Segundo o *Censo* da população de 1900, tem o districto 29:409 fogos e 127:566 hab., sendo 59:208 do sexo masc. e 68:358 do fem. Comprehende este districto na circumscripção judiciaria, 5 comarcas, pertencentes á Relação dos Açôres: Santa Maria, na ilha de Santa Maria; Ponta Delgada, Povoação, Ribeira Grande e Villa Franca do Campo. Tem 47 freguezias todas dependentes do bispado de Angra do Heroismo, que na circumscripção administrativa se reduzem a 45, porque duas d'ellas, a de Agua de Altas e de Ribeira das Tainhas estão, na parte administrativa, annexadas ás de S. Pedro e de S. Miguel, em Villa Franca do Campo. Ha tambem em todo o districto 6 priorados, que são na ilha de S. Miguel. Fórma uma capitania do posto. Este districto é quasi exclusivamente agricola. Produz muita laranja, milho, trigo, legumes, batatas e inhame, e onde a aspereza das serras e picos vulcanicos não permitte a cultura de cereaes e leguminosas, estão os declives cobertos de vinha e de vegetação diversa. A producção e a exportação da laranja foi, principalmente depois que decaiu a cultura da vinha, o seu mais importante ramo de commercio. A producção d'aquelle saboroso fructo, afamado nos mercados inglezes, attingiu o seu maximo em 1876, começando depois a decair, não só por causa da doença que atacou os pomares, como tambem pela concorrencia que principiou a encontrar nos referidos mercados. Como consequencia natural da exportação da laranja, adquiriu grande importancia no districto a industria do fabrico de caixas de madeira, que occupa muitos braços. Sendo o

districto muito agricola, é tambem importante a producção dos cereaes; mas esta, por vezes, não chega para o consumo da população. A producção de legumes é tambem importantissima, assim como a da batata, figurando n'essa producção, bem como n'outras, taes como a da laranja e do milho, a ilha de S. Miguel sempre em primeiro logar não só em relação á ilha de Santa Maria, que d'ella fica muito distanciada, mas tambem a todas as outras do archipelago. N'este districto, como em todos os dos Açôres, é grande o movimento da emigração para a America, á qual só poderiam oppôr eutrave o maior deseuvolvimento da agricultura e da industria, e os melhoramentos materiaes. No districto ha um lyceu nacional e numerosas escolas primarias para os dois sexos. As povoações mais importantes são Ponta Delgada, capital não só do districto, como de todo o archipelago; Ribeira Grande; Villa Franca do Campo e Povoação, todas na ilha do S. Miguel. O concelho de Ponta Delgada tem 18 freguezias, com 11:738 fog. e 52:199 hab., sendo 24:262 do sexo masc. e 27:917 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Saude, de Arrifes, 5:634 hab.: 2:632 do sexo masc. e 3:002 do fem.; N. S.ª d'Ajuda, de Bretanha, 3:133 hab.: 1:466 do sexo masculino e 1:667 do fem.; N. S.ª das Candeias, de Candelária, 1:305 hab.: 587 do sexo masc. e 718 do fem.; N. S.ª da Apresentação, de Capellas, 2:977 hab.: 1:418 do sexo masc. e 1:559 do fem.; N. S.ª dos Anjos, de Fajã de Baixo, 901 hab.: 415 do sexo masc. e 486 do fem.; N. S.ª da Oliveira, de Fajã de Cima, 2:424 hab.: 1:123 do sexo masc. e 1:301 do fem.; N. S.ª da Luz, de Fenaes da Luz, 1:564 hab.: 742 do sexo masc. e 822 do fem.; Santa Luzia, de Fêteiras, 2:109 hab.: 954 do sexo masc. e 1:155 do fem.; S. Sebastião, de Ginetes, 2:373 hab.: 1:125 do sexo masc. e 1:248 do fem.; N. S.ª do Livramento, de Livramento, 1:541 hab.: 756 do sexo masc. e 785 do fem.; S. Roque, de Livramento, 2:489 hab.: 1:161 do sexo masc. e 1:228 do fem.; estas duas ultimas freguezias tinham a designação de Rosto do Cão; N. S.ª da Conceição, de Mosteiros, 1:625 hab.: 798 do sexo masc. e 827 do fem.; S. José de Ponta Delgada, 7:636 hab.: 3:510 do sexo masc. e 4:126 do fem.; S. Pedro, de Ponta Delgada, 4:913 hab.: 2:163 do sexo masc. e 2:750 do fem.; S. Sebastião, de Ponta Delgada, 5:126 hab.: 2.388 do sexo masc. e 2:738 do fem.; N. S.ª das Neves, de Relva, 2:673 hab.: 1:254 do sexo masc. e 1:419 do fem.; Santo Antonio, 2:424 hab.: 1:151 do sexo masc. e 1:273 do fem.; S. Vicente Ferreira, 1:152 hab.: 639 do sexo masc. e 813 do feminino.

**Ponta Delgada**. Cidade e capital da ilha de S. Miguel, no archipelago dos Açôres; séde de conc. e de com., distr. e Relação dos Açôres, bispado de Angra do Heroismo. Tem tres freguezias: S. Pedro (capella real), S. José e S. Sebastião (matriz). Está situada ao longo da costa, em terreno plano e aprazivel, nas margens d'uma enseada formada por dois cabos chamados *Ponta da Galé* e *Ponta Delgada*, que deu o nome á cidade. A este segundo cabo lhe chamam tambem *Ponta de Santa Clara*, por causa d'uma ermida d'esta invocação, que se edificou ali ha muitos annos. A perspectiva da cidade, vista do lado do mar, é surprehendente. A casaria resplandecente de alvura e coroada pelas torres de varias egrejas, estende-se n'uma longa linha á borda do Oceano e pelo lado do terra cercam-n'a verdejantes colliuas, ligeiramente ondeadas, e cobertas em grande parte de pomares. O seu porto, muito desabrigado dos ventos do quadrante do sul, é defendido pela fortaleza de S. Braz, construida em 1552, e pelos fortes do S. Pedro e de Rosto do Cão. A ilha começou a povoar-se, por ordem e diligencias do infante D. Henrique, em 1445. N'essa epoca, Ponta Delgada não passava d'um simples logar, sujeito á jurisdicção de Villa Franca do Campo, que era a capital da ilha, porém, pelas vantagens da sua posição, começou a desenvolver-se e a ampliar-se, principalmente depois do anno de 1480 e os seus habitantes, em vista d'esta prosperidade, revoltaram se contra a tutela, que lhes impunham, dando origem a successivos conflictos com os habitantes da capital. Para acabar com esses conflictos, el-rei D. Manuel resolveu attender as supplicas que lhe dirigiam os habitantes de Ponta Delgada, que pretendiam a sua independencia, e no anno de 1499 erigiu a povoação em villa. Houve na ilha de S. Miguel um grande terremoto em 1522, que sepultou a

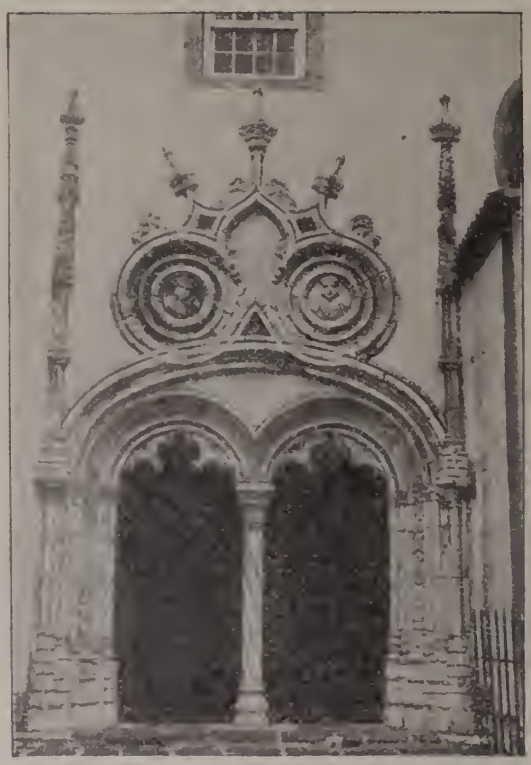
Ponta Delgada — Uma vista da cidade

maior parte de Villa Franca do Campo debaixo dos montes do Rabaçal e Louriçal, sendo até transferida a alfandega para Ponta Delgada, que tambem soffreu grande ruina. N'essa catastrophe morreram porto de 5:000 pessoas. Ponta Delgada restaurou se depressa, graças aos esforços dos seus moradores, e novamente começou a prosperar, não obstanto as representações da camara municipal de Villa Franca do Campo, que durante algum tempo reclamaram contra esta alteração, vendo que aquella villa ia caindo em grande decadencia. El rei D. João III, por carta regia de 2 de abril do 1546, a elevou á categoria de cidade e de capital da ilha. Os vulcões de *João Ramos* e do *Paio*, que rebentaram em 1552, e o do *Pico do Sapateiro*, que rebentou em 1563, vomitando por muitas vezes torrentes de lavas abrazadoras, produziram abalos do terra, que prejudicaram, mais ou menos, todas as povoações da ilha. Em julho de 1582 surgiu nas aguas

O porto de Ponta Delgada

de S. Miguel uma armada de 60 navios, com 8:000 soldados, quasi todos francezes, trazendo a seu bordo o pretendente á corôa de Portugal D. Antonio, prior do Crato, que demandava a ilha Terceira. A 16 do referido mez desembarcaram 3:000 homens no porto dos Calhaus, com o prior do Crato á frente, e em breve se assenhorearam, além de outras povoações, de Ponta Delgada, excepto da fortaleza da cidade, que não quiz render-se, conservando se por Filippe II de Castella. D. Antonio dispunha-se a dar assalto; avistando-se, porém, no dia 21 uma esquadra hespanhola que vinha a pannos largos em busca da do pretendente, todos recolheram aos navios. No dia 24 travou-se o combate naval, que foi muito reuhido. Mortos o almirante portuguez, conde de Vimioso, e o general francez Filippe Estrosse, commandanto das tropas de desembarque, decidiu-se a victoria pelos castelhanos, e os restos da armada contraria, com o prior do Crato, puderam ganhar o mar, e acolherem-se na ilha Terceira, onde em vão os foi perseguir o almiranto hespanhol, Por occasião d'aquelle desembarque commetteram os francezes toda a sorte de roubos e estragos nos campos, nas pequenas povoações, e na propriedade, que puzeram a saque. Filippe II, como em indemnisação d'estas perdas, ou para compensar o que elle chamava fidelidade, concedeu a Ponta Delgada no anno seguinte os mesmos foros e privilegios de que no continente gozava a cidade do Porto Mas apezar de taes favores, assim que chegou ali a feliz noticia da acclamação de D. João IV no dia 1.º do dezembro de 1640, Ponta Delgada e toda a ilha de S. Miguel, sacudiram cheias de enthusiasmo o jugo castelhano. Em 1720 e 1755 sobrevieram dois grandes terremotos que lançaram por terra muitos edificios. Em 1810 houve ao sul do *Pico dos Ginetes* uma pequena erupção, e em junho do anno seguinte rebentou no mar junto á porta da Ferraria uma horrivel explosão submarina, de que resultou formar-se um ilhéo de 300 pés d'altura, com uma circumferencia aproximadamente de um quarto de legoa, e rematado por uma enorme cratera. Em outubro d'esse anno de 1811 desappareceu repentinamente essa pequena ilha, sem deixar mais vestigio que o susto e terror, que infundiu nos habitantes de S. Miguel, e os estragos, que causou particularmente nos navios que se encontravam nos seus portos. Em 1839 padeceu a cidade de Ponta Delgada um flagello de outro genero, mas não menos horroroso e devastador. O mar, agitando-se e crescendo de improviso, arremessou-se contra a cidade com tal fúria, que derrubou o paredão que abrigava o porto do areal de S. Francisco, e a praça da feira do gado; fez consideraveis estragos no castello de S. Braz e n'outras fortificações, na alfandega e caes contiguo, arruinando tambem muitas casas e armazens particulares. No entretanto, Ponta Delgada, apezar de tantas e amiudadas calamidades, tem-se engrandecido e prosperado, e é a mais

populosa e a mais rica cidade do archipelago dos Açôres, pelo seu commercio e industria. Tem bellos edificios publicos e particulares; um porto artificial com capacidade para vapores e navios de grande tonelagem, amarrações fixas e boias, balisas, depositos d'agua potavel para abastecimento dos navios e de carvão. Ponta Delgada pertence ao commando mil. dos Açôres, de que é séde, assim como do distr. de recrut. e res. n.º 26. A sua guarnição mil. é a bateria d'artilharia n.º 2, e o regimento de infantaria n.º 26, companhia n.º 2 da guarda fiscal, e destacamento da 10.ª companhia de reformados. E' séde do tribunal da Relação dos Açôres, creado por decreto de 16 de maio de 1832 Tem uma doca magnifica, dentro da qual os navios acham ancoradouro. O desembarque na cidade effectua-se no cais da alfandega, sendo o transporte de passageiros e bagagens de bordo para terra, e vice-versa, feito em pequenos barcos. No porto ha ainda dois caes para serviço de mercadorias, o do Corpo Santo e o da Calheta. A entrada na praça do Municipio, indo ao lado do mar, é formada por tres arcos contiguos, tendo na frente a egreja matriz, consagrada a S. Sebastião, a qual é um templo vasto, que sem ser majestoso, não é, comtudo, uma egreja vulgar, antes se recommenda pelos bellos ornatos das suas portas manuelinas, e pela sua torre quadrangular, erguida á direita e terminando em eirado, como se nota em quasi todas as egrejas da ilha de S. Miguel. N'essa torre existe um relogio, que é considerado um verdadeiro padrão pela importancia dos seus machinismos. Foi legado pelo negociante Nunes da Silva, que entre as disposições humanitarias que o tornaram benemerito de Ponta Delgada, destinou 10 contos de réis para a egreja matriz ser dotada com o referido relogio. Na praça já citada, ao lado do poente, está o edificio da camara municipal, tendo á frente uma dupla escadaria, e ao lado direito a torre municipal, quadrangular e com o seu eirado. Ao centro da praça vê se uma fonte de pedra. Está tambem aqui situada a agencia do Banco de Portugal, e o hotel Açoriano, um dos melhores da cidade. Do lado do mar, começando, na praça, estende-se para o poente a Avenida Anthero do Quental, que é um delicioso passeio, principalmente nas tardes de verão. A egreja do Collegio, antigo convento dos jesuitas, é tambem um edificio notavel. A fachada do convento é larga e elevada, distinguindo-se pela grande quantidade de ornatos em relevo, de basalto, sinuosos, caracteristicos, collocados aos lados das portas e janellas, destacando-se nitidamente pela sua côr negra sobre e fundo branco da fachada Dentro da egreja, a capella-mór tem importante obra de talha, em carvalho, que fórma o throno e cobre as paredes lateraes da capella O hospital está installado n'um vasto edificio do Passeio Publico, vulgarmente conhecido pelo Campo de S. Francisco. E' um estabelecimento bem montado, tendo 5 medicos para o ser-



Egreja matriz de Ponta Delgada

viço dos enfermos. Pertence á Misericordia, dispondo de valiosos recursos, que alguns benemeritos lhe teem legado. Possue gabinetes: hydrotherapico, de radioscopia e de bacteriologia medica, pavilhão de operações de alta cirurgia, etc. No Campo de S. Francisco, está tambem a egreja de S. Francisco, e ao norte o convento da Esperança, onde se venera uma imagem do *Ecce Homo*, de muita devoção dos michaelenses. A imagem é riquissima, sendo o seu patrimonio valioso administrado por uma confraria de que, em regra, fazem parte as principaes individualidades da terra. O Campo de S. Francisco é o principal largo, ou praça da cidade, está arborisado e tem numerosos bancos; serve de ponto de reunião, e todos os domingos e quintas feiras ali toca a banda de infantaria n.º 26 O Theatro Michaelense é um vasto edificio de boa apparencia, situado na bibliotheca. O Museu é rico em exemplares da fauna local, e está a cargo do conservador sr. Manuel Antonio de Vasconcellos, uma das glorias artisticas de S. Miguel. A bibliotheca, cujo nucleo é formado pelos livros dos extinctos conventos da ilha, tem muitas publicações modernas, figurando entre ellas a celebre livraria de Anthero do Quental, que por sua morte lh'a legou. O brazão de Ponta Delgada compõe-se d'um portico sustentado por quatro columnas, tendo no centro as armas reaes. Sobre as duas da parte interior avultam duas espheras armilares, e sobre as columnas exteriores duas tochas ardentes. Na volta do arco está no logar superior a cruz da ordem de Christo, tendo d'um lado o sol, significando a justiça, e do outro a lua, symbolisando Nossa Senhora da Conceição. Como remate do portico está uma corôa real, e por cima tres set-

Ponta Delgada—Largo João Franco

parte occidental da cidade, no local da antiga parochia de S. José. Foi construido por algumas pessoas influentes que constituiram uma sociedade por acções na importancia de 40 contos de réis. Tem bella sala com 52 camarotes, galeria, platéas e fauteuils; café e salões de passeio. Inaugurou-se em 2 de junho de 1864 com um concerto, sendo enorme a concorrencia, que enchia completamente o theatro. No anno seguinte, a 25 de março, estreou-se uma companhia dramatica, que deu uma serie de receitas. Aquelle theatro tem sido explorado por diversas companhias dramaticas e liricas, portuguezas e italianas, hespanholas, etc. O Club Michaelense é tambem um vasto edificio, situado no bairro central da cidade, sendo os seus elegantes salões sempre muito frequentados pelas pessoas da primeira sociedade michaelense. No edifidio do Lyceu estão installados o Museu de Historia Natural e uma bitas com uma palma atravessada. A cruz de Christo e as espheras são as divisas d'el-rei D. Manuel, que lhe deu a categoria de villa; as settas e a palma o emblema do martyrio de S. Sebastião, padroeiro da cidade. Em Ponta Delgada existiram 7 conventos, sendo 3 de frades e 4 de freiras. Os dos frades eram: o *Collegio dos Jesuitas*, em que já se falou, edificado em 1590, e cuja egreja se concluiu em 1666; o *Convento dos eremitas de Santo Agostinho*, que teve a primeira fundação em 1606, e a segunda com mudança de local, em 1680; e o *convento dos franciscanos*, tambem já citado, fundado primeiramente em 1525, e mudado em 1709 para o Campo de S. Francisco. Os 4 de freiras eram: *Nossa Senhora da Esperança*, construido por D. Filippa Coutinho, mulher de Rui Gonçalves da Camara, em 1541; o de *Santo André*, fundado em 1567; o de *S. João ante Portam Latinam*, edificado em 1602, e o de

*Nossa Senhora da Conceição* acabado em 1671. Na cidade de Ponta Delgada ha lindos jardins, dos quaes mencionaremos os principaes: O dos herdeiros do dr. José do Canto, riquissimo pela immensa variedade de plantas de diversas zonas, exemplares rarissimos, cêrca de 3:000 especies, que reune nos seus talhões recortados espaçosas ruas, a que servem de bordadura camelias, hortenses e azalias n'uma profusão surprehendente. N'este jardim observam-se bellos exemplares de palmeiras gigantes, fetos arboreos de mais de 8 metros d'altur a, carvalhos possantes, muitas plantas raras e degrande estimação. Tudo ali se desenvolve com um vigor desconhecido no clima continental. Egualmente encerra estufas de plantas exoticas. O jardim da viuva de Antonio Borges é admiravel pela graciosa phantasia com que foi delineado, offerecendo os mais bellos effeitos de paizagem. Vêem se ali formosas avenidas de palmeiras de raras e variadas especies, notaveis fetos arbóreos, numerosas arvores exoticas, fontes rusticas, grutas, lagunas, estufas de begonias, e outras plantas ornamentaes. O palacio do conde Jacome Correia é um bello edificio, d'onde se domina toda a cidade, os campos e o mar. Destaca-se entre os massiços d'um vasto jardim, entre as arvores mais exoticas. E' elegante, espaçoso, no estylo das modernas construcções da Europa, com estatuas em nichos nos pannos das paredes ou nos angulos dos contornos, tendo no centro, como remate, um grupo Tom um rico peristilo de mosaico marmoreo, communicando com a escada principal, que é elegantissima. Ao fundo tem duas immensas galerias em semi circulo, deitando sobre terraços, tanto ao rez do chão, como no pavimento superior, as quaes são fechadas por grandes vidraças em arearia. Esta dupla galeria communica com todos os quartos d'aquello lado, e além da sua utilidade, dá ao edificio uma feição alegre e desusada. Nos seus magnificos aposentos sobresáem os salões de baile. Do lado occidental do palacio ha uma cascata, rodeada de um roseiral. O jardim foi delineado nos moldes dos jardins inglezes. Ali se vêem enormes tapetes de relva e maciços de flôres, frondosas magnolias, palmeiras vergeis, etc. Na frente do palacio ostentam-se dois notaveis exemplares de palmeiras *jubea spectabilis*, cujos troncos cylindricos, muito regulares e

Ponta Delgada—Hospital

eguaes, de 10 metros d'altura, parecem verdadeiras columnas toscanas. Em continuação do jardim vê-se a immensa quinta, um rico pomar de larangeiras, cujas ruas espaçosas e ajardinadas dão passagem ás carruagens das pessoas que visitam o palacio. Foi n'esta vivenda opulentissima, que se hospedaram as pessoas reaes em 1901, quando visitaram as ilhas dos Açôres. Ponta Delgada é illuminada a gaz e a luz electrica; tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr.-post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de recibos, letras e vales; advogados, notarios, sollicitadores, agencias bancarias, do seguros e de vapores; fiscalisação dos alcooes; exportação do ananazes, associações de beneficencia: *Anatomica Michaelense*, *De Beneficencia e Recreio de Classe dos Empregados do*

*Commercio e Industria do Districto Oriental dos Açôres*, de *Soccorros mutuos*, *Caixa Economica* da mesma; asylos da *Infancia desvalida* e da *Mendicidade*; fabricas de bolacha, de cal, de cêra, de cerveja, de distillação, de instrumentos de corda, de licores, de manteiga e de queijo, de moagens, de sabão, de serralherias, de tabacos; medicos, pharmacias, bibliotheca publica, hoteis, caixas economicas, casas de pasto, collegios, corpo consular: *d'Allemanha*, *Bolivia*, *Estados Unidos da America*, *Gran Bretanha*, *Monaco*, *Panamá*, *Perú*, *Venezuela*, *Austria Hungria*, *Belgica*, *Republica Argentina*, *Brazil*, *Chile*, *Mexico*, *Grecia*, *Hespanha*, *Noruega*, *Paizes Baixos*, *Dinamarca*, *Republica Dominicana*, *Russia*, *Suecia*, *Turquia*, *Uruguay*, *França* e *Italia;* Misericordia, Museu municipal. Observatorio meteorologico, posto maritimo de desinfecção, seguros de vida: *Garantia do Amazonas*, *Mutual Life*, *A Nacional*, *Portugal Previdente*; Sociedade Propagadora de Noticias Michaelense, Atheneu Commercial, Gremio Michaelense, Associação dos Bombeiros Voluntarios; exportação de cereaes, escola de habilitação para o magisterio primario, e escola annexa; escola de desenho Gonçalo Velho Cabral, numerosos estabelecimentos de commercio e industria, etc. Os arrabaldes da cidade são de singular belleza e amenidade; por toda a parte se encontra uma pomposa e variada vegetação, entremeando-se arvores e plantas da Europa com muitas da America. Bonitas quintas de recreio, uma infinidade de pomares de laranja, bosques d'arvores silvestres, etc. A pouca distancia do termo da cidade, está o *Pico das Canarinhas*, chamado tambem *Pico das Ferrarias*. Dizem que ha ali minas de enxofre, de ferro, de salitre, e de marcasitas, ou pyrites angulosas. Um pouco afastado da cidade fica o Valle das Furnas, sitio de grande nomeada pelas curiosidades naturaes que encerra, e de muita concorrencia por causa das suas aguas thermaes (V. *Portugal*, vol. III, *Furnas*, pag. 640). No conc. da Povoação do distr. de Ponta Delgada, ha tambem as apreciadas aguas medicinaes das *Lombadas* (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 476). O principal commercio do concelho é alcool, ananazes, assucar, cereaes, chá, laranja e gado. A cultura do chá na ilha de S. Miguel foi um importante serviço prestado à agricultura. Na cidade de Ponta Delgada está estabelecida a Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense. Esta sociedade, no seu louvavel empenho de desenvolver a industria local, procurando a exploração de qualquer producto que fizesse floresceer nos Açôres, pensou em janeiro de 1843 na cultura e fabricação do chá, que tem sido uma das riquezas do imperio chinez. Na ilha de S. Miguel julga-se ter sido introduzida esta planta em 1833, anno em que foi trazida do jardim botanico do Rio de Janeiro. E' de presumir, porém, que já antes se cultivava na ilha; pelo menos, nos Açôres, a sua cultura data de 1801, em que o governador das ilhas mandou ao governo algumas plantas d'aquelle arbusto, que vegetava admiravelmente na ilha Terceira. Iniciada a idéa de explorar o chá na ilha de S. Miguel, e vencidos os embaraços pelo lado de meios pecuniarios, fôram contratados em Macau, a 13 de novembro de 1877, em nome do presidente da referida sociedade agricola, o fallecido conde da Praia da Victoria, dois chinas para irem á ilha ensaiar e ensinar a fabricação e cultura do chá. O enthusiasmo foi tal, que os michaelenses promoveram entre si uma subscripção para auxiliar as despezas a cargo da prestante e emprehendedora collectividade. Os chinas chegaram a Lisboa no transporte portuguez *Africa*, seguindo d'aqui para a ilha de S. Miguel no paquete *Luso*, chegando a Ponta Delgada a 5 de março de 1878. A sociedade já tinha montado convenientemente uma fabrica para a

Ponta Delgada—Palacio Jacome Correia

exploração do chá, começando os ensaios logo a 15 do referido mez de março. A apanha da folha para as primeiras experiencias fez-se em arbustos existentes na villa da Ribeira Grande, e nos logares do Pico da Pedra, Porto Formoso, Capellas e outros. O producto de toda a fabricação considerada como ensaio, foi de 8 k. de chá verde e 10 de chá preto. A sociedade agricola encarregou um seu empregado de estudar o fabrico do chá, e nomeou uma commissão para dirigir estes trabalhos. A sociedade agricola e o seu empregado fizeram executar varios processos descriptos por autores, taes como: Fr. Leandro do Sacramento, que publicou em 1824 uma memoria no Rio de Janeiro, impressa na ilha em 1879, e os escriptores inglezes: Samuel Ball e Money. A conselho dos chinas, a sociedade mandou vir em 1878 plantas para aromatizar o chá verde; vieram do Macau a *Jasminum grandiflorum* ou *Vambac*, e *malva vaccionides*. Não chegaram, porém, a ser utilisadas na fabricação. Na primavera de 1879, em que continuaram os ensaios, fabricou-se cêrca de 70 k. de chá, na sua maioria preto. A variedade era: preto, verde, ponta branca e o chamado do povo. Sobre as primeiras experiencias publicou um relatorio a commissão encarregada de as dirigir, e nomeada pela Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, em 5 de fevereiro de 1879. As experiencias a que depois se procedeu, deram sempre os melhores resultados, e hoje o fabrico do chá é uma das industrias mais importantes da ilha de S. Miguel.

Ponta Delgada—Edificio thermal das Furnas

**Ponta Delgada** *(Jornaes publicados em)*. *Academico (O)*, 12 março a 30 maio, 1885; *Academicos (Os)*, 5 março, 1901; *Açôres (Os)*, 21 fevereiro, 1904; *Açoriano Oriental (O)*, 18 abril, 1835. Em publicação, dezembro, 1910; *Actualidade*, 5 janeiro, 1896; *Actualidade (A)*, 3 outubro, 1897; *Agricultor Açoriano*, janeiro 1894 a dezembro, 1895; *Agricultor Michaelense (O)*, 20 outubro, 1843, a março, 1852; *Alarme (O)*, 5 setembro, 1907; *Album do Binoculo*, 6 junho, 1883; *Alcyon (O)*, 1 março, 1867 a fins de maio, 1863. E' sequencia da *Esmeralda Atlantica* e do *Commercio dos Açôres; Amigo do Povo (O)*, 17 setembro, 1871 a 26 novembro, 1872; *Apepinador (O)*, 3 agosto, 1896; *Arauto (O)*, 1 janeiro, 1905; *Archivo dos Açôres (O)*, maio, 1878 a dezembro, 1894. Em 1904 reappareceu, tendo até dezembro, 1909 sómente dois n.os publicados; *Archivo Açoriano (O)*, 1 outubro, 1856 a 15 dezembro, 1858; *Archivo Medico*, janeiro, 1901; *Artista (O)*, 26 fevereiro, 1877 a 16 maio, 1880; *Aurora dos Açôres (A)*, 5 julho, 1854 a 27 janeiro, 1867; *Aurora d'Além-Tumulo (A)*, 13 fevereiro a 14 março, 1879; *Autonomia dos Açôres*, 5 março, 1893; *Automico (O)*, 1898; *Azurrague (O)*, 21 janeiro a 28 de fevereiro, 1885; *Baratissimo (O)*, abril, 1849; em 1854 ainda se publicava; *Bem Publico (O)*, 1 janeiro, 1871 a 7 novembro, 1872; *Bibliotheca Instructiva*, 6 janeiro, 1868 a 23 março, 1868; *Binoculo (O)*, 1 maio, 1882 a 13 junho, 1884; *Birimbau (O)*, 1 janeiro, 1891; poucos n.os se publicaram; *Boletim d'Annuncios* da *Esmeralda Atlantica*, abril, 1864 a 18 junho, 1885; foi substituido pela *Gazetilha Semanal; Boletim Contemporaneo*, 21 fevereiro, 1885 a 3 junho, 1886; *Boletim Mensal do Porto Artificial de Ponta Delgada*, agosto 1866 até 1867, sendo transferido no Boletim que se segue; *Boletim Official da Junta Administrativa das Obras do Porto Artificial de Ponta Delgada*, dezembro, 1867 até 1873; *Boletim da Sociedade Promotora d'Agricultura Michaelense*, janeiro, de 1881 a 1883; *Boletim da Sociedade Propagadora de Noticias Michaelense*, 24 de dezembro, de 1905; *Bom Conselheiro (O)*, 1894; *Campeão Popular (O)*, junho, 1889; *Campeão Liberal (O)*, 10 janeiro, 1864 a 4 agosto, 1867; *Caridade (A)*, 24 agos-

Ponta Delgada—As furnas

to, 1883 a 22 novembro, 1884; *Campeão Popular*, junho, 1889; *Caridade (A)*, 24 agosto, 1883; *Cartista dos Açôres (O)*, 27 fevereiro, 1845 a 14 novembro, 1850; *Catholico (O)*, 9 outubro, 1905; *Chronica Semanario dos Açôres*, titulo com que se publicaram em Ponta Delgada os n.os 39, 40 e 41 correspondentes a 4, 9 e 29 de maio de 1832, e seu supplemento (sem data) da *Chronica Semanario da Terceira*, que assim tem prioridade na imprensa periodica michaelense; *Chronica dos Açôres (A)*, 20 março a 7 agosto, 1867; *Civilisação (A)*, 13 novembro, 1875 a 30 setembro, 1882; *Civilisador (O)*, 5 março, 1887 a 1888; *Clamôr Artistico (O)*, 5 novembro, 1867 a 28 fevereiro, 1869; foi substituido pela *Democracia*; *Clamôr Popular (O)*, 1894; *Commercio dos Açôres*, 26 maio, 1866 a 15 janeiro, 1867; seguiu-se-lhe *O Pavilhão Nacional*; *Commercio Michaelense (O)*, 8 janeiro, 1895; *Constitucional Michaelense (O)*, 24 setembro a dezembro, 1835; foi substituido pelo *Patriota*; *Convicção (A)*, 20 agosto, 1864 a 4 fevereiro, 1865; *Correio de Lisboa*, 1 janeiro, 1875 a 15 junho, 1881; *Correio Michaelense (O)*, 12 setembro, 1846 a 16 setembro, 1881; *Correio Michaelense*, 16 junho, 1883; em publicação, 1910; *Correspondencia dos Açôres*, 2 março, a 28 maio, 1867; *Cosmopolita (O)*, 3 maio, 1874 a 4 julho, 1875; *Cosmorama (O)*, 30 novembro, 1862 a 1868; não deu n.º algum nos annos de 1866 e 1867; *Cri-Cri*, 23 fevereiro, 1888; *Cultivador (O)*, 1873; *Cultivador (O)*, 15 janeiro, 1873 a junho, 1876; *Cultivador de Ananazes*, abril, 1903; *Debate (O)*, 1906; *Defeza (A)*, 6 dezembro, 1884 a 3 janeiro, 1885; *Defensor da Patria*, 7 outubro, 1856 a 6 março 1890; *Defensor do Trabalho*, 29 setembro, 1869 a 5 julho, 1872; *Defeza (A)*, 6 dezembro, 1884 a 3 janeiro, 1885; *Defeza (A)*, 17 maio, 1906; *Descentralisação (A)*, 4 novembro, 1898; *Democracia*, 7 março, 1869 a 8 agosto, 1870; este jornal é a sequencia do *Clamôr Artistico*; *Democrito (O)*, 20 junho a 5 julho, 1874; *Descentralisação*, 1898; *Diario dos Açôres*, 5 fevereiro, 1870 a 11 junho, 1871; em que se chrismou com o titulo *Novo Diario dos Açôres*; *Diario de Annuncios*, 2 janeiro, 1885 a 2 outubro, 1886; *Diario de Noticias*, 1 julho, 1869 a 9 janeiro, 1870; *Diario de Niticias Illustrado*, 1 março, a 15 abril, 1880; *Direito Popular (O)*, 15 março, 1877 a 2 maio, 1868; *Direito Social (O)*, 2 janeiro 1880 a 30 julho, 1881; *Districto (O)*, 5 julho, 1906; *Domingo (O)*, 5 junho, 1901; *Ecco Civilisador*, 19 junho, 1870 a 15 janeiro, 1871; *Ecco Liberal (O)*, 26 setembro, 1868 a 10 junho, 1869, *Ecco da Liberdade*, 16 julho, 1877 a 2 janeiro, 1878; *Ecco Michaelense*, julho, 1870 a 1 novembro, 1884; *Ecco Social (O)*, 31 maio, 1864 a 9 janeiro, 1869; *Epoca (A)*, 10 setembro, 1881 a 26 agosto, 1885; *Esmeralda Atlantica*, abril, 1864; *Esperança (A)*, 5 janeiro, a 1 março, 1874; *Espirro (O)*, 1 novembro a 20 dezembro, 1882; *Estimulo (O)*, 4 agosto, 1907; *Estrella Oriental (A)*, 28 maio, 1856 a março, 1866; *Estrella Oriental (A)*, 26 setembro, 1869; continuara em 1894; *Euterpe*, novembro, 1874; não passou do primeiro numero; *Extorismos*, 1894; *Faisca (A)*, 7 janeiro, a 31 agosto, 1881; *Figaro (O)*, 6 outubro, 1889; *Flôres Litterarias*, abril, 1854 a 4 julho, 1855; *Folha (A)*, 5 outubro, 1902; em publicação, dezembro, 1910; *Forum*, 9 março, 1867 a 9 setembro, 1869; seguiu-se-lhe o *Pyrilampo*; *Futuro (O)*, 11 fevereiro a 1 setembro, 1881; *Futuro (O)*, 14 outubro, 1889; *Galeria do Pist!*, saiu um unico n.º em fins de 1886; *Gazeta Açoriana*, 10 janeiro a 30 abril, 1883; *Gazeta Michaelense*, 5 janeiro, 1902; *Gazeta de Noticias*, janeiro, 1889; *Gazeta do Povo*, 23 julho, 1867 a 26 dezembro, 1870; *Gazeta do Povo*, 21 janeiro, a 20 fevereiro, 1882; *Gazeta da Relação*, 21 abril, 1868; em publicação, dezembro, 1910; *Gazeta Telegrapho Postal*, 25 outubro, 1894; *Gazetilha Semanal*, 18 junho, a 16 julho, 1864; era annexa á *Esmeralda Atlantica*; *Gratuito (O)*, 1852; *Gremio Recreativo*, 8 janeiro, 1865; publicou se um só numero; *Heraldo*, 16 agosto, 1903; *Heraldo (O)*, 7 maio, 1899; *Ideia Popular (A)*, 12 fevereiro, a 13 maio, 1879; *Ilha (A)*, 25 março, 1852 a 23 março, 1868; *Ilha (A)*, 1897; *Informador (O)*, 5 agosto, 1888; em 1894 ainda se publicava; *Interesse Publico*, 6 outubro, 1904; *Jornal d'Annuncios*, 3 julho, 1876 a 14 janeiro, 1877; os n.os 1 e 2 teem a data errada, pois n'elles está impresso *1873*; *Jornal Gratuito*, fevereiro, 1849; *Jornal de Noticias*, teve dois numeros primeiros, um de 15 junho, 1871, e outro 15 outubro 1872; publicou-se até 13 outubro, 1875; *Justiça (A)*, 5 a 29 novembro, 1883; *Lethes (O)*, dezembro, 1904; *Liberal (O)*, 5 julho, 1907; *Liberdade (A)*, 29 março, a 21 setembro, 1873; *Lide (A)*, 1891; em 1898 ainda se publicava; *Localista (O)*, 6 setembro, 1900; *Lusbel*, 2 fevereiro a 17 maio, 1868; *Melrinho (O)*, 3 fevereiro, 1853 a 14 maio, 1879; *Mensageiro Seraphico*, janeiro, a fevereiro, 1885; *Meteóro (O)*, 3 maio, a 12 novembro, 1858; *Michaelense (O)*, 29 setembro, 1868 a 15 janeiro, 1869; *Michaelense (O)*, 2 maio a 8 novembro, 1884; *Michaelense (O)*, 1 janeiro, 1905; *Micros*, 10 novembro, 1890; *Miscellanea Michaelense (A)*, 27 agosto, 1836 a 29 setembro, 1837; *Missão (A)*, 1 março, a 1 agosto, 1867; *Mocidade (A)*, 1910; *Monitor (O)*, 6 fevereiro, 1839 a 27 março, 1844; *Monitor (O)*, 15 agosto, 1867 a 25 janeiro, 1868; *Noticiador (O)*, 19 junho a 25 outubro, 1851; *Noticiador (O)*, 30 janeiro, 1853 a 22 março, 1854; *Noticiarista*, 3 março, 1880 a 17 julho, 1881; *Noticioso e Romantico*, 1 junho a 16 setembro, 1876; *Nova (A)*, 18 maio, 1902; *Novo Diario dos Açôres (O)*, 25 junho, 1885; *Novo Diario do Circo de Verão*, 27 fevereiro, 1898; *Novo Micros (O)*, 9 novembro, 1896; *Nocos (Os)*, 7 março, 1905; *Oculo (O)*, 31 novembro a 8 dezembro, 1882; *Oculo (O)*, 6 maio, 1905; *Opinião Publica (A)*, 17 março, 1866 a janeiro, 1867; *Opinião Publica (A)*, 4 novembro, 1882 a 31 dezembro, 1883, *Pae Paulino (O)*, 10 maio, 1888; em 1892 aiuda se publicava; *Paizagens e Costumes dos Açôres*, fevereiro a abril, 1884; *Palavra (A)*, 5 dezembro, 1900; *Partido Popular (O)*, 2 agosto, 1875 a 19 abril, 1879; *Patriota (O)*, 30 dezembro, 1835 a 27 abril, 1836; *Patriota (O)*, 16 novembro, 1877 a 4 janeiro, 1878; *Pavilhão Nacional (O)*, 12 março a 1 junho, 1868; é sequencia do *Commercio dos Açôres*; *Persuasão (A)*, 1 janeiro, 1862; em publicação, dezembro, 1910; *Petiz (O)*, 7 junho, 1894; poucos numeros se publicaram; *Philologo (O)*, 1 janeiro a 15 de junho de 1844; *Pigmeu (O)*, julho de 1893; *Pigmeu (O)*, janeiro a setembro de 1894; *Pimpão (O)*, 1 de outubro de 1889 a 13 abril, 1890; *Pist!*, 18 novembro, 1886 a 27 setembro, 1887; *Plebe (A)*, 4 março, 1907; *Povo Açoriano (O)*, 31 março, 1886; em 1889 ainda se publicava; *Pimpão (O)*, 1 outubro, 1889; *Preto no Bran-*

*co (O)*, 2 janeiro, 1896; *Progresso*, 11 julho, 1867 a 3 outubro, 1869; *Pyrilampo (O)*, 9 janeiro, 1868 a 27 fevereiro, 1869; sequencia do *Forum*; *Quinzena (A)*, 1890; *Rabeca do Diabo*; 20 outubro, 1889; *Raio (O)*, 10 setembro, 1883 a 7 outubro, 1884; *Recreio das Salas (O)*, novembro, 1888; *Regeneração (A)*, 5 novembro, 1900; *Reporter*, 7 dezembro, 1890; em publicação, dezembro, 1910; *Revista Michaelense*, 1 janeiro, 1851 a 18 março, 1852; *Republica (A)*, 11 junho, 1873 a 6 agosto, 1874; *Republica Federal (A)*, 17 abril, 1880 a 28 agosto, 1888; *Revista dos Açôres*, 1 janeiro, 1851; *Revista Açoriana (A)*, 2 janeiro, 1853 a 13 dezembro, 1856; *Revista Michaelense*, 1 janeiro, 1851 a 18 março, 1852; *Revista Pedagogica*, 1 abril, 1906; em dezembro, 1908, ainda se publicava; *Santelmo (O)*, 15 janeiro, 1859 a 31 outubro, 1860; *São Miguel*, 3 junho, 1905; em publicação, dezembro, 1910; *Semana (A)*, 19 agosto, 1869 a 26 janeiro, 1870; *Semana (A)*, 21 julho, 1889; *Semanario Burlesco*, 20 março a 21 maio, 1874; mudou o nome para o de *Democrito*; *Sinapismo (O)*, 6 janeiro, 1886 a 1887; *Sociedade Amisade*, 1880; *Sul (O)*, 1897; *Tela (A)*, março, 1894; *Templo (O)*, 15 setembro, 1856 a 31 agosto, 1858; *Tempo (O)*, 24 novembro, 1876 a 24 junho, 1877; *Tio Braz (O)*, 1 agosto, 1885 a 27 março, 1886; *Tio Braz Junior (O)*, 7 abril, 1888 a 2 junho, 1889; *Trabalho (O)*, 23 maio, 1903; *Tribuna (A)*, 7 abril, 1902; *Tribuna Christã*, 15 maio, 1873 a 31 agosto, 1874; *Typographo (O)*, 11 novembro, 1866 a 30 junho, 1867; *União (A)*, 19 fevereiro, 1857 a 6 junho, 1861; *Universo (O)*, 7 maio, 1905; *Vanguarda*, fevereiro, 1889; *Vara da Justiça (A)*, 6 junho, 1891; *Vardasca (A)*, 9 junho, 1882 a 3 junho, 1883; *Ventosa (A)*, 2 agosto a 30 outubro, 1880; foi continuado pela *Ventosa Sarjada*; *Ventosa Sarjada (A)*, 6 novembro, 1880; sequencia da *Ventosa*; *Verdade (A)*, 7 fevereiro a 24 agosto, 1849; *Vida Nova*, 1910; *Visitante (O)*, 4 maio, a 31 agosto, 1886; *Vontade do Povo (A)*, 1 abril, a 30 agosto, 1882; *Voz da Liberdade*, 7 fevereiro, 1867 a 4 outubro, 1868; *Voz da Liberdade (A)*, 1 abril, a 20 maio, 1869; *Voz do Povo (A)*, 29 junho, 1879 a 1 julho, 1881; *Voz do Progresso (A)*, 1 dezembro, 1877 a 1 março, 1879; *Voz da Verdade (A)*, 28 agosto, 1867 a 4 setembro, 1875; *Zé Braz*, 29 novembro, 1891; *Zé Carreca (O)*, 8 dezembro, 1889 — Numeros unicos: *Alhandra*, março, 1885; *Camões*, 10 junho, 1880; *Festa das Creanças (A)*, 18 outubro, 1894; *Ivens e Capello*, 6 dezembro, 1885; *Michaelenses a Victor Hugo*, 25 julho, 1885; *S. Miguel (Ilha) ao Porto*, 29 abril, 1888.

**Ponta Delgada** Pov. e freg. de S. Pedro, da ilha das Flôres, conc. e com. de Santa Cruz das Flôres, distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo, 215 fog. e 882 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. postr. Dista 25 k da séde do conc. E' uma grande pov. virada a NE, em terreno elevado, á beira mar. Produz cereaes, e cria gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. || Pov. e freg. do Bom Jesus, da ilha da Madeira, conc. e com. de S. Vicente, distr. e bisp. do Funchal; 321 fog e 1:297 hab. Tem est. post., medico, e uma fabrica de distillação d'aguardente de canna d'assucar; romaria no primeiro domingo de setembro á egreja do Bom Jesus, que costuma ser muito concorrida E' um pequeno porto muito desabrigado. Produz fructas, legumes e vinho. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal.

**Ponta de D. João**. Ponta da ilha Macarira ou de D. João, na prov. de Macau, Asia.

**Ponta da Fajã**. Ilha das Flôres; pov. na freguezia de S. José, de Fajã Grande, conc. de Lagens das Flôres, distr. de Horta.

**Ponta da Ferraria**. Pov. do conc. e distr. de Ponta Delgada, Açôres. Semaphoro.

**Ponta Garça**. Pov e freg. do N. S.ª da Piedade, da ilha de S. Miguel, conc. e com. de Villa Franca de Campo, distr. de Ponta Delgada, bispado de Angra do Heroismo, Açôres; 725 fog. e 3:031 hab. Tem est. post. e escolas d'ambos os sexos. Está situada á beira-mar, em terreno plano, a 10 k. ao NE da séde do conc. Tem por dependencia a pov. de Ribeira Quente. Foi relativamente prospera, quando cultivava o papel e fabricava assucar. Hoje cultiva trigo, milho e vinho, cria gado, e uma parte da população entrega-se á pesca. A pov. pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada.

**Ponta da Ilha**. Ilha do Pico; pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Piedade, conc. do Lagens do Pico, distr. de Horta.

**Ponta de Leste**. Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Ponta de Lomba**. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. do Cabo Verde, Africa Occidental.

**Ponta Maria** Ponta d'uma das ilhas da Taipa, na prov. de Macau, Asia.

**Ponta da Mina**. Ponta situada na costa E da ilha do Principe, Africa Occidental. Fica dentro da bahia de Santo Antonio, a cêrca de 2 k ao ONO da ponta da Praia Salgada, que é o limite S d'aquella bahia, e está edificada n'ella uma fortaleza formada por duas baterias, a do Principe e a Real, mandada construir em 1695 por D. Pedro II, e que não estava ainda concluida quando os francezes a destruiram em 1706. Reedificada depois pela Companhia de Cacheu e Cabo Verde, é uma das que defendem a cidade de Santo Antonio, capital da ilha do Principe.

**Ponta Moreira**. Pov. da freg, de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Ponta do Mouro**. Pov. na freg. do Salvador, de Barbeita, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Ponta do Padrão** Pov. da freg. e conc. de Santo Antonio do Zaire, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Ponta do Pargo**. Ilha da Madeira; pov. e freguezia de S. Pedro, conc. da Calheta, com. do Ponta do Sol, distr. e bisp. do Funchal; 540 fog. 2:344 hab. Tem escola e est. post e semaphoro. Até 1871 foi do conc. de Porto Moniz Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal.

**Ponta da Piedade**. Freg. de N. S.ª da Piedade, do conc. e com. de Lagens do Pico, distr. de Horta, bisp. de Angra do Heroismo, Açôres; 511 fog. e 2:138 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. E' uma das mais populosas povoações da ilha; está bem situada na ponta SSE, em planicie lavada de bons ares, a 35 k. das La-

gens do Pico, capital da ilha A população entregava-se n'outros tempos á apicultura, e fazia do mel o seu principal ramo de commercio de exportação; hoje cultiva os cereaes, cria gado, e entrega se tambem á pesca.

**Ponta Preta** *(Pico da)*. Monte situado na costa S da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

**Ponta Raza** *(Arrabalde da)*. Ilha do Pico; pov. na freg. de S. João, conc de Lagens do Pico, distr. de Horta.

**Ponta da Ribeira** Pov. da freg do Santissimo Nome de Jesus, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Ponta Romão**. Pov. na freg. de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Ponta Rota**. Ponta da ilha Macarira ou D. João, na prov. de Macau, Asia.

**Ponta Ruiva**. Ilha das Flôres; pov. na freg. de N. S.ª do Pilar, de Cedros, conc. de Santa Cruz das Flôres, distr. de Horta. Está situada na costa E da referida ilha.

**Ponta de S. Francisco**. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Ponta de S. Lourenço**. Ilha da Madeira; pov na freg. de S. Sebastião, de Caniçal, conc. de Machico, distr. e bisp. do Funchal. Tem semaphoro.

**Ponta da Serra**. Ilha de S Jorge; pov. na freg. do S. Lazaro, de Norte Pequeno, conc. de Calheta, distr. de Angra do Heroismo.

**Ponta do Sol** Villa da ilha da Madeira, séde de conc. e de com., distr. e bisp. do Funchal, Relação de Lisboa. Tem uma só freg., N. S.ª da Luz. Está situada na costa S da ilha, a 15 k. da villa da Calheta. E' fundação muito antiga. Tem um bom caes de desembarque pelos lados L e O, e um pequeno porto desabrigado dos ventos do quadrante SO. A pov. é muito industrial, fabrica muito boa manteiga de leite de vacca, e obras de verga muito apreciadas no continente. Tem uma fonte publica de agua potavel magnifica; escolas d'ambos os sexos, est. telegr.-post. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; advogados, casa de pasto, conservatoria, fabricas de distillação de aguardente, de manteiga, de massas e de queijos; medicos, pharmacias, notarios, subdelegado de saude, *Philarmonica Pontasolense do Principe d'Oldemburgo;* estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc. A villa pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. O nome de Ponta do Sol foi-lhe dado, porque a rocha de longe figurava nos seus viciros um sol. Quando Gonçalo Zarco, descobridor da ilha da Madeira, ali chegou, resolveu fundar n'esse sitio a segunda villa da ilha. O conc. de Ponta do Sol comprehende 6 freguezias, com 4:243 fog. e 18:973 hab., sendo 9:195 do sexo masc. e 9:778 do fem.: As freguezias são: N. S.ª da Piedade, de Canhas, 3:710 hab.: 1:805 do sexo masc. e 1:905 do fem.; Santa Maria Magdalena, de Magdalena do Mar, 1:032 hab.: 521 do sexo masc. e 511 do feminino; N. S.ª da Luz, de Ponta do Sol, 5:649 hab.: 2:733 do sexo masc. e 2:916 do fem.; S Bento, de Ribeira Brava, 4:791 hab.: 2:302 do sexo masc. e 2:489 do fem.; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, 1:631 hab.: 788 do sexo masc. e 843 do fem.; Santissima Trindade, de Tabúa, 2:169 hab.: 1:046 do sexo masc. e 1:114 do fem. O principal commercio do conc. é manteiga, vinho de peros, bordados, gados, aguardente de canna doce e trigo. || Ponta da ilha de Santo Antão, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica no extremo N da ilha, é o seu principal ponto de desembarque e o mais frequentado de embarcações, por ser o que fica mais perto e de mais facil communicação com a Ribeira Grande, a villa mais importante da ilha. Este porto é uma pequena, mas segura obra sómente aberta aos ventos de NO, mas d'um desembarque mau, difficil e até perigoso sem pratico, principalmente quando o mar rebenta com força n'uma restinga chamada Cavallo Branco, que se estende 220 m. pelo mar dentro. Tambem é chamado *Porta do Sol*. || Pov. da freg de N. S.ª do Rosario, no conc. e ilha de Santo Antão, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica junto do Porto do Sol, e está ligada a Riboira Grande, de que dista 4 ou 5 k. do desembarque, por uma boa estrada.

**Ponta Vermelha.** Villa do distr. de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Está hoje comprehendida na cidade de Lourenço Marques. Pharol collocado a 48 m. acima do nivel do mar, illuminando com luz branca um sector que cobre 224° do horisonte, e comprehende um sector vermelho de 4,°4, cujo eixo se marca por 83° S-O-S E. E' visivel a 17 milhas e está collocado n'uma torre de alvenaria com 18 m. d'altura. Balisa d'alvenaria, quadrangular, com 14,m5 d'altura, a 415 m. do pharol. Baixo com uma boia cylindrica, vermelha, encimada por um pharolim de luz verde, fundada com 3,5 braças e collocada na orla do mesmo baixo.

**Pontal**. Povoações nas freguezias: S. Pedro, conc. e distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro. || Ilha Graciosa; N. S.ª de Guadalupe, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo.

**Pontalão** (*Monte do*). Na freg. de Sant'Anna da Serra, concelho de Ourique, districto de Beja

**Pontão**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Oliveira, concelho de Mesão Frio, districto de Villa Real.

**Pontarrinhos**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Silvares, concelho de Louzada, districto do Porto.

**Pontas Negras**. Ilha do Pico; pov. na freg. de Santa Barbara, de Ribeiras, conc. de Lagens do Pico, distr. de Horta.

**Ponte** *(Antonio José de Mello e Torres, 3.º conde da)*. Senhor das villas de Sande e da Ponte, commendador das commendas de S. Salvador de Fornellos e de S. Thiago de Grilho, no arcebispado de Braga, de S. Pedro Fins, no bispado do Porto, de S. Miguel dos Fornos, e de S. Martinho de Freixedas no de Vizeu; de Nossa Senhora dos Açougues, de Evora, na ordem de Christo; alcaide-mór do Terena, e vedor da casa da princeza do Brazil, D. Marianna Victoria, mulher do principe, mais tarde rei D. José I. N. a 13 de junho de 1686, fal. a 9 de fevereiro de 1754. Era filho dos 2.ºs condes da Ponte, Garcia de Mello e Torres e D. Maria Caetana de Mene-

zes Casou em 1703 com D. Anna Maria Coutinho, dama do Paço, filha dos 2.os marquezes de Cascaes, que fal. sem successão a 28 de julho de 1743. Passou a segundas nupcias a 28 de fevereiro de 1745, com D. Anna Joaquina de Lencastre, filha de João Saldanha. D'este matrimonio tambem não houve successão. O brazão dos condes da Ponte é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Saldanhas: Em campo vermelho uma torre de prata, com portas e frestas de azul, lavrada de preto, coberta de azul, e uma cruz de ouro em cima; no segundo quartel as dos Gamas: Escudo xadrezado de ouro e vermelho, de tres peças em faxa e cinco em pala, oito de ouro e sete vermelhas acotiadas com duas faxas de prata; tendo ao centro um escudete com as armas reaes; no terceiro quartel as dos Mellos: Em campo vermelho seis bezantes de prata entre uma doble cruz, e uma bordadura de ouro; no quarto quartel as dos Torres: Em campo vermelho cinco torres de ouro em aspa; timbre, a torre dos Saldanhas. Não pudemos obter informações ácêrca do 4.º condo da Ponte.

**Ponte** (*Domingos da*). Era um bravo minhoto, que tinha a alcunha de *O Gallego*, que pelo seu valor e feitos militares, chegou a ser um dos homens principaes do seu tempo. N. na freg. dos Pinheiros, no concelho de Mousão Em creança fugiu de casa dos paes, e andando de terra em terra foi ter á Allemanha, onde serviu n'um regimento de couraceiros, cavallaria, de que era coronel o infante D. Duarte, irmão d'el-rei D. João IV, e chegou ao posto de alferes, por se distinguir em alguns combates. Sendo acclamado D. João IV, em 1640, regressou á patria fazendo com a maior bravura toda a guerra da Restauração, chegando ao posto de general de cavallaria, na provincia de Traz-os Montes. Em recompensa foi feito fidalgo da Casa Real e commendador da ordem de Christo.

**Ponte** (*Garcia de Mello e Torres*, 2.º *conde da*). Alcaide-mór de Terena, commendador de Santa Maria de Montemór-o-Novo e de S. Pedro Fins de Bragança na ordem de Christo, etc. Fal. a 5 de janeiro de 1703. Era filho do 1.º conde da Ponte e 1.º marquez de Sande, Francisco Mello e Torres, e de sua mulher e sobrinha D. Leonor Manrique. Herdou toda a casa de seu pae, e el-rei D. Affonso VI, por carta de 10 de outubro de 1665, lhe fez mercê do condado da Ponte, de juro, dispensado duas vezes na Lei Mental. Casou em 2 de fevereiro de 1671 com D. Maria Caetana de Menezes, filha dos 1.os marquezes de Niza, D. Vasco Luiz da Gama e D. Ignez de Noronha.

**Ponte** (*Francisco de Mello e Torres*, *1.º conde da*). Foi tambem o 1.º marquez de Sande. V. *este titulo*.

**Ponte** (*D. João Baptista da*). Bacharel formado em Direito Pontificio pela Universidade de Coimbra. N. em Lisboa a 9 de setembro de 1677, fal. a 2 de outubro de 1711. Era filho de Antonio Ponte e de Barbara Carnelles. Foi juiz da villa de Freixo de Espada á Cinta. Na Academia dos Anonymos, instituida em 1698, foi censor e secretario. Ordenado de presbytero em 1715, sendo protonotario apostolico e juiz do tribunal da Legacia, o nomeou o bispo de Lamego D. Nuno Alvares Pereira de Mello abbade da egreja de S. Pedro, de Esther, promotor, desembargador e visitador do seu bispado. Em 1731 deixou a abbadia, e entrou para o instituto dos clerigos reformados theatinos, no convento dos Caetanos, de Lisboa, professando solemnemente a 26 de março de 1732, com dispensa pontificia do noviciado de 6 mezes, quando contava já 55 annos de edade. Deixou impressas algumas composições poeticas, e em manuscripto 1 um volume de sermões varios.

**Ponte** (*João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito*, *6.º conde da*). Senhor de Assequins, commendador da ordem de Christo, governador e capitão general da Bahia, major de cavallaria, etc. N. a 1 de dezembro de 1773, fal. a 24 de maio de 1809. Era filho de Manuel Saldanha da Gama. Succedeu no titulo e senhorios, etc. a sua prima, a 5.ª condessa da Ponte, e a seu pae, no engenho de assucar de Accupe, e mais bens, na capitania da Bahia. Foi nomeado governador da provincia da Bahia a 14 de dezembro de 1805, em substituição de Francisco da Cunha Menezes. Estava exercendo esse governo, quando a 19 de janeiro de 1808 appareceu deante da cidade a esquadra anglo-portugueza que conduzia o principe regente D. João e a familia real. O conde da Ponte foi recebel-os com grande surpreza, e foi depois um dos que instaram para que a familia real fizesse de novo da Bahia a capital do Brazil, que seria tambem então a capital da monarchia portugueza, mas o principe D. João seguiu para o Rio de Janeiro, e o conde da Ponte ficou exercendo o governo da provincia, que conservava ainda quando falleceu. Casou a 10 de maio de 1796 com D. Maria Constança de Saldanha Oliveira e Daun, filha dos 1.os condes de Rio Maior.

**Ponte** (*João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito*, *8.º conde da*). Gentil homem e védor da Casa Real; par do reino, grancruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e das ordens estrangeiras da Aguia Vermelha da Prussia; de S. Mauricio e S. Lazaro e da Corôa de Italia; de Leopoldo da Belgica; de Carlos III de Hespanha; de Alberto o Valoroso da Saxonia; da Corôa de Ferro da Austria; da Rosa do Brazil; commendador da de S. Fernando de Hespanha. N. no Rio de Janeiro a 25 de agosto de 1816, fal. em Lisboa a 27 de junho de 1874. Era filho dos 7.os condes da Ponte. Succedeu a seu pae na casa, e no pariato em 1852. Foi nomeado em 1853 governador civil de Lisboa, e em 1858 ou 1859 védor da Casa Real. Entrou com grandes idéas de reforma, idéas que se lhe attribuiram, mas que a pratica não justificou. As profundas antipathias que inspirava pelo seu modo secco e reservado, pelas suas maneiras excessivamente inglezas, designaram-n'o á colera do povo, quando as mortes successivas de D. Pedro V e dos infantes seus irmãos, D. Fernando e D. João, originaram suspeitas de envenenamento, que deram logar aos tumultos do Natal de 1861, em que o conde da Ponte foi maltratado á porta do paço. Casou a 8 de janeiro de 1840 com D. Maria Thereza de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, filha dos 1.os condes de Villa Real.

**Ponte** (*José Antonio de Sousa Saldanha de Menezes e Castro*, *5.º conde da*). Gentil homem da camara de D. Maria I, mordomo-mór de el-rei D. Pedro III, brigadeiro chefe do regimento de

Peniche, que fal. a 25 de maio de 1785. Casou a 18 de junho de 1758, com D. Leonor de Saldanha Mascarenhas Mello e Torres.

**Ponte** *(José Freire da).* Medico, que floresceu nos fins do seculo XVIII e principio do XIX. Traduziu em prosa do inglez as *Meditações do dr. James Hervey sobre as sepulturas, e sobre varios objectos*, Lisboa, 1805, sendo esta edição já a terceira. N'este volume publicou a traducção, tambem em prosa, da celebre elegia de Thomaz Gray, *O Cemiterio da aldeia.*

**Pontes** (*Manuel Maria José Ferrão Castello Branco, 9.º conde da).* 1.º tenente da armada, ajudante instructor da Escola Naval. N. em 31 de julho de 1874; assentou praça como aspirante de 2.ª classe, a 7 de novembro de 1890, sendo promovido a aspirante de 1.ª classe a 3 de novembro de 1894, a guarda-marinha em 17 de outubro de 189[illegible], a 2.º tenente a 6 de maio de 1897, e a 1.º tenente em 21 de novembro de 1906. E' cavalleiro das ordens de Aviz e da Torre e Espada, e possue a medalha de ouro de serviços distinctos, e as de prata de bons serviços no ultramar e de comportamento exemplar. Recebeu o titulo de conde, por carta de 26 de maio de 1898.

**Ponte** (*Manuel de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito, 7.º conde da).* Gentil homem da camara de D. João VI, senhor de Assequins, par do reino, commendador da ordem de Christo, ministro da guerra, coronel de cavallaria, etc. N. a 1 de março de 1797, fal. a 30 de maio de 1852. Era filho dos 6.os condes da Ponte. Encontrou por assim dizer no berço o posto de coronel de cavallaria. Em 1820 foi nomeado governador e capitão general do Pará, cargo que não chegou a exercer, porque os acontecimentos da metropole n'esse anno puzeram aquella provincia brazileira em effervescencia, e entregaram os seus destinos a uma junta revolucionaria. Em 1826 foi nomeado par do reino, e a 2[illegible] de julho de 1827 foi chamado pela infanta D. Izabel Maria ao ministerio, encarregando-o da pasta da guerra, cargo que exerceu pouco tempo, porque se demittiu a 7 de setembro d'esse anno. Conservou-se depois afastado da politica, até que fal. Casou a 9 de outubro de 1815 com D. Joaquina de Castello Branco, filha dos 1.os marquezes de Bellas. Publicou: *Collecção das manobras mais faceis e necessarias a um corpo de cavallaria.*

**Ponte** (*P. Sebastião do Valle).* Deão da sé da Bahia, desembargador da relação ecclesiastica, provisor e vigario geral do arcebispado, etc. Fal. em 10 de abril de 1736. Escreveu: *Sermão de acção de graças que na Sé Cathedral da Bahia se celebrou pelos felicissimos casamentos dos serenissimos senhores principes de Portugal e Castella,* etc., Lisboa, 1729. Anda junto ao livro de José Ferreira de Mattos, *Diario historico.*

**Ponte**. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 353 fog. e 1:6[illegible]8 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Ave, a 1 k. da estrada real de Guimarães a Braga, e a 6 da séde do conc. O cabido da collegiada de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Povoações nas freguezias: Santa Lucrecia, de Aguiar, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa. || Ilha da Madeira; Sant'Anna e conc. do mesmo nome, distr. do Funchal. || S. Mamede, de Arcozello, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Arentim, conc. e distr. de Braga. || S. Miguel, de Aves, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Silvestre, de Bezelga, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Brito, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Vicente da Ponte, de Caldellas, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Salvador, de Campo, conc. de Barcellos, do mesmo distr. || S. Thiago, de Cardiellos, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Carquere, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Lourenço, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Christovão de Nogueira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Coucieiro, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Martinho, de Coura, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Durrães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Vicente, de Irivo, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Bartholomeu, de Esperança, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Salvador, de Estorãos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Carlos Borromeu, de Fataunços, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Figueiras, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Pedro, de Formariz, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Fragoso, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || O Salvador, de Freamunde, do mesmo concelho e distr. || S. Miguel, de Frossos, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Gavião, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo distr. || S. Thiago, de Goães, conc. de Amares, do mesmo districto. || S. Miguel, de Gondufe, concelho de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Gôve, conc. de Baião, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || O Salvador, de Joanne, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Julião, de Lage, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Martinho, de Lago, conc. de Amares, do mesmo distr. || S. Bartholomeu, de Santa Leocadia, conc. de Tabuaço, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Lodares, concelho de Louzada, districto do Porto. || Santa Marinha, de Louzada, concelho de Villa Nova de Famalicão, districto de Braga. || S. Martinho dos Moiros, concelho de Rezende, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Maurelles, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santo André, de Moimenta, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || O Salvador, de Mouçós, conc. e distr. de Villa Real. || S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Paio de Melgaço, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Pedraça, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Palmaz, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª d'Assumpção, de Paul, conc. da Covilhã, districto de

Castello Branco. || S. Martinho, de Pecegueiro, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. Pedro da Torre, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Cypriano, de Pinheiros, conc. de Monsão, distr de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Cosme, de Podame, do mesmo conc. e distr. || S. Thiago, de Priscos, conc. e distr. de Braga. || S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Lourenço, de Reigoso, conc de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu || O Salvador, de Rezende, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Riba de Ancora, conc. de Caminha, do mesmo distr. || S. Pedro, de Riba d'Ave, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Ribeiros, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, do mesmo distr. Tem caixa post. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || Ilha da Madeira; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || N. S.ª da Graça, de Sezures, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Silvares, conc. de Louzada, districto do Porto. || O Salvador, de Tangil, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Verissimo, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. Tem est postal. || Santa Maria e conc. de Tondella, distr. de Vizeu || S. Thomé, de Travassos, conc de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia, de Villar de Moiros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello || Pov. do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loauda, prov. de Angola, Africa Occidental. || Pov. da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. || Pov. da freg. de S. José, de Fajã Grande, conc. das Lagens das Flôres, distr. da Horta, Açôres. Tem est. postal.

**Ponte do Abbade.** Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Sequeiros, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda. Tem est. postal. || S. João Baptista e conc. de Sernaucelhe, distr. de Vizeu.

**Ponte da Aldeia.** Pov. na freg de S. Paio, de Moreira dos Conegos, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Ponte do Alviella** *(Quinta da)*. Na freg. de S. Vicente do Paul, concelho e districto de Santarem.

**Ponte d'Anhel.** Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Alheira, conc. de Barcellos, distr de Braga || S. Mamede, de Sandiães, conc de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello

**Ponte Arcadas** *(Quintas das)*. Na freg. da Sé, conc e distr. de Bragança.

**Ponte d'Arda** Pov na freguezia de S. Pedro, de Paraizo, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro.

**Ponte do Areal** Pov. na freg de S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

**Ponte da Arrecadação** Pov. na freguezia de Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

**Ponte de Assamaça.** Pov. na freguezia de S. Martinho e concelho de Pombal, distr. de Leiria.

**Ponte d'Ave.** Pov. na freguezia de Santa Maria, de Bagunte, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto.

**Ponte do Bairro.** Pov. na freg. de Santo Isidoro de Riba Tamega, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Ponte de Baixo.** Pov. na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga

**Ponte de Banduje** Pov. na freg. de Santo Adrião, de Cover, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

**Ponte da Barca** *(Augusto Ornellas de Vasconcellos, 3.º visconde de)*. Lavrador e agricultor em Silves. E' filho do 2.º visconde do mesmo titulo, Feruando Luiz de Vasconcellos, e de sua mulher, D. Maria Eduarda de Ornellas Napoles Ferreira Pimentel. Foi agraciado com o titulo de visconde de Ponte da Barca, por decreto de 4 de junho de 1907. E' casado com a sr.ª D. Maria Francisca dos Santos.

**Ponte da Barca.** *(Fernando Luiz Pereira de Vasconcellos, 2.º visconde da)*. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. N. a 6 de agosto de 1843, sendo filho do 1.º barão e 1.º visconde de Ponte da Barca, Jeronymo Pereira de Vasconcellos, e de sua mulher, D. Maria Leonor Pereira de Vasconcellos Pires Monteiro Bandeira. O titulo foi-lhe concedido, em verificação da segunda vida do diploma de seu pae, por decreto de 14 de março de 1875. Casou com D. Maria Eduarda Ornellas Napoles Ferreira Pimentel.

**Ponte da Barca** *(Jeronymo Pereira de Vasconcellos, 1.º barão e 1.º visconde da)*. Ministro de estado, do conselho d'el-rei, marechal de campo reformado, commendador das ordens de Aviz e da Torre e Espada; gran-cruz da de Izabel a Catholica, de Hespanha, condecorado com a cruz de ouro da guerra de Montevideu, e com a das quatro campanhas da guerra Peninsular, deputado, etc. N. em Villa Rica, na provincia de Minas Geraes do Brazil, a 31 de julho de 1788, fal em Verride a 21 de janeiro de 1875. Era filho de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos, distincto jurisconsulto, que fal. no Brazil a 28 de fevereiro de 1815, e de sua mulher D. Maria do Carmo de Sousa Barradas Vindo muito novo para Portugal estudar, matriculou-se no curso de Mathematica na Universidade de Coimbra, e era estudante quando se deu a invasão dos francezes; abandonando então os estudos decidiu se a seguir a carreira das armas, e fez parte da divisão que se organisou no Porto em 1808, como tenente da leal legião lusitatana, servindo ás ordens do general Beresford, em perseguição contra os francezes até 1812, sendo n'esse anno promovido a capitão para caçadores n.º 12 Assistiu ás batalhas do Bussaco, Salamanca e Fuentes de Honor, assim como no sitio de Almeida, merecendo ser louvado na ordem do dia 25 de agosto do mesmo anno de 1812 pelo modo como se portára na segunda d'essas acções. Terminada a campanha Peninsular, entrou com o posto de major no 1.º batalhão de caçadores da divisão de voluntarios de el-rei, e embarcando para Montevideu, ali per-

manceeu até 1824, tendo sido n'esse periodo elevado a tenente-coronel, e transferido em março de 1821 para o batalhão dos libertos. No Brazil continuou a dar provas de valor, distinguindo-se em varios recontros e acções da India Morta e Cassopallios, que lhe alcançaram repetidos louvores nas ordens da divisão, e sendo por ultimo nomeado cavalleiro da ordem da Torre e Espada e condecorado com a cruz de ouro da guerra de Montevideu, por decreto de 25 de julho de 1824. Voltando ao reino n'esse anno de 1824 foi promovido a coronel, e collocado á frente do regimento de infantaria n.º 16, que em breve disciplinou por um modo exemplar, e com o qual entrou nas primeiras campanhas da Liberdade de 1826 a 1827, distinguindo-se muito na tomada da villa de Ponte da Barca, a 6 de fevereiro de 1827, indo á frente de 5 companhias do seu regimento, em que desalojou a artilharia que dominava a ponte, e fazendo 400 prisioneiros, pelo que foi condecorado com as commendas das ordens de Christo e da Torre e Espada. Quando se deu a mudança politica no anno seguinte, foi lhe tirado o commando do corpo, e sendo affiançado por seu tio conselheiro Barradas, obteve licença para se retirar á quinta que este possuia em Verride, mas não o deixaram muito tempo n'essa situação, porque em outubro de 1828 foi preso, e sendo conduzido a Lisboa, seguiu para a torre de S. Julião da Barra, d'onde foi transferido para Elvas e d'ali para Extremoz. Saindo d'esta praça com 69 companheiros de prisão, novamente mandados para Elvas, os presos atacaram, no sitio da Ourada, a escolta que os acompanhava, e depois de renhida lucta, apoderaram-se das armas dos soldados, e dirigiram-se sob o commando do coronel Vasconcellos para Hespanha. Umas forças miguelistas, que estavam em Juromenha, pretenderam ainda oppôr-se, mas os bravos defensores da causa liberal, forçando a passagem, atravessaram a maior parte a nado o rio Guadiana, conseguindo d'este modo passar a fronteira, indo em seguida apresentar-se em Marvão. Terminada a guerra civil, o coronel Vasconcellos exerceu algumas commissões, e seguindo em 1857 o partido dos marechaes, foi separado do quadro do exercito, segundo o disposto na Convenção de Chaves, até que em 1841 foi reintegrado no seu antigo posto. O circulo de Figueira da Foz o elegeu deputado em 1840, e mais tarde, na legislatura de 1852. Pouco depois de 1851 foi nomeado chefe de estado maior da 8.ª divisão militar, e não lhe permittindo o seu mau estado de saude marchar para esse destino, pediu e obteve a reforma em brigadeiro, a qual depois lhe foi melhorada no posto de marechal de campo, por decreto de 20 de maio de 1845. Apezar de ter assim deixado o serviço activo, foi em janeiro de 1847 nomeado commandante da 2.ª div. militar, em 3 de maio d'esse anno entrou no ministerio, sendo encarregado da pasta da fazenda, que conservou até 22 de agosto, e mais tarde por occasião do movimento da regeneração, voltou a commandar a divisão militar de Vizeu desde principios de maio até meado de junho de 1851. Tambem exerceu o cargo de governador civil de Coimbra, de 1847 até 1849. Foi agraciado com o titulo de barão de Ponte da Barca, por decreto de 16 de dezembro de 1845, sendo este titulo elevado ao de visconde, em duas vidas, por decreto de 12 de outubro de 1847. Casou em Lisboa a 14 de março de 1840, com D. Maria Leonor Pereira de Vasconcellos Pires Monteiro Bandeira, filha de Domingos Pires Monteiro Bandeira, cavalleiro professo da ordem de Christo, fidalgo cavalleiro, e de seu mulher D. Maria Josepha Pinto.

**Ponte da Barca**. Villa da prov. do Minho, séde de concelho e de com., districto de Viauna do Castello, arcob. de Braga. Tem uma só freg., orago S. João Baptista. Está situada sobre a margem esquerda do rio Lima, na parte superior da confluencia d'este com o Vade. O rio Lima começa a ser navegavel d'aqui até á sua foz, e é atravessado em frente da villa por uma bella e antiga ponte de cantaria, que deu o nome moderno á povoação, que no principio da monarchia se chamava *Terra da Nóbrega*. A ponte foi construida no sitio onde havia antigamente a barca da passagem. E' de solida construcção, e constitue um bom passeio para os habitantes da villa, gozando d'ali, para todos os lados, uma pittoresca paizagem. Julga-se ser obra do tempo de D. João III; mas tem tido diversos reparos, nos sitios onde as cheias do Lima a tem deteriorado. A ponte tem 180 m. d'extensão, sendo alargada e reparada em 1896 com 10 arcos grandes e alguns arcos pequenos intercalados sobre os peões, que dá communicação para a margem direita do Lima. Junto á villa passa o rio Vade, que é atravessado por duas pontes d'um só arco, sendo uma d'ellas construida em 1874, segundo se lê n'uma inscripção gravada n'uma lapide dentro do arco. A pov. é muito antiga. A rainha D. Thereza, governadora de Portugal na menoridade de seu filho D. Affonso Henriques, lhe deu foral em 4 de março de 1125, que D. Affonso II confirmou, em Guimarães, em agosto de 1217. O foral novo, dado por D. Manuel, foi á villa da *Torre da Nóbrega*. No meado do seculo XIV não havia aqui habitação alguma, embora desde tempos muito anteriores transitassem por este sitio muitos viandantes pela commodidade que lhes offerecia primeiro uma barca de passagem, e depois uma ponte, qualquer d'ellas de muita antiguidade. Pelos annos de 1350 estabeleceu-se aqui uma familia, edificando uma pobre casa de venda. A concorrencia de passageiros fez com que em breve prosperasse a vendasinha, e essa prosperidade attrahiu ao sitio mais alguns moradores, de sorte que no fim d'esse seculo já se viam varias casas que formavam uma aldeia. Entre as familias que a esse tempo occupavam aquellas casas, contava-se a de Maria Lopes da Costa e seu marido Gonçalo Affonso de Aboim, ambos de illustre linhagem. A esta senhora é que pertence propriamente o galardão de fundadora da villa de Ponte da Barca, pois que foi quem a povoou, e d'ella descenderam os senhores da villa. Maria Lopes da Costa viveu 110 annos, foi casada duas vezes, e teve d'estes dois matrimonios 120 filhos, netos e bisnetos, 80 dos quaes residiram aqui em convivencia diaria com a sua fecundissima progenitora. Foi em casa d'uma sua filha, Izabel Gonçalves da Costa, que el-rei D. Manuel se hospedou, quando em 1497 foi a Castella casar com a princeza D. Izabel, herdeira d'aquelle reino, e viuva do principe D. Affonso, filho de D. João II. Por essa occasião fez muitas mercês aos filhos dos seus hospedeiros. O primeiro senhor do

castello da Nóbrega foi Affonso Rodrigues de Magalhães, senhor da casa e torre de Magalhães, Villa-Chan e Lar; casado com D. Thereza (ou Maria) Freire, filha de Nuno Freire, fidalgo gallego, mestre da ordem de Christo, que vivia no tempo d'el-rei D. Fernando. Foi seu filho Gil Affonso de Magalhães, que herdou os senhorios e terras de seu pae; do couto de Fonte Arcada, que lhe deu D. João I, e do concelho do Souto de Rebordões, que comprou. Foi casado com D. Ignez Vasques, dama da rainha D. Filippa, mulher d'aquella monarcha, e filha de Alvaro Gil de Urro, fidalgo inglez. Foi seu filho e herdeiro João de Magalhães, o 1.º senhor da Barca, cuja povoação se edificou em terra sua, senhorio que lhe deu D. Affonso V em 1471, estando em Ceuta, quando conquistou Arzilla e Tanger. Foi seu descendente D. Fradique Antonio de Magalhães e Menezes, senhor da villa de Ponte da Barca, do castello de Nóbrega, torre de Magalhães, concelho de Souto de Rebordões, couto de Fonte Arcada, casas de Fonce e Freiriz. Os senhores donatarios de Ponta da Barca apresentavam o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento annual. Até 1834 serviam de capitão-mór, e na sua ausencia eram substituidos pela camara. A terra é muito fertil e aprazivel, cria muito gado, e é abundante de caça e de peixe. No alto d'um monte, chamado da *Nóbrega*, tem um castello desmantelado, onde em tempos antigos esteve a casa da camara e a cadeia. A villa teve, até 1834, juiz de fóra, camara com 3 vereadores, e os mais empregados judiciaes e administrativos competentes, juiz dos orphãos, com seu escrivão, todos nomeados pelo rei, e escrivães e 1 alcaide nomeados pelo senhor da villa. Por muitos annos, até meado do seculo XVII, esta villa não era freguezia, pertencendo á de Paço Vedro de Magalhães, que fica a pouca distancia, e faz hoje parte do concelho. Ponte da Barca foi elevada a condado em 1815, pelo principe regente, depois D. João VI, em favor de Antonio de Araujo e Azevedo, com o titulo de *conde da Barca* (V. *Portugal*, vol. II, pag 112 e seguintes). As suas armas são: Em campo de prata as armas de Portugal sobre uma barca de ouro, e por timbre um coronel ducal. Até 1834 teve a villa um bom regimento de milicias, 5 companhias de ordenanças com seus capitães e subalternos, commandados pelo senhor da terra. A egreja matriz é um templo vasto e elegante, tendo 6 capellas lateraes, 4 particulares e 2 publicas, todas de valiosa obra de talha dourada. E' uma das melhores egrejas do arcebispado de Braga. Tem um crucifixo de prata de muito valor, que foi offerta d'el rei D Manuel em 1500. O globo ou peanha em que termina a haste é d'uma época bastante posterior. Sobre a fachada da egreja, ostentam-se duas torres, uma das quaes está incompleta O edificio foi edificado no seculo XVII por D. Rodrigo Taveira, commendatario de Bravães e deão da sé de Braga. A Misericordia é das mais antigas do paiz, pois foi construida em 1502; o hospital é moderno, de bella appareneia, e com as mais rigorosas condições hygienicas. Os paços do concelho, cadeia e casa da camara, são um bom edificio, que assenta sobre uma arcaria de cantaria. Ponta da Barca pertence á 3.ª div. mil., 5.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. Tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr.-post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras, obrigações e vales; advogados, agentes dos baucos de *Portugal*, do *Minho* e *Alliança*; hospedarias, medidicos, pharmacias, notario, solicitadores, feiras quinzenaes, ás quartas feiras, e a de S. Bartholomeu de 24 a 26 de agosto, muitos edificios de construcção moderna, etc. Tem-se publicado na villa os seguintes jornaes: *Commercio da Barca*, 1894; *Correio da Barca* (*O*), 31 de janeiro de 1899; *Jornal da Barca*, 25 de outubro de 1891; *Jornal da Barca* (*O*), 5 de abril de 1897; *Povo da Barca* (*O*), 6 de fevereiro de 1899; em publicação, dezembro de 1910. Junto á villa de Ponte da Barca durante a guerra civil travou se um renhido combate a 5 de fevereiro de 1827. O concelho comprehende 25 freguezias com 3:357 fog e 12:736 hab., sendo 5:705 do sexo masc. e 7:031 do fem., n'uma superficie de 18:779 hect. As freguezias são: Santa Maria, de Azias, 636 hab.: 270 do sexo masc. e 366 do fem.; S. Miguel, de Boviães, 461 hab.: 222 do sexo masc. e 239 do fem.; S. Silvestre, de Bravães, 611 hab.: 271 do sexo masc. e 340 do fem.; S. Martinho, de Britêlo, 644 hab.: 284 do sexo masc. e 360 do fem.; S. Martinho, de Crasto, 593 hab.: 277 do sexo masc. e 316 do fem.; S. Mamede, de Cude de Villa Verde, 347 hab.: 144 do sexo masc. e 203 do fem.; S. Miguel, de Entre Ambos os Rios, 800 hab.: 362 do sexo masc. e 438 do fem.; S. Silvestre, de Ermida, 109 hab.: 47 do sexo masc. e 62 do fem.; S. Vicente, de Germil, 128 hab.: 64 do sexo masc. e 64 do fem.; S. João Evangelista, de Grovellas, 267 hab.: 124 do sexo masc. e 143 do fem.; S. Miguel, de Lavradas, 987 hab.: 457 do sexo masc. e 500 do fem.; S. Mamede, de Lindoso, 836 hab.; 406 do sexo masc. e 430 do fem; S. Romão, de Nogueira, 404 hab.: 186 do sexo masc. e 218 do fem; Santo Adrião, de Oleiros, 476 hab.: 222 do sexo masc. e 254 do fem.; S. Martinho, de Paço Vedro de Magalhães, 267 hab.: 157 do sexo masc. e 200 do fem.; S. João Baptista, de Ponte da Barca, 1:116 hab.: 464 do sexo masc. e 652 do fem; Santa Eulalia, de Ruivos, 335 hab.: 151 do sexo masc. e 184 do fem.; S. Thiago, de Sampriz, 537 hab: 250 do sexo masc. e 287 do fem; S. Lourenço, de Touvedo, 370 hab: 153 do sexo masc. e 217 do fem.; O Salvador, de Touvedo, 251 hab.: 109 do sexo masc. e 142 do fem; S. Pedro, de Vade, 270 hab.: 115 do sexo masc. e 155 do fem.; S. Thomé, de Vade, 459 hab.: 204 do sexo masc. e 255 do fem.; S. João Baptista, de Villa Chã, 620 hab.: 261 do sexo masc. e 359 do fem; S. Thiago, de Villa Chã, 273 hab.: 115 do sexo masc. e 158 do fem.; N. S.ª da Conceição, de V. N. de Muhia, 849 hab.: 360 do sexo masc. e 489 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes e vinho.

**Ponte do Barreiro**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr de Vianna do Castello.

**Ponte de Barreiros**. Pov na freguezia de Santa Maria, de Leça do Bailio, conc. de Bouças, distr do Porto

**Ponte do Barroso**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Sebal Grande, conc. de Condeixa-a Nova, distr. de Coimbra.

**Ponte do Bico**. Está situada sobre os rios Homem e Cávado, na pov. do Bico, conc. de Pare-

des de Coura, distr. de Vianna do Castello. Foi principiada em 1863 e concluida em 1867. Não se encontrando a necessaria solidez no solo das margens, nem no leito do rio, depois da juncção do Homem, teve de se fazer a ponte a uns 300 m. acima da confluente, pelo que, em vez de uma, foi preciso fazer duas pontes; e n'este genero, é, sem contestação, a obra mais solida, extensa e majestosa de Portugal. A primeira ponte atravessa o Cávado. E' bastante alta e tem 7 majestosos arcos; segue-se-lhe a segunda ponte, que atravessa o Homem, e da mesma ordem architectonica. No pequeno intervallo das duas pontes ha um atêrro bastante alto, gradeado dos lados, com as rampas arborisadas, o que lhe dá um bello aspecto. E' uma obra de grande utilidade. Estes dois rios, que na estiagem se pódem facilmente vadear em qualquer ponto, tornam-se caudalosos e furiosissimos no inverno, pelas aguas que descem do Gerez; e então acontecia frequentes vezes a *barca do Bico* não poder atravessar qualquer dos rios, e, quando vencia a corrente, está passagem não deixava de ser muito perigosa.

**Ponte do Boto.** Pov. na freguezia de S. Pedro e concelho de Castro Daire, districto de Vizeu.

**Ponte de Bouças.** Pov. na freguezia de S. Lourenço, de Golães, concelho de Fafe, distr. de Braga.

**Ponte de Braz Curado.** Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

**Ponte do Burgo.** Pov. na freg. do Santissimo Sacramento, de Burgo, conc de Arouca, distr. de Aveiro.

**Ponte do Cabrum.** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Freigil, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Ponte de Cacem.** Pov. na freguezia de S. Thiago e conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

**Ponte e Calvario.** Duas povoações reunidas na freg. de S. Miguel, de Baltar, conc. de Paredes, distr. do Porto.

**Ponte do Campo.** Povoações nas freguezias: S. Sebastião, de Alfarellos, conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Ponte dos Caniços.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Rebordões, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

**Ponte do Carrapatello.** Pov. na freg de S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto.

**Ponte Carreira.** Pov. na freg. de Santa Marinha, de Oleiros, conc de Villa Verde, distr. de Braga.

**Ponte do Carro.** Pov. na freguezia de S. Martinho, de Guifães, conc. de Bouças, districto do Porto.

**Ponte da Carvalha.** Pov. na freguezia de S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

**Ponte de Carvalhal.** Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Pencelo, conc. de Guimarães, distr. de Braga

**Ponte dos Carvalhos.** Pov. na freguezia de S. José de S. Lazaro, concelho e districto de Braga.

**Ponte de Casaes.** Pov. na freguezia de Santa Maria, de Meinedo, conc. da Louzada, distr. do Porto.

**Ponte do Casal.** Povoações nas freguezias: O Salvador, de Rossas, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Ponte Cavallar.** Povoações nas freguezias: Santa Comba, de Moura Morta, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, do mesmo districto.

**Ponte do Cavalleiro.** Pov. na freguezia de N. S.ª da Gaiola, conc. e distr. de Leiria.

**Ponte dos Cavallos.** Pov. na freg de S. Jorge, de Sarilhos Grandes, conc. de Aldeia Galloga, distr. de Lisboa.

**Ponte do Celleiro** Pov. na freguezia de Santa Maria, de Almoster, concelho e distr. de Santarem.

**Ponte de Ceras.** Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alviobeira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, do mesmo districto.

**Ponte de Cervas.** Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Ponte de Cerves ou Serves.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedome, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Ponte de Cima.** Pov. na freguezia de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

**Ponte do Couto.** Pov. na freguezia de S Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Ponte Escura** Pov. na freguezia de S. Martinho, de Lordello do Ouro, bairro occidental do Porto.

**Ponte do Espinhal.** Pov. na freguezia de Santa Eufemia e conc. de Penella, districto de Coimbra.

**Ponte d'Este.** Pov. na freg. do Salvador, de Touguinhó, conc. de Villa do Conde, districto do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

**Ponte do Estopeiro.** Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Angeja, conc. de Albergaria a-Velha, distr. de Aveiro

**Ponte de Fajão.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Fajão, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

**Ponte do Feixe.** Pov. na freg. do Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

**Ponte Ferreira** (*José de Azevedo Pereira da Silva, visconde de*). Fidalgo da Casa Real, do conselho d'el-rei, commendador das ordens militares de Christo e de Nossa Senhora da Conceiceição de Villa Viçosa, cavalleiro e official da da Torre e Espada, condecorado com a medalha das campanhas da Liberdade algarismo n.º 7; tenente-coronel, vice-presidente da Real Associação Humanitaria do Porto, socio honorario da Associação Liberal Portuense, chefe de serviço da alfandega de Lisboa aposentado, etc. N. no Porto a 17 de outubro de 1808; fal em Lisboa a 19 de junho de 1892. Era filho de Miguel Antonio de Azevedo Pereira, abastado negociante, e de D. Maria da Silva d'Azevedo Pereira. Destinado por seus paes á vida monastica entrou no con-

vento da Costa, de Guimarães, e estava prestes a vestir o habito de noviço, quando resolveu abandonar o claustro para que não se sentia com vocação, e voltando ao Porto, em 1825, embarcou como praticante a bordo d'um navio, e seguiu viagem para o Rio de Janeiro, contando apenas 17 annos de edade. Poucos mezes depois regressou ao Porto, encontrou a cidade agitada pelas idéas revolucionarias que preparavam a queda do absolutismo. Adherindo a essas idéas, e quando em 16 de maio de 1828 se proclamou o grito da revolução liberal, foi dos primeiros que pegaram em armas, alistando se no batalhão academico, batendo se com admiravel bravura. Acampado em Lobios, na fronteira da Galliza, onde soffreu as torturas que os hespanhoes inflingiam aos emigrados portuguezes, seguiu a pé, cheio de fóme e esmolando pelo caminho, quasi descalço, chegando á Corunha em miseravel estado, e ali conseguiu embarcar na galera austriaca *Aurora*, que transportou os emigrados para Plimouth. Como se malograsse a primeira expedição commandada pelo marquez de Saldanha para soccorrer os valentes da ilha Terceira, tratou a regencia de organisar clandestinamente nova expedição, para a qual fôram escolhidos os mais bravos e os mais energicos batalhadores, e Pereira da Silva foi, como sempre, dos primeiros. A expedição, depois de arrostar muitos perigos, tendo rompido o bloqueio da esquadra ingleza, conseguiu desembarcar na ilha Terceira, cujos defensores estavam ameaçados de total ruina Na Terceira, os voluntarios da rainha D. Maria II começaram por livrarem a cidade de Angra das guerrilhas que a infestavam. Guarnecida a ilha, e quando as forças liberaes se iam organisando, surgiu no porto de Villa da Praia uma poderosa esquadra do governo de Lisboa, trazendo a bordo um numeroso corpo de desembarque. Travou se então a celebre batalha do dia 11 de agosto de 1829, onde Pereira da Silva combateu ao lado e em competencia com os mais valentes, conseguindo os liberaes não só evitar o desembarque, mas operar grande carnificina nas tropas expedicionarias. Conquistado o archipelago dos Açôres, alistados e organisados novos corpos, fez-se á véla a expedição dos 7:500 bravos que desembarcaram nas praias do Mindello em 8 de julho de 1832, e se fortificaram no Porto, que se tornou o baluarte inexpugnavel da Liberdade. Nenhum reconhecimento se fez, nem houve combate e batalha em que Pereira da Silva não tomasse a sua parte do gloria e de perigos. Afinal no reconhecimento da Cruz da Regateira em 17 de novembro de 1832 caiu gravemente ferido. Na batalha de Ponte Ferreira, nos dias 22 e 23 de julho, foi em que elle mais se distinguiu pelo seu valor militar, e tendo D. Pedro IV resolvido agraciar com o grau de cavalleiro da Torre e Espada o voluntario que mais se houvesse distinguido n'aquella acção, o commandante do regimento, Mendonça Arraes, consultou os capitães de companhias, para que estas reunissem e procedessem á votação nominal do camarada que devia receber aquella distincção, e todos fôram unanimes em votar em Pereira da Silva, que n'essa occasião se encontrava de cama por causa d'um resfriamento que apanhara no rio Ferreira, onde andara mettido n'agua até ao peito em perseguição do inimigo com outros seus camaradas, tendo sido elle o primeiro que se aventurara a essa empresa. Em 1833 foi nomeado alferes do 1.º batalhão nacional de Villa Nova de Gaia, e ali empregou toda a diligencia para que terminasse a sangrenta campanha civil. Terminada a lucta, Pereira da Silva depoz as armas, mas voltou a cingir a espada nas luctas que se seguiram, sendo promovido a tenente-coronel em 1846 para o batalhão de empregados publicos que se organisou no Porto, e depois despachado tenente do regimento de officiaes da Rainha Restabelecida a paz, foi nomeado guarda mór da alfandega do Porto, em que prestou muitos serviços Em 29 de março de 1852 deu-se na barra do Porto o horroroso naufragio do vapor *Porto*, e n'essa occasião o valente liberal mais uma vez provou a sua coragem e sentimentos humanitarios, que lhe valeu ser elevado pela rainha D. Maria II ao grau de official da Torre e Espada. Passou depois para o serviço da alfandega de Lisboa. Em 15 de novembro de 1876, desencadeando-se um forte cyclone, que tantas victimas causou no rio Tejo, e tantos estragos accumulou na cidade, Pereira da Silva não hesitou um momento em affrontar o perigo temeroso. O Tejo estava enfurecido, as ondas açoutavam violentamente o caes da alfandega. Os navios garravam no ancoradouro, a força do vento fazia em pedaços os mastaréos e zunia nas enxarcias que vergavam. Viu se então o que póde a energia moral d'um homem. Viu-se um velho sereno embarcar n'um pequeno vapor mil vezes em risco de se partir nas muralhas do caes. Por fim, depois d'alguns momentos angustiosos o vapor fez se ao largo, em demanda dos empregados da fiscalisação do rio que se julgavam perdidos. N'aquelle momento solemne reappareceu o velho soldado por uma transfiguração sublime. No anno de 1885 foi aposentado do seu logar na alfandega de Lisboa, e pouco depois, recebeu a mercê do titulo de visconde de Ponte Ferreira, em duas vidas, em attenção aos serviços prestados á causa da Liberdade como voluntario, e como funccionario publico. Seu filho unico, o sr. José Emilio de Azevedo Pereira da Silva Carvalho, é hoje o 2.º visconde de Ponte Ferreira.

**Ponte Ferreira** *(Batalha de)*. Na pov. de Ponte Ferreira, situada na freg. de S. Martinho, do Campo, conc de Vallongo, distr. do Porto, deu-se no dia 23 de julho de 1832 uma importante batalha entre liberaes e miguelistas O desembarque das forças liberaes nas praias do Mindello, em 9 d'esse mez, produziu no primeiro momento grande susto e extraordinaria confusão nas tropas de D Miguel, que estavam guarnecendo as provincias do norte, mas dentro em poucos dias o temor causado por esse inesperado successo, foi-se desvanecendo pouco a pouco, e os generaes absolutistas cobrando animo, e vendo quanto eram diminutas as forças de D. Pedro, apenas os 7:500 bravos, trataram de as apertar dentro dos muros do Porto. O tenente-general visconde de Santa Martha, apenas se viu reforçado pela columna do general Povoas, que a marchas forçadas se lhe reuniu, atravessou o rio Douro para a margem direita na madrugada de 18 de julho, e tomando posição em Ponte Ferreira com a divisão do seu commando, destacou vedetas até legoa e meia do Porto ao mesmo tempo que o visconde de Montalegre se estabelecia na Ven-

da da Serra sobre a estrada que d'essa cidade vae a Braga, e que o visconde de S. João da Pesqueira devia tomar a seu cargo a estrada de Guimarães. Assim começavam a lançar-se os primeiros traços do cêrco do Porto, e D. Pedro, para reconhecer o inimigo, mandou sair da cidade, na madrugada de 22 de julho, uma columna constituida pelos batalhões de caçadores n.º 5, corpo de voluntarios da rainha, batalhão inglez e pelo regimento de infantaria n.º 18, com 40 guias a cavallo e 40 bocas de fogo. Commandava esta columna o coronel de infantaria n.º 18, Henrique da Silva Fonseca, que era acompanhado pelo quartel-mestre general Balthazar de Almeida Pimentel e por ajudantes do conde de Villa Flôr, depois duque da Terceira, e do imperador D. Pedro. Além do Rio Tinto fôram avistadas, pelas 8 horas da manhã, as vedetas do inimigo, n'uma encosta proximo de Vallongo, as quaes se retiraram. Vencida essa encosta, e já na descida para Vallongo, foi avistada na rua principal d'esta villa a cavallaria miguelista, que se mantinha immovel. O commandante da columna ficou irresoluto com esta surpresa. O major de cavallaria constitucional, Joaquim Paulo Arrobas, commandante do corpo de guias, deu ordem para carregar sobre o inimigo uns poucos cavalleiros que o acompanhavam, e tanto bastou para a cavallaria miguelista retirar, disparando apenas alguns soldados as clavinas. O quartel-mestre general Balthazar d'Almeida Pimentel caminhou em perseguição da retaguarda dos fugitivos, que n'este encontro perderam o commandante e alguns soldados, sendo aquelle official constitucional seguido por outros que o acompanhavam, e encontrando-se todos a breve trecho entre os atiradores miguelistas que occupavam varias posições nas collinas que se estendem desde o rio de Ponte Ferreira até Baltar. A situação achava-se deveras difficil. O batalhão de caçadores n.º 5 correu em auxilio da força compromettida, e portou se com a maior bravura, perdendo n'esta acção a vida o tenente d'esse batalhão Narciso de Sá Nogueira, official que se havia distinguido no combate de Pico Celleiro, na ilha Terceira Mas o batalhão de caçadores n.º 5 estava tambem seriamente compromettido, e acudiu-lhe o batalhão de voluntarios da rainha Porém, o tenente-general visconde de Santa Martha, mettendo em fogo as tropas que tinha de reserva, obrigou os constitucionaes a baterem em retirada para Rio Tinto, onde se fortificaram. Esta desastrosa escaramuça deu origem ao importante combate de Ponte Ferreira. Fazer recolher ao Porto a columna, sob o peso d'uma derrota, seria gravissimo pelo pessimo effeito que produziria. Era um desaire que podia precipitar a completa ruina da aventura constitucional. Era urgente alcançar uma victoria, da qual se esperavam ainda grandes resultados moraes, e principalmente a deserção de muitas forças de D. Miguel para os arraiaes da Carta. Resolveu-se por isso no Porto ir ao encontro das tropas do visconde de Santa Martha, com toda a força disponivel, e travar uma batalha em fórma. Resolvido que se tentasse uma acção contra as tropas do tenente-general, partiu o conde de Villa Flôr para Rio Tinto, com toda a infantaria disponivel, tendo para este fim sido recolhidas mesmo as forças que estavam na margem esquerda do Douro. Foi depois reunir-se ás suas tropas, em Rio Tinto, o proprio D. Pedro com o resto das forças, ficando no Porto apenas o respectivo governador militar D. Thomaz Mascarenhas, com os voluntarios recentemente alistados n'aquella cidade, e a companhia de artilheiros academicos. Na madrugada de 23 de julho fôram dadas as ordens para a batalha. As forças constitucionaes formaram tres columnas de ataque: a da direita commandada por Antonio Pedro de Brito, depois barão de Cacella, que devia avançar pela estrada de S. Cosme; a do centro confiada ao coronel Henrique da Silva da Fonseca, depois visconde d'Alcobaça, teve ordem para marchar pela de Vallongo; a da esquerda, sob o commando do tenente-coronel Hodges, devia seguir pelo caminho da Formiga, buscando quanto possivel envolver as tropas miguelistas, que tinham estabelecido a sua linha de batalha n'uma collina adeante da povoação da Granja, tendo na sua frente o rio Sousa, com a direita protegida por uma ingreme montanha e a esquerda apoiada nas eminencias que vão ter á margem do Douro. A's 11 horas da manhã chegaram as columnas constitucionaes ao campo onde se travou a batalha. Faziam parte d'ellas os batalhões de caçadores n.ºs 2, 3, 5 e 1[illegible]; os regimentos de infantaria n.ºs 3, 10 e 18, o corpo de voluntario da rainha; a companhia de voluntarios academicos; o batalhão de artilharia; o batalhão de officiaes em serviço de atiradores; o batalhão francez commandado pelo official russo (da Tartaria) o major Chichiri, que ficou morto n'aquella batalha; e o batalhão inglez commandado pelo coronel Hodges. As tropas miguelistas compunham-se dos regimentos de infantaria n.ºs 11, 12, 19 e parte do 2[illegible]; 150 a 200 cavallos; 5 peças de artilharia; varios batalhões de voluntarios, alguns regimentos de milicias, grande numero de guerrilhas, tendo por commandantes officiaes de ordenanças, magistrados, clerigos e frades, alguns dos quaes se apresentavam com crucifixos, espadas e esping rdas. Rompeu o fogo a divisão ligeira do tenente-coronel Schwalbach, que formava a testa da columna do centro, travando-se em seguida um rude combate, que durou até ás 8 horas da tarde, cessando o fogo só ao escurecer, verificando se então que de lado a lado havia grandes perdas, sem que a victoria pertencesse a nenhum dos contendores. As perdas soffridas em ambos os campos fôram grandes. Os miguelistas, segundo elles declararam na folha official, tiveram 287 baixas, entre mortos e feridos, e os constitucionaes um numero aproximado. No entretanto, nenhum dos contendores ficára triumphante, porque o general Povoas, que n'esse dia podia ter assegurado a completa derrota das forças liberaes se corresse em auxilio do visconde de Santa Martha, a quem odiava, o deixou ao abandono, devendo-se sómente a este facto o não terem ficado prisioneiras as tropas de D. Pedro. Odiando este general, não quiz concorrer para uma victoria, cujos louros principalmente pertenceriam a Santa Martha. D. Pedro, vendo-se na impossibilidade de continuar vantajosamente a lucta no dia immediato, deu ordens para a retirada sobre o Porto, que começaram a executar-se. Porém o general visconde de Santa Martha, egualmente desanimado, dava a mesma ordem ás suas tropas, e começou a executal-a primeiro, o

que sendo percebido no acampamento constitucional pelo tenente Manuel Thomaz dos Santos, fez com que D. Pedro revogasse a ordem que havia dado, e ficasse senhor do campo e com as apparencias d'uma victoria, emquanto as tropas miguelistas fugiam desordenadamente d'um inimigo que estava tão abatido como ellas, e que as não perseguia. A noticia da fuga das forças do general Santa Martha em Ponte Ferreira, foi recebida no Porto com as maiores demonstrações de alegria e repiques de sinos, que, sendo ouvidos pelo general Povoas, fizeram com que elle, suppondo que realmente D. Pedro havia alcançado uma grande victoria, retirasse com a sua divisão para Oliveira de Azemeis. Mas essa alegria pouco tempo durou. Havia duas ou tres horas que as manifestações de regosijo se produziam no Porto, quando começou a correr, ás 11 da noite de 23, que o exercito constitucional fôra surprehendido no campo pela divisão de Santa Martha, e que sendo lhe cortada a retirada, havia sido completamente batido, vendo-se D. Pedro obrigado a fugir a todo o galope. Estes boatos falsos causaram um verdadeiro panico, e o governador militar D. Thomaz Mascarenhas, acreditando os como verdadeiros, e perdendo o sangue frio, deu ordem para as tropas do Porto se recolherem ao castello da Foz, e tomou outras medidas que mais concorreram ainda para aterrorisar os portuenses. No dia seguinte, sabendo-se a verdade, começaram a apparecer os que tinham fugido, e D. Pedro, quando entrou com o exercito, deu absolvição geral a todos, menos a D. Thomaz Mascarenhas, a quem insinuou que pedisse a demissão, que logo lhe foi concedida. V. *Mascarenhas* (*D Thomaz de Assis*).

**Ponte Fôra**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

**Ponte de Fornellos**. Pov. na freg. de S. Salvador e concelho de Rezende, districto de Vizeu.

**Ponte da Fraga** Pov. na freg. de Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

**Ponte do Freixe**. Pov. na freg. de N. S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

**Ponte de Frende**. Pov. na freguezia de S. Julião, de Friellas, conc. de Loures, districto de Lisboa.

**Ponte de Friellas**. V. *Friellas*.

**Ponte Fundeira**. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

**Ponte do Guadiana**. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Quintos, concelho e distr. de Beja.

**Ponte de Guifães**. Pov. na freguezia de S. Martinho, de Guinfães, concelho de Bouças, distr. do Porto.

**Ponte Henrique** Povoações nas freguezias: S. Nicolau, e conc de Mesão Frio, distr. de Villa Real. ‖ S. Martinho, de Villa Jusã, do mesmo concelho e districto.

**Ponte do Lima** (*D. José Maria Xavier de Lima Vasconcellos Brito Nogueira Telles da Silva, 17.º visconde de Villa Nova da Cerveira, e 3.º marquez de*). Commendador da ordem de Christo e cavalleiro da da Torre e Espada; 21.º senhor do morgado de Soalhães, 20.º do de S. Lourenço de Lisboa, e dos da casa de Mafra, par do reino, alcaide mór de Ponte do Lima, etc. N. em Almeida a 12 de novembro de 1807, fal. a 21 de dezembro de 1877. Era filho dos 2.ºs marquezes do mesmo titulo. Succedeu na casa e no titulo de seu pae em 1822. Sendo nomeado par do reino em 1826, entrou no serviço militar como cadete do regimento de cavallaria n.º 4, fez no exercito liberal as campanhas de 1827 e 1828, emigrou, passou ás ilhas dos Açôres, onde fez a campanha de 1831, e tendo seguido para o Porto em 1832, fez as campanhas d'esse anno e do immediato, como alferes de caçadores, portando-se com tanta bravura que D. Pedro o presenteou com uma farda, e, depois de concluida a guerra civil, quiz nomeal o seu camarista, que o marquez recusou. Tomando em 1834 assento na camara dos pares, foi por muito tempo secretario da camara. Nos ultimos annos da sua vida afastara-se completamente da vida publica. Era um perfeito original este homem, que nos campos da batalha tanto se salientou pelo seu valor. D'um desleixo incrivel, deixara a sua magnifica fortuna arruinar-se completamente, a ponto que se podiam contar, atravez do reino, os seus palacios pelas ruinas que se encontravam. Tinha o maior desprezo pelas hourarias, vestia com uma simplicidade abaixo de tudo quanto se possa imaginar, tinha trens de aluguer, e por mais d'uma vez serviu elle proprio de cocheiro. Lisboa inteira o conhecia, e o considerava como um dos typos originaes da rua, quando o via passar com o seu chapéo de copa baixa e d'abas largas, e uma grossa bengala. Era, comtudo, homem muito intelligente e muito esmoler. Falleceu solteiro, deixando por successor seu irmão D. João Xavier de Lima e Vasconcellos Brito Nogueira Telles da Silva, que nasceu a 27 de fevereiro de 1813 e fal. a 27 de junho de 1878.

**Ponte do Lima** (*D. Thomaz José Xavier de Lima Vasconcellos Brito Nogueira Telles da Silva, 16.º visconde de Villa Nova da Cerveira e 2.º marquez de*). Gentil-homem da camara da rainha D. Maria I, commendador da ordem de Christo, 20.º senhor do morgado de Soalhães, 19.º do de S. Lourenço, e dos da casa de Mafra; capitão do exercito e coronel em França. N. a 12 de outubro de 1779, fal. a 5 de fevereiro de 1822. Era filho de D. Thomaz Xavier de Lima Vasconcellos Brito Nogueira Telles da Silva, 15.º visconde de Villa Nova da Cerveira, e de sua mulher, D. Maria José de Assis Mascarenhas. Tendo fallecido seu pae a 2 de junho de 1781, succedeu na casa e no titulo de marquez de Ponte de Lima a seu avô, o 1.º marquez, que falleceu em 1800 (V. *o artigo seguinte*). Entrou no exercito como capitão, e em 1808 partiu para França, como coronel do 2.º regimento de infantaria, que fazia parte da 1.ª divisão da legião portugueza organisada por Junot para ir servir no exercito imperial. Em 1811 foi nomeado ajudante de campo do marechal Marmont, que succedeu a Massena no commando do exercito que tinha de invadir Portugal, mas o marquez de Ponte do Lima aproveitou o primeiro ensejo que teve, desertou, e veiu apresentar se a lord Wellington. Casou a 4 de setembro de 1804 com sua prima D. Helena José de Assis Mascarenhas, filha dos 4.ºs condes de Obidos.

**Ponte de Lima** *(D. Thomaz Xavier de Lima Nogueira Vasconcellos Telles da Silva, 14.º visconde de Villa Nova da Cerveira e 1.º marquez de).* Ministro e secretario de estado dos negocios do reino. N. em Ponte do Lima a 12 de outubro de 1727, fal. a 23 de dezembro de 1800. Era filho de D. Maria Xavier de Lima e Hohenloe, 13.ª viscondessa de Villa Nova da Cerveira, herdeira de toda a grande casa de seus paes e avós, casada com Thomaz Telles da Silva, filho dos 2.os marquezes de Alegrete. D. Thomaz Xavier de Lima, como filho d'uma victima do marquez de Pombal, pois que seu pae esteve preso por ordem d'aquelle ministro no castello de S. João da Foz, foi muito considerado por D. Maria I, e quando o marquez d'Angeja deixou o ministerio por ser nomeado presidente do real erario, recebeu o visconde de Villa Nova da Cerveira a gerencia da pasta dos negocios do reino. Conta-se que pouco antes obtivera a viscondessa sua mulher uma sentença do desembargo do Paço que declarava seu marido incapaz de gerir os negocios do casal. Não podia haver, na verdade, melhor recommendação para um ministro. A 17 de outubro de 1778 obteve o novo ministro despacho que declarava seu pae innocente. Seis annos depois da sua subida ao ministerio, adoeceu o marquez d'Angeja, e o visconde de Villa Nova da Cerveira substituiu-o interinamente na presidencia do real erario, passando a exercer este logar definitivamente, em 1788, quando falleceu o marquez, cedendo então a pasta do reino a José de Seabra. Recebeu logo tambem a nomeação de mordomo mór da Casa Real, e por decreto de 17 de dezembro de 1790 foi elevado a marquez de Ponte do Lima. Como ministro era, por assim dizer, uma perfeita nullidade. Durante o seu ministerio não se occupou senão de cousas frivolas, ou de prodigalidades condemnaveis. Tratou de fixar as côres das fitas das condecorações das ordens de Christo, Aviz e S. Thiago, e tratou de erigir um edificio monumental para o Erario, que nunca concluiu, lançando apenas na praça da Patriarchal Queimada, hoje praça do Principe Real, os formidaveis alicerces que custaram 2 ou 3 milhões de cruzados. Além d'isso, procurou destruir uma das principaes reformas do marquez de Pombal, distrahindo de novo da corôa, para onde tinham revertido, muitas commendas que distribuiu pelos seus affeiçoados. Este personagem bem insignificante foi presidente do real Erario, membro do conselho de Estado, gran-cruz da ordem de Christo, mordomo-mór da Casa Real, presidente do conselho de fazenda, da junta provisional do Erario, da junta da administração dos fundos applicados ao pagamento do novo emprestimo, presidente da real junta do commercio, da do posto medico, das juntas plena e ordinaria da revisão e censura do novo codigo, inspector geral das obras publicas, director e inspector do real collegio dos nobres, inspector geral da real bibliotheca publica, socio honorario da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e um dos presidentes honorarios da sociedade real maritima, militar e geographica. O marquez de Ponte de Lima só possuia vastos conhecimentos em sciencias theologicas que pouco lhe servia. Casou a 4 de julho de 1749 com D. Eugenia Maria Josepha de Bragança, filha dos 4.os marquezes de Alegrete.

**Ponte de Lima.** Villa da prov. do Minho, séde de conc. e de com., distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga, Relação do Porto. Tem uma só freg., orago Santa Maria dos Anjos. E' uma das mais bellas povoações da provincia, e está situada na margem esquerda do rio Lima, em terreno fertil e saudavel. A mitra apresentava o prior, que tinha 350$000 réis de rendimento. A pov. é antiquissima. Parece que o seu primeiro nome foi *Limia*, e era cidade de muita importancia no tempo dos romanos, que lhe chamaram *Forum Limicorum* (Praça dos Limios) fundada no tempo de Bruto, 130 annos antes de Christo. Os limios eram uns povos que se estabeleceram n'estas paragens uns 140 annos antes de Christo. A situação em que o itinerario do imperador Antonino Pio põe esta cidade, não deixa a duvida de que teve o mesmo assento, em que se vê actualmente a villa de Ponte do Lima. Como ficava na via militar, que os romanos abriram de Braga á cidade d'Astorga, por Tuy e Lugo, era muito transitada e florescente no tempo d'estes domiuadores. Diz-se que foi fundada pelos gregos, 1304 annos antes de Christo; outros escriptores attribuem a sua fundação aos turdulos, 500 annos antes de Christo. Foi destruida com as continuas guerras da edade media, e a rainha D. Thereza, viuva do conde D. Henrique e mãe de D. Affonso Henriques, achando esta terra arruinada e quasi deserta, a mandou povoar em 1125, dando-lhe foral em 4 de março d'esse anno, com grandes privilegios. N'este foral dá-se á villa o nome de *Ponte do Lima*, o que prova que existia já ali uma ponte n'essa epoca, construida pelos godos, arabes, ou romanos, mas parece mais acceitavel que fôssem estes ultimos os constructores, por precisarem d'uma boa ponte para o serviço da sua estrada. D. Pedro I, em 1362, mandou construir, ou reconstruir uma majestosa ponte de cantaria, de 24 arcos, sendo 16 ogivaes e os restantes de volta redonda, que separa esta villa da freguezia de Santa Marinha de Arcozêllo. Em cada extremidade da ponte mandou construir uma torre, dando a do lado do sul entrada á villa, atravessando-a por baixo d'um robusto arco de cantaria; a do norte estava a pouco mais de duas terças partes da ponte, e d'esta até ás primeiras casas do Arrabalde, ainda havia 7 arcos, que Manuel Gomes de Lima Bezêrra, no seu livro *Estrangeiros do Lima*, diz serem de construcção romana. As duas torres eram mais altas, quadrangulares, e em tudo eguaes. A do norte chamava-se *Torre velha*, o que faz acreditar ser obra anterior á outra. Talvez a torre velha fôsse ainda a dos romanos, e a do lado da villa obra de D. Pedro I. Tanto as duas torres como as guardas da ponte, eram coroadas de ameias. Na obra citada, diz Lima Bezêrra, que no seu tempo, 1785, ainda se conservava a primitiva ponte, que era o lanço que ia desde a torre velha até ao Arrabalde. Estas torres, respeitaveis monumentos historicos e que tanto enobreciam a villa, fôram arrazadas de 1857 para 1858 por ordem da camara municipal, para se tornar mais ampla a passa-

Brazão d'armas da villa de Ponte de Lima

gem da ponte. A construcção, ou reconstrucção feita por D. Pedro I, resistiu ao tempo e ás cheias do Tejo por uns 150 annos, mas em 1510 estava mais ou menos arruinada, e D. Manuel I a mandar reparar, como affirma a inscripção encravada na fachada da capellinha do Rosario, ao lado da ponte, sendo esse trabalho confiado ao védor Diogo da Ponte, que principiou a obra a 6 de junho de 1504 e a terminou em 1507. O foral da rainha D. Thereza foi confirmado por D. Affonso II, que lhe augmentou os privilegios, em Guimarães, no mez d'agosto de 1217. D. Manuel lhe deu novo foral, em Lisboa, no 1.º de junho de 1511, e entre outros privilegios, concedeu lhe que os seus habitantes fôssem isentos de pagar portagem e direitos em todo o paiz. Apezar das vantagens da situação da villa e dos terrenos circumvisinhos, e dos privilegios concedidos por D. Thereza e D. Affonso II, a villa foi-se outra vez despovoando e caindo em ruinas. E a tal ponto chegou de miseria, que no meado do seculo XIV estava reduzida a um pequeno numero de pobres choças de palha. Resolvendo-se então D. Pedro I a restaural-a novamente e em melhores condições, a transferiu do seu primitivo logar, junto de conventeo de S Francisco, para o sitio actual. Abriu novas ruas, construiu casas, e cercou a villa de grossas muralhas com varias torres ameiadas, harbacãs e 5 portas, chamadas *do Souto*, *do Postigo*, *da Ponte*, *de S. João* e a *de Braga*, que mais tarde se denominou *Porta do palacio dos viscondes*, por este se construir junto d'ella. A primeira pedra das muralhas e das torres foi lançada pelo corregedor de D. Pedro I, Alvaro Paes, a 3 de julho de 1359, segundo consta d'uma lapide com uma inscripção em letras gothicas que se vê n'um amparo da ponte. E para que nada faltasse ao desenvolvimento e prosperidade da terra, para a qual attrahiu muitos moradores, edificou ou reedificou a ponte confórme dissémos. As muralhas fôram arrazadas depois do anno de 1834. Ponte do Lima tinha voto em côrtes, com assento no banco n.º 5. As suas armas são: Escudo de prata com uma ponte, entre duas torres, passando-lhe um rio pelo arco da ponte. A alcaidaria-mór da villa andou sempre na casa dos viscondes de Villa Nova da Cerveira, depois marquezes de Ponte do Lima. A egreja matriz é um bom templo de tres naves, construido no seculo XVIII, e um dos melhores edificios da villa pela sua bella architectura. Veneram-se ali duas imagens: N S.ª da Piedade com o Senhor morto no regaço, que vieram de Inglaterra. N'aquella egreja se sepultaram varios varões illustres, e alguns membros da familia do fundador, que tinha ali o seu jazigo. Antes da construcção d'este templo, a egreja matriz estava fóra da villa, proximo da capella de N. S.ª da Guia, e tinha por orago S. Vicente. D. Sancho II, estando em Guimarães, deu o padroado da egreja matriz de Ponte do Lima ao arcebispo de Braga D Silvestre e aos seus conegos, em 26 de novembro de 1238. No reinado de D. Sebastião, o arcebispo de Braga D. Fr. Bartholomeu dos Martyres erigiu esta egreja em collegiada, com a terça das rendas de Suajo. Tinha 7 beneficiados, apresentados pelo ordinario; 4 que assistiam na capella real, e pagavam a ecónomos, que eram apresentados pelo rei O hospital da Misericordia tem bons rendimentos; tambem se lhe reuniram as rendas de S. Vicente dos Gafos, que fôram d'um hospital de leprosos, junto a Beldrufa. No largo da Regeneração, vê se um elegante chafariz, o hospital chamado *de Fóra* por ficar extra-muros da antiga circumvallação, o qual na sua origem foi albergaria feita pelo 1.º visconde de Villa Nova da Cerveira. D. Leonel de Lima. N'este largo tambem existiu a capella de S. Sebastião, que se demoliu em 1883; era sinagoga dos judeus no seculo XV, quando elles residiram n'esta villa e moravam na *Rua Nova*, depois chamada *do Pinheiro*. Quando el-rei D. Manuel expulsou de Portugal os judeus, a sinagoga foi purificada, transformando-se em templo christão. A cadeia é n'uma das torres da antiga cêrca de muralhas, e apezar da sua grande antiguidade, está ainda bem conservada. Proximo da villa houve dois conventos: o de Santo Antonio, de religiosos capuchos, situado na margem esquerda do rio Lima, fundado por D. Leonel de Lima, 1.º visconde de Villa Nova da

Ponte de Lima—Vista geral

Cerveira, e sua mulher D. Filippa da Cunha, em 1480; o outro é o de Valle de Pereiras, na margem direita, construido em 1360 para frades franciscanos, passando em 1515 a ser de freiras de Santa Clara da mesma ordem. O primeiro foi destruido depois de 1834. Fóra da villa está a capella de N. S.ª da Guia, em que já se falou, tendo junto a egreja da primitiva matriz dedicada a S. Vicente. Junto á capella havia um hospital de lazaros. A egreja e o hospital fôram arrazados pelas cheias do rio Lima, estando aquelle sitio convertido em areal. A egreja ficava abaixo da villa uns 200 ou 300 metros. Para obstar aos prejuizos que as cheias causavam á povoação, mandou a camara construir um caes, encostado ao muro do pomar dos viscondes de Villa Nova da Cerveira, e da villa, até ao convento de Santo Antonio, e d'ali até tocar nas escadas da egreja de N. S.ª da Guia. E' um agradavel passeio, assombrado por grandes e antigos carvalhos, que é a estrada que vae para Vianna do Castello. A primitiva egreja da Guia tinha uma confraria, que cuidava do templo e das suas solemnidades. A confraria foi transformada em irmandade, muito numerosa, onde entraram as pessoas mais importantes da villa e dos arredores, e com estatutos confirmados, e bastantes rendimentos. Esta irmandade mandou construir a capella actual, cujas obras terminaram em 1629, celebrando se então a primeira missa, e mudando-se em solemne procissão a imagem da padroeira, da egreja velha. Esta mudança foi urgente, porque o rio principiava já a damnificar a antiga capella. O cruzeiro do Souto da Forca é muito antigo, e estava perto do instrumento do supplicio que lhe deu o sobrenome. Como no seculo XVI já Ponte do Lima era cabeça de comarca, os seus juizes faziam executar as sentenças que proferiam, qualquer que fôsse a gravidade do crime, antes de se estabelecer a *Relação e casa do Porto* em 1583. Fôram, portanto, executados na forca d'esta villa varios criminosos. A poucos kilometros de Ponte do Lima está o santuario do *Senhor do Soccorro*. Um edificio importante que existia na villa, o palacio dos seus donatarios, os viscondes de Villa Nova da Cerveira, chegou a um lastimoso estado de ruina, e hoje pertence a um capitalista. Os arredores da villa são muito pittorescos; ali se encontram importantes quintas, campos sempre viçosos, bem cultivados, arvoredos silvestres; nos arrabaldes da margem esquerda do rio Lima, no monte chamado *dos Medos*, descobrem-se vestigios d'um antigo castello. Um pouco mais distante, proximo do sitio onde está a capella de N. S.ª da Conceição, ainda no meado do seculo passado existiam as ruinas d'um forte, que diziam ser obra dos romanos. O concelho de Ponte do Lima, por onde corre tambem o rio Neiva, é muito productivo em todas as variedades de cereaes, legumes, hortaliças e fructas, que ordinariamente se cultivam no paiz. Recolhe vinho, algum azeite, cera e mel, cria muito gado e abunda em caça; o rio traz bastante peixe, especialmente salmões e lampreias, em que se faz, muito commercio para diversas terras do reino. No pavimento inferior do edificio da camara municipal, construiu-se um theatro, denominado *Lethes*. Ponte de Lima pertence á 3.ª div. mil. 5.ª brigada, grande circumscripção mil. norte, e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello; tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr.-post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; dois jardins, a alameda de S. João, o passeio de D. Fernando, e a avenida marginal denominada *D. Luiz Filippe*; advogados, agencias dos bancos *Alliança*, *Commercial de Lisboa*, *Mercantil*, de Vianna; *Commercial*, do Porto; *Portugal*, *Minho*, *London & Brazilian Bank*, *Monte de Soccorro Portuense*; *Crédit Franco-Portugais*, *Banco Nacional Ultramarino*, e *União*, do Porto; agencias das companhias de seguros: *Confiança Portugueza*, *Equitativa dos Estados Unidos do Brazil*, *Garantia*, *Previdencia*, *Reformadora*, *Commercial União*, *Urbana Portugueza*, *Tagus*; agencias de vapores; *Asylo de Invalidos Camões*, para velhas invalidas, *Real Asylo de Infancia desvalida D. Maria Pia*, *Casa de Caridade de Nossa Senhora da Conceição*, para velhos invalidos; *Real Associação Humanitaria*

Ponte de Lima—Praça da Rainha

*dos Bombeiros Voluntarios de Ponte do Lima*; fabricas de cal e de sebo; hoteis, medicos, pharmacias, notarios, sociedades de recreio: *Assembléa Limarense* e *Centro regenerador*; sollicitadores, syndicato agricola do Valle de Lima, torre da irmandade de N. S.ª da Expectação, theatro *Diogo Bernardes*, escola Conde de Ferreira, estradas para Vianna do Castello, Ponte da Barca, Arcos de Valle-de-Vez, feiras quinzenaes, especialmente de gado, ás segundas feiras, e nos dias 19 a 21 de novembro, por occasião dos festejos de N. S.ª das Dôres, vulgarmente conhecidas por *Feiras Novas*; muitos estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc. Em frente da villa correm a serra d'Arga e o monte de Santo Ovidio, d'onde se desfructa um lindo panorama. Em Ponte do Lima tem se publicado os seguintes jornaes: *Commercio (O)*, 27 novembro, 1904; em publicação, dezembro, 1910; *Commercio do Lima (O)*, 1875; em publicação, dezembro, 1910; *Echo do Lima (O)*, 12 agosto, 1866; *Echo do Lima*, 1905; *Echo do Lima (O)*, 24 fevereiro, 1906; em publicação, dezembro, 1910; *Encyclopedico (O)*, 1876; *Estrella do Lima*, 23 fevereiro a 1 novembro, 1866; *Jornal do Minho*, 25 de setembro, 1884; *Lethes (O)*, 3 fevereiro, 1865 a 1883; este foi o primeiro jornal aqui publicado; *Lethes (O)*, 8 novembro, 1904; *Lima (O)*, 5 janeiro, 1890; *Monoculo (O)*, agosto, 1896; *Phantasma (O)*, janeiro, 1892; em maio de 1893 começou a publicar um supplemento com o titulo *Phantasma Junior*, com numeração sua; *Phantasma Junior*, maio, 1893; *Piparotes*, 21 junho, 1890; *Politica Nova*, 23 junho, 1892; *Povo Limarense (O)*, 4 de maio, 1884; *Semana (A)*, 14 abril, 1892; *Voz Academica (A)*, 2 agosto, 1901; *Voz do Lima*, 4 agosto, de 1886; em 1889 continuava; *Zé Maria (O)*, 1886 — Numeros unicos: *Charitas*, 1892; *Ponte do Lima ás Escuras*, janeiro, 1895. O concelho comprehende 51 freguezias com 8:096 fog. e 33:147 hab., sendo 14:955 do sexo masc. e 18:192 do fem., n'uma superficie de 32:8[illegible]5 hect. As freguezias são: Santa Marinha, de Annaes, 771 habitantes: 335 do sexo masc. e 436 do fem.; S. Mamede, de Arca, 218 hab.: 96 do sexo masc. e 122 do fem.; S. Pedro, de Arcos, 613 hab.: 265 do sexo masc. e 348 do fem.; Santa Marinha, de Arcozello, 1:873 hab.: 870 do sexo masc. e 1:003 do fem.; N. S.ª do O', de Ardegão, 261 hab.: 130 do sexo masc. e 131 do fem.; S. Miguel, de Barrio, 419 hab.: 186 do sexo masc. e 233 do fem.; Santa Maria, de Beiral do Lima, 940 hab.: 419 do sexo masc. e 521 do fem.; S. Salvador, de Bertiandos, 265 hab: 106 do sexo masc. e 159 do feminino.; Santo Estavão, de Boalhosa, 306 hab: 147 do sexo masc. e 159 do fem.; S. Thiago, de Brandara, 323 hab.: 135 do sexo masc. e 178 do fem; S. Miguel, de Cabaços, 670 hab.: 280 do sexo masc. e 390 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Cabração, 265 hab.: 119 do sexo masc. e 146 do feminino; Santa Eufemia, de Calheiros, 805 hab.: 346 do sexo masc. o 459 do fem.; S Pedro, de Calvello, 538 hab.: 225 do sexo masc. e 313 do fem.; S. Thiago, de Cepões, 334 hab.: 163 do sexo masc. e 171 do fem.; S. Thomé, de Correlhã, 1:599 hab: 736 do sexo masc. e 863 do fem: S. Salvador, de Estorãos, 554 hab: 243 do sexo masc. e 311 do fem.; S. Miguel, de Facha, 1:084 hab.: 481 do sexo masc. e 603 do fem.; S. Salvador, de Feitosa, 350 hab.: 158 do sexo masc. e 192 do fem.; S. Salvador, de Fojo Lobal, 233 hab.: 103 do sexo masc. e 130 do fem.; S. Thiago, de Fontão, 665 hab.: 281 do sexo masc. e 384 do fem; S. Vicente, de Fornellos, 1:024 hab: 506 do sexo masc. e 518 do fem; S. Julião, de Freixo, 1:047 hab.: 454 do sexo masc. e 593 do fem; S. Martinho, de Friastellas, 421 hab.: 187 do sexo masc. e 234 do fem.; Santa Eulalia, de Gaifar, 318 hab.: 150 do sexo masc. e 168 do fem.; S. Martinho, de Gandara, 801 hab.: 349 do sexo

Ponte de Lima—Largo do Chafariz

masc. e 452 do fem.; S. Thiago, de Gemieira, 514 hab: 232 do sexo masc. e 282 do fem.; S. Miguel, de Gondufe, 604 hab: 279 do sexo masc. e 525 do fem; S. Christovão, de Labruja, 514 hab.: 241 do sexo masc e 303 do fem; Santa Maria, de Labrujó, 219 hab: 97 do sexo masc. e 122 do fem.; S. Lourenço, de Mato, 2 9 hab.: 113 do sexo masc. e 116 do fem.; S. Julião, de Mereira de Lima, 88) hab.: 432 do sexo masc. e 457 do fem; S. Salvador, de Navió, 229 hab.: 110 do sexo masculino e 119 do fem.; S. Thiago, de Poiares, 678 hab.: 324 do sexo masc. e 354 do fem; Santa Maria dos Anjos, de Ponte do Lima, 2:283 hab.: 996 do sexo masc. e 1:287 do fem; S. João Baptista, de Queijada, 209 hab.: 94 do sexo masc. e 115 do fem.; Santa Maria, de Rebordões, 538 hab.: 245 do sexo masc. e 293 do fem.; S. Salvador do Souto, de Rebordões, 868 hab.: 401 do sexo masc. e 467 do fem; Santa Maria, de Refojos do Lima, 2:213 hab.: 973 do sexo masc. e 1:240 do fem; S. Salvador, de Rendufe, 2 9 hab: 117 do sexo masc. 172 do fem.; S. João Baptista, de Ribeira, 1:449 hab.: 651 do sexo masc. e 88 do fem.; Santa Maria, de Sá, 315 hab.: 133 do sexo masc. e 182 do fem.; S Mamede, de Sandiães, 411 hab.: 206 do sexo masc. e 205 do fem.; Santa Comba, 297 hab.: 134 do sexo masc. 163 do fem; Santo André, de Santa Cruz do Lima, 383 hab.: 169 do sexo masc. e 214 do fem.; S. Mamede, de Scara, 314 hab.: 152 do sexo masc. e 162 do fem.; Santa Martha, de Serdedello, 53) hab.: 242 do sexo masc. e 297 do fem; S. Salvador, de Victorino das Donas, 753 hab.: 334 do sexo masc. e 419 do fem; Santo André, de Victorino dos Piães, 1:02 hab: 475 do sexo masc. e 515 do fem; Santo Estevão, de Villar das Almas, 409 hab.: 195 do sexo masc. e 214 do fem; S. João Baptista, de Villar do Monte, 254 hab.: 120 do sexo masc. e 134 do fem. O principal commercio do concelho é azeite, cereaes, batatas, feijão, laranja e vinho.

**Ponte do Louro.** Pov. na freg. de Santa Lucrecia, de Louro, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Ponte da Magdalena.** Pov. na freg. do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

**Ponte do Manco** Pov. na freg. de S. Mamede, de Friestas, conc. de Valença, districto de Vianna do Castello.

**Ponte da Mansa.** Pov. na freg. de S. Jorge, de Selho, conc. de Guimarães, districto de Braga.

**Ponte da Marinheira** Pov. na freg. de S. Martinho, d'Alva, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu.

**Ponte da Matta.** Pov. na freg. de Santo André, Sazes de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra,

**Ponte das Mestras** Pov. na freg. de Santa Maria, de Tavora, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Ponte Missuro** Pov. na freg. de S. Miguel, de Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

**Ponte e Moinhos.** Duas povoações reunidas na freg. do Salvador, de Novellas, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Ponte Moirisca.** Pov. na freg. de Sant'Anna, de Orgens, conc. e distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural.

**Ponte do Moiro.** Povoações nas freguezias: O Salvador, de Ceivães, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Barbeita, do mesmo conc. e districto.

**Ponte de Moreira.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Leça do Bailio, conc. de Bouças, distr. do Porto.

**Ponte de Mouriz.** Pov na freg. de S. Paio, de Pico de Regalados, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Ponte da Murcella.** Pov. na freg. de S. Martinho da Cortiça, conc. de Arganil, districto de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

**Ponte de Negrellos.** Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Campo, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Paio, de Moreira de Conegos, concelho de Guimarães, districto de Braga.

**Ponte Nova.** Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Aboim, conc. d'Amarante, districto do Porto. || O Salvador do Mundo, de Almoster, concelho de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Santo André, do Ancêde, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria, de Lalim, conc. de Lamego, distr de Vizeu. || Santa Maria, de Lamas, conc. da Feira, distr de Aveiro. || S. Clemente e conc. de Loulé, districto de Faro || O Salvador, de Monte Cordova, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Eulalia e conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto || S. Miguel, de Rãs, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Maria, de Silvares, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Ponte Nova do Palhal.** Pov. na freguezia de S. Thiago, de Ribeira de Fragoas, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

**Ponte Nova do Sordo.** Pov. na freg. de S. Christovão, de Parada de Cunhos, conc. e distr. de Villa Real.

**Ponte d'Ollo.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Ermello, conc. de Mondim de Basto, districto de Villa Real.

**Ponte do Palhal.** Pov na freg. de S. Vicente, de Branca, conc. de Albergaria-a-Velha, distr. de Aveiro.

**Ponte da Palhota.** Pov. na freg. do S. João Baptista e conc. de Coruche, districto de Santarem.

**Ponte do Panasco.** Pov. na freg. do Salvador e conc. de Sobral do Monte Agraço, districto de Lisboa.

**Ponte de Pau.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Rande, concelho de Felgueiras, districto do Porto.

**Ponte de Pè** Pov. na freg. de S. Miguel, de Refojos de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr de Braga.

**Ponte da Pécha.** Pov. na freg. de S. Paio, de Arcos, concelho de Anadia, districto de Aveiro

**Ponte da Pedra.** Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Atalaia, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Leça de Bailio, conc. de Bouças, distr. do Porto. || O Salvador, de Real, conc. de Amarante, do mesmo districto.

**Ponte Pedrinha.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cin-

tra, distr. de Lisboa. Sobre um ribeiro que corre do norte ao sul, vê-se ainda esta velha ponte, sobre a qual está collocado um arco do aqueducto das aguas livres, que principia em Bellas e se prolonga até Lisboa. O caminho de ferro de Cintra passa proximo de Monte Pedrinha. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro e conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu || S. Pedro, de Lomar, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª dos Córos, de Teixoso, conc. da Covilhã, distr. de Castello Branco. || S. Martinho, de Villa Fria, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Ponte sobre o rio Paiva, muito antiga, onde se deu uma acção no dia 29 d'abril de 1834, entre os liberaes, commandados pelo conde de Villa Flôr, e os realistas, commandados pelos generaes Osorio e José Cardoso. Correu pouco sangue, ficando os liberaes vencedores. V. *Paiva*, n'este vol. pag. 385.

**Ponte do Pégo** Está collocada sobre o rio Tamega, a 3 k. d'Amarante. E' de madeira, e uma das melhores, n'este genero, que existem em Portugal.

**Ponte Penedo** Pov. da freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

**Ponte de Penso**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Bordonhos, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Ponte Pequena** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

**Ponte Pereiro** Pov. na freg. de S. Pedro, de Pedroso, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

**Ponte das Pias**. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Castellões de Cepeda, conc. de Paredes, distr. do Porto. || S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

**Ponte do Porto** Pov. na freg. de S. Thomé, do Prozello, concelho de Amares, distr. de Braga.

**Ponte da Povoa**. Pov. na freg. de N. S.ª da Encarnação, de Ameixoeira, 3.º bairro de Lisboa.

**Ponte do Prado**. V. *Prado*.

**Ponte Quadiz**. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. do Coimbra

**Ponte da Quarteira** (*Joaquim Bernardino de Mendonça, 1.º barão da*). Vice-consul de Hespanha, em Faro, onde fal. a 30 de dezembro de 1884. Foi agraciado com o titulo de barão da Ponte da Quarteira, por decreto de 6 de agosto de 1870. E' hoje barão do mesmo titulo o sr. Joaquim Bernardo Gouveia do Mendonça.

**Ponte da Ranha** Pov na freguezia de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Vinhaes, distr. de Vizeu.

**Ponta da Rata**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Eirol, conc. e distr. de Aveiro. Tem caixa postal.

**Ponte Real**. Pov. na freg. de Santa Eulalia e concelho de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

**Ponte Redonda**. Povoações nas freguezias: S. Martinho e conc. de Cintra, distr. de Lisboa || S. Thiago, de Silvalde, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

**Ponte do Reguengo**. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pontêvel, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

**Ponte da Ribeira**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Chave, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

**Ponte e Ribeira**. Duas povoações reunidas, da freg. de S. Felix, de Gondifellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Ponte do Rol**. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Torres Vedras, distr. e patriarc. de Lisboa; 254 fog. e 1:167 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada no valle do Sizandro, junto do rio d'este nome. O prior da freg. de S. Thiago, de Torres Vedras, apresentava o cura, que tinha 70$000 réis e o pé d'altar. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 1, com a séde em Lisboa.

**Ponte Ruiva**. Pov. na freg. de N. S.ª do Pilar, de Cedros, conc. de Santa Cruz das Flôres, distr. de Horta. Tem est. postal.

**Ponte do Sabor**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção e conc. de Torre do Moncorvo, distr. de Bragança.

**Ponte de Sant'Anna**. Pov. na freg. de S. João Baptista e conc. do Cartaxo, distr. de Santarem.

**Ponte de Santa Margarida**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Filhadella, conc. e distr. de Villa Real.

**Ponte de Santa Maria** (*Antonio Vicente de Queiroz, 1.º barão, 1.º visconde e 1.º conde da*). Marechal do exercito, commandante da 1.ª div. mil., par do reino, gran-cruz das ordens da Torre e Espada e d'Aviz; commendador da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa; condecorado com a cruz da campanha n.º 3 da Guerra Peninsular, e com a medalha da Victoria, etc. N. em Valença a 3 d'agosto de 1794, fal. em Lisboa a 7 de fevereiro de 1868. Era filho do tenente-coronel d'artilharia Luiz José de Queiroz, e de sua mulher D. Rosa Thereza de Araujo; sobrinho de José Joaquim Champalimaud, que, primeiro como commandante do regimento n.º 21 e depois como general, tanto se illustrou na Guerra da Peninsula. Tendo nascido n'uma praça de guerra, e ouvindo constantemente no lar domestico contar as façanhas dos antepassados, influiu-se tanto com a carreira das armas, que em fevereiro de 1809, contando pouco mais do 14 annos de edade, foi alistar-se no corpo de que seu tio era chefe. No mez seguinte as tropas francezas commandadas pelo general Soult entravam em Portugal, e cabendo ao regimento n.º 21 um papel importante n'essa campanha, o joven Queiroz, que mal tivera tempo de aprender a recruta, fez as suas primeiras armas contra o exercito invasor. Reconhecido cadete em 1810 e passando ao batalhão de caçadores n.º 4, viu se de novo vivendo nos acampamentos, marchando dia e noite sem descanço até que nas alturas do Bussaco, onde as forças francezas encontraram as portuguezas a tomar-lhes o passo, o joven cadete recebeu o seu primeiro ferimento, porque no meio dos camaradas, já conhecido e respeitado por bravos e valentes, elle anciava por se tornar conhecido e occupar um dos primeiros logares. Despachado alferes a 6 de junho de 1811, acompanhou o seu batalhão para além da fronteira, e nas acções e recontros que se deram até ao fim da lucta, manifestou sempre o mais decidido va-

lor na batalha da Vitoria de Tolosa, sendo gravemente ferido no ataque do reducto de S. Bartholomeu em S. Sebastião de Biscaya, e na batalha de Nive, e recebendo em premio de tão assignalados serviços o posto de tenente em dezembro de 1812, e a graduação de capitão por proposta de Beresford em julho de 1813, quando não tinha ainda completado 19 annos de edade. Terminada a Guerra Peninsular, Antonio de Queiroz voltou á patria, da qual andára afastado largos annos, e continuou no seu batalhão até que em 1819 foi mandado fazer serviço de major e instruir o regimento de milicias de Vianna do Castello. N'essa commissão permaneceu ainda mesmo depois de ser promovido a major, e tendo sido em 1827 collocado no regimento n.º 21 e tomado parte nas primeiras campanhas em defeza da causa constitucional, emigrou em 1828 para a Galliza, passando d'ali a Inglaterra quando depois da chegada do infante D. Miguel e de vencida a revolução de 16 de maio no Porto, os liberaes se viram forçados a passar a fronteira para escaparem á prisão ou á morte. Acompanhou o general Saldanha na expedição que saiu de Plymouth em janeiro de 1829 com destino á ilha Terceira, e que foi obrigada pelos canhões do cruzeiro inglez a aportar a Brest. Até março de 1832 esteve Antonio de Queiroz em França, e dirigindo-se então novamente para os Açôres, foi collocado no batalhão de caçadores n.º 2, e com elle veiu desembarcar nas praias do Mindello, em julho do mesmo anno. Poucos dias depois da sua chegada ao Porto deu-se a batalha de Ponte Ferreira, e o major Queiroz tanto se distinguiu que foi elevado a tenente-coronel e agraciado com o grau de official da Torre e Espada. Em Souto Redondo tornou a ser ferido gravemente, o que o obrigou a estar algum tempo afastado do serviço activo. Ainda mal restabelecido tomou o commando do batalhão de caçadores n.º 12, para o qual fôra nomeado, e com elle defendeu o districto do Bom Successo e depois o de Campanhã, contribuindo valiosamente para algumas das victorias ganhas nas linhas do Porto, sendo, pelos serviços que então prestou, despachado coronel e agraciado com a commenda de S. Bento de Aviz. Recebendo ordem, em setembro de 1833, para embarcar do Porto para Peniche com o batalhão do seu commando e o regimento de cavallaria n.º 10 afim de inquietar a retaguarda dos miguelistas, assim fez, e depois de pequenos conflictos uniu-se ás tropas do conde de Saldanha, assistiu á tomada de Leiria, tomou parte no combate de Pernes, e commandou na batalha d'Almoster uma brigada composta dos batalhões de caçadores n.º 2 e 12. Foi n'esta acção que se assignalou d'uma fórma verdadeiramente extraordinaria, porque sendo lhe confiada a defeza das alturas entre o Paúl e a Ponte de Santa Maria, onde foi o principal ataque dos miguelistas, illudiu estes a ponto de os deixar passar a ribeira e trepar a encosta para depois, caindo-lhes sobre o flanco e cortando-lhes a retirada os pôr em completa debandada. Esta arrojada operação, que mereceu os mais subidos elogios do general Saldanha, valeu ao coronel Queiroz a commenda da Torre e Espada, e quando depois a rainha D. Maria II conferiu os titulos de nobreza aos officiaes que mais se haviam distinguido nas campanhas da Liberdade, agraciou-o com o titulo de barão da Ponte de Santa Maria, por decreto de 23 de setembro de 1835, commemorando assim esse feito brilhante praticado na batalha de 18 de fevereiro de 1834. Logo em seguida foi com seu batalhão para o norte do reino ás ordens do duque da Terceira, e chegando ao Porto recebeu o commando d'uma brigada em que entravam caçadores n.º 12, infantaria n.º 10 e um batalhão de voluntarios, e com a qual bateu o inimigo em Amarante e Castro Daire. Continuando a fazer parte das forças collocadas n'esse ultimo periodo da campanha sob o commando do duque da Terceira, chegou ao campo da Asseiceira, e ahi no dia em que se travou a ultima batalha entre os dois partidos absolutista e liberal, coube ao coronel Queiroz occupar a direita da linha. Foi exactamente sobre esse ponto que carregou a força do ataque inimigo, e ao meio dia, julgando o duque que o resultado da acção não lhe seria favoravel, mandou dizer ao coronel Queiroz, pelo official do estado maior Adrião Accacio da Silveira Pinto, que engatasse a artilharia e se preparasse para retirar. Ao ouvir esta ordem, o denodado coronel, que tinha um unico pensamento, o de vencer o adversario sem lhe importar com a perda da vida, firmou se nos estribos, e respondeu arrogantemente: «diga ao general que aqui não se engata nem se desengata, e que ou havemos de ir para a frente ou ficaremos aqui todos.» O marechal deu então ordem ao coronel Lemos, depois visconde de Leiria, para operar um movimento de flanco com alguns corpos da extrema esquerda, e sendo esta manobra coroada de feliz exito e sustentando Queiroz os repetidos embates da cavallaria realista até esta perder o seu chefe o coronel Puiseux, em poucas horas os soldados de D. Miguel estavam em debandada, e dentro em poucos dias ajustava-se a convenção de Evora-Monte que poz termo á guerra civil. Elevado então ao posto de brigadeiro e encarregado do com-

Conde da Ponte de Santa Maria

mando militar da provincia do Minho, foi ainda em 1834 nomeado chefe d'uma brigada do exercito de observação que se formou n'essa epoca, e que no anno seguinte veiu a transformar se na força que de Portugal foi a Hespanha defender D. Izabel II contra D. Carlos. Tendo exercido por alguns mezes o commando em chefe d'essas tropas durante a ausencia do viscoude de Reguengo, voltou depois a tomar conta da brigada que se organisou em Vizeu, e em fins de dezembro de 1835 reassumiu o commando supremo da divisão auxiliar, e entrou em Hespanha indo estabelecer o seu quartel general em Zamora, onde se conservou até aos primeiros dias de julho. Invadindo então o cabecilha Gomez as Asturias, operou o barão da Ponte de Santa Maria, de accordo com os generaes Espartero, Manso e Latro para cortar o passo ao inimigo e guardar a nossa fronteira até que, adoecendo gravemente, se viu forçado a entregar o commando ao barão das Antas, e a recolher a Portugal em meados de agosto de 1836. Voltando, depois de restabelecido, a exercer o governo da praça de Valença para que fôra nomeado em junho de 1835, esteve depois encarregado do commando da 5.ª, 8.ª e 3.ª divisões militares, e achando-se no desempenho d'estas ultimas funcções em janeiro de 1842, contribuiu muito para a restauração da Carta Constitucional na cidade do Porto. Sendo encarregado da inspecção dos corpos de infantaria em 1844, foi exonerado d'essa commissão pelo ministerio que se organisou em maio de 1846, e acompanhando em outubro o duque da Terceira ao Porto depois do golpe de estado, esteve preso no castello da Foz e na cadeia da Relação até que pela convenção de Gramido pôde voltar a Lisboa e reassumir o seu cargo de inspector. Tendo sido promovido a marechal de campo em 1837, agraciado com os titulos de viscoude e de conde, por decreto de 10 de março de 1842 e com os arminhos de par do reino tambem n'esse anno, foi mais tarde elevado a tenente general, e estava em 1850 inspeccionando um dos corpos da Beira, quando em abril de 1851 rebentou o movimento da Regeneração. Seguindo o partido do governo, esteve depois da victoria do duque de Saldanha afastado da vida publica até dezembro de 1852, em que foi nomeado commandante da 1.ª divisão militar, commissão que exercia ainda quando falleceu em 1868. Durante este ultimo periodo da sua vida, foi o conde da Ponte do Santa Maria commandante em chefe de exercito alguns mezes em 1856 durante a ausencia do duque de Saldanha, e depois desde que este general em 1857 pediu a exoneração até setembro de 1859, em que foi extincto esse elevado cargo militar. Em outubro de 1862 foi promovido a marechal do exercito para o logar que deixára vago o duque da Terceira, e que até então se não preenchera, declarando o decreto da nomeação que esse subido posto lhe era conferido em attenção aos serviços militares que tinha prestado por mais 53 annos tanto na guerra da independencia nacional como na restauração do throno e das liberdades patrias, durante a qual exerceu commissões importantes entrando em muitos combates, em que por differentes vezes foi ferido, e a ter exercido durante alguns annos o cargo de commandante em chefe do exercito.

**Ponte de S. Paulo.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Espite, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem.

**Ponte de S. Simão** Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, de Aguda, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

**Ponte de S. Thomé.** Pov. na freg. de S. Thomé, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

**Ponte de S. Vicente** Pov. na freg. de S Vicente do Paúl, concelho e districto de Santarem.

**Ponte de Sôr.** Villa da prov. do Alemtejo, séde de conc. e de com., distr. e bisp. de Portalegre, Relação de Lisboa. Tem uma só freg., S. Francisco, e está situada n'uma planicie agreste na margem direita do rio Sôr, a 50 k. da capital do distr. O tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha 40$000 réis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, e foi cidade romana com o nome de *Matusarum*. Ficava nas margens da 3.ª via mil. romana, que de Lisboa se dirigia a Merida, por Benavente, Alter do Chão e Ponte de Sôr, segundo o *Itinerario de Antonino Pio*, e da qual ainda restam alguns marcos milliares, com inscripções latinas disseminadas pelos mattos. El-rei D. Manuel elevou a pov. á categoria de villa, e deu-lhe foral, em Lisboa, a 29 d'agosto de 1514. O rio Sôr é aqui atravessado por uma grande poute de pedra e ferro, que é uma das mais importantes obras d'arte do caminho de ferro de Lesto. Tem em cada um dos extremos, assentes sobre as margens, encontros de cantaria, apoiando-se no centro tão sómente, apezar da sua extensão, sobre dois pilares tubulares de ferro fundido, emparelhados e ligados entre si, por grossas linhas de ferro. Apezar dos dois grandes vãos entre os pilares e os encontros, é de grande solidez, sem que as maiores cheias lhe tenham causado o minimo abalo. O nome de Ponte de Sôr é derivado do rio e d'uma grande ponte de pedra que os romanos haviam construido. O primitivo orago da freg. foi N. S.ª da Torre, assim chamada por causa d'uma torre edificada junto da egreja. Até 1834 teve Ponte do Sôr uma companhia de ordenanças pertencentes á capitania-mór de Abrantes. A villa pertence á 4.ª div. mil, 7.ª brigada, grande circumscripção mil. sul, e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes. Tem est. no caminho do ferro de leste, entre as de Bemposta e Torre das Vargens; agencias dos bancos de *Portugal*, *Economia Portugueza*, *Lisboa & Açôres;* agentes das companhias de seguros *Fidelidade*, *Internacional*, *União*, *Argus* e *Popular;* seguros de vidas, *La Phenix*; fabrica de azeite; est. telegr.-post., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras e vales; escolas d'ambos os sexos, hospedarias, medico, pharmacias, Misericordia e hospital, notario, sub-delegado de saude, *Club Pontesorense Vaz Monteiro*, sollicitadores, feira nos dias 4 e 6 de outubro, de gado, de queijos, cereaes, cortumes, fazendas e quinquilherias; e a 15 de janeiro de gado suino; romaria a 15 d'agosto a N. S.ª dos Prazeres, a 4 k. de distancia. A villa é fertil em cereaes, gado e caça grossa e miuda, mel e cêra. O conc. comprehende 3 freguezias com 1:914 fog. e 7:923 hab., sendo 4:011 do sexo masc. e 3:912 do fem, n'uma superficie de 51:761 hect. As freguezias são: S. Lourenço,

de Galveias, 1708 hab.: 776 do sexo masc. e 932 do fem.; Santo Ildefonso, de Montargil, 2:388 habitantes: 2:270 do sexo masc. e 4:118 do fem.; S. Francisco, de Ponte do Sôr, 3:827 hab.: 1:965 do sexo masc. e 1:862 do fem. O principal commercio do concelho é gado suino, azeite, cortiça e cereaes.

**Ponte do Sôtão**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Goes, conc. e distr. de Coimbra. Tem caixa postal.

**Ponte do Tabuado**. Pov. na freg. de S. Luiz, de Pias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

**Ponte das Taboas**. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Fornos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Ponte de Telhe**. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

**Ponte de Ucanha**. Pov. na freg. de Santa Magdalena, de Gouveães, conc. de Tarouca, distr. de Vizeu.

**Ponte de Vagos**. Pov. na freg. de S. Thiago, e conc. de Vagos, distr. de Aveiro.

**Ponte do Valle**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Ribeiros, concelho de Fafe, distr. de Braga.

**Ponte do Vão**. Pov. na freg. do Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Ponte da Varzea**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sediellos, conc. de Peso da Regua, distr. de Villa Real.

**Ponte da Veiga**. Povoações nas freguezias: Santa Margarida, de Povoa de Penella, conc. de Penedono, distr. de Vizeu. || S. Pedr , de Riba de Moiro, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Rio Caldo, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga. || S. Pedro Fins, de Torno, conc. de Louzada, distr. do Porto.

**Ponte Velha** Povoações nas freguezias: O Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria || S. João Baptista, de Caldas do Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Miguel, de Foz d'Arouce, concelho de Louzã, distr. de Coimbra. || Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santo Antonio, de Rapoza, conc. d'Almeirim, distr. de Santarem.

**Ponte de Villa Chã**. Pov. na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

**Pontéga**. Ribeira do distr. de Evora. N. na freg. de Arrayollos, corre na direcção NO, tem ponte na estrada do Vimieiro, e entra na ribeira de Tera a SE de Paiva, com 7 k. de curso.

**Pontegãos ou Pontegães**. Pov. na freg. de S. Paio, de Carvalhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Ponteira**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Paradella, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || Monte, da prov. de Traz-os-Montes, perto da pov. de Ponteira. Tem 8 k. de comprimento, e é constituido de penhascos, a que dão o nome de *Roca rocha*, e alguma terra arida e sem vegetação.

**Pontelha**. Povoações nas freguezias: S. Felix, de Candomil, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Viauna do Castello. || S. Romão, de Neiva conc. e distr. de Viauna do Castello.

**Pontelhas**. Pov. na freg. de S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

**Pontelhos**. Pov. na freguezia de S. Miguel, de Roriz, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

**Pontemieiro**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro.

**Pontena**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Villarinho do Bairro, concelho de Anadia, distr. de Aveiro.

**Pontes** *(Fr. Francisco da Madre de Deus)*. Religioso da ordem reformada de S. Francisco, da provincia da Arrabida. N. em Lisboa, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Professou em 1737; foi mestre de Theologia na sua provincia, e teve fama de grande prégador. Depois da sua morte publicou-se: *Sermões do P. M. Fr. Francisco da Madre de Deus Pontes*, etc., *dados á luz por um seu discipulo, filho da mesma provincia*, Lisboa, 1798, 2 tomos. Sairam depois em continuação 3 tomos, em 1799 e 1800; *Sermões do editor dos dois tomos dos Sermões do R P. M. Fr. Francisco da Madre de Deus.*

**Pontes**. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Purificação, de Seissa, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem || S. Miguel, de Creixomil, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, conc. e distr. de Faro. || S. Thiago, de Fontão, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Ilha de Santa Maria; S. Pedro, conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || S. Martinho, de Sande, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || N. S.ª da Piedade, de Santo Quintino, conc. de Sobral de Monte Agraço, distr. de Lisboa. || S. Verissimo, Tamel, concelho de Barcellos, districto de Braga.

**Pontes de Anobra**. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Anóbra, conc. de Condeixa-a-Nova, distr. de Coimbra.

**Pontes de Cadima**. Pov. na freg. de N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

**Pontesinha**. Pov. na freg. de S. Cypriano, concelho de Rezende, distr. de Vizeu.

**Pontesinhas**. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Aveleda, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Panoias, conc. e distr. de Braga.

**Pontével** *(D. Elvira Maria de Mendonça e Vilhena, condessa de)*. Dama da rainha D. Luiza de Gusmão, mulher de D. João IV. N. em 1627, fal. a 30 de dezembro de 1718. Era filha de D. João de Sousa da Silveira, alcaide-mór de Thomar, mestre de campo da provincia do Alemtejo, governador das armas da de Traz-os Montes, védor da casa da rainha D. Luiza de Gusmão, presidente do senado da camara; e de sua mulher D. Archaugela Maria de Vilhena. D. João de Sousa da Silveira fal. a 16 de junho de 1664. O titulo de condessa de Pontével foi concedido a D. Elvira de Vilhena, por carta de D. Affonso VI de 15 d'abril de 1662, quando recebeu a nomeação de dama de honor para acompanhar a Inglaterra a infanta D. Catharina, filha de D. João IV, para

casar com o rei Carlos II. Casou com D. Nuno da Cunha e Athaide *(V. o artigo seguinte)*. Tendo enviuvado em 1696, fundou á sua custa a egreja da Encarnação, onde foi sepultada com seu marido. *(V. Encarnação, Portugal*, vol. III, pag. 141 e seguintes*)*. No cartorio da irmandade do Santissimo da referida egreja existe archivado um precioso manuscripto, feito em 1814, sobre a genealogia da condessa e do conde de Pontêvel, historiando a fundação e reedificação da egreja.

**Pontêvel** *(D. Nuno da Cunha e Athaide, conde de)*. Estribeiro-mór da infanta D. Izabel, filha de D. Pedro II, general d'artilharia, governador das armas da provincia da Beira, e governador e capitão general do Algarve; presidente do senado da camara de Lisboa, das juntas do commercio e do tabaco, e do conselho de guerra. Fal a 10 de fevereiro de 1696. Era filho de Tristão da Cunha e Athaide, 9.º senhor dos concelhos de Povolide, Castro Verdo e Paradella, commendador de S. Cosme de Gondomar, e de S. Matheus, de Soure, na ordem de Christo, senhor do morgado de Athouguia, e padroeiro de S. Pedro de Povolide, e de Santa Maria de Trancoso, casado com D. Antonia de Vasconcellos. D. Nuno da Cunha e Athaide foi um dos fidalgos da revolução de 1 de dezembro de 1640, e fez a guerra da acclamação, distinguindo se em varios combates, na prov. do Minho, em 1658. Casou com D. Elvira Maria de Mendonça e Vilhena; sendo nomeado para acompanhar a Inglaterra a infanta D. Catharina, teve a mercê do titulo de conde de Pontêvel, na mesma data de 15 de abril de 1662, em que sua mulher recebeu egual mercê, pela sua nomeação de dama de honor da mesma infanta, e do encargo de tambem a acompanhar a Inglaterra. D. Pedro II, sendo regente do reino, em attenção aos grandes serviços prestados por estes fidalgos, lhes concedeu, por alvará de 30 de outubro de 1677, o titulo em mais uma vida, para o filho que d'elles nascesse, porém d'esse matrimonio apenas houve uma menina, que falleceu de tenra edade. D. Pedro II, tambem em 1688 nomeou o conde de Pontêvel embaixador extraordinario para conduzir de França para Portugal a rainha D. Catharina, já viuva de Carlos II de Inglaterra; não teve effeito, porém, porque aquella senhora sómente regressou em 1693. O brazão dos condes de Pontêvel, titulo já de ha muito extincto, é um escudo com as armas dos Cunhas: Em campo de ouro nove cunhas de azul em tres palas; timbre, um gripho nascente de ouro, com cunhas de azul e azas de azul com cunhas de ouro.

**Pontêvel.** Pov. e freg. de N. S.ª da Purificação, da prov. da Extremadura, conc. e com. do Cartaxo, distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 622 fog. e 2:682 hab. Está situada entre as villas d'Azambuja e do Cartaxo. Foi uma importante commenda da ordem de Malta, e por isso gozava os grandes privilegios dos caseiros d'esta ordem. O commendador de Malta apresentava o vigario, que tinha 150$000 réis de rendimento. Como freguezia, comprehende Pontêvel, além da pov., os casaes dos Lagartos, dos Penedos, e do Ouro, ou da Amendoeira. Dista 5 k. da séde do concelho, e está ligada por meio de estradas a muitas povoações limitrophes, como Aveiras de Cima, Aveiras de Baixo, Azambuja, Ereira, e outras. e á estação de Reguengo na linha do caminho de ferro do norte, por uma estrada de 7 k., cujos trabalhos de construcção fôram inaugurados solemnemente com as maiores demonstrações de regosijo no dia 9 de abril de 1888. A construcção d'esta estrada deve-se á influencia do então ministro da fazenda, o conselheiro Marianno Cyrillo de Carvalho, e como preito de gratidão publica, foi dado o seu nome a um largo arborisado na povoação. Pontêvel tem escola primaria official para ambos os sexos, est post, duas pharmacias, medico, sociedade philarmonica, intitulada *Incrivel Pontêvelense*, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa. Pontêvel, outr'ora tão falada, é

Pontêvel—Vista geral

actualmente uma povoação muito esquecida. A'cêrca da sua origem nada se póde averiguar, pois só começa a ser mencionada no tempo de D. Affonso Henriques, como commenda da ordem de Malta, de S. João de Jerusalem, ou do Hospital, com o nome de *Ponteval*, nome por que é designada até ao reinado de D. Affonso IV. Segundo a tradição popular, foi a rainha Santa Izabel quem assim designou a povoação, pois passando por este logar, ainda pouco cultivado, dissera a *Ponte no Valle*, e d'ahi querem derivar *Ponteval*, que o decorrer dos tempos corrompeu em *Pontével*. Que o nome venha da ponte n'um valle parece razoavel, mas que fôsse posto pela referida rainha é que não tem fundamento, porque Ponteval já existia no principio da mouarchia. Depois da tomada de Santarem aos moiros em 1147, D. Affonso Henriques aproveitou o auxilio dos cruzados, cujas armadas acossadas pelas tempestades vieram procurar abrigo no Tejo, para o ajudarem na conquista de Lisboa, depois do que alguns d'estes cruzados se estabeleceram em Athouguia, Lourinhã e Villa Verde dos Francos. Continuando D. Affonso Henriques a ser ajudado pelos religiosos da ordem do Hospital, da mesma fórma ia enriquecendo aquella ordem, e assim se póde conjecturar que depois da conquista de Santarem, désse aos religiosos hospitalarios a egreja de S. João d'Alporão, que tinha sido mesquita dos moiros, como cabeça e titulo d'uma commenda, unindo-lhe Pontével e as suas annexas Ereira e Lapa, ficando uma das principaes commendas da ordem de Malta n'este reino, conhecida como *commenda de Pontével*, por ser onde os commendadores tinham residencia, celleiros, adega e armazem. D. Sancho I deu o primeiro foral á povoação, em dezembro de 1194. Houve segundo foral e doação feita pelo mesmo soberano aos *francos* de Villa Verde e da Lourinhã a 20 de fevereiro de 1195, junto a Obidos. Esta doação presuppõe um incremento de população mais rapido do que poderia resultar do seu desenvolvimento natural; e assim se julga, que esses municipios haviam augmentado com aventureiros, que vinham buscar melhor fortuna n'este paiz hospitaleiro. Na verdade, foi no reinado de D. Sancho I que a ordem de Malta deveu a melhor parte e principio da commenda de Pontével e suas annexas. Por carta passada em Santarem no anno de 1218, confirmou D. Affonso II a doação que D. Sancho I fizera a Pontével aos francos, mandando dar a oitava parte de todo o pão, vinho e linho à albergaria de Pontével, onde tambem existia um hospital da ordem padroeira desde o principio da commenda, adquirindo e possuindo bens, e o direito de receber em Pontével *terços*, *quintos e oitavos*, adquiridos pela ordem, não como direitos reaes, mas como direitos dominicaes, em resultado de diversos contratos e emprazamentos. Em 24 de julho de 1309, el-rei D. Diniz deu a albergaria do Cartaxo a Martim Netto, morador em Pontével, *por serviço que lhe fez, para que a povõe, e faça povoar de quantos povoadores ali puderem caber, e puder haver, e que tenha e haja os fructos e direitos da dita doação em sua vida, e que mantenha essa albergaria de leitos e roupas em que durmam os pobres* Tambem no reinado de D. Diniz falleceu em Lisboa Bartholomeu Joannes, com testamento datado de 28 de novembro de 1324, em que se encontra, entre outras disposições humanitarias e previdentes o legado de 150 libras para se fazer uma ponte no rio de Pontével, que é o caminho publico que vae para Santarem, entre Aveiras e Cartaxo. A libra no tempo de D. Affonso III e de D. Diniz, era uma moeda que valia 576 réis. Bartholomeu Joannes era um nobre e honrado cavalleiro, amigo e companheiro de D. Diniz; foi o que instituiu na sé de Lisboa a capella de S. Bartholomeu, e n'ella tem o seu tumulo. Em Pontével se uniu D. Nuno Alvares Pereira ao seu irmão primogenito, o prior do Crato D. Pedro Alvares Pereira, indo depois para Santarem, onde souberam da morte do conde de Andeiro, a 6 de novembro de 1383. O prior do Crato era do partido de Castella, mas D. Nuno, á força de razões e promessas, conseguiu trazel-o ao partido nacional, e partiram logo para Lisboa, mas chegando a Pontével D. Pedro fugiu, indo reunir-se aos castelhanos. Em 20 de outubro de 1475, D. Affonso V doou a D. Joanna, donzella da casa da rainha, os *quartos do linho* de Pontével, como os havia tido já sua mãe, D. Thereza. Pontével foi patria de dois varões notaveis: Matheus Peixoto Barreto, grande genealogista, que fundou na propria casa em que nascera, o recolhimento de Porta Coeli, dedicado a S. Damaso, em cuja capella foi sepultado. Em 1835, do recolhimento e da capella só existiam as paredes em ruinas. (V. *Portugal*, vol. II, pag. 166). O outro foi Fr. Manuel da Encarnação, da ordem de S. Domingos, provincial da ordem e reitor do collegio de Santo Thomaz, de Coimbra (V. *Portugal*, vol. III, pag. 139). D. João VI, por carta de 23 de dezembro de 1816 fez mercê ao 1.º visconde de Santarem, João Diogo de Barros Leitão, dos oitavos de Pon-

Pontével—Egreja matriz

tével. Por morte do illustre titular, seu filho, o 2.º visconde do mesmo titulo, Manuel Francisco de Barros e Sousa do Mesquita de Macedo Leitão Carvalhosa, requereu a mercê dos bens da corôa e a alcaidaria mór de Santarem, o que lhe foi concedido por carta de 17 de novembro de 1818, tambem a posse e fruição dos *oitavos* de Pontével, Ereira, Lapa e Fogaças de D. Belida, por seu tempo de um anno, como seu pae havia possuido. A egreja matriz de Pontével é dos primeiros tempos da monarchia. A apresentação mais antiga, de que ha memoria, é a do parocho Pedro Fernandes, em 16 de junho de 1302, por D Garcia Martins, prior da ordem de Malta em Portugal, e confirmada pelo bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães. A antiga egreja foi reconstruida no seculo XVII, devendo-se essa reconstrucção ao commendador de Pontével Antonio Botto Pimentel, que falleceu em Pontevel a 3 de novembro de 1614, sendo sepultado no centro da capella mór. A egreja é d'uma só nave, revestida interiormente de bellos azulejos. Tem altar mór e 4 lateraes, e um pulpito do lado da Epistola. O altar é de talha dourada, com um retabulo, representando a Apresentação da Virgem no templo; vêem-se ali as imagens de N. S.ª da Purificação, padrocira; Santo Antonio e S. Francisco. Os 4 altares lateraes são, do lado da Epistola, dedicados ao Santissimo e Senhor Jesus; do lado do Evangelho, N. S.ª do Rosario e S Miguel. A capella do Santissimo era antigamente dedicada ao Espirito Santo, e chamada *capella dos Negrões*, o que indica ter sido, talvez, o seu fundador algum homem de appellido *Negrão*. Em 1866 procedeu-se a importantes concertos na egreja, por iniciativa do prior Antonio Luiz Pinto de Carvalho, auxiliado por muitos parochianos, sendo tambem restauradas as pinturas. Tanto no corpo da egreja como na capella-mór ha sepulturas com os seus epitaphios, alguns já difficeis de se lêrem. A torre tem tres sinos, com as seguintes inscripções:

Pontével—Ermida de Nossa Senhora do Desterro

1.º—*Antonio Manuel o fez no anno de 1793.*

2.º—*Feito por Antonio Fernandes Amadeu, em 1810.*

3.º— *Joaquim Sarrilhos de Campos fez em 1816.*

A irmandade do Santissimo tem o seu Compromisso approvado em 1799 pelo patriarcha D. José Francisco Miguel Antonio de Mendonça O altar da Senhora do Rosario teve irmandade, que foi extincta em 14 de janeiro de 1849. O altar de S. Miguel, ou das Almas, tem irmandade muito antiga. Teve compromisso tão antigo, que, em 17 de dezembro de 1512, o tabellião de Santarem, na presença do vigario geral, deu traslado d'elle, por se achar *escripto em pergaminho apagado e rôto*. A irmandade tem novo compromisso com a data de 28 de novembro de 1869, e approvado por alvará do governador civil de Santarem, de 1.º d'agosto de 1871. A ermida de N. S.ª do Desterro foi primitivamente da invocação do Espirito Santo, e parece ser construcção manuelina pelo seu portal ser de architectura d'aquella epoca. Tem o altar-mór e 2 altares. No seculo XVII soffreu reconstrucção, e em uma baucada de madeira, que se vê á entrada, está a data de 1635. Na portaria havia o caracteristico alpendre do seculo XVII sobre 6 columnellos, o qual foi derrubado em 25 de junho de 1888, havendo n'essa occasião violentos protestos e reclamações que fomentados pelo prior, tomaram tal attitude, que foi preciso a intervenção da autoridade do districto para lhe pôr termo, completando-se finalmente as obras em 8 d'agosto do mesmo anno. O povo da povoação é muito devoto da imagem da Senhora do Desterro, e annualmente, em agosto ou setembro, fazem a festa com procissão, arraial, musica e fogo d'artificio, á qual concorre muita gente dos logares visinhos. Pontével é fertil em cereaes, legumes, e algum azeite, mas a principal producção é a do vinho, que sóbe a alguns milhares de pipas. A povoação soffreu muito com a invasão franceza em 1807. Tinha antigamente 2 juizes da vintena, sujeitos á camara de Santarem. Pontével é abundante d'aguas, e passa aqui o rio da *Fonte*, ou de *Cadavaes*, ao qual se junta o ribeiro de *Agua Travêssa*. Dá-se o nome de *Fonte*, por ter perto a fonte publica, com 3 bicas, construida em 1866 pela camara do concelho. Sobre o rio, proximo da fonte e da ermida do Desterro, está uma ponte d'um só arco de volta inteira, de construcção antiga. Suppõe-se com bons fundamentos que seja esta a ponte feita com o legado das 150 libras de Bartholomeu Joannes. Os enterramentos em Pontével faziam-se desde a primitiva no terreno em volta da egreja matriz. Em 23 de dezembro de 1872 foi intimada a junta de parochia para mandar proceder á construcção d'um novo cemiterio, fóra da povoação. No 1.º de março de 1883 fez-se o primeiro enterramento no novo cemiterio Impunha-se desde logo o desaterro do cemiterio antigo, que era cercado d'um muro com tres entradas sem resguardo algum, exposto a todas as irreve-

rencias, e em terreno mais elevado que o pavimento das ruas adjacentes ao adro da egreja; 17 annos depois, a junta de parochia, a 5 de novembro de 1900, com approvação das autoridades superiores, inaugurou os trabalhos d'este tão importante melhoramento, mandando demolir os muros e proceder ao desaterro e extracção das ossadas, as quaes fôram depois religiosamente trasladadas ao cemiterio, em 3 de junho de 1901. Sobre Pontével escreveu o sr. José Joaquim d'Ascensão Valdez um folheto, que publicou em 1874, intitulado *Noticia historica e descriptiva da antiga villa hoje logar de Pontével.* (V. *Portugal*, vol. I, pag. 790) *O Seculo* de 22 de setembro de 1901 e o extincto jornal *O Diario*, publicaram artigos illustrados ácêrca de Pontével.

**Pontido** *(Castello de)*. Antiquissima fortaleza que existiu no concelho de Villa Pouca de Aguiar, na provincia de Traz-os-Montes. Foi de grande importancia nos primeiros tempos da monarchia, e ainda no seculo passado se viam vestigios, restando apenas alguns muros desmantelados. A construcção do castello de Pontido é attribuida aos antigos lusitanos, mas ignora-se a data da fundação. Era tambem chamado *castello d'Aguiar da Pena*, ou simplesmente *castello d'Aguiar*. Em 112- era senhor do castello de Pontido, ou, pelo menos, seu alcaide-mór, o rico-homem D. Gonçalo de Sousa, genro do grande Egas Moniz e senhor da Terra de Sousa. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Bouro, conc. de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel, de Caçarilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S Bento, de Pedroido, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Santa Maria, do Prado, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Pedro, de Queimadella, conc. de Fafe, do mesmo distr. || O Salvador, de Tellões, conc. de Villa Pouca d'Aguiar, distr. de Villa Real.

**Pontidos**. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Cypriano, de Refontoura, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

**Pontinha**. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Arosa, conc. de Guimarães, distr de Braga. || S. Lourenço, de Celleirós, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Miranda, concelho de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Ponta situada na costa E da ilha de S. Jorge, Açôres.

**Pontinhas**. Pov. na freg. de S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Pope**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Silva Escura, conc de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

**Popo Angola**. Sobado da 1.ª div. da freg. de S. Joaquim, no conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental. E' composto de 7 povoações.

**Popoto**. Pov. da 7.ª div. (Pedras) do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Populo**. Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. de Traz os Montes, conc. e com. d'Alijó, distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 112 fog. e 520 hab. Tem esc. do sexo fem. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita do rio Tinto. O cabido de N. S.ª da Oliveira, de Guimarães, apresentava o cura, que tinha de rendimento 40$000 réis e o pé d'altar. N'esta freg. ha a egreja de N. S.ª do Populo, que deu o nome á freg. Foi primitivamente uma ermida, cuja data da fundação se ignora. Em redor d'ella fôram-se construindo casas, e assim se deu principio á freguezia. Suppõe-se que a imagem da padroeira foi feita na Italia, pela de N. S.ª do Populo que se venera junto á Porta Flaminia, em Roma, no convento dos eremitas de Santo Agostinho, da congregação da Lombardia. Junto á egreja existiu um castello chamado da *Touca rôta*, cuja fundação se attribue aos antigos lusitanos, mais de 200 annos antes da era christã. Populo pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real.

**Poque**. Pov. do sobado de Calla Canambua, na freg. de S. Joaquim, 2.ª div. do conc. de Golungo Alto, distr. de Loanda, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Porão**. Pov. na freguezia de S. Miguel, de Rebordosa, concelho de Paredes, districto do Porto.

**Porastem**. Pov. do concelho de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

**Porca**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, no conc. de Ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Porcalho** *(Vasco)*. Cavalleiro do seculo XV. Era commendador da ordem de Aviz, e mostrava-se muito affecto ao mestre, que foi depois rei com o nome de D. João I. A rainha D. Leonor Telles, quando o mestre d'Aviz foi preso por insinuação sua e ordem d'el-rei D. Fernando I, querendo mostrar-se, depois do mestre ter sido posto em liberdade, muito innocente n'esse acontecimento, aproveitára ao mesmo tempo a occasião para intrigar com o mestre os cavalleiros da sua ordem, e disse-lhe que desconfiasse sobretudo de Vasco Porcalho. O mestre riu-se, e pelo contrario ficou ainda mais affeiçoado a Vasco Porcalho do que fôra até então, affecto que nunca se desmentiu, nem quando o procedimento de Vasco Porcalho pareceu justificar as insinuações de D. Leonor Telles. Effectivamente, em 1381 era alcaide de Villa Viçosa, e parecia muito mais disposto a sustentar a causa do estrangeiro do que a do mestre de Aviz. O povo, desconfiando d'isso mesmo, quiz prendel-o, mas Vasco Porcalho appellou para o mestre, e veiu a Lisboa. D. João acolheu o perfeitamente, e restituiu-lhe a alcaidaria de Villa Viçosa. O povo acolheu-o com respeito pelas ordens do Defensor do reino, mas com desconfiança. Esta era perfeitamente justificada, porque apenas tomou posse do castello, Vasco Porcalho mandou chamar secretamente os castelhanos, e arvorou a bandeira de D. Beatriz. Depois defendeu se energicamente contra D. Nuno Alvares Pereira, e afinal quando a causa do Mestre triumphou definitivamente, refugiou-se em Castella.

**Porcalhota**. Pov. na freg. de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, pertencente ao conc. de Oeiras Ha aqui uma capella dedicada a N. S.ª da Conceição, da Lapa. Tem est. post. e est. no caminho de ferro de Cintra, entre a de Queluz-Bellas e o apeadeiro da Damaia. A pov. da Porcalhota, ficou chamando-se *Amadora* por decreto de 28 de outubro de 1907, substituindo-se tambem o nome

da est. do cam. de ferro. Esta pov. tem-se desenvolvido muito para o O, havendo ahi um novo bairro no sitio denomiuado Alto da Venteira. Na Porcalhota construiu a camara municipal de Lisboa em 1850 um chafariz com duas bicas, a pedido dos habitantes. A camara approvou o projecto em 20 de julho de 1849, sendo o chafariz feito em cima da abobada do Aqueducto das Aguas Livres, na entrada da Azinhaga do Bosque, e á ilharga da quinta do commendador João Galvão Mexia de Sousa Moura Telles e Albuquerque, que embargou a obra, como refere Velloso de Andrade na sua *Memoria sobre chafarizes*, etc, mas a qual se concluiu em 29 de outubro de 185 , correndo a primeira agua n'esse dia, aos 25 minutos da tarde, na presença de varias pessoas influentes, cujos nomes se encontram citados na referida *Memoria*. Desde a tomada da agua até á quina da Ermida da Lapa, onde se encontrava uma clara-boia, se aproveitaram para o encanamento 180 palmos de um antigo desaguadouro do aqueducto das Gallegas, o desde a dita esquina se fez um encanamento de chumbo. Na columna do chafariz se collocaram as armas da cidade, e por baixo C. M. 1850.

**Porção** Pov. na freg. de Sauta Maria, de Borba da Montanha, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

**Porcariça**. Pov. e freg. de N. S.ª da Conceição, da prov. do Douro, conc e com. de Cantanhede, distr. e bisp. de Coimbra; 227 fog. o 829 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, pharmacia e correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada que vae de Cantanhede para Oliveira do Bairro. O cabido da sé de Coimbra apresentava e cura, anuual, que tinha 180$000 réis. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. o res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Povoações nas freguezias: Santo Isidoro, conc de Mafra, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Luz, de Maceira, conc e distr. de Leiria. || N. S.ª da Encarnação, de Olhalvo, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Miguel, de Cardozas, conc. de Arruda dos Vinhos, do mesmo districto.

**Porcas**. Pov. e freg. de S. Silvestre, da prov. da Beira Baixa, conc., com., districto e bisp. da Guarda; 162 fog. e 703 hab. Tem correio com serviço de posta rural, e dista 5 k. da séde do conc. Está situada na estrada da Guarda a Vallelhas, a 5 k. da margem direita do rio Mondego. O cabido da sé da Guarda apresentava o prior, que tinha 80$000 réis e o pé d'altar. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: Santa Barbara, de Souto Maior, conc. de Trancoso, districto da Guarda. || S. Pedro e conc. de Trancoso, do mesmo districto.

**Porcas de Baixo e de Cima**. Duas povoações na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Porcelhe**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Arcozello das Maias, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

**Porches**. Pov. e freg de N. S.ª da Encarnação, da prov. do Algarve, conc. do Lagôa, com. de Silves, distr. de Faro, bisp. do Algarve; 294 fog. e 1:505 hab. Tem esc. do sexo fem. e estação post. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada n'um outeiro, a 2 k. do mar, na estrada real de V. N. de Portimão a Faro. O bispo apresentava o cura, que tinha 120$000 réis de rendimento. Foi villa e cabeça d'um julgado, e teve um forte castello, do qual D. Affonso III fez doação a D. Estevão Annes, seu chanceller, em fevereiro de 1252, juntamente com suas egrejas e outras terras e rendas, em Faro e n'outras partes do Algarve. El-rei D. Diniz lhe deu foral, em Lisboa, a 20 d'agosto de 1286, que D. Pedro I confirmou. El-rei D. Fernando mandou reunir o julgado de Porches ao termo de Silves, por carta regia de 30 de janeiro de 1370. Assim perdeu a sua autonomia e o titulo de villa. Em 1755 era ainda uma pov. importante, mas o terremoto do dia 1.º de novembro d'esse auno lhe destruiu 238 casas e parte da egreja matriz, que pouco depois foi reparada. A maior parte da freg. está espalhada por casaes, entre vinhas, figueiraes, olivêdos, amendoeiras, alfarrobeiras e searas de trigo e centeio. O primitivo assento d'esta pov. era a E a k. de distancia, e 3 ao N da capella de N. S.ª da Rocha, no sitio ainda hoje chamado Porches Velho. Aqui existiu um castello, do qual apenas resta vestigios, assim como da antiga villa. A' antiga pov. é que foi dado o foral, e ali se tem encontrado algumas sepulturas antigas e alicerces de edificios A capella de N. S.ª da Rocha está dentro da fortaleza, que fica n'uma ponta de terra que se mette pelo mar, a uns 150 m. A fortaleza foi construida sobre um rochedo, d'onde vem o nome á imagem. Consta que é construcção d'el-rei D. Diniz, não só para defeza da capella, que já então existia, como para defender os povos d'estes sitios das frequentes entradas dos moiros africanos, que vinham aqui saquear e captivar. A capella é grande, muito antiga, mas ignora-se quem a construiu. E' tradição que a imagem da padroeira foi achada sobre a rocha, onde logo se lhe construiu uma ermida, que mais tarde se reedificou, ampliou, e eregida em matriz d'uma parochia. Como, porém, ficasso na extremidade da freg., se construiu a actual egreja matriz, em 1560, ficando a antiga reduzida a uma simples capella. Porches pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Valle de Guizo, conc. d'Alcacer do Sal, distr de Lisboa.

**Porcil** Pov. na freguezia de Santa Marinha, de Penascaes, concelho de Villa Verde, distr. de Braga.

**Porco**. Pov. e freg. de Sauta Maria, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bispado da Guarda; 237 fog. e 998 hab. Tem est. post. e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Mondego, a 7 k. da séde do conc. O real padroado apresentava o prior, que tinha rs. 180$000 de rendimento e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Pequena ponta situada na costa O da ilha Graciosa, Açôres.

**Porco do fisco** Direito ou tributo que se pagava á fazenda real. Junto á cidade de Lamego, e no dia de Santo Estevão, era muito celebrado o grande *porco do fisco*, que dos 13 casaes do logar de Portêllo, da freguezia de Cambres, se pagava annualmente ao mosteiro de Salzêdas. Do todos os tributos que estes frades recebiam, era este sempre o maior. Fazia-se uma feira de porcos n'este logar em 26 de dezembro, dia em que a

egreja celebra o referido Santo Estevão; concorria á feira um procurador do mosteiro, que era um frade, e escolhia na feira o melhor porco que via, que os povos pagavam pelo preço que o dono exigia, e lá ia o porco para o convento. O fôro do *porco do fisco* era pago, na sua instituição, ao rei, e por isso se chamava do *fisco*; mas D. Affonso I deu ao mosteiro de Salzêdas, em attenção a D. Thereza Affonso, mulher de Egas Moniz, *todos os direitos reaes*, e portanto o porco de Portêllo e outros mais logares.

**Porcos.** Pov. na freguezia de Nossa Senhora da Consolação, de Cezimbra Castello, concelho de Cezimbra, distr. de Lisboa. || Ilhéos do archipelago de Bijagoz, na costa da Guiné, Africa Occidental. Ficam ao NE da ilha Roxa ou Canhabae, do mesmo archipelago, e são em numero de doze. Os de Nhogó ou Riomhane, Banabo ou Bahag e o Esteiro do Corette são habitados.

**Poretos.** Pov. na freguezia de S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, distr de Vianna do Castello.

**Porfia.** Pov. na freguezia do Salvador, de Grijó, concelho de V. N. de Gaia, districto do Porto.

**Porgosseiras.** Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, distr. do Porto.

**Porlem.** Pov. da circumscripção mil. de Onda, prov. de Satary, Novas Conquistas, no distr. e arceh. de Gôa, India. Está situada na estrada de Sanquelim a Chorlem, na margem esquerda do rio Valvotá.

**Porinhas.** Pov. na freguezia de Santa Maria, de Antime, concelho de Fafe, districto de Braga.

**Porisso.** Pov. na freguezia do Salvador, de Parada de Gatim, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Pornine.** Pov. da prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Poroscodem.** Pov. da regedoria de Amberém, no conc. de Pernem, Novas Conquistas, no distr. e arceh. de Gôa, India. Está situada na margem esquerda do rio de Tiracol.

**Porpinoto.** Pov. na freguezia de S. Julião, de Badim, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Porqueira.** Povoações nas freguezias: Santa Margarida, de Arrabal, conc. e distr. de Leiria || Santo André, de Ferreira d'Aves, concelho de Sattam, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Longos Valles, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Porquinho.** Ribeira que nasce na parte N da freg. de Freixedas, conc. de Pinhel, e se lança na de Massueime, perto e a NE da pov. da Gateira, com cêrca de 20 k. de curso.

**Porraes.** Povoações nas freguezias: Santa Magdalena, de Candedo, conc. de Murça, distr. de Villa Real. Tem caixa post. || S. Vicente, de Castro Vicente, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança.

**Porreira.** Pov. na freguezia do Salvador, de Barheita, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Porreiras.** Pov. e freguezia de S. Miguel, da prov. do Minho, conc. e com. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello, arceh. de Braga; 40 fog. e 182 hab. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da estrada de Paredes de Coura a Monsão. A terra é pouco fertil e muito fria. Cria bastante gado, e nos seus montes ha abundancia de caça grossa e miuda. Tambem é conhecida esta pov. pelos nomes de *Poreiras* e *Parreiras*. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

**Porrido.** Pov. na freguezia de S. Thiago, de Carapeços, concelho de Barcellos, distr. de Braga.

**Porrinheiro.** Pov. na freguezia de N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu.

**Porrinho.** Pov. na freguezia de S. Salvador, de Carregosa, concelho de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

**Porrinhos.** Pov. na freguezia de Santa Maria, de Dnas Egrejas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Porta.** Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena e conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria. || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || O Salvador, de Bravães, concelho de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello || S. Christovão de Nogueira, conc de Sinfães, distr. de Vizeu || Santa Maria, de Covas, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Vicente, de Giella, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, do mesmo distr. || S. Jorge, concelho de Arcos de Valle-de Vez, do mesmo distr. || N. S.ª da Expectação, de Lordello do Monte, conc. de Monsão, do mesmo distr. || S. Martinho, de Mancellos, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Pedro, de Monte de Fralães, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Prado, conc de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Christovão, de Rio Tinto, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || O Salvador, de Souto, conc. de Terras do Bouro, distr. de Braga.

**Porta bandeira.** Official que leva a bandeira d'um regimento E', em geral, o official mais moderno.

**Porta Cova.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Sistello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Porta-estandarte.** O que leva o estandarte.

**Porta-machado.** Soldado que marchava á frente dos regimentos, sendo, além do armamento ordinario, provido de um machado, para em caso de necessidade auxiliar o trabalho dos sapadores.

**Porta Nova.** Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal. || N. S.ª da Deveza e conc. de Castello de Vide, districto de Portalegre. || Santa Maria do Castello e conc. de Tavira, districto de Faro. Ha aqui um apeadeiro, no caminho de ferro, ramal de Portimão, entre as estações de Tavira e da Conceição. || S. Salvador, de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Porta-paz.** Peça lithurgica, ordinariamente

de prata; especie de quadro, no qual se mettia antigamente a paz, cruz ou reliquia, que se dava a beijar durante as missas solemnes, ao *Agnus Dei*. Segundo alguns ritos especiaes tambem se dava a paz no côro, fazendo beijar este objecto. No acto de dar a beijar a porta-paz diz-se *Pax tecum*. No thesouro de Mafra existe uma porta-paz de bronze. Na exposição d'arte ornamental retrospectiva, effectuada no Museu de Lisboa, em 1882, admirou-se uma linda porta-paz de prata, que pertence á Academia de Bellas Artes de Lisboa, representando um portico, tendo de cada lado dois grupos de columnas acorinthadas, separadas pelas estatuetas de S. Jeronymo e Santo Agostinho, cobertas de baldaquinos rendilhados. No grupo maior das columnas vêem se, n'um as

Porta-paz do seculo XVI

estatuas de S Pedro e Moysés, n'outro as de S Paulo e David. A parte principal da porta-paz é occupada pela imagem da Virgem com o Menino, collocada sobre um crescente sustentado n'um espinheiro. Por baixo, dois anjos sustentam um brazão composto das cinco chagas, tendo por timbre a corôa de espinhos. E' tudo coberto por um baldaquino rendilhado a que serve de remate a imagem do Padre Eterno. Tem de altura 56 cent. e julga-se trabalho do seculo XVI. No thesouro da sé de Evora existe uma porta paz de prata dourada, com 20 cent. de altura Tem um quadro de baixo-relevo, que representa a Senhora da Piedade. Julga se obra do seculo XVIII.

**Porta de Portugal**. Pov. na freg. de S. Sebastião e concelho de Lagos, districto de Faro.

**Porta do Postigo**. Pov. na freguezia de S. Sebastião e concelho de Lagos, districto de Faro.

**Porta dos Quartos**. Pov. na freguezia de S. Sebastião e concelho de Lagos, districto de Faro.

**Porta de Santa Barbara**. Pov. na freg. de Santa Maria d'Oliveira e conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Porta de Teira**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

**Porta-voz**. Instrumento em fórma de trombeta, geralmente usado a bordo, que serve para reforçar a voz transmittindo-a a longa distancia. || Buzina.

**Portádigo**. Portagem (direito real) que, se pagava dos generos que entravam nas cidades, villas, julgados, ou coutos, que tinham jurisdicções sobre si. Se os generos não eram destinados para serem ali vendidos, mas sómente atravessavam a terra, de passagem, não pagavam portagem, mas sim *pastagem* (a que tambem se chamava *pedagio quasi à pedibus)* e era menor que o outro. Os nossos reis, pelos foraes ou provisões, isentaram do tributo de portádigo ou portagem, as terras seguintes: Almeida, Almodóvar, Anciães, Arronches, Azinhoso, Barcellos, Beja, Bragança, Caminha, Campo Maior, Cascaes, Castello Mendo, Castello Rodrigo, Castro Laboreiro, Castro Vicente, Cezimbra, Chaves, Covilhã, Elvas, Evora, Freixo de Espada á Cinta, Fronteira, Gaia, Guarda, Guimarães, Jarmêllo, Lavar (ou Monte Lavar, mas aqui só os vendeiros gozavam este privilegio), Marvão, Miranda do Douro, Mogadouro, Monsaraz, Monforte, Monforte-do-Rio Livre, Monsanto, Monsão, Montalegre, Montemór-o-Novo, Moudal, Moura, Odemira, Olivença, Pinhel, Ponte do Lima, Portalegre, Povoa de Varzim, Prado, ou Ponte do Prado, Sabugal, Sortêlha, Valença do Minho, Vianna do Minho, Villa Nova da Cerveira, Villa Viçosa e Villar Maior.

**Portado Alto**. Pov. na freguezia de S. Lourenço, concelho d'Elvas, districto de Portalegre.

**Portaes** *(Quintas dos)*. Na freg. de N. S.ª da Conceição, de Aldeia de Carvalho, conc. da Covilhã, distr. do Castello Branco.

**Portageiro**. O cobrador de direitos de portagem.

**Portagem**. Imposto de barreiras exigido ás portas d'uma cidade ou d'uma povoação, ou ao atravessar uma ponte. Este imposto é muito antigo, pois já apparece nos foraes dados pelo conde D. Henrique. Como se sabe, não eram sómente os reis que davam foraes, tambem os bispos e os grandes do reino os concediam, estabelecendo impostos indirectos, tributando as mercadorias. Variava este imposto de portagem de concelho para concelho. A ordenação Affonsina, liv. II, tit. 24, considerava as portagens como direitos reaes. A ordenação Filippina, liv. II, tit. II, isentou os clerigos do pagamento da portagem. Este privilegio já estava consignado na reforma dos foraes de D. Manuel, como se póde vêr no foral de Guimarães, que contém prescripções applicaveis a todo o reino. Por lei de 2 de agosto de 1899 foi o governo auctorisado a abolir as portagens das pontes cujo rendimento annual não fôsse supe-

rior a 500$000 réis. || Bibliographia: V. *Lencastre* (*D. Francisco de Salles*). V. *Costumagem*, *Portadigo*, etc.

**Portagem**. Pov. na freguezia do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão, distr. de Portalegre.

**Portal**. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || Ilha da Madeira; S. Jorge, concelho de Sant'Anna, distr. do Funchal. || S. Verissimo, de Luzio, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, districto de Vizeu. || Ilha de S. Jorge; S. Thiago, de Ribeira Secca, conc. da Calheta, distr. do Angra do Heroismo. Tem cereaes, vinho e gado. || Ponta situada na costa S da ilha de S. Jorge, Açôres. || Pov. da freg. de St.ª Catharina, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Portal Novo**. Pov. na freguezia de N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa.

**Portalage**. Pov. da freg. de S. Miguel, de Machio, conc. da Pampilhosa, districto de Coimbra. Pertencia á freg. de S. Thiago, de Alvaro, do conc. d'Oleiros, distr. de Castello Branco, e passou á de Machio por decreto de 7 de outubro de 1895.

**Portalanos**. Pov. na freg. de N S.ª da Consolação, de Chão de Couce, conc. do Ancião, distr. de Leiria.

**Portalegre** (*D. Alvaro da Silva Menezes, 3.º conde de*). Conselheiro de Estado, mordomo-mór d'el-rei D. Sebastião e do cardeal rei D. Henrique Era filho do 2.º conde de Portalegre, D. João da Silva Menezes, e de sua mulher D. Maria de Menezes. Fal. em 1 de janeiro de 1580. Casou duas vezes: a primeira com D Filippa de Vilhena, sua prima, filha de D. Rodrigo de Mello, conde de Tentugal e 1.º marquez de Ferreira, e de sua primeira mulher, D. Luiza d'Almeida. Casou segunda vez com D. Maria da Cunha, filha de Nuno da Cunha, senhor de Gestaçô e Panoias, e governador da India D'este matrimonio não houve filhos, e do 1.º só teve um unico, D. João da Silva, que não chegou a herdar a casa nem o titulo, por fallecer antes de seu pae, em Coimbra em fevereiro de 1573. D. João da Silva casou com D. Luiza d'Albuquerque, filha unica e herdeira de Antonio de Brito, governador das Molucas, de quem não teve successão. Casou em segundas nupcias com D. Maria da Silva, filha de Garcia de Almeida, commendador de Sébal, da ordem de Christo e 1.º reitor da Universidade de Coimbra. D. Maria da Silva era dama da rainha D Catharina, mulher de D. João III Foi sua filha e herdeira D. Filippa da Silva, que casou com D. João da Silva, o qual por este casamento ficou sendo o 4.º conde e alcaide-mór de Portalegre.

**Portalegre** (*D. Diogo da Silva Menezes, 1.º conde de*). Senhor de Gouveia, Celorico, S. Romão de Ceia e d'outras terras da Beira Baixa, alcaide-mór de Portalegre, mordomo-mór d'el-rei D. Manuel, seu escrivão de puridade, conselheiro e vedor da fazenda real. N. em Ceuta, e fal. a 20 de fevereiro de 1504. Era filho de Ayres Gomes da Silva, alcaide-mór de Campo Maior e de Ouguella, e de D. Izabel de Menezes, filha de D. Pedro de Menezes, conde de Vianna e 1.º capitão de Ceuta. D. Diogo da Silva esteve em 1464 no cêrco de Tanger, com o infante D. Fernando, irmão de D. Affonso V, e foi dos primeiros que escalaram as muralhas da praça, ficando ali prisioneiro juntamente com outros fidalgos. D. Diogo e a maior parte dos fidalgos e peões, fôram remidos, e regressaram a Portugal. O illustre fidalgo distinguiu-se então muito na guerra que D. Affonso V sustentou por causa das suas pretenções ao throno de Castella, defendendo contra os castelhanos a fronteira do Alemtejo. Quando em 1477 o mestre de S. Thiago, de Castella, entrou em Portugal e se postou com 2:000 lanças na ribeira de Degébe, D. Diogo, por ordem de D. João II, então regente do reino, pela ausencia de seu pae, D. Affonso V, que tinha ido á côrte de França, fez retirar os castelhanos Em 1489, por ordem de D. João II, confirmou D. Diogo da Silva, com Rui de Sousa e D. Affonso de Monroy, o tratado de paz celebrado entre Ayres da Silva e o rei de Fez, pelo qual se permittiu aos portuguezes, cercados na Graciosa, sairem com armas, artilharia e cavallos. O referido monarcha, tendo em D. Diogo da Silva a maxima confiança e consideração, o deu como aio a seu cunhado D. Manuel, duque de Beja, seu futuro successor, *por ser varão de nobre sangue e de muito bom aviso, e saber, e de bom conselho*, e n'esta qualidade acompanhou sempre D. Manuel, emquanto duque e depois de rei. Este soberano tomou-lhe grande affeição, e no principio do anno de 1498 deu-lhe o senhorio de Portalegre, então villa; esta doação, porém, não teve effeito, porque os portalegrenses se oppuzeram energicamente, exhibindo os seus direitos. O rei indignou-se, e mandou proceder contra os revoltosos que rigorosamente castigou, mas o povo insistiu na sua recusa, e D. Manuel para evitar serias desordens, revogou a doação, dando a D. Diogo da Silva o titulo de conde de Portalegre, um conto de réis em dinheiro e a alcaidaria mór do castello, de juro e herdade na sua descendencia masculina, por alvará de 6 de fevereiro do mesmo anno de 1498, continuando a ser da corôa o senhorio de Portalegre. D Diogo casou com D. Maria de Ayala, filha e herdeira de D. Garcia de Herrera, senhor das ilhas de Lançarote, Forte Ventura e Goméra, nas Canarias, e de D. Maria Pedraça, sua mulher. Em todos os actos graves da côrte, sempre o conde de Portalegre teve um dos mais honrosos e distinctos logares. O seu brazão é o dos Silvas: Em campo de prata um leão de purpura armado de azul.

**Portalegre** (*D. Diogo da Silva, 5.º conde de*). Era filho do 4.º conde do mesmo titulo, D. João da Silva, e de sua mulher D. Filippa da Silva. N. em janeiro em 1579, ignora se a data do fallecimento. Herdou de seu pae o titulo, a casa e o cargo de mordomo-mór. Foi nomeado pelo conde-duque d'Olivares membro do governo de Portugal juntamente com o conde de Basto e com D. Nuno Alvares de Portugal. Foi no seu tempo que se perdeu a Bahia, e que se deu o lamentavel naufragio da esquadra do D. Manuel de Menezes. Em 1628 retirou-se á vida particular, e não tardou a renunciar a casa e cargos que exercia, na pessoa de seu irmão, D. Manrique da Sil-

va, que foi o 1.º marquez de Gouveia, e fal. muitos annos depois, usando tanto elle, como D. Manrique, o titulo de conde de Portalegre.

**Portalegre** (*Francisco da Fonseca Coutinho e Castro de Refoios, 1.º visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, guarda roupa honorario, commendador da ordem de Christo, tenente-coronel do extincto batalhão nacional de Castello Branco, proprietario. N a 8 de março de 1819. Era filho de João da Fonseca Coutinho e Castro de Refoios, 1.º visconde de Castello Branco, e de sua mulher D. Anna Joaquina de Lencastre Barros de Menezes. Casou a 2 de junho de 1840, com D. Maria Adelaide Mesquita e Albuquerque de Castro e Napoles, filha dos 1.ºs viscondes de Oleiros. O titulo foi concedido por decreto de 14 de dezembro de 1870. O brazão d'armas consta: Escudo esquartelado, no primeiro quartel as armas dos Sousas, de Arronches; escudo esquartelado: no 1.º quartel as armas reaes com um filete junto em contrabanda, que não chega á orla, e passando por baixo do escudinho do meio; no segundo, em campo sanguinho quatro crescentes de lua de prata apontuados, e assim os contrarios. No segundo quartel, as armas dos Castros: Em campo de ouro treze arruellas de azul em tres palas: No terceiro quartel as armas dos Fonsecas: Em campo de ouro cinco estrellas sanguinhas, de cinco raios, postas em sautor. No quarto as dos Refoios: Em campo de prata quatro bastões de vermelho firmes.

**Portalegre** (*D. Manrique da Silva, 6.º conde de*). Foi o 1.º marquez de Gouveia. V. este titulo, *Portugal*, vol. III, pag. 819.

**Portalegre** (*D. João da Silva Menezes, 2.º conde de*). Alcaide mór de Portalegre e mordomo mór de D. João III. N. em Evora; ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho do 1.º conde de Portalegre D. Diogo da Silva Menezes, e de sua mulher, D. Maria Ayala. Casou em janeiro de 1507 com D. Maria de Menezes, filha de D. Alvaro de Portugal, filho de D. Fernando 2.º duque de Bragança e de D. Filippa de Mello.

**Portalegre** (*D. João da Silva, 4.º conde de*). Commendador de Cabrera, Hespanha, da ordem de Calatrava, conde de Salinas, em Castella, e alcaide mór de Portalegre. N em Toledo em 1528, onde tambem fal. em 1601. Era filho de D. Manrique da Silva, commendador de Guadalerça, Hespanha, na ordem de Calatrava, e de sua segunda mulher, D. Beatriz da Silveira, senhora portugueza, dama de D. Izabel, mulher do imperador Carlos V. Casou com D. Filippa da Silva, filha e herdeira de João da Silva, filho unico do 3.º conde Portalegre. (V. n'este vol., pag. 113), e de sua segunda mulher D. Maria da Silva, ficando pelo seu casamento com o titulo de 4.º conde de Portalegre. Filippe II, de Hespanha, o enviou como embaixador a Portugal, onde soube conquistar o valimento do joven rei de D. Sebastião, ao passo que grangeava tambem as boas graças do rei castelhano, não descontentando D. Sebastião, não o dissuadindo de passar a Africa, senão o bastante para não carregar com a responsabilidade do infortunio, e ao mesmo tempo esquivando se a obter-lhe soccorros importantes de Hespanha Comtudo, procedeu lealmente, acompanhando D. Sebastião á campanha d'Africa. Na batalha d'Alcacer-Kibir pelejou valentemente, e caiu prisioneiro, tendo recebido bastantes feridas. Resgatado por Filippe III, foi nomeado membro d'uma junta creada pelo monarcha castelhano para tratar da questão da successão do throno de Portugal. N'essa junta prestou muitos e relevantes serviços, e por isso foi um dos primeiros que Filippe recompensou, dando-lhe o titulo de conde de Portalegre, pelo seu casamento com D. Filippa da Silva, como fica dito; nomeou-o tambem mordomo-mór de Portugal, cargo que vagára por morte de D. João de Mascarenhas, e n'esta qualidade assistiu ás côrtes de Thomar, a 19 d'abril de 1581, ao lado de Filippe II. Quando em 1593, o archiduque Alberto deixou de exercer o governo de Portugal, o conde de Portalegre foi nomeado membro do conselho do governo a que o rei castelhano confiou a direcção dos negocios de Portugal. Afinal demittiu-se de todos os seus cargos e retirou-se para Toledo, onde falleceu.

**Portalegre** (*D. João da Silva, 7.º conde de*). Foi o 2.º marquez do Gouveia. V. este titulo.

**Portalegre** (*Districto*). E' este districto administrativo limitado ao N pelo distr. de Castello Branco, a O pelo de Santarem, ao S pelo de Evora e a E pela Hespanha. O rio Tejo marca lhe a fronteira ao N, separando o dos districtos de Castello Branco e de Santarem. O seu maior comprimento está calculado em 113 k. e a sua largura em 95. Tem 30:693 fog., e a sua população, pelo censo de 1900, é de 124:697 habitantes, sendo 63:052 do sexo masc. e 61:645 do fem. O distr. é montanhoso. A serra de S. Mamede e as suas ramificações constituem o principal nucleo montanhoso, elevando-se á altitude de 1:025 m. e mantendo se em altura superior a 600. As ramificações da serra de S. Mamede são principalmente formadas pelos contrafortes de Castello de Vide e de Marvão O contraforte de Castello de Vide prolonga-se até á serra de Portalegre, ligando-se assim todos com o systema da cordilheira de S. Mamede. Para o SE a cordilheira prolonga se ainda até Arronches. A cordilheira de S. Mamede liga-se com o systema beirão pela serra de Niza, que é como que o prolongamento natural d'este systema, do qual o separa o Tejo. Na parte NE do distr. as alturas regulam entre 500 e 800 m. Caminhando para o SE, para os lados d'Arronches, mantem-se a 500 e 700 m. Ao N da serra de Niza, o monte de S. Miguel, que tem 463 m, mostra-se sem arborisação regular. Mas as serras de Portalegre, Castello de Vide e Marvão, estão em geral cobertas de arvoredo e teem nascentes abundantes. Além d'estas serranias, ha outras de menor importancia que se levantam do planalto, ao S e ao SO, taes como as de Alter Pedroso, Caixeiro e Montargil. Os rios que banham o distr. pertencem ás bacias hydrographicas do Tejo e do Guadiana. Quasi todos teem origem na cordilheira de S. Mamede ou nos seus prolongamentos. Alguns d'elles vão desaguar no rio Sorraia, tambem affluente do Tejo. D'este modo, estabelecem-se no distr., tres bacias principaes, que são a do Tejo, a do Sorraia e a do Guadiana, calculando-se que a primeira abrange uma superficie de aproximadamente 112:000 hectares, a segunda 370:000 e a terceira 160:000. São affluentes do Tejo o rio Sever, com as ribeiras suas affluentes de Vide e de S. João, a ribeira de Niza, e as de Figueira e Albufeira. A região hydrographica mais importante do distr. é a do

centro, que pelo Sorraia se vae ligar tambem com Tejo. Os principaes affluentes do Sorraia são as ribeiras de Seda, Sôr, Anna Loira, Souzel, Tera e Divor. Os principaes affluentes do Guadiana são o Caia e Xevora. O clima do distr. é pouco regular. De verão a temperatura é frequentemente muito elevada, e de inverno notavelmente baixa As rochas que mais predominam na formação do sólo são o granito e o schisto, occupando os terrenos schistosos uma superficie maior do que os graniticos. A região do distr. é caracterisada pela azinheira e pelo sobreiro, pela oliveira, pelo vinho e pelo trigo. Em alguns pontos dá se o pinheiro, e o castanheiro cobre extensões consideraveis da serra de Portalegre. O solo é pouco fertil. Uma grande parte do distr. está occupada por charnecas e conserva-se inculta. A superficie cultivada, comprehendendo os terrenos occupados pelos edificios urbanos e pelas construcções de dominio publico, não póde computar-se em mais de 2:500 m. q., ou seja pouco mais d'um terço da superficie total. O trabalho agricola faz-se ainda pelos processos rudimentares, e as queimadas são uma das bases dos conhecimentos agricolas ali applicados. Teem por fim fertilizar a terra com os detritos mineraes resultantes da carbonisação dos vegetaes lenhosos que fórmam o matto, mas para darem um pequeno elemento fertilisador, destroem os elementos incomparavelmente mais valiosos. A principal producção é a cerealifera. O trigo é o mais importante dos cereaes produzidos no distr., sendo os concelhos mais productores os de Elvas, Alter, Souzel e Fronteira. Os concelhos de menor producção, em relação á superficie, são os de Aviz, Gavião, Ponte de Sôr e Portalegre. Ao trigo seguem se, por escala decrescente de producção, o centeio, a cevada, a aveia, o milho e o arroz. Este ultimo apenas se cultiva nos concelhos de Gavião e de Ponte do Sôr. No que respeita á fructa e aos legumes, Elvas é um dos concelhos mais productores O azeite é uma das producções mais importantes do distr., e a do vinho tambem merece certa consideração. Sob o ponto de vista da densidade pecuaria, o distr. de Portalegre está classificado em 10.º logar. Cabe-lhe o 9.º quanto á qualificação pecuaria, o 8.º na ordem do valor pecuario e o 11.º quanto á sua riqueza pecuaria especifica. O gado suino é o mais importante, fazendo-se exportação d'elle não só para os mercados nacionaes como tambem para o estrangeiro. A'cêrca da riqueza mineira, encontram-se nos arredores de Villa Boim massas de ferro magnetico, e proximo de Campo Maior ha filões de ferro oxydulado magnetico. As minas, porém, que tem sido exploradas, posto que em pequena escala, são: uma de cobre, duas de manganez e cinco de chumbo. Portalegre é, sem duvida, o mais industrial dos districtos do Alemtejo O seu fabrico de panos de lã data do seculo XVII, e na capital havia ao tempo uma fabrica que exportava uma consideravel quantidade de productos para todo o paiz. A partir d'então, a industria dos lanificios tem soffrido vicissitudes. Depois de 1868 começou a decair por se ter fechado uma das suas fabricas, e só annos depois reentrou n'uma certa phase d'actividade. Os tecidos que produz são: panos pretos e de côr, pano piloto, mesclas finas e para o fardamento do exercito, casimiras, picotilhos, cheviotes, baetas, chales, cobertores etc. O distr. está dividido em 15 concelhos: Alter do Chão, Arronches, Aviz, Campo Maior, Castello de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Niza, Ponte do Sôr, Portalegre e Souzel. Ecclesiasticamente constitue um bispado, mas a divisão ecclesiastica não coincide com a administrativa, porque bastantes concelhos pertencem ao arcebispado de Evora; ao bispado de Portalegre tambem pertencem muitas freguezias dos districtos de Castello Branco e de Santarem. As estradas são as de Elvas a Campo Maior, de Portalegre a Castello de Vide, do Tejo á estação do Crato, de Albufeira ao rio Caia, e de Evora a Portalegre. As estações do caminho de ferro do districto são: Ponte de Sôr, Chança, Crato, Portalegre, Assumar, Santa Eulalia e Elvas, sendo esta ultima a mais importante. A instrucção é ministrada n'um lyceu e em numerosas escolas de instrucção primaria. O districto tem uma alfandega em Elvas, com delegações de primeira ordem na Porta d'Olivença e em Campo Maior, e de segunda ordem em Juromenha. Tem egualmente uma alfandega em Portalegre, com delegações de primeira ordem em Niza, Castello de Vide e Arronches. Praças de guerra tem Elvas e Campo Maior. O concelho de Portalegre compõe se de 8 freguezias, com 4:346 fog. e 18:510 hab., sendo 9:165 do sexo masc. e 9:345 do fem., n'uma superficie de 612:143 hect. As freguezias são as seguintes: S. Miguel, de Alagôa, 373 hab.: 159 do sexo masc. e 214 do fem.; S. João Baptista, de Alegrete, 1:970 hab.: 983 do sexo masc. e 987 do fem.; S. Sebastião, Carreiras, 872 hab : 456 do sexo masc. e 416 do fem.; S. Lourenço, de Portalegre, e S. Domingos, de Fortios, que lhe está anneza, 5:188 hab : 2:636 do sexo masc. e 2:852 do fem ; N. S.ª d'Assumpção (Sé) de Portalegre, e S Thiago, de Urra, que lhe fica annexa, 6:405 hab.: 3:194 do sexo masc. e 3:211 do fem.; S. Gregorio, de Reguengo, 1:050 hab.: 515 do sexo masc. e 535 do fem.; N. S.ª da Esperança, de Ribeira de Niza, 1:259 hab.: 654 do sexo masc. e 605 do fem.; S. Julião, 1:093 hab.: 568 do sexo masc. e 525 do feminino.

**Portalegre**. Cidade da prov. do Alemtejo, séde de conc., de com., de distr. e de bisp. suffraganeo da prov. ecclesiastica lisbonense, relação de Lisboa. Tem actualmente duas freguezias: S. Lourenço e N. S.ª d'Assumpção (Sé), mas no meado do seculo XVIII tinha 5: *Sé Cathedral*, parochiada por dois curas, da apresentação da mitra, cada um com 90$000 réis de renda; *S. Thiago*, sendo o prior da apresentação do grão-prior do Crato, com 170$000 réis de renda; *S. Martinho, bispo*, com o prior da mesma apresentação antecedente, tendo de renda 130$000 réis; *S. Lourenço*, com o vigario da apresentação do rei, pelo Tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, tendo 60$000 réis de renda; *Santa Maria Magdalena*, com o prior da apresentação do real padroado, com o rendimento de 150$000 réis. Em 1857 fôram supprimidas as freguezias de S. Martinho e de Santa Maria Magdalena, e no logar onde estava a egreja da primeira se estabeleceu em 1858 um mercado, e onde estava a segunda se construiu um chafariz. A freg. de S. Thiago tambem foi supprimida. Em 1550 tinha ainda mais duas freguezias, *Santa Maria a Grande* e *S. Vicente*, que se supprimiram quando se creou

o bispado de Portalegre. A cidade está situada no alto d'um monte, banhado por 10 fontes, e cercado por uma alta e dilatada serra, chamada de Portalegre, ramo da serra da Estrella, e dominando uma vasta planicie. Os geographos antigos não falam da fundação d'esta cidade O bispo D. Fr. Amador Arraes suppõe que fôsse edificada com os materiaes da antiga cidade de Medobriga que, segundo elle, havia sido fundada por Brigo, 4.º rei de Hespanha, 1900 annos antes de Christo, e que foi Lysias, filho ou capitão, de Baccho, filho de Semêle, que veiu aqui ter, de avançada edade, pelos annos de 1300 antes de Christo, e achando o sitio a seu gosto, edificou uma fortaleza e um templo consagrado a Dionisio, ou Baccho, seu deus.

Brazão d'armas da cidade de Portalegre

A fortaleza e o templo eram no sitio onde depois se construiu a ermida de S. Christovão, e ainda hoje se dá o nome de *ribeiro de Baccho* a um arroio que corre proximo da ermida. No entretanto, como Baccho era tambem uma divindade romana, não é isto prova de que a povoação tenha a remotissima antiguidade que alguns archeologos lhe querem dar. O que não padece duvida é ser Portalegre uma cidade muito antiga, pois que já existia no tempo dos romanos, fôsse qual fôsse o local da sua situação, que, se não era o actual, seria a pouca distancia. Segundo outros escriptores, Lysias edificou esta fortaleza e o templo perto de Marvão, e fundando, reedificando ou mudando o sitio da antiga Medobriga, lhe mudou tambem o nome para o de *Amaya*, ou *Ameya*, o que se collige d'um cippo romano, talvez pedestal d'alguma estatua, achado nos alicerces da ermida do Espirito Santo, que dizia:

IMP. CAE. L. AURELIO VERO
AUG. DIVI ANTONINI F.
PONT. MAX. CONS II. TRIB.
POP P. P. MUNICIP. AMMAIA'

Vertido em linguagem, quer dizer:

*O municipio de Ammaia erigiu esta memoria ao imperador Cesar Lucio Aurelio Vero Augusto, filho de Antonino; pontifice maximo, consul duas vezes, tribuno da plebe, e pae da patria.*

Consta que o nome de *Ammaya* provém d'uma filha de Lysias, chamada *Maia*, e que tanto ella como seu pae fôram sepultados no tal templo. Os romanos lhe conservaram o nome de *Ammaya*, ou *Ammoea* Esta povoação padeceu provavelmente completa ruina na invasão dos barbaros do norte, porque não consta d'ella mais noticia. Conforme uma tradição popular, em tempos anteriores á monarchia, havia aqui umas vendas chamadas *Portellos*, e estavam juntas do logar onde mais tarde se edificou a ermida de S. Bartholomeu. D'estas vendas ficou ao sitio o nome de *Portalegre*. Acceitando esta tradição, serviram estas vendas de principio á pov., porque em torno d'ellas se fôram construindo casas com os materiaes da antiga cidade romana arrazada. Com o decorrer dos annos esta pov. veiu a ter a mesma sorte. Occupada alternativamente por moiros e christãos, soffrendo sempre os horrores da guerra e d'uma pov. conquistada, foi-se destruindo, os seus habitantes a abandonaram, ficando completamente arruinada e despovoada. El-rei D. Affonso III, em 1259, começou novamente a edifical-a e a povoar, dando lhe foral de villa com varios privilegios. Nas escripturas d'essa epoca, que eram escriptas em latim, dá-se-lhe o nome de *Portus Alacer*, Porto Alegre. Dizem que tomou a primeira parte d'elle d'um sitio denominado *Porto*, que fica ali entre a *Penha de S. Thomé* e *Cabeça de Moiro*; e que *Alacer*, provém da sua alegre situação; vindo mais tarde a reunir-se as duas partes em *Portalegre*. El-rei D. Diniz tratou de fortificar a villa, construindo-lhe em 1290, um forte castello, e cercando-a com uma

Castello de Portalegre

dupla muralha guarnecida de 12 torres e 8 portas chamadas: *Da Deveza*, *do Postigo*, *d'Alegrete*, *d'Elvas*, *d'Evora*, *do Espirito Santo*, *de S. Francisco* e *do Bispo*. Quiz a sorte que o proprio rei D. Diniz fôsse o primeiro a experimentar contra si a fortaleza d'aquellas fortificações. Tendo seu irmão, o infante D. Affonso, senhor de Portalegre, levantado o estandarte da rebellião, e seguindo os portalegrenses o seu partido, foi el rei D Diniz em pessoa sitiar a villa. O cêrco principiou em maio de 1299 e durou até outubro, terminando por uma capitulação, que deu ao rei a posse da villa. D. Affonso allegava que lhe pertencia a corôa por ser filho legitimo, e D. Diniz filho adulterino, por ter nascido em vida da condessa de Bolonha, mulher de D. Affonso III. Por fim os dois irmãos fizeram as pazes, ficando pertencendo á corôa Portalegre e Marvão, que

tambem era do infante, o qual recebeu em troca os castellos e villas de Cintra e Ourem. D. Diniz, para que se não repetisse qualquer outro conflicto similhante, concedeu a Portalegre o privilegio de ser sempre conservada como patrimonio real. Este privilegio foi depois confirmado por D. Affonso V e por D. João II. Mais tarde, el rei D. Manuel, logo no começo do seu reinado, pretendeu dar o senhorio de Portalegre ao seu aio e valido D. Diogo da Silva de Menezes, mas os portalegrenses oppuzeram-se, invocando os seus privilegios, e o monarcha, depois de ameaças cedeu, dando a D. Diogo da Silva o titulo de conde e a alcaidaria-mór de Portalegre. Este mesmo soberano deu foral á villa, em Lisboa, a 29 de março de 1511. D. João III obteve do pontifice Paulo III a bulla de 1549 que creou o bispado de Portalegre, desmembrando o da diocese da Guarda e do arcebispado de Evora, e n'esse mesmo anno foi a villa elevada á categoria de cidade. A bulla de Paulo III foi confirmada por outra de Julio III, datada de 2 d'abril de 1550. O 1.º bispo da nova diocese foi D Julião d'Alva, natural de Madrigalego, Castella, sacerdote de grandes virtudes e sciencia, que veiu para Portugal no sequito da rainha D. Catharina, e que o monarcha nomeou seu confessor e esmoler-mór. D. Julião d'Alva concorrera muito para a creação do novo bispado, e em recompensa teve a nomeação de seu 1.º bispo. O digno prelado projectou logo fundar um templo digno de servir de cathedral, e tratou de organisar o respectivo cabido, mas como lhe faltavam os recursos, quiz aproveitar-se d'uma parte da grande herança de D. Jorge de Mello a que as freiras bernardas se oppuzeram. D. Jorge de Mello foi bispo da Guarda durante 30 annos, mas residindo sempre em Portalegre, que então pertencia áquella diocese. Fundou o convento de N. S.ª da Conceição para monjas da ordem de S. Bernardo, no alto da Fontedeira. Não se sabe a data do lançamento da primeira pedra no edificio, mas sabe-se com certeza, que em 1530 já a egreja estava concluida, assim como o dormitorio, capitulo, refeitorio e as necessarias officinas; tambem não padece duvida, que a 19 d'agosto de 1531 o bispo fundador assignou os estatutos, porque se havia de reger a nova communidade. D. Jorge de Mello falleceu a 5 d'agosto de 1548, e foi sepultado na capella-mór, n'um sumptuoso tumulo de marmore de Extremoz, representando as estatuas do portico S. Joaquim e Sant'Anna, como abraçando-se e conversando; aos lados estão, na parte do Evangelho S. Bento, e da parte da Epistola S. Bernardo. No logar subjacente ao tumulo lê se um longo epitaphio em latim. A egreja era toda grandiosa, tendo um valioso portico, onde se viam bustos em medalhões, vasos, pilastras estriadas. O defunto prelado deixara varias propriedades rusticas e urbanas, um magnifico espolio em baixella de prata, joias, dinheiro, guadamecins e tapeçarias. O bispo de Portalegre, não podendo aproveitar-se de parte d'esta herança pela opposição feita pelas freiras, pensou em installar a cathedral n'alguma das tres egrejas parochiaes, notaveis pela sua grande antiguidade, *Santa Maria do Castello*, da ordem de Aviz, de *Santa Maria a Grande* da ordem de Christo, e *S. Vicente* da ordem de S. Thiago. D. Julião d'Alva escolheu a egreja de Santa Maria do Castello, incorporando nas suas rendas as das outras duas egrejas, com permissão do rei, como mestre das tres ordens militares, porém, como a egreja de Santa Maria do Castello ameaçava grande ruina, foi preciso pensar logo em nova cathedral, que se construiu no ponto mais elevado da cidade, procedendo-se logo ás obras, lançando o proprio bispo D. Julião d'Alva a primeira pedra no dia 14 de maio de 1556, dedicando o novo templo a N. S.ª d'Assumpção, como todas as cathedraes do reino. A fachada é majestosa, mas a que existe, parece não ser a da primitiva; tem duas torres,

Uma vista da cidade de Portalegre

e sobre a porta principal que fica voltada ao nascente, se lê a seguinte inscripção:

COEPIT LOC TEMPLUN EXTRUIT.
AN. DOMINI 1556.

Esta porta foi substituida por um portico majestoso, de columnas monolithicas, de marmore preto mandado construir pelo 18.º bispo de Portalegre D. Manuel Tavares Coutinho e Silva, que em seguida á inscripção, accrescentou:

INSTAURATUM POSTEA ANNO SALUTIS
1795.

A egreja é de tres naves, sendo sustentada a abobada de formosas laçarias, por tres columnas da ordem attica; a nave do centro é guarnecida por um sumptuoso guarda-vento, mandado construir pelo citado bispo D. Manuel Tavares, estendendo-se sobre as tres naves logo á entrada, um amplo côro onde se vê o magnifico orgão dado pelo 10.º bispo, D. João Mascarenhas. Sendo D. Julião d'Alva feito bispo de Miranda em 1557, succedeu-lhe no bispado de Portalegre o bispo D. André de Noronha, que proseguiu nas obras da sé, que depois o 3.º bispo, D. Fr. Amador Arraes, concluiu, mandando construir o retabulo da capella mór, que intesta na abobada e no tecto, delicadamente pintado e dourado, collocando n'elle a imagem da Virgem. O mesmo bispo tambem fez o retabulo da capella da Senhora do Carmo, que custou 3:000 cruzados (1:2 0$000 réis). Deu ainda 40$000 réis para o retabulo da capella do Santissimo, e egual quantia para o da capella de S. Pedro. A' sua custa se pintou e dourou a capella das Chagas, e se lageou e ladrilhou todo o templo. Mandou concluir a torre do relogio, mas o seu successor, o 4.º bispo D. Diogo Correia, é que deu o relogio. Foi tambem D. Fr. Amador Arraes quem construiu o paço episcopal e o seminario diocesano, e outras muitas obras de menos importancia. O corpo da egreja é alumiado por 12 janellas circulares, 6 de cada lado, e pelas da frontaria. O cruzeiro tem duas grandes e altas janellas, além das da capella-mór e do zimborio. Na capella-mór tambem são dignos de menção os cancellos de excellente marmore. Ali estão sepultados os bispos D. Julião d'Alva, D. Diogo Correia, D. Fr. Domingos Barata, D. Manuel Lopes Simões e D. Pedro de Mello Brito e Alvim Todos estes prelados estão sepultados em jazigo commum, menos D. Julião d'Alva, que teve sepultura particular, com o seguinte epitaphio.

AQUI JAZ D JULIÃO D'ALVA,
PRIMEIRO BISPO D'ESTA CIDADE,
CAPELLÃO-MÓR DEL REI D SEBASTIÃO,
FEITURA DA RAINHA D. CATHARINA,
SUA AVÓ.
FALLECEU A 13 DE FEVEREIRO DE 1570.

D. Julião d'Alva deixou á sé varios ornamentos e peças de muito valor; a rainha D. Catharina, viuva de D. João III, tambem deu muitas reliquias, paramentos e muitas alfaias preciosas. A capella do Santissimo é notavel pelos seus balaustres de marmore. Ali está sepultado o bispo D. Alvaro Pires de Castro e Noronha. A capella de S. Pedro é das mais bem adornadas, e está resguardada por uma grade de ferro egual á da capella do Santissimo. Em todas as capellas e no pavimento das tres naves do templo se vêem muitas campas, tendo algumas os brazões das pessoas ali sepultadas. O templo tem 12 capellas, além da capella-mór: 4 na frente, e 4 de cada lado do corpo da egreja; tres das da frente tem as invocações do Santissimo, S. Pedro e Santo Antonio. As do corpo da egreja: do lado do Evangelho: N. S.ª da Luz, N. S.ª do Carmo, S. Chrispim e S. Chrispiniano, e Santa Catharina de Sena, cujo retabulo mandou fazer o citado bispo D. Manuel Tavares. As capellas do lado da Epistola são: Chagas de Christo, S. Mauro, Nome de Jesus e S. Jorge. Em Portalegre houve 5 conventos: o de *S. Francisco*, de frades franciscanos, cuja data da fundação não se sabe ao certo, mas parece que foi entre os annos de 1230 e 1240. E' um importante edificio, parte do qual foi depois applicado para quartel militar, e outra parte a uma fabrica de rolhas de cortiça, estabelecida pelo inglez Jorge Robinson. A egreja do convento foi restaurada em 1719 e o convento em 1720. A architectura primitiva foi muito alterada com as novas construcções, e depois da saida dos religiosos em 1834, ficou tudo bastante devastado. A' entrada da egreja, mas fóra da porta, á direita de quem entra, está embebida na parede uma lapide, com uma inscripção latina, em caracteres gothicos, que refere a noticia da doação de varias propriedades, feita por Pedro Eannes e sua mulher Maria Domingas, para a fundação d'um hospital, que servisse de asylo e soccorro aos pobres, do qual seriam administradores o guardião e os religiosos d'este mosteiro. Tem a era de 1312, de Cesar, que deve ser o anno de 1274 da era christã. O segundo convento, da invocação de *Santa Maria*, pertencia á ordem dos eremitas descalços de Santo Agostinho. Foi fundado em 1683. Occupa uma das extremidades da cidade, entre a porta d'Alegrete e a torre de Peccegueiro. Ficou incompleto, mas é um bom edificio, sendo notaveis os restos da sua egreja, que escaparam ao camartello civilisador. Ali se estabeleceu um armazem de madeiras. Os retabulos dos seus tres altares eram de preciosos marmores com primorosas esculpturas. O edificio do mosteiro foi aproveitado para diversas repartições publicas. Ali estão: a administração do concelho, a conservatoria, repartição de fazenda, o tribunal de justiça e a cadeia. Tambem ali estão estabelecidas a escola de instrucção primaria e a estação telegraphica. O 3.º convento dos jesuitas, era o *Collegio de S. Sebastião*, edificado em 1605, uma casa filial de collegio dos jesuitas de Evora. O 4.º era o convento das freiras de Santa Clara, da ordem franciscana. O edificio tem mesquinha apparencia, tendo só de notavel o claustro, que é uma formosa quadra sustentada, em parte, por uns arcos ogivaes sobre delgados pilares. Este mosteiro foi fundado pela rainha D. Leonor Telles em 1376. O 5.º convento era o das freiras bernardas já citado. A Misericordia é uma das primeiras que se instituiu no paiz. Em 1501 já existia em Portalegre a irmandade da Misericordia, tendo a sua séde no antigo templo de S. João Baptista, que fôra da ordem de S. Thiago. Fundou o seu hospital n'umas casas da rua da Figueira, mas eram tão baixas e acanhadas, que lo-

go se viu não poder ali continuar, sem grandes inconvenientes. N'esse tempo florescia a confraria do Espirito Sauto, n'uma ermida antiquissima a pouca distancia da povoação. A ella estava annexa uma albergaria para peregrinos. O sitio era amenu e sadio, desabafado e lavado d'ares, porque então ainda o não assoberbavam os edificios que depois se construiram, constituindo o formoso arrabalde da cidade. O provedor da Misericordia julgou ser este o logar mais adequado para estabelecer o hospital, e propoz aos mordomos da confraria a reunião dos dois hospitaes, obrigando-se a Misericordia a dar pousada aos peregrinos, e alimentar e tratar dos enfermos pobres, ficando a confraria obrigada aos reparos do edificio e ao fornecimento das roupas precisas. A proposta foi acceita. A confraria entregou 70 lençoes, muitos cobertores e mantas; a casa guarnecida e concertada, e um moio de renda sobre a herdade da *Camareira*. A Misericordia, além dos encargos mencionados, a que de bom grado se sujeitára, deu á confraria 70$000 réis para a conclusão da obra. As condições hygienicas que então recommendaram este edificio para hospital pela sua posição desafrontada, desappareceram ha muitos annos pela razão da cidade se ter estendido para fóra dos muros, cercando de habitações o hospital, concorrendo muito para diminuir a salubridade do local. Este hospital está bem dotado, com boas enfermarias, que teem sido ampliadas com o andar dos tempos, pois se tem feito obras em diversas epocas accrescentando o primitivo edificio. Em Portalegre construiu-se ha poucos annos um novo hospital, fundado e construido pela Assistencia Nacional aos Tuberculosos. Foi inaugurado no fim do anno de 1909, com o titulo de *Hospital Suburbano de Portalegre*. Está situado no outeiro de S. Pedro, em optima situação topographica, e é modelar pelo que respeita á hygiene. O edificio consta de 4 corpos; 3 á frente orientados a sudoeste e ligados por uma galeria; o pavilhão dos serviços geraes e 2 pavilhões-enfermarias symetricamente collocados de cada lado do primeiro, destinados a tuberculosos de ambos os sexos, e o pavilhão de consultas situado a distancia de 2 m. da fachada posterior do pavilhão dos serviços geraes e orientado a nordeste. Durante a guerra da successão de Hespanha, no principio do seculo XVIII, reinando D. Pedro II, foi Portalegre atacada pelo exercito hespanhol de Filippe V, tendo os portalegrenses de se renderem ao duque de Brunswick em 8 de junho de 1704, depois d'um apertado côrco. Mas não tardou a ser recuperada. Portalegre tinha voto em côrtes, com assento no 4.º banco As suas armas são duas torres da sua côr em campo de prata, com o escudo coroado. Dizem, que as duas torres significam as que guardavam a porta da Deveza. Portalegre é uma cidade muito industriosa. No meado do seculo XVII já possuia uma grande fabrica de tecidos de lã, que empregava numerosos braços, e cujos productos exportava para as principaes terras do reino; porque os seus panos eram optimos, e d'elles se vestia a maior parte dos portuguezos; porém as fabricas de Inglaterra, arremessando para Portugal navios e navios carregados dos seus panos, com os quaes os nossos não podiam competir em preço nem em apparencia, deu um golpe terrivel na nossa industria. No seculo passado, porém, novamente se desenvolveu aperfeiçoando-se muito a industria dos tecidos de lã, pelo grande impulso e desenvolvimento que deram á sua fabrica os industriaes *Larcher & Cunhado*. A estação do caminho de ferro de Leste que se estabeleceu em Portalegre, entre as do Crato e de Assumar, foi de grande vantagem para a cidade, porque deu grande impulso ao commercio, á industria e á agricultura, tornando-a umas das cidades mais prosperas da provincia. Pertence Portalegre á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, de cujo commando é a séde; grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut e res. n.º 22 com a séde em Abrantes. Está ali aquartelado o regimento de infantaria n.º 22. Tem advogados, sollicitadores, notarios, agencias bancarias, e agentes da *Companhia Geral do Credito Predial*, dos bancos *Economia Portugueza*, *Lisboa & Açôres*, *Crédit Franco-Portugais*, *de Portugal*; das companhias de seguros: *Fidelidade*, *Internacional*, *Portugal*, *Reformadora*, *Sociedade Portugueza*, e *Tagus*; fabricas de alpercatas, de azeite, de carruagens e carroças, de cortiças, de lanificios, de massas, de moagens, de mosaico, de sabão, de tijolo; escolas primarias d'ambos os sexos, Lyceu Nacional, escola de habilitação para o magisterio primario, Escola Industrial Fradesso da Silveira, est. telegr.-post. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras e vales; associações: *Artista Portalegrense*, *Commercial e Industrial*, *Cooperativa Operaria*, *Soccorros mutuos Euterpe*, *Soccorros mutuos Fraternidade*; *Soccorros mutuos Operaria Artistica Portalegrense*; asylo de infancia desvalida; hoteis, estalagens, medicos, pharmacias, restaurantes, seminario diocesano; *Theatro Portalegrense*, *Gremio Portalegrense*, *Sociedade Operaria e Artistica Portalegrense*; philarmonicas: *Bombeiros voluntarios e Euterpe*; typographias, numerosos estabelecimentos commerciaes e industriaes, etc.; feiras: de 6 a 8 de janeiro, de 6 a 8 de junho, e de 13 a 15 de setembro; mercados aos domingos e quartas feiras. O principal commercio do conc. é madeiras de castanho e nogueira em prancha, gado suino, fructas, castanha, nozes, avelãs, azeite e cortiça. Em Portalegre tem se publicado os seguintes jornaes: *Abelha (A)*, setembro, 1896; *Academico (O)*, 1892; *Album d'«A Plebe»*, 20 março, 1898 a 21 janeiro 1902; *Amigo do Povo (O)*, 15 dezembro 1901; *Annaes Agricolas do Districto de Portalegre*, 1878 a 1883; annexa ao *Agricultor do Norte de Portugal*; *Atheneu (O)*, 15 dezembro de 1887; *Bebé (O)*, 5 março 1899; *Bibliotheca para o Povo*, abril 1887; foi tambem conhecida pelo nome: *Doutrina Democratica; Boletim de Portalegre*, 6 novembro, 1846 a 21 março, 1847; o primeiro jornal aqui publicado, e inicio do jornalismo n'este districto; *Campeão do Alemtejo (O)*, 4 março, 1866 a 11 julho, 1867; *Campeão de Portalegre (O)*, 17 dezembro, 1893; *Charua(A)*, abril, 1889; *Commercio do Alemtejo*, 1892; *Commercio de Portalegre*, 7 abril, 1889; *Correio de Portalegre*, 2 agosto, 1891; *Correspondencia de Portalegre*, 11 julho, 1897; *Districto de Portalegre (O)*, 27 abril, 1884; Em publicação dezembro, 1910; *Echo Academico (O)*, 10 março, 1889; *Echo Portalegrense (O)*, 24 agosto, 1867 a 15 fevereiro, 1868; *Evangelista (O)*, 15 maio, 1888 existia em 1899; *Folha Portalegrense*, 25 outubro, 1906; *Gazeta de Portalegre*, 15 abril, 1865 a 22 fevereiro,

1866; foi seguido pelo *Campeão do Alemtejo*; *Gazeta de Portalegre*, 5 janeiro, 1890; *Intransigente*, 1910; *Leão (O)*, 4 novembro, 1892, continuação do *Leão da Estrella* com o n.º 107; *Leão da Estrella (O)*, 3 maio, 1889 a outubro, 1892; foi continuado pelo *Leão; Noticias de Portalegre*, 3 julho, 1907; *Petiz (O)*, 1892; *Plebe (A)*, 5 janeiro, 1896; em publicação dezembro, 1910; *Portalegrense (O)*, 186·; *Raio (O)*, 11 agosto 1889; pouco tempo durou; *Revista Academica*, 27 novembro, 1898; *Revista de Faro Portuguez*, 15 outubro, 1885 a 20 janeiro, 1889.—Numeros unicos: *Cruz (A)*, maio, 1901; *Portalegre e Andaluzia*, 1885; *Primeiro de Maio*, 1893.

**Portalegre** (*Serra de*). E' uma das mais altas de Portugal, e d'ella se descobrem varias povoações da Beira Baixa e do Alemtejo, e a serra da Estrella. E' coberta de frondosos arvoredos e de numerosas fontes, o que a torna muito agradavel. N'esta serra ha minas de aguas marinhas turquezas, amethistas, ferro e cobre. N'esta serra nascem alguns rios e muitas fontes.

**Portaneiros** Pov. na freg. de S. Vicente de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, districto de Vizeu.

**Portanxo.** Pov na freg. de S. Romão de Sádão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

**Portão de Barreto.** Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Cruz e conc. de Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo.

**Portaria.** A porta do convento, o vestibulo ou atrio do mosteiro. || Documento official que baixa de qualquer dos ministerios a uma repartição ou a um individuo e é assignado pelo ministro em nome do chefe do Estado. No regimen monarchico, o formulario estabelecia para as portarias o começo: «Manda S. M. El-Rei, pela Secretaria de,» etc.

**Portas.** Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Alentem, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Maria, de Antime, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Miguel, de Bostello, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Lourenço, de Calvos, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo Estevão, de Geraz do Minho, conc. de Povoa de Lanhoso, do mesmo distr. || O Salvador, de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto.

**Portas de Fonseca.** Pov. na freg. de Santa Marinha do Zezere, conc. de Baião, distr. do Porto.

**Portas Fronhas.** Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Rozem, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. João Baptista e conc. de Villa do Conde, do mesmo districto.

**Portas do Souto.** Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Dornellas, conc. Pampilhosa, distr. de Coimbra.

**Portavivo.** Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

**Porteira.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cortiçô da Serra, conc de Celorico da Beira, distr. da Guarda.

**Porteirinhos.** Pov. na freg. de Santo Ildefonso e conc. de Almodovar, distr. de Beja.

**Porteiro.** Homem encarregado de guardar a porta principal d'uma casa ou d'um estabelecimento. || *Porteiro da Real Camara.* Empregado do paço que, em todas as solemnidades de gala, recepção e dias de despacho, recebe o rei á porta da sala do throno ou na tribuna do theatro, no palacio das Côrtes, etc.

**Porteiro.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

**Porteiro-mór.** Dignidade ou officio existente na côrte portugueza desde o reinado de D. Sancho II. O primeiro porteiro-mór de que ha noticia em documentos da monarchia, foi Pedro Pires, que vem mencionado no foral dos moradores de Santa Cruz, dado em junho de 1225. No vol. VII do *Portugal antigo e moderno*, de Pinho Leal, a pag. 239 e 240, vem uma longa lista de porteiros-móres até ao reinado de D. João V.

**Portel** (*Fr Lourenço*). Religioso franciscano da provincia do Algarve; distincto cultor das letras, grande orador e profundo theologo. N. em Portel em 1541, fal. no mosteiro de S. Francisco de Xabregas, a 31 de agosto de 1641, com 100 annos de edade. Foi leitor de Theologia e guardião do convento da sua ordem, em Setubal, definidor, e confessor do mosteiro da Madre de Deus, de Lisboa, e provincial da sua ordem, cargo para que foi eleito em 1601. D. João IV considerava muito Fr. Lourenço de Portel pelo seu muito saber e pelo seu caracter. Entre as diversas obras que escreveu, tem honroso logar as *Duvidas regulares*, em 2 volumes; *Explicação dos casos reservados, conforme ao breve do senhor papa Clemente VIII*, n'um volume, Lisboa, 1611, que teve outra edição em 1671; *Casos de Consciencia*, em 2 volumes; *Indulgencias*, n'um volume, e *Epitome de Sanchas*, n'um volume. Tambem publicou alguns importantes sermões, sobresaindo o das exequias do arcebispo de Lisboa D. Manuel de Castro, prégado na Sé cathedral.

**Portel.** Uma das villas mais pittorescas da prov. do Alemtejo; séde de conc. e de com., distr. e arceb. de Evora, relação de Lisboa. Tem uma só freg., Santa Maria de Alagôa. Está situada n'um alto, com lindos pontos de vista, nas visinhanças de Evora e de Beja. O commendador de Portel, duque de Bragança, apresentava o prior, que tinha de renda annual 180 alqueires de trigo e 120 de cevada. A pov. é muito antiga, pois já existia no tempo dos arabes, com o mesmo nome de Portel, ou com o de *Marmellar*. D. Affonso III, em premio dos grandes serviços que o seu mordomo mór D. João Pires de Aboim, e seu filho, D. Pedro Annes d'Aboim, tinham prestado a Portugal na expulsão dos moiros do Algarve, 1248 a 1250, lhes deu o senhorio de Portel em 1257, e por isso se ficaram chamando *os de Portel*. A pov. estava deserta e abandonada, e elles a povoaram, dando-lhe foral, em Evora, no 1.º de dezembro de 1262, e assignado por D. João Peres d'Aboim, como lhe chama Franklim, e sua mulher D. Marinha Affonso. Este foral tinha todos os grandes privilegios do de Evora. El-rei D. Manuel deu lhe foral novo, em Santarem, no 1.º de junho de 1510. N'este foral trata-se tambem do Monte de Trigo e Odivellas. Quasi todos os escriptores dizem que esta pov. foi fundada pelos dois cavalleiros citados, que eram ricos-homens e senhores principaes d'aquelles tempos. Pinho Leal, no vol. VII do *Portugal antigo e moderno*, a pag. 241, diz que n'um antigo manuscripto que possuia, e que tratava de varias terras do Alemtejo, se dizia que Portel, estando abandonada pelos moiros, desde 1170, logo alguns christãos a povoaram, e que já no tempo

em que o rei a deu *aos de Portel*, ali habitavam algumas familias portuguezas, em uma aldeia chamada *Marmelal*, ou *Marmellar*. Para confirmar d'algum modo a opinião do citado manuscripto, ha a *Chronica* de D. Affonso III, que, em resumo, diz que este monarcha deu licença, em 1257, ao concelho de Evora, para que pudesse dar ao seu vassalo D. João Pires d'Aboim e a sua mulher, D. Marinha Affonso e a seus filhos, uma mui dilatada herdade *onde já havia o mosteiro da Vera Cruz do Marmelar*, e logo em 1258 lhe demarcou o concelho e o tomou por seu *visinho*. Em 1259 lhe concedeu o rei todo o direito espiritual e temporal n'aquelle vasto territorio, e a 15 de outubro d'esse anno o mandou coutar, concedendo lhe então licença (D. João) para na mesma herdade *fazer castello e fortaleza*, á qual em 1270 deu foral o mesmo D João *Pires, pondo-lhe o nome de Portél*. Franklin tambem dá a data do foral em 1270 em vez de 1262; mas talvez que D. João désse um outro foral a Portél, so Pires Farinha, e concluida em 1271, o que consta d'uma inscripção, que existe nas trazeiras da egreja. Este convento era a cabeça da commenda de Portél, da ordem de Malta, e uma das mais rendosas do priorado do Crato, tanto que os seus commendadores se intitulavam *bailios de Portel*. D. Nuno Alvares Pereira edificou então a nova egreja matriz, e reedificou e ampliou as fortificações. A pov. com os grandes privilegios do seu foral, e com os maiores ainda, de que gozavam os caseiros de Malta, tomou grande incremento. Os duques de Bragança, que de D. Nuno herdaram o senhorio de Portel, fundaram dentro do castello um vasto palacio, onde vinham residir com muita frequencia. Em 1547, o 7.º duque de Bragança, D. Theodosio I, fundou aqui dois conventos de frades, um de eremitas da ordem de S. Paulo, e outro de capuchos de S Francisco, menores reformados da provincia da Piedade, o que tambem concorreu muito para a prosperidade e importancia da villa. Dizem alguns escripto-

Castello de Portel

modificando o primeiro, em 1270. D'estes dois textos citados, parece ficar provado que D. João Pires, ou Peres, não foi o fundador e povoador da villa, que já estava fundada e edificada O que fez foi amplial-a, construir-lhe as fortificações, mudando-lhe talvez o nome. O cinto de muralhas é que se julga ser obra d'el-rei D. Diniz. Portel, até ao reinado de D. João I, não passava d'uma povoação pequena e de pouca importancia, mas assignando-se em 1393 a paz com Henrique III de Castella, depois de 10 annos de guerra entre Portugal e Hespanha, principiou para o nosso paiz uma epoca de desenvolvimento e florescencia da agricultura, commercio e industria. O grande condestavel D. Nuno Alvares Pereira, senhor de Portel, por doação de D. João I, em 1385, tomou a peito o desenvolvimento e prosperidade d'esta sua povoação. Havia só uma freguezia da invocação de Vera Cruz de Marmelar, e tambem de *Véra Cruz de Portél*, cuja egreja era a d'um convento de freires da ordem de S. João de Jerusalem (Malta) principiada em 1268 por Fr. Afton-

res, que o convento de S. Paulo foi fundado por D. Nuno Alvares Pereira em 1420, e reedificado por D. Theodosio, quando fundou o de S. Francisco. Emquanto os duques de Bragança tiveram a sua côrte em Villa Viçosa, que fica a uns 65 k. ao E de Portel, prosperou esta villa, sob a protecção da casa opulentissima de Bragança, a cujo estado pertencia, mas subindo ao throno de Portugal D. João IV, os seus successores não cuidaram mais da villa de Portel, que foi em progressiva decadencia, não só por este motivo, mas, e principalmente, pelas guerras dos 27 annos que então se seguiram, e que assolaram a provincia do Alemtejo ainda mais que qualquer outra, por ter servido tantas vezes de campo de batalha. O castello, hoje completamente arruinado, está situado no ponto mais elevado da villa com a sua cêrca de muralhas, tendo no seu recinto, além do velho paço ducal e outras casas, a torre de menagem, que se julga ser obra d'el-rei D. Diniz. A villa gozava a prerogativa dos seus procuradores terem assento em côrtes, no banco

15.º O seu brazão d'armas compõe-se de 7 torres de ouro, em campo vermelho, tres na linha superior, uma na segunda, duas na terceira, e uma na inferior. A fundação da Misericordia data de 1498; tem administração separada do hospital civil. Este hospital foi fundado por D. João Peres de Lima e sua mulher D. Marianna Ennes, em 1 de março de 1301, havendo depois sua confirmação dada por D. Nuno Alvares Pereira em 27 de novembro de 1373. Actualmente tem um rendimento de 4:000$000 reis. A sua egreja é magnifica, e serviu de parochia por espaço de 157 annos, desde 1593; tem enfermarias de primeira ordem e todos os pertences para as mais delicadas operações cirurgicas; ricos paramentos de primoroso lavor. O antigo edificio da camara municipal foi reedificado em 1876. Ali está tambem a cadeia. O matadouro municipal está construido em condições modernas. A 3 k. de distancia da villa está a ermida de S. Pedro, edificada no cimo d'um monte á altitude de 480 m. E' de boa construcção e data do anno de 1416. Dizem que ardeu em 27 de janeiro de 1668, mas foi reconstituida poucos annos depois, e é hoje da administração da camara municipal de Portel. Do alto da ermida desfructa-se umsurprehendente panorama. Ali se realizam durante o anno varias festas, onde concorrem muitos forasteiros por parte dos povos de Montemór-o-Novo, Evora, Reguengos e Portel. Proximo da villa corre o rio *Degébe*, que morre na margem direita do Guadiana, a 12 k. de distancia. O territorio do concelho de Portel é muito fertil em todos os generos agricolas, e abunda em gado e caça de toda a qualidade. No mez de junho de 1875 foi registada na camara municipal uma mina de cobre; no mez de julho seguinte, de cobre e outros metaes; em janeiro de 1876 de cobre, e em agosto d'esse anno mais 4 minas de cobre e outros metaes. Portel pertence á 4.ª div. mil., 7.ª brigada, grande circumscripção mil. S, e ao distr. de recrut. e res. n.º 11, com a séde em Setubal. Tem escolas d'ambos os sexos, est. telegr.-post. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; agente do *Banco do Alem tejo;* das companhias de seguros *Confiança portuense* e *Reformadora*, vice-consul de Hespanha; advogados, estalagens, fabricas de faianças, de fiação, de louças, de moagens, e de tijolo; hospedarias, medicos, pharmacias, notario, sociedades de recreio: *Associação Artistica*, *Club Recreativo Portelense*, *Gremio Artistico Musical Portelense*, *Orchestra Mocidade Portelense*, feira annual nos dias 19, 20 e 21 d'agosto havendo no local abundancia d'agua e um vasto logradouro para o estacionamento de gados; mercado diario no largo do Loureiro. Publicou-se o jornal *O Portelense*, 6 de dezembro de 1890. O conc. comprehende 10 freguezias com 1:990 fog. e 7:985 hab., sendo 4:021 do sexo masc. e 3:965 do fem., n'uma superficie de 56:210 hect. As freguezias são: S. Lourenço, d'Alqueva, 865 hab. 466 do sexo masc. e 399 do fem.; N. S.ª das Neves, de Amieira, 710 hab.: 357 do sexo masc. e 353 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Atalaia, 276 hab.: 148 do sexo masc. e 128 do fem.; S. Julião, de Monte do Trigo, 976 hab.: 493 do sexo masc. e 483 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Oriola, 452 hab.: 226 do sexo masc. e 236 do fem.; Santa Maria de Alagôa, de Portel, 2:612 hab.: 1:273 do sexo masc. e 1:339 do fem.; Sant'Anna, 662 hab.: 322 do sexo masc. e 340 do fem.; S. Bartholomeu do Outeiro, 504 hab.: 260 do sexo masc. e 244 do fem.; S. João Baptista, 133 hab., 76 do sexo masc. e 57 do fem.; Santa Cruz, de Vera Cruz de Marmellar, 786 hab.: 400 do sexo masc. e 386 do fem. O principal commercio do conc. é gados, cortiça, cereaes, azeite e queijos.

**Portel**. Serra do distr. de Evora. Está situada proximo da villa de Portel, de que toma o nome, tem duas ramificações, uma para o N. O, que se estende até ao monte Mendro. Qualquer dos braços tem aproximadamente 10 k. de comprimento, e a sua maior elevação é de 418 metros.

**Porteladla**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Portella**. Ponto em que um caminho ou uma estrada fórma um cotovêlo ou angulo, ordinariamente em uma garganta ou desfiladeiro. Tambem se chama porto, havendo povoações com esse nome, derivado da sua situação: *Dois Portos*.

**Portella** (*Bernardo Doutel de Almeida, 1.º barão de*). Moço fidalgo com exercicio, commendador da ordem de Aviz; cavalleiro da da Torre e Espada, e da Legião de Honra, de França, condecorado com a cruz de ouro de 6 campanhas da Guerra Peninsular, marechal de campo reformado, alcaide-mór de Alcobaça, commandante da guarda real da policia em 1823. N. a 22 de janeiro de 1789, fal. em Aldeia Gallega da Merceana a 25 d'agosto de 1876. Era filho de Antonio Wenceslau Doutel d'Almeida Machado e Vasconcellos, senhor de varios morgados em Bragança e Eixos; fidalgo da Casa Real, coronel de cavallaria, governador de Chaves, etc., e de sua mulher, D. Maria Joaquina Madureira de Moraes Sarmento. Foi agraciado com o titulo de barão de Portella, por decreto de 26 de outubro de 1823.

**Portella** (*Manuel Maria*). Poeta e escriptor. N. em Setubal a 8 de dezembro de 1833, onde tambem fal. em 1 de março de 1905. Era filho de paes humildes, Manuel Rodrigues Portella e Dorothéa Angelina Perdigão Portella. Só pôde frequentar as aulas de instrucção primaria, mas uma natural propensão para os estudos litterarios o levou a applicar-se com persistencia á collaboração de varios jornaes de Lisboa e Setubal, sendo por muitos annos redactor do *Jornal de Setubal*, desde 1867. Ao jornalismo juntaram-se as locubrações poeticas, sendo a sua obra digna de apreço. Em 1865 publicou em Lisboa os *Ensaios poeticos; A Arrabida*, trecho contra a suppressão do cemiterio, etc. Em 1872, em Setubal, os *Ecos do ermo; Hymno dedicado ao ex.mo sr. dr. José Braz de Mendonça Furtado, lente da faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, pela sociedade marcial Capricho*, musica de José Luciano de Carvalho, versos de Manuel Maria Portella. Nos folhetins da *Gazeta Setubalense* encontram-se alguns trabalhos seus: *D. Gonçalo Pinheiro, bispo de Vizeu*, noticia biographica, nos dias 1 e 8 de março de 1874; *Impressões de um passeio á Arrabida, descripção historica e topographica do sitio*, etc., de julho e agosto de 1873. Da edição feita em 1879 no Rio de Janeiro das *Descripções enygmaticas*, etc., de Fr. Francisco de Santo Ignacio Carvalho, a introducção é assignada por Manuel Maria Portella, que n'ella fez a biographia do autor. Entrando no funccio-

nalismo, foi durante muitos annos empregado na camara municipal, de que por vezes exerceu o logar de secretario. N'esse cargo se lhe deve a *Noticia dos monumentos nacionaes do concelho de Setubal*, que em 188? a camara do mesmo concelho mandou imprimir, offerecendo-a em resposta aos quesitos que lhe fôram propostos pela Commissão dos Monumentos Nacionaes. Quando no diccionario *Portugal antigo e moderno* se publicou o artigo relativo a Setubal, acudiu logo Manuel Maria Portella com muitas correcções, que fez imprimir no formato d'aquella obra de modo a poderem intercalar se no respectivo volume. Ainda com o mesmo desvelado interesse, que tomava por tudo quanto se referia á sua patria, trabalhou activamente para a fundação d'um asylo da infancia desvalida, instituição que constitue o seu mais puro elogio. A cidade de Setubal, em gratidão de tantos beneficios, quando se realizaram n'aquella cidade as festas em homenagem, a Bocage deu o nome de *Manuel Maria Portella* a uma das suas melhores ruas

**Portella**. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr e arceb. de Braga, 43 fog. e 186 hab. Dista 3 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem esquerda do rio Homem, e a 4 da margem direita do rio Cavado. A mitra primacial de Braga apresentava o abbade, que tinha 160$000 reis de rendimento. O seu territorio é fertil em milho, centeio, trigo, feijão, laranja e vinho verde. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 56 fog. e 241 hab. Tem est. postal. Está situada a 7 k. da margem direita do rio Ave, a 3 da estrada real do Braga a V. N. de Famalicão, e dista 9 k. da séde do conc. O vigario do Santa Maria de Ferreiros apresentava o vigario, que tinha 40:000 reis e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de S Paio, da prov. do Douro, conc. e com. de Penafiel, districto e bispado do Porto; 179 fog. e 759 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada n'um valle, entre a serra do Mousinho e o rio dos Ladrões, proximo da margem direita do rio Tamega o a 11 k. da séde do conc. Os herdeiros de Gregorio Ferreira d'Eça, da casa de Cavalleiros, apresentavam o abbade, que tinha 400$000 reis de rendimento. Esta freg. era um logar da de S Vicente do Pinheiro, do mesmo conc., da qual foi desmembrada, para formar parochia independente, no meado do seculo XVII. Tinha uma ermida dedicada a S. Paio, que ficou sendo a matriz. O terreno é abundante em todos os generos agricolas do paiz. Cria muito gado bovino, que exporta para Inglaterra, muita caça grossa e miuda. A primitiva egreja matriz era antiquissima, e não se conhece a data da fundação, e muito acanhada; em 1816 fez-se a capella-mór. O corpo da egreja foi demolido, e reconstruin-se em mais amplas dimensões. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 20, com a séde em Amarante. || Pov. e freg. de Santo André, da prov do Minho, conc. e com. de Areos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 158 fog. e 541 hab. Está situada proximo da margem direita do rio Vez, a 14 k. da séde do conc. Os viscondes de V. N. da Cerveira apresentavam o abbade que tinha 300$000 reis. A egreja matriz, dizem ser uma das mais ricas do concelho, pela sua boa talha antiga. No monte Crasto, abaixo da egreja, ha vestigios de fortificações antiquissimas, que se suppõem obra romana. A pov. pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. do Minho, conc. e com. de Monsão, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 165 fog. e 588 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Está situada na estrada real de Monsão aos Areos de Valle-de-Vez, a 13 k. da séde do conc. A casa dos senhores de Regalados apresentava o abbade, que tinha 200$000 réis de rendimento. Foi do real padroado. O rei D. Diniz cedeu metade a D. João Fernandes Sotto Maior, bispo de Tuy, em 1308. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3 com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Aboim, conc. de Amarante, distr do Porto. || S. Martinho, de Aborim, concelho de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Alliviada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Graça, de Almagreira, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Almelaguez, conc. e distr. de Coimbra || S. João Baptista, de Alpendurada, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || N. S.ª da Consolação, de Alvados, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria || S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto || S. Salvador, de Arão, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Arco de Baúlhe, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || N. S.ª da Conceição, de Arega, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || N. S.ª da Graça, de Areias, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem. || S. Martinho, de Armil, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Romão, de Arões, do mesmo conc. e distr. || S. João Evangelista, de Atbães, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Balazar, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Pedro, de Barreiros, conc. de Amares, do mesmo distr. || Santo Estevão, de Barros, conc. de Villa Verde, do mesmo distr || S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. || N. S.ª da Encarnação, de Benedicta, conc. d'Alcobaça, distr. de Leiria. || S. João Baptista, de Bico, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião, de Boliqueime, conc. de Loulé, distr. de Faro. || O Salvador, de Bombarral, conc. de Obidos, distr. de Leiria || Santa Maria, de Borbella, conc. e distr. de Villa Real. || S Thiago, de Brandara, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Braz de Alportel, conc. e distr. de Faro || S. João Baptista, de Bucos, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Martinho, de Cabana Maior, conc. de Arcos do Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Cabração, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Campo, conc. de Vallongo, distr. do Porto. ||

Santo Estevão, de Cantellães, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Romão, de Carnaxide, conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Carvoeiro, conc. e distr. de Vianna do Castello. || S. Paio, de Casaes, conc. de Louzada distr. do Porto. || S. Thiago de Cendufe, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Cepães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, da Charneca, 3.º bairro de Lisboa. || Santa Maria Magdalena, de Chaviães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Christovão de Nogueira, concelho de Sinfães, distr de Vizeu. || S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || S. Pantaleão, de Cornes, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Romão, de Coronado, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga || Santa Eulalia, de Couto de Baixo, conc. e distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Couto de Cima, do mesmo conc. e distr. || Santa Columba, de Couto do Mosteiro, conc. de Santa Comba Dão, do mesmo distr. || S. Thomé, de Covellas, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Cruz, do Bispo, conc. de Bouças, do mesmo distr. || S. Cypriano, conc. e distr. de Vizeu. || O Salvador, de Delães, conc. de V. N. de Famalicão distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Miguel, de Facha, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Faria, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Fermentões, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Mamede, de Ferreira, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Baptista e conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Filhadella, conc. e distr. de Villa Real. || O Salvador, de Fonte Arcada, conc de Povoa de Lanhoso, districto de Braga. || S. Thiago, de Fonte Arcada, concelho de Penafiel, distr. do Porto. || S. Miguel, de Fontellas, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real. || S. Miguel, de Fontoura, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Freitas, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santa Maria, de Frende, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria, de Gallegos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Claudio, de Geme, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. João Baptista de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Gonça, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Gondezende, conc. e districto de Bragança. || S. Christovão, de Gondomil, conc. de Valença, distr. de Vianna do Castello. || S. Isidoro, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Isidoro, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Domingos, de Lagarteira, conc. de Ancião, distr. de Leiria. || Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Lavos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra || S. Martinho, de Leitões, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Simão de Litem, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Lobão, conc. da Feira, districto de Aveiro. || S. Miguel, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Christovão, de Lordello, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Thiago. de Lordello; conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Louredo, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Magrellos, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || Santa Margarida da Coutada, conc. de Constancia, distr. de Santarem. Tem caixa postal. || S. Martinho da Cortiça, conc. de Arganil, distr. de Coimbra. || Santa Christina, de Meadella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Christina, de Mentrestido, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo districto. || S. Pedro, de Mões, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Mogege, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de Monte Redondo, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || O. Salvador, de Moure, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Moiriscas, conc. de Abrantes, districto de Santarem. || S. Romão, de Mouriz, conc. de Paredes, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Nespereira, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || Santa Christina, do Nogueira, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Christovão, de Nogueira da Regedoura, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Olivaes, 1.º bairro de Lisboa. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || Exaltação da Santa Cruz e conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Oriz, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Paços, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Vicente, de Paços, conc. de Fafe do mesmo distr. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. | N. S.ª do O', de Paião, concelho de Figueira da Foz, distr. de Coimbra | Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga. || S. Pedro Fins, conc. de Maia, distr. do Porto. || S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Pigeiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Pindello, conc. de Oliveira de Azemeis, do mesmo distr. || S. Thiago, de Pinheiro, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Cosme, de Podame, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Poiares, conc. de Ponte do Lima, do mesmo distr. || S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || S. Pedro, do mesmo conc. e distr. || Ilha Graciosa; S. Matheus, de Praia da Graciosa, conc. de Santa Cruz da Graciosa, distr. de Angra do Heroismo. || N. S.ª d'Assumpção, de Querença, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Martinho, de Quinchães, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Miguel, de Rans, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || N. S.ª das Dores, de Rebordello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Rebordosa, conc.

de Paredes, do mesmo distr. || N. S.ª do Bom Despacho, de Recarei, do mesmo conc. e distr. | S. Mamede, de Recesinhos, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Remelhe, conc de Barcellos, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Remoães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Silvestre, de Requião, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Riba de Moiro, conc de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Ribeira, conc. de Ponte do Lima, do mesmo districto. || S. Miguel, de Ribeiradio, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu. || S. Mamede, de Ribeirão, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Maria, de Ribeiros, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Christovão, de Rio Mau, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Rocas do Vouga, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Romarigães, conc. de Paredes de Coura, districto de Vianna do Castello. || Santo Isidoro, do Romariz, conc. da Feira, distr. de Aveiro. | S Pedro, de Roriz, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro. || S. Thiago, de Sampriz, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Seixas, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª d'Assumpção, de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu. || S Pedro, de Serzedello, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Souto, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Silvestre, de Souto, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra. || O Salvador, de Travanca, conc. Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Travanca, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Valladares, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Varzea da Ovelha, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Mamede, de Vermil, conc. de Guimarães, districto de Braga. || S. Miguel, de Villa Boa, conc. do Sattam, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Purificação, de Villa Chã, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Villa Cova, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Martinho, de Villa Juzã, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. || N. S.ª da Conceição e conc de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || N. S.ª dos Anjos, de Villa Verde dos Francos, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || Santa Eulalia, de Villar de Moiros, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Encarnação, de Villarelhe, do mesmo conc. e distr. || S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Villa Nogueira de Azeitão, conc. de Setubal, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Gôve, conc. de Baião, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Mamede de Negrellos, conc. de Santo Thirso, do mesmo districto. Tem correio com serviço do posta rural. || Apeadeiro na linha do caminho de ferro do Minho, entre o de Mosteiró e a estação de S. Romão.

**Portella das Abertas.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Cercal, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

**Portella do Alqueive.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

**Portella Alta.** Pov. na freg. de S. Julião, de Agua Longa, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

**Portella Alta de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freg. de N. S.ª da Visitação, de Odeleite, conc. de Castro Marim, distr. de Faro.

**Portella da Amorosa.** Pov. na freg. de S. Bartholomeu de Messines, conc. de Silves, distr. de Faro. Tem caixa postal.

**Portella da Arca.** Pov. na freg. de S. Martinho, de Moreira do Rei, conc. de Fafe, distr. de Braga.

**Portella d'Arneiro.** Pov. na freg de S. Salvador, de Portella Suzã, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Portella do Bacello.** Pov. na freg. de S. Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, districto de Braga.

**Portella de Baixo.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro. || S. Thiago, de Anta, conc. de Villa N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro Fins, de Tamel, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

**Portella de Belmonte.** Pov. na freg. de S. Pedro, da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

**Portella dos Bezerrins.** Pov. na freg. do S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

**Portella do Bispo.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Dois Portos, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

**Portella da Bostaranga.** Pov. na freg. de S. Martinho, de Coura, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. Consta que existem ainda aqui vestigios d'um forte, chamado, *Crasto*, obra dos romanos, para defenderem este ponto, que, pela aspereza das grandes serras d'Arga e Formigoso, se tornava quasi inaccessivel. Poucos soldados bastavam para impedir o passo a um exercito, n'este desfiladeiro.

**Portella do Braz.** Pov. na freg. de S. Pedro, do Rego da Murta, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

**Portella das Cabras.** Pov. na freg. do Salvador, da prov. do Minho, conc. e com. de Villa Verde, distr. e arcob. de Braga; 55 fogos e 220 hab. Dista 2 k. da séde do conc. e está situada proximo da raia da Galliza. O abbade de S. Miguel de Carreiras apresentava o cura, que tinha 10$000 réis de congrua e o pé d'altar. A terra é fria e pouco fertil, mas cria bastante gado, principalmente miudo. Era antigamente dos Castros, senhores de Albergaria, passando depois á Casa de Bragança. Foi séde de concelho, e teve foral velho, dado por D. Affonso III, em Santarem, a 19 de março de 1260. N'este foral dá-se-lhe o no-

me de *Portella de Leitões*. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga.

**Portella da Camara**. Pov. na freg. de N. S.ª da Misericordia, de Bellas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

**Portella de Caramoxel**. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Serra, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

**Portella da Carreira** Pov. na freg. de S. Romão, de Mesão Frio, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Portella da Cerdeira.** Pov. na freg. de Santo Antonio, de Cerdeira, conc. d'Arganil, distr. de Coimbra.

**Portella de Chança**. Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Sobral da Abilheira, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

**Portella de Cima**. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Anta, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Thiago, de Gagos, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || O Salvador, de Portella das Cabras, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, districto do Porto.

**Portella dos Collos**. Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de Peso, conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco. || N. S.ª d'Assumpção de Cardigos, conc. de Mação, distr. de Santarem.

**Portella da Côrte dos Velhos** Sitio da serra do Algarve, onde se deu uma acção, em que ficou prisioneiro e celebre guerrilheiro Remexido a 28 de julho de 1838.

**Portella da Costa** Pov. na freg. de Santa Senborinha, de Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

**Portella do Covello**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Vieira, districto de Braga.

**Portella da Cruz**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Covellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. Tem correio com serviço de posta rural.

**Portella do Curral**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa de Rei, distr. de Castello Branco.

**Portella das Eiras** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc de Monchique, districto de Faro.

**Portella do Espirito Santo**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

**Portella do Estremadouro** Pov. na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

**Portella do Tojo** Pov. e freg. de N. S.ª da Paz, da prov. do Douro, conc. e com. da Pampilhosa, distr. e bisp. de Coimbra; 245 fog. e 1:127 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. A pov. dista 24 k. da séde do conc. e está situada em terreno montuoso, a 1 k. da margem direita do rio Zezere. Tem estrada para Goes e Louzã. A terra é muito fria e pouco fertil, por causa das neves que duram aqui a maior parte do anno. Produz vinho, azeite, milho e castanhas. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23 com a séde em Coimbra.

**Portella do Gradil** Pov. na freg. de S. Silvestre, do Gradil, conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

**Portella do Homem**. Pov. na freg. de S. Thomé, de Villarinho, conc. de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga. Por este logar passa a linha divisoria entre a prov. do Minho e a da Galliza. Tambem por aqui passava uma das vias militares romanas, que de Braga iam a Astorga. Existiram em Portella do Homem numerosos marcos milliares, não só os que fôram assentes pelos romanos, mas os que trouxeram d'outras partes. No meado do seculo passado existiam ainda os restos d'uma trincheira, com a sua contra escarpa, estendendo dois braços pela encosta da serra, construida no reinado de D. João I, e reedificada no de D. João IV, e na regencia do principe, mais tarde D. João VI. No alto da serra de Portella do Homem, no sitio chamado Calvos, houve uma atalaia, ha muitos annos arruinada, que foi edificada por se descobrir d'ali grande extensão de territorio gallego. Antigamente dava-se o titulo de praça d'armas á Portella do Homem, e para aqui vinham defender o ponto, já de si quasi inaccessivel, em tempo de guerra, os povos de differentes freguezias do Alto Minho, pelo que tinham o privilegio de não darem soldados para o exercito, e outros mais.

**Portella de Jusão**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle de-vez, distr. de Vianna do Castello.

**Portella da Matta**. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Olival, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

**Portella das Maunças**. Local na estrada de Louza, conc. de Loures, distr. de Lisboa, onde ha um chafariz, que se construiu em 1836, sendo esta construcção e a de mais 5 fontes, n'este sitio, dada de arrematação por 950$000 réis a Manuel Affonso, da povoação de Louza. O chafariz recebe a agua por um encanamento que terá 50 palmos, e os sobejos correm para a estrada.

**Portella do Melo**. Pov. na freg. do Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, districto de Vizeu.

**Portella da Memoria**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Colmeias, concelho e districto de Leiria.

**Portella da Milheira**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cavez, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

**Portella dos Mogães** Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

**Portella do Mondego** Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e districto de Coimbra.

**Portella do Monte**. Pov. na freg. de Santa Martha, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Portella de Monte Secco** Pov. na freg. de S. Clemente e concelho de Loulé, districto de Faro.

**Portella da Nave**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, districto de Faro.

**Portella de Nixebra**, Pov. na freg. de S. Pedro, de Alviobeira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

**Portella do Odreiro** Pov. na freguezia de Santo André e conc. de Mafra, districto de Lisboa.

**Portella da Orzeira**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Bobadella, prov. de Traz os-Montes, conc.

de Chaves, distr. de Villa Real. Proximo d'esta pov., perto e ao S da estrada, existiam no meado do seculo passado vestigios d'um grande aqueducto, que principiava em Bobadella, e passando pela antiga aldeia de *Payo Mantelia*, entrava no territorio de Meixiede, o qual confina com a Galliza. D'ali vinha por uma varzea, chamada a *Campina*, até ao valle de Chaves. Segundo a tradição, é obra do imperador Trajano, e feita pelo mesmo tempo em que se construiu a ponte de Chaves, pelos annos 1'0 da era de Christo.

**Portella do Outeiro.** Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Colmeias, conc. e distr. de Leiria. || S. Pedro e conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

**Portella do Paço.** Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

**Portella das Padeiras.** Pov. na freg. de S. Salvador, conc. e distr. de Santarem. Ha aqui uma ermida antiga, de boa architectura, dedicada a N. S.ª dos Anjos. Está edificada em sitio quasi plano e agradavel, cercada de arvores fructiferas e silvestres, e com uma fonte de excellente agua que rega o arvoredo. A capella é vasta, mas tem só um altar na capella mór, e este tem um zimborio pyramidal cercado de ameias. As paredes interiores são revestidas de azulejos e a capella mór é dividida do corpo da egreja por grades de ébano, e d'esta mesma madeira é o pulpito. No adro está um alpendre, sustentado por columnas de pedra, com architrave e cimalha de pedra. A imagem da Senhora é de pedra, e denota muita antiguidade, mas é de boa esculptura, e tem pouco mais d'um metro d'altura. Tem o Menino Jesus feito na mesma pedra.

**Portella de Pereiro.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

**Portella de Pinhoé.** Pov. na freg. de S. Romão, de Arões, conc. de Fafe, districto de Braga.

**Portella de Rebordellos.** Logar na prov. de Traz-os-Montes, freg. e conc. de Boticas, distr. de Villa Real. Passava por aqui a via mil. romana, que de Braga ia a Chaves, e d'ali a Astorga. Ainda no seculo XVIII existiam n'este logar dois marcos milliares, que fôram então mudados para o logar de Campos, proximo ás Boticas, um era dedicado ao imperador Claudio, e dizia que d'ali a Braga eram 5 legoas; do outro, que tinha 1m,10 d'alto e 2 m. de circumferencia, apenas se lia da inscripção *XXXV*, porque o resto estava apagado.

**Portella do Rego.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Guilhofrei, conc. de Vieira, distr. de Braga.

**Portella do Rio.** Pov. na freg. de Santa Leocadia e conc. de Baião, distr. do Porto.

**Portella de Santa Eulalia.** Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real.

**Portella de S. Caetano.** Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

**Portella de S. Gens.** Pov. na freg. de S. Salvador e conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Portella de S. Gonçalo.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Lobrigos, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real.

**Portella de S. Lourenço.** Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Ancião, distr. de Leiria.

**Portella de S. Thiago.** Pov. na freg. de S. Thiago de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

**Portella da Serra.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Evora d'Alcobaça, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

**Portella do Sobral.** Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Portella do Souto.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Villarinho, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

**Portella Suzã.** Pov. na freg. de S. Salvador, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 80 fog. 392 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. A pov. dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 5 k. da margem esquerda do rio Lima. O D. abbade benedictino do mosteiro do Carvoeiro apresentava o vigario, que tinha 50$000 réis e o pé d'altar. Esta freg. pertencia ao couto do referido mosteiro, cujo abbade tinha n'elle as jurisdicções espiritual e temporal. A terra é fertil; cria bastante gado de toda a qualidade, e é abundante de peixe do mar, que lhe fica a pouca distancia. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º3, com a séde em Vianna do Castello.

**Portella da Teira.** Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Alcobertas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem.

**Portella de Torres.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

**Portella do Vade.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Atheães, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. Tem est. postal.

**Portella do Valle.** Pov. na freg. de S. Thiago, de Villela, conc. de Amares, distr. de Braga.

**Portella do Valle de Espinho.** Pov. na freg. de Santo Antonio, de Arrimal, conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

**Portella de Valle Verde.** Pov. na freg. de S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, districto de Lisboa.

**Portella de Villa Franca das Naves.** Pov. na freg. de N. S.ª dos Prazeres, de Villa Franca das Naves, conc. de Trancoso, distr. da Guarda.

**Portella da Zebra.** Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Gondoriz, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Portellada.** Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alvite, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Maria, de Meinedo, conc. de Louzada, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Palmeira, conc. de Santo Thirso, do mesmo distr. || S. Thiago de Bésteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

**Portelladinha.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Portellas.** Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Alvega, conc. de Abrantes, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Anjos, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. Barnabé, conc. de Almodovar, distr. de Beja. || Santa Eulalia, de Barrozas,

conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Caldas de Vizella, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santo André, de Santa Cruz do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Sebastião e conc. de Lagos, distr. de Faro. || S. Mamede, de Negrellos, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. Pedro, de Oliveira, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Padornello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Perre, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Portellas de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto.

**Portellinha.** Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aborim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Bairros, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S Clemente, de Basto, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || Santa Maria, de Caires, conc. de Amares, do mesmo distr. || Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Couto, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Siufães, distr. de Vizeu. || Santo André, de Frades, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Lourenço, de Golães, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Mamede, de Gondiães, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || Santa Maria, de Grade, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Lever, conc. da Feira, distr de Aveiro. || S. Thiago, de Louriçal, conc. de Pombal, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Maurelles, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Martinho, de Moure, conc. de Villa Verde, distr. de Braga || S. Miguel, de Paraizo, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra, || Santa Marinha, de Prozello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Real, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || N. S.ª das Dores, de Rebordello, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Miguel, de Rebordosa, conc. de Paredes, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Ruivos, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Sanhoane, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || Santa Martha, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro e conc da Certã, distr. de Castello Branco. || Santa Christina, de Serzedello, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Portellinha de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Beberriqueira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

**Portellinha da Bajouca.** Pov. da freg de N S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria.

**Portello** Povoações nas freguezias: N. S.ª do O', de Ardegão, conc de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Cunha, conc. e distr. de Braga. || S. Lourenço, de França, conc. e distr. de Bragança. || Santa Maria; de Prado, conc. de Villa Verde, distr. de Braga. || S Martinho, de Travassôs, do mesmo conc. e districto.

**Portello de Cambres.** Pov. na freg. de S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. Tem caixa postal. Publicou-se aqui o quinzenario *A Esperança*, que começou em 1905.

**Portello da Veiga.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Gondarem, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello.

**Portete.** Pov. da freg. de N. S.ª do Monte, no conc. da ilha Brava, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pov. na freg. de N S.ª da Graça, no conc. da Praia, do mesmo archipelago e provincia.

**Portigens.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Portimão.** V. *Villa Nova de Portimão.*

**Portimão** Rio do distr. de Faro. N. na freg. de S. Barnabé, na serra de Mú, ou do Caldeirão, corre a O S O, passa em Silves com o nome d'esta cidade, e recebendo depois o ribeiro de Odelouca, vae entrar na bahia de V. N. de Portimão, com 15 k. de curso.

**Portinha.** Povoações nas freguezias: S. Paio, de Bésteiros, conc de Amares, distr. de Braga. || S. Miguel e conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

**Portinho.** Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira, Santo Antão, de Caniço, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || S. Pantaleão, de Cornes, conc. de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello || Ponta situada quasi ao centro da costa N da ilha de S. Miguel, Açôres. || Ilhéo fronteiro á costa S da ilha do Principe, Africa Occidental. || Um dos portos mais importantes da ilha de Maio, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Pequena aba da costa S da ilha do Principe, Africa Occidental. Está situada entre a ponta do Pico Negro e o ilhéo do Portinho; é o unico abrigo, e só para barcos pequenos, que existe na costa S da ilha.

**Portinho e Fenos.** Ilha da Madeira; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Jardim do Mar, conc. da Calheta, distr. do Funchal.

**Portinho dos Mosteiros.** Pequeno porto ou abrigada situada na costa N da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Serve apenas para barcos pequenos no tempo das aguas e fica a E da ponta dos Mosteiros.

**Portinho da Salina.** Porto situado na costa S da ilha do Sul, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental, Está situado entre a ponta da Salina e a restinga da ponta da Fragata, olhando a SE, e é muito desabrigado. E' frequentado pelos navios que vão buscar o sal das marinhas artificiaes estabelecidas junto da ponta da Salina e da principal povoação da ilha. || Pequeno porto ou abrigada situada na costa N da ilha do Fogo, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Serve apenas para barcos pequenos no tempo das aguas e fica a O da ponta dos Mosteiros.

**Porto** *(Antonio Felizardo)*. Cantor e professor de canto no Conservatorio de Lisboa, cantor da capella real, etc. N. em Souzel nos fins do seculo XVIII, fal. em Lisboa, no sitio da Junqueira, a 1 de outubro de 1863. Era filho de Antonio Pedro Silverio e de D. Luiza Maria Silverio; sobrinho do reitor do seminario de Villa Viçosa, o conego Magalhães Porto. Por indicação de seu tio,

entrou muito creança no seminario para aprender musica, e indo ali de visita o principe regente, mais tarde D. João VI, foi-lhe solicitada a protecção para o pequeno seminarista, que revelava uma boa voz de soprano. O principe trouxe-o comsigo para Lisboa, mandando-o continuar os seus estudos no Seminario Patriarchal. Antonio Felizardo Porto acompanhou a familia real para o Rio de Janeiro em 1807, onde terminou os estudos, sendo então nomeado cantor da capella real e picador da Casa Real. Regressou a Lisboa em 1821, quando o Brazil proclamou a sua independencia, continuando na capital no exercicio dos seus cargos. Pelos seus principios liberaes, teve de emigrar em 1828 para Inglaterra, e em Londres foi professor de canto da joven rainha D. Maria II, com quem depois veiu para Portugal, continuando a leccional-a, sendo mais tarde tambem nomeado professor de canto d'el-rei D. Fernando, que veiu para Portugal ainda muito novo, pois contava 19 annos de edade quando se realisou o seu casamento com a rainha D. Maria II. Quando se organisou o Conservatorio de Lisboa, Antonio Porto foi nomeado professor de canto, por decreto de 30 de outubro de 1835. Em 1843 foi escolhido para director technico do theatro de S. Carlos, incumbindo-se de organisar a companhia artistica. Homem intelligente e muito conhecedor de cousas de theatro, esforçava-se por escripturar bons artistas, indo elle proprio a Italia fazer os contratos. Gostava tambem de auxiliar os seus conterraneos, e por isso logo no principio d'essa epoca escripturou Xavier Migoni para mestre ensaiador, e pouco depois, em 1844, o barytono Antonio Maria Celestino, o baixo João Manuel de Figueiredo, e a dama comprimaria Clementina Cordeiro. Mais tarde escripturou como mestre Antonio Luiz Miró, e para tenor o filho d'este, Joaquim Miró. Quando em 1852 lhe foi adjudicada a empresa, readmittiu Migoni, que tinha saido, admittindo de novo o barytono Francisco Lisboa e o tenor Manuel Subtil. Em 1855 esteve no Rio de Janeiro como director do theatro lyrico, passando depois á Bahia onde exerceu identicas funcções, mas pouco se demorou no Brazil porque no anno seguinte já estava de volta em Lisboa.

**Porto** *(Duques do)* Titulo privativo do segundo filho ou filha dos reis de Portugal. Foi creado em 1833, por D. Pedro, duque de Bragança, regente do reino, sendo o respectivo diploma, que se vê transcripto na Legislação Portugueza, assignado pelo então ministro do reino Candido José Xavier. Este titulo foi conferido em honra dos portuenses, não só para commemorar os serviços por elles prestados á patria desde o reinado de D. João I, mas especialmente os que prestaram para a restauração do throno constitucional de D. Maria II, desde 9 de julho de 1832 até ao fim da guerra civil em 1834, e muito particularmente durante o cêrco que a cidade do Porto soffreu pelas tropas de D. Miguel. Tem havido dois duques do Porto: o 1.º o infante D. Luiz, que depois succedeu no throno pelo fallecimento de seu irmão mais velho, D. Pedro V, que não teve successão; o 2.º o infante D. Affonso, irmão do fallecido rei D. Carlos I. V. *Affonso Henriques (D.)*. No vol. I, pag. 71.

**Porto** *(José Joaquim)*. Esculptor em madeira, que viveu nos fins do seculo XVIII e principios do XIX, que é citado pelo conde A. Raczynski, no seu diccionario, a pagina 235.

**Porto** *(Pedro, ou Pero do)*. Musico, que nasceu no Porto pelos annos de 1495. Ignora-se a data do fallecimento. Foi afamado mestre na cathedral de Valença, vindo depois para o serviço do cardeal infante D. Affonso, filho d'el-rei D. Manuel. Por morte do infante, passou á capella de D. João III, onde gozou da reputação de grande cantor. N'uma das suas cartas ineditas, o trovador e pagem de D. João III, Fernão Cardoso, allude a Pero do Porto, seu amigo intimo, dizendo que residia em Evora em 1535, era principal cantor da capella do cardeal infante, e tinha-o sido anteriormente na cathedral de Valença. D'essa carta tirou Alexandre Herculano assumpto para a introducção do seu conto *O Chronista*, em que figura o musico portuguez. João de Barros, na sua obra inedita *Breve Summa de Geographia da comarca de Entre-Douro e Minho*, menciona Pero do Porto entre os homens notaveis nascidos n'aquella comarca, citando um dos motetes que elle compoz, ao qual chama o *principe dos motetes*.

**Porto** *(Silva)*. V. *Silva Porto*.

**Porto** *(D. Fr. Victorino do)*. Religioso franciscano da provincia da Soledade, bispo de Cabo Verde, etc. Chamava-se no seculo Victorino da Costa. N. no Porto a 30 de janeiro de 1651, fal. a 21 de janeiro de 1705. Era filho do licenceado Manuel da Costa Neves e de Maria Barbosa de Barros. Frequentou a Universidade de Coimbra estudando jurisprudencia canonica, em cuja faculdade se formou. Entrando na ordem de S. Francisco professou aos 23 annos de edade, em 1674. El rei D. Pedro II, que muito o considerava, o nomeou bispo de Cabo Verde, sendo sagrado pelo cardeal de Lancastro em 11 de setembro de 1687 Sendo estudante em Coimbra, escreveu: *El mayor entre los grandes, vida, muerte y milagros de un illustre Heroe Varon perfecto S. Victorian*, Coimbra, 1675; *Relação da Missão que fez a Bissau, e Conversão do seu Rey*, Lisboa, 1695.

**Porto** *(Districto administrativo do)*. E' limitado ao N pelo districto de Braga, a O pelo Oceano Atlantico, ao S pelo districto de Aveiro, e a E pelo districto de Villa Real. A sua população, segundo o censo de 1900, é de 601:688 hab.: sendo 280:370 do sexo masc. e 321:318 do feminino. Em 1878 a sua população era de 467:034 e em 1890 de 546:262 habitantes. N'um periodo de viute e dois annos a população do districto augmentou mais de 130:000 almas, e já em 1877 era considerado o primeiro do paiz quanto a densidade de população. Comtudo a corrente emigratoria é consideravel, e todos os annos as difficuldades da vida, a sede das riquezas ou o horror pelo serviço militar, levam para os portos do Brazil alguns milhares de individuos, sobretudo dos concelhos ruraes. No interior do districto o relevo orographico é bastante accidentado, comquanto os seus montes não attiujam altitudes consideraveis. E' para E e N E que fica a parte mais elevada, que abrange ramificações das serras da Cabreira e do Marão. Do rio Douro, em direcção ao Cávado, corre uma extensa serrania que começa proximo da foz do Tamega e separa os valles d'este rio e do Sousa, em direcção N NE. Em S. Bartholomeu toma a direcção N e vae-se confundir com a serra da

Cabreira, attingindo n'esta ultima parte uma altitude de cerca de 800 metros. Varias outras serras de pequenas dimensões existem no districto, taes como a de Santa Eufemia, entre os rios Ave e Leça, a de Agrella entre os rios Le-

Typos do districto do Porto—A lavradeira

ça e Ferreira, a de Vallongo, junto á pov. do mesmo nome, e a de Aguilhões, entre os rios Sousa e Douro. No littoral a terra é naturalmente baixa, não sendo porém os areaes de grande extensão. A arborisação tem sido, em muitos pon-

Typos do districto do Porto—A leiteira

tos, um obstaculo á invasão das areias. Em S. João da Foz do Douro e em Leça da Palmeira os granitos e as rochas schistosas substituem-se ás areias moveis. A costa do districto é pouco recortada; no seu limite N segue em direcção S, volta depois para SE até á Povoa de Varzim, onde fórma uma enseada, e continúa na mesma direcção até Villa do Conde, onde desemboca o Ave. Continúa ainda a costa no mesmo rumo, encontrando-se ao S da foz do Ave as extensas praias do Mindello e de Pampelido. (V. *estes no-*

Typos do districto do Porto—A varina

*mes*). Depois é de rochas baixas e de praias de areia, abrindo se para dar passagem ao rio Leça, em frente do qual fica o porto artificial de Leixões. Por ultimo abre-se a barra do Porto, e d'ali e ainda em direcção SE continúa o littoral,

Typos do districto do Porto—O peixeiro

até ao limite do districto, apresentando condições identicas ás da restante costa. E' o rio Douro, com os seus affluentes, que banha principalmente o districto do Porto. O Douro (V. *este nome*), correndo entre alcantis, occupa quasi sempre

toda a largura do valle. Os seus affluentes no districto são o Tamega, o Sousa e o Tinto. Além do Douro, ha a mencionar o Leça e o Ave. Este ultimo forma, em parte, o limite dos districtos do Porto e Braga. Dos affluentes dos rios mencionados, que correm no districto, devem citar-se o Este, que entra no Ave acima de Villa do Conde, e o rio Homem, que desagua no Tamega acima d'Amarante. O districto do Porto constitue a região mais cultivada da provincia do Douro. Passada a faxa do littoral, por toda a parte a cultura se apresenta com grande intensidade, e o rio Douro offerece um lindo aspecto com relação á agricultura. Os seus flancos, mesmo nos sitios, onde mais a prumo descem para elle, vêem-se cobertos de vegetação opulenta, e o mesmo encanto de verdura se manifesta em todo o terreno comprehendido pelas bacias dos rios Sousa, Leça e Ave. A parte do valle do Tamega que fica dentro do districto não é menos notavel pela cultura que n'ella se apresenta. Apenas em algumas cumiadas a cultura é menos rica ou falta por completo. Os soutos e pinheiros cobrem uma grande parte do terreno, e as arvores de fructo crescem por todo o districto. A vinha, quer enlaçada nas arvores, quer em parreiraes ou ramadas, constitue uma das principaes culturas, e a mais celebrada. Os vinhos distinguem-se pela sua composição especialmente e são geralmente muito apreciados. Assim como o vinho, a producção dos cereaes, dos legumes e dos outros generos agricolas é tambem importantissima. A industria pecuaria é consideravel; o gado bovino para engorda e o gado suino são os que representam o principal valor pecuario, sendo as outras especies menos importantes. Tambem n'este ramo de actividade o districto do Porto é o primeiro do paiz, bem como o primeiro quanto á qualificação pecuaria, o primeiro na ordem do valor pecuario e finalmente tambem o primeiro na classificação dos districtos, segundo a riqueza pecuaria em relação á superficie. Tambem tem alguma importancia mineira, tendo se explorado n'elle minas de antimonio, de carvão de pedra, de estanho, ferro, manganez e chumbo. A bacia carbonifera de S. Pedro da Cova, situada ao N do Douro, é muito importante e explorada desde ha muitos annos. São de valor egualmente os jazigos de antimonio que se teem explorado em Valle de Acha e no Ribeiro da Egreja, no concelho de Vallongo, bem como a mina do Cubello, do mesmo minerio, situada proximo do rio Sousa. Existem no districto notaveis pedreiras de ardosia, proximo de Vallongo, de magnifica qualidades e grandes dimensões. Não ha n'este districto aguas mineraes dignas do menção, embora se encontrem na mesma provincia do Douro caldas importantes. A industria fabril, que é importantissima, occupa no districto, e especialmente no Porto, muitos milhares de braços; e o mesmo se pode dizer da industria caseira. Divide-se o districto em dezasete concelhos, que são: Amarante, Baião, Bouças, Felgueiras, Gondomar, Louzada, Maia, Marco de Canavezes, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Porto (bairro oriental) e Porto (bairro occidental), Povoa de Varzim, Santo Thirso, Vallongo, Villa do Conde e Villa Nova de Gaia. Quanto a viação o districto acha se servido pelo caminho de ferro do Norte, que o põe em communicação com a capital e com os districtos do sul do paiz. Este caminho de ferro tem dentro do districto as estações da Granja, Valladares, Villa Nova de Gaia e Porto. O caminho de ferro do Minho põe-n'o em communicação com os districtos do norte e com a Hespanha. Tem estações em Rio Tinto, Ermezinde, S. Romão e Trofa. O

Typos do districto do Porto—Um carro de bois

caminho de ferro do Douro entronca em Ermezinde com o do Minho e comprehende no districto as estações de Vallongo, Recarei, Cette, Paredes, Penafiel, Cahide, Villa Meã, Marco de Canavezes e Juncal. Ha ainda o caminho de ferro de via reduzida do Porto á Povoa e Famalicão, a linha ferrea da estação de Campanhã á alfandega da cidade do Porto, e a viação electrica na mesma cidade. As estradas districtaes e municipaes constituem uma rede consideravel, medindo muitos centenares de kilometros. A instrucção no districto é facultada em numerosas escolas publicas e particulares, entre as quaes se destacam as escolas superiores da cidade do Porto. O districto do Porto é o segundo do paiz em numero e importancia dos seus institutos de piedade e de beneficencia. As associações de classe e de soccorro mutuo, com estatutos approvados legalmente, são em numero avultadissimo.

**Porto.** Cidade, capital da prov. do Douro (V. *este nome*, no vol. III, a pag. 91), séde do commando da 3.ª div. militar, e do distr. administrativo e do bispado do seu nome. Acha-se situada na margem direita do rio Douro, a 5 kilometros da sua foz. Nenhuma povoação de Portugal tem uma origem tão controversa como a cidade do Porto. Os numerosos autores nacionaes e estrangeiros, que escreveram a este respeito, sustentam as mais encontradas opiniões. Uns dizem que a fundaram uns gregos da Thracia, arrojados para o Douro por uma tempestade, o que lhe deram o nome de *Lavra*. Pretendem outros que a edificara o principe Gathelo, filho de Neólo, rei de Athenas, que viveu no tempo de Moysés, e que denominara a sua cidade *Porto Gathelo*. Outros querem que o seu fundador fosse Diomedes, rei de Etholia, o companheiro de Ulysses na guerra de Troya, o qual lhe chamou cidade de *Graya*. Outros ainda affirmam que os gallos-celtas, depois de conquistarem as provincias do Minho e Beira, construiram no sitio que ao deante se chamou Gaia um castello a que deram o nome de *Cale*, o que, passado algum tempo, mudando-se para a margem fronteira, edificaram uma povoação que denominaram *Porto de Cale*. Não ha duvida que teve este ultimo nome, e que d'elle se derivou o de Portugal, mas não se pode affirmar a origem galo-celta. E' incontestavel que o monticulo de Gaia pelas suas condições de mais defensavel, nas epocas em que qualquer nucleo de população tinha de estabelecer-se de modo a poder resistir ás correrias e invasões dos barbaros, foi o *Castrum antiquum*, o Cale, citado pelos geographos. E' egualmente certo que o morro alcantilado da Pena Ventosa, foi, na margem direita do rio Douro, o ponto fortificado em que teve o seu começo a cidade, o *Castrum novum*, que passou a ser o burgo do bispo e subiu até se transformar no condado feudal e mais tarde municipio do Porto. Nas luctas com os arabes, quando a conquista christã vem desde as Asturias e Leão até ás Terras de Santa Maria da Feira e ás margens do Douro, dilatando-se pelo Minho, já o Porto apparece com uma determinada importancia. Tendo soffrido a invasão do califa Almansor é mais tarde objecto da reconquista feita pelos gascões, que se assenhorearam do Porto, cercaram por mais largo a elevação dos terrenos junto da Pena Ventosa, construiram as muralhas com as respectivas portas, que desde logo fôram adornadas com imagens do culto catholico, e estabeleceram a sé e a primitiva residencia episcopal. E' sobre este dominio, e nos tempos de D. Hugo, que a monarchia portugueza é iniciada, vindo este bispo a a receber o primeiro foral do dominio portuense das mãos da rainha D. Theresa. O que se passou depois em luctas accesas é altamente significativo como revelação do caracter austero e brioso dos burguezes do couto do Porto, que tanto resistiram ás desmedidas ambições dos seus bispos, e quando mais tarde se escudavam nos fóros do municipio repelliam o dominio senhorial em activos pleitos. A simples rezenha de todas as opiniões sobre a historia do Porto, algumas ainda mais fabulosas do que as que ficam acima referidas, formaria uma extensa lista. A que parece ter melhor fundamento attribue a origem do Por-

Porto—Uma vista da parte alta da cidade

to aos suevos pelos annos de 417. Nas guerras que tiveram entre si os diversos povos do norte, que, depois de destruirem o imperio romano, invadiram e avassallaram a peninsula, fôram os suevos expulsos pelos godos, e estes entraram na posse d'aquella cidade. Vencidos porem, por sua vez, pelos arabes, e extincta nos campos do Guadalete a monarchia goda, no anno de 714, passados dois annos viu-se o Porto sujeito ao dominio musulmano. As reliquias do exercito vencido, refugiando-se nas asperas serranias das Asturias, ahi formaram o nucleo de uma nova monarchia, que a espada de D. Pelaio, e de seus successores, dilatou desde o apertado valle de Covadonga, que lhe serviu de apertado berço, até á cidade de Granada, onde o imperio exhalou o derradeiro suspiro no anno de 1482. Um dos descendentes do illustre Pelaio, el-rei D. Affonso I, cognominado o Catholico, foi tambem o primeiro que veiu quebrar as algemas do Porto, resgatando-o do poder dos moiros no anno de 820. Abderrama, rei de Cordova, pondo-se á frente de um numeroso exercito para desaffrontar o poder musulmano, foi destroçado por Hermenegildo, a quem D. Affonso I confiara a guarda da cidade, fazendo-o conde do Porto. Diz a tradição que esta grande batalha se pelejou no sitio em que depois se ergueu a egreja parochial de Campanhã, e que em memoria d'ella ficou ao pequeno rio, que ali passa, o nome de Rio Tinto, pelo muito sangue dos moiros de que se tingiram as suas aguas, e a cidade tomou para uma das suas portas, por onde sairam os christãos ao combate, o nome da *Batalha*, o que se conserva ainda na praça para onde dava saida a dita porta, que no seculo XIX já não existia. Com aquelle destroço cresceu no animo do poderoso rei de Cordova o desejo da vingança, e quiz a sorte das armas que ella fosse terrivel. Põe em campo um segundo e mais formidavel exercito e entrega o commando a Almansor, o mais ousado e valente, e tambem o mais cruel dos seus generaes. No fim de inutil resistencia foi a cidade entrada e arrazada. Pelos annos de 929, surgiu no Douro a armada dos gascões, que procuravam fortuna em guerras contra infieis. Vendo aquelles assim arruinada e despovoada uma cidade tão vantajosamente assentada, resolveram reconstruil-a, e estabelecerem-se n'ella. Eram os chefes d'esta armada D. Moninho Viegas, de quem descendeu D. Egas Moniz, D. Sisnando, seu irmão, ao deante bispo do Porto, e D. Nonego, que, para seguir esta empresa aventurosa, renunciara o bispado de Vandoma, em França. A cidade ergueu-se, pois, das suas ruinas afortalezada com bons muros e torres. E d'esta segura guarida começaram os gascões a fazer correrias contra os moiros, expulsando-os das terras visinhas, que iam pondo sob a protecção da Virgem, com o titulo de *Terras de Santa Maria*, titulo que por muitos seculos conservaram as do termo de Guimarães e da Feira, que fôram as primeiras por elles conquistadas. Foi o bispo D. Nonego, que trouxe aquella tão celebrada imagem de Nossa Senhora de Vandoma, que deu o seu nome a uma porta da primeira cerca de muralhas da cidade, sobre a qual se achava em um oratorio. Esta porta, que estava por detraz da sé, e que, com o crescer da cidade, veiu a ficar no centro da povoação, chamava se ainda no meado do seculo XIX, quando se demoliu, Arco de Vandoma. D. Moninho Viegas rendeu preito e obediencia a D. Affonso V, rei de Leão, que o nomeou governador da cidade e terras por elle conquistadas. Este soberano, ferido de uma setta em um combate junto a Vizeu, veiu morrer ao Porto, em 1027. Pelos annos de 1092 entraram o conde D. Henrique e sua mulher, a rainha D. Theresa, na posse da cidade, com o mais territorio, que constituia o condado de Portugal. Deram lhe estes soberanos consideraveis privilegios, que seus sue-

Porto—Rua dos Clerigos

cessores confirmaram e ampliaram. Entre estes privilegios havia um, concedido por el-rei D. Diniz, que prohibia a residencia de fidalgos dentro da cidade, excepto aos que quizessem dar-se ao commercio, e isto mesmo nem sempre; e aos que ali fossem de visita só era permittido a demora de tres dias. Na celebre *Inquirição*, de 1339, de D. Affonso IV, affirmava se o embargo da pousada de fidalgos na cerca do castello, a prohibição da compra de casas e a ercação de seus filhos Quando ali pousassem fidalgos o bispo ficava com as chaves do castello. Conservaram-se estes privilegios até ao reinado de D. Manuel, que o aboliu em 1502 Só então se estabeleceram no Porto familias nobres. Outros privilegios tinham os portuenses, pois que lhes era permittido trazer por toda a parte e a toda a hora armas offensivas e defensivas. A seda, guarnições de ouro e prata. e outros guizamentos de vestuario, defezos pelas pragmaticas, eram um privilegio do cidadão do Porto. Existe publicado, á custa das rendas da cidade em 1611, e reimpresso em 1878, um folheto intitulado *Privilegios dos cidadãos da cidade do Porto*. Nos fins do seculo XVI, houve meirinhos que quizeram coimar os portuenses por porte de trajos de luxo, mas, apparecendo os processos das antigas immunidades, Filippe II as confirmou em alvará. Nas guerras civis, que rebentaram entre D. Diniz e seu filho, e depois entre este principe, já rei, e e seu filho D. Pedro, passou o Porto por muitos trabalhos. Reinando D. Affonso VI, no anno de 1336 padeceram os arredores do Porto grandes vexames e estragos com uma invasão de castelhanos, que todavia não conseguiram penetrar na cidade, sendo na verdade obrigados a fugir, e perseguidos por tropas levantadas, e organisadas, pelo bispo D. Vasco. Cinco annos depois, originou-se uma grave discussão entre este prelado e a camara, acerca do pagamento de certos direitos, alvorotou se o povo (V. *Porto, martins do*) contra o bispo por tal modo, que este teve de fugir, e apezar de fulminar um interdicto, esteve nove annos fóra da sua diocese, até que, vagando o bispado de Lisboa, foi n'elle provido. Em 1580 D. Antonio, prior do Crato, tomou o Porto com pouca resistencia, mas teve pouco tempo depois que a deixar ao general castelhano Sancho d'Avila, que o perseguia de perto. Em 1640 concorreu para a Restauração com os sacrificios que as circumstancias exigiam, mas teve a fortuna de nunca vêr, nos vinte e oito annos que duraram as guerras, approximar-se o inimigo das suas muralhas. A 28 de dezembro de 1727 houve no Douro uma cheia tão grande e repentina, que arrebatou na sua corrente mais de cem pessoas, muitos navios, e innumeraveis embarcações pequenas, que se perderam, destruindo tambem muitos edificios. Os prejuizos attingiram a alguns milhões de cruzados. No dia 22 de fevereiro de 1785 ainda houve outra cheia mais desastrosa, acompanhada de um tufão de oeste. Achavam-se no Douro 85 navios portuguezes e 33 de outras nações, muitos dos quaes se despedaçaram ou fôram levados barra fóra. As aguas do rio alagaram 18 ruas e mais de 1.000 casas. Por occasião da invasão franceza de 1807 foi occupada a cidade do Porto, em 13 de dezembro, pelas tropas hespanholas, levando na frente D. Francisco Taranco, capitão general da Galliza. A 18 de junho de 1808 coube ao Porto a honra de levantar o primeiro grito de independencia, que resoou no paiz, pegando em armas contra os invasores. Na segunda invasão foi a cidade tomada pelo exercito francez, que se assenhoreou d'ella em 29 de março de 1809. Na terceira invasão foi o Porto poupado. No dia 24 de agosto de 1820 hasteou a cidade o estandarte da liberdade, contra a regencia do reino. Durante as luctas civis, entre D. Pedro e D. Miguel, soffreu bastante o Porto. Em 1828 protestou contra o absolutismo e em 9

Porto—Rua de Miragaia

de julho de 1832 deixou entrar na cidade o duque de Bragança para estabeleeer ahi o baluarte da heroica defeza. *(V. Porto, cerco do).* Nas guerras civis posteriores tambem interveiu com o seu esforço. Em janeiro de 1842 restaurou a Carta Constitucional, que uma revolução abolira em Lisboa, em setembro de 1836 Em outubro de 1846 uma insurreição popular inaugurou um governo provisorio, e organisando uma terrivel resistencia em opposição á revolta militar, que dias antes rebentara na capital, só terminou em julho de 1847 com a intervenção armada da Inglaterra e Hespanha. Em março de 1851 outra revolta militar expulsou do poder o governo. Em 31 de janeiro de 1891 houve no Porto a primeira revolta republicana *(V. Porto, revolta de 31 de janeiro de 1891 no).* A importancia politica do Porto tem-se revelado em muitas occasiões da vida nacional, sendo por vezes theatro de revoluções e motins populares. Acompanhando assim a historia portugueza, o Porto sempre teve, desde os primeiros reinados, um papel distincto nas epocas mais memoraveis da vida nacional. Nas tentativas patrioticas realisadas em favor do Mestre d'Aviz, para subir ao throno com o nome de D. João I, os burguezes portuenses prestaram valiosos serviços, tanto em bens como em dinheiros, bem como depois na organização da expedição a Ceuta, preparada por este monarcha e pelos inclitos infantes seus filhos. Nos tempos do dominio senhorial tiveram o titulo de alcaides móres do Porto os marquezes d'Abrantes. Depois de 1831, o filho segundo do monarcha tomava o titulo de duque do Porto Na organisação politica do regimen absoluto tinha a cidade voto em côrtes, com assento no primeiro banco. A população do Porto cresceu rapidamente, desde o seculo XV, em que é calculada com dados pouco seguros em 8:500 habitantes. Desde então conhecem-se os seguintes numeros: Em 1527 12:177 hab; em 1623 18:797 hab.; em 1732 30:021 hab.; em 1787 61:462 hab.; em 1835 59:370 hab.; em 1864 86:000 hab.; em 1878 105:000 hab.; em 1890 138:000 hab.; e em 1900 172:421 habitantes. Segundo o rol de D. Rodrigo da Cunha, relativo a 1623, o grosso da população, em numero de 12:033 almas, vivia intramuros; á volta do recinto ainda sommavam 2:548 almas as freguezias de Miragaia e de Santo Ildefonso. Das suburbanas só Massarellos e Foz ascendiam a 1:000. Cedofeita era então uma aldeia. Segundo a lista de D. Luiz Caetano de Lima, referida a 1732, o nucleo da população portuense orçava por 16:158 almas. Agostinho Rebello da Costa, em 1787, dá para o nucleo 21:883 almas. O censo official de 1900 indica a seguinte população para a cidade do Porto: 1.º Bairro *(oriental)* 92:658 hab.: 43:981 do sexo masc. 48:677 do feminino, distribuida pelas freguezias: Bomfim (Senhor do Bomfim) 29.960, 12:241 do sexo masc. e 14.719 do fem.; Campanhã (Santa Maria), 12.718 hab.: 6.308 do sexo masc. e 6410 do fem.: Paranhos *(S. Verissimo)*, 14 001 hab.: 6501 do sexo masc e 7495 do fem.; Santo Ildefonso, 23.498 hab.: 11.333 do sexo masc. e 12.165 do fem.; Sé *(N. S.ª d'Assumpção)*, 15.478 hab.: 7.590 do sexo masc. e 7.888 do feminino. 2.º Bairro *(occidental)* 79.763 hab.: 38.855 do sexo masc. e 40.923 do feminino, distribuida pelas freguezias: Aldoar (S. Martinho) 1.068 hab., 253 do sexo masc. e 545 do fem.; Cedofeita *(S. Martinho de Tours)*, 27.016 hab.: 12.971 do sexo masc. e 14.075 do fem.; Foz do Douro *(S. João)*, 5.813 hab.: 2.511 do sexo masc. e 3.302 do fem.; Lordello do Ouro (S. Martinho) 6.845 hab.: 3.304 do sexo masc. e 3.541 do fem.; Massarellos *(N. S.ª da Boa Viagem)* 7.743 hab.: 3.538 do sexo masc. e 4.205 do fem.; Miragaia *(S. Pedro)*, 7.474 hab: 4.001 do sexo masc. e 3.470 do fem.; Nevogilde

Rio Douro e Barra do Porto

(S. Miguel) 1.240 hab.: 518 do sexo masc. e 722 do fem.; Ramalde (S. Miguel), 7200 hab.: 3.496 do sexo masc. e 3.704 do fem.; S. Nicolau, 5.857 hab.: 2.802 do sexo masc. e 3.055 do fem.; e Victoria (N. S.ª da Victoria), 9.177 hab.: 5.168 do sexo masc. e 4.309 do feminino. O Porto é a séde do bispado, e a residencia episcopal é um dos mais apparatosos edificios. *(V. Paço episcopal).* O governo ecclesiastico do bispado é exercido pelo respectivo prelado, tendo junto de si um provisor e vigario geral, um promotor, o escrivão da camara ecclesiastica, mais dois escrivães do auditorio, um distribuidor, um contador e um encarregado dos rendimentos da bulla. No cabido da sé ha quatorze conegos capitulares, entrando n'este numero as dignidades, dcão, chantre, mestre-escola, thesoureiro, arcipreste e arcediago, sete beneficiados, tres capellães-cantores, um prebendeiro, um mestre de cerimonias e um sacristão e fabriqueiro. As freguezias da cidade fôram divididas no tempo do bispo D. Marcos de Lisboa em quatro: a Sé, S. Nicolau, Victoria e S. João Novo, mas esta ultima pouco tempo durou. Antes d'esta divisão o Porto só tinha uma freguezia a dentro dos muros, que era a freguezia da Sé. Os muros da cidade mandados levantar por D. Affonso IV e continuados por D. Fernando, o Formoso, começavam na Porta Nobre, em Miragaia, marginavam o rio Douro até ao revelim da Ribeira, mon-

Rio Douro. Ao fundo a cidade do Porto

tavam pela escarpa dos Guindaes até aos Carvalhos do Monte, onde foi construido o couvento de Santa Clara e aberto o Postigo do Sol, faceavam pela Batalha, onde tinham a porta d'este nome e a de Cimo de Villa, desciam pela viella da Theresa, mais tarde viella da Madeira, abriam na Porta Nova, continuavam até ao Postigo de Mem Affonso, que era no largo dos Loyos, continuavam pela calçada da Natividade até á Porta do Olival, seguiam até ás Virtudes, onde havia uma outra porta, e d'ahi a outra na Senhora da Esperança, indo terminar em Miragaia. Com a expansão da cidade para além d'este circulo de muralhas, de que apenas restam vestigios, a importancia do Porto augmentou de modo que o concelho tem, além das freguezias acima, as já referidas de Santo Ildefonso, Bomfim, Campanhã, Paranhos, Cedofeita, Ramalde, Miragaia, Massarellos, Lordello, Foz, Aldoar e Nevogilde. Antes da extincção das ordens religiosas, havia no Porto 12 conventos de religiosos: S Francisco, S. Domingos, S. Bento, Carmelitas, Agostinhos calçados, Agostinhos descalços, Antoninhos, Loyos, Congregados, um collegio de Jesuitas e dois hospicios de mendicantes, e quatro de religiosas: Monchique, Santa Clara, benedictinas e o recolhimento claustral do Anjo *(V. Porto, Conventos do).* As egrejas da cidade *(V. Porto, egrejas do)* são: a Sé, notavel pelo seu altar de prata e pelo claustro gothico; Cedofeita, onde desde tempos antigos funcciona uma collegiada insigne, presidida por um D. Prior. E' por certo este o templo mais antigo do Porto, embora seja muito contestada a epoca da fundação attribuida por alguns autores; o templo dos extinctos frades de S. Francisco é digno de admirar-se; o das freiras de Santa Clara com um magnifico frontispicio; o de S. Bento da Victoria com um apparatoso côro e bem delineada abobada; o de S. João Novo e do Collegio dos Grillos, amplo nas suas proporções d'uma architectura severa e com abobadas granificas; o dos Congregados; o dos extinctos carmelitas; as egrejas parochiaes, notando Miragaia, S. Nicolau e Victoria, são edificios dignos de attenção. Acima, porém, de todos, está o soberbo templo dos Clerigos com a sua enorme torre, e

torna-se digno de ser visitado o templo da Misericordia, que tem ao lado a curiosa galeria dos bemfeitores. Capellas importantes, que se encontram descriptas no artigo respectivo (V. *Porto, capellas do)*, são as de S. Sebastião, do Ferro, da Senhora d'Agosto, do Terreirinho, do Pinheiro, do Espirito Santo em Miragaia, das Congostas, das Almas das Taipas, das Almas de Santa Catharina, de S. Joaquim, da rua dos Bragas, da Torre da Marca, da Senhora da Saude, do Senhor da Boavista, de S. Chrispim, de Fradellos, do Carvalhido, do Bom Successo, da Ramada Alta, da Senhora da Batalha, e a de Carlos Alberto no Palacio de Crystal. Apezar de ter sido o Porto consagrado á Virgem pelos gascões, bem como todos os dominios conquistados por estes ao poder dos moiros se denominarem Terras de Santa Maria, mesmo ostentando o brazão a imagem de Nossa Senhora e a legenda *Civitas Virginis* (V. *Porto, Armas do)*, a cidade tem desde 1453 por seu padroeiro a S. Pantaleão e a camara costuma mandar fazer á sua custa uma solemnidade annual no templo da sé, onde em tempo as reliquias do santo estavam guardadas em uma urna de prata que foi roubada nos principios do seculo XIX. A fecunda actividade commercial e industrial do Porto está representada nos seus magnificos estabelecimentos, armazens, lojas e amplas fabricas. Conta tambem a cidade innumeros Bancos e companhias que põem em acção grandes capitaes Entre as aggremiações portuenses, distinguem se a Associação Commercial, o Centro Commercial, o Athenen Commercial, que tem edificio proprio, uma boa bibliotheca e museu; Club Commercial, o Gremio Portugal, Sociedade Camillo Castello Branco e o Gremio Commercial. No Orpheon Portuense, Club Portuense, Velo-Club, Club dos Caçadores e Club Fluvial, teem os portuenses concertos, bailes, distracções, recreio e instrucção. Para animarem as estas carnavalescas existem os clubs dos Fenianos e dos Girondinos. Para os interesses vitaes da região do Douro ha a Liga dos Lavradores, a Liga Agraria e a Associação dos lojistas. A beneficencia publica no Porto é deveras notavel, devendo tanto á iniciativa como á acção religiosa. São numerosos os seus institutos, em que toma o primeiro logar a Misericordia (V. *este nome)* com os estabelecimentos, hospitaes, asylos, recolhimentos, institutos, etc., a sua administração. As ordens Terceiras, além de manterem, como a Misericordia, os esplendores do culto nos seus magnificos templos, sustentam hospitaes e manteem escolas (V. *Porto, Asylos, hospitaes*, etc.*)*. Tem o Porto varios theatros, o Palacio de Crystal, mercados publicos, cemiterios, jardins, praças e monumentos, que se encontram descriptos nos artigos respectivos, em seguida a este. Acha-se a cidade ligada com o resto do paiz e com o estrangeiro para o seu grande movimento commercial, industrial e agricola, pela barra do Douro, pelo curso do mesmo rio e pelos caminhos de ferro, sendo o serviço de viação feito em quatro estações—a Central, a da Povoa, a da Alfandega e a de Campanhã, que serve ás linhas do Minho, do Douro, da Alfandega e á de Lisboa V. *Porto*, (*Estações dos caminhos de ferro do)*. Duas pontes, adeante tambem descriptas em artigos especiaes, ligam a cidade com Villa Nova de Gaia. Para o serviço da fiscalização aduaneira e impostos municipaes tem uma larga estrada de circumvallação. Entre os homens notaveis que nasceram no Porto citam-se o infante D. Henrique e os navegadores João Ramalho, André Gonçalves, João do Porto; diversos prelados, escriptores, poetas, artistas, vultos notaveis nos diversos ramos da sciencia e da politica, que seria impossivel enumerar.

Porto—O bairro de Carreiros, na Foz do Douro

**Porto** (*Academia Polytechnica do*). V. *Portugal*, vol. II, pag. 40.

**Porto** (*Academia Portuense de Bellas Artes do*). V. *Portugal*, vol. I, pag. 40.

**Porto** (*Academia Real de Marinha e Commercio do*). V. *Portugal*, vol I, pag 42.

**Porto** (*Alamedas do*). *Alameda do Bomfim*. Fica junto á egreja d'este nome. Em virtude da sua elevada posição, proporciona um surprehendente panorama. *Alameda das Fontainhas*. Está no fim da rua assim chamada e sobre a margem direita do rio Douro, com bonitas vistas do rio, das duas pontes, da serra do Pilar e de Oliveira do Douro. *Alameda da Lapa*. Fica proximo da egreja d'este nome, e tem bellos pontos de vista. *Alameda de Massarellos*. Está no fim da rua da Restauração, sobre a margem direita do rio Douro. *Alameda da Victoria*. No fim da rua da Victoria. *Alameda das Virtudes*. E' no fim da rua dos Fogueteiros, no logar onde existiu n'outro tempo a porta e esbulhos do seu senhorio, a renovar a excommunhão imposta ao rei, e acolher-se a Castella. Em 1406, D. João I e o bispo de Porto D. Gil assignavam termo de concordata, pela qual, entre outros direitos, o bispo cedeu o da alfandega, mediante certas indemnisações accordadas entre elles. A alfandega que pertencera aos bispos estava situada, segundo consta, na rua da Alfandega, na margem do rio no sitio da Reboleira. Esta rua era, no meado do seculo passado, uma rua estreita e curta, deitando pelo sul, para o largo do Terreiro, ou Terreirinho, que defronta com o rio, e do norte, com a rua dos Inglezes, hoje do Infante D. Henrique. O *Almazem*, construido por D. Affonso III, ficava do outro lado do rio, em Villa Nova de Gaia. N'este sitio construiu muito mais tarde D. Pedro II, em 1677, a casa da Alfandega, entre a rua dos Inglezes e a Fonte Aurina, hoje *Fonte Taurina*, sendo encarregado das obras o marquez de Fronteira. Contiguos a

Porto—Caes da Ribeira

torre das Virtudes. Tira o nome da Fonte de Nossa Senhora das Virtudes, que lhe fica proximo. Tem uma linda vista do rio Douro, Alfandega e Villa Nova de Gaia.

**Porto** (*Alfandega do*) E' a mais importante do paiz, depois da de Lisboa, e rende muitas vezes quasi tanto como ella; no entretanto, até ao meado do seculo passado, não teve um estabelecimento capaz. Até ao tempo de D. Affonso III, os direitos dos generos entrados e saidos pela barra, pertenciam aos bispos, que eram senhores do Porto e seu burgo, por doação feita pela rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, ao bispo D. Hugo. D. Affonso III, durante as luctas que teve com o bispo D. Pedro Affonso, para não perder os proventos resultantes do grande commercio do Douro, mandou construir o *Almazem*, onde pôz o juiz de sua nomeação, para o despacho, sem audiencia do official do bispo, que levou D. Pedro Affonso, por este e outros suppostos esta casa estiveram os antigos paços dos nossos reis, onde morreu o Infante D. Henrique. O antigo edificio, do sitio da Reboleira, ainda existe como pertença da alfandega, e tornou-se notavel pela descoberta que se fez d'uma porta falsa, a qual servia para se praticarem fraudes de que eram cumplices alguns empregados d'esse estabelecimento. A descoberta d'esse escandalo deu logar a inquerito, a processo e a grande bulha na imprensa, apparecendo antes um poema, intitulado *Os Ratos da Alfandega do Porto*. O edificio era estreito e acanhado, e já no fim do seculo XVIII foi preciso amplial-o. O governo da rainha D. Maria I entendeu convidar a Companhia das Vinhas do Alto Douro a ceder-lhe os armazens, que faziam parte da *Casa do Caes Novo*, pertencente á familia dos Saavedras. A *Casa do Caes Novo*, pela sua solidez, vastas proporções e singular construcção, é dividida em dois corpos: armazens e casa de habitação. Os armazens de

solidissima construcção, de architectura pezada, tem tres andares abobadados, sustentado por grande numero de columnas. Em vez de telhado tem um vasto terraço asphaltado, que serve de passeio. Fôram expressamente construidos para deposito dos vinhos do Alto Douro, pertencente á companhia creada pelo marquez de Pombal em 1756. O governo, conforme dissémos, quiz a posse d'estes armazens para ampliar a alfandega, mas a direcção da Companhia e o proprietario do edificio esquivaram-se quanto puderam a cumprir a vontade dos ministros, allegando todas as razões imaginaveis, sendo a principal d'ellas o receio que o excessivo e constante peso dos generos arruinasse o edificio. De nada valeu a sua resistencia, porque o governo mandou despejar os armazens, em 48 horas, no anno de 1822, e desde então até 1872, fôram elles o principal deposito da alfandega do Porto para os generos coloniaes do Brazil. Durante esses 50 annos da ocupação do governo, eram os armazens conhecidos por *Alfandega de Massarellos*. Apezar da amplitude dos armazens dos Saavedras e de outros annexos, e ainda do armazem chamado das *Freiras*, que era pertença do convento de Monchique, que pela extincção das ordens monasticas ficára pertencendo ao Estado, a alfandega estava disseminada por differentes partes, inclusive pela alfandega velha, construida por D. Pedro II, que se resolveu abandonar, onde, segundo parece, ainda hoje se arrecadam alguns generos. Reconhecia-se a urgencia de se construir edificio proprio, como estava determinado no artigo 1.º do decreto de 18 de julho de 1834, quer dizer uma nova alfandega, mas havia difficuldade em obter logar amplo. Houve até o alvitre de construir o novo edificio junto ao antigo, sendo, porém, preciso arrazar as casas desde a parte sul da rua dos Inglezes, occidental da de S João, até ao rio, não sendo ainda assim o espaço bastante grande. O receio de custosas expropriações obrigou, porém, a abandonar este alvitre, e á falta do melhor local, voltou-se a attenção para a praia de Miragaia, que apresentava, relativamente, longa superficie, e onde as expropriaçõcs, pela insignificancia dos predios, prometiam não ser muito dispendiosas. O novo edificio foi effectivamente construido na praia de Miragaia, junto ao rio e proximo da egreja parochial. Do *Portugal antigo e moderno*, vol. V. publicado em 1875, transcreve-

Porto—Margens do rio Douro

mos a descripção d'este edificio, sem duvida um dos mais importantes do Porto, n'esse anno ainda incompleto, mas que d'então até hoje tem melhorado consideravelmente: «A fachada principal, que olha para o rio, dista da aresta do caes, 10 metros. O edificio, propriamente dito, foi levantado na conjuncção do rio Frio com o Douro, do que resultou alguma difficuldade e custo, nos alicerces. E' dividido o edificio em tres corpos, com 220 metros de extensão, havendo já do lado occidental um armazem accessorio, que mede 384 metros quadrados, e destinado a materias inflammavois. Na parte oriental ha a construir outro armazem identico. Os tres corpos principaes, armazem da direita, corpo central e armazem da esquerda, teem 53 metros de fundo, os armazens, e 68 o corpo central. Em cada um dos corpos lateraes, ha um armazem subterraneo, de abobada, sustentado por 72 pilares de cantaria, e que mede 2:050 metros quadrados. Os corpos lateraes, além dos subterraneos, teem tres pavimentos, sendo os primeiros e segundos sustentados cada um por 98 columnas de ferro; o terceiro pavimento não tem columnas, sendo a cobertura sustentada por uma armação de ferro, singela e elegante. A superficie dos armazens superiores é egual á dos outros, accrescendo a dos armazeus de entrada, que mede cada um 410 metros quadrados. A cobertura do armazem da direita é de ferro zincado; mas reconhecendo-se que este systema de cobertura mantinha a temperatura alta, no corpo central e da esquerda, empregou-se a telha vidrada, de grande dimensão (16 telhas apenas por metro quadrado). As do corpo central fôram fabricadas no estabelecimento do sr. João do Rio Junior, proprietarie da excellente fabrica, no Valle da Piedade. As do armazem da esquerda, vieram de Lisboa, e fôram feitas na fabrica de louça do sr. Alberto Cypriano Martins. A armação do corpo central, onde ha um vasto salão, por ora ainda por dividir, e que occupa toda a largura da fachada, é de madeira, construcção engenhosa e que merece a pena vêr-se e estudar-se. A construcção do edificio começou em setembro de 1859, tendo se gasto até hoje, em que está prestes a concluir-se, mais de 1:100 contos. O desenho primitivo foi do engenheiro Coulson, e modificado e ampliado depois, em conformidade com as necessidades e conveniencias, pelos differentes engenheiros que teem dirigido as as obras. O primeiro engenheiro encarrogado d'ellas, foi o fallecido Francisco Mourão Pinheiro, sendo então director o tambem fallecido José Diogo Mousinho. Ao sr. Mourão succedeu o sr. Faustino José de Victoria, que foi chefe das obras, até principio do anno de 1873, em que passou a exercer as funcções de director do districto, por ter deixado de ser o sr. João Joaquim de Mattos, que foi encarregado da construcção do caminho de ferro do Minho. Além dos invididuos mencionados, estiveram mais na alfandega, os engenheiros: os srs. José de Macedo Araujo Junior, Alberto Alvares Ribeiro e Torquato Alvares Ribeiro. O actual chefe das obras, é o sr. Tito Augusto Duarte de Noronha. Para o estabelecimento da alfandega fizeram se largas expropriações, que custaram quantiosas importancias. O extenso caes (a parte até hoje construida, mede 400 metros approximadamente), na frente do edificio e sobre o Douro, tem de altura sobre as aguas minimas equinociaes, 10 metros; é todo fundado sobre beton, bem como os armazens subterraneos. O caes deverá ser prolongado ainda para os dois lados, oriental e occidental. O edificio não está completo ainda; mas tem sido occupado pela alfandega e suas repartições, á proporção que se teem ultimado os differentes corpos, ou andares d'elles. O andar nobre do corpo central, não está ainda completo, nem occupado, bem como o ultimo andar do armazem da esquerda. Apezar, porém, da vastidão do edificio, a alfandega continua ainda a occupar o armazem das Freiras, composto de dois pavimentos, medindo cada um 1:040 metros quadrados. Este armazem, que fica ao occidente da alfandega (quasi 200 metros da porta central), está com ella ligado por um tramway. Além d'este armazem, onde se recolhem couros e algodão, ainda serve a casa velha da alfandega, hoje casa da estiva, e a descarga de ferro faz se na Ribeira. Na alfandega nova, existe para facilitar o transporte das mercadorias, no primeiro pavimento, interna e externamente, uma rede de caminhos de ferro (tramway), que mede 1500 metros. Nos pavimentos superiores ha tambem assento uma porção de rails, mas não é trabalho definitivo. A ascensão e descensão das mercadorias faz-se por meio de dois taboleiros, ambos movidos a vapor (um d'elles por um elevador hydraulico, construido na fundição de Massarellos, consta porém que se projecta mover os taboleiros por um elevador do systema Armstrong. Do rio para o caes, vão as mercadorias elevadas por dois guindastes a vapor da fabrica de Inglaterra, Brow Brothers & C.ª, o alcance da haste é de 9,m 20. Ha ainda no caes outros dois guindastes movidos á mão, e que prestam serviço mais moroso, apezar de servirem para cargas mais pesadas.»

**Porto** (*Armas do*). Consta que o primeiro brazão d'armas do Porto foi uma cidade, de prata, em campo azul sobre um mar, de ondas verdes e douradas. O segundo brazão alterado em 13 de maio de 1813: Em campo azul Nossa Senhora de Vandôma, com o Menino Jesus nos braços, entre duas torres da sua côr, e com a legenda CIVITAS VIRGINIS. Encimavam as torres, n'uma um braço com uma espada, e na outra um braço com uma bandeira. Até 1834 conservou-se este brazão d'armas, sendo n'esse anno mudado para outro, pelo duque de Bragança, D. Pedro IV, que tambem determinou que o Porto se denominasse *Antiga, muito nobre e sempre leal e invicta cidade*, e que o filho segundo dos reis portuguezes se intitulasse *duque do Porto*. O brazão d'armas ficou então constituido por um escudo esquartelado, tendo no primeiro e quarto quartel as armas do reino de Portugal, e no segundo e terceiro as antigas armas da cidade, mas com a differença de que a Senhora, o Menino Jesus e as torres, é tudo de prata. No centro do escudo tem um escudete de purpura, com um coração de ouro no meio. O escudo é cercado pelo collar da ordem da Torre e Espada, do qual pendo o habito d'esta ordem. E' encimado por uma corôa ducal. Timbre, um dragão verde, tendo atada ao pescoço uma faxa com a legenda INVICTA. O escudete do centro do escudo foi accrescentado mais tarde, em memoria de ter D. Pedro IV legado o seu coração á cidade do Porto, onde foi guardado

na capella real da Lapa, em um sarcophago de pedra. V. *Porto (Igrejas do)*.

Brazão de armas da cidade do Porto

**Porto** (*Assembléa Portuense do*). Está estabelecida na praça da Trindade. Foi fundada em 1834. No anno de 1859 construiu-se um vasto e luxuoso edificio proprio. Possue bibliotheca e um elegante salão de baile.

**Porto** (*Associações do*):

*Associação dos Albergues Nocturnos*. Estabelecida na rua de S. Miguel. Foi fundada em 1887, por iniciativa d'el-rei D. Luiz I. Agasalha, durante a noite, os pobres nacionaes ou estrangeiros, que não teem meios de obter abrigo.

*Associação dos Alfaiates Portuenses*. Teve os estatutos approvados por decreto de 24 de maio de 1854. O seu fim é todo de soccorros mutuos.

*Associação benefica dos ourives do Porto*. Tem estatutos de 25 de abril de 1857, os quaes fôram reformados a 6 de fevereiro de 1866. O seu fim é prestar soccorros aos socios nos casos de doença, prisão e decrepitude.

*Associação Britannica*. Na rua do Infante D. Henrique. E' um vasto edificio construido em 1785. E' notavel a escadaria de pedra, que internamente dá accesso a todo o edificio. A sala de baile, dizem ser a maior que existe no Porto. O edificio pertence á colonia ingleza do Porto. Possue uma bibliotheca valiosa.

*Associação Catholica*. Está estabelecida na rua de Passos Manuel, sendo destinada, especialmente, a praticas religiosas. Tem um bello salão para sessões, conferencias e academias.

*Associação Civilisadora*. Instituida em 1836, por autorisação do governo, em portaria de 29 de outubro d'esse anno, em que fôram approvados os respectivos estatutos. O seu fim era promover a civilisação nacional, a instrucção e recreio dos socios. A sociedade estabeleceu um gabinete de leitura, como indispensavel para a instrucção, e um theatro, como recreio. Um dos artigos dos estatutos prohibia a entrada no gabinete de leitura ás pessoas que não fôssem membros da associação, assignantes ou visitantes.

*Associação Commercial*. Esta associação é uma corporação importantissima, cuja influencia se tem feito sentir de um modo notavel nos destinos da cidade a que pertence, e nos destinos economicos do paiz. O corpo do commercio do Porto está desde muitos seculos solidamente organisado. No seculo XIV já existia com o nome da Bolsa do Commercio, que era perfeitamente uma associação commercial, uma corporação de negociantes, governada por leis especiaes, administrada por um certo numero de membros da associação, presidida por um que se chamava juiz da Bolsa. Tinha por fim a accumulação d'um certo fundo, organisado por meio d'um imposto especial de importação e de exportação. Servia este fundo para dar pensões aos negociantes que caíam na miseria, comtanto que não fôssem origem d'esse desastre a imprevidencia ou a extravagancia, o que era cuidadosamente apreciado pelo tribunal da Bolsa. Esta instituição caiu um pouco em abandono no tempo das guerras de D. Fernando, e foi restabelecida em 1402, por D. João I. No seculo XV concedeu a corôa á camara do Porto uma casa nobre sobre um arco da rua Formosa, depois dos Inglezes, para servir de Bolsa, aos mercadores. Nunca mais deixou de haver Bolsa no Porto, em casa melhor ou peor, e muitas vezes mesmo em grande parte ao ar livre, como succedia na citada rua dos Inglezes. Antes de 1834, porém, o commercio do Porto não tinha representação collectiva. Na Real Junta do Commercio havia, quando muito, 50 negociantes matriculados, e se algum d'elles precisava dirigir-se ao rei, requeria individualmente. Uma pequena parte d'estes negociantes matriculados e d'outros que o não eram, quotisavam-se para custear a despeza de jornaes e aluguer do andar terreo d'uma casa da já mencionada rua dos Inglezes, onde se reuniam, casa a que davam o nome de *Juntina*, que tambem servia para leilões de mercadorias. Decretado o Codigo Commercial, seguiu-se a installação do Tribunal do Commercio de 1.ª instancia, e em dezembro de 1834 o juiz presidente e os jurados convidaram os principaes negociantes da praça do Porto, tanto nacionaes como estrangeiros, a uma reunião, na qual, demonstrando-lhe a necessidade de formarem uma associação para collectivamente pugnarem pelos interesses do commercio, lançaram os primeiros alicerces na associação que actualmente existe. Foi nomeada uma commissão de 5 membros, que elaborou uns estatutos, com o modesto nome de *Regimento da Associação Commercial do Porto*; promoveu a sua approvação, installou a sociedade com duzentos e tantos membros, e em assembléa geral foi eleita a 1.ª direcção, a qual, apenas entrou no exercicio das suas

funcções, trabalhou com tanto zelo e tino, que em breves annos conseguiu eleva-la e adquirir-lhe a benevolencia e a consideração dos altos poderes do Estado. Carecia, porém, a associação de casa propria, e logo as direcções pensaram seriamente n'este ponto, empregando para o resolver todos os seus esforços. Estando em ruinas o convento de S. Francisco, que se havia incendiado na noite de 24 de julho de 1832, ficando unicamente incolume a majestosa egreja, tentou a associação levantar ali a sua casa, mas faltando-lhe os recursos pecuniarios, reuniu a assembléa geral em 6 de março de 1839, e n'ella se discutiu e approvou uma tabella, que marcava o imposto que deviam pagar os generos que desde então se despachassem na Alfandega do Porto, cujo producto seria applicado para as obras. Esta tabella foi approvada não só pelos associados, como pelos negociantes extranhos á associação, que tinham sido previamente convidados á discussão. Sobrevieram numerosos obstaculos, mas as direcções não desanimaram, sendo afinal coroados os seus esforços com a promulgação da carta de lei de 18 de junho de 1841, que approvou o imposto, e da carta de lei do dia seguinte, 19, que concedeu o edificio queimado, com a clausula de ser dada casa para o tribunal do Commercio e suas officinas. Começaram logo as obras pela remoção do entulho, que importou em bastante dinheiro, e a 6 de outubro de 1842 se collocou a primeira pedra do Palacio da Bolsa. Installou-se provisoriamente o Tribunal do Commercio nos compartimentos que primeiramente se apromptaram, e em 7 de novembro de 1845 se installou a associação em outra sala, tambem provisoriamente Com o andamento das obras se conheceu, que ellas demandavam quantias muito superiores ás do primitivo orçamento, e que o imposto votado era insufficiente. De novo se reuniram os commerciantes associados e não associados, e votaram um imposto mais forte, o qual teve approvação pela carta de lei de 16 de junho de 1848. O palacio da Bolsa concluiu-se finalmente, sendo inegavelmente um dos edificios mais importantes, não só do Porto, como talvez de Portugal, que descreveremos em artigo separado.

*Associação Commercial de Beneficencia.* O seu fim é ministrar soccorros e subsidios aos socios que, por falta de meios, enfermidade, desemprego, decrepitude ou prisão, d'elles careçam, Teve estatutos de 31 de maio de 1859, e outros, em 6 de março de 1862.

*Associação fraternal de beneficencia de todas as classes do Porto.* O seu fim era prestar soccorros aos socios e suas familias, nos casos de doença e inhabilidade temporaria ou permanente. Teve estatutos de 6 de abril de 1857.

*Associação humanitaria de Bombeiros Voluntarios.* Foi fundada em 1875, para reagir contra o lastimavel estado em que se encontrava então o corpo de bombeiros municipaes. E' sustentada por quotas de socios protectores, subscripções, donativos, etc. A associação tem a séde na casa da rua do Bonjardim, conhecida pelo nome de Pateo do Paraizo, onde possue as bombas, carros de mangueiras e material, tirados a cavallos, e os dormitorios, arrecadações, salão de leitura, salão nobre, etc.

*Associação Industrial Portuense.* Os seus estatutos fôram approvados a 10 de junho de 1857. Eram os seus fins melhorar a condição das classes operarias da cidade do Porto, por meio de caixas de soccorros e montes de Piedade.

*Associação dos jornalistas e homens de lettras.* Situada na praça de Carlos Alberto. E' a mais antiga associação de classe do paiz. Foi installada em 13 de outubro de 1882, sendo os seus estatutos approvados pelo alvará do governador civil do Porto, de 15 de abril de 1895. Fazem parte d'esta associação os jornalistas e os principaes homens de lettras do Porto. A associação tem um cofre especial de pensões para os socios impossibilitados de trabalhar e para as viuvas e orphãos dos que morrem sem deixar recursos aos seus.

*Associação dos latoeiros portuenses.* Tem estatutos de 10 de março de 1858. O seu fim é o soccorro mutuo dos associados, e promoção do desenvolvimento da industria respectiva por meio de um basar.

*Associação Philantropica das Artes portuenses.* Primitivamente chamou-se *Associação philantropica das artes liberaes portuenses.* Com esta denominação fôram os seus estatutos approvados pelo decreto de 25 de junho de 1856, tendo por fim soccorrer os seus associados nos casos de doença, inhabilidade para o trabalho ou decrepitude. No anno de 1860 pediu esta associação a reforma dos estatutos, a qual lhe foi concedida pelo decreto de 7 de novembro do mesmo anno. Em virtude d'este decreto fôram substituidos novos estatutos aos primitivos, e determinando que desde então passasse a denominar-se *Associação Philantropica das Artes portuenses.* A associação é composta de todos os individuos, que, exercendo alguma arte, officio, ramo de commercio, industria ou agencia, d'ella queiram fazer parte, uma vez que residam no Porto, comprehendendo Villa Nova de Gaia e o ambito d'um quarto de legoa além da linha das barreiras de uma e outra. O fim é o soccorro mutuo dos associados. Os estatutos fôram outra vez reformados, em 20 de maio de 1865.

*Associação philantropica portuense dos sapateiros e mais artistas que trabalham em pelles cruas ou curtidas.* Fôram approvados os seus estatutos em 14 de abril de 1856 e reformados em 14 de outubro de 1862.

*Associação dos pintores portuenses e artes correlativas.* O seu fim era soccorros mutuos. Os estatutos fôram approvados em 8 de agosto de 1857.

*Associação União dos sapateiros e mais artistas portuenses.* Tinha por fim commerciar nas ferramentas, materias primas e productos das artes que lhe eram correlativas. Os seus estatutos tiveram aprovação em 19 de julho de 1862.

Algumas d'estas associações, parece, que já não existem.

**Porto** *(Asylos do):*

*Asylo-Escola D. Maria Amelia*; situado na rua da Boa Vista. Foi creado para albergar e educar creanças abandonadas. E' dirigido e sustentado pela camara municipal do Porto.

*Asylo Barão de Nova Cintra.* Este estabelecimento de beneficencia foi fundado pelo negociante José Joaquim Leite Guimarães, barão de Nova Cintra. Está dividido em quatro secções: a primeira ou asylo da infancia desvalida é para n'ella serem soccorridas, sustentadas, vestidas e educadas as creanças de ambos os sexos abando-

nadas pelos paes, as creanças filhos de paes que pela sua extrema pobreza, não as possam crear e educar, e aquellas que não sendo os paes pobres, as quizerem mandar educar n'este asylo, mediante uma pequena retribuição convencionada; na segunda secção são recebidas e diurnamente sustentadas e educadas as creanças da primeira infancia, cujos paes pobres pelas suas occupações lhes não possam durante o dia dispensar os necessarios cuidados; a terceira secção é destinada a soccorrer e educar raparigas até á edade de 15 annos que o abandono e a miseria levaram á perdição, para que ahi adquiram o habito do trabalho e dos bons costumes; a quarta secção é para recolher os vadios julgados pelos tribunaes e para ali mandados pelo Governo Civil. Estas quatro secções estão completamente separadas e incommunicaveis entre si. Em 1871 foi o asylo entregue á Misericordia para ser por ella administrado. Em 1902 alojáva 30 rapazes e 20 raparigas de 7 a 14 annos, sendo-lhe ensinado instrucção primaria e um officio. O estabelecimento possue uma grande quinta para recreio dos albergados.

*Asylo Barbosa de Faria.* Está situado na quinta de Luzares, S. Roque de Lameira.

*Asylo Margarida Lisboa.* Na rua do Commercio do Porto.

*Asylo da Mendicidade.* Está situado na rua das Fontainhas, para mendigos d'ambos os sexos. O edificio onde este asylo está installado, foi originariamente construido para matadouro publico. Depois serviu de *Palacio da industria*, e n'elle se fizeram algumas exposições. A primeira casa que serviu para n'ella se estabelecer este asylo, foi a de Santo Antonio da Boa Vista, junto ás Aguas Ferreas. Ali se conservou até 1845. Para o edificio actual, depois de ampliado e modificado, passou em 31 de julho de 1846, sendo provedor o barão de Nova Cintra, a quem o asylo deve grande parte dos seus melhoramentos. Em 1872 construiu-se um segundo andar. A frontaria é simples mas elegante. O visconde de Las-Cases, Felix Las-Cases dos Santos, fallecido em janeiro de 1876, deixou em seu testamento 21:000$000 réis ao Asylo de Mendicidade, com diversos encargos e legados, satisfeitos os quaes, ficavam livres ao asylo 10:000$000 réis, com obrigação de todos os annos no dia anniversario do seu fallecimento dar um jantar mais variado aos seus asylados, podendo gastar-se a quantia de 50$000 réis, e bem assim de distribuir no mesmo dia 100$000 réis pelos asylados, e as sobras da verba destinada ao jantar, se as houvesse; devendo começar este encargo só depois da morte de sua mulher. Deixou mais a cada asylado, por uma só vez, 1$000 réis, que seriam entregues dentro d'um mez depois do seu fallecimento. Destinava tambem 50$000 réis para se dar um jantar mais variado aos asylados, no dia em que lhes fôsse distribuida a esmola. Legou ainda ao asylo o seu melhor retrato a oleo, de tamanho natural.

*Asylo da Primeira Infancia Desvalida.* Situado nr rua de S. Jeronymo. Foi fundado em 4 de abril de 1836, por uma sociedade de bemfeitores na rua das Oliveiras. Hoje encontra-se na rua acima indicada.

*Asylo das Raparigas Abandonadas.* Na rua de Santo Ildefonso. Foi fundado em 1852 pelo conde da Ponte, sendo governador civil do Porto, na rua de Santa Catharina, e no anno de 1853 mudou para o local onde hoje se encontra.

*Asylo profissional do Terço.* Na rua da Rainha. Foi creado em 1891 por Delfim de Lima, que dedicadamente o protegia e amparava. Recolhe creanças orphãs abandonadas, que recebem boa instrucção litteraria e profissional. E' o unico asylo do Porto com organisação militar.

*Asylo de Santa Clara.* Na rua das Fontainhas, para recolhimento de velhas. O documento mais antigo que existe com respeito a esta casa, então chamada *Recolhimento das velhas da Cordoaria*, tem a data de 20 de agosto de 1488. Sabe se, porém, que teve a sua origem na rua dos Mercadores, mudando se depois, em 1790, para um barracão de madeira, na extremidade occidental da cêrca do hospital de Santo Antonio (Misericordia). O rei D. Manuel, por alvará de 18 de maio de 1521, tinha mandado que este estabelecimento de caridade fôsse administrado pela Misericordia, o que até hoje se tem cumprido. Em 1855 as velhas d'este recolhimento fôram mandadas para o novo edificio construido na rua das Fontainhas, onde se teem conservado. As velhas apenas teem casa e uma pequena pensão diaria. Junto ao edificio ha tambem o asylo para viuvas, fundado em 1867, que teem egualmente casa e uma pensão diaria, sendo dirigido pela Misericordia.

*Asylo do S João.* Na rua da Alegria. Foi instituido em 1890 por um grupo de negociantes e industriaes do Porto, presidido por Alfredo Ferreira Dias Guimarães. Foi inaugurado no anno de 1892. E' destinado a recolher as creanças abandonadas depois de completarem 5 annos de edade, dando-lhes instrucção, e ensinando-lhes um officio adequado ás suas aptidões.

*Asylo São Manuel.* Situado na rua da Paz. E' recolhimento de cegos.

*Asylo de Villar.* Situado na rua de Villar. Foi fundado pelo P. Ricardo Vanzeller, conego da Sé do Porto e arcediago de Oliveira do Douro. Recolhe e educa creanças do sexo feminino.

**Porto** *(Atheneu Commercial do).* E' a sociedade de recreio mais prospera e é muito considerada do Porto. Em 1869, alguns empregados do commercio se reuniram para constituirem uma sociedade simplesmente recreativa, e no dia 29 de agosto d'esse anno foi ella fundada com o titulo de *Sociedade Nova Euterpe*, realisando-se a sua inauguração em 3 de outubro, solemnisando logo em 12 de dezembro do mesmo anno a abertura do seu gabinete de leitura com 327 volumes. Prosperando esta agremiação, dilataram-se mais as ambições dos associados, e no dia 3 de setembro de 1876 estabeleceu-se ali uma Escola Commercial com leccionação de portuguez, contabilidade, geographia commercial e lingua franceza. Estava dado o primeiro passo para a nova orientação da sociedade, que desde esse momento deixava de ser uma instituição simplesmente de recreio, para se transformar n'um gremio instructivo. No anno seguinte, 1877, organisavam se e promoviam-se sessões de leitura, e em 1879 lançaram-se as primeiras bases d'um museu commercial. E assim foi, que de melhoramento em melhoramento, a Sociedade Euterpe, augmentando de consideração e de importancia, attingiu a grande grau de prosperidade. Desde ha muito que aquella agremiação desejava possuir um edificio proprio,

tendo para isso creado em 5 de abril de 1874 um fundo de reserva, mas a tentativa era demasiado arrojada, para que desde logo pudesse ter uma solução pratica. Felizmente, a boa vontade e a dedicação d'um grupo de socios poz termo aos embaraços que se oppunham, promoveudo um emprestimo de 50:000$000 réis dividido em obrigações de 10$000 reis, que fôram tomadas pelos associados. Em assembléa geral de 26 de dezembro de 1880 ficou resolvida a construcção que existe hoje, na rua de Passos Manuel. As obras principiaram em 3 de maio de 1881, por empreitada adjudicada ao engenheiro Antonio Maria Kopke de Carvalho, sendo a primeira pedra lançada no dia 5 de junho do mesmo anno. As obras ficaram concluidas em agosto de 1884. O projecto foi elaborado por Joaquim Vaz de Lima, desenhador da repartição districtal de obras publicas. Com a mudança para o novo edificio, a sociedade tomou o titulo de Atheneu Commercial do Porto, realisaudo a sua inauguração solemne em 31 de maio de 1885 com uma sessão litteraria e um sarau musical. O palacete do Atheneu é magnifico, e está luxuosamente ornamentado. Tem um vastissimo salão para concertos e sessões solemnes, espaçosas salas para conversação e jogos, gabinete de leitura, galerias de bibliotheca, que é importantissima, contendo para cima de 20:000 volumes, museu, secretaria; restaurante, etc. O Atheneu tem assignalado a sua existencia por actos patrioticos e humanitarios, promovendo beneficios: em 1871 para os infelizes expedicionarios da Zambezia; em 1872 a favor do Asylo da Mendicidade do Porto; em 1874, a favor do Hospital de D. Luiz I, da Regoa; em 1876 abriu uma subscripção para as victimas das innundações, que n'esse anno houve no paiz; em 1878 promoveu outra subscripção em favor dos operarios sem trabalho: em 1881, outra subscripção para o monumento a Alexandre Herculano, etc. Em 2 de dezembro de 1877, commemorando o 8.º anniversario da bibliotheca, inaugurou em sessão solemne o busto de Alexaudre Herculano. Em 1879 recebeu a visita dos exploradores Brito Capello e Roberto Ivens, cujos retratos inaugurou em 25 de janeiro de 1880. Em 7 de novembro de 1880 promoveu uma sessão solemne em honra de Camões, inaugurando por essa occasião o retrato do socio José Joaquim Rodrigues de Freitas. Em junho de 1882 promoveu uma interessante exposição camoneana nas salas da sua bibliotheca.

**Porto** *(Bairros operarios do)*. Fôram fundados pelos proprietarios do importante jornal *O Commercio do Porto*, que impressionados pelas más condições hygienicas em que u'aquella cidade vivem as classes operarias, tomaram a iniciativa de promover a construcção de casas hygienicas e baratas. Este pensamento encontrou o maior applauso e o melhor acolhimento em Portugal e Brazil, attingiudo em pouco tempo uma subscripção aberta para tal fim a somma de 30:000$000 reis. Em 12 de novembro de 1899 foi lançada a primeira pedra do bairro do Monte Pedral, sendo o projecto elaborado pelo architecto portuense Marques da Silva. Um anno depois, estes bairros situados no ponto mais sobranceiro da cidade, estavam habitados. O bairro de Lordello, segundo o plano de Oliveira Motta, tambem já estava habitado em 1902, e não tardou a sêl-o o bairro do Bomfim, a grande zona industrial do Porto, construido egualmente pelo plano de Oliveira Motta, n'um terreno do monte das Antas.

**Porto** *(Balneareos publicos do)*. São dois que existem muito bem montados pela camara municipal: um no largo do Viriato e outro em S. Lazaro, junto do edificio da Bibliotheca.

**Porto** *(Barra do)*. V *Leixões*, *Portugal*, vol. IV, pag. 149 e seguintes.

**Porto** *(Barredo, antigo bairro do)*. V. *Portugal*, vol. II, pag. 144.

**Porto** *(Bibliotheca Municipal do)*. V. *Bibliotheca Publica do Porto*, vol. II, pag. 338.

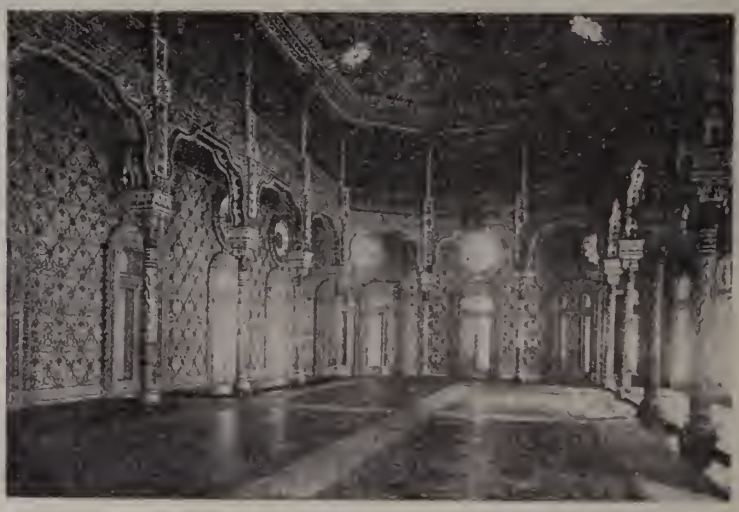
**Porto** *(Bispado do)*. Ha muitos escriptores que pretendem que o 1.º bispo do Porto foi S. Basilio, contando se entre elles D. Rodrigo da Cunha, que no *Catalogo* dos bispos do Porto, assim o apresenta. *O Agiologio Lusitano* tambem assim o declara, assim como o *Flos Santorum*, accrescentando que S. Basilio morrera a 23 de maio do anno 60, no principio da perseguição de Nero. Segundo outros escriptores esta tradição não inspira confiança, pelo simples facto de no seculo 1.º do Christianismo não existir ainda o Porto, porque de alguns escriptores autorisados se póde concluir que só se realisou no 3.º ou 4.º seculo da era christã. O P. Agostinho Rebello da Costa, na sua *Descripção da cidade do Porto*, diz que o 1.º bispo foi Constancio, que governou o bispado pelos annos de 579 até 589. *A chronica dos conegos de Santo Agostinho*, diz no capitulo 4.º, que constava ter sido a Sé primitiva a actual egreja parochial de S. Pedro de Miragaia, mas que em 984, vendo que convinha ser a egreja cathedral no centro da cidade, a fundaram, ou reedificaram, no sitio onde hoje se encontra, mas em fórma de castello, segundo o uso d'esse tempo, fazendo se tambem mosteiro para residencia do bispo e seus conegos, no sitio onde é hoje o paço episcopal. Tomou conta da mitra D. Nonego, bispo de Vendôme, que viera a bordo d'uma poderosa armada, em que vinham muitos francezes, e desembarcando na foz do Douro em 9·4, expulsaram os moiros, e reedificaram as fortificações da cidade. D. Nonego e os francezes viveram em communidade, sob a regra de Santo Agostinho, governando a diocese desde 964 até 1025, anno em que, sentindo-se muito velho, convocou o clero, nobreza e povo do Porto, e por unanimidade, foi eleito seu successor, D. Sisnando Viegas, que não tinha ordens sacras, mas que D Nonego lh'as conferiu e o sagrou bispo do Porto, no principio do anno de 1026. Desde que houve bispos no Porto, os conegos viveram em communidade, como outros quaesquer frades, e sob a regra de Santo Agostinho, até que em 1186 (1148 da era christã) o bispo D. Hugo dividiu as rendas em tres partes: uma para a Sé, outra para elle, e outra para os conegos, que desde então começaram a viver d'estas rendas, sob a denominação de *conegos seculares*, que adoptaram. A rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, mandou contar em 1120 a cidade do Porto, que então era limitadissima, e deu em feudo ao bispo D. Hugo, pelo qual os bispos ficavam com toda a jurisdicção, *alta e baixa, mero e muito imperio e superiodade*, no civel e no crime. Eram, portanto, os bispos que nomeavam o alcaide mór da cidade, e como senhores donatarios d'ella, mandavam fazer os reparos das cadeias, e faziam os officiaes de justiça. O bispo D. Hugo deu ao Porto o pri

meiro foral, a 14 de julho de 1123. D. João I, em 13 de abril de 1406, comprou ao bispo D. Gil o senhorio e jurisdicções da cidade do Porto, pela renda annual de 3:000 libras. O bispo D. Manuel reduziu esta renda a 120 marcos de prata, a instancias do bispo D. Diogo de Sousa, ficando o Porto a pertencer á cidade. Depois d'este contrato, em 1425, D. João I deu a D. João Rodrigues de Sá o titulo de alcaide-mór do Porto, com os senhorios de Sevêr e Mattosinhos, *sem outro senhorio nem dominio na cidade*, que ficou sendo da corôa. Sendo violado o foral do bispo D. Hugo, no tempo de D. Affonso II pelo bispo D. Martinho Rodrigues, os populares invadiram o paço episcopal, e ali prenderam o prelado, que, podendo escapar-se, se refugiou em Roma. No tempo de D. Affonso IV, assaltaram outra vez o paço os burguezes do Porto, sendo bispo D. Vasco Martins, que tambem teve de fugir. No reinado d'esse monarcha tambem o infante D. Pedro, que depois foi rei, como o bispo D. Pedro Affonso fulminára a excommunhão contra seu pae D. Affonso IV, o prendeu no paço real, e tendo elle conseguido fugir, ainda foi em seu alcance, não conseguindo, porém, apanha-lo. No reinado de D. Pedro I passou-se no paço real uma scena curiosa. Sabendo o soberano que o bispo D. Egydio vivia amancebado com uma mulher casada, cujo marido se não resignava á affronta, fechou-se com elle n'um quarto, e por suas proprias mãos o fustigou cruelmente com um azorrague. O successor de D. Egydio, D. João, foi bemquisto do povo, e viveu em boas relações com a corôa. O bispado do Porto é suffraganeo do arcebispado de Braga, e comprehende 5 freguezias do concelho de Arouca, 6 de Estarreja, 37 do concelho da Feira, 14 de Oliveira de Azemeis, 4 de Ovar, 7 de Amarante, 19 de Baião, 12 de Bouças, 11 de Gondomar, 9 de Louzada, 16 de Maia, 28 de Marco de Canavezes, 9 de Paços de Ferreira, 24 de Paredes, 36 de Penafiel, 12 do Porto, 19 de Santo Thirso, 5 de Vallongo, 20 de Villa do Conde, 23 de V. N. de Gaia, 7 de Mesão Frio, 6 de Peso da Regoa, e 7 de Santa Martha de Penaguião; total 336 freguezias divididas da seguinte fórma: 66 no districto de Aveiro, 250 no do Porto e 20 no de Villa Real. No bispado do Porto ha uma instituição especial, posto que não privativa d'esta diocese: uma collegiada de conegos, instituida na egreja parochial de S. Martinho de Cedofeita, cujo parocho tem o titulo de Dom Prior. A origem d'esta collegiada é simples. Conforme dissémos, os conegos antigamente viviam juntamente com o bispo em mosteiro. No seculo XII havia, além do mosteiro da Sé, o mosteiro de Cedofeita, egreja antiquissima (V. *Cedofeita*, *Portugal*, vol. II, pag. 966). O bispo D. Martinho Peres acabou com a clausura, e mandou viver os conegos secularmente. Os de Cedofeita seguiram o exemplo, sendo essa collegiada enriquecida por successivas doações dos monarchas, conservando-se sempre distincta, sendo perfeitamente um mosteiro, cujos monges viviam secularmente. Os bispos do Porto mais celebres são os seguintes: D. Hugo, que governou no tempo da rainha D. Thereza; João Peculiar, que foi depois arcebispo de Braga e companheiro de D. Affonso Henriques; D. Pedro Ribaldia, sobrinho de D. João Peculiar e seu successor; D. Pedro Pitões, que confirmou, como os dois antecedentes, o foral de D. Hugo; D. Pedro Senior, o ultimo dos 5 bispos que confirmaram o foral; D. Martinho Pires, que transformou em paço episcopal o mosteiro dos conegos, e foi depois arcebispo de Braga; D. Martinho Rodrigues, contra quem se sublevaram, prendendo-o, os burguezes do Porto; D. Pedro Salvadores, que se póde considerar o chefe da conspiração que derrubou do throno D. Sancho II; D. Julião, que teve com D. Affonso III as contendas da alfandega; D. Vicente, que levou a Santa Sé a fulminar

Porto—Palacio da Bolsa

a excommunhão contra D. Affonso III; D. Fernando Ramires, em cujo governo, reinando el-rei D. Diniz, terminaram as discussões entre a corôa e a mitra; D. Vasco Martins, contra quem se revoltaram os burguezes, que foi preso por elles, e que fugiu; D. Pedro Affonso, que excommungou D. Affonso IV, e foi preso pelo infante D. Pedro; D. Egidio, que foi açoitado por D. Pedro I; D. João, que seguiu a causa da independencia nacional nas guerras com os castelhanos, e recebeu D. João I sumptuosamente; D. Luiz Pires, que reedificou o paço episcopal; D. João de Azevedo, que reuniu a primeira livraria; D. Diogo da Costa, sobrinho do cardeal de Alpedrinha; D. Pedro da Costa, irmão do antecedente, e que concluiu as obras do paço; D. Rodrigo Pinheiro, erudito prelado que recebeu a visita de S. Francisco de Borja; D. Ayres da Silva que morreu na batalha de Alcacer-Kibir; D. Simão de Sá, que fugiu do Porto, quando ali entrou D. Antonio, prior do Crato; D. João de Valladares, appellidado o Moysés do povo; D. Nicolau Monteiro, erudito prelado que foi embaixador de D. João IV em Roma; D. João de Sousa, doutor em Canones, que convocou um synodo diocesano; D. Thomaz de Almeida, que tambem convocou um synodo, e foi depois o primeiro patriarcha de Lisboa; D. Fr. João Raphael de Mendonça, que edificou o actual paço episcopal; D. Antonio de S. José Castro, que dirigiu a defeza da cidade do Porto contra os francezes, que foi depois membro do governo provisorio, e patriarcha eleito de Lisboa; D. João de Magalhães Avellar, bispo no tempo do governo de D. Miguel; D. Jeronymo da Costa Rebello, que restaurou o paço episcopal, damnificado pelo bombardeamento miguelista, durante o cêrco do Porto; D. Americo Ferreira dos Santos Silva, que em 1881 era bispo do Porto, e recebeu de Leão XIII o chapéo de cardeal. Em 1910 era bispo do Porto D. Antonio Barroso.

**Porto** *(Bolsa do)*. E' este um dos mais importantes edificios da cidade, conforme já dissémos, que se construiu no local onde existiu o convento de S. Francisco. (V. *Associação Commercial*, n'este vol. pag. 925). Ali está installado o Tribunal do Commercio, a Associação Commercial e a Escola Elementar do Commercio. O plano do edificio foi traçado pelo lente de architectura da Academia de Bellas Artes do Porto Joaquim da Costa Lima. Diz Vilhena Barbosa, no *Archivo Pittoresco*, vol IV, pag. 308, que a architectura do palacio da Bolsa é estylo propriamente inglez, que no seu entender, é aquelle onde se reunem em mais perfeita união a elegancia, a nobreza, e justas proporções da architectura classica, ou da antiga Grecia, com a singeleza e bom gosto das decorações modernas. O palacio da Bolsa occupa uma superficie de 3167 metros quadrados Pelo nascente confronta com a rua de Ferreira Borges, para onde tem a sua fachada principal; pelo norte com a rua de D. Fernando, hoje rua da Bolsa, para onde está voltada a melhor das suas faces lateraes; pelo poente com a cêrca dos Terceiros franciscanos, e pelo sul com a egreja do extincto convento de S. Francisco, para onde tem uma das suas entradas. As obras fôram dirigidas pelos architectos Costa Lima, já citado, José Lima Nogueira, Gustavo Adolpho Gonçalves de Sousa e Thomaz Augusto Soler. A fachada principal é elegante, subordinada á ordem dorica, medindo 56 m. de comprimento, e perto de 20 de altura, desde o patamar da escadaria que dá accesso ao grande átrio, até ao cimo do frontão. A entrada fórma um majestoso vestibulo. No centro d'esta fachada estão vasados tres grandes arcos de esquadria *rusticada*, as quaes dando accesso ao átrio que communica com o pavimento da rua por uma escadaria, sustentam uma columnata de ordem dorica, composta de 4 columnas que apoiam o entablamento e tympano do



Porto—Salão nobre do Palacio da Bolsa

frontão, coroado por uma torre circular de mais de 3 m. d'altura, e que tem em cada uma das 4 faces um mostrador de relogio. Por detraz da columnata ha uma espaçosa varanda reentrante, a qual tem nas paredes do fundo e lateraes 5 portas adornadas com tympanos e molduras, e por cima d'estas egual numero de janellas quadradas de peitoril, que dão luz para o segundo andar do edificio. Nas abas d'esta fachada, ao nivel do pavimento terreo, ha 8 janellas de peitoril, e ao mesmo numero de janellas, ao nivel do segundo andar. A fachada do lado do poente, que faz frente para a rua da Ferraria, tem o comprimento de mais de 16 m. Ao nivel do pavimento terreo tem 7 janellas de peitoril, 3 das quaes são vasadas em um pequeno frontão que tem só a altura d'este pavimento; ao nivel do andar nobre tem 5 janellas de sacada, sobre as quaes ha egual numero de janellas de peitoril, ao nivel do segundo andar, e toda esta fachada é egualmente

Porto—Escadaria do Palacio da Bolsa

nivel do andar nobre egual numero de janellas de sacada, coroadas com os respectivos tympanos, por cima dos quaes estão vasadas egual numero de janellas quadradas, que dão luz para o segundo andar. Cada uma das abas é rematada por um pavilhão de canto, com 2 janellas embutidas em arcada ao nivel do pavimento terreo, 2 janellas de sacada com seus tympanos, ao nivel do andar nobre, e 2 janellas quadradas de peitoril, ao nivel do segundo andar. Na altura do pavimento terreo, são as paredes de esquadria rusticada, decoradas com pilastras de ordem dorica e de esquadria lisa até ao entablamento, que é coroado por uma balaustrada attica. A fachada lateral, voltada para a rua de D. Fernando (rua da Bolsa) é d'uma architectura mais simples, mas muito elegante, e tem 75 metros e meio de comprimento. Ha no centro um frontão de esquadria rusticada, vasado ao nivel do pavimento terreo por 3 grandes portas arcadas, sobre as quaes assentam 3 janellas de sacada ao nivel do andar nobre, decoradas convenientemente, e terminadas por egual numero de janellas de peitoril, ao nivel do segundo andar, tudo coroado pelo respectivo entablamento, tympanos e varandins. Ao nivel do pavimento da rua e aos lados das portas arcadas, estão vasadas 16 janellas de grandes dimensões, com egual numero de janellas no sobresotam; ao nivel do andar nobre egualmente 16 janellas de sacada, com varanda de ferro, e o coroada pelo respectivo entablamento e varandim. A face voltada ao sul, e que confronta com a egreja do extincto convento de S. Francisco, tem sómente na altura do pavimento terreo 3 portões d'entrada, que dão accesso ao átrio que communica com o pateo da mesma egreja. O pateo central figura um quadrado com 24 m. de cada lado. Os 3 arcos da entrada principal do edificio, que dão accesso á galeria do átrio, tem portadas de excellentes madeiras do Brazil, todas envidraçadas, tendo a da porta do centro, n'um escudo, os emblémas do commercio, em pau setim, sobre jacarandá. Do lado esquerdo, sul, ha 2 portas de vinhatico, com as almofadas das bandeiras de jacarandá, tendo no centro, em letras douradas, o titulo *Associação Commercial*. O edificio é majestoso e enriquecido em notaveis obras d'arte. O átrio central, ladeado por um claustro envidraçado e tendo cobertura metallica, é obra do architecto Thomaz Augusto Soler, sendo as pinturas da cobertura feitas por Manini e Pereira Junior. A escadaria nobre é sumptuosa, e notavel pelo precioso trabalho de granito que a ornamenta. O palacio da Bolsa tem muitas salas, sendo algumas d'ellas notaveis pelo seu comprimento e magnificencia, especialisando se como a mais importante e grandiosa a sala arabe, no andar nobre, projecto do architecto Gustavo Adolpho Gonçalves de Sousa Reis. A ornamentação d'esta sala e suas dependencias é no estylo arabe;

as paredes, tectos, cornija e arcaria, são guarnecidos de bellos arabescos em gesso, em alto relevo, dourados a ouro brunido e fosco, sobre fundo de côr, com inscripções allusivas á fundadora e os fechos dos arcos são ornamentados com as armas das nações com que Portugal tem commercio mais directo. Todas as janellas, bandeiras, portas e sôccos são egualmente guarnecidos com primorosos arabescos, e toda a ornamentação em geral é pintada a branco com folhagens e filetes dourados. Em cada entre columnio da segunda galeria ha um varandim de ferro, no mesmo estylo, pintado tambem a branco, com rosetas, molduras e filetes dourados, e todo coroado por um chapim de côr escarlate. São tambem notaveis as salas dos retratos e o salão das assembléas geraes, com apainelados, segundo o seculo XVII, o gabinete da direcção, a sala de leitura, cujas paredes estão guarnecidas de magnificos mappas, e possue uma collecção vastissima de jornaes politicos e litterarios, tanto nacionaes como estrangeiros, etc.; a bibliotheca, onde se vê um retrato a oleo de Ferreira Borges, autor do primeiro Codigo Commercial Portuguez; secretaria, aulas do commercio, instituidas e sustentadas pela Associação Commercial, correio e telegrapho. No átrio realisam-se as sessões da Bolsa official. Em todas as dependencias se encontram bellos bustos em marmore, devidos ao apreciado esculptor Soares dos Reis, lindos *panneaux* pintados por Marques d'Oliveira, da Academia de Bellas Artes, etc. Na sala que está ao lado da das assembléas geraes, vêem-se os bustos de Fontes Pereira de Mello, e Hintze Ribeiro, trabalhos do já citado artista Soares dos Reis. No primeiro pavimento está a Associação Commercial, e no segundo o Tribunal do Commercio. *(V. Porto, Tribunaes do).* Tambem estiveram installados no palacio da Bolsa os bancos *União* e *Mercantil*. O edificio é, internamente, illuminado a gaz e a luz electrica. A mesa que serve na sala das sessões da direcção é digna de especial menção. Tem 2,m 4 de comprimento por 1,m 32 de largura. E' toda embutida de madeira de jacarandá, pau setim, rosa, mogno e plátano, produzindo bello effeito pela excellente execução e boa harmonia e combinação das côres. As faces são guarnecidas com muito notaveis e delicadissimos ornatos de pau setim, jacarandá e rosa, tendo as mais compridas no centro emblemas do commercio, primorosamente esculpidos. No vol. VII do *Portugal antigo e moderno*, a pag. 429 e seguintes, vem uma minuciosa e interessante descripção do palacio da Bolsa, escripta pelo dr. Pedro Augusto Ferreira, abbade de Miragaia.

**Porto** *(Botequim do Pepino no)* V. *Portugal*, n'este vol; pag. 570.

**Porto** *(Brazão d'armas do).* V. *Porto (Armas do).*

**Porto** *(Camara municipal do).* Esta instituição, e as successivas transformações que soffreu até attingir, no reinado d'el-rei D. Diniz, a maxima importancia, tem sido considerada pelos mais notaveis escriptores a representação mais idonea e perfeita da liberdade municipal portugueza. A camara do Porto sustentou as luctas mais notaveis contra o poder dos reis e a supremacia dos nobres, sendo poderosa a influencia que exerceu em todas as epocas, nos destinos da nacionalidade portugueza. Parece que até ao seculo XIII a camara funccionava dentro do edificio da Sé, em dependencia sua, contigua á egreja e ao paço episcopal; em 1278, o bispo D. Vicente Mendes conseguiu que a camara abandonasse a Sé, sob o pretexto de que, quando era preciso recorrer á tortura na investigação de quaesquer delictos, o sangue dos padecentes salpicava as paredes do templo, o que poderia, em face das leis canonicas, dar logar á interdicção. Não se sabe se as razões allegadas pelo prelado prevaleceram, o que consta de antigos documentos é que em 1331 a camara reunia no convento de S. Domingos, e que em 1350 tinha o seu paço muito proximo á Sé, no sitio do Cemiterio. Em 1362 effeituava as suas sessões no convento de S. Francisco. Segundo nos diz Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, vol. VII, pag. 292, construiu se em 1406 uma casa da camara, de madeira, que importou em 220:000 dobras de peça de pano. Em 1428 reuniase a camara na *Crasta Segunda (claustro)* sob os alpendres do muro do convento de S. Domingos, que era, ao que parece, o local destinado para a celebração dos contratos entre os burguezes da cidade. Desde 1485 até 1539, pouco mais ou menos, achava se a camara installada no largo de S. Sebastião, proximo das prisões do Aljube; n'esse mesmo anno, como fôsse preciso proceder-se a alguns reparos no edificio, as sessões municipaes effeituaram-se n'uma casa da rua das Flôres. Em 1570, os vereadores reuniam-se na casa de N.-Sª das Neves, que ficava proximo do convento de S. Domingos, e em 1577 celebraram varias sessões na Misericordia, desconhecendo-se os motivos que determinaram esta mudança. Em 1604 tornou a camara a installar-se na casa fronteira á Sé, onde se conservava ainda em 1609; no anno de 1613 transferiu-se para o Collegio da Companhia de Jesus, fundado em 1560, que mais tarde passou á ordem de Santo Agostinho; em 1715 para uma casa do largo de S. Domingos, que mais tarde se demoliu para a abertura da rua de Ferreira Borges, e em 1764 para o collegio dos Orphãos da Graça, voltando em 1784 a funccionar no convento dos agostinhos, para o que arrendou a parte de que carecia. Em 1805 installou-se na Casa Pia (casas do Postigo do Sol), e em 1819 accommodou se, afinal, na Praça Nova das Hortas, depois Praça de D. Pedro, e actualmente Praça da Liberdade, no edificio pertencente a Ignacio Leite Pereira d'Almeida Moraes, que em 1816 a vendeu á Companhia das Vinhas do Douro, e esta depois a vendeu á camara municipal. Não se percebe bem este facto, porque, desejando a camara installar-se em edificio proprio, e entendendo que o local era bom e a casa, depois de convenientemente reparada, podia satisfazer ao fim a que era destinada, entendeu-se com o proprietario, obtendo do governo licença para effeituar a compra, pela provisão regia de 8 de outubro de 1815. Estando a camara municipal autorisada a comprar a casa, como foi que a Companhia das Vinhas a foi adquirir vendendo-a 5 mezes depois (outubro de 1815—março de 1816) á mesma camara? Ha tambem quem pretenda que o actual edificio foi mandado construir em 1817 por D. Antonio de Amorim para os *paços do Senado da camara do Porto*, tomando d'elle posse a municipalidade n'esse mesmo anno. O que não padece duvida é que a camara comprou o edificio á Companhia das Vinhas por 31:265$960

réis, por escriptura de 23 de março de 1816. As obras de reparação e acommodação começaram immediatamente, ficando concluidas em 1819, e collocando-se sobre a porta da entrada a legenda *Domus municipalis*, que se conserva ainda. Por occasião do cêrco do Porto, em 1832, as sessões da camara celebraram-se na casa da rua de Cedofeita pertencente a José Ribeiro Braga; pouco tempo depois, como fôsse para o edificio uma das secretarias do Estado por ordem de D. Pedro IV, a camara reuniu na rua da Torrinha, em casa de João Pereira de Menezes. Em 1833 voltou de novo á sua casa. Em 1868 a camara comprou uma grande casa immediata para ampliar o edificio, que nada tem de notavel, sendo até muito modesto para a segunda capital do reino, e para a importancia d'aquelle municipio. O aspecto é apalaçado, e sobre o tympano tem uma estatua de pedra, symbolisando o Porto, a qual figura um guerreiro, tendo na mão direita uma lança, descançando a esquerda sobre um escudo com as armas da cidade. A estatua foi feita pelo esculptor João Joaquim Alão. Internamente apenas possue de apreciavel os frescos das salas das sessões e da secretaria, executados em 1820 pelo antigo pintor portuense Joaquim Raphael da Costa. No salão da entrada vêem se diversos quadros a oleo. N'uma das salas ha um bello retrato do fallecido rei D. Carlos I, trabalho do apreciado pintor portuense Sousa Pinto, e um busto de marmore do antigo presidente da camara municipal Pinto Bessa, trabalho do esculptor Soares dos Reis. N'uma das salas tambem se vê o retrato do rei da Sardenha Carlos Alberto, que foi offerecido á cidade do Porto por seu filho, o rei de Italia Victor Manuel I. N'uma das vitrines do salão da entrada vê-se a farda que D. Pedro IV usou nas linhas do Porto, e n'outra a bandeira do regimento de Voluntarios da Rainha D. Maria II, bandeira bordada por aquella soberana, e que tremulou triumphante em tantos combates. Tambem ali se vê, n'um quadro, a medalha de ouro offerecida pela camara dos pares do reino á Camara Municipal da cidade do Porto; n'outro quadro estão a colher e o martello de prata, que serviram na collocação da pedra fundamental no monumento onde se ostenta a estatua equestre de D. Pedro IV, na praça de D. Pedro. Em uma das salas, que dá para o pateo interior do edificio, está o cartorio da camara, ou archivo municipal, onde se guardam documentos preciosos, do mais alto valor, a começar no seculo XII. João Pedro Ribeiro, em 1795, que pacientemente o investigou, deixou um indice precioso, que o cartorario Januario Luiz da Costa depois accrescentou. Alexandre Herculano, Arnaldo da Gama, Coelho Louzada e Camillo Castello Branco, fôram buscar áquelle archivo valiosas notas e referencias para os seus trabalhos historicos. O publicista José Caldas principiou, por encargo do municipio, a reproduzir os mais ricos diplomas communaes, principiando pelo *Livro Grande*, que contém as doações, privilegios e regalias da antiga cidade, sob o titulo *Corpus codicum qui in Archivo municipali portucalensi asservantur* (1843) O livro das Vereações, da era de 1424 de Cesar (1390 da era de Christo) é de papel d'algodão o primeiro que se fabricou em Portugal, d'essa materia. Além da installação das diversas repartições municipaes, estão funccionando nos Paços do Concelho um laboratorio de analyses chimicas instituido em 1883, e o quartel do Corpo de Salvação Publica (bombeiros municipaes)

Porto — Edificio da Camara Municipal

**Porto** (*Capellas do*). As que já não existem eram as seguintes:

*Capella do Bom Jesus de Bouças*, ou *Senhor do Calvario Novo*. Estava situada ao fundo da Cordoaria. Chamou-se dos *Trinos da Cordoaria*, por

terem os terceiros da ordem da Trindade ali estado algum tempo. A primitiva capella, que depois se ficou chamando do *Senhor do Calvario Velho*, foi que deu o nome á actual rua do Calvario.

*Capella de Nossa Senhora do Ferro.* Capella antiquissima, que foi da *Casa dos Meninos Orphãos*, antes de Balthazar Guedes fundar o Collegio dos Meninos Orphãos da Graça, para onde fôram os do Ferro. Parece que os orphãos poucos annos se conservaram ali, porque já lá não estavam, quando falleceu um sacerdote que fundára a casa. Depois da sua saida recolheram se ali uns moços do côro da Sé, que ajudavam ás cerimonias do culto da egreja, tendo um reitor que os governava. Depois serviu tambem de asylo a umas beatas que viviam em grande pobreza, ficando abandonada quando falleceu a ultima recolhida. Dava se-lhe o nome de Nossa Senhora do Ferro, porque na porta da capella, que era de arco, havia um ferro atravessado de lado a lado, que tinha o privilegio de livrar da morte os condemnados á pena ultima, que na sua passagem para o supplicio conseguissem deitar lhe a mão. A imagem da padroeira era de pedra, e de estatura quasi do tamanho natural.

*Capella de Nossa Senhora da Lada.* Capella muito antiga, que estava encostada á muralha interior de Cima do Muro da Ribeira, antigamente chamada da *Lada*, ao fundo das escadas do Codeçal. Da muralha descia-se para esta capella, cujo telhado estava quasi ao nivel do pavimento superior de Cima do Muro, por uma escada de pedra.

*Capella de Nossa Senhora da Natividade.* Existiu esta antiquissima capella até 1836, na Praça Nova, depois praça de D Pedro, e hoje Praça da Liberdade, do lado do Oeste. Por esta razão se chamava n'outro tempo *calçada da Natividade* á actual rua dos Clerigos, que tomou este nome, em 1732, quando se construiu a egreja assim denominada. A Praça Nova estava, em grande parte, occupada com o que vulgarmente se chamava *Natividade*, que era uma vasta quadra cercada de lojas de capella, contrabandistas, e outros generos, tendo no centro um terreiro. No lado interior do norte havia uma fonte, que já estava secca muitos annos antes de tudo isto ter sido demolido. Era n'esta quadra a capella de N S ª da Natividade, e tanto o templo como as lojas denotavam grande antiguidade, constando que estas construcções datavam do fim do seculo XIV, no reinado de D. João I. Não resta vestigio algum d'esta capella, nem das lojas que a circumdavam.

*Capella de Nossa Senhora das Neves.* Esta capella estava sobre o arco de S. Domingos, arco antiquissimo, e quando se demoliu o arco, tambem deixou de existir.

*Capella de Nossa Senhora do O'.* Existiu sobre a porta da Ribeira; dizem que era rica e bonita, sendo uma das mais sumptuosas do Porto. Foi demolida, quando em 1774 D. João de Almada e Mello mandou demolir aquella porta, assim como outras mais, para alargar os logares onde estavam situadas.

*Capella de Nossa Senhora do Postigo*, ou *das Verdades.* Estava situada sobre uma das quatro portas da circumvalação chamada sueva, e a sua padroeira era de grande devoção do povo do Porto. Esta porta ou *postigo*, como então tambem se chamava, ficava á entrada das escadas das Verdades, e dava saida para as escadas do Codeçal, Barrêdo, Ribeira, etc. Demolida esta porta, o conego Nicolau de Parada construiu á sua custa uma nova e boa capella, em substituição da antiga, para o que comprou umas casas, proximas da porta da cidade. A' imagem dá-se-lhe tambem o nome de *Nossa Senhora do Postigo*, por ser a primitiva capella collocada sobre a porta, ou *postigo*, da cidade. A imagem é de pedra, muito antiga, com 88 centimetros de altura, e de boa esculptura, attendendo á sua antiguidade. Julga se que seja do tempo da primeira circumvalação da cidade, feita pelo bispo D. Gonçalo Pereira, que depois foi arcebispo de Braga, desde 1108 até 1110.

*Capella de Nossa Senhora da Vandôma.* O bispo D. Nonego havia trazido de França uma imagem d'aquella invocação, e collocou-a dentro d'um nicho, sobre o arco aberto na muralha ao NE da fortaleza, e que por isso, desde então se ficou chamando *Porta de Nossa Senhora da Vandôma.* Esta porta a que depois se deu o nome de *Arco da Vandoma*, estava no fim da actual rua Chã, antiga rua *Chã das Eiras*, á entrada do largo da Sé. A rainha D. Thereza, mãe de D. Affonso Henriques, transformou o nicho onde estava a imagem, n'uma formosa capella, que em 1840 a camara municipal do Porto mandou demolir, desapparecendo tambem o Arco da Vandoma. A porta principal da fortaleza sueva era esta da Vandoma, tendo por cima, além da capella, duas alterosas torres, uma de cada lado da capella, assentes sobre muralhas solidissimas.

*Capella de Sant'Anna.* Estava situada sobre o arco de Sant'Anna, ao fundo da rua da Bainharia. Foi este demolido juntamente com a capella. Este arco ficou celebre na litteratura portugueza por dar o titulo ao romance de Almeida Garrett, *O Arco de Sant'Anna.*

*Capella de Santo André.* Esta capella existia no logar do mesmo nome, antiga feira da herva, proximo e ao Oeste do passeio publico de S. Lazaro. Foi demolida no meado do seculo passado.

*Capella de S. Roque.* Era situada na praça semi circular do mesmo nome, proximo ás antigas portas do Souto, onde em tempos remotos houve emparedadas. Esta capella era construida de boa cantaria, de abobada, e de fórma exagona, subindo-se para ella por uma boa escada, que lhe servia de base, por um e outro lado. A obra dizem ter importado em mais de 21:000$000 reis. Foi edificada em 1582, em cumprimento d'um voto feito por occasião d'uma terrivel peste. O terremoto de 17. 5 destruiu completamente a capella, mas alguns devotos resolveram reconstruiu-la, concluindo-se as obras em 1760. No meado do seculo passado foi demolida, passando as imagens ali existentes para a egreja do Terço. O altar, paramentos e o sino fôram dados pela camara municipal á capella de Santo Antonio, que então se instituira no largo da Aguardente, hoje praça do Marquez de Pombal.

*Capella do Senhor da Agonia.* Existiu esta bonita capella na Ramada Alta.

*Capella do Senhor d'Além* Foi fundada em 1140, e ali se instituiu em 1738 o hospital do mesmo nome. Estava sobre a margem esquerda do rio Douro, ao fundo da serra do Pilar, e em

frente da Ribeira. Em 5 de março de 1739 tomaram posse da capella e do hospicio 5 frades carmelitas calçados. A capella existia ainda em 1876; o hospicio foi vendido depois de 1834. No meado do seculo passado estava ali estabelecida uma fabrica de louça de faiança.

**Porto** (*Capellas do*). As que existem actualmente são as seguintes:

*Capella das Almas e Santa Catharina.* Está situada na rua d'este nome. E' um bonito templo, edificado no principio do seculo XVIII, que nada apresenta de notavel Além do altar-mór, tem 5 altares lateraes.

*Capella da Batalha.* E' dedicada á Senhora da Batalha, e foi construida em 1690, ficando então junto das muralhas da circumvalação, e fóra da *Porta de Cima da Villa*, ou *da Batalha.* A imagem da padroeira que, segundo a lenda,foi trazida em 983 pelo conde D. Moninho Viegas, com outra de N. S.ª dos Remedios, estava antigamente mettida dentro d'uma torre que defendia a referida porta do Cimo da Villa, sobre a qual estava a ermida, que em razão de ficar por baixo do muro da torre era muito prejudicada pela humidade. Balthazar Guedes, do Porto, e outros devotos, lhe construiram uma nova capella mais ampla, que é a que existe. E' de cantaria, de excellente fabrica e fechada de abobada; toda forrada de azulejos, interiormente, e teve ricas lampadas, castiçaes e outras peças, tudo de prata, para serviço dos altares, que são 3: o principal, onde está a imagem da Senhora da Batalha; ao lado direito o da Senhora dos Remedios, e ao lado esquerdo o de S. José. As imagens das duas Senhoras são de pedra e muito antigas. Quando em 1796 se construiu o theatro de S. João, teve para isso de ser demolida a Porta de Cimo da Villa e a antiga capella da Batalha. As confrarias dos sirgueiros e dos botoeiros que n'ella tinham a sua séde, auxiliados por D. Francisco d'Almada, a reconstruiram. Foi na capella da Batalha que tiveram principio, no Porto, as ordens do Carmo e da Trindade.

*Capella da Boa Nova.* Fica na rua do Triumpho.

*Capella da Boa Vista.* E' um bonito templo que está situado na rua d'aquelle nome.

*Capella de Carlos Alberto.* Está situada na Avenida das Tilias do Palacio de Crystal, ao pé da casa de Entre Quintas, onde falleceu a 28 de julho de 1849 o rei da Sardenha Carlos Alberto, que se refugiara em Portugal. A capella foi construida em 1851 por sua irmã, a princeza Augusta Montlear, que veiu ao Porto lançar a pedra fundamental, sendo o risco feito em Italia. A capella é toda construida de pedra extrahida das pedreiras de granito existentes nas immediações. Tem a dedicação a S. Carlos Burromeu, e tem um só altar, onde se vê a imagem do santo, de marmore, esculptura de Oliva, feita em Italia, e para ali veiu em 1860. Tambem são de valor as imagens de S. Chrispim e de N. S.ª de Agosto, que interiormente adornam a capella Ali esteve depositado o cadaver do desditoso monarcha, até que mais tarde foi trasladado para Turim.

*Capella do Espirito Santo.* Fica no largo de S. Pedro. V. *Miragaia*, *Portugal*, vol. IV. pag 1127 e 1128.)

*Capella de Nossa Senhora d'Assumpção.* Está situada na rua da Senhora de Agosto, em frente da porta principal da Sé. Foi reconstruida em 1650. A imagem da padroeira é muito antiga, e de pedra, com a altura de metro e meio, de boa esculptura.

*Capella da Nossa Senhora da Boa Hora*, de Fradellos. Na rua Guedes de Azevedo. Foi construida, ou reedificada, no principio do seculo XVIII.

*Capella de Nossa Senhora do Bom Successo.* Está situada no largo d'este nome.

*Capella N. S.ª da Boa Hora.* V. *Bouças*, *Portugal*, vol. II, pag. 424.

*Capella de Nossa Senhora do Soccorro.* Está situada na rua da Rainha, hoje rua de Anthero do Quental.

*Capella do Palacio Pestana.* Fica na rua do Almada. E' do estylo gothico, e está annexa ao palacete de José Joaquim Guimarães Pestana. E' um dos mais apreciaveis e preciosos monumentos religiosos do Porto, em casas particulares. Vêem-se ali duas estatuas em granito, devidas ao cinzel do esculptor Soares dos Reis.

*Capella dos Reis Magos.* E' uma pequenina capella na rua do Laranjal, que está a cargo da Camara Municipal. Tem algumas imagens dignas de attenção, e um curioso baixo-relevo em madeira.

*Capella de Santo Antonio.* Foi construida em 1875 no antigo largo da Aguardente, hoje praça do Marquez de Pombal, por alguns devotos d'aquelle santo, e benzida em 17 de junho de 1877 pelo conego honorario dr. João José de Vasconcellos, que n'esse dia celebrou a missa, a que se seguiu um solemne *Te-Deum.* A capella tinha altar-mór e 4 altares lateraes. Devido a divergencias pessoaes e religiosas, que levantaram grande celeuma na cidade do Porto, foi a capella secularisada e transformada em escola liberal, que poucos annos depois teve de fechar por falta de recursos. Em 1901, indo o predio á praça, foi comprado por um grugo de individuos que de novo o transformaram em capella

*Capella de S. Chrispim.* Está situada na rua de S. Jeronymo.

*Capella de S. Joaquim.* Está situada na praça do Marquez de Pombal.

*Capella de S. José das Taipas* Fica na rua do Calvario, proximo do Jardim da Cordoaria. E' d'uma só nave, de estylo italiano-classico. Começou a construir-se em 1795, e só veiu a concluir-se em 1878. Vê-se n'esta capella um quadro commemorativo da catastrophe acontecida no Douro em 20 de março de 1809, causada pela ruptura da ponte de Barcas. Interiormente tambem a capella possue uma apreciavel pintura antiga da escola allemã, representando N. S.ª da Divina Providencia.

*Capella do Senhor da Salvação.* Está no cemiterio de Agramonte, e é privativa dos irmãos da ordem da Trindade. Foi construida em 1876, sendo benzida a 17 de maio de 1877.

*Capella da Senhora dos Anjos.* Está situada na rua dos Bragas.

*Capella da Senhora da Saude.* Está situada na rua do Heroismo.

**Porto** *(Casa da Moeda no)* Existiu antigamente no largo dos Loyos, á esquina da rua de Traz. Foi a primeira casa da moeda do Porto e de todo o paiz, conforme diz Manuel Severim de Faria, no seu *discurso* IV. § 22. Em 1415 la-

vraram se aqui as primeiras moedas de 10 réis, que houve em Portugal, segundo Pinho Leal, no vol. VII do *Portugal antigo e moderno*, pag. 292. D. João I deu regimento a esta casa, achando-se datado de Vizeu em 29 de dezembro de 1429. Nos ultimos mezes de 1642 foi novamente estabelecida a casa da Moeda, conforme se vê no alvará de 8 de junho d'esse anno: «Por ser conveniente que na cidade do Porto se abra casa da moeda em que se laure na mesma forma que na desta cidade de Lisboa, para que assim das terras daquella provincia como das outras circumvisinhas com maior facilidade e menos molestia se possa levar a ella a moeda de prata nacional cerceada que mando redusir, como tambem a que não for cerceada que mando emcordoar e cunhar com nova orla: O conselho da fazenda ordene que dos engenhos que ha na casa da moeda desta cidade se dem todos os que forem necessarios para o lavor da casa que mando abrir na do Porto, os quaes se hão de entregar a José Ribeiro que mando áquella cidade para nella assentar a dita casa da moeda, pela grande experiencia que tem na desta cidade e nella se mandarão fazer outros engenhos na forma que parecer mais conveniente para que estes que se mandão ao Porto não fação falta, nem deficultem a grande e prompta expedição com que se deve reduzir a moeda de prata nacional; e para que esta casa da moeda se abra na cidade do Porto lhe mandará logo o conselho passar as ordens necessarias, dando-se-lhe a mesma forma de arrecadação, e Regimento que ha na Casa da Moeda desta cidade, e todas as despezas que se fizerem para este effeito assim na Casa da Moeda desta cidade, como na do Porto, nos engenhos que se hão de remetter e assentar-se serão por conta do principal que se aplica a esta redução; havendo o Conselho entendido que ao Doutor Sebastião Cardozo de Sampaio que tenho nomeado chanceler daquella Relação, Hei por meu serviço encarregar da superintendencia da dita Casa da Moeda para que á sua ordem estejão o juiz e mais officiaes della por fiar da sua prudencia, e grande capacidade satisfará em tudo a confiança que delle faço, o Conselho o fará executar com toda a promptidão. Lisboa 9 de junho de 1688».

**Porto** *(Casa Pia do)*. Foi construido este edificio pelo corregedor do Porto Francisco d'Almada e Mendonça, que lhe lançou a primeira pedra em 21 de junho de 1792. Era destinado o edificio para Casa Pia, isto é, para asylo de orphãos e creanças pobres, porém nunca teve essa applicação humanitaria. Ha muitos annos que está ali installado o Governo Civil. V. *Porto* (*Governo Civil do)*.

**Porto** *(Casa Salva Vidas no)*. Construida em S. João da Foz. V. *Portugal*. vol. III, pag. 558.

**Porto** *(Casa dos Vinte e Quatro no)*. V. *Portugal*, vol. II, pag. 842.

**Porto** *(Casas historicas do)*:

*Casa do Infante D. Henrique*. Na rua da Alfandega n.º 10, nos restos do edificio onde esteve installada n'outro tempo a Alfandega Velha, e que parece fazia parte dos antigos paços reaes, foi inaugurada em 4 de março de 1894, pela camara municipal do Porto, uma lapide commemorando o nascimento do infante D. Henrique, o grande navegador, que n'aquelle local historico se realisou em 4 de março de 1394.

*Casa onde nasceu o visconde d'Almeida Garrett*. Na casa da rua do Calvario n.º 35 a 39, onde nasceu o visconde d'Almeida Garrett, está a seguinte lapide commemorativa, mandada ali collocar pela camara municipal do Porto em 1864.

CASA ONDE NASCEU
AOS
4 DE FEVEREIRO DE 1799
JOÃO BAPTISTA DA SILVA LEITÃO
DE ALMEIDA GARRETT

MANDOU GRAVAR A MEMORIA DO
GRANDE POETA
A CAMARA MUNICIPAL
D'ESTA CIDADE EM
1864

*Palacio de Monfalim e Terena*. Na rua do Triumpho, em frente do Palacio de Crystal. E' uma antiga vivenda com a sua velha torre ameiada, que, segundo a tradição, pertenceu ao grande e orgulhoso capitalista Pedrossem ou Pero d'Ossem, mais conhecido por Pedro Cem. No seu orgulho julgava-se tão rico que nada seria capaz de abalar a sua fortuna collossal, mas que d'um momento para o outro se viu tão pobre, que teve de recorrer á caridade publica para não morrer de fome. Os ascendentes do conde de Terena compraram aquella propriedade, e para ella transferiram a sua residencia. O solar da familia de Pedro Cem, de grande importancia no Porto, no seculo XVIII, parece que nunca foi no logar onde a tradição erradamente o colloca, mas sim na rua da Ribeira, na casa ameiada que tem o n.º 55.

*Palacete de Entre-Quintas*. Tornou-se historico este palacete da quinta das Macieiras ou do Sacramento, em Entre Quintas, pertencente á familia Porto Basto, por ter ali vivido algum tempo e fallecido o rei da Sardenha Carlos Alberto, em 28 de julho de 1849.

**Porto** *(Cemiterios do)*:

*Agramonte* Dos dois cemiterios municipaes, é este, o Occidental, o mais moderno e o mais bonito. Está situado na rua de Agramonte, e comprehende os cemiterios das ordens do Carmo, S Francisco, Trindade, e os não catholicos. Foi principiado em 1840, destinado para o *cemiterio de irracionaes*; depois fez-se lhe uma nova divisão para os pobres que morressem no hospital da Misericordia; por fim transformou-se em cemiterio publico. A sua capella, de architectura gothica, foi principiada em 1870, ou 1871, benzida a 15 de março de 1874. A camara municipal comprou depois terrenos juntos, com que ampliou o cemiterio. A capella do Senhor da Salvação, dos Terceiros da Trindade, occupa uma pequena parte do cemiterio. (V. n'este artigo, *Capella do Senhor da Salvação*. Os cemiterios do Carmo e de S. Francisco deixaram de existir em 1866, porque a camara municipal os fez remover para o de Agramonte, em cumprimento da portaria de 18 de abril d'esse anno. Entre os muitos mausoléus dignos de menção, contam-se o das victimas do incendio do theatro Baquet; o da familia Pinto da Fonseca, com esculpturas de Teixeira Lopes, na secção publica; o da familia Andressen, no cemiterio dos não catholicos, obra tambem de Teixeira Lopes; o do conde de Ferreira, na sec-

ção da Trindade com uma soberba estatua d'aquelle titular, trabalho de Soares dos Reis; o da familia Pereira Cardoso, com esculpturas de Teixeira Lopes, pae, na secção do Carmo.

*Cemiterio do Bomfim.* Está contiguo e a E da egreja d'este nome. E' pequeno, mas bem situado, e pertence á irmandade que superintendo n'aquelle templo.

*Cemiterio da Foz.* Está situado no monte da Senhora da Luz.

*Cemiterio Inglez.* E' situado na rua do Campo Pequeno, e privativo da colonia ingleza no Porto. Tem capella do culto protestante.

*Cemiterio da Lapa.* E' o mais antigo cemiterio do Porto; pertence á irmandade de N. S.ª da Lapa, e está situado ao NO, e por detraz da egreja d'aquella denominação, e ao principio da rua da Rainha, hoje rua de Anthero do Quental, sendo a entrada pelo largo da Lapa. E' dividido em tres nivelamentos ou socalcos. Apezar de ser pequeno, torna-se notavel pela sumptuosidade das suas capellas e pela belleza de grande numero dos mausolêos. A entrada primitiva era por um portão de ferro, alinhada com as primeiras duas capellas, que ficavam, uma a E e a outra a O do portão, medeando d'este até ás capellas um muro de cantaria, com uma alta grade de ferro Mais tarde incluiu-se no cemiterio uma porção de terreno que lhe ficava contiguo e ao SO, e desfazendo-se a primitva entrada, se mudou para o local onde se tem conservado. Sobre o novo portão se collocou a mesma inscripção que já existia sobre o antigo, tendo por cima os emblemas da morte, e sobre elles as armas da irmandade da Lapa.

*Cemiterio de Lordello do Ouro.* Está situado na rua das Condominhas.

*Cemiterio de Paranhos.* Fica na rua do Cemiterio.

*Cemiterio do Prado do Repouso.* E' um dos cemiterios municipaes, sendo este o Oriental. Fica na Avenida Rodrigues de Freitas; comprehende os cemiterios das ordens: Confraria do Santissimo de Santo Ildefonso, Misericordia, Terço, e não catholicos, desde 1866. (V. n'este artigo, *Cemiterio de Agramonte).* O terreno occupado pelo cemiterio do Prado do Repouso pertenceu á cêrca do antigo semiuario episcopal, hoje Collegio dos Orphãos, servia de passeio aos estudantes, nas horas de recreio: chamava se o *Prado.* A sua capella do fórma oitavada, com o pavimento de marmore de côres, é a mesma do antigo seminario. O cemiterio é vasto e bem situado; tem duas entradas: uma ao N, a principal, e outra a SO; confronta pelo E com a quinta do Bispo, pelo O com a rua de S. Victor, pelo N com a alamêda do Repouso e outras propriedades, e pelo S com outros terrenos, e onde existiam as ruinas do antigo seminario. Ha aqui magnificos mausoléos. O cemiterio foi começado em 1838, e benzido no dia um de dezembro de 1839 pelo bispo do Porto D. Fr. Marcos de Lisboa. Na secção pertencente á irmandade da Misericordia, ergue-se o tumulo que encerra as cinzas dos martyres da patria, os ultimos enforcados na Praça Nova, hoje Praça da Liberdade, executados nos dias 7 de maio e 9 de outubro de 1829, por sentença lavrada a 9 de abril do mesmo anno. Os cadaveres haviam sido sepultados no atrio da egreja da Misericordia, onde se conservaram até 19 de junho de 1878, dia em que fôram trasladados para aquelle monumento funebre. O cortejo foi imponente. As demonstrações de sentimento, que todo o Porto então manifestou, fôram as mais edificantes e as mais dignas. Os estabelecimentos das ruas, por onde passava o prestito, conservaram-se fechados todo o dia; longos crepes pendiam das janellas, e por toda a parte se viam pessoas trajando rigoroso luto. O corpo de caçadores n.º 9, e os de infantaria n.ºs 10 e 18, formaram alas; no prestito iam incorporadas todas as associações, asylados, estudantes de todas as escolas e importantissimo numero de convidados, entre os quaes figuravam as principaes e as mais influentes pessoas do Porto. O tumulo tem a seguinte inscripção :

AQUI JAZEM
AS OSSADAS DOS DOZE MARTYRES
DA PATRIA, QUE NO PATIBULO
EM PRAÇA PUBLICA
TERMINARAM OS SEUS DIAS A
7 DE MAIO E A 9 DE OUTUB O DE 1829.

No cemiterio dos livres pensadores está em campa-rasa o corpo de Rodrigues de Freitas Proximo da porta da entrada do lado da rua de S. Victor, vê-se um singelo monumento com o busto do corregedor Francisco d'Almada e Mendonça, a quem o Porto deve grande parte do seu engrandecimento Tambem ali está o monumento-tumulo, que a Associação de Beneficencia 31 de Janeiro mandou erigir para receber as ossadas dos que falleceram combatendo pela Republica no dia 31 de janeiro de 1891, o qual foi inaugurado a 31 de janeiro em 1897. E' obra do esculptor Carvalho Figueira, que foi alumno laureado da Academia Portuense de Bellas Artes. O monumento tumulo tem 6.m d'altura, e é encimado por um grupo esculptural, que representa a Liberdade empunhando um facho com a mão direita, o cingindo ao seio com a outra mão os *Lusiadas.* Aos pés d'esta figura, um leão, symbolo da força, arqueia o corpo em torno d'ella, como que a revelar ou a insinuar que o ideal republicano dispunha em janeiro de 1891 de valiosos elementos de acção, e apresenta-se na attitude de quem affronta os perigos de novos commettimentos. Caindo lhe sobre a juba e poisando no chão, vê-se a bandeira portugueza, sem corôa, como affirmação da crença de regenerar o paiz pela implantação da Republica. O pedestal tem 3 m. d'altura por 2,m5 de frente, e na sua fachada e n'uma singela almofada assenta uma palma de brouze collocada em diagonal, tendo inscripta por cima a data commemorativa—*31 de janeiro de 1891*—e por baixo—*Paz aos vencidos.* Nas partes lateraes do monumento-tumulo vêem-se placas de marmore branco com o nome, em letras d'ouro, dos que em 31 de janeiro morreram pela Republica, e cujas cinzas ali estão depositadas. Uma d'essas placas é movel e dá para uma camara revestida de beton e aberta no centro do pedestal, onde estão recolhidas as urnas cinerarias. O monumento é todo esculpido em granito, e está pouco mais do esboçado no grupo que o encima. Como a tentativa dos sublevados se mallogrou, a parte incompleta do monumento quer symbolisar tambem, sob um ponto de vista politico, uma obra a concluir.

*Cemiterio de Ramalde.* Situado na rua do Pinheiro Manso.

**Porto** (*Cêrco do*). O infante D. Miguel, desembarcando em Lisboa a 22 de fevereiro de 1828, recebeu no dia 26 a regencia do reino das mãos de sua irmã, a infanta D. Izabel Maria, e jurou a Carta Constitucional, mas d'ahi a pouco começou a mostrar claramente que o seu intento era fazer se acclamar rei absoluto, e tendo dissolvido as côrtes em 14 de março, sem mandar proceder a novas eleições, em vista d'uma representação do senado de Lisboa que lhe pedia cingisse a corôa, ordenou a convocação dos tres estados declarando, porém, o decreto que se julgariam suborados os votos que recaissem em partidarios das instituições liberaes. A guarnição do Porto revoltou-se, chegou a formar-se ali uma junta provisoria de governo, mas as tropas constitucionaes fôram obrigadas a passar a fronteira, e em breve D. Miguel foi reconhecido por toda a monarchia exceptuando a ilha da Madeira, que dentro em pouco foi subjugada, e a ilha Terceira que sempre se conservou fiel á rainha D. Maria II. Para os Açôres fôram partindo todos os que defendiam a Carta Constitucional, e depois de varios successos, organisou se o exercito libertador, que ás ordens de D. Pedro IV veiu desembarcar no Mindello a 8 de julho de 1832, entrando na cidade do Porto no dia seguinte Os miguelistas, passado o primeiro momento de susto, começaram a apertar e a cingir com as suas tropas o pequeno exercito libertador. D. Pedro contava com grandes defecções no exercito contrario, em pouco tempo se convenceu que a unica esperança de triumpho estava no heroismo e abnegação dos chefes e soldados constitucionaes. O combate de Penafiel a 17 de julho, a indecisa batalha de Poute Ferreira a 23 e a perda da batalha de Souto Redondo a 7 de agosto, mostrou que a causa da rainha corria grave perigo, mas felizmente os miguelistas não souberam aproveitar a victoria, nem sequer occuparam a tempo o convento da serra do Pilar, e permittiram assim ao Porto resguardar-se quasi n'um instante com fortificações improvisadas. No dia 8 de setembro Gaspar Teixeira, nomeado chefe do exercito miguelista, pretendeu recuperar a posição da serra e investiu ao mesmo tempo a cidade pelo lado da Aguardente, do Covello e do Serio, mas nada conseguiu; renovou o ataque no dia immediato, assaltando a serra e dirigindo simultaneamente forças contra a Casa Amarella, Montanha e Paranhos ao norte do rio Douro, mas não foi mais feliz, e só pôde occupar Villa Nova de Gaia no dia 10, em que voltou á carga. Começou então o bombardeamento do Porto, e os liberaes que fizeram uma sortida no dia 16 para impedir o estabelecimento de novas baterias, soffreram graves perdas. A 29, por ser dia de S. Miguel, deram os miguelistas um ataque geral e chegaram a penetrar dentro das linhas pelo lado das baterias de Bomfim, Captivo e Fojo, mas depois de renhido combate das 3 para as 4 horas estavam desapossados de todos os pontos que tinham ganho, sendo repellidos com gravissimas perdas A 14 de outubro renovaram os absolutistas os seus ataques contra a serra do Pilar, mas fôram repellidos, e foi então que D. Miguel, cedendo ás repetidas instancias dos seus generaes, se resolveu a sair de Lisboa declarando que ia tomar o commando do exercito. O visconde de Santa Martha, que era então o chefe do exercito miguelista, tentou mais uma vez, porém debalde, apoderar-se da serra. Entretanto o bombardeamento continuava incessantemente, e entre os liberaes appareciam dissidencias e rivalidades que levaram D. Pedro a assumir o commando do exercito, que desde os Açôres tinha sido exercido pelo duque da Terceira. A 11 de novembro fizeram os liberaes uma sortida para o sul do rio Douro, e destruiram algumas baterias do inimigo; no dia 18 fizeram outra sortida feliz para os lados de S. Cosme, e no dia 28 surprehenderam os acampamentos miguelistas da Prelada, Padrão da Legoa, Boa Hora e Mattosinhos. O bombardeamento continuava cada vez mais terrivel, começava a sentir-se a fome e faltavam as munições de guerra, mas a entrada de José da Silva Carvalho para o ministerio da fazenda restabeleceu a confiança, e os habitantes do Porto deram constantemente provas de heroismo e de dedicação extraordiuaria, pelas quaes a cidade bem mereceu o titulo de Invicta, com que posteriormente foi honrada. No dia 17 de dezembro fizeram os liberaes uma nova sortida para o sul do rio Douro, afim de destruirem o convento de Santo Antonio, e ao principio fôram mais felizes, mas na retirada faltaram-lhes os barcos a tempo, do que resultou soffrerem graves perdas, e ficarem muitos afogados no rio. Com o intento de evitar as rivalidades entre os seus generaes, D. Pedro chamou ao Porto o general francez Solignac, a quem deu o posto de marechal do exercito e o cargo de major-general. Estreou-se o general estrangeiro com uma sortida no dia 24 de janeiro de 1833 contra o monte do Crasto e á custa de prodigios de valor das tropas collocadas sob as suas ordens, conquistou a posição desejada, mas afinal, sem motivo algum plausivel abandonou-a, e d'este modo tudo quanto se praticára de heroico n'esse dia assignalado foi de pouco ou nenhum proveito para a causa da rainha. Por esse tempo o general Saldanha, que por questões particulares não havia ainda tomado parte na guerra, veiu desembarcar no Porto, e recebendo o commando da esquerda da linha para o lado da Foz, de tal modo fortificou esse sitio, que repelliu energicamente o ataque contra elle dirigido a 4 de março pelo visconde de Santa Martha. Sendo n'essa mesma occasião os realistas infelizes no ataque que fizeram á serra do Pilar, fôram d'ahi a poucos dias, a 24, rechaçados tambem quando tentaram apoderar-se da posição das Antas. A situação do Porto n'essa época era deveras tristissima, porque á falta de soccorros de toda a especie, falta que mais e mais se aggravara desde que o inverno fechára a barra do Douro, veiu juntar-se o terrivel flagello da Cholera-morbus, mas cousa alguma fazia abalar a fé dos soldados de D. Pedro, e a lucta que durava havia mezes, parece que cada vez se tornava mais encarniçada. A terrivel epidemia que grassava no Porto, estendeu-se tambem aos arraiaes de D. Miguel, o quando passou a estação invernosa e a cidade pôde ser abastecida, embora os mantimentos e munições tivessem de passar sob o fogo das baterias inimigas, a situação da cidade melhorou muito. A tomada da posição do Covello no dia 9 de abril pelos liberaes e a derrota que os miguelistas soffreram no dia immediato, quando tentavam recu-

perar esse ponto, veiu dar novo alento aos defensores da causa constitucional, mas então a falta de paga ás tripulações da pequena esquadra liberal deu logar a que a marinhagem se insubordinasse contra o almirante Sartorius, que parece não tinha energia bastante para a conter. Era este um golpe de morte para o partido liberal, porque o Porto sem esquadra protectora, bloqueado por mar e por terra, teria de render-se vencido pela fome. Foi então que o barão de Quintella, depois conde do Farrobo, adeantando o dinheiro necessario, salvou a causa da liberdade. O commando da esquadra foi dado então a Carlos Napier, e resolvida uma expedição ao Algarve, sairam do Porto as tropas que, ás ordens do Duque da Terceira, desembarcando em Cacilhas e atravessando o Alemtejo, entraram a 24 de julho em Lisboa. N'esse meio tempo, os miguelistas, commandados por Bourmont, tinham querido no dia 5 de julho cortar as communicações do Porto com a Foz, mas fôram batidos, e o mesmo lhes succedeu n'um ataque que dirigiram n'esse dia contra a serra do Pilar. No dia 25 ordenou Bourmont um ataque geral ás linhas do Porto, os miguelistas, que tiveram no principio algumas vantagens, fôram por fim repellidos pelo conde de Saldanha, que desde a retirada de Solignac, 14 de julho, exercia o cargo de chefe do estado maior imperial. Logo que chegou ao Porto a noticia da entrada dos liberaes em Lisboa, D. Pedro embarcou para a capital, deixando a Saldanha o governo da cidade, e Bourmont a 7 de agosto levantou o cêrco, partindo tambem para o sul com parte do seu exercito. Em frente do Porto ficou então o general Almer que, depois de incendiar os armazens de vinho em Villa Nova de Gaia, foi intrincheirar-se em Avintes. Foi uma barbaridade inaudita aquelle incendio, em que se destruiram 17:374 pipas de viubo finissimo, e 533 pipas de aguardente superior, na importancia total de 2.513:631$541 reis, segundo uma nota reproduzida por Luz Soriano no tomo IV da *Historia da Guerra Civil*, pag. 437. Saldanha atacou o general Almer em Avintes, a 18 de agosto, e o obrigou a definitivamente levantar o cêrco, terminando assim essa serie de combates gloriosos que durante mais de um anno se travaram em volta do Porto. Bibliographia: *Historia do cerco do Porto* e *Historia da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar*, de Simão José da Luz Soriano, e *Portugal Contemporaneo*, de Oliveira Martins.

**Porto** (*Chafarizes do*). V. *Porto* (*Nascentes do*).

**Porto** (*Clubs do*). Entre outros, mencionaremos os seguintes:

*Club dos Caçadores*. E' a primeira associação d'este genero no paiz. Foi fundada em 1878 por um pequeno grupo de caçadores portuenses. Está installada na Quinta de Salgueiros, á Lapa, onde mantém uma bem montada escola pratica de tiro, que no tempo defezo funcciona ás quintas feiras e dias santificados. Annualmente realisa o club notaveis torneios de tiro, e já tem promovido importantes exposições de cães, caça e pesca

*Club Fluvial*. Situado na rua de S João; foi fundado em 18 6. Tem por fim promover regatas no rio Douro e fornecer embarcações para gozo dos socios, as quaes são numerosas, e estão arrecadadas e dispostas n'um armazem na Avenida D. Luiz, em Villa Nova de Gaia. Possue esta associação uma boa bibliotheca.

**Porto** (*Conventos de frades no*):

*Convento de Carmelitas*, de Lordello. Convento sob a invocação de S. Francisco de Paula. Era um hospicio d'aquelles religiosos, que foi fundado em 1780 á custa de esmolas dadas pelo povo. Depois de 1834 foi vendido, tornando-se então uma propriedade particular.

*Convento do Carmo*. A ordem dos religiosos carmelitas descalços entrou no Porto em 1617. Governava então a cidade, em nome de Filippe III de Castella, Diogo Lopes de Sousa, mais tarde conde de Miranda, sendo bispo do Porto D. Fr. Gonçalo de Moraes. Os frades obtiveram do governador e da camara protecção e licença para fundarem um convento, mas não fôram tão bem succedidos com o bispo, que lhes negou a permissão pedida, e por algum tempo fechou os ouvidos a sollicitações. Como os religiosos, porém, houvessem alcançado bons protectores, o bispo veiu a ceder, e elles estabeleceram-se provisoriamente n'umas casas que lhes destinou o governador na rua de S. Miguel. Por meio de esmolas edificaram uma pequena egreja, e accommodaram o resto do edificio, tanto quanto foi possivel, ás necessidades e usos da clausura. Afinal conseguiram construir um convento no *Campo do Olival* que ficava então fóra dos muros da cidade, e para o qual dava saida a porta da cidade, chamada do Olival. Finalmente, lançou a primeira pedra nos alicerces da capella mór da egreja, o bispo D. Rodrigo da Cunha. Acudiram logo muitas esmolas, e a camara concorreu tambem com um donativo importante. Estando já habitavel uma parte do convento em 1622, os frades mudaram-se para ali, e, como a egreja ainda estivesse muito atrazada, fizeram templo provisorio da sacristia, que já estava concluida. Foi em 3 de junho do referido anno de 1622, que se fez com a maior solemnidade a transferencia da communidade, do Sacramento, da Senhora do Carmo e d'outras imagens do convento velho de S. Miguel para o novo do Campo do Olival. Em junho de 1658 acabou-se a egreja, porém pelos annos seguintes fôram-se-lhe fazendo melhoramentos em pinturas, douraduras, e mesmo em novos retabulos de talha relevada. O convento tambem teve consideraveis augmentos durante esse tempo, em que se construiram os dormitorios do lado do sul e se lhe reedificaram com mais solidez, ou se fizeram de novo varias officinas. Com o correr do tempo, transformou se o sitio, e tambem mudou de nome; desappareceu a porta do Olival e o lanço de muros correspondente. O campo, que era ermo, encheu se de edificações com que se formaram ruas e praças, entre as quaes se conta a actual Praça da Cordoaria. Pela extincção das ordens religiosas, em 1834, veiu a servir de quartel da guarda municipal do Porto o lado do convento que olha para o sul, e está contiguo á frontaria do templo. O do lado do norte foi dado á ordem Terceira do Carmo para accrescentar o seu hospital. A egreja conservou-se para o culto.

*Convento dos Congregados de S. Filippe Nery*. Fundou-se este convento e egreja em 1660, junto á antiga porta dos Carros A egreja é de abobada de estuque, d'um trabalho muito apreciado. Tem dois altares de muito valor, que são os de Nossa Senhora das Dôres e de Jesus Maria

José. N'esta egreja estão os corpos de S. Clemente, S. Severino e Santo Eugenio. O edificio do convento, e tudo quanto lhe pertencia, incluindo o celebre *Monte dos Congregados*, fôram vendidos depois de 1834. O que foi convento transformou-se em propriedades particulares Do Monte dos Congregados, uma parte foi vendida, e outra parte ficou cortada pelas ruas que se abriram, *da Alegria e da Duqueza de Bragança*. A rua de *Sá da Bandeira* tambem foi aberta em terreno pertencente áquelles frades. A egreja tem-se conservado entregue ao culto.

*Convento dos Gracianos (Grillos)*. Este convento foi fundado no sitio da Ribeira em 1560 pelo infante cardeal D. Henrique, então bispo do Porto, D. Rodrigo Pinheiro e outros, para collegio da Companhia de Jesus. D. Fr. Alvares de Tavora, bailio de Leça, o mudou em 1577 para a rua das Aldas, depois largo do Collegio, dando para esta obra 30:000 cruzados, (12 contos de reis.) Supprimida a ordem dos jesuitas em 1759, passou a egreja, o mosteiro e todas as suas rendas, a serem propriedade da Misericordia de Coimbra, que vendeu a egreja aos frades grillos, gracianos, em 1780. Installou-se depois ali o seminario diocesano.

*Convento dos conegos regrantes de Santo Agostinho*. Este convento estava situado na serra do Pilar. V. n'este vol. pag. 719.

*Convento de Santo Antonio da Cidade*. Este convento e egreja foram fundados em 1783, para frades menores, *Antoninhos*, da provincia da Conceição. Depois de 1834 arrazou-se a egreja, ficando unicamente a capella-mór, de boa cantaria, mas destelhada e profanada. No edificio do convento installaram se o Atheneu Portuense, a Academia de Bellas Artes, Museu, e Bibliotheca Publica.

*Convento de Santo Antonio da Cordoaria*. Foi fundado em 1730 para hospicio dos religiosos franciscanos de Santo Antonio de Valle da Piedade, denominado *Hospicio de Santo Antonio da Cordoaria*, e depois *Capella dos Trinos da Cordoaria*. A capella foi vendida depois de 1834, tornando se n'uma propriedade particular. O edificio transformou-se em roda dos expostos. Proximo ficavam os antigos celleiros publicos, depois transformados no quartel da 1.ª companhia da guarda real da policia do Porto, e d'alguma cavallaria do mesmo corpo. Este quartel foi reduzido a cinzas, por um incendio, no dia 19 de março de 1832.

*Convento de Santo Antonio de Valle da Piedade*. Fundou-se em 1569 este convento de religiosos franciscanos, antoninhos, da provincia da Soledade, ou reformados menores de S. Francisco. Ao logar onde se fundou este convento, que é em frente de Miragaia, na margem esquerda do rio Douro, chamava-se até então *Valle de Amores*. Deu-se-lhe este nome, porque sendo um matagal com arvores silvestres, era o alcouce dos moradores do Porto e de Villa Nova de Gaia. Os frades é que lhe mudaram o nome para o de *Valle da Piedade*. Foi incendiado em 14 de dezembro de 1832, ficando a egreja completamente destruida, podendo apenas salvar se o Santissimo Sacramento e algumas imagens. Foi vendido depois de 1834 a um particular.

*Convento de S. Bento da Victoria*. Foi fundado pelos religiosos benedictinos em 1597, proximo ás Portas do Olival, applicando-lhe parte das rendas do convento de S. João d'Alpendurada, da mesma ordem. Dá-se-lhe o nome de *S. Bento da Victoria* por ficar perto da egreja parochial assim denominada. A egreja foi synagoga de judeus, sendo depois purificada e reduzida a templo christão, no referido anno de 1597. O convento foi depois applicado para quartel-militar.

*Convento de S. Domingos*. Foi o terceiro convento que a ordem dominicana teve em Portugal. Foi fundado a instancias do bispo do Porto D. Pedro Salvador e do seu cabido, no reinado de D. Sancho II, em 1238. O convento era do padroado real, por uma provisão do referido monarcha, já do anno de 1239, em que elle se declarava *autor, fundador e padroeiro do dito convento*, provisão que D. Diniz, em 13 de setembro de 1300, confirmou, declarando de novo o convento do padroado real. Sobre o arco da capella-mór do mosteiro viam-se as espheras d'el-rei D. Manuel, o que provava tambem que esta casa religiosa era do padroado real. Os frades mandaram lagear a egreja, que era de tres naves. Foi levantado um grande alpendre, que cobria todo o adro. Este alpendre, por estar ao abrigo do sol e da chuva, e por ser ponto muito central da cidade, e haver n'ella sensivel falta de edificios para repartições publicas, serviu muitos annos de tribunal, onde os juizes ouviam e despachavam as partes. Sobre o vão tomado pelo alpendre, se levantou mais tarde a fachada norte e principal do convento. Em 1777 um grande incendio devorou parte do edificio, ficando a egreja em ruinas, mas os frades logo a reedificaram. Durante o cêrco do Porto, em 1832, outro incendio mais pavoroso devastou quasi todo o convento, restando pouco mais do que a fachada do norte, que no 1.º de junho de 1834 foi alugado pelo Banco de Lisboa, hoje de Portugal, para n'elle estabelecer a sua Caixa Filial; e para o mesmo fim comprou aquella parte do edificio, quando foi pelo governo posto em praça com varios chãos, ao longo da rua Ferreira Borges, em 1865. O Banco de Portugal, em seguida, fez obras importantes na casa que arrematou, sendo por essa occasião apagada uma inscripção latina, que estava na frente do edificio. Tambem foi apeado o emblema da ordem dominicana, que rematava e decorava a frente. A fonte, que se vê hoje no jardim publico de S. Lazaro, pertenceu a este convento, assim como as mesas de marmore que estão no Museu da Bibliotheca Publica.

*Convento de S. Francisco*. Quando a ordem franciscana já floresceia em diversos paizes, e tinha conventos em Coimbra e em Guimarães, alguns habitantes do Porto convidaram aquelles frades para levantarem casa n'esta cidade, e um velho, cujo nome se perdeu com o tempo, lhes deu para esse fim um terreno que possuia no sitio onde está hoje o palacio da Bolsa, e que então se chamava *Redondella*, sitio n'aquelles tempos quasi deserto, nas faldas d'um monte, que pela sua posição se denominou *Bello-monte*, nome que se conserva ainda n'uma rua proxima. Os frades acceitaram o donativo do chão, e trataram logo de construir o convento junto a uma pequena capella que ali existia, da invocação de S. Miguel, assim como um pouco ao sul havia outra, dedicada a S. Nicolau, no sitio onde mais tarde se levantou a egreja de S. Nicolau, que é

uma das parochiaes do Porto. Foi em 1232, que os frades deram principio ao seu convento, mas como não solicitassem do prelado licença para a edificação, e em virtude dos velhos foraes da cidade e da amplissima doação da rainha D. Thereza, ninguem podia construir casas, e menos ainda conventos sem licença dos prelados, logo os frades fôram contrariados, sendo-lhes embargadas as obras em nome da mitra, pelo deão e conegos, na ausencia do bispo D. Pedro Salvador, que tinha ido a Roma. Os frades não desistiram do seu proposito, e como as obras continuassem, o deão, como governador da diocese, mandou os seus officiaes impedir as obras com mão armada, havendo alguns excessos, e fugindo os frades para bordo de navios surtos no Douro. Solicitaram os religiosos a protecção de D. Sancho II, que se declarou protector do convento, e ordenou a continuação das obras. Comtudo, a questão proseguiu sobre os direitos que dava a doação de D. Thereza, pretendendo o monarcha convencer o prelado e o cabido que a sua jurisdicção era limitada, e não chegava ao local de convento. Os frades queixaram-se tambem ao papa, então Gregorio X, que os attendeu, e fiados no apoio do rei e do pontifice, proseguiram as obras, quando já havia regressado de Roma o bispo D. Pedro Salvador. Este prelado renovou a suspensão, que se ordenara na sua ausencia, fulminou a excommunhão contra os frades recalcitrantes, mandou-os sair immediatamente da cidade, e se queriam convento n'estas paragens, o fizessem além do Douro nas terras d'el-rei, já que este tanto os protegia, e como frades não cedessem á intimação do bispo, este os mandou expulsar violentamente pelas suas justiças. Os excessos subiram a tal ponto que alguns frades fôram maltratados e feridos, a casa em questão saqueada e incendiada. Os frades fugiram e se homisiaram em diversas casas de devotos que os protegiam. O rei escreveu ao prelado; o papa, a quem os frades mais uma vez dirigiram as suas queixas, escreveu em 1237 aos bispos de Lamego e de Vizeu, e ao arcebispo de Braga, para que instassem com o bispo do Porto a favor dos frades, o proprio papa se dirigiu directamente ao bispo e ao cabido, advogando a causa dos religiosos, mas o bispo e cabido conservaram se firmes na sua resolução. O papa ainda expediu no anno seguinte outra bulla ao arcebispo, deão e chantre da sé de Braga, para que, quando o bispo e cabido do Porto persistissem em estorvar a edificação do convento, os constrangessem com censuras, autorisando, inclusivamente, os commissionados para benzerem a primeira pedra da egreja, quando o bispo do Porto a isso se recusasse. Ainda d'esta vez o bispo e o cabido do Porto não cederam, e as obras permaneceram no mesmo estado. Não desistindo os frades, e considerando suspeitos na questão os prelados portuguezes, fizeram com que o papa commissionasse o arcebispo de Compostella, a fim de vir ao Porto conciliar o bispo e cabido com os frades, isto por bulla de 17 de maio de 1241, mas como o papa fallecesse em agosto do mesmo anno, a commissão ficou suspensa. Succedeu a Gregorio IX, Celestino IV, que falleceu poucos dias depois de eleito, mas o pontifice que se seguiu, Innocencio IV, particularmente affecto aos franciscanos, expediu logo bullas tão terminantes ao bispo do Porto e arcebispo de Compostella, que o bispo e cabido do Porto cederam immediatamente, e as obras do convento e da egreja proseguiram desde aquella data, 1244. Este conveuto tomou o titulo de *Real* por ser em grande parte fundado por D. Sancho II. A primitiva egreja foi substituida pela que depois possuiram os frades, a qual era toda forrada de talha dourada. Em 1840 foi magnificamente restaurada. O convento occupava a mesma área que hoje occupa o palacio da Bolsa. A sua entrada principal era pelo lado do sul, e a cêrca confinava com a dos frades de S. Domingos, pelo meio das quaes se abriu, em 1842, a rua de Ferreira Borges. Do lado da rua de D. Fernando estava a cozinha, e para esta havia uma entrada pela rua da Ferraria. Ao sul da egreja existia uma capella com a invocação de Santo Eloy, que se demoliu em 1870, quando se abriu a rua da nova Alfandega. No vão que restou da capella de Santo Eloy, se fez a actual sacristia. No claustro do convento notava-se um alto e elegante chafariz de cantaria, que passou para a Foz, junto á casa do Salva-Vidas, ao poente do Passeio Alegre.

*Convento de S. João Evangelista (Conegos seculares)*, conhecidos mais vulgarmente por *frades Loios*. Foi fundado em Campanhã no anno de 1425. A egreja matriz da freguezia era a do mosteiro. Junto a ella existia uma albergaria, que se transformou em convento, sustentado pelo bispo do Porto, D. Vasco, mas, sendo este prelado nomeado arcebispo de Evora, ficaram os religiosos sem amparo, pelo que se recolheram ao convento de Villar de Frades. O bispo do Porto D. João de Azevedo, lhe construiu novo convento, encostado aos muros da cidade, pela parte de dentro, n'um sitio chamado então *Fonte d'Arca*, depois largo dos *Loios*, em 1490, mandando-os vir de Villar. No dia 6 de novembro do citado anno de 1490, lançou o bispo a primeira pedra no edificio. O novo mosteiro tomou o nome de *Nossa Senhora da Consolação*, e chegou a ser o mais rico do Porto. Depois de 1834 a egreja foi arrazada, e o seu chão e o edificio do mosteiro vendidos. Ali se construiu uma importantissima propriedade.

*Convento de S. João Novo*. Convento de eremitas de Santo Agostinho, gracianos, situado no antigo largo de Nossa Senhora da Esperança, depois de S. João Novo, pegado-á capella da mesma Senhora e á muralha da cidade. Foi fundado em 1592. A egreja é majestosa e muito notavel interiormente pela sua architectura; está bem conservada. No edificio do convento estão os tribunaes e cartorios judiciaes, tanto civeis como criminaes. Desde 1832 serviu por muitos annos de hospital militar.

**Porto** *(Conventos de freiras no)*:

*Convento de Monchique*, da ordem franciscana, em Miragaia. V. *Portugal*, vol. IV, pag 1125.

*Convento de Santa Clara*, de freiras da ordem de S. Francisco, fundado em 1416 por el-rei D. João I e sua mulher, a rainha D. Filippa, junto ás muralhas novas (D. Fernando) no sitio chamado *Carvalhos do Monte*, e proximo ao *postigo do Carvalho*, ou *dos Carvalhos*. Este convento chegou a ter 12 contos de reis de renda annual, e em 1789 tinha 99 freiras professas, e ao todo 300 moradores. O convento, nos seus principios, era menos rico, mas no decurso dos seculos

XV e XVI fôram supprimidos muitos pequenos mosteiros da mesma ordem, que existiam por estes sitios, indo as freiras para o convento de Santa Clara, do Porto, com todas as suas rendas e propriedades, o que muito augmentou o rendimento do convento. E' preciso notar que o mosteiro de Santa Clara, do Torrão, sobre a margem esquerda do rio Tamega, na sua confluente com o Douro, margem direita, e que foi fundado em 1246, deve ser considerado como o primitivo convento de Santa Clara do Porto, porque D. João I e a rainha sua mulher o mudaram para esta cidade, sendo para ali transferidas as religiosas no mencionado anno de 1416, com todas as suas propriedades e rendas, que ficaram pertencendo ao novo mosteiro. As freiras de Santa Clara, do Porto, recebiam, até 1500, portagem das mercadorias que passavam pelo rio Douro. N'esse anno foi-lhes tirado esse direito, e em 1504 tornaram a recuperal-o, mas sómente pelo que dizia respeito ás mercadorias de Entre Ambos os Rios (Torrão) por ser couto do mosteiro. A egreja ainda se conserva.

*Convento de S. Bento da Ave Maria.* Foi fundado este convento em 1518 por el-rei D. Manuel, para freiras benedictinas, encostado ás muralhas da cidade, pela parte interior, e á porta dos Carros. As obras fôram concluidas em 1528 por D. João III. Para este convento vieram as religiosas do convento da ordem de Santo Agostinho, de Rio Tinto (Gondomar) com todas as suas rendas, em 1535, mudando então para a regra de S. Bento. No mesmo anno vieram tambem para este mosteiro as freiras de Tubias (Canavezes), Villa Cova e Tarouquella. A egreja foi incendiada em 1783, e logo reedificada. Dizem que a architectura primitiva era muito mais majestosa, do que a outra que se construiu na reedificação. A egreja era de boas dimensões e de grande magnificencia. Para este convento vieram as freiras do convento de Monchique, da ordem de S. Francisco, em 1833, quando o governo constitucional as mandou sair do seu mosteiro para o converter em arrecadação de material de guerra. No local do convento e da egreja estabeleceu-se ha annos a estação central do caminho de ferro.

*Convento de S. José e Santa Thereza.* Este convento e a respectiva egreja fôram fundados em 1701 para religiosas da ordem do Carmo, no sitio chamado então *Logar do Calvario*, pelo bispo do Porto D. Fr. José de Saldanha. A egreja foi demolida depois de 1834, assim como parte do convento; na parte que se conservou, estabeleceu-se mais tarde a estação telegraphica. Em 1865 foi para a repartição da policia civil.

**Porto** (*Corpo de salvação publica do*). E' composto de duas brigadas, uma para cada bairro, divididas por numerosas estações. Os bombeiros do Porto tomaram parte nos concursos internacionaes de Londres em 1893, de Lyão em 1894, e de Paris em 1900, onde ganharam o *Grand Prix d'honneur*, uma taça de Sévres. A Inspecção e Estação n.º 1 estão installadas no edificio da Camara Municipal, tendo annexas as officinas para reparação do material, um gymnasio e uma casa esqueleto para exercicio dos bombeiros. As machinas da Estação n.º 1 são tiradas a cavallos.

**Porto** (*Correio e telegraphos do*). Estão installadas estas repartições n'um grande edificio á esquina da Praça da Batalha e rua de Entre-Paredes. A porta principal dá entrada: á direita para a sala da 2.ª secção telegr. onde se expedem telegrammas, e para as 4.ª e 5.ª secções postaes, de registo de correspondencia e serviço de registos, encommendas postaes e expedição de titulos de cobrança. A' esquerda ficam as salas do serviço da secção da Alfandega, para verificação das encommendas vindas do estrangeiro e sujeitas a direitos. No 1.º andar ha as salas da distribuição de correspondencia, a 6.ª secção postal encarregada da contabilidade, secretaria, archivo, gabinete do chefe, secretaria da 2.ª circumscripção telegraphica e gabinete do engenheiro-chefe, etc. Do lado direito da entrada encontra-se uma porta que dá accesso á sala da 1.ª secção postal onde se faz a venda de sellos e todas as formulas de franquias, e se emittem vales. Dependentes da estação central existem espalhadas pela cidade diversas estações secundarias, onde se recebem cartas, expedem telegrammas, fazem registos e venda de sellos e bilhetes postaes.

**Porto** (*Cozinha economica do*). Foi fundada em 1892 pela Companhia Utilidade Domestica, e subvencionada pela Camara Municipal. Está installada em terreno da antiga cêrca do convento dos Carmelitas. Fornece a preços baratissimos alimentação ás classes populares.

**Porto** (*Créches do*):

*Créche de Cedofeita.* Está situada na rua da Carvalhosa, em edificio proprio. Foi fundada em 1891, para recolher e alimentar durante o dia os filhos dos operarios da freguezia de Cedofeita.

*Créche de S. Vicente de Paula.* Está na rua de Gonçalo Ayres. Foi creada por João Vicente Martins em 21 de novembro de 1851. E' destinada a agasalhar e alimentar durante o dia os filhos dos operarios pobres. Foi o primeiro estabelecimento de caridade n'este genero que se montou no paiz. Está installada em edificio proprio, projecto do architecto Fontes Soares. Tem uma sala de honra com os retratos a oleo dos seus principaes bemfeitores.

**Porto** (*Egrejas do*):

*Egreja da Boa Vista.* Está situada na rua de Montebello.

*Egreja do Carmo.* Era a do antigo convento dos carmelitas descalços. (V. *Porto, Conventos do*). Pertence á irmandade de Nossa Senhora do Carmo, fundada em 1737 na capella da Batalha. Exteriormente é singela na sua architectura, porém interiormente está ornada com riqueza, pois que não as só capellas, como as paredes e abobada, são guarnecidas de obra de talha dourada de bastante primor.

*Egreja dos Clerigos.* Este templo, que dá celebridade ao Porto pela sua grandiosa e elevadissima torre, teve principio no anno de 1732, no alto da calçada da Natividade, hoje rua dos Clerigos. Foi fundado por uma irmandade de clerigos, em que entravam alguns seculares das principaes familias da cidade. A construcção da torre começou no anno de 1748. O risco e a execução dos trabalhos fôram dirigidos pelo architecto italiano Nicolau Nasoni. As obras concluiram-se em 1763, sendo tão demoradas, tanto pela grandeza da fabrica, como pelas avultadas sommas que annualmente consumiam. A egreja foi sagrada em 12 de dezembro de 1779 pelo bispo do Porto D. Fr. João Raphael de Mendoça. A invocação era de Nossa Senhora d'Assumpção,

mas como o povo começasse a denominal-a durante a sua construcção, *Egreja dos Clerigos*, ficou lhe este nome popular, por que é ainda hoje conhecida. O templo é isento da jurisdicção parochial. O frontispicio é grandioso pela accumulação de ricos ornatos. Entre os dois nichos com estatuas que estão no corpo superior do frontispicio, vê-se a thiara pontificia sobre uma almofada, e no vertice do frontão a cruz de tres braços ornada com folhagem de palmas O interior do templo é enriquecido com primorosa obra de talha dourada, a capella-mór é de marmore de côres de riquissimo trabalho; tem a tribuna, tambem de marmore, onde está a imagem da padroeira, Nossa Senhora d'Assumpção. Dizem que esta tribuna importou em mais de 50:000 cruzados (20 000$000 reis). Na capella-mór está depositado o corpo de Santo Innocencio, martyr. Tambem ali se vêem duas bellas imagens de S. Pedro e S. Filippe Nery, e dois orgãos. Nos altares lateraes ha boas pinturas, entre as quaes se salienta um quadro gothico, a *Virgem do leite*. Pelas fachadas lateraes, junto ao envasamento, corre um passeio lageado, guarnecido de balaustrada, e mais elevado que o pavimento das ruas. Sobre a porta travessa, que se abre na fachada do lado do norte, está gravada uma inscripção latina, que declara a padroeira a que a egreja é consagrada, e quem fôram os fundadores d'esta. A torre dos Clerigos é a mais alta do reino, e das mais elegantes e notaveis da Europa, excedendo muito, em altura, as de Hamburgo, Bolonha, Utrech, Riga e Bristol E' toda de cantaria lavrada e de solidissima construcção, assente n'uma rocha, polo que tem resistido a todos os temporaes e convulsões do globo; apenas em 1831 um forte temporal destruiu uma pequena parte d'esta torre, que foi pouco depois concertada. Em 1862, uma faisca electrica lançou por terra o globo com a cruz, que logo foi reposta no seu logar. A sua altura, desde o nivel da rua até á base do globo de metal que a corôa, é de 75 metros. Vê-se do mar a 60 k. de distancia, servindo por isso de guia aos navegantes que demandam a barra do Porto. Tem 8 campanarios com os seus competentes sinos, pesando todos 7990,372 kilogrammas.

*Egreja do Collegio*. Está situada no largo do Collegio. Era a egreja do antigo convento dos Gracianos Grillos. (V. *Porto, conventos do)*. Tem majestosa frontaria; é muito vasta, com um bom altar-mór ladeado de dois altares, um com uma boa imagem de Christo na cruz, e outro, de soberba batalha dourada, dedicado a Nossa Senhora. No corpo da egreja ha 6 altares, 3 de cada lado.

*Egreja dos Congregados*. Situada na praça da Liberdade. Era a egreja do antigo convento da Congregação do oratorio de S. Filippe Nery. Secularisada por occasião do cêrco do Porto, foi de novo entregue ao culto em 1836. A' egreja dos Congregados faltam a torre e a sacristia, que fôram demolidas em 1842. Os altares de Nossa Senhora das Dores e de Jesus Maria José são muito apreciados. Esta egreja possue os corpos de S. Clemente, Santo Eugenio e S. Severino.

Egrejas dos Extinctos Carmelitas e do Carmo

*Egreja da Lapa*. Está situada no largo do mesmo nome. Em 7 de janeiro de 1755 o missionario apostolico P. Angelo de Sequeira, natural do Brazil, lançou a primeira pedra nos alicerces d'uma capella dedicada á Senhora da Lapa, em terreno que lhe fôra dado por um devoto; a capella foi feita á custa de esmolas do povo, e depressa ficou concluida. Os portuenses começaram logo a ter tão grande devoção por aquella imagem, que fidalgos e fidalgas, pessoas principaes da cidade, clerigos, burguezes e povo, tudo concorreu, não só com esmolas e alfaias, para adorno do pequenino templo, mas até com o seu trabalho, conduzindo os precisos materiaes. A capella ornamentou-se com toda a magnificencia. A' padroeira deu-se-lhe a invocação de *Nossa Senhora da Lapa das confissões*, porque junto á egreja se havia construido um confessionario publico, onde os peccadores iam fazer as suas confissões geraes, sem serem conhecidos. O magnifico templo que

existe hoje, não é a capella do P. Angelo, mas uma ampla e formosa egreja que se construiu n'aquelle mesmo local no meado do seculo XVIII, sendo a primeira pedra lançada em 17 de julho de 1753. O terreno foi doado pela Camara Municipal do Porto, e os portuenses na sua grande devoção pela Senhora da Lapa, concorreram com tão elevados donativos que promptamente se arranjou o o dinheiro preciso para a grandiosa fabrica que hoje existe. A fachada da egreja é elegante e de granito lavrado, tendo duas elevadas torres lateraes feitas da mesma pedra. O painel

Torre dos Clerigos

do altar-mór, que representa a Adoração dos pastores, é trabalho valioso do apreciado pintor portuense João Baptista Ribeiro. Na capella-mór, do lado do Evangelho, está encerrado n'um singelo mausoléo de granito o coração de D. Pedro IV, que este monarcha doou á cidade do Porto, em preito de reconhecimento pelo muito que a cidade soffreu pela causa constitucional. Junto á egreja está o cemiterio da Lapa, já descripto. *(V. Porto, Cemiterios do).* A egreja pertence á irmandade da Senhora da Lapa. Tem hospital e escolas.

*Egreja das Sallesias.* Está situada na rua de Villar.

*Egreja de Santa Clara.* Era a do antigo convento de Santa Clara. Foi D. João I que, em 27 de março de 1416, lançou os fundamentos da egreja. A pedra dos alicerces do lado direito do portico, que dá accesso ao templo, foi posta pelo referido monarcha, e a da esquerda pelo infante santo D. Fernando. O templo é internamente revestido de riquissima talha do seculo XVII de rendilhados lavores. A pia d'agua benta é de apreciavel esculptura. O painel do altar-mór foi pintado por Vieira Portuense. Os córos, sobretudo o superior, com numerosas pinturas e abundancia de talha merecem, assim como toda a egreja, a maior attenção.

*Egreja de S. Bento da Victoria.* Está situada na rua de S. Bento. E' a maior e a mais imponente egreja do Porto, depois da Sé. A grandiosa frontaria é dividida em 4 corpos, o primeiro com 5 portaes, o segundo com nichos onde estão as imagens de S. Bento, Santa Escolastica e Santa Gertrudes Magna; o terceiro com 3 grandes vidraças que illuminam o côro, e o quarto com a cruz e o nicho de Nossa Senhora da Victoria. Distante da fachada vêem-se as duas torres da egreja, uma das quaes está inutilisada. O vestibulo, que era espaçoso, teve de ser dividido aos lados com paredes, destinadas a sustentarem a abobada. O templo, no interior, é d'uma só nave em fórma de cruz latina; a abobada é de pedra lavrada, trabalho de grande merito No corpo da egreja ha 5 capellas, resguardadas por elegantes e bem trabalhadas grades de ferro; as imagens que encerram, são de valor; no cruzeiro ha 4 altares, sendo os do topo os mais opulentos em talha dourada. A capella-mór é grandiosa, possuindo 50 bellas cadeiras coraes de pau preto; o altar-mór tem um precioso retabulo de talha dourada, com numerosas esculpturas, e o camarim é sumptuoso. O coro da egreja é considerado o mais rico de Portugal. As cadeiras coraes são maravilhosas; os quadros de madeira e as molduras que os revestem, são interessantes, assim como a balaustrada de pau preto e as decorações dos orgãos. Na sacristia ha um altar de talha dourada, bons armarios, espelhos, e fóra da sacristia, em um corredor, uma lindissima fonte de granito lavrado.

*Egreja de S. Francisco.* A primitiva egreja do convento de S. Francisco foi começada em 1233, Seculo e meio depois, reconhecendo os frades que ella era acanhada para o serviço religioso, a substituiram pelo templo, que existe ainda, começado em 1383 e acabado em 1410. A egreja tem 3 naves separadas por 3 arcos ogivaes, sustentados por feixes de columnas. No começo do seculo XVIII a egreja foi enriquecida, sendo adornada externamente a portada com umas columnas salomonicas, e internamente, todo o templo com opulenta obra de talha. Logo á entrada principal, do lado esquerdo, ha uma capella de estylo ogival, com uma preciosa imagem gothica de Santo Antonio. Do lado da Epistola, junto á capella-mór, vê-se um tumulo Renascença, assente sobre outro tumulo antigo, onde repousam os restos mortaes de Fernão Brandão Pereira, de Ramalde, fallecido em 1528; é de apreço pela perfeição dos trabalhos que o decoram. São apreciaveis a capella da Senhora da Soledade, as cancellas vazadas e douradas que a fecham, o altar da Se-

nhora da Boa Morte, e o altar dos Martyres de Marrocos. No retabulo do altar-mór ha um quadro gothico, de valor, representando o *Baptismo de Jesus*, e no altar dos Martyres de Marrocos outro, representando a Adoração dos pastores.

*Egreja de S. João Novo* Situada no largo de S. João Novo. Pertenceu ao convento dos eremitas de Santo Agostinho. Nada tem de notavel; é d'uma só nave, com formosa abobada de granito. Possue uma das imagens mais venerandas no Porto, desde seculos, *O Senhor dos Passos*, e um apreciavel painel no altar-mór, pintado por Glama; na sacristia existem dois curiosos quadros a oleo reproduzindo todos os santos, papas e bispos da ordem de Santo Agostinho, e um trabalho de grande valor, representando a *Adoração dos pastores*.

*Egreja do Terço*. Situada na rua de Cima de Villa. Em 1775 o P. Geraldo Ferreira fundou uma capella e a irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade, que em 1781 deu começo á construcção da actual egreja e de um hospital, que pouco a pouco se foi constituindo, formando-se enfermarias para os irmãos e para os particulares, que se quizessem ali tratar, mediante uma recompensa convencionada Mais tarde tambem estabeleceu aula gratuita de primeiras letras para os filhos de irmãos. A egreja é modesta, mas elegante. Possue boas imagens, salientando-se as da *Senhora d'Annunciação* e da *Assumpção*, e a *Santissima Trindade coroando Nossa Senhora*.

*Egreja da Trindade*. No largo da Trindade. Pertence á ordem Terceira da Trindade. Sendo esta ordem instituida no Porto em 14 de maio de 1755, por uma bulla do papa Benedicto XIV, construiu-se uma capella provisoria no largo do Laranjal, hoje largo da Trindade, um pouco mais ao N E da actual egreja, na esquina que faz frente para a travessa de Liceiras. Depois de concluida a egreja, transformou-se a capella em cemiterio dos irmãos, até á prohibição dos cemiterios das ordens terceiras, em 1838. A primeira pedra na egreja foi lançada em 17 de abril de 1803 pelo bispo do Porto D. Antonio de S. José e Castro, sendo as obras concluidas em 1841, abrindo-se a egreja á veneração publica em 29 de maio do mencionado anno. O templo é um dos mais grandiosos que existem no Porto. Mede 64 m. de comprimento, e a fachada é de granito moldada no estylo italiano classico, com duas esculpturas de S. Felix de Valois e S. João da Matta, fundadores da ordem da Trindade. Encima-a uma elegante torre com um bom carrilhão, o primeiro que houve no Porto. A capella mór foi principiada em 1852. N'esta egreja existem imagens de muito valor, especialmente as que saíam na majestosa procissão, no domingo da Santissima Trindade, sobre riquissimos andores: *Santissima Trindade*, *Senhora dos Remedios*, *S. Felix de Valois*, *S. João da Matta*, *Santa Izabel*, *S. Miguel dos Santos e S. Francisco Xavier*. Annexo á egreja fundou-se em 6 de junho de 1852 um hospital e pharmacia para os irmãos enfermos. Tanto a egreja como o hospital e todos os melhoramentos da ordem devem muitissimo a José Antonio de Sousa Basto, 1.º visconde da Trindade. O lyceu que fica annexo, destinado á educação dos filhos e filhas dos irmãos, foi instituido em 23 de dezembro de 1857, e autorisado pelo alvará de 20 de abril de 1861, tendo aulas de instruc-

Egreja da Lapa

ção primaria e secundaria, piano, canto e prendas proprias do sexo feminino.

**Porto** (*Ermidas do*). V. *Porto* (*Capellas do*).

**Porto** (*Escola Medica do*). V. *Portugal*, vol. III, pag. 176.

**Porto** (*Escolas do*):

*Escola Industrial Infante D. Henrique*. Situada no Campo dos Martyres da Patria. Esta escola official é destinada a cursos industriaes, e funcciona á noite.

*Escola Normal*. Está installada na rua da Alegria. O edificio divide se em dois corpos symetricos, um para o sexo feminino e outro para o masculino. E' cercado de jardins com estufas, aquario, apiario e varias installações destinadas ao pessoal. Tem magnifico material de ensino, bibliotheca, museu e laboratorio, e annexa uma escola de ensino elementar. Habilita professores ao ensino primario.

**Porto** (*Estação Chimico-Agricola do*). Fica na rua de Santa Catharina. Está montada n'um bello edificio das repartições das obras publicas do districto, e foi especialmente creada para a analyse de terras e adubos. E' dependencia do ministerio respectivo.

**Porto** (*Estações dos caminhos de ferro do*):

*Estação Porto-Alfandega*. E' destinada unicamente ao transporte de mercadorias, de pequena e grande velocidade, para todas as linhas ferreas. Está situada na rua da Alfandega.

*Estação Porto-Campanhã*. V. *Portugal*, vol. II, pag. 671 e 672.

*Estação Porto Central*. Situada na praça de Almeida Garrett, no local onde existiu o antigo convento e egreja de S. Bento da Ave Maria, de freiras benedictinas. A pedra fundamental foi lançada em 22 de outubro de 1900 por el-rei D. Carlos e rainha D. Amelia, por occasião da inauguração do monumento ao infante D. Henrique. Tem serviço de comboios para as linhas do Minho, do Douro, de Sul e Sueste, de Guimarães e de Salamanca.

*Estação-Porto á Povoa de Varzim e Famalicão*. Tem a estação principal na praça de Mousinho de Albuquerque (Boa-Vista); e outra *Estação Secundaria*, na praça de Carlos Alberto.

**Porto** (*Fortificações do*):

*Castello de S. João da Foz*. V. *Portugal*, vol. III, pag. 558.

*Fortaleza da Serra do Pilar*. V. *Portugal*, n'este vol. pag. 719.

**Porto** (*Freguezias do*). V. no artigo *Porto*, n'este vol. pag 916.

**Porto** (*Governo Civil do*). E' um grande edificio, mas de singela architectura, com a frente para a rua da Batalha, e as trazeiras para a rua da Porta do Sol. Estáva separado do theatro de S. João pela rua do Captivo Pelo O estava a antiga porta, ou postigo, dos Carvalhos do Monte, ou de Santo Antonio do Penedo, que depois se denominou *Postigo do Sol*. Quando esta porta foi demolida, ficou o edificio completamente separado dos outros predios. Conforme já dissémos n'este vol. a pag. 936, foi este edificio construido para a *Casa Pia*, ou asylo dos orphãos e creanças pobres, não chegando, porém, nunca a ter essa applicação. Antes de 1832, estavam no andar terreo as prisões de recrutas e dos criminosos militares; no 1.º e no 2.º andar havia differentes secretarias e repartições pertencentes á guarnição do Porto, residindo tambem ali alguns officiaes, solteiros, do corpo da guarda real da policia. Depois de 1834 ainda ali se conservaram por bastantes annos as prisões militares; porém, depois, fôram arrancadas as grades de ferro das janellas, e o edificio convertido em casas da repartição de fazenda, pagadoria militar, quartel-general, estação telegraphica, e todas as repartições da policia. Como apezar da sua vastidão, o edificio não tinha a capacidade sufficiente para accommodar tantas e tão differentes repartições, pensou-se em o ampliar; mas não podendo ser accrescentado senão pelo O, e não merecendo as suas paredes a confiança dos peritos para supportarem o peso d'um terceiro andar, foi demolido o arco da Porta do Sol, estendendo-se para este lado o augmento que se fez. Em 1816 e 1817 funccionou nas suas salas a Junta Revolucionaria do Porto. Parte do edificio foi incendiado em 1817, conseguindo-se salvar os livros e tombos de emprazamentos dos mosteiros extinctos, pertencentes ao archivo da repartição de fazenda do districto, estabelecida na parte do edificio onde se declarara o incendio. Não tardou a serem reparados os estragos. Tem continuado a estar ali estabelecido o Governo Civil, o commissariado da policia e o quartel general da 3.ª divisão militar. Tambem effeituam as suas reuniões as seguintes corporações administrativas: Auditoria do Contencioso Administrativo, Junta Districtal de Hygiene, Commissão do Estabelecimento do Salva Vidas, e o Conselho Regional das Associações.

**Porto** (*Gymnasio Lauret no*). Foi fundado por Paulo Lauret em 11 de fevereiro de 1882, n'uma casa do largo da Picaria n.º 13, dando logo de seu principio os melhores resultados, concorrendo a elle a mocidade portuense com o maior enthusiasmo. A frequencia dos alumnos foi tão grande, durante os dois primeiros annos, que em 1884 o Gymnasio teve de ser mudado para casa maior no largo do Laranjal, onde continuou a desenvolver se de tal fórma que não tardou a reconhecer-se a necessidade de mais espaçoso edificio, o que se conseguiu, mudando-se para outra casa mais espaçosa e mais apropriada, na mesma rua. O gymnasio Lauret tem salas de gymnastica, de armas, bilhares, dança, tiro, differentes jogos, electricidade, banhos, etc. O ensino ficou dividido em diversos cursos, conforme as idades dos discipulos, e regulado de modo a dar os resultados mais praticos e proveitosos. O primeiro sarau, que se deu em publico, foi em 13 de fevereiro de 1884, offerecido á imprensa portuense, e a 6 de maio do mesmo anno offereceu outro sarau á classe medica. Estes dois saraus fôram um bello meio de propaganda, que mais apreciada tornou aquella instituição. A estas festas seguiram-se outras de beneficencia, sendo a primeira no Palacio de Crystal e em beneficio da creche de S. Vicente de Paula; em Braga, em beneficio da Associação dos Bombeiros Voluntarios; tomou parte em tres espectaculos, em beneficio dos povos da Andaluzia, por occasião dos terremotos; outro espectaculo em beneficio do hospital Maria Pia, etc. O Gymnasio Lauret possue diplomas do *Gymnasio Social de Badajoz*, do *Gymnasio de Madrid*, do *Gymnasio Medico de Sevilha*, do *Gymnasio Hayser de Paris*, do *Club Gymnasio de Lisboa* e de *Coimbra*, e do *Instituto de Gymnasiologia de Lisboa*, etc.

**Porto** *(Hospicio do)*. Está no Campo dos Martyres da Patria. Era a antiga roda dos expostos, para cuja manutenção, em 1590 se applicaram 100 cruzados dos crescimentos das sizas, sob a vigilancia do provedor. Em 1592 deram se 100:000 reis. A Misericordia dava annualmente 10$000 reis, para o mesmo fim. Em 1604 deu a cidade, com a mesma applicação, 104$000 reis. Até 1595 era eleito em camara um cidadão, a que se dava o nome de *pae dos meninos*, para tratar da creação dos enjeitados. Depois nomeou-se um *mechanico* para este emprego, pago pelo senado. No primeiro de outubro de 1685 foi que se estabeleceu, comtudo, a roda dos expostos na rua dos Caldeireiros ao pé do antigo hospital da Misericordia. Em janeiro de 1826 passou para uma casa na rua dos Fogueteiros. No cêrco do Porto, como aquella casa estivesse muito exposta ás bombas e granadas dos sitiantes, foi a roda provisoriamente transferida para a rua de Cedofeita, mas quando o cêrco terminou, de novo se installou na rua dos Fogueteiros Ficando vago o hospicio que os frades antoninos de Valle de Piedade tinham na Cordoaria, hoje Campo dos Martyres da Patria, com a extincção das ordens religiosas em 1834, passou para ali a roda dos expostos, pela portaria de 12 de outubro de 1838. A roda, que era dependente da Misericordia, passou a ser administrada pela Camara Municipal, até 1864, em que foi extincta. O hospicio está installado n'uma dependencia do referido convento, servindo para recolher e velar pelas creanças encontradas nas ruas, pelos orphãos de pae e mãe, e pelas creanças que ficam abandonadas por prisão ou doença grave dos paes.

**Porto** (*Hospitaes do*):

*Hospital de alienados Conde de Ferreira.* Situado na rua de Costa Cabral. V. *Ferreira (conde de). Portugal*, vol. III, pag. 407.

*Hospital de Convalescentes D. Francisco de Nonha.* Está situado na quinta da Prelada, ao Carvalhido.

*Hospital de Creanças Maria Pia.* Na rua da Boa Vista. Foi fundado em 1883, sendo installado provisoriamente n'um palacete da rua da Carvalhosa, d'onde passou para o magnifico edificio da rua da Boa Vista, expressamente construido para hospital de creanças, segundo o plano do engenheiro Estevão Torres, no terreno, para isso generosamente offerecido pela sr.ª D. Maria Emilia Cabral. O hospital é destinado unicamente ao tratamento de creanças doentes, de familias pobres, e vive exclusivamente da caridade publica.

Egreja de Santa Clara

*Hospital dos Entrevados.* Situado na rua de Nova Cintra.

*Hospital da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa.* Situado no largo da Lapa.

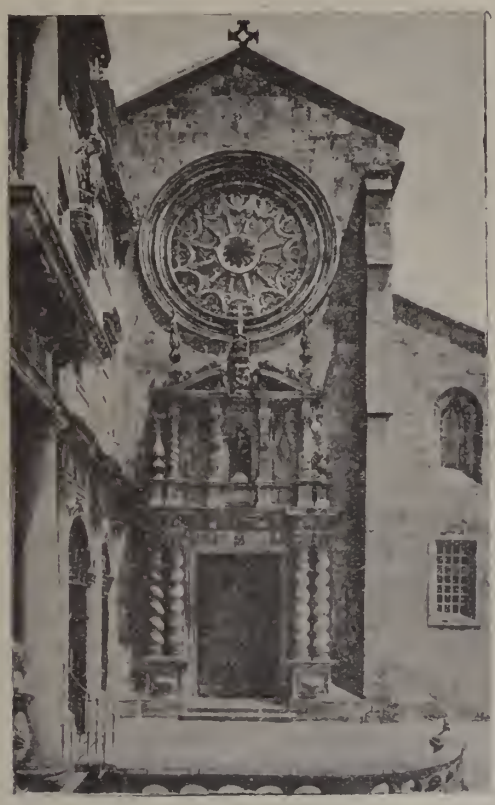
*Hospital de Lazaros e Lazaras.* Está situado na rua das Fontainhas. O documento mais antigo, que se encontra com respeito a este hospital, é datado de 29 de janeiro de 1558. Este documento é uma justificação de certas reliquias enviadas a Joanna Serrão, pela rainha da Bohemia Joanna Serrão era mulher de João Domingues, cavalleiro dos infantes de Castella. Para a capella que João Domingues edificara n'este hospital, foi que aquella rainha enviou as reliquias. Prova-se, então, portanto, que este hospital já existia, mas ignora-se a epoca da sua fundação primitiva. O actual hospital foi fundado, parece que em 1721, destinado primitivamente para leprosos d'ambos os sexos, passando mais tarde a recolher os doentes de feridas incuraveis. Annexos estão os hospitaes de invalidos e invalidas. O primeiro fundado em 1521, e o segundo em 1857.

*Hospital militar de D. Pedro V.* Está na Avenida da Boa Vista, e é destinado ao tratamento dos soldados da guarnição do Porto. A primeira pedra foi lançada no dia 22 de abril de 1862. Está construido segundo todas as regras modernas de hygiene, e é vasto, claro e muito arejado. O corpo principal tem 98 m. de comprimento, e está dividido em tres partes com dois pavimentos A do centro, que faz resalto, tem 32 m. de comprimento e as lateraes 33 m. cada uma. Da parte central partem duas galerias de communicação, perpendiculares á rua e separadas uma da outra por um espaço de 22 m., reservado para jardim interior do edificio; communicam as duas galerias, de dois pavimentos, com 4 enfermarias, 2 de cada lado, parallelas ao corpo central e separadas entre si e do corpo do edificio por espaços de 18,m5 destinados a jardins. Cada enfermaria tem 33 m. de comprimento por 8 de largo. Dão communicação para cozinhas, lavadouro, casas de banho e de autopsias, que fórmam a parte posterior do edificio. No topo das galerias ha umas pequenas enfermarias para presos, sarnosos, e doentes de molestias contagiosas As pequenas enfermarias do topo das galerias, no segundo pavimento, são para alienados, bexigosos, ophtalmicos, e para observações. No corpo central ficam as repartições destinadas ao pessoal, gabinetes dos medicos, pharmacias, quartos para officiaes doentes, enfermarias para sargentos, etc. Todas as obras fôram executadas pelo engenheiro militar Miguel Baptista Maciel. Em 1902 ainda o hospital estava por concluir.

Egreja de S. Francisco

*Hospital Geral de Santo Antonio.* Está situado no Campo dos Martyres da Patria, e pertence á irmandade da Misericordia. Quando el rei D. Manuel I mandou abrir a rua das Flôres, já existia n'aquelle sitio uma antiga albergaria chamada de Roque Amador. Era o melhor hospital que então havia no Porto, excedendo a todos na dotação e na regularidade do serviço. Meio seculo depois de se projectar a nova rua pela frente d'aquella albergaria, veiu estabelecer-se a seu lado, em 1555, a confraria da Misericordia, que

fôra instituida em 1499 na capella de N. S.ª da Encarnação, na sé de Lisboa. Sendo introduzida no Porto, logo se deu principio á fundação do seu rico templo. (V. adeante *Santa Casa da Misericordia do Porto*). Decorridos 29 annos, falleceu em Madrid a 29 de janeiro de 1584 o fidalgo portuense D. Lopo d'Almeida, deixando uma avultada quantia para se reconstruir e augmentar a albergaria de Roque Amador, e para lhe accrescentar os rendimentos, devendo receber depois o nome do testador. N'este legado havia o encargo de serem vestidos 5 pobres em memoria das Chagas de Christo, e de ser dado aos pobres um bom jantar no dia do anniversario do seu fallecimento. Como este legado concorreu muito para se desenvolverem as obras, o hospital depressa se concluiu, recebendo o nome de *Hospital de D. Lopo*, conforme a vontade do testador. Durante o seculo XVII e mais de metade do seculo XVIII, foi elle não só o primeiro hospital do Porto, mas tambem um modelo de boa administração, para zelar a qual o instituidor determinára que viessem annualmente tomar-lhe contas dois irmãos das misericordias de Braga e de Guimarães. O hospital permaneceu algum tempo com administração propria, até que em 1591 foi annexado á confraria da Misericordia. Em 17 de maio de 1647 fôram approvados os seus estatutos por alvará de D. João IV. Crescendo a cidade e augmentando consideravelmente a sua população e a dos seus arrabaldes, o edificio do hospital de D. Lopo deixou de ter capacidade para accommodar os enfermos que affluiam cada vez em maior numero; e por vezes se planeou a construcção d'um novo edificio, mas todas as tentativas se frustravam, pelas difficuldades que lhe oppunham a escolha do terreno, e mais ainda a falta de capitaes. Estas difficuldades, porém, todas se venceram em 1769, mettendo hombros á empresa D. Antonio de Lencastre, que era então o provedor da Misericordia, e a mesa que n'esse anno regia a irmandade. Escolhido o sitio para a fundação do hospital na parte alta da cidade, por mais desafogado e saudavel, e por haver n'ella terrenos espaçosos livres de edificações, compraram-se pela quantia de 5:970$000 reis dois meios casaes chamados do *Robalo*, situados entre o *Campo da Torre da Marca*, onde depois se edificou o Palacio de Crystal e seus jardins, e o Campo da Cordoaria, hoje chamado *Campo dos Martyres da Patria*. Assim que se effeituou esta acquisição, mandou-se para Inglaterra a medida e planta do terreno, e encommendou se ao architecto inglez John Karr, então residente na cidade de York, o risco para o novo hospital. Aquelle distincto artista traçou o plano do edificio com tanta largueza e magnificencia, como se tratasse de desenhar um hospital geral para a cidade de Londres. Chegando ao Porto a planta, D. Antonio de Lencastre e a mesa da confraria ficaram tão ma



Portico da egreja de S. Francisco

ravilhados que não attentaram ou não esmoreceram ante as enormes despezas que deveria necessariamente fazer tão vasta construcção O architecto recebeu 500 libras de gratificação, e no dia 15 de julho de 1770 lançou se a primeira pedra nos alicerce com a maior solemnidade e apparato. O motivo porque o hospital tem a invocação de Santo Antonio é narrado da seguinte fórma: Quando em sessão de 15 de julho de 1770 a mesa administrativa da Misericordia escolhia padroeiro para o novo hospital, dividiu-se em parcialidades. Queriam uns que fôsse S. Sebastião, outros S. João de Deus, outros S. José e Santo Antonio, optando todos pelo santo dos seus nomes de baptismo. A' vista d'isto, lembrou o provedor que se procedesse a um escrutinio secreto, e saiu eleito Santo Antonio. O provedor D. Antonio de Leucastre observou que alguem poderia censurar aquella eleição, por elle se chamar *Antonio*, e que o escrivão da mesa e mais dois mesarios, tinham tambem egual nome; e por isso pedia aos irmãos presentes que meditassem, concluindo por propôr novo escrutinio, em que novamente foi eleito o Santo thaumaturgo; procedendo-se ainda o terceiro escrutinio, deu o mesmo resultado, ficando então definitivamente adoptado o titulo de *Hospital Geral de Santo Antonio*. As obras progrediram com mais ou menos actividade até ao fim do seculo XVIII, e primeiros annos do seculo XIX, parando por occasião da invasão dos francezes. Depois receberam por vezes algum impulso. Os accidentes do terreno obrigaram a fazer tão grandes alicerces e tão elevadas muralhas para base do edificio, que no anno de 1798 ainda as fachadas não passavam acima do envasamento. Ainda hoje se encontra apenas completa a fachada central e parte das lateraes. Parece que o edificio nunca chegará a concluir-se, por se reconhecer que o terreno em que está situado, é bastante insalubre. Por occasião do cêrco do Porto recebeu a fachada sul grande numero de balas de artilharia, que apenas lhe fizeram leves manchas, não conseguindo deslocar uma unica pedra. Em janeiro de 1874 continuavam as obras do majestoso edificio, não com a rapidez e desenvolvimento que seriam para desejar, mas conforme as forças do cofre, e algumas obras importantes se realisaram, como a continuação da galeria de serviço no primeiro pavimento, a continuação do alicerce do muro, correspondente á arcada longitudinal da galeria norte, construcção completa da escada principal do pavilhão de nordeste; conclusão das quatro enfermarias que olham para a praça do Duque de Beja, e canalisação da agua potavel para as novas enfermarias. Montou-se na summidade do edificio um deposito de agua quente, que d'ali segue por encanamento especial para todas as enfermarias, e foi substituida a illuminação de azeite e de petroleo pela de gaz, em todo o vasto edificio, melhoramento sensivel de que resultou grande economia. Deu-se finalmente principio a uma nova casa para operações e tratamento dos operados, na cêrca do hospital, a distancia d'este, em local e condições indicadas pelo conselho medico da Misericordia e pelo da Escola Medica Cirurgica. Fica junto á extremidade noroeste da cêrca, em frente do portão que dá serventia para esta, no alto da rua da Liberdade. A fachada principal do edificio é imponente com as suas gigantescas columnas e torreões terminaes encimadas pelas estatuas de Galeno e Hypocrates. No torreão central falta ainda o grupo allegorico, que o deve rematar. As enfermarias são amplas e com todos os requisitos modernos em casas d'esta ordem. Na grande cêrca tem annexa uma lavandaria a vapor, um bem montado serviço de desinfecção e dois pavilhões para doenças infecciosas. Como os irmãos da Misericordia eram obrigados a acompanhar os condemnados ao supplicio, a Misericordia tinha para elles um cemiterio especial, que se denominava *Adro dos Enforcados*, e n'esse cemiterio havia a capella do *Senhor dos Afflictos*, que foi depois transferida para a cêrca do novo hospital. A enfermaria homeopathica foi ali estabelecida em virtude d'um legado de 20:000$000 reis feito á Misericordia para esse fim, pelo conde de Ferreira, não devendo a enfermaria ter menos de 20 doentes permanentes. A pharmacia do hospital é importantissima. Tambem ali se encontra uma escola de enfermagem. O hospital é dirigido por um grupo de medicos muito distinctos, funccionando os clinicos da Escola Medico-Cirurgica do Porto, por contrato especial com o governo. Na sala da secretaria existem o retrato a oleo de D. Lopo d'Almeida, e um busto d'outro bemfeitor, ha muitos annos fallecido, Joaquim José de Campos.

*Hospital do Senhor de Bomfim*. Está situado na rua de Montebello (Guellas de Pau), sendo destinado a molestias infecciosas.

*Hospital da Veneravel Irmandade de Nossa Senhora do Terço*. Está na travessa de Cima da Villa. (V. *Porto, Egrejas do*), n'este vol. pag. 912 Para os hospitaes das ordens terceiras, V. *Porto (ordens terceiras)*.

**Porto** *(Illuminação do)*. A illuminação da cidade do Porto levou tanto tempo a estabelecer-se como a de Lisboa, devendo o Porto a sua primeira illuminação a Francisco d'Almada assim como Lisboa deveu a sua a Pina Manique, mas a illuminação do Porto era por tal fórma mesquinha que se tornava necessario, sempre que uma familia saía á noite, levar comsigo o seu lampião. A apparição do gaz transformou completamente as noites portuenses, por isso tambem foi acolhida com o maior enthusiasmo. A 16 de setembro de 1855, dia em que el-rei D. Pedro V completou 18 annos de edade, e se realisou enthusiasticamente a sua acclamação, foi que pela primeira vez appareceu illuminada a gaz a cidade do Porto. Os negociantes das ruas de Santo Antonio e dos Clerigos mantinham então á sua custa uns candieiros supplementares, que tornavam muito brilhante a illuminação d'aquellas ruas. O gazometro foi estabelecido no sitio do Ouro, á beira do rio Douro. A Companhia Portuense de illuminação a gaz projectou depois construir um novo gazometro, por aquelle ter sido varias vezes inundado pelas aguas do rio, em occasião de enchentes, causando graves prejuizos á empresa. Em 27 de março de 1889 assignou-se a escriptura d'um contrato para a illuminação a gaz da cidade do Porto, entre a Camara Municipal e Charles Georgi.

**Porto** *(Institutos do)*:

*Instituto Industrial e Commercial*. A Escola Industrial Portuense, fundada em 18 2 pela Associação Industrial, passou em 1854 para o governo, que a installou em parte do edificio da Aca-

demia Polytechnica, onde funccionou 18 annos, até que em 1886 Emygdio Navarro, sendo ministro, a remodelou, reunindo n'ella o ensino superior industrial e commercial sob a designação de *Instituto Industrial e Commercial*

*Instituto Surdos Mudos Araujo Porto.* Está situado na rua da Paz, sendo inaugurado em 1893, por legado do benemerito Araujo Porto. E' dirigido pela Misericordia. Além do ensino especial, aprendem os internados, os rapazes os officios de sapateiro, alfaiate e typographo, e as raparigas os lavores proprios do seu sexo. O edificio está bem situado, e foi cuidadosamente adaptado ao fim a que se destina.

**Porto** *(Jardins do).* Além dos que vão adeante descriptos, existem mais o do *Campo 24 de Agosto,* o da *Praça das Flôres* e o da *Praça do Infante D. Henrique.*

*Campo da Cordoaria,* hoje Campo dos Martyres da Patria. Em 1757 fôram aqui enforcados em 6 fôrcas seguidas, por ordem do marquez de Pombal, os implicados na sedição contra a Companhia das Vinhas. No tempo das luctas civis de 1828 a 1833, tambem aqui houve forcas erguidas, sendo então o sitio conhecido pelo *Campo do Olival.* A plantação da alameda da Cordoaria foi ordenada por alvará regio de 28 de setembro de 1611, que a mandou fazer á custa da *imposição do vinho.* O alvará de 11 de julho de 1612 ordenou a nomeação de 2 guardas com o vencimento annual de 15$000 reis, e outra carta regia de 6 de março de 1613 mandou continuar a plantação da mesma alameda, autorisando a nomeação de mais 2 guardas. O *Alamo,* que todos conhecem por *Arvore da Cordoaria,* parece que foi plantado em 1612 por ordem de Filippe II, e foi elle a unica arvore que na cidade resistiu ao decorrer dos seculos e do cêrco do Porto, testemunha muda dos infelizes que fôram ali suppliciados. A Arvore da Cordoaria foi em parte devorada por um incendio, em 1860, causado por uma fogueira feita pelos cordoeiros. Em 2 de fevereiro de 1865 um terrivel temporal arrancou-lhe um frondoso ramo, com grande magoa dos portuenses, que em copioso numero correram ao jardim da Cordoaria. A instancias do visconde de Villar d'Allen, então vereador da cidade, a Camara Municipal resolveu em 1866, transformar o Campo da Cordoaria em jardim, encarregando d'esse serviço o jardineiro paizagista allemão Emilio David, que delineou o novo jardim com a maior competencia. No jardim da Cordoaria, tratado com todo o esmero, e considerado officialmente *jardim botanico,* está reunida uma notavel série de plantas de alto valor, principalmente á volta do lago, que é opulento, com bellos fetos arboreos *Alsephilas* e *Balantiums* e soberbas palmeiras *Chamoerops, Cocos, Phoenix* e *Pritchardias.* Na Cordoaria ha uma rua central, para passeio, orlada de platanos, e um coreto para musica. O jardim é todo circumdado por uma preciosa collecção de centenares de camelias variadas, o que torna aquelle recinto muito agradavel e pittoresco.

*Jardim do Palacio de Crystal.* (V. *Porto, palacios do*).

*Jardim Passeio Alegre* Na Foz. E' um dos melhores jardins do Porto; muito extenso e desafogado, tendo, proximo, a foz do rio Douro e todo o surprehendente panorama do Oceano; tem largas avenidas, uma d'ellas orlada de *Araucarias excelsa,* numerosas taças, um coréto e maguificas plantas de ornamento.

*Jardim Passeio de S. Lazaro.* E' o mais antigo jardim do Porto. Foi começado em 1834 e concluido em 1841. E' um jardim pequeno, com uma grande taça ao centro, circumdada por longa rua assombrada d'um lado por enormes Australias *(Acacias melanoxylon)* talvez as mais velhas do Porto, e do outro por formosas Magnolias (*Magnolia grandiflora).* Possue algumas soberbas Tilias, e corpulentas Camelias. Tem corêto para musica.

*Jardim da Praça de Carlos Alberto.* O primitivo risco d'este jardim, que era deveras pesado, foi modificado ha poucos annos pela direcção dos jardins do Porto, que lhe deu uma fórma mais leve e apropriada ao pequeno espaço que occupa. Nada tem de notavel.

*Jardim da Praça do Coronel Pacheco.* E' um pequeno recinto ajardinado, onde se nota apenas a belleza especial d'uma ou outra planta.

*Jardim da Praça do Duque de Beja.* E' em fórma de parque, tendo ao centro um lago, bellos arrelvados e variadas coniferas, que lhe dão um aspecto particular, distincto de todos os outros passeios publicos do Porto. Foi delineado pelo director dos jardins municipaes Jeronymo Monteiro da Costa.

*Jardim da Praça do Marquez de Pombal.* E' um singelo e bonito jardim moderno, situado n'um ponto muito pittoresco da cidade. Está bem arborisado, e possue duas taças com jogos d'agua, e um bom corêto para musica.

*Jardim da Praça Mousinho d'Albuquerque.* (Boavista). E' amplo, bem traçado, e possue bellos arrelvados e magnificas palmeiras. Orlam a rua central bons exemplares de *Chamoerops excelsa.* Está cortado ao centro pela avenida da Boavista e linha do caminho de ferro americano.

*Jardim da Praça dos Voluntarios da Rainha.* E' de singelissimo desenho. Ao centro tem a fonte monumental da Companhia das Aguas, e aos lados arrelvados com duas esplendidas *Phoenix rechinata,* sem duvida os melhores exemplares que se vêem nos jardins publicos do Porto.

**Porto** *(Judiaria, ou bairro dos judeus no).* O bairro primitivo dos judeus comprehendia, pouco mais ou menos, a área constante da medição que se segue. *(Nomes actuaes):* Principiando da praia de Miragaia, em frente da calçada de Monchique, subia por esta calçada, lado direito, até ao *palacio das Sereias (*no sitio ainda hoje chamado *Monte dos Judeus).* Seguia pelo lado direito da rua da Bandeirinha, até ao largo de Viriato, rua dos Fogueteiros, alameda das Virtudes, rua da Cordoaria Velha, escadas da Esperança, até á porta Nova, onde terminava. Segundo se collige de um documento, datado de 22 de abril de 1452, existente na Camara Municipal, estava o bairro situado pela parte de baixo da alameda das Virtudes, e com pouca differença, no quintal que foi de Francisco da Rocha Soares, chegando até ás trazeiras da egreja de S. Pedro, terreno depois occupado com o edificio da grande fabrica de louça de faiança, que existiu aqui, e foi propriedade do referido Rocha Soares. No reinado de D. João I, e pelos annos de 1400, pouco mais ou menos, viviam muitos judeus fóra do seu bairro, e espalhados por differentes ruas da cidade, por não caberem na Judiaria, o

que dava origem a muitas injurias, doestos e vexações para os infelizes judeus. Aquelle monarcha, para evitar taes desaguisados, mandou á camara, que dentro dos muros da cidade marcasse logar para uma nova Judiaria. A camara marcou-lhe o espaço que medeia entre o lado S E da rua do Calvario, a intestar com a muralha da cidade, que estava então construida de poucos annos, até á fonte da rua das Taipas; seguindo d'ali até á rua de Bello Monte, pelo lado norte d'esta rua, até ás escadas da Esnóga (Sinagoga) e calçada da Victoria, e parte O da rua de S. Bento até á Relação, e parte S do passeio da Cordoaria, a intestar com a porta do Olival, seguindo pela parte interior da muralha, até onde começou esta medição, no principio E da rua do Calvario. A sua synagoga era onde hoje está a egreja de S. Bento da Victoria. A camara aforou-lhes este terreno pelo fôro e pensão annual, perpetua, de *200 maravedins velhos, de 27 soldos o maravedim, de dinheiros portuguezes, de moeda antiga, que ora são chamados Alfonsis, ou de Barbudas, e de Graves, Fortes e Pilartes da moeda de Portugal, que foi feita em Lisboa, e na dita cidade (Porto) por mandado de el-rei D. Fernando — convem a saber—Barbuda, por dois soldos e quatro dinheiros, e Grave, por 14 dinheiros—e Pilarte, por sete dinheiros—e Forte, por dois soldos dos ditos dinheiros Alfonsis.* Como a colonia judaica fôsse progredindo, e não coubesse no terreno que lhe fôra marcado, pediram os judeus á camara, e ella concedeu-lhes, mais um espaço de terreno, do lado sul do campo do Olival, hoje passeio da Cordoaria, para alargarem a judiaria, mediante o competente fôro.

**Porto** *(Juntas do).* Houve em 1808, 1820, 1828 e 1846, as seguintes:

*Junta Suprema do Governo do Reino*, em 1808. No dia 1.º de fevereiro d'este anno, o general Junot organisou em Portugal uma regencia em nome de Bonaparte, que se intitulava *imperador dos francezes, rei de Italia e protector da confederação do Rheno*, etc. Esta regencia logo se estreou no dia acima indicado, publicando o decreto de Napoleão, que impunha a Portugal um tributo de 100 milhões de francos (18:000 contos de reis). O exercito portuguez é desarmado e mandado para França Bonaparte prende á traição o rei Carlos IV e a familia real de Hespanha, pelo que, os hespanhoes se levantam contra os francezes, e D. Francisco Taranco, com a sua divisão, abandona o Porto em 6 de junho, e marcha para Castella, a unir-se ás tropas do seu paiz. Logo a 18 de junho, os portuenses secundam o grito de liberdade dado pelos transmontanos, acclamando a autonomia e independencia de Portugal, a rainha D. Maria I e o principe regente D. João, tomando armas contra os invasores da sua patria. As aguias de Bonaparte são arriadas das nossas fortalezas, e a bandeira portugueza fluctúa ovante, por quasi todo o paiz. A 19 do referido mez formou-se então no Porto a *Junta suprema do governo do reino.* O exercito portuguez reorganisou-se; os inglezes veem em nosso auxilio, e a convenção de Cintra, de 30 de agosto, obriga a sair de Portugal Junot e as suas hordas, carregadas de roubos, e deixando o paiz completamente devastado.

Hospital de alienados do Conde de Ferreira

*Junta provisoria do governo do reino*, em 1820. Depois da revolta que se deu no Porto a 24 de agosto de 1820, a que adheriram as tropas da guarnição, assim como as do Minho e Traz-os-Montes, pede-se a convocação das côrtes e o regresso de D. João VI (que estava ainda no Rio de Janeiro com a familia real) e a expulsão dos officiaes inglezes, do exercito portuguez. A regencia do reino, em Lisboa, nomeada pelo rei, proclamou ao povo contra a revolução do Porto, e deu algumas outras providencias insignificantes. As tropas revoltadas marcham sobre Lisboa. A regencia mandou o conde de Barbacena com uma divisão contra aquellas, mas não passou de Leiria, porque, tendo logar a revolução em Lisboa, a 15 de setembro, no sentido da do Porto, as tropas do governo fôram mandadas recolher á capital. A regencia foi dissolvida, organisando-se em seu logar uma *Junta do governo do reino.* Convocaram-se as côrtes dos Tres Estados. O

governo provisorio do Porto pretende dominar exclusivamente a situação, mas por fim veiu a um accordo com a Junta do governo de Lisboa, e no dia 1.º d'outubro, de ambos estes corpos se escolheram individuos para a formação da *Junta provisional do governo supremo do reino*. Esta junta ficou composta de homens animados de bons desejos, e bons patriotas, mas não estavam á altura da missão espinhosa de que os encarregavam. Todo o exercito portuguez annuiu de bom grado a esta resolução, para não ser governado por officiaes estrangeiros, pois que desde o tempo do marechal Beresford, quasi todos os officiaes superiores do nosso exercito eram inglezes. A maior parte do povo, como o governo, continuava a ser monarchico, na dynastia de Bragança, como os tres Estados eram convocados, segundo a antiga pratica, como a religião catholica continuava a ser a do estado, e como esta revolução não teve mortes nem atrocidades, annuiu finalmente á mudança de cousas; apenas alguns nobres se recusaram a prestar juramento á constituição. O marechal Beresford foi ao Rio de Janeiro, na esperança de que D. João VI annullasse todos os actos praticados pela Junta Provisoria do Governo Supremo do Reino, mas é intimado pelo governo para não desembarcar, pelo que se dirigiu a Londres, sem voltar a Portugal. Os officiaes inglezes são excluidos do exercito portuguez.

*Junta provisoria em nome de D. Pedro IV*, em 1828. A 16 de maio d'este anno, houve no Porto a revolta militar. Uma das suas causas fôram as *desligações* de muitos officiaes do exercito liberal, feitas pelo conde do Rio Pardo, ministro da guerra. As *desligações* correspondiam, pouco mais ou menos, ao que se chama hoje *disponibilidade*. Os revoltosos nomeiam então a mencionada junta provisoria. Alguns corpos das provincias do norte annuem á revolução, e a junta organisa alguns batalhões. Em 28 de maio um batalhão de infantaria n.º 20, que estava de guarnição em Tavira, annuiu á revolução do Porto, proclamando a Carta Constitucional. As tropas liberaes juntamente com as da Junta continuam ardentemente combatendo contra os miguelistas. Sendo por vezes vencedoras, e outras vezes vencidas, emigraram para Galliza.

*Junta provisoria do governo Supremo do Reino, em nome da nação e da rainha*, em 1846. Esta junta dirigiu a revolução que rebentou no Porto, logo que n'essa cidade houve noticia do golpe de estado de 6 de outubro. Foi organisada no dia 10, e tomou o titulo acima mencionado. Era composta do general conde das Antas, então commandante da 3.ª divisão militar, e que se achava investido do commando superior de todas as forças militares existentes nas 2.ª, 4.ª, 5.ª e 6.ª divisão militar, José da Silva Passos, Antonio Luiz de Seabra, que era presidente da Relação do Porto, Sebastião de Almeida e Brito, advogado na mesma cidade; Francisco de Paula Lobo d'Avila, tenente-coronel chefe do estado-maior da 3.ª divisão militar, e Justino Ferreira Pinto Basto. O conde das Antas foi nomeado presidente da Junta, José Passos escolhido para vice-presidente e encarregado das repartições dos negocios da fazenda e estrangeiros, Seabra encarregado da repartição do reino, Almeida e Brito da repartição da justiça, Lobo d'Avila dos negocios da guerra, e Pinto Basto dos negocios da marinha. A revolução acabou, como é sabido, pela convenção de Gramido, redigida por Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos e assignada por D. Manuel de la Concha e coronel W. Wilde, representantes da Hespanha e da Inglaterra, e pelo marquez de Loulé e visconde de Carril, Antonio Cesar de Vasconcellos, que fôra com esse titulo agraciado pela Junta, representantes da Junta. A 30 de junho de 1847 resolveu a Junta dissolver-se, sendo o documento, que então se lavrou, assignado por José Passos, Lobo d'Avila e Pinto, porque o conde das Antas fôra feito prisioneiro, pela esquadra ingleza. Seabra tinha-se separado dos seus collegas quando ficou vencido na deliberação ácêrca da expedição para o sul, e Almeida Pinto retirou-se poucos dias depois do aprisionamento da esquadra.

Hospital militar D. Pedro V

**Porto** *(Matadouro publico do)*. Não consta, se nos primeiros tempos, o dos suevos, houve casa ou logar exclusivo para abater as rezes destinadas ao consumo da população. Suppõe-se que o

gado era abatido mesmo no açougue, que primitivamente era perto da Sé, no centro do Burgo Velho, e no logar conhecido pelo largo do Açougue Real. Depois mudou se para as Fontainhas, para o edificio, onde está hoje o Asylo da Mendicidade. Em 1840 construiu-se o actual Matadouro no sitio do Monte Pedral, e ali se abate todo o gado vaccum consumido na cidade.

**Porto** *(Mercados do)*. Até certa epoca os mercados fôram em diversos pontos da cidade; porém, veiu mais tarde a disposição municipal que arruou e dispoz o mercado da Ribeira, o do Anjo, o do Bolhão e do Peixe. As ultimas tentativas de mercados na rua de Ferreira Borges, largo da Aguardente, hoje praça de Marquez de Pombal, e Poço das Patas, não lograram sustentar-se por muito tempo. Até 1834 houve um mercado diario de fructas, flôres, hortaliças, legumes, etc., no largo, hoje praça da Batalha, desde o angulo que está ao NO e a pouca distancia do palacio, onde actualmente está installado o Correio, até quasi á entrada da rua de Santo Ildefonso.

*Mercado do Anjo*. Está situado no Campo dos Martyres da Patria e rua das Carmelitas. E' o mercado mais antigo. Occupa o espaço onde esteve o recolhimento do Anjo, fundado em 1672, e que foi demolido depois de 1834. O mercado construiu-se em 1839. E' quadrado, com talhos e pequenos estabelecimentos de mercearia á volta, tendo ao centro um chafariz, com muito boa agua. Tem uma ampla escadaria de accesso sobre o largo de S. Filippe Nery, onde se faz o mercado de flôres, e portões nos angulos que voltam para a Cordoaria e praça dos Voluntarios da Rainha.

*Mercado do Bolhão*. Situado na rua Formosa e rua de Fernandes Thomaz Foi inaugurado em 1839. Dois lados estão occupados por talhos e estabelecimentos varios, e dois fechados com grade, tendo ao centro largos portões de accesso. E' o mais concorrido dos mercados do Porto.

*Mercado de Ferreira Borges*. Foi construido em 1885. E' coberto, e recommenda se pela sua solidez, bella disposição e bem lançado da cobertura. E' muito pouco concorrido. Ainda existia em 1902, mas dizem que a Camara Municipal projectava supprimil o, aproveitando o edificio para outro fim

*Mercado de gado*. Fica no largo da Corujeira.

*Mercado do peixe*. Está situado no poente da parte Occidental da Cordoaria, hoje Campo dos Martyres da Patria, n'um terreno chamado os *celleiros*, por ter havido ali celleiros publicos, que mais tarde se transformaram em quartel d'uma companhia de infantaria do corpo da guarda de policia d'esta cidade, o qual foi substituido pela guarda municipal, e foi este quartel devorado completamente pelas chammas em 19 de março de 1832, quando estava ali tambem um destacamento de cavallaria, da mesma policia, fallecendo 7 pessoas e 15 cavallos. Foi collocada com solemnidade e assistencia da Camara Municipal, etc., a primeira pedra d'este mercado, no cunhal do angulo truncado (extremidade sul) da fachada principal, em abril de 1869, e n'ella uma lamina metallica, tendo gravada a seguinte inscripção, composta pelo cartorario paleographo da camara, Antonio Justino Pereira: *Piscarium hoc Forum, publicis expensis, a Portucalensi Municipio constitutum, anno millesimo octogentesimo sevogesimo nono, quarto Idus Aprilis, regnante Ludovico Primo*. E com esta lamina se collocaram tambem ali exemplares das moedas de prata e ouro, d'este reino, correntes n'aquella data; sendo presidente da camara Francisco Pinto Bessa. Celebrou se a inauguração com musica, bandeiras, fogo de artificio e extraordinario concurso de visitantes no dia 8 de março de 1871. A planta d'este edificio foi traçada pelo engenheiro Gustavo Adolpho de Sousa Reis. Encontra-se n'este mercado grande abundancia de peixe, trazido não só das praias proximas da cidade, como da Povoa

Hospital Geral de Santo Antonio

de Varzim, Espinho, Vianna do Castello, e até de Vigo. No pavimento inferior do mercado e em pequenas casas fronteiras, estão installadas as lojas venda dos miudos do bois, vitellas, porcos e carneiros.

*Mercado do Pão.* Na praça de Santa Thereza. E' uma interessante velharia do Porto. Ali se faz diariamente venda das varias qualidades de pão e brôa, consumidos no Porto pelas classes menos abastadas

**Porto** *(Misericordia do).* V. *Porto (Santa Casa da Misericordia do).*

**Porto** *(Monumentos do)*:

*Estatua do conde de Ferreira.* Foi inaugurado em 25 de março do 1904 um monumento ao benemerito conde de Ferreira, fallecido no Porto a 24 de março de 1868. O monumento está collocado no jardim fronteiro ao hospital de alienados do conde de Ferreira, na rua do Costa Cabral.

*Estatua de D. Pedro IV.* Foi construida a expensas da camara municipal do Porto, e está situada na Praça de D. Pedro, actualmente Praça da Liberdade, que até 1834 se denominou *Praça Nova.* A primeira pedra n'este monumento foi lançada em 9 de julho de 1862. A construcção foi dada por concurso ao esculptor belga Anato le Calmels, que residia em Lisboa. N'um cofre de prata, juntamente com as moedas de ouro, prata e cobre da epoca , foi guardado o auto e a lamina commemorativa, com uma inscripção em latim, elogiando o principe e designando o dia da cerimonia. Alguns mezes depois começaram as obras que se concluiram no fim do anno de 1865, vindo a realisar se a inauguração a 19 de outubro de 1866. O monumento tem 10 m. de altura, desde a superficie do terreno da praça até á parte superior da cabeça da estatua, medindo d'altura incluindo o plintho, 4,$^{m}$ 70, e a parte architectonica 5,$^{m}$ 30. A estatua é de bronze fundida por uma companhia de Bruxellas, sob o modelo do referido esculptor Anatole Calmols, importando em 48:000 francos *(8:640$000 reis,* calculando cada franco a 180 reis*).* Representa o imperador D. Pedro a cavallo, segurando a rédea com a mão esquerda, emquanto com a direita apresenta a Carta Constitucional. O pedestal é bastante singelo, e tem dois baixos relevos de marmore de Carrara, tendo de altura 1$^{m}$, 21 sobre 2,$^{m}$ 45 de comprimento. Um d'estes baixos relevos representa a entrega da bandeira ao batalhão de voluntarios da rainha D. Maria II, e outro a entrega do coração de D. Pedro á camara municipal do Porto. Além dos baixos relevos, tambem se vêem no pedestal as armas da cidade do Porto e as da casa de Bragança. Toda a obra de esculptura e sua collocação, importou em 21:000$000 reis, segundo o contrato feito com o esculptor em 18 de dezembro de 1862.

*Estatua de D Pedro V* Depois da morte d'este monarcha,succedida a 11 de novembro de 1861, os artistas do Porto trataram de erigir um monumento á sua saudosa memoria. Para esse fim, reuniram-se os artistas e nomearam uma commissão para promover subscripções e quaesquer outros meios concernentes á construcção do monumento. Fez-se o projecto, que foi logo approvado. A commissão conseguiu reunir as sommas precisas, por meio de subscripções no paiz e no Rio de Janeiro, de beneficios nos theatros do Porto, de illuminações e bazares no Jardim de S. Lazaro, com leilões de prendas offerecidas, e até de espectaculos em que representaram amadores dramaticos. O local escolhido para o monumento, foi a praça da Batalha, e destinou se o dia 7 de junho de 1862 para a solemne inauguração dos trabalhos ; esta cerimonia, ficou addiada para 4 dias depois, realisando-se no dia 11. El-rei D. Fernando fôra convidado para assistir á collocação da pedra fundamental, mas não podendo comparecer, fez-se representar pelo seu ajudante de campo, o conde de Rilvas. Ao acto solemne assistiram todas as autoridades do Porto, chefes do repartições e de estabelecimentos publicos, deputações das associações populares da cidade, varios titulares e outras pessoas de distincção. O cofre que se depositou na base do monumento, era de zinco, e encerrava um exemplar de todas as moedas cunhadas durante o reinade de D. Pedro V, tendo no topo a seguiute inscripção latina, gravada n'uma lamina de prata :

D. PETRO V
LUZITANIAE REGI
LUDOVICUS I REGNANTE
SUB PATRIS AUSPICIIS
REGIS FERDINANDI II
ID GRATI ANIMI SIONUM
CULTORES ART CUM PORTUCALENSES
POSLERE
VII IDUS JUN IS
ANNO DOMINI MDCCCLXII

Alguns annos mais tarde, a *Associação Benefica dos Ourives do Porto* mandou tirar em prata um modelo do plano do monumento, e offereceu-o á *Sociedade Portugueza de Beneficencia do Rio de Janeiro*, para fazer parte do leilão que aquella benemerita sociedade realisou em beneficio do hospital por ella fundado e mantido. Era um trabalho primoroso ; guardando as devidas proporções, representava uma exacta imitação do monumento ; tinha de altura 60 centimetros, e mais de 9 k. do peso A estatua, emblemas e escudos d'armas, eram de prata não polida, e o resto de prata brunida. Esta delicada e importantissima obra foi trabalho de 3 artistas de reconhecido merecimento : Francisco José Aranha, Antonio Marques dos Santos e Antonio José Machado. O monumento de D. Pedro V tem 10 m. d'altura A estatua, trabalho do esculptor Teixeira Lopes, fundida no Porto, é de bronze, tem 3 m. e 1:320 k. de peso O monarcha está de pé, trajando o uniforme de tenente-general, com a fronte um tanto inclinada sobre o peito, e o braço direito caido; a mão direita está pegando negligentemente no chapéo, e a osquerda segura a espada, que assenta no chão. As 4 faces principaes do pedestal são ornadas de uavios, emblemas em relevo, de bom desenho e de magnifica esculptura. Os emblemas teem as seguintes inscripções gravadas em letras de bronze na base do pedestal ; os da parte do norte symbolisam a religião :

*Os artistas portuguezes por gratidão a D. Pedro V em 1862 ;*

os da parte de léste representam as artes :

*Visita ao Porto quando principe em 1852 ;*

os da parte de Oeste, indicam a industria e a manufactura :

*Visita á exposição industrial em 1861;*

e a da parte do sul apresenta a agricultura :

*Visita á exposição em 1860* ;

Sobre o friso do sôcco e encostados ao pedestal, nas 4 faces menores do octogono, vêem se em cima de almofadas, os escudos coroados das armas de Portugal, e Saxe Coburgo, dos duques de Bragança, e da cidade do Porto. A grade que cerca o monumento é de fórma octogona e de fino desenho ; entre os seus ornatos vêem-se 4 medalhas com as seguintes inscripções, as quaes commemoram os principaes promotores ou fontes de receita para as obras da construcção :

*Sociedade Madrépora do Rio de Janeiro*
*7 de junho de 1863.*
*Artistas Portuguezes do Rio de Janeiro*
*10 de junho de 1863.*

*Bazar Portuense no Jardim de S. Lazaro*
*30 de agosto de 1862.*
*Empreza dos Caminhos de Ferro Portuguezes*
*21 de julho de 1862.*

Depois de concluido o pedestal, demorou-se ainda por muito tempo a collocação da estatua, pelas difficuldades e questões que sobrevieram, afinal a commissão conseguiu terminar todos os seus trabalhos, e no dia 3 de fevereiro de 1866 realisava-se pomposamente a inauguração na presença d'el rei D. Luiz, que de proposito fôra ao Porto para assistir á solemne cerimonia. A praça da Batalha achava-se vistosamente guarnecida de bandeiras, galhardetes, pyramides de camelias, e das janellas das casas visinhas pendiam colchas de damasco de differentes côres. As ruas de Santo Antonio e dos Clerigos, e a praça de D. Pedro, tambem se viam adornadas com esplendor ; a força militar era commandada pelo general Casemiro Benevenuto, depois visconde de Sagres. Dentro do recinto viam se differentes corporações, titulares, consules, juizes, lentes e muitos mais convidados. O auto da inauguração foi lido pelo secretario da commissão, no pavilhão que se armara na praça da Batalha, e assignado por el rei D. Luiz. Em seguida dirigiram-se todos para a egreja dos Congregados, onde se celebrou um solemne *Te-Deum*, composto expressamente para este dia, pelo maestro portuense Miguel Angelo Pereira.

*Estatua do Infante D. Henrique.* Está situada n'um jardim, entre as ruas Ferreira Borges, Moutinho da Silveira e do Infante D. Henrique. O lançamento da primeira pedra n'este monumento, realisou-se por occasião das festas do centenario do infante, a 4 de março de 1894, com a maior solemnidade, procedendo á cerimonia a familia real, com a assistencia de todas as autoridades, corporações e uma multidão compacta de povo. Assignado o auto, celebrou-se um solemne *Te-Deum* na egreja de S. Nicolau, officiando o cardeal D. Americo. Durante a cerimonia da collocação da primeira pedra no monumento, foi executado no Campo da Regeneração, hoje praça da Republica, pelas creanças, coros e 4 bandas militares, o *Hymno do Infante D. Henrique*, expressamente composto pelo maestro Alfredo Keil. Proseguiram as obras, realisando-se a inauguração em 21 de outubro de 1900, com toda a solemnidade, assistindo tambem a familia real, e os ministros do reino, obras publicas e justiça. O presidente da camara municipal, então o dr. Wenceslau de Lima, leu um discurso allegorico, e em seguida cantou-se na egreja de S. Francisco um solemne *Te-Deum*. Houve n'essa noite e na seguinte vistosas illuminações. Todo o monumento é obra do apreciado esculptor portuense Thomaz da Costa. Na frente pedestal ha um grupo allegorico em bronze, representando a navegação, e no verso uma bella figura, tambem em bronze, representando a Fé. A estatua apresenta o Infante vestido de guerreiro, com o braço estendido a apontar para as remotas praias de além-mar. Os dois baixos relevos ao lado do pedestal representam, um a tomada de Ceuta, e o outro o Infante no promontorio de Sagres.

Monumento a D. Pedro V, na Praça da Batalha

*Estatua de José Marques Loureiro.* No Campo dos Martyres da Patria. *(V. Loureiro, José Marques) Portugal*, vol. IV, pag. 534,

*Memoria do Bolhão* Está collocada na rua de Fernandes Thomaz, n'um pequeno espaço em frente das fabricas de estamparia e fundição do Bolhão. Commemora uma visita que el-rei D. Pe-

dro V fez ás citadas fabricas. E' uma columna bastante singela de granito, de 7 m. de altura, rematada por uma estrella de bronze. O pedestal assenta sobre dois degraus tambem de granito, e está resguardado por uma grade de ferro fundido. A columna, a base e o capitel, é um monolitho. Foi principiado a 23 de dezembro de 1861, pouco

Monumento ao Infante D. Henrique

depois da morte de D. Pedro V, e concluido e inaugurado em 9 de julho de 1862. Todo o monumento importou em 1:200$000 reis. Na face do pedestal, do lado do sul, lê se :

TEVE PRINCIPIO EM 23 DE
DEZEMBRO DE 1861 : CONCLUIU-SE
EM 9 DE JULHO DE 1862.

Do lado do O lê-se :

VISITOU A FABRICA DE
FUNDIÇÃO EM 22 DE NOVEMBRO DE 1860.

Do lado do E diz :

VISITOU A FABRICA DE ESTAMPARIA
EM 28 DE AGOSTO DE 1861.

Na face do lado Norte, que é a que defronta com as duas fabricas, lê-se :

AO REI D. PEDRO QUINTO — MEMORANDO —
DA INDUSTRIA E ARTES PROTECTOR SUBIDO ;
QU'AS VAIDADES DO SOLIO DESCURANDO,
TEVE UM THRONO D'AMOR NA PATRIA EROUIDO ;
QUE AS FABRICAS EM FRENTE VISITANDO
DA — ESTAMPA E FUNDIÇÃO — SALVOS DO OLVIDO,
ARTISTAS A QUEM DEU FAVOR E ALENTO,
CONSAGRAM ESTE HUMILDE MONUMENTO.

**Porto** *(Motins no)*. Tem havido mais ou menos importantes diversos motins no Porto em differentes epocas, contando-se entre elles o que se deu em 1474, por causa do abuso de o fidalgo Ruy Pereira, senhor das Terras de Santa Maria, Feira, ter teimado em estar mais de tres dias a tratar dos seus negocios, o que muitas vezes fazia, vindo sempre bem escoltado por gente altaneira e turbulenta, sem se importar com os foraes da cidade, que não permittiam a *fidalgo, nem poderoso, nem abbade bento, o poisar n'ella mais que tres dias*. A cidade estava, portanto, muito indisposta contra Ruy Pereira quando este ali entrou com uma porção de peões e cavalleiros armados, no dia 26 de maio do citado anno de 1474 e foi pousar na rua Nova, hoje rua do Infante D. Henrique, nas casas de Leonor Vaz, que fôra mulher d'um almoxarife da sua casa da Feira. Despediu parte dos seus acontiados, e ficou para assistir ao despacho e dizimação das fazendas, mas sem pressa alguma, nem attenção para a camara e juizes da cidade, nem para com os seus foraes. Vendo os portuenses Ruy Pereira tão descançado, principiaram a amotinar-se contra o despresador dos seus foros, e a irritação já subia de ponto, quando a camara no dia 4 de junho, a requerimento procurador da cidade, se reuniu no convento de S. Domingos, segundo o costume d'aquella epoca, para combinarem o que deveria fazer-se, afim de terminar o escandalo que estava dando Ruy Pereira, por se conservar na cidade desde 26 de maio, quando não podia demorar-se mais de 3 dias. resolveu-se intimal o para que saisse immediatamente, enviando-lhe uma mensagem, recordando-lhe os privilegios do Porto desde muitos annos. O fidalgo recebeu a intimação muito contrariado, mas que não saía da cidade emquanto não despachasse as mercadorias. Houve nova intimação, e Ruy Pereira recebeu os mensageiros muito mal, despedindo os com a repetição do que já havia declarado, o que promoveu a maior indignação da camara e do povo. Pela terceira vez se resolveu irem dois vereadores da camara com 4 tabelliães para deixar immediatamente a cidade. Ruy Pereira recebeu os com aspereza e ameaças, despedindo os repetindo ainda que não sairia da cidade emquanto não dizimasse as suas fazendas. Com esta resposta, o povo cresceu em massa, armado com toda a qualidade de armas, sobre a casa de D. Leonor Vaz, onde estava Ruy Pereira, dando morras ao fidalgo, chamando lhe traidor, falso, etc. Os sinos tocaram a rebate, um alarido infernal se ouviu por todas as ruas e travessas, homens, mulheres, novos e velhos, todos armados, mas o bispo D. João de Azevedo, tendo noticia do conflicto, saiu-lhes á frente para evitar maiores desgraças. A' vista do bispo todos pararam, e o prelado pediu então

que lhe confiassem os pergaminhos, e esperassem um pouco, que elle tinha esperança de convencer Ruy Pereira da sua sem razão. A camara de bom grado annuiu, e o bispo entrou em casa do fidalgo, d'onde depois saiu, declarando que infelizmente nada conseguira, e logo das janellas da casa de Ruy Pereira se disparou um tiro de espingarda sobre a multidão, e o povo investiu immediatamente com a casa, disparando sobre ella um chuveiro de balas e projecteis de toda a ordem. Ruy Pereira, porém, estava prevenido para a resistencia, e elle e os seus creados defendiam-se como desesperados. Appareceram logo homens com machados e trataram de despedaçar as portas, mas como estas não cedessem, trataram de amontoar contra ellas grande quantidade de lenha, e lançaram-lhe fogo. Passados alguns minutos a casa foi devorada pelas chammas, salvando se a muito custo Ruy Pereira e os criados, precipitando se das janellas, expondo se a serem trucidados pelo povo furioso, mas valeram lhe os juizes e vereadores, que estavam presentes, acompanhando-os até á beira do rio Douro, e d'ahi em barcos até á margem opposta, onde os deixaram. Deu se tambem o motim por causa do imposto das Maçarocas, em 1628. (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 607.) Outro motim se deu em 1661, sendo regente do reino a rainha D. Luiza de Gusmão, viuva de D. João IV, por causa do tributo do papel sellado, a que o povo não queria sujeitar-se, revoltando-se a 4 de maio d'esse anno. Como o povo não foi attendido, e mandando a camara prender os procuradores do povo, a multidão indomita foi a casa do thesoureiro da cidade, apedrejaram-lhe as janellas, obrigando o a lançar á rua e ali queimaram todo o papel sellado que lá encontraram; e queimariam tambem a casa, se não acudissem os frades de S. Domingos Depois queriam tambem o papel sellado que estava em casa do recoveiro, na Rua Nova. A casa do juiz da Alfandega foi arrombada, e despedaçados todos os moveis. Obrigaram o corregedor da cidade a entregar-lhes a provisão regia que creara aquelle tributo. O tumulto só terminou, quando fôram postos em liberdade os procuradores do povo. A força militar do Minho marchou sobre a cidade, onde entrou a 17 de outubro, e o tributo foi então imposto sem resistencia. Em 4 de fevereiro de 1757, tambem se deu um motim no Porto provocado pelos inglezes contra a *Companhia geral da agricultura e das vinhas do Alto Douro*, que o marquez de Pombal havia creado. Fôram tropas de Lisboa, e o tumulto depressa ficou suffocado. Foi ao Porto uma alçada no dia 12 de outubro do mesmo anno, sendo condemnadas 283 pessoas a differentes penas: forca, açoites, galés, confiscação de bens, e degredo. Em 24 de agosto de 1820, deu-se a revolta que acclamou então a futura *constituição*, que por isso se ficou chamando *Constituição de 1820*. A guarnição militar da cidade constava dos regimentos de artilharia n.º 4, dos de infantaria n.ºs 6 e 18; da guarda da policia, que eram tres companhias de infantaria e uma de cavallaria; e dos regimentos de milicias do Porto e da Maia. Estes corpos reuniram se no Campo de Santo Ovidio, ao qual, por este facto, se deu desde 1834 o nome de Campo da Regeneração, e é hoje Praça da Republica. Formaram pelas 5 horas da manhã, e depois de acclamarem a constituição que se havia de fazer, ouviram missa que celebrou o capellão do regimento de artilharia n.º 4, n'um altar que se levantou no centro do campo. Ao erguer a hostia todos juraram com o maior enthusiasmo, defender a constituição proclamada, ao som d'uma salva de 21 tiros de artilharia. Os individuos que promoveram esta revolução, fôram: Manuel Fernandes Thomaz e João da Cunha Sotto-Maior, desembargadores da Relação do Porto; José Ferreira Borges e José Pereira de Menezes, advogados; José da Silva Carvalho, juiz dos orphãos Porto; João Ferreira Vianna e José Gonçalves Santos Silva, negociantes; Duarte Leça e José Maria Lopes Carneiro, proprietarios; Francisco Gomes da Silva, medico do exercito, José de Mello e Castro d'Abreu, coronel de milicias no Porto; José Maria Xavier de Araujo, provedor da comarca de Vianna do Castello; Bernardo Correia de Castro Sepulveda, coronel do regimento de infantaria n.º 18; Domingos Antonio Gil de Figueiredo Sarmento, tenente coronel de infantaria n.º 6; José Pereira da Silva Leite Berrêdo, tenente-coronel da guarda real da policia do Porto; José de Sousa Pimentel de Faria, major do regimento de milicias no Porto; José Pedro Cardoso da Silva, major do regimento de milicias da Maia; Tiburcio Joaquim Barrêto Feio, ajudante do regimento de milicias da Maia. Em 1836 deu-se um motim provocado pelos marceneiros do Porto, sentindo-se affrontados pela mobilia vinda do extrangeiro. Reunindo se em grande numero, dirigiram-se armados de martellos e machados á alfandega velha, e fizeram em pedaços toda a mobilia de procedencia estrangeira, que encontraram no caes e á porta da Alfandega, e mesmo alguns pianos; depois seguiram para os armazens que a Alfandega então occupava nos baixos do convento de S. Domingos, que invadiram, despedaçando tambem a mobilia estrangeira que encontraram, recolhendo-se depois ás suas officinas; mas em seguida formou-se um grande magote de populaça que percorreu varias ruas da cidade, arrojando pedras sobre as lojas de negociantes estrangeiros, apupando os e causando-lhes bastante prejuizo, principalmente nas vitrines e armações. Os marceneiros nada soffreram com esta revolta, nem houve prisões. O governo é que teve de pagar o prejuizo ás nações que o reclamaram. Em 1856, por causa da carestia do pão, tambem se revoltou o povo portuense, mas depressa socegou.

**Porto** *(Museus do)*:

*Museu da Academia de Bellas Artes*. Está situado no Passeio de S. Lazaro. Foi fundado em 1836 Ali se encontram umas 300 pinturas antigas e modernas, entre as quaes ha preciosos quadros em cobre, uma rica collecção de esmaltes de Limoges, quadros de Sequeira, Carpi, Silva Porto, Pouzão, Sousa Pinto, e o *Desterrado*, estatua em marmore, trabalho do esculptor Soares dos Reis.

*Museu Municipal*. Situado na rua da Restauração. Foi fundado em 1836 pelo negociante inglez João Allen. (V. *Portugal*, vol. I, pag. 216). Os seus herdeiros o venderam em 1850 á camara municipal Possue uma preciosa collecção de mais de 600 quadros, entre os quaes se salientam alguns gothicos de valor e numerosas télas antigas e modernas do artistas nacionaes e estrangeiros afamados. E' notavel a sua collecção de

moedas e medalhas, a collecção conchiologica e a secção archeologica.

**Porto** *(Nascentes, Fontes e Chafarizes do)*:

*Nascente d'Aguas Ferreas.* Está situada na parte exterior da quinta de *Santo Antonio da Boa-Vista*, que pertence aos herdeiros do visconde de Veiros, José Leite da Cunha Sotto Maior. A fonte é de architectura simples, mas agradavel; fica em plano inferior ao do terreno circumvisinho, n'um espaço ajardinado e murado, com alguns bancos de pedra destinados para descanço dos doentes e visitantes. A agua é limpida, apresentando por vezes suspensas pequenas porções ocraceas de peroxydo de ferro. A sua temperatura é de 20°, sendo a da atmosphera á sombra de 23°,5. Em 1863 foi analysada pelo pharmaceutico do exercito Manuel Nepomuceno. Bibliographia: *Exame medico-chimico dos contentos de uma agua mineral descoberta em Villa Nova de Gaia*, por Antonio Francisco da Silva, Porto, 1674; *Breve noticia da agua mineral da quinta de Santo Antonio das Aguas Ferreas no Porto*, por Manuel Nepomuceno; saiu no *Escholiaste Medico*, vol. XIV, pag. 277; 1863.

*Nascente do Campo Grande.* Fornece agua para as seguintes fontes: da rua do Meio, á esquina da rua de Santo Ildefonso, no largo do Padrão; da rua das Fontainhas, logo á entrada N da rua; da Batalha; da rua de Cima da Villa, ao fundo d'esta rua e da do Captivo; da rua de S. Sebastião.

*Nascente da Cavaca.* Fornece as fontes da rua de Santo Ildefonso e do passeio publico, de S. Lazaro.

*Nascente de Liceiras ou de Camões.* Fornece agua para o chafariz do largo do Laranjal, fontes: do Bomjardim á esquina da rua de Sá da Bandeira; da Praça Nova, Paços do Concelho; Do largo de S. Bento, ou da Feira. A agua que actualmente brota do chafariz do largo do Laranjal é a mesma d'uma antiquissima fonte, que até ao meado do seculo passado existiu na rua do Laranjal, no sitio onde ella faz um recauto, mas ficava mesmo no meio da rua, n'uma especie de poço, para o qual se descia por alguns degraus. Pela circumstancia de ficar assim escondida lhe dou o povo o nome de *fonte do olho do c.*, e assim era conhecida. A Camara Municipal para acabar com este feio nome, e ainda mais, pelo incommodo que causava aos transeuntes esta fonte, e pelo constante perigo em que os collocava, removeu-a mais para baixo, construindo um elegante chafariz, que fica em frente da rua da Cancella Velha.

*Nascente de Paranhos.* Desde 1597 que fornece agua para as fontes da *Arca*, do *Matadouro*, da *Bica Velha*, e da *Falperra*. O povo do Porto deu mil cruzados para a construcção do aqueducto.

*Nascente da Povoa.* Fornece as fontes da rua da Firmeza e da praça do Bolhão.

*Nascente de Salgueiros.* Fornece o chafariz do Campo Pequeno, e as fontes: da Boavista, de Cedofeita, da rua do Triumpho (Torre da Marca), da praça de Santa Thereza, da Relação, e da Fabrica do Tabaco. As nascentes de Paranhos e de Salgueiros passam para duas areas, uma na rua do Moinho de Vento, e outra no mercado do Anjo, que alimentam as fontes d'este mercado, da Cordoaria, das Taipas, das Congostas, de S. Domingos, que estava n'outro tempo no meio do largo de S. Domingos á entrada da rua das Flôres. D'estas nascentes se fornecem muitas casas e estabelecimentos particulares. As fontes que teem nascentes proprias são as duas da rua do Almada, as da rua da Armenia, das Bicas, do Bom Successo, do Carvalhinho, da Carvalhosa, da Culher, da rua dos Fogueteiros, da alameda das Fontainhas, da Fontinha, do largo de Fradellos, dos Guindaes, da Lapa, do Mal-m'ajudas, de Mija-Velhas, da Praça Nova, da Ribeira, do Ribeirinho, de S. João Novo, de S. Pedro de Miragaia, do largo de S Roque, de Villa Parda, das Virtudes, do Fôjo, do Bomfim, da Aguada, as duas da rua de Santa Catharina e da Villa das Bombas.

**Porto** *(Officina de S. José, no)*. Foi fundada em 1883, pelo P. Sebastião Leite de Vasconcellos. Este bondoso ecclesiastico, preoccupado por vêr tantas creanças, que pela grande miseria das familias, vagueavam pelas ruas arrastadas pela estrada do vicio e do crime, pensou em crear um estabelecimento em que ellas fôssem recolhidas, e recebessem educação. O bom do padre bem conhecia ser muito difficil tentar similhante empresa, mas confiava nas almas generosas, e no dia 18 de abril de 1880 começou sósinho, sem o menor auxilio, a esmolar de porta em porta, e com satisfação reconheceu que a sua generosa idéa ia tendo acceitação, e as esmolas iam avultando. Pela sua natureza especial, a obra era nova e unica em Portugal, e assim precisava ir ao estrangeiro procurar em modelos exemplares a lição para a organisação interna do seu instituto. Foi assim que partiu para o estrangeiro, estudando sobretudo as casas fundadas pelo P. D. João Bosco em França e em Italia. Regressando á patria alugou por um anno uma casa no Monte da Pena, cujo aluguer pagou do seu bolso, mas como esse predio ficasse muito afastado do centro da cidade, arrendou a casa da rua de Traz da Sé, onde a officina foi installada definitivamente em 4 de outubro de 1883, recebendo 8 creanças pobres e miseraveis, mas nem todas orphãs. Ganhando logo o instituto as geraes simpathias, tornou se tão crescido o numero de albergados, que P. Sebastião viu ser impossivel conservar-se n'aquella casa, como insufficiente, e teve a idéa de se construir um edificio apropriado. Em 22 de janeiro de 1889 dirigiu-se a Lisboa acompanhado por 8 educandos, pedir a el-rei D. Luiz a cedencia pelo estado dos terrenos precisos para o edificio. Essa cedencia foi feita, e no dia em que se abriu o concurso para a construcção da officina, o benemerito Manuel Esteves Ribeiro, sem a menor solicitação, entregou ao P. Sebastião a quantia de 18:000$000 reis para ajuda das obras, as quaes importaram em 30:730$180 reis. O edificio foi construido na rua Alexandre Herculano, e reune todas as condições para o fim a que era destinado. A inauguração realisou-se em 1 de novembro de 1890. As creanças são admittidas, sendo maiores de 12 annos e menores de 21. Além da instrucção primaria, aprendem os officios de sapateiro, alfaiate, encadernador, marceneiro, typographo e impressor. Tambem ali ha aprendizagem de musica, chegando a organisar se uma banda marcial composta pelos educandos mais velhos, que acompanha a officina nos seus passeios e solemnidades. Os estatutos d'este instituto fôram approvados por alvará de 8 de setembro de 1887, e em 8 de maio de 1890 foi agracia-

do com o diploma de Real Officina de S. José. Os educandos, ao sairem da officina, recebem um enxoval, e aos que fazem exame de instrucção primaria elementar é lhes offerecido um relogio e correute de prata.

**Porto** *(Ordens terceiras do)*:

*Terceiros do Carmo.* Foi instituida esta ordem terceira a 13 de julho de 1726, sendo o seu primeiro irmão Thomaz Antonio de Sousa Cyrne Em 26 de julho de 1737 foi eleita a primeira mesa, sendo feito primeiro prior o citado Thomaz Cyrne, e priora D. Leonor Francisca d'Alpocinda e Silva. Em 29 de agosto de 1756 foi lançada a primeira pedra da sua egreja pelo prior D. João da Silva Ferreira, bispo de Tanger, deão de Vil la Viços , e governador apostolico do bispado do Porto. Em 1770, querendo a irmandade, a exemplo da mesma ordem de Lisboa, sair com a sua procissão, requereu ao prelado diocesano, que lhe deferiu, sendo este despacho coufirmado pelo papa Clemente XIV. A primeira procissão saiu em 1772. O frontispicio da egreja é todo de pedra lavrada com muita variedade de esculpturas, e adornado de estatuas. O interior é profusamente adornado de talha dourada nas capellas, nas paredes e no tecto. Contiguo á capella-mór levanta-se o grandioso hospital, cuja edificação principiou em 6 d'abril de 1791. E' um edificio de vastas proporções, de boa e regular architectura, composto de dois corpos, construidos em differentes epocas, e cada um com tres andares, sendo o ultimo decorado no centro com um frontão. Une os dois corpos um portão de ferro que dava entrada para o antigo cemiterio da confraria. Este ponto de reunião fórma um angulo. O edificio, que se estende d'ahi para o norte, foi acabado em 1801, realisando se a sua abertura a 8 de fevereiro d'esse anno. Em 1804 instituiram-se logares para os irmãos pobres, entrevados e incuraveis. Até á extincção dos conventos, em 1834, limitava se o hospital á parte que se estendia para o lado norte, e comtudo, pela sua vastidão, merecia o titulo de grandioso. O edificio que vem correndo para o sul até confinar com a capella-mór da egreja, é fundação moderna, e concluiu-se em 1859 ou 1860. Occupa o logar da parte do convento que os frades acabaram mais promptamente e primeiro habitaram, a qual foi dada aos terceiros para ampliarem o seu hospital. Duas fachadas do hospital deitam para a praça de Carlos Alberto e para a antiga rua chamada *Feira das Caixas.* A administração do hospital e a direcção dos negocios da ordem estão a cargo da mesa, composta de 13 membros eleitos pela confraria, os quaes teem os seguintes titulos: prior, sub-prior, secretario, thesoureiro, procurador geral, vigario e 7 definidores.

*Terceiros de S. Francisco.* Foi instituida em 1633, n'uma capella dos claustros do convento de S. Francisco, contigua á egreja, mas logo em 1634 os irmãos terceiros improvisaram capella propria, no mesmo sitio da actual, e como era pouco solida depressa se arruinou, pelo que trataram de a substituir por outra, cuja primeira pedra foi benzida pelo bispo D. Fernando, em 13 de maio de 1646. A sua capella, ou egreja actual, feita no terreno onde esteve a anterior, foi principiada em 1792 e sagrada em 19 de maio de 1805 pelo bispo D. Fr. Antonio de S. José e Castro. A egreja é de granito finissimo primorosamente trabalhado, e a frente é muito elegante, e decorada com 5 estatuas de muito valor artistico, representando as 3 no alto da frontaria, a Fé, a Esperança e a Caridade, e as 2 ao lado da porta de entrada, a Innocencia e a Humildade. As decorações interiores são obra de talha e estuque, e os paineis dos altares lateraes fôram pintados por Vieira Portuense. As imagens d'estes altares tambem são de boa esculptura, e na sacristia, que é espaçosa e fica ao poente da egreja, ha tambem rica obra de talha em madeira. As estatuas que decoram a frente da egreja, bem como as imagens dos 12 andores, que saiam na procissão da Cinza, são trabalhos do estatuario portuense João Joaquim Alão, menos a de Christo, que veiu de Roma. A egreja tem bons paramentos e alfaias, merecendo especial menção uma custodia de prata dourada, pelo seu elegante desenho, grande formato e bom trabalho artistico, sendo o resplaudor proporcionado, com grande numero de pedras finas. E' tambem de muito preço e gosto um grande diadema de N. S.ª da Soledade, feito de prata dourada e cravejado de diamantes, bem como um cinto da mesma imagem. Os terceiros de S. Francisco teem o seu hospital na rua da Ferraria, em frente da rua de S. João Novo, descreve o todo um vasto parallelogrammo, faceaudo com a rua, e tem 4 pavimentos com grandes e espaçosas janellas. No 1.º pavimento estão as escolas, que fôram creadas em 1865, ensinando-se ali portuguez ; no 2.º estão as enfermarias e asylo para os irmãos do sexo masculino; no 3.º as enfermarias e o asylo para os irmãos do sexo feminino, e no 4.º e ultimo, estão os quartos para doentes particulares. Este hospital foi fundado por Manuel Ribeiro Poço e Manuel da Silva e Sousa, que generosamente o dotaram As obras principiaram em 1734, e foi aberto em 26 de maio de 1734.

*Terceiros da Trindade.* V. *Porto (Egrejas do).*

**Porto** *(Paço episcopal do).* Está situado no cimo do monte, onde em eras muito remotas existiu o castello de Pena Ventosa, e ao lado da Sé Cathedral. Foi D. Nonego, bispo de Vendôme e depois bispo do Porto, ou segundo outros, D. Sebastião Viegas, irmão de D. Moninho Viegas, que construiu pelos annos de 1000 da era de Christo, o primitivo paço episcopal, no sitio onde existiu, conforme dissémos, o castello de Pena Ventosa, então arruinado, e que se demoliu para a nova edificação. O Paço episcopal não passava d'um mosteiro da ordem de Santo Agostinho, onde até ao tempo do bispo D. Hugo, os prelados viviam com os seus monges, que depois se denominaram *conegos seculares*, em communidade, como verdadeiros religiosos, entrando todas as rendas do bispado n'um cofre commum. O bispo D. Martinho Pires, que morreu em 1191, dividiu, a exemplo do arcebispo de Braga, os rendimentos da egreja em tres partes eguaes: uma para o cabido e duas para o bispo. Terminou a clausura d'estes conegos que, passando a clerigos seculares, fôram viver, cada um para onde achou mais conveniente, sem dependencia alguma do bispo. Assim ficou o convento servindo exclusivamente de paço episcopal. Em 1385 ainda o edificio não passava do acanhado e singelo mosteiro, que já deveria ter soffrido varios concertos, pela sua antiguidade de perto de quatro seculos. Sendo bispo do Porto D. Luiz Pires, e estando o paço episcopal muito de-

teriorado pelo tempo, o mandou reconstruir entre os annos de 1455 e 1460, aproveitando a parte mais bem conservada, e reparando o resto. Sobre a porta principal mandou collocar uma pedra com o seu escudo d'armas, que eram umas barras vermelhas e pretas, atravessadas. Succedeu áquelle bispo, D. João de Azevedo em 1465, e foi este prelado que colligiu a livraria, composta, na maior parte, de manuscriptos e já de alguns livros impressos, pois foi no seu tempo que Guttemberg inventou a typographia. Este prelado falleceu em 1495, deixando aos seus successores a livraria, que foi o nucleo da bibliotheca episcopal, que os bispos seguintes fôram progressivamente augmentando. Mais tarde, o bispo D. Pedro da Costa, em 1510, procedeu á demolição de tudo quanto restava do antigo convento, substituindo-o por uma construcção mais apropriada á residencia do prelado da segunda capital do reino. Em 1560 esteve ali hospedado S. Francisco de Borja, e em 1573 o bispo D. Ayres da Silva, que n'esse anno fôra eleito, procedeu a muitas e valiosas obras no paço episcopal, e muito mais faria ainda se não morresse combatendo valorosamente ao lado do rei D. Sebastião, na desgraçada batalha de Alcacer-Kibir, a 4 d'agosto de 1578. Dois annos depois, a 30 de setembro de 1580, D. Antonio, prior do Crato, ali estabeleceu a sua côrte por alguns dias. Quando os castelhanos se apossaram do Porto, por ordem do rei Filippe II de Hespanha, o bispo D. Simão de Sá Pereira, o capitão-mór Pantaleão de Sá, as principaes autoridades e magistrados abandonaram a cidade. As tropas castelhanas commandadas pelo general D. Sancho d'Avila, aquartelaram-se no paço, que se arvorou em quartel-general. O bispo D. Simão do Sá Pereira, que estava em Tuy, voltou para o Porto, mas não quiz residir no paço, visto ali estar o general, e foi para a casa da Misericordia na rua das Flôres. Em 1771 foi eleito bispo do Porto D. João Raphael de Mendonça, monge de S. Jeronymo, do convento de Belem, lente de theologia, D. abbade geral da sua ordem e bispo de Pinhel. O novo prelado resolveu demolir o antigo paço episcopal, e construir um novo edificio com a sumptuosidade d'aquella epoca, e em conformidade com os grandes rendimentos da mitra portuense. Foi pois derrubado quasi todo o antigo edificio, e no logar que occupava, se deu principio ao vasto e majestoso edificio, que hoje existe. Durante a vida d'este prelado correram os trabalhos com a maior actividade, empregando-se n'elles grande numero de operarios, pois que D. João Raphael de Mendonça achou os cofres da mitra repletos de ouro e prata. Mas a obra era tão colossal que, apezar do seu longo governo, apenas conseguiu concluir uma parte do edificio, onde falleceu, ficando o resto em grande atrazo. As obras fôram depois continuando muito vagarosamente, até que por fim pararam de todo, ficando apenas concluida a frente principal, norte, e pouco mais d'um terço das fachadas do sul e oeste. No tempo do bispo D. João de Magalhães e Avellar, que succedeu ao bispo D. João Raphael de Mendonça, pouco se puderam adeantar as obras, por causa da Guerra Peninsular e das convulsões politicas de Portugal. Em 1809 o paço episcopal foi convertido em logar de conferencias patrioticas, e séde da Junta do Supremo governo do reino, presidida pelo bispo D. Antonio de Castro. Em 1820 ali se reuniu a Junta do Governo, que saiu da revolução de 24 de agosto. Durante o cêrco do Porto, de 1832 a 1834, os liberaes construiram uma bateria na extremidade SO do vasto pateo da entrada do paço, o que deu em resultado convergirem para este ponto os projecteis vomitados pelas baterias realistas, e o edificio do paço soffreu muito. O bispo eleito, D. Fr. Manuel de Santa Ignez, aqui habitou emquanto governou o bispado, mas não reparou os estragos. Succedeu-lhe o abbade de Fonte Boa, D. Jeronymo da Costa Rebello, que mandou concertar a parte destruida, e renovar as pinturas do interior. Em 1870 ainda a parte superior do angulo SO do edificio, e que devia concluir a sua fachada principal, estava por fazer. Foi n'esse anno e no seguinte, que terminou esta obra. Como o edificio está construido no tope d'um monte, e lhe segue o declive, do lado do sul, não conserva a mesma altura, nem egual numero de andares, nas suas quatro fachadas. A principal, virada para a entrada principal da egreja da Sé, norte, tem na sua frente um vasto pateo quadrilongo, e o edificio tem por este lado 62 m. de comprimento e 17 m. de altura. O portão que dá entrada para o pateo e para o edificio, tem 7 m. de altura. Para este lado, norte, o mais baixo do edificio, tem elle só dois andares, no 1.º 12 janellas, 6 de cada lado da porta, e no 2.º 13 janellas. Sobre a janella do centro, do 2.º andar, se vê uma *pedra d'armas*, com o brazão do fundador D. João Raphael de Mendonça, que são as armas dos condes de Vallo de Reis, familia a que pertencia. A fachada de OSO tem 58 m. d'altura e quasi o mesmo de comprimento, com 4 andares, cada um com 12 janellas, além das lojas e subterraneos. Os andares baixos teem 28 janellas, vindo a ser, ao todo, as d'este lado, 76. A fachada do sul, em frente do qual está o jardim, tem 76 m. de comprimento, com 5 andares, tendo d'este lado 89 janellas. N'este edificio ha vastos salões, sendo um d'elles a livraria; uma sumptuosa capella, e grande numero de salas e quartos. A escada, que conduz ao andar nobre, é elegante e majestosa. A architectura do edificio é singela. Das janellas, principalmente das do OSO e S, goza-se um vastissimo panorama, avistando-se a serra do Pilar, V. N. de Gaia, o Candal, rio Douro, as duas pontes e grande parte da cidade e arrabaldes.

**Porto** *(Paços do)*:

*Antigos paços reaes.* Estavam contiguos á alfandega velha, e ahi nasceu o infante D. Henrique, o grande navegador. Em 1875 via-se ainda um brazão com as armas reaes junto á porta principal da referida alfandega, e outro n'uma porta, então já muito baixa, do lado da rua dos Inglezes, hoje rua do *Infante D. Henrique.*

*Paço da Marqueza.* Edificio situado ao fundo da rua de Cima de Villa, e proximo á rua Chã. V. *Porto (Recolhimento de Nossa Senhora das Dores e S. José).*

*Paço dos Carrancas.* Situado na rua do Triumpho. Foi mandado construir em 1795 por Manuel Mendes de Moraes e Castro, o seu irmão Isidoro Mendes de Moraes e Castro, capitães de milicias e e barões de Nevogilde. Este palacio é denominado *dos Carrancas*, alcunha dos seus fundadores, por viverem com sua familia muitos annos na an-

tiga rua dos Carrancas, depois rua da Liberdade, e serem ali a familia mais saliente pela sua avultada fortuna, e por terem ali montada uma boa fabrica de galões de ouro, por privilegio concedido pelo governo, pois n'aquelle tempo só a fabrica real de Lisboa preparava aquella manufactura. O privilegio caducou como a maior parte dos privilegios portuguezes, em 1834. Por morte dos fundadores, passou o palacio ao 3.º conde de Nevogilde, Henrique José Meudes de Moraes e Castro, e por sua morte o herdou uma sua sobrinha, D. Carlota Rita Borges de Moraes e Castro, a qual casou com um seu primo, Luiz de Almeida Moraes e Castro, que foi major do exercito, e falleceu em 1841. O palacio tem na face principal 11 portões e 11 grandes janellas, e decora esta fachada uma varanda de granito abalaustrada, tendo ao meio um tympano, em cujo centro estiveram as armas dos seus fundadores; e a retaguarda do palacio sóbe a 4 andares, e tem com-

Paço dos Carrancas

modos para numerosas familias. O andar nobre compõe se de 5 vastos salões, 4 gabinetes, 2 guarda-roupas, 1 quarto de banho e 2 salas de jantar. Todos estes compartimentos são matizados de majestosas allegorias e paizagens a fresco, obra de artistas mandados vir expressamente de Italia, e que no palacio reproduziram varias pinturas do Vaticano. O salão de baile é estucado primorosamente em relevo, com pinturas allegoricas. Tem ao rez do-chão um grande pateo, e aos lados grandes cocheiras e cavallariças. Na retaguarda tambem ha um bonito jardim e uma bôa cêrca, e do andar nobre se goza um vasto e lindo panorama sobre a cidade e arrabaldes, e principalmente sobre Villa Nova de Gaia e o Caudal. O palacio dos Carrancas foi primorosamente construido e luxuosamente decorado e mobilado, mas soffreu bastante com as invasões francezas, não sendo saqueado por haver n'elle fixado residencia o general em chefe. N'elle se hospedaram tambem os generaes Wellington, Ilson, Beresford, o principe d'Orange, etc. Em 1832 residiu n'elle D. Pedro IV, fazendo ali o seu quartel general durante o cêrco do Porto, pelas vastas proporções do edificio, e por confiar muito nos proprietarios, a quem tratou como familia sua, sentando-os sempre á sua mesa; mas como os sitiantes fizessem alvo do palacio e sobre elle chovessem constantemente balas é granadas, que muito o damnificavam, entrando inclusivamente um dia uma bala de calibre 24 pelo quarto em que dormia D. Pedro, despedaçando a cabeceira do leito, os ministros e officiaes instaram com o imperador, para que mudasse de residencia, a que elle accedeu afinal, indo para a rua de Cedofeita para um predio pertencente á familia Ribeiro de Faria. Tanto por ser uma memoria historica de alto valor, como por ser necessario que a familia real tivesse no Porto um paço real onde fôsse estabelecer a sua residencia, quando visitasse o norte do paiz, comprou D. Pedro V em 1861 o palacio dos Carrancas por 30:000$000 réis, que por esse facto ficou sendo considerado paço real. Depois residiram ali por vezes as pessoas da familia real, e ainda no anno de 1908 ali se hospedou el-rei D. Manuel II, quando visitou o Porto.

**Porto** *(Palacio de Crystal do)*. Está situado na rua do Triumpho, no sitio da Torre da Marca. E' um dos edificios mais importantes que existem no Porto, um monumento dedicado ao trabalho e á industria nacional. Anteriormente á sua construcção houve no Porto varias exposições promovidas pela Associação Industrial Portuense, uma em junho de 1855, outra em julho de 1857, e a ultima em agosto de 1861. Pensaram então os portuenses fazer uma exposição internacional, e logo puzeram em execução o seu projecto. Em 1860 reuniram se alguns negociantes e capitalistas para tratarem da construcção d'um palacio de

crystal, á imitação do que se edificára em Londres para a grande exposição de 1852, e se assimilhasse ao palacio da industria de Paris N'essa epoca achava se no Porto, de visita, el rei D. Pedro V, e sendo-lhe apresentado o plano, o monarcha, que tinha sempre na maior consideração o desenvolvimento e o engrandecimento do paiz, applaudiu a idcia d'aquella fundação como de grande utilidade, não só para o Porto, como para todo o reino. Não se contentando sómente em approvar o plano, D. Pedro V inscreveu se como primeiro subscriptor, animando e incitando os influentes da companhia, que então se constituiu, mostrando sempre o maior empenho para que se realisasse uma obra tão grandiosa e tão promettedora. A nova companhia não estava ainda bem firmada, e só no dia 31 de agosto de 1861 é que veiu a constituir-se com as bases mais solidas, tomando o nome de *Sociedade do Palacio de Crystal Portuense*. Os socios installadores fôram os seguintes: Alfredo Allen, Antonio Ferreira Braga, Antonio José do Nascimento Leão, Antonio Ribeiro Fernandes Forbes, barão de Nova Cintra, Eduardo e Francisco de Oliveira Chamiço, Francisco Pinto Bessa, Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães, dr. José Fructuoso Ayres de Gouveia Osorio, José Joaquim Pereira Lima, visconde de Castro e Silva e visconde de Pereira Machado. O fundo social era de 200:000$000 réis, divididas em 2:000 acções de 100$000 réis cada uma. A pedra fundamental foi lançada em 3 de setembro de 1861 por D. Pedro V, mal fadado monarcha, que falleceu em 11 de novembro seguinte sem vêr realisada a obra que tanto lhe interessara. A sua morte fez paralysar os trabalhos por algum tempo, pois o monarcha era um dos seus mais poderosos auxiliares, e só em 2 de agosto de 1862 é que proseguiram com a maior actividade, devendo-se especialmente á direcção gerente, composta dos tres capitalistas Alfredo Allen, Antonio José do Nascimento Leão e Francisco Pinto Bessa, que empregaram toda a sua boa vontade e a grande influencia de que dispunham, para o desenvolvimento que os trabalhos tomaram n'aquella obra do tão colossaes proporções. Muitas pessoas importantes do Porto tambem prestaram valioso auxilio, assim como os portuenses estabelecidos no Brazil que mandaram valiosos soccorros pecuniarios. Os terrenos adquiridos para o recinto do palacio, jardins e parques, eram o largo da Torre da Marca, quintas e terras que se limitavam pelo lado léste e sul, uma boa parte da quinta que o cercava pelo lado de oéste, e terrenos onde estavam edificadas varias propriedades que corriam pela parte do norte entre aquelle largo e a rua da Torre da Marca, actualmente rua do Triumpho. A acquisição de todos estes terrenos e a expropriação das propriedades importaram em muito dinheiro, por serem as propriedades de grande valor. No mez de novembro de 1863, el-rei D. Luiz, visitando as obras, ficou admirado e felicitou os directores pelo adeantamento notavel em que estavam, acceitando gostosamente a presidencia honoraria da sociedade, que lhe foi offerecida. O risco do palacio foi elaborado pelo architecto inglez F. W. Sheilds, residente em Londres, e da direcção dos trabalhos encarregaram-se Pedro de Oliveira e o engenheiro portuense Gustavo Adolpho Gonçalves de Sousa; o desenho dos parques e dos jardins foi feito pelo architecto e paizagista allemão Emilio David. O Palacio de Crystal é todo construido de granito, da melhor qualidade que se encontra no Porto, e de ferro, sendo todos os trabalhos em ferro fabricados nas officinas do Ormerod & Grierson, de Manchester. A posição, tanto do palacio como dos jardins e dos parques, é a melhor e a mais vantajosa que se podia imaginar. Fica no alto da Torre da Marca, na extremidade léste da cidade, n'uma elevação importante sobre a superficie do mar. D'ali se descobre um grandioso panorama de terra e mar. O edificio tem tres naves e quatro frentes; mede 110 m. de comprimento, e 72,[m]

Fachada do Palacio de Crystal

34 de largura. A cupola, que corre sobre a nave central em toda a extensão do edificio, é de ferro e crystal, tendo a maxima altura de 18,m 90 O comprimento da nave central é de 107 m. e a largura de 24, m 53. Tem bastante capacidade para receber muito mais de 10:000 pessoas. A parte sul d'esta nave foi transformada em palco, ficando o resto da nave a servir de sala de espectaculos e concertos, correndo dos dois lados vastas galerias em logar de camarotes. Ao fundo da nave central vê-se um esplendido orgão construido pela casa ingleza Widor, e que passa por ser um dos melhores que existem. Tambem ali ha um tablado para concertos. As naves lateraes teem de comprimento 48,m10, e de largura 8,m31. A sua altura é de 14,m32. A frente principal do palacio está voltada para o norte, na frente do jardim mais regular, sendo egual á que fica para o lado do sul, que defronta com o rio Douro. Cada um dos quatro angulos é ornado com um elegante pavilhão. Nas naves lateraes incluindo os pavilhões, ha as seguintes salas e gabinetes. A éste o salão dos concertos, que foi depois transformado no *Theatro de Gil Vicente*, o qual mede 25,m54 de comprimento, 13,m72 de largura, e 10,m 30 de altura; gabinetes para senhoras e para homens. No lado do suéste estava tambem na primitiva o salão do museu e galeria de quadros, eguaes em comprimento e na largura ao salão do theatro, mas com menos altura. O museu e a galeria fôram depois para o circo que fica proximo ao palacio. Este circo é muito elegante, construido de madeira, ferro e crystal. No tempo em que o conde de Burnay e Guichard dirigiram o Palacio de Crystal, como empresarios, houve magnificos espectaculos, tanto no theatro de Gil Vicente como no circo. Representaram, no theatro, por vezes, companhias hespanholas e francezas, e no circo tambem trabalharam artistas celebres, gymnastas, acrobatas, e muitos outros dos mais afamados. Foi uma epoca brilhante do Palacio de Crystal. As frentes do sul, de léste e de oéste, encerram muitas e grandes salas, onde está estabelecido o restaurant, a loja de bebidas, bilhares, etc. No pavimento inferior estão a cozinha, a dispensa, quartos para creados, armazens e mais officinas. Os jardins são opulentados com magnificas plantas, bem desenvolvidas palmeiras, e o bosque possue um arvoredo formosissimo. Tem duas copadas avenidas, a da entrada de platanos e a central de tilias, um amplo lago com linda gruta (Ilha dos Amôres), estufas e um coreto, onde aos domingos de tarde tocava a banda da guarda municipal; um lindo *Chalet*, typo suisso, que servia para guardar bycicletas, que se alugavam a quem queria passear nos jardins e parques; jogo da bola, allemão, e outros jogos de gymnastica; carreira de tiro; um bom estabelecimento de horticultura e floricultura, etc. Ao sul do palacio, mas dentro dos jardins vê-se a capella de Carlos Alberto, que já se descreveu (V. *Porto, Capellas do*). Quando se concluiram as obras da construcção do Palacio de Crystal, resolveu-se proceder á sua inauguração. Dois dos principaes influentes, Antonio Ferreira Pinto Bastos e Alfredo Allen, lembraram-se de organisar uma exposição internacional com o concurso de industriaes estrangeiros para a solemne cerimonia inaugural. A proposta foi apresentada em sessão de accionistas, realisada no edificio da Bolsa em 7 de julho de 1864, e depois de muito discutida, ficou approvada. O dia 18 de setembro de 1865 foi o destinado para as solemnes cerimonias da inauguração a que assistiram el-rei D. Luiz, a rainha D. Maria Pia, el-rei D. Fernando e o infante D. Augusto. O palacio estava brilhantemente ornamentado. Na parte superior da galeria que corre de um e outro lado da nave central, viam se bandeiras de todas as nações que figuravam na exposição. No topo da nave, junto á plataforma do orgão, estava o throno coberto d'um docel de velludo roxo com ornatos dourados. No centro viam se cercadas de trophéos as armas reaes portuguezas, e dos lados as letras iniciaes dos nomes do rei D. Luiz e da rainha D. Maria Pia, ambas egualmente mettidas entre trophéos. Na orla da plataforma do orgão, achavam-se dispostas quatro estatuas que o esculptor Victor Bastos havia ali exposto, estatuas de Fernão Lopes, Pedro Nunes, João de Barros e Jeronymo Côrte Real, que depois vieram ornamentar o monumento levantado na praça de Luiz

Salão principal do Palacio de Crystal

de Camões em Lisboa. De espaço a espaço, no alto das columnatas que sustentam a galeria da nave central, achavam se collocados diversos rótulos de fórma ellipsoide, contendo inscripções allusivas aos paizes representados na exposição, tiradas dos *Lusiadas* e das obras de outros poetas portuguezes. No throno viam-se quatro cadeiras riquissimas para as pessoas reaes. Em outras sentavam se as pessoas que compunham a regia comitiva. Quando as pessoas reaes entraram no recinto do palacio, era uma hora da tarde; no mastro principal do edificio arvorou-se logo o pavilhão real, e as bandas regimentaes tocaram nos jardins o hymno de D. Luiz. Uma orchestra composta de cento e tantos professores, e acompanhada com o orgão, tocou tambem o mesmo hymno. O presidente e o vice-presidente da direcção pronunciaram os discursos inauguraes, a que D. Luiz respondeu, elogiando os trabalhos e a idéa grandiosa da construcção d'aquelle edificio erigido á industria e ás artes, e declarando-se protector da exposição. Depois dos discursos levantaram-se vivas enthusiasticos, e a abertura da

exposição foi annunciada a toda a cidade por uma salva de 21 tiros, dada na serra do Pilar. As majestades acompanhadas da direcção e de toda a real comitiva, passaram revista ás naves, salas e galerias e o palacio, e aos outros edificios annexos, e todos ficaram maravilhados pelo aspecto brilhantissimo da exposição. Quasi todas as nações civilisadas ali tinham enviado em maior ou menor escala, os productos da sua industria ; e algumas d'entre as mais cultas ahi tinham exhibido ampla e dignamente variadissimos documentos do seu progresso industrial. Durante todas estas cerimonias, a orchestra tocou o hymno escripto expressamente em honra da exposição por Sá Noronha; grande phantasia para orgão e orchestra regida por Arthur Napoleão; e a grande marcha composta e dirigida pelo maestro Daddi. Foi um dia jubiloso para todo o paiz em geral, e especialmente para os portuenses, porque aquella exposição internacional foi, sem duvida, um acontecimento economico e politico. A affluencia de forasteiros e estrangeiros á cidade do Porto era extraordinaria. No Palacio de Crystal continuam a estar em exposição muitos objectos de todas as variedades, que diversos estabelecimentos do Porto ali apresentaram com os competentes empregados. Os armazens Herminios, que estiveram ali tambem de preferencia, passaram depois para o edificio construido nas ruinas do theatro Baquet, na rua de Santo Antonio, hoje de 31 de Janeiro, tendo tambem frente para a rua de Sá da Bandeira. Diversas exposições ali se teem realisado em diversos annos como a exposição de rosas, em 10 de maio de 1879, a exposição agricola em 17 de setembro de 1903, etc.

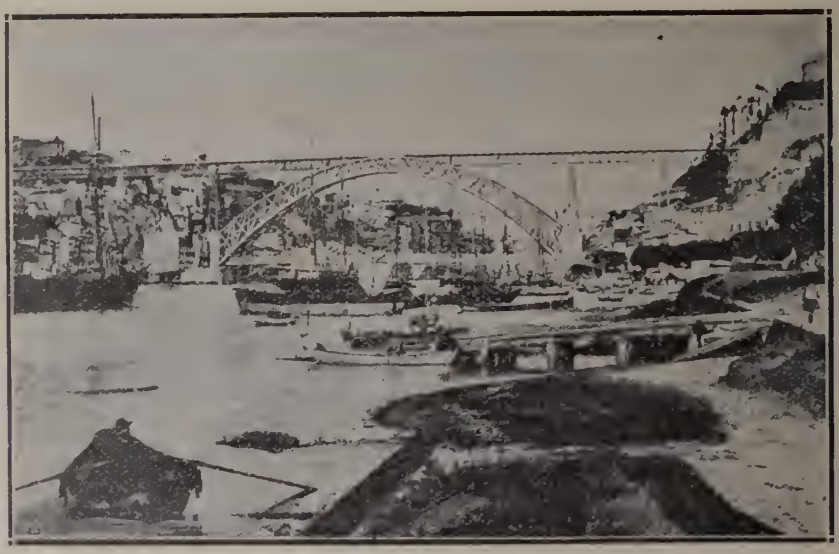
**Porto** *(Passeios do)*. V. *Porto (Alamedas do)*; *Porto (Jardins do)*; o *Porto (Praças do)*.

**Porto** *(Pontes do)*:

*Ponte de Barcas.* Antigamente a communicação entre o Porto e Villa Nova de Gaia fazia-se por meio de barcas, de construcção adequada ao transporte das mercadorias. A instancias das autoridades do Porto, o governo mandou construir junto ao arco da Ribeira, uma ponte de madeira sobre barcas ligadas com amarras de ferro, que foi aberta ao transito publico no dia 15 de agosto do anno de 1806. Esta ponte dava passagem á estrada real de Lisboa para as provincias do norte, e foi considerada no seu tempo uma maravilha, marcando uma epoca distincta na viação de Portugal, ponte unica em todo o paiz, no seu genero. Era formada por 33 barcas, subindo e descendo com as marés e as cheias, medindo o comprimento de mil palmos. Abria se e fechava-se para dar passagem aos barcos de maior lotação, que navegavam no rio Douro, e desmanchava-se por occasião das cheias, restabelecendo-se quando era necessario. Era já n'aquelle tempo tão concorrida, principalmente nos primeiros annos emquanto fôram prohibidos nas proximidades os barcos de passagem, que rendia, termo medio, 50$000 reis por dia, sendo a tarifa das passagens a seguinte : cada pessoa a pé, 5 reis, e a cavallo 20 reis; carro d'uma junta de bois, 40 reis, e sendo tirado por mais juntas, accresciam 20 reis por cada junta a mais; cadeirinha de mãos, 60 reis; liteira, 120 reis, meio de locomoção já ha muitos annos abolido ; sége, 160 reis, dita de 4 rodas, 200 reis, accrescendo mais 40 reis por cada parelha a mais. Passados tres quartos de hora depois do sol posto duplicavam aquelles preços, voltando aos primeiros tres quartos de hora antes do nascer do sol, o que se annunciava com o toque d'um sino. A 26 do março de 1809, o marechal Soult, á frente d'um numeroso exercito, poz cêrco ao Porto, apenas defendido por pouca tropa e muitos guerrilhas, pelo que, no fim de tres dias de obstinada, mas mal dirigida resistencia, os francezes entraram na cidade a 29 d'esse mez. O povo, aterrorisado, fugia em tropel para o lado de Villa Nova de Gaia, mas os primeiros que puderam alcançar a praia de Villa Nova, tinham deixado abertos os alçapões da ponte, querendo evitar a perseguição dos francezes, e o que se lhes seguiam, ignorando essa circumstancia, precipitaram-se no abysmo, e assim morreram afogadas milhares de pessoas. Não se sabe ao certo o numero de victimas de tão horrorosa catastrophe, mas calcula se em mais de 4:000 Este doloroso e tão triste successo ficou commemorado com um quadro a oleo, o *Painel das Almas* que se collocou exactamente no sitio onde existia a ponte, no muro da Ribeira. Todos os annos no anniversario da terrivel tragedia, celebrava a irmandade de S. José das Taipas officios funebres pelas *almas da ponte*, na sua egreja situada no alto da rua do Calvario, indo em seguida em devota procissão até ao quadro mencionado. Mais tarde, em 12 de maio do mesmo anno de 1809, receando os francezes a perseguição do exercito anglo-luso commandado por lord Wellington, que vinha a marchas forçadas sobre elles, incendiaram a ponte, que foi reconstruida promptamente pelos esforços dedicados dos habitantes de Villa Nova de Gaia, que em menos de duas horas apresentaram toda a madeira e taboado para a reconstrucção, afim de se facilitar a passagem do nosso exercito. Como essa reconstrucção foi provisoria, tratou-se de restabelecer a ponte de modo a ficar mais ampla do que a antiga, mas a circumstancia de ter de se desmanchar todos os annos mais d'uma vez, para evitar que as cheias do rio a arrebatassem, fez pensar na maneira de a substituir de fórma a remediar as continuas interrupções de transito que se davam. A ponte de barcas durou 37 annos, até 1843, em que principiou a funccionar a Ponte Pensil (V. *adeante*). Não longe d'este local, já em 1372 se improvisára uma outra ponte de barcas, para dar passagem a D. Fernando I, quando foi a Leça do Bailio celebrar os seus dosposorios com D. Leonor Telles. V. *Portugal*, vol IV, pag. 102.

*Ponte D. Luiz I.* Esta ponte veiu substituir a antiga *Ponte Pensil*. O projecto, que devia servir de base ao concurso para a sua construcção, foi elaborado pelo engenheiro João Joaquim de Mattos. Aberto o concurso e publicado o programma d'elle a 11 de agosto de 1880, concorrou a *Société Anonyme de construction et des ateliers de Willebrock*, da Belgica, á qual foi adjudicada a construcção por 269:000$000 reis, por contrato de 28 de novembro de 1881. O projecto foi lançado pelo engenheiro Theophilo Seyrig. No dia 1 de dezembro seguinte procedeu-se com toda a solemnidade e com a assistencia da familia real, á inauguração dos trabalhos. A cerimonia realisou-se na serra do Pilar, fazendo el-rei D. Luiz saltar um pedaço de rocha, por meio de uma corrente electrica que se communicou ao cartucho

de dynamite introduzido na mesma rocha, e poucos dias depois enectaram-se as obras. A ponte é constituida por dois taboleiros metallicos, sustentados por um grande arco de ferro e por cinco pilares. O arco tem de corda 172,m e de flexa 44,m 60; é formado por duas curvas parabolicas, divergentes: no nascimento das curvas a altura entre as duas linhas é de 17 m, 80 e no fecho 7m, 70, os encontros do arco de cantaria, e funccionam tambem de bases dos pilares que sustentam o taboleiro superior nos extremos do arco. O taboleiro superior apoia se, do lado de Villa Nova de Gaia, n'um encontro de cantaria, e um pilar de rotula de ferro com base de cantaria; do lado do Porto, em dois pilares e um encontro de cantaria: no vão do arco nos pilares de rotula, cujas bases de cantaria servem de encontros áquelle, e no eixo do mesmo. Do taboleiro superior descem quatro alças por lado, que ligadas ao arco, terminam ao nivel do banzo inferior das vigas do taboleiro, que sustentam na largura approximadamente de 3/3 de vão. O taboleiro superior compõe-se de vigas rectas, de tramos de rotula, tendo de extensão a começar do lado de Villa Nova de Gaia; o 1.º 33m, 80; o 2.º 42m, 25; o 3.º 35m e o 4.º 23 m. Segue-se o tramo commum com 62 m., o 5.º com 23 m., o 6.º 36.m, o 7.º50,m 70, o 8.º 46,m 47, e o 9.º 38m, 03. Total 39m,25. A alma dos tramos 1 a 9 é de 5 m. O taboleiro inferior compõe-se de 5 tramos de viga de rotula, sendo: 2 marginaes de 33 m. e 3 centraes, de 36 m. Total, 174 m. A alma d'estas vigas é de 3m, 20. O pavimento do taboleiro superior tem 8 m. de largura, sendo: taxa de rolagem, de parallelepipedos de madeira, incluindo duas guias de pedra com 0m, 50; dois passeios de 1m, 25 de ladrilho refractario, 2m, 50. Total 8 m. Segundo o contrato, o taboleiro superior teria 6 m. de largura e pavimento de macadam. Reconhecendo-se, porém, insufficiente essa largura e inconveniente o systema de calçada, por contrato de 20 de abril de 1886 mandou-se adoptar o systema actual, o que elevou o preço do contrato feito com a casa Willebroeck a 402:964$746 reis. O taboleiro inferior tem tambem 8 m. de largura, sendo: faxa de rolagem systema macadam, incluindo 0m, 70 de duas guias, 5m, 60; dois passeios de 1,m20, 2m, 40. Total 8 m. A ponte é illuminada a luz electrica no seu taboleiro superior e tem n'elle assente uma linha americana de tracção electrica que põe em rapida communicação o Porto com grande parte do concelho de Villa Nova de Gaia. A construcção das obras da ponte, por parte da empresa, foi dirigida pelo engenheiro Arthur Maury. A fiscalisação da construcção por parte do governo, que constituia uma direcção especial, foi exercida pelo engenheiro José de Macedo Araujo Junior até agosto de 1886, data em que a fiscalisação das obras passou para a direcção das obras publicas do Porto. As provas da ponte fôram ordenadas por portaria de 6 de maio de 1886, sendo a carga calculada 2:000 k. por metro linear de viga. A inauguração do taboleiro superior effectuou-se com toda a solemnidade a 31 de outubro de 1886, dia do anniversario natalicio de el-rei D. Luiz. Assistiu ao acto o governador civil, representando o governo, e o cardeal D. Americo, devidamente paramentado, procedeu á benção das obras, seguindo o prestito composto do bispo, engenheiros e autoridades até Villa Nova de Gaia, onde as autoridades municipaes e administrativas d'aquella villa se incorporaram no cortejo, regressando todos até um pavilhão préviamente armado e ornamentado, onde se lavrou e assignou o termo respectivo. Quando o cortejo chegou ao centro da ponte, a fortaleza da serra do Pilar deu uma salva de artilharia, subindo ao mesmo tempo ao ar numerosos foguetes. O regimento de infantaria n.º 18 prestou as honras devidas. Na egreja da Sé celebrou-se depois um solemne *Te-Deum*. N'esse mesmo dia a passagem pela ponte foi gratui-



Ponte D. Luiz

ta, estabelecendo-se no dia seguinte o pagamento de portagem.

*Ponte Maria Pia.* Foi construida sobre o rio Douro, e destinada á passagem do caminho de ferro da linha do Norte. Esta ponte é uma das obras d'arte mais importantes que existem em caminhos de ferro. O seu aspecto é grandioso e elegante, está construida com muita solidez, e foi de grande vantagem para os habitantes do Porto e do resto do paiz, por causa da ligação das duas margens do rio Douro. O projecto da construcção foi delineado por Gerardo Eiffel, engenheiro constructor da casa Eiffel & C.ª A ponte tem 352m,875 de comprimento entre os encontros, e é formada de um grande tramo e de dois viadutos lateraes divididos em differentes tramos. O grande arco do tramo central tem 160 m. de corda e 42m,60 de flexa. O extradorso e intradorso do arco tomam a fórma de duas curvas parabolicas de differente raio de curvatura, cruzando-se nos encontros de sorte que as testas do arco apresentam a fórma d'um crescente, cuja altura maxima no fecho é de 10 m. O taboleiro lateral do lado de Lisboa tem o comprimento de 169m,625 e apoia-se nas suas extremidades, de um lado directamente sobre o extradorso do arco e do outro lado sobre d s um encontros do viaducto, e é repartido em 4 tramos, tendo os primeiros tres, a contar do encontro, 37m,375 de vão em abertura cada um e os dois ultimos 28,m 750. Os quatro pilares metallicos com soccos de cantaria, sobre que se apoia o taboleiro, teem de altura respectivamente: 16m, 135; 35m, 985; 42m, 935. O taboleiro do lado do Porto tem de comprimento 132m, 50, é dividido em quatro tramos, sendo dois de 37m, 375, e tres pilares cuja altura é respectivamente: 35m, 985; 42m, 935; 15 m. Entre estes dois taboleiros ha um central, que tem de extensão 51m, 88, e é solidario com o arco. Os taboleiros lateraes e o central são formados de duas traves rectas, de 3, m. 50 de altura, affastadas uma da outra 3m,10, e passando entre ellas a via ferrea. As traves são continuas nos differentes tramos dos taboleiros lateraes. Estes taboleiros são fixos aos dois pilares metallicos que correspondem aos encontros, mas são moveis sobre todos os outros. Tanto os pilares, como o taboleiro e arco são de ferro laminado. Deu-se ao arco a altura consideravel de 10m, no fecho para lhe dar uma sufficiente rigidez e resistencia. As nascenças do arco repousam em dois peões. As nervuras do intradorso e extradorso são ligadas entre si por peças verticaes e obliquaes de travação. *A Revista de obras publicas* n.º 76, diz que «para que toda a estructura pudesse resistir á violencia dos ventos, era necessario que apresentasse uma grande largura, ou pelo menos um grande embasamento, e isto obrigou a collocar as testas do arco em planos inclinados em relação ao plano vertical. Estes planos distam no cume 3m, 95 e na base 15 m. Um systema de caixilhos verticaes, compostos de differentes peças e collocados transversalmente á ponta, reunem as duas testas do arco, cuja solidariedade é além d'isso assegurada pelos contraventamentos do intradorso e extradorso, de sorte que toda a estructura se póde considerar como um unico arco para o calculo da estabilidade e resistencia. N'um arco de tão grande vão, o maior até hoje conhecido, era indispensavel contar com uns encontros perfeitamente solidos e firmes, cuja reacção pudesse contrabalançar as enormes pressões a que estão sujeitos. Os rochedos graniticos das margens do rio pódem offerecer a resistencia e segurança desejavel, e os encontros pódem ser construidos sobre base firme e segura, sem ser necessario dar-lhes grande altura. O arco, como se disse, tem 10 m. de altura ou espessura no fecho, é de dupla parede, as nervuras ou entabladuras superior e inferior teem a fórma tubular ou cellular. Os tubos são formados de caixilhos rectangulares, ligados pelas peças de travação necessarias.» A ponte foi inaugurada no mez de novembro de 1877.

Ponte Maria Pia

*Ponte Pensil.* Estava situada um pouco mais ao nascente do local, onde estivéra a Ponte de Barcas, já descripta, entre os *Guindaes*, do lado do Por-

to, e o sitio chamado do *Penedo*, na margem fronteira. Em 1837, o governo fez um contrato com o empreiteiro francez Claranges Lucotte, para uma empresa de construcção da estrada real de Lisboa ao Porto, e d'uma ponte sobre o rio Douro, na cidade do Porto, segundo o systema de suspensão em ferro, etc. Esse contrato foi approvado por carta de lei de 7 de abril e ratificado por escriptura de 5 de maio seguinte. A empresa Claranges Lucotte & C.ª apresentaram dois projectos para a nova ponte, sendo um d'elles elaborado pelos engenheiros Mellet e Bigot, que a situavam entre a rua de S. João do Porto, e a rua direita em Villa Nova de Gaia. Nenhum d'esses projectos foi adoptado, decidindo-se por ultimo e por parecer do inspector geral das obras publicas, Luiz da Silveira Mousinho d'Albuquerque, que ella se construisse mais ao nascente da antiga, no sitio acima já indicado. A 2 de maio de 1841 foi lançada a primeira pedra, inaugurando-se assim solemnemente as obras no dia do anniversario da coroação da rainha D. Maria II, assistindo á cerimonia todas as autoridades do Porto e de Villa Nova. Em 4 de janeiro de 1843 fizeram-se as primeiras experiencias de resistencia por meio de pipas cheias de agua, collocadas dos dois lados do taboleiro durante o espaço de 16 horas, sem que se notasse a mais pequena alteração. A 17 de fevereiro seguinte foi franqueada a ponte ao serviço publico. Era de bella construcção e de elegante perspectiva. Elevava-se 10 m. acima do nivel do rio, tinha 170 m. de comprimento e 6 de largura, com passeios lateraes de 1 m. cada um; descançava sobre 4 obeliscos de pedra, de 18 m. d'altura, 2 em cada margem. Estes obeliscos, ligados superiormente por uma lamina de ferro, onde se lia *D. Maria II—1842*, eram coroados por capiteis d'ordem dorica em que assentavam acroterios sustentando espheras de bronze de 1 m. de diametro. O pavimento da ponte estava suspenso de 8 amarras de ferro, 4 de cada lado, feitas com 220 fios de ferro cada uma. Os fios não eram torcidos, estendendo se direitos de lado a lado, e reuniudo-se em fórma cylindrica por ligaduras tambem de fio de ferro muito resistente. Essas amarras, passando por cima dos obeliscos, entravam em poços abertos verticalmente na rocha viva, com a profundidade de 8 m. do lado da cidade e de 14 do lado de Villa Nova, pesando cada amarra 6:000 k. As guardas lateraes eram feitas de troncos quadrados de carvalho, de 1m, 50 de comprimento, dispostos em cruz e solidamente pregados ao pavimento. O panorama que se gozava da ponte, tanto para o poente como para o nascente, era magnifico. Como a construcção foi feita por uma companhia, que a devia fruir por espaço de 30 annos, esta cobrava os rendimentos da ponte, sendo: 5 reis por cada pessoa; 20 reis por cada cavallo, e 200 por cada carruagem, pagando-se o dobro durante a noite. O contrato terminou em 1876, tomando então o governo conta da ponte e do seu rendimento. Em 1886 foi substituida pela actual Ponte de D. Luiz I que se construiu aproximadamente no mesmo local.

**Porto** *(Praças do)*. Entre as diversas praças que existem no Porto, contam se as do *Anjo* e do *Bolhão*, onde ha os mercados assim conhecidos; a da *Batalha*, onde está a estatua de D. Pedro V; a de *D. Pedro*, antigá *Praça Nova das Hortas*, depois simplesmente *Praça Nova*, passando a intitular-se *Praça de D. Pedro*, quando ali se inaugurou a estatua de D. Pedro IV, e hoje Praça da Liberdade; a de *Almeida Garrett*, onde se estabeleceu a estação central do caminho de ferro; a *Praça do Marquez de Pombal*, antigo largo da Aguardente; a do *Infante D. Henrique*, onde se ergueu o monumento á memoria do grande navegador; a *Praça do Peixe*, etc.

**Porto** *(Praças de touros no)*. Existiu uma no antigo largo da Aguardente, que foi construida em 1871. Era de madeira, e ficava dentro d'um campo, do lado E do largo. No fim de dois annos esta praça foi demolida. Construiu-se, pelo mesmo tempo da antecedente, na Rotunda da Boavista, proximo do cemiterio de Agramonte, o *Coliseu Portuense*, uma elegante e solida praça de pedra e ferro, que tambem pouco tempo durou. Annos mais tarde, construiram se duas praças, uma no Porto, na rua da Alegria, e outra em Villa Nova de Gaia, na serra do Pilar, ambas de madeira. A praça da serra do Pilar é a maior das duas, e a da Alegria a mais elegante e bonita. Ambas as praças teem camarotes de sombra e bancadas de sombra e sol.

**Porto** *(Prisões civis do)*:

*Aljube*. Prisão antiquissima que o bispo do Porto D. Gonçalo Pereira mandou construir fóra da antiga circumvalação da cidade. Fica logo abaixo da Sé, junto ao chafariz de S. Sebastião e no principio da rua d'este nome. Era destinado para prisão dos clerigos delinquentes. Depois que terminou o *fôro ecclesiastico*, ficou sendo cadeia publica para mulheres. Em 17 d'abril de 1875 estabeleceu se ali a casa de correcção, ou asylo de rapazes vadios, que existia na rua das Carvalheiras.

*Calabouço do Carmo*. Estabelecido dentro do quartel da extincta guarda municipal, no edificio do antigo convento do Carmo. São n'elle recebidos, provisoriamente, os embriagados ou criminosos, presos pela guarda antes de serem remettidos a juizo.

*Cadeia da Relação*. Está situada no edificio do tribunal d'este nome. V. *Porto (Tribunaes do)*

**Porto** *(Prisões militares e outras repartições militares do)*. Na rua das Taipas, no antigo mosteiro benedictino de S. Bento da Victoria, estão installadas: Administração militar, casa de reclusão militar, caserna, inspecções de material de guerra, de recrutamento e de reserva, telegraphos militares, e companhias de reformados. No referido convento, desde a extincção das ordens religiosas até á revolta militar de 31 de janeiro de 1891, esteve aquartelado o regimento de caçadores n.º 9, que depois foi extincto.

**Porto** *(Quarteis do)*:

*Quartel do Carmo*. Foi no antigo convento de religiosas carmelitas, adaptado competentemente, que se installou a guarda municipal, infantaria e cavallaria, que se instituiu em 1835. Annexo possue amplas cavallariças, enfermarias, e grande terreiro para exercicios theoricos e formaturas. Hoje serve de quartel á guarda republicana.

*Quartel-general*. Está installado no edificio do Governo Civil. O quartel general da 3.ª divisão militar abrange jurisdicção sobre os districtos administrativos do Porto, Braga, Vianna do Castello, Villa Real e Bragança.

*Quartel da Guarda-Fiscal.* Fica na rua da Rainha, hoje de Anthero do Queutal.

*Quartel do Largo da Lapa.* Está aqui a cavallaria n.º 9.

*Quartel da Rua das Taipas.* Serve de aquartelamento a artilharia n.º 6.

*Quartel de Santo Ovidio.* Situado no Campo d'este nome, depois Campo da Regeneração, e hoje Campo da Republica. E' um vasto edificio, construido em 1797, segundo os plaos do engenheiro francez Oudinot, então ao serviço de Portugal, pelo corregedor Francisco de Almada e Mendonça, sendo regente do reino o principe, depois rei D. João VI. O quartel tem capacidade para dois regimentos. No campo que lhe fica em frente, fizeram-se grandes festejos em 1814, quando voltou da Guerra Peninsular a heroica brigada de infantaria do Porto, nºs 6 e 18. Este regimento n.º 18 n'uma reorganisação do exercito, em que os 24 regimentos de infantaria, que existiam então, ficaram reduzidos a 16, recebeu o n.º 2. Depois de 1851 creou se um novo regimento de infantaria, que foi o n.º 17, que teve praça em Extremoz; mas um legado que estava jacente no Porto com destino ao regimento de infantaria n.º 18, fez com que se restabelecesse este antigo regimento, procedendo-se da seguinte fórma: o regimento de granadeiros da rainha, que não passava d'um simples regimento de infantaria, passou a ter o n.º 2 d'esta arma, e o n.º 2 voltou ao seu antigo n.º 18. Actualmente está ali aquartelado este regimento e um destacamento de cavallaria.

*Quartel de S. Braz.* Foi construido de 1872 a 1873 este quartel, tambem para a guarda municipal, e ali se aquartelou a 4.ª companhia, destinada ao policiamento da parte alta da cidade. Tem parada interna.

*Quartel da Serra do Pilar.* Está ali a artilharia n.º 5.

*Quartel da Torre da Marca.* Na rua do Triumpho, antiga rua da Torre da Marca, está construido o moderno quartel assim denominado. O antigo era de acanhadas dimensões, Aquartelou se ali por muitos annos o regimento de infantaria n.º 6, e depois d'este corpo ir para o Ultramar, veiu occupar o quartel o regimento de infantaria n.º 5, que esteve ali alguns annos. Por occasião da celebre revolução de julho de 1870, que o povo denominou a *pavorosa*, mandou o ministro da guerra effectuar uma troca, vindo para o quartel da Graça, de Lisboa, infantaria n.º 5, e indo para o da Torre da Marca o n.º 10 da mesma arma, que se aquartelava em Lisboa. Esta troca, que se disse ser apenas d'um mez, durou alguns annos. O moderno quartel é bastante espaçoso, e ali está hoje o regimento de infantaria n.º 6. O nome de *Torre da Marca* provém de ter ali existido n'outro tempo uma torre, que servia do marca ou de baliza aos navegantes que entravam a barra.

**Porto** *(Recolhimentos do)*:

*Recolhimento do Anjo da Guarda.* Foi instituido em 1672 por D. Helena Pereira da Maia, para 10 donzellas orphãs, pobres, filhas de paes nobres da cidade do Porto. Foi demolido depois de 1834, e no local que occupava, estabeleceu-se a praça e o mercado do *Anjo*, nome que se conservou da antiga casa de beneficencia.

*Recolhimento do Camarão.* Foi edificado por Francisco Antonio Rebellier e por sua mulher Ignacia Maria, em 1807, com dinheiro seu e esmolas que pediram, na viella das *Oliveiras*, depois chamada rua *de Nossa Senhora das Dôres*, em attenção á padroeira da capella. O recolhimento era destinado para viuvas, velhas e desamparadas, que não tivessem abrigo. Construiram um dormitorio com 16 camas, uma sala para refeitorio, e capella para se dizer missa ás recolhidas. Como o recolhimento ficava junto do largo do Camarão, dava-se-lhe o nome de *velhas do Camarão* A administração foi entregue á santa Casa da Misericordia, sendo o regimento dado pelos fundadores. Em 27 de maio de 1843, o administrador do bairro de Santa Catharina, João Pereira Baptista Vieira Soares, deu novo regimento a este instituto, mas por alvará do governador civil, de 14 de outubro de 1867, foi novamente entregue o recolhimento á Misericordia. As *velhas do Camarão* fôram transferidas em 1868 para o novo edificio, que depois se construiu na rua das *Fontainhas*, onde tambem estão as *velhas da Cordoaria*, *as entrevadas*, os *lazaros* e as *lazaras*, mas tudo em casas separadas umas das outras por paredes divisorias. O edificio do antigo recolhimento ficou abandonado. Em 1872 alguns especuladores o alugaram á Misericordia para n'elle estabelecerem uma casa de bailes populares, mas o governador civil não lhes deu a indispensavel licença, e por isso continuou deshabitado.

*Recolhimento do Ferro.* Este estabelecimento de caridade foi fundado na rua Escura com esmolas do povo. Tem o nome de *Recolhimento do Patrocinio da Mãe de Deus*, mas é vulgarmente conhecido pelo nome de *Recolhimento do Ferro.* Em 1757 foi transferido para o local onde ainda se conserva, nas Escadas do Codeçal. E' destinado a albergar senhoras da classe media da sociedade, que por qualquer motivo se querem afastar da convivencia mundana.

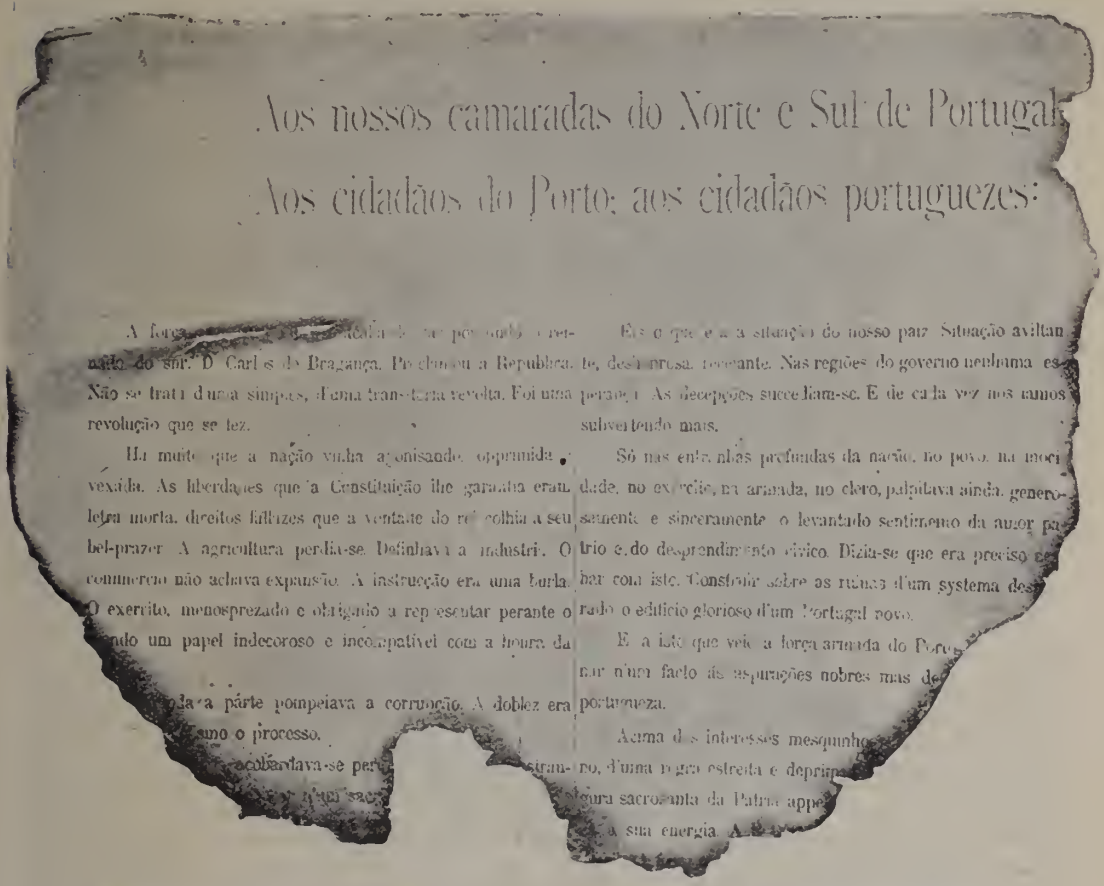
*Recolhimento de Nossa Senhora das Dôres e S. José das meninas desamparadas.* Situado na rua da Batalha. Foi fundado por D. Francisca de Paula da Conceição Grelho e Sousa, em 1809. Quando em 29 de março d'esse anno o general Soult e as suas tropas entraram no Porto, causando a morte a mais de 4:000 pessoas, de ambos os sexos e de todas as edades, ficaram abandonadas pelas ruas e praças publicas, entre centenares de infelizes, muitas meninas, que aquella terrivel mortandade havia deixado sem paes, irmãos, ou outros parentes. A caritativa senhora, já mencionada, commovida com tão lugubre espectaculo, recolheu em sua casa quantas encontrou ou lhe enviaram. Obteve por esmola uma casa da marqueza d'Abrantes, ao fim da rua de Cima de Villa e principio da rua Chã, em frente do chafariz, onde recolheu, vestiu e alimentou desde logo, á sua custa, 80 meninas. Mas a caridade d'esta senhora era muito superior aos seus rendimentos, e passados tempos não podia occorrer ás grandes despezas que demandava um tal estabelecimento. Não hesitou e para evitar essas difficuldades, não teve rebuço de ir de porta em porta implorar a caridade publica, e, com as esmolas adquiridas e os seus rendimentos, pôde occorrer a todas as necessidades da casa. Falleceudo seu marido, o dr. Teixeira de Sousa, corregedor e chanceller da Relação do Porto, veiu viver para o recolhimento junto das suas prote-

gidas, de quem tratava como desvelada e carinhosa mãe, fallecendo ali a 27 de abril de 1832. Por provisões regias de 8 e 25 de outubro de 1819, D. João VI se havia declarado protector d'este recolhimento, concedendo-lhe autorisação para adquirir bens de raiz. Por decreto de 22 de julho de 1822, o mesmo soberano doou a este estabelecimento de caridade 12:000$000 réis em apolices de novos emprestimos para seu fundo, que mais tarde se converteram em inscripções da Junta do Credito Publico. Por portaria de 10 de julho do mesmo anno de 1822, ficou o recolhimento a ser governado por uma commissão, nomeada pelo rei, composta de tres membros, sendo presidente nato o prelado da diocese, tendo por adjuntos um doutor promotor fiscal e um thesoureiro, que desempenhavam estes cargos gratuitamente. Por carta regia de 30 de maio de 1825, deu D. João VI ao recolhimento uma casa com quintal e agua, que era propriedade da corôa na rua da Batalha, para perpetua residencia das recolhidas Os estatutos fôram approvados pelo mesmo soberano, a 22 de dezembro de 1825. E' propriedade do recolhimento a casa da residencia do capellão. No fim do anno de 1830 se principiou a construcção da capella de Nossa Senhora das Dôres e S. José, unida ao edificio do recolhimento; porém como as obras eram feitas por esmolas eventuaes, caminhavam lentamente, até que pararam de todo durante a guerra civil de 1832 a 1834, só vindo a concluir-se a capella em 1842. Ao local primitivo do recolhimento se dava o nome de *Paço da Marqueza*, por ter a casa pertencido á marqueza d'Abrantes. O recolhimento é dirigido por uma commissão.

*Recolhimento das orphãs Nossa Senhora da Esperança.* Foi fundado em 1722, no local onde ainda existe, rua de S. Lazaro, pelo P. Manuel dos Passos Castro, thesoureiro da collegiada de Cedofeita. E' administrado pela Santa Casa da Misericordia. O edificio é vasto, tendo ao centro uma bonita capella consagrada a Nossa Senhora da Esperança. Sustenta e educa 50 meninas orphãs, pobres, ás quaes dá uma educação completa durante 8 annos. Recebe pensionistas internas, semi-internas e externas.

**Porto** *(Revolta de 31 de Janeiro de 1891 no.)* O partido republicano do Porto achava-se desde havia muito excitado, pensando n'uma revolta para a proclamação da Republica, mas a esses boatos pouca attenção prestavam as autoridades e o proprio governo. Na tarde do dia 30 de janeiro de 1891 corria mais insistentemente pelos cafés e pelos pontos mais concorridos do Porto a noticia de que para o dia seguinte se preparava alguma cousa de anormal; falava-se vagamente n'um pronunciamento militar, n'uma grande manifestação publica, mas a noticia, apezar da intensa exaltação que ao tempo lavrava nos espiritos a proposito da questão ingleza, era em boa parte, recebida á conta de boato sem fundamento. A' hora, porém, em que a noticia começava a circular, as autoridades civis e militares da cidade, sabendo bem que ella era verdadeira, iam tomando algumas providencias. O pronunciamento militar, que se projectava, fôra denunciado pelo 1.º sargento Castro, de infantaria n.º 18, aos seus superiores, e d'ahi, o facto d'elle não ser desde muito tempo antes um mysterio para as autoridades do Porto nem para o governo. Procurou se impedil-o transferindo dos corpos da guarnição do Porto os sargentos que no acto haveriam de ter uma parte mais saliente, e essa transferencia, fazendo recear nos conjurados o adiamento indefinido da revolução de que se tratava, precipitou a. A's 3 horas da madrugada de 31 de janeiro, o regimento de caçadores n.º 9, saindo do seu quartel da rua das Taipas sob o commando d'um 1.º sargento, pois que o coronel respectivo, por extranho ao acto, não se quizera pôr á frente dos soldados nem conseguira impedir que elles saissem em armas para a rua; o regimento passou em frente das cadeias da Relação, e fez ali uma breve paragem, para que o alferes Malheiro, que estava de serviço ás mesmas cadeias com uma força do referido regimento de caçadores, tomasse o commando. O alferes Malheiro, que assistira ás ultimas reuniões secretas preparatorias do movimento e que, portanto, estava tambem compromettido, entregou a guarda do edificio ao sargento Benigno, e seguiu com o regimento para o Campo da Regeneração, hoje Praça da Republica, onde elle formou na melhor ordem. Pouco depois apparecia ali o major Graça, da guarda municipal, acompanhado das suas forças a pé e a cavallo, a intimar ao alferes Malheiro que recolhesse ao quartel com o seu regimento, mas não foi obedecido. Ao regimento de caçadores n.º 9 foi juntar-se uma pequena força da guarda fiscal, e a seguir appareceram no local o regimento de infantaria n.º 10, commandado pelo capitão Leitão, cavallaria da guarda fiscal e um esquadrão de cavallaria n.º 6, que, saindo do quartel de infantaria n.º 18 pela porta posterior, foi collocar-se em linha na frente do mesmo edificio, de espadas desembainhadas e como que na espectativa dos acontecimentos Entretanto, a guarda municipal, apezar de desprovida de cartuxame, tomára as embocaduras das ruas que dão para o Campo da Regeneração, hoje Praça da Republica. O regimento de caçadores n.º 9, na hypothese de ser atacado por ella, tomara logo desde principio as suas precauções, formando em quadrado. A certa altura, o tenente-coronel e sub-chefe d'estado maior da divisão Fernando de Magalhães, appareceu no local, a cavallo, a persuadir tambem os chefes das tropas revoltadas a que as fizessem recolher a quarteis. Outros officiaes de patente superior tinham feito o mesmo. Tudo foi inutil. As forças sublevadas augmentavam com a chegada de novos contingentes, dentro do quartel de infantaria n.º 18 os soldados insurrectos davam vivas á Republica e armavam-se para se irem juntar aos seus camaradas, e tudo parecia indicar que a revolução triumphava. Convencido da inutilidade da sua tentativa, ou porque, talvez, como depois se disse, tambem tinha contrahido serios compromissos com os republicanos e não quizera então, por calculo, entrar em lucta para procurar submetter os regimentos sublevados, e nem para isso municiára os seus soldados, como se disse, o facto é que o major Graça abandonou o terreno, deixando as tropas revolucionadas de posse da situação. A porta do lado da Lapa do quartel de infantaria n.º 18, foi arrombada a machado pelos populares, e por ella sairam uma companhia d'aquelle regimento e parte d'outra, que formaram em frente A dentro do edificio, os officiaes, tendo presentido que as companhias, á ordem dos

sargentos, começavam a formar nas casernas, procuraram dissuadil os, mas não o conseguiram. D'uma janella do primeiro pavimento do quartel, o tenente-ajudante falou ás companhias formadas na parada, incitando as a que desobedecessem aos sargentos, e dois tiros que lhe fôram feitos, mas sem o attingirem, o obrigaram a desistir do seu proposito. Entretanto, o coronel d'aquelle regimento, sem confiança n'elle e vendo se n'uma situação difficil, contemporisava com Santos Cardoso, que era um dos chefes civis do movimento, e com outros individuos, e prometteu-lhes ir reunir-se na Praça de D. Pedro, hoje Praça da Liberdade, ás tropas revolucionadas, dizendo que o não fazia logo por ser preciso deixar primeiro, convenientemente assegurada a guarda do quartel. O povo que se fôra accumulando, em parte instigado pela noticia que correra na vespera, e em parte composto dos moradores das visinhanças e dos operarios que ao sairem cedo para o trabalho, tinham tido conhecimento da revolução fraternisava enthusiasticamente com os soldados revoltados, dando vivas á Republica. Já dia claro, os regimentos revoltados partiram sob o commando do capitão Leitão, de infantaria n.º 10, para o edificio da Camara Municipal. As bandas de infantaria n.º 10 e de caçadores n.º 9, que acompanhavam os seus regimentos, iam tocando a *Portugueza*, que era acompanhada em coro pela multidão. As tropas seguiram pela rua do Almada, entre os vivas á Republica e aos regimentos sublevados. Chegados á Praça de D. Pedro (Praça da Liberdade), os regimentos formaram, e procedeu-se então aos preliminares da proclamação da Republica e da deposição da Casa de Bragança. A multidão, cada vez mais numerosa, enchia o local, e ás janellas de todos os edificios appareciam as pessoas despertas pelo incessante vozear d'aquella grande massa. O facto de, até ali, não se ter opposto á revolução nenhum obstaculo serio, fazia considerar que o triumpho era certo. Muitos soldados, influidos pelo enthusiasmo popular, arrancavam do capacete a corôa real, calcando-a aos pés, com o applauso da multidão Uma bandeira vermelha, pertencente ao Centro democratico federal de 15 de novembro, do Porto, appareceu no local, e foi passeada em triumpho por entre as mais ruidosas acclamações e por fim içada no mastro do edificio da Camara. A *Republica Portugueza*, jornal de João Chagas, corria todas as mãos, trazendo em *A' ultima hora*, a noticia da revolução, dando já como certo o triumpho, dizendo que se nomeara a *Junta Provisoria do governo do norte do*



Aos nossos camaradas do Norte e Sul de Portugal

Aos cidadãos do Porto; aos cidadãos portuguezes:

A for[illegible] do sr. D. Carl[illegible] de Bragança. Pr[illegible] a Republica. Não se trata d'uma simples, d'uma transitoria revolta. Foi uma revolução que se fez.

Ha muito que a nação vinha agonisando, opprimida, vexada. As liberdades que a Constituição lhe garantia eram letra morta, direitos fallazes que a vontade do rei colhia a seu bel-prazer. A agricultura perdia-se. Definhava a industria. O commercio não achava expansão. A instrucção era uma burla. O exercito, menosprezado e obrigando a representar perante o [illegible]ndo um papel indecoroso e incompativel com a honra da [illegible]

[illegible]da a parte pompeiava a corrupção. A doblez era [illegible]mo o processo.

[illegible] acobardava-se per[illegible]

[illegible] sacr[illegible]

Eis o que é a situação do nosso paiz. Situação aviltante, desanorosa, [illegible]. Nas regiões do governo nenhuma esperança. As decepções succediam-se. E de cada vez nos nunos subvertendo mais.

Só nas entranhas profundas da nação, no povo, na mocidade, no exercito, na armada, no clero, palpitava ainda, generosamente e sinceramente, o levantado sentimento da amor patrio e do desprendimento civico. Dizia-se que era preciso acabar com isto. Construir sobre as ruinas d'um systema desgraçado o edificio glorioso d'um Portugal novo.

E a isto que veio a força armada do Porto [illegible] nar n'um facto ás aspirações nobres mas de[illegible] portugueza.

Acima d[illegible] interesses mesquinhos [illegible]ro, d'uma [illegible] estreita e deprim[illegible] figura sacrosanta da Patria appe[illegible] a sua energia. A [illegible]

Manifesto da Revolta do Porto. (Fragmento do unico exemplar que escapou de ser queimado completamente no momento da derrota).

*paiz*, e terminando por calorosos vivas ao Exercito, a Portugal o á Republica. Effectivamente, da varanda da Camara Municipal foi proclamada a Republica, apparecendo ali Alves da Veiga e muitos outros vultos importantes do partido republicano do Porto, e sendo lida tambem por entre acclamações da multidão a lista dos nomes dos individuos que deveriam compôr a Junta provisoria annunciada. Entretanto que na Praça de D. Pedro (Praça da Liberdade), se davam estes factos, a guarda municipal, convenientemente municiada, saia do quartel do Carmo, descia a rua dos Clerigos, passava em frente á praça de D. Pedro (Praça da Liberdade), como que alheia ao que se estava ali passando, e tambem sem que a grande maioria da multidão agglomerada attentasse n'ella ou ligasse á sua passagem n'aquelle momento importancia de maior, e ia sem a menor demonstração hostil, e sob o commando do major Graça, tomar posições nas escadas da egreja de Santo Ildefonso e nos logares immediatos. Ninguem attentou n'aquella passagem em tal direcção, porque tendo-se apoderado de todos os espiritos o convencimento de que a revolução era invencivel, não só porque n'ella entravam os corpos da guarnição do Porto, como ainda porque ella tinha valiosas ramificações ao norte e ao sul do paiz, ninguem admittia a possibilidade da guarda municipal, em numero inferior ao das tropas revolucionarias, se atrevesse a oppôr-se-lhes. Terminados os preliminares da proclamação da Republica, os regimentos sublevados marcharam para a rua de Santo Antonio, hoje rua Trinta e Um do Janeiro, acompanhados pela multidão, cada vez maior de populares, que não cessava de acclamal-os, á Republica e aos homens da revolução. As bandas de musica iam tocando a *Portugueza*. Na retaguarda marchava um troço de cavalleiros da guarda fiscal, de espadas desembainhadas. De muitas janellas eram lançadas flôres sobre os regimentos, e a multidão applaudia vivamente. De subito, ouviu se, partido do alto, um toque de clarim, e toda a massa estacou, como que surprehendida. Mas depois, tomando animo, continuou a marcha, aos gritos de Viva a Republica, até que um segundo toque de clarim a fez de novo parar. Viu-se então os cavalleiros da guarda fiscal embainharem as espadas e apertarem as carabinas. E n'aquelle momento de indecisão que se apoderou de todos, ouviu se o estampido d'um tiro, seguido, breves segundos depois, d'uma descarga de fuzilaria, dada do alto da rua sobre os regimentos revolucionados e sobre a massa do povo que os acompanhava. Era a guarda municipal que rompia as hostilidades. Foi um momento terrivel aquelle. O povo, inteiramente desarmado e colhido de surpreza, precipitou-se em desordenada fuga, arrastando comsigo, no seu movimento de retrocesso, companhias inteiras dos regimentos sublevados. Os cavalleiros da guarda fiscal immediatamente voltaram redeas aos cavallos todos ou quasi todos elles saltaram pela cabeça dos animaes, que escorregavam no calcetamento da rua, humido da neblina da manhã, e tombavam aqui e ali, para se erguerem em seguida e se lançarem n'um galope phantastico, derribando tudo o que encontravam na passagem. A' primeira descarga da municipal havia respondido immediatamente outra da vanguarda das tropas revolucionadas, e n'um momento estabeleceu-se a lucta. O povo fugia, aterrado e raivoso, sob o zumbido das balas despedidas lá do alto, e como sob o predominio do instincto da conservação ninguem se conhecia, uns lançavam os outros por terra, espezinhavam-se sem darem por tal, e por sobre o panico que subitamente se apoderára de todos, a fumarada das descargas iam-se confundindo com a neve d'aquella manhã tragica. O combate continuou encarniçado e implacavel durante horas. Os populares que não fugiram logo da rua de Santo Antonio (rua Trinta e Um de Janeiro), recolheram-se nos estabelecimentos e portaes que estavam abertos, e lhes ficavam mais proximos, e o mesmo aconteceu com alguns centenares de soldados revoltosos, que ao abrigo das hombreiras das portas, fizeram fogo até ao ultimo cartuxo, sobre a guarda municipal; mas outros, mais animosos, sustentaram a lucta a peito descoberto, nos passeios e em pleno leito da rua, emquanto outros ainda, do telhado d'algumas casas, atiravam tambem, até se lhes esvasiar a cartucheira, sobre a mesma guarda. De parte a parte havia já muitos mortos e feridos, e constava, mesmo, que a primeira fila da municipal caira toda ou quasi toda logo á primeira descarga dos revoltosos. Mas a revolução não quiz dar-se por vencida desde logo. Muitos dos soldados que tinham abandonado a rua quando do rompimento das hostilidades, e outros que depois sairam pelas trazeiras de varias casas, para as ruas da Madeira, Bomjardim e Sá da Bandeira, fôram entrincheirar-se na casa da camara, cuja porta fecharam. Mercê da desorientação que no lance se apoderou dos revoltosos, aquelle haveria de ser o primeiro e ultimo reducto da revolução. Trasladada a lucta para a casa da Camara e para a Praça de D. Pedro (Praça da Liberdade), ainda se prolongou por algumas horas. Os indecisos do primeiro momento, comprehendendo que a Revolução, ou por falta de plano ou por falta de homens, estava perdida, uniram-se á guarda municipal e ajudaram-n'a a suffocar a revolução. E assim foi que, tempo depois do tiroteio da rua de Santo Antonio, a municipal e as forças de linha que não tinham entrado no movimento, convergindo para a Praça de D. Pedro, escalonaram-se e das esquinas das ruas romperam o fogo contra os revoltosos, que das janellas da Camara lhes atiravam egualmente. Appareceu por fim a artilharia, e a casa da Camara foi bombardeada. As tropas fieis, ou ditas como taes, fôram por outro lado, encerrando n'um circulo de fogo os soldados que se conservavam ainda com as armas na mão. E assim foi que, vendo-se irremediavelmente perdidos, todos os revoltosos por fim se renderam á discreção, e sem que entre elles houvesse quem os instigasse a um esforço desesperado. No mesmo dia 31 de janeiro, o governador civil interino do Porto, Taibner de Moraes, mandou afixar um edital em que declarava que, cumprindo as ordens do governo, suspendia no districto as garantias emquanto durasse a rebellião. Era inutil, porque a revolução estava morta, desde que da casa da Camara se disparára o ultimo tiro. Depois de suffocada a revolta, começou immediatamente a perseguição aos revoltosos e aos vultos em evidencia no partido republicano. A redacção da *Republica Portugueza* foi assaltada pela guarda municipal, que a pôz a sa-

que; depois caiu sobre a officina onde ella se imprimia, começando por lançar por terra as chapas do jornal do dia e acabando por prender todos os operarios que n'ella se encontravam, e que á noite fôram levados para bordo da corveta *Sagres*, ancorada no rio Douro. A redacção da *Republica*, outro jornal republicano, hoje *Voz Publica*, que ao tempo se publicava, tambem foi assaltada pela guarda municipal. O governo, informado do acontecido, mandou que seguissem para o Porto varios regimentos de infantaria e de cavallaria da provincia. Seguiu-se o processo dos muitos prisioneiros que se fizeram, respondendo os militares a conselho de guerra, sendo muitos dos réos condemnados a degredo, conseguindo bastantes evadirem-se do logar da deportação, e os que não fugiram, fôram beneficiados pela amnistia que o governo concedeu tempos depois, e que lhes permittiu voltarem ao reino. A revolta de 31 de janeiro foi por muito tempo o assumpto obrigado da imprensa do paiz, onde ficou relatada, mas nem sempre com verdade, nos seus pormenores. O bem conhecido escriptor João Chagas e o tenente Coelho escreveram a *Historia da revolta do Porto*, que se publicou em Lisboa, 1901; Heliodoro Salgado publicou em 1894, no Porto, a *Insurreição de janeiro*, e Homem Christo em Lisboa, 1891, tambem publicou: *Os acontecimentos de 31 de janeiro e a minha prisão.*

**Porto** *(Santa Casa da Misericordia do)*. Assim como a Misericordia de Lisboa, e muitas outras, foi a Santa Casa da Misericordia do Porto creada no reinado de D. Manuel I, tendo a mesma origem das suas congeneres, isto é, suggerida ao monarcha por sua irmã a rainha viuva D. Leonor, e inspirada a esta senhora por Fr. Miguel Contreiras (V. *Misericordia*, no vol. IV, pag. 1144). Póde avaliar se da importancia d'esta Misericordia, com que tão justamente se orgulha a cidade do Porto, e se illustra a beneficencia nacional, pelos numerosos estabelecimentos sob a sua administração. Entre elles contam-se os seguintes: *Asylo S. Manuel* para cegos;—*Estabelecimento do Barão de Nova Cintra*, na rua de Nova Cintra; — *Hospital de Entrevados*, na rua de Cima de Villa;—*Hospital de Entrevadas*, na rua das Fontainhas;—*Hospital de Lazaros* e *Hospital de Lazaras*, ambos na rua das Fontainhas;—*Hospital de alienados Conde de Ferreira*, na rua do Costa Cabral;—*Hospital Geral de Santo Antonio*, na Cordoaria, depois Campo dos Martyres da Patria;— *Instituto de Surdos-Mudos Araujo Porto*, cuja administração passou para a Misericordia em 1893;—*Recolhimento das orfãs de N. S.ª da Esperança*, em S. Lazaro; — *Recolhimento de velhas invalidas de Santa Clara*, na rua das Fontainhas; e *Recolhimento de viuvas pobres de N. S.ª das Dôres*. A descripção minuciosa dos principaes estabelecimentos, acima indicados, sob a administração da Santa Casa da Misericordia do Porto, encontra-se nos artigos respectivos do presente volume, pela ordem alphabetica das

Quadro Fons Vitæ. (Existente na Secretaria da Santa Casa da Misericordia).

suas denominações. Para os que teem artigo especial n'outros volumes, acham-se estes tambem indicados no logar competente. Assim succede, por exemplo, com as instituições dos benemeritos cujas biographias sairam na letra respectiva aos seus appellidos e titulos. A rainha D. Mafalda tinha fundado no Porto, no sitio da Reboleira, a primeira albergaria que ali houve. Caindo o edificio em ruinas, foi o estabelecimento mudado para o largo de S. João Novo, dando-se-lhe as rendas de tres outros que já então havia. Com o decorrer dos annos foi ainda a albergaria transferida para a rua da Ferraria de Cima (hoje dos Caldeireiros), onde tomou o nome de Roque Amador (talvez o *Rocamadour*, dos gascões), e estava em muito mau estado de conservação no tempo de D. Manuel I. Primitivamente administrada pela camara municipal, esta entregara a em 1521 á irmandade da Misericordia. Na arruinada albergaria de Roque Amador mal caberiam duas duzias de doentes. Não tardou, comtudo, que começassem a affluir-lhe importantes donativos, e a nascente instituição foi se desenvolvendo por tal fórma que promettia ser, a breve prazo, uma das maiores na protecção e no auxilio aos desventurados. A 29 de janeiro de 1854 falleceu D. Lopo d'Almeida, irmão do vice-rei da India D. Francisco d'Almeida, legando á Misericordia do Porto uma boa parte da sua fortuna, para com ella edificar um hospital, ou, segundo tambem se pretende, apenas com o encargo de vestir annualmente cinco pobres. O certo é que em virtude d'esse legado ampliou-se consideravelmente a velha albergaria de Roque Amador, fazendo-se n'ella taes melhoramentos que perdeu o nome primitivo para passar a denominar-se de *D. Lopo*. Augmentando consideravelmente a população da cidade, augmentaram proporcionalmente os encargos da Misericordia, vendo-se a sua meza administrativa na necessidade de mandar construir um novo hospital, de muito maiores dimensões e em logar mais desaffrontado. V. *Hospital Geral de Santo Antonio*, n'este vol. pag. 948. O compromisso originario da Misericordia foi reformado em 1886, respeitando-se tanto quanto possivel as tradições d'esta Santa Casa e accommodando o ás novas fórmas sociaes. Segundo esse compromisso a Irmandade da Misericordia do Porto tem por obrigação: *A pratica da virtude christã da caridade, assim no culto divino, como principalmente em actos de beneficencia e obras de misericordia*. Para estes fins tem a Irmandade, além da sua egreja, e accessorios, os estabelecimentos humanitarios acima referidos, e n'outros logares d'esta obra, mais ou menos minuciosamente descriptos. Em 1555 a Irmandade da Misericordia, que até então só dispuzera, para os seus actos cultuaes, da capella de Nossa Senhora da Encarnação no claustro da sé, foi transferida para egreja propria construida na rua das Flôres. Essa egreja, de frontaria caprichosa nos ornatos de granito que a enfeitam, já não é a primitiva, mas sim uma reedificação de 1750, effectuada segundo o plano de Nicolau Nazoni. E' d'uma só nave, e apenas tem de apreciavel o tumulo de D. Lopo de Almeida, as estatuas dos Evangelistas na capella-mór, e a antiquissima imagem de N. Senhora da Misericordia, no altar do cruzeiro. Tem diversas alfaias de preço. As repartições centraes da irmandade, que dispõe hoje d'um capital superior a seis mil contos de reis, em titulos de divida publica, estão installadas ao lado da egreja. O edificio, que é relativamente modesto, possue ao centro uma elegante galeria, onde se vêem numerosos retratos dos principaes bemfeitores da ordem. Na sala das sessões estão os retratos dos mais dedicados provedores da Misericordia, entre os quaes se salienta o do dr. Paulo Marcellino, pintado por Joaquim Victorino Ribeiro, e o celebre quadro *Fons Vitæ*, pintado em madeira. Este quadro é sem duvida alguma a obra pictural mais valiosa que existe no norte de Portugal, attribuida á anga escola flamenga. Tem merecido estudos interessantes dos criticos e acha-se reproduzido pela gravura em diversas revistas d'arte. Na sala da provedoria, entre outros quadros, ha quatro de muito merecimento, que são os que representam o *Nascimento de Christo*, e a *Annunciação*, do pintor portuguez Diogo Teixeira, o retrato do bispo do Porto D. Nicolau Monteiro, e o retrato de um ecclesiastico, devido ao fallecido pintor João Glama. Tambem ali se póde vêr um calix de prata dourada, no estylo manuelino, e uma salva do mesmo metal, legados á Santa Casa pelo padre Villaça, com a condição de nunca poderem ser vendidos, e um relogio antigo, estylo indiano, restos de um legado do bispo D. Nicolau Monteiro. Em maio de 1899 a Misericordia do Porto celebrou solemnemente o 4.º centenario da sua fundação, collocando por essa occasião na galeria dos seus bemfeitores o retrato de Fr. Miguel Contreiras. O que foi essa commemoração, a que se referem os jornaes do tempo, póde vêr-se na *Memoria descriptiva da solemnização* do IV *centenario da Misericordia do Porto*, impressa em 1900 na officina typographica do hospital d'alienados do conde de Ferreira, a cargo da mesma Misericordia.

**Porto** *(Sé do)*. Não é facil dizer a epoca certa da fundação d'este templo. Alguns pretendem que foi fundado por S. Bazilio, que se diz ser discipulo do apostolo S. Thiago maior e de S. Pedro de Rates. Julga-se, porém, com bons fundamentos que a egreja cathedral que S. Bazilio edificou, não foi esta, mas a de S. Pedro de Miragaia. Tem-se, pois, como primeiro fundador da actual egreja da Sé, o 4.º bispo do Porto, Constancio, pelos annos 570 da era de Christo. Sendo destruida pelos arabes em 716, foi reedificada, entre os annos 982 a 1000 da era Christã, pelo bispo de Nonego, ou por D. Sisnando, irmão de D. Moninho Viegas, 15.º bispo do Porto. Ainda outros sustentam que a egreja construida por D. Nonego ou por D. Sisnando, não era no local da Sé existente, mas no sitio onde depois se edificou o collegio dos Jesuitas, e que é agora o seminario diocesano; a qual foi tambem destruida pelos arabes, e que a rainha D. Thereza e o conde D. Henrique, paes do 1.º rei de Portugal, a reedificaram desde os fundamentos, ou para melhor dizer, com os materiaes da antiga construiram a actual, em 1108 ou 1109. No cartorio da Sé do Porto ha documentos valiosos, pela sua antiguidade, sendo o mais antigo de todos um *Censual*, que principia por uma bulla do papa Paschoal II, expedida em 1115. Vê-se, portanto, que existem documentos desde os primeiros annos da sua fundação. O mesmo pontifice tinha feito bispo do Porto, a D. Hugo, francez de nação e arcediago

de São Thiago de Compostella, e foi este prelado que pediu ao conde D. Henrique e á rainha D. Thereza, para que mandassem construir a egreja cathedral, ou reedificar a antiga. O conde D. Henrique, fallecendo em 1112, não viu concluida a obra da Sé do Porto, pois que só em 1120, sendo regente a rainha D. Thereza, é que se celebrou a primeira missa. Foi a egreja dedicada a Santa Maria Maior. (Senhora da Assumpção), e sagrada pelo arcebispo de Toledo D. Bernardo. A 18 de abril do referido anno de 1120, é que D. Thereza e seu filho D. Affonso Henriques, fizeram carta de doação a D. Hugo e seus successores, da cidade do Porto, com a jurisdicção espiritual e temporal, rendas e direitos d'ella. Quer a primitiva Sé fôsse no sitio, depois chamado *Largo do Collegio*, quer no sitio onde hoje existe, e n'um dos mais elevados pontos da cidade, o certo é que D. Thereza e o conde D. Henrique demoliram a antiga egreja, que era de acanhadas proporções, e construiram um templo vasto e majestoso, digno do Porto. E' por isso, que justificadamente se dá a estes principes o nome de fundadores da egreja cathedral, e não o de reedificadores. Além do interior da egreja, das duas torres da frontaria, e dos dois *gigantes* que as fortificam, pouco mais resta das obras de D. Thereza, do conde D. Henrique e de D. Affonso I. Todas as mais obras da Sé e suas dependencias, se fôram fazendo, por muitas vezes, em differentes epocas, o que é facil de reconhecer pela discordancia da architectura, que tanto destôa da original e respeitavel simplicidade, fazendo da Sé um mixto de architectura arabe, gothico e romano bysantino. O interior do templo é de vastas proporções, e de tres naves divididas por uma arcaria de granito, tendo os capiteis, cornijas, guarnições e pedestaes de marmore preto e rôxo. A capella-mór é uma das melhores e considerada a maior de todo o paiz. E' obra do bispo D. Fr. Gonçalo de Moraes, começada em 1609, sendo o architecto, Valentim, discipulo do grande Miguel Angelo. Foi concluida em uma séde vacante no anno de 1717, segundo se deprehende da seguinte inscripção em latim, collocada sobre a porta principal, que diz:

PRAE SUL'S, HAUD DEXTRA,
SEDE VACANTE REVIXI;
DEXTRA, OPERI TANTO,
NUM FORET SATIS (?)

Egreja da Sé

No centro da longa fachada que olha para o N vê-se outra inscripção, tambem latina, em que se lê:

PERGE INTUS, QUICUMQUE
FORIS SUSPENSUS ADHAERES;
NIL HIC, QUOD MIRUM EST,
SEDE VACANTE, VACAT.

Dos dois lados do altar-mór estão os corpos de dois martyres— do lado do evangelho S. Pacifico, e do lado da Epistola Santo Aurelio. Esta capella dizem ser uma das melhores e a maior de toda a Peninsula; é toda de marmore de côres, em estylo classico, tem dois orgãos, duas ricas tribunas e primorosos lavores em madeira, com boas esculpturas dos quatro patriarchas. As grades que

cercam o coro, são de bronze artisticamente trabalhado; assim como a grade que separa a capella do corpo da egreja, que tem um corrimão de marmore preto. As paredes lateraes da egreja estão abertas em largas e altas tribunas envidraçadas, que as inundam de luz. A' esquerda, proximo da capella-mór, vê se a capella do Santissimo Sacramento, tendo um grandioso altar de prata, obra do seculo XVIII, pois foi ali collocado em 1792. O altar é todo de prata batida, desde o frontal até ao sacrario, composto de tres corpos com a respectiva cupula, de fórma elegante com apainelados contendo baixos relevos representando passos da Escriptura Sagrada. Banqueta, quatro apostolos, sacras, tocheiros e seis lampadas, tudo de prata, completavam esta preciosidade artistica e do mais subido valor

altar de *Nossa Senhora da Silva*, cuja imagem consta ter sido achada n'um silvado, quando se abriram os alicerces para a continuação das obras, no reinado de D. Affonso I, sendo bispo do Porto D. Hugo. A imagem é antiquissima, na verdade, pois já existia no tempo da rainha D. Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques, grande devota d'aquella imagem que lhe deixou, em testamento, todas as suas joias e os mais ricos vestidos que possuia. A imagem é de pedra e de alta estatura. Este altar tambem é privilegiado, e teve uma rica irmandade composta dos mestres e officiaes de ferreiro, estabelecidos na cidade do Porto Os altares de Nossa Senhora do Patrocinio, S. Thiago, S. Gonçalo de Amarante, Santa Luzia, tambem privilegiado; Jesus Maria José e o da Santissima Trindade, onde está o corpo de S.

Clausiros da Sé

material, trabalhos dos ourives portuenses Bartholomeu Nunes, Manuel de Sousa, Miguel Pereira, Pedro Francisco, e dos lamecenses Manuel Teixeira e Manuel Guedes. Em 1808 os francezes roubaram quatro tocheiros e seis lampadas, a banqueta e os apostolos, e não roubaram o altar, porque o julgaram de cobre galvanisado, não lhes parecendo possivel tanta riqueza ali reunida. Ha quem diga, que o altar escapou de ser levado pelos francezes, porque um dos empregados da egreja teve a lembrança de dar sobre a prata algumas camadas de gesso. A egreja tem 12 altares, salientando-se entre elles o do *Senhor d'Além*, cuja imagem dizem ter sido achada em 1139 no sitio onde depois se construiu o convento da serra do Pilar. E' um altar privilegiado; tem por cima um primoroso quadro representando Jesus Christo a entregar as chaves a S. Pedro; o

Pantaleão, medico e martyr, padroeiro da cidade do Porto, que esteve primitivamente na egreja de Miragaia, sendo para aqui transferido em 12 de dezembro de 1499. El rei D. Manuel I deu, para se depositarem as reliquias d'este santo, um rico cofre de prata, que foi roubado depois de 1834. Antes do roubo fazia-se com o cofre uma devota procissão, de sete em sete annos, que deixou de se fazer desde o desacato. O claustro, ou *crasta*, foi mandado fazer pelo bispo D. João, 3.º do nome, em 1385, um dos prelados mas illustres da sé do Porto. Para esta obra concorreu a camara do Porto, segundo consta d'um documento existente no cartorio da mesma camara, com mil pedras de cantaria lavrada, em reconhecimento dos serviços prestados á cidade pelo referido prelado. O claustro é de puro gothico, e está situado na parte sul da egreja, correndo en-

costado a este um dos lanços com duas portas que lhe dão communicação. E' formado de 304 columnas de pedra, sustentando arcos em ogiva, sobre os quaes corre uma varanda que dá accesso á casa do cabido, tendo as paredes forradas de azulejo contendo varios passos do Velho Testamento. A cada um dos quatro cantos tem uma capella, e são *N. S.ª da Conceição, N. S.ª da Espectação, N. S.ª da Esperança*, dos morgados de appellido Brito e Cunha, e *N. S.ª da Piedade*, da casa de Athães. A capella de *N. S.ª da Saude*, tambem na crasta, é tão antiga como a egreja, pois já existia no tempo de D. Affonso Henriques, sendo então a imagem de grande devoção D. Fr. Marcos de Lisboa, sendo bispo do Porto, reedificou a capella com a maior sumptuosidade em 1583 para ali ser sepultado e os mais prelados seus successores. O bispo D. Fr. Gonçalo de Moraes mandou fazer na mesma capella um formoso carneiro, para n'elle se recolherem os ossos de todos os bispos seus antecessores, que estavam enterrados em differentes logares da egreja, e elle se mandou enterrar tambem no mesmo carneiro. A capella teve uma irmandade, que tratava da sua conservação e ornato, fazendo uma solemne festividade á padroeira. Tambem ha no claustro a capella de S. Vicente, com orgão e coro, coberta de rica talha respresentando combates de moiros com os christãos. Do claustro segue se para a sacristia, que é uma grande casa quadrilonga, com pavimento de marmore roxo e cinzento; o tecto é obra admiravel, com ricas pinturas a fresco, representando alguns passos da Sagrada Escriptura. Nas paredes estão quadros a oleo, representando scenas da vida de Christo, contando se entre elles uma preciosa pintura em madeira, figurando Nossa Senhora, que se attribue ao grande pintor Raphael. Por baixo d'este quadro está um bello relogio e tambem se vê um bello Christo crucificado. Todos os ornatos d'esta sacristia são de grande magnificencia. No centro da sacristia estão duas ricas mesas de marmore, e em frente d'ellas duas majestosas fontes, aos lados da porta da entrada, com formosas taças, em fórma de conchas, tudo de bello marmore. Aos lados de cada fonte, estão dois anjos de madeira dourada, de boa esculptura, e cada par d'anjos tem, um na mão direita, a inscripção: *Ante*, e na esquerda: *Post*. Existem tambem aqui riquissimos armarios de pau preto, com os gavetões marchetados de cobre dourado, onde se guardam os paramentos e outras roupas pertencentes ao cabido. Na egreja da Sé existe a antiquissima imagem, de pedra, de N. S.ª da Vandoma, que n'outro tempo figurava no arco da Vandoma, proximo da Sé, que constituía uma das mais antigas portas da cidade.

**Porto** *(Seminarios do)*:

*Seminario dos Carvalhos.* Occupa um bom edificio de moderna construcção, no logar dos Carvalhos, em Villa Nova de Gaia. Está subordinado ao bispo do Porto, assim como o Seminario Episcopal, e em ambos ha o curso triennal interno, para os estudantes que desejam seguir a vida ecclesiastica.

*Seminario dos Meninos Desamparados.* Estabelecido na Quinta do Pinheiro, em Campanhã. V. *Portugal*, vol. II, pag. 671 e 672, em *Campanhã*.

*Seminario Episcopal.* O Seminario Episcopal data de 1560, anno em que o cardeal D. Henrique, então bispo do Porto, D. Rodrigo Pinheiro e outros, fundaram na Ribeira um collegio para os padres da Companhia de Jesus. D. Fr. Luiz Alvares de Tavora, bailio de Leça, o mudou em 1577 para a rua das Aldas, depois largo do Collegio, dando para esta obra 30:000 cruzados (12:000$000 réis). Foi sepultado na capella-mór. Quando em 1759 foi supprimida a Companhia de Jesus, passaram a egreja, o mosteiro e todas as suas rendas, a ser propriedade da Universidade de Coimbra, que vendeu a egreja e o mosteiro, em 1780, aos frades agostinhos descalços, conhecidos vulgarmente por *frades grillos*. No tempo dos jesuitas a egreja tinha a invocação de S. Lourenço. Está ali installado ha muitos annos o Seminario Episcopal, n'um edificio moderno expressamente construido para tal fim, e fica junto ao Paço Episcopal.

**Porto** (*Theatros antigos, e outros divertimentos publicos que já não existem no)*. O primeiro theatro lyrico do Porto existiu no largo do Corpo da Guarda, e foi inaugurado em 15 de maio de 1762. O largo estava todo embandeirado, assim como a rua Chã. Foi um dia de festa para a cidade. Este melhoramento civilisador deveu se a João d'Almada e Mello, pae do grande corregedor Francisco d'Almada e Mendonça. João d'Almada era governador general da provincia, e em 1765 foi governador das justiças, presidente da camara municipal e da administração de marinha, conselheiro do rei e tenente-general dos seus exercitos. No principio tinha o theatro apenas uma só vista, *sala regia*, e n'ella se representavam todas as peripecias do drama, sem se attender á verosimilhança, isto é, sem se importarem com a *unidade do logar*, nem a propriedade da acção. A primeira opera que se representou tinha por titulo : *Il Trascurato (O Descuidado)*, de Pergholese. No entrecho predominava o comico. A *prima-dona* chamava-se *Giuntini*. O titulo, por extenso, do libreto, era: *Il trascurato dramma grazioso per musica da rapresentarsi ne Teatro del molto illustre citá del Porto. Na officina do capitão, Manuel Pedroso, 1762*. Foi dedicado a D. Anna Joaquina de Lencastre. Ali houve espectaculos de gala, em 1785, por occasião do casamento do principe, mais tarde el-rei D. João VI, com a princeza hespanhola D. Carlota Joaquina. No seculo XVIII existiu tambem um theatro improvisado n'uma barraca, onde representava o actor bastante popular Manuel Pereira, o *Esteireiro*, natural de Penafiel. Além dos que vão adeante mencionados em artigos separados, ainda houve no Porto os seguintes: *Theatro Chalet, Theatro Camões*, ou de *Variedades*, situado na antiga rua de *Liceiras*, depois chamada rua *Camões;* era insignificante, armado n'um armazem pertencente a um taberneiro gallego, conhecido pela alcunha de *André da Cancella Velha;* o *Theatro Minerva*, na rua da Fabrica, que, dizem, era pequeno, mas bonito. Foi mandado construir por David de Castro, filho da baroneza de Nevogilde.

*Theatro de Santa Catharina.* Era de pequenas dimensões, na rua d'este nome.

*Theatro de D. Affonso.* Estava situado na rua de Alexandre Herculano, onde existiu o antigo *Theatro dos Recreios*, mandado construir por um individuo de appellido Miranda Lima, que em tem-

pos fôra empresario do theatro de S. João. O O Theatro dos Recreios inaugurou-se em 22 de outubro de 1885, e o seu primeiro empresario chamava-se Julio Cesar, sendo a peça da inauguração o *D Quichote*, arranjado da antiga peça de Antonio José, representando o papel de protogonista o fallecido actor popular Alfredo de Carvalho. Seguiu se a empresa Coelho Ferreira, que pôz em scena o *Fausto*, a *Sombra do rei*, e poucas mais peças, porque não acabou a epoca, indo concluil-a a empresa de Joaquim Barbosa e do alfaiate Seraphim, da rua de Santo Antonio De 1887 a 1888 houve uma empresa composta dos artistas Taveira, Santos, Salazar, Pires, Santos Mello, Portulez, Dôres Aço, Thereza Aço, scenographo Machado e outros, fazendo se obras no theatro. A peça de inauguração foi o drama *O Filho da noite*. A epoca foi toda má, e terminou em 1888, por occasião do incendio do theatro Baquet. Depois, o maestro Cyriaco Cardoso procedeu a mais importantes obras no theatro, e deu lhe o nome de *Theatro de D. Affonso*. A companhia era de opera comica e com elementos estrangeiros, taes como o tenor hespanhol Rihuet, o baritono italiano Verdini, a cantora hespanhola Eulalia Gonzalez, etc. Representaram-se por essa occasião em portuguez as operas: *Carmen*, *Fra Diavolo*, *Guarany*, *Freischtuz*, etc. Em 1890 tomou conta do theatro a empresa dos artistas Taveira, José Ricardo e Santos. Esta sociedade, pela morte de Alves Kente, passou ao theatro do Principe Real. De 1891 a 1895 estiveram ali diversas empresas, e de 1895 a 1896 foi empresario o maestro Del Negro. Em 1896 tomou o theatro o actor José Ricardo. Parece que poucos annos depois acabou aquella casa de espectaculos, porque em 1902 já não existia.

*Theatro Baquet* Existiu na rua de Santo Antonio, onde estão ha annos estabelecidos os armazens Herminios. Foi mandado construir pelo alfaiate francez Antonio Pereira Baquet, estabelecido no Porto, e por isso ficou assim denominado. A primeira pedra foi lançada em 22 de fevereiro de 1858. As desegualdades do terreno offereciam muitas difficuldades, porque a rua de Santo Antonio está na altura de mais de um terceiro andar, em relação ao terreno onde se abriram os alicerces do edificio, de modo que foi preciso construir, para servir de base ao theatro, um grande predio, que se compõe de armazem e andares, com portas e janellas para a parte da rua de Sá da Bandeira, que então se chamava *viella da Neta*, e que fica subterraneo para o lado d'aquella rua. As obras proseguiram com tal rapidez que a 13 de fevereiro de 1859, por occasião do carnaval, se inaugurou o theatro com um baile de mascaras. Porém a inauguração solemne, depois de concluidas todas as obras de ornamentação, realisou se em 16 de julho do mesmo anno de 1859. O desenho da fachada foi feito por Guilherme Correia, e a planta do resto do edificio, elaborada pelo proprio Baquet. A fachada era construida da melhor qualidade de granito, que se encontra nos arrabaldes da cidade Apezar da architectura simples, tinha um aspecto agradavel, sendo coroada por uma varanda de pedra, sobre a qual assentavam quatro estatuas de marmore, representando a Pintura, a Musica, a Comedia, e as Artes. A recita da inauguração foi dada pela companhia do Gymnasio, de Lisboa, com a comedia-drama em 3 actos *O Segredo d'uma familia*, do actor José Carlos dos Santos. Em consequencia da differença do nivel, os camarotes da primeira ordem ficavam parallelos ao pavimento da rua de Santo Antonio, tendo de descer-se para as platéas por dois lanços de escadas. Em redor d'estas corria uma galeria, havendo além d'isso tres ordens de camarotes e uma de varandas. Do centro do tecto da sala pendia primitivamente um grande lustre de crystal, que foi substituido annos depois por uma rozeta illuminada a gaz. Por morte de Pereira Baquet ficou sendo proprietario do theatro o seu contramestre Antonio Teixeira de Assis, pelo seu casamento com a viuva do fallecido. Teixeira de Assis era homem muito activo, e adquirira, com as viagens ao estrangeiro, grande copia de conhecimentos que o tornavam bastante illustrado A sua idéa predominante era transformar a disposição interior do theatro, por meio d'uma nova fachada nas trazeiras do edificio, e assim foi

Fachada do Theatro Baquet incendiado em 1888

um dos que mais influiram para a abertura da fachada para a rua de Sá da Bandeira. Eram as suas tenções, feita a entrada principal pelo lado da rua de Sá da Bandeira, mudar o palco para a parte que dava para a rua de Santo Antonio, porém a morte surprehendeu-o no vigor da edade, e os seus projectos ficaram sem effeito. Passando o theatro a ser propriedade de sua mãe D. Anna Victorina da Ascenção, residente em Lamego, mandou esta construir a fachada para a rua de Sá da Bandeira, estabelecendo novas communicações para o interior do theatro, modificando o palco, camarins, etc. Esta fachada era mais simples que a outra, pois apenas se destacava por um pequeno frontão. Na noite de 20 de março de 1888, um horroroso incendio reduziu a cinzas todo o edificio, fallecendo n'aquella catastrophe talvez umas 100 pessoas, segundo se calcula. A recita era em beneficio do actor Firmino; representou-se a opera comica em 3 actos, *Os Dragões de Villar*, seguindo-se a *Gran Via*, e foi durante esta ultima peça que se manifestou o fogo no pal-

co. Quando correu a noticia deram-se scenas dolorosas, lancinantes; todos queriam fugir, atropellando se uns aos outros, não encontrando as portas de saida, desvairados, causando essa desordem e esse desvairamento ainda muito maior numero de victimas. A cidade estáva horrorisada; familias inteiras succumbiram, as perdas fôram enormes, tanto nos artistas como na empresa. Alguns estabelecimentos que ficavam juntos ao theatro, tambem fôram destruidos como a lu varia *Leon de Castilla*, o Café High Life, o do oculista Pinto Meirelles, e outros predios. Annos depois levantou se no cemiterio de Agramonte um mausoléo onde se encerraram os restos mortaes das numerosas victimas (V. *Porto, Cemiterios do*). Todo o paiz se impressionou profundamente com tão tenebrosa catastrophe. A imprensa dedicou-lhe artigos dolorosos, e outros escriptos appareceram, tanto em Lisboa como no Porto. Mencionaremos os seguintes: *Lisboa-Porto*, Lisboa, 1888; 32 paginas; impressão luxuosa, sendo as estampas reproducção *fac simile* dos desenhos originaes, feitos de proposito para esta publicação. Foi commemorativo da lamentavel desgraça, e o producto da venda applicado ás subscripções abertas, desde logo, em todos os pontos do reino, em favor das victimas sobreviventes; *Diario illustrado* numero extraordinario com o mesmo destino, adornado de gravuras; *Evora Porto*; jornal publicado com o mesmo intuito caritativo, pelos jornalistas de Evora; numero unico, abril, 1888; *Ilha de S. Miguel ao Porto;* numero unico—, Ponta Delgada, 1888; sendo o producto applicado tambem ás victimas sobreviventes; tinha seis estampas lithographadas, allusivas ao incendio; *Festival no Palacio de Crystal;* em beneficio dos seis orphãos, filhos de João Pinto Ferreira, que, juntamente com sua mulher, fôra victima, a 22 de abril de 1888, promovido por uma commissão de alumnos menores do Gymnasio Lauret, e coadjuvado pelos alumnos dos collegios de Nossa Senhora da Gloria, S Lazaro, Nacional, S. Carlos, escolas Academica, Moderna, Santa Maria, Orphãos, Academia de Braga, Orphãos de Braga, e os gymnasios de Coimbra, Santo Thirso, Lauret, do Porto; com os retratos dos seis orphãos, tirados em grupo: *Album de lagrimas e dôres*, á memoria das victimas do pavoroso incendio do theatro Baquet no dia 21 de março de 1888; Porto: vendido no dia 1 de abril por oito das creanças que ficaram orphãs, acompanhadas por um bando precatorio: *Diario de annuncios;* numero litterario dedicado ás victimas sobreviventes do theatro Baquet; S. Miguel, Ponta Delgada, 29 d'abril de 1888: *Sobre as cinzas*, Porto, 1888, com desenhos no texto: *Trindade-Baquet;* numero unico, publicado pela companhia do theatro da Trindade, em beneficio das victimas sobreviventes da catastrophe Baquet, Lisboa, 1888; com desenhos a côres no texto, e capa com uma allegoria: *A grande catastrophe do Theatro Baquet*, por Jayme Filinto, Porto, 1888.

*Theatro de S. João.* O Porto deveu este melhoramento ao antigo corregedor Francisco de Almada e Mendonça, e foi elle quem organisou uma companhia de capitalistas, constituida por acções a qual levou a effeito tão importante idéa O local escolhido foi um dos pontos mais elevados da cidade, junto á Praça da Batalha. As obras começaram a 19 d'abril de 1796. Foi encarregado do risco o architecto e pintor italiano Vicente Manzoneschi, que fôra chamado a Lisboa alguns annos antes, por Sebastião da Cruz Sobral, para pintar o scenario do theatro da Rua dos Condes. A sua inauguração foi a 13 de maio de 1798, dia anniversario natalicio do principe regente D. João, mais tarde el-rei D. João VI, e em sua homenagem se deu ao novo theatro o nome de S. João O espectaculo compoz-se do elogio *O mau gosto destruido ou o Porto affrontado*, original do bacharel Antonio Soares de Azevedo; da comedia *Os militares heroes ou as vivandeiras illustres*, e da farça *A dama astuciosa*. As obras importaram em 53:950$000 reis. O pano de bocca foi pintado pelo distincto pintor portuguez Domingos Antonio de Sequeira. O theatro era de aspecto desagradavel, mas no interior alegre e distincto. Vilhena Barbosa, no *Archivo Pittoresco*, a pag. 356 e 357 do vol. VII, publicado em 1864, diz o seguinte, referindo-se ao architecto citado: «O theatro de S. João faz lhe pouca honra, porque, ao passo que o que n'elle ha de melhor foi copiado do theatro de S. Carlos de Lisboa, deu-lhe o architecto por fachada principal a frontaria d'uma casa burgueza, sem elegancia, sem adorno ou distinctivo algum proprio de um theatro, a não se querer dar este nome ao escudo das armas reaes, collocado tão desengraçadamente á custa de quatro janellas que se supprimiram na mesma fachada, que mais parece o edificio feito de proposito para a collocação do escudo, que este posto ali para ornamento do edificio. Não tem salão de entrada, defeito este imperdoavel em um theatro. Entra-se para uma loja ladrilhada, que tem dos lados as casas de venda dos camarotes e bilhetes, e do deposito de bengalas e chapéos de chuva. Modernamente (1864) arranjou-se junto d'esta loja uma sala bem guarnecida para as senhoras esperarem no fim do espectaculo a chegada das suas carruagens. A sala do espectaculo é grande e bella. E' egual no risco á do theatro de S. Carlos, com a differença de ter quatro ordens com vinte e dois camarotes em cada uma, entrando dois no proscenio, em logar de cinco ordens com vinte e quatro camarotes cada uma, até ao proscenio, que conta aquelle theatro. Está ornamentada com singela elegancia, menos o tecto, que, em nossa opinião, é de pessimo gosto. E' uma pintura excessivamente carregada de ornatos desengraçados, e distribuidos com pouca arte Foi feito este trabalho por um pintor ornatista italiano chamado Pizzi, que veiu ao Porto ha uns sete annos, e que no tecto do tribunal do commercio, e em outras obras que executou na mesma cidade, deu melhores provas do seu talento. No centro do tecto do theatro de S. João o artista figurou Apollo, e em volta entre muita diversidade de ornamentos, os retratos dos nossos grandes poetas dramaticos, Gil Vicente, Camões, João Baptista Gomes e Almeida Garrett. Tem este theatro tribuna real, para uso dos soberanos quando visitam a cidade do Porto. Por occasião das festividades nacionaes costuma estar pateute e illuminada, collocando-se então n'ella um quadro com o retrato do monarcha. A illuminação a gaz é distribuida pelos lados da sala, nos intervallos dos camarotes, como se usou no theatro de S. Carlos até 1835, em que ali se collocou o primeiro lustre. Aquelle genero de illuminação offerece diversas vantagens, des-

fructa-se melhor a scena de todos os camarotes, e tambem d'estes se goza mais desimpedidamente a propria sala do espectaculo. Entretanto, quando o lustre reune á riqueza e perfeição artistica o bom gosto da invenção, como acontece com o de S. Carlos, é uma das mais bellas decorações de um theatro. No pavimento da ordem nobre está o salão para concertos de musica. E' espaçoso e com uma elevação proporcionada. Sem ser rico, acha-se bem decorado e guarnecido. Em todas as noites de espectaculo está illuminado e franco ao publico. Dá entrada para o botequim.» O theatro de S. João teve subsidio do governo, que variava de importancia, sendo, porém, sempre diminuto, de sorte que as empresas viam-se muitas vezes obrigadas a escripturar companhias de pouco merito artistico, ou a fallir, como aconteceu diversas vezes, aconteceudo tambem alguns annos ficar o theatro fechado. Nos ultimos tempos passou por uma grande transformação, sendo a obra dirigida pelo engenheiro Araujo e Silva. O theatro tinha então frisas, duas ordens de camarotes, um balcão, platéa dividida em superior e geral, e galerias. No inverno funccionava uma companhia de opera lyrica, e nos restantes mezes do anno companhias dramaticas nacionaes e estrangeiras. Um horroroso incendio, que se manifestou na noite de 11 para 12 de abril de 1908, reduziu a cinzas o theatro de S. João, ficando apenas as paredes. Parece que houve ideia de o reconstruir, mas por emquanto nada se tem feito.

*Theatro da Trindade.* Estava edificado no fim da rua de D. Pedro, no sitio chamado *Cancella Velha*, em frente da rua Formosa, dando as trazeiras para a rua do Laranjal. Foi edificado em 1874 por uma sociedade de que era director Antonio Paes da Silva. Pouco tempo durou, porque na madrugada de 5 de julho de 1875 ardeu completamente, ficando apenas as paredes, calculando-se os prejuizos em 30:000$000 reis. Tinha uma vasta sala de espectaculos, com tres ordens de camarotes, amplos *fauteils* almofadados, além dos logares inferiores; largos corredores, um bello atrio, tendo á esquerda um espaçoso botequim e á direita bilhares e tabacaria. O palco era grande, com um pateo ao fundo, e á direita um annexo com muitos e bons camarins. Na noite do incendio havia se representado a magica *A Pata de Cabra.*

*Theatro de Variedades.* Era de madeira, não tendo nada de notavel. Estava dentro d'um quintal, que fez parte da cêrca do convento das freiras carmelitas, tendo a frente para a calçada dos Carmelitas. Anteriormente haviam edificado, n'este mesmo local, os irmãos *Dallot* um theatro barracão para saltimbancos, o qual ardeu. Os mesmos empresarios construiram ainda outro que durou pouco mais d'um anno, e que tambem ardeu. O theatro das Variedades era de declamação, sendo seu empresario o violinista Francisco Alves Rente. Este theatro já não existe ha muitos annos.

**Porto** *(Theatros que ainda existem no)*:

*Theatro da Aguia de Ouro.* E' um pequeno mas elegante theatro de pedra e ferro, annexo ao hotel e café Aguia de Ouro, na Praça da Batalha. Foi construido ha talvez 15 annos. Tem duas ordens de camarotes, duas platéas, superior e geral, e galeria. Durante o anno trabalham ali varias companhias de passagem na cidade.

Theatro de S. João

*Theatro Carlos Alberto.* Fica na rua das Oliveiras. E' theatro popular; o edificio é de construcção ligeira, mas de bonito aspecto interno. Tem duas ordens de camarotes, duas platéas, superior e geral, e galeria.

*Theatro Gil Vicente.* Fica no Palacio de Crystal. Não tem camarotes, tem apenas uma unica platéa e uma galeria em balcão, suspensa em columnas, a toda a volta da platéa.

*Theatro do Principe Real*, hoje chamado de *Sá da Bandeira.* Está situado na rua de Sá da Bandeira, tendo entrada tambem pela rua de Santo Antonio, hoje de 31 de Janeiro, junto ao antigo theatro Baquet, onde se vêem actualmente os armazens Herminios. No local onde existia a rua de Sá da Bandeira, havia n'outro tempo uma travessa conhecida pelo nome de *viella da Neta.* No fim d'esta viella, com accesso por ella e pelas escadas da rua de Santo Antonio, construiu D. Jo-

sé Toudon Ferrer Catalon um barracão de madeira, com o nome de Circo para trabalhar a sua companhia de cavallinhos, o qual se inaugurou a 4 d'agosto de 1855. Doze annos depois, em 1867, foi demolido para se construir outro de pedra e cal com 21 camarotes e duas frizas. Este circo já servia alternadamente para companhias dramaticas, equestres e gymnasticas. Tornaram-se muito falados os grandes bailes de mascaras que se realisavam ali pelo carnaval,os quaes eram frequentados por tudo quanto de distincto havia no Porto n'essa epoca. Passados annos, parece que em 1877, com a demolição da viella da Neta para se formar a continuação da rua de Sá da Bandeira, é que se construiu a actual casa de espectaculos, que tomou o titulo de Principe Real. Tem sido explorado no inverno por companhias dramaticas, e de verão por companhias de cavallinhos. A primeira empresa foi constituida pelos negociantes de tabacos Freitas e Azevedo; depois a empresa de João Ferreira, negociante de algodões; houve outra de diversos artistas sob a direcção de Augusto Garraio, ainda outra do maestro José Candido, Brandão, Joaquim Ferreira e Lourenço de Magalhães; depois Alves Rente, em seguida Taveira com José Ricardo e Santos, por fim só Taveira, etc. Houve tambem um empresario, o ponto d'uma companhia lyrica, que esteve no Porto, e que se chamava Lanovelli, que fez representar o *Fausto* em portuguez com grande exito, e foi elle tambem quem no Porto desenvolveu o gosto pela operetta. O theatro tem duas ordens de camarotes, duas platéas, superior e geral, e uma extensa galeria por baixo dos camarotes.

*Theatro Vasco da Gama* Está na rua do Theatro, na Foz.

Na rua de Passos Manuel ha ainda o *Novo Theatro Circo de Variedades*, e na rua Alexandre Herculano o *Circo* assim denominado.

**Porto** *(Tribunaes do)*:

*Tribunal do Commercio.* Está estabelecido no segundo pavimento do palacio da Bolsa, na rua de Ferreira Borges. O grande salão do tribunal, situado no lado sul, tem de comprimento 19m,10, de largura 8m,15 e de altura 15m,50 até ao annel elliptico vasado no tecto, no qual assentam 8 columnas de 0m,2 de altura, que sustentam a cúpula. As paredes são de escariola imitando marmore, e o tecto e cúpula pintados a claro-escuro, do mais bello effeito. Logo contigua, do lado sul e poente está a sala dos jurados, e mede 8m,65 de comprimento, 8m,15 de largura e 18m,70 de altura até ao annel do zimborio, de fórma circular, envidraçado e apoiado em 8 columnas da ordem dórica de 0m,5 de altura, terminando o zimborio por uma lanterna egualmente sustentada por 8 columnas da mesma ordem dorica. A espaçosa e elegante sala do cartorio tem 9m,80 de comprimento, 7m,30 de largura e 4m,10 de altura; as paredes tambem são de escariola imitando marmore, e o tecto de estuque com molduras lisas. Contigua a esta sala está a secretaria, tendo 7m,25 de comprimento, 6m,60 de largura e 4m,10 de altura Segue depois o gabinete do juiz, com 7m,25 de comprimento, 5,m55 de largura e 4m,10 de altura. Junto a este gabinete ha uma sala de espera, que communica com a galeria da fachada principal; em seguida uma outra que communica a varanda da fachada principal com a mesma galeria, e logo unida, uma terceira que communica com o gabinete do presidente da Associação Commercial. As preciosas pinturas das salas do Tribunal do Commercio são do distincto pintor, professor da Academia de Bellas Artes de Lisboa, sr. Velloso Salgado. A pintura do tecto parece ter sido trabalho do pintor italiano Pizzi.

*Tribunal do contencioso technico e aduaneiro.* Funcciona no edificio da Alfandega.

*Tribunaes civis e criminaes* de primeira instancia. Estão no antigo convento de S. João o Novo, que por algum tempo servin de hospital militar. Foi o ministro da justiça Gaspar Pereira da Silva, quem mandou preparar este vasto edificio para esse fim. Um dos districtos criminaes está installado n'um edificio particular da rua de S. Bento da Victoria.

*Tribunal das execuções fiscaes.* Exerce as suas funcções na rua da Bandeirinha.

*Tribunal Militar (*Conselho de guerra territorial*).* Está na rua de S. Bento.

*Tribunal e cadeia da Relação.* Este tribunal foi instituido em 1583 por Filippe II de Hespanha e I de Portugal, a instancias dos habitantes das provincias do Minho e de Traz-os-Montes, nas côrtes de Thomar, realisadas em 1581. O monarcha castelhano nomeou governador d'aquelle tribunal o 1.º conde de Miranda D. Henrique de Sousa, que era então muito creança, para o exercitar quando tivesse edade propria, como depois exercen por espaço de 12 annos, a começar em 1591, tendo por elle servido durante este tempo seu primo Pedro Guedes, senhor de Murça *(V. Portugal*, vol. IV, pag. 1130). O edificio servia de cadeia e de tribunal, mas era muito acanhado, e parece que pouco passou dos alicerces, porque só no anno de 1630, sendo governador e regedor das justiças o 2.º conde de Miranda, D. Diogo Lopes de Sousa, que succedera n'esses cargos a seu pae, o 1.º conde do mesmo titulo, é que as obras se concluiram. O edificio construiu-se no Campo do Olival, mais tarde, Campo da Cordoaria, e depois Campo dos Martyres da Patria. A cadeia, porém, era de exiguas dimensões, sem capacidade para a detenção dos criminosos do districto. Sendo feito regedor das justiças João d'Almada e Mello, a cadeia foi demolida, e foi elle quem lançou a primeira pedra no edificio actual em janeiro de 1765. O edificio ficou concluido interiormente, mas parece que, morrendo Almada e Mello, ficou, e em 1876 ainda estava incompleta a cimalha do norte, que confronta com o passeio da Cordoaria. Esta obra importou em 200:000$000 reis, e levou a fazer mais de 20 annos. O vasto edificio é de fórma triangular, completamente separado de outros edificios. A fachada principal é para a rua de S. Bento, SE, e tem um frontão adornado de estatuas de granito. E' d'este lado a entrada para as differentes secretarias e repartições da relação do districto. A entrada para as differentes prisões é pela frente que deita para a Cordoaria, N. O lado SO do edificio, de tres andares como o resto, não tem entrada nenhuma. No angulo do NE, ao cimo da rua da Ferraria de Cima, depois chamada dos Caldeireiros, no fim setentrional da rua de S. Bento, não tem mais de 8 ou 9 m. de largo; mas parece que o architecto pretendeu fazer d'esta parte a frente principal do edificio, pois tendo uma só, mas grande janella, está cucimada com

o escudo das armas de Portugal, entre dois trophéos. Tem todo o edificio 103 janellas, e é construido de boa cantaria de granito, das pedreiras do Porto. Até 1860, o lado N deitava para um becco, tendo na sua frente uma fileira de casas de *taipa* e barracões, que davam ao edificio um aspecto ainda mais funebre do que elle tem. Então a Camara Municipal expropriou e mandou demolir aquelles barracões, ficando esta parte com frente para o passeio da Cordoaria. A Relação do Porto tinha quasi o mesmo numero de juizes da Casa da Supplicação. Conhecia das appellações e aggravos, cartas testemunhaveis dos juizes das provincias de Traz-os-Montes, Entre Douro e Minho, Beira, excepto de Castello Branco, pertencente á Casa da Supplicação, e bem assim as causas excedentes á sua alçada. A lei de 18 de agosto de 1769 tornou-a dependente da Casa da Supplicação.

Tribunal e cadeia da Relação

**Porto** (*Jornaes, que desde 1808 até ao fim do reinado de D Carlos I, se publicaram no*). *Actualidade (A)*, politico; republicano e depois regenerador; 1 fevereiro, 1874 a 31 julho 1891; *Abelha (A)*, litterario; 6 janeiro, 1856; *Academico (O)*, revista quinzenal litteraria; janeiro a abril, 1878; succedeu-lhe a *Revista Academica; Academico (O)*, folha litteraria; maio a junho, 1886; 4 numeros; *Academico (O)*, 1793; *Açafate de costura (O)*, quinzenal, de trabalhos de tapeçaria, crochet, bordados, letras ornamentaes; 15 novembro, 1879; *Acção Liberal (A)*, novembro, 1907; *Actualidade (A)*, diario da tarde, politico, litterario e noticioso; 15 junho, 1903; *Aguilhadas*, outubro, 1900; *Agrete (O)*, quinzenario litterario charadistico e illustrado; 19 agosto, 1889; *Agricultor do Norte de Portugal (O)*, jornal de agricultura pratica dedicado ás provincias do norte, e publicado sob a protecção e auspicios do conselho da agricultura do districto do Porto; outubro, 1877 a abril, 1882; *Agricultor Portuguez (O)*, continuação do *Agricultor do Norte de Portugal*, jornal de agricultura, horticultura, viticultura e silvicultura portuense; revista anti-phylloxerica e dos meios de combater os parasitas da vinha; orgão da comissão dos serviços phylloxericos; 1 maio, 1882; em 1889, continuava; *Agulheiro (O)*, semanario litterario divertido; 3 maio, 1889; *Alarme (O)*, diario republicano da tarde; 31 outubro, 1901; *Alavanca do Trabalho (A)*, periodico especialmente dedicado ás industrias do paiz e ao estabelecimento do cidadão para o exercicio intelligente e honesto dos seus direitos politicos, 15 agosto a 11 setembro, 1881; *Album de Bordados*, 1862; *Album de Caricaturas* dos homens mais celebres da cidade do Porto e seus arredores; 1878; *Album elegante*, publicação de musicas novas, originaes e escolhidas para piano; 1902; *Album elegante*, publicação mensal de musicas novas, originaes e escolhidas para piano; 1900; *Album do Serralheiro*, quinzenal; 15 janeiro a 15 abril; 1881; *Alfarrabista Portuense (O)*, julho, 1906; *Alfinete (O)*, semanario humoristico litterario e noticioso; março, 1889; *Alfinetes*, litterario; 1 março, 1874 a 1881; *Algazarra (A)*, 20 maio, 1899; *Alliança*, 1899; *Alma Nova (A)*, revista mensal de sciencias e de litteratura; 30 agosto, 1885 a maio, 1886; *Alvorada (A)*, revista semanal de litteratura; 1 agosto, 1882 a 1883; *Alvorada*, revista litteraria mensal; outubro, 1896 a janeiro, 1897; *Amador Dramatico (O)*, revista semanal dedicada ás sociedades de amadores; 9 junho, 1895; *Amador de Livros (O)*, boletim mensal da Livraria Academi-

ca; junho, 1894 a setembro, 1895; *Amador de Livros (O)*, boletim trimensal da Livraria Academica; março, 1902; *Amigo do Povo*, politico, litterario, commercial, industrial e agricola; 23 janeiro, 1860 a 30 abril, 1861; *Amigo do Povo (O)*, semanario republicano; 7 abril, 1885; em 1889 continuava; *Amigo do Povo (O)*, semanario anti reaccionario, tanto em politica como em religião; 6 janeiro, 1896; *Analista Portuense*, 1 janeiro 1822 a 2 janeiro 1823; *Annaes agricolas do districto do Porto*; 1877 a 1889; *Annaes do Congresso Catholico em Portugal*, e memorias sobre os assumptos historicos, religiosos e sociaes, pelos membros do mesmo congresso; maio, 1863; *Annaes do Notariado Portuguez*, 1886; *Anno Medico*, que contém as observações meteorologicas e medicas feitas na cidade do Porto em janeiro de 1792 a abril de 1796; *Annaes da Sociedade Litteraria Portuense*, 1837 a 1841; 8 numeros; *Annunciador (O)*, 17 fevereiro, 1851 a 26 julho, 1852; *Annunciador (O)*, jornal politico e de annuncios, janeiro, 1870 a 1888; *Annunciador horticola*, trimestral; 1 janeiro, 1890; *Annunciador Portuense (O)*, 21 de setembro, 1839 a 14 de abril, 1840; *Annunciador Postal (O)*, semanario, agosto, 1877; *Annuario da Typographia Commercial Portuense* (industrial); 25 setembro a 21 novembro, 1840; *Arauto (O)*, 13 junho, 1898; *Arauto (O)*, jornal mensal; janeiro a maio, 1904; *Archivo Pharmaceutico*, janeiro, 1892; *Album*, 1892; *Archeologia Artistica*, 1873; *Archivo Commercial*, jornal do commercio, industria e noticias; 4 julho, 1863 a 1864; *Archivo de Historia da Medicina Portugueza*, bimensal, julho a agosto, 1886; *Archivo juridico*, commercial, civil, ecclesiastico e militar; janeiro, 1860 a setembro, 1889; *Archivo Lusitano*, semanario de instrucção e recreio; 2 janeiro a 14 agosto. 1866; *Archivo militar*, semanario de instrucção e recreio dedicado ao exercito; fevereiro a março, 1867; *Archivo Popular*, semanario litterario e illustrado; janeiro, 1871 a fevereiro, 1874, 4 volumes; *Archivo do Povo (O)*, jornal de instrucção e recreio; 1868 a 1869, 2 volumes; *Archivo de Historia da Medicina Portugueza*, 1886; *Argus*, revista mensal illustrada; maio a julho, 1907; *Aristarcho (O)*, critica litteraria; 1864; *Aristocrata (O)*, semanario litterario, scientifico, illustrado e de sport, dedicado ás ex.mas damas portuenses; 20 abril a junho, 1902; 3 numeros; fez fusão com o *Theatro Portuguez; Arte Photographica*, revista mensal do progresso da photographia e artes correlativas; janeiro, 1884 a 1886; *Arte (A)*, revista litteraria e artistica, destinada a assumptos tauromachicos e theatraes; junho, 1891; *Arte (A)*, revista quinzenal artistico litteraria; 1 novembro, 1895, *Arte-Archivo de obras d'arte*; janeiro, 1905; em publicação; *Arte da Moda (A)*, 1896; *Arte Portugueza*, revista mensal de bellas artes, publicada pelo *Centro Artistico Portuense*; janeiro, 1882 a março, 1889; *Artes graphicas*, revista artistica, litteraria, de critica e de acontecimentos graphicos; 1 outubro, 1907; *Artilheiro (O)*, politico e litterario, do partido cartista; 22 agosto, 1835 a 14 julho, 1837; *Artilheiro (O)*, jornal litterario e noticioso; 15 maio, 1886 a 5 fevereiro, 1887; *Atheneu Artistico e Litterario (O)*, gazeta illustrada; publicação de ensino, educação e recreio, e das conquistas da civilisação moderna; 30 outubro, 1880 a 22 outubro, 1881; *Athleta (O)*, jornal setembrista; 1 junho, 1838 a 21 abril, 1842; *Aurora*, litterario, 22 março a abril, 1852; *Aurora (A)*, quinzenario litterario, scientifico e recreativo; 1867 a 1868; *Aurora (A)*, quinzenario, litterario, noticioso e scientifico: 1888; *Aurora (A)*, 24 junho, 1900; *Aurora Commercial*, 1 janeiro, 1838; *Aurora do Futuro (A)*, revista mensal republicana; 30 junho, 1886; um só numero; *Aurora Litteraria*, 1866; *Aviso Mercantil (O)*, jornal d'annuncios da *Typographia Commercial Portuense*; 25 novembro, 1840 a 27 março, 1841; *Bandeira Nacional (A)*, jornal regenerador; 24 outubro, 1876; *Bandeira do Povo (A)*, diario de combate; 1 setembro, 1887; *Bardo (O)*, jornal de poesias; março, 1852 a 1854; *Barbeiro (O)*, 17 setembro, 1882; saiu um numero programma sem data; *Besouro (O)*, critico e satyrico; 9 maio, 1886 a 26 junho, 1887; *Bico de Gaz (O)*, semanario, maio, 1854; *Bibliographia Contemporanea*, distribuição gratis; abril, 1879; *Bibliographia Critica de Historia Litteraria*; 1872 a 1875; *Bibliographia Portugueza e Estrangeira*; janeiro, 1879 a dezembro, 1882; *Bibliographia religiosa*; 1884; *Bibliotheca Democratica*; 1896; *Bibliotheca das Familias*; 1892; *Bibliotheca dos Homens Honestos*; publicação mensal accommodada a todos os paladares; abril, 1876; *Bicha (A)*, periodico para todos; 1869; *Bijou (O)*, quinzenario, 19 maio, 1889; *Binoculo (O)*, semanario litterario e annunciador, 7 fevereiro, 1886; *Bisturi (O)*, microscomo critico, theatral, noticioso e litterario; folha semanal litteraria satyrica e illustrada, junho, 1875; 4 numeros; *Bisturi (O)*, folha mensal litteraria; março, 188 ; *Bocage*, piparotes litterarios; agosto, 1865 a 1867; *Bocacio*; 1 março a 19 maio, 1887; 6 numeros; *Bohemia (A)*, revista litteraria, biographica e de critica social; outubro, 1901; *Bohemio (O)*, critico e litterario; dezembro, 1877 a janeiro, 1878; *Bohemios*; publicação mensal de litteratura e arte; setembro, 1899; *Boletim*, publicado pelo governo cartista; 3 a 7 setembro, 1840; *Boletim (O)*, jornal noticioso e de annuncios; 3 janeiro, 1860 a 24 setembro, 1861; *Boletim de Ampelographia e Oenologia*; publicação sob a direcção da commissão de ampelographia da circumscripção do norte de Portugal; julho, 1885 a novembro, 1886; *Boletim annunciador*; abril, 1882; *Boletim Annunciador*; mensal, illustrado; janeiro, 1889; *Boletim d'annuncios*; outubro, 1884 a setembro, 1886; *Boletim da Associação de classe dos guardas livros do Porto*; novembro, 1901; *Boletim do Atheneu Commercial do Porto*; 1891; *Boletim Bibliographico*, 1894; *Boletim Bibliographico da Livraria Popular*; janeiro, 1897; *Boletim do Cancioneiro Portuguez*; setembro, 1879 a 6 julho, 1880; 5 numeros; *Boletim Cartista*, publicado pelo partido cartista; 21 a 26 d'outubro, 1846; *Boletim do centenario*, revista de assumptos relativos á commemoração do terceiro centenario de Luiz de Camões; edição da empresa do *Jornal de Viagens*, offerecida ao jornalismo portuguez, aos assignantes d'aquelle semanario geographico e aos subscriptores de Portugal a Camões; 1 março e maio, 1881; 2 numeros; *Boletim do Centro Pharmaceutico Portuguez*; janeiro, 1891; *Boletim do Club Velocipedista do Porto*; 1881; em 1889 continuava; *Boletim Commercial Financeiro e Maritimo do Commercio Portuguez*; setembro, 1879; *Boletim Commercial da Companhia Pharmaceutica Portuense*; junho, 1876; *Boletim do Correio*, noticioso, litterario e politico; 8 novembro a dezembro, 1869; *Boletim criti-*

*co do Porto;* 15 julho, 1879; saiu um só numero; *Boletim da Escola Moderna (Pedagogia)*; novembro, 1886; *Boletim do Instituto Portuense de Estudos e Conferencias;* julho, 1897; *Boletim da Liga Agraria do Districto do Porto*; 15 março, 1890; *Boletim da Liga dos Lavradores do Douro;* orgão da Sociedade Cooperativa-responsabilidade limitada, que tem o mesmo nome; 1 setembro, 1887; *Boletim Litterario*, 1 maio, 1881; *Boletim do Livreiro e do Amador de Livros*; agosto, 1897; *Boletim de Livreiro e do Amador de Livros;* publicado mensalmente pela Agencia Litteraria do Porto, 19[illegible]3; *Boletim Mensal de estatistica Sanitaria;* janeiro, 1893; *Boletim Noticioso Commercial da Casa Pharmaceutica*; mensal, janeiro, 1882 a 1886; *Boletim Litterario*, revista academica mensal; 1 maio, 1881; *Boletim Mensal da Livraria Internacional de Eugenio Chardron.(*Bibliographia*)*;1877; *Boletim da Noite (noticioso)*; 1873; *Boletim Noticioso Commercial da Casa Pharmaceutica*; 1882; *Boletim Official do Governo Civil do Porto (*Folha official*)*; 26 fevereiro a maio, 1844; *Boletim Official do Porto (*Folha official cart.sta*)*; 25 abril a 25 maio, 1846; *Boletim da Pharmacia Figueiredo*; abril, 1888; *Boletim da Pharmacia Moraes Villa Flôr*; setembro, 1891; *Boletim da Pharmacia do Porto;* distribuido gratuitamente aos medicos mais abalisados do paiz; 1879 a 1889; *Boletim de Pharmacia e Sciencias Accessorias do Porto*; 1857 a 1861; *Boletim do Photo-Velo Club;* 1899; *Boletim Portuguez de Annuncios;* 3 janeiro, 1881; *Boletim da Real Associação dos Proprietarios do Porto*, dedicado aos assumptos que interessam aos proprietarios de bens rusticos e urbanos; julho, 1901; *Boletim da Sociedade de Geographia Commercial do Porto;* outubro, 1880 a 1888; *Boletim Telegraphico;* 1866; *Boletim Theatral;* 28 setembro, 1825; *Bom Senso (O)*, 9 a 30 agosto, 1873; *Bombeiro (O)*, orgão dos Bombeiros Voluntarios Portuguezes; quinzenario illustrado; *Bombeiro municipal (O)*, orgão dos *Bombeiros municipaes*; 25 março, 1892; *Bombeiro Voluntario (O)*, jornal destinado á defeza das corporações de Bombeiros Voluntarios do paiz; 10 dezembro, 1891; *Bombeiro Portuguez (O)*, quinzenal; 2 abril, 1877; em 1889 ainda existia; *Borboleta dos Campos Constitucionaes (A)*, 12 maio, 1821; *Borboleta (A)*, 1896; *Borboleta Constitucional*; 12 maio, 1821 a 14 fevereiro, 1828; *Bordadeira (A)*, 1894; *Bordadeira (A)*, 2 maio, 1895; *Bordadeira Artistica;* 1900; *Bouquet*, quinzenario; 30 junho, 1886 a 15 janeiro, 18[illegible]7; 3 numeros; *Bouquet Litterario*, recordação da *Carteira do Viajante*, offerecido ás senhoras portuenses; 1891; *Bouquet Litterario;* 1896; *Brados Litterarios*, quinzenario de instrucção e recreio; 1867; *Brazileira (A)*, orgão de Propaganda da Casa Especial do Café do Brazil; 8 d'agosto, 1903; em publicação; *Braza (A)*, 26 fevereiro, 1883; *Braz Tisana (O)*, jornal regenerador; 1 julho, 1851 a 15 abril, 1869; *Brio do Paiz (O)*, jornal reformista; 18 setembro, 1870 a 15 março, 1871; *Broca (A)*, humoristico e satyrico; 15 janeiro, 1883; *Bucha (A)*, 1864; *Cabeças Falantes (As)*, jornal burlesco; setembro, 1869; *Cabra Cega (A)*, 1892; *Cabrion (O)*, satyrico; 1867; *Caça (A)*, bi mensal do grupo de caçadores; abril, 1883 a maio, 1884; *Cacholeta (A)*, periodico (particular) dedicado aos estudantes da capital, illustrado com gravuras; 1 julho, 1881; *Caetano (O)*, satyrico; 24 agosto, 1884; *Café Progresso;* 1900; *Caixeiro (O)*, revista semanal litteraria, critica e humoristica; 1 agosto, 1886; *Calendario Familiar;* março, 1897; *Camaleão (O)*, semanario independente; 11 outubro, 1882; *Camarim (O)*, revista theatral e litteraria; 2 abril, 1882 a 20 abril, 1883; *Camões (O)*, boletim propagador do commercio de livros nacionaes e estrangeiros; agosto, 1894; *Camões (O)*, semanario popular illustrado; 30 agosto, 1880; *Camões (O)*, 3 julho, 1887; *Camelia (A)*, revista mensal litteraria e illustrada; agosto, 1887; *Campeão (O)*, 1899; *Campo Escolar (O)*, semanario consagrado aos interesses da instrucção e do professorado, 7 janeiro, 1901; *Capitulo (O)*, semanario para todos, politico, noticioso, commercial, erotico, litterario e humoristico, 5 fevereiro, 1881 a 1884; *Capote taurino (O)*, semanario de castigo; 2 julho, 1905; *Carapau (O)*, orgão dos tristes de todas as classes e condições; 18 março, 1893; *Carapuça (A)*, critico e jocoso; setembro, 1851 a janeiro, 1852; 14 numeros; *Caricatura (A)*; supplemento humoristico de *O Arauto*; semanario impresso a côres; 3 abril a 15 maio, 1904; 7 numeros; *Caridade (A)*, quinzenal, sobre a religião, sciencias e litteratura; 15 maio, 1886 a julho, 1887; *Carta (A)*; 1852; *Cartão de Visita;* litterario; 18 abril a 19 agosto, 1886; *Cartaz d'annuncios Portuense;* 16 setembro, 1867 a 23 abril, 1868; *Carteira do Viajante*; guia mensal; fevereiro, 1883; em 1889 continuava; *Causticos*, satyra e critica; 1883; *Centro Cartista (O);* 20 agosto, 1846; *Centro Pharmaceutico Portuguez (O);* revista mensal de pharmacia, medicina e sciencias accessorias; orgão official do *Centro Pharmaceutico*, publicado pela direcção do mesmo centro; 1 junho, 1846; *Chapeleiro (O)*, orgão da Federação Nacional dos operarios chapeleiros portuguezes; 3 de setembro, 1905; *Charadista Portuense (O)*; recreativo; 1 janeiro, 1899; *Charinca (O)*, jornal que chucha e não trinca, redigido por gente que não brinca; 1 janeiro, 1904; era impresso na primeira pagina da *Voz Publica;* começou no n.º 4239, XV anno d'esse jornal; *Charivari (O)*, critico, satyrico e burlesco; 13 novembro, 1886 a 20 abril, 1899; *Chegou o Papão*, partido miguelista; novembro, 1833; *Chibata (A)*, burlesco, satyrico e jocoso; julho, 1877; *Chicote (O)*, satyrico; 1858; *Chicote (O)*, satyrico, 22 julho, 1878; *Christianismo (O)*, semanario religioso; 3 janeiro, 1852; *Chronica (A)*, revista mensal e de critica, litteratura e artes; janeiro, 1880; *Chronica (A)*, junho, 1888; *Chronica (A)*, publicação appensa ao *Bombeiro Portuguez*, revista quinzenal litteraria, noticiosa e theatral; 15 novembro, 1882 a 15 maio, 1883; *Chronica (A)*, critica artistica; 29 novembro, 1890; *Chronica Constitucional do Porto;* 1832; *Chronica Litteraria*, revista semanal de litteratura moderna; março, 1880; *Chronica do Porto*, folha official do governo constitucional; 11 julho, 1832; *Chronica Religiosa;* 1851; *Chronista (O)*, litterario, commercial e de annuncios; 1 março, 1851 a 31 dezembro, 1853; *Cidadão do Porto*, 17 abril a 3 julho, 1893; sairam 12 numeros; *Cidadão Liberal (O)*, rindo com a sua sanfona dos corcundas portuguezes; 1822; *Cidadão Philantropo*, politico, litterario e recreativo; abril a novembro, 1846; *Cipó (O)*, satyrico e burlesco; novembro, 1879; *Civilisação Catholica*, publicação mensal religiosa; 1878 a 1882; *Clamor militar*, 1867; *Clamor militar;* 5 janeiro, 1862 a 24

dezembro, 1871; *Clamor do Povo;* 1871; *Clamor Publico (O)*, politico, litterario e commercial; outubro, 1856 a 30 setembro, 1857; *Clichés (Os)*, revista mensal de acontecimentos diarios; fevereiro, 1881; *Club (O)*, orgão da classe academica do Porto; 25 janeiro a julho, 1874; *Coalisão*, historico-progressista; 2 janeiro, 1843 a 23 abril, 1846, *Colonia Española (La)*, periodico independente defensor de los interesses morales y materiales de los hespañoles residentes en Oporto; 13 abril, 1899; *Columna (A)*, setembrista; 1 setembro a 31 dezembro, 1847; *Columna de Paschim*, satyrico; 24 janeiro a 27 março, 1824; sairam 10 numeros; *Combate (O)*; semanario republicano radical; 1 julho, 1879 a 18 julho, 1880; *Combate (O)*, politico, noticioso, satyrico e scientifico; 30 março, 1890; *Combatente (O)*; 4 dezembro, 1882; *Comedia d'Hoje (A)*; 5 julho, 1891; *Comedia Illustrada (A);* 20 dezembro, 1891; *Commentario (O)*, diario de laracha, que belisca e não escacha; 22 a 23 março, 1880; *Commercio (O);* 24 maio, 1841 a 9 maio, 1842; *Commercio (O)*, semanario publicado ás 5.as feiras; 25 junho, 1903; *Commercio Illustrado;* 19 abril, 1888; *Commercio Internacional*, 1887; *Commercio do Norte (O)*; jornal d'annuncios, especialmente dedicado ao commercio e á industria; maio, 1905; *Commercio do Porto (O)*, commercial, do partido progressista; 2 junho, 1854; ainda em publicação; começou com o titulo de *Commercio*; *Commercio de Portugal (O)*, 1846; *Concordia (A)*, democrata; 1 julho, 1853 a 15 abril, 1855; *Concordia (A)*, militar; 7 março a julho, 1873; *Conselheiro do Povo (O)*, satyrico, instrucção e recreio; 1869; *Conservador (O)*, politico, cartista; 1 julho, 1858; *Consolação dos Afflictos (A)*, jornal religioso; 1 novembro, 1879 a 16 outubro, 1880; *Constitucional (O)*, politico, 1868; *Constructor civil (O)*, semanario; 12 julho, 1897; *Contemporaneo (O)*, revista litteraria, scientifica, do gabinete de leitura do *Jardim do Povo*, publicação trimensal; 10 junho, 1885; *Contribuinte (O);* 1890; *Corbeille (A)*; 5 junho, 1887; *Cordeiro (O)*, semanario litterario; 11 agosto, 1879; *Correio (O)*, semanario, 12 junho, 1907; *Correio Bibliographico Portuense*, jornal de litteratura universal e estrangeira; março a abril, 1886; *Correio da Manhã*; 1899; *Correio do Norte*, independente; 1 agosto, 1906; ainda em publicação; *Correio do Norte (O)*, noticioso e de interesse publico; 1 outubro 1854 a 24 junho, 1855; *Correio Pharmaceutico do Porto (O)*, periodico mensal distribuido gratuitamente ás familias, aos medicos, pharmaceuticos e droguistas; junho, 1890; *Correio do Porto*, partido absolutista; 27 setembro; 1820 a 7 maio, 1834; *Correio do Porto (O)*, semanario, partido republicano; 9 março, 1885 a 28 dezembro, 1896; *Correio Portuense (O)*, 9 março, 1891; *Correio de Portugal*, politico; janeiro a 17 setembro, 1864; *Correio de Portugal;* 1892; *Correio da Tarde (O)*, jornal biographico e de noticias politicas, publicado clandestinamente pelo partido patuleia; 14 setembro, 1851; *Correio dos Theatros*; novembro, 1889; *Corisco (O)*, 1 outubro, 1887; *Cosinheiro (O)*, de instrucção e recreio; 1839; *Cosmopolita (O)*, politico setembrista; 2 novembro, 1848 a 27 abril, 1846; *Crepusculo (O)*, revista litteraria quinzenal; 1 outubro, 1885; *Cruz (A)*, semanario religioso; 8 janeiro, 1853 a dezembro, 1889; *Cruz (A)*; 1868 a 1869; *Cuco (O)*, litterario; 1866; *Damas Portuguezas (As)*, litterario, agosto, 1882; *Debate (O)*; 1893; *Dedal (O)*, quinzenario noticioso e litterario, dedicado ás costureiras; 17 junho, 1888; *Dedal de prata (O)*, jornal de bordados; bi-mensal; 15 junho, 1902; *Defensor (O)*, jornal da Camara Municipal do Porto; 2 janeiro, 1848 a 5 janeiro, 1850; *Defensor dos Artistas*, dedicado aos amigos do trabalho; 6 novembro, 1864 a 1865; *Defensor Popular (O)*, semanario do povo e para o povo; 2 julho, 1888; *Defensor Telegrapho Postal (O)*, 13 janeiro, 1889; *Democracia (A)*; 27 maio, 1889; é seguimento, com o n.º 239, da *Democracia Commercial; Democracia Commercial (A)*, semanario republicano radical, orgão do *Club Dramatico Commercial Portuense;* 5 outubro, 1884 a 13 maio, 1889; 258 numeros; *Democrata (O)*, semanario republicano radical; 1 junho, 1879; saiu um só numero; *Democratico (O);* 16 janeiro, 1887; *Democrito*, semanario humoristico; 14 a 21 março, 1886; *Denuncia (A)*, semanario util ao commercio; 20 maio, 1887; *Desengano (O)*, semanario illustrado (contra a febre bancaria); 2 outubro, 1882 a 1883; *Despertar*, republicano; 13 março, 1905; *Despertador (O)*, advogado das almas do Purgatorio, revista mensal religiosa; janeiro, 1879 a setembro, 1883; *Despertador Typographico (O)*, jornal de classe; 1860; *Dez de Março (O)*, gazeta diaria da tarde, partido progressista; 3 outubro, 1879 a fins de 1889; *Dez Reis (O)*; 1866 a 1870; *Diabo a quatro (O)*, semanario politico e satyrico; 15 a 23 maio, 1858; *Diario de annuncios da Typographia de D. Antonio Molles*, (industrial); 8 fevereiro a 2 junho 1845; *Diario do Commercio;* 20 abril, 1889; *Diario do Exercito*, orgão das classes militares e civis; 1 janeiro, 1882 a 1883; *Diario Illustrado*, politico e noticioso; 1875 a 1876; *Diario da Manhã;* 1899; *Diario Mercantil*, litterario, industrial e agricola; 1 maio, 1861 a junho, 1872; *Diario Nacional*, com permissão da Junta do Supremo Governo do Reino; 26 agosto a setembro, 1820; *Diario Nacional*; 3 setembro, 1883; *Diario Nacional;* 2 julho, 1907; *Diario de Noticias do Porto*; 10 julho a 3 outubro, 1875; *Diario do Parlamento das carnes*, carnavalesco; 1825; *Diario do Porto*, folha official do governo francez; 5 a 10 abril, 1809; *Diario do Porto*, folha official da Junta Revolucionaria; 18 a 26 maio, 1820; *Diario do Porto*, constitucional; 19 janeiro a 11 julho, 1835; *Diario do Porto*, de noticias e annuncios; 16 outubro, 1865 a 1866; *Diario do Porto*, orgão da Esquerda Dynastica, ao norte do reino; 13 janeiro, 1889; *Diario Portuense*, noticioso; 1 julho a 31 dezembro, 1823; *Diario Portuense;* 2 janeiro, 1883; *Diario Portuguez*, noticioso; 1 fevereiro, 1877 a 1883; *Diario do Povo*, de Portugal e possessões; politico, contra o ministerio historico e affecto ao grupo de José Estevão, 19 outubro, 1861 a 24 janeiro, 1863; *Diario do Povo;* 1892; *Diario Progressista;* 20 agosto, 1876; *Diario da Tarde*, folha popular, politica e noticiosa; 18 setembro, 1871 a 8 janeiro, 1875; *Diario da Tarde*; 1 outubro, 1898; *Direito (O)*, religioso, politico e noticioso; 4 maio, 1857 a 29 dezembro, 1877; *Direito (O)*, revista de legislação e jurisprudencia; 1 abril a 3 outubro, 1851; *Discussão (A)*, orgão do partido republicano do Porto; 1 dezembro, 1883 a 9 outubro, 1887; *Distracções Litterarias*, dedicado á mocidade estudiosa portuense; 1867; *Domingo (O)*; 1891; *Dometria (A);* janeiro, 1890; *Douro Agricola*, or -

gão da Liga dos Lavradores do Douro; junho, 1902; *Dragão (O)*; 20 abril a 21 agosto, 1887; 18 numeros; *Duas Figas (As)*; 25 outubro, 1826; *Dyabo (O)*; 12 maio a 17 agosto, 1895; 6 numeros; *Dyabo Junior*, semanario illustrado de critica brava, aos sabbados; 21 dezembro, 1901 a 13 dezembro, 1902; 52 numeros; *Ecco Artistico*, folha industrial socialista dedicada ás classes operarias; janeiro a setembro, 1863; *Ecco dos bailes*; 1856; *Ecco Escolar (O)*; 5 dezembro, 1887; *Ecco Popular*, partido da patulcia; 3 abril, 1847 a 7 julho, 1860; *Ecco do Porto*, folha scientifica, litteraria, politica e noticiosa; 5 a 25 maio, 1877; *Ecco do Povo (O)*; 15 maio, 1887; *Ecco Socialista*; 8 fevereiro, 1892; *Ecco Socialista*, orgão do partido socialista no norte; 1 janeiro, 1899; *Ecco da Verdade (O)*, 25 julho, 1886; *Ecco Escolar (O)*, folha scientifica, litteraria, quinzenal; 18 abril, 1880; *Echo das Escolas (O)*; 1892; *Echo dos Negociantes (O)*; 22 agosto a 22 setembro, 1840; *Echo Popular (O)*, semanario republicano; 5 maio, 1895; *Echo dos Theatros*, semanario illustrado de critica theatral, tauromachica, litteratura e de sport; 14 janeiro, 1906; *Echos Humoristicos do Minho*, quinzenario; novembro a dezembro, 1880; *Echos da Rua*; 26 abril, 1903; *Economista (O)*, de interesses economicos do paiz; 4 julho a 26 dezembro, 1859; *Educação Nacional*; 1896; *Elegante (O)*, semanario humoristico e satyrico; 17 junho, 1888; *Elite (A)*, revista illustrada de theatros, letras e bellas artes; 16 novembro, 1889; *Elite (A)*; 1891; *Emancipação (A)*, folha industrial; 10 novembro, 1863 a 21 janeiro, 1864; *Emancipação da mulher*; 1868; *Emancipador (O)*; 19 novembro, 1892; *Enigma (O)*, album dos charadistas portuguezes; 24 novembro, 1901; *Ensaios sobre o gosto*, producções varias em verso e prosa; janeiro a junho, 1828; *Ensino (O)*, jornal do Collegio Portuense, dedicado aos paes; 1 outubro, 1877, a 15 fevereiro, 1878; *Entre-Acto (O)*, folha artistica e litteraria (assumptos theatraes); 1 setembro, 1879; *Epoca (A)*, publicação litteraria trimestral; 20 dezembro, 1882 a 1883; *Escola (A)*, ensaios de Sociologia; março, 1880; *Escolar (O)*, quinzenario; 2 novembro, 1884 a 1885; *Escolar (O)*, quinzenario academico; 28 fevereiro, 1886; *Escolastico Polytechnico (O)*, litterario e scientifico; 15 janeiro a 15 abril, 1858; *Escorpião (O)*, jornal de caricaturas; maio, 1872; *Escudo (O)*, litterario e humoristico, 17 maio, 1891; *Esmeralda (A)*, semanario universal; 6 maio, 1850 a 19 fevereiro, 1851; 24 numeros; *Esmeralda (A)*, 1891; *Espada (A)*, semanario do partido progressista; 15 outubro a 15 dezembro, 1878; *Espectador (O)*, semanario scientifico, litterario e noticioso; 20 dezembro, 1885 a 11 abril, 1886; *Espectador Portuense (O)*, jornal de theatros e das philarmonicas; 1 outubro, 1848 a março, 1849; *Espelho (O)*, semanario não politico, mas cortez; 15 novembro, 1865 a 1866; *Espelho (O)*; 1879; *Espelho (O)*, semanario humoristico; 6 setembro, 1891; *Esperança (A)*, 5 junho a 21 agosto, 1857; *Esperança (A)*, semanario de recreio litterario dedicado ás damas; agosto, 1865 a setembro, 1866; *Espiculo (O)*, semanario litterario, critico e noticioso; 13 março, 1887; *Estado do Norte (O)*, semanario republicano federal; 4 julho a 25 setembro, 1880; *Estrella (A)*, litterario; 1859 a julho, 1860; *Estrella Litteraria (A)*, revista quinzenal d'arte e litteratura; 15 outubro, 1898; *Estrella do Norte (A)*, setembrista; 8 junho, 1846 a 21 junho, 1847; *Estudante (O)*, 2 março, 1889; *Estudante (O)*, revista litteraria; janeiro, 1902; *Estudantina (A)*, quinzenario litterario; abril, 1881; *Eurico (musica)*; 1871; *Eurico*, quinzenario de revista musical; 15 setembro, 1881 a 1 março, 1887; 15 numeros; *Expansões d'Alma*; 1897; *Exposição Industrial (A)*; 1865; *Facho (O)*, jornal do povo e para o povo; partido republicano; 23 outubro, 1881; *Facho Litterario (O)*, dedicado a el-rei o senhor D. Fernando, 1 maio, 1861 a junho, 186 ; *Faisca (O)*, semanario humoristico e noticioso; março, 1886; *Faisca (A)*, litterario, humoristico e noticioso, 28 março, 1892; pouco tempo durou; *Fama (A)*, partido constitucional; 1822; *Familia Catholica (A)*; 1853 a 1854; *Fantasma (O)*, republicano; 1869; *Farpa (A)*, novo semanario independente, 24 fevereiro, 1898; *Farpas Modernas (As)*, chronica mensal da politica, das letras e dos costumes; março, 1880; *Farpões*, satyrico; 1885; *Fateixa (A)*, publicação mensal; janeiro a março, 1888; 3 numeros; *Federação Commercial (A)*, semanario dedicado aos empregados do commercio; 15 novembro, 1891; *Ferrão (O)*, semanario humoristico; 29 novembro, 1890; *Fiandeiro (O)*, semanario operario, 1 agosto, 1897; *Figa (A)*, jornal do partido cartista; 14 a 22 outubro, 1826; *Figaro*, do partido progressista; 23 julho, 1881 a 1882; *Figaro (O)*, satyrico, partido regenerador; 1878; *Fim do Seculo*; 14 janeiro, 1894; *Flautista (O)*, musical, 1856; *Flautista (O)*, musica; 1861; *Folha d'Annuncios*; 1 janeiro a 24 agosto, 1835; *Folha Commercial*; 2 janeiro, 1835 a 12 agosto, 1836; *Folha Commercial de Annuncios*; 1869; *Folha do Exercito*; 4 janeiro a 28 fevereiro, 1883; *Folha d'Hoje (A)*, diario de instrucção, viagens e recreio; 1 dezembro, 1881 a 6 outubro, 1882; *Folha d'Hoje*, 1 outubro, 1893; *Folha d'Hoje*; 1900; *Folha da Noite*, 16 julho, 1904; *Folha do Norte (A)*, republicano; 1 maio a 24 julho, 1899; 72 numeros; *Folha Nova*; diario democratico de Lisboa e Porto; 23 maio, 1881 a junho, 1888; *Folha Nova*, orgão independente de todas as classes; 2 agosto, 1897; *Folha do Porto*; chronica illustrada de acontecimentos; 15 novembro, 1903; *Folha da Tarde (A)*; 1 novembro, 1882 a 1884; *Folha da Tarde*; 18 junho, 1894; *Forum*, gazeta dos pobres e para os pobres; partido republicano; 18 março, 1875; *Foyer (O)*, chronica dos theatros, dedicada ás sociedades dramaticas de amadores; 12 setembro, 1881; *Fraternal (O)*, semanario independente dedicado á defeza da classe de barbeiros em todo o paiz; 19 junho a 11 setembro, 1899; 12 numeros; *Freguez (O)*; publicação mensal; 19 maio, 1881 a fins de 1885; *Gabirú (O)*, revista semanal dos negocios do Egypto; 21 julho, 1889; não passou do numero programma; *Gafanhotos (Os)*, revista mensal; março a outubro, 1868; 6 numeros; *Gaiato (O)*, quinzenario litterario; 23 outubro, 1887; *Gaiato (O)*, revista litteraria, humoristica, recreativa e charadista; 23 outubro, 1898; *Gaivota (A)*, semanario; 15 fevereiro, 1888; *Galeria Portugueza*; 1892; *Galeria do Sorvete*; 1879; 6 numeros; *Galeria das Ordens Religiosas e Militares*, desde a mais remota antiguidade até nossos dias; janeiro, 1842; *Gargalhada (A)*; fevereiro, 1907; *Gato Bravo (O)*; 13 fevereiro, 1887; *Gazeta das Aldeias*, 1896; *Gazeta do Correio*; 4 maio a 15 dezembro, 1869; *Gazeta Democratica*, do povo e para o povo

(republicano); 7 março a 15 julho, 1870; *Gazeta de Hollanda*, satyrico e burlesco; outubro a 24 novembro, 1878; *Homeopathica*, orgão do consultorio homeopathico portuense; 1 janeiro, 1863 a meados de 1867; *Gazeta Litteraria;* julho, 1761 a junho, 1762; *Gazeta Litteraria do Porto*, semanario; 6 janeiro a maio, 1868; 16 numeros; *Gazeta Medica do Hospital Real de Santo Antonio do Porto;* janeiro, 1859; *Gazeta Medica do Porto*, jornal consagrado a objectos medicos, cirurgicos e pharmaceuticos; 10 outubro, 1842 a 1854; *Gazeta Medica do Porto*, jornal de medicina, cirurgia, pharmacia e sciencias accessorias; janeiro, 1860 a janeiro, 1861; *Gazeta Medica do Porto*, boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia; outubro, 1896; *Gazeta Militar*, folha mensal d'assumptos militares; 20 setembro, 1875; em 1889 publicava-se; *Gazeta Moderna (A)*, litterario e noticioso, 1 abril a setembro, 1886; *Gazeta Moderna (A)*, semanario; 25 setembro, 1887; é continuação do jornal *Mel e Fel*, com o n.º 6; *Gazeta da Noite*, folha commercial, litteraria, noticiosa e de annuncios; 5 abril a 13 maio, 1879; *Gazeta do Norte*; 1 março a 27 julho, 1872; *Gazeta de Noticias*; 19 maio, 1890; *Gazeta Official*, folha da Junta Revolucionaria; 27 maio a 2 julho, 1828; *Gazeta Popular (A)*, semanario independente; 23 maio, 1898; *Gazeta do Porto*, politico e noticioso; 7 maio a 2 outubro, 1866; *Gazeta do Porto*, partido regenerador; 17 novembro, 1875 a 5 janeiro, 1876; *Gazeta do Porto;* julho, 1903; *Gazeta Portuense;* 1 março a 31 maio, 1867; *Gazeta dos Proprietarios*, 1894; *Gazeta do Realismo*, orgão do ultimo bohemio; 23 dezembro, 1879; não passou do 1.º numero; *Gazeta dos Renegados*, orgão dos opprimidos; 20 novembro, 1880; *Gazeta dos Sonegados;* 23 março, 1890; *Gazeta Telegraphica*, orgão da corporação telegraphica portugueza; 15 agosto a 29 setembro, 1878; *Gazeta dos Telegraphos;* 6 outubro a 17 novembro, 1872; *Gazeta dos Theatros;* 1863; *Gazeta dos Tribunaes*, jurisprudencia; 1853; *Gazetilha Portuense;* 1854; *Genio Constitucional*, partido liberal; 2 outubro a 30 dezembro, 1820; *Geração Nova (A)*, hebdomadario litterario e scientifico; 12 abril, 1888; *Geração Nova (A)*, 6 maio, 1894; *Gil Vicente*, semanario de critica dramatica; 27 novembro, 1881 a março, 1882; *Granada (A)*, critico e satyrico; 1867 a 1868; *Grande Charivari (O)*; 6 maio, 1899; *Grandes almas e os grandes genios (As)*; março, 1902; *Gratis (O)*, annuncios; 4 janeiro, 1842 a 2 dezembro, 1847; *Gratuito (O)*, annuncios; janeiro a dezembro, 1845; *Gregorio (O)*; 1907; *Grinalda (A)*, periodico de poesias ineditas; 10 abril, 1855 a janeiro, 1864; 4 volumes; *Grinalda de Euterpe (A)*, quinzenario de musica e de litteratura; 1 setembro, 1874 a 15 junho, 1875; *Grinalda musical*, collecção de musicas; junho, 1901; *Grito de Janeiro (O)*, semanario republicano; 8 janeiro, 1893; *Grito Popular*, folha independente; 20 junho, 1892; *Grito do Povo (O)*, bi-semanario democratico; 13 setembro, 1885 a 1886; *Grito do Povo (O)*, hebdomadario defensor dos interesses do operariado catholico; 10 junho, 1899; *Grito de Revolta;* 15 janeiro, 1895; *Guia Fiscal*, hebdomadario aduaneiro; 16 agosto, 1886; *Guia de Saude (O)*, jornal mensal dedicado ás familias; 15 outubro, 1886; em 1889 continuava; *Guia de Saude (O)*; abril, 1891; *Guiso (O)*, revista mensal; abril, 1877; *Gymnasta (O)*; 26 março, 1882; em 1889 continuava; *Harpa (A)*, jornal de poesias; 27 maio, 1873 a 1876; *Harpa da Mocidade (A)*, litterario; 1868; *Hera (A)*, revista litteraria; março, 1889; *Herculano*, revista quinzenal de litteratura, á memoria de Alexandre Herculano; 1 janeiro, 1878; *Horisonte (O)*, litterario; 1855; *Heroe (O)*, semanario particular; 9 agosto, 1891; *Hydra (A)*, jornal socialista, dos que trabalham e pelos que trabalham; 15 maio, 1883; *Ideal (O)*, revista litteraria; 5 agosto, 1894; *Ideal (O)*, quinzenario litterario e charadistico; 15 maio, 1901; *Ideia (A)*, revista semanal litteraria; 26 novembro, 1882; *Ideia (A)*, revista quinzenal; 1 abril, 1887; *Ideia (A)*, jornal scientifico; setembro, 1898; *Ideia Nova (A)*, quinzenario republicano, politico, litterario e recreativo; 11 outubro, 1885; *Ideia Nova (A)*, diario democratico, 1 outubro, 1891; *Illustração da Costura (A)*; 15 janeiro, 1894; *Illustração Moderna;* 15 julho, 1898; *Illustração do Povo*; politica, letras e artes; outubro, 1885; *Illustrado da Tarde (O)*, politico, commercial, noticioso e litterario; 28 agosto, 1880; *Imparcial*, jornal cartista 18 julho, 1826, 1 julho, 1828; *Imparcial (O)*, semanario politico; 2 outubro, 1899; *Imposto (O)*, revista critica de legislação tributaria; 1 abril, 1892; *Imposto (O);* 1 agosto, 1903; *Imprensa (A);* 6 março a 3 dezembro, 1859; *Imprensa Livre (A)*, diario politico, commercial e litterario; 3 outubro, 1884; *Independencia (A)*, semanario popular republicano; 20 janeiro, 1861 a 12 junho, 1862; *Independencia Portugueza (A)*; 1 setembro, 1877 a 9 agosto, 1878; *Independencia Portugueza (A)*; 19 outubro, 1890; *Independente (O)*; 9 fevereiro, 1891; *Independente (O)*, litterario e scientifico; maio, 1903; *Indispensavel (O)*; julho, 1894; *Indicador (O)*; jornal de annuncios; 22 outubro a dezembro, 1851; *Industria e Agricultura*; 15 julho, 1897; *Industria Portugueza (A)*; 15 janeiro, 1899; *Industrial do Porto (O)*; 1872 a 1874; *Industrial Portuense (O)*, jornal da Associação Industrial Portuense; 21 março, 1845 a 28 fevereiro, 1846; 12 numeros; *Industrial Portuguez (O)*, revista mensal, illustrada, para Portugal e Brazil; 1 janeiro a 1 dezembro, 1885; *Inferno (O)*, politico, satyrico e burlesco; 1868 a 1869; *Informador Commercial (O)*, jornal de annuncios e de leitura; junho a 17 julho, 1870; *Informador Portuense (O)*, folha de noticias e de annuncios; 1 outubro, 1844 a 17 outubro, 1846; *Instantaneos;* 4 agosto a 27 outubro, 1907; 13 numeros; *Instituições catholicas*, revista mensal religiosa e scientifica de Portugal e mais paizes civilisados, dedicada ao episcopado e ao clero; 1 setembro, 1886; em 1889 ainda existia; *Intransigente (O)*, orgão democratico do norte; 27 novembro, 1892; *Instrucção Portugueza (A)*, revista semanal pedagogica; 1 janeiro a 27 março, 1886; 13 numeros; *Instructor Portuense (O)*, periodico mensal de educação, litterario, moral, historia, sciencias e artes; 1 janeiro, 1844 a 5 abril, 1845; *Intermezzo (O)*; 5 dezembro, 1889; *Internacional (O);* 1867; *Jardim Portuense*, ensaio d'um jornal popular de cultura, aclimação, nomenclatura, vulgarisação e commercio das plantas tanto economicas e industriaes, como de recreio e ornato; outubro, 1843; *Jasmim (O)*, quinzenario humoristico; 27 março, 1889; *João Chagas (O)*, jornal particular; 26 julho, 1891; não passou do 1.º numero; *Jornal de Agricultura e Horticultura Pratica;* 1 janeiro, 1894; *Jornal de Agricultura e Scien-*

*cias Correlativas*, quinzenario illustrado, dedicado aos lavradores portuguezes; 1 dezembro, 1880 a 15 fevereiro, 1883; *Jornal das Alfandegas*, revista mensal de interesses; 4 março, 1898; *Jornal dos Artistas*, socialista, dedicado ás classes operarias; 3 setembro, 1860 a 26 março, 1865; *Jornal Artistico Industrial*; 1884; *Jornal Artistico Social*, semanario dedicado ás associações de soccorros mutuos; 4 março, a 12 dezembro, 1877; *Jornal da Associação Industrial Portuense*; 15 agosto, 1852 a 15 novembro, 1863; *Jornal das Associações*; 15 março a 16 julho, 1883; *Jornal de Avisos (annuncios)*; 1872; *Jornal dos Caixeiros*, semanario de propaganda, noticioso e litterario; orgão dos caixeiros do Porto; 2 novembro, 1902; *Jornal de Calliope*, litterario, do Collegio de S. Lazaro, dedicado á classe escolastica; dezembro, 1880 a outubro, 1882; *Jornal do Coração*; abril, 1897; *Jornal das Damas*, semanario; 1 janeiro, 1894; *Jornal das Familias*; 1 dezembro de 1889; *Jornal das Finanças*, revista hebdomadaria dos interesses materiaes; junho, 1892; *Jornal Horticolo-Agricola*; março, 1893; *Jornal de Horticultura Pratica*; 1 janeiro, 1870 a dezembro, 1892; *Jornal Illustrado*, politico e noticioso; 1 janeiro a 11 junho, 1881; *Jornal da Manhã*, politico, instructivo, noticioso e commercial; 1 setembro, 1872; em 1889 continuava; *Jornal Moderno*, litteratura e critica; 25 outubro, 1890; *Jornal do Norte*, regenerador; 17 março, 1867; *Jornal de Noticias*; 3 d'abril, 1865 a 25 agosto, 1870; fundiu-se com o *Primeiro de Janeiro*; *Jornal de Noticias*; 8 a 16 de setembro, 1879; *Jornal de Noticias*, destinado á defeza e propagação das ideias e acção politica do partido regenerador; 2 julho, 1888, ainda em publicação; *Jornal de Noticias (O)*; 13 junho, 1896; *Jornal de Novidades*, politico, litterario e noticioso; 25 agosto, 1889; *Jornal dos Nossos*; 1 julho, 1887; *Jornal dos Ociosos*, supplemento de *A Arte*; 1894; *Jornal do Operario (O)*, razão, direito e justiça, egualdade, liberdade e fraternidade; 2 fevereiro, 1890; *Jornal do Outro Mundo (O)*, ou *Republica dos Infernos*; 1879; *Jornal do Paiz (O)*, progressista, 10 outubro, 1881; em 1889 continuava; *Jornal para o Povo*; 31 outubro, 1892; *Jornal para todos*, litterario; 1 janeiro, 1879; *Jornal de Pedagogia*; 1882 a 1883; *Jornal do Porto, (O)*, 1 março, 1859; em 1889 ainda existia; *Jornal do Porto*, regenerador-liberal, 1 agosto, 1906; *Jornal do Povo*; dezembro, 1890; *Jornal do Povo*; 1891; *Jornal dos Romances Illustrado (O)*; 21 março, 1897; *Jornal da Semana*, politico, litterario e noticioso: dezembro, 1882 a 29 janeiro, 1883; *Jornal das Senhoras*, boletim religioso, educação, modas, lavores, jardim, theatros, bailes, copa e cosinha; 1 fevereiro a dezembro, 1877; *Jornal da Sociedade Agricola do Porto*; janeiro, 1856; *Jornal da Tarde*, republicano; 11 outubro, 1874; *Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar*, revista geographica portuense; 1 junho, 1879 a 11 janeiro, 1883; *Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar*; 5 abril, 1896; *Joven (O)*, revista academica, litteraria, mensal; 17 julho; *Julio Diniz*, semanario litterario; 20 março, 1882 a maio, 1886; *Jurisprudencia dos Tribunaes (A)*; janeiro, 1892; *Justiça (A)*; março, 1873 a 28 dezembro, 1875; foi seguido pelo *Popular do Porto*; *Justiça (A)*, semanario independente, illustrado, forense, politico, noticioso, critico, theatral, e orgão das Associações de Soccorros Mutuos no Porto e norte de Portugal; 1 janeiro, 1902; *Justiça Portugueza (A)*, folha do povo e para o povo; 2 agosto, 1880; em 1891 suspendeu; reappareceu em 2 outubro, 1893, com o n.º 690, finalisando de todo com a morte do seu redactor Santos Cardoso; *Juvenil*, publicação litteraria, quinzenal; 31 janeiro, 1897; *Laço Branco (O)*, semanario de litteratura e questões religiosas; maio, 1872; *Lamparina (A)*, satyrico; 1875; *Lampeão (O)*; 1868; *Lanterna (A)*, politico, commercial e noticioso, republicano; 29 abril, 1878 a 7 abril, 1879; veiu do *Staphil do Norte*, seguindo lhe a numeração com o n.º 9; *Lanterna Independente (A)*; 12 agosto, 1886; *Latego (O)*, quinzenario de critica ás letras, artes, politica e costumes portuguezes; 1 julho, 1901; *Lavrador (O) das Escolas moveis agricolas Maria Christina*; organisadas por *O Commercio do Porto*; 28 janeiro, 1903; *Leal Portuguez (O)*; 27 junho, 1808 a 27 junho, 1810; d'este ha 3 numeros 1 publicados, em 27 junho, 2 e 6 julho, 1808; *Lealdade (A)*; 1875; *Legislação (A)*; 1891; *Leis & Decretos*, publicação juridica quinzenal; janeiro, 1903; *Leituras para todos*, publicação litteraria e instructiva; abril, 1874; *Leviathan (O)*, revista mensal, satyrica e democratica; agosto, 1874; *Liberal Portuense (O)*, setembrista; 15 maio, 1837; *Libertador das Almas do Purgatorio (O)*, revista mensal das boas obras da egreja militante e dos meios d'aliviar a egreja paciente; janeiro, 1877; *Libertador das Almas do Purgatorio (O)*, revista mensal, etc.; março, 1882; *Libertario (O)*; 8 setembro, 1895; *Lidador (O)*, politico, litterario e commercial; 1 agosto, 1854 a 5 maio, 1857; *Litterario (O)*, revista infantil semanal; março a 10 junho, 1880; *Litterario Popular (O)*, semanario recreativo; 1849; *Livros*, revista bimensal de litteratura e critica; 27 setembro, 1903; *Livros*, revista de litteratura e critica; julho, 1906; *Livros (Os)*, letras, artes e sciencias; 1897; *Lucifer*, orgão da Brezunda Satanica; 29 janeiro, 1907; *Lucta (A)*, regenerador, 5 outubro, 1874; acabou em 1890; *Lucta (A)*; 1900; *Luctador (O)*, semanario, regenerador; 4 junho; 1888; *Luctador (O)*, communista, anarchista; novembro, 1895; *Luctador (O)*, orgão dos opprimidos, contra as oppressões e particularmente dos negociantes de tabacos e operarios; 24 agosto, 1896; *Luiz de Camões*, semanario instructivo; 1863; *Luiz de Quilimane (A)*, publicado pela classe academica portuense; 23 maio, 1885; *Lusitanian (The)*; novembro, 1844; *Lusitano (O)*, semanario litterario, historico e scientifico; 1 janeiro, 1900; *Luso Militar (O)*; 4 novembro, 1860 a 27 dezembro, 1861; *Luz do Cammercio (A)*, semanario independente e orgão dos empregados commerciaes; 6 abril, 1902; *Luz da Razão (A)*, jornal philosophico e recreativo; 28 julho, 1867 a 1882; *Luz e Vida*, pela Verdade, pela Justiça, pela Vida; fevereiro, 1905; *Lynce (O)*, semanario humoristico, litterario e satyrico; 1886; *Lyra*, 6 fevereiro, 1847; *Lyra (A)*; jornal de musica; janeiro, 1863 a 1867; *Lyra da Mocidade*, jornal de poesias ineditas; fevereiro, 1847 a fevereiro, 1849; *Machina (A)*; janeiro, 1893; *Madrugada (A)*, jornal de novos e para novos, 1 novembro, 1903 a 15 janeiro, 1904; 6 numeros, *Magisterio Portuguez (O)*; 17 novembro, 1904; *Maria da Fonte*, folha republicana; 1879; *Maria da Fonte*, folha republicana; 10 novembro, 1885 a 5 maio, 1886; 26 numeros; *Maria Rita*, jornal de carica-

turas; 15 julho, 1885 a 18 fevereiro, 1887; 70 numeros; *Maria Rita*, (caricaturas); 16 junho, 1889; *Mariposa (A)*, litterario; 1 outubro a novembro, 1877; *Mariposa (A)*; 6 fevereiro, 1899; foi seguido pelo *Campeão; Marselheza (A)*, hebdomadario republicano, 14 março a junho, 1880; *Medicina Moderna (A)*; janeiro, 1894; *Mel e Fel*, humoristico; 18 julho a setembro, 1887; foi continuado pela *Gazeta Moderna* com o n.º 6; *Melro (O)*, litterario; 1 setembro, 1879; *Memorandum do Bazar de Vendas*, distribuição gratis; 30 abril, 1877; *Mensageiro do Coração de Jesus (O)*; 1874; *Mensageiro Litterario (O)*, revista mensal bibliographica, scientifica, litteraria e recreativa; janeiro, 1888; *Mensageiro da Papelaria Normal (O)*, commercial; 1 junho, 1886; *Mensageiro Popular (O)*, ou *A Liberdade*, semanario religioso, litterario e recreativo; 4 julho, 1885 a 29 junho, 1889; 4 volumes; *Mensageiro Portuguez*, folha semanal destinada a Portugal e America do Sul; 6 janeiro, 1894; *Mephistopheles;* 1865; *Mercurio (O)*, commercial, litterario e de annuncios; outubro, 1846 a 1857; *Mestra Popular*, publicação linguistica, semanal, dedicada á instrucção de todas as classes, adequada ao uso dos portuguezes e brazileiros; 1878; *Minerva (A)*, quinzenario; 14 fevereiro, 1889; *Minho e Douro (O)*; 12 abril, 1893; *Minhoca (A)*; 15 maio a junho, 1879; 4 numeros; *Miniaturas*, hebdomadario de critica litteraria; abril, 1886; *Miscellanea Litteraria*, periodico mensal publicado por uma sociedade de amigos da instrucção; janeiro 1860 a maio, 1861; *Miscellanea Musical*. musicas para piano; janeiro, 1853; *Miscellanea Poetica*, semanario de poesias ineditas; 2 janeiro, 1851 a agosto, 1852; *Mocidade (A)*, semanario de instrucção e recreio; 10 junho a agosto, 1867; *Mocidade (A)*, revista academica, litteraria bimensal; 26 fevereiro a maio, 1880; *Mocidade (A)*, hebdomadario litterario e theatral; fevereiro, 1883; *Mocidade (A)*, semanario d'instrucção e recreio, dedicado ás damas portuenses; 9 maio, 1886; *Mocidade (A)*, jornal particular; 15 outubro, 1893; *Mocidade (A)*; 25 outubro, 1897; *Mocidade Democratica;* 1897; *Mocidade e Estudo*, jornal publicado para commemorar o 7.º anniversario da installação do Lyceu Nacional de Lamego; 11 novembro, 1887; *Mocidade d'Hoje (A)*, revista semanal scientifica e litteraria, 4 a 11 março, 1883; *Mocidade e Letras*, folha scientifica, litteraria e quinzenal; 29 outubro a novembro, 1882; *Moda (A)*, periodico trimensal illustrado com figurinos em phototypia e offerecido aos consumidores e revendedores da real e imperial chapelaria a vapor Costa Braga & Filhos; novembro, 1882 a fevereiro, 1889; *Moda d'Hoje (A)*, jornal das familias; 15 julho, 1897; *Moda Portuense (A)*, supplemento a *O Commercio do Porto*; outubro, 1901; *Moderna Edade (A)*, revista quinzenal e illustrada; 18 fevereiro, 1906; *Monarchia (A)*, legitimista; 2 outubro, 1854 a 2 maio, 1857; *Monitor (O)*, politico, commercial, litterario e industrial; 1 julho, 1857 a 30 julho, 1858; *Monitor (O)*, revista remanal de politica, religião e costumes; abril, 1876; *Monitor de Annuncios, novidades e recreio*, litterario; 1874; *Monitor de Bouças*, semanario litterario, politico e noticioso; setembro, 1881; em 1889 continuava; *Monitor do Exercito (O)*, assumptos militares; junho, 1868 a 1871; *Monitor de Portugal*, gazeta politica e noticiosa; 1 a 15 abril, 1866; *Morcego (O)*, satyrico; 1867 a janeiro, 1868; *Morcego (O)*, satyrico; 1878; *Morta (A)*, litterario; 15 setembro, 1879; *Mosaico (O)*, semanario de instrucção e recreio; 2 janeiro a 14 agosto, 1865; *Mosca (A)*, semanario humoristico illustrado; 11 fevereiro, 1883 a 19 junho, 1887; *Moscardo (O)*; 13 maio, 1891; *Mosquito (O)*, semanario litterario; 14 agosto, 1887; *Mosquito (O)*, quinzenario litterario e humoristico; 15 maio, 1889; *Mosquito (O)*; 16 fevereiro, 1891; *Mulher (A)*, orgão dos trabalhos da geração moderna; 15 abril, 1879; *Municipio (O)*; 3 dezembro, 1877; *Mundo Elegante*, semanario de modas, litteratura, theatro, bellas artes. etc; 24 novembro, 1858 a fevereiro, 1860; *Musa Alegre*, jornal mensal de poesias; setembro, 1885; *Museu Illustrado*, album litterario mensal; janeiro, 1878 a 1879; *Museu Illustrado (O)*, magazine semanal de instrucção e recreio; 7 fevereiro, 1907; *Museu Portuense*, historia, artes, sciencias industriaes e bellas letras; 1 agosto, 1838 a 15 janeiro, 1839; *Myosotis*, semanario litterario; 1 maio a setembro, 1889; *Nacional (O)*, politico, litterario e commercial. do partido cartista, e depois do regenerador; 25 maio, 1846 a 11 novembro, 1870; veiu da *Coalisão; Nacional (O)*, semanario politico, commercial noticioso e critico; 8 abril, 1888; *Noites de Insomnia*, offerecidas a quem não póde dormir; publicação mensal; janeiro a dezembro, 1874; *Noites de Vigilia*, revista de factos contemporaneos; 1874; *Noites de Vigilia*, revista quinzenal; 10 janeiro, 1875; *Norte (O)*, politico, orgão da Esquerda Dynastica no Porto; 2 janeiro, 1888 a 12 janeiro, 1889; *Norte (O)*; 1900; *Norte Republicano (O)*, semanario politico e noticioso; 14 abril a 6 junho, 1881; *Noticia official das operações do Exercito Libertador*, folha militar constitucional; 10 julho, 1832 a 8 setembro, 1833; *Noticiador Commercial Portuense;* 19 junho, 1836 a 18 julho, 1853; *Noticiador Pharmaceutico;* março, 1873; *Noticiador Portuense (O)*, recreativo, commercial e de annuncios; 26 maio a 10 setembro, 1857; *Noticias;* 6 a 15 julho, 1826; é continuação de *Noticias de Lisboa; Noticias (O)*; 1899; *Noticias de Lisboa*, noticioso; 6 julho, 1824 a 30 junho, 1826; foi continuado pelo *Noticias; Noticias de Portugal*, miguelista, novembro, 1833; *Noticioso (O)*; 1840 a 1842; *Nova Lucta;* 3 janeiro, 1897; *Nova Lyra do Fado*, apresentação dos melhores pensamentos de diversos e notaveis autores estrangeiros; versos para cantar á guitarra; 1884; *Nove de Julho (O)*, defensor da Liberdade; 15 outubro, 1887; *Novidade (A)*, revista de litteratura, artes e industria; 11 outubro, 1888 a 17 março, 1889; *Novidades (As)*, noticioso; 1871; *Novidades (As)*, noticioso, industrial, agricola e commercial; 1 janeiro, 1880; em 1889 continuava; foi o 1.º jornal que no Porto se vendia a 5 reis; *Novidades Medico-Pharmaceuticas;* 1894; *Novo Boletim Bibliographico;* 1894; *Novo Silva*, revista illustrada; 2 fevereiro, 1907; *Novos (Os)*, revista litteraria; 1 maio, 1889; *Novos (Os)*; 1896; *Nuvem (A)*, quinzenario litterario; 3 julho, 1887; *Observador (O)*, partido historico; 11 janeiro a 25 maio, 1867; *Observador Portuense (O)*, cartista; 11 outubro, 1826; *Omnibus*, jornal de annuncios; 7 fevereiro a 2 setembro, 1849; *Operario (O)*, jornal socialista destinado a advogar os interesses dos trabalhadores; 25 maio, 1879 a 26 fevereiro, 1882; *Opinião (A)*, politico, noticioso e litterario; 1 a 27 junho, 1878; *Opinião (A)*, sema

nario humoristico, litterario e theatral; 12 maio, 1883; *Opposição (A);* 11 maio, 1889; *Ordem do Dia (A);* 22 junho, 1891; *Ordens da Armada*, publicação official militar; 22 agosto, 1832 a 12 setembro, 1833; passaram a ser publicadas em Lisboa em 1835; *Oriente (O)*, politico, litterario, commercial e agricola (advogou a fusão de todos os partidos); 14 dezembro, 1857 a 13 junho, 1859; *Oriente de Traz-os-Montes;* 4 abril a 13 junho, 1859; continuação do *Oriente; Orpheon (O)*, contribuição para a litteratura musical; publicação mensal; 12 janeiro a 30 junho, 1886; *Orpheon Portuense (O)*, publicação musical; 1886; *Ortigões*, chronica do mez; perfis diversos, satyras da actualidade; outubro, 1876 a maio, 1877; 8 numeros; *Pae Paulino (O)*, satyrico e illustrado; 30 julho, 1877 a 12 abril, 1879; publicou se um n.º programma sem data; 42 numeros; *Pae Zé (O)*, semanario de mysticismo das costureiras e caixeiras; março, 1886; *Paiz (O)*, semanario independente, politico, noticioso, critico, litterario e theatral; 2 setembro, 1901; *Palavra (A)*, religioso, litterario de noticias e assumptos de interesse publico; 1 agosto, 1872; em publicação; *Palavra;* 1896; *Palco (O)*, revista semanal dos theatros; 23 abril a maio, 1880; *Palcos e Arenas*, revista illustrada theatral, tauromachica, litteraria, bibliographica, etc.; 24 abril, 1904; *Palhaço (O)*, divertido e satyrico; maio a agosto, 1872; *Palito (O)*, caricaturas; 22 julho a 10 dezembro, 1888; *Palmatoria (A)*, 27 setembro, 1881; *Palradores no Café;* 3 dezembro, 1822 a 15 dezembro, 1823; *Pamphleto;* 21 dezembro, 1893 a 3 junho, 1894; 13 numeros; *Panorama (O)*, magazine semanal illustrado; 16 agosto, 1906; *Pantheon (O)*, revista quinzenal de sciencias e letras; 15 novembro, 1880 a 15 dezembro, 1881; 24 numeros; *Pantheon dos Pianistas (O)*, quinzenario de musica; janeiro, 1882 a 1884; *Papagaio (O)*, quinzenario humoristico, 15 novembro a 15 dezembro, 1888; *Papagaio Real (O);* 1883; *Paquete no Estrangeiro*, commercial e noticioso; 3 julho a 29 dezembro, 1826; *Paraizo (O)*, litterario, romantico e jocoso; 6 fevereiro a 2 março, 1857; 4 numeros; *Parra (A)*, revista semanal; 3 janeiro, 1884; *Parvoeirões (Os ;* agosto, 1890 *Parvonia (A)*, humoristico, politico, litterario e theatral; 19 junho a agosto, 1876; *Parvonia Illustrada (A)*, politico, noticioso, litterario e theatral; 25 fevereiro a 9 julho, 1875; *Patria (A)*, miguelista, 7 fevereiro, 1849 a 4 março, 1851; *Patria (A)*, periodico dedicado ás costureiras; 20 março, 1886; *Patria*, semanario politico, commercial, noticioso e critico; 30 abril, 1888; *Patriota Portuense*, partido constitucional; 1 janeiro a 31 dezembro, 1821; *Patusco*, quinzenario litterario; 1 março, 1890; *Pedro Quinto*, politico, litterario, artistico e commercial, 16 setembro a 29 dezembro, 1855; *Pega (A)*, litterario e satyrico; 24 agosto, 1845 a 28 setembro, 1849; *Pelourinho (O)*, politico; 1 agosto, 1863 a 1863; *Peninsula*, litterario e instructivo; 8 janeiro, 1852 a junho, 1853; *Pensador (O)*, litterario, recreativo e mephistophelico; janeiro, 1858; *Periodico de Annuncios;* 19 outubro a 10 dezembro, 1827; 15 numeros; *Periodico Mercantil*, partido absolutista; janeiro a maio, 1828; *Periodico de Musica;* 1841; *Periodico dos Pobres no Porto*, cartista; 15 janeiro, 1835 a 31 março, 1858; *Perola (A)*, semanario litterario; 8 agosto, 1886; *Perola (A)*, revista litteraria; janeiro a setembro, 1887; *Perola (A);* 1897; *Petiz (O)*, noticioso, erotico, humoristico e litterario; 25 junho, 1882; *Petiz (O)*, politico, litterario e noticioso, progressista; 14 setembro, 1881 a 1887; *Petiz (O)*, 1896; *Petiz (O);* 1897; *Petiz Jornal (O)*, litterario, 1 junho a 20 dezembro, 1876; *Petiz-Jornal (O)*; da lusa infancia; 29 março, 1906; *Pharmacia Portugueza (A)*, orgão dos interesses da classe pharmaceutica; 7 novembro, 1886 a 15 março, 1887; *Pharol (O)*, litterario bimensal; 20 março, 1903; *Philarmonico Portuense (O);* 1841; *Philatelista Annunciador (O);* 1894; *Philatelista Annunciador (O)*, dedicado a todos os negociantes e collecionadores de sellos; maio, 1900; *Philatelista Luso-Africano (O)*; janeiro, 1899; *Philatelista do Occidente (O)*, publicação internacional; janeiro, 1898; *Philatelista Portuense;* 1900; *Pimpão do Porto (O)*, semanario humoristico; 1888; *Pimpolho (O);* outubro, 1886; saiu um n.º programma; *Pimpolho (O)*, folha tetrica, encomiastica, analytica, vandalica, metaphrastica e vampirica; 26 maio, 1892; *Piparote;* 10 junho, 1883; *Piparotes*, semanario politico de caricaturas; 6 janeiro a 17 fevereiro, 1889; 7 numeros; veiu substituir o *Sorvete; Piparotes;* 10 outubro a 15 novembro, 1892; 3 numeros; *Pirata (O)*, critico e litterario; 2 março, 1850 a 8 fevereiro, 1851; *Pirolito (O);* 1854 e 1855; *Pist Arola (O)*, novidades, petas, ratices e tretas, chistes, charadas, epigrammas e piadas; 21 fevereiro a 7 julho, 1878; publicou se um n.º programma, seguiu-se-lhe a *Gazeta de Hollanda*; *Plateia (A);* fevereiro, 1889; *Plutarcho Portuguez (O)*, collecção de retratos e biographias dos principaes vultos historicos da civilisação portugueza; 15 agosto, 1881 a 1882; *Policia (O)*, satyrico; 17 março, 1879 a 1889; *Polygrapho (O)*, semanario de vulgarisação scientifica e de conhecimentos uteis; 27 julho, 1884 a 11 janeiro 1885; 25 numeros; *Pomba (A)*, semanario litterario; 10 julho a setembro, 1887; *Ponto (O)*, orgão da classe dramatica dos pontos; semanal litterario; 15 setembro, 1885; *Pontos (Os)*; 5 janeiro, 1896; *Pontos e Virgulas*, 1 outubro, 1893 a 28 dezembro, 1895; *Popular (O)*; 14 outubro, 1889; *Popular do Porto*, noticioso, republicano; 3 a 13 janeiro, 1876; sequencia da *Justiça; Porta-Estandarte (O)*, republicano; 18 junho a 30 dezembro, 1888; *Porto (O)*; 1 abril, 1885; *Porto (O)*, diario offerecido ao partido liberal; 2 junho, 1874 a 23 março, 1876; *Porto e a Carta (O)*, conservador cartista; 3 janeiro, 1851 a 30 setembro, 1852; *Porto e a Carta (O);* 1854; *Porto Comico (O)*, semanario humoristico; 7 julho, 1880 a 9 abril, 1881; *Porto Commercial*, artistico, industrial e litterario; abril a 1 maio, 1858; *Porto Elegante*, revista litteraria e artistica; 26 maio, 1888; *Porto Elegante*, revista illustrada litteraria; 20 novembro a 1 dezembro, 1887; *Porto e Gaya*, bi semanal, dedicado aos interesses locaes do Porto e Villa Nova de Gaya; 13 dezembro, 1883 a meados de 1884; publicou se um n.º programma; *Porto Illustrado*, semanario pittoresco; 16 maio, 1863; *Porto Illustrado*, revista quinzenal illustrada, biographica, theatral e de sport; 3 junho, 1901; *Porto Liberal (O)*, politico, noticioso e commercial; 8 junho, 1881; em 1889 continuava; *Porto Medico*, revista mensal; abril, 1894; *Porto Philatelico*; 26 julho; 1898; *Portuense (O);* 4 janeiro, 1837; *Portuense (O)*, politico e industrial, progressista historico; 2 novembro, 1853 a 1 outubro, 1855; *Portuense*

*(O)*, noticioso, litterario e recreativo; 1 março, 1886; *Portugal (O)*, legitimista; 15 fevereiro, 1851 a 2 maio, 1857; *Portugal Artistico*, publicação illustrada; 15 fevereiro, 1901; *Portuguez (O)*, politico, litterario e noticioso, progressista; 10 junho, 1883; *Portugueza (A)*; 1892; *Portuguezes e Brazileiros*, galeria biographica illustrada; 1886; *Positivismo (O)*, revista de philosophia; outubro, 1878 a dezembro, 1882; *Preciso (O)*; 2 outubro, 1890; *Preços correntes*, commercial; 18 março, 1844; *Pregão (O)*, noticias e annuncios; 13 fevereiro a 31 março, 1877; *Previdente (A)*, folha official da sociedade, assim denominada, de seguros maritimos sobre vida; 31 outubro, 1864 a 1 outubro, 1870; *Preto no Branco*, revista semanal illustrada; 23 fevereiro, 1896; *Primavera (A)*, semanario recreativo; 15 outubro, 1859 a outubro, 1860; *Primavera (A)*; 21 dezembro, 1901; *Primavera (A)*; maio, 1902; *Primeiro de Janeiro*, orgão do centro eleitoral portuguez progressista dissidente; 10 janeiro, 1869; ainda em publicação; *Primeiro de Dezembro (O)*, anti-iberico, 14 julho, 1861 a março, 1864; *Primeiro de Dezembro (O)*; 1 dezembro, 1878; *Procurador do Povo*, jornal de noticias de interesse publico; 27 outubro, 1866 a 8 dezembro, 1866; *Progredior*, orgão mensal de propaganda da empresa *Progredior*, fabrica de bilbares de precisão; *Progressista (O)*, politico, litterario e commercial, partido setembrista; 1 outubro, 1846 a 23 julho, 1847; *Progresso (O)*, politico, litterario e commercial; 1 a 4 outubro, 1873; *Progresso Commercial (O)*, commercial e politico; 1 janeiro a 30 setembro, 1873; *Progresso Español (El)*; 2 novembro, 1899; *Progresso do Porto (O)*; 1870; *Progresso do Porto*, conservador-progressista; 18 novembro, 1870 a 21 março, 1871; *Propaganda Catholica*, folha catholica legitimista; janeiro, 1878 a 22 julho, 1879; *Propaganda Industrial (A)*, revista illustrada de vulgarisação industrial; outubro, 1887 a dezembro, 1888; *Propheta (O)*; 1 a 9 novembro, 1836; *Prosa e Verso*, revista litteraria illustrada, 15 junho, 1886; *Protesto do Norte (O)*; 20 agosto, 1893; *Protesto Operario (O)*, orgão do partido operario socialista; 5 março, 1882 a 21 fevereiro, 1886; *Provincia (A)*, progressista; 25 maio, 1885; em 1889 continuava; *Provincia (A)*; 1890; *Pugna (A)*, semanario litterario, humoristico e noticioso; 9 abril, 1887; *Purgatorio (O)*, politico, satyrico; 11 junho, 1859 a 18 outubro, 1861; *Puritano (O)*, politico, litterario e commercial, cartista conservador; 14 setembro, 1846 a 31 março, 1848; *Pyrilampo (O)*, republicano; março, 1867 a 1870; *Pyrilampo (O)*; bancos, banqueiros e sociedades anonymas; satyrico; 1878 a novembro, 1879; *Radical (O)*, republicano; 4 março, 1888; em 1889 continuava; *Rainunculo (O)*, semanario recreativo; 4 agosto, 1860; *Raio (O)*; 17 novembro, 1860 a junho, 1869; *Raio*, semanario illustrado de critica brava; 22 agosto, 1903; *Raios*; 9 março, 1895; *Ratos (Os)*; 1899; *Razão (A)*, revista litteraria; 1 maio a 15 junho, 1883; sairam 4 numeros; *Reacção (A)*; 23 julho, 1900; *Realista Portuense*, partido absolutista; 2 setembro, 1828 a 29 novembro, 1829; *Rebate (O)*, jornal da Academia do Porto; 11 março, 1890; *Recreação Familiar*; 17 maio a 2 agosto, 1873; 12 numeros; *Recreio (O)*; 3 março, 1901; *Recreio (O)*, revista semanal, scientifica, litteraria e noticiosa; 12 abril, 1883; *Recreio Damas*, periodico de musica para piano; 1848; *Recreio das Damas*, quinzenario de litteratura e modas; 1 a 15 abril, 1859; *Recreio da Juventude*, litterario; 1 dezembro, 1859 a 2 1 janeiro, 1860; *Recreio Musical das Damas*, musica; 1859 a 1861; *Recreio do Povo (O)*, contos, historietas, anecdotas, charadas, ditos jocosos, etc.; janeiro, 1885; *Recreio do Povo (O)*, semanario litterario, scientifico e recreativo; 1 fevereiro, 1887; *Reforma (A)*, orgão da verdade evangelica em Portugal; ecco da Egreja Lusitana; 2 agosto, 1877; em 1890 continuava; *Regeneração de Portugal*; 18 a 26 setembro, 1820; *Regenerador (O)*, orgão do partido regenerador do Porto; 1 agosto, 1881; em 1889 continuava; *Relampago (O)*; 1862; *Religião da Mulher*; 1893; *Remoque (O)*; 1896; *Renascença (A)*, orgão dos trabalhos da geração moderna; mensal; janeiro a outubro, 1878; *Renascença*, revista litteraria e artistica; janeiro; 1894; *Repertorio da Sociedade Juridica do Porto*; 8 junho, 1835; *Repertorio das Damas*, hebdomadario musical para piano; 1860; *Repertorio das Jovens Pianistas*, musical; 1865; *Repositorio de Legislação e Jurisprudencia*; 1896; *Repositorio Litterario da Sociedade de Sciencias Medicas e de Litteratura do Porto*; 15 outubro, 1834 a 1 outubro, 1835; 24 numeros; *Republica (A)*, semanario republicano; 1 março, 1873; *Republica (A)*; 19 abril, 1890 a abril, 1891; foi seguido da *Voz Publica* com o n.º 313; *Republica das Letras*, miscellanea de litteratura e recreio; 18 outubro a novembro, 1873; *Republica das Letras*, periodico mensal de litteratura; abril a junho, 1875; 3 numeros; *Republica Portugueza (A)*; 1 setembro, 1890; *Republicano (O)*, semanario; 1 julho a 1 agosto, 1880; *Respigador (O)*, collecção litteraria; 1846; *Respigador (O)*, collecção litteraria; janeiro, 1848 a 1849; 3 numeros; *Restauração (A)*, politico, religioso, litterario e noticioso; dezembro, 1864 a 14 outubro, 1865; *Resumo (O)*, revista semanal; 8 julho, 1895; *Retalhos*; 1900; *Revista (A)*, mensario de sciencias e letras; 15 julho, 1903; *Revista Academica*, litterario; 15 junho, 1878 a 1 janeiro, 1879; 2 numeros; successor do *Academico*; *Revista Academica*; 30 novembro, 1889; *Revista Administrativa*, jornal de administração publica; março a novembro, 1865; *Revista aduaneira*; 2 março, 1895; *Revista Agricola*, orgão dedicado aos interesses, progresso, fomento e defeza da Agricultura Portugueza; janeiro, 1898; *Revista d'Antropologia Criminal*, boletim do Posto Anthropometrico junto das cadeias da Relação do Porto; julho, 1902; *Revista de Arte e de Critica*; novembro, 1878; 3 numeros; *Revista de Arte e de Critica*, semanario; novembro a dezembro, 1888; *Revista Artistica*; 1891; *Revista Azul*; 1895; *Revista de Bibliographia*; 1900; *Revista Catholica*, religioso; janeiro a abril, 1878; *Revista Commercial de Vinhos e Azeites*, quinzenario; 1 dezembro, 1902; *Revista Critica de Litteratura Moderna*; 1868 a 24 abril, 1869; 2 numeros; *Revista de Direito Administrativo*, publicação mensal; 1878; em 1889 existia; *Revista de Direito Commercial*; 12 junho, 1887; *Revista de Electricidade e Telegraphia*; publicação mensal destinada á vulgarisação de todos os progressos da electricidade e telegraphia; 15 agosto, 1883; em 1889 continuava; *Revista Encyclopedica*, popular, instructiva e de conhecimentos uteis; 1893; *Revista das Escolas*, quinzenario; 15 janeiro, 1895; *Revista Espiritista*, orgão de propaganda; fevereiro, 1900; *Revista Espiritista do Por-*

*to*; 1896; *Revista Estrangeira*, 1838; começou em Coimbra, continuado pela *Revista Litteraria do Porto;* as primeiras revistas que se publicaram: *Revista dos Estudos Livres*, mensal; 23 fevereiro, 1883 a novembro, 1887; *Revista da Exposição Insular e Colonial no Palacio de Crystal Portuense;* 1893; *Revista Fazendaria*, orgão dos empregados dependentes do ministerio da fazenda; 15 junho, 1892; *Revista Financeira, do Jornal da Manhã;* 25 outubro a 24 dezembro, 1875; *Revista do Foro Portuguez;* 1899; *Revista Graphica*, orgão da Liga das Artes Graphicas; 4 agosto, 1901; *Revista d'Hoje*; 1894; *Revista Industrial;* 25 fevereiro, 1887; *Revista de Infantaria;* 1898; *Revista Judiciaria;* 1 agosto, 1900; *Revista Juridica*; 1 julho a 15 dezembro, 1836; *Revista Juridica*; 1892; *Revista de Jurisprudencia*; dezembro, 1856 a abril, 1858; *Revista de Jurisprudencia Militar;* 1886; *Revista de Jurisprudencia Militar;* 30 janeiro a 30 dezembro, 1889; *Revista Litteraria*, periodico de litteratura, philosophia, viagens, sciencias e bellas artes; 15 julho, 1838 a 1843; *Revista Litteraria;* 1876; *Revista Litteraria (A)*, 1 janeiro, 1897; *Revista Litteraria do Porto*, semanario; 22 julho, a 23 dezembro, 1877; *Revista Lusitana*, archivo de estudos philologicos e ethnologicos relativos a Portugal; 1887; em 1889 existia; *Revista Luso-Española*, semanario scientifico, litterario e artistico; 30 julho a 8 novembro, 1885; publicou-se um n.º programma com a data de 15 junho, 1885; 12 numeros; *Revista dos Lyceus*; 1891; *Revista de Medicina e Cirurgia*, secção especial da revista de hygiene *A Saude Publica;* 15 janeiro, 1887; *Revista de Medicina Militar*, quinzenal; outubro, 1886 a maio, 1889; *Revista Moderna*, theatral; 1884; *Revista Moderna*, republicana, politica e litteraria; 5 março a outubro, 1888; *Revista Musical*, quinzenario artistico; 1 junho, 1902; *Revista Nacional*, politico, scientifico e litterario; 1 abril, 1881 a janeiro, 1882; *Revista do Norte*, republicano; 12 julho, 1880 a 1885; *Revista Pedagogica*, mensal; março a abril, 1886; *Revista de Pharmacia e Sciencias Accessorias do Porto;* janeiro, 1857; em 1889 existia; *Revista do Porto*, semanario noticioso e litterario; novembro, 1877; *Revista de Portugal*, litteraria, scientifica, noticiosa; 1 julho, 1889; publicou-se um n.º programma; *Revista Portugueza;* dezembro, 1894 a 28 maio, 189 ; 6 numeros; *Revista de Revistas*, synthese de publicações sobre o espiritismo, orgão de propaganda; janeiro, 1900; *Revista das Sciencias Naturaes*; 31 janeiro, 1889; *Revista Scientifica*; janeiro, 1882 a março, 1883; *Revista Scientifica do Atheneu do Porto*; janeiro, 1885; *Revista Social*, quinzenario do Instituto Anthero do Quental; 15 julho, 1894; *Revista da Sociedade de Geographia Commercial do Porto;* 1882; *Revista da Sociedade Instrucção do Porto*, mensal; 1 janeiro, 1881 a 1 dezembro, 1884; *Revista dos Tribunaes;* 15 junho, 1882; em 1889 continuava; *Revolta (A)*; 14 maio, 1890; *Revolta (A)*, semanario communista-anarchista; 12 maio a 2 setembro, 1889; *Revolução de Janeiro (A)*, politico, a favor do movimento chamado da *Janeirinha*, que dissolveu o governo da fusão; 1 junho a 31 agosto, 1868; foi o primeiro jornal que se publicou do partido progressista; *Revolução Social (A)*, orgão communista-anarchista; 15 janeiro, 1888 a janeiro, 1891; *Revue Française*; 1891; *Riso do Diabo (O)*; 3 outubro, 1891; *Risota (A)*, orgão particular; 5 março, 1892; *Rocio (O)*, litterario; 1862; *Romancista (O)*, semanario dedicado ás elegantes portuenses; 5 julho, 1891; *Romper da Aurora (O);* 1899; *Rosa (A)*, quinzenario litterario, dedicado ás damas portuouses; 27 março a 4 dezembro, 1887; *Rosmaninho (O)*; 15 abril, 1900; *Rossicler (O)*, quinzenario litterario; 15 setembro, 1885 a 15 fevereiro, 1886; *Rouxinol (O)*, quinzenario de litteratura amena; janeiro, 1876; *Sabonete*; 1891; *Salamaleck*; 1869 a 1870; *Saltão (O)*, quinzenario litterario, noticioso e theatral; 24 fevereiro, 1889; *Santa Cecilia*, publicação musical; 10 abril, 1883; *Satan*, publicação annexa á capa de *A Arte*; começou com a letra F d'essa revista, 1899, 2.º anno; *Satyra (A);* 15 março a dezembro, 1884; *Saudade (A)*; 1867; *Saude Publica (A)*, hebdomadario de hygiene; 6 janeiro, 1881; *Scena (A)*; 1894; *Sciencia Infantil (A)*, quinzenario; abril, 1886; *Sciencias e Artes*, semanal; 19 novembro, 1882 a 1883; *Sciencias e Catholicismo*, anti clerical; outubro, 1876 a 1877; *Seculo (O)*, semanario satyrico e noticioso; 1 janeiro a 3 maio, 1862; *Seculo (O)*, religioso, litterario e politico; 4 fevereiro, 1864; *Semana (A)*, critico, litterario, illustrado, satyrico, scientifico e noticioso; janeiro, 1882; *Semana (A)*, revista moderna de sciencias, litteratura e artes; 16 dezembro, 1885 a junho, 1886; *Semana Alegre*; 10 setembro, 1892; *Semana Illustrada (A)*; 1883; *Semana Illustrada*, revista d'arte e litteratura, n.º programma 13 abril, 1891; n.º 1.º 11 maio, 1891; *Semanario dos Filhos de Maria*, religioso; 25 outubro, 1866 a 30 abril, 1867; *Sentinella Politica*, 1 julho, 1821 a 16 abril, 1822; *Sentinella do Porto*, semanario defensor da colonia hespanhola; 30 junho, 1884; *Sera Bernarda (A)*, semanario litterario, theatral, noticioso e imparcial; 17 a 24 setembro, 1882; *Serão (O)*, magazine semanal illustrado e da familia; 1 a 24 julho, 1909; 4 numeros; *Sereno (O)*, noticioso; 1868; *Serões de S. Miguel de Seide*, chronica mensal de litteratura amena; dezembro, 1885 a junho, 1886; *Serrote (O)*, jornal de caricaturas; 20 março a 23 setembro, 1877; *Setta (A);* satyrico e humoristico; 1 maio, 1881; *Setta (A)*; 1 fevereiro, 1891; *Simples (Os)*, quinzenal; sciencia, litteratura e arte; 1 julho, 1901; *Socego do Lar*, litterario, noticioso e recreativo; 5 agosto, 1883; *Sociaes*; março, 1900; *Socrates*, semauario litterario e humoristico; 2 fevereiro, 1884; *Soirée Collegial*, musica para piano e canto; 1887; *Sol (O)*, cartista; 12 dezembro, 1826 a maio, 1828; *Solitario no seu gabinete (O)*, cartista; julho, 1826; era impresso em Lisboa; *Sombra e Luz*, revista mensal de letras, arte, sport e photographia; outubro, 1900; 12 numeros; *Sonhador (O)*, hebdomadario de litteratura e recreio; 31 dezembro, 1877 a 1878; *Sorvete (O)*, jornal de caricaturas; 9 junho, 1878; em 1889 existia; *Sphinx*, arte e critica; agosto, 1898; *S. S. e R. R.*, revista intransigente, critica, satyrica e humoristica; 6 setembro, 1885 a 19 junho, 1886; *Staphit do Norte*, politico, noticioso e commercial, republicano; 26 fevereiro, 1878; *Supplemento burlesco ao Ecco Popular*, satyrico e humoristico; 1848; *Supplemento de Noticias;* 1868; *Supplemento* scientifico, litterario da *Palavra*; 1893; *Suspiro (O)*, litterario; 1888; *Syndicato (O)*, semanario republicano, politico, litterario e noticioso; 17 julho, 1887 a 7 abril, 1890; *Tambor-Mór (O)*, revista semanal dos acontecimentos diarios; 3 fevereiro a março, 1889; *Tam Tam (O)*,

folha burlesca; setembro, 1879 a março, 1880; 24 numeros; *Tam-Tam*, orgão official da laracha nacional; 10 fevereiro, 1889 a 6 abril, 1890; *Tasso*, litterario, recreativo e de theatros; 1 janeiro, 1868 a dezembro, 1869; *Telegrapho (O)*; 16 janeiro, 1891; *Telescopio Braziliense nos Açôres*, ou o *Brazileiro Emigrado*; 1833; *Tentativas Litterarias*, litteratura e recreio; 28 fevereiro a 15 junho, 1863; *Terpsichore*, repertorio de musica e bailes; 1860; *Theatro (O)*, dedicado a assumptos theatraes, litterario e bellas artes; 17 dezembro, 1891; *Theatro Economico*, collecção theatral; 1861 a 1868; *Theatro Illustrado*, artes e letras; 20 abril, 1902; publicou se outro n.º 1 com a letra A; com o n.º 4 em formato maior, mas sómente com 4 paginas, vem com o titulo *O Theatro Illustrado Aristocrata*, por se ter fundido com este jornal; *Theatro e Modas*, hebdomadario; 29 março a abril, 1877; *Theatro Portuguez (O)*, revista de revistas, quinzenario de critica theatral, illustrado; 1901; *Theatro de Sala*, collecção de peças theatraes; 1870; *Theatros;* 1900; *Themis (A)*, semanario politico, commercial, noticioso, scientifico e recreativo; 10 março, 1885; *Thesoura (A);* 30 outubro, 1892; *Thesouro Liberal*, chronica de tudo que a merecer; 1873; *Tigre (O)*, semanario republicano humoristico illustrado, caricaturas; 15 novembro a dezembro, 1881; 6 numeros; *Tim Tim por Tim Tim*, semanario litterario e humoristico; 28 agosto, 1887; *Tio Anselmo (O)*, semanario util e agradavel; agosto, 1879; *Toureiro (O)*, revista semanal, illustrada e tauromachica; 29 junho, 1890; *Tournure (A)*, dedicado á alta aristocracia, litterario; 2 outubro, 1887; *Touros (Os)*, revista taurina illustrada; 17 abril, 1904; *Trabalhador (O)*, revista do movimento operario; 6 janeiro, 1889; *Trabalhador (O)*, jornal operario; 15 novembro, 1896; *Trabalho (O)*, socialista; 16 março, 1881; *Traquinas (O)*; 20 junho, 1889; *Tribuna (A)*, orgão dos operarios manipuladores de tabacos; 13 fevereiro, 1892; *Tribuna do Magisterio*; 6 agosto, 1893; *Tribuna do Operario (A)*, orgão dos manipuladores de tabacos no Porto; 7 janeiro, 1889; *Tripeiro (O);* 2 janeiro, 1852; *Triumpho (O)*, semanario litterario, noticioso e humoristico; 4 outubro, 1891; *Triumpho (O)*, noticioso, litterario e humoristico; 10 maio, 1893; *Triumpho (O);* 1896; *31 de Janeiro*, semanario republicano; 1891; *Trovão (O)*, critico e satyrico; 9 fevereiro, 1862; *Trovão (O)*, semanario humoristico e litterario; 6 dezembro, 1885; *Tutti-li-Mundi*, revista semanal; n.º programma 16 abril, 1883; 1.º n.º 23 abril, 1883; *Typographia Portugueza*, revista mensal; setembro, 1887 a agosto, 1888; *Unha (A')*, semanario taurino independente; 23 abril, 1905; *União (A)*, gazeta diaria, progressista; 1 setembro, 1879; *União (A)*; 1899; *União Academica*, litterario; março a junho, 1872; *União Academica*, hebdomadario scientifico, litterario e humoristico; 7 fevereiro, 1884 a 1888; *União Artistica*, jornal das classes laboriosas, socialista; 30 janeiro, 1855; *União Militar;* 1871 a 1872; *Union Española (La);* 1894; *Vampiro*, litterario; fevereiro, 1873, *Vedeta da Liberdade*, setembrista e depois cartista; maio, 1835 a 19 setembro, 1840; *Vedeta da Liberdade (A)*, progressista; 1 maio, 1835 a 19 agosto, 1840; *Velho Liberal do Douro (O)*, cartista; setembro, 1826 a fevereiro, 1834; *Velocipedista (O)*, revista quinzenal dedicada ao Club Velocipedista do Porto; março, 1893; *Verdade (A)*, republicano; 17 setembro, 1855 a dezembro, 1857; *Verdade (A)*, semanario maçonico; 13 novembro, 1871 a 1872; *Verdade (A)*, politico e noticioso; 28 agosto, 1882 a 18 janeiro, 1886; *Verdade (A);* 9 fevereiro, 1890; *Vergalho;* 1895; *Verruma (A);* semanario incolor e intransigente; 8 a 15 julho, 1888; *Vespa (A)*, satyrico, poetico e litterario; 1860; *Vespa (A)*, semanario theatral e burlesco, 1861 a 1862; *Vespa (A)*, orgão d'uma sociedade de ocarinistas, quinzenal; 18 março, 1883; *Vespa (A)*, revista quinzenal litteraria e illustrada; 1891; *Vespa (A)*, semanario critico e humoristico; 7 maio, 1893; *Vespas (As)*, chronica semanal humoristica; 12 outubro, 1879; *Vespas (As)*, revista mensal, critica e humoristica; janeiro a agosto, 1880; *Vespas (As)*, revista mensal; janeiro, 1890; *Vespas e Mariposas*, publicação trimensal: brinde aos assignantes do *Diario da Tarde;* abril a junho, 1874; *Vida Alegre*, recreio popular; 1885; não passou do n.º 1; *Vida Moderna (A)*, folha de vulgarisação scientifica e de conhecimentos uteis; 6 novembro, 1880 a setembro, 1888; *Vigilante (O)*, quinzenario, orgão das Sociedades de Seguro no Porto; 9 julho, 1885; *Vigilia*, hebdomadario de litteratura; 2 outubro, 1876 a fevereiro, 1877; *Vinha Americana em Portugal (A);* abril, 1897; 27 *de Janeiro*, cartista; 30 maio a 16 agosto, 1842; *Violeta (A)*, litterario; 1 março a 15 junho, 1878; passou a intitular-se *O Pensamento;* 19 numeros; *Violinista (O)*, musica; 1864 a 1865; *Virente (O)*, quinzenal e litterario; 15 março, 1886; *Vizão (A)*, republicano radical; janeiro. 1868; *Voz de Christão (A)*, mensal illustrado; janeiro, 1884; findou em 1894 com o XI volume; *Voz do Commercio (A)*, orgão dos empregados do commercio; 22 novembro, 1896; *Voz do Douro (A)*, semanario de litteratura, sciencias e recreio; 1870 a setembro, 1871; *Voz da Liberdade*, politico, religioso, noticioso e commercial; 3 março a 10 outubro, 1864; *Voz do Operario (A)*, jornal socialista das classes laboriosas; 4 junho a 31 dezembro, 1853; *Voz do Povo (A)*, republicano; 13 abril, 1870; *Voz do Povo (A)*, politico, noticioso e commercial progressista; 20 julho, 1878 a 1883; *Voz do Povo (A);* 11 janeiro, 1894; *Voz do Proletario (A)*, orgão dos manipuladores do tabaco e defensor das classes obreiras em geral; 10 janeiro, 1897; *Voz Publica (A);* 9 maio, 1891, terminou em 1909; é successor com o n.º 313 da *Republica; Zé Barros*, jornal illustrado de caricaturas; setembro, 1885; *Zé Povinho*, republicano; 1 outubro, 1880; suspendendo em 1883, reappareceu em 1 janeiro, 1886; *Zé Simplicio (O);* 1900; *Zig-zag*, humoristico e burlesco; 1878; *Zodiaco-Lusitano*, medicina, janeiro a março, 1749.—Numeros unicos publicados no Porto até ao fim do reinado de D. Carlos: *Affonso Taveira (A);* 18 maio, 1906; *Album;* 22 janeiro, 1892; *Album de Lagrimas;* março, 1888; *Alferes Malheiro (O);* 31 janeiro, 1893; *Alvorada (A);* 10 junho, 1891; *Alvorada de 31 de Janeiro (A);* 1891; *A'manhã!* 1 maio, 1907; *Amelia Lopiculo;* 13 fevereiro, 1903; *Andaluz;* janeiro, 1885; *Angela Pinto;* 15 abril, 1899; *Aurora do Minho;* 25 abril, 1901; *Auxilium in periculo;* 25 agosto, 1900; *Baquet (O);* 21 março, 1889; *Caetano (O);* fevereiro, 1907; *Caloiro (O);* 30 novembro, 1905; *Capote Taurino (O);* 1906; *Caridade;* 21 março, 1887; *Carmen Cardoso;* 26 abril, 1899; *Consagração;* 28 março, 1886; *Consagração;* 8 maio, 1906; *Eclipse (O);* 12 agosto,

1906; *Eduardo Brazão (A);* 5 junho, 1901; *Eladio Nubida*; 27 abril, 1899; *Em plena festa;* 2 maio, 1894; *Emilia Eduarda (A);* 19 abril, 1886; *Ervelhinha (A);* XXXI-V-MCM.; *Expansões d'Alma;* 24 fevereiro, 1897; *Fama Volat;* 1 julho, 1900; *Festival Infantil;* 22 abril, 18 8; *Fiandeiro (O);* 12 junho, 1897; *Folha Unica;* 9 julho, 1892; *Folia (A);* 18 janeiro, 1901; *Geraldine (A)*; 1893; *Guerra Peninsular;* junho, 1908; *Homenagem a Calderon;* 25 maio, 1881; *Homenagem a Mousinho da Silveira*; maio, 1901; *Imponente Peregrinação á Virgem Flora*; 10 novembro, 1904; *In Memoriam*; 4 setembro, 1898; *Lagrimas e Confeito;* 27 fevereiro, 1892; *Lucilia Simões;* 27 março, 1897; *Lux e Charitas*, publicado pelo Gymnasio Lauret em beneficio da creche de S. Vicente de Paula e outras instituições caridosas; junho, 1887; *Machina (A);* agosto, 1893; *Monumento dos Vencidos;* 31 janeiro, 1897; *Na Hora da Festa;* 12 fevereiro, 1898; *Nas Bodas de Ouro do Commercio do Porto;* maio, 1904; *Noventa e Um;* 31 janeiro, 1894; *Numero Unico;* 20 maio, 1886; *Numero Unico (O);* fevereiro, 1903; *Oito de Setembro;* 29 setembro, 1889; *11 de Fevereiro de 1887; 11 de Fevereiro*, 1890; *Onze de Janeiro;* 1890; *Palavra de Santo Antonio (A)*, 1895; *Patria e Lilio;* 31 janeiro, 1893; *Petalas;* 8 março, 1889; *Por nossa Dama;* 14 maio, 1892; *Porto de Andaluzia;* 1 fevereiro, 1885; *Portugal Hespanha;* fevereiro, 1885; *Primeiro de Maio (O);* 1 maio, 1904; *Ramo de Letras;* 10 fevereiro, 1897; *Retalhos*; 5 janeiro, 1897; *Roberto Stagno;* 28 fevereiro, 1889; *Sobre as Cinzas;* 9 abril, 1888; *Talento e Arte;* 2 maio; 1896; *Um anno depois*; 31 janeiro, 1892; *Um anno depois;* 1894; *Um feixe de plumas;* 1 abril, 1890; *União (A);* junho, 1899; *Zé Simplicio (O);* 5 abril, 1900; *Zuavos e Bombeiros;* 30 abril, 1899; *Zulmira Ramos;* 12 março, 1904.

**Porto.** Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Triana, conc. d'Alemquer, distr. de Lisboa || S. Miguel, de Cabreiros, conc. e distr. de Braga. || S. Thiago, de Cardiellos, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santo André, de Gondomar, conc de Valverde, distr. de Braga. || Santa Maria, de Insalde, conc. de Paredes de Coura, distr. de Viauna do Castello. || S. Miguel, de Lama, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto || N. S.ª da Expectação, de Lordello, conc. de Monsão, distr. de Vianua do Castello. || Santa Eulalia, de Margaride, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || S. Thiago, de Ourilhe, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S Julião, do Paços, conc e distr. de Braga || S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr de Vizeu. || S. Thomé, de Prozello, conc. de Amares, distr. de Braga. || N. S.ª do O' do Porto, de Reguengo da Carvoeira, conc. de Mafra, distr de Lisboa. || Santa Marinha, de Roussas, conc. de Melgaço, distr. de Viauna do Castello. || S. Pedro, de Valle, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, do mesmo distr. || Santissimo Nome de Jesus, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Villa da Ilha de Santa Maria, Açôres (V. *Villa do Porto*). || Ribeira do distr. de Lisboa, que nasce na Venda do Pinheiro, corre a O, passa ao S do logar da Malveira, recebe differentes regatos, e entra no Oceano com 25 k. de curso.

**Porto Alexandre.** Concelho e distr. de Huilla, na prov. de Angola, Africa Occidental. E' composto unicamente da provincia do mesmo nome, e pertenceu ao distr. de Mossamedes. || Pov. e séde do conc. do mesmo nome, no distr. da Huilla, prov. de Angola. Está situado a 65 k. ao S da villa de Mossamedes e foi fundada em 1854, começando se pela construcção, n'um logar chamado a Barreira Branca, que termina pela banda de NE a bahia de Pinda (ou porto Alexandre), d'uma fortaleza em torno da qual se fôram levantando depois varias feitorias que abandonaram a bahia das Pipas e a de Mossamedes. A colonia entregou-se principalmente á pescaria, em que a bahia é abundantissima, e tambem á cultura da canna saccharina e do algodão no valle e nas margens do Coroca; e á creação de gado. Para este ponto concorreram durante muito tempo pescadores algarvios, que iam ali á pesca e por lá ficavam depois, e essa colonia não se extinguiu; é ella que contribue com uma importante receita para a alfandega respectiva pela exportação de peixe secco que se faz para o Congo, para o Gabão e S. Thomé. Esta pov. foi elevada á categoria de séde de concelho em 1895, sendo anteriormente uma delegação do conc. de Mossamedes. O seu porto, que está situado proximo da foz do rio Coroca, é um excellente surgidouro, muito abrigado, tendo uma superficie ancoravel de 788 hectares onde cabem 130 navios d'alto bordo, para o que tem fundos de 9 a 36 m d'agua. E' difficilmente perceptivel para quem vae do mar, por se confundir o areal da peninsula que o fórma com a praia da costa E. Em Porto Alexandre ha agencia de vapores, agricultores, casas commerciaes, estação postal e telegraphica, posto fiscal alfandegario, escolas para ambos os sexos; salinas (Cabo Negro), etc. Commando militar no Quiteve.

**Porto d'Alfombra** Pov. na freg. de N. S.ª da Alva e conc. de Aljesur, distr. de Faro.

**Porto das Almadias.** Pov. situada na margem direita do rio de Geba, defronte do presidio de Fá, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Fica em territorio das mandingas e é a primeira d'estas terras para quem vae rio acima.

**Porto de Almagre.** Pequena abra situada na costa N da ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira.

**Porto dos Almocreves.** Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Alva e conc. Aljesur, distr. de Faro. || S. Marcos da Serra, conc. de Silves, do mesmo districto.

**Porto Alto.** Pov. na freg. de N. S.ª da Oliveira, de Samora Correia, conc. de Benavente, distr. de Santarem.

**Porto Amelia.** Cidade e capital provisoria dos territorios da companhia privilegiada do Nyassa portuguez, Africa Oriental. E' a séde do conc. de Pemba V. *Pemba*.

**Porto do Ancião.** Bahia situada na costa SO da ilha Brava, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Pódem ancorar n'ella 10 a 12 navios em fundo de 13 a 16 m, mas é raramente procurada por não ter agua nem refrescos e ficar distante da povoação. Desemboca n'ella um valle secco ou asinhaga, onde ha uma mina de salitre inexplorada.

**Porto de Anna Chaves.** Bahia situada a N E da ilha de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. E' aberta a NE, tem pouco mais de 1:500 m. d'abertura entre a ponta de Anna de Chaves

e fortaleza de S. Sebastião, erigida na ponta S da Bahia, e pouco mais de 825 m. de concavidade até ao desembarcadouro, que é uma praia circular, onde se levanta a cidade de S. Thomé, capital da ilha e da provincia. As duas pontas que marcam a entrada da bahia, a de Anna de Chaves ou de Oque d'El-rei, onde está edificado o reducto de S. José, e a de S. Sebastião, onde se levanta a fortaloza do mesmo nome, correm uma contra a outra, do NO a SE. Para além d'ellas, para a concavidade da bahia, não pódem, porém, surgir navios que demandem mais de 4 m. d'agua, e por isso, os de maior lotação ancoram fóra. O fundeadouro é tambem desabrigado de todos os ventos de N a SE, e n'elle levanta muito o mar quando elles sopram d'estes quadrantes. Ha na ilha porto melhor e em condições superiores de segurança, e, todavia, a bahia de Anna de Chaves é o porto mais importante e o mais frequentado, certamente por ser o da cidade capital da provincia de S. Thomé e Principe.

**Porto d'Annibal**. Rezende e outros escriptores dizem que a antiga cidade cartagineza de *Portus-Annibalis* estava edificada no local da actual villa de Alvôr. Foi fundada pelo capitão Annibal, que lhe deu o nome. Outros sustentam que Porto d'Annibal era proximo e na praia da actual villa de Portimão. Na costa algarvia existiram muitas cidades, fundadas pelos phenicios, cartaginezes e romanos, que o Oceano, crescendo n'esta parte do globo, sepultou nas suas ondas. E' muito provavel que em Alvôr existisse uma cidade ou povoação qualquer, construida pelos invasores, ou pelos cuneos (lusitanos do Algarve), mas não se segue que fôsse aqui a velha cidade de Annibal.

**Porto Antigo**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Oliveira do Douro, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. Tem est. postal.

**Porto da Antonia**. Porto situado na costa O da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verdo, Africa Occidental. Serve apenas para embarcações de cabotagem.

**Porto d'Ave**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Thaide, conc de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. Tem est. post. A egreja de N. S.ª de Ave é magnifica, e foi elevada á categoria de capella real em 1873. Está edificada na vertente d'um formoso monte, com extensas e lindas vistas, que abrangem até ao Oceano, e tendo junto uma extensa e fertil veiga, regada pelo rio Ave, em cujas margens fica o Santuario, que dizem ser o mais celebre das provincias do norte, depois do Bom Jesus do Monte, de Braga. Foi construida depois de 1744. O edificio é octogono, com um bello zimborio; a capella-mór tem um rico altar de talha, primorosamente esculpido e dourado. O tecto da sacristia é enriquecido de pinturas a oleo, representando a imagem da Senhora, cercada de bellos ornatos. Na egreja ha dois orgãos, guarnecidos de talha, e unidos ao coro, um de cada lado. Os francezes os despedaçaram em 20 de março de 1809, mas fôram concertados, apenas se retiraram de Portugal aquelles invasores. Tem tambem dois bellos pulpitos, adornados das tres virtudes theologaes. As paredes interiores da egreja estão revestidas de bons azulejos, e a abobada é apainelada, contendo cada quadro uma pintura a oleo, e todos a figuração da ladainha. No octogono ha dois altares: o do Santissimo e o do Sant'Anna. A fachada da egreja é ladeada por duas elegantes torres, com os seus competentes sinos. Da egreja até ao topo da collina, ha um amplo *escadorio*, ladeado por 8 bonitas capellinhas, no gosto das do Santuario do Bom Jesus do Monte. Em 26 de agosto de 1875 inaugurou-se a estrada da Povoa de Lanhoso ao logar do Santuario da Senhora do Porto d'Ave. Foi um dia de grande regosijo para os povos d'estas terras.

**Porto de Aviz de Cima**. Pov. na freg. da Conversão de S. Paulo, de Pavia, conc. de Móra, distr. de Evora.

**Porto de Baixo**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Salreu, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

**Porto da Balsa**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Fajão, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra.

**Porto Barroso**. Pov. na freg. de Santa Margarida da Coutada, conc. de Constancia, distr. de Santarem.

**Porto da Beira**. V. *Pungue*.

**Porto Bom**. Povoações nas freguezias: S. Martinho, do Crato, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Gondim, conc. da Maia, distr. do Porto.

**Porto de Bouças**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Lara, conc. de Mousão, distr. de Vianna do Castello.

**Porto de Bouga**. Pov. na freg. de S. João Baptista, do Alegrete, conc. e distr. de Portalegre.

**Porto de Bouro**. Pov. na freg. do Salvador, de Ribas, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

**Porto Brandão** *(Thomaz da Silva Brandão, 1.º conde de)*. Fidalgo cavalleiro, commendador da ordem de Christo, gran-cruz da de Izabel a Catholica de Hespanha. N. em Villa Nova de Gaia a 28 de julho de 1839, fal. em S. João da Foz, do Porto, a 10 de setembro de 1885. Era filho de João Thiago Brandão, cirurgião dos Voluntarios Realistas, na cidade do Porto, e professor, mais tarde, n'uma das cadeiras da Escola Medico-Cirurgica da mesma cidade; e de sua mulher, D. Francisca Candida da Silva. Seguindo a carreira commercial, entrou no escriptorio de seu tio, Guilherme Pereira da Silva, e depois estabeleceu-se como corretor de vinhos e de letras de cambio. Esteve no Brazil e casou a 30 de dezembro de 1868 com sua prima e tia por afinidade, D. Maria Thereza dos Prazeres Porto Brandão, já viuva de seu primo Vicente Pereira da Silva, a qual falleceu em 26 de novembro de 1881, sendo filha de Vicente Pereira da Silva e de sua mulher D. Maria José da Conceição e Silva. Depois da *kermesse* realisada na Tapada d'Ajuda em maio de 1884, em beneficio da instituição das créches, em que fez generosos e valiosos donativos, foi agraciado com o titulo de conde de Porto Brandão, por decreto de 14 de junho seguinte. O illustre titular foi director da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, e pertenceu a outras collectividades, em que sempre se evidenciou o seu caracter caritativo. Tendo enviuvado, passou a segundas nupcias em 2 de agosto de 1885 com D. Maria del Pilar Dusmet Bregaro, neta dos marquezes de Dusmet e irmã da marqueza de Clara Monte. Esta senhora era já duas vezes

viuva, quando casou com o conde de Porto Brandão, sendo o seu primeiro marido o banqueiro Romero, de Londres; e o segundo João Maria Bregaro, irmão de D. Carolina Bregaro, casada com Rodrigo Delphim Pereira, e mãe da segunda condessa do Seisal.

**Porto Brandão**. Pov. na freg. de N. S.ª do Monte, de Caparica, conc. de Almada, distr. de Lisboa. Está situada n'uma baixa, entre uns montes, a uns 500 m. ao E do sitio onde existiu a torre de S. Sebastião, conhecida pela *Torre Velha*, hoje occupado pelo edificio do Lazareto. A pov. é pequena, de fórma oblonga, ficando lhe ao centro, ao S, a antiga capella da Senhora do Bom Successo, e ao N um terreiro, onde se construem algumas embarcações miudas. Em 1876 existia aqui uma fabrica de tijolo, no local onde se construira no tempo de D. João III, um fortim A imagem da Senhora do Bom Successo era de muita devoção para o povo d'esta aldeia e das immediações. A capella foi feita no seculo XVI á custa dos habitantes de Porto Brandão. D. Pedro V, que tinha particular devoção pela imagem, deu-lhe um bom altar de talha dourada, uma lampada de prata e dois ricos tocheiros. Proximo ao logar ha uma nascente de aguas mineraes, denominada *Fonte Santa*, a qual foi reconstruida pela camara municipal d'Almada no fim do anno de 1874. A uns 500 m. ao O de Porto Brandão, mandou D. João II, pelos annos de 1490, construir uma fortaleza, a que se deu o nome de *Castello de Porto Brandão*. El-rei D. Sebastião a reedificou em 1570, dando-lhe o nome de *Torre de S. Sebastião de Caparica*, mas o nome por que se tornou geralmente conhecida em nossos dias, emquanto existiu, era, conforme dissémos, *Torre Velha*. Foi n'esta fortaleza que se instituiu o antigo Lazareto, que estava em pessimas condições, pelos insalubres e escuros quartos em que se alojavam os quarentenarios, e pela grande falta de commodidades. Ali se conservou alguns annos, até que o governo attendendo ás repetidas queixas dos quarentenarios, se resolveu a construir um novo Lazareto. Fôram encarregadas pessoas competentes para escolherem um sitio mais apropriado á construcção do novo edificio, e sendo escolhido o monte sobranceiro ao velho castello, principiaram as obras em 1867, e no anno de 1869 já para ali se transferiram os quarentenarios. Para as obras se demoliu então a velha Torre, e das antigas fortificações apenas restavam alguns panos de muralha, ao lume d'agua, e o seu ambito foi occupado depois pelos armazens e outras officinas do Lazareto V. *este nome*.

**Porto Brejo**. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr de Aveiro.

**Porto da Carne**. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Baixa, conc, com., distr. e bisp. da Guarda; 81 fog. e 336 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem direita do rio Mondego, na estrada da Guarda a Celorico da Beira. Pertence á 2.ª div. mil., e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

**Porto Carneiros**. Pov. do conc. de Lagôa, ilha de S. Miguel, Açôres, bisp. de Angra do Heroismo. Cria gado, produz laranjas e vinho.

**Porto Carreiro**. Appellido nobre em Portugal, tomado da antiga villa de Porto Carreiro, e que pertence hoje a Villa Boa de Quires, e concelho de Marco de Canavezes, districto do Porto. Era ali o solar da familia d'este appellido, na quinta da *Torre* e *Paço*. As armas são: escudo escaquetado de ouro e azul, de quatro peças em faxa e quatro em pala; timbre, meio cavallo, de ouro, com cabeçada e redeas azues As pessoas d'este appellido que fôram para Castella, usam as mesmas armas com pequena alteração.

**Porto Carreiro** (*P. Antonio Martins*) Presbytero secular. N. em Lisboa a 8 de agosto de 1593, ignora-se a data do fallecimento. Tendo acompanhado seus paes para a India, em creança, tomou ordens religiosas em Gôa, e foi mestre de Philosophia, e depois de Theologia, na Universidade, que o bispo D. André de Santa Maria fundou em Cochim. Voltando a Portugal depois da morte d'aquelle prelado, naufragou perto de Bordéos, e salvando-se a custo, foi para Paris, em cuja Universidade tomou o grau de doutor em Theologia, e chegando finalmente á patria, foi prior da egreja de Azambuja até 1656. Deixou manuscriptos muitos tratados em latim e em portuguez sobre varios assumptos de religião e de moral, e a *Vida do bispo D. Fr. André de Santa Maria*.

**Porto Carreiro** (*João Cardoso da Cunha Araujo e Castro Porto Carreiro, 1.º visconde de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, juiz do Supremo Tribunal de Justiça, ministro de Estado, cavalleiro da ordem de Christo, commendador da de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. N. na quinta de Gaçamar, freguezia de Sandim, concelho da Feira, a 20 de outubro de 1792, fal. a 14 de janeiro de 1864. Era filho de João Bernardo Cardoso da Costa, desembargador da Relação do Porto, que morreu no Porto, victima da invasão franceza a 20 de março de 1809, e de D. Jeronyma Delfina da Cunha Porto Carreiro Sendo estudante em Coimbra, alistou se no batalhão academico em 1807, e tomou parte nas campanhas do Vouga; voltando á Universidade, depois de terminada a Guerra Peninsular, concluiu o curso de Direito, fez leitura no Desembargo do Paço em 1815; e foi nomeado juiz de fóra do civel de Santarem. Em 1820 foi nomeado corregedor de Vizeu, e sendo encarregado da direcção superior da policia em toda a Beira Alta, limpou toda aquella provincia de salteadores, e prestou bons serviços que o ministro da justiça lhe agradeceu, e ao mesmo tempo redigiu uma *Memoria economico-estatistica com um mappa chorographico da villa e termo de Santarem*, a qual offereceu ás côrtes. Sendo bem conhecidos os seus sentimentos liberaes, foi demittido em 1823 apenas caiu o governo constitucional, e retirando-se para a sua casa no Porto, esteve desempregado até 1826, em que foi nomeado corregedor d'essa cidade; no exercicio d'esse cargo permaneceu até que no anno seguinte foi transferido para Braga, quando depois das manifestações feitas, por occasião do general Saldanha ser demittido de ministro da guerra, o governo mudou todas as autoridades do Porto. Exonerado apenas o infante D. Miguel tomou conta do governo do reino, Porto Carreiro dirigiu-se por caminhos escusos ao Porto, e achando ahi já acclamado o infante seguiu para a Foz, onde vivia escondido es-

perando meio de emigrar para o Brazil, quando rebentou a revolução de 16 de maio e foi pela junta escolhido para corregedor da cidade. Tratou activamente de apromptar transportes para o exercito, cuidou zelosamente da arrecadação dos dinheiros da fazenda, conseguindo que em poucos dias entrassem no cofre da commissão do thesouro quantias importantes, e acompanhando a divisão liberal emigrou para Inglaterra, passando d'ali á Belgica, e mais tarde á ilha Terceira. Sendo nomeado em 1831 juiz da Relação dos Açôres, foi transferido em março de 1833 para a do Porto, mas não chegou a exercer este ultimo cargo, porque passou para a relação commercial de Lisboa, onde entrou em janeiro de 1843 e da qual foi presidente, succedendo n'este logar ao celebre Ferreira Borges. Deu grande impulso á creação das camaras dos corretores e á publicação de importantes regulamentos para a praça do commercio, e em novembro de 1836 passou para o Supremo Tribunal de Justiça. Em 1838 foi eleito senador pelos circulos do Porto e de Bragança, e em 18 de abril de 1839 tomou parte no ministerio com a pasta da justiça e negocios ecclesiasticos no gabinete formado pelo barão da Ribeira de Sabroza, apezar do pouco tempo que esse ministerio esteve no poder, por que caiu logo em 26 de novembro d'esse anno, o juiz Porto Carreiro deixou o seu nome ligado a algumas providencias acertadas, como a instituição das visitas ás cadeias para se conhecer a marcha dos processos e evitar abusos, e a algumas medidas que tomou para obstar ao progresso do schisma. Esteve depois largos annos afastado da politica, e sendo eleito deputado em algumas legislaturas, foi nomeado par do reino em 30 de dezembro de 1862. A mercê do titulo de visconde foi-lhe concedida em duas vidas, por decreto de 18 de agosto de 1855. Casou a 2 de outubro de 1844 com sua prima D. Helena Cardoso de Faria e Maia, filha de Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, doutor em Direito e desembargador effectivo da Casa da Supplicação, e de sua mulher D. Helena Victoria Machado de Faria e Maia.

**Porto Carreiro** *(João da Cunha Cardoso Osorio Ferraz e Castro de Porto Carreiro, 2.º visconde de)*. Par do reino, por successão de seu pae, tomando posse na respectiva camara a 9 de fevereiro de 1872; habilitado com o curso superior de letras. N. a 4 de julho de 1846, sendo filho do 1.º visconde de Porto Carreiro, João Cardoso da Cunha Araujo e Castro Porto Carreiro, e de sua mulher, D. Helena Cardoso de Faria e Maia. Recebeu o titulo, como verificação da 2.ª vida concedida no de seu pae, por decreto de 10 de junho de 1867. E' actual visconde de Porto Carreiro, o sr. D. João da Cunha Cardoso Coutinho Osorio d'Alarcão e Porto Carreiro.

**Porto Carreiro** *(Raymundo Viegas)*. Celebre fidalgo do seculo XIII, que no tempo das guerras de D. Sancho II e D. Affonso III, tomou o partido d'este ultimo monarcha, e teve a audacia de ir raptar a Coimbra, em 1246, á frente d'alguns homens d'armas, a rainha D. Mecia Lopes de Haro e de a encerrar no castello de Ourem. E' verdade que os historiadores suppõem que a propria rainha foi cumplice d'este rapto.

**Porto Carreiro**. Antiga villa e couto, já ha muito extinctos, na freg. de Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, no dia 1.º de setembro de 1513. || Povoações nas freguezias: S. Paio, de Carvalhal, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Fiães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, || S. Martinho. de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || S. Matheus, de Grimancellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Pedro, de Ossella, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

**Porto de Carro**. Povoações nas freguezias: S. Martinho de Gandara, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Estoy, conc. e distr. de Faro. || N. S.ª da Purificação, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || N. S.ª da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria. || S. Miguel e conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

**Porto de Carros**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Murtede, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

**Porto Carvalhal**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

**Porto Carvalho**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Ferreira a Nova, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

**Porto Carvalhoso**. Pov. na freg. de Santa Catharina da Fonte do Bispo, conc. de Tavira, distr. de Faro.

**Porto Casal**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Athaide, conc. de Amarante, distr. do Porto.

**Porto do Castanheiro**. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Izabel, de Teixeira, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

**Porto dos Cavalleiros**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Castro Laboreiro, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

**Porto da Cepa**. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Carvide, conc. e distr. de Leiria.

**Porto Cerdeira**. Pov. na freg. do Salvador, de Cabreiro, conc. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Porto Chão**. Pov. na freg. de S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

**Porto das Cigarras**. Porto da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Está situado na costa E. Pouco ao S, desagua a ribeira da Serra de Dentro.

**Porto Coelheiro**. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

**Porto do Corvo**. Porto da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' um dos principaes da ilha.

**Porto Cova**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Sistello, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Porto das Covas**. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Salir, conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Porto Côvo**. Pov. na freg. do Salvador, de Sines, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

**Porto Côvo da Bandeira** *(Alberto Julio da Costa Lobo Bandeira, 3.º conde de)*. Filho natural legitimado de José Bernardino da Costa Lobo Bandeira. Seu pae nasceu em Arcos de Valle de-Vez, em 1814, e foi herdeiro da importante casa de Porto Côvo da Bandeira, por legado que

deixou a elle e a seu irmão, Felix Bernardino da Costa Lobo Bandeira, seu primo o 1.º conde d'este titulo José Bernardino teve a propriedade e Felix Bernardino o usofructo e o titulo (V. o *artigo seguinte*). O 3.º conde de Porto Côvo de Bandeira herdou o titulo, como renovação no de seu tio, pelo decreto de 31 de março de 1887.

**Porto Côvo da Bandeira** (*Felix Bernardino da Costa Lobo Bandeira, 2.º visconde e 2.º conde de*). Commendador da ordem de Christo, par do reino, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, delegado do procurador regio. N. em 5 de maio de 1816, e fal. a 12 d'abril de 1883. Era filho de Felix Francisco da Rocha Lobo e de sua mulher D. Maria Rosa da Costa Lima. Foi herdeiro de seu primo, o 1.º visconde e 1.º conde de Porto Côvo do Baudeira, tanto nos titulos, como no usofructo da sua fortuna, sendo a propriedade legada a seu irmão José Bernardino da Costa Lobo Bandeira, (V. o *artigo antecedente*). O decreto de 2.º visconde, em verificação de vida, tem a data de 28 de abril de 1858, e o de conde, 9 do maio de 1878 O conde de Porto Côvo da Bandeira casou por escriptura anti nupcial de 21 de maio de 1873 com D. Luciana Maria de Oliveira Croft de Moura, filha do 1.º visconde da Graça, Jorge Croft, e de sua mulher D. Maria Luciana de Oliveira. Esta senhora já era viuva de Manuel de Moura Valdez, fidalgo da Casa Real e capitão de cavallaria, com quem casara a 19 de fevereiro de 1858, o qual fallecera em 15 de dezembro de 1863. O 2.º conde de Porto Côvo da Bandeira não teve successão, sendo herdeiro do titulo seu sobrinho, que foi o 3.º conde, conforme dissémos.

**Porto Côvo da Bandeira** (*Jacinto Fernandes Bandeira, 1.º barão de*). Fidalgo cavalleiro da Casa Real, deputado, inspector da Junta do Commercio, alcaide-mór de Villa Nova de Mil Fontes, conselheiro da Real Fazenda, etc. N. em Vianna do Castello, na rua da *Bandeira*, nome que accrescentou ao seu appellido de *Fernandes*, em 28 d'abril de 1745, fal. a 20 de maio de 1805. Era filho de Luiz Fernandes, artista, e de sua mulher D. Domingas Antunes. Jacinto Fernandes Bandeira veiu para Lisboa muito novo praticar o commercio, e quando contava apenas 23 annos de edade já era considerado como *homem de negocio*, e n'essa qualidade requereu em 1768 carta de familiar do Santo Officio. Morava então em casa do capitão de navios Domingos Dias da Silva. A sua pretenção foi deferida, recebendo a referida carta em 10 de fevereiro de 1769. Em 1774 obteve o habito da ordem de Christo; em 1702 teve o officio de escrivão perante o Desembargo do Paço, e n'esse mesmo anno foi nomeado deputado e inspector da Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação, assim como director da Companhia do Peruambuco e Parahyba; em 31 de maio de 1794 recebeu a mercê de fidalgo cavalleiro da Casa Real, em cujo decreto se lia o seguinte: «Os fundamentos com que Sua Majestade foi servida despachar a Jacinto Fernandes Baudeira, actual Deputado da Real Junta do Commercio, são os seguintes: por haver sido empregado em muitas importantes commissões do Real serviço, de que deu conta com muita honra e desinteresse; ter gratuitamente offerecido os seus dois navios, denominados *Santos Martyres e Santo Antonio Olinda*, promptos e equipados á sua custa, para levarem, como levaram, tropas portuguezas á bahia e porto de Rosas, e haver principiado uma povoação no sitio do porto *Côvo*, de que póde resultar muita utilidade ao commercio e transportes da provincia *d'Alemtejo*, cuja povoação se obrigou a concluir na conformidade do mappa, que apresentou. Em remuneração de todo o referido, e por querer com esta graça honrar os grossos negociantes, que empregam os seus cabedaes em utilidade do Estado, houve por bem fazer-lhe mercê do foro de Fidalgo da sua casa, com moradia ordinaria, etc.» Em 24 de janeiro de 1795 foi nomeado commissario da marinha, com a seguinte nomeação muito honrosa: «O Principe Nosso Senhor, attendendo ao distincto serviço que Jacinto Fernandes Bandeira lhe tem feito, facilitando os meios mais adequados para o Arsenal da Marinha ser provido com a maior economia possivel dos generos e effeitos de que precisa, adeantando os seus cabedaes para a compra dos ditos generos nas primeiras mãos pela modica commissão de tres por cento, mostrando n'esta incumbencia o zelo com que tão desinteressadamente se emprega no Real Serviço; e para que com mais satisfação possa continuar com a mesma assiduidade e diligencia a procurar tudo o que puder concorrer, para que os Reaes Armazens da Marinha sejam fornecidos com a possivel commodidade e barateza, e com os generos de melhor qualidade; foi servido nomeado Commissario da Marinha para o fornecimento dos ditos armazens; e esta Real ordem foi communicada ao Intendente dos mesmos por um aviso do excellentissimo Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretario de Estado da Marinha, e Dominios Ultramarinos, etc.» Em 13 de junho de 1796 foi agraciado para ter o direito de usar da denominação de *Senhor do Porto Côvo* e da commenda do *Forno do Paço do Conselho*, na ordem de S. Thiago em sua vida Em 14 de novembro de 1802 teve a mercê da alcaidaria-mór de Villa Nova de Mil Fontes, em duas vidas, tendo pouco antes o titulo de conselheiro da Real Fazenda. Por decreto de 15 de agosto de 1805, foi agraciado com o titulo de barão, em duas vidas. Teve o encargo de varias commissões e empregos, como: thesoureiro da mesa da Santa Casa da Misericordia; provedor da Real Companhia de Fiação e Tecidos de Seda, etc. Falleceu solteiro, legando uma fortuna colossal a seu sobrinho Jacinto Fernandes da Costa Bandeira, filho de sua irmã D. Maria Josepha Christina Bandeira, casada com João da Costa, proprietario em Vianna do Castello. Jacinto Fernandes da Costa Bandeira nasceu em 1777, herdou a colossal herança de seu tio materno, como fica dito, continuou com a sua grande casa commercial, que tinha avultados cabedaes espalhados em diversas praças da Europa, tendo egualmente grandes associações, diversos contratos e muitas contas com os commerciantes das referidas praças. Não quiz succeder á segunda vida do titulo de barão a seu tio, mas succedeu-lhe em tudo o mais, e por isso foi o 2.º senhor de Porto Côvo, alcaide-mór de Villa Nova de Mil Fontes, commendador da ordem de Christo, e no emprestimo forçado decretado por Junot no dia 3 de dezembro de 1807, subscreveu com 32:000$000 réis. Falleceu solteiro e sem descendentes a 3 de dezembro de 1810, legando toda a sua casa a seu irmão Joaquim da Costa Bandeira,

que foi o 2.º barão, 1.º visconde e 1.º conde de Porto Côvo de Bandeira. V. *o artigo seguinte.*

**Porto** Côvo da Bandeira *(Joaquim da Costa Bandeira 2.º barão, 1.º visconde e 1.º conde de).* Fidalgo cavalleiro, conselheiro, commendador da ordem de Christo e senhor do Porto Côvo, deputado da Junta dos Reaes Emprestimos, em 26 de julho de 1833, par do reino, conselheiro, presidente da direcção do Banco de Lisboa desde a sua fundação, etc. N. a 11 de dezembro de 1786, falleceu em 24 de dezembro de 1853. Era filho de João da Costa, proprietario em Vianna do Castello, e de sua mulher D. Maria Josepha Christina Bandeira; sobrinho do 1.º barão do Porto Côvo de Bandeira. Herdou a grande casa de seu irmão a 3 de dezembro de 1818 e continuou com o importantissimo movimento commercial, conseguindo pelo seu bom caracter e tino administrativo sustentar os bons creditos da casa, e augmentar ainda mais a sua fortuna. Joaquim da Costa Bandeira, assim como seu tio, tinha predilecção pelas distincções nobiliarchicas, e por isso, tratou de obter carta de brazão d'armas, o que lhe foi concedido em 6 de abril de 1821. Este brazão é um escudo, tendo em campo vermelho uma bandeira de ouro franjada de prata, com um leão d'azul armado de sanguinho, e a bandeira enfiada em haste de ouro, tendo os ferros de sua côr. Requereu a concessão de se encartar na segunda vida do titulo de barão com que seu tio fôra agraciado, o que tambem alcançou pelo decreto de 26 de fevereiro de 1822. Em 3 de janeiro de 1823 teve a mercê de fidalgo cavalleiro; foi nomeado em 27 de setembro de 1824 presidente da commissão para os soccorros aos emigrados do Brazil. Por decreto de 23 de julho de 1827, de que se passou carta no dia 30 do mesmo mez e anno, foi agraciado com a carta de conselheiro. Foi presidente da commissão para dar auxilios a estabelecimentos de caridade; membro da commissão de Thesouro Publico, em 26 de julho de 1833; par do reino em 1835; membro da commissão creada para tomar conhecimento do estado da divida externa consolidada. Por decreto de 19 de janeiro de 1825, foi agraciado por el-rei D. João VI com o titulo de visconde, em duas vidas, e em 17 de janeiro de 1826 fôram-lhe concedidas as honras de exercicio no Paço. Por decreto de 15 de setembro de 1843 foi elevado ao titulo de conde.

**Porto de Covões**. Pov. na freg. de Santo Antonio, de Covões, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

**Porto da Cruz**. Pov. e freg. de N. S.ª de Guadalupe, da ilha da Madeira, conc. de Santa Cruz, distr. e bisp. do Funchal; 694 fog. e 3:524 hab. Dista 15 k. da séde do conc. Tem est. post. e telegr., escolas d'ambos os sexos, fabricas de distillação de aguardente, medicos, juiz de paz, etc. Pequeno porto situado a E da ponta do Garajáo, entre o Porto Novo e o de Maxico. Pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. || Territorio do conc. de Bolama, na prov. da Guiné, Africa Occidental. Fica na margem direita do rio Grande de Guinala ou de Biguba, e ali tiveram os portuguezes uma feitoria de muita importancia que suplantava Cacheu em opulencia e trafico commercial. Este territorio foi desamparado depois de 1640.

**Porto do Curralinho**. Bahia situada na costa S E da ilha da Boa-Vista, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' um fundeadouro de 11 a 13 m. de fundo, bom, limpo e seguro no tempo das brisas, e mau e perigoso no tempo das aguas. Não tem logar habitado nem commercio, e por isso é pouco frequentada por navios. Tambem é chamada *Porto Portuguez.*

**Porto Dinheiro**. Pov. junto do Oceano, séde d'um posto fiscal dependente da secção de Peniche.

**Porto Domingo**. Pov. da freg. de N. S.ª da Victoria, 8.ª div. do conc. de Massangano, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Porto da Egreja**. Pov. na freg. de S. Vicente de Pereira Jusã, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

**Porto d'El Rei**. Aldeia na prov. de Estremadura, perto de Alcacer do Sal. Aqui se juntam os rios *Damine, Xarrama e Sado*, perdendo os dois primeiros o nome e prevalecendo só o terceiro. D'aqui para baixo, é o rio Sado, navegavel até á sua foz, em Setubal.

**Porto da Espada**. Pov. na freg. do Salvador, de Aramenha, conc. de Marvão distr. de Portalegre. Tem correio com serviço de posta rural.

**Porto Espinheiro**. Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o Velho, distr. de Coimbra.

**Porto das Esteveanas**. Pov. na freg. S. Matheus, de Alvâres, conc. de Goes, distr. de Coimbra.

**Porto Ferreiro**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

**Porto da Figueira**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Marrazes, conc. e distr. de Leiria.

**Porto da Fonte d'Areia**. Porto situado na costa N O da ilha do Porto, archipelago da Madeira.

**Porto Formoso** *(Jacinto Fernandes Gil, 1.º visconde de).* Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, par do reino e proprietario. N. a 3 de abril de 1823, e ha annos que falleceu. Era filho de Joaquim Fernandes Gil, negociante e proprietario em Lisboa, e de sua mulher D. Maria Izabel Gil. Casou em 1869 com D. Maria Izabel Alvares Cabral, filha de Joaquim Alvares Cabral e de sua mulher, D. Izabel Maria Rebello Raposo. Foi agraciado com o titulo de visconde do Porto Formoso, por decreto de 28 de janeiro de 1871. E' hoje 2.º visconde d'este titulo, seu filho, que tem egual nome, nascido em 1 de setembro de 1871, e que reside em Porto Formoso, ilha de S. Miguel, Açôres.

**Porto Formoso**. Pov. e freg. N. S.ª da Graça, da ilha de S. Miguel, conc. e com. de Ribeira Grande, distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo; 398 fog. e 1604 hab. Está situada ao fundo da enseada de Porto Formoso, em terreno plano, a 10 k. ao E da villa de Ribeira Grande. E' sua dependencia a pov. de Gorriana. Produz milho e trigo, cria gado e tem boa pesca. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. || Porto, ou pequena enseada situada na costa N da ilha de S. Miguel, Açôres, O S O e a cêrca de 13 k da ponta de Ajudá. E' apenas para peque-

nas embarcações. Ao fundo d'ella fica a pov. do mesmo nome, acima citada.

**Porto da Foz-Dão**. Pov. na freg. S. Martinho, de Ovôa, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

**Porto dos Frades**. Porto situado na costa E da ilha do Porto Santo, no archipelago da Madeira. Pouco ao S vae desaguar ali a Ribeira dos Frades.

**Porto Fundeiro**. Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

**Porto Fundo**. Porto da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' um dos mais importantes da ilha.

**Porto dos Fuzos** Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. de Certã, distr. de Castello Branco.

**Porto Godinho**. Povoações nas freguezias. N. S.ª do O', de Paião, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Graça, de Vinha da Rainha, conc. de Soure, do mesmo districto.

**Porto Grande**. Porto da ilha do S. Vicente, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' vasto e majestoso, abrigado e seguro em quasi todo o tempo, e é não só o melhor de todo o archipelago, como tambem um dos melhores das possessões portuguezas. Está situado na costa NO da ilha, aberto ao N, tendo n'esta direcção e á entrada o ilheu dos Passaros, em fórma de espiral, com 83 m. d'altura. A bacia do porto tem 5 k. de boca e é tão vasta, que n'ella pódem surgir 200 navios de todas as toneladas, em bom fundo limpo d'areia e cascalho, desde 4 até 9 m., abrigados de todos os ventos, dos do N pelas altas serras da ilha de Santo Antão, que protegem a boca da bahia á distancia de 15 k, e de todos os outros pelas proprias montanhas da ilha de S. Vicente. O Porto Grande, que banha a cidade do Mindello, unica povoação da ilha de S. Vicente, tem visto crescer dia a dia a sua importancia, não só pelas excellentes condições do seu ancoradouro, como ainda pela sua magnifica situação geographica. Porto da escala para toda a navegacão a vapor que liga a Europa, a America de Sul e a Africa Occidental, a ella aportam de continuo vapores de todas as nacionalidades, que teem ali uma estação do cabo submarino para poderem communicar rapidamente com a Europa e com a America. Aproveitando tão excellentes condições, estabeleceram-se no Porto Grande importantes depositos de carvão, de que os vapores se utilisam, e, como consequencia forçada d'estes fornecimentos, é o porto tambem frequentado por um grande numero de navios de vela carregados de combustivel para abastecimentos dos depositos, o que tudo torna devéras consideravel o seu movimento. Com a importancia crescente do porto, tem tambem crescido a da cidade do Mindello.

**Porto de Ilhavo**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Nariz, conc. e distr. de Aveiro.

**Porto Inglez**. Porto na ilha do Maio, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado na costa SO, é o principal da ilha, e muito frequentado por navios de todas as nações, que vão ali carregar sal. E' uma enseada de capacidade regular, ao longo d'uma rocha negra perpendicular de cêrca de 19 m. d'altura, onde se fundeia á vontade em 11 m. de fundo de areia, muito abrigada dos ventos do N e segura no tempo das brisas, mas muito perigosa no tempo das aguas. Freguezia de N S.ª da Luz, de Porto Inglez, na ilha do Maio, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental; 455 fog. e 1:916 hab. Está edificada no alto d'uma rocha, ao fundo da enseada do Porto Inglez. Commercio e transporte do sal provenientes das salinas ou maretas artificiaes, e da grande do salina natural da ilha. Esta freg. tomou o nome de Porto Inglez, pelo facto de até começos do seculo XVIII os inglezes haverem usurpado do tal fórma os direitos á ilha do Maio e á sua salina natural, que Portugal parecia não ter ali autoridade nenhuma. Os inglezes allegavam que a ilha lhe pertencia por haver sido dada em dote com Bombaim á princeza D. Catharina, quando casou com o rei Carlos II de Inglaterra, e só depois de 1771 é que terminou este estado de cousas, armando-se os habitantes e artilhando o forte do Porto Inglez, o que fez entrar na ordem os usurpadores. Esta freguezia, que tambem é conhecida por *Porto do Maio*, é designada no *Annuario estatistico dos dominios portuguezes* de 1899 e 1900, pelo nome do seu orago—*Nossa Senhora da Luz* (V. *Maio (ilha do)*, *Portugal*, vol IV, pag. 171). || Porto da ilha da Boavista, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. V. *Sal Rei*.

**Porto Izabel**. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, na ilha do Maio, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Porto Judeu**. Pov. e freg. de Santo Antonio, da ilha Terceira, conc., com., distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 440 fog. e 1:757 hab. Está situada na costa S, á beira-mar, cêrca de 10 k. a E da cidade de Angra do Heroismo, em terreno pouco elevado. Depende d'ella a pov. da Feira. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post, boa pesca e produz cereaes, legumes e vinho. A pov. pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

**Porto dos Judeus**. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, do distr. de Coimbra.

**Porto Junco**. Pov. na freg. de N. S.ª da Piedade, de Monte Rodondo, conc. e distr. de Leiria.

**Porto Labozo**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Vallega, conc. de Ovar, distr. de Aveiro.

**Porto da Lage**. Povoações nas freguezias: Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem. Tem caixa post. || N S.ª da Conceição e conc. de Villa Nova de Portimão, distr. de Faro.

**Porto de Lamas**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Ferreira a Nova, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

**Porto Lameiro**. Pov. na freg. de S. Mamede, de Matta Moirisca, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Porto Largo**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc de Monchique, distr. de Faro.

**Porto de Lavos**. Antiga denominação da villa e freg. de Lavos. conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

**Porto da Lenha**. Enseada e ilha situada na margem direita do rio Zaire, Africa Occidental, a 50 k. da foz. Tem geralmente 13 m. de profun

didade e na sua margem ha varias feitorias. Ponta da Lenha ou Porto da Lenha, é uma ilha proximo da margem direita do Zaire, situada n'uma das partes mais estreitas do rio, e onde a sua corrente é bastante impetuosa. Serve de ponto de escala a quasi todos os navios que sobem ou descem o rio. A ilha é toda coberta de vegetação frondosa e secular, d'onde lhe vem o nome, segundo a opinião geral, porque é conhecida. Foi um porto bastante importante para embarque de escravos; mais tarde esse trafico terminou, conservando, não obstante, a sua importancia em virtude do commercio que depois se desenvolveu com a exportação de productos indigenas.

**Porto Liceia**. Pov. na freg de S. Pedro, de Alhadas, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra.

**Porto Limo**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Cambas, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

**Porto de Linhares**. Pov. na freg. de Santa Eufemia, de Coz, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria.

**Porto do Lobo**. Pov. na freg. de S Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro || Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Porto Longo**. Pov. na freg. de Nossa S.ª da Piedade, de Monte Redondo, conc. e distr. de Leiria.

**Porto do Lucalia**. Pov. do distr. de Loanda, Africa Occidental.

**Porto Luzio**. Pov. na freg. de Santa Suzana, de Carapinheira, conc. de Montemór o-Velho, distr. de Coimbra.

**Porto de Mação**. Pov. na freg. de S. Thiago e S. Matheus e conc. de Sardoal, distr. de Santarem.

**Porto Madeira**. Pov. na freg. de S. Thiago, no conc da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Porto Madeira Abaixo**. Pov. da freg. de S. Thiago no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Porto de Maio**. V. *Porto Inglez.*

**Porto Maior**. Pov. na freg. do Salvador, de Valdreu, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Porto Manso**. Aldeia, na prov. do Douro, na freg. de Santo André, de Ancede, conc. de Baião, distr. do Porto. Está situada sobre a margem direita do rio Douro. Foi por estes sitios, que em 18 de novembro de 1846, houve um tiroteio entre guerrilhas miguelistas de Macdonell e as forças do marquez de Sá da Bandeira, que retiravam para o Porto, pelo rio, depois da revolta de Valpaços.

**Porto Mar**. Pov na freg. de S. Thomé e conc de Mira, distr. de Coimbra. Tem correio com serviço de posta rural.

**Porto das Marinhas**. Porto situado na costa O da ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira.

**Porto Martim**. Pov. do conc. da Praia da Victoria, no distr. e bisp. de Angra do Heroismo, ilha Terceira, Açôres. Está situada a NE da pov. de Cabo da Praia. Tem ermida de N. S.ª do Rosario. Produz cereaes, legumes e pesca.

**Porto Martinho**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Melides, conc. de Grandola, distr. de Lisboa.

**Porto Martins**. Pov. na freg. de Santa Catharina, de Cabo da Praia, conc. da Praia da Victoria, distr. de Angra do Heroismo, Açôres.

**Porto Mau** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Varzea, conc. e distr. de Santarem.

**Porto Meão**. Pov. na freg. de S Julião, de Taboaças, conc. de Vieira, distr. de Braga.

**Porto Meeiro**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Seixo de Gatões, conc. de Montemór-o-Velho, distr. de Coimbra.

**Porto do Mendo**. Pov. na freg. de Santa Maria Magdalena, de Cem Soldos, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

**Porto Mesquita**. Pov. séde d'um posto fiscal dependente da secção de Alcoutim.

**Porto das Mestras**. Pov. na freg. de S. Torquato, de Matto, conc. de Coruche, distr. de Santarem.

**Porto da Moita**. Pov. na freg. de S. Miguel e conc de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

**Porto Moniz**. Villa da ilha da Madeira; séde de conc., com. de S. Vicente, distr. e bisp. do Funchal, Tem uma só freg., cujo orago é N. S.ª da Conceição. Está situada na costa N da ilha, e tem um porto que, embora desabrigado dos ventos de NO, é dos rarissimos abrigos que offerece aquella costa. Levanta-se n'uma planicie, na base de montes alcantilados, e é uma das povoações mais importantes de toda a costa. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., medicos, subdelegado de saude, fabricas de manteiga e de distillação e esmagamento de canna dôce; carreiras de vapôres costeiros do Funchal. Produz generos agricolas. O conc. compõe-se 4 freguezias, com 984 fog. e 4:187 hab, sendo 1:965 do sexo masc. e 2:222 do fem. As freguezias são: N. S.ª do Livramento, de Achadas da Cruz, 341 hab.: 161 do sexo masc. e 180 do fem; N. S.ª da Conceição, de Porto Moniz, 2:139 hab: 986 do sexo masc. e 1:153 do fem.; N. S.ª da Encarnação, de Ribeira da Janella, 624 hab.: 259 do sexo masc. e 365 do fem.; Santo Antão, de Seixal, 1:033 hab.: 559 do sexo masc. e 474 do fem. O principal commercio de todo o concelho é vinhos, gados, batata, cereaes, legumes, manteiga, casca de faia para curtir coiros, e canna d'assucar. Porto Moniz pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. Este conc. foi supprimido, sendo annexado parte ao da Calheta e parte ao de S. Vicente, por decreto de 18 de novembro de 1895; mas o decreto de 13 de janeiro de 1898 o restaurou, ficando com as mesmas freguezias que anteriormente o constituiam.

**Porto Moirisco**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Castanheira, conc. e distr. da Guarda.

**Porto do Moiro**. Pov. na freg. de Santa Margarida do Sádão, conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja.

**Porto da Morena**. Porto situado na costa S O da ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira

**Porto dos Mosquitos**. Pov. na freg. de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Porto de Moz** *(Venancio Pinto do Rego Cesar Trigueiros, 1.º barão de)*. Senhor dos morgados da Candeira e de Ribeira de Azoia, par do reino, conselheiro do Tribunal de Contas. N. a 25 de

julho de 1801, e já fallecido ha muitos annos. Casou a 5 de fevereiro de 1830 com D. Michaella Angelina da Guerra Pombo. O titulo de barão foi concedido por decreto de 12 de agosto de 1845.

**Porto de Moz.** Villa da prov. da Extremadura, séde de couc. e de com., distr. de Leiria e patriarc. de Lisboa. E' uma das povoações mais pittorescas e apprazivcis da provincia. Está situada na encosta occidental da serra de Minde, correndo-lhe ao O os rios Lena e Alcaide, muito abundantes de peixe, de varias especies. Fica distante 17 k. da capital do districto. Tem actualmente duas freguezias, S. João Paptista e S. Pedro, mas no meado do seculo XVIII havia tambem a de Santa Maria, vulgarmente chamada *N. S.ª dos Murtinhos*, sendo o vigario apresentado pela mitra, o qual tinha de rendimento 60$000 reis. Na egreja de S. João Baptista era o prior apresentado pelo padroado real, o qual tinha 200$000 reis de rendimento; e na de S. Pedro, apresentava o prior a Casa de Bragança com o rendimento de 300$000 reis. Segundo a *Chorographia Portugueza*, de P. Antonio Carvalho da Costa, teve principio esta fundação n'uma fortaleza construida pelos arabes no seculo IX, mas suppõe-se com fundamento, que já ali existia uma povoação muito antiga, e pelo menos do tempo dos romanos. Na quinta de S. Paio, 10 k. ao N da villa, ha evidentes vestigios d'uma povoação de eras remotas, porque se tem descoberto, n'uma grande extensão de terrenos, muitos alicerces, solidamente construidos, grandes telhas, ossos petreficados, amphoras, etc. Achou-se tambem um cano de ferro, corroido pelo fogo, muita *bôrra* de ferro, e alguns montes de minerio do mesmo metal, que não chegou a ir ao forno, o que indica ter havido ali, em tempos remotos, uma importante fabrica de ferro. Ainda n'este conc. ha boas minas de ferro, carvão fossil, e varios metaes e metaloides. No *Valle Pequeno* e na *Pia do Bicho*, ha uma mina de ferro, da qual teve concessão provisoria em outubro de 1875, o negociante de Lisboa Arthur H. Ivens; em janeiro de 1876 fôram manifestadas 5 minas de carvão fossil, uma de ferro e outra de prata e cobre; em abril do mesmo anno se manifestou uma mina de prata e antimonio, carvão de pedra e outros metaes, situada no *Outeiro dos Fojos*, da freg. de S. João Baptista; em 7 de maio do mesmo anno, se manifestaram 2 minas de carvão de pedra, uma na *Volta da Calle*, outra no *Campo de Alvados*; em 12 do mesmo mez e anno, outra de carvão, na *Volta da Calle*, e no dia 22, outra de carvão, no *Campo de Alvados;* em 3 de junho seguinte, 2 de carvão, sendo uma no *Zambujal d'Alcaria*, e outra no *Lagoeiro*, tambem d'Alcaria. Em 6 d'esse mez e anno, 3 de carvão e ferro, uma na *Portella da Mendiga*, outra nas *Varzeas*, freg. de *Serro Ventoso*, e outra nos *Pragaes*, limites da *Mendiga*, manifestadas pelo referido negociante Ivens; em julho e agosto do mesmo anno de 1876, manifestaram-se mais: uma mina de ferro, 4 de carvão e ferro, e uma de prata, cobre, platina, e outros metaes; em outubro do mesmo anno fôram manifestadas uma mina de prata, antimonio, carvão de pedra e outros metaes, e outra de carvão de pedra; em março de 1877 appareceu outra mina de prata, e ainda outra de carvão de pedra; em abril do mesmo anno obteve o já mencionado negociante Ivens a concessão definitiva d'uma mina de carvão de pedra, no *Cabeço do Veado*. Desde a ribeira da quinta citada de S. Paio, até ao cimo do outeiro, onde está a eira, era tudo um vasto cemiterio com mais de 200 m. de comprimento e pouco menos de largura. N'aquellas sepulturas se encontraram ossadas, ou petreficadas, ou que se transformavam em pó ao contacto do ar. Na extremidade Sul d'estas ruinas appareceu grande quantidade de moedas de prata romanas, dos imperadores Marco Attilio Regulo, que foi consul em 496 da fundação de Roma, 257 annos antes de Christo, e de Fabio Maximo Serviliano, consul romano da Lusitania, 144 annos antes de Christo, um dos generaes romanos derrotados pelo grande Viriato. As moedas mais modernas são de Aureliano, que reinou desde 270 até 275, da era christã. A maior parte d'estas moedas fôram descobertas em 1855. Perto d'estas ruinas, n'um sitio chamado *Valle da Moita*, descobriu-se em 18 9 um forno de cal, com grande porção d'ella, carvão e cinzas, tudo subterrado. Proximo do Juncal, nos sitios das *Barreiras Caientas* e *Ribeiro do Andão,* n'uma extensão talvez de 1:800 m., ha manifestos vestigios d'uma antiquissima povoação. Tem aqui apparecido fragmentos de telha, tijolo, potes e outros vasos, tudo feito de barro vermelho, e instrumentos de ferro, completamente oxidados. Nas proximidades tem-se encontrado esqueletos e ossadas, em grande quantidade. As noticias mais positivas de Porto de Moz datam do seculo XII, de que existem memorias escriptas. Suppõe-se que a fortaleza, já mencionada, é que deu origem á villa, que se foi edificando em volta das muralhas. Submettida a peninsula ao jugo dos arabes em 716, Porto de Moz esteve no seu poder 432 annos, até 1148, em que D. Affonso Henriques, estando em Coimbra, resolveu tomar por surpreza o seu castello, que n'esse tempo era importantissimo, e seguro valhacoito dos moiros, que d'elle saíam frequentes vezes a roubar e devastar as povoações christãs. D. Affonso Henriques reuniu uma luzida hoste, e no citado anno de 1148, sem declarar a pessoa alguma o seu intento, saiu de Coimbra e foi para o castello de Leiria. Depois de dar descanço á sua gente, saiu de Leiria ao anoitecer, e chegou pelas 10 da noite á frente de Porto de Moz no meio do maior silencio, e depois do descanço de duas horas, deu repentinamente um assalto; achando a guarnição desprevenida facilmente se assenhoreou da praça, degolando ou captivando todos os moiros. Nomeou logo alcaide mór de Porto de Moz D. Fuas Roupinho, a quem entregou a fortaleza e uma sufficiente guarnição. A praça de Porto de Moz era de tanta importancia, e os moiros ficaram tão raivosos por a terem perdido, que o rei moiro da Extremadura hespanhola, Gamir, reuniu alguns emires e alcaides serracenos, e veiu pôr cêrco ao castello de Porto de Moz em 1182. Os portuguezes eram poucos em numero, mas valiam por muitos, não só pela sua coragem, mas, e principalmente, pelos exemplos de intrepidez que lhes dava o seu destemido alcaide, que movia a mais cruel guerra aos moiros n'aquellas visinhanças. Não lhes soffreu o animo vêrem-se encurralados no castello, e uma noite, saiudo de improviso atiraram-se aos moiros desprevenidos com tal bravura, que os derrotaram completamente, captivando Gamir e os che-

fes que escaparam com vida, indo entregal-os a D. Affonso Henriques, que estava em Coimbra. Vendo-se os portuguezes desafrontados de moiros, e agradados da belleza e fertilidade dos campos que cercavam o castello, fôram construindo casas em volta, e bem depressa se formou a povoação. Morto D. Fuas Roupinho n'uma batalha gloriosamente, os moiros vendo-se livres de tão encarniçado inimigo, repetiram os ataques a Porto de Moz, e tanto fôram elles e tão destruidores, que o castello e a povoação se transformaram n'um montão de ruinas, sendo tudo abandonado pelos christãos. Dez annos ficou a localidade n'um perfeito deserto. Só em 1200 é que D. Sancho I mandou reedificar e ampliar a fortaleza, e reconstruir e repovoar a villa, que nunca mais tornou a cair no poder dos moiros. Desde essa epoca foi augmentando a população e progredindo, porque os seus habitantes se empregavam assiduamente em cultivar os seus ferteis campos, porém desde o principio do seculo XVI preferiram dedicar-se ás armas e ao commercio, desde que D. Vasco da Gama descobriu o caminho para a India, por mar, em 1497, e que Pedro Alvares Cabral descobriu o Brazil em 1500, deixando de cultivar as terras sobre-carregadas de pesadas rendas para differentes commendas e fidalgos. Por esta razão a villa foi decaindo do seu antigo esplendor, e eram mais as casas em ruinas e desertas, do que as habitadas Só no meado do seculo passado, é que novamente começou a prosperar, edificando-se novos edificios, e dedicando-se os habitantes á agricultura com verdadeiro interesse. A villa havia sido cercada de muralhas em 1300 pelo rei D. Diniz, que lhe deu foral, em Lisboa, a 24 de julho de 1305. Mais tarde, el-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 18 de fevereiro de 1515. A villa foi um priorado da ordem de Christo, até que passou a vigairaria dos bispos, e D. Pedro de Castilho, bispo de Leiria, tomou conta d'ella em 11 de julho de 1586. Havia então duas reitorias perpétuas, a de S. Pedro e a de S. João Baptista, que tinham sido dois priorados com quasi 500 annos de existencia, e com seus beneficios, em cada uma das egrejas. O prior tinha um terço dos dizimos, os beneficiados outro, e o arcebispo de Lisboa outro. Eram os priores que apresentavam os beneficiados das duas egrejas. O marquez de Valença, senhor d'esta villa, quando instituiu a collegiada de Ourem, extinguiu estes priorados, applicando a renda de S. Pedro, á cadeira de chantre, e a de S. João Baptista á do thesoureiro; e a 29 de outubro de 1457 creou vigarios perpetuos, collados pelo bispo da diocese. Apresentaram os vigarios os beneficios que vagavam, até ao anno de 1555, no qual elles e o cabido da collegiada desistiram d'esse direito a favor do duque de Bragança D. Theodosio I. Esta cedencia foi confirmada pelo pontifice Paulo IV, em 26 de janeiro de 1556, sendo desde então os duques de Bragança que apresentavam os vigarios e os beneficiados. Porto de Moz tinha voto em côrtes, com assento no 17.º banco. A sua alcaidaria mór andava na familia dos Mello da Silva O seu brazão d'armas é, em campo vermelho, um castello de prata, com tres torres, vendo se verdura sobre as lateraes. De cada um dos lados do castello estão em baixo, e collocadas horisontalmente, uma mó de moinho, e sobre cada uma, um picapeixe, ou guardario (ave), e por cima uma estrella de cinco pontas, tudo de prata. A egreja parochial de S. Pedro é muito antiga, e o bispo D. Pedro de Castilho a reedificou e concluiu a capella-mór, em 1590. E' de abobada de pedraria lavrada, e tem retabulo dourado. No altar estão as imagens de S. Pedro e S. Paulo. Quando bispo D. Pedro de Castilho, reconstruiu a egreja, mandou demolir uma capella, ali existente, que era de Izabel Correia, mandando se a ossada, que estava depositada, para o altar lateral da parte do Evangelho com autorisação do mesmo prelado. Em frente fica o altar de N. S.ª dos Remedios. Além d'estes tres altares, havia n'esta egreja, junto á porta travessa, da parte da Epistola, uma capella de abobada de pedra, consagrada a S. Sebastião, cuja imagem fôra mandada fazer pelo bispo D. Antonio Pinheiro. Esta egreja foi demolida em 1875, sendo mudada a séde da parochia para a egreja de N. S.ª dos Murtinhos, que fôra antiga freguezia, conforme dissémos Ignora-se a razão porque se chama á padroeira *N. S.ª dos Murtinhos*. Pretendem alguns, mas sem apresentarem provas, que esta imagem foi achada entre uns *murtaes*, onde os christãos a haviam escondido dos moiros no principio do seculo VIII. Era pintada em madeira, mas em 1611 a confraria da Senhora mandou fazer uma imagem de róca, de 1m, 10 d'altura, que esteve alguns annos no altar-mór da sua egreja, mas não se sabe o motivo porque foi depois levada para a egreja de Albardos. Depois mandou-se fazer outra imagem, que tambem saiu d'ali, ignorando-se a razão, indo para a egreja da Misericordia, depois de se fazer a que se vê hoje no altar mór, e que tambem é de róca. A egreja foi priorado com 6 beneficiados simples, até 1520, anno em que falleceu o ultimo prior, extinguindo-se então o priorado, que ficou reduzido a commenda da ordem de Christo, e a um vigario perpetuo, por breve apostolico do papa Leão X, mas até 1570 não houve vigario, sendo a egreja parochiada por um cura annual removivel. N'esse anno é que foi feito o 1.º vigario, Christovão do Souto, que depois foi conego da sé de Leiria, por troca que fez do beneficio. A capella-mór é de abobada de pedra, e no altar estão as imagens de N. S.ª do Rosario (padroeira), S. Francisco e S. Jeronymo Sobre o cruzeiro da capella mór está um crucifixo, junto ao teeto, tendo ao pé as imagens da Senhora da Soledade e de S. João Evangelista. No corpo da egreja ha dois altares lateraes: o do lado do Evangelho, altar de Santo Antonio, tem a imagem d'este santo e a de N. S.ª da Conceição; o do lado da Epistola, tem as imagens de S. Braz, de Sant'Anna e Nossa Senhora. No centro do altar ha um santuario com as reliquias de S Braz e d'outros santos. Do lado do Evangelho ha ainda a capella de S. Francisco, que é de abobada, e na frente fica a capella da Santissima Trindade, tambem de abobada. Fóra da egreja, encostado a esta capella, no logar chamado a *Quinta*, está o *moimento* de Fernando Affonso, que deixou á confraria do Espirito Santo uma corôa de prata, com obrigação d'uma missa cantada na 2.ª oitava do Espirito Santo. Junto á porta principal da egreja, do lado de fóra, está outro *moimento*, d'um sacerdote, cognominado *Pae pobre*, que deixou umas casas, com obrigação d'uma missa cantada na 1.ª oitava da mesma festa. A egreja parochial de João Ba

ptista teve principio, segundo a tradição, n'uma capella dedicada á Senhora da Piedade, mandada edificar por D. Fuas Roupinho, em 1184; a qual muito mais tarde, foi reedificada e ampliada para servir de egreja matriz. A capella-mór é de abobada de pedra, e tem um altar com as imagens de N. S.ª da Piedade e de S. João Baptista. Ha no corpo da egreja dois altares lateraes, sendo o do lado da Epistola dedicado a S. Lourenço, tendo tambem a imagem de Santa Catharina, e o do lado do Evangelho dedicado a S. Gregorio e a Santa Maria Magdalena. N'esta egreja ainda se vê a capella S. Bartholomeu, instituida por uns devotos inglezes, onde estão as imagens de S. Miguel e de S. Jorge. Em Porto de Moz ainda existem mais algumas capellas. A egreja e hospital da Misericordia foi instituição de 1516, por alvará de D. Manuel, e seu filho D. João III confirmou os privilegios em 1541. Tem contigua á egreja uma boa sacristia e uma bella casa de despacho, casa de cartorio e outra de celleiro. Junto á casa do despacho é que está o hospital. Porto de Moz tem pedreiras que produzem marmores dos melhores de Portugal, tão finos como os de Cintra e de Extremoz. Até 1834 teve juiz de fóra e duas companhias de ordenanças, na villa, e quatro no termo. Em 1676 fundou João da Fonseca Malho de Bivar o convento do *Bom Jesus*, de religiosos agostinhos descalços, n'uma sua quinta nos suburbios da villa. Ainda no meado do seculo passado existiam as suas ruinas. Porto de Moz pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut e res. n.º 7, com a séde em Leiria. Tem escolas para ambos os sexos, est post. e telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes. cobrança de titulos, letras e vales; advogados, agencia das companhias de seguros *Reformadora* e *Tagus;* hospedarias, medico, pharmacias, notarios, fabrica do aguardente; *Club Portomozense, Philarmonica Portomozense, Theatro Portomozense*; duas feiras annuaes: a do domingo do Espirito Santo, no proprio dia; e a de Santa Luzia, a 13 de dezembro; duas mensaes, de gado bovino, a 13 de cada mez em Pedreiras, e a 29 no Rocio da Villa; mercado ás sextas feiras. Tem se publicado os jornaes: o *Lena*, a 10 de julho de 1892, e *O Portomozense*, a 19 de janeiro de 1899. O conc. compõe-se de 10 freguezias, com 3:000 fog. e 13:027 habitantes, sendo 6:416 do sexo masc. e 6:611 do fem, n'uma superficie de 30:277 hect. As freguezias são: N. S.ª dos Prazeres, de Alcaria, 553 hab: 286 do sexo masc e 267 do fem.; S. José, de Alqueidão da Serra, 1:180 hab.: 561 do sexo masc. e 619 do fem.; N. S.ª da Consolação, de Alvados, 1:444 hab.: 748 do sexo masc. e 696 do fem.; Santo Antonio, de Arrimal, 736 hab.: 382 do sexo masc. e 354 do fem., S. Miguel; de Juncal, 1:902 hab: 948 do sexo masc. e 954 do fem.; S. Julião, de Mendiga, 720 hab.: 367 do sexo masc. e 353 do fem.: N. S.ª do Amparo, de Mira, 1:238 hab.: 551 do sexo masc. e 687 do fem; S. João Baptista, de Porto de Moz, 2:008 hab.: 981 do sexo masc. e 1:027 do fem.; S. Pedro, de Porto de Moz, 2:316 hab: 1:127 do sexo masc. e 1:189 do fem.; S Sebastião, de Serro Ventoso, 930 hab.: 465 do sexo masc, e 465 do fem. O principal commercio do conc. é cereaes, vinhos, azeites e fructas. Por decreto de 7 de setembro de 1895 foi extincto e annexado ao de Alcobaça, sendo restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898 com todas as freguezias que o constituiam, exceptuando a de Minde, que ficou pertencendo ao de Alcobaça || Serra do distr. de Leiria. E' uma ramificação da serra de Minde, sobranceira á villa de que toma o nome. Tem 520 m. d'altura. || Pov. séde d'um posto fiscal dependente da secção d'Alcoutim, na praia do Algarve.

**Porto de Muge**. Pov. na freg. de N.ª da Expectação, de Vallada, conc. do Cartaxo, distr. de Santarem. Tem caixa postal.

**Porto Mulemba**. Pov. do sobado de Bambi Calunga, na 4.ª div. do conc. de Cambambe, distr. de Loauda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Porto do Norte**. Porto da ilha da Boa-Vista, no archipelago e prov. de Cabo Verde.

**Porto de Nossa Senhora**. Porto da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' um dos principaes da ilha.

**Porto Novo**. Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira; N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal. || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || Ilha Terceira; S. Sebastião, conc. e distr. de Angra do Heroismo. || N. S.ª do Monte, de Valle do Guizo, conc de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Porto situado na costa SO da ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira.

**Porto de Oleiros**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença a Nova, distr. de Castello Branco.

**Porto d'Olho** Pov. na freg. de S. Jorge, de Abbadim, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

**Porto de Oliveira**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem. || N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria.

**Porto de Olmo** Pov. na freg. do Salvador, de Torgueda, conc. e distr. de Villa Real.

**Porto de Oveiha**. Pov. e freg. de N. S.ª da Expectação, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Almeida, distr. e bisp. da Guarda; 132 fog. e 510 hab. Tem esc. do sexo masc. e caixa post. Dista 25 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Côa. O parocho era apresentado pelo vigario de Leonil, e tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. E' pouco fertil. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 12, com a séde em Trancoso. Era do conc. de Sabugal, e passou ao de Almeida, por decreto de 12 de julho de 1895.

**Porto da Panella**. Ilha de S. Jorge; pov. na freg. de N. S.ª do Rosario, de Tôpo, conc. da Calheta. distr. de Angra do Heroismo.

**Porto da Pedra**. Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

**Porto Pim**. Enseada situada na costa S da ilha do Fayal, Açôres. Fica a O da pequena peninsula da Senhora da Guia, que a abriga.

**Porto Pinheiro**. Pov. na freg. do Santissimo Nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa.

**Porto dos Pinheiros**. Logar na prov. do Alemtejo, proximo de Castello de Vide. Faz parte d'uma coutada, chamada de **Alcogullo**, onde existem, mais ou menos desmantellados, cinco dol-

mens. Um d'elles é no sitio do Porto dos Pinheiros, que em 1876 estava transformado em curral de porcos. Dizem ser um dos maiores de Portugal, e que a sua mesa tem 5,m10 de comprido, 3,m5 de largo, e 0,m38 de espessura. Os esteios, 1.º, 2.º e 7.º conservavam se ainda inteiros no referido anno, faltando-lhe ao 4.º a parte superior; e completamente o 3.º e o 5.º, existindo do 6.º apenas a terça parte.

**Porto dos Porcos.** Porto situado na costa O da ilha do Porto Santo, archipelago da Madeira. Vae desaguar n'elle o ribeiro Fundo.

**Porto Quipiri.** Pov. do conc. do Alto Dande, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Porto da Raiva.** Pov. da freg. de Santa Marinha, de Oliveira de Cunhedo, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. Tem est. postal.

**Porto da Rapoza.** Pov na freg. de N. S.ª do Monte São, conc. do Seixal, distr. de Lisboa

**Porto Real.** Pov. da 5.ª div. do conc. d'Ambaca, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Porto da Reguenga.** Pov. na freg. de S. Silvestre e conc. da Louzã, distr. de Coimbra.

**Porto de Rei.** Aldeia da prov. da Beira Alta, na freg. de S. João Baptista, de S. João da Fontoura, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. Está situada sobre a margem esquerda do rio Douro. || Povoações nas freguezias: S Bartholomeu, de Barqueiros, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real. Tem estação na linha do caminho de ferro do Douro, entre as de Barqueiros e de Ermida. || S. Romão de Sádão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa. || Pov. da freg. de S. José, de Cabiri, na 1.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Porto da Ribeira.** Ilha da Madeira; pov. na freg. de S. Braz, de Campanario, conc. de Camara de Lobos, distr. do Funchal.

**Porto Rico** Pov. na freg. de S. Martinho, de Ovoa, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

**Porto Rico Novo.** Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria de M'Tamba, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. d'Angola, Africa Occidental.

**Porto do Rio.** Pov. na freg. do Salvador, de Sabbadim, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Porto da Romã.** Pov. da freg. de N. S.ª da Graça, de Aguas Bellas, conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

**Porto do Roncão** Pov. na freg. do Salvador e conc. de Odemira, distr. de Beja.

**Porto Sal Rei.** Pov. da freg. de Santa Izabel, no conc. da Boa-Vista, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Porto das Salemas.** Enseada situada na costa N da ilha de Porto Santo, archipelago da Madeira. Vae desaguar n'ella a ribeira do Perregil.

**Porto da Salina.** Bahia na ilha do Sal, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. || Porto da ilha da Boa Vista, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Porto Salvo** *(Henrique José da Costa, 1.º visconde de)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, por alvará de mercê nova de 15 de setembro de 1866; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa. N. em Lisboa a 10 de março de 1808, fal. solteiro em Brescia, na Lombardia, a 10 de junho de 1877. Era filho de Angelo da Costa, e de sua mulher D. Josepha Candida de Vasconcellos. Foi herdeiro universal de seu irmão Joaquim Leocadio da Costa, que deixou uma fortuna superior a 2:000 contos de reis. Este Joaquim Leocadio da Costa foi quem em 1852 contratou o emprestimo chamado D. Miguel, e que se retirou para Italia, indo viver em Brescia, onde falleceu em 1869. O visconde de Porto Salvo deixou em testamento a sua colossal fortuna, a tres dos seus segundos sobrinhos, José Vianna, João Sabino Vianna e Antonio Vianna, filhos de sua sobrinha D. Maria Izabel de Vasconcellos e Costa, casada com João Sabino Vianna, que foi negociante de cereaes, e depois commendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, conselheiro, e vogal da Junta do Credito Publico. Diz-se que couberam a cada um dos tres irmãos 720:000$000 reis. O decreto, com que foi agraciado com o titulo de visconde de Porto Salvo, tem a data de 29 de fevereiro de 1872.

**Porto Salvo.** Pequena, mas bonita pov. na prov. da Extremadura, freg. de N. S.ª da Purificação e conc. de Oeiras, distr. de Lisboa. Está situada sobre a margem direita do rio Tejo, n'uma formosa posição, ficando lhe quasi em frente a Trafaria, e mesmo na frente o Torrão e a Torre do Bugio. Logo adeante de Caxias está o forte de N. S.ª de Porto Salvo, construido em 1649 pelo conde da Cantanhede, depois de marquez de Marialva, por ordem de D. João IV. Este forte já não existe. A capella da mesma invocação fica distante 3 k. a E de Oeiras. O templo primitivo era muito antigo, ignorando se a data da sua fundação, que parece não exceder ao seculo XVI. Segundo a lenda, a origem d'esta capella foi a seguinte: Vindo uma nau da India para Portugal, encontrou tão furioso temporal no Cabo da Boa Esperança, que a sua tripulação tinha quasi perdidas as esperanças de se salvar. N'esta afflicção prometteram todos, se chegassem a salvamento a Lisboa, edificarem uma ermida dedicada a Nossa Senhora, sob a invocação do *Porto Salvo*, no primeiro alto que descobrissem ao aproximar-se da costa de Portugal. O tempo abonançou, e a tripulação chegou a Lisboa sem soffrer outra tormenta. Tratou-se logo de cumprir a promessa, e construiram a capella n'este sitio, que desde logo principiou a ser muito concorrido, principalmente pelos navegantes e suas familias, tornando-se a imagem de grande devoção. Até ao primeiro quartel do seculo passado todos os navios de guerra que entravam ou saíam a barra de Lisboa, ao passarem em frente da poetica capellinha, salvavam com 21 tiros, como preito de homenagem á Senhora de Porto Salvo. Com o andar dos tempos arruinou-se a capella, pelo que o capitão Manuel de Carvalho, que falleceu em 1670, a mandou demolir, reedificando-a desde os alicerces, e ampliando-a, tornando a um templo mais vasto e elegante, sendo de abobada, e revestida de azulejos interiormente. Tem só um altar. A' porta da capella está um alpeudre de cantaria muito elegante, e de bella architectura, mandado fazer pelo mestre d'obras Antonio João Valente Successo. A Senhora de Porto Salvo tem uma irmandade composta, quasi exclusivamente, de marinheiros e pescadores. Porto Salvo tem caixa postal.

**Porto de Santa Maria.** Freg. de N. S.ª das Dores e séde do conc. da ilha do Sal, na ilha d'este nome, archipelago e prov de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada na costa S, junto da ponta da Salina e da bahia da Madama ou porto da Salina. Foi edificada n'este ponto, embora o ancoradouro não seja o melhor das costas da ilha, porque estando proximo das salinas principaes e artificiaes da ilha, o local recommendava-se para o estabelecimento da povoação mais importante. Esta freg. data de 1833, e começou por ser apenas um grupo de casas de madeira mandadas ir da America pelo conselheiro Martins, transformando se em capella, para o culto, com a invocação de N. S.ª das Dores, a camara d'uma galera, que foi dar áquella costa. Depois, a pov. foi-se desenvolvendo e melhorando gradualmente, e embora pequena, tem varios edificios de boa construcção, bem como escolas para ambos os sexos, est. post, posto fiscal, etc. As salinas principaes ficam proximas e estão ligadas á freg. por meio de linhas ferreas, pelas quaes o sal é conduzido facilmente em carros proprios, puxados por animaes ou impellidos pelo vento por meio de velas quando o vento NE sopra rijo.

**Porto Santo** *(Antonio de Saldanha da Gama, 1.º conde de)*. Diplomata, ministro de estado, par do reino, veador da rainha D. Carlota Joaquina, gran-cruz da ordem da Torre e Espada, commendador da de S. Bento de Aviz, gran cruz da de Carlos III, de Hespanha, etc. N. em Lisboa, a 5 de fevereiro de 1778, fal. a 23 de julho de 1839. Era filho de Manuel Saldanha da Gama, moço fidalgo, conselheiro do conselho do Ultramar, senhor do Engenho de Assucar do Aceupe, na Bahia, e de sua mulher D. Joanna Guedes de Brito. Seguindo a carreira da marinha militar, chegou ao posto de chefe de esquadra da Armada Real Em 1802 foi nomeado governador e capitão general do Maranhão, em 1806 conselheiro do ultramar; em 1807 teve a nomeação de governador de Angola, sendo o seu governo um dos mais notaveis que teve aquella provincia ultramarina. Restabeleceu todas as providencias uteis que tomara Francisco Innocencio de Sousa Coutinho, restabelecendo a aula de mathematica que existira no tempo d'aquelle governador, explorando as minas de ferro e cobre do interior de Angola, as minas de enxofre de Benguella, animando a agricultura, tanto que no seu tempo appareceram em Angola a goma copal, o cardamomo e outras producções valiosas; foi elle tambem quem intentou descobrir o caminho atravez da Africa, da costa occidental para a oriental. De Moçambique partira com o mesmo intento, e de combinação com Antonio de Saldanha da Gama, o brazileiro Lacerda e Almeida, Antonio de Saldanha enviou dois pombeiros de Francisco Honorato da Costa, director da feira de Cassange. Estes dois pombeiros entraram na terra dos moluas que até então nos estava defeza, e que enviaram depois d'isso uma embaixada solemne a Loanda, e chegaram a Casembe onde Lacerda e Almeida falleceram. Os pombeiros estiveram ali retidos quatro annos, passaram depois a Moçambique, e só em 1815 puderam regressar a Angola, onde já estava governando e até concluindo o seu governo o successor de Antonio de Saldanha da Gama. Outras providencias acertadas tomou o futuro conde de Porto Santo. Isentou os sobas d'algumas obrigações onerosas, estabeleceu uma coudelaria no Donde, fez um cemiterio em Loanda. Em 1810 foi conselheiro da fazenda no Brazil. Quando se reuniu o congresso de Vienna em 1814, o governo portuguez nomeou ministro plenipotenciario para o representar a Antonio de Saldanha da Gama, juntamente com o conde de Pamella Joaquim Lobo da Silveira; e n'essa missão diplomatica importante prestou relevantes serviços. Foi tambem ministro em S. Petersburgo em 1815, e em Madrid em 1820. Por decreto de 21 de maio d'esse anno foi nomeado membro do governo dos reinos de Portugal e Algarves. Por decreto de 23 de outubro de 1823 recebeu a mercê do titulo de conde de Porto Santo, e ainda em 1823 foi nomeado embaixador em Madrid, d'onde D. João VI o mandou chamar em 1825 para se encarregar da pasta do ministerio dos estrangeiros, no gabinete que se havia organisado. Em 1826 recebeu os arminhos de par do reino. O conde de Porto Santo foi veador da rainha D. Carlota Joaquina, e mais tarde da infanta regente D. Izabel Maria. Em 1826 foi demittido do ministerio pela mesma infanta, e conservou-se desde então afastado da politica, até que em 1833 foi o primeiro presidente da Commissão Municipal de Lisboa, nomeado depois da mudança de governo, em 24 de julho. Casou em 1801 com D. Antonia Bazilia Heredia de Bettencourt, dama da ordem de Santa Izabel, e da de Maria Luiza, de Hespanha, filha e herdeira de D. José de Brito Heredia e de D. Antonia de Brito de Bettencourt. Escreveu: *Memoria sobre as Colonias de Portugal, situadas na Costa occidental da Africa, mandada ao governo em 1814;* Belem, veiu a ser impressa pelos alumnos da Casa Pia em 1833. Além d'esta edição houve outra, publicada em Paris no mesmo anno, com o seguinte titulo: *Memoria sobre as Colonias de Portugal situadas na Costa Occidental d'Africa, mandada ao governo pelo antigo governador e Capitão General do Reino de Angola Antonio de Saldanha da Gama em 1814, precedida de um discurso preliminar, augmentada de alguns additamentos e notas... pelo antigo ajudante d'ordens d'aquelle governador* Era Luiz Antonio d'Abreu e Lima, visconde da Carreira.

**Porto Santo.** Ilha, que faz parte do archipelago da Madeira, notavel por ser a primeira descoberta pelos portuguezes. Tendo começado em 1412 as tentativas do grande navegador, o infante D. Henrique, filho de D. João I, desde o cabo Nam para o sul, foi enviado em 1418 Bartholomeu Perestrello, fidalgo da casa do infante, com a missão de dobrar o cabo Bojador. Assaltado, porém, d'uma furiosa tempestade, perdeu a derrota que levava, e achando se já sem esperança de salvação, foi arrojado pelos ventos a uma ilha desconhecida, onde achou abrigo e descanço, motivo porque deu áquella ilha o nome de *Porto Santo* Regressando depois a Lisboa com a noticia d'este casual e feliz descobrimento, foi mandado no anno seguinte, 1419, á mesma ilha pelo infante D. Henrique, que o encarregou de começar a cultival-a, fornecendo lhe para isso os preparos precisos. Acompanharam Perestrello dois outros navegadores illustres, João Gonçalves Zarco e Tristão Soares, ambos tambem fidalgos da casa do infante, indo cada um em seu navio. Diz a tradição, que tendo levado estes navegadores

um casal de coelhos, que já na viagem fôram tendo filhos, os lançaram a todos para o matto e de tal fórma e tão depressa se multiplicaram os coelhos, que destruiram todas as plantações, de sorte que fôram por muito tempo um obstaculo á colonisação da ilha. Perestrello voltou a Portugal, e os seus dois companheiros, incitados por um nevoeiro que viam constantemente ao longe e sempre no mesmo sitio, fôram descobrir a ilha da Madeira. Em 1425, mandou o infante D. Henrique, com autorisação de el-rei D. João I, seu pae, povoar a ilha de Porto Santo, que tinha ficado ao abandono, nomeando depois seu capitão donatario a Bartholomeu Perestrello. A ilha é formada de rochas de origem vulcanica; tem algumas calcareas, e apresenta a configuração triangular, com a apparencia d'uma grande montanha escarpada, cercada d'uma orla de terras chãs. Tem 15 k. de comprimento no sentido NE a SO, desde os rochedos do Pescador, de S. Lourenço e do Nordeste, até á ponta da Fachada, 5,5 k. de largura media desde a ponta da Raia a ONO até junto do ilhéo da Serra a ESE. A sua superficie está avaliada em 15 k. q. aproximadamente. Dista do Funchal 17 a 18 leguas. E' irregularmente accidentada por alguns montes, taes como o Branco, o da Fachada, do Rochedo, do Cousul da Juniana, do Castello, pico de Anna Ferreira e do Facho, o mais alto de todos, na ponta NE da ilha, a 554 m. acima do nivel do mar. A costa N e NO é de rocha escarpada: lança ao mar a ponta Branca no extremo NE da ilha, e a ponta de Santa Cruz no extremo N. Do lado de SE, a costa é, pelo contrario, baixa e quasi toda de praia d'areia. Ao N da ponta Branca ficam tres ilhéos; a E, em frente da ponta dos Frades, fica o ilhéo de Cima; e no extremo SO da ilha ha os ilhéos do Ferro e Baixio. De todos elles colhe a população da Madeira excellente pedra calcarea. A villa de Porto Santo, capital da ilha, está situada n'uma bahia, que se abre na parte S, cercada de praias de areia, limpas de rochedos. Tem por assento uma planicie, e está separada do mar pelo areal, na distancia d'um tiro de espingarda Toda a ilha fórma um concelho com uma unica freg., N. S.ª da Piedade, tendo 575 fog. e 2:356 hab.: 1:191 do sexo masc. e 1:165 do fem. Pertence ao distr., com. e bisp. do Funchal. Os arredores são plantados de vinhas e hortas, tendo além d'isso muitos terrenos destinados á cultura de cereaes. Dizem que antigamente eram, assim como toda a ilha, muito povoados de arvoredo, mas como a maior parte das arvores fôssem dragoeiros colossaes, de cujos troncos os habitantes faziam gamelas e barcos de pesca, que levavam seis e sete homens, pouco a pouco se fôram extinguindo, até ficar muito reduzido o seu numero. D'esta grande abundancia de dragoeiros tirou a villa o seu brazão d'armas, que consiste n'uma d'essas arvores collocada no meio do escudo. Hoje a ilha é pouco arborisada. O solo é arenoso e sêcco, mas em algumas partes não deixa de ser fertil, apezar da grande falta d'agua, pois que apenas se encontra em ribeiros insignificantes de curso pequenissimo, e em raras nascentes. Os generos agricolas que a ilha produz, são: melões, melancias e alguns dos cereaes, dos quaes importa a maior parte por não ser sufficiente para o consumo local a producção d'elles. N'outro tempo era importante a colheita do vinho, chegando a attingir 1:000 pipas, e, embora de qualidade inferior, servia para fabricar uma soffrivel aguardente, de que se exportavam por anno mais de 200 pipas. Os primeiros bacellos que se plantaram, fôram mandados vir da ilha de Chipre pelo infante D. Henrique. Tambem foi elle que introduziu a cultura da canna de assucar, que mandou as primeiras plantas da Sicilia, a qual se desenvolveu e prosperou por muitos annos, sendo depois abandonada por causa dos grandes lucros que offereciam as vinhas. A ilha do Porto Santo abunda em pombos bravos, perdizes e cabras, tem alguns porcos e carneiros, pouco gado vaccum, quasi nenhum muar e cavallar, muito gado asinino, e sobretudo uma grande quantidade de coelhos. Os principaes artigos de commercio são o vinho, os cereaes e o gado. Foi na ilha do Porto Santo e na da Madeira que começou o systema dos donatarios e dos dizimos para a ordem de Christo, os quaes, com o mestrado, passaram para a corôa, systema que posteriormente foi adoptado para as outras colonias. A ilha pertence ao commando mil. da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27 com a séde no Funchal. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; fabrica de gazosas, medicos, um pharol a Leste da ilha no Ilhéo, denominado de Lima (Ilha de Cima), e outro ao Sueste, chamado da Cal; magnifica praia de cêrca de 13 k., toda coberta de areia amarella, d'uma belleza rara, onde se póde tomar banho descalço, sem receio de se magoarem os pés Tem boas aguas mineraes, especialmente a da Fontinha, que já tem produzido magnificos resultados therapeuticos, sendo muito aproveitadas no tratamento de doenças de estomago. Esta agua foi analysada na escola de minas de Paris, por A. Carnot, que depois de descrever quantitativamente os differentes sacs de que se compõe, declara ser uma das melhores aguas de mesa conhecidas. Em 1595, a ilha foi posta a ferro e a fogo pela tripulação d'alguns navios inglezes sob o commando do capitão Preston, a quem os habitantes, para evitarem a pirataria, offereceram pagar a contribuição que elle quizesse, a qual rejeitou, preferindo pôr tudo a saque. Os logares mais importantes da ilha são: Tanque, Campo de Baixo, Ponta, Camacha, Areias, Serra de Fóra e de Dentro, Campo de Cima, e Farrobo. || Ilha Terceira; pov. na freg. de Santa Luzia, conc. e distr. de Angra do Heroismo.

**Porto de S. Bento.** Pov. na freg. de S. Romão do Sádão, conc. de Alcacer do Sal, distr. de Lisboa.

**Porto de S. Simão.** Pov. na freg. de S. Paulo, de Maçãs de D. Maria, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

**Porto Silvado.** Pov. na freg. de Santa Luzia, de Pomares, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

**Porto do Tejo.** Aldeia da prov. da Beira Baixa, na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Villa Velha de Rodam, distr. de Castello Branco. E' uma pov. importante, situada sobre a margem esquerda do rio Tejo. E' terra fertil.

**Porto do Tojo.** Pov. na freg. de S. Simão, de Pé da Serra, conc. de Niza, distr. de Portalegre.

**Porto Thomar.** Pov. na freg. de S. Miguel e

conc. de Ferreira do Zezere, distr. de Santarem.

**Porto de Touce**. Pov. na freg. de Santa Marinha, de Avanca, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro.

**Porto de Vaccas**. Povoações nas freguezias: S Domingos, de Jaueiro de Baixo, conc. da Pampilhosa, distr. de Coimbra || Santa Maria de Ul, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

**Porto de Valle da Meda**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixiauda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem.

**Porto Velho**. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Formigaes, conc. de V. N. d'Ourem, distr. de Santarem. || N S.ª da Conceição, de Turquel, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Ancoradouro da bahia de S. Jorge, na costa S E da ilha de S. Nicolau, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado entre o monte Formoso o o forte da Preguiça, assim chamado por estar proximo do porto da Preguiça, cêrca de 870 m. da terra Tem uns 20 m. de mau fundo de cascalho e pedra, e por elle se communica com a terra pelo porto da Preguiça, que fica cêrca de 3 k. mais ao SE dos ancoradouros da ilha de S. Nicolau, e é um dos mais frequentados por ser tambem um dos mais visinhos da villa da Ribeira Brava, capital da ilha.

**Porto da Villa**. Porto da ilha do Fogo, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' um dos principaes da ilha.

**Porto da Villa de Baixo**. Pov. na freg. de Santa Eufemia e conc. de Penella, distr. de Coimbra.

**Porto de Villa Real**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Arroios, concelho e distr. de Villa Real.

**Portoguedia**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Sobreposta, conc. e distr. de Braga.

**Portos**. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Freixo de Cima, conc. de Amarante distr. do Porto. || S. Miguel, do Lama, conc. de Santo Thirso, do mesmo districto. || N. S.ª da Conceição e conc. de Monchique, distr. de Faro.

**Portouro**. Povoações nas freguezias: S. Miguel e conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro. || S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, do mesmo districto.

**Portozello**. Pov. e freg. de Santa Martha, da prov. do Minho, conc., com. e distr. de Vianna do Castello, arcb. de Braga; 425 fog. e 2:110 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 4 k. da séde do conc. e está situada na margem direita do rio Lima, em terreno accidentado, mas pittoresco e fertil, produzindo todos os fructos do nosso clima em grande abundancia; cria muito gado de toda a qualidade, sobretudo bovino, que exporta; nos seus mattos ha muita caça de varias especies; o rio e o mar lhe dão bom peixe. A mitra primacial apresentava o reitor, que tinha 200$000 réis de rendimento Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Aguas Santas, conc. de Povoa de Lanhoso, distr de Braga. || Santa Eulalia, de Cabanellas, conc. de Villa Verde, do mesmo dist. || S. João Baptista, do Caldas de Vizolla, conc de Guimarães, do mesmo distr. || Santa Christina, de Meadella, conc. e distr. de Vianna do Castello. || Santa Marinha, de Verdoojo, conc. de Valença, do mesmo distr. || S. João Baptista, do Villa Chã, conc. de Ponte da Barca, do mesmo distr. || Rio da prov. do Minho, N. nos montes que ficam ao N da freguezia de Portozello, e vao desaguar na margem direita do rio Lima, no mesmo sitio chamado *Portozello*.

**Portuense** *(Francisco Vieira)*. V. *Vieira Portuense (Francisco)*.

**Portugal**. E' um dos appellidos mais nobres do paiz. Procede da Casa de Bragança, á qual pertencem os marquezes de Valença e os condes de Tentugal, o em Castella os marquezes de Gelves. O primeiro que tomou este appellido, foi D. Affonso de Portugal. As armas são: Em campo de prata, aspa vermelha, carregada de cinco escudinhos das quinas reaes, sem a orla dos castellos e de quatro cruzes de prata, floreadas, e vasias do campo, que são as dos Pereiras. Timbre, meio cavallo de prata, bridado de ouro, com redeas de púrpura e tres lançadas em sangue, no pescoso. Outros d'este appellido, trazem por armas: Em campo de púrpura, seis bezantes de prata, entre uma doble cruz, com bordadura de ouro. São as armas dos Mellos. As armas dos Almeidas são: escudo enxequetado de prata e azul, alternativamente; timbre, um meio bufalo da sua côr, enxequetado de prata.

**Portugal** *(D Affonso de)*. Filho natural de D. Affouso Henriques. Dedicando-se ás armas tornou-se celebre na conquista de Santarem, e partiu depois para a Palestina, onde na conquista da Terra Santa tanto se distinguiu pela sua bravura e heroicidade, que mereceu, pela morte de Godofredo de Duisson, ser eleito em 1194, 11.º mestre da ordem militar de S. João de Rhodes. Elevado a esta grande dignidade, querendo que exactamente se observasse a disciplina militar que estava muito relaxada pela introducção de graves abusos, convocou capitulo geral na cidade de Margato, onde a ordem residia, depois da perda de Jerusalem. N'esta assembléa militar, depois de confirmar os estatutos feitos em 1181 pelo mestre Rogerio de Moulins, estabeleceu novamente algumas leis dirigidas á conservação e augmento da ordem. Desgostoso, mais tarde, renunciou ao mestrado, e voltaudo a Portugal, falleceu em 1 de março de 1207.

**Portugal** *(D. Affonso de)*. Bispo de Evora. Era filho do conde de Ourem e 1.º marquez de Valença, D Affonso, e de D. Beatriz de Sousa, filha de Martim Affonso de Sousa. Allegando que sua mãe fôra casada claudestinamente, pretendeu succeder na Casa de Bragança, quando falleceu o marquez de Valença, seu pae, e ainda teve depois egual pretenção, quando falleceu D. Fernando, marquez do Villa Viçosa. D. João II o obrigou a desistir d'esse intento, e aconselhou-o a que seguisse a vida ecclesiastica. D. Affonso havia estudado na Universidade de Salamanca, e em 1485 foi nomeado bispo de Evora, sendo a nomeação confirmada pelo papa Innocencio VIII N'esta cidade edificou quatro conventos: dos conegos seculares de S. João Evangelista, em 1485; Santa Catharina, de freiras dominicas, em 1490; do Paraizo, do mesmo instituto, em 1499; e o das Maltezas, em 151[illegible]. Falleceu a 24 de abril de 1522, deixando publicado, sem data da impressão, um *Tractatus peristilis de indulgentiis*, seguido de um *Tractatus de numismate*. Sendo ainda secular, teve de D. Filippa de Macedo varios filhos, um

dos quaes foi D. Francisco de Portugal, 1.º conde de Vimioso.

**Portugal** *(Fr. Affonso de)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, que viveu na primeira parte do seculo XIV. Foi lente de Theologia na Universidade, que estava então em Lisboa. Consta que escreveu uma obra em latim, com o titulo: *Commentaria in magistrum sententiarum*, que não chegou a imprimir se.

**Portugal** *(D. Alvaro de)*. Era filho de D. Fernando, 2.º duque de Bragança, e da duqueza D. Joanna de Castro. Foi senhor de Tentugal, do Cadaval e d'outras terras; regedor das justiças e chanceller-mór do reino. Depois da morte de seu irmão duque de Bragança, executado na praça de Evora a 20 de junho de 1483, retirou-se do reino, tomando por pretexto d'esta ausencia uma devota peregrinação aos logares santos de Jerusalem. Entrando em Hespanha, foi recebido pelos soberanos castelhanos com particulares distincções; nomearam n'o presidente do conselho real, contador-mór, alcaide mór de Sevilha e de Andujar. Falleceudo D. João II em 1495, voltou a Portugal, e el-rei D. Manuel o restituiu aos seus estados e aos logares que possuira, nomeando-o tambem embaixador em Castella para concluir os seus primeiros desposorios com a princeza castelhana D. Izabel, que havia casado em primeiras nupcias com o principe D. Affonso, filho de D. João II. D. Alvaro de Portugal casou com D. Filippa de Mello, filha herdeira de D. Rodrigo de Mello, conde e alcaide mór de Olivença, guarda mór de D. Affonso V e 2.º governador de Tangor, e de D. Izabel de Menezes. Falleceu em Toledo a 4 de março de 1504.

**Portugal** *(Antonio Augusto Lopes)*. Artista dramatico e tenor de operetta muito apreciado. Nasceu em Coimbra a 20 de setembro de 1851, e falleceu no Pará a 4 de maio de 1896. Estudou preparatorios no Lyceu de Coimbra, e aprendeu musica e piano. Em Coimbra, sob a sua iniciativa, formaram se algumas sociedades dramaticas, de que era ensaiador, scenographo, maestro, etc. Adoecendo gravemente seu pae, abandonou os estudos, e dedicou se a dar lições de piano e de desenho, em cujos exames ficára distincto. Sendo muito enthusiasta pelo theatro, e conhecendo que tinha aptidões para a scena e para cantar, pois que possuia uma bella voz de tenor, resolveu seguir a vida d'artista e contratou se em 1874 para o theatro da Trindade, do Porto, que ia então inaugurar se, e ali debutou com muito agrado, na operetta, *O Diabrete*, do maestro Alves Rente. Além d'outras peças, entrou na ultima que se representou na Trindade, a magica *A Pata de Cabra*, pois constituia o espectaculo da noite de 15 de junho de 1875, em que aquelle theatro foi victima d'um incendio. Portugal passou para o Baquet, e debutou na operetta *Os Bohemios*, cuja musica fôra escripta do proposito para elle pelo maestro portuense Sá de Noronha. A operetta *Se eu fôra rei*, do mesmo maestro, tambem foi escripta expressamente para o festejado cantor. Conservou-se algum tempo no Baquet alcançando sempre applausos no seu grande reportorio, pois entrava em quasi todas as peças que ali se representavam. Chegou a ser socio d'uma empresa que se constituiu n'aquelle theatro, a qual durou até principios de 1878, e tendo se dissolvido, acceitou escriptura que lhe mandou offerecer Francisco Palha, empresario da Trindade, de Lisboa, para fazer parte da companhia d'opera comica d'aquelle theatro. Acceitando a proposta, Portugal veiu para Lisboa, e estreou so em 1 de outubro do referido anno de 1878, na operetta *Gentil Danois*, em que alcançou grande exito. Ali entrou na maior parte das operas comicas, operettas e zarzuelas que se cantaram n'aquella epoca, obtendo sempre fartos applausos. Pouco tempo depois de estar em Lisboa, foi admittido como cantor da Sé Patriarchal, precedendo um concurso em que se houve brilhantemente. Em junho de 1895 fez parte da companhia escripturada pelo empresario Sousa Bastos, para o Brazil. Agradou muito no Rio de Janeiro e em S. Paulo, porém, no Pará teve a infelicidade de fallecer repentinamente d'uma congestão cerebral. Maestro amador, e sem pretensões, compoz algumas musicas, onde se contam as operettas *Manon*, que se cantou na Trindade; *Uma noite bem passada*, e *The King Ló Ló*. Seguindo as tradições de sua familia, era um acerrimo legitimista, e o principe D. Miguel de Bragança muito o estimava e considerava, e entretinha com elle correspondencia. Portugal dedicou lhe um album legitimista, e um *hymno de D. Miguel II*, que compoz e que foi tocado pelas bandas militares d'Allemanha. Imprimiu tambem varias composições de piano, uma valsa para canto e piano, *Sul Tago*, etc. Antes da sua ida para o Brazil, entrara na redacção do jornal *A Nação*, em que publicou alguns artigos muito apreciados. Do seu enorme reportorio mencionaremos as seguintes peças: *Graziella*, *Babiolle*, *O Moleiro d'Alcalá*, *A filha do Inferno*, *Perichole*, *A filha da senhora Angot*, *Os Dragões d'el rei*, *O Chalet*, *Noite e Dia*, *Boccacio*, *Guerra Alegre*, *Duetto da Africana*, *Os Dragões de Villar*, *Coração e mão*, *Os 28 dias de Clarinha*, a revista *Sal e Pimenta*, etc. Portugal era casado com uma senhora protestante, D. Lucy Portugal, que por elle se apaixonara a ponto de abjurar a sua religião, para se poder realisar o casamento.

**Portugal** *(Bento de Moura)*. Fidalgo cavalleiro da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, celebre inventor, etc. N. em Moimenta da Serra a 21 de março de 1702, falleceu no forte da Junqueira, em 27 de janeiro de 1776. Era filho do Manuel de Moura Castanheira, e descendente por bastardia do 1.º marquez de Castello Rodrigo, Christovão de Moura Portugal. Ignoram se completamente os primeiros annos da sua mocidade, mas suppõe-se que estudou os preparatorios com os padres da Companhia de Jesus na villa de Gouveia. No dia primeiro de outubro de 1720 matriculou-se no primeiro anno do curso juridico, da Universidade de Coimbra, mas parece que se deu alguma interrupção nos seus estudos, pois que sómente em 11 de maio de 1731 fez acto de formatura. Levado poderosamente pela sua vocação natural para as sciencias exactas e, com especialidade, para o calculo, deixou todos os estudos para se entregar com todo o fervor ás mathematicas applicando-as aos inventos uteis, á mechanica e á hydraulica. Sendo reconhecido o seu merecimento por D. João V, foi por este monarcha mandado, em 1741, viajar aos paizes estrangeiros, e particularmente á Hungria, para poder desenvolver e aperfeiçoar

os seus estudos predilectos. A recommendação especial de ir á Hungria era para que examinasse os arsenaes que o imperador ali entretinha. D. João V dispensava tanta consideração a Bento de Moura Portugal, que por uma provisão ordenou que ficassem paradas todas as demandas de que elle, como advogado, estivesse incumbido de tratar, emquanto durasse aquella viagem de estudo. D'uma passagem dos escriptos de Bento de Moura Portugal se póde concluir que mesmo no paiz, antes da sua partida para o estrangeiro, fizera ensaios de suas concepções, e era já por elles e por seus estudos conhecido e empregado em empresas particulares. Bento de Moura Portugal voltou ao reino depois de uma viagem de oito annos, e começou logo a dar evidentes provas dos seus estudos e experiencia n'um dos ramos das mathematicas menos conhecidos em Portugal, sendo successivamente occupado na abertura dos paúes de Villa Nova de Magos, do Juncal e Tresoito, de que resultaram grandes utilidades á agricultura do Riba-Tejo, e em outras commissões importantes. Em 1760 foi preso no forte da Junqueira, por suspeito de inconfidencia, e no carcere permaneceu até fallecer. N'uma carta que escreveu da prisão em maio de 1765 ao conde de S. Lourenço, seu companheiro de infortunios, fez a resenha dos seus serviços e inventos, nada pedindo para si, mas sentindo-se desfallecer e aproximar-se o termo da vida lembrou-se de recommendar um sobrinho, que deixava, José Caetano de Moura, e para este é que pedia a remuneração dos seus serviços, que ali enumerava, e cuja ordem era a seguinte: 1.º a descoberta d'um artefacto por modo de navio para conduzir madeiras do pinhal real de Leiria, o talvez mesmo do Pará e Maranhão, com o que produziria a utilidade de 500:000 cruzados annuaes.—2.ª descoberta: modo de provar que nas terras alagadiças, que correm ao longo dos rios, ha ouro.—3.ª O modo de embaraçar com um dique engenhoso na serra de Villa Velha a corrente do Tejo nas suas cheias, de sorte que continue sua corrente para o mar sem alagar e prejudicar os campos, do que resultaria não faltar pão em Lisboa. (N'aquelle tempo era muito menor a cultura).—4.ª O mesmo invento para o Mondego com ainda maior utilidade do campo e da salubridade de Coimbra.—5.ª A applicação de remos aos navios de porte na occasião de calmarias, fazendo os navegar meia legoa por hora.—6.ª A roda hydraulica inventada em 1741 no paúl de Foja para enxugar as terras alagadas que, diz o autor, tem já dado ao reino utilidade de milhões de cruzados.—7.ª A novidade da barca de Santarem, cuja fórma se usava já nos paizes estrangeiros, mas era desconhecida em Portugal.—8.ª A reforma da lei para a capitação dos quintos (parece ser trabalho e calculo estatistico para resenha e regular cobrança d'esse ramo de fazenda publica), com cuja reforma, escreve o autor, recuperou a el-rei e ao povo muitos centos de mil cruzados.—9.ª Os paúes desseccados e afrutados «de que sabem as mesmas pessoas reaes (dizia o autor) com tão pouco custo e despeza, que o não podia crer o povo senão quando os viu dar fructo.»—10.ª Diz o autor: «o modo de aproveitar os demais, de que tenho noticia desde Alcaçar até ao Mondego inclusivamente; trabalho que compuz n'este carcere e trasladou o P. João de Mattos. Além d'estas utilidades, e outras menores em que não falo, julgo attendivel a addição que fiz nos coches da casa real para evitar as quedas quando quebrassem as rodas ou os eixos; — as camas de campanha que inventei no anno em que fui á Gollegã com os marquezes de Marialva, Angeja, e conde d'Obidos :—o carro que inventei, o qual por força do vento o procura direitamente em rumo contrario ; este carro viram V. Ex.ª, os marquezes de Abrantes, e os senhores da casa de Lafões : — O cordão pelo qual apeava qualquer sege da bolea ficando as duas bestas soltas com a mesma acção, o que era muito conveniente em jornada e na campanha:—a reforma feita no mechanismo das azenhas, de modo que moendo onze alqueires por dia ficassem moendo 50:—o que escrevi sobre augmentar muito a velocidade, e alguma cousa a segurança das barcas de riba-Tejo:—o que escrevi sobre os lemes das embarcações. Afóra isto tambem julgo ser attendivel algum credito que resulta á nação portugueza do movimento da machina simples de fogo que inventei em Inglaterra, como se póde vêr nas *Transacções da Academia Real das Sciencias de Londres*, como tambem a reforma da *machina pneumatica* que inventei em Allemanha e hoje se pratica.» Na verdade, Bento de Moura Portugal havia tornado o seu nome illustre dentro e fóra do reino, onde tinha tratado com os sabios e admirado as academias, onde apresentára os seus inventos e aperfeiçoamentos na physica e na mechanica, a ponto de escrever d'elle Hermano Osterrieder, sabio allemão, dizendo, que *depois do grande Newton em Inglaterra só Bento de Moura em Portugal.* No paiz tinha merecido a confiança de D. João V, que o incumbiu de varias e importantes commissões, nomeando o superintendente da Foz d'Alge, e confiando-lhe a quantia de 5:000 cruzados, que recebera da mão de José Lavache em Thomar, por ordem do secretario d'estado, para concertos da dita fabrica, além d'outras quantias de que elle deu minuciosa conta a el rei D. José nos apontamentos que deixou quando falleceu, no fim dos quaes declara a el-rei que todo o tempo da sua administração em tantas e tão differentes commissões se estava devendo um milheiro de telha em Villa Velha no valor de 4$000 réis. No fim de tantos annos de serviços, d'applicação desvellada ao bem commum, do descobertas e de trabalhos utilissimos, de grande zelo e na gerencia de fazenda publica, foi Bento de Moura Portugal preso em 1760, conforme dissémos, no forte da Junqueira. Nunca se declararam os capitulos das suas culpas, ali soffreu quasi sempre com heroica e christã paciencia o tormento da sua triste situação por espaço de 16 annos. O editor de seus escriptos nos deu, comtudo, a causa d'este rigoroso tratamento, copiando um artigo da *Historia* manuscripta *do que passaram os presos chamados d'estado no forte da Junqueira, escripto pelo marquez d'Alorna.* N'esse artigo, depois de falar de dois padres cruzios, tambem ali presos continúa: «Bento de Moura já lá estava quando vieram estes padres, e nas perguntas confessou logo que tinha falado da innocencia dos Tavoras e dos padres da Companhia; accrescentando que era lá por fóra a opinião de todas as pessoas de bem: Sebastião José de Carvalho, entrou com isto em furor : foi posto na peor das casas escuras, e lhe deram um companheiro que

depois mandaram degredado para Mazagão Com a ida d'este homem tornou Bento de Moura a ficar só; até então passava como insensivel a estes trabalhos dizendo que se achava muito bem com esta casta de vida, na qual pelo silencio se lhe tinha avivado a ideia para descobrir muitas cousas que em outra situação lhe seriam sempre occultas; e que além d'isso lá fóra andava sempre com medo que o prendessem, e aqui estava livre d'esse susto: mas apezar d'estas apparencias d'animo sobrevieram-lhe cogitações e molestias que lhe accrescentaram a tristeza. N'uma d'estas occasiões o veiu vêr o cirurgião Manuel Ferreira, que o tratou por você; a este insulto respondeu com muita moderação o preso allegando o foro de fidalgo e o seu habito de Christo, cousa que metterem-no a bulha os guardas por muitos dias continuos com grande insolencia.» Bento de Moura Portugal havia sido agraciado com as honras de fidalgo cavalleiro por alvará de 24 de março de 1750. Parece que as molestias e a solidão lhe alteraram por algum tempo as faculdades intellectuaes, porque para lhe assistir como a homem alienado, lhe deram por companheiro o padre jesuita João de Mattos, tambem preso nos mesmos carceres. Foi este um desvelado companheiro, confortando o miserando preso quando entregue aos horrores da sua situação, e para o ajudar e auxiliar nos seus derradeiros cuidados e disposições. O editor, já citado, quando tratou dos seus escriptos, diz: «temos gasto as ferias passadas em decifrar e copiar o que estava escripto em *papel pardo com tinta de ferrugem e fumo de candeia*. Nas margens do livro sobre a electricidade disse Bento de Moura, que elle explicaria melhor as causas de que ali trata se tivesse papel; porém que era tal a penuria que lhe era forçoso escrever nas margens estreitas d'um livro de 8.º pequeno, não tendo outra tinta do que o fumo da candeia, nem outra pena que um pausinho de pinheiro: sendo lhe preciso lá escrever da meia noite por deante, porque o escrever seria o maior crime que dentro d'aquellas paredes se podia commetter.» Depois de processos e operações engenhosas, imaginadas pelo seu fecundo talento, havia Bento de Moura chegado a tornar o papel pardo, unico admittido ali para embrulhos, apto e proprio para supportar a escriptura; e foi n'esta materia que elle dizia n'uma carta enviada ao infante D. Pedro, mais tarde marido do D. Maria I, que lhe mandava a demonstração de seus *inventos dispostos em 28 cadernos de papel pardo dobrado em* 4.º. A dedicação do P. João do Mattos o ajudou n'estas tormentosas tarefas, executadas com taes meios. Depois da morte de D. José e da queda do seu omnipotente ministro, sairam os presos do forte da Junqueira, que tinham sobrevivido, e com elles vieram os escriptos de Bento de Moura, que succumbira no captiveiro, os quaes haviam sido salvos pelo conde de S. Lourenço, seu companheiro de prisão. O longo escripto dos 28 quadernos mandados a D. Pedro, não resultou effeito algum d'aquelles a que se propunha o seu autor; esse escripto lá se perdeu ou se sumiu no cahos das razões politicas, ou no abandono e esquecimento da posteridade. O que resta das obras de Bento de Moura é o que foi descoberto por um antigo amigo do auctor, José Joaquim Simões de Paiva, que pôde colligir em Evora e em Lisboa o que existia no poder de terceiras pessoas que os guardavam desde os carceres da Junqueira. Esta pequena mas preciosa collecção ficou por muitos annos manuscripta, até que foi publicada pela imprensa de Coimbra no anno de 1821 devido aos cuidados de Antonio Ribeiro Saraiva. Tem por titulo: *Inventos e varios planos de melhoramentos para este reino, escriptos nas prisões da Junqueira*.

**Portugal** *(Fernando José de)*. Era filho do **3.º** marquez de Valença. N. a 4 de dezembro de 1752, fal. no Rio de Janeiro a 24 de janeiro de 1817. Seguindo a carreira da magistratura estudou na Universidade de Coimbra, serviu na Relação do Porto e na Casa da Supplicação. Pelos annos de 1783 foi nomeado governador e capitão general da Bahia, e depois de ter exercido por muitos annos esse cargo, foi no principio do anno de 1800 nomeado vice-rei do estado do Brazil. Succedendo-lhe em 1805 o conde dos Arcos, regressou a Portugal, e sendo nomeado presidente do conselho ultramarino e conselheiro de estado, acompanhou a familia real para o Brazil em 1807. Escolhido pelo principe regente D. João para ministro assistente ao despacho, ministro do reino, e encarregado tambem das pastas da guerra e dos estrangeiros, foi tambem presidente do real erario, do conselho da fazenda, da Junta do Commercio, e provedor das obras da casa real. Teve mercê do titulo de conde, e mais o de marquez, de Aguiar. Escreveu: *Ensaio sobre a critica, por Alexandre Pope, traduzido em portuguez;* Rio de Janeiro, 1810; com um retrato; a traducção é em prosa, seguida de numerosas annotações e commentarios; *Ensaios moraes de Alexandre Pope, em quatro epistolas a diversas pessoas, traduzidos em portuguez, com as notas de José Warton e do traductor;* Rio de Janeiro, 1812.

**Portugal** (*D. Francisco de*). Era filho do 2.º conde da Vidigueira. Fal. em Fez em 1579. Foi vedor da fazenda de D. Sebastião. Acompanhando este monarcha a Africa, esteve na batalha d'Alcacer-Kibir, e caindo no poder dos moiros, foi transportado para Fez, onde falleceu.

**Portugal** (*D. Francisco de*). Fidalgo da mais nobre linhagem N. em Lisboa no anno de 1585, ende tambem fal. a 5 de julho de 1632. Era filho de D. Lucas de Portugal, da casa dos condes de Vimioso. Herdou de seu pae a commenda de Fronteira, na ordem de Aviz. Desde muito novo se entregou ao estudo da equitação, montando admiravelmente a cavallo; jogava bem as armas, e tocava alguns instrumentos da moda. Era um perfeito cortezão, como então se dizia. Tambem se dedicava á poesia, de que deu provas de grande talento, o que era hereditario na casa Vimioso. D. Francisco de Portugal nasceu e morreu, estando o paiz sob o dominio hespanhol, sendo a côrte estabelecida em Madrid. N'essa côrte tornou-se muito estimado, porque D. Francisco falava e escrevia correctamente em hespanhol. Quiz, porém, demonstrar, que se não contentava só com os frivolos triumphos que alcançava na côrte, embarcando algumas vezes, ora ás ordens de D. Affonso de Noronha, ora ás de D. Antonio de Athaide. Em 1624 esteve na campanha da restauração da Bahia, onde se distinguiu pela sua bravura. Casou com uma sua parenta, D. Cecilia de Portugal, de quem teve um filho, D. Lucas de Portugal (V. *adeante*). Pouco depois de regressar á

patria, em cuja viagem se viu quasi perdido na altura das ilhas dos Açôres, resolveu deixar o mundo, e recolher-se a um claustro, e effectivamente professou no convento de S. Francisco da Cidade, em Lisboa. Pouco tempo vestiu o habito, porque falleceu contando apenas 47 annos de edade. Escreveu: *Divinos e humanos versos. Ao Principe D. Theodosio, nosso senhor*, etc; Lisboa, 1652; segue no fim: *Prisões e solturas d'uma alma*, em prosa e verso. Este livro publicou-se por diligencia de D. Lucas de Portugal, filho do autor, assim como as obras seguintes, escriptas em castelhano: *Arte de galanteria*, Lisboa, 1670, outra edição em 1682; *Tempestades y batallas de un cuydado ausente*, Lisboa, 1683.

**Portugal** *(D. Henrique de)* Neto do 1.º conde de Vimioso; foi embaixador d'el-rei D. Sebastião ao imperador Rodolpho, e captivo na batalha de Alcacer Kibir. Recuperando a liberdade voltou á patria, e foi conselheiro de estado no tempo do cardeal rei D. Henrique. Fal. a 5 d'outubro de 1625.

**Portugal** *(D. João de)*. Filho do 1.º conde de Vimioso. N. em Evora, e tendo estudado Theologia e Canones na Universidade de Coimbra, graduou se em 1550. No anno de 1556 foi nomeado bispo da Guarda, mas por desavença que teve com o cardeal D. Henrique, saiu do reino em 1576. Voltando a Portugal em 1580 seguiu o partido de D. Antonio, prior do Crato, e querendo depois fugir disfarçado foi preso em Arraiollos. Conduzido para Castella ficou recluso n'um mosteiro da ordem de Calatrava, e privado por sentença, do bispado. Falleceu na prisão com 70 annos de edade, depois de 1592.

**Portugal** *(D. João de)*. Fidalgo da casa dos condes de Vimioso. Era casado com D. Magdalena de Vilhena. Acompanhou el rei D. Sebastião á batalha de Alcacer Kibir e n'ella falleceu, segundo as noticias que correram. Ha, porém, uma tradição, que diz ter elle ficado captivo dos moiros, e regressára á patria no fim d'alguns annos, vindo encontrar sua mulher, que julgando-se viuva,havia contrahido segundas nupcias com D.Manuel de Sousa Coutinho. Reconhecido o facto, D. Manuel recolheu-se ao convento de S. Domingos, de Bemfica, tomando o nome de Fr. Luiz de Sousa. Este episodio serviu de base ao visconde d'Almeida Garrett, ao seu drama *Fr. Luiz de Sousa*,

**Portugal** *(D. Fr. João de)*. Religioso dominicano da ordem dos prégadores, bispo de Vizeu. N. em Evora em 1554, e fal. a 26 de fevereiro de 1629. Era filho do 2.º conde de Vimioso. Estudou na Universidade de Salamanca, tendo professado em 1570 na ordem dos prégadores. Em 1580, quando se travou a lucta entre Filippe II, de Hespanha, e D. Antonio, prior do Crato, seguiu a causa de D. Antonio, juntamente com seu irmão, o conde de Vimioso. D'ahi lhe resultaram grandes perseguições por parte do rei castelhano, mas quando Filippe II foi acclamado rei de Portugal, essas perseguições attenuaram-se, e fr. João de Portugal foi nomeado procurador regio, cargo em que deu provas de grande orador. Foi tambem vigario do convento do Sacramento, e em 27 d'abril de 1626, nomeado bispo de Vizeu. Deixou algumas obras de Theologia, em latim, e outras em portuguez.

**Portugal** *(João da Cunha Neves e Carvalho)*. Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação etc. N. em Barcellos em abril de 1784, fal. em Lisboa, no sitio d'Ajuda, a 29 de fevereiro de 1856. Seguindo a carreira da magistratura, chegou a ser desembargador da Casa da Supplicação, mas pelos seus serviços prestados á causa do infante D. Miguel, de quem era accerrimo partidario, saiu de Portugal no anno de 1834, indo viver em Paris d'onde regressou á patria em 1841 ou 1842, e desde então até fallecer, exerceu a advocacia. Foi socio da Academia Real das Sciencais de Lisboa, e do Instituto Historico Geographico do Brazil. Collaborou activamente no *Panorama*, de 1842 a 1844, firmando muitos dos seus artigos com as iniciaes J. de C. das N. P. Tambem collaborou na *Revista Universal* e em varios outros jornaes litterarios da epoca. As seguintes obras, escriptas e publicadas por elle no tempo da sua emigração em Paris, sairam anonymas, e outras com o pseudonymo de Tristão da Cunha Portugal: *Orthographia da lingua portugueza, ensinada em quinze lições pelo systema de Madureira, rectificado pelos principios de grammatica philosophica de Jeronymo Soares Barbosa,acompanhada das principaes regras de boa pronunciação*, etc., 1837; 2.ª edição, 1856; *Galeria pittoresca da historia portugueza, ou victorias, conquistas, façanhas e factos memoraveis da Historia de Portugal e do Brazil; obra destinada á instrucção da mocidade portugueza e brazileira, ornada de 24 estampas*, etc., 1842; *Fabulista da mocidade, ou collecção de fabulas selectas de Esopo, Lafontaine*, etc., *destinadas para a educação e recreio da mocidade, ornada de 24 estampas*, 1837; outra edição, 1856, *Manifesto dos realistas portuguezes;* impresso em Paris e enviado para Portugal, mas que pouquissimos exemplares chegaram ao seu destino, por ter ficado retido da alfandega o caixão que os continha. Pelo mesmo tempo collaborou, juntamente com outros emigrados, que estavam em Paris, em algumas publicações, como na traducção do *Tratado de Geographia Universal* de Balbi; *o Mappa historico, genealogico*, etc. *de Portugal*, e outros mais. Publicou ainda: *Memoria sobre o convento da ordem de Christo em Thomar, publicado pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, Lisboa, 1842; tinha saido no *Panorama*, vol. I da 2.ª serie, a pag. 43, 61, 68 e 85. Na *Gazeta dos Tribunaes* escreveu o *Elogio historico de Francisco Luiz de Gouveia Pimenta*, e outros artigos em diversos tomos d'aquella collecção. Juntamente com A. J. Viale, redigiu em 1844 o *Jornal da Sociedade Catholica*, do qual offereceu ao Instituto Historico Geographico do Brazil os 15 primeiros numeros. Na qualidade de socio da Academia Real das Sciencias apresentou em diversos tempos as seguintes memorias, que se imprimiram na collecção das da Academia, além de se publicarem tambem em separado: *Memoria sobre o programma: Que autoridade teve entre nós o Codigo visigodo desde o principio da monarchia? Quando cessou essa autoridade? E por que causas?;* no tomo VI, parte 2.ª, impresso em 1820, pag. 1 a 14; *Memoria sobre uma provisão, ou carta do sr. rei D. Affonso II, ácêrca de uns decretos, chamados Leis de Fr. Soeiro Gomes;* no tomo IX, 1825, pag. 1 a 18; *Memoria ácêrca do convenio celebrado entre o conde D. Henrique, e seu primo o conde D. Reimão, sobre os estados de seu sogro commum, o imperador D. Affonso VI;* no tomo I,

parte 2.ª da segunda serie, 1814, pag. 269 a 292; *Memoria sobre os ultimos tempos da dominação romana em Hespanha, e n'uma parte do territorio que hoje é Portugal*, no tomo I, parte 2.ª da *Nova serie, classe 2.ª*, 1855, de 22 pag; *Noticia sobre a situação de Eminium, povoação da antiga Lusitania*; lida na Academia Real das Sciencias, e impressa no tomo I das *Actas*, publicado em 1849, a pag. 96; *Proposta para a impressão do antigo Cancioneiro do Real Collegio dos Nobres;* no mesmo tomo, pag. 48 a 54; *Reflexões sobre o Itinerario do Barão de Rosmital*, no tomo III das *Actas*, pag. 44 a 70; *Biographia do cardeal patriarcha Saraiva (*D. Francisco de S. Luiz*)*; publicada primeiro em um dos jornaes da epoca, e depois inserta á frente do tomo I da collecção das *Obras completas* do mesmo patriarcha.

**Portugal** *(José Fernandes)*, Foi piloto da armada real, passou depois a ser official de artilharia, chegando ao posto de major. Devem se lhe um grande numero de plantas e diarios nauticos. Era natural do Rio de Janeiro, fez a sua carreira no Brazil, e estava no Rio de Janeiro quando rebentou a revolução de 1817. Os rebeldes o nomearam chefe da marinha. Logo que a revolução succumbiu, Fernandes Portugal foi preso e condemnado pela alçada, mas antes de ser executada a sentença, fal no hospital militar em 1818.

**Portugal** *(D. Lucas de)*. Commendador de Fronteira e mestre-sala da côrte de D. Affonso VI. Era filho de D. Francisco de Portugal, autor da *Arte de galanteria*. Foi elle quem publicou as obras de seu pae. Tornou se notavel como homem de espirito. Muitos dos seus ditos fôram publicados por Supico de Moraes na sua *Collecção politica de varios apophtegmas*. D. Lucas de Portugal foi amigo particular do grande D. Francisco Manuel de Mello.

**Portugal** *(D. Manuel de)*. Commendador de Vimioso, embaixador a Castella, e provedor-mór das Terças do reino. N. em Evora, e fal. com mais de 80 annos de edade, em 1606. Era filho do conde de Vimioso D. Francisco de Portugal, e muito valido do principe D. João, filho de D. João III e pae do rei D. Sebastião. Entregando se á arte poetica, distinguiu se bastante, e viveu na intimidade dos grandes poetas do seu tempo, como Sá de Miranda e Camões. El rei D. Sebastião, que muito o considerava, o nomeou seu embaixador a Hespanha. Depois da morte d'aquelle infeliz monarcha, por occasião das luctas que se travaram por causa da successão da corôa, D. Manuel de Portugal seguiu o partido de D. Antonio, prior do Crato, juntamente com os seus irmãos conde de Vimioso e D. João de Portugal. Fôram, porém, D. Manuel, o conde de Vimioso e o bispo da Guarda, os tres que nunca desampararam o prior, tanto quando de Santarem marchou a occupar Lisboa, como depois na batalha d'Alcantara, e depois na sua fuga atravez do reino. Por isso foi um dos que o rei de Hespanha excluiu da amnistia, e ainda que depois passados annos pôde viver impunemente na patria, nunca mereceu as boas graças do soberano hespanhol. Em 1605 imprimiram-se as suas obras, com o titulo: *Obras de Don Manuel de Mello*. Deixou muitas obras manuscriptas, entre as quaes cita Barbosa Machado uma intitulada *Diana dos ermitães*.

**Portugal** *(Marcos Antonio da Fonseca)*. Insigne musico, que nacionaes e estrangeiros celebraram como um dos compositores mais illustres do seu tempo. N. em Lisboa a 24 de março de 1762, fal. no Rio de Janeiro a 7 de fevereiro de 1830. Era filho de Manuel Antonio da Ascenção e de Joaquina Thereza Rosa. Tinha 9 annos de edade, quando entrou para o Seminario Patriarchal, em 6 de agosto de 1771. Fez rapidos progressos no estudo da composição, em que teve por mestre João de Sousa Carvalho. Aos 14 annos já compunha, como se vê pela data de 1776, d'um *Miserere*, a 4 vozes e orgão que figura no catalogo das suas composições Foi tambem notavel o seu aproveitamento no estudo do canto e do orgão. Contava 21 annos de edade, quando foi admittido na irmandade de Santa Cecilia, a 3 de julho de 1783, declarando a sua inscripção, ser a esse tempo cantor e organista da Patriarchal. Segundo dizem noticias tradicionaes, a voz de tiple que tivera na infancia, transformou-se-lhe na

Marcos Antonio da Fonseca Portugal

d'um bello tenor. Ao principio e durante alguns annos, assignou se sempre com os dois simples nomes de Marcos Antonio, e assim está inscripto no livro e outros documentos da irmandade de Santa Cecilia, figurando da mesma fórma nas primeiras composições, sendo entre os musicos conhecido sómente pelo nome de *Marcos*. Mas desde que a fama do seu extraordinario talento começou a tomar vulto, despertou se-lhe a vaidade, que se tornou seu principal defeito, e foi ella naturalmente que lhe impoz a obrigação de ajuntar ao nome alguns appellidos altisonantes, indo encontral-os no padrinho do casamento de seus paes, o capitão José Correia da Fonseca Portugal. Desde que entrou para mestre do theatro do Salitre, em 1785, é que principiou a usar os appellidos citados. O folheto que se imprimiu, do *Idilio aos felicissimos annos da Senhora Infanta D. Carlota Joaquina*, representado n'aquelle theatro a

25 de abril de 1788, diz: O *Idilio composto por José Procopio Monteiro, comico do mesmo theatro. Musica de Marcos Antonio da Fonseca Portugal, mestre de musica do mesmo theatro, e organista compositor da Santa Egreja Patriarchal* Foi n'esta epoca que adquiriu entre nós grande fama de compositor; a musica que escrevia para o Salitre agradava muito, e tornava-se popular, como a do *Novo entremez da Castanheira ou a Brites Papagaia*, que teve extraordinaria popularidade. Em 1792 começou a publicar se o *Jornal de Modinhas*, que nos seus primeiros numeros trouxe tambem algumas modinhas, composições do illustre maestro, as quaes tiveram muita voga nas salas. Como compositor de musica religiosa, encetara egualmente uma brilhante carreira. Foi com ella que realisou os seus primeiros ensaios, pelo *Miserere* já mencionado, escripto aos 14 annos, seguindo-se-lhe missas, motetes, psalmos,etc. Algumas d'estas obras fôram escriptas por ordem régia para serem executadas na Patriarchal e na capella do paço de Queluz. Em 1788 compoz a musica de uma oratoria em italiano, de Luiz Torriani, e dedicada á Senhora da Conceição. Brilhantemente conceituado, convivendo com a côrte e com a familia real, desejou ir á Italia, e conseguiu com a protecção régia, satisfazer essa sua decidida vontade, saindo de Lisboa em 1792. Fixou a sua residencia em Napoles, que era então o principal centro do ensino de musica em Italia, e para lá iam todos os pensionistas portuguezes, que no seminario haviam aprendido os principios da escola napolitana, transmittidos pelo professor David Peres, além de lhes serem familiares as obras dos principaes mestres d'essa escola, como Durante, Jomelli, Pergolese, Zingarelli, etc. O principal cuidado, segundo parece, de Marcos de Portugal, foi o fazer-se conhecer como compositor já feito, e esse intento logo o realisou em 1793, anno em que no theatro *Pergola*, de Florença, se cantou a sua opera *L'Eroe Cinese*, poema de Metastasio. N'esse mesmo anno, tambem se cantou em Florença, no theatro *Palla corda*, a opera buffa *I due Gobbi;* em Veneza, no theatro *San Moisé*, as farças em 1 acto, *Il principe Spazza camino* e *Rinaldo d'Asti*. No theatro Scala de Milão, cantou-se pela primeira vez a 8 de fevereiro de 1794, a opera *Il Demofoonte*. Durante oito annos que se demorou em Italia, desde 1792 até 1800, cantaram se em diversos theatros e em diversas terras 21 operas, obtendo todas grande exito. A ultima que se cantou, foi a 14 de fevereiro de 1800, no theatro *Scala*, de Milão, *I Sacrifizi d'Ecate o sia Idante*. Em 1800 regressou a Lisboa Marcos de Portugal, cheio de gloria e tambem de vaidade. Nos fins do anno de 1794 viera a Lisboa, demorando se até principios de 1796, o que se confirma por não se ter cantado em 1795 nenhuma opera sua em Italia, e terem-se cantado no theatro da Rua dos Condes, em 1794 as farças *O Basculho da chaminé, Reinaldo d'Asti,* e em 1795 a cantata *Il Natal d'Ullisse*, no palacio do real castello de Lisboa; um *Te-Deum* com instrumental executado no mesmo anno em Queluz, e em 1796 um Motete com instrumental a solo de soprano Foi logo nomeado mestre da capella real e do theatro de S Carlos; e professor no Seminario. Já no anno anterior á sua chegada se haviam cantado, despertando a maior curiosidade, as operas *La Donna di genio volubile, Reinaldo d'Asti* e *Il Barone Spazzacamino*. No outono de 1800 apresentou Marcos de Portugal, ensaiada e dirigida por elle, a primeira opera que escreveu expressamente para o theatro de S. Carlos, *Adrasto, rê d'Eggito*. No outono do anno seguinte apresentou *La morte di Semiramide*, em que a celebre cantora Catalani teve um exito extraordinario. Seguiram-se outras operas, sendo algumas das que já se haviam cantado em Italia, escrevendo nova musica para a *Argenida*, que se cantara em Florença, *Fernando nel Messico*, que se cantara em Veneza, etc. Em 1801 apresentou as novas operas *L'Oro non compra amore*, e *Merope*. Em 1805 *Il Duca di Foix, Ginevra di Scozia*. Em 1806, *Artaserse* e *La Morte di Mitridate*. A invasão franceza obrigou, como é sabido, a familia real a fugir para o Brazil no anno de 1807, porém Marcos de Portugal conservou se em Lisboa, talvez esperançado em cair nas boas graças dos novos dominadores. Quando o general Lannes esteve em Lisboa como embaixador em 1804, Marcos tratou de perto com elle, e prestou-lhe os seus serviços artisticos. Lannes mandou celebrar na egreja do Loreto no dia 10 de maio d'esse anno, um solemne *Te Deum* em honra de Bonaparte, e foi Marcos quem compoz a musica e a dirigiu. A' noite o mesmo general embaixador deu um explendido sarau, em que Marcos tomou parte acompanhando os cantores ao piano. Em 1808, Junot, estando senhor de Lisboa, quiz que o dia da festa de Bonaparte, 15 de agosto, fôsse aqui celebrado com um grande espectaculo de gala em S. Carlos, e encarregou Marcos de Portugal de escrever uma opera nova, que fôsse mais ou menos adequada ás circumstancias. Marcos lembrou-se do seu antigo *Demofoonte*, cujo libretto de Metastasio celebra casos heroicos, improvisou sobre elle musica nova, ensaiou-a, e dirigiu a na noite da festa. Depois que os francezes evacuaram o paiz, Marcos penitenciou se do seu jacobinismo. A convenção de Cintra foi celebrada com espansivas festas, entre ellas uma missa solemne e *Te-Deum*, que o Senado fez cantar na egreja de Santo Antonio; Marcos e seu cunhado Leal Moreira, tambem compositor, fôram os directores e os autores da musica. Comquanto o theatro de S. Carlos não funccionasse regularmente por esse tempo, haviam ficado em Lisboa alguns artistas italianos e estes deram em 13 de maio de 1809, dia dos annos de D. João VI, ainda regente, uma recita de gala, para a qual escreveu Marcos uma peça d'occasião, *La Speranza o sia L'Augurio Felice*. O final era um hymno, que se tornou o hymno official portuguez até 1831, vulgarmente chamado *Hymno do Principe*, e mais tarde, *Hymno de D. João VI*. Alguns mezes depois organisou-se uma sociedade de artistas, da qual Marcos fazia parte, para darem tres recitas nos tres dias em que se festejou o primeiro anniversario da retirada dos francezes, cantando-se a opera *La Donna di genio Volubile*. As circumstancias haviam mudado, e a opinião publica levantava-se enfurecida contra os jacobinos, e accusava Marcos de Portugal tambem de jacobinismo. O illustre maestro achava-se n'uma falsa posição, e a sua vaidade soffria atrozmente. As noticias do Rio de Janeiro certificavam lhe que fizera mal em não seguir a côrte, que no Brazil retomara parte do seu explendor, e os artistas eram ali estimados como d'antes. Resolveu par-

tir, mas ainda no principio de 1810 esteve á testa da companhia de S. Carlos, dirigindo a sua opera *L'oro non compra amore;* n'esse anno escreveu um *Credo*, cuja partitura autographa dizem existir na Bibliotheca d'Ajuda. Depois partiu definitivamente, levando comsigo seu irmão, Simão Victorino de Portugal, organista da patriarchal e tambem compositor. Chegou ao Rio de Janeiro em 1811, sendo ali recebido pelo principe regente e pela côrte com as maiores considerações e estima. As primeiras musicas que compoz, fôram uma grande missa a 4 vozes e orchestra completa, e umas matinas para a festa do Natal. Em 12 de outubro de 1814, anniversario natalicio do principe D. Pedro, inaugurou se o grandioso theatro de S. João, construido á similhança do de S. Carlos, de Lisboa, e a peça allegorica representada n'essa ocasião foi obra de Marcos, intitulada *O Juramento dos Numes*, sendo a poesia escripta por D. Gastão Fausto da Camara Coutinho. No mesmo theatro cantaram se depois muitas das suas outras antigas operas. O theatro de S. João ardeu em 1823, sendo depois reconstruido com o titulo de *Theatro de S. Pedro d'Alcantara.* Alimentando a actividade do theatro com as peças já anteriormente escriptas, o seu trabalho de composição no Rio de Janeiro consistiu principalmente em musica religiosa para o serviço da real capella. Tambem compoz musica para a antiga farça *A Saloia namorada*, que se cantou em 1812 pelos negros, alumnos do conservatorio estabelecido por D. João VI. A vaidade de Marcos e o apreço em que era tido, não podiam deixar de crear-lhe grandes inimizades. Um seu encarniçado inimigo, Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, deixou alguns escriptos manifestando claramente a sua má vontade contra o illustre maestro portuguez. No entretanto, apezar da inveja que o pretendia amesquinhar, Marcos de Portugal continuava vivendo perfeitamente com relação á sua posição social e aos interesses pecuniarios. Recebia de Lisboa o ordenado de mestre do Seminario, era mestre do principe D. Pedro, e andava nas seges da Casa Real, recebendo tambem presentes importantes. Em 1811 teve um primeiro insulto apopletico, e em 1817, um segundo, que muito o traustornou, e tanto que em 1821 quando D. João VI regressou a Portugal, não o pôde acompanhar. Acabaram se lhe então todas as regalias. Não tendo nunca reservado parte dos grandes proventos que alcançara, juntou-se á perda do prestigio a falta de recursos. Recolheu-se então a casa d'uma velha fidalga, a viuva marqueza de Aguiar, onde falleceu em relativa pobreza e completo esquecimento, com 68 annos incompletos. Em 1801, quando reabriu o theatro italiano em Paris, por influencia de Bonaparte, cantou se a obra de Marcos Portugal, *Non irritar le donne*, publicando n'essa occasião *Le Moniteur Universel* uma elogiosa apreciação da opera. *O Fernando in Messico* cantou-se em Londres com grande exito, pela celebre cantora ingleza Elisabeth Bellington O escriptor inglez Burgh, n'um livro intitulado *Anecdotes of music*, qualifica de admiravel a opera de Marcos Portugal. Esta mesma opera foi cantada em Roma pela citada cantora Em S. Petersburgo cantaram se as operas *Il Principe Spazzacamino;* o *Artaserse* e *L'Astuta*, etc. Para attestar o grande merecimento de Marcos de Portugal, basta a acceitação que as suas operas tiveram em quasi todos os theatros da Europa, e com especialidade em Italia, onde foi recebido a par de Cimarosa, Paisiello e outros compositores celebres seus contemporaneos. *No Diccionario biographico de Musicos Portuguezes*, de Ernesto Vieira, no vol. II, pag. 191 a 230, e 471 a 473, vem publicada uma minuciosa biographia do notavel maestro portuguez, d'onde extrahimos estes apontamentos e transcrevemos alguns trechos. N'essas paginas tambem se encontra a relação do enorme reportorio das suas obras, tanto theatraes, como religiosas.

**Portugal** *(D. Martinho de).* Filho do bispo de Evora D. Affonso de Portugal e irmão do 1.º conde de Vimioso, governou pelos annos de 1522 o bispado de Vizeu em que tinha sido provido D. Affonso, filho d'el-rei D Manuel. Tendo sido em 1525 mandado a Roma como embaixador, foi pelo papa depois nomeado nuncio e embaixador junto de D. João III com poderes de legado *a latere* nos reinos e dominios da corôa portugueza. No anno de 1532 voltou a Roma, e erigindo se em metropole a egreja do Funchal, foi D. Martinho de Portugal nomeado arcebispo d'ella, e posteriormente eleito bispo do Algarve, mas não confirmado, porque falleceu em 1547.

**Portugal** *(D. Miguel de).* Era filho do 3.º conde de Vimioso. Doutor em Theologia e em Canones; deputado da inquisição de Coimbra, inquisidor em Evora, deputado do conselho geral do Santo Officio, e nomeado bispo de Lamego em 1636. Tendo sido mandado a Roma como embaixador de D. João IV, não conseguiu ser recebido pelo papa. Foi depois conselheiro de estado e eleito arcebispo de Evora. Fal. em Lisboa a 3 de janeiro de 1644.

**Portugal** *(Salvador Taborda).* Doutor em Jurisprudencia Cesarea pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação, procurador fiscal da Junta dos Tres Estados, etc. N. em Penamacôr e fal. em Paris em 1690. Foi lente na Universidade de Coimbra, e em 1677 foi nomeado enviado extraordinario a Paris, onde se conservou até fallecer. Escreveu: *Memoria dos successos que aconteceram em França, e na maior parte da Europa, no tempo que assistiu n'aquella côrte com a occupação de Enviado do Serenissimo principe regente, depois rei D Pedro II, a el rei christianissimo Luiz XIV, desde 1677 até 1689.*

**Portugal** *(Simão Victorino).* Irmão de Marcos Portugal. Nasceu em 1774 e foi tambem discipulo d Seminario Patriarchal, onde foi admittido em 14 d'abril de 1782. Exerceu depois o cargo de organista da Patriarchal, dedicando-se especialmente ao ensino de piano e de canto. Escreveu tambem àlgumas obras de musica religiosa. Acompanhou seu irmão para o Rio de Janeiro, em 1810, e ali trabalhou activamente para o engrandecimento do Conservatorio e fez parte da musica da capella real. O seu instrumento favorito era o piano. Falleceu no Rio de Janeiro em 1825.

**Portugal** *(Thomaz Antonio de Villa Nova).* Bacharel formado em Leis pela Universidade de Coimbra, do conselho d'el-rei D. João VI, etc N. em Thomar a 18 de setembro de 1755, falleceu em Lisboa a 16 de maio de 1839. Exerceu diversos cargos da magistratura, escrevendo ao mesmo tempo diversas memorias que apresentou á

Academia Real das Sciencias, e que andam insertas na collecção das *Memorias* da mesma Academia. Embarcando para o Brazil chegou a desembargador do paço do Rio de Janeiro, e quando pela morte do conde da Barca D João VI formou um novo ministerio, foi Villa Nova Portugal encarregado dos negocios do reino e da justiça, e ficou com o dos extrangeiros em 1818, emquanto o conde de Palmella não chegava ao Brazil. Villa Nova Portugal assumiu em breve a maior importancia nos conselhos da corôa, mas a sua administração levantou logo grandes rumores, porque o ministro não passava d'um jurisconsulto intelligente, mas atrazadissimo nas materias administrativas e economicas, e mais ainda no conhecimento das sciencias sociaes e politicas. As circumstancias financeiras eram pessimas, e o publico murmurava do estado e systema de governo do banco do Rio de Janeiro, pois Thomaz de Villa Nova Portugal entendeu que o melhor expediente para occorrer a essas difficuldades era publicar um decreto prohibindo que se desacreditasse o banco em conversas e noticias a respeito das suas operações e situação dos seus negocios ameaçando com processo e punições severas os que transgredissem esta ordem. Outro documento prova bem quaes eram as idéas politicas d'este ministro, é o celebre alvará de 30 de março de 1818, por elle referendado, contra a maçonaria e quaesquer outras sociedades secretas, prohibindo-as completamente. Este alvará vem transcripto no vol. XII do *Diccionario bibliographico* de Francisco Innocencio da Silva, de pag 334 a 335. Apenas chegou ao Rio de Janeiro a noticia da revolução de 1820, Villa Nova Portugal mostrou se abertamente hostil a esse movimento, e censurou abertamente o modo como se houvera a regencia que, segundo elle, deveria ter reprimido pela força a insurreição liberal. Quando D. João VI estava vacillante sem saber o partido que deveria tomar, chegou ao Rio de Janeiro o conde de Palmella que tomou conta da repartição dos estrangeiros, ficando Villa Nova Portugal com as outras pastas, conservando ainda bastante influencia no animo do indeciso soberano. Nos conselhos em que o governo debateu as providencias que seria conveniente adoptar, apresentou se sempre adversario das idéas liberaes de Palmella, e fundando se nas tradições do governo absoluto, sustentou a necessidade de se recorrer á força para submetter os revoltosos, agourando a queda do throno se o rei quizesse encetar o caminho das concessões. Os acontecimentos do Rio de Janeiro no dia 24 de janeiro de 1821 fizeram sair do ministerio Thomaz de Villa Nova Portugal, que regressando á patria viveu aqui obscuramente, fallecendo quasi na miseria. Foi tambem desembargador do Paço e chanceller mór do reino. Era commendador das ordins de Aviz e da Torre e Espada. Os escriptos que ficaram de Thomaz Villa Nova Portugal, parece que se reduzem sómente ás *Memorias* insertas na collecção da Academia Real das Sciencias, conforme dissémos. São ellas as seguintes: *Memoria ao programma: Qual foi a origem, e quaes os progressos e as variações da jurisprudencia dos morgados em Portugal?* foi premiada pela Academia em 12 de maio de 1791; inserta no tomo III das *Memorias de Litteratura Portugueza*, pag. 374 a 470; *Memoria ao programma: Qual seja a epoca fixa da introducção do direito romano em Portugal e o grau de autoridade que elle teve nos diversos tempos?;* inserta no tomo V das ditas *Memorias; Memoria sobre a preferencia do estabelecimento dos mercados ao uso das feiras;* nas *Memorias Economicas*, publicadas pela Academia, tomo II; *Memoria sobre a cultura dos terrenos baldios, que ha no termo da villa de Ourem;* idem no mesmo volume; *Memoria sobre os juros, relativamente á cultura das terras*, idem, no tomo III; *Observações que seria util fazerem-se, para a descripção economica da comarca de Setubal*, idem, no tomo citado; *Observações sobre o mappa da povoação do termo da villa de Azeitão*, idem, no mesmo volume.

**Portugal**. V *Lusitania*, *Lusitanos*, no vol. IV d'esta obra, pag. 587 e 589, e *Porto*, no presente vol., a pag. 916.

**Portugal e Castro** *(D Manuel Francisco de)*. Commendador das ordens de Aviz e de Nossa Senhora da Conceição, veador e conselheiro da fazenda real, governador e capitão general de Minas Geraes, da ilha da Madeira, vice-rei da India, etc. Nasceu no Campo Grande, em 5 de novembro de 1787, falleceu em Lisboa a 12 de julho de 1851. Era filho do 4.º marquez de Valença, D. Affonso Miguel de Portugal, e de sua mulher D. Maria Telles da Silva. Em 1826 foi nomeado governador da ilha da Madeira, governo que pouco depois deixou, por ter recebido despacho para a India, tomando posse d'este cargo a 9 de outubro de 1827. Em 7 de abril de 1830 foi elevado a vice-rei, sendo o ultimo governador que teve este honroso titulo. Durante o tempo da sua administração promoveu o embellezamento de Pangim, e fez construir grande numero de edificios do estado. Pela nova organisação dada ás provincias ultramarinas depois do estabelecimento do governo constitucional, foi substituido pelo prefeito Bernardo Peres da Silva, que tomou conta da administração civil da provincia no meado de janeiro de 1835 No primeiro dia do mez seguinte houve em Gôa uma revolta contra o prefeito, e sendo este preso e mandado para Bombaim, o ex-vice-rei assumiu por dois dias o governo para acalmar os animos. Reunindo logo uma assembléa fez collocar á testa dos negocios publicos o primeiro conselheiro da perfeitura Joaquim Manuel Correia da Silva e Gama. No dia 10 houve reacção a favor do prefeito, mas ficou malograda, e a 3 de março um novo movimento militar deu em resultado a deposição do conselheiro Correia da Silva e Gama, e a nomeação d'um governo provincial. D. Manuel de Portugal e Castro foi convidado para entrar n'esse governo, mas recusou, e passando para Vingorlá, recolheu-se a Lisboa. Conservando-se sempre alheio á politica da metropole, acclamou D. Miguel quando de Lisboa recebeu ordem para isso, e depois D. Maria II, quando recebeu egual indicação. Por occasião do golpe de estado de 6 de outubro de 1846, foi encarregado da pasta da marinha, e quando o marechal Saldanha saiu de Lisboa, para entrar em operações, D. Manuel ficou interinamente na secretaria dos negocios estrangeiros, saindo afinal do ministerio, quando este se demittiu em 18 de abril de 1847.

**Portugal e Castro** *(D. Miguel Lucio de)*. Era filho do 2.º marquez de Valença, D. Francisco de Portugal. Nasceu em Lisboa em 1722, falleceu

em Madrid em 1785. Seguindo a carreira ecclesiastica foi principal da egreja patriarchal. Era academico da Academia Real de Historia Portugueza, e da dos Occultos. Sendo nomeado embaixador á côrte de Hespanha, ali falleceu. Escreveu: *Elogio funebre do muito alto e poderoso rei D. João V;* saiu na *Collecção das obras que na Academia dos Occultos se recitaram* etc.; *Oração panegyrica no feliz dia da gloriosa coroação d'el rei D. José I, nosso senhor;* saiu na collecção intitulada *Jubilos de Portugal*, etc; ha exemplares em separado, Lisboa, 1750; *Decimas que nos annos d'el rei nosso senhor recitou a 6 de junho de 1762, na sua real presença;* sem indicação do logar da impressão nem do anno; *Oração aos annos d'el-Rei nosso Senhor, recitada na sua real presença aos 6 de junho de 1774*, Lisboa 1774; *Romance á marqueza de Tavora .. acompanhando seu esposo para a India;* sem logar nem anno de impressão; *Oração aos annos d'el-Rei Nosso Senhor... recitada em 6 de junho de 1767, sendo director da Academia Real de Historia Portugueza*, Lisboa, 1767.

**Portugal e Castro** Pov do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica na margem esquerda d'um affluente do rio Sanguem. Os seus campos fôram arroteados pela Sociedade patriotica agricola dos baldios das Novas Conquistas, fundada em 5 de maio de 1828.

**Portugal e Torres.** Familia procedente de D. Diniz, filho de D. Pedro I e de D. Ignez de Castro, e cujas armas são: escudo esquartellado: no primeiro quartel, que é o alto, as quinas de Portugal; no segundo em campo sanguinho, cinco torres de ouro postas em santor, e assim os contrarios; orla vermelha com sete castellos de ouro, que é a mesma orla das armas reaes do paiz.

**Portuguez de ouro.** Antiga moeda, mandada lavrar por el rei D. Manuel I, que Damião de Goes descreve da seguinte fórma: Era de ouro de 24 quilates, e o seu valor de 10 cruzados: tinha no anverso a cruz de Nosso Senhor Jesus Christo, e em volta a legenda In: Hoc: signo: vinces: e no reverso as armas do reino, com a corôa aberta, e duas legendas; a primeira, na garfilha, I: Emanvel: Rex: Portvgallae: Algarbiorum: Citra: Vltra: In: Africa: Dominvs: Gvineae: a segunda, em volta do escudo, Conqvista: Navegaçam: Comercio: Aethiopiae: Arabiae: Persiae: Indiae: Parece que o *portuguez de ouro* se cunhou em 1499, começando n'esse mesmo anno a ter curso no reino. Teixeira Aragão menciona outra moeda dizendo: «Existe no Gabinete da Bibliotheca Nacional de Lisboa um modelo authentico, ao que parece, que tem no anverso a legenda Ad: Valoram: Emanvel: Rex: Portvgal: Moneta: Avrea: At: Swol: escripta em dois circulos, no centro as armas do reino, entre seis pontos, no reverso a legenda In: Christo: Crucifixo: Nostra: Sal: no meio cruz da ordem de Christo, tres pontos no cimo e a contramarca 10 U, com uma pequena corôa. Esta moeda é talvez o primeiro portuguez de ouro, e ao que parece cunhado fóra do reino.

**Portuguezes** *(Ponta dos)*. Ponta da bahia de Lourenço Marques, na prov. de Moçambique, Africa Oriental.

**Portunhos.** Pov. e freg. de S Julião, da prov. do Douro, conc e com. de Cantanhede, distr. e bisp. de Coimbra, 239 fogos e 867 hab. Tem esc. do sexo fem. e correio com serviço de posta rural. Dista 7 k. da séde do conc., e está situada na estrada de Cantanhede a Coimbra, em logar ameno, fertil e risonho. Produz muito bom vinho, e todos os fructos do paiz. Os marquezes de Louriçal apresentavam o reitor, que tinha 30$000 réis de rendimento e o pé d'altar. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria.

**Porverba.** Pov. na freg. de S. Pedro, d'Alverca, conc. de Villa Franca de Xira, distr. de Lisboa.

**Posilgal.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Sobral, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

**Posmil** Pov na freg. de S. Martinho de Moutas, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Possacos.** Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. de Traz-os-Montes, conc. e com. de Valpaços, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 206 fog. e 875 hab. Tem esc. do sexo fem. e est. post. Dista 3 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da margem direita do rio Rabaçal. O vigario de S. Thiago da Ribeira de Alhariz, apresentava o vigario, que tinha 20$000 reis annuaes e o pé d'altar. A pov. pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

**Posse.** Pov. do sobado do Bombo, na freg. de S. José de Cabiri, 6.ª div. de Icolo e Burgo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Posser** *(Carlos Augusto)*. Artista dramatico e 1.º official addido ao ministerio do reino. N. em Lisboa a 2 de março de 1850. Desde creança sempre muito dedicado á vida de theatro, aos 14 annos representava como amador, fazendo parte da Sociedade Recreio Thaliense, no theatro da Rua dos Condes. Desde então, tanto em Lisboa como nas provincias, não deixou mais de representar, desenvolvendo-se cada vez mais. Um dia resolveu se a matricular-se na escola dramatica do Conservatorio, onde bastante aproveitou. Depois seguiu para a Figueira da Foz fazendo parte d'uma companhia, e quando regressou a Lisboa, continuou representando nas sociedades de amadores dramaticos, salientando-se muito no antigo theatro do Aljube, e principalmente no theatro Taborda. Ia tambem com amadores representar em theatros publicos em recitas de beneficio. Foi assim, que antes de ser actor de profissão, adquiriu fama e prestigio como distincto amador dramatico. Por essa epoca se evidenciou nas peças: *Justiça, Homem de ouro, O Mundo e o Claustro, Os Inuteis*, e com especialidade no theatro da Trindade no papel de Luiz Fernandes, na *Morgadinha de Valfôr*, e em D. Maria, nos *Lazaristas*, e nos *Homens ricos*. Quando José Carlos dos Santos, o mestre da arte, saiu do theatro de D. Maria, e veiu para o Gymnasio, convidou Carlos Posser para fazer parte da sua companhia. Entrando na carreira artistica como profissional, em tão vantajosas condições, continuou sempre merecendo o applauso do publico, não desmerecendo da fama que alcançara. Tornou-se tambem um distincto e consciencioso ensaiador, cargo que exercia com toda a proficiencia, dirigindo egualmente technicamente os theatros da Rua dos Condes, Recreios, Principe Real, D. Maria II e Trindade. Mais tarde fez parte da Sociedade de Artistas Dramaticos do theatro da Trindade, sendo

depois societario de 1.ª classe e gerente da Sociedade artistica do theatro de D. Maria II. O seu reportorio é enorme, desde que principiou a sua carreira artistica, como amador. Ha annos que se afastou do theatro, e presentemente é empregado na Santa Casa da Misericordia e 1.º official addido ao ministerio do reino.

**Possijal** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Vermoil, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Possilgão**. Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Asseiceira, conc. de Thomar, distr. de Santarem.

**Possolo** (*Carlos Augusto de Sousa Folque*). Vice-almirante. N. a 30 de julho de 1833, fal. a 14 de maio de 1909. Tendo se alistado na marinha a 26 de janeiro de 1847, foi promovido a aspirante de 2.ª classe, em 8 de agosto de 1849, a aspirante de 1.ª em 16 de outubro de 1850, a guarda marinha em 3 de julho de 1852, a 2.º tenente em 3 de outubro de 1853, a 1.º tenente em 23 de fevereiro de 1865, a capitão tenente em 14 de junho de 1873, a capitão de fragata em 8 de outubro de 1878, a capitão de mar e guerra em 8 de julho de 1886, a contra almirante em 27 de fevereiro de 1890, e a vice-almirante em 16 de março de 1901, tendo passado ao quadro dos reformados na mesma data. Foi ajudante de campo effectivo d'el-rei D. Luiz I, que acompanhou em muitas viagens, e a cujos ultimos momentos assistiu, e ajudante honorario dos reis D. Carlos I e D. Manuel II. Profundo conhecedor em materia de construcção naval, dirigiu a do hyate de recreio *Sirius*, que foi propriedade da rainha D. Maria Pia. Desempenhou varias commissões de serviço proprias da arma, sendo as principaes a do ataque e apresamento das forças navaes do pirata Apack, no rio Iung-Riang, e a da expedição a Angola em 1860. Era condecorado com as ordens d'Aviz, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, com a de Albertus Animases da Saxonia, e da Aguia Vermelha da Prussia. Possuia a medalha de prata commemorativa da mencionada expedição.

**Possollo da Costa** (*D. Francisca de Paula*). Escriptora e poetisa. N. em Lisboa a 4 de outubro de 1783, fal. no Cartaxo a 19 de julho de 1838. Era filha de Nicolau Possollo e de D. Maria do Carmo Correia de Magalhães. Desde tenros annos se manifestou a sua vocação poetica; tambem se dedicava muito ao estudo da lingua franceza e da musica. Nos seus versos assignava se sempre com o nome de *Francilia*, ao estylo arcadico. Casou a 16 de abril de 1813 com o official de marinha João Baptista Angelo da Costa, que falleceu a 16 de novembro de 1830, e desde então retirou se para uma quinta de que era proprietaria no Cartaxo, onde passou os ultimos annos de vida. Escreveu: *Francilia, pastora de Tejo, poesias de D. F. P. C*, Lisboa, 1816; com uma estampa allegorica; o volume consta de sonetos, canções, elegias, epistolas, odes horacianas e anacreonticas, e outras poesias; *Henriqueta de Orleans, ou Heroismo, novella portugueza*, Lisboa, 1819; 2 tomos: reimpressa em 1829; *Sonetos recitados no Real theatro de S. Carlos* (por occasião do juramento da Carta Constitucional), Lisboa, 1826; *Corinna ou a Italia, por Mad. Stael-Holstein, traduzida da setima edição franceza*, Lisboa, 1835; 4 volumes; *Carta do Conde de Las Casas, dirigida da ilha de Santa Helena ao principe Luciano Bonaparte*, etc., Lisboa; *Conversações sobre a pluralidade dos mundos, por Fontenelle; vertidas do francez em vulgar... agora novamente dadas á luz pelos seus parentes, e precedidas d'uma noticia litteraria ácêrca da traductora*, Lisboa, 1841; *Epistola á Marqueza de Alorna*; saiu no tomo II das *Obras* da mesma marqueza, a pag 68. Ficaram ineditas duas comedias, intituladas: *Ricardo ou a força do destino*, e *O Duque de Clêves*.

**Possollo Hogan** (*Alfredo*). Empregado na repartição dos correios, e escriptor. N. em Lisboa a 29 de novembro de 1850, onde tambem fal. a 16 de abril de 1865. Escreveu os seguintes romances: *Dois Angelos ou um casamento forçado*, 2 tomos, Lisboa, 1852; *Os Mysterios de Lisboa*, 4 tomos com estampas, Lisboa, 1852; *Marco Tullio, ou Agente dos Jesuitas, romance historico* (1563 a 1600), 3 tomos com estampas, Lisboa, 1853; *A Mão do Finado em continuação ao Conde de Monte Christo de A. Dumas*, Lisboa, 1854 (saiu sem o nome do autor); *A Pedinte de Lisboa, ou as Memorias d'uma mulher*, 2 vol., 1860. Para o theatro escreveu as seguintes peças, das quaes algumas se representaram no Gymnasio, e se publicaram em Lisboa: Comedias dramas: *Os dissipadores*, 5 actos, 1858; *Ninguem julgue pelas apparencias*, 3 actos, 1858; *As Brazileiras*, 3 actos, 1857; *O Juizo do mundo*, 3 actos, 1861; *O Colono*, 3 actos, 1861; *Segredos do Coração*, 3 actos, 1861; *A Roda da Fortuna*, 3 actos, 1861; *Nem tudo que luz é ouro*, 3 actos, 1861; *A Pelle do Leão*, 3 actos, 1861; *A Mascara social*, 3 actos, 1861; *A Irmã de caridade*, 2 actos, 1860; *Ivanhoé*, drama em 5 actos e 9 quadros, extrahido do romance do mesmo titulo, de W. Scott, 1819; *O Dia 1.º de Dezembro de 1640*, comedia heroica em 3 actos, 1862; *O Ultimo dia dos Jesuitas em Portugal*, drama em 4 actos, 8 quadros e 1 prologo, 1862. Comedias em 1 acto; *E' melhor não experimentar!* 1858; *O Marido no prego*, 1860; *Não despreze sem saber!* 1861; *Pilatos no crédo*, 1862.

**Postasneiros**. Pov. na freg. de S. Vicente de Lafões, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

**Postemião**. Pov. na freg. de S. Julião, de Taboaças, conc. de Vieira, distr. de Braga.

**Postigo**. Pov. na freg. de S. Salvador, de Feitosa, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Potigueiras ou Portigueiras**. Pov. na freg. de Santa Martha, de Portozello, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Potrem**. Pov. do conc. de Sanguem, Novas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India. Fica nos contrafortes dos Ghattes e junto da margem direita do rio de Sanguem.

**Potu**. Rio da Africa Occidental.

**Pouca Farinha**. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Rendo, conc. de Sabugal, distr. da Guarda.

**Pouca Pena**. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra.

**Pouca Villa**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto.

**Pouchos**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o Velho distr. de Coimbra.

**Pouços** (*Gonçalo Eanes*). Residia em Evora, e era cego d'um olho, servira no descereo de Ceuta, e fôra com a Infanta D. Izabel, filha de D. João I, na nau d'el-rei D. Duarte para Flandres,

e perdeu se quando pelejou com Gonçalo Correia, assistiu ao desastre de Tanger com os infantes, e entrara na batalha de Alfarrobeira contra o infante D. Pedro. Não se sabe a data do seu fallecimento.

**Poules.** Pov. na freg. de S. Salvador, de Paderne, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello.

**Poulinhos.** Pov. na freg. de S. Martinho, de Avidos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Poulo.** Pov. na freg. de S. Cypriano, de Senhareci, conc. de Arcos de Valle de Vez, distr. de Vianna do Castello.

**Poupa** Povoações nas freguezias: S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. Mamede, de Serôa, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Santa Maria Magdalena e conc. de Santo Thirso, do mesmo districto.

**Pousa.** Pov. e freg. de Santa Christina, da prov. do Minho, conc. e com. de Barcellos, distr. e arceb. de Braga; 191 fog. e 731 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada a 2 k. da margem esquerda do rio Cávado e a 11da séde do conc. O parocho tinha 230$000 reis de congrua. A terra é fertil. || Povoações nas freguezias: N. S.ª das Neves, de Bella, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || S. Martinho, de Fareja, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Salvador, de Feitosa, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª dos Anjos e conc. de Monsão, do mesmo distr. || Santa Maria, de Rebordões, conc. de Ponte do Lima, do mesmo districto.

**Pousa Flôres.** Pov. e freg. de N. S.ª das Neves, da prov. da Extremadura, conc. de Ancião, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 462 fog. e 1:876 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada na serra d'Arique, a 7 k. da margem esquerda da ribeira Alge. A casa do infantado, donataria da freguezia, apresentava o vigario, que tinha 90$000 reis de rendimento, e o pé d'altar. Pousa Flôres foi villa e cabeça de conc., com comarca, juizes e mais empregados. El rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 12 de novembro de 1514. O nome verdadeiro d'esta extincta villa, é *Pousa-Folles*, mas no seculo XV, os seus habitantes, não achando proprio similhante nome, o fôram pouco a pouco mudando para *Pousa-Flôres*, que é mais poetico. Até 1834, tinha esta freg. almoxarife, posto pela casa donataria, com o seu respectivo escrivão, capitão-mór, com duas companhias de ordenanças. Pousa-Flôres pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Sendo do conc. de Figueiró dos Vinhos, foi annexada ao de Ancião por decreto de 7 de setembro de 1895. || Serra do distr. de Leiria.

**Pousa Folles.** Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Fiães, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Miguel, de Foz de Arouce, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || Espirito Santo, de Lamas, conc. de Miranda do Corvo, do mesmo distr. Tem correio com serviço de posta rural. || N. S.ª da Conceição, de Sarzedas, conc. e distr. de Castello Branco. || S. Mamede, de Villa Marim, conc. de Mesão Frio, distr. de Villa Real.

**Pousa Folles do Bispo.** Pov. e freg. do Salvador, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Sabugal, distr. e bisp. da Guarda; 254 fog. e 1:081 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada n'um pequeno valle, a 3 k. da estrada da Guarda ao Sabugal. A camara episcopal da sé da Guarda, apresentava o prior que tinha 200$000 reis de rendimento. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

**Pousa Maria.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Lordosa, conc. e distr. de Vizeu.

**Pousada.** Pov. e freg. de S. Paio, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga, 136 fog. e 621 hab. Dista 10 k. da séde do conc. A mitra primacial apresentava o reitor, que tinha 200$000 reis de rendimento. A pov. é muito antiga e muito fertil. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Povoações nas freguezias; Santa Lucrecia, de Aguiar, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Anreade. conc. de Rezende, distr. de Vizeu || S. Pedro, de Avintes, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || S. Pedro, de Bairros, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. Martinho, de Cambres, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santo André, de Campeã, conc. e distr. de Villa Real || S. Miguel, de Carreira, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Miguel, de Carvalho, conc. de Celorico de Basto, do mesmo distr. || Santo André, de Cella, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || S. Thiago, de Cepões, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cossourado, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Thomé, de Cousso, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Cruz, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Pedro, de Escudeiros, conc. e distr. de Braga. || S. Christovão, de Espadanedo, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || S. Thiago, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Folhada, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || S. Vicente, de Foruellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Pelagio, de Fornos, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thiago, de Gemieira, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Gondar, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Gôve, conc. de Baião, distr. do Porto. || Santa Maria, de Grade, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Jesufrei, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Joanne, do mesmo conc. e distr. || Santa Eulalia, de Lamellas, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto. || Santa Marinha, de Lodares, conc. de Louzada, do mesmo distr. || Santa Maria, de Martim, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || S. Romão, de Mesão Frio, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Parada e Barbudo, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || O Salvador, de Penajoia, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Perosinho, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto || Santo Thirso, de Prazins, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Maria, de Refojos do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || Santa Comba, de Regilde, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Rio de Moinhos, conc. de Arcos de Val-

le-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel, de Roriz, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Sequeira, conc. e distr. de Braga, || S. Paio, de Sequeiros, conc. de Amares, do mesmo distr. || N. S.ª d'Assumpção, de Sernache dos Alhos, conc. e distr. de Coimbra. || S. Clemente, de Silvares, conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Miguel, de Souto, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Taboado, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto || Santo André, de Tellões, conc. de Amarante, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Tenões, conc. e distr. de Braga. || S. Torquato, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thomé, de Vade, conc. de Ponte da Barca, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago, de Valpedre, conc. de Penafiel, distr. do Porto || S. Miguel, de Villela, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

**Pousada de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freg. de Santa Marinha, de Pedreira, conc. de Felgueiras, distr. do Porto.

**Pousada de Ssramagos.** Pov. e freg. de S. Martinho, da prov. do Minho, conc. e com. de V. N. de Famalicão, distr. e arceb. de Braga; 106 fog. e 457 hab. Tem est. postal, e dista 7 k. da séde do conc. Está situada na estrada que vae de V. N. de Famalicão a Guimarães. O prior do mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, apresentava o vigario, que tinha 50$000 reis e o pé d'altar. A terra é fertil, e cria muito gado de toda a qualidade. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga

**Pousadas.** Povoações nas freguezias: Santo André, de Avantos, conc. de Mirandella, distr. de Bragança. || N. S.ª da Natividade, de Barreiro, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || N. S.ª da Graça, de Bogalhos, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Christoval, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. João Baptista, de Nogueira, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Pousadas Vedras.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Redinha, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Pousade** Pov. e freg. de Sant'Anna, da prov. da Beira Baixa, conc., com., distr. e bisp. da Guarda; 138 fog. e 542 hab. Tem correio com serviço de posta rural. Dista 12 k. da séde do conc. e está situada a 2 k. da margem direita da ribeira das Cabras. O prior do mosteiro de S. Vicente de Fóra, de Lisboa, apresentava o cura, que tinha 20$000 reis de congrua e o pé d'altar. A pov. é fertil em cereaes, cria gado e tem caça. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

**Pousadella.** Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Crespos, conc. e distr. de Braga. || Santa Maria, de Juzente, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Martinho, de Monsul, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Christovão, de Nogueira da Regedoura, conc. da Feira, distr de Aveiro.

**Pousadia.** O mesmo que aposentadoria. V. *Aposentadoria* e *Padroeiro.*

**Pousadinhas.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Rochoso, conc. e distr. da Guarda.

**Pousadouro.** Povoações nas freguezias: N. S.ª d'Assumpção, de Barrô, conc. de Rezende, distr. de Vizeu || Santa Eulalia, de Nespereira, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Pousadouros** Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Castello de Penalva, conc. de Penalva do Castello, distr. de Vizeu || S. Julião, de Mouronho, conc. de Taboa, distr. de Coimbra. || S. Miguel, de Refoios do Basto, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga.

**Pousia da Carpalhosa.** Pov. na freg. do Salvador, de Souto da Carpalhosa, conc. e distr. de Leiria.

**Pousias** Pov. na freg. de S. Martinho e conc de Pombal, distr. de Leiria.

**Pousias de Aguas Boas.** Pov. na freg. de S. Simão, de Oyan, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

**Pouso.** Povoações nas freguezias: Ilha da Madeira e distr. do Funchal: N. S.ª da Piedade, de Canhas, conc. de Ponta do Sol; N. S.ª d'Ajuda, de Serra d'Agua, do mesmo concelho. || S. João Baptista e conc. de Castello de Vide, distr. de Portalegre. || Santo André, de Molares, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga || S. Martinho, de Valle de Bouro, do mesmo conc. e districto.

**Pousos** Pov. e freg de N. S.ª do Desterro, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Leiria, bisp de Coimbra; 742 fogos e 3:310 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 3 k. da séde do conc. e está situada na estrada de Leiria a Chão de Maçãs. A mitra apresentava o cura, que tinha 18$000 reis de congrua e o pé d'altar. A aldeia principal d'esta freg., junto da qual está a egreja, chamava-se *Pousadouros*, e era da antiga freg. de Santo Estevão, e sendo esta supprimida, passou para a de S. Pedro. A egreja matriz era uma ermida da invocação de N. S.ª do Desterro, mandada construir pelo P. Antonio Vieira, beneficiado da sé de Leiria, e a dotou com rendas para a sua fabrica, em 1636, e n'esse mesmo anno celebrou aqui a primeira missa. Mas o corpo da egreja só se concluiu em 1641. Esta ermida foi elevada á categoria de matriz da freg. de Pousos, por provisão do bispo de Leiria D. Alvaro de Abranches, de 28 de dezembro de 1713, desmembrando-se da de S. Pedro. A terra é fertil em todos os generos do paiz. Pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 7, com a séde em Leiria. || Povoações nas freguezias: N. S.ª do Pranto, de Paço, conc. de Torres Novas, distr. de Santarem. || Santa Clara, de Torrão, conc. de Marco de Canavezes. distr. do Porto.

**Poutena.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Villarinho do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro Tem caixa postal.

**Pouve.** Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbade de Vermoim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || O Salvador, de Lagoa, do mesmo conc. e distr. || S. João, de Ponte, conc. de Guimarães, do mesmo distr. || S. Paio, de Seide, conc. de V. N. de Famalicão, do mesmo districto.

**Pouves.** Povoações nas freguezias: S. Pedro e conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Villa de Souto, conc. e distr. de Vizeu.

**Pouzão.** *(Henrique Cesar de Araujo).* Pintor. N. em Odemira em 1 de janeiro de 1859, onde tambem fal. a 27 de março de 1881. Era filho do dr. Francisco Augusto Nunes Pouzão, que foi juiz

de direito em Odemira. Revelando grande vocação para a pintura, matriculou se na Academia Portuense de Bellas Artes em 7 de outubro de 1872, e em agosto do anno seguinte fez os seus primeiros exames. A sua vida escolar foi uma serie de triumphos. E n 1873 obteve louvor e segundo premio pecuniario de 20$000 reis, nos exames do 1.º e 2.º anno de desenho historico; distincção no 1.º anno de architectura civil e louvor no 2.º Em 1874, louvor e segundo premio pecuniario, no 3.º e 4.º de desenho, elogio no 1.º anno de esculptura; louvor no 3.º de architectura; e approvação em anatomia artistica. Em 1875, louvor e segundo premio pecuniario no 5.º anno de desenho; elogio no 1.º anno de pintura historica; elogio no 2.º anno de esculptura; e louvor no 4.º anno de architectura e em perspectiva. Em 1876, elogio no 2.º anno de pintura e no 3.º de esculptura e louvor no 5.º anno de architectura, sendo o seu trabalho de exame julgado digno de ficar pertencendo á Academia. Em 1877, elogio no 3.º anno de pintura e approvação no 4.º de esculptura. Em 1878, elogio no 4.º anno de pintura e no 5.º de esculptura. Em 1879 louvor pelo seu quadro de composição do 5.º anno de pintura, decidindo se que esse quadro ficasse pertencendo á Academia para satisfação do autor e para estimulo dos outros alumnos. Pouzão concluira brilhantemente o seu curso academico, mas não terminára o seu ideal artistico. Desejava vêr a França e a Italia com os seus monumentos e as obras primas dos grandes mestres, e o joven artista teve emfim o ensejo de vêr satisfeitas as suas aspirações. Aberto o concurso para o logar de pensionario do Estado no estrangeiro, da classe de pintura de paizagem, Henrique Pouzão apresentou se, e as provas que exhibiu, valeram-lhe, em conferencia geral de 6 de agosto de 1880, ser o preferido na votação sobre o merito relativo aos candidatos a essa classe. Em portaria de 1 de setembro seguinte foi-lhe confirmada a nomeação, e em meados de novembro partiu para Paris. Depois de se demorar 4 dias em Madrid, onde visitou as preciosidades accumuladas no vasto museu do Prado, chegou a Paris no dia 22, apresentando se logo ao director da Escola Nacional de Bellas Artes de Paris, então Mr. Paul Dubois. Começou ardentemente os seus estudos. Trabalhava extraordinariamente, e esse trabalho successivo e as asperezas do primeiro inverno que passou n'aquella cidade, originaram lhe a fatal doença a que tinha de succumbir. Tendo começado os estudos em 20 de dezembro de 1880, já em outubro de 1881 enviava á Academia Portuense de Bellas Artes a sua primeira remessa, que constava de 4 academias desenhadas pelo modelo villo, 3 no *atelier* de Mr. Cabanel e uma no de Mr. Yvon, duas paizagens a oleo, impressões e esboços dos arredores de Paris e um costume, representando uma velha a dobar. Nos dois unicos concursos de *atelier* em que entrára, fôra classificado: no 1.º, primeiro desenhador; e no 2.º, terceiro desenhador. Frequentando os cursos de perspectiva, historia e anatomia para se preparar para o concurso de admissão á Escola, obteve n'esse concurso 18 valores em ornamentação, 14 em perspectiva e 9 em anatomia e historia, e admittido á prova final (figura desenhada do natural), ficou, entre 70 escolhidos, o n.º 35. Depois entrou no concurso de medalhas, obtendo uma terceira, no concurso de ornamento. No segundo anno alcançou mais duas terceiras medalhas em concurso, sendo uma no de estudo pelo modelo vivo, em 3 de outubro de 1881, e outra no do antigo em 28 de novembro do mesmo anno. Por conselho dos medicos, Henrique Pouzão fôra tomar umas aguas ao Puy de Dôme, mas como os seus soffrimentos se aggravassem, retirou-se, depois de obtida a licença do governo, para a Italia, onde esperava encontrar lenitivo á doença que muito se aggravára. Chegando a Roma em 27 de dezembro de 1882 depois de se ter demorado 4 dias em Turim e 1 em Pizza, entrou como socio no Circulo dos Artistas, onde á noite desenhava pelo modelo vivo, e estudava trajos á aguarella. Foi em Roma que pintou o quadro intitulado *Cecilia*, com que fez a sua estreia no *salon* annual de Paris. Ainda por causa dos seus soffrimentos teve de ir a Capri, visitando depois Pompeia e fazendo a ascenção do Vesuvio, onde pintou algumas impressões, como recordações de viagem, seguiu para Napoles, regressando a Roma em 18 de janeiro de 1883. Ali se relacionou com o notavel pintor hespanhol Pradilla, de quem recebeu bons conselhos. Os quadros que constituiram a segunda remessa para a Academia Portuense de Bellas Artes, fôram: *Antes do sol*, paizagem de Capri; outra paizagem da mesma ilha; *Cançada*, um costume tambem de Capri; *Esperando o successo*, um rapazinho, mostrando umas garatujas que rabiscou em um papel durante o tempo de descanço no *atelier* do artista em que servia de modelo; e duas copias de paizagens, uma intitulada *Antes da tempestade*, de Emile Vernier, existente no museu de Luxemburgo, e outra *Il-Delilo*, de Francisco Mancini, no real palacio de Capo di Monte. Pouzão ainda voltou a Capri, mas de tal fórma se aggravou a doença, que se viu forçado a regressar a Portugal. Apezar do seu estado melindroso, o sentimento de artista o obrigou a prolongar a viagem por localidades que não conhecia ainda. De Capri veiu por Sorrento, Castellamar, Napoles, Roma, Genova, Marselha, Barcelona, Valencia, Sevilha, Huelva, Ayamonte, Villa Real de Santo Antonio e Olhão, chegando a Odemira n'um doloroso estado, fallecendo pouco tempo depois, contando apenas 25 annos de edade. Como preito á sua memoria, a Academia Portuense de Bellas Artes consignou um voto de sentimento pela morte do seu alumno, e por occasião da exposição trienal, fez uma exhibição especial dos seus trabalhos. O Centro Artistico Portuense, de que Pouzão fôra tambem fundador e um dos socios mais dedicados e enthusiastas, prestou lhe egualmente o preito da sua saudade n'uma assembléa geral.

**Pouzão** *(Fr. Manuel)*. Religioso da ordem de Santo Agostinho. Era natural de Alaudroal, e fal. em Lisboa a 17 de junho de 1683, com perto de 90 annos de edade. Era filho de Lourenço Rodrigues e de Brites Fernandes. Professou no convento da Graça, de Lisboa, a 16 de maio de 1617. Dedicava se muito á musica, tendo por mestre Antonio Pinheiro. Exerceu os cargos de regente do côro, no referido convento, de mestre dos noviços e visitador da provincia. Publicou em 1576, a seguinte obra: *Liber passionum et eorum, quae a Dominica Palmarum usque ad Sabbatum Santum cantari solent.* No catalogo da livraria de D. João IV veem mencionados alguns villancicos, motetes e uma missa de defuntos a 8 vozes, com-

posição de Fr Manuel Pouzão. Na bibliotheca publica de Evora ha tambem d'elle um villancico a Santa Clara, mas que está incompleto.

**Pouzão.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Semide, conc. de Mirauda do Corvo, distr. de Coimbra.

**Pôve.** Pov. do sobado de Cacongo, na dolegação do Chiavala, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Poveira.** Pov. na freg. de S. Thomé, de Bitarães, conc. de Paredes, distr. do Porto.

**Poveraes.** Pov. na freg de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

**Povidal.** Pov. na freg. de S. Pedro de Francc, conc. e distr. de Vizeu.

**Povinho de Cantim.** Pov. na freg. de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Povo.** Ilha da Madeira; pov. na freg de N. S.ª da Luz, de Gaula, conc. de Santa Cruz, distr. do Funchal.

**Povo de Baixo.** Povoações nas freguezias: S Romão, de Alferce, conc. de Monchique, distr. de Faro || Santa Maria, de Dardavaz, conc. de Tendella, distr. de Vizeu.

**Povo Grande.** Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria de Povo Grande, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Povo Velho.** Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime. conc. de Loulé, distr. de Faro.

**Povoa** *(Henrique Teixeira de Sampaio, barão de Teixeira e 1.º conde da).* Senhor de Sampaio, par do reino, ministro e secretario de estado dos negocios da Fazenda, presidente do Real Erario, conselheiro de Estado, gran cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e commendador das de Christo e da antiga ordem da Torre Espada; antigo commerciante da praça commercial de Lisboa, abastado proprietario, um dos maiores capitalistas que no seu tempo houve em Portugal, etc. N. em Angra do Heroismo, ilha Terceira, a 30 do outubro de 1774, e fal. em Lisboa a 27 de março de 1833. Era filho de Francisco José Teixeira Sampaio, fidalgo da Casa Real, cavalleiro professo da ordem de Christo, negociante de grosso tracto da praça commercial de Angra do Heroismo, e ali proprietario; e de sua segunda mulher, D. Eulalia Floriana Gualberta Cabral de Mello Carvão. Teve muitos irmãos, entre os quaes se contavam D. Francisca Teixeira de Sampaio, que foi viscondessa de Basto, pelo seu casamento com 1.º visconde d'este titulo, e Luiz Teixeira de Sampaio, visconde do Cartaxo. Seu pae era senhor de grande fortuna, e deu a todos os seus filhos uma distincta educação n'um collegio em Londres. Henrique Teixeira de Sampaio tambem ali foi educado, e n'essa cidade principiou a sua vida commercial, vindo depois estabelecer se em Lisboa, onde em poucos annos adquiriu avultada fortuna, principalmente desde 1800, anno em que foi nomeado commissario em chefe do exercito auxiliar anglo luso. Como fornecedor do exercito, concorreu por diversas vezes com os seus cabedaes para as exigencias do Estado, e supprimentos do exercito durante a Guerra Peninsular, bem como para o auxilio que foi preciso prestar-se, n'essa epoca, aos lavradores; e outro sim no resgate dos captivos e paz com a regencia d'Argel; soffrendo muitas vezes importantes prejuizos nas operações com que auxiliára o Estado, particularmente no emprestimo de dois milhões de cruzados que se levantaram. Foi senhor de Sampaio, em 22 de maio de 1816, e por decreto de 16 de março de 1818, recebeu a mercê do titulo de barão de Teixeira. No anno de 1823 entrou no ministerio presidido pelo marquez de Palmella, como presidente do Real Erario e ministro da fazenda, cargos em que se conservou até 1825. Por decreto de 2 de julho de 1828 foi agraciado com o titulo de conde da Povoa, em duas vidas; em 1826, par do reino e conselheiro de Estado. Casou em 6 de fevereiro de 1802 com D. Marianna Slak, filha de Martim Slak, e de sua mulher D. Angelina Pelican. Fallecendo aquella senhora em 15 de outubro de 1805, sem deixar successão, passou muito mais tarde, a segundas nupcias, no 1.º de março de 1824, com D. Luiza Maria José Rita Balthazar de Noronha, filha dos 1.ºs condes de Penicbe, que foi baroneza de Teixeira e condessa da Povoa D'este matrimonio houve um filho e uma filha: João Maria Teixeira do Sampaio, que foi o 2.º e ultimo conde da Povoa, que nasceu a 9 de janeiro de 1826, e fal. a 8 de julho de 1837, contando apenas 11 annos de edade; e D. Maria Luiza de Sampaio e Noronha, que por morte de seu irmão, herdou a immensa fortuna de seu pae e do morgado que fôra instituido em 27 de fevereiro de 1824. Esta senhora casou em 3 do julho de 1836 com o filho do grande estadista duque de Palmella, D. Domingos de Sousa Holstein, 1.º marquez do Fayal, 2.º conde de Calhariz, e mais tarde 2.º duque de Palmella, titulo que herdou de seu pae A casa do conde da Povoa era considerada a mais rica de Portugal. Em 1825 calculava-se aquella fortuna em mais de 20 milhões de cruzados Quando morreu o conde, foi ella avaliada em 21 milhões de cruzados, ou 8:400 contos de reis.

**Povoa** *(Fr. João da).* Confessor de D. João II. N. no bispado de Coimbra, no logar de que tomou o appellido, em 1439, fal. no Porto em 1506. Entrou na ordem de S. Francisco em 1448, e revelou aptidões muito precoces, indo em 1461 a uma reunião religiosa em Baziléa na Suissa, e merecendo sempre a confiança e louvor dos seus confrades. Merecendo a confiança de D. João II, este monarcha o escolheu para seu confessor. Fr. João da Povoa assistiu á sua morte, e foi até quem lhe redigiu o testamento. Como para mostrar que nenhum interesse material o levava a conservar o cargo de confessor do homem, que apunhalára com a sua propria mão o duque de Vizeu, nunca acceitou d'el-rei nem a mais leve mercê. Apenas pediu que fôsse elevada á categoria de villa a aldeia onde nascera. El rei D. Manuel quiz que elle tambem fôsse o seu confessor, mas Fr. João da Povoa recusou-se, por se sentir já muito cançado e desejar terminar socegadamente a vida Recolheu se então ao convento de Mattosinhos, no Porto, onde falleceu.

**Povoa.** Pov. e freg. de S. Miguel, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Moura, distr. e bisp. de Beja; 351 fog. e 1:284 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 14 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda da ribeira de Alcarache, a 7 k. do margem esquerda do rio Guadiana, na estrada da Granja a Moura. A mitra apresentava o cura, que tinha diversos generos. A terra é muito fertil em cercaes e azeite. Cria muito ga-

do de toda a qualidade, e nos seus montados ha muita caça. Pertence á 4.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 17, com a séde em Lagos. || Pov. e freg. de S. Sebastião, da prov. do Douro, conc. e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp. de Bragança; 101 fog. e 405 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 14 k. da séde do conc. e está situada a 19 k. da margem direita do rio Douro e 4 da ribeira de Angueira. O cabido da sé de Bragança apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. Junto á aldeia, na distancia de 2 k., no alto d'um monte, ha um templo dedicado a N. S.ª do Nazo, nome que lhe veiu do sitio onde está, que n'outro tempo era assim chamado. Não se sabe a data da construcção nem o nome do fundador. Esta imagem é de muita devoção dos povos d'estes logares, que ainda hoje fazem uma romaria nos dias 7 e 8 de setembro. Ha tambem no mesmo local uma feira a 16 de cada mez. A terra é fertil em generos agricolas. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Mirandella. || Povoações nas freguezias: N. S.ª dos Prazeres, de Abravezes, conc. e distr. de Vizeu || S. Julião, de Agua Longa, conc. de Santo Thirso, distr do Porto. || S. Paio, de Anciães, conc. de Amarante, do mesmo distr. || S. Thiago, de Andrães, conc. e distr de Villa Real. || Santa Maria, de Arrifana, conc. de Poiares, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Athei, conc. de Mondim de Basto, distr. de Villa Real. || Santo André, de Barrô, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Borba de Godim, conc de Felgueiras, distr. do Porto. || N. S.ª do O', de Cadima, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra || N. S.ª da Graça, de Campello, conc. de Figueiró dos Vinhos, distr. de Leiria. || S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Martinho, de Caramos, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || S. Salvador, de Carregosa, conc de Oliveira de Azemeis, distr de Aveiro. || N. S.ª da Conceição, de Carvalho, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || N. S.ª do Reclamador, de Casaes, conc. de Thomar, distr. de Santarem. || Espirito Santo, de Castello, conc. da Certã, distr. de Castello Branco || O Salvador, de Castellões de Cepeda, conc de Paredes, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Cepellos, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Cypriano, de Chapa, conc. de Amarante, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Constance, conc. de Marco de Canavezes, do mesmo distr. || Santa Maria, de Cottas, conc de Alijó, distr. de Villa Real. || Santa Eufemia, de Coz, conc. de Alcobaça, distr. de Leiria. || Santa Maria, de Dossãos, conc. de Villa Verde, distr de Braga. || S. João Baptista, de Estevães, conc. de Mogadouro, distr. de Bragança; || Santa Eulalia de Besteiros, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Salvador, de Fervença, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Figueira de Lorvão, conc. de Penacova, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Folques, conc. de Arganil, do mesmo distr. || S. Thiago, de Fontes, conc. de Santa Martha de Penaguião, distr. de Villa Real. || S. Vicente, de Fornellos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello || N. S.ª d'Assumpção, de Freixianda, conc. de V. N. de Ourem, distr. de Santarem. || Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra. || S João Baptista, de Guidões, conc de Santo Thirso, distr. do Porto. || S. João Evangelista, de Guilhufe, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || S. João Baptista, de S. João de Loure, conc. de Albergaria a Velha, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Junqueira, conc. de Macieira de Cambra, do mesmo distr. || S. Thomé, de Lamas, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. || S. João Baptista, de Loureiro, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Silvestre e conc. de Louzã, distr. de Coimbra || N. S.ª da Natividade e conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Christovão, de Macinhata do Vouga, conc. de Agueda, do mesmo distr. || S. Simão, Mamarrosa, conc. de Oliveira de Bairro, do mesmo distr. || S. Pedro, de Manique do Intendente, conc. de Azambuja, distr. de Lisboa. || Santo André, de Marecos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. Martinho do Bispo, conc. e distr. de Coimbra. || Santo Estevão, de Moldes, conc. de Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Aboadella Ovelha de Marão, conc. de Amarante, distr. do Porto. || O Salvador, de Paço de Sousa, conc. de Penafiel, do mesmo distr. || Santa Maria, de Palmeira, conc. e distr. de Braga. || N. S.ª do Pranto e conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Paus, conc. de Rezende, distr. de Vizeu. || S. Simão, de Pé da Serra, conc. de Niza, distr. de Portalegre. || Santa Eulalia, de Pedorido, conc. de Castello de Paiva, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Pena, conc. e distr. de Villa Real. || S. Miguel e conc. de Penella, distr. de Coimbra. || S. João Baptista, de Pinheiro, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu. || S. João da Ponte, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || S. Martinho, de Reriz, conc. de Castro Daire, distr. de Vizeu || O Salvador e conc. de Ribeira de Pena, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Rio Torto, conc. de Valpaços, do mesmo distr. || S. Thiago, de Rio de Vide, conc. de Miranda do Corvo, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc do Arouca, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Salto, conc. de Montalegre, distr. de Villa Real. || N. S.ª do Soccorro, de Serpins, conc. de Louzã, distr. de Coimbra. || N. S.ª da Conceição, de Sinde, conc. de Taboa, do mesmo distr. || S. Thiago, de Sobreira Formosa, conc. de Proença a Nova, distr. de Castello Branco. || S. Mamede, de Talhadas, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro. || S. Salvador, de Tonda, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Sebastião, de Touro, conc. de V. N. de Paiva, do mesmo distr. || S. Martinho, de Travanca, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || S. Miguel, de Travassô, conc. de Agueda, do mesmo distr. || Santa Marinha, de Tropeço, conc. de Arouca, do mesmo distr. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, do mesmo distr. || Santa Eulalia, de Valle Maior, conc de Albergaria a Velha, do mesmo distr. || S. Mamede, de Valle de Remigio, conc. de Mortagoa. distr. de Vizeu. || S. Pedro, de Varzea dos Cavalleiros, conc. de Certã, distr. de Castello Branco || N. S.ª da Purificação, de Villa Chã, conc. de Macieira de Cambra, distr. de Aveiro. || S. Sebastião, de V. N. de Souto d'El-Rei, conc. de Lamego distr. de Vizeu. || Santa Marinha, de Villar de Pinheiro, conc. de Villa de Conde, distr. do Porto. || N. S.ª da Conceição, de Zambujal, conc. de Condeixa a Nova, distr. de Coimbra.

**Povoa da Adiça de Baixo e de Cima.** Duas povoações na freg. de S. Pedro, de Mouraz, conc. de Tondella, distr. do Vizeu

**Povoa de Aggrassões.** Pov. e freg. de S. Bar

tholomeu, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Chaves, distr. de Villa Real, arceb. de Braga; 129 fog. e 487 hab. Tem escolas para ambos os sexos e est. post. Dista 15 k. da séde do couc., e está situada na estrada de Boticas a Mirandella. O prior da freg de Santa Leocadia apresentava o cura, que tinha 50$000 reis de rendimento. Esta freg. está annexada á de Santa Leocadia, do mesmo couc. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 19, com a séde em Chaves.

**Povoa d'Alagoa.** Pov. na freg de S. João Baptista, de Villar de Besteiros, conc. de Tondella, distr de Vizeu

**Povoa do Ameal.** Pov. na freg. de Santa Marinha, d'Alquerubim, conc de Albergaria a Velha, distr. de Aveiro.

**Povoa de Amieirinha.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr de Castello Branco

**Povoa da Apegada.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Beijoz, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

**Povoa do Arcediago** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Cannas de Sabugosa, conc. de Tondella, distr. de Vizeu

**Povoa do Arneiro.** Pov. na freg. de S. Lourenço do Bairro, conc. de Auadia, districto de Aveiro.

**Povoa d'Arnoza** Pov. na freg. de S. Miguel, de Papizios, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu. Está situada entre os rios Dão e Mondego, n'um valle muito ameno, assombrado de frondosos carvalhos, e com vastissimos olivaes, principalmente nas margens do Dão, e muitos pinhaes. A terra é muito abundante em cereaes, fructas de toda a qualidade, e bom vinho, que exporta em grande quantidade, para a Figueira da Foz, Ovar, e outras povoações da beira-mar. A egreja da freg. é um dos melhores templos do bispado de Vizeu. Foi reconstruida á custa dos seus abbades, que até 1759 fôram da apresentação dos padres jesuitas, passando depois o direito da apresentação dos jesuitas para a Universidade de Coimbra. Era dada a concurso pelas faculdades de Theologia e de Canones, alternativamente, e não podia ir ao concurso o clerigo que não fôsse formado em qualquer d'estas faculdades.

**Povoa d'Atalaia.** Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. do Fundão, distr. de Castello Branco, bisp. da Guarda; 219 fog. e 800 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades da villa d'Atalaia. Os coudes de Povolide apresentavam o cura, que tinha 8$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil, cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece muita caça grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

**Povoa de Baixo.** Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro || S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, do mesmo distr. || O Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Mouraz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu || Santa Maria e couc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

**Povoa de Balocas.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Covas, conc. de Taboa, distr. de Coimbra.

**Povoa do Balteiro.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Moledo, conc de Castro Daire, distr. de Vizeu.

**Povoa da Barbeira.** Pov. na freg de S. Pedro, de Scixo do Ervedal, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

**Povoa da Barca.** Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção, de Treixedo, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

**Povoa do Bispo.** Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição, de Orientã, couc. de Cantanbede, distr. de Coimbra.

**Povoa de Cambas.** Pov na freg. de S. Sebastião, de Villar Barrôco, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

**Povoa das Carreirinhas** Pov. na freg. de S. Simão, de Carvalhal de Vermilhos, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

**Povoa do Carreiro.** Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

**Povoa da Carvalha.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Recardães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

**Povoa do Castello.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

**Povoa da Catharina.** Pov. na freg. de S. Miguel do Outeiro, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

**Povoa do Cebo.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Sobral, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

**Povoa de Cervães.** Pov. e freg de S. João Baptista, da prov. da Beira Alta, conc. e com. de Mangualde, distr. e bisp. de Vizeu; 142 fog. e 577 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 9 k. da séde do conc., e está situada nas proximidades da margem esquerda do rio Mondego. O abbade de Cassurrães apresentava o cura, que tinha 30$000 reis e o pé d'altar. A terra é fertil, e pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14, com a séde em Santa Comba Dão.

**Povoa de Cima.** Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro || O Salvador, de Grijó, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santo André e couc. de Mafra, distr. de Lisboa. || S. Pedro, de Mouraz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Cypriano, de Paços de Brandão, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || N. S.ª d'Assumpção, de Seuborim, conc. de Nelas. distr. de Vizeu. || Santa Maria e conc. de Sever do Vouga. distr. de Aveiro.

**Povoa da Cloga.** Pov. na freg. de S. João do Campo, conc. e distr de Coimbra Tem correio com serviço de posta rural.

**Povoa dos Codeçaes** Pov. na freg. de Santo Estevão, de Fornello do Monte, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

**Povoa do Concelho.** Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Trancoso, distr. e bisp. da Guarda; 223 fog. e 815 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, caixa postal e mercado no 3.º domingo de cada mez. Dista 8 k. da séde do couc. e está situada a 2 k. da estrada real de Trancoso a Pinhel. O abbade da freguezia de Santa Maria de Guimarães, de Trancoso, apresentava o cura, que tinha 6$000

reis de congrua, e o pé d'altar. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

**Povoa do Conde**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Abitureiras, conc. e distr. de Santarem.

**Povoa Dam ou Dão**. Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Silgueiros, conc. e distr. de Vizeu.

**Povoa Dura**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Povoa da Egreja**. Povoações nas freguezias: S. Miguel, de Recardães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Annunciação, de Torre Deita, conc. e distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção e conc de Vouzella, do mesmo districto.

**Povoa d'El-Rei**. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Pinhel, distr. e bisp. da Guarda; 84 fog. e 299 hab. Tem esc. do sexo fem., e dista 12 k. da séde do conc. Está situada a 2 k. da margem direita da ribeira de Massueime, na estrada de Trancoso a Pinhel. O real padroado apresentava o abbade, que tinha 150$000 reis de rendimento. A pov. é muito antiga. D. Affonso III deu lhe foral em 25 de maio de 1262, e el-rei D. Manuel, quando fez a reforma dos foraes, incluiu o foral da Povoa d'El-Rei no de Nespereira, que foi dado em Lisboa a 15 d'abril de 1514. Esta freg. era do conc. de Trancoso, e passou ao de Pinhel por decreto de 12 de julho de 1895. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso.

**Povoa d'Entre Ribeiros**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Beijoz, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

**Povoa de Espinho**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Espinho, conc. de Mangualde, distr. de Vizeu.

**Povoa do Espirito Santo**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Vallongo, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

**Povoa de Fiscal**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villarinho, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

**Povoa das Forcadas**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Parada, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu

**Povoa do Forno**. Pov. na freg. de S. Bartholomeu, de Troviscal, conc. de Oliveira do Bairro, distr. de Aveiro.

**Povoa da Foz do Açor**. Pov. na freg. de N. S.ª do Carmo, de Madeirã, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

**Povoa do Frade**. Pov. na freg. de S. Vicente, de Troviscal, conc. da Certã, distr. de Castello Branco.

**Povoa Fundeira**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. do Castello Branco.

**Povoa do Gago**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Avellãs de Cima, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

**Povoa da Gallega** Pov. na freg. de S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. de Lisboa. Tem caixa postal.

**Povoa dos Gallegos** Pov. e freg. de N. S.ª da Luz, da prov. da Extremadura, conc., com. e distr. de Santarem, patriarc. de Lisboa; 192 fog. e 638 hab. Tem esc. do sexo masc. e correio com serviço de posta rural. Dista 8 k. da séde do conc. e está situada na estrada real de Torres Novas a Santarem, a 4 k. da estação do caminho de ferro de Valle de Figueira, e a 6 da margem direita do rio Tejo. O vigario da freg. do Salvador, de Santarem, apresentava o cura, que tinha 50$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em cereaes, e pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 16, com a séde em Lisboa.

**Povoa do Garção**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Ventosa do Bairro, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

**Povoa de Grajal**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixedo, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

**Povoa da Isenta**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Almoster, conc. e distr. de Santarem.

**Povoa de João Dias**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Freixedo, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu. Tambem é conhecida por *Povoa dos Carvalhos* por terem existido ali muitas d'estas arvores, hoje cortadas pelos proprietarios, e ainda pela *Ribeira*, por se achar o seu limite no rio Dão que lhe corre perto. Está situada em sitio aprazivel e á beira da estrada nacional n.º 8, ramal de Freixedo. Fica aqui a estação do caminho de ferro de Freixedo, na linha de Santa Comba Dão a Vizeu.

**Povoa das Laceiras**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Recardães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

**Povoa da Lama**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

**Povoa de Lanhoso**. Villa da prov. do Minho, capital d'um conc. e d'uma com. do seu nome, distr. arceb. de Braga, Relação do Porto. Tem duas freguezias: O Salvador (Fonte Arcada) e S. Thiago (Lanhoso). A villa está situada na freg. de Fonte Arcada, a 4 k. da margem direita do rio Ave e a 7 da margem esquerda do Cávado, a 18 k. da capital do distr. E' pov. muito antiga, mas não tanto como a de Lanhoso, e o foral que tem, é o d'esta freg. Lanhoso foi villa, e os romanos ali construiram, sobre um acervo de penhascos bastante elevados, um inexpugnavel castello, em cuja torre se via uma lapide com esta inscripção:

CRASTINUS AEDIFICAVIT

Este Crastino foi general de Cesar na conquista da Galliza. A data em que os romanos a edificaram, é que se não sabe, mas affirmam alguns escriptores, que foi, quando se construiu a *Ponte do Porto*, proximo de Braga, e a *Ponte de Perozéllo*, ambas situadas sobre a celebre via militar romana, denominada Geira (V. *este nome*). Se effectivamente foi n'esse tempo a construcção, é o castello do tempo do imperador romano Vespasiano, pelos annos de 75 da era christã. Lanhoso foi villa, e el-rei D. Diniz lhe deu foral, em Coimbra, a 25 de outubro de 1292, e D. Manuel deu foral novo, em Lisboa, a 4 de janeiro de 1514. N'este castello residiu por muito tempo a rainha D. Thereza, viuva do conde D. Henrique, emquanto governou Portugal, e d'aqui são datados

muitos foraes que ella deu a diversas terras do reino, e varias doações. Em 1125, foi a mesma rainha cercada n'este castello por sua irmã, a rainha D. Urraca, mulher do conde D Raymundo, a quem seu pae tinha dado o reino da Galliza. Depois de poucos dias de cêrco, as duas irmãs reconciliaram se, fazendo as pazes, de que existe um documento authentico, chamado *Tratado de Lanhoso.* Alguns escriptores pretendem que D. Thereza, recusando entregar o governo de Portugal a seu filho D. Affonso Henriques, este se viu na necessidade de tomar as armas contra as tropas de sua mãe, sobre as quaes ganhou a victoria de S. Mamede, junto a Guimarães, em 1128, encerrando sua mãe no castello de Lanhoso. Este facto, porém, é negado pelos mais conceituados historiadores. D Thereza, segundo parece, foi apenas expulsa de Portugal na companhia do conde de Trastamara, o fidalgo gallego Fernão Peres de Trava, com quem contraira intimas relações Segundo a tradição e o *Nobiliario* do conde D. Pedro de Barcellos, este castello foi propriedade dos Berrêdos, descendentes dos Osorios, Ribeiros e Ribeiras, e um dos seus representantes, D. Rodrigo Pereira de Berrêdo, certificando-se de que sua mulher, D. Ignez Sanches, traía a fidelidade conjugal, lançou fogo ao castello, dentro do qual a mulher, creados e irracionaes morreram nas chammas. Confirma este facto o brazão de que usaram depois os Berrêdos, que fixaram o seu solar na freguezia de Geraz do Minho, d'este concelho, o qual era: Em campo azul, um baluarte de prata, ardendo em chammas sobre uma rocha, e por timbre a mesma torre. As armas de Povoa de Lanhoso são: Escudo partido em pala, tendo na 1.ª as armas de Portugal, e na 2.ª, em campo de púrpura, um castello de ouro, chammejante, sobre rocha de prata, tudo lavrado de preto. For timbre, corôa mural de prata, com o castello, por cima. E' notavel o penedo colossal que serve de base ao antiquissimo castello. Essa enorme penha ergue se isolada, como giganteseo marco de granito, parecendo ter sido ali arremessada por alguma forte erupção vulcanica. O cume d'essa elevada rocha dá espaço a uma plataforma que mede 260 m. de comprido e 100 de largo, e que em outros tempos serviu de inexpugnavel fortaleza. A entrada d'esta praça era pelo lado nascente, como ainda se vê dos vestigios que restam, como a portada e umas escadas abertas na rocha. Um muro, de que ha ainda vestigios, circumdava esta notavel fortaleza, defendendo-a da invasão. No extremo norte e na parte mais alta d'esta praça, levanta se o castello de Lanhoso, coroado de ponteagudas ameias vasadas de setteiras, e que por muitos annos esteve em alguns pontos arruinado, mas em 18 6, a camara municipal mandou reedificar a parte arruinada d'aquelle monumento historico. Nos dois lados, norte e sul, acham-se inscrutadas na muralha do castello duas pedras com o escudo portuguez, como actualmente é, conhecendo-se claramente que fôram ali introduzidas muito depois da edificação do castello. Ignora se a epoca em que essas pedras ali se collocaram, mas devia ser depois de conquistado o Algarve por D. Affonso III, que lhe deu por armas —7 castellos de ouro sobre campo vermelho—os quaes, por determinação do mesmo soberano, se uniram ás quinas, formando o escudo real portuguez. Pelos lados norte e poente, ainda se vêem vestigios do antigo alcaçar, que o fidalgo traído reduzira a chammas. As paredes desnudadas d'esses reductos, bastiões e outras obras de defeza, preciosidade historica, que o tempo sempre respeitou, fôram demolidos em 1680 por ordem de André da Silva Machado, natural do logar de Valde-Mil, da freg. de Lanhoso, mas residente no Porto, onde era negociante opulento. Edificou então n'aquelle grande rochedo, á sua custa, o santuario de N. S. do Pilar, para cuja construcção aproveitou essa pedra A imagem da padroeira é uma copia fiel da que se venera na egreja da serra do Pilar. Ainda se realisa uma romaria a esta capella, a 28 e 29 de junho, que costuma ser muito concorrida. A mitra apresentava o reitor da freg. de S. Thiago, de Lanhoso, que tinha 150$000 reis annuaes. Em Fonte Arcada, couto antiquissimo de que foi fundador Agostinho Fafes, pae de D. Fafes Luz, rico homem do conde D. Henrique, estão ainda os paços do concelho e os antigos edificios publicos das repartições do Estado, provando assim que foi ali a séde da vida publica do antigo concelho. No largo da Fonte, e encimando um chafariz de duas bicas, existe ainda o vetusto pelourinho, parece que incompleto. A egreja matriz de Fonte Arcada tem uma bonita fachada gothica. O oculo, caracteristico do estylo, as paredes e o elegante arco cruzeiro, em cuja rosacca ainda se notam alguns preciosos vidros coloridos, attestam a antiguidade do templo, que se diz ter sido fundado pelo rico homem D. Godinho Fafes em 1067. Povoa do Lanhoso pertence á 3.ª div. mil , 5.ª brigada, grande circumscripção mil. N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras e vales; advogados, agencias bancarias, de navegação e de seguros, hoteis, casas de pasto, medicos, pharmacias, notarios, muitos estabelecimentos industriaes, feira a 19 de março, e todas as quintas feiras, sendo abundante de cereaes e legumes, bem como de gado bovino e suino; romarias á Senhora do Pilar, já citada; á Senhora do Porto, a 8 de setembro em Porto d'Ave, que dura 5 dias. Tem se publicado os seguintes jornaes: *Castello de Lanhoso*, 1885; foi seguido pela *Maria da Fonte*; *O Castello de Lanhoso*, 1910; *Chicote (O)*, 1895; *Folha Democratica (A)*, 2 de fevereiro, 1888 a 6 setembro, 1889; teve duas edições do 1.º numero: em 2 de fevereiro e em 7 de junho de 1888; *Gazeta de Lanhoso (A)*, 13 de dezembro de 1900; *Maria da Fonte (A)*, 1886; em publicação, dezembro 1910: veio substituir o antigo *Castello de Lanhoso; Povo de Lanhoso (O)*, 5 de dezembro de 1900 Foi na Povoa de Lanhoso que em 1846, se deu começo á revolução popular, que passou á historia com o nome de *Maria da Fonte.* O concelho compõe se de 28 freguezias, com 4:300 fog. e 16:985 hab., sendo 7:548 do sexo masc. e 9:437 do fem., n'uma superficie de 12:363 hect. As freguezias são as seguintes: S. Martinho, de Aguas Santas, 579 hab.: 277 do sexo masc. e 302 do fem.; S. Pedro, de Ajude, 135 hab: 62 do sexo masc, e 73 do fem.; S. Paio, de Brunhães, 394 hab: 176 do sexo masc. e 218 do fem ; S. Gens, de Calvos, 444 hab : 207 do sexo masc. e 237 do fem.; S. Martinho, de Campo, 528 hab.: 247 do sexo masc. e

281 do fem.; S. Julião, de Covellas, 251 hab: 116 do sexo masc. e 135 do fem.; S Bartholomeu, de Esperança, 465 hab.: 196 do sexo masc. e 269 do fem.; S. Martinho, de Ferreiros, 388 hab: 175 do sexo masc. e 213 do fem; Santo André, de Frades, 337 hab.: 131 do sexo masc e 206 do fem.; Santo André, de Friande, 427 hab.: 177 do sexo masc. e 250 do fem.; S. Martinho, de Gallegos, 317 hab: 133 do sexo masc e 184 do fem.; Santos Cosme e Damião, de Garfe, 873 hab: 372 do sexo masc. e 501 do fem.; Santo Estevão, de Geraz do Minho, 660 hab.: 306 do sexo masc. o 354 do fem, O Salvador, de Louredo, 255 hab.: 116 do sexo masc. e 139 do fem.; S. Martinho, de Monsul, 702 hab.: 308 do sexo masc. e 394 do fem.; Santa Maria, de Moure 309 hab: 142 do sexo masc. e 167 do fem.; S. Thiago, de Oliveira, 511 hab: 218 do sexo masc. e 293 da fem; O Salvador, Povoa de Lanhoso.—Fonte Arcada, 1:823 hab.: 832 do sexo masc. e 991 do fem.; S. Thiago, de Povoa de Lanhoso, 1:361 hab.: 598 do sexo masc. e 763 do fem.; Santa Maria, de Rendufinho, 636 hab: 294 do sexo masc. e 342 do fem.; Santo Emilião, 456 hab.: 213 do sexo masc. e 243 do fem; S. João Baptista e S. Pedro, de S. João de Rei, 491 hab: 212 do sexo masc. e 279 do fem.; S. Pedro. de Serzedello, 902 hab.: 406 do sexo masc. e 496 do fem.; Santa Maria, de Sobradello da Gôma, 1:027 hab: 446 do sexo masc. e 581 do fem.; S. Miguel, de Thaide, 1:103 hab.: 476 do sexo masc. e 627 do fem; S. Martinho, de Travassos, 680 hab.: 310 do sexo masc. e 370 do fem.; Santa Maria, de Verim, 380 hab.: 176 do sexo masc. e 204 do fem; S. Miguel, de Villela, 551 hab.: 226 do sexo masc. 325 do fem. O principal commercio de todo o concelho é milho e vinho.

**Povoa da Latada.** Pov. na freg. de S. Cypriano, conc. e distr. de Vizeu.

**Povoa das Leiras** Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Candal. conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Povoa de Leiria.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, do Abitureiras, conc. e distr. de Santarem.

**Povoa de Lisboa.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Beijoz, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

**Povoa do Lobo.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Dardavaz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

**Povoa da Lomba.** Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

**Povoa do Loureiro** Pov. na freg. de S. Matheus, de Botão, conc. e distr. de Coimbra.

**Povoa de Lourenço Paes.** Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Calde, conc. e distr. de Vizeu.

**Povoa da Martha.** Pov. na freg de S. Miguel, de Recardães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro

**Povoa de Maruje.** Pov. na freg. de N. S.ª da Natividade, de Barreiro, conc. de Tondella, distr. de Vizeu

**Povoa do Matto.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, districto de Aveiro

**Povoa e Meadas.** Villa e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Alemtejo, conc. e com. de Castello de Vide, distr. e bisp. de Portalegre; 363 fog. e 1:373 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post., medico e pharmacia Dista 12 k. da séde do conc. e está situada n'uma planicie, nas margens d'uma ribeira do mesmo nome, na estrada de Castello de Vide a Montalvão. A mitra apresentava o cura, que tinha 40$000 reis e o pé d'altar. A freg. da Povoa fica a 5 k. a O de Meadas, que é muito antiga, e que desde o principio do seculo XVIII está unida á da Povoa, e por isso se lhe dá o nome de *Povoa e Meadas*. A primitiva denominação d'esta villa, foi *Povoa de D. Martinho*, por causa da instituição d'um morgado, feita em 1348, e que foi confirmado por D. Affonso IV, por D. Martinho Pires Valente, ascendente do 1.º conde de Villa Nova de Portimão, D. Martinho Castello Branco. Este facto consta d'uma lapide que está levantada na estrada, proximo ás ruinas do palacio dos condes. O primeiro foral que teve, foi dado por D. Lopo, administrador do mosteiro de Folques, em 2 de abril de 1224. El-rei D. Manuel deu-lhe foral novo, em Lisboa, a 20 de março do 1511 sendo este foral tambem para Meadas. A pov. de Povoa é muito antiga, pelo menos, dos primeiros tempos da monarchia. Os castelhanos a incendiaram em 1706, arrazando as suas antigas fortificações, que já estavam muito arruinadas. D. João V a mandou reedificar em 1720, mandando-lhe fazer uma cinta de muralhas, com seu castello e baluartes, de que restam hoje apenas as ruinas. O terreno é muito fertil em generos agricolas, e criagado de toda a qualidade. Tem Misericordia. Pertence á 4ª. div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 22, com a séde em Abrantes.

**Povoa da Mealhada.** Pov. na freg. do S. Vicente, de Vacariça, conc. de Mealhada, distr. de Aveiro.

**Povoa do Melo.** Pov. na freg de Santo André e conc. de Mafra, distr. de Lisboa.

**Povoa de Midões.** Pov. e freg. de N. S.ª da Graça, da prov. do Douro, conc. e com. de Taboa, distr. e bisp. de Coimbra; 241 fog. e 876 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e feira na 3.ª segunda feira de cada mez. A pov. dista 8 k. da séde do conc. O vigario de Midões apresentava o cura, que tinha 36$000 reis de congrua, e o pé d'altar. A terra é muito fertil, e pertence á 5.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 23, com a séde em Coimbra. O povo d'esta freg. coustruiu á sua custa uma bonita capella dedicada a Santa Eufemia, que se concluiu em setembro de 1875.

**Povoa do Millem.** Pov. na freg. de S. Vicente, conc. e distr. da Guarda.

**Povoa da Medronhosa,** Pov. na freg. do N. S.ª das Neves, de S. Salvador, conc. e distr. de Vizeu

**Povoa das Mós.** Pov. na freg. de N. S.ª da Purificação, de Pernes, conc. e distr. de Santarem.

**Povoa do Moscoso.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Lourosa, conc. e distr. de Vizeu.

**Povoa dos Mosqueiros.** Pov na freg. de S. João Baptista, de S. João d'Areias, conc. de Santa Comba Dão, distr de Vizeu.

**Povoa Nova.** Povoações nas freguezias: S. Martinho, conc. de Ceia, distr. da Guarda. || Santa Maria, de Achête, conc. e distr. de Santarem.

**Povoa da Palmeira.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

**Povoa de Paço**. Pov. na freg. de S. Julião, de Cacia, conc. e distr. de Aveiro.

**Povoa da Pégada**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Beijoz, conc. de Carregal do Sal, distr. de Vizeu.

**Povoa de Pégas**. Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Zambujal, conc. de Condeixa a Nova, distr. de Coimbra.

**Povoa de Penafirme**. Pov. na freg. de N. S.ª da Luz, de A dos Cunhados, conc. de Torres Vedras, distr. de Lisboa.

**Povoa de Penella**. Pov. e freg. de Santa Margarida, da prov. da Beira Alta, conc. de Penedono, com. de Mêda, distr. de Vizeu, bisp. de Lamego; 221 fog. e 820 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 16 k. da séde do conc. e está situada n'um alto, a 4 k. da margem esquerda do rio Torto, na estrada de Penedono a S. João da Pesqueira. O povo apresentava o vigario, perpétuo, que tinha 80$000 reis de congrua e o pé d'altar. Foi villa, e teve foral, dado por el-rei D. Manuel, em Lisboa, a 12 de setembro de 1514. N'este foral se lhe dá o nome de *Povoa de Méda de Moiros*. Pertence esta pov. á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 9, com a séde em Lamego. Tendo sido annexada ao conc. de S. João da Pesqueira por decreto de 7 de setembro de 1895, que supprimiu o de Penedono, voltou a este, restaurado por decreto de 13 de janeiro de 1898. A terra é fertil em generos agricolas.

**Povoa Pequena**. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Fornello do Monte, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

**Povoa de Pereiro**. Pov. na freg. de S. Thiago, da Moita, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

**Povoa do Plão**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

**Povoa do Poço**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Recardães, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

**Povoa da Polvilheira**. Pov. na freg. de S. Thiago, de Alvaro, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco.

**Povoa da Preta**. Pov. na freg de S. Lourenço do Bairro, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

**Povoa das Quartas**. Pov na freg. de S. João Baptista, de Lagos da Beira, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

**Povoa de Queirella** Pov. na freg. de S. Miguel, de Bodiosa, conc. e distr. de Vizeu.

**Povoa da Rainha** Pov. na freg. de S. Sebastião, de Cativellos, conc. de Gouveia, distr. da Guarda.

**Povoa da Rainha Santa**. Pov. na freg. do Salvador, de Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra

**Povoa da Rapozeira**. Pov. na freg. de S. Matheus, de Unhaes o Velho, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

**Povoa de Recardães** (*Quinta e Casa da*). E' actualmente seu 14.º senhor, Adelino Pinto de Tavares Ferrão Pacheco de Castello Branco, fidalgo da Casa Real por successão a seus maiores e alvará de 28 de janeiro de 1874, bacharel formado em Direito, e filho de José Pinto de Tavares Ferrão Pacheco de Castello Branco, fidalgo d'Amoreira (V. *Amoreira da Gandara*), e de sua mulher D. Maria José de Avellar, dos Avellares de S. Martinho. Esta quinta chamou-se antigamente do *Crasto* em virtude de ter pertencido a D. Pedro de Castro, sobrinho da celebre D. Ignez de Castro, e filho do conde D. Alvaro Pires de Castro, irmão d'aquella senhora. O primeiro aforamento d'ella foi feito pelo dito Pedro de Castro ao seu chanceller Alvaro Affonso e á mulher d'este Joanna Rodrigues, para elles e seus descendentes, por carta em pergaminho do dito D. Pedro, assignada de seu punho e sellada com seu sello, em a dita Povoa a 10 d'abril de 1417. O chanceller e sua mulher obrigaram-se a pagar em seu nome e no dos seus descendentes até ao fim do mundo o fôro annual de quatro libras de 20 soldos cada uma, das que corriam em *Riba d'Agada*. O fôro era pois de 160 reis sem algum outro fôro ou ração. Das confrontações, cuidadosamente restabelecidas a 10 d'agosto de 1676, se vê a enorme porção de terreno que o aforamento comprehendia. Por casamento de D. Violante de Sequeira, neta de Alvaro Affonso, e filha de Pedro Affonso de Aguiar, com João Gomes de Lemos, 2.º senhor da Trofa, passou a quinta para esta familia dos Lemos, na qual continuou, existindo ainda na capella da Quinta da Povoa a campa de D. Izabel Quaresma, fallecida a 20 d'abril de 1574, e esposa que era de Diogo de Lemos, 4.º senhor que foi da dita Povoa. Succedeu-lhes seu filho, tambem do nome Diogo, que casou com D. Izabel d'Almeida, filha de Francisco Pinto d'Almeida e de sua mulher D. Leonor de Macedo. Estes ultimos fôram senhores da Quinta de Morangal, hoje fóra da familia, e a vincularam em 1580. Antonio Gomes d'Almeida, filho de Diogo de Lemos e de D. Izabel d'Almeida, que foi o 6.º senhor da Povoa, comprou aos irmãos em 1605, 1607 e 1611, as partes que lhe não pertenciam na dita Povoa, e com metade d'ella fêz um dote para sua filha D. Maria Pinto de Macedo casar com Fernão Cardoso. Fôram estes ultimos os 7.ºs senhores da Quinta da Póvoa. D. Maria Pinto usava o seguinte brazão que se conservou na sua sepultura: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Almeidas, no segundo as dos Pintos, no terceiro as dos Abreus, no quarto as dos Tavares. Fernão Cardoso e sua mulher tiveram duas filhas, que ambas casarem com o licenceado em Leis Manuel Tavares Pacheco, fidalgo da casa d'El rei por successão a seus maiores e alvará de 13 de janeiro de 1629, filho de Manuel de Tavares, fidalgo da Casa Real e de Cota d'Armas por carta de 23 de dezembro de 1629 (Tavares sem mistura) descendente dos Tavares, senhores da villa de Mira, e dos Tavoras, senhores do Mogadouro. Chamavam-se aquellas senhoras D. Brites e D. Izabel Pessoa Pinto de Mancellos. Manuel de Tavares Pacheco teve do primeiro matrimonio com D. Brites, Pedro de Tavares Pacheco, que foi fidalgo da Casa Real como seu pae, por alvará de 6 de junho de 1689. Do segundo matrimonio com D. Izabel não houve geração. Mas Manuel de Tavares Pacheco e sua segunda mulher instituiram a 24 de março de 1700 o vinculo da Quinta da Povoa, do qual foi 1.º administrador o já citado Pedro de Tavares Pacheco. Do casamento d'este com D. Maria Pinto Coutinho Cardoso, sua parenta por Pintos, dos legitimos Coutinhos de Lyomil dos Cardosos da quinta d'elles em S. Martinho de Mouros etc., nasceu Geraldo Pacheco Pinto que foi o 10.º senhor da Quinta da Povoa, a qual por seu fallecimento, solteiro e sem filhos legitimos, passou

a seu irmão João Pinto Coutinho Cardoso e Tavora, fidalgo da Casa Real e de Cota d'Armas (Vide *Amoreira da Gandara*). A Quinta seguiu depois a linha dos morgados até ao seu actual possuidor. E' um edificio antigo de architectura pesada sem cousa alguma que o notabilise. Tem capellas da invocação de S. Sebastião e Nossa Senhora, a bula da qual houveram Diogo de Lemos e D. Izabel Quaresma, supra citados, 4.os senhores da Quinta da Povoa, como consta da sepultura de D. Izabel. Como por muitas vezes se quebrou a varonia, varios brazões se tem usado n'esta Casa. O primeiro era d'Affonsos: Escudo em pala e a primeira partida em faxa, no quartel de cima em campo de ouro uma aguia de duas cabeças de sua côr, e no debaixo em campo vermelho uma muralha com tres torres, tudo de ouro. Na segunda pala, em campo de prata um leão de púrpura. Timbre, meio leão das armas. Seguiu se-lhe o dos Lemos que era sem mistura, e varios outros ainda. Hoje usam os descendentes senhores d'esta Casa o de Tavares Tavora confirmado a João Pinto Coutinho Cardoso Tavora, por se lhes ter reconhecido e novamente registado em 30 de setembro de 1899. Casou o bacharel Adelino Pinto de Tavares Ferrão Pacheco de Castello Branco com D. Maria José do Amaral Noronha e Napoles, senhora da Casa do Cortea do em Guimarães, e de muitas outras, filha do José do Amaral Branco Bernardes de Carvalho Castello Branco e Noronha fidalgo da Casa Real, e de D. Maria da Conceição Vaz Vieira de Mello e Alvim da Silva Freitas.

**Povoa da Reguenga.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Urrô, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

**Povoa de Rendufe.** Pov. na freg. do Salvador, de Rendufe, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Povoa da Ribeira.** Pov. na freg. de S. Sebastião, de Villar Barrôco, conc. de Olciros, distr. de Castello Branco.

**Povoa de Rio de Moinhos.** Pov. e freg. de S. Lourenço, da prov. da Beira Baixa, conc., com. e distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 214 fog. e 940 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, e est. post. Dista 13 k. da séde do conc. e está situada na margem esquerda do rio Ramalhoso. O commendador d'esta freg. e o vigario de S. Vicente da Beira, apresentavam alternativa e annualmente o cura, que tinha 7$500 reis de congrua e o pé d'altar. E' fertil em generos agricolas. Pertence á 2ª. div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Castello Branco.

**Povoa da Roçada.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de Nellas, distr. de Vizeu.

**Povoa de Rodrigo Alves.** Pov. na freg. de S. Salvador, de Tonda, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

**Povoa do Salgueiro.** Pov. na freg. de S. Vicente, de Sangalhos, conc. de Anadia, distr. de Aveiro.

**Povoa de Santa Christina.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Tentugal, conc. de Montemór-o Velho, distr. de Coimbra.

**Povoa de Santa Eulalia.** Pov. na freg. de S. Martinho de Moiros, conc. de Rezende, distr. de Vizeu.

**Povoa de Santa Iria.** V. *Santa Iria de Azoia.*

**Povoa de Santo Adrião.** *(José Carlos Eugenio Belem Correia, barão da).* Moço fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, proprietario, etc. N. em 9 de dezembro de 1860, fal. em 19 do fevereiro de 1907. Era filho de Carlos Eugenio Correia, empregado na alfandega de Lisboa, e de sua mulher, D. Maria Francisca Ludovina Rezende Belem Correia. Entregando-se ao commercio, esteve empregado no escriptorio do grande capitalista visconde d'Abrigada, e fallecendo este titular, casou com a sua viuva, a viscondessa D. Maria Leonor Ernestina Coutinho Seabra Saldanha Daun de Mendonça. Foi pouco depois agraciado com o titulo do barão da Povoa de Santo Adrião. Tendo enviuvado em janeiro de 1914, passou a segundas nupcias, em 1906, com D. Maria do Carmo Santos.

**Povoa de Santo Adrião.** Pov. e freg. de Santo Adrião, da prov. da Extremadura, conc. de Loures, com., distr. e patriarc. de Lisboa; 96 fog. e 435 hab. Tem esc. do sexo fem., caixa post. e uma *Fanfarra 11 de Março de 1903.* Está situada na estrada de Lisboa a Torres Vedras, a 3 k. do Lumiar e a 4 da séde do conc. O povo apresentava o reitor, que tinha 15$000 reis e o pé d'altar. Chamava-se antigamente *Povoa de Loures*, por ser uma aldeia d'esta freg., da qual foi desmembrada no meado do seculo XVI, para formar uma freg. independente. A terra é fertil, e notam se ali varias quintas de valor. Ha aqui uma bonita ermida dedicada á Senhora do Bom Successo. Foi a 5.ª est. do caminho de ferro do systema Larmanjat, de Lisboa a Torres Vedras. A pov. pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 5, com a séde em Lisboa.

**Povoa de Santo Amaro.** Pov. na freg. do S. Miguel, de Parada, conc. de Santa Comba Dão, distr. de Vizeu.

**Povoa de Santo Antonio.** Pov. na freg. de Salvador, de Cannas de Senhorim, conc. de Nellas, distr. de Vizeu.

**Povoa de S. Cosme.** Pov. na freg. de Santo André, de Ervedal, conc. de Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra.

**Povoa de S. Domingos.** Povoações nas freguezias: Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Panoias de Cima, conc. e distr. da Guarda.

**Povoa da Sardinha.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Dardavaz, conc. de Tondella, distr. de Vizeu.

**Povoa de Sernache.** Pov. na freg. de S. Sebastião, de Sernache do Bomjardim, conc. de Certã, distr. de Castello Branco.

**Povoa de Sobrinhos.** Pov. na freg. de S. Simão, de Rio de Loba, conc. e distr. de Vizeu.

**Povoa da Talvinheira.** Pov. da freg. de S. Thiago, de Alvaro, conc. de Olciros, distr. de Castello Branco.

**Povoa do Tezo.** Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Aguada de Cima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

**Povoa do Tojal Grande.** Pov. na freg. de S. Simão, de Carvalhal de Vermilhas, conc. de Vouzella, distr. de Vizeu.

**Povoa de Tres.** Pov. na freg. de N. S.ª da Conceição, de Abiturciras conc. e distr. de Santarem.

**Povoa da Urgeira.** Pov. na freg. do Santa Maria Magdalena, de Agadão, conc. do Agueda, distr. de Aveiro.

**Povoa de Urgueira.** Pov. na freg. de S. Mamede, de Castanheira do Vouga, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

**Povoa da Ussa.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Arcozello das Maias, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

**Povoa de Velhado** Pov. na freg. de S. Paio, de Requeixo, conc. o distr. de Aveiro.

**Povoa do Valle da Figueira.** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. do Castello Branco.

**Povoa de Valle do Trigo.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Bellazaima, conc. de Agueda, distr. de Aveiro.

**Povoa de Varzim.** *(Manuel Fernandes da Silva Campos, 1.º barão de).* Fidalgo cavalleiro da Casa Real. N. na Povoa de Varzim a 20 de março de 1826, sendo filho de João Fernandes da Silva Campos, e de sua mulher D. Joaquina Alves de Sousa. Foi agraciado com o titulo de barão da Povoa de Varzim por decreto de 18 de maio de 1868. Casou em 1858 com D. Florinda Porto da Silva, filha de João José da Silva Porto, fidalgo cavalleiro da Casa Real, e de sua mulher, D. Anna Bernardina. Por alvará de 8 de novembro de 1869, foi-lhe concedido o seguinte brazão: Escudo partido em pala: na primeira as armas dos Campos, em campo azul tres cabeças de leão de ouro com linguas vermelhas postas em roquete e vertendo sangue pelas cortaduras; e na segunda as armas dos Silvas, em campo de prata um leão de púrpura armado de azul.

**Povoa de Varzim** Villa da prov. do Douro, séde de conc. e do com., distr., bisp. e Relação do Porto. Tem uma só freg., N. S.ª da Conceição Está situada na costa do Oceano Atlantico, em logar muito aprazivel, a 28 k. da capital do distr., á qual se liga o caminho de ferro do Porto a V. N. de Famalicão, e estrada real n.º 30. O cabido da sé de Braga apresentava o reitor, que tinha 350$000 reis e o pé d'altar. A villa é de fundação muito antiga, e ignora se a etymologia do seu nome. Pretendem uns, que *Varzim* seja corrupção de *Varzinha*, por estar edificada sobre uma pequena varzea; outros, julgando que com sonhadas origens nobilitavam a villa, dizem que o nome lhe provém de *Cayo Varizimio*, consul romano, cuja fundação lhe attribuem. E' certo que o primeiro assento da egreja de Argivae, uma das freguezias d'este concelho, foi no logar da Varzinha, e que á Povoa se deu antigamente o nome de *Varazim de Jusão* (Varazim de Baixo). Tambem se ignora a epoca em que principiou a ter a denominação actual. Vêmos que em 1305 se chamava *Varazim de Jusão*, porque el-rei D. Diniz, na doação que em 3 de janeiro d'esse anno fez da villa a seu filho bastardo, D. Affonso Sanches, assim lhe chama, bem como no foral que lhe deu em 8 de março de 1308. Esta villa foi uma aldeia da freguezia de Argivae, que lhe fica contigua, e d'ella se desmembrou em 1625, tornando-se parochia independente. Como se operou esta mudança, é assim narrado. Havia na villa da Povoa uma boa capella dedicada á Senhora da Madre de Deus. Pelos annos de 1550, sendo governador do arcebispado de Braga o doutor provisor Antonio Velho, se lhe queixou o povo da villa, dos inconvenientes que lhe resultavam de não ter aqui sacrario, d'onde lhe fôssem administrados os sacramentos, n'um caso repentino, e de não terem capella para celebrar missa nos dias santificados. Antonio Velho lhe concedeu licença para fazer sacrario, e ter o Santissimo na referida capella, e capellão privativo, que dissesse missa e administrasse os sacramentos. A capella da Madre de Deus, situada na rua do seu nome, estava a O do adro da actual matriz, do qual a separava uma rua. Escolheu-se este templo para a nova parochia, por ser o mais central que então havia. A capella fôra fundada por João Martins e sua mulher Maria Affonso, em 1542. Em 1625 obtiveram a separação definitiva da sua antiga parochia de Argivae, constituindo freguezia independente, e mudando o nome do antigo orago para o de *N. S.ª da Conceição.* No principio do seculo XVIII foi o sacrario transferido para a egreja da Misericordia, que então servia de matriz, e fôra restaurada poucos annos antes. A Misericordia foi a primitiva matriz, e por muitos annos assim se conservou, e quando se constituiu a nova parochia, sentiu muito a falta de rendimentos, caindo em grande decadencia. Então uma devota, chamada Maria Fernandes, do logar de Villa Velha, deixou-lhe uma parte dos seus bens, para ser applicada na sustentação da irmandade da Misericordia De accôrdo com o senado da camara, organisou se então regularmente esta irmandade, que depois veiu a tomar posse da egreja aggregando se á irmandade dos Passos, cujos fundos se reuniram no mesmo cofre. A actual egreja matriz é um formoso templo, de architectura toscana, e d'uma só nave. As obras principiaram em 1743, a requerimento da camara municipal, e por uma provisão regia de D. João V, de 1735, na qual concedeu para isto, as sobras das sizas, e a contribuição d'um real em cada arratel de carne, e outro real em cada quartilho de vinho. Esta concessão duron até 1759. Foi benzida com a maior solemnidade no dia 6 de janeiro de 1757. Apezar da sua antiguidade, Povoa de Varzim era pobre e insignificante, sendo composta, na maior parte, de pequenas casas terreas, de pescadores. A vulgarisação, porém, dos banhos do mar a fez prosperar rapidamente, porque possue uma das mais bellas praias do paiz, que todos os annos é muito frequentada por numerosos banhistas, concorrendo familias até de muitas legoas de distancia. Hoje n'aquella pittoresca villa encontram-se hoteis importantes e cafés luxuosamente montados, muito espaçosos, com bellos espelhos e magnificos bilhares. Uma grande parte da população emprega-se na industria da pesca, de que vive exclusivamente, sendo os pescadores d'aqui os mais audaciosos do norte, e tão corajosos como os de Olhão, no Algarve. E' a pesca, que tambem tem ajudado muito a prosperar a villa, porque se faz em grande escala, e se exporta para o Porto e para as tres provincias do norte do Douro. Os pescadores vivem n'uma especie de bairro á parte da villa, na praia e ao S do quebra mar, e em algumas ruas parallelas formadas de casas baixas ou abarracadas. Os arredores da villa são muito pittorescos, o offerecem lindos e variados passeios, dos quaes se destacam a Espinheira, ponto de confluencia dos rios Este e Ave; o monte de S. Felix, d'onde se descobre um panorama variado e surprehendente; a Aguçadora, pelos seus ferteis chãos socavados no areal, e o logar do Avor-o-Mar com as suas hortas bem cuidadas. O primeiro donatario

que teve a villa, foi D. Guterre, natural da Gascunha, que veiu para Portugal com o conde D. Henrique, em 1093. D. Guterre é o tronco da nobilissima familia dos Cunhas, e foi seu filho D. Paio Guterres o primeiro que usou do appellido de Cunha. Os primogenitos d'esta familia fôram os donatarios de Povoa de Varzim até ao reinado de D. Diniz. D. Affonso Sanches, filho natural d'este monarcha, a quem, conforme dissémos, seu pae doara esta villa, incluindo tambem na doação a de Villa do Conde, veiu estabelecer residencia com sua mulher n'estes seus dominios, e habitava em Villa do Conde; porém, o conde D. Martim Gil e sua mulher, lhe contestaram a posse, allegando que esta villa e seus dominios lhes pertenciam por herança legitima dos seus antepassados. Deu isto causa a graves conflictos, que só terminaram por uma provisão régia, na qual D. Diniz validou a doação que fizera a seu filho, impondo graves penas ao conde D. Martim Gil. Em testamento feito em 1318, tinham deixado D. Affonso Sanches e sua mulher ás freiras do convento de religiosas franciscanas de Santa Clara, de Villa do Conde, o castello em que viviam, e suas dependencias, varias terras e rendas, incluindo o senhorio de Povoa de Varzim com todas as suas jurisdicções, honras, isenções e privilegios, assim como o direito de sentencear sobre os pleitos civeis e crimes. Estes poderes illimitados, concedidos a mulheres reclusas, vinham a ser exercidos verdadeiramente pelos procuradores do convento, o que, pela falta de imparcialidade, dava origem a graves injustiças e queixas frequentes, com especialidade dos habitantes de Povoa de Varzim, que fôram os que mais soffreram; e vendo que as freiras não davam providencias, fizeram uns *artigos*, que entregaram a el-rei D. Manuel. Então, este monarcha deu novo foral a Povoa de Varzim, em Lisboa, a 25 de novembro de 1514, aboliudo para sempre os direitos, do que tão mau uso se havia feito pelo tempo de mais de 200 annos, ficando o povo com o direito de eleger os seus magistrados, como já tinham, na maior parte, as villas de mais importancia. Constituida a Povoa em municipio com justiças e autoridades proprias, e livre das antigas peias e dependencias, principiou a desenvolver se e a prosperar. N'esta villa não havia hospital da Misericordia, e reconhecendo a camara municipal esta grande falta, que cada vez mais se fazia sentir, requereu ao principe regente D. João a autorisação para se fundar um hospital para o tratamento dos doentes pobres da freguezia, o que lhe foi concedido por provisão regia de 11 de dezembro de 1804. Por despacho do corregedor da comarca do Porto, de 3 de janeiro de 1809, mandou ouvir a *comarca, nobreza e povo* sobre a pretenção referida, o que se effeituou em sessão de 23 de fevereiro de 1811, e ali se concordou em se contribuir com um real em cada arratel de carne, e outro real em cada quartilho de vinho, que se vendesse a retalho, na villa, applicados para as obras do hospital. No anno de 1811 houve na Povoa uma horrorosa invernada, que não deixou os pescadores exercer o seu mister. Seguiu-se a esta desgraça uma devastadora peste, que a muitos fulminava, deixando os instantaneamente mortos, e levando familias inteiras. Para os que ficavam apenas gravemente atacados, mas com vida, sollicitou a camara e obteve autorisação em 29 de julho do mesmo anno de 1811 para estabelecer um hospital provisorio, e como não tinha outra casa disponivel, transformou em enfermarias o 2.º andar do vasto edificio dos paços do concelho. Vendo os vereadores a urgente necessidade da fundação d'um hospital permanente, requereram ao governo a competente autorisação, que obtiveram em 1819, mas só em maio de 1825 é que se deu principio ás obras, e por diligencias do benemerito povoense José Antonio Alves Anjo, que foi nomeado thesoureiro para receber as quantias destinadas ás obras, concorrendo ainda com sacrificio de seus bens, para que se levasse ao fim este estabelecimento de caridade. Outros benemeritos concorreram com avultados donativos, e o hospital ficou finalmente concluido em 1835, sendo inaugurado a 29 de junho d'esse anno, em que para elle se transferiram os doentes que estavam no hospital provisorio. A casa da camara municipal é um dos mais sumptuosos edificios da villa. E' tão vasto, que se accommodam n'elle o tribunal das audiencias do juiz de direito, a sala das sessões da camara, e todas as suas dependencias; as repartições da administração do concelho e da fazenda. O edificio está situado na praça do *Almada*, ao centro da villa. Foi fundado por Francisco Almada e Mendonça, no reinado de D. Maria I, que decretou esta obra por provisão de 21 de fevereiro de 1791. Os antigos paços do concelho eram acanhados, e estavam muito arruinados. Haviam sido construidos em 1515. O edificio actual tem andar nobre, que assenta sobre uma galeria de arcos, que lhe servem de vestibulo, dando entrada para todo o edificio. Sobre a janella principal *(central)* estão as armas portuguezas, de um peso e volume monstruosos. N'uma das salas do edificio tambem se estabeleceu uma escola de instrucção primaria para o sexo masculino. N'esta mesma sala inaugurou-se em 22 de agosto de 1873 um bonito theatro de madeira feito á custa de alguns amadores dramaticos. Nos baixos do edificio estão as cadeias publicas. Povoa de Varzim era apenas cabeça de conc. pertencendo á comarca de Villa do Conde, mas em junho de 1875 foi creada a comarca, separando-se então o seu julgado da de Villa do Conde. Para defender a enseada ha uma fortaleza, construida no local d'um pequeno e antigo fortim, que se suppõe ter sido edificado em 1400, no reinado de D. João I. A fortaleza hoje existente, foi principiada em 1703, no tempo de D. Pedro II, a requerimento do capitão de ordenanças da villa, João de Almeida Rego, e a instancias do governador das armas do districto do Porto, o mestre de campo Pedro de Vasconcellos e Sousa, filho dos condes de Castello Melhor; mas estando interrompidos os trabalhos das fortificações, só se concluiram as obras em 1738, no reinado de D. João V, a requerimento do povo. A fortaleza foi inaugurada, com as solemnidades do estylo, em 22 de outubro de 1740, dia dos annos de D. João V. A fortaleza tem 4 baluartes com suas cortinas. Os baluartes da *Conceição* e de *S. Francisco de Borja*, teem fronte para o mar; e os de *S. José*, *S. Filippe* e *S. Diogo*, para a terra. Dentro da fortaleza ha uma pequena ermida, edificada á custa do thesouro publico, dedicada á Senhora da Conceição. E' de abobada de cantaria, com seu retabulo de talha dourada, e sacrario. A planta da

fortaleza foi feita pelo sargento mór Sebastião de Sousa. A E do hospital da Misericordia fica o cemiterio publico, concluido pela camara municipal em 1868. Ha na Povoa de Varzim as seguintes capellas: *N. S.ª das Dôres*, um bonito templo, de fórma exagona, construido no topo d'um monte, sobranceiro á villa; tem uma elevada torre, que serve de baliza aos navegantes, e se avista do mar a grande distancia; foi construida em 1768. *A capella de S. Roque*, proximo da rua da Junqueira, construida em 1596 por Diogo Peres de S. Pedro, e sua mulher Maria Fernandes de Faria. *A capella de N. S.ª de Belem*, edificada em 1826, no logar da Gésteira, feita á custa de esmolas do povo d'este logar *A Capella de N. S.ª da Lapa*, proximo do mar, fundada por uns missionarios hespanhoes, com esmolas do povo da villa, principalmente dos homens do mar. Foi benzida solemnemente a 15 de agosto de 1772. A *capella de S. José*, no largo de S. José, onde existiu a *Rua da Areosa*, e proximo do paredão do caes. Foi construida em 1848. Dizem alguns escriptores que o brazão d'armas da Povoa de Varzim é, em campo azul, um rosario branco, enfiado em cordão de púrpura, com uma cruz de ouro, servindo de haste a uma ancora de prata, tendo no circulo oval, do lado direito o sol, de ouro; e ao esquerdo, a lua, de prata, encimados por uma corôa ducal. Não consta que na Torre do Tombo exista este brazão, mas é assim que se vê pintado no tecto da casa e no estandarte da camara. Julga se serem as antigas armas de Villa do Conde. Em 1875 construiu se o caminho de ferro do Porto a Villa Nova de Famalicão, passando por Povoa de Varzim, onde tem estação, entre as de Amorim e Villa do Conde. A inauguração realisou-se a 6 de outubro do citado anno. Em agosto de 1876 foi registada na camara municipal da villa a descoberta d'uma mina de ferro e manganez. No dia 1 de setembro d'esse anno inaugurou-se um novo theatro chamado *Sá da Bandeira*, com o drama *O Cabo Simão*, desempenhado por uma companhia hespanhola. O theatro construiu se de madeira, tem frizas, uma ordem de camarotes e uma espaçosa plateia. Até 1882 houve na villa apenas um chafariz; entre outros melhoramentos de reconhecida utilidade publica, construiram se mais alguns, entre os quaes o do largo de S. Sebastião que substituiu o da praça do Almada, que tem o escudo da povoação sobre a legenda de *Varzea tenho a origem*, encimado pela estatua simbolica da Povoa, uma mulher de tunica e manto, em pé, com o braço direito apoiado n'uma ancora Povoa de Varzim pertence á 3.ª div. mil., 6.ª brigada, grande circumscripção N, e ao distr. de recrut. e res. n.º 18, com a séde no Porto. Tem feira a 15 e 30 de cada mez; mercado diario de generos alimenticios e quinquilherias; escolas d'ambos os sexos, est. post. telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, letras e vales; agencias bancarias e de seguros; advogados; associações de classe: *dos Bombeiros Voluntarios; Commercial; dos Carpinteiros; dos empregados do commercio; dos pedreiros, A Constructora; dos pescadores e gentes de mar, A Maritima; dos Pintores e Estucadores, A Reformadora; de Soccorros Mutuos A Povoense;* Bibliotheca municipal; fabricas de cal, de gaz e de moagem a vapor; Club Naval, vice cousules da Turquia e da Hespanha, Lyceu Nacional, medicos, pharmacias, notarios, restaurantes, *Assembléa Povoense, Philarmonica Povoense; Montepio da associação dos pescadores, artistas e agricultores da Povoa de Varzim,* approvado por alvará de 10 de junho de 1863; typographias, muitos estabelecimentos commerciaes e industriaes, romaria á *Senhora da Saude*, no 1.º domingo de agosto, etc. Ha n'esta villa um museu archeologico, pertencente ao P. José Brenha; é um museu muito interessante pelos objectos pesquizados nos dolmens de Villa Pouca d'Aguiar. Na Povoa de Varzim tem se publicado os seguintes jornaes: *Aurora*, 25 julho, 1886; *Clarim (O)*, 11 julho a agosto, 1877; *Coisas e Loisas*, 31 maio, 1891; *Comarca (A)*, 5 julho, 1874 a 26 março, 1876; *Commercio da Povoa*, 14 março, 1880 a 12 março, 1882; *Commercio da Povoa de Varzim (O)*, 3 dezembro, 1903; existia dezembro 1910; *Corôa (A)*, 15 agosto, 1892; *Echo Povoense*, 9 abril 1875; *Estrella Povoense*, 17 fevereiro, 1877; em publicação dezembro de 1910; *Facho Verde*, 7 maio, 1885 a 1886; *Gazeta da Povoa de Varzim*, 22 abril, 1870 a 22 dezembro, 1872; foi o primeiro jornal aqui publicado; fundiu se com a *Metralhadora; Grillo (O)*, 16 março, 1875; em 1889 ainda se publicava; *Hydra (A)*, 15 junho, 1891; *Independencia*, 29 dezembro, 1881; em 1889 ainda continuava; *Juventude (A)*, 22 janeiro, 1893; *Liberal (O)*, 7 abril, 1895; em publicação dezembro 1910; *Melro (O)*, 1 agosto, 1885; *Metralhadora (A)*, 22 junho, 1873 a 10 maio, 1874; fundiu se com a *Gazeta da Povoa de Varzim*; *Mosquito (O)*, 17 fevereiro; 1878 a 29 fevereiro, 1880; *Povoense (O)*, 2 julho, 1881; publicava se ainda em 1903; substitituiu provisoriamente o *Boletim Judiciario*; *Praia (A)*, 3 agosto, 1899; *Propaganda (A)*, janeiro, 1903; em publicação dezembro, 1910; *Tentamem (O)*, 11 julho, 1886. *Numero Unico*, 5 de maio de 1907. O conc. compõe se de 10 freguezias com 5:718 fog. e 23:703 hab., sendo 10:580 do sexo masc. e 13:123 do fem., n'uma superficie de 10:220 hect. As freguezias são as seguintes: S. Thiago, de Amorim, 2:292 hab.: 1071 do sexo masc. e 1:221 do fem; S. Miguel, de Argivae, 379 hab: 176 do sexo masc. e 203 do fem.; Santa Eulalia, de Balazar, 9 3 hab.: 424 do sexo masc. e 529 do fem.; Santa Eulalia, de Beiriz, 1:537 hab.: 710 do sexo masc. e 827 do fem.; Santa Maria, de Estella, 1:003 hab.: 479 do sexo masc. e 524 do fem.; S. Miguel, de Laundos, 924 hab.: 418 do sexo masc. e 506 do fem.; O Divino Salvador, de Navaes, 1:892 hab.: 922 do sexo masc. e 970 do fem,; N. S.ª do Conceição, de Povoa de Varzim, 1:623 hab.: 5:162 do sexo masc. e 7:161 do fem.; S.ª Pedro, de Rates, 1:055 hab.: 469 do sexo masc. e 586 do fem; Santa Maria, de Terroso, 1:045. hab.: 449 do sexo masc. e 596 do fem. O principal commercio do concelho é peixe e vinho.

**Povoa Velha.** Pov. na freg. de N. S.ª da Assumpção e conc. de Ceia, distr. da Guarda. No plató d'um monte, que fica junto a esta aldeia, está a ermida de *N S.ª do Pranto*, ou *da Piedade*, ou *de Pé da Cruz*, mas vulgarmente conhecida por *N. S.ª do Espinheiro*. E' um templo antiquissimo, e não se sabe a data da sua fundação. Apenas diz a lenda, que a imagem foi achada sobre um espinheiro, e d'aqui lhe provém o nome. E' de pedra, de estatura quasi regular, revelando grande antiguidade. O templo é muito vasto, com

cruzeiro e corpo da egreja, tendo n'este dois altares lateraes. Na capella mór está sobre o altar a imagem da padroeira.

**Povoa de Videira.** Pov. da freg. de S. Pelagio e conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

**Povoação** Villa da ilha de S. Miguel, Açôres, séde de conc. e de com., distr. de Ponta Delgada, bisp. de Angra do Heroismo. Tem uma só freg., N. S.ª Mãe de Deus. Está situada á beira-mar, na costa S, em terreno um pouco elevado, a 25 k. E da Ponta Garça, e a 58 da cap. do districto. E' notavel por ter sido este o ponto escolhido para desembarque por Gonçalo Velho Cabral, quando descobriu a ilha de S. Miguel, e o primeiro habitado. A sua colonisação data de 1444, e d'aqui lhe veiu o nome de *Povoação*. No principio do anno de 1881 foi quasi inteiramente destruida por um grande tremor de terra, que fez desabar o monte Fojo, e causou consideraveis prejuizos n'outras povoações da ilha. A metropole acudiu com soccorros, organisaram se subscripções, e a villa tem-se esforçado sempre, desde então, por saír do abatimento e da ruina em que a lançou o terrivel cataclismo. Povoação pertence ao commando mil. dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 26, com a séde em Ponta Delgada. Tem escolas para ambos os sexos, est. post. telegr. com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobranças de titulos, letras e vales; fabricas de cal e de telha, medico, pharmacia, grande numero de estufas de ananazes, feira de gado vaccum, ás terças feiras, philarmonica *Lyra de Euterpe*, etc. Publica-se aqui o jornal *Aurora Povoacense*, que principiou a publicar-se em 1883. O conc. compõe-se de 5 freguezias, com 2:532 fog o 11:145 hab., sendo 5:251 do sexo masc. e 5:894 do fem. As freguezias são: N. S.ª da Penha de França, de Agua Retorta, 1:186 hab.: 562 do sexo masc. e 624 do fem.; N. S.ª da Graça, de Fayal da Terra, 1:200 hab.: 564 de sexo masc. e 636 do fem.; Sant'Anna, de Furnas, 2:194 hab.: 981 do sexo masc e 1:213 do fem.; Santa Mãe de Deus, de Povoação, 5:102 hab.: 2:448 do sexo masc. e 2:654 do fem; S. Paulo, de Ribeira Quente, 1:168 hab.: 696 do sexo masc. e 767 do fem. O principal commercio do concelho é cereaes e milho. || Povoações nas freguezias: Santa Comba, de Ermida, conc. e distr. de Villa Real. || Santa Leocadia, de Fradellos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de S. Gens, conc. de Fafe, do mesmo distr. || S. Jorge, de Gouvães da Serra, conc. de Villa Pouca de Aguiar, distr. de Villa Real. || S. Pedro, de Povolide, conc. e distr. de Vizeu. || S. Salvador, de Thuias, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Vicente, de Tougues, conc. de Villa do Conde, do mesmo districto.

Povoação—Vista geral

**Povoação Velha.** Pov. da freg. de Santa Izabel, no conc. e ilha da Boa Vista, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situada na costa O, a 10 k. do Porto de Sal Rei, para o S, na encosta d'um monte chamado Povoação, que deu o seu nome ao logar, que passou a chamar se *Povoação Velha*, por ser ali que os primeiros colonos se estabeleceram. Foi, portanto, capital da ilha por muito tempo, até que, em 1810, o bispo D. Silvestre de Maria Santissima mudou, mas não sem grande opposição, a egreja parochial para a antiga villa do Rabil, instituindo a freg de S. Roque, a qual figura no *Annuario estatistico dos dominios portuguezes e ultramarinos portuguezes de 1899 e 1900* com o nome de Santa Izabel.

**Povoadura**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Aboim da Nobrega, couc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Povoas** *(Agostinho de Mendonça Falcão de Sampaio Coutinho)*. Cavalleiro professo da ordem de Christo, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, superintendente dos Tabacos e Alfandegas das comarcas de Coimbra, Leiria e Aveiro, com predicamento de primeiro banco e béca honoraria por decreto de 27 de junho de 1827, deputado em 1821, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa e do Instituto de Coimbra, etc. N. em Souto Maior, do concelho de Trancoso, a 27 de agosto de 1783, fal. em Girabolhos, freguezia do conc. de Ceia, a 24 de janeiro de 1854. Foi tambem formado na antiga faculdade de Canones, em 1805, obtendo então em merito litterario 7 *M B* e 2 *B*, o que era extraordinario para aquelle tempo, até mesmo para estudantes de merito transcendente. Escreveu: *Memoria historica sobre a villa de Ceia*; saiu nas *Memorias da Academia Real das Sciencias*, tomo VIII, parte II, Lisboa, 1823; tambem saiu em separado. Em diversos jornaes litterarios encontram-se muitos dos seus trabalhos, como: *Bibliographia abreviada da Historia de Portugal;* saiu primeiro na *Chronica Litteraria da Nova Academia Dramatica*, tomo I, 1840; depois reproduziu-se na *Revista Academica*, de pagina 129 em deante; em nenhum d'estes jornaes se chegou a concluir; *Considerações sobre a lingua portugueza e seu estudo;* publicadas successivamente na *Chronica Litteraria*, já citada, tomo I, de pag. 267 a 270, 285 a 290, 298 a 301, 305 a 330, 344 a 351, 358 a 363, 371 a 377; *Arvore genealogica da Casa Real Portugueza;* Coimbra. Fez numerosas correcções e importantes additamentos ao *Diccionario da Lingua Portugueza*, de Moraes, de que se aproveitaram os editores na 6.ª edição, publicada em 1858. Por occasião da sua morte publicou se: *A' saudosa memoria do meu sabio mestre, e bom amigo, o ex.mo sr. desembargador Agostinho de Mendonça Falcão*, etc. E' uma poesia elegiaca, seguida d'um *Necrologio* em prosa, por F. L. Gavicho Tavares.

**Povoas** *(Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho)*. Fidalgo da Casa Real, commendador das ordens de Christo e da Torre e Espada, senhor das commendas de Mirandella e de Santa Maria, da Covilhã; cavalleiro da ordem de Aviz, condecorado com a cruz de ouro da Guerra Peninsular, tenente general, etc. N. na Guarda a 7 de setembro de 1773, fal na sua quinta de Véla, nas proximidades da Guarda, a 29 de novembro de 1852. Era filho de Antonio Manuel das Povoas de Brito Marecos, fidalgo da Casa Real e ouvidor do Brazil, e de sua mulher, D. Marianna Victoria de Castro Sousa e Almada Matriculando se na Universidade de Coimbra, fez acto do 1.º e 2.º annos de Direito, mas sentando praça de cadete em cavallaria n.º 11 a 28 de setembro de 1792, passou a formar se em Mathematica, concluindo os estudos e obtendo a formatura em 1796. Foi estudante muito distincto, alcançando sempre os primeiros premios. Em setembro do mesmo anno de 1796 foi despachado capitão d'uma companhia de cavallaria, que orgauisou á sua custa e da qual eram seus irmãos Antonio das Povoas de Brito Coutinho e Francisco de Mello Povoas, um tenente e outro alferes. Em 1803 teve a promoção para major, em 1809 para tenente-coronel, para coronel em 1812, servindo n'estes postos em cavallaria n.º 7, que tinha sido encarregado de organisar. Povoas foi um dos officiaes que o general francez Junot mandou para França com a divisão portugueza em 1808; vindo, porém, para Portugal com o general Soult, em 1809, fugiu, vindo incorporar-se no exercito alliado. Até ao fim da Guerra Peninsular sempre se distinguiu, e terminada a campanha foi despachado brigadeiro em 1815, marechal de campo a 13 de maio de 1820, sendo mais tarde promovido a tenente-general a 26 de outubro de 1832. Sendo ainda marechal de campo foi deputado ao congresso constituinte que se reuniu depois da revolução de 1820. Entre varias commissões de que foi encarregado, exerceu as de inspector-geral da arma de cavallaria, e das ordenanças. Seguindo o partido absolutista foi um dos mais dedicados partidarios de D. Miguel. Além da condecoração pelos serviços prestados na Guerra Peninsular, já citada, ainda obteve outras condecorações, em

Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho Povoas

que se conta a medalha *Fidelidade ao rei e á Patria* (vulgarmente, *medalha da guerra da poeira)* com a effigie de D. Miguel. O general Povoas adquiriu a sua maior fama desde 1828, como commandante d'uma divisão realista, sendo ainda marechal de campo. D. Miguel desembarcou em Belem a 22 de fevereiro de 1828. As tropas que, desde 1823 sempre se lhe haviam conservado fieis, e principalmente depois da morte de D. João VI, em 1826, estavam emigradas em Hespanha, tendo por chefe o general marquez de Chaves. Era regente do reino a infanta D. Izabel Maria, que para combater os realistas, em 1826, tinha, além de mais de metade das tropas portuguezas, uma divisão ingleza de 6:000 homens, commandada pelo general Cliton. D. Miguel, sendo regente, despediu as tropas inglezas, que em 25 de abril de 1828 embarcavam para Inglaterra, e admittiu a continuar no serviço o exercito liberal, que em 1826 e 1827 havia combatido contra as tropas realistas, não mandando regressar ao reino as tropas emigradas, com cuja fidelidade poderia contar. O resultado foi que a maior

parte d'essas tropas se revoltou no Porto a 16 de maio do mesmo anno de 1828, depois de terem jurado fidelidade ao governo realista. D. Miguel organisou á pressa um exercito, com os poucos corpos que se lhe conservaram fieis, regimentos de milicias, alguns batalhões de voluntarios e corpos de guerrilhas, dando o commando ao marechal Povoas, que marchou contra os revoltosos. Os resultados d'esta guerra fôram bem tristes. Em 1829, Povoas foi nomeado general das armas da Beira Alta, e em 1832 commandou a 2.ª divisão do exercito de operações em frente do Porto. N'este posto, a sua mais notavel proeza foi a victoria de Souto Redondo a 7 de agosto d'esse anno. Em 20 de dezembro de 1833 teve o commando em chefe do exercito realista. Pelo mau plano e pessimo resultado da batalha de Almoster, para os realistas, em 15 de fevereiro de 1834, D. Miguel exonerou o general Povoas do commando em chefe, logo no dia 19, immediato á batalha, sendo substituido pelo general José Antonio de Azevedo e Lemos. Sendo comprehendido na convenção de Evora Monte, Povoas retirou se da vida publica, e só no principio do anno de 1847, tendo já 73 annos de edade, é que tornou a apparecer na scena politica, organisando uma força popular com que so apresentou á Junta do Porto, executando algumas operações contra as tropas de governo cabralista, que lhe adquiriram fama e prestigio. Retirando se depois definitivamente á sua quinta de Véla, ali falleceu. O governo patuléa quiz dar-lhe o titulo de conde de Vèla, que elle recusou, reiterando a mesma recusa quando o governo constitucional lhe fez egual offerecimento.

**Povoas** *(Antonio das)*. Magistrado, que nasceu em Lisboa, e fal. em 1642. Foi desembargador dos aggravos, juiz da corôa, conselheiro da fazenda e provedor da alfandega. Dedicou se muito a estudos genealogicos, e escreveu um *Nobiliario das familias d'este reino* e *Familia dos Silvas*, mas nenhuma d'estas obras se imprimiu.

**Povoas** *(Manuel das)*. Conego da sé de Lisboa N. n'esta cidade, pouco mais ou menos, em 1564, e fal a 1 de dezembro de 1625 Escreveu: *Vita christi de Manuel das Povoas, Canonigo de la Sancta Igiesia de Lisboa*, Lisboa, 1614.

**Povoas**. Povoação nas freguezias: S. Pedro, de Canedo, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Pedro, de Fajozes, conc. de Villa do Conde, distr. do Porto. || Santo Antonio, de Fragoas, conc. de Rio Maior, distr. de Santarem. || Santa Maria, de Terroso, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto.

**Povoeiras**. Pov. na freguezia de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

**Povoença**. Pov. na freg. de Santa Maria da Vinha, de Arcosa, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Povoinha**. Povoação nas freguezias: Santa Maria da Esperança, de Annissó, conc. de Vieira, distr. de Braga. || S. João Baptista, de Estreito, conc. de Oleiros, distr. de Castello Branco. || S Mamede, de Valle de Remigio, conc. de Mortagoa, distr. de Vizeu.

**Povolide** *(José da Cunha Grã Athaide e Mello, 3.º conde de)*. Gentil-homem da camara da rainha D. Maria I, 10.º senhor de Povolide; grancruz da ordem de Christo, governador e capitão general de Pernambuco e Bahia; presidente do senado da camara de Lisboa, camarista do principe regente D. João, etc. N. a 23 de junho de 1734, e fal. de repente a 17 de janeiro de 1792. Era filho do 2.º conde do mesmo titulo, e de sua mulher, D. Helena de Castello Branco. Succedeu a seu pae, na casa e no titulo em 30 de janeiro de 1761. A sua nomeação de governador de Pernambuco foi em 1768, passando no anno immediato a governar o Brazil, cargo que exerceu até 1774. Casou em junho de 1775 com D. Maria da Silva, filha dos 6.ºs condes de Aveiras e 1.ºs marquezes de Vagos, Francisco da Silva Tello de Menezes e D. Barbara José da Gama.

**Povolide** *(Luiz José da Cunha Grã Athaide e Mello, 4.º conde de)*. Commendador da ordem de Christo; 11.º senhor de Povolide, tenente-coronel ajudante d'ordens das armas da côrte e provincia da Extremadura. N. a 3 de setembro de 1778. fal. a 11 de julho de 1853, sem deixar successão. Era filho do 3.º conde do mesmo titulo *(V. o artigo antecedente)*. Succedeu na casa e no titulo, por morte de seu pae, em 17 de janeiro de 1792. Casou em 3 de fevereiro de 1813 com D. Maria de Patrocinio de Castro, filha dos 2.ºs condes de Rezende, D. José Luiz de Castro e D. Maria do Resgate de Noronha.

**Povolide** *(Luiz Vasques da Cunha de Athaide, 2.º conde de)*. Gentil homem da camara do infante D. Antonio, irmão de D. João V; 9.º senhor de Povolide, senhor da villa de Castro Verde, da aldeia de Paradella, dos morgados de Vidigueira, Athouguia, Goes e outros, e do padroado de Santa Maria de Traucoso; commendador de S. Cosme, de Gundar, e de Santa Maria de Montalvão, ambos na ordem de Christo, capitão de infantaria em 1735 d'um dos regimentos da côrte, deputado da Junta dos Trez Estados, e em 25 de agosto de 1749 presidente da Junta do Tabaco. Ignoram-se as datas do nascimento e fallecimento. Era filho dos 1.ºs condes de Povolide. Casou a 11 de dezembro de 1729 com sua prima D. Helena de Castello Branco, filha dos 3.ºs condes de Valladares.

**Povolide** *(Tristão da Cunha de Athaide e Mello, 1.º conde de)*. Commendador da ordem de Christo, 8.º senhor de Povolide, coronel de um dos regimentos das ordenanças de Lisboa, etc. N. em 1655 e fal. a 8 de agosto de 1722. Era filho de Luiz da Cunha e Athaide, 7.º senhor de Povolide, e commendador de S. Cosme de Gundar na ordem de Christo, e de sua mulher D. Guiomar de Abranches de Lencastro. Foi herdeiro da casa de seu tio, o conde de Pontêvel, Nuno da Cunha. Embarcou em 1683 na armada que foi a Turim buscar o duque de Saboya; serviu na guerra com o posto de mestre de campo do terço de Pinhel. Casou com D. Archangela Maria de Tavora, filha do 2.º conde de S. Vicente, Miguel Carlos de Tavora. O senhorio de Povolide foi instituido por carta régia de D. Affonso V, de 24 de julho de 1464. A mercê de conde de Povolide foi concedida por carta régia de D. João V, de 6 de janeiro de 1709. O brazão dos condes de Povolide é o seguinte: Em campo de ouro nove cunhas de azul, (de ferro) formadas e postas em trez palas, e as quinas de Portugal sobre uma orladura de prata.

**Povolide**. Pov. e freg. de S. Pedro, da prov. da Beira Alta, conc., com, distr. e bisp. de Vi-

zeu; 509 fog. e 2:190 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e fabricas de manteiga e de queijos. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada a 3 k. da margem direita do rio Dão. Os condes de Povolide, senhores d'esta freguezia, apresentavam o abbade, que tinha de rendimento, 600$000 réis. Foi villa, e el rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 17 d'abril de 1513. A pov. pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 14 com a séde em Santa Comba Dão.

**Povoraes.** Pov. na freg. de Santa Maria Maior e conc. de Goes, distr. de Coimbra.

**Povoral.** Povoações nas freguezias: S. João Baptista, de S. João das Lampas, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. Tem correio com serviço de posta rural. || S. Pedro da Cadeira, conc. de Torres Vedras, do mesmo distr. || N. S.ª das Neves, de Pousaflôres, conc. de Aneião, distr. de Leiria.

**Povos** Villa e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Extremadura, conc. e com. de Villa Franca de Xira, distr. e patriarc. de Lisboa. Está situada n'uma bonita planicie sobre a margem direita do rio Tejo, entre Castanheira e Villa Franca de Xira, passando-lhe pelo meio a estrada real, que conduz de Lisboa ás provincias do norte. A Casa do Infantado apresentava o prior, que tinha 600$000 réis de rendimento annual. Diz-se que foi fundada por Brigo, 4.º rei de Hespanha, 1898 annos antes de Christo, com o nome de Jerabrica ou Hierabrica, ou Gerabrica. Foi cidade muito floresceute no tempo do imperador Augusto Cesar; os arabes a destruiram em 317, ficando sómente de pé a fortaleza. Esteve deserta até 1194, data em que D. Sancho I a mandou povoar, dando-lhe foral, em Lisboa, com muitos e grandes privilegios, em janeiro de 1195, sendo este foral confirmado por D. Affonso II, em Santarem, em fevereiro de 1218. El-rei D. Manuel lhe deu foral novo, tambem em Santarem, no 1.º de junho de 1510. Os romanos construiram um forte e muito vasto castello, segundo uns, no alto onde depois se construiu o palacio dos condes da Castanheira, e segundo outros, onde depois se fundou o convento de frades capuchos de Santo Antonio. A terra é muito abundante d'aguas, que a tornam muito fertil em cereaes, vinho, azeite, fructas e legumes. Cria bastante gado, nos seus montes ha muita caça, e o rio Tejo lhe fornece peixe. Tem brazão d'armas representando um castello da sua côr, debaixo d'uma oliveira verde. A oliveira allude á abundancia d'estas arvores no sitio, e o castello a ter sido fortificada. O senhorio d'esta villa andou na familia dos condes da Castanheira até ao reinado de D. João IV, passando então para a Casa do Infantado. Tem Misericordia e hospital. Nas faldas dos montes, proximos da povoação, ha boas quintas com casas de campo No cume d'um d'estes montes está o templo do Senhor Jesus da Boa Morte, que foi a primeira matriz, com a invocação de *Santa Maria de Povos*. E' muito antigo, mas da primitiva edificação só existe a capella-mór, pois o corpo da egreja foi reconstruido nos principios do seculo XIX, e foi então que se mudou o antigo nome. Segundo a tradição, este templo já existia em 716, antes da invasão dos moiros. A villa pertence á 1.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res n.º 16, com a séde em Lisboa.

**Poya.** Pão, tributo que regulava de vinte pães, um. Era pago por quem fizesse forno para cozer pão para outros. O foral de Setubal fala d'este direito como sendo devido á ordem e mestrado da cavallaria de S. Thiago. O juiz da ordem era tambem o juiz dos forneiros.

**Poyares.** V. *Poiares*.

**Poyares** *(Fr. Pedro de)*. Religioso franciscano da provincia da Piedade, prégador e lente de Theologia no convento de S. Francisco, de Elvas, etc. Nasceu no logar de que tomou o appellido, no termo da villa de Barcellos, e fal. em Braga no anno de 1678. Escreveu: *Tratado panegyrico, em louvor da villa de Barcellos*, etc. Coimbra, 1672; *Diccionario Lusitanico Latino de nomes proprios de regiões, reinos, provincias, cidades, villas, castellos, logares, rios, mares, montes, fontes, ilhas, peninsulas, isthmos*, etc., *com o nome latino, dando a esse nome latino o vulgar que hoje tem*, Lisboa, 1667.

**Pozellinhos.** Pov. na freguezia de S. Martinho, de Avidos, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Praça.** Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Beduido, conc. de Estarreja, distr. de Aveiro. || O Salvador, de Bente, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Martinho, de Frazão, conc. de Paços de Ferreira, distr. do Porto. || Ilha de S. Jorge; N. S.ª das Neves, de Norte Grande, conc. de Vélas, distr. de Angra do Heroismo. || S. Pedro de Rates, conc. de Povoa de Varzim, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Pendilhe, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. || S. João Baptista, de Villa Cova á Coelheira, do mesmo conc. e distr. || Pov. do conc. de Pungo Andongo, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Praçaes.** Pov. na freg. de S. Domingos, de Cabril, conc. de Pampilhosa, distr. de Coimbra.

**Pracana.** Ribeira, que nasce proximo e a N E de Amendoa; banha S. Pedro do Esteval, e entra no Ocresa com côrca de 30 k., recebendo pela margem esquerda a pequena ribeira, que vem de Relva da Lauça.

**Pracana Cimeira e Pracana Fundeira** Duas povoações na freguezia de S. João Baptista, de Carvoeiro, conc. de Mação, distr. de Santarem.

**Pracana do Outeiro e Pracana da Ribeira** Duas povoações na freg. de N. S. d'Assumpção, de Cardigos, conc de Mação, distr. de Santarem.

**Praçarios.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Celavisa, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

**Pracinha** Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Gallegos, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga. || S. Gregorio, de Reguengo, conc e distr. de Portalegre.

**Prada.** Pov. na freg. de S. Miguel, de Villa Verde, conc. de Vinhaes, distr. de Bragança.

**Pradanta.** Pov. na freg de N. S.ª d'Assumpção, de S. Vicente da Beira, conc. e distr. de Castello Branco.

**Pradinho.** Pov. na freg. do Salvador, de Touraes, conc. de Ceia, distr. da Guarda.

**Prado** *(Companhia do Papel)*. Sociedade anonyma de responsabilidade limitada, constituida por escriptura publica de 10 de junho de 1875 e ampliada pela de 11 de setembro de 1889 publicada no Diario do Governo n.º 231 do 12 de outubro do mesmo anno. Proprietaria das fabricas Prado, Marianaia, Sobreirinho (em Thomar), Pe-

nedo, Casal d'Ermio (Lousã) Valle Maior (Albergaria-a Velha). Séde em Lisboa. Capital réis 360:000$000.

**Prado.** A familia d'este appellido, segundo Villas Bôas, na sua *Nobiliarchia Portugueza*, pag. 318, da edição de 1676, procede de D. Nuno Fruela, filho bastardo de D. Fruela, 2.º rei de Leão. Tem por armas: Em campo de ouro um leão preto, passante, ao pé d'um pinheiro verde, com raizes de prata; timbre, meio leão das armas.

**Prado** *(Francisco Leme do)*. Autor d'uma obra, que não chegou a imprimir se; são noticias d'uma viagem feita das minas de Matto Grosso até ás missões dos jesuitas hespanhoes, sendo elle quem fez essa viagem.

**Prado** *(D. Francisco de Sousa, 3.º conde do)* Foi o 1.º marquez das Minas, ficando desde então esse titulo pertencendo aos primogenitos d'esses fidalgos V. *Minas*.

**Prado** *(Fr. João de S. José)*. Religioso da ordem de S. Francisco, da provincia da Arrabida Era natural de Lisboa, mas ignoram se as datas do nascimento e fallecimento. Professou no convento de Alferrara a 19 de março de 1706. Foi mestre de cerimonias no convento de Mafra. Escreveu: *Instrucção ecclesiastica, ou modo pratico; cerimonias da missa resada, como cantada, com reflexões mysticas e moraes, não menos deleitaveis que uteis*, Lisboa, 1735; *Semana Santa, regulada com o uso da Santa Egreja Romana, e pratica dos escriptores modernos, e illustrada com reflexões moraes e mysticas*, Lisboa, 1737; *Monumento sacro, da fabrica e solemnissima sagração da santa basilica do real convento, que junto á villa de Mafra dedicou a Nossa Senhora e Santo Antonio a Majestade Augusta do maximo rei D. João V*, Lisboa, 1751; com tres estampas; *Cerimonial moderno da provincia da Arrabida, segundo o rito romano e seraphico*, etc., Lisboa, 1752.

**Prado** *(D. Luiz de Sousa, 2.º conde do)*. Senhor de Beringel, alcaide-mór de Beja, etc. Era filho de D. Luiz de Sousa e de sua segunda mulher D. Joanna de Sousa. Succedeu na casa de seu pae, e no titulo a seu bisavô, o 1.º conde de Prado D. Pedro de Sousa (V. o *artigo seguinte*). Em 1617 foi mandado por governador e capitão general do Brazil, onde se conservou até 1621. Depois foi governador do reino do Algarve e presidente do senado da camara de Lisboa. Estando em Madrid em 1640, quando se deu a guerra da Restauração, ali falleceu depois do anno de 1643, e não tendo successor renunciou a casa em favor de seu sobrinho D. Francisco de Sousa, a quem D. João IV concedeu o titulo de conde de Prado, e mais tarde recebeu o titulo de marquez das Minas.

**Prado** (*D. Pedro de Sousa, 1.º conde de*). Senhor de Beringel e do Prado, a duas legoas de Braga, alcaide-mór de Beja e de Alcacer do Sal, capitão d'Alcacer Ceguer e frouteiro d'Africa, etc. Era descendente de D. Martim Affonso Chichorro, filho bastardo de D. Affonso III e de D. Ignez Lourenço de Sousa, da nobilissima familia dos Sousas. Foi um dos mantenedores que D. João II escolheu para as justas no casamento do principe D. Affonso, seu filho. El rei D. Manuel o mandou por capitão-mór a Azamor em 1514, conseguindo a famosa entrada até ás portas de Marrocos D. João III, por decreto de 1 de janeiro de 1526, o agraciou com o titulo de conde do Prado. Casou tres vezes: a primeira com D. Maria Henriques, filha do regedor Fernão da Silveira e de D. Maria Henriques; a segunda com D. Margarida de Brito, filha de Estevão de Brito, alcaide-mór de Beja; e a terceira com D. Joanna de Mello, filha do dr. João Affonso de Aguiar, provedor de Evora. Só do 1.º matrimonio é que teve um filho, D. Francisco de Sousa. Ignoram se as datas do nascimento e do fallecimento, mas sabe-se que vivia ainda em 1569, já muito velho O seu brazão é o dos Sousas do Prado: Escudo esquartelado; no 1.º quartel as quinas do reino sem a orla dos castellos; no segundo, em campo de prata, um leão sanguinho que alguns trazem de prata com uma grinalda de flôres na cabeça.

**Prado.** Villa da prov. do Minho, conc. e com de Villa Verde, distr. e arceb. de Braga. Tem duas freguezias: Santa Maria, com 452 fog. e 1:816 hab., e S. Miguel, com 190 fog. e 751 hab. Tem est. post., escola do sexo masc., medico e pharmacia. Está situada n'uma planicie, junto d'um affluente do rio Cávado, a pequena distancia do mesmo rio, e a 6 k. da séde do concelho. Esta villa é tambem conhecida por *Ponte do Prado*. A mitra apresentava o reitor das duas freguezias, tendo o de Santa Maria 160$000 reis de congrua e o pé d'altar, e o de S. Miguel 550$000 reis de rendimento annual. Esta villa foi cabeça d'um concelho muito antigo, com camara, juiz e mais empregados, o qual se supprimiu em 24 de outubro de 1855. A villa de Prado foi fundada, ou reedificada, por D. Affonso III, que lhe deu foral em 1360, segundo diz o P. Carvalho da Costa, na sua *Chorographia*. Alguns escriptores pretendem que esta povoação já existia no tempo dos romanos, o que por certo se sabe é que passava por aqui a via militar de Braga a Astorga. A pouca distancia d'esta villa, e a 6 k. de Braga, se encontrou em 1730 parte d'um marco milliar, com os restos d'uma inscripção, illegivel por falta de muitas letras. Este marco milliar julga se que pertencesse á via militar, que pelo Prado ia a Ponte do Lima. Tanto na villa como nos seus arredores, teem se descoberto muitos vestigios de ter aqui existido uma povoação romana, sendo tijolos antiquissimos, sepulchros com vasos contendo cinzas, e outros objectos archeologicos. A primitiva, e então unica matriz d'esta villa, foi a egreja de S Thiago de Francellos, que depois se tornou capella particular. E' de pobre e singela architectura, denotando muita antiguidade. Os arredores da villa são muito aprazíveis, com bastante arvoredo, e muitas nascentes d'agua. O rio Cávado fornece bom peixe, e as suas margens, os campos e as collinas que o limitam são abundantes de caça grossa e miuda. A sua industria limita se á fabricação de teias de linho e estopa, e grande quantidade de telha e louça ordinaria de barro, que exporta em grande quantidade. As freguezias, que compunham o antigo concelho do Prado, fôram distribuidas pelos concelhos de Braga, Barcellos e Villa Verde. A 5 de fevereiro de 1827 deu-se aqui uma acção entre as tropas do general miguelista marquez de Chaves e as tropas liberaes. Vendo se vencido, o marquez de Chaves emigrou com os seus para Hespanha, onde entrou a 8 do mez de março seguinte. Em 15 d'abril de 1846 principiou aqui a revolta da *Maria da Fonte*, queimando-se n'esse dia as *pape-*

*letas dos Cabraes* (papeis da decima) e os livros onde se haviam de lançar as pedidas declarações. A casa onde então estava a administração do concelho tambem soffreu alguns prejuizos. Prado pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg de S. Lourenço, da prov. do Minho, conc. e com. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 124 fog. e 530 hab. Tem est. post., e dista 2 k. da séde do conc. O abbade de S. Paio apresentava o vigario, que tinha 30$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em todos os fructos do paiz, cria muito gado, e nos seus montes ha abundancia de caça. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. n.º 3. com a séde em Vianna do Castello. || Povoações nas freguezias: || N. S.ª da Purificação, de Alcanede, conc. e distr de Santarem. || O Salvador, de Aramenha, conc. do Marvão, distr. de Portalegre. || S. Pedro, de Britello, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Bartholomeu, de Campello, conc. de Baião, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção, de Cannas de Sabugosa, conc. de Toudella, distr. de Vizeu. || N. S.ª d'Assumpção e conc. de Ceia, distr. da Guarda. || S. Romão, de Corgo, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Salvador, de Fojo Lobal, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Miguel. de Fontoura, conc. de Valença, da mesmo distr. S. Paio, de Moledo, conc. de Caminha, do mesmo distr. || N. S.ª da Purificação, de Pena Verde, conc. de Aguiar da Beira, distr. da Guarda. || S. Martinho, de Seidões, conc. de Fafe, distr. de Braga. || Santo André, de Villa Boa de Quires, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto. || S. Cypriano e conc de V. N. da Cerveira, distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Varzea de Abrunhaes, conc. de Lamego, distr. de Vizeu. Tem correio com serviço de posta rural. || Rio do distr. de Braga, que nasce nas proximidades da villa de Prado, corre ao S e entra no Cávado com 7 k. de curso.

**Prado Gatão**. Pov. e freg. de Santa Izabel, da prov. de Traz-os Montes, conc. e com. de Miranda do Douro, distr. e bisp de Bragança. O reitor de Angueira apresentava o cura, que tinha 6$000 reis de congrua e o pé d'altar. Tem toral novo, dado por el-rei D. Manuel, em Santarem, no 1.º de junho do 1510. Esta freg. foi supprimida ha muitos annos, ficando annexa á de S. Miguel, de Palaçoulo.

**Prado e Lacerda** *(D. Francisco Maria de Sousa)*. Bispo dos Açôres. N. na Chamusca em 1 de janeiro de 1827, onde tambem fal. a 23 de dezembro de 1891. Desde muito novo revelou grande vocação para a vida ecclesiastica, fazendo a sua educação n'esse sentido. Elevado á dignidade de prior da Chamusca, ali se conservou muitos annos adquirindo as maiores sympathias. Foi depois sagrado bispo de Nilopolis e nomeado coadjutor e successor do bispo de Angra do Heroismo, D. João Maria do Amaral Pimentel, em 1886. Pelo fallecimento d'este prelado, entrou na posse da diocese dos Açôres, que governou perto de 36 annos com grande intelligencia. Visitou as ilhas de S. Jorge e de Santa Maria pastoralmente, sendo sempre recebido com as maiores provas de consideração e de respeito. Em abril de 1891 emprehendeu a sua visita pastoral á ilha de S. Miguel, mas no meio d'esta missão adoeceu gravemente, tendo de retirar-se pouco depois para Portugal, indo para a Chamusca, procurando restabelecer a sua saude perdida, respirando os ares patrios, o que não pôde conseguir, e ali falleceu com 64 annos de edade.

**Prado da Selva** *(D. Maria Thereza Emilia d'Almeida Quadros Sousa Lencastre Fonseca Saldanha e Albuquerque, condessa do)*. N. a 14 de julho de 1852 e fal. em Tavira, a 22 de setembro de 1875. Era filha do 2.º conde de Tavarede, Francisco d'Almada Quadros Sousa e Lencastre, e de sua mulher, D. Eugenia de Saldanha Oliveira e Daun. Casou em 1880 com Joaquim Pedro Tavares de Sousa e Andrade, fidalgo da Casa Real, filho do visconde da Capellinha, legitimado por alvará de 31 de outubro de 1855. O titulo foi concedido por decreto de 21 de dezembro de 1853. O brazão d'armas é o dos Tavares: Em campo de ouro cinco estrellas de vermelho, de seis pontas cada uma, em aspa. Timbre, meio cavallo selado, de côr sanguinha, com freio de ouro.

**Prados**. Pov. e freg. de N. S.ª d'Assumpção, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Celorico da Beira, distr. e bisp. da Guarda; 150 fog. e 513 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 9 k. da séde do conc. A mitra apresentava o prior, que tinha 150$000 reis de rendimento annual. A terra é pouco fertil em cereaes e fructos, mas cria gado de toda a qualidade. || Pov. nas fregs: Santa Eulalia, de Barrosas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || N. S.ª d'Assumpção *(sé)* e conc. de Lamego, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Moreira, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Conceição, de Panoias, conc e distr. da Guarda. || S. Miguel, de Rio de Gallinhas, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto || S. Pelagio, de Rua, conc. de Moimenta da Beira, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Travanca, conc. de Amarante, distr. do Porto.

**Pragaes**. Pov. na freg. de S. Pedro e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria.

**Pragal**. Pov. na freg. de S. Thiago e conc. do Almada, distr. de Lisboa.

**Praganã**. Sub divisão administrativa, especie de provincia ou districto, na India Portugueza.

**Pragança**. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Lamas, conc. de Cadaval, distr. de Lisboa. Tem caixa postal. A léste da pov. ha as penhas das Lapas, onde estacionaram diversas civilisações prehistoricas. || N. S.ª d'Annunciação e conc. da Lourinhã, do mesmo districto.

**Pragmatica**. Lei indumentaria e sumptuaria. Collecção de formulas ou de leis que regulam os actos e cerimonias da côrte e da egreja. Antigamente dizia-se do toda a lei, que não fôsse decreto ou ordenança real. As primeiras pragmaticas encontram-se nas *Ordenações*. Ha varias pragmaticas que constituem *Leis Extravagantes*, por estarem fóra das Ordenações. O luxo desmedido tornou-se muito notavel em Portugal, desde os primeiros annos da monarchia, tanto nos vestuarios como no mobiliario e equipagens, vendo se muitas pessoas luxuosamente trajando e com casas sumptuosas, que não lhes permittiam os seus recursos nem as suas posições na sociedade, não sendo raro os burguezes, pelo seu trajar, imitarem os fidalgos, o que então se contava como abuso inqualificavel. Alguns monarchas quizeram acabar com esses excessos que chegavam a arruinar muitas familias, excessos que mais se evidenciaram ainda nos seculos XVI a XVIII. Foi D. Pedro

I, segundo parece, que promulgou a primeira pragmatica contra o luxo, prohibindo-o, e applicando castigos rigorosos aos que d'elle abusassem. (V. *Luxo*, *Portugal*, vol. IV, pag. 594). A ultima pragmatica que se publicou, e a mais celebre de todas, que abrangia tambem os titulos e tratamentos, foi promulgada por D. João V a 28 de maio de 1749, tendo artigos muito curiosos, a qual, por ser muito extensa, não a transcrevemos do livro onde a vimos inserta: *Collecção das leis, decretos e alvarás*, etc., publicado em 1797, de pag 1 a 13. No mesmo livro se encontra um alvará, datado de 20 de setembro do mesmo anno de 1749, que modifica um pouco as imposições da pragmatica anterior. Outro alvará, já de D. José I, com a data de 27 d'abril de 1751, modificou muito a lei pragmatica de 24 de maio de 1 49. Desde então, não consta que os monarchas se occupassem mais d'este assumpto.

**Pragosa**. Povoações nas freguezias: S. João Baptista e conc. de Porto de Moz, distr. de Leiria. || N. S.ª da Graça, da Torre de Valle de Todos, conc. de Ancião, do mesmo districto.

**Praia**. Cidade-capital da ilha de S. Thiago, archipelago e prov. do Cabo Verde, Africa Occidental. Freguezia de N S.ª da Graça. Está edificada ao fundo da bahia ou porto da ilha, na planura d'um monte basaltico cortado a prumo, n'uma attitude de 28m, 28. Os contornos da cidade são tristonhos e aridos, mas os arrabaldes são lindos e pittorescos, cheios de vegetação. Um rochedo perpendicular serve de pedestal á cidade pelo lado de S, e vae a rodeando e acastellando pelos dois lados de E e O, por onde a cercam dois valles que vão reunir-se ao N junto da encosta que sobe para a cidade, de fórma que esta é muito limitada em extensão, e está cercada por grandes quebradas ás quaes se sobrepõe. Os dois valles que correm ao sopé da rocha são ambos fertilissimos, bem regados, arborisados de palmeiras, tamarindeiros, laranjeiras e outras arvores de fructo, e chamam se: o de O, a Varzea da Companhia, por ter tido ali uma casa a antiga companhia do exclusivo da costa d'Africa; e o do lado de E, Varzea da Trindade, do nome d'uma ribeira que corre ali incessantemente. Ambas desembocam do lado do mar nas praias Negra e Grande. Da eminencia em que está edificada, a cidade da Praia está em communicação immediata com as aguas do porto pelo lado de S O; fazendo se o desembarque pela ponte-caes da alfandega. A cidade da Praia é regular mas pequena. Tem ruas regulares, alinhadas e bem calçadas. Os edificios mais notaveis são o palacio do governador, o edificio das repartições publicas, a casa da camara, o quartel, o hospital, a alfandega, o edificio das escolas, da bibliotheca e do museu, etc. Afastado da cidade, e em local proprio, ha um lazareto com dependencias para beneficiação de bagagens. A unica fortificação da cidade é uma bateria voltada para o porto, sem valor militar. Tem sido grande o desenvolvimento, os melhoramentos e as transformações por que tem passado esta cidade, que antes de ser destinada a capital da ilha, era uma aldeola de palhotas immundas, cercadas de pantanos que se teem estancado n'uma parte consideravel com grande utilidade, conseguindo se assim levar uma salubridade relativa a um ponto que gozava da fama de muito pouco saudavel. Nos arredores da cidade ha grandes fazendas agricolas. Como capital da provincia, a cidade da Praia é a séde do governo geral e das principaes autoridades; é tambem a séde da comarca de Sotavento. Fórma uma só freguezia, composta de numerosas povoações. E' egualmente séde d'um dos dois concelhos em que a ilha se divide. Tem agencias bancarias, associações de bombeiros voluntarios, caixa economica dos funccionarios do Estado, escolas municipaes, e particulares, guarnição militar, companhia da policia indigena, corpo consular (França, Grecia, Dinamarca, Hespanha, Inglaterra, Uruguay, Brasil e Perú), estação postal, hotel, Imprensa Nacional, observatorio meteorologico, policia civil, fabrica a vapor de sabonetes e perfumarias, etc. E' capital da provincia e da ilha desde 1762. A insalubridade do local onde se erguia a antiga capital, Ribeira Grande, que caiu em ruinas, levou a população a procurar logar mais proprio para se estabelecer, além de que a transferencia foi ordenada pelo marquez de Pombal. || Concelho da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Abrange a parte S e a mais importante da ilha, e comprehende as seguintes freguezias: N. S.ª da Graça, S. Lourenço dos Orgãos, S. Nicolau Tolentino, S. Salvador, S. Thiago Maior, N. S.ª da Luz, da ilha de Maio, Santissimo Nome de Jesus, N. S.ª da Luz e S. João Baptista. O solo é fertilissimo e apto para varias culturas, embora pouco aproveitado. Produz facilmente café, canna saccharina, milho, feijão, batata doce, mandioca, algodão, anil e tabaco. E' sobretudo importantissima a cultura da purgueira, que, não só n'este concelho como em toda a ilha e ainda em toda a provincia, constitue uma fonte importante de receita pela exportação d'este producto agricola. A riqueza pecuaria do concelho é tambem consideravel. A mais importante povoação do concelho, cuja creação se diz ser anterior a 1652, é a cidade da Praia, capital de toda a provincia de Cabo Verde, e n'elle ainda se vêem as ruinas da Ribeira Grande, antiga capital da ilha Tem feiras em Santa Cathariua, Picos e Orgãos, ao domingo. Em S. Thiago, S. Domingos e Figueira das Naus, ás quintas-feiras. Na Praia, feira de gado tambem á quinta-feira. || Porto da ilha de S. Thiago, no archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está situado na costa S da ilha, e é o porto principal d'esta e o mais frequentado pelo commercio de todas as nações para refrescos e aguadas de navios. Fica entre a ponte das Bicudas e o ilhéo de Santa Maria, visinhos á ponta da Temerosa, aberto a S E, abrigado de todos os ventos, excepto dos d'este rumo, e com fundeadouro limpo e seguro no tempo das brisas, perigoso e de levante no tempo das aguas. Ao fundo do porto ou bahia, sobre a planura d'um muro cortado a prumo, levanta se a cidade da Praia, capital da ilha e de toda a provincia do Cabo Verde. O porto tem duas praias: Praia Grande ou da Alfandega, onde ha um caes para embarque, e Praia Negra, á entrada da Bahia, a E. Na ponta da Temerosa ha um pharol denominado de Maria Pia. || Pequena bahia situada na costa E da ilha Graciosa, Açôres. E' pequena e pouco abrigada, e n'ella está edificada a villa da Praia da Graciosa. || Ilhéo fronteiro á costa E da ilha Graciosa, Açôres. || Povoações nas freguezias: S. Pedro, de Buarcos, conc. de Figueira da

Foz, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Cesar, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro. || N. S.ª da Conceição, de Conceição, conc. de Tavora, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Paio de Pelle, conc. de V. N. da Barquinha, distr. de Santarem. || Ilha da Madeira; Santissima Trindade, de Taboa, conc. de Ponta do Sol, distr. do Funchal. || S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra || N. S.ª dos Milagres, de Vieira, conc. e distr. de Leiria. || Ilha de Santa Maria; N. S.ª d'Assumpção e conc. de Villa do Porto, distr. de Ponta Delgada. || Santo André, conc. de S. Thiago do Cacem, distr. de Lisboa.

**Praia Abaixo** Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, ilha de S. Thiago, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Praia do Almoxarife** Freg. de N. S.ª da Graça, do conc., com. e distr de Horta, bisp. de Angra do Heroismo, na ilha de Faial, Açôres. Está situada á beira mar, em terreno plano e aprazivel, na costa E. a 3 k. da séde do conc. Na egreja de N. S.ª da Graça ha uma imagem de Christo, que é de muita devoção para os povos d'aquelles sitios A terra é fertil em cereaes e laranjas. Tem escolas e est. post. Pertence ao commando militar dos Açôres e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

**Praia Armador.** Pequena enseada na costa N. da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Tambem é conhecida pela denominação de *Praia Preta do Campo Armador*, do nome d'um morro que se levanta no extremo da praia, a 60 m. d'altitude, e d'onde se goza um surprehendente ponto de vista.

**Praia do Baleal.** Pov. na freg. de S. Leonardo, de Athouguia da Baleia, conc. de Peniche, distr. de Leiria. Tem correio durante a epoca balnear.

**Praia Branca.** Pequena bahia na costa NO da ilha de S. Nicolau, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental. Só dá accesso a barcos de pequena lotação. || Pequena pov. situada na costa NO da ilha de S. Nicolau, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental Está comprehendida na freg. de N. S.ª da Lapa das Queimadas, do conc. da ilha de S. Nicolau, e assenta no littoral da pequena bahia do mesmo nome, abrigada pelo Monte Gordo, o mais elevado de toda a ilha. Tem generos agricolas.

**Praia das Burras.** Enseada situada na costa N da ilha do Principe, Africa Occidental. Fica em frente dos ilhéos dos Mosteiros, e tem fundeadouro apenas de levante, com bom fundo a 1 k. de distancia.

**Praia de Calaboyo.** Enseada situada na costa O da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

**Praia do Carvoeiro.** Pov. na freg. de N. S.ª da Luz e conc. de Lagôa, distr. de Faro. Tem correio com serviço de posta rural.

**Praia da Chave.** Praia da bahia de Sal Rei, na ilha da Boa Vista, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fica fronteira ao ilhéo fortificado na entrada da mesma bahia

**Praia da Costa de Mira.** Pov. na freg. de N S.ª do Amparo e conc. de Mira, distr. de Coimbra.

**Praia do Furadouro.** Pov. e freg. de S. Christovão e conc. de Ovar, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

**Praia Giga.** Enseada situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. E' pequena e fica entre a ponta Lebre e o morro do Campo ou Amador.

**Praia Gonçalves.** Pov. da freg. de N. S.ª da Luz, na ilha de Maio, conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Praia da Graciosa.** Villa e freg. de S. Matheus, da ilha da Graciosa, conc. de Santa Cruz da Graciosa, com. da referida ilha, distr. e bisp. de Angra do Heroismo; 539 fog. e 1:588 hab. Tem esc. d'ambos os sexos, est. post. e telegr., medico, philarmonica, Misericordia, agencia da companhia de seguros *Fidelidade*, *Club Recreio Praiense*, philarmonicas: *União Praiense* e *Bival*; vice-cousules dos Estados Unidos da America do Norte, e dos Estados Unidos do Brazil. A villa está situada a E da ilha Graciosa, á beira-mar, e foi elevada á categoria de villa em 1546. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. V. *Santa Cruz.*

**Praia Grande.** Bahia da peninsula de Macau, Asia. Está separada das enseadas do Mainato e do Bispo pelas restingas do Bom Parto, e em 1874 passou sobre ella um violentissimo tufão, que destruiu muitas das casas edificadas ao longo d'ella. || Bahia situada na costa O da ilha do Principe, Africa Occidental. E' a mais vasta da ilha e a mais frequentada por navios de guerra que só querem fazer aguada. E' majestosa e segura, aberta a N E, entre o Pico Padrim ao N e o Focinho do Cão a OSO, medindo quasi 5 k de bocca e mais de 3 de reconcavo, com fundo de areia fina de 15 a 30 m.; abrigada de todos os ventos menos do de NO, que raras vezes é tempestuoso n'aquellas paragens. Cabem n'esta bella enseada as maiores esquadras, offerecendo tambem a costa interior varios desembarcadouros seguros em toda a extensão das suas praias. Tambem é chamada *Bahia das Agulhas*, porque a sua ponta O, a mais occidental da ilha, tem no mar uma grande pedra chamada *Pedra das Agulhas*. O logar é bastante saudavel, mas pouco povoado. || Praia situada na costa N da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Não se póde ali desembarcar. Tem muros muito altos e escarpados, assentando em rochas soltas.

**Praia Grande de Macau** *(Isidoro Francisco de Guimarães, visconde da).* Vice-almirante reformado, ministro de Estado, gran cruz da ordem de Aviz, commendador da Torre e Espada gran-cruz das ordens estrangeiras: Merito Naval e Carlos III, de Hespanha; da Roza, do Brazil; Elephante Branco, de Sião; Medjedié, da Turquia; grande official de S. Mauricio e S. Lazaro, de Italia; condecorado com a medalha n.º 9 das campanhas da Liberdade, etc. N. em Lisboa a 29 de abril de 1808, onde tambem fal. a 17 de janeiro da 1882. Era filho de Isidoro Francisco Guimarães, chefe de esquadra da armada real, commendador da ordem de Aviz, etc., e de sua mulher D. Maria Gertrudes Ferreira Souto. Matriculou-se na Academia Real de Marinha, e tendo terminado o curso, estudou na Universidade de Coimbra Philosophia e Mathematica, sendo premiado nos dois primeiros annos. Em 4 de dezembro de 1826 assentou praça de voluntario no batalhão academico de Coimbra, no qual fez as campanhas da Beira Baixa n'esse anno, em 1827 e 1828, tendo afinal, quan-

do o infante D. Miguel tomou conta do governo do reino, de emigrar para a Galliza. Na Catalunha embarcou para Inglaterra em agosto de 1828, com parte de outros emigrados, entre os quaes estava tambem seu pae. A 13 de dezembro d'esse anno, passou para a marinha e conservando-se no deposito de emigrados de Plymouth, partiu em 1832 de Inglaterra para a ilha Terceira, ás ordeus do capitão Rozemberg, official encarregado de preparar a expedição dos Açôres para o continente. Acompanhando depois o exercito libertador ás costas de Portugal, distinguiu-se na acção de 29 de julho pela sua bravura. Depois de ter na corveta *Regencia* figurado vantajosamente ao lado dos destemidos marinheiros, embarcou tambem na corveta *Portuense*, tomando parte na expedição que foi conduzir ao Algarve a divisão do duque da Terceira. No combate naval de 5 de julho de 1833, em que ficou prisioneira a esquadra de D. Miguel, tornou se credor dos mais alevantados elogios, pela sua coragem e intrepidez. Por essa razão foi condecorado com a fita de *distincção*, nomeado cavalleiro da Torre e Espada, e 1.º tenente por distincção em combate. Commandou depois a fragata *Maria Cardoso*, apresada na batalha do Cabo de S. Vicente, e em seguida veiu na *Elisa* cruzar na costa do Algarve, fazendo ainda com este ultimo navio parte do bloqueio da Figueira, e assistiudo á tomada de Caminha, Valença e Vianna do Castello. Apezar de ter findado a lucta ainda foi cruzar nas aguas do Porto, Lisboa, Algarve e ilhas, fazendo ainda depois uma viagem a Bissau e Cabo Verde. Além dos referidos navios, commandou a corveta *D João I*, os brigues *D. Pedro*, *Douro*, *Audaz* e *Mondego*, o brigue escuna *Furo*, escunas *Algarve* e *Amelia*, ainda outra escuna, sueca, persa, e commandou muitos annos a estação naval de Macau. N'esses diversos navios fez viagens e estações em Africa, America do Sul e mares da China. Foi promovido a 2.º tenente em 4 de abril de 1833 por distincção; a 1.º tenente em 15 de março de 1834; a capitão-tenente em 15 de fevereiro de 1844, e achando-se n'este posto foi por decreto de 13 de setembro de 1851, nomeado governador da provincia de Macau, e por isso supranumerario promovido a capitão de fragata, em 26 de novembro do mesmo anno, sendo considerado tal, no respectivo quadro em 29 de outubro de 1851. Era difficil governar Macau, depois dos successos que anteriormente se tinham dado, mas com tal prudencia e tacto se houve em tão delicada commissão, que conservou aquelle importante cargo durante 12 annos. No emtanto fôra promovido a capitão de mar e guerra supranumerario em 27 de janeiro de 1857 e considerado tal no quadro em 15 de dezembro de 1863. Os serviços prestados em Macau fôram considerados com o officialato e a commenda da Torre e Espada, e com o titulo de visconde da Praia Grande de Macau, por decreto de 11 de dezembro de 1862. Em 1868 foi graduado em contra almirante por decreto de 5 de fevereiro, e promovido á effectividade d'esse posto em 10 de outubro de 1873. Como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario celebrou os tratados com Sião, Japão e China. Foi inspector do arsenal da marinha de 1853 a 1869, sendo ao mesmo tempo ministro da marinha de 1865 a 1868, e ministro da guerra de setembro de 1865 a maio de 1866, deputado nas legislaturas de 1854 a 1868; par do reino nomeado em 1872, presidente supplementar da camara dos pares, vice-presidente da junta consultiva do ultramar, e ajudante de campo d'el-rei D. Luiz I, director geral da marinha, cargo que exerceu alguns annos. Em 11 de janeiro de 1883, poucos dias antes de fallecer, foi reformado no posto de vice-almirante. Casou em 1860 com D. Genoveva Rosa de Almeida Loureiro, filha de Pedro José da Silva Loureiro, official de marinha e capitão do porto de Macau, e de sua mulher D. Anna Rosa d'Almeida Escreveu: *Relatorio da missão extraordinaria de Portugal a Siam, de que foi encarregado, como ministro plenipotenciario de sua majestade fidelissima, o conselheiro Isidoro Francisco Guimarães, governador geral de Macau*, etc., Lisboa, 1859.

**Praia do Ió Grande.** Abra situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Desagua n'ella um rio que corre na freguezia dos Angolares, e que tem o mesmo nome da praia, mas que é inacessivel por causa da resaca.

**Praia Ladrão.** Situada nas proximidades da prov. e ancoradouro principal da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Os navios vão ali fazer aguada, e d'aquella praia é levada a agua para a povoação.

**Praia Lagarto.** Enseada situada na costa N da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Na praia, toda de areia, desemboca o rio de Mello. A ponta de S. José separa-a do porto da cidade. O rio da Praia Lagarto pertence á freguezia de Santo Amaro, e serve de limite entre ella e a da Conceição, cidade de S Thomé, da parte do mar.

**Praia Lança.** Enseada situada na costa O da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Fica a cêrca de 9 k. do ilhéo Macaco. Os angolares fabricam sal na praia d'esta enseada, onde ha uma grande ribeira. ‖ Pico da ilha de S. Thomé, Africa Occidental, situado a SO da ilha, proximo da praia do mesmo nome; é alto e agudo.

**Praia das Maçãs.** Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, de Collares, conc. de Cintra, distr. de Lisboa. E' um sitio muito pittoresco e aprazivel, com restaurante e corrcio com serviço de posta rural. E' muito concorrida de banhistas, e hoje um passeio predilecto, principalmente aos domingos. Acha-se ligada á séde do concelho e est do cam. de ferro de Cintra por uma linha de tramways electricos.

**Praia Martim Mendes.** Praia situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Desagua n'ella uma ribeira, que corre na freg. dos Angolares, e em cuja foz ha uma cataracta, onde em 1800 esteve em gerigo o chorographo Cunha Mattos, quando quiz observar de perto a queda d'agua.

**Praia dos Mastros.** Pequena ponte situada na costa N da ilha de Santa Luzia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Praia Melão.** Enseada situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Tem uma ribeira cuja agua não passa por potavel, attribuindo-se a sua má qualidade á sua passagem por entre mangues.

**Praia da Memoria.** Pov. da freg. do Mindello, que antigamente se chamava *Arnosa de Pampelido*. V. *Portugal*, vol. I, pag. 723

**Praia de Mincondó.** Praia situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

**Praia e Monforte** (*Antonio Borges Medeiros Dias da Camara e Sousa, 2.º visconde da Villa da Praia, 1.º conde e 1.º marquez da*). Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, bacharel formado em Philosophia pela Universidade de Coimbra, par do reino, tomando posse na respectiva camara na sessão de 31 de março de 1876, etc. N. a 23 de janeiro de 1829, sendo filho do 1.º visconde da Villa da Praia, Duarte Borges da Camara e Medeiros, e de sua mulher D. Anna Theodora Borges do Canto e Medeiros. Casou a 3 de março de 1859 com sua prima D. Maria José Coutinho Maldonado d'Albergaria Freire, filha unica e herdeira dos 1.os viscondes de Monforte, Luiz Coutinho d'Albergaria Freire e D. Anna de Brito Mozinho. O titulo de visconde da Villa da Praia foi renovado por decreto de 30 de setembro de 1875, e o de conde da Praia e Monforte de 9 de julho de 1881, sendo mais tarde elevado a marquez do mesmo titulo.

**Praia e Monforte** (*Duarte Borges Coutinho de Medeiros Sousa Dias da Camara, marquez da*). Moço fidalgo e official-mór honorario da Casa Real, par do reino, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, etc. N. a 22 de julho de 1861, fal. a 25 de julho de 1907. Era filho do marquez do mesmo titulo (*V. o artigo antecedente*), e fôra agraciado tambem ha annos com aquella nobre distincção e com o pariato a 20 d'abril de 1896.

**Praia Morrão dos Castellos**. Situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental.

**Praia Negra**. Pov. na freg. de N. S.ª da Graça, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Praia do Norte**. Pov. e freg. de N. S.ª das Dores; da ilha do Fayal, Açôres, conc., com. e distr. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo; 155 fog. e 651 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está situada na costa N da ilha, a 23 k. da séde do conc. E' fertil em cereaes, vinho e em pesca. Foi entre a Praia do Norte e a freg. do Capello que correram para o mar as lavas da erupção de 1672, a ultima, até hoje, na ilha de Fayal, n'uma largura de 274 m., arrazando os fertilissimos campos por onde passaram. Pertence ao ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo.

**Praia Pae**. Enseada situada na costa E da ilha do Principe, Africa Occidental. E' uma bella abra dentro da bahia do Santo Antonio, entre a ponta do Capitão e o ilhéo de Sant'Anna, onde os navios pódem fazer aguada e provêr se de mantimentos.

**Praia da Pena**. Praia situada proximo da pov principal e ancoradouro da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Fornece a aguada aos navios e á capital da ilha, que tem pouca.

**Praia Pequena**. Pequena abra situada na costa E da ilha do Principe, Africa Occidental. Fica dentro da bahia de Santo Antonio, do lado S, entre a ponta da Praia Salgada e a ponta da Mina, e é uma pequena calheta abrigada de todos os ventos, só aberta ao N, de cujo vento a amparam os montes fronteiros. || Praia situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Tem um regato.

**Praia Pipa**. Enseada situada na costa O da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. Fica-lhe defronte, quasi cingido com a terra, o *ilhéo Macaco*. Fica por esta altura o agudo pico da Praia Lança.

**Praia Pomba**. Pequena enseada situada na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental Tambem é chamada *Praia das Pombas*.

**Praia de Quarteira**. Pov. na freg. de S. Sebastião, de Boliqueime, conc de Loulé, distr. de Faro.

**Praia Rei**. Pequena enseada situada na costa E da ilha de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Tem uma ribeira e fica-lhe nas immediações uma fazenda que é notavel pela sua producção de café. A ribeira é chamada *Ribeira Funda*. A praia começa na restinga da Agulha Abbade, e o mar quebra ali com grande força. Póde abrigar balandras ou palhabotes.

**Praia Ribeira**. Praia situada na costa E da ilha de S. Thomé, prov. de S. Thomé e Principe, Africa Occidental. Fica proximo da Praia Morrão dos Castellos, e desagua n'ella o rio da Praia Ribeira, que separa a freg. dos Angolares da de Saut'Anna.

**Praia da Rocha**. Pov. da freg. de N. S.ª da Conceição e conc. de V. N. de Portimão, distr. de Faro.

**Praia da Salema** Pov. na freg. de S. Sebastião, de Budens, conc. de Villa do Bispo, distr. de Faro.

**Praia Salgada**. Cabo situado na costa E da ilha do Principe, Africa Occidental. Separa as bahias de Santo Antonio e da Praia Salgada, limitando aquella pelo S e esta pelo N. || Bahia situada na costa E da ilha do Principe, Africa Occidental. E' uma boa abra aberta a N E, entre a ponta do mesmo nome e a ponta Abbade ou de Santo Antonio, e a mais oriental da ilha. E' tão visinha da bahia de Santo Antonio ou da cidade, que póde ser considerada o seu extremo S. Tem na entrada a largura de 6 k., tornando-se mais espaçosa para o interior, com excellente fundo e muito commoda para fazer aguada. Foi na Praia Salgada que desembarcaram em 1706 e 1799 as tropas francezas, quando invadiram a ilha.

**Praia Santa**. Pequeno porto da ilha do Fogo, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. E' apenas accidentalmente frequentado.

**Praia de Santa Luzia**. Pov da freg. de S. Thiago e conc. de Tavira, distr. de Faro.

**Praia dos Santos**. Ilha de S. Miguel, Açôres; pov. na freg. de S. Roque, do Rosto do Cão, conc. e distr. de Ponta Delgada.

**Praia da Sardinha**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Buarcos, conc. de Figueira da Foz, distr. de Coimbra. Tem est. postal

**Praia da Victoria** (*Jacome de Bruges Ornellas de Avila Paim da Camara Ponce de Leão Homem da Costa Noronha Borges de Sousa e Saavedra, conde da*). V. *Villa da Praia da Victoria, conde da*).

**Praia da Victoria**. V. *Villa da Praia da Victoria*.

**Praia Vieira**. Pov. na freg. de N. S.ª dos Milagres, do Vieira, conc. e distr. de Leiria. Tem correio com serviço de posta rural.

**Praião**. Cabo situado na costa E da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. E' baixo e extenso, saindo muito ao mar.

**Praias**. Povoações nas freguezias: S. João Ba-

ptista e conc. de Alcochete, distr. de Lisboa. || S. Sebastião e conc. de Setubal, do mesmo distr. || S. Romão, de Carnaxide, conc. de Oeiras, do mesmo distr || Ponta situada na costa N da ilha de S. Miguel, Açôres. Fica a NO da Ribeira Grande.

**Prainha**. Ilha do Pico, Açôres. Pov. e freg. de N. S.ª d'Ajuda, conc. de S. Roque do Pico, com. da mesma ilha, distr. da Horta, bisp. de Angra do Heroismo. 386 fog. e 1:414 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Está bem situada á beira-mar, em terreno quasi plano, na costa N, a 15 k. da séde do conc. E' fertil em cereaes e vinho, e cria bastante gado. Pertence ao commando mil. dos Açôres, e ao distr. de recrut. e res. n.º 25, com a séde em Angra do Heroismo. Em 1572 rebentou um vulcão n'uma serra proximo d'esta freg., e a lava correu para o mar n'uma extensão de 10 k. e n'um leito de quasi 3 de largura. N'esta serra ha uma bella e profunda lagôa conhecida pelo nome de *Caiado*. || Ponta situada na costa O da ilha de S. Thomé, Africa Occidental. E' rasa e coberta de coqueiros. Tem adjacente uma fazenda bem cultivada e com boa agua. || Pequena ponta situada na costa N da ilha do Pico, Açôres. || Ilhéos situados a NE da ilha do Pico, Açôres.

**Prainha de Cima**. Ilha do Pico; pov. na freg. de N. S.ª d'Ajuda, de Prainha, conc. de S. Roque do Pico, distr. da Horta, Açôres. Cria gado e é fertil em cereaes.

**Prainha do Galeão**. Ilha do Pico, Açôres; pov. da freg. de S. Matheus, conc. da Magdalena, distr. de Horta. Está situada á beira-mar na costa S. Tem a ermida de S. Caetano.

**Prainhas**. Porto situado na costa SO da ilha de Bolama, archipelago de Bijagoz, prov. da Guiné, Africa Occidental. E' um excellente e seguro ancoradouro, excepto no tempo das trovoadas. A configuração da costa toma ali a acção das correntes quasi nulla, porque as dirige mais para E, e, por isso, comquanto as marés subam a grande altura, o mar é sempre chão, e facil o embarque e o desembarque.

**Praizal**. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Abbedim, conc. de Monsão. distr. de Vianna do Castello. || S. Pedro, de Castello Mendo, conc. de Almeida, distr. da Guarda || S. Thiago, de Fonte Arcada, conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Pranteadeiras, Choradeiras,** ou **Carpideiras**. Mulheres alugadas a preços estabelecidos, e cuja obrigação era, estarem a chorar ao pé dos defuntos até serem enterrados. As pranteadeiras existiam na nossa peninsula desde o tempo dos antigos lusitanos. No reinado de D. João I, o senado da camara de Lisboa supprimiu as pranteadeiras, e por essa occasião outros abusos. Depois fôram pouco a pouco desapparecendo do resto de Portugal.

**Prata** (*D. Maria Adelaide Fernandes*). Escriptora e poetisa. N. no Porto em 1826, e fal. em Lisboa em março de 1881. Escreveu: *Poesias offerecidas ás senhoras portuenses;* Porto, sem data de impressão; *O Filho de Deus*, Porto, 1863; *Fingal, poema em seis cantos, vertido de Ossian, seguido de duas cartas á autora pelos poetas Pinto Ribeiro e Sousa Viterbo*, Porto, 1867.

**Prata**. Pov. do sobado de Casongo, na delegação do Chiavala, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental. || Grande canal da prov. pe Macau, Asia. Corre entre as ilhas Macarira ou de D. João e de Tai-Vong-Cam ou da Montanha.

**Pratas**. Pov. na freg. de N. S.ª da Esperança, conc. de Arronches, distr. de Portalegre.

**Prazeres** (*Fr. Antonio dos*). Monge da ordem de S. Bernardo, no convento d'Alcobaça, que viveu no seculo XVIII. Deixou varias composições religiosas, das quaes existem algumas na Bibliotheca Nacional de Lisboa, na maior parte autographas, firmadas com o seu nome, ou simplesmente com as iniciaes Fr. A. P. Uma tem a data de 1792 e outra a de 1793.

**Prazeres** (*Fr. Antonio dos*). Religioso dominicano da ordem dos prégadores. Era filho de Lourenço Mendonça, 3.º conde de Valle de Reis. Entrou muito novo para a ordem dos prégadores no convento de Gôa. Foi commissario e visitador geral da sua religião em Timor e Solor, e vigario geral do bispo de Malaca no reino de Sião. Das noticias que colheu durante a sua longa residencia n'esse paiz, escreveu uma obra, que não chegou a imprimir-se, intitulada: *Epitome historico e noticia breve do estado presente do reino de Sião com a verdadeira situação, districto e disposição das terras.*

**Prazeres** (*Fr. João dos*). Monge da ordem de S. Bento, chronista geral da sua congregação, etc. N. no Porto a 31 de agosto de 1648, fal. no convento de Cucujães a 4 de março de 1709. Professou no convento de Tibães em 1662, estudou n'esse e em outros conventos. Foi prégador muito apreciado no seu tempo. Alguns annos antes de fallecer, tinha endoidecido. Escreveu: *O Principe dos patriarchas S. Bento; primeiro tomo da sua vida, discursada em empresas politicas e moraes*, Lisboa, 1683; com um frontispicio de gravura, e grande numero de estampas interculadas no texto; *Tomo II, 1690*; ficou esta obra incompleta, havendo mais dois tomos em manuscripto que dizem, se perderam por morte do seu autor; *Abecedario real, e regia instrucção de Principes Lusitanos, composto de sessenta e tres discursos politicos e moraes*, Lisboa, 1692; *Epitome da admiravel vida de Santa Gertrudes a Magna; na qual se resume o principio de sua virtude, e progresso de sua santidade*; Lisboa, 1696; com um retrato da santa.

**Prazeres** (*Fr. João dos*). Religioso franciscano da provincia de Portugal, commissario geral da Terra Santa, etc. Escreveu: *Fiel copia das relações que a santa Custodia da Terra Santa mandou a Roma; uma da origem, progresso e fim da sublevação que fizeram os santões, ministros da justiça, e o povo de Jerusalem contra os religiosos da Terra Santa no anno de 1746*; *e outra da crueliss ima perseguição urdida pelos gregos scismaticos na dita cidade e em Damasco no anno de 1748*, etc., Lisboa, 1750.

**Prazeres**. Freg. de N. S.ª dos Prazeres, da prov. do Alemtejo. E' uma das freguezias ruraes do conc. de Monforte, e está situada entre duas ribeiras affluentes do rio Almuro. (V. *Monforte*). || Pov. e freg. de N S.ª dos Prazeres, da ilha da Madeira, conc. da Calheta, com. de Ponta do Sol, distr. e bisp. do Funchal; 252 fog. e 1:101 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Pertence ao commando mil. da ilha da Madeira, e ao distr. de recrut. e res. n.º 27, com a séde no Funchal. ||

Pov. de N. S.ª dos Prazeres, na freg. de S. Francisco de Assis e conc. de Ponte do Sôr, distr. de Portalegre. || Monte na ilha da Madeira, no conc. de Camara de Lobos, e eleva se 834 m. acima do nivel do mar.

**Prazeres Maranhão** *(Fr. Francisco dos)*. Religioso franciscano capucho. N. em Favaios, conc. de Alijó, a 8 de julho de 1790, fal. na Granja de Alijó, em 1852, mas já depois do dia 2 de abril. Chamava se no seculo Francisco Fernandes Pereira, e era filho de Francisco Fernandes e de Maria Pereira. Entrou na ordem de S. Francisco a 3 de maio de 1812 no convento de Santo Antonio, do Porto, partindo logo em seguida para o Maranhão, onde completou o noviciado, professando no convento da sua ordem, d'essa cidade, a 4 de maio de 1813, tomando o nome de Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão. Fez d'ali uma viagem ao Pará, vindo a Portugal em 1814, entrou em Lisboa a 28 d'outubro. Em seguida foi mandado como conventual para o convento de S. Francisco de Villa Real, onde entrou a 6 de dezembro. Voltou novamente ao Maranhão, porque ha certeza d'elle ali existir em 1819, regressando definitivamente ao reino em 1820, e parece que se recolheu ao convento de Villa Real, sendo transferido, em 1825 para o de Fraga, percorrendo depois successivamente por obediencia, o collegio de Coimbra e os conventos de Serem, Monte de Vizeu, onde foi guardião, Melgaço e Torre de Moncorvo. N'este convento se conservava, quando em 1834 fôram extinctas as ordens religiosas. Retirou-se então para a Granja de Alijó, e ali permaneceu até fallecer. Foi socio correspondente do Instituto Historico Geographico do Brazil, por diploma de 14 de maio de 1845, em reconhecimento da offerta que em 1844 lhe fizera na sua obra *Parandúba Maranhense*, em que se faz a historia da provincia desde o seu descobrimento até 1820. Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão era um escriptor muito laborioso, muito dedicado aos estudos numismaticos e archeologicos, e um grande enthusiasta pelos melhoramentos de Portugal e do seu desenvolvimento agricola, industrial e commercial. Escreveu: *Diccionario numismographico Lusitano, em que se descrevem as moedas antigas de Portugal*, etc., Lisboa, 1835, *Breve noticia da terra de Panoyas, cantão famigerado na antiguidade, do qual se formou a melhor parte da comarca de Villa Real*, Coimbra, 1835; *Index historico do «Elucidario» de Fr Joaquim de Santa Rosa de Viterbo Gradis, precedido d'uma breve noticia da vida e escriptos do mesmo autor*, etc., Lisboa, 1836; *Taboa Geographico-estatistico-Lusitana, ou Diccionario abreviado de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*, etc., *por um Flaviense*, Porto, 1839; o pseudonymo de *Flaviense* tomou o autor da villa de Favaios, sua patria, que é a antige *Flavias* dos romanos; saiu esta obra em segunda edição, augmentada, e com o titulo seguinte: *Diccionario abreviado de Portugal, e suas possessões ultramarinas, no qual se dá noticia de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal, com sua população, legoas de distancia, correios e feiras principaes; seus rios, montanhas, portos*, etc., *e juntamente se descrevem todas as ilhas e porções continentaes que Portugal possue actualmente no ultramar; suas povoações, plantas, animaes, minas, rios, portos, commercio*, etc., *por um Flaviense*, Porto, 1852; *Prandúba Maranhense, ou relação historica da provincia do Maranhão*, etc; *Discurso a favor da Associação da propagação da fé, para ser prégado aos habitantes das aldeias*, etc., Porto, 1843; *Catalogo alphabetico em portuguez dos nomes dos Santos, com a indicação do dia da festividade de cada um*, etc., Porto, 1847; *Collecção de etymologias brazileiras*, impressa na *Revista* do Instituto Historico Geographico do Brazil, em 1846.

**Prazins**. Pov. e freg. de Santa Eufemia, da prov. do Minho, conc. e com. de Guimarães, distr. e arceb. de Braga; 75 fog. e 317 hab. Tem escolas d'ambos os sexos. A mitra apresentava o abbade, que tinha 280$000 reis de rendimento annual. Até ao principio do seculo XVII pertenceu á freg. de Santo Thirso, de Prazins, que lhe fica distante 3 k., tornando se então independente. || Pov. e freg. de Santo Thirso, da prov. do Minho, do mesmo conc., com., distr. e arceb. que a antecedente; 63 fog. e 289 hab. A mitra apresentava o abbade, que tinha 400$000 reis de rendimento annual. Está situada na margem esquerda do rio Ave na aba d'uma serra, a 5 k. da séde do conc. Ambas as povoações pertencem á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 10 com a séde em Amarante. || Pov. na freg. do Salvador, de Lagôa, conc. de V. N. de Famalicão, districto de Braga.

**Prazos**. As terras emphyteuticas conservaram as tradições da lei da *Avoenga (V. este nome)*, ou direito de familia, quer nos casos em que os prazos eram compostos de bens hereditarios, quer ao pedido dos emphyteutas interessados em crearem um fundo privilegiado, quer no proveito d'aquelles que fizeram as concessões de terras. A nobreza e o clero, não podendo explorar directamente as partes do territorio que a côrte lhes concedia, ou que recebiam por outras doações, empregaram a emphyteuse para os passar a outras mãos, conservando, comtudo, o dominio directo e fazendo-se pagar foros consideraveis. Estes foros eram calculados sobre o rendimento das terras já cultivadas ou sobre a capacidade da producção, e, por vezes, tomavam uma parte determinada do producto eventual, como o terço, o quarto ou o oitavo dos fructos. O censo emphyteutico abrangia os cereaes, o vinho, o mel, o azeite, a palha, o estrume, a teia fabricada em casa do emphyteuta, os porcos, os carneiros e todo o gado; os ovos, as gallinhas e toda a creação, o pão cozido, e mil outros productos agricolas. Além d'estes foros que podiam ser pagos sem custo, era-se obrigado a foros em dinheiro e em objectos que o agricultor se via forçado a comprar ou de obter, com muita difficuldade, e na epoca do pagamento, o senhor tinha o direito de exigir estas cousas ou outras de egual valor. Encontra-se nas emphyteuses do norte de Portugal a obrigação de pagar uma quantidade de incenso para as festas ecclesiasticas; de utensilios agricolas; de pares de sapatos; de peixe pescado n'um sitio designado, muitas vezes em grande distancia; caça de differentes qualidades, e de tudo que podia ser util ou agradavel ao proprietario arrendando as terras. Não havia consideração alguma com a difficuldade de satisfazer cargos tão pesados. O systema feudal, que, á falta de pessoas, se enfurecia sobre as terras, attingia, comtudo, n'estes contratos o emphyteuta, impondo lhe a obrigação de ir trabalhar um dia por semana *(quasi sempre a sexta feira)* a casa do

proprietario do dominio directo, arrancando assim o agricultor á cultura das suas terras durante 52 dias no anno Encontra-se frequentemente nos antigos prazos a prohibição de cortar arvores, que o senhor se reservava mandar cortar mais tarde em seu proveito; assim como a promessa de dar uma boa hospitalidade a elle ou ao seu mordomo, para o qual se fixava tambem n'um pequeno foro, além do sustento devido a todos os recebedores de collectas e representantes do cedente. Para que os effeitos da cessão continuassem mesmo depois da morte do emphyteuta, seus herdeiros eram obrigados a pagar ainda um foro que a jurisprudencia feudal tinha inventado com o nome de *luctuosa*; e, no caso de venda do prazo, o senhor directo tinha o direito de opção, que impunha ao emphyteuta a obrigação de lhe vender as terras pela metade do preço ou de dividir com elle o producto da venda. Este direito chamado *laudemio*, foi mais tarde reduzido a 25, 20 e 15 por cento do preço da venda ou a 2 $^1/_2$, taxa legal, para os casos em que a quantia do *laudemio* não tivesse sido fixada no contrato. Esta larga e implacavel exploração tornou-se desvantajosa para aquelles que lhe inventaram os usos curiosos e variados As terras fôram mal cultivadas e mal plantadas. Nos prazos do seculo xv vê se muitas vezes que as terras cedidas não tinham sido cultivadas des de muito tempo, os ultimos emphyteutas as haviam abandonado. A agricultura soffria com isso, o reino empobrecia, e o povo voltava-se para o lado da realeza como um filho pediudo a protecção paterna. O interesse dos proprietarios do dominio directo, quando lhes aconselhavam de refrear a sua ambição imprudente, diminuiu por vezes a dureza das condições impostas aos agricultores, e o poder real veiu muitas vezes em seu auxilio pelos meios compativeis com a preponderancia das classes poderosas e com a força do direito de propriedade que não limitava ainda nenhuma idéa economica. Pelo menos no que respeitava ás ca maras municipaes, foi ordenado que os emphyteutas não pudessem ser obrigados a pagar senão em dinheiro ou em aves domesticas; e para as outras propriedades, o abandono dos rendeiros e a difficuldade de os encontrar, enfraqueciam a exorbitancia das exigencias. O concurso de circumstancias e as tradições deram origem a uma grande variedade de prazos, que subsiste ainda em Portugal apezar das reformas liberaes. A lei da *Avoenga*, passou nos contratos emphyteuticos chamados *prazos familiares e de rigorosa geração*, constituidos em tres gerações, não podendo os bens sair da familia do rendeiro a quem o dominio util das terras fôra concedido desde o avô até ao neto. Estas propriedades de familia não se dividiam, e se o pae, no seu testamento não ordenava d'outra fórma, o filho mais velho succedia como um morgado sem nada pagar aos irmãos. Nos prazos, em que esta qualidade privilegiada se modificava, a mulher era ás vezes contada na ordem da successão, e, na morte do marido, as terras lhe voltavam com o poder de designar qual dos seus filhos lhe devia succeder. Ao lado d'estes prazos existem outros chamados *fateosins perpetuos*, cujas terras se dividem entre os herdeiros do ultimo possuidor, e entram na totalidade da herança como os bens livres. Os prazos ainda existem em Portugal, mas a situação dos emphyteutas está muito melhorada desde muito tempo por effeito da civilisação, que fez cair em desuso as condições exoticas; pela abolição dos serviços pessoaes, pela legislação de Mousinho respeitante á lei dos foraes; e pela extincção das congregações religiosas, que possuiam o dominio directo d'uma grande parte do reino que tinham ajudado a desmontar e a cultivar

**Preceptoria**. Prebenda de que gozavam os magistrados ou lentes das cathedraes e das universidades. || Commenda para os cavalleiros da ordem de Christo, que militassem dois annos em Africa á sua custa.

**Preces**. Ilha da Madeira; pov. na freg. de Santo Antonio, conc. e distr. do Funchal.

**Prechã**. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Moldes, conc de Arouca, distr. de Aveiro.

**Prechocas**. Pov. na freg. de S. Miguel. de Villa Bôa, conc. e distr. de Vizeu.

**Predo**. Pov. na freg. de S. Miguel, de Beire, conc. de Paredes, distr. do Porto.

**Predoussos**. Pov na freg. de Santa Marinha, de Portella, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga.

**Prefeito** e **Prefeitura**. Antiga divisão administrativa das provincias extinctas em 1835.

**Pregaes de Baixo e de Cima**. Duas povoações na freg. de Santa Marinha, de Forjães, conc. de Expozende, distr. de Braga.

**Pregal**. Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Correlhã, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || S. Mamede, de Este, conc. e distr. de Braga. || O Salvador, de Pedragaes, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Torquato e conc. de Guimarães, do mesmo districto.

**Pregança**. Pov. na freg. de N. S.ª da Annunciação e conc. da Lourinhã, distr. de Lisboa.

**Pregão**. Acção de apregoar. O que os vendedores ambulantes dizem em voz alta, pelas ruas, offerecendo as varias mercadorias.

**Prégo**. Familia oriunda da Galliza, d'onde passou a Portugal. As suas armas são: Em campo verde uma ponte de 3 arcos de prata, sobre ella 3 torres do mesmo metal, e por baixo da ponte agua da sua côr; orla tambem verde com oito ameias de prata.

**Prego** (*José Coelho da Motta*). Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, governador civil de Lisboa, etc. E' natural de Guimarães e descendente d'uma antiga e distincta familia vimaranense. Matriculando se na Universidade de Coimbra, formou-se em 1885. Foi director do Banco de Guimarães, agente do ministerio publico do tribunal administrativo de Portalegre. De 1890 até 1899 foi delegado nas 1.ª e 2.ª varas civeis e no 1.º districto criminal de Lisboa. Promovido a juiz para Montemór o-Novo, teve depois transferencia para o Seixal, d'onde passou a exercer o cargo de governador civil de Ponta Delgada, para que tinha sido nomeado. Em 1901 exerceu o mesmo cargo em Aveiro. Vindo depois para Lisboa, foi juiz das execuções fiscaes, recebendo a nomeação de governador civil d'este districto em maio de 1909. O sr. dr. Motta Prego tambem foi deputado, eleito pelo circulo da Regoa. E' gran-cruz e commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa por serviços distinctos.

**Pregosa**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Arcos, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Pregueira**. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Abiul, conc. de Pombal, distr. de Leiria.

**Preguiça**. Pov na freg. de S Martinho, de Arada, conc. de Ovar, distr. de Aveiro. || Bahia situada na costa SE da ilha de S. Nicolau, archipelago e prov de Cabo Verde, Africa Occidental. Tem para o interior uma especie de doca natural, furna de mar morto, onde pódem estar 5 ou 6 embarcações de 150 a 200 toneladas, e lá dentro amarram de pôpa com proizes em terra, para a qual se passa de bordo dos navios por uma prancha. O porto da Preguiça, onde fica a pov do mesmo nome, é o mais frequentado de toda a ilha por ser o mais visinho da villa de Ribeira Brava, capital de S. Nicolau, que fica a 5 k. || Pov. situada na costa SE da ilha de S. Nicolau, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental. Está comprehendida na freg. de N. S.ª do Rosario, do conc. da ilha de S. Nicolau, e é, por assim dizer, uma dependencia da villa de Ribeira Brava, que d'ella dista para o interior eêrea de 5 k. Tem alfandega.

**Preguiceira**. Pov. na freg. do Salvador, de Gandarella, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Preguinha** Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Valladares, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Preinho**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Balugães, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Preiroes** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Tocha, conc. de Cantanhede, distr. de Coimbra.

**Prelada**. Povoações nas freguezias: S. Romão, de Arões. conc. de Fafe, distr. de Braga. || S. Cosme, de S. Cosme de Gondomar, conc. de Gondomar, distr. do Porto. || S. Pedro, de Ferreiros de Tendaes, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu. || O Salvador, de Infesta, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga.

**Prelado** Titulo privativo de certas dignidades ecclesiasticas, como bispos, arcebispos, chefes de communidades religiosas, etc. || O reitor da Universidade de Coimbra.

**Premedeiros**. Pov., séde d'um posto fiscal dependente da secção de Alcoutim.

**Premedellos**. Pov. na freg. de Santa Eulalia, de Vallões, conc. de Villa Verde, distr. de Braga.

**Prendaboca**. Pov. da freg de S. João Baptista, no conc. da Praia, archipelago e prov. de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Prendedores** Pov. na freg. de S. Thiago, de Carvalhaes, conc. de S. Pedro do Sul, distr. de Vizeu.

**Prenxa**. Pov. na freg. de S. Paio, de Favões, conc. de Marco de Canavezes, distr. do Porto.

**Preposito**. Era o nome que se dava em Portugal aos porta-bandeiras, antes da invasão dos arabes. Os romanos davam-lhe o nome de *signifer*. Desde o conde D. Henrique até ao reinado do cardeal-rei, denominava-se *alferes-mór*, e depois, até hoje, *porta-bandeiras*. Tambem se deu o nome de *preposito*, ao primeiro prelado, uma especie de geral, em um só mosteiro, egrejas, residencias e granjas d'elle dependentes.

**Presentação** *Fr. Antonio da*). Religioso da ordem de S. Francisco e provincial da provincia da Arrabida. N. em Lisboa no anno de 1638 e fal. no de 1724. Escreveu: *Estatutos de Santa Maria d'Arrabida da mais perfeita observancia do nosso seraphico Padre S. Francisco*, Lisboa, 1693.

**Presentação** *(Fr. Luiz da)*. Religioso carmelita calçado, commissario e visitador da vigairaria da sua provincia no Brazil. N. em Mertola, por isso tambem lhe chamavam *Fr. Luiz de Mertola*. Fal no convento de Lisboa, a 15 de abril de 1653, com 72 annos de edade. Escreveu: *Vida e morte do P. Fr. Estevam da Purificação, religioso da ordem de N. S.ª do Carmo*, Lisboa, 1621; *Excellencias da misericordia, e fructos da esmola*, Lisboa, 1625; *Extracto dos processos que se tiraram por ordem dos ill.mos senhores Ordinarios sobre a vida e morte do Ven. Padre Antonio da Conceição, religioso da Congregação de S. João Evangelista de Portugal*, Lisboa, 1647. Escreveu em castelhano: *Vida de la B. M. Maria Magdalena de Pazzi, traduzida del idioma toscano*, Lisboa, 1626; outra edição em 1612; *Demonstracion evangelica, y destierro de ignorancias judaicas*, Lisboa, 1631.

**Presépe** *(Fr. Antonio do)*. Natural do Couto da Ermida, freg. d'Ilhavo, comarca d'Aveiro. Tio materno do pharmaceutico José Antonio de Oliveira Vidal. Pertenceu á ordem de Santo Antonio e esteve nos conventos de Santo Antonio d'Aveiro, Azuzare, Valle de Piedade e Santo Antonio dos Olivaes, em Coimbra, onde foi mestre de noviços. Foi tambem provincial da mesma ordem. Soffrendo de molestia de pelle foi aos banhos do Vouga. Ahi adoeceu e morreu, estando sepultado junto á capella dos Santos Martyres, em Travassô, concelho d'Agueda. Falleceu pouco antes da extincção das ordens religiosas.

**Presor**. Assim se chamava ao que resgatava certa porção de territorio, do poder dos moiros, porque *presar* era então synonimo do tomar á força d'armas. O que fazia este serviço a Portugal, ficava senhor das terras que tinha reconquistado, sem respeito algum aos antigos e legitimos possuidores, ou seus descendentes; pois que o *direito da guerra* lhe dava o de propriedade, segundo a legislação d'aquelles tempos. Ao alvará, provisão, ou carta regia que confirmava a posse aos *presores*, se chamava *alvende*.

**Presentado**. Aquelle que tem feito estudos e exercicios, que o habilitam para receber o grau de mestre, em algumas commodidades religiosas.

**Pressal**. Pov. da freg. de S. Thiago, de Esporões, conc. e distr. de Braga.

**Prestameiro**. Dava-se este nome ao que tinha propriedades da corôa, consignadas para a sua congrua e sustentação, ou parte d'ella Depois chamou se prestameiro ao que tinha uma pensão sobre qualquer *prestimonio* ou *aprestimo*, tirada d'algum beneficio, com, ou sem a obrigação de resar o officio divino. Tambem se dava o nome de *prestameiro*, ao que recebia os fóros ou pensões dos *préstamos* ou *apréstamos* V. *este nome*.

**Prestar**. Pov. na freg. de S. João Baptista, de Barqueiros, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Prestello**. Pov. na freg. de Thiago, da Filbadella, conc. e distr. de Villa Real.

**Prestes** *(Antonio)*. Escriptor, natural de Torres Novas, ignorando se as datas do nascimento e fallecimento. Foi inquiridor do juizo do civel em Santarem, terra onde casou. Escreveu differentes autos que se publicaram reunidos n'um volume, em 1587, o qual tem por titulo: *Primeira parte dos Autos e Comedias Portuguezas feitas por Antonio Prestes e por Luiz de Camões, e outros autores portuguezes, cujos nomes vão no principio*

*de suas obras*. Esta collecção comprehende ao todo 12 autos, de que sómente 7 pertencem a Antonio Prestes, os quaes são: *Auto da Ave Maria*, *do Procurador*, *do desembargador*, *dos dois irmãos*, *da Ciosa*, *do Mouro encantado*, *dos Cantarinhos*. Os 5 restantes são: *O dos Enfatriões* e o de *Filodemo*, de Luiz de Camões: da *Cena policiana*, de Henrique Lopes, o de *Rodrigo e Mendo*, de Jorge Pinto, e o do *Physico*, de Jeronymo Ribeiro.

**Prestes João**. Na nossa historia a miude se encontram referencias a esta lenda creada pela phantasia dos nossos navegadores que, no periodo epico das nossas descobertas, porfiavam em encontrar o monarcha mysterioso chamado Prestes João. Nas lendas da Edade Media dizia se que, para as bandas do Oriente, vivia um rei poderosissimo que professava a fé de Christo. A principio suppoz-se que esse rei lendario tivesse o seu reino na India. Houve depois quem o imaginasse o senhor d'um vasto paiz na Africa. Afinal a lenda repousava na existencia, para além do remoto Egypto, d'um monarcha opulento que abraçara a heresia de Nestorio. No seculo XII foi a Roma uma personagem extranha que se dizia patriarcha das Indias. Chamava-se João e foi acolhida com o maior affecto. Deu ao papa as mais amplas informações relativamente ás christandades do Oriente e como, pelo seu caracter sacerdotal, lhe chamassem presbytero, d'ahi veiu a corrupção franceza que o converteu no celebre Prestes João, que os nossos marinheiros com tanta fé e tanta canceira procuraram, convencidos da sua existencia real. Esta lenda é a deturpação legendaria da existencia do *negus* da Abyssinia, soberano christão. Os nossos marinheiros procuraram esse rei de lenda para as bandas do Oriente quando Pero da Covilhã, enviado por D. João II á Abyssinia, se encontrou com o famoso monarcha. Não ha duvida de que era elle o tal opulento rei christão que a lenda dizia viver entre maravilhosas riquezas, entre vassalos que o adoravam de joelhos. O escriptor Guilherme Lejean suppoz que o nome de Prestes João viria da phraze abyssinia *rete djanhoi*. Póde ser que seja mas, francamente, não parece que essas palavras barbaras pudessem ter dado origem áquella designação. O que mais provavel é que ella derivasse exactamente do individuo que no seculo XII tanto impressionou o pontifice com a descripção das christandades do Oriente.

**Prestimo**. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Douro, conc. e com. d'Agueda, distr. de Aveiro, bisp. de Coimbra; 254 fog. e 1:013 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 11 k. da séde do conc. e está situada nas proximidades do rio Alfusqueiro. O reitor de Vallongo do Vouga, apresentava o cura, que tinha 13$000 reis de congrua e o pé d'altar. A terra é fertil em todos os fructos do nosso clima. Foi villa, da provedoria d'Esgueira, e cabeça de couto, sendo seu donatario em 1710, D. João de Mello, commendador da ordem de Christo. A pov. pertence á 5.ª div. mil. e ao dsstr. de recrut. e res. n.º 21, com a séde em Aveiro || Aldeia da prov. da Extremadura, no conc. de Santarem. Foi couto, e é muito fertil em cereaes e azeite, cujos generos exporta. El rei D. Manuel lhe deu foral, em Lisboa, a 6 de fevereiro de 1514. Este foral serve tambem para Cernada, Maçans, Macida, Povoas Novas, Soutella, Valle de Lodo, Villarinho e Urgeira.

**Preta**. Serra do distr. de Villa Real. Está situada ao S da freg. de Vréa de Jalles, no conc. de Villa Pouca d'Aguiar, em direcção NNO a SSE. Tem 5 k. de comprimento, 3 de largura e 1:118 m. d'altura.

**Preto**. Nome que se dava ao real de cobre (*real preto*). Ao de prata chamava-se *real branco*. O real branco valia 6 ceitis; 10 pretos faziam um real branco. Esta moeda é coeva da constituição da monarchia portugueza.

**Preto**. E' appellido nobre em Portugal, procedente d'alcunha. O primeiro que o usou, foi Gonçalo Peres Preto, vassalo de D. João I. Os pretos, de um ramo, usam as armas dos Negros: Escudo esquartelado: no primeiro quartel composto de ouro e azul, de seis peças em pala; o segundo xadrezado de ouro e azul, de seis peças, em faxa, e assim os contrarios: timbre, um braço nú de negro, com um bastão de ouro na mão.

**Preto** (*Antonio Gil*). Chronista do estado da India, nascido em Gôa, e que viveu no seculo XVIII. Escreveu uma *Breve relação da viagem que fez para a India no anno de 1612, arribada ao Brazil e chegada a Gôa da nau almirante S. Pedro de Rates*. Esta obra ficou inedita e consta que o manuscripto existia no convento da Graça.

**Preto** (*Estevão*). Jurisconsulto que floresceu no seculo XVI. Foi doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, desembargador da Casa da Supplicação e procurador da cidade de Lisboa nas côrtes, que n'ella se realisaram a 13 de dezembro de 1562, nas quaes recitou em nome do estado secular uma oração, que está publicada nas *Memorias do reinado de D. Sebastião*, por Barbosa Machado, e na collecção de orações e respostas pronunciadas n'essas côrtes, que foi impressa em 1563.

**Preto** (*Gaspar*). Padre que viveu no seculo XVI, e que edificou a capella de Monserrate ao pé de Cintra, no anno de 1540.

**Pretos**. Povoações nas freguezias: Santa Marinha, de Chorcuse, conc. de Terras de Bouro, distr. de Braga || N. S.ª da Luz, de Maceira, conc. e distr. de Leiria. || S. Pedro, de Merufe, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Preza**. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Adaufe, conc. e distr. de Braga. || Santa Clara, de Alcaravella, conc. de Sardoal, distr. de Santarem. || S. Martinho, de Alvaredo, conc. de Melgaço, distr. de Vianna do Castello. || S. Lourenço, de Alvellos, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Arcozello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || N. S.ª da Gloria, conc. e distr. de Aveiro. || N. S.ª do Amparo, de Bemfica, 3.º bairro de Lisboa. || S. Vicente, de Boim, conc. de Louzada, distr. do Porto. || O Salvador, de Castellões, conc. de Tondella, distr. de Vizeu. || S. Pedro de Penaferrim e conc. de Cintra, distr. de Lisboa. || N. S.ª da Graça, de Ega, conc. de Condeixa a Nova, distr. de Coimbra. || Santa Maria, de Faria, conc. de Barcellos, distr. de Braga. || Santa Maria, de Fiães, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Christina, de Figueiró, conc. de Amarante, distr. do Porto. || S. Thomé, de Friande, conc. de Felgueiras, do mesmo distr. || S. Martinho, de Gandara, conc. de Expozende, distr. de Braga. || Santa Marinha, de Gontinhães, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Gulpilhares, conc. de V. N. de Gaia, distr. do Porto. || Santo

André, de Marécos, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || O Salvador, de Meixomil, conc. de Paços de Ferreira, do mesmo distr. || S. Paio, de Merelim, conc. e distr. de Braga. || S. Thomé e conc. de Mira, distr. de Coimbra. || S. Paio, de Moledo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || Santissimo nome de Jesus, de Odivellas, conc. de Loures, distr. de Lisboa. || Santa Maria, de Oliveira, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || N. S.ª d'Assumpção, de Pendilhe, conc. de V. N. de Paiva, distr. de Vizeu. || Santa Maria, de Pigeiros, conc. da Feira, distr. de Aveiro || Santa Marinha, de Portella, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, de Prado, conc. de Villa Verde, do mesmo distr. || S. Miguel, de Serzedo, conc. de Guimarães, do mesmo distr, || S. Thiago e conc. de Soure, distr. de Coimbra. || S. Pedro, de Sanfins, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || Santa Maria, de Vermoim, conc. de V. N. de Famalicão, distr. de Braga. || S. Miguel, do Villarinho, conc. de Santo Thirso, distr. do Porto.

**Preza do Monte**. Pov. na freg. de Santa Cruz, de Juvim, conc. de Gondomar, distr do Porto.

**Preza dos Montinhos**. Pov. na freg. do Salvador e conc. de Ilhavo, distr. de Aveiro.

**Preza de Moura**. Povoações nas freguezias: S. Thiago, de Estombar, conc. de Lagôa, distr. de Faro. || N. S.ª da Conceição, de Ferragudo, do mesmo conc e districto.

**Preza da Porta**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Fregim, conc. de Amarante, distr. do Porto.

**Prezandães**, Pov. na freg. do Santa Maria Maior e conc. de Alijó, distr. de Villa Real.

**Prezas**. Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Arga de Baixo, conc. de Caminha, distr. de Vianna do Castello. || S. Thiago. de Faria, conc. de Cabeceiras de Basto, distr. de Braga || S. Verissimo, de Nevogilde, conc. de Louzada, distr. do Porto. || S. João Baptista, de Silva Escura, conc. de Sever do Vouga, distr. de Aveiro.

**Prezas de Sá**. Pov. na freg. de S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

**Prezigo**. Pov. na freg. de S. Salvador, de Carregosa, conc. de Oliveira de Azemeis, distr. de Aveiro.

**Prezigueda**. Pov. na freg. de N. S.ª das Neves, de Villarinho dos Freires, conc. de Pezo da Regoa, distr de Villa Real. Tem estação postal.

**Prezinha**. Povoações nas freguezias: Santo André, de Codeçoso, conc. de Celorico de Basto, distr. de Braga. || S. Mamede, de Villa Maior, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

**Prezinhas**. Povoações nas freguezias: S. Martinho, de Penacova, conc. de Felgueiras, distr. do Porto. || Santa Maria, de Valle, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

**Prezinheira**. Pov. na freg. do S. Miguel, de Milharado, conc. de Mafra, distr. do Lisboa.

**Prezinho**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Medas, conc. de Gondomar, distr. do Porto.

**Priados**. Pov. na freg. do Salvador, do Pombeiro, conc. de Arganil, distr. de Coimbra.

**Prial**. Uma das 12 aldeias da praganã de Naer ou Damão Grande, na com. e distr. do Damão, arceb. de Gôa, India. Fica proximo da emboccadura do rio do Calem. || Aldeia ao sul do rio Sandalcalo, da regedoria de N. S.ª dos Remedios, no conc. e distr. de Damão, Iudia.

**Priana**. Pov. na freg. de N. S.ª d'Assumpção, e conc. de Ferreira do Alemtejo, distr. de Beja.

**Prichão**. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Arouca, distr. de Aveiro.

**Prieira**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Teixeira, conc. de Baião, distr. do Porto.

**Prieto** *(Joaquim Gregorio Nunes)*. Pintor e lente da Academia de Bellas Artes de Lisboa. Nasceu n'esta cidade a 9 de maio de 1833, onde tambem falleceu em 6 de fevereiro de 1907. Era filho de Joaquim Nunes Fernandes e de Violante Elisa Prieto. Estudou o curso da referida Academia nos annos de 1850 a 1859 com aproveitamento notavel, merecendo a estima dos professores e dos condiscipulos. Em 1868 foi nomeado professor da 1.ª cadeira de desenho da Academia, cargo que exerceu até 1874, passando depois ás cadeiras de figura, paizagem e perspectiva, ao mesmo tempo que desempenhava varias commissões de serviço academico, como a de fazer o catalogo das collecções de gravuras e desenhos existentes na Academia, restaurar e colligir muitas estampas que andavam dispersas, trabalho que durou de 1870 a 1882. Quando em 1865 se realisou no Porto a exposição internacional, foi Joaquim Prieto o encarregado por parte da Academia, de dispôr as obras de arte com que os artistas de Lisboa concorreram áquelle certamen. Joaquim Prieto fez parte de todas as commissões, que no seu tempo se formaram na Academia para tratar de cousas d'arte. Compôz e editou um compendio liniar, do qual poucos exemplares vendeu, porque os dava aos alumnos pobres, que era a maior parte. Como professor particular leccionou no collegio Luso-Brazileiro e em casa das familias mais distinctas de Lisboa, dando tambem um curso gratuito na Academia Civilisadora. A actividade de Joaquim Prieto não se resumia só ás suas funcções de professor, pois dedicava se á pintura dos seus quadros, que produziu em grande quantidade, especialmente de natureza morta e de paizagem. Além dos seus quadros originaes, ha a notar os trabalhos de restauração que fez nas pinturas dos tectos das egrejas de S. Roque, Santo Antonio da Sé, S. Francisco de Paula, S. Nicolau, Encarnação, Penha de França, Madre de Deus, Franceziuhas e recolhimento de S. Pedro d'Alcantara. Na egreja de S. Roque restaurou tambem 3 importantes quadros: O papa Paulo III enviando a Portugal os primeiros irmãos da Companhia de Jesus; D. João III despedindo se de S. Francisco Xavier que partia para a Iudia; Santo Ignacio de Loyola vestido de armadura. Restaurou numerosos quadros pertencentes a muitos fidalgos e outras pessoas de grande distincção, como o marquez da Foz, conde de Sabugosa, para quem tambem restaurou um grande mappa da India, condes de Villa Franca, de Mesquitella e de Alto Mearim, baroneza d'Almeida, Anselmo Braamcamp, Alfredo Keil, Coverley, etc. Nas egrejas das Franceziuhas, de S. Francisco de Paula, de Belem, de Santo Antonio da Sé, da Conceição Velha e da Madre Deus, etc. restaurou importantissimos quadros, cuja relação miuuciosa se encontra na revista do *Occidente*, vol. 31°, do 1°08, a pag. 159. Joaquim Prieto foi convidado para professor de desenho do principe D. Carlos, mais tarde rei, e do infanto D. Affonso, seu irmão, mas cedeu o cargo a Theodoro da Motta, como tambem cedeu o do professor na Escola Industrial

Marquez de Pombal a um outro artista. Fazia parte da Associação de Beneficencia da freguezia em que morava, a que prestou muitos e bons serviços. Não quiz nunca distincções, e quando foi da exposição do Porto em que o governo lhe conferiu o habito de Christo, recusou-o terminantemente.

**Prilhão**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Villarinho, conc. de Louzã, distr. de Coimbra.

**Primadella**. Pov. na freg. de Santo André, de Souzello, conc. de Sinfães, distr. de Vizeu.

**Primaveres**. Pov. na freg. de S. Martinho, de Ferreiros, conc. de Povoa de Lanhoso, distr. de Braga.

**Primaz**. Prelado que usufrue uma categoria superior com respeito á de todos os outros arcebispos e bispos d'uma determinada região. Em Portugal o arcebispo de Braga é o *primaz das Hespanhas*, por ser aquella sé a mais antiga de toda a peninsula. O arcebispo de Gôa é tambem *primaz do Oriente*.

**Prime** (*José Porphyrio de Campos Rebello, 2.º barão, 1.º visconde e 2.º conde de*). Fidalgo cavalleiro, commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, cavalleiro da de Christo, grau-cruz da ordem de Izabel a Catholica, de Hespanha, major de infantaria e proprietario N. a 5 de dezembro de 1830, e já hoje fallecido. Era filho de Luiz Antonio Rebello d'Almeida, negociante da praça de Lisboa, etc., e de sua mulher D. Maria Benedicta de Brito Cabral d'Abreu Campos. O conde de Prime era condecorado com a medalha de comportamento exemplar, e com a da febre amarella, instituida pela camara municipal. Tinha o curso de Collegio Militar. Casou a 25 de fevereiro de 1854 com a baroneza de Prime, D. Maria da Gloria Teixeira de Carvalho Sampaio da Rocha Velho, viuva do 1.º barão d'esse titulo, e filha unica e herdeira de Antonio Teixeira de Carlho Sampaio, moço fidalgo com exercicio na Casa Real, e de D. Maria Thomazia Rocha Velho. O titulo de barão foi concedido em 19 de maio de 1860, sendo elevado a visconde por decreto de 4 de maio de 1870, e a conde por decreto de 21 d'agosto de 1879. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo partido em pala; na primeira as armas dos Rebellos, em campo azul tres faxas de ouro, e sobre cada uma d'estas uma flôr de liz, que fórmam uma banda; e na segunda as armas dos Almeidas, em campo vermelho tres bezantes de ouro, entre uma dobre cruz e bordadura do mesmo metal. Timbre, o dos Rebellos: um leopardo de ouro com uma flôr de liz vermelha sobre a cabeça. E' hoje conde de Prime o sr. José Frederico Teixeira Rebello, que reside em Vizeu.

**Prime** (*Luiz de Loureiro de Queiroz Cardoso do Couto Leitão, 1.º barão de*). Commendador da ordem de Christo, administrador geral interino do distr. de Vizeu; senhor de Prime, do importante prazo de *Corgos*, á Nogueira, e do morgado de *Silvas*, em Castello Branco, a que pertenciam a barca de *Montalvão* e o antiquissimo prazo de *Pero Soares*, junto da Guarda; das casas de *Abravezes*, junto de Vizeu, e do antigo morgado das *Brusseiras*, no Alemtejo. N. em Vizeu a 20 d'outubro de 1785, fal. a 23 de fevereiro de 1853. Era filho de Manuel Loureiro de Queiroz Cardoso, senhor dos referidos morgados e casas, capitão-mór de Vizeu, e de sua mulher, D. Maria de Mesquita de Loureiro de Sousa Cardoso. Succedeu na importante casa de seu pae a 2 de março de 1828. Casou em 7 de outubro de 1842 com D. Maria da Gloria Teixeira de Carvalho Sampaio Rocha Velho. D'este matrimonio houve um filho unico, que foi o 1.º visconde de Loureiro (V. *Portugal*, vol. IV, pag. 535). Esta senhora, tendo enviuvado, passou a segundas nupcias com o 2.º barão e 1.º conde de Prime (V. o *artigo antecedente*). O titulo de barão foi concedido por decreto de 20 de junho de 1837. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel, esquartelado, em campo vermelho um castello de prata com portas e frestas lavradas de preto, e uma escada de ouro arrimada a elle; e o contrario, partido em pala: a primeira de ouro com uma bandeira verde, em pala, com haste de vermelho e forro de prata; e a segunda de vermelho com uma bandeira de prata com haste de ouro e o ferro da sua côr; o segundo de vermelho com cinco folhas de figueira verdes em aspa, perfiladas e com o tronco de ouro, e assim os contrarios; no segundo quartel as armas dos Queiroz: escudo esquartelado; no primeiro quartel, em campo de ouro, seis crescentes vermelhos em duas palas; no segundo, em campo de prata, um leão sanguinho, e assim os contrarios; no terceiro quartel as armas dos Cardosos: em campo vermelho dois cardos verdes com alcaxofras floridas de prata, com raizes e perfís de ouro entre dois leões batalhantes; e no quarto quartel as armas dos Leitões: em campo de prata tres faxas vermelhas; timbre, dois braços de leão vermelhos, em aspa, tendo cada um na mão uma folha egual á das armas, e no meio d'estas o alcaide de Azamôr da cintura para cima, vivo, e com as mãos atadas com um cordão de ouro.

**Prime**. Povoações nas freguezias: N. S.ª da Graça, de Fragoselle de Cima, conc. e distr. de Vizeu. || S. Martinho, de Mozellos, conc. da Feira, distr. de Aveiro.

**Primeiras**. Ilhas do archipelago de Angoche.

**Primeiro, Primitivo e Primevo**. *Primeiro* é em geral o ente, que está, ou se considera á frente de uma série d'elles, pelo qual começamos a contar uma serie de entes da mesma, ou de differente natureza; é o que precede a todos, ou no tempo, na ordem, ou no logar, ou na dignidade, etc.—*Primitivo* é o primeiro ente d'uma série, considerado em relação aos differentes estados successivos, por que passou, ou com relação a outros entes, que d'elle successivamente se derivaram. A lingua que falaram os primeiros homens, e que é *primeira*, porque precedeu a todas, é tambem *primitiva*, se as que se falam hoje são d'ella derivadas. A disciplina *primitiva* da Egreja é a que se observava nos primeiros seculos, e que tendo se transformado de muitos modos, segundo o pediam os tempos e as circumstancias, reduziu-se por ultimo áquella que observamos hoje, e que é derivada da primitiva, etc.—*Primevo* diz-se precisamente o que é da *primeira* edade, ou das *primeiras* edades. As leis *primevas* da monarchia são as que havia na *primeira* edade da monarchia, homens *primevos* são os das *primeiras* edades do mundo, etc.

**Princeps**. Palavra latina usada adjectivamente, para significar a primeira de todas as edições d'um autor.

**Princeza**. Esposa de principe, filha de familia reinante, soberana d'um estado principesco.

**Princeza Amelia.** Séde d'uma extincta capitania mór do distr. de Benguella, na prov. d'Angola, Africa Occidental. || Forte na região do Catoco, em Angola.

**Principal.** Pov. da freg. de S. Miguel, no conc de Santa Catharina, archipelago e provincia de Cabo Verde, Africa Occidental.

**Principe.** Membro d'uma familia reinante, chefe reinante d'um principado, titulo que em alguns paizes assume o consorte da rainha. Principe real ou imperial, o filho primogenito d'um estado monarchico. O titulo de principe começou a ser dado aos imperadores romanos, e depois estendeu-se a todos os reis, bem como, mais tarde, aos seus descendentes. D. Affouso Henriques, antes da batalha d'Ourique em 1139, intitulava-se ora *principe* ora *infante*, e em alguns documentos, attribuia se a qualidade de *duque dos portuguezes*. E' um erro o dizer-se que elle só se intitulou rei depois de ser acclamado como tal pelo seu exercito, no campo d'Ourique em 1139, pois que já no foral que deu a Penella em 1137 se intitulava *rei*, e do mesmo titulo usou em outros documentos anteriores áquella data. Tambem se dava antigamente o titulo de *principe* ao senhor d'um vasto territorio ou comarca em que tivesse poderes quasi majestaticos. Em Portugal usam d'este titulo apenas os filhos primogeuitos do rei, ou o herdeiro presumptivo da corôa, os outros irmãos são infantes. O primeiro que teve este titulo foi D. Affouso, mais tarde el-rei D. Affonso V. || *Principe herdeiro.* Os principes do Portugal eram jurados por successores em vida dos reis, e d'alguns se deu esta homenagem de muito pouca edade, como foi a D. João II que o juraram sendo nascido de um mez, e seu filho, o principe D. Affonso, ainda de menos edade. Foi tambem jurado por principe o infante D. Fernando nas mesmas côrtes em que juraram como rei a seu irmão D. Affonso V, porque sendo o rei de seis annos de edade, esta va muito longe a esperança de outra successão. O mesmo nome de princeza herdeira tinha tambem a filha mais velha do monarcha, emquanto não havia filho varão. A primeira que teve este titulo foi D. Joanna. (V. *Joanna (Santa) Portugal*, vol. III, pag. 1035). Tanto que o principe era de edade competente, se lhe dava casa na mesma fórma e com os mesmos ministros do rei; e para os poder sustentar se lhe applicavam rendas particulares com grande abastança. Porém, emquanto o principe não era de edade para se governar por si, lhe nomeava el-rei um fidalgo com o titulo de governador da casa do principe, e fazia o officio de mordomo mór, por cuja ordem e mandados se administrava tudo. Para ser instruido nas cousas da politica e da côrte, se lhe dava outro fidalgo por seu aio, os quaes eram da principal nobreza do reino Tinha além d'isto mestres varios conforme as artes, e disciplinas em que era doutrinado.

**Principe** *(Ilha do).* Está situada no golfo dos Mafras, no mar da Guiné, Africa Occidental. Faz parte do pequeno archipelago d'aquello golfo, composto das ilhas de Fernando Pó, Principe, Anno Bom e S. Thomé, do qual só ella e esta ultima pertencem hoje a Portugal, constituindo ambas, juntamente com o estabelecimento de S. João Baptista d'Ajudá, na costa da Mina, a provincia de S. Thomé e Principe. Tem cêrca de 18 k. de comprimento entre a ponta de Golfinho e o Pico Negro, e 10 a 14 de largura entre a ponta Garça e o pico Pedrim. Segundo Lopes de Lima, o extremo N da ilha é a ponta da Cascalheira, e o extremo S é a ponta do Pico Negro. A ilha do Principe fica a NE da de S. Thomé, na distancia de 135 k., seguudo uns, e de 150, segundo outros, e proximamente a meio caminho entre Cabo Formoso e o de Lopo Gonçalves, com os quaes fórma uma linha rectangular. E' montanhosa e pittorescamente accidentada, principalmente a SO, onde em muitas partes é inaccessivel. Quasi ao centro da ilha erguc se o Pico do Papagaio, com 840 m d'altura, e d'ali corre para SE e NO uma cordilheira que tem por extremos o Pico Pedrim e as serras dos Picos. O pico mais alto da cordilheira deve ter uns 1:350 m. d'altura. De todas estas montanhas, geralmente cobertas de arvoredo densissimo, despenham se nas planicies muitas ribeiras que se tornam caudalosas no tempo das chuvas, alagando as varzeas que as orlam. A ilha tem tres bons portos, dois a E e um a O, sendo aquelles a bahia de Santo Antonio ou da cidade, onde está edificada a capital da ilha e seu porto commercial, e a enseada da Praia Salgada, pequena mas muito abrigada, e este a Praia Grande ou bahia das Agulhas, bello ancoradouro muito procurado por navios de guerra e o melhor de toda a ilha. Além d'estes, ha ainda no contorno da ilha mais dois fundeadouros de levante na costa N: a praia das Burras e a ribeira Izé, havendo ainda, na bravia costa S, o Portinho, que só póde abrigar barcos pequenos. Ao SO da ilha do Principe ha duas pedras grandes chamadas as *Tinhosas*, distantes da terra quasi tres legoas. N'uma d'ellas é facil desembarcar em tempo de calma: são escalvadas. Entre estas pedras e a terra navegam vasos de todo o lote. Quem toma a ilha por barlavento passa junto ás Tinhosas. Estas pedras são cortadas de maneira que parecem quatro. Ao NE das Tinhosas fica o ilhéo chamado *Caroço* pelos portuguezes e *Dutch Cap*, pelos inglezes, pela similhança que tem com um barrete ou chapéu redondo dos antigos hollandezes. Entre o Caroço e a terra pódem passar sem perigo embarcações de qualquer grandeza, havendo vento certo. Na entrada do porto da cidade fica o pequeno ilhéo de Sant'Anna. Passada a ponta do Capitão ficam os ilhéos chamados *Mosteiros*. São pedras grandes escalvadas e estão a sotavento do porto. Depois dos Mosteiros ficam as pedras chamadas *Galés* pela similhança que teem com o casco d'uma embarcação; requerem grande resguardo. São estes os mais consideraveis ilhéos que cercam a ilha Não teem habitantes nem agua, excepto o Caroço, no qual ha um pequeno regato na estação das chuvas. As suas pontas ou cabos mais notaveis, são: ao N a ponta da Cascalheira, ao S a do Pico Negro, a E a do abbade e a O a das Agulhas, offerecendo ainda o seu contorno mais as pontas do Capitão, da Mina, Garça, da Balcia e Grossa. N'alguns pontos da ilha, principalmente junto da ribeira de Sandim, vêem-se ainda vestigios d'um vulcão extincto, e por toda ella se mostram pedras vulcanicas de que os naturaes se aproveitam para construcções, e que são pelo nome de *budojudeu*. Em alguns logares, mesmo, encontram se restos de lavas. Situada nas visinhanças do Equador, o seu clima é muito quente e humido. Relativamente proximo de logares cujas condições climatericas pódem ainda

influir pela acção das correntes, taes como o vasto delta miasmatico do Nigor, o clima da ilha é insalubre, sobretudo no littoral; mas para o interior ha muitos logares saudaveis Um dos pontos menos salubres da ilha é exactamente aquelle em que está edificada a cidade, a qual assenta n'um terreno baixo, pantanoso e barrento, cercado de montanhas e sujeito ás inundações de duas ribeiras muito caudalosas que n'ella correm, uma ao N e a outra ao S. Não se sabe ao certo quando nem por quem foi descoberta esta ilha. Admitto se, porém, geralmente, que João de Santarem e Pero de Escobar, cavalleiros da casa de D. Affonso V, que em 1470 fôram ao descobrimento da costa além do cabo de Palmas, teriam avistado esta ilha por ser quasi impossivel navegar desde o referido cabo ao de Lopo Gonçalves, e d'este á costa da Mina sem encontrar, na ida ou na volta, as ilhas de S. Thomé e Principe. Geralmente marca se o seu descobrimento a 17 de janeiro de 1471, dia de Santo Antão, nome que primitivamente foi dado á ilha, dando se-lhe mais tarde o nome actual. A sua povoação com pretos oriundos da costa d'Africa, data, porém, só do anno de 1500, ou de pouco depois, quando Antonio Carneiro, senhor de Vimioso, obteve d'el rei D. Manuel a doação da ilha com jurisdicção civel e crime. Na *Chorographia historica das ilhas de S. Thomé e Principe*, etc., diz Raymundo José da Cunha Mattos, que foi D. João II quem fez mercê da capitania da ilha, de juro e herdade, a Antonio Carneiro, coutinuando os seus descendeutes a serem os donatarios. Em 1610, a ilha passou de senhorio a ser condado, por mercê de Filippe III de Portugal, sendo o 1.º conde da Ilha do Principe Luiz Carneiro de Sousa. A Companhia de Cacheu e Cabo Verde escolheu a para centro do seu commercio n'aquella região, ou para melhor dizer, para deposito de escravos. Até 1695 a ilha do Principe não teve fortalezas nem alfandega, porque só n'esse anno se deu execução á carta regia, de D. Pedro II, da data de 7 de dezembro de 1694, em que se ordenava ao governador e capitão general José Pereira Sodré, senhor da villa de Aguas Bellas, que estabelecesse alfandega com um juiz, um tutor recebedor e um escrivão, e por carta régia de 3 de fevereiro de 1695 determinou o mesmo soberano, que estes officiaes fôssem subordinados ao provedor da fazenda de S. Thomé, e n'essa mesma occasião foi de Portugal uma companhia de infantaria para guarnecer a fortaleza da Ponta da Mina, fortaleza que apenas consistia em varios parapeitos de fachina que cobriam algumas peças d'artilharia que defendiam a entrada do porto. Os donatarios gozavam de muitas isenções e privilegios, e a colonia prosperou rapidamente. Fôram plantadas algumas cannas idas da ilha da Madeira, e estabeleceram se muitos engenhos d'assucar, do qual se tirava um tributo para o filho primogenito do rei, e d'ahi proveiu então á ilha o nome de *Ilha do Principe*. Em 1706, uma esquadra franceza desembarcou tropas na Praia Salgada, as quaes tomaram a fortaleza, que destruiram completamente, varios navios da Companhia de Cacheu e Cabo Verde surtos no porto, saquearam a ilha e queimaram os edificios e os engenhos d'assucar. Os francezes retiraram se depois, e ignora se se houve capitulação. Muitos habitantes ficaram reduzidos á mais cruel indigencia Comtudo, o acto de pirataria dos francezes, nem tão pouco a ruina d'aquella poderosa companhia, anuiquilaram a ilha, e tal importancia mercantil ainda conservava em 17 3, que a 29 d'outubro d'aquelle anno passou a ser encorporada nos proprios da corôa por contrato celebrado com o proprietario, que trocou o titulo de conde da Ilha do Principe, pelo de conde de Lumiares. A 15 de novembro do mesmo anno a povoação era elevada á categoria de cidade, sendo para ali transferida a capital da provincia, já em attenção do grau de prosperidade da ilha, já porque se suppunha ser mais benigno o seu clima do que o de S. Thomé. Em 29 de dezembro de 1799 foi a ilha novamente atacada pelos francezes. João Francisco Landolphe, capitão de mar e guerra, commandante d'uma esquadra, fez desembarcar na Praia Salgada o chefe de batalhão Lerck á frente de 400 homens, parte dos quaes marcharam para a fortaleza, e o resto para a cidade pelo caminho do Oque Boi. Landolphe tinha vastas noticias da ilha do Principe, onde havia estado muitas vezes na qualidade de capitão de navios de escravos. Achava se a ilha governada pelo coronel de milicias Manuel Montoiro de Carvalho, homem valetudinario e absolutamente incapaz de similhante exercicio, e assim tambem por Joaquim Pedro Lagrange, ouvidor geral interino da comarca, os quaes faziam as vezes e a representação do governador geral João Baptista da Silva, que residia em S Thomé. Os governadores, apenas tiveram noticia da chegada das embarcações francezas á Praia Salgada, presumiram que eram inimigos; fizeram tocar a rebate, mas viram se faltos de gente, a qual, á excepção dos officiaes, se metteu nos mattos; outro tanto fizeram os soldados artilheiros da fortaleza da Ponta da Mina, de fórma que ficou ali o commandante Innocencio Duarte de Azambuja, 1.º tenente d'artilharia, acompanhado pelo alferes Miguel Faria Pinto e os cabos de esquadra Nicolau Tristão, Antonio Gonçalves, e o soldado Francisco da Costa. Os governadores, comtudo, á força de muitos incommodos e a diligencias do major de milicias Antonio Ramos de Queiroz, puderam ajuntar uma força de 25 soldados milicianos sem armas, alguns officiaes inferiores com ellas, e fizeram partir para a fortaleza 18 soldados de milicias, que para nada ali serviam. Não faltou quem accusasse os governadores de traição, mas era uma injustiça. Os governadorea e officiaes milicianos fôram promptos nos seus deveres, mas o povo fugiu cobardemente para o matto, desamparando-os. Os governadores não eram militares, não conheciam o que deviam praticar para impedir o desembarque ou para rechaçar o inimigo nos tremendos desfiladeiros da ilha, onde 10 homens pódem com facilidade bater 400. Não deram providencias senão depois do inimigo desembarcar, e entenderam que, no caso que tal desembarque se não fizesse na Praia Salgada, as fragatas podiam forçar o porto e desembarcar a gente na cidade. Os governadores não tinham armas, munições, artilharia de campanha, nem tropa adestrada. No meio de tantas provações receberam a intimação de se entregarem pelo ajudante major Roger Dufforg, e accederam a ella, construindo se uns artigos de capitulação que bem deixam entender que taes governadores nada tinham de soldados. A capitulação tem a data já citada de 29 de desembro de 1799. D'esta epoca ou pouco depois, é que

principiou a decadencia da ilha. Em 1852 a séde do governo da provincia tornou para S. Thomé. Depois, por mais de 30 annos a ilha esteve votada quasi inteiramente ao abandono, até que em 1878 o cacau começou a ter uma grande alta no mercado, o que animou os seus roceiros a proseguirem n'esta cultura, fez se o repovoamento d'ella por meio de trabalhadores de fóra, e iniciou se assim o novo periodo de prosperidade. A prodigiosa vegetação dos trópicos, revela-se na ilha até ao cimo dos seus montes. Os mangaes orlam as margens dos rios, e os coqueiros e as palmeiras, a mangueira, o cajueiro, a bananeira e a laranjeira produzem-se n'ella facilmente. O solo é apto para uma cultura variada, e, além das producções naturaes dos tropicos, produz os mesmos generos que a ilha de S. Thomé, menos a quina; o café, todavia, não se dá tão bem, por causa das muitas chuvas que destroem a flôr. A principal cultura é o cacau, que vegeta perfeitamente, tendo a sua producção attingido um desenvolvimento extraordinario nos ultimos annos. A canna saccharina dá se tambem optimamente em toda a ilha, e, nos ultimos tempos, a Companhia do Principe fez promettedores ensaios com a plantação da borracha. A principio, na epoca do descobrimento da ilha e no começo da sua colonisação, a cultura da canna saccharina attingiu grandes proporções. Com a Companhia de Cacheu e Cabo Verde, que, conforme dissémos, ali fez o emporio do seu commercio, a ilha foi por largos annos uma colonia florescente e rica Edificaram-se bellos palacios e importantes casas, como a do Cimalo e outras, já ha muitos annos caidas em ruina. Mas o desenvolvimento da cultura da canna saccharina no Brazil, porventura o seu abandono pelo trafico da escravatura na visinha costa do Gabão, e, mais tarde, a repressão d'este trafico, fôram outras tantas causas de que a ilha, sem agricultura e sem vida propria, começasse a decair, para só nos ultimos tempos iniciar o seu resurgimento por meio do trabalho activo. O tabaco produz-se tambem facilmente na ilha, e seria talvez um manancial de riqueza se se tivesse explorado a sua cultura e estudado o preparo da folha, e do mesmo modo os couros poderiam ser tambem um artigo de commercio relativamente importante. A ilha do Principe fórma um districto com uma freguezia, N. S.ª da Conceição, tendo, pelo recenseamento de 1900, 4:747 hab., dos quaes 178 são europeus, 962 indigenas e 3:607 serviçaes. A unica povoação é a cidade de Santo Antonio, situada na bahia do mesmo nome, como já dissémos, ao N da ilha E' limitada pela ribeira dos Frades e pelo rio Papagaio. A principal egreja é a matriz, N. S.ª da Conceição, edificio elegante. Tem 4 altares e algumas confrarias. A egreja do hospicio de Santo Antonio dos barbadinhos italianos tem 4 altares No anno de 1809 foi concertada, assim como todo o hospicio, por determinação do governador Luiz Joaquim Lisboa. A egreja da Misericordia é pequena, com 3 altares, não tem confraria nem hospital. A do Rosario é um templo de mediana grandeza e muito bem adornado; tem 3 altares, é a mais rica de toda a ilha. A de S. Gregorio é pequena, com 3 altares, e está muito arruinada, mas tem bons ornamentos. O edificio do hospicio de Santo Antonio é muito pequeno, mas com bons commodos; é construido de barro, rebocado de cal, com uma grande cêrca arruinada. A alfandega, a cadeia, o corpo da guarda e o armazem real fazem um mesmo edificio de pedra e cal, muito forte, e ha poucos annos construido. A força armada da ilha consta d'uma companhia de artilharia, um regimento de milicias e duas companhias de ordenanças. Para sua defeza, tem a Ilha do Principe as fortalezas da Ponta da Mina e de Sant'Anna: da primeira dependem o reducto da Nazareth, a praça baixa de Nossa Senhora e a bateria de S. João. A fortaleza da Ponta da Mina est edificada n'um monte que fórma a ponta do sul d porto da cidade: as embarcações passam e fundeiam muito proximo a ella. Consta de duas baterias, uma superior chamada *Bateria Real*, e outra inferior assente n'um pequeno monte chamado *Bateria do Principe*. A Bateria Real apresenta ao mar a parte convexa d'um parapeito semicircular de alvenaria, onde estão assentes 16 peças d'artilharia de bronze, de calibre 3 até 14. N'esta bateria ha um pequeno deposito de polvora, e sobre um terreno elevado fica o quartel da guarnição, e junto d'elle o grande armazem de polvora. A Bateria do Principe, que fica proximo, é um quadrado longo de pedra e cal; da banda do norte tem assentes 5 peças de ferro, de calibre 6; á face de oeste tem duas peças do mesmo calibre, a do sul uma de 4, e a de leste encosta da ao monte em que fica a Bateria Real. A leste, pouco distante da Bateria Real, está um reducto chamado Praça Baixa de Nossa Senhora, 35 pés acima do nivel do mar; tem 3 peças de calibre 3 e é muito util á defeza do porto. N'um outeiro contiguo, que domina a fortaleza da Ponta da Mina pela parte do SE, ha um bom reducto chamado de N. S.ª da Nazareth; tem 2 peças de bronze de calibre 4, e fosso com ponte levadiça. A um tiro de espingarda a O da fortaleza da Ponta da Mina, ha a bateria de S. João, em que estão assestadas as duas peças de ferro de calibre 6. A bateria de Sant'Anna é uma interessante obra de fortificação: a sua figura é ovada, com fosso e ponte levadiça. Tem 6 peças d'artilharia de ferro de calibre 6, e como está edificada n'um outeiro, que fórma a ponta do norte da bahia da cidade, e é diametralmente opposta á fortaleza da Mina, cruzam o seu fogo e defendem todo o ancoradouro e logares de desembarque entre as pontas da Praia Salgada e a de Capitão. Na ilha do Principe ha agencia de navegação, varias casas commerciaes, fabricas de chocolate, estação postal, delegação maritima, escolas, etc; hospital, cabo submarino; muitas e importantissimas roças. Pertence á provincia de S. Thomé e Principe, e é um julgado da comarca de S. Thomé, pertencente ao districto judicial ou Relação de Loanda. Tem governador militar. A população indigena tem decrescido muito em virtude da desproporção enorme que ha entre nascimentos e obitos, e tambem pela emigração para a ilha de Fernando Pó. Ultimamente declarou-se a terrivel *doença do somno*, atacando europeus e africanos, mas de preferencia os serviçaes das roças, por causa do numero. Esta doença tem tomado um grau tal de intensidade, que em certas roças as curas são de 40 % do total dos casos. Encontra se ali a mosca *glossina papalis*, que transmitte a doença, segundo as opiniões mais correntes: em 1906 estava-se montando uma enfermaria destinada ao tratamento d'esta doença terrivel.

**Priol** Regedoria do conc. de Pondá, No-

vas Conquistas, no distr. e arceb. de Gôa, India.

**Priores**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Almargem do Bispo, conc. de Cintra, distr. de Lisboa.

**Priscos**. Pov. e freg. de S. Thiago, da prov. do Minho, conc., com., distr. e arceb. de Braga; 113 fog. e 562 hab. Tem esc. do sexo masc. e est. post. Dista 5 k. da séde do conc. e está situada na margem do rio Este. A mitra apresentava o abbade, que tinha 800$000 reis de rendimento annual. Foi senhor d'esta freguezia D. Gomes Paes de Priscos, irmão do mestre dos templarios, D. Gualdim Paes de Marcos. A terra é muito fértil em todos os generos agricolas, e cria muito gado, que exporta. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga

**Privilegios**. Pov. na freg. de Santo Estevão, de Urgezes, conc. de Guimarães, distr. de Braga.

**Procopio** *(José)*. Pintor. V. *Ribeiro* (*José Procopio*).

**Procurador da cidade**. Por carta régia de 3 de janeiro de 1550, enviou D. João III á camara da cidade de Lisboa a pauta da eleição dos officiaes, que tinha de servir n'este anno, incluindo mais um procurador da cidade, além do que servia, *emquanto não mandasse o contrario*. Desde então fôram sempre dois os procuradores, com egual jurisdicção, e o seu principal dever era lembrar e requerer em camara, o que conviesse para o bom governo e administração da cidade. Os procuradores eram especialmente encarregados do cumprimento de certos actos, que, por não exigirem tanta autoridade e presteza na sua execução, não estavam a cargo dos vereadores. O logar de procurador da cidade, com a successão dos tempos, tornou se um officio de propriedade bastante lucrativo. O alvará régio de 11 de agosto do citado anno de 1550, autorisava a camara a elevar o vencimento annual dos procuradores da cidade a 10$000 réis em dinheiro, e 2 moios de cevada, á custa das rendas do concelho. O vencimento annual de cada um dos procuradores, foi assim computado: 15$000 réis em dinheiro, 2 moios de trigo e 3 de cevada.

**Procurador dos mestêres**. Apezar de deputados da Casa dos Vinte e Quatro, (V. *este nome*), eram estes procuradores, todavia, independentes da mesma casa, emquanto exerciam aquelle cargo. A carta régia de Filippe III, de 18 de maio de 1633, mandava que os procuradores dos mestêres assignassem todas as deliberações da camara, ainda mesmo que não as approvassem, sendo lhes defeso fazer qualquer declaração. Em 1679, duvidando os procuradores dos mestêres votar e assignar uma consulta sobre um assumpto tratado em mesa de vereação, por suggestões do juiz do povo, a quem tinham communicado o facto, quebrando assim o sigillo do tribunal, fôram por esse motivo presos na Torre do Bogio, á ordem do rei, e só de lá sairam depois de muitos protestos de arrependimento e de emenda.

**Procuradores** das cidades e villas. V. *Banco*.

**Proença**. Appellido nobre em Portugal. O primeiro que se encontra com elle, é João de Proença, que foi sepultado na sé de Lisboa. Parece que o tronco d'esta familia veiu de Provença, França. As armas são: Escudo partido em pala: a primeira de verde com uma aguia de preto de duas cabeças armada de ouro; na segunda de azul, cinco flôres de liz de ouro, em aspa. Timbre, meia aguia das armas, dos peitos para cima (de uma cabeça), com o bico de ouro.

**Proença** *(P. Antão de)*. Jesuita. N. no logar de Remela, bispado da Guarda, em 1624, fal. no Oriente a 14 de dezembro de 1666. Pertencia a uma nobre familia; formou se em philosophia, na Universidade de Evora, e só depois de bacharel é que entrou na Companhia de Jesus, professando em 13 de julho de 1643, aos 19 annos de edade. Desejoso de se empregar na conversão dos indios, partiu para o Oriente em 1647, e foi um dos nossos mais ardentes e mais uteis missionarios prégando o Christianismo com o maior exito no reino de Maduré, onde veiu a fallecer. Escreveu: *Cinco relações dos successos da missão de Maduré;* e mais um *Vocabulario Tamulico com a significação portugueza*, o qual se imprimiu em Ambalacata, na India Oriental, em 1679, sendo os caracteres abertos em madeira por Ignacio Aichamoni, indigena do Malabar. As *Relações*, parece que ficaram inedítas.

**Proença** (*P. Antonio*). Jesuita. N. no Fundão em 1558, ignora-se a data do fallecimento. Entrou na Companhia de Jesus, em 1603, partiu para o Oriente, empregando-se nos trabalhos das missões. Escreveu uma *Relação dos successos que aconteceram em Coimbra no tempo da peste do anno de 1599*, a qual anda impressa no livro *Imagem de Virtude no noviciado do collegio de Coimbra*, do P. Antonio Franco.

**Proença a Nova**. Villa da prov. da Beira Baixa, séde de conc. e julgado municipal, com. da Certã, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre. Tem uma só freg., cujo orago é N. S.ª d'Assumpção. Está situada entre duas ribeiras affluentes, da ribeira Ocreza, de cujas margens dista 15 k., na estrada de Abrantes a Castello Branco, e 50 da capital do districto. O seu 1.º nome foi *Cortiçada*, e era uma das 12 villas do grão, priorado do Crato. Depois chamou se *Vilha Melhorada*. Teve foral com a data de 26 de setembro de 1242, e el-rei D. Manuel lhe deu foral novo, dando-lhe o nome de *Proença a Nova*, em Lisboa, no 1.º de julho de 1512. O grão-prior do Crato, da ordem de Malta, apresentava o vigario, que tinha diversos generos e 8$000 réis em dinheiro Desde 1834 está unida, no ecclesiastico, ao patriarchado de Lisboa, como todas as outras freguezias do grão priorado e da prelazia de Thomar. A pov. é muito antiga, ainda que mais moderna que a de Proença-a-Velha. A egreja matriz era collegiada com dois beneficiados e um thesoureiro. Tem Misericordia e hospital. A terra é muito fertil em todos os generos agricolas do nosso paiz; cria muito gado de toda a qualidade, e nos seus montes apparece muita caça. Pertence á 5.ª div. mil., 10.ª brigada, grande circumscripção mil. Central, e ao distr. de recrut e res. n.º 15, com a séde em Thomar. Tem escolas d'ambos os sexos, est. post. e telegr., com serviço de valores declarados, encommendas postaes, cobrança de titulos, lettras e valles; agentes dos bancos *Economia Lisboa*, *Commercial de Lisboa* e *Commercial do Porto;* das companhias de seguros: *Internacional*, *Tagus*, *Portugal*, *Equitativa dos Estados Unidos do Brazil;* lagares de azeite, fabricas de cortiça e de rolhas; hospedarias, medico, pharmacias, notario, sociedades de recreio: *Philarmonica Proencense* e *Club Harmonia;* feira a 2 de fevereiro e a 2 e 3 de maio, 23 e 24 de

agosto: mercado mensal ás segundas e quintas feiras, de gado bovino e suino. O conc compõe-se apenas de 4 freguezias, com 2:435 fog. e 11:504 hab., sendo 5:622 do sexo masc. e 5:882 do fem, n'uma superficie de 30:532 hect. As freguezias são as seguintes: S. Pedro, de Esteval, 895 hab.: 459 do sexo masc. e 436 do fem.; S. Thiago Menor, de Peral, 551 hab.: 259 do sexo masc. e 292 do fem.; N. S.ª d'Assumpção, de Proença a Nova, 4:062 hab.: 1:988 do sexo masc. e 2:074 do fem; S. Thiago Maior, de Sobreira Formosa, 5:996 hab.: 2:916 do sexo masc. e 3:080 do fem, O principal commercio do conc. é azeite, vinho, cereaes, madeiras, cortiça e castanha,

**Proença a Velha** *(Antonio de Gouveia Osorio de Metello de Vasconcellos, 1.º visconde de).* N. em Almeida a 31 d'agosto de 1831, ignora se a data do fallecimento. Era filho de João Gouveia Osorio da Costa, general da provincia da Beira e commandante da 4.ª divisão no cêrco de Porto, etc., e de sua mulher, D Claudia Carolina Pinto Metello Falcão. Casou em 13 de outubro de 1854 com D. Luiza da Cunha de Castro Menezes Pitta, filha de Luiz da Cunha Pereira de Castro e Menezes, fidalgo da Casa Real, bacharel em Philosophia, e irmão do barão de Proença a Velha. *(V. adeante)*, e de sua mulher D. Maria Augusta Goodolphim de Sá Nogueira. O titulo foi concedido por decreto de 8 de maio de 1866. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Fonsecas: em campo de ouro cinco estrellas sanguinhas de cinco raios postas em santor; no segundo as dos Coelhos: em campo de ouro um leão de púrpura faxado de tres faxas xadrezadas de ouro e azul, orla azul com sete coelhos de prata manchados de prata; no terceiro a dos Vasconcellos: em campo negro tres faxas veiradas de pratas e vermelho, sendo a prata da parte de cima e o vermelho de baixo; no quarto as dos Monteiros: em campo de prata tres buzinas de preto com bocaes de ouro e cordões vermelhos em roquete; timbre, o dos Fonsecas: um leopardo ou touro vermelho, armado de ouro e uma estrella do mesmo metal na espadoa. Este brazão foi concedido por alvará de 28 de outubro de 1757, a Manuel Antonio da Fonseca Pinto Sousa Coelho e Vasconcellos, ascendente d'este titular.

**Proença a Velha** *(João Filippe Osorio de Menezes Pitta, 2.º visconde e 1.º conde de).* Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. N. a 10 d'agosto de 1855, sendo filho do 1.º visconde do mesmo titulo. *(V. o artigo antecedente).* Casou em 4 de junho de 1884 com D. Maria de Mello Furtado Caldeira Giraldes de Bourbon, filha dos condes de Foz de Arouce. O titulo de visconde foi renovado por decreto de 1 de maio de 1884, sendo mais tarde elevado a conde.

**Proença a Velha** *(José de Menezes Pitta de Castro, barão de).* Fidalgo da Casa Real, conselheiro, commendador da ordem de Aviz, cavalleiro da Torre e Espada, condecorado com a medalha n.º 9 das campanhas da Liberdade, e com as de valor, bons serviços e comportamento exemplar. N. a 20 de janeiro de 1804, e fal. na ilha da Madeira a 8 de maio de 1884, no posto de general de brigada reformado. Era filho de João Filippe de Castro da Cunha Pereira e Napoles, fidalgo da Casa Real e coronel de milicias, e de sua mulher D. Anna de Menezes Pitta e Castro. Casou em 1844 com D. Maria José Moreira, filha de Joaquim Moreira, e de sua mulher D. Genoveva da Encarnação Moreira. O titulo de barão foi lhe concedido por decreto de 1 de julho de 1863. O seu brazão d'armas é o dos Pittas, concedido a Sebastião Gonçalves Pitta, por carta de 20 de abril de 1569: Escudo esquartelado; no 1.º e 4.º quarteis, de azul, uma torre de ouro, e no 2.º e 3.º, de púrpura, banda de ouro, saindo da bocca de duas serpes, tragautes, de verde, pincadas de ouro, lampassadas de purpura.

**Proença a Velha.** Villa e freg. de N S.ª da Silva, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Idanha a Nova, distr. de Castello Branco, bisp. de Portalegre; 293 fog. e 1:132 hab. Tem escolas d'ambos os sexos e est. post. Dista 13 k. da séde do conc. o está situada n'uma planicie, a 1 k. da margem direita da ribeira das Taliscas, na estrada de Idanha a Nova a Penamacôr. O tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens apresentava o vigario, que tinha de rendimento annual 80$000 reis e o pé d'altar. A pov. é muito antiga, do tempo dos romanos ou dos godos. D. Sancho I a deu a D. Pedro Alvitis, mestre da ordem do templo, e aos seus frades, que lhe deram foral em abril de 1218. El-rei D. Manuel lhe deu foral novo em Santarem, no 1.º de junho de 1510 Em ambos estes foraes fôram dados á villa todos os privilegios, isenções, fóros, usos e costumes já concedidos a Idanha a Nova. O terreno é bastante fertil em todos os generos agricolas do nosso clima; cria muito gado de toda a qualidade, e os seus montes são abundantes de caça, grossa e miuda. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 21 com a séde em Castello Branco.

**Proença Vieira** *(Joaquim José de Proença Vieira, 1.º visconde de).* Moço fidalgo com exercicio na Casa Real, consul de Portugal em França; commendador da ordem de Nossa Senhora da Conceição, official da Torre e Espada; cavalleiro da Legião de honra, de França, commendador da de Medgidié, da Turquia, e da de S. Mauricio e S Lazaro, de Italia, addido honorario á legação de Portugal, em Paris. N. a 20 de janeiro de 1831, sendo filho de João Pauliuo Vieira, fidalgo cavalleiro da Casa Real, commendador da ordem de Aviz, e de varias ordens estrangeiras, capitão do mar e guerra e inspector do Arsenal da Marinha, casado com D. Maria Joanna de Proença Vieira. Casou com D. Maria Ferreira Borgos, filha de Joaquim Ferreira Borges, encarregado de Negocios de Portugal em S. Petersburgo, etc. O titulo foi concedido por decreto de 1 de fevereiro de 1872.

**Prógo.** Na freg. de Santa Eufemia, de Calheiros, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Prognostico.** Juiso que os astronomos deduzem da observação dos astros, e signos celestes, calculando-se assim as mudanças que se preparam na atmosphera, aproveitando esses calculos para se formular o repertorio, folhinha, calendario, almanach, que antecipadamente se consulta para se conhecerem os movimentos atmosphericos que se dão durante o novo anno que começa. A'cêrca de *prognosticos* encontra-se um artigo curioso no *Almanach Ferin* do anno de 1899.

**Prolonga.** Pov. na freg. de S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

**Promotor**. Pov. na freg. de Santo Antonio dos Olivaes, conc. e distr. de Coimbra.

**Propria**. Povoações nas freguezias: O Salvador, de Cabeça Santa, conc. de Penafiel, distr. do Porto. || S. João Baptista, de S. João de Ver, conc. da Feira, distr. de Aveiro. || S. Thiago, de Rio Meão, do mesmo conc. e districto.

**Prostes** (*Henrique Jeronymo de Carvalho*). Tachigrapho, jornalista, consul de Portugal em diversos paizes, um dos socios fundadores da Sociedade de Geographia, socio honorario da Associação Promotora da Industria Fabril, membro honorario de 1.ª classe da Academia Mont Real de Toulouse, etc.. N. em Lisboa a 19 de novembro de 1844, e falleceu ha já bastantes annos. Era filho de Francisco Rufino de Carvalho Prostes, cavalleiro fidalgo da Casa Real, 1.º official reformado da direcção da Administração militar, e de sua mulher D. Marianna das Dominações Caroço Prostes. Depois dos estudos preparatorios frequentou o curso de tachigraphia, na camara dos pares, em 1863, onde prestou serviços até 1881, depois de ter obtido carta do Curso Superior de Letras, que frequentou nos annos de 1865 a 1867, e de se haver habilitado em concurso para os empregos consulares. Collaborou alguns annos em diversos jornaes politicos, como a *Gazeta do Povo*, *Paiz*, *Commercio Portuguez* (Porto), *Progressista* (Coimbra), *Progresso*, etc.. Incansavel investigador dos assumptos que respeitam ao jornalismo em Portugal, conseguiu reunir, em alguns volumes, um numero de cada periodico, que pôde alcançar; esta collecção valiosa figurou na exposição de Philadelphia em 1876, e na de Paris em 1878, obtendo menção honrosa. N'esta ultima exposição tambem apresentou uma serie de quadros graphicos estatisticos, com o titulo de *Les Vins du Portugal*, que offereceu ao professor Antonio Augusto d'Aguiar, ali commissario regio, trabalho que obteve premio. Escreveu um livro de bastante valor, intitulado: *Apontamentos para a historia do jornalismo em Portugal—1641 a 1880*. Tendo exercido o cargo de consul geral da Bolivia em Portugal, foi nomeado consul em Siam e nos estabelecimentos britanicos dos estreitos de Singapura e Malaca em 12 de fevereiro de 1881. Apenas chegou a Siam, viu-se em breve a braços com a epidemia da Cholera morbus, que fez ali estragos aterradores, sendo enorme o numero de casos que todos os dias se registavam. N'esta dolorosa e afflictiva conjunctura, Henrique Prostes não desanimou, affrontando o perigo, e prestando relevantes serviços á colonia portugueza, estabelecendo ambulancias para soccorrer os atacados, frequentando de dia e de noite os hospitaes, que só em Bangkok chegaram ao numero de 33, e ministrando aos enfermos os remedios por sua propria mão, em tanto risco com desprendimento pela propria vida. Por estes actos foi louvado em dezembro de 1881 pelo governador de Macau, ministro plenipotenciario de Portugal na China, Japão e Siam, e pelo governo portuguez, em fevereiro de 1882. O governo de Siam concedeu lhe a medalha expressamente cunhada, n'uma das faces da qual se lia: *Concedida como premio pelos serviços prestados no tratamento da Cholera-morbus*; esta medalha foi lhe offerecida directamente pelo principe Promptivano, lord-mayor em Bangkok. Outro notavel serviço prestou Henrique Prostes em Siam. Conhecendo-te, que a lingua patria começava a ser esquecida pelos filhos dos portuguezes, que falavam quasi unicamente siamez e o inglez, lembrou-se de fundar em Bangkok uma escola da lingua portugueza, realisando, á força de perseverança, o seu intento e logrando a fundação do patriotico instituto, o qual se inaugurou no dia 1 de dezembro de 1881. Foi promovido a consul de 1.ª classe no mesmo districto em 27 de abril de 1882. Henrique Prostes procurou melhorar as condições da administração do consulado, o que conseguiu, não sem attritos e dissabores, que junto á influencia do clima lhe deterioraram a saude, o que o obrigou a regressar á patria em goso de licença. A' sua partida de Bangkok houve uma grande manifestação de sympathia; um grupo de chins, sob a protecção portugueza, teve a delicada lembrança de lhe offerecer um elegante vaso de prata com uma dedicatoria muito affectuosa, indo as principaes familias acompanha lo a bordo. Ao passar por Singapura, os portuguezes ali residentes lhe enviaram uma mensagem congratulatoria, firmada por numerosas assignaturas. Henrique Prostes regressou a Portugal, depois de haver visitado as Indias Hollandezas, as Filippinas, Cochinchina, e quasi toda a costa malaia, procurando conhecer e estudar de perto o systema colonial hollandez, hespanhol, francez e inglez, procurando sempre ser util ao paiz, apresentando interessantes relatorios especiaes. Em 1 de outubro de 1881 foi nomeado consul em Genova, para onde partiu, e ahi falleceu. Além das distincções já citadas, Henrique Prostes possuia a commenda de Carlos III, de Hespanha, que lhe foi conferida pelo rei Amadeu em 22 de setembro de 1872; foi socio fundador da Sociedade dos Jornalistas e Escriptores Portuguezes, membro da Commissão Central Primeiro de Dezembro de 1640, da Sociedade de Geographia Commercial de Bordéos, da Academia Internacional de Sciencias Industriaes Universaes, de Madrid, e da Academia Indo-Chineza, de Paris.

**Prostes Pinheiro** (*Manuel Maria Bordallo*). Medico pela Escola Medico Cirurgica de Lisboa, cujo curso terminou em 1875. N. em 23 de janeiro de 1850. Foi nomeado cirurgião interino do hospital de S. José em 2 d'abril de 1885, e definitivo em 16 de julho do mesmo anno. Foi medico do Ultramar, professor da escola medica de Gôa e subdelegado de saude interino em Lisboa, no anno de 1885 medico substituto do corpo de bombeiros e da Misericordia. Em 1890 era medico do Banco do referido hospital. O dr. Prostes Pinheiro foi o primeiro cirurgião que em Portugal fez as operações de hepatohemia (19 d'agosto de 1886), de amputação osteoplastica tibio calcaneana pelo processo de Pirogoff modificado por Le Fort (16 de dezembro de 1886) e da amputação osteoplastica pelo processo de Wladmiroff (10 de novembro de 1877), obtendo a cura de todos estes doentes. Publicou a sua these inaugural, em 1875, sobre *Parasitismo por larvas de insectos na especie humana*, e algumas observações clinicas nos jornaes de medicina de Lisboa.

**Prostituição**. V. *Enxaravia*.

**Prova**. Pov. e freg. de S. João Baptista, da prov. da Beira Baixa, conc. e com. de Mêda, distr. da Guarda, bisp. de Lamego; 145 fog. e

578 hab. Tem esc. do sexo masc., est. post. e mercado no 3.º domingo de cada mez. A pov dista 9 k. da séde do conc., e está situada entre penedias, na estrada de Mêda a Villa da Ponte, a 2 k. da margem esquerda da ribeira Feja. O abbade de S. Pedro, de Penedono apresentava o cura, que tinha 30$000 réis e o pé d'altar. A terra é pouco fertil em cereaes e fructas, mas abundante de gado e de caça. Pertence á 2.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 12, com a séde em Trancoso. || Povoações nas freguezias: N. S.ª do Soccorro, de Paçô, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Maria, de Pinheiro, conc. de Oliveira de Frades, distr. de Vizeu.

**Prova do Ferro Caldo, da Agua Fria e da Agua Quente.** Desde tempos muito remotos até ao seculo XIV, a pessoa accusada de qualquer delicto, desafiava o seu accusador, para uma d'aquellas *provas*. Se o supposto criminoso saía incolume da *prova*, era o accusador julgado calumniador, mas se succumbia, era tido como culpado. A *Prova de Ferro Caldo* (ferro em braza), consistia em levar um ferro nas mãos, até certa distancia, ou pôr os pés nús sobre elle, por tempo determinado, sem que isto lhe causasse o menor mal. A *Prova da Agua Fria*, era beber certa quantidade de agua, sem depois se sentir incommodado, e a da *Agua Quente*, consistia em metter uma ou ambas as mãos em agua a ferver, sem se queimar. Tinham logar estas *provas*, quando era impossivel produzir testemunhas do facto criminoso. Dava-se a esta prova o nome de *purgação canonica*, ou *purgação vulgar*, e mais commummente *juizo de Deus*! Note-se, porém, que esta prova só era admittida ás mulheres, aos velhos e ás creanças, que não podiam combater em duello; aos mais, as armas em combate singular é que decidiam a questão. O *Juizo de Deus*, ou a *purgação*, fazia prova plena em juizo para todos os effeitos. Desde o seculo VIII até ao XIII, são infinitos os exemplos que se referem d'esta superstição Antes da prova, os que se offereciam a ella, jejuavam rigorosamente tres dias, e depois de confessados e sacramentados é que *provavam*. Tambem se faziam varias preces, benções, orações, exorcismos e repersões, por um sacerdote, e antecipadamente se marcava o peso do ferro, a distancia que com elle se devia percorrer, ou o tempo que os pés deviam estar sobre elle. Se a prova era d'agua fria, a quantidade que devia ser bebida, e se era d'agua a ferver, o tempo que as mãos n'ella deviam estar. Estava tão introduzido e tão generalisado este barbaro costume em toda a Europa, que só á força de repetidas censuras e excommunhões dos papas e dos concilios, é que pôde acabar, e mesmo assim, levou muito tempo antes de se extinguir totalmente Como *juizo de Deus* pelo duello, deu-se o mesmo, porém esse nunca se pôde extinguir de todo, e ainda hoje se pratica, como é sabido.

**Provado.** Pov. na freg. de S Miguel, de Christello, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

**Provaz.** Roça na Ilha do Principe, na Africa Occidental.

**Provedor das obras.** V. *Paceiro mór*, n'este vol. pag. 326.

**Provedor-mór de Saude.** Segundo um assento de vereação, de 27 de novembro de 1601, este cargo era sempre exercido por um dos vereadores, e distribuido á sorte como eram os pelouros.

**Provezende** *(José Antonio de Barros Teixeira Lobo de Barbosa, barão de).* Fidalgo da Casa Real, commendador da ordem de Christo, administrador dos vinculos de Provezende, de S José de Sabrosa, de Zimbro e de Riba Longa. N. a 3 de outubro de 1816, ignora se a data do fallecimento. Era filho de Antonio Lobo Teixeira de Barros de Barbosa, fidalgo da Casa Real, senhor dos referidos vinculos, commendador da ordem da Torre e Espada, cavalleiro da de Aviz, governador das armas do Minho, Porto e Beira Baixa, etc., e de sua mulher, D. Ignacia Delfina Candida Pereira Caldas Bacellar de Vasconcellos. Herdou a casa de seu pae a 25 de agosto de 1829. O titulo foi concedido por decreto de 10 de janeiro de 1837. O seu brazão d'armas é o seguinte: Escudo esquartelado; no primeiro quartel as armas dos Lobos: em campo de prata cinco lobos negros, passantes, em aspa, armados de ouro, lampassados de púrpura; no segundo, as dos Correias: em campo de ouro fretado de correias sanguinhas repassadas umas por outras de seis peças, tres em banda e outras tres em contrabanda; no terceiro, as dos Teixeiras: em campo azul uma cruz de ouro potentea e vasia; e no quarto, as das Taveiras; em campo de ouro novo *torteaus* de vermelho em tres palas: o timbre é o dos Lobos, um dos lobos das armas.

**Provezende.** Villa e freguezia de S. João Baptista, da prov. de Traz-os Montes, conc. de Sabrosa, com. e distr. de Villa Real, bisp. de Lamego; 308 fog. e 1:389 hab. Tem escolas d'ambos os sexos, medico, e est. post. Dista 10 k. da séde do conc. e está situada a meia encosta d'uma montanha, n'uma planicie formada por um degrau da mesma montanha, a 2 k. da margem direita do rio Pinhão, e a 5 da margem direita do rio Douro. A mesa archiepiscopal de Braga apresentava o reitor, que tinha 300$000 de rendimento annual. Provezende é uma das povoações mais consideraveis do Alto Douro. Tem-se por certo, que esta villa é antiquissima, mas não se conhece livro algum impresso que a ella se refira. As poucas e confusas noticias que d'ella ha, são colhidas, entre outros, d'um manuscripto datado de 1720, intitulado *Enchyridion d'armaria e nobiliarchia*, do dr. Jeronymo da Cunha Freire Botelho, natural de Provezende. Por documentos authenticos, sabe-se que aquella villa já existia no seculo XI, no reinado de D. Affonso VI, de Leão, avô de D. Affonso Henriques, e é muito provavel, que já no tempo dos romanos fôsse uma povoação de tal ou qual importancia, da circumscripção da cidade de Panoyas. Esta villa compunha-se originariamente de tres pequenas aldeias, situadas ao pé da montanha, em que está edificada, n'um lameirão, dando-se-lhes o nome de *São Joannes*, ou *San Joanne*, que era o mesmo que tinham n'um outro logar onde precedentemente haviam existido, e, tambem, o do antigo padroeiro, que ainda é hoje o mesmo. Depois, como o logar onde estava construida uma fortaleza, era mais espaçoso, alegre e sadio, do que o da ribeira de S. Joanne, mudaram para ali a pov. no reinado de D. Affonso Henriques, ou de seu filho D. Sancho I, dando-se-lhe desde então o nome de *Provezen-*

*de*, continuando a ser seu orago S. João Baptista. A'cêrca do nome de *Provezende*, ha umas lendas, que não merecem credito. Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, vol. VII, é de opinião, que fôsse algum fidalgo ou homem notavel, chamado Provezendo, ou que tivesse o nome patronimico de Provezendes, que assim denominasse a nova povoação por ter concorrido para a conquista e ficasse senhor d'ella, pelo direito da guerra, ou por serem dos primeiros e mais notaveis dos seus povoadores, ou finalmente por que D. Affonso Henriques ou D. Sancho I lhe dêsse este senhorio. Consta que a capella de Santa Marinha f i egreja d'um mosteiro de monges beucdietinos, e n'ella teem os reis de Portugal sepultura e jazigo, como consta da doação de D. Affonso III, que existe no archivo da sé de Braga. O mosteiro passou depois a ser de templarios, o que prova, não só porque elles tiveram por muitos annos, e até 1311, o senhorio d'estas terras, como pelas cruzes da sua ordem que se vêem ainda na capella de Santa Marinha. Diz-se que os cavalleiros mandavam aqui enterrar os defuntos da sua ordem, tanto os que falleciam no local, como os que falleciam em Valença e nos Casaes, que ficam em frente, ao sul, na margem esquerda do rio Douro. Tambem se diz ter sido esta capella um templo construido pelos romanos, e dedicado a uma das suas divindades, e que depois os godos o purificaram e transformaram em egreja christã; que os arabes o converteram em mesquita, e que sendo estes expulsos, tornou a ser templo catholico. A capella de Santa Marinha é, effectivamente, de architectura romana, mas de fabrica humilde e mesquinha, sem o menor vestigio do luxo architectonico que os romanos empregavam nos seus templos. Duas sepulturas cavadas em pedras soltas, sem emblema ou inscripção, que existem fóra da egreja, e do lado da capella-mór, tanto pódem ser romanas, como arabes ou christãs. Vê se que a egreja foi matriz, porque tem ainda pia baptismal, sem valor nenhum artistico. Está situada a pouca distancia da villa, n'um sitio ermo, mas agradavel. E' um dos monumentos mais curiosos da provincia, por ter atravessado intacto tantos seculos e tantas guerras devastadoras. Fóra da porta lateral da capella ha um nicho, tendo por baixo uma lagem de pedra quadrada, sustentada por uma outra pedra perpendicular, tudo obra muito grosseira. Diz a tradição que se dizia aqui missa, quando o povo não cabia na egreja, e que passando por estes sitios D. Affonso Henriques com as suas tropas, tambem ouviram missa celebrada n'este altar. A egreja tinha apenas o altar-mór e a pia baptismal. Desde o principio do seculo XIX, é que se lhe fizeram grandes melhoramentos; abriram se duas grandes frestas no corpo da egreja, que não tinha nenhumas; abriu-se uma porta lateral para o sul, e outra na capella-mór para a moderna sacristia; construiram-se dois altares lateraes, onde só havia dois assentos de pedra, fez-se um pulpito e um côro de madeira; reformou-se o pavimento, substituindo as lagens de schisto por outras de granito. O altar-mór antigo tambem foi substituido por um novo, de boa talha. A fachada da egreja, que era singelissima foi ornada com uma cornija de cantaria, tendo no meio uma cruz, e em cada angulo uma pyramide, tudo de granito. Fóra da porta principal se construiu uma boa galilé. Ha aqui uma boa imagem do *Senhor Jesus Amortalhado*, que é de muita devoção para todos os povos d'esta freguezia e das immediatas. Esta imagem e a de Santa Marinha eram as unicas, que teve a egreja até ao principio do seculo XIX. Parece que esta egreja era matriz, não só da freg. de Provezende, como das actuaes de Gouvães, S. Thomé do Castello e outras do norte, margem direita do Douro, mas até de algumas da Beira Alta, na margem opposta. Sobranceiro a Provezende e á capella de Santa Marinha, está o picoto, de fórma pyramidal, hoje chamado de *S. Domingos*, pela capella dedicada a este santo, que foi ali construida. Ainda se vêem n'elle claros vestigios d'uma fortaleza antiquissima, onde uma das lendas diz que recolhendo se ali o rei moiro Zaide, a reconstruiu. Estes vestigios constam d'uma dupla ordem de muralhas, na sua maior parte, desmoronadas, concentricas, que conservam a mesma distancia d'uma á outra. O lado do norte, o mais accessivel da fortaleza, era defendido por alguns baluartes. O povo conserva a tradição de que, desde este castello, fizeram os moiros uma galeria que ia ter á fonte de Santa Marinha, e por ella levavam os cavallos a beber. Outros avançam, que, d'esta galeria ia um ramal ter ao sitio do *Côrvo*, onde se via uma pequena cavidade, já ha muitos annos obstruida, que se não sabe, se seria obra da natureza ou de arte. Outros dizem tambem, que junto á esquina norte da capella de S. Domingos está entulhada a abertura ou entrada da tal galeria subterranea. As excavações feitas pelos crendeiros em differentes epocas, n'este monte, á procura de thesouros encantados, causaram mais estragos n'aquelle monumento archeologico do que o decorrer de tantos seculos. Nas *Inquirições* mandadas fazer por D. Affonso III n'esta terra, e na maior parte do reino, se encontra a noticia da primeira doação d'este couto aos arcebispos de Braga, o qual parece que pertencia á rainha D. Urraca, filha de D. Affonso VI, de Leão, casada com o conde Raymundo de Borgonha, amigo e companheiro d'armas do conde D. Henrique, marido de sua irmã D. Thereza, ou Tareja. D'esta doação existe uma copia no archivo da sé de Braga. Este couto gozava dos grandes e absurdos privilegios que tinham todos os outros do arcebispado, sendo um d'elles o de *couto do reino* ou de *homisiados*, podendo aqui recolher-se todos os facinoras d'outras terras, sem que dentro dos limites do couto pudessem ser presos, *nem mesmo por ordem expressa do rei*. O proprio monarcha não podia mandar *alçadas*, ou outra qualquer diligencia, por mais importante que fôsse, a estes coutos, *nem elle mesmo n'elles podia entrar sem primeiro obter licença do arcebispo*, sob pena dos anathemas comminados contra os violadores do terreno privilegiado. Contra certos *fiadores* do couto de Provezende e de S. Christovão, pertencente ao couto de Gouvães, se passou em 1701, uma carta executoria, por divida, assignada pelo desembargador da Relação do Porto, Jeronymo da Cunha Pimentel. Esta carta attentava contra as antigas e sempre respeitadas prerogativas da mitra, pelo que os executados recorreram para a Relação ecclesiastica de Braga, por intermedio do ouvidor, que então andava em correição. A mitra fez a causa sua, preparou se para defender energicamente as suas immunidades; porém foi vencida por uma sentença do desembargo do

paço, sob fundamento de que—*por conveniencia do serviço publico, o privilegio mais recente dos desembargadores, preferia ao mais antigo da Sé primacial*, — mas não foi impugnada a esta, a authenticidade dos documentos por ella apresentados, em defeza dos seus direitos. Entre esses documentos, juntos aos autos, figurava a carta, pela qual D. Affonso I doou o couto de Provezende á congregação da sua egreja, Santa Marinha, e cuja congregação, segundo refere o advogado da Mitra, já então só constava de dois congregados, os quaes, de commum accordo, o deixaram, por testamento, á mitra primacial. Esta doação é do anno de 1128, que assignou a carta de confirmação, com todos os do seu conselho, em Guimarães, em 1130. Esta carta está escripta em latim, e d'ella só transcreve o advogado da mitra, nos autos, alguns dos trechos que mais lhe convinham. Um dos mais curiosos é o seguinte: «Faço doação e concedo este couto, que erijo agora, e que parte pelos seus limites (designa-os) á sé de Braga. «Se algum homem vier, *quer seja eu*, ou pessoa do meu sangue, e queira entrar e violar o seu terreno, será obrigado a pagar 6:500 soldos por preceito real, tanto a vós, (ao arcebispo) como aos vossos successores, e além d'isso, quanto prejuizo fizer, pagal-o ha quadruplicadamente, e seja excommuugado da Santa Madre Egreja, com Judas, o traidor, e seja castigado por sentença de anathema perpetuo, etc.» Os arcebispos de Braga tinham n'este couto a jurisdicção civel, crime e orphanologica, com *méro e mixto imperio*, e eram, portanto, elles que nomeavam os juizes e mais empregados do couto; e nenhumas ordens, nem mesmo régias, eram aqui cumpridas, sem prévia autoridade do prelado, e só o ouvidor podia entrar na terra, em acto de correição. A ultima instancia de todos os pleitos era a Relação ecclesiastica de Braga. Até 1834, que deixou de ser couto da sé de Braga, tinha Provezende juiz ordinario, do civel, crime e orphãos, que fazia uma audiencia por semana, camara, almotaceis, alcaide, contador, distribuidor, procurador, capitão-mór, sargento-mór, com poder nos tres coutos de Provezende, Gouvães, S. Mamede de Riba Tua. Cada um d'estes coutos tinha uma companhia de ordenanças, com os seus respectivos capitães. O couto de Provezende existiu até 1836, seudo então supprimido como todos os mais. No mesmo anno deixou de ser villa a pov. de Gouvães, que tambem era couto, e foi unida a Provezende. Proximo do sitio do Couço existe um pedaço de terreno inculto, chamado *Monte da Forca*, por ter ahi havido uma, attestando que os arcebispos eram no couto, *senhores de baraço e cutello*. Esta forca constava de duas columnas de granito, atravessadas pela parte superior, por uma pedra collocada horisontalmente. Foi destruida depois de 1834. Nos livros antigos da parochia de Provezende, fala se em varias partes, d'uma casa chamada *o paço*, que existiu até ao meado do seculo XVII, sendo então demolida. A tradição popular diz, que foi paço de D. Affonso Henriques, ou pelo menos, que foi a casa onde se acolheu quando ali esteve, e por isso lhe ficou o nome de *paço*. Pinho Leal, no volume já citado, diz, «que lhe parece mais provavel que a denominação de *paço* lhe provenha d'outra qualquer circumstancia, o que o principe se alojasse no mosteiro dos congregados de Santa Marinha, como era uso n'esses tempos, e foi muito depois. Mesmo porque é de presumir que, em premio do bom agasalho que os religiosos fizeram a D. Affonso Henriques e aos do seu sequito, lhes coutasse elle e lhes doasse a freguezia.» Provezende foi sede d'um concelho, segundo parece, desde 1836, o qual se supprimiu em 31 de Dezembro de 1853, sendo unido ao de Sabrosa. Pela divisão feita em 23 de dezembro de 1876, ficou sendo cabeça d'um julgado, composto das freguezias, que tinham constituido o concelho: Provezende, S. Christovão do Douro, Gouvães, Covas do Douro, Gouvinhas e Paredella de Guiães, e mais as de Villarinho de S. Romão e Celleirós de Panoyas. Provezende, segundo diz o P. Carvalho da Costa, na sua *Chorographia*, teve foral, dado por D. Affonso III, em 1270. Não longe da Egreja de Santa Marinha, está a fonte do mesmo nome, cuja area foi reformada, ou reconstruida no seculo passado. Tinha gravada, debaixo da bica, a era *primeira de Cesar*, isto é, o anno 3966 do mundo, ou 38 annos antes de Christo. A pedra com esta data desappareceu com a reconstrucção. O frequente apparecimento de moedas romanas, a 1 e 2 k. da egreja, é indicio certo de que os povos latinos por ali residiram por muito tempo. Diz Pinho Leal, que ha um variado medalheiro nas casas da *Calçada* e do *Santo* d'esta villa, tanto das achadas aqui, como das provenientes de outros pontos das proximidades. Entre as que fôram encontradas nos arredores de Santa Marinha, vê-se uma de prata, de Trajano, com o peso de 3 grammas e o diametro do antigo tostão de prata; outra moeda de bronze, do tamanho de 10 réis, do imperador Augusto, achada em 1877 nas immediações de Villarinho de S. Romão. Tambem n'este anno se encontrou uma medalha de bronze e de egual tamanho, a uns 50 m. da capella de Santa Marinha. N'estes sitios teem apparecido varias outras medalhas romanas e arabes. Em 1877 ainda existia na villa o pelourinho, memorando a sua antiga autonomia. O cemiterio da freguezia está bem situado. Foi feito á custa do povo e da camara, principiando em 1855, sepultando se logo ali os cadaveres no anno seguinte. Durante a Guerra Peninsular, muitos dos habitantes de Provezende tomaram armas para defeza da patria, e se distinguiram pela sua bravura e lealdade. Os francezes roubaram aqui, como em quasi toda a parte, todos os objectos de prata, que eram muitos e de muito valor, pertencentes á egreja matriz. O terreno é pouco abundante d'aguas para irrigação, e por isso produz poucos cereaes, mas ha muita e boa fructa e hortaliças, tem abundancia de batatas de superior qualidade, e bastantes pinhaes. Pertence á 6.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 13, com a séde em Villa Real. Começou a publicar-se ali a 17 de Abril de 1892 a *Gazeta de Provezende*. || Povoações nas freguezias: Santa Maria, de Beiral do Lima, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello. || O Salvador, de Covas, conc. de V. N. da Cerveira, do mesmo districto.

**Provezende de Baixo e de Cima**. Duas povoações na freg. de N. S.ª da Conceição, de Rossas, conc. de Arouca, distr. de Aveiro.

**Proviadeira**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Parada, conc. de Paredes de Coura, distr. de Vianna do Castello.

**Prozelha**. Pov. na freg. de Santo André, de

Mosteiró, conc. da Feira, distr. de Aveiro. Tem correio com serviço de posta rural.

**Prozella.** Pov. na freg. de N. S.ª da Expectação, de Villa Nova da Telha, conc. de Maia, distr. do Porto.

**Prozello.** Pov. e freg. de S. Thomé, da prov. do Minho, conc. e com. de Amares, distr. e arceb. de Braga; 126 fog. e 452 hab. Está situada na margem direita do rio Cávado, a 2 k. da séde do conc. A mitra primacial apresentava o abbade, que tinha 300$000 réis de rendimento. No principio do seculo passado construiu se uma nova egreja matriz, por a antiga estar muito arruinada. E' um bom templo, que se restaurou e pintou em 1874 e 1875. Proximo a Prozello, é o rio Cávado atravessado por uma robusta e bem conservada ponte de cantaria, que é antiquissima, e diz se que foi mandada construir pelo imperador Vespasiano, na estrada da Geira, no anno 74 da era de Christo. A terra é fertil em todos os generos agricolas do paiz. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 8, com a séde em Braga. || Pov. e freg. de Santa Marinha, da prov. do Minho, conc. e com. de Arcos de Valle de-Vez, distr. de Vianna do Castello, arceb. de Braga; 222 fog. e 778 hab. Tem esc. do sexo masc. Está situada na estrada que vae de Valença aos Arcos de Valle de-Vez, a 3 k. da séde do conc. O visconde de Villa Nova da Cerveira, depois marquez de Ponte de Lima, apresentava o abbade, que tinha 300$000 reis de rendimento. A egreja matriz é de tres naves e muito antiga; no altar de Jesus existem reliquias de Santo Estevão, ás quaes o povo attribue a virtude de preservar da hydrophobia. N'esta freg. existe a torre solarenga, em que viveu D. Egas Paes, e n'ella entraram os Pachecos, senhores de metade dos Arcos, por esta parte; mas perderam este senhorio, e tudo o mais que possuiam n'este reino, por passarem ao serviço de Castella. Este senhorio foi depois dado aos viscondes de Villa Nova da Cerveira. Pertence a pov. á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 3, com a séde em Vianna do Castello.

**Prulhal.** Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

**Prulheira.** Pov. na freg. de N. S.ª dos Remedios, de Reguengo, conc. da Batalha, distr. de Leiria.

**Prumilheira.** Pov. na freg. de S. Lourenço, de Asmes, conc. de Vallongo, distr. do Porto.

**Psychiatria** Medicina especial para o tratamento de doenças mentaes. *Doidos, loucos, alienados.* V. em Lisboa, *Hospital de Rilhafoles.* Estabelecimento de um manicomio em Coimbra, em 1850, referido na *Memoria Historica e Commemorativa da faculdade da Medicina,* pelo professor Serra Mirabeau, pag. 196. — A lei de 4 de julho de 1899, vulgarmente conhecida pela lei Senna por ser da iniciativa do professor dr. Antonio Maria de Senna, instituiu clinicas psychiatricas de ensino. — Na ultima sessão legislativa anterior á Republica, o professor Miguel Bombarda apresentou um projecto de lei de protecção aos alienados. — A faculdade de Medicina de Coimbra enviou á Camara dos Deputados uma representação approvada em conselho de 7 de abril de 1910. Em 11 de fevereiro de 1911 dirigiu ao ministro do interior uma nova representação pedindo a cedencia do edificio do extincto Collegio Ursulino para n'elle ser estabelecido um serviço de hospitalisação de alienados e uma clinica psychiatrica. — Hospital do Conde Ferreira, no Porto, V. *Ferreira,* no vol. III, pag. 406. Bibliographia: *Elementos de psychiatria* por Julio de Mattos, Porto, 1911.

**Puay.** Sobado do conc. de Novo Redondo, na div. do Sumbe, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Puçal.** Antiga medida de vinho, que constava de 5 almudes. Cada *quinal* (pipa) tinha 5 puçaes, isto é, 25 almudes. Mas o puçal variava de capacidade, por causa da differença das medidas, na maior parte das terras, era de 5 almudes, mas em outras tinha 8 e meio, e 9.

**Pucariça.** Povoações nas freguezias: N. S.ª da Encarnação, de Olhalvo, conc. de Alemquer, distr. de Lisboa. || S. Pedro e conc. de Cantanhedo, distr. de Coimbra.

**Pucaros.** Algumas palavras a respeito de pucaros de Portugal (separata do *Bulletin Hispanique,* tomo VII), por D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Os pucaros do Extremoz, por exemplo, celebrados por Lope de Vega, Quevedo, Bellini, Desmarais e Magalotti, fôram tidos em alto apreço. V. *Mappa de Portugal,* tomo I, pag. 175.

**Puga.** Appellido nobre, que veiu da Galliza, sendo o solar d'esta familia em Orense. Passou a Portugal na pessoa de Gonçalo Annes de Puga, no reinado de D. João III. Tem por armas: Em campo de púrpura duas espóras de ouro em banda, e duas caldeiras de prata em contrabanda. Elmo de aço aberto, e por timbre um braço vestido de púrpura, com as duas espóras de ouro, do escudo, na mão.

**Pugido** Povoações nas freguezias: S. Thomé, de Aguiã, conc. de Arcos de Valle-de-Vez, distr. de Vianna do Castello. || Santa Eulalia, de Gondoriz, do mesmo conc e districto.

**Pujal.** Pov. na freg. de S. Martinho das Amoreiras, conc. de Odemira, distr. de Beja.

**Pulente.** Pov. da div. 1.ª do conc. de Caconda, no distr. de Benguella, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Pulga.** Pov. na freg. do Salvador do Mundo, de Almoster, conc. de Alvaiazere, distr. de Leiria.

**Pulgas.** Pov. na freg. de Santa Maria, de Lijó, conc. de Barcellos, distr. de Braga.

**Pulgueiros.** Pov na freg. de Santa Comba, de Moura Morta, conc. de Peso da Regoa, distr. de Villa Real.

**Palhelho** Pov. na freg. de S. João Baptista, de Gestaçô, conc. de Baião, distr. do Porto.

**Pulido** *(Francisco Martins).* Doutor em Medicina, pela faculdade de Montpellier, director do hospital de alienados em Rilhafolles, commendador da ordem de Christo, deputado, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, etc. N. na Vidigueira a 3 de março de 1815 e fal. em 1876. Depois de doutorado em Montpellier, regressou a Portugal, e em 1843 concorreu ao logar de demonstrador de medicina da Escola Medica. A 26 de janeiro de 1846 foi nomeado director do hospital de alienados da Luz, passando em 8 de novembro de 1849 para o de Rilhafolles, d'onde foi exonerado por decreto de 13 de abril de 1866, succedendo lhe no cargo o dr. Marcellino Craveiro, indo depois exercer clinica em Madrid, onde

foi muito considerado. O dr. Pulido foi deputado na legislatura de 1858, e era socio de varias academias scientificas. Collaborou na *Revista Medica de Lisboa*, nos annos do 1844 a 1846. Escreveu: *Quelques propositions de Médecine; thése presentée á la Faculté de Médecine de Montpellier, le 31 aôut, 1839*, Montpellier 1839; *Dissertação inaugural recitada na Escola Medico Cirurgica de Lisboa, no concurso para o logar de Demonstrador de Medicina da mesma Escola*, Lisboa, 1843; *Concurso do sr. Beirão na Escola Medico Cirurgica de Lisboa; Dissertação inaugural do dito senhor, dada á luz com o original francez pelo dr. Francisco Martins Pulido*, Lisboa, 1843; era um folheto de critica; *Relatorio sobre a organisação do hospital de alienados em Rilhafolles, e dos resultados administrativos e clinicos no anno de 1850, e tres trimestres de 1851*, Lisboa, 1851; *Que theoria explica melhor a metamorphose do sangue venoso em arterial, nos capillares pulmonares?* Lisboa, 1843: These inaugural.

**Pulo**. Povoações nas freguezias: S. Mamede, de Aldão, conc. de Guimarães, distr. de Braga. || Santa Eulalia, de Barrozas, conc. de Louzada, distr. do Porto. || Santa Eulalia, de Fermentões, conc de Guimarães, distr. de Braga. || S. Paio, de Moreira de Conegos, do mesmo conc. e districto.

**Pulo-Cambing**. Pequena ilha perto da de Timor, na Oceania, pertencendo ao districto de Timor.

**Pulo Jaho**. Ilhota da Oceania, no archipelago da Sonda. E' uma dependencia da ilha de Timor.

**Pulpito**. Pov. na freg. de Santa Martha, de Serzedello, conc. de Ponte do Lima, distr. de Vianna do Castello.

**Pumba**. Pov. da freg. de S. José, de Cabiri, na 2.ª div. do conc. de Icolo e Bengo, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Pumeda**. Pov. na freg. de Santa Maria, de Abbedim, conc. de Monsão, distr. de Vianna do Castello.

**Pumputi**. Pov. do sobado de Banza Puto, no conc. de S. Salvador e distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Punala**. Pov. do conc. de Bardez, no distr. e arceb. de Gôa, India. Está situada quasi nas origens do rio Mapuçá.

**Punalá**. Povoação da regedoria de Uccassaim, do concelho de Bardez, na India.

**Pungo**. Antiga prov. do reino do Congo, Africa Occidental. Era uma das 6 provincias em que aquelle reino estava dividido quanto á distribuição das missões.

**Pungo-Aluquem**. Sobado da freg. de S. José, no conc. dos Dembos, distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Pungo-Andongo**. Concelho do districto do Loanda, na prov. de Angola, Africa Occidental. Está situado nas terras altas do interior da prov., limitado ao N pelo rio Lucalla, que o separa do conc. de Ambaca, a E pelo conc. de Malange, ao S pelo rio Cuanza e a O pelo conc. de Cazengo. Occupando uma faxa de terreno extremamente saudavel, é cortado por diversos affluentes do Cuanza, entre os quaes se contam o Lombe, o Calolo e o Quige, que fazem o conc. muito fertil, productivo e apto para varias culturas. Abunda em gado e em caça, e os seus rios, principalmente o Cuanza, teem muito peixe. A vegetação é opulenta, e produz madeira de excellente qualidade. O commercio de exportação é pequeno, porque grande parte dos productos que o conc. cultiva, é destinada ao consumo interno, pelas difficuldades e enormes despezas do transporte, não só pela via terrestre como tambem pela via fluvial do Luanza, cujo extremo ponto de navegação é a villa do Dondo, a cêrca de 80 k. de distancia de Pungo-Andongo. E' por isso que só os generos de grande valor, como o gado, a cêra, o marfim e a borracha, pódem acudir ao mercado. O conc. está repartido em numerosos sobados o em divisões que são: 1.ª, Sengue; 2.ª Quiongua; 3.ª, Mahaballa; 4.ª, Lungue; 5.ª, Lutete; 6.ª Calundo; 7.ª, Pedras; 8.ª, Botte. Têm por séde a Villa de N. S.ª do Rosario. || Villa e séde do concelho do mesmo nome, no distr. de Loanda, prov. de Angola, Africa Occidental. Freg. de N. S.ª do Rosario. Está situada a cêrca de 8 k. ao N da margem direita do rio Cuanza, a 270 k. de Loanda e a 80 da villa do Dondo. N'uma emineneia reputada como posição quasi inexpugnavel, fica a antiga fortaleza. O unico accesso para esta eminencia é por uma caverna aberta na rocha, onde com difficuldade se penetra, seguindo se, ao sair d'ella, por um caminho de tal modo fragoso e emmaranhado n'um labyrinto de pedras, que sem guia difficilmente se poderá chegar ao pé da grande e majestosa escarpada que serve de base ao plaino onde a fortaleza está construida. E' cercada de precipicios, e só trepando de pedra em pedra, por trilhos difficeis, se chega a alcançar a famosa planicie, rica de vegetação e de bom ar, por onde o antigo presidio se estende. E, comtudo, o sitio, que na metropole foi, em tempos, mais conhecido pela designação de *Pedras Negras*, gozava entre nós d'uma reputação tão terrivel, que era escolhido, de preferencia, para logar de degredo dos grandes criminosos. A villa compõe-se de 19 povoações, e estende-se em torno da fortaleza. Antiga côrte dos reis do Dongo, esta villa foi tomada, com o que então restava d'aquelle reino, ao ultimo rei D. João Hary, em 1671, por Luiz Lopes de Sequeira, conquista que trouxe para a corôa portugueza o dominio da prov de Angola.

**Pungue**. Rio da prov. de Moçambique, Africa Oriental. Nasce na serra de Nhangade e, orientando o seu curso na direcção de SE, até Buéi-Maria, recebe aguas do macisso de Manica, bem como as de muitos outros affluentes. As margens e as ilhas do Pungue estão cobertas de salgueiros e de mangue. Uns 28 k. a montante da Beira cessa o mangue, para dar logar aos amieiros. Nas povoações dos cafres vêem-se as mangueiras, as bananeiras e uma especie de magnolia, de cuja fibra os indigenas fazem cordas. Nas arvores pulam os macacos, de ramo em ramo. Nos bancos de lodo notam se as pégadas dos hippopotamos, que abundam no rio, assim como os crocodilos.

**Pungue** (Bahia do), ou **Bahia da Beira**. Porto situado na prov. de Moçambique, Africa Oriental. Fica na Bahia de Magauzave o na margem esquerda do rio Pungue, junto á foz, proximo da ria Chivéve. Separado da embocadura do Punguo pela ponta Manique, vem desaguar o rio Busio, concorrendo ambos para a formação d'alguns bancos d'areia moveis onde o mar rebenta, mas deixando entre si um canal, balizado por meio de boias, que conduz ao porto da Beira, cujo fundea-

douro é pelo occidente da ponta Chivéve. O Porto da Beira, tambem chamado *Bahia do Pungue*, foi indicado por Paiva de Andrade e depois estudado pela primeira vez pelo official da armada sr. Caceres Fronteira, que fez um reconhecimento completo até Mapanda, perto da confluencia do Urema. O porto da Beira é o porto de entrada mais commoda para os campos auriferos da Machona, estando já ligado por uma linha ferrea, que atravessa a região mineira de Manica com Salisburg, capital ingleza da Machona.

**Punhete**. Povoações nas freguezias: S. Vicente, de Alfena, conc. de Vallongo, distr. do Porto. || S. Thiago de Litem, conc. do Pombal, distr. de Leiria. || S. Pedro de Seixo do Ervedal, conc. d'Oliveira do Hospital, distr. de Coimbra. || Nome primitivo da actual villa de Constancia, ou Villa Nova de Constancia. V. *Portugal*, vol. II, pag. 1122.

**Purcel**. Pov. na freg de Santa Marinha, de Penascaes, concelho de Villa Verde, districto de Braga.

**Purgaçal**. Pov. na freg. de S. Pedro, de Penude, conc. de Lamego, distr. de Vizeu.

**Puridade** *(Escrivão da)*. V. *Portugal*, vol. III, pag. 182.

**Purificação** *(Fr. Antonio da)*. Religioso da ordem dos eremitas de Santo Agostinho, mestre de Theologia e Philosophia na sua ordem, e chronista da sua provincia. N. no Porto em 1601, onde tambem fal. a 19 d'abril de 1658. Professou em 1617 no convento de Evora. Foi nomeado parocho de S. João da Foz, do Porto, onde falleceu. Escreveu algumas obras em latim, além das seguintes, em portuguez: *Chronica da antiquissima provincia de Portugal da ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, Bispo de Hiponia e principal Doutor da Igreja, Parte I*, Lisboa, 1612; *Parte II, com uma addição no cabo, na qual se responde aos principaes logares da Benedictina Lusitana*, Lisboa, 1656; *Memorial de diversas missas e orações para proveito dos fieis vivos e defuntos*, etc., Lisboa, 1642; *Antidoto Augustiniaano, em o qual se convencem e desfazem as falacias e enganos da Apologia intitulada «Quinta Essencia de Verdades escriptas pelo P. Fr. Gil de S. Bento»*, Coimbra, 1660.

**Purificação** *(Fr. Gabriel da)*. Religioso da ordem de S. Jeronymo, prior do convento de Espinheiro, em Evora, e visitador da mesma ordem. Era natural de Lisboa, e chamava-se no seculo, Simão Antunes, sendo filho de Domingos Antunes e de Maria Lopes. Professou em 1632, no convento de Belem, onde foi porteiro mór. Fal. a 23 d'abril de 1701, de avançada edade. Era poeta e prégador muito apreciado no seu tempo. Escreveu: *Justo sentimento á morte do serenissimo infante D. Duarte em o dia das suas funeraes exequias em o real convento de Belem*, Lisboa, 1650; foi a primeira obra que o autor publicou, e saiu com o pseudonymo de P. Gabriel Antunes; *Espelho diafano e cristalino, em que se retratam as vidas dos dois mais austeros penitentes, S. Jeronymo, habitador dos asperos desertos da Syria, e S. Bruno, morador nos desabridos montes da Cartuxa*, Lisboa, 1690; *Sermão na festa de N. Senhora do Egypto, prégado no convento dos religiosos de S. Bernardo*, Lisboa, 1687; *Terno sonoro cantado nas tres principaes festas da Virgem Maria Senhora nossa, a saber: Da Conceição, da Encarnação e Purificação*, Lisboa, 1689; *Dia maravilhoso, em que se manifestam as virtudes do mais insigne patriarcha S. José, ou dois sermões prégados na egreja da Graça, de Setubal*, Lisboa, 1693; *Sermão dos Santos Apostolos S. Simão e S. Judas*, Lisboa, 1700. Deixou muitos manuscriptos.

**Pusich** *(D. Antonia Gertrudes)*. Escriptora, poetisa e jornalista. N. na ilha de S. Nicolau de Cabo Verde a 1 de outubro de 1805, fal. em Lisboa a 6 de outubro de 1883. Era filha do intendente geral de marinha nas ilhas de Cabo Verde, Antonio Pusich (V. o *artigo seguinte)*, e de sua mulher D. Anna Maria Izabel Nunes. A educação que podia receber n'aquella possessão africana, foi-lhe ministrada principalmente por seu pae, que conhecia varias linguas, e D. Antonia aprendeu com elle as linguas franceza, ingleza, italiana, etc. Dotada de grande intelligencia e de muita energia, collaborou em muitos jornaes politicos e litterarios, de Lisboa, a começar em 1841, escrevendo artigos em prosa e em verso. No IV vol. da *Revista Universal Lisbonense* tambem se encontram muitas poesias suas. Nas assembléas falava e recitava com energia e grande verbosidade sobre assumptos politicos e litterarios. D. Antonia Pusich era muito considerada pelo seu talento, como escriptora, poetisa e jornalista. Em 1849 fundou o jornal a *Assembléa Litteraria*, que terminou por ter a sua redactora de se retirar para a ilha da Madeira em 1852; fundou tambem um semanario litterario intitulado *Beneficencia*, de qual sairam bastantes numeros e suspendeu, por ter de voltar á ilha da Madeira, em cujo clima a saude d'uma das suas filhas começara a restaurar-se. N'outro jornal *A Cruzada*, de que tambem foi fundadora, advogou energicamente a causa da instrucção popular. N'este jornal publicou a biographia de seu pae no anno de 1872. D. Antonia Pusich foi casada duas vezes, e depois de enviuvar pela segunda vez, empenhou-se vivamente tanto pela imprensa, como pelas repartições competentes, em fazer reconhecer pelo governo e pelas camaras o seu direito á posse da ilha das Gallinhas, pertencente ao archipelago que faz parte da provincia da Guiné, e que fôra cedida a seu pae pelo chefe indigena. Não lhe fôram reconhecidos muito terminantemente esses direitos, mas o governo, em todo o caso, concedeu-lhe uma pensão, indemnisando-a dos prejuizos que tivera. Escreveu: *Os dois mysterios*, romance; *Elegia á morte das infelizes victimas assassinadas por Francisco de Mattos Lobo, na noite de 25 de julho de 1841*, Lisboa, 1841; *Olinda, ou a Abbadia de Cumnor-Place*, poema em 5 cantos; Lisboa, 1848; diz a autora no prologo, que esta composição fôra suscitada pela leitura do romance de Walter Scott: *Kenilworth*. Para o theatro escreveu em 1844 o drama *Julia*, 5 actos e 7 quadros; *A Conquista de Tunes*, 3 actos e 4 quadros; *Constança*, em 3 actos, que se representou no Gymnasio em 1849, e se publicou em 1853; *Por vingança*, comedia-drama em 3 actos; *Espargo no monte*, comedia em 1 acto; *Ashavero*, em 2 actos; *Regedor de parochia*, em 1 acto, representada no theatro da Rua dos Condes. Falleceu com 78 annos de edade n'uma casa da rua de S. Bento, onde mais tarde se collocou uma lapide commemorativa. V. *Portugal*, vol. IV, pag. 240.

**Pusich** *(Antonio)*. Distincto official illyriano ao

serviço de Portugal. N. em Raguza, capital então d'uma pequena republica, em 15 de dezembro de 1760, e fal. em Cabo Verde, a 6 de fevereiro de 1838. Era filho do Jeronymo Pusich e de Maria Bradowich. Foi estudar a Italia, e ali se relacionou com o ministro portuguez em Turim D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares. Tendo viajado muito em toda a Europa e tendo adquirido conhecimentos de nautica, veiu a Portugal tambem, e tendo sido muito bem recebido pela rainha D. Maria I, que lhe fez muitas encommendas para o seu convento da Estrella, voltou a Portugal em companhia do celebre astronomo Franzini; aqui se namorou de D. Anna Maria Izabel Nunes, com quem veiu a casar, e assim se dispôz a acceitar o pensamento de entrar ao serviço portuguez, o que realisou em 1791, em que foi nomeado por decreto de 1 de fevereiro, 2.º tenente da armada real, sendo promovido a 1.º tenente a 16 de dezembro de 1793, a capitão-tenente em 5 de julho de 1797. A 19 de dezembro d'este anno embarcou a bordo da fragata *Meduza*, tomou parte no combate naval de que resultou o aprisionamento da corveta franceza *Boaventura*. Nomeado em 1801 intendente de marinha de Cabo Verde, logar creado expressamente para elle, estabeleceu a sua residencia na ilha de S. Nicolau, e muito contribuiu para o desenvolvimento da agricultura no archipelago. Quando exercia estas funcções, escreveu a *Descripção hydrographica das ilhas de Cabo Verde*, que é muito estimada, e as *Memorias physico politicas*. Em 1806 foi nomeado capitão de fragata; em 1808 capitão de mar e guerra, em 1811, terminada a sua commissão, regressou a Lisboa, e d'aqui partiu com uma divisão para o Rio de Janeiro, onde residiu muitos annos. Em 1817 propôz se-lhe entrar no serviço austriaco, mas Antonio Pusich, muito afeiçoado a D. João VI e ao seu paiz adoptivo, não quiz abandonar Portugal, e em 1818 foi nomeado governador das ilhas de Cabo Verde. Pouco tempo antes prestára um relevante serviço, impedindo que se entregasse a monsenhor Miranda a propriedade que elle requeria da ilha de S. Vicente, que se tornou depois a mais importante de archipelago. Nomeado chefe de divisão, Antonio Pusich fez um bom governo, reconstruindo as fortificações, impondo respeito aos corsarios de Montevideu e tomando lhes um brigue escuna, sabendo fazer respeitar a bandeira portugueza pelos proprios navios de guerra dos Estados Unidos, favoreceu o desenvolvimento da agricultura, da industria e de pescaria, fundou sociedades agronomicas nas differentes ilhas do archipelago, elevou muito o rendimento da urzela, administrou com tanto acerto as finanças da provincia, que conseguiu ter um saldo positivo que mandou depois para Portugal, emfim creou a primeira povoação da ilha de S. Vicente, a que deu o nome de villa Leopoldida, nome que depois se trocou pelo de cidade do Miudello. Em 1820, tendo chegado a noticia da revolução de 24 do agosto, houve um pronunciamento na ilha de S. Thiago a favor das novas instituições. Antonio Pusich declarou que accederia á nova ordem de cousas se el-rei accedesse. Em consequencia d'isto, depois de varias peripecias, foi deposto do governo, do que tomou posse uma junta governativa, e mandado para a ilha do Maio, e depois para Portugal. Não queriam as côrtes deixal-o desembarcar, mas o proprio rei ficou por seu fiador. Desembarcou, e offereceu ao soberano congresso algumas memorias importantes, mas nunca mais entrou em serviço activo, vendo passar deante de si as tormentas politicas, auxiliando com os seus conselhos em assumptos technicos os governos de D. João VI, D. Izabel Maria e de D. Miguel. Comprehendido no decreto de 16 de setembro de 1833, que declarava demittidos os officiaes e generaes que se não recolhessem ás linhas de Lisboa estando nas suas proximidades, Antonio Pusich sentiu profundamente esse golpe, e sobreviveu-lhe pouco mais de 4 annos.

**Pussos**. Pov. e freg. de Santo Estevão, da prov. da Extremadura, conc. e com de Alvaiazere, distr. de Leiria, bisp. de Coimbra; 396 fog. e 1:673 hab. Tem esc. do sexo masc. Dista 3 k. da séde do conc. e está situada a 6 k. da margem direita do rio Zezere. O rei, pelo tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, apresentava o vigario, que tinha 180$000 reis. Era commenda da ordem de Christo, por ter sido dos templarios. A pov. é muito antiga, e foi concelho tendo camara e justiças proprias. El-rei D. Manuel deu-lhe foral, em Lisboa, a 15 de junho do 1514. Pertence á 3.ª div. mil. e ao distr. de recrut. e res. n.º 15 com a séde em Thomar. Esta freg. foi annexada ao conc. de Ferreira do Zezere por decreto de 7 de setembro de 1885, que extinguiu o de Alvaiazere, mas voltou para este, restaurado pelo decreto de 13 de janeiro de 1898. || Pov. na freg. de S. Martinho e conc. de Penafiel, distr. do Porto.

**Putello**. Pov. na freg. de S. Romão, de Neiva, conc. e distr. de Vianna do Castello.

**Puto M'Dondo**. Pov. do sobado e conc. de Cabinda, na delegação de Chiavala, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Putu Mungo**. Pov. do sobado de Cabinda, na regedoria do Sócca, conc. de Cabinda, distr. do Congo, prov. de Angola, Africa Occidental.

**Puvan** Pov. da ilha de Vong-Cam, na prov. de Macau, Asia.

**Pyramida**. Ponta situada na costa S da ilha de S. Miguel, Açôres, a O de Villa Franca do Campo.

**Pyrotechnia**. Arte que ensina o uso do fogo, a sua applicação, e o modo de se servir d'elle; mas diz-se vulgarmente da arte de fazer fogos de artificio. E' uma arte que demanda muitos conhecimentos de chimica e de physica, de gosto apurado no desenho e na pintura, e de imaginação fertil em produzir novidades com elementos conhecidos. Os fogos d'artificio fôram sempre muito populares em Portugal, e desde as *alcancias e danças de fogo* do seculo XVI, que figuravam em todos os festejos publicos, até ao grandioso fogo do intendente Manique, por occasião do nascimento da princeza da Beira, esta arte teve um grande desenvolvimento em Portugal. Havia chegado a certo grau de perfeição, mas estacionara, e assim se conservou até que, no meado do seculo passado, talvez de 1840 a 1850, o italiano José Osti veiu estabelecer em Lisboa, no sitio d'Alcantara, uma importante fabrica do fogos d'artificio. José Osti, tirando partido dos progressos da chimica, introduziu as côres, o que produziu uma mudança completa dando uma nova vida á arte de fogueteiro. Os fogos de côres tornaram-se populares, no *Jardim Mithologico* em Alcantara, e depois na *Floresta Egypcia*, em S.

Mamede, desapparecendo o classico *Leão* deitando fogo pelos olhos e pela bocca; a *Velha fiando*, o *Amolador com a roda de amolar*, etc., começando então as thesouras, as rodas de corôas, as perspectivas, e a *popularissima Melancia*, que se abria em talhadas isto é, as côres e as peças de gyro vieram marcar uma época de progresso, e tal que, apezar de José Osti ter sido o introductor e o inventor d'estas novidades, bem depressa muitos artistas portuguezes, que se gloriavam de serem seus discipulos, o vieram a egualar. Nos ultimos tempos de José Osti veiu a Lisboa outro estrangeiro, Mr. Tournour, que pouco tempo depois falleceu, mas que deixou a sua viuva, como representante da sua escola. Os fogos publicos, feitos sob a direcção de Madame Tournour, no Castello e no Passeio Publico, não agradaram tanto, e pelo motivo de os fogos da nova escola serem d'um genero e gosto, que só podiam ser apreciados em limitados sitios, e por verdadeiros amadores e entendedores; não tinham os effeitos grandiosos, que de longe se pudessem gozar. Ainda hoje é um passatempo muito usado em Portugal, principalmente no campo, em arraiaes, em que se tornou quasi indispensavel.

**Pyxide**. Vaso liturgico em que se guardam as hostias consagradas, o qual se deposita no sacrario nas egrejas. Na Exposição Retrospectiva da Arte Ornamental, realisada em Lisboa no anno de 1882, figuraram algumas pyxides de maior ou menor valor, as quaes veem descriptas no respectivo catalogo, e que passamos a mencionar. A pag. 18, com o n.º 130: Pyxide de prata dourada com elegante fórma de taça, em cuja tampa, coberta de lavores relevados, e encimada por uma cruz, sobresáem quatro cabeças de cherubins. Na base tem cabeças de satyros e de leões. E' do seculo XVI. Pertence á Academia das Bellas Artes de Lisboa.—Pag. 41, com o n.º 345 b; Pyxide de prata dourada. Tem na copa seraphins, espigas, cachos, a phenix e o pelicano A tampa é rematada por uma cruz. Seculo XVII. Pertenceu ao mosteiro de Chellas.—Pag. 42, com o n.º 359 b: Pyxide de prata dourada. Ornamentação de arabescos e algumas aves. A tampa é encimada por uma cruz. Altura 0,m39. Seculo XVII. Era da confraria do Sacramento da sé do Funchal.—Pag. 43, com o n.º 363: Pyxide de prata dourada. No meio da sua ornamentação de arabescos sobresáem seraphins. Na base tem este letreiro: *Esmola de Dom Lviz Dalencastro conde de Villa Nova Commendador Mor da Ordem de Aviz.* Altura, 0m,44. Seculo XVII. Era da freguezia de Santos o Velho, de Lisboa.—Pag. 51, com o n.º 436: Pyxide de prata dourada. Altura 0m,375. A ornamentação é similhante no estylo á d'um calix de prata dourada e de ouro, com sua patena lisa de ouro, que tambem figurava na exposição, com o n.º 434. Na copa vêem-se tres medalhões, cada um dos quaes contém tres cabeças de seraphins. Na parte superior do nó, e na base, outras cabeças similhantes. E' ornada de pedras finas de varias côres. Na base tem a seguinte inscripção: *Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmento instituidor da Capella e Real Confraria de Nossa Srã do Patrocinio, mandou fazer esta Pyxide em o anno de 1766.* Pertence á mitra patriarchal de Lisboa.—Pag. 53, com o n.º 451: Pyxide de prata dourada. Na base tem quatro estatuetas sentadas, sendo tres d'ellas a Fé, Esperança e Caridade. A copa é ornada de anjos, uns em adoração, outros segurando espigas de trigo, uvas e os instrumentos da Paixão. Na tampa, encimada por uma cruz, sobresáem grupos de seraphins em relevo. Seculo XVIII. Altura 0m,36. Sé de Lisboa.—Na mesma pag. ainda se vê com o n.º 455: Pyxide de prata dourada. Altura 0m,365. Largura na copa 0m,123, na base 0m,127. Na copa tem quatro medalhões que representam o pelicano, a phenix, a arca da alliança e o cordeiro. Seculo XVIII. Academia das Bellas Artes de Lisboa.—Pag. 56, com o n.º 493: Pyxide de prata dourada. A copa tem o cordeiro, espigas e um cacho d'uvas. A tampa encimada por uma cruz. Era do convento de Chellas.—Pag. 60, com o n.º 550. Pyxide de prata dourada. Altura 0m,35 Seculo XVIII. Sé de Coimbra. —na mesma pag. com o n.º 552: Pyxide de prata dourada. Altura 0m,40. A base, a haste, copa e tampa são profusamente cobertas de ornatos em relevo. Seculo XVIII. Confraria do Sacramento da freguezia da Encarnação, de Lisboa.—Pag. 61, com o n.º 557: Pyxide de prata dourada e lavrada. Tem na base espigas de trigo, uvas e flôres. No bojo, em medalhões, a arca da alliança, seraphins, o pelicano, etc. Altura 0m,47. Confraria do Sacramento e Senhor Jesus da freguezia de Santo Ildefonso, do Porto.—Pag. 64, com o n.º 598: Pyxide de prata dourada com valores salientes. Em o nó tres anjos com rotulos: sobre a tampa outros tres com emblemas da paixão. Altura 0m,29. Seculo XVIII. Sé de Lisboa.—Pag. 131, com o n.º 32: Pyxide de prata lavrada. Na base os emblemas da Paixão. O nó com tres seraphins e a parte inferior da copa e a tampa ornamentadas de seraphins, flôres e arabescos. Como remate um crucifixo sobre um pelicano. Altura 0m,45. Pertencia a el-rei D. Luiz I. — Na mesma pag. com o n.º 33: Pyxide de prata dourada, tendo na parte superior do pé tres anjos com os braços levantados como susteudo a base do hostiario. Tampa encimada pela cruz. Ornamentação de medalhões e cherubins. Tem engastadas muitas pedras brancas e vermelhas. Altura 0m,19. Seculo XVIII. Pertencia ao referido monarcha.—Pag. 136, com o n.º 69: Pyxide de prata dourada com ornatos de flôres, folhas e fructos. Na tampa, rematada por uma corôa, tres seraphins. Seculo XVII ou XVIII. Academia das Sciencias de Lisboa.—pag. 182, com o n.º 78: Pyxide cuja base, nó e copa são tres agathas, ligadas por engastes de prata. Tampa de prata dourada, tendo sobre ella novo medalhões de agatha e uma pyramide tambem de agatha como remate. Academia das Sciencias de Lisboa.—Pag. 191, com o n.º 43: Pequena Pyxide cuja base, nó e copa são formados por tres agathas encastoadas e ligadas por peças de prata dourada e lavrada. A tampa é de prata com ornatos de flôres e seraphins e encastoando tambem uma agatha. Altura 0m,13. Pertencia á referida Academia das Sciencias.

# CORRECÇÕES

**Neve.** Com as condições dos alvarás de 23 de junho de 1757, 3 de novembro de 1759, 16 de janeiro de 1778 e de 15 de abril de 1803, foi o fornecimento da neve arrematado por Julião Pereira.

**Nobreza.** Pag. 79, col. I, linha 52, onde se lê: (Lei de 23 de novembro de 1775, leia se: de 29 de novembro).

**Numismatica.** Faltou mencionar: *Inventario dos livros de numismatica da Bibliotheca Nacional de Lisboa*, por Gabriel Pereira, no *Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes*, Lisboa, 1909.

**Oceanographia.** Para bibliographia, veja se *Silva (Armando da)*.

**Oliveira** *(Antonio Correia de)*. Publicou mais: *Alma religiosa*, Porto, 1910.

**Oliveira** *(Eduardo Freire de)*. Nasceu a 9 de julho de 1841. Actualmente é secretario interino da camara municipal de Lisboa. O vol. XVI dos seus *Elementos* publicou-se em 1910.

**Oliveira Mascarenhas** *(Joaquim Augusto de)*. Nasceu em Vianna do Castello no dia 22 de março de 1846. E' cavalleiro e official da real ordem militar de S. Bento d'Aviz, official superior reformado do exercito, e socio effectivo e correspondente de diversos institutos litterarios e scientificos nacionaes e estrangeiros. Tendo feito parte, como capitão, da expedição á India, de 1896, por occasião da guerra dos *ranes*, foi nomeado secretario do districto de Damão, administrador do concelho d'este nome, e commandante da respectiva policia, em cujos cargos prestou os relevantes serviços a que se refere o *Boletim Official* d'aquelle estado, de junho do referido anno. Mais tarde passou para Nova Gôa na qualidade de secretario do commando em chefe do exercito da India, de que era commandante Sua Alteza Real o Principe D. Affonso; e, no seu regresso ao reino, foi encarregado pelo governo de Hintze Ribeiro *(1901)* de pacificar, como pacificou, os povos do Alto Alemtejo, que se haviam sublevado. Exerceu em differentes épocas os cargos d'administrador dos concelhos do Redondo, no districto d'Evora; e de Alcochête, e Lourinhã, no districto de Lisboa. Como jornalista collaborou em varios jornaes do Oriente, bem como na antigo *Diario Illustrado*, *Progresso*, *Globo*, *Futuro*, *Seculo*, *Diario de Noticias*, *Viriato*, *Districto de Vizeu*, *Semana d'Evora*, *Exercito Portuguez*, *Jornal do Exercito*, etc., etc. Como dramaturgo produziu, entre outras peças historicas e d'actualidade,—todas representadas em theatros de Lisboa, Porto, provincias, e Brazil—Os dramas intitulados *De Lisboa á India*, *Távoras*, *Miguel de Vasconcellos*, *Duque de Vizeu*, *Procella e Bonança*, *Caserna*, e *Viriato*. Como romancista, escreveu: *Prior do Crato*, *Trovador da infanta*, *Tragedias da India (D. João de Castro)*, *Patria e liberdade*, os opusculos denominados *Inquisição em Portugal*, *Archaismos*, e *Memoria do Banho de S. Pedro do Sul*; e, de collaboração com D. Thomaz de Mello, uma miscellanea com o titulo de *Contos e casos*.

Oliveira Mascarenhas

**Oliveira Vidal** *(José Candido Gomes de)*. A nomeação de reitor do lyceu de Aveiro é de 21 de fevereiro de 1886.

**Olivicultura.** Veja se a obra: *Cultura da oliveira, material e processos do fabrico do azeite*, Lisboa, 1910. E' o vol. II do *Relatorio Geral* do congresso de leitaria, olivicultura e industria do azeite, em 1905, publicado pela Real Associação da Agricultura Portugueza.

**Ordens militares.** Abolidas todas as ordens militares, com excepção da Torre e Espada, por decreto, com força de lei, de 15 de outubro de 1910.

**Palmella** *(Antonio de Sampaio e Pina de Brederode, 3.º duque de)*. Falleceu em Cascaes a 24 de novembro de 1910.

**Pão.** Por portaria de 11 de março de 1910 fôram adoptados os *Methodos officiaes para a analyse das farinhas e do pão*.

**Patricio** *(P. Francisco José)*. Falleceu no hospital do Carmo, na cidade do Porto, em 7 de abril de 1911.

**Pedroso** *(Zofimo Consiglieri)*. Falleceu em Cintra a 3 de setembro de 1910.

**Pesca.** A pesca a vapor foi novamente regulada pelos decretos, com força de lei, de 9 de novembro, 13 e 19 de dezembro de 1910.

**Pesos e medidas.** A lei de 19 de abril de 1911 determinou: «Art.º 1.º os padrões prototypos do systema metrico decimal são o metro internacional approvado pela *Conferencia geral de pesos e medidas*, realisada em Paris em 1889, depositados no Pavilhão de Breteuil, em Sèvres, cujas copias com o n.º 10, depositadas no Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, são os quadros legaes em Portugal e seus dominios. Art.º 2.º O quadro das medidas legaes será fixado pelo governo, em harmonia, com o artigo anterior. Art.º 3.º Ficam revogados os artigos 1.º e 2.º do decreto de 13 de dezembro de 1852, e toda a legislação em vigor.»

**Pharmacia.** V. *Pires (Thomé)* e *Orta (Garcia da)*.

**Policia.** A *Policia Civica* de Lisboa foi creada por decreto de 17 de outubro de 1910.

GETTY CENTER LIBRARY
3 3125 00041 5865